



# 6SNHH ANAIS

## **ORGANIZAÇÃO**

*Marcelo de Mello Rangel*

*Mateus Henrique de Faria Pereira*

*Valdei Lopes de Araujo*

2012

---

## ANÁLISE DO ESTUDO DE JOSÉ OCTÁVIO DE ARRUDA MELLO SOBRE O GOLPE DE 64 NA PARAÍBA

Amana Martins Fagundes\*

### Introdução

Os escritos de José Octávio de Arruda Mello são reconhecidos pela sociedade paraibana não só por meio dos estudos historiográficos, mas também por suas matérias em jornais, desde a década de 60. É importante perguntar: porque os estudos de José Octávio de Arruda Mello se consagraram até a atualidade? Dos historiadores paraibanos, me permito afirmar que ele é o mais lido ou conhecido pela população paraibana em geral.

O livro “O jogo da verdade: revolução de 64, 30 anos depois”, de 1994, é provavelmente uma das publicações mais importantes que, em meio a entrevistas com figuras atuantes, análises jornalísticas, compilação de textos publicados em jornais e estudos de historiadores, oferece aos leitores, não somente aos iniciados, uma análise sobre o Golpe de 1964 na Paraíba. O capítulo 6 do livro, intitulado “Do populismo radical ao desenlace na Paraíba”, de autoria de José Octávio de Arruda Mello, que procura oferecer ao leitor um exame de caráter prospectivo, percorre a década de 50 até o golpe. O presente estudo tem como objetivo utilizar-se deste capítulo em especial, para analisar características narrativas, metodológicas e as influências teóricas intrínsecas no texto. Dialogando com o contexto do estudo deste tema, o estudo esclarece a importância do livro utilizado para a historiografia paraibana e aborda os novos trabalhos sobre o tema que estão sendo feitos.

### A conduta de José Octávio de Arruda Mello – atuação profissional versus produção intelectual

José Octávio de Arruda Mello atuava na década de 60 como jornalista, assinava algumas linhas impressas nos jornais da época na Paraíba. Também diz ter participado dos acontecimentos de 1964, no qual foi afastado da Assessoria de Imprensa do Governador no

---

\* Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba. Participa do Projeto de Pesquisa “Golpe civil-militar e implantação da ditadura militar na Paraíba: Adesão, repressão e resistência (1964-1968)”, vinculado ao CNPQ, coordenado pelo Professor do Departamento de História da UFPB, Paulo Giovani Antonino Nunes.

dia 15 de março e demitido da Casa Civil no dia 5 de maio. Lecionava no Liceu paraibano, foco de muitas mobilizações estudantis na época. Já com graduação em ciências Jurídicas e sociais, inicia outra graduação em licenciatura em História em 1962, concluindo em 1966. Em 1972, José Octávio ingressa no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e em 1974 na academia Paraibana de Letras, sendo notadamente consagrado como uma figura importante da cena intelectual paraibana. Em 1976, José Octávio se torna professor de História na Universidade Federal da Paraíba, em um momento de furor da academia por análises histórico-sociais. No mesmo ano elabora um de seus estudos iniciais “Tensão social e revolução na Paraíba”<sup>1</sup>, que serve de base para o seu artigo que pretendo analisar. Em 1977 afasta-se para fazer especialização e mestrado em na UFPE em História. Em 1987 começa seu doutorado na USP em História Social. Sempre com apoio dos jornais, publica “O jogo da verdade”, em 1994, pela a editora A União. Aposenta-se pela UFPB em 1995. De 1996 a 2001, leciona na Unipê. Nesse período de grande produção intelectual José Octávio também é nomeado para vários cargos importantes de instituições públicas na Paraíba. Também publicou dezenas de livros, sendo até hoje premiado e prestigiado por estes.

## O Jogo da Verdade

Trinta anos depois do golpe, com os acontecimentos ainda pulsantes na memória de vários senhores e senhoras da sociedade paraibana, há o receio de fazer uma história do tempo presente é pertinente. Segundo René Remond:

O historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, as vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda determina por referência aos postulados de sua época. (REMOND, 1996: 13)

Tal como a nível nacional, os primeiros a falar de tais fatos são exatamente os jornalistas e sociólogos. Porém uma obra de tal porte foi publicada não somente para estudiosos, mas para toda a população em geral, sendo o livro uma obra inovadora,

---

<sup>1</sup> Em “O jogo da verdade” é dito que “Tensão social e revolução na Paraíba” é de 1970 (página 124 da bibliografia simplificada) e em outro momento que é de 1976 (p.13 - 2º nota de rodapé). No livro que usei (mimeo) diz que a data é 1976 então a utilizo.

desafiadora e pretende, como bem é dito “voltar ao passado que sufoca e deprime” que mexe em tentativas de esquecimento, por parte de uns, e tentativas de expurgação, por parte de outros que viveram a época. Também toca na memória dos que não estão aqui para contá-las.

Feito boa parte por jornalistas, e vê-se logo que de narrativa jornalística, o livro elabora também série de entrevistas importantes, com personagens atuantes tanto do movimento golpista, quanto dos manifestantes contrários a ele. Ainda que as entrevistas sejam muito sintéticas e os questionamentos muito direcionados, elas são importantes referências para estudos a posteriori sobre o tema. O livro é composto também de escritos de jornalistas que viveram a época também de estudos de historiadores. Por isso, não é possível afirmar que a obra é totalmente historiográfica, porém, oferece bastantes fontes para novos trabalhos. O interessante a ressaltar nesse livro é a vinculação com a empresa jornalística consagrada de posição pró-governo estadual, que o publicou. A editora A União é filiada ao jornal que, em 1964, apoiava as decisões de setores mais direitistas.

### **Do Populismo radical ao desenlace na Paraíba**

A Análise dos fatos por Jose Octávio pende para a narrativa de Pedro Gondim, que diz ter sido pego de surpresa pelo golpe no dia 31 de março. Em outras entrevistas e recortes jornalísticos é dito já ser esperado o golpe militar.

Em vários momentos do estudo, José Octávio chama o golpe de “movimento militar-político”, mostrando sua opinião de que os civis não tiveram participação ativa no planejamento do golpe na Paraíba.

O escrito de José Octávio tem influência teórica e metodológica da Nova sociologia norte-americana, além de referência aos Grupos de pressão no Governo Representativo, de Leda Boechat Rodrigues, Felipe de A. Miranda Rosa, com a “Patologia Social”. Porém, a maior influencia de José Octávio é, sem dúvida, José Honório Rodrigues (o qual, com grupo de estudo homônimo, homenageia seu mestre). O Estudo procura flutuar, portanto, entre a Sociologia, a Política e a História Social.

A produção pode ser caracterizada de narrativa jornalística. Decorrência sequencial dos fatos, passando pelos fatos superficialmente e com grande simplicidade de desenvolvimento conceitual sobre o momento, além de ser de fácil entendimento para o público geral. Por esse momento, a crítica que a Escola dos Annales faz à história política serve também para este estudo: esse trabalho de história de curta duração foca na área política de forma tradicional, superficial e focada na atuação de grandes homens.

Porém, José Octávio faz uma história processual, e por esse viés, tem consciência de que não se pode estudar o período do golpe sem analisar o período populista da década de 50. Outra questão a se abordar é a utilização do conceito “populismo”, pelo qual foi largamente criticado e continua a utilizá-lo. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005: 33-41), o populismo deve ser pensado como um mito político, povoando o imaginário da sociedade brasileira. Uma ilusão produzida para lidar com a realidade de uma sociedade fragmentada hierarquizada, autoritária e violenta: reminiscências das origens da sociedade brasileira. Contudo, o mito do populismo “evoca desesperança e ceticismo”.

Não é difícil atestar a duração e o inegável poder dessa interpretação, que toca em pontos sensíveis, compartilhados e consolidados das vivências da população brasileira. Acredita-se que falta algo ao povo brasileiro, que ele é tolo e desorganizado, embora seja bom, enquanto suas elites têm algo de mau e de maquiavélico (GOMES, 2005: 36).

Tentando fugir desses adjetivos desesperançosos, uma nova vertente da história política recupera o “trabalhismo”, “uma ideologia e uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o pensamento e a prática da política” (GOMES, 2005: 33), que a partir da República em 1945, forma uma cultura política muito praticada no país. Portanto, José Octávio de Arruda Mello, é adepto de uma história política tradicional.

Na introdução do livro, José Octávio desenvolve uma narrativa da história como depressão, tragédia e remorso, na qual o homem tende a se voltar para o passado de perdas e fracassos e não para um futuro de utopias coletivas. Afirma, então, que o objetivo do livro é volver as cicatrizes para que o remorso se transforme em catarse. Diz também não pretender fazer uma narrativa parcial, alimentando somente alguns discursos, nem mesmo uma história

somente dos Vitoriosos versus vencidos, pois fatos não são somente locais, mais decorrentes de outros momentos.

Pretende analisar o movimento de 64 como um todo, um “corpo inteiro”, englobando os aspectos militares, jornalísticos, de cotidiano, sindicais, estudantis, culturais, pedagógicos, políticos, cinematográficos, psicossociais, administrativos, judiciários e universitários. O artigo de José Octávio pretende ser uma preparação, uma iniciação para o leitor leigo no tema

O livro revolução de 64: 30 anos depois é um trabalho comprometido com a Paraíba. Esta é a razão por que o sexto capítulo da primeira unidade intitula-se “Do populismo radical ao desenlace na Paraíba”. De feição claramente histórico-social, esse estudo seguramente preparará o leitor para o que se segue, ou seja, o desenvolvimento do contra golpe de 1964, no Estado. (MELLO, 1994: 26)

O “Livro tensão social e revolução na Paraíba”, que serve de base para a formulação do artigo de José Octávio, é bem mais elaborado metodologicamente e serve para entendermos algumas teorias do autor. Para José Octávio de Arruda Mello, a partir 55 as perspectivas se abrem para o radicalismo político, em 60 se definem sob o vago rótulo de “forças populares” e as razões político-sociológicas responsáveis pelo rápido crescimento das esquerdas paraibanas são:

- 1) Impasse do populismo, necessitado de aliança com os grupos radicais para sustentar-se no poder, através da mobilização das massas. As esquerdas se aliando a grupos conservadores iam crescendo por etapas.
- 2) Estilo ultra-populista na candidatura do governador Pedro Gondim sensibilizaria o setor mais independente das esquerdas.
- 3) Na crise da legalidade as esquerdas caíam livres para o meio da rua (sem caber dentro do PC, do PSB nem do PTB).
- 4) As tensões inerentes ao parlamentarismo, em 1962, com a candidatura de José Joffili em faixa própria ao senado e à Câmara Federal.
- 5) Movimento sindical começa a ganhar crescente força. Na Paraíba diversas categorias profissionais aceleraram sua politização.
- 6) Fortalecimento do movimento camponês, uma das molas mestres da crescente polarização das esquerdas paraibanas. Esse movimento, em 1962-63 passou a atuar

politicamente como força de pressão das esquerdas, junto ao poder de decisão do Estado.

- 7) O movimento estudantil, que vão constituir das jovens esquerdas paraibanas o seu setor mais raivoso.

Apesar de atuante, as esquerdas caracterizavam-se pela dispersividade e pela falta de comando unificado. Como podemos analisar, a tese sobre o crescimento das esquerdas gira em torno do conceito de populismo, caracterizando assim sua adesão a uma história política tradicional.

### **Considerações Finais**

O livro “O jogo da verdade” constitui uma das importantes fontes para estudos sobre o golpe na Paraíba. Com sua característica plural, em diversos aspectos, por exemplo, a tipologia das narrativas (jornalísticas, historiográficas, entrevistas) e a diversidade de conteúdo. O artigo de José Octávio, um conhecido historiador paraibano, é de notória importância para a historiografia do tema (que, aliás, se torna mais importante ainda quando se percebe que há pouquíssimos estudos sobre esse momento). Apesar das importantes contribuições para a historiografia paraibana, o historiador utiliza uma metodologia antiquada e conceitos superados. Atualmente, mesmo com poucos historiadores debruçando-se sobre o tema, há algumas pesquisas abertas na qual já estão sendo produzidos trabalhos monográficos. Entre elas, destacamos o trabalho de entrevistas coordenado pela professora Lúcia Guerra, que produz depoimentos orais envolvidos no período da ditadura na Paraíba para historiadores interessados. Coordenado pela mesma, o programa de catalogação de arquivo do DOPS e DEOPSE na Paraíba, outra oportunidade para enriquecer trabalhos que já estão sendo produzidos. Também atentamos para o programa de pesquisa sobre o movimento de 1964 a 1968 na Paraíba, coordenado pelo professor Paulo Giovani Antonino Nunes, que utiliza-se de fontes hemerográficas, arquivos do IPM paraibano, arquivos do DOPS e que avança metodologicamente utilizando cultura política para embasar seus estudos.

## Referências Bibliográficas

FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). **Culturas políticas – ensaios de História cultural, História política e ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MELLO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da Paraíba – Lutas e resistência**. Editora A União; João Pessoa, 2007 (10º Ed.).

\_\_\_\_\_. (org) **O jogo da Verdade – Revolução de 64: 30 anos depois**. Editora A União: João Pessoa, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tensão social e revolução na Paraíba**. João Pessoa; Curso 2001, 1970 (mimeo).

MOTTA, Rodrigo Patto. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto (org). **Culturas Políticas na História: Novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm,2009.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “**Golpe Civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe**”. In: Revista Perspectiva. UFSC: 2012.

RÉMOND, René. “Uma História Presente”. In: **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996. (p.13-36)



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A FILOSOFIA DE CASTORIADIS E O PROBLEMA DA RACIONALIDADE HISTÓRICA ATRAVÉS DE MAX WEBER

Guilherme Bianchi Moreira\*

Filósofo e crítico social que construiu sua carreira entre a Universidade de Atenas e a Academia Francesa, Cornelius Castoriadis ganhou reconhecimento internacional através de seu conceito de autonomia e o estabelecimento de uma crítica ao socialismo soviético, bem como às bases do pensamento marxista, no qual objetivou a fundação de uma nova práxis revolucionária que se afastasse dos perigos da filosofia da história marxista. Seus primeiros ensaios, escritos em 1944, se voltam à obra de Max Weber e compreendiam, entre outras coisas, a tradução pioneira e comentada dos “Fundamentos metódicos” de *Economia e Sociedade* e de “Sobre a teoria das ciências sociais”, o qual Castoriadis se serviu para problematizar a própria teoria marxista, que tanto o intrigava.

Em 1988, com seu artigo nominado “Indivíduo, Sociedade, Racionalidade, História”, Castoriadis pretendeu, através tanto de uma releitura de Weber quanto de uma atenta análise da obra de Philippe Raynaud (então recém lançada) “*Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*”, retomar uma série de questões suscitadas pelos “ventos atuais” no meio acadêmico, que poderiam ser melhor elucidadas através de uma confrontação com a obra de Weber. Como veremos, questões que se referem especialmente ao limite da “racionalidade instrumental” e a possibilidade de reconstituição de sentidos históricos pelo historiador/sociólogo

Para Castoriadis, o que Weber chama de individualismo metodológico parece ser, a princípio, o oposto de um individualismo “substancialista ou ontológico”. O método weberiano objetiva promover recursos através de construção (ou restituição) de significados subjetivamente compreensíveis do comportamento individual; essa construção deveria reduzir fenômenos estudados aos efeitos dos atos ou comportamento individuais. Só assim algo a mais da realidade poderia ser acessado, através compreensão. Compreensão essa que se permite através do que Weber chama de “reviver simpático/empático” (*sympathisches Nacherleben*) dos comportamentos e motivações outras.

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

É a compreensão que deve levar em conta tanto as ações individuais, como as formações coletivas (Estado, família, etc.) que no fundo são também representações na cabeça de homens reais, que não existem por si só. “*O trabalho sociológico empírico decisivo começa sempre com a pergunta: que motivos determinaram e determinam que os funcionários e os membros singulares dessa ‘coletividade’ se comportem de tal modo que ela foi gerada e continua a existir?*” (Castoriadis, 1992, p. 47).

Esse trabalho de compreensão se dá através de um caráter racional, ou então consiste em um reviver empático: emocional, artístico-receptivo. Ao mesmo tempo, Weber ressalta a dificuldade de compreensão de fins e valores últimos que se afastam radicalmente de nossas próprias valorações últimas. Uma dificuldade de compreensão que advém da quase impossibilidade de explicação Para Weber, na visão de Castoriadis

“compreendemos mais facilmente um agir orientado conforme fins ou valores que nos são próximos, e (ou) que se desenvolve segundo uma racionalidade dos meios atendendo aos fins; compreendemos mais dificilmente e se for o caso não compreendemos absolutamente, um agir que obedece a fins que nos são estranhos, e (ou) cujo emprego se afasta sensivelmente da racionalidade dos meios atendendo aos fins” (Castoriadis, 1992, p. 47)

Como sabemos, Weber se referiu ao comportamento que se constrói na adequação de meios e fins como racionalidade instrumental. Para Weber, as leis as quais a sociologia compreensiva tenta compreender são de fato compreensíveis e unívocas na medida em que se encontram nelas motivações instrumentalmente racionais puras, e na medida em que essa relação (entre meios e fins) é racionalmente estabelecida. “*Nesse caso, o seguinte enunciado é permitido: se agíssemos rigorosamente de maneira instrumentalmente racional, deveríamos agir assim e não de outra maneira.*” (ibid. p. 48). Por outro lado, todo agir tradicional, grande parte do agir carismático, e “quase a totalidade do agir real que se desenvolve na semiconsciência apática” não são instrumentalmente racionais. O indivíduo age nesses casos instintivamente, ou por hábito. Nem por isso, ressalta Castoriadis, esse tipo de agir não deixa de possuir uma dimensão de “racionalidade”, pois, citando Weber ele lembra: “*o agir significa um comportamento humano enquanto, a na medida em que, o ator ou os atores ligam a ele um sentido subjetivo*” (ibid. p. 48).

O problema, e onde toda a crítica de Castoriadis virá a se desenvolver, se encontra aí. Porque a maioria dos indivíduos, na maioria de seus atos, agem porque “estão acostumados ou habituados” a agir assim? Qual o sentido disso para o “ser mesmo” dos indivíduos? O que falar da instauração primeira desses hábitos ou tradição? Ou ainda, o que dizer das “*perspectivas e possibilidades de uma sociologia compreensiva, se esta deve limitar-se, diante dos 95% da história humana, a dizer: não é compreensível, mas é tradicional?*” (ibid. p. 49). São perguntas que Castoriadis se coloca para entender os limites da compreensão da racionalidade na sociologia e na história (vale lembrar aqui que o próprio Castoriadis argumenta que não há distinção essencial em Weber entre sociedade e história). A sociologia deve, para além de explicar, compreender. E compreender o sentido existente “em”, “por” e “para” os indivíduos efetivos, sempre um sentido *visado* (*gemeinter*; *Castoriadis argumenta que o termo alemão designa fortemente o lado subjetivo*), mas sempre se atentando às consequências para um coletivo mais amplo. E o trabalho de explicação deve ser sempre também um trabalho de encadeamento de atos e fornecer assim, uma interpretação causal correta. A ligação de causalidade e compreensão é onde se encontra o fundamento do individualismo metodológico de Weber, e aonde também se estabelece um horizonte ontológico, para Castoriadis (aqui, é preciso dizer, Castoriadis sustenta a tese de que é impossível separar um método de uma ontologia, e, portanto, a obra de Weber guarda também uma ontologia, uma noção de ser no mundo). A causalidade, em Weber, não significa uma simples irreversibilidade nem uma ordenação arbitrária do tempo, significa, na visão de Castoriadis, a regularidade de uma consecução, cuja necessidade é expressa por uma lei universal. Mas não por isso, os fenômenos podem ser entendidos como reprodutibilidade de alguma regra, pois é precisamente a ausência dessa reprodutibilidade que confere todo seu peso às considerações de Weber sobre a racionalidade e a inteligibilidade. Mas há, ainda sim, um horizonte de reprodutibilidade em potencial, de forma que, sempre para Castoriadis, na qualidade de indivíduos racionais (que agem instrumentalmente), somos todos substituíveis uns aos outros, e diante das mesmas circunstâncias teríamos decididos empregar o mesmo meio X. A singularidade do evento é, dessa forma, dissolvida na concepção de reprodutibilidade em potencial do indivíduo que age instrumentalmente em relação aos fins. Castoriadis parte do pressuposto que o indivíduo sempre age instrumentalmente em relação a fins, mas aqui, vale dizer, a insistência weberiana na ética da responsabilidade mostra o

desejo de Weber que o indivíduo fosse mais que isso, pudesse ir além do instrumentalmente racional.

Se faltar esse potencial de reprodutibilidade produz-se o que Weber chama de “falta de adequação de sentido” (*Fehlen an Sinnadaquanzen*), que reduz o fenômeno a algo incompreensível. Nem por isso esses processos são menos importantes, pois pertencem às condições e obstáculos que o mundo apresenta ao agir social dos homens.

O historiador alemão Georg Iggers mostra que, apesar de Weber superar uma visão teleológica de história e a visão de um caráter objetivo de mundo, ele

“(…) não abandona dois supostos fundamentais do pensamento histórico do século XIX, do historicismo clássico e do marxismo clássico: o de que existe uma continuidade coerente na história do mundo ocidental e que uma dedicação científica e intelectual a este mundo é possível.” (Iggers, 1998, p. 41-42)

O que há nessa questão para além de uma teoria do conhecimento? Há, para Castoriadis, a demonstração da ideia que denota que o compreensível é produto da ação individual: *somente aquilo que fizemos e tudo o que fizemos é inteligível*. Uma afirmação cara para Castoriadis, que busca ressaltar o instante de verdade parcial dessa ideia. Pois para ele, muitas coisas são inteligíveis sem que as tenhamos feito, e por outro lado, nem tudo que fazemos torna-se inteligível. “*Eu não fiz a ideia de norma ou de lei (no sentido sociológico, efetivo – não no sentido transcendental); poderia inventar uma lei particular, não a ideia de uma lei social*”. Para Weber, é necessário afiançar aí uma ontologia: *se há sentido, é que há um sujeito que o estabelece*. Só o homem estabelece o sentido. Para Weber, mais que isso, tem a responsabilidade de fazê-lo. “E se há um sujeito, é que ele é ou única fonte e origem única do sentido, ou correlato obrigatório deste” (Castoriadis, 1922, p. 54).

“Nós não ‘compreendemos’ todos os comportamentos individuais, nem mesmo os nossos, longe disso, e podemos compreender ‘objetos’ irredutíveis a comportamentos individuais, quando pertencem ao campo do social-histórico. O mundo social-histórico é o mundo de sentidos – de significações -, e de sentido efetivo, mundo que não pode ser pensado como uma simples *idealidade visada*” (ibid., p. 55).

Não são os comportamentos individuais, para Castoriadis, que diferenciam a linha de separação entre a natureza da qual fala as ciências exatas e os fenômenos sócio-históricos. O que os difere é a efetividade da significação no horizonte do mundo sócio-histórico. “A compreensão é nosso modo de acesso a este mundo – e ela não passa necessária e essencialmente pela referência ao indivíduo” (ibid., p. 56).

As significações do mundo, a produção de sentidos dos homens, não podem ser, para Castoriadis, reduzidas a mera figuras de racionalidade. Essa afirmação levaria a consideração de que todas as culturas produzidas na humanidade, a civilização asteca, hindu, bizantina, etc. representam simplesmente formas de diferentes configurações da racionalidade. Para ele, ao contrário, o mundo das significações precede qualquer racionalidade explícita, e a imaginação e o simbólico detém uma autonomia perante a esfera da racionalidade. A breve passagem de Castoriadis em seu livro “A instituição imaginária da sociedade” apresenta bem essa perspectiva:

“A história é impossível e inconcebível fora da imaginação produtiva, do que nós chamamos o imaginário radical tal como se manifesta ao mesmo tempo e indissolúvelmente no fazer histórico, e na constituição, antes de qualquer racionalidade explícita, de um universo de significações”. (Castoriadis, 2007, p. 176)

Os fenômenos social-históricos são, dessa forma, irredutíveis a uma análise do “agir individual” e apresentam coerência em relação ao sentido produzido. São ainda irredutíveis uns aos outros, e todos a um “progresso da racionalidade”, como Weber bem sabia. Não há como compreender um universo social-histórico só a partir desses elementos, mas devo, em verdade, compreender esse universo como forma por ela mesma instituída, seu mundo de significações, e preciso ainda compreender como se dão os processos de sucessão, como algo que preexiste a forma atual vem a se tornar ela, graças ao novo sentido criado pela sociedade. Disso, Castoriadis nota, Weber estava convencido (idem, 1992, p. 61): a incomensurabilidade de nossos valores e fins últimos com outros valores e fins últimos tem por referência a diversidade social-histórica das significações que animam o seu tempo.

O problema é que, se a posição de Weber na recusa de consideração da racionalidade moderna como “superior” a outras formas de existência é clara, sua também recusa do “irracionalismo histórico” o obriga a instaurar o individualismo racionalista como horizonte

único de inteligibilidade da história de tal forma, que a análise que se pretenda científica restringe à racionalidade instrumental como seu único terreno sólido de pesquisa

“e quanto mais postulamos que a ‘racionalidade’ é o horizonte último da compreensão, tanto mais o ‘valores últimos’ das diferentes culturas tornam-se de fato inacessíveis, e a compreensão do mundo social-histórico se encontra reduzida à reconstituição de alguns fragmentos ou dimensões instrumentalmente racionais do agir” (Castoriadis, 1991, p. 62)

Poderíamos argumentar aqui, entretanto, que a racionalidade instrumental, em Weber, não é o horizonte último da compreensão, e sim o meio pelo qual a compreensão torna-se possível. De qualquer modo, a racionalidade instrumental é a cada vez socialmente instituída. Tomemos como exemplo a linguagem; essa acompanha toda a totalidade do mundo social na qual pertence, mas ela é impossível sem a co-determinação das significações sociais. Sem a instrumentação do significado nas coisas, as mesmas não poderiam ser compreendidas. É necessário um conhecimento do cristianismo para não ver no enunciado “1=3” (Santíssima trindade) um simples absurdo. (Castoriadis, 1992) Dessa mesma forma, se o objetivo é a realização do programa metodológico weberiano, o comportamento individual não pode ser reduzido a simples reflexo da racionalidade, pois apresenta uma estrutura de significados que não são apenas um “desvio” de uma racionalidade ideal. Isso não significa, porém, que outras “racionalidades” sejam inacessíveis para nós (já que também nosso processo de entendimento está imerso num imaginário instituído), acontece que esse acesso deve passar pela tentativa de “reconstituir as significações imaginárias da sociedade estudada” (Castoriadis, 1992, p. 63).

Ainda em referência à Castoriadis, o problema também se encontra na dificuldade e impossibilidade que é perceber as ações individuais não-instrumentalmente racionais como meros desvios da racionalidade. O instrumento de comparação do componente racional-instrumental e aquilo que dele se afasta seria insuficiente para a compreensão da ação, já que ela comportaria diversas outras dimensões que nada tem a ver diretamente com a racionalidade instituída. A compreensão ficaria incompleta, pois não se penetrou efetivamente nesse outro mundo de significações, motivações, etc.

“(…) o que me traria a tentativa de compreender o comportamento de Hitler, dos SS, de Stalin, dos membros dos partidos stalinistas, como um comportamento instrumentalmente racional, que, em certos pontos precisos, desviou dessa racionalidade? O que eu teria compreendido do totalitarismo? E como não ver nesse caso que o próprio emprego de uma ‘racionalidade instrumental’ demencial, até às vezes às suas mais detalhadas modalidades, foi totalmente dependente do imaginário totalitário e decisivamente co-determinado por este?” (Castoriadis, 1992, p. 64)

Como sabemos, os tipos ideais propostos por Weber objetivam o estabelecido de encadeamentos típicos de motivações e atos individuais, e também tipos ideais dos próprios indivíduos em questão, que nos possam auxiliar na compreensão da realidade estudada. Interessa saber, a cada vez, como a realidade se adequa ou se afasta do tipo ideal construído.. No sentido de Rickert, o que se deseja com o emprego do recurso ao tipo ideal é redução da complexidade do real, permitir ver o que não se vê devido à inapreensibilidade do real. Acontece que os tipos ideais, na metodologia de Weber, sempre tem que se adequar e conseguir descrever também ao comportamento individual. Dessa forma, algo como o conceito de mercado é entendido a partir dos comportamentos individuais o qual impulsiona e é impulsionado, o que, para Castoriadis, “despreza as condições social-históricas da verdadeira imposição do ‘mercado’ como instituição”<sup>1</sup>. As condições social-históricas não se limitam à existência “puramente individual”, mas pressupõe também um universo de sentidos.

Mas, ainda assim, os tipos ideais propostos por Weber, se apresentam como uma ferramenta legítima de acesso às realidades estudadas. Os tipos ideais têm sempre um referente, que é o sentido social efetivo da realidade observada e sua validade é sempre discutida a partir à referência ao sentido efetivo. Esse sentido nunca está isolado, se encontra sempre em seu próprio universo de significações, e ainda assim, devem ser coerentes e idealmente exaustivos, no sentido de seu potencial de acesso à compreensão da realidade. Os tipos ideais devem estar conectados de forma interna e se referir, juntos, à instituição da

---

<sup>1</sup> Para Karl Polanyi, o qual Castoriadis parece concordar, a ideia de mercado foi, durante todo o século XIX .um projeto utópico e artificial, colocado em prática tanto pelo Estado quanto pelas forças interessadas em apagar a inclinação do homem à comunidade.

sociedade e sua pluralidade de significações, não se limitando à instrumentalidade do racional.

“O *pater familias* romano se refere do interior – e não porque o teórico assim o ‘construiu’ – à esposa romana, o plebeu ao patrício e todos às leis da *urbs*, à religião romana, etc. Eles devem se ajustar a fim de produzir não somente uma sociedade que ‘funciona’, mas também um mundo coerente daquilo que (para nós) é sentido estrangeiro” (Castoriadis, p. 372, 2004)

Castoriadis (2007, p. 39) segue o pressuposto weberiano de que é necessário reconstruir continuamente encadeamentos de causação para os quais as ações são essenciais. A construção de encadeamentos ideal-típicos é o que torna possível a compreensão do que é o racional e sua forma específica de estabelecer a relação entre meios e fins. Mas esse acesso nunca é integral, sempre esbarra em um limite de compreensão. Esse limite se encontra no fato de que as significações imaginárias de fato não podem, para Castoriadis, ser acessadas em completo, muito menos em uma encadeamento de causa-efeito, pois são, elas mesmas, os pontos centrais de indeterminação do sujeito, daquilo que não pode ser posto em um plano cartesiano porque não pode ser reduzido a um dado. As significação imaginárias são o inexplicável para Castoriadis exatamente porque não têm como ser determinadas pelos indivíduos. Para Weber, tudo pode ser determinado pelo indivíduo, apesar dos limites sociais a sua ação. A realidade imaginária transcende o indivíduo, não se encontra essencialmente nele, mas na relação entre indivíduos, na relação entre eles e o espaço social, a cidade, as instituições e nas motivações que os impulsionam. Mas:

“se alguém diz algo absurdo sobre o sentido profundo da religião grega, da religião hebraica, da religião cristã, pode-se demonstrar de forma prática que é um absurdo, que não se sustenta ou que deixa de lado coisas importantes. Mas não há nenhum meio, nenhum método para encontrar aquele que é o nó verdadeiro, pois esse nó verdadeiro nunca é dado a quem quer que seja em pessoa.” (ibid, p. 40)

É esse “nó verdadeiro” que não pode ser acessado, pois esse só se estabelece nas relações possíveis de cada época. Se pudéssemos ressuscitar um ateniense do século V ele não poderia dizer o que era Atenas de fato pois esse nó verdadeiro se realiza na cidade, no século, e através de todas as categorias de pessoas – homens, mulheres, camponeses,



filósofos, escravos etc – e tudo isso transcende o indivíduo. O sentido só é acessível na interrelação para Castoriadis, interação em vez de ação pensa ele. Para Weber ação por si só pressupõe interação.

Porque, se admitirmos, segundo a lógica de Castoriadis, que o fator que fornece conteúdo para a transformação (ou permanência) das estruturas sociais não são nem o “real” nem o “racional”, mas sim esse elemento simbólico que é a criação imaginária das significações sociais, então devemos nos atentar para o fato de que somente a intencionalidade do agir humano não é suficiente pra compreender os processos de transformação da história, até porque, como ressalta o historiador alemão Jorn Rüsen, os acontecimentos históricos

(...) não se deixam compreender satisfatoriamente como resultado de intenções. É uma experiência trivial, mas nem por isso menos importante e constitutiva do pensamento histórico, a de que a maior parte das mudanças temporais que os homens provocam, em si próprias e em seu mundo, não correspondem às intenções que pudessem ter orientado as ações. Em geral, tudo acaba por ser bem diferente do que se tinha planejado a princípio. (Rüsen, 2007, p. 41).

A questão é saber de que forma a crítica de Castoriadis à metodologia weberiana abre a possibilidade de fundamentação de um novo modo de fazer histórico que possa, para além de uma análise “racional”, reviver os elementos significativos de sociedades outras através da narrativa. Essa tentativa deve presumir a capacidade de estabelecer familiaridade com o objeto/sujeito do passado, e ainda, a capacidade de se descentralizar do próprio imaginário social de época para que seja possível centrar-se em imaginários outros e se relacionar com esse de formar a torna-lo compreensível para nós. Tornar compreensível é o que interessa para Weber e sua sociologia histórica. A compreensão é o objetivo porque por meio dela se alcança a reflexividade.

A crítica central de Castoriadis procura denotar o erro (e o perigo) da crença em leis históricas que se efetivam enquanto uma forma nova de heteronomia, que buscam transpor, para além da ação humana, os motivos e causas das instituições e das significações sociais. Disso Weber bem sabia. A remissão da fonte de instituição social para outras formas que não a ação humana autônoma (a existência de uma tal natureza humana, a existência de leis racionais de realização, seja do Estado ou da Revolução, etc.) apagam a possibilidade de

pensar formas de ação que fujam e “extrapolem” o “permitido e autorizado” pela História. A capacidade de brotar o novo, da criação imanente, daquilo que justamente é característica do homem: o abismo desse com a “animalidade” ou “naturalidade”. A “volta” a Weber, nesse sentido, significa a capacidade de restaurar a visão de que, se existe algo que “produz” a história e a sua sucessão, esse algo é o indivíduo e sua capacidade de ação para além de qualquer determinismo. A compreensão, através da história, das significações individuais e coletivas denota o que Castoriadis tanto busca: que a história é sempre criação, e é sempre posição do novo. O tempo enquanto emergência do outro, do singular, de novidades não-triviais, que só são o que são, devido ao caráter de criação que organiza a ação.

O problema, em nossa perspectiva, parece ser o fato de onde se localiza o ponto de origem dessa criação. A centralidade que Castoriadis confere às instituições nesse processo é fundamental, mas pode significar também uma perda significativa para uma metodologia centrada no sujeito, em nome de uma razão centrada mais em instituições figuradas e substanciais do que na ação individual. Ou, seguindo a crítica de Habermas

"Castoriadis não consegue resolver o problema, e isto porque o seu conceito de sociedade, em termos de ontologia fundamental, não deixa lugar para uma práxis intersubjetiva que possa ser atribuída a indivíduos socializados. No fim a práxis social é absorvida na maré anônima de uma instituição, produzida pelo imaginário, de mundos sempre novos". (Habermas, 1990, p. 303).

O problema seria como conjugar os elementos constitutivos dessa "maré anônima da instituição" da qual fala Habermas, sem desconsiderar o indivíduo na ação. Qual a articulação possível entre a sociedade, enquanto instituição de um mundo, com a práxis intermundana. Acreditamos que compreender a posição castoridiana em relação a obra de Weber, que tanto insistiu no potencial histórico da ação individual, pode nos auxiliar em uma compreensão fundamentada dos problemas próprios à filosofia de Castoriadis no que concerne as relações entre sociedade, ação humana e imaginário.

## ***Referências***

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *O Mundo Fragmentado. As Encruzilhadas do Labirinto 3*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

IGGERS, Georg. *La ciencia histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales*. Barcelona: Idea, 1998.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007

## O ATUAL E O INATUAL EM LORD ACTON

Hugo Ricardo Merlo\*

Devo dizer, antes de qualquer coisa, que o título deste trabalho remete intencionalmente ao texto de Sérgio Buarque de Holanda, publicado na Revista de História da USP, em 1974, de título *O atual e o inatual em Leopold von Ranke*. Alguns especialistas da obra de Sérgio Buarque de Holanda afirmam que o texto, posteriormente publicado como introdução a uma coletânea de textos do historiador prussiano, é um postulado dos problemas teóricos dentro dos quais o intelectual brasileiro foi formado. Apesar de não se pretender de nenhuma maneira um postulado teórico, este trabalho objetiva lançar luz às carências de sentido que motivaram a produção intelectual, sobretudo historiográfica, acerca do pensamento de John Emerich Edward Dalberg Acton<sup>1</sup>, o Lord Acton (1834 – 1902), e identificar o lugar não apenas nosso, mas de toda a historiografia recente, que verse sobre o barão britânico. A análise historiográfica das carências de sentido é um instrumento para tentar identificar o que é “atual e inatual” em Lord Acton, extrapolando, em alguma medida, como Sérgio Buarque de Holanda em seu texto, os limites da temática.

Ao passo que Sérgio Buarque localiza o debate de Leopold von Ranke *com* outros autores, utilizando Lord Acton como um contrapeso ao pensamento “historista”, este trabalho não é um trabalho que opera na escala historiográfica dos debates que Lord Acton travou com seus contemporâneos. Interessa-nos aqui compreender que problemas foram forças-motriz da produção *sobre* Acton durante mais de um século de trabalhos e citações ao autor e se esses problemas permanecem sendo os nossos.

Podemos recuar para pouco antes da morte do autor e estabelecer o marco inicial da reflexão sobre Lord Acton na pequena resenha da *Lecture on the Study of History*, do historiador, feita por seu desafeto, Henry Charles Lea, em 1896. Os dois não preservavam uma relação boa desde que o Acton fez uma resenha severa do livro de Lea, *History of the*

---

\* Hugo Ricardo Merlo é graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

<sup>1</sup> Acton foi historiador e político britânico de grande projeção no fim do século XIX. Famoso por sua erudição e por ter encabeçado grandes projetos historiográficos, é alvo de controvérsias por nunca ter escrito um livro, e geralmente lembrado por ter sido um dos mais importantes pensadores liberais católicos britânicos. Deixou uma vasta bibliografia composta, sobretudo, por artigos nas revistas que editou, *Home and Foreign Review* e *The Rambler*, além da *English Historical Review*. Para um curto resumo de sua vida, ver MALERBA (2009). Para um estudo mais aprofundado, ver a monumental bibliografia de HILL (2000).

*Inquisition of the Middle Ages*, publicada, em 1888, na *English Historical Review*, periódico do qual ambos foram contribuidores frequentes. Henry Charles Lea, em sua resenha, diz que seu resenhado se esconde atrás da máscara da imparcialidade e confere a ele certo ar de ingenuidade e idealismo em sua busca pela verdade. No fim, aparentemente para fins retóricos, o autor sugere que o texto de seu par é importantíssimo e leitura obrigatória para todos aqueles que se interessem pelo estudo da História, além de destacar a enorme erudição pelo qual o autor se distingue.

Uma rica bibliografia de tom muito personalista – talvez por conta da proximidade de muitos dos autores com o objeto do trabalho – se segue nas duas décadas consecutivas à morte de John Acton. De uma maneira geral existe um manifestado desejo de se preservar a memória do autor, expressado pela série de elogios que são despejados sobre sua pessoa por vários colegas em seus textos. Não se pode afirmar, porém, que esses textos não são analíticos ou críticos; eles os são, mas numa escala muito menor do que textos das gerações subsequentes. Reginald Lane Poole, em seu obituário de Acton, publicado na *English Historical Review*, em 1902, enquadra seu colega como um filósofo da história, rótulo que preservava uma forte carga teórica no momento em que o texto é publicado, além de afirmar categoricamente que Acton não foi crítico – que seus trabalhos se sustentavam pelo volume de documentação e por uma erudição incrível, e não pelo minucioso julgamento dos fatos. James Bryce, em *The Letters of Lord Acton*, publicado em 1904, na *North British Review*, analisa a relação que Acton tinha com a obra de George Elliot e diagnostica certos elementos da teoria da História do autor, como, por exemplo, sua preferência por estudar a longa duração das ideias sobre a pequena duração da política passageira e sua despreocupação com a estética da narrativa histórica.

O primeiro texto com forte teor analítico aparecerá logo em 1905, com a publicação de *Lord Acton and His Obiter Dicta on History*, de Oliver H. Richardson, e encontrará um par à altura apenas no texto de 1919, de Crane Brinton, *Lord Acton's Philosophy of History*. O texto mais importante dessa geração, entretanto, é de um aluno de Lord Acton que começava a encontrar seu espaço na historiografia britânica nesse momento, George Peabody Gooch. Gooch publica, em 1913, seu clássico *History and Historians in the Nineteenth Century*, que contém um capítulo sobre seu professor. Dada à popularidade que essa obra alcançou, não apenas

entre a historiografia de língua inglesa, uma das imagens mais poderosas que se tem até hoje é do Lord Acton moralista que é criada nesse momento e reproduzida nesse trabalho.

A publicação das obras compiladas de Acton provocou um comprovado impacto que pode ser verificado pelo volume de textos sobre seu pensamento que surgem nas duas décadas consecutivas a sua morte (pode-se facilmente encontrar pelo menos cinco textos em indexadores de artigos online). O que observamos é que se tratam de trabalhos não muito longos e que discutem o pensamento de Lord Acton de uma maneira pouco aprofundada. Os autores parecem falar de duas posições: daquela em que estão os que querem conferir certa unidade de sentido ao emaranhado de fragmentos – muitas vezes desconexos – que são as formulações teóricas de Acton; e daquela em que estão os que querem dar continuidade a um paradigma moralizante da história, ou seja, à defesa de uma história que tem a obrigação de operar como um tribunal sobre o passado que pauta seu julgamento em valores a-históricos.

Os desdobramentos desse primeiro momento aparecem com clareza em 1931, num dos manifestos teóricos de maior importância da historiografia britânica, *The Whig Interpretation of History*, de Herbert Butterfield. Para além da insurgência de Butterfield contra o que ele classifica como um paradigma historiográfico *whig*, existe o estabelecimento agora claro da oposição crescente, desde a última década do século anterior entre uma historiografia *whig*, não profissionalizada e uma historiografia *metódica, empirista, profissional e modernizante*, como Bentley a chama, ou ainda classificada erroneamente como *positivista*. No momento de publicação do livro de Butterfield essa equação entre whigs e modernos já parece desequilibrada a favor destes. Um discurso de uma história moralizante – ainda que de uma maneira diferenciada – ganhará força novamente apenas com a popularização do paradigma historiográfico marxista inglês décadas depois.

No último capítulo desse livro, Butterfield é explícito em seu ataque a Lord Acton (como também viria a ser em trabalhos posteriores que versam especificamente sobre o tema), enquanto nos capítulos anteriores refere-se aos historiadores *whigs* de maneira muito vaga, sem nomeá-los. Vários historiadores usaram e ainda usam essa denominação popularizada por Butterfield, enquadrando também William Stubbs e Edward Freeman, por exemplo, como

whigs, mas o próprio Butterfield é categórico em encontrar o perfeito encaixe para seu conceito na figura de John Acton.<sup>2</sup>

O problema que é o mote da produção desses trabalhos sobre Acton até a Segunda Guerra Mundial não nos parece ser precisamente um problema interpretativo – existe certa homogeneidade entre as falas. O problema desse momento, que culmina com a publicação da obra de Butterfield, é precisamente desenhar a linha que separava a antiga geração de historiadores, da qual Acton era um dos últimos e maiores representantes, da geração da história “modernizada” que se fazia naquele momento.<sup>3</sup> Essa problemática não some, mas torna-se secundária nas décadas seguintes.

No imediato pós-guerra, inaugura-se um novo conjunto de problemáticas ainda mais complexas e que se estende transversalmente a várias áreas, especialmente para a ciência política. Ao mesmo tempo em que ainda podemos ver a discussão sobre a relação entre moral e História em artigos como o de Andrew Fish, *Acton, Creighton, and Lea: A Study in History and Ethics*, de 1947, observamos o surgimento das discussões sobre a interpretação do pensamento político de Lord Acton. São vários os textos datados desse imediato pós-guerra, com destaque para *Acton as Historian and Political Scientist*, de Herman Finer, pela clareza com a qual destrincha o relevo acidentado da interpretação política de Acton, e para os canônicos *Individualism: True and False*, de Friedrich August Hayek e *The American Revolution in the Political Theory of Lord Acton*, de Gertrude Himmelfarb.

O texto de Hayek não é um texto que tem como objeto o pensamento de Acton. Publicado em 1948 como primeiro capítulo de seu livro *Individualism and Economic Order*, mas proferido em forma de *lecture* no University College of Dublin, em 1946, o objetivo do texto de Hayek é delimitar duas tradições de uso do conceito de individualismo: uma vertente sobretudo britânica, o individualismo verdadeiro; e uma vertente francesa, o individualismo falso. Sendo Hayek um dos mais importantes teóricos do individualismo liberal e tendo sido ele associado correntemente ao conjunto de ideias que daria origem às políticas neoliberais dos anos 70 e 80

---

<sup>2</sup> Richard Evans e Michael Bentley são dois exemplos de autores que recentemente produziram interpretações sobre esse paradigma historiográfico inglês do século XIX a partir das reflexões de Herbert Butterfield. Ver EVANS (2009) e BENTLEY (2005).

<sup>3</sup> Ver BENTLEY (2005)

do século XX, sua opção de terminologia – verdadeiro e falso – e o conteúdo valorativo dessa nos dão pistas de qual individualismo Hayek se apropria para sua própria teoria política.

Interessa-nos aqui dizer que, para Friedrich Hayek, Lord Acton se filiava à corrente do *true individualism*, sendo um grande devedor do pensamento de autores como aqueles da escola de Manchester, Adam Smith, Alexis de Tocqueville e, principalmente, Edmund Burke. O verdadeiro individualismo é aquele que reconhece que o indivíduo é a unidade mínima da sociedade e que, na busca de sanar suas vontades particulares, cada indivíduo faz parte de uma formação social espontânea, ao passo que o falso individualismo baseia-se na premissa cartesiana de que o indivíduo é plenamente racional e que, por conseguinte, pode tomar rédeas do processo de mudança social por meio da associação consciente de cada particular a um projeto de sociedade. Nessa última vertente, enquadraram-se o próprio Descartes, Rousseau e John Stuart Mill, de acordo com Hayek.

Apesar de não se concentrar em interpretar o pensamento de Acton, *Individualism: true and false* é o texto que cunha a imagem (ainda muito viva) de Lord Acton como “o grande campeão da liberdade”, nas palavras do prof. Jurandir Malerba (MALERBA, 2010: 249). O texto de Hayek não poderia ter passado em branco no turbilhão de discussões políticas do pós-guerra. A resposta mais imediata, que provocaria um debate de mais de duas décadas, veio da autora neoconservadora americana, Gertrude Himmelfarb. Em *The American Revolution in the Political Theory of Lord Acton*, a autora esmiúça a interpretação de Acton da Revolução Americana para combater a visão que Hayek impõe ao historiador inglês.

Himmelfarb parece ser a primeira a afirmar que Acton não é tão devoto ao pensamento de Burke como se acreditava. Em suas palavras

“O verdadeiro pupilo de Burke diria, parafraseando T. S. Elliot, que entre a ideia e a realidade repousa a sombra da história; entre os desígnios dos filósofos e os fatos da sociedade há um conjunto de condições mediantes – as idiossincrasias da história, acidentes, tradição, leis, as vontades e interesses de indivíduos e grupos e os expedientes e compromissos políticos. E ele consideraria desejável que essas condições mediadoras existissem em toda sua diversidade e confusão. Acton, do contrário, era geralmente distraído e perturbado por elas. Para ele a condição ótima era aquela em que ideia e fato uniam-se numa correspondência exata e imediata. A



história em seu único sentido significativo era, ele acreditava, a história das ideias; ideias sozinhas eram o mote do avanço da história e da liberdade.” (HIMMELFARB, 1949: 296, tradução nossa)

Kochan, em *Acton on History*, posteriormente, afirmou que o jovem Acton era mais próximo de Burke do que o velho Acton, e o estudo *Lord Acton and Edmund Burke*, publicado por Seamus F. Deane, em 1972, talvez tenha amarrado a questão de uma vez por todas, conseguindo de forma satisfatória demonstrar essa mudança da visão de Acton sobre Burke. Kochan é mais bem sucedido em localizar essa mudança na medida em que Acton envelhece, enquanto Deane consegue perceber a incidência de múltiplos elementos do pensamento de Burke no pensamento de Acton em momentos determinados.

Junto à negação da visão de Hayek sobre o tema, veio um denunciamento das leituras enviesadas do pensamento de Acton e um projeto discreto de se preservar a complexidade do pensamento do autor, sem simplesmente o reduzir a um apoio para ideias. Pensando dessa mesma maneira Lionel Kochan, em 1954, publica possivelmente a obra mais complexa sobre o pensamento de Acton e certamente a que explora de maneira mais aprofundada seu pensamento histórico: *Acton on History*, que analisa dois elementos da teoria da história de Acton, a moralidade e a simpatia, a relação dialética entre os dois e sua gênese na influência do historicismo. Ainda nessa época, são publicados dois trabalhos que lançam luz a um aspecto determinante na concepção histórica de Acton, que é sua larga influência da teologia histórica alemã da metade do século: *Lord Acton on Dollinger's Historical Theology*, publicado por Stephen Tonsor, em 1959, e *The Religious Conscience in Lord Acton's Political Thought*, publicado em 1961 por John S. Nurser. Esses textos são seguidos por dois livros sobre o autor, um de 1968, *Lord Acton and His Times*, de David Mathew; e *Historian of Liberty*, publicado por Robert Lindsay Shuttinger em 1976.

Após esse período, a produção intelectual sobre o tema, especificamente, diminuiu substancialmente, apesar das citações a Acton nunca cessarem. Apenas em 1997 teremos a publicação de uma obra mais expressiva sobre o assunto pelo antigo Professor Régio de História Moderna de Cambridge, Owen Chadwick. *Acton and History* é uma coletânea de artigos que combina aspectos biográficos do autor-objeto com suas visões sobre o conhecimento histórico e que marca o início de uma nova fase de trabalhos sobre Lord Acton,

a qual logo se juntam uma monumental biografia do autor, escrita por Roland Hill; *Lord Acton and "The Insanity of Nationality"*, de Timothy Lang, e *Lord Acton's Irish Elections*, de Colin Barr. Essas obras aparentemente não se conectam por uma problemática como vemos na produção das décadas anteriores – parecem desconexas entre si, quando não passam certo ar celebrativo ou revisionista, apesar de talvez se tratem das obras mais rigorosas e claras sobre o tema.

A primeira pergunta que surge após essa breve reflexão historiográfica é por que, antes de qualquer coisa, devemos estudar o pensamento de Lord Acton? Penso que temos a aprender com Acton sobre seu fazer historiográfico, que em certa parte ainda é o nosso, mas que não é a dimensão pedagógica do conhecimento sobre o passado que deve ser destacada. Sem muito me alongar na questão, diria que acredito que todo conhecimento sobre o passado é uma afirmação de alteridades e similaridades com outro mundo e que seu estudo representa não apenas uma melhor compreensão de nosso presente histórico (ainda que essas interpretações nos venham, em grande medida, “caducas”, como Koselleck sugere) pela determinação de seus limites, mas que representa também uma ampliação das possibilidades, um alargamento do horizonte de expectativas. Estudar Acton, como estudar qualquer passado, é exercitar a mente para compreender e experimentar novos mundos.

Talvez, para aqueles que pensam de maneira mais pragmática, seja interessante dizer que Acton é uma rica janela para compreender e experienciar um momento importante para a historiografia britânica – já que vive no momento de tensão entre uma historiografia não profissionalizada e uma historiografia moderna e que transita entre esses dois polos constantemente – e que o estudo do caso britânico preserva certas características que são comuns aos processos de institucionalização da disciplina em outros países.

Mas minha visão não é unanimidade, e caracteriza-se, igualmente, por não se conjugar com as outras produções recentes. Nesse momento em que vivemos a ausência de clareza dos motivos que estimulam a produção historiográfica sobre Lord Acton e que já assistimos falhar o projeto de preservar a complexidade do pensamento do autor – não sob o ponto de vista do enviesamento da produção intelectual sobre o assunto, mas na falha em pensar o autor fora de conceitos espaciais (liberal, católico, moralista, historicista, individualista) que não dão conta de explicar aspectos divergentes de qualquer intelectual, forçando-os a encaixarem-se em

rótulos nos quais nunca caberão – o que existe de atual no pensamento de Lord Acton? Se a produção sobre o tema e as menções ao historiador continuam a existir, se partimos da ideia de que a produção historiográfica responde a certas carências de sentido do presente, o que existe de latente e mal resolvido no “caso Acton” que não nos permite superá-lo como tema de investigação historiográfica? Será que não percebemos qual é essa carência de sentido que nos compele a produzir sobre o autor, ou será que a produção atual é meramente estetizada, no sentido em que não responde verdadeiramente a nenhum problema?

A mim isso não é claro, mas arriscaria dizer, inspirado pela temática deste Seminário, que não é ocasional que verifiquemos um vazio de trabalhos expressivos sobre o tema justamente a partir da década de 70, que para muitos autores foi palco de uma virada epistemológica. Pensar dessa maneira nos oferece duas possibilidades de responder a essas questões, que por sua vez não são fundamentalmente divergentes. A primeira delas é que a “crise de representação”, de que fala Michel Foucault, resultou numa espécie de nova episteme, que se manifesta também no vazio de produção intelectual sobre Lord Acton, e da qual ainda não nos distanciamos o suficiente para podermos superá-la ou para diagnosticarmos corretamente quais são as carências de sentido que movem uma historiografia na qual estamos plenamente imersos. A outra, e que me agrada mais, é que o que Eelco Runia chama de representacionalismo, ou o que Gumbrecht compreende como a conjugação do surgimento de um novo cronótopo (pós-moderno) e das condicionantes que nos permitiram romper com o enclausuramento hermenêutico moderno, esteja nos forçando a produzir conhecimento de uma dada maneira para a qual ainda não forjamos ferramentas teóricas e metodológicas adequadas. Ou, sendo mais específico: ainda não criamos maneiras satisfatórias para dar conta da dimensão *presencial* do passado – para dar conta daquilo que transcende o sentido – e isso é uma condição latente para a produção historiográfica na atualidade. Essa segunda possibilidade explicaria, por exemplo, a predominante referência em condições materiais que existe nas obras de Chadwick, Hill e Barr e que se apresenta de maneira muito discreta em toda a produção anterior, concentrada em discutir as ideias de Acton por elas mesmas.

Explorar essas possibilidades é um trabalho que deve ser feito num espaço maior do que este pequeno texto comporta. Para concluir, resta dizer que existe muito de inatual em Acton – o empoeirado Lord Acton “campeão da liberdade” não responde mais aos problemas de nossa época, pois é um mito criado para representar os ideais de liberdade do pós-segunda guerra,

portanto, de outra época. Ao mesmo tempo, existe algo de atual em Acton e, antes de avançarmos mais um passo na investigação da temática, é necessário identificar aonde, precisamente, reside essa atualidade.

## **Bibliografia**

BARR, Colin. Lord Acton's Irish Elections. **The Historical Journal**, Vol. 51, n. 1. Cambridge University Press, 2008. p. 87-114

BENTLEY, Michael. **Modernizing England's Past: English Historiography in the Age of Modernism, 1870 –1970.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BRINTON, Crane. Lord Acton's Philosophy of History. *The Harvard Theological Review*, Vol. 12, No. 1. 1919. p. 84-112.

BRYCE, James. The Letters of Lord Acton. **The North American Review**, Vol. 178, No. 570. University of Northern Iowa, 1904. p. 698-710

BUTTERFIELD, Herbert. **The whig interpretation of history.** Londres/Nova York: W. W. Norton & Company, 1965.

CHADWICK, Owen. **Acton and History.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DEANE, Seamus F. Lord Acton and Edmund Burke. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 33, No. 2. University of Pennsylvania Press, 1972.

EVANS, Richard J. **Cosmopolitan Islanders: British Historians and the European Continent.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

FINER, Herman. Acton as Historian and Political Scientist. **The Journal of Politics**, Vol. 10, No. 4. Cambridge University Press, 1948. p. 603-635

FISH, Andrew. Acton, Creighton, and Lea: A Study in History and Ethics. **The Pacific Historical Review**, Vol. 16, No. 1. 1947. p. 59-69

GOOCH, George Peabody. **History and historians in the nineteenth century**. Londres: Longmans, Green and Company, 1913.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record. 1999.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto & Ed. PUC-Rio, 2010.

HAYEK, Friedrich August. Individualism: true and false. In: \_\_\_\_\_, **Individualism and Economic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

HILL, Roland. **Lord Acton**. New Raven/Londres: Yale University Press, 2000.

HIMMELFARB, Gertrude. The American Revolution in the Political Theory of Lord Acton. **The Journal of Modern History**, Vol. 21, No. 4. , 1949. The University of Chicago Press. p. 293-312

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. **Revista de História**, Vol. 50, n. 100, 1974. p. 431-482.

KOCHAN, Lionel. **Acton on History**. Londres: Andre Deutsch, 1954.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ; Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LANG, Timothy. Lord Acton and "The Insanity of Nationality". **Journal of the History of Ideas**, Vol. 63, No. 1. University of Pennsylvania Press, 2002. p. 129-149

LEA, Henry Charles. A Lecture on the Study of History. **The American Historical Review**, Vol. 1. No. 3. The University of Chicago Press, 1896. p. 517-518

MALERBA, Jurandir. Lord Acton. In: \_\_\_\_\_. **Lições de História: O caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MATHEW, David. **Lord Acton and His Times**. University of Alabama Press, 1968.

NURSER, John S. The Religious Conscience in Lord Acton's Political Thought. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 22, No. 1. University of Pennsylvania Press, 1961. p. 47-62

POOLE, Reginald Lane. John Emerich, Lord Acton. **The English Historical Review**, Vol. 17, No. 68. 1902. p. 692-699

RICHARDSON, Oliver H. Lord Acton and His Obiter Dicta on History. **The Sewanee Review**, Vol. 13, No. 2. The Johns Hopkins University Press, 1905. p. 129-142

RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, Vol. 45, n. 1. Wesleyan University Press, 2006. p. 1–29

SHUTTINGER, Robert Lindsay. **Lord Acton: Historian of Liberty**. Open Court Pub. Co., 1976.

TONSOR, Stephen J. Lord Acton on Dollinger's Historical Theology. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 20, No. 3. University of Pennsylvania Press, 1959. p. 329-352

***O PERÍODO DE SONOLÊNCIA QUE COMEÇOU COM O SEGUNDO REINADO: O DISCURSO DE TAVARES BASTOS SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL***

Lis Meira \*  
Myraí A. Segal \*\*  
Profª. Drª. Serioja R. C. Mariano \*\*\*

Ceda o governo imperial espontaneamente o que desde 1840 usurpara ao povo, ao município, à província; restaure não uma liberdade nominal e precária, mas a liberdade tangível e prática da descentralização. (BASTOS, 1975/1870: 246).

O presente trabalho<sup>1</sup> tem por objetivo analisar, a partir do “lugar social”<sup>2</sup> de produção, o discurso de Aureliano Cândido Tavares Bastos, em sua obra *A Província* (1870), sobre a descentralização político-administrativa. Leitura indispensável nas discussões sobre o Brasil imperial, ela apresenta uma defesa do projeto político liberal, cuja ideia central era a autonomia das províncias, que poderia ser conquistada através da descentralização política e administrativa do Império Brasileiro. O Segundo Reinado, com os conservadores no poder e a implantação, segundo o autor, de reformas centralizadoras, foi visto por ele como um período “de sonolência”.

No entanto, antes de abordar mais detidamente alguns aspectos do referido livro, torna-se relevante conhecer um pouco sobre a vida deste homem e o contexto no qual estava inserido, uma vez que, como nos mostra Certeau (2002), a produção de uma obra está intimamente relacionada ao meio (social, político, econômico e cultural) no qual foi elaborada.

### **O liberal Tavares Bastos e o Segundo Reinado**

Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), filho do bacharel José Tavares Bastos e de Rosa Cândida de Araújo, nasceu na cidade de Alagoas no dia 20 de abril de 1839. Sua

\* Estudante de Graduação em História e bolsista do PIBIC/CNPq/UFPB.

\*\* Estudante de Graduação em História e bolsista do PIBIC/CNPq /UFPB.

\*\*\* Prof.ª Dra. do Departamento/PPGH de História da UFPB.

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado parcial das pesquisas que desenvolvemos no Projeto de Iniciação Científica, intitulado *Culturas políticas e Redes familiares na Paraíba Oitocentista* (UFPB/PIBIC/CNPq).

<sup>2</sup> No presente trabalho nos apropriamos deste conceito de Michel de Certeau (2002).

família era abastada e possuía poder político, esse era um ambiente em que conviveu desde muito jovem: em meio às disputas políticas/oligárquicas (FERREIRA, 1999:52). A situação em que se encontrava contribuiu para que ele tivesse acesso ao ensino superior e uma carreira política de certo prestígio. É no ano de 1854 que ingressa na Faculdade de Direito de Olinda, transferindo-se posteriormente para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde terminou os estudos e tornou-se bacharel no ano de 1858, com apenas dezenove anos.

Além de ter sido uma figura atuante no cenário político brasileiro no período imperial, mas especificamente no Segundo Reinado, tendo ocupado alguns cargos relevantes, como o de oficial de Secretaria da Marinha e de Deputado Geral, representando a província de Alagoas, em três legislaturas (1861-1868), Tavares Bastos escreveu várias obras. Dentre elas podemos citar: *Os males do presente e as esperanças do futuro* (1861), *Cartas do Solitário* (1861-1862), *O vale do Amazonas* (1866), *A província* (1870), *A Situação e o Partido Liberal* (1872), *Reforma eleitoral e parlamentar e Constituição da magistratura* (1873).

Entre as décadas de 1860 e 1870 foi o momento em que escreveu seus livros e que atuou efetivamente na política, como podemos observar. Mas o período regencial (1831-1840),<sup>3</sup> caracterizado, além de outros acontecimentos, pela aprovação do Ato Adicional (12 de agosto de 1834) e maior descentralização, foi muito marcante na produção do autor, considerada de cunho liberal. Em contraposição ao “espírito genuíno do ato adicional” (1975/1870:78), foram implantadas pelos conservadores durante o chamado Regresso, no início de 1840, algumas reformas, que na visão de Tavares Bastos, aniquilaram o que havia sido conquistado na Regência, sobretudo com a promulgação da Emenda Constitucional. Assim, esses dois acontecimentos, tidos como marcos, serão sempre retomados pelo autor, em *A província*, mesmo que de maneiras diversas e até mesmo opostas. Contudo, iremos nos dedicar mais detidamente a esse aspecto mais adiante.

A década de 1850, é marcada pela relativa estabilidade e pelo considerável crescimento material (expansão da rede de transportes, por exemplo), este último ocasionado, dentre outros fatores, pelo desenvolvimento do comércio e da produção cafeeira. A abolição do tráfico negreiro (1850), além de fomentar ainda mais o debate sobre a substituição da mão

---

<sup>3</sup> Marcello Basile (2009) aborda uma série de questões interessantes acerca do período regencial. Para o autor, esse período representou um momento de suma importância para a construção da nação brasileira e não apenas um período de instabilidades políticas e sociais.



de obra escrava, também contribuiu para que houvesse um maior dinamismo econômico. É nesse momento de mudanças e de “modernização” do país que se impõe, mais uma vez, a discussão sobre a centralização e a descentralização no Brasil Imperial. Tendo em vista o “lugar social” ao qual Tavares Bastos pertencia, é importante ressaltar que sua proposta, assim como da grande parte da elite que desejava manter seus privilégios, era modificar a monarquia e não extingui-la. Como afirma Gabriela Nunes Ferreira: “no debate da década de 1860 estava em pauta a reforma da monarquia, como uma tentativa de adaptá-la aos novos tempos, e, portanto de preservá-la” (1999:48).

É nesse contexto, na década de 1860, que se apresenta um “novo liberalismo”, este “teria como ponto-chave a ideia de modernização, identificada com o surgimento de novos padrões de trabalho e de cidadania” (FERREIRA, 1999:46). A esta “nova linhagem de liberais” pertenciam homens como Tavares Bastos, além de outros importantes políticos como Joaquim Nabuco, André Rebouças e Rui Barbosa (FERREIRA, 1999: 47).<sup>4</sup>

Apesar de ter vivido apenas 36 anos, Tavares Bastos produziu um considerável número de escritos que, além de deixar explícita a ideia acerca do tipo de governo que defendia, também apresentou os seus anseios para o futuro, e a partir daí propôs uma série de “soluções práticas”, baseadas na realidade de seu tempo e não apenas em ideias utópicas, para alguns dos problemas que, segundo ele, afligiam o país. Dessa forma levou em consideração, e pôs no centro do debate, uma série de questões que se impunham naquele dado momento, tais como: a centralização e a descentralização político-administrativa, a liberdade religiosa, o sistema de instrução pública, a imigração, a utilização do trabalho escravo e sua gradual abolição.<sup>5</sup>

Em sua obra *A Província*, o autor propõe um projeto político liberal, no qual defende a autonomia provincial, a descentralização e a adoção do sistema federalista, tomando como principal exemplo o sistema de governo dos Estados Unidos.<sup>6</sup> No entanto, aproximava-se

---

<sup>4</sup> A autora, no entanto, afirma que Tavares Bastos é de uma geração anterior a Nabuco e Rebouças. Ver mais sobre o assunto FERREIRA, 1999.

<sup>5</sup> A respeito desse último aspecto, em seu livro *A Província*, Tavares Bastos defende a ideia de que a abolição da mão de obra escrava deve ocorrer primeiramente nas províncias de fronteira, uma vez que este é um “gravíssimo elemento de fraqueza militar”, e nas províncias que possuem menos escravos (BASTOS, 1975/1870: 162). Segundo ele, as províncias teriam um papel central neste movimento abolicionista. Os demais temas citados também são discutidos na referida obra, além de outros de seus escritos.

<sup>6</sup> O autor, influenciado pelo pensamento de Tocqueville, faz ao longo do texto, inúmeras menções ao sistema político dos Estados Unidos que, segundo ele, tem como principais características a completa descentralização

mais da forma de governo monárquica do que da republicana, adotada por este último.

Tecendo duras críticas ao sistema vigente que, segundo ele, era extremamente centralizado, prejudicial ao desenvolvimento do país e causa de sua “deplorável situação moral” (1975/1870: 20), Bastos ainda afirma que a centralização é uma “fonte perene da corrupção, que envenena as mais elevadas regiões do Estado” (1975/1870: 28). Assim, ao longo das três partes e diversos capítulos que compõe o livro, ele desenvolve suas ideias e sugere uma série de reformas. Particularmente interessante para nossa análise, será a segunda parte intitulada *Instituições provinciais*, mas especificamente os capítulos que tratam a respeito do Ato Adicional e das reformas estabelecidas no início da década de 1840, das Assembleias Provinciais e das forças repressivas.

### **Para além da “gloriosa reforma” : O projeto político de Tavares Bastos e a reivindicação pela autonomia provincial**

No período regencial os debates relacionados à reivindicação por uma maior autonomia provincial e uma menor centralização política tornaram-se mais evidentes. A aprovação do Ato Adicional, no ano de 1834, foi, portanto resultado de uma série de discussões e negociações. Ele estabelecia, entre outras mudanças, a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, que possuíam uma considerável autonomia, em substituição aos Conselhos Gerais de Província, e a abolição do Conselho de Estado (DOLHNIKOFF, 2005), considerado por Tavares Bastos “ninho dos retrógrados auxiliares de D. Pedro” (1975/1870:64).

Já a Revisão Conservadora, para o autor, pôs fim à autonomia das províncias, tornando-as dependentes do governo central para a realização de obras públicas, para deliberar acerca de questões relativas aos empregos municipais e provinciais, além de centralizar o poder judiciário, impedindo, por essas e outras razões, o progresso das mesmas.<sup>7</sup>

---

“combinada com a intervenção constante da soberania popular” (1975/1870: 47). É válido dizer, entretanto, que mesmo ao deixar explícita sua admiração em relação ao modelo federativo adotado no referido país, Bastos não propõe a simples transplantação desse sistema no Brasil, mas sim o toma como referência e mostra, em algumas situações, que ele deve ser adaptado à realidade brasileira. A esse respeito ver o capítulo V: *A Federação nos Estados Unidos* (1975/1870:35-57).

<sup>7</sup> Miriam Dolhnikoff (2005) defende em seu trabalho, inserido na produção historiográfica mais recente, que

Dentre as reformas estabelecidas, que estavam sendo discutidas desde 1836/1837, podemos destacar a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e a Reforma do Código de Processo Criminal (1841), cujo principal objetivo foi restringir as atribuições do juiz de paz. Foi também em 1841 que os vice-presidentes de província passaram a ser nomeados exclusivamente pelo Imperador e que houve o restabelecimento do Conselho de Estado, suprimido no ano 1834. Em relação à lei de 12 de maio de 1840, Tavares Bastos afirma:

*A lei chamada da interpretação foi, todos o sabem, o ato mais enérgico da reação conservadora: limitando a autoridade das assembleias provinciais, permitiu a criação da polícia uniforme em todo o império e a militarização da guarda nacional [...]. Não interpretava-se, amputava-se o ato adicional; e tudo sem os trâmites de uma reforma constitucional: obra por esses dois motivos odiosa (1975/1870: 67. Grifos nossos).*

Tavares Bastos considera a referida lei como a mais prejudicial empreendida pelos conservadores, e até mesmo como ilegítima. Na sua compreensão, além de limitar a autoridade das Assembleias Provinciais (centralizando a polícia, o aparato judicial, etc.), ela, excedendo até mesmo as “expectativas dos seus autores” (1975/1870: 68)<sup>8</sup>, abriu espaço para que outras reformas centralizadoras fossem consumadas. Uma delas foi a restauração do Conselho de Estado. Esta instituição, cujos membros eram nomeados pelo monarca, foi vista por Tavares Bastos de maneira muito negativa, tanto que chegou a afirmar que ela era a instituição do Segundo Reinado mais “funesta às liberdades civis e às franquezas provinciais” (1975/1870:68). Assim, uma das propostas contidas em seu projeto político liberal era a abolição do Conselho de Estado (1975/ 1870:29).

As Assembleias Legislativas Provinciais, como principais representantes do poder legislativo nas províncias, também mereceram a atenção do autor, que propôs algumas alterações em relação ao seu funcionamento e à ampliação de suas atribuições. Então, como

---

mesmo após a Revisão Conservadora as províncias continuaram a possuir uma considerável autonomia. As Assembleias Legislativas Provinciais, de acordo com a autora, tinham o poder de legislar acerca dos assuntos referentes à arrecadação de impostos, distribuição de rendas e empregos públicos, com exceção dos cargos relacionados à magistratura.

<sup>8</sup> Em *A Província* Tavares Bastos dialoga, em vários momentos, com a obra *Estudos práticos sobre a administração das Províncias no Brasil* (1865), de Paulino de Sousa (visconde de Uruguai). Segundo Bastos, até mesmo Uruguai, um dos responsáveis pela Revisão Conservadora, considerando excessiva a centralização, combate as *exagerações do Conselho de Estado* e chega a afirmar que o seu livro *é em alguns pontos, reação contra a reação de 1840* (1975/1870:69).

seria essa nova organização e quais seriam as mudanças que permitiriam conferir a essa instância de poder maior autonomia? Em primeiro lugar, Tavares Bastos afirma que o poder legislativo, tomando como exemplo os Estados Unidos e sob inspiração Tocquevilliana (RÊGO, 1993), deveria se dividir em dois ramos. E assim como as Assembleias Provinciais, a segunda câmara ou Senado provincial deveria ser composta por membros eleitos pelo *povo*.

Uma das principais vantagens da divisão do poder legislativo provincial em duas câmaras seria, de acordo com o autor, a redução dos frequentes conflitos entre a Assembleia Legislativa Provincial e o presidente, principal representante do executivo nas províncias. Podemos observar que, ao sugerir tal reforma, Tavares Bastos pretende que a segunda câmara seja responsável pela aprovação ou reprovação dos projetos de lei elaborados pela Assembleia, e não o presidente de província, nomeado pelo Imperador. Dessa forma, o que é retirado da competência deste último é transferido para o âmbito do poder legislativo provincial.

Em segundo lugar, Tavares Bastos afirma que deveria ser “introduzido entre nós a prática das comissões permanentes” (1975/1870:82). Portanto qual seria o papel de tais comissões? Elas seriam nomeadas anualmente e deveriam atuar no período compreendido entre os intervalos das sessões legislativas votando, provisoriamente, as medidas de urgência e resolvendo algumas questões referentes aos municípios. “Deste modo se agilizariam as práticas administrativas provinciais, sempre morosas, porque atreladas ao lento movimento do governo central” (RÊGO, 1993:80-81). Para complementar as reformas, e ampliar ainda mais o poder das províncias, o liberal defende que os membros do Senado, além de assumir o cargo temporariamente, deveriam ser eleitos pelas duas câmaras que passariam a compor o legislativo provincial. Assim, concluindo o capítulo afirma: “Se ajuntássemos às atribuições da assembléia a de nomear os senadores do império [...] tornar-se-ia comunicado ao nosso sistema político uma energia desconhecida até hoje” (1975/1870: 84).

Em seu projeto ainda consta que os já mencionados presidentes de província deveriam ser eleitos e não nomeados exclusivamente pelo poder central e que eles deveriam ocupar o cargo, ao contrário do que ocorria, durante um prazo fixo, evitando assim a “deplorável instabilidade das administrações provinciais” (1975/1870:90). A eletividade do presidente estimularia, conforme Tavares Bastos, “o caráter nacional” (1975/1870: 92), além de evitar que maus governantes administrassem as províncias, uma vez que, nomeados pelo Imperador,

eles representariam os interesses do governo central e não os provinciais.

Como atesta Walquíria Domingues Leão Rêgo, o liberalismo após o ano de 1840, iria direcionar duras críticas e questionar a legitimidade do Poder Moderador, do Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado (1993:76). Assim, o faz Tavares Bastos ao propor que o Poder Moderador seja modificado ou extinto, que o Conselho de Estado seja abolido e que o Senado se torne temporário, com membros eleitos pelas duas câmaras provinciais. É importante ressaltar que, no projeto anterior à aprovação do Ato Adicional, já se reivindicava que os membros do Senado deixassem de ser vitalícios, contudo, tal proposta não foi aprovada.

Então, para “interromper o período de sonolência que começou com o segundo reinado” (1975/1870: 11), a solução, para o autor, é regressar “ao espírito genuíno do ato adicional” (1975/1870:78): “a gloriosa reforma que consumou a independência do Brasil” (1975/1870:63). E ainda mais: os liberais não deveriam apenas resgatá-la, mas também complementá-la, promovendo mudanças que fossem além das reformas efetivadas no período regencial.

### **As forças repressivas e a centralização do poder**

Outra questão abordada diz respeito à manutenção da ordem no Império. Diante dos conflitos que ocorriam no Brasil, era importante para as elites dirigentes a organização de forças repressivas. Tomada por revoltas em todo seu território, no início da Regência, a polícia e a Guarda Nacional tinham ainda a missão de proteger a propriedade privada e os interesses das elites do Império brasileiro. Transformar o Brasil em um país “civilizado” era o objetivo de quem governava nos trópicos. A forma como a polícia, e outras organizações que compunham o aparato repressivo, deveriam ser organizadas, tomavam o centro das discussões com relação à administração. A centralização e descentralização dessas corporações foram o objeto de discussão n’*A Província*.

Para Tavares Bastos, o ato adicional de 1841 significou um regresso nas reformas implantadas pela Regência, considerado por ele, e por muitos, o momento mais liberal da história do Império brasileiro. Ao chamar “de sonolência” esse período, Tavares atenta para a tendência centralizadora da política brasileira depois do revés conservador. Nesse momento,

as instituições criadas no período da regência sofreram algumas alterações após o ato adicional. Analisaremos aqui duas delas: a polícia e a Guarda Nacional. Criadas no momento em que o Estado brasileiro precisava se fortalecer, sua organização diz muito sobre a administração pública brasileira. A importância e a urgência de instituições repressivas eram tão evidentes que na sua origem sua estrutura se apresentava de forma pouco hierárquica.

Em sua discussão sobre a polícia e a Guarda Nacional, Tavares Bastos elenca todas as alterações sofridas por essas instituições, logo após o Ato Adicional. Para ele, essas diferenças só representavam atraso, e o declínio aparece através das medidas políticas centralizadoras. Se antes a organização da polícia estava vinculada a um poder local, depois da reforma essa instituição passa a ser organizada por uma hierarquia que chegava até o ministro da justiça, passando pelo presidente de província, chefe de polícia, chegando até o inspetor de quartirão.<sup>9</sup>

A descentralização, em todas as esferas estudadas por Tavares Bastos, aparece como um grande obstáculo para o desenvolvimento do país. Sobre a polícia, ele afirma:

Não se exagere, entretanto, o nosso pensamento: o que desejamos é que um interesse tão local, como a polícia, não seja monopolizado pelo governo da União, nem dependa de funcionários seus. Mas, descentralizada a polícia, regulada por leis provinciais, confiada a autoridades municipais, cada província encontrará o meio de combinar essas forças locais sem tirar-lhes o caráter local (BASTOS, 1975/1870: 113).

Tavares Bastos, mesmo sendo um defensor da causa liberal, não deixou de fazer críticas ao Código de Processo Criminal, fruto da Regência Brasileira. Tavares Bastos encara como deficiência do Código a mesma que ele aponta como defeito dos conservadores de 1841. Para o autor, liberais e conservadores falham quando encaram o Brasil de maneira uniforme. Ambos ignoraram, em suas formulações, as peculiaridades regionais do país. Para ele, as leis deveriam ser aplicadas de formas distintas, variando-se de acordo com as características de cada província.

As proposições do gabinete de 16 de julho<sup>10</sup> foram consideradas por Tavares Bastos

---

<sup>9</sup> Tavares Bastos ainda aponta para outras mudanças implantadas pela lei de 3 de dezembro de 1841. Para mais detalhes ver BASTOS 1975/1870: 109.

<sup>10</sup> Foram criados, durante o Segundo Reinado, 32 gabinetes ministeriais. Tavares Bastos se refere ao gabinete de 16 de julho de 1868, que era presidido pelo conservador Joaquim José Torres, visconde de Itaboraí.

como um atentado à autonomia local. Se a ideia dos liberais da época era a de extinguir o recrutamento e propor o engajamento de voluntários para o exército, abolindo a Guarda nacional; a proposta do gabinete conservador transformaria a Guarda Nacional em um exército de reserva. A questão do Exército e das forças repressivas, como um todo, representaram para o Brasil pontos importantes da administração pública. Os liberais viam no exército uma força decadente que representava os interesses absolutistas. Extinguir o recrutamento significava desqualificar ainda mais essa organização. Razão de muitas discussões entre autoridades brasileiras, a conscrição forçada de homens para servir no exército dividia a sociedade. A violência e o mal estar causados pelo recrutamento forçado revelavam como o engajamento de voluntários seria uma opção inviável para a composição dos quadros militares brasileiros. Logo, os liberais, que defendiam a extinção do recrutamento, visavam o enfraquecimento do Exército Brasileiro. A proposta desses liberais citados por Tavares Bastos é a descentralização, ao extremo, das forças repressivas.

Tavares Bastos também é um defensor dessa ideia liberal. Afirma, em sua análise, que o controle da força policial deveria se dar no âmbito local, na esfera da municipalidade. Citando uma resolução de 7 de outubro de 1833, Tavares Bastos enaltece o caráter descentralizado que tinha a polícia. De acordo com essa lei, as câmaras municipais é que deveriam ditar o controle da guarda policial, estabelecendo, inclusive, o soldo que os guardas deveriam receber.

A mesma opinião tem Tavares Bastos em relação à Guarda Nacional que, mesmo estando ligada ao governo geral, preservava em sua organização o caráter local. Ao governo geral só competia a formação e emprego dos corpos do serviço nacional. Tavares Bastos aponta como progresso as câmaras municipais terem grande importância na organização da Guarda, sendo elas as responsáveis pela disposição de guardas do município em batalhões, além de marcarem suas paradas. Ainda em sua análise sobre a Guarda Nacional, Tavares Bastos enfatiza a eletividade dos cargos dessa instituição como uma característica positiva.

O estudo de *A Província* também é importante para entendermos outras questões fundamentais para o Brasil Imperial. Através da análise que Tavares Bastos faz da

---

[http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro\\_Conselho\\_de\\_Estado\\_1865-1867.pdf](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf)

organização repressiva brasileira durante o Império, podemos compreender quais deveriam ser as atribuições da polícia nessa sociedade. Tavares Bastos, ao admitir que a polícia de caráter liberal não poderia dar conta, em alguns momentos, dos problemas que assolavam o país, identifica as principais questões a que deve se ater a polícia. Um aparato repressivo mais sólido deveria ser instituído para dar conta das questões primordiais. Tavares Bastos atenta para a formação de quilombos, forasteiros “vagabundos” (BASTOS, 1975/1870: 117). Através desse comentário percebemos quais as principais preocupações das autoridades brasileiras do Império. Conservadores e liberais estavam juntos na defesa da propriedade, ou seja, o modo de produção escravista deveria ser preservado em qualquer tipo de governo. Tavares Bastos aponta como hipótese fantástica a abolição da escravatura. Tal acontecimento traria o caos, e nesse caso cada província deveria estabelecer suas regras para controlar a população liberta, sendo assim a centralização da administração policial seria prejudicial. O fim da escravidão deveria ser tratado como um momento de desordem social, e por isso a polícia deveria estar preparada para essa situação. Dentro dessas circunstâncias a excessiva centralização poderia prejudicar o trabalho das forças repressivas.

Quanto ao aparato repressivo, Tavares Bastos é categórico. Para ele, a centralização da força policial, e mesmo da Guarda Nacional, só prejudicava o andamento dessas corporações. Os conservadores que programaram a reforma do Código de processo em 1841, segundo o autor, imprimiram um caráter despótico em relação às forças repressivas. O autor afirma que a descentralização, promovida em 1831, era a única forma da polícia e Guarda Nacional serem realmente eficientes. Somente sob responsabilidade das autoridades locais as forças repressivas poderiam atuar de forma hábil. Tavares Bastos critica ainda a uniformização dessas forças, fator que ignora as características próprias de cada região.

Assim, no decorrer de sua principal obra, Aureliano Cândido Tavares Bastos discorre sobre diversos assuntos, e baseado em dados empíricos, constrói seu argumento para demonstrar que a descentralização era a maneira mais viável de promover a liberdade e o desenvolvimento da nação. E a adoção do federalismo poderia, segundo ele, tornar isso possível.

As províncias adquirem na nova organização político-administrativa, por ele defendida, um papel central. As atribuições que lhes foram conferidas com aprovação do Ato Adicional e posteriormente usurpadas com advento da Revisão Conservadora deveriam ser



restituídas e até mesmo ampliadas. Portanto, as Assembleias Legislativas Provinciais, além de promover o melhoramento material nas províncias, para legislar acerca das questões referentes aos empregos provinciais e municipais, deveriam ter o poder de nomear os presidentes de província e eleger os membros do Senado.

Se observarmos o passado pelo caleidoscópio, proposto por José Carlos Reis (1999: 07-20), percebemos um leque de interpretações que constituem a História do Brasil. A *Província* de Tavares Bastos é mais um ângulo pelo qual podemos analisar o Império Brasileiro. Revela-se nessa obra o pensamento político de um homem do século XIX, que como tal, só pode ser compreendido à luz de sua época.

## BIBLIOGRAFIA

- BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial.** (1831-1870). Vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A Província:** estudo sobre a descentralização no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975 [1870].
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem:** a elite política imperial; **Teatro das de sombras:** a política imperial. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial:** origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império:** o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999.
- RÊGO, Walquíria Domingues Leão. **Tavares Bastos:** um liberalismo descompassado. Revista da USP, n. 17, março/abril/maio, 1993:74-85.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

## A QUESTÃO DO TEMPO NA IDADE MÉDIA

Renata Lopes Marinho\*

### Introdução

A elaboração deste artigo surgiu com o intuito de trabalhar a questão do tempo para o historiador, assim como, o mesmo dentro de um recorte histórico a fim de demonstrar a sua evolução juntamente com o avanço da sociedade. Fazendo uso de um debate historiográfico entre alguns estudiosos do tema.

Na Idade Média, por exemplo, período a ser tratado neste artigo, a questão temporal é vista diferentemente dos demais períodos. Isso ocorre devido ao tipo de mentalidade e de realidade social encontrada no recorte abordado.

O tempo, ao longo da história, é compreendido de maneira distinta para cada grupo de pensadores. Para os físicos o tempo não passa de algo específico a ser medido constantemente. Já alguns historiadores consideram o tempo como algo imutável, uniforme como diz Aristóteles, mesmo outras linhas de pensamento não concordando. Assim como existem ainda pessoas que nem se dão conta do que o tempo representa para elas, apenas o vivem.

Tudo na história exige uma margem temporal a estar contida, ou seja, todo acontecimento precisa para ser palpável a um estudo, quiçá ser considerado como existente, de um recorte histórico. Assim:

*“A descontinuidade que opõe nosso presente ao passado torna-se, então, um instrumento para desenvolver uma nova consciência historiográfica.” (DOSSE, 2003, p. 149)*

---

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Departamento de História

Logo, para entender a mentalidade de um indivíduo em especial é necessário observar em que período (tempo) da história o mesmo está inserido. E o mesmo vale quando se trata de compreender as ideias de um autor e sua obra. Dessa maneira, o tempo se torna um fator primordial para se entender o “todo sobre tudo”.

Depois desse breve apanhado de noções, proponho discutir separadamente a questão do tempo em sua definição, do mesmo aplicado na história e na Idade Média.

### **O Conceito de Tempo**

*“O que é o tempo? Se ninguém me pergunta, eu o sei, mas se me perguntam e eu quiser explicar já não o sei mais.”*

*Santo Agostinho*

No dicionário Aurélio, tempo é definido como Medida de duração dos fenômenos. Seja como a tentativa de demonstrar uma limitada duração; momento fixado; prazo; tempo disponível; época histórica; estação; estado da atmosfera; marcação musical (FERREIRA, 2010, p. 723).

Segundo Norbert Elias (ELIAS, 1998, p. 33), o tempo é uma atividade e quando uma sociedade não tem instrumentos capazes de mensurá-lo, essa experiência do tempo faz falta, ou seja, o tempo é substancial. Dessa maneira, entendemos que não se pode medir o tempo, pois ele não é espaço, não tem corpo. Então o que temos medido ao longo da nossa existência? Uma padronização que decidimos chamar de “horas”, “dias”, “meses”, “anos” e assim por diante.

Serve então para o homem como uma tentativa de orientação sobre o externo, ficando mais fácil a vida em sociedade. Assim Elias também relata que a experiência humana do que é entendido como tempo se modificou ao longo dos períodos, passando a ser mais estruturado e ensinado com o passar das gerações, servindo de regra já pré-estabelecida dentro das sociedades. (ELIAS, 1998, p. 33)

As horas, por exemplo, são representações invisíveis de algo. Então como o relógio consegue marcá-las? Elias completa afirmando que os relógios não medem o tempo, ao menos não ele enquanto invisível, mas sim algo perfeitamente passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho. Assim, os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências-modelo de recorrência regular, como as horas ou os minutos. (ELIAS, 1998, p. 7)

Por isso, neste artigo não estou fazendo alusão ao tempo marcado por um relógio, e sim aquele dentro de conectores específicos como a cronologia. Diante disso podemos trabalhar um grande paradoxo da história: Se o passado não existe mais e o futuro ainda não é real, como apreender o que pode ser o tempo? Como medir o que não é?

Santo Agostinho irá responder a essas perguntas dizendo que só estendendo o presente para uma ampla temporalidade que engloba a memória das coisas passadas e a esperança das coisas futuras podemos entender o tempo mesmo que ele não se defina: “O presente do passado é a memória, o presente do presente é a visão, o presente do futuro é a esperança” (Santo Agostinho, *Confessions*, XX).

Husserl poderia completar dizendo que não se limita o “agora” a um único instante fugitivo, mas inscreve-o no interior de uma intencionalidade longitudinal segundo a qual ele é, ao mesmo tempo, a retenção do que acaba de acontecer e a extensão da fase a seguir (DOSSE, 2003, p. 155). Sendo então a intencionalidade longitudinal e não objetivante o fator que assegura a continuidade da duração e preserva o mesmo no outro, de acordo com Ricoeur (DOSSE, 2003, p. 155).

O tempo então passa a ser humano, e o faz por estar ajustado na forma de uma narrativa, da mesma maneira que um relato só irá atingir sua verdadeira extensão quando estruturado de acordo com uma dimensão temporal em especial. Por isso pode-se dizer que o recorte temporal é responsável por validar ou não um objeto de estudo histórico, e ao mesmo tempo só é possível de ser feito por estar interligado ao fato ocorrido, ou seja, um precisa do outro para existir.

Podendo dizer que a distância temporal passa a ser entendida como um obstáculo a ser ultrapassado, importando somente ver nessa distância uma possibilidade positiva e

reprodutiva oferecida para chegar a uma compreensão. Então, a marcação classificativa deixa de ser o principal, pois se torna incapaz de comportar toda a especificidade que o tempo enquanto movimento abrange. (DOSSE, 2003, p. 149)

Dessa maneira, a história passa a ter uma especificidade que consiste em conseguir distinguir os diferentes tempos que se acham superpostos em cada momento histórico, ou seja, ser capaz de articular os acontecimentos das diversas sociedades em diferentes recortes fazendo uso de instrumentos avaliadores: História factual, conjuntural e estrutural. Sem deixar perder as premissas e valores do objeto analisado.

Por isso, mais importa para a história atualmente as conseqüências de uma ação ocorrida do que o fato em si. Passando a ter hoje uma leitura diferenciada de um acontecimento, se preocupando com a sequência a se dar de suscetíveis outros acontecimentos a partir de um primeiro. Não existindo somente um tempo único e linear, e sim plural respeitando todas as particularidades dos indivíduos, sociedades e período histórico.

Em contrapartida Kant é adepto da teoria que fala sobre o tempo não ser uma característica dos objetos externos, e sim da mente subjetiva que deles tem consciência. A linearidade do tempo a qual Kant acreditava existir o era por consequência da racionalidade da mente humana. Mas tal teoria só é passível de ser mencionada a fim de trazer para o debate outra visão do tema em questão. Pois essa conclusão de Kant é considerada historicamente incorreta devido ao fato de que na prática essa teoria nunca conseguiu se comprovar, como vimos durante todo esse texto. (WHITROW, 2005, p. 33-34)

Pode-se dizer então que o tempo é passível de inúmeras definições e papeis na sociedade ao longo das épocas. Porém é a sua inexistência que o torna um instrumento tão fascinante aos seres humanos. Pois todos vivem diretamente as vertentes temporais seja a questão cronológica, com os calendários, relógios ou simplesmente o passar da nossa mentalidade e continuidade constante. E ao mesmo tempo somos incapazes de definir prontamente o que o tempo é em nós e para nós.

## A Questão temporal na Idade Média

A própria definição pelo termo “Idade Média” foi algo trabalhado no tempo, na verdade posterior à época propriamente dita. Dessa maneira, o conceito foi sendo moldado e aperfeiçoado de acordo com a movimentação temporal da sociedade, e somente foi capaz de se tornar consolidado com o seu término. Devido a um avanço na mentalidade social.

No geral, pode-se dizer que o tempo medieval é predominantemente social, sendo tal definição de ampla recorrência. Pois o tempo social a que me refiro, o é caracterizado como tal, pois a idade média é marcada pelas singularidades quanto às questões, conflitos e diferenças na sociedade que caminha entre religioso, senhorial e rural. Mesmo sabendo que a informação acima não é restrita à idade média, ainda assim é válido ser mencionado por ser um fator de forte definição sobre o período em questão.

Para os próprios medievos, a medição do tempo ou sua caracterização era algo impreciso e instável, eles não tinham um conceito claro sobre sua época em questão. Existindo assim uma bipolarização quanto à questão do tempo e seu peso na história: havendo um tempo cíclico e outro linear. (FRANCO, 2000, p. 21-22)

As primeiras sociedades só marcavam o tempo biológico, o mesmo não se transformando em história. Isso porque para os pagãos viver no real era viver segundo modelos extra-humanos. Assim, tanto o tempo sagrado quanto o profano só existiam por reproduzirem atos ocorridos na origem dos tempos. (FRANCO, 2000, p. 21)

Já o cristianismo fez retornar e desenvolver a ideia de uma história linear. Marcando a sequência temporal da história: contendo um ponto de partida, chamada de gênese; um ponto de inflexão, denominado encarnação; e, um ponto de chegada, conhecido por juízo final. Mostrando-se linear, porém não infinito, pois possui um tempo escatológico, que só Deus é capaz de conhecer. Contudo a cristianização não cancela a teoria cíclica, permitindo por influência dela o reforço de certas categorias do pensamento mítico. (FRANCO, 2000, p.21)

Ao passo que foi ocorrendo uma transformação, onde o tempo dos deuses foi sucedido pelo tempo do Deus único. E o calendário romano cedeu lugar a um calendário marcado por novas divisões e novos ritmos (LE GOFF, 2002, p.534). O cristianismo acaba então por ser criado ancorado na história e na demarcação do tempo a ser vivido.

Marc Bloch diz que os homens da Idade Média teriam uma vasta indiferença ao tempo (LE GOFF, 2005, p. 168). Assim a sociedade medieval oscilava quanto à importância da quantificação do tempo. Mesmo que o peso maior em sua marcação fosse a igreja. Pois a mesma detinha o controle da sociedade, portanto controlava também a questão do tempo para os medievos.

Para a igreja, que era a forma de denominar o tempo mais importante do período, o tempo era apenas um momento da eternidade, sendo, portanto de propriedade de Deus, só podendo por parte dos medievos, ser vivido. Apanhá-lo, medi-lo, tirar partido ou vantagem era considerado pela igreja como um pecado, assim como subtrair uma parcela visto como roubo. (LE GOFF, 2005, p. 159)

Assim a igreja detinha o papel de preencher os dias com datas importantes e festividades. Resultado disso seria criar uma maior conscientização quanto a questão das datas para o período, como também um controle econômico, pois algumas das datas levantadas pela igreja acabavam por servir de referência aos dias de pagamentos das rendas agrícolas e feriados para os artesãos e trabalhadores em geral. (LE GOFF, 2005, p. 175)

Além do fato de que o tempo medieval era ritmado pelos sinos das igrejas, que além de servirem para os clérigos e monges, também eram os únicos pontos de referência diária. Os sinos então faziam conhecer o único tempo cotidiano conhecido e passível de ser parcialmente medido. Dessa maneira, ficava fácil para a igreja controlar a vida cotidiana das pessoas, se tornando indispensável para a época e construindo assim seu forte e amplo papel na estrutura social.

Outra maneira importante de se medir o tempo na idade média era através da agricultura. Afinal, era uma época onde a terra tinha um grande papel na vida das famílias, tudo precisava da mesma para acontecer, logo, a primeira referência cronológica era a rural.

Dividia-se então em marcar os dias e as noites assim como as estações, mesmo que tais datações sofressem constantes mudanças.

A base da atividade econômica medieval era a agricultura. A terra acaba por ter um valor ímpar para a época. De modo que esse período é repleto de inovações que geram significativas transformações nas técnicas rurais. Por isso passou a existir uma marcação do tempo própria da agricultura: tempo de plantar, tempo de colheita e assim por diante. A própria igreja se aproveitou dessas demarcações para associá-las com o tempo de Deus.

A agricultura então era a grande marcadora do tempo no medievo. Ela era capaz de trazer para perto a compreensão de uma ideia que mais havia sido imposta do que propriamente aceita pelo povo. Através dela o tempo era entendido, vivido, aceito ao invés de simplesmente absorvido.

E por fim o tempo senhorial, que juntamente ao tempo rural influenciavam o cotidiano medieval. Esse tempo senhorial era o responsável por marcar o recomeço dos combates, o tempo da hoste, de Pentecoste e das grandes reuniões cavaleirescas, e também servia para marcar o pagamento das rendas do campo.

## **Conclusão**

O tempo da Idade Média é em primeiro lugar um tempo de Deus e da terra, depois dos senhores e dos que estão sujeitos ao senhorio. Só depois - sem que os tempos precedentes tenham deixado de ser presentes – um tempo das cidades e dos mercadores. No fim de tudo é que esse tempo seria do príncipe e do indivíduo. Pois a indivíduo só poderia pertencer a si mesmo, naquela época, depois de ser pertencente à igreja e a Deus, ao seu senhor, à sua função e as suas obrigações respeitando a hierarquia familiar.



Logo é importante ressaltar que o tempo na idade média servia para designar a maneira como as pessoas viveriam elas tendo ou não consciência disso. E a igreja tinha a função de organizar tal vivência a partir de seus interesses e verdades. Afinal, ela era capaz de fazer uso do tempo como um instrumento de dominação social com perfeita exatidão para a época.

### **Bibliografia**

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história.* 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DOSSE, François. *A história.* Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

FRANCO Jr., Hilário. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente.* São Paulo: Brasiliense Editora, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jaques. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002.  
Volume I e II.

WHITROW, G.J. *O que é tempo?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

## A AURORA DAS LETRAS EM PORTUGAL, NA OBRA “PARNASO LUSITANO”, DE ALMEIDA GARRET

João Luís Cardoso de Oliveira\*  
Igor Giacomassi Lima\*

Almeida Garret<sup>1</sup> é considerado pela fortuna crítica, um dos introdutores do romantismo em Portugal, portanto, para que compreendamos o tema proposto, é importante entender o contexto no qual o autor está escrevendo suas obras, principalmente a carta do “Dia 24 d’Agosto” e o “Parnaso Lusitano”, publicado na França em 1826<sup>2</sup>. E com isso lançar luz ao que podemos intitular como a linguagem romântica garrettiana no século XIX, e seu olhar para o XV, considerado para ele o início da “Aurora das Letras”<sup>3</sup> em Portugal. E a consideração de Garret, de que a partir da segunda década do século XVI, a história de Portugal, seria caracterizada como uma história de decadência.

Portugal nos tempos de Garret, assim como considerável parte da Europa, vivia um ambiente de intensas transformações. Após a Revolução Francesa, evento que deixou marcas profundas em toda Europa, eclodiu em Portugal a Revolução do Porto, fruto das ideias liberais, baseada na defesa da liberdade individual, contra as ingerências, e atitudes coercitivas do poder estatal. E também da insatisfação de certas camadas da sociedade, devido à sede do império português se encontrar no Brasil desde

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

<sup>1</sup> João Baptista da Silva Leitão, a que só depois cresceram os apelidos com que se notabilizou, nasce a 4 de Fevereiro numa casa da velha zona ribeirinha do Porto, não longe da alfândega de que o pai possuía o cargo de selador-mor; a 10, é baptizado na igreja de Stº Ildefonso. Filho segundo, entre cinco irmãos, de António Bernardo da Silva e de Ana Augusta de Almeida Leitão, família burguesa ligada à actividade comercial e proprietária de terras na região portuense e nas ilhas açoreanas. Disponível em: <<http://purl.pt/96/1/bio/biografia.html>> (Acessado em: 21 de Julho de 2012).

<sup>2</sup> “Parnaso Lusitano ou Poesias Selectas dos Auctores Portuguezes Antigos e Modernos, Illustradas com Notas. Precedido de uma História Abreviada da Lingua e Poesia Portugueza”, publicado em Paris na casa editorial de J.P. Aillaud em 1826.

<sup>3</sup> O período exposto para designar a “Aurora das Letras em Portugal” compreende a ascensão de Dom João I ao trono (1385) até o falecimento do Rei Dom Manuel I (1521). Porém, Garret afirma que após o falecimento de Dom Manuel I, “declinou visivelmente a fortuna portuguesa, e o crescimento posterior a sua morte foi fruto de seu impulso anterior e não prometia longa duração”. Desta forma caracterizamos o recorte feito por Almeida Garret em sua obra “Parnaso Lusitano”, para designar o alvorecer do espírito nacional em Portugal e o crescimento das artes, ciências, comércio, riqueza e virtudes.

1808, o país então, viu-se na dupla condição de colônia brasileira, e protetorado britânico. Garret na sua “Carta de 24 de Agosto”, ao Congresso Nacional, defende a causa da Revolução Liberal do Porto e sua legitimação:

Aos Paes da Patria offereço a defeza da Causa della. Os verdadeiros Português não carecem das poucas luzes deste escripto para reconhecerem a justiça, com que o heroísmo de poucos homens os libertou do jugo de tantos: Os sentimentos de liberdade, e valor nascêraõ com eles. Os que não forem por fraqueza, e ignorancia, ou se emendaraõ, lendo-o, ou tem o vicio, e o crime arreigados no coração. Estes não são Portuguezes. Mas nem só a Portuguezes me dirijo: eu fallo á Europa, e ao mundo fallo com intrepidez, porque fallo a simples verdade. (GARRET, p. 3).

É inserido no interior desse novo tempo, de transição entre o final do Antigo Regime Político em Portugal, e a construção do Estado liberal na primeira metade do século XIX, que Garret tentará reconstruir a história da língua e poesia portuguesa no “Parnaso Lusitano”. Para Almeida Garret e seus contemporâneos, o espaço de experiência tradicional não nutria mais a compreensão desse novo momento histórico, e a História que até então usufruía de seu caráter de exemplaridade, como mestra da vida, e modelo para os homens, passa a não ser mais passível de tal uso. Estamos nos referindo há um tempo em constante movimento, onde eventos inéditos ocorrem a cada instante, e a experiência advinda do passado se distancia cada vez mais do presente, dificultando assim prognósticos para o futuro<sup>4</sup>. Para Sérgio Matos, desde as invasões francesas em Portugal (1807-1811), a história era utilizada não apenas com o objetivo de legitimar as transformações do presente, mas também para ampliar a compreensão de um tempo que havia se tornado incerto<sup>5</sup>.

A partir daqui tentaremos entender aquilo que o Almeida Garret denominaria como a “Aurora das Letras” em Portugal, ou o que previamente podemos intitular com a própria expressão de Garret, a “Origem de nossa língua e poesia”. De maneira que não nos reteremos a uma cronologia da língua e poesia portuguesa, mas aos efeitos que a emancipação portuguesa em relação à sua própria língua e escrita, a partir do reinado de

---

<sup>4</sup> KOSELLECK, Reinhardt. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

<sup>5</sup> MATOS, Sérgio Campos. História – Portugal. In: Dicionario político y social del mundo iberoamericano – La era de las revoluciones, 1750 – 1850. SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Fundación Carolina, Madrid, 2009, p. 666-680.

Dom João I (1385), produziram na criação de uma identidade nacional portuguesa no século XIX. No frontispício de sua obra, o autor informa que sua seleção de poesias em língua portuguesa é precedida por uma “*História Abreviada da Língua e Poesia Portuguesa*”, o que indica uma relação entre a formação da língua e da literatura, que talvez possa ser entendida como essencial à formação histórica de Portugal.

A aceitação da obra na França é descrita por parte do acadêmico francês Mr. Raynouard, “*ao dar conta d’esta publicação em um dos numeros do Journal de Savans do ano 1829*”, onde expressa o louvor pela obra e o sucesso de Garret em desempenhar aquilo que propõe elaborar<sup>6</sup>. Consciente da complexidade do tempo no qual está inserido, Garret voltava-se para a regeneração política nacional portuguesa, onde criticava, que o rei que não procedesse segundo a constituição e as leis de sua nação, estava fadado a se tornar um tirano, lançando os homens a toda espécie de sofrimento. Na introdução de sua “Carta de 24 d’ Agosto” Garret expõe seu sentimento:

A ultima hora da tirania soou; o fanatismo, que ocupava a face da terra, desapareceu; o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte, e as derradeiras trevas do despotismo se foram, dissipadas por seus raios, sepultar-se-ão no inferno. (O Dia Vinte e quatro d’Agosto; Introdução, p. 9)

A independência portuguesa em relação sua própria língua se deu a partir de sua emancipação em relação ao latim. Ainda que em termos cronológicos, a língua portuguesa tenha início com os trovadores, (“*unicos no meio do estrepito das armas que algum tal qual cultivo lhe podiam dar; e provável que assim fosse com pouco melhoramento até os tempos d’el-rei D. Diniz, que no remanso da paz de seu reinado protegeu e animou as letras, que ele próprio cultivou também*”<sup>7</sup>), no século XII, quando Portugal se torna uma nação independente no reinado de Afonso Henrique<sup>8</sup>. Mas é a partir do reinado de Dom João I (1357-1433)<sup>9</sup>, que a “Aurora das Letras”, denominada

---

<sup>6</sup> SILVA, Inocêncio Francisco da. Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos Aplicaveis a Portugal e ao Brasil, Lisboa, 1862. Disponível em [www.google.com.br/books](http://www.google.com.br/books) (acessado em 03 de Julho de 2012).

<sup>7</sup> D. Diniz I ([?]<sup>1261</sup> – 1325) reinou de 1279 a 1325, também conhecido como o “Rei Poeta”.

<sup>8</sup> D. Afonso I ([?] 1109 – 1185), também conhecido por Afonso Henriques reinou no então chamado “Condado Portucalense” de 1139 a 1185.

<sup>9</sup> O primeiro Rei da Dinastia de Avis além de conhecido como “o de boa memória” pela lembrança positiva do seu reinado para os portugueses é lembrado pelas descobertas das ilhas de Porto Santo (1418), Ilha da Madeira (1419) e dos Açores (1427), além de se fazerem expedições às Canárias dando inicio a um processo de colonizações que nos próximos séculos trariam grandes resultados para Portugal.

por Almeida Garret, poderá ser identificada. Garret, expressa sua valorização ao passado, se voltando para literatura, cultura e língua portuguesa, ao se referir ao Rei Dom João I como:

“O eleito do povo, e o mais nacional de todos os nossos reis, deu ao idioma pátrio valente impulso, mandando usar dele em todos os atos e instrumentos público, que até então se faziam em Latim. Foi esta lei carta de alforria e de cidade para a língua que até ali vivera escrava da dominação latina, a qual sobrevivera não só ao império romano, mas a tantas conquistas e reconquistas de tão desvairados povos”. (Parnaso Lusitano, 1826).

O impulso dado ao idioma pátrio português, por Dom João I através do uso de uma única língua, no caso a portuguesa, se emancipando do latim, para todos os fins sejam “*atos ou instrumentos públicos*”, foi fundamental para que o futuro das letras e a consolidação de uma identidade e literatura propriamente portuguesa ganhasse força e começasse a ser construída. Nota-se a preocupação de Garret em seu “Parnaso Lusitano”, em fazer com que a história de Portugal e sua valorização, não se identificassem mais diretamente com os descobrimentos, com suas especiarias ou com o ouro advindo de suas explorações. Para o autor o que há de singular na história de Portugal, é sua língua, e sua revalorização deve ser buscada na Idade Média.

Garret vai entender essa vulgarização da língua como uma carta de alforria, dando a entender que Portugal estava em um processo de emancipação de sua língua e, por conseguinte se caracterizando enquanto nação, libertando-se da longa dominação latina, que sobrevivera a inúmeras conquistas e reconquistas. A “Aurora das Letras” (1385-1521) para Garret foi assim descrita em sua obra:

“Aqui se deve por a data da verdadeira aurora das letras em Portugal, que por singular fenômeno, pouco visto em outros povos, raiou ao mesmo tempo com a das ciências: por maneira que quando o romântico alaúde de nossas musas começava a dar mais afinados sons, e a subir mais alto que o até ali conhecido, as ciências e as artes cresciam a ponto de espantar a Europa, mudar a face do mundo, e alterar o sistema do universo. Desde então até a morte d’ el-rei D. Manuel<sup>10</sup>, tudo foi crescer em Portugal; artes, ciências, comércio, riqueza, virtudes, espírito nacional”. (Parnaso Lusitano, 1826).

A “Aurora das Letras” para Garret ganharia seu impulso inicial juntamente com as ciências onde, no mesmo período, através do então rei Dom João I e através de sua

---

<sup>10</sup> O período do reinado de Dom Manuel I estende-se de 25 de Outubro de 1495 a 13 de Dezembro de 1521, data de seu falecimento.

descendência, designada em um poema cunhado pelo poeta Luiz Vaz de Camões ([?], aprox.. 1524 — 1580), em "Os Lusíadas" (Canto IV, estância 50), por “Ínclita Geração”:

"Não consentiu a morte tantos anos  
Que de Herói tão ditoso se lograsse  
Portugal, mas os coros soberanos  
Do Céu supremo quis que povoasse.  
Mas para defesa dos Lusitanos  
Deixou, quem o levou quem governasse,  
E aumentasse a terra mais que dantes,  
Ínclita geração, altos Infantes.

A “Ínclita Geração” nascida do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre designada por Camões, se sobressaiu pelo seu elevado grau de educação, valor militar, grande sabedoria e predominância na vida pública portuguesa, e pela dedicação no âmbito cultural, seja com a criação de teatros, investimento em navegação, os descobrimentos e estudos de cartografia. Dentre eles destacam-se, D. Duarte I, conhecido como “o eloquente e Rei filósofo”, que sucedeu seu pai no trono, dedicou boa parte de sua vida ao estudo das letras e a administração régia, D. Pedro, que se dedicou ao governo de Portugal como Duque de Coimbra, grande viajante e influente na economia de seu tempo, e por fim, D. Henrique, Duque de Viseu, “o navegador”, que investiu boa parte de sua fortuna em pesquisa náutica cartográfica e de navegação o que possibilitou mais tarde Portugal se lançar aos descobrimentos<sup>11</sup>.

Neste sentido Valdei Araújo destaca a importância do incentivo estabelecido pelo monarca português e sua geração, onde considera que tal impulso dado à língua portuguesa e a “Aurora das Letras”, que dificilmente seria possível na ausência de uma autoridade que a sustentasse:

"A língua era uma dimensão que preexistiria ao estado, mas a literatura enquanto possibilidade dessa língua, só poderia existir se houvesse antes uma fonte de autoridade capaz de sustentar e incentivar a sua existência<sup>12</sup>."

---

<sup>11</sup> Para mais informações consultar: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: A formação do Estado Moderno (1415 - 1495)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

<sup>12</sup> ARAUJO, Valdei Lopes de. *O Tempo como Narrativa*. In: *Experiência do Tempo, Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. Editora HUCITEC. São Paulo, 2008. p.114.

Portugal começa desta forma a afirmar sua própria identidade, tanto no âmbito cultural como no político, sendo que para Garret um dos elementos essenciais que caracteriza uma nação é sem dúvida sua língua, poesia, romances, crônica, sua história – todos sob a ótica da língua portuguesa. Garret por fim afirma em sua obra “Folhas Caídas” (1853), um ano antes de seu falecimento, a importância da língua portuguesa no tocante a sua utilidade:

Senti sempre que a língua portuguesa era para todo o gênero de composições. E o rebelar-se ella em algumas pareceu-me que era mais inhabilidade de quem a conduzia do que defeito próprio seu. Por honra d’ella, mais que por vaidade minha, tentei compor em tam desvairados assumptos e gêneros como tenho feito. Hoje estou crente e firme convencido de que a tudo serve, a todo stylo se presta. (GARRET, 1853)

Desta forma a representação histórica da língua e poesia portuguesa proposta por Garret, e sua influência na divulgação dos ideais românticos na primeira metade do século XIX reflete-se no interior de seu próprio tempo, buscando em seu discurso romântico-nacionalista, a retirada de Portugal da condição de simples “cantinho” da Europa, ensejando dessa maneira a afirmação da política liberal em Portugal e a dissolução do absolutismo. As obras de Garret refletem o sentimento de seu tempo, a busca pela liberdade e a reestruturação de uma história portuguesa, onde fosse valorizada sua língua enquanto instrumento fundamental de sua história.

## Fontes

GARRETT, Almeida. **Camões**: poema. - [1ª ed.]. - Paris : Livraria Nacional Estrangeira, 1825. - VII, [3], 216 p. Disponível em: <<http://purl.pt/16>>.

\_\_\_\_\_. **D. Branca ou a conquista do Algarve**: obra posthuma de F. E. / João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. - [1ª ed.]. - Paris : J.P. Aillaud, 1826. - [8], 251 p. Disponível em: <<http://purl.pt/27>>.

\_\_\_\_\_. **Fábulas ; Folhas cahidas** / V. de Almeida-Garrett. - 2ª ed. - Lisboa : Imp. Nacional, 1853. - 288 p. Disponível em: <<http://purl.pt/14/3/>>.



\_\_\_\_\_. **O dia vinte e quatro de Agosto** / pelo cidadão J. B. S. L. A. Garrett. - [1ª ed.]. - Lisboa : Typ. Rollandiana, 1821. - 53 p. Disponível em: <<http://purl.pt/51/3/>>.

\_\_\_\_\_. **Parnaso lusitano ou poesias selectas dos autores portuguezes antigos e modernos, illustradas com notas.** - [1ª ed.]. - Paris : J. P. Aillaud, 1826-1834. Disponível em: < <http://purl.pt/25>> .

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez:** Estudos Aplicaveis a Portugal e ao Brasil, Lisboa, 1862. Disponível em: <[www.google.com.br/books](http://www.google.com.br/books)>.

## Referências

ARAUJO, Valdei Lopes de. **Experiência do Tempo:** Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo: Editora Hucitec: Aderaldo & Rothschild, 2008.

CATROGA, Fernando. “**Romantismo, literatura e história**”. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal – O Liberalismo*. 5º volume. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 463-477.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2011 (2º reimpressão).

MATOS, Sérgio Campos. História – Portugal. In: **Diccionario político y social del mundo iberoamericano** – La era de las revoluciones, 1750 – 1850. SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). Fundación Carolina, Madrid, 2009, p. 666-680.

RAMOS, Rui. (coordenador); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Monteiro. História de Portugal. A Esfera dos Livros, 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal:** A formação do Estado Moderno (1415 - 1495). Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

\_\_\_\_\_. **História de Portugal:** Estado, Pátria e Nação (1080-1415). Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

## OBSERVAÇÕES ACERCA DE ALGUNS CONCEITOS LITERÁRIOS PRESENTES NO *PARNASO LUSITANO*, DE ALMEIDA GARRETT

Larissa Accorsi\*  
Mayra S. Marques\*\*

João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett é conhecido por ser um dos precursores do Romantismo em Portugal, no século XIX. Justamente por isso Garrett pode ser situado em um momento de transição da estética literária, quando os modelos românticos começam a se impor em oposição às formas clássicas.

Além das mudanças que ocorriam no campo literário, Portugal estava em um momento de instabilidade devido à disputa entre D. Miguel e D. Pedro I pelo trono desde a morte de D. João, e foi neste período, em 1826, que Garrett publica, na França, mais especificamente na casa de J. P. Aillaud, seu *Parnaso Lusitano*, uma seleção de poesias em língua portuguesa de autores “antigos e modernos”. Pretendendo apresentar aos seus leitores o melhor da literatura portuguesa e os seus estilos variados, Garrett inicia sua obra explicando os seus métodos de seleção e sua percepção do que é a literatura, além de apresentar um “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”, onde apresenta o desenvolvimento da literatura portuguesa ao longo dos anos.

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns conceitos usados por Garrett e buscar compreendê-los em seu contexto histórico, tais como a diferenciação que o autor faz entre Romance e Novela, a associação entre a literatura nacional e a língua portuguesa, a renúncia aos estilos anteriores, como o Gongorismo, com o objetivo de compreender as intenções do autor ao criar a sua coleção de obras da literatura portuguesa, o *Parnaso*.

### “A quem ler”

---

\* Graduanda de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

\*\* Graduanda de História da Universidade Federal de Ouro Preto, bolsista PROBIC-FAPEMIG.

Garrett, após dedicar sua obra à regente Dona Isabel Maria, se dispõe a explicar suas intenções ao fazer o *Parnaso Lusitano* em um texto direcionado aos leitores, intitulado simplesmente “A quem ler” em uma grafia que se assemelha às letras feitas à mão, por um bico de pena. Esta peculiaridade gráfica, assim como a simplicidade do título, sem um direcionamento específico a um leitor “pré-definido” nos leva a pensar nas intenções do autor.

Este “A quem ler” demonstra, já no título, que o autor pretendia alcançar um público variado; a grafia cursiva, embora não necessariamente escolhida por Garrett (poderia ser uma opção do editor), poderia dar uma sensação de pessoalidade, de proximidade ao leitor, como em uma carta. “A quem ler” é um título que não direciona o texto a um público específico, podendo o texto ser lido por qualquer um; é como se o autor apelasse para a condescendência de quem estiver com o livro em mãos, tal qual um pedido para que o leitor se interesse pelo que está à sua frente, seja ele quem for.

### **Língua e poesia – um conceito viconiano?**

Garrett inicia seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* esclarecendo a origem da língua e da poesia portuguesa que, segundo ele, “nasceram gêmeas e se criaram ao mesmo tempo” (GARRETT, 1826. p. VII). Esta afirmação pode remeter à relação que Vico fez entre linguagem e poesia - sendo esta última a primeira expressão da primeira – pois há indícios de que as obras viquianas foram muito lidas na Europa e na América do Norte ao longo do século XIX: Teófilo Braga cita Vico ao explicar o surgimento e a evolução de uma língua na sua *Historia da Literatura Portuguesa*, dizendo que “as línguas dos povos começam pelo canto. O trovador era mais *cantor* do que poeta; assim o canto fixava o ritmo da língua, e adoçava por meio das sinalefas as terminações bárbaras que lhe tinham deixado as invasões germânicas” (BRAGA, 1870. p. 113).

Johann Gottfried von Herder (1744 – 1803), filósofo alemão, também foi muito influenciado pelo escritor italiano, principalmente em relação às ideias de nacionalismo e de historicismo, características do Romantismo. José Agostinho de Macedo, em suas *Cartas Filosóficas a Attico*, citava Vico entre os autores “profundos” do Renascimento, definindo

como profundidade “aquele dito que em poucas expressões compreende e encerra muitas ideias” (MACEDO, 1815. p. 301). Além disso, em 1827, o filósofo e historiador Jules Michelet publica a primeira tradução para o francês da *Nuova Scienza*.

Até mesmo em alguns periódicos é possível encontrar algumas referências ao filósofo italiano: o inglês *The Foreign Quarterly Review*, em 1828, publicou um artigo sobre literatura italiana (segundo o jornal, a literatura mais antiga da Europa) e citou Vico entre seus autores ilustres, considerando-o o precursor da nova escola italiana de filosofia moral e relatando sua iniciativa ao estudar as origens das sociedades de uma maneira menos anacrônica do que se havia feito até então, além de comentar sobre sua influência sobre outros autores italianos.

Já o *The North American Review*, em 1834, publicou um artigo sobre os avanços e os limites do progresso social (“*The Progress and Limits of Social Improvement*”) e citou a *Ciência Nova* de Vico como a única obra relevante a ter apresentado a questão do desenvolvimento e declínio de nações, mas critica o fato de o autor ter apenas apresentado o problema, e não as soluções, além de ser uma obra cujas ideias são obscurecidas por um estilo de escrita confuso. Em 1835, *The American Jurist and Law Magazine*, um artigo sobre a escola alemã de jurisprudência contendo uma introdução à História geral do Direito, apresenta uma pequena crítica à *Ciência Nova* de Vico, dizendo ser ela uma obra poética mais do que crítica, e considerando o autor um poeta que muitas vezes discorre sobre o que não entende.

Criticadas ou reforçadas, as ideias de Giambattista Vico receberam mais atenção no século XIX do que quando foram publicadas, o que aumenta a possibilidade de que Garrett tenha lido Vico e dele se apropriado ao criar seu *Bosquejo de História da Poesia e Língua Portuguesa*, além de suas teorias acerca da evolução do idioma e da literatura de maneira conjunta.

### **Romance e Novela como gêneros literários diferentes**

Garrett determina os anos após a morte de D. Manuel como uma fase de desenvolvimento das artes, ciências e até mesmo do espírito nacional, citando alguns nomes que considera ilustres no campo da literatura, tais como Gil Vicente e Bernardim Ribeiro,

sendo que este segundo “poliu e adereçou com alguns mimos da antiguidade o gênero inculto dos romances” (GARRETT, 1826. p. XI). Neste trecho, o autor coloca uma nota explicando que a palavra romance não deve ser aí compreendida como “novela”, mas da maneira que era entendida na época de Bernardim Ribeiro. Mas qual será a definição de romance e novela que Garrett tem em mente?

“Romance” é uma palavra vinda do latim, *Romanice*, que significa *em língua românica*, por oposição à língua latina. Segundo o Dicionário de Termos Literários de Massaud Moisés, este vocábulo pode ter dois significados: “1) composição poética tipicamente espanhola, de origem popular, de autoria não raro anônima e de temática lírica ou/e histórica, geralmente em versos de sete sílabas, ou redondilhos maiores. O vocábulo ‘rimance’ alterna com ‘romance’ e corresponde, até certo ponto, à balada medieval; 2) composição em prosa” (MOISÉS, 2004. p. 400).

Já a palavra “Novela”, neste mesmo Dicionário, vem do italiano “novella”, significando relato, narrativa; do latim *novus*, novo. Segundo Massaud Moisés, este gênero teve como primeira manifestação as novelas de cavalaria; após as obras de Bernardim Ribeiro e outros autores no século XVII entram em voga as novelas sentimentais; no século XIX, esteve muito presente no Romantismo através principalmente das narrativas de folhetim – onde o autor cita, entre outros autores que adotaram a novela, o nome de Garrett.

Ao diferenciar o termo “romance inculto” do romance que se assemelharia à novela, Garrett parece demonstrar que o que ele entendia como o romance atual era, de fato, o gênero “novela”, enquanto nos tempos de Bernardim Ribeiro o que se entendia como romance poderia ser mais abrangente, envolvendo estilos literários que não fossem apenas as novelas e sim qualquer escrito em língua românica, além de ser um “gênero inculto” por não ser o romance, etimologicamente, uma narrativa escrita na língua latina, a língua considerada culta.

### **Uma crítica ao Gongorismo**

Garrett considera o Gongorismo uma “lepra de soberba requintada” (GARRETT, 1826. p. XXIX), um estilo literário que o autor identifica como fazendo parte da terceira

época literária, no século XVII, quando “principia a corromper-se o gosto e a declinar a língua” (p. XXVIII).

Este estilo literário rejeitado por Garrett recebeu este nome (considerado pejorativo) devido ao poeta espanhol Luís de Góngora (1561 – 1627) e caracteriza-se por um intenso rebuscamento na escrita, utilizando-se de inversões sintáticas, neologismos, trocadilhos e diversas figuras de linguagem, sendo uma das principais vertentes do Barroco e muito influenciado pela escola francesa de literatura.

Sendo Garrett, um escritor avesso aos galicismos, é compreensível que tenha aversão também a um estilo influenciado pelos franceses. Além disso, Garrett escreve seu Parnaso Lusitano para divulgar o que considera ser o melhor da literatura portuguesa, assim como um exemplo de textos que demonstrem o bom uso da língua portuguesa; logo, um estilo literário excessivamente erudito e de linguagem rebuscada não pode se encaixar nos critérios do autor português.

### **A literatura portuguesa na visão de Almeida Garrett**

Almeida Garrett, em seu Parnaso Lusitano, divide a história literária de Portugal em seis épocas distintas. A primeira se inicia no final do século XIII, e termina no início do século XVI, e é onde se encontra a “aurora das letras em Portugal” (GARRETT, 1826. p. X), é também um momento importante para a ciência e as artes em geral, nesta primeira época é de fato onde começa, segundo Garrett, haver um espírito nacional, pois o então rei D. João I, ordena que em todos os setores públicos passem a utilizar a língua portuguesa, e não mais o latim.

A segunda época, caracterizada pelo autor como a “idade do ouro da poesia e da Língua” (GARRETT, 1826. p. XIV), de certo modo progrediram o campo das artes e da ciência, mas os monarcas do período -D. João III e seus sucessores- não souberam fazer evoluir tanto quanto D. João I. Aqui a marca registrada é que souberam cultivar e praticar as línguas clássicas, principalmente na Universidade de Coimbra. Afirma com pesar, que a história, a oratória e também a literatura, deixaram de lado a questão na nacionalidade, pois

“todos os deuses gregos tomaram posse do maravilhoso poético, todas as imagens, todas as idéias; todas as alusões do tempo de Augusto ocuparam as mais partes da poesia; e mui pouco ficou para o que era nacional” (GARRETT, 1826. p. XVI). Nesse período um dos autores mais criticados por Garrett, foi Sá de Miranda, caracterizado por ser um gênio da poesia portuguesa, mas que em suas comédias, ao invés de reformar o teatro de Gil Vicente, fez com que o público se interessasse ainda mais por aquele, pois na visão de Garrett, Miranda não foi capaz de criar com nacionalidade, e assim fazer com que o público “risse com seus próprios defeitos” (p. XVIII). Nesse período seus melhores elogios são dedicados a Luiz Vaz de Camões.

Durante a terceira época literária, no século XVII, o gosto e a língua começam a declinar, de modo que nesse momento a crítica ao gongorismo, ainda há pouco citada, se acentua de forma clara. Caracterizada por Garrett, como a “idade de ferro” (p. XXXIII) na quarta época, é o momento em que literatura e língua são aniquilados, esse período inicia-se em fins do século XVII, e vai até meados do XVIII.

A quinta época literária se deu no século XVIII, é chamada por Garrett de “restauração das letras”. Aqui, o autor afirma que toda a Europa passou por um momento ímpar, onde surgiram nomes como Descartes, Newton e Linneu, o que fizeram com que, nas palavras de Garrett, surgissem “efeitos desta alteração no modo de existir do universo.” (GARRETT, 1826. p. XXXVIII). O interessante aqui, é que Garrett preocupa-se mais em citar autores internacionais, do que os próprios portugueses.

A sexta e última época traduz-se para Garrett como a “segunda decadência da língua e literatura; galicismo e traduções” (GARRETT, 1826. p. XLVIII), na qual os autores que fizeram parte tentaram, mas não conseguiram manifestar o tão esperado, por Garrett, nacionalismo. Faz fortes críticas a Manuel Maria Barbosa Du Bocage, que com seu “temperamento irritável e ardentíssimo, o levaram naturalmente a hipérboles e exagerações” (p.LIII).

Em linhas gerais, após essa concisa descrição das épocas literárias, propostas por Garrett, é possível perceber que o autor faz uma nítida distinção entre literatura e língua portuguesas, as quais nasceram juntas e aliadas aos trovadores. Conclui que a língua é um dos

pilares que formam, sustentam e mantêm uma nação, ou seja, caracteriza a língua como sendo um segmento civilizador.

## Referências Bibliográficas

BRAGA, Teófilo. *Historia da Litteratura Portugueza*. Imprensa Portugueza, Porto: 1870. p. 113. Disponível em [http://books.google.com.br/books?ei=epxzT46hIerk0QGwvMX\\_Ag&hl=pt-BR&id=1fRWAAAAYAAJ&dq=te%20C3%B3filo+braga+historia&q=Vico#v=snippet&q=Vico&f=false](http://books.google.com.br/books?ei=epxzT46hIerk0QGwvMX_Ag&hl=pt-BR&id=1fRWAAAAYAAJ&dq=te%20C3%B3filo+braga+historia&q=Vico#v=snippet&q=Vico&f=false)

MACEDO, José Agostinho de. *Cartas Filosóficas a Attico*. Imprensa Régia, Lisboa: 1815. Disponível em [http://books.google.com.br/books?id=XSvBAAAAMAAJ&pg=PA301&dq=vico&hl=pt-BR&sa=X&ei=8GxyT6eylMXh0gH\\_4lXjAQ&ved=0CD8Q6AEwAjk#v=onepage&q=vico&f=false](http://books.google.com.br/books?id=XSvBAAAAMAAJ&pg=PA301&dq=vico&hl=pt-BR&sa=X&ei=8GxyT6eylMXh0gH_4lXjAQ&ved=0CD8Q6AEwAjk#v=onepage&q=vico&f=false)

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. 12ed. revista e ampliada. São Paulo: Cultrix, 2004. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=0Pn4qAZ-QyoC&printsec=frontcover&dq=dicion%C3%A1rio+de+termos+liter%C3%A1rios+massaud&hl=pt-BR&sa=X&ei=ekJzT9uICJSltweplyiNBg&ved=0CD8Q6AEwAA#v=onepage&q=dicion%C3%A1rio%20de%20termos%20liter%C3%A1rios%20massaud&f=false>



SOUZA, Vilma de Katinszky Barreto de. **A História e a Filologia na Ciência Nova de Vico**. In: *Fragmentos*, número 33, p. 293/307 Florianópolis/ jul - dez/ 2007. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/8671/8012>

TEIXEIRA, Maria Juliana Gamboji. **Ritmo e contraponto: sobre a influência de Giambattista Vico na teoria historiográfica de Michelet**. Disponível em [http://www.nehm.ufop.br/index.php?option=com\\_ufop&view=professor&entityid=5&Itemid=46&language=pt](http://www.nehm.ufop.br/index.php?option=com_ufop&view=professor&entityid=5&Itemid=46&language=pt)

### Periódicos:

*THE NORTH American Review*. Volume 38. Editora O. Everett. Boston:1834. PP. 513 – 514. Disponível em [http://books.google.com.br/books?id=3XwFAAAAQAAJ&pg=PA514&dq=Vico&hl=pt-BR&sa=X&ei=l3BzT4XKHcuDtgeJt7mNBg&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Vico&f=false](http://books.google.com.br/books?id=3XwFAAAAQAAJ&pg=PA514&dq=Vico&hl=pt-BR&sa=X&ei=l3BzT4XKHcuDtgeJt7mNBg&redir_esc=y#v=onepage&q=Vico&f=false)

*THE FOREIGN Quarterly Review*. Volume 2. Editora Treuttel and Würtz, Treuttel, Jun, and Richter. Londres: 1828. p. 628. Disponível em [http://books.google.com.br/books?id=Gx9bAAAAQAAJ&pg=PA628&dq=Vico&hl=pt-BR&sa=X&ei=2XBzT9DFDM\\_ptgfNpISOBg&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Vico&f=false](http://books.google.com.br/books?id=Gx9bAAAAQAAJ&pg=PA628&dq=Vico&hl=pt-BR&sa=X&ei=2XBzT9DFDM_ptgfNpISOBg&redir_esc=y#v=onepage&q=Vico&f=false)

CUSHING, Luther Stearns; SUMMER, Charles; HILLARD, Georges Stillman; DIXON, S. F. *The American Jurist and Law Magazine*. Volume 14. Boston: Freeman & Bolles, 1836. p. 46. Disponível em [http://books.google.com.br/books?id=z6AtAQAAAMAAJ&dq=Vico&hl=pt-BR&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com.br/books?id=z6AtAQAAAMAAJ&dq=Vico&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)

## O RISO COMO *TOPOI*

Maycon da Silva Tannis\*

“*O Riso medieval não é o nosso.*” E justamente por não ser nosso, juntamente por pertencer à uma época distante e diferente da nossa é que o Riso se torna objeto rico e caro ao historiador. Encarar o riso como fonte de produção de saber histórico e historiográfico é uma necessidade e não uma mera possibilidade perdida em meio a tantas outras.

Este artigo pretende trabalhar a perspectiva dos *topoi*, ou seja, dos lugares comuns que o riso ocupa na sociedade medieval do ocidente europeu, mais especificamente dentro do contexto do renascimento cultural do século XII e usando um produto, que apesar de fechado numa região fala muito sobre todo um modo de produzir material risível, me refiro aos versos “goliardos” de Carmina Burana.

Mas o que são *topoi* e por que seu estudo é útil ao historiador? Considero *topoi*, os lugares comuns, que estão presentes na captação do material para se fazer rir, ou seja, meu interesse nos versos de Carmina Burana são os sistemas de valores subjacentes às representações da risibilidade e o modo como esses sistema de valores são trabalhados de como a se tornarem cômicos. Trabalhar o Riso como um lugar comum, significa considerá-lo como um ponto de intersessão entre o lógico e o ilógico, entre o sério e o não sério são trabalhados com o mesmo objetivo único: Fazer Rir.

Minha intenção não é criar uma discussão sobre o porquê do Riso, mas sim sobre a relação entre o objeto que é trabalhado por “Operações” ou “Estratégias” que partem da captação de elementos para a formulação de elementos ridículos, ou risíveis, até o modo como esses elementos são dispostos dentro dos textos do Carmina Burana.

Claramente esse artigo vai ser encaminhado por um viés retórico, no caso, me atenho na parte da retórica que se intitula captação onde o discursador (e devo marcar aqui que compreendo o Riso como um discurso) recolhe a partir de elementos do logos e do ethos, ou seja, da composição social e da realidade tátil do individuo ouvinte e participante da ação criativa,

---

\* Graduando pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

elementos para a criação de um discurso que seja deleitante e agradável, sob a forma de pacto, para os ouvidos, mentes e coração. Essa operação, no sentido de *operatio*, vocábulo latino que expressa “a ação de se por a fazer”, não tomo o termo como uma e extremamente pautada na lógica, mas como um mover-se para a produção. Assim, o uso do termo estratégia, do vocábulo grego *stratégema* que pode ser traduzido como ardil de quem age, cabe de melhor forma, etimologicamente falando. Mas, ambas as palavras aparecerão no texto com os sentidos aqui explicitados.

Assim, minha compreensão do riso é na verdade, um desdobrar da época em quem foi produzido, para tecer um comentário sobre os lugares comuns, os *topoi* que permeiam a obra dos estudantes goliardos do renascer ocorrido na Europa feudal no século XII. E ao mesmo tempo em que pretendo identificar esses elementos tão grandes, que habitam por vezes apenas uma ou duas palavras, é construir uma narrativa empírica sobre o que foi esse período marcado por profundas transformações.

Junto com toda a cultura europeia existente no medievo, o riso experimenta também a sensação de renovação que ocorre no chamado renascimento cultural do século XII. Mas não poderia ser diferente, já que o Riso é, e não somente, o reflexo direto do que é a sociedade, mas também do que ela, de modo projetado ou não, não é. O Riso se mostra como um *topoi*, como um lugar comum que se porta como um elemento factível para a história e para o historiador. Para Verena Alberti, o Riso tem:

Uma relação estreita com seu objeto: só se pode definir o Riso diz ele [aqui a autora faz referência à obra de Ritter] enquanto ligado ao cômico, que por sua vez é determinado pelo sentido de existência daquele que ri. (ALBERTI, 1999. Pag 11)

No Século XII como já foi dito, uma série de transformações profundas e mudanças vertiginosas foram operadas no seio da sociedade europeia. Parte da historiografia recente trata do tema chamando-o “Renascimento”, em respeito à obra primeva sobre o tema, escrita por Charles Homer Haskins em 1927: “The Renaissance of the Twelfth Century” Em que o autor localiza um momento onde novos tipos são produzidos e novas técnicas são utilizadas na produção cultural da idade média, mas a questão de “Renascimento” utilizado da mesma forma que no renascimento do século XVI, por Haskins. Jacques Verger comenta mas sem a

intenção de Burkhardt de encontrar as raízes da renascença do século XVI dentro do humanismo da idade média ou quaisquer outras raízes fincadas dentro do período, como.

Seu Propósito era, ao contrário, valorizar a especificidade medieval do “Renascimento do Século XII”, mas salientando, ao mesmo tempo em que este renascimento partilhava com o do século XVI, especialmente no plano cultural, alguns traços comuns: Restaurar a honra dos textos vindos da Antiguidade Clássica, até então, negligenciados ou desconhecidos, a adoção, mais ou menos completas, dos valores intelectuais, morais e estáticos transmitidos por esses textos e por fim, como consequência, o desenvolvimento de um setor, senão laicizado, em todo caso menos estreitamente controlado pela igreja, do saber e do pensamento. (VERGER,1999. P.12)

Ou seja, o renascimento do século XII é tratado por Haskins como um momento próprio, um momento em que a cultura reflete e mostra a sensação de novidade e de, como o próprio termo renascimento, de ressurreição. Segundo Verger o que difere, o Renascimento do Século XII do ocorrido no século XVI, a sensação de que se operava uma ressurreição numa sociedade que aparecia por cima dos cadáveres deixados pela queda do Império Romano, isso sem ter a impressão de serem precedidos por um período de trevas como é o caso do renascimento do século XVI. Mas Verger é mais pontual e afirma que apesar de existir a compreensão de uma:

Renovação (Renovatio) e de reforma (Reformatio, Restauratio), que sugerem mais a retomada de um desenvolvimento perturbado por diversos “abusos”, eles valorizam também as noções de juventude, desabrochar, de florescência e de vitalidade exuberante. [...] “comandar os esquemas culturais e mentais da época. (VERGER,1999. P.14).

Essa noção sobre a dupla interpretação sobre o uso dos textos latinos é, como coloca Christopher Brooke, tão dúbia que não se pode ver de onde veio e para onde vai. A historiografia desde Haskins, analisam esse momento como único e que apesar de ter seus efeitos notados em vários outros momentos, e ter sido recuperado pela modernidade pós-napoleônica, não se pode apontar com certeza uma única noção de início e fim, mas como num estudo de caso que existiu e marcou época.

Mas não foi somente o plano cultural que se modificara no século XII, isso não explicaria todas as mudanças que são vistas na mentalidade, que aparecem obviamente no objeto deste estudo que são os versos do Codex Carmina Burana. Mas que transformações são essas?

Chamados de “fatores de expansão” por Verger e considerados um à um por Georges Duby em sua obra , a questão da estabilidade, aumento na produção de alimentos, crescimento demográfico, arroteamento, desenvolvimento das cidades, retorno do dinamismo econômico junto da retomada da expansão territorial do ocidente. Todos esses aspectos são geradores de divisões sociais e do aparecimento de novas relações na cidade. Isso vai afetar diretamente as ordens que já se encontravam sedimentadas, ou seja, as inovações que geravam tensões entre o novo e o velho, sob a forma de contradições sociais. Em concordância com José Rivair Macedo que comenta que as transformações nas estruturas do pensamento foram tão profundas que afetaram diretamente a concepção dicotômica entre o corpo e alma, e mesmo que ainda com suas devidas restrições, se formava um novo ideal sobre o homem, um “Humanismo”, por si só diferente, conceitualmente falando, do Humanismo renascentista, mas não tão díspar, no sentido de que também valorizava a ação humana. Comenta o autor que “podemos falar, pois, de uma revalorização das categorias profanas da existência, de um humanismo que penetra nas formas tradicionais de pensar e altera as formas de concepção do mundo.”(MACEDO, 2000. P. 65). O que por si só é um ponto de crítica à historiografia que trata a idade média como uma época de plena estabilidade social como se nada tivesse se movido ou tensionado.

Esses tempos novos, tempos de inovação (inovatio) são de reconhecimento daqueles que viveram e foram testemunhas oculares de tudo o que se passou, no caso podemos citar o exemplo apontado em um dos três temas mais recorrentes de Carmina Burana: O Amor, A Bebida e Primavera. O Amor, não necessariamente o Amor Cortês ou as Cantigas de Amor, mas a questão do Amor no sentido de erotismo ligado diretamente a primavera ou ao verão, que são as fases com clima mais ameno onde se concentram a maior parte dos festejos e celebrações públicas. Uma experiência de liberdade e Jubilo, em alguns casos quando o pacto entre o ouvinte e o autor do discurso, tomado como libertinagem e Imoralismo, mas essa questão não será trabalhada nesse artigo. Tomemos como exemplo os versos de duas composições diferentes:

Tempore Brumali  
vir patiens,  
animo vernali Lasciviens.  
O! O! Totus Floreo!  
Iam amoré Virginali  
totus ardeo;

novus, novus amor  
est, quo pereo.<sup>1</sup>  
(WOENSEL, 1994. P. 79)

...  
Swaz hie gat Umbe  
Daz Sint Alles Megede  
die wellent an man  
allen disen sumer gan!<sup>2</sup>  
(WOENSEL, 1994. P. 72)

Nota-se pela questão da oposição entre controle/descontrole demonstradas nos primeiros versos da primeira citação que o homem passa por fazes tanto quanto a natureza a qual ele está ligado, se numa estação é hora de controlar-se na outra é hora de se soltar, assim, a lógica própria do camponês que se organiza a partir dos ciclos naturais das estações, em conformidade ao que vai ter de fazer. Na segunda citação, escrita em vernáculo, trata-se de uma música de roda, e narra o mesmo tema com o mesmo sentido. Mas na situação feminina dessa vez, observa-se o grifo do autor medieval para uma roda de mulheres, solteiras que celebram o verão, ou seja, se alegram em todas as ações que o verão encerra. Mas, ao menos na primeira canção, não está indicado que era de um camponês que se tratava o que já indica uma forma de generalização, um lugar comum de atuação, o homem (vir) em seu microcosmo, organizada pela natureza como um todo, no seu macrocosmo.(MACEDO,2000.P.65)

É nesse contexto de transformações que formam os escritos do Carmina Burana, o século XII e seu renascer/reinventar cultural são o aporte para a compreensão dos elementos risíveis deste conjunto de textos. Análise a seguir as operações/estratégias que circundam essa produção dos versos de Carmina Burana, identificando os elementos de captação e debatendo sobre o Riso.

Carmina Burana. Os vocábulos em Latim quase ganharam propriedade, mas um olhar atento percebe que essa é a versão em latim de “Poesias de Beuern”, que fora o nome escolhido para denominar o conjunto de textos que foram encontrados na Abadia Beneditina da Cidade, onde ficam guardados todos os livros tidos como subversivos como aponta Maurice Von Woensel na introdução de sua edição de Carmina Burana,. Esses textos entram em domínio estatal no

---

<sup>1</sup> Na estação da neblina/ O homem é Paciente / O Espírito da primavera o deixa Lascivo / Ó, Ó! Floresço, Pego fogo por uma Paixão Virginal/ Um Novo, Novo Amor me faz desfalecer. (Retirado do Canto “Tempus est Jocundis”)

<sup>2</sup> Dançam, em roda animada/As moças, Dando-se a mão/Nenhuma delas é casada/elas celebram o verão. (Retirado do Canto “Swaz hie gat Umbe”)

século XIX e chegam a mãos do Jovem Pré-Rafaelita Carl Orff que transformou parte dos pergaminhos em ópera. Apesar do seu nome moderno, os versos ali não são limitados à cidade ou sequer aos monges que a compilaram, segundo Woensel:

As canções que constam no manuscrito de Beuern provem de época e lugares muito diferentes. De muitas canções foram encontradas variantes em outros escritos e documentos: de uma canção, por exemplo (CB 191), chamada “A Confissão do Arquipoeta” foram encontradas nada menos que quarenta versões diferentes. (WOENSEL, 1994. P. 21)

Certamente esse é o primeiro passo para reconhecer a pluralidade que os textos ridículos<sup>3</sup> apresentam a capacidade de ser um grande lugar comum (topoi) no momento em que a sociedade parecia mais dividida, socialmente falando, do que em qualquer momento. Admitir que o Riso ocupasse lugar de “Dasein”, ou seja, de ente que perpassa a totalidade e o vazio do nada é a primeira medida para se trabalhar o Riso como lugar comum. A isto nos chama a atenção a pesquisadora Verena Alberti que em sua Obra “O Riso e o Risível na História do Pensamento” apresenta a relação dicotômica e existencial entre o caráter “Positivo” e essencial do Riso, em significância à parte em que o riso capta valores, símbolos, códigos e sinais do mundo lógico e tem sua existência firmada no palpável, ainda que seja para tratar de assuntos que não tenham fundamentações no real, mas que não opera, como ela deixa bem claro, por um meio lógico, ao contrário, o riso se mostra a ausência total de controle, uma volta ao caos primordial, onde é possível a criação ilimitada de sentidos, ou seja, ao mesmo tempo que o riso dialoga com quem ri, por meio das operações (Operatio) e da captação de recursos do mundo sensível, ele leva o ouvinte a sair de si mesmo e perder o controle deixando toda a convenção e rindo. A autora compreende que a totalidade que o riso oferece é vital para que o pensamento sério se desprenda de seus limites. (ALBERTI, 1999. P. 11) por exemplo, tomo os versos simples de um cântico do Carmina Burana:

Mariam Gravat Sessio,  
Nec Marthe placet actio  
Iam Lie venter sterlis,  
Rachel lippescit oculis.<sup>4</sup>

Os Versos são precedidos por uma série de enumerações sobre os novos doutores da taverna, mas importa aqui os elementos usados nesses versos. As origens bíblicas para o material do

---

<sup>3</sup> A Palavra Ridículo como Risível, Cômico e não como fator desmerecido de importância ou menor.

<sup>4</sup> Ouvindo os mestres Maria Boceja/ Martha Cozinha e nada deseja,/ Lia está sem o rebento / Raquel com olhos remelentos. (retirados do cântico Florebat Olim Studium)

riso, daí podemos especular dois pontos, primeiramente, a retomada do novo testamento, como leitura, mas o que realmente nos é significativo é a questão de que os versos foram preservados pela Igreja, com a motivação de manutenção a tradição, mesmo que não fosse a sua, ela fez questão de gravar em seu próprio âmago, os desenhos que a tradição passava, ou seja, para estar escrito nesse compêndio era necessário que esse material tivesse circulado e se tornado parte de uma tradição, ainda que pequena, mas ainda assim um veículo dotado de inteligibilidade e vocação prática para se mostrar interessante para os compiladores do século XII.

Durante o que se chamou de renascimento do século XII há um reordenamento no centro das relações de poder da Europa. A cidade desponta agora, novamente por assim dizer, como centro de poder e no simples mote de José Rivair Macedo “O Riso é Cosmopolita.”, ou seja, se tomarmos em consideração o que já foi citado como uma relação entre Riso, o Cômico e aquele que Ri, temos que olhar mais de perto o cenário da Cidade, pois é ali que desponta o autor Cômico, ou mais provavelmente, os autores Cômicos, da obra analisada.

Le Goff começa seu livro, “Por Amor às Cidades” com uma afirmativa clara e direta, que “as Cidades Medievais estão mais próximas das cidades contemporâneas do que as cidades da antiguidade”(LE GOFF, 1998. P.9) comentando sobre as mudanças operadas na significação da Cidade para o homem do baixo medievo, mas o que nos é importante é que “desde o século XII, a evolução das cidades medievais consistiu na reunião, lenta e numa única instituição, do núcleo primitivo e de um ou dois burgos importantes.” (LE GOFF, 1998. P.17). Ou seja, a cidade se mostra como polo para onde convergem todas as relações de poder e de um setor da cultura que acaba sendo engolido e transformado, dialeticamente, pela cultura da cidade, me refiro às instituições de ensino, que agora terá seu espaço tão modificado pelas relações com a cidade quanto todo o entorno de poder. Agora, os *studii* e as faculdades contam com a participação de novos entes, estes não estão circunscritos dentro das três ordens definidas por Aldebaron de Laon, "*Tu supplex ora, tu proteges, tuque labora*"<sup>5</sup> mas que são abundantes, de certa forma e atuantes na vida da cidade: O Intelectuais. Que são figuras que estão “ligadas à cidade em seu jogo de instituições (Cidade, Universidade, Igreja) e das convenções sociais.” (Le Goff, 2011. P.8-10) e esse não lugar é definidor de duas posturas a primeira delas é que ao

---

<sup>5</sup>“ Tu que Ora, Tu que protege e Tu que Trabalha”



Intelectual foi dado o título e status de clérigo<sup>6</sup>, pois ele havia de se encaixar em um dos três estados do mundo, mas que não era diretamente ligado à igreja, ou seja, já nasciam em um novo topos social, o não lugar, o estado entre lugares que poderia ser vivido também pelas camadas médias oriundas dos burgueses enriquecidos com a nova dinâmica comercial da cidade.

Mas não é do espaço ordenado que trata esse artigo, a questão que trago aqui é daqueles que fugiam às regras e compuseram a partir do vasto material aqui apresentado um registro sobre quem eram: Os goliardos.

Florebat olim studium  
Nunc vertitur in tedium  
Iam scire diu viguit,  
Sed ludere Prevaluit.<sup>7</sup>

Baderneiros e Satíricos, esses estudantes eram por vezes o martelo das tradições, mas sem nunca deixar de operar pela mesma:

In Taberna Gregorius  
Iam disputat Inglorius;  
Severitas Ieronymi  
Partem causatur obuli;  
Agustinus de Segete,  
Benedictus de Vegete.  
Sunt colloquentes clanculo  
Et ad macellum sedulo.<sup>8</sup>

Sua definição como vagabundos intelectuais, dada por Le Goff é apenas uma síntese de uma parcela da vida desses, que para garantir seu sustento, compunham a partir da sociedade, de seu conhecimento em poesia latina e de outras tradições, um discurso que apesar de contrário à ordem, mas fiel, ou não. Como o próprio autor define “O Sonho deles é um mecenas generoso, uma gorda prebenda, vida folgada e feliz. Querem antes tornar-se beneficiários de uma ordem social do que mudá-la.” (LE GOFF, 2011. P. 51) Na realidade eles faziam apenas questão de deleitar quem estivesse ouvindo e retirar a pessoa do corpo, *in suma*, faria a pessoa rir. Nesse caso, a compreensão do riso como um discurso para o deleite, mesmo que sedicioso

---

<sup>6</sup> O tradutor do livro de Le Goff, salienta no entanto que a palavra Clérigo é oriunda do termo em francês Clerc que pode significar tanto membro do clero quanto intelectual. (Le Goff, 2011. P. 22)

<sup>7</sup> Estudar antes moda/ Hoje a muitos incomoda;/importava o saber,/hoje brincam pra valer. (Versos Retirados do Cântico “Florebat Olim Studium”)

<sup>8</sup> Na taberna o novo Gregório / Debatendo Perde inglório / Jerônimo Severo Doutor / Ganha pouco como orador / Nossos Bento e Agostinho /sobre a safra do trigo e do vinho/ Cavaqueiam discretamente/ mas com o rega bofes em mente. (Retirado do Cântico “Florebat Olim Studium”)

e perturbador, não tem fins revolucionários, como parte da historiografia tenta mostrar, mas se aproveita das brechas e corrupções de um ideal de vida, seja ele no poder cívico, na vida universitária ou na igreja, para fazer troça e provocar risos.

Compreendo o riso não como uma mera resposta de prazer/desprazer ou como uma liberação das cadeias sociais. Observando alguns exemplos, como o caso que melhor expressa a ideia de sátira, devido a sua longa composição de elementos caros ao riso, me refiro aos versos de *In Taberna Quando Sumus*<sup>9</sup>; creio que o riso é uma manifestação, não totalmente do Caos, nem tão ligado à ordem, mas como já disse ele opera com algumas partes da lógica natural do homem medieval. Para compreendê-lo como lugar comum de ação política<sup>10</sup> requer saber que este está carregado do duplo sentido de ordem e caos, vida e morte, velho e novo, mais ainda, todos esses elementos estão contidos no riso de maneira circular e infinita, como os ciclos da natureza, fator que deve ser levado em conta, já que a percepção de ciclo permeia a compreensão de tempo e mundo do homem da idade média, pois o riso está para além da existência. O Caráter cíclico das coisas e dos acontecimentos fica evidente nas duas imagens mais comuns de se representar Fortuna, que é além da Deusa da Sorte, é Louvada e Cantada em algumas canções goliardas como sendo a verdadeira mestra inevitável da vida.

O Fortuna  
Velut Luna  
Status Variabilis  
Semper Crescis  
Aut Descrescis  
Vita Detestabilis nunc obdurat  
et tunc curat;  
ludo mentis aciem,  
egestatem,  
potestatem  
dissolvit ut glaciem.<sup>11</sup>  
...  
Fortune rota volvitur:  
descendo minoratus;

---

<sup>9</sup> Música que fala da Taberna em que todos (mercadores, estudantes, clérigos errantes, prisioneiros, abade, decano e vários outras figuras representando o todo da sociedade medieval) aparecem bebendo, jogando e vivendo licenciosamente. Não há em toda a composição do Carmina Burana uma música tão clara quanto aos lugares comuns que são trabalhados nas cantigas. Pois ela reúne todas as figuras temáticas, desde as personagens quanto às referências Bíblicas, das canções deste compêndio.

<sup>10</sup> Quando falo de política, me refiro apenas a ação na polis, ou seja, o tipo específico de Riso que eu determino com a capacidade de ser lugar comum, ou ao menos, operar por meio de lugares comuns ao léxico, é o riso formado dentro da experiência dinâmica que só é possível notar/viver com o advento da cidade.

<sup>11</sup> O Fortuna/ és como a lua/ de fase variável/Sempre Aumenta/ e diminui/ vida detestável/ Ora é dura/ Ora mente cura por brincadeira/ a míseira/ o poder/ as dissolve como o gelo. (Retirado de “O Fortuna”)

alter in altum tollitur;  
nimis exaltatus<sup>12</sup>

Essa dimensão de “roda” é, segundo Le Goff, um espaço em que se:

Preside o eterno retorno. O acaso cego que transtorna todos os sucessos não são temas revolucionários em sua essência: Eles negam o progresso e recusam-se a ver um sentido na história. Podem até causar um transtorno da sociedade, mas na medida mesmo que levam a isso, os dias seguintes perdem o interesse. (LE GOFF, 2011. P. 53)

Mas ao mesmo tempo dialoga com essa num flerte que não necessariamente é histórico, mas resta-nos o senso de que as estratégias usadas para causar o riso revelam muito sobre ambos os lados, ainda que analisemos somente o seu lado lógico e lexical. Temos de saber como afirma V. Alberti, que o riso carrega em si um nada, que está muito perto do tudo e que não é quantificável, e a autora localiza Nietzsche como o único que apresenta uma definição filosófica sobre o tema que mais se aproxima do sentido pleno. (ALBERTI, 1999. P. 34)

O Riso é um ente tão poderoso que foi condenado pela maior parte da teologia medieval. A lógica do *Christus Agelastus*, o Cristo que não ri, apenas se rejubila, foi discutida desde os pais da Igreja e mesmo tendo várias vertentes, prevalece a que como imitadores, os probos<sup>13</sup> e os homens de vida religiosa, bem como é indicado a todos os cristãos, não devem rir, pois o Cristo não riu. E como se pode ver em todas as passagens onde aparecem cenas de risos na bíblia, sempre há uma conotação negativa e destruidora, como zombarias e escárnio. Mas outra questão, mais filosófica permeia esse parágrafo do riso na teologia medieval, como afirma José Rivair Macedo, dando ares novos de experimentação ao corpo, se coloca como regenerador, mas o problema de regenerar o corpo, é que até o século XII a ideia de que a carne deveria ser mortificada para o aperfeiçoamento e salvação da alma, ainda era muito forte o que aproximava o Riso (*Letitia*) do profano e o Sorriso de Júbilo (*Gaudia*) da espiritualidade e do controle da Alma sobre o Corpo.

O que dizer sobre o riso? Não é possível em apenas um artigo definir todos os seus lugares comuns que podem ser desdobrados para a criação de um panorama maior e mais completo, já que teríamos em mãos o retrato do sério, pautado na lógica funcional da sociedade em questão e do outro lado, o não-sério, o infinito e o inquantificável, que podem e devem ser tomados pelo historiador como objeto de estudo. O que fiz aqui foi apenas pontuar algumas questões e

---

<sup>12</sup> A Roda da Fortuna Gira / Caí eu, rebaixado/ outro para o alto ela tira/vejo-o exaltado. (Retirado do Cântico *Fortuna Plango Vulnera*)

<sup>13</sup> Categoria de religioso Laico da Idade Media.

mostrar, partindo de uma alteridade que o tema do riso revela não só sobre quem fez rir, mas sobre quem riu e sobre a sociedade que deu escopo para o material risível.

“Que este seja o fim do Livro, mas não o fim da busca.” – Bernardo de Claraval

## Bibliografia

ALBERTI, Verena. *O Riso e o Risível na História do Pensamento.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores e Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. 213 p.

DUBY, Georges. *As três Ordens ou o Imaginário no Feudalismo.* 2ª edição. Rio de Janeiro: 1994 Editorial Estampa. 383 p.

LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média.* 4ª Edição. Rio de Janeiro: 2011. JOSÉ Olympio Editora. 252 p.

\_\_\_\_\_. *Por Amor às Cidades: Conversações com Jean Lebrun.* São Paulo: 1998. Editora UNESP. 159 p.

MACEDO, José Rivair de. *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média.* 1ª Edição. São Paulo: 2000. Editora da Universidade e Editora UNESP. 277 p.

WOENSEL, Maurice Van. *Carmina Burana: Canções de Beuern.* São Paulo: 1994. ARS POETICA.

VERGER, Jacques. *La Renaissance du XIIe Siècle.* Paris: Éditions du CERF, 1999. cap. 1, pp. 11-25. Trad. francês: Miriam Lourdes I. Silva

## AS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE: NARRATIVA E ESCRITA DA HISTÓRIA NA OBRA *A MORTE DE IVAN ILITCH*, DE LEON TOLSTÓI.

Stefania Macena Wolff\*

O tema História e literatura, com seus distanciamentos e aproximações, vem sendo largamente explorado pela historiografia nos últimos anos. O chamado retorno da narrativa colocou em questão a polarização anteriormente considerada óbvia entre a literatura, com seu caráter ficcional, e a escrita da História, com a busca científica da veracidade. Desafiados pela descrença nos paradigmas vigentes da história científica, os historiadores passaram a questionar as certezas quanto a seu ofício, reaproximando História e literatura, verdade e ficção, e entendendo a historiografia como uma, dentre muitas, forma de discurso com características específicas porém dependente das possibilidades da linguagem (STONE, 1991). Percebemos uma abordagem distinta da aproximação entre historiografia e literatura nas obras de Carlo Ginzburg. Para este autor, o historiador, preso a um compromisso com a veracidade e ao uso de fontes, pode utilizar a literatura como meio de acesso às imagens e representações de um dado tempo histórico, como fornecedora de rastros e indícios que possibilitam ao historiador uma investigação e reconstrução do passado (GINZBURG, 2007).

No presente trabalho, utilizar-nos-emos da concepção de Ginzburg para investigar a partir de uma obra literária, *A Morte de Ivan Ilitch* de Leon Tolstói, as formas de apreensão do mundo dos homens confinados ao momento de grandes transformações e contradições que foi a virada do século XIX para o XX, acreditando poder deslumbrar em tal obra a tentativa de Tolstói de descrever a angústia do homem moderno e a futilidade carente de sentido do modo de vida dos novos indivíduos criados por um momento específico: a modernidade. Acreditando na literatura como fonte privilegiada de acesso ao imaginário e às formas de sensibilidade dos homens diante do real, vemos na minuciosa descrição e na aguda

---

\* Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

crítica de um único indivíduo nos fornecidas por Tolstoi um retrato de sua visão de toda uma sociedade e da relação criada por sua unidade mínima, o indivíduo, com o todo social.

Antes, porém, de adentrarmos na análise da obra literária em si tentaremos demonstrar do que se trata o conceito de modernidade com o qual trabalharemos.

### **Modernidade e Efemeridade**

Polissêmico e controverso, o conceito de modernidade vem sendo largamente utilizado, discutido e repensado, não apenas pelo viés historiográfico, mas também por ele, desde o século XVI. De seus múltiplos significados, pensaremos nesse trabalho a modernidade como a estrutura de sentimentos característica do século XIX, compartilhada pelos mais distintos indivíduos e singularmente expressa por meio das artes.

A aceleração dos transportes e da comunicação, o crescimento das cidades, o rápido desenvolvimento da ciência e sua aplicação na tecnologia, o pensamento iluminista, a crença no progresso como libertador, entre outros fatores, contribuíram para que o homem moderno se sentisse envolto em um turbilhão de experiências e ideias de difícil assimilação que subjogavam constantemente o antigo e tradicional para substituí-lo pelo novo em um processo incessante. A vida moderna assumia um sentido contraditório, ao mesmo tempo inspirador e desesperador, onde tudo era possível, para o bem ou para o mal, e o caos espreitava cada realização (HARVEY, 1992). Nas palavras de Marshall Berman, “A moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades” (BERMAN, 1986: 21). Era do caos que surgiria um sentido, da destruição que se construiria um novo mundo, em todos os aspectos superior àquele que se deixava para trás.

Explosivo, o impulso do sentimento de modernidade não respeitava limites políticos de países e se expandiu da Europa Central até atingir a Rússia. É lugar-comum o grande valor dos escritores russos de fins do século XIX, Dostoievski, Tchecov, Gogol, Turgueniev e o próprio Tolstoi expressavam por meio da literatura um sentimento particular da modernidade,

influenciado tanto pelo furor estrangeiro quanto pelas profundas contradições decorrentes da modernização atrasada e fragmentada de uma Rússia czarista que tinha ainda a maior parte de sua população composta de camponeses pouco individualizados. Por expressar essas influências da modernidade, acreditamos que essa literatura pode fornecer à historiografia uma maneira de compreender como se expressavam essas contradições na vivência e no imaginário de indivíduos deste local e momento histórico específicos.

### **Homens da modernidade: o real e o fictício**

Marc Bloch, em seu aclamado *Apologia da História*, escreveu que “Um homem se parece mais com seu tempo do que com seus pais” (BLOCH, 2001). Tomando como verdadeira essa afirmação, não podemos deixar de pensar Lev Nikoláievich Tolstói, ou Leon Tolstoi como ficou mais conhecido em língua portuguesa, como um homem tão preso ao turbilhão da modernidade quanto os homens imaginados em suas obras de ficção. Tendo vivido de 1828 a 1910, Tolstoi vivenciou as tentativas de modernização nos padrões europeus dos czares Alexandre II e Alexandre III, a chegada da industrialização ao Império Russo, a transformação nos transportes por meio da construção da Ferrovia Transiberiana, a crescente influência do modo de vida europeu na alta sociedade russa, o surgimento de grandes centros urbanos e a crescente diferenciação entre os meios urbanos e rural, além de ter feito diversas viagens pelo Ocidente em sua juventude.

Quando, em 1886, é publicado pela primeira vez o livro *A Morte de Ivan Ilitch*, Leon Tolstoi procurava dar a seus escritos caráter doutrinário e propagar verdades sobre a natureza humana. Boris Schnaiderman, em seu posfácio ao livro, afirma que “Nessa fase, a literatura e a arte em geral que não tivessem o propósito de conscientizar o destinatário pareciam-lhe [a Tolstoi] algo muito condenável, conforme afirmou com insistência”

(TOLSTOI, 2009: 79). Assim, embora *A Morte de Ivan Ilitch* não tenha sido um dos simplificados contos populares de Tolstoi, acreditamos que nesta obra pode ser vislumbrado um esforço para conscientização e uma crítica direta a um determinado modo de vida.

O personagem Ivan Ilitch é, como fora por nascimento Leon Tolstoi, um homem da alta sociedade russa. É considerado por si mesmo e por seus iguais como um homem extremamente responsável, exemplar no trato com sua família, dedicado a seu trabalho como juiz e perfeitamente adequado a seu meio social. Até que, como veremos mais adiante, todas as suas convicções caem por terra. O personagem, como o autor, passa por um árduo processo de dissolução de convicções e descrença em seu próprio modo de vida. Ambos, autor e personagem, aproximam-se de alguma forma dos ideais camponeses e da vida tradicional russa (RÓNAI, 2009). Tendo tido uma juventude dedicada à vida em sociedade, aos jogos e ao álcool, Tolstoi passa posteriormente, ao notar a futilidade deste modo de vida e sentir um vazio íntimo, a preocupar-se com o sentido da existência e dedicar a este tema sua atividade literária (RÓNAI, 2009).

Não pretendemos de forma alguma esgotar neste trabalho interpretações sobre a emblemática vida de Tolstoi. Acreditamos, porém, que uma breve descrição desta vida pode ajudar-nos a compreender as contradições da modernidade expressas sobre os dois indivíduos, criatura e criador: Ivan Ilitch e Leon Tolstoi.

### **A Morte e a Vida de Ivan Ilitch**

O pensamento moderno característico do século XIX fez mais que aceitar a destruição como parte integrante da vida, colocou-a como o prelúdio do novo. Era a partir do fim que se encontrava sentido. E foi no mais simbólico dos fins que Leon Tolstoi focou sua narrativa do fictício Ivan Ilitch: a morte. É ao confrontar-se com a morte que o personagem, através de um doloroso processo de negação, reflete pela primeira vez sobre sua trajetória e percebe, para sua angústia, a futilidade de seu modo de vida.



O livro inicia-se com o anúncio da própria morte de Ivan Ilitch por um de seus antigos colegas de trabalho para os demais, e nesse momento Tolstoi já evidencia a forma como acreditava ser encarada a morte por aqueles homens russos que viviam uma vida burguesa nos moldes da Europa Central. É interessante notar que na vida de Ivan Ilitch “Tudo ocorria de mãos limpas, de camisa limpa, com palavras francesas [...]” (TOLSTOI, 2009: 20). A referência a *palavras francesas* é recorrente no decorrer da narrativa, retratando de forma evidente os costumes vindos de fora e absorvidos pela alta sociedade russa.

A primeira informação que temos após a exposição da nota de falecimento é que “Ivan Ilitch era colega dos cavalheiros ali reunidos, e todos gostavam dele” (TOLSTOI, 2009, 07). O sentimento geral após o conhecimento da morte, porém, não é de pesar: “[...] o próprio fato da morte de um conhecido tão próximo despertou, como de costume em cada um que teve dela conhecimento, um sentimento de alegria pelo fato de que morrera um outro e não ele” (TOLSTOI, 2009: 09).

Se concordamos com Norbert Elias em sua obra *A Solidão dos Moribundos* a forma de apreensão da morte é característica de cada sociedade e cada grupo social:

Não só meios de comunicação ou padrões de coerção podem diferir de sociedade para sociedade, mas também a experiência da morte. É variável e específica segundo os grupos; não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade particular: foi aprendida. (ELIAS, 2001: 11).

Assim, a morte de Ivan Ilitch fornece um retrato do distanciamento que o grupo de burocratas vivendo em um modelo moderno europeu, ao qual pertenceu o juiz, tinha da ideia do fim e, em uma esfera mais ampla, um retrato do individualismo que se fortalecia, uma vez que cada um dos indivíduos pensa o ocorrido apenas na forma como afetaria a si próprios, como podemos apreender pelo seguinte trecho:

[...] ao ouvirem a notícia da morte de Ivan Ilitch, o primeiro pensamento de cada um dos que estavam reunidos no gabinete teve por objeto a influência que essa morte poderia ter sobre as transferências ou promoções tanto dos próprios juizes como dos seus conhecidos. (TOLSTOI, 2009: 08)

Acreditamos que, por esse capítulo introdutório, podemos notar que apesar da narrativa ser composta em sua maior parte pelas reflexões de um homem à beira da morte o livro se trata de mais que uma análise psicológica de um ser humano em vista de seu fim. Trata-se de uma imagem crítica da sociedade moderna na qual a vida perdera seu sentido e deixara de ter respostas claras para os questionamentos humanos.

Eficiente juiz do foro criminal, pai e marido respeitável, jogador de uíste<sup>1</sup> e admirador das pessoas altamente posicionadas, Ivan Ilitch acreditava viver sua vida da melhor forma possível: decente, correta e cumprindo com cada um de seus deveres “e considerava como seu dever tudo aquilo que consideravam como tal as pessoas mais altamente colocadas” (TOLSTOI, 2009: 18). É com dificuldade que este homem moderno assume por fim a futilidade de sua vida. Seu trabalho, executado com meticulosa ordem, é visto nesse momento com sua crueza e falta de humanidade para com as pessoas que a ele recorriam em busca de ajuda, as relações com sua esposa e filha se mostram baseadas apenas em uma fria conveniência carente de afetos.

Com a falta de razão em tudo o que o cercara durante toda uma vida, é a morte o que assume o significado máximo. Em uma fusão entre as perspectivas romântica e crítica presentes no pensamento moderno, Tolstoi nos leva a ver o fim como pleno de significado quando se é incapaz de encontrar qualquer outro: “Não podia mentir a si meso: acontecia nele algo terrível, novo e muito significativo, o mais significativo que lhe acontecera na vida” (TOLSTOI, 2009: 41).

Leva tempo, porém, para que Ivan Ilitch aceite que está à beira da morte, para que compreenda como mentira as palavras levemente esperançosas que pronunciavam as pessoas a sua volta. Ao longo de seu sofrimento, o juiz consulta-se com diversos médicos, representantes por essência de sociedades modernizadas, e percebe que seu modo de lidar com o outro em nada diferia daquele que o protagonista dedicava em sua própria função:

---

<sup>1</sup> Uíste, ou whist, é um jogo de cartas, considerado ancestral do bridge, popular dentre a alta sociedade do século XIX.

Ivan Ilitch foi, pois, à casa do médico. Tudo ocorreu como esperava, isto é, como sempre acontece: a espera, o ar de importância afetada do médico, que Ivan Ilitch conhecia tão bem; a auscultação, as perguntas que exigiam de antemão umas respostas determinadas e evidentemente inúteis, assim como a expressão significativa que parecia dizer que bastava a pessoa submeter-se para que tudo ficasse resolvido, que ele tinha um meio de arranjar as coisas, sempre do mesmo modo, para qualquer pessoa que se apresentasse... Tudo era exatamente igual ao que ocorria no Palácio da Justiça. A mesma atitude que Ilitch adotava perante os acusados era adotada pelo doutor para com ele (TOLSOI, 2009).

*Inúteis*, era por esse adjetivo que Ivan Ilitch descrevia a série de procedimentos a qual tinha de se submeter, e ao qual submetera diversas pessoas em sua vida profissional, que antes lhe parecera tão correta e eficaz. Em um dado momento, após consultar um considerável número de médicos respeitáveis, o juiz chega a se aproximar das formas tradicionais, do campesinato russo ainda não afetado pela modernidade, de encarar a dor e a doença, apenas para descartá-las logo em seguida:

[...] perda de confiança quer em relação ao tratamento anterior quer em relação a esse, ficou ainda mais tristonho. De uma feita, uma senhora conhecida referiu-se a curas por meio de ícones. Ivan Ilitch surpreendeu-se ouvindo-a com atenção, procurando constatar a realidade do fato. Este caso assustou-o. “Será possível que eu me tenha enfraquecido tanto mentalmente? – disse de si para consigo. – Bobagem, é tudo tolice [...]” (TOLSTOI, 2009: 41).

Ivan Ilitch, personificação do homem moderno russo, existe na sociedade simultaneamente com aqueles que representam o passado e a tradição, os camponeses. E é justamente por representarem o antigo que estes são desprezados pelo homem moderno, sempre em busca do novo. O tradicional, para esse homem, se torna sinônimo de ultrapassado, e portanto ineficaz, fútil, *tudo tolice*. Ironicamente, é de um camponês que Ivan Ilitch recebe enfim algum conforto para sua agonia. O criado Guerássim surpreende o juiz por sua simplicidade e bondade e, mais ainda, por ser o único a não cooptar com a mentira geral de que sua doença não significava a morte: “Guerássim era o único a compreendê-lo e a compadecer-se dele. E por isso Ivan Ilitch sentia-se bem unicamente na presença dele.” (TOLSOI, 2009: 56). Acreditamos poder observar então que, para Tolstoi, o moderno não poderia adquirir um sentido profundo descartando por completo o passado. Ainda mais

próximo da morte, este homem moderno recorre novamente a uma forma de tradição não secular, e portanto não moderna e racional, a religiosidade:

Depois que veio o sacerdote e confessou-o, ele amoleceu, sentiu uma espécie de atenuamento das suas dúvidas e, conseqüentemente, dos seus sofrimentos, e desceu sobre ele um minuto de esperança. Pôs-se novamente a pensar sobre o ceco e a possibilidade de consertá-lo. Comungou com os olhos rasos d'água (TOLSTOI, 2009: 73).

Percebemos por esse trecho que a esperança surgida na alma de Ivan Ilitch é uma fusão entre a tradição, representada pela religiosidade, e a crença moderna, uma vez que tal esperança não é de uma salvação *post mortem*, mas de um retorno à vida terrena. Tolstoi parece nos indicar que o homem da modernidade é dúbio e incapaz de se desligar de cada um dos polos que o constitui: o antigo e o moderno, além de fazer uma crítica à insensibilidade e crueldade humana diante da morte do outro surgidas nesse acelerado processo de modernização e assimilação de tendências externas pelo qual passara seu país.

Embora Tolstoi se mostre um crítico mordaz do modo de vida que vinha tomando espaço crescente na sociedade, sua visão não é de todo pessimista. Em seus derradeiros instantes, Ivan Ilitch encontra enfim uma razão para a morte: liberdade, para si e para os demais: “Eles dão pena, é preciso fazer com que não sofram. Libertá-los e libertar a si mesmo desses tormentos” (TOLSTOI, 2009: 76). É essa sua resposta duramente conquistada, e é ela quem faz com que até mesmo o sofrimento físico seja secundário.

Procurou o seu habitual medo da morte e não o encontrou. Onde ela está? Que morte? Não havia nenhum medo, porque também a morte não existia.  
Em lugar da morte, havia luz.  
- Então é isso! – disse de repente em voz alta. – Que alegria!  
Tudo isso lhe aconteceu num instante e a significação desse instante não se alterou mais (TOLSTOI, 2009, 76).

É dessa maneira que a morte chega então como uma salvação. Tolstoi redime seus personagens em seus últimos minutos. O homem salva-se ao libertar-se da ideia de morte tipicamente moderna e ao ver seu fim como uma liberdade para si e para os demais, somando a individualidade a um senso de coletividade que parecia ter sido esquecido por completo em

vida. É da destruição que a modernidade se constrói, é da morte que Ivan Ilitch tira significação para a vida.

### **Conclusão**

Acreditamos que a literatura, a ficção e a arte em geral podem em muito contribuir para a escrita da História. Se pensamos a literatura como desprovida de uma busca por verdades científicas porém comprometida, de forma consciente ou inconsciente, com uma representação simbólica do real, percebemos o quanto sua narrativa, com um considerável grau de verossimilhança, do que poderia ter sido nos indica um caminho para a compreensão do imaginário de uma dada sociedade em um dado tempo histórico, algo que de fato foi.

No caso específico da obra analisada nesse trabalho, podemos obter traços de toda uma estrutura pensamentos e sentimentos que permearam os indivíduos, reais ou fictícios, dessa controversa modernidade de fins do século XIX, quanto a temas que configuram há muito o imaginário humano, em especial o mais temerário deles: a morte. Pensamos a literatura como um campo fértil que muito ainda tem a contribuir à historiografia pela sua singular forma de acesso ao passado e pela conexão que pode fornecer com o intangível, o simbólico, o imaginário.

### **Bibliografia**

BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O Ofício do Historiador.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações.* Lisboa: Difel, 2002.

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: Como os Historiadores Mapeiam Passado.* Rio de Janeiro: Campos, 2003.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: Verdadeiro, Falso, Fictício.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre As Origens da Mudança Cultural.* São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LORIGA, Sabina. “A História Infinita”. In: *O Pequeno X: Da Biografia à História.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 181-210.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Literatura: Uma Velha-Nova História.* In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Debates*, 2006. <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em: 09/07/2012

RÓNAI, Paulo. “Sobre Tolstoi e a Morte de Ivan Ilitch” In: *A A Morte de Ivan Ilitch.* São Paulo: Editora 34, 2009, p. 83-92.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. In: *Revista de História.* Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

TOLSTOI, Leon. *A Morte de Ivan Ilitch.* São Paulo: Editora 34, 2009.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

WHITE, Hayden. O Texto Histórico como Artefato Literário. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

## **A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA ESTADUAL NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO NAS DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990**

Sávio Pulcheira Rangel \*

O presente trabalho enfocou a forma como as elites políticas do município de Fundão, no Estado do Espírito Santo, se articularam e se organizaram em grupos, na sua capacidade de maximizar poder e influências, para ganhar destaques maiores na política em âmbito estadual.

Neste caso, observamos importantes estudos relacionados à natureza do poder executivo, como ele se organizou no período pós-ditadura, os trabalhos defendendo a formação de verdadeiros barões da Federação, ou seja, nossa organização institucional estadual dá espaço para a formação de um ultrapresidencialismo estadual, com uma hipertrofia do poder executivo, facilitando o seu domínio sob a Assembléia Legislativa e órgãos Jurídicos de Fiscalização. Além dos entes municipais apresentarem grande relação de dependência econômica para com os Governos Estaduais, a existência de orçamentos limitados e pouca capacidade de atuação da máquina pública local, fazem dos prefeitos reféns de verbas estaduais e federais, o que justifica a busca intensa das lideranças locais por apoio nestes governos.

No município de Fundão este fato não é diferente. As décadas estudadas revelaram como os líderes locais se articularam internamente para buscar apoios e acordos para a sua sobrevivência política no município.

Primeiramente, realizamos uma breve discussão com ênfase na forma como ocorreu a reorganização democrática no País em relação ao poder executivo estadual e aos poderes executivos municipais, uma relação que, de certo modo, se estabeleceu com base num mecanismo de dependência. Nota-se que este não foi um fenômeno único da década de 1980 e 1990, essa dependência se manifestou também durante a década de 1970. Em segundo lugar, analisamos as entrevistas – utilizadas como nossa principal fonte de pesquisa – feitas com políticos que atuaram no município de Fundão, durante as décadas em destaque, tais como Sebastião Carreta, Dilton Lyrio e Gilmar de Souza Borges, para fundamentar o tema em discussão.

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.



Os dados eleitorais do município de Fundão são muito precários ou inexistentes, principalmente no que consiste a quantidade do eleitorado e da população. Apenas conseguimos dados referentes aos períodos de 1996 a 2008, que podem contribuir sobremaneira para a compreensão das articulações políticas do município tanto em décadas anteriores, quanto atualmente. A população do município de Fundão, no ano de 1996, era de 11.315 habitantes, com um eleitorado de 8.509. No ano de 2000, Fundão contava com 13.009 habitantes, com um eleitorado de 8.674. No ano de 2008, Fundão registrava 15.209 habitantes, com um eleitorado de 12.539.

### **Histórico dos personagens**

Sebastião Carreta, Dilton Lório e Gilmar de Souza Borges foram personagens fundamentais das décadas de 1970, 1980 e 1990 no cenário político de Fundão, onde suas ações estão primordialmente relacionadas à construção das disputas políticas do município. A inter-relação entre os três personagens, nestas três décadas, pode demonstrar como, em determinado momento, a ligação política do Estado com o município ocorreu de forma vertical e influenciadora e como, em momento distinto, essa relação se altera, passando a vigorar a busca por um contato mais horizontal de forças entre a política municipal e a estadual visando à consolidação da interferência da política local nessa última esfera.

O primeiro entrevistado foi o senhor Sebastião Carreta. Durante a entrevista, Carreta destaca que a origem da sua popularidade que, segundo ele, adveio da sua facilidade em ajudar as pessoas do município, dando carona para os moradores da região que precisavam se deslocar para cidades vizinhas ou para a capital, Vitória, o que o levou à Câmara de Vereadores em 1971-72, em um mandato tampão. Carreta ainda viria a ser prefeito nos pleitos 1973-77, 1983-88 e 1993-96. Em 1989, por conta de seu intenso relacionamento com o deputado Dilton Lório e com o governador Max Mauro, ocupou o cargo de secretário do governo, mantendo-se nesta função até 1992, já no governo de Albuíno Azeredo.

Em sua entrevista, notamos o quanto ele quer deixar claro a sua honestidade e competência para enfrentar corruptos ou aqueles que tentam o corromper, com sua força para

derrubar todos aqueles que impediram o desenvolvimento do município, ou tentaram manter o município na estagnação econômica e social. Carreta exalta seus feitos mostrando que foi ele quem liderou o grupo que derrubou a oligarquia coronelística do passado, que impediu que o município fosse dominado pelo crime organizado, rotulando-se como o prefeito que modernizou o município, com suas diversas obras públicas.

Outro grande aliado no grupo político de Carreta foi o senhor Dilton Lírio. Dilton filiou-se ao PTB em 1962, influenciado pelo seu pai, que já era do partido e lutava contra a família que dominava coronelisticamente o município, a Família Ferreira. Com a ditadura militar essa luta transportou-se para a ARENA e o MDB, do qual foi um dos fundadores no município de Fundão. Em sua luta na oposição chega a Câmara de Vereadores no pleito 1967-1971 e é um dos principais articuladores da candidatura de Sebastião Carreta para prefeito em 1972. Dilton participou ainda de movimentos estudantis. Foi sindicalista, no Sindicato dos Bancos, e ocupou o cargo de deputado estadual de 1979 a 1982, de 1983 a 1986 e de 1987 a 1990, sendo presidente da Assembléia Legislativa entre 1983-84 e 1987-88.

Em relação a Gilmar de Souza Borges, Dilton enfatizou que foi ele quem convenceu Carreta a lançá-lo candidato em 1988, episódio que foi fundamental para a vitória de Gil e seu início na carreira política. O rompimento entre os dois acontece em 1990. Segundo Gil, sua primeira participação na política foi como cabo eleitoral na campanha para prefeito de Carreta, em 1982, neste momento começou sua ligação com o PMDB. Gil atuou como chefe de gabinete de Dilton Lírio na Assembléia Legislativa, quando foi presidente da casa de 1983 a 1984, posteriormente chega à Procuradoria da Casa, cargo alcançado graças à influência de seu companheiro de partido. Gilmar Borges tornou-se prefeito do município em 1989, com mandato até 1992, pleito apoiado por Carreta e Dilton Lírio. Por mais dois períodos foi prefeito de Fundão, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004. Nestas duas eleições já havia rompido com os outros dois partidários. No fim do seu mandato, Gil tentou eleger seu secretário de educação e não conseguiu, sendo derrotado por Maria Dulce, que tinha o apoio de Carreta.

O racha dentro do PMDB, em 1990, em níveis estaduais, gerou sérias consequências no panorama político do município. Podemos observar de imediato o rompimento dos três correligionários. Carreta vai para o PDT assim como Gil. Já o apoio a Dilton se rarefaz. Com a

maior disputa de votos para deputado estadual a derrota torna-se certa e o afundamento político de Dilton também.

### **Década de 1970 e seus antecedentes**

Antes da aclamada vitória de Carreta nas eleições 1972 para prefeito, a política do município de Fundão foi dominada por características clássicas de um coronelismo. Carreta e Dilton afirmam que, nesta época, a Família Ferreira dominava a política de Fundão, comandada pelo patriarca Coronel Enéias Castor Ferreira. Segundo Carreta:

Terminando meu mandato de vereador, havia em Fundão uma família que mandava no município, família do Coronel Enéias Ferreira, que comandava há 40 anos. Não havia candidatos que ganhasse a eleição deles, Eu como tinha uma boa convivência com Fundão, iniciei um movimento para que eu fosse o candidato a prefeito de Fundão. [...] eles prometiam tudo e depois não cumpria e era essa a reclamação que se ouvia dos eleitores. Então com muita sinceridade eu me colocava para trabalhar com disposição para o município. Ganhei as eleições.

Em entrevista dada ao jornalista Rogério Medeiros, Enéias Ferreira assegurou que sua dominação política no município iniciou-se no mandato do prefeito Dr. Cesar Agostini, entre 1936-37, ainda no governo de Cap. Punaro Bley, interventor do Espírito Santo, no Estado Novo. A partir deste momento ele começa a construir sua rede de poder que, sem a sua presença em cargos públicos no município – foi vereador por seis meses apenas, neste mandato de 1936 – vai eleger seu filho Jeovah Miranda Ferreira (1970-72) e seu genro Jasson Rodrigues Sarmiento (1953-57; 1963-67), prefeitos de Fundão. Todos os outros prefeitos, até 1972, tiveram de ter o respaldo da Família Ferreira ou servir ao coronel Enéias Ferreira.

O sustentáculo deste poder vinha de sua influência junto ao poder estadual. Enéias manteve estreitos vínculos com os governadores do PSD, Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg, no período democrático 1945-64, sendo este último o padrinho de uma de suas filhas. Seu filho Jeovah Miranda também foi deputado estadual de 1955 a 1966 e, posteriormente, tornou-se promotor de Justiça. O PSD neste momento era o partido que apresentava melhor

desempenho político, com a disputa personalista entre as duas figuras citadas anteriormente. De cinco pleitos eleitorais para o governo o grupo venceu três, pode-se considerar que o sistema partidário do Espírito Santo ficou nucleado na figura deste partido.

No período da Ditadura, Enéias era muito ligado ao governador Cristiano Dias Lopes (1967-70), compondo o partido da ARENA. Esse período teria marcado o auge do poder coronelístico dos Ferreiras. Nesta fase da política estadual ter o apoio do governo era imprescindível, pois assegurava ao coronel a nomeação dos diretores de escola, o comando das obras públicas e dos cargos no governo do Estado para cidadãos do município, além da nomeação de delegados de polícia, importante para impor a ordem militar coercitiva. Para Enéias, “Delegado contra é quase que pior do que inimigo na prefeitura. Uma dificuldade”.

Segundo Dilton e Carreta a oposição ao grupo dos Ferreiras sempre esteve presente no município, concentrado principalmente na sua sede. Dilton relembra que o embate com o coronel já vinha de seu pai Oséias de Almeida Neto, ex-vereador do PTB no período democrático. Carreta diz que,

O grupo deles nunca queria o melhoramento de Fundão, porque havia o poder por trás disso, apesar de nunca terem desviado recursos ou serem corruptos. Naquela época a energia era o município que produzia e colocava nas casas, era muito fraquinha e apagava com facilidade, a água do jeito que vinha do rio ia para as casas, o que trazia muitas doenças para a população, como verminoses e mortes de recém nascidos, a policia era ligada ao prefeito, se uma pessoa criticasse eles o coronel chamava o delegado e dizia, aquele menino esta perturbando, quando você tiver a possibilidade prende ele, ai o delegado prendia e a família ia logo pedir ajuda ao Coronel Enéias, e ele ia lá e soltava o garoto dizendo, esse garoto não faz mal a ninguém não delegado, não prende ele mais não, saia do local todo mundo abraçado com o Coronel. Então eles dominavam a população na marra, quando eles queriam cobravam ou não cobravam água e energia, prendiam quem eles queriam.

Nas eleições de 1972, o grupo de oposição se fortaleceu. Carreta ganha popularidade por todo o município. O desgaste político do grupo de mais de 36 anos pode ter contribuído para a sua vitória, assim como o crescimento populacional da sede, onde concentrava-se a maior parte da oposição.

A vitória de Carreta, na eleição de 1972, representou a derrota do coronelismo clássico; a vitória de grupos da sede contra os do distrito de Timbuí; do MDB contra a ARENA e, por fim, a

formação de um período de transição de uma época de luta contra o sistema político tradicional para a institucionalização da política local sobre as disputas no PMDB.

Carreta declara que seu primeiro mandato foi um dos mais difíceis, carente de apoio e de recursos do governo estadual. O deputado estadual Dylío Penedo (1956-75), que havia conquistado os votos do município, trabalhava contra e tentava impedir que chegassem recursos para a sua administração. Como agravante, o delegado era de oposição, perseguindo seus correligionários e blindando os seus opositores. Embora os Ferreiras tenham perdido as eleições, o conjunto político estadual ainda permanecia sobre seu comando.

No pleito de 1977-78, Carreta não conseguiu eleger o próximo prefeito. Mais uma vez a eleição ficou entre Fundão Sede *versus* Timbuí, ou seja, entre representantes do MDB do grupo de Fundão, com Taciano Oliveira para prefeito e vice-prefeito Roque Toninni contra Clério Zucolotto da ARENA, que tinha o apoio dos Ferreiras.

Desta forma, chega ao fim à fase considerada de transição das políticas de domínio coronelísticas e do regime da ditadura militar. Em termos de organização política, o município de Fundão pouco se modernizou. A popularidade construída por esses líderes políticos ainda estava ligada ao mesmo clientelismo executado por mais de 36 anos pela Família Ferreira. A luta do MDB contra a ditadura passa a ocupar o governo. Nessa nova década, iniciada a partir de 1982, a política local adquire nova configuração, analisada a seguir.

### **Década de 1980**

A eleição de 1982 inaugura o novo cenário político do Estado e do município. No Estado, presenciamos as primeiras eleições diretas para governador, com a presença dominante do PMDB, que elegeu Gerson Camata e mais 27 representantes para a Assembleia Legislativa. Para prefeito de Fundão, Carreta também vence pelo partido. Dilton Lírio vence para deputado estadual com grande destaque dentro do próprio PMDB, tanto é que se torna presidente da Assembléia Legislativa logo no início do mandato. Lembramos que Dilton estava caminhando para o seu segundo mandato de deputado estadual, a primeira havia sido entre 1979-82.

As eleições municipais de 1982 ganham características novas, uma vez que o adversário de Sebastião Carreta foi o senhor Antonio Roldi, um proprietário de terra do distrito de Praia Grande. Roldi foi acusado por todos os entrevistados de manter ligação com o crime organizado. Quanto a Família Ferreira não podemos considerar sua participação nestas eleições, parte da família já não vivia mais no município e o seu patriarca, Enéias, estava debilitado de saúde, falecendo em 1983.

Segundo Carreta, o pleito de 1982 foi o mais tenso e difícil de todos, tanto Carreta, quanto Dilton acusam Roldi de ter tentando comprar muitos votos no município e de ter transferido eleitores de bairros vizinhos, no município da Serra, para ganhar a eleição. Para Carreta, Roldi queria ser prefeito de Fundão desde antes do pleito de 1982.

A explicação para a entrada de Roldi no cenário político de Fundão, neste momento, pode ter explicação na grande proximidade de Fundão com o município da Serra, por conta da expansão desordenada da periferia. O grupo político ao qual Roldi se associa é ligado à Timbuí, que havia perdido a força dos Ferreiras, e que começava a se desintegrar. Tal decadência política pode ter deixado espaço para a entrada de Roldi, dono de recursos financeiros vultosos.

A vitória de Carreta, por sua vez, esteve relacionada à popularidade construída na década anterior, mas principalmente à sua forte ligação com Dilton Lório e o PMDB. Nestas eleições, ocorre o casamento do pleito de governadores, senadores, deputados federais e estaduais com o de prefeitos e vereadores. A força política e popular que o PMDB possuía, neste momento, certamente contribuiu para capitalizar ganhos políticos para Carreta.

No mandato de Carreta (1982-88), uma série de obras públicas foi realizada em Fundão, exaltadas pelo próprio prefeito como resultado de um governo responsável e sério. Ele considera a chegada de recursos por parte do governo estadual, com a ajuda de Dilton ou de secretários de Estado ligados a ele, como importante, mas sua atuação como administrador foi fundamental. Quando questionado sobre o seu relacionamento com o governo do Estado, afirma:

No meu segundo mandato, depois de 82, o Camata era governador, aí tudo mudou, pois ele me ajudou muito, ele me viabilizava recursos, convênios, foi um governo que me ajudou o tempo todo. Foi aí que mudou a questão da segurança pública, na saúde, mudou completamente. O Camata deu um apoio muito grande, a própria Rita Camata tinha uma ligação muito grande com o município, nossos pedidos eram sempre atendidos.

Sobre a administração de Gilmar, Dilton considera que

Como prefeito o Gilmar era desconhecido para os meios daqui, aí já era o governo do Max, como eu tinha um relacionamento muito forte com ele e o poder que eu tinha como presidente da Assembléia e como presidente de Partido, conseguimos uma série de coisas para Fundão, o asfalto das avenidas principais de Fundão foi tudo conseguido nesta época. O horto municipal foi nesta época também, com recursos da Vale e da Aracruz Celulose. O Gilmar vivia no meu gabinete, chegava lá e me chamava para ir com ele para a secretaria de educação e outras secretarias para conseguir recursos.

De fato, as principais obras existentes no município de Fundão foram feitas neste período, o que trouxe muita popularidade para Carreta. Deste modo, na década de 1980, a influência do governo Estadual sobre a política local torna-se fato notório, presente nos quatro anos do governo de Camata e nos dois anos restantes do governo de Max Mauro.

Assim como os Ferreiras utilizavam de poderes exteriores ao município, buscados no governo do Estado para manter cristalizado seu coronelismo clássico, a institucionalização do PMDB como o principal partido do Estado, na década de 1980, com o sucesso de Dilton e Carreta dentro do partido, contribuíram para cristalizar sua força e poder dentro do município, puxando o domínio desta para o grupo da sede. Mesmo que possa parecer semelhante às iniciativas das elites políticas nas duas décadas, devemos ressaltar que a década de 1980 possuiu o ingrediente da democratização e o espírito da expansão dos benefícios sociais para todos os brasileiros, isso explica por que a busca por capitalização política se transfere na busca por obras de modernização do município.

## **Década de 1990**

Consideramos que a década de 1990 teve início com o primeiro governo de Gilmar de Souza Borges, de 1989 a 1992. No meio deste governo ocorreu o racha deste grupo político e a consolidação da posse para mais um mandato de Sebastião Carreta, em janeiro de 1993.

A vitória de Gilmar acontece e sua administração recebe o total apoio de Dilton Lírio, ainda deputado até 1990, e de Sebastião Carreta, que passa a ocupar cargos em secretarias de Estado no governo de Max Mauro (1987-90) e no de Albuino Azeredo (1991-94). Os dois entrevistados destacam a grande quantidade de recursos que trouxeram para o município neste

momento. Carreta chega a mencionar que a quantidade foi tão grande que era o dobro do orçamento que o município possuía.

Em seu mandato Gilmar manteve o nível de investimentos em obras públicas realizadas no governo anterior, mas os conflitos com Carreta começaram a aparecer. Carreta comenta que

Quando eu fui para o governo ele voltou a se aproximar de mim e em um ano eu consegui viabilizar mais recursos para o município do que o orçamento de Fundão. Logo depois eu comecei a ver a bandidagem, começou por uma rede de esgoto que ele arranhou nota falsificada, tinha um valor muito alto para poucas manilhas, logo no começo de mandato roubando escandalosamente. É, fomos nós que criamos essa cobra.

A opinião de Carreta pode estar contaminada pelo rompimento dele com Gilmar. Desta forma, fica um pouco difícil definir qual era o grau de ligação e de relacionamento dos dois nesta época. Em 1990, tivemos eleições para governador, senador e deputados estaduais e federais, separados dos prefeitos e vereadores. Um fato ocorrido em âmbitos estaduais gera mais uma vez conseqüências na política municipal. No pleito de 90, Dilton se candidata para deputado estadual e sai derrotado. Gilmar diz que

O rompimento ocorre neste momento, em uma reunião feita com lideranças locais da região, com prefeitos de Fundão, Ibiraçú, João Neiva e Aracruz, ficou decidido que o Dilton viria a se candidatar a Deputado Federal, abrindo espaço para a candidatura de Jalber em Ibiraçú e o Rubinho do Cartório em Aracruz para Deputados Estaduais. No outro dia Dilton liga para mim dizendo que havia decidido se candidatar para Deputado Estadual, descumprindo o acordo, eu me posicionei contra para tentar manter o acordo firmado, assim eu recuei e não quis apoiar ele, e ele se manteve na posição, Dilton sempre foi um cara muito teimoso, quando coloca uma coisa na cabeça não quer tirar, assim veio o pleito de 90, eu não apoiei nenhum candidato e Dilton não conseguiu vencer, obtendo as piores votações dele em Fundão e Aracruz. Jalber de Ibiraçú alcançou os votos necessários para uma cadeira na Assembléia Legislativa. Foi nessa que Dilton perdeu o time da política e ficou estagnado, se não tivesse acontecido este fato talvez nós dois ainda estivéssemos no mesmo grupo, pois ele seria facilmente eleito Deputado Federal.

Sua candidatura para deputado estadual foi fatal para sua ruína política e o fim do relacionamento entre os dois. Isso é explicado pelo fato de que com a implosão do PMDB esta legenda diminuiu, surgindo mais concorrentes na legenda, criada com as novas articulações do PDT, que agora abrigava a maior parte dos prefeitos e lideranças políticas do Estado. A força do



PMDB no Estado diminuiu, assim como a busca por recursos e capitais políticos de Dilton para as suas bases, principalmente Fundão.

## **Conclusão**

Observamos durante a construção da política atual do município que as mudanças em âmbitos estruturais tiveram pouco reflexo na organização política local. Um município que era prioritariamente ligado à bases rurais passou por um pequeno processo de modernização, com saneamento básico, calçamento de ruas, escolas e estradas que ligaram a sede aos distritos, podendo ser considerado, de certo modo, como uma modesta organização urbana, mas não refletiu nos grupos políticos e sociais, já ideologicamente estabelecidos. A política municipal ficou reduzida a ações clientelistas e personalistas de atores políticos, lamentavelmente as consequências estiveram relacionadas a problemas que afligiram todos os habitantes do município, principalmente os mais necessitados.

As mudanças políticas das três décadas estiveram atreladas a apoios diretos e indiretos por parte do governo Estadual, apoiando inicialmente o coronelismo, interferindo indiretamente, por meio da injeção de recursos, nas decisões políticas municipais, agindo de forma marcante nas eleições dos novos prefeitos, tornando o prefeito em exercício peça fundamental na sucessão política local.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRÚCIO, Fernando. *Os Barões da Federação: os Governadores e a redemocratização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. *Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivas- Legislativas no Brasil Pós- Constituinte*. Rio de Janeiro: Dados. Vol. 40, n 3 1997.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs).  
Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O  
giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN:  
978-85-288-0286-3)

---

PEREIRA, André Ricardo Vale Vasco. *Por Baixo dos Panos: Relação Executivo e Legislativo nas instâncias estaduais*. (Tese de Doutorado). Vitória. 2002.

SOARES, Gláucio A. D. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2001

## PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS E PATRIMONIAIS NAS OBRAS DE SALOMÃO DE VASCONCELOS

Pollianna Gerçossimo Vieira\*

O estudo, por meio de um debate teórico, almeja demonstrar as perspectivas historiográficas e patrimoniais presentes nas obras do afamado historiador, Salomão de Vasconcelos, e como essas podem esclarecer acerca do processo dinâmico de construção e reinvenção da identidade do mineiro e das políticas patrimoniais em meados do século XX. Através da análise do conteúdo<sup>1</sup> das obras, *Os sinos...(na simbologia e na historia)* e *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico* buscaremos examinar a escrita da história de modo a salientar os vestígios de uma tessitura da história pautada na vivência e na pesquisa documental demonstrando assim, traços iniciais daquilo que se consolidou como o tempo de Minas Gerais.

Dessa forma é necessário como aporte teórico a História Intelectual para compreendermos o contexto ao qual Vasconcelos se inseria e quais eram as idéias disseminadas pela elite intelectual mineira que ele pertencia.

### Salomão de Vasconcelos: o polígrafo

Primeiramente é de extrema importância apresentar alguns apontamentos biográficos desse intelectual, nos colocando assim, no contexto em que suas obras foram produzidas.

Salomão de Vasconcelos, filho de D. Maria Madelena de Vasconcelos e de Francisco Diogo, nasceu no dia 2 de janeiro de 1877 na Fazenda S. João de Crasto, situado à margem do histórico Ribeirão do Carmo – atual território da cidade de Mariana. Foi herdeiro de umas das famílias mais ilustres dos primórdios de Minas Gerais.

Com 15 anos seus pais o enviam à Ouro Preto para estudar, e assim foi morar com o seu tio, o afamado historiador Diogo de Vasconcelos. De acordo com alguns dados biográficos

---

\* Instituto de Ciências Humanas e Sociais- ICHS / Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP; graduanda do curso de história. Este projeto é financiado pelo Programa de Incentivo à Pesquisa – PIP/UFOP e orientado pelo Professor Doutor Francisco Eduardo de Andrade.

<sup>1</sup> “trata-se de uma técnica baseada na análise da linguagem, mas cujo objetivo não é conhecê-la em si mesma, mas ‘inferir’ alguma outra realidade distinta por meio dela.” AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. P. 525

escritos por Décio Vasconcellos<sup>2</sup> os primeiros anos de vida e o início de carreira foram de muito trabalho e esforços.

Em 1899 ingressou na Faculdade de Direito em Belo Horizonte, e no segundo ano de Direito, ele pede transferência para a Faculdade de São Paulo, formando-se em 1905. Casou-se com D. Branca Tereza de Carvalho (da tradicional família fluminense do Barão de Itambi e do Visconde de Itaboraí) em 5 de maio de 1906.

Depois de 30 anos de serviço público, Salomão de Vasconcelos se reencontraria e iniciaria uma nova carreira: a de historiador. Convidado pelo então Prefeito de Mariana Dr. Josafá Macedo para organizar o arquivo municipal, adentrou nas análises dos alfarrábios e dos códices. Após um ano de organização do arquivo municipal de Mariana, Vasconcelos foi convidado por Dr. Rodrigo Melo Franco, então diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para colaborar com as pesquisas do SPHAN. Foi nessa fase da vida que publicou a maior parte de suas obras e se filiou a diversas instituições, entre elas a Revista de História e Arte, criada em Belo Horizonte, no ano de 1963. Convidado pelo diretor administrativo, Victor Figueira de Freitas, pelo coordenador Augusto de Lima Júnior, pelo assistente Nelson de Figueiredo, ocupou o cargo de revisor crítico, tendo uma seção especial no número prospecto intitulada *A Palavra do Mestre*. O próprio título faz referência ao posto alcançado como historiador, sendo respeitado por diversos intelectuais. Antes de participar da Revista de História e Arte, Vasconcelos assume a presidência do IHGMG, exercendo, dentro desse órgão, um papel fundamental no tombamento da cidade de Mariana como Monumento Nacional em 1945.

Portanto, de acordo com Miceli, Salomão de Vasconcelos é considerado um polígrafo por ser um homem de várias letras, pois suas obras abarcam temas variados e em estilos diversos como, romances, poesias e obras historiográficas. Ele é um elemento essencial para a compreensão dos modos operacionais de alguns historiógrafos mineiros.

## **O historicismo como perspectiva historiográfica**

---

<sup>2</sup> Os dados biográficos sobre Salomão de Vasconcelos aqui utilizados, são em grande parte extraídos da pequena biografia escrita por Décio Vasconcellos presente em VASCONCELLOS, Salomão. *O Fico: Minas e os Mineiros na Independência*. Edição comemorativa dos sesquicentenário da Independência. 2ª Ed. Imprensa Oficial.1972.

Definir o historicismo é uma tarefa complexa, pois existem ramificações, períodos e formas de interpretá-lo; mas sua presença foi notável nas obras de 1920 a 1945<sup>3</sup> no Brasil, principalmente por ser esse um período de “reconstrução da nação”. No intuito de organizar o presente dando sentido à nova fase, o período Republicano foi de grande fervor no que tange a produção historiográfica brasileira. A escrita da história tinha por dever interpretar o passado buscando, nele, símbolos para a formação de uma identidade na formatação da nação.

Após a Primeira Guerra Mundial a questão do nacionalismo é colocada em meio às discussões de cunho mundial e no Brasil com a entrada do Estado Novo, em 1937, a tarefa é reescrever a história do país. Para isso volta-se ao passado buscando elementos que simbolizam a herança cultural, para fazer dela, certa continuidade a uma representação histórica.

Nas obras de Salomão de Vasconcelos não foi diferente, ele faz um retorno ao passado em busca de um símbolo singular que solidifique a identidade do ser mineiro tomado como uma metonímia da nação.

Afinado à crítica documental e ao aprofundamento no conhecimento do passado, a ponto de “reconstruí-lo” de maneira tão minuciosa, Salomão de Vasconcelos deixa claro o tom historicista de suas obras. O historicismo, portanto, se evidencia ao passo que o autor demonstra as singularidades existentes no passado mineiro, pois segundo ele foi de tais terras que se deu o “primeiro grito de liberdade em nossa Pátria”. (VASCONCELLOS, 1937: s/p). Dessa forma segue uma dimensão, que segundo Martins, tem como característica:

[...] um método novo no modo de lidar com o conhecimento do passado, que ressalta a especificidade e a profunda diversidade do passado, sua ‘individualidade’, sua ‘evolução’, e seu condicionamento recíproco, e que recorre tanto à crítica das fontes e à compreensão. (NIPPERDEY apud MARTINS, 2008: 20).

Nas obras, as narrativas seguem um trabalho documental baseado na heurística e na crítica, objetivando assim uma interpretação do passado<sup>4</sup>. “Resta-nos agora examinar os

---

<sup>3</sup> Cf: MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da Materialização à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920 – 1945*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

<sup>4</sup> “A avaliação heurística do conteúdo informativo das fontes busca estabelecer se e como estas (as fontes) documentam intenções do agir, a crítica das fontes destaca preferencialmente como os fatos históricos, por conseguinte, ações nitidamente intencionais.” MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Historicismo: o útil e o desagradável*. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008, p. 40

documentos trazidos ao debate e as razões da crítica” (VASCONCELLOS, 1937: 27). Os documentos dão testemunhos sendo dessa forma provas para uma “verdade histórica”, como observamos na passagem: “Entretanto, atentando-se bem sobre esse graphico, não é difficil distinguir-se á sua direita um importante detalhe que vem emprestar á estampa todo o valor historico.” (VASCONCELLOS, 1937: 35). Ou então no caso: “Essa, a hypothese que nos parece mais acceitavel, porque em seu favor militam varias passagens dos documentos da época.” (VASCONCELLOS, 1937: 71).

Para Vasconcelos, não só os documentos são provas para a verdade, na ausência desses a tradição conta às gerações os fatos do passado. Daí o resgate da tradição como ponto de ligação com o presente/ futuro. Esta é uma das formas de interpretação que segundo Malhano abarcam a complexidade do historicismo:

A primeira diz que todos os fenômenos sócio-culturais estão, historicamente, determinados, e que todas as verdades são relativas; a segunda diz que o historicismo se preocupa com as instituições e tradições do passado; e a terceira diz que o historicismo é o uso de formas históricas. (MALHANO, 2002: 49.).

Existem em ambas as obras estudadas, esta preocupação com as tradições, uma sob o signo da tradição oral e a outra através da linguagem dos sinos. O autor retoma as tradições na tentativa de resgatar os elementos que constituem o ser mineiro.

O historicismo, conforme Malhano tem ainda por característica ser “[...] assim, uma corrente conservadora”. (MALHANO, 2002: 50). E esta característica é outro elemento observado nas obras, quando Vasconcelos descreve sua preocupação com a mudança do tempo, no advento do moderno.

Infelizmente, porém, modernamente, com as igrejas em estilo gótico que vamos tendo nas nossas principais cidades, com as torres ponteagudas e altas de mais [...]. o resultado é o que se vê comumente como na nossa Matriz de São José. Alí não há o repicar dos sinos, aquele repicar tão nosso, das nossas tradições [...]. (VASCONCELLOS, 1946: 23-24).

Apesar de complexo em sua definição, muitos elementos do historicismo foram encontrados nas obras estudadas demonstrando certa perspectiva historiográfica que circulava na época. Portanto a escrita da história em Salomão de Vasconcelos se fundou em bases historicistas ao esquadrihar no passado os símbolos da nação.

## O Imaterial: Perspectivas Patrimoniais

As intensas mudanças advindas do crescimento das cidades, das novas ideias, muitas vezes eurocêntricas, e dos riscos do modernismo refletiram nas transformações do espaço urbano. Esse acelerado processo de transformações vinha se desencadeando desde a República na inauguração de um novo tempo, e é na década de 30 do século XX que muitas atitudes serão tomadas para o acompanhamento das mudanças. Na tentativa de construir uma nação e legitimar o poder do Estado diante todas as mudanças, o governo Vargas incumbiu o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para esse difícil papel.

O projeto de construir a nação se baseou, segundo Chuva, em uma “concepção de *origem* que contém a idéia de salto em direção ao novo, [...]”. (CHUVA, 2003: 327). Portanto o passado torna-se o ponto referencial para a busca dessa origem, ou melhor, pela busca de algo que fosse o símbolo de uma nação. “Não se trata de uma celebração ou de um retorno ao passado, mas sim de inventar a nação através de valores tradicionais – estéticos e históricos em uma tentativa de recuperar e integrar a essência que está no passado, transpondo-a para o presente”. (MALHANO, 2002: 56).

E é a partir daí que começam a surgir leis patrimoniais das quais em, 1937, através do Decreto-Lei nº 25, o governo cria o SPHAN (*Serviço de Patrimônio Artístico Nacional*). Inicialmente esse órgão visava à preservação de bens materiais, como obras de arte e monumentos. Porém nas obras de Salomão de Vasconcelos, contemporâneas à criação do SPAHN, já podemos observar certa tendência ao imaterial, como a própria tradição.

Nas obras avaliadas, *Os sinos... (na simbologia e na história)* e *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico* a tradição, seja na linguagem dos sinos ou na auricular, se faz presente em meio a uma preocupação na mudança do ritmo da vida. “Ali não há o repicar dos sinos, aquele repicar tão nosso, das nossas tradições, que ouvimos na meninice, que gostamos de ouvir ainda em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e em todas as nossas cidades antigas”. (VASCONCELLOS, 1946: 24).

A linguagem dos sinos é considerada, por Vasconcelos, responsável, através do “seu som harmônico”, ditar os passos das cidades que em volta deles se formaram. Além da dimensão temporal, pois é por meio de sua linguagem que as pessoas sabem o andar da cidade no que se refere às horas, os dias de novenas, as festas, os momentos fúnebres e os alegres, ele também é um elemento de fundação.

A história dos sinos nos países católicos, como é o Brasil, repete com efeito, e reproduz a própria história de nossas fundações geográficas [...]. No arraial incipiêdo, plantado pelo bandeirante no seio agreste dos sertões, era da capelinha improvisada que partiam, nas manhãs domingueiras, os repiques alácres e festivos conclamando á oração os homens rudes do cascalho e do almocáfre. (VASCONCELLOS, 1946: 16).

Dessa forma, os sinos “falam” aos homens convidando-os a participarem da vida social e religiosa. Nesse âmbito possui uma linguagem que tem por propósito unir as pessoas, informá-las dos acontecimentos, celebrarem com elas todos os passos da vida desde o nascimento, batismo, casamento até a sua morte. Eles possuem em seu tocar uma linguagem universal “falam a voz de Deus, a voz dos homens e a voz da pátria.” (VASCONCELLOS, 1946: 15).

A tradição oral é outro elemento importante para Vasconcelos, pois é através dela que a história se compõe. Ela possui um “valor histórico”, pois conta para as gerações futuras, mesmo que oralmente, “os feitos guerreiros” e “os maximos acontecimentos da história da pátria”. (VASCONCELLOS, 1937: 10). Existe na tradição oral uma essência da verdade.

Aquella, menos rigorosa, mas nem por isso desaurorisada, não requer sinão a continuidade daquillo que, tido como verdade, ou partido de um facto verdadeiro, sem assento escripto, nos é transmittido, sem contradição, atravez do tempo. (VASCONCELLOS, 1937:100).

Mas não só como testemunha de uma verdade serve a tradição oral para o autor, ela é também o imo do ser mineiro.

Natural era, pois, que Diogo de Vasconcellos – que ali nasceu e viveu grande parte de sua existencia; que ali privou intimamente, desde os seus estudos de humanidades, com os velhos professores do Seminario e do Collegio do Caraça; que manteve, desde 1877, com os virtuosissimos prelados D. Antonio Corrêa de Sá e Benevides e D. Silverio Gomes Pimenta a mais estreita afinidade e o mais diuturno convivio espiritual – houvesse tambem recebido, já formada, essa tradição [...]. (VASCONCELLOS, 1937:23).

As exposições acima, nos leva pensar que algo nas concepções de Vasconcelos desponta para o caráter do imaterial. Não somente de monumentos e obras de arte seria feita uma nação, mas de seus rituais, cerimônias e as formas de adquirir conhecimento também fariam parte da composição dos seres.



Tanto a tradição oral quanto a linguagem dos sinos, presentes nas obras de Vasconcellos, fazem parte do ritual do ser mineiro e, portanto são alicerces da história de Minas e importantes para sua continuidade como o local do alvorecer da pátria.<sup>5</sup>

### **Considerações finais**

O presente estudo é o início de um projeto amplo acerca da escrita da história e das perspectivas patrimoniais em Salomão de Vasconcelos, importante intelectual do século XX, e que teve um papel fundamental no SPHAN e no tombamento da cidade de Mariana em Monumento Nacional.

As inferências primeiras, das obras aqui estudadas, levam a uma tendência historicista no que tange o modo de escrever e ver os fatos da história chamando “a atenção para a necessidade de se conhecer melhor a arte colonial, valorizando o passado brasileiro.” (MALHANO, 2002: 23). Além disso, é percebido um despontar para os rituais, comemorações, danças, festas, enfim para aquilo que hoje chamamos de patrimônio imaterial. No caso das obras referenciadas nesse artigo, esse patrimônio imaterial é representado pela linguagem dos sinos e pela tradição oral.

Apesar de ser um estudo inicial, em que apenas duas obras foram analisadas foi conseguido perceber os caminhos percorridos por Salomão de Vasconcelos e de todos aqueles que em seu meio conviviam. Através disso poderemos expor o pensamento de Vasconcelos e seus ideais para Minas Gerais, visualizando assim, projetos relativos ao SPHAN, hoje IPHAN.

### **Referencias Bibliográficas**

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

---

<sup>5</sup> Segundo Vasconcelos foi em Minas que se deu “primeiro grito de liberdade em nossa Pátria”. VASCONCELLOS, Salomão de. *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner LTDA, 1937, s/p.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CHUVA, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado.” *Topoi*, v.4, n.7, jul.-dez. 2003, p.313-333.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina org. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GERTZ, René E. O Historicismo e a moderna história social Alemã. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da Materialidade à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920-1945*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo, Editora Loyola, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora Ática, 6ª edição, 1990.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n °10, dezembro, p.7 – 28, 1993.

VASCONCELLOS, Salomão. *O Fico: Minas e os Mineiros na Independência*. Edição comemorativa dos sesquicentenário da Independência. 2ª Ed. Imprensa Oficial.1972.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Os Sinos... (na simbologia e na história)*. S/l: s/e, 1946.

VASCONCELLOS, Salomão de. *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner LTDA, 1937.

## **SAMBA, TRABALHO E ESTADO NOVO: BREVE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA**

Letícia de Carvalho Santos\*

Mesmo com a compreensão de que não conseguiremos neste trabalho abranger os pormenores historiográficos do assunto que intencionamos estudar, tentaremos ao máximo expor os contributos que absorvemos na leitura e análise dos recentes trabalhos historiográficos sobre a música popular brasileira, bem como, sobre os textos da Ângela de Castro sobre trabalhismo e um pequeno escrito sobre tal assunto e sua relação (ou não) com o populismo. Além dos artigos e capítulos que pesquisamos para tentar relatar um pouco da historiografia do samba no período do Estado Novo e do uso dessa manifestação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tomaremos como base principal o trabalho de Silvano Fernandes Baia- A historiografia da música popular no Brasil (19971-1999).<sup>1</sup>

Dividiremos o artigo em dois grandes pontos, que tentamos de maneira coesa abranger os objetivos desse artigo. Primeiro nos debruçaremos a estudar um pouco da historiografia, baseando-nos principalmente na tese de Silvano Fernandes Baia e posteriormente, trataremos de mesclar a questão do trabalho e do samba.

### **Historiografia do samba, da política e a música popular brasileira**

Tomando por base alguns artigos de Marcos Napolitano e a tese de doutorado do Silvano Fernandes Baia: A historiografia da música popular no Brasil (19971-1999), tentamos minimamente reunir algumas informações sobre os trabalhos mais conhecidos produzidos sobre o samba, desde a década de 20/30 até os que hoje em dia ainda são grandes clássicos, principalmente no campo da História e os que guardam consigo uma reformulação metodológica bem diferente dos escritos do começo do século XX.

Em seu trabalho de doutoramento, Baia faz uma análise da produção académica das pós-graduações do Rio de Janeiro e São Paulo, cuja temporalidade vai de 70 a 90.

---

\* Graduanda em História na Universidade Federal da Paraíba

<sup>1</sup> Tese defendida no de 2011 no programa de pós graduação da Universidade de São Paulo

Analisa portanto, questões estéticas, ideológicas, do uso das fontes ou da ausência delas e a questão da contextualização. Mesmo focando apenas nos dois estados, a pesquisa consegue englobar muitos dos autores que usamos como ponto de partida, até para entender os trabalhos produzidos antes da década de 70.

Entender aspectos políticos, culturais e sociais pela música, essa produzida especialmente a partir de XX, é uma das grandes preocupações da literatura produzida sobre a música popular brasileira, que é caracterizada por ser uma importante expressão popular e por ter uma estreita ligação com o mercado.

Os primeiros trabalhos produzidos sobre a música popular não tem predominância em nenhuma linha das Ciências Humanas. Hoje já se encontra campos que desenvolvem metodologias e onde o interesse tem aumentando. No caso da História, que será o nosso local de análise, constatamos que com o aumento das fontes, da interdisciplinaridade e dos novos aspectos metodológicos, observou-se o aumento do número quantitativo e qualitativo destes trabalhos sempre.

Primeiro, antes de começarmos a levantar as questões e características dos primeiros trabalhos produzidos, introduziremos uma questão fundante sobre as duas versões/correntes historiográficas que datam o início da música popular brasileira. Segundo Marcos Napolitano as duas são:

“a primeira diz respeito à discussão quanto à “busca das origens”, ou seja, a raiz da “autêntica” música popular brasileira. A segunda corrente historiográfica procura criticar a própria questão da origem, sublinhando os diversos vetores formativos da musicalidade brasileira, sem necessariamente, buscar o *amis autêntico*.” (NAPOLITANO e WASSERMAN, 2000: 168)

Napolitano segue pela segunda opção, ao passo que tenta debater os caminhos escolhidos pelos principais autores que se empenharam no estudo da música popular. Começa, para tanto, com escritos do modernista Mário de Andrade<sup>2</sup>, que baseado no conceito de nacionalidade, tenta encontrar na música uma identidade do Brasil. Mas em 1933 já se tem publicado um estudo mais próximo do que queremos abordar, o do

---

<sup>2</sup> Livro de Mário de Andrade: Ensaio sobre a música brasileira, citado na tese de Silvano Fernandes Baia

jornalista Francisco Guimarães, o Vagalume. Seu livro: Na Roda do Samba<sup>3</sup>, onde tentava contextualizar o samba, comentar sua origem na Bahia e discutir seus aspectos estéticos ligados à autenticidade e a presença do mercado. Contemporâneo a ele, Orestes Barbosa já delimita o Rio de Janeiro como lugar social do samba e afirmava que a difusão, fosse pelo rádio ou pelo mercado, era vital e importante para o ritmo. Nesse trecho a seguir, Napolitano define bem as contribuições dos dois autores.

“ Estes dois autores, cujos livros seminais sintetizavam os debates em torno do lugar social do samba, representam uma sutil clivagem na corrente de pensamento que aceita a origem como um problema central na valorização sócio-cultural do gênero. Francisco Guimarães não só defendia o lugar social e as formas musicais que traziam uma marca de origem (a “roda”) como via no processo de incorporação do samba por segmentos culturais mais amplos uma ameaça a seu núcleo identitário básico, sem a qual perderia sua razão de ser. Orestes Barbosa, mesmo aceitando a origem sócio-geográfica do samba como um dado, afirmava que o processo de diluição em outros espaços sociais e culturais do Rio de Janeiro tinham efetivamente consagrado o samba, como gênero musical “nacional”, por excelência.” (NAPOLITANO e WASSERMAN, 2000: 170-171)

Ademais alguns memoralistas, radialistas, músicos, deixaram importantes contribuições para a memória do samba, como: Henrique Foréis Domingues, o Almirante, a Revista da Música Popular lançada pelo jornalista Lúcio Rangel e Pêrsio de Moraes, as crônicas de Jota Efegê e a periodização feita por Ary Vanconcelos. Por falta de espaço e sem tamanha maturidade para abrangermos todos, chegaremos já aos escritos e contributos de José Ramos Tinhorão, que inicialmente sem escrever diretamente para a academia, conseguiu construir um método histórico e sociológico de abordagem, que mesmo com várias polêmicas influenciou e deu conta de produzir um importante trabalho sobre a música popular brasileira. Tendo como linha teórica o marxismo de maneira reducionista como defendem alguns teóricos, ele aborda para além da música popular como produção de brasilidade mas a define como produto de

---

<sup>3</sup> GUIMARAES, Francisco (Vagalume). Na roda de samba. 2ª ed., Rio de Janeiro, Funarte (Col. MPB Reedições, 2), 1978.

uma cultura classista e ainda comenta sobre a expropriação cultural que sofreu tal manifestação, seja pela classe média ou pelo mercado.

Já oriundos da academia, localizamos o José Miguel Wisnik e Arnaldo Contier. Os dois apresentam uma forte ligação com a música erudita, apontam algumas proximidades com a música popular mas produzem e apontam importantes contribuições para a música popular brasileira. Outros nomes de acadêmicos, como: Jorge Caldeira e Hermano Vianna, tentaram “ênfatisar novos padrões e identidades que os gêneros musicais urbanos tomaram, na medida em que foram configurando-se como músicas para consumo, voltadas para o mercado urbano”.(NAPOLITANO e WASSERMAN, 2000: 182).

Para Wisnik a questão do mercado recai de imediato na questão do samba como produto nacional (isso quando associamos seu uso como instrumento político principalmente) e do mesmo caindo nas graças da elite. O sambista do morro, as músicas populares eram aclamadas e começaram a ser absorvidas ao passo que o Estado se propôs a adotar o samba como manifestação do espírito nacional, mesmo com o incomodo dos intelectuais, ou pela escolha do samba para desempenhar tal papel ou pela inserção do ritmo no mercado e como consequencia sua perda de autonomia. Gravar samba e deixá-lo ser consumido, porém, domesticado pelo Estado Novo é o que analisaremos adiante, claro, com o viés do trabalhismo.

### **Se é pra sambar, é pra trabalhar também!**

Analisando alguns trabalhos produzidos sobre o samba e seu uso pelo Estado Novo nos deparamos com problemas de definição específica sobre quem interferiu mais sobre o outro ou se houve censura/controle por parte do estado pelo ritmo. Porém, sabemos como o samba foi de grande utilidade para a propagação das ideias trabalhistas do Estado. Não existe, entretanto, um consenso se chegou a contruir-se uma cultura nacional e democrática através do samba.

Hermano Vianna aponta a conjuntura do Rio de Janeiro, em vários termos, como propícia aos grandes e diversos intercâmbios e portanto, culturalmente isso ocorreria de

maneira quase natural. Como coloca Napolitano e Wasserman: “ o Estado Novo teria se aproveitado de uma prática cultural propícia à diluição de fronteiras e conflitos, utilizando o samba como laboratório cultural na construção de uma cultura nacional.”(NAPOLITANO e WASSERMAN, 2000: 185).

Trataremos de agora em diante nos utilizarmos de algumas teses do trabalhismo da Ângela de Castro Gomes, contidas tanto no seu artigo: Reflexões em torno de populismo e trabalhismo, além de um dos capítulos do seu livro: A invenção do trabalhismo. A intenção de mesclarmos essas leituras e colocá-las antes do debate sobre o uso do samba no combate da questão da preguiça, malandragem ou da repulsa ao trabalho, é de tentar contextualizar politicamente também o Estado Novo e suas intenções ao se utilizar dos meios de comunicação e de manifestações populares para propagandear o trabalhismo.

A autora acima citada contextualiza o populismo no pós-1942 e enquadra assim, o trabalhismo posterior a configuração populista do governo. Uma vez que a relação entre Estado e trabalhadores já estava estabelecida, por mais que ela fosse constantemente reiventada ou restabelecida, tendo por conta de que tal termo não indica uma homogeneidade da classe trabalhadora nem uma sujeição infudada. E por todas as confusões de datas que o termo populismo poderia suscitar. Portanto, coloca a Ângela para distinguir as duas nomeclaturas:

“ Minha ideia é, de um lado, pensar o populismo com um mito político e, como tal, situá-lo povoando o imaginário social brasileiro. De outro lado, pensar o trabalhismo como uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o pensamento ou as ideias políticas, como se preferir. Mitos e tradições fazem parte da cultura política de uma sociedade, categoria que deve sempre ser entendida como tendo um caráter plural.” ( GOMES, 2002: 63)

Portanto, é que com a causa da justiça social para os trabalhadores através da legislação que o trabalhismo é solidificado, tanto nas camadas populares como, em certo grau, na elite. E como já adiantámos acima, o samba também terá a mesma capacidade, de “união” sem distinção, do morro e do asfalto. No pós-1940 especialmente, ganha

abrangência e audiência a ideologia trabalhista, no movimento sindical, nas rádios e no imaginário.

Adalberto Paranhos um grande estudioso atual da música popular brasileira e especialmente do samba e de seu uso pelo Estado Novo, nos traz importantes contribuições no tocante a temática. Sua tese de que a ditadura controlou as letras e veiculação do samba é justificada com seu estudo sobre trabalhismo e sobre o Estado. Com a constituição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, será de caso pensando e vigiado a censura as letras de música e as sambistas que cultuavam a malandragem.

Ora, o Brasil estava se modernizando, precisava de mão de obra e o Estado prometia reformas sociais para os trabalhadores, para tanto, o samba principal lazer dos trabalhadores e principalmente dos que não desempenhavam nenhuma função economicamente viável ao sistema, precisava ser revisto. A censura deveria atuar, e segundo alguns atores, assim ocorreu. Um dessas teses é a de Antonio Pedro Tota, que reafirma o uso dos sambas pelo Estado Novo para propagandear seus ideais.<sup>4</sup>

Mas na defesa de Paranhos, não era só de propaganda do governo e do trabalhismo que eram feitos os sambas.

“Na prática, se, de um lado, houve um elevado número de composições e compositores populares afinados com o regime e com a valorização do trabalho, de outro desponataram, como uma espécie de discurso alternativo, canções (sambas em sua maioria) que traçaram linhas de fuga em relação à “palavra estatal”. ( PARANHOS, 2006: 5)

Mesmo que existissem maneiras de burlar o DIP e de que vários sambistas não se encontravam interessados em escrever letras de samba que atendessem ao discurso hegemônico, o samba será o objeto de propaganda do Estado, especialmente para fora. Exportar o ritmo que simbolicamente expressava o som autêntico do Brasil, elogiado e circulado até entre as elites era motivo de grande preocupação, principalmente com as

---

<sup>4</sup> TOTA, Antonio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



letras que deveriam mostrar os trabalhadores que amavam o que faziam e se esforçavam pelo progresso da nação, e não “esvaziar” as canções com orgia e malandragem.

Não só com a intenção de propagar e intensificar a mensagem do trabalhismo mas também, visando propagar o bom samba, tem início os programas com o ministro Alexandre Marcondes Filho na “Hora do Brasil” na Rádio Nacional, produzido pelo DIP. Depois, cotidianamente o ministro participava do programa: “Falando aos trabalhadores brasileiros”, lendo e explicando aos trabalhadores a legislação social trabalhista, proposta pelo Estado Novo e tudo isso, entre músicas de samba, principalmente. Além das palestras proferidas na rádio, foram instauradas durante o período várias datas comemorativas, que serviam tanto para a auto-propaganda de Getúlio Vargas, como para a intensificação da ideia do trabalhismo.

Na soma de todos esses fatores: origens do samba, trabalhismo e Estado Novo, analisamos correntes e ideias que permeiam a escrita do samba e seus locais de origem, porém, que não apresentam consenso. Mesmo que sendo um trabalho breve e que requer mais leitura e maturidade para continuá-los, podemos pensar a questão da vida dos trabalhadores, e daí, partimos para a questão do lazer, principalmente quando ele é retirado de maneira brutal das mãos dos trabalhadores pela força simbólica de um governo e do mercado, que deseja veicular uma mensagem e se utiliza das ferramentas mais eficientes de propaganda. “Fugir” do trabalho por reconhecer sua consequente coisificação e expressá-la pelo samba, feito por trabalhadores ou não, esteve presente mesmo em meio a uma ditadura. Agora são poucos redutos onde entoam canções de reflexão e de contestação, estaria já o trabalhismo absorvido?

### **Referências bibliográficas:**

BAIA, Silvano Fernandes. A historiografia da música popular no Brasil (1971-1999). 2011. 278 f. Tese (Doutorado em História)- Departamento de História, Universidade de São Paulo, São paulo. 2011.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. populismo e do trabalhismo. Revista VARIA História, Minas Gerais, nº 28, dez. 2002.

Disponível em : < <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/28p55.pdf>>. Acesso em: 10 de jul. 2012.

\_\_\_\_\_. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. História e música popular: um mapa de leituras e questões. Revista de História, São Paulo, v.157, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092007000200008&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003483092007000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 de jul. 2012

\_\_\_\_\_;WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20, nº 39, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 8 de jul. 2012

PARANHOS, A. O Brasil nasceu cansado? Entre o louvor e o horro ao trabalho na música popular (anos 1930/1940). Revista OPSIS, Goiás, v. 8, nº 11, 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9352#.UAwwT7Qydch>>. Acesso em 15 de jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo, música e mídia. In: ENCONTRO DE MÚSICA E MÍDIA-VERBALIDADES, MUSICALIDADES: temas, tramas e trânsitos,2006. UNESP. Disponível em: < <http://www.musimid.mus.br/2encontro/files/2%BA%20Encontro%20Adalberto%20Paranhos%20completo.pdf>>. Acesso em: 13 de jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Os Desafinados: Sambas e Bambas no “Estado Novo”. 2005. 204 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, PUC- SP, São Paulo. 2005.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

---

## O CINEMA COMO FONTE VÁLIDA À CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Juliana Torquato Garcez\*

Com a inovação metodológica promovida por Lucien Febvre e Marc Bloch nos modos de se conceber, pensar e construir a História, iniciada com a formação da escola francesa dos *Annales*,<sup>1</sup> em 1929, um horizonte mais flexível e abrangedor de opiniões foi defendido dentro do universo das ciências humanas, de modo que essa maior abertura às possibilidades do pensar, foram entendidas como uma maior oportunidade à construção e ao entendimento do conhecimento da História.

Foi defendida pelos *Annales* a ideia de relacionar as Ciências sociais com a História (BURKE, 1997), acreditando que perspectivas alternativas de análise do passado, que até então era estudado sob uma lógica predominantemente positivista (FERRO, 1975: 02-04), em certos casos seriam válidas e até necessárias para aumentar a gama de possibilidades investigativas do historiador, e assim tirá-lo da submersão em obviedades e apresentá-lo à novas problemáticas e questionamentos que certamente lhes serão expostos se utilizados novos métodos e fontes de investigação histórica (BURKE, 2004).

Deste modo, ao ir além do positivismo, o historiador não se restringe e nem tão pouco é restringido por esse modelo de investigação metodológica. A escola dos *Annales* defendeu essa flexibilidade, pois acredita que no universo das ciências humanas é necessário à formação crítica e mais completa do profissional pesquisador, e aos resultados de sua pesquisa, uma visão investigativa que conseguisse captar vários elementos, pois isso tornaria a construção do saber histórico mais rica e bem elaborada, bem como o seu entendimento. E dessa forma a História se tornaria muito mais possibilitada de problemáticas que alimentam e enriquecem as reflexões que podem ser estabelecidas com esses processos de construção do entendimento do saber da disciplina, da construção e do conhecimento vinculado a outros

---

\* Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

<sup>1</sup> *Annales* foi uma revista criada na França em 1929, responsável pelo surgimento do que hoje é chamado de "Nova História". Até o momento da criação desta revista, o estudo da História era basicamente feito por métodos positivistas.

meios investigativos.

Portanto, a análise da História feita a partir de métodos distintos dos tradicionais é um assunto avaliado desde a formação da escola francesa dos Annales, no século XX, e que tem seus defensores, bem como os opositoristas a essas ideias. E as divergências de opiniões sobre a possibilidade da validação do uso de novas fontes de investigação para a construção da história, também é um rico objeto de estudo. Afinal, por esses novos métodos investigativos serem compostos por um conjunto contemporâneo de fatores, constantemente são questionados acerca de sua funcionalidade e comprometimento perante à História, se comparados às metodologias tradicionais.

Os historiadores têm se referido ao seus documentos como “fontes”, como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da Verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens. A metáfora é vívida, mas também ilusória no sentido de que implica a possibilidade de um relato do passado que não seja contaminado por intermediários. (BURKE, 2004: 16).

Para mostrar que a análise histórica feita a partir dessas fontes de pesquisa inicialmente concebidas como passíveis de investigação metodológica no século XX, pode ser tão válida, funcional, investigativa, probatória e engajada com a revelação do conhecimento do passado quanto uma espécie documental propriamente dita – como cartas e impressos – é que esse artigo se propõe a expor como é construído o processo investigativo com a utilização de fontes não tradicionais. Porém cada vez mais presentes como aliadas ao estudo do historiador e ao conhecimento da História, como bem explicita Robert Rosenstone: "Reconhecer que existe mais de uma verdade histórica, ou que a verdade que trazem os audiovisuais pode ser diferente, porém não necessariamente antagônica, da verdade escrita." (ROSENSTONE, 1998: 115).

Deste modo as charges, as pinturas, os romances, o cinema, a fotografia, são exemplos de fontes que podem ser relacionadas ao conhecimento da História e que não se encontram, na grande maioria dos casos, relacionadas ao modelo tradicional de investigação, que segue perspectivas positivistas, e por isso deixa de agregar ao seu espaço investigativo, grandes aspectos enriquecedores à construção da História, que se encontram objetivamente ou subjetivamente inseridos nessas outras tipologias de fontes, se analisadas sob uma maior cautela e predisposição em observá-las, como bem afirma Marc Ferro:

É de se perguntar se a necessidade de imagens não cria um deslocamento, um obstáculo de algum modo a uma análise racional de uma situação histórico-social e a definição daquilo que deve ser a informação. Não haveria informação se não houvesse imagens, enquanto que há cem anos a imagem era ignorada. Que reversão! Que paradoxo! (FERRO, 1975: 08).

O cinema, um desses novos tipos de fontes, ainda é objeto desconsiderado de possível análise e valor para a construção da História por uma parte dos historiadores. Em contrapartida, vem ganhando cada vez mais espaço junto às análises historiográficas, sendo "acolhido" como mais um método investigativo, por muitos outros pesquisadores (FERRO, 1975: 05).

(...) como se fiar nos jornais cinematográficos quando todos sabem que essas imagens, essa pretensa representação da realidade, são selecionáveis, modificáveis, transformáveis, por que se reúnem por uma montagem não controlável, um truque, uma falsificação. O historiador não poderia apoiar-se em documentos desse tipo. Todos sabem que ele trabalha numa caixa de vidro, "eis minhas referências, minhas hipóteses, minhas provas". Não viria ao pensamento de ninguém que a escolha de seus documentos, sua reunião, a ordenação de seus argumentos têm igualmente uma montagem, um truque, uma falsificação.<sup>2</sup> (FERRO, 1975: 04).

Por se tratar de uma das mais recentes e multifacetadas fontes investigativas que podem auxiliar o trabalho do historiador, o cinema, justamente pelo seu aspecto contemporâneo, sua riqueza de interpretação e representação, e pelas suas dimensões de alcance e impacto na nossa sociedade, foi o escolhido, dentre as diversas fontes não tradicionais existentes, para ser o objeto de análise desse estudo, a fim de observar através dos aspectos que o envolvem, o quão importante e válida uma fonte consideravelmente recente como esta, também pode ser para nos aproximar da História e influenciar as nossas reflexões.

O próprio cinema, por si só, foi um instrumento resultante de questões relacionadas aos acontecimentos vividos pela época. Em 28 de Dezembro de 1895, foi feita a primeira apresentação cinematográfica pública, rodada pelo cinematógrafo dos irmãos Lumière, em Paris (O OLHO DA HISTÓRIA). O cinema surgiu como tentativa de pôr em movimento as imagens, em uma época na qual as relações de poder, trabalho e produção, vinham sendo supremamente controladas por uma burguesia triunfante desde o início da Revolução Industrial. Deste modo, sua criação dentro dessa lógica burguesa, possibilitou, desde o seu

---

<sup>2</sup> No artigo "O filme: Uma contra-Análise da sociedade ?", sobre as concepções das mentalidades tradicionais e elitistas ao se tratar as fontes de investigação da história no início do século XX, bem como o desprezo do uso do cinema como fonte válida para a formação do conhecimento histórico.

surgimento, uma forma de domínio ideológico.

Durante o século XX as apresentações cinematográficas, bem como as técnicas de se fazer cinema, foram evoluindo, se aprimorando e atingindo sempre uma parcela significativa, e cada vez maior de espectadores.

O fascínio que as imagens em movimento reproduzidas em tela, aliadas a um enredo, seja ele mudo ou não, despertam no público que as assiste, revela o potencial dessa arte como um instrumento capaz de interferir na concepção reflexiva de seu espectador, conforme o que ela apresenta, e principalmente, como apresenta (BURKE, 2004).

Deste modo, na década de 60 do século XX, a *École de Ferro*,<sup>3</sup> com pioneirismo veio a difundir e legitimar dentro da História, o uso do cinema como fonte interessante e válida a ser aceita e estudada pela Academia.

A câmera revela o funcionamento real daquela [imagem], diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus “lapsus”. É mais do que preciso para que, após a hora do desprezo venha a da desconfiança, a do temor (...). A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens (...) constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade. (FERRO, 1975: 4).

Assim o historiador francês defende que todo filme é um documento, seja ele dotado de representações históricas ou não, filmes sempre irão produzir perspectivas que vão além do seu conteúdo mais óbvio. Pois as representações das imagens reproduzidas, são dotadas de simbolismos, que atingem à mentalidade de quem as produz e de quem as vê, de modo às vezes parecidos, às vezes completamente distintos, porém sempre produzindo conceitos ideológicos.

Nesse sentido, Peter Burke afirma o papel do *cinematógrafo como historiador*,<sup>4</sup> pois tudo o que é representado e reproduzido em um filme, é resultado do que o cérebro e os olhos desse profissional estão concebendo no momento da gravação em harmonia com a equipe de atores, de produção, com o roteiro descrito, com os diretores e tudo mais o que compõem a

---

<sup>3</sup> Termo atribuído à linha de raciocínio de pesquisas históricas inspirada nas teorias de investigação exploradas com pioneirismo por Marc Ferro.

<sup>4</sup> Cf. BURKE, P. *Testemunha Ocular: História e imagem*. op. cit., p.199. Conceito criado por Peter Burke.

construção da cena cinematográfica. O filme é resultado de um empreendimento coletivo de captação da ideia a ser posta em prática e gravada/testemunhada.

E é nesse contexto, que Burke levanta a teoria da *testemunha ilusória*,<sup>5</sup> pois as produções cinematográficas permitem transparecer a história sob o ângulo e moldes de quem produziu a sua representação, sendo ela exposta ao público, enquanto o seu executor, por assim dizer, permanece oculto.

O poder do filme é que ele proporciona ao espectador uma sensação de testemunhar os eventos. Este é também o perigo do medium – como no caso da fotografia instantânea – porque esta sensação de testemunha é ilusória. O diretor molda a experiência embora permanecendo invisível. (BURKE, 2004: 200)

Ainda sobre essas observações, o historiador inglês nos alerta sobre a função comercial do cinema, de modo que o produtor/diretor cinematográfico, não é uma figura ingênua envolvida com a arte pela arte, simplesmente. O cinema é um produto, e precisa ser vendido. Para isso, precisa atingir ao público. E assim um diretor cinematográfico não pode estar à margem das formas que possibilitam mobilizar os espectadores.

Para exemplificar esse raciocínio, Burke mostra os *iconotextos*<sup>6</sup> dos filmes como um recurso que, aliado ao momento da trama, às imagens naquele instante capturadas, à trilha sonora escolhida e a uma série de outros fatores que constituem o simbolismo onde se encontram as riquezas de reflexão historiográfica, age como um "intensificador" das interpretações individuais a respeito do filme.

Iconotextos cinematográficos podem aparecer também nos cartazes dos filmes. Deste modo propositalmente tendencioso, as pessoas são influenciadas, e constroem uma expectativa prévia imaginária baseada no conjunto texto e imagem, antes mesmo de assistirem ao filme (BURKE, 2004: 200)

Os filmes tem o potencial de fazer o passado parecer presente. Porém, o que é questionado por Burke é até qual ponto essa retomada ao passado através de representações, é feita com sucesso e veracidade, sobretudo quando o compromisso de quem produz o cinema

---

<sup>5</sup> Cf. BURKE, P. *Testemunha Ocular: História e imagem*. op. cit., p. 200. Conceito criado por Peter Burke.

<sup>6</sup> Iconotextos são caracterizados por imagens, ou textos, ou ainda a junção desses dois elementos, de modo que provoquem percepções reflexivas ao espectador que os presencia.



não está devidamente vinculado ao compromisso de reproduzir a História, ou por falta do necessário conhecimento histórico para que uma produção cinematográfica seja um método possível de investigação, caracterizando assim deslizes históricos ou anacronismos, como critica Burke, ou simplesmente por questões de mercado cinematográfico, onde o principal compromisso dos produtores é com a capacidade de atrair espectadores ao cinema, e não com o caráter comprobatório da História, segundo as considerações de Burke:

E o diretor está preocupado não somente com o que aconteceu realmente, mas também em contar uma história que tenha forma artística e que possa mobilizar os sentidos de muitos espectadores. O termo híbrido "docudrama" é uma lembrança muito viva da tensão entre a ideia do drama e a ideia do documento, entre os anticlímaxes e o caráter inacabado, do passado e as necessidades do escritor, ou do pintor, de atender à forma. (BURKE, 2004: 200).

Um diretor cinematográfico é um profissional que trabalha aliado à História quando sob maior cautela em evitar anacronismos, e trabalha para que seja feita uma correta representação da temporalidade em questão. Deste modo, a narrativa cinematográfica pode ser uma solução às dificuldades de conseguir atribuir palavras às imagens, quando a apropriação da interpretação das mesmas é mantida neutra por parte do diretor e da equipe, minimizando assim os riscos de corromper a integridade histórica que é pretendida ser apresentada.

Sobre esses aspectos que envolvem a postura, a conduta e o comprometimento daqueles que estão inseridos no universo das produções cinematográficas, Marc Ferro também faz as suas considerações:

Por um lado o filme parece suscitar, ao nível da imagem, o factual; por outro, apresenta-se, em todos os sentidos do termo, como uma manipulação. A direita tem medo, a esquerda desconfia: a ideologia dominante não tem feito do cinema uma fábrica de sonhos? (...) Que suposta imagem da realidade oferece, a oeste, essa indústria gigantesca, a leste, esse Estado que tudo controla? De que realidade o cinema é verdadeiramente a imagem? (FERRO, 1975: 05).

Conforme os pontos de vista tanto de Burke quanto de Ferro acerca dessa problemática, é possível perceber que ambos caminham por um raciocínio similar que expõe a sobriedade, perspicácia e maturidade que o historiador deve assimilar quando se propõe a investigar o passado por essas vias de pesquisa. Pois ao tratar de cinema, a temática das representações se encontra imediatamente vinculada a essa arte. Portanto, por mais ficcional e despreziosa que possa parecer uma produção fílmica, ela sempre irá demonstrar não

raramente implícito em suas imagens de cena, em seu roteiro, uma reprodução dos traços de uma época ou de um momento político-social. O visível e o não-visível dentro da lógica cinematográfica, segundo Ferro, se comunicam de modo a fazer as imagens capturadas pela câmera, conforme os ângulos, projeção de luz escolhida e outras técnicas que permitem a realização dessa arte, instigarem aos espectadores, que são surpreendidos e envolvidos por uma trama, que por vias diferentes dos documentos escritos, os "revela" pistas que são capazes de construir por meio dessa linguagem, um raciocínio crítico e reflexivo ao espectador.

O comprometimento do cinema não é necessariamente ou prioritariamente historiográfico. E o historiador deve estar previamente consciente disso, pois caso decida fazer análises da História utilizando esse veículo como fonte de investigação, deve cautelar para não se permitir fascinar em detrimento do objeto de estudo, pois a arte sétima, com todos os seus truques e artifícios, é excelente ludibriadora do comprometimento com a verdade.

Ademais, o que é um filme senão um acontecimento, uma anedota, uma ficção, informações censuradas, um filme de atualidade que coloca no mesmo nível a moda deste inverno e os mortos deste verão; e que poderia fazer disso a nova história. (FERRO, 1975: 05).

As "práticas e as representações" (CHARTIER, 1990), interagem e se relacionam entre si, permitindo que os objetos culturais produzidos e os sujeitos produtores e receptores de cultura, estejam submersos, circulando entre esses dois pólos, que em sua interdependência concretizam os "modos de se fazer, e os "modos de ser" (BARROS, 2005: 125-141).

Nesse contexto, a "*historiophoty*" de Hayden White<sup>7</sup>, é defendida como "representação da história e nosso pensamento sobre ela em imagens visuais e discurso filmado" (WHITE, 1998: 1997)

White e Chartier compartilham da mesma lógica ao se tratar da interpretação e avaliação dos impactos de uma imagem. Não é possível analisá-las como fatores isolados. Uma imagem carrega em si a sua história, a história que foi depositada sobre ela por parte de quem a produziu, e ainda a história que é captada por quem a vê. Portanto, imagens, filmadas

---

<sup>7</sup> Conceito criado pelo historiador estadunidense e também crítico de cinema, para ilustrar as relações que segundo ele podem ser estabelecidas entre as imagens, representações e a História.

ou não, não são veículos simples de serem analisados. Nem tão pouco são capazes de exprimir uma verdade pura, mas este fato, nem mesmo as fontes documentais mais tradicionais como jornais e cartas, são possíveis de revelar também.

Portanto, o historiador que opta por analisar o cinema como fonte, deve estar ciente das limitações que existirão ao longo do processo investigativo ao se decidir por esse veículo. Essas limitações porém, não são exclusividades do que envolve esse método. As demais formas e fontes de análise de História também tem as suas limitações respectivas, que são distintas das existentes nas fontes cinematográficas, porém também limitadoras do processo de construção do conhecimento histórico.

Cabe ao historiador, profissional interessado, entender as regras que concernem os meios dos quais ele pretende se apropriar como objeto de sua investigação. E ao se permitirem "quebrar os vidros"<sup>8</sup> nos quais estão inseridas as suas convicções, e deixarem que métodos distintos dos tradicionais façam parte, também, da sua pauta de análise, novas possibilidades de se conhecer a História serão concebidas, e novos meios de se investigá-la não serão descartados. Concedendo ao historiador mais um instrumento de trabalho, que o auxilia a investigar o passado, sendo esta fonte fruto da contemporaneidade e do tempo presente.

Pois "aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a História quanto a História." (FERRO, 1975: 05)

### **Bibliografia:**

BARROS, José D'Assunção. *A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM v. 9, n. 1, 2005. p. 125-141. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/27945105/A-Historia-Cultural-e-a-contribuicao-de-Roger-Chartier-BARROS-Jose-D-Assuncao>. Acessado em 12/07/2012

---

<sup>8</sup> Em conotação à metáfora de Marc Ferro, citada neste artigo.

BARROS, José D' Assunção. *O Campo da história: Especialidades e abordagens*. Velozes editora, Petrópolis, 2004.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 153 páginas. Tradução: Nilo Odalia.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Florianópolis: Edusc, 2004. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 245páginas. Tradução: Maria Manuela Galhardo.

FERRO, Marc. O conhecimento histórico, os filmes, as mídias, in: *O olho da História: revista de História contemporânea*. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/artigos/sobremidiasconhecimento.pdf>. Acessado em 15/07/2012

FERRO, Marc. "O filme: Uma contra-análise da sociedade?" in: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 01-19. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/historia/reverso/downloads/MarcFerro.pdf>. Acessado em 15/07/2012

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação cinema-história in: *O olho da História: revista de História contemporânea*. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/01apolog.html>. Acessado em 12/07/2012

ROSENSTONE, Robert. História em imagens, história em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. In: *O Olho da História: revista de História contemporânea*. Salvador, v.1, n. 5. 1998.

WHITE, Hayden. *Historiography and Historiophoty*. The American Historical Review, v. 93, n. 5. Dez., 1988. Disponível em: <http://courses.commarts.wisc.edu/955/documents/h-white-historiophoty.pdf>. Acessado em 17/06/2012.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

## A REPRESENTAÇÃO DE JULES MICHELET NAS AULAS DE LUCIEN FEBVRE

José Lourenço de Sant'Anna Filho \*

A insatisfação com os rumos tomados pelo estudo e pela narrativa da história teve seu ápice na primeira metade do século XX. A coleção de fatos e datas e a restrição da história apenas a reflexões acerca da política e da economia não eram mais tão bem quistas por alguns historiadores dos noventa. Havia uma necessidade de análises mais profundas do sujeito, que abarcassem reflexões acerca da memória, da espiritualidade e da linguagem, por exemplo.

Esse descontentamento tinha como objetivo o de tornar a história menos compactada às questões políticas e econômicas e mais ligada a análises totalizantes como citada por Jules Michelet em 1840. Segundo Michelet, tudo o que é do homem é importante para a história: tudo o que os homens criam é importante para a história (FEBVRE, 1995: 122). Porém ele não estava preocupado apenas com as estruturas econômicas ou políticas, mas também com as estruturas sociais, artísticas e espirituais – as quais não estivessem necessariamente ligadas à Igreja. Esse tipo de estudo fora desenvolvido em boa parte apenas por sociólogos e por cientistas sociais, porém, a história necessitava aprofundar-se nessas questões e trazê-las às suas análises seria de grande proveito para o entendimento mais profundo das sociedades. Tornar a história interdisciplinar era, portanto, o objetivo de alguns grandes historiadores franceses da primeira metade do século XX.

A Universidade de Estrasburgo teve papel importante no desenvolvimento desse novo “método” da história, sobretudo através dos professores Lucien Febvre e Marc Bloch. Esses jovens pesquisadores tornar-se-iam famosos por suas contribuições à narrativa histórica, na qual desenvolveram esse espírito de história interdisciplinar, e pela fundação do movimento mais importante para a consolidação e divulgação dessa “Nova História”, a Escola dos Annales. O movimento dos Annales possuía como preceitos que o estudo da história se tornasse mais abrangente, analisando o sujeito e as estruturas sociais e não só as estruturas políticas e econômicas que compõem a sociedade. “Através desse movimento que criticava a história tradicional, a história política e a história dos eventos” (BURKE, 2010: 13). Foi

---

\* Graduando em História pela Universidade de Brasília.

lançado na França em 1929 a revista *Annales d'histoire économique et sociale* com a máxima de “criar uma revista que possa exercer, no domínio dos estudos da história social e econômica, um papel diretivo” (Ibidem: 36).

Uma história mais abrangente que não se restringisse apenas a documentação histórica e a cronologia dos fatos, essa nova história incluía, também, reflexões acerca da psicologia e da linguística. “A história das mentalidades, tal como foi praticada a partir dos anos 60 por Georges Duby, Robert Mandrou, Jacques Le Goff e tantos outros, deve muito ao exemplo Febvre, como também ao de Bloch” (Ibidem: 47).

É nesse contexto intelectual que Lucien Febvre está inserido. Dentre seus estudos encontram-se diversos livros de enorme relevância. Destaco *O Problema da Incredulidade no século XVI: A Religião de Rabelais*, no qual Lucien Febvre mostra como a descrença e a mensuração do tempo eram questões impensáveis na Europa seiscentista, pois a “intelectualidade da época não permitia” (Ibidem: 45). Nesse estudo Febvre dá uma importante atenção à linguagem, mostrando como a falta de palavras na Idade Média os impedia de desenvolver certos raciocínios, como, por exemplo, a questão da descrença. De acordo com (WOOTTON, citado por BURKE, 2010), ele foi criticado pela sua hipótese de que o ateísmo era impensável no século XVI. Apesar disso, o legado da história interdisciplinar estava lá, em sua gênese, impresso nas palavras e reflexões de Febvre acerca da linguagem e das estruturas sociais na Europa do século XVI.

Além do legado deixado por seus livros, Lucien Febvre também desenvolveu, ao longo de sua carreira, calorosos cursos tanto na Universidade de Estrasburgo, no início, como no Collège de France. É sobre um desses cursos que este artigo se atentará; Michelet et la Renaissance, em especial às aulas sete, oito, nove, doze, treze, quatorze e quinze de um total de trinta aulas proferidas entre dezembro de 1942 e abril de 1943. Essas aulas foram realizadas por Lucien Febvre durante a ocupação nazista na França e por vezes, revelam certa preocupação com as falas e com as ideias disseminadas durante o curso. O objetivo do artigo se resume à representação de Jules Michelet nas aulas de Lucien Febvre – com o recorte nas aulas supracitadas. É também objeto de estudo deste texto, embora de forma um pouco mais marginalizada, mostrar como Jules Michelet pode ter influenciado a formulação das ideias da Escola dos Annales.

Jules Michelet se encaixava entre os autores que viam na Revolução Francesa a emergência de um novo tempo, um tempo melhor do que àquele sustentado nas frágeis bases do Antigo Regime. Com essa inauguração política e social iniciada na Revolução, a história do povo – a história vista de baixo – torna-se importante e congruente ao panorama da França durante todo o século XIX. A renovação da política e da economia tornam-se tão importantes como a renovação da sociedade e, sobretudo da escrita da história.

A partir desses pressupostos, Michelet desenvolveu uma escrita da história muito diferente daquela que era sua contemporânea. Seu caráter menos empirista e mais “sentimentalista” o tornou famoso e a sua fama, foi, fatidicamente, o motivo de sua expulsão do Collège de France. “Tanto na França quanto na Alemanha o destino acadêmico de historiadores e filósofos de esquerda acompanhou o crescimento e o declínio do próprio radicalismo” (WHITE, 2008: 150). É importante ressaltar que o que era entendido como posições políticas de esquerda na primeira metade do século XIX diferem radicalmente do significado desse conceito após a Primeira Guerra Mundial. O simples fato de não concordar com o governo vigente ou com a Igreja já os caracterizavam como pertencentes a esse posicionamento político. Diversos professores, dentre eles Guizot, como ressalta Hayden White, foram demitidos por ensinarem “ideias” ao invés de “fatos” (Ibidem: 150) e Michelet, por sua vez, foi demitido por atacar a Igreja.

O caráter sentimentalista de Michelet está bem claro em seus livros. Michelet se interessou por questões que não eram tidas como importante à sua época; ele era um contraponto ao que se escrevia sobre política, ele dava importância à cultura e a literatura, além de ter dado importância à parcela da sociedade que estava escondida e menosprezada tanto pelos círculos sociais como pelos intelectuais: o povo. O sentimentalismo exacerbado de Michelet, em livros como “O povo” são a prova disso. “Michelet escreveu uma história de cunho social na qual ele rejeitou as grandes cronologias e os grandes nomes e desenvolveu uma história sem nomes” (COMTE, citado por BURKE, 2010: 20).

A escrita de Michelet está recheada de sentimentalismo, de experiências pessoais e de metáforas. Seu objetivo é dar voz àqueles que não a possuem – o povo – e escrever a história por um ângulo nunca visto antes; “do povo sairá a história do povo” (MICHELET, 1988: 103). Michelet via-se como o libertador do povo (WHITE, 2008: 163) e por isso dedicou toda



sua vida a fazê-lo. O enredo romanesco da sua narrativa, objetivando tornar o povo o dirigente de sua própria memória, está presente em várias de suas obras. Para ele, “o conhecimento histórico deve ser totalitário, ou seja, composto por todas as vertentes do conhecimento” (FEBVRE, 1995: 122). Podemos ver a partir daqui, como as reminiscências do pensamento micheletiano estão marcadas na concepção de história formulada na Escola dos Annales, essa é, portanto a interdisciplinaridade tão cara ao movimento francês. Michelet era filho de um homem pobre, trabalhava no Marais junto a seu pai em uma tipografia, sentia-se intimamente ligado ao povo, ele denomina essa ligação como “amizade”, lembrava-se de sua infância no Marais: “Eu também trabalhei com as próprias mãos. Mereço, em vários sentidos, o verdadeiro nome do homem moderno, o de trabalhador. Antes de escrever livros, eu os compus materialmente” (MICHELET, 1988: 12). As metáforas são recorrentes na narrativa da Jules Michelet, “a sua sensibilidade poética, criticamente autoconsciente proporcionava o acesso a uma apreensão especificamente realista do mundo” (WHITE, 2008: 161). O tom trágico de suas obras e de seu pensamento era o reflexo de sua época e diversos acontecimentos pessoais, como a morte de sua primeira esposa.<sup>1</sup> E, inclusive a morte de seu pai.<sup>2</sup> Aliavam-se a um contexto Francês bem turbulento. Para ele, esse contexto como reflexo o tornava realista.

Com apenas 15 anos, experimenta o trauma e a violência da época napoleônica; aos 18, partilha a frustração dos revolucionários na Europa do Congresso de Viena; aos 32, como republicano liberal, entusiasma-se com a Revolução de Julho de 1830; aos 50, como republicano democrático, saúda a “primavera dos povos” de 1848 para, logo depois, mergulhar no rápido desencanto e na mais profunda depressão com 18 Brumário de Napoleão III, quando é demitido do seu cargo de arquivista e seus cursos são proibidos (...) (SALIBA, 2003: 368).

---

<sup>1</sup> Pauline Rousseau foi a primeira esposa de Michelet com a qual esteve casado entre 1824 e 1839. Pauline morreu por tuberculose, mesmo já estando separados há algum tempo, Michelet sofreu com a morte da primeira esposa e contemplava seu corpo exumado no cemitério Père- Lachaise. Aliás, Michelet costumava ir com frequência a esse cemitério, onde contemplava a solidão e a dor junto aos corpos de pessoas conhecidas e desconhecidas. Essa melancolia no pensamento de Michelet é bastante presente, sobretudo na sua desilusão para com os rumos da Europa pós Napoleão.

<sup>2</sup> O pai de Michelet morreu 1846, mesmo ano de publicação da obra “O povo”.

O curso de Febvre sobre Michelet no Collège de France tem por objetivo estudar o pensamento do autor através de suas obras, livros e cursos na própria instituição e até os seus diários – journal – foram pesquisados.<sup>3</sup> Lucien buscou identificar como nasceu o conceito histórico de Renascença e como Michelet a criou, como a definiu e como a pensou, porém o objetivo deste texto vai um pouco além. O objetivo não é descrever as aulas e sim, perceber através da narrativa e das simbologias empregadas nelas o que representava Jules Michelet e, por conseguinte, no que os princípios metodológicos de Michelet influenciaram Lucien Febvre a ponto dele se dirigir à Jules Michelet como o “o pai da história” (FEBVRE, 1995: 141). O que Lucien Febvre faz ao escrever a respeito de Jules Michelet é aquilo que norteou sua carreira.

Recompor o pensamento, para cada uma das épocas que se estuda, o material mental dos homens dessa época; reconstituir por meio de poderoso esforço de erudição e de imaginação ao mesmo tempo, o Universo, todo o universo: físico, intelectual e moral (...) (Ibidem: 134).

Uma história total do pensamento de Michelet, analisando para tanto, não só suas obras, mas também sua vida. Um ensinamento que certamente Febvre adquiriu em suas leituras de Michelet e foi assim que Lucien caracterizou Michelet; como totalitário “por que não atribuiu ao historiador a tarefa de fazer reviver uma ou outra das atividades múltiplas em que se exercitam os homens (Ibidem: 122).

O contexto do pensamento de Michelet é importante para Febvre, pois não só o contexto intelectual e político influenciaram Michelet, mas sobretudo o contexto pessoal. O uso das metáforas é recorrente na narrativa de Jules Michelet e, valendo-se dessa figura de linguagem, Michelet diz em o Povo, que a Idade Média acreditou-se a eleita de Deus, enquanto a Idade Moderna, mais humilde, teve uma posição menos pretensiosa, não elegeu para si nenhum tipo de predestinação divina.

Para Michelet a Idade Média propôs uma organização baseada no amor, mas não obteve êxito por isso o mundo tomou um novo rumo, baseado na ordem, a qual também não está logrando em êxito. Qual seria, portanto a organização ideal? Para Michelet, a amizade é

---

<sup>3</sup> Jules Michelet foi professor do Collège de France de 1938 até 1852, quando foi destituído de seu cargo por fazer menções desonrosas à Igreja e por se recusar a fazer o juramento a Napoleão III.

essa nova ordem, pois ela também é revestida por um sentimento religioso; a “amizade” reúne os fies da Nova Igreja. O Homem foi enganado na Idade Média, foi privado de amar. “ A esperança é que a tríade inaugurada durante a Revolução Francesa, a igualdade a fraternidade e a liberdade, inaugure também uma história espiritual da humanidade, a era da amizade” (SCHREINER, 2001: 115).

É importante ressaltar que Michelet não era contra o cristianismo, ele era contra a instituição da Igreja, portanto, a Renascença do homem abarcaria, também, novas estruturas à Igreja. Usando a Catedral de Notre Dame de Paris, Michelet criou ou desconstruiu a ideia de unidade da Idade Média.

Quando alguém vai admirar um monumento como a Notre Dame, não vê a princípio senão a fé dessa boa Idade Média, a ingenuidade de uma época de fé que durou quinze séculos. A imobilidade desses santos de pedra faria crer que a sua época foi imóvel. Depois, uma manhã, sob esse costume uniforme, sob essa submissão aparente, o historiador vislumbra as agitações, os surdos murmúrios da liberdade. Essa Idade Média foi uma idade de combate (...) (MICHELET citado por FEBVRE, 1995: 182).

Braudel, outro grande pensador da Escola dos Annales vai em 1958, remodelar essa ideia, seja por influência ou não, ele também diz que a história da Idade Média não é imóvel e sim, que suas mutabilidades acontecem de forma lenta.

Para que a ideia de Renascença pudesse aparecer, Michelet teve que matar a Idade Média. Com essa hipótese Lucien Febvre retrata como se caracteriza o pensamento de Michelet; as rupturas são, portanto importantes à Michelet, ele ressuscita as eras, ela as vê de forma completa, como um panorama geral. Apesar de tê-la destruído, a Renascença é criada à sua imagem, mas não para reafirmá-la e sim, para se opor a ela.

Michelet, segundo Febvre, inaugura esse conceito de Renascimento como um movimento uníssono. Lucien vê, portanto, que o conceito que Michelet dá ao Renascimento é um conceito novo ao entendimento da época, pois esse conceito micheletiano dá a ideia do movimento como um todo, abrangendo diversas áreas do conhecimento, desde as artes até a

história. Claro, o pensamento de Michelet funciona dessa forma. A totalidade é a força motriz do pensamento dele. Michelet percebe que o Renascimento Italiano das artes e da literatura, colocou a Itália à frente da França reduzida à barbárie e a mediocridade, porém, ele nos alerta que a Renascença do homem é, por conseguinte, uma obra da França.

O curioso desse pensamento em Michelet é que ele tem intensas ligações com a sua vida pessoal, e Febvre dá atenção a essa questão. O Renascimento é de toda a Europa, a Renascença do homem é francesa. A obra de Michelet baseia-se, portanto, em movimentos da sua própria vida. Febvre nos esclarece que se Michelet retém a palavra Renascença, é também porque, na sua labuta de historiador, acabara de atravessar praias bastante áridas, e tinha necessidade por este motivo, igualmente, de recreação, e de rejuvenescimento (Ibidem: 178). Isso ocorre em Michelet após a publicação do livro *Luís XI*, que para ele fora um livro grandioso, porém que causou sofrimento. A mediocridade burguesa tomou proporções enormes neste período da história francesa. Foi o governo de Luís XI que retardou a Renascença na França. “A França de Luís XI e do advogado Patelin, radicalmente burguesa, galhofeira e desdenhosa de qualquer grandiosidade” (Ibidem: 198). A necessidade de Jules Michelet em amar as pessoas do passado como ama as do presente é recorrente nos escritos e no pensamento de Michelet. Seu intelecto não via a história como algo morto, imóvel. Michelet falava para os mortos, dava voz a eles, portanto, sua percepção do passado era pulsante, ele sofria como àqueles a quem ele dava voz sofreram. Por isso, após o término desse livro Michelet em 1842, planeja uma grande viagem à Alemanha, para que lá, junto aos seus filhos e a Alfred Dumesnil ele pudesse renascer.<sup>4</sup> “A viagem de que ele goza antecipadamente uma renovação necessária, uma retomada de vida e de energia talhemos uma palavra: uma Renascença” (Ibidem: 179).

Febvre escreve em um tempo conturbado. A França está ocupada pelos nazistas, o nacionalismo francês está abalado. Michelet foi, no século anterior, o mentor de um movimento em um contexto semelhante, em um contexto no qual ele queria “incitar os jovens a juntarem-se ao povo” (MICHELET, 1988: 101), para renovar a história daquela França abalada por Napoleão e pela Revolução de 1830. Para Michelet, o burguês deveria conhecer o

---

<sup>4</sup> Alfred Dumesnil era genro de Michelet. Ele foi casado com Adèle Michelet, filha do casamento de Michelet com Pauline Rosseau.

povo, juntar-se a ele, sair dos salões e ver o povo tal qual ele é, não somente pela imagem dada ao povo pelos Românticos.<sup>5</sup> Naquela época, naquele contexto da França do século XIX, Michelet empreendia esse movimento ao povo francês. O axioma do nacionalismo francês, segundo ele, era que todos pudessem defender a França das influências externas e não só de acordo com os interesses pessoais, os interesses da nação deveriam ser maiores do que tudo. Quanto menos Estado mais nação. Michelet via-se como a personificação do nacionalismo francês.

O contexto mudou um século de diferença põe-se entre as aulas de Michelet sobre o Renascimento no Collège de France e as aulas de Lucien Febvre sobre o mesmo assunto e no mesmo lugar. Porém, a França também está ameaçada, reprimida, agora, diferente de antes, a repressão ocorre por estrangeiros. Para Michelet tudo era para a ação e se não fosse para isso, não importava.

Em termos de educação, instruir parecia-lhe um aspecto secundário, sendo o importante, aos seus olhos, emocionar o coração e formar o caráter, e o estudo e o ensino da história eram para ele um meio de perpetuar, de renovar, de tonar mais intensa a vida nacional e de agir sobre o futuro pelo passado (FEBVRE, 1995: 141).

Parece-me muito instrutivo que o curso de Febvre tenha como conteúdo justamente a concepção de Renascença de Michelet, a Renascença da França descrita e criada por Michelet, um nacionalista por paixão. “O amor pela França, essa foi durante toda a sua vida, a grande religião de Michelet” (Ibidem: 141). Estaria Febvre utilizando-se do contexto político e social da época de Michelet para iluminar e renascer sua época? É demasiadamente difícil de dizer, porém ele nos dá algumas pistas em uma de suas palestras.

A colisão de dois mundos da França de Carlos VIII contra a Itália dos Bórgias, a qual criou a Renascença francesa e do homem, a Renascença que estava muito além do Renascimento Italiano das artes, pois “a Renascença é a Renascença do coração” (Ibidem: 263), foi um choque entre duas sociedades que estavam em etapas diferentes, em idades

---

<sup>5</sup> Os escritores românticos tendiam a representar o povo como o feio, o incivilizado.

diferentes.<sup>6</sup> Esse choque ocorre novamente e, embora Febvre seja bem discreto, quase imperceptível em sua crítica, ele fala dessa disparidade do século XVI para iluminar o seu contexto. Ele diz, após ter desenvolvido toda a construção dessas diferenças entre a França e a Itália.

Imaginemos (...) que numa mesma época, as diversas regiões que compõem à Europa não tivessem chegado todas ao mesmo grau de civilização (...) que, no entanto elas não tenham atingido o mesmo estágio de experiência política, filosófica, religiosa ou moral (...) que uma tenha passado pela experiência da ditadura, há um século, e a tenha relegado ao passado, após ter esvaziado do que ela pudera dar, então que outra, não a tendo ainda feito, a experimente, mas numa época em que a ditadura se pode valer de todos os meios poderosos que lhe proporciona a nossa época: do rádio, do telefone, do avião (...) fazer a guerra com os meios que dispõem, é coisa diferente de tê-la feito em outrora. (Ibidem: 215-216).

Febvre está submetido à lei hitleriana na Paris de 1942, e utiliza-se desse jogo de palavras com experiências do passado descritas e criadas por Michelet, para acordar o presente tomado pela guerra. Ele embutiou nessa análise da França de 1492, agarrada ao século XIV e da Itália de 1492, adiantada em dois séculos, feitas por Michelet, à sua crítica as dissonâncias temporais que estavam arraigadas às guerras que o circundavam.

## Referências Bibliográficas

Barthes, Roland, Michelet. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

---

<sup>6</sup> Não entendamos isso como idades cronológicas. Essa idade a que me refiro é, portanto, a que separava a França atrasada da Itália moderna Renascentista.

BURKE, Peter, A Escola dos Annales, 1929-1989. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

FEBVRE, Lucien, Michelet e a Renascença; Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

MICHELET, Jules, O Povo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RIZO, Gabriela, A Renascença de Michelet: a tarefa pedagógica do historiador diante do seu povo. In: Revista de História e Ensino do Laboratório de Ensino de História do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2000.

SALIBA, Elias Thomé, Michelet: as múltiplas faces de um reinventor da História, In: LOPES, Marcos Antônio (org), Grandes nomes da História intelectual. São Paulo: Contexto, 2003. p. 367 – 373.

SCHREINER, Michelle. Jules Michelet e o romantismo político na história. Um estudo sobre o conceito de “povo” na historiografia francesa do século XIX. Universidade Estadual de Campinas, dissertação de mestrado. 2001.

WHITE, Hayden, Meta-história, A imaginação histórica do século XIX: Tradução de José Laurênio de Melo – 2ed; São Paulo: UNESP, 2008.

## O CONCEITO DE FORMAÇÃO DE RÜSEN E OS OPOSTOS ASSIMÉTRICOS DE KOSELLECK EM UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA, DE OLIVEIRA LIMA

Renan Pereira Fontes<sup>1</sup>

A ideia de *formação*, tal como apresentada por Jörn Rüsen, está estreitamente ligada a noção de nacionalidade – ligação que será explicada adiante – e por isso a obra de Oliveira Lima surgiu com a perspectiva de análise. Com o desenvolvimento da pesquisa, o principal objeto (*formação*, de Rüsen) ganhou outro componente para a aplicabilidade sobre a obra de Oliveira Lima, ou seja, a partir do momento da análise de *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, ficou patente que a nacionalidade brasileira se forma a partir de uma série de confrontos com outros agentes e é exatamente nesse momento que os conceitos *opostos assimétricos*, de Reinhart Koselleck, passam a ser utilizados.

### A *formação* de Jörn Rüsen

O conceito de *formação* explicitado por Jörn Rüsen mostra que o seu uso está atrelado à ideia de continuidade como se a mudança fosse algo constante, ou seja, o presente é transitório. Explicando melhor: como se existisse uma direção para onde o presente está direcionado e num dado futuro aquilo estará formado. A ideia desse conceito é intimamente ligada a identidade nacional. Todos os indivíduos que pertencem a uma mesma nação possuem características semelhantes devido ao fato de serem produtos de uma mesma formação histórica.

De acordo com Rüsen:

“Lembrar-se daquilo que era e de como se tornou o que é, faz plausível, para o sujeito, tornar-se outro. O ser por si consiste justamente nesse constante tornar-se. [...] O termo clássico para designar essa forma típica da identidade histórica, por certo, não é neurose, mas individualização mediante formação. Um exemplo destacado dessa concepção da identidade histórica é a representação historicista da identidade nacional, que se teria

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) – IC/CNPq



constituído no curso de um longo processo de formação cultural de um povo.” (RÜSEN, 2007: 59).

O conceito de *formação* indica o processo cultural pelo qual um povo determinado tenha passado buscando formar a sua identidade histórica.

Com relação ao conceito de *formação*, Pedro Caldas salienta a dificuldade que o conceito apresenta para o tradutor, na medida em que, em seu formato original, acrescenta ambiguidades:

“*Formação* é um dos termos mais complexos do ambiente intelectual alemão – e, em certo sentido, europeu – do século XIX e mesmo do início do século XX. A palavra, no original, é *Bildung*, e sua tradução ora pode ser feita para formação, ora para cultura. [...] A dificuldade em traduzir a palavra – dificuldade enfrentada não somente por nossa língua – revela a dificuldade em definir o termo. Prefiro, pois, assumir a ambigüidade do conceito. O projeto da *Bildung*, portanto, continha suas contradições.” (CALDAS: 1-2)

Como observado, o conceito deriva do século XIX em meio ao surgimento das nacionalidades e dos Estados-Nação, e o nome em alemão de onde se origina, a *Bildung*, pode ser traduzida tanto como *formação* quanto como *cultura* deixando claro que essa ambigüidade é importante para pensar a nação, pois ela indica tanto uma formação temporal, como também uma unidade cultural, garantindo individualidade, conceitos tão importantes para se pensar sobre a identidade nacional.

Assim o conceito de *formação* pode servir como um guia de interpretação para a aplicação em obras historiográficas. Portanto a *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* aparece como uma obra sujeita a aplicação do conceito buscando encontrar o que ocorreu na história do Brasil, de acordo com Oliveira Lima, que contribuiu para formar o brasileiro.

### **Os conceitos opostos assimétricos de Reinhart Koselleck:**

O presente artigo também busca usar mais um autor que será importante para o entendimento sobre a obra de Oliveira Lima: Reinhart Koselleck. O autor em seu livro

*Futuro Passado* trata sobre a *Semântica Histórico-Política dos Conceitos Opostos Assimétricos*, podendo ser explicados da seguinte maneira: ao longo da história diversos conceitos foram criados, no sentido de haver uma relação entre certos grupos, e quando um determinado grupo cria um conceito para outro, sendo que esse *outro* não é igual, significa que o conceito é oposto assimétrico, isto é: “[...] a história conhece numerosos conceitos opostos que são aplicados de um modo que o reconhecimento mútuo fica excluído.” (KOSELLECK: 193) O grupo que cria essa relação com o outro para se diferenciar está tentando consolidar e confirmar sua própria identidade. Com relação a obra de Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, isso é essencial no sentido de haver oposições que estruturam a formação da nacionalidade brasileira.

Para Oliveira Lima, no início da história do Brasil, os bandeirantes paulistas tiveram a missão de civilizar, tendo a natureza selvagem e os índios como os principais adversários. Após esse período inicial, os holandeses surgem como inimigos dos colonos e precisavam ser expulsos, dessa forma o português, o índio e o negro se juntam para expulsá-los, numa incipiente formação de *brasileiro*. O espanhol também aparece como inimigo dos *nacionais*<sup>2</sup>, principalmente por ser um obstáculo a expansão da colônia portuguesa. Já na segunda metade do século XVIII, com o governo absoluto de Portugal encarnado por Marquês de Pombal, começa a surgir no Brasil um espírito de autonomia frente aos portugueses.

A vinda da Família Real para o Brasil só acelera o processo de diferenciação com os indivíduos presentes em Portugal, e a volta da família ao seu país natal, incompleta pela ausência do príncipe herdeiro que está em território brasileiro, só confirma que há uma clara ruptura entre os *brasileiros* e os portugueses. Através desses exemplos históricos, fica patente que a nacionalidade brasileira irá se formando nessa oposição amigo/inimigo, nós/eles, ao longo do tempo; e o *nacional* ganha força e consciência de diferenciação com o português da metrópole no século XIX, e o ápice da diferenciação é o episódio de 1822.

---

<sup>2</sup> Nacionais: termo usado por Oliveira Lima para designar os nascidos no Brasil, em diferenciação com os portugueses.

Oliveira Lima expressa que a individualidade se forma sempre numa relação de oposição com algum agente, e esse outro apenas é encarado como oposto pelo ponto de vista do *nacional*. Como já foi dito acima, as relações que fortaleceram a consciência de nacionalidade foram variadas: paulista *versus* índios e natureza; português, índio e negro *versus* holandeses; espanhóis *versus* portugueses, e outros.

### **Análise de Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira, de Oliveira Lima:**

A *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, de Oliveira Lima, considera o marco inicial da história do Brasil, a descoberta do território por Pedro Álvares Cabral e a carta de Vaz de Caminha “[...] é o ato de batismo do Brasil. [...]” (OLIVEIRA LIMA, 2000: 38).

Os paulistas são considerados os primeiros verdadeiros *brasileiros*, e ainda mais, São Paulo foi extremamente importante no início da história do Brasil: “[...] São Paulo coube a honra de haver sido o maior centro de exploração, de povoamento e de civilização do sul do Brasil, que havia de irradiar, afinal para o extremo norte [...]”. (OLIVEIRA LIMA, 2000: 60) A ocupação holandesa do nordeste brasileiro pelos holandeses também é alvo de discussão de Oliveira Lima.

A invasão holandesa ao Brasil pode ser encarada através de dois momentos por Oliveira Lima: a época da União Ibérica e a restauração do trono português. No segundo momento por conta do maior controle sobre a colônia surge no Brasil uma nacionalidade:

“[...] a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa [...] Colonos de Portugal, brasileiros de nascença, índios e se bateram de perfeito acordo e rivalizaram em bravura, para expulsar o inimigo [...]” (OLIVEIRA LIMA, 2000: 81)

Diante desse quadro é perceptível que o primeiro clarão de nacionalidade brasileira aparece no confronto com um dominador estrangeiro, e Oliveira Lima deduzia essa nacionalidade a partir de três raças: o português, o índio e o negro.

O espanhol aparece como um segundo inimigo comum entre os *nacionais*: “O espanhol tornou-se no século XVIII – tinha se tornado desde a segunda metade do século XVII – o inimigo, visto que personificava o obstáculo à expansão [...]” (OLIVEIRA LIMA, 2000: 92). A nacionalidade brasileira surgia e se fortalecia frente a inimigos externos que tentavam possuir o território da metrópole portuguesa.

Para a fundação de Minas Gerais, é preciso destacar o povo pela qual ela foi fundada, visto por Lima: “[...] uma população já nacional, pelo nascimento, e que houvera recebido como preciosa herança a completa adaptação ao meio brasileiro.” (OLIVEIRA LIMA, 2000: 108). Ele considera a população que fundou Minas como *nacional* principalmente pelo fato de que os paulistas foram essenciais para essa constituição, e como bem já disse os próprios paulistas foram os primeiros *brasileiros*. A expansão rumo ao interior em consonância com a invasão holandesa marcam dois movimentos de base patriótica, considerado por Oliveira Lima. Para ele, o território é de fundamental para a formação de uma nação e de uma nacionalidade.

O fator para a independência do Brasil à Portugal pode ser explicado por uma definição formulada por Lima: “O espírito de autonomia que devia surgir no Brasil no fim do século XVIII [...] seria a reação natural contra a onipotência do Estado que, em Portugal, ninguém encarnou melhor que o Marquês de Pombal.” (OLIVEIRA LIMA, 2000: 120) Para o autor, o espírito de autonomia frente à metrópole portuguesa surge no momento em que há um governo absoluto em Portugal, ou seja, centralização política e administrativa no reino e em suas colônias. A partir disso fica pautado que todos os sentimentos de nacionalidade e autonomia surgem em oposição a algo externo, ou dominação estrangeira.

### **Metodologia baseada no conceito de *interpretação* de Droysen:**

O artigo utiliza o método hermenêutico expressando as quatro etapas de *interpretação* criadas por Johann Gustav Droysen. Durante a fase de pesquisa histórica

em cima do método hermenêutico pode-se observar que a heurística tem o interesse nas fontes que trazem consigo manifestações das intenções e das ações dos agentes históricos, como também a procura por fontes que revelam a sua herança no que concerne a língua, espaço e tempo. Na crítica hermenêutica são retirados das fontes somente os fatos que são compreensíveis por causa das ações intencionais dos agentes verificando a sua autenticidade. Na fase de interpretação dos fatos a hermenêutica organiza o contexto histórico dos fatos compreensíveis de acordo com a importância destes. As interpretações hermenêuticas atribuem aos processos temporais um tipo de subjetividade histórica, ou seja, tem se a impressão que agentes históricos teriam produzido esses processos intencionalmente.

De acordo com Droysen as quatro etapas da *interpretação* se dividem em: interpretação pragmática, interpretação das condições, interpretação psicológica e a interpretação das idéias. Como sendo a primeira etapa, a *interpretação pragmática* trata de encontrar vestígios nas fontes passadas pela crítica, havendo uma descrição do que estava exposto nessas fontes, e essa fase de interpretação ainda se mostra muito próxima da crítica. O trabalho vai estar assentado essencialmente sobre a *interpretação pragmática*, tratando da análise dos textos de Oliveira Lima, envolvendo a formação da nacionalidade brasileira e será o tipo de *interpretação* utilizada no trabalho.

#### Referências Bibliográficas:

CALDAS, Pedro. *História e Formação: reflexões sobre Burckhardt e Nietzsche*.

DROYSEN, Johann Gustav. *Interpretación*. In: \_\_\_\_\_. *Historica*. Barcelona: Alfa, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* / Oliveira Lima; prefácios de Gilberto Freyre, E. Martinenche, José Veríssimo. – 3º Ed. – rio de Janeiro : Topbooks ; São Paulo : Publifolha, 2000.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

RÜSEN, Jörn. *História viva : teoria da história III : formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007.

## A RECEPÇÃO DE SADE NO BRASIL NA DÉCADA DE 60: O MERCADO EDITORIAL

Hilton Tonussi de Oliveira\*

A década de 60, em relação às edições das obras do Marquês de Sade no Brasil, foi o marco inicial das publicações dos livros sadeanos. O foco desta análise é identificar os membros responsáveis pelas edições das obras do marquês no período em questão, tais como tradutores, editores, comentadores, prefaciadores e ilustradores, e traçar as possíveis conexões entre tais indivíduos, além de analisar as apropriações da imagem de Sade inseridas nas obras.

Há registros, da presença de Sade em território brasileiro, anteriores à década de 60. Tais registros repercutiam a possibilidade de se produzir no Brasil os resultados que as investigações e a recuperação das obras do marquês obtiveram no cenário internacional. Em 1957, Domingos de Lucca Jr., através do Jornal *Folha de São Paulo*, escreve sobre o julgamento de Jean-Jacques Pauvert, em artigo titulado *Cuidado com Sade*, “O advogado Maurice Garçon, defensor de J. J. Pauvert, editor das obras do marquês de Sade, que está sendo processado por ultraje aos bons costumes [...]. Lançamos o aviso pois sabemos que há alguém em São Paulo querendo traduzir e editar Sade...” (LUCCA JÚNIOR, 1957: 2)

Domingos de Lucca Jr. alerta e anuncia aos seus leitores a possibilidade de editarem as obras do marquês no Brasil, e por mais que não seja explícito, possivelmente já se sabe quem são esses “sujeitos” que pretendem publicar Sade.

Cruzando as informações da notícia com os dados que temos à disposição sobre as edições de Sade no Brasil, penso que se trata da obra *Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Simone de Beauvoir*, publicada em São Paulo, no ano de 1961 pela editora Difusão Européia do Livro, sendo esta a primeira obra a conter traduções de textos do Marquês de Sade, como é anunciado pelo Jornal *O Estado de São Paulo*.

Foi rompido o ineditismo do Marquês de Sade em língua portuguesa, através de uma edição da Difusão Européia do Livro: seis novelas do autor, selecionadas de diversos tomos em tradução

---

\*Universidade Estadual de Londrina. Bolsista da: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

de Augusto de Sousa, acompanhadas de um longo estudo de Simone de Beauvoir, que corresponde ao mais equilibrado julgamento da atualidade sobre Sade, uma nota de Lívio Xavier e uma introdução onde Jamil Almansur Haddad examina a influência sobre tudo do sentido da obra de Sade no Brasil. (O ESTADO DE S. PAULO, 1961: 8)

O primeiro texto de autoria de Sade presente na obra é o *Diálogo entre um padre e um Moribundo*, traduzido por Fernando Correia da Silva. Sobre o tradutor, Silva nasceu em Lisboa no ano de 1931, foi membro da MUD (Movimento de Unidade Democrática) estudantil. Em 1954, perseguido pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) veio ao Brasil como exilado político.

O texto original *Dialogue entre un prêtre et un moribond*, foi retirado da edição de Pauvert, publicada em Paris, no ano de 1935, em forma de folheto. Os outros textos foram, todos, traduzidos por Augusto de Sousa: *Augustine de Villeblanche ou o estratagema do amor* foi traduzido da antologia *Les vingt meilleures nouvelles françaises*, lançada em Paris, 1956, pelo editor Pierre Seghers. E *Eugénie de Franval, novela trágica; Miss Henriette Stralson ou as consequências do desespero; Florville e Courval ou fatalismo; Ernestina, novela sueca*. Todas as últimas quatro obras foram extraídas e traduzidas da obra *Les crimes de l'amour*, editadas por Pauvert, e publicadas em 1935, Paris. E o ensaio de Simone de Beauvoir, *Deve-se queimar Sade?*, extraído e traduzido da 12ª edição de seu livro de ensaios *Privilèges*, lançado em Paris pela Gallimard em 1935.

No Brasil, assim como no exterior, membros do surrealismo foram os principais responsáveis pelo início da disseminação do pensamento sadeano, tais como Jamil Almansur Haddad e Lívio Xavier.

A obra *Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Simone de Beauvoir*, além dos textos traduzidos de Sade, contêm o texto de Jamil Almansur Haddad, *Sade e o Brasil*.

Haddad nasceu no ano de 1914 em São Paulo, e faleceu em 1988. Formou-se em medicina e, paralelamente, foi crítico, ensaísta, historiador, teatrólogo, antologista e tradutor. E é referenciado como personagem de destaque no surrealismo brasileiro.



O responsável por redigir o texto presente nas orelhas, ou abas, do livro foi Lívio Xavier, jornalista, tradutor e militante comunista, pertencente da Liga Comunista Internacionalista de matiz trotskista, da qual fazia oposição à política do Partido Comunista Brasileiro. Nasceu na Granja, cidade da zona norte cearense, em 1900, e morreu na cidade de São Paulo, em 1988. Assim como Jamil Almansur Haddad, Xavier foi membro de destaque no surrealismo brasileiro, movimento presente e de grande importância para a inauguração das edições de Sade no Brasil.

O livro não foi produzido com o único objetivo de publicar Sade, e tornar acessível ao leitor brasileiro o conteúdo das obras sadeanas. Lívio Xavier e Jamil Almansur Haddad tinham outras intenções além dessa.

A vida do Marquês de Sade, assim como sua fama atual de escritor, pois foi preciso passar mais de um século para que êle fosse reconhecido, embora a mêdo, como um dos precursores do pensamento moderno, de Nietzsche a Freud, desenvolveu-se inteiramente sob o signo da glória equívoca de autor obscuro e de primeiro indivíduo, cuja obra literária os especialistas de medicina legal observaram compridamente as devastações da perversão sexual que a posteridade denominou de sadismo. (XAVIER, 1961: orelha)

[...] Que ele não é apenas aquêlo frenesi de sexo e que obrigou a Direção da Biblioteca Municipal de São Paulo a retirá-lo de seu acervo para que os estudantes adolescentes não continuassem inflacionando a sua procura, transformando num mero motivo de entretenimento ou de excitação erótica. (HADDAD, 1961: 16)

Os autores defendiam a mudança da imagem construída acerca de Sade, dissociando-o unicamente da perversão sexual, e o enaltecendo como filósofo. Xavier deixará explícita a importância do marquês, considerando-o como um dos precursores do pensamento moderno. E essa ideia será confrontada com aquela em que a leitura de Sade é apresentada como uma distração excitante juvenil.

Investigar o que o mercado editorial publicava sobre Sade no Brasil nos anos 60, pode nos ajudar a compreender o *leitmotif*, as motivações e os interesses nas obras do marquês. Inclusive as obras de autores estrangeiros, traduzidas e publicadas no Brasil e que tinham Sade seu personagem principal, tais como: *Deve-se queimar Sade?*, de Simone de Beauvoir;

*Sade: o santo diabólico*, de Guy Endore; *O verdadeiro rosto do Marquês de Sade*, de Jean Desbordes.

Durante seis anos não ocorreu nenhuma publicação de obras, cujo tema seja Sade. Somente em 1967 foi publicado *Sade: o santo diabólico*, de Guy Endore, pela editora Civilização Brasileira, cuja tradução é de Waltensir Dutra.

A orelha da obra, *Sade: o santo diabólico*, cujo título é *O filósofo da crueldade* foi redigida por Paulo Francis, sendo este o pseudônimo do jornalista, crítico de teatro e escritor brasileiro, Franz Paul Trannin da Matta Heilborn. Nasceu em 1930 no Rio de Janeiro, e faleceu em 1997. Participou do Centro Popular de Cultura da UNE e foi ator amador no grupo de estudantes.

Após o golpe militar de 1964, e durante toda a ditadura, através da Tribuna da Imprensa de Hélio Fernandes, Paulo Francis realizou comentários sobre assuntos internacionais e divulgava ideias esquerdistas, como simpatizante trostkista.

Paulo Francis destaca o marquês como um sujeito além da pornografia.

[...] Não se trata de pornografia, apenas. Até um adolescente sem experiência, depois de ler algumas páginas das fantasias eróticas de Sade, sente um certo cansaço e desapontamento. São tão incríveis as façanhas de seus “heróis”, que só uma sensibilidade análoga à do autor poderia usufruí-la para fins obscenos.

O jargão médico esconderia o que há de fascinante e envolvente (ainda que por um processo de repulsão) no homem que tentou fazer a revolução da crueldade permanente. (FRANCIS, 1967: orelha)

Diante da ênfase na mudança de significado das obras sadeanas, o escritor libertino é representado como filósofo revolucionário, as obscenidades e os afrontamentos aos tabus são vistos como expressão de sua descrença na humanidade.

De fato, toda a vida do Marquês e, especialmente, seus livros podem ser considerados como um ataque frontal a Deus. Um grito repetido de fúria contra aquela silenciosa Fera do Céu, que nos criou há um milhão de anos e desde então nos esqueceu. (ENDORE, 1967: 16)

No trecho seguinte, Endore parece distanciar a filosofia apresentada por Sade da obscenidade e sexualidade presente em suas obras, forçar tal dissociação é retirar a base da filosofia e obra sadeana.

Nada deveria estar mais distante dos pensamentos do Marquês de Sade do que aquelas cenas fantasmagóricas de violência e corrupção sexual com as quais iria mais tarde apimentar seus romances (do que resultou a interdição destes no mundo inteiro e os fêz, consqüentemente, tanto mais avidamente procurados por aqueles que têm gôsto por essas obscenidades e estômago para aturá-las), pois nascera em nascera em berço de ouro, nos meados do século XVIII, época frequentemente descrita por historiadores como “a era do Iluminismo”. (ENDORE, 1967: 1)

A obra, *O verdadeiro rosto do Marquês de Sade*, de Jean Desbordes, traduzido por Frederico dos Reis Coutinho, publicada no Rio de Janeiro, pela Editôra Vecchi, em 1968, como o próprio título sugere, o objetivo do autor é trazer à tona a verdade sobre o marquês. Está presente no livro, o texto titulado *Estudo grafológico do Marquês de Sade*, de Crépieux-Jamim e André Lecerf. E as orelhas dos livros foram redigidas por Desbordes.

Jean Desbordes, logo no início da obra, irá ressaltar que:

Muitas vezes, lenda significa mentira. Durante mais de um século a verdade não conseguiu fazer-se ouvir. Sòmente a partir de 1880 escritores conscienciosos tentaram apresentar a fisionomia autêntica do monstro que foi simultaneamente vítima e visionário – sem todavia conseguir realizar-lhe a biografia completa. (DESBORDES, 1968: 5)

A desmitificação do marquês se apresenta através da construção da imagem de um escritor vítima de seu contexto, ao mesmo tempo um sujeito que estava “à frente de seu tempo”.

Cada século e cada país são facilmente reconhecíveis na média da grafia dos indivíduos que a eles pêtenceram.

Há entretanto, sêres superiores à sua época, cuja letra se “adianta”. São precursores ou gênios. (CRÉPIEUX-JAMIM; LECERF, 1968: 7)

Os adjetivos empregados à imagem do marquês como ser superior, precursor e/ou gênio caracterizam um indivíduo desconexo da sua contemporaneidade.

Cabe pensar por que este livro foi escolhido para ser traduzido no Brasil. Qual Sade, o mercado editorial brasileiro estava apresentado ao leitor?

A obra, *Zoloé e suas duas amantes*, traduzida por Maria José Fialho Londres, publicada pela Gráfica Record Editôra, em 1968. Apesar de a autoria ser atribuída ao Marquês de Sade, há a discussão sobre a autenticidade da mesma.

Gilbert Lely contesta a autoria atribuída ao marquês, referente à obra *Zoloé e suas duas amantes*, o que é indicado pelo site Biblio Curiosa (2011), "rien dans l'analyse du style ne le laisse supposer" (apud LELY, 1952). E apesar deste debate sobre a autoria de Sade, no que diz respeito à obra *Zoloé e suas duas amantes*, ser anterior à publicação brasileira, percebe-se que a Gráfica Record Editôra opta por manter o nome Sade vinculado a obra.

Na introdução do livro, *Zoloé e suas duas amantes*, está presente o texto de Nataniel Dantas, *O monumento de Estocolmo*. Dantas é o pseudônimo utilizado pelo escritor brasileiro, Osmar Marcelino Fortes, nascido por volta de 1925 no Rio de Janeiro, a dúvida sobre a data de nascimento ocorre pela existência de três fontes sobre os dados biográficos do autor que registram datas diferentes. E formou-se pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

D. Accioly foi responsável pela tradução de *Justine ou os infortúnios da virtude*, publicada no Rio de Janeiro, pela Editôra Saga, em 1968. O prefácio da obra foi escrito por Otto Maria Carpeaux, ensaísta, crítico literário e escritor austríaco, que diante da escalada nazista, se sente inseguro e foge com a mulher, em fins de 1939, para o Brasil.

Sobre a edição da obra *A filosofia na alcova*, traduzida por Martha A. Haecker, e publicada no Rio de Janeiro, pelo JCM Editôres, em 1968. No início do livro, há o texto redigido pelos editores, titulado "Nota dos editôres", no qual irão comentar sobre a obra do Marquês de Sade, utilizando de citação de diversos autores estrangeiros, tais como André Pieyre de Mandiargues, Flaubert, Guillaume Apollinaire, Freud, Simone de Beauvoir e Georges Bataille, dos quais analisam o pensamento sadeano.

*Aline e Valcour* publicada pela editora José Alvaro, Editor, no Rio de Janeiro, em 1969. A obra foi traduzida por Rubem Rocha Filho, teórico, ator, diretor, autor, crítico e professor, que nasceu em 1939, no Rio de Janeiro, e morreu em 2008, no Recife. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Brasil, e mestre em artes cênicas pela Universidade de Wesleyan. Iniciou a carreira como ator no Rio de Janeiro, porém se consolida como homem do teatro no Recife, dirigindo e atuando nos palcos de vários grupos, entre os quais o Teatro Popular do Nordeste e o Teatro Hermilo Borba Filho.

Também presente no teatro, Aldomar Conrado, o responsável pela apresentação do livro *Aline e Valcour*, e pela coleção Erótica, na qual esta obra está inserida. Conrado foi autor, professor e tradutor, nasceu em 1936, no Recife. Em 1959, ingressa no Curso de Arte Dramática da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife. No ano seguinte, se torna sócio fundador do TPN (Teatro Popular do Nordeste), porém quando o TPN passa a ser patrocinado pelo Governo do Estado, Aldomar Conrado é afastado do grupo por divergências ideológicas. E então, de 1961 a 1967, Conrado trabalha intensamente no Rio de Janeiro. Ingressa no Centro Popular de Cultura da UNE - CPC, e entra para o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Com Érico de Freitas e Thais Moniz Portinho, funda o Grupo 3, que encena, nesse período, *O Triciclo*, de Fernando Arrabal, direção de Álvaro Guimarães; *As Criadas*, de Jean Genet, direção de Martim Gonçalves; e *A Filosofia da Libertinagem*, de Sade, com adaptação do próprio Conrado e direção de Amir Haddad.

Responsável pela coleção Erótica, junto com Aldomar Conrado, Hermilo Borba Filho foi escritor, crítico literário, jornalista, dramaturgo, diretor, teatrólogo e tradutor, nasceu no ano de 1917, e faleceu em 1976, na cidade do Recife.

Em 1958, junto com Aldomar Conrado e outros amigos, fundou o Teatro Popular do Nordeste (TPN), em Recife, e integra ao corpo docente do curso de teatro da Universidade do Recife.

Aloísio Magalhães é o responsável pela produção da capa do livro, *Aline e Valcour*. Magalhães foi pintor, escritor, designer, gravador, cenógrafo e figurinista. Em 1950, conclui a graduação em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), período em que

participa do Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), onde exerce as funções de cenógrafo e figurinista. No ano de 1957, exerce a cátedra de cenografia no curso de arte dramática da Universidade do Recife. E em 1982, morre na Itália, na cidade de Pádua.

A edição da obra, *A filosofia na alcova ou escola de libertinagem*, traduzida por Aloísio Costa, em Brasília, e publicada pela Coordenada Editôra de Brasília, em 1969, teve o envolvimento de Aguinaldo Silva, responsável pela revisão da obra, e a redação da introdução, titulada *Sade: a solidão pública*. Aguinaldo Silva é um dramaturgo, escritor, roteirista, jornalista, cineasta e telenovelistas brasileiro.

Segundo Aguinaldo Silva (1969, p. 10), “[...] Sade era nosso e não do seu tempo. Nem mesmo a Revolução Francesa, com a frieza metálica da lâmina de sua guilhotina, poderia merecê-lo”. O autor se identifica com Sade, e apresenta o seu contexto como aquele que acolheria melhor o pensamento do marquês.

Porém, apesar do autor apresentar um contexto receptível ao pensamento sadeano, a obra *A filosofia na alcova ou escola de libertinagem*, publicada pela Coordenada Editôra de Brasília, teve um mandado de apreensão, como destaca a notícia do Jornal Folha, do dia 3 de junho de 1969.

POLICIA FEDERAL APREENDE LIVROS – Os livros “Filosofia da Alcova”, do Marquês de Sade, e “Minha Vida Meus Amores”, de Henry Spencer Ashbee, estão sendo apreendidos pela polícia federal em São Paulo, segundo determinação do ministro Gama e Silva, transmitida sábado de manhã ao general José Bretas Cupertino, delegado geral do DPF em São Paulo. Mais de cem exemplares já foram apreendidos, e a medida prosseguirá até que todas grandes livrarias tenham sido visitadas. (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1969: 6)

Ainda no ano de 1969, a editora HEMUS publicou a obra *Os 120 dias de Sodoma*, traduzida por João M. P. de Albuquerque. O responsável pela elaboração da capa foi Eli Behar, um dos fundadores da editora HEMUS. E a redação da orelha foi de encargo de Max Behar, filho de Eli Behar, do qual destaca a questão da liberação sexual e os novos paradigmas sexuais.

No século XX, a civilização Ocidental vê desapontar o sexo e a educação sexual como uma arma protetora e eficaz contra a brutalidade e a ignorância reinante. Na Suécia, o “amor livre”, nada mais é do que um rompimento com as barreiras tradicionalmente fúteis dos antigos

conceitos sexuais, acompanhando a evolução, devidamente exigida pelos jovens. (BEHAR, 1969: orelha)

Assim como *Os 120 dias de Sodoma*, a obra, *O livro negro do amor ou a sensualidade ao alcance de todos*, foi publicada em 1969, pela editora HEMUS. Na obra não constata o nome do tradutor, apesar de identificarem o título do original em francês, *Le livre noir de l'amour*. A única referência que foi encontrada sobre o livro com o título em francês é a tradução realizada pela editora HEMUS.

Este trabalho não tem a pretensão de desmascarar as diversas representações construídas nas obras produzidas durante a década de 60 no mercado editorial brasileiro. Pelo contrário, investigar a pluralidade de sentidos dados à figura de Sade, e as formas com que foram exploradas as suas características, aumenta a riqueza de seus significados.

## REFERÊNCIAS

**AGUINALDO Silva.** 2012. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Aguinaldo\\_Silva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aguinaldo_Silva)>. Acesso em: 04 maio 2012.

**APRESENTADO Fernando Correia da Silva.** 2010. Disponível em: <<http://estrolabio.blogs.sapo.pt/202264.html>>. Acesso em: 16 maio 2012.

BEAUVOIR, Simone de; SADE, Marquês de. **Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Simone de Beauvoir.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

**BORBA FILHO, Hermilo (1917 – 1976).** 2009. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades\\_biografia&cd\\_verbete=4103](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades_biografia&cd_verbete=4103)> Acesso em: 11 abr. 2012.

**CONRADO, Aldomar (1936).** 2009. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades\\_biografia&cd\\_verbete=9493](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades_biografia&cd_verbete=9493)>. Acesso em: 04 maio 2012.

DESBORDES, Jean. **O verdadeiro rosto do Marquês de Sade**. Tradução de Frederico dos Reis Coutinho. Rio de Janeiro: Editôra Vecchi, 1968.

ENDORE, Guy. **Sade: o santo diabólico**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

**JAMIL Almansur Haddad (1914 – 1988).** 2009. Disponível em: <[http://www.antoniomiranda.com.br/poesia\\_brasis/sao\\_paulo/jamil+almansur\\_haddad.html](http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/sao_paulo/jamil+almansur_haddad.html)>. Acesso em: 17 abr. 2012.

**LÍVIO Xavier.** Disponível em: <<http://bibliotecalivioxavier.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

LUCCA JÚNIOR, Domingos. Cuidado com Sade. **Folha da Noite**, São Paulo, 8 jan. 1957. 1º Caderno, p. 2. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1957/01/03/2>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

**MAGALHÃES, Aloísio (1927 – 1982).** 2011. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_IC/index.cfm?fuseaction=artistas\\_biografia&cd\\_verbete=543&cd\\_idioma=28555](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=543&cd_idioma=28555)>. Acesso em: 02 jul. 2012.

**PAULO Francis.** 2012. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo\\_Francis](http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Francis)>. Acesso em: 15 maio 2012.

POLÍCIA federal apreende livros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 jun. 1969. 1º Caderno, p. 6.

**ROCHA Filho, Rubem (1939- 2008).** 2010. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades\\_biografia&cd\\_verbete=12126](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades_biografia&cd_verbete=12126)>. Acesso em: 27 mar. 2012.



SADE, Marquês de. **Justine ou os infortúnios da virtude**. Tradução de D. Accioly. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

\_\_\_\_\_. **A filosofia na alcova**. Tradução de Martha A. Haecker. Rio de Janeiro: JCM, 1968.

\_\_\_\_\_. **Zoloé e suas duas amantes**. Tradução de Maria José Fialho Londres. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editôra, 1968.

\_\_\_\_\_. **A filosofia na alcova ou escola de libertinagem**. Tradução de Aloísio Costa. Brasília: Coordenada Editôra de Brasília, 1969.

\_\_\_\_\_. **Aline e Valcour**. Tradução de Rubem Rocha Filho. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1969.

\_\_\_\_\_. **O livro negro do amor ou a sensualidade ao alcance de todos**. São Paulo: HEMUS, 1969.

\_\_\_\_\_. **Os 120 dias de Sodoma**. Tradução de João M. P. de Albuquerque. São Paulo: HEMUS, 1969.

SEIS novelas do Marquês de Sade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 dez. 1961. Página 8. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19611222-26583-nac-0008-999-8-not/busca/Sade>>

XAVIER, Lívio. In: BEAUVOIR, Simone de; SADE. **Novelas do Marquês de Sade e um estudo de Simone de Beauvoir**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

**Zoloé et ses deux acolytes**. 2011. Disponível em: <[http://www.bibliocuriosa.com/index.php/Zolo%C3%A9\\_et\\_ses\\_deux\\_acolytes](http://www.bibliocuriosa.com/index.php/Zolo%C3%A9_et_ses_deux_acolytes)>. Acesso em 12 abr. 2012.

## A PASSAGEM DE SÃO TOMÉ PELO NOVO MUNDO: DIEGO DURÁN E A CATEQUESE PRÉ-HISPÂNICA DAS AMÉRICAS, 1565-1581

Rodrigo Henrique Ferreira da Silva\*

### Introdução

As crônicas são documentos fundamentais para o historiador moderno e, no caso dos cronistas espanhóis religiosos do século XVI, com suas concepções cristãs e valores pré-determinados, têm despertado o interesse de pesquisadores que se utilizam dessas fontes para compreender aspectos das primeiras décadas do período colonial<sup>1</sup> (FREITAS NETO, 2004: 21).

Nenhum trabalho sobre o período colonial hispano-americano poderia prescindir das crônicas; ou seja, as crônicas são indispensáveis para o estudo deste período, pois cada reino hispano-americano teve seus próprios cronistas. O caso aqui analisado será o estudo do período colonial no México, o qual foi um dos locais com o maior número de cronistas, se não for o maior, no século XVI.

De modo geral, o *corpus documental* da crônica tem a função de conhecer e analisar os eventos que narram, não por serem elas a “expressão do real”<sup>2</sup>, mas a projeção e a representação de um território novo, com realidades que se fragmentavam e, paradoxalmente, construíram o seu percurso (FREITAS NETO, 2004: 27-28). No caso da América Espanhola no século XVI, um dos aspectos centrais das crônicas, em diferentes matizes, são os indígenas e seus universos.

Os cronistas religiosos enfatizavam as qualidades e aptidões das populações nativas para a conversão, como por exemplo, Bartolomé de Las Casas, Bernardino de Sahagún, José

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

<sup>1</sup> Nesse caso, as crônicas são construídas como um gênero documental, e que, com isso, deve ser tratada como uma categoria textual, que, de forma direta ou indireta, balizou muitos estudos sobre o período colonial. A crônica foi muito utilizada como documento para os estudos de História da América, mas foi pouco problematizada pelos historiadores devido à sua generalização; ou seja, as crônicas possuem características singulares em seus escritos e grupos específicos de textos, como cartas produzidas por integrantes de ordens religiosas, soldados, documentos oficiais da Coroa, indígenas e mestiços (FERNANDES; KALIL, 2011: 1-2).

<sup>2</sup> Luiz Estevam Fernandes (2011) e Luis Guilherme Kalil (2011) alertam para que se evite buscar nas crônicas uma abordagem inócua do passado, a exatidão, uma História “tal como ela realmente foi” (FERNANDES; KALIL, 2011: 15).

de Acosta, Motolinía, Diego Durán (FREITAS NETO, 2004: 24). Esses cronistas religiosos do século XVI se viam diante do desígnio divino, reproduziam lugares onde apareciam questões da natureza (na referência ao Deus criador), a visão que se tinha sobre os nativos e a tarefa de evangelizá-los.

Leandro Karnal (2004) afirma que analisar o indígena através da crônica católica tem o mesmo significado que analisar a mulher através dos textos masculinos; o herege pelo texto inquisitorial; o rendimento de um aluno pelo boletim emitido pela escola (KARNAL, 2004: 11). Portanto, a crônica talvez seja o melhor documento para estudar o período colonial hispano-americano no século XVI, mas nunca se deve tomá-la como a verdadeira realidade do período; ou, como diz Marc Bloch (2002), jamais o historiador deve acreditar “cegamente” em um documento e por isso deve realizar a crítica documental (BLOCH, 2002).

O que vemos nas crônicas religiosas é justamente a visão de mundo cristã de franciscanos, dominicanos, jesuítas, e muitos outros, e o uso que fizeram de conceitos ocidentais europeus para direcionar seu caminho até os indígenas<sup>3</sup>.

O que os religiosos vão registrar em suas crônicas é justamente o que é interessante para cada um; a lógica do texto impõe outra forma de pensar a realidade, os espanhóis organizam a história indígena a seu modo cristão. François Hartog (1999), em sua obra *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, explicita diversos procedimentos retóricos<sup>4</sup> para entender como se dá a construção do “outro”, e a forma como contribui para o reforço de uma identidade. Esses artifícios retóricos são usados por Hartog

---

<sup>3</sup> Há um debate acerca da formação (autoridade) e experiência do viajante, no caso aqui tratado, do cronista religioso espanhol. Mesmo que sua formação seja de origem cristã com conceitos ocidentais europeus pré-estabelecidos, e com isso sua visão sobre os indígenas seria de seres idólatras, a experiência pode provocar transformações nessa visão pré-estabelecida; por exemplo, a experiência de estar em um local “novo” e conviver com povos nunca vistos antes, possibilita uma mudança na visão do religioso sobre os indígenas. A experiência de estar em território americano e chinês não pode causar a mesma impressão ao viajante.

<sup>4</sup> O autor trabalha com a *diferença e inversão*; *comparação e analogia*; o *thôma*; *tradução, nomeação e classificação*; *descrição*; para chegar em sua tese no momento de analisar a “regra do terceiro excluído”. Essa “regra” é o ritmo da narrativa, que, em seu movimento para traduzir o outro, mostra-se incapaz de abordar mais que dois termos de cada vez. Um exemplo muito utilizado por Hartog é a forma de agir de gregos, persas e citas. Como é possível utilizar apenas dois termos por vez, e o interesse do narrador é a maneira de combater dos citas, como transmitir para um destinatário grego a alteridade das práticas persas? O meio analisado pelo autor para tornar ainda mais sensível a alteridade cita, é transformar os persas em “gregos”, pois, se na Grécia os persas agem como “persas” por não saberem combater e serem, por isso, anti-hoplitas, na Cítia os persas agem como “gregos”. Assim, não há mais três termos – gregos, persas, citas e suas maneiras de combater – mas simplesmente dois: citas e “persas-gregos”. Portanto, Hartog chega à conclusão de que a retórica da alteridade tende a ser dual – ou, dito de outro modo: como seria de esperar, “alter”, na narrativa, significa bem o outro (de dois) (HARTOG, 1999: 270-271).

para analisar uma narrativa, que se desenvolve entre um narrador e um destinatário implicitamente presente no texto.

Da narrativa, o autor dá ênfase nas narrativas de viagem, as quais são grandes meios de se deparar com a alteridade; nela, o narrador se valida de seus artifícios retóricos como uma forma de traduzir o outro. Como o destinatário está “além” e “aquém”, é posto em contato pelo narrador através de múltiplos modos na sua própria narrativa para portar-se como aquele que “desenvolve” e “manobra” uma retórica da alteridade, a fim de traduzir a diferença entre o mundo que se conta e o mundo em que se conta, e fazer com que o destinatário creia no outro que a narrativa constrói. A leitura deve, então, atentar para todas as “marcas de enunciação” que apresentam esses procedimentos retóricos, que fazem com que o destinatário as carregue com peso de persuasão (HARTOG, 1999).

A forma como os cronistas do século XVI “traduzem” o outro é, normalmente, semelhante na estrutura de suas obras, que tentam encaixar os dados da experiência americana em um relato bíblico dentro da lógica cristã; não é incomum que narrem a história das tribos indígenas, considerando seu valor geográfico – descrição da vegetação, animais e insetos, relevo, rios, clima –, e etnológico – desenham um quadro completo da estrutura e organização dos povos indígenas: seus costumes, rituais, festas, cerimônias, a sucessão dos reis (BRUIT, 2004: 16).

Para Luiz Estevam Fernandes (2011) e Luis Guilherme Kalil (2011), “essa característica seria fruto do ‘espírito renascentista’, preocupado com a observação e descrição minuciosa dos aspectos físicos, geográficos e humanos do Novo Mundo” (FERNANDES; KALIL, 2011: 13)<sup>5</sup>.

## **O dominicano Diego Durán**

---

<sup>5</sup> A ideia do cronista como um etnógrafo ou etnólogo deve ser problematizada; como Bruit (2004) trabalhou com a noção da etnografia como um dos elementos estruturantes das crônicas, sua opinião de que o nascimento dessa ciência [etnologia] foi adiantado em mais de trezentos anos tem que ser melhor discutida para não cometer um dos erros mais graves que possa acontecer a um historiador, de acordo com Marc Bloch (2002): o “anacronismo”; isto é, um juízo de valor, julgar o passado de acordo com os problemas do presente. O objetivo dos cronistas religiosos não era realizar um trabalho etnológico das tribos indígenas, e sim extirpar suas idolatrias e convertê-los à fé cristã – as questões do século XVI eram outras. Portanto, deve-se ter um grande cuidado em afirmar que “a ciência etnológica foi adiantada em trezentos anos”.

O cronista espanhol estudado neste trabalho é o dominicano Diego Durán e sua crônica *Historia<sup>6</sup> de las Indias de Nueva España e islas de la tierra firme*. Nascido em Sevilha em 1537, chegou à região central do México entre 1542 e 1544; após a chegada, viveu a maior parte de seus cinquenta e um anos na Nova Espanha, entre espanhóis – sua família e sua ordem – e indígenas mesoamericanos – seus fiéis e informantes, talvez nem tão fiéis como o frade gostaria que fossem (SANTOS, 2002: 144). Em 1556, entra para a Ordem dos Dominicanos<sup>7</sup> na Cidade do México. Uma das principais características de Diego Durán é querer conhecer a cultura indígena para melhor catequizá-los; ou seja, conhecer em profundidade para ter uma catequese em profundidade.

A preocupação central e modeladora da narrativa de Durán é com as “sobrevivências idolátricas” que estavam mais ou menos vivas e “ameaçavam” a fé cristã (SANTOS, 2002: 147). Como todos os missionários da época, Durán tinha o desejo de conversão dos indígenas e de extirpar toda a idolatria; para isso, a conversão dos índios exige um conhecimento mais profundo de sua antiga religião para extirpar todos os vestígios da religião “pagã” e conseguir eliminar o “paganismo”. Criticava outros catequizadores por não manifestarem tal interesse e afirmava que por isso eram facilmente enganados; para poder extirpar as idolatrias, é preciso aprender a reconhecê-las primeiro.

Para realizar o processo de conhecimento da cultura e religião indígena, Durán valeu-se basicamente de três tipos de fontes: utilizou textos pictográficos<sup>8</sup> e os testemunhos de informantes por ele indagados<sup>9</sup>; utilizou escritos de religiosos e de conquistadores; e o seu próprio testemunho, pois cresceu e viveu em meio de uma cultura viva que o impregnou de

---

<sup>6</sup> *Historia* corresponde a um gênero literário particular das crônicas produzidas no início do período colonial. Para a definição do gênero *historia*, ver SANTOS, Eduardo Natalino dos. “Construir a história dos povos ameríndios com as fontes coloniais de matriz europeia”. In: FERNANDES, Luiz Estevam et al (Orgs.). *Cronistas do Caribe*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2011, p. 3.

<sup>7</sup> Os primeiros representantes desta Ordem de São Domingos chegaram à América em 1510.

<sup>8</sup> A produção de manuscritos pictográficos entre os sistemas mesoamericanos de escritura deve-se aos *tlacuilos* (os que escrevem pintando), mais conhecidos como *escribas* (SANTOS, 2011: 4).

<sup>9</sup> Luiz Estevam Fernandes e Luis Guilherme Kalil afirmam que nos dois primeiros séculos de colonização (XVI e XVII), a produção das crônicas era baseada em premissas salvacionistas e na autoridade da testemunha de um fato ou de um ouvinte de índole incontestável. Então, saber quem era o informante e qual seu *status* servia de garantia de fiabilidade da informação a ser utilizada (FERNANDES; KALIL, 2011: 3). Durán produz sua crônica em parte por testemunhas indígenas, geralmente “velhos anciãos de cem anos”. “[...] *quiero empezar á contar la Sagrada Escripura, pues el salir con mi opinion me fuerça, y quiero tomar mi tema desde el primer cap. del Génesis, y decir: En el principio criou Dios el cielo y la tierra, como me empeçó á contar un viejo natural de Cholula, de edad de cien años [...]*” (DURÁN, 1867: 6).

forma muito mais marcante do que a um viajante que passasse apenas um ou dois anos na região<sup>10</sup>.

Eduardo Natalino dos Santos (2002), em sua obra *Deuses do México indígena*, afirma que tal fato é de muita relevância na análise de sua obra, pois produz um posicionamento do narrador inserido na própria narrativa; ou seja, narra-se o que se vive, ou vive-se o que se narra (SANTOS, 2002: 148).

Um procedimento retórico que é visto na obra de Durán é a analogia<sup>11</sup>, pois é a forma predominante de conhecimento da alteridade indígena e aparece de duas formas na narrativa do dominicano: explícita ou implicitamente. Na analogia explícita, Durán compara um elemento do universo mesoamericano com outro conhecimento do mundo cristão ocidental. Já na analogia implícita, Durán não recorre declaradamente a uma suposta equivalência, mas o roteiro descritivo e o arcabouço conceitual são cristãos (SANTOS, 2002: 156-157).

Por exemplo, ao tratar das festas e celebrações em honra aos deuses, Durán afirma haver uma mistura das cerimônias cristãs e pagãs dos mesoamericanos.

*La fiesta mas celebrada y mas solene de toda este tierra y en particular de los tezcucanos y mexicanos, fue la del ydolo llamado Huitzilopochtli, en la cual fiesta y cerimonias abrá mucho que notar, por aver una mezcla de cerimonias tan dibernsas, que unas acuden á nuestra religion xpstiana. y otras á la de la ley bieja y otras endemoniadas y satánicas, inbentadas dellos; y holgara muy mucho no averme confundido con tanta bariedad de relaciones [...] fingiendo estos celebrar las fiestas de nuestro Dios y de los Santos entremetan y mezclen y celebren las de sus ydolos cayendo el mesmo dia y en las cerimonias mezclaran su antiguo rito lo qual no seria maravilla se hiciese agora y es que como nuestras fiestas movibles y las suyas antiguas y mas señaladas caen muchas veces en un mesmo dia [...]* (DURÁN, 1880: 79).

Para Eduardo Natalino,

*Essas analogias modelaram os deuses mesoamericanos em sua narrativa, encaixando-os em categorias típicas do pensamento cristão ocidental do século XVI. Durán reordenou fragmentos do mundo mesoamericano no corpo de sua obra*

---

<sup>10</sup> O caso de Durán é um bom exemplo do debate já suscitado aqui sobre a questão da experiência e formação. O cronista obteve uma formação religiosa cristã e, ao mesmo tempo, conviveu diante de uma cultura indígena. Por ter tido essa experiência, Durán teve uma sensibilidade distinta dos povos ameríndios do que outros viajantes.

<sup>11</sup> Como uma das opções para reunir o mundo que se conta e o mundo em que se conta, Hartog utiliza a retórica da alteridade da analogia, o qual prioriza a semelhança e faz uma comparação paralela: sequência de comparações entre diversos objetos com a intenção de elementos ficcionais.

*missionária, pondo os próprios deuses a serviço do cristianismo: são patriarcas, apóstolos, demônios e santos* (SANTOS, 2002: 157).

## A estrutura da crônica de Durán

O Tomo I da crônica do dominicano Diego Durán é dividido em duas partes. Uma é o “Libro de los ritos y ceremonias en las fiestas de los dioses y celebración de ellas”, e outra é “El calendario antiguo”. A primeira parte foi escrita em 1565, e trata dos deuses em particular, dos ritos e cerimônias que lhes eram feitas pelos povos mesoamericanos. A outra, concluída em 1579, versa sobre o calendário, o qual Durán expõe o que supõe ser toda vida social e familiar desses povos de língua náhuatl, dando maior atenção à região de Texcoco, que ele conhecia desde criança e na qual está sua preferência.

Já o Tomo II, concluído em 1581, trata da *Historia* dos mexicas, desde a chegada às terras americanas, passando pela vida cotidiana dos povos indígenas e a sucessão de seus reis, até a conquista espanhola; tudo o que Durán supõe ter sido através de suas fontes. De acordo com a concepção de tempo cristã do dominicano, na qual ele organiza a memória indígena, a estrutura da *Historia* é baseada de forma diacrônica e sequencial, com o pensamento na Bíblia.

Em toda sua obra, Durán busca entender a singularidade do Novo Mundo e de suas culturas, tentando encaixar a história do mundo mesoamericano na concepção de mundo cristã e, assim, busca sinais que lhe confirmem as explicações reveladas pela Bíblia. Ao analisar desta forma, acaba falando dos dois mundos (SANTOS, 2002: 157). Para Tzvetan Todorov (1983), a obra fica no meio termo entre as crônicas espanholas e as mesoamericanas, pois Durán não seria nem espanhol nem mexica, mas um dos primeiros mexicanos<sup>12</sup>; por esse motivo foi considerado um “mestiço cultural”.

---

<sup>12</sup> A expressão “mexicano” deve ser compreendida como o descendente de espanhol e indígena – um mestiço. A nota seguinte irá explicar melhor a questão da mestiçagem. O “mexicano” de Todorov representa um ponto de vista simultaneamente indígena e cristão de Durán. O religioso identifica-se completamente à perspectiva dos astecas, mas jamais põe em dúvida sua fé cristã; sua obra é feita para a honra e glória de Deus. Como o mexicano é o descendente de espanhol e indígena, sua pátria é a Nova Espanha (atual México) e sua nação é a Espanha, Todorov afirma que Durán é um dos raros indivíduos que realmente compreenderam ambas as culturas – é capaz de traduzir os signos de uma para os da outra (TODOROV, 1983: 208).

Sua mestiçagem manifesta-se de vários modos. O mais evidente, mas talvez também o mais superficial, é o fato de compartilhar o modo de vida dos índios, suas privações, suas dificuldades. Chega a aceitar e até adotar certos comportamentos, apesar de desconfiar de seu caráter idólatra; ou seja, Durán manifesta a condenação das práticas pagãs, mas ao mesmo tempo valoriza a religiosidade e cultura indígena (TODOROV, 1983: 208).

O historiador francês Serge Gruzinski (2001) também considera Durán um “mestiço cultural” no sentido de colocar a cristandade fazendo parte do pensamento mestiço<sup>13</sup>. A imagem que o religioso tinha dela não seria a mesma de uma pessoa da Europa. Para Gruzinski, a obra de Durán, por ter sido o próprio religioso criado no meio dos índios, é uma das expressões desse pensamento de “mistura”. E a sua escrita é a mistura de todas essas imagens (cristãs e indígenas), fazendo outra irreconhecível e mutável. Os códices usados de sacerdotes nahuas já não são totalmente nahuas, pois o simples contato já produz influências e produtos “misturados” (MONTORO, 2004: 119).

A esse intermediário Gruzinski chama de “ornamentação maneirista”<sup>14</sup>, o qual

*(...) correspondia ao clima da época e se adaptava ao que era novo e estranho; hoje favorece a leitura da imagem mexicana, sem por isso banir os traços especificamente autóctones: glifos, elementos arquiteturais, armas e trajes anteriores à Conquista. A utilização dos grotescos permite, pois, manter um equilíbrio constante entre o exótico e o familiar. Serve também para realçar uma cena do passado, sublinhando a majestade do príncipe e o luxo dos palácios indígenas (GRUZINSKI, 2001: 207).*

---

<sup>13</sup> Gruzinski trabalha com a ideia de adaptação ao novo como forma de sobrevivência, no qual ele nomeia de “mestiçagem cultural”. De acordo com o autor, as mestiçagens são misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes: América, Europa, África e Ásia. Diferente de “hibridações”, que são misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico – a Europa cristã, a Mesoamérica. O objetivo de Gruzinski é compreender como formaram as mestiçagens americanas, esclarecendo a natureza de seus laços com outros dois fenômenos maiores na América do século XVI: o “choque da conquista” e a “ocidentalização”. Para uma melhor análise, ver GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. É importante considerar ainda a afirmação de Gruzinski sobre a qual houve uma mestiçagem física, mas sem a questão racial – no século XVI não havia a discussão sobre a diferença de raças do século XIX; o que definia a hierarquia social era a questão do “sangue limpo”. A nobreza, por exemplo, era considerada como tendo “sangue azul”. A proposta é uma “mestiçagem cultural”, derivada justamente da mistura ocidentalizada dos imaginários europeus com a cultura indígena.

<sup>14</sup> De acordo com Gruzinski, as ilustrações contidas na *Historia* de Durán, mostra a sucessão dos soberanos mexicas e sua entronização, um pintor indígena representou seus personagens em cenários anacrônicos: colunas ricamente trabalhadas, tronos de molduras complicadas, cartuchos de espirais decoradas com formas vegetais, às vezes ladeadas de sátiros ou recatadas cariátides (GRUZINSKI, 2001: 206-207).



## O problema da evangelização primitiva

Um dos pontos mais peculiares na crônica de Durán é saber a origem desses povos indígenas, ou como o próprio nome do capítulo I da obra, *De dónde se sospecha que son los indios de estas Indias y Islas y tierra firme del Mar Oceano*; e o capítulo 79, *De quien se sospecha que fué un gran baron que ubo en esta tierra, llamado Topiltzin y por otro nombre papa, á quien los mexicanos llamaron Hueymac: a residió en Tulla*.

Nele, Durán mostra que não havia autonomia cultural mesoamericana por acreditar na possibilidade de uma evangelização realizada por Topiltzin<sup>15</sup> – ou Huemac – em Tula, que, juntamente com seus sacerdotes<sup>16</sup>, aos seus olhos, demonstravam um comportamento cristão em tempos pré-hispânicos, sinal de antigos contatos entre os chamados Velho e Novo Mundos (SANTOS, 2002: 159).

O cronista enxerga em Topiltzin certo comportamento cristão e se remete ao Evangelho de São Marcos para explicar que talvez o líder tolteca fosse São Tomé<sup>17</sup>, que também teria sido pregador dos índios.

*Las açañas y maravillas de Topiltzin y de sus hechos heroycos son tan celebrados entre los indios y tan mentados y cassi con apariencias de milagros, que no se que me atreva á afirmar ni escribir de ellos, sino que en todo me sujeto á la correccion de la santa yglesia catolica, porque aunque me quiera atar al sagrado evangelio que dice por San Marcos, que mandó Dios á sus sagrados apóstoles que fuesen por todo el mundo y predicasen el evangelio á toda criatura, prometiendo á los que creyessen y fuesen batiçados la bida eterna, no me ossare afirmar en que este baron fuese algun apóstol bendito; en pero gran fuerça me hace su bida y otras á pensar que,*

---

<sup>15</sup> O “Papa” de seus discípulos Toltecas. Topiltzin teria sido um grande varão, venerável, religioso, honrado como pessoa santa, que chegou ao território americano vindo de terras estranhas. Assim podemos dizer que Topiltzin foi um dos apóstolos de Deus que aportou a esta terra.

<sup>16</sup> Esses discípulos chamavam-se “Toltecas”, que quer dizer oficiais ou sábios em alguma arte, fazendo suas pregações maravilhosamente, o qual para Durán só podiam ser milagres.

<sup>17</sup> Tomé era israelita e foi um dos Doze discípulos de Cristo que, no momento da Ressureição deste, e sua aparição aos apóstolos para pregar a paz, estava ausente e não acreditou em sua volta. De acordo com o Evangelho segundo São João, 20,24-29: “Um dos Doze, Tomé, chamado Dídimo, não estava com eles, quando veio Jesus. Os outros discípulos, então, lhe disseram: ‘Vimos o Senhor!’ Mas ele lhes disse: ‘Se eu não vir em suas mãos o lugar dos cravos e se não puser meu dedo no lugar dos cravos e minha mão no seu lado, não crerei’. Oito dias depois, achavam-se os discípulos, de novo, dentro de casa, e Tomé com eles. Jesus veio, estando as portas fechadas, pôs-se no meio deles e disse: ‘A paz esteja convosco!’ Disse depois a Tomé: ‘Põe teu dedo aqui e vê minhas mãos! Estende tua mão e põe-na no meu lado e não sejas incrédulo, mas crê!’ Respondeu-lhe Tomé: ‘Meu Senhor e meu Deus!’ Jesus lhe disse: ‘Porque viste, creste. Felizes os que não viram e creram!’” (BÍBLIA, 2006: 1893).

*pues estas eran criaturas de Dios, racionales y capaces de la bien abenturança, que no las dejaria sin predicador, y si le hubo fue Topiltzin, el qual aportó á esta tierra, y segun la relacion del se da era cantero que entallaba imagenes en piedra y las labraba curiosamente, lo qual lemos del glorioso Santo Tomas, ser Oficial de aquel arte, y tambien sabemos aver sido predicador de los indios [...] (DURÁN, 1880: 73).*

No momento de trabalho para converter essas gentes à lei evangélica, teria levantado grande perseguição contra Topiltzin e seus discípulos. Durán se certifica que essa guerra contra o suposto apóstolo de Deus se deu porque havia um grande número de pessoas que seguiam a pregação e exemplo do santo varão e seus discípulos. O líder dessa perseguição, segundo dizem<sup>18</sup>, foi Tezcatlipoca, o qual fingindo ser do céu para aquele feito, fingia também fazer milagres, juntando discípulos e gente “maligna” para aborrecer aqueles varões de boa vida e desterrá-los da terra.

Por esse motivo e pela rudeza e dureza de seus corações, Durán diz que Topiltzin mandou juntar o povo de Tula ou toda sua gente e, agradecendo-lhes a hospedagem que o haviam feito, se despediu deles. Perguntaram a causa de sua ida, respondeu que o motivo era a perseguição daquela “malvada” gente.

Ao ir embora, os toltecas prometeram retornar pelo oriente, trazendo consigo um castigo divino, que seria uma profecia da vinda de uma gente estranha com um traje de diferentes cores, vestidos dos pés à cabeça e com coberturas nas cabeças, e que aquele castigo seria enviado por Deus no pagamento do mau tratamento que o haviam feito em tempos remotos. Somente a quarta ou quinta geração seguinte presenciaria a chegada dessa “gente estranha”.

*Tal profecia teria sido cumprida com a chegada dos espanhóis: a conquista era um castigo divino e a história se repetia para a confirmação do único desfecho possível e imaginável para um religioso cristão do século XVI, ou seja, a universalização do cristianismo que precederia o fim dos tempos (SANTOS, 2002: 198).*

Durán teria perguntado para alguns índios sobre a notícia que teve da ida de Topiltzin, uns disseram que o varão começou a caminhar pela água do mar e que nunca mais o viram. Quando Durán perguntou a outro índio sobre Topiltzin, começou a relatar o capítulo 14 do

---

<sup>18</sup> A expressão “segundo dizem” remete-se a Durán, ao dizer que são as pessoas que estão dizendo.

Êxodo<sup>19</sup>, que se refere ao episódio de Moisés no mar, dizendo que o “*papa*” havia chegado ao mar com muita gente que lhe seguia, e que lhe dera um báculo no mar que o secou e abriu caminho, entrou por ali com sua gente, e depois seus perseguidores haviam entrado atrás, nesse momento voltaram-se as águas no seu lugar e mataram os inimigos afogados<sup>20</sup>; e, com isso, nunca mais haviam sabido deles. Esse acontecimento é, para Durán, a prova mais clara de que esses povos são judeus.

Durán explica sua teoria no capítulo 1 de *Historia de las Indias de Nueva España e islas de la tierra firme*, em que ele pretende mostrar o passado de origem desses povos.

*(...) será necesario llegarnos á las sospechas y conjeturas, á la demasiada ocasion que esta gente nos da con su bajísimo modo y manera de tratar, y de su conversacion tan baja, tan propia á la de los judíos, que podriamos ultimadamente afirmar ser naturalmente judíos y gente hebrea, y creo no incurriria en capital error el que lo afirmase, se considerado su modo de vivir, sus cerimonias, sus ritos y supersticiones, sus agüeros y hipocresías, tan emparentadas y propias de las de los judíos, que en ninguna cosa difieren (DURÁN, 1867: 1).*

A prova de sua opinião é, portanto, a Sagrada Escritura. Da forma que chegaram a esta terra estranha e passaram a povoá-la, Durán confirma sua opinião e suspeita que esses naturais são daquelas Dez Tribos de Israel. O cronista religioso faz comparações entre os ritos astecas e os ritos judaicos.

Ao continuar seu objetivo de querer saber mais sobre a origem bíblica desses povos, Durán teria interrogado um velho natural de Cholula, de idade de cem anos, e afirma que o ancião começa a lhe contar da Sagrada Escritura no primeiro capítulo do Gênesis sobre a criação do mundo, e disse: “No princípio criou Deus o Céu e a Terra”.

Os índios que contam isso teriam ouvido de seus antecedentes e antepassados; e estes naturais são da linha daquele povo escolhido por Deus (segundo a opinião de Durán), e viram

---

<sup>19</sup> Nesse relato narrado por Durán, aparecem narrativas tanto do Antigo Testamento quanto do Novo Testamento. No primeiro caso, a referência do dominicano é Jesus, e, no segundo caso, a referência é Moisés.

<sup>20</sup> No acontecimento bíblico, Moisés estendeu a mão sobre o mar e Iahweh, por um forte vento oriental que soprou toda aquela noite, fez o mar se retirar. Este se tornou terra seca, e as águas foram divididas. Os israelitas entraram pelo meio do mar em seco. Os egípcios que os perseguiam entraram atrás deles, todos os cavalos de Faraó, os seus carros e os seus cavaleiros, até o meio do mar. (...) Iahweh disse a Moisés: “Estende a mão sobre o mar, para que as águas se voltem contra os egípcios, sobre os seus carros e sobre os seus cavaleiros”. (...) As águas voltaram e cobriram os carros e cavaleiros de todo o exército de Faraó, que os haviam seguido no mar; e não escapou um só deles (BÍBLIA, 2006: 122).

as notícias e pinturas, de mão em mão, das coisas da Bíblia e mistérios dela. Durán buscava em tudo indícios dessa presença cristã anterior à chegada dos espanhóis e em tudo os encontrava<sup>21</sup>: eram provas de que os povos mesoamericanos tiveram notícia da fé cristã (SANTOS, 2002: 159).

Após analisar esses fatos narrados por Diego Durán, voltemos à questão da evangelização pré-hispânica. Para o dominicano, esta era uma das bases sobre as quais o trabalho missionário deveria ser planejado. Eduardo Natalino diz que a evangelização deveria sustentar-se sobre o tripé formado pela racionalidade indígena<sup>22</sup>, pelos restos de uma evangelização pré-hispânica e pela indução dessa gente ao engano pelo demônio (SANTOS, 2002: 159).

### Considerações finais

Como o objetivo do trabalho pretende analisar como Durán arquitetou a noção de uma possível catequese primitiva nos tempos apostólicos, o cronista identificou Topiltzin com Tomé por afirmar traços lendários do personagem e sua “reputação milagrosa”, fundada sobre razões teológicas.

Para Jacques Lafaye (2002), o reconhecimento dos índios como “criaturas de Deus, racionais e capazes de bem-aventurança”, confrontado com o Evangelho de Marcos e com as *Atas de Thomae*<sup>23</sup>, implicava à conclusão de que as Índias haviam sido evangelizadas por um apóstolo, precisamente por São Tomé. Além de razões teológicas, vestígios materiais teriam permitido a Durán fazer analogias de Topiltzin com Tomé. Essas semelhanças, de acordo com Lafaye, passaram inadvertidas pela necessidade espiritual de encontrar no Novo Mundo os rastros de uma primitiva evangelização apostólica.

Vemos como a identificação de Topiltzin com santo Tomé se localiza dentro de uma tentativa mais vasta para vencer a radical singularidade do Novo Mundo e dos costumes de

---

<sup>21</sup> É a retórica da alteridade “descrição”, pois é o que Durán quer ver para sustentar suas opiniões, dizer o que se viu e nada mais.

<sup>22</sup> Os missionários não podem deixar de considerar os indígenas como seres racionais, pois também são seres humanos, filhos do único e verdadeiro Deus cristão, e por isso devem ser catequizados.

<sup>23</sup> Estas *Atas*, que logo foram reconhecidas como apócrifas, afirma que o apóstolo teria evangelizado as Índias “para além do Ganges”.

seus habitantes. Era preciso vincular os índios com a história do “único mundo possível”, o mundo judaico-cristão, mediante as profecias, crenças e sistema de valores.

## Referências Bibliográficas

### Fonte:

DURÁN, Fray Diego. *Historia de las Indias de Nueva España e Islas de la Tierra firme*. México: Facsímil, 1867, 1880. 2 volumes.

### Bibliografia:

BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRUIT, Héctor H. “Apresentação Geral das Crônicas”. In: KARNAL, Leandro (Org.). *Dossiê: cronistas da América*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

FERNANDES, Luiz Estevam; KALIL, Luis Guilherme. “A historiografia sobre as crônicas americanas: a criação de um gênero documental”. In: FERNANDES, Luiz Estevam et al (Orgs.). *Cronistas do Caribe*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

FREITAS NETO, José Alves de. “O resgate da crônica, questões sobre etnia e a identidade na América hispânica do XIX”. In: KARNAL, Leandro (Org.). *Dossiê: cronistas da América*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: um ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

KARNAL, Leandro. “Os textos de fundação da América: a memória da crônica e a alteridade”. In: KARNAL, Leandro (Org.). *Dossiê: cronistas da América*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

LAFAYE, Jacques. *Quetzalcóatl y Guadalupe: la formación de la conciencia nacional en México*. Pref. de Octavio Paz. México: FCE, 2002.

MONTORO, Gláucia Cristiani. “Diego Durán: um guardião do senhor no paraíso perdido”. In: KARNAL, Leandro (Org.). *Dossiê: cronistas da América*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. “Construir a história dos povos ameríndios com as fontes coloniais de matriz europeia”. In: FERNANDES, Luiz Estevam et al (Orgs.). *Cronistas do Caribe*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

\_\_\_\_\_. *Deuses do México indígena: estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

**AS FRONTEIRAS E A GUERRA:  
O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NA HISTÓRIA DA UNIDADE  
TERRITORIAL NA SEGUNDA METADE DO XIX**

Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva\*

Durante o processo de construção do Estado Nacional Brasileiro, em meados do século XIX, considerava-se vital para fortalecer o poder da monarquia a manutenção da unidade territorial. No entanto, províncias que detinham um poder estratégico importante para assegurar o Império contra ameaças estrangeiras, estavam isoladas da Corte. Para garantir a segurança nacional, o Governo Imperial incumbiu ao Ministério da Marinha a missão de promover medidas para a integração regional.

No presente trabalho, discutiremos sobre a atuação da Armada Imperial, não só em seu papel de defesa militar, mas também, ao adquirir novas funções políticas e sociais, e atuar no povoamento e na integração territorial. Nesse sentido, pretendemos trazer novos subsídios à historiografia nacional, trazendo novos elementos à temática de integração regional e fronteiras que representam também elementos importantes para o conhecimento da História do Brasil, a partir de fontes documentais acerca do Estabelecimento Naval do Itapura.

**A Armada Imperial na Defesa e Integração Territorial**

Constituída a Armada Imperial, em 1822, sua missão principal foi guarnecer o extenso litoral contra as hostilidades da Marinha Portuguesa e combater os movimentos separatistas, defendendo e submetendo as províncias resistentes à autonomia brasileira à soberania do Império. Posteriormente, no período regencial (1835-1840), as forças navais do Império atuaram combatendo as revoltas em diversas áreas como a Cabanagem no Grão Pará, a Farroupilha no Rio Grande do Sul e a Sabinada na Bahia.

Durante o século XIX, a Marinha Brasileira desempenhou um papel fundamental na defesa da independência do Brasil, guarnecendo a autoridade do

---

\* Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do projeto COLUSO no IHGB.

governo central, como também na manutenção da integridade nacional e na defesa externa do Império. O mesmo deu-se durante a Guerra do Paraguai, onde a Marinha Imperial foi fundamental na ofensiva brasileira, e conseqüentemente na vitória da Tríplice Aliança (CAMINHA, 1986: 5).

Desde meados da década de 1850, as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai estavam inflamadas, motivadas pelos embates nas discussões acerca das delimitações das fronteiras. A região entre o Rio Branco e o Rio Apa estava sob disputa do Brasil com o Paraguai. A dificuldade em conseguir um consenso sobre a definição dos limites, visto que “Para o Império, qualquer concessão nesse aspecto [de limites] seria uma ameaça à própria manutenção de Mato Grosso como parte integrante do Brasil” (DORATIOTO, 2002: 36), aumentava a possibilidade de uma guerra entre os países vizinhos.

Em meio a esta disputa encontrava-se a província do Mato Grosso. Sua principal via de comunicação com a Corte era através de águas estrangeiras, fato que ameaçava sua integridade. Visando resolver o problema do acesso à região, coube à Marinha o papel de possibilitar a comunicação entre a região e a capital do Império. Tal ponto fica claro no Programa Naval<sup>1</sup> Saraiva de 1857:

A necessidade, que ultimamente sentimos, de estreitar as relações do centro e litoral do Império com a Província do Mato Grosso, e particularmente o baixo Paraguai, sugeriu ao Governo Imperial a lembrança de criar à margem do rio Tietê, e na sua confluência com o Paraná um pequeno Estabelecimento Naval, que tivesse por fim aproveitar as 80 léguas de navegação livre, de que se dispõe entre a Cachoeira de Sete Quedas, e a de Urubopungá, e facilitar por essa forma a remessa de gente, e de material, que se encaminhasse para a fronteira ocidental do Império. Convém refletir, e muito seriamente, na imensa conveniência, senão absoluta necessidade, que tem o Império de uma via de comunicação fácil, e interior, com o Mato Grosso. (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES)

Iniciado no século XVIII, o processo de ocupação, povoamento e exploração do extremo oeste brasileiro foi possível através das vias fluviais. As monções formadas no Porto Félix em São Paulo desciam o Rio Tietê e o Rio Paraná e navegavam pelas águas dos rios Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Este

---

<sup>1</sup> Documento de planejamento elaborado pela Marinha de Guerra para cumprir seu propósito de manter o Poder Naval nacional em condições de atender as suas finalidades. (CAMINHA, 1986: 127)



percurso garantia acesso às regiões das minas, levando mantimentos e desta forma, assegurando a comunicação com São Paulo (VIANNA, 1972: 205). Segundo Capistrano de Abreu, já no início do século XIX: “(...) estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais”(VIANNA, 1972: 207).

No entanto, desde o início o Rio Paraguai não era utilizado como rota principal visto que parte de seu curso estava sob custódia da Coroa da Espanha e os ataques dos indígenas sobre as monções eram constantes. Portanto, foi uma rota evitada inicialmente pelos luso-brasileiros.

Em 1844, foi enviado a Assunção, José Antônio Pimenta Bueno, encarregado dos negócios brasileiros, para barganhar com o Governo Paraguaio um tratado que permitisse a livre navegação dos rios compartilhados por ambos os países, em troca do reconhecimento de sua independência. Deste modo, seria possível embargar as pretensões de dominar a região do Rio da Prata, almejada pela Confederação Argentina, e também garantir uma comunicação ao Mato Grosso, através do Rio da Prata, seguindo pelo Rio Paraná, Rio Paraguai, acima de Assunção, chegando a Cuiabá (DORATIOTO, 2002: 27-28).

No entanto, devido ao embate diplomático travado entre o governo de Carlos López e o Império para estabelecer as demarcações das fronteiras, o Paraguai passou a criar obstáculos para conceder a livre navegação. Em 1856, já ameaçado com uma guerra por parte do governo brasileiro, os paraguaios assinaram o tratado, permitindo a livre navegação por seis anos, porém permaneceram dificultando a passagem de navios para o Mato Grosso. Apenas em 1858, com a chegada de José Maria da Silva Paranhos a Assunção, o governo paraguaio aceitou o tratado, receoso de uma possível intervenção brasileira (DORATIOTO, 2002: 32-35).

Para viabilizar a proposta de integração do território da província do Mato Grosso, através do reaproveitamento das rotas das monções, José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, convocou o 1º Tenente Antônio Mariano de Azevedo para a missão de cruzar o Rio Tietê, explorando seus recursos e reconhecendo seu território para a instalação de um estabelecimento naval. Concluída a viagem, iniciava uma nova empreitada da Armada Imperial: a construção

do Estabelecimento Naval do Itapura e a Colônia Militar, criados pelo decreto nº 2.200 de d. Pedro II, em 26 de Junho de 1858, que dizia:

Crea a Colonia Militar do Itapúra na Provincia de S. Paulo.  
Hei por bem crear a Colonia Militar do Itapúra sobre Tieté na Provincia de S. Paulo, a qual se regerá pelo Regulamento que com este baixa assignado pelo Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro 26 de Junho de 1858, trigesimosetimo da Independencia e do Imperio. (CAMARA DOS DEPUTADOS)

Sua localização foi demarcada a partir do critério de segurança e logística para a vigilância de embarcações e passagem de tropas. Situada na margem esquerda do rio Tietê, nas maiores cachoeiras, e o salto do Itapura, próximo ao Rio Paraná, fornecia uma navegação tranquila desde Urubupungá até a Cachoeira das Sete Quedas da Guaira. A função desempenhada por Itapura fazia parte da política de defesa da Marinha do Brasil para garantir a unidade nacional, como podemos verificar no relatório de Antônio Mariano em 1865: “(...) criado há 6 anos, por um presidente estadista, justamente para em uma tal emergência oferecer ao Governo meios de comunicar-se e socorrer a isolada e ameaçada Província de Mato Grosso” (DL1202,155).

O processo de instalação do estabelecimento ocorreu através da formação de duas monções. Em 6 de Fevereiro, partiu rumo a Itapura, a primeira monção transportando mantimentos, armamentos, maquinários, colonos e militares para fortificar e povoar. De acordo com as instruções concedidas pelo Conselheiro Saraiva, datadas de 24 de Agosto de 1858, a Antônio de Azevedo, era dever da presidência da província de São Paulo providenciar as necessidades de transporte, material, pessoal e finanças necessárias ao desenvolvimento de Itapura. Em 29 de Abril, partiu a segunda monção, comandada pelo diretor, transportando mais materiais e conduzindo o vapor Tamandaty (DL1132, 45).

A chegada de Antônio Mariano de Azevedo, já nomeado Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, foi marcada por desafios. Em primeiro lugar, uma epidemia de “febre de mão” provocou o óbito de um significativo número de indivíduos. Segundo, a falta de mantimentos perdidos durante a viagem, a falta de uma roça, pouco financiamento do governo e a cobrança de altos preços sobre os alimentos

no comércio com a região de Sant'Anna, ocasionaram alguns problemas referentes à produção de alimentos para subsistência do Estabelecimento Naval.

A Marinha Imperial, para conseguir promover o povoamento e o desenvolvimento da colônia e da organização militar, contou com um elemento vital para o desenvolvimento do Brasil: o africano. Antônio Mariano providenciou cerca de 20 a 30 escravos da fábrica de Ipanema para trabalharem na roça e na construção de estrada.

No entanto, devido à nova epidemia de “febre de mão” foi devastada grande parte da população, comprometendo o processo de povoamento. Além disso, a Lei de Terras impedia a concessão de terras àqueles brasileiros que desejassem virar colonos em Itapura. Nesse sentido, o diretor do estabelecimento recorreu ao governo imperial, solicitando adaptações desta lei ao caso do Itapura. De acordo com Fausto Barros:

O regulamento da Colônia Militar do Itapura previa a colonização das terras circunvizinhas ao estabelecimento. Como estímulo e baseado em lei especial de posse e concessões, o diretor da colônia estava encarregado de encaminhar as solicitações de agricultores que desejassem obter, graciosamente, pequenas glebas para lavoura. Havia que se distinguir a propriedade pleiteada dentro da área federal da colônia, daquela que estivesse em terras devolutas da Província (BARROS, 1957: 299).

Visto que a necessidade de contratar novos colonos era urgente, o diretor passou a incentivar contratos de famílias alemães, belgas e suíças. Mais tarde, em 1862, uma medida importante para garantir a presença de um elemento fundamental no desenvolvimento do Itapura foi promovida por Antônio Mariano de Azevedo: a fundação da Companhia dos Trabalhadores do Itapura, cuja função era:

(...) melhorar a sorte dos africanos livres a serviço do Itapura, regularizando ao mesmo tempo o trabalho (...) como deu algumas garantias, um diminuto vencimento, eles compreendem que o Estado não os tem como escravo (DL 1132, 45).

É importante ressaltar que a direção do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura enfrentou diversos obstáculos para conseguir erguer seu posto militar, ainda assim em condições modestas. Em primeiro lugar, a mata fechada implicava na dificuldade em conseguir comunicação com o governo de São Paulo, comprometendo o envio de animais, mantimentos e armamentos, provocando a dependência das vias fluviais, como também, contribuiu para a escassez de alimentos. A falta de mão de obra

africana, colonos e contingente militar provocada pelas epidemias que assolaram Itapura, assim como pela falta de financiamento do governo para arcar com os contratos, causou lentidão na construção da infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento. Além disso, Itapura sofreu com diversos assassinatos e roubos promovidos pelos seus moradores de má índole. No entanto, apesar de erguida por uma estrutura precária, Itapura conseguiu cumprir as missões ordenadas pelo Ministério da Marinha.

A partir do relatório de 30 de Janeiro de 1865, escrito por Antônio Mariano, Diretor do Estabelecimento Naval e destinado a Francisco Xavier Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, encontramos os principais projetos submetidos pelo Conselheiro Saraiva, após a consolidação do Estabelecimento Naval do Itapura: “(...) a navegação a vapor no Alto Paraná, Ivinheima e Brilhante; e a abertura de uma estrada que ponha esta colônia em comunicação com Avanhandava, isto é, com a capital, e portanto com a corte” (DL1202, 155).

A construção da Estrada de Avanhandava iniciou em 1859. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas contratou o empresário João Gonçalves Peixoto para promover a obra. Sua finalidade era libertar a região da dependência da rota fluvial do Rio Tietê, podendo facilitar a logística no transporte de tropas para a fronteira. A viagem pelo Alto Paraná através do vapor Tamandatahy só começou em 1863 devido a uma série de fatores como a falta de um oficial para assumir seu comando, falta de condições climáticas favoráveis, a demissão de Antônio Mariano, em 1861, por Joaquim José Inácio, então Ministro da Marinha, readmitido apenas em 1863.

Em 1863, após a reforma do vapor Tamandatahy, iniciava a monção do Estabelecimento Naval do Itapura pelo Alto Paraná, sob o comando do 1º Tenente Augusto Neto de Mendonça. Escrita em 2 de Janeiro de 1867 por Raimundo A. Câmara Bento e Oliveira ao Ministro da Marinha, a “História do Estabelecimento Naval de Itapura 1864-1866”, nos informa que o vapor iniciou sua viagem no dia 6 de Fevereiro, subindo o Alto Paraná e chegando ao porto de Santa Rosalinda, no Brilhante, após 32 dias de viagem (DL1213,21). Esta viagem representou uma vitória importante para a estratégia de defesa territorial criada pela Marinha de Guerra, pois foi cumprida a

missão de estabelecer uma rota fluvial comunicando o Mato Grosso com Itapura, como verificamos no discurso de Azevedo, Capitão Tenente:

Excessivo e geral foi o contentamento, na ocasião em que o vapor Tamandaty, impávido, deixou cair a sua âncora no porto de Santa Rosalinda, sendo saudado com entusiásticos vivas. Bem justas e fundadas razões tinha por certo de assim se mostrar contentes; não só pela certeza de que, depois de 32 dias de afanosos trabalhos e privações, iam finalmente gozar do necessário descanso e reparar suas forças, como também pelo orgulho, bem entendido, de verem chegar ao lugar destinado o primeiro navio movido a vapor, que, a despeito de sua impropriedade, por não ter as condições precisas para uma tal navegação, venceu contudo todas as dificuldades em sua viagem, sulcando as águas do Alto Paraná, Ivinheima, e Brilhante com feliz êxito; cumprindo assim os desejos do Governo Imperial, e de todos os brasileiros, que, amantes do seu país, se interessam pela prosperidade da remota província do Mato Grosso. Assim ficarão os incrédulos certos de que é exequível a navegação a vapor pelo Alto Paraná até o porto de Santa Rosalinda, e até mesmo fácil, empregando-se navios a vapor (DL1213, 21).

O principal triunfo desta expedição estava na formação de possibilidades de construção de novas estratégias para a defesa do território nacional, como informa o Capitão Tenente Azevedo:

1ª, a possibilidade de comunicar a Corte com a fronteira do Império na serra de Maracajú, sem transitar por território estrangeiro. 2ª, A certeza de ter a comunicação, iniciada pelo Tamandaty mais rápida, e ao mesmo tempo a mais segura e a mais estratégica das que, pelo interior do país, se projetem para a dita fronteira, por que: 1ª, A província do Paraná não tem os recursos da de São Paulo, 2ª De Antonina à Colônia do Jatahy, porto de embarque para o Paranapanema, há 85 léguas, as 45 ultimas das quais são de sertão bruto, e de terrenos imprestáveis para rodagem, ao passo que de Santos à Piracicaba, porto de embarque para o Tietê, há 33 léguas de boas e frequentadíssimas estradas. 3ª A comunicação iniciada pelo *Tamandaty* entre a fronteira de Maracajú e o Itapura significa um dos pensamentos de política interna mais presidentes e patrióticos que a posteridade reconhecerá nos governos do atual reinado. O porquê, que a relação tem isso com a integridade do Império são causas que o Governo Imperial e notáveis estadistas perfeitamente apreciam, apesar de que tenha escapado à reflexão de muitos brasileiros ilustrados (DL1213, 21).

### **Invasão Paraguuaia**

Em dezembro de 1864, iniciava a agressão paraguuaia na província do Mato Grosso, composta por forças fluviais e terrestres na tentativa de conseguir aumentar seu território, anexando as terras cobiçadas pelos paraguaios, caso obtivesse vitória sobre o Império. A falta de uma defesa eficaz na fronteira brasileira implicou no avanço das forças paraguaias sobre território nacional. Em 1865, Antônio Mariano de Azevedo

escreve um ofício ao Ministério da Marinha informando sobre o plano paraguaio de chegar a Cuiabá:

Excelentíssimo Senhor, o plano dos paraguaios me parece agora claro. Premeditaram tomar Cuiabá. Para isso dispuseram de 2 corpos de exército. Quanto, que partiu de Assumpção, por agora, depois de tomar Coimbra, Corumbá, e Dourados, devia ocupar Villa Maria, e ali permanecer até ter notícias do 2º, que partindo do Apa, e tomando Nioac e Miranda, devia chegar ao Coxim. Uma canoa mandada pelo Taquary e Paraguai levaria essas notícias a Villa Maria. Feitas as convenientes combinações, movem-se simultaneamente os dois exércitos em direção a Cuiabá, e num belo dia vê-se essa capital assaltada por duas grandes forças, uma vinda de Villa Maria e Poconé, e outra de Coxim. É bem natural que não possa resistir (DL 1202, 152).

No caso particular do Itapura, em meio à emergência pelo qual foi criado, o estabelecimento naval não apresentava uma estrutura necessária para se defender. O relatório de Antônio Mariano de Azevedo, datado de 30 de Janeiro de 1865 a Francisco Xavier Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, informava sobre: a falta de armamentos, o contingente de apenas de 14 soldados navais, 4 soldados do exército, e 12 imperiais marinheiros, e a falta de foguista e militares, fato que comprometeu a atuação do vapor Tamandahy. Foi solicitado ao Ministério da Marinha o envio de armamento e contingente. A resposta do Conselheiro Saraiva foi positiva, ordenando ao governo da província de São Paulo o remanejamento de tropas das Guardas Nacionais e armamentos para Itapura. Entretanto, tais subsídios nunca chegaram à região (DL 1202,155).

Impossibilitado de auxiliar militarmente a ofensiva brasileira contra as forças paraguaias, o diretor de Itapura sugeriu o uso do estabelecimento na logística de mobilização de tropas para a fronteira de Maracajú, através da Estrada de Avandava até Azevedo o que permitiria a passagem de tropas de São Paulo até Itapura, como também disponibilizou uma esquadrilha composta pelo vapor e seis lanchas, podendo transportar cerca de 400 homens para Santa Rosalinda (DL 1202,155).

Embora a finalidade de sua criação fosse auxiliar na integração territorial, de modo a defender as fronteiras imperiais contra uma possível ofensiva estrangeira, Itapura não fez parte da estratégia criada pelo Ministério da Marinha na guerra contra o Paraguai. As autoridades do governo planejaram utilizar outro trajeto para o transporte de tropas para o Mato Grosso, evitando a rota fluvial rio Tietê-Paraná. O contingente

iria por via terrestre, partindo de Santos, passando por Franca e Uberaba, com destino ao Rio Apa e Laguna. Durante o maior conflito armado envolvendo o Império do Brasil no qual o mesmo teve ameaçada sua integridade nacional, o único serviço prestado pelo Estabelecimento Naval do Itapura foi a passagem do correio de Cuiabá para São Paulo, sendo descartado todo o esforço de seu contingente civil e militar em sua criação e na missão de promover a integração regional.

### **Conclusão**

Como podemos ver, a Marinha Imperial foi, durante parte considerável do século XIX, a ferramenta fundamental do processo de promoção da integração nacional, principalmente nos territórios fronteiriços. Sua missão era promover a integração do Império Brasileiro valorizando e resguardando suas dimensões continentais. Para isso, deveria ligar o centro do país (localizado na Corte do Rio de Janeiro) às demais áreas, particularmente àquelas tais quais a província do Mato Grosso, por ser alvo de disputa com os países vizinhos, no caso o Paraguai. A Marinha Imperial desenvolveu suas funções através da reativação de rotas traçadas pelas monções, desde o período colonial.

No caso específico da região do Mato Grosso, o intuito era utilizar o Rio Tietê para promover a navegação pelo Alto Paraná, e assim integrar a capital Cuiabá à região mais fronteiriça da província, evitando a necessidade de contato direto com os vizinhos platinos e possíveis conflitos decorrentes. Para isso, foram criados o Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. Sua estrutura foi erguida a muito custo, sob suor de africanos, imigrantes brasileiros e estrangeiros e de um contingente militar que, juntos, enfrentaram epidemias, fome, falta de investimento, secas e uma miserável infraestrutura, cumprindo a função que lhe havia sido designada. No entanto, mais do que cumprir a função militar de integrar a região, a Marinha Imperial desempenhou um papel muito mais amplo, “colonizando” aquela região e permitindo ao governo Imperial o desenvolvimento de novas estratégias para a defesa de suas fronteiras.

Nesse sentido, acreditamos que Itapura reflete uma postura da Armada Imperial, não só em estabelecer uma estratégia de defesa para o Império, mas também de assumir funções sociais e políticas através da promoção do povoamento, da contratação de

africanos e colonos e solicitando modificação na legislação para garantir seu desenvolvimento. Através de Itapura, a Marinha Imperial foi responsável por coordenar a construção de vias terrestres e coordenou toda a organização social da região. Impondo àquela instituição, de caráter militar, mais do que suas funções primárias.

Mesmo tendo sido erguidos com tantas dificuldades, como pudemos demonstrar, os estabelecimentos de Itapura acabaram não sendo utilizados naquele que viria a ser o maior conflito brasileiro do século XIX: a Guerra do Paraguai, conflito para o qual, a princípio, haviam sido criados. Desta forma, acreditamos que o “desuso” daquele investimento tão custoso (talvez não em valor monetário, mas sim em vidas e suor) sugere uma contradição na política do Governo Imperial quanto às suas fronteiras, deixando claro, a nosso ver, que essa política nunca esteve muito bem definida apesar de ser considerada vital. Ou seja, nessa lógica, a unidade territorial – a tão almejada vastidão continental do Brasil – pode ser vista como um mito (misto de elefante branco com ideal inatingível), uma vez que ela existia, mas que, pela falta de integração, não atendia às necessidades da nação.

Não tivemos a intenção de esgotar com essa breve análise as possibilidades de pensar a Marinha Imperial ao longo do século XIX. Nossa intenção foi apresentar, a partir do exemplo de Itapura, o papel desempenhado pela Marinha no povoamento, guarnecimento e promoção da comunicação entre as regiões que detinham uma importância geopolítica nas decisões do Império, em especial às vésperas da Guerra do Paraguai, nos apontando que sua função era muito maior do que a atuação militar.

#### **Fontes:**

Aditamento de Antônio Mariano de Azevedo, Capitão Tenente, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, s.d. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL1202,152.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Francisco Xavier Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, 30 de Janeiro de 1865. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL1202,149.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 30 de Janeiro de 1865. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL1202,155.



Ofício de Antônio Mariano de Azevedo, Diretor do Estabelecimento Naval do Itapura, a Francisco Xavier de Pinto Lima, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, 10 de Maio de 1865. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL1202,156.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo, 1 de Maio de 1867. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL1213,121.

História do Estabelecimento Naval do Itapura desde a Exploração até 1863, por dr. P. J. de Vasconcelos, 23 de Fevereiro de 1864. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL1132, 45.

História do Estabelecimento Naval do Itapura de 1864 até 1866, de Raymundo A. da Câmara Bento Oliveira, a Afonso Celso de Assis Figueiredo, Ministro e Secretário do Estado de Negócios da Marinha, 2 de Janeiro de 1867. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL1213,21.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Relatório do Ministério da Marinha de 1857, p. 6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2091/000008.html>>. Acesso: 30/05/2012.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Decreto Imperial nº 2.200. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2200-26-junho-1858-557143-publicacaooriginal-77458-pe.html>>. Acesso: 28/06/2012.

## Bibliografia

BARROS, Fausto R. de. Itapura. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1957, n. LIV, p. 281-312.

CAMINHA, Herick M. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília: Ministério da Marinha, 1986.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Poder Naval e a política externa do Império no Rio da Prata (1822-1852). In: *Navigator*, Rio de Janeiro, RJ, 2010, n.12, p. 9-20.

FERREIRA, Gabriela N. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2004, v.2.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n.1, 1988, p.05-27.

IHGB- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Site institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/ihgb23.php>. Acesso em: 01/05/2012.

HOLLANDA, Sérgio B. Do Império à República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1972, tomo II, v. 5, capítulo II.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila. (org). *O Brasil Imperial 1831-1870*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, v. 2. p. 386-424

MINISTÉRIO DA MARINHA. Serviço de Documentação da Marinha. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1975, v.3, t. I.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdeci Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

SCHWARCZ, Lilia M. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2012, v.2.

SILVA, Edil P. da. O Cotidiano dos Viajantes nos Caminhos Fluviais de Mato Grosso. In: *Navigator*, Rio de Janeiro, RJ, 2005, n.4, p. 24-40.

SOARES, José Carlos Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1939.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1972.

---

## **O HOMOEROTISMO NA ANTIGUIDADE ROMANA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Benedito Inacio Junior Ribeiro\*

“É preciso mudar a representação do passado para ser capaz de mudar o mundo. O passado não está lá e o “mundo social” aqui, separados.

(...) Não se faz mudança no presente sem um (re)discurso sobre o passado.”

(José Carlos Reis)

### **A constituição do problema**

Pensar qualquer tema referente à sexualidade (homoerotismo, homossexualidade, relações de gênero, etc.) é tema bastante recente não só nos estudos históricos como nas demais ciências humanas. É a partir da década de 1970, no bojo dos questionamentos socioculturais, em meio a movimentos sociais e às lutas pela descolonização, que o movimento feminista ganha força e poder de questionar não só a visível posição subalterna das mulheres, mas problematizar a própria ideia de feminino e masculino (CAVICCHIOLI, 2008; FUNARI; FEITOSA; SILVA, 2003; FEITOSA, 2008; FEITOSA, 2008a). Logo, os estudos subsequentes, inclusive o que aqui se apresenta, são devedores da luta feminista bem como do ferramental que as teorias de gênero viriam a emprestar à psicologia, à história, à antropologia e à sociologia.

Deste modo, o campo de conhecimento tradicionalmente denominado Antiguidade não passou ileso a esta renovação. Tal área, com longa tradição de exclusão da diversidade de vivências, se abre para o questionamento das identidades sexuais e para a desnaturalização das noções de homem e mulher, contribuindo assim para enriquecer as questões pertinentes ao método histórico (FUNARI; FEITOSA; SILVA, 2003). Como nos aponta Feitosa:

A análise da sexualidade integra a historicidade do corpo, do que pode ser definido por erógeno, das prescrições estabelecidas à prática sexual e de suas emoções, evidenciando variados sentidos de acordo com os valores socialmente construídos em grupos, tempos e espaços históricos estabelecidos. (2008a: 82).

---

\* Graduando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, FLC-Assis). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Logo, da mesma forma que é importante pensar a sexualidade atualmente, se mostra necessário refletir como as sociedades do passado construíram suas relações de gênero, como se perceberam como sujeitos e como corpos eróticos e de que maneira isso afetava suas vivências ou que imbricação isso tinha com o mundo social. A sexualidade, portanto, constitui-se como problema para a História, abrindo a possibilidade de diversificar os papéis e as noções atribuídas às mulheres e aos homens em diferentes tempos e culturas. As relações homoeróticas devem entrar nesta pauta já que muitas vezes torna-se motivo de tensão social ou, no mínimo, como veremos adiante, objetos de atenção.

A partir de tais considerações, este texto se propõe a construir um pequeno histórico da produção historiográfica acerca do homoerotismo na antiguidade romana. Deixa-se claro que aqui se excluirá (novamente!) as relações de erotismo entre as mulheres romanas, dando-se atenção aos homens. Tal exclusão se dá pelo fato que a pesquisa que inspirou este texto tem como objeto as relações homoeróticas entre homens<sup>1</sup>. É digno de nota que ainda se encontra escassa bibliografia sobre o homoerotismo feminino.

### **O homoerotismo em Roma: debates historiográficos**

Antes de qualquer coisa, é importante salientar o porquê da escolha do termo homoerotismo e não outro qualquer, como homossexualidade por exemplo. Isto se deve ao fato de que a noção homossexualidade implica pensar em uma identidade social que possui uma construção histórica bastante recente: o século XIX (COSTA, 1992). Para Costa, o termo homossexualidade exige compreender categorias sociais, culturais, psicológicas, linguísticas e até mesmo – hoje não mais – patológicas muito específicas (1992: 25), sendo inútil ou – numa expressão mais familiar aos historiadores – anacrônico para pensar sociedades anteriores ao oitocentos. Homoerotismo pode ser usado, não também sem ressalvas, como conceito mais flexível, com potencial para apreender a capacidade do ser humano se atrair e se relacionar tanto sexual quanto

---

<sup>1</sup> Pesquisa em nível de iniciação científica sob o título de *Representações do homoerotismo em Roma: uma análise do Satyricon de Petronio (século I d. C.)*, orientada pela Dra. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi. O presente texto é resultado da leitura da bibliografia pertinente ao tema pesquisado.

afetivamente por uma pessoa do mesmo sexo, não implicando um papel social específico (homossexual, heterossexual, bissexual, transexual, etc.).

Faz-se mister também apontar que ainda não foi encontrada pesquisa que se dedique exclusivamente ao estudo do homoerotismo. Encontra-se, como será exposto abaixo, quando muito capítulos de livros que trazem títulos e conteúdos estruturado sob a égide dos conceitos de homossexualidade ou homossexualismo; ou ainda é possível encontrar algo em obras “avulsas”, que tratam de outros temas e dedicam alguns parágrafos ou partes ao tema, obrigando-se a fazer algumas seleções.

De acordo com Feitosa, as primeiras interpretações sobre a sexualidade romana, comuns às décadas de 1970 e 1980, se pautariam numa visão weberiana da sociedade romana na qual seria aceito um modelo homogêneo de cultura e a utilização das categorias “homem” e “mulher” como universais ou a-históricas (2008a: 86). Destacam-se os nomes de Juan Galán, P. Quignard e Jean-Noël Robert. Estes se inserem numa vertente historiográfica tradicional que dividiu a história de Roma em três grandes momentos: 1) a Roma arcaica, aldeã e pobre, que se caracterizaria pela austeridade, apego à moral e às virtudes; 2) a Roma expansionista: conquistadora e rica, caminhando para perder-se em perversões e 3) a Roma imperial marcada pelo luxo, pelo vício e pela devassidão de costumes (FEITOSA, 2008a: 85-86).

No que tange ao homoerotismo, Robert e sua obra *Os prazeres em Roma* nos fornece um bom exemplo desta linha de interpretação. Tratando do tema como “homossexualismo” – o que já é índice de um teor preconceituoso, ou melhor: evidencia uma época em que ainda carregava-se a ideia de homossexualidade como patologia, denunciada pelo sufixo “ismo” – o autor se atém a farta documentação para construir sua argumentação. Trabalha com a noção de “pureza de sangue” na qual não era permitido ao cidadão romano, portador deste sangue puro/nobre, relacionar-se sexualmente com outro cidadão, ficando livre para relacionar-se com escravos, estrangeiros e não-cidadãos desde que não fosse penetrado por estes, ato que macularia seu *status* jurídico (ROBERT, 1995: 223).

Temos aí uma análise específica, muito devedora das ideias de Sêneca, que ganha força na historiografia – como veremos adiante muito mais explícita e com mais persistência no francês Paul Veyne - e até hoje reverbera em alguns estudos. Esta

análise se caracteriza por pensar a sociedade romana não em termos de hetero ou homossexualidade ou naquilo que seria natural *versus* o que seria antinatural, mas de atividade e passividade (ROBERT, 1995: 221). A relação homoerótica não seria em si condenada, mas sim a forma pela qual ela se dá e a posição que o cidadão romano nela ocupa: passivo ou ativo, sendo a primeira totalmente condenável e a segunda seu papel quase que natural ou, no mínimo, social/jurídico (ROBERT, 1995). A obra é atravessada por expressões preconceituosas e, por que não dizer, homofóbicas em relação ao tema, como por exemplo, “palavras obscenas” (ROBERT, 1995: 214), “devassidão” (Idem: 220, 223, 225), “obscenidades insolentes” (Idem: 225) e “asilo da devassidão” (Idem: 226).

Paul Veyne, escrevendo quase na mesma época, já consegue se esquivar do uso de alguns termos e expressões, flexibilizando algumas visões de Robert, repudiando principalmente os ideais de devassidão por ele empregados. Porém, dialoga com sua ideia central. Sua produção historiográfica vai pensar a sociedade romana em termos também de atividade e passividade, mas articulando o homoerotismo com as noções de virilidade e cidadania e não mais com a ideia de pureza. Assim não importava o sexo o parceiro, desde que ele fosse passivo e o homem livre assegurasse sua virilidade, insígnia de seu poder social e político, por meio da atividade na relação sexual (VEYNE, 1990; 2008).

Deste modo, para Veyne um ato antinatural não teria relação alguma com o corpo e o sexo, mas com a transgressão de uma regra social (2008: 230). Isso confirmaria a necessidade do cidadão não ser dominado por outro homem - e isso valia também na relação com as mulheres – durante o ato sexual. O que há, talvez, de mais inovador em Veyne é a sua divisão da sociedade romana em duas morais diferentes: uma, mais austera, serviria aos cidadãos e às suas famílias e outra que daria permissividade costumes quase total ao restante da população (VEYNE, 1990). Assim se justificaria a atenção que o cidadão deveria prestar a sua sexualidade. Esta separação tem-se mostrado extremamente rígida para compreender a história de Roma, já que torna a questão dicotômica: um imperativo moral que circularia especificamente por um grupo e não por outro é excluir a possibilidade de diálogo entre tais grupos e pensar pessoas como seres fechados e passivos a um determinado código.

Já não se vale mais do conceito de “homossexualismo”, substituindo-o por “homossexualidade”. E para apreendê-la no mundo romano, Veyne se apropria da definição do pensador Sêneca, expressa a seguir:

“A impudícia (quer dizer, o papel passivo no ato homossexual masculino) é uma infâmia para um homem livre”, escreve Sêneca, o Velho; “para um escravo é seu dever mais absoluto diante do seu dono; para o alforriado, torna-se um dever moral de complacência.” (VEYNE, 2008: 236).

Quem entrará em íntimo diálogo com as proposições de Veyne é Michel Foucault. Porém, este segundo já representa um grande salto epistemológico para pensar a sexualidade, pois interpretará esta como um discurso que foi produzido pela modernidade e que atinge seu auge no século XIX. Ao tentar entender como nos tornamos sujeitos sexuados e como o sexo tornou-se objeto de preocupação moral no ocidente, Foucault observa que a sexualidade é apreendida na modernidade por uma série de saberes, sendo enunciada em vários discursos: a medicina, a psicanálise, o direito, etc. (1988).

O que aqui nos interessa é o terceiro volume de sua obra *História da sexualidade*, na qual se debruça sobre textos greco-latinos dos dois primeiros séculos de nossa era (FOUCAULT, 1985). Assim, não mais se vale de termos como “homossexualismo” ou “homossexualidade”, mas trabalha com a expressão “amor pelos rapazes”, correspondente as relações eróticas estabelecidas entre homens. (FOUCAULT, 1985: 191). Da mesma forma que Veyne vê tais relações em confronto à prática pederástica grega, diz Foucault: “Em Roma o efebo de origem livre era substituído pelo escravo.” (1985: 190).

Percebe-se aí que o que entra em jogo nesta interpretação, mesmo que agora em segundo plano, é novamente a relação atividade-passividade. Mas Foucault está preocupado em como os séculos I e II criaram para o sujeito um cuidado de si, onde as pessoas desenvolveriam sobre si próprias focos de atenção, resultando no que chamou de uma estética de conduta consigo mesmo, ou cultura de si (1985: 192). Nesta complexa formulação, o autor entende que não haverá neste momento uma proibição, mas deixa de existir uma preocupação filosófica com o amor pelos rapazes, sendo esta voltada agora para o casamento e a relação conjugal (FOUCAULT, 1985: 228).

Com isso, compreende-se que a preocupação não era, com o amor que se nutria pelo mesmo sexo, mas que se desenvolve para o cidadão romano – uma vez que a

documentação usada por Foucault é bastante elitista e escrita por e para homens aristocráticos – um controle sobre si e sobre os outros (tanto no aspecto matrimonial e amoroso quanto político) e que estaria relacionado também a sua posição de controle sexual (FEITOSA, 2008a: 87). A imbricação dos papéis sociais com a conduta sexual daria ao cidadão, mais uma vez, a necessidade de atividade nas relações, sejam elas homoeróticas ou não. Haveria um certo isomorfismo entre a relação sexual a estrutura social romana. Neste sentido, trata-se mais de uma questão de *status* e legitimidade, podendo o homem livre servir-se de seus serviços e obter dele prazeres, sem nunca assumir a passividade (FOUCAULT, 1985: 28).

Portanto, Foucault, assim como Veyne e Robert, entende a questão não está no que diz respeito à relação sexual ou quem ela se dá, mas de que posição o cidadão romano ocupa em tal relação. Porém, ele engendra isso numa reflexão médico-filosófica bem mais complexa, repudiando, mesmo que implicitamente o binarismo moral e também a ideia de devassidão.

O debate que se levanta entre estes três autores é bem marcado pelas discussões de finais da década de 70 até início da década de 90 do século XX. A partir daqui, este texto se voltará para as produções de meados da década de 90 até o debate atual, enfocando o debate em âmbito nacional.

Na historiografia brasileira podemos citar Silva que, ao fazer o estudo de um episódio do romance *Satyricon*, de Petrônio, se apropria das concepções de Veyne e Foucault, dialogando até mesmo com a obra de Robert para confirmar esta relação de passividade-atividade-cidadania envolvendo as relações homoeróticas (SILVA, 2001). Mais uma vez não é oposta a relação homem/mulher, mas Silva acredita que a fonte – o *Satyricon* – “condenaria” o descontrole dos impulsos, tratando-se das relações tanto hetero quanto homossexual (SILVA, 2001: 122-123).

O trecho analisado é o seguinte: Eumolpo, poeta maduro, é contratado por uma família para ser preceptor de seu filho, um garoto que provavelmente estaria entre os doze e os dezesseis anos de idade. Assim, Eumolpo faz questão de sempre deixar claro à família sua aversão àqueles que nutriam amor pelos rapazes. Porém, ao se dar conta da beleza do menino, faz de tudo para aproximar-se dele a fim de obter prazeres do mesmo. Oferecendo-lhe presentes, o poeta conquista o adolescente e tem com ele a



união carnal. Quando o menino passa a procurar por Eumolpo em busca de satisfazer seu descontrole juvenil, o preceptor atende aos seus desejos até que, com a insistência do garoto, o poeta se recusa a saciá-lo, afirmando que ao contrário contaria aos seus pais.

Silva vê neste episódio que o que está em jogo aqui é mais uma vez as noções de passividade e atividade da relação e a temperança no ato sexual: cabem primeiramente ao homem livre e mais velho a conquista e o papel ativo no momento da sedução. Mas quando ele é investido pelo jovem, Eumolpo se atenta aos ideais de temperança e faz frente ao descontrole comum aos jovens (2001: 129-130). A relação entre a posição social e a posição nas relações homoeróticas – mais ou menos implícita em Veyne e explícita em Foucault – torna-se útil para análise empreendida por Silva, já que o poeta assegura para si a posição de atividade/temperança exigida pelo ideal de virilidade da época.

Ainda em âmbito nacional é possível inferir algumas alternativas as estas análises acima expostas. Da mesma forma, estas alternativas dialogarão e até mesmo entrarão em combate com estas proposições, mas sua primeira intenção seria pensar outras possibilidades de análise de um aspecto tão complexo como a sexualidade romana.

Lourdes Conde Feitosa atuará no campo historiográfico para diversificar as visões construídas sobre a sexualidade romana, valendo-se das teorias de gênero, das fontes literárias e arqueológicas para questionar os preceitos de austeridade e virilidade masculinas, bem como oposição dicotômica dos conceitos de atividade e passividade para o homem romano (1994; 2005; 2008; 2008a).

Ao estudar obras literárias de Ovídio e Petrônio, ambas datadas do primeiro século, relativiza os papéis sociais atribuídos ao homem romano, confrontando as visões de Veyne e Foucault que atribuem ao homem os aspectos de virilidade e a posição de comando, afirmando que no campo amoroso isso se daria de forma mais complexa e, por vezes, contraditória (FEITOSA, 1994: 97) Uma vez que estes autores se apoiam em uma documentação bastante elitista que privilegia os ideais da aristocracia, deixam escapar o que a literatura pode representar: não nega que entre a elite buscava-se um ideal de masculinidade e não-passividade, mas Petrônio narra apreciação do pênis

grande por parte de homens respeitáveis, que poderia haver práticas de homoerotismo passivo em seu meio (FEITOSA, 1994: 82). Além disso, é possível entrever na narrativa petroniana várias situações em que homens se veem em posições que desqualificam sua masculinidade, podendo-se pensar que isto poderia ser uma questão não tão rígida como nas visões de Robert, Veyne, Foucault e Silva.

Já quando a autora toma por fontes inscrições parietais da cidade de Pompeia, ela percebe que tais modelos de atividade e virilidade são bastante contraditórios e, no máximo, podem buscar um ideal para cidadãos, o que não abrangeria as demais camadas da sociedade. Sobre isso, diz ela:

Da análise das inscrições amorosas, pude inferir que o conceito de masculinidade tida como insígnia da autoridade e poder, cede espaço para um perfil de masculino que se constrói em conformidade com o feminino: uma concórdia estabelecida entre aqueles que compartilhavam trabalhos, sortes, infortúnios e explorações. Realidade muito distante daquela aristocrática e de seus valores e julgamentos, que não devem ser pacificamente aceitos e transpostos como legítimos aos demais grupos sociais. (FEITOSA, 2005: 130).

Por fim, Feitosa observa que tomar diretamente as rígidas visões de pensadores romanos, assim como Sêneca, dá espaço para equívocos e análises superficiais pois, por exemplo, Júlio César, um dos símbolos de militarismo e virilidade de Roma, é representado na biografia de Suetônio como aquele que “era mulher de todo homem e homem de toda mulher” e nem por isso deixou de merecer honras (2008: 132).

Em sua tese de doutoramento, Renato Pinto também dinamiza estes ideais pensados para as relações homoeróticas (2011). Tomando emprestado os olhares da recente teoria *queer* e apoiado nas análises de Craig Arthur Williams<sup>2</sup>, Pinto busca desvelar estas normas que recaíam sobre a sexualidade romana e expô-las como discurso construído e não como um dado natural e imutável (2011: 54).

Desta maneira, Pinto nos alerta sobre a patologização que o século XIX construiu sobre a homossexualidade, bem como as suas noções de perversão, fazendo com que se buscasse na antiguidade romana discursos que provassem que a falta de virilidade de seus homens teria causado a ruína do império romano (2011: 172). Para tal

---

<sup>2</sup> Expostas em sua obra *Roman Homosexuality: Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity*, publicada em 1999.

compreensão, o autor se apoia na historiografia brasileira para pensar outras possibilidades de interpretação:

Existe sempre um risco de tomarmos o papel do penetrado como essencialmente submisso, cristalizado em sua inferioridade e sempre vítima de sua condição de passivo, inoperante na relação sexual (Feitosa 2005: 15). Pedro Paulo Funari desafia a opinião comum de que a matriz do poder fálico sempre funcionou como vetor unilateral para a agressividade contra o passivo, suposta vítima da dominação patriarcal (Funari 2003: 323). (PINTO, 2011: 183).

Além disso, Pinto utiliza como fonte material pesquisa a polêmica Warren Cup. Esta seria uma taça datada de inícios do século I d. C. e que traz representado duas cenas de penetração: uma, claramente a penetração de um escravo por seu senhor e a outra – que tem gerado debates para a historiografia – mostra possivelmente um cidadão sendo penetrado por outro. Para muitos, a taça teria representação duvidosa, mas para outros, inclusive para Pinto, ela serviria para contrapor à ideia de cidadão romano tão avesso a passividade, abrindo novas perspectivas para pensar o mundo romano (2011: 186).

Com estas apreciações feitas por Renato Pinto e Lourdes Conde Feitosa torna-se clara a revisão de um campo de estudos, podendo ser profícuo o caminho que tais pesquisadores vêm trilhando para que possamos ter outras interpretações acerca do tema.

### **Considerações finais**

Como inicialmente colocado, este texto buscou refletir sobre as leituras e releituras que a historiografia dedicou ao homoerotismo romano do período antigo. Não se buscou aqui construir um novo perfil de análise recusando as que já foram feitas e, muito menos, “julgar” as interpretações já feitas, mas dialogar com estas para justamente poder diversificar as visões e os perfis de masculino já pensados para os homens romanos.

Assim, foi possível perceber que pensar a sexualidade e o homoerotismo na sociedade romana é, antes de construir uma opinião sobre o tema, entrar em contato com um caloroso debate. Não há, como fica claro com as proposições acima apresentadas, uma única forma de conceber ou interpretar as relações homoeróticas e que variados tempos formulam diversificadas compreensões para o tema. Portanto, fica

evidente que escrever a história - não só do homoerotismo na antiguidade romana, mas de qualquer tema ou período – está muito mais conectado ao presente que propicia tal escrita do que sobre o passado ao qual ela se refere: nela estarão impregnados os indícios das lutas, desejos, afinidades de cada tempo.

Assim, o que perpassa todas as análises – às vezes afirmando, outras ampliando as proposições já feitas – é o tema da virilidade-atividade-masculinidade ligado com as posições sociais ocupadas pelos na sociedade romana. Com esta recente produção de olhares historiográficos mais flexíveis, fazer esta ligação de forma direta torna-se perigoso, reduzindo as relações homoeróticas a uma concepção homogênea e, portanto, improdutiva para compreendê-las em sua variedade e complexidade.

Por fim, entende-se que questionar-se sobre o homoerotismo na sociedade romana torna-se útil para podermos pensar novas possibilidades de vivências para o nosso próprio presente. Flexibilizar, diversificar e tornar fluidas as relações entre os homens romanos da antiguidade é abrir ao ser humano novos caminhos para pensar as sexualidades, os corpos e os códigos sociais, saberes e práticas que os cercam.

## Referências

CAVICCHIOLI, Marina Regis. “Sexualidade, política e identidade: as escavações de Pompeia e a coleção erótica.” In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da; MARTINS, Adilton Luís (org.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume – FAPESP. 2008. p. 47-63.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: ensaios sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 195 p.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Homens e mulheres romanos: o corpo, o amor e a moral segundo a literatura amorosa do primeiro século (Ovídio e Petrônio)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Assis, 1994. 97 f.

\_\_\_\_\_. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompeia*. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2005. 168 p.

\_\_\_\_\_. “Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias.” In: *História: questões e debates*. Ano 25, nº 48/49. Curitiba – PR: Editora da UFPR, 2008. p. 119-135.

\_\_\_\_\_. “Paixão e desejo na sociedade romana: interpretações historiográficas.” In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da; MARTINS, Adilton Luís (org.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume – FAPESP. 2008. p. 79-92.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7 ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1988. 149 p.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 246 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José da. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_. *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gênero e representação do feminino*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 19-25.

PINTO, Renato. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp: Campinas – SP, 2011. 254 f.

ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 313 p.

SILVA, Glaydson José da. *Aspectos de Cultura e gênero na Arte de Amar, de Ovídio, e no Satyricon, de Petrônio: representações e relações*. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas: São Paulo, 2001.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

VEYNE, Paul. *A sociedade romana*. Lisboa: Edições 70, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sexo e poder em Roma*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 253 p.

---

## O RIO DE JANEIRO NAS CRÔNICAS DE JOÃO DO RIO: A PRODUÇÃO LITERÁRIA COMO MEIO DE ACESSO AO INÍCIO DO SÉCULO XX DA CAPITAL REPUBLICANA

Jahi Cezar da Silva\*

### Literatura e produção Historiográfica

As potencialidades do homem só fluem sobre a realidade através das fissuras abertas pelas palavras. Falar, nomear, conhecer, transmitir, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma regularidade subjacente a toda ordem social: o discurso. A palavra organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam. Daí porque o discurso se articula em função de regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas. Maior pois, do que a afinidade que se supõe existir entre as palavras e o real, talvez seja a homologia que elas guardam com o ser social (SEVCENKO, 1989: 19-20).

Como nos aponta Nicolau Sevcenko na epígrafe acima, a palavra organizada em discurso está vinculada ao conjunto de influências, de formas de pensar e agir presentes na sociedade em que foi produzida. Indicando-nos que a escrita de qualquer autor, seja com pretensões ficcionais ou reais, fornece representações da sociedade em que vive. Seguindo esta lógica, o autor aponta que para investigar os elementos desta mesma sociedade na intenção de entender suas intenções, anseios ou interesses, devemos buscar compreender o modo como um escritor se inseria dentro daquela ordem social para entender o valor de sua obra literária no estudo da disciplina histórica (SEVCENKO, 1989).

Nesse sentido, o presente trabalho busca apresentar uma análise da sociedade carioca a partir das crônicas de João do Rio presentes em *A Alma Encantadora das Ruas*, publicada no ano de 1908. Deste modo acreditamos ser preciso entender se é possível que obras literárias – artísticas de caráter ficcional ou verossimilhante – podem ser consideradas fontes para que o historiador investigue e análise o período em que foram produzidas.

Nicolau Sevcenko, em sua obra *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (SEVCENKO, 1989), ressalta que apesar da literatura possibilitar o acesso ao passado, não deve ser confundida com a escrita historiográfica. Esta última se baseia em vestígios, indícios e documentos para comprovar certa hipótese, enquanto

---

\* Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

a literatura se caracteriza pela produção artística de textos com caráter ficcional, associando-se deste modo com a historiografia pela possibilidade de fornecer tais indícios (GINZBURG: 1990). Sevcenko afirma que “(...) enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser (...)” (SEVCENKO, 1989: 20). Deste modo a escrita literária não assume caráter comprobatório, mas sim um caráter de possibilidade, de anseios e ideias presentes na mente do escritor.

Nesse sentido, objetivaremos, antes de analisar as crônicas de João do Rio, entender como se caracterizava o Rio de Janeiro em que este vivia, observava, retratava, e o modo como ele se inseria dentro da ordem social da qual fazia parte. Assim acreditamos poder compreender a perspectiva de João do Rio e seus anseios ao produzir textos literários sobre a cidade do Rio de Janeiro, de modo a poder analisar estes textos através de uma perspectiva historiográfica.

### **Tensões sociais e literatura durante a *Belle Époque***

Durante o final do século XIX e o princípio do século XX, houve um esforço por parte das classes dirigentes (CARVALHO, 1987) do Brasil de incluir o país na economia capitalista internacional. A cidade do Rio de Janeiro foi diretamente afetada tendo em vista que era em seu Porto que escoava a produção de café, principal produto de exportação brasileiro desde o período imperial. A partir desse ponto, era necessário, para a classe dirigente da cidade, transformá-la em um lugar devidamente atraente a investimentos, conforme o modelo desejado pelas potências econômicas do período<sup>1</sup> (HOBSBAWM, 2010: 99). Uma cidade com um bom sistema de circulação e transporte, com uma população devidamente higienizada e civilizada, com padrões comportamentais adequados a uma cidade que deveria ser sinônimo de progresso. Sevcenko aponta que:

O que se notava na atuação dos primeiros presidentes civis e paulistas, bem como todo o seu círculo político-administrativo, era o evidente esforço para forjar um Estado-Nação moderno no Brasil, eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante das novas vicissitudes históricas, como seus modelos europeus. Conforme temos visto, as formas das relações que se estabeleceram entre as nações periféricas ao desenvolvimento industrial e os centros econômicos europeus, modeladas pela *indirect rule* do novo imperialismo, foram de natureza dissolver-lhes as peculiaridades arcaicas

---

<sup>1</sup> As principais potências no período eram Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão.



e harmonizá-las com um padrão de homogeneidade internacional sintonizado com os modelos das matrizes do Velho Mundo (SEVCENKO, 1989: 47).

Porém, a cidade não se adequava a estes princípios burgueses em voga na Europa, assim como sua população não se adequava. O Rio de Janeiro era uma cidade com características e costumes visivelmente coloniais, com ruas estreitas e uma população majoritariamente analfabeta e que sofria constantemente de epidemias como febre amarela ou a varíola. Mais uma vez Sevcenko nos auxilia ao afirmar que para solucionar tal questão, a classe dirigente “(...) articularia por fim o processo (...) que seria denominado de Regeneração Nacional, sincronizado com o saneamento médico e a higienização das cidades” (SEVCENKO, 1989: 49). Tomando como modelo a capital francesa, se iniciaria a chamada “Regeneração” da cidade, através de políticas como as reformas urbanas do então prefeito Francisco Pereira Passos ou a vacinação obrigatória instituída por Oswaldo Gonçalves Cruz em 1904, o Rio de Janeiro deveria tornar-se a Paris americana.

Além destas medidas, todo um conjunto de costumes da população carioca era abominado pela burguesia, pelos políticos e pela imprensa do período, apontando a necessidade de transformações mais profundas do que a reforma urbana da cidade, conforme Sevcenko exemplifica com o carnaval:

O carnaval que se deseja é o da versão européia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas, daí o vitupério contra os cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas: de índio e de cobra viva (SEVCENKO, 1989: 33).

Além da abominação aos costumes, houve dificuldades com a vacinação obrigatória de Oswaldo Cruz, devido à desconfiança da população que desconhecia o que era de fato a vacina e via os agentes do estado impondo ao seu corpo esta medida desconhecida da vacinação, o que gerou a violenta Revolta da Vacina. Sem mencionar o efeito das reformas urbanas durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos sobre as camadas sociais mais baixas, que se viram obrigadas a habitar os subúrbios e os morros da cidade, devido ao chamado “bota abaixo”, no qual diversos cortiços e habitações populares foram demolidos, como no caso das habitações existentes no então Morro do Castelo, demolidas para a abertura da larga Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), que cortou o desenho da cidade em direção ao Porto localizado na área da Saúde e da Gamboa, próximo à área urbana da cidade.

O resultado de todo esse processo de transformações foi uma grave tensão social que tomou conta da população e do espaço da cidade do Rio de Janeiro. Além de diversas atividades grevistas e motins urbanos – o maior deles foi a própria Revolta da Vacina –, a população que foi expulsa da área urbana durante as reformas passou a ocupar as áreas suburbanas e os morros ao redor da cidade, vivendo em moradias de condições precárias e tendo que todos os dias ir trabalhar enchendo os trens até o limite, causando um verdadeiro alvoroço urbano.

Nesse sentido, o Rio de Janeiro que João do Rio descreve em suas crônicas é um produto destas tensões sociais geradas pelas políticas de organização do espaço e da vida social na cidade. Um Rio de Janeiro cuja população sofria devido à miséria e a alta densidade demográfica - conforme Nicolau Sevcenko, a densidade demográfica do Rio de Janeiro em 1906 era de 191 habitantes por km<sup>2</sup> no subúrbio e de 3928 habitantes por km<sup>2</sup> na área urbana - tendo de desenvolver seus próprios modos para sobreviver nesta cidade. O Rio de Janeiro estava, deste modo, extremamente propício à crítica dos intelectuais do período.

Mas porque haveriam os homens de letras (no nosso caso João do Rio) de se preocupar com estas condições em que se encontravam a cidade e seus habitantes para em suas obras retratar estas mazelas de modo a criticá-las?

Em primeiro lugar devemos apontar o vazio ideológico e a contradição permanente do regime presidencialista durante a Primeira República. A parcela de letrados que desde o período do Império sonhava com a República, com as ideias liberais, não vira na República que se instaurou as tão almejadas práticas democráticas, ou até mesmo liberais. Se por um lado a Constituição tinha um forte caráter liberal, de outro lado, a prática de manutenção do poder se dava através da política dos governadores, do coronelismo e de uma verdadeira máquina eleitoral que anulava qualquer possibilidade de debates e disputas políticas de fato, tal qual se esperava. Em termos práticos, a República que se sobrepôs ao Império, demonstrou práticas mais repressivas e anti-democráticas do que este último, como afirmado por Maria Alice Rezende de Carvalho:

(...) os legisladores de 1891 cancelaram a centralidade que o Império conferira ao Estado na organização nacional e deram curso a um modelo de república incapaz de estabelecer a primazia do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da legalidade sobre a força (CARVALHO, 2001: 91).

Além desta ausência de valor ideológico no regime republicano, os problemas sociais citados acima contribuíram para uma postura crítica de certos letrados que se identificavam com a população por sofrer com tais problemas, sendo a maior parte deles pobre e não conseguindo viver apenas da produção textual. A própria atividade de escrever fazia com que suas condições sociais fossem similares às da maioria da população brasileira, pois em um país onde a esmagadora maioria dos habitantes era analfabeta, a produção de textos não podia oferecer retorno satisfatório. Nicolau Sevcenko coloca que a média de venda satisfatória para um livro de poesia era de apenas 1000 exemplares e de 1100 para um livro de prosa. Os 4000 volumes de poesia de Olavo Bilac, vendidos em um ano, e os 8000 volumes de *As Religiões do Rio* de João do Rio, vendidos em seis anos, eram exemplos de recordes de venda, mesmo com números tão modestos. Diversos escritores como Lima Barreto, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, entre outros e o próprio João do Rio se sentiam ressentidos da sociedade em que viviam devido à ausência de valor ao seu trabalho (SEVCENKO, 1989).

Antônio Edmilson M. Rodrigues nos ajuda a entender melhor o motivo de João do Rio em específico, tornar-se observador da sociedade carioca, suas particularidades, seus vícios, suas agonias e seu modo de viver:

(...) João do Rio (1881-1921), foi a mais completa tradução da belle époque carioca. Mulato e homossexual, num tempo em que ser homossexual era certamente muito mais complicado do que hoje, teve de usar de toda a sua inteligência e astúcia para adaptar-se às situações adversas que enfrentou no plano pessoal e profissional (REVISTA DE HISTÓRIA).

Como podemos ver, João do Rio era um letrado que se sentia parte do Rio de Janeiro, pois como a maioria dos cariocas, era alvo de preconceitos e desconfiança. Ele se identificava com a cidade a qual pertencia e por isso acreditamos que foi um dos homens de letras que melhor a retratou em seu tempo.

### **O Rio de Janeiro sob o olhar do Flâneur**

João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto – que em 1903 utilizou o seu mais famoso pseudônimo: João do Rio – não era apenas um literato, mas também um jornalista. Foi na função de jornalista que desde os seus 17 anos escreveu e publicou em diversas revistas e jornais seus artigos baseados em suas andanças pela cidade, destacando-se

por ter uma escrita de características tanto jornalísticas como literárias. Antônio Edmilson afirma que:

No fundo, a grande contribuição de João do Rio foi a de mostrar que se pode transformar tudo o que está à nossa volta em objeto de literatura, de jornalismo e de história, sobretudo as coisas que estão no escuro, no campo sombrio da noite e nos espaços socialmente proibidos, as coisas pequenas, óbvias e comuns, diria Charles Baudelaire (RODRIGUES, 2000: 23).

Tais características podem ser observadas na obra *A Alma Encantadora das Ruas*, publicada em 1908, produzida com essa característica de reportagem jornalística aliada a escrita literária, na qual João do Rio expôs a sua perspectiva sobre o cotidiano nas ruas do Rio de Janeiro e como seus habitantes se relacionavam nestas ruas e com elas. Produziu esta obra através da atividade conhecida como “flanar”, atividade produzida pelo Flâneur: aquele que anda sem rumo, vagueia pela cidade pelo simples prazer de observar e interagir com o meio. João do Rio afirmava que flanar era “(...) ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem (...) é a distinção de perambular com inteligência” (RIO, 1908: 02-03). E ao flanar, João do Rio produziu esta bela obra, com uma perspectiva singular do Rio de Janeiro de seu tempo.

Deve-se ressaltar que as ruas que João do Rio mostrava em suas crônicas não eram apenas o local onde se dá o tráfego, o espaço material, mas sim o seu significado para a população da sociedade carioca, uma sociedade que durante os tempos da Primeira República se viu permeada pela tentativa, de tantos governos, de impor certo moralismo urbano onde o lugar do indivíduo deveria estar sempre entre seu trabalho e seu lar.

Não era esse moralismo urbano a característica do carioca, o seu lugar de fato era a “rua”, a interação dentro do espaço público. A rua era para o carioca seu principal meio de troca de experiências, de saberes, de costumes ou até mesmo de sobrevivência. A rua era então a principal formadora das características que os indivíduos assumiam dentro da sociedade, nela se percebiam as diversidades, as peculiaridades que moradores de determinadas ruas assumiam e as desigualdades sociais existentes no Rio de Janeiro.

Percebe-se através das crônicas presentes na obra de João do Rio, que a miséria gerou tipos sociais que caracterizavam o cenário urbano público no Rio de Janeiro, como por exemplo, o vendedor cigano, os trapeiros, os selistas (que falsificavam selos), os caçadores

(que caçavam gatos para entregar a restaurantes caros que os vendiam como coelhos) que ele chamava de *pequenas profissões*. Profissões essas que seriam as de enganadores, dos "malandros" tão repudiados pelos adeptos da Regeneração, mas que na verdade podiam ser observados como provenientes da exclusão e que faziam parte do funcionamento da cidade. Assim João do Rio os definia na crônica "Pequenas Profissões":

Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas (RIO, 1908: 14).

Profissões relacionadas à arte também podiam ser observadas nas ruas como os pintores de ruas, homens que demonstravam talento, mas jamais seriam reconhecidos e que fascinaram João do Rio em sua crônica "A Pintura das Ruas". Sobre uma obra destes pintores afirmava que: "(...) punha-me inteiramente tonto. Mas não é uma das grandes preocupações da Arte comover os mortais, comovê-los até mais não poder? Xavier comovia, eu estava comovido. Nem sempre é possível obter tanta coisa nas exposições anuais" (RIO, 1908: 34).

Outros artistas de rua observados em suas crônicas eram os "músicos ambulantes" que tocavam nas proximidades dos botecos, mas não recebiam dos estabelecimentos, viviam de rua em rua e de bar em bar ganhando o que o público ouvinte achava de merecimento pagar, como descrevia na crônica "Músicos Ambulantes":

As bodegas, como os botequins do tom, toleram de vez em quando os músicos, com a condição de não lhes pagar nada. Em geral são sempre três — os tercetos célebres. Há na Rua do Senhor dos Passos o do Amadeu com as duas irmãs, que, por sinal, já fugiram; na Avenida Passos chefiado pelo Barradas, cego — terceto famoso, por ter percorrido todas as cidades de Espanha, de Portugal, do Chile, do Uruguai, da Argentina e do Brasil; o da fábrica de cerveja Oriente, o da cervejaria Minerva, cujo chefe, o Antônio rabequista, gosta de ser acompanhado de canto. A cervejaria enche-se de trabalhadores atraídos pela alegria dos sons. Sempre uma canção melancólica abre um hiato sentimental entre os fandangos e os *cakewalks* (RIO, 1908: 43).

O autor descrevia também, na crônica "Os Mercadores de Livros e a Leitura das Ruas", a paisagem confusa formada pelo aglomerado de vendedores de livros populares, que se espalharam por toda a parte da cidade assim que se percebera ser este um negócio lucrativo que advinha da miséria: "(...) vendedores de livros são uma chusma incontável que todas as manhãs se espalha pela cidade, entra nas casas comerciais, sobe aos morros, percorre os

subúrbios, estaciona nos lugares de movimento (...)” (RIO, 1908: 29). As livrarias vendiam os livros mais procurados por preço baixo e atraíam os que queriam ganhar dinheiro comprando e revendendo na rua, principalmente as modinhas e orações. Oração estas e sua venda na rua, que são outro elemento analisado por João do Rio, na crônica “Orações” (RIO, 1908: 21). A necessidade do homem de acreditar era o lucro destes vendedores de orações, e quem precisaria acreditar mais do que o carioca em meio ao seu caos urbano e a miséria?

Caos urbano e miséria que são retratados em seu modo mais impressionante por João do Rio, na crônica “Sono Calmo”, quando este acompanhava uma visita de autoridades policiais durante a noite a uma hospedaria barata, no bairro da Gamboa, uma das diversas que existiam no Rio de Janeiro. João do Rio escreveu sobre esta visita ao primeiro pavimento da casa, ao segundo, ao terceiro e aos fundos, respectivamente:

O encarregado, trêmulo, seguiu à frente, erguendo o castiçal. Abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo, após a nossa passagem. E começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espaçavam-se completamente nus (RIO, 1908: 74).

Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao soalho.

Os fregueses dormiam todos — uns de barriga para o ar, outros de costas, com o lábio no chão negro, outros de lado, recurvados como arcos de pipa. Estavam alguns vestidos. A maioria, inteiramente nua, fizera dos andrajos travesseiros (RIO, 1908: 75).

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão — mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentariamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando a escada e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos (RIO, 1908: 75).

Foi aí então que vimos o sofrer inconsciente e o último grau da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em derredor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os

mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses espectros da vida que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal (RIO, 1908: 76).

Essa é a perspectiva de João do Rio a respeito de um dos aspectos mais sombrios do Rio de Janeiro de seu tempo, na qual demonstra o nível da miséria em que parte da população vivia e o aglomerado absurdo de pessoas que se hospedavam nessas casas. Tais relatos fazem sentido se analisados ao lado de uma perspectiva historiográfica, considerando as estatísticas que Nicolau Sevckenko coloca a respeito da alta densidade demográfica característica da cidade neste período.

Estes aspectos e tipos urbanos são alguns exemplos retirados das crônicas de João do Rio, que são baseadas em experiências vividas em uma perspectiva da cidade oposta à ideia de Regeneração que a classe dirigente tinha em mente durante a *belle époque*. Suas crônicas são como uma exposição da realidade da cidade em seu lado sombrio, sua violência, sua miséria que se percebia ao observar as ruas e acima de tudo como os cariocas que viviam nesse contexto se adaptavam e conviviam na cidade ao seu próprio modo.

## Conclusão

A partir de obras literárias como as de João do Rio, podem ser captadas diversas perspectivas de vital importância para se entender o período histórico que se estuda, no caso deste trabalho o início do Século XX na cidade do Rio de Janeiro. A partir dos elementos colocados e analisados neste trabalho, percebemos que o Rio de Janeiro teve durante a *belle époque* um período rico para a produção cultural, que se fazia em oposição ao discurso da Regeneração e encontrava nas tensões sociais que se intensificavam elementos da sociedade a serem denunciados, criticados, expostos e compreendidos. Nesse sentido, acreditamos que a análise de obras literárias como as crônicas de João do Rio, auxiliam no estudo da história do Rio de Janeiro da *Belle Époque*.

Baseando-se nos argumentos expostos, acreditamos que podemos perceber que a perspectiva da cidade oferecida por João do Rio fornece aos historiadores possibilidades de temas e objetos de pesquisa, contribuindo para o enriquecimento da historiografia no que se refere ao Rio de Janeiro durante a Primeira República. Essas possibilidades se constituem de

temas relacionados à história social e cultural do Rio de Janeiro e do Brasil, a partir do modo de vida dos habitantes simples da cidade e suas particularidades através da produção cultural deixada por João do Rio, que tão bem observou, descreveu e retratou essa população carioca em suas crônicas, que deste modo acreditamos servir como fontes de acesso ao passado.

### Referências Bibliográficas:

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: JORGE Zahar Ed., 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Resende de, “A crise e a refundação Republicana em 1930”. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de. (org). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 89-109

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. IN: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

REVISTA DE HISTÓRIA. Artigo *A alma encantadora de João do Rio*, por Antônio Edmilson Martins Rodrigues. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/a-alma-encantadora-de-joao-do-rio>. Acesso em: 07/07/2012.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/alma\\_encantadora\\_das\\_ruas.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf). Acesso em: 03/07/2012.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *João do Rio, a cidade e o poeta: o olhar de flâneur na belle époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 3ª Ed.



## **MEMÓRIAS DA DITADURA CHILENA ATRAVÉS DAS LENTES DO CINEMA UM ESTUDO DOS FILMES MACHUCA E TONY MANERO**

Fernanda Luiza Teixeira Lima\*

A ditadura militar no Chile se instaurou no dia 11 de setembro 1973, após a tomada do Palácio de La Moneda e a morte do presidente Salvador Allende<sup>1</sup>. Toda ação ocorreu rapidamente e logo o regime tomou os poderes políticos do país. De acordo com a historiadora Fabiana de Souza Fredrigo “a rapidez da Junta Militar evidenciava que, embora não definido, nos primeiros momentos, se o caráter da ditadura que se instalava era refundador ou restaurador, certamente a atitude golpista vinha por em xeque a atuação política dos partidos (Fredrigo, 2005, p.20).”

O regime militar chileno adotou medidas para se autoproteger, ou seja, garantir legitimidade ao seu governo e conferir a si mesmo um caráter perpétuo. Para isso elaborou e institucionalizou a constituição de 1980, a qual previa mandato de oito anos para o presidente, senadores vitalícios e a escolha da Junta Militar como responsável por todo o poder do Congresso Nacional, além da adoção do neoliberalismo como política econômica exclusiva do Estado Chileno.

O governo de Pinochet adotou uma postura de forte caráter repressor e antipopular. Expressou-se através da perseguição e da repressão, atingindo não apenas os partidos de esquerda como outros setores políticos que, originalmente, apoiaram o golpe. Dessa forma podemos perceber que as ações ditatoriais no Chile, induziram a formação de uma cultura de terror sobre a vida social. Nessa perspectiva, o regime militar de Pinochet produziu, pela extrema violência de suas ações, eventos traumáticos.

Embasados nos estudos e pesquisas acerca das relações do cinema e da história, o presente artigo objetiva estabelecer algumas reflexões sobre como o cenário político cultural da ditadura militar de Pinochet (1973-1990) foi representado no cinema chileno

---

\* Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

<sup>1</sup> Salvador Allende era membro da Unidade Popular, e representava a primeira vitória significativa dos partidos políticos de esquerda em âmbito federal desde os anos 1940. Suas mudanças estruturais como a Reforma Agrária, a nacionalização de bancos, as minas e indústrias definiam o rumo da Revolução por meio de uma via democrática. “(WINN, 2010, p.20)

contemporâneo. Pretendemos analisar as contribuições do cinema e sua função social frente ao trauma, estudados por meio do diálogo com as correntes de pensamento memória, história e esquecimento.

Neste sentido consideramos nosso ponto de partida avaliar a dimensão do trauma no país, uma vez que não podemos usá-lo como evidência, pois o trauma tenha sido apenas para alguns grupos. Além disso, se faz necessário entender o ‘boom’<sup>2</sup> do estudo sobre o dever da memória desses “passados que ainda dói”.

Em um segundo momento, analisaremos os filmes *Machuca* (Andrés Wood, 2004) e *Tony Manero* (Pablo Larraín, 2008) a fim de compreender como ocorreram as mudanças na sociedade daquele país e nas relações que se estabeleceram com seu passado recente através do estudo da memória e das interpretações elaboradas nos anos 2000 sobre aquele período. A escolha de trabalhar com narrativas cinematográficas se deu por pensá-las como um dos campos de manifestação dos discursos e memórias do regime militar. Como apontado por Maria Luiza Rodrigues: “as histórias elaboradas pelos filmes estão vinculadas direta e indiretamente aos encadeamentos da vida social no período da pós-ditadura.

Dessa maneira, a pesquisa procura compreender quais foram as construções de memórias representadas nos filmes e no papel de se lembrar no contexto atual deste passado.” (Rodrigues, 2007, p- 14-15). Enfatizamos aqui um diálogo aberto entre o passado e o tempo presente o qual não deve, como já afirmou Hannah Arendt, constituir-se em

“uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à ‘sua’ luta constante, à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro”<sup>7</sup>, mas deve configurar-se no “lugar temporal a partir do qual a reconstrução histórica é realizada, é também o lugar da construção da problematização que orienta a reconstrução histórica.”<sup>8</sup>

---

<sup>2</sup> O conceito de dever de memória surgiu inicialmente na França na década de 50 ao final da Segunda Guerra Mundial e estava relacionado a memória dos assassinados do conflito. Neste momento prevaleceu no espaço público francês a imagem da resistência dos franceses e o heroísmo destes durante a ocupação germânica. Na década de 1970, isto se transformou devido a um “processo de ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto dos milhares de judeus que viviam na França” (HEYMANN 2007: 18-9). Neste momento a memória do resistente deu lugar à memória da vítima, em especial os judeus.

## 2. As construções de memória do cinema como prática social. Entre o dever o abuso: por que filmar o passado?

Nos últimos tempos, a historiografia vem contemplando um constante aparecimento de novos estudos acerca da relação entre memória e história. Sobretudo quando se trata em relacionar a difusão desses conceitos com os traumas vividos das últimas ditaduras militares da América Latina no século XX. Esses estudos evocam experiências passadas e paradigmáticas acerca de outros traumas como o holocausto e o apartheid na África do Sul. Neste momento prevaleceu o discurso do “dever de memória” relacionada à verdade e a justiça, os sobreviventes convocados a comparecer a tribunais e comissões de verdade para julgarem os crimes sofridos.

Por outro lado como orienta Beatriz Sarlo esse predomínio da valorização do testemunho e dos discursos de memórias produzidos

(...) “geraram uma espécie de suspensão das desconfianças, sendo raramente submetidos a algum tipo de crítica. (SARLO, 2007, P.57-59). Como reforça Sarlo, o que importava “não era compreender o mundo das vítimas, mas sim conseguir a condenação dos culpados” (SARLO, 2007, p. 67).

Dessa forma, como verifica Elisabeth Jelin existe uma tensão entre saber o que é a memória, a construção dessas memórias e sua legitimidade social quando tem uma pretensão de “verdade” (JELIN, p.1, 2001, tradução nossa).<sup>3</sup>

O caminho metodológico escolhido pretende investigar exatamente este ponto: a tensão entre a possibilidade de se trabalhar a memória como ferramenta teórica metodológica e como categoria social e política. Bem como a disputa entre o dever de se dizer a verdade e seu limite, no caso quando há o ‘abuso de memória’. Mais detidamente como alerta Tzevan Todorov “a memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos contrastantes são o apagamento (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois (Todorov, 1995, p14).”

Partimos da constatação encaminhada por Theodor Adorno no que se refere a ‘elaboração de passados traumáticos’. O autor evidencia o caso Alemão, que para ele os

---

<sup>3</sup> No original: “hay una tensión entre preguntarse sobre lo que la memoria es y proponer pensar en procesos de construcción de memorias, de memorias en plural, y de disputas sociales acerca de las memorias, su legitimidad social y su pretensión de verdad.”

crimes de guerra não foram trabalhados devidamente.<sup>4</sup> Escolheu se esquecer e perdoar os terríveis acontecimentos do passado. Para Adorno a recusa de elaborar o passado é justificável, sobretudo quando se pretende minimizar seus efeitos com violência e culpa, entretanto não se sustenta, pois o passado traumático permanece latente.<sup>5</sup>

Atualmente a busca da ‘verdade’<sup>6</sup> sobre o passado e a conservação de sua memória está intimamente ligada a defesa dos direitos humanos e ao fortalecimento de uma democracia recuperada do autoritarismo. A discussão sobre memória nesses países também constituiu se como uma espécie de dever<sup>7</sup> após o fim da ditadura. Em 1974 foram criadas diversas comissões da verdade no mundo, no caso do Chile, este trabalho interpretativo teve uma discussão inicial em 1990, com o governo da *Concertación*.

Liderado pelo presidente Patricio Aylwin, o governo da *Concertación* representou uma forte coalizão oposicionista às forças conservadoras representadas pelos militares e pela União Democrática Independente. A primeira iniciativa do presidente para rever os crimes da Ditadura foi a criação da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, sob a tutela do juiz Raul Rettig. O resultado das investigações foi divulgado em relatório, em 1991, responsabilizando os militares por mais de 2 mil mortes. “A resposta foi imediata: As forças Armadas chilenas não vêm razão para pedir perdão diante do que foi feito em sua missão patriótica”, contestavam os militares em declaração oficial. (AGGIO, 2008, p.78)

No Chile, a euforia do primeiro governo da *Concertación* deu lugar a uma postura defensiva em relação à condenação aos abusos do regime ditatorial. Os partidos de esquerda tentaram construir uma memória. Mas o silêncio da elite esquerdista no poder prevaleceu

---

<sup>4</sup> Tais comportamentos seriam a indicação de “de algo que não foi trabalhado psicologicamente, de uma ferida, embora a idéia de ferida coubesse muito mais em relação às vítimas” (ADORNO, 1995a: 31).

<sup>5</sup> Para o autor: O nazismo sobrevive, e continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir à própria morte, ou se a disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que os cercam” (ADORNO, 1963: 1995 p.29).

<sup>6</sup> Aqui tratamos o termo verdade a partir da noção de Paul Ricoeur que trata a verdade como uma verdade provisória. Existe uma intenção de verdade na História: um contrato entre seu objeto e seu leitor, mas a irrefutabilidade não é a única dimensão. Os caminhos da história devem ultrapassar essa dimensão. (RICOEUR, 2007, p.151-192)

<sup>7</sup> O conceito de dever de memória surgiu inicialmente na França na década de 50 ao final da Segunda Guerra Mundial e estava relacionado a memória dos assassinados. Neste momento prevaleceu no espaço público francês a imagem da resistência dos franceses e o heroísmo destes durante a ocupação germânica. Na década de 1970, isto se transformou devido a um “processo de resignificação do discurso memorial ligado ao holocausto dos milhares de judeus que viviam na França” (HEYMANN GOMES, Angela de Castro: 18-9). Neste momento a memória do resistente deu lugar à memória da vítima, em especial os judeus.

mesmo quando dezenas de ex-oficiais e civis começaram a ser processados por violações dos direitos humanos. Como resume Katherine Hite (2007), na verdade, as explorações em relação ao passado do Chile na última década ocorreram apesar da classe política e não por ela. Nesse sentido, a explicação da autora é interessante porque nos leva à disputa pela construção desse passado que se dava no momento da transição política: anistia ou julgamento do passado implicava o quê? Tais conflitos expressam um exercício de controle da memória que se depreende em como a nação narra seu passado.

No contexto ora abordado, verificamos que existem feridas no corpo público destes países. No Chile e no Brasil foram promulgadas a Lei da Anistia as vésperas da abertura, em 1978 e 1979, respectivamente, ambas continham textos semelhantes. A Lei concedeu segurança jurídica aqueles que, porventura, tivessem participado dos anos de repressão. Estendendo-se tanto aqueles que haviam sofrido torturas quanto aos que haviam sido torturadores.

A concepção de anistia como pacificação ou reconciliação tinha como pressuposto a crença na possibilidade do esquecimento daquilo que, no passado, gerou confronto e violência. Paul Ricouer em *A memória, a história e o esquecimento*, discute sobre a fenomenologia da memória. Para isso, delimita três formas de abuso de memória<sup>8</sup>: a memória impedida, a memória manipulada e a memória obrigada.

Ao tratar da última, o autor aponta que memória obrigada oscila entre o bom e o mau uso. Ela seria importante, pois estimula a rememoração de eventos políticos de sua história, no caso deste projeto eventos traumáticos. Mas este dever pode tornar se uma obsessão comemorativa e acabar aproximando se do esquecimento, pois reproduz conclusões repetitivas acerca do passado, afastando se do perdão e do trabalho de luto.

Nesta perspectiva, podemos compreender que os sentidos produzidos/construídos pelas narrativas cinematográficas influenciam na relação do homem com sua realidade e a constituição de sua memória. “Ao trabalhar o passado ditatorial, a representação deste passado se configura na leitura de seus realizadores e por aqueles que os assiste.” (SOUZA. Maria Luiza, 2010, p.51). Para, além disto, a linguagem cinematográfica pode servir como um

---

<sup>8</sup> Sobre os outros tipos de memória delineados por Paul Ricouer e uma análise dos abusos da memória, ver (RICOUER, 2007).

‘trabalho de rememoração’, oposto a compulsão de repetir, a fim de liberar lembrança recalçada [...] (RICOUER, 2008, p.85).

### 3. Análise fílmica:

Partindo da premissa que o estudo de filmes é um veículo de memória como nos assegura Elisabeth Jelin (*apud* Paulinelli, 2006, p. 22). A análise dessas fontes podem nos oferecer um quadro altamente ilustrativo sobre os novos usos do passado efetuados ao longo do início do século XXI. O longa metragem *Machuca* (2004) traz a ideia da memória do regime militar a partir do ponto de vista de crianças e, portanto nos possibilita a fazer outro tipo de leitura. O protagonista Gonzalo, dominados pelo seu olhar infantil assistem ao golpe e não entendem o que está acontecendo em seus países.

A incerteza dos dois parte de uma incerteza do olhar inocente de uma criança que se contrasta com o do espectador, que já sabe o fim da história. Mas não se contrasta com olhar da sociedade da época, pois a incerteza de Gonzalo e Mauro era a incerteza de muitos: ninguém sabia qual seria o futuro do Chile e do Brasil, que conseqüências trariam para o cenário sociopolítico do país.

Além disso, as angústias infantis dos meninos fundem-se às incertezas do contexto: sua vida expandira horizontes nos anos anteriores; a desestabilização do mundo em que vivia veio em muitos aspectos. Outro ponto de interseção é o mundo solitário em qual vivem e outro, cheio de desejos, descobertas, mas também de angústias e novas tensões, se descortinou. A tensão da trama pessoal dos personagens atinge o clímax narrativo no mesmo momento do *dénouement* contextual do filme.

O olhar infantil pode, pois, num primeiro momento, parecer apenas uma releitura da experiência ditatorial pelo viés da inocência, sendo nesse sentido opaca, tola. Mas, como estamos sugerindo, ao falar da ditadura através de crianças, os filmes estão tratando alegoricamente de realidades mais amplas, usando a quebra da inocência como metáfora. E, nesse sentido, são documentos para o historiador buscar compreender como têm sido elaboradas algumas das representações dos governos militares em um período democrático.

Portanto o que estamos sugerindo é que, para além da fruição estética ou de interpretações simplistas e factuais (“o que está certo e o que está errado nos filmes em

relação ao período e como ele de fato foi”), a compreensão dos filmes deve passar por qual o papel dos filmes como releitura do passado na sociedade atual, em busca ela própria de repensar seus traumas em relação à ditadura. Em nosso presente, permanece uma ferida aberta, um passado que dói, e é, neste contexto pela busca do reforço da identidade e pelo trabalho de memória, que uma enorme quantidade de filmes sobre a ditadura está sendo feita, geralmente por diretores<sup>9</sup> que viveram o processo quando ainda eram crianças.

No caso do filme *Tony Manero* surge outro tipo de questão a trama é construída com outro foco. A ditadura militar aparece em segundo plano. O enfoque principal gira em torno da obsessão do personagem principal, Raúl Peralta, em tornar-se Tony Manero, personagem do filme americano *Os Embalos de Sábado à noite*. Este sonho leva o protagonista a cometer homicídios em série. *Tony Manero* é diferente de *Machuca*, mais inquietante, menos preocupado com uma narrativa cuja intenção seria a ampla aceitação do público, uma vez que possui diálogos mais duros e uma narrativa não tão linear, o que dificulta a compreensão do filme.

A construção da memória sobre a ditadura do filme *Tony Manero*, por exemplo, começou com uma imagem que o diretor Pablo Larraín descobriu num livro de fotografias que folheava, por acaso, num museu na Espanha. Em uma entrevista concedida ao jornal *Estadão*, o diretor diz ter se impressionado tanto que comprou o livro e, de volta ao Chile, mostrou a foto a seu amigo, o ator e diretor de teatro e TV Alfredo Castro. “Um homem numa janela, o olhar vazio, com um olhar mais do que perdido.” A imagem, segundo o diretor, refletia uma imagem de abandono, de vazio que tocava na lacuna sociocultural pela qual o Chile passava na época da ditadura.

“O tema é o vazio humano, o vazio ideológico que caracterizou a era Pinochet e é a herança terrível que ele nos deixou”, enfatiza o diretor. Desse modo, é em torno de uma identidade, inscrita no tempo e na ação, que podemos estabelecer uma analogia entre a memória individual e a memória coletiva. A narrativa fílmica é um enunciado que se

---

<sup>9</sup> O filme, apesar de narrar uma história ficcional, traz dados da história pessoal do diretor e roteirista Andrés Wood (BARBOSA, 2005). Wood viveu uma experiência similar de integração na escola em que estudava, Saint George’s College, colégio da elite de Santiago, na época do governo da Unidad Popular, em 1973, quando tinha oito anos.

apresenta como discurso, ao mesmo tempo, um enunciado criado pelo seu diretor e por um leitor-espectador.

A ditadura aparece silenciosamente nas cenas, através de planos de tanques do exército nas ruas desertas, policiais em constante vigilância e diretamente nas cenas de batidas militares nas casas, noticiários que falam sobre o regime e toques de recolher. Mas principalmente podemos perceber a ditadura através da intimidade dos dramas vividos pelos personagens a decadência social e financeira da sociedade chilena.

O mesmo pode ser atribuído ao estudo dos filmes analisados, que por sua vez também lidam com os silêncios e esquecimentos da ditadura de Pinochet. *Machuca e Tony Manero* constroem uma memória no presente, atribuindo “novos” sentidos a época que buscam representar. Assim, tanto a história quanto a memória no filme se fundariam em atos de “representação”, no qual a escrita e a leitura da História provoca, a partir de traços, representações que visam a conhecer algo do que se sabe já não existir. E é nesse sentido que devemos analisar as questões centrais das representações em *Tony Manero*, nesse caso os silêncios e exclusões, mais particularmente as tensões entre o que é e o que não é imaginado pela obra e pelos espectadores (SAID, 1995, p. 424)<sup>10</sup>.

Naquele estado social, o filme denuncia como o próprio cinema tornou-se um veículo de propagandas que serviram para afastar a possibilidade de reflexão crítica, reduzindo-se as pessoas a alimentar-se de ilusões e aprisioná-los em um mundo fantástico distante da realidade. Em 1977, o ano de lançamento de *Os Embalos de Sábado à Noite*, o Chile já passava por quase quatro anos imerso na ditadura do General Augusto Pinochet, que impôs uma grande censura a todos os meios de expressão, abrindo espaço apenas para filmes americanos e em especial musicais. Isso explicaria, em parte, a escolha do Tony Manero de John Travolta como ferramenta de construção do personagem central.

Eleger para discussão “o passado que ainda dói no presente”, é inteiramente cabível tanto à linguagem fílmica quanto à acadêmica, malgrado as diferenças epistêmicas entre elas. Nesse sentido, ambas lançam discussão sobre o que foi e o que significou o regime militar

---

<sup>10</sup> O autor Edward Said refere-se a romances quando trata do conceito de representação. Mas para esta pesquisa optou-se adequar o conceito como categoria analítica dos filmes.



para o presente problematizando a memória sobre aquele contexto e ensejando reflexão. Compreendemos que o filme como documento pode encenar o passado e possuir seu estatuto como objeto da cultura. Mas, além disso, os filmes também oferecem uma reflexão sobre uma época através da veiculação de valores, projetos e intencionalidades, servindo, pois, ao historiador, como fonte histórica não sobre o tema que retrata, mas sobre o período em que foi feito.

Como propõe Maria Paulo Araújo, hoje, os processos de redemocratização e de pactuação política estão sendo vividos de maneira fortemente influenciada pela questão da violência: as desigualdades sócias, a corrupção, a criminalidade, a explosão caótica urbana. Além disso, a violência do passado assombra o presente: os mortos, os desaparecidos, os torturados (ARAÚJO, 2008, p. 273). Nesse sentido, os filmes analisados convidam a uma reflexão e rememoração sobre os crimes de tortura durante aquela época. A palavra que melhor descreve esta herança indesejada é “violência”, que deixou viva as marcas do passado no presente, e naqueles personagens.

Desta forma a escrita fílmica da ditadura, tomando como base os filmes já citados, permite compreender como os filmes atuam como fontes de representações da ditadura militar latino-americana e carregam consigo um debate acerca da memória e da história. No contexto pós-ditatorial, os filmes se articulam enquanto “discursos da memória” (SARLO, 2007, p. 57-59).

### **Referências Bibliográficas:**

ARAÚJO, M. P. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos de 1960 e 1970. In: FICO, C., et al. **Ditadura e Democracia na América Latina: BALANÇO HISTÓRICO E PERSPECTIVA**. 1. ed. [S.l.]: FGV, 2008. Cap. 10, p. 247-274.

ARENDR, Hanna. *Entre o passado e o presente*. São Paulo: Ed.Perspectiva, 1972, p. 284

BOPPRÉ, F. C. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva: um contraponto ao boom da memória nos estudos históricos. **Revista Esboços**. ISSN 20.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**, São Paulo, Ed. 34, 2001, p. 286

CERTEAU, M. D. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982,p.65-67.

FREDRIGO, F. D. S. **1998**. Franca: UNESP, 1998.

GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (. ). **O que resta da ditadura**. [S.l.]: Boitempo, 2008.

GARCÉS, M. **Historia y memoria del 11 de septiembre de 1973 en la población La Legua de Santiago de Chile**, 2005. Disponível em:

<<http://www.historizarelpasadovivo.cl/downloads/garces.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 23-42.

HITE, K. **La superación de los silencios oficiales**, 2007. Disponível em:

<<http://www.historizarelpasadovivo.cl/downloads/hite.pdf>>. Acesso em: 13 Mar 2011.

RICOUER, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SOUZA, M. Cinema e Memória da Ditadura, 2008. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/703/70311107.pdf>. Acesso junho de 2012. pp.50-60

ROLLEMBERG, D. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, J. R. **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. p. 81-91. SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das f

SAID, E. W. **Cultura E Imperialismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WINN, P. **A Revolução Chilena**. 1. ed. [S.l.]: Unesp, 2010.

## Ficha técnica

### 1. Machuca

Ano de Realização: 2004

Gênero: Drama

Diretor: Andrés Wood

Roteiro: Roberto Brodsky, Mamoun Hassan, Andrés Wood

Produção: Gerardo Herrero, Mamoun Hassan, Andrés Wood

Produção executiva: Nathalie Trafford, Juan Carlos Arriagada, Patricio Pereira

Coordenação de Produção: Patricio Pereira

Diretor de Fotografia: Miguel J. Littín

Montagem: Fernando Pardo

Supervisão de Montagem: Soledad Salfate

Supervisão de Roteiro: Eliseo Altunaga

Som: Marcos Maldavsky

Desenho de Som: Miguel Hormazabal

Direção de Arte: Rodrigo Bazaes

Figurino: Maya Mora

Música: José Miguel Miranda, José Miguel Tobar

Elenco: Carlos Johnson

Maquiagem: Guadalupe Correa

Formato Película: 35 mm

Formato Som: Dolby SRD

**Elenco:** Matías Quer (Gonzalo Infante); Ariel Mateluna (Pedro Machuca); Manuela Martelli (Silvana); Aline Küppenheim (Maria Luísa); Ernesto Malbran (Padre McEnroe); Tamara Acosta (Juana); Francisco Reyes (Patricio Infante); Alejandro Trejo (Willi); Tiago Correa (Pablo); Luis Dubó (Ismael); Andrea García-Huidobro (Isabel); Pablo Krögh (Coronel Sotomayor); Federico Luppi (Roberto Ochagavía); Gabriela Medina (Lucy)

### **Ficha técnica**

## **2. Tony Manero**

Ano de Realização: 2006

Gênero: Drama

**Duração:** 1 hr 37 min

Diretor: Pablo Larraín

Roteiro: Alfredo Castro, Mateo Inbarren e Pablo Larrain

Produção: Juan de Dios Larraín

Diretor de Fotografia: Sergio Armstrong

**Estúdio:** Fabula Productions / Prodigital

**Distribuidora:** Imovision

Formato Película: 35 mm

Formato Som: Dolby SRD

**Elenco:** Alfredo Castro (Raul Peralta); Amparo Noguera (Cony); Héctor Morales (Goyo); Paola Lattus (Pauli); Elsa Poblete (Wilma)

## “CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA HISTÓRIA DA ARTE” DE HEINRICH WÖLFFLIN: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA

Natasha de Castro\*

Segundo Jörn Rüsen, uma análise metodológica de uma específica obra historiográfica pode ser feita com base em quatro etapas processuais inter-relacionáveis, a fim de dar sentido às perspectivas orientadoras do passado humano, transformando-as em História. Os processos são: carência, heurística, crítica e interpretação.

A *carência* de orientação ocorre quando certas respostas previamente dadas se mostram insuficientes para a resolução de questões levantadas pelo sujeito. Esta crise servirá de motivação para a escolha do objeto que será investigado. A próxima etapa é a metodização *heurística* do conhecimento, ou seja, a formulação da pergunta fundamental que irá orientar a pesquisa histórica. Para dar sentido a esse questionamento, a *crítica* das fontes torna-se necessária. Ela regula o processo cognitivo a partir da coleta intersubjetivamente selecionada de documentos, dados (ou fatos) e informações pertinentes. Por fim, a *interpretação* constrói a inteligibilidade da narrativa, pois articula as informações obtidas através da crítica, transformando-as em História e, ao mesmo tempo, busca suplantar a carência inicial, respondendo à pergunta e desenvolvendo a hipótese lançada.

Tendo como base as etapas descritas acima, o objeto escolhido para a elaboração de tal análise é o livro *Conceitos Fundamentais da História da Arte*, de Heinrich Wölfflin, lançado pela primeira vez em 1915. Tal obra é considerada um clássico da historiografia relacionada à arte, mais especificamente, à teoria estética moderna. Esta obra surgiu a partir da necessidade de se estabelecer uma base mais sólida às características estilísticas referentes à História da Arte. Para isso, Wölfflin faz uma análise pormenorizada de pinturas, desenhos, esculturas e obras arquitetônicas de grandes artistas renascentistas e barrocos, com o objetivo de mostrar a evolução interna dos estilos e definir categorias permanentes da arte.

Assim sendo, a **carência** de Wölfflin está relacionada a essa necessidade de elaboração de um constructo teórico mais solidificado, relativo às características de estilo na História da Arte. Para ele, existem estágios evolutivos da concepção visual que precisam ser levados em conta pelo historiador, para que este determine com maior precisão as

---

\* Graduanda em História pela UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) – IC/CNPq

transformações históricas e os tipos nacionais. O livro, por conseguinte, tem o objetivo de estabelecer tais diretrizes e formular conceitos correspondentes à evolução dos estilos correspondentes ao século XVI e o XVII, mais especificamente do período Renascentista (Arte Clássica) ao Barroco.

“Seria ingênuo objetar-se que, em se aceitando a evolução como subordinada a um sistema de leis, se estaria também suprimindo a importância da individualidade artística. Assim como o corpo se estrutura a partir de leis absolutamente genéricas, sem que isso prejudique a forma individual, também o sistema de leis que governa a estrutura espiritual do homem não está em choque com a noção de liberdade. E parece óbvia a afirmação de que sempre vemos as coisas do modo como a queremos ver. Trata-se apenas de saber até que ponto esse querer do homem está subordinado a uma certa necessidade. [...]” (WÖLFFLIN, 2006: VIII)

*Conceitos Fundamentais* pretende conceituar o conjunto de elementos comuns entre indivíduos diferentes que, conforme sua união, representam uma geração específica.

Contudo, como traçar uma linha evolutiva entre o século XVI e o século XVII no tocante do estilo artístico? Essa é a **heurística** de Wölfflin, ou seja, a pergunta fundamental que orienta sua pesquisa. Para que isso seja possível, é necessário estabelecer uma unidade estilística dentro dos referentes séculos analisados.

O estilo individual do artista pode ser observado, principalmente, a partir dos mínimos detalhes, nos quais o sentimento formal e o temperamento de cada um deles são retratados. Por exemplo, “um ramo, ou o fragmento de um ramo, são suficientes para que possamos dizer se o autor é Hobbema ou Ruysdael” (WÖLFFLIN, 2006: 7). Como o ponto central do livro não é a análise de pontos isolados, deve-se entender que os indivíduos estão inseridos dentro de grupos maiores, ou seja, ao lado do estilo pessoal encontra-se o estilo da escola, o estilo do país, o estilo de raça<sup>1</sup> e outros.

Épocas diferentes também produzem artes diferentes, visto que um estilo é fortemente condicionado por uma específica corrente cultural divulgada em certa época. Sendo assim, o estilo de raça e o individual mesclam-se em um estilo de época, “por mais que a paisagem de Rubens se ache intensamente impregnada pela personalidade deste mestre, [...] não podemos

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelo autor.

admitir que ele tenha sido a expressão de um caráter nacional ‘permanente’ na mesma extensão em que foi a arte holandesa contemporânea” (WÖLFFLIN, 2006: 11).

Segundo Wölfflin, o espírito de uma nova época exige uma nova forma de estilo. A transição do Renascimento para o Barroco é um exemplo bem elucidativo. O Renascimento italiano é caracterizado pelo ideal da proporção perfeita, do completo, limitado e concebível. Já o Barroco oferece o ideal do movimento, da emoção, aquilo que é mutável e ilimitado. O estilo é tido, portanto, como expressão do espírito de uma época, de uma nação e de um temperamento individual, a partir de suas considerações.

No entanto, quais são as condições que determinam o estilo dos indivíduos, das épocas e dos povos? A expressão (temperamento, raça e época) e a qualidade de uma obra são insuficientes para resolver tal questão. É necessário um terceiro elemento: o modo de representação, isto é, as técnicas. Este é o ponto central da análise de Wölfflin.

“O presente estudo ocupa-se da discussão das formas universais de representação. Seu objetivo não é analisar a beleza da obra de um Leonardo ou de um Dürer, e sim o elemento através do qual esta beleza ganhou forma. Ele também não tenta analisar a representação da natureza de acordo com o seu conteúdo imitativo, nem em que medida o naturalismo do séc. XVI difere daquele do séc. XVII, mas sim o tipo de percepção que serve de base às artes plásticas no decorrer dos séculos.” (WÖLFFLIN, 2006: 17)

Para simplificar o estudo, Wölfflin considera os séculos XVI e XVII como unidades de estilo, mas, ao mesmo tempo, atenta ao fato de que estes períodos não apresentam uma produção homogênea. Contudo, os estágios que antecederam o Renascimento não podem ser ignorados, pois, embora representem um estilo arcaico de arte (os Primitivos), não possuem uma forma plástica definida.

As diferenças individuais que levaram à mudança de estilo destes séculos podem ser resumidas, segundo o autor, a partir de cinco pares de conceitos: a) evolução do linear ao pictórico; b) evolução do plano à profundidade; c) evolução da forma fechada à forma aberta; d) evolução da pluralidade para a unidade; e) clareza absoluta e relativa do objeto. As transformações são também observadas sob o ponto de vista nacional e histórico. A evolução

descrita por Wölfflin não possui um caráter qualitativo, mas sim, demonstra uma nova postura diante do mundo.

Para melhor exemplificar os conceitos evolutivos destacados, em cada capítulo, Wölfflin analisa e contrapõe diferentes obras de grandes artistas – Dürer, Rembrandt, Rubens, Holbein, Velásquez, Rafael, Bernini e outros – referentes aos séculos XVI e XVII, ao Renascimento e Barroco respectivamente. A fim de que o leitor observe melhor as diferenças de estilos, as obras utilizadas como exemplo possuem sempre um mesmo motivo e tema. A comparação perpassa pelo âmbito da pintura, do desenho, da escultura e da arquitetura. A caracterização da **crítica** é baseada, portanto, em uma análise comparativa entre duas ou mais obras de arte.

Como vimos anteriormente, o autor procura analisar a evolução dos estilos artísticos a partir de cinco pares de conceitos, caracterizados capítulo a capítulo. Neste momento, procuro estabelecer a relação entre estilo e **interpretação** através da análise desses capítulos.

a) A evolução do linear ao pictórico

A arte renascentista é caracterizada pela valorização da linha, isto é, o objeto é observado a partir do seu aspecto tangível, enfatizando os limites do contorno e da superfície. “A simples presença de linhas não define o caráter linear, e sim, [...] a força expressiva destas linhas, a força com que compelem os olhos a segui-las.” (WÖLFFLIN, 2006: 41) Com isso, os detalhes são isolados e preconizados em relação ao conjunto da obra. Já a arte barroca, pelo contrário, desvaloriza a noção linear e atenta para a percepção visual aparente do objeto a ser representado. Sendo assim, o mundo passa a ser visto como uma imagem oscilante e sem limites, o objeto é retratado em seu contexto.



Figura 1: **Bronzino, Agnolo** (1503-1572), *Eleonora de Toledo com seu Filho Giovanni*. Pintura em madeira. 115x96. Florença, Uffizi.

Figura 2: **Velásquez, Diego** (1599-1660), *A Infanta Margarida Tereza em Vestido Branco*. Pintura em tela, 105x88. Viena.

Ao observar a obra de Bronzino (Fig. 1), representante da arte clássica e linear, podemos perceber que as linhas e os contornos são muito bem tracejados, principalmente em relação aos detalhes do traje. O pintor busca a nitidez absoluta do objeto. Velásquez (Fig. 2), por sua vez, volta-se para a aparência do objeto. Em relação ao traje, nota-se que, ao retratar os ornamentos com motivos em ziguezague, ele procura demonstrar a vibração da imagem em um conjunto e não o ornamento em si.

b) A evolução do plano à profundidade

Neste capítulo, Wölfflin diferencia o estilo plano de representação e o estilo em profundidade. A arte clássica dispõe os objetos em camadas planas, a fim de dar maior clareza ao que está sendo retratado. Sendo assim, o plano é caracterizado como um elemento da linha e deve sempre se sobressair como uma forma básica. Em contraposição, a arte barroca enfatiza a profundidade. “O processo de decomposição desses planos clássicos desenvolve-se paralelamente ao processo de desvalorização da linha.” (WÖLFFLIN, 2006: 141)







Antuerpia.

Todos os personagens da obra *Pietà* de Massys (Fig. 3) estão claramente dispostos em um único plano. Observa-se que a figura de Cristo segue a linha horizontal básica do quadro, a qual se prolonga até Madalena e Nicodemos. As extremidades dos corpos e até mesmo a paisagem acompanha o sentido

Figura 4: **Rubens, Peter Paul** (1577-1642) *Pietà*, ass. "P. P. RUBENS", pintura em madeira, 40,5x52,5. Viena.

do plano. No que diz respeito à *Pietà* de Rubens (Fig. 4), nota-se que o estilo de representação barroco é empregado, visto que a sensação de profundidade é bastante enfatizada vide, principalmente, ao corpo de Cristo.

c) A evolução da forma fechada (tectônica) à forma aberta (atectônica)

Toda obra de arte deve ser vista em sua totalidade, fechada, porém a arte clássica e arte barroca interpretam essa exigência de formas distintas. A forma fechada, com base tectônica e típica do Renascimento, apresenta a imagem em uma realidade limitada. Os objetos retratados são ordenados em torno de um eixo central, no qual os ângulos e as linhas verticais e horizontais se tornam elementos importantes. A arte clássica, portanto, busca uma simetria estável, um equilíbrio perfeito entre as partes do quadro.

A forma aberta e atectônica, pelo contrário, busca o ilimitado e assegura o caráter fechado no sentido estético. A arte barroca recusa a fixação do eixo central e vê a estruturação rígida do estilo clássico como sendo contrário à idéia de realidade. O emprego da diagonal prevê isto ao negar o uso de ângulos retos nas obras e o equilíbrio estável se transforma em instável, ao passo que a simetria é somente sentida como algo natural. “É perfeitamente possível a ocorrência de ordenações simétricas, mas o quadro, em si, não é estruturado simetricamente.” (WÖLFFLIN, 2006: 172)

Figura 5: **Scorel, Jan van** (1495-1562), *Madalena*. Pintura em madeira, 67x76,5. Amsterdam.

A obra de Scorel (Fig. 5) representa o estilo tectônico da Renascença. Os motivos verticais são bem delimitados, a exemplo da posição ereta da mulher, das árvores e das rochas. As linhas horizontais podem ser notadas através do braço da figura e dos galhos da árvore. O encontro dessas direções opostas forma um ângulo reto, indicando simetria e estabilidade.

Em oposição à *Madalena* de Scorel, Guido Reni (Fig. 6) retrata os motivos do quadro voltados totalmente para a diagonal, negando assim, os princípios relativos ao ângulo reto e à simetria pura. Com isso, o quadro adquire maior brandura e descontração.



Figura 6: **Reni, Guido** (1575-1642), *Madalena*. Pintura em tela, 232x152. Roma, Galeria Nazionale d'Arte Antica (Palazzo Corsini)

d) pluralidade para a unidade

A evolução da

Tanto a arte renascentista quanto a barroca buscam a unidade em suas composições, mas no primeiro caso ela é obtida pela harmonia de partes livres, ou seja, cada parte da representação possui certa autonomia em relação às outras. O conceito da unidade múltipla (pluralidade) – coordenação de figuras autônomas em um conjunto – pode ser, portanto, empregado em relação ao estilo clássico.

No segundo caso, busca-se uma fusão das figuras em um todo homogêneo e indivisível, no qual é quase impossível destacar formas isoladas. Sendo assim, as figuras



tornam-se subordinadas ao conjunto a fim de constituir uma unidade absoluta perceptível na interação da cor, luz e forma.

Figura 7: **Ticiano** (1476/77 ou 1489/90-1576), *Vênus de Urbino*. Pintura em tela, 118x167. Florença, Uffizi.

Figura 8: **Velásquez, Diego** (1599-1660), *Vênus*. Pintura em tela, 123x175. Londres.

A *Vênus* de Ticiano (Fig. 7) possui autonomia em relação aos outros objetos retratados, mas, mesmo assim, o quadro não perde sua unidade. Ele representa o estilo plural da arte clássica. No quadro de Velásquez (Fig. 8) a figura da *Vênus* está subordinada aos outros elementos representados, ao conjunto propriamente dito. Com isso, forma-se a unidade absoluta característica da arte barroca.

#### e) A clareza absoluta e relativa do objeto

A arte renascentista possui o ideal da clareza absoluta. Os artistas buscam representar o objeto em sua totalidade e para isso, a luz deve ser constante. A nitidez formal é o alvo principal. Em oposição aos clássicos, a arte barroca considera a clareza absoluta antinatural e impossível de ser percebida pelos olhos humanos. Assim sendo, o estilo do séc. XVI preconiza a clareza relativa do objeto, a imagem ilimitada e dinâmica, o caráter expressivo enfatizado através do contraste entre luz e sombra.

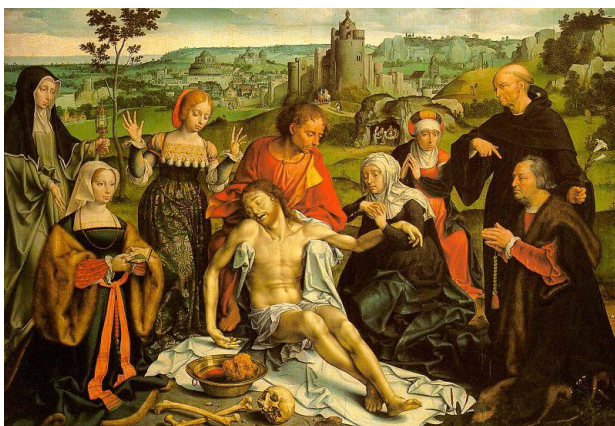


Figura 9: **Cleve, Joos van** (Mestre da Morte de Maria, c. 1485-1540), *Pietà*. Pintura em madeira, 145x206. Paris

Na obra de van Cleve (Fig. 9), todas as figuras foram representadas com clareza e em seus mínimos detalhes. A iluminação tem a finalidade de modelar o objeto adequadamente à realidade objetiva. A *Pietà* de Tintoretto (Fig. 10) é representada a partir do princípio barroco da clareza

Figura 10: **Tintoretto** (Jacopo Robusti, 1518-1594), *Pietà*. Pintura em tela, 226x292. Veneza, Academia.

relativa. O pintor, ao valorizar a sombra, confere à obra um tratamento expressivo e sentimental.

Heinrich Wölfflin procurou caracterizar a História de Arte de maneira temática através de um recorte limitado entre o Renascimento e o Barroco, apontando para as transformações das formas de assimilação das representações imagéticas, esculturais e arquitetônicas.

O método utilizado pelo autor buscou, por meio da comparação e do estabelecimento de paradigmas conceituais e temáticos, desenvolver a hipótese da evolução de determinadas técnicas de representação artística que caracterizam os períodos destacados. Segundo ele, as obras não representam somente o estilo individual, mas também o aspecto geral da representatividade em que estão inseridos – os estilos.

No desenvolvimento de sua interpretação, Wölfflin emprega a comparação com a finalidade de caracterizar as diferenças entre o dois momentos histórico-artísticos a que se propôs analisar. A partir daí, verificando a unidade de estilo referentes, respectivamente, ao Renascimento e ao Barroco, ele traça a evolução dos modos de representação através de específicos aspectos. Por isso, sua obra é dividida em capítulos cujos títulos representam tais evoluções, como apresentados no decorrer deste trabalho.

Em suma, pode-se concluir que *Considerações Fundamentais* é apresentado ao leitor de maneira didática devido a análise esquemática, comparativa e ilustrativa. Contudo, o autor procurou descentralizar o seu estudo da figura do artista, inserindo-o dentro um estilo cujos traços estão presentes em arcabouço mais amplo, tornando a leitura agradável, prazerosa e enriquecedora.

“[...] o valor expressivo em nossos conceitos *esquemáticos* (grifo meu) deve ser determinado de um modo  *muito* (grifo do autor) geral. É bem verdade que eles possuem um aspecto espiritual e, se por um lado podem ser considerados relativamente inexpressivos para caracterizar um artista em particular, por outro são altamente reveladores, quando se trata de determinar a fisionomia geral de cada época [...].” (WÖLFFLIN, 2006: 336)

- Referências

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas.** Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

RÜSEN, Jörn. *Metodologia: as regras da pesquisa histórica.* In: **A reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2007.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceitos Fundamentais da História da Arte.** São Paulo, Martins Fontes, 2006.

## **METANARRATIVAS E JOGOS DE LINGUAGEM: LYOTARD E A CRÍTICA À MODERNIDADE**

Lorena Pereira da Silva\*

*Metanarrativas e jogos de linguagem* são conceitos utilizados pelo filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1998) na obra “A condição pós-moderna”, de 1979. Para sua compreensão é necessário a constatação de que a ciência moderna, sua constituição, estruturou-se sobre a concepção de que existem sentidos a serem desvendados; de que existe a “Verdade” a ser revelada; de que existe a essência e a aparência das coisas e do mundo. Durante muitos séculos se teve hegemônica na tradição filosófica ocidental a “perspectiva religiosa cristã, segundo a qual a história tem sentido porque Deus e a Providência dirigem a sua realização” (BODEI, 2001, p. 18). Este princípio lógico a se desenvolver em sentido de uma meta, é o que Lyotard denomina *metanarrativa*.

*Metanarrativas* são filosofias da história que narram modelos explicativos universais e estáveis, ou seja, são “metassaberes” que estabelecem a perspectiva de conhecer a realidade e poder realizar um mundo mais justo; poder, através do conhecimento, emancipar o homem, trazer-lhe a luz, salvá-lo do obscurantismo, da selvageria, da alienação.

Com o desenvolvimento do pensamento moderno as explicações teológicas se enfraqueceram favorecendo o surgimento de novas filosofias da história. O novo paradigma considera a existência de um sujeito central do conhecimento, *puro*, livre de subjetividade, e um objeto onde reifica-se a verdade. Nesta dualidade, a razão proporciona toda resposta aos mistérios do mundo, proporciona o conhecimento do que é a realidade e do que é o “motor” desta realidade, diz o que é a história, como ela foi e como deve ser. A história tradicional, por exemplo, afirma dominar a verdade dos fatos e que, assim sendo, pode e deve adotá-la como “mestra da vida”, como um modelo a ser seguido, como uma razão para esclarecer e guiar os homens. René Descartes em 1637, no livro “Discurso do Método”, como um expoente desta perspectiva, defende o sujeito racional que depende apenas dele e do uso da sua razão para conhecer os princípios universais e necessários que regem a natureza e a vida. Com esta intenção de se obter o justo através da verdade temos os contratualistas clássicos modernos que ofereceram modelos explicativos filosófico-jurídicos à sociedade humana, que associavam o conhecimento da verdade à manifestação do bom e do justo. Neste mesmo sentido, encontramos a filosofia de Kant, Marx e Hegel, as quais Lyotard mais trabalha em seus livros. No caso de Marx, tem-se que a injustiça social se dá pelo fato de que os homens

---

\* Universidade Estadual de Londrina – graduação em História.

não conhecem o verdadeiro “motor” da história e suas implicações, a luta de classes. A consciência clara e evidente deste fato proporcionará aos sujeitos – ou “metassujeitos”, já que adquiriram meta - um sentido a ser percorrido na busca do bom e do justo, se constituindo assim, um objetivo concreto e universal, a sociedade sem classes. Igualmente, o capitalismo se constitui numa metanarrativa com fins ético-políticos de liberdade e igualdade entre os homens. São, portanto, projetos de totalização que pressupõem e asseguram que há sentido a conhecer, conferindo-lhes, assim, sua legitimidade à história.

Em Lyotard, encontra-se o desuso destes metarrelatos junto à crise da filosofia metafísica e da instituição universitária. A função narrativa nas sociedades informatizadas se dispersa em “nuvens de elementos de linguagem”, em jogos de linguagem, com diferentes validades pragmáticas. “Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis” (LYOTARD, 2000 (a), p. xvii). Porém, o que se faz, é a tentativa de se gerir uma “lógica que implica a comensurabilidade dos elementos e a determinabilidade do todo” (LYOTARD, 2000 (a), p. xvi). Ou seja, através de critérios científicos que se legitimam por seu caráter de eficiência e *performance*, através da “lógica do melhor desempenho”, gere-se uma medida dos jogos de linguagem, ordenados numa resolução exata, limitada, onde se sobressai o jogo de linguagem científico-tecnológico sobre os demais jogos, narrativos, literários, históricos, entre outros; melhor dizendo, busca-se excluir os outros. Assim, a pergunta a ser respondida por Lyotard fica sendo onde, após os metarrelatos, se poderá encontrar a legitimidade.

“O critério de operatividade” – responde ele – “é tecnológico, ele não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo” (LYOTARD, 2000 (a), p. xvii). Opera-se pelo desenvolvimento de mercadorias e tecnologias de informação. É, pois, quando “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna” (LYOTARD, 2000 (a), p. 3). “Simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 2000 (a), p. xvi).

Destas constatações deve-se atenuar que a *condição pós-moderna* para Lyotard não é um progresso da modernidade, é sua releitura e reescrita, frente a um grave sinal de seu violento desenvolvimento, ao pretender ordenar e classificar o mundo, os indivíduos e as coisas. O melhor desempenho para esta lógica se vê na profunda vantagem das ciências exatas sobre as ciências humanas, numa tentativa tanto quanto moderna de homogeneizar o mundo com a linguagem, números, fórmulas e metas.

### **Bibliografia:**

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

DESCARTES, Rene. *Discurso do Método*. São Paulo : Hemus, 1995

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*.– 6. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2000 (a).

\_\_\_\_\_. *Peregrinações: lei, forma, acontecimento*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000 (b).



## A RECEPÇÃO DE SADE NA LITERATURA BRASILEIRA: O CASO "MEDO DE SADE" (2000) DE BERNARDO CARVALHO

Isabella Mie Yabunaka\*

A coleção ficcional intitulada *Literatura ou Morte*, da Editora Companhia das Letras, foi criada no ano de 1999. A idéia do tema tomou forma depois de um encontro do editor Luiz Schwartz com o filósofo Leandro Konder, no qual este último lhe entregou os originais. Dessa forma, esta coleção apresenta o resultado dos convites propostos a uma série de autores, onde se exigia deles que fosse um romance policial, no qual um grande escritor da história da literatura aparecesse como personagem.

O título desta coleção ficcional nos leva a pensar que há apenas duas opções: a literatura ou a morte. A literatura, assim como a morte é imprevisível, é o que excede que foge ao controle humano, portanto, neste caso a conjunção “ou” a iguala a morte. A literatura ainda abre diversas possibilidades de atribuição de sentido ao real e ao passado.

O renomado escritor brasileiro Bernardo Carvalho<sup>1</sup> aceitou o convite da editora, produzindo a obra *Medo de Sade*, publicada em 2000, para integrar a coleção ficcional. É possível reconhecer características marcantes que estão presentes em grande parte de suas obras, tal como a utilização da estrutura narrativa, e outra que é a linha tênue entre o real e o ficcional.

Nesta obra Carvalho se aproxima da estrutura de uma peça teatral<sup>2</sup>, utilizando-se de uma narrativa que toma a forma de seqüências e diálogos, apresentando diferentes localidades, e diferentes temporalidades, onde os próprios personagens parecem encenar uma farsa. É uma obra que se compõe pela mistura da realidade e da ficção, por meio de uma linguagem elaborada, onde o leitor assume um papel fundamental.

O romance, como numa peça teatral, é dividido em dois atos, que se intercalam uma na outra, e que ao que parece, ao final formam apenas uma história. O primeiro ato se passaria na França do século XVIII, e tem como personagem principal o barão de LaChafoi. Ele se

---

\*Universidade Estadual de Londrina, graduanda em História, bolsista da CNPQ.

<sup>1</sup> O escritor e jornalista Bernardo Carvalho é um dos mais premiados escritores contemporâneos do Brasil, já ganhou prêmios literários como o Jabuti. Publicações, todos pela Companhia das Letras: *Aberração* (1993), *Onze* (1995), *Os bêbados e os sonâmbulos* (1996), *Teatro* (1998), *As iniciais* (1999), *Nove Noites* (2002), *Mongólia*(2004).

<sup>2</sup> Carvalho já havia se utilizado desta estrutura teatral outra obra, *Teatro* (1998).

encontra em um local onde de acordo com o narrador “não há uma luz sequer em lugar nenhum”.<sup>3</sup>

[...] Tudo começou quando, uma semana antes, acordou de uma noite de devassidão e excessos, dos quais infelizmente não tinha a menor lembrança, com os gritos dos guardas que o cercavam pela manhã, sob impropérios e acusações. Mal se lembrava de onde estava – e nada do que havia acontecido nas últimas horas. Alguém tinha sido assassinado. Eles gritavam, mas não revelavam quem: “Todos os que restaram vivos são suspeitos!” (CARVALHO, 2000: 13)

No interior da cela que supunha escura, pois nada se enxergava, o barão de LaChafoi, tomou conhecimento de estar envolvido em um crime, e passou a pressupor que estava em Charenton, o hospício em que o Marquês de Sade de fato esteve internado no período de 1803 a 1814. Foi mandado para o hospício, pois havia sido dado como louco, de tanto perguntar quem tinha morrido. O barão se encontrava em uma situação que se tornava cada vez mais incompreensível.

O barão é recebido soturnamente por uma voz, e dão início a um longo diálogo. Ele passará a chamar esta “Voz” de mestre, pois imagina pertencer a seu ídolo Marquês de Sade, mas que em nenhum momento é confirmada como tal. LaChafoi passa a lhe relatar sobre os acontecimentos que o levaram até lá. Junto a seu mestre, o barão libertino busca respostas para o que teria acontecido de errado durante a orgia que promoveu em seu castelo de Lagrange. Durante o decorrer do diálogo, o barão tem a impressão de ter visões, ele faz questionamentos acerca delas para a “Voz”, que lhe esclarece: “Já disse que são alucinações. É normal quando não há luz sequer em lugar nenhum. [...]”<sup>4</sup>

O barão de LaChafoi era grande admirador do Marquês de Sade, e se dizia um discípulo dele, tendo feito a sua educação em suas histórias que corriam os mais secretos salões da França. Por isso, o seu mestre, Sade, seria a única pessoa que poderia ajudá-lo em sua defesa<sup>5</sup>. Por considerar que a “Voz” seria o próprio Sade, o barão busca junto a ele uma solução para o mistério. A “Voz” guia os pensamentos do barão, para juntos tentar chegar a

---

<sup>3</sup> CARVALHO, Bernardo. *Medo de Sade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 13

<sup>4</sup> *Idem*, p. 30

<sup>5</sup> Na noite de Lagrange, os participantes teriam tomado pastilhas de anis, com efeitos afrodisíacos, que segundo o barão, havia sido utilizado pelo próprio Marquês de Sade na célebre noite de Marselha, que teria servido a mesma receita às quatro prostitutas.

uma conclusão, assim diz a LaChafoi que o caminho é “duvidar de todas as certezas. Até as mais básicas.”<sup>6</sup>

Neste ato, o grande enigma é desvendar qual dos participantes – sua esposa, seu primo o Conde de Suz, e a criada do conde, a bela Martine – da noite organizada pelo barão, teria sido assassinado nessa noite, da qual ele não tinha a menor lembrança, e o pior é que estava sendo acusado de tal crime.

No segundo ato o leitor é trazido para a contemporaneidade, e ele se inicia sob uma luz branca ofuscante. Dois homens são apresentados, um negro de branco e um branco de branco que conversam e caminham por um corredor de azulejos brancos. O negro de branco irá relatar sobre o interno do segundo ato, que se trata de um cidadão francês, seguidor da filosofia libertina de um tal barão de LaChafoi, que encomendou, na cidade do Rio de Janeiro, a morte de sua esposa, também francesa, e ele acredita ser o próprio barão libertino.

[...] Esteve em todos os jornais. Desde o começo, todo mundo sabia quem era o assassino. Não havia a menor dúvida. Mesmo se nunca nada chegou a ser provado. Não era preciso ser muito inteligente. Mas o mundo precisa de provas. Ele acabou confessando, à sua maneira, é lógico, que tomaram por ilógica. Porque não conseguiram encontrar os matadores. Não havia provas. (CARVALHO, 2000: 67)

Depois do casamento, o casal francês percebeu que o amor não resiste ao tempo, e para tentar preencher esta relação falida eles fizeram um pacto, que foi proposto pela mulher, estabelecendo uma relação que se baseava na traição e no horror. A traição, que a princípio fica implícito nos casamentos, neste caso, ele é explícito e é o que fundamenta a relação do casal. Segundo eles, só o horror podia manter um casamento, pois o amor não resiste ao tempo, ele morre.

A esse jogo de horrores deram o nome de “medo de Sade”. O jogo seguia uma lógica própria criada por ela, onde um conjuge pregava uma peça no outro, uma mais horrível que a outra, de forma alternada e sucessiva. Quem tivesse medo do ato do outro, perdia. Ao mandar matá-la, ele perdeu o jogo, ele trapaceou, pois até a traição tem suas regras. Assim, este jogo culminará com a morte de um e a loucura do outro. E ao morrer, ela ganhou o jogo.

O francês foi tomado pelo horror que ela lhe deixou de herança dentro da loja de revistas do aeroporto, com o jornal velho de três dias na mão. Um horror capaz de varrer toda a lógica deste mundo que fede e onde ninguém é responsável de nada. Somos todos vítimas do horror, mesmo quando estamos matando, somos vítimas

---

<sup>6</sup> *Idem*, p. 49

inocentes do horror [...] O horror é a única coisa que não morre [...] (CARVALHO, 2000: 104)

O narrador do romance chama a atenção para um detalhe que se mostra essencial para se compreender a obra: “O importante não é quem matou, mas o paradoxo do homicídio.”<sup>7</sup>

O romance trás dados históricos acerca de Sade, homem do século XVIII, considerado um escritor maldito em seu tempo. Sade tornou-se digno de ser incluído na lista dos clássicos pela nossa sociedade contemporânea, mas a sua obra ainda hoje é desconhecida pela maioria das pessoas, sendo o seu nome mais associado a uma patologia, o sadismo. Carvalho em seu romance constrói uma narrativa, com uma combinação complexa entre a história e a literatura, entre verdade e ficção, onde os limites de cada uma se desfazem ao longo da trama. Há no decorrer de todo o livro, diversos questionamentos, acerca da razão, da lógica, da verdade, das convenções, das tradições. Para tanto, propõe que Medo de Sade seja lido como um romance de metaficção historiográfica.

A história e a literatura tiveram a sua separação no século XIX, com o advento da história científica de Leopold Von Ranke, historiador alemão, antes disso eram consideradas como ramos da mesma árvore do saber. Os críticos da história e da ficção estão mais concentrados em suas semelhanças que em suas diferenças, pois é na verossimilhança que elas são geradas, e onde também obtêm suas forças. Elas tiveram desde sempre uma relação de proximidade, pois segundo Linda Hutcheon:

a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (“aplicações da imaginação modeladora e organizadora”). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes. Isso não é um “desonesto refúgio para escapar à verdade”, mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos. (HUTCHEON, 1991: 122)

Durante a década de 1960, teria surgido um novo interesse da literatura pela história, que era considerada uma vertente do movimento pós-moderno. Era uma nova forma narrativa de dar sentido ao passado, e foi identificada pela crítica literária canadense Linda Hutcheon pelo nome de *metaficção historiográfica*. Hutcheon é professora titular do departamento de Inglês e Literatura comparada da Universidade de Toronto, Canadá, é uma das mais respeitadas estudiosas da cultura contemporânea, com expressiva produção acadêmica

---

<sup>7</sup>Idem, p. 67.

refletida em vários livros publicados, tendo escrito trabalhos fundamentais sobre a ironia e o pós-modernismo.

Em seu livro *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção* (1991), a principal preocupação de Hutcheon se volta para a problematização da história pelo pós-modernismo. Ela explica que devemos iniciar pela compreensão do pós-modernismo como “uma atividade cultural que pode ser detectada na maioria das formas de arte e em muitas correntes de pensamento atuais”. E o que ela chama de pós-moderno é um fenômeno cultural fundamentalmente contraditório, deliberadamente histórico e inevitavelmente político. Por isso essa cultura tem um relacionamento contraditório com aquilo que costumam classificar como cultura dominante, ou, cultura tradicional, e é por isso que ela contesta a separação tradicional da história e da literatura, ela levanta reflexões acerca do conhecimento já existente.

O gênero romance, especificamente aquilo que Hutcheon chama de metaficção historiográfica é enfatizado em seu estudo, e define:

Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente auto-reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos [...] sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser a base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado. (HUTCHEON, 1991: 21-22)

De acordo com Hutcheon, a nossa confiança nas epistemologias empiricista e positivista está abalada, tanto na ficção como na escrita da história, isso justifica o ceticismo do pós-modernismo. Deste modo, essa auto-reflexão causada pelo questionamento das verdades históricas, feito por meio da ficção, é a diferença existente entre a metaficção historiográfica e o romance histórico.

A metaficcionalidade dos romances coloca em debate o problema do conhecimento do passado, de como é possível conhecê-lo, a forma como se escreve a respeito da “realidade” do passado, sobre os fatos conhecidos. No romance pós-moderno, como também pode ser chamado a metaficção historiográfica, a literatura e a história fundem-se, rompem suas fronteiras simultaneamente, tornam-se fluídas, mostrando-se gêneros indefinidos e permeáveis.

A relação entre literatura e história é muito antiga e complexa, por isso surge dificuldade em delinear de maneira precisa o limite de cada uma dessas disciplinas. Na

antiguidade os gregos já levantavam questionamentos acerca da separação delas, e estas reflexões suscitaram ao longo do tempo compreensões diferentes entre os pesquisadores desse ramo.

Aristóteles, por exemplo, considerou que a diferença existente entre o historiador e o poeta, é o fato do primeiro só poder narrar a respeito do que aconteceu, enquanto o segundo poderia narrar sobre o que poderia acontecer, possuindo este, a liberdade de tecer sua trama em várias unidades e de escapar da sucessão linear da história. A escrita da história, era diferente da ficção, não tinha as limitações da possibilidade e da probabilidade.

A história e ficção são elaboradas a partir das experiências, dos acontecimentos e das vivências. Há a tendência de se dizer que a história apoia-se em fontes documentais para recriar o passado. A ficção é fingimento, ela transpõe, recria e reinventa fatos e personagens históricos emprestados da história, e apresenta novas interpretações através do romance. Na metaficção historiográfica as duas formas narrativas se juntam e se conciliam para problematizar a história tradicional e revelar ao público, versões inéditas de interpretações, trazendo uma reelaboração crítica, com análises questionativas inquietantes para o homem e mostrar as incertezas contidas em um mundo instável de provisoriedade e indeterminação.

Linda Hutcheon considera que a ficção e a história são construções linguísticas, convencionalizadas em suas formas narrativas, “que se distinguem por suas estruturas, estruturas que a metaficção historiográfica começa por estabelecer e depois contraria” (HUTCHEON, 1991: 146). Portanto, essa nova modalidade de romance que trata da história, sem, no entanto, pretender ser história, revela uma leitura alternativa do passado como uma crítica à história oficial, e esta negação da verdade absoluta se deve ao caráter contraditório do pós-modernismo.

Aquilo que a autora chama de pós-modernismo na ficção:

Usa e abusa paradoxalmente das convenções do realismo e do modernismo, e o faz com o objetivo de contestar a transparência dessas convenções, de evitar a atenuação das contradições que fazem com que o pós-modernismo seja o que é: histórico e metaficcional, contextual e auto-reflexivo, sempre consciente de seu status de discurso, de elaboração humana. (HUTCHEON, 1991: 78-79)

Enquanto no romance histórico, do século XVIII, as preocupações se davam em relação às mentiras, e à falsidade, a pós-modernidade procura mostrar que só existem verdades no plural, e de que não existe nenhuma verdade eterna, pois a metaficção historiográfica adota

uma ideologia de pluralidade e reconhecimento da diferença. O autor desta modalidade de romance faz o ato de repensar o fato histórico, buscando um novo sentido à história anteriormente conhecida, revelando novas vozes e novas versões da realidade.

Georg Lukács elaborou as características do romance histórico, sendo esta a mais influente e específica, e embasada nesse estudo, Hutcheon (1991) descreve os perfis do romance histórico e do metaficcional historiográfico. De acordo com ela, na concepção de Lukács, o romance histórico encena o processo histórico por meio da apresentação de um microcosmo que generaliza e concentra, onde o protagonista deveria ser um tipo, sendo ele uma síntese do geral e do particular. A partir desta definição, na concepção de Hutcheon, os protagonistas da metaficção historiográfica são os marginalizados, os excêntricos, as figuras periféricas da história ficcional. Com o reconhecimento das diferenças, não existe a noção de universalidade cultural, o tipo perde a função, sendo atacado com ironia quando aparece.

Ainda sobre as diferenças entre o romance histórico e o metaficcional historiográfico, Lukács considera que a utilização do detalhe é insignificante, sendo apenas um meio de obter veracidade histórica. Já o romance pós-moderno, segundo Hutcheon (1991), contesta essa característica, pois os detalhes tornam-se importantes, então se aproveita das verdades e das mentiras do registro histórico. Outra característica estabelecida por Lukács é a colocação dos personagens históricos nos papéis secundários, pois eles são introduzidos nos romances com o intuito de legitimizar, de dar autenticidade ao mundo ficcional.

De acordo com Hutcheon, o conhecimento do passado “real” não existe, o acesso a ele está condicionada por meio dos vestígios textualizados:

O principal vínculo do texto com o “mundo”, um vínculo que reconhece sua identidade como construto, e não o simulacro de um exterior “real”. Mais uma vez, isso não nega que o passado “real” tenha existido; apenas condiciona nossa forma de conhecer esse passado. Só podemos conhecê-lo por meio de seus vestígios, de suas relíquias. (HUTCHEON, 1991: 158)

Então, se o conhecimento do passado que existiu só pode ser acessado por meio do texto, o leitor, diante da metaficção historiográfica, se torna um elemento fundamental na relação entre imaginação e realidade.

E conforme discute Hutcheon (1991), tanto a historiografia quanto a ficção constituem seus objetos de atenção, decidem quais os acontecimentos que se transformarão em fatos. O historiador, assim como o ficcionista, tem por objetivo arranjar, selecionar, e organizar os

eventos identificados no passado. Devido a ambas serem elaborações humanas, não podem escapar da subjetividade do sujeito que escreve. “Os fatos não são preexistentes, e sim construídos pelos tipos de perguntas que fazemos aos acontecimentos”. (*apud* WHITE, HUTCHEON, 1991: 162)

Os fatos narrados, em sua maioria, diziam respeito aos vencedores, sendo esta a versão que permanecia, a chamada história oficial. Hoje, passamos a ter contato com outras vozes históricas, e também conhecemos as histórias dos perdedores, ou seja, dos marginalizados.

Segundo Hutcheon, a metaficção historiográfica demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história é discursivamente estruturada. Sabemos que cada época faz a reconstrução do passado sob perspectivas diferentes, onde busca responder os mais diversos questionamentos que se apresentam.

O pós-modernismo se relaciona com a cultura contemporânea, de forma que ao mesmo tempo em que se envolve, ela também a critica. Portanto, ela questiona as instituições, sistemas centralizados, hierarquizados e fechados, como os meios de comunicação, as universidades, as artes, a dança, os museus e os teatros. O pós-modernismo confronta os paradoxos da representação fictícia/histórica, do particular/geral e do presente/ passado.

Artista de seu tempo, conseqüentemente, Carvalho é influenciado pela cultura pós-moderna. Produziu nos últimos anos, obras onde ele problematiza a história, e para isso fundiu a história e a literatura, para levar os leitores a produzir questionamentos acerca das tradições, das convenções, acerca das verdades históricas que nos são impostas. *Nove Noites* é outra obra de Carvalho, que também pode ser lida como um romance de metaficcional historiográfico.

Assim Bernardo Carvalho descreve nos agradecimentos, o seu sexto romance *Nove Noites*, publicado em 2002: “Este é um livro de ficção, embora esteja baseado em fatos, experiências e pessoas reais. É uma combinação de memória e imaginação – como todo romance, em maior ou menor grau, de forma mais ou menos direta” (CARVALHO, 2002: 151). Trata-se de outro romance de Carvalho, com uma complexa estrutura, que também é considerado pelos estudiosos como uma obra de metaficção historiográfica. A leitura desta obra costuma despertar nos leitores, o questionamento acerca do que é história e o que é ficção nesse romance, e essa dúvida acompanhará o leitor ao longo de todo o romance.



Nove Noites narra a história de um jornalista, que deseja descobrir os motivos que levaram o jovem antropólogo norte-americano Buell Quain aos 27 anos, em 2 de agosto de 1939, a se matar de forma violenta. O fato teria ocorrido enquanto ele voltava para a cidade, vindo de uma aldeia indígena, a dos índios Krahôs, localizada no Tocantins, onde ele permaneceu durante algum tempo realizando pesquisas. O romance narra que, no meio da floresta, sem motivos aparentes, Quain teria se retalhado e se enforcado em frente a dois índios, os quais suplicaram para que não realizasse o ato trágico.

O interesse em elucidar esse enigma foi despertado no jornalista após ler no jornal *Folha de S.Paulo*, um artigo escrito por uma antropóloga, onde ela fazia uma rápida menção à morte de Buell Quain. Inexplicavelmente obcecado com o nome do antropólogo, o jornalista inicia uma investigação detetivesca, e começa uma busca por pistas sobre a sua misteriosa morte, realizando pesquisas, consulta a arquivos, público e privado, atrás das cartas com memórias do antropólogo, e atrás dos que o conheceram na época.

A morte do antropólogo norte-americano Buell Quain é um fato verídico, ocorrido há muito tempo, às vésperas da Segunda Grande Guerra, e a narrativa se desenvolve a partir deste acontecimento. O caso se tornou um tabu no meio científico da época, e sem grande repercussão, foi logo esquecido e permaneceu desconhecido do público. O suicídio do antropólogo havia sido comprovado pelas cartas deixadas por ele e pelo testemunho dos índios que o acompanhavam.

Neste romance o autor mistura os fatos e os personagens reais aos ficcionais, criando uma narrativa composta por duas temporalidades. Elas se processam através de duas vozes narrativas que se dão na primeira pessoa, cujos narradores são diferenciados pela forma gráfica das respectivas narrativas, elas contam duas histórias distintas, das quais também são personagens. A partir da história sobre Quain, o jornalista-narrador acaba por contar a sua própria.

A história do suicídio de Buell Quain é apresentada ao leitor por meio do testamento do engenheiro Manoel Perna, morador de Carolina -- cidade ao sul do Maranhão, próxima ao Estado do Tocantins, que o antropólogo frequentou devido à proximidade da aldeia onde estava. Manoel Perna teria conhecido Quain pessoalmente, na vida real, e estiveram na companhia um do outro ao longo de nove noites (as de suas visitas à cidade), no qual partilharam conversas e confidências.

O elo entre as histórias de Buell Quain e a do jornalista, se dá numa passagem de vida pessoal do narrador-personagem. Quando seu pai estava internado, já à beira da morte, ele acaba presenciando a morte do companheiro de quarto dele, que era um velho fotógrafo norte-americano, que havia passado seus últimos dias à espera de um certo “Bill Cohen”, com quem o narrador foi confundido pelo fotógrafo. Anos mais tarde, lendo um artigo que fazia uma rápida menção ao suicídio de Buell Quain, o jornalista se dá conta da semelhança entres os dois nomes, e surge daí o interesse em investigar as razões do suicídio de Quain.

Além de fundamentar-se em um acontecimento verídico, a história do livro procede em parte com a do próprio autor. Carvalho soube de Quain lendo um artigo no “Jornal de Resenhas”, da “Folha de S.Paulo”, escrito pela antropóloga Mariza Corrêa, passando a se interessar pela história de sua misteriosa morte. Na orelha do livro, há uma foto de Carvalho quando criança, aos seis anos de idade, ao lado de um índio do Xingu, região onde de fato seu pai foi proprietário de terras. Somam-se a esses fatos reais, outros como, por exemplo, a referência ao atentado às torres gêmeas, nos Estados Unidos, e a referência ao antropólogo Lévi-Strauss.

Semelhante ao trabalho de pesquisa do historiador, Carvalho empreendeu por conta própria, uma investigação em busca de provas e indícios que esclarecessem o suicídio de Buell Quain. A investigação o levou a diversos arquivos, no Brasil e nos EUA, e também foi ao que restou da aldeia de índios Krahô, onde Quain permaneceu durante um período de pesquisas, antes de se matar. E como o historiador, transformou o resultado de sua pesquisa em uma narrativa, em forma de romance, onde resgatou um acontecimento do passado, reescrevendo-a conforme a sua própria ótica, fazendo com que os leitores também repensem tais fatos, reinterpretando-os de maneira crítica.

Referência Bibliográfica:

CARVALHO, Bernardo. *Medo de Sade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nove Noites*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1991.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

**MORALIZAÇÃO, PRAGMATIZAÇÃO E RIDICULARIZAÇÃO:  
UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE JÖRN RÜSEN E RAINER WERNER  
FASSBINDER SOBRE A DIMENSÃO FORMATIVA DA HISTÓRIA**

Graciene Valdez Pereira Andrade\*

A discussão em torno do papel formativo da história como ferramenta de orientação da vida humana aparenta ser inesgotável, visto que os questionamentos daí pulsantes constituem a própria essência do conhecimento histórico. No entanto, considera-se que a pergunta primeira, a questão mais elementar presente nessa problemática, seja acerca da utilidade ou serventia do desenvolvimento do saber histórico na formação individual ou coletiva. Para que serve o conhecimento histórico? Por que desenvolver a consciência histórica? Qual a importância da memória ou do passado para a vida prática do homem? As perguntas podem aparecer de diversas maneiras, porém, todas nascem da mesma fonte.

Longe de objetivar estabelecer respostas definitivas, o presente escrito visa fazer uso das concepções de Jörn Rüsen, autor que há décadas investiga os fundamentos da ciência histórica, para lançar luz sobre como a história torna-se relevante frente à carência de orientação na vida humana prática. Para a elucidação de tal assertiva será aqui empreendido um canal de comunicação entre a percepção de Rüsen e a representação artística de Rainer Werner Fassbinder, cineasta alemão que apresentou em seu trabalho uma crítica potente à conduta humana orientada pelo discurso histórico de determinada época.

O ponto de contato entre os distintos autores dá-se a partir da análise do conflito geracional que se instalou, em especial, quando da crise do Estado alemão na década de 1970. Tal escolha baseia-se na concepção rüseniana de que “a crise constitui a experiência histórica” (RÜSEN, 2009: 170). Isto significa que é na ocorrência de um evento contingente onde o processo de interpretação da consciência histórica se desenvolve, ou seja, busca-se sentido para a experiência no tempo. Considera-se, portanto, que os conflitos estabelecidos na conjuntura em perspectiva pautaram-se em “diferentes modos de lidar com o passado na vida social” (RÜSEN, 2009: 166) decorrentes da distensão ideológica entre as gerações do pós-guerra.

---

\* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); graduanda em História; bolsista de IC-CNPQ; e-mail: gracienevpa@hotmail.com

Em 1979, Fassbinder torna pública a obra cinematográfica “A Terceira Geração” (“Die Dritte Generation”). O enredo narra a experiência de uma nova geração de “terroristas urbanos”, composta por um grupo de jovens ativistas políticos, que tenta articular o sequestro de um empresário do ramo de computadores. O filme conta com uma considerável dose de humor, uma vez que os ativistas se dedicam a intermináveis confabulações e agem sempre de forma impulsiva, expondo o risível nas ações dos homens. Por outro lado, os personagens, da maneira como são expostos, simbolizam o desespero, o medo da morte e as inseguranças de jovens que querem mudar um mundo que não compreendem. Entre outros aspectos, a obra carrega a descrença do diretor no ativismo político daquela geração. Essa fundamentação deliberadamente crítica do cineasta representa não só um entendimento particular da realidade que reconhece, mas o modo de composição da obra apresenta uma tomada de posição frente à crise de identidade deflagrada no Estado alemão.

Neste período, conforme Thomas Elsaesser, a Alemanha Ocidental figurava entre uma das mais frágeis democracias modernas, visto que o nascimento da República Federal da Alemanha pautou-se na construção de uma identidade auto-definida e de consenso social, o que não significou a efetiva representação da sociedade alemã. Para o autor, a crise que se instaurou é resultado da incapacidade do Estado de autoridade em legitimar o poder institucional e a lei, aliada com a decadência do papel simbólico do pai como cabeça da família (ELSAESSER, 1996: cap.1). Como consequência da fragilidade do poder do Estado democrático, houve o elogio da força como meio de sustentação. Estabeleceu-se um Estado de violência ou Estado policial que significou, na prática, a expansão do poder dos meios de segurança, ou seja, a amplificação do uso da violência.

Em contrapartida, ações de violência contra o patrimônio público nacional são perpetradas por jovens, na sua maioria, alinhados com a extrema esquerda política. Fenômeno denominado pelas autoridades de “terrorismo urbano”. Tal tomada de posição da juventude externou a insatisfação de setores da sociedade com a redução das liberdades civis e da participação política, frutos do endurecimento do Estado alemão. Na verdade, o número de ativistas radicais era irrisório dentre a geração mais jovem e participativa, mas a onda de incerteza e insegurança causada pelos sequestros, assassinatos políticos e atentados à bomba determinou significativamente os rumos da vida política no país (BERGHAHN, 1987: 254).

O descontentamento da juventude estava, contudo, sedimentado no conflito geracional, provocado não só pela frágil democracia alemã, que não conseguiu promover o diálogo dos novos atores sociais com o passado turbulento da nação, mas também pela infrutífera busca por respostas dentro do seio familiar. É possível considerar que o tópico de distensão entre jovens e velhos era sobre as estruturas que culminaram no Terceiro Reich (ELIAS, 1997: 209). A sensação para as novas gerações era a de que muito pouco mudou no país desde a eclosão e queda do Nazismo. Para os filhos e netos da guerra era difícil aceitar o silêncio perpetuado pelos pais e avós. As dúvidas e questionamentos sobre suas condutas durante a página negra da história alemã permaneciam sem resolução, uma vez que optou-se pela propagação de mitos e lendas e pela cultura da negação (BERGHAIN, 1987: 253-254).

Esta conjuntura demonstra, em primeiro lugar, a importância da memória e da consciência histórica na construção daquela sociedade. Aqui, entende-se por memória aquilo “que torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente” (RÜSEN, 2009: 164). Já a consciência histórica “é uma forma específica de memória histórica” (RÜSEN, 2009: 168). Segundo Rüsen, ela é um processo mental que conta com quatro fases: percepção, interpretação, orientação e motivação (RÜSEN, 2009: idem). Em segundo lugar, memória histórica e consciência histórica são fatores envolvidos em véus de complexidade significativa. Naquela juventude alemã a tomada de consciência do passado reflete certo grau de rejeição e repúdio à memória oficial instaurada. A partir do processo de reconhecimento da história, nota-se o esforço em atribuir novos significados.

Vê-se que as gerações diretamente envolvidas com a guerra, na busca por um “culpado” pelas atrocidades do período nazista, responsabilizaram o nacionalismo. A cultura popular, taxada de nacionalista, foi renegada por ser sentimentalista e irracional. Essa construção, vale destacar, foi proveniente do meio acadêmico no imediato pós-guerra (ELSAESSER, 1996: 14). Já a icônica geração de 1968, como exemplo mais simbólico, considerou que o sistema de educação, os valores familiares autoritários, a carência da Alemanha em instituições democráticas, a falta de responsabilidade civil pelas ideias agressivas que construíram a identidade nacional, todos esses fatores reunidos, levaram ao genocídio e ao expansionismo territorial. Ao olhar para os erros históricos do passado alemão, essa geração identificou o papel negativo da burguesia como classe e do autoritarismo como

ideologia (ELSAESSER, 1996: 15). Esse modo de olhar o passado se perpetuou na juventude dos anos 70.

Portanto, a memória, no primeiro caso, mostra-se “guiada pelos princípios do uso prático” (RÜSEN, 2009: 166), uma vez que a necessidade de atribuir um significado para a experiência traumática da guerra, aliada com a urgência dos sujeitos em responsabilizar-se, geraram uma interpretação marcada pelo presente. No entanto, a memória cultural (RÜSEN, 2009: 167), estabelecida na sociedade pela institucionalização dos preceitos nascidos do imediato pós-guerra passa a ser questionada durante a sucessão geracional. Nesse caso, as gerações mais jovens desenvolvem uma consciência histórica sobre o passado “guiada por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade” (RÜSEN, 2009: 166), e então, mudar o presente significa estar objetivando o futuro. Em síntese, a memória e a consciência histórica diferenciam-se aqui por conta da existência de elementos catalisadores distintos: “a memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição” (RÜSEN, 2009: idem).

Munido de todo o debate pertencente à sua realidade imediata, Fassbinder enxergava a República Federal da Alemanha como uma falsa democracia, onde reinava uma restrição velada à liberdade. No seu entendimento, a violência urbana contra o Estado e a partir do Estado é considerada uma consequência da incapacidade da República Federal, auto-proclamada democrática, em ser, de fato, um país mais justo e igualitário (FASSBINDER, 1988: 91). Tal visão está vivamente retratada em “A Terceira Geração”. Porém, o que pode ser considerada a grande contribuição do argumento do filme, deixando de lado a obra artística e tomando nota do filme como narrativa histórica, é o entendimento sobre as gerações do pós-guerra e, em um esforço duplo, das gerações de “terroristas”, cuja terceira geração dá título ao filme.

Sobre as gerações que perpetuaram ações terroristas, Fassbinder considera que a primeira foi a geração de 1968, que se sentiu impotente apenas na propagação de sua ideologia; a segunda seria a geração, que em nome da ideologia da primeira, optou pela criminalidade; e a terceira é aquela que não possui ideologia, “o perigo, a aventura como objetivo em si – estas são as motivações da terceira geração”(FASSBINDER, 1988: idem). Paralelamente, a partir do núcleo de personagens que constituem a família Gast - avô, pai e filho - é possível observar o retrato das gerações do pós-guerra. A primeira geração representa a moralização da

história alemã; a segunda, a pragmatização frente às continuidades e discontinuidades com a geração anterior; e a terceira representa a ridicularização ou banalização da violência.

A postura moralizante do avô demonstra o elogio dos valores retidos como burgueses: “a lei e a ordem, o respeito pela autoridade, a confiabilidade e o trabalho pesado”. Tais prerrogativas fazem parte do discurso autoritário e nacionalista que culminaram no Terceiro Reich (ELIAS, 1997: 209-210). O personagem emana autoridade, dureza de caráter e rigidez, características que podem ser compreendidas no âmbito de uma educação patriarcal e severa de início do século XX. O senhor Gast ainda é exposto como um ator social que não pertence mais à sociedade que o rodeia. Sua participação na trama se restringe a discursos de glorificação do período de guerras e a indignação por não ser mais capaz de compreender as pessoas.

O personagem Gast, policial e filho, simboliza a desconstrução dos valores burgueses personificados no personagem anterior. Faz parte da máquina do Estado, como peça importante de proteção e execução das normas, mas concentra o principal ponto de corrupção, uma vez que transita pelos diversos núcleos e focos de ação do filme. Ele submete os valores burgueses de seu pai a uma conduta pragmática e, dessa maneira, também representa uma geração sem ideologias. Para Gast ser moralista é ser antiquado, o que resume o teor de desacordo com a geração de seu pai. Na sua figura há, contudo, continuidades e discontinuidades em relação à geração que o precedeu. O conflito entre pai e filho, sua inserção no sistema como funcionário do Estado e talvez o modelo de casamento que ele mantém representam continuidades. A negação do moralismo, da dureza de caráter, da autoridade, dos valores familiares no geral, e a corruptividade, que faz parte das suas ações, podem ser consideradas como discontinuidades.

Já Edgar Gast, neto e filho, é membro do grupo terrorista. Observa-se que entre Edgar e o avô, a lacuna ou separação entre as gerações é mais ideológica, enquanto que entre Edgar e seu pai o distanciamento se dá nas escolhas e no modo de condução da vida. Esse personagem representa que a fragilidade emocional e a sensibilidade artística que a constituem são quase uma causa ou um resultado do seu ambiente familiar. É talvez o reflexo da contraditoriedade do pai e do caráter rígido do avô. No avô, entretanto, ele encontra apoio e afeto, já no pai encontra a ausência de ambos. A ridicularização presente na sua conduta tem algumas facetas. Primeiro, no argumento do diretor da narrativa, onde está presente uma



descrença nas motivações do “terrorismo urbano” praticado pelo grupo que compõe a terceira geração; segundo, ainda a partir das características de Fassbinder, no tocante às suas representações, há a diminuição da masculinidade do personagem ao posicioná-lo no âmbito familiar; um terceiro ponto é a vulnerabilidade e o desequilíbrio emocional de Edgar frente ao ato de violência que presencia na trama. O que é contraditório, uma vez que ele mesmo pratica atos de violência.

Este quadro apresentado, de modo geral, pode ser utilizado para analisar o processo de desenvolvimento da consciência histórica realizado pelas gerações do pós-guerra. As três gerações em destaque possuem em comum a especificidade da perspectiva temporal, “na qual o passado está relacionado com o presente e através do presente com o futuro” (RÜSEN, 2009: 168). Desse modo, é possível observar as fases do processo mental da consciência histórica, já citadas anteriormente, como determinantes na forma de atribuição de sentido. Na primeira, ocorre a “percepção de um outro tempo como diferente” (RÜSEN, 2009: idem). Na narrativa de Fassbinder, tal percepção está ligada ao sentimento de pertencimento àquela sociedade. O avô, por conta dos valores referentes à outra época e sua decorrente experiência, tangencia a sociedade estabelecida, pois surge um sentimento de deslocamento e obsolescência; o pai sugere uma necessidade de transgressão dos valores que reconhece; e o filho sente a necessidade de transformar o presente e o futuro a partir da rejeição ao passado. A segunda fase é a da interpretação, na qual as continuidades e discontinuidades são colocadas em perspectiva. Aqui as gerações estabelecem os pontos de contato e de distensão com o passado. A terceira fase caracteriza-se pela orientação. A partir da interpretação o sujeito se orienta externamente, através da sua conduta como membro social, e internamente, pelas concepções de identidade. É nessa etapa do processo onde o avô assume a postura moralizante, o pai a pragmática, e o filho a ridicularizante. E, por fim, a quarta fase representa “a motivação para a ação que uma orientação oferece” (RÜSEN, 2009: 169). Na figura do avô encontramos o distanciamento em prol de “concepções históricas de grandeza nacional” (RÜSEN, 2009: idem). No policial Gast manifesta-se a predisposição à corruptividade. No personagem Edgar, representante do grupo terrorista, vemos o elogio da violência como meio de transformação da sociedade.

Percepção, interpretação, orientação e motivação, portanto, mostram-se um caminho válido para compreender a conduta daqueles atores sociais expostos na obra cinematográfica

em destaque. Ou, em outras palavras, constroem com clareza o percurso do processo que desemboca na consciência histórica. Vale frisar, que Rüsen parte do pressuposto de promover uma sistematização artificial, com fins de organização.

Contudo, é possível depreender, ainda que resumidamente, que a narrativa cinematográfica de Fassbinder fornece um panorama significativo sobre o conflito de gerações presente na realidade de crise do Estado alemão. As ações das gerações que o cineasta reconhece estão diretamente ligadas à busca pelo significado da memória coletiva da nação e ao processo de construção da consciência histórica, que impõe ao sujeito uma perspectiva temporal. Ambas concepções presentes na contribuição teórica de Rüsen. A realidade de crise política e social deixa-se permear por questões plurais e de complexidade relevante, porém, não seria inequívoco considerar que a crise de identidade proveniente da relação deficiente com o passado determinou os termos do conflito. Desse modo, o diálogo proposto entre a teorização e a obra de arte complementam-se na interpretação do episódio histórico.

#### Referências Bibliográficas:

BERGHAWN, V. R. *Modern Germany: Society, economy and politics in the twentieth century*. NY: Cambridge University Press, 1987.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELSAESSER, Thomas. *Fassbinder's Germany: History, Identity, Subject*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996.

FASSBINDER, Rainer Werner. *A anarquia da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007.

\_\_\_\_\_. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. In: *História da Historiografia*, n.2, 2009.

SCHMIDT, Maria A, et al. (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

## **A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA: NOVAS PERSPECTIVAS OU NEGAÇÕES TEÓRICAS (1960/70-1980/90)**

Adriano Braz Maximiano \*

### **Introdução**

O presente texto se enquadra enquanto parte principal de uma pesquisa realizada no decorrer do ano de 2011, tendo por finalidade ser apresentada como monografia para a conclusão do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Viçosa. A pesquisa em si, ainda não apresentada à banca examinadora, teve como norte principal perceber como parte da historiografia brasileira, que teve como objeto a abolição do trabalho escravo no Brasil, dialogou com o estruturalismo, destacando e problematizando como alguns pressupostos permaneceram em possíveis momentos antagônicos e como uma possível ruptura historiográfica total não ocorreu.

Com isso, este texto tem por intenção apresentar o resultado da pesquisa e destacar primordialmente o seu objetivo: captar até onde o decorrer dos últimos anos do século XX presenciou ou não uma intensa e profunda ruptura historiográfica. A tentativa é demonstrar como permanências são possíveis de serem delimitadas, mas ao mesmo tempo algumas mudanças são fortemente perceptíveis. Defende-se que uma ruptura total não ocorreu e que determinadas mudanças delineadas se ligam a um referencial mais amplo, qual seja: o estruturalismo. Em consonância com a historiografia (SCHWARTZ, 2001; GOMES, 2003), parte-se da ideia de que houve uma grande mudança quando nos referimos a estudos que tomaram por objeto a abolição da escravidão no Brasil, mas defende-se que o referencial, mesmo que o objetivo seja negá-lo, se torna comum, e algumas variáveis permanecem.

A pesquisa teve como delimitação estudos realizados na segunda metade do século XX, sendo especificamente analisadas obras de autores que se ligam a denominada Escola Paulista<sup>1</sup> e obras de estudiosos considerados críticos ou revisionistas dos postulados

---

\*Graduando em História (Licenciatura – Bacharelado) pela Universidade Federal de Viçosa.

<sup>1</sup> José de Souza Martins usa a denominação “o grupo de São Paulo”. Já Sedi Hirano, escrevendo sobre os trabalhos de F. Fernandes, O. Ianni e F. H. Cardoso, utiliza a denominação “Escola de São Paulo”. Ver: MARTINS, José de Souza. O professor Florestan Fernandes e nós. *Tempo Social; Revista Sociológica da USP*, São Paulo, vol. 7, outubro/1995, p. 179-186. Ver também: HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

defendidos pelos primeiros. Em específico ou autores ligados a escola Paulista e suas obras em análise foram: a) Florestan Fernandes, sendo que podemos destacar as obras *A integração do Negro na Sociedade de Classes – O Legado da Raça Branca* e *Circuito Fechado*; b) Emília Viotti da Costa, com as análises contidas nos livros *Da Senzala a Colônia* e *Da Monarquia a República*; c) Fernando Henrique Cardoso, e sua obra intitulada *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*; d) Octávio Ianni, com as análises contidas em *As metamorfoses do escravo – Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*.

Referente aos autores posteriores, aqui considerados como revisionistas, foram analisados os seguintes autores e obras: a) Sidney Chalhoub, com suas análises contidas no livro *Visões da Liberdade - Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*; b) Célia Maria Marinho de Azevedo e os estudos apresentado sob o título *Onda Negra, Medo Branco – O negro no imaginário das elites no século XIX*; c) Maria Helena Machado, em destaque o livro *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*.

Deve-se demarcar que o estudo não se encerra nas obras citadas, pois reconhecemos a complexidade dos autores e o imenso aparato teórico aplicado. Assim, o texto aqui apresentado também se faz a partir de outras obras que foram de suma importância para a compreensão dos autores e para que não houvesse o possível risco de que os mesmos fossem lidos e analisados a partir das leituras de seus críticos ou daqueles que com eles compartilham de um mesmo referencial.

#### *Novas Perspectivas ou Negações Teóricas*

A pesquisa demonstrou que a historiografia tende a delimitar uma grande mudança nos estudos históricos realizados no decorrer da segunda metade do século XX e que tinham por objeto a escravidão e a abolição do trabalho escravo no Brasil. Em um primeiro momento, teríamos estudos consagrados e de grande referência para a caracterização do regime escravocrata brasileiro e sua crise. Nestes transparecem características sociológicas, a preocupação em destacar a violência do regime e a ação (reação) do escravo contra o mesmo, assim como perceber as colocações destinadas aos negros ex-escravos após a sociedade

senhorial escravista. Em um segundo momento, tem-se a tentativa de significação do escravo enquanto sujeito e detentor de ações e vontades, lutando, dialogando e criando leituras próprias para e com o mundo a sua volta (SCHWARTZ, 2001; GOMES, 2003).

Os dois momentos citados no parágrafo acima teriam como delimitação temporal entre ambos os fins dos anos 1970 e o decorrer da década de 1980. A partir de dado momento as visões sobre o passado escravista brasileiro, as causas da abolição da escravatura, os objetivos dos estudos históricos e a metodologia utilizada parece ganhar contornos nitidamente contrários aqueles até então defendidos.

As análises dos autores citados na introdução deste texto nos levam de encontro ao momento historiográfico descrito e as mudanças tão amplamente pontuadas pela historiografia. Assim, os autores destacados como pertencente à Escola Paulista estariam produzindo suas obras no primeiro momento citado, e os aqui considerados revisionistas aparecem como os representantes do segundo momento resumidamente descrito. Nota-se que os autores pertencentes à Escola Paulista também buscaram rever postulados defendidos anteriormente aos mesmos, formulando estudos contestatórios, originais e revisionistas.<sup>2</sup>

Na pesquisa realizada as análises das obras dos autores ligados a Escola Paulista, Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, nos levam, sem generalizações, a perceber algumas recorrências entre eles e a considerar que as críticas posteriores atingem a todos. Para determinados autores, guardando imensas singularidades e pressupostos que fazem de suas análises interpretações originais acerca do regime escravocrata brasileiro e de sua decomposição, a abolição do regime escravista estaria em um campo maior de significações e relações do Brasil com a economia internacional.

Conclui-se que para esses autores o que se torna digno de nota é a apreensão de um polo dinamizador da sociedade escravista brasileira, sendo que este estaria na relação com o externo. Quando o Brasil em contato com as mudanças de cunho produtivo ocorridas no decorrer do século XIX, primeiro em âmbito externo e posteriormente em âmbito interno, à

---

<sup>2</sup> Podemos destacar, entre outras, as contestações dirigidas às análises de Gilberto Freyre. Conforme Emília Viotti da Costa, a historiografia posterior à década de 1950 procurou atacar os “mitos” sobre escravidão e raça no Brasil. Os “mitos” citados pelo a autora seriam o da “democracia racial” e do “senhor benevolente”. Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia á republica. Momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 346.

sociedade escravocrata, suas relações sociais e suas instituições começam a perder força, sendo que parte da elite luta contra outra parte da mesma elite ainda apegada a mão de obra escrava.

As singularidades aparecem quando reconhecemos que para Florestan Fernandes o elemento original em sua argumentação é a proposição de que a escravidão criaria uma situação em que o senhor passaria a negar a ordem estabelecida no momento em que os excedentes advindos do trabalho escravo (este geraria excedente desde seu início e se mostraria ainda mais dinâmico no período cafeeiro) estivessem em um contexto em que o senhor estava de fato ligado ao capitalismo comercial e suas instituições, sendo o polo dinâmico desde momento as cidades. Após a independência do Brasil os ganhos (botim) ficam todos para o país e o produtor passa a se ligar diretamente a mercado, quebrando a lógica até então existente. Surge neste cenário o produtor preocupado com a dinâmica da produção e com a arrecadação advinda (FERNANDES, 1976). Como afirma José Carlos Reis, sobre as proposições de Florestan Fernandes:

A ordem escravita colonial brasileira resistiu quase um século à sua superação por uma ordem social capitalista, apesar de suas tensões internas. Ela poderia sobreviver ainda convivendo com o crescimento da população e a urbanização. Mas não sobreviveria à integração da economia brasileira à economia mundial, que exigia a mercantilização do trabalho (REIS, 2003: 228).

Fernando Henrique Cardoso procura demonstrar como os produtores do Rio Grande estavam em eminente desvantagem em relação aos produtores da região do Rio da Prata, pois estes produziam com mão de obra assalariada ao contrario daqueles que ainda estavam apegados à força escrava. Nas análises do autor, o escravismo em contato como um meio de produção mais dinâmico não poderia sobreviver. Conforme Cardoso, “existiu, portanto, uma sobredeterminação ao escravismo brasileiro no sistema capitalista mundial. Esta sobredeterminação impede buscar no escravismo brasileiro isoladamente a explicação de seu destino histórico” (CARDOSO, 1977: 16).

Esta mesma relação entre interno e externo aparece nas análises de Octávio Ianni, sendo ressaltada a partir do momento que se esgotam a força de manutenção do regime escravista. Conforme Ianni, ao patamar que já não é possível a preservação do regime

escravista, devido a “condições endógenas e exógenas conjugadas historicamente, emergem no seio da sociedade em decomposição os requisitos fundamentais de outra configuração social ‘globalizadora’” (IANNI, 1962:284). Surge no decorrer do século XIX aquilo que o autor apresenta como contradições entre sistemas diferentes, sendo que “é nessa época que a contradição entre o modo de produção e as relações de produção se torna aberta e incômoda, impondo-se a sua resolução” (IANNI, 1966: 78).

Emília Viotti da Costa nos mostra como o desenvolvimento do capitalismo internacional teria ocasionado mudanças internas no país, criando novas relações com o sistema econômico mundial e proporcionando dialéticas que “ocasionaram” à abolição. As mudanças econômicas, como afirma Viotti da Costa, destacando-se as ocorridas na economia mundial no século XIX, “em decorrência da Revolução Industrial e do aparecimento de novas formas de capitalismo, a princípio na Inglaterra e, em seguida, em outros países da Europa Ocidental, determinaram profundas alterações no mecanismo do sistema colonial” (COSTA, 1998: 17).

Para os autores citados a perspectiva de análise se liga ao objetivo de apanhar a sociedade e suas mudanças como um todo, transparecendo a busca por perceber e delimitar um polo dinâmico para a sociedade escravista brasileira e apreender o surgimento do capitalismo no Brasil e suas relações sociais e produtivas. Levam em consideração que o capitalismo no Brasil teria um desenvolvimento singular e que a escravidão deixou marcas sociais, econômicas e culturais para a posteridade. Consideram ainda a abolição acontecendo a partir de dialéticas entre sistemas econômicos e sociais diferentes, sendo que as ações daqueles que se encontravam no interior do processo histórico eram estabelecidas perante determinadas situações dialéticas.

Os autores aqui considerados revisionistas criticam as proposições defendidas por aqueles pertencentes à Escola Paulista, e dizem, ao contrario destes últimos, trazer a cena os escravos enquanto sujeito da história. Para Sidney Chalhoub, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, o que se torna digno de nota é a percepção de que o escravo participou efetivamente do processo abolicionista. Os escravos e suas ações surgem como os atores e causas principais da derrocada da escravidão. Aqui os mesmos possuíam



formas de ler e interpretar o mundo, criando “visões” e significados acerca de suas condições sociais e lutando para as conquistas alcançadas.

Diferentemente das análises daqueles que se ligam a Escola Paulista, os autores por ora em questão consideram os escravos pertencentes a uma classe, e foi a luta desta classe com a classe dos senhores proprietários que desenhou o cenário abolicionista e as relações posteriores. O grande polo dinamizador deixa de ser a relação externo-interno, passando a ser a luta de classes entre escravos e senhores proprietários. Tem-se ainda a preposição de que aquilo que se forma após a escravidão não se desliga totalmente desta e do processo abolicionista, incluindo as políticas discriminatórias e as experiências quanto ao trabalho assalariado e a liberdade do indivíduo. A argumentação é de que os autores anteriores trabalhavam com uma perspectiva que buscava perceber as rupturas na história, demarcando a possível busca por um devir. Assim, o que surge após a escravidão seria a sociedade assalariada e suas relações. A grande crítica é que esta maneira de abordar o passado não permitia a inserção do sujeito na história.

Como aqueles que se ligam a Escola Paulista, Sidney Chalhoub, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, possuem suas singularidades e proposições inovadoras, mas notamos objetivos comuns em todos, quais sejam: destacar as ações dos escravos, suas leituras de mundo, a autonomia de seus movimentos, a luta entre as classes, a quebra do paternalismo senhorial. Tem-se ainda a defesa de que os estudos realizados por eles não partiam de concepções *apriori* formuladas, ou não estabeleciam apenas o enquadramento empírico ao conceitual. A defesa acontece em favor de que os estudos surgiram na relação com as fontes, no diálogo com o material em análise.

Segundo Chalhoub o seu “objetivo principal foi tentar recuperar aspectos da experiência dos escravos da Corte, de seus modos de pensar o mundo e atuar sobre ele” (CHALHOUB, 1990: 251). Conforme o autor, a “*indeterminação*”, a “*imprevisibilidade dos acontecimentos*” permite a busca pelo escravo e suas visões do momento vivido. (CHALHOUB, 1990: 20). Contradizendo a premissa de unicidade e cientificidade, aqui entendida como a busca por uma lógica na história quando do emprego de teorias, Sidney Chalhoub diz fazer uma história múltipla e sem determinantes. Por isso, o autor busca o “processo” abolicionista, não a transição da sociedade escravista para a sociedade assalariada.

A pesquisa no levou a perceber, assim como já mapeado por diversos autores, que quando analisamos a historiografia delimitada não é possível deixar de demarcar uma grande mudança, principalmente quanto aos referenciais teóricos e metodológicos. As defesas acontecem em favor de pressupostos que se tornam muitas vezes antagônicos ou que ganham conotações diferentes. Todavia, a pesquisa possibilitou também perceber que algumas permanências são possíveis de serem delimitadas e reconhecidas, mesmo que quando da escrita o discurso empregado seja contrário. Temos sim novas perspectivas quando delimitados e confrontamos os estudos aqui em análise, mas temos também uma grande negação teórica, sendo que determinada negação, em específico, não se faz por completo.

Torna-se necessário determinar que a dita negação teórica aqui apresentada se liga diretamente ao estruturalismo e a crise vivenciada por este paradigma do decorrer dos últimos anos do século XX (DOSSE, 1993; CEZAR, 1995; CARDOSO, 1997). Quando determinado paradigma passa a ser contestado, novos estudos referentes a um mesmo objeto ganham força no Brasil. À abolição da escravidão deixa de ser uma das mudanças que representou o fim do antigo sistema colonial, para se torna um processo representado por uma luta de classes. Os estudos voltam-se para o sujeito, suas ações, leituras de mundo e autonomia. As críticas se dirigem para as concepções e formulações teóricas ditas *apriori* concebidas.

Tem-se como isso uma mudança historiográfica, mas o referencial, mesmo que o objetivo seja negá-lo, não muda. Em princípio o estruturalismo é reafirmado e posteriormente todos partem com o objetivo de negar aquilo que não estaria possibilitando ver os escravos ou os sujeitos pertencentes e representantes da história. Todos querem se distanciar do que até então era feito para ressaltar os escravos e suas ações atuando a favor do processo abolicionista. Deve-se pontuar que na argumentação os autores demarcam a referida negação e deixa sobressair suas opções e objetivos. Como nos fala Jorge Luiz Grespan: “Em qualquer caso, há um corpus prévio de conhecimentos acumulados e sistematizados que orienta a pesquisa nova, definido o relevante, permitindo recortes e sugerindo métodos de abordagem” (GRESPLAN, 2004: 2).

Para exemplificar o parágrafo acima tomamos de empréstimo a argumentação de Celia Maria Marinho de Azevedo que nos diz:

(...) enquanto dimensão oculta das relações sociais, o medo raramente é incorporado nas análises daqueles que escrevem a história, prevalecendo as explicações estruturais, muito bem elaboradas e tão lógicas que acabam por provar que a história realmente só poderia ter ocorrido de uma dada maneira. Ou seja, os resultados estão contidos nas premissas teóricas e nenhum outro poderia delas resultar. (AZEVEDO, 2004: 17)

Devemos pontualmente estabelecer que a pesquisa possibilitou ainda percebermos que para além do emprego de um estruturalismo preocupado com invariáveis, com apenas demarcar e caracterizar um período histórico, aqueles autores aqui ligados a Escola Paulista se preocupam com as rupturas sociais, com dialéticas. O estruturalismo defendido e empregado torna-se portador de movimentos. As análises se tornam estruturalistas quando se preocupam com delimitações de sistemas e as crises dos mesmos, em perceber as conjunturas propensas a mudanças. Devemos demarcar que o estruturalismo é um paradigma, não uma escola com modelos e conceitos pontualmente definidos (DOSSE, 1993: 429), sendo que a apropriação deste por aqueles aqui ligados a Escola Paulista ganha novas variáveis e contornos.

Para além, a pesquisa teve ainda como resultado a delimitação de permanências de ações que já estavam colocadas por aqueles ligados a Escola Paulista. Tem-se a princípio o mesmo objetivo: ressaltar os escravos durante a escravidão, os locais sociais ocupados pelo mesmo no decorrer do movimento abolicionista. Todavia, como o referencial passa a ser negado, o mesmo objetivo é compreendido de forma diferente. Para aqueles ligados a Escola Paulista o jeito de perceber de destacar o escravo era delimitando a violência sofrida pelo mesmo, a reação contra o regime, às colocações daí advindas para os ex-escravos na sociedade de classes e assalariada. Já para os revisionistas a maneira de perceber os escravos tanto na plena vigência da escravidão quanto durante o processo abolicionista era ressaltando os mesmos como sujeitos da história, buscando perceber suas lutas, objetivos e relações com mundo a sua volta.

A crítica que era dirigida a Gilberto Freyre por autores ligados a Escola Paulista se torna a mesma que posteriormente estes irão receber. Ou seja, para aqueles que estão revendo os escritos e proposições de autores ligados a Escola Paulista, estes estariam vendo a escravidão e a abolição acontecendo a partir das elites, caberia novos estudos para ressaltar as “visões” dos escravos e perceber como a escravidão e a luta contra o regime foi percebida por

eles. Novamente retornamos aos autores, pois Maria Helena Machado nos diz: “Aqui também pretendeu-se resgatar, das sombras do esquecimento e dos silêncios dos discursos oficiais, movimentos, ideias e projetos a respeito da abolição e do papel social do negro liberto e dos desclassificados sociais em geral (...)” (MACHADO, 1994: 14).

Outra permanência é a apreensão de um polo dinâmico da sociedade. Tanto a Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa, quanto a Sidney Chalhoub, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, a sociedade possui um polo dinâmico, que possibilita suas modificações e movimento. Para os primeiros, como já dito acima, o polo dinâmico torna-se a relação do Brasil como o externo, as modificações na infraestrutura do país e nos anseios de parte da elite. Já para os últimos o que representa o dinamismo da sociedade escravista é a luta entre as classes, pois para aqueles, ao contrario dos autores ligados a Escola Paulista, a sociedade escravista é formada por classes, não por castas. Novamente fugindo de perspectivas estruturais, vemos a busca pelos sujeitos, pela as ações dos mesmos enquanto classe.

A pesquisa demonstrou ainda que ambos os grupos apreendem um movimento na história da abolição, pois ao trabalhar com a ideia de “processo” aqueles que estão realizando seus estudos a partir de década 1980 deixam transparecer esta ideia. O movimento seria o fim do trabalho escravo e em algumas análises as relações e embates sociais posteriores. A história continua com um movimento e a busca por perceber permanências e rupturas está presente.

Ainda como permanência temos a tentativa de apreensão da historia tal como o acontecido. Se para aqueles ligados a Escola Paulista a História era uma misto de dialéticas, cabendo ao historiador captar os embates, para aqueles que vêm depois à história é os indivíduos, mas as fontes aparecem como totais representadoras do passado. As tentativas de apreensão do passado e o estabelecimento de uma única história não foram deixados de lado. A história acaba sendo aquela apresentada pelo autor, aquela que esta nas fontes, e como diz Celia Maria Marinho de Azevedo, comentando determinado personagem-autor do período abolicionista: “O texto é bem explícito: a escravidão já estava em via de abolir-se por si mesma (...)” (AZEVEDO, 2004: 1990).

### **Considerações finais**

A pesquisa demonstrou, por fim, que quando da análise da historiografia citada, aqueles que produzem suas análises a partir dos anos 1980 estão revendo postulados anteriores, mas como demonstrado podemos perceber algumas permanências. Podemos e consideramos dados autores como revisionistas, pois de fato há uma mudança historiográfica já amplamente delimitada e discutida. Mas ao negar o referencial empregado nem tudo se torna diferente, mesmo que o discurso possa pressupor isto.

#### *Obras utilizadas como fonte*

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHALHOUB, Sidney . *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia á república. Momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Emília Viotti da.. *Da Senzala À Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes. O legado da “raça branca”*. São Paulo: Dominus Editora – USP, 1965.

FERNANDES, Florestan. *A sociedade escravista no Brasil*. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década de abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

#### **Referências Bibliográficas**

- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da História. Ensaaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CEZAR, Temístocles. *Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico*. Anos 90., Porto Alegre, n 4, 1995.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo 1945-1966*. Vol. 1. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- GOMES, Flavio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.
- GRESPLAN, Jorge Luiz. O lugar da história em tempos de crise. *Revista História Hoje*. São Paulo, N° 5, 2004.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

## **LEOPOLDO ZEA AGUILAR: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E O SEU CONCEITO DE LATINIDADE**

Raony Valdenésio Aduci Odremán Mendes\*

### **INTRODUÇÃO**

Esta proposta de pesquisa pretende identificar nas ideias do filósofo Leopoldo Zea Aguilar (1912 - 2004), intelectual mexicano, alguns referenciais que orientam os atos discursivos contextualizados do mesmo a respeito de certa concepção de identidade e cultura latino-americana. Cabe aqui discutir os desdobramentos das ideias postuladas por Zea, entendendo desta maneira o engajamento do mesmo na construção de uma linguagem e ideário de identidade, cultura e emancipação latino-americana.

Tal projeto de pesquisa justifica-se na medida em que os novos estudos da linguagem, ou o giro linguístico, possibilitaram entender o político (ator) não mais somente como representante da lógica estrutural do Estado, mas sim como aquele que através de um contexto linguístico funda uma linguagem retórica (discursiva) comum à uma comunidade aberta ou fechada, institucionalizada ou não, que difunde ideias força. Alguns estudos no Brasil se propuseram a estudar tais assertivas, fundindo uma história social das ideias ou dos conceitos, a tal perspectiva teórica. Como nos aponta Eugênio Rezende de Carvalho em recente trabalho, tal movimento Latino Americano não é tratado por trabalhos de teoria e metodologia em História, como uma corrente reconhecida da História das Ideias.

O historiador brasileiro Francisco Calazans Falcon, por exemplo, ofereceu-nos, em trabalho publicado em 1997 – diga-se de passagem, de requintada erudição e inestimável valor como síntese historiográfica -, uma “historia” da história das ideias, destacando as diversas e principais fases e correntes desse complexo e diversificado do conhecimento. Entretanto, contemplou exclusivamente as correntes da história das ideias – ou que delas se aproximam – dos Estados Unidos e da Europa, sobretudo da França, sem fazer qualquer referência à corrente latino-americana. (CARVALHO, 2011, p. 298).

---

\* Graduando da 7ª fase em História no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/UEDESC, integrante do Programa de Bolsa em Iniciação à Docência – PIBID/CAPES sob a orientação das professoras doutoras Cristiani Bereta da Silva e Luciana Rossato.

Desta maneira vemos aqui colocado, uma das duas facetas do projeto do Movimento Latino Americano de história das ideias, a disciplinar, que buscava legitimar uma linguagem no campo acadêmico sendo que em sua trajetória polemizou e defendeu a existência de uma filosofia Latino Americana e a existência do campo da história das ideias na América latina, e a outra faceta, a extradisciplinar, que através de uma rede de linguagem comum (o grupo em si, as revistas, os livros, os núcleos de pesquisa) pretende construir uma memória social coletiva, onde os conceitos de identidade (nacionalismo e integração) e emancipação (terceiro mundismo) são os guias deste macro ideário. Sendo que o projeto disciplinar e extradisciplinar não podem ser interpretados como facetas distintas, ou seja, o “contexto interfere no texto”.

O objetivo esperado com a pesquisa é o de promover um estudo historiográfico do conceito de América Latina na sua longa duração, e como tais formulações influenciaram os estudos sobre identidade Latino-Americana. Perceber através da leitura atenta, as linguagens que são acionadas no discurso intelectual e pessoal de Zea que nos possibilite evidenciar a ligação entre a História do conceito (Latinidade) e suas principais ideias e como estas se articulam à prática política e social do autor. Desta maneira minhas fontes são os próprios livros de Zea, dos quais elegi quatro, usando como critério sua disponibilidade na rede mundial de computadores e por apresentarem os fios norteadores da problemática levantada pelo autor. A metodologia utilizada é a de ler tais livros, selecionar através de fichamentos e anotações o pensamento político que tem como enredo a questão da América Latina, para então evidenciar os conceitos de identidade e de cultura emancipatória.

### **ZEA: INTELECTUAL ENGAJADO**

Leopoldo Zea nasce na Cidade do México no dia 30 de Julho de 1912 no contexto da revolução mexicana, iniciada em 1910. Sua infância foi marcada pela violência que um processo revolucionário pode gerar, através dos tiroteios e das imagens dos assassinatos dos líderes da revolução Mexicana (Villa, Zapata e Carranza).

Em 1936, Zea iniciou os estudos universitários, graças a seu trabalho de despachante noturno nos correios, o que lhe permite fazer a faculdade de Direito pela manhã, e pela tarde, o curso de Letras na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade Autônoma do México –



UNAM. O primeiro curso lhe garantiria sua subsistência, e o segundo para seguir sua vocação. Já inserido no curso Superior de Literatura e Letras, Zea tem contato com a obra do filósofo e literato espanhol José Ortega y Gasset.

A guerra civil espanhola, acontecimento importante para o desenvolvimento de renovadas formas de pensamento, irá de certa maneira determinar a vocação de Zea e influenciar a sua geração de pensadores que buscam fundar correntes epistemológicas que se distanciem do positivismo, quando em 1938 chegam ao México um grupo de intelectuais espanhóis que foram recebidos como exilados por Lázaro Cárdenas, presidente do México entre 1934 e 1940, para exercer funções intelectuais na casa de Espanha que mais tarde receberia o nome de Colégio de México.

Lá, conhece profundamente estes intelectuais através de inscrição em alguns cursos ministrados por: José Gaos, Luis Recaséns Siches, Joaquín Xirau, Juan Roura Parella e José Medina Echeverría. Neste mesmo círculo intelectual Zea conhece o mestre José Gaos, que fica impressionado com a capacidade de reflexão de seu aluno e junto ao secretário do colégio de México Alfonso Reyes fornece uma bolsa para que Zea se dedique somente à filosofia, deixando para trás a carreira nos correios e a faculdade de Direito pelas manhãs. Sob a tutoria de Gaos, Leopoldo Zea desenvolve sua dissertação de mestrado sob o *Positivismo en México (1943)* e sua tese de doutoramento sob o *Nacimiento, apogeo y decadencia del Positivismo en México (1944)*.

A vida intelectual como professor começa quando, em 1944, assume a cátedra de filosofia da história da Faculdade de Filosofia e Letras da UNAM. Leopoldo Zea, a partir de então, começa sua carreira como intelectual engajado em fundar diferentes espaços para socialização do diálogo, debate e Integração da América Latina<sup>1</sup> junto aos integrantes do movimento Latino Americano de História das Ideias. Tais intelectuais sempre deixaram claro, em seus escritos, que a função do grupo era a de divulgar a construção de um determinado

---

<sup>1</sup> Entre as principais instituições fundadas e dirigidas pelos líderes do movimento encontram-se o Comité de História de las Ideas do Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH), fundado em 1947, além da Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre América Latina y el Caribe (Solar) e a Federación Internacional de Estudios sobre América Latina y el Caribe (Fiealc), ambas criadas em em 1978. No âmbito dos eventos, destacou-se, entre outros, o Primer Seminario de Historia de las Ideas en América, realizado em 1956. Já no campo das publicações, tivemos, além da Revista de Historia de las Ideas en América, fundada em 1959, dezenas de coletâneas e livros individuais abordando a história das ideias, produzidos por representantes do movimento.

projeto de identidade latino-americano com vistas à autoafirmação nacional e continental, sob a influência de correntes filosóficas e históricas europeias primárias (Historicismo alemão de Wilhelm Dilthey, o circunstancialismo e o método geracional do espanhol Ortega y Gasset), vemos a influência de Gasset na seguinte passagem de Zea no trabalho sobre o positivismo no México,

en una relación muy particular, en una relación parcial, en relación con una circunstancia llamada México; en relación con unos hombres que vivieron y murieron o viven en México, que se plantearon problemas que sólo la circunstancia mexicana en ciertos momentos de su historia podía plantearles. (ZEA, 1943: 17)

E secundárias, como os pensadores Karl Mannheim, G. W. F. Hegel, Max Scheler, Benedetto Croce, Carlos Marx e Arnold Toynbee e de pensadores ou intelectuais latino-americanos dos séculos XIX – XX, sendo estes os sujeitos enunciadore das ideias a serem historiadas. Ainda nas palavras de Zea (2000: 39-40), “o propósito era revelar os esforços empreendidos pelos pensadores da região para transformar as expressões filosóficas assimiladas externamente em instruções originais que solucionam os problemas específicos da realidade latino-americana”.

O filósofo argentino Juan Bautista Alberdi, em seu ensaio intitulado *Ideas para presidir a la confección Del curso de filosofía contemporânea*, publicado em Montevideú, em 1842, declarou não haver uma filosofia universal, defendendo a existência de uma filosofia americana que tinha como função “resolver o problema dos destinos americanos”.(CARVALHO, 2011, p. 314)

Ideias estas que ao serem reinterpretadas pelo grupo de pensadores latino-americanos, já integram o pensamento “terceiro-mundista” de uma filosofia que buscava a emancipação em relação às visões de mundo e ideologias filosóficas abstratas universais e estereotipadas eurocêntricas sobre a inferioridade do novo mundo.

La pregunta sobre la originalidad, el sentimiento de inferioridad y otras expresiones de las reflexiones del hombre de esa parte del mundo no era sino expresion de una realidad que, al, hacerse consciente, mostrarían a outros hombres una situación, un punto de partida de un reflexionar distinto, pero no por ello menos filosófico, menos expresión de lo humano por excelência. (ZEA, 2000: 26)

Já que o movimento de história das ideias latino americanas viam na filosofia concreta pautada na realidade social experienciada, uma maneira de solucionar os problemas do subcontinente.

Zea ancora-se nesses fundamentos teóricos reinterpretados para rejeitar tanto uma história das ideias descontextualizada quanto uma pretensa história “objetiva” das ideias, nos moldes propostos pela *Intellectual History* estadunidense. Por esse prisma, tende-se a focar a produção de ideias a partir de seus vínculos e condicionamentos em face dos seus contextos sociais de produção, enfatizando os seus usos e funções no plano político-ideológico e social. (CARVALHO, 2011: 306)

O reconhecimento intelectual atribuído a Zea, ao longo de sua vida, possibilitou a entrega de varias premiações<sup>2</sup> que evidenciam como ao longo de sua vida a *performance* política do mesmo, quando buscou uma Integração Latino-americana nos mais diversos espaços e frentes de ação. A obra do intelectual em estudo é vasta, no entanto, por escolhas e recortes que o historiador se vê obrigado a fazer, delimitar-me-ei ao estudo de quatro obras do referido pensador, nas quais está o cerne da discussão sobre a história das ideias latina americana, a saber: *América em La historia* (1957), *El pensamiento latino americano* (1968) *Filosofia de la história americana* (1978), *Discurso desde la marginalización y la barbarie* (1988). O próprio Zea nos diz:

Que sua preocupação central madurada nas experiências nacionais e latina americana será precisamente, a de conjugar o pensamento ou filosofia Hispana, Ibero ou Latino Americano em um contexto de um pensamento sem mais, da filosofia como expressão de um fazer que não se limite a uma região da terra. José Gaos diz a respeito que a filosofia desenvolvida no *O pensamento Latino Americano* (1976) é uma filosofia original deduzida da história das ideias da região, é por consequência uma filosofia da história latino americana. (ZEA, 1988: 4)

Leopoldo Zea (1978: 2) admite que a preocupação dele seja “saber qual é o lugar da América na História e o que representa” (*tradução nossa*). Ainda, nas palavras de Zea (1988: 6), o intelectual “não é, e não pode ser, um adorno para vestir a um determinado partido em determinada circunstancia, mantendo sua qualidade de intelectual crítico”. Zea (1978: 2) “defende uma historia que emane das necessidades latinas americanas quando diz que o

---

<sup>2</sup> Professor Emérito em 1970 e Doutor Honoris Causa pela UNAM em 1985; doutorado do Uruguai (1985); O sol do Perú (1966); A ordem do Libertador (1982) e a Ordem Andrés Bello (1985) na Venezuela; A ordem de Alfonso, o sábio da Espanha (1985) e Premiação do Memorial da América Latina (1989).

panorama filosófico mexicano na atualidade conta com três correntes: os Marxistas encabeçados pelo espanhol Sánchez Vázquez, os Analíticos composto por Luis Villoro e Alejandro Rossi e os Americanistas formado por Villegas e Zea”.

### **A INVENÇÃO DA UNIDADE LATINO-AMERICANA**

Desta maneira, um contato superficial com a produção intelectual de Leopoldo Zea (livros, entrevistas, memórias biográficas, correspondências), nos leva a perceber a formulação de uma identidade comum latina americana, construindo o descobrimento de uma realidade endógena ao Subcontinente. Zea chamou esse processo de um “descobrimento latino-americano de sua própria personalidade cultural e espiritual”. (1991: 76).

Nesta perspectiva, somente a análise mais aprofundada dos referenciais (fontes) disponíveis, poderá no ajudar a entender o problema de nossa pesquisa, e perceber na narrativa de Zea, o engajamento do mesmo com vistas a promover um conceito de América Latina, endógeno ao continente, positivo e que leve em conta as circunstâncias históricas experienciadas no continente (Colonialismo, Imperialismo, Subjugação).

O conceito de América Latina, originário do século XIX, possui uma longa duração, e a partir desta acepção quer opor-se à América Anglo Saxônica, divisão esta que já se dava em outro espaço/tempo, muito distintos daquele da Europa do século XVI, no entrave entre católicos e protestantes ou latinos e bárbaros, na qual os últimos saem “vitoriosos” com o processo de expansão do capitalismo Britânico e de seu Império para o novo mundo. Numa época em que os processos como os de Capitalismo Norte Americano e Socialismo Soviético estão entrando em choque e reorganizando a geopolítica do mundo, buscando cooptar alinhados para seus projetos distintos, as populações latinas americanas em geral partilham da condição de excluídos e periféricos, e a luta agora não é mais entre as raças latinas e bárbaras, mas sim entre ideologias distintas, o capitalismo e o socialismo.

Zea busca através de sua reflexão busca resistir a esse alinhamento forçado, propondo um pensamento que destoe desses dois projetos, busca fundar um “terceiro caminho”, que leve em consideração as especificidades nacionais macrorregionais latino-americanas já hibridizadas pelo contato com as populações de outras partes do globo, estabelecendo relações

com outros países e continentes do mundo que foram subjulgados historicamente, ou seja, quer propor relações mundiais sul-sul.

En resumen, en la tradicion hispanoamericana "Latinidad" ha tanto aspiracion a la universalidad, como una via hacia el sincretismo, hacia procesos de mestizaje e integracion. En mi opinion, es ésta la experiencia colectiva y acumulativa, el *background* inconsciente que preparo la facil recepcion del concepto de "América Latina" en el siglo XIX. Dicho de otra manera, el éxito notable término América Latina tuvo que ver con el hecho de que ofrecia a los hispanoamericanos un espejo en el que todos los fragmentos podian reunirse en un nivel de integracion superior y universal valido. Ninguna denominación anterior o posterior América Española, Hispanoamérica, Gran Colombia, Iberoamérica-podia ofrecer tanto en un siglo que se caracterizo, precisamente, por aspirar a la universalidad del progreso indefinido, al tiempo que se esforzaba integrar las poblaciones heterogéneas en un nivel superior y ho-la "nacion"-para convertirlas en legítimas depositarias de la soberania del Estado. (QUIJADA, 1998: 615)

Nas palavras de Zea (1988: 8), a reflexão sobre se é possível haver uma filosofia Americana surge em 1941 no período da 2ª guerra, afirmando que “todos os valores que eram preservados como universais se anulam e dessa maneira deixa o homem americano na orfandade, obrigando-o a refazer tudo o que já parecia definitivo” (*tradução nossa*). Nesse sentido é possível perceber em Zea, a busca de uma ruptura que desarticule uma longa tradição de ter como referencial a lógica eurocêntrica de pensamento e de percepção da realidade.

Zea insere-se nesse contexto, quando busca integrar a grande América através de uma identidade macro regional. Zea *apud* Magallón (1991: 7) esclarece que “ao sentir-se submetido a uma ideologia, a um ponto de vista que não é seu, senão que vem de fora há que se que produzir uma filosofia da liberação”. Percebe-se em Zea, a possibilidade de formular uma ideia de narrativa Latino Americana calcada nas demandas do próprio continente, que defira de pressupostos exteriores, como o de desenvolvido e subdesenvolvido pensado pelos teóricos Cepalinos e da dependência, e de muitos outros modos de entender a realidade que divirjam dos interesses latinos americanos. O objetivo desta pesquisa é problematizar, através das memórias intelectuais do filósofo mexicano Leopoldo Zea, a elaboração de um projeto intelectual que articulou os seguintes elementos: 1) Uma concepção de identidade Latino Americana; 2) Uma narrativa histórica sobre a realidade Latino Americana; 3) A influência de

uma memória coletiva compartilhada pelo grupo através de uma cultura política nacionalista emancipatória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa será norteadada pelo domínio da história social das ideias que leva em conta a chamada virada linguística e as novas metodologias propostas à ciência Histórica na década de 70. Esta abordagem remete a uma História dos conceitos que me permite adentrar pela dimensão da nova história do político, entendendo desta maneira um intelectual como Leopoldo Zea parte integrante desse estratagema social. Estes fios condutores permitirão construir uma história intelectual, entendendo como os intelectuais intervêm em seu contexto.

Esses novos campos de pesquisa surgem da intersecção interdisciplinar da história com a filosofia, a antropologia e os estudos da linguagem. Sendo desta maneira, a dimensão da história social da cultura, onde a abordagem parte da história cultural levando em conta as representações e os discursos desses intelectuais.

Buscando compreender o pensamento em determinado contexto de produção de ideias, neste caso, o contexto Latino-americano, procurando ir além de uma história das ideias restrita ao estudo do pensamento sistemático, ou seja, das ideias geralmente expostas em tratados filosóficos, conforme a tipologia de Robert Darnton (1990: 188). Existe uma clara separação na tradição anglo-saxônica bem clara que divide pertinentemente história das ideias da história intelectual ou cultural. Como Falcon (1997: 93-94), nos aponta na passagem abaixo:

A história das ideias remete a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas dos portadores desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são entendidas como simples condições de existência das ideias propriamente ditas; trata-se de uma história que até pouco tempo atrás não constituía um campo histórico e sim o objeto de estudo de alguns departamentos de filosofia. A história intelectual remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não-articuladas, opiniões amorfas, suposições não-ditas, além, é claro, das ideias formalizadas. Além do mais, a história intelectual preocupa-se com a articulação desses temas às suas condições externas. [...] Uma consequência interessante é assim a tendência da história intelectual de romper os limites disciplinares estabelecidos, já que visa a inserir o estudo das ideias e atitudes no conjunto das práticas sociais.

Trabalhando no campo da linguagem segundo Pocock (2003: PP. 66 - 67), o historiador tem que assumir certas consequências,

A *historie* que nosso historiador escreve será fortemente *événementielle*, porque ele está inserido nos atos efetuados e nos contextos no interior dos quais e sobre os quais eles foram efetuados. A *moyenne dureé* entra com o contexto linguístico, mas não está confinada a ele. Na *longue dureé* ele está interessado somente na medida em que ela é verbalizada e, dessa forma, penetra na *moyenne dureé*. A história que ele escreve será fortemente textual, feita de enunciações e respostas escritas e impressas (a maioria dos leitores dessas enunciações sendo, como veremos conhecida do historiador, porque eles, por sua vez, se tornaram autores). É uma história do discurso e da *performance* mas que de estudos de consciência embora nas as exclua. Ele escreve a história das *mentalités*. Será também uma história da retórica, e não da gramática, do conteúdo afetivo e efetivo do discurso, e não tanto da estrutura.

Para Koselleck (1992: 136 – 137), “todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível.” A análise parte então texto/contexto, pois será fundamental reportar-se ao texto de Zea, em especial na área de história e o que foi produzido sobre o autor. Para tal tarefa será utilizado a metodologia da história da linguagem.

Quando falamos em linguagens (*languages*), portanto, queremos significar, sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo. Pode existir um número indefinido dessas sublinguagens no interior de uma determinada língua, e elas podem conseqüentemente, ser encontradas dentro de um único texto monoglota. (POCOCK, 2003: 65)

O foco desta pesquisa serão fontes impressas. Selecionei quatro livros como fontes básicas. Os selecionei usando o critério a edição cronológica dos mesmos, com isso busco perceber em uma média duração como os principais problemas da teoria de Zea se reformulam levando em conta contingências e demandas sociais, outro critério usado para seleção foi o fácil acesso a tais obras que se encontram disponíveis na rede mundial de computadores no site [ensayistas.org](http://ensayistas.org), aliás, site esse que posso considerar um porto seguro para o desenvolvimento desta pesquisa de conclusão de curso. As fontes (livros e textos em geral) analisadas através das leituras tem por objetivo demonstrar como as linguagens, os textos e os contextos narrativos interpelam-se e fundem-se em prol da criação de uma linguagem comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Eugênio Rezende de. **A dupla dimensão do movimento latino-americano de história das ideias**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 297-315 – 2011

DARNTON, Robert. *História intelectual e cultural; História social das Ideias*. In: \_\_\_\_\_. **O beijo de lamourette - mídia, cultura e revolução**. São Paulo. Cia. das Letras, 1990, p. 175-224

FALCON, Francisco. *História das Idéias*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 91-125.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto 2006. 366 p.

\_\_\_\_\_. **“Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”**  
In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

POCOCK, J. G. A.; MICELI, Sérgio. **Linguagens do ideário político**. São Paulo (SP): Edusp, 2003. 452p.

QUIJADA, Mónica . **Sobre el origen y difusión del nombre “America Latina ( o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad**. In: *Revista das Indias* , Madrid, 1998, 58 (214), pp. 595-616.

ZEA, Leopoldo Aguilar. **“José Gaos”**. *Cuadernos Americanos*, Nueva Época. México: Ed. Unam, v.1, n.79, jan.-fev. 2000.

\_\_\_\_\_. **El positivismo en México**. México: El Colegio de México, 1943.

\_\_\_\_\_. **Autopercepción intelectual de un proceso histórico**. *Autobiografía intelectual; Bibliografía de y sobre Leopoldo Zea*. *Anthropos*. *Revista de Documentación científica de la cultura*, n. 89, octubre/1988, p. 11-33. [Disponível em Edição digital. Proyecto Ensayo Hispánico: <http://www.ensayistas.org/antologia/XXA/zea/zea2.html>]

\_\_\_\_\_. **“La historia y la antropología son invenciones europeas”**. Entrevista con el filósofo mexicano Leopoldo Zea. Espanha: *El país*, Junho de 1978. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1978/06/03/cultura/265672811850215.html> Acessado em: 20/04/2012.

\_\_\_\_\_. **La filosofía como compromiso de liberación**. Seleção, cronologia e bibliografia de Liliana Weinberg de Magis e Mario Magallón. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991. Disponível em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/download/4616/4781> Acessado em: 20/04/2012.



**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

**CONFISSÃO, ERUDIÇÃO E RETÓRICA.  
PRÁTICAS DE ESCRITA PENITENCIAIS EM PORTUGAL DOS SÉCULOS  
XVI E XVII**

Diogo Luiz Lima Augusto \*

Nesta comunicação procuramos mostrar as transformações na literatura penitencial, editada em Portugal nos séculos XVI e XVII, e relacioná-las a política portuguesa do mesmo período. Em verdade, partimos da premissa, que os fenômenos religiosos e a política portuguesa dos séculos XVI e XVII estão intimamente relacionados. Nesse sentido, as modificações na literatura penitencial, editada em Portugal, traduzem o anseio por parte da Igreja e do Estado no disciplinamento do fiel e do súdito das comunidades lusitanas. Acreditamos que as modificações na literatura penitencial expostas nesta pesquisa, assumiram uma importante tarefa na construção do Estado em Portugal dos séculos XVI e XVII que, por seu turno, foram baseados em conceitos políticos das doutrinas jusnaturalistas de importantes teóricos da época. Desse modo, é fundamental compreendermos as “convenções Letradas”, teológico-político e retórico-poético, que regem a construção do enunciado desses textos.

A obrigação anual determinada pelo Concílio de Latrão IV (1215) de recebimento da comunhão por todos os fiéis (cânone *Omnis utriusque sexus*) trouxe um dever igualmente anual da confissão auricular de todos os pecados. Com efeito, para receber a Eucaristia era necessário que o fiel estivesse purificado de todos os seus pecados. Em verdade, a obrigação de confissão de todos os pecados anualmente estava intimamente ligada ao surgimento de uma Doutrina da Penitência que vemos surgir na época dos escolásticos(FOUCAULT,2001:220) e aos anseios do poder eclesiástico em controlar com maior rigidez a prática penitencial. Como se pode notar, a partir do século XIII a prática penitencial adquiriu novos contornos, formando-se, por sua vez, uma teologia sacramental da Penitência.

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrando em História Social PPGHIS-UFRJ. Bolsistada Coordenação de Aperfeiçoamento de N

Tais transformações acarretaram o aparecimento de uma literatura especializada da confissão. Com efeito, da necessidade de preparação dos sacerdotes para o exercício da atividade da confissão, nascem dois gêneros textuais, a saber: as “Sumas de Casos” e os “Manuais de Confissão” (DELUMEAU, 2005:375.) Na forma de textos volumosos que cumpriam a função de direcionar o julgamento correto dos casos relatados na confissão, as “Sumas de Casos” indicavam as maneiras pelas quais os confessores deveriam agir em situações específicas que poderiam surgir no cotidiano da prática confessional. Estes textos eram recheados de referências legislativas tributários do Direito Canônico, tornando-se, por sua vez, mais obras autônomas do que guias práticos para os confessores. Em verdade, somente após o novo modelo penitencial pautado pelas discussões oriundas do Concílio Tridentino (1545-1563) é que observamos o surgimento de uma nova casuística menos alicerçada no Direito canônico. Os “Manuais de Confissão” muito mais concisos e de fácil manejo em relação às “Sumas de Casos” forneciam aos confessores a orientação da prática penitencial. Este tipo de literatura penitencial, tal como as “sumas de casos”, sofreu modificações em sua estrutura argumentativa por conta das novas exigências da espiritualidade pós-tridentina. De fato, os “manuais” cada vez mais apontavam a necessidade de um rigoroso “exame de consciência”(Fernandes,1995: 47-65) que deveria preceder os três atos clássicos da prática penitencial ratificada e institucionalizada pelo Concílio de Trento e outras alterações a respeito da estrutura dos elementos da confissão. Interessamos aqui essas modificações presentes no período tridentino e as modificações da discurso penitencial produzido em terras lusitanas.

As discussões que definiram o modo como seria administrado o Sacramento da Penitência em 13 cânones da seção XIV aprovados em 1551( Fernandes,1995:47) e, sobretudo, a publicação do Catecismo Romano, em 1566, que trazia o modo de se confessar segundo o Concílio de Trento, trouxe mudanças na estrutura da literatura penitencial e na prática confessional em Portugal. O Catecismo Romano, elaborado a partir das decisões da seção XXIV do Concílio de Trento, coordenada por Pio V, determinou a orientação oficial a respeito do modo de se confessar, que os textos posteriores passaram a incorporar. O exame da literatura penitencial portuguesa,

posterior à publicação do Catecismo Romano, nos mostra uma espécie de transferência, mesmo que relativa, da responsabilidade da confissão perfeita para o penitente (Fernandes, 2001: 425) que acaba por recair num dever contínuo do “exame da consciência”.

Nesse sentido, esta pesquisa buscará examinar as transformações presentes na literatura penitencial portuguesa a partir da análise do discurso penitencial presente em alguns textos editados em Portugal. Inicialmente analisaremos um importante texto da literatura penitencial portuguesa, o *Breve memorial de peccados e cousas que pertençam há confissão* na edição de 1545.

O *Breve memorial de peccados e cousas que pertençam há confissão* foi escrito por Garcia de Resende, um fidalgo da corte portuguesa. (Resende, 1545, 1f) Apesar do exame de consciência não ter se firmado como uma das partes que compunham o ritual da confissão, este escrito já denuncia as modificações que ocorreriam após o Concílio de Trento. Com efeito, o livro trata-se de uma preparação para que o penitente possa rememorar seus pecados e assim fazer o exame de consciência necessário à confissão.

O escrito está estruturado, em alguns aspectos, conforme o modelo característico dos Manuais de confissão e de outros escritos referentes à confissão, isto é, sua estrutura argumentativa está marcada por algumas tópicos tradicionais do discurso letrado eclesiástico de seu tempo, a saber: a tópica dos dez mandamentos, os sete pecados mortais, as virtudes teologais, as virtudes cardeais, os doze frutos do espírito santo, as oito bem aventuranças, as três potências da alma (entendimento, memória e vontade) e as sete obras de misericórdias individuais. De fato, observamos em vários escritos desta natureza, a preocupação dos redatores em preparar o confessor e o penitente através dessas tópicos tradicionais.

A grande importância do pequeno opúsculo escrito para nobres da Corte portuguesa é a sua novidade no que tange ao destaque do exame de consciência, conforme afirmamos acima, e sua preocupação no preparo do penitente. Naturalmente, os manuais anteriores já esboçavam uma preocupação no preparo do penitente e não apenas do confessor, mas o memorial de Garcia de Resende expressa, em certo sentido, as novas orientações da literatura penitencial produzida em Portugal. É verdade que

ainda não temos as características típicas da literatura penitencial da segunda metade do século XVI marcada pela valorização da contrição e pela necessidade do arrependimento profundo do penitente para a melhor realização da confissão, mas temos uma clara demonstração da valorização da necessidade do aprendizado feito diretamente pelo penitente, mediante a leitura do texto e a constatação de certo exercício prévio como condição para o funcionamento da confissão.

No início, Garcia Resende ensina aos seus leitores todo um ritual que os penitentes devem fazer para que a confissão seja feita segundo as condições necessárias. É exigida uma oração inicial e um gestual necessário para a confissão. O interessante é que o próprio redator do texto coloca-se como o penitente que está cumprindo as tarefas postas no escrito.

“Senhor possa tua pairam y enfinda misericórdia q yras  
abrir meu entendimento memoria vontade pêra que com muyta  
contriçam e arpedimento possa cofessar todos os meus pecados  
e faça verdadeyra pendença y me possa e saiba outros guardar.  
Despoys da oraçã acabada posto em gyolhos aos pees do  
confessor com muyto acatamento e ho rosto baixo (y as molheres  
cuberto por evitar escândalo) farey ho sinal da cruz y direy a  
confissam geral” (Resende, 1545, f2)

Como pudemos observar, o próprio redator da obra coloca-se como penitente. Na verdade, o próprio ato da escrita do “memorial de pecados” por Garcia de Resende configura-se como um ato penitencial. Nesse sentido, este escrito foi composto por um autor-penitente que ao escrever esse breve memorial cumpriu a tarefa de um penitente.

Com efeito, para Garcia Resende as condições da boa confissão estariam na maneira como o penitente iria se portar em relação ao ritual da confissão, isto é característico da época que valoriza o figura do penitente e que vai desencadear numa literatura de confessores e penitentes, aquilo que Foucault chamou de “literatura de partidas dobradas” (Foucault, 2001, 225.) por tratar-se da preocupação em preparar o sacerdote para o ato da confissão, mas também o penitente, sobretudo no que se refere ao exame de consciência. O Manual de Confessores e Penitentes de Martin de

Azpilcueta, editado em Portugal em 10 edições entre 1553 a 1565, é um dos maiores nomes desse tipo de literatura.

Martin de Azpilcueta, membro da Companhia de Jesus, foi um dos mais importantes canonistas de sua época. Detentor de um imenso conhecimento referente às doutrinas relativas à confissão revisou a obra de um Franciscano de quem pegou uma edição portuguesa e publicou posteriormente em castelhano com o título de *Manual de confesores y penitentes*. Trata-se de uma obra imensa. Na edição de 1560 editada em Portugal, são contabilizadas 750 páginas de discussões profundas acerca do tema da confissão. Este manual é um exemplo claro das modificações na estrutura argumentativa pelas quais este tipo de literatura passou em tal período. Com efeito, Azpilcueta tratou de várias questões da penitência à luz das novas orientações religiosas da segunda metade do século XVI, sobretudo pela influência do Concílio tridentino. Com efeito, numa espécie de prefácio feita na edição de 1560, denominado “Ao prudete Leytor, ho Doutor Martin de Azpilcueta Navarro, saude em N.S.Iesu Christo”, o próprio Martin de Azpilcueta nos informa que nesta edição modificações serão feitas para seguir os preceitos de Trento:

“Por alguns justos respeitos, que por nam nos enfadar Candido leytor, nem dizer mal de quem nolo fez, não os decramos aqui, nos pareceo quem em esta edição deste Manual devemos tirar e acrescentar algumas cousas (...) segundo ho sagrado concilio tridentino”( Azpilcueta,1560)

Aqui Martin de Azpilcueta refere-se ao manual feito por um Franciscano que foi revisado por ele. O interessante foi o autor, em 1560, já se referir ao Concílio tridentino, certamente marcado pelas discussões da seção XIV do Concílio tridentino ocorrida em 1551. Esse tipo de formação de uma literatura preocupada com a realidade do penitente será, sobretudo depois da obra de Azpilcueta e do Concílio tridentino, uma característica presente em diversos escritos desta natureza.

O *Tractado da Segunda Parte do Sacramento da Penitencia* de D. Sancho de Noronha composto em 1547 foi mais uma dessas importantes obras da literatura da confissão editadas em Portugal que caminharam para o destaque do penitente e do exame de consciência no ritual da confissão. Trata-se de um pequeno tratado cuja pretensão principal do autor é de ajudar os penitentes em sua boa confissão. O interessante nessa obra é justamente essa preocupação com o preparo do penitente e ao qual é dedicada boa parte da obra.

Nos seus primeiros capítulos o autor, antes de exortar os seus leitores, possíveis penitentes, pergunta-se a respeito da necessidade da confissão e do seu valor. Nesse sentido, o autor afirma que a confissão é, juntamente com o batismo, o meio pelo qual o homem tem de ser purgado dos seus pecados (Noronha,1545,cap I). No entanto, para que a confissão tenha valor, deve ser feita de coração e sempre que possível, pois segundo Noronha é proveitoso ao penitente se confessar mais de uma vez e não apenas cumprir com a obrigação de confissão anual.

Muitos dos capítulos se dedicam ao preparo do penitente. No capítulo nove, por exemplo, D. Sancho de Noronha enumera quais são as condições que deve ter uma confissão para ser bem feita pelo penitente. As características de uma boa confissão conforme trabalhada por esse autor nos aponta para novas modalidades da literatura penitencial e da prática confessional em Portugal do século XVI.

“Ho sacramento da confissam pera ser denos coprido como deve de ser quando a ajamos de fazer de nossos pecados e culpa há de ter as condições seguites, há de ser simplex, humilde,pura,fiel,continua,discreta,vergonhosa,enteyra,secreta,ch orosa. Estas condições seren necessárias a confissam tem os doutores sacros.” ( Noronha,1545,cap IX.)

Observamos claramente que o tratado de D. Sancho de Noronha apresenta uma preocupação clara em instruir o penitente em seu comportamento antes e durante o ato da confissão. Não são poucas as linhas gastas pelo escritor para explicar cada condição

exposta inicialmente no capítulo nove. Com efeito, do capítulo dez ao vinte e três, sendo o total de capítulos do tratado de cinquenta e sete, o autor dedica a explicar minuciosamente as condições que o penitente deve cumprir para bem se confessar.

Destes capítulos todos, cumpre destacar o capítulo vinte e cinco, denominado: “do q deve fazer ho penitete pera se alebrar dos peccados que tenha feytos”. Seguindo-se o processo característico que já expusemos de valorização do exame de consciência como condição para uma boa confissão, o autor procura mostrar a condição de um exercício para lembrar-se dos pecados cometidos antes do ato da confissão. Apesar de não denominar propriamente de Exame de Consciência, podemos afirmar que a obra de D. Sancho de Noronha apresenta a necessidade do penitente de examinar a sua consciência antes do ato da confissão, característica presente na literatura penitencial pós-tridentina, sobretudo as produzidas no século XVII, como veremos adiante. Neste capítulo, o autor inicia afirmando a condição para que o sacramento da confissão possa cumprir com sua função de salvação, a saber: que o penitente trabalhe para trazer à mente todos os pecados cometidos:

“Pera que este sacramento como cumpre AA salvaçam do peccador seja feyto e be recebido da parte do eterno deos, he necessário que cada hu se aja de confessar trabalhe consigo de trazer a memória todas as culpas com que offedeo a deos, pera q accusandose dellas e de todas as senhor, pedindo perdam possa ser digno de ho alçar.” (Noronha, 1545, cap XXV).

Tal exame da memória para relembrar os pecados cometidos deve ser feito a partir de algumas condições que auxiliam na tarefa de auscultar a consciência e rememorar as faltas cometidas. O autor enumera, neste mesmo capítulo, cinco aspectos que auxiliam o penitente nesta tarefa: “E para ter memória de seus peccados he necessário considerar e examinar cinco cousas. O tempo: A inclicaçam. O estado. A copanhia. As espécies dos peccados. (Noronha, 1545, cap XXV)



Esta preocupação que D.Sancho de Noronha apresenta de traçar uma espécie de estratégia para examinar a memória a fim de melhor lembrar os pecados cometidos foi uma das grandes inovações da literatura penitencial pós-tridentina. Na verdade Sancho de Noronha, em certos aspectos, já presente em 1547, aquilo que seria característico desse tipo de literatura penitencial.

Em verdade, a principal modificação que estamos observando na literatura penitencial no século XVI e, sobretudo no século XVII, é um processo de responsabilização do penitente no ritual da confissão. Isso acaba por levar a encarar o sacramento da penitência não apenas no ato em si da confissão, mas todo o processo que se inicia ainda quanto o penitente não começou a verbalizar ao sacerdote as suas faltas cometidas. O que se privilegia é o “encontro com o penitente”, marcado pelo cuidado com que o sacerdote deve ter ao questionar o penitente acerca de suas faltas - como nos mostra Martin de Azpilcueta em seu *manual de confesores e penitentes* no capítulo quarto “Do poder, saber, e bondade do confessor”, no qual o doutor Navarro aponta que o confessor deve ter um cuidado especial na maneira com que deve exercer o ofício de confessor em relação ao penitente – e no melhor preparo do penitente em todo o processo do ritual da confissão, sobretudo pela valorização do exame de consciência.

Em Portugal, no início do século XVII encontramos diversas obras que apresentam um destaque especial ao exame de consciência. Por exemplo, *o Exame de consciência e ordem, para os penitentes se confessarem bem de seus peccados*, de Manuel de Góis de Vasconcelos, editado em Portugal em 1615 (Fernandes, 1995, p.63), é um dos indicativos desta modificação na estrutura argumentativa do gênero de confissão. Esta obra fundamentalmente segue a linha, típica da segunda metade do século XVI e do século XVII na literatura penitencial, da necessidade do exame de consciência como uma das partes da confissão, a primeira, anterior ao ato da confissão dita ao sacerdote. Com efeito, esta característica não é exclusiva da obra de Manoel de Góis, muitos textos do gênero foram escritos e que traziam a característica do exame da consciência como condição necessária ao ritual da confissão. Vejamos, de modo mais cuidadoso, *a Instruccion para examinar La consciencia antes de La confession, ò particular, ò general de toda la vida*, do jesuíta Francisco de Sosa, presente como um

anexo numa edição espanhola, editada em Lisboa em 1614, da *Declación de La Doctrina Christiana* do Cardeal R. Bellarmino.

A importância desta obra foi destacar de modo claro o Exame de Consciência como uma das partes da confissão: uma parte anterior à contrição (comumente a contrição era vista como a primeira parte da confissão): “El cuydado, tiempo, y meditacion, que se deve, y suele poner em um negocio gave: manda y pide Nuestro Senor, Le pongamos en el Examen de nuestras cociencias, antes de confessarnos.”(Sosa, 1614.)

O texto escrito por Francisco de Sosa é um breve texto, porém bastante elucidativo das novidades na literatura penitencial editada em Portugal. Este escrito pretende servir como uma espécie de interrogatório que o penitente deve seguir para bem examinar sua consciência. Baseado, fundamentalmente na tópica das três potências da alma e dos dez mandamentos, Francisco de Sosa organiza seu escrito para trazer à lembrança dos penitentes as faltas cometidas. Segundo o autor, o tempo que for necessário deve ser gasto para bem examinar a consciência. (Sosa, 1614)

Fazer uma boa confissão, para o autor desta obra, significar trazer à memória o número das faltas cometidas e as circunstâncias dos pecados, ao entendimento o reconhecimento da gravidade dos pecados, e à vontade grande dor e arrependimento de tê-los cometido. Observamos claramente que o autor assenta o seu discurso em um aspecto presente em diversos escritos do período que destacavam as três potências da alma para explicar algumas características dos homens. A compreensão dos dez mandamentos, também faz parte desse interrogatório de exame da consciência para observar o número de pecados cometidos e a natureza deste pecado. Para cada mandamento o autor seleciona um número de perguntas que o penitente deve fazer no seu exercício de interrogação de si mesmo. A lista de pergunta é imensa e traduz a preocupação por parte dos religiosos com o exercício do exame de consciência.

A partir do que foi exposto acima acreditamos ter mostrado as transformações pelas quais a literatura penitencial editada em Portugal passou. Acreditamos que tais modificações estão relacionadas com as transformações ocorridas na própria natureza do governo português. Nesse sentido, defendemos que a modificação de valorização da

figura do penitente e do exame da consciência na literatura penitencial ou nas artes de bem morrer, são influências diretas das transformações da Igreja e do Estado que passaram a buscar um maior controle do fiel e do súdito como condição para o bom funcionamento do governo. Igreja e Estado estão conjugados na tentativa de controlar o fiel mediante o cultivo das virtudes cristãs. Esta é a nova configuração da Cristandade nos séculos tridentinos ( séculos XVI a XVIII).

Em verdade, para o período citado, Igreja e Estado não são duas instâncias independentes com fronteiras definidas, podemos observar para o caso português, diversas funções em que o Estado utilizou-se do Clero, e este, por numerosas vezes, estiveram a serviço da Coroa. Destarte, a compreensão da importância do discurso da confissão na disciplina dos fiéis e dos súditos e, por conseguinte, da própria organização do aparelho estatal português, necessita do exame da noção de política concebida na época. Isto é, buscamos estabelecer as articulações entre a política portuguesa dos séculos XVI e XVII, fundamentada nas doutrinas jusnaturalistas da chamada Segunda Escolástica, e o discurso da confissão presente na literatura penitencial editada em Portugal.

A política é nos séculos XVI e XVII - orientada por sua interpretação da Segunda Escolástica - concebida como item da teologia, notadamente no caso ibérico. Com outras palavras, as leis humanas devem participar analogicamente das leis divinas. Desta feita, a autoridade de todas as leis deve ser reconduzida até Deus. Nas doutrinas jusnaturalistas da chamada Segunda Escolástica a criação da sociedade política é concebida como meio de assegurar o bem comum. A manutenção do bem comum da *res publica* passavam necessariamente pela necessidade do cultivo das virtudes cristãs na comunidade. Cumprir ao Rei promover as condições de possibilidade para o êxito dessa empreitada. Que maneiras a Igreja e o Estado encontraram para tentarem promover o bem comum e, por conseguinte, a propagação de um modelo de vida pautado pelo cultivo das virtudes cristãs ? O exame da literatura penitencial editado no período pode nos ajudar a responder essa inquietante questão.

Na literatura penitencial observamos estratégias de construção de um modelo disciplinar a ser seguido por todos os cristãos e súditos portugueses. Desse modo, a

ênfase no exame de consciência presente no discurso da confissão em Portugal foi um dos meios pelos quais a Igreja buscou controlar os homens diariamente. Com o exame de consciência o cristão teve que se policiar constantemente e auscultar a sua consciência para reconhecer todos os pecados cometidos em atos e pensamentos. Sabemos que a tarefa de disciplinamento não teve o sucesso que a Igreja almejava, mas é interessante observar como Igreja e Estado nos séculos XVI e XVII estão conjugados na tarefa de disciplinar a população.

Bibliografia:

AZPILCUETA, Martín de. *Manual de confesores & penitentes que clara & brevemente contem a vniuersal decisam de quasi todas as duuidas q[ue] em as confissões soem ocorrer dos peccados, absoluições, restituyções, censuras & irregularidades.* Coymbra : por Ioam de Barreyra, 1560.

CURTO, D, R. *O Discurso Político em Portugal.* 1600-1650 Lisboa Universidade Aberta, 1988.

DELUMEAU, Jean. *O Pecado e o Medo. A culpabilização no Ocidente (séculos XIII-XVIII).* São Paulo: EDUSC, 2005.

----- . *A confissão e o perdão.* São Paulo: Cia das Letras, 1991.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Do manual de confesores ao guia de penitentes. Orientações e caminhos da confissão no Portugal pós-Trento.* Via Spiritus 2 ,1995.

----- . *Ignorância e confissão nas primeiras décadas do século XVII em Portugal,* Estudos em Homenagem ao Professor João Francisco Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais. Curso no Collège de France( 1974-1975).* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal (século XVII),* vol. I. Rio de Mouro: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, 1987.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: Cultura e idéias nas Américas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000

Noronha, D. Sancho de. *Tractado da Segunda Parte da Penitência, que he confissam. Com destestação dos sete peccados mortaes, E exortaçã das virtudes contrayras a elles. E modo pera bem confessar,1547.*

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

*O Sacrossanto, e Ecumenico Concílio de Trento, em Latim e Portuguez*, Dedicada e Consagrada aos Excell., e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana, tomo I, Lisboa, na Officina Patriarc. De Francisco Luiz Ameno, 1781

RESENDE, Garcia de. *Breue memorial de pecados & cousas que pertençam a confissão* / ordenado per Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso señor. - Lixboa : p[er] Germão Galharde, 25 Março 1545.

SOUZA, Padre Francisco de. *Instrvccion para examinar la Conciência antes de La Confesion, ò particular, ò general de toda la vida* in: BELLARMINO, Robert. Declaración de La Doctrina Cristiana, 1614.

## A NARRATIVA HISTÓRICA DE VOLTAIRE E A CENTRALIZAÇÃO MONÁRQUICA

Luiz Francisco Albuquerque de Miranda\*

Em uma análise bastante perspicaz a respeito da concepção de história de Voltaire, Maria das Graças de Souza lembra a crítica de Voltaire à historiografia providencialista. Seguindo a tradição do “pírronismo histórico” do século XVII, em especial Pierre Bayle, o filósofo das Luzes opôs as “verdades úteis” da “história filosófica” ilustrada aos “erros inúteis” da “história fabulosa” orientada pela teologia cristã, abandonando a idéia de que a Providência Divina era o “motor da causalidade histórica”. Segundo a autora, Voltaire, embora tenha admitido a hipótese de um movimento progressivo da espécie humana, rejeitou “a idéia de um *telos* necessário em direção ao qual caminharia a humanidade”, pois o “espírito humano viveu períodos de estagnação ou mesmo de retorno à barbárie” depois de experimentar épocas gloriosas. Mesmo assim, para o ilustrado, a história era “a trajetória da civilização”, entendida “como o conjunto dos desenvolvimentos pelo homem nas artes, nas ciências, nas técnicas e, além disso, das transformações espirituais e morais que acompanharam esses desenvolvimentos” (SOUZA, 2001: 110-135). Até aqui, acompanho a interpretação proposta por Souza. Para o filósofo, nem sempre a trajetória da vida civilizada se realizaria de maneira regular e contínua. Afinal, tudo dependeria da ação dos homens.

Entretanto, Souza parece conferir pouca importância para um aspecto decisivo da obra de Voltaire: a preocupação com a política. Segundo a autora, “traços de civilização” “acabam se reduzindo em última instância, para Voltaire, a traços que pertencem, por assim dizer, ao mundo do *espírito*”, “mesmo a economia e a política são para Voltaire *determinações culturais*” (SOUZA, 2001: 103). Definições como “espírito” e “cultura” são sempre complexas, pois os termos comportam uma pluralidade polêmica de significados. Meu objetivo aqui não é analisar os possíveis sentidos desses termos, mas identificar como a dimensão propriamente política da historiografia voltairiana foi esquecida.

A meu ver, Voltaire manifestou grande interesse pelo caráter benéfico ou maléfico da ação de governos e soberanos. Mais: seu interesse não se limitava a identificar as

---

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João Del Rei. Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas

consequências da atividade política para o “mundo do espírito”, seja qual for o significado que possa ser atribuído ao termo. A maneira como o poder era exercido no âmbito do Estado preocupava Voltaire e ele retomou problemas tradicionais do pensamento político como, por exemplo, as formas de assegurar a paz no interior de uma sociedade. Esta preocupação já estava presente, por exemplo, nos autores da Itália renascentista que analisaram o poder monárquico (SKINNER, 1996: 91-209). É bem verdade que o filósofo não apresentou uma definição precisa de Estado. Todavia, o problema da centralização política e da pacificação das relações sociais ocupa lugar de destaque em seus textos. O comportamento dos soberanos foi seu objeto de estudo não só porque interferia no desenvolvimento das Luzes ou no refinamento dos costumes. Ele estava consciente que é o exercício do poder político que garante ou não a coesão social e a iniciativa livre e pacífica dos homens de talento, ou seja, Voltaire não foi apenas o historiador dos costumes e dos progressos da razão. Os dilemas dos Estados modernos ocuparam espaço considerável em sua obra. A seguir, busco comprovar essas afirmações.

\*

Em primeiro lugar, vejamos como Voltaire interferiu no debate a respeito da formação da monarquia francesa. Para tal, ele estudou as atitudes dos monarcas, os conflitos entre os grupos sociais, a eficácia dos mecanismos de controle político e o desenvolvimento das forças econômicas. O filósofo compreendeu o Estado francês como objeto mutante e contraditório; objeto próximo, inquieto, sobre o qual ele desejava intervir. Sendo assim, sua produção historiográfica não foi desinteressada: ele atacou personagens e instituições (em especial a Igreja), defendeu a centralização monárquica e a propriedade privada. Enfim, procurou explicar a França para seus compatriotas e, assim, orientar a vida política do país. A seguir, vamos acompanhar uma das passagens mais tensas dessa narrativa. Nela, a defesa da centralização monárquica parece entrar em contradição com os valores do pensamento ilustrado.

No século XV, a vitória francesa na Guerra dos Cem Anos possibilitou o fortalecimento da monarquia. Segundo Voltaire, com a expulsão dos ingleses promovida por Carlos VII, a coroa aumentou sua autoridade sobre as províncias. Restaram apenas dois grandes “feudos” na França – a Borgonha e a Bretanha. Nas outras áreas, os senhores feudais deixaram de ser “poderosos em suas terras”. Luís XI (1423-1483), que governou depois da

guerra, é definido por Voltaire como o “primeiro rei absoluto da Europa”. Ele conquistou um “poder tranquilo” por “vias violentas”, pois executou todos os que ameaçaram sua autoridade. Recorreu à mentira e à fraude, além de assassinar e confiscar os bens de seus inimigos. Com essas atitudes, “o povo enfim permaneceu tranquilo como os condenados o são em uma galera” (VOLTAIRE, 1963: II, 1-7). A princípio, Voltaire traça uma imagem nada animadora. O rei parece um tirano. Mas o filósofo também encontra “boas qualidades” no governo de um monarca distante dos ideais ilustrados. Luís XI, que “conhecia os homens e os negócios”, “queria que a justiça fosse cumprida e que somente ele pudesse ser injusto”. Sua “polícia severa” disciplinou os cidadãos de Paris. Por outro lado, ele dominou os nobres e massacrou alguns deles de maneira cruel, mas ampliou o “poder sobre seus povos” e aumentou o tamanho do reino (incorporou as províncias da Provença e da Borgonha) (VOLTAIRE, 1963: II, 8-11). Sendo assim, “na França, esse foi o tempo da passagem da anarquia para a tirania. Essas mudanças não ocorrem sem grandes convulsões. Antes os senhores feudais oprimiam e, sob Luís XI, eles foram oprimidos.” (VOLTAIRE, 1963: II, 10)

Encontramos aqui um texto intrigante e paradoxal. A imagem de Luís XI comporta traços do bom e do mau governo. Voltaire (1963: II, 2) admite que “sua vida foi um grande contraste”. A violência e a tirania do monarca correspondem ao caráter bárbaro e supersticioso de seu tempo. Mas ele promoveu mudanças sociais de grande alcance histórico. A opressão dos senhores e o fim da “anarquia” feudal foram benéficos. Utilizando métodos condenáveis, Luís XI marcou o surgimento da monarquia forte e centralizadora. Nas passagens a respeito do monarca, Voltaire nem demonstra entusiasmo nem descreve as atrocidades com frieza analítica, emprega, como de costume, a retórica calorosa e o tom acusatório de seus ataques contra os tiranos. Mas o texto também salienta as consequências salutares desse comportamento tirânico e, curiosamente, no curso da narrativa as exigências da história política parecem atritar com as premissas morais das Luzes. Voltaire admite que a França precisava acabar com a “anarquia” feudal e submeter os senhores à soberania política. Luís XI superou a fragmentação que barbarizava a França e instaurou as condições necessárias para a pacificação do país. Suas injustiças combateram e venceram a origem de todas as injustiças feudais: a possibilidade dos senhores guerreiros utilizarem livremente a força bruta. Porém, a paz foi obtida por meio de uma conduta contrária aos princípios morais dos ilustrados. O rei, cruel e violento, abriu caminho para o avanço do processo civilizador.



Sua “tirania” sufocou o arbítrio dos nobres. Ele não coordenou uma verdadeira ação civilizadora, mas removeu o maior obstáculo para a constituição da ordem pública ao reduzir a independência da aristocracia. Convém salientar a angústia com que Voltaire constata esse fenômeno histórico. O reinado de Luís XI está longe de ser a realização de seus ideais políticos. Entretanto, graças ao monarca, a França foi o primeiro país europeu a formar um “Estado puramente monárquico” (VOLTAIRE, 1963: II, 163). Essa nova realidade histórica, fundamental para o destino da Europa, resultou de atitudes que, do ponto de vista do filósofo, parecem repugnantes.

“Estado puramente monárquico” escreve Voltaire. Apesar do tom enfático, o termo é nebuloso. O que é uma monarquia *pura*? É claro que Voltaire refere-se à diferença entre a fragilidade dos reis medievais e a firme ação centralizadora de Luís XI. De qualquer maneira, está em jogo o crescente controle monárquico sobre a coação física. Luís XI monopolizou o uso da violência, mesmo sem definir regras públicas para tal. Foi dado um passo decisivo em favor da centralização estatal. Por outro lado, ao conferir um perfil tirânico ao monarca que lançou as bases para o “Estado puramente monárquico”, Voltaire confronta-se com a tipologia das formas de governo proposta por Montesquieu, para quem a honra e as prerrogativas dos nobres eram princípios fundamentais da monarquia, que “se corrompe quando o príncipe transforma sua justiça em severidade” (MONTESQUIEU, 1949: I, 125). Para Voltaire, o primeiro soberano francês que tornou efetivo o poder monárquico, estabeleceu as bases do regime a partir do ataque às prerrogativas aristocráticas. O medo e a força foram os meios pelos quais ele submeteu seus principais súditos. O confronto entre reis e nobres, que em Montesquieu tem um sentido corrosivo para a monarquia, ganha aqui outro significado, pois foi o principal episódio do movimento histórico que firmou o regime. Segundo Voltaire, o desequilíbrio entre a nobreza e o rei viabilizou o poder central, pois enquanto a primeira esteve em condições de utilizar a força física, o segundo foi incapaz de exigir obediência. No *Ensaio sobre os costumes*, a “tirania” de Luís XI representa a primeira etapa da instauração do Estado monárquico. A perspectiva tipológica de Montesquieu é descartada por essa narrativa histórica que apresenta o governo despótico como porta de entrada para a monarquia.

Todavia, Luís XI foi apenas o começo. O *Ensaio sobre os costumes* anuncia que, na França e em toda a Europa, os reis dos séculos XV e XVI raramente conseguiram o controle

completo das facções existentes no interior do Estado. As disputas entre os grupos aristocráticos eram ainda problemas espinhosos. Voltaire estuda vários casos em que o poder central encontrou sérias dificuldades para pacificar e submeter esses grupos. Observemos a maneira como ele descreve a Guerra das Duas Rosas (1455-1489) na Inglaterra.

A guerra entre os Lancaster e os York iniciou-se em meados do século XV durante o reinado de Henrique VI, monarca cuja “fraqueza de espírito”, segundo Voltaire, possibilitou que seus parentes disputassem o governo desde sua juventude. Sua esposa, a ambiciosa Marguerite d’Anjou, procurou controlar a corte de maneira violenta, agindo para aniquilar os aristocratas arredios ao seu poder. Assim, formou-se um “partido” (o termo é do próprio Voltaire) de resistência à rainha comandado pelo Duque de York. Doente e fraco, incapaz de se impor, o rei permitiu que o “partido” do Duque dominasse seu conselho. Quando, exortado pela rainha, expulsou York do referido conselho e tentou retomar o controle do governo, o Duque já liderava um exército e combateu vitoriosamente as forças leais ao monarca. Vencido, Henrique VI tornou-se prisioneiro em seu próprio reino e York, tomando para si o título de “protetor”, passou a governar de fato. A rainha não se rendeu e, “com o socorro dos senhores de seu partido”, tirou o marido de Londres e reiniciou o conflito. Sucederam-se batalhas sangrentas. O Duque de York foi morto em uma delas, mas seus partidários obtiveram a vitória final e destronaram Henrique numa estranha “eleição” nas portas de Londres. Coroaram Eduardo, o filho do Duque, como o novo rei da Inglaterra (VOLTAIRE, 1963: II, 117-122).

Para entender a maneira como Voltaire concebe a história política da Europa renascentista é útil comparar as narrativas das histórias de Henrique VI da Inglaterra e de Luís XI de França. Vimos que este último é representado como soberano cruel e violento, mas suas ações enérgicas viabilizaram o início do processo de centralização política que submeteu os senhores feudais. Henrique, ao contrário, é definido como rei fraco, doente, incapaz de neutralizar as ambições e a beligerância da nobreza. Reinava como um fantoche do “partido” que momentaneamente obtivesse vitórias militares. Faltava-lhe a audácia e a energia para usar a força da coroa em favor de seu próprio poder. Sendo assim, as intrigas da corte e o campo de batalha decidiam o jogo político. Mergulhada na guerra civil, sem instrumentos para firmar a soberania do monarca, a Inglaterra do século XV, diferente da França, experimentava o caos produzido pela livre manifestação das paixões e dos interesses

de chefes guerreiros autônomos. A imagem que o filósofo utiliza para apresentar a situação inglesa é expressiva: “a Inglaterra era um vasto teatro de carnificina onde os cadafalsos eram erguidos de todos os lados sobre os campos de batalha” (VOLTAIRE, 1963: II, 122). No reinado de Henrique IV, a violência produziu um efeito centrífugo e inviabilizou o monopólio da coerção física por parte da autoridade soberana. De certa forma, o *Ensaio sobre os costumes* admite que, no século XV, os nobres ingleses não tinham mais a independência característica do governo estritamente “feudal”, pois só podiam agir contra o monarca articulando-se em “partidos”. O alvo era comandar os centros de decisão do Estado (o conselho do rei e a corte) ou a própria pessoa do rei (o Duque de York, por exemplo, tornou-se “protetor” de Henrique VI). Todavia, a nobreza ainda era suficientemente poderosa para resistir com sucesso ao monarca e lutar em favor de seus “partidos”. Voltaire manifesta a consciência de que, na Inglaterra renascentista, nenhum dos atores políticos havia monopolizado o uso da força. Seu comentário sobre os exércitos dos “partidos” aristocráticos é esclarecedor:

Sabe-se que esses exércitos não eram tropas regulares mantidas por muito tempo sob a bandeira de um líder e sustentadas por este. De acordo com suas possibilidades, cada senhor contribuía com homens reunidos precipitadamente. A pilhagem substituía as provisões e o soldo. Era necessário batalhar rapidamente ou se retirar. (...) Convém sempre atentar que essas batalhas eram realizadas por um populacho desenfreado, que abandonava durante algumas semanas a sua charrua e seus campos de pastagem. O espírito de partido o movia. (VOLTAIRE, 1963: II, 120-122)

O que espanta Voltaire é o fato dessa frágil estrutura militar destronar reis e ameaçar o Estado. O texto revela também o caráter atribuído aos agrupamentos políticos renascentistas. Sustentados pela efêmera capacidade de cotização de seus líderes (grandes senhores que animavam e armavam um “populacho”), eles não dispunham de recursos financeiros para pagar os combatentes. Esses exércitos eram incapazes de garantir a ordem e a paz, pois se desarticulavam após as batalhas. Além do mais, seus soldados pilhavam, agiam sem disciplina e eram os principais responsáveis pelas desordens. O único objetivo dos grupos mobilizados pelo “espírito de partido” era a derrota momentânea dos adversários. Suas vitórias não instauraram formas estáveis e regulares de exercício do poder, jamais

garantiram a tranquilidade pública e não neutralizaram completamente os opositores. O modo como Eduardo IV havia sido coroado, por meio de uma eleição que não encontrava respaldo nem nas tradições nem nas leis do reino, exemplifica, para Voltaire, o confuso produto dessa guerra civil. Aliás, durante o reinado de Eduardo IV e de seu sucessor, Ricardo III, a Inglaterra assistiu a diversos assassinatos não só de membros da linhagem dos Lancaster, como também dos York. Usurpadores do trono, Eduardo e Ricardo governaram de maneira cruel e aviltaram as instituições da monarquia (o parlamento, por exemplo). A tranquilidade voltou apenas quando um descendente dos Lancaster, o futuro Henrique VII, venceu Ricardo III no campo de batalha e casou com uma filha de Eduardo IV, promovendo um pacto entre os dois grupos beligerantes. Enfim, o novo monarca governou visando o interesse público e evitou vinganças (VOLTAIRE, 1963: II, 129-132).

Mas Voltaire acredita que a Inglaterra só começou a reerguer-se de fato no século XVI, em especial durante o governo de Elizabeth I. Em vários aspectos, ela corresponde ao modelo ilustrado de bom monarca. Todavia, o quadro também comporta contradições. Vamos acompanhar, mais uma vez, a narrativa de Voltaire.

Para o filósofo, antes de Elizabeth, a turbulência política predominou na Inglaterra. Seu pai, Henrique VIII, foi um “tirano” cruel e caprichoso, mas começou a submeter a Igreja ao romper com o papado (VOLTAIRE, 1963: II, 251-267). Era apenas um início, pois Maria, a irmã mais velha de Elizabeth, restaurou o catolicismo e perseguiu os protestantes. O conflito religioso, portanto, agitava o reino e fazia suas vítimas, ainda que não chegasse à guerra civil.

Elizabeth, porém, governou com firmeza, restabeleceu a Igreja Anglicana e a colocou sob sua liderança. Como os ingleses “amam as leis”, a rainha pode manter a autoridade em matéria religiosa e pacificar o reino, mas buscou o apoio do Parlamento. Ela odiava o catolicismo, mas “ninguém foi perseguido por ser católico”. Foram severamente punidos apenas os que “queriam perturbar o Estado por princípio de consciência”. Assim, Elisabeth fez da justiça um dos alicerces de sua “administração” (VOLTAIRE, 1963: II, 469-474). O filósofo não encontra no governo da rainha inglesa a brutalidade que caracterizou a instauração do poder “absoluto” na França. Ela observou as leis do reino e, nas questões decisivas, sempre consultou o Parlamento.

Depois que a coroa pacificou o país, os ingleses mostraram-se ativos e promoveram o desenvolvimento da economia e da cultura. Para Voltaire, o “povo”, que durante as guerras do século XV era apenas “o instrumento grosseiro da grandeza passageira” dos monarcas, tornou-se “policado, industrioso, laborioso, empreendedor”: “sociedades” comerciais passaram a agir na América e na África e, mesmo sem o apoio financeiro da coroa, indivíduos esclarecidos fundaram escolas e hospitais. Os ingleses “dedicaram-se às indústrias”, cultivaram as belas-artes e começaram a “considerar a cultura das terras o primeiro bem” (VOLTAIRE, 1963: II, 465-468). A estabilidade política possibilitou o progresso.

É possível notar que, ao narrar a história das duas monarquias renascentista, Voltaire apresenta juízos diferentes a respeito do uso da violência. No caso francês, a força física entrou na política sob controle do monarca e lhe assegurou o exercício do poder. Assim, a “tirania” de Luís XI, ainda que condenável, evitou o desastre de uma guerra civil e favoreceu a coesão estatal. Na Inglaterra renascentista, porém, diversos agrupamentos políticos de organização precária recorreram à violência para defender seus interesses. Os vencedores tornaram-se efêmeros tiranos que não promoveram a centralização política, permitiram a ação dos “partidos” e lançaram o país na anarquia. Só com a atuação enérgica da rainha Elizabeth a ordem foi restabelecida. Em vista do exposto, é evidente que o controle da violência por parte do soberano, problema clássico do pensamento político, é uma das preocupações centrais das narrativas de Voltaire. Ele não estava interessado apenas nos efeitos “culturais” das ações dos governantes. Os “costumes”, sem dúvida, ocupam um lugar de destaque no seu *Ensaio*, aliás como o próprio título indica. Mas o título não define todo conteúdo de uma obra. No percurso da narrativa histórica, o filósofo retomou questões tradicionais da política, estudou como os soberanos evitaram ou não as guerras civis, analisou seus efeitos para a ordem estatal e, sobretudo, defendeu o processo de centralização monárquica em curso na Europa desde o Renascimento. Mais do que um partidário do suposto “despotismo esclarecido” ou defensor do regime monárquico, Voltaire foi o crítico da fragmentação “feudal” do poder político, o historiador que alertou para os perigos das facções aristocráticas e enalteceu a paz obtida pelos monarcas centralizadores. Na verdade, ele tentou definir o papel histórico das monarquias modernas. Em Voltaire, os problemas da política foram pensados como parte dos processos da história. A política não é marginal em

suas obras nem está a reboque do movimento da civilização, pois o filósofo a concebe como elemento ativo e constitutivo do processo civilizador, como fator que ajuda a viabilizá-lo; sem instituições políticas adequadas, como o Estado capaz de controlar a violência, a vida civilizada não progride. A maneira como o *Ensaio sobre os costumes* tratou Luís XI é emblemática: o rei efetivamente não foi “esclarecido”, não correspondeu aos valores das Luzes, mas sua obra não foi desprezível na medida em que possibilitou um Estado coeso e capaz, ao longo do tempo, de interferir nos destinos da França e da Europa. Enfim, não sem problemas e contradições, monarcas como Luís XI e Elizabeth I contribuíram para a constituição do Estado moderno enquanto agente histórico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONTESQUIEU. *De l'esprit des lois*. Paris: Garnier, 1949, 2 volumes.

POMEAU, René. *Politique de Voltaire*. Paris: Armand Colin, 1963.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Maria das Graças. *Ilustração e história*. O pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*. Paris: Garnier, 1963, 2 volumes.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, 50 volumes.

**CARTOGRAFANDO O PASSADO: OS CATÁLOGOS DE FONTES SEGUNDO  
CAPISTRANO DE ABREU, RODOLFO GARCIA, C. V. LANGLOIS E C.  
SEIGNOBOS**

Vitor Claret Batalhone Júnior\*

Desde as primeiras décadas do século XIX o crescente interesse pela história levou muitos eruditos, historiadores ou não, a se dedicarem à procura, à coleta, à classificação e à análise crítica de múltiplos conjuntos documentais, especificamente no que tangia os documentos referentes a realidades pretéritas relacionadas aos Estados nacionais que então se formavam ou se consolidavam após longo período de revoluções, guerras de independências ou disputas de tronos por casas reais divergentes. O grande interesse por documentos de um passado longínquo sugere ser devido à estabilidade potencial que tal passado dito “nacional” poderia propiciar aos Estados nacionais modernos convulsionados havia pelo menos meio século. Desta forma, ao longo do século XIX, observamos o surgimento de coletâneas monumentais tais como a *Monumenta Germaniae Historica* ou o *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Entretanto, a prática sistemática de coletar e armazenar documentos remonta, por exemplo, no mínimo às práticas antiquárias ou ao Gabinete de Manuscritos Franceses (FARGE, 1989; GRAFTON, 1994; MOMIGLIANO, 2004; LANGLOIS & SEIGNOBOS, 2004: 62-64, 72).

A diferença fundamental entre tais práticas estava vinculada à concepção e à finalidade com que tais coleções eram compostas: enquanto as coleções organizadas por humanistas renascentistas ou por bibliotecários das casas reais europeias visavam à preservação e ao processamento crítico de documentos importantes não somente para a composição de histórias, mas também para o bom funcionamento administrativo e jurídico dos respectivos reinos, as coletâneas monumentais serviam mais especificamente à escrita de histórias nacionais tais como afirmado anteriormente. Com o aumento dessas coleções documentais surgia também à necessidade de organizá-las, classificá-las para assim se obter o melhor controle possível sobre tais corpora de documentos, uma vez que surgia diante de eruditos, bibliotecários e historiadores um vasto cenário de peças oriundas de mundos que não existiam mais. A resposta para tal problema foi a prática de compor catálogos de fontes de

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES.

forma que se tornasse mais fácil encontrar os desejados documentos quando necessário ou mesmo fosse possível divulgar tais acervos em regiões distantes.

Desta forma, o presente estudo se visará à reflexão sobre algumas concepções relativas às funções e às naturezas de tais catálogos de documentos produzidos especialmente a partir do século XIX. Para tanto, serão analisados os escritos de duas famosas duplas de historiadores do referido período, a saber, os brasileiros Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia e os franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. A proposta é refletir sobre os discursos e as epistemologias que fundamentaram as práticas e concepções dos autores sobre o trabalho de busca, coleta, classificação e análise crítica de corpora de documentos que poderiam ser instrumentalizados para a construção de historiografias nacionais sob a forma de catálogos documentais. Desta forma, discutiremos os limites, as proximidades e as singularidades de tais discursos e epistemologias acerca da construção de catálogos de documentos, os quais foram tão caros aos historiadores pelo menos até as primeiras décadas do século XX. A hipótese é que se por um lado observamos uma noção mais próxima da historiografia alemã vinculada à filosofia da história, por outro já podemos perceber uma crítica documental mais metodicamente regulada e com menor ênfase em ideias transcendentais sobre o passado, reconhecendo o caráter presente dos objetos que, após processados pela crítica tornar-se-ia uma fonte, um documento potencialmente utilizável pelos historiadores.

A noção caracterizada como próxima da historiografia e da filosofia da história germânicas, comumente denominada “idealismo alemão”, seria aquela que compreende um passado qualquer como uma realidade ou dimensão dotada de existência quase efetiva. Os objetos que utilizamos para acessar uma suposta realidade pretérita teriam a propriedade de nos permitir acesso o mais direto possível à mesma justamente em função do surgimento de suas extensões no mundo ao longo da duração de tal realidade. Assim, aos olhos de alguns filósofos e historiadores, tais realidades pareciam possuir uma espécie de existência transcendental passível de ser recuperada por meio do trabalho massivo de coleta e crítica de documentos oriundos de tais passados, pois esses seriam objetos que vieram à existência numa realidade pretérita determinada e que, portanto, pareceriam carregar consigo elementos dessa realidade. Uma vez que tais realidades estariam previamente vinculadas a esses objetos dotados de extensão duradoura no mundo, capazes de surgirem numa determinada realidade



pretérita e durarem até um presente qualquer, bastaria obter domínio sobre o maior conjunto possível de tais objetos e instrumentalizá-los para a consecução da tarefa de reconstrução do passado.

A crença de que esses objetos poderiam nos permitir uma espécie de acesso direto ao passado pode ser compreendida se entendermos que os documentos funcionariam, segundo um esquema lógico, como *índices de realidades pretéritas*. Um *índice* é uma modulação lógica de um signo. Um signo é uma coisa que conduz outra coisa qualquer a se referir a um terceiro elemento que assim pode ser identificado a si próprio. A concepção real que temos de um objeto é um signo que conecta a ideia que deste objeto temos ao objeto em si. A modulação de um signo em índice leva o signo a estabelecer um tipo de relação que poderíamos caracterizar como sendo a mais direta possível, inclusive espacial, com o objeto de referência assim como aos sentidos e à memória do sujeito a quem o signo serve de índice (PEIRCE, 2003: 74). Desta forma, por exemplo, uma edificação bastante antiga, como um prédio tombado por alguma instituição de patrimônio ou mesmo os papéis envelhecidos, amarelados em tom âmbar pelo tempo nas estantes dos arquivos poderiam funcionar como índices das realidades passadas das quais são oriundos poderíamos pensar que tal edificação ou papéis seriam o mais próximo possível que poderíamos chegar diretamente em relação à referida realidade pretérita. Entretanto, o passado é antes de tudo uma qualidade e não uma realidade efetiva que existiria para além das relações cognitivas e representações que temos de realidades pretéritas quaisquer: as coisas são passadas, pois seu mundo de origem passou (PROST, 2008: 64). Portanto, os objetos-documentos, por terem persistido desde um passado até o presente, sugeririam uma suposta propriedade de estabelecer o tipo de relação potencialmente direta entre a mente de um sujeito cognoscente e a realidade pretérita da qual é oriundo. Obviamente essas relações não são absolutas, mas sim dependentes da relação entre os objetos-documentos e a mente do sujeito cognoscente (PEIRCE, 2003: 64-70).

Essa crença caracteriza a epistemologia que fundamenta a concepção sobre os catálogos de fontes segundo Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Em 1923, a Academia Brasileira de Letras (ABL), cujo presidente era então o médico legista Afrânio Peixoto que substituíra Euclides da Cunha na cadeira de número sete, esboçou um empreendimento que para a publicação de duas séries de “obras raras e preciosas” que tangessem a “História Pátria”. Era um esforço de coletar e levar a lume os “clássicos nacionais”. Esses volumes

constituíam a coleção Biblioteca de Cultura Nacional, que deveria abranger obras e documentos classificados dentro das seguintes especificações: história, literatura, um item rubricado como “dispersos” e biobibliografia. Posteriormente, a coletânea foi rebatizada de Coleção Afrânio Peixoto em homenagem ao antigo presidente da instituição. Era previsto que tais edições fossem formatadas com introduções e notas críticas. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia foram incumbidos da edição dos *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim. A partir de então, ambos os autores estavam encarregados de executar uma tarefa considerada essencial para a constituição da história e da historiografia brasileiras. (ABL, s/d: s/p; GARCIA, 1939: 7-8).<sup>1</sup>

Concomitantemente, o trabalho de anotar a *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, também esteve relacionado a um empreendimento maior de coleta e crítica de documentos referentes ao passado colonial brasileiro. Ao mesmo tempo em que estabeleciam a edição crítica anotada da *História* de Varnhagen, Capistrano e Garcia também anotavam e prefaciavam um grande número de documentos, tais como a série das *Denúncias* coordenadas pelo visitador do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça, a *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador além dos supracitados *Tratados* de Fernão Cardim. Ao que tudo indica inclusive os *Capítulos de História Colonial* foram escritos como parte deste grande projeto historiográfico executado por Capistrano de Abreu. Segundo José Honório Rodrigues, os Capítulos eram “uma síntese da pesquisa realizada para anotar a *História geral* de Varnhagen e preparar a edição de textos históricos fundamentais; eram o filho legítimo de uma análise demorada, cuidadosa e ilimitada” (RODRIGUES, 1977: XLVII; OLIVEIRA, 2009).

Todavia, todo esse empreendimento precisava ser controlado de forma a possibilitar que o manuseio desse montante de documentos fosse mais facilmente instrumentalizado. Entre as publicações assinadas por Rodolfo Garcia, por exemplo, encontramos inúmeras obras de referência, tais como o *Dicionário de Brasileirismos* de 1915; o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); o *Catálogo dos Livros, Folhetos, Documentos, Retratos, Bustos, Máscaras etc.*, pertencentes à Biblioteca, Arquivo e Museu do IHGB que foi publicado em um número especial da *Revista* do IHGB como edição comemorativa do Centenário da Independência do

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127>. Acessado em: 22/07/2012.

Brasil; além de seu *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens* (ABL, s/d: s/p).<sup>2</sup>

Em 1881, Capistrano trabalhou na exposição de “história e geografia do Brasil” organizada pela Biblioteca Nacional (BN), com duração do dia 2 de dezembro do referido ano – data simbólica, pois aniversário do imperador Pedro II – até o dia 2 de Janeiro do ano seguinte. Além da exposição do vasto acervo documental da instituição também era prevista a publicação de um catálogo sobre esse material, sendo que desde os primeiros dias já haviam sido distribuídos dois volumes arrolando 19278 itens ao longo de 1612 páginas, os quais posteriormente foram aumentados aproximadamente para 20000 itens e 1800 páginas quando do lançamento de um suplemento. Todavia, esses dois volumes ainda eram apenas, nas palavras de Capistrano de Abreu, um “mero pretexto da obra verdadeira”, ou seja, o *Catálogo da exposição de história do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Mais incrível ainda foi que todo esse esforço colaborou ainda para a organização e publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* sob a responsabilidade do Barão de Ramiz Galvão (ABREU, [1931]: III).

Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia acreditavam que a evolução da historiografia brasileira estava condicionada à consecução de um empreendimento fundamental de rastreamento, coleta e crítica do maior número possível de documentos relativos ao passado colonial brasileiro, pois ambos os autores acreditavam que isso possibilitaria a eliminação ou ao menos um fechamento eficiente das lacunas referentes à história brasileira que acreditavam existir na produção historiográfica de então. Entretanto, parece que tais lacunas existiriam para além das efetivas narrativas sobre o passado que existiam ou poderiam existir, pois havia um imperativo que exigia a descoberta e o controle de documentos. Essa concepção sugere a existência prévia de objetos que necessariamente deveriam ser caracterizados como documentos historiográficos, como se tal processo não dependesse essencialmente dos questionamentos que os historiadores colocam em face desses objetos. Isso justamente porque para os referidos autores os documentos funcionariam como *índices de realidades pretéritas*, de forma que bastaria coletar todos os documentos ou seu maior número possível para que a história do Brasil fosse compreendida mais verdadeiramente, revelando um noúmeno

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=212&sid=350>. Acessado em: 22/07/2011.

fenomênico estritamente vinculado à documentação revelada e com existência potencial para além das representações historiográficas (WEHLING, 1999: 153, 193).

Segundo esta epistemologia, os catálogos de fontes serviriam por fim como espécies de mapas de uma realidade pretérita determinada. A constituição desse tipo de material de referência serviria para cartografar um dado passado, permitindo que o historiador obtivesse uma compreensão geral dos fenômenos que deveriam ser estudados para se narrar a história em questão. Neste caso, o caráter ativo de construção do conhecimento histórico não chega a ser eliminado, mas é minimizado frente à preponderância que a descoberta e o controle de um corpus documental específico poderiam exercer sobre a produção historiográfica.

Por outro lado, outra forma de compreender a crítica documental, os catálogos de fontes e o processo de construção do conhecimento histórico pode ser observada nos escritos dos historiadores franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. Essa concepção caracteriza a crítica documental de uma forma mais metodicamente regulada e com menor ênfase em ideias transcendentais sobre o passado como afirmado anteriormente. Neste caso, o caráter presente dos objetos passíveis de serem tornados documentos historiográficos após o devido trabalho de crítica e um caráter mais ativo no processo de construção do conhecimento histórico pelos historiadores é enfatizado.

No famoso *Introdução aos estudos históricos*, obra principal, composição conjunta dos referidos autores, a questão da crítica e dos catálogos de fontes recebeu espaço privilegiado ao longo dos dois primeiros Livros, sendo que a primeira Seção do Livro II foi dedicada especialmente à Análise histórica, mais especificamente à crítica externa ou erudita, segundo os autores. Para Langlois e Seignobos, história se fazia especificamente por meio dos documentos. Todavia, para os autores, os documentos funcionavam de maneira bastante divergente da previamente analisada para o caso de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Para Langlois e Seignobos, antes de serem processados criticamente pelo historiador, os objetos oriundos de realidades pretéritas eram meros objetos antigos de datação remota. Conforme os autores, sem a orientação cognitiva que os questionamentos, os métodos e as teorias sociais exercem sobre o trabalho do historiador, tais objetos eram meros objetos e não documentos. Como afirmou Antoine Prost, “portanto, em Seignobos [e também em Langlois], estamos longe de um fetichismo do documento”, ao contrário do que podemos observar no exame da epistemologia que sustentou o trabalho historiográfico de Capistrano de Abreu e

Rodolfo Garcia. Para Langlois e Seignobos, os documentos tinham natureza acima de tudo instrumental, operatória, eram antes meio para se alcançar outra coisa que acreditavam ser mais complexo do que um simples acúmulo e controle sistemático sobre um corpus documental determinado, ou seja, a produção de conhecimento sobre um passado qualquer (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 2004 : 59, 86; PROST, 1994: 106-108).

Para Langlois e Seignobos, a importância dos documentos surgiria justamente por uma espécie de posição relativa que esses ocupariam entre nós e nosso mundo e os mundos dos quais os documentos são oriundos. Por trás desta concepção está a diferenciação entre documento e fato histórico, de modo que um não se reduz ao outro, ao contrário do que observamos em Capistrano e Garcia (PROST, 1994: 108-112). Para os historiadores franceses, o fato histórico deveria ser quase que esculpido da documentação, deveria ser trabalhado, processado, donde que podemos compreender um pouco a origem da noção tão cara a Marc Bloch de que historiar é fundamentalmente um ofício. Marc Bloch foi aluno de Seignobos e muito o admirava, mesmo que o historiador francês Jacques Le Goff afirme o contrário em seu prefácio à reedição de *Apologia da História, ou o Ofício de historiador*. Segundo Le Goff:

O que Marc Bloch não aceitava em seu mestre Charles Seignobos, principal representante desses historiadores “positivistas”, era iniciar o trabalho do historiador somente com a coleta dos fatos, ao passo que uma fase anterior essencial exige do historiador a consciência de que o fato histórico não é um fato “positivo”, mas o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problemas (LE GOFF In BLOCH, 2002: 19).

A questão é que entre o que Langlois e Seignobos postularam em termos teóricos e epistemológicos e o tipo de historiografia que praticaram há uma enorme diferença. Suas historiografias se assemelham realmente ao estilo de história criticada acima por Le Goff através de Bloch.

Desta forma, a epistemologia que fundamenta a concepção dos catálogos de fontes segundo os referidos autores franceses difere radicalmente da de Capistrano e Garcia. Enquanto os historiadores brasileiros compreendiam tais catálogos como mapas de realidades pretéritas, Langlois e Seignobos os pensavam como mapas do presente, mais especificamente como mapas dos arquivos que guardavam os objetos oriundos do passado que depois seriam

trabalhados criticamente para se tornarem documentos capazes de nos permitir a produção de conhecimento histórico sobre o passado metodicamente regulado. Se para Abreu e Garcia os catálogos ajudavam na maximização do uso dos documentos, os quais eram compreendidos como *índices de realidade pretéritas*, para Langlois e Seignobos, eram os catálogos que funcionavam como índices dos documentos depositados nos arquivos. Mesmo apesar da proximidade temporal que aproximava os quatro historiadores uns dos outros e as leituras acerca da historiografia alemã da época compartilhadas por eles, as duas concepções sobre documentos historiográficos e seus respectivos catálogos diferia enormemente, nos mostrando o quanto as grandes e genéricas rubricas classificatórias ao estilo de história das ideias e da historiografia tradicionais podem ser simplificadoras.

### Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Instituto Nacional do Livro, 1977. 3 v.
- \_\_\_\_\_. *Nota preliminar*. In: SALVADOR, Vicente do, Frei. *Historia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931], p.V-XXII.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia de Afrânio Peixoto*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127>. Acessado em: 17/02/2011.
- \_\_\_\_\_. *Biografia de Rodolfo Garcia*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=212&sid=350>. Acessado em: 17/02/2011.
- \_\_\_\_\_. *Discurso de posse de Rodolfo Garcia*. Disponível \_\_\_\_\_ em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acessado em: 17/02/2011.

- BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogo da exposição de história do Brasil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & filhos, 1881.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- GARCIA, Rodolfo. *Introdução Geral*. In: CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p.7-28.
- \_\_\_\_\_. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969.
- GRAFTON, Anthony. *Defenders of the text: the traditions of scholarship in an age of science*. Massachusetts: Harvard University Press, 1994.
- INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. *Diccionario histórico, geográfico e ethnográfico do Brasil: (commemorativo do Primeiro Centenário da Independência)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. 2 v.
- LANGLOIS, C. V. & SEIGNOBOS, C.. *Introducción a los estudios históricos*. Alicante: Ed. Universidad Alicante, 2004.
- MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça: Confissões da Bahia (1591-1592)*. Rio de Janeiro: F. Briguier, 1935.
- \_\_\_\_\_. *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça: Denúncias da Bahia (1591-1593)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925.
- \_\_\_\_\_. *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça: Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*. n.2, p.86-99, mar., 2009. Texto disponível

em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/9/9>. Acessado em 22/07/2012.

- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- PROST, Antoine. Charles Seignobos revisité. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. Paris, n° 43, jul./set. 1994, p. 100-118.
- \_\_\_\_\_. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- RODRIGUES, José Honório. *Introdução*. In : ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira: Instituto Nacional do Livro, 1977. 3 v.
- SALVADOR, Vicente do, Frei. *Historia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931].
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953.
- WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



## A CARACTERIZAÇÃO DAS PERSONAGENS FICCIONAIS FRANCESAS ENTRE OS SÉCULOS XV E XVIII: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E BALIZAS DE INVESTIGAÇÃO

Daniel Wanderson Ferreira\*

Entre 1823 e 1825, Stendhal publicou dois textos intitulados *Racine et Shakespeare*, com vistas a discutir as novas concepções estéticas apresentadas sobre a nomenclatura de românticas. Provocativamente, perguntou ao leitor se, para compor tragédias que interessassem ao público de 1823, seria preciso seguir os hábitos de Racine ou de Shakespeare e, com isso, contrapôs dois modelos de escrita teatral. Por fim, fez defesa de Shakespeare, pois percebia no dramaturgo inglês um grande sentido de ilusão e do “estado de emoção” capazes de impressionar o espectador de modo prazenteiro (STENDHAL, 2008: 41 e 52).

Enquanto os padrões da arte clássica francesa estabeleciam o cumprimento das regras já estabelecidas pelas convenções estéticas, o romantismo convocava o artista a assumir uma nova postura, mais atrelada ao presente, ao ser atenta à dinâmica social de seu tempo. Essa postura, que Stendhal observou em Shakespeare, inspirava-lhe uma relação mais politizada com o mundo, pois a partir daí a arte parecia-lhe mais próxima do homem e dos dilemas subjetivos por ele vivenciados.

Além dessas questões estéticas, o argumento de Stendhal em defesa do romantismo utilizava-se de uma tópica bastante recorrente nas discussões de salão no século XVIII: a ideia de diferenças entre o mundo francês e o mundo inglês. No caso de Stendhal, interessava-lhe menos o debate político — aos moldes de Voltaire ou Montesquieu, por exemplo, em *Lettres philosophiques* (1734) e *De l’esprit des lois* (1748) — e ganhava destaque a questão do caráter mais subjetivista da cultura dramática inglesa, frente a um aspecto prioritariamente formalista do teatro francês.

Em linhas gerais, o entendimento do homem como ser individual e psicologicamente definido é o aspecto que, segundo Cassirer, torna visível a divergência entre o teatro francês e o inglês. Fazendo uma relação parecida com a de Stendhal, o filósofo alemão evidencia a

---

\* Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Atualmente, leciona no Departamento de História – UGB (Volta Redonda) e aguarda posse em cadeira de História Moderna, no Departamento de História – UNIRIO.

tensão psicológica das personagens concebidas por Corneille em suas peças de teatro.<sup>1</sup> Diferentemente de Shakespeare, em Corneille, a experiência subjetiva de cada personagem seria mais superficial e simplista, faltando a riqueza de plenitude interior de tipos como Hamlet, Ricardo II ou o Príncipe Henrique. A explicação dessa característica resultaria em uma opção estética pautada no estudo e desnudamento da natureza idêntica e única de cada paixão. Como em Descartes, o *cogito* implicava num Eu universal, metodicamente instituído como referência para o questionamento do mundo (CASSIRER, 1997: 03-37).

Embora exista uma preocupação psicológica em diversos romances franceses, predomina um caráter formalista, clássico e elegante no romance francês, o que, em certos casos, faz da elegância extrema uma marca de inautenticidade, caso comparada à nossa estética subjetivista. Em contraposição, com Defoe e Richardson a linguagem do romance avançou em direção a uma investigação sobre a dinâmica subjetiva do homem e o confronto de cada homem com a realidade. Se, por um lado, isso podia ser visto como uma preocupação com a vida vulgar, por outro, afirmava-se uma aproximação desse gênero com os problemas experimentados pelos grupos médios, principalmente dos núcleos urbanos (WATT, 2010:32).

Não se trata, é claro, de perceber um sentido único na cultura, mas evidenciar os contornos e as dimensões sociais da arte que permitiram tanto a sustentação de formas estéticas diferentes na França e na Inglaterra, quanto evidenciaram o desgaste do modelo classicista francês na virada do século XVIII para o século XIX. O caso relacionado às disputas travadas entre Restif de la Bretonne e Donatien de Sade, mais conhecido como Marquês de Sade, a partir da década de 1790, é esclarecedor por revelar justamente as contradições emergentes nas esferas socioculturais francófonas. Em que pesem as divergências e os impasses morais desse momento, Restif de la Bretonne não apenas fez apostas em novos rumos para as práticas sociais, em parte voltadas às dimensões sanitárias, mas empenhou-se ainda em construir novas interpretações da sociedade por meio de personagens que evoluíam psicologicamente ao longo da narrativa. Em Sade, ao contrário, prevalecem ainda as fórmulas que regiam as novelas clássicas, sendo possível observar tipos e ações repetitivos (SOULLER, 2004 : 73 et seq.). O resultado final é a composição de personagens individualizadas em Restif de la Bretonne e tipos monolíticos em Sade, nesse caso, um tanto compostos à moda de Rabelais.

---

<sup>1</sup> A escolha de Corneille e não Racine constitui, basicamente, a diferença de Cassirer em relação ao comentário de Stendhal

Entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a sociedade ocidental experimentou um momento de transformação radical em suas estruturas e fundamentos aristocráticos, sendo a emergência de uma nova linguagem, adaptada a esses novos valores e práticas sociais, uma necessidade (KOSELLECK, 1999). Se novos valores estéticos e sociais resultaram desse processo, isso não se deu, entretanto, de modo pacífico e nem homogêneo. Para Jean Deprun, houve, no século XVIII, o sentimento de inquietude que, partindo do questionamento religioso, estendeu-se às diversas esferas da sociedade constituiu um amálgama entre as diversas formas de pensar. Nesse sentido, o Iluminismo terminou sendo engendrado como uma experiência de crítica metódica, e não em formas e conteúdos de pensamento. Em outras palavras, isso redundava em afirmar que o século XVIII experimentou uma postura de crítica que traduziu na falta de certezas, na multiplicação das indagações e no desgaste de respostas que há muito já vinham se revelando insuficientes. Por fim, essa prática de questionamento terminou colocando o homem e seus dilemas no centro do problema (DEPRUN, 1979).<sup>2</sup>

No fim do século XVIII, as configurações de ordem hierárquica e ética medieval desestabilizam-se definitivamente. A crença no progresso e a emergência de novas formas de organização social, resultantes dos movimentos políticos, sociais e técnicos reposicionaram os homens em novas categorias sociais e orientações éticas. Assim, assiste-se à constituição crescente de uma ética monetária, de uma sociedade que tem o trabalho como um elemento de maior valor e de um sujeito menos coletivo e mais individualizado, autoconsciente e autodirigido. Sem isso, pode ser que as fórmulas retóricas e saberes clássicos ainda encontrassem condições para responder e orientar os homens.<sup>3</sup>

A expansão da subjetividade, nesse sentido, revela-se como parte do fenômeno de composição de um novo entendimento do homem, cabendo perceber que é a partir dessa nova disposição tópica que se organizam, principalmente, as críticas às velhas fórmulas retóricas que regulavam a composição ficcional. Interessa-nos, assim, pelos apontamentos dessas questões, traçar como problema a distribuição interna do romance em língua francesa. Nesse caso, o mapeamento dessas fórmulas retóricas relacionadas ao entendimento do homem encontra como primeiro limite a dificuldade em separar as fronteiras das línguas, no período

<sup>2</sup> Diversos estudiosos destacam que o século XVIII aprofunda e divulga os temas já discutidos ao longo do século XVII. Entendemos que ainda são válidas as interpretações clássicas de Cassirer e Hazard.

<sup>3</sup> Curtius, Le Goff e outros historiadores discutem os marcos temporais da Idade Média e perceberam que há permanências socioculturais substantivas que garantem o entendimento de que esse período somente finda no século XVIII. No caso de Le Goff, isso dá origem à chamada Longa Idade Média.

compreendido, principalmente, entre os séculos X e XV. É que nesse momento, havendo outra disposição mais regional das práticas de poder e lingüísticas, basicamente nos deparamos em diversos momentos com matrizes de pensamento que poderíamos agrupar sob a imagem redutora de ficção “românica”. O termo é impreciso, pois não contempla a diversidade de formas de dizer, muito embora tenha como vantagem ter sido a forma como, nesse período, indicavam-se os textos escritos nas línguas vulgares neolatinas. Serve ainda para mostrar que, apesar dessa fragmentação, já existia uma identidade cultural que acreditamos ser rompida, principalmente a partir do século XVI, quando uma nova ética religiosa tende a constituir outras práticas sociais (Cf. CURTIUS, 1996: 65-66).<sup>4</sup>

Ao lado dessa discussão geolinguística, a questão da subjetividade e da individualidade assume relevância, principalmente porque a historiografia tendeu a lidar com o problema a partir de dimensões teleológicas, que conduziram os analistas a perceber a ideia de indivíduo segundo o viés que lhe foi atribuído na cultura europeia ao longo do mundo moderno (Cf. GOUREVITCH, 1997: 22 et seq.). Isso resultou na produção de textos que discutem os temas relacionados ao corpo e aos sujeitos, submetendo-os a conceitos extemporâneos ao período estudado. De certa forma, determinados assuntos antes ausentes do debate daquele período ganharam destaque. Ao mesmo tempo, assumiram no conjunto das discussões sentidos estranhos àqueles que possuíam na lógica social de seu tempo.<sup>5</sup>

A percepção de uma tópica que lida com a noção de sujeito na ficção em língua francesa segundo a ideia de um deslizamento sociolingüístico comporta, diferentemente das interpretações contextuais e homogeneizantes, uma atenção às práticas sociais em suas transformações. Assim, tanto se atenta para as composições cujos termos parecem diferentes e que assumem mesmos lugares em várias enunciações, quanto se diferenciam termos semelhantes que se localizam topograficamente distantes ao serem enunciados. Isso permite aproximar composições de personagens aparentemente diferentes e, também, distantes temporalmente, mas que ocupam o mesmo sentido nas formas culturais.

As notórias heroínas Justine e Juliette, de Donatien de Sade, ocupam, por exemplo, uma posição semelhante a da personagem Isolda, num entrelaçamento de fórmulas retóricas que alinhavam o século XVIII e o século XII. Certamente não coincidem, mas comportam-se

---

<sup>4</sup> Novamente indicamos que não se trata de perceber a passagem da unidade para a multiplicidade, mas de evidenciar os impactos sociais e éticos da Reforma, na esteira de interpretações clássicas como a de Max Weber, Ernst Troeltsch e o recente livro de Charles Taylor.

<sup>5</sup> Um exemplo interessante é a constituição de análises historiográficas sobre as práticas eróticas ou pornográficas, como se o tema da sexualidade individualizada fosse uma questão homogênea e ampla do Ocidente desde sempre (FERREIRA, 2009)

semelhantermente na medida em que todas essas personagens são constituídas como tipos sociais, não se desenvolvendo psicologicamente ao longo da narrativa.<sup>6</sup> São personagens que nascem prontas e ocupam sentidos específicos na narrativa, muito embora atravessem, como convém à formulação aventureira dos romances, percalços em sua trajetória de vida. Com essa forma, a personagem heróica encarna uma virtude, um vício e, se necessita da aventura apresentada pelo desenrolar da narrativa ficcional, isso se deve ao fato de somente ser possível revelar aquilo que se é por meio da ação (BAKHTINE, 2006: 2002 et seq.).

A caracterização física das personagens serve, analogicamente, a essa composição retórica que prende a personagem a um papel figural. Novamente, recorreremos à comparação de Justine e Isolda, já que ela anuncia exatamente essa tópica de tipologia em que a pureza é encarnada em olhos azuis cheios de emoção, em uma pele bastante clara, em uma voz tocante, dentes claros e lindos cabelos loiros. A bela alma e a doçura do caráter, como bem apresentou reiteradamente Sade, transparecem nessa fisionomia. O oposto simétrico funciona, também, da mesma forma.

Evidenciados esses elementos, o que se identificamos como questão é a possibilidade de perceber essa tópica relacionada ao conceito de *persona* conforme funcionaria na língua francesa e o sentido das *exempla* como elemento que alicerçaria uma concepção de personagem. Com isso, buscamos constituir uma investigação pelo mapeamento dessas formas retóricas em suas variações e permanências que articulam a apresentação das personagens na ficção francesa moderna. Mesmo que o processo tenha matrizes medievais, a identificação de uma transformação sociopolítica pela acentuação do caráter centralizador do Estado e da emergência de uma cultura que tendia a gravitar em torno do mundo da corte parece-nos uma razão para traçar os recortes no período renascentista. Além disso, a importância de Rabelais para a conformação de uma língua francês em padrões mais sólidos parece-nos, também, outro argumento para coloca-lo como ponto de partida da análise (Cf. BAKHTIN, 1999).

Por fim e resumidamente, evidenciamos uma defesa de que a cultura francesa ancoraria uma concepção de sujeito que, na ficção, estaria mais preocupada com a apresentação de determinados papéis sociais. Se, por um lado, esse traço permite a estruturação da sociedade segundo esquemas mais fixos, quer na política, quer nas relações

---

<sup>6</sup> A ideia de uma cartografia do discurso é uma contribuição importante do método arqueológico de Foucault e tomamos a noção de coincidência a partir dela, quando a repetição plena torna-se possível pelo alinhamento de todas as instâncias que compõem as práticas sociais. Em todo caso, lugares semelhantes podem estar parcialmente alinhados, permitindo permanências em descontínuas práticas (Cf. FOUCAULT, 1997: 180 et seq.; DELEUZE, 1998: 53).

sociais, por outro, ao dispor os homens em ordenamentos de lugares a ocupar, a compreensão dos sujeitos tende a estar mais fragilizada às transformações que alteram as relações sociais, como por exemplo, as distribuições de terras, os sistemas jurídicos e de poder etc. Nesse caso, caberia investigar nesse longo período como essa disposição dos heróis das narrativas ficcionais engendraria tipologias relacionadas a essas esferas macrossociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Brasília: Hucitec, UnB, 1999.
- BAKHTINE, M. **Esthétique et théorie du roman**. Tradução: Daria Olivier. Paris: Gallimard, 2006.
- CASSIRER, E. **A filosofia do Iluminismo**. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas: Unicamp, 1997.
- CASSIRER, E. **Descartes, Corneille, Christine de Suède**. Tradução: Madeleine Francès, Paul Schrecker. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.
- CURTIUS, E. R. **Literatura européia e Idade Média Latina**. Tradução: Teodoro Cabral; Paulo Rónai. São Paulo: EDUSP, Hucitec, 1996.
- DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução: Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DEPRUN Jean. La philosophie de l'inquiétude en France au XVIIIe siècle. **Annales historiques de la Révolution française**, pp.115-118, n°235, 1979.
- FERREIRA, D. W. **As matrizes discursivas de Sade**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de História, 2010.
- FERREIRA, D. W. Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna, **História da historiografia**, UFOP, Ouro Preto, n° 03, p.123-134, set. 2009. <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/53/37>>. Acesso em: 10.12.2009.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GOUREVITCH, A. J. **La naissance de l'individu dans l'Europe médiévale**. Tradução: Jean-Jacques Marie. Paris: Seuil, 1997.
- HAZARD, P. **La crise de la conscience européenne, 1680-1715**. Paris: Fayard, 2006.
- HAZARD, P. **La pensée européenne au XVIII<sup>e</sup> siècle: de Montesquieu à Lessing**. Paris: Fayard, 1996.
- KOSELLECK, R. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.
- LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Tradução: Maria Helena da Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1979.

SOUILLER, Didier. **La nouvelle em Europe de Boccace à Sade.** Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

STENDHAL. **Racine e Shakespeare.** Tradução: Leila de Aguiar Costa. São Paulo: EDUSP, 2008.

TAYLOR, C. **A secular age.** Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

TROELTSCH, E. **El protestantismo y el mundo moderno.** Tradução: Eugenio Ímaz. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

WATT, I. **A ascensão do romance.** Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** Tradução: José Marcos Mariani de Macedo, Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

---

## A ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS E A HISTÓRIA DAS RELIGIÕES NO SÉCULO XVIII: ERUDIÇÃO, FICÇÃO E TRADIÇÃO

Pedro Telles da Silveira\*

A história, segundo Luís de Siqueira da Gama, membro fundador da Academia Brasílica dos Esquecidos e lente de história política nesta mesma agremiação, divide-se em muitas categorias, dentre as quais se destacam as de história rigorosa e história *menos* rigorosa. Segundo o acadêmico, que nas reuniões da agremiação baiana, a qual havia sido fundada em março de 1724 por iniciativa do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, assumia a alcunha de *ocupado*, história rigorosa é “a verdadeira história”, enquanto a menos rigorosa é “a fingida ou intelectual” (GAMA, 1971: 21) e, após enumerar os escritores que se ocuparam da escrita da história em suas mais diversas variantes, Gama explicita:

Escreveram história menos rigorosa Ovídio nas fábulas do seu **Metamorfoses**, Natal Conde nas suas **Meteorologias**, João Pocácio **Da Geração dos Deuses**; Esiodoro do Nascimento, **Das Divindades**; nesta mesma classe entram também o Filósofo Esopo, e o seu melhor tradutor Fedro nos apólogos, e fábulas morais: da mesma sorte entram também nesta categoria de história fabulosa, os livros celebrados dos antigos cavaleiros andantes, Amadis de Garça, Amadis de Grécia; D. Olivanti de Laura Floris Marte de Hircania Palmerim de Inglaterra, Palmerim de Oliva, Dom Bilianis Reinaldos de Montalvão, e o famoso Dom Quixote de la Mancha (GAMA, 1971: 23).

A história menos rigorosa inclui, portanto, desde obras que estabelecem a mitografia antiga – as *Metamorfoses*, de Ovídio, as *Mythologiae*, de Natale Conte, o *Genealogia deorum*, de Boccaccio e a *Teogonia*, de Hesíodo –, fábulas e, por fim, romances de cavalaria, como os diversos *Amadis* e *Palmeirim* que circulavam desde o final da Idade Média, até chegar ao mais conhecido representante do gênero, o *Dom Quixote*. Não é preciso muito esforço para perceber que a categoria das histórias menos rigorosas engloba, a princípio, obras de ficção – e sua contraposição à “verdadeira história” deixa perceber claramente o espaço que lhe são reservadas na classificação proposta pelo autor. A contigüidade entre romances de cavalaria e os mitos antigos, embora deixe entrever a (pouca) consideração que tinham os acadêmicos pelas cosmogonias alternativas àquelas da narrativa cristã, revela, contudo, o espaço de uma tensão, pois se os mitos são ficções, eles são também objeto de conhecimento acerca dos

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, tendo defendido em 2012 sua dissertação de mestrado intitulada “O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)”, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi, atualmente é estudante de bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: doca.silveira@gmail.com.



povos que os elaboraram e se as histórias menos rigorosas são fingidas, elas não deixam, porém, de pertencem à *história*. Esta apresentação abordará algumas das conseqüências do complexo conjunto de categorias colocado em movimento pelo acadêmico *ocupado* nesta e em outras dissertações.

O objetivo deste trabalho é realizar uma primeira investigação acerca da conexão entre a prática da erudição, os dilemas da crítica – os quais envolvem a difícil relação entre tradição e a pesquisa histórica – e, por fim, o espaço dedicado à ficção e à própria teorização sobre a ficção nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos e na cultura luso-brasílica na passagem do século XVII para o século XVIII. Nesse sentido, nossa proposta visa reestabelecer os vínculos entre as noções de ficção, fictício e falso com a discussão feita pelos acadêmicos Esquecidos acerca dos mitos e tradições indígenas, levando à problematização desta mesma conexão quando se aborda o conjunto mais amplo de sua reflexão acerca dos mitos e tradições enquanto “fontes históricas” e se insere a prática dos Esquecidos no conjunto mais amplo dos desenvolvimentos por que passa a *historia*<sup>†</sup> das religiões naquele contexto. Procuraremos demonstrar que os mitos não servem apenas para ser condenados – e que esta pequena margem admite a existência de um continente oculto subjacente ao que nos revelam a superfície dos textos acadêmicos.

Dividimos esta apresentação em três seções. Na primeira, abordaremos a prática da *crítica* entre os acadêmicos Esquecidos, procurando estabelecer quais eram os procedimentos do *método histórico*<sup>‡</sup> de que se utilizavam e quais dilemas eram enfrentados como resultado de sua frágil posição enquanto acadêmicos e eruditos; num segundo momento, estudaremos os problemas enfrentados pelos Esquecidos na tentativa de aplicar a crítica erudita ao conjunto das tradições indígenas assim como a procuraremos delinear os contornos de sua reflexão acerca dos mitos enquanto (possíveis) fontes históricas. Por fim, esta apresentação se conclui com um breve esboço de questões que podem ser levantadas ao se procurar as relações entre a prática da crítica, os problemas da erudição e as noções de falso e fictício aplicadas a uma história do conceito de ficção e, em especial, a uma história das teorizações sobre o romance. Esta última seção, naturalmente inacabada, servirá de ponto de partida para reflexões futuras.

---

<sup>†</sup> PQ *HISTORIA*.

<sup>‡</sup> EXPLICAR.

### **Crítica, erudição e método**

A bibliografia sobre a produção historiográfica da virada do século XVII para o século XVIII tende a destacar o advento do método crítico e a adoção dos procedimentos herdados ou desenvolvidos pela erudição como sinal de uma transformação no campo da historiografia, uma transformação na qual a história deixa de fazer parte das Belas Letras como mais um dos gêneros literários dedicados ao passado – e, por conseguinte, como uma espécie de panegírico de reis e instituições como a própria monarquia e a Igreja – para se transformar em uma atividade do conhecimento e, logo, adquirir um caráter crítico. (NEVEU, 1966; KELLEY, 1971; BARRET-KRIGEL, 1991; GRAFTON, DATA). Essa mudança não pode ser destacada de antemão, porém deve-se lembrar que uma metanarrativa centrada sobre o desenvolvimento do *método histórico* esconde, muitas vezes, uma complexa situação onde diversos elementos não estão dados. Esta perspectiva, aliás, participa dos textos fundadores de Arnaldo Momigliano (1951; 1954), autor cuja argumentação, como bem resume J.G.A. Pocock, encontra sua força “em demonstrar que diversos gêneros de estudo e de escritos convergiram para transformar a ‘história’ no que ela se tornou” e que essa convergência não foi uma simples progressão, mas um debate no qual se justapunham autores e projetos (POCOCK, 1999: 18).

Um exame das práticas da crítica e da erudição no contexto luso-brasílico permitirá demonstrar a complexidade dos problemas aqui abordados. Em primeiro lugar, é preciso distinguir entre o *método crítico* – conjunto de procedimentos de exame e argumentação a partir de textos, autores e experiências particulares – das práticas associadas à *erudição* – a coleta, a comparação, a pesquisa e a validação de textos, documentos e objetos antigos por meio de disciplinas como a paleografia, a diplomática e a filologia – para, por fim, distinguir ambas da *crítica*, a qual pode ser resumida, *grosso modo*, como uma determinada perspectiva que busca pôr a nu os valores associados à tradição e à autoridade instituídas e buscar fundamentos racionais para sua sustentação. Tendo isso em vista, pode-se perceber, num segundo momento, como este conjunto de procedimentos se encontram, sobrepõem-se, complementam-se ou se chocam. Uma breve passada pelas discussões da Academia Real da História Portuguesa, agremiação fundada em Lisboa em 1720, facilitará a compreensão do que se propõe aqui.

No conjunto da historiografia portuguesa, a Academia Real da História é vista simultaneamente como uma agremiação dependente da aprovação real, subjugada à imagem de D. João V, quanto como vetor de introdução dos métodos críticos de escrita da história desenvolvidos em outras partes da Europa, particularmente na França e na Itália (CUNHA, 2001; MOTA, 2003). Tanto uma quanto outra perspectiva não estão incorretas, porém é preciso prestar atenção aos termos nos quais se desenrolava a prática acadêmica. Segundo Diogo Barbosa Machado, “Para huma Historia não ser notada de defetuosas, he necessaria grande copia de documentos, donde o Escriitor possa extrahir as noticias, em que solidamente estabeleça o argumento da sua narraçãõ” (MACHADO, 1736: VIII). Barbosa Machado demonstra sua aceitação dos princípios da erudição ao concordar com o valor do documento como etapa de produção da pesquisa histórica; na reflexão acadêmica, porém, os documentos, mormente associados ao *método crítico*, podiam assumir o papel de anteparo à *crítica*, como o revela discussão ocorrida no primeiro ano de existência daquela agremiação:

[o Frei Bernardo de Castello Branco relata] Que elle punha grande cuidado em examinar os documentos, escrituras antiguas, que eraõ as fontes, donde pôde manar maias pura a corrente da Historia sem tanto perigo das Criticas, que presentemente são taõ bem aceitas, as quaes não poderãõ destruir huma Historia fundada em documentos authenticos (...) (CDMARHP, 14/08/1721: V).

Os documentos *contra* a crítica, portanto; caso pensemos que erudição, método e crítica são sinônimos, encontramos um problema. A situação torna-se ainda mais dificultosa quando encontramos passagens como a seguinte, na qual, em reunião datada de 19 de maio de 1729, Manuel Pereira da Silva Leal defende que

A mais nobre potencia das interiores, e espirituas da alma he o entendimento, a quem toca discernir, examinar, e criticar o que a memória lhe propõem (...) esta potencia na alma da historia, nem he, nem pode ser outra senão a Critica, sem a qual não pôde o Escriitor abraçar opinião alguma Historica com acerto, nem fundamento (CDMARHP, 19/05/1729: 2-3).

Como resolver o dilema? Uma maneira de fazê-lo é reconhecer que há diversos tipos de *crítica* – e que apenas um desses tipos, sendo conforme ao *método*, leva ao verdadeiro conhecimento. É por isso que os acadêmicos lisboetas gastam tanto tempo discutindo acerca da *boa* e da *má* crítica ou, como afirma Manuel Caetano de Sousa, idealizador da agremiação, “quatro são as rodas da Critica (...) a Authoridade, a Tradiçãõ, a Razaõ, e a Conjectura” (CDMARHP, 1728: 12-13) e, ele poderia adicionar, também a fé e a piedade.

O mesmo acontece na Academia Brasílica dos Esquecidos. Contrariamente ao que um exame superficial pode indicar, os acadêmicos baianos ocupavam-se da discussão dos

caracteres específicos da prática histórica, discorrendo acerca de seus métodos e procedimentos.<sup>§</sup> Ao abordar a narrativa que relata a vinda do apóstolo São Tomé à América, Gonçalo Soares da Franca admite a existência de cinco espécies de evidências passíveis de serem analisadas: tradições, indícios, autores, textos e razões (FRANCA, 1971: 257). Os indícios compreendem as evidências registradas pela experiência pessoal, principalmente de evidências materiais (FRANCA, 1971: 257-259); na categoria dos autores, enquadram-se as opiniões dos diversos escritores a respeito dos assuntos. Franca demonstra inquietação diante do estado das bibliotecas coloniais; o acadêmico *obsequioso* se pergunta, no prólogo a suas dissertações, “quantas histórias não se têm retardado, quantas composições não se têm omitido por falta de notícias?” (FRANCA, 1971: 227).

Quem demonstra maior familiaridade com a reflexão acerca da crítica documental é, contudo, Inácio Barbosa Machado. Para o acadêmico *laborioso*, no exame dos “fatos da História, e da tradição”, é preciso, antes de tudo, seguir “aos Escritores, que escreveram no mesmo tempo, e não foram refutados por autor contemporâneo de verdade conhecida, e opinião grande”; a segunda regra, por sua vez, é a de que

nos mesmos fatos da História, depois dos Autores contemporâneos, seguiremos aos que viveram o Século mais próximo ao sucesso, de que se escreve, e não aos que lhe são mais posteriores, os modernos. Terceira. Que nas Histórias, que se supõem fabulosas, ou que são de autor de pouca fama, não devem ter crédito algum, quando essa História, ou esse Escritor refuta a razão, e combata a tradição dos mais antigos. Quarta, e última. Que nos devemos apartar da História que sendo descoberta particularmente por Autores modernos, elas não concordam entre si, e diferem em circunstancias, principais dos sucessos, de que já os antigos Historiaram (MACHADO, 1999: ff. 43-44).

Os acadêmicos se valiam dos métodos críticos e eruditos e, embora se possa duvidar da extensão de seu uso dos mesmos, eles forneciam parâmetros para suas discussões. Quando Gonçalo Soares da Franca rejeita a data e o local tradicionalmente atribuídos para o descobrimento do Brasil, ele reconhece que sua argumentação peca por basear-se apenas em “uma relação manuscrita” (FRANCA, 1971: 234); a resposta dos demais acadêmicos – já demonstrada acima na reflexão de Inácio Barbosa Machado – assenta-se (em parte) sobre o mesmo princípio: o acadêmico *obsequioso*, seguindo apenas sua intuição particular, afasta-se dos autores e documentos e, com isso, coloca em risco a própria unidade do discurso acadêmico sobre a história brasílica (FIGUEIREDO, 1971: 168-169). Em outras palavras, a crítica de Franca é uma *má* crítica.

---

<sup>§</sup> Ponto ressaltado pela bibliografia derivada crítica literária; apenas Iris Kantor e Nicolazzi mostram diferente.

A cisão entre boa e má crítica revela a conexão entre o método crítico, a prática da erudição e os conteúdos e ressonâncias políticas destas duas atividades, salientadas pelo discurso da e sobre a crítica. Esse debate se torna mais intenso conforme os objetos estudados se aproximam mais da religião e, por conseguinte, da tradição.

### **Erudição, tradição e religião**

A emergência da crítica no panorama dos estudos bíblicos, em meados do século XVII, trouxera como consequência um profundo questionamento da origem das Escrituras Sagradas, questionamento que se baseava na equiparação entre o conjunto da tradição cristã com os escritos e narrativas legados pelos pagãos. Como afirma Martin Mulsow, “Uma vez que não havia mais uma linha clara entre os textos da *historia sacra* e os da *historia profana*, os eruditos [*scholars*] podiam acreditar que os escritos sagrados também se originaram em um contexto profano” (MULSOW, 2005: 186). Em outras palavras, a Escritura perdia seu caráter de revelação e a investigação de seus caracteres textuais, de sua coerência interna e de seu contexto de produção determinava que se tratava de textos dotados, como todos os outros, de uma historicidade própria. Em termos religiosos, isso significava o entendimento do cristianismo como mais uma religião entre outras – e indicava que a pia reverência aos ditames bíblicos tinha de ceder espaço ao questionamento de seus princípios.

Esta atitude, representada pelos trabalhos, entre outros, de Baruch Spinoza, Richard Simon e Jean LeClerc, é, entretanto, apenas o desdobramento de um movimento anterior. Segundo Mulsow, novamente, em inícios do século XVII os antiquários procuram estabelecer uma nova *historia religiosa* partindo menos da busca pela coerência interna dos mitos antigos e mais da história comparada, da análise de fontes, inscrições e monumentos e do entendimento do contexto em torno ao surgimento destes mesmos mitos (MULSOW, 2005). Ao fazer isso, os antiquários que tratavam da história das religiões acabavam por se aproximar, ainda que não o quisessem, do questionamento histórico da própria religião cristã. Num sentido antigo, a mitografia “tratava acima de tudo das invenções da imaginação humana” e, se aqueles que dela tratavam assim o faziam, então

Qualquer um que aplicasse as categorias de *historia sacra* e *historia profana* tinha de traçar um limite entre o acesso à cognição por meios de conhecimento natural e por meios de revelação. Esta distinção se tornou confusa, porém, uma vez que os *vestigia* do conhecimento divino apareciam entre os pagãos (MULSOW, 2005: 184; 185).

O Renascimento tardio e a erudição setecentista pagavam tributo a esta crescente indistinção, lançando-se na pergunta pela origem da idolatria, seus referentes e, por conseguinte, o que a distinguia da verdadeira religião.

Surgiam, então, duas tradições de investigação dos mitos antigos. Uma, ligada à mitografia, procurava inocular alguma ordem no conjunto de mitos pagãos – os quais, por sua própria variedade, já se distinguiam da unicidade da sabedoria divina cristã –; outra, praticada pelos antiquários, procurava entender a religião enquanto um produto histórico das comunidades humanas. Os Esquecidos situam-se em meio a essas transformações, as quais lhes antecedem – cronologicamente – ao menos um século. Pelos livros aos quais fazem referência, eles se enquadram na primeira destas tradições; pelo método que esposam, entretanto, eles pertencem ao segundo grupo.

Por um lado, Inácio Barbosa Machado lamenta que os indígenas, sendo tão “Bárbaros, e destituídos da razão, não trataram da Escritura, ou de outros monumentos em que recomendassem à posteridade as suas Histórias” (MACHADO, 1999: f. 62). Para o acadêmico *laborioso*, portanto, a inexistência de fontes escritas era o sinal de uma inteligência falha, incapaz de conservar na preservação não apenas da memória indígena mas também de sua própria (ausente) república. A oralidade como signo da imaturidade indígena. De certa forma, a mesma caracterização das fontes orais aparece em outra passagem, na qual Gonçalo Soares da Franca analisa os mitos de criação indígenas; para o acadêmico *obsequioso*, pode-se desculpar os indígenas de “fabulizarem tanto, porque nem tem tomos, nem conservam arquivos em que depositem memórias, e as verdades duram menos nas tradições, que nas estampas” (FRANCA, 1971: 250). As evidências escritas são privilegiadas frente às orais; não deixa de estar em jogo uma concepção de escritura na qual esta é um auxílio à memória – e esta concepção transparece até mesmo no tratamento dos próprios portugueses.\*\*

Por outro lado, o recurso às tradições indígenas era uma constante na historiografia americana. Dada essa ausência de fontes ou à incapacidade de lê-las (CAÑIZARES-ESGUERRA, **DATA**), as fontes orais destacavam-se como meio privilegiado de acesso ao passado e às sociedades ameríndias. Some-se a isso o próprio peso da tradição em meio à teologia católica, e os acadêmicos brasílicos encontram-se numa posição em que não podem excluir de antemão qualquer tradição oral como inexata, incorreta ou inverossímil:

---

\*\* EXPLICAR – PORTUGUESES NÃO ESCREVEM – FAMA.

Nem se julgue menos acreditada a verdade das tradições quando concorrem as circunstâncias necessárias, e conducentes para ela. De outra sorte deixaríamos de crer tudo o que não está escrito só porque não está escrito, ou seria falso tudo o que só escutamos dos acontecimentos humanos; e se nem a Igreja se pode reger sem tradições, como duvidaremos absolutamente do que ouvimos, só porque o não lemos; também nas memórias se imprimem os sucessos, donde nem todos se transferem às estampas, e muito menos poderia passar da reminiscência ao papel casos, que sucederam entre Nações, que totalmente ignoravam os primeiros princípios de ler e escrever (FRANCA, 1971: 261).

Percebe-se que o que torna as tradições orais críveis é a própria função da escrita como um *aide-mémoire*; entre fontes orais e manuscritas não existe uma quebra, portanto, mas um contínuo caracterizado pela maior ou menor capacidade do meio de sustentar uma versão que pouco se alterasse com o tempo.<sup>††</sup> É por esse motivo que, apesar de toda sua incerteza, as tradições orais ainda são *fontes* para a escrita da história – e é por esse motivo que, para sua desclassificação, é preciso combinar o método com as certezas religiosas, marcadas pelo pertencimento à monarquia católica portuguesa, dos próprios acadêmicos.

A combinação do método com a religião sugeria, logo, a seguinte pergunta: não haveria, entre as tradições cristãs e os mitos indígenas, o mesmo tipo de contínuo existente entre as tradições orais e aquelas narrativas do passado preservadas pela escrita? Em outras palavras, qual o estatuto epistemológico das tradições indígenas? Os Esquecidos encontravam-se frente a duas opções diversas, ambas determinadas pelo relacionamento das tradições com a verdade católica. A primeira, a condenação dos mitos como mentira ou como ficção; a segunda, o reconhecimento de uma parcela de verdade obscurecida pelas camadas de erro que se assentaram ao longo da transmissão dos mitos. A condenação dos mitos abria espaço para o questionamento da tradição cristã ou, ao menos, levava à pergunta da relevância do estudo dos mitos para a compreensão dos indígenas, uma vez que revelaria apenas seus erros; caso um fundo de verdade fosse reconhecido, a identificação de uma possível verdade nas tradições pagãs tornaria ainda mais complexo seu relacionamento com uma história da religião cristã. O que distingue a reflexão acadêmica daquela de seus colegas antiquários e eruditos é a entrada em cena de um conceito de ficção que serve, ao mesmo tempo, de garantia da legitimidade dos mitos enquanto fontes perante a tradição cristã, nem que seja para revelar os erros perpetrados pelos indígenas, e anteparo à valorização dos próprios índios. A fábula, a ficção, torna-se o elemento estabilizador da idolatria.

---

<sup>††</sup> PROBLEMA, ALIÁS, DE TODA A DIPLOMÁTICA DA ÉPOCA.

Segundo Caetano de Brito e Figueiredo, é indubitável que “Eram os Índios Americanos homens como os outros, derivados do mesmo Adão (que absurdo herético, e punível fora conceder-lhes outro princípio)” e, sendo descendentes daquele progenitor,

O certo é, que entre os crepúsculos, e sombras destas confusas, incertas, e duvidosas notícias reluzia de alguma sorte nestes bárbaros, a luz da verdade: reluzia ter havido um grande Dilúvio, reluzia terem dele escapado poucos homens, e reluzia propagar-se destes todo o gênero humano. O que sem dúvida assim foi, e assim sucedeu.

Da mesma forma que na caracterização da tradição oral *a partir* da escrita, é a narrativa bíblica que oferece, paradoxalmente, a salvaguarda dos mitos indígenas; a religião cristã, cuja verdade é eterna, apresenta-se como medida para o julgamento das demais tradições religiosas e, nesse sentido, estabelece a continuidade entre “As mesmas Nações altivas, e soberbas, às quais obedeceu o Mundo, e lhe deram Leis”, tais como os gregos e os romanos, e os ameríndios:

Porque como doutamente testemunham os Autores Eclesiásticos, e Mitológicos, [estes povos] perverteram estas tais muitas verdades da Sagrada História com o engenhoso artifício de delirantes *fábulas* (FIGUEIREDO, 1971: 158; *grifo meu*).

Embora ele não o perfaça de todo, o procedimento do acadêmico *nubiloso* consiste – teoricamente – em ler os mitos indígenas à procura dos indícios pelos quais transparecem uma verdade superior, a cristã. Ele e seus colegas acadêmicos não realizam, contudo, a passagem do reconhecimento de uma verdade nos mitos a uma valorização de seus costumes, tradições religiosas e, por fim, dos próprios povos pagãos. A referência aos antigos funciona para lembrar de um profundo erro no entendimento dos indígenas:

Errou Demócrito no conhecimento da verdade com o gentio; alucinou-se porém com a experiência dos mortais; olhou para os efeitos, e não percebeu a superioridade da primeira causa, refletiu nos meios, mas ignorou o princípio (GAMA, 1971: 187).

Os indígenas, frente aos cristãos, vivem em um mundo de imagens, sendo-lhes inacessível a verdade da teologia católica; neste mundo de aparências, os mitos fornecem indícios indiretos da existência de uma divindade eterna – e, que por ser eterna, garante a certeza da interpretação dos Esquecidos. Religião, método histórico e ficção se unem na caracterização da idolatria indígena; ainda é preciso, porém, compreender como o mito se constitui como um elemento que se situa no intervalo *entre* verdade e ficção, apesar dos erros dos indígenas.

### **A mentira e a idolatria numa história da ficção**



**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

---

**COLEÇÃO, COMPILAÇÃO E ERUDIÇÃO NA COROGRAFIA HISTÓRICA  
DE ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (1816-1882)**

Pedro Afonso Cristovão dos Santos\*

Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) é, nas palavras de José Honório Rodrigues, "uma figura estranha na história da História do Brasil".<sup>1</sup> Médico por formação, convertido à prática da homeopatia, viveu dos rendimentos da medicina, segundo seus biógrafos, por toda sua vida.<sup>2</sup> Apesar de encontrar-se em dificuldades financeiras em seus últimos anos, sua profissão lhe garantira, até então, independência financeira, e mesmo um cabedal capaz de lhe proporcionar a formação de uma rica biblioteca e coleção pessoal de manuscritos e obras raras, além de assegurar-lhe a possibilidade de bancar do próprio bolso a publicação de muitas (se não da maioria) de suas obras.

Melo Moraes deixou uma vasta e variada obra, escrevendo sobre medicina homeopática, cristianismo, agricultura, genealogia, biografia, entre outros gêneros e assuntos. Porém, de sua obra histórica, que é a que aqui nos interessa, podem ser destacadas, acredito, quatro grandes obras: a *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* (1858-1860), em cinco volumes; a *História do Brasil-Reino e Brasil-Império* (1871-1873), em dois tomos; a *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil* (1879), que recebeu reedição póstuma em 1886, organizada por seu filho; e *A Independência e o Império do Brasil* (1877). A elas deve ser acrescentada sua primeira grande obra de teor histórico, o *Ensaio corográfico do Império do Brasil* (1854), escrita em parceria com Inácio Accioli de Cerqueira e Silva.

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP.

<sup>1</sup> RODRIGUES, José Honório. "Melo Moraes". *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965, p. 91.

<sup>2</sup> Nossa principal fonte para a vida de Melo, além do artigo supracitado de José Honório Rodrigues, é a obra organizada por seu filho, Alexandre José de Melo Moraes Filho, *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Postumos - Últimos Deveres*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp., 1886. Essa obra contém, basicamente, os artigos que saíram na imprensa carioca quando da morte de Melo Moraes, bem como as resenhas da segunda edição (póstuma, organizada também por seu filho) da *Crônica Geral e Minuciosa do Brasil* (1886).

Destas, tomaremos como objeto central de nossa análise a *Corografia histórica*, obra que Melo definiu como uma "história geral do Brasil", sua tentativa de sistematizar os conhecimentos de história pátria desde o Descobrimento.<sup>3</sup>

Nascido em Alagoas, Melo Moraes formou-se em medicina na Bahia, no ano de 1840. Enveredou para a imprensa por volta de 1843, escrevendo para o periódico baiano *Correio Mercantil*, onde defendeu causas ligadas ao Partido Conservador.<sup>4</sup> Melo Moraes chegou à Corte entre 1852 e 1853, e neste período voltou-se, resolutamente, embora não exclusivamente, para o estudo da história pátria. Seus biógrafos creditam esse interesse ao convívio com Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, militar e historiador, membro do IHGB, e último ocupante do cargo de cronista oficial do Império (que Melo Moraes pleitearia no fim da vida, sem sucesso), com quem tinha laços de parentesco. Juntos, Melo e Accioli publicaram um *Ensaio corográfico do Império do Brasil*, pela Tipografia de Paula Brito, em 1854.

A relação com Accioli, que talvez viesse da Bahia, certamente contribuiu para a dedicação de Melo Moraes aos estudos históricos; inclinação que não lhe surge somente na Corte. No prefácio "Ao Leitor" de sua *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil* (1879), Melo afirma colecionar "documentos originais e cópias autênticas" relativos à história do Brasil "Há caminho de 32 anos",<sup>5</sup> portanto desde, aproximadamente, 1847, cerca de cinco anos antes da mudança para o Rio. Já em 1844, publicara, no entanto, a obra *A Inglaterra e seus tratados*, visando provar que os ingleses não cumpriam os tratados que firmavam, de modo a aconselhar os deputados da Legislatura de 1845 (aos quais a obra é dedicada) a não assinar acordo algum de comércio com a monarquia britânica; a obra é basicamente de argumentação histórica.<sup>6</sup>

Pedro Paulino da Fonseca atribuiu o pendor de Melo para a história a um círculo de convivência mais amplo que Accioli, que incluía os conselheiros Drummond,

---

<sup>3</sup> *O Brasil social e político, ou o que fomos, e o que somos...* Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1872, p. 3.

<sup>4</sup> *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 59. Extraído de biografia escrita por Pedro Paulino da Fonseca para o *Cruzeiro*, publicada em 23 de setembro de 1882. Esta talvez seja a melhor biografia contida neste volume. Pedro Paulino, conterrâneo de Melo Moraes, colaborou com este em uma *Genealogia das famílias brasileiras*.

<sup>5</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil... até o ano de 1879*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior, 1879, p. 9.

<sup>6</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. *A Inglaterra e seus tratados*. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil, 1844. Consulta pela Biblioteca Digital do IEB/USP, acesso em fevereiro de 2012.

Olinda, Cairu, Marcelino de Brito, Mariani, Monte Carmelo, Manoel Joaquim de Menezes.<sup>7</sup> Tais figuras, constantes nas dedicatórias de Melo Morais,<sup>8</sup> também podem ter dado a partida, como sugere o biógrafo acima, na imensa coleção de documentos e obras de Melo. O acervo de Vasconcelos de Drummond veio parar-lhe em mãos. A biografia que Melo Morais escreveu do Barão de Cairu, Bento da Silva Lisboa, foi feita, segundo diz seu autor em nota, a partir dos documentos fornecidos pelo próprio barão.<sup>9</sup> Vale dizer que Melo também escreveu biografias de Drummond, Marcelino de Brito (sobre quem escreveu artigo publicado na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, organizada pelo francês Sébastien Sisson), Diogo Antônio Feijó, Manoel Joaquim de Menezes e do Marquês de Olinda.

O contato de Melo Morais com esse grupo teve a ver com laços de parentesco, e mesmo sua prática da medicina. O convívio com este círculo não apenas permitiu a Melo Morais o recebimento direto de acervos, mas também o acesso a arquivos onde, por meio de cópia (ou extravios), pôde incrementar sua própria coleção. É assim que, na introdução do primeiro dos cinco tomos da *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil (1858-1860)*, de 1858, Melo afirmará que o arquivo da secretaria do Império lhe fora franqueado pelo próprio ministro, o marquês de Olinda. Para esta obra, também cita como importantes o acervo de Vasconcelos de Drummond, do Arquivo Público, o arquivo do IHGB (agradecendo em especial ao então secretário do Instituto Manoel de Araújo Porto Alegre), além de cartórios e "casas particulares".<sup>10</sup>

Em 1861, Melo Morais ofertou algumas obras suas ao IHGB, como aparece no tomo 24 da *Revista do Instituto*, referente a este ano. Foram elas: o terceiro volume da *Corografia histórica*, e as biografias de Diogo Antônio Feijó, Joaquim Marcelino de

---

<sup>7</sup> O Dr. Mello Moraes. *Homenagens - Juizos Posthumos - Ultimos Deveres*, op. cit., p. 68.

<sup>8</sup> A *História do Brasil-reino e Brasil-império* (Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1871, tomo I), por exemplo, contém dedicatórias ao marquês de Olinda, a Marcelino de Brito e a Vasconcelos de Drummond, além de Ferdinand Denis.

<sup>9</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. *Apontamentos biográficos do barão de Cayrú...* Rio de Janeiro: Tip. Brasileira, editor J. J. do Patrocínio, 1863, p. 3, nota 1. Exemplar da Brasileira Digital da USP: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01190900#page/1/mode/1up>, acesso em novembro de 2011.

<sup>10</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil...* Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, tomo I, 1858, p. VII.

Brito e Manoel Joaquim de Menezes. Esta última biografia motivou proposta de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, para que o IHGB nomeasse uma comissão para apurar se a descrição da bandeira da Confederação do Equador (1824) presente na obra era correta, para o que foi comissionado Pedro de Alcântara Bellegarde. Bellegarde, na sessão de 4 de outubro de 1821 do Instituto, não apenas corrige a descrição da bandeira dada por Melo Moraes naquela biografia, como, tendo lido a mesma, faz a crítica do que nela afirma Melo sobre Luiz do Rego Barreto, governador de Pernambuco entre 1817 e 1821. Em especial, procura reabilitar, do relato de Melo, a figura do secretário de Barreto, Francisco José de Souza Soares de Andréa, depois Barão de Caçapava. Como cita o próprio Bellegarde, uma monografia sobre Luiz do Rego Barreto estava então sendo concluída por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, àquele momento primeiro secretário do Instituto.<sup>11</sup>

No tomo IV da *Corografia* Melo procura responder a Bellegarde, em um "Apenso". Primeiramente estranha que Joaquim Norberto tenha pedido a revisão da descrição da bandeira, afirmando que a copiou, no arquivo da secretaria do Império, *na presença* de Norberto, então responsável por aquela repartição, segundo indica Melo.<sup>12</sup> Melo então busca responder às críticas feitas por Bellegarde a respeito da conduta de Rego Barreto e Andréa quando da revolução do Porto, em 1820, sobre o que versara Bellegarde. Não nos estenderemos nesse debate, embora possua questões relevantes (a mais saliente, nos parece, uma nova postura em relação à história recente, antes interdita); Melo julgou ter refutado Bellegarde, mas, de fato, dirigiu sua insatisfação contra Joaquim Norberto, e esta insatisfação cresceu sobremaneira com nova crítica de Norberto, desta vez à *Corografia*. Como consta no relatório do secretário Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, o "erudito consócio Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva" elaborara um "longo parecer, relativo às memórias para a *História do extinto estado de Maranhão*, pelo padre José de Moraes, editadas pelo Sr. Dr. Cândido Mendes de Almeida", no qual "demonstra que leves diferenças existem entre o manuscrito de

---

<sup>11</sup> Como mostra Maria da Glória de Oliveira, esse artigo de Fernandes Pinheiro visa refutar a caracterização de Rego Barreto presente na *História da Revolução Pernambucana* (1840) de Muniz Tavares; OLIVEIRA, Maria da Glória de. "Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista". *Vária história*, Belo Horizonte, vol. 26, no. 43, jan./jun. 2010, p. 296-297.

<sup>12</sup> *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 599-600.

que se servira para esta publicação e aquele a que recorreu o Sr. Dr. Melo Moraes para nortear-se nesta importante monografia, exarada no 3º volume da sua *Corografia histórica*".<sup>13</sup>

Segundo Melo Moraes, havia duas acusações graves a seu trabalho: primeiro, fizera plágio da obra do padre Moraes no tomo III da *Corografia*; segundo, transmitira um texto incorreto desta mesma crônica. Em suas palavras, segundo Joaquim Norberto "eu, não só plagiei o cronista *José de Moraes* [grifo no original], como mesmo estropeiei o que achei no mesmo autor". Melo se diz enojado com a acusação, "que se respondo antecipadamente é para explicar ao Sr. Dr. Fernandes Pinheiro, os motivos que tive, em alterar o que achei nos manuscritos inéditos dos jesuítas, que agora se acham no arquivo do Instituto Histórico".<sup>14</sup>

Primeiramente, em uma nota de rodapé, Melo Moraes acusa o próprio Joaquim Norberto de plágio, afirmando ter este extraído uma biografia de Maria Quitéria da obra da inglesa Maria Graham.<sup>15</sup> Ao defender-se, afirma que a imputação de plágio não se aplica a seu caso, pois "Servindo-me da crônica do jesuíta José de Moraes, citei o seu nome em mais de um lugar, e, estando o leitor prevenido, entendi na página *cem*, empregar a expressão *continua* o padre *José de Moraes*, etc., sem me lembrar, que teria de responder ao Sr. Joaquim Norberto, por não citar o nome do jesuíta em cada linha [grifos no original]".<sup>16</sup> Com efeito, Melo, na página 100 do tomo III, usa a expressão "continua o padre José de Moraes", para indicar de onde extrai seu relato. O relato parece começar na página 18, com o título "Dos provinciais do Brasil, e reitores dos colégios (crônica manuscrita)". Não há referência direta, no início, a José de Moraes. Melo Moraes julga-se desculpado, entretanto, porque "previne" o leitor, em momentos como a página 100, de que trata-se deste autor. Por várias vezes na *Corografia* seu procedimento é semelhante, sua narrativa confundindo-se com a da fonte que utiliza, mas havendo alguma citação ao original. Faz isto inclusive com a *História Geral de Varnhagen*, no tomo I da mesma *Corografia*.

---

<sup>13</sup> *RIHGB*, tomo 24, 1861, p. 788.

<sup>14</sup> *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 604.

<sup>15</sup> *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 604, nota 1.

<sup>16</sup> *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605.

Melo Morais responde a Norberto evocando exemplos da historiografia luso-brasileira:

Não me lembrei que plagiava, porque quem cita uma vez o nome da fonte donde extrai, não pode ser considerado de plagiário, e, se o Sr. Joaquim Norberto, apesar de ser membro do Instituto Histórico, tivesse conhecimento de tudo, o que se tem escrito sobre o Brasil, havia de se recordar (para se não expor), que o padre Santa Maria, transcreve períodos inteiros no *Santuário Mariano*, e não menciona a *Crônica da Companhia* do padre Simão de Vasconcelos, donde extraiu; que o padre Aires do Casal, com tantos créditos, e que mereceu o título de pai da geografia brasileira, copia períodos inteiros das *Memórias do bispo do Pará*, sem mencionar donde extraiu; que Monsenhor Pizarro serve-se das *Memórias*, que ora possui o Instituto Histórico, e nem toca nelas etc., e nem por isso ninguém os têm censurado, porque os homens estudiosos não são embirranters, e sabem, que as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente, ficando reservado ao leitor circunspecto e grave, saber se são exatas (...).<sup>17</sup>

Melo Morais exime-se do plágio alegando ter citado a fonte que utiliza; não o fez em nota de rodapé, nem de margem, mas julgou cumprida sua tarefa/obrigação de citação (suas notas de rodapé serviam mais a observações e transcrições de fontes que a citações bibliográficas). Mostra exemplos da historiografia luso-brasileira em que os autores não citam de onde extraem suas informações, o que não os impediu de adquirirem reputação; exemplos que são, por sinal, importantes fontes suas na *Corografia*, sendo em vários momentos citados e mesmo transcritos. Melo extrai, da situação, como que uma lei da escrita da história: "as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente". Defende que o historiador deve buscar em alguma parte as informações que formam sua obra, isto é, uma obra de história é necessariamente formada de outras obras, cuja reprodução é livre (porque necessária). Se bem interpretamos Melo, o importante, como aparece no fim da citação acima, é saber se as informações de que se compõe a narrativa histórica são verdadeiras ou não.

Mas outro aspecto de sua utilização da obra do padre José de Moraes o colocou sob escrutínio de Joaquim Norberto. A transcrição que fez Melo dessa crônica, no tomo III da *Corografia*, apresentaria incorreções em relação ao texto original, possíveis de serem vistas no confronto com a edição de Cândido Mendes de Almeida. Melo Morais

---

<sup>17</sup> *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605-606.

não as nega: "Lendo as crônicas manuscritas, achei algumas tão mal redigidas, que me foi necessário, guardando o sentido, fazer supressões e redigir de novo, e outras em tal estado, à se não poder ler, como, por exemplo, a crônica do padre *João Felipe Betendorf*, que, para poder-se tirar o proveito desejado, tem necessidade, desde a primeira à última página, de ser redigida de novo, e estou muito persuadido que, se o Sr. Joaquim Norberto tivesse lido os manuscritos, como me aconteceu, deixaria de ser impertinente, e não se dar em espetáculo no Instituto (...)".<sup>18</sup> A alteração do texto justifica-se, segundo Melo, em proveito de sua inteligibilidade, e, principalmente, porque não fere o propósito principal, que é obter dos textos a verdade histórica: "servindo-me de manuscritos mal copiados, mal redigidos, e com citações latinas amontoadas, convinha suprimir o supérfluo, conservando o essencial, que é a verdade histórica; e nesse caso, não receei da fidelidade do meu ímprobo trabalho, e altamente dispendioso".<sup>19</sup> O "essencial", a "verdade histórica", são os fatos, que Melo depura de todo o restante do texto.

Melo Moraes compôs sua *Corografia histórica* organizando, no corpo do próprio texto, ou nas notas de rodapé, extratos de outras obras, de documentos e manuscritos diversos. Seu procedimento assemelha-se, em vários momentos desta obra, ao que utilizara José Inácio de Abreu e Lima no seu *Compêndio da História do Brasil* (1843), que, por isso, também recebera acusação de plágio no IHGB, a partir de parecer de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Abreu e Lima definiu-se, no prefácio do *Compêndio*, como um "compilador", e defendeu, em *Resposta* a Varnhagen, que todo historiador é um compilador, na medida em que escreve articulando textos de terceiros (à exceção dos que tratam de história contemporânea, porque - ou quando - a presenciaram).<sup>20</sup> Segundo Bernard Guenée,<sup>21</sup> a

---

<sup>18</sup> *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605.

<sup>19</sup> *Corografia histórica, op. cit.*, tomo IV, 1860, p. 605.

<sup>20</sup> "Ouça bem, Sr. Varnhagen, pois já lho disse: os fatos não se inventam; estão consignados na história já escrita por outrem, ou em documentos e registros autênticos; servir-se pois da história antiga ou de documentos, ou de uma e outra coisa, e vertê-los em linguagem nova, se assim se quiser, ou copiá-los, eis aí o que se chama compilar; isto é, reunir em um corpo ou livro coisas ou matérias extraídas de vários autores" (LIMA, José Inácio de Abreu e. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro júzo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844, p. 37-38).

<sup>21</sup> GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", *Journal des Savants*, jan.-set. 1985, p. 119-135.



primeira vez que um autor de obra de história definiu-se como compilador foi no século XIII (o autor anônimo da *Historia Regum Francorum*, de 1214). Neste século, de acordo com Guenée, *compilação* assume o sentido de extrair, fazer extratos de obras de outros. Nesse sentido, pôde ser utilizado para definir o trabalho do erudito, conforme há vários séculos se pensava, qual seja: o de fazer extratos e reuni-los em uma obra nova<sup>22</sup> - que é como Abreu e Lima define seu trabalho.

De acordo com Guenée, após 1170 o termo compilar torna-se banal nas obras de história, mas, em sua origem antiga, especialmente em Cícero e Horácio, a palavra tinha conotação negativa. Até o século XI, ainda apareceria este sentido negativo: compilar significava *roubar, pilhar*. O compilador era um ladrão. É no começo do século XII que *compilar* se livra de sua conotação negativa, tornando-se não mais que fazer extratos, excertos. Equivale a outro termo daquele período, que também sobrevive até o século XIX, *deflorare*, a base da expressão *florilégio*, que aparecerá, por exemplo, em Varnhagen, no seu *Florilégio da Poesia Brasileira, ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos* (1850-1853); na Idade Média, por volta do século XII, relata Guenée, proliferam compilações com títulos como *Flores Historiarum, Flores Temporum, Flores Chronicorum*. Desse modo, *compilação* adquire, no século XII, a condição de definir o trabalho dos eruditos, conforme era feito há séculos: fazer extratos e compor, a partir deles, uma obra nova.<sup>23</sup> O termo é reabilitado de tal forma, que, em especial a partir da segunda metade do século XIII, ponderando as virtudes da compilação, os compiladores passam a se ver como autores de obras novas, e passam a assinar seus nomes nas compilações, ao contrário do autor da *Historia Regum Francorum*, que se manteve anônimo (por sua obra só conter textos de terceiros, não julgou que lhe cabia a autoria). Os autores agora declarados anunciam com orgulho que suas obras são compilações.<sup>24</sup> Com orgulho, afirmam que não inventam nada, que se atêm a suas fontes: são compiladores, não inventores.<sup>25</sup>

No final do século XVII, início do século XVIII, o fato do trabalho do "compilador" definir-se essencialmente por ser baseado em textos fez com que Pierre

---

<sup>22</sup> "faire des extraits; puis les assembler" (GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 120).

<sup>23</sup> GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 122-124.

<sup>24</sup> GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 131.

<sup>25</sup> GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", p. 135.

Bayle preferisse essa definição, ao invés da de historiador, como mostra Anthony Grafton.<sup>26</sup> Em ambiente de contestações céticas à possibilidade do conhecimento histórico, tais como as oriundas do cartesianismo e do pirronismo, o "compilador" poderia, através da demonstração dos textos em que se baseava, mostrar de onde extraía seus fatos, e colocá-los à prova pelo leitor, escapando das acusações de invenção que pesariam sobre os "historiadores". Estudando Fustel de Coulanges, François Hartog observa o ressurgimento de noções como a do "compilador" nesse período, dada a importância atribuída aos textos na confecção das obras de história.<sup>27</sup>

O uso de compilação para definir o trabalho do historiador aparece, de certa forma, sutilmente disseminado no século XIX. O título completo da obra de John Armitage é *History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831*. Compiled from State documents and other original sources [grifo nosso]. *Forming a continuation to Southey's history of that country*. O prefácio da primeira edição do terceiro volume da *History of Brazil* (1819), de Southey, abre-se com esta frase do autor: "It was my intention, that the concluding part of the History of Brazil should have contained a Critical Account of all the Documents, printed or in manuscript, *from which it has been compiled* [grifo nosso]; but this would have considerably enlarged a volume, which already far exceeds the usual size".<sup>28</sup> A *History of Brazil* é, inclusive, chamada de "une compilation sur l'histoire de Buenos-Ayres et du Brésil jusq'en 1640" por Beauchamp, no prefácio da *Histoire du Brésil*.<sup>29</sup>

No tomo I da *Corografia histórica*, de 1858, Melo Moraes refere-se à *História Geral* de Varnhagen, lançada nos anos anteriores, como a "compilação que

---

<sup>26</sup> GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998, p. 198-199.

<sup>27</sup> "Oscilando do *auctor* ao *scriptor*, o historiador moderno [fala do historiador oitocentista] apareceria e reapareceria de preferência com os traços do *compiler*, esse que, visando a anular-se como autor, acrescenta ao texto notas cada vez mais numerosas e eruditas, tendendo até, a rigor, a converter-se em *scriptor*, o simples copista (...)" (HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 129).

<sup>28</sup> SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*, parte III. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown 1819, p. V. Edição da Brasileira Digital da USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01726730#page/1/mode/1up>, acesso outubro de 2011.

<sup>29</sup> BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810...* Paris, 1815, p. X.

ultimamente fez [Varnhagen] dos acontecimentos dessas eras".<sup>30</sup> Melo, então, *reproduz* praticamente toda a seção II do tomo I da *História Geral* de Varnhagen, sem citar as páginas, ou mesmo indicar, no texto, que trata-se de escrito de outro autor (apenas após dez páginas de transcrição, aspas são postas no início de cada parágrafo). Melo reproduz inclusive as notas de rodapé de Varnhagen, incorporando, às de rodapé, as notas que, na *História Geral*, estão alocadas no fim do volume. Em suma, Melo Morais faz com Varnhagen o que Abreu e Lima fez com Beauchamp, Armitage e os demais autores de que se valeu no *Compêndio*: o transcreve, o reproduz, sem a citação ou indicação precisa de que o faz, *mas apontando, no início, o autor original*; numa palavra, Melo *compilou* Varnhagen. E, ao introduzi-lo, iguala a obra varnhageniana ao mesmo procedimento, ao chamá-la de "compilação".

Melo Morais julgava que sua grande contribuição aos estudos históricos no Brasil estaria no campo da erudição. Considerava haverem poucos, ou talvez nenhum, a concorrerem tanto para a descoberta e elucidação de fatos da nossa história, bem como para a publicação de documentos e obras raras. Mesmo nesse trabalho, porém, sua produção foi ajuizada insuficiente, já por seus contemporâneos. Como caracterizar sua erudição, e, de forma mais ampla, sua modalidade de escrita da história?

Para José Honório Rodrigues, à exceção da obra *Patrimônio Territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro* (1881), publicada pouco antes de sua morte, Melo Morais em geral escrevia "um livro porque possuía tais e tais documentos".<sup>31</sup> Sua coleção, e o impulso de dar vazão a seu acervo, explicariam a lógica de suas obras, que várias vezes passavam de assunto a assunto sem um encadeamento claro. Melo aproximar-se-ia, considerando esta descrição de José Honório, da figura do antiquário, aquele que "[e]studava o que colecionava", como afirma Arnaldo Momigliano a respeito de Claude de Peiresc (1580-1637), "o arquétipo de todos os antiquários".<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil...* Rio de Janeiro: Typ. Americana de José Soares de Pinho, tomo I, 1858, p. 79.

<sup>31</sup> RODRIGUES, *op. cit.*, p. 104.

<sup>32</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 87 e 86, respectivamente. Segundo José Honório Rodrigues, talvez apenas na obra *Patrimônio Territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro* (1881) "se possa mesmo dizer que (...) [Melo Morais] não escreveu um livro porque possuía tais e tais documentos" (RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965, p.104); no restante de sua obra, prevaleceria, pelo que escreve Rodrigues, a máxima de Momigliano para Claude de Peiresc.

Entretanto, as pesquisas de Melo em arquivos não deixam de aparecer em outros momentos de sua obra, e sua correspondência, guardada na Biblioteca Nacional, revela inúmeros pedidos seus, para particulares e ocupantes de cargos públicos, de informações e documentos que o auxiliassem em suas pesquisas. Embora tais pesquisas via de regra concorressem para o aumento de sua coleção pessoal (via cópia ou extravio), talvez Melo não se encaixe facilmente na figura do antiquário.

Seu sistema de citações, não muito rigoroso e quase sempre impreciso, aponta para uma erudição sem método crítico. Aponta, a nosso ver, para uma modalidade de escrita da história próxima, senão igual, à da compilação. Se Melo Moraes citou exemplos da historiografia luso-brasileira para justificar-se, certamente sua escrita da história não estava alinhada à produção das academias setecentistas, aos ensinamentos de Verney, e, principalmente, aos de João Pedro Ribeiro e Alexandre Herculano. Na *Corografia*, Melo revela ter-se deparado, em suas pesquisas, com documentos antigos em bom estado de conservação, mas que não conseguia decifrar, por não compreender os caracteres, já que faltava-lhe o domínio da paleografia: "convinha que a paleografia traduzisse esses livros, que sem dúvida trariam muita luz ao senado da câmara, em relação às sesmarias".<sup>33</sup>

Abrimos esta comunicação com a colocação de José Honório Rodrigues, dizendo que Melo foi "uma figura estranha na história da História do Brasil". A afirmação, por mais que pareça à primeira vista natural, quando observamos a singular trajetória de Melo e suas peculiares obras, é entretanto problemática. Primeiro porque supõe que existam figuras "normais" na história da História do Brasil do século XIX, quando não haviam faculdades de história e uma organização corporativa de formação de historiadores. "Estranho" também tem o sentido de externo, alheio, e, se assim o for, Melo pode ser considerado externo ao IHGB (embora nem tanto, como vimos) ou à escrita da história de autores como Varnhagen, Joaquim Norberto e Cândido Mendes de Almeida. Mas, de fato, num cenário como o Brasil do século XIX, Melo talvez reunisse todas as condições "normais" para escrever história. Como o vimos afirmar, "Para se haver todos os documentos indispensáveis à história da nação, era preciso ter-se relações nas várias camadas sociais, persistência em adquiri-los, e disposições e meios

---

<sup>33</sup> *Corografia*, tomo II, p. 241.

para despender dinheiro; e me achando eu nestas condições, levei a efeito o meu empenho, e posso, sem receio de ser contrariado, dizer que possuo o Brasil documental desde 1501 até o presente". Da forma como coloca, ser historiador era quase que uma escolha natural para ele. O que parece surpreender seus comentadores é Melo ter escrito história da forma como escreveu. Esperamos ter iluminado um pouco esse ponto, notando que seus modelos não eram de todo "estranhos", e serviam aos propósitos correntes para se escrever história do Brasil naquele momento. Em um contexto em que a erudição era importante, Melo procurou demonstrá-la afirmando-se como colecionador, como vulgarizador de fontes, como investigador dos fatos da história do Brasil. Mesmo que não tenha sido bem-sucedido, por meio dele acreditamos poder ver alguns dos caminhos e sentidos da erudição na historiografia brasileira oitocentista.

#### *Referências bibliográficas*

BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810...* Paris, 1815.

FILHO, Alexandre José de Melo Moraes. *O Dr. Mello Moraes. Homenagens - Juízos Posthumos - Ultimos Deveres*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp., 1886.

GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.

GUENÉE, Bernard. "L'historien et la compilation au XIIIème. siècle", *Journal des Savants*, jan.-set. 1985.

HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

LIMA, José Inácio de Abreu e. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MORAIS, Alexandre José de Melo. *A Inglaterra e seus tratados*. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil, 1844.

\_\_\_\_\_. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil...* Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho, cinco tomos, 1858-1863.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos biográficos do barão de Cayrú...* Rio de Janeiro: Tip. Brasileira, editor J. J. do Patrocínio, 1863.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil-reino e Brasil-império*. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1871, tomo I.

\_\_\_\_\_. *O Brasil social e político, ou o que fomos, e o que somos...* Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Comp., 1872.

\_\_\_\_\_. *Crônica geral e minuciosa do Império do Brasil... até o ano de 1879*. Rio de Janeiro: Dias da Silva Júnior, 1879.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. "Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista". *Vária história*, Belo Horizonte, vol. 26, no. 43, jan./jun. 2010.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 24, 1861.

RODRIGUES, José Honório. "Melo Moraes". *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*, parte III. Londres: Longman, Hurst, Rees, Ormne and Brown 1819.

## **KAIRÓS: EXPERIÊNCIA DO TEMPO EXTÁTICA E POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DE SENTIDO.**

Edmar Victor Rodrigues Santos\*

No terceiro livro de sua trilogia *Teoria da História*, Jörn Rüsen aborda de maneira mais direta como a ciência da história se inscreve (ou deveria se inscrever) na vida prática, ponto originário e destinatário do saber histórico. O livro se inscreve no contínuo esforço do autor em elaborar uma matriz disciplinar, com a qual seja possível operar com os fundamentos e princípios da ciência da história e com o *critério de sentido da narrativa histórica*. Ainda que presente em todas as etapas do processo, o problema do “critério de sentido” se faz mais patente nesse último livro, no qual se dedica a falar sobre as *formas* de representação do sentido histórico (no caso científico, a historiografia) e sobre as suas *funções* – que, de maneira geral, abrangem a “orientação cultural sob a forma de um direcionamento do agir humano e de concepções da identidade histórica.” (RÜSEN, 2002: 164).

Recusando a ideia corrente que costuma interpor uma oposição estanque entre *facticidade* e *ficcionalidade*, Rüsen assume a posição de um diálogo entre essas duas dimensões, no qual são preservadas as suas diferenças. De modo que “*pesquisa* e a *apresentação* devem ser vistas, analisadas e entendidas como dois processos distintos de um mesmo procedimento abrangente e diferenciado de *constituição narrativa do sentido da experiência do tempo*” (RÜSEN, 2007: 28) [grifos meus]. Essa será a sua maneira de equacionar, no interior desse empreendimento de constituição de sentido, a *relevância cognitiva* – na qual se faz presente “um grau elevado do conteúdo empírico e da forma explicativa das histórias” (RÜSEN, 2007: 28) – e a não menos importante *relevância comunicativa* – responsável por tornar sustentável, na vida prática, a “recepção do saber histórico apresentado pela historiografia.” (RÜSEN, 2007: 28)

No percurso de suas considerações, são exploradas as implicações estéticas e retóricas da historiografia<sup>1</sup>, assim como se intenta a elaboração de uma tipologia que abarque

---

\* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisa realizada com auxílio de bolsa concedida pela CAPES.

<sup>1</sup> Sob o risco de prestar um desserviço à compreensão do “sistema” de Jörn Rüsen, creio ser importante fazer aqui uma brevíssima exposição sobre essas implicações. Ei-la: a dimensão *estética* da historiografia seria a qual designa a interpelação provocada nas *impressões sensíveis* daqueles que estão participando da comunicação histórica. O sucesso em constituir essa força interpeladora leva a satisfação – ainda que parcial – de carências de

algumas das constituições narrativas de sentido possíveis, sempre retornando a como essas questões se relacionam aos reclames de racionalidade pertinentes a história como ciência. Ao fim do trajeto (e agora estamos chegando ao ponto central a ser aqui trabalhado), Rösen dedica-se a explorar a noção de “utopia” e como esta, enraizada no mais elementar nível da consciência humana, opera uma constituição de sentido bastante característica. Segundo ele, o fundamental a se reter do pensamento utópico é que ele

articula carências, na expectativa de circunstâncias de vida nas quais desaparecessem as restrições à satisfação dessas carências. A constituição utópica de sentido pressupõe que as condições atuais do agir são irreais e que é possível imaginar outras condições totalmente diversas (RÜSEN, 2007: 137).

Assim, ao neutralizar (imaginativamente) as restrições próprias ao agir humano, o pensamento utópico traça uma orientação que se abstrai do mundo da experiência, sendo “nessa oposição mesmo entre orientação e experiência que está o característico do utópico” (RÜSEN, 2007: 137). A constituição *histórica* de sentido, por sua vez, buscou sempre a sua âncora na experiência (ainda que nem sempre se reconhecesse nesses termos, vale notar). Ainda que ela expressasse uma maneira específica de também articular carências existentes na vida prática, sua posição tradicional é de reagir (acabando por empalidecer) aos exageros da esperança por um “inteiramente outro” e ao imenso superávit de intenções característico das imagens utópicas. Diante dessa, aparentemente insuperável, distância crítica entre *utopia* e *história*, entre “excesso imaginativo” e “experiência”, Rösen deixa como proposta final do livro a busca por um fenômeno temporal capaz de sintetizar os dois princípios constituintes de sentido. Para isso, seria necessária “uma experiência de determinadas circunstâncias da vida [que] transcendesse a própria experiência” (RÜSEN, 2007: 147); algo que, com relação à utopia, “não necessitasse da negação das condições efetivas do agir para poder tornar plausíveis outras possibilidades desse mesmo agir” (RÜSEN, 2007: 148); e, com relação à história, seria necessária a ocorrência de “uma experiência do tempo que incluía a alteridade

---

sentido e, no limite, suscita, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, não simplesmente aderindo ao sentido enunciado por outros. Já na dimensão *retórica*, estaria em jogo a relação pragmática com a realidade, a capacidade de articular e fomentar a ação prática dos destinatários, a partir do construto de sentido apresentado pela narrativa histórica (RÜSEN, 2007: 29-38). O diálogo em diversos níveis entre essas duas dimensões seria a via mediante a qual “o saber histórico adquire as propriedades com as quais pode ‘inserir-se na vida’”. (RÜSEN, 2007: 36)



do passado como um impulso atual, voltado para o futuro” (RÜSEN, 2007: 148). Tal forma de experiência do tempo, Rüsen encontrou no conceito de *kairós*.<sup>2</sup>

\*\*\*

O termo *kairós* tem sua origem na língua grega clássica, trazendo seu devido lugar na mitologia da época<sup>3</sup> e já foi traduzido de várias maneiras, tais como: “simetria”, “ocasião”, “conveniência”, dentre outros (SIPIORA, 2002: 1). De maneira recorrente, encontra-se uma explanação do conceito na qual as tentativas de defini-lo marcam sua diferença com outro termo grego (esse mais familiar) relacionado à temporalidade: trata-se de *chronos*. Enquanto este é usado para denominar um tempo “quantitativo”, organizado em continuidade linear e derivado do fluxo da “natureza”, *kairós* designaria um tempo “qualitativo”, indicador de profunda descontinuidade e radicalmente associado ao “humano”. Sua conotação mais tradicional é a de um “tempo oportuno”.

Pierre Aubenque, em clássico trabalho sobre a “prudência” em Aristóteles (2003), apresenta uma rica e sucinta explanação acerca do conceito, no qual podemos ver traços de sua presença difundida na tradição clássica (com usos na filosofia, na medicina hipocrática<sup>4</sup>, e – talvez mais notadamente – na retórica<sup>5</sup>). Segundo Aubenque, *kairós* parece ter tido,

---

<sup>2</sup> Ao longo das leituras foram percebidas várias formas de se grafar essa palavra de origem grega, tais como: *cairos*, *cairós* e *kairos*. A escolha pela forma que será usada no decorrer desse texto, com *k* e acento, deu-se por ser ela mais próxima da forma grega original, transcrita por Pierre Aubenque.

<sup>3</sup> *Kairós* é normalmente referido na mitologia grega como irmão de Chronos e sua tematização foi comum em epigramas clássicos. Dentre eles, o mais famoso é esta descrição de uma estátua, atribuída a Lisipo, que representava essa divindade:

“– Quem e de onde é o escultor? /– De Sícion. /– Qual é o nome dele? /– Lisipo. /– E quem és tu? /– *Kairós*, o que a tudo submete. /– Por que andas nas pontas dos pés? /– Estou sempre correndo. /– Por que possuis asas duplas nos pés? /– Voo ao abrigo do vento. /– Por que levas na mão direita uma navalha? /– Mostro aos homens que sou mais agudo que qualquer objeto cortante. /– Por que mechas <de cabelo> caem sobre os teus olhos? /– Por Zeus, <Só> sou agarrado quando estou passando. /– Por que és calvo atrás? /– Pois, uma vez tendo passado com os pés voadores, ninguém, ainda que queira, me agarrará por trás. /– Por qual razão o artesão te modelou? /– Por vós, ó estranho: e colocou-me no vestibulo como um ensinamento”. Para este e outros epigramas, com traduções a partir do grego clássico, cf. DINUCCI, 2009.

<sup>4</sup> Catherine R. Eskin faz uso extensivo de citações do *Corpus Hippocraticum* para demonstrar a centralidade da noção de *kairós* nesse campo. Segundo fica indicado, a medicina hipocrática conferia grande importância ao “momento oportuno” [opportune moment] [*kairós*] no tratamento das doenças, sendo eles largamente variáveis entre si e nas suas ocorrências em cada paciente. Falhar na apreensão do *kairós*, levando a um tratamento “inoportuno” [*akairós*], poderia resultar ter resultados fatais. Para melhor explanação, cf. ESKIN, 2002.

<sup>5</sup> James L. Kinneavy irá afirmar a presença constante e decisiva da ideia de *kairós* ao longo da retórica e literatura grega clássica. Com apontamentos que passam – dentre outros – por Píndaro, Pitágoras e Górgias, creio que a melhor ilustração do seu argumento (que, por vezes, soa um tanto exagerado) está na reprodução de uma longa passagem do *Fedro*, de Platão, da qual transcrevo o seguinte trecho: “é quando ele puder fazer tudo isso e

inicialmente, uma significação religiosa, associando-se à arbitrariedade de um Deus que “joga” com o tempo (Aubenque, 2003: 169). Posteriormente, e acompanhando a própria racionalização da noção de Deus, esse sentido de mero capricho divino foi sendo abandonado em direção a uma noção de experiência do tempo mais propriamente humana/mundana. Na *Ética Nicomaquéia*, por exemplo, a noção de *kairós* irá ocupar uma posição de destaque: argumentando que o “bem” teria tantos sentidos quanto categorias do ser existissem, fica ali indicado que enquanto a *virtude* seria o bem na categoria de qualidade e a *justa medida* na de quantidade, na categoria do tempo teríamos a *ocasião* – ou, literalmente, *kairós* (Aubenque, 2003: 163).

Ao fim, o que Aubenque depreende dos textos aristotélicos é o *kairós* como

momento em que o curso do tempo, insuficientemente dirigido, parece como que hesitar e vacilar, para o bem ou para o mal do homem. [...] Mas no mundo *onde tudo pode ser e não ser*, o instante da perda pode ser também o da salvação. Porque é ‘extático’, isto é, porque faz sair os seres de si mesmos, impede-os de coincidir consigo próprio, o tempo comporta essa consequência física de ser destrutivo, desorganizador. Embora fisicamente desvalorizado como degradação da eternidade, o tempo, em Aristóteles, é objeto de uma reabilitação antropológica, pois, em virtude de sua própria estrutura contingente, é o auxiliar benevolente da ação humana. (Aubenque, 2003: 169-170) [grifos meus]

Não deixa de ser curioso observar a afinidade dessa potência para a *perdição* ou *salvação* – derivada de uma estrutura contingente do tempo – com um trabalho mais recente de Rüsen, no qual ele, sem mencionar o conceito grego, considera que a “liberação da contingência pela hermenêutica histórica” é capaz de manifestá-la (a contingência) para os sujeitos históricos como – ao mesmo tempo – “*terror e chance*”, um “*risco*” e uma “*oportunidade*”. (RÜSEN, 2006: 60).

\*\*\*

---

quando ele tiver, além do mais, apreendido o conceito de apropriabilidade do tempo [propriety of time] [*kairos*] – quando falar e quando segurar a língua [*eukairos* e *akairos*], quando usar concisão, linguagem comovente, hipérbole para chocar, e, numa palavra, cada um dos dispositivos específicos do discurso que ele pode ter estudado – é só então, e não até então, que o aperfeiçoamento e os retoques finais terão sido dados a sua ciência.” [it is when he can do all this and when he has, in addition, grasped the concept of propriety of time [*kairos*] – when to speak and when to hold his tongue [*eukairos* and *akairos*], when to use brachylogy, piteous language, hyperbole for horrific effect, and, in a word, each of the specific devices of discourse he may have studied – it is only then, and not until then, that the finishing and perfecting touches will have been given to his science.] (apud KINNEAVY, 2002: 61) [tradução minha].

Essa forma de experiência que faz o curso do tempo vacilar, abrindo-se o instante potencial da perdição ou da salvação, é bastante aproximável daquilo que escreveu Walter Benjamin nas suas teses “Sobre o conceito de história”. Ainda que não se tenha notícia de que Benjamin tenha efetivamente utilizado a palavra *kairós*, essa proximidade já havia sido enxergada nas primeiras leituras de Theodor Adorno. Este, em carta destinada a Max Horkheimer, relata sua impressão de que a concepção de tempo presente na tese XIV<sup>6</sup> lhe lembrava aos trabalhos do socialista e teólogo protestante Paul Tillich<sup>7</sup> em torno do referido conceito (LÖWY, 2005: 119).<sup>8</sup> Com conhecimento ou não da referida carta (fato que me parece irrelevante), Giorgio Agamben e Giacomo Marramao moveram-se justamente nessa linha de aproximação entre as “Teses” de Walter Benjamin e essa forma específica de experiência temporal enunciada por um *kairós*, retirando disto desdobramentos deveras valiosos.

Para Agamben, o que parece estar em jogo, ao evocar o conceito, é romper com certa concepção de história e experiência do tempo que predominou no mundo ocidental, cuja estrutura estaria em um “conceito de tempo como um *continuum* quantificado e infinito de instantes precisos e fugidios.” (AGAMBEN, 2007: 102). No século XIX, essa concepção da experiência do tempo teria se aliado com a ideia de “processo” no esforço de “salvar” algum sentido/significado de dita experiência. Contudo,

uma vez que esse processo é, na verdade, não mais que uma sucessão do *agora* em termos de antes e depois, e a história da salvação transformou-se em pura cronologia, um simulacro de significado só pode ser salvo ao introduzir a ideia – apesar de desprovida de qualquer fundamento racional – de um progresso contínuo e infinito. Sob a influência das ciências naturais, 'desenvolvimento' e 'progresso', que meramente

---

<sup>6</sup> “Tese XIV

*Origem é o fim.*  
Karl Kraus, Paroles en vers, I.

A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora (*Jetztzeit*). Assim, a antiga Roma era, para Robespierre, um passado carregado de tempo-de-agora, passado que ele fazia explodir do contínuo da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma retornada. Ela citava a antiga Roma exatamente como a moda cita um traje do passado. A moda tem faro para o atual, onde quer que este se mova no emaranhado do outrora. Ela é o salto do tigre em direção ao passado. Só que ele ocorre numa arena em que a classe dominante comanda. O mesmo salto sob o céu livre da história é o salto dialético, que Marx compreendeu como sendo a revolução.” (Walter Benjamin apud LÖWY, 2005: 119)

<sup>7</sup> Os trabalhos de Tillich foram a principal referência citada por Rösen quando conjurou tal conceito nas páginas finais do seu *História Viva*.

<sup>8</sup> Vale observar que é justamente na tese XIV aonde se encontra a primeira ocorrência do intrincado conceito benjaminiano do *Jetztzeit*, sobre o qual se falará mais adiante.

traduzem a ideia de um processo cronologicamente orientado, tornam-se as categorias de orientadores de conhecimento histórico (Agambem, 2007: 106) [tradução minha].<sup>9</sup>

Em contraposição, o autor interpõe uma concepção de tempo retomada, primeiramente, do Gnosticismo. O tempo dessa que foi a “religião fracassada do Ocidente” é “um tempo incoerente e não-homogêneo, cuja *verdade está no momento de interrupção abrupta*, quando o homem, em um ato súbito de consciência, toma posse de sua própria condição de ente ressuscitado” (AGAMBEM, 2007: 111) [tradução e grifo meus].<sup>10</sup> Ao fim, o autor afirma que essa experiência do tempo dos gnósticos seria algo bastante similar ao que, no estoicismo, apareceu sob a forma de *kairós*.<sup>11</sup>

Ainda que interessante e sedutor, tomo o enfoque de Agambem embebido de boa dose de cautela, uma vez que me pareceu demasiado encerrado em um esquema de oposições binárias estanques; neste autor, o tempo kairológico fica identificado com o que seria uma “história autêntica” em contraposição à “pseudo-história” do tempo cronológico, sendo este usado como um quase-sinônimo do tempo “vazio”, “linear” e “do progresso infinito” da filosofia da história contra o qual Benjamin e seus leitores mais afins tanto se insurgiram.

Já os trabalhos efetuados por Marramao (reconhecidamente devedores dos de Giorgio Agamben) caminham em uma chave tanto quanto distinta. Logo antes de afirmar que “chronos não pode ser reduzido à homogeneidade rasa, à medição, à ‘exterioridade’ vazia” (MARRAMAIO, 2007: 8) [tradução minha]<sup>12</sup>, ele propõe tomar a imagem do *kairós* não mais como

a Chance ou a Fortuna dos Modernos, ou o evento escatológico dos cristãos; antes, ele é a dimensão fundamental do tempo apropriado [appropriate time], do *momento crucial* que não é nada senão a parte de cada “identidade”, dentro da qual o próprio

---

<sup>9</sup> “but since this process is really no more than a succession of *now* in terms of before and after, and the history of salvation has meanwhile become pure chronology, a semblance of meaning can be saved only by introducing the idea – albeit one lacking any rational foundation – of a continuous, infinite progress. Under the influence of the natural sciences, ‘development’ and ‘progress’, which merely translate the idea of a chronologically oriented process, become the guiding categories of historical knowledge.”

<sup>10</sup> “an incoherent and unhomogeneous time, whose truth is in the moment of abrupt interruption, when man, in a sudden act of consciousness, takes possession of his own condition of being resurrected”.

<sup>11</sup> “O estoico não postula a experiência libertadora do tempo como algo objetivo ou removido de nosso controle, mas sim que deriva das ações e decisões do homem. Seu modelo é o *cairós*, a conjunção abrupta e repentina onde a ação decisiva agarra a oportunidade e a vida é preenchida no momento”. [The Stoic posits the liberating experience of time as something neither objective nor removed from our control, but springing from the actions and decisions of man. Its model is the *cairós*, the abrupt and sudden conjunction where decision grasps opportunity and life is fulfilled in the moment] (Agambem, 2007: 111) [tradução minha].

<sup>12</sup> “chronos cannot be reduced to the flat homogeneity, of measurement, to empty ‘exteriority’”

fenômeno da mente, ou Consciência [Awareness], se dá.<sup>13</sup> (MARRAMAQ, 2007: X) [grifo do autor] [tradução minha]

Essa imagem se inscreve no clamor de Marramao para que a filosofia, diante da “desorientação cósmica” de nossa experiência com o mundo, abandone a pretensão de dominá-la ou superá-la (se é que isso é realmente possível) e passe então a fazer dela seu habitat. Afinal, conforme comentou Andrew Baird, apenas essa “desorientação – entendida como o estado de abertura ao ‘outro’ – se presta ao aparecimento do ‘momento crucial’ do insight transformador ou da ação decisiva que Marramao está chamando ‘*kairós*’.”<sup>14</sup> (BAIRD, 2011: 123) [tradução minha]. A pergunta sobre se esse posicionamento deveria ser também adotado no campo da história está lançada...

Será, porém, quando passa ao tratamento das noções envolvendo o *momento crucial* e a *ação decisiva*, dentro da leitura das “Teses” de Benjamin, que a proposta kairológica de Marramao se mostra ainda mais interessante (MARRAMAQ, 2008). O ponto central, aqui, parece residir na distinção entre os conceitos de *Jetztzeit* [tempo-de-agora] e *Augenblick* [instante]. O primeiro, tal como colocado por Benjamin na tese XIV, é aquele que satura a construção da qual a história é objeto. Ele pode ser percebido no encontro inesperado do passado com o presente, nas dobras que ocorrem em nossa experiência com tempo e sobre as quais a história como ciência se debruça.

Este fenômeno se faz comum, por exemplo, na moda<sup>15</sup> e está ao alcance do historiador materialista a capacidade de provocá-lo, ou melhor, torná-lo mais visível, quebrando assim o desenho homogêneo do “tempo vazio” esboçado pela cronologia, em um salto em direção ao passado capaz de “agarrar” certo momento da experiência histórica e fazê-la dobrar-se sobre o presente. Em diversos momentos essa “dobra” se faz mais evidente, como no caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que vai buscar a figura de Emiliano Zapata, morto em 1919, como símbolo máximo da luta atual por terra e pela questão indígena no México. Mais recentemente, é possível enxergar discursos que pretendem

---

<sup>13</sup> “no longer the Chance or the Fortune of the Moderns, nor is it the eschatological event of the Christians; rather it is the fundamental dimension of appropriate time, of the *crucial moment* that is nothing but the part of each ‘identity,’ within which the very phenomenon of the mind, or Awareness, takes-place”.

<sup>14</sup> “It is this disorientation – understood as a state of openness to the ‘other’ – that lends itself to the appearance of the ‘crucial moment’ of transformative insight or decisive action that Marramao is calling ‘*kairós*.’”

<sup>15</sup> Sobre a capacidade da *moda* em proporcionar o *Jetztzeit*, trazendo, com seu “salto do tigre”, o “outrora” para o “atual”, ver a tese XIV de Benjamin transcrita na nota 6.

*re-presentar* os protestos e demandas em voga no ano de 1968 na corrente onda de manifestações globais referidas genericamente como “ocupas”; discursos estes nos quais se misturam ativistas e analistas – sendo alguns destes últimos os “antigos jovens” de quatro décadas atrás.

Voltando a análise de Marramao: é essa constelação de tempo do *Jetztzeit* que, no encontro do passado com o presente, “resume a história de toda a humanidade numa prodigiosa abreviação” (Walter Benjamin apud LÖWY, 2005: 138), e apenas ela é capaz de produzir a potencialidade na qual se faz possível o *instante* da ação messiânica – *Augenblick* – capaz de explodir o contínuo da história e “redimir” os oprimidos do passado. Em que se enfatize também que a condição para que isso aconteça não reside nas projeções utópicas do futuro, mas sim na *memória do passado* dos oprimidos que, Benjamin nos diz na tese VI<sup>16</sup>, “lampeja num instante de perigo”. Concluindo a análise, a figura do

Messias não chega como a grandiosa representação do catolicismo romano, como [Carl] Schmitt pensou, mas aparece em um momento de perigo, quando uma pequena abertura parece revelar-se: a entrada para o messiânico é também o ponto de entrada da contingência, da transitoriedade. O ponto de entrada é uma contingência que é “kairológica” e coincide com o tipo de interlúdio entre ser e nada, “plenitude” e “vazio”, desespero e esperança. (Marramao, 2008: 403) [tradução minha]<sup>17</sup>

\*\*\*

Retomando um texto de Jörn Rüsen já mencionado acima, encontra-se a seguinte passagem, aparentemente carregada, ao mesmo tempo, da resignação da derrota e do alívio da vitória: “considerado a partir da experiência histórica perspectiva, um ‘universo de sentido’ é meramente um fragmento, um estilhaço, um vestígio, porém não é mais uma manifestação

---

<sup>16</sup> “Tese VI

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (Walter Benjamin apud Löwy, 2005: .65)

<sup>17</sup> “The Messiah does not arrive as the grand representation of Roman Catholicism, as Schmitt thought, but appears in a moment of danger, when a small opening seems to reveal itself: the entryway for the messianic is also the entrance point of contingency, of transience. The entrance point is a contingency that is ‘kairolological’ and that coincides with a sort of interlude between being and nothingness, ‘fullness’ and ‘emptiness’, desperation and hope.”

plástica antecipando uma representação narrativa correspondente” (RÜSEN, 2006: 60) [tradução minha]<sup>18</sup>.

O argumento defendido é que a queda de um ponto fixo do futuro que lançava um *Sentido* sobre todo o curso da experiência histórica não significa a bancarrota total do critério de sentido dentro da história enquanto narrativa e ciência. O retorno desse *Sentido* “pela porta dos fundos”<sup>19</sup>, através dos *best-sellers* de Francis Fukuyama e Samuel Huntington, levanta questões sobre se ele é desejável; ou ainda se seria a única opção. Creio que a constelação kairológica de tempo indicada por Marramao, vis-à-vis a sua leitura de Walter Benjamin, parece demonstrar que outras possibilidades ainda se encontram no jogo; que não se trata apenas de “inventar” um procedimento novo *agora*, descartando tudo o que veio antes, como também é possível acorrer em auxílio a um vasto conjunto de reflexões que, aparentemente, ainda não foram alvo de atenção mais cuidadosa – ao menos entre os historiadores profissionais.<sup>20</sup>

Por outro lado, e buscando fazer um rápido olhar compreensivo do foi aqui apresentado, parece possível encontrar o eco da definição do *kairós* feita por Aubenque ressoando com alguma nitidez no texto de Jörn Rüsen publicado em 2006. O mesmo Rüsen que, vinte anos antes, na busca de designar um fenômeno temporal comprometido tanto com a experiência do passado, quanto com uma ação que se orientasse para além das condições restritivas próprias de cada presente, lançou de maneira rápida (mas decisiva) o conceito de *kairós*, tomando emprestado de Paul Tillich.

Em três dos autores referenciados nesse ensaio (Rüsen, Aubenque e Marramao) é possível encontrar alguns pontos em comum: todos mostram uma especial atenção para a *contingência* própria da existência humana e das suas relações com o mundo. Todos os três, igualmente, buscam entender qual o lugar da *ação* dos homens frente a essa contingência. Ela pode assumir a forma de uma *ação racional*, que vise o reconhecimento comunicativo, como

---

<sup>18</sup> “Considering from the perspective historical experience, a ‘universe of sense’ is of merely a fragment, a splinter, a trace, but no longer a plastic manifestation anticipating a corresponding narrative representation.”

<sup>19</sup> Os créditos desta ironia se devem a Rüsen (2006: 59)

<sup>20</sup> Creio que, talvez, um (leve) sintoma disto se encontra manifestado na resenha escrita por Andrew Baird ao livro *Kairós: Towards an ontology of “due time”*, de Giacomo Marramao (2011). É possível que se trate de uma marca de estilo do resenhista ou outra idiosincrasia qualquer inteiramente fortuita, porém, é digno de nota que, ao longo de toda a resenha, Baird formula interrogações ponderando sobre qual contribuição, afinal de contas, a leitura do referido livro teria para um historiador (?). Na conclusão, o resenhista reitera que, apesar da “estranheza” aparente, a contribuição não é desprezível.

em Rûsen; pode tratar-se da *reabilitação antropológica* que Aubenque depreende de Aristóteles; ou pode ser ainda a *redenção messiânica* pós-secular e pós-religiosa que Marramao vai buscar em Walter Benjamin. As nuances são muitas e sequer me cruzou a ideia de tentar dispô-las todas aqui.

O objetivo principal foi ressaltar que o conceito de *kairós* foi cerne dessas interseções e “coincidências” entre diversas leituras recentes que foram se acumulando – e que pareciam conversar secretamente numa língua que eu ainda não conhecia (será um dia possível chegar conhecê-la?). Por essas “coincidências” entreguei-me a escrita desse texto que, de maneira bastante fragmentada e ainda embrionária, buscou refletir sobre a noção de *kairós* enquanto uma forma específica de experiência do tempo. Por conta também dessas “coincidências”, creio que persiste – para muito além desse pequeno esforço – o apelo para revisitar esse riquíssimo conceito.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. Critique of the Instant and the Continuum. *In*: AGAMBEN, Giorgio. **Infancy and History**. The Destruction of Experience. London & New York: Verso, 2007. [1978]

\_\_\_\_\_. What is a contemporary? *In*: AGAMBEN, Giorgio. **What is an apparatus? and other essays**. Stanford: Stanford University Press, 2009. [2008]

AUBENQUE, Pierre. **A prudência em Aristóteles**. São Paulo: Discurso Editorial, 2003. [1963]

BAIRD, Andrew. History and *Kairós*. Resenha do livro “*Kairós: Towards an ontology of ‘due time’*” de Giacomo Marramao. Aurora, CO: The Davies group, 2007. *In*: **History and Theory**, vol. 50, fev. 2011, p.120-128.

DINUCCI, Aldo. *Kairós*. *In*: **Revista Confraria, arte e literatura**, n.24, jan-fev 2009. Disponível em: <http://www.confrariadovento.com/revista/numero24/ensaio02.htm>. Acesso em: 19 jul. 2012.

ESKIN, Catherine R. Hippocrates, *Kairos*, and Writing in the Sciences. *In*: SIPIORA, Phillip and Baumlin, James S. (eds.) **Rethoric and Kairos**. Essays in History, Theory, and Praxis. Albany: State University of New York Press, 2002.

KINNEAVY, James L. *Kairos* in Classical and Modern Rhetorical Theory. *In*: SIPIORA, Phillip and Baumlin, James S. (eds.) **Rethoric and Kairos**. Essays in History, Theory, and Praxis. Albany: State University of New York Press, 2002.



LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005. [2001]

MARRAMAIO, Giacomo. **Kairós: Towards an ontology of “due time”**. Aurora, CO: The Davies group, 2007.

\_\_\_\_\_. Messianism without Delay: On the “Post-religious” Political Theology of Walter Benjamin. *In: Constellations*, vol. 15, n. 3, 2008.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. [1986]

\_\_\_\_\_. Sense of History: what does it mean? With an Outlook onto Reason and Senselessness. *In: RÜSEN, Jörn (ed.). Meaning and Representation in History*. New York & Oxford: Berghahn Books, 2006.

\_\_\_\_\_. **Razão Histórica**. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. [1983]

SIPIORA, Phillip. Introduction: The Ancient Concept of *Kairos*. *In: SIPIORA, Phillip and Baumlin, James S. (eds.) Rethoric and Kairos*. Essays in History, Theory, and Praxis. Albany: State University of New York Press, 2002.

---

## DO BENDEGÓ AOS CERÂMIOS DE MARAJÓ: A NOÇÃO DE CULTURA NACIONAL NA NARRATIVA MUSEOGRÁFICA DO MUSEU NACIONAL DA QUINTA DA BOA VISTA

Walter Francisco Figueiredo Lowande\*

Quem adentra atualmente no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista percorre uma narrativa que se inicia pelo meteorito de Bendegó e termina com uma série de artefatos representativos da cultura material indígena brasileira. Essa narrativa insere a cultura nacional numa escala de tempo geológica que expressa, desde as alterações introduzidas por Heloisa Alberto Torres nessa instituição, a importância da cultura nacional para a ciência universal.

A partir da década de 1930, diversas narrativas competiram entre si no Brasil visando orientar um projeto de modernização nacional.<sup>1</sup> Essas narrativas tiveram que lidar com o problema da constituição de sentido para uma cultura nacional essencial, uma vez que seria ela que indicaria os rumos de uma modernização autêntica e que forneceria a identificação necessária para se levar a cabo esse projeto de grande porte.

O grupo de intelectuais constituído em torno do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista foi um dos que se propuseram a levar a cabo essa empreitada, legitimando narrativamente uma série de ações políticas e institucionais. Nessa comunicação buscaremos compreender o significado que este grupo emprestou à noção de cultura nacional. Esse significado, expresso nas coleções expostas no antigo Paço Imperial da Quinta da Boa Vista, orientou uma série de ações que os membros do Museu Nacional implementaram, ou tentaram implementar, em órgãos como o Serviço Nacional de Proteção ao Índio, o Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas e Artísticas no Brasil e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Se durante o século XIX foi a problemática racial que interessou aos antropólogos do Museu Nacional, a partir do século XX, sobretudo em função do trabalho de Roquette-Pinto, a cultura foi se tornando, progressivamente, o objeto privilegiado desses cientistas.

Ao lado da progressividade desse aspecto epistemológico, é preciso salientar que, para

---

\* Doutorando em História (IFCH/UNICAMP). Esse artigo é fruto de pesquisa realizada com o apoio institucional e financeiro do COPEDOC/IPHAN, com fomento da Fundação Darcy Ribeiro, dentro do 2º Edital de Seleção de Pesquisas – a preservação do patrimônio cultural no Brasil.

<sup>1</sup> Sobre os problemas da constituição narrativa de sentido por intermédio das práticas historiográficas, cf. RÜSEN, 2001 e 2010.

os antropólogos do Museu Nacional, o estudo da cultura dos povos nunca deixou, até o fim do período que nos ocupa, de ser um ramo das ciências naturais, mais especificamente biológicas. No que tange particularmente à produção de Roquette-Pinto, é um emblema dessa transição o artigo que publicou no primeiro número da *Revista do SPHAN*, intitulado “Estilização”. Segundo o médico,

a antropologia não é hoje mais a exclusiva apaixonada das caveiras e, sem renunciar ao minudente estudo das feições morfológicas da espécie, vai, cada vez mais em nossos dias, consagrando-se às pesquisas superiores e difíceis da fisiologia e principalmente da psicologia dos grupos humanos (ROQUETTE-PINTO, 1935: 52).

Assim, em busca da compreensão do fenômeno da estilização, Roquette-Pinto, se não abandona a paixão pelas caveiras, passa a dirigir o olhar para dentro delas, ou seja, para os aspectos psicológicos (ou melhor, psicofisiológicos) dos povos:

à medida que a psicologia étnica se torna mais precisa, uma porção de ideais, que pareciam livres construções, pensamentos individuais, vão sendo atingidas. Diante da moderna psico-fisiologia, a personalidade do artista já não é sempre indecifrável, o seu temperamento é muitas vezes elucidado com segurança, os impulsos afetivos que os guiaram são traduzidos em fórmulas acessíveis, a alma é lida nos seus quadros, porque neles o inconsciente transparece. Nem por isso perde a arte o prestígio antigo e eterno. Continúa a ser o supremo encanto da vida. Nem por conhecer melhor as minúcias das flores, deixam os naturalistas de encontrar o espetáculo da beleza (ROQUETTE-PINTO, 1937: 52).

Não há dúvida que as ações discursivas e administrativas de Roquette-Pinto continuaram exercendo poder na atuação do Museu Nacional mesmo depois de seu afastamento da instituição, em 1935. Foi este cientista o principal responsável pela aproximação da antropologia brasileira com a antropologia cultural norte-americana, muito antes, por exemplo, de Gilberto Freyre, principalmente no que diz respeito à figura de Franz Boas, que já havia se comunicado com Roquette-Pinto no início da década de 1910.

Todavia, a atuação de Heloisa Alberto Torres é que foi determinante para os contornos tomados pelas políticas de preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico brasileiro no

período focado. E o modo pelo qual essa naturalista compreendia a noção de cultura possuía algumas especificidades que devemos entender melhor. Tomamos a diretora do Museu Nacional como uma espécie de porta-voz de um conjunto de ideais que é possível encontrar circulando no âmbito dessa instituição, dado o carisma e autoridade com que conduzia os rumos dessa instituição. Iremos, dessa forma, abstrair os dissensos que também compunham a vida intelectual intramuros da Quinta da Boa Vista.<sup>2</sup>

Heloisa Alberto Torres, filha do político e intelectual Alberto Torres<sup>3</sup> (com quem guarda várias afinidades intelectuais), nascida em 1895, ingressou no Museu Nacional em 1918, como estagiária de Roquette-Pinto. Foi selecionada num concurso em que, mesmo não contando com formação universitária, demonstrou maiores conhecimentos antropológicos que seus pares, superando nomes como Padberg Drenkpol e Raimundo Lopes nas medições antropométricas, descrevendo com desenvoltura objetos pertencentes às coleções do museu e digredindo seguramente sobre o tema que lhe foi proposto (KEULLER, 2010; RIBEIRO, 2010). Logo após se tornar professora substituta da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, Torres iniciou as expedições e pesquisas que fariam como que fosse “alçada definitivamente à categoria dos *pesquisadores*” (RIBEIRO, 2010: 83). A mais conhecida de suas expedições foi, certamente, a dirigida à ilha de Marajó e seus estudos sobre a cerâmica arqueológica encontrada em seus *mounds* ou tesos,<sup>4</sup> sendo que tais empreendimentos mereceram até a criação de um romance por José Bastos de Ávila, também naturalista do MN (ÁVILA, 1933).<sup>5</sup>

A essa imersão na produção cultural ameríndia somou-se o contato direto com as práticas e ideais indigenistas rondonianos, inicialmente por intermédio de Roquette-Pinto e das coleções indígenas que inundavam o Museu Nacional quando Heloisa Alberto Torres era

---

2 A disputa em torno da diretoria do Museu Nacional, em 1946, e suas repercussões na imprensa são a evidência mais clara da existência desses dissensos.

3 Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917) ocupou, dentre outros, o cargo de ministro do STF, ministro do Interior e presidente do Rio de Janeiro. Crítico do modelo liberal no qual se assentou a Primeira República, é tido como o grande precursor e sistematizador da ideologia nacionalista e autoritária que, em larga medida, foi implementada durante o Estado Novo, sobretudo no que diz respeito ao papel do Estado, por intermédio de sua intelectualidade, na identificação racional do caráter nacional e da organização, a partir desse caráter, da sociedade brasileira. Cf. SOUZA, 2005.

4 Esses dois termos referem-se a montes artificiais de terra (também conhecidos como “pacovais” quando sobrepostos por algum tipo de plantação) em que se podem encontrar artefatos arqueológicos, frutos, principalmente, de rituais funerários (segundo explicação encontrada num guia de exposição arqueológica do Museu Nacional, que pode ser localizado na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Coleção Heloisa Alberto Torres, Caixa 05, envelope 08).

5 Para mais detalhes relativos a estas expedições, cf. KEULLER, 2010, e RIBEIRO, 2010.

apenas estagiária nessa instituição, e, posteriormente, por sua atuação direta no CNPI. Não tardou para que a cultura ameríndia se tornasse alvo de sua ardorosa proteção e admiração.

A produção acadêmica de Heloisa Alberto Torres é pouco extensa, uma vez que dedicou sua vida à administração de instituições e de redes sociais antropológicas. Segundo Corrêa, “costuma-se observar que ela produziu poucos textos ao longo de sua carreira: o volume e a importância de sua correspondência, no entanto, desmentem essa observação” (CORRÊA, 1997: 20). Por nosso turno, gostaríamos de chamar a atenção para outro tipo de texto que nos poderia ajudar a compreender o olhar que dirigia à cultura indígena e às relações que a mesma guardaria com o patrimônio cultural nacional: referimo-nos aos esboços de palestras e conferências que abundam na Seção de Memória e Documentação do Museu Nacional.

Por intermédio desses documentos é possível afirmar, de forma sucinta, que, para Heloisa Alberto Torres, as culturas seriam complexos multideterminados que se diferenciariam por aquilo que ela costumava chamar de “grau de civilização”. Assim, distinguir-se-iam no Brasil dois grandes grupos culturais: primitivos e civilizados. Dada a inferioridade tecnológica dos grupos culturais primitivos, caberia aos grupos civilizados assegurar sua sobrevivência e seu livre desenvolvimento.

Discorrendo sobre os contatos entre povos “civilizados” e “primitivos” no Brasil perante o Rotary Club do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1968,<sup>6</sup> Heloisa Alberto Torres diz o seguinte, referindo-se inicialmente aos índios brasileiros ao tempo do descobrimento:

Formavam eles sociedades humanas, com sistemas econômicos diferentes do nosso, do da civilização ocidental, organização familiar, forma de governo e religião próprias.

Em suma, eram grupos que estavam, por assim dizer, situados em etapas mais elementares de desenvolvimento, atrasados, em relação à nossa situação, de alguns milênios.

E, ainda hoje, guardam da vida um conceito completamente diverso do nosso. Apesar

---

6 TORRES, Heloisa Alberto. *O índio e a assistência que cumpre dar-lhe*: palestra da Professora Heloisa Alberto Torres – Rotary Club do Rio de Janeiro. 10 de janeiro de 1968. Documento datilografado com correções à caneta. Seção de Memória e Documentação, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 05, envelope 04. As próximas citações retiradas desse documento seguem apenas com aspas e sem referências, uma vez que não há nele indicação de páginas.

disso, no entanto, seria útil recordar algumas das contribuições culturais dessas sociedades indígenas, à cultura ocidental, mais precisamente, à européia, introduzida em sua terra. E não foram pequenas, nem insignificantes. Se não, vejamos. As habitações da maioria dos grupos indígenas, eram perfeitamente adaptadas ao clima tropical, mormente a dormida que, como acontece até hoje, era feita em rede. A alimentação, sóbria, era constituída de frutos nativos, caça, pesca, e de mandioca, tubérculo que, apesar de altamente tóxico, tinham conseguido transformar em alimento básico, o que é considerável, se atentarmos para o estágio de seu desenvolvimento cultural. E como o conseguiram? Através de experimentações sucessivas, pacientes e demoradas.

Não obstante o “atraso cultural” em relação aos “povos civilizados” europeus, ou à “nossa situação”, a cultura indígena apresentaria características “perfeitamente adaptadas ao clima tropical”. Percebe-se, desde já, o caráter antropogeográfico da cultura segundo a acepção de Torres. Domingues (2010) destaca esse traço “ecologista” que não escapou ao Museu Nacional, tomando como base a proposta, elaborada por Torres, de um inquérito nacional sobre as ciências sociais e antropológicas no Brasil.<sup>7</sup>

No entanto, segundo a palestrante, “obviamente, considerando o estágio cultural mais desenvolvido [Torres risca o termo “superior” no documento] em que nos encontrávamos, em breve passamos a exercer, sobre os índios, a proteção”. Mencionando as iniciativas coloniais e imperiais, Torres afirma que

a verdadeira proteção é obra leiga da República, é obra de Rondon. De Rondon e de alguns de seus amigos, militares, sem dúvida, mas que sobre serem militares, eram positivistas.

Foi, portanto, Cândido Mariano da Silva Rondon, o criador do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e o fez de acordo com as normas educacionais correntes na época,

---

7 “De fato, o estudo da cultura relativamente ao meio geográfico, como objeto da antropologia, impunha-se nos anos 1930 e 1940. Essa prática antropológica – ou etnológica – ligava-se também à nova ciência, a ecologia, e foi chamada de antropologia ecológica, o que não foi estranho ao Museu Nacional, como se vê nos trabalhos de Luiz de Castro Faria, conforme ele mesmo salienta no projeto de pesquisa que fez para obtenção de bolsa da UNESCO, em 1951. Heloisa Alberto Torres descrevia o antropólogo como um cientista engajado nos problemas e nas questões sociais e, assim, deixava transparecer uma contradição da antropologia: o antropólogo, tal como descrito, não podia fazer ciência neutra” (DOMINGUES, 2010: 635).

em que o paternalismo tinha força predominante, mas cuja essência ainda hoje é válida podendo resumir-se nos seguintes itens:

- a) respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras habitadas pelos índios e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;
- d) resguardo à aculturação do índio, de forma que as mudanças sócio-econômicas se processem a favor de seu desenvolvimento.

É tão grande a dívida de Heloisa Alberto Torres em relação à Rondon no que tange à compreensão do papel do “civilizado” em relação ao indígena que é difícil entrever onde sua atuação deixa de ser também “paternalista”. Até mesmo a orientação positivista era comum: segundo Domingues, tanto Torres quanto Roquette-Pinto “se identificavam pelo forte sentimento de nacionalidade e, teoricamente, pela orientação positivista, para quem as ciências, neutras e internacionais, constituíam a solução dos problemas do país” (DOMINGUES, 2010: 629). Talvez aqui uma distinção real em relação ao protecionismo de Rondon: a ênfase no papel do cientista. Heloisa Alberto Torres introduziu no SPI a Seção de Estudos, que depois foi transferida para o CNPI: “não houve alteração da política (teoricamente falando), da filosofia de Rondon; o que o CNPI propôs foi a modificação – consoante normas científicas da educação moderna – dos métodos de aplicação dessa política”. Interessante que as novas concepções educacionais vêm da UNESCO, órgão que se ligará posteriormente ao Museu Nacional no intuito de criar o Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) (DOMINGUES; PETIJEAN, 2001).

Voltemos um instante ao positivismo de Heloisa Alberto Torres. Com base na documentação que compulsamos, só podemos afirmar que se trata, no máximo, de uma postura epistemológica, a partir da qual somente uma ciência neutra, e, portanto, internacional, poderia solucionar os problemas da nação. Isso explica não somente a aproximação de Torres com a UNESCO para o conhecimento e proteção internacional da Amazônia (algo que ainda hoje pode causar no mínimo algum receio de perda de autonomia nacional), mas também o apoio que oferecia aos cientistas nacionais em suas expedições ao país, sobretudo quando à frente do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e

Artísticas no Brasil. Num outro manuscrito, que porta o discurso de apresentação das coleções recolhidas pelo etnógrafo Curt Nimuendaju, Torres diz o seguinte, em tom de crítica ao texto legal que criou o Conselho de Fiscalização:

Na hipótese de estarmos em ótimas condições econômicas e podermos manter no campo permanentemente algumas dezenas de naturalistas nacionais para coligir documentação em todos os ramos da história natural, no seu sentido mais amplo, incluindo a antropologia, – e cumpre notar que, neste particular a urgência em agir é premente, em face da rapidez com que vão desaparecendo as nossas populações indígenas – ainda que pudéssemos, repito manter no campo, permanentemente algumas dezenas de naturalistas habéis – o que também nos falta em número tão elevado – a carência da cooperação estrangeira se faria sentir em pouco tempo.<sup>8</sup>

É preciso que fique bem claro: não é que Heloisa Alberto Torres não se preocupasse com a nação brasileira, muito pelo contrário (seria difícil se esperar isso da filha de Alberto Torres). Ela era, afinal, a mulher a quem foi confiada a direção de uma das mais importantes instituições culturais da nação, além de outras igualmente estratégicas para a defesa dos interesses nacionais (a exemplo do Conselho de Fiscalização supramencionado). Todavia, seriam os cientistas, em cuja neutralidade Torres cegamente confiava, os únicos indivíduos esclarecidos o bastante para a defesa dos interesses legítimos da nação.

A ciência se afigura, portanto, como valor supremo. É só por intermédio dela que a nação poderia progredir ou se desenvolver: “em face dessa complexidade da estruturação das culturas, do seu caráter eminentemente dinâmico, nenhum país, que se tenha em conta de progressista, pode fazer taboa rasa do que tem sugerido estudo teórico dos problemas da cultura e do que, em aplicação, vem tentando realizar a Antropologia”.<sup>9</sup> O patrimônio cultural, para Torres, era também científico.

Mas o que seria a cultura para a ciência antropológica? No início de um documento que parece ser o esboço de um guia das exposições antropológicas do Museu Nacional,

---

8 SEMEAR, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 15, envelope 109. Trata-se do Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933, que, segundo Torres (nesse mesmo documento), “considerava num mesmo plano todas as excursões: as de turistas que pretendessem colecionar curiosidades, as de natureza industrial, ou científica”.

9 SEMEAR, Coleção Heloisa Alberto Torres, caixa 05, envelope 04. Datilografado com correções manuscritas, 7 p. Não há título nesse documento. Todavia, o seu último parágrafo não deixa dúvidas quanto a tratar-se de uma palestra, ainda que não seja possível afirmar a que público tenha sido dirigida.



podemos encontrar definidas a Antropologia e a Etnografia para os naturalistas daquela instituição:

como ‘Ciência do Homem’, a Antropologia se propõe a estudar:

- a) Como Antropologia pròpriamente dita, os problemas da descendência humana, a classificação das raças, as variedades humanas. Baseia-se na Anatomia Comparada, na Antropometria, na Craneologia e em outras ciências descritivas do corpo humano e de suas funções.
- b) Como Etnologia: todos os aspetos do produto das atividades humanas ou, numa palavra, da cultura. Assenta os seus fundamentos na Etnografia, na Linguística, na Arqueologia, na Musicologia, na História das Artes Técnicas, das Artes Plásticas, etc.<sup>10</sup>

Se nesse documento a divisão dos dois ramos do conhecimento aparece de forma mais ou menos clara, não é isso que ocorre, na prática, na atuação cotidiana do Museu (que continuava trabalhando nas duas frentes disciplinares), conforme se pode depreender das falas de sua diretora. Numa outra palestra, Heloisa Alberto Torres dizia o seguinte:

uma particularidade feliz presidiu à eclosão dos ramos das ciências sociais constituídas em tempos mais recentes; já nessa época o reconhecimento crescente do entre-cruzamento de todas as trilhas humanas estabelecia as condições para que as tradicionais barreiras de isolamento se esboroassem por completo.<sup>11</sup>

Além de louvar esse entrecruzamento das ciências, Torres ainda afirma o seguinte:

embora aqui interesse somente o que hoje se chama de Antropologia Cultural ou Antropologia Social, apenas excepcionalmente a conclusão de um estudo apresentaria segurança se um aspecto biológico do problema não fosse também considerado com a atenção devida, não só na significação que porventura imprimisse aos fundamentos

---

10 SEMEAR, Coleção Heloisa Alberto Torres, Caixa 05, envelope 08, p. 1.

11 SEMEAR, Coleção Heloisa Alberto Torres, Caixa 05, envelope 04, p. 2.

desse problema como na correlação eventual com fases ou aspectos específicos do mesmo.<sup>12</sup>

Em outro documento (o projeto de criação do Instituto de Antropologia do Museu Nacional),<sup>13</sup> Heloisa Alberto Torres se pergunta: “como poderá a Cultura ignorar que tem, como substratum necessário, o Homem na diversidade de formas, aptidões e temperamentos? Como poderá o físico-antropologista desconhecer que os hábitos culturais podem influir no aspecto físico das populações que estuda?” Em seguida vem o arremate: “o desconhecimento ou esquecimento de qualquer *política eugênica* visando um melhor futuro para a humanidade não é possível sem o justo conhecimento das populações presentes e que êste será sempre falho sem a visão do passado, sem a noção clara da sua gênese e evolução [itálicos nossos]”.

As citações aqui trazidas bastam para mostrar que a cultura humana é entendida em seus aspectos mais amplos: Heloisa Alberto Torres considera como importantes para compreender a gênese e evolução dos povos humanos a fisiologia, a bio e a antropogeografia, a psicologia, dentre outros ramos das ciências. A “eugenia”, que via de regra se confunde com “branqueamento” das populações não-brancas (ou mesmo sua extinção), em função das origens dessa corrente de pensamento no século XIX, podia significar também um desenvolvimento humano amplo. No caso dos povos indígenas, uma política eugênica, segundo a acepção empregada por Heloisa Alberto Torres, significaria a garantia de seu desenvolvimento físico e cultural de forma harmônica com seu meio natural. Era esse o significado que desde os Congressos Internacionais de Eugenia Roquette-Pinto se esforçou em emprestar ao termo.

O aspecto evolutivo da cultura explica também o interesse dirigido às culturas indígenas. O que causa fascinação é seu estágio primitivo de desenvolvimento cultural: o território brasileiro abrigaria uma incomensurável riqueza científica, uma vez que o conhecimento desses diversos estágios culturais permitiria lançar luz no desenvolvimento cultural humano geral. Segundo as palavras de Heloisa Alberto Torres,

A história prolongada por uma visão dos fatos da proto história e da pré-história desenrola à observação do antropólogo uma sequência tão extensa do problema da

---

12 Ibid.

13 SEMEAR, Coleção Heloisa Alberto Torres, Caixa 14, envelope 100.

cultura que vão surgindo novas teorias a seu respeito teorias que se vão encaminhando para uma *interpretação neo-evolucionista da cultura* [itálicos nossos].

Mas, por outro lado, se a cultura é processo, mudança, desenvolvimento, isso acaba gerando uma espécie de sentimento contraditório em relação à tutela que se deseja direcionar aos índios brasileiros. Deve-se permitir o desenvolvimento autônomo dessas comunidades, mas, de forma diversa, a cultura indígena é apresentada como estacionária, a-histórica. O primitivo é aquele cujo desenvolvimento cultural cessou em tempos remotos. O Brasil seria rico cientificamente (especialmente do ponto de vista etnográfico e arqueológico) por possuir várias amostras desse povo que parou no tempo. O que interessa são os estudos estruturais amplos (como o que se iniciou, já na década de 1950, em Arraial do Cabo, RJ, sob sua supervisão). Se, numa mão, a cultura é concebida de forma evolutiva, por outro o homem quase que se dilui ecologicamente em seu meio. Espaço e tempo se conjugam de modo a indicar quem tutela e quem é tutelado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, José Bastos de (1933). *No pacoval do Carimbé*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, Ed.

CORRÊA, Mariza (1997). D. Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, p. 11-54, v. 40, nº 1, p. 19.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (2010). Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim do Museu Paraens Emílio Goeldi. Ciências Humanas.*, Belém, v. 5, n. 3, set.-dez., p. 625-643.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; PETIJEAN, Patrick (2001). A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a antropologia no final dos anos 1940. In FAULHABER, Priscilla; TOLEDO, Peter Mann de. *Conhecimento e Fronteira : Historia da Ciencia na Amazonia*, pp. 83-109. Disponível em [http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/11/69/57/PDF/PP2001\\_IIHA\\_antropologia.pdf](http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/11/69/57/PDF/PP2001_IIHA_antropologia.pdf). Último acesso em 21/07/2012.

KRESS, Gunter; LEEUWEN, Theo van (2006). *Reading images: the grammar of visual design*. 2ª ed. - New York, NY, USA; Abingdon, Oxon, Canada.

RIBEIRO, Adélia Miglievich (2010). Uma mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloísa Alberto Torres, nação e a formação das ciências sociais brasileiras. In *Boletín Oitaken*. N. 10, nov., p. 82. Disponível em <<http://onteaiken.com.ar/ver/boletin10/1-6.pdf>> (último acesso: 07/02/2012).

ROQUETTE-PINTO, Edgard (1937). *Estilização*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

*Nacional*, nº 1.

RÜSEN, Jörn (2001). *Razão histórica*. Editora da Universidade de Brasília.

\_\_\_\_ (2010). *História viva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

SOUZA, Ricardo Luiz de (2005). “Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres”. In *Sociologias*. Porto Alegre, Ano 7, n. 13, jan./jun., p. 302-323. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23565.pdf>. Último acesso em 18/04/2012.

---

## ENTRE A MORAL CRISTÃ E AS PRÁTICAS POLÍTICAS: O MAQUIAVELISMO NAS TEORIAS DA RAZÃO DE ESTADO PORTUGUESAS SEISCENTISTAS (1616 - 1645)

Bruno Maciel Pereira \*

As teorias da *razão de Estado* cristãs<sup>1</sup> exerceram profunda influência na Europa católica seiscentista. Os doutrinários do *topos razão de Estado* cristã levaram a cabo o desafio de conciliar os interesses da Igreja de Roma com as demandas da realidade política moderna, oferecendo um antídoto ao anti-clericalismo maquiavélico. Embora, na prática, esses teóricos políticos não renunciassem completamente as utilidades provenientes da doutrina de Maquiavel (MEINECKE, 1962: 66-70)<sup>2</sup>.

Entendo que os teóricos da *razão de Estado* cristãos incorporaram o conceito maquiavélico de *virtú*<sup>3</sup>. Conforme Quentin Skinner, a *virtú* maquiavélica consiste em um conjunto de qualidades, sejam elas convencionalmente morais ou não, necessárias ao príncipe para manter seu estado e realizar grandes feitos. Maquiavel pondera que o príncipe deve ser flexível, sendo capaz de praticar o bem ou suspender os princípios morais convencionais, de acordo com as circunstâncias (SKINNER, 1996: 149- 157).

Nesse estudo, adotarei o conceito de maquiavelismo proposto por Keith David Howard. Conforme o professor da University Florida State, é considerado maquiavélico o autor que - independentemente de se considerar opositor de Maquiavel – compactua com a ideia do florentino de que no plano político é necessário, em determinadas situações, ser flexível quanto aos preceitos assentes na moral tradicional cristã (HOWARD, 2011: 106 - 119).

No restante desse artigo, pretendo verificar se os tratadistas políticos Fernando Alvia de Castro<sup>4</sup>, em sua obra *Verdadera Razon de Estado* (1616), Pedro Barbosa Homem<sup>5</sup>, em seus

---

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da CAPES.

<sup>1</sup> *Topos* textual constituído em finais do século XVI, em resposta a aceção secular do termo *razão de Estado*, cunhado em referência a doutrina de Maquiavel.

<sup>2</sup> O título original do supracitado estudo de Meinecke é *Die Idee der Staatsräson in der Neueren Geschichte*, e sua primeira edição foi publicada na Alemanha em 1924.

<sup>3</sup> Quentin Skinner considera a noção do conceito de *virtú* cunhada por Maquiavel o aspecto mais original da doutrina do florentino.

<sup>4</sup> Apesar de ter nascido em Logroño - Castela, Alvia de Castro viveu a maior parte de sua vida em terras lusitanas, ocupando - no período da União Ibérica - o cargo de provedor da real armada e exercito do mar oceano, e da gente de guerra e galeras do reino de Portugal (SILVA, 1859: 269).

*Discursos de la Jurídica y Verdadera Razon de Estado* (1626) e Luís Marinho de Azevedo<sup>6</sup>, em suas *Exclamações Políticas, Jurídicas y Morales* (1645), aderiram a noção maquiavélica de flexibilidade moral, averiguando a posição de cada autor em relação ao emprego dos artifícios do engano, da mentira, da simulação e dissimulação em questões de Estado.

### **I- A flexibilidade moral em Fernando Alvia de Castro**

Fernando Alvia de Castro condena todos os tipos de uso do artifício da simulação em questões de Estado. De acordo com o logroñés radicado em Portugal, simulação é fingir algo que não é como se fosse. Ou em outros termos, a simulação consiste em fingir, ou em palavras ou ações exteriores, alguma forma de prudência, bondade ou qualquer virtude moral que não possui, em troca de vantagens.

O uso da simulação é considerado por Alvia de Castro impróprio tanto para os príncipes quanto para os bons vassallos, pois esse artifício - considerado pelo logroñés um gênero de mentira - é a base, o cimento e a substância que funda e sustenta a hipocrisia.

Evocando a noção de castigo divino, o provedor da real armada de Portugal recorda que existem incontáveis exemplos de príncipes que acabaram sendo mortos por seus amigos, dependentes ou obrigados por conta de seus vícios e maldades.

O autor de *Verdadera Razon de Estado* aponta passagens do *Antigo Testamento*, mais especificamente do *livro dos Provérbios* e *livro de Isaías* que condenam o uso da simulação em questões de Estado. Quanto à posição dos filósofos gentis, Alvia de Castro aponta que importantes pensadores gregos e romanos se opuseram ao uso da mentira. Recorrendo a autoridade do doxógrafo macedônico Joannes Stobaeus (V - séc. VI)<sup>7</sup>, Alvia de Castro elenca que Sólon, Eurípedes, Focílides, Cleobulo, Cheremon, Menandro, Plutarco, Platão e Cícero, se declararam contrários a prática da mendacidade.

Por outro lado, o logroñés também fornece uma vasta lista de pensadores gentis que abonaram o uso ocasional da mentira. Alvia de Castro recorda que Sófocles pondera que se a verdade for danosa é lícito não dizê-la. Joannes Stobaeus acusa o poeta grego Pisandro de

---

<sup>5</sup> Natural da vila de Feira, Pedro Barbosa Homem viveu em Portugal entre o último quartel do século XVI e a primeira metade do XVII. Formou-se bacharel em direito canônico e doutor em jurisprudência pela Universidade de Coimbra. Desempenhou várias funções no âmbito da magistratura (SILVA, 1862: 396).

<sup>6</sup> Luis Marinho de Azevedo nasceu em Lisboa em data desconhecida, morrendo na mesma cidade em 1652. Foi comissário militar, além de ter sido secretário do conde de São Lourenço, governador das armas na região do Alentejo, nas campanhas ocorridas após a aclamação de D. João IV (SILVA, 1860: 303).

<sup>7</sup> Joannes Stobaeus foi o compilador de uma série valiosa de extratos dos autores gregos.

permitir a mentira, caso o motivo seja escapar da morte. Em *Politicorum sive civilis doctrinae*, Justus Lipsius (1547 - 1606) aponta que, de acordo com o poeta grego Diphilus, a mentira, se dita em boa ocasião, é de proveito e prudência. O tratadista romano Plínio (23 - 79) defende o uso do engano em algumas situações. Heródoto (484 - 425 a. C.) acusa o rei persa Dario I de ter dito que se for possível tirar algum proveito da mentira ela pode ser realizada. O teólogo romano Justino (100 - 165) denuncia que os Phartos<sup>8</sup> mentiam para sua comodidade. Plutarco (46 -126) acusa o general romano Gaius Marius de reputar o engano por virtude. Mesmo Platão (428/427 - 348/347 a.C.), que se posiciona contra a mentira em algumas passagens de sua obra, respalda a utilização desse artifício no campo político em sua obra *A República*, alegando que é lícito ao governador faltar com a verdade pelo bem dos seus súditos. O provedor da real armada argumenta que podem ser somados aos exemplos citados muitos outros autores gentis que igualmente respaldam o uso da mentira.

O logroñés acusa os apologistas do uso da mentira em questões de Estado de irem contra a razão natural e a fé cristã, desqualificando-os no campo das ações morais. Embasado na obra *De Officiis* de Cícero (106 - 43 a.C.), Alvia de Castro defende que a simulação deve ser extirpada do trato e vida humana, pois a razão natural não permite malícia, simulação ou engano. Na opinião do logroñés, os tipos de virtudes simuladas mais danosos e prejudiciais são os vícios públicos, pois como afirma Cícero, em sua obra *De Officiis*, nada é mais nocivo em uma república que os governantes maus que querem passar por bons.

Alvia de Castro termina suas considerações sobre a simulação com a advertência de que as coisas más e injustas são ímpias e inseguras, pois apenas o bom é seguro e perpétuo. Desse modo, quem praticar os defeitos e males da simulação certamente sofrerão danos em contrapartida (CASTRO, 1616: 46 v – 50 v).

Embora Alvia de Castro condene o emprego da simulação em matérias de Estado, considerando-a ímpia e perigosa, o logroñés considera que a dissimulação, quando bem empregada, pode ser um artifício lícito, prudente e necessário, desde que sua motivação seja justa.

O provedor da real armada entende por dissimulação; encobrir ou calar aquilo que é como se não fosse. Alvia de Castro pondera que o príncipe que dissimula em assuntos de religião e virtudes age injustamente, se aproximando da conduta dos ímpios e tiranos. Ele

---

<sup>8</sup> Antigo império que existiu até o século II, atual Irã.

adverte que os governantes que agem contra os preceitos da moralidade cristã serão castigados por Deus, por intermédio das mãos, armas e poder dos seus próprios inimigos, como confirmam muitos exemplos, tanto antigos quanto de seu tempo.

O logroñés adverte que é necessário muito cuidado e prudência para não pecar no uso da dissimulação, o que se caracteriza tanto pelo ânimo com que se dissimula como pelo tempo que dura. Alvia de Castro ressalta que, embora estas questões não caibam à alçada de sua profissão, elas são tratadas muito doutamente por Pedro de Ribadeneira (1526 -1611), em seu tratado *O Príncipe Cristão* e Frei Juan Marques (1564-1621), em *Governador Cristão*.

O provedor da real armada entende que o príncipe que sabe dissimular sua ira em relação aos desserviços e desgostos que lhe fizerem, em situações que não exijam respostas imediatas, não comete nenhum mal, realizando antes um ato de prudência e virtude. Alvia de Castro ressalta que a ira não deve ser dissimulada para que arrebente depois, de modo ainda mais furioso e terrível. O rei deve considerar o tempo como um meio para agir da melhor forma.

O logroñés entende que o príncipe deve saber dissimular algumas murmurações ou pequenos erros cometidos por seus ministros. Em referência aos *Anais* de Tácito, o autor de *Verdadera Razon de Estado* alega que o príncipe não deve fazer caso das pequenas falhas, porque essas mazelas podem ser facilmente resolvidas, ao passo que se as apuram e lhe conferem valor, crescem e duram muito.

Os erros dos ministros devem ser dissimulados, não no intento de perpetuá-los, pois desse modo seria culpa e erro do rei. Alvia de Castro sugere que o governante deve encontrar um meio para solucionar o problema, ao mesmo tempo que deve evitar a desonra de seus ministros. O príncipe deve retirar o mau subordinado de sua função, ou lhe indicar um companheiro que possa fiscalizá-lo. O logroñés afirma que o meio da dissimulação tem sido empregado por muitos príncipes sábios, e, dentre eles, o prudentíssimo rei espanhol Dom Felipe III.

Também é fundamental ao príncipe dissimular seu ânimo e vontade pessoal para que seja bem aconselhado, pois se sabe que os ministros tendem a confirmar as opiniões dos governantes, ainda que não seja justa e conveniente sua posição. Portanto, é prudente ao príncipe dissimular seu ânimo, pois descobrindo seu afeto não faltará quem o abone.

O príncipe deve extrair das ações de seus ministros o proveitoso, e dissimular o que lhe convir, desde que não ultrapasse os limites da justiça e da necessidade. Se empregada em



concordância com a prudência e a justiça cristã, o uso desse artifício será considerado valor, saber e virtude (CASTRO, 1616: 51 – 60 v).

## II- A flexibilidade moral em Pedro Barbosa Homem

Barbosa Homem admite que a mentira é um recurso empregado usualmente em questões de Estado. De acordo com o canonista, existem dois tipos de mentira por palavra que possuem alguma utilidade em assuntos políticos; a *oficiosa* e a *perniciosa*. A primeira forma ocorre quando a mentira não causa dano a ninguém, e é seguida por uma utilidade a quem a diz, ou a outro. O segundo modo ocorre quando se diz uma mentira que resulta em algum dano considerável, alheio ou próprio. O jurista da vila de Feira acusa Maquiavel de ter fundamentado suas principais teses nos dois primeiros tipos de mentira.

O jurista da Vila de Feira adverte que a mentira oficiosa, independentemente de sua gradação, é pecado venial e não deixa de maneira alguma de ser ilícita. Entretanto, pondera que se acaso o príncipe proferir alguma mentira oficiosa, seria demasiada dureza e austeridade repreendê-lo, pois como o nome diz pode lhe ser concedida à vênia. Adverte, no entanto, que seria imperfeição de consciência aconselhar um príncipe a dizer uma mentira oficiosa.

A mentira perniciosa, por outro lado, não pode ser aceitável em nenhuma situação, por ser pecado mortal. Além de considerá-la ilícita, Barbosa Homem entende ser inábil e incapaz qualquer *razão de Estado* constituída por intermédio desse gênero de mentira. Evocando a noção de castigo divino, o autor português entende que se o príncipe empregar a mentira perniciosa será castigado, bem como não retirará nenhum proveito, mas sim certo dano proveniente dos pecados e ofensas a Deus (HOMEM, 1626: 265 - 266 v).

Outro mecanismo comumente empregado no campo da *razão de Estado* é o engano. Ao contrário da mentira, o jurista português considera lícito o emprego do engano em determinadas situações.

O engano por palavra se divide em duas formas. O mal, que o jurista português chama de fraude e o bom, que em certos casos é considerado virtuosa astúcia.

Sacando vários exemplos bíblicos, Barbosa Homem demonstra que é legítimo ao príncipe empregar o artifício do engano por palavra, desde que, da parte do enganado, seja injusto o proceder. Do contrário o engano não seria nem lícito, nem bom, mas seria um engano mal.

Existem ainda os enganos por obra, que também se dividem em dois tipos. O primeiro é dirigido a uma determinada pessoa. O segundo, não se dirige a uma pessoa específica ou a determinadas pessoas, mas possui significação para todos aqueles que a virem.

A primeira forma é um tipo de engano mal. O segundo modo, por outro lado, não é considerado vício ou malícia, desde que seus meios ou seus fins não sejam maus, tendo em vista que não se pratica contra alguma pessoa específica. Nesse caso não apenas não será repreensível, como em alguns casos será muito louvável (HOMEM, 1626: 268 - 269 v).

Uma terceira forma de artifícios empregados em questões de Estado é a simulação. Barbosa Homem argumenta que a simulação é mais comumente empregada no jogo de milícias. Ele alega que o próprio Deus canonizou a simulação nas práticas militares, não apenas por ser um meio bom e conveniente na guerra, mas por ser algo tão próprio dela, que nos permite poupar o uso da força, ou qualquer outro meio ordinário. No entanto adverte que, mesmo no campo das práticas militares, a simulação não pode ser empregada em qualquer tipo de situação, mas apenas dentro de termos lícitos e louváveis.

O artifício da simulação também pode ser utilizado em tempos de paz, embora com menos frequência que em situação de guerra. Barbosa Homem adverte que esse gênero de simulação deve ser empregado apenas quando o príncipe tenha alguma suspeita contra seus amigos e vassalos, pois seus efeitos podem neutralizar a *razão de Estado* mais desejada, que consiste em ser amado pelo povo (HOMEM, 1626: 271 v - 272).

É permitido ao príncipe cristão utilizar a simulação em assuntos de religião, quando, para conseguir algum grande bem, ou em honra de Deus, ou para utilidade da república, o príncipe dirige esse tipo de simulação contra infieis, ou para descobrir a verdade de ânimo dos hereges, ou para contemporizar com os infieis, no intuito de conservá-los sob sua obediência, ou para outros fins semelhantes. Entretanto, esse tipo de simulação deve ser utilizado apenas momentaneamente (HOMEM, 1626: 272 v - 274 v).

Barbosa Homem curiosamente considera lícito que o príncipe simule virtudes ou santidade que ele não possua em dois tipos de situações.

A primeira ocorre quando quem comete a simulação não fez esforço algum para demonstrar os dons que não possui. E após adquirir falsa reputação por intermédio de juízos equivocados de outros, se aproveita disso para tirar algum proveito de *razão de Estado*. Nesse caso será lícita a simulação, pois por intermédio de um pecado alheio, a que o príncipe cristão não pertence, ele pode aproveitar-se para extrair algum bem.

O segundo modo ocorre quando quem comete a simulação realmente tem a intenção de realizar esse artifício. Barbosa Homem argumenta que esse tipo de simulação se subdivide em três graduações. Se essa simulação é criada para encobrir faltas graves que o príncipe cometeu, ou queira cometer, é considerada pecado mortal. Se somente busca uma fama vã de bom sem sê-lo é pecado venial. Mas se a simulação é para ocasionar alguma utilidade lícita, ainda que seja repugnado por muitos, não pode ser considerado nem culpa mortal nem culpa venial (HOMEM, 1626: 274 v - 276 v).

### III- A flexibilidade moral em Luís Marinho de Azevedo

Luís Marinho de Azevedo condena – indiscriminadamente - o emprego da fraude, da mentira, do engano, da simulação ou da dissimulação em questões de Estado. Para o autor de *Exclamações políticas jurídicas y morales* a prática da fraude e do engano é ainda mais vituperável nos reis, pois os governantes servem de norte para moderação das ações particulares.

Em referência a Tucídides, Marinho de Azevedo afirma que para um príncipe é mais torpe enganar com pretexto honesto do que de forma traiçoeira, pois a violência tem algo de direito, ao passo que o engano nasce somente da injustiça, sendo um ornamento a serviço dos tiranos.

Ancorado na obra *De regno et regis institutione*, do filósofo italiano Francesco Patrizi (1413 - 1494), Marinho de Azevedo pondera que dentre todas as virtudes morais que devem possuir os príncipes, a mais importante é a fé, pois sem temor a Deus as outras virtudes são obscurecidas. Violando a tutela e a custódia das leis divinas os reis estarão realizando algo indigno. Além disso, a fé torna o reino estável e permanente.

Marinho de Azevedo recorda que Justus Lipsius, em seu *Politicorum civilis doctrinae*, exclamava com toda liberdade, que as causas dos flagelos e aflições que abraçavam os reinos da Europa em seu tempo, procediam da falta de retidão e justiça, contaminando o direito e as leis públicas com pouco temor a Deus. Para o comissário militar, o governante que pratica o mal sofrerá com a ira divina, levando seu reino à ruína.

O comissário militar avisa que o rei D. Filipe IV da Espanha - deposto do trono português em 1640 - deve temer por ter prendido injustamente D. Duarte de Bragança<sup>9</sup>, pois considera coisa certa, que após ter violado a firmeza e a seguridade dos tratos com a prisão do insigne infante português, D. Filipe IV está arruinando seu império, por haver concitado o ódio e aborrecimento dos que lhe eram afeitos, ou confederados.

Marinho de Azevedo profetiza que por conta de injustiças, injúrias, afrontas e diferentes enganos o espírito santo pode cumprir suas ameaças, transferindo sua coroa a outras mãos. Além disso, adverte que o império espanhol está tão fragilizado que poucas forças podem fazê-lo ruir.

O comissário alega que o jurista francês Bartholomaeus Cassaneus (1480 - 1541) demonstra com uma lei de direito, que há de se dar fé ao prometido por homens ilustres, pois suas promessas são reputadas por precisas e efetivas. O rei tem maior obrigação em fazer cumprir o que prometeu, não somente por ser rei, cuja palavra há de ser irrefragável, mas também por ser cristão, cuja lei obriga a não faltar com promessas.

Por outro lado, Marinho de Azevedo alerta, em alusão a obra *De regno et regis institutione*, de Francesco Patrizi, que seu tempo está marcado por grande corrupção, alegando que a mendacidade entre príncipes, que no passado foram práticas efêmeras, é um problema contagioso de sua época, pois os príncipes tem admitido, em suas resoluções e propostas, sagacidades, cautelas, enganos, fraudes e dobres nos tratos, além de outros vícios desta qualidade.

O comissário militar adverte que embora Platão, em seu livro *A República*, tenha aprovado a mentira em certos casos- a exemplo de outros filósofos -, sua pratica não deve ser tolerada de nenhuma maneira.

Marinho de Azevedo lembra que São Tomás de Aquino (1225-1274) define a mentira como dizer o contrário do que dita o ânimo e sente o coração. Partindo do princípio supracitado, o comissário alega que não há vitupério maior para um príncipe do que dizer uma coisa e ocultar outra dentro do peito.

O comissário argumenta que está presente em uma lei das *partidas*, em várias passagens da *Bíblia*, em Santo Agostinho (354 -430), em sua obra *Contra mendacium: ad consentium*, além do pensamento de outros autores sagrados, que o mentir é sempre pecado, e

---

<sup>9</sup> D. Duarte de Bragança era irmão do rei Dom João IV de Portugal.

que por nenhuma outra ocasião mundana deve ser realizado, seja por palavra, ou por obras e sinais exteriores, também chamados de simulação (AZEVEDO, 1645: 80 - 91).

#### IV- Conclusão

Ao contrário da doutrina de Maquiavel, as teorias da *razão de Estado* cristãs de Fernando Alvia de Castro, Pedro Barbosa Homem e Luís Marinho de Azevedo defendem que a política de Estado deve estar subordinada aos preceitos da religião cristã. Os tratadistas analisados sustentam a ideia de que os governantes católicos devem sempre prezar pela justiça e pela bondade para garantir a conservação de seus reinos, pois acreditam que os governantes que praticam o mal sofrerão com os castigos provenientes da justiça divina.

Entretanto, no intuito de promover o bem público e fazer valer a justiça, o comissário militar e o jurista da Vila de Feira admitem a prática de certos artifícios que os mesmos autores condenam na doutrina de Maquiavel.

Alvia de Castro defende que o príncipe pode empregar o artifício da dissimulação como um instrumento do cálculo político, pois considera grande prudência para os governantes esconder seus ânimos não apenas dos seus inimigos, como também dos seus próprios conselheiros. Barbosa Homem, por sua vez, tolera a prática de mentiras oficiosas - meramente consideradas pecados leves -, respalda o uso do artifício do engano, desde que não seja dirigido a um indivíduo em particular, além de autorizar a arte da simulação não apenas em assuntos de guerra, como também a simulação de virtudes e santidade, desde que não esteja envolvido na formulação dos juízos equivocados.

Por outro lado, o tratado *Exclamaciones Politicas, Juridicas y Morales*, de Luís Marinho de Azevedo, condena todo tipo de uso do engano, da fraude, da simulação e da dissimulação em questões de Estado, revelando toda a complexidade das teorias da *razão de Estado* portuguesas seiscentistas.

#### V- Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Luís Marinho de. *Exclamaciones Politicas, Juridicas y Morales*. Lisboa: Oficina de Lorenzo de Alveres 1645.
- CASTRO, Fernando Alvia de. *Verdadera Razon de Estado. Discurso Político*. Lisboa: Oficina de Pedro Craesbeeck, 1616.

- HOMEM, Pedro Barbosa. *Discursos de la Juridica, y Verdadera Razon de Estado, formados sobre la vida y acciones Del Rey Don Juan El II. De buena memória, Rey de Portugal, llamado vulgarmente El Príncipe Perfecto*. Coimbra; Oficina de Nicolao Carvalho, 1626.
- HOWARD, Keith David. *The Anti-Machiavellians of the Spanish Baroque: A Reassessment*. LATCH (Vol.5) Mar 1, 2011 pp. 106-119 Disponível em: <http://www.openlatch.com/LATCH%20%28Vol.%205,%202012,%20Howard,%20Spanish%20Baroque,%20pp.%20106-119,%20IP%20Mar%29.pdf> Acesso em: 28 jul. 2011.
- MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism: The Doctrine of Raison d'Etat and its Place in Modern History*. New Haven: Yale University Press, 1962.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo segundo, 1859.
- \_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo quinto, 1860.
- \_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo sexto, 1862.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

## A REVISTA DE ETNOGRAFIA *DOCUMENTS* E SEU PROJETO DOCUMENTALREALISTA (FRANÇA, 1929-1930)

Gabriela Theophilo\*

Desde meados do século XIX, como se sabe, as pesquisas e investimentos intelectuais e financeiros nas áreas técnica e tecnológica e, também, no campo das ciências ditas “duras,” vinham crescendo e dando resultados. Num primeiro momento, todos os avanços, especialmente nas áreas de transporte, comunicação e produção de energia, pareceram ser uma prova do domínio do homem sobre a natureza e da perfectibilidade humana. O progresso inexorável do homem e da civilização parecia, então, um dado seguro. O início do século XX foi, portanto, marcado pelo uso rápido e progressivo de novas tecnologias, que se tornaram motivo recorrente de admiração.

Entretanto, logo nos primeiros decênios do novo século, eclodiram eventos de grande repercussão política e social, como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e, pouco depois, a ascensão de regimes fascistas na Itália e na Alemanha. Esses eventos, associados à crise epistemológica no campo das ciências, com a perda de uma noção última de verdade, teriam abalado a crença num futuro possível de liberdade e harmonia entre homens e nações.

Esse novo panorama mundial levou diversos intelectuais europeus a detectarem uma “crise na cultura”. De modo geral, eles interpretaram o “advento da modernidade” como algo marcado por um declínio de códigos morais e de valores tidos como fundamentais da cultura – entre eles, virtude, razão, coexistência pacífica dos Estados, liberdade e humanidade. Esse “colapso de códigos” tradicionais, portanto, associado ao predomínio da técnica e de valores democráticos, bem como a violência dos eventos acima citados, fez com que esses intelectuais se engajassem, então, numa luta de resistência ao que entendiam como sendo os “males da modernidade”. Entre esses homens rondava uma apreensão de que se estivesse vivendo uma crise definitiva, que poderia levar a Europa de volta à barbárie (DAMAS, 2008: 71-86).

Nas primeiras décadas do século XX houve, então, um número expressivo de livros publicados na Europa cuja temática central era a crise e a decadência do Ocidente. Sendo assim, a tópica da decadência, em termos como “declínio” e “mal-estar”, foram recorrentes em textos, livros e conferências de intelectuais como Johan Huizinga, Oswald Spengler, Paul Valéry, Sigmund Freud, Ortega y Gasset, entre outros.<sup>1</sup> É claro que há diferenças e

---

\*Doutoranda em história social na instituição PPGHIS/UFRJ. Bolsista do CNPQ.

particularidades importantes nas interpretações desses autores, que não cabe serem apreciadas aqui. Porém, algumas semelhanças estruturais podem ser observadas entre elas. Nessas obras, por exemplo, a civilização aparecia não como um estágio a que toda a humanidade chegaria e que tendia à perfeição, mas como uma construção cultural, engendrada pelo homem que, desse modo, teria como responsabilidade manter e preservar (DAMAS, 2008: 83). Vê-se, então, um anseio conservador daquilo que esses escritores entendiam como a forma autêntica de compreensão e organização da realidade.<sup>2</sup>

Entretanto, nem só de aspectos conservadores se revestiram essas críticas à modernidade no início do século XX. Quando aliadas a uma *crítica da razão ocidental*, a partir de apropriações muito particulares da psicanálise freudiana e de leituras de Nietzsche ou de Marx, elas adquiriram um caráter, senão subversivo, ao menos radicalmente questionador em relação ao modelo europeu de civilização. Esse foi o caso, por exemplo, do surrealismo francês. Deve-se considerar, nesse caso, além dessa discussão de abrangência européia, a situação precária em que se encontrava o próprio Estado francês no período entre-guerras, o que pode explicar, em parte, a desilusão de diversos escritores e artistas franceses e sua nostalgia em relação a um “outro”, primitivo e distante, cuja existência seria anterior à “decadente vida cosmopolita”.

Muito embora André Breton, Philippe Soupault e Louis Aragon já estivessem atuando, desde o início do ano de 1920, na revista *Littérature* – testando o que seria considerada, posteriormente, a escrita automática – o movimento só ganharia contornos mais definidos e ares programáticos a partir de 1924, com a publicação, em outubro, do *Manifeste du surréalisme*, escrito por Breton. Esse manifesto, que adotava definitivamente o termo “surrealismo” e o fixava em torno de algumas premissas e propósitos comuns, teve boa acolhida entre jovens escritores então envolvidos com os questionamentos suscitados pelos usos da escrita automática, situando-os, desse modo, ao lado de Breton (CHENIEUX-GENDRON, 1992: 44-45).

O *Manifeste* se inicia com uma crítica à mediocridade da vida, tal como vivenciada pelo homem moderno, que submete sua imaginação às “leis de uma utilidade arbitrária”

---

<sup>1</sup> Respectivamente: *Nas Sombras do amanhã* (1935), *A decadência do Ocidente* (1919), *La Crise de l'esprit* (1919), *Mal-estar na civilização* (1930) e *Rebellion de las massas* (1930).

<sup>2</sup> Essa forma autêntica estaria em consonância com o estatuto normativo de categorias como “natureza” (no sentido de natureza humana) e “tradição”. Em contraposição, estaria a forma artificial de compreensão e organização do mundo, na qual esses valores normativos eram substituídos pela fragmentação e pela contingência (GUMBRECHT, 1999: 441).



entregando-se, por fim, “de corpo e alma a uma imperiosa necessidade prática, que não admite ser esquecida”. O “racionalismo absoluto”, então, estabelecera limites para a experiência, que passara a se mover “para lá e para cá dentro de uma jaula”, também ela fundada na utilidade imediata e guardada pelo senso comum (BRETON, 2001: 16 e 23).

Grande parte do manifesto é, portanto, dedicado à explicação e à teorização da escrita automática, que se configuraria como uma alternativa ao racionalismo absoluto, proporcionando uma reconciliação do homem com o aspecto maravilhoso da existência e um reencontro com as "estranhas forças" alojadas nas "profundezas" da mente humana.<sup>3</sup> O jogo desinteressado do pensamento e a ruína de qualquer mecanismo psíquico coercitivo seriam, então, para Breton, meios para a resolução dos principais problemas da existência (BRETON, 2001: 40). As imagens (literárias) produzidas pelo jogo surrealista, serviriam para desconcertar a mente, provocando uma sensação de despertencimento e de transviamento. Esse transviamento, por sua vez, faria com a mente do homem mergulhasse na “melhor parte da própria infância”, momento privilegiado, no qual “tudo concorria para a posse eficaz e sem riscos de si mesmo” (BRETON, 2001: 55-56).

Finalmente, Breton conclui seu manifesto, atestando o “inconformismo absoluto” do surrealismo e o estado de “completa distração” que almeja alcançar neste mundo. Afinal, para ele, “viver e deixar de viver é que são soluções imaginárias. A existência está em outra parte” (BRETON, 2001: 63-64).

Entre os anos de 1923 e 1925 ocorreria o aumento e a consolidação do grupo surrealista. Nesse período foram publicados vários dos textos considerados fundadores do movimento<sup>4</sup>, somados à abertura de um “*Bureau de recherches surrealistes*” e ao lançamento de uma nova revista, *La révolution surréaliste*. Essas atividades, de acordo com Chénieux-Gendron, mostram que os jovens faziam questão de afirmar “sua existência perturbadora como entidade que a sociedade, literária ou não, tem de levar em conta. A revolta e a necessidade de inventar uma *outra* vida arranjam palavras para se definir e se afirmar” (CHÉNIEUX-GENDRON, 1992: 46-47).

---

<sup>3</sup> Definição de escrita automática por Breton: “Automatismo psíquico em estado puro mediante o qual se propõe exprimir, verbalmente, por escrito, ou por qualquer outro meio, o funcionamento do pensamento. Ditado do pensamento, suspenso qualquer controle exercido pela razão, alheio a qualquer preocupação estética ou moral” (BRETON, 2001: 40).

<sup>4</sup> Além do já citado *Manifeste*, Breton publica *Introduction au discours sur le peu de réalité* e Louis Aragon publica *Une vague de rêves*.

O prestígio de Breton, a essa época, era enorme e muitos intelectuais se juntaram à revista *La révolution surréaliste* e passaram a participar dos debates promovidos pelo escritor. Com exceção de um, que se mantinha à margem: Georges Bataille (SURYA, 2002: 76-78). Funcionário da Biblioteca Nacional, Bataille tinha 27 anos e, até então, escrevera apenas um livro sem expressão (*Notre-Dame de Rheims*). Passara a frequentar o estúdio de Masson - colaborador de *La Révolution surréaliste* - por intermédio de Michel Leiris, de quem ficara muito amigo e que conhecera em 1924 através de Jacques Lavaud, seu colega de trabalho na Biblioteca Nacional. Bataille se sentia à vontade no estúdio de Masson, com quem tinha muitas afinidades – por exemplo, a admiração por Nietzsche, Dostoievski e o interesse pelo erotismo (LEIRIS, 2008: 6-12).

Entre os anos de 1924 e 1930 o grupo dos surrealistas sofreria seus primeiros abalos. Após 1924, as questões políticas tornaram-se preponderantes. André Breton e Louis Aragon declararam publicamente suas opiniões contra a ocupação francesa do Marrocos e contra a guerra colonial, de forma geral. Em 1925 percebe-se uma conjunção nos planos da análise política, econômica e social dos grupos *Clarté*, *Philosophies* e *Révolution Surréaliste*, que assinariam em conjunto a declaração *La Révolution d'abord et toujours!*. Em 1926 Pierre Naville adere ao Partido Comunista Francês, seguido de Éluard, Aragon, Breton, Péret e Pierre Unik, que aderiram a título individual. Nesse ambiente de efervescência política e tomadas de posição mais radicais iniciaram-se, então, os primeiros "expurgos" do surrealismo (CHÉNIEUX-GENDRON, 1992: 48-50).<sup>5</sup>

No ano de 1929, então, Georges Bataille, que continuava participando marginalmente das discussões surrealistas, foi convidado para ser secretário-geral da revista *Documents*, que substituiria a *Aréthuse*, revista de arte e arqueologia para a qual contribuía diversas vezes, com artigos associados à sua competência de paleógrafo e arquivista. *Documents* fora criada como uma revista científica, e esperava-se que o trabalho de Bataille correspondesse a esse objetivo (SURYA, 2002: 116). No entanto, a revista tomaria um rumo inusitado: atraídos por

---

<sup>5</sup> Segundo Surya, Max Ernst e Joan Miró foram acusados por Breton e Aragon de "segurarem em armas para os piores partisans da ambiguidade moral". (SURYA, 2002: 114). Chénieux-Gendron também aborda os motivos das expulsões: "Quanto a Miró e Ernst, réus de terem colaborado na feitura dos cenários dos Ballets russos: Philippe Soupault, Roger Vitrac, e Antonin Artaud, acusados de tibieza política (para não dizer de indiferença irritada, no caso de Artaud), são excluídos (1926)" (CHÉNIEUX-GENDRON, 1992: 50). Todas as "expulsões" foram expostas e justificadas por Breton no *Segundo manifesto do surrealismo*. (BRETON, 2001: 160 e 163-164). Breton escreve uma advertência à reimpressão do segundo manifesto, em 1946, em que afirma ter feito "julgamentos demasiado apressados" e pede aos leitores para que situem o texto "no clima intelectual do ano em que ele veio à luz" (1930). Diz que o manifesto "contém lamentáveis vestígios de nervosismo", devido à "difusa desorientação" causada pelo "retorno próximo e inelutável da catástrofe mundial". (BRETON, 2001: 143).

Bataille, os primeiros dissidentes do surrealismo passaram a endossar o corpo editorial. Georges Limbour foi o primeiro e, em seguida, Michel Leiris, Jacques-André Boiffard, Roger Vitrac e Robert Desnos.

*Documents*, revista de arqueologia, belas artes e etnografia, teve quinze números ao longo dos anos de 1929 e de 1930. A primeira edição saiu em abril de 1929, tendo sido financiada, prioritariamente, por Georges Wildenstein (1892-1963), importante crítico de arte, além colecionador e negociador nesse mercado e, à época, diretor da *Gazette de beaux-arts*.<sup>6</sup> Pierre D'Espezel, diretor da revista *Aréthuse*, serviu como intermediário entre o escritor e Wildenstein. Além deles, participaram da fundação do periódico Georges Henri-Rivière (1897-1985), então subdiretor do Museu de Etnologia do Trocadéro<sup>7</sup>; Carl Einstein (1885-1940) escritor, crítico e historiador da arte, que introduzira na Alemanha o cubismo e a arte africana, e Michel Leiris (1901-1990). Leiris licenciara-se em filosofia em 1918. Até esse momento, atuara como escritor e, como dito, colaborador de *La Révolution surréaliste*.

Colaboraram ainda para a *Documents*, além dos já citados dissidentes do surrealismo de Breton, um grupo diversificado de escritores, artistas plásticos, fotógrafos, que provinham de diferentes áreas, tais como história da arte, musicologia, arqueologia e etnografia. Nas páginas do periódico, assim, articulavam-se, de modo assistemático, fotos de arquitetura, instrumentos sadomasoquistas, desenhos de crianças, moedas antigas, totens, estrelas hollywoodianas, monstros mitológicos, monumentos, arte moderna, tarô, carrancas encontradas, bonecas, flores, partituras musicais, crânios, máscaras (OLIVEIRA, 2011: 6).

O título da revista foi sugerido por Bataille, ex-aluno da tradicional *École des Chartes*, em que se formaram, desde sua fundação em 1821, especialistas dos ofícios do livro e dos documentos manuscritos. Nascida com a vocação de conservar livros e documentos confiscados durante a Revolução Francesa, *École des Chartes* tornou-se referência internacional em paleografia, filologia, numismática – esta, especialidade de Bataille –, classificação de arquivos e bibliotecas, geografia histórica, história das instituições políticas da França, arqueologia, direito civil, direito canônico e direito feudal. Até hoje é uma

---

<sup>6</sup> A *Gazette de beaux arts* é um dos mais antigos periódicos especializados nesse tema e foi uma das principais referências internacionais em história da arte durante, pelos menos, cem anos.

<sup>7</sup> Em 1938, o Museu do Trocadero teria seu nome mudado para Museu do Homem. O nome Museu do Homem tinha um caráter mais universalista e esteve informado por uma reivindicação constante em *Documents*: a de atribuir valor ao objeto etnográfico a partir de seu valor de uso no contexto original, e não a partir dos padrões de gosto europeus.

instituição de referência, especialmente no que concerne aos estudos acerca da preservação do patrimônio cultural.

Pode-se encontrar, assim, uma noção de “documento” na tese que Bataille escreveu para a *École des Chartes*, intitulada *L'ordre de chevalerie*. Segundo ele, o único valor do texto medieval era um valor, acima de tudo, documental: “*Le poème, sans valeur littéraire, sans originalité, n'a aucun intérêt que d'être un document ancien et curieux sur les idées chevaleresques et sur les rites de l'adoubement*” (HOLLIER, 1991 : VIII).

Para os organizadores e patrocinadores da revista *Documents*, a palavra “documento” trazia um valor de programa nesse sentido, que, desde o primeiro número, porém, começara a ser “desrespeitado” pelo próprio secretário-geral. Essa perspectiva fica clara na carta que Pierre D'Espezel lhe envia logo após a primeira publicação, inquieto com o rumo que a revista parecia tomar, com a disposição aparentemente aleatória de materiais, pouco usual para uma publicação pretensamente científica e de caráter *documental*:

*Le titre que vous avez choisi pour cette revue, n'est guère justifié qu'en ce sens qu'Il nous donne des “documents” sur votre état d'esprit. C'est beaucoup, mais ce n'est pas tout à fait assez. Il faut vraiment revenir à l'esprit qui nous a inspiré le premier projet de cette revue, quand nous en avons parlé à M. Wildenstein, vous et moi* (HOLLIER, 1991: VIII).

Quando se analisa de modo mais detido os artigos da revista, especialmente os de Georges Bataille e de Michel Leiris – cujas concepções, de fato, dominaram o periódico – percebe-se que neles a noção de “documento” adquiria um novo sentido, mais abrangente e um tanto mais criativo do que na definição exposta na tese do primeiro para a *École des Chartes*.

Desse modo, embora não se parecesse com uma revista acadêmica ou científica tradicional – o que explica, certamente, a inquietação de D'Espezel – fica perceptível, nas páginas do periódico, uma ambição de tudo revelar, de tudo aceitar e de tudo expor: sem censura, sem uma ordenação prévia, sem categorizações, sem nenhum tipo de subserviência consentida a valores morais, padrões de gosto e juízos estéticos do ocidente civilizado.<sup>8</sup>

Sendo assim, em *Documents*, pode-se dizer que a exposição do ser humano e de seus produtos – principalmente através de objetos arqueológicos e etnológicos – tinha por objetivo

---

<sup>8</sup> É claro que a revista nunca conseguiu uma autonomia completa. Toda a rede de relações que lhe conferia suporte a colocava numa situação ambígua com relação ao mercado de artes francês e aos discursos colonialistas de Museus e outras instituições do Estado. Essa situação será comentada adiante.

revelar e colocar à mostra até mesmo as faces e formas (informes)<sup>9</sup> mais monstruosas e violentas da existência humana, num peculiar anseio de “encenação da realidade”. A realidade a ser encenada, entretanto, não poderia – nem mesmo deveria – ser totalmente assimilada ou ordenada, como nas ciências do social.

O programa que foi, aos poucos, se esboçando na revista, numa perspectiva fundamentalmente batailleana, mas também com a marca de Leiris, visava não à representação de um mundo familiar, mas “o mundo da forma informe, em formação, que justamente resiste a esse devir-documento” (MORAES, 2005: 115). A explicitação de um “heterogêneo radical”, proporcionando uma formação crítica a partir da experiência do choque, disponibilizaria ao sujeito, então, uma possível ponte para sua alteridade. Era a possibilidade de descentramento de si, por meio de um trabalho de desregramento dos sentidos<sup>10</sup>, a partir da “impossível *Documents*”, como Leiris se referiu à revista, anos mais tarde. (LEIRIS, 2008: 15)<sup>11</sup>

O programa da *Documents* encaminhado por Bataille, aliado à sua produção individual no campo da literatura e da crítica deixam claras suas divergências com relação ao projeto surrealista de Breton – sabidamente vitorioso no âmbito das artes e da literatura e da crítica de sua época – e sua singularidade em relação ao discurso das ciências sociais, particularmente ao da etnologia e da história, ou das ditas “ciências auxiliares da história” que conhecera na sua formação na *École des Chartes*.

Bataille, de forma similar a Breton, e particularmente pelo intermédio de *Documents*, exercia uma crítica da razão ocidental e defendia uma arte e uma literatura que fossem capazes de provocar um deslocamento do pensamento. No entanto, esse deslocamento não se destinava a fazer surgir a centelha na qual sonho e realidade se converteriam numa realidade *outra*, surreal. Para ele, o homem moderno não poderia fugir de sua consciência e não deveria

---

<sup>9</sup> Os primeiros números de *Documents* vem acompanhados de um dicionário que não obedece à ordem alfabética e no qual são definidos alguns verbetes escolhidos pelos escritores. No verbete *informe*, Bataille escreve: “Um dicionário começaria a partir do momento em que não fornecesse mais o sentido mas as tarefas das palavras. Assim, informe não é apenas um adjetivo tendo tal ou tal sentido, mas um termo que serve para desclassificar, exigindo geralmente que cada coisa tenha a sua forma. O que ele designa não tem seus direitos em sentido algum e se faz esmagar em toda parte como uma aranha ou um verme. *Seria preciso, com efeito, para que os acadêmicos ficassem contentes, que o universo tomasse forma(...)*”. (*Documents*, 1929: 382)

<sup>10</sup> Como na *Carta do vidente*, de Rimbaud.

<sup>11</sup> Nesse trabalho foi utilizada a edição em inglês do texto de Leiris, *From Bataille the impossible to the impossible Documents*, contida no livro *Georges Bataille, Michel Leiris: Correspondence* (ver referências bibliográficas). Entretanto, o artigo *De bataille l'impossible a l'impossible Documents* foi originalmente publicado na revista *Critique*, em 1963, na página 688.

buscar uma espécie de redenção que estivesse "*derrière le monde*" (BATAILLE, 1976: 395). Desse modo, Bataille recusava qualquer tipo de concepção que sobrepujasse o ideal à materialidade das coisas, já que a idealização da matéria nada mais seria do que uma ocultação de seu poder de desmentir as representações (idealizadas) que os homens construiriam de si mesmos e do mundo (MORAES, 2002: 200).

Quanto à revista *Documents*, então, pode-se afirmar o periódico esteve ancorado, como as discussões surrealistas, numa crítica à modernidade e à razão ocidental, porém de modo diametralmente diverso. Os colaboradores da revista estiveram inseridos no debate europeu sobre a “decadência do ocidente” o que resultou, muitas vezes, numa visão pessimista e melancólica da civilização européia e, nesse caso, numa idealização do primitivo: um primitivo construído, dionisíaco, situado no passado, que se pretendia fosse usado como modelo de postura para que o homem ocidental conseguisse se livrar dos grilhões morais e comportamentais impostos por séculos de uma famigerada, porém mal sucedida, civilização. Essa perspectiva fica clara, por exemplo, nos artigos *Civilisation*, escrito por Leiris para o quarto número de *Documents*, e em *Le cheval Académique*, de Bataille, para o primeiro número da revista.<sup>12</sup>

No que concerne aos usos de objetos etnográficos, por sua vez, o periódico veiculava, de modo geral, um discurso marcadamente anti-esteticista e anti-formalista. A maior parte de seus colaboradores, como Bataille e Leiris, afirmava que esses objetos tinham de ser analisados ou julgados não do ponto de vista dos padrões europeu-ocidentais de apreciação estética e, sim, pela perspectiva propriamente etnográfica, pelo seu valor de uso em seu

<sup>12</sup> “*La civilisation peut être comparée sans trop (...) à La mince couche verdâtre (...) qui se forme à La surface des eaux calmes et se solidifie parfois em croûte, jusqu’à ce qu’un remus soit venu tout bourleverser. Toutes nos habitudes morales et nos usages des politesse, tous ce manteau de couler fraiche qui voile La crudité de nos instincts dangereux, toutes ces belles formes de culture dont nous sommes si fiers – car c’est Grâce à elles qu’on peut se dire “civilisé” – son prêts à s’évanouir (...) laissant apparaître dans lès interstices l’effrayante sauvagerie, révélée par lès fissures (...) Nous sommes lās des spectacles trop fade que ne boursoufle aucune insurreiçtion em puissance ou em acte, contre La divine “politese”, celle des arts qu’on appelle “goût”, celle du cerveau qu’on nomme intelligence, celle de La vie qu’on designe par ce mot à l’ordeur poussiéreuse de vieux fond de tiroir: “morale”.* (LEIRIS, 1929: 221). Georges Bataille, por sua vez, em artigo intitulado *Le Cheval académique*, faz um elogio da civilização gaulesa - que, segundo ele, do ponto de vista social, seria comparável à das “tribos atuais da África Central” - a partir da análise do desenho impresso em suas moedas. Ao final, ele afirma, então, o “mal-estar” causado pelos moldes da civilização à sua época: “*Parfois seulement, ainsi pour lès grandes invasions, Il est possible de voir avec netteté une incohérence sans espoir l’emporter sur une methode rationnelle d’organisation progressive. Mais lès alterations de formes plastiques représentent souvent Le principal syntôme des grandes renversements (...) La negation de tous lès principes de l’harmonie régulière ne venait pás témoigner de La necessite d’une mue. (...) Cette negation recente a provoque lès plus violentes colères, comme si lès baes mêmes de l’existence avaient mises em cause; d’autre part, que lès choses se sont passes avec une gravite encore mal soupçonnée, expression d’un état d’esprit parfaitement incompatible avec lès conditions actuelles de La vie humaine*”. (BATAILLE, 1929: 27).

contexto de origem: “*Il faut traiter cet art historiquement, et non puls seulement le considérer sous le seul point de vue du gout et de l’esthétique*”(EINSTEIN, 1930: 104). A rede de relações que dava suporte à revista, entretanto, também contradizia, até certo ponto, esse tipo de crítica, tendo em vista seus financiadores.<sup>13</sup>

Embora o periódico expusesse objetos normalmente negligenciados por revistas de arte – e mesmo por revistas de “arte primitiva” –, a revista não estava imune às forças do mercado. Muitos dos objetos reproduzidos na *Documents* vinham de coleções particulares ou de museus franceses. Para os colaboradores do periódico, eles representavam uma oportunidade de interpretar objetos subsumidos em coleções maiores. Para os museus, uma chance de dar publicidade a peças pouco valorizadas e, para os colecionadores e negociadores uma possível chance de aumento do valor financeiro de certos objetos (KELLY, 2011: 7).

Toda essa rede de relações deixam à vista as relações de poder e os discursos colonialistas e “civilizacionais” das instituições francesas e alguns dos questionamentos das ciências do social, em busca de consolidação naquele momento.

Nesse sentido, as acepções e os usos particulares de “documento”, elaborados e empreendidos na revista *Documents*, podem ser comparados, por fim, às concepções e práticas do mais importante paradigma da historiografia francesa, à época: a dita “*escola dos Annales*”.<sup>14</sup> Entre o final da década de 1920 e de 1930, o método reivindicado por excelência na “escola” para a análise das “civilizações” – tanto no seu programa inaugural de história econômica e social quanto na história social da cultura de Lucien Febvre<sup>15</sup> – era, como é largamente sabido, o quantitativo. Isto é, selecionava-se um ou mais tipos de documento, agrupavam-se grandes quantidades de cada tipo e procedia-se à análise estatística, que condicionava o trabalho interpretativo.

O documento, nessa perspectiva, era um meio, uma via para a produção de conhecimento sobre algo que, evidentemente, não equivalia a ele mesmo, devendo ser, portanto, selecionado, questionado, ordenado, submetido à seriação, tipificado, categorizado.

---

<sup>13</sup> Seu instigador inicial, como já foi dito, foi Wildenstein, colecionador e negociador no mercado das artes. Além dele, outros importantes mecenas das artes na França à época tiveram papel importante na *Documents*.

<sup>14</sup> Nesse artigo entende-se que a *École des Annales* caracterizou-se por um conjunto de debates e embates em torno da historiografia, mas não se configurou como uma escola, no sentido pleno do termo, com premissas bem definidas que deveriam ser seguidas por todos. Por isso a palavra “escola” será utilizada entre aspas.

<sup>15</sup> Em 1929, Lucien Febvre publica um importante texto acerca das origens da palavra civilização na França e das idéias agrupadas em torno desse conceito: *Civilisation: evolution d’un mot et d’un groupe d’idées*. Para a mesma revista, e sobre o mesmo tema, escreveram também: Émile Tonnellat, Marcel Mauss, Adfredo Niceforo e Louis Weber.

Percebe-se, assim, que essa perspectiva era totalmente diversa daquela esboçada pela *Documents*. Ali, importava, sobretudo, expor a “incongruência radical do concreto”, o “heterogêneo radical”. O que era do âmbito da ordem, do semelhante, do comum aos homens de uma época, não levaria o homem ao choque, ao deslocamento e, portanto, não interessava.

Estamos diante, então, de uma configuração histórica disciplinar, dos anos 20 e 30, na França, em que a concepção de “documento” desempenha um papel central, não apenas para a etnografia, que busca fixar seu território, seus objetos e seus problemas, e para a história com o projeto dos *Annales*, mas também para a literatura e as artes. Se hoje sabemos que para a etnografia a contribuição do grupo ligado a *Documents* foi decisiva e, para a história, a preocupação comum em torno da “civilização” resultou em acepções diversas de “realismo documental”, já no âmbito das letras e das artes, a noção de “documento” proposta pela revista foi superada, em explícita concorrência, pelo projeto triunfante do surrealismo de Breton.

### Referências bibliográficas

BATAILLE, Georges. *La religion surréaliste*. In: BATAILLE, Georges. *Oeuvres complètes*. t. VIII. Paris: Gallimard, 1976.

\_\_\_\_\_. *Le chavel Académique*. In: *Documents*, número 1, 1929.

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k32951f.image.langPT.r=georges%20bataille> Acesso em 07/07/2012.

BRETON, André. *Manifesto do surrealismo*. In: *Manifestos do surrealismo*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2001.

CHÉNIEUX-GENDRON, Jacqueline. *O surrealismo*. São Paulo: Martins fontes, 1992.

DAMAS, Naiara. *A Europa em jogo: as críticas de Johan Huizinga à cultura de seu tempo (1926-1945)*. Dissertação (Mestrado em história social) – Instituto de Filosofia e Ciências sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

EINSTEIN, Carl. *À propos de l'exposition de la Galerie Pigalle*. In: *Documents*, número 2, 1930, p. 104.

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k32952s.image.langPT.r=georges%20bataille.swf> Acesso em 17/07/2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

HOLLIER, Denis. *La valeur d'usage de l'impossible*. (prefácio à edição fac-similar de 1991 de *Documents*, digitalizada e disponibilizada na Gallica- BNF:



Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k32951f/f8.image.r=georges%20bataille.langPT> Acesso em: 16/07/2012).

KELLY, Julia. *Discipline and indiscipline: the ethnographies of Documents* <http://www.surrealismcentre.ac.uk/papersofsurrealism/journal7/acrobat%20files/articles/Kelly.pdf.pdf> Acesso em 16/07/2012).

LEIRIS, Michel. *Civilisation*. In: *Documents*, número 7, 1929. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k32951f.image.langPT.r=georges%20bataille> Acesso em 17/07/2012.

\_\_\_\_\_. *From Bataille the impossible to the impossible Documents*. In: *Georges Bataille, Michel Leiris: correspondence*. NY: Seagull Books, 2008.

MORAES, Eliane Robert. *O corpo impossível*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

MORAES, Marcelo Jacques de. *Georges Bataille e as formações do abjeto*. In: *Outra travessia*, Santa Catarina, número 5, 2005. (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12586/11753> Acesso em 16/07/2012).

OLIVEIRA, Eduardo Jorge de. *Documentos de desfiguração do homem*. In: *Revista Exagium*, número 6, 2009, p. 58. (<http://www.revistaexagium.com.br/edicoes/edicao%206/eoliveira.pdf> Acesso em: 06/07/2012).

SURYA, Michel. *Georges Bataille: an intellectual biography*. London, New York: Verso, 2002.

## IMAGEM ASTRAS NA HISTÓRIA DA ARTE: PROPOSTAS PARA UMA RELAÇÃO ENTRE CINEMA, ICONOLOGIA E INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

Francisco Santiago Júnior\*

Este trabalho almeja lançar bases para expansão do conceito de iconologia na historiografia a partir da apropriação dos estudos visuais. Nosso objetivo é fundamentar a análise do cinema como uma imagem na composição das formas e sensibilidades da cultura visual contemporânea. Seguindo Jacques Aumont (2004), parece-nos que o cinema compartilha com a pintura e outras artes visuais uma *história do olhar* que permite a observação histórica da construção e da crise das representações. As sensibilidades modernas são formadas pela cultura visual com a troca incessante entre imagens de variados suportes que tomam umas as outras como referências.

O conceito de iconologia pode tornar-se chave para encaminhar a análise imagética uma vez que permite “passear” pela interligação conjunta das imagens visuais e não visuais que compõem as sociedades. Para W. J. Mitchell (2009), a iconologia é uma crítica ideológica a partir da noção de imagem, que toma seu objeto como imagem e observa as diversas interligações visuais e não visuais. A iconologia permite a problematização da cultura visual, e insere o cinema numa dinâmica da história das representações e suas sucessivas crises.

Segundo Hors Bredekamp (2003) a noção de iconologia remete à tradição dos estudos da história da arte alemã, em especial, aquela desenvolvida por Aby Warburg, cuja percepção ampliada de uma “ciência da imagem” já fazia o que os atuais estudos visuais almejam. A fortuna da ideia caberia a Erwin Panofsky em *Significado nas Artes Visuais*, quando estabeleceu bases heurísticas da história da arte, dividindo-a em 3 etapas: a pré-iconográfica, a iconográfica e a iconológica. Esta última referia-se a um “espírito do tempo” que permitiria perceber a maneira de pensar de uma época. Essa perspectiva influenciou sobremaneira uma série de estudos entre os quais podemos citar as análises iconológicas da astrologia e das imagens astrais no Renascimento europeu.

---

\* Doutor em História pela UFF. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFRN.

Desde os trabalhos de Aby Warburg, Fritz Saxl e Erwin Panofsky, desenhou-se uma tradição de estudos sobre as imagens astrais renascentistas que dialogam diretamente com a história da cultura renascentista como um todo, entre os quais se destacam as obras de Frances Yates e Eugenio Garin, os quais necessariamente não eram historiadores da arte no sentido forte do termo. Este trabalho investiga algumas versões da constituição de iconologias influenciadas pela “tradição Warburg” na investigação de temas astrológicos.

Pretendemos apenas construir chaves de leitura sobre uma tradição de história da arte (ou em diálogo com esta), que, ao investigar discursos de época sobre o que Garin (1987) chamou de “polêmica astrológica”, conseguiu desenhar bases proficuas de pensamento metódico sobre as imagens que constituiu, de fato, uma crítica dos núcleos ao redor dos quais se moveram a sensibilidade e as formas de hierarquização de uma época – ou seja uma iconologia. Neste pequeno texto, dedicamos atenção apenas a Frances Yates e Eugenio Garin.

### **A Grande Dama**

Como afirmou John Michael Krois (2002), os estudos sobre o ocultismo de Frances Yates estiveram relacionadas a sua preocupação com uma questão de significado duradouro: a memória em um sentido cultural. Sua obra não teria sido influente na filosofia, contudo, na reflexão sobre a história da ciência, na história da arte e na história e teoria da memória, Yates tem um lugar central, principalmente, por sua atenção às questões “marginais” da epistemologia do Renascimento. Como Krois nos lembra, os sistemas mnemônicos estudados por Yates seriam *Weltanschauungen*, ou seja, “visões de mundo” que partem de uma caracterização mnemônica das formas humanas de relações com o mundo.

Estas visões, acrescentaríamos, se fazem por meio da construção de “sistemas de imagens” que externalizam-internalizam a criação de marcadores capazes de instaurar e reforçar a lembrança do que é importante numa dada realidade. Para Yates, as “visões de mundo” permeavam os tratados de memória e outras produções culturais, uma vez que elas estavam presentes em outras esferas da produção cultural das sociedades renascentistas, numa “nova estrutura renascentista da psique” (2007, p. 218). Yates estudava o que hoje poderíamos chamara de “processos de indexação” dos sentidos numa dada sociedade. Interessada na vida psíquica renascentista, concebia as tradições “ocultistas”, em especial, a

tradição hermética. Não era, portanto, uma historiadora da arte estrita, mas entendia o quadro de relações culturais amplos nos quais seu tema era envolto.

Em vários momentos de seus textos, realiza leitura de obras artísticas, demonstrando o corpo de relações nas quais o hermetismo e a mnemotécnica estiveram envolvidos, realizando-se como prática de letrados europeus. Exemplar disso foi sua leitura da obra de Giotto em *Arte da Memória*, segundo a qual re-interpreta os afrescos (1305) do pintor na *Capella degli Scrovegni*. A autora propõe leitura então inovadora da obra do pintor.

Ao observar a disposição das figuras a partir da marcação dos “lugares memoráveis” e informada pela tratadística mnemônica da baixa idade Média, que enfocava na lembrança constante do destino da alma após a morte, ou seja, o céu ou inferno. A historiadora desenvolve a ideia da imagem como talismã, cujos inícios estariam nos afrescos de Giotto. Ao ligar a ideia do embelezamento (que acentuaria o individualismo humanista) com a arte da memória, Yates reconduz as obras de arte renascentistas às tradições culturais diversas e observa indexações de sentido improváveis numa apreciação puramente estética.

Na verdade este princípio de análise já havia sido esboçado pela autora um ano antes, em seu célebre *Giordano Bruno e Tradição Hermética* no qual analisa com brevidade, o mesmo princípio da imagem-talismã a partir da tela *Primavera* (1478), de Sandro Boticelli. Yates estudava a “magia natural” de Marsilio Ficino, o qual concebia a possibilidade de afastamento da influência melancólica sobre pessoas nascidas ou influenciadas sob o signo do planeta Saturno a partir do desenvolvimento de “imagens do mundo”, ou seja, talismãs que gravavam sinais visuais astrais dos planetas benéficos (Sol, Vênus e Júpiter). Num exercício de “magia natural” capaz de capturar os poderes celestiais destes astros abençoados por Deus, a aproximação e posse desses objetos poderiam angariar melhor fortuna para os seus donos. Na tela de Boticelli, segundo Yates, o Mercúrio e a Vênus representados seriam os próprios planetas, e o vento que captura a “ninfa da primavera” seria o próprio “sopro do espírito” preconizado pela tradição hermética de Ficino. O próprio quadro de Boticelli era um talismã, um objeto artístico-místico. Yates construía outra concepção da arte renascentista:

A dignidade do homem como mago, como operador que tem dentro de si o divino poder criador e o poder mágico de casar terra ao céu, reside numa heresia gnóstica de que o homem já foi e pode vir a ser novamente, pelo

intelecto, um reflexo da divina *mens*, um ser divino. Segundo a reavaliação final do mago da Renascença, ele se torna um homem divino. Ainda uma vez, vem-nos à memória um paralelo com os artistas criadores, pois era esse o epíteto que os contemporâneos de Pico concediam aos grandes, a quem com frequência se referem como o divino Rafael, o divino Leonardo, ou o divino Michelangelo (YATES, 1987: 129).

Trata-se de observar a presença de “visões de mundo” herméticas difundidas na visão social, que se realizam tanto na obra de filósofos-magos como Marsilio Ficino e Pico della Mirandola, como nas telas de Botticelli e Pintoricchio. Em *Giordano Bruno...*, Yates (1987) está sobre influência da interpretação que Fritz Saxl faz das imagens pintadas por Pintoricchio no Aposento dos Bórgias, do Papa Alexandre VI.

Particularmente é importante reter que Yates faz a mesma observação dos processos de indexação de valor e sentido ao analisar as imagens dos pintores citados acima, quando os indaga a partir das tradições herméticas e cabalísticas. Observa o que hoje chamaríamos de diferentes apropriações do cristianismo que é reconduzido noutra direção teosófica, filosófica e prática a partir da imbricação de concepções herméticas e cabalísticas. Fraturando a própria concepção de que as visões de mundo seriam unitárias, Yates demonstra que estas são diversificadas e interpretadas de modos diferenciados por sujeitos sociais diversos que estão informados pela mesma atmosfera cultural, tornando a cultura um campo de disputas de “visões de mundo”. Por um lado, as tradições herméticas se impregnam de cristianismo e deslocam a própria ideia de mago medieval, que do necromante torna-se teósofo (e filósofo, como afirmou Eugenio Garin (1991)) que angaria a força divina das potências astrais (Ficino) ou do conjuro de forças angelicais (Mirandola).

O processo de conseguir essa potência a partir da elaboração de talismãs estaria inserido na obra dos artistas também, cujo sentido era mais do que a impregnação iconográfica de sinais astrais ou de personagens que remetiam aos poderes da magia natural ou cabalísticas. Estaria, na verdade, inserido no próprio funcionamento das imagens no “clima cultural” no qual estavam inseridas.

Evidentemente Yates não teoriza esses aspectos todos aqui apontados. Tampouco define ou usa os termos iconologia ou iconografia em seus trabalhos (ao menos naqueles aos quais consegui ter acesso). Contudo em seu método de leitura e interpretação do material

históricos, tal como em Panofsky, texto e imagens são cotejados para informarem o sentido um do outro. Ainda que seu acento seja nos textos, Yates identifica não apenas a formalização de um sistema de imagens nos tratados de memória ou na “magia natural” de Ficino, como elabora uma indagação sobre imagens formadas nestes textos. Quando observa os signos que permitem a construção de talismãs ou “imagens do mundo” na obra de Ficino, por exemplo, Yates compara as imagens dos planetas e seus atributos definidas pelo mago com seus equivalentes no tratado do *Picatrix*, o que demonstraria o vínculo do autor renascentista com o texto. Se o uso de imagens visuais em suas obras é menor, a observância da construção de imagens textuais como objetos funcionais é fundamental.

O estudo sobre os tratados da memória são os mais significativos neste sentido. Yates acompanha a formulação de imagens da memória desde a antiguidade, seus deslocamentos no período medieval, transformação num sistema de imagens pela escolástica até finalmente evidenciar como na Renascença, pela apropriação das tradições herméticas, o sistema de imagens torna-se “talismânico”. Isso ocorre a partir da ressignificação dessas “imagens astrais”, da “magia astral”<sup>1</sup> que aparece nos tratados de Ficino e Mirandola, mas também no Teatro da Memória de Giulio Camillo e nas artes herméticas de Giordano Bruno. Tratava-se de observar a gestação de teorias das imagens da memória na qual a criação de imagens é o centro da própria forma de elaborar conhecimento.

Imagens no texto que permitem reconfigurar a visão das imagens no mundo, mas que, também, a partir das imagens visuais como as telas de Botticelli ou Giotto, permite observar outra dimensão da vivência renascentista. Neste sentido, a metódica de interpretação histórica de Yates tenta entender como dados textos geraram sentido, evitando projeções do presente sobre o material do passado, observando como num dado contexto, textos e imagens conferem densidade histórica ao momento contemplado pelo estudioso.

### **A defesa do humanismo**

Por mais problemático que seja a vinculação direta de Garin com a tradição Warburg, alguns historiadores (BURUCUA, 2003) sustentam que essa relação pode ser pensada em no

---

<sup>1</sup> Yates faz uma diferença fundamental pela qual assegura que Ficino e Mirandola não eram astrólogos. Evidencia, pelo contrário a diferença entre seus usos das imagens astrológicas a partir da noção de magia “astral”.

mínimo duas perspectivas: temática e metodológica. Sempre interessado na discussão do significado da “volta da vida ao antigo” (*das Nachleben der Antike*) para os renascentistas, Garin dialoga diretamente com a tradição do Instituto Warburg, principalmente no desenvolvimento dos temas de um trânsito cultural entre política, filosofia e artes italianas na época clássica. Isso fica muito evidente em seus textos dedicados a magia e a astrologia. Yates (1987) reconheceu a inflexão criada pelos trabalhos de Garin (1994) publicados nos anos 1950 dedicados à vinculação entre astrologia e magia e que retomavam explicitamente, entre outros, aos estudos de Aby Warburg e Fritz Saxl.

O interesse fundamental de Garin era determinar o que fora de fato o espírito humanista e no que se configurou plenamente a experiência ideológica do Renascimento. Os aspectos da *Nachleben* são componentes de um quadro maior de reflexão. Para Garin (1965) a especificidade histórica do Renascimento Italiano deveria ser definida numa espécie de via média na qual se reconhecia as continuidades históricas com o período medieval e a novidade histórica humanista. O humanismo é concebido como um movimento dialético complexo de concepções de mundo e de sujeito, não apenas um fenômeno filosófico, literário ou retórico.

O humanismo faria parte da experiência e da expectativa construídas em várias camadas do que hoje chamaríamos de práticas sociais. A retomada do mundo antigo seria parte da busca de inspiração própria de um método de estudo com certa novidade histórica na qual o reconhecimento da diversidade das “formas de vida e de pensamento”, das diferentes “maneiras de viver” e “de sentir” (1994, p. 15), por meio do reconhecimento do legado clássico, construíam um sentido de história novo e não escatológico.

Surge certa “metafísica do homem criador” (1994, p. 75) no qual a construção de uma novidade do homem como demiurgo capaz de negociar e controlar o universo a partir do conhecimento converteu-se em ideário de pensamento e das ações de intervenção urbana, política e espiritual. Com sua herança gramsciana o historiador formulou o que poderíamos chamar de um complexo ideológico no qual a magia e a astrologia ocuparam um papel fundamental. Para Garin, personagens como Marsilio Ficino, em seus interpretações do *Picatrix* e do *Corpus Hermeticum*, ao povoarem o céu e a terra de almas, restaurando o holismo hermético pela ligação das almas das coisas com as almas das estrelas, criaram uma *posição mágico-astrológica* no qual o universo surgia como um organismo imenso no qual se

observava correspondências harmoniosas. A alma do mundo é a mediadora que torna o talismã possível, pois é um lugar de intersecção no plano estelar, de maneira que cada individuação é uma síntese de todas as unidades vivas do cosmos num “jogo de espelhos sem fim, uma sucessão de imagens e de sombras de imagens: em cima, as formas perfeitas das ideais em baixo, o enfraquecimento das influências” (GARIN, 1987, p. 92).

Diferente de Yates, Garin observa a astrologia como algo maior do que a re- interpretação de imagens astrais para fins não astrológicos, distinção que a autora torna fundante para compreender o papel das imagens dos planetas na tradição hermética. O italiano compreendeu a astrologia em Ficino a partir da maneira como Pico della Mirandola entendera a astrologia que lhe era contemporânea: uma concepção ou uma linguagem celeste da realidade, a qual Garin atribui uma projeção histórica da época com um todo. Quando se imita as figuras celestes em talismãs conforme regras astrológicas, surge uma possibilidade de mediação. Segundo Garin, Pico teria uma compreensão acertada de que a astrologia fazia parte da vida do homem e de diversos campos do saber e da ação. Tratava-se de uma concepção de realidade.

Exatamente por isso a “polêmica astrológica” acompanhada em *Zodiaco da Vida* livro fundamental de Garin (1987) sobre o tema, é concebida pelo historiador como um ponto de encontro das perspectivas de mundo na qual ocorria a afirmação dos valores modernos adaptando as tendências astrológicas, herméticas e cabalísticas num todo capaz de fazer um diagnóstico histórico de época. A astrologia era componente do “novo homem” e sob o signo de “magia natural” e outras denominações de época, permitia observar como as imagens astrológicas foram transformadas em sinais da primeira modernidade.

A interpretação de Garin sobre a relação entre a astrologia e Giordano Bruno também divergia da de Yates. Para o italiano, a astrologia e as imagens astrológicas estiveram sujeitas a um processo de desmistificação no século XVI. Bruno e outros fizeram um uso contínuo dessas imagens que lhes diminuiu o valor de referência e integração da própria concepção de mundo e história astrológica. Bruno, em especial, ao fazê-las componentes da sua arte da memória, tirou-lhes a capacidade de serem transformadoras do mundo em si mesmo, tornando-se apenas agentes pessoais. Para Bruno as imagens eram componentes de uma reforma moral que convertia o homem em mago, conferindo-lhe poder sobre o universo. O



holismo astrológico que embasava Pico e Ficino os levou a uma concepção talismânica de imagens cujos fins eram integrar o homem *com o* universo para manipular a fortuna, enquanto Bruno almeja dominá-lo num esforço contínuo de racionalização cujo fim último fora a completa desmistificação dos astros em si mesmos.

Em sua “abertura metódica”, Garin tratava da atividade de reinterpretação que os humanistas fizeram das três fontes fundamentais de saber antigo: o neoplatonismo, a astrologia via *Picatrix* e a tradição hermética. Todas sendo atualizadas pela visão e interpretação dos humanistas que reconstruíram uma concepção ou visão de mundo em tensa disputa. Ou seja, para Garin o Renascimento era composto por fraturas e contradições. Se sua concepção não é propriamente hermenêutica no sentido estrito, o é no sentido aberto do termo, uma vez que está menos interessado na forma como as tradições astrológicas sobreviveram, e mais na forma como elas constituíram e permitiram a formação e transformação do Humanismo.

Isso implica compreender que Garin concebe as imagens astrais como componentes de uma época que são movidas em textos, ideais e obras de arte. Raramente o autor parara para abordar o que a história da arte chamou de pintura e de prática artística em si mesma. Em alguns poucos casos, discutiu temas astrais na pintura (GARIN, 1987), e em geral, fazia isso via a retomada dos estudos dos historiadores da arte, principalmente os do instituto Warburg (Aby Warburg, Fritz Saxl, Erwin Panofsky, Frances Yates) ou italianos que com este dialogava (como Salvatore Settis). Compreendeu que uma concepção de mundo atravessou vários campos culturais, manifestando-se na medicina, na arte, na filosofia, na retórica, na política, na arquitetura. Qualquer compreensão da astrologia e das imagens astrais e astrológicas no Renascimento era, portanto, uma discussão sobre as tensões e disputas no campo cultural que ativavam um complexo ideológico. Uma percepção mágico-astrológica do humanismo evidencia elementos importantes de que uma “concepção de mundo” estivera sujeita a deslocamentos em função da mobilização de imagens, as quais eram sinais de um arcabouço cultural mais amplo que era a própria astrologia.

Se Garin não trabalhou na direção propriamente de uma “ciência das imagens” (iconologia), mas de uma ciência da cultura, no sentido warburguiano-panofskiano do termo, ao contemplar elementos tratados nesta última, fica evidente que o autor italiano concebe um

método de trabalho amplo no qual o material de análise transcende as obras dos magos filósofos. Uma vez que a iconologia pode ser pensada como uma crítica da própria criação das imagens e dos interesses, poderes e eventos nos quais os sentidos foram gerados, Garin trata desses elementos a partir das concepções astrológicas no decorrer dos séculos XIV-XVI. Tratando as ideias e movimentos de imagens como sinais de época, no que se refere aos temas astrológicos, o italiano evidencia uma lógica do sentido como processo em mudança que não pode, evidentemente ser resumido às imagens geradas, mas que possui nelas um aspecto fundamental. O objetivo de Garin é o mesmo da iconologia, embora as imagens que ele objetiva esclarecer sejam referentes ao estatuto epistemológico das imagens no período renascentista, estatuto reconstruído a partir das categorias históricas da época. Entre textos e imagens, o autor evidencia que a astrologia era um componente do que hoje podemos chamar de cultura visual.

### **Considerações Finais**

Para W. Mitchell pode-se atingir e distinguir os núcleos de entendimento que uma sociedade desenvolve a partir dos processos de significação gerados por ela. Uma das operações que torna tal crítica possível é a Iconologia. Mitchell retoma, para tanto, os trabalhos inaugurais de Erwin Panofsky para demonstrar que tipo de proposta iconológica seria possível. A análise do historiador alemão sobre a perspectiva seria indicativa de uma metodologia que relaciona texto e imagem para o entendimento da “visão de mundo” de uma dada sociedade. A crítica ao trabalho de Panofsky tem visado essencialmente seu neokantismo e a visão homogeneizadora com a qual classificou o Renascimento. Panofsky teria esvaziado a *Nachleben* (MITCHELL, 2009; DIDI-HIBERBAM, 2001) e ignorando o potencial de memória contido nas “formas patéticas”, hoje tomadas como a grande contribuição de Aby Warburg para a história da cultura. Isto seria observável ainda no famoso *Saturno e a Melancolia*, iniciado na década de 1930 e reformulado em 1964 (ALCIDES, 2006).

A proposta de iconologia de Panofsky, portanto, era racionalista e homogeneizante quando enquadrava a forma como as imagens e a astrologia faziam parte do mundo renascentista. Contudo, como chama atenção W. J. Mitchell (2009), a interpretação de

Panofsky parece apontar na direção importante da ligação dialética entre texto e imagem como componentes da formulação mútua dos temas e formas da cultura. Este seria o sentido primeiro da iconologia do alemão, que observaria a maneira como imagens se gestam com textos e vice-versa. Este mesmo princípio estaria contido na obra de Frances Yates na medida em que as diferentes apropriações das tradições culturais estudadas pela historiadora inglesa tratam de imagens observadas a partir de textos. Também se encontra presente na obra de Eugenio Garin, para quem temas e simbolismos culturais atuaram no universo mágico como componentes do complexo cultural mais amplo, estando na base da própria formulação das imagens.

O agenciamento de tradições aparentemente estranhas umas às outras em contextos históricos diversos é um dos traços da tradição de Aby Warburg e de estudiosos a ele relacionados. O núcleo do projeto iconológico trata as imagens como ponto de cruzamento de demandas culturais amplas nas obras de Yates e Garin. Este núcleo é a base de uma proposta iconológica tal como pensada por Mitchell: um projeto de investigação cultural que toma a imagem como questão, objeto textual-visual construído no cruzamento cultural.

#### **Referências bibliográficas:**

ALCIDES, Sergio. Sob o signo da iconologia: uma exploração do livro Saturno e a Melancolia de R. Klibansky, E. Panofsky e F. Saxl. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 131-173.

AUMONT, Jacques. *O Olhar Interminável: cinema e pintura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

BREDEKAMP, Horst. A neglected tradition? Art History as Bildwissenschaft. *Critical Inquiry*, n. 3, v. 29, spring 2003, p. 418-428.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Anti el Tiempo: historia del arte y anacronismo de las imágenes*. 2 ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2008.

GARIN, Eugenio. *Idade Média e Renascimento*. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

\_\_\_\_\_. O filósofo e o mago. In: GARIN, Eugenio (org.). *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editora Presença, 1991, pp. 121-144.

\_\_\_\_\_. *O Zodíaco da Vida: a polêmica sobre a astrologia entre os séculos XIV-XVI*. Lisboa: Editora Estampa, 1987.

KLIBANSKI, Raymond; PANOFSKY, Erwin; SAXL, Fritz. *Saturno y la Melancolia: estúdios de historia de la filosofia de la naturaleza, la religion y el arte*. Madrid: Alizanda Editorial, 2012.

ROIS, John Michael. *Ars Memoriae, philosophy and culture: Frances Yates and after*. In: MAGEE, Glenn A.. *Philosophy and Culture: essays in honor of Donald Phillip Verese*. Charlottesville: Philosophy Documentation Center, 2002, p. 149-162. Disponível em: <http://www.pdcnet.org/pages/Products/electronic/pdf/krois.pdf>. Acesso 15/07/2012.

MITCHELL, W.J.T. *Teoría de la Imagen*. Madrid: Akal, 2009.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

STUCKRAD, Kocku Von. *História da Astrologia: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: editora Globo, 2007.

WARBURG, Aby. *El Renacimiento del Paganismo: aportaciones a la historia cultural del Renacimiento europeo*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

YATES, Frances. *A Arte da Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*. São Paulo: Cultrix, 1987.

---

## CARAVAGGIO E AS DUAS VERSÕES DE “SÃO MATEUS E O ANJO” (1601-1602): ANÁLISE HISTÓRICO-ARTÍSTICA DA PINTURA

Rodrigo Henrique Araújo da Costa\*

Trataremos neste artigo sobre as duas *representações* do *São Mateus e o Anjo* pintadas por Michelangelo Merisi da Caravaggio (1571-1610) entre os anos de 1601 e 1602.<sup>1</sup> Caravaggio foi um pintor italiano muito atuante em Roma entre 1593 e 1610, e produziu em suas pinturas aquilo que hoje considera-se como a expressão máxima do Barroco, da estética do *chiaroscuro* e da perspectiva como foco de luz.

Sobre as duas versões do *São Mateus e o Anjo*, sabemos que a primeira não foi benquista pela Igreja e não estava em conformidade com a encomenda solicitada ao pintor. Esta versão foi destruída durante a Segunda Guerra Mundial em Berlim, restando apenas uma fotografia em preto e branco. Foi solicitada a Caravaggio uma segunda versão que estava de acordo com a encomenda e mantém-se até hoje preservada na Capela Contarelli, na Igreja de São Luís dos Franceses, próximo à Piazza Navona, em Roma. O que nos intriga é entender como um artista, no início do século XVII, pintou, sequencialmente, um mesmo tema em duas abordagens diferentes entre si.

Pensamos o ponto de vista crítico de alguns historiadores da arte que relegam ao segundo plano descrições de pinturas, por considerarem crucial, *a priori*, a *recepção* da obra (COLI, 1995). No entanto, consideramos partir da identificação dos componentes e elementos das duas pinturas ao reagrupamento destes elementos rumo ao sentido simbólico obtido em sua totalidade enquanto tela, segundo os métodos propostos por Ginzburg, Panofsky e Durand.

Assim, pretendemos pormenorizar elementos, signos, abordagens, motivos e características estéticas e alegóricas, captando indícios que estão localizados no entorno aos motivos centrais; compreendendo a habitação dos dois cenários em que estão presentes o apóstolo Mateus e o ajudante angelical, ou seja, cada objeto, cada gesto, cada corpo e seus melindres. Que o leitor possa ter uma visão de como se pode trabalhar

---

\* Mestrando em História pelo PPGH/UFPB. Bolsista CNPq.

<sup>1</sup> Este artigo faz parte da pesquisa para dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, UFPB.

metodologicamente com as pinturas, mais precisamente com as da História Moderna, em início do século XVII. Abaixo, as pinturas estudadas neste artigo.

### SÃO MATEUS E O ANJO I



Michelangelo Merisi da Caravaggio (1571-1610)  
*São Mateus e o Anjo I*, 1601-1602, óleo sobre tela,  
295 cm X 195 cm. Fotografia.  
Antes no Kaiser Friedrich Museum, Berlim,  
Alemanha, destruído num dos bombardeios aliados  
sobre a cidade, em maio de 1945.

## SÃO MATEUS E O ANJO II



Michelangelo Merisi da Caravaggio (1571-1610)  
*São Mateus e o Anjo II*, 1602, óleo sobre tela,  
292 X 186cm.  
Capela Contarelli, Igreja de San Luigi dei Francesi,  
Roma, Itália.

Nosso trabalho historiográfico opera sobre o cenário em que pintava Caravaggio, seu *set* de pintura ou atelier, e o cenário maior onde esse atelier encontrava-se circunscrito, em meio a relações de poder, a cisões e divisões sociais da Roma tridentina, a pressões exercidas sobre o artista e suas margens de embate, bem como o movimento que Caravaggio realizava para manter-se independente como pintor, e, em mesmo sentido para a ideia dos cenários, a Reforma, o Barroco e a desmitologização também estavam presentes dentro do atelier e para além dele.

O esmiuçamento de detalhes adveio da metodologia de Morelli, método este abordado por Carlo Ginzburg no artigo “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (1989). Segundo Ginzburg, esse método de analisar obras de arte foi trazido pelo italiano Giovanni Morelli, na segunda metade do século XIX, que percebia e catalogava as minúcias das telas e de seus respectivos pintores, identificando e examinando os pormenores mais negligenciáveis, como formato das orelhas, narizes, as cores, a luminosidade, os veios deixados na tinta pelos pincéis, etc.

Para Ginzburg “[...] esses dados marginais, para [Giovanni] Morelli, eram reveladores porque constituíam os momentos em que o controle do artista, ligado à tradição cultural, distendia-se para dar lugar a traços puramente individuais. [...] pistas infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (1989, p. 150). Ginzburg revela que, muito antes da psicanálise, o jovem Sigmund Freud escreveu elogios sobre a metodologia de Morelli em analisar obras de arte. Freud percebeu nos ensaios de Morelli um “algo a mais” imprescindível na interpretação de “elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou ‘refugos’ da nossa observação”, e indicou “a proposta de um método interpretativo centrado sobre o resíduo, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (1989, p. 149).

Trabalhamos aqui em convergência metodológica ao “Paradigma Indiciário” com a aplicação dos métodos de Panofsky: o pré-iconográfico, o iconográfico e o iconológico. Perante uma obra de arte a iconografia trata sobre o tema ou mensagem em contraposição à sua forma, sendo assim, o significado de natureza elementar e facilmente compreensível é o significado fatural, que pode ser interpretado como a primeira reação que os objetos e fatos de uma obra de arte produzem em nós.

Percebemos que a experiência prática, adquirida com a *familiaridade cotidiana* com os componentes de uma obra de arte, leva à identificação do tema de uma pintura, e, somado isso, a um significado mais profundo pelas *nuanças psicológicas dos gestos* que compõem esta pintura, um significado expressional, chegaremos ao que Erwin Panofsky chamou de classe dos significados primários ou análise pré-iconográfica, alcançado *pela identificação das formas puras do mundo dos motivos artísticos*, ou seja, “os objeto e eventos, [...] representação por linhas, cores e volumes” (2002, p. 55). Para Panofsky, a análise pré-iconográfica prescinde de se saber o lócus histórico de uma obra de arte, algo que se assemelha com uma carga simbólica existente em nós antes da tomada de consciência sobre uma pintura.

Para o *São Mateus e o Anjo I*, a análise pré-iconográfica seria: uma jovem andrógina com asas, toma a mão de um homem humilde, calvo e de pés descalços. O significado expressional é: a jovem andrógina é cuidadosa e o homem se esforça; eles estão próximos. O homem velho senta-se numa cadeira e está de pernas cruzadas; ele consegue escrever algumas linhas. Nota-se que o Anjo, ainda identificado como tal, é



expressão simultânea do masculino com o feminino em completo androginismo. Para o *São Mateus e o Anjo II*, a análise pré-iconográfica seria: um menino com asas e longos tecidos enrolados no seu corpo dita palavras para um homem. O significado expressional é: o menino com asas gesticula com a mão e o homem está atento; eles estão separados. O homem tem uma auréola sobre a cabeça e senta-se em uma mesa apoiado em um banco em falso. A simbologia angelical identifica-se com o masculino.

Panofsky prossegue dizendo que uma análise que se estenda para além da familiaridade com objetos e fatos e que adentre os costumes e tradições culturais é o *significado secundário ou convencional*, ou seja, é um significado *inteligível* que foi *conscientemente* atribuído por uma personalidade, “implicando a intenção consciente do artista” (2002, p. 52).

Esta interpretação de uma imagem visual é dada quando o observador [interpreta-a] no contexto de novas informações gerais quanto à [...] época, nacionalidade, classe social, tradições intelectuais e assim por diante” (2002, p. 49). Ou seja, segundo Panofsky, é a junção dos motivos artísticos com os assuntos e conceitos que geram uma combinação de imagens, que nos faz identificar personagens, figuras, datações, estórias e alegorias, no que Panofsky chamou de análise iconográfica. É sabido que, as duas imagens estudadas neste presente trabalho foram, segundo as fontes, produzidas nos anos de 1601 e 1602.

Panofsky deixa evidente que a análise iconográfica “supõe uma familiaridade com temas específicos ou conceitos, tal como são transmitidos em fontes (...)” (2002, p. 58). É o caso da familiaridade com os conteúdos cristãos que a nós ocidentais fora transmitido (e muitas vezes imposto) desde nosso nascimento. Desta feita, o conhecimento sobre a vida do Cristo nos deixa mais íntimos sobre as duas versões do *São Mateus e o Anjo*. Aplicando ao nosso estudo a análise iconográfica, desenvolvemos que em *São Mateus e o Anjo I e II*: a jovem andrógina e o menino por terem traços e elementos angelicais são anjos; o homem humilde em *São Mateus e o Anjo I* é retratado com simplicidade, nos levando a crer que se trata de um camponês ou um homem do povo; o homem em *São Mateus e o Anjo II* tem uma auréola e usa uma vestimenta incrementada, este homem é um Santo, um Mártir da Igreja Católica.

Teremos para o *São Mateus e o Anjo I*, segundo a significação iconográfica: um anjo delicado ajuda um homem simples a escrever; o homem aparenta ser um camponês e se esforça em aprender a lição do anjo. O anjo toca na mão do homem. O homem escreve algumas linhas em hebraico. Pelo título da tela, local de destinação e contrato para produção da pintura o São Mateus não foi pintado como requeria-se.

Para *São Mateus e o Anjo II*, analisamos: um anjo profere palavras para um homem que as interpreta e transfere para o papel a história ditada; o homem é portador de uma auréola e usa uma roupa bem elaborada, este homem é um Santo. Pelo título da tela, local de destinação e contrato para produção da pintura o São Mateus e o anjo foi pintado como requerido, entretanto, percebemos uma relação Anjo-Santo completamente diferente da pintura anterior, a que foi rechaçada pela Igreja.

Partimos para um terceiro significado denominado *intrínseco ou conteúdo*, que é *essencial*, tratando-se da *interpretação iconológica*. Segundo Erwin Panofsky, a interpretação iconológica é “um princípio unificador que sublinha e explica os acontecimentos visíveis e sua significação inteligível e que determina até mesmo a forma sob a qual o acontecimento visível se manifesta” (2002, p. 50).

Sendo assim, a interpretação iconológica compreende uma obra de arte como um documento. Estamos diante de dois documentos distintos, sendo cada um destes documentos um registro da Cultura Histórica Barroca, um produto artístico advindo de uma anterior Cultura Artística, um documento da personalidade de Caravaggio, um registro documental sobre as relações de poderes inerentes no contrato para produções de imagens, um retrato sobre o *tempo Barroco* em início do século XVII, especificamente, sobre a Igreja Católica e a sociedade romana nos anos de 1601 e 1602.

Para Panofsky, a interpretação iconológica “[trata] a obra de arte como um sintoma de algo mais que se expressa numa variedade incontável de outros sintomas e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como evidência mais particularizada desse ‘algo mais’ ” (2002, p. 53). Tanto Panofsky como Ginzburg referem-se a um olhar de diagnóstico sobre os signos e indícios. Essa ideia aproxima este estudo da Teoria do Imaginário de Gilbert Durand, precisamente quando Panofsky trata sobre um ‘algo a mais’.

É a interpretação iconológica que busca esse “mais além” em uma obra de arte, propondo “investigar a gênese e significação dessa evidência: a interação entre os diversos “tipos”; a influência das idéias filosóficas, teológicas e políticas; os propósitos e inclinações individuais dos artistas e patronos; a correlação entre os conceitos inteligíveis e a forma visível que assume em cada caso específico” (2002, p. 53).

Segundo Panofsky, para que a percepção desse conteúdo venha a ser articulada e comunicável, o conteúdo intrínseco deve se tornar explícito: “com base no que pensa ser o significado intrínseco de tanto outros documentos da civilização historicamente relacionados (...): de documentos que testemunhem as tendências políticas, poéticas, religiosas, filosóficas e sociais da personalidade, período ou país sob investigação” (2002, p. 63). Aplicando para as telas estudadas a *interpretação iconológica*, teremos:

Para o *São Mateus e o Anjo I e II*, Caravaggio deveria pintar conforme uma encomenda contratual colocada pela Igreja Católica em nome dos cardeais da Igreja de São Luís dos Franceses, em Roma. Esta pintura estaria no contexto da Capela Contarelli, que aborda a vida de São Mateus e seria produzida inerentemente com outras duas pinturas do próprio Caravaggio, *O martírio de São Mateus* e *A vocação de São Mateus*. Na primeira versão, o São Mateus foi retratado como uma figura do povo e iletrado, diferindo drasticamente do que fora proposto no contrato pela Igreja.

Na segunda versão, Caravaggio retratou o Santo como um sábio e estudioso. O anjo em *São Mateus e o Anjo I* é mais feminino, pelos traços do rosto, sobrancelhas, nariz e boca entreaberta e a sutileza dos braços. Enquanto o anjo em *São Mateus e o Anjo II* é mais masculino, caracteres musculares dos braços, ombro e busto mais volumosos. Estas figuras angélicas trazem à escrita do São Mateus uma maior legitimidade e fidedignidade ao que realmente tenha ocorrido na vida e morte de Jesus.

Quanto às vestimentas do Mateus I, o apóstolo traja uma túnica simples, escura e de mangas curtas, que deixam suas pernas musculosas, os joelhos, pés e braços à mostra; ele não veste um manto. Já em *São Mateus e o Anjo II*, o apóstolo veste uma túnica alaranjada e longa, com uma gola recortada e ainda está enrolado num manto avermelhado. Perante os estudos de Paul Veyne, revelam-se nesta descrição os símbolos de dominação e de poder presentes numa Igreja Católica de palácios luxuosos.

Percrasta-se sobre a segunda versão se Caravaggio teria criado o oposto da primeira versão, numa aberrante oposição claramente barroca, o que suscitaria indagarmos um desejo de ruptura da ordem da encomenda também em *São Mateus e o Anjo II*, e não somente em *São Mateus e o Anjo I*. Robb justifica que “[...] o que estava ausente na segunda versão evidenciou o que havia lhe magoado com a primeira” (tradução livre; 2005, p. 206). Há uma seriedade silenciosa e austera na segunda versão, diferente da primeira versão, mais terna e próxima de uma cena da vida real. Destas análises sobressaem uma Igreja pós reforma e pós renascimento. Esta Igreja necessitava de um Mateus ao mesmo tempo mais pobre e mais culto, que respondesse às críticas do século XVI de que a Igreja enriquecera enormemente. Assim, a questão do que e de como a Igreja deveria transparecer à sociedade está imantanda na análise que neste escrito se realiza.

É premente saber que se a primeira versão foi considerada indecente, e “[Caravaggio] respondeu aos críticos do clero católico invertendo a relação entre Mateus e o Anjo” (tradução livre; 2005, p. 207), não é com ingenuidade que ele contrapôs na segunda versão a perspectiva do observador, a relação entre os dois personagens retratados e a disposição das figuras na tela. Schütze diz que, “[...] [a primeira versão] realça o *humilitas* do evangelista (...). [já na segunda versão] Mateus recuperou a sua dignidade de *mártir* muito venerado e autor de um Evangelho” (2010, p. 112) [grifos meus]. Dignidade nobiliárquica, ao mesmo tempo em que deveria ostentar uma dignidade oposta, ou seja, dignidade da humildade, da vida interior.

Fica claro uma mudança de status da personalidade pintada e a agilidade com que Caravaggio recriou um outro motivo na segunda versão, como diz Schütze, “A análise comparativa da primeira e da segunda versões [...] para a Capela Contarelli demonstra [...] a capacidade de Caravaggio para repensar radicalmente as suas invenções pictóricas num muito curto espaço de tempo” (2010, p. 112).

## **CARAVAGGIO E A EXPRESSÃO DO SÃO MATEUS E O ANJO: O CONCEITO DE SCÈME**

Para esta parte do trabalho, utilizamos como base o artigo de Ana Paula Cavalcanti, *Dominando os conceitos básicos da Teoria das estruturas antropológicas do imaginário de Gilbert Durand*. O conceito de *schème* de Gilbert Durand nos faz perceber a intenção da expressão artística que Caravaggio teve ao imaginar a cena do apóstolo Mateus ao escrever o Evangelho sendo inspirado por um anjo. Segundo Durand, através do texto de Cavalcanti (2011, p. 10), os *Schème* seriam a junção da intenção gestualística com as representações simbólicas, responsáveis pelas imagens de caráter coletivo.

Sendo assim, os *schème* aproximam-se como ramificação daquilo que entendemos como Cultura Artística, sendo esta muito relacionada às imagens inconscientes e conscientes naturalmente imantadas na bagagem de experiências imagéticas que um artista carrega antes mesmo de expressar sua arte. O *schème* tem uma fundamental e estreita relação com as emoções e com as sensações de um indivíduo, evocando uma imagem coletiva já arraigada na Cultura Artística até aquele momento. Há uma intencionalidade objetiva e subjetiva trazida pela formação que o artista recebera e uma intenção particular de Caravaggio para deliberar a ação de sua emoção.

Citando Durand, Cavalcanti nos diz que as imagens, entre outras coisas, doam sentido às experiências das pessoas, ou seja, as imagens falam sobre nossas experiências. Com esta premissa, podemos nos questionar: como Caravaggio imaginou a *Inspiração de São Mateus* antes de expressá-la? Ora, para Durand, entender como a imaginação acontece trata-se do “Imaginário” (2011, P. 11).

Logo, para pensarmos o Imaginário implícito nos reflexos originários da expressão artística de Caravaggio quanto às duas telas, consideramos importante tomar de Gilbert Durand as divisões de *Schème*, quais sejam: *Schème* da verticalização ascendente ou *Schème* da divisão, *Schème* da deglutição e *Schème* da copulação. Ressalvamos que o Imaginário não é obrigatoriamente espiritual, religioso, por isso, a análise de Durand para este trabalho tenta ir além, como forma de dar expansão a este estudo para as análises realizadas anteriormente, notadamente a indiciária de Ginzburg e iconográfica/iconológica de Panofsky.

Para o schème de verticalização ascendente ou Schème da divisão, considerando a necessidade de nós humanos “[organizarmos] (simbolicamente) o mundo espiritual como para cima, elevado, situado no alto – e, portanto, superior, melhor. O que está abaixo dos pés ou da vista, em contrapartida, será inferior, subjugado, rebaixado [...]” (2011, p. 12), nos faz compreender que o que é divino vem do alto, como o Anjo II, que mesmo sobressaindo em penumbra mantém-se ascendente e glorioso. O mesmo ocorre para o Anjo I, um pouco mais alto e posto ao lado de Mateus, e, mesmo assim, destaca-se pela luminosidade em todo o seu corpo, revelando sua estirpe divina.

Em contraste a isto, o olhar do observador, de baixo para cima, encontra, primeiramente, no Mateus I, suas pernas cruzadas e seus pés calejados e, no Mateus II, de maneira mais sutil, o olhar do espectador eleva-se das pernas e pés à mostra do apóstolo equilibrando-se de modo despojado num banco preste a tombar em sentido ao Anjo no topo. Particularmente, nas duas versões da *Inspiração*, Caravaggio segue com nitidez o desejo de equilibrar os opostos: do lado esquerdo, o terreno e mundano Mateus, ainda aspirante ao Reino dos Céus; e do lado direito, a figura angelical e transcendente, o Enviado de Deus à Terra. Existe uma coerência tanto na simbiose de Mateus e o Anjo I como na separação de São Mateus e o Anjo II, ou seja, a presença dos dois corpos, unidos em I e separados em II, revela não somente um domínio técnico do artista em ocupar o espaço da tela, mas também sua sensibilidade em equilibrar antagonismos, ou seja, peças pictóricas díspares.

No Schème da deglutição, como sendo aquilo que “sinaliza para a descida das coisas do mundo e dos fatos em torno: descida interior, aprofundamento do conhecimento. Aconchego, intimidade. O Schème da deglutição desperta imagens maternas, de proteção, consolo, aceitação, transmutação e magia” (2011, p. 13). O reflexo da expressão artística de Caravaggio ganha uma profundidade velada, como algo que precisa ser revelado. A deglutição dá-se na penumbra.

No primeiro quadro, a penumbra revela, na claridade da cena, um Mateus envolvido pela compaixão e paciência do Anjo. Tanto o Anjo como o Santo rememoram e revivem a experiência dos dias em que “o Verbo se fez Carne”. O produto desse mister são as palavras, o Logos, escrito letra por letra em hebraico, num livro apoiado às pernas de Mateus. Na segunda versão, não obstante o distanciamento entre

os personagens sacros, a penumbra necessária à deglutição cria uma atmosfera de complacência de Mateus ao objetivo da escrita do Evangelho. O ambiente é propício para a acolhida do sublime mistério do Evangelho, criando uma sincronia entre apóstolo e anjo, marcada pela tensão da responsabilidade.

No Schème da copulação, percebemos o ritmo, o movimento, a contínua interação entre os personagens das duas telas. Como nos diz Ana Paula Cavalcanti, o schème da copulação “são os ciclos, os fenômenos que se repetem, e pedem atitudes condizentes. O controle se manifesta na repetição, na possibilidade de predizer o rumo dos fatos, que retornam ao seu ponto de origem. Correlaciona-se com o meio ambiente e social dos indivíduos, e por isso sua expressão varia em cada cultura” (2011, p. 14).

É evidente que a introdução do “movimento” na Cultura Artística ganhou notoriedade desde os primórdios do Renascimento, não somente nas artes como nas ciências. No entanto, na expressão e estética barrocas de Caravaggio esse movimento é pictórico, é um movimento do que está parado na tela e, além de racionalizado tecnicamente como no Renascimento, ganha emoção extrema e responde ao espectador com um produto dramático, *parado, porém, se move!*

Emoção e sentimentos tão vívidos como os modelos utilizados para a pintura, tão reais quanto um corpo visto a olho nu, com suas imperfeições, sua dor e sofrimento, graça e sutileza. Tanto na versão I como na II, o schème da cópula é expressa por Caravaggio como reflexo fundamental, afinal, existe uma tratado entre Mateus e o Anjo, uma ética de trabalho conjunto, atendendo à hierarquia celestial, mas com respeito à interação que se fazia necessária, um relacionamento.

Diante do exposto, embora parados, os personagens não estão fixos, dinamizam-se um com o outro e com o espectador. É de se esperar que a qualquer momento esses personagens se mexam, movimentem seus corpos, testa, boca, cabeça, braços e pernas, que Mateus em júbilo comece a escrever rapidamente e o Anjo a balbuciar louvores e hosanas, que o cenário se encha de brumas num instante e venha a clarear depois, em esplendor e luminosidade. Entretanto, isso não irá acontecer. Estamos diante de uma pintura, desta forma, a cena permanece a mesma, intacta, muito embora eternamente em movimento: Mateus sempre a escrever e o Anjo sempre a inspirar.

## REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Ana Paula. *Dominando os conceitos básicos da Teoria das estruturas antropológicas do imaginário de Gilbert Durand*. In.: *O que se pode ver nas religiões: textos do Videlicet* / Carlos André Cavalcanti, Ana Paula Cavalcanti (organizadores). – João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2011.
- COLI, Jorge. *O que é Arte*. 15. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a [1986].
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002 [1955].
- RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- ROBB, Peter. *M: el enigma de Caravaggio*. Traducción de Stella Mastrangelo. Barcelona: Alba Editorial, 2005 [1998].
- SCHÜTZE, Sebastian. *Caravaggio: as obras completas*. Tradução de Casa das Línguas Ltd. Köln: Taschen, 2010.
- VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo Se Tornou Cristão: (312 – 394)*, Tradução de Marcos de Castro. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



## A ARTE NO LABORATÓRIO DAS IDÉIAS

Paula Ferrari\*

Manoel de Araújo Porto-alegre (1806-1879) é conhecido nos estudos dedicados as artes e literatura no Brasil do século XIX. Teve uma trajetória atuante na Academia Imperial de Belas Artes, onde iniciou como aluno em 1826 e saiu como diretor em 1857; foi um dos editores da *Nitheroy*, *Revista Brasiliense*. *Sciencias*, *Letra*, e *Artes*, um pioneiro da história da arte escrevendo textos para periódicos e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Pertenceu a uma geração que buscou em sua juventude viajar à Europa para complementar, quando não realizar totalmente, os estudos, o que gerou uma fama pejorativa de copistas, imitadores, também assim foi entendido o ensino aos moldes acadêmicos da Academia Imperial de Belas Artes. Interpretação que tem sido revisada com novas pesquisas apontando que embora tenham construído uma cultura baseada em empréstimos constantes, a apropriação nem sempre aconteceu passivamente, e sim muitas vezes adaptando e redefinindo teorias e suas aplicações de acordo com os debates e necessidades brasileiras.

Particularmente neste artista que refletiu e atuou sobre a necessidade de uma arte brasileira, vivendo intensamente o projeto de identidade nacional do recém-nascido brasileiro, este tema merece um tratamento cuidadoso e desvenda os conflitos entre querer pertencer a uma tradição letrada e construir uma nova civilização nos trópicos com peculiaridades respeitáveis.

Procurou ao longo de sua vida demonstrar a importância das artes em várias esferas, abarcando o seu lugar cultural, político, social e econômico. Envolvido com os projetos de construção da Nação, considerava a Arte como potência histórica fundamental para a civilização.

Araújo Porto-alegre defendia incessantemente a ampliação e valorização do lugar das artes na sociedade oitocentista. A partir deste eixo escreveu uma história da arte peculiar, por um lado amparada na vasta erudição adquirida dentro da tradição artística da Academia

---

\* IAD/UFJF

Imperial de Belas Artes, por outro inserindo estes pensamentos dentro dos questionamentos decorrentes do contexto social e cultural brasileiro.

Seu mestre, Jean Baptiste Debret, deixou registrado o seu desejo e recomendação para que o pupilo se tornasse o historiógrafo das artes brasileiras, e o próprio Porto-alegre defendia a necessidade de um Vasari brasileiro, mérito que buscou alcançar ao longo de toda a sua vida, mesmo quando já distante do Brasil em carreira diplomática na Europa.

Partidário da dualidade do mundo dos desejos e instintos versus o mundo do conhecimento racional e liberdade, considerava que a arte tinha a missão de conciliar a razão e sensibilidade, as inclinações naturais e o dever moral, enfatizando a arte como pertencente ao mundo do Espírito, reveladora da essência da Natureza. Dentro da sua concepção o mundo material é o mundo da transitoriedade e, o conhecimento, assim como o Belo, pertence às regiões do Gênio. Por outro lado, o desenvolvimento de cada nação possui um caráter próprio e precisa de uma “temperatura adequada” para usufruir deste tesouro. Isto é, para desenvolver-se, a Nação, como parte da humanidade, pode e deve apoderar-se dessa herança, mas primeiro precisa estar ciente das necessidades, obstáculos morais e materiais do seu próprio estágio, e para isso não pode limitar-se a uma imitação mecânica, considerando muito diferente da apropriação consciente, que incorpora de forma criativa conhecimentos úteis desenvolvidos por outros ao seu projeto.

É uma forma de pensar que pode ser encontrada em Winckelmann, na sua busca de uma forma de ser grego e não na pura imitação das formas gregas. A apropriação de uma antiga solução formal em novas obras também era bem aceita na pintura histórica. A utilização da erudição como instrumento de legitimação e a aceitação do conceito de *mimeses*, nos levou a considerar que o problema de uma identidade nacional ou originalidade não residisse como essencial em incorporar ou não, elementos estrangeiros, mas sim, na consciência de como essa apropriação é feita e aplicada, dentro de um modelo cartesiano. Trata-se de tornar-se um sujeito cognoscente, conhecedor de si e do mundo exterior, a formação de uma forma de pensar própria. Porto-alegre afirmava que bastava ao ensino do homem bastavam a geometria, a gramática e o desenho; conhecimentos ordenadores do mundo e que possibilitavam a comunicação entre contemporâneos e entre gerações longínquas, assim como entre nacionais e estrangeiros. No diálogo Fedro, Platão dizia que a

linguagem é um *phármakon*. A definição é apropriada para o sentido que Porto-alegre confere ao poder da comunicação veiculada através dos mais variados tipos de linguagens.

A linguagem pode ser um medicamento ou veneno, pois através da comunicação conseguimos descobrir nossa ignorância e aprender com outros, mas pode facilmente converter-se em veneno quando seduzidos pelas palavras, aceitamos o que vimos ou lemos sem indagar se tais palavras são falsas ou verdadeiras. O brasileiro conhecendo mais o estrangeiro que a si mesmo é como o escravo de Descartes, que dormindo um sonho apazível não distingue o falso do verdadeiro, transformando o conhecimento adquirido dos outros em veneno.

Mas, se por um lado o conhecimento é Universal, a sua aplicação parece não ser o mesmo caso. Porto-alegre chama a França de “o estômago do mundo intelectual”, e o Brasil de “esponja” distinguindo a forma de apropriação que cada um faz da produção alheia:

Aquella decadencia do homem illustrado pela revelação, e que Schelegel parece entrever nos longes do futuro humanitario ainda não tocou o ponto regenerador na nossa sociedade: somos esponjas e não temos estomago, bebemos ideias e não as degerimos convenientemente, somos eruditos e não somos pensadores.

Transferindo os argumentos da história natural para a cultura, torna o conceito civilização opositor a culturas primitivas dos povos sem história, mas também o desejável entendimento do homem que cultiva o desenvolvimento do seu saber. Chave incômoda se levarmos em conta que foi o primeiro a pesquisar e notabilizar os artistas da colônia, em sua maioria negros e pardos, muitas vezes escravos. Mas considerando-se estômago e não esponja, Porto-alegre encontrou duas formas para incorporar as tradições destes artistas. Rebateu teorias raciais que desqualificavam mestiços e negros em voga nos estudos criminais da Europa, resgatando e dignificando o caráter destes artistas.

A segunda forma foi historicizar a nossa trajetória e a produção artística, buscando as causas do estágio em que a arte se encontrava no seu momento. A base do seu pensamento foi

em entender os objetos materiais, em particular a arte, como um documento onde soma-se todos os elementos capitais que uma sociedade possui para desenvolver-se: material, tecnologia, ciência, moral, religião, gosto, capital econômico e cultural.

No laboratório perpetuo das idéas, n'esse oceano de civilização, as tempestades intellectuaes se manifestam com a mesma variedade, e com a mesma força como no mundo material: elementos heterogeneos se debatem, o embrião de uma nova fôrma representado por uma nova idéa apparece, lucha e se engrandece, produz uma revolução, que regenera o povo, e lhe abre as portas de um futuro brilhante.

Esta revolução se assemelha às enchentes do Nilo, que, depois de alagarem o paiz, desaparecem, deixando a fertilidade no solo, e a abundancia na colheita: outras vezes, porém, a nova idéa é como a peste, que contaminando-se rapidamente, corrompe a sociedade, e prepara-lhe esse futuro de decadencia, que risca o nome de um povo da lista das nações.

Seria um absurdo, uma anomalia na orbita do espirito humano, a formação de um imperio, a organização de uma nova sociedade feita por um rasgo de pessoa do legislador, pela coragem brutal, ou pela vontade de um principe; e o continuar aquella obra independente da concurrencia dos elementos proprios para seu prosseguimento: ella seria um monumento sem base, uma arte sem principios, ou uma religião sem crença, e daria em resultado o Imperio de Alexandre. ( PORTO-ALEGRE:1855)

Acadêmico e em busca do estímulo a fomentação de uma arte nacional, percebia que a transmissão do conhecimento artístico poderia ser adquirida de várias formas, estabelecendo pontos positivos e negativos em relação aos contatos entre civilizações distintas, refletindo o momento crucial do questionamento da nossa fundação portuguesa e das constantes importações do saber europeu. Em seus textos ele trabalha com formas de comunicação que possibilitam a realização de trocas culturais entre o passado e presente ou povos distintos, permitindo que o conhecimento desenvolvido em uma região possa ser agregado à marcha da humanidade, como por exemplo: desenho, comércio, livros e impressos, viagens, monumentos.

Nesta orientação a herança portuguesa era bem vinda, note-se que a arte colonial que ele elege é a arte das igrejas barrocas e maneiristas, sem jamais falar da herança africana ou indígena. Mas embora ainda dominados por vários elementos portugueses, não éramos mais portugueses, algo se elaborava e era necessário descobrir-se, entender-se. Deseja-se o mundo da Perfeição Divina, Eterno, Imutável, mas no mundo da manifestação, a medida é o homem, às vezes sublime muitas vezes limitado.

A sua formação neoclássica obrigatoriamente nos remete a pensar como as teorias de dentro da academia transbordaram para uma abordagem do mundo muito além do que comumente pensamos na atualidade como um campo artístico. Segundo Panofsky, a teoria neoclássica de *Idea* já havia incorporado a necessidade de uma argumentação histórica e filosófica e “tenta conciliar diretamente o sujeito e o objeto, o espírito e a natureza, e pretende revalorizar a faculdade humana de conhecer.[...] sustenta que a a idéia é uma intuição da natureza, “purificada por nosso espírito”.” (PANOFSKY, 1994: 105).

O termo comércio para Porto-alegre abarca o sentido de vias de comunicação, seja o trânsito de pessoas, objetos ou idéias, vejamos o caso dentro do texto da *Iconographia Brasileira*:

O nosso governo que faz hoje tão grandes e justos sacrificios pecuniarios para a facil locomoção do individuo, e permutação dos generos commerciaes, deveria acompanhar este pensamento com os outros meios auxiliares para um mais rapido commercio das idéas nacionaes, as quaes se tornam mais fecundas e proficuas quando são elaboradas no proprio solo. Bons livros, bons mestres.

O comércio é uma atividade observada por Porto-alegre muito além das questões econômicas implicadas. No trânsito humano que ele estabelece, junto com a busca dos objetos desejados, ele possibilita um diálogo cultural entre os povos. Trabalhando com uma compreensão em dois planos da História, um idealista e outro empírico, o desenvolvimento do saber é tomado como esfera superior pertencente a marcha da humanidade, portanto linearmente progressivo. Na *Iconografia Braziliense* afirmou que “[...] a humanidade é uma

cadêa de idéas, cujos elos estão na memoria sucessiva do homem”(PORTO-ALEGRE, 1856), ou seja o mundo ideal só faz sentido e só pode ser apreendido através da experiência humana no mundo. O ponto de contato entre os povos estabelecido pela atividade comercial impede que o conhecimento desenvolvido por uma sociedade se perca totalmente caso ela venha a decair ou extinguir-se uma vez que o conhecimento pode migrar através dos viajantes e dos artefatos, ou outras formas que sirvam de suporte para o registro desses saberes.

O comércio também parece responder, pelo menos em parte, pela manifestação do Espírito de época. Uma nação captando primeiro que outras as novas idéias acaba por difundi-las através dessa rede de sociabilidade formada pela atividade comercial.

O sentido de progresso foi importante para que Porto-alegre transformasse a arte numa potência histórica, entendendo que o desenvolvimento de uma nação - e do homem - é um constante lapidar moral e material, saindo do estado de natureza e caminhando progressivamente para a Perfeição. Nesta marcha os elementos ditos civilizatórios são incorporados e aperfeiçoados e os elementos de barbárie sendo abandonados, impelidos constantemente pelo antagonismo entre o mundo material e espiritual. A história deveria avaliar o desenvolvimento desses elementos, captando as causas de uma indevida paralisia ou do bom andamento para que as devidas ações sejam aplicadas. Embora sempre se esquive de quais são estes elementos dizendo que são inumeráveis, foi possível traçar pelo menos alguns dessa complexa engrenagem social que ele propõe: a religião, as leis, o governo, a ciência, os costumes, a linguagem, indústria, arte, comércio. A arte e as ciências seriam o último patamar, o momento em que o acúmulo de conhecimento impulsiona a criatividade, o pensar criticamente.

No teatro das produções do genero humano, as bellas artes, que começam sempre com a religião, são as ultimas que vem sentar-se nos seus bancos a par das sciencias; ellas apparecem ataviadas de toda a sua pompa, e impregnadas das idéas dominantes, como ultima expressão da mente contemporanea. São mais um thermometro sensível para o philosopho, porque marcam o pensamento da época, e o contacto mais ou menos intimo com a civilisação d'esta ou d'aquella nação .

A archeologia tem, n'esta parte trilhado uma vereda tão segura, que, em despeito a tradições erroneas, póde pelos vestigios de um templo, pelos restos de seus muros, pela sua ordenação, pelos fragmentos de sua architectura, pela execução de suas partes, pela expressão symbolica de suas esculpturas por uma medalha, por um sarcophago, por uma encaustica, e por um fresco de muro, ou de soffito, faser uma combinação engenhosa, uma comparação com os factos precedentes, que apresenta em resultado a verificação de uma época, e uma correcção na historia.

Descartes foi o creador d'esta nova sciencia, quando disse, que o motor principal dos progressos do espirito humano não éra sómente a tradição, mas sim a analyse.

Não menos importante para entender o papel atribuído ao comércio e ao desenvolvimento do pensamento crítico é o caso das obras encomendadas ao estrangeiro mais qualificado. Para ele isso significa que já se possui uma análise mínima da sua própria carência, que é sanada momentaneamente com a procura de materiais e profissionais qualificados para executar a obra em bons termos, é como um começo de despertar, um reconhecimento do estado em que se encontra, necessário para que as melhorias aconteçam.

A passagem de Porto-alegre pelo Instituto histórico de Paris ampliou o campo dos estudos históricos sobre arte para além das tradições existentes do ensino artístico. A sua reflexão sobre os contatos entre os povos e a história da arte nacional baseada na arqueologia do século XIX deve muito às ideias de Alexandre Lenoir (1762-1839). Este francês se dedicou a estudar o acervo do Museu dos Monumentos franceses, procurando através deles, demonstrar os grandes períodos da França. No catálogo do museu, impresso em 1810, ele escreveu uma introdução geral, intitulada *Histoire des arts en France*, seguida de *Description du Musée*, onde retoma os aspectos expostos na introdução e explica em detalhes os monumentos. Para ele a prosperidade das artes dependia da situação política, tornando-a um produto mais complexo, matéria transmutada não só à maneira do artista, mas também da representação simbólica dos valores e estágio de uma sociedade. Defendia que a arquitetura gótica foi trazida pelos artistas franceses que participaram das Cruzadas, influenciados pelas mesquitas árabes, e, portanto esta deveria ser chamada de sarracena. Dedicou uma parte à história e técnica do vitral e à história do vestuário.

O relatório de Guizot para a criação do cargo inspetor de monumentos históricos também faz menção a importância de Lenoir na implantação de uma política de preservação dos objetos artísticos, e nos ajuda a compreender como esse interesse pelo passado, e a mudança do entendimento memorial para estético do monumento, podem ter favorecido a migração dos estudos artísticos das academias e dos eruditos antiquários para a História, em um momento em que a busca das origens de cada Nação traçava uma genealogia cultural através da organização de coleções museológicas.

Porto-alegre conheceu pessoalmente Alexandre Lenoir, também formado como pintor na Academia de belas artes francesa, considerando-o fundador do Museu dos Monumentos Franceses e um dos maiores arqueólogos de França, conhecido por muitas obras sobre as artes. O texto publicado no periódico Guanabara remete às idéias do francês sobre o desenvolvimento das artes:

A historia de uma nação está toda inteira na história dos seus vestuários; porque delles se colhe o contacto que houvera com os povos de que importára os tecidos, e de quem imitára o traje; assim como do seu estado de volubilidade pela rapidez de mudanças de modas sucessivas. Olhe-se de sangue frio para todas as modas que houverão em França nestes ultimos sessenta annos, comparem-se com a sua historia, e ver-se-há que ella vai de accordo com todas essas mudanças de constituições políticas e de dynastias, que tem havido n'aquelle grande paiz, que parece ser destinado a ser o estomago do mundo intellectual.

A par de toda esta mobilidade, de todo este antagonismo social compare-se todos os objectos de sua industria, e ver-se-há que elles vão de par com as suas idéas, e que até acompanhão as revoluções com uma precizão de fidelidade, que espanta.

Dominou a architectura, chamada gothica, nos tempos feudaes, e logo que veio a restauração dos Bourbons, e com ella a reacção d'essas idéas fosseis, a industria e as artes se vestirão do gothicismo; dominou a architectura grega, ou classica, com as modificações indispensaveis no povo Romano, e logo a França foi Grega e Romana, e caminhava para a revolução, começou a transviar-se do estylo barroco, até que se fez grega, e vestio-se como tal, apesar do frio do inverno: [...]

A segunda queda dos Bourbons, e a elevação da monarchia popular: esta mistura dos tempos da monarchia pura com as idéas da revolução, esta nova sociedade chamou a



arquitetura da renascença, que reapareceu com todo o brilho, e sempre com aquelle toque de delicadeza, com aquella felicidade de applicação, que só pertence ao gosto da nação franceza.

A soberania burgueza, a realeza popular começa a desagradar; os espiritos rolão num mar de incertezas, n'um tormentoso provisorio, e as artes se lançarão em differentes vias: os theatros se ornarão de semiluneos, os lustres de caudas encarnadas, e os camorotes de ornatos arabes: durou esta confusão de 1833 a 1840 pouco mais ou menos; e eis que de repente surge o estylo borrominico, ou barroco, e passa a cidade de Pariz e de toda a França, e as nações que a imitação, que poucos annos atraz era olhado como um delirio do pensamento humano, como uma aberração do gosto, e contraria a todos os principios do bello e do sublime.

A apparição do gosto barroco, ou borrominico, era precursora de novas idéas era um anuncio de uma mudança súbita nos espíritos, e o anno de 1848 o provou, com inesperada revolução, e com a queda d'aquelle grande Rei, que será em breve denominado o Salomão Francez!

Olhe-se, e estude-se a forma de todos os objectos da industria franceza, que estão expostos por essas lojas, compare-se um com os outros, e com os productos de arte do passado; medite-se sobre esse intrincamento de linhas, sobre essas formas caprichosas, sobre essas laçarias infinitas, e ver-se-há, que o artista é sempre um espelho fidedigno do estado do espirito da sociedade, e que a materia, que é modificada ou transfusada pela mão da industria, é um echo que acompanha o character do seculo, e o estado das idéas contemporaneas.

Há um esforço interessante de Porto-alegre em coadunar duas vertentes empírica e filosófica. A primeira diretamente ligada a experiência dos trabalhos empíricos e científicos com o vestígio material, talvez acreditasse que isso fornecesse realmente uma fonte segura. Depois, era necessário o labor da razão, o esforço de conectar o objeto à sua época, restituir através das análises possíveis uma compreensão filosófica do estado civilizatório de uma sociedade. Uma etapa forja a fonte, outra a interpretação histórica.

Decorre desse entendimento da operação histórica, a sua opção em defesa da política de restauro e conservação patrimonial, que podemos compreender como a defesa da elaboração de arquivos para a posteridade, tal como abraçou o IHGB. Participando de um projeto de construção da alteridade do país, a seleção que Porto-alegre elege como fontes para

a escrita da história da arte, implicam na defesa de duas origens: uma voltada para a história pátria como celebração de uma origem portuguesa, e outra que conforma uma determinada visão sobre qual produção pode ser considerada arte.

#### Bibliografia

PANOFSKY, Erwin. *Idea: A evolução do conceito de Belo*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

## **O RETRATO NA PINTURA ITALIANA DE JACOB BURCKHARDT - UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A COMPREENSÃO DO ARTISTA**

Rogéria Olimpí dos Santos\*

### **Jacob Burckhardt e a história da arte**

Germain Bazin em *História da história da arte* afirma que, apesar de Jacob Burckhardt em seu ensaio *A cultura do Renascimento na Itália* não ter tratado especificamente da arte do renascimento, todos os autores que de alguma forma tratam da historiografia da história da arte entendem o ensaio de Burckhardt como obra fundamental para os estudos sobre a história das belas-artes do Renascimento italiano. (BAZIN, 1989: 119). É um ensaio, no sentido de experimento, de tentativa de síntese de um período que abrange com um só olhar a Itália do século XIV ao XVI, de Dante ao saque de Roma. Daí a experiência, o ensaio, a tentativa de captar tudo o que o homem deixou como marca de sua presença neste espaço de tempo. Aí o comentário de Bazin de que

[...] Burckhardt expõe todos os problemas de cultura e sociedade desses tempos fecundos que constituíram um estado particular da civilização. Um quadro vivo do plano de fundo político o leva a ver na tirania [...], essa expressão do individualismo que lhe parece ser o ponto focal de toda essa civilização, princípio oposto ao anonimato da Idade Média. (BAZIN, 1989: 118)

No ensaio de 1860 falta a parte sobre a arte do Renascimento. Sua intenção era suprir os espaços do livro com uma obra especial sobre este assunto, isto, porém, se deu somente em parte.

Otto Maria Carpeaux na apresentação de Burckhardt escrita por ele para a edição da *Cultura do Renascimento na Itália* define-o como tendo uma biografia muito simples.

Filho de uma velha família patriciana de Basileia, nascido em 1818, consagra-se aos estudos mais diversos. Uma incursão no jornalismo político fracassa. De 1844 a 1893, ensina história das belas-artes na velha universidade da sua cidade natal, pouco conhecido do público, mas muito estimado dos seus colegas. Burckhardt ama a sua cidade, as estreitas ruas medievais, os telhados e torres, observatório do grande mundo batalhador *fuori le mura*, a cidade íntima, pátria; só a abandona para viagens à Itália,

---

\* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História (UFJF); especialista em Docência do Ensino Superior (UFRJ); licenciada em História (CES/JF); licenciada em Educação Artística (UFJF). Bolsista Capes Reuni.

país da sua nostalgia, nunca atenuada. Recusa cargos honrosos nas grandes universidades alemãs, traço de profunda significação [...]. Enfim velho e fatigado, retira-se da atividade para morrer docemente num dia de agosto de 1897. (*In*: BURCKHARDT, 1991: vii)

É uma biografia simples, que revela muito do grande homem que apesar de não ter escrito em sua principal obra sobre a história da arte que lecionara durante a sua vida, debruçou-se sobre esta mesma história da arte nos trinta e cinco anos que se seguiram à publicação do ensaio.

Descendia de protestante por parte do pai e pertencia a uma família que desde a Idade Média havia fornecido professores à Universidade da Basileia. Esta cidade já trilhava um caminho em direção à Itália mesmo antes de Burckhardt. Era a cidade que Erasmo de Roterdã, escolheu como lar durante a maior parte das suas últimas duas décadas de vida. A universidade fundada em 1454, era um centro de humanismo cristão, além de um local de confluência dos saberes italiano e francês, o que criou nesta cidade uma tradição de estudos humanistas. A cidade se tornou um importante centro de produção de papel durante o século XVI, além de ser um dos principais centros editoriais acadêmicos da Europa. Schorske lembra que

[...] ao mesmo tempo que os membros da comunidade universitária se envolviam em funções editoriais, os impressores eram admitidos nas aulas da universidade para aperfeiçoar sua compreensão dos textos latinos. [...] Seu tipo de humanismo, com uma praça forte na universidade e uma cabeça de ponte no patriciado, amenizou o fanatismo da Reforma, poupando a cidade das piores [...] consequências fratricidas da crise religiosa. (SCHORSKE, 2000: 75)

Para completar, o ambiente escolhido por Burckhardt para viver<sup>1</sup>, valorizou a profissão de ensinar entre as famílias de comerciantes a partir do século XVI da mesma forma que a Irlanda valorizou o sacerdócio.

Jacob Burckhardt iniciou seus estudos no curso de Teologia em Basileia e é neste período que questiona pela primeira vez a religião na história. Não é a revelação divina que faz entender a história, e sim a história que faz entender a religião cristã. Gombrich afirma que

---

<sup>1</sup> Jacob Burckhardt foi eleito para a cátedra de História da Arte no Instituto Politécnico de Zurich em 1855, mas em 1858 foi chamado para a cátedra de História da Universidade da Basileia e permanece lá até o fim de sua vida.

[...] Burckhardt interpretou efetivamente a trama da história de modo diferente de Hegel. Para o professor berlinense, a Reforma foi quase a consumação de todo o processo histórico; garantiu a hegemonia das nações germânicas e da Prússia, deixando para trás o Sul católico, que se havia emancipado da Igreja sem conseguir, todavia, ver-se livre dela. Burckhardt, que tinha começado a sua carreira como estudante de teologia para logo a abandonar em favor da história, concebia o desenvolvimento em termos de crescimento de uma nova *Weltanschauung* não cristã, a filosofia do mundo moderno.

É sobre essa perspectiva que o *Cultura do Renascimento na Itália* deve ser lido. Influenciado pela leitura da obra de Leopold von Ranke, abandona os estudos de teologia e vai estudar História em Berlim. Lá, entre os anos de 1839 a 1842, tem como professores além do próprio Ranke, Gustav Droysen, August Boeck e Hanz Kugler.

Em 1842 escreve seu primeiro livro, *As obras primas das cidades belgas*. Trabalha com Kugler em Berlim e ajuda-o na segunda edição dos seus manuais de história da pintura e de história da arte. Seu estudo sobre a arte do Renascimento sob a forma de um tratado de arquitetura constitui um dos tomos da *História da arquitetura* de Kugler. De 1853 é *A era de Constantino, o Grande*, e de 1855 *O cicerone*. Este é um guia para a fruição das obras de arte na Itália. Referindo-se a este guia Bazin afirma que “seu título levou a considera-la como um guia um pouco descosturado, mas ela compreende “leituras” de obras realmente notáveis, denotando qualidades de percepção visual que o autor poderia ter explorado” (BAZIN, 1989: 121). Tentou entender a pintura do Renascimento segundo a encomenda, a localização e o tema. Organizou seus estudos em três obras: *O retrato; Os retábulos de altar; Os colecionadores*. Estas obras, porém, somente é redigida após 1893, quando Burckhardt se aposenta da cátedra de história da arte. A vida dedicada ao ensino pôde, a partir deste momento, dedicar-se à escrita de toda a experiência adquirida e aperfeiçoada nos anos de sala de aula.

### ***O retrato na pintura italiana***

Jacob Burckhardt inicia seu ensaio sobre o retrato na pintura italiana remontando aos escritos gregos que se referem à utilização do retrato nas cidades gregas. É comum durante o Renascimento o retorno à *História natural* de Plínio como forma de validar o desejo dos artista do renascimento de ver o seu ofício alçado à condição de profissão liberal. Burckhardt porém afirma que se limitaria ao tratamento dos elementos que de algum modo iriam conduzir

ao retrato na pintura moderna. Neste sentido, o autor procurou traçar um quadro que demonstrasse a vontade e a capacidade do retrato de alcançar a simples semelhança. Tal como na *Cultura do Renascimento na Itália*, Burckhardt procurava também no estudo sobre a pintura italiana perseguir o espírito individualizante característico da Itália do século XV, espírito este que se manifestava através das diversas concepções adotadas na elaboração dos retratos.

Para Burckhardt, a preocupação com a semelhança na representação pictórica através do retrato remonta às primeiras pinturas representando São Francisco de Assis. Seria, aliás, no interior das ordens religiosas que esta prática teria mais rapidamente se desenvolvido. As grandes séries representando os papas da Igreja Católica surgiram também neste meio, em parte herdeiras das estátuas fúnebres em parte devido à difusão destes retratos nas mais diversas regiões da Itália. Estas representações iniciais, frequentemente tornaram-se modelos, reproduzidos por diversos artistas em toda a Itália sempre que havia a necessidade de inserir numa obra alguém que só possuía como referência de sua imagem os retratos pintados anteriormente. Era o caso das pinturas cerimoniais, onde pintores faziam referência a retratos ‘autênticos’ provenientes de Roma.

O autor mais citado por Burckhardt foi Giorgio Vasari. Nascido em 1511 em Arezzo de Pallastra, recebeu nesta mesma cidade os rudimentos do humanismo. Completou seus estudos em Florença, para onde se dirigiu em 1521. Em Florença aprendeu desenho e pintura com Miguel Ângelo. Bazin recorda que a iniciativa mais notável de Vasari no campo da documentação foi

[...] constituir uma coleção pessoas de obras dos artistas que menciona. [...] Nessa época em que a gravura de reprodução mal começava e era muito pouco fiel, nosso novo historiador de arte precisava ter uma memória bem treinada para se lembrar de tudo aquilo de que falava. Para isso, acudiu-lhe uma idéia genial, a de formar uma coleção, não de quadros [...] mas de desenhos, o que lhe permitiria rememorar a “maneira” de cada pintor. (BAZIN, 1989: 27)

Esta iniciativa original foi a responsável pela admirável coleção que começou a se desfazer logo no dia imediato à morte de Vasari.

Bazin não hesita em afirmar que o modelo proposto por Vasari teria engessado a história da arte na fórmula biográfica por dois séculos (BAZIN, 1989: 37). Mas estas biografias foram importantes para Burckhardt refazer o itinerário de cada um dos artistas

citados por ele no que se refere ao seu caminho profissional e às influências sofridas por cada um deles. Burckhardt baseava a história escrita por ele nas relações e não na filosofia ou nas teorias da arte. As relações construídas em suas vidas são a base da análise feita por Burckhardt do retrato na pintura italiana.

Sua análise do retrato é dividida entre os séculos XVI, XV e XVI. A figura principal do primeiro momento é Giotto. Segundo Burckhardt este pintor “cuidou com todas as suas forças e certamente com grande reconhecimento a imagem completamente individual, a começar pela sua própria, que ele realizou com a ajuda de espelhos” (BURCKHARDT, s/d: 7). Seria através dos modelos exemplares dos doadores junto aos santos ou colocadas em primeiro plano nos retábulos de altar que a pintura italiana teria aberto as portas ao retrato.

Quando o poder político comissionava uma obra era fácil definir a quem cabia a decisão de inserir um contemporâneo numa obra. No entanto, nos afrescos das igrejas, supõe-se que se tratava de doadores ou de pessoas pertencentes a ordens eclesiásticas interessados em demonstrar gratidão ao santo homenageado ou até mesmo o próprio pintor. Percebe-se o ressurgimento do retrato do mestre<sup>2</sup> – autorretrato – nos afrescos italianos e um pouco mais tarde o retrato de um ajudante particular.

Além dos papas, de doadores interessados em deixar registrada sua imagem e dos principais pintores do período, outros retratados importantes – e que passaram a incorporar o repertório temático de diversos pintores do Renascimento – são os poetas Dante, Petrarca e Boccaccio. Outra ocasião religiosa que tornava possível a utilização de retratos era a representação completa das ordens espirituais reunidas em torno de um Cristo, uma Madonna ou um santo protetor particular. Burckhardt lembra que “a pregação, a beneficência, a comunhão da atividade e a própria proveniência territorial deram vida a estas organizações em muitas cidades italianas” (BURCKHARDT, s/d: 15). Ainda no século XIV, Burckhardt identifica as situações alheias ao âmbito religioso onde a pintura do retrato vinha se firmando.

Afora estas ocasiões religiosas, para o retrato ou para livre criação de caracteres existiam informações diversas e testemunhos escassos que se mesclavam à fama poética e culta e ao poder político ou militar, vale dizer, em geral ao poder profano. Desde o início do século XIV, distingue-se de fato de todo o resto da Europa, já que a sua mentalidade dominante e o seu desenvolvimento individual deixaram precocemente traços significativos também na arte. (BURCKHARDT, s/d: 18)

---

<sup>2</sup> Burckhardt recorda que na antiga Grécia era comum os autorretratos de artistas, cercados muitas vezes de lendas e anedotas, algumas das quais recordadas por Plínio em sua *História natural*.

É esta a distinção que Burckhardt enxerga no uso do retrato na pintura italiana do Renascimento, o fato deste revelar o que ele chama de forte espírito individualizante do século XV. Lá surgiu o retrato militar, o retrato individual dos grandes governantes, assim como o retrato individual familiar produzido para o ambiente doméstico, ainda que estes modelos tenham surgido de forma esparsa pelos séculos XIV, XV e XVI e em lugares distintos – como Florença, Veneza, Pádua, Ferrara entre outros.

Durante o século XIV predominou os retratos dos ricos devotos representados como pequenas figuras de doadores ajoelhados nos retábulos de altar. Mas cedo se conheceu a influência da pintura flamenga no retrato italiano. Os nobres italianos abastados que buscavam as pinturas flamengas importadas ou comissionadas procuravam elementos pictóricos específicos – ou seja, “a execução sutil e totalmente ilusória, o esplendor e a luminosidade da cor, além da eloquência real dos caracteres” (BURCKHARDT, s/d: 28). Outros elementos citados por Burckhardt são o fundo neutro; o formato (principalmente o do busto) e sua disposição no interior do quadro; a janela que se abre para alguma paisagem e o realismo nos pequenos detalhes do interior das salas quando retratadas. O principal, porém teria sido a característica de retratar não somente as formas, mas também o caráter. A figura

Burckhardt comenta que durante o século XV em Veneza surge uma pintura retratística pública, em grande quantidade, a qual interage com o retrato individual e que representa uma característica típica desta cidade, o colecionismo. Burckhardt, baseando-se nos relatos do Anonimo di Morelli<sup>3</sup> comenta que em Veneza, aos retratos individuais dos membros das famílias outros eram acrescentados, simplesmente pelo valor artístico (BURCKHARDT, s/d: 66). Enquanto Florença era a cidade dos bustos dispostos em fila nas ruas, portas e janelas, Veneza era a pátria do retrato individual, incluindo aí a representação do comitente nas imagens devocionais domésticas. Os florentinos escolheram durante o século XV os retábulos de altar e os afrescos públicos como forma principal de representação dos retratos. Os pintores florentinos conferiram aos santos, às madonas traços genericamente muito mais individuais do que os venezianos, milaneses ou peruginos. A estes personagens eram dados traços de personalidades determinadas e importantes, como os dos comitentes e seus familiares.

---

<sup>3</sup> Identificado por Burckhardt com Marcantonio Michiel, um amante da arte que teria tido livre acesso às residências das famílias nobres da Itália setentrional para que visitasse o seu patrimônio artístico.



Segundo Burckhardt, se tivéssemos das primeiras décadas do século XVI somente os retratos, poderíamos ainda assim deduzir, por este material, “a inflexão decisiva de caráter geral que assinalou a arte daquele tempo” (BURCKHARDT, s/d: 101).

A realização definitiva e grande do retrato moderno, que surge na Itália, constitui um ramo do estilo chamado clássico. Ela compreende os pintores que expuseram-se contemporaneamente com obras históricas também célebres e de amplitude. A arte formava naquele tempo ainda um conjunto. O retrato participava em todos os meios, os efeitos e as experiências que agora a grande pintura carregava consigo, tanto nos afrescos, quanto nas Sacras Conversações e nas narrativas históricas e mitológicas. (BURCKHARDT, s/d: 101)

Essa necessidade de individualização e de representação da própria individualidade é o que guia nos diversos espaços e territórios estudados por Burckhart o desenvolvimento da retratística na pintura italiana. Se a comitência advém do príncipe, do religioso ou do governante; se a influência flamenga se faz sentir na pintura monumental ou particular familiar; se esta influência se faz através dos vários contatos e intercâmbios levados a efeito pelos artistas que transitavam entre as diversas cortes e cidades ou foram influenciadas por algum artista específico como no caso de Antonello da Messina – figura central de união da pintura italiana e flamenga a ser consolidada em Veneza, são questionamentos que não cabe aqui definir. Aliás não era intenção de Burckhardt criar ou buscar um modelo único de retrato executado na Itália. A diversidade definida pela variedade de comitentes, pelas regiões distintas com formas de governo distintas e separadas pela própria atuação do tempo é o que gera a singularidade do retrato na pintura italiana do Renascimento.

Numa página magistral Burckhardt analisa o final do século XV sob o olhar de um europeu hipotético.

Se no final deste surpreendente século XV, um hipotético europeu objetivo, então não um italiano, nem um homem do Norte, tivesse percorrido todo o Ocidente para indagar de modo comparativo a condição da pintura retratística, teria descoberto que tal gênero era desejado e expresso, e em toda parte tinham penetrado a influência e o modelo dos flamengos. De Portugal à Hungria, teria encontrado retábulos de altar e vitrais de igrejas representando comitentes devotamente ajoelhados e retratados de modo verossímil, até mesmo numerosas cabeças de santos lhe teriam sido indicadas em confiança como retratos; teriam-lhe sido mostrados elegantes livros de horas representando retratos individuais nas miniaturas, ao passo que muito raramente teria encontrado um quadro com um busto, possessão de uma família reinante ou patricia, ou de propriedade do clero; além disso, teria conhecido em toda parte o afresco debilitado, executado por mãos modestas nas paredes ressecadas e teria notado a sua

escassa importância para o retrato. E depois, frente a tudo isso, teria-lhe aparecido o mundo artístico italiano! O nosso europeu hipotético teria então concluído, com base na enorme quantidade de retratos de todos os gêneros e de todos os níveis, e da vivaz influência por ele exercida, que ao sul dos Alpes devia viver uma humanidade totalmente particular; de resto, teria constatado que tal humanidade era muito característica também fora do âmbito artístico e que tinha se desenvolvido diferentemente em relação aos outros lugares. Além disso, teria podido notar uma preponderância decisiva dos retratos até mesmo nos monumentos sepulcrais e naqueles públicos, em relação às melhores obras que a Europa setentrional podia exibir. Com espanto, teria se dado conta do monumento portátil: a medalha. Talvez, frente aos maravilhosos retratos sobre madeira, teria intuído que naquele momento somente a vida era, na realidade, potencializada, que a sua concepção não era ainda alta, e a verdade era privada de ilusões, e que quem não a desejasse podia também prescindir do retrato. Ao passo que nos então raros retratos femininos a beleza permanecia contida, e não ainda feita valer plenamente. E, entretanto, teria descoberto o caráter do retrato posto com firmeza sob a égide de uma representação extremamente desenvolvida da existência humana, que vivia e triunfava tanto no nome de uma grande devoção popular, quanto naquele de uma formação cultural laica e rica.

Jacob Burckhardt busca em seu trabalho a singularidade representada por cada indivíduo em suas relações com o meio, com os outros indivíduos, com seu tempo.

Após Burckhardt, Aby Warburg inaugura toda uma tradição de estudos de história da arte que procura nos detalhes esta mesma singularidade percebida por Burckhardt na cultura do Renascimento. Os estudos que se dividiram nos diversos campos da filosofia da arte, da sociologia da arte, da semiótica, das iconologia nos mais diversos ambientes de pesquisa historiográfica da arte durante o século XX, retornam no fim deste mesmo século novamente ao indivíduo, esse elemento perseguido por Burckhardt. As biografias propostas como possibilidade de estudo histórico através da micro história encontram possibilidades ímpares de análise do tempo histórico através das relações estabelecidas pelo artista e seu ambiente de vida.

Repetindo as palavras ouvidas do Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes, nas aulas dadas por ele na disciplina História da Arte como História da Cultura no curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, com Burckhardt, a localização e os temas tornam-se fundamentais para a arte, e nesse sentido, deve-se relacioná-los com o comitente, o qual possui um gosto próprio. Tudo isso pode ser acessado através do colecionismo. No fundo de todas essas relações encontra-se a obra de arte, que relaciona-se com a vida social, a tradição do gosto artístico e as técnicas picturais.

## Fonte

BURCKHARDT, Jacob. **O retrato na pintura italiana**. Tradução para o português efetuada pelo Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes, a partir do texto em alemão (BURCKHARDT, Jacob. Das Porträt in der Malerei, *in*: BURCKHARDT, J. **Jacob Burckhardt Werke**. Band 6. München; Basel: C. H. Beck; Schwabe & Co., 2000, pp. 147-281), cotejado com a edição italiana (BURCKHARDT, Jacob. Il ritratto nella pittura italiana, *in*: BURCKHARDT, J. **L'arte italiana del Rinascimento**. Volume III. A cura di Maurizio Ghelardi e Susanne Muller. Venezia: Marsilio Editori, 1994, pp. 161-324).

## Referências bibliográficas

BAZIN, Germain. **História da história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

GOMBRICH, E. H. **Para uma história cultural**. Lisboa: Gradiva, 1994.

REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de História e Historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

## **DELIO CANTIMORI EM BASILÉIA: UMA INFLEXÃO INTERPRETATIVA SOBRE OS HEREGES ITALIANOS ATRAVÉS DO CONTATO COM O UNIVERSO ERASMIANO E BURCKHARDTIANO**

Felipe Araújo Xavier\*

Apesar do impacto das obras de Delio Cantimori nas cátedras européias, dentro da historiografia brasileira, seus trabalhos sofrem com barreiras idiomáticas erguidas pela ausência de traduções para o português, que ajudam a mantê-las ocultas.

Nesta situação, seu aluno Carlo Ginzburg foi responsável por algumas das citações pioneiras sobre o seu professor dentro do ambiente intelectual brasileiro. Em uma dessas referências, Ginzburg afirmou que Delio Cantimori influenciou diretamente na sua escolha pela formação em História, levando-o a deixar o sonho juvenil de se tornar um romancista, como sua mãe Natalia Ginzburg.

Parte dessas reminiscências de Carlo Ginzburg foi narrada em uma entrevista da seguinte maneira:

“Ao iniciar meus estudos na Scuola Normale, em Pisa, pensava em trabalhar com história da literatura, tornar-me um literato. E havia um seminário de um professor que ensinava em Florença chamado Delio Cantimori, um dos historiadores mais importantes da Itália. Ele ia passar uma semana em Pisa, e disse que iria ler e comentar a obra de Burckhardt, Considerações sobre a História do mundo. Lembrome muito bem do momento em que o vi pela primeira vez: era um homem gordo, não muito alto, de barba branca, com uma cara de cardeal, como nos retratos de cardeais de El Greco. Falava com uma voz pastosa, e perguntou: “Algum de vocês lê alemão?” Muito poucos liam. Ele continuou: “Bom, vamos ler o livro de Burckhardt, mas vamos comparar as traduções italiana, francesa, inglesa etc.” Começamos, e depois de uma semana tínhamos lido cerca de dez linhas. Aquilo me marcou profundamente. Aquela maneira de ler o texto levantando uma multiplicidade de problemas foi algo que me pareceu realmente magnífico. Um ano depois, decidi estudar história. O fato de poder trabalhar com Cantimori, que vinha frequentemente a Pisa, foi muito importante para mim.”<sup>1</sup>

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora na linha “Narrativas, Imagens e Sociabilidades”.

<sup>1</sup> Conversa com Ginzburg. Estudos históricos; Rio de Janeiro, vol 3, n 6, 1990, p 254-263.

Não foi por acaso que o seminário à que Ginzburg se refere foi pautado na leitura da obra *Considerações sobre a História Universal* de Jacob Burckhardt, pois os contatos com suas obras e com a cidade de Basiléia influenciaram Delio Cantimori no seu distanciamento da perspectiva filosófica do idealismo atualista e na aproximação da História da Cultura e sua análise concreta e particularizada. Portanto, o objetivo desse artigo é reconstituir seus diálogos com essas diferentes abordagens interpretativas, ressaltando a importância da sua relação com o peculiar universo basileense e a sua tradição humanista na sua formação como estudioso da história religiosa na formação da Europa Moderna.

### **Delio Cantimori e o seu diálogo com o idealismo atualista italiano.**

Nascido no ano de 1904, em Russi, uma pequena cidade na região da Emilia-Romagna, Delio Cantimori cresceu em um contexto de incertezas econômicas e tensões sociais e políticas de uma Europa tomada pelos discursos nacionalistas, que inflamaram os sentidos de paixão e arrastou o povo ao fanatismo. Um continente que a política adquiriu “Pathos religioso” e a nação se converteu em uma espécie de divindade do mundo moderno, onde os mártires tornaram-se os atores políticos e o Estado transformou-se em Pátria. (CHABOD, 1987: 79 – 80)

Era a Europa da incompatibilidade entre o continente como unidade de civilização e a individualidade fanático-religiosa das nações emergidas no século XIX. Um continente imerso na crise, que experimentou as maiores catástrofes bélicas de sua história.

Filho de Silvia e Carlo Cantimori, cresceu assistindo a militância do seu pai, que foi dirigente local do Partido Republicano Italiano e um dos principais estudiosos dos ideais de Giuseppe Mazzini e do *Risorgimento*, destacando-se pelas suas abrasivas críticas à monarquia. (PERTICI, 1997)

Criado neste ambiente familiar permeado pela ideologia republicana mazziniana, Delio Cantimori optou pela formação em maturidade clássica, iniciada no Liceu de Ravena (1919 – 1922) e concluída em Furlì, no *Liceo G.B. Morgagni* (1924).

Nestes anos de implantação e fortalecimento da ditadura fascista, Delio Cantimori iniciou suas experiências nos ambientes universitários de Pisa, ao ingressar, em 1924, na *Scuola Normale Superiore*. Ali, construiu uma relação amigável com alguns docentes, onde dois se destacaram pela aproximação profissional e intelectual: Giovanni Gentile, que neste

período lecionou História da Filosofia na *Scuola Normale Superiore*, e Guiseppe Saitta, professor de filosofia na *Università di Pisa*.

No prefácio de sua obra mais importante, *Eretici italiani del Cinquencento*, Cantimori enfatizou a influência da obra de Giovanni Gentile, *Giordano Bruno e il pensiero del Rinascimento*, onde o autor fez uma análise histórico-cultural da trajetória de Giordano Bruno numa leitura que o deu o status de herói pátria, na tentativa de reforçar a idéia de mártir da Renascença italiana necessário para forjar a identidade nacional nas escolas. (GENTILE, 1920: 8 – 9)

No ano de 1927, Cantimori galgou para uma aproximação interpretativa e profissional de Giuseppe Saitta, colaborando com publicações de artigos, ensaios e notas para o periódico *Vita Nova*, de um órgão da Federação Fascista Bolonhesa dirigido pelo professor. Neste contexto, teve contato com o livro *Marsilio Ficino e la filosofia dell'umanesimo*, obra que Saitta apresentou uma interpretação histórico-filosófica da trajetória intelectual de Ficino com o objetivo de resgatar a alma nacional do povo italiano que, em sua interpretação, teve como berço o humanismo. (SAITTA, 1954: VII)

Cada qual com sua estima dentro do Estado Italiano, ambos os professores compartilhavam das idéias gerais fascistas, pesquisavam a formação da Europa Moderna dentro da perspectiva do idealismo, trabalharam a temática através de personagens renascentistas e influenciaram Delio Cantimori, tanto nas primeiras abordagens sobre a formação da Europa Moderna, quanto na sua aproximação com Partido Nacional Fascista, onde se filiou, em 1926, e compartilhou dos debates que permearam aqueles seus anos de fortes esperanças e convicções políticas.

Sob as influências do idealismo destes professores, o jovem estudioso constituiu seus primeiros estudos sobre a Itália renascentista. Em 1929, publicou seu artigo *Bernardino Ochino, uomo del Rinascimento e reformatore*. Seguindo sua afeição pela temática, defendeu sua *Tesi di Laurea Ulrico von Hutten e i Ripperti tra Rinascimento e Riforma*, em 1928, e a publicou no ano de 1930, para sua graduação em História da Filosofia pela *Scuola Normale Superiore*. (MICOLLI, 1970: 34)

Em 1931, se graduou em Literatura Alemã pela *Università di Pisa* e se transferiu do *Liceo Classico Dettóri di Cagliari* para o *Liceo Classico Ugo Foscolo di Pavia*, onde se manteve por pouco tempo, pois veio a vencer um concurso ministerial para obter uma bolsa

de estudos no exterior, materializando a possibilidade de consolidar seu projeto de investigação dos hereges italianos na Europa do *Cinquecento*. Procurando as fluidas fronteiras de convívio nos círculos religiosos heterodoxos gerados pela imigração dos hereges italianos, Delio Cantimori seguiu seu caminho em direção à Basiléia, a cidade que permaneceu pelo período entre dezembro de 1931 e julho de 1932.

Depois desses meses em Basiléia, Cantimori voltou para Pavia, onde se manteve até julho de 1933, quando obteve uma nova e abastada bolsa de estudos, que lhe rendeu a possibilidade de aprofundar suas pesquisas por bibliotecas e arquivos de diferentes cidades como Zurique, Cracóvia, Berna, Paris, Dublin, Roma, Florença, Alexandria, Londres e Vaticano. Mas sua estadia em Basiléia foi marcante e, para entendermos o porquê, é necessário mergulhar na história do universo humanista basileense.

### **Dos tempos de Erasmo à Jacob Burckhardt: Basiléia e o processo de inflexão interpretativa dos hereges italianos de Cantimori.**

Um sumário resgate histórico da cultura e da política basileense nos ajuda a captar a importância de Basiléia em relação ao escoamento dos hereges italianos do século XVI para esta cidade e sua ligação com a inflexão interpretativa sofrida por Delio Cantimori ao se debruçar sobre os estudos desses perseguidos religiosos.

Segundo Carl Schorske, na Idade Moderna, esta cidade-estado se manteve com substancial autonomia política. Fazendo parte de uma das rotas comerciais mais importantes do continente europeu, aprendeu a viver com uma combinação paradoxal de cosmopolitismo sofisticado e provincianismo. Aberta no comércio e na cultura, Basiléia era arredia à participação cívica dos valores estrangeiros. A cidadania era limitada às famílias que ali viviam por gerações e controlada por uma oligarquia que dominavam as guildas. (SCHORSKE, 2000: 73 - 74)

Mesmo entrando na Confederação Suíça, em 1501, fez um pacto que proibia o uso das forças armadas contra disputas internas, primando pela habilidade diplomática como mediadora e pacificadora de atos subversivos. Assim, seus cidadãos preservaram o direito da autonomia através do entendimento e aceitação da cultura estrangeira, usando a compreensão para evitar os conflitos. (SCHORSKE, 2000: 74)

Esse cosmopolitismo conciliador ganhou força através da cultura humanista. Sua universidade, fundada em 1454, se tornou um centro do humanismo cristão e local de confluência dos saberes daqueles hereges italianos que Cantimori perseguia.

Essa Basiléia, que também se tornou um dos principais centros editoriais acadêmicos da Europa, veio a abrigar Erasmo de Roterdã, onde trabalhou na difusão de suas idéias reformadoras defensoras do convívio entre as seitas e religiões distintas e, ao mesmo tempo, contrárias à ruptura drástica com a Igreja Católica. Escolhê-la como abrigo nas últimas décadas de sua vida e fazer da Universidade de Basiléia seu local de reflexão, influenciou esse universo e amenizou o fanatismo da reforma com suas conseqüências fratricidas. Zurique exaltava o líder reformador Zwinglio; Genebra Calvino, já Basiléia Erasmo, um católico humanista conciliador. (SCHORSKE, 2000: 75)

Nesta cidade, a sabedoria e o exercício de lecionar eram realmente valorizados e a Universidade era o centro irradiante dos valores cívicos. Mas o século XVIII viu esse quadro se transformar diante da exclusividade dos basileenses nas cátedras, que eram sorteadas, da ameaça Napoleônica e da República Helvética, que sem sucesso tentaram castrar sua autonomia. (SCHORSKE, 2000: 76)

Para Basiléia a Restauração não significou apenas a volta ao poder da elite dominante, como também a reestruturação da Universidade e o reforço do ethos cívico da cultura humanista. Cientes dos problemas gerados pelo monopólio basileense das cátedras, que gerou sua deterioração da Universidade durante o século XVIII, colocaram a direção da instituição ligada à administração da cidade. (SCHORSKE, 2000: 77)

Sendo assim, Basiléia era administrada por dois burgomestres: funcionários públicos sem remuneração de famílias abastadas, onde um deles era o reitor academicamente qualificado para obter consentimento do corpo docente. O Conselho educacional e o Pequeno Conselho do Governo foram criados para designar os professores e analisar as escolhas e, desta maneira, combater a precariedade do ensino que assolou a Universidade de Basiléia durante o século XVIII. (SCHORSKE, 2000: 77)

Neste mesmo contexto, a Prússia veio a colocar em prática seu projeto de nação através de um Estado forte que valorizou os professores especialistas com interesses voltados para as ciências e tecnologias de importância estatal e pressionou parte da intelectualidade que se posicionava contra este plano. (SCHORSKE, 2000: 78)



Com a tradicional posição de concórdia, Basiléia se tornou escaudouro para estes intelectuais. Os neo-humanistas, frutos da geração formada por Humboldt, tomaram as cátedras basileenses, mantendo as idéias de provedores da cultura humanista e defensores da ciência como vocação. Lá o objetivo do saber era a educação e os professores eram preceptores urbanos que davam palestras públicas voltadas para os amadores. (SCHORSKE, 2000: 79)

Nessa nova fase da Universidade, os professores legaram o compromisso de manterem os alicerces daquela ancestral educação humanista para a geração formada e amadurecida na Basiléia do transcorrer do século XIX.

O objetivo era combater a penetração do pensamento liberal, com suas políticas centralizadoras e democráticas voltadas para a formação do grande Estado e sua industrialização. Em contraposição, estes intelectuais basileenses se tornaram defensores da tradição da polis e do poder do patriciado, mantendo a resistência ideológica àquelas ideias de progresso que vinham ganhando espaço dentro da cidade. (SCHORSKE, 2000: 79 – 80)

Jacob Burckhardt foi um dos estudiosos que levantaram a bandeira contra os projetos dos grandes Estados Nacionais. O basileense deixou claro seu distanciamento da hipótese contratualística de Rousseau, afirmando que na realidade nunca houve um contrato social em que os homens se submetessem a um poder estatal, assim como inexistiu um pressuposto espiritual basilar ao Estado, como defendiam os historicistas.

Como bom leitor de Maquiavel, no entendimento de Burckhardt, o Estado é um órgão opressor. Suas origens não estão no campo transcendental ou na abstração do contrato social, mas sim no poder coercivo de uma pequena parcela sobre o povo, que atribui ao Estado energias para negar ação do indivíduo isolado. Em suas palavras:

“Seja qual for a origem do Estado (a expressão política de uma nacionalidade), ele só poderá demonstrar sua capacidade vital ao transformar a violência em energia, isto é: enquanto o crescimento material durar, cada força vital tenta alcançar uma expressão e aperfeiçoamento completos, externa e internamente, ignorando a validade do direito dos mais fracos.” (BURCKHARDT, 1961: 40)

Em seguida, continuou seu parecer sobre o grande e o pequeno Estado. Segundo o historiador, o “Grande Estado” teria como principal característica o poder de desenvolver as grandes energias coletivas em direção à realização de enormes feitos históricos, onde seu

aparato atingiria um grau de solidificação, que os indivíduos se perderiam na robustez de seus alicerces. Já o “Pequeno Estado” é frágil, necessitaria da aceitação de sua população, por isso é a fim de dar liberdade à maior parcela da população.

Portanto, para Burckhardt, o maior problema dos Estados contemporâneos seria sua magnitude que o solidifica e distancia o governo dos indivíduos. As repúblicas das grandes massas nada teriam de democráticas se comparadas às polis gregas. O que o historiador realmente enxerga são Estados fortes centralizados nas mãos de uma pequena parcela da população, que dotada de todo aparato repressor que submete a ação individual.

Rompendo com o entendimento das questões políticas propostas pela filosofia da história e pelo historicismo, essa perspectiva historico-cultural chamou atenção para problemas voltados à interpretação histórica, que, de certo modo, anteviu os problemas que acarretariam o afloramento desenfreado dos nacionalismos, justificados pelas leituras que defendiam uma lei natural de equilíbrio entre as nações européias, que na realidade, nunca existiu.

Mas Jacob Burckhardt nem sempre esteve ligado a essa interpretação da História da Cultura. Nascido em 1818, filho de pais protestantes, iniciou sua carreira intelectual como estudante de teologia em Basiléia, onde obteve seus primeiros contatos com os estudos da formação do mundo moderno e com a História Universal.

Em 1838, o basileense fez sua primeira viagem à Península Itálica, com intuítos direcionados às suas experiências poéticas obtidas com as leituras dos Poemas Elégias Romanas e Ifigênia em Taúrides de Goethe, que foram fruto da inspiração da viagem do escritor à Itália. (CASSIO, 2006: 3)

Tal vibração levaria o jovem Burckhardt abandonar a teologia, em 1839, e estudar História, motivado pela leitura da obra *Os Papas Romanos nos quatro últimos séculos* de Leopold von Ranke.

Transferiu-se para a Universidade de Berlim, onde estudou até 1843. Nesta instituição teve como seus principais professores: Gustav Droysen, L. Von Ranke, e especialmente Franz Kugler, historiador da arte, que com seus manuais tornou-se um dos pioneiros na produção de um estudo historico-artístico universal do mundo alemão. Com F. Kugler, J. Burckhardt trabalhou em reedições do Manual de História da Pintura e do Manual de História da Arte publicados respectivamente nos anos de 1847 e 1848. Além dessas participações, o basileense

ainda lançou, em 1853, sua obra *A Era de Constantino, o Grande* e, dois anos depois, *Cicerone*, do qual dedicou a Kugler. (CASSIO, 2006: 3)

Em meio a todas essas produções voltadas para a História da Arte, Burckhardt já apresentava sinais de seu afastamento das atividades jornalísticas e dos seus projetos nacionalistas, que se engajou durante parte de sua vida.

Isto ficou claro na carta proferida, em fevereiro de 1846, ao seu amigo Hermann Schauenburg, justificando o abandono aos projetos políticos e sua volta à Itália, especificamente à Roma:

“(...) seus colegas hábeis em empreender opiniões disputam uns com os outros para afundarem cada vez mais nessa época ignóbel. Eu, por outro lado, afastei-me dela por inteiro e por esta razão estou fugindo para o belo e indolente sul [Itália], onde a História está morta, e eu tão cansado do presente, serei revigorado pela vibração de antiguidades (...) Sim, quero escapar de todos eles: dos radicais, comunistas, industrialistas, intelectuais pretenciosos, racionalistas, fanáticos do Estado, idealistas, astas e istas de todos os gêneros! Pois tenho brigado com o atual Estado de coisa, de modo muito discreto, sem nenhum grande tormento. Gradualmente as gotas perfuram a pedra, até que, finalmente, percebi: isso não pode prosseguir. (...). Entretanto companheiro, Liberdade e Estado não perderam nada comigo. Estados não são construídos com homens como eu, ainda que, enquanto vivo, pretendo ser simpático com meus vizinho. Pretendo ser um bom indivíduo, um amigo afetuoso, um bom espírito (...). Nada mais posso fazer com a sociedade como um todo. Minha atitude, em relação a ela, é vacilante e irônica. (...) tenho as horas suficientes, a educação e método (...) capazes de encontrar o caminho da política, caso seja necessário. Conforme, porém, me recuso de envolver-me mais nisso (...)”<sup>2</sup>

A ruptura estava feita! O texto apresentou seu distanciamento do pensamento político historicista e dos projetos de apoio às repúblicas das massas e sua abertura a uma nova forma de interpretação dos processos históricos, bem particularizada e concreta.

Esta perspectiva esteve presente nos cursos apresentados pelo o historiador basileense que, em 1905, foram publicados, dando origem à obra póstuma *Reflexão sobre a História Universal*, onde apresentou abertamente suas críticas à visão de Hegel.

---

<sup>2</sup> Esta referência é uma junção entre a transcrição da aula de Cássio Fernandes e o fragmento encontrado in: Jacob Burckhardt e a preparação para a Cultura do Renascimento na Itália. In: Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Pág 3.

Para Burckhardt, o viés hegeliano seria um programa geral embasado num ponto de vista otimista, no qual se julgou seguir critérios racionais para o entendimento da História Universal. Dentro deste modelo de entendimento, segundo o suíço, a História seguiria um processo evolutivo, com ponto de origem e chegada: do espírito à formação dos estados nacionais. Isto nada mais seria que apresentar sua própria época como o culme de todos os períodos que a antecederam. (BURCKHARDT, 1961: 11)

Assim sendo, para o suíço, ao nos propormos a escrever uma “História da Pátria” o tema deve ser considerado como um dos elementos da História Universal, para não correremos o risco de inflar a disciplina de intenções ufanistas. (BURCKHARDT, 1961: 19)

O combate ao pensamento político, baseado nos pressupostos espirituais e análises globais estava lançado. Em sua perspectiva, seu ponto de partida é o

“(…) único elemento invariável e que consideramos passível de ser analisado: o ser humano, com seu sofrimento, suas ambições e suas realizações, tal como ele é, sempre foi e será, daí podemos afirmar que nossas considerações serão, ate certo ponto, patológicas.” (BURCKHARDT, 1961: 12)

Para Burckhardt o tema central da história seria o espírito humano e suas mutações no tempo, inserido num todo de grandes proporções. Todo esse processo estaria num exercício de construção e destruição denominada “realidade histórica”. (BURCKHARDT, 1961: 14 – 15)

Era esta mesma Basiléia de influência erasmiana e do professor Jacob Burckhardt, referência entre os estudiosos do Renascimento e dono de obras importantes para aqueles que se interessavam pelo conhecimento do universo italiano humanista e reformador, que Cantimori buscava desvendar seus mistérios sobre os hereges italianos.

Lá Cantimori reencontrou o mesmo Burckhardt apresentado por Gentile, mas sob uma visão diferente. Agora enxergou o historiador basileense, iniciado na Teologia, guinado para a História, interessado pela história da arte, que ao se aprofundar em seu objeto, a formação do mundo moderno europeu, também tratou de se distanciar de seus projetos historicistas de cunho nacionalistas.

Não existia historiador melhor que Werner Keagi para rerepresentá-lo à Cantimori. Pesquisador do humanismo, com trabalhos sobre Hutten e Erasmo, e tendo como sua obra prima a biografia de Jacob Burckhardt, este historiador basileense foi aluno de pupilos de Burkhardt e construiu uma forte aproximação intelectual com Delio Cantimori, indiciada nas

diversas conferências que promoviam na *Scuola Normale Superiore di Pisa* e na Universidade de Basiléia.

Portanto, por esses e outros contatos, Cantimori distanciava seus personagens do status de heróis nacionais ou agentes precursores do espírito nacional italiano, para aproximarem da imagem de atores difusores das idéias humanistas, que levavam consigo suas crenças e interpretações místicas pela Europa, ao fugir das perseguições da Igreja Católica.

Os hereges passaram a ser interpretados na concretude das suas relações, no emaranhado mundo de movimentos religiosos. O exame das fontes tornou-se um trabalho de erudição e filologia na tentativa de abarcar a instabilidades e a complexidade da vida desses homens, apagando o sentido dos hereges como um movimento unitário homogêneo. (PROSPERI, 1992: XXVII)

Dentro desse processo, aquelas pesquisas iniciadas no primeiro contato com o universo basileense deram origem ao seu trabalho de maior fôlego *Eretici italiani del cinquecento*, publicado em 1939. Esta obra veio confirmando um processo de distanciamento do idealismo e corroborou sua aproximação com a tradição da História da Cultura.

Essas leituras sobre a Europa Subterrânea e formação do mundo moderno, também foi submetida à sua reflexão metodológica. Seus cursos ministrados na *Scuola Normale Superiore di Pisa*, durante o ano de 1959, foram editadas, originando seu livro *Prospettive di storia ereticale italiana del Cinquecento*, que deixaram patente o seu alinhamento com a perspectiva da História da Cultura, nas seguintes palavras:

“(...) o movimento herético italiano merece ser sempre estudado e assegurado presente, não certamente apenas como movimento (se si pode falar de movimento no sentido de corrente de qualquer modo unitária e contínua) de reforma, e depois de oposição ao recomeço do catolicismo romano na Itália e afirmação da Contra-Reforma; mas como parte integrante da vida religiosa italiana daquele período. Há também que estudá-los, sob certos aspectos, pelo interesse que apresentam as formas da vida religiosa de pequenas comunidades ou de grupos de exilados e de emigrados, e entre estes grupos, distribuídos e dispersos em seu interior, daquele núcleo de pessoas mais inquietas e radicais que foram chamadas hereges no sentido mais delimitado e restrito. [...] Poder-se-ia, assim, falar de problemas e questões de história da vida religiosa do *Cinquecento* europeu, na qual aqueles grupos e aqueles núcleos se inserem,

considerados na perspectiva e sob o ponto de vista da história da cultura [...].”

(CANTIMORI 1992. p. 424)

Nesta mesma obra, através de palavras, foi declarada e materializada a sua defesa e prática de análise microscópica dos objetos de estudos, para abarcar o entendimento da complexidade dos homens nos seus ciclos de convívio, retirando-os das interpretações embasadas em conceitos e categorias homogêneas. Assim, a leitura histórica foi apresentada como uma prática científica que trabalha a particularidade das relações singulares dos homens como forma de vislumbrar um contexto mais geral. Esta operação:

“(...) constitui para o estudioso um espelho que amplia de maneira mais evidente os fenômenos da vida religiosa européia, permitindo assim usar (com um método análogo àquele da *Wissenssoziologie*) os materiais e os resultados da pesquisa microscópica para uma indagação e consideração macroscópica, sem revogar os cânones da concretude, da especificação e da cautela que são próprio de todo estudioso de história, e sem incorrer em generalizações arriscadas ou fantásticas.” (CANTIMORI 1992. p. 426)

Estas aulas e textos influenciaram a trajetória da historiografia italiana e européia entre as décadas de 1950 e 1970, período em que a História como disciplina acadêmica passava por uma nova revisão em suas bases paradigmáticas. Neste contexto, muitos historiadores se voltaram para a perspectiva microscópica de análise como uma maneira de combater aquela visão decadente do cientificismo historiográfico baseado nas categorias, conceitos gerais, teorias estruturais e mecânicas. Exercício este, promovido pelo próprio Delio Cantimori, em sua trajetória de estudioso da história dos humanistas e hereges italianos do *Cinquecento...*

### **Bibliografia**

BURCKHARDT, Jacob. **La pittura italiana del Rinascimento**. A cura di Maurizio Ghelardi e Susanne Müller. Venezia: Marsilio, 2001.

\_\_\_\_\_ **L'arte italiana del Rinascimento**, vol. II. Pittura: i generi. A cura de Maurizio Ghelardi. Venezia: Marsilio, 1992.

\_\_\_\_\_ **Reflexões sobre a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

CANTIMORI, D. **Eretici italiani del Cinquecento e altri scritti**. Giulio Einaudi editore, Torino, 1992.

- \_\_\_\_\_. **Prospettive di storia ereticale italiana del cinquecento.** In: *Eretici italiani del Cinquecento e altri scritti.* Giulio Einaudi editore, Torino, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Storici e storia.** Giulio Einaudi editore, Torino, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Umanesimo e religione nel Rinascimento.** Giulio Einaudi editore, Torino, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Politica e storia contemporanea.** Torino: Einaudi, 1991.
- CHABOD, F. **La idea de nación.** Traducción de Stella Mastrangelo. Fondo de Cultura Económica México. 1987.
- FERNANDES; Cássio. Jacob Burckhardt e a preparação para a Cultura do Renascimento na Itália. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais.* Julho / Agosto / Setembro de 2006. Vol 3, nº3.
- \_\_\_\_\_. **Jacob Burckhardt e Aby Warburg: da arte à civilização italiana do Renascimento.** Págs 127 – 143. In: *História da Historiografia e Teoria da História. LOCUS: Revista de História.* Juiz de Fora: Programa de Pós-graduação em História / Departamento de Historia, 2006 v.12, n. 01. pág 128.
- GENTILE, Giovanni. **Il pensiero italiano del Rinascimento.** Firenze: Sansoni, 1955.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MICOLLI, G. **Delio Cantimori: la ricerca di una nuova critica storiografica.** Giulio Einaudi editores, Torino, 1970.
- PERTICI, R. **Mazzinianesimo, fascismo, comunismo: l'itinerario político di Delio Cantimori (1919-1943).** Cromohs, pp 1-128. 1997.
- SASSO, Gennaro. **Delio Cantimori: filosofia e storiografia.** Ed. Scuola Normale Superiore di Pisa. 2005.
- SAITTA, Giuseppe. **Marsílio Ficino e la filosofia dell'umanesimo.** 3º edizione. Editoriale Fiammenghi & Nanni. Bologna, 1954.
- SCHORSHE, Carl E. “A História e o estudo da cultural” In: **Pensando com a História. Indagações na passagem para o modernismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 241-255.

---

## A PROBLEMATIZAÇÃO DO MÉTODO PANOFSKYANO NA HISTORIOGRAFIA DA ARTE

Vera Pugliese\*

O presente texto esboça um breve recorte da extensa fortuna crítica sobre o método iconológico ternário que Erwin Panofsky sistematizou em 1939 em *Estudos de Iconologia*, destinado a estudar a produção das artes visuais europeias dos sécs. XV e XVI, sob a jurisdição temática da retratística, da pintura religiosa e da mitológica. Interessa investigar no presente recorte as motivações e os mecanismos que agenciaram as escolhas que permitiram a consagração de seu método na Historiografia da Arte e o teor das críticas à Iconologia.

A abertura heurística da fundação da Iconologia por Warburg seria paulatinamente substituída no Warburg Institute (WI) pelo desejo de sistematização de metodologias mais positivas. Acabou-se por se considerar Panofsky como o pai da Iconologia, a partir da instauração de seu método, rejeitando as principais premissas warburgianas. Sua transferência para os Estados Unidos nos anos 1930 marcou a disseminação dessa vertente, que eventualmente se miscigenou com a Semiótica peirciana na prática da leitura da obra de arte.

### O Método Iconológico

Em 1930 e 1932, Panofsky escreveu os dois ensaios sobre seu método, a introdução a *Hercules nas Encruzinhadas* e “Sobre o problema da descrição e interpretação do conteúdo de obras de arte figurativa”. Mas apenas em *Estudos...*, já nos Estados Unidos, estabeleceu limites precisos entre a iconografia e a iconologia. Seu método, reafirmado na segunda versão desse ensaio publicada com alterações em *Significado nas Artes Visuais* (1955), teria se disseminado como uma “moda” (GINZBURG, 1989: 68), o que demanda a análise de seu teor e das implicações dessa difusão.

Ele pressupõe um primeiro nível descritivo (pré-iconográfico), um segundo analítico (iconográfico), e um terceiro interpretativo. Após a identificação de tipos e temas a serem associados no nível iconográfico, é terceiro nível que coroa a análise anterior com a interpretação do tema iconográfico mediante sua relação com outros temas e obras, objetivando a compreensão de sua significação no interior de um momento cultural específico. Em 1955, Panofsky substituiu a expressão “iconografia *stricto sensu*” pelo termo *iconologia*, entendendo a iconografia como um meio para chegar a ela e não como um fim.

---

\* Departamento de Artes Visuais – IdA/UnB



Para garantir a objetividade da interpretação, Panofsky prescreveu princípios controladores para cada estágio desse processo: a "história do estilo" para o primeiro; a "história dos tipos" para o segundo e a "história dos sintomas culturais" para o terceiro (PANOFSKY, 1979: 24). Esses três princípios se apoiam em um enredo circular no problema da estilística, respaldada pelo próprio método. A fórmula utilizada para expor esses princípios envolve a "compreensão da maneira pela qual (...)", donde se depreende uma mediação do iconólogo, e "sob condições históricas diferentes", entenda-se, diferentes daquelas vivenciadas pelo iconólogo: um determinado objeto foi *expresso* de certo modo em três registros diferentes em cada nível.

Da hierarquia crescente da forma ao conteúdo depreende-se que seu interesse está mais relacionado aos valores humanistas da imagem do que aos seus aspectos formais. A repetição de determinadas constantes estilísticas e a taxonomia dos "tipos" são instrumentos que ao determinam o uso e o reconhecimento das imagens (temas) por meio das figuras (motivos), determinadas pela *Weltanschauung* (visão de mundo) como fundo de organização cultural do quadro conceitual de uma época.

Mas a interpretação iconológica acabou por não se tornar uma prática, que passou a encerrar a análise iconográfica com considerações que entrelaçavam o reconhecimento de certas tendências culturais e determinado *Zeitgeist* em uma cadeia histórica. A *expressão* evocada em cada nível pode assim ser entendida como o *espelhamento* de um contexto extra-artístico.

### **A Iconologia como Método**

O olho treinado do pesquisador se tornou uma das exigências da formação do historiador da arte e a conceituação dos "sintomas culturais" (PANOFSKY, 1986: 63) passou a se conjugar com os *outillages mentaux* propostos pelos Annales (WIRTH, 1989: 23). Nesse sentido, a questão da circularidade do método de Panofsky se torna um problema metodológico e indica questões de ordem teórica, incidindo nos seus princípios controladores e na estilística.

Panofsky tratou do problema da periodização preocupado com os critérios para discernir os momentos de invenção e ruptura na ordem do tempo de acontecimentos (PANOFSKY, 1981: 17-68). Nessa preocupação residia a crença de que a compreensão do *Zeitgeist* humanista possibilitaria ao iconólogo mergulhar nos conceitos renascentistas para escapar do *erro* do anacronismo. Esse distanciamento implicava que as relações entre duas imagens de períodos diferentes poderia ser admitida sob a condição de que estivessem ou poderiam estar implicadas por uma cadeia iconográfica e/ou de fontes literárias que as reportassem a uma *origem* comum mediante a comprovação documental escrita ou imagética.

Em 1932, Panofsky apresentara o problema da descrição da imagem por meio da *Ressurreição* (1510-1516) de Mathias Grünewald, asseverando a impossibilidade de uma descrição “puramente formal”, pois forçosamente ela já penetraria numa “região semântica” (PANOFSKY, 2005: 88). Mesmo considerando o imbricamento das camadas, a descrição fenomênica já envolvia implicitamente o arbítrio superior de *corretivos objetivos de interpretação*, ou seja, princípios de controle. A camada de sentido fenomênico recorreria à *história das configurações* (estilo), a do sentido semântico recorreria à *história dos tipos*.

A questão da interpretação levou Panofsky a se reportar ao Immanuel Kant, que asseverava que a interpretação de um texto deve ultrapassar a letra para “arrancar” dela o que realmente quer dizer (PANOFSKY, 2005: 102). Panofsky já estratificava os níveis (re)inaugurados em 1939, mas evidenciava que a origem da força dos princípios controladores repousa nas diferentes declinações da *história da tradição* na qual jaz o germe da subjetividade.

Quanto a circularidade que garantiria a segurança da cadeia interpretativa, ele mencionou a metáfora do funâmbulo Edgar Wind, por meio da qual buscou explicar que mesmo a utilização da *documentação* deve ser balizada pela relação obra/contexto respaldada pela história da tradição da qual ela faz parte, sendo esse círculo metódico e não vicioso.

Panofsky, então, utiliza o exemplo da saudação do homem com o chapéu para se dedicar à explicação do *Wesenssinn* (sentido essencial), o nível superior de interpretação que penetraria na estrutura interna do fenômeno (PANOFSKY, 2005: 104-105). Esse sentido evoca os ecos do *Kunstwollen* de Riegl, diferentemente do ensaio de 1939 em que Panofsky rejeitou as “volições inconscientes” no ato formador da imagem, assim como os aspectos formais.

### **A problematização do método**

A questão da interpretação abre caminho a proposição de Didi-Huberman de três categorias operacionais do *visual* na História da Arte – o *visível*, o *legível* e o *invisível* – que compreende a imagem e as relações que o indivíduo desenvolve com ela a partir do *ato* da visão. Ele cotejou os níveis metodológicos da Iconologia a elas, ao associar a descrição pré-iconográfica (1939) ao *visível* e a análise iconográfica (1939/55) ao *legível* (D.-HUBERMAN, 1990: 9-64). Mas o *invisível* não pode ser associado à iconologia devido à transgressão anacrônica ao distanciamento do iconólogo e por estar subterraneamente atrelada ao campo semântico.

A utilização do conceito de *representação* na acepção semiológica não investiga “um pensamento da *psique* implicando o sintoma e o inconsciente” (D.-HUBERMAN, 2000: 48-49), forte ponto de discrepância com a crítica de Yve-Alain Bois a Panofsky. Analogamente, a

questão do limite da interpretação ocorreria mediante abordagens à obra como mensagem visual, o que revela uma interdição epistemológica da *apreensão* do olhar sobre a imagem pelo iconólogo. Didi-Huberman empresta de Hubert Damisch a acepção de sintoma em diferente sentido do *sintoma cultural* de Panofsky, como a emergência do *sentido* da imagem ou sua *pregnância da desfuncionalidade*, noções da Fenomenologia e do Estruturalismo que advêm da imagem em sua relação paradoxal com os *tempi* da História da Arte.

Diferente do sujeito-cognoscente da Iconologia, Didi-Huberman considera a memória do sujeito por meio do deslocamento do qual emerge o sujeito-percipiente fenomenológico e, deste, ele avança para a compreensão dos presentes remissivos que se reconfiguram incessantemente na memória do historiador da arte, noção que advêm da Psicanálise, o que nos introduz a outro conceito de sujeito. A assunção desse outro estatuto de sujeito implica um deslocamento epistemológico quando se refere ao problema da *identificação* em Jacques Lacan relativo ao *estádio do espelho*, no qual ocorre a descoberta de três relações entre o indivíduo e o mundo, ato que marca o autorreconhecimento do *eu* diante do mundo, não como um *eu real* e um *mundo real*, mas fundando um *sujeito* e um *objeto* em sua relação mediatizada pela linguagem – e, portanto, no *simbólico* – no ato de subjetivação.

Cabe indagar a natureza da potência do deslocamento epistemológico do sujeito proposto por Didi-Huberman sobre a produção de um discurso histórico artístico, que seria de ordem heurística, o que demanda uma investigação filosófica.

Robert Klein questionou o fundo filosófico em etapas mais complexas que os passos metodológicos de Panofsky, minando o dogmatismo de seu sistema ao criar uma dúvida metódica sobre hermenêutica da Iconologia, mas sua problematização dos limites do método ainda se inscreve no campo discursivo (KLEIN, 1998: 355-356).

A inserção da categoria do *invisível* não deve significar a mera soma de mais uma categoria às outras duas, mas a modificação do eixo epistemológico que desloca obrigatoriamente o sujeito de sua neutralidade em relação ao objeto, denunciando sua relação problemática com o visual, de modo a modificar todo o conjunto categorial organicamente.

Ainda coerente a um esquema ternário, Didi-Huberman propusera entrelaçar paradigmas da relação sujeito-imagem: o "sentido-*sema*", que opera no nível mental da linguagem tanto na Iconografia quanto na Semiótica; o "sentido-*aisthesis*", que opera no nível sensorial (estético ou fenomenal); o "sentido-*pathos*", que operaria no nível psíquico, interagindo com os dois de modo inextricável (D.-HUBERMAN, 1985: 9). Preocupado com o sentido-*sema* da imagem,

o método descritivo e analítico da Iconografia dissecaria a imagem sem, contudo, penetrar em sua fisiologia oculta. Essa fisiologia, para Warburg, residiria no nexos entre forma e conteúdo que o conceito de *Pathosformeln* pressupunha, e não em sua dicotomia. Didi-Huberman indica a necessidade de ultrapassar as oposições entre Iconologia e Formalismo, visando apreender as categorias do *visual* por meio do sentido-*pathos*, jogando com os outros dois paradigmas sem abandonar as ferramentas metodológicas exigidas pela relação sujeito/imagem, pois o *status* do sujeito em cada sentido se desloca epistemologicamente.

Trata-se, com Warburg, reconhecer na prática historiográfica artística que a "insuficiência" metodológica, entendida como o *sintoma* de uma crise epistemológica e não meramente metodológica, pode ser compreendida mediante um agenciamento crítico e autoproblematizador de conceitos operatórios da História da Arte.

### **Método, estilo e forma**

Ao investigar o problema dos limites da iconografia na obra de Fritz Saxl, Ginzburg concluiu que ele ignorou a polissemia da linguagem figurativa em prol de seu caráter literário. Essa incorreção seria uma decorrência do próprio método por não oferecer balizas para a escolha das imagens e textos que teriam efetivamente referenciado as imagens (GINZBURG, 1989: 52ss). Ginzburg analisa ensaios como "Mitologia clássica na arte medieval" (1923) de Panofsky e Saxl para denunciar as consequências de uma leitura *fisiognômica* dos fenômenos artísticos, preocupados com as questões de estilo, desconsiderando as obras em sua especificidade, em concordância com Gombrich. A crítica gombrichiana à concepção de estilo visava tanto a Iconologia quanto a História Social da Arte e o Formalismo. O risco das falácias fisiognômicas na Iconografia ocorria devido à crença na gênese histórica e sociológica dos estilos, devendo a Iconografia se ater ao seu próprio modelo interpretativo a partir dos fenômenos artísticos e suas transformações, abandonando o estilo como um problemático índice das transformações socioculturais.

A Iconologia, portanto, deveria restringir-se à sua aptidão para pesquisas estilísticas, reabilitada como um campo de investigação paralelo à Iconografia concernente ao seu potencial heurístico para discutir o problema do estilo e outras questões teóricas, por ser um campo fecundo para tal, devido ao caráter complexo e paradoxal que a tornava inadequada para a investigação dos fenômenos artísticos isolados.

Gombrich criticou a concepção de estilo na Iconologia por se basear na substituição de um modelo classificatório operacional por uma crença da formação genética dos estilos e suas

morfologias como princípios positivos de formação das imagens (GOMBRICH, 1990: 115). Mas após recorrer às Ciências da Linguagem para explicar a estabilidade dos estilos, acabou por se defrontar com o problema das transformações estilísticas, para as quais teve que recorrer à forças conjuratórias da *história da tradição* abrindo mão da exclusividade dos empréstimos às Semiótica, reabilitando os criticados sintomas culturais ligados à análise iconográfica.

### **O Método e o discurso**

A abertura que caracteriza o nível iconológico de Panofsky não parece ter sido sustentada pelos níveis anteriores porque ele insere um elemento desestabilizador: o nexos forma/ conteúdo. Ginzburg chega a pensar na forte rejeição do Formalismo como, em última instância, rejeição do ato *formador* da imagem, ligado à "esfera das volições inconscientes" (GINZBURG, 1989: 64). Outros fatores seriam a recusa à Filosofia da História e à Psicologia e o conflito entre as ordens epistemológicas requeridas pelos campos da iconografia e iconologia.

A questão que se recoloca é a de como sustentar uma prática historiográfica que se abra à problematização do seu objeto de estudo e de si mesma sem se perder do objeto empírico. Outra linha de uma história crítica da arte é sustentada por Yve-Alain Bois, que apresenta uma importante apreciação à obra de Panofsky.

Em *Pintura como Modelo* (1990), Bois esclarece sua posição diante do campo de forças da História da Arte nos Estados Unidos, cujas pressões hegemônicas engendrariam uma espécie de *chantagem* ao historiador da arte. Ele reconhece na natureza estratégia desse campo de conhecimento a forças que se manifestam em seis diferentes tipos de chantagem que seriam o teorismo, a antiteoria, a moda, o antiformalismo, a exigência sociopolítica e o assimbolismo.

Bois define o assimbolismo, baseando-se em Roland Barthes, por meio da metáfora de uma "atrofia da função de simbolização". Parafraseando a afecção do antiformalista, "o crítico assimbolista concebe o significado como um ingrediente que ... poderia estar ausente", quando na verdade suas próprias vítimas "compartilham um princípio fundamental baseado na confusão entre o significado e o referente da obra" (BOIS, 2009: XXXI-XXXII).

Retomando a diferença entre os ensaios de 1930, 1932, 1939 e 1955, Bois crê ter havido um giro iconográfico, que entende como uma negação ou um mascaramento da prática iconológica em uma versão aprofundada e sofisticada da iconografia. Para explicitar como a transformação que a emigração de Panofsky repercutiu em sua obra, Bois retoma o caráter

teórico de seus ensaios germânicos e nota que Panofsky enrijeceu a estratificação da História da Arte em 1939, em detrimento da forma e em prol do interesse da identificação do tema.

Assim, o fortalecimento da Iconologia nesse país foi inversamente proporcional à abertura de estudos sobre a “*possibilidade* de significado, da estrutura da significação enquanto tal”. Mas, além da questão da polissemia, Bois está preocupado com a “possibilidade estrutural da flutuação semiológica dos signos” (BOIS, 2009: XXXV). Ele interpreta a própria advertência de Panofsky em relação à “mania iconológica” e a extensão do método à arte abstrata (PANOFSKY, 1986: 54) como uma restrição devida tanto à sua “perplexidade” diante da abstração quanto ao interesse hermenêutico se antepor à potência heurística do método.

Remetendo-se ao epílogo de *Significado...*, Bois afere que seu crescente assimbolismo era decorrente de sua emigração, no sentido de “integrar-se com perfeição ao tecido cultural do novo país” (BOIS, 2009: XXXVI). Nesse texto, ao revelar a importância do distanciamento das chantagens ditadas pela tradição provinciana das compartimentações da Historiografia da Arte na Europa, Panofsky se maravilhou com a “transformação linguística e epistemológica a que teve de se submeter” (PANOFSKY: 1986: 419-420). Mas para Bois, ele ocultava com uma “ironia autoinflingida” o pesar por sua sujeição voluntária à drástica amputação de sua formação filológica. A “adoção de uma concepção econômica da linguagem”, transparente em seus significados, recusava a abertura polissêmica da língua alemã, intimamente imbricada à abertura das conotações necessárias à interpretação iconológica (BOIS, 2009: XXXVII-XXXVIII). De fundo, era a recusa a qualquer opacidade na própria cadeia interpretativa na investigação iconográfica, sob a forma de um assimbolismo que acaba por proscrever a abertura semântica da iconologia.

### **Uma História *problemática* da História da Arte**

No entender de Didi-Huberman, o conceito fundante do discurso vasariano é a *eterna fama* que sintetizou o complexo de ideais humanistas que inauguraram o campo de saber sobre a arte. A disciplina foi impregnada desse legado mediante o jogo entre as regras/transgressões que se revela pelo uso dos padrões estilísticos que operacionalizaram suas escolhas e valorizações. As condições de emergência deste discurso referem-se ao fato dele ter se constituído à imagem de seu próprio objeto, a arte renascentista, como discurso “objetivo”.

Para verificar a hipótese de que seria possível evadir desse movimento especular, ele propõe investigar as bases epistemológicas desta disciplina para compreender sua dialética. No desenho esboçado por Didi-Huberman, a tese teria lugar na eleição vasariana do conceito-

matriz da *mimesis* como fundamento de Verdade na arte vinculado à noção de Idea, num campo teórico cujo recorte discursivo teria um caráter arbitrário ao constituir-se a partir de certa autoridade, valores e normas. (D.-HUBERMAN, 1990: 110-111)

A antítese teria como marco o movimento de rever os fundamentos dessa disciplina com Johann Winckelmann, mediante a transformação de temas vasarianos como o do gosto na *Crítica da faculdade de julgar*, como uma faculdade de conhecimento, a instância *subjetiva* que se opôs à normativa do *antigo* prescrita como um absoluto. A legitimação desse discurso na antítese kantiana nas universidades deu-se como um saber *desinteressado e objetivo*.

A síntese que ultrapassaria esse movimento seria o de um pensamento neokantiano, com Panofsky, cuja exigência teórica fundada na *teoria do conhecimento* esteve mais presente até 1933. O lema de Panofsky: “A relação do olho com o mundo é na realidade a relação da alma com o mundo do olho” (PANOFSKY, 1975: 185) condensaria, assim, a recusa da Iconologia à Psicologia, demandando uma abordagem semiológica do nível do *visível*.

Mas Didi-Huberman entende o exemplo da saudação com o chapéu, didatizada no ensaio de 1939, como um cumprimento metafórico de suas intenções diante de seu novo público norte-americano. A “vocalização interpretativa” da terceira camada de sentido fora apresentada (1932) como a *suprema região* de um *Wesenssinn*, evidenciando a força filosófica, posteriormente substituída pela intenção pedagógica em 1939. Mesmo que o exemplo da saudação já existisse em 1932, a substituição do caso da *Ressurreição* de Grunewald pelo do cavaleiro com chapéu de 1939 se deu no nível de sua função exemplar na condução do leitor pela progressão das camadas de sentido da imagem (D.-HUBERMAN, 1990: 122-124). A gravidade formal e de conteúdo de ambos os exemplos revela a diferença entre dois lugares de fala do iconólogo, marcando a adoção de um novo *status* em relação ao *campo de forças* da História da Arte.

Se em 1932 sua crítica ao Formalismo compreendia uma reflexão sobre o ato de descrever, em 1939 o “essencial” do método teria “estranhamente” arrefecido, o que revela a limitação do modelo operatório de inferência do ensaio posterior. Panofsky antes problematizara a questão da origem da imagem, concluindo não haver um “estado de natureza” para a percepção. Postulando o primado da consciência do iconólogo, ele evidenciou a complexidade de seu método (1932), ao indicar “a questão do significante pictórico ..., esse “dado plurívoco” que dá a ocasião paradoxal de formular um “conteúdo conceptual” unívoco, o que teria se “afogado” (1939) sob a clareza da noção da progressão e condicionamentos dos níveis de significado (D.-HUBERMAN, 1990: 125-126).

A prestidigitação de Panofsky na passagem do funâmbulo era a de apresentar a *síntese* interpretativa, resolvendo o problema da interpretação, que envolve a relação de conhecimento do objeto pelo sujeito, coerentemente a seus fins *transcendental-científicos*. Os conceitos operatórios privilegiados dessa síntese fariam desaparecer os princípios teóricos da sua fase germânica, para reapresentá-los de modo positivo em 1939. Mas passagem da antítese à síntese também envolve a noção de que a síntese já estava inscrita no discurso crítico da antítese, assim como a aporia invoca seu ultrapassamento.

A própria estrutura da História da Arte seria humanista, mas o movimento histórico de seu nascimento acabou por seguir os preceitos da síntese kantiana desenhada por Panofsky. O corolário desse movimento é que os outros períodos (e estilos) da História da Arte seriam regidos pelo Renascimento como um “modelo absoluto de conhecimento” e o processo mental característico para apreender seus movimentos profundos, seria “sintético e subjetivo” (D.-HUBERMAN, 1990: 140-141). Essa apreensão de seus objetos seria (auto)legitimada pelos próprios limites (subjetivos) da disciplina como sua possibilidade de conhecimento, sendo eles passíveis da análise *racional*. A análise panofskyana procederia assim a uma *sobressíntese*, partindo da síntese subjetiva. Didi-Huberman percebe um sofisma nesse movimento: se a condição do objeto de conhecimento dessa disciplina é criada pela consciência, os fenômenos artísticos seriam “objetos de consciência” no sentido kantiano, não havendo lugar na disciplina humanística para o inconsciente (D.-HUBERMAN, 1990: 142).

Mas o grande círculo mágico da História da Arte, de cujo centro irradiam as aporias, as antinomias, os conceitos operatórios das interpretações é o Renascimento. Sua circunferência de possibilidades teóricas regidas pela Idea inscreve um campo discursivo: círculo vasariano endossado por Panofsky, cuja legitimação retorna a Vasari. As forças conjuratórias da História da Arte reerguem-se sob o primado da consciência, ainda que fundada por recursos metafísicos, denegando o inconsciente. Tal denegação desencarna as imagens de uma porção de seu sentido, sintetizando as imagens em “uma única semelhança *universal*”, rejeitando qualquer dessemelhança, que a imagem possa portar, aceitando apenas as imagens “à imagem de seu próprio pensamento: sua Idea humanista da arte” (D.-HUBERMAN, 1990: 145).

O conceito de representação no Renascimento, assim como para a Iconologia seria condicionado pela subsunção das formas, mediante as regras humanistas (o conceito abstrato de Idea), o que explicaria a aproximação dos universos do *visível* e do *lisível* no método panofskyano, assim como na arte da retórica, o que remeteria à *Iconologia* que Cesare Ripa



escreveu em 1593, dirigida tanto a artistas quanto a retores e poetas. Essa relação no aduz à hipótese de que a Iconologia panofskyana seguia a lógica de uma retórica *à rebours*.

Didi-Huberman cogita a redução da exigência crítica de Panofsky da terceira camada de sentido (1932) à autoridade das fontes literárias da análise iconográfica (1939), optando pela caução de uma ciência da prova em detrimento de uma história da arte idealista. Isso se deveu não ao efeito do ambiente pragmático anglo-saxão sobre ele, mas do avanço crítico no período germânico, e do recuo da aporia do idealismo na qual jaz o paradoxo da codependência de polos dialéticos em sua obra, paradoxo que a História da Arte comporta, em sua (re)fundação. Panofsky teria instaurado uma verdade de adequação num sistema autolegiferante, sob um tom kantiano que a História da Arte passou a adotar como uma verdade *a priori*, apropriando-se de modo deslocado da autoridade do esquematismo kantiano voltado para as questões da História da Arte, lançando como universais conceitos operatórios que utilizamos na produção historiográfica artística hoje.

### **Considerações**

Ao identificar as “grandes mutações científicas” vinculadas a “novas formas na vontade de verdade”, Foucault concluiu que os pensadores do século XIX cunharam, a partir das bases clássicas, sua própria história: a “das funções e posições do sujeito cognoscente” (FOUCAULT, 1990: 16). Ele entendeu como sistema de exclusão a vontade de verdade apoiada em um suporte institucional, que é o mesmo que agencia os saberes e as práticas de uma sociedade, que reporta ao seu fundamento de realidade, no plano epistemológico.

Desse raciocínio, depreende-se a necessidade da institucionalização de um discurso disciplinar, a criação de seus princípios de controle, seleção, organização, redistribuição e delimitação. Foucault destacou entre os princípios de restrição a definição da qualificação e do papel do sujeito no discurso, que exercem formas coercitivas de apropriação, sob o regime de exclusividade das disciplinas, que atuariam como princípios de controle da produção do discurso (FOUCAULT, 1990: 36-39).

Essa reflexão sobre esclarecer sobre elementos subterrâneos da constituição do discurso histórico artístico, cujas interdições e princípios de controle seriam a própria condição do sujeito historiador da arte na produção de seu discurso, que se revelam por meio de suas restrições e controles, de sua autoridade e de suas escolhas.

A iconografia se tornou um *topos* tão assíduo na História da Arte, que passou a ser utilizado como um cânone na produção de conhecimento inclusive pelo historiador. Sob essa prática, há a transmissão consciente de seus conceitos e, inconsciente, de seus *tabus*.

Os princípios de controle do método panofskyano incidem sobre um mecanismo estruturado pelo eixo da disciplina: a relação entre o tempo e a arte, interditando a abertura do anacronismo devido ao seu transgressor potencial fenomenológico e psicológico que se abre ao problema do sujeito e da memória (PUGLIESE, 2011) e a abertura da consideração da especificidade da imagem, devido ao seu potencial transgressor que escapa ao âmbito do campo semântico em direção ao inconsciente, à problematização epistemológica da relação sujeito/objeto. Ambas as interdições encarceram a produção historiográfica artística em uma circularidade autolegiferante de suas origens e seus fins no interior de movimentos dialéticos. Diferentemente das críticas que não abandonam o vínculo da imagem com o campo discursivo, a crítica de Didi-Huberman parece oferecer uma alternativa a esses desdobramentos, ao propor um deslocamento do sujeito em relação a esse discurso mediante instrumentos metodológicos baseados em Benjamin e Warburg para ensejar uma História da Arte que parte do valor de uso crítico do anacronismo e da investigação da espessura do olhar do historiador da arte diante de seu objeto sem, contudo, denegar a tradição historiográfica artística por meio dos sentidos semânticos e estéticos de seu objeto.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIDI-HUBERMAN, G. La peinture incarnée. Paris: Minuit, 1985.  
\_\_\_\_\_. Devant L'Image. Paris: de Minuit, 1990.  
\_\_\_\_\_. Devant le Temps, Paris: Minuit, 2000.  
\_\_\_\_\_. L'Image Survivante. Paris: Minuit, 2002.
- FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 16ª Ed, 2008.
- GINZBURG, C. Mitos emblemas sinais. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- GOMBRICH, E. Norma e forma. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- KLEIN, R. A forma e o inteligível. São Paulo: Edusp, 1998.
- PANOFSKY, E. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1979.  
\_\_\_\_\_. Renascimento e Renascimentos na arte ocidental. Lisboa: Presença, 1981.  
\_\_\_\_\_. Estudos de Iconologia. Lisboa: Estampa, 1986.

PUGLIESE DE CASTRO, V. M. Entre o anônimo La Vierge Enfant e o São Domingos, de Matisse: imagem e olhar na historiografia da arte. 2005. 324 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arte – VIS/IdA, Universidade de Brasília).

PUGLIESE, V. “O anacronismo como modelo de tempo complexo da espessura da imagem”. In: Revista Palíndromo do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – V.6, ago/nov de 2011, Florianópolis-SC: PPG Artes Visuais - CEART/UDESC, p. 13-51.

WIRTH, J. L. *Image Medievale*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989

**UM PANORAMA SOBRE A TRADIÇÃO MANUSCRITA DO *CORPUS AURELIANUM* E AS TRANSFORMAÇÕES NO TEXTO DAS *HISTORIAE ABBREVIATAE* DE AURÉLIO VÍTOR.**

Moisés Antiqueira\*

O *Corpus Aurelianum* se refere a uma compilação de três obras históricas distintas, a saber, a *Origo gentis Romanae*, o *De uiris illustribus (urbis Romae)* e as *Historiae abbreviatae*, todas elaboradas no século quarto da era cristã. O seu nome deriva da errônea atribuição de sua autoria a Aurélio Vítor, historiador que efetivamente compôs apenas o terceiro texto que integra o referido *corpus*. A obra por ele escrita, comumente denominada por *De Caesaribus* (“Sobre os Césares”)<sup>1</sup>, abarcava de modo sucinto a história do Império romano, entre a Batalha de Ácio e o vigésimo terceiro ano do reinado de Constâncio II, isto é, o período que se estendia entre setembro de 359 e o mesmo mês do ano seguinte. Pouco tempo depois, Aurélio Vítor finalizou a redação de sua narrativa.

Quanto aos demais textos, porém, desconhecem-se os seus autores. A *Origo gentis Romanae*, ou “As origens do povo romano”, relatava os míticos inícios da história de Roma, desde a chegada de Saturno na península Itálica até o surgimento de Rômulo e Remo. Por seu turno, o *De uiris illustribus (urbis Romae)*, “Sobre os homens ilustres (da cidade de Roma)”<sup>2</sup>, apresenta uma sequência de curtas biografias que englobam desde o primeiro rei romano, Rômulo, até Otaviano Augusto e outras personalidades históricas relacionadas ao Triunvirado e às guerras civis dos últimos anos do período republicano da história de Roma. Em verdade, como demonstra Momigliano (1958: 63) o título *OGR* se aplicava ao *corpus* tripartite como um todo e não somente ao primeiro opúsculo que o integrava, o qual não apresentava denominação alguma. Entretanto, por conveniência, designar-se-á a primeira parte do *corpus* pelo nome tradicional de *OGR* – tal como o próprio Momigliano o fizera.

\* Doutorando em História Social (FFLCH/USP), sob orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Corassin.

<sup>1</sup> Franz Pichlmayr, por ocasião da primeira edição teubneriana dedicada ao *Corpus Aurelianum* (impressa em 1892), acrescida também do *Epitome de Caesaribus*, cunhou o título *De Caesaribus* a fim de designar a obra efetivamente escrita por Aurélio Vítor, quer dizer, a terceira e última parte da compilação que se iniciava com a *Origo gentis Romanae* e o *De uiris illustribus*. Pichlmayr assim procedeu a fim de enfatizar um paralelo entre a obra de Aurélio Vítor e o texto que a antecedia de imediato no interior do *corpus*, isto é, o *De uiris illustribus*, de modo que, ao relato acerca da vida das mais notáveis figuras da era republicana, seguir-se-ia uma narrativa dedicada a Augusto e os seus sucessores (ANDO, 1995). Não obstante, Pichlmayr ignorou a expressão que intitula o livro de Aurélio Vítor nos manuscritos que o contém – *Historiae abbreviatae* – e salientou em demasia a estrutura biográfica da obra, em detrimento dos elementos propriamente historiográficos.

<sup>2</sup> Doravante, nos referiremos às três obras da seguinte maneira: *Origo gentis Romanae* = *OGR*; *De uiris illustribus* = *DVI*; e as *Historiae abbreviatae* como *Hist. abbrev.*

Pois bem, o *Corpus Aurelianum* nos foi legado por intermédio de dois manuscritos, ambos datados do século quinze e possivelmente derivados de um mesmo arquétipo. O primeiro deles concerne ao *Oxoniensis* (*O*), assim chamado em razão de ter sido redescoberto em Oxford, ao final dos Oitocentos, por Hirsch Hildesheimer, um estudioso austríaco que se notabilizou em meio ao ativismo sionista teutônico na virada do século dezenove para o vinte. O citado manuscrito se encontrava junto a outros códices que haviam sido anteriormente recolhidos na cidade de Veneza, por parte de eruditos ligados à Companhia de Jesus. Compunha o acervo da Bodleian Library e se divide em duas partes, das quais a primeira contém uma tradução latina dos *Memoráveis* de Xenofonte, enquanto que a segunda traz o *Corpus Aurelianum*.

O códice *O*, porém, remontava ao ano de 1453 e era proveniente da biblioteca do grande humanista e cardeal Basílio (Giovanni) Bessarione, então legado papal em Bolonha. Já o outro manuscrito remete ao Norte da Europa e é identificado como *Bruxellensis* ou *Pulmannianus* (*P*). Foi encontrado na capital belga em 1850, pelo laureado Theodor Mommsen. A datação do mesmo, porém, se circunscreve provavelmente ao último quarto do século XV. No século seguinte, sabe-se que ficou em posse de Jean de Loemel, capelão da igreja de Saint-Denis de Liège, sendo posteriormente adquirido por Theodor Poelman. Este último presenteou o jesuíta Andreas Schott com o códice *P*, o que explica o motivo pelo qual a *editio princeps* do *corpus* tripartite, organizada pelo citado Schott e publicada na Antuérpia em 1579, ter se fundamentado sobremaneira em *P* e negligenciado o outro códice, o *Oxoniensis* (D'ELIA, 1965: 75).

Não obstante, Schott indicava no prólogo de sua edição a existência de um terceiro e atualmente ignoto manuscrito, que teria pertencido ao jurista Jean Matal, do que resulta sua denominação de códice *Metelli* ou *M*. Schott se referia a tal manuscrito como “antiquíssimo” e julgava que o mesmo teria sido confeccionado oitocentos anos antes, ainda no século oitavo (MOMIGLIANO, 1984: 178). Em uma nova edição do *corpus* tripartite publicada em 1609, Schott inseriu na íntegra uma epístola não datada que Matal, habitante da cidade de Colônia, havia endereçado ao filólogo Stephanus Pighi, na qual se teciam longas referências ao hoje perdido códice *M* e, ao mesmo tempo, atestava a eventual antiguidade daquele.

Resta saber, portanto, se *M* corresponderia ao arquétipo do qual tanto *O* quanto *P* dependiam. Não há dúvidas de que *O* não derivou de *P*, e vice-versa, pelo fato de que as lacunas nos textos que podem ser observadas em *P* não são compartilhadas por *O*, do mesmo

modo que não se encontram em *P* as omissões e supressões existentes em *O*. Desta feita, Corbett (1949: 254) e D’Elia (1965: 58) concluíram que os códices *Oxonienis* e *Pulmannianus* não poderiam senão resultar de uma mesma família. O códice *Metelli*, dada a antiguidade que Matal julgava possuir, emergiria como o exemplar em que os outros dois manuscritos teriam se baseado.

Todavia, faz-se escusado destacarmos um ponto importante. A tradição manuscrita direta, tangente às narrativas da *OGR* e das *Hist. abbrev.*, se encerra nos códices *O* e *P* que reproduzem o *corpus* tripartite. O texto do *DVI*, no entanto, foi transmitido e preservado por meio de uma segunda tradição, completamente autônoma em relação aos manuscritos *O* e *P*, e que consiste em mais de setenta códices, o que atesta a popularidade do *DVI* para muito além dos limites do próprio *Corpus Aurelianum* (SAGE, 1978: 217-218).<sup>3</sup>

Ora, a existência de uma tradição manuscrita independente, no tocante ao *DVI*, propiciou a oportunidade de se confrontar o texto do *DVI* contido em *O* e *P* – isto é, o *corpus* tripartite – com os demais códices. Constatou-se, como informa Momigliano (1984: 179), que a narrativa do *DVI* exposta por *O* e *P* apresenta interpolações inexistentes no outro ramo da tradição manuscrita que envolve a obra em questão. As passagens interpoladas foram, sobretudo, extraídas do *Breviário* de Flávio Eutrópio (ca. 369-370), da *História Universal* de Paulo Orósio (ca. 410-420) e da *História Romana* elaborada por Landolfo Sagaz por volta do ano de 1023. Por conseguinte, se deduz que o arquétipo de *O* e *P* foi escrito, provavelmente, em data posterior à década de 1020. Isso não significa que o “antiquíssimo” códice *M* deva ser categoricamente rejeitado como a raiz dos códices *O* e *P*, porém as poucas informações acerca de *M* tornariam difícil reconhecê-lo enquanto tal (MOMIGLIANO, 1984: 183).

D’Elia (1965: 73), por sua vez, ao analisar o teor da carta que Matal enviara a Pighi, assevera que o códice *M* se enquadrava na mesma família a qual pertenciam *O* e *P*. Tal argumentação se pauta na constatação de que *M* partilharia certos elementos estruturais com *O* e *P*, caso do acréscimo dos nove últimos capítulos ao texto do *DVI* e da “divisão” do *corpus* em duas partes, na medida em que os textos relativos à *OGR* e ao *DVI* conformariam uma narrativa integrada, sem solução de continuidade, que se somava às *Hist. abbrev.* de

---

<sup>3</sup> Há algumas diferenças entre as duas tradições manuscritas do *DVI*. No interior do *corpus* tripartite, quase a totalidade do primeiro capítulo foi suprimida, pois o compilador do *corpus* pretendia eliminar a repetição de material já exposto anteriormente na *OGR*, referente a Rômulo. Para além, o capítulo 16, concernente ao episódio da Batalha do Lago Régilo no início do século V a.C., também foi removido. Por outro lado, somente o texto que integra o *corpus* apresenta nove capítulos adicionais a encerrar a narrativa. Não obstante, tanto o *corpus* quanto os manuscritos para além dele descenderiam de um mesmo arquétipo (SAGE, 1978: 218).

Aurélio Vítor. Ademais, análises paleográficas efetuadas sobre os códices *O* e *P* fazem pensar em um arquétipo que remontaria ao período compreendido entre os séculos onze e quatorze. Sabe-se que os manuscritos denotam sinais de interpolação que remontariam à obra escrita por Landolfo Sagaz. O livro deste conheceu substancial fortuna durante o século treze, em especial nos arredores do vale do Reno, algo que sustenta a hipótese de que o arquétipo a partir do qual *O* e *P* foram modelados adviria do Norte da Europa – talvez mesmo da região renana –, tendo sido redigido nos Trezentos (D’ELIA, 1965: 113).

Vale lembrar que Matal escrevia ao seu destinatário, acerca do códice que possuía, exatamente a partir da cidade de Colônia. Assim, D’Elia (1965: 114) advoga que, diferentemente do que Schott em sua primeira edição do *corpus* e Matal em sua carta faziam crer, o códice *M* não seria “antiquíssimo”, mas apenas “antigo”, isto é, anterior ao Humanismo e, portanto, predecessor de *O* e *P*. Nestes termos, seria “*l’unica tesi possibile*” considerar que *M* seria o arquétipo perdido dos manuscritos *O* e *P*, conclusão esta que encontra amparo também em Schmidt (1995: 1602).

Feito isso, partamos para o segundo aspecto a ser discutido no presente trabalho. Salientemos que em parte alguma do *Corpus Aurelianum* se observa o emprego da expressão ou do título *De Caesaribus* em referência à narrativa composta por Aurélio Vítor. Antes, verifica-se como entrada à obra a seguinte passagem: “Histórias abreviadas de Aurélio Vítor (*Aurelii Victoris Historiae abbreviatae*), desde Otaviano Augusto, isto é, a partir do final de Tito Lívio, até o décimo consulado de Constâncio Augusto e o terceiro de Juliano César”.<sup>4</sup>

Portanto, eis que nos deparamos com a locução *Historiae abbreviatae*, e não *De Caesaribus*. A diferença entre ambos os títulos é, em si, significativa, e deve ser investigada. Em primeiro lugar, a natureza da tradição manuscrita direta relativa à obra de Aurélio Vítor impõe um série de obstáculos. Como vimos, o texto foi legado aos pósteros como a última parte de um *corpus* que incluía outros dois opúsculos, cuja estrutura narrativa e objetivos distinguiam-se dos de Aurélio Vítor. Momigliano (1958: 58) defende que o responsável pela compilação do *corpus* tripartite não se confunde com os autores de cada um dos textos que o integram. No prólogo delineado pelo ignoto compilador, em que se enumeram os analistas e historiadores romanos pretensamente consultados para a elaboração de todo os textos que

---

<sup>4</sup> Na carta de Matal a Pighi, o título do livro de Aurélio Vítor é praticamente idêntico ao indicado acima. Notar-se-ia, contudo, duas diferenças: Matal referia-se às *Hist. abbrev.* como obra de *Victoris Aurelii*, ao passo que suprimiu a menção feita ao *César* Juliano (D’ELIA, 1965: 61). No mais, o título apresentado por Matal equivale literalmente ao exposto em *O* e *P*.

integravam o *Corpus Aurelianum*, se emprega o vocábulo *neoterici* em relação a Tito Lívio e Aurélio Vítor. A palavra *neotericus* teria sido comumente empregada entre os séculos quarto e sexto e, ao referir-se desta forma aos supracitados historiadores, o compilador desejava indicar escritores da época de Augusto em diante.

Sendo assim, o anônimo compilador teria efetuado sua tarefa pouco depois do aparecimento da obra de Aurélio Vítor, cujo relato finda no ano de 360, uma vez que resultaria difícil compreender por qual razão uma peça literária tão ousada – que se quer passar como uma história total de Roma, iniciando-se com as origens da cidade – não avançou além de 360, momento este que nem ao menos expressava o ponto final de um reinado, por exemplo, e sim apenas a baliza cronológica que encerra a narrativa das *Hist. abbrev.* compostas por Aurélio Vítor (MOMIGLIANO, 1958: 59)<sup>5</sup>. De maneira semelhante, Siniscalco (2003: 34) reitera a proposta de que o agrupamento dos textos que dariam forma ao *Corpus Aurelianum* deu-se ainda na segunda metade do século quarto, pois que a compilação apresentaria pontos de contato com o renascimento de motivos “clássicos”, e mais especificamente augustanos, que teriam perpassado as décadas finais daquela centúria, traduzindo-se pela nostálgica remissão ao *mos maiorum* e à figura de Augusto.

Já Puccioni (1958 apud D’ELIA, 1965: 21) aventava que a junção da *OGR*, do *DVI* e das *Hist. abbrev.* em um único *corpus* pudesse ser creditada a Cassiodoro ou a alguma personagem ligada ao seu “círculo”, o qual fomentou um notável “renascimento literário e cultural” na Itália junto a corte de Teodorico (493-526), promovendo a correção de textos antigos, a tradução de autores gregos e, é claro, a composição de obras originais. Contudo, não há passagem alguma nos textos de Cassiodoro que confirme a hipótese aventada por Puccioni, que não ultrapassa o plano da mera, ainda que engenhosa, especulação.

D’Elia, por sua vez, propõe uma datação posterior para o surgimento da compilação envolvendo as três obras. Argumenta que João Lido, cujo *De magistratibus* foi escrito em Constantinopla por volta de 559, denota o conhecimento dos textos de Aurélio Vítor, mas parece ignorar a *OGR* e o *DVI*. Por outro lado, a *Chronica maiora*, composta por Isidoro de Sevilha após o ano de 615, apresenta ecos do último capítulo presente no texto do *DVI* que integrava o *corpus* tripartite, porém não demonstra influência alguma das *Hist. abbrev.* Logo,

---

<sup>5</sup> Não obstante, soa intrigante pensarmos, seguindo essa linha argumentativa de Momigliano, que poucos meses depois de concluído, o livro de Aurélio Vítor passasse a circular como parte integrante de uma obra ainda maior, cujo relato começava com os míticos tempos da fundação de Roma. Neste ensejo, aventamos que o texto de Aurélio Vítor serviria a outros propósitos e, logo, assumiria outras feições aos olhos do público leitor.



conclui D’Elia (1965: 27) que “*sembra si possa almeno legittimamente sospettare che fino a questo periodo le tre opere non erano state raccolte in un solo corpus*”, na medida em que, na Constantinopla da época justiniana, circulariam ainda exemplares “independentes” relativos à narrativa de Aurélio Vítor,<sup>6</sup> enquanto que, no Mediterrâneo Ocidental, Isidoro de Sevilha comprovaria a existência, no primeiro quartel do século sétimo, de uma edição “não modificada” do *DVI* – quer dizer, que não teria sofrido ainda alterações visando que se conectasse adequadamente ao conteúdo do livro que se seguiria no *corpus*, qual seja, as *Hist. abbrev.* de Aurélio Vítor.

A constituição do *corpus* tripartite, nestes termos, resultaria do labor de algum *grammaticus* posterior à época de Justiniano, uma vez que, entre o momento da composição da obra de João Lido até o surgimento do arquétipo dos códices *O* e *P* (provavelmente no século treze, como esboçado acima), não se verificariam quaisquer vestígios do emprego da *OGR* e das *Hist. abbrev.* em meio às fontes literárias conhecidas (D’ELIA, 1965: 113). Por outro lado, a inserção, nos textos que compunham o *Corpus Aurelianum*, de passagens extraídas das obras escritas por Flávio Eutrópio, Paulo Orósio e Landolfo Sagaz somente poderia ter sido efetuada séculos depois da era justiniana, como fruto do trabalho de algum literato desconhecido. Em outras palavras, a interpolação ocorreu em um momento em que o *corpus* já havia sido confeccionado e, logo, o compilador do *corpus* não poderia se confundir com o responsável pelas interpolações que se notam no interior do mesmo<sup>7</sup>.

As *Hist. abbrev.*, em suma, foram transmitidas ao longo dos séculos por meio de um *corpus* em que figurava como a terça e última parte de uma compilação que almejava oferecer um relato totalizante acerca da história romana. Tal condicionante acabou por acentuar, inadvertidamente, os elementos biográficos que caracterizam a única obra que, de fato, Aurélio Vítor havia composto. Esta se inicia a partir da Batalha de Ácio, momento em que, como escreve Aurélio Vítor, o mundo romano passa a ser controlado por apenas um homem (*Hist. abbrev.* 1.1). Neste sentido, o historiador buscava estabelecer um claro recorte temporal

---

<sup>6</sup> Sage (1978: 218) julga como frágil o argumento elaborado por D’Elia, em função do fato de coisa alguma se conhecer acerca da transmissão de porções do *corpus* no Império bizantino, para além das referências isoladas que podem ser apontadas no interior da obra de João Lido.

<sup>7</sup> Momigliano (1958: 60) esclarece que as interpolações presentes no interior do *corpus*, tal como contidas no arquétipo de *O* e *P*, não teriam sido efetuados pelo compilador do próprio *corpus*, posto que o interpolador – necessariamente um indivíduo do século onze ou mesmo depois – dificilmente saberia determinar, por exemplo, quais eram as origens de Aurélio Vítor, como apontado no prefácio ao texto do *corpus*. Deste modo, o compilador não se confunde com o interpolador. Permanece, pois, as incertezas e controvérsias quanto à data em que esse astuto compilador teria se dedicado à empreitada de organizar tão intrigante coletânea.

a fim de esclarecer aos leitores qual o objeto contemplado por sua obra. Ou melhor, Aurélio Vítor expunha, de modo inequívoco, que sua narrativa se limitaria apenas à história imperial. Por conseguinte, o passado republicano de Roma não seria contemplado em seu trabalho, incluindo-se o Triunvirado ou tudo o mais que dissesse respeito a Otaviano Augusto antes do ano 722 *ab urbe condita*.

Entretanto, como apontado anteriormente, o texto do *DVI* que se encontra presente no *Corpus Aurelianum* se encerra com nove *uitae* (*De uir. ill.* 78-86) que cobrem as principais personalidades envolvidas nas guerras civis das décadas de 40 e 30 a.C., exceção feita a Pompeu Magno, abordado em capítulo anterior (cf. *De uir. ill.* 77). Dentre essas nove curtas biografias, nos importa especificamente às referências feitas a Otaviano (*De uir. ill.* 79; 85-86). Visto que as *Hist. abbrevu.* não trazem informação alguma acerca da vida de Augusto, no que respeita ao período anterior à Batalha de Ácio, o compilador e/ou o interpolador do *corpus* tripartite se viu diante da tarefa de adicionar ao texto do *DVI* seções que se conectassem ao ponto inicial da narrativa de Aurélio Vítor. Eis que a narrativa do *DVI*, antecedendo às *Hist. abbrevu.* no interior do *corpus*, se finaliza com um relato pertinente a Otaviano e seus inimigos, caso de Marco Antônio e Cleópatra (*De uir. ill.* 85-86).

Desta feita, as nove biografias que fecham o *DVI* funcionam como uma ponte a interligar duas obras distintas editadas no interior do *corpus*, isto é, o próprio *DVI* e as *Hist. abbrevu.*, como se, à listagem de biografias das célebres personagens da era republicana contempladas pelo *DVI* sucedessem as *uitae* dos imperadores elaboradas por Aurélio Vítor. Portanto, a inclusão das *Hist. abbrevu.* como a parte final do *corpus* tripartite fomentou a apreciação da mesma como uma biografia dos Césares em sentido estrito, e não como uma história do Império romano que apresenta, porém, uma clara estrutura e tendência biografizante<sup>8</sup>. Essa observação nos conduz, de novo, à questão concernente ao emprego do moderno nome de *De Caesaribus* em detrimento do título preconizado nos manuscritos *O* e *P*, isto é, *Historiae abbrevuiatae*, no que tange ao texto redigido por Aurélio Vítor.

---

<sup>8</sup> Bird (1994: xxi) observa que Aurélio Vítor “*was intent upon writing history rather than biography*”. Entretanto, há de salientarmos que a linha divisória entre ambos os gêneros se mostra tênue no interior das *Hist. abbrevu.* Sendo assim, deveríamos antes enfatizar o caráter híbrido dessa narrativa composta por Aurélio Vítor. Ando (1995) destaca que os leitores tardoantigos tendiam a conceber toda e qualquer história imperial como biografia dos imperadores. No mesmo sentido, Syme (1971 apud CORASSIN, 1997: 104) nota que, no mundo romano, “*the words historia and historicus can cover almost anything. Conversely, history might include much biographical material*”.

As edições da obra de Aurélio Vítor apresentam uma divisão em 42 capítulos e seus respectivos versículos, em que cada um dos capítulos se devota, aproximadamente, a um imperador singular. Esse arranjo, todavia, foi elaborado somente em 1579, quando Schott organizou a primeira edição do *Corpus Aurelianum*. No entanto, os manuscritos *O* e *P* contém o livro de Aurélio Vítor sob uma disposição diversa, ainda que igualmente artificial, variando entre 23 e 26 capítulos e outros tantos versículos (ANDO, 1997: 296). De todo modo, o seccionamento estabelecido por Schott no último quartel do século dezesseis alicerçava-se na perspectiva de que Aurélio Vítor teria concebido a história imperial, *strictu sensu*, como uma sequência de *vitae*. Com efeito, a própria divisão em si finda por reforçar tal ideia. Diante disso, quando Pichlmayr organizou, na década final dos Oitocentos, a pioneira edição da Teubner dedicada ao *Corpus Aurelianum*, não hesitou em ratificar a perspectiva veiculada por Schott, e assim cunhou o título usualmente empregado em relação ao livro de Aurélio Vítor. *As Historiae abbreviatae* se transformavam, pois, no *De Caesaribus*.

Preconizamos que os cortes definidos por Schott e a utilização da expressão formatada por Pichlmayr findam por redimensionar o escopo narrativo e mesmo dificultam a compreensão dos (possíveis) objetivos que Aurélio Vítor ansiava por atingir ao empreender a tarefa de escrever a obra. Assim, encerremos o presente trabalho com uma análise acerca de um exemplo retirado da própria narrativa. Nos interstícios desta, percebe-se a intenção de traçar a era dos Flávios como se constituísse um período delimitado, específico, da história do Império, uma vez que tal época é precedida na narrativa por uma reflexão acerca da cultura literária que caracterizaria os soberanos anteriores, de Augusto a Vitélio (cf. *Hist. abbrev.* 8.7-8) e finalizada com uma digressão por meio da qual se introduz a dinastia dos Antoninos, marcada pela ascensão ao trono de varões de origem não itálica (cf. *Hist. abbrev.* 11.12-13).

Desta feita, um dos pontos que curiosamente despertam a atenção, no que tange ao capítulo que se supõe abarcar a “vida” de Vespasiano, concerne à ausência de menções ao falecimento e a duração do governo do citado imperador. Tais informações surgem apenas em *Hist. abbrev.* 10.5, isto é, ao final do capítulo que teria sido “dedicado” a Tito, filho e sucessor de Vespasiano. Na passagem em questão, Aurélio Vítor reporta que Tito governou o mundo romano durante pouco menos de dois anos e nove meses, ao passo que seu pai, morto aos setenta anos de idade, reinara ao longo dos últimos dez anos de sua existência.

Ora, os retratos de Vespasiano e Tito nas *Historiae abbreviatae* não apresentam grandes diferenças em relação à imagem canônica que se estabeleceu a respeito de ambos no

interior da historiografia romana. Do primeiro diz-se ter sido clemente com os antigos apoiadores de Vitélio (*Hist. abbrev.* 9.2), e prudente (*Hist. abbrev.* 9.9), de tal forma que “[...] aboliu a maior parte dos vícios com o exemplo de [sua] vida (*uitae specie*)” (*Hist. abbrev.* 9.5). Tito, por sua vez, se destacava por sua cultura, clemência e generosidade (*Hist. abbrev.* 10.1), a ponto de todas as províncias do Império terem lamentado a sua morte (*Hist. abbrev.* 10.5). Similarmente, o outro filho de Vespasiano, que sucederia a Tito, emerge na narrativa em conformidade ao discurso taciteano e suetoniano: Domiciano seria soberbo e dissimulado (*Hist. abbrev.* 11.3), um cruel tirano que oprime os romanos e, em particular, a ordem senatorial (*Hist. abbrev.* 11.2; 11.7).

No interior do relato que Aurélio Vítor teceu acerca dos Flávios, Vespasiano e Tito figuram como governantes que partilham da mesma essência, enquanto que Domiciano, moldado de acordo com as convenções retóricas e historiográficas do “mau imperador”, contrapõe-se a seu pai e a seu irmão. Neste sentido, Domiciano representava um exemplo concreto de um axioma moral exposto na narrativa, mediante o qual se preconizava que

como se estivesse de acordo com uma lei da natureza (*naturae lege*), a qual frequentemente, por assim dizer, engendra [homens] maus a partir de bons, incultos a partir dos mais doutos e assim por diante ou gerados de modo inverso (*Hist. abbrev.* 3.5).

Aplicava-se, pois, a célebre “lei dos contrários”, preconizada inicialmente pelos gregos. Entretanto, Dufraigne (1975: 72) afirma que no texto de Aurélio Vítor essa fórmula não disporia de “*signification philosophique véritable*”, resultando apenas “*comme un simple procédé de rhétorique*”. Malgrado isto, a noção se encaixa perfeitamente à imagem manipulada por Aurélio Vítor no que tangia a alguns imperadores – como Calígula, Cômodo e, salientemos, Domiciano – os quais comprovariam que o *ingenium* (o “caráter”) não seria necessariamente transmitido de um genitor para sua prole ou configuraria um elemento comum a uma mesma *familia* ou *gens*.

O caso da dinastia Flávia, portanto, seria exemplar nesse sentido, no entender do historiador. Considerando-se a unicidade que Aurélio Vítor procura imprimir à narrativa referente aos Flávios, denota-se uma diferenciação entre os reinados de Vespasiano/Tito e o de Domiciano, em que os primeiros se caracterizariam por uma série de *uirtutes* e o segundo, por sua vez, se definiria por seus *uitia*. A fim de enfatizar esse jogo de oposições, no seio da *familia* imperial, Aurélio Vítor buscou informar aos leitores o falecimento de Vespasiano e

Tito em uma única passagem (a qual, por seu turno, finaliza a inserção de ambos na narrativa) e, deste modo, deixar latente a ruptura que se seguiria na história romana, em razão da ascensão de Domiciano. Porém, a repartição efetuada por Schott obscurece tal análise, pois fraciona em duas partes um relato contínuo que engloba deliberadamente Vespasiano e Tito – sem mencionar o fato de que, se cada capítulo corresponderia em linhas gerais, como queriam Schott e Pichlmayr, à vida de um imperador, soa estranho constatar que a morte de Vespasiano fosse reportada apenas no capítulo seguinte, relativo à “vida” de Tito. Estamos diante, pois, de um exemplo da maneira como, em épocas históricas distintas, se empreendeu uma leitura peculiar a respeito dos textos herdados da Antiguidade e do modo pelo qual os mesmos poderiam ser transmitidos à posteridade.

#### Referências Bibliográficas

ANDO, C. Review of H. W. Bird, “Aurelius Victor, *De Caesaribus*”. *Bryn Mawr Classical Review*, 1995. Disponível em: <<http://ccat.sas.upenn.edu/bmcr/1995/95.03.21.html>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Tacitus, *Annales* VI: beginning and end. *American Journal of Philology*, Baltimore, v. 118, p. 285-303, 1997.

BIRD, H. W. Sextus Aurelius Victor: his life and career. In: AURELIUS VICTOR. *De Caesaribus*. Translated with an introduction and commentary by H. W. Bird. Liverpool: Liverpool University Press, 1994. p. vii-xxx.

CORASSIN, M. L. Biografia e história na *Vita Aureliani*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 98-111, 1997.

CORBETT, P. B. The *De Caesaribus* attributed to Aurelius Victor: points arising from an examination of the MSS and of the Teubner edition of F. Pichlmayr. *Scriptorium*, Bruxelles, v. 3, p. 254-257, 1949.

D’ELIA, S. *Studi sulla tradizione manoscritta di Aurelio Vittore*. Napoli: Libreria Scientifica, 1965.

DUFRAIGNE, P. Notes complémentaires. In: AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres. 1975. p. 65-205.

MOMIGLIANO, A. Some observations on the “*Origo Gentis Romanae*”. *Journal of Roman Studies*, London, v. 48, p. 56-73, 1958.

\_\_\_\_\_. Per una nuova edizione della “*Origo gentis Romanae*”. In: \_\_\_\_\_. *Secondo contributo alla storia degli studi classici*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1984. [1960]. p. 177-190.

SAGE, M. M. The *De viris illustribus*: chronology and structure. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 108, Baltimore, p. 217-241, 1978.

SCHMIDT, P. L. Aurelius Victor. In: *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*. Supp. XV. Neue Bearbeitung begonnen von Georg Wissowa. Fortgeführt von Wilhelm Kroll und Karl Mittelhaus. Stuttgart: J. B. Metzler, 1995. [1979]. p. 1583-1676.

SINISCALCO, P. La storiografia del Tardo Antico. In: \_\_\_\_\_. *Il senso della storia*. Studi sulla storiografia cristiana antica. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2003. p. 31-59.

VICTOR, SEXTUS AURELIUS. *Liber de Caesaribus. Origo gentis Romanae. Liber de viris illustribus vrbis Romae. Epitome de Caesaribus*. Ed. Fr. Pichlmayr et addenda et corrigenda R. Grvndel. Lipsiae: Tevbneri, 1966. (Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Tevbneriana).

**REVIVAIS “PLURALISTAS” NA HISTORIOGRAFIA DA ARTE:  
CHAMPFLEURY E OS LE NAIN, THORÉ-BÜRGER E VERMEER**

Daniela Kern\*

Seria realmente difícil tentar dissociar o fenômeno dos revivais do próprio surgimento e estabelecimento da história da arte enquanto disciplina autônoma. Vasari, que registra sistematicamente as vidas de artistas seguindo modelos anteriores de vidas exemplares compilados em Florença, também se encontra imerso na lógica dos revivais de culturas passadas, que particularmente na Itália já vigia com força há pelo menos dois séculos. Parece, então, ser elemento constitutivo da História da Arte o ato de voltar os olhos para o passado, selecionando e valorizando o que possa contribuir para o estado atual das artes, e descartando aquilo que por algum ou vários motivos não se deseja emular como exemplo ou inspiração para os artistas contemporâneos. Se os revivais são, como proponho aqui, elementos constitutivos da disciplina, talvez não seja exagero dizer que têm se apresentado, portanto, nos últimos séculos, como um fluxo contínuo, como um dos principais modos de alterar cânones e consolidar ou desacreditar escolas. Neste fluxo de revivais, de todo modo, as orientações são variadas, e aqui pretendo destacar uma pequena parte de um revival mais amplo, mais complexo, parcialmente romântico e parcialmente realista, que teve lugar na França, aproximadamente na metade do século XIX: aquele que recupera as pinturas de gênero, essa vertente da produção pictórica europeia que, em certa medida, silenciosamente competia com gêneros de maior prestígio, como a pintura histórica.

Analisando assim, nesta breve comunicação, dois casos particulares e especialmente emblemáticos no que diz respeito aos revivais associados à pintura de gênero na historiografia da arte francesa do século XIX: a recuperação dos irmãos Le Nain nos textos de Jules Champfleury (1820-1889), o principal crítico do Realismo, e a redescoberta de Vermeer por Théophile Thoré-Bürger (1807-1869), ao lado do próprio

---

\* PPGAV/DAV/UFRGS

Champfleury e de Baudelaire, um dos mais importantes críticos de arte franceses do século XIX.

Em 1846 Champfleury se interessa pelos irmãos Le Nain, e passa a fazer um levantamento de sua obra e biografia. Talvez sua insistência no tema tenha sido mais um dos fatores que contribuíram para que as telas dos irmãos fossem finalmente expostas no Louvre em 1848, o que veremos de modo um pouco mais detalhado adiante. Courbet, amigo de Champfleury, ficou muito impressionado com o estilo dos irmãos. Em 1850 Champfleury finalmente publica um estudo sobre eles, intitulado *Essai sur la vie et l'oeuvre des Lenain, peintres Laonnois*. Ali o autor organiza as informações esparsas que encontrou sobre os pintores a partir da pesquisa documental nos acervos de sua própria cidade natal, Laon, também berço dos Le Nain. A consciência do ineditismo de sua pesquisa é bastante aguçada, o que se depreende já na primeira linha de sua introdução, onde lemos: “Até agora a vida dos Lenain permanece cercada de mistérios” (CHAMPFLEURY, 1850: 5). Em outras palavras, é, em sua própria opinião, seu paciente trabalho de pesquisa que irá mudar esse estado de coisas.

Precisamos, contudo, colocar em contexto a reivindicação de originalidade feita por Champfleury. Se por um lado é fato que ele foi o primeiro a resgatar com maior fôlego especificamente os irmãos Le Nain para o cenário artístico francês do século XIX, por outro Champfleury se insere, como já aludi há pouco, em uma rede de revivais que atravessava a historiografia da arte francesa no período. Kultermann (1996), por exemplo, atribui a Eduard Koloff, que trabalhou em Paris na Biblioteca Nacional e no gabinete calcográfico, o mérito de ter redescoberto Rembrandt. Em 1833 Koloff escreve sobre Rembrandt o seguinte: “...Para ele o principal não era a forma e o desenho, mas a cor e a luz. [...] Tudo o que até agora se desvairou e inventou sobre as circunstâncias de sua vida é duvidoso e discutível. O verdadeiramente seguro, certo e verdadeiro são suas obras; isso é o que vem dele e são sua alma” (apud KULTERMANN, 1996: 163).

O entusiasmo por Rembrandt logo irá se espalhar entre artistas românticos como Delacroix, que sobre o pintor holandês em 1831 disse: “Quiçá alguma vez se descubra que Rembrandt é um pintor muito maior do que Rafael” (apud KULTERMANN, 1996: 163).



A origem do interesse francês pela arte holandesa no séc. XIX está, agora de acordo com McQueen, nos textos de Jean-Baptiste Descamps e de Jean-Baptiste-Pierre Lebrun, escritos no século XVIII. Para McQueen, “Lebrun em particular identificava a arte holandesa como um empreendimento antes democrático do que aristocrático tão cedo quanto em 1795, quando ele se dirigia à sociedade popular revolucionária” (McQUEEN, 2003: 31).

Diretor de Belas Artes em 1848, Charles Blanc, na opinião de McQueen, irá contribuir grandemente para o reconhecimento institucional da arte holandesa em especial. Em 1849 ele publica *École Hollandais* e, dez anos depois, funda a *Gazette des Beaux-Arts*, periódico voltado às artes que publicará, em suas páginas, muitos artigos dedicados a revivais, a redescobertas de artistas de pintura de gênero que até então se encontravam esquecidos. Ainda conforme McQueen, “Blanc destacava a característica independência da sociedade holandesa, particularmente o governo ‘republicano’ ou ‘popular’ que trouxe tanto independência política para a nação quanto liberdade individual de pensamento” (McQUEEN, 2003: 35).

Defensor da ideia de que “O estudo das mudanças no gosto é um corretivo para a ilusão de que a grande arte tem valores eternos” (MELTZOFF, 1942b), Stanley Meltzoff já mostrava (e agora retornamos a Champfleury) como o revival dos irmãos Le Nain (atuantes no século XVII e praticamente esquecidos no século XVIII) é um entre vários outros que ocorrem no século XIX: os românticos revivem o Rococó; em reação, Chardin é lembrado por críticos republicanos (como podemos conferir em MCCOUBREY, 1964), Rembrandt merece um capítulo à parte e, depois dos Le Nain, Vermeer será cultuado por Thoré-Bürger.

Desde pelo menos a Revolução Francesa a esquerda francesa estava em busca de uma arte que retratasse suas teses, que, de uma maneira enérgica, exibisse temas cotidianos e as camadas sociais que passam, em um ambiente democrático (mesmo que apenas existente no plano ideal), a dispor do direito de cidadania. As obras dos irmãos Le Nain, que foram tidos como holandeses durante muito tempo, começaram a chamar a atenção de críticos republicanos tais quais Charles Blanc já em 1845. Champfleury, e depois Courbet, irão ficar muito entusiasmados diante de quadros como *A Forja*, de

Louis Le Nain (1593-1648), o mais famoso dos irmãos (os outros, a propósito, são Antoine e Mathieu). O quadro, exposto no Louvre, mostra homens do povo não idealizados, ou pelo menos era essa a leitura feita pelos revolucionários de 1848, alimentados pela redescoberta do popular na literatura romântica e pela “realidade crua” apresentada pelo daguerreótipo (há discussões hoje sobre o anacronismo de tal leitura; é pouco provável que os Le Nain se considerassem, na época em que atuaram, engajados em uma causa popular que usasse a pintura como arma). Responsáveis diretos pela exibição das pinturas dos Le Nain no Louvre, em 1848, foram os intelectuais, liderados por Clément de Ris, que no começo daquele ano reivindicaram a recuperação de obras esquecidas no acervo, e o novo diretor do Louvre, Jeanron, simpático à causa republicana, que ordenou que essas obras deixassem o depósito e fossem suspensas nas paredes.

A ligação entre os interesses republicanos e realistas de Champfleury envolvidos com o revival de artistas como os Le Nain e alguns dos temas preferidos pelos românticos foi precocemente apontada por Lanson, no começo do século XX:

É o bastante para que Champfleury encontre alguns dos princípios essenciais do naturalismo científico: impessoalidade, recusa de aplicar a obra de arte a um fim moral e social, gosto por temas modernos e vulgares, ou mesmo por modelos feios. Além disso [...], ele conservou religiosamente algumas manias românticas cujas fantasias haviam feito o princípio de sua consciência artística: ódio ao burguês, o desprezo pela civilização industrial, pelo trabalho útil e pela vida regular, simpatia pelos desfavorecidos, excêntricos, refratários e nômades (LANSON apud BOUVIER, 1913: V).

Da elaboração da teoria e da narrativa histórica que justificasse a importância dos Le Nain para o patrimônio artístico francês e para o movimento de vanguarda nas artes – o realismo – Champfleury iria se encarregar: pelos próximos anos entre os vários textos que dedicou aos artistas, destaca-se, além do já mencionado *Essai sur la vie et l'oeuvre des Le Nain, peintres laonnois* (1850), o alentado *Les peintres de la réalité sous Louis XIII, les frères Le Nain* (1862), e ainda *Documents positifs sur la vie des*

*Frères Le Nain* (1865). Champfleury organizaria também, em 1883, uma grande exposição com obras dos Le Nain em Laon, cidade natal dele e dos artistas. O revival dos Le Nain inicia-se na década de 1840 e prossegue com força pelo menos até a década de 1860. Meltzoff em seu artigo explica as características de cada uma dessas décadas que, a seu ver, teriam instigado o revival, e analisa em minúcia a “rede realista” com a qual Champfleury envolve os Le Nain.

Théophile Thoré-Bürger (1807-1869), o outro crítico de arte francês que abordo brevemente aqui, levou mais longe seu republicanismo e seu envolvimento com o movimento de 1848, a ponto de ter de se exilar, no ano seguinte, dividindo-se, a partir de então, entre a Suíça, a Inglaterra e a Bélgica. Thoré-Bürger já havia ficado um ano preso sob Luís Filipe; em 1842 fundara, com Paul Lacroix, *A aliança das artes*, negócio especializado em compra, venda e perícia de bibliotecas e coleções de quadros. Em função disso viajou pela Bélgica, Holanda e Alemanha, e começou a descobrir nos acervos artísticos ainda não catalogados nesses países uma série de artistas sobre os quais se dispunha, até então, de pouca informação confiável. Thoré-Bürger mais tarde irá se apressar em se inserir em uma tradição europeia mais ampla de pesquisas históricas, como podemos ler neste trecho de sua introdução a seu *Musées de l’Hollande*:

É verdade que na França, recentemente, fomos tomados de paixão pelos velhos papeis. Reunimos, classificamos, comparamos, interpretamos todos os documentos que podem ajudar a reencontrar uma história quase perdida. Nós a reencontraremos. E após esses cavadores virão os jardineiros.

Nos países do Norte, o mesmo movimento de erudição. Na Holanda e na Bélgica, os arquivistas, os bibliófilos, descobrem todos os dias os traços interessantes do passado! (BÜRGER, 1857)

Compartilhando do entusiasmo de sua época pela pesquisa de fontes primárias para a história da arte, em 1856, em Amsterdam, Thoré-Bürger visita acervos, lê documentos, observa obras mal identificadas que ainda são expostas em seus locais

originais, ou seja, os locais para onde, em geral, foram encomendadas (Cf. BAZIN, 1989: 194-195).

Mas é a exposição *Tesouros de Arte*, que ocorre em Manchester, em 1857, reunindo de modo pioneiro um grande acervo de pintores de gênero, que parece aumentar ainda mais o entusiasmo de Thoré-Bürger pelo tema. Em 1858 publica uma obra sobre os Museus da Holanda, obra cuja introdução é um verdadeiro manifesto em prol do reconhecimento do valor da arte holandesa. Em primeiro lugar, tal arte apenas pode ser fruto de circunstâncias excepcionais:

O terceiro período da arte holandesa coincide com a emancipação religiosa e política, que suscita na Holanda, no começo do século XVII, uma sociedade nova, estranha, distinta mesmo das sociedades que o protestantismo renovava em outros pontos do Norte, e absolutamente incomparável com o resto da Europa, como o é hoje a jovem sociedade americana, protestante e democrática (BÜRGER, 1858).

Além disso, há o problema de essa arte ter sido relegada a segundo plano pela história e pela crítica de arte na França. Como aponta Thoré-Bürger, de modo bastante incisivo:

Também não se procurou de modo algum na França fazer a história dessa arte triplamente maldita. Também não se conhece de modo algum a biografia desses *naturalistas* e desses *pequenos mestres* cujas obras, no entanto, custam muito caro. Revirem as bibliotecas, consultem os bibliófilos, não há nada, em francês, sobre os holandeses do século XVII, ou quase nada (BÜRGER, 1858).

O cenário de descaso, no entanto, poderia ser sanado com muita pesquisa. Assim, nos próximos anos Thoré-Bürger irá se dedicar ao árduo trabalho de alçar a arte holandesa a um novo patamar de importância. Ele se debruça com especial interesse no caso difícil de Vermeer (cf. MELTZOFF, 1942a). Já em 1858 dedica a esse então quase desconhecido pintor um capítulo pequeno, que começa assim:

Mas eis um grande pintor, cuja biografia não é mais conhecida do que aquela de Hobbema, e cujas obras são ainda mais raras. Sabemos somente que ele nasceu em Delft em cerca de 1632, e é por isso que, a fim de distingui-lo de seus homônimos, é chamado de van der Meer de Delft (*Delfsche van der Meer*). Segundo Immerzeel, seu verdadeiro nome seria Jan Vermeer e ele teria sido aluno de Karel Fabricius. Não há nenhuma prova disso, o que de resto significaria pouco, e é preciso deixar esse *Delfsche van der Meer* entre os “ilustres desconhecidos” (BÜRGER, 1858).

Thoré-Bürger intensificará as pesquisas nos anos seguintes e o resultado será a publicação, em 1866, de uma série de três artigos dedicados a Vermeer na *Gazette des Beaux Arts* (cf. BÜRGER, 1866a, 1866b, 1866c). No primeiro artigo, com uma dedicatória para Champfleury, ele inicia fazendo alusão ao texto do amigo sobre os Le Nain, e ao mistério que cerca aqueles artistas caídos no esquecimento. A essa imagem acrescenta aquela da esfinge: Van der Meer seria para nós um enigma, um pintor genial pouco compreendido, que merece posição mais honrosa no cânone artístico. O conjunto de artigos se apresenta como uma narrativa, para nós hoje emocionante, sobre o modo como Thoré-Bürger redescobriu o pintor, suas viagens à Holanda, a definição, aos poucos, de um perfil mais nítido do artista, o levantamento do pequeno conjunto de obras, a tentativa de identificação mais precisa do pintor por meio da análise de suas assinaturas. Vermeer não era, contudo, o único pintor holandês pouco estimado a interessar Thoré-Bürger. Como bem demonstra Jowel (1974), Thoré-Bürger começa a se interessar também por Hals em 1857, mencionando-o em *Trésors de l'Art en Angleterre*, e publica dois artigos sobre ele novamente na *Gazette des Beaux-Arts*, em 1868. Talvez não por acaso o Louvre adquira seu primeiro Frans Hals autêntico, *Moça cigana*, um ano depois, em 1869. Igualmente aqui Thoré-Bürger transforma o esquecimento do grande artista em fato condenável:

Frans Hals está para Rembrandt assim como Tintoretto para Ticiano. A Inglaterra, ao que parece, não pesquisou muito este mestre excêntrico e feroso. Em sua primeira obra, em alemão, sobre as galerias inglesas, o Sr. Waagen cita apenas um retrato de Hals, junto

ao Duque de Devonshire; há muitos outros, notadamente junto a Lord Ellesmere, um muito bonito retrato de mulher, gravado na *Stafford Gallery* (THORÉ, 1865).

Champfleury e Thoré-Bürger resgataram do esquecimento artistas que trabalhavam com pintura de gênero. Para tanto se valeram de argumentos em essência românticos, como a ideia de gênio não reconhecido e a valorização da liberdade criativa. Se, por um lado, a visão idealista que ambos oferecem do passado, visão que procura justificar o aumento da valorização dos artistas que “descobrem” com base nas supostas qualidades universais que suas obras apresentariam, como observa Jowel (1974: 116), não resistiria hoje a uma crítica mais atenta, por outro esse mesmo empenho em elaborar argumentos fortes que questionassem os critérios adotados a nível institucional para a formação de cânones artísticos iria ajudar na criação das bases que, mais adiante, através das vanguardas artísticas modernas, possibilitariam que o pluralismo artístico, isto é, a expectativa de que gêneros diversos, praticados em territórios diversos, pudessem ser igualmente colocados lado a lado, passasse de exceção à regra.

## Referências

- BAZIN, Germain. *História da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BURGER, W. *Musées de l'Hollande: Amsterdam et La Haye*. Paris: Ve Jules Renouard, Libraire-Éditeur, 1858.
- BÜRGER, W. Van der Meer de Delft. *Gazette des Beaux-Arts*. 124 Livraison, Tome XXI, p. 296-330, 1er Octobre 1866a (1er article).
- BÜRGER, W. Van der Meer de Delft. *Gazette des Beaux-Arts*. 125 Livraison, Tome XXI, p. 458-470, 1er Novembre 1866b (2er article).
- BÜRGER, W. Van der Meer de Delft. *Gazette des Beaux-Arts*. 126 Livraison, Tome XXI, p. 542-575, 1er Decembre 1866c (3er article).

CHAMPFLEURY, Jules. *Documents positifs sur la vie des Frères Le Nain*. Paris: J. Clayer Imprimeur, 1865.

CHAMPFLEURY, Jules. *Essai sur la vie et l'oeuvre des Lenain, peintres laonnois*. Avec un catalogue complet de leurs gravures, dessins et peintures. Paris: Librairie Archéologique de Victor Didron, 1850.

CHAMPFLEURY, Jules. *Les peintres de la réalité sous Louis XIII: Les Frères Le Nain*. Paris: Renouard, 1862.

JOWEL, Frances Suzman. Thoré-Bürger and the revival of Hals. *The Art Bulletin*, v. 56, p. 101-117, 1974.

KULTERMANN, Udo. *Historia de la historia del arte: el camino de una ciencia*. Madrid: Akal, 1996.

LANSON, Gustave. Préface. In: BOUVIER, Émile. *La bataille réaliste (1844-1857)*. Paris: Fontemoig et Cie., 1913. p. V

McCOUBREY, John W. The Revival of Chardin in French Still-Life Painting, 1850-1870. *The Art Bulletin*, v. 46, n. 1, p. 39-53, Mar. 1964.

McQUEEN, Alison. *The rise of the cult of Rembrandt*. Reinventing an Old Master in Nineteenth-Century France. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.

MELTZOFF, Stanley. The rediscovery of Vermeer. *Marsyas*, n. 2, p. 145-166, 1942a.

MELTZOFF, Stanley. The Revival of the Le Nains. *The Art Bulletin*, XXIV, p. 295-302, 1942b.

THORÉ, Théophile. *Trésors d'art en Angleterre*. 3. ed. Paris: Vve. Jules Renouard, 1865.

## ESTÉTICA E NARRATIVA NA OBRA DE JOHAN HUIZINGA

Luiz César de Sá Júnior\*

Parto de uma anedota. Diz-se que a principal fonte de inspiração a culminar n’*O Outono da Idade Média* (publicado em 1919) foi uma visita de Huizinga à exposição das obras de pintores flamengos em Bruges no ano de 1902 – foi a partir daquela exposição, aliás, que tornou-se definitivamente notória a expressão, criada no século XIX, “primitivos flamengos” para qualificar os artistas envolvidos. Apenas ali, diante do eminente Van Eyck e de figuras tão altivas quanto, como Rogier Van der Weyden, Huizinga teria alcançado o necessário contato com o passado em forma de experiência direta para visualizar aquela época nos contornos tão nítidos e poderosamente persuasivos com que a descreveu. A pergunta que qualquer um de nós poderia colocar a seguir é evidente: terá Huizinga, ao contemplar os vitrais de Ravena ou o Casal Arnolfini de Van Eyck, topado com a fonte vital de sua posterior interpretação da arte e da cultura da Idade Média? Ou, ao contrário, suas conclusões a partir da exposição de 1902 e de todo seu vasto contato com a cultura visual do período só terão emergido em decorrência de seu conhecimento prévio da historiografia, das fontes e dos contextos inerentes à sociedade medieval ali representada (ANKERSMITH, 2006, p. 116)?

Embora a resposta a princípio seja clara – Huizinga jamais poderia ter apreendido o sentido dos quadros de Van Eyck sem algum conhecimento prévio de sua relevância -, a pergunta pode ser traduzida noutros termos. Poder-se-ia dizer que Huizinga teve de fato uma “experiência histórica” ao contemplar as obras de arte em Bruges, isto é, terá ele estabelecido uma conexão direta com o real (na forma de uma experiência estética) para além dos mecanismos da linguagem, dos conceitos, das teorias e, em suma, de todo o arsenal kantiano de que seríamos tributários e que mais tarde resultariam em seu célebre livro? (ANKERSMITH, 2006, p. 116-117)

O objetivo deste breve texto é tentar explorar essas questões a partir de uma perspectiva bifronte. De um lado, será realizada uma análise dos comentários da historiografia contemporânea, representada aqui pela contribuição de F. Ankersmith acerca do problema da experiência histórica e da estética na escrita da história. De outro, a atenção recairá na própria obra de Huizinga, que em ao menos um momento encarou o problema de maneira teórica.

---

\* Mestre em História – UFJF.



A relação entre Ankersmith e Huizinga perpassa a mera coincidência de suas nacionalidades. O renomado historiador contemporâneo parece de fato interessado na obra do conterrâneo que faleceu no fim da Segunda Guerra no que concerne as preocupações que ajudam a indagar como se forma a experiência histórica. Ankersmith parte da percepção de vários historiadores que encontram dificuldades para tornar em linguagem os *insights* que julgam ser representativos do passado em si (“what was past actually like”). Tais percepções poderiam ser compreendidas a partir da ideia de que é possível ficar de frente com o passado para além do conhecimento racional produzido por meio da contextualização, da qual usualmente nos valemos para extrair (ou construir) uma imagem de como o passado poderia ter parecido. (ANKERSMITH, 2006, P. 137)

A proposição inicial de Ankersmith o faz concluir que toda experiência histórica comporta forçosamente componentes estéticos; e, como corolário dessa asserção, toda experiência histórica torna-se de fato uma experiência estética. A essa reflexão se segue, a partir da obra de Gadamer, a admissão da necessidade imperiosa da linguagem na construção de sentido, inclusive do sentido estético a que se vinculou a experiência histórica. Com efeito, linguagem, estética e história estariam conectadas entre si de modo definitivo, e é essa relação que por vezes produz sensações que escapam de tentativas de ordenamento absolutamente racional. A visão estonteante de um quadro – ou de uma série que forma o conjunto expressivo da arte de uma época, como no caso de Huizinga na exposição de Bruges -, por exemplo, pode resultar no contato direto com o passado a que se aludiu ser de difícil explicação, mas, como traduzi-lo em palavras? Embora qualquer construção racional tenda a fracassar, não é incomum que a experiência sentida “se traduza” em linguagem. O intrincado problema que se forma a partir daí é crucial para a escrita da história. Tendo em vista a separação da realidade histórica de sua expressão linguística contemporânea e da experiência histórica possível, que concerto de relações entre essa tríade pode ser conjugada para tornar a construção do sentido da história – seu *meaning* e seu *sinn* – metodológica e teoricamente rigoroso e eficaz? (ANKERSMITH, 2006, P. 138-139)

Poucos – ou nenhum – historiador teria enfrentado o problema da experiência histórica e suas representações como Johan Huizinga. Todavia, lhe escapava a expressão “experiência histórica”, sendo frequente em sua obra, por outro lado, a expressão “sensação histórica” [historical sensation]. Ankersmith propõe que esse conceito foi retirado de um movimento

holandês do final do século XIX cujo propósito central era cunhar instrumentos teóricos que facilitassem o contato direto com a realidade. O principal expoente do grupo, Loderwijk van Deijssel, fora o responsável por pensar no conceito de “sensation”, que era colocado ao lado de “observation” e “impression”. Estes, porém, ficavam atrás daquele quando a questão era o grau de aproximação da realidade<sup>1</sup>. Ele se referia não somente problema de configurar a realidade em termos de linguagem, mas, também, de conferir à literatura uma “sensação de realidade” [the feel of reality], sensação sempre fugaz e poderosa, imprevisível e enigmática. Ao invés de representar a vitória do “self” sobre a realidade, conquistada por ele, a “sensação” dizia respeito a um “pathos”, que poderia ser designado por “uma passiva submissão e completa receptividade a ele”. Em suma, uma experiência tão vigorosa que faria com que o leitor-expectador se sentisse em contato com séculos anteriores de forma instantânea (ANKERSMITH, 2006, P. 140), como se pudesse tocá-lo.

A ideia de “toque” [touch] é importante porque destoa da metáfora mais comum no contexto histórico de Huizinga, qual seja, a da visão. A visão era encarada como um sentido “imperialista”, que domesticaria e traduziria a realidade observada, de modo que não é surpreendente deparar com uma grande tradição epistemológica interessada nela. Huizinga, por seu turno, concentrava-se na ideia de “toque” (sem contudo menoscar a “visão” e a “contemplação”, como mostrarei adiante), que Ankersmith pensa poder remontar ao momento em que Huizinga se preparava para escrever uma tese em linguística que discutisse as percepções sensoriais da luz e do som em idiomas germânicos. Essa referência, combinada ao grupo dos anos 1880 encabeçado por Deijssel, teria levado Huizinga a propor a linguagem muito particular com que escreveu “O outono da Idade Média” (ANKERSMITH, 2006, P. 140-142)

Não é preciso ir muito longe para observar o peso da “sensação” na narrativa de Huizinga em “O Outono da Idade Média”. Desde o segundo capítulo da obra nota-se um esforço em imputar aos homens da Idade Média uma busca pela beleza que, narrada brilhantemente por Huizinga, faz-nos como que “experimental” as forças com as quais se dialogava naquele período (“Toda época anseia por um mundo mais belo”, HUIZINGA, 2010, p. 47). Contudo, era igualmente patente em sua descrição o anseio da época em transmitir sua

---

<sup>1</sup> “[...] sensitivism, on the contrary, is a movement toward the concrete or even na attempt at identification or unification with reality” (ANKERSMITH, 2006, P. 140).

história por meio da crônica de seus insucessos – para Huizinga, ao fim da Idade Média não era de “bom-tom louvar a vida e o mundo”. Equilibrando-se num mundo cruel e cheio de morte, as imagens de beleza perseguidas pelos coevos e pelo historiador se tornavam ainda mais significativas – e penso que essa dualidade é uma das grandes armas do livro para transmitir a referida “sensação”. As únicas fontes de onde seria possível retirar o brilho e a altivez medievais seriam a música, os “horizontes quietos da pintura de paisagem” e os “rostos sóbrios dos retratos” (HUIZINGA, 2010, p. 47).

O avançar do livro viria a despertar outros caminhos por onde os medievos buscaram a beleza. Aqui, uma vez mais, a curiosidade de Huizinga pela estética, sempre presente mas também sempre soçobrada pela violência, é o fio condutor de sua narrativa. O ideal cavaleiresco, ele dizia, “é essencialmente estético, feito de fantasias coloridas e sentimentos elevados”. Os sentimentos elevados de orgulho, fonte da qual emergia o caráter da honra, sentimentos que originavam-se tanto a partir das leituras de épicos, como os compilados por Jean Vauquelin para Philippe-le-bom – pense-se, por exemplo, no Girard de Roussillon (HUIZINGA, 2010, p. 101) – norteavam a vida das classes elevadas. Mas não poderíamos afirmá-lo somente lendo as crônicas do período. O testemunho que confirma a asserção, de fato, é o da visualidade. O trânsito de intelectuais e obras que carregavam exemplos de glória só ganha total pertinência quando podemos colocar os nossos olhos sobre as representações de tais momentos produzidas pelos coevos. A observação da cena pictórica da entrega a Philippe-le-bon da tradução da vida e feitos de Alexandre o Grande pelo português Vasco de Lucena contrasta vivamente com as cores e da luz dos fidalgos que acompanham o evento.

Seguindo de perto a terminologia de Huizinga, poder-se-ia arriscar uma identificação dos temas dos diálogos que se travam na cena enquanto Vasco de Lucena entrega sua tradução ao duque de Borgonha. Uns estariam ansiosos para acompanhar a leitura dos feitos daquele nobre conquistador, talvez somente comparável a César – comparação que não escapou a Plutarco. Outros, menos presos às contingências daquela biografia, pensariam, em termos ascéticos, na vida marcial, cheia de exemplos de bravura e sacrifício. E haveriam quem discutisse a força da vida de armas como escudo contra a ganância e a inveja e como lança de heroísmo e amor. Fosse como fosse, em tudo isso Huizinga quer enxergar a base da

evolução do ideal de cavalaria rumo a uma noção de beleza próxima da *kalokagathia*<sup>2</sup>, “a um anseio por uma vida mais bela que inspirou tantos séculos...” E então, como se quebrassem o encanto e preenchesse sua análise de realismo, Huizinga conclui: “E também a uma máscara atrás da qual um mundo de ganância e violência podia se ocultar” (HUIZINGA, 2010, p. 110-111).

Huizinga relaciona a ascese cavaleiresca ao erotismo que recobria a vida medieval de cor e de luz. De fato, ele chega a sugerir que o caminhar em conjunto da ética e da estética é a verdadeira tônica do outono da Idade Média. Os princípios sustentados pelas novelas de cavalaria mantêm-se respaldados pela própria vida, expressa por meio dos jogos, das batalhas e da arte. A ética do amor pela cavalaria e pela donzela se constrói na literatura, mas, “no fim das contas, acaba aprendendo tudo da vida. A visão cavaleiresca do amor, no fundo, não surgiu na literatura, mas na vida. Nas verdadeiras condições da vida é que se achava o motivo do cavaleiro e de sua amada.” (HUIZINGA, 2010, p. 116)

Como se pode ver, Huizinga contrasta o esforço literário do “mundo da vida”, das agruras da “realidade” medieval. Mas, se ouvirmos seu texto de perto, poderemos ser levados a compreender que essa era mesmo uma estratégia narrativa que, no fundo, recobria-se de “sensações”. Ankersmith sugere que a estratégia de Huizinga se define pela descontextualização própria da geração de experiência histórica – nada, isto é, nenhum outro contexto separa o nosso mundo do outono medieval de Huizinga, algo que pode ser visto desde a primeira frase da obra (“quando o mundo era cinco séculos mais jovem...”), (ANKERSMITH, 2006, P. 143-144) e o mundo que então vislumbramos aparece como uma imagem vivaz e sincrônica, tão viva, minuciosa e impactante quanto a atmosfera das cidades

---

<sup>2</sup> Conforme nos explica a helenista Ana Elias Pinheiro : “O grego diz, à letra, kalon te kagathon, ‘belo e bom’. O kalos kagathos era, para os Atenenses dos fins da época arcaica, o jovem que recebera uma educação completa e equilibrada, concretização de um ideal de excelência que pretendia aliar, numa só palavra, a beleza física e moral: a kalokagathia.” (PINHEIRO, 2009, p. 65, n. 5) Girolamo de Michele dá-nos explicações adicionais que não devemos ignorar: “A própria palavra *Kalón*, que só impropriamente pode ser traduzida com o termo ‘belo’, deve nos deixar de sobreaviso: *Kalón é aquilo que agrada*, que suscita a admiração, que atrai o *olhar*. O objeto belo é um objeto que, em virtude de sua forma, deleita os sentidos, e entre estes em particular o olhar e a audição. Mas não são apenas os aspectos perceptíveis através dos sentidos que exprimem a Beleza do objeto: no caso do corpo humano assumem um papel relevante também as qualidades da alma e do caráter, que são percebidas mais com os olhos da mente do que com aqueles do corpo. Sobre essas bases podemos falar de uma primeira compreensão da Beleza que é ligada, entretanto, às diversas artes que a exprimem e não têm um estatuto unitário: nos hinos, a Beleza se exprime na harmonia do cosmo; na poesia, no encanto que faz os homens se deliciarem; na escultura, na apropriada medida e simetria das partes; na retórica, no ritmo justo.” (DE MICHELE, 2004, p. 40-41)

em miniatura representadas por Van Eyck em muitos de seus quadros. Longe de almejar abstrações simbolistas para suas descrições, Huizinga perseguiu obstinadamente imagens linguísticas realistas. Seu mundo de vermelho, negro e branco, as cores de certos retratos e de certas paisagens, a força da luz e das trevas, todas buscavam traduzir os sentimentos mais profundos e reais daquela sociedade. Por mais “literários” que pudessem parecer, eles visavam, diretamente, trazer a realidade à tona. Beleza e realidade somadas na obra de Huizinga comprovam, para Ankersmith, que a história da escrita da história pode ser correlacionada a, de fato, “um capítulo da história da estética.” (ANKERSMITH, 2006, P. 150)

Creio ser viável contribuir com as considerações de Ankersmith a partir de outro depoimento contundente de Huizinga sobre o que pensava a respeito do melhor método de escrita da história.

Poucos anos depois de visitar a exposição de Bruges, em 1905, ao ler o texto da aula inaugural na ocasião de sua ascensão à cátedra de História na Universidade de Gröningen, Huizinga trazia à tona sua hesitação quanto ao impacto das obras de arte na construção intelectual e representação histórica no exercício de reconstrução do passado que havia se tornado o seu ofício:

Imaginaí que apenas dispodes de noções muito mais escassas sobre o ocaso do mundo antigo. Podeis ir então ler livros sobre o tema para aprofundar essas noções. Agora, sem embargo, tendes a sorte de visitar Ravena e de ver seus mosaicos. De agora em diante, quando pensardes nesses séculos, vereis sempre o mesmo esplendor imóvel, o brilho do verde e do ouro em San Vitale, o crepúsculo azul no mausoléu de Galla Placidia. Vossa imagem histórica desse período está iluminada para sempre por essas recordações. Estamos apenas diante de uma inútil associação de ideias ou esses mosaicos nos ajudam verdadeiramente a entender melhor a história, isto é, a vê-la? Considero ter deixado suficientemente claro que entre os elementos constitutivos de nosso conhecimento histórico nem sempre se pode reconhecer uma concatenação lógica que permita acolher a segunda alternativa, por inescrutável que fosse. Esse saber de fato jamais nasce de conceitos esmeradamente criados mediante a abstração e conectados entre si intelectualmente, mas sempre derivam da associação de ideias mais ou menos casuais. (HUIZINGA, 1993, P. 22)

Huizinga está claramente referindo-se às noções de “sensação” visual que poderiam ajudar a construir uma imagem histórica realista e, mais do que isso, verdadeiras “experiências históricas”. Os mosaicos de San Vitale demonstram que os caminhos para o passado real não passam necessariamente pelas construções de ordem lógica. Embora seja

evidente que o conhecimento prévio é o responsável por tornar válidas quaisquer impressões que uma imagem possa suscitar (ANKERSMITH, 2006a, P. 116), a própria natureza dessas imagens, produtos efetivos do passado que sobreviveram à marcha do tempo, resulta numa compreensão de gênero associativo em vez de lógico-racional.

Há outras passagens que insistem nesse sentido, mas, antes de prosseguir, seria conveniente explorar rapidamente o contexto de escrita da conferência.

Na ocasião, Huizinga estava comprometido com a defesa da disciplina histórica de um giro cada vez mais profundo na direção das ciências naturais, e procurou desarmar os argumentos que apartavam o labor historiográfico de certa visão artística necessária e inerente ao pensamento daqueles que deitam seus olhos sobre o passado. Assim, a história deveria ter por corolário, ao relacionar a sensibilidade do historiador à erudição e à crítica rigorosa em busca da verdade - cumpre dizer que, conforme esclareceu Ankersmith, Huizinga tem plena consciência da impossibilidade de encontrar realidade em termos absolutos, mantendo-a, portanto, ao seu lado apenas como objetivo inatingível, porém necessário - não teorias abstratas e de valor geral, mas, muito antes, imagens e representações dos homens, de suas virtudes e vícios, de suas vitórias e tragédias no deambular das rodas do tempo. Numa palavra, a história deveria buscar seus resultados no particular, então cada vez mais considerado domínio da arte literária e da liberdade poética.

Nos autores que evoca para sustentar seus pontos ou para refutar os que lhe parecem inadequados, Huizinga demonstrará uma amplitude bibliográfica que é própria de sua formação plural. Sabemo-lo bem, o holandês só se tornou um historiador após concluir sua formação em línguas orientais (especialmente o sânscrito), além dos já mencionados estudos de linguística geral. Mostrou-se um curioso acerca dessa jovem disciplina que era a psicologia (donde não nos espantar as citações de um Wundt ao longo da conferência). Demonstrou certo desânimo diante da sociologia (e lá vemos Simmel entre os mencionados), sobretudo de uma sociologia que, a seus olhos, tencionava tomar o estatuto da pesquisa histórica em seus braços, criando modos de interpretar que mergulhavam os indivíduos na generalização das classes e das teorias explicativas absolutas. Entrou em choque contra historiadores que sustentavam o caráter científico da história a partir de uma instrumentalização das séries de eventos em estruturas rígidas de entendimento e da definição do comportamento das gentes

por meio de um exercício de psicologia coletiva, no que consistia em uma série de argumentos contra Karl Lamprecht.

Ademais, em toda a conferência transparece, como atrás ficou dito, que este texto serviu de palco a uma proposta de interposição da arte da palavra diante das hipóteses e esqueletos apriorísticos das ciências duras de então. Ao considerar tais mecanismos impróprios para o estudo da história, Huizinga acaba por enfatizar um ponto que ganhou forte repercussão décadas mais tarde de forma completamente distinta: o retorno da narrativa e dos componentes literários da escrita histórica, que chegaram, na interpretação associada a certos intelectuais “pós-modernos”, à uma apresentação do passado que invalida a busca pelo real, tornando-se, desse modo, algo próximo àquele *monstro sem forma* que fez Huizinga temer pelo futuro de sua civilização. (RIBEIRO, 2008, P. 17-70)

Aqui, contudo, distanciando-se de qualquer anacronismo estreito, vemo-lo defender a arte como forma de *compreender* a história. Arte essa que, aliada à maneira de narrar do historiador, seria a chave para a criação de imagens sinceramente representativas do passado, dignas de uma verdade parcial como todas são, mas honesta. Portanto, Huizinga queria nos fazer vislumbrar que apenas na combinação de objetividade e subjetividade, da mão do poeta inspirado aliada ao olho do crítico sagaz, estaria o caminho que conduziria aquele que o quisesse da densa e sufocante floresta do cientificismo para as sendas resplandecentes das vidas dos homens de outrora.

Diante de todo o exposto, vemos que Huizinga pensava em modelos que pudessem alcançar o real e torná-lo narrável por meio da “historical sensation” que veio a imprimir em sua obra mais célebre. Falando contra as ciências que abominavam o individual e, de modo preciso, contra Karl Lamprecht, sustentava que era ele o melhor acesso à vida concreta do passado. E intuía e atestava que os fenômenos artísticos podiam conferir a impressão de toda uma época reslisticamente:

Passemos agora ao valor que a representação estética assume para o modo de conceber os fenômenos gerais. Segundo Lamprecht, essa força de imaginação histórica que não pode se chamar de científica e que ele confina ao domínio do individual como “intuição artística” (künstlerische Ahnung) estaria fora de lugar aqui. Lamprecht proíbe a fantasia, seu dote mais precioso! De que púlpito vem a prédica! Não é só o indivíduo o que, relutante a cada indagação, opõe resistência à análise

intelectual para poder ser apenas “intuído artisticamente”. Nem sequer os vínculos gerais se compreendem de modo estritamente lógico; é preciso ir mais adiante; a parte que a representação estética detém na formação de uma imagem histórica geral é pelo contrário muito mais importante. Tomai, por exemplo, vossa imagem geral da civilização egípcia; ireis percebê-la formada quase em sua totalidade por representações da arte egípcia. E o gótico não domina em grande parte a imagem geral da Idade Média? Ou invertei a questão e perguntai-vos que representação do século XIII tem quem leu todas as bulas papais e desconhece o *Dies irae*. (HUIZINGA, 1993, P. 21-22)

A passagem citada adiciona um elemento fulcral para o entendimento do passado para Huizinga. Não somente a apreensão do indivíduo, com sua grande capacidade de exprimir os sentimentos de sua sociedade, não apenas a obra de arte e sua igualmente poderosa capacidade de síntese importavam. Ambos os elementos deveriam concorrer para a criação de uma “imagem geral” – e talvez seja de suspeitar que Huizinga, um ocasional crítico e constante admirador de Burckhardt, deva sua definição ao “Estado como obra de arte” -, uma representação do “espírito do tempo”, cujo núcleo era a componente de realidade a ser transposta em obra escrita por meio das “sensações”.

De nenhum modo é minha intenção sustentar que o passado deva ser estudado a partir da história da arte. Não se trata de inferir da arte, como fenômeno considerado separadamente, uma imagem do passado, ou de ver na arte a única chave para entender o caminho do espírito do tempo, mas ver refletidas na arte imagens obtidas mediante um estudo multiforme da tradição, ou de vê-las iluminadas pela arte. Enquanto indaga o passado em todas as suas expressões, o historiador deve observar a arte do passado e deve ler sua literatura para aumentar a claridade da representação. Deve, sem embargo, introduzir-se na natureza, e caminhar por prados e colinas até que seja capaz de ver resplandecer o sol também no passado. (HUIZINGA, 1993, P. 22)

Além de defender seu ponto de vista, Huizinga também se preocupava em oferecer respostas às críticas de Lamprecht, que assumia a grande possibilidade de a imaginação histórica propugnada por Huizinga transformar-se numa coletânea de invenções que ultrapassariam em muito a realidade:

Ouçó objetar, no entanto, que o desenvolvimento dessa receptividade estética esconde em si um grande perigo para o estudioso da história: conduz a *hineindichten* (“interpretar subjetivamente”), cria imagens falsas. Seguramente é sempre o *moonlight of memory* que ilumina o passado. Mas que perigo é maior, o dos maus entendidos causados por uma concepção histórica preponderantemente estética, ou o que nasce das necessárias séries de hipóteses reconstruídas logicamente? A segunda hipótese me parece correta. (HUIZINGA, 1993, P. 23)



E, a seguir, propõe um exemplo de seu argumento que utiliza, acredito, a mesma linguagem estilisticamente sofisticada a que Ankersmith refere-se quando fala de “O Outono da Idade Média”:

A visão estética cria subjetivamente imagens muito diferentes, mas que se traduzem relativamente pouco em juízos claramente definidos, capazes de influenciar outros; essas imagens permanecem reclusas na câmara do tesouro da consciência subjetiva. Tome-se esta frase de Heródoto: “Mas quando Serse viu todo o Helesponto coberto de navios, e todas as costas e as planícies de Ábidos repletas de homens, então se considerou abençoado, mas logo caiu em pranto”<sup>1</sup>. Nós vemos-lo de imediato: o sol sobre as velas cândidas, a movimentação da massa de homens, o resplendor de suas armaduras e as manchas vermelhas de suas vestes. Ainda ouvimos o ressoar de suas vozes, o balanço do mar, saboreamos o vento salubre. E tudo isso vemos-lo com os olhos do soberano, e experimentamos também seu orgulho e abatimento. Se examinarmos agora nossa capacidade imaginativa, notamos que os detalhes que esta coloca involuntariamente sob os nossos olhos são tão incontrolláveis como verdadeiros, ou são indiferentes para compreender logicamente o conjunto. Somente quando estimulamos expressamente a imaginação até que ela, ultrapassando o limite da fantasia histórica, se converte em fantasia artística, pode acontecer de elementos capazes de transformar a imagem em danos à verdade histórica se agregarem à representação. (HUIZINGA, 1993, P. 23)

4. O encerramento do texto confirma o compromisso de Huizinga com a realidade e uma escrita realista, por mais rebuscada e imaginativa que pudesse se tornar. De certo modo, Huizinga parece procurar as imagens da experiência histórica que, transformadas em “historical sensations”, granjeariam imenso poder explicativo para o passado. As forças intelectuais que Huizinga mobilizou nesse esforço remetem para o amplo domínio do “mundo da vida” sobre o qual Hans U. Gumbrecht discorreu com grande qualidade. Para Gumbrecht, o “mundo da vida” não se limitava às possibilidades humanas, mas também à imaginação. Se noções como a da onipresença, que resultaram na ideia humana de alcançar uma projeção mental que lhe era impossível, mas perfectível para a criatura divina (GUMBRECHT, 1999, P. 666-667), algo parecido parece se insinuar na conferência de Huizinga. Não se trata de usar a arte como instrumento de conhecimento direto do passado, como ele próprio argumentou; a proposta é aplicar a imaginação histórica, na forma resultante da experiência histórica extraída da arte e da cultura, em busca do mundo real. Em outras palavras, Huizinga pretendia partir de

um modelo representacional para atingir o mundo real, como se “saísse”<sup>3</sup> do “mundo da vida” para vislumbrá-lo em cores mais nítidas.

Mas, se o fascínio tal qual discutido por este autor procura se irmar com suas propostas de uma história mais afastada da hermenêutica e mais aparentada da descrição, em Huizinga o fascínio de “tocar” ou “ver” e sempre “sentir” a história só pode coexistir com a intensa esperança de interpretar o passado em busca da verdade, ainda que verdade ideal.

Perder-se no prazer do belo não é o trabalho cotidiano do historiador. Amanhã deveremos abandonar o panorama que nos oferece a teoria e dedicarmo-nos de novo ao trabalho crítico de escavação. Mas conservemos, contudo, a lembrança desse panorama, de quão grande e belo é o mundo ao nosso redor. De vez em quando devemos nos dispensar do trabalho assíduo que nos limita para darmos conta uma vez mais, à luz da teoria, de que as nossas forças são poucas, enquanto a história é universal, e para sentir de novo a grande responsabilidade do historiador, quem, quanto mais claramente vislumbre que apenas dispõe de um juízo subjetivo, tanto mais dirigirá os olhos para o ideal de verdade objetiva que repousa na sua alma (HUIZINGA, 1993, P. 25)

Quando, na seara da onda pós-moderna e suas muitas (e algumas más) leituras, chegou a se aventar que a excessiva ênfase na linguagem poderia vir a deslocar o sentido da história para um representacionismo desprovido de qualquer elo com a verdade (dentre outros, cf. GINZBURG, 2002), o exemplo de Huizinga e a leitura de Ankersmith asseguram-nos de que subjetivismo e objetividade não são excludentes, e que a busca do belo, mais do que imprimir um sabor especial ao texto, pode dotá-lo de signos que nos aproximem de forma contundente e responsável de tempos passados.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GUMBRECHT, Hans U. Depois de aprender com a história. In: *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. São Paulo: Record, 1999.

HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

HUIZINGA, Johan. L'elemento estetico delle rappresentazioni storiche. In: *Le immagini della storia: scritti 1905-1941*. Torino: Einaudi, 1993.

---

<sup>3</sup> O conceito de Gumbrecht não autoriza essa analogia, que uso apenas para ilustrar o argumento, uma vez que mesmo a imaginação que extrapola os limites da realidade pertence ao “mundo da vida”.

ANKERSMITH, Frank. Three levels of “Sinnbildung” in Historical Writing. In: RÜSEN, Jorn (ed.). *Meaning and Representation in History*. New York: Berghahn Books, 2006a.

ANKERSMITH, Frank. Language and Historical Experience. In: RÜSEN, Jorn (ed.). *Meaning and Representation in History*. New York: Berghahn Books, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sobre aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DE MICHELE, Girolamo; ECO, Umberto. *História da Beleza*. São Paulo: Record, 2004.

RIBEIRO, Naiara Damas. *A Europa em jogo: as críticas de Johan Huizinga à cultura de seu tempo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008 (dissertação de mestrado).

PINHEIRO, Ana Elias. Notas. In: XENOFONTE. *Memoráveis*. Coimbra: CECH, 2009.

---

## A CIVILIZAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: (RE)LEITURA DE UM ENSAIO HISTÓRICO

Andre de Lemos Freixo\*

### Apresentação

Este trabalho apresenta uma (re)leitura de *Civilização Holandesa no Brasil*, de José Honório Rodrigues (1913-1987). Publicado em 1940, o texto foi resultado da parceria do autor com Joaquim Ribeiro. Cabe analisá-lo, contudo, como um ensaio histórico que procurava inscrever seus autores, Rodrigues em especial, nos diálogos e debates em torno das propostas modernizadoras para o Brasil que caracterizavam muitas obras do período. Porém, mais do que isso, o texto “ensaia” (no sentido de testar, experimentar) algumas possibilidades daquilo que José Honório defendia como uma escrita histórica “nova”. Assim, reler esse ensaio torna possível duas coisas, simultaneamente: 1) identificar o que significava para José Honório Rodrigues essa novidade em termos historiográficos – pois, *Civilização Holandesa no Brasil* se propõe a, pelo menos, ensaiá-la; e 2) como, naquela conjuntura específica do Estado Novo, a plasticidade característica do ensaio permitia-lhe uma função discursiva específica na qual se tornava possível endereçar críticas à sociedade contemporânea a eles, indicando seus problemas a partir de um texto histórico.

### No tempo do “príncipe flamengo”...

Em 1933, José Honório Rodrigues se tornou estudante da Faculdade Livre de Direito do Estado do Rio de Janeiro. Nesse período, também acompanhou as preleções de Sociologia e Antropologia Cultural ministradas por Gilberto Freyre na Universidade do Distrito Federal (UDF), com quem estabeleceu forte vínculo de amizade e respeito. Frequentou, inclusive, o *Club* de Sociologia inaugurado naquela instituição por ele,<sup>1</sup> além de ter participado das aulas de alguns professores franceses no Rio de Janeiro. Em entrevista, Rodrigues declarou que as aulas do professor Henri Hauser – um dos responsáveis pela introdução da História Econômica no ensino superior francês e também na UDF

---

\* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012).

<sup>1</sup> Fundado em junho de 1937, o *Club* de Sociologia foi uma agremiação intelectual organizada por Gilberto Freyre e José Bonifácio Rodrigues. Segundo Simone Meucci, manteve atividades intermitentes, mas focava-se na discussão de ideias acerca de Sociologia e da chamada “cultura brasileira”, com acento freyriano em tempos ainda “não-freyrianos”. Além disso, “[...] mesmo após o fechamento da UDF, a atividade do *Club* se manteve. Em 19 de novembro de 1939, sob os cuidados do *Club*, foi organizado um evento: uma conferência com Almir de Andrade, intelectual do Estado Novo que tinha acabado de publicar *Aspectos da Cultura Brasileira*” (MEUCCI, 2006: 136).

(FERREIRA, 2010: 251) – marcaram imensamente sua trajetória e perspectivas iniciais acerca da escrita histórica no Brasil (RODRIGUES, 1984: 219).

É possível identificar na produção inicial de Rodrigues, entre 1936 e 1939, as contribuições de seu diálogo e amizade com Gilberto Freyre, as trocas com sua Antropologia Cultural, assim como as críticas e lições de Hauser quanto ao papel fundamental da Sociologia e da Economia como renovações importantes para os estudos históricos no Brasil.<sup>2</sup>

Com artigo publicado no *Jornal do Brasil*, intitulado “A civilização holandesa no Brasil”, evidenciavam-se as pretensões de Rodrigues quanto a uma renovação nos estudos históricos (RODRIGUES, 1936: 14). Já ali o autor propunha uma interpretação que fugisse das leituras mais “tradicionais” do capítulo holandês no Brasil, como ele dizia na esteira de Hauser, quais sejam: a chave de leitura de Varnhagen, na qual a expulsão holandesa foi vista como o nascimento de uma consciência nacional brasileira, a das biografias de Nassau, ou ainda as leituras focadas nas dimensões “militares” do conflito que terminou com a expulsão dos holandeses (RODRIGUES, 1936: 14).

Em texto de 1939, Rodrigues voltava a defender que a renovação historiográfica de que o país necessitava à época deveria ser feita a partir de autores dispostos a oferecerem interpretações “culturalistas” da história, a exemplo do que fizera, por exemplo, Gilberto Freyre no ensaio *Casa Grande & Senzala* (1933).<sup>3</sup>

É nesse sentido que se pode observar uma verdadeira transformação nos rumos da historiografia pátria. Se na história o “homem” aparece como força criadora, como não procurar nas ciências que cuidam do “homem” [psicologia, sociologia, antropologia, biologia, geografia] os recursos originais que nos podem oferecer? (RODRIGUES, 1939a: 1).

---

<sup>2</sup> Dizia Hauser: “Fondé em 1838, contemporain par conséquent des créations analogues qui évoquent em France le nom de Guizot, ce corps bientôt centenaire possède une bibliothèque importante et publie une *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* qui a dépassé le 150e volume. [...] Il est donc loin de notre pensée de déprécier l’œuvre accomplie et em train de s’accomplir par les soins de l’Institut. Mais ce qui explique un peu la relative désaffection des jeunes générations d’historiens à l’égard de cette institution, c’est la lenteur avec laquelle elle travaille, l’impression qu’elle donne que les publications et mémoires y sont enfouis dans de gros volumes où rien n’invite à les chercher, enfin le fait, à peu près inévitable dans un corps académique, qu’une grosse part de chaque volume, consacrée aux séances, laisse vraiment trop de plaque aux manifestations oratoires et aux congratulations réciproques. On aimerait respirer une atmosphère plus juvénile et plus critique” (HAUSER, 1937: 90-91).

<sup>3</sup> Mesmo diante das interpretações de Silvio Romero e Capistrano de Abreu, Rodrigues dizia que “o certo seria afirmar que a civilização brasileira é um ‘compósito’ de culturas diversas, que podem distinguir em determinadas áreas de influência mais marcantes desta ou daquela cultura, mas que no todo apresenta uma determinada unidade de cultura geral”, como teria feito Gilberto Freyre. Além disso, arrematava: “em *Casa Grande & Senzala* pode-se ter uma síntese e mesmo uma análise das influências negras e índias. Não pode haver dúvida de que Capistrano errava quando dizia referindo-se aos tupinambás: ‘Assim representavam o termo de evolução a que os portugueses e africanos tendiam a cada progresso que fazia a aclimação das raças vindicas, era um passo que os aproximava dos caboclos’ (RODRIGUES, 1939b: 62-63)”.

É possível identificar que desde muito cedo autores como Freyre e Hauser marcaram os primeiros artigos publicados por José Honório. Isso se dava, principalmente, pela abertura quanto às contribuições que a história poderia ter quando em diálogo com outras ciências.<sup>4</sup> Esses textos apresentam esboços iniciais das análises que figuram em sua *Introdução aos Estudos do Período de Maurício de Nassau* (1937), texto laureado com o Primeiro Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, publicado em livro na 5ª Série da Biblioteca Pedagógica Brasileira (vol. 180), da *Coleção Brasileira*, sob o título de *Civilização Holandesa no Brasil*, em 1940.

Oferecer um texto novo, que abarcasse, pois, as muitas dimensões possíveis que constituíam a sociedade pernambucana durante o período de Maurício de Nassau – que incluíam etnografia, filologia, folclore, além da análise econômica, geográfica, sociológica, antropológica e psicológica –, foi o objetivo central de *Civilização Holandesa no Brasil*. As dificuldades inerentes a tal proposta exigiram de Rodrigues a busca por reforços. O auxílio coube ao colega no Curso de Ciências Sociais e Jurídicas, Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro (1870-1934), que creditou, no entanto, a quase integralidade da autoria da obra a Rodrigues (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: XIII). Ribeiro contribuiu traçando o plano geral que amarrou o texto como um ensaio histórico. Também escreveu a introdução, o prefácio, notas indicando referências e esclarecimentos importantes, assim como os estudos que complementavam o texto, mas fugiam demais ao alcance de Rodrigues à época, como folclore, raças e etnias, psicologia, entre algumas mais. Mas, no que toca ao aspecto central do texto, pode-se concordar que se trata de uma obra de Rodrigues.

Assim, na introdução de *Civilização...*, assinada por Ribeiro, procurava-se deixar claro para seus leitores do que aquele texto tratava.

Convém salientar ainda que o feitiço deste ensaio é contrário à atitude profundamente *lateral* dos que tomam por base a *biografia*, tão em moda entre os historiadores romancistas dos nossos dias, ou a *vida administrativa*, tão do gosto dos antigos historiadores. Procuramos, ao contrário, reconstituir o *ambiente histórico-social*, estudando as condições econômicas determinantes, os elementos raciais, culturais e linguísticos que concorreram para definir o referido momento histórico (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 5. Grifos no original).

O plano geral de organização da obra seguiu basicamente um roteiro de três partes centrais, ou “três problemas”: 1) *O problema do mar*: parte mais curta do estudo, buscava explicar o que Rodrigues chamou de “civilização atlântica”. Para ele, a presença holandesa na América Portuguesa seria um capítulo do expansionismo neerlandês no Atlântico. Discutia-se ali a teoria da “liberdade dos mares”.

---

<sup>4</sup> Quanto a isso, ver: (RODRIGUES, 1937: 29) e (RODRIGUES, 1939a: 1).

Essa parte possui caráter introdutório para o que se estabelece como fator preponderante para o expansionismo holandês no século XVI: ampliação das rotas comerciais (fator econômico), mas também atacar o inimigo religioso dos reformados (a Igreja Católica);

2) *O problema da terra*: essa parte foi dividida em seis subitens: a) uma leitura para o que se chamou de “plano geográfico da conquista” holandesa (o centro político); b) o centro econômico; c) o aspecto “antropogeográfico”; d) a expansão terrestre; e) a expansão costeira; f) as regiões naturais. Nessa parte se apresentam os aspectos antropológicos e geográficos do encontro dos holandeses com a América portuguesa. Visava-se com isso explicar as razões estratégicas dos holandeses terem trocado, por exemplo, a Bahia por Pernambuco; a transferência da sede de sua conquista de um outeiro (Olinda) para o Recife; bem como os motivos do planejamento e organização característicos da cultura e da civilização holandesas em contrapartida ao formato português;

3) *O problema das gentes*: aqui repousam as principais contribuições de Ribeiro ao ensaio. Essa parte divide-se em quatro “questões”: a) indaga-se acerca de uma Antropologia do Brasil holandês, isto é, de um estudo das raças que se encontrariam nessa terra; b) Etnias: como se dava o contato entre as diversas culturas e qual o impacto do elemento holandês no folclore pernambucano; c) quais os elementos linguísticos deixados pelos holandeses no idioma português daquela região; e d) esboço de uma síntese sobre aspectos psicológicos (ou o “complexo de superioridade”) do conquistador holandês.

A escolha do termo “problemas” não era gratuita e oferece um indício do tom renovador que se desejava imprimir sobre aquele texto. As seções do trabalho tratam de aspectos amplos, cada um lançando um conjunto próprio de questões. Mas, como aquele era um ensaio, havia espécie de “licença” que o gênero concedia para ousar nesse sentido, sem perder aos olhos do público leitor a seriedade e cientificidade pretendidas (NICOLAZZI, 2008: 12-14). A tentativa era abarcar o maior número de elementos que compunham a “sociedade holandesa” em Pernambuco durante a passagem de Nassau, assim como compreender os desafios na implantação de um modelo de civilização holandês naquela região.

Após estas três seções, que consumiram mais da metade da obra, iniciava-se a “reconstituição do ambiente histórico-social” anunciada desde a introdução, através do estabelecimento de paralelos e dicotomias entre tipos ideais rurais e urbanos. Assim, em meio à sociedade agrária, resultado da poderosa estrutura dos engenhos de açúcar da região, Rodrigues dizia que a “cidade holandesa” inaugurou instituições estranhas: classes sociais distintas, diferentes religiões, policultura, enfim, modalidades que lhe assemelhavam a uma democracia urbana bastante exótica à sociedade ali encontrada pelos holandeses. A partir dessa reconstrução, o texto se encerrava analisando as ações e a

dimensão do projeto e contribuições que identificara nas realizações do príncipe Maurício de Nassau-Siegen.

Conscientemente, recorreu-se ao muito plástico e já amplamente reconhecido e legitimado formato do ensaio histórico. Isso se evidencia não apenas através das palavras de Ribeiro na introdução, mas também no “Parecer de erudição”, assinado por Roquette-Pinto (relator), Fernando Magalhães e Ademar Tavares, em 15 de dezembro de 1937. Apesar das duras críticas de Roquette-Pinto ao capítulo antropológico (“As raças no Brasil holandês”), tema caro ao relator que se mostrava em franco desacordo com suas conclusões (“Parecer de Erudição”. In: RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: XVIII), ele dizia que o “belo ensaio de crítica histórica” não seria das “menores prendas” para os estudiosos e eruditos, principalmente devido à sua extensa bibliografia (“Parecer de Erudição”. In: RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: XIX).

Rodrigues já se manifestara anteriormente quanto ao seu interesse em evitar o que poderia ser lido como uma biografia de Nassau, pois procurava deixar claro que se contrapunham às escritas históricas “velhas”.<sup>5</sup> O trabalho apresentava uma interpretação que privilegiava aspectos variados, procurando as razões econômicas, antropológicas, geográficas, sociológicas, folclóricas, entre outros, como meio de balizar suas análises não apenas sobre Maurício de Nassau, mas todo seu programa civilizador. Uma interpretação que enredou os dados destes levantamentos e pesquisas com os quais Rodrigues ensaiou sua “interpretação culturalista” dessa história.<sup>6</sup>

Criando uma dicotomia entre o segmento rural, representado pelos engenhos de açúcar (latifúndio monocultor), e o urbano (mercadores holandeses e judeus) dessa sociedade, José Honório seguia de perto algumas sugestões de Franz Boas e Karl Mannheim (RODRIGUES, 1937: 29). Assim, dizia finalmente, “pela primeira vez, se edifica, no Brasil, uma cidade” (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 206). A cidade, a “Mauricéia”, foi também residência dos “burgueses enriquecidos” e de alguns senhores de engenho mais identificados com os holandeses que construíram sobrados na ilha do príncipe. Mas a chegada de novos holandeses seria, contudo, entendida como problemática, uma vez que a maioria seria composta por comerciantes, sem nenhum tipo de interesse ou experiência na lavoura ou pastoreio.

---

<sup>5</sup> Isso pode ser lido a seguir: “Persistem os historiadores nacionais no respeito aos velhos dogmas de que a história é o “passado político” ou a “biografia coletiva”, e com isso continuamos na triste situação de vermos grande parte da produção histórica nacional se limitar ao relato de anedotas políticas, episódios militares e diplomáticos [...] (RODRIGUES, 1939a: 1)”.

<sup>6</sup> A interpretação “culturalista” que Rodrigues defendia era vista por ele como mérito inquestionável de Gilberto Freyre, especificamente em *Casa Grande & Senzala*. Em seu artigo “Interpretação culturalista da história” ele marcava não apenas seu entendimento sobre isso, como afirmava ser *Civilização Holandesa no Brasil* (ainda no prelo na ocasião do artigo) um estudo que seguia na mesma trilha (RODRIGUES, 1939a: 1).



Este aumento demográfico, assim como o contato entre tipos tão distintos, favoreceu também ao que José Honório chamou de “imoralidade”. Para ele, os calvinistas eram moralmente rígidos e seguidores firmes de sua doutrina, mas o catolicismo submisso presente na colônia não. Aqui, Rodrigues segue de perto a leitura de Gilberto Freyre para a religiosidade “brasileira” no complexo da “casa grande/senzala” – seu modelo arquetípico de explicação da formação cultural da sociedade (patriarcal) brasileira. Na linha de Freyre, avaliava que a prostituição no Recife teria sido responsável pela disseminação da sífilis e, por isso, “o Recife, com os seus sobrados-cortiços e seus sobrados-bordéis foi um dos pontos mais intensos de sifilização no Brasil, a sífilis ocorrendo com frequência, diz Piso, tanto entre holandeses quanto portugueses” (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 217). Desta forma, de nada teriam importado os valores culturais e ideais de liberdade e tolerância religiosa dos calvinistas holandeses que ele considerava, inclusive, exemplares a partir de Nassau e sua formação civilizada. A sociedade rural monocultora e “sifilizada”, baseada sobre a sólida estrutura da casa grande, seus valores sempre referentes aos senhores de engenho, sua moralidade familiar e seu catolicismo submisso ao poder patriarcal, teriam contribuído para o malogro de uma civilização holandesa na região.

O meio rural e sua cultura foram identificados como as bases sobre as quais todas as estruturas sociais e políticas do período colonial estariam sustentadas. Sua estabilidade dificultaria o desenvolvimento econômico da colônia fora das áreas de cultivo monocultor, no caso, do açúcar. A feição estável dos engenhos e o poder que a engendrava produziram uma cultura conservadora e avessa à infiltração de elementos exóticos – nesse caso, o modelo de civilização holandesa, de matiz liberal, capitalista (burguês) e tolerante. Nesse sentido afirmava que “seus complexos culturais são fixos”, e o centro urbano seria seu oposto. Não haveria, portanto, muito espaço para transformação no meio rural.

Convinha à Companhia das Índias Ocidentais não quebrar com as tradições agrícolas, uma vez que o açúcar seria ainda seu principal interesse. Nassau obedecia a esse princípio, mas, simultaneamente, dizia Rodrigues, importava colonos holandeses e alemães para tratar do que ele acreditava ser um problema: a poderosa esfera monocultora. Por mais que dela dependessem os lucros da Companhia, Nassau teria se preocupado com o problema dos trabalhadores rurais, mas sua atitude rompia com a política mercantil de exploração de lucros imediatos para garantir, ali no Recife, o que José Honório chamou de um “sentido criador”, isto é, a organização de uma comunidade, a criação de uma civilização nos moldes holandeses.

Rodrigues leu a iniciativa de Nassau de doar terras aos soldados como uma política que matizaria o poder dos engenhos e latifúndios, pois incentivaria a pequena propriedade, através da defesa da policultura e da criação de gado. A tentativa teria fracassado uma vez que a maioria dos colonos que

receberam os lotes de terras seriam mercadores e não fazendeiros. O malogro da iniciativa civilizadora “nassoviana” teria se dado, mormente, por essa fragilidade: falta de capitais na colônia, que permanecia agrária e monocultora (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 242-243). Assim, Rodrigues analisou que o regime latifundiário e monocultor restringia muito as tentativas de Nassau de fundar uma civilização. Esse complexo cultural desenvolvera um regime socioeconômico próprio, que teria trazido elementos distintos daqueles que o modelo português ali estabelecera. A menos que houvesse uma ruptura decisiva com o modelo português, a cultura holandesa não se estabeleceria satisfatoriamente no Recife. Curiosamente, a ruptura não se deu, em grande parte, por causa do próprio “príncipe flamengo”, por ele ter sido um eficaz conciliador entre forças sociais tão díspares. À luz de sua formação e de seu espírito civilizador, o Nassau de Rodrigues teria sido homem extraordinário (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 283), pois conseguiu harmonizar grupos econômica e politicamente conflitantes (o rural e o urbano) até sua saída do governo. Rodrigues, então, concluiu que governo que sucedeu ao de Nassau não contemporizava e sua tolerância era diminuta frente às crescentes dívidas dos senhores de engenho. Os holandeses começaram a cobrar o que lhes era devido judicialmente, o que provocaria a ira e a violência daqueles que, naquela sociedade altamente conservadora, seriam contra qualquer medida judicial que não os favorecesse.

Com uma seção intitulada “Síntese final”, o ensaio se encerra. Ali, Rodrigues analisou o malogro da “civilização holandesa” no Brasil, ou do complexo cultural da civilização que Nassau teria tentado instalar no Recife. As referências aos trabalhos de Gilberto Freyre figuram como base para suas conclusões, ao lado das pesquisas que realizou e das contribuições de Ribeiro. Para ele, o modelo de civilização holandês seria urbano e capitalista (liberal). Quando Nassau encontrou uma colônia rural e latifundiária (conservadora), teria sido forçado a abrir sérios precedentes sobre o “pensamento social” holandês. Rodrigues seguia de perto os comentários dos cronistas flamengos contemporâneos a Nassau pelo fracasso holandês dever-se quase exclusivamente a fatores econômicos, mas completava dizendo que

Gilberto Freyre demonstrou cabalmente, na sua obra *Casa Grande e Senzala*, que a nossa formação econômica se fez sob a base da monocultura do açúcar no nordeste, durante o período colonial, e monocultura do café no império e, ainda hoje, na república. No prefácio daquela obra se diz que o “Açúcar não só abafou as indústrias democráticas do pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, numa grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e pecuária”. Mais tarde o café produziu e produz os mesmos males, no sul. Pois bem, Nassau teve a visão panorâmica destes males. Procurou corrigi-los, revelando vistas econômicas superiores ao seu século (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 322).

Nestes termos, Honório Rodrigues delimitou dois grupos de razões para o conflito que, eventualmente, terminou com a expulsão dos holandeses de Recife: 1) as condições materiais e econômicas; e 2) condições que chama de “subjetivas”. O primeiro grupo contém a situação precária da economia colonial, agravada pela política de monopólios, pelos impostos e dízimos sobre os senhores de engenho, assim como suas dívidas cada vez maiores com a Companhia holandesa. O segundo grupo seria composto pelo conflito de culturas e ideais, como o da “liberdade divina” (tolerância religiosa) e de comércio (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 282-283). Em função do desacordo de toda a “vida material e espiritual” (economia e cultura), já solidamente alicerçada sobre a base de uma sociedade latifundiária, monocultora e patriarcal – que José Honório classificou como “quase feudal” (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 324) –, a derrota dos holandeses significou que as habitações salubres, a alimentação mais rica, os transportes mais eficientes, as assembléias, as leis igualitárias, a liberdade de religião, as artes, a arquitetura, enfim, a cultura da civilização holandesa aos poucos agonizou e morreu nas praias do Recife.

### **Encerramento**

O ensaio foi, em geral, bem recebido, apesar de algumas importantes ressalvas publicadas à época em resenhas. Particularmente, o caráter relativamente apressado de algumas de suas seções foram alvos de duras críticas (ANDRADE, 1940: 8; SODRÉ, 1940: 7; VIANNA, 1941: 23-24). Além disso, a franca preferência pelo modelo de civilização holandesa, quase sempre em detrimento do lusitano – que Rodrigues tentou mascarar, mas não conseguiu (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 324-325) –, também incomodou aos críticos, em particular Hélio Vianna, Catedrático de História do Brasil na Universidade do Brasil.

Oferecia-se ali uma interpretação específica não só para uma ideia “modelar” de civilização, mas se procurava estabelecer que o nascimento de algo digno do nome *civilização* dependeria de um conjunto amplo de fatores. Pensando o caso brasileiro em fins da década de 1930, tratava-se de apresentar que não se poderia ter uma civilização apoiada num modelo econômico ainda dependente dos latifúndios monocultores, por exemplo. Um pouco na linha de Max Weber, o capitalismo holandês era lido como um sistema econômico protestante (calvinista), isto é, que se desenvolveu inicialmente na Holanda por conta de um *ethos* calvinista que inspirou o trabalho, a liberdade política, de credo e econômica que gozaram os neerlandeses no XVI. Para Rodrigues, seu “espírito” urbano, burguês, o desenvolvimento de universidades, tudo isso, teria relações diretas com o processo civilizador holandês.

E Nassau foi retratado como um homem moldado por esse meio, que tentou erguer no Recife uma cidade e uma civilização, mesmo quando a Companhia que representava desejava somente um entreposto comercial. O “príncipe flamengo” teria sido formado por ideais liberais, porém quando chegou ao Brasil encontrou os limites impostos, por um lado, pela “atitude mercantil” dos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais e, por outro, pelos padrões culturais excessivamente conservadores estabelecidos pelo latifúndio monocultor.

Há, porém, o segundo movimento do ensaio. Como dito anteriormente, ele dirigia críticas aos problemas que, por serem históricos, tinham relação com esse passado colonial, talvez, ainda não tão distante do seu tempo presente aos olhos de Rodrigues. Assim, pode-se identificar o propósito de relacionar sua interpretação histórica ao seu próprio tempo. Ou seja, através do ensaio histórico os problemas identificados por ele no seu presente poderiam ser criticados, sem ferirem, contudo, os estatutos do Estado Novo, nem despertarem a atenção da censura do regime.

Este não deixa de ser, também, um esforço de legitimação para uma concepção de história nova, ou renovadora. Apesar da ousadia de realizar esse investimento novo “na prática”, ou pelo menos ensaiá-lo, esse uso da escrita histórica aliava-se à bibliografia e as constantes referências aos autores considerados especialistas nos assuntos tratados, o que mostra pretensões científicas bastante sérias ali também. Havia críticas a estes trabalhos, algumas seguiam de perto as perspectivas e análises de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo. *Civilização Holandesa no Brasil* apresentava, assim, os próprios aspectos da renovação que seus autores defendiam. Tratava-se, pois, de um exercício de interpretação “culturalista”, isto é, em diálogo com algumas das questões e debates de seu tempo, inclusive na forma como se apresentava ao leitor, como um ensaio, texto diferenciado, novo e renovador (RODRIGUES; RIBEIRO, 1940: 5).

Um veículo para a inserção nos principais debates de então foram os ensaios, nos quais a própria função social dos estudos históricos no Brasil estava em jogo. Como não havia limites disciplinares, as muitas disputas, bem como alianças sociais e políticas destes agentes (GOMES, 1996: 10), tornavam-se públicas e visíveis textualmente. Por sua natureza plástica, e relativamente “indisciplinada”, para dizer como Eduardo Portella (PORTELLA, 2000: 3), o ensaio funcionava também como plataforma para aqueles que ainda não possuíam um lugar social, ou uma voz própria reconhecida e autorizada naquela conjuntura. Configuravam um conjunto bastante amplo e heterogêneo (BRESCIANI, 2009: 181-183), embora se possa reuni-los em uma “aliança discursiva” pelas críticas contra os “velhos” – quase sempre em referência aos quadros do IHGB. Entre as condições de produção dos textos e sua recepção, reside uma questão central que é a da produção da legitimidade específica que garantisse seu caráter de

novidade. Além dos estudos, pesquisas e contribuições que, sem dúvida constituem parte importante destes investimentos, há uma dimensão engajada e propositiva ali: arquitetar seu espaço e perspectivas acerca dos estudos históricos como algo diferenciado; o moderno *versus* o antigo, isto é, o seu novo em contrapartida ao que já existia em termos historiográficos no país.

Isto permite identificar que *Civilização Holandesa no Brasil* não se prestava apenas à mera descrição um período histórico (GLEZER, 1976: 67), Havia mais em jogo ali. Procurava inscrever-se e em um movimento intelectual (autoproclamado) renovador que emergia então. O texto se afinava ao tom e diapasão dos demais ensaios e interpretações da História do Brasil, ocupados com os rumos da nação, com a identificação dos seus problemas e os caminhos para uma efetiva modernização da sociedade brasileira na qual a escrita da história tornava-se um ingrediente especialmente importante (FRANZINI, 2006: 12-13).

No caso específico de *Civilização...*, visava-se definir para os leitores um posicionamento em relação a essa postura nova. A legitimidade dessa perspectiva através de um ensaio que situava quem o escrevia “no cumprimento de certas regras aceitas de comum acordo para a elaboração do conhecimento histórico”, como analisou Fernando Nicolazzi (NICOLAZZI, 2008: 14). Mas visavam, também, orientar aqueles que o leriam (que os autores sabiam muito bem quem seriam), marcando um antes e um depois, situando-os, comparativamente, entre o velho e o novo em termos historiográficos. Um ensaio que experimentava caminhos novos para a escrita histórica através de, por um lado, uma interpretação do capítulo holandês apoiado sobre as contribuições da economia, geografia, psicologia, antropologia e que o posiciona ao lado de outros ensaístas e renovadores dos estudos históricos no Brasil.

Por outro lado, críticas para sua própria sociedade, seu próprio tempo, eram lançadas. O que não deixa de ser, também, um produto direto da vontade de produzir uma nova história, descolada das razões políticas como os motores da transformação histórica. Inclusive, cabe dizer que a dimensão política não foi trabalhada ao longo de todo o ensaio. Rodrigues compreendeu, portanto, o período de Nassau à luz de toda a base econômica, sociológica, antropológica e psicológica que conseguiu reunir como meio para redimensionar um projeto de civilização e sua figura central às questões de seu tempo: fossem elas políticas, econômicas, sociais ou mesmo historiográficas. José Honório encerrava seu texto sublinhando Nassau como homem público exemplar: um governante e um humanista; com interesses econômicos e ideológicos, mas também disposto a enfrentar todas as adversidades em prol de um projeto civilizador “em tudo superior ao português”. O que ele dizia merecer dos brasileiros “o mais entusiasmado aplauso” (RODRIGUES, 1936: 14).

Esta “superioridade” holandesa lançava um conjunto de interrogações de ordem cultural que, comparativamente, endereçavam-se à sociedade brasileira contemporânea a Rodrigues. A mesma que mantinha o modelo agrário-exportador no país, principalmente concentrado sobre a produção de café e açúcar, e garantia o poder decisório sobre os rumos políticos nas mãos das oligarquias. Como alguns de seus textos prévios (e mesmo posteriores) à *Civilização...*, ele afirmava que tais problemas gozavam ainda de bastante “atualidade” nas décadas de 1930 e 1940. Além disso, seu texto não apresentava um passado que definia ou determinava os rumos do seu presente.

Em suma, pode-se dizer que o texto de José Honório convidava seus leitores à ação ou, pelo menos, provocava-os. Indagava ao seu presente, em meio ao Estado Novo, acerca de que tipo de civilização os brasileiros desejavam. Ao tratar desse complexo cultural que constituía o projeto civilizador holandês e das razões de seu malogro no Recife, Rodrigues incitava comparações que, de certo modo, afastavam o seu tempo e sociedade daquele modelo culto, urbano e liberal (civilizado, portanto). Aproximava-o mais de um país ainda marcado pelo complexo cultural dos latifúndios monocultores – com os mandos e desmandos dos donos do poder; da passionalidade acima das leis e da civilidade; do tradicionalismo e conservadorismo prevalecendo sobre a mudança e a transformação. O que estava em questão para ele era que tipo de civilização e lideranças seu tempo desejava construir a partir de então em face destes problemas – destes resquícios coloniais. Enfim, desse “passado” ainda tão presente e que teimava em não passar para que um Brasil novo pudesse emergir.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Mário de. “Caderno Vida Literária”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1940;

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Um possível diálogo entre (e com) os intérpretes do Brasil”. In: SOIHET, Rachel... [et. al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 161-183;

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A trajetória de Henri Hauser: um elo entre gerações”. In: NEVES, Lucia M. P. B. das... [et al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 237-259;

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e às transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006;

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 2 vols. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977;

GOMES, Angela M. de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996;

HAUSER, Henri. “Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil”. *Revue Historique*, t. XXXI, p. 85-98, jan-mar., 1937;

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. (Tese de Doutorado). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2006;

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008;

PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”. Conferência apresentada na ABL em 10 de outubro de 2000. <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=4268&sid=531&tpl=printerview>>, acessado em 11 de janeiro de 2011;

RODRIGUES, José Honório. “A civilização holandesa no Brasil”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1936;

\_\_\_\_\_. “Duas novas orientações em Sociologia”. *Idéia*, Rio de Janeiro, 2: 29-30, set. 1937;

\_\_\_\_\_. “Interpretação culturalista da história”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1939(a);

\_\_\_\_\_. “Capistrano de Abreu”. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, 2, 9: 56-63, mar. 1939(b);

\_\_\_\_\_ e RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, XXI. Brasileira, 180);

SODRÉ, Nelson Werneck. “Livros novos: Civilização Holandesa no Brasil”. *Correio Paulistano*, 22 de setembro de 1940;

VIANNA, Hélio. “Civilização Holandesa no Brasil”. *Revista Touring*, nº 94, julho de 1941;

WIRTH, John D. “An interview with Jose Honorio Rodrigues”. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 64, nº 2, may 1984, p. 217-232.

---

## ENSAIOS HISTORIOGRÁFICOS DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Érika Uhiara\*

### Uma breve biografia

Ao estudar a historiografia brasileira deparamo-nos com o nome de José Honório Rodrigues (1913-1987). Autor de vasta obra - quase trinta livros, além de artigos, ensaios, edições de textos, manuais, prefácios e índices anotados – abordou ao longo de sua carreira, diversos aspectos da História, inclusive o historiográfico, nunca antes estudado de forma sistemática no Brasil.<sup>1</sup>

Com bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, José Honório Rodrigues morou nos Estados Unidos entre 1943 e 1944. Indicado pela fundação, seu orientador, o professor Frank Tannembaum, aconselhou-o a matricular-se no curso de Introdução à História, na Universidade de Columbia; “Nature. Methods and Types of History”, dirigido pelo Professor Charles Cole, com a colaboração de outros nomes relevantes da historiografia norte-americana, iniciou-o ao estudo e discussões sobre metodologia, teoria e pesquisa, um marco na carreira do historiador; com o término do curso, visitou a Biblioteca do Congresso e outras universidades. Na volta ao Brasil, trazia na bagagem a ideia de uma obra seriada, escrever a tríade: teoria, pesquisa e história da história do Brasil<sup>2</sup>.

Em 1950, convidado pelo Conselho Britânico, José Honório passou um mês na Inglaterra. Além de desenvolver seu trabalho como bolsista, encontrou com os historiadores Arnold Toynbee, Charles R. Boxer e Robin Humphreys, com quem, posteriormente, trocou correspondências, publicadas por sua esposa, Lêda Boechat Rodrigues, em 1994. A viagem pela Europa durou mais dois meses e meio, visitando universidades, museus, arquivos e pesquisadores na Holanda, Alemanha Ocidental, Itália e Portugal. Nessa viagem, José Honório coletou documentos nos arquivos europeus que deram origem ao livro *As Fontes da História do Brasil na Europa* publicado em 1950 pela Imprensa Nacional.

---

\*Mestranda em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Franca.

<sup>1</sup> Iglésias (1988:62) assinala alguns estudos historiográficos anteriores e isolados como o “Catálogo de exposição de história do Brasil” de 1881, o refinado estudo de Oliveira Lima sobre Robert Southey de 1907, ensaios críticos de Capistrano de Abreu e “Bibliografia Histórica do Primeiro Reinado à Maioridade” de Alcides Bezerra datado de 1936.

<sup>2</sup> José Honório Rodrigues publicou em 1949, *Teoria da História do Brasil*, em 1952, *A Pesquisa Histórica no Brasil* e em 1979, o primeiro volume da *História da História do Brasil*. Historiografia colonial. O segundo volume - tomo I, Historiografia conservadora e tomo II sobre Oliveira Viana - são publicações póstumas.



O conhecimento sobre o funcionamento dos principais museus e arquivos dos EUA e Europa, somados ao seu empreendedorismo, marcaram sua passagem por algumas das principais instituições ligadas a produção histórica nacional. Trabalhou no Instituto Nacional do Livro, na Seção de Publicações, como assistente de Sérgio Buarque de Holanda. Foi diretor interino da Biblioteca Nacional, responsável pela Divisão de Obras Raras e Publicações de 1946 a 1958. Em sua passagem pela instituição dirigiu e editou vastos volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional* e dos *Documentos Históricos* tornando acessíveis raras obras e documentos<sup>3</sup>.

Como diretor efetivo do Arquivo Nacional (1958-1964) convidou especialistas de vários países que contribuíram para alcançar as novas diretrizes almejadas; José Honório apontou para problemas metodológicos enfrentados pelos pesquisadores como a limitação ao acesso às fontes e o temor à reação ao julgamento do historiador, denunciava o despreparo das autoridades brasileiras ao permitirem que documentos oficiais fossem destruídos sem uma prévia seleção.

*Não há uma política arquivística nacional, nem o Arquivo Nacional tem poder como têm as instituições semelhantes das grandes potências atuais, sobre os documentos produzidos pela administração pública (...) A destruição é realizada nos serviços de comunicação, aos quais pertencem os arquivos correntes, ativos, que alimentam o Arquivo Nacional, e os ministros mostram-se indiferentes ao problema ou decidem a favor da eliminação.*<sup>4</sup>

Fazendo um breve balanço sobre a metodologia e pesquisa no país<sup>5</sup>, José Honório afirma que até 1958, estes desdobramentos da História eram desconhecidos pelas instituições de ensino nacionais, mas que a partir de sua introdução em algumas universidades, produziram avanços significativos para o desenvolvimento da pesquisa e defesa das fontes

---

<sup>3</sup> Direção e prefácio de José Honório em publicações oficiais: *Anais da Biblioteca Nacional*. V.66-74 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1955. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. V.71-110. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1955. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956. 3v. *Publicações do Arquivo Nacional*. V.43-50. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1960-1962.

<sup>4</sup> Publicado em *O Jornal* (29 de abril de 1973) sob o título “Por que não escrevo história contemporânea” e incorporado ao livro *História, Corpo do Tempo* com o título “A pesquisa histórica e a história contemporânea”. p.225-226.

<sup>5</sup> Em conferência no II Encontro Brasileiro sobre Introdução aos Estudos Históricos (Juiz de Fora, 1970), posteriormente publicado em *História, Corpo do Tempo* com o título *Reflexões sobre os rumos da História*.

através de levantamentos de arquivos locais e publicação documental; crescimento de estudos da história local e estadual e defesa do patrimônio monumental e documental.

Lecionou por curtos períodos, no Instituto Rio Branco, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Católica e na Universidade de Brasília. Também exerceu o magistério em universidades norte-americanas como professor-visitante: Austin (Texas) 1963-1964 e 1966 e Columbia (Nova York) em 1970. O fato de José Honório ter sido mantido fora das cátedras universitárias é apontado pelo historiador Francisco José Falcon, em entrevista concedida a revista *História e historiografia* e por Leda Boechat Rodrigues:

*Conquistou o reconhecimento dos meios universitários estrangeiros antes de obtê-lo dos brasileiros (com honrosas exceções); (...) Se a Universidade do Estado de Nova York lhe ofereceu uma cátedra vitalícia, ele foi a vida inteira discriminado pela Universidade do Rio de Janeiro. (BOECHAT;MELLO, 1994: 133)*

Todavia, o fato de estar distante das universidades não foi empecilho para repercussão de sua obra nos meios acadêmicos; travou diálogos com historiadores de diferentes momentos da historiografia. Influentes obras de José Honório pertencentes ao projeto de introdução dos estudos históricos brasileiros no campo historiográfico são *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1952) e *Teoria da História do Brasil* (1949). Em 1988, Francisco Iglésias, ao analisar *A Pesquisa histórica no Brasil*, destaca a segunda parte “Evolução da pesquisa pública e histórica brasileira” que abarca os estudos sobre as missões brasileiras e estrangeiras no país entre os séculos XIX e XX.<sup>6</sup> O exame dos arquivos e bibliotecas e a proposta da criação de um instituto nacional de pesquisa histórica e uma comissão de História para reconhecimento social do historiador eram preocupações recorrentes de José Honório que se via como um historiador revisionista cuja produção contribuiria para superação do arcaísmo presente na história do país.

*José Honório creditava à História e ao historiador um papel político a ser cumprido, arriscamos a definir a História para o autor como missionária. O*

---

<sup>6</sup> Iglésias aponta também para sua produção posterior, de artigos com análises mais consistentes sobre arquivos e acervos documentais, tratamento de papéis, técnicas de organização, restauro, reprodução e classificação aliadas às novas tecnologias, complementando, assim, essa obra pioneira e essencial para os pesquisadores brasileiros “*De qualquer modo, com mais de trinta anos, continua como o melhor conjunto de reflexões e informações a respeito desse aspecto básico.*”

*“historiador missionário” não poderia exercer a sua prática de uma maneira aleatória. A escrita da História, dada a sua importância social, deveria ser exercida por profissionais especializados. Dessa forma, José Honório Rodrigues detecta mais um problema da historiografia no Brasil, a necessária profissionalização do historiador e o maior aprofundamento das questões referentes à metodologia, teoria e pesquisa históricas. (SILVA, 2009:88)*

Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, esta obra explicita a concepção de um conhecimento historiográfico que evolui, no momento em que José Honório lista minuciosamente autores e obras históricas construindo um catálogo desta produção desde a fundação do IHGB; a relação desta instituição com o Império, diferentemente do período republicano, para o desenvolvimento da pesquisa histórica, é muitas vezes enfatizada por Rodrigues que concebe a história como um serviço público a ser empreendido pelo Estado, tornando, portanto, “política a tarefa de organizar a investigação para o conhecimento do passado.” (GUIMARÃES, 2005: 34-35).

Sobre os estudos voltados a historiografia, Glezer apontou as dificuldades pela escassez de escritos sobre um método apropriado ou o universo sociocultural onde o intelectual estava inserido ou mesmo a falta de clareza na conceitualização e fundamentos da historiografia e suas atribuições:

*a inexistência de conceitos e técnicas de análise, testadas na realidade cultural nacional. Este fato explica a constante retomada da análise historiográfica e sua estagnação, desde que foi lançada como elemento necessário para a compreensão do complexo cultural brasileiro. Sabemos, também, que é vital para o desenvolvimento dos estudos históricos a análise historiográfica, tanto de tema como de autor, visando ao conhecimento dos fenômenos culturais que marcaram as concepções de história no Brasil. (GLEZER, 1976)*

Em sua tese de doutoramento, Raquel Glezer (1976) construiu um modelo de análise historiográfica aplicado à produção de José Honório entre 1936-1975. Usando o conceito de bibliometria como método, fez um minucioso levantamento do acervo documental do historiador, classificou, construiu gráficos da produção por períodos, locais de edição, repercussão da obra e o que ela denominou “colégio invisível” que é a relação entre intelectuais que se encontram em conferências, colaboram em publicações e instituições de pesquisa, formando um grupo. Num segundo momento, examinou os conceitos e análises de José Honório, e sua evolução ao longo das quatro décadas (UEMORI, 2008).

Entre as décadas de 1960-1970, os estudos historiográficos buscavam como chave explicativa para a escrita histórica, o contexto de produção e seus aspectos ideológicos e políticos; outra tendência do período foram os estudos quantitativos que buscavam dar cientificidade à produção histórica.

*O contexto como sinônimo de realidade objetiva poderia fundar um discurso – o do historiador – em dados concretos e verificáveis. Este efeito de real, segundo as proposições de Roland Barthes, asseguraria a objetividade do discurso histórico, a crença enfim de que a representação poderia ser elidida em nome da descrição do efetivamente acontecido. O contexto aparece como um conjunto real efetivo de relações descritíveis e captáveis à percepção do analista, assegurando deste modo a possibilidade de um conhecimento mais seguro e objetivo porque real. (GUIMARÃES, 2005:38)*

Em artigo publicado na edição comemorativa do cinquentenário da Anpuh, Falcon atenta para os critérios adotados pelos historiadores nas periodizações da historiografia brasileira, por vezes pensada como algo imanente à história e não como construções elaboradas; critica a recorrente adoção da divisão da produção historiográfica anterior e posterior a 1971, quando se dá a institucionalização dos cursos de pós-graduação no país.

*Quando se promove a “institucionalização dos cursos de pós-graduação” à categoria de evento-fundador não é apenas certo discurso oficial que se assume de maneira acrítica. O que de fato aí ocorre é a conivência tácita com certa atitude tácita empenhada em silenciar as circunstâncias mesmas de tal institucionalização e, o que é bem mais grave, lançar no esquecimento tudo o que ocorreu no período anterior no âmbito da Historiografia e do ensino da História. (FALCON, 2011: 20)*

Falcon, partindo de 3 premissas – características teórico-metodológicas, condições históricas e, difusão e circulação da produção historiográfica – para entender a produção contemporânea da pesquisa histórica no Brasil, divide o período anterior a implantação dos cursos de pós-graduação em três: 1930-1945; 1945-1958/9; 1958/9-1968/69. José Honório aparece neste quadro como o primeiro denunciante da falta de embasamento teórico por parte dos historiadores do país; Falcon aponta que no início da década de 1960, José Honório já havia produzido seus mais importantes livros – entre eles, Teoria da História e Pesquisa Histórica no Brasil - e caracteriza sua produção da seguinte forma:

*Suas análises de autores e obras buscam determinar-lhes as premissas teóricas e, ao mesmo tempo, seus compromissos sociais e político-ideológicos. Na obra de Rodrigues, a procura do equilíbrio entre esses dois objetivos analíticos cedeu aos poucos, a partir dos anos 1960, à ênfase no segundo, enquanto decorrência lógica de seu empenho no que denominava “História combatente”, isto é, do compromisso do historiador com os desafios do seu próprio presente. (FALCON, 2011:18)*

Entre as obras de José Honório que se destacam a partir da década de 1960, estão os ensaios historiográficos que levaram Iglésias a tratá-los como categoria à parte em sua extensa produção.<sup>7</sup> Em 1955, José Honório ocupou-se como conferencista da Escola Superior de Guerra e escolheu como tema de trabalho o “Caráter Nacional”; transformado em ensaio foi revisado e publicado, posteriormente, com o título *Aspirações Nacionais*. Interpretação Histórico-Política. Para Lêda Boechat Rodrigues, esta obra marca uma nova fase na carreira de José Honório - já considerado um erudito - como historiador interpretativo. (RODRIGUES e MELLO, 1994 : 25)

Iglésias também ressalta o livro pela sua unidade apesar das várias abordagens feitas e no domínio de assuntos geralmente restritos a outras áreas das ciências humanas. Nesse livro apresenta o caráter das aspirações nacionais numa perspectiva histórica e dialogando com outras áreas do conhecimento como a Sociologia e a Psicologia.

*O autor compreendeu bem o problema ao escrever que “o caráter é socialmente condicionado” ou o caráter social e nacional está entrosado na História, e esta, como disciplina da mudança, ajuda a entender não só o permanente ou o constante, como também as variações. É bom que um historiador aborde a matéria, antes tratada só por sociólogos ou antropólogos, às vezes de equivocado entendimento histórico. (IGLÉSIAS, 1988: 71-72).*

*Conciliação e reforma no Brasil, um desafio histórico-político*, publicado em 1965, dá continuidade à temática anterior. Considerado por Francisco Iglésias, do gênero, a obra mais importante do autor, “por conter uma das melhores e originais páginas da historiografia brasileira com rica análise da política nacional” e uma fundamentação mais aprofundada das ideias basais do pensamento de José Honório sobre a história do Brasil.

---

<sup>7</sup> Segundo a classificação de Iglésias, os ensaios historiográficos são: *Aspirações Nacionais* (1963); *Conciliação e Reforma no Brasil* (1965); *História e historiadores do Brasil* (1965); *Vida e História* (1966); *Interesse nacional e política externa* (1966); *História e historiografia* (1970); *História, corpo do tempo* (1976); *Filosofia e história* (1981); *História Combatente* (1983); *História viva* (1985); *Tempo e sociedade* (1986).

Outros ensaios historiográficos não possuem como temática central a questão nacional, perspectiva recorrente nas análises históricas das décadas de 1960 e 1970 voltadas para estudos políticos, mas que apresentam as concepções de história para o autor, suas leituras e influências; estudos livres que originalmente foram preparados para conferências, seminários, introduções ou artigos para jornais. Estes são o centro da presente pesquisa.

Em *Vida e História*, a primeira parte que intitula o livro, inicia-se com o historiador questionando se a História tem força ativa no presente; a partir dessa pergunta discorre sobre a relação entre presente e passado e as potencialidades de transformação a partir da História, abordando a escola prussiana e Augusto Comte, que a colocavam a serviço da política; em Karl Marx, onde a construção da história futura está também condicionada ao seu passado; em Droysen, reafirma que o estudo do passado está carregado das necessidades do presente.

Da concepção presenteísta da história - fruto do constante diálogo do historiador com Benedetto Croce e Arnold Toynbee – José Honório afirma que o historiador pode construir uma história viva que dialoga com tempos distintos, passado-presente-futuro, substituindo a ‘história antiquária’, referindo-se a concepção positivista predominante na historiografia brasileira. Daí a importância do revisionismo histórico – outro conceito recorrente do autor – para combater uma construção histórica conservadora e anti-reformista, dissonante entre o saber histórico e o processo histórico. Para Astor Diehl, a história em José Honório tem uma finalidade, um sentido, e a captação deste estaria na compreensão da história e sua consequente consciência.

*A consciência histórica, que inspira e estimula a consciência nacional, não é, como ensinou Eduard Spranger, meramente reprodutiva. Muito mais do que isso, o grande historiador constrói o mundo espiritual que começa nele de modo indissolúvel. A vida de cuja compreensão ele se apropriou torna-se imediatamente uma força presente e formadora do futuro. (RODRIGUES, 1970:151).*

A terceira parte denominada “A História é uma questão de consciência” composta de treze capítulos divulgam as obras e problemáticas levantadas por notáveis historiadores como Burckhardt, Srbik, Henri Pirenne, Huizinga, Meinecke, Dewey, Santayana e Walter Prescott Webb. As apreciações feitas por José Honório, em todo o livro, contribuem para uma formação mais sólida no campo teórico e metodológico entre os pesquisadores brasileiros,

rompendo com um isolamento intelectual já apontado e muitas vezes combatido pelo historiador.<sup>8</sup>

*O Professor Charles R. Boxer, em artigo de 1954, capitulava entre os pecados mortais da historiografia portuguesa a negligência na consulta aos estudos em língua estrangeira. Grande parte dos nossos estudiosos da História repete a falta, desconhecendo a bibliografia estrangeira sobre o Brasil e não consultando as grandes revistas estrangeiras especializadas, onde se publicam importantes estudos gerais sobre o Brasil histórico e atualizado. O mais comum é a leitura de obras e revistas francesas (RODRIGUES, 1986:11)*

Outras obras abordam as tendências do pensamento historiográfico como em *História e historiadores do Brasil* onde reúne ensaios sobre a historiografia brasileira e o processo histórico, *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre e o revisionismo histórico de Afonso de Taunay. Em *Filosofia e História* reuniu ensaios que dariam origem ao terceiro volume da *História da História do Brasil*, tratam dos conceitos de história, memória e tradição; as abordagens marxistas e weberianas nos campos metodológico e ideológico dos estudos historiográficos e a teoria crítica de Frankfurt. São textos que tratam numa abordagem inédita para a historiografia brasileira, questionamentos sobre a história e as implicações que permeiam o ofício do historiador.

Pensando o trabalho do historiador a partir da proposta de Michel de Certeau, qual seria o “lugar de produção” desses estudos voltados especificamente a esses temas caros a historiografia? Além de exercer funções de pesquisador e organizador da Biblioteca e do Arquivo Nacional, do Instituto Nacional do Livro, do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Ministério das Relações Exterior, havia um lugar de articulação desse discurso pioneiro no Brasil? Qual seria a sua intenção ao publicar os ensaios historiográficos - inicialmente artigos para jornais, revistas de grande circulação e discursos em conferências – e a quem destinavam?

*O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história mesmo que seja seu suporte financeiro e moral (...) uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios diferentes*

---

<sup>8</sup> Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Academia Portuguesa da História, da The Hispanic American Society (EUA), da Royal Historical Society (Inglaterra) e da Sociedade Histórica de Utrecht (Holanda), José Honório participava ativamente de congressos, seminários, revistas e conferências nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina.

*daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma “polícia” do trabalho. (CERTEAU, 2011: 25)*

Talvez essa “polícia do trabalho” seria um fator que impossibilitasse a permanência de José Honório nas universidades pela abrangência e ecletismo de seus temas de estudo, ou por que no período tais discussões não encontravam ressonância. Mas José Honório evocava sempre a juventude em seus discursos como àquela que receberia bem as novas propostas à produção historiográfica.

O fato de ser pioneiro nos estudos voltados à historiografia e de construir um catálogo de autores e obras da historiografia nacional faz de José Honório um construtor de uma identidade dentro da cultura historiográfica; para os estudos voltados a esta temática no Brasil suas obras passam a ser, a partir da década de 1990, objetos de análise de historiadores marcados por mudanças epistemológicas nas pesquisas voltadas à historiografia.

*Essa conjugação entre memória e historiografia talvez sirva como exemplo de que a história da história não se limita a mostrar que a disciplina foi construída unicamente a partir da produção de conhecimentos objetivos, de acordo com estudos sistemáticos e critérios científicos (GONTIJO, 2011:279).*

Sob influência de obras e autores como Michel de Certeau, Hayden White, François Hartog e Manoel Luiz Salgado Guimarães, os historiadores brasileiros têm buscado compreender a historiografia a partir do texto e de sua prática; “o texto vem a ser interrogado a partir de suas determinações específicas; os contextos de diálogo, as formas de operar e ler as fontes, as concepções do trabalho historiográfico a ele subjacentes” (GUIMARÃES, 2005:42).

Esta breve apresentação teve o intuito de demonstrar o papel pioneiro de José Honório Rodrigues nos estudos voltados à historiografia brasileira. Influente nas gerações posteriores que o apontam como precursor desta abordagem da história, construiu uma memória da disciplina ao “organizar seu catálogo de autores e obras canônicas da história do Brasil” (GUIMARÃES, 2005: 38). Com os novos questionamentos e abordagens da historiografia, revisitar a obra de José Honório - cujo estudo em andamento está voltado aos ensaios historiográficos - é um exercício para compreendermos como os historiadores fazem história.



## Referências Bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- DIEHL, Astor A. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- FALCON, Francisco J.C. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950 /1960: algumas direções de pesquisa. In: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.
- \_\_\_\_\_. Sobre história, historiografia e historiadores. *História e historiografia*. Ouro Preto, n. 7, Nov./dez. 2011, pp. 365-382. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/319/224>. Acesso em 12/03/2012.
- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lúcia Maria B. (et al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, nº. 1, jan./ jun. 2005, p. 34-35.
- IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.
- RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- \_\_\_\_\_. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- \_\_\_\_\_. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Perspectiva, coleção Debates, 1984, 2º edição.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Vida e história*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- SILVA, Ítala Byanca Moraes da. Anotar e prefaciar a obra do “Mestre”: Reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*. Ouro Preto, nº3, 2009.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

UEMORI, Celso Noboru. Teoria e metodologia da História na obra de José Honório Rodrigues. Anais do XIX Encontro Regional de História, ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

---

## OS DEMÔNIOS DA TRADIÇÃO: O EXORCISTA SÉRGIO BUARQUE EM *VISÃO DO PARAÍSO*.

Rafael Lima Alves de Souza\*

### **Visão do Paraíso: temática e método.**

O livro *Visão do Paraíso* (1958) é fruto de tese apresentada por Sérgio Buarque para assumir a cadeira de História da Civilização Brasileira na USP. Cabe destacar que esse é um momento importante na trajetória intelectual do autor, cuja escrita mais sistemática do historiador ganha destaque diante do ensaísmo do crítico literário, presente, por exemplo, em *Raízes do Brasil* (1936). Assim, *Visão do Paraíso* constitui uma brilhante e erudita pesquisa histórica acerca da influência que os “mitos edênicos” exerceram sobre os conquistadores ibéricos, e em especial sobre os portugueses, na colonização da América, como fica bastante claro no subtítulo: “os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil”.

De acordo com Sérgio Buarque, a idéia do Paraíso Terreal, tributária dos teólogos da Idade Média e bastante difundida na era dos descobrimentos marítimos “como uma realidade presente em sítio recôndito, mas porventura acessível” (HOLANDA, 2000: 10), constituiu um motivo comum para portugueses e espanhóis, que enxergavam na América não exatamente uma realidade nova, mas sim uma imagem já conhecida do Paraíso. Assim,

Não admira, se em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrépitas e homens afanosos, sempre a debater-se com uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes, como uma cópia do Éden. Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas [...], no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade – sinal de imperfeição – de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro. (IDEM: 10-11)

Por outro lado, esse mesmo motivo apresenta gradações, uma vez que a “mitologia da conquista”, tão vivamente presente entre os conquistadores de Castela, sofre junto aos portugueses um fenômeno que Sérgio Buarque denomina “atenuação plausível”, surgindo daí um “realismo pedestre”, isto é, menos fantástico e mais dependente da experiência e do cotidiano. Trata disso mais especificamente no capítulo VI, onde mostra

---

\* Doutorando no Programa de História Social da Cultura da PUC-Rio. e-mail: prof.rafaelima@gmail.com

como os grandes mitos da conquista ibérica foram, com uma única exceção, de lavra castelhana, e como entre os portugueses costumavam perder eles o viço originário, despindo-se de muitas das suas frondosidades irrealis e fazendo-se relativamente acessíveis ou plausíveis para imaginações timoratas. (IDEM, 18-19)

Visto por esse ângulo, tem razão Luiz Costa Lima ao afirmar que o termo “história das mentalidades”, empregado por Maria Yedda Linhares em 1977 em comentário sobre *Visão do Paraíso*, mostra-se impróprio, porquanto demasiado vago, para compreender a pesquisa de Sérgio e sua afirmação de uma continuidade ininterrupta entre Idade Média e Renascimento, ao menos no que toca os povos ibéricos no contexto dos descobrimentos. Sua sugestão é que se busque uma verificação mais precisa da especificidade da obra no método que o singulariza. E sua hipótese inicial, nesse sentido, é a de que foi o estudo da *Tópica* realizado por Ernst Robert Curtius que possibilitou a Sérgio Buarque dar movimento a sua erudição sobre o tema da colonização ibérica. (LIMA, 2002)

Com efeito, a influência exercida por Curtius sobre Sérgio Buarque na elaboração de *Visão do Paraíso* é patente. No prefácio à segunda edição, Sérgio menciona-o ao menos duas vezes. Na primeira, um tanto implicitamente para um leitor médio, afirma que, durante os Descobrimientos,

a todo instante se reitera aquela mesma *tópica das visões do Paraíso* que, inaugurada desde o IV século num poema latino atribuído, erradamente segundo muitos, a Lactâncio, e mais tarde desenvolvida por Santo Isidoro de Sevilha, alcançara, sem sofrer mudanças, notável longevidade. (HOLANDA, 2000: 10)

Mais adiante, ao definir o tema do livro, e conseqüentemente balizar a maneira pela qual deveria ser lido, faz explícita referência ao filólogo alemão e explica em que medida seu método lhe foi útil:

O tema deste livro é a biografia de uma dessas idéias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas, até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil. Para isso *foi de grande serventia o recurso à Tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de E. R. Curtius*, onde, conservando-se seu princípio heurístico, pôde transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora a distinguia, para fertilizar, por sua vez, os estudos propriamente históricos. (IDEM, 19-20)

## A Tópica de Ernst R. Curtius.

Antes de tudo, é preciso ter em mente que se trata da principal obra de Ernst Robert Curtius, *Literatura Européia e Idade Média Latina*, cuja primeira edição data de 1948, surgida portanto no imediato pós-guerra. Essa contextualização é crucial, uma vez que a maior preocupação de Curtius com esse livro diz respeito justamente à “preservação da cultura ocidental” (CURTIUS, 1996: 27), que ele tomara como uma espécie de “tarefa pessoal” diante “caos intelectual” em que se encontrava, segundo ele, a Europa. Portanto, à sua proposta de revisão da historiografia literária segue-se deliberadamente uma intervenção política: “A europeização do panorama histórico tornou-se atualmente uma necessidade política, e não só para a Alemanha”. (IDEM, 38) Em outras palavras, a empresa de Curtius tenta recuperar a dignidade cultural de uma Europa em crise e, por outro, (re) inserir a própria Alemanha no conjunto dessa tradição. Por isso, de acordo com Luiz Costa Lima, Curtius gozou de grande prestígio entre intelectuais na Alemanha, tornando-se um guia para uma legião de pesquisadores: “por quase dez anos, a obra de Ernst Robert Curtius, de inegável qualidade, conheceu o prestígio extra concebido pelo serviço ideológico que a conjuntura histórica lhe ajudou a prestar”. (LIMA, 2002: 50)

Para dar cabo de sua tarefa, Curtius chamou a atenção para a questão das formas literárias, através das quais “certos fenômenos de ordem espiritual se tornam visíveis e palpáveis”(CURTIUS, 1996: 476) e, por conseguinte, permitem-no realizar uma ampla revisão da historiografia literária da Idade Média, considerada como ponte entre a Antiguidade e a Idade Moderna. Em suma, se a literatura documenta a cultura européia, como pensava Curtius - “a tradição literária é o meio pelo qual o espírito europeu preservou sua identidade através de milênios”(IDEM, 481) -, e se as suas formas modernas remontam a Antiguidade, dela seria possível apreender uma continuidade ininterrupta, a despeito das transformações históricas que a atravessam. De maneira que tal que: “O herói fundador da literatura européia é Homero. Seu último autor universal é Goethe”. (IDEM, 46)

Disso resulta que a “novidade criadora do poeta” depende de esquemas de configuração pairando em seu espírito. Esses esquemas são os gêneros literários, as formas métricas, etc, sem os quais a tradição não poderia ter sido transmitida historicamente como continuidade, reprodução ou recordação.

É na construção de elementos para sustentar sua crítica à história literária como história do espírito e construir um novo cânone que levasse em conta uma “interpretação histórica da Europa” que Curtius resgata o estudo da *Tópica*, não mais ligado a seus critérios normativos, que deita raiz na antiga Retórica (a “arte de falar”), mas como conceito a partir do qual seria possível rastrear a matriz comum da cultura européia. Trata-se então de uma “Tópica histórica”.

Começo pela Retórica tomando sua definição ao próprio Curtius:

Retórica quer dizer “arte de falar”, designa, pois, segundo sua significação fundamental, o método de construir o discurso artisticamente. Desse germe desenvolvem-se, com o correr dos tempos, uma ciência, uma arte, um ideal de vida e até uma coluna básica da cultura antiga. De formas diversas, durante nove séculos, a retórica venceu a vida espiritual dos gregos e romanos. Sua origem salta aos olhos. Lugar: Ática; tempo: depois das guerras pérsicas. (IDEM, 101)

De acordo com Curtius, o sistema de ensino da Retórica compreende cinco partes: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memória* e *actio*. Seus objetos eram os três gêneros de eloquência: o discurso forense, o deliberativo e o laudatório ou solene. Curtius chama a atenção para o fato de que, das cinco partes da retórica, o ponto mais importante seria o da divisão (*dispositio*) da matéria, da qual emergem os *topoi*.

Em substância, todo discurso (inclusive o panegírico – de louvor, elogio) deve tornar aceitável uma proposição ou causa. Valer-se-á para tanto de argumentos dirigidos à razão ou ao coração do ouvinte. Ora, existe uma série de tais argumentos, aplicáveis aos mais diferentes casos. São temas ideológicos aplicados a quaisquer desenvolvimentos ou variações [...]. Na Antiguidade colecionaram-se esses *topoi*. A teoria dos *topoi* – a tópica – foi objeto de tratados especiais. [...] Servem também os *topoi*, originariamente, para a elaboração de discursos e atendem a um fim prático (IDEM, 109)

Se, com a queda da cidade-estado grega e posteriormente da República romana, a retórica perdeu seu sentido primordial, por outro lado, penetrou em todos os gêneros literários ao longo da Idade Média Latina, com a conversão dos povos germânicos ao cristianismo, herança direta do Império Romano, e contribuiu para a “auto-expressão artística do Ocidente” até finais do século XVIII.

Como exemplo dessa metodologia que permite identificar a formação *topoi* poéticos, que não tem necessariamente origem na Retórica, mas que a ela acabaram se associando,

Curtius cita o *topos* da invocação da Natureza. Na *Ilíada*, “são invocados com preces e juramentos, além dos deuses olímpicos, também a terra, o céu e os rios”. No tempo do Império Romano, “a prosa grega [...] introduz o *topos* no romance. Rios, árvores, rochas e feras são testemunhas, da comisseração da natureza”. Depois, “a adoção do *topos* na poesia cristã foi incentivada pela narrativa dos evangelistas sobre a perturbação da natureza por ocasião da morte do salvador”. Já “o poeta medieval não invoca os poderes da natureza; enumera suas partes, guiando-se pelo princípio do ‘quanto mais melhor’”. Em suma: “Versa a tópica poética [nesse caso] não só sobre o encanto da Natureza, em seu mais amplo sentido – portanto, a paisagem ideal com todo o seu repertório típico -, mas também sobre regiões e idades sonhadas: o Elísio (com sua eterna primavera, sem perturbações meteorológicas), o Paraíso terrestre, a Idade de Ouro”. (IDEM, 125) Percebe-se aqui que, mesmo transfigurado pelas circunstâncias históricas do espírito, o *topos* mantém-se vivo ao longo do tempo, numa evolução orgânica que, partindo da Antiguidade, chega à Idade Moderna, pois na Renascença “o *topos* torna a aproximar-se da bucólica do fim da Antiguidade [...]; o mesmo ocorre no classicismo francês”. (IDEM, 138)

### **O Deus de Curtius e os demônios de Sérgio Buarque**

Como vimos, é na fronteira entre a Idade Média e o Renascimento que se insere *Visão do Paraíso*. Mas apesar da afirmação de Sérgio da continuidade ininterrupta entre esses dois períodos, Luis Costa Lima aponta para uma diferença essencial entre as duas perspectivas: enquanto Curtius toma a tópica para neutralizar a história, buscando “o centro da gravidade do saber na origem ou na continuidade supratemporal da tradição”, Sérgio Buarque procura, com os motivos, engastá-la na história. Teríamos assim um paradoxo, de todo positivo, em Sérgio Buarque entre o que ele anuncia fazer e o que ele realmente fez:

Ora, que significa a ênfase de Sérgio Buarque no contraste entre as duas colonizações senão sua explícita discrepância quanto ao romanista alemão? Pois, na *Visão do Paraíso*, em vez de neutralizada, a história é o que, ao ser indagada, mostra a formação de conjuntos divergentes. Se, por conseguinte, a postulação por Sérgio Buarque de uma ‘continuidade ininterrupta’ entre a Idade Média e o Renascimento se dera por influência ou em sintonia com o modo como Curtius concebe a Tópica, isso teria engendrado apenas uma designação infeliz, extremamente minoritária quanto aos ganhos alcançados pela comparação entre atuação da tópica e migração dos motivos edênicos. (LIMA, 2002: 52-53)

Seguindo esse caminho aberto por Costa Lima, propomos outra questão: o que teria, afinal, levado Sérgio a essa “designação infeliz”? Pista nos dá o próprio Costa Lima, ao lembrar que já em *Raízes do Brasil* Sérgio Buarque destaca bem as diferenças entre as colonizações portuguesas e espanholas, mais especificamente no capítulo “O Semeador e o Ladrilhador”. (HOLANDA, 1995) Com isso, Sérgio estaria agora reconsiderando um tema que lhe era caro sob a luz de uma bibliografia de que não dispusera em 1936. E esse ponto me parece instigante, pois abre uma ponte para a entrada em cena do Sérgio Buarque crítico literário, de postura combatente, preocupado em (re) pensar o Brasil a partir de sua cultura.

Ponto esse que, aliás, muitos autores vêm considerando como chave para a compreensão da obra de Sérgio Buarque vista em seu conjunto. Em sua *Nota breve sobre Sérgio crítico*, Antônio Arnoni Prado considera que já nos primeiros artigos de Sérgio Buarque para jornais, ainda na juventude, é possível perceber suas duas faces, “historiador e a do homem de letras”, que permaneceriam latentes em toda sua produção intelectual mais madura. (PRADO, 1992) Em seu comentário ao mesmo texto, Flora Sússekind destaca os motivos mais recorrentes nos seus primeiros artigos: “a tensão entre arcaico e moderno, entre a persistência das tradições e a mudança histórica. Ponto, como se sabe, central na sua historiografia.” Nesse sentido, a autora analisa a “troca de registro” entre crítico literário e historiador em Sérgio Buarque como uma “conquista da indeterminação”, isto é, como a ampliação gradual de sua capacidade para, através do “cultivo do discurso do talvez”, insistir no “descarte de aplicações diretas de conceitos alheios” e no combate a qualquer dogmatismo teórico. (SÜSSEKIND, 1992)

Na esteira dessas anotações, principalmente as de Flora Sússekind, cito como exemplo artigo de Sérgio Buarque publicado em dezembro de 1947 no jornal *Diário de Notícias* (RJ), portanto no ano anterior ao lançamento da primeira edição de *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Criticando a primazia dos fatores de ordem política na interpretação da literatura colonial, como em Sílvio Romero e Ronald de Carvalho, Sérgio afirmava que, para se evitar o erro de enxergar a literatura brasileira como um todo homogêneo e assim de dotá-la de um suposto “impulso autonômico”, era mister “uma consideração mais ampla e que, sem perder de vista os grandes conjuntos, procura discernir os fatos particulares em sua particularidade e reciprocidade”. E sustentava sua crítica com um argumento já anunciador da perspectiva da historicidade adotada em *Visão do Paraíso* em relação aos motivos edênicos:



“No século da conquista, a visão do mundo novo pode provocar deslumbramentos e êxtases: o timbre mais constante dos relatos da época é, porém, o de um realismo pragmático”. (HOLANDA, 1996: 387)

Talvez valesse a pena direcionar o olhar para outro registro de Sérgio que, a meu ver, pode entrelaçar os argumentos de Luiz Costa de Lima, de um lado, de Antônio Arnoni Prado e Flora Süssekind de outro: o de sua postura de “exorcista” diante do passado e da tradição, figura à qual se identifica o próprio Sérgio Buarque no prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*:

Estou longe de crer que as tentativas de captar [...] uma representação ideal, ‘espontânea’ ou refletida, que tão sedutora pareceu aos primeiros exploradores deste continente, devam equivaler à ambição de recuperar um passado perdido. Nem acho que mostrar a força do contágio que teve naqueles começos a imagem edênica [...] signifique necessariamente renunciar a uma lúcida inteligência das coisas idas para soçobrar no impreciso ou no irracional. Ou, ainda menos, para ceder à magia ancestral do mito e querer ressuscitá-lo, como dessa forma nos fosse ainda possível fazer milagres.

Essa espécie de taumaturgia não pertence, em verdade, ao ofício do historiador, assim como não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. Se houvesse a necessidade de forçar algum símile, eu oporia aqui à figura do taumaturgo a do exorcista. [...] Diria efetivamente que uma das missões do historiador [...] consiste em procurar afugentar do presente os demônios do passado. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre. (HOLANDA, 2000: 17-18)

Fica claro assim que se, para Curtius, a europeização do panorama da literatura européia se prestava a preservação da tradição, que como um deus podia atuar salvando e harmonizando todas as coisas<sup>1</sup>, Sérgio Buarque preocupa-se, ao contrário, com seus demônios e elabora um novo critério de julgamento do passado, considerado apenas na sua capacidade de contribuir na construção de um novo presente-futuro. Por isso, apesar da serventia que Curtius lhe oferece, sua crítica concepção de história se impõe aos princípios ideológicos do filólogo alemão.

---

<sup>1</sup> Devo a Hanna Arendt essa metáfora, que, por sua vez, desenvolveu-a a partir de Platão. Diz ela: “Uma observação casual feita por Platão em sua última obra – ‘O início é como um deus que, enquanto mora entre os homens, salva todas as coisas’ – é verdadeira para nossa tradição; enquanto seu início foi vivo, ela pôde salvar rodas as coisas e harmonizá-las. Como ao mesmo tempo, tornou-se destrutiva à medida que chegou a seu fim – para não dizer nada da esteira de confusão e desamparo que veio depois de finda a tradição e em que vivemos hoje.” ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 44.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

## Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária I e II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (26ª ed.)

\_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

LIMA, Luiz Costa. *Sérgio Buarque de Holanda: 'Visão do Paraíso'*. REVISTA USP, São Paulo, n. 53, p. 42-53, março/maio 2002.

PRADO, Antônio Arnoni Prado. *Nota breve sobre Sérgio Crítico*. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.) Sérgio Buarque. 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

SÜSSEKIND, Flora. *Outra nota – comentário ao texto 'Nota breve sobre Sérgio crítico', de Antônio Arnoni Prado*. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.) Sérgio Buarque. 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

## ENTRE A FICÇÃO E O ENSAIO: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO HUMANA NA OBRA DE ALDOUS HUXLEY

Rafael Cunha\*

O leitor menos atento de “Admirável Mundo Novo” poderá ver-se tentado a associar todo o trabalho intelectual de Aldous Huxley a uma profunda crítica ao progresso científico. Essa impressão, comumente difundida nos inúmeros prefácios que precedem as suas obras e de outros tantos escritores que de maneira direta ou indireta fazem parte do gênero da escrita literária distópica<sup>1</sup>, pareceu-nos, se não totalmente equivocada, facilmente contestável sob o ponto de vista investigativo. Isso porque acreditamos não ser possível simplificar a complexa relação de complementaridade e conflito na qual as escritas literárias e ensaísticas de um autor se encerram, reduzindo a segunda ao conteúdo da primeira, ou seja, tratando os ensaios como meros espelhos da ficção. Se de um ponto de vista epistemológico essa abordagem parece reducionista, na prática – a partir da análise dos principais ensaios de Huxley – essa reflexologia entre escrita literária e ensaística cai por terra.

Para que essa discussão se desenvolva, é necessário termos em mente qual é, para o escritor inglês, o papel da técnica no âmbito da civilização moderna. No prefácio do livro “A situação humana”, escrito pelo psicanalista e filósofo Pierro Ferrucci, encontra-se uma carta na qual Aldous Huxley procura explicar para seu irmão, Matthew, qual era o projeto do conjunto de palestras que seriam por ele proferidas na Universidade da Califórnia e posteriormente seriam editadas como o livro de ensaios “A situação Humana”. Nas palavras do próprio autor, seu projeto teria como ponto de partida o

---

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. rafaelcfrancisco@hotmail.com

<sup>1</sup> Para uma discussão mais detida sobre as especificidades desse gênero literário em contraposição a utopia, ver: EHRE, Milton. *Olesha's Zavist: Utopia and Dystopia*. Slavic Review, Vol. 50, No. 3 (1991), pp. 601-611 e também CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ficção científica, percepção e ontologia: e se o mundo não passasse de algo simulado?* Hist. cienc. saude-Manguinhos v.13 supl.0 Rio de Janeiro out. 2006. Embora o autor trate mais detidamente do discurso fílmico, suas discussões sobre as categorias de ficção científica, utopia e distopia são bem proveitosas para o debate. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702006000500002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000500002&lng=pt&nrm=iso)

“modesto tema da “situação humana”, e começarei com os fundamentos biológicos – o estado do planeta, população, hereditariedade relacionada com o ambiente. Depois, passarei ao grande determinante da civilização moderna – a técnica, em todos os campos da atividade humana, e seus efeitos ordem social e política. Depois falarei do indivíduo e de suas potencialidades, e o que talvez possamos fazer para que se realizem. (HUXLEY, 1969, p 860)

Nesse sentido, Huxley atribui ao conceito de técnica uma centralidade que, em certa medida, poderia justificar a presença da forte ideologia do progresso científico na sociedade ficcional de “Admirável Mundo Novo” e em grande parte dos seus ensaios, como iremos verificar mais a frente, além de ressaltar a crença no fato de que o homem cada vez mais se vê obrigado a adaptar-se as inovações tecnológicas. Isso fica particularmente evidente quando Huxley aponta a “influência da técnica em todos os campos da atividade humana” e não o inverso.

Uma exaltação da ciência começa a desenhar-se quando direcionamos nossa atenção a alguns de seus ensaios. Em “a explosão populacional” o escritor inglês afirma ser “completamente inútil encarar a política de um país como o Egito ou de muitos outros países sob um ponto de vista unicamente político. É preciso pensar em termos de biologia para obter certa compreensão e formular qualquer teoria razoável.” (HUXLEY, 1992, p. 57) “Pensar em termos de biologia” significa considerar todas as alternativas para o controle dessa “explosão populacional”, tanto aquelas oriundas da natureza – que invariavelmente irão ocorrer caso o homem não faça nada a respeito desse problema<sup>2</sup> - quanto as perpetradas pelo homem. Nesse sentido, a ciência torna-se duplamente central, em primeiro lugar, circunscrevendo o campo da política nela mesma (!) e, para além disso, sendo a solução para esse problema demográfico enfrentado pela humanidade. (HUXLEY, 1992: 57)

---

<sup>2</sup> É curioso notar como Huxley utiliza trabalhos “científicos” que possuem caráter declaradamente prognóstico, de alguns acadêmicos de sua época, para dar autoridade ao seu argumento. A respeito do seu argumento sobre a exploração do solo, suas digressões são acompanhadas da citação do trabalho de um professor da universidade Yale chamado Paul Sears que tentava traçar um prognóstico sobre a situação do mundo ocidental na década de 1980. Ver: HUXLEY, Aldous. A Situação Humana, 4. In: *Mais natureza na arte*. Ed, São Paulo, Globo, 1992. p. 43. Nesse ensaio, mais especificamente, o autor procura – a partir de um trabalho sobre quanto tempo levam para novas ideias serem aceitas pela sociedade – tentar descobrir quanto tempo novos métodos contraceptivos mais eficientes levariam para ser aceitos pela população. Nesse sentido, ver: HUXLEY, Aldous. A Situação Humana, 4. In: *A explosão populacional* Ed, São Paulo, Globo, 1992. p. 61.

A resolução desse impasse está contida no advento do controle da natalidade que segundo Huxley deve ser combatido com a ajuda dos múltiplos campos do conhecimento, sejam eles da ciência natural ou das ciências humanas. Contudo, ele afirma que

“antes de mais nada, tem de haver grande quantidade de pesquisa fundamental em biologia e em todo o problema da reprodução, na esperança de produzir algum anticoncepcional oral satisfatório, que possa ser distribuído de modo fácil e barato a grandes massas da população.”(HUXLEY, 1992: 60)

Nesse ponto ficará clara a proximidade entre a concepção de natalidade defendida por Huxley em seu ensaio e no seu romance “Admirável Mundo Novo”. Basta lembrarmos das principais personagens femininas da trama, Linda e Lenina, e de como ambas jamais deixavam de sair com o seu cinto no qual guardavam as suas pílulas anticoncepcionais que eram gratuitamente distribuídas pelo governo e como desde muito cedo as pequenas meninas aprendiam sobre esses métodos contraceptivos.<sup>3</sup> Essa proximidade entre as duas escritas, conforme demonstraremos na última parte desse trabalho, não é um caso isolado. Ao contrário do que pensávamos *a priori* e do que grande parte dos prefácios anexados as obras de Huxley nos fazem pensar<sup>4</sup>, os dois gêneros – ensaístico e ficcional – não se complementam a partir da ideia de crítica à ciência contida no romance.

Nesse sentido, o prefácio à edição mais recente do romance “Nós” do escritor russo Yevgeny Zamyatin define bem o que estamos querendo afirmar como uma “tradição” que extrapola a crítica contida nos romances distópicos e incorpora ela como sendo o único ponto de vista do próprio autor, sem problematizar o tema da ficcionalidade da obra ou mesmo analisar outros estilos de escrita desses autores.<sup>5</sup> Em suma, estamos nos colocando contra determinados tipos de generalizações que tornam o

---

<sup>3</sup> “E na cintura ela trazia uma cartucheira verde de pseudo marroquim com guarnições de prata, que continha (pois Lenina não era uma neutra) a provisão regulamentar de anticoncepcionais.”. In: HUXLEY, Aldous L. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo, Globo, 2000. p. 33.

<sup>4</sup> Referimo-nos aos prefácios e análises escritas majoritariamente a partir da mera leitura do livro e sem uma pesquisa mais aprofundada sobre as reflexões do autor sobre as questões que se encontram presentes ao mesmo tempo em sua realidade ficcional e social.

<sup>5</sup> Cf. ZAMYATIN, Yevgeny. *Nós*. Antígona. Lisboa. 2004. In: *prefácio*

debate mais pobre e limitam as possibilidades epistemológicas do próprio campo da história literária.<sup>6</sup>

Partimos, dessa forma, da premissa básica de que – se não em todos os escritores, pelo menos na obra de Aldous Huxley – o estilo ensaístico se distingue do ficcional não só pela forma, mas também pelo conteúdo, ou seja, que a grande diferença reside na forma como o objeto, a saber; a ciência, é tratada no interior desses dois gêneros. Em seus ensaios, como procuraremos demonstrar, há uma entusiasmada exaltação da ciência como o meio mais eficaz pelo qual o homem pode atingir as suas potencialidades ao passo que em sua ficção, aos olhos menos atentos, parece haver uma poderosa crítica aos indivíduos que cada vez mais tem que adaptar-se aos avanços tecnológicos. Nesse sentido, esse trabalho busca analisar como esse paradoxo entre a exaltação e a crítica - pôde subsistir durante tanto tempo nas ideias do autor sem que ele mesmo percebesse a existência dessa uma gritante contradição no âmbito de seu próprio pensamento.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar a questão da hierarquia social constituída através de castas raciais definidas não socialmente, mas sim a partir do processo genético pelo qual o nascimento de novos seres humanos é realizado na sociedade ficcional criada pelo escritor inglês. Na obra literária, o processo é explicado em um longo trecho no qual um alto funcionário da máquina estatal está demonstrando aos jovens como as diferentes castas são concebidas durante o processo de "criação da vida humana", aqui ficará mais evidente ao leitor uma proximidade que de fato é inegável entre a proposta contida no ensaio anteriormente analisado:

Sempre apoiado contra as incubadoras, forneceu-lhes, enquanto os lábios corriam ilegitimamente de um lado a outro das páginas, uma breve descrição do moderno processo de fecundação; falou-lhes primeiro, naturalmente, da sua introdução cirúrgica - "a operação suportada voluntariamente para o bem da Sociedade, sem esquecer que proporciona uma gratificação de seis meses de ordenado"; continuou com uma exposição sumária da técnica de conservação do ovário, seccionado no estado vivo e em pleno desenvolvimento; passou a

---

<sup>6</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a ideia de “história literária”, ver: JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

considerações sobre a temperatura, a salinidade e a viscosidade ótimas; fez alusão ao líquido em que se conservavam os óvulos destacados e chegados à maturidade; e, levando os alunos às mesas de trabalho, mostrou-lhes mesmo como se retirava esse líquido dos tubos de ensaio; como se fazia cair gota a gota sobre as lâminas de vidro, especialmente aquecidas, para preparações microscópicas; como os óvulos que ele continha eram inspecionados com vista a possíveis caracteres anormais, contados e transferidos para um recipiente poroso; como (e levou-os a observar a operação) esse recipiente era mergulhado em um caldo tépido contendo espermatozóides que nele nadavam livremente - "na concentração mínima de cem mil por centímetro cúbico", insistiu; e como, ao cabo de dez minutos, o vaso era retirado do líquido e seu conteúdo novamente examinado; como, se ainda restassem óvulos não fecundados, era ele mergulhado uma segunda vez e, se necessário, uma terceira; como os óvulos fecundados voltavam às incubadoras; onde eram conservados os Alfas e os Betas até seu acondicionamento definitivo em bocais, enquanto os Gamas, os Deltas e os Epsilons eram retirados ao fim de apenas trinta e seis horas para serem submetidos ao Processo Bokanovsky. (HUXLEY, 1979: 10)

Já nesse ponto podemos perceber que a sociedade ficcional desenvolvida por Huxley era concebida a partir de um sistema hierarquicamente imutável e definido *a priori* pelo processo de nascimento, conforme o pertencimento do indivíduo a diversas castas (Deltas, Épsilons, Gamas, Betas e etc...). Cada uma delas tem características comuns a todos aqueles que a ela pertencem, o que impossibilita qualquer ascensão social, uma vez que a ocupação e o acesso à educação dentro dessa comunidade são definidos a partir das castas que cada indivíduo faz parte.

Em seus ensaios, o escritor inglês fala aos seus ouvintes com muito entusiasmo das novas teorias elaboradas pelo psicanalista norte-americano William H. Sheldon que, em linhas gerais, demonstram como as diferenças entre os seres humanos variam entre três pólos distintos. Huxley explica minuciosamente essa teoria, afirmando que:

Sheldon chama os três pólos de endomorfia, mesomorfia e ectomorfia. Endomorfia é o pólo que, no seu extremo, resulta nas pessoas muito grandes, gordas e macias, com reações lentas e tendência a aumentar de peso, tornando-se muito gordas na velhice. São de certa forma "pessoas intestinais". Muitas



vezes seu intestino tem o dobro do peso e comprimento do intestino de um ectomorfo extremo. Elas tem um surpreendente poder de assimilação, e sentem-se bem no mundo pois tem uma imensa capacidade de absorverem alimento e continuarem vivas. Os mesomorfos pessoas de músculos, com ossos pesados e poderosos músculos. Podemos vê-las todos os dias em fotografias, das páginas de esporte dos jornais; os jogadores de futebol profissionais pertencem todos a esse tipo incrível. Tendem a ter pescoço forte e uma pele bastante áspera, com vincos no rosto. Tem grande resistência e força, e, como veremos quando chegarmos às correlações com o temperamento, tendem a ser agressivas - políticos, homens de negócios, soldados e assim por diante. Os ectomorfos são magros, leves, de músculos finos, cuja proporção da área de superfície para a massa é muito alta, e cujo sistema nervoso conseqüentemente está muito mais próximo da superfície do que no mesomorfo ou no endomorfo. São por assim dizer, constituídos em torno de um sistema nervoso muito mais vulnerável, estando mais próximo do exterior, e muito mais sensível do que os outros dois. (HUXLEY, 1992: 148)

Para Huxley, essa teoria é a melhor correlação científica já feita entre os aspectos físico e temperamental dos homens, isso porque leva em consideração justamente a importância da hereditariedade dessas duas características, ao invés de subestimá-las como fazem os psicanalistas desde a época de Jung e Freud. O método de Sheldon, segundo Huxley, analisava essa questão de uma maneira mais "científica e minuciosa, como uma poderosa técnica de análise e quantificação das diferenças físicas." (HUXLEY, 1979: 73)

Ao tomar para si as três definições desenvolvidas pelo cientista, Huxley parece estar propondo para os seus ouvintes que a existência de um sistema de castas geneticamente definido não é algo totalmente absurdo de um ponto de vista científico. Pelo contrário, essa divisão dos seres humanos tornaria possível a "melhoria da matéria prima humana". (HUXLEY, 1979: 101) Na sequência de seus argumentos, Huxley falará aos seus ouvintes da necessidade do nascimento de uma nova moral – justamente como na sociedade ficcional de "admirável mundo novo" – que fosse capaz de substituir a instituição familiar antiga, que passa a ser motivo de repulsa entre os habitantes dessa comunidade, por uma nova lógica social na qual os homens passariam a dar mais

importância à geração de filhos geneticamente fortes e não a crianças que repetissem as idiossincrasias e fraquezas dos pais. (HUXLEY, 1979: 113) Ao falar de uma “melhoria da matéria prima humana”, Huxley não está inventando a expressão, mas novamente apelando para um trabalho científico que possa validar o seu ponto de vista. Essa ideia é originalmente atribuída, de acordo com o escritor inglês, ao médico geneticista Hermann Muller. Para o autor, isso seria possível através do “parentesco adotivo de crianças concebidas pela união de células reprodutivas derivadas de matérias-primas que representassem o mais alto ideal dos pais.” (HUXLEY, 1979: 113) Portanto, o que Huxley está propondo aos seus ouvintes é a necessidade de se repensar o próprio processo de criação da vida, assim como a sociedade ficcional do escritor inglês foi capaz de repensar suas próprias bases genéticas a partir da criação do “Processo Bokanovsky”.

O argumento tem sequência quando Huxley afirma que a nação que praticar esses métodos eugênicos estaria muito a frente das demais. Nesse sentido existiria um grande perigo, oriundo das ideologias nacionais, se a eugenia se tornasse uma prática comum apenas em alguns países e não no mundo de uma maneira geral. (HUXLEY, 1992: 112) Nesse ponto percebemos mais uma vez a proximidade entre uma proposta contida no âmbito de seus ensaios e a realidade por ele construída no seu “Admirável Mundo Novo”. Afinal, o processo bokanovsky nada mais é do que uma universalização de um método eugênico de criação e aperfeiçoamento da vida, assim como os vários outros propostos por Huxley em seus ensaios. Nesse sentido, o caráter crítico que o romance parecia conter frente a essas novas práticas científicas de reprodução dos seres humanos perde-se em meio a essa constrangedora exaltação da ciência como meio de melhorar as condições de saúde e vida dos homens no futuro. Mas essa constatação ainda não responde à pergunta: qual é o limite entre a escrita ensaística e a ficcional no contexto das formulações intelectuais de Aldous Huxley.

Para responder a essa pergunta de maneira satisfatória, deve-se comparar os dois estilos de escrita nos quais Huxley se situa, aceitando a possibilidade da existência desse paradoxo no qual se cria uma poderosa “barreira factual” para todos aqueles que buscam construir uma visão simplificada da obra literária enquanto um espelho/reflexo

das próprias concepções sociais do autor, uma vez que a exaltação da ciência em seus ensaios abre todo um novo horizonte de interpretações para a própria escrita ficcional. Nesse ponto já parece ter ficado claro ao leitor a centralidade desse paradoxo. Portanto, entendemos ser impossível reduzir as ideias de Aldous Huxley apenas ao conteúdo do seu “Admirável Mundo Novo” e, também, levarmos a cabo o movimento inverso. Há, no entanto, uma resposta que talvez seja capaz de explicar a recorrência desse paradoxo e, no limite, oferecer ao leitor uma reflexão que leve em consideração as especificidades tanto da escrita ficcional como da ensaística do autor inglês, além de uma ampliação nas possibilidades de reflexão acerca das próprias ideias de Aldous Huxley enquanto um objeto historiográfico propriamente dito.

A solução para esse impasse está contida justamente na noção de futuro em aberto que parece ser o ponto central tanto dos ensaios como das ficções que estamos analisando aqui. Esse futuro que aos olhos do escritor inglês, em linhas gerais, está aberto para qualquer coisa, seja ela boa (uma sociedade utópica nos moldes da ilha de Pala, como fora desenvolvida pelo escritor inglês no romance *A ilha*) ou má (outra sociedade distópica nos moldes da Londres de Mustafá Mond, como descrita por ele em *Admirável Mundo Novo*). Aliada a essa concepção sobre o tempo, há também a questão do progresso científico que, de acordo com o próprio autor, é a maneira pela qual o homem se torna capaz de atingir todas as suas potencialidades. Dessa forma, o escritor inglês afirma que o seu tema, em “Admirável Mundo Novo”, consistia no:

avanço da ciência em si mesmo; é esse avanço na medida em que afeta os seres humanos. Os triunfos da física, da química e da engenharia são tacitamente dados por supostos. Os únicos progressos científicos descritos especificamente são os que se relacionam com a aplicação aos seres humanos dos resultados de futuras pesquisas nos terrenos da biologia, da fisiologia e da psicologia. É somente por meio das ciências da vida que se pode mudar radicalmente a qualidade desta. *As ciências da matéria podem ser aplicadas de tal modo que destruam a vida ou a tornem impossivelmente complexa e desconfortável; mas, a não ser que sejam usadas como instrumentos pelos biólogos e psicólogos, nada podem fazer para modificar as formas e expressões naturais da própria vida.* (HUXLEY, 1992: 112)

Nesse ponto Huxley nos oferece uma perspectiva distinta da qual ele apresenta na maioria dos seus ensaios ao afirmar que as ciências da matéria poderiam ser aplicadas para a destruição da vida como conhecemos. Essa parece ser a ideia central que permeia tanto os seus ensaios quanto os seus romances. Dessa forma, podemos inferir que não é a ciência, ou o progresso, que possuem um papel central nas reflexões de Huxley, mas sim o ser humano. Esse homem que agora contempla um futuro totalmente aberto pode escolher o que fazer com os avanços científicos, ou seja, se vai construir uma sociedade nos padrões da ficção literária ou se utilizará essas noções para “maximizar a potencialidade humana”, como vimos, por exemplo, no caso da eugenia.

Em suma, esse paradoxo por nós construído permitiu deslocar o eixo de pensamento do autor inglês, nos tornando capazes de repensar as antigas interpretações acerca do “Admirável Mundo Novo” à luz de novas questões. Fomos capazes de perceber que talvez sua principal inquietação não esteja situada tanto no futuro em aberto ou nos avanços da ciência, mas sim em como esses homens irão, a partir de uma ação pautada na razão, construir ou destruir o mundo do porvir. As duas categorias que trabalhamos durante todo esse trabalho, a saber, futuro e ciência – e todos os seus derivados, tais como: progresso e técnica – para o escritor inglês são dados dos quais os homens não podem fugir, são certezas incontestáveis com as quais os indivíduos e os governos deverão saber lidar da melhor maneira possível.

O paradoxo no pensamento de Huxley é, portanto, além de uma óbvia evidência da diferença entre os estilos de escrita, uma distinção que permite perceber o “Admirável Mundo Novo” como um exemplo da nocividade do mal uso da ciência pelos homens, ao mesmo tempo em que os ensaios propõem, a partir da utilização dessa mesma ciência, soluções mais adequadas aos problemas da “condição humana”, para utilizar a expressão de Hannah Arendt, que não tornem o homem um escravo desse progresso, ou melhor, que não obriguem esse indivíduo a perder a sua característica humana, reificando-se. Ou ainda como lembra Huxley, em um dos seus ensaios:

“se alguém, na minha infância, perguntasse a mim ou a meus pais se pensavam que durante a minha vida veríamos um ressurgimento da escravatura em larga escala, de tortura, perseguição por ideias heréticas, deportações em massa,

teríamos respondido, “é absolutamente impossível!” Mesmo assim, vimos essas coisas pavorosas e nossas esperanças quanto a inevitabilidade do progresso foi grandemente abalada. Estamos convencidos de que vivemos num mundo de mudança incessante, mas não estamos convencidos de que essa mudança leve necessariamente a uma direção que nosso sistema de valores consideraria excelente.” (HUXLEY, 1992: 103)

Dessa forma, cabe aos homens tomar as rédeas da mudança em suas mãos e leva-la a cabo da melhor maneira possível. É isso que o ensaísta Huxley faz ao escrever sobre a situação humana. Ele está procurando, em alguma medida, oferecer aos seus ouvintes opções e formas de como essa nova ciência pode ser utilizada pelos homens de forma que suas potencialidades produtivas sejam aumentadas e não, como a alegoria de “Admirável Mundo Novo” propõe, os homens sejam por ela escravizados.

É necessário ressaltar que nossa interpretação não pretende remover o caráter crítico do romance de Huxley, mas sim mudar o seu foco. Demonstramos que essa crítica contida em “Admirável Mundo Novo” não é à ciência, mas sim à passividade dos homens frente aos avanços científicos. Essa ideia é oriunda de uma percepção cada vez mais manifesta no pensamento do escritor inglês de que o homem está sendo escravizado por esse progresso. Nesse sentido o paradoxo se abre, na medida em que percebemos ser a crença de Huxley muito mais baseada na ação do homem do que na ciência enquanto uma entidade independente. A centralidade do homem promove uma relação na qual a ciência é ao mesmo tempo passível de crítica e exaltação. Essa relação será orientada única e exclusivamente pela ação desses indivíduos.

Dessa forma, na medida em que esse paradoxo se abre tanto para a crítica como à exaltação da ciência, determinadas pela ação humana, ele é perpetuado, justamente por estar ligado ao homem e não à ciência, constituindo, assim, uma dialética que possibilitou que o autor ampliasse suas reflexões sobre diversos campos referentes à “situação humana” de seu tempo – sem perder o foco nas questões que, para ele, eram inerentes a nossa própria temporalidade, a saber, o futuro em aberto e a ciência.

### **Bibliografia:**

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Ficção científica, percepção e ontologia: e se o mundo não passasse de algo simulado? *Hist. cienc. saude-Manguinhos* v.13 supl.0 Rio de Janeiro out. 2006.
- EHRE, Milton. Olesha's Zavist: Utopia and Dystopia. *Slavic Review*, Vol. 50, No. 3 (1991), pp. 601-611
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo, Globo, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Ilha*. São Paulo, Globo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Situação Humana*, 4.Ed, São Paulo, Globo, 1992.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*, Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Ed. Puc-Rio: Contraponto, Rio de Janeiro, 2006.
- ZAMYATIN, Yevgeny. *Nós. Antígona*. Lisboa. 2004

---

## ANTIQUARIATO E ESCRITA DA HISTÓRIA NA *HISTORY OF BRAZIL* DE ROBERT SOUTHEY

Flávia Florentino Varella\*

Buscamos apresentar nesta comunicação alguns desenvolvimentos de nossa pesquisa de doutorado, que tem como principal objetivo analisar a *History of Brazil* do historiador, ensaísta e poeta Robert Southey, impressa em três volumes nos anos de 1810, 1817 e 1819. O historiador Arnaldo Momigliano já havia insinuado a junção realizada pela historiografia britânica setecentista entre erudição e narrativa histórica, que, até o século XVIII, caminhavam em polos opostos (MOMIGLIANO, 1954). O interesse britânico pelo mundo social e a crescente curiosidade em relação a aspectos anteriormente subjugados pela centralidade que a narrativa política tinha no discurso histórico parecem ter ajudado na revalorização da erudição como componente da história. O fascínio pelos costumes e hábitos em geral, assim como pelos detalhes intrigantes, adquiriram um tom de investigação filosófica entre os eruditos (MOMIGLIANO, 2004a: 90-96). No contexto britânico, a erudição e o antiquariato tiveram muito a contribuir tanto com o projeto *Whig* de traçar a ascensão de uma sociedade polida e comercial, quanto na consolidação de uma ideologia *Tory* baseada em um conservadorismo nostálgico (SWEET, 2004: XIV). Nesta comunicação iremos apresentar um pequeno panorama sobre a erudição e o antiquariato e suas possíveis conexões com a *History of Brazil* de Southey.

### O antiquariato e a pesquisa histórica

Arnaldo Momigliano em seu artigo “A tradição herodoteana e tucidideana” aponta duas tradições historiográficas opostas nascidas na Grécia e que se mantiveram até a época moderna (MOMIGLIANO, 2004b). A hipótese de Momigliano é que a maior parte da historiografia Ocidental se organizou a partir da ruptura instaurada na Antiguidade Clássica entre uma historiografia baseada no modelo de Heródoto e outra na de Tucídides. Sua proposta é que teríamos uma grande continuidade de questionamentos impostos pela historiografia desde a sua “fundação”. A tradição

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

advinda de Heródoto seria marcadamente composta pelo antiquariato e pela erudição, em que estariam inseridos acontecimentos diversos, sem nenhuma restrição do que deveria ou não ser escrito. Esse tipo de história tinha como principal fonte a experiência em viagens. Por outro lado, na história tucídideana, fundamentalmente uma história política, as ações políticas e militares prevaleceriam no relato e o interesse difuso estaria excluído, formando, assim, uma dignidade para história fundamentada na narração desses eventos. A historiografia, para Momigliano, seria um campo autônomo que, desde o princípio, desenvolveu-se com questões próprias e valorizando sempre o método crítico como legitimador da verdade. Para o autor, *A História da Guerra do Peloponeso* teve mais crédito na Antiguidade porque não se desconfiou teoricamente do método de Tucídides, coisa que ocorreu com Heródoto (MOMIGLIANO, 2004b: 67).

Essa dicotomia é relativizada por Mark Salber Phillips ao analisar a questão da multiplicidade de gêneros que rondavam a narrativa política ao longo do século XVIII. Além do antiquariato, a história conjectural, história religiosa, história dos costumes, história da ciência, história da literatura, a biografia, a memória e o romance certamente ofereceram alternativas narrativas à história que não fosse a política (PHILLIPS, 1996: 299). O antiquariato é, assim, encarado por Phillips como um dos gêneros que se entrelaçaram à história no século XVIII e não como uma tradição reincorporada a história, como propunha Momigliano. Apesar dessa discordância, ambos os autores concordam que o antiquariato não só estava à disposição da história, mas que existiu uma efetiva incorporação de suas práticas e temas nesse tipo de estudo.

A palavra “antiquário” ganhou um tom pejorativo antes de século XVII como forma de designar uma pessoa obcecada pelo passado e seus detalhes e, por isso, sua capacidade de julga-lo e critica-lo estava bastante afetada. Essa imagem excêntrica de um antiquário foi construída através dos séculos e teve sua cristalização no romance *The antiquary* de Walter Scott (SWEET, 2004: XIII). Nesse romance o personagem Jonathan Olbuck, colecionador de “reliquias” do passado, junta grande número de vestígios dos tempos anteriores como livros, manuscritos e objetos de todos os tipos. Além desses pedaços materiais do passado, o antiquário também considerava importante a própria paisagem, ou seja, o local em que os acontecimentos históricos



aconteceram, pois era elemento importante na descoberta do que se passou naquele lugar (HENRIQUES, 2001: 3).

A distinção entre o que seria do domínio da história e do antiquariato era bastante clara no século XVI, em que a história versava apenas sobre os eventos da Antiguidade Clássica, era escrita em uma forma narrativa e tratava de questões relativas à filosofia e à ética. Os assuntos subsequentes à queda de Roma eram explorados pela crônica, tida como uma forma inferior de literatura por não possuir a profundidade intelectual característica da história clássica. Já que o domínio da história estava profundamente relacionado à Antiguidade Clássica, restou ao antiquário, inicialmente, focar-se mais no período pós-romano de suas localidades e com uma característica mais miscelânea. Essa distinção, contudo, tornou-se bastante complexa no século XVIII, extrapolando a dicotomia construída de que a narrativa estava para a história, assim como a descrição para o antiquariato. Já no século XVII, é possível verificar antiquários se posicionando em relação a isso e inferindo que produziam uma narrativa histórica ao invés de uma coleção de fatos aleatória (SWEET, 2004: 1).

Tendo em vista que a assertiva do texto enquanto portador de uma verdade inabalável cada vez menos se sustentava, o valor da história poderia agora ser julgado pela quantidade de documentos públicos, inscrições e moedas examinadas pelo historiador. Desta forma, o historiador utilizou-se das evidências fornecidas pelo antiquário, assim como o antiquário dependia da narrativa histórica para fornecer uma estrutura segundo a qual os artefatos do passado poderiam ser interpretados, tornaram-se, assim parceiros naturais (SWEET, 2004: 2).

William Borlase, em seu livro *Antiquities historical and monumental of the county of Cornwall*, que teve sua primeira edição em 1769, nos ajuda a pensar o que seria o antiquário no final do século XVIII quando diz que:

A atividade apropriada de um Antiquário é recolher o que está disperso, desdobrar completamente o que já está descoberto, examinar os pontos controversos, resolver o que é duvidoso e, pela autoridade dos Monumentos e Histórias, lançar luz sobre os costumes, as Artes, a Língua, Política e Religião das épocas passadas (*Apud* SWEET, 2004: XIV).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No original “The proper business of an Antiquary is to collect what is dispersed, more fully to unfold what is already discovered, to examine controverted points, to settle what is doubtful, and by the authority

Apesar de a historiografia ter muitas vezes marcado o antiquariato como o terreno da futilidade e da curiosidade, o trabalho que buscavam desempenhar era tido como indispensável para a crítica dos vestígios do passado. Além disso, os antiquários estiveram diretamente ligados à construção das imagens nacionais e algumas de suas contribuições mais importantes estiveram relacionadas à descoberta e registro de elementos do passado nacional da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda (SWEET, 2004: XXI). O antiquariato britânico teve características diferentes do praticado no restante da Europa. Enquanto em outros países nota-se uma influência significativa das ideias do humanismo renascentista, dando, assim, ênfase à filologia e à crítica textual, os antiquários britânicos optaram por explorar a topografia local e os textos e documentos medievais (SWEET, 2004: XIX).

Na segunda metade do século XVIII existia um entendimento crescente que a arquitetura gótica deveria ser julgada em seus próprios termos e não de acordo com as regras clássicas. Houve uma mudança de perspectiva em que o gótico passou de um estilo grotesco e imperfeito para símbolo de particularidade nacional e detentor que traços estilísticos únicos. O gótico também foi delimitado como um estilo inglês por excelência, só sendo encontrado neste território ou em lugares em que foram construídos pelos ingleses. Dessa mesma forma, a Idade Média parece que passou de uma figuração obscura dentro da história da humanidade para ser integrada ao processo de evolução do homem dentro da sociedade através de um entendimento mais historicista do passado (SWEET, 2004: 261).

Esse breve panorama é importante para delimitar o que seriam os aspectos característicos dos estudos antiquários britânicos no final do século XVIII e início do XIX. Ao longo do século XVIII e com o surgimento dos Estados Nação é possível verificar um foco maior no recolhimento de vestígios sobre as histórias locais, a topografia, as instituições e a descoberta da arquitetura gótica como característica marcante da história da arquitetura inglesa. Neste texto vamos nos focar em alguns

---

of Monuments and Histories, to throw light upon the manners, Arts, Language, Policy and Religion of the past Ages”.

desses aspectos como sendo também de interesse de Robert Southey e que estavam presentes em muitas de suas obras, inclusive na *History of Brazil*.

### **Erudição antiquária na *History of Brazil***

A erudição caminha, diversas vezes, ao lado do antiquariato e um aspecto marcante da *History of Brazil* é, sem dúvida, a erudição que Southey possuía em relação aos assuntos abordados. Não é apenas nessa obra que podemos vislumbrar o prazer de Southey na escavação antiquária e no recolhimento de informações anedóticas, que foram refinados ao longo de sua vida de escritor. Esse gosto também está presente nas notas de suas obras poéticas como *Joan of Arc*, *Madoc*, *Thalaba: o Destruidor* (1801), *A maldição de Kehama* (1810) e *Roderick, o último dos godos* (1814). Em algumas de suas cartas é possível perceber como assuntos possivelmente banais – como a descoberta e de uma caverna cheia de esqueletos – o imbuí de um espírito antiquário. Nessa ocasião chega mesmo a escrever para a revista *Monthly Magazine* e pedir que qualquer leitor lhe escreva se souber informações sobre o período em que os tipos de sepultura encontrados nessa caverna eram comuns.<sup>2</sup>

A maioria dos trabalhos dos antiquários privilegiava assuntos inscritos até o ano de 1500, não adentrando muito no que poderíamos chamar de uma história do presente. Apesar de existirem interessados em um passado mais recente, este era comumente entendido como mais familiar ao antiquário e, por conseguinte, demandaria menos interpretação, assim como oferecia menos desafios de descobertas (SWEET, 2004: XX-XXI). A *History of Brazil* aborda exatamente o recorte cronológico não explorado pelos antiquários britânicos, contudo, por tratar de uma região geográfica muito peculiar e pouco explorada pela literatura, o caráter de inesperado é totalmente preservado. Também não faltaram descrições anedóticas e extremamente detalhadas dentro dessa obra, que foram ponto central de diversas críticas.

As resenhas que saíram quando da publicação da *History of Brazil* criticaram bastante a obra principalmente pelo excesso de informação que viam nela. De fato, o projeto inicial de Southey era de escrever essa história em um volume, mas acabou estendendo para três volumes de, aproximadamente, 600 páginas cada um (SOUTHEY,

---

<sup>2</sup> Cf. [http://www.rc.umd.edu/editions/southey\\_letters/Part\\_One/HTML/letterEEEd.26.196.html](http://www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_One/HTML/letterEEEd.26.196.html).

1855: 183).<sup>3</sup> Joseph Lowe, em resenha publicada na *Monthly Review*, comenta “a forma peculiar do Sr. Southey de escrever história”:<sup>4</sup>

seu plano é utilizar poucas reflexões genéricas e relatar com escrupulosa precisão e minuciosidade o surgimento dos eventos destacados, observando geralmente a ordem do acontecimento. Os comentários que ele se permite fazer são apenas aqueles que surgem do assunto da narrativa; *um percurso que é muito diferente do feito pelos escritores que concentram um conjunto de fatos para a ilustração de uma doutrina previamente definida* (MADDEN, 2002: 151, tradução e grifos nossos).<sup>5</sup>

E acrescenta que:

Sem entrar em nenhuma discussão geral sobre o melhor modo de se escrever história, nós devemos dizer que o Sr. Southey realmente empregou em excesso *detalhes particulares para o gosto da geração atual*: a qual espera algo que seja mais que uma sucessão de objetos e acontecimentos, descritos com clareza e especificidade, mas não trazidos em um conjunto capaz de produzir um efeito por combinação (MADDEN, 2002: 151, grifos nossos).<sup>6</sup>

O pecado de Southey, para Lowe, foi não ter selecionado e organizado sua narrativa de forma a produzir um sentido claro à história narrada, gerando um excesso de informação que beirava apenas a curiosidade e seus leitores acabavam não sabendo o que fazer ou como interpretar tantos dados.

Outro resenhista da *History of Brazil*, do qual não conhecemos o nome, salientou os mesmos aspectos da narrativa de Southey. Concorde que o historiador juntou vários fatos, utilizou de fontes autênticas, e não deixou escapar a menção de nenhuma informação de interesse para a história do Brasil. Contudo:

---

<sup>3</sup> Carta a *Lieutenant Southey*, Keswick, Sept. 12, 1804.

<sup>4</sup> No original: “Mr. Southey’s peculiar manner of writing history”.

<sup>5</sup> No original: “His plan is to be *sparing of general reflections*, and to relate with scrupulous accuracy and minuteness the occurrence of detached events, observing generally the order of their date. The remarks which he permits himself to make are only those which arise out of the subject of the narrative; *a course which is very different from that of the writers who concentrate a body of facts for the illustration of a previously-conceived doctrine*”.

<sup>6</sup> No original: “Without entering into any general discussion of the best mode of writing history, we must say that *Mr. Southey has gone greatly too far into particular detail for the taste of the present generation*: which expects something more than a succession of objects and occurrences, clearly and specifically described, but not brought together so as to produce effect by combination”.

dizer isso não significa pronunciar nenhum panegírico; e, ainda, não vemos nenhuma indicação, na obra em questão, que o Sr. Southey foi dotado com as qualidades mais importantes de um grande historiador. *As perspectivas compreensivas do grande filósofo não parecem predominar em sua mente.* Estamos longe de pretender dizer que ele não está habilitado ao posto, e altamente qualificado, entre os homens esclarecidos. Mas com suas boas intenções, com sua indústria, e seus talentos para a composição, poderíamos desejar que sua profundidade e originalidade de pensamento fossem ainda mais evidente (MADDEN, 2002: 149).<sup>7</sup>

Os contemporâneos de Southey não poderiam esquecer a *History of England* de David Hume ou mesmo o *Decline and fall of the Roman Empire* de Edward Gibbon, e esperavam uma narrativa ilustrada que apresentasse um panorama do Brasil e não apenas um conjunto infinito de informações sobre esse território. Buscavam encontrar uma filosofia da história entendida como tipicamente uma história da sociedade humana em uma perspectiva cosmopolita, elucidando as leis gerais do desenvolvimento histórico comuns a todas as sociedades. Essa história também seria escrita em grande escala, com pouca necessidade de detalhes ou precisão em que o gosto antiquário tanto poderia orgulhar-se (SWEET 2004: 4).

O resenhista continua:

Em meio a *todos os detalhes*, por exemplo, que dizem respeito às tribos selvagens que abundam na obra, *nenhuma assistência é fornecida ao leitor no sentido de generalizar o fenômeno da vida selvagem; raramente algum auxílio que trace as causas das peculiaridades entre tribos diferentes*, que sua narrativa faz menção; nenhuma tentativa de *ilustrar os períodos iniciais da raça humana* é feita, visto que são exibidas nessas circunstâncias desfavoráveis; traçar os pontos de acordo e diversidade entre este estado mais infeliz possível da sociedade, o qual, de qualquer modo, esta presente em todos os diferentes estágios de civilização. Tivesse o Sr. Southey evitado essas longas declarações e explicações, que um tratamento completo do tema poderia exigir (*embora eles pudessem ser mais instrutivos e também mais interessantes que muitas repetições de detalhes que dizem respeito a tribos particulares*), extraído reflexões compreensivas de um profundo discernimento sobre o assunto, todavia, brevemente expressado, poderia ter jogado uma luz sobre suas páginas

---

<sup>7</sup> No original: “To say this, is to pronounce no ordinary panegyric; and yet we see no indication, in the present work, that Mr. Southey was endowed with the most important qualities of a great historian. *The comprehensive views of the great philosopher do not appear to predominate in his mind.* We are far from presuming to say that he is not entitled to rank, and rank highly, among enlightened men. But with his good intentions, with his industry, and his talent for composition, we could wish that his depth and originality of thinking were still more conspicuous”.

para o qual a obra, no momento, não contém nada para compensar (MADDEN, 2002: 149-150, tradução e grifos nossos).<sup>8</sup>

Na opinião de seus resenhistas, Southey acabou se perdendo em sua própria curiosidade sobre o Brasil e na narração de inúmeros detalhes que, ao fim, parecem ter apenas lhe interessado.<sup>9</sup> Por outro lado, sua renomada fama literária gerou grandes expectativas sobre a realização narrativa de seu livro e seus resenhistas viram essas expectativas totalmente frustradas quando leram e reconheceram nessa história um conjunto minucioso de informações sem nenhum fio condutor e sem um estilo que elevasse a obra ao patamar que estava reservado para ela.

Southey parece não ter feito por completo a fusão, descrita por Momigliano, entre o antiquariato e a narrativa histórica. E talvez o próprio Southey pudesse concordar com as críticas feitas a sua obra, já que quando escrevia o terceiro volume da *History of Brazil* se deparou com a falta de informações sobre alguns anos que sua obra abordava e pensou “ali, então, eu certamente deveria exibir uma descrição dos costumes etc..., e a minha principal dificuldade será manter o livro dentro de seus limites, pois, por amar o máximo de informação, a prolixidade de assuntos (não de costumes) é o pecado que mais comumente me acomete”.<sup>10</sup> Sua narrativa tendia, devido às suas inclinações eruditas, a longas descrições e um amplo conjunto de informações que não obtiveram um fio condutor organizador e aparente.

---

<sup>8</sup> “Amidst all the details, for example, respecting tribes of savages with which the work abounds, no assistance is offered to the reader in generalizing the phenomena of savage life; scarcely any in tracing the causes of the peculiarities among different tribes, of which his narrative makes mention; no attempt is made to illustrate the springs of human nature, as exhibited in those unfavourable circumstances; to trace the points of agreement and diversity between this the most unhappy state of society, and that which is presented at all the different stages of civilization. Had Mr. Southey avoided those lengthened statements and explanations, which a full treatment of the subject would have required (though they would have been more instructive and more interesting, too, than so much repetition of the details respecting the particular tribes), comprehensive reflections drawn from a profound insight into the subject, however shortly expressed, would have thrown a light upon his pages for which the work at present contains nothing to compensate”.

<sup>9</sup> Southey era consciente de que a *História do Brasil* não teria grande popularidade, mas tinha como sua missão escrevê-la. “But I am far from regretting that so much time and labour has been bestowed upon a subject for which few English readers (such as readers are now) can be expected to feel much interest. No other person could have brought the same industry abs the same advantages to the task [...]” LEÃO, 1943: 56.

<sup>10</sup> No original “[...] so there of course I must bring in the picture of manners etc..., and the main difficulty will be to keep within the limits of the volume, for loving the fullest information myself, prolixity of matters (not of manners) is the sin which most easily besets me” LEÃO, 1943: 54. Carta a Henry Koster, sem data.

É importante ressaltarmos que um livro antiquário tinha como uma de suas características oferecer um simples relato que permitisse ao leitor tirar conclusões por si, ao invés de misturar a narrativa com as suas próprias reflexões (SWEET, 2004: 19). As resenhas sobre a *History of Brazil* apontam essa característica de não oferecer um plano narrativo explicativo e não nos permitem esquecer que Southey utilizou da mesma ausência de interpretação que os antiquários preferiam ter. Crítica semelhante a essa sofreu John Brand quando da publicação, em 1789, de sua *History of Newcastle*. Um dos resenhistas de sua obra elogiou seu trabalho de organização dos materiais relacionado à história e às antiguidades dessa cidade. Contudo, não poderia chamar essa obra de uma história, pois Brand não tinha apresentado uma descrição geral e interconectada dos assuntos, mas simplesmente reunido diversos materiais e os organizado tematicamente, deixando ao leitor a tarefa de formar a sua própria interpretação.<sup>11</sup>

Apenas para finalizar este texto, é preciso deixar claro que não propomos uma interpretação de Southey como um antiquário, mas elucidar elementos de sua narrativa que possam nos ajudar a produzir um entendimento sincrônico dos aspectos articulados em sua *History of Brasil*. Parece-nos que a erudição antiquária é um desses elementos importantes mobilizados por Southey ao longo dos três volumes dessa obra.

### Referências bibliográficas

- HENRIQUES, Ana Lucia de Souza. A tradição e o nacional em *The Antiquary*, de Walter Scott. **Revista do GELNE**, Vol. 3, Nº 1, 2001.
- LEÃO, Joaquim de Sousa Carneiro (ed.). Cartas de Robert Southey a Theodore Koster e a Henry Koster: anos de 1804 a 1819. **RIHGB**, Vol. 178, 1943.
- MADDEN, Lionel (ed.). **Robert Southey: the critical heritage**. London: Routledge, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Gibbon's contributions to historical method. **Historia**, 2, 1954, p. 450–463.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: \_\_\_\_\_. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004a, p. 85-117.

---

<sup>11</sup> Resenha publicada na *Analytical Review*, nº 5, 1798, p. 169.

- MOMIGLIANO, Arnaldo. A tradição herodoteana e tucídideana. In:\_\_\_\_\_. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004b, p. 53-83.
- PHILLIPS, Mark Salber. Reconsiderations on history and antiquarianism: Arnaldo Momigliano and the historiography of eighteenth-century Britain. **Journal of the history of ideas**, vol. 57, nº 2, 1996, p. 297-316.
- SOUTHEY, Charles Cuthbert (ed.). **Life and correspondence of Robert Southey**. New York: Harper & Brothers, 1855.
- SWEET, Rosemary. **Antiquaries**: the discovery of the past in eighteenth-century Britain. London: Hambledon and London, 2004.



## MEMÓRIAS DA ABOLIÇÃO E O IHGB

Lívia de Lauro Antunes \*

Em 11 de outubro de 1838, a partir de uma proposição encaminhada ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por José da Cunha Mattos e Januário da Cunha Barbosa, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a finalidade de ser uma associação científica e de caráter privado, dedicada aos estudos históricos e geográficos. É, portanto, no desenrolar do processo de constituição e consolidação do Estado Nacional que se define o desenho de uma instituição que tem por finalidade a sistematização de um projeto de história pátria e que seria durante o século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX um dos principais centros de pesquisa histórica do país. Estabelecendo uma relação com a memória, desejando afirmar uma identidade nacional e um passado histórico para o país em formação, o IHGB fez parte de um universo simbólico que buscava construir uma revisão da História e de uma identidade nacional.

O projeto de publicar uma Revista de História e Geografia, cujos objetivos seriam a admissão de trabalhos voltados para o estudo do espaço territorial brasileiro e suas atribuições históricas, foi definido logo nos primeiros itens dos estatutos, frutos de debates internos da instituição que se criava. O primeiro volume da *Revista do IHGB* data de 1839. Desde então a revista trimestral é publicada regularmente sendo sua última publicação a do ano de 2009. Até o ano de 1863, a Revista era estruturada em volume único, num formato anual. A partir do ano seguinte (1864) a revista passou a ser dividida em duas partes distintas, publicadas em separado.

Tendo em vista os estreitos vínculos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a monarquia, e principalmente com o Imperador, quando os debates

---

\* Mestranda em História Comparada PPGHC/UFRJ

acerca da Abolição e da Proclamação da República começaram a se ampliar, aproximadamente, a partir da década de 1870, a escrita da História, que antes possuía como interlocutor principal, D. Pedro II, passou a se voltar, cada vez mais, para um diálogo com o “povo brasileiro”. Entidade abstrata, que não se sabia ao certo delimitar, subjetiva, mas que passava a ser discutida por esses intelectuais, inaugurando um novo delineamento das questões políticas no que se refere ao processo de escrita da História.

A íntima relação entre autor e nação continuava a existir no novo contexto inaugurado pela Abolição e pela República, revestida, porém, de nova roupagem. A História, incitada por um sentimento de amor a pátria, não era mais orientada por e para um regime político monárquico constitucional. Com a instauração da república, a História, ainda sob o desígnio de formar e formalizar a idéia de nação, com a proposta de criar e recriar identidades necessitava de nova configuração. Essa reconfiguração histórica pressupunha um novo olhar, pautado nas experiências e expectativas inauguradas pela Abolição da escravidão e pela Proclamação da República.

Essa transformação afastava, relativamente, o tipo de historiografia até então elaborada no Império, “implicando diferenciação no perfil do historiador, no enredo da narrativa que ele devia construir e em seu destinatário privilegiado” (GOMES, 2009: 156). Por isso, no caso do estudo aqui proposto, poder-se-ia supor que os sentidos das *culturas políticas* surgidas e operadas num Regime Monárquico começavam a se abater em decorrência de novas circunstâncias históricas, com o surgimento de outras problemáticas. Uma nova visão do Estado necessitava de outra organização social, novas proposições e meios de expressão. É certo que os sentidos de uma cultura política nunca desaparecem, apenas se metamorfoseiam. “Tanto é assim que os tempos da história são múltiplos, e as culturas políticas pertencem simultaneamente ao tempo longo das tradições e ao tempo curto do fato presente” (BERNSTEIN, 2009: 41). Cabe ressaltar que corroboramos a definição de cultura política como um grupo de representações constituintes das identidades de grupos ou famílias políticas, que extrapolam, no entanto, a noção reducionista de partido político, assim como a

desenvolvida por Serge Bernstein<sup>1</sup>. Portanto, como afirmou Ângela de Castro Gomes, pensamos que estudar a formação de culturas políticas, bem como sua divulgação, é “entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário e ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais” (GOMES, 2005: 33).

Ao analisar o artigo *A extinção da escravidão no país. O jubileu do Instituto Histórico*, publicado por João Franklin da Silveira Távora<sup>2</sup> no primeiro folheto de 1888, no Tomo LI da Revista do IHGB, podemos perceber como a Abolição da escravidão, instaura novas idéias do que seria a História do Brasil e de como fazê-la.

Com a extinção do estado servil o gênio da História Nacional ganhou novo critério. Ele está agora completo com a parte de liberdade que lhe faltava para ser digno de uma nação que rende culto nas aras da civilização. O nosso Historiador terá de agora em diante homens para submeter à sua análise físiopsicológica, terá um povo verdadeiramente livre para estudar e julgar nos sentimentos e na sua evolução (TÁVORA, 1888: 16).

Podemos verificar em tal passagem uma transformação essencial. Foi o surgimento de uma “nação livre” que permitiu ao Brasil, de acordo com Franklin da Távora, tornar-se um país civilizado, evoluído, admitindo assim, um estudo de seus indivíduos. E será a partir da Abolição que se iniciará no Brasil um estudo “verdadeiro” do “povo brasileiro”. Uma nova história, cada vez mais elaborada pelo povo e para o povo que estava agora se formando “com a parte de liberdade que lhe faltava”. O Imperador ainda era um importante interlocutor das exposições escritas no Instituto, mas não o principal. Este novo elemento, aos poucos, galgava o seu lugar.

Outro exemplo da participação cada vez maior do “povo brasileiro” nos acontecimentos históricos pode ser inferido a partir da passagem retirada do texto de

---

<sup>1</sup>Para definições do conceito de cultura política de Serge Bernstein cf. BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. IN: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 e BERSTEIN, Serge. *Culturas Políticas e Historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

<sup>2</sup>TÁVORA, João Franklin da Silveira, *A extinção da escravidão no país. O jubileu do Instituto Histórico*. Revista do IHGB Tomo LI 1º folheto de 1888.

Tristão de Alencar Araripe – *Três Cidadãos Beneméritos da República* – publicado na primeira parte do Tomo LX, da Revista do IHGB do ano de 1897<sup>3</sup>. Nesse trecho Araripe afirma. “O povo brasileiro começa a tributar o devido preito à memória de três dos mais eminentes varões, que contribuíram de modo eficaz e decisivo para o estabelecimento das instituições republicanas no Brasil” (ARARIPE, 1897: 49). Tratava-se de congratular Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant e Floriano Peixoto pela importância na instauração e consolidação da república no Brasil. Contudo, esta não era uma mera homenagem aos “heróis” da História republicana, mas sim, uma aspiração do povo e por isso deveria ser realizada. A vontade da população passava a ser uma das forças que moviam o fazer historiográfico, e assim, o “povo brasileiro” ia se tornando, ao poucos, autor de sua própria História.

Se a História tinha como objetivo incitar o sentimento de amor à pátria, ao mesmo tempo em que influenciava o processo de instrumentalização do presente e servia como uma mestra do futuro, para aqueles responsáveis por escrever a História do Brasil, a Abolição e a República passavam a ser parte de um projeto de civilização e progresso natural, e infalível, que permitia a compreensão da nação. A partir da exposição de Franklin da Távora, podemos perceber algumas questões referentes ao modo como a parcela letrada do Brasil recebeu a instauração da lei que extinguiu a escravidão no país. Inserindo seu discurso no contexto temporal e espacial em que este foi produzido, é perceptível uma grande preocupação em construir um novo sentido para a realidade histórica da nação que acabava de conhecer mudanças, com o fim do regime escravocrata. Com isto, é possível apreender, dentro de sua exposição, o surgimento de rupturas com as representações do passado histórico brasileiro, denotando um desejo de incluir a escravidão no quadro de realidades obliteradas, já gastas pela ação do tempo e que em nada poderiam ser comparáveis à nova imagem do país.

---

<sup>3</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Três cidadãos beneméritos da República*. Revista do IHGB, Tomo LX Parte I (1º e 2º semestres) – 1897.

Vencido hoje está o tremendo empecilho e como que atirada aos fundos abismos do esquecimento essa imensa rocha, que obstruía o caminho, pelo qual deve a Pátria chegar aos mais altos destinos evolução (TÁVORA, 1888: 19).

Tal trecho mostra a tentativa de transformar a abolição da escravidão, um ato recente, em um tema “morto”. Como afirmou Lília Schwarcz às temporalidades se confundiam “o que era ontem virava mito e o tempo breve parecia distante, como lembrança de relíquia velha” (SCHWARCZ, 2007: 52).

Coerentemente, o novo “contrato” entre historiador e povo, trouxe a tona questões acerca da formação étnica brasileira, embasadas em teorias raciais. Com a instituição escravista extinta, o que fazer com as novas classificações sociais, que inseriram “não-cidadãos” até então qualificados como *escravos*, *ingênuos*, *libertos*, *tutelados*, *desordeiros e vadios* nesse novo universo<sup>4</sup>? Ao tentar dar conta da definição de quem ou do que seria esse novo brasileiro “verdadeiramente livre”, tanto aos olhos de seus pares como em relação aos estrangeiros, Tristão de Alencar Araripe tenta definir o lugar desse povo no regime republicano. Em seu artigo *Movimento colonial da América*<sup>5</sup> – Tomo LVI Parte II (3º e 4º semestres) – 1893, propõe uma teoria acerca da misturas de raças nas Américas, buscando uma valorização do elemento nacional e do continente americano, destacando a miscigenação como um fator positivo para a formação dos povos colonizados, dando-os um caráter singular.

(...) As raças humanas transformam-se, tendendo nessa transformação para um tipo mais aperfeiçoado. As cores e os caracteres se fundirão, e um ente mais poderoso nas faculdades intelectuais e mais robusto no vigor físico surgirá no decurso dos séculos como produto de uma evolução tardia, mas infalível (ARARIPE, 1893: 95).

---

<sup>4</sup> Sobre a conquista da cidadania de negros livres ou libertos cf. GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2007.

<sup>5</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Movimento colonial da América*. Revista do IHGB Tomo LVI Parte II (3º e 4º semestres) – 1893

Tal movimento de miscigenação, segundo o autor, é contínuo, sempre perpetuando a existência da humanidade. As raças, por sua vez, transformam-se buscando se aprimorar até a total perfeição. Não existe um tronco comum que tenha dado origem ao homem, este, segundo Araripe, começou por tipos variados para então se converter em um exemplar homogêneo. De acordo com Araripe, após o descobrimento da América tal fusão de raças aprimorou-se e acelerou-se. No solo americano a raça branca se misturou com a vermelha e a negra gerando novos tipos. Contudo, para Araripe, o ápice da evolução não era a raça caucasiana, ela apenas se encontrava à frente das outras. Uma nova raça que surgiria da fusão das outras é que seria o auge do aprimoramento da humanidade.

A primazia atual do homem caucasiano desaparecerá nesses dias de remotíssimo porvir, e nessa ingente transformação ele cederá paulatinamente o lugar preeminente ao seu sucedâneo de maior perfeição física e de maior valor intelectual, ressurgindo assim em toda a grandeza e igualdade física e moral o *homo genitus a Deo* (ARARIPE, 1893: 99).

Em consequência disso, é possível perceber uma valorização, sobretudo, do Brasil, que por conta dessas teorias foi alçado a um padrão evolutivo mais alto, em que seria a “nação exemplo” para o mundo. Araripe atesta que as Américas de um modo geral, e, especialmente o Brasil, por conta dos fatores biológicos, provenientes da colonização, e dos fatores sócio-políticos de sua organização, eram naquele momento exemplos evolutivos a serem seguidos pelo resto do mundo:

No Brasil foi o país da América, onde chegou a fundar-se uma monarquia; e a razão foi que nele existia a escravidão da raça africana, e como esse estado violento significava um privilégio em favor dos escravizadores, a monarquia achou apoio, que aliás desapareceu apenas a filantropia dos Brasileiros proclamou a lei da libertação geral, a que logo seguiu-se a proclamação da república; podendo dizer-se com verdade, que o Brasil é hoje nos princípios e na prática da igualdade social o primeiro país do mundo. Nele, não dominam nem privilégios políticos nem privilégio de raça (ARARIPE, 1893: 114).

O curioso é perceber que Araripe afirma que no Brasil não existiam mais privilégios de raça, o que não significa, em absoluto, que este não acreditasse na superioridade da raça branca, pois na realidade todo esse processo descrito por Araripe, de “melhoramento racial”, está amparado em uma idéia filantrópica da colonização européia nas Américas. Tanto é assim que este afirma:

A raça caucasiana a mais inteligente, e por isso dominadora, já inceta o grande fato; e assim vemos, que as nações européias buscam diversos rumos na enviatura da sua população excedente para outras regiões (ARARIPE, 1893: 96).

Podemos perceber na argumentação de Tristão de Alencar Araripe uma das construções míticas mais importantes do nosso imaginário político e social: o mito das três raças que por consequência sustenta a idéia da democracia racial brasileira. As construções míticas surgem para interpretar determinados acontecimentos sociais. Não são, nem ficção e nem realidade. No caso, o proposto por Araripe foi uma tentativa de vencer o obstáculo de delimitar um “povo brasileiro” que pudesse ser compreendido, tanto no próprio país quanto no exterior, afirmando suas potencialidades. O que se pode apreender, no entanto, é que discussões sobre miscigenação que visavam demarcar o lugar do Brasil no mundo já vinham ocorrendo décadas antes da obra clássica de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. Mas esta é outra discussão.

Em vias de conclusão, podemos afirmar que estes indivíduos, que estavam publicando na Revista do IHGB, tinham diversas visões a respeito do movimento abolicionista e republicano e de seus efeitos para o Brasil. No entanto, o que se percebe é que esses intelectuais não estavam apenas narrando os fatos da luta contra a escravidão ou sobre a instalação de um novo regime político. Antes, estavam interpretando o Brasil e interpretando a si mesmos, a partir de novos espaços de experiências que traziam a tona diferentes perspectivas de futuro para o país, em um contexto onde a formação identitária do indivíduo e da nação se conectava.

## **Bibliografia**

### **Fontes primárias**

Revista IHGB

Tomo LI - 1º folheto de 1888

Tomo LVI Parte II

### **Fontes publicadas**

FLEIUSS, Max, *O Instituto Histórico através de sua revista*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.

IHGB, *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Vol. 4, Rio de Janeiro: 1993

### **Bibliografia geral**

BADINTER, E. *As paixões intelectuais: desejo e glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro, RJ. Civilização brasileira. V.1, 2007.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. IN: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. *Culturas Políticas e Historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CASTRO, Ângela. GOMES, Ângela Maria de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Editora Argvmentvm, Belo Horizonte, 2009.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania*. Ijuí: Unijuí. 1999.

DARNTON, R. *O iluminismo como negócio: história da publicação da 'Enciclopédia' 1775-1800*. Companhia das Letras.

FLAIRCLOUGH, Normam. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FLEIUSS, Max, *O Instituto Histórico através de sua revista*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.

GOMES, Ângela. *Cidadania e direitos do trabalho*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.



- GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e culturas políticas no Brasil: algumas reflexões*. In SOIHET, Rachel, BICALHO, M.F.B. & GOUVÊA, M. F. S. (orgs.). *Culturas Políticas – ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad/ FAPERJ, 2005. P.21-44.
- GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2007.
- GUIMARÃES, Lucia Paschoal. *Da escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Museu da República, Rio de Janeiro, 2006.
- GUIMARÃES, Lucia Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, n. 388, pp. 437-506, 1995.
- LEONZO, Nanci. *Um reduto intelectual na sua intimidade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Relações humanas. São Bernardo do Campo (SP), p.41-51,1987.
- MARSHALL, T. H.. *Cidadania, classe social e Status*. ZAHAR EDITORES, Rio de Janeiro, 1967.
- MATTOS, Hebe. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*, Rio de Janeiro, 2004
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Cultura política e lugares de memória*. P. 447. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MORAES, Figueiredo Renata. *Memórias e Histórias da Abolição: uma leitura das obras didáticas de Osório Duque-Estrada e João Ribeiro*.
- PACHECO, R. A. P. *O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1989, P.3-15.
- SCHWARCZ, Lília. *Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira*. In GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-*

*cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2007.

SCHWARCZ, Lilia, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. Companhia das letras, 1993.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

TURIN, Rodrigo. *Uma nobre difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista em História da historiografia*, n. 2, 2009

WEHLING, Arno. *As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Revista do IHGB, Brasília-Rio de Janeiro, 338:7-6, 1983.

WEHLING, Arno. *Historiografia e epistemologia histórica*. In MALEFBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009. P. 175-189.

---

## A OBJETIVIDADE E A IMAGINAÇÃO HISTÓRICA NA ESCRITA DE ALEXANDRE HERCULANO

MICHELLE FERNANDA TASCA\*

Alexandre Herculano foi um autor de múltiplas atuações. Ao mesmo tempo em que se destacam suas grandes obras sobre a história portuguesa, surgem ao lado delas seus romances históricos. Embora cada estilo de escrita deva ser observado a partir de suas devidas peculiaridades, muitos elementos aparecem de forma semelhante: desde as fontes documentais dos primeiros anos de formação do reino português, até os personagens centrais e os objetivos intrínsecos em cada trabalho. Ou seja, o estudo da história portuguesa tanto quanto a história apresentada de forma romanceada implicavam no fortalecimento da ligação do povo português com seu passado nacional.

A partir dessa perspectiva, observamos Herculano a partir de sua dupla atuação: como romancista, utilizava meios e recursos do domínio da história para compor sua literatura; como historiador, não se abstinha por completo de elementos ligados à imaginação histórica e romantização para complementar as informações documentais na composição de sua narrativa. Portanto, ao invés de serem excludentes, o Herculano historiador e o literato se complementam e formam um todo coerente.

Essas duas instancias foram utilizadas por Herculano em seus escritos sobretudo no que se refere aos documentos de que lança mão ao elaborar suas obras sobre a história de Portugal, que foram também a base para a escrita de seus romances históricos e demais narrativas do gênero, ou seja, o autor abordou o mesmo evento em diversos textos que seguiam propósitos distintos. O processo de independência do reino português efetivado por Afonso Henriques, ao tomar o poder das mãos de sua mãe D. Teresa, que ao governar ao lado de seu cônjuge Fernando Peres de Trava causava grande desgosto a seus súditos, assim como as batalhas travadas contra D. Urraca, rainha de Leão e Castela e herdeira de Afonso VI, por questões territoriais, são passagens da história portuguesa que constam tanto na *História de Portugal* e nas “Cartas sobre a História de Portugal” quanto nas narrativas literárias como “O Bobo” e “O Bispo Negro”.

---

\* Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa financiada pela CAPES.

Nas “Cartas sobre a História de Portugal”, Herculano aborda os acontecimentos que levaram à origem e independência de Portugal e sua separação do reino leonês a partir de uma perspectiva crítica, questionando, por um lado, a validade das fontes em que os historiadores seus coetâneos teriam baseado a versão comumente aceita da transmissão da terra através do casamento do príncipe Henrique de Borgonha com D. Teresa, filha de Afonso VI, que recebera como dote a terra de Portugal, e de outro, colocando em cheque o próprio costume de conceder a terra em dote para a filha que se casava.

*Se Portugal foi dado em dote a D. Theresa com direito hereditario, segundo affirma a chronica latina do imperador Affonso Raimundez, provindo d'essa circumstancia o governo de Henrique, como se ha-de suppor que D. Urraca, filha mais velha e incontestavelmente legitima, não recebesse em dote tambem, jure haereditario, as terras que seu marido governou? E se assim foi, como e porque se destruiu em parte este direito, dando em dote de outra filha uma porção do que já era dote de D. Urraca, e isto sem que Raimundo se queixasse, antes fazendo pactos de concordia e mútua alliança, como o que fez com o conde Henrique? (HERCULANO, s.d.: 53).*

Preocupado em atingir a versão mais exata possível dos acontecimentos, Herculano discute não apenas a visão corrente dos historiadores coetâneos, mas também a validade das fontes que embasavam tais discursos.

*Ajunte-se a isso que d'esta historia apenas restavam copias incorrectas e incompletas quando, depois de Berganza, a publicou Flores, e que ella passou pelas mãos do celebre falsario, consocio de Fr. Bernardo de Brito, o padre Higuera[17]. Será portanto bastante por si só para dissolver as dúvidas apontadas? Aconselha-lo-ha a boa critica? Parece-me que não (HERCULANO, s.d.: 57).*

Da mesma forma, o primeiro livro da *História de Portugal* é inteiramente dedicado ao mesmo processo de criação do reino de Portugal, partindo do estabelecimento do condado portugalense por Afonso VI e a transferência do governo ao seu genro Henrique, esposo de D. Urraca e culminando no domínio estabelecido por Afonso Henriques. Todo esse primeiro tomo da grande obra histórica de Herculano dá o tom inicial em “O Bispo Negro” e é resumido nas primeiras páginas de “O Bobo”. A narração desta última obra inicia já com a

contextualização do ambiente histórico em que toda a ação do romance irá se desenvolver, ou seja, a morte de Afonso VI, rei de Leão e Castela e a necessidade de encontrar um marido para sua filha mais velha, D. Urraca, que fosse digno de substituí-lo a frente do reino:

*A morte de Affonso 6º de Leao e Castella produziu nos estados christãos da Hespanha acontecimentos ainda mais graves do que os previstos por elle, no momento em que ia trocar a cota e a cervilheira de guerra pela mortalha pacifica do sepulchro, que o recebeu no mosteiro de S. Facundo ou Sahagun. O gênio inquieto dos barões leonezes, gallegos e castelhanos, facilmente achou pretextos, para dar largas ás suas ambições e vinganças, na violenta situação política em que o príncipe moribundo collocara o paiz. Costumado a considerar o valor brilhante, a audácia desmesurad, o phrenesi das batalhas e conquistas, como o primeiro dote de qualquer monarcha, e achando-se orphão do único filho que o céu lhe concedêra – o infante D. Sancho morto em annos viçosos no ineliz conflicto d’Ucles – Affonso alongava os olhos pelas províncias do império, buscando um homem cujo braço fosse assaz firme para fazer reluzir o seu montante ao sol dos combates, e cuja frente fosse assaz robusta para não vergar sob o peso do seu diadema de ferro. Era mister escolher um marido para D. Urraca sua filha mais velha, viúva do conde de Galliza Raymundo; porque a ella pertencia o throno por um costume introduzido a despeito das leis gothicas, que davam aos grandes e homens livres o direito d’eleger os reis. Ente os ricos-homens mais illustres dos seus vastos estados nenhum achou o velho digno de tão altos destinos. Affonso rei d’Aragão tinha, porem, todos os predicados que o altivo monarcha entendia serem necessários ao primeiro dos defensores da cruz, e foi a este que no seu leito de agonia desejou que D. Urraca desse a mão d’esposa, apenas succedesse no throno. Assim esperava por um lado que a severidade e energia do novo príncipe contivesse as perturbações intestinas, e que o seu esforço não deixasse folgar os árabes com a noticia da morte daquelle que por tantos annos lhes fora flagello e destruição. Os acontecimentos posteriores provaram, todavia, que Affonso 6º inteiramente se enganara (HERCULANO, 1843: 10).*

(...)

*Mas a sua viúva, a bastarda de Afonso 6º, era digna do ambicioso e ousado borgonhez. A leoa defendeu o antro, onde já não se ouvia o rugido de seu fero senhor,*

*com a mesma energia e esforço, de que elle lhe dera tão repetidos exemplos. Durante quinze annos luctou por conservar intacta a independência da terra que lhe chamava rainha, e quando o seu filho lhe tirou das mãos a herança paterna, só havia um anno que a activa dona dobrara, até certo ponto, a cerviz á fortuna do jovem herói Affonso Raimundez. Mas esta pedra preciosa, arrancada à força da coroa leoneza, nunca mais devia tornar a engastar-se nella (HERCULANO, 1843: 11).*

Essas passagens não seriam mais do que a preparação para os acontecimentos que levariam à separação de Portugal, já que D. Teresa, ao se relacionar com Fernando Peres, conde de Trava, dispõe-se pela vontade do marido a se submeter ao jugo de Leão e Castela e abrir mão da independência de seu território pela qual tanto lutava anteriormente, o que provoca o descontentamento dos barões que irão se unir a seu filho Afonso Henriques na luta pela independência do que virá a ser o reino português.

A trama do romance, portanto, se desenvolve nesse breve limiar da história portuguesa entre o governo de D. Teresa ao lado do conde de Trava, entrando em conflito com Afonso Henriques, a preparação da resistência ao poder de Leão e Castela, e a vitória do Infante sobre sua mãe na batalha de S. Mamede, marco da instauração do reino português como território independente. Ou seja, é o mesmo evento discutido nas “Cartas sobre a História de Portugal” e na *História de Portugal*, mas sem a preocupação de se determinar a validade ou não da transmissão de terras e direitos de hereditariedade e a veracidade das fontes documentais.

No romance, portanto, Herculano atua de maneira mais sutil, narrando no corpo do texto todo o episódio histórico que deseja ter como base, mas não gasta linhas a fio discutindo versões de historiadores e as fontes utilizadas, a exemplo de como procede, por exemplo, nas “Cartas sobre a História de Portugal”, ao problematizar o direito de herança e as versões históricas mais aceitas pelos historiadores em geral. Sua preocupação com as fontes e esclarecimentos sobre certos termos utilizados, que porventura remetam a um tempo demasiadamente remoto e outras questões do gênero, aparecem nas notas de pé de página, e refletem as preocupações eruditas do autor. Mas como ele mesmo assevera, a ausência de referências deve-se a uma opção estilística, já que se trata de um romance e não de um trabalho teórico, o que nem por isso torna sua obra totalmente desprovida de uma perspectiva histórica:

*Fique dito por uma vez que todos os nomes que empregamos, cenas que descrevemos, costumes que pintamos, são rigorosamente históricos. Fácil nos fora sumir este romance em um pélogo de citações; mas falece-nos a fúria da erudição. E não seria ella ridícula no humilde historiador d'um humilíssimo truão?* (HERCULANO, 1843: 37).

A utilização de temática histórica e o embasamento da narrativa em documentação primária, aliados aos comentários críticos e à interlocução com historiadores reconhecidos são recursos empregados por Herculano para sustentar o elemento de realidade dentro do texto literário. Se a mesma documentação era, portanto, utilizada para construir obras de caráter distinto, o que as diferenciava? Ou seja, o que tornava esses textos literários tão peculiares para não serem nem trabalhos teóricos sobre a história de Portugal ou Brasil, e nem romances ou novelas tradicionais? E no que esse processo implicava?

Para Stephen Bann, em uma análise sobre as obras de Barante e Michelet, o autor considera que eles estavam dispostos a aceitar que o historiador deveria apelar para a imaginação do leitor, mas não abandonaram a visão de que sua prática seria, de modo essencial, distintiva e inimitável. Isso não significa necessariamente dissolver a especificidade da operação histórica, mas implica inevitavelmente em suspender a operação universal da dicotomia ente verdade e ficção. Essa dicotomia, de qualquer maneira, seria o instrumento mais cego para analisar a proliferação de novas formas em que o entendimento histórico procurou se expressar no período romântico (BANN, 1997: 25).

Esse processo permitiria, então, a concepção de duas definições distintas de história. A primeira ligada ao desenvolvimento da história como profissionalizada e científica, que se coloca além da atividade de amadores e rejeita a abordagem da história como objeto desinteressado. A segunda viria da inundação de formas de expressão literárias, visuais e espetaculares com uma tonalidade histórica, que torna-se em si mesma um fenômeno de grande importância, sem necessariamente entrar em conflito com a visão anterior (BANN, 1997: 25-26).

Como ressaltado por Luiz Costa Lima, ao lado do projeto da história científica baseada na razão e legada pelo Iluminismo, a história mantinha seu lugar entre as belas letras:

*Assim a História não nos oferece mais do que probabilidades porque não poderia deixar de visualizar o palco, conquanto incessantemente mudado, do eterno combate que a razão entretém com as paixões e os preconceitos. Sempre assediada, nem sempre vitoriosa, a razão sente-se pouco a vontade na História (LIMA, 1984: 116).*

Ou seja, paralelo ao conceito moderno de História que se firmava estava presente a querela entre a razão e a imaginação na formação interna do discurso. Mesmo com a cientificação da História, o elemento poético se mantém como um “indesejável clandestino”, constituído a partir do mesmo culto das fontes (LIMA, 1984: 117-122).

*Em suma, portanto, quer a animosidade nutrida contra a res fictae, quer a importância concedida pelo historicismo estético à poesia levam a um mesmo resultado: a historiografia se encara a si própria como ciência, surgindo sob sua auto-imagem, a face escarvinha, debochada, inescrupulosa da arte. Aí, submersa, recalcada, ela como que se vingava, fazendo-se perversa. Onde a indesejada seja reconhecida, será o desprezo de seu praticante (LIMA, 1984: 123).*

Como é possível perceber, a escrita da história oitocentista não se desenvolvia de forma única e estruturada exclusivamente sobre as bases científicas. Por mais que esses ideais fossem intensamente almejados, existiram historiadores que no mesmo período se utilizaram e defenderam conscientemente os recursos da imaginação e literatura aplicados aos estudos históricos. O que nos leva a uma proposição mais ousada, sugerindo que talvez esses mesmos recursos pudessem transparecer nas obras de autores que pregavam os ideais de objetividade e imparcialidade, o que intensifica a idéia da história oitocentista como uma matéria fluida, ainda em constituição.

Herculano está inserido dentro de um universo teórico múltiplo que se constituía. Dessa forma, nos documentos analisados vemos como a idéia de uma história científica e a busca por um “conhecimento verdadeiro” foram esboçadas ao lado do interesse pelas origens e nacionalidades de seus países, que caminhava lado a lado também com o desenvolvimento do romance histórico português e de uma forma de tratar a história que se distanciava de certa forma, do rigor acadêmico para atingir maior uma parcela da população não ligada à esses estudos específicos.



A partir do que foi levantado, cabe-nos fazer a seguinte pergunta: para além de seus posicionamentos diretos quanto à forma de se conceber a história, os preceitos de imparcialidade e objetividade eram postos em prática em suas narrativas? E de que forma eram operados? Além disso, a preocupação com uma escrita nacional, também presente em suas obras, influiria ou mesmo invalidaria a objetividade? E, indo mais além, poderíamos encerrar os autores dentro dessa perspectiva científica e historicista que parecem apregoar com tanta clareza?

A esta última questão, propomos uma resposta negativa, pois é possível conjecturar que esses pressupostos professados não se mostrassem de maneira hegemônica e determinante no momento em que Herculano construía suas narrativas, mas que caminhassem de forma fluida e ainda em definição. Uma hipótese que se apresenta válida é investigar se apesar de toda a busca por uma história verdadeira e objetiva, os autores realmente conseguiam abster-se de artifícios literários e recursos imaginativos para compor a narrativa histórica. Essa observação justifica a importância em estudar suas narrativas que seguem de perto a estética do romance histórico, como elemento importante para compreender como o pensamento histórico se desenvolvia nas suas diversas possibilidades.

Se a história, portanto, estava sujeita aos procedimentos citados, podemos cogitar também o processo inverso, ou seja, a utilização de recursos historiográficos nos escritos literários para construir e embasar as narrativas. Tanto os escritos históricos quanto os literários não tinham ainda suas fronteiras definidas conforme se concebe atualmente, mas é importante salientar a atuação consciente de Herculano ao escrever os dois tipos de trabalho, ou seja, não existe uma indefinição por parte do autor quando escreve seus romances ou quando escreve suas histórias, visto que o autor possuía domínio pleno dos dois gêneros de escrita. No entanto, o que pretendemos apontar foi como elementos semelhantes puderam ser encontrados nas duas formas de se tratar um mesmo objeto: a histórica e a literária.

## **Bibliografia**

- BANN, Stephen. *Romanticism and Rise of History*, New York: Twayne Publishers, 1997.
- HERCULANO, Alexandre. “Cartas sobre a História de Portugal”. In: *Opúsculos*. 5ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.. Tomo V.

HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*. 8ª ed. Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d.. Tomo I.

HERCULANO, Alexandre. “O Bispo Negro (1130)”. In: *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p 57-76.

HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 55, p. 10-12, 14 de janeiro de 1843.

HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 58, p. 37-40, 4 de fevereiro de 1843.

LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação no Ocidente*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

---

## O BRASIL SOB O OLHAR ESTRANGEIRO: UM ESTUDO DA OBRA DOIS ANOS NO BRASIL DE AUGUSTE FRANÇOIS BIARD

Marcela Sarnaglia\*

### Introdução: viajantes estrangeiros no Brasil

Desde o século XVI, foi longa a lista de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, e que, deixaram relatos sobre a passagem pelas terras brasileiras que foram úteis para a elaboração de uma idéia de Brasil (HOLANDA, 1985: 40). As narrativas de viagem e os seus objetivos, contudo, não permaneceram iguais no decorrer dos três séculos que separam o *descobrimento* da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Inicialmente, as abordagens dos viajantes apresentavam tanto a imagem de uma terra e de uma civilização *nova* para o conhecimento da época, bem como *impensada* (SEIXO, 1996: 123). O viajante do século XVI buscava por meio de seu olhar, tudo o que fosse estranho e totalmente novo. E, o estranhamento causado pelo encontro da Europa com o Novo Mundo produzia reações ambíguas tanto de afastamento e quanto de deslumbramento, assim;

“[...] o discurso dos viajantes é um esforço de dar realidade e inteligibilidade ao que se vê através de uma espessa camada de representações, em que versões são superpostas a fatos, evidenciando como as culturas estabelecem identidades e alteridades, aproximações e afastamento, hierarquias e desordens” (SILVA, 2003: 54).

Durante os séculos que antecederam a vinda de Dom João VI para o Brasil, e apesar da proibição real da entrada de estrangeiros no Brasil<sup>1</sup>, muitos religiosos, militares, corsários, e mesmo curiosos chegaram à colônia portuguesa. Os relatos produzidos por estrangeiros, nesse período, na maioria das vezes eram descrições breves e que não retratavam muita coisa do lugar visitado. Essas narrativas, de modo geral, restringiam-se a falar sobre o território litorâneo, as condições dos portos e da marinha<sup>2</sup>, e aliavam fantasia com realidade, buscando encontrar na América o paraíso o perdido.

A partir do século XVIII, com o objetivo de conhecer a natureza e os povos do mundo, os cientistas e estudiosos do Velho Mundo, empreenderam incursões por mares e terras

---

\* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)/ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/ Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

<sup>1</sup> Em relação à entrada de estrangeiros em território brasileiro, a situação de isolamento se agravou a partir de 1591. Nesta data foi estabelecida a proibição de entrada de estrangeiros no Brasil. Em 1605, foi proibida, definitivamente a presença de estrangeiros na colônia portuguesa na América.

<sup>2</sup> Aqueles viajantes que porventura quisessem aportar no Brasil “deveriam solicitar autorização aos governadores ou vice-reis que permitiam a paragem somente quando havia emergências, como a falta de mantimentos e água limpa, doentes à bordo ou conserto de navios”( FRANÇA; RAMINELLI, 2009: 12).

realizando a coleta de espécimes, bem como sua descrição, classificação e análise. Para o êxito da pesquisa, os viajantes do setecentos deveriam dominar os diferentes ramos da ciência da época tendo todo cuidado na manipulação de plantas e animais, para que os objetos coletados durante a viagem chegassem intactos a Europa (RAMINELLI, 2008: 97). Ao chegar ao Velho Mundo, todo o material coletado durante a viagem era separado, comparado a exemplares já conhecidos e catalogados<sup>3</sup>.

Grandes conhecedores da fauna e da flora, os cientistas naturalistas eram responsáveis por auxiliar governos na montagem de catálogos, coleções e museus. Para tanto, deveriam possuir não apenas conhecimentos técnicos e científicos, mas também, ter noções artísticas, já que era por meio do desenho, buscava-se registrar tudo o que fosse importante para os estudos posteriores, as formas anatômicas, a textura, as cores, e principalmente, animais de grande porte, árvores, rochas, paisagens, entre outros;

No fim do século XVIII e início do século XIX registrar aquilo que se via em lugares tão distantes não era simples e muito menos imparcial. Neste período, a ciência e a arte ainda se encontravam fortemente ligadas e, os viajantes, tinham que saber lidar com várias questões que ultrapassavam a sua formação anterior. Diversos eram os obstáculos impostos aos viajantes, como formas inéditas, o colorido e a atmosfera do Novo Mundo. Também havia a dificuldade em selecionar aquilo que deveria ou não compor as imagens e onde, como e com que recurso reproduzi-las após o retorno a Europa.

Com o desembarque de Dom João VI e a posterior abertura dos portos, o Brasil saiu, então, de seu estado de isolamento perante a Europa não-ibérica. O território brasileiro passou a receber um número significativo de estrangeiros. O próprio príncipe regente incentivava a vinda de expedições científicas, artísticas e comerciais para as terras brasileiras, no intuito de estudar e divulgar dados científicos sobre a nova sede do império. Buscou-se assim, incentivar o estudo da fauna e da flora. A partir de então, teve início um novo ciclo de viagens e expedições que tinham como destino o Brasil. Estrangeiros e nacionais passaram a ter permissão de explorar, conhecer e divulgar o território brasileiro. Logo,

“depois desse impulso inicial, de paisagistas a botânicos, de negociantes a aventureiros, inúmeros foram aqueles que quiseram *ver com os próprios olhos* os exotismos, as belezas e as riquezas do território que durante séculos o português

---

<sup>3</sup> Para a realização do trabalho desses viajantes foi imprescindível os estudos realizado por Lineu em seu *Systema Naturae* publicado em 1735. O livro de Lineu estabelecia um sistema classificatório que tinha como objetivo categorizar todas as formas vegetais do planeta, conhecidas ou pelos europeus (PRATT, 1999: 41-42).

*protegera dos curiosos.* Desse heterogêneo grupo de visitantes, não foram poucos os que, com mais ou menos detalhes, com mais ou menos simpatia, relataram as suas *pitorescas* experiências no Novo Mundo” (FRANÇA, 2008: 9).

As visões do Brasil, no século XIX, estavam intimamente relacionadas com o desenvolvimento técnico e científico ocorrido durante o século anterior no Velho Mundo. Tudo influenciou na imagem européia do Brasil e da América: interesses econômicos e filosóficos, a busca pelo exótico, os estudos científicos, a insatisfação e a procura por algo melhor. Assim, o Brasil do oitocentos era visto;

“ora como algo de vago e confuso, ora como a Terra da Promissão, ora como a sucursal do Inferno, como um Paraíso da natureza, como um excelente lugar para investimentos comerciais, como o centro das esperanças européias ou como uma terra de vagabundos e bandidos – quando não como simples objeto de curiosidade – era que o Brasil tomava seu lugar entre as nações independentes. Um traço, porém, ligava todas estas imagens: a certeza de enormes possibilidades materiais do país, projetando-o como uma importante nação do futuro” (HOLANDA, 1985: 63).

Todos os viajantes que percorrem o território brasileiro, naturalistas ou não, contribuíram, por meio de suas narrativas para o conhecimento e estudos do Brasil do século XIX. Ao serem divulgadas no Velho Mundo, as narrativas sobre as terras brasileiras, produzidas pelos viajantes, serviam para satisfazer a curiosidade de leitores ávidos por notícias de uma terra que por muito tempo permaneceu desconhecida e protegida pela Coroa portuguesa. A partir das imagens propagadas na Europa sobre o Velho Mundo, os europeus elaboraram sua identidade contrapondo-a ao que se tornou o *resto do mundo*.

O viajante do século XIX era um indivíduo que pertencia a uma cultura diferente daquela observada na América. O *olhar imperial* do viajante estrangeiro era aquele que, ao mesmo tempo em que descrevia e mapeava o território visitado também o vigiava exercendo um domínio simbólico. A natureza não deveria ser compreendida apenas em sua relação harmoniosa com o ser humano, ela também tinha que ser subjugada, conquistada, dominada e explorada. Assim,

“durante todo o século XIX, a necessidade de conhecer novos horizontes, novos continentes, é geral nos meios científicos e artísticos. O desejo de viajar é encorajado não só pela política de expansão dos governos europeus, como também pela sede de conhecimento científico. O novo viajante quer ir cada vez mais longe, e seu desejo é

estimulado e apoiado pela revolução industrial e, em especial, pelos novos meios de transportes” (ESTEVEZ; ZANOTO, 2010: 127).

Ao chegar ao local de destino, os naturalistas se deparavam com um mundo totalmente estranho e de clima hostil. No Velho Mundo, todo o material coletado durante a expedição era destinado a coleções particulares, museus ou jardins botânicos. Ou seja, todo o material recolhido durante a viagem, pelos naturalistas, era objeto tanto de exposição – pública ou privada –, como de pesquisa científica.

Ao analisar a literatura acerca de viajantes estrangeiros, pôde-se perceber que foi com a chegada da família real portuguesa e as reformas econômicas e administrativas empreendidas por dom João VI, que um maior número de viajantes passou a percorrer e estudar o território brasileiro. Que mesmo havendo diferenças, sociais, religiosas, econômicas e de nacionalidade, entre esses viajantes, os textos produzidos por eles possuíam um traço comum, eram textos que apresentavam uma imagem do Brasil. Os estrangeiros que aqui estiveram, em maior ou menor grau, estudaram a fauna e a flora, observaram a vida social, as relações de produção e trabalho, a economia, a escravidão e os indígenas (LISBOA, 1997: 33). Existia uma troca de informações entre os próprios estrangeiros e também entre os estrangeiros e a população local. Assim, era comum a perpetuação, consciente ou não, de determinadas informações e visões entre os autores do século XIX. Por fim, havia a dificuldade, por parte dos viajantes estrangeiros, de descrever uma paisagem inédita em suas cores, texturas e cheiros. Dessa forma, tudo influenciava o viajante na tecitura de seu relato, sendo tênue a distância entre verdade, mentira, ficção e omissão.

### **Auguste-François Biard: um pintor francês em terras brasileiras**

Ao longo do século XIX o Brasil recebeu a visita de inúmeros viajantes estrangeiros, e foi em meados desse século que um pintor francês fez uma viagem pelo interior das terras brasileiras com o objetivo de conseguir modelos indígenas para suas pinturas. Auguste-François Biard foi um pintor, desenhista e cartunista que nasceu na cidade francesa de Lyon em 8 de outubro de 1798 e morreu nas proximidades de Fontainebleau em 30 de junho de 1882. Destinado a vida eclesiástica pelos pais, Biard se recusaria a seguir a vida eclesiástica e estudaria pintura na Escola de Belas Artes de Lyon. Espírito irrequieto e aventureiro, Biard visitaria a Itália e as ilhas gregas objetivando aperfeiçoar seu aprendizado. Entre os anos de 1827 e 1828 esteve na

marinha francesa, onde ministrou aulas de desenhos a bordo do navio *La Bayadère*. Esteve, ainda no Chipre, em Malta, na Síria no Egito. O pintor também viajou pela Europa, passando pela Espanha e pela Suíça. Em 1835, Biard montou seu atelier em Paris e começou a participar do *Salão de Paris*, onde recebeu prêmios por suas pinturas.

Auguste-François parece ter caído nas graças do monarca francês Louis Philippe que o contratou para fazer algumas pinturas para o Palácio de Versailles. Estas pinturas, de cunho histórico, tinham o monarca como personagem principal e exaltavam o imperador francês. Em 1839, Biard, participou, em companhia de sua futura esposa a escritora Léonie d'Aunet<sup>4</sup>, da expedição liderada por Paul Gaimard. Eles partiram a bordo do navio *La Recherche* em uma expedição oficial francesa para o Ártico. O principal objetivo da expedição era viajar pelos lugares que haviam sido visitados por Louis Philippe na sua juventude, antes de assumir o trono francês (ERMARKOFF, 2011: 362). Após o término da expedição ao Ártico, Biard casou-se com Léonie d'Aunet, esta era conhecida por sua beleza<sup>5</sup>. No ano de 1843, a *Belle Biard* conheceu o escritor Victor Hugo e dois começaram um romance. Em busca de maior privacidade para o casal, Hugo alugou um quarto numa “casa no Passage Saint-Roch que possuía uma segunda porta, permitindo saídas furtivas pela movimentada Rue Saint-Honoré” (ERMARKOFF, 2011: 362). Ao que parece, Biard tolerou por algum tempo a relação de sua esposa com o escritor francês. Contudo, após Léonie entrar com um pedido de divórcio alegando maus-tratos, Biard contratou um detive particular para seguir a esposa. Assim, na noite do dia 4 de julho de 1845, quando Léonie e Hugo se encontravam, foram surpreendidos por dois oficiais de polícia que atendiam as queixas do marido traído. Os amantes foram, então, levados para a delegacia de polícia, onde foi lavrado o flagrante de adultério. Diante da situação, o pintor recusou-se a retirar a queixa, e Léonie acabou sendo mandada para uma prisão em Saint-Lazare local para onde eram levadas prostitutas e adúlteras<sup>6</sup>. Já Victor Hugo por ter imunidade, uma vez que era senador e *Pair de France*, não pode ser detido (ERMARKOFF, 2011: 362). Alguns meses depois Biard divorciou-se da esposa. Assim, no fim dos anos de 1840, a carreira do pintor entrou em decadência, primeiro por causa do escândalo e do fim de seu casamento com Léonie em 1845, e depois devido à queda de Louis Philippe em 1848.

---

<sup>4</sup> Durante a viagem Léonie escreveu o livro *Voyage d'une femme au Spitzberg*.

<sup>5</sup> Muitos autores afirmam que Biard ficou mais conhecido por ser o marido da bela Leonie d'Aunet – também conhecida como a *Belle Biard* –, do que por seus trabalhos como pintor.

<sup>6</sup> Léonie ficou dois meses em Saint-Lazare, sendo transferida depois para um convento.

Com quase 60 anos de idade, Auguste-François decidiu realizar seu antigo desejo de pintar índios selvagens e partiu para o Brasil. Segundo o pintor, foram duas as razões que o levaram a realizar a viagem às terras brasileiras. A primeira razão diz respeito à casa onde Biard morava e mantinha seu atelier a quase 20 anos. Ela ficava situada no prédio número 8 da Praça Vendôme e por causa de planos urbanísticos de alargamento seria demolida. O segundo motivo aconteceu, segundo ele, ao acaso, certa noite indo jantar na casa de um amigo Biard conheceu um general belga que residia na Bahia e que sugeriu que o pintor visitar o Brasil (BIARD, 2004: 13-14).

Assim, a bordo do navio inglês *Tyne*, Auguste-François viajou para o Brasil. Biard chegou a terras brasileiras no primeiro semestre de 1858. Durante o período de sua permanência no Brasil – entre maio de 1858 e novembro de 1859 – o pintor francês viajou por várias regiões brasileiras passando pelo Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Amazonas<sup>7</sup>.

A narrativa de Biard sobre as impressões de sua viagem ao Brasil foi publicada primeiramente, na revista *Le Tour du Monde*. Posteriormente reunido em um volume único foi publicado sob a forma de livro em 1862, em Paris, pela editora Hachete sob o título: *Deux années au Brésil*. A edição saiu com ilustrações de Édouard Riou, que tiveram como base os croquis feitos por Biard no Brasil. A tradução brasileira foi feita por Mário Sette em 1945 e publicado pela Editora Nacional e sem as imagens do livro original. Houve ainda uma tradução parcial da obra de Auguste-François realizada por José Augusto Carvalho que incluiu apenas os capítulos III e IV da obra original e que foi publicada pela Fundação Jônice Tristão.

Durante o primeiro semestre do ano de 1858, Auguste François permaneceu na capital do império, onde fez alguns retratos para dom Pedro II, desenhou a paisagem carioca e exercitou o português. Como seu grande objetivo era pintar índios e florestas, buscou ajuda de um imigrante italiano, dono de terras no interior do Espírito Santo para realizar seu desejo.

Após alguns meses no interior da província capixaba Biard regressou para o Rio de Janeiro. Assim, em 1859, o pintor viajou para o norte do país, mais precisamente para o Amazonas, aí retratou mais índios. No fim de 1859, Auguste-François deixou o Brasil e partiu para a América do Norte de onde regressaria para a Europa. O pintor francês chegou aos Estados

---

<sup>7</sup> Dono de um espírito crítico e satírico, Biard caiu nas graças do imperador Pedro II. Contador de suas aventuras pelo mundo, o pintor recebeu o título de Professor Honorário da Academia de Belas Artes, além de ter se tornado amigo do Marquês de Olinda. Também teve contrato para reger a cadeira de pintura de história, contudo não ocupou o cargo, pois que se demorou apenas dois anos no Brasil (CAMPOFIORITO,1983: 30-33).



Unidos em 7 de janeiro de 1860. Entretanto, a viagem de Biard para a América do Norte foi marcada por imprevistos e atrasos, uma vez que a embarcação quase naufragou. Depois de passar pela América do Norte, o pintor retornou para a França passando a dedicar-se, então, à pintura de temas relativos à escravidão.

### **Alguns apontamentos sobre a obra *Dois Anos no Brasil***

O relato de Auguste-François Biard caracterizou-se por sua ironia e aspecto pitoresco. O viajante retratou os costumes dos lugares visitados, do mesmo modo que enfatizou as dificuldades enfrentadas por ele na floresta tropical brasileira, com seus insetos e animais ferozes. O pintor possuía um grande interesse pelo exótico, por imagens burlescas. Em seu relato, a natureza era ao mesmo tempo esplendida por suas paisagens magníficas, mas também era o lugar dos terríveis insetos que atormentavam a vida do pintor. Mesmo não sendo um naturalista de formação, Biard, sempre que podia coletava insetos e animais para sua coleção pessoal. Assim no decorrer de sua narrativa, são várias as passagens em que o pintor se coloca a caçar animais, e muitas vezes, foi durante esse ato que o pintor vivia situações não somente perigosas, mas também engraçadas.

Buscando encontrar indígenas selvagens, o que não pôde se realizar no Rio de Janeiro, Biard viajou para o Espírito Santo, lugar onde se encontravam os temidos índios botocudos. Segundo L. Rocha (1971), dos viajantes naturalistas ilustres que estiveram na capitania espírito-santense, sem muito destaque, incluía-se o nome do pintor francês Auguste-François. Diante da busca por lugares exóticos e intocados pelo homem, que evocavam a imaginação e contemplação humana, o encontro com uma natureza modificada pela mão do homem causava grande decepção. Assim, após sair de Vitória, capital da província do Espírito Santo, Biard esperava encontrar uma natureza *pura*, contudo; “[...] A região que percorremos no primeiro dia era bem diferente do que eu tinha imaginado. A natureza, bem longe de ser virgem, já tinha sofrido grandes modificações. Passávamos no meio de antigos roçados, já então abandonados” (BIARD, s/d: 24). Igualmente causou decepção o primeiro contato do pintor com indígenas nos arredores da cidade de Vitória. Segundo ele esses índios estavam concentrados numa espécie de subúrbio e “[...] já eram, para o meu gosto, muito civilizados” (BIARD, s/d: 23).

Como era ampla a circulação de escritos sobre Brasil na Europa, e, sobretudo na França onde alguns livros sobre as terras brasileiras eram editados e reeditados. Essas publicações ajudavam a construir um imaginário paradisíaco, estranho e exótico sobre o Novo Mundo. Por isso, o encontro de um panorama diferente daquele previamente concebido antes da viagem causava grande decepção aos viajantes.

No relato de Biard a natureza aparece associada à idéia de um estado paradisíaco (AUGUSTIN, 2009, p133). Esta natureza intocada abrigava lugares magníficos e animais exóticos. E o fascínio que a natureza exercia em Biard era tanta que, na maioria das vezes, era incompreendida pelos habitantes locais;

“Meu anfitrião não compreendia minha admiração, vendo-me extasiado à vista das formas estranhas que as plantas trepadeiras, carregadas de flores, davam às árvores que envolviam, a ponto de fazê-las tomar todos os aspectos que a mais rica imaginação pode conceber. Não eram somente as minhas sensações que me faziam ver templos, circos, animais fantásticos, transformados, a cada passo que dávamos, em outras imagens; porque, nessa parte do rio, cada árvore se tornara presa dos cipós, que a enlaçavam de todos os lados, subindo até à copa, descendo em cachos entrelaçados, depois subindo para descer de novo, formando por toda parte redes inextrincáveis, sempre verdes, sempre floridas” (BIARD, s/d: 37).

Esta natureza, por vezes, também assumia um caráter pitoresco; “[...] à medida que avançávamos, a região adquiria um aspecto mais pitoresco; naquele dia vi, pela primeira vez, orquídeas pendentes das árvores. Passamos por alamedas de cactos gigantes cujo caule chega a ter trinta a quarenta pés de altura” (BIARD, s/d: 29).

Assim, pensando com Rauanet (1991), observou-se que na maioria dos casos os adjetivos que os viajantes utilizavam para definir a natureza americana estavam concentrados no campo sensorial, e principalmente no visual. Logo, contribuía para “[...] reforçar a idéia do *pitresco* pela própria etimologia do termo. A realidade *exótica* do Novo Mundo é então um “quadro” que, como obra de “pintores ou poetas”, destina-se a tocar a “emoção” e fazer “sonhar” essa tão falada “imaginação”” (ROUANET, 1991: 76).

Contudo, esta natureza que oferecia paisagens tão belas para o viajante, também abrigava seres horrendos e que atormentavam a vida de Biard. Segundo o pintor Francês “[...] um deles eram horríveis caranguejos que, à nossa aproximação, fugiam com a força de suas patas de

pinças formidáveis, e sapos do tamanho de um gato, cujo olhar, no entanto, é meigo, sob um envoltório repulsivo” (BIARD, s/d: 37-38). E, continuando Biard afirmou que:

“[...] Com o hábito de andar descalço, adquiri feridas que durante vários meses me incomodavam muito ao caminhar; eram causadas por enxames de pequenas moscas que, atirando-se às pernas, faziam vir uma gotinha de sangue a cada picada; essas picadas, multiplicadas, superpostas, se transformavam em chagas, tanto mais difíceis de curar porque, continuando a andar descalço, outros insetos, além dos dípteros, autores do mal, vinham todo dia irritá-las, sem falar das plantas armadas de farpas e de espinhos” (BIARD, s/d: 46).

Assim, de acordo com Rouanet (1991), percebeu-se que a realidade americana legada ao século XIX pelos viajantes que estiveram no continente, nunca esteve pronta e acabada, e tampouco deixou de ser contraditória. Contudo, ela ia encaixando-se em limites razoavelmente delineados “[...] graças a uma concepção de *exotismo* que, apesar de não excluir a idéia de “estranheza”, foi “domada” pela impressão de *coisa curiosa*. E este *exótico*, que se vê como num museu ou num zoológico não assusta; pelo contrário, atrai e encanta” (ROUANET, 1991: 75). Logo, corroborando com essa idéia, observou-se que Biard, compartilhou desses preceitos, em relação à natureza, tanto que;

“E difícil exprimir o que sentia então; parece-me que era um misto de admiração, de espanto, talvez de tristeza. Como me sentia pequenino diante dessas árvores gigantescas que datam das primeiras eras do mundo! Gostaria de pintar tudo o que via e não podia começar nada. Desgraçadamente, devo dizê-lo, os mosquitos me devoravam: reinam como senhores nessas matas que mal deixam penetrar alguns raios de sol até o chão, que a sombra espessa conserva atentamente úmido” (BIRA, s/d: 55).

Em relação aos índios, Biard somente conseguiu pintá-los depois de deixar a casa de seu benfeitor. Para tanto, para obter modelos que posassem para os seus retratos, o pintor utilizava-se da troca. Desse modo, “[...] pagava por cabeça uma pataca, cerca de 16 centavos. Depois, vinha a distribuição de cachaça: os homens primeiro, as damas depois. Minha generosidade ia até uma garrafa por vez. Esvaziada a garrafa” (BIARD, s/d: 102). Segundo Biard, após o pagamento todos os índios iam embora sem ao menos dizer adeus.

Apesar dos comentários não muito amistosos de alguns autores, a obra de Auguste-François Biard surpreendeu exatamente pela capacidade que o viajante tinha de captar o ridículo da vida. Humor e exagero a parte, a obra de Auguste-François contribuiu para o entendimento sociológico, antropológico e cultural do Brasil do Segundo Reinado;

“Assim, ora é a velha índia que assa tatu sobre brasas ou a banda de congo com seus tambores e reco-recos na festa de São Benedito [...] ou ainda legiões de formigas [...]. É, pois, todo um ambiente ancestral e pobre, tropical e brasileiro, ainda impregnadamente colonial, que o autor sugere, desenha e transmite” (NEVES, s/d: 12).

Biard, ao descrever as situações que via e vivia, compartilhava das visões de outros viajantes sobre as terras brasileiras. Entretanto, sua narrativa também era singular, cheia de particularidades e peculiaridades, que eram tanto o resultado do contato com o *outro*, o *diferente*, quanto fruto de suas experiências anteriores.

### **Referências Bibliográficas:**

AUGUSTIN, Günter. **Literatura de viagem na época de Dom João VI.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BIARD, A. F. **Dois anos no Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BIARD, Auguste, François. **Viagem à província do Espírito Santo.** Aracruz: Jônice Tristão, s/d.

CAMPOFIORITO, Quirino. **A pintura posterior à missão francesa 1835-1870.** Rio de Janeiro, Edições Pinakothek, 1983.

ERMARKOFF, George. **A paisagem do Rio de Janeiro: aquarelas, desenhos e gravuras dos artistas viajantes 1790-1890.** Rio de Janeiro: G. Ermarkoff, 2011.

ESTEVES, Antonio R., ZANOTO, Sérgio Augusto (orgs.). **Literaturas de viagem: viagens na literatura.** Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2010.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800).** Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil colonial: catálogo comentado (1503-1808).** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira – Brasil monárquico: o progresso de emancipação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. Prefácio. In: BIARD, Auguste, François. **Viagem à província do Espírito Santo**. Aracruz: Jônice Tristão, s/d, p.7-13.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido**: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SEIXO, Maria A. Entre cultura e natureza: ambigüidades do olhar viajante. REVISTA USP. **Dossiê Brasil dos viajantes**. São Paulo, nº 30, 1996, pp. 120-133.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As terras inventadas**: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

## **SOBRE A TAREFA DE CONHECER O BRASIL: A ATUAÇÃO DE RAMIZ GALVÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL (1870-1882)**

Ana Paula Sampaio Caldeira\*

Este trabalho insere-se em nossa pesquisa de doutorado ainda em desenvolvimento e tem como objetivo destacar algumas questões que têm norteado o estudo sobre a atuação de Benjamin Franklin Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional entre os anos de 1870 e 1882, período em que dirigiu a instituição. Personagem atuante nos meios letrados do Império e da República, Ramiz Galvão nasceu em 1846 no Rio Grande do Sul, mas viveu quase toda a sua vida no Rio de Janeiro, para onde veio em 1850. Muito aplicado aos estudos, conseguiu ser aceito como aluno do Colégio Pedro II, onde obteve o tão cobiçado diploma de bacharel em Letras. Posteriormente, passou também por importantes instituições frequentadas pela intelectualidade da época, como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Por outro lado, sua biografia ficou bastante marcada pelo trabalho que desenvolveu na Biblioteca Nacional (BN). Como diretor desta instituição, Ramiz Galvão conquistou um espaço respeitável no meio letrado, mantendo relações com importantes intelectuais, bibliotecários e bibliófilos de sua época.

No entanto, a importância da Biblioteca Nacional na biografia de Ramiz Galvão não se deve somente ao fato de lhe ter possibilitado o contato com diversos outros letrados de seu tempo. Na verdade, seu nome está diretamente ligado a um projeto maior, de reformulação daquela instituição. Entendemos reformulação aqui em dois sentidos. Primeiramente, no que se refere ao cotidiano de trabalho e à organização interna da Biblioteca Nacional, que já nos primeiros anos de gestão de Ramiz Galvão conseguiu angariar junto ao Ministério do Império, ao qual estava submetida, recursos para a reforma de seu edifício (situado, à época, na Rua da Lapa), a ampliação do horário de funcionamento e a instalação da iluminação a gás em todo o prédio.<sup>1</sup>

O segundo sentido que podemos conferir a esse processo de “reformulação” da Biblioteca Nacional dirigido por Ramiz Galvão refere-se à construção dessa instituição como

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/ FGV), conta com o apoio da Faperj para o desenvolvimento de sua pesquisa.

<sup>1</sup> Devido aos limites deste trabalho, optamos por não nos aprofundarmos nas mudanças estruturais que se referem ao funcionamento cotidiano da Biblioteca Nacional durante a administração de Ramiz Galvão.

um espaço de referência para os intelectuais<sup>2</sup> do período, transformando-a num ambiente de estudo, reflexão e pesquisa que buscasse responder *o que era o Brasil*. Assim, além de ter atuado para a melhoria física do edifício que abrigava a maior biblioteca do país, Ramiz Galvão se destacou por dois movimentos relacionados ao projeto de reformulação da BN. O primeiro deles consistia em tentar trazer os homens de letras de seu tempo para dentro daquele espaço, afinal, segundo ele, a Biblioteca Nacional deveria ser frequentada por um público seletivo, composto por estudiosos. Sendo assim, dentro de seu projeto, caberia às demais bibliotecas da cidade cuidar dos leitores que procuravam o que chamava de “leitura amena” (BIBLIOTECA NACIONAL, Relatório 1875-76). À BN, dessa forma, ficava reservada a tarefa de auxiliar um público mais exigente, interessado em obras “de valor real”, como destaca o próprio Galvão em relatório enviado ao Ministério do Império:

É sabido que a nossa mocidade se ocupa mais em geral da literatura de novelas, poesias ligeiras e peças escandalosas do que da consulta de obras de elevado valor científico e literário. (...). É claro, pois, que sendo composta a Biblioteca Nacional de obras de valor real, de obras de erudição e, sobretudo, de obras antigas, (...), é claro, digo, que não pode frequentá-la senão um círculo resumido de trabalhadores sérios, de investigadores esclarecidos. (BIBLIOTECA NACIONAL, Relatório 1875-76).

Além do intuito de reservar a BN a um público mais especializado e erudito, Galvão levou para dentro daquela instituição uma questão importante e que marcou o debate intelectual de sua época, a saber, a necessidade de se conhecer o Brasil, de explorar o seu território, a sua população, a sua geografia e o seu passado. Em outras palavras, ele buscou sintonizar a Biblioteca Nacional com o debate intelectual de sua geração.

Apesar da atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional e, posteriormente, em outras instituições importantes na configuração do ambiente letrado da segunda metade do Oitocentos, poucos são os estudos que se referem a ele ou que o têm como objeto de estudo.

---

<sup>2</sup> Ao longo deste trabalho, utilizamos em vários momentos a categoria *intelectual* para designar não um grupo de pessoas pertencentes a um campo específico (o campo intelectual), mas, antes, como sinônimo de letrado, uma vez que, para o momento em que estamos estudando, ainda não é possível pensar em um campo intelectual separado de um campo político. Dessa forma, o termo intelectual aparece aqui para designar pessoas que estão envolvidas na produção de diversos saberes, sejam eles históricos, sociológicos, etnográficos, literários e que muitas vezes são designadas como “homens de letras” (sobre a questão, ver ALONSO, 2002 e GOMES, 1996).

Mesmo nas análises centradas nos debates e espaços intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do XX, ele pouco aparece e, quando é citado, geralmente é lembrado pelo seu percurso mais burocrático em relação a outros nomes do período (DUTRA, 2005), pela sua atuação na modernização da BN (BESSONE, 1999 e TURAZZI, 2006), ou ainda, por ter se tornado o “patrono dos bibliotecários” (FONSECA, 1963). Sua inserção no debate intelectual e seu esforço em inserir esse debate na Biblioteca Nacional não foram questões suficientemente abordadas nos trabalhos que o mencionam.

Sendo assim, nosso interesse é, de forma bastante breve, lançar algumas questões sobre as quais buscaremos nos debruçar e aprofundar em nossa tese de doutorado com o objetivo de compreender a passagem de Ramiz Galvão pela Biblioteca Nacional, enfatizando como ele se envolveu com as questões de sua geração e buscou, de dentro daquela instituição, estudar e definir o que era o Brasil. Procuramos entender a atuação de Ramiz no debate intelectual de sua época especialmente na sua ação como *editor*. Diferentemente de outros letrados do período, que se dedicaram à produção de obras que hoje classificamos como de natureza historiográfica, Ramiz foi um compilador e atuou justamente no trabalho arquivístico de seleção e divulgação de documentos para se escrever a história nacional. Editando obras e realizando projetos, Ramiz agiu selecionando e publicando documentos sobre os quais esperava que outros historiadores se debruçassem e constituíssem estudos.

Como ressaltamos até aqui, Galvão teve a reformulação da Biblioteca Nacional como um ponto central da sua trajetória. Neste sentido, uma das tarefas que tomou para si no período em que dirigiu a BN foi aumentar o acervo da biblioteca, incorporando a ele diversos documentos (especialmente manuscritos) relacionados à história do Brasil que estavam nas mãos de particulares ou em arquivos estrangeiros. Dessa forma, foi fundamental a viagem que Ramiz Galvão fez à Europa a mando do governo imperial entre 1873 e 1874. Seu objetivo inicial era analisar o funcionamento das bibliotecas estrangeiras com o intuito de formular estatutos novos para o funcionamento da Biblioteca Nacional. No entanto, em janeiro de 1874, o diretor da BN recebeu uma carta do governo imperial estendendo a sua viagem para a busca e aquisição de documentos relativos ao Brasil nos arquivos europeus. Assim, Ramiz visitou as bibliotecas de Viena, Munique, Berlim, Milão, Florença, Roma, Londres e Paris à procura não só de um modelo de funcionamento para a BN, mas também de documentos



relativos à história do país.<sup>3</sup> Segundo Pires de Almeida, nesta viagem, foram gastos cerca de doze contos de réis na compra de manuscritos, monografias, imagens e catálogos, todos eles incorporados ao acervo da BN (ALMEIDA, 1897: 10).

O projeto de procurar, comprar e reunir documentos relativos à história do Brasil parece, no entanto, que não se restringiu ao tempo em que Ramiz Galvão esteve na Europa. Mesmo após o seu retorno, é possível perceber em seus ofícios o interesse em localizar e adquirir materiais sobre a história do país que estivessem nas mãos de particulares ou em bibliotecas estrangeiras. Através dos contatos que estabeleceu com bibliófilos e letrados de dentro e de fora do país, ele recebia notícias de leilões e atuava junto ao Ministério do Império para comprar os materiais que interessassem à BN. Foi assim que conseguiu adquirir 41 manuscritos da coleção dos Marquês de Castelo Melhor, vindos diretamente de Lisboa, além dos livros e documentos obtidos a partir do leilão do espólio do escritor português Rodrigo José de Lima Felner. Mas as aquisições não pararam aí. Em 1880, a BN recebeu do conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa 38 manuscritos e, no ano seguinte, foi adquirida uma coleção de documentos diplomáticos do Visconde do Rio Branco, ofertados à instituição por seu filho (ALMEIDA, 1897: 10).<sup>4</sup>

Ampliado o acervo, Ramiz Galvão trabalhou no sentido de divulgar esse material. Para isso foram fundamentais dois veículos: os *Anais da Biblioteca Nacional* e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Convém lembrar que, antes dessas duas publicações, a Biblioteca Nacional utilizava como instrumento de divulgação de seu acervo os jornais da época, especialmente *O Globo*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. A cada nova descoberta de uma imagem desconhecida e perdida em meio ao grande acervo da instituição ou mesmo a cada compra de um importante manuscrito, Ramiz Galvão e seus ajudantes (especialmente Alfredo do Vale Cabral, oficial da biblioteca) enviavam notícias, acompanhadas sempre de um pequeno estudo, à redação de um desses periódicos. É o que se vê na matéria veiculada no jornal *O Globo* de 1º de março de 1873:

---

<sup>3</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário* (1873-76). Ofício de 07 de fevereiro de 1874.

<sup>4</sup> Convém lembrar que uma importante aquisição para a Biblioteca Nacional foi feita ainda em 1873, quando foi comprada a biblioteca de Manoel Ferreira Lagos, composta de 3.475 volumes, 231 manuscritos e cerca de 2 mil folhetos publicados no Brasil e em países estrangeiros. Faziam parte desta coleção as *Memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira.

No espontâneo encargo que tomamos de fazer conhecer o público estudioso os livros concernentes ao Brasil, que guarda a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, damos notícia de mais um achado, por todos os títulos precioso. Convém que se vá conhecendo e dando o devido valor à primeira biblioteca instituída no Brasil e que em riqueza está a par de suas irmãs do Velho Mundo. (CABRAL. *Investigações. O Globo*, 1º de março de 1873.)

Neste esforço de divulgar os documentos e o trabalho realizado dentro, a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* e do *Catálogo da Exposição de História do Brasil* marcaram a atuação de Ramiz Galvão na direção da Biblioteca Nacional e, a nosso ver, compunham o cerne do seu projeto de reformulação da instituição e se sua inserção no debate intelectual da época.

O primeiro volume dos *Anais* foi impresso em 1876, ano em que saiu também o segundo fascículo desta revista. Ao longo da administração de Ramiz Galvão, foram impressos nove volumes do periódico, sendo o último deles dividido em dois tomos, destinado ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Não nos interessa aqui destacar pormenorizadamente o conteúdo de cada um destes nove volumes. Tampouco será possível realizar uma análise minuciosa de todos os artigos e documentos ali publicados, o que exigiria um trabalho específico. No entanto, inicialmente, parece interessante observarmos os objetivos desta publicação, expressos fundamentalmente, mas não de forma exclusiva, no primeiro volume do periódico.

O objetivo mais explícito pode ser encontrado nas “Advertências preliminares”, onde Ramiz Galvão explica que os *Anais* eram destinados à divulgação das “riquezas literárias” da biblioteca, até então esquecidas e ignoradas pelos “próprios nacionais”. Logo no primeiro volume figuram notícias e artigos sobre alguns conjuntos de documentos que foram eleitos para representar o que havia de melhor nas estantes da biblioteca, como a coleção Diogo Barbosa Machado, as cartas do padre José de Anchieta, além da coleção Camoneana e a de Alexandre Rodrigues Ferreira. Todos esses documentos eram não apenas descritos e classificados, mas vinham também acompanhados de estudos feitos pelos funcionários da própria instituição.

Quem abre o primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* é a famosa Coleção Diogo Barbosa Machado, que recebeu um importante estudo feito por Ramiz Galvão.<sup>5</sup> Outros funcionários da instituição também tiveram seus artigos publicados neste primeiro volume. Foi o caso de Saldanha da Gama, que assinou o estudo sobre a Coleção Camoneana; Zeferino de Menezes Brum, que escreveu sobre o nígelo existente no acervo da BN, além de assinar o artigo “Iconografia”; e Teixeira de Melo, autor de artigos sobre as cartas do Padre Anchieta e de um estudo sobre Cláudio Manoel da Costa. O nome de Alfredo do Vale Cabral é, no entanto, o mais presente em todo o volume. Ele foi responsável pelo estudo sobre a coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, por um artigo acerca do projeto de formar uma galeria dos bibliotecários da BN, pelo necrológio de Inocêncio Francisco da Silva e por mais dois estudos, um intitulado “Bibliografia brasílica” e outro sobre um manuscrito da biblioteca.

No entanto, ao lermos os artigos dispersos ao longo deste e de outros volumes, podemos perceber que havia outro objetivo, talvez menos explícito, mas igualmente presente nesta publicação: auxiliar estudos sobre o Brasil. Este auxílio vinha especialmente a partir da publicação de documentos autênticos que tratassem de fatos e personagens da história do país, descrições geográficas de regiões distantes, bem como de sua população, e mesmo documentos e estudos sobre a língua tupi, que poderiam ajudar não apenas aos “historiadores de nossas coisas”, mas serviria também como fonte de estudo e inspiração para criações literárias.

Um exemplo interessante neste sentido foi a publicação, no terceiro volume dos *Anais* do manuscrito de autoria de Luiz D’Alincourt, militar português que presidiu numerosas comissões por regiões brasileiras ao longo do século XIX. Neste documento, D’Alincourt oferece alguns dados sobre a província do Mato Grosso e, na opinião de Alfredo do Vale Cabral, tratavam-se de informações relevantes, escritas não por um “compilador de relatos”, mas por uma “testemunha ocular”.<sup>6</sup> Outro caso que pode nos ajudar a pensar como os *Anais da Biblioteca Nacional* poderiam auxiliar criações literárias foi a publicação, no 6º e 7º volumes do periódico, do manuscrito *Primeira catequese dos índios selvagens*, do Padre Montoya, traduzido pelo especialista Batista Caetano Almeida Nogueira. O próprio Almeida

---

<sup>5</sup> Sobre o estudo feito por Ramiz Galvão sobre a coleção Diogo Barbosa Machado, ver o primeiro capítulo de CALDEIRA, 2007.

<sup>6</sup> CABRAL, Alfredo do Vale. Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província do Mato Grosso. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 3. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1877. p. 69-70.

Nogueira afirma em seu estudo introdutório pretender, com seu trabalho, prestar um serviço à literatura, “evitando que nos seus romances o índio apareça com falar de outro mundo, inverossímeis e não naturais”.<sup>7</sup>

Documentos autênticos relacionados ao Brasil também estavam presentes nas páginas do 4º e do 5º volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, reservados à publicação do catálogo dos manuscritos existentes na BN. A própria maneira como os manuscritos foram classificados já nos parece sintomática, uma vez que figuram divididos em duas partes, a de “códices relativos ao Brasil” e a de “códices estranhos ao Brasil”. Como era de se esperar, os textos relativos ao país abrem o catálogo, que começa pelos documentos que se referem ao Brasil como um todo, passando, em seguida, àqueles que tratam de suas partes, isto é, suas capitanias ou províncias, e aos que têm relação com o problema dos limites territoriais. Nesta lista, não podiam faltar também obras de brasileiros, assim como cartas e autógrafos.

O interesse em estudar o que era o Brasil e em desenvolver catálogos e estudos que disponibilizassem aos leitores e usuários da biblioteca os documentos necessários para o conhecimento da história, geografia, províncias e povos do país não esteve presente somente nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Estava também no centro de um dos mais ambiciosos projetos de Ramiz Galvão dentro da BN: a elaboração do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*.

O evento que deu origem ao catálogo aconteceu em dezembro de 1881 e acabou servindo como a coroação da administração de Galvão, uma vez que, logo em seguida, ele teve que se afastar das suas funções como bibliotecário. O objetivo da exposição era “trazer à luz” documentos referentes à história e à geografia do país existentes tanto na BN, quanto em outras instituições ou nas mãos de particulares. A mostra, no entanto, servia como pretexto para se elaborar um catálogo com as indicações dos documentos levantados, que possibilitariam futuras investigações.

Para a realização da exposição, o bibliotecário solicitou documentos históricos a particulares, instituições e aos governos das províncias. Como ressaltou Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo, a concepção de documento era bastante ampla e para a exposição eram aceitos não só livros, manuscritos, cartas geográficas e autógrafos, mas também medalhas, moedas, estampas, fotografias, quadros a óleo, desenhos e esculturas (AMADEO, KURY, 2000: 323-

---

<sup>7</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*. V. 6. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1879.

4). Ainda aos governos provinciais, foi solicitado que mandassem informações sobre as circunstâncias topográficas, etnográficas e históricas de seus municípios. Embora muitas províncias tenham ignorado os apelos de Galvão por notícias, outras, no entanto, empenharam-se em dar uma resposta às solicitações da Biblioteca Nacional. Este foi o caso, por exemplo, da Câmara Municipal da cidade de Santa Cruz do Corumbá, no Mato Grosso, que chegou a nomear uma comissão para organizar um relatório em que constassem todas as características históricas e geográficas do município, como o seu relevo, ilhas, serras, rios e lagos, condições de salubridade, características minerais, tipos de madeira, frutas, animais, população, agricultura, indústria fabril, curiosidades naturais, além dos fatos históricos mais notáveis dos quais a região foi palco. Outros municípios também enviaram as informações pedidas, como São João da Barra, Maricá, Valença, Niterói, Resende, Bananal, Cajuru, São José dos Campos, Santos, Ubatuba, entre outros.

Para José Horório Rodrigues, mais do que a exposição, o catálogo era a grande obra e, de acordo com Capistrano de Abreu, o principal objetivo de Ramiz Galvão (RODRIGUES, 2000). Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo também destacaram a importância do Catálogo produzido naquela ocasião, lembrando que, embora vários diretores da Biblioteca Nacional tenham se empenhado em produzir um levantamento do acervo da instituição, foi somente na gestão de Galvão que se organizou uma obra de tal magnitude, afinal, foi também durante a sua administração que a BN passou a ter uma maior preocupação com a questão da memória nacional e com o resgate do passado (AMADEO, KURY, 2000: 325).

Dessa forma, parece-nos que a atuação de Ramiz Galvão como diretor da Biblioteca Nacional foi importante não apenas como um elemento na sua biografia, mas também como um período singular da própria história da instituição, na medida em que o seu projeto de reformulação incorporou uma preocupação central do debate intelectual da geração de 1870: a de definir o que era o Brasil, conhecer a sua história, o seu território, a sua população. Para isso, Galvão estimulou a produção de descrições, relatórios e exposições, além da coleta de documentos autênticos, que pudessem *dar a conhecer* o país. De alguma forma, são essas as preocupações que norteiam a construção de veículos como *Os Anais da Biblioteca Nacional* e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Por outro lado, parece-nos que, assumindo essas questões como um problema do debate intelectual de sua época, Ramiz Galvão procurou fazer da BN um espaço a serviço deste debate.

Sendo assim, é interessante pensar como a atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional envolveu um esforço em desenvolver naquele ambiente um projeto de reformulação da instituição que pouco aparece nos trabalhos que reconstituem a sua memória, geralmente reduzida à dimensão mais burocrática da sua atuação, esquecendo-se o diálogo que ele manteve com questões muito presentes entre os homens de sua geração. Na construção de sua memória, os catálogos, relatórios e exposições confeccionados por ele foram entendidos como “obras subterrâneas”, materiais feitos por um homem incansavelmente devotado ao trabalho e à exaltação ufanista do país, e não como produções intelectuais que dialogavam com o que estava sendo debatido pelos intelectuais do momento e expressavam o desejo de sua geração em explicar o Brasil.

## Fontes

- Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-1882.
- ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios do Bibliotecário* (1873-76).
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Plano Geral da Exposição de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s/d.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Coleção Ramiz Galvão* (1872-1925).
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório circunstanciado dos trabalhos executados na Biblioteca Nacional no ano próximo passado de 1875 e no primeiro semestre de 1876*. Mss.
- GALVÃO, Ramiz. (Org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998, 3v.
- O Globo*. 1º de março de 1873.

## Bibliografia

- ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 1999.
- ALMEIDA, Pires de. *Biblioteca Nacional. Resumo Histórico*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1897.
- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMADEO, Maria Eliza e KURY, Lorelai. O Catálogo da Exposição de História do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 120, p. 323-34, 2000.
- BARATIN, Marc. e JACOB, Christian. *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BESSONE, Tânia. *Palácios de Destinos Cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar, escrever a história. A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007.

- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia no Brasil. Perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CRUZ COSTA, J. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários de República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- FILHO, A. Mauricéa. *Ramiz Galvão (o Barão de Ramiz) 16/06/1846 a 09/03/1938; ensaio biográfico e crítico*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1972.
- FONSECA, Edson Nery da. *Ramiz Galvão. Bibliotecário e bibliógrafo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- MACHADO NETO, A.L. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: EdUSP, 1973.
- MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. SP: Ática, 1996.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.). *Livros e Impressos. Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: *Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. 3v.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 1999. p. 273-311.
- TUBINO, Nina. *Sinopse Biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: s/e, 1994.



Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

TURAZZI, Maria Inês. Imagens da nação: a Exposição de História do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. STEPHAN, Beatriz Gonzales e ANDERMANN, Jens (Org.). *Galerias del Progreso. Museus, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006.

**O CÔNEGO, A ESCRAVIDÃO E O FUTURO DA NAÇÃO:  
OS USOS DA PROFECIA POR JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA (1816-31)**  
Danilo José Zioni Ferretti (UFSJ)\*

A presente comunicação é parte dos resultados de uma pesquisa que, desde 2009, venho realizando, com financiamento da Fapemig, sobre a relação entre intelectuais, nação e escravidão, de 1833 a 1839, em que, dentre outras coisas, buscava compreender as condições da criação do IHGB. Aqui apresento a parte referente ao Cônego Januário da Cunha Barbosa. Considerando que a reflexão sobre a nação no Brasil oitocentista é marcada pelo tratamento incontornável da questão da temporalidade, meu objetivo é estudar as modalidades de projeção de futuro mobilizadas pelo cônego e os usos políticos feitos desse futuro. Acredito que possamos compreender melhor a forma como os homens de início do séc. XIX relataram e fizeram uso do passado nacional se os relacionarmos com as projeções futuras de nação, dimensão pouco considerada nas análises.

A questão é tanto mais interessante na medida em que Januário da Cunha Barbosa era uma figura versátil, exercendo atividades diversas. Nascido em 1780 em uma família de comerciantes do recôncavo da Guanabara, Januário da Cunha Barbosa ordenou-se clérigo, sendo em 1808 admitido como um dos oradores da capela imperial. Essa proximidade com a corte transplantada o liga ao universo cultural do Antigo Regime, quanto aos valores cristãos professados e à valorização da monarquia e do princípio dinástico. Mas o cônego não ficou preso a esse universo tradicional, foi também um dos nossos principais ilustrados, líder maçônico, leitor e difusor de expoentes do pensamento iluminista. Por fim, o cônego Januário foi, acima de tudo, um político de intensa atividade, atuando como entusiasta dos valores liberais e constitucionais. Mais do que se destacar em cargos públicos, o cônego se inseriu na luta política como jornalista, tendo sido redator de diversos periódicos.

---

\* Doutor em História Social pela USP, professor do curso de história da UFSJ. Pesquisa financiada pela Fapemig.

Essas observações visam indicar que foi um homem que viveu e trouxe em suas ações e reflexões, e nem sempre sem contradições, referências de dois tempos que se antepunham, o mundo do Antigo Regime e o novo mundo dos valores liberais e racionais. Poderíamos considerar que Januário Barbosa debateu-se com as tensões do *sattelzeit* luso-brasileiro, em sua luta por criar o novo, mas ainda lançando mão de referenciais culturais pretéritos. E essa circulação versátil, e por vezes contraditória, entre mundos de valores e referenciais culturais diversos também se faz presente nas modalidades de projeção futura que mobilizou. Aqui, me concentrarei em uma modalidade de que lançou mão: a profecia. Como, então, compreender o uso da profecia pelo cômico? Ele o fez em dois momentos.

Um primeiro uso da profecia por Januário da Cunha Barbosa, aparece em seu poema *Nicteroy*, escrito em 1816, e publicado em 1822, visando comemorar o fato político da elevação do Brasil a reino unido a Portugal e Algarves, em 1815. O fato tanto impactou o cômico que lhe inspirou a elaboração de um poema tendendo ao épico, vazado nos cânones estéticos da poesia neoclássica setecentista, em que identificava o reino do Brasil com a criação de sua capital, o Rio de Janeiro, e buscava narrar sua origem apelando para o fabuloso, em sua versão mitológica clássica.

*Nicteroy*, nome que dá à Baía da Guanabara, teria sua origem remetida ao episódio mitológico da luta dos gigantes. Ela teria sido criada por Netuno após a morte do gigante Nicteroy por Júpiter, em seguida, “Glauco, para consolar Atlântida, profetiza a glória do Brasil, e com especialidade a do lugar, em que seu filho fora convertido em mar, principiando pela descoberta de Pedro Álvares Cabral, até o nascimento da Sereníssima Senhora Princesa da Beira (...)” (BARBOSA, 1822). Essa explicação do “argumento” já é suficiente para notarmos que a profecia é aqui mobilizada como recurso estético, uma vez que a tradição da poesia épica, desde a antiguidade, era um dos principais veículos de difusão da prática dos sonhos proféticos (LIMA, 2010. p. 37). Conforme explica Luis Felipe Silverio Lima, ela servia para prognosticar “o destino histórico de um local, um reino, de uma nação, da cristandade”, mediante a apresentação dos “grandes feitos futuros daquela nação que excediam o tempo da narrativa, mas que a ela estavam ligados” (LIMA, 2010. p. 87). De forma que seu uso

estético tinha um claro desdobramento político, uma vez que permitia ao cônego Januário legitimar a elevação a reino unido como resultado culminante de uma trajetória cuja origem mítica era o próprio argumento do poema.

Inicialmente, ele permitia unir o tempo mítico do relato das origens, ao modo da poesia clássica, com o tempo propriamente histórico da ocupação lusitana da América, em que eram mobilizados todos os símbolos de identificação que marcavam o modo de inserir a colonização no relato da história da monarquia lusitana e sua missão cristianizadora (o Descobrimento e a primeira missa como pacto com Deus pela conquista da nova terra, o nome de Terra de Santa Cruz como sinal desse pacto, sua posterior degradação em “Brasil”, a expulsão dos franceses por Mem de Sá, a glória dos governadores coloniais, a transladação regeneradora do trono lusitano para a América, etc.). O recurso estético à profecia permitia, assim, um breve exercício, também estetizado, de algo como uma proto-filosofia da história do reino do Brasil<sup>1</sup>, ou seja, o encadeamento de alguns eventos significativos que confeririam coerência e um sentido unificado ao conjunto da história do reino brasileiro, entendido como parte do Império Português.

No entanto, vale ressaltar que esse relato da trajetória histórica do reino do Brasil na forma de profecia não culminava na sua independência frente a Portugal, fato que não estava no horizonte de expectativa do poema do cônego. Nem mesmo uma identidade brasileira autônoma, uma vez que os feitos profetizados eram de “lusos/ D’Antigo Tronco ramos, que prosperam/ Sem perder a virtude, a força e o brio.” (BARBOSA, 1822, p 21). A elevação do Brasil a Reino Unido, evento de seu presente que orienta a reorganização do passado, era, ao invés, interpretada a partir de uma perspectiva temporal cíclica como uma segunda fundação do Império lusitano, uma espécie de segundo Ourique.

E, de fato, o posterior protagonismo do cônego na separação do Brasil de Portugal não nos deve iludir quanto a precoces sentimentos de brasilidade independente.

---

<sup>1</sup> Reinhart Koselleck mostra como a forma unificada da narrativa do tempo, característica da reflexão estética sobre a poesia, foi um dos elementos que participaram na constituição da noção de Filosofia da história. KOSELLECK. 2004. PP 53 a 59.

Nem mesmo em 1821, quando iniciou a publicação do *Revérbero Constitucional Fluminense (RCF)*, a alternativa da independência suplantava o modelo da monarquia dual como seu horizonte de expectativa, suplantação que somente ocorre ao longo de 1822 (BARBOSA, 1822, p 154). E ao definir a independência como horizonte de expectativa, o grupo do cônego Januário viu-se na necessidade de anular algumas projeções pessimistas que contra ela se lançavam. Assim, vemos no ano de 1822 o *RCF* buscando, através de vários artigos, anular os boatos de uma ala de deputados portugueses que mobilizou a temática da escravidão, insuflando o medo de levante escravo para tentar impedir a alternativa de uma autonomia política do Brasil. O *RCF*, do qual Januário era um dos redatores, se opôs a essa argumentação, respondendo aos portugueses:

“É seguramente bem estólida esta ameaça contínua de sublevação de escravos. Como não veem essas toupeiras que a sublevação de escravos em que tanto falam lhes há de ser mais fatal que a nós. (...) os pardos e os pretos no Brasil dividem-se em duas classes –forros e cativos- dos primeiros têm bastante que temer os autômatos fardados de Portugal; dos segundos nada receiam os brasileiros.” (*RCF*, n. 16, 10-09-1822 Apud OLIVEIRA1999, p. 227.)

Em outros termos, não havia ameaça de rebelião escrava que impedisse o futuro do Brasil como nação independente. Ainda que o artigo não fosse assinado o cônego Januário alinhava-se com posições que negavam a incompatibilidade, no curto prazo, entre o sistema representativo e a escravidão. Um futuro de liberdade constitucional com escravidão, ainda que não desejável (pois, em princípio, o *Revérbero* defendia a necessidade de anulação paulatina da escravidão), era o único horizonte imediatamente viável, sob a condição da predominância da forma monárquico-constitucional, que garantiria ordem e unidade. Em nome da consolidação das instituições constitucionais, o grupo do *Revérbero* postergava o enfrentamento da questão da escravidão.

No entanto, passados oito anos, a questão da escravidão voltava à tona, mas em outra chave. Em 30 de abril de 1830, o cônego tornou-se redator do *Diário Fluminense(DF)*, o jornal oficial do governo de D Pedro I, a quem passou a defender

das crescentes acusações. Em um de seus números encontramos uma crítica à escravidão:

“Os nossos lavradores acostumados a tirar de uma terra fértil, e pelo trabalho de miseráveis escravos, um produto de que se mostram contentes, não ousam arredar-lhes da velha rotina, em que os puseram os seus antepassados, muitos há que nem querem ouvir dizer que a força dos braços africanos substituída por braços livres, e por máquinas aumentam os seus produtos, sem a perda de enormes fundos empregados na compra continuada de africanos.”(DF, 19-06-1830)

Havia uma clara desqualificação da escravidão, entendida como uma força que impedia um futuro de progresso material. O argumento básico mobilizado era o smithiano da menor produtividade do trabalho escravo em relação ao livre. Pelo viés da economia política, o cômico ilustrado relacionava a escravidão com a “rotina”, ela seria fruto de um passado considerado negativamente, a ser suprimido iniciando um processo que somente tenderia a se aprofundar de desqualificação da escravidão como instituição incompatível com a nação futura.

Mas nesse contexto específico a questão das instituições políticas assumia papel de destaque. Foi nessa conjuntura que o cômico lançou mão da profecia pela segunda vez. Em um momento politicamente delicado, quando D Pedro I voltava de sua viagem a Minas Gerais para tentar consolidar a adesão de seus súditos diante da crescente oposição de liberais moderados e exaltados, em janeiro de 1831, foi publicado um texto intitulado “Visão do Pico do Itajuru. Achada entre os papéis de um solitário, morto nas imediações de Macacú, vítimas das febres de 1829”. O texto tem sido comentado por historiadores como Gladys Ribeiro e Thomas Flory, mas sempre apresentado como de autor anônimo. Consegui identificar pelo menos quatro versões existentes, sendo a mais antiga (e original, acredito) aquela publicada no *Diário Fluminense*, jornal que tinha como redator no momento da publicação o próprio cômico Januário da Cunha Barbosa, que aqui considero o autor do texto.

O texto tem vários pontos em comum com a longa tradição lusitana de sonhos proféticos, que remete pelo menos ao séc. XVI, fruto da fusão de variantes do messianismo judaico difundidos ou por comunidades de cristãos novos ou por meio do

franciscanismo joaquimita. Tendo fincado fortes raízes na cultura portuguesa, essa tradição profética é identificada como presente até pelo menos a década de 1820, quando foi retomada no contexto da invasão napoleônica da península ibérica (LIMA,2010). Vale lembrar que a oratória sagrada foi um dos veículos privilegiados para a difusão dessa tradição, e o papel desempenhado pelo cônego Januário como um dos principais oradores sacros da corte joanina seguramente auxilia a compreender a sua presença no Rio de Janeiro do início do séc XIX.

Mas se existem continuidades, também existem pontos de originalidade, tal como a própria figura do agente escolhido para profeta inspirado: o “velho do Itajuru” é alguém que faz as vezes de naturalista. No melhor estilo do sábio ilustrado, ele vai ao pico do Itajuru buscar compreender as revoluções da superfície da Terra pelo estudo das montanhas. Por outro lado, um ponto em comum com a tradição profética está em que a visão do futuro é propiciada por meio do sonho: fatigado pelo forte calor e pelo esforço da caminhada, o velho naturalista adormece e é acordado por uma voz que surge da montanha. Ainda que nunca seja explicitada a natureza da voz, ela assume o papel de iluminação divina, outro elemento central da tradição profética. A repreensão que ela volta ao velho é significativa da ruptura com os objetivos que orientavam a ilustração luso-brasileira. Pois para a voz da montanha, muito mais importante que compreender os segredos da natureza seria questionar-se sobre “as revoluções dos homens”.

Diante da argumentação do velho de que seus contemporâneos estão tão empolgados com a política radical que nada os distanciaria do rumo que tomam, a “voz da montanha” apela para o futuro como agente pedagógico eficaz, sendo-lhe este revelado por Deus. Começa então a descrição propriamente da visão. Toda ela se baseia na imagem inicial de “um navio [que] se afastava da costa e por isso toda a multidão saltava de alegria”, gritando “República ou Morte” a que respondia o eco da montanha: “morte, morte”. Esse ato inicial remetia à saída de Dom Pedro I do Brasil. Dele seguia-se uma série de acontecimentos sangrentos, em que pelo ataque a proprietários e autoridades iniciava-se um processo de reversão da ordem social. Leis, hierarquia, propriedade, honra familiar, tudo sucumbia aos clamores da massa por Igualdade. Passava-se, então, para um novo movimento da profecia em que à reversão da ordem

social sucedia-se a dissolução da unidade entre os próprios agentes da nova ordem. Esses se dividiram em diversos “magotes” correspondendo a regiões diferentes: os do Sul, os do Norte, os das Serras, os das Costas. Sob o princípio da “Federação” cada qual buscava a separação dos demais. Ao fracionamento interno seguia-se a invasão do território por estrangeiros: “Leopardos”, representação simbólica dos britânicos, “Condores” representando as republicas andinas vizinhas e “Urubus”, representando as republicas platinas. Resultado claro da reivindicação por Federação, a guerra civil grassava entre irmãos e os pais ficava submetido aos estrangeiros.

Mas o ponto culminante do processo corresponderia a uma “nuvem negra” que o velho via se formando ao Norte. Vale a pena recuperar as palavras textuais:

“A nuvem era negra e semelhante a um enxame de formigas de correição que saem dos bosques para correr toda a terra. (...)/ E a nuvem crescia, dilatando-se como a torrente de um rio que transborda e, bem depressa, ela circulou todos os magotes e se introduziu nos fossos que os separavam. /Ela crescia, crescia pouco a pouco, mas sem nunca cessar. E a multidão se assustou: quis opor-se à inundação negra que avultava de mais em mais e que, recuando algumas vezes, como a vaga sobre a praia voltava logo mais violenta e coberta de escumas. Ora as escumas eram de sangue. /Do seio destas vagas negras ouviam-se estrondos semelhantes aos de cadeias que se quebram, erguendo-se ao mesmo tempo uma voz que dizia: a liberdade ou a morte. Esta voz retumbava mais que o estampido do trovão e o eco das montanhas, depois de a repetir por três vezes, dizendo: A morte, a morte, a morte, calou-se”(DF, 24-01-1831).

Não parece difícil interpretar a nuvem de formigas negras como uma clara referencia a um levante de escravos. Na visão do autor eles podiam parecer pacíficos carneiros, mas, quando unidos, tornavam-se ameaçadores a ponto de levar à destruição de toda a sociedade. Pois é disso que trata a visão, uma vez que se conclui apelando para a metáfora do dilúvio, indicando que a onda negra não deixava de subir e nenhum ponto do território era alto o suficiente para dela se resguardar, resultando no último olhar: “eu olhei e todo o povo havia desaparecido”. O resultado final do cataclismo social da onda negra seria o desaparecimento de todo um povo, a morte da nação.



Sem dúvida a visão do velho do Itajurú mobilizava o medo branco de um grande levante escravo, que se apresentava como uma possibilidade real. Mas o principal objetivo visado pelo autor, a questão central, parece ter sido menos o embate racial ou mesmo a escravidão, ainda que estejam presentes e sejam importantes, e mais o reforço da necessidade do monarca como elemento garantidor da ordem. A centralidade desse objetivo político torna-se patente ao analisarmos a linha editorial seguida pelo cônego Januário no *Diário Fluminense* no contexto da publicação da visão. Ela surge em um momento em que todas as forças eram mobilizadas pelo redator para buscar consolidar a legitimidade bastante desgastada de D Pedro I, sendo essa a linha predominante no jornal, expressa em um sem número de artigos. Somente de forma secundária o cônego redator desenvolvia pelas páginas do *Diário Fluminense* um debate sobre a escravidão ou o tráfico.

Poucas vezes se apresentou de forma tão clara a relação entre monarquia e escravidão. A primeira era apresentada como necessária em um contexto escravista para garantir a propriedade, a ordem social, os valores constitucionais (vide a referência às leis na visão) e a unidade nacional. Vale destacar a relação de causa e efeito subjacente à narrativa da visão: a supressão do monarca, início do texto, era apresentada como levando necessariamente à reversão da ordem social e anulação da nação por meio de um enorme levante de escravos, ponto culminante do escrito. Todo o texto se estruturava em torno de argumentos políticos de defesa da figura do monarca contra os agentes sociais identificados menos pela sua composição racial que pela defesa dos princípios políticos de República, Igualdade e Federalismo, vistos como inadequados à realidade escravista brasileira, levando aos flagelos sociais indicados. O problema maior estaria no radicalismo político, que desencadearia o conflito racial, sendo esse consequência daquele. De certa forma, Januário da Cunha Barbosa utilizava a mesma tática que rechaçara nos deputados portugueses às cortes: ataçava o medo dos proprietários e usava a presença da escravidão como argumento para obstaculizar reivindicações por maior liberdade política e igualdade social. Desta forma, quanto ao sentido político de seu uso, a visão do velho do Itajurú é um caso de profecia com fins conservadores. Ela não visava incentivar mudanças mas reforçar a manutenção de um *status quo*, rompendo com tradição de estudos que identificavam profecia com

modalidades de utopia, ou incentivo a criação de futuros diversos. Daí o investimento em traços apocalípticos, sem perspectivas de renovação por meio da palingenesia.

Mas essa negatividade na representação do futuro, se não chega a ser anulada era pelo menos atenuada em um epílogo esperançoso. Ocorre que nas últimas linhas do texto, logo após o velho naturalista acordar do sono que lhe propiciara a visão, então como que se lhe abriam os Céus e aparecia-lhe “uma Matrona fulgurante pelos raios da eterna glória” que lhe dizia:

“Eu tenho posto ante o Trono de Deus e protejo os meus filhos, o Pai dos meus filhos e aquela que lhes faz as vezes de Mãe. Então a paz se restituiu ao meu coração; eu disse comigo mesmo: o que tenho visto sobre a montanha do Itajurú não é o futuro, é uma **falsa visão** que não deve causar susto aos que sabem quanto o Céu nos protege e quanto pode a prudência contra as tentativas de alguns loucos que pouco alcançam com a vista em roda de si.”[grifo meu]. (DF, 24-01-1831).

Mas nas últimas frases ainda sustentava a pertinência de divulgação da visão, que deveria ser escrita “para ser lid[a] dos que podem meditar e aproveitar com tempo estas lições que **ainda em ficção** horrorizam aos que sabem quais são as infalíveis consequências das amotinações populares”[grifo meu].

Assim, a última visão tenderia a anular a primeira, apresentada como sendo uma “Falsa visão”, ou um discurso sem status epistemológico realista, um discurso “ainda em ficção”: os termos indicam um esforço do autor para se distanciar do modelo profético que, no entanto, tão bem pusera em funcionamento. Ela indicaria a relutância de um ilustrado em dar crédito a essa modalidade de projeção do futuro que, no entanto, não deixava de mobilizar pela eficácia política que parecia ter junto ao público. Sobre esse último ponto, vale lembrar que ao invés de ser uma prática de todo banida pela modernidade, como parece indicar Koselleck, o recurso à profecia como móvel de ação política teve no período posterior à Revolução francesa um momento de florescimento. Isso ocorreu não somente no mundo lusitano posterior à invasão napoleônica, mas um pouco por toda a Europa, sendo um importante fator de mobilização das massas e chegando a mesmo assumir um espaço importante na cultura erudita, por meio do romantismo, e em alguns movimentos sociais organizados, como o abolicionismo

britânico (BALFOUR 2002, p.48). O apelo à profecia não deixava de ser problemático para alguém, como Januário da Cunha Barbosa, que se formara nos valores da ilustração e sua mobilização, assim como o sucesso posterior do escrito atestado pela circulação de várias versões, indicava a eficácia política junto ao público que essa forma ainda gozava. Januário não mais lançou mão da profecia, mas cada vez mais se empenharia em projetar um futuro para a nação livre da escravidão, expectativa que orientaria seu empenho em criar, sete anos depois, o IHGB.

#### BIBLIOGRAFIA.

BALFOUR, Ian. *The rethoric of romantic prophecy*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Nicteroy. Metamorphose do Rio de Janeiro*. Londres, R. Greenlaw, 1822.

KOSELLECK. Reinhart. *historia/Historia*. Traducion e introducion de Antonio Gomez Ramos. Madrid: Trota; 2004.

LIMA, Luis Felipe Silvério. *O Império dos Sonhos. Narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino*. São Paulo: Ed Alameda; 2010.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Sales. *A Astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDISF, ÍCONE; 1999.

**PRESENTE AUSENTE**  
**TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE E O LEGADO DA FAMÍLIA ALENCAR**

Leandro Maciel Silva\*

**TRISTÃO SOB O SIGNO DA FAMÍLIA ALENCAR**

Tristão de Alencar Araripe nasceu no dia 07 de outubro de 1821, na vila de Icó, na então província do Ceará. Ele foi membro de uma das mais tradicionais famílias do sertão cearense, a família Alencar. A tradição dessa família deve-se ao seu envolvimento político na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824, movimentos de caráter republicano, ligados ao processo de independência do Brasil.

Tristão de Alencar foi filho do tenente-coronel Tristão Gonçalves e sobrinho do Senador Martiniano de Alencar, e por consequência neto de Bárbara de Alencar, a matriarca da família, “heroína” do movimento republicano das províncias do Norte em 1817 e 1824. Compreender o envolvimento dos “Alencares” facilitará o nosso entendimento sobre qual a memória familiar que Tristão carregou na sua vida política e intelectual.

José Martiniano Pereira de Alencar (1794-1860), o Senador Alencar, pai do romancista José de Alencar (1829-1877), foi uma das mais importantes personalidades da política no Império. Com apenas 23 anos foi um dos protagonistas do movimento revolucionário de 1817, levando ao Crato-CE, as ideias independentistas, republicanas e antilusitanas já disseminadas em Pernambuco e nas províncias circunvizinhas.

A revolução de 1817, também conhecida como Revolução dos Padres, teve como causas principais: a crise econômica regional, pela queda da produção do açúcar e do algodão, em decorrência da seca de 1816 - além da concorrência com outros mercados; o absolutismo monárquico português e as cobranças de impostos para a manutenção da corte no Rio de Janeiro; e a difusão das ideias iluministas pelas sociedades maçônicas. Por fim, a Insurreição de 1817, foi reprimida e os seus líderes foram presos em Fortaleza, Recife e Salvador. Os revolucionários do Crato-CE, dentre eles Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano, foram levados presos para Fortaleza, em junho de 1817, mas transferidos para

---

\* Mestrando do PPGH-UFPB, bolsista da Capes. E-mail: leandro.macielsil@gmail.com

Recife em fevereiro de 1818, e em agosto deste ano para Salvador. Embora tenham sido presos, os revoltosos do Ceará tiveram um destino bem mais brando do que os que foram presos e posteriormente assassinados em Pernambuco. A “família Alencar” foi solta em 1821 em decorrência da nulidade da devassa de 1817, pela Junta Provisória de Governo na Bahia, que aceitou a Constituição Portuguesa e promoveu reformas na administração da província da Bahia.

Em 1820, com a Revolução liberal do Porto, uma nova dinâmica política luso-brasileira foi implementada, fazendo com que D. João VI retornasse a Portugal e deixasse seu filho D. Pedro como regente do Brasil. Efeito desse processo, foram convocadas, em 24 de dezembro de 1821, eleições gerais para representantes de todas as províncias dos domínios lusitanos. José Martiniano, inicialmente suplente, foi o representante da província do Ceará nas Cortes Portuguesas, depois do titular do cargo não assumir por motivo de doença. Não se fez ainda um estudo aprofundado sobre a participação de Martiniano de Alencar nas Cortes Portuguesas, mesmo sendo destacada a sua participação naquele momento. São conhecidos os seus embates contra a política lusa nas Cortes, o que o levou recusar a Carta Magna que deveria ser assinada pelos representantes das províncias, referendando a política lusa nas Cortes. Pela recusa foi perseguido, mas fugindo para a Inglaterra conseguiu chegar ao Brasil.

Com a Independência, em 1822, Martiniano foi escolhido como deputado constituinte pelo Ceará. Em 1823, no Rio de Janeiro, foi um dos que se opôs a Dom Pedro I, fazendo com que este dissolvesse a constituinte. Em 1824, Martiniano voltou para o Ceará, depois de passar por Pernambuco e perceber o clima de revolta contra os últimos acontecimentos na Corte. O resultado desse sentimento de revolta foi a Confederação do Equador, movimento separatista e republicano que reagiu, principalmente, ao absolutismo de D. Pedro I.

José Martiniano de Alencar se tornou senador pelo Ceará, em 1832, e dentro do seu mandato vitalício foi presidente da província do Ceará por duas legislaturas, de 1834 a 1837 e de 1840 a 1841.

Tão movimentada quando a vida política do Senador Alencar foi a de seu irmão, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, pai de Tristão de Alencar. “Figura bravia”, sempre comparado à mãe, Bárbara de Alencar, pela tomada de decisões firmes e espírito de liderança, participou ativamente dos movimentos revolucionários de 1817 e 1824 (BARROSO, 2006).

Ainda que destacada a influência de seu irmão, Martiniano, nas tomadas de decisões sobre os eventos revolucionários, Tristão Gonçalves sempre esteve atento aos acontecimentos políticos do Brasil, principalmente aqueles que se remetiam as províncias do Norte.

Foi preso junto com Martiniano na Bahia, em 1817, mas quando solto, em 1821, voltou para o Crato-CE. Lá, não demorou a retomar suas atividades políticas e revolucionárias. Em março de 1823, Tristão Gonçalves e o General Pereira Filgueiras comandaram a força expedicionária patriótica, que saindo de Fortaleza foi combater os opositores da independência no Piauí e no Maranhão. Em 15 de junho chegaram a Caxias e depois de derrotar a força comandada pelo general Fidié comemoraram vitória os brasileiros que aspiravam pela independência. Mas de volta ao Crato, em janeiro de 1824, Tristão Gonçalves rompeu com o Imperador por considerar autoritária e antipatriótica a dissolução da Constituinte. Em fevereiro, Tristão Gonçalves chegou a Fortaleza e reassumiu seu posto na junta Governativa da Província, criando em março, em Fortaleza, um Conselho de Governo da Província, ficando a sua frente. Não demorou muito para que os conflitos com Costa Barros, Presidente da Província nomeado pelo Imperador, acontecessem. Mas em agosto de 1824, o Conselho Provincial conclamou adesão do Ceará à Confederação do Equador. Tristão foi o primeiro presidente republicano da Província (BARROSO, 2006:100-102).

Os conflitos decorrentes da adesão do Ceará à Confederação do Equador levaram Tristão Gonçalves à morte. Ao sair de Fortaleza para combater os monarquistas na Vila de Aracati (Ceará), a Capital rendeu-se às forças enviadas pelo Imperador, que tinha o comando o Lord Cochrane. Tristão Gonçalves ainda tentou reunir novas forças republicanas para combater os enviados do Imperador, mas em 31 de outubro de 1824, no Sítio Santa Rosa, Tristão Gonçalves foi assassinado pelos monarquistas. É sabido que sua morte por fuzilamento foi acompanhada de outros atos de violência como a amputação da mão direita e de sua orelha (BARROSO, 2006:91).

Afora a memória traumática da morte do seu pai, Tristão de Alencar ainda convivera com o luto de sua mãe, que assumiu o nome de Ana Triste Araripe depois da morte do tenente-coronel Tristão Gonçalves. Essa mulher foi além de parceira de Tristão Gonçalves uma colaboradora ativa das revoluções de 1817 e 1824, participando e realizando diversas reuniões, por vezes secretas ou abertas. Ela foi mensageira de muitas informações sigilosas, mantendo-as em segredo pelo resto da vida.

A família Alencar teve grande prestígio político no século XIX, principalmente na primeira metade deste século, sendo difícil deixar de falar de Tristão sem a referência de Martiniano, Tristão Gonçalves, Ana Triste e dos seus envolvimento em 1817 e 1824.

Tristão se formou na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1845, e logo foi alocado aos quadros do funcionalismo público e depois da política. Essa carreira, iniciada na faculdade, já era conhecida à época. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), fazia parte da lógica da administração pública do império aproximar os seus bacharéis para assim ter garantido o preenchimento dos postos de trabalho, principalmente nas províncias. Era um percurso muito comum no segundo reinado. Tendo o bacharelado em Direito, logo em seguida o que se pretendia era a ocupação de uma função pública, um cargo no executivo ou no legislativo. Era assim como um cumprimento de etapas, primeiro a faculdade de Direito, depois o cargo público e logo em seguida a efetivação na vida política. Não foi diferente com Tristão de Alencar Araripe, que foi de Chefe de polícia no Ceará, Espírito Santo e Pernambuco a presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além de deputado provincial e geral pelo Ceará, Desembargador, Conselheiro e Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro da Fazenda no Governo provisório em 1891.

Tristão passou pelas principais províncias do Império: Ceará, Pará, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esse percurso possibilitou que ele tivesse uma visão ampliada das condições do império, o que interferiu diretamente na sua visão política e historiográfica. Em cada província consultou documentos históricos que serviram para os seus escritos sobre a jurisprudência e história.

No Acervo de Tristão de Alencar Araripe localizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontram-se variadas anotações, bem como cartas e documentos sobre diversos assuntos relacionados às províncias por onde passou. Fez anotações sobre a Revolução de 1817 e Confederação do Equador quando esteve no Ceará e Pernambuco; sobre a Cabanagem, no Pará; sobre a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e demais temas ligados à história e ao ambiente político, econômico e social das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Pela trajetória profissional e política de Tristão, podemos defender que este autor esteve próximo de uma das questões principais do Estado Imperial do Brasil, a saber: a

legitimação do governo do II Reinado e consolidação do Estado Imperial frente aos grupos políticos e as revoltas provinciais.

Conhecendo um pouco da formação familiar e política de Tristão de Alencar podemos chegar ao ponto central deste trabalho. Não é pretendido aqui investigar a familiar Alencar, apesar de ser uma iniciativa instigante pela exiguidade de trabalhos sobre esse assunto, principalmente sobre os nomes centrais nos movimentos de dezessete e vinte e quatro (Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar). O objetivo é analisar um aspecto importante na produção historiográfica de Tristão, mais especificamente na *História da Província do Ceará*. Trata-se da ausência dos fatos e acontecimento em que sua família esteve diretamente envolvida (1817 e 1824).

Mas nos concentremos em apresentar a obra central de Tristão, a *História da Província do Ceará* – dos tempos primitivos até 1850. Para isso temos de considerá-la como a primeira tentativa sistemática de produção historiográfica sobre o Ceará. Defendo, assim como outros historiadores,<sup>1</sup> que Tristão inaugurou a história do Ceará. Isso não quer dizer que ele foi o primeiro a pesquisar sobre a história cearense, pois são de grande prestígio os trabalhos de Pedro Théberge, João Brígido e Tomás Pompeu de Souza Brasil (Senador Pompeu).<sup>2</sup> No entanto, apesar de terem prestado grande contribuição à historiografia cearense, nem Théberge, nem Pompeu e nem Brígido sistematizaram uma obra que fosse, antes da *História da Província do Ceará*, uma síntese e análise dos fatos ocorridos nesta província desde os tempos coloniais até o império. Os títulos dessas obras são característicos de suas intensões: esboço, apontamentos, ensaio.

Já o título da obra de Tristão é característico da sua vontade de síntese sobre a história do Ceará. A sua intenção é por uma história total, uma história no singular coletivo (KOSSELECK, 2006). Uma história que fosse ao mesmo tempo todos os fatos e acontecimentos importantes ocorridos no Ceará, como também uma análise sistemática desses momentos.

---

<sup>2</sup> Tomo como referência Barão de Studart, Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues, João Alfredo de Sousa Montenegro, Regis Lopes, Ítala Byanca, etc.

<sup>2</sup> Os trabalhos a que me refiro são: Esboço histórico sobre a província do Ceará, de Pedro Théberge, no Diário de Pernambuco, em 1859; Apontamentos para a história do Cariri, de João Brígido, no Diário de Pernambuco, em 1861; e Ensaio estatístico da província do Ceará, de Tomás Pompeu (1863-1864);



No entanto, mesmo sendo reconhecido os trabalhos anteriores de Théberge, João Brígido e Tomás Pompeu, defendo que Tristão e a *História da Província do Ceará* representam um esforço tanto de pesquisa quanto de análise detentores de características próprias, e distantes do que pretendiam Théberge, Pompeu e Brígido. As análises de Tristão, por vezes, vão além do que foi encontrado na documentação, sendo uma história tanto filosófica quanto científica, se assumirmos o compromisso daquela com os aspectos morais e desta pelo rigor com os documentos.

Sendo assim, concordo com José Honório Rodrigues (2002: 28): “(...) sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro em ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico”.

Defendo, portanto, que a *História da Província do Ceará* inaugurou a escrita da história do Ceará; o Ceará nasce para a História na sua escrita. É um “nascimento” para a historiografia.

## O PRESENTE AUSENTE

José Aurélio Saraiva Câmara (1921-1974), sócio do Instituto Histórico do Ceará, na segunda edição da *História da Província do Ceará*, em 1958, foi o responsável pela apresentação (prefácio) da obra ao público cearense contemporâneo. O momento marcou a efeméride de 50 anos da morte de Tristão de Alencar Araripe, acontecida em 1908. José Aurélio Câmara inicia a sua apresentação ressaltando o esforço pela publicação da segunda edição do livro de Tristão de Alencar Araripe. Consta logo nas primeiras páginas deste livro uma lista de nomes que contribuíram financeiramente para a reedição, que seria anotada por Tomás Pompeu Sobrinho, Carlos Studart Filho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo e o próprio José Aurélio Câmara.

Essa lista de colaboradores fazia parte do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e marcou o esforço por reedições de obra de relevo para os estudos históricos de cearenses e sobre o Ceará. A leitura/apresentação de José Aurélio Câmara deve ser lida sob este crivo, de que ele, Câmara, representou o Instituto do Ceará ao longo dos seus comentários.

Uma de suas intensões no texto é de estabelecer uma periodização da historiografia cearense, se referindo a três fases ou etapas. A primeira seria a FASE DESCRITIVA, marcada pela descrição “nem sempre exata, dos fatos históricos, cujo conhecimento provinha de informações esparsas, documentadas ou não, existentes nas províncias”. Os historiadores dessa fase aventuraram-se por searas desconhecidas, mas há de se “considerar admirável o trabalho desses bandeirantes da nossa cronologia histórica” (CÂMARA, 1958:IX).

A segunda fase seria marcada pela criação do Instituto do Ceará (1887) e denominada FASE ELUCIDATIVA. Esta fase é marcada pela investigação intensa e extensa dos documentos e do confronto destes com outros encontrados em arquivos do Brasil e da Europa, o que “permite preencher lacunas, corrigir erros, anular os equívocos, em suma – estabelecer a verdade histórica” para “esclarecer e elucidar, e não apenas descrever, os fatos reais da história cearense” (CÂMARA, 1958: IX).

A terceira fase seria a INTERPRETATIVA, que para Câmara já estava tardando, “na qual, mais que ao historiador, caberá a palavra ao sociólogo”.

A obra de Tristão, segundo Câmara, se encaixaria perfeitamente na primeira fase da historiografia cearense.

No edifício da história cearense, situa-se Araripe como o arquiteto das fundações, como operário da obra rude e esquecida, a mais penosa e a menos lembrada, sobre a qual levantariam outros o edifício *com melhor ferramenta e, por isso mesmo, com mais brilho e perfeição*.

Não dispondo de outros recursos senão aqueles que pacientemente coligira, êle próprio, em arquivos deficientes da província, labutando às escuras numa seara ainda virgem, *sua obra fatalmente se ressentiria de falhas e omissões*. Desbravando o desconhecido, embrenhando-se por meandros impenetráveis, se nem sempre encontrou a verdade, nem por isso a perseguiu menos (...). (CÂMARA, 1958: X) (Grifos meus).

Embora constatado os equívocos, sobretudo de algumas datas, o trabalho de Tristão merece todo o reconhecimento, por ter sido fruto de grande esforço e ponto de partida para os outros intelectuais interessados pelos fatos históricos do Ceará.

Passemos agora para um dos assuntos mais comentados na historiografia cearense sobre o livro de Tristão. Trata-se da ausência dos fatos acontecidos na primeira metade do século XIX, onde estiveram envolvidos diretamente alguns membros da família de Tristão de Alencar. Há um descompasso entre a obra iniciada em 1847 e o prefácio escrito por Tristão em 1862. Isso porque o autor nesse prefácio diz das suas intenções iniciais para a produção do livro.

Quando cursava as aulas preparatórias, tive em mãos um compêndio da História do Brasil, no qual, tratando-se da proclamação da independência nas províncias do Piauí e Maranhão, dizia-se, os “Cearenses, como horda de vândalos, haviam invadido essas duas províncias, cometendo tropelias e latrocínios” (ARARIPE, 1958: 15-16).

Logo em seguida diz das suas impressões:

No verdor dos anos essas expressões fizeram-me grave impressão, magoando um coração juvenil, que já sentia o amor do torrão pátrio.

Desconhecedor dos fatos não podia, contudo, crer na realidade de expressões que, por semelhante forma, infamavam o nome cearense (ARARIPE, 1958: 16).

E do seu impulso inicial para o seu projeto.

Tomei então o propósito de oportunamente estudar os fatos ocorridos por ocasião da independência de minha província e quando ali, no exercício de um cargo de judicatura, passei os anos de 1847 a 1850 procurei revolver os documentos contemporâneos (ARARIPE, 1958: 16).

Mas o interesse de Tristão de Alencar Araripe com a escrita desse trabalho não era só explicar o processo de independência da província do Ceará. O que estava em jogo era a reputação da família Alencar, isso porque seu pai e seu tio foram personagens centrais no processo de independência das províncias do Piauí e do Maranhão. Também pelo envolvimento desses homens na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824.

(...) julguei dever tirar do silêncio as notas que escrevi relativas aos acontecimentos políticos, em que meu pai e meu tio figuraram na época da independência e da Confederação do Equador, publicando o trabalho como estava escrito, aguardando ocasião de o rever e corrigir, se os tempos permitirem (ARARIPE, 1958: 17).

O que mais chama a atenção nessa passagem acima é a indicação de Araripe a um trabalho já realizado que lhe demandaria alguma correção e publicidade. O fato é que a edição de 1867 e nenhuma outra depois dela contou com a intenção inicial de reaver ou revisar a história da família Alencar. Ainda mais que essa era uma das finalidades do livro, indicado pelo próprio autor no mesmo prefácio:

(...) 1º) mostrar que os cearenses, aceitando com entusiasmo a idéia da independência nacional, são dignos de louvor pelo importante serviço de haverem concorrido com esforço, para que em mais duas províncias essa independência fosse proclamada; 2º) mostrar que os finados tenente-coronel Tristão Gonçalves e senador José Martiniano de Alencar foram sempre guiados por intenções retas e acrisolado amor de seu país em todos os atos públicos em que tomaram parte (ARARIPE, 1958: 17).

Não é difícil perceber ao longo da leitura da *História da Província do Ceará* a falta de importantes fatos ocorridos na primeira metade do século XIX, principalmente por saber que seria esse o espaço de tempo o mais precioso para o autor, pois foram nos eventos dessa época que houve mais destaque político de sua família. A “História” de Tristão, que pretendia ir “desde os tempos primitivos até 1850”, vacila quando trata dos últimos 50 anos (1800-1850). Essa “falta” foi diagnosticada e comentada por muitos intelectuais, como Barão de Studart e o próprio Capistrano de Abreu (Câmara, 1958: VIII). José Aurélio Câmara também se interrogou sobre essa questão. Refuta algumas possibilidades, relacionadas ao tempo e competência do autor, mas não chega a uma compreensão efetiva.

Interessada por esse assunto, principalmente em compreender o que pode ter acontecido para haver esse descompasso entre as intenções de Tristão, colocadas no prefácio, e a obra escrita, a historiadora Ítala Byanca Morais da Silva escreveu o trabalho *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará* (2006). A abordagem da autora foi de tentar perceber essa questão como uma escolha, não como uma falha. Para isso, o percurso traçado pela

autora foi de perceber a trajetória de Tristão, sua vida e o seu lugar social. Uma estratégia acertada, pela possibilidade da visualização do lugar social que o autor estava inserido. Na conclusão de seu trabalho, Ítala Byanca aponta que:

Tristão de Alencar Araripe antes de ser um historiador era um político e um funcionário público ligado diretamente ao governo imperial. Qualquer tipo de colocação indevida sobre a Confederação do Equador ou qualquer movimento que incitasse a fragmentação do império poderia resultar na sua expulsão ou exílio desse “campo do poder”. Assim Araripe não escreveu a história do Ceará mostrando a importância da sua família, escreveu uma história atrelada aos cânones do IHGB, com temática indígena e mostrando os caminhos do povoamento e colonização do Ceará (SILVA, 2006: 80-81).

E assim a questão tão comentada sobre a produção da História da Província do Ceará ganha outro patamar de compreensão. Restando aos leitores dessa obra e atentos a essa discussão especular da possibilidade de textos não encontrados de Tristão sobre a história da família Alencar.

Em trabalho recente,<sup>3</sup> Hugo Hruby oferece mais questões sobre a inexistência de textos de Tristão sobre a participação da família Alencar nos eventos de 1817 e 1824. Hruby afirma que Tristão escreveu sobre o assunto, ainda em 1862, e que o texto teria sido publicado no Diário de Pernambuco. Sendo assim, para Hruby, a tão comentada 2ª parte da História da Província do Ceará já teria sido escrita e publicada. Embora desconheça o texto em questão, e não duvide da sua existência, desconfio que historiadores desde o XIX não tenham sabido da existência de tais escritos.

Mas o que tem que ser destacado aqui é que ao escolher não tratar dos acontecimentos a que sua família esteve envolvida dos primeiros 50 anos do século XIX na *História da Província do Ceará*, Tristão se afastou das suas intenções iniciais de reaver e revisar a história da família Alencar. Ao fazer isso, a obra ganhou contornos diferenciados, atendendo a outros propósitos, sobretudo aqueles que beneficiariam na candidatura ao IHGB.

---

<sup>3</sup> A tese foi intitulada *O Século XIX e a Escrita da História do Brasil: Diálogos na Obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, em março de 2012.

A presença dessa ausência na obra de Tristão faz com que nós percebamos o quão delicado se constitui um trabalho de história, cujas temáticas e assuntos tratados obedecem a regras e critérios que por vezes estão vinculados aos espaços sociais que permitem ou rejeitam intenções e posturas incompatíveis com suas ambições. A imediata vinculação de Tristão ao IHGB não pode ser interpretada por acaso. Apenas três anos depois da publicação, em 1870, a *História da Província do Ceará* serviria para a candidatura que Tristão ao corpo de sócios do IHGB.

### Referências bibliográficas

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. 2 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958.

BARROSO, Oswald. *Tristão de Alencar Araripe: Alma Afoita da Revolução*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 50).

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.

RODRIGUES, José Honório. A historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará. In: RODRIGUES, J. H; RODRIGUES, Leda B. (Orgs) *Índice anotado da revista do Instituto do Ceará* (do tomo I ao LXVIII). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 15-54.

SILVA, Ítala Byanca Moraes da. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

## HEINRICH VON SYBEL: A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO INTENÇÃO POLÍTICA

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha\*

Quando Heinrich Karl Ludolf von Sybel nasceu em dezembro de 1817, a Confederação Germânica havia sido recentemente fundada. A expulsão das tropas de Napoleão e a reordenação dos estados europeus no Congresso de Viena, ocorrida apenas dois anos antes, marcariam o início de uma nova era política no ramificado território de língua alemã.

O historiador advinha de uma tradicional família de intelectuais protestantes, estabelecida nas imediações de Düsseldorf, onde a nova configuração política havia incluído os territórios da Renânia aos domínios prussianos. Seu pai, o jurista Heinrich Ferdinand Philipp von Sybel, trabalhara como funcionário público no período de ocupação francesa, servindo tanto ao império napoleônico quanto ao estado da Prússia. Em 1831, por sua proeminente posição social, fora conferido o título de nobreza (*Adelsstand*) ao velho Heinrich Ferdinand, que, entretanto, não mudaria seu engajamento político, inclinado aos ideais das classes médias liberais em ascensão. Um ambiente propício à difusão das ideias do liberalismo renano influenciaria o percurso intelectual e político do jovem historiador. Em diversas ocasiões de sua vida Sybel buscava lembrar sua juventude em Düsseldorf. Educado em meio a um ativo cenário artístico e cultural, desde cedo, o precoce intelectual se encantara com a obra de Karl Schnaase e com o gênio musical de Felix Mendelssohn. Sob cuidadosa orientação de sua mãe, Heinrich desenvolvera um apurado sentimento estético além de um forte interesse por literatura, música e belas artes.

Quando seguiu para Berlim em 1834, para estudar história e filosofia, para ele as *Burschenschaften* (fraternidades estudantis) não possuíam nenhum sentido especial. Muito mais interessante, em sua opinião, era a vida artística da capital prussiana, com aspectos bastante diferentes do que estava acostumado em sua cidade natal.

---

\* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES. Bolsista CAPES.

Por toda sua vida Sybel lutou contra a ideia de que a História seria apenas ciência, sem nenhuma influência da arte. Do historiador ele esperava três aspectos básicos: a pesquisa empírica crítica, o posicionamento político e a representação artística. O acadêmico elogiava o papel de Schiller enquanto historiador, que teria libertado a escrita da história dos círculos de ofício. Em sua forma e conteúdo, os traços artísticos em um trabalho histórico lhe confeririam longa durabilidade.<sup>1</sup>

Após intenso contato com as obras de Bartold Niebuhr e Edmund Burke no Gymnasium em Düsseldorf, aos dezessete anos Sybel estava decidido a aprimorar seus estudos na nascente ciência histórica. No seu primeiro ano em Berlim, seguindo o conselho de seu tutor Karl Immermann, Sybel optara por frequentar as aulas do já afamado Leopold Ranke. Em seu semestre inicial, ocupou-se com a *Geschichte des Mittelalters* e matriculou-se nos *historischen Übungen* de Ranke.

Como por acaso, no verão de 1835, Sybel passou a frequentar as aulas do jurista Friedrich Carl von Savigny, que anos mais tarde classificaria como "o mais completo professor acadêmico do século dezenove" (DOTTERWEICH, 1973: 16). Nos dois semestres seguintes o jovem universitário frequentou não menos que cinco seminários jurídicos. Além de Savigny, ele estudara com Rudorff, Röstel e Klenze Erbrecht, direito privado alemão e a história do direito romano e germânico.

Sybel mostrara-se satisfeito com a bagagem histórica e cultural desses seminários, mas os fundamentos metodológicos do historiador ainda seriam em maior parte influenciados pelos preceitos de Ranke. Tanto que em sua tese de doutoramento, intitulada *De fontibus libri Jordanis; de origine actuque Getarum*, já era perceptível o uso dos métodos rankeanos de crítica empírica. De modo complementar, o conceito de *Volkgeist*, oriundo da obra de Savigny o habilitara à ideia da possibilidade de "uma consciência geral" em cada sociedade ao longo da história.

A Escola do Direito rejeitava filosofias abstratas e a noção de "direito natural", enxergando o desenvolvimento histórico dos povos como principal critério de análise. A proximidade de Sybel com tais preceitos foi essencial para que o autor percebesse as

---

<sup>1</sup> A própria preocupação estética do autor com a obra histórica pode refletir preocupações políticas, dada a intenção que Sybel possuía em atingir e influenciar politicamente o grande público. Cf. STIEG, Margaret F. *The Origin and Development of Scholarly Historical Periodicals*. University of Alabama, 1986.



individualidades do processo histórico, em contraste a quaisquer leis gerais de ordenação do passado humano.

Mas em oposição a Ranke, que em função da objetividade da pesquisa pretendia até mesmo "anular-se", Sybel já ensaiara a ideia de que o historiador deveria analisar o passado com paixão e desejo - *cum ira et studio*. Seria justamente essa inclinação à política que posteriormente levaria o intelectual a adquirir posição de destaque como defensor de uma Alemanha Pequena sob a égide prussiana. O fervente nacionalismo, que seria marca dos escritos de Sybel na segunda metade do século dezenove, não pode ser compreendido sem a observação dos preceitos éticos que a ciência histórica adquirira durante os anos de sua formação acadêmica.

É apenas nos seus primeiros escritos que Sybel pode ser considerado como pertencendo à escola rankeana<sup>2</sup>. Crescendo na atmosfera liberal de uma Renânia predominantemente católica, não foi difícil que o historiador criasse laços afetivos com o centro protestante prussiano (GOOCH, 1913: 128).

Sybel se tornaria o tipo de historiador que subordina tudo às suas próprias ideias e para o qual quaisquer circunstâncias do passado serviriam de pretexto ao provar a excelência das instituições da dinastia Hohenzollern e a verdade dos princípios políticos nacionalistas liberais (GUILLAND, 1915: 172).

Uma forte ligação com o presente, a incessante busca por respostas e o preenchimento de lacunas, seria parte das motivações do historiador antes mesmo do início do processo investigativo. O próprio Sybel o fizera durante o decurso revolucionário de 1848, quando o desapontamento com a política presente o levou a produzir uma série de panfletos em que analisava a Revolução Francesa de 1789, debatendo seus equívocos e descaminhos.<sup>3</sup>

Em sua opinião, se a revolução jacobina havia falhado, teria sido porque seus princípios políticos estavam errados, pois o tempo presente não poderia acomodar-se às

---

<sup>2</sup>A tradicional distinção entre uma escola "Rankeana" e uma "Prussiana", por sua grande quantidade de influências recíprocas, pode ser um tanto confusa. Questões políticas e paradigmáticas podem se confundir. Nesse sentido, opto por utilizar o estabelecido por Georg Iggers em *The German Conception of History* (1983).

<sup>3</sup>Esses estudos seriam retomados anos mais tarde com a publicação de um amplo trabalho em cinco volumes sobre a Revolução Francesa, publicados entre 1853 e 1875. Cf. SYBEL, Heinrich von. *Geschichte der Revolutionszeit 1789-1800*. Stuttgart: Cotta. Bd. 1. 1898.

teorias comunitárias que estavam em sua base, nem na ideologia universalista napoleônica que foi sua consequência.

Essa preocupação com o presente, além de romper drasticamente com a tradição acadêmica anterior, iria inaugurar a legitimação científica de um discurso marcadamente nacionalista. Naquele momento, Sybel passava a conceber que a organização dos estados em uma base nacional seria o grande fato histórico do século dezenove e que a Alemanha seria bem sucedida em tal processo, devendo para tal, excluir de suas imediações tudo aquilo que tendesse a destruir a concepção de unidade, como por exemplo, o catolicismo e a política anti-germânica dos Habsburgo.

Além de um claro vínculo com a política e o esforço em naturalizar o discurso nacional, há em Sybel as marcas de um projeto político que iria paulatinamente se solidificar no ideário social alemão oitocentista. Protestante e prussiano, o autor enxergava a história como vinculada ao progresso, em um movimento no qual o estado possuiria papel central na aquisição da liberdade dos indivíduos.

Longe de figurar de forma passiva neste processo, Sybel – como boa parte seus colegas historiadores liberais moderados - acreditava fazer parte de um movimento histórico maior, onde o estado e a lei possuiriam proeminência, fazendo parte de uma vontade divina inalterável. Essa visão otimista em relação às instituições do estado e a história era compartilhada pelos historiadores que compunham a Escola Histórica Prussiana, um grupo de intelectuais dedicados ao estudo do passado e a defesa de um estado alemão sob a liderança de Berlim (IGGERS, 1983).

Ao lado de nomes como Johann Droysen, Georg Waitz, Friedrich Dahlmann e Max Duncker, Heinrich von Sybel estava convicto de que o estabelecimento de uma monarquia constitucional e um estado baseado na lei, proveriam as bases da nação alemã a ser criada. As raízes desse pensamento político e a importância do liberalismo no estabelecimento das posições desses historiadores, apenas podem ser compreendidas com uma melhor aproximação do significado social da ciência histórica na Alemanha do século dezenove.

## **2- Liberalismo e repressão: as limitações à propagação de conceitos políticos**

Sob influência do experiente historiador Friedrich Christoph Dahlmann, Sybel tivera na Universidade de Bonn contato mais forte com algumas daquelas nascentes percepções liberais moderadas (MCCLELLAND, 1871: 254). O jovem intelectual renano definira os rumos de sua carreira ao se habilitar como docente naquela instituição no verão de 1840, adquirindo, um ano mais tarde, relativa fama nos meios acadêmicos prussianos, com o lançamento de sua *Geschichte der erste Kreuzzeug* (História da primeira Cruzada).

Aquela marcada intenção política com a escrita da história seria primeiramente perceptível nessa fase inicial da carreira acadêmica do autor. No período que antecedeu a agitação revolucionária do fim dos anos quarenta, o intelectual já demonstrava preocupação com os rumos políticos da Prússia e da Confederação Germânica como um todo.

Seu posicionamento e opiniões políticas aos poucos passavam a refletir aqueles de um membro da elite urbana educada que adquirira recentemente os privilégios nobiliárquicos. Por essa particular posição, e pelas circunstâncias de sua formação intelectual e política, Sybel iria definir-se posteriormente como um pensador “liberal conservador” (DOTTERWEICH, 1978: 132). Parece relevante considerar, nestes termos, a historicidade de tal assertiva e a particularidade do pensamento liberal alemão em relação a sua contraparte inglesa ou francesa no século dezanove.

Concebendo as criações culturais alemãs como inseridas em determinada dinâmica de desenvolvimento, é mister considerar a perpetração de conceitos políticos em sua estrutura social no interior das limitações e possibilidades semânticas de sua experiência histórica. Nestes termos, a posterior eficácia limitada dos direitos individuais em seu sistema político durante o século dezanove seria, para a maioria dos alemães, não o sinal de uma emancipação falha, mas a indicação de uma distinta noção germânica de liberdade (KRIEGER, 1957: 4).

Naquele momento, o repressor cenário sócio-político existente nos estados da confederação não permitia o desenvolvimento de ideais contrários ao poder instituído. A forte censura e as perseguições aos propagadores dos preceitos liberais geravam tímidas

tentativas de consenso acerca do significado de conceitos políticos modernos<sup>4</sup>. Não havia um movimento liberal coerente, e as classes médias educadas se restringiam a reunirem-se em organizações não políticas como clubes sociais, sociedades profissionais, associações recreativas além dos círculos universitários.

Como apontado por James Sheehan, por tais motivos, seria difícil identificar um pensamento liberal coeso nos estados germânicos durante o período do *Vormärz*<sup>5</sup>. Havia, de fato, uma tendência a ligar o progresso moral com o iluminismo espiritual. A proposta de participação política, muitos deles acreditavam, deveria se dar na difusão do liberalismo e na melhoria moral. Suas formas deveriam ser educacionais com a transmissão das opiniões iluministas a um público de homens independentes e racionais (SHEEHAN, 1978: 14).

Os membros dos círculos liberais acreditavam representar o bem comum e as forças da história que levariam ao triunfo gradual do iluminismo e da liberdade. Eles obviamente reconheciam que havia diferentes pontos de vista em seu movimento, mas acreditavam que tais nuances eram muito menos importantes do que os ideais que compartilhavam. Seus objetivos coincidiriam com a direção da mudança. Quando esses grupos da classe média educada pensavam em si como um movimento, tendiam a fundir dois significados comuns da palavra. Eles eram um conjunto de homens unidos por um objetivo compartilhado em uma corrente do tempo que fluía a uma direção dada (SHEEHAN, 1978: 16). Eram, deste modo, o "partido de movimento" cuja eventual vitória seria garantida pela mesma lógica de desenvolvimento que relegaria seus oponentes ao esquecimento histórico.<sup>6</sup>

Nos anos posteriores a 1830, a força crescente das ideias liberais nas cidades introduziu uma nova vitalidade e sentido de proposta política a um número maior de conselhos municipais. Os liberais alemães tendiam a pertencer ao que pode ser chamado

---

<sup>4</sup> Com os chamados Decretos de Karlsbad (1819), a censura, a proibição das associações e a perseguição aos dissidentes políticos haviam sido oficialmente estabelecidas na Confederação Alemã.

<sup>5</sup> Termo utilizado para se referir ao período que antecedeu o processo revolucionário de 1848.

<sup>6</sup> Caracteristicamente, os liberais falavam das tendências progressivas que representavam em termos espirituais. Essa ênfase espiritual no caráter do seu movimento era constantemente acompanhada por uma descrença em implicações práticas da organização e ação políticas. O termo partido, por exemplo, tomou uma conotação negativa quando foi usado para se referir a algo além de uma comunidade ideológica.

"médio estrato" (*Mittelstand*), as classes médias econômicas: membros de uma elite universitária, pequenos e grandes empreendedores, manufactureiros, lojistas, fazendeiros independentes e afins.

O *Mittelstand*, a maior parte dos liberais acreditava, era a fonte do iluminismo e do progresso, seria onde a força do estado, o crescimento da economia e a expansão da liberdade iriam se sustentar. Se havia objetivos práticos compartilhados por esses esparsos pensadores políticos da classe média, estes orbitavam entre os interesses do estado (*Staat*) e do povo (*Volk*), conceitos tão ambíguos quanto a maior parte das formulações ideais liberais existentes no *Vormärz*.

Havia uma ambivalência daqueles liberais em relação ao estado, refletida, por exemplo, no papel histórico que os burocratas tiveram na Alemanha dos séculos dezoito e dezenove. Entre 1815 e 1848 a ordem tradicional não foi restaurada e o *Beamtenstaat* (estado burocrático) floresceu. Durante esse período a burocracia ocupou o centro de um complexo campo de forças políticas e sociais.

A maior parte daquela burguesia letrada, enquanto hostil aos abusos do poder desse estado, sabia de sua importância em moldar instituições sociais, econômicas e políticas fundamentais<sup>7</sup>. Para uma grande maioria do movimento, o problema estava em como reconciliar seu ódio pelo despotismo oficial com o reconhecimento de que o poder do estado havia sido, e poderia ainda ser o caminho para conquistar seus ideais mais almejados. Um consenso entre os liberais quanto aos caminhos para a aquisição daquele coletivo racional, poderoso e ideal seria o estabelecimento de um controle da lei (*Rechtstaat*) constitucional, onde todos os órgãos do governo seriam organizados pelo princípio de justiça.

Nos meandros de tal debate, era dado cada vez mais destaque à conciliatória noção de monarquia constitucional. Vista como uma alternativa cautelosa e consensual às ideias da Revolução Francesa, geralmente influenciada pelas condições existentes na

---

<sup>7</sup> James Sheehan menciona que as atitudes liberais em relação ao estado eram o produto de dois conjuntos de pressões conflitantes. Por um lado os impulsos anti-estatistas do pensamento liberal ocidental com as frustrações causadas pelas realidades repressivas do absolutismo burocrático. E por outro, a grande quantidade de reformas progressistas realizadas pelo estado, e, igualmente importante as convicções divididas por muitos liberais de que o estado permanecia como um aliado indispensável em uma sociedade cultural, religiosa e economicamente atrasada como a deles.

Grã-Bretanha, tal doutrina versava sobre uma constituição que garantiria liberdades básicas aos cidadãos.

Um tratamento igual sob a lei estimularia direitos civis básicos como as liberdades de expressão, de imprensa, de associação e religiosa, estimulando o livre arbítrio quanto a disposição da propriedade privada. Em contraste ao absolutismo ou ao republicanismo revolucionário, a monarquia constitucional possuiria um regime em que o legislativo e o executivo existiriam de forma independente um do outro, com ações mutuamente restritivas que garantiriam a manutenção daquelas liberdades recém adquiridas entre os cidadãos.<sup>8</sup>

Do mesmo modo, o multiforme conceito de *Volk* estava entre uma daquelas díspares noções políticas existentes no arcabouço ideal do nascente liberalismo alemão. O “povo” poderia significar desde o chamado *Realvolk*, representado pelos próprios *Mittelstände* liberais, até o famigerado *Pöbel*, constituído pelas massas e sua ânsia pela subversão revolucionária.

Exemplo dessa dissonância eram as opiniões acerca do sufrágio e demais formas de participação popular na política. Os liberais possuíam fortes dificuldades em estabelecer em que medida as classes baixas seriam ou não partícipes de uma nova realidade social racionalista.

Havia em grande medida, um temor revolucionário, intimamente relacionado com o proletariado ascendente (*Proletariat*), onde o terror da Revolução Francesa servia como principal alarde histórico. Se o papel das massas não era definido de forma clara, os liberais não discordavam em afirmar a imensa distância que os separava dos estratos sociais mais baixos.

Em suma, a consideração pela autoridade, a ansiedade em relação à desordem, o controle do estado pela constituição e o medo do *Volk*, eram partes inter-relacionadas e mutuamente reforçadas de uma mesma visão política. A falta de espaço para a atuação, a imensa fragmentação política e um ainda arcaico sistema de comunicações, impedia,

---

<sup>8</sup> SPERBER, Jonathan. *The European Revolutions, 1848–1851*. New Approaches to European History. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

na primeira metade do oitocentos, o pleno estabelecimento de um movimento político liberal na Alemanha.

### **3-As influências liberais na escrita da história em Sybel**

Entre historiadores, e mais especificamente em Sybel, não seria diferente. O intelectual possuía bastante apreço pela obra de Edmund Burke, cuja cétrica interpretação do processo revolucionário francês costumava admirar. Essa inclinação ao pensamento conservador britânico não o impedia de enxergar sob uma perspectiva crítica o arcaísmo institucional dos estados alemães de seu tempo.

Todavia, sua fidelidade à dinastia Hohenzollern e o apreço ao dogma protestante o situavam entre aqueles intelectuais que viam as mudanças com cautela, almejando a manutenção do poder do estado como bem essencial à aquisição das liberdades individuais.

Em uma texto escrito para os anais da associação renana *Vereins von Alterthumsfreunden im Rheinland* de 1844, Sybel elaborara uma história regional onde a forma administrativa e o desenvolvimento da igreja luterana eram destaque. A válvula motriz de sua pesquisa se baseava em um interesse prático que atendesse as demandas do presente. Respostas ao seu próprio tempo eram buscadas a partir de um “ponto de vista histórico verdadeiro” baseado na pesquisa empírica, permitindo ater validade às proposições de um presente político (BAILLEY, 1908).

Mas de fato, suas primeiras preocupações em buscar respostas políticas com o uso do passado se deram com o debate confessional, em seus ataques à Igreja Católica e ao movimento ultramontano (DOTTERWEICH, 1978: 62). Para Sybel o particularismo ligado aos interesses da nobreza e do clero impedia os ímpetus unitaristas do estado. O ativismo católico e a intenção expansionista do Império Habsburgo seriam o principal alvo de ataques do historiador, que os intensificaria décadas mais tarde durante a *Kulturkampf* de Bismarck.

Para seu desgosto nos anos 1840, as políticas de tolerância do monarca recém-empossado Frederico Guilherme IV, propiciaram uma expansão ainda maior do movimento ultramontano nos arredores da Renânia. O ápice da expressão confessional e

política de seus adversários católicos se deu em 1844, quando o bispado de Trier organizou procissões em decorrência da exibição de uma relíquia conhecida como o “Manto sagrado de Trier”.

Em resposta ao que julgava como o culto de um mito e a negação da razão, Sybel em parceria com o teólogo e professor de Bonn, Johann Gildemeister, publicara uma minuciosa pesquisa, onde em linguagem irônico expunha a falsidade da relíquia e de outras credices tipicamente católicas. Em *Der heilige Rock zu Trier und die zwanzig andern heiligen ungenähten Röcke* (O manto sagrado de Trier e outros vinte mantos sagrados disseminados), ficam claras as pretensões racionalistas no pensamento do autor, e os ideais de esclarecimento da população a partir da de investigação histórica

A ampla tiragem desse trabalho, e os rebuliços causados pelas afirmações do autor protestante, lhe renderam péssima reputação entre os círculos católicos renanos. A ênfase no cientificismo e na razão empírica rankeana são o corolário da intenção pedagógica existente nesses escritos históricos. Contra a farsa e as pretensões políticas ultramontanas, Sybel se utilizaria da ciência e da razão em um caminho de iluminação populacional.

Seguindo a publicação de daquela obra, Sybel se dedicaria a mais dois trabalhos orientados pelos desafios de seu presente político. Nos ensaios *Über das Königreich Jerusalem 1100-1131* (1844) e *Über den zweiten Kreuzzug* (1845), o intelectual mais uma vez focava o fenômeno das Cruzadas, almejando esclarecer como a crença religiosa poderia traduzir-se em intenções políticas claras. Não por acaso suas afirmações iam de encontro com o que considerava a ameaça do ultramontanismo de seu tempo, que em sua ótica, de movimento religioso paulatinamente se converteria em um perigo político real.

No mesmo período, a oposição aos valores feudais de um setor da aristocracia local levaram Sybel a se auto-intitular um “liberal-constitucionalista” (*konstitutionell-liberal*), em um sentido amplo e genérico, semelhante ao que era pensado por seus companheiros liberais pré-revolucionários (DOTTERWEICH, 1978: 63). Ele possuía a única certeza de que as tendências universalistas da igreja romana ligadas ao movimento ultramontano não poderiam se sobrepor ao que concebia com “fronteiras nacionais”, mesmo que tal definição ainda não lhe fosse bastante clara.



Outro norte em seu pensamento era a negação de espaço político para os antigos ideais feudais de uma nobreza agrária conservadora. Sybel associava aquele pensamento retrógrado dos *Adelstände* aristocráticos justamente às pretensões políticas da igreja católica renana. Em artigos para o *Kölnischer Zeitung*, classificava os anseios aristocráticos como anacrônicos, contrariando as tendências econômicas do que via como uma cada vez mais bem organizada classe média liberal (*Wirtschaftsbürgertum*).

Nesse sentido, Volker Dotterweich acredita que na primeira fase de sua biografia, em oposição ao catolicismo político, e também contrário a alguns preceitos da ortodoxia protestante, em nome da política, da ciência e da ética social, aspectos específicos de sua crença fizeram com que Sybel concebesse uma indiferença entre política e ciência no século dezenove. Acreditando na razão humana e no poder do "livre pensamento", o historiador passava a lutar pela autonomia da vida social e política, envolta pelo princípio da racionalidade no campo da ciência (DOTTERWEICH, 1978: 68).

Para muitos predecessores de Sybel, a relevância política da história não possuía importância. A história iluminista, racionalista, pragmática e defensora dos ideais filosóficos, se voltava aos séculos anteriores com o objetivo ciceroniano de buscar exemplos (KOSELLECK: 2006). Schlosser, Rotteck, e Welcker trouxeram o caráter político-moral à história. Em reação à Revolução Francesa e à ocupação napoleônica o romantismo político se fundiu àquele racionalismo importado, influenciando a escrita da história, que passava não mais a se basear em teorias abstratas, mas em um ideal claro de impulso político com origens no passado.

Nesta esteira, o horizonte de expectativas em Sybel, por mais indefinido que ainda pudesse ser, se estabelecia sobre os mesmos pilares do nascente movimento liberal alemão. Esse casamento entre as ideias liberais e a ciência histórica confluiria para o historiador na crença em uma sociedade harmoniosa baseada na razão, na necessidade do esclarecimento populacional e nos caminhos do constitucionalismo monárquico, elementos que passariam doravante a ser uma constante em seus trabalhos e discursos políticos.

#### **Referências bibliográficas:**

BAILLEY, Paul. Sybel, Heinrich von. in: *Allgemeine Deutsche Biographie* 54, S. 645-667, Onlinefassung, 1908.

DOTTERWEICH, Volker. *Heinrich von Sybel: Geschichtswissenschaft in politischer Absicht*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1978.

HAFERKORN, Folkert. *Soziale Vorstellungen Heinrich von Sybels*. Stuttgart: Klett, 1976.

HAHN, Hans Joachim. *The 1848 revolutions in German-speaking Europe*. Harlow, England: Longman, 2001.

IGGERS, Georg. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Rev. ed. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1983.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRIEGER, Leonard. *The German Idea of Freedom*. Chicago, University of Chicago Press, 1957.

MCCLELLAND, Charles. *The German historians and England: a study in nineteenth-century views*. Cambridge at the University Press, 1971.

SHEEHAN, James. *German liberalism in the nineteenth century*. The University of Chicago Press, Illinois, 1978.

SOUTHARD, Robert. *Droysen and the Prussian School of History*. Lexington, KY: University Press of Kentucky, 1995.

SPERBER, Jonathan. *The European Revolutions, 1848–1851*. New Approaches to European History. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

STUCHTEY, Benedikt; ENDE, Peter. *British and German Historiography, 1750-1950: Traditions, Perceptions, and Transfers*. Hardback, London, 2000.

---

## ROBERT SOUTHEY E A LINGUAGEM GÓTICA: A REVALORIZAÇÃO DO PASSADO PORTUGUÊS

André da Silva Ramos\*

### 1. Introdução

Atualmente, muitas pesquisas tem retomado a importância dos escritos de Robert Southey, sendo notável o interesse acadêmico de pesquisadores provenientes de diferentes disciplinas e nacionalidades. Deve-se destacar a importância destes estudos na restituição de Southey ao cânone literário britânico, pois apesar do letrado ter sido um famoso poeta, historiador e polemista durante seus anos de atividade, foi considerado como um autor de menor expressão após sua morte ao ser comparado aos amigos Wordsworth e Coleridge. Estes estudos também tem sido decisivos para a restituição da importância conferida por Southey a Portugal. Estudiosos portugueses como Maria Zulmira Castanheira e Alexandre Dias Pinto têm realizado estudos importantes no tocante às estadias do letrado na Península Ibérica e no seu projeto inacabado de composição da *História de Portugal* (CASTANHEIRA, 2006; PINTO, 2006).

Tendo em vista a ênfase das pesquisas atuais nos escritos e personalidade de Southey, pretende-se abordar como suas enunciações interagiram com outros textos. Deve-se destacar que as produções do letrado estavam articuladas com as demandas literárias em vigor na Grã-Bretanha, sendo os periódicos um espaço privilegiado para se verificar tanto os horizontes de assimilação dos escritos de Southey pelo público leitor, quanto suas respectivas reações às obras de autores contemporâneos, tendo em vista sua atuação como resenhista. Tomam-se como referência as estadias de Southey em Portugal, realizadas entre 1795 e 1796 e 1800 e 1801, e os escritos produzidos a propósito destas oportunidades, sendo o intuito compreender os conceitos, linguagens e narrativas comumente associadas a esta nação.

### 2. Nos horizontes do atraso e da decadência: a recepção de Southey e Costigan na Grã-Bretanha

---

\* Mestrando em história pela Universidade Federal de Ouro Preto. Esta pesquisa conta com o financiamento da CAPES.

Entre dezembro 1795 e julho de 1796 Southey fez sua primeira viagem pela Península Ibérica e compôs sua primeira obra em prosa, as *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal with some account of poetry*, publicada em 1797. Nesta obra, o jovem letrado britânico de apenas 22 anos pretendeu demonstrar o quanto esta nação lhe desagradava. A sujeira, a inexistência de uma esfera pública literária, os crimes e o fanatismo religioso foram os principais alvos das suas críticas e sátiras. Esta primeira viagem foi motivada pelo tio Hebert Hill, capelão da marinha britânica neste país, que tinha por objetivo afastar o jovem sobrinho das utopias revolucionárias às quais este se envolvia na Grã-Bretanha. Nesta obra, Southey mobilizou vários gêneros como o relato de viagens em forma de cartas, a poesia, a prosa, a tradução e o ensaio histórico-literário como provas verossímeis, vestígios, do atraso e da decadência da Península Ibérica. A apresentação negativa da Península, em especial de Portugal, é vista por alguns estudiosos como devida ao fato de Southey ter ido à Lisboa contra a sua vontade, sem a companhia da esposa Edith e por não conhecer satisfatoriamente a língua e os costumes da nação (CABRAL, 1959; SPECK, 2006; CASTANHEIRA, 2011).

No entanto, para além dos descontentamentos próprios da vida pessoal, Southey era um letrado familiarizado com narrativas de viajantes sobre Portugal, tanto que nas *Letters* cita a série de cartas intituladas *Sketches of Society and Manners in Portugal*, do autor fictício William Costigan. Southey menciona nas *Letters* esta obra ao escrever: “As cartas de Costigan constituem um livro aparentemente tão romântico, embora realmente tão verdadeiro” (SOUTHEY, 1797: 396). De fato, esta citação não foi desprezível, tendo em vista as polêmicas geradas por esta obra nos periódicos britânicos. Estas polêmicas foram desencadeadas, pois a trama principal das cartas de Costigan foi a narrativa do romance ficcional entre o “polido” Lord Freeman, militar irlandês a serviço em Portugal e a “doce” senhorita Lucrécia, filha do Marquês de Pancorvo. Através da elaboração deste romance, Costigan, amigo do casal e testemunha das suas aventuras, situa o leitor das cartas em um cenário de barbaridade e superstição religiosa, isto é, o cotidiano da sociedade portuguesa.

O sucesso do romance ao longo da narrativa é obstado pela ignorância e superstição religiosa dos pais da senhorita Lucrécia, que não admitem o casamento da jovem com Lord Freeman, devido a sua profissão à religião presbiteriana. Costigan transcreve uma suposta carta de Lucrécia endereçada à Freeman, na qual a jovem senhorita expõe os empecilhos à união de ambos, após o término de seus estudos na Inglaterra. Segundo a jovem, os motivos

seriam a “religião” e o “interesse”, pois seus pais, tendo o objetivo de manter as extravagâncias da fidalguia, tinham à disposição muitos serviçais indolentes e não poupavam esforços em atender as vontades do desregrado filho homem. A educação do filho, assim como as ações dos pais, estaria sobre a influência sem limites do confessor, chamado por Lucrecia de “patife”, o frade Domingos de São Nicolau. A má administração das propriedades, que nada produziam, levou o Marquês de Pancorvo a contrair empréstimos com o mercador estabelecido no Brasil, Bernardo Soares Mendes da Costa. Diante da impossibilidade de pagar as hipotecas, o Marquês resolveu casar Lucrecia com este fidalgo, um “plebeu rico”, suspeito de ter sangue judaico (COSTIGAN, 1787: 20-23).

As cartas de Costigan foram bem recebidas nos periódicos, mas não ficaram isentas de críticas. Para o resenhista da *Critical Review*, o excesso de descrição pictórica dos costumes e maneiras, embora estranhamente narrados em forma de romance, não colocavam em dúvida a veracidade do relato: “não temos a menor dúvida que a narrativa nas cartas é perfeitamente genuína, não existe nada no todo que aparece em qualquer nível romântico, embora o livro seja conduzido na forma de um romance” (CRITICAL REVIEW, 1788: 370). O resenhista da *Monthly Review* agravou esta suave crítica, pois Costigan “[...] frequentemente respira em excesso o espírito do romance e do disfarce ficcional, que um leitor suspeito seria apto a questionar a autenticidade” (MONTHLY REVIEW, 1789: 8). No entanto, apesar das recensões, os resenhistas de ambos periódicos aprovaram a obra. O resenhista da *Monthly Review* expõe que o relato aborda questões tão importantes, sendo os “liberais sentimentos” do autor “interessantes para todos os leitores e cidadãos de qualquer país, seja Cristão, Maometano ou Hindu”. Dessa forma, a validade moral do relato estava assegurada, pois “a conduta aqui repreendida manifesta a tendência de arruinar a liberdade de imprensa e levar o mundo letrado de volta ao barbarismo” (MONTHLY REVIEW, 1789: 13).

Ao mencionar a obra de Costigan nas *Letters*, Southey reivindica a verossimilhança e validade moral do seu relato, pretendendo instruir o leitor a respeito da decadência e atraso de Portugal. Mas o objetivo da narrativa não era somente instruir, como também entreter o leitor. Sendo assim, Southey apresentou inúmeras anedotas e sátiras nas *Letters*. Para o resenhista da *Critical Review*, o gênio de viajante do jovem letrado se “misturava” com o de poeta, o que deu o caráter “vivo”, “divertido” e “informativo” da sua obra. Southey é caracterizado por sua “sensível e acurada mente” e seu “gosto e amor pela literatura deram uma variedade de caminhos não encontrados em trabalhos desta natureza”. A sujeira e o desconforto eram

objetos de “muitas sátiras vivas”, pois Espanha e Portugal estavam “ainda mergulhadas na deplorável ignorância, distantes das delícias dos comuns confortos da vida civilizada” (CRITICAL REVIEW, 1797, 384). Segundo o resenhista da *Monthly Review*, o grande mérito de Southey foi trazer ao lar “uma rica colheita de frutos parnasianos” de lugares “agrestes às Musas, nos quais a imundícia esqualida, a indolente indiferença, a idiótica superstição, teria cedido ao fervor do trabalho e à altivez da independência”. Segundo o resenhista, se o “zelo católico” desaprovava a obra, o mais “imparcial dos advogados dos justos direitos da humanidade aplaudiria o calor e o interesse a respeito do que ele considera o geral bem-estar e verdadeira felicidade” (MONTHLY REVIEW, 1797: 302).

De certa forma, Southey se orientou pelas cartas de Costigan e através da narrativa de anedotas e sátiras que caracterizavam o atraso e a decadência de Portugal, pretendeu que a sua primeira obra em prosa fosse um sucesso de crítica e vendas. Southey evitou o principal equívoco de Costigan apontado pelo resenhista da *Monthly Review*, ou seja, a condenação de Portugal à anexação pela Espanha, tendo em vista os progressos recentes dos rivais. O resenhista aponta que este “remédio” prescrito para os “nossos amigos lusitanos” era “certamente pior que uma praga” (MONTHLY REVIEW, 1789: 10). Sendo assim, Southey apresenta as tensões entre estas nações a partir da tradução de um manuscrito composto por Dom Luis da Cunha, que diante do diagnóstico do atraso e decadência de Portugal e superioridade da Espanha aponta a transferência da Corte para o Brasil como uma garantia de progresso e soberania ao ser possível a fundação do “Império do Oeste” (SOUTHEY, 1797: 461-463). Dessa forma, suprida com este manuscrito como apêndice, a obra de Southey se tornava confiável, podendo entreter e instruir os leitores, sendo reconhecida nos periódicos como as observações de uma testemunha polida, de sentimentos refinados, que mesmo condenando, não ousou prescrever um “remédio” “pior que uma praga” para os portugueses.

### **3. Nos horizontes da linguagem gótica: a segunda estadia em Portugal**

Se a primeira viagem para Portugal foi narrada pelo letrado como desagradável, a segunda foi marcada por uma atitude positiva, sendo Southey motivado pelo seu projeto de composição da *História de Portugal*. Durante os anos que separam a primeira da segunda viagem, estudiosos apontam o amadurecimento intelectual de Southey, o aprofundamento dos estudos nas línguas e culturas ibéricas, que foram fundamentais para o letrado publicar artigos

em periódicos sobre literatura das nações peninsulares. Uma prova cabal das mudanças de perspectivas de Southey foi a reedição das *Letters*, em 1799. Em contraposição à edição de 1797, muitas anedotas e sátiras que caracterizavam o atraso e decadência de Espanha e Portugal foram retiradas (CABRAL, 1960; CASTANHEIRA, 2011).

Southey viu a possibilidade de se estabelecer na Grã-Bretanha como um especialista em literatura ibérica, especialmente com relação às temáticas ligadas a Portugal, devido à facilidade de acesso à documentação favorecida pelo tio Hebert Hill, residente em Lisboa. A apreciação positiva pelo letrado da polêmica obra do arquiteto irlandês James Murphy, *General View of Portugal*, publicada em 1798, é um indício de que Southey como resenhista procurou instruir o público leitor em direção a posicionamentos mais positivos com relação a esta nação. Esta foi a segunda edição corrigida e ampliada da obra *Travels in Portugal*, publicada em 1795, que gerou posicionamentos controversos nos periódicos. Enquanto o resenhista da *British Critic* ressaltou o caráter positivo da obra, chegando mesmo a apontar que o atraso de Portugal em refinamento poderia ser fruto da inexistência de obras da envergadura da apresentada por Murphy (BRITISH CRITIC, 1795: 509), o resenhista da *Critical Review* execra a obra, destacando que ao invés do quadro positivo apresentado sobre Portugal o autor deveria “[...] refletir sobre as misérias de um povo cuja religião é a superstição lutando contra a natureza, cujo governo é despotismo se revoltando contra a razão” (CRITICAL REVIEW, 1796: 377).

A obra de Murphy, além de traduções de obras de letrados portugueses e positivas memórias de excursões pelo país, também trazia em seu bojo de forma notável descrições das construções góticas de Portugal. A capa de *Travels in Portugal* estampa uma gravura do Monastério de Batalha, monumento este que o arquiteto irlandês dedicou sua primeira obra *Plans, elevations, sections, and views of Church of Batalha*, publicada em 1795, na qual o letrado discorre teoricamente sobre a superioridade da arquitetura gótica em relação à grega e a romana. Neste aspecto reside o caráter polêmico dos escritos de Murphy, que se relaciona com os posicionamentos conflitantes dos periódicos, isto é, a não concordância sobre a dignidade dos costumes, maneiras e expressões artísticas, culturais e arquitetônicas dos antigos povos da Europa. Enquanto muitos viam os monumentos góticos como as expressões culturais da barbárie, Murphy os concebia como os vestígios de um passado em comum que unia toda Europa, sendo que esta grandiosidade também se manifestou em Portugal (MURPHY, 1795: 1).

Em face deste debate que contrapunha a dignidade gótica e a pureza clássica, Southey se manifestou em 1798 a favor de Murphy, ao resenhar positivamente a segunda edição de *Travels in Portugal*. Dessa forma, ao valorizar positivamente as heranças góticas de Portugal, Southey, assim como Murphy, restituía a importância desta nação para a Europa, resgatando seu passado em comum. O resenhista da *Monthly Magazine* já havia manifestado em 1795 que Portugal não podia ser negligenciado pelas demais nações da Europa, pois podia “excitar e satisfazer a curiosidade do antiquário” (BRITISH CRITIC, 1795: 509). Southey vai além e afirma que a obra de Murphy era o melhor relato de viagem jamais publicado sobre esta nação (SOUTHEY, 1798: 25). Pode-se considerar este elogio como uma autocrítica, pois no ano seguinte Southey edita as *Letters* retirando seus posicionamentos excessivamente cáusticos sobre Portugal. Dessa forma, pode-se compreender que as polêmicas que envolvem a obra de Murphy foram decisivas para que Southey em sua segunda viagem reconhecesse a grandeza do passado de Portugal. Após visitar o monastério de Batalha, Southey envia uma carta para o amigo ao amigo Charles Wynn, em 1801:

Você viu as gravuras de Batalha feitas por Murphy. Elas são muito exatas e acredito que tão boas quanto uma gravura pode ser – mas apenas através da visão pode se ter uma competente ideia da mais miraculosa construção. Aludo muito à inacabada capela de Manuel, que parece guardar o completo saque do Leste ao coletar para Portugal todo o gênio da Europa. As maiores escalas nas gravuras podem ser tomadas a custo da perda dos menores ornamentos. Todo ornamento é feito pela perfeita delicadeza do artesanato, com um gosto tão harmonioso que não pode ser omitido sem destruir o todo. Em todas outras construções Góticas (florescente Gótico como este é) tenho visto ornamentos amontoados conjuntamente, nunca separados ou agrupados – o grotesco é usualmente prevalecente – mas aqui como tudo no reinado de Manuel é como se Rafael tivesse desenhado os ornamentos Góticos com perfeita elegância (SOUTHEY, 1960: 160) [1801].

A partir desta menção direta à obra de Murphy, pode-se perceber que Southey reformulou suas opiniões sobre Portugal, em especial sobre o passado desta nação, tendo em vista os debates desencadeados nos periódicos britânicos. Dessa forma, o suporte à obra de Murphy e a apreciação presencial da arquitetura gótica, passaram a constituir os horizontes de expectativas de um escritor que almejava tornar suas futuras produções literárias sobre esta nação vendáveis.

## Conclusão



A expansão de um mercado editorial receptivo à literatura gótica foi decisivo para Southey realizar novas apreciações sobre o passado de Portugal. O diagnóstico que associava Portugal ao atraso e a decadência, mobilizado por Costigan e Southey em um primeiro momento, passou a coexistir com a dignidade conferida às origens góticas lusitanas, concebidas como análogas às britânicas, como desenvolvido por Murphy em suas polêmicas obras. Nesse sentido, para Southey, o milagre de Ourique e os feitos de Afonso Henriques tornavam-se tão dignos de serem narrados quanto as fábulas britânicas transmitidas por Milton (SOUTHEY, 1960: 144) [1801]. No entanto, este retorno ao passado não era uma rejeição cética às contradições do presente, pois em muitos aspectos as épocas de outrora eram julgadas como inferiores à ordem em vigor. Esta dualidade se manifesta na própria compreensão da palavra “gótico”, associada tanto à “barbárie” quanto aos aspectos positivos da “tradição constitucional” (DUGGETT, 2010, passim). Foi em face desta dualidade que Southey enunciou o seu projeto de composição da *História de Portugal* e reeditou romances de cavalaria *Amadis o Gaules* (1803), *Palmerin da Inglaterra* (1807) e *El Cid* (1808).

No entanto, o caráter positivo das origens góticas nos escritos de Southey se reforçou com o desencadeamento dos eventos contemporâneos. Ao narrar a *History of Europe* nas páginas da *Edinburgh Annual Register* nos anos relativos às Guerras Peninsulares, Southey, apesar de destacar constantemente o atraso e a decadência das instituições e leis portuguesas, não deixou de enfatizar simultaneamente a necessidade de restauração de seus princípios antigos (SOUTHEY, 1812: 418). Dessa forma, o passado luso estava cercado por aspectos negativos e positivos, mas em face à necessidade de orientar o público leitor, Southey buscou dirimir as dúvidas sobre quem no futuro deveria ser lembrado como bárbaros, salvaguardando a dignidade dos monumentos góticos da arquitetura lusitana e condenando as ações devastadoras do exército Napoleônico em solo português (SOUTHEY, 1813: 256).

### **Bibliografia:**

CABRAL, Adolfo. **Southey e Portugal: aspectos de uma biografia literária (1774-1801)**. Lisboa: P. Fernandes, S. A. R. L., 1959.

- CASTANHEIRA, Maria Zulmira. “Speaking in Portuguese and Writing in English”. Representações de Portugal na obra de Robert Southey. In\_\_ SARMENTO, Carla (org.). **Diálogos Interculturais**. Porto: Vida Económica, 2011, p. 143-151.
- COSTIGAN, Arthur William. **Sketches of Society and Manners in Portugal**. In a series of Letters from Arthur William Costigan, Esq; late a captain of irish brigate, in the service of Spain, to his brother in London. Vol. II., 1787.
- DUGGETT, Tom. **Gothic Romanticism**: Architeture, politic, and literary form. New York: Palgrave, 2010.
- MURPHY, James Cavanah. **Plans, elevations, Sections and Views of the Church of Batalha, in the province of Estremadura in Portugal, with the History and Description by Fr. Luis de Souza; with remarks. To which is prefixed an Introductory Discourse on the Principles of Gothic Architecture. Illustrated with 27 Plates**. London: Printed for I & J. Taylor, 1795.
- \_\_\_\_\_. **Travels in Portugal through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alentejo, in the Years of 1789 and 1790 consisting of observations on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities etc. of that Kingdom**. London: Printed for A. Strahan and T. Cadell Jun. and W. Davies (Sucessor to Mr. Cadell in Strand)., 1795.
- The British Critic**, a New Review for july, august, September, October, November, and December. Vol. VI. London: Printed for F. and C. Rivington, nº. 62. St. Paul’s Church-Yard, 1795, pp. 509-513.
- The Critical Review** or, annals of Literature: Extend and Improved by a Society of Gentlemen. London: printed for A. Hamilton, Falcon-Court, Fleet-Street, 1788, pp. 370-374.
- The Critical Review**; or, Annals of Literature; extended and improved by a society of gentleman. Vol. 15. London: Printed for A. Hamilton, Falcon-Court, Fleet-Street, 1796, pp.364-376.
- The Critical Review**; or, Annals of Literature; Extended and Improved. By a Society of Gentleman. Vol. XX. London: Printed for Hamilton, Falcon-Court, Fleet-Street, 1797, pp. 378-384.
- The Montly Review** or Literay Journal. Vol. LXXX Printed for R. Griffths, 1789, pp. 8-13.
- The Monthly Review** or Literary Journal, Enlarged: from May to August, inclusive M, DCC, XCVII. Vol. XXIII. London: Printed for Griffiths, 1797, pp. 302-306.
- SOUTHEY, Robert. **Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838**. Ed. Adolfo Cabral. Oxford: Claredon Press, 1960.

- \_\_\_\_\_. **Letters Written during a short Residence in Spain & Portugal, with Some Account of Spanish & Portuguese Poetry.** Bristol: Printed by Bulgin and Rosser for Joseph Cottle, Bristol, and G. G. and J. Robinson and Cadell and Davies, London, 1797.
- \_\_\_\_\_. **The Critical Review** or, Annals of Literature. A Society of Gentleman. Volume XXIV. London: Printed for Hamilton, Falcon-Court, Fleet-Street, 1798, pp. 25-33.
- \_\_\_\_\_. “The History of Europe, 1810”. In\_\_ **Edinburgh Annual Register, for 1810.** Vol. Third – Part First. Edinburgh: John Ballantyne, 1812.
- \_\_\_\_\_. “The History of Europe, 1811”. In\_\_ **Edinburgh Annual Register, for 1810.** Vol. Fourth – Part First. Edinburgh: John Ballantyne, 1812.
- SPECK, William. SPECK, W. A. **Robert Southey: entire man of letters.** Yale University Press Publications, 2006.

**O PAÍS PRECISA DE UM MAPA:  
O PRIMEIRO MAPA GERAL DO MÉXICO (1856) E SEU AUTOR, ANTONIO  
GARCÍA CUBAS<sup>1</sup>**

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes<sup>\*</sup>

“Siempre nos llamaremos México; es nuestro nombre y mayor orgullo”.  
Carlos Salinas de Gortari

No início dos anos 1990, o México estava às voltas com as discussões do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio. O NAFTA significaria, para seus defensores, uma garantia de ingresso econômico em um bloco que poderia fazer frente à concorrência japonesa e europeia, integrando o comércio dos três países da América do Norte em um bloco sem barreiras alfandegárias. Para seus críticos, as *maquiladoras*<sup>2</sup> fervilhariam ainda mais nas regiões fronteiriças e o México tornar-se-ia uma colônia norte-americana.

Entre os inúmeros ajustes que o país precisava fazer na onda de reformas empreendidas pelo presidente Carlos Salinas de Gortari, uma se destacou na penúltima quinzena do ano de 1993: tramitou na Câmara dos Deputados um projeto para mudar o nome oficial do país de *Estados Unidos Mexicanos* para, simplesmente, *México*. O argumento principal para essa mudança aparentemente radical era evitar uma eventual confusão entre os nomes dos dois signatários do NAFTA na redação do tratado: Estados Unidos Mexicanos e Estados Unidos da América. O projeto provocou uma longa série de debates tomou o periodismo mexicano naqueles dias finais de 1993, rendendo uma ou outra menção irônica até abril de 1994<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O desenvolvimento desta pesquisa teve apoio do CNPq e parte do texto compõe o livro *Patria mestiza: a invenção do passado mexicano, século XVIII e XIX*. Jundiá: Paco editorial, 2012.

<sup>\*</sup> Doutor em História Cultural. Professor de História da América do DEHIS- ICHS-UFOP; E-mail: leof79@gmail.com.

<sup>2</sup> At the end of the 1980s, as the debate began over the North American Free Trade Agreement (NAFTA), the importance of the maquiladora industry – foreign-owned factories in Mexico that use low-wage labor to manufacture products for export – and the movements of workers in these borders plants become increasingly obvious (BACON: 2004, 4).

<sup>3</sup> “Se formaron dos bandos: aquellos que favorecían el cambio, por considerar que éste [*México*] era el verdadero nombre de la nación, argumentando que el primero [*Estados Unidos Mexicanos*] era imitación del de Estados Unidos de América; y quienes se oponían a la modificación, en defensa de las soberanías estatales y porque consideraban que ésta era promovida por el vecino país del norte, a raíz de la firma y

Esse tentativa de mudar o nome do país foi apenas mais um episódio de uma antiga e controversa polêmica (GUZMÁN BETANCOURT: 2002, 26). Definir o nome de um território é questão complexa, pois implica definir os limites do próprio território, uma memória a ser celebrada na eleição desse nome e quem são os habitantes que ostentarão o adjetivo gentílico dele derivado: “The boundaries, and the naming of the space-time within them, are reflections of powers, and their existence has effects. Within them there is an active attempt to ‘make places’” (MASSEY: 1995, 185).

Ao contrário do que o discurso de Salinas de Gortari expressou, nem sempre o México existiu nas proporções atuais, tampouco foram seus habitantes sempre mexicanos. A própria delimitação física do território só ocorreu em pleno século XIX.

No século XVIII, *México* podia ser usado para pelo menos quatro delimitações geográficas. O primeiro deles era a capital do vice-reino da Nova Espanha, que incluía, ademais de seu centro urbano, quinze *pueblos* indígenas e a vila de Guadalupe. A localização capitalina ficava, por sua vez, no vale do México. Juridicamente, havia duas autoridades sobre o vale e a cidade homônimas: o arcebispado do México (que se estendia de Querétaro, ao norte, até Acapulco, no Pacífico) e a província de México, ambas coincidentes em extensão. Mesmo depois das reformas borbônicas, quando o vice-reino foi dividido em Intendências (1786), o território continuou a ser o mesmo daquele do arcebispado. Uma quarta região, a maior delas a receber o nome de México, era a Audiência, que se estendia de San Luis Potosí até o sul de Oaxaca, e de Veracruz a Michoacán, no oeste. Nenhuma dessas expressões era comumente utilizada para se referir à Nova Espanha, sequer tinha a envergadura territorial dela: faltariam para isso a Nova Galícia, Novo Leão e outros domínios ao norte (DE ESTRADA: 2008, 258).

Juntamente a esses significados físicos, veio outro, por extensão: México passou a designar um reino ou estado cuja História remeter-se-ia aos astecas, ou seja, cuja ancestralidade regredia a um passado anterior à chegada dos espanhóis. Duas obras capitais para a história indígena, produzidas no século XVIII, dão-nos exemplo disso. Ambas têm o mesmo título, *Historia Antigua de México*. A primeira fazia parte de um

---

entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio entre ambas naciones y Canadá. [...] Nótese que en ambas posiciones se manifestaba un nacionalismo xenófobo”. (ÁVILA: 2008, 271 e 283). Ignacio Guzmán Betancourt, em *Los Nombres de México*, recolheu os textos e charges dessa polêmica. Ver referência completa na bibliografia.

audacioso projeto de Mariano Veytia, jurista, filósofo, viajante e religioso nascido em Puebla, em 1718. O intuito desse agostiniano era escrever um grande compêndio das “antiguidades indígenas” até a chegada dos espanhóis. Morreu, em 1779, ao concluir o terceiro volume de sua obra, parando sua narrativa no século XV. O manuscrito só veio à luz em 1836, publicado na cidade do México, mas sabemos que a fama de Veytia era tamanha, que Francisco Javier Clavijero, jesuíta autor do segundo texto com o mesmo nome (de 1780), escrevera ao poblano pedindo materiais e referências para sua obra.

Tanto no texto quanto no mapa que foram publicados na edição de Clavijero vê-se um Reino do México, ou mais comumente, Nova Espanha, como um herdeiro natural da História e do território da antiga Anáhuac<sup>4</sup>: limitava-se ao sul com a Guatemala e, ao norte, não passava de Michoacán ou Huasteca. Essa noção cristalizada por Clavijero rapidamente se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, mas não ainda em sua própria “pátria” (CAÑIZAREZ ESGUERRA: 2007, 407).

A fixação mais formal do território da Nova Espanha acabou sendo feita por Alexander von Humboldt: “a vasta extensão de país em que o vice-rei do México exerce sua autoridade”, entre os paralelos 38 e 10 de latitude norte, excetuando a capitania da Guatemala (HUMBOLDT: 1966, 32 e 33). Diferentemente do que dizia Clavijero três décadas antes, esse território não era equivalente ao de *Anáhuac*, nome dado, antes da Conquista, a todo o país compreendido entre os paralelos 14 e 21 de mesma latitude (HUMBOLDT: 1966,34). Ou seja, apenas a oitava parte da Nova Espanha que o prussiano visitara e analisara. Anáhuac seria formada, em outras palavras, pelo “império” asteca de Montezuma, pelas “repúblicas” de Tlaxcala e de Cholula, pelos reinos de Texcoco e de Michoacán.

Essas definições propostas por Humboldt tinham alguns problemas, pois, como vimos, as atribuições de um vice-rei eram muitas, distintas conforme as diversas regiões sob “sua autoridade”. Nova Espanha era um reino ou uma junção deles? Abarcava as ilhas e a Flórida? Guatemala e restante da América Central? Yucatán e Chiapas? Durante mais de uma década, enquanto o México esteve sob as guerras de

---

<sup>4</sup> Palavra de etimologia incerta, mas usada como designativo de confederação ou império asteca por muitos autores do XVIII e do XIX.

independência, os documentos que exigiam a emancipação dificilmente concordavam sobre os limites da Nova Espanha<sup>5</sup>.

As fronteiras desse reino, às vésperas da consolidação da independência, quando fixadas pelo Tratado de 1819, que estabeleceu o limite entre os Estados Unidos e as “possessões de sua Majestade Católica”, sequer mencionavam a expressão Nova Espanha, mas sim esse designativo bem mais amplo e relacionado à posse espanhola da terra (ÁVILA: 2008,274). Tampouco deixavam claro onde começavam as “possessões de Sua Majestade<sup>6</sup>”.

Alfredo Ávila relembra que, naqueles turbulentos anos, os insurgentes evitavam utilizar as palavras *México* e *mexicanos*, pois a identificavam com o “mau governo” e com a dominação de outras províncias por parte do centro<sup>7</sup>. Nos periódicos rebeldes, como *El despertador americano* e *El ilustrador americano*, insistiam em chamar “todos os habitantes da América” à luta contra os *guachupines* da cidade do México. Ressaltavam também que “os espanhóis americanos” eram os “verdadeiros espanhóis”, pois permaneciam fiéis e comprometidos com a liberdade de Fernando VII, contra o governo espúrio da metrópole sob jugo napoleônico (ÁVILA: 2008, 277). Era comum ler expressões como “apático mexicano” que “vegeta em seu prazer” (como publicou *El despertador americano*) ou “covardes mexicanos”, como falou José María Morelos ao opor-se à entrada de um capitalino na Suprema Junta Nacional Americana. Obviamente, *México* e *mexicanos* eram expressões que diziam respeito à capital.

---

<sup>5</sup> Parece-nos improvável pelo demonstrado até aqui, mesmo levando em consideração a farta bibliografia que aponta o *patriotismo criollo* como um sentimento nacionalista ou proto-nacional, que houvesse algo mais que um sentimento de pertencimento a cidade e seu entorno ou de comunidade entre seus habitantes, com quem se compartilhava a religião, a História, mas também a lealdade ao monarca. Nas palavras de Francisco del Paso y Troncoso, “o nome Nova Espanha era muito elástico” e não havia suficiente clareza para saber seus alcances de forma precisa (1912 IN: GUZMÁN BETANCOURT: 2002, 269-302).

<sup>6</sup> “La Constitución de Cádiz decía que la Nueva España incluía a Nueva Galicia (es decir, las dos audiencias) y Yucatán, pero luego enumeraba a Guatemala, Cuba, las Floridas, la parte española de Santo Domingo y Puerto Rico en la misma categoría de las provincias internas de Oriente y Occidente, es decir, que para los constituyentes españoles (entre los que había varios novohispanos), las Provincias Internas no formaban parte de la “América Septentrional” y no sobre decir que no pocos políticos criollos (como el mismo Agustín de Iturbide) tenían en mente más a la América Septentrional que a la Nueva España como molde para la nación que proyectaban” (ÁVILA: 2008, 276).

<sup>7</sup> Esse governo era o do Consulado do México, “grupo de comerciantes da Cidade do México, encabeçados por Gabriel de Yermo, que, secretamente, formou um batalhão denominado ‘voluntários de Fernando VII’, com objetivo de por fim à ‘traição’ do vice-rei e dos legisladores *criollos*. No dia 15 de setembro de 1808, Yermo e seus seguidores invadiram o palácio do vice-rei José de Iturrigaray, decretando a sua destituição e aprisionando-o junto com sua família” (BUDAIBES: 2008, 7).

Em 1813, durante as reuniões do Congresso de Chilpancingo, também conhecido como Congresso de Anáhuac, declarou-se a independência não do México, mas da “América Setentrional” em relação ao trono espanhol.

O nome *México* consolidou-se, contudo, ao longo das décadas de 1820 e 1830 como uma designação de toda a Nação, excluindo as repúblicas da América Central (que haviam aderido ao Império Mexicano quando de sua independência formal). Mas seus limites continuavam inexatos e não havia um mapa sequer que pudesse auxiliar na resolução de conflitos e questões de fronteiras.

Foi em 1833, com o apoio declarado do presidente interino do México, o liberal Valentin Gómez Farias, que os esforços para a confecção de tal mapa geral começaram a se sistematizar com a criação do Instituto Nacional de Geografía e Estadística. O crescente militarismo e nacionalismo do país impeliu a criação dessa instituição, que nascera com o objetivo de acumular e de produzir conhecimento estatístico e geográfico<sup>8</sup> sobre o território da nação, visando a seu crescimento. A vinculação entre geopolítica e estratégia na produção desses dados e mapas era tamanha, que o Instituto, entre 1839 e 1849, teve seu nome alterado para Comisión de Estadística Militar. Apenas ao fim da guerra contra os Estados Unidos é que a instituição passou a se chamar, em definitivo, Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística (SMGE). Quando fundada, a SMGE era a primeira organização deste tipo na América e a quarta no mundo. Sua vinculação com o poder continuou: entre seus presidentes estiveram homens como o liberal Miguel Lerdo de Tejada (que foi presidente mexicano) e intelectuais conservadores como Manuel Orozco y Berra.

Se o desenvolvimento do México era item comum na pauta de liberais e conservadores, a maneira pela qual se deveria fazer o país crescer era um dos pontos de discórdia no debate entre os dois grupos políticos. Ambos preocupavam-se, contudo, em mapear o país e esclarecer seus potenciais econômicos e afirmavam que o crescimento pautava-se pelo conhecimento das potencialidades e dos limites do território nacional. As rebeliões nos territórios do norte, a secessão do Texas e de Yucatán, além de

---

<sup>8</sup> “While statistical knowledge referred to the general collection of a wide array of numerical data on such things as agricultural production and population, the geographic focus was quite specific, namely, the creation of a general geographic map of the republic” (CRAIB: 2002, 36).



conflitos regionais traduziam a necessidade de se agrupar os limites nacionais para garantir sua unidade:

“Even simply delineating where Mexico ended and other nations presumably began could be significant at a time when established boundaries and territorial cohesion were increasingly regarded as integral features of the modern nation-state. [...] The increasingly strident predations of Mexico’s northern neighbor, with its fervent faith in Manifest Destiny<sup>9</sup>, left little room or time for [...] ‘growing pains’” (CRAIB: 2002, 39).

Depois da derrota para os Estados Unidos e da perda maciça de território advinda do Tratado de Guadalupe-Hidalgo, a necessidade de criar um mapa preciso do México cresceu exponencialmente. O Tratado com o vizinho do norte delimitava a nova fronteira entre os dois países e fora feito com base em uma carta norte-americana, o *Mapa de los Estados-Unidos de México*, de John Disturnell, criado em 1846. Acontece que aquele mapa tinha consideráveis falhas que acabaram gerando nova reclamação do próprio Estados Unidos e no novo acordo de limites, o Tratado de La Mesilla, de 1853, que determinou a compra de outros 77 mil quilômetros quadrados de territórios mexicanos por parte dos estadunidenses.

Enquanto a guerra ainda ocorria em 1847, um jovem geógrafo mexicano, Antonio García Cubas, escreveu: “Nossa história é escrita simplesmente pela afirmação de que México e Estados Unidos são vizinhos. Ao menos a França e a Inglaterra são separadas pelo canal da Mancha. Entre nossa nação e nosso vizinho não existe outra fronteira que uma simples linha matemática... Deus ajude a República!” (Apud CRAIB: 2002).

O primeiro mapa geral produzido pela SMGE foi finalizado às pressas em 1850. Utilizando informações contidas em Humboldt (como a comparação entre as cadeias de montanhas mexicanas e européias), esse mapa mostrava o território mexicano deixando claro o quanto havia sido perdido para os Estados Unidos. Nesse sentido, parecia um

---

<sup>9</sup> “In a manner befitting their continentalist convictions, and further evidence of the power of the geographic imagination at the time, U.S. officials relied upon a kind of cartographic determinism to justify their imperial pretensions. Already in 1823 John Quincy Adams has equated geographical proximity with historical destiny when promulgated his so-called ripe apple policy that argued that Cuba and Puerto Rico were ‘natural appendages to the North American continent’, fated to fall under U.S. control once the proper conditions prevailed. Soon after, in 1825, U.S. Secretary of State Henry Clay took geographic determinism to an audacious extreme by suggesting to Mexican officials that turning over the northern reaches of Mexico would actually benefit the country by geographically centralizing its capital”(CRAIB: 2002, 39-40).

ataque ao presidente Santa Anna, que comandara a malfadada campanha contra os norte-americanos. Como a SMGE não conseguiu verbas oficiais (tampouco privadas, devido à crise econômica do pós-guerra), o mapa nunca foi publicado.

Coube aos liberais a responsabilidade pela edição do primeiro mapa geral mexicano em tempos independentes. O mencionado García Cubas foi o geógrafo responsável pelo feito, em 1856. Ele nascera 1832 e tivera uma infância difícil ao lado da mãe viúva. Trabalhando na “Secretaría de Colonización y Industria” e estudando no “Colegio de Minería”, García Cubas acabou conhecendo liberais e conservadores membros da SMGE, que o levaram aos quadros daquela instituição como membro honorário, aos 24 anos.

Nos dez anos seguintes, o cartógrafo consolidou sua fama e reputação como um dos melhores em sua área, junto de Manuel Orozco y Berra, e conseguiu, finalmente, se graduar em 1865. Fez inúmeros mapas e tabelas estatísticas do país e de suas regiões, publicou livretos de propaganda para investimentos externos no México, além de tornar-se editor de guias de turismo. Seus mapas tinham tanto apelo (ao menos entre os liberais) que ilustraram muitos livros, incluindo enciclopédias de enorme sucesso editorial, como a coleção de Vicente Riva Palacio, *México a través de los siglos*, publicada nos anos 1880. Mesmo durante o Império, García Cubas continuou ativo e foi laureado a mando do próprio imperador Maximiliano. Na volta da República, seu prestígio também permaneceu intacto.

Quando apresentou seu mapa geral do México aos círculos do poder governamental e à SMGE, em 1856, García Cubas teve sua carreira catapultada, conseguindo publicar o trabalho no ano seguinte. O mapa foi incorporado ou utilizado em muitos estudos posteriores, tornando-se referência obrigatória<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> O mapa acabou servindo tanto a liberais como a conservadores (que criticavam a metodologia de García Cubas – ele nunca saía de seu escritório ou fizera muitas medições topográficas por si mesmo; o mapa consistiu na edição de informações de outros inúmeros estudos realizados anteriormente). O conservador Orozco y Berra, quando fez sua própria reorganização cartográfica do México, a mando da monarquia, em 1865, não abriu mão de usar como base o mapa de García Cubas (a quem criticava pontualmente, mas admirava pelo esforço geral). Já o próprio García, em 1858, incluiu seu mapa no *Atlas geográfico, estadístico e histórico de México*, trabalho de sua autoria e que fora feito “para ajudar os grandiosos projetos do ascendente regime liberal: colonização, desenvolvimento capitalista e a desvinculação das terras da Igreja e dos índios” (CRAIB: 2002, 44).

Na superfície do mapa, História e Geografia juntavam-se para compor o México como uma unidade essencial e identitária, uma entidade geográfica, uma legitimação do Estado-nação. A própria concepção de Ciência partia do pressuposto da união dos estudos etnográficos, lingüísticos, estatísticos, econômicos, históricos e geográficos, criando uma forma integral e total de conhecimento; uma verdade científica. O mapa (e os mapas dele derivados, presentes em um Atlas, publicado pelo mesmo autor, em 1858) mostrava uma nação unificada territorialmente, cujas raízes históricas datavam desde os tempos dos toltecas.

García Cubas, ao realizar seus mapas dentro de um escritório, sem observações de campo, apenas compilando e reavaliando dados de outros autores, nos dá uma mostra de como os liberais haviam absorvido a metodologia científica que havia marcado a produção conservadora do início do século. Seu mapa, na verdade, tinha como título completo: “Carta general de la Republica Mexicana. Formado *en vista de los datos mas recientes y exactos que se han reunido con tal objeto*, y constan en la noticia presentada al Exmo. Sr. Ministro de Fomento, por Antonio García y Cubas. Lit. de Salazar” (grifo nosso).

Ou seja, colidir dados, condensá-los, seleccioná-los era uma estratégia discursiva típica da erudição conservadora e que passava às mãos da produção liberal em sociedades científicas como a SMGE. Vejamos dois exemplos claros. O bibliófilo Joaquín García Icazbalceta tornava-se célebre, na mesma época, por catalogar obras antigas, publicar manuscritos e, apenas ocasionalmente, publicar artigos e estudos sobre determinado período ou personagem histórico. Manuel Orozco y Berra, orgulhosamente, apresentava seu monumental *Diccionario universal de Historia y Geografía* escrevendo, em 1853, que se tratava de uma obra de “compilação e não de criação”. Esse tipo de discurso científico reforçava no México uma fé e uma fascinação com as formas de conhecimento enciclopédicos, tão comuns no período (CRAIB, 2002: 46). Sem entender essa apropriação de fórmulas conservadoras de escrita e erudição<sup>11</sup>,

---

<sup>11</sup> Orozco y Berra escreveu que o mapa geral de García Cubas, por exemplo, era um trabalho “de simples compilação, não é perfeito e ainda mostra um número considerável de erros”, mas, em contrapartida, “o mérito indiscutível do mapa de García Cubas consiste na reunião que ele fez dos mapas já existentes, coordenando-os e os trazendo à luz, completando pela primeira vez uma tarefa que tinha sido impossível para a Sociedad de Geografía, e que, apesar dos defeitos, é único em seu gênero, e *preencheu um grande vazío* na ciência geográfica de nossa pátria” (OROZCO Y BERRA, M. *Apuntes para la historia...* Apud

os liberais não teriam produzido a carta de García Cubas ou a coleção *México a través de los siglos*.

Se, por um lado, havia nele uma metodologia de origem conservadora, por outro, o mapa de García Cubas também inovava: foi o primeiro produzido no México no esquema de quadrículas de meridianos e paralelos, situando o país em relação ao meridiano de Greenwich de forma pioneira. Anteriormente, os mapas situavam o México em relação ao ponto mais oriental da catedral na praça central da capital (CRAIB, 2002: 47).



Garcia Cubas, Antonio. “Carta general de la Republica Mexicana”. México: Imprenta de Jose Mariano Fernandez de Lara, 1858. 50 cm x 63 cm; escala: 1: 5,000,000.

Fonte: <http://www.davidrumsey.com/detail?id=1-1-20112-570080&name=Carta+general+de+la+Republica+Mexicana+>, acesso em 28/08/2009

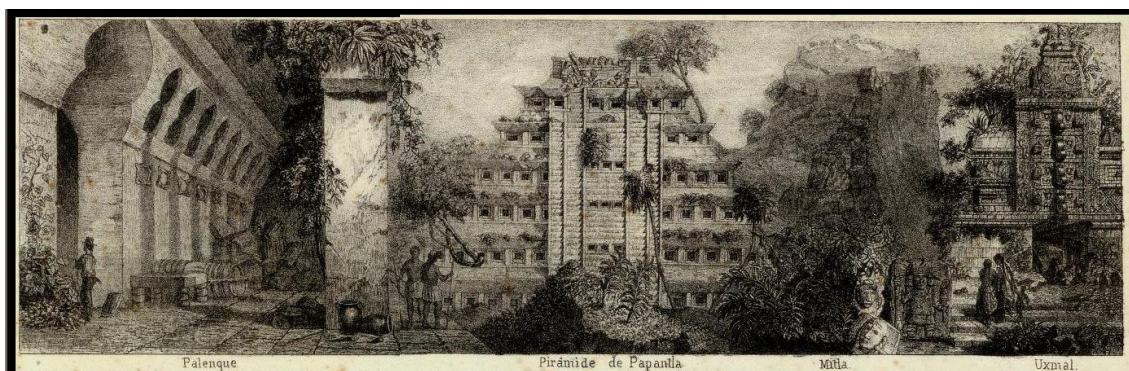
Havia, aí, uma dupla relação com as concepções liberais de ciência. A primeira delas era situar o México no discurso científico internacional, adotando regras e padrões

---

CRAIB: 2002, 46-47). Grifamos a noção de “preencher vazios” científicos para ressaltar a própria concepção científica em jogo: o conhecimento enciclopédico e cumulativo como forma para se atingir a verdade. Em direção a ela, caminhava-se passa a passo, e cada novo estudo “preenchia vazios” do conhecimento e corrigia os trabalhos anteriores.

acadêmicos universais. O segundo era laicizar esse discurso, desligando-o de qualquer influência católica, sempre associada à tradição conservadora do país.

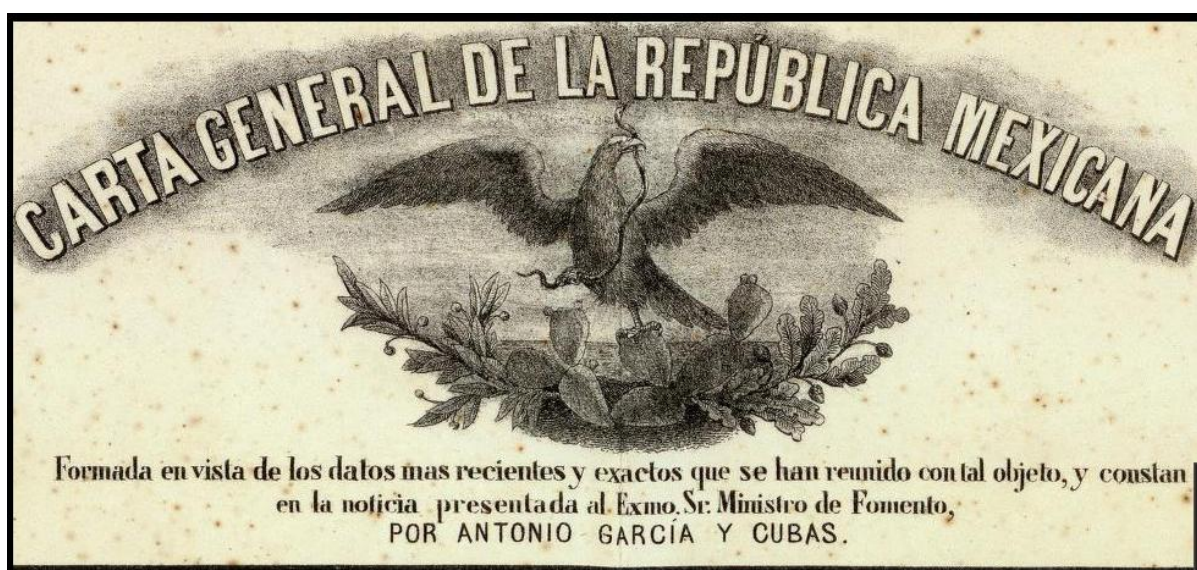
De acordo com Raymond Craib (2002), “para fazer do México uma realidade tangível, a superfície científica tinha que ser acrescida de um panorama visual”, e isso foi feito com a inserção de duas imagens artísticas situadas na parte superior do mapa, nos dois lados do título, ele próprio adornado com o brasão nacional. Na imagem à direita do mapa, vemos uma série de ruínas indígenas e apenas três seres humanos. As ruínas, longe de representarem apenas um sítio arqueológico, eram uma junção deliberada de ruínas maias muito populares na década de 1850, que davam uma profundidade histórica e estética, mesclando metodologia moderna com uma mitologia fundacional. Essa tendência liberal acabou por plasmar outro das grandes inovações da maneira de escrever sobre o passado e o presente mexicanos: eliminar a tensão entre modernidade e autenticidade (CRAIB: 2002; FLORESCANO: 2001), em essência, a discussão primeira entre conservadores e liberais.



Detalhe do lado direito superior do mapa de García Cubas. Legenda: “Palenque; Pirâmide de Papantla; Mitla; Uxmal”.

Ilustrar mapas não era novidade e esse não foi o único mapa de García Cubas a ter ilustrações. Podemos afirmar, todavia, que houve uma ruptura em relação aos mapas do século XVIII, ao não associar uma imagem da capital mexicana, rodeada de figuras indígenas e de uma fauna e flora exóticas. Os dois índios que aparecem na imagem são reminiscências ao mesmo tempo patéticas, inertes e heróicas: evocam mais um passado a se celebrar do que uma realidade de indígenas vivos. O passado ameríndio aparecia na forma de sítios arqueológicos visitados por cavaleiros do século XIX, como o senhor que pode ser visto no lado esquerdo da imagem, observando um aqueduto em Palenque.

Domar o passado, adotá-lo como grandeza patriótica, era o caminho para o progresso. Afinal, o índio vivo incomodava e sua maneira coletiva de viver atrasava o caminho da privatização da propriedade no México. Por outro lado, as ruínas ou o brasão fundacional da águia com a cobra no bico remetiam a um fabuloso mundo passado, distanciando a atenção do observador dos problemas de um país agrário, com a imensa maioria de sua população morando em pequenas vilas comunitárias com um título pomposo de municipalidades.



Detalhe do Mapa de García Cubas, mostrando o título e o brasão do país.

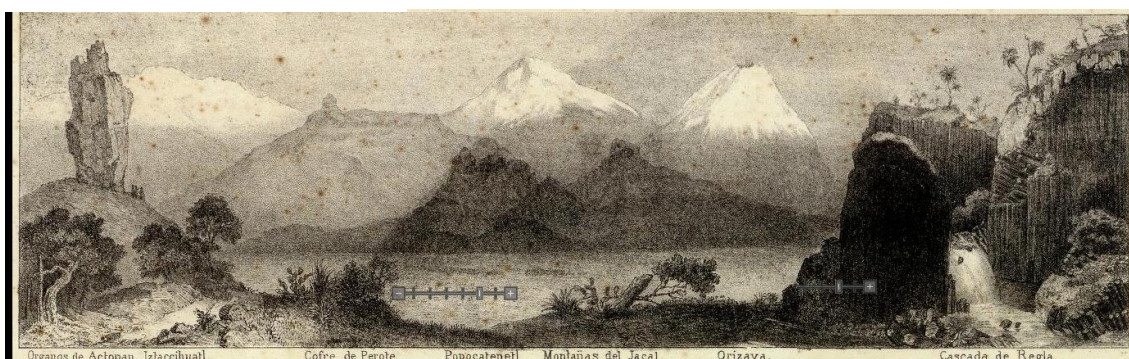
Pensava-se indígenas civilizados, como maias e astecas, romantizando os indígenas do passado, do altiplano central aos de Yucatán, como personagens que viviam em grandes e avançadas cidades. Em resumo, “connecting contemporary México to a variety of sedentarist indigenous pasts portrayed it as a presumably unified territorial entity of historical longevity with a statist tradition, endowing the government’s own centralizing tendencies with historical pedigree” (CRAIB: 2002, 51-52).

A outra gravura que acompanhava o mapa de García Cubas, estampada do lado esquerdo do título e da águia sobre o nopal com a cobra no bico, mostra uma paisagem virgem, intocada. A quase ausência de figuras humanas (há três minúsculos homens desenhados no lado esquerdo da imagem, à direita dos “Frailes” ou “Órganos” de Actopan, que servem como escala da colossal paisagem que se vê) lembra a maneira

pela qual Humboldt recriava as paisagens naturais. Mas havia uma discrepância entre García Cubas e o estudioso prussiano: a imagem do primeiro era, à semelhança do que ele fizera com as ruínas maias, uma colagem de acidentes naturais espalhados pelo país como um todo. Humboldt não realizava essas colagens visuais, preferindo retratar uma única localidade por prancha.

Mas, o ponto em comum entre os dois, herança de meio século deixada por Humboldt no México, era que as imagens da natureza, longe de serem retratos fidedignos, isentos e precisos da realidade, formavam um tipo de construção cultural da paisagem. Para Jorge Cañizares-Esguerra (2006, 140), essa forma de representação da vegetação transformou a pintura de paisagens em um mapeamento de bio-distribuição. A própria História, como as plantas, teria raízes que mergulhavam em solo profundo e espalharia suas ramificações por toda a paisagem.

Um dos objetivos declarados da SMGE, ao menos de sua ala liberal, era propagandear as riquezas e imensidão territorial mexicanas aos estrangeiros, visando a atrair capital do exterior para investimentos no país<sup>12</sup>. Portanto, desenhar na primeira carta geral do país essas paisagens pode ser lido como uma forma de ilustrar esse pontencial. Ou seja, mostrar terras desertas, ricas e variadas, prontas para a iniciativa de quem quisesse nelas investir.



Detalhe do lado esquerdo superior do mapa de García Cubas. Legenda: “Órganos de Actopan; Iztaccihuatl; Cofre de Perote; Popocatepetl; Montañas del Jacal; Orizava; Cascada de Regla”.

<sup>12</sup> José Guadalupe Romero escreveu no Boletim da SMGE, 1ª época, Vol. 8 (1860), que “...la Sociedad ha emprendido trabajos muy importantes para formar un cuadro sinóptico que dé á conocer al mundo de los elementos productores en que abunda la República, y que puedan atraerle la población, la industria, y la riqueza de las naciones extranjeras” (p. 373). O próprio García Cubas escreveria algumas vezes que, em sua opinião, deveria se promover uma imagem favorável do país e de suas riquezas para provar que o México era “um dos países mais recomendáveis no mundo para a colonização”. A própria noção de colonização (branca) implicava a tentativa de obliterar a existência de indígenas vivos e criar um panegírico da “terra livre e fértil”, sem impedimentos de quaisquer tipos para o investimento capitalista.

No mapa de García Cubas, as dimensões territoriais do México aparecem com as feições que podem ser reconhecidas até os dias atuais, malgrado os eventuais erros que possa conter. Ou seja, vemos um país não tinha direitos sobre seus vizinhos da América central, região de outras nações e claramente delimitada ao sul, quase na borda do mapa. Tampouco tinha direitos sobre os Estados Unidos (que aparecem como “Estados Unidos do Norte” e ocupam um generoso quarto superior da carta), pois parecia uma triste e inevitável sina seguir diminuto depois do Tratado de Guadalupe-Hidalgo. Mutilado, o *México* tornara-se, na carta de Cubas, uma nação, uma entidade geográfica perene a quem a História ocorria como um mero acidente, capaz de permanecer constante em sua fortaleza identitária e territorial, não importando o que os desassossegos políticos viessem a lhe trazer ao longo dos milênios<sup>13</sup>. Já não havia espaços para dúvidas quanto à delimitação de seu território, logo sobre quem eram os mexicanos ou e quais as riquezas daquele palco grandioso.

## Mapa

GARCIA Cubas, Antonio. “Carta general de la Republica Mexicana. México: Imprenta de Jose Mariano Fernandez de Lara, 1858. 50 cm x 63 cm; escala: 1: 5,000,000. (Fonte: <http://www.davidrumsey.com/detail?id=1-1-20112-570080&name=Carta+general+Republica+Mexicana+>, acessado em 28/08/2009).

## Bibliografia

ÁVILA, Alfredo. “México: un viejo nombre para una nueva nación”. IN: Chiamonte, Carlos *et alii*. *Crear la nación*. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

BACON, David. *The Children of NAFTA: labor wars on the US/Mexico border*. California: Californian University Press, 2004.

BOLETÍN de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística, primera época, t. VIII, 1860, 1ª época.

---

<sup>13</sup> “Para los historiadores del siglo XIX y para sus herederos del XX, México siempre había sido México y había que imaginarlo así. De ahí que las representaciones cartográficas decimonónicas de la Nueva España, e incluso de la época prehispánica, estuvieran hechas sobre el mapa del México independiente. No sobra señalar que este fenómeno se sigue repitiendo hoy, merced a los libros de texto y a las obras de difusión que, por facilidad, incluyen mapas coloniales como si fueran el de la república federal de 1824, con todo y Chiapas” (ÁVILA: 2008, 273).



CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo*. México: FCE, 2007.

\_\_\_\_\_. *Nature, Empire and Nation: explorations of the History of Science in the Iberian world*. Califórnia: Stanford University Press, 2006.

CRAIB, Raymond. “A Nationalist Metaphysics: State Fixations, National Maps, and the Geo-Historical Imagination in Nineteenth-Century Mexico.” *Hispanic American Historical Review*, 82:1, Fev. 2002.

DE ESTRADA, Dorothy Tanck. “En Búsqueda de México y los mexicanos en el siglo XVIII” IN: Chiaramonte, José Carlos *et alii*. *Crear la Nación: los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

FLORESCANO, Enrique. *Memoria mexicana*. México: Taurus, 2001.

GUZMÁN Betancourt, Ignacio (Comp.). *Los nombres de México*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores/Porrúa, 2002.

HUMBOLDT, Alexander von. *Ensayo Político sobre el reino de la Nueva España*. México: Porrúa, 1966.

MASSEY, Doreen. “Places and Their Pasts”. *History Workshop Journal*, no. 39 (1), 1995.

---

## CIVILIZAÇÃO E NATUREZA NAS AMÉRICAS: O RELATÓRIO CIENTÍFICO DE LOUIS DE FREYCINET (1817 – 1825)

Daniel Dutra Coelho Braga\*

No século XVIII, franceses como Bougainville e Lapérouse tornaram-se célebres ao realizar viagens de volta ao mundo. Em 1817, a Marinha francesa decide retomar tal tradição de viagens para conferir prestígio ao regime da Restauração Bourbon (POTELET, 1993: 50). Em decorrência disso, deixa Toulon em setembro de 1817 Louis Claude de Saulces de Freycinet (1779 - 1842), comandando na fragata “Uranie” uma expedição científica de volta ao mundo (TAILLEMITE, 1962: 109)<sup>1</sup>. O objetivo do presente trabalho é interpretar os relatórios científicos dessa viagem, no intuito de compreender quais valores mediaram as descrições e narrativas referentes aos territórios americanos. Para tanto, são estabelecidas relações entre a cultura científica francesa da época e a política da Restauração Bourbon. Para fins de recorte, são enfatizadas as formulações referentes à então província do Rio de Janeiro, local americano no qual a expedição se fixou por mais tempo<sup>2</sup>.

Os relatórios publicados por Freycinet a partir de 1825 são uma articulação dos dados coletados pelos naturalistas da expedição com outras obras científicas. A publicação visava prestar contas para com a sociedade francesa e contribuir para o progresso do debate científico da época. No prefácio do primeiro livro, Freycinet lamenta os cinco anos passados entre o fim da viagem e o início da publicação, os quais teriam provocado a impaciência de um público desejoso do relato<sup>3</sup>. As causas do atraso foram a falta de recursos iniciais para a classificação dos materiais recolhidos e a necessidade de estudar a história dos locais visitados sem cometer equívocos. Segundo Freycinet, publicar as narrativas sem submetê-las a um exame severo, "em uma época na qual a instrução se tornou de certa forma vulgar, seria enganar um público esclarecido ao lhe apresentar, sob um título pomposo, assertivas duvidosas ou errôneas" (FREYCINET, 1825: v-vi).

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq.

<sup>1</sup> Uma especificidade da expedição foi sua relação mais íntima com os quadros da Marinha francesa, dos quais era oriunda a maior parte de sua tripulação (KURY, 2001: 134).

<sup>2</sup> A expedição esteve no Rio de Janeiro entre 6 de dezembro de 1817 e 29 de janeiro de 1818 e entre junho e setembro de 1820. Além disso, também esteve nas ilhas Sandwich, na costa oeste americana, e rapidamente em Montevideo (FREYCINET, 1826: 13, 29, 45-47).

<sup>3</sup> A expectativa dos “savants” pela publicação foi registrada inclusive nos boletins da Sociedade de Geografia da França (SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE, 1825: 264), da qual Freycinet foi um dos fundadores em 1825 (TAILLEMITE, 1962: 110).

É possível perceber a adesão de Freycinet a uma concepção específica de progresso, tanto científico como histórico. Trata-se de concepção historicamente formulada e situada, pois a ideia de ciência enquanto construção coletiva “nunca concluída”, cuja finalidade seria “o benefício não de uma única pessoa, raça ou grupo, mas de todo o gênero humano” surge “na Europa, como o mais típico produto da moderna civilização ocidental, entre meados do século XVI e meados do século XVII” (ROSSI, 1989: 63). A adesão é evidente quando Freycinet enuncia o escopo dos estudos da viagem, mencionando objetos da disciplina História Natural:

Nossa expedição é, eu penso, a primeira viagem marítima que, destinada ao progresso dos conhecimentos humanos, não teve especificamente a hidrografia como objeto. A determinação da forma do globo terrestre no hemisfério Sul, a observação dos fenômenos magnéticos e meteorológicos, e finalmente o estudo dos três reinos da natureza, constituem a finalidade essencial dessa missão. É necessário ainda se ocupar de pesquisas sobre os costumes, os usos, as línguas dos povos indígenas, e a geografia, ainda que sem ser absolutamente excluída, foi entretanto relegada a último plano (FREYCINET, 1825: 4)<sup>4</sup>.

Em uma França essencialmente agrícola, a qual enfrentava processos de desindustrialização e crise econômica em diversas zonas sobretudo após 1789 (MANSEL, 1982: 183-184), a História Natural era disciplina em evidência, pois debatia questões caras à sociedade, tais como a agricultura, tida como última etapa de um progressivo processo de civilização. A ideia de Civilização é cunhada nesse campo, portanto, não como oposição à natureza, mas como resultado do melhor manejo desta (KURY, 2001: 20-22)<sup>5</sup>.

A filantropia é outra categoria cara à cultura científica da época. O êxito almejado pelos viajantes não era interpretado como puramente individual, pois na cultura de fins do XVIII o interesse pessoal e bem comum são percebidos como indissociáveis (KURY, 2001: 25). A capacidade do indivíduo realizar uma ação capaz de trazer resultados úteis para o progresso do grupo no qual estivesse inserido era um valor que orientava ações do período. O grande risco de naufrágio envolvendo as navegações corrobora tal sentido do prestígio, no qual o naturalista é exaltado por sua coragem e abnegação (KURY, 2001: 151). Aquele que se lançava ao mar o fazia, portanto, em prol daqueles que permaneciam em terra firme, pois o

---

<sup>4</sup> Todas as citações referentes ao relatório de Freycinet são traduções livres do autor do presente trabalho.

<sup>5</sup> O trabalho do naturalista Buffon, que concebeu no século XVIII uma relação de forças entre o desenvolvimento do uso da natureza e o desenvolvimento moral de um grupo, é uma das bases de tal concepção (DUCHET, 1995: 247).

progresso de uma civilização poderia ser alcançado com informações e produtos obtidos em outras áreas do mundo.

Polêmica em tal debate é a ideia de comércio. Na História Natural, o comércio é hierarquicamente inferior à agricultura, pois seria apenas a troca de resultados de um bom uso da natureza (KURY, 2001: 20). Todavia, na cultura iluminista, o comércio poderia também ser vinculado aos ideais de progresso, utilidade e universalismo. Um exemplo é a sexta das Cartas Filósoficas de Voltaire, publicadas em 1734, na qual há o elogio da Bolsa de Londres, onde se reuniriam “deputados de todas as nações para a utilidade do homem”, tolerando diferenças religiosas em prol de trocas que permitem o progresso social. Independentemente do grau de verossimilhança da descrição, ela evidencia a circulação, no século XVIII, de uma cultura onde a “religião do comércio” traria prosperidade e progresso ao ser humano (GINZBURG, 2007: 112-5, 137). O comércio poderia, portanto, ser emulado junto ao ideal de aperfeiçoamento da história humana. No final do séc. XVIII, os viajantes “são, no imaginário europeu, os heróis desta utopia liberal, que promete com um único movimento – o do comércio entre os homens – a riqueza a toda a terra e a civilização aos povos selvagens” (BOURGUET, 1997: 215).

Freycinet se vincula a tal utopia, emulando categorias como a filantropia e o ideal de progresso. Seu vínculo com o ideal de comércio, contudo, não é tão evidente. O viajante constrói para as viagens do século XVIII uma memória diferente, na qual o comércio não aparece com destaque. Assim, seria o conhecimento a especificidade de tais viagens, sobretudo se comparadas às empreendidas por Cristóvão Colombo e Vasco da Gama:

A finalidade essencial desses navegadores audaciosos foi a de estender as relações comerciais, ou de procurar a existência de minas preciosas cujos produtos desde então inundaram o mundo. Mas é apenas ao século dezoito que se deve a honra de se ter feito florescer o verdadeiro espírito da descoberta, ou seja, o gosto das viagens empreendidas sem nenhum intento mercantil, somente com a esperança de ampliar o domínio das ciências e aperfeiçoar a história do homem (FREYCINET, 1825: 3).

Freycinet também exalta as viagens do século XVIII ao discorrer sobre as ilhas Sandwich. Ao fazê-lo, no entanto, comenta sem reservas as vantagens utilitárias oriundas das passagens por tais ilhas. Tais comentários estão no relatório de estudos hidrográficos cuja publicação é orientada, segundo o viajante, pelos interesses imediatos da Marinha (FREYCINET, 1826: 2), o que explica o utilitarismo evidente. Freycinet recupera a citação do viajante Marchand, o qual reconheceu tanto a nomeação das ilhas feita pelo capitão Cook, em

1778, quanto o descobrimento anterior das mesmas pelos viajantes espanhóis. A razão da dupla menção, segundo Marchand, seria fazer justiça tanto aos méritos dos antigos como aos dos modernos. Freycinet, por sua vez, exalta o papel de Cook enquanto o primeiro a publicar sobre as ilhas, reconhecendo o viajante inglês como aquele responsável pela consciência, por parte da "Europe savante", da existência do arquipélago e das vantagens que dele poderiam ser tiradas (FREYCINET, 1826: 222). É evidente aqui o reconhecimento e a exaltação de um novo olhar sobre as Américas e territórios até então não habilitados pela Europa. O desconhecimento do território, mais do que a mera ausência da informação de sua existência no globo, era constituído pela ausência de registros e usos mediados pelos ideais pragmáticos e progressistas da cultura do século XVIII.

As ressalvas em relação ao comércio são resultado de um choque específico da sociedade francesa da época, que já não era mais a mesma da época de Voltaire. A França de Louis XVIII estava constrangida devido à política de Napoleão que a antecedeu, e deveria pautar suas ambições comerciais de forma moderada e estratégica, conciliando anseios e receios tanto em nível interno quanto externo<sup>6</sup>. O próprio Louis XVIII teria, nesse sentido, redefinido a finalidade oficial da expedição, originalmente comercial segundo os planos de Freycinet<sup>7</sup>, de forma que a empreitada não contrariasse o Tratado de Paris (COURCON, 1999: 39). A opção de Freycinet por uma retórica baseada no conhecimento desinteressado, defendida também pelo ministro barão de Portal em seu uso das viagens como parte de uma estratégia política (POTELET, 1993: 50), denota, portanto, a filiação do viajante à agenda da Restauração. No entanto, apesar de tal retórica desinteressada, muitos valores caros à política francesa da época são latentes no texto, sobretudo no que se refere a um território particular das Américas: o Brasil.

Reconhecer e apoiar<sup>8</sup> a independência do Brasil era essencial à França da Restauração Bourbon, carente de aliados frente à onda de revoluções que atravessava a América. Os

---

<sup>6</sup> O governo de Louis XVIII utilizou diversas estratégias no intuito de conciliar tanto os interesses de, por exemplo, ultra-realistas, como também os de liberais. Logo, no tocante à política da Restauração, é possível identificar o caráter moderado, liberal e conciliador do governo de Louis XVIII (SAUVIGNY, 1955: 90-96; MANSEL, 1982: 199-201). A radicalização do governo efetuada a partir de 1824 pelo sucessor Charles X, contudo, é ponto controverso na historiografia, podendo ser interpretada como decorrente de condições elaboradas pela própria política de Louis XVIII (SAUVIGNY, 1955: 503-505).

<sup>7</sup> A finalidade tanto intelectual como comercial da expedição de Freycinet é também identificada no clássico trabalho sobre a Restauração Bourbon de Guillaume de Bertier de Sauvigny (SAUVIGNY, 1955: 458).

<sup>8</sup> O apoio se fez inclusive através do envio ao Brasil, por parte de Louis XVIII e seus ministros, de forças navais para conter eventuais comoções populares resultantes da Independência (MANSEL, 1982: 417).

homens da Marinha francesa registraram tal preocupação<sup>9</sup>, como fica evidente nas palavras do viajante Roussin:

A separação política entre esse país e Portugal o joga em nossos braços. Apenas nós possuímos os produtos dos quais essa separação o priva absolutamente. Nossos sais, nossos vinhos, nossos óleos são coisas de primeira necessidade para o Brasil, desde o dia em que declarou guerra a sua antiga metrópole. (...) Quando se reflete sobre a imensidade de vantagens que esperam a França nos novos governos da América, não é possível deixar de se impressionar com os sacrifícios que ela se impõe ao se privar destes. A religião dos tratados deve ser sagrada, sem dúvida; mas ela não deve ser cega; e a sabedoria esclarecida dos dois grupos deve revelá-la (ROUSSIN apud POTELET, 1993: 37).

Roussin, por sinal, foi enviado ao litoral brasileiro em 1822 a pedido do mesmo ministro responsável, segundo Potelet (1993: 50), pela retomada das grandes viagens científicas em 1817: o barão de Portal, o qual revelou, em memórias publicadas cerca de vinte anos mais tarde, que os objetivos de tal viagem não se restringiam à pesquisa hidrográfica. A finalidade real e secreta da viagem foi a observação das atividades de Bolívar na América (D'ALBARÈDES, 1846: 54-56).

A narrativa de Freycinet sobre o Rio de Janeiro converge para tais questões em voga na Marinha francesa. Muitos valores da política da Restauração são registrados na escrita dessa história, condicionando a seleção dos eventos evocados. A presença francesa na história da região se destaca no fio narrativo do viajante, que cita a tentativa de Nicolas Durand de Villegagnon de criar um local independente que servisse de asilo a calvinistas (FREYCINET, 1825: 44), ressaltando suas alianças com Tupinambas e Tamoyos, grupos indígenas desejosos de vigança em relação aos portugueses. Freycinet lamenta o fracasso da empreitada, sem todavia deixar de reforçar a capacidade de expansão francesa:

Assim termina, após dez anos de existência, a colônia francesa do Rio de Janeiro. As guerras civis que desolavam a França na época não permitiram à metrópole a observação de um estabelecimento tão afastado, muito menos o envio de auxílios. Todavia é impossível não sentir dor ao ver o destino funesto de tantas colônias do mesmo gênero por nós fundadas, e que nos escaparam! Relutantemente somos conduzidos a lembrar da penosa reflexão do cavaleiro de Marchais: “que tais colônias efêmeras serviram apenas para mostrar o caminho a outras nações, a decifrar-lhes um pouco o terreno, e a lhes tornar cientes de que lá poderíamos fazer estabelecimentos sólidos, ricos e poderosos (FREYCINET, 1825: 48).

---

<sup>9</sup> Além de Roussin, em 1824 o capitão de mar e guerra Grivel, por exemplo, emitiu alertas em relação à fragilidade do governo de D. Pedro I, reconhecendo o risco de se instaurar no Brasil, mediante a democracia, a barbárie. Para Grivel, manter o princípio monárquico para além do equador seria possível justamente mediante o mais rápido reconhecimento da independência do Brasil (POTELET, 1993: 36-7).

Freycinet critica o governo português, sobretudo a atividade do Marquês de Pombal, descrita como tirânica, cruel e retrograda. Na narrativa, a expulsão dos jesuítas é o exemplo mais marcante de tal tirania, pois teria sido desconsiderada toda a contribuição da entidade ao desenvolvimento da civilização na região. Os índios teriam se tornado úteis sobretudo mediante o trabalho de promoção dos valores cristãos e civilizados efetuado pelos jesuítas. Contudo, o trabalho das missões teria sido acusado de enfraquecer os vínculos dos índios em relação à coroa portuguesa, enaltecendo apenas o vínculo ao cristianismo, o que teria legitimado a aversão pelos jesuítas, sustentada pelos dirigentes e pelo povo de Lisboa (FREYCINET, 1825: 54-60). Ao criticar os argumentos do governo pombalino frente à ordem religiosa, Freycinet reafirma os valores de uma forma de política que preza pela ação monárquica em conjunto com o catolicismo, sem enaltecer a preponderância do Estado frente a ela. Além disso, o viajante comenta que se os jesuítas não tivessem seu trabalho interrompido, todas as nações indígenas poderiam ter aderido integralmente aos valores da civilização, e os horrores da barbárie teriam sido erradicados de forma a cessar guerras civis (FREYCINET, 1825: 65). Trata-se portanto de um nexos que articula a ideia de civilização, o cristianismo e a atuação do Estado.

Freycinet atenua o sentido da ação portuguesa na história do Brasil. Em publicação de 1825, tal perspectiva reafirma o sentido da emancipação política brasileira. O uso da obra *“History of Brazil”* de Robert Southey (1774-1843) corrobora tal concepção, pois tal obra é uma das primeiras tentativas de escrever uma história do Brasil com sentido autônomo em relação ao da história de Portugal (MEDEIROS, 2009: 89). Freycinet ressalta que, embora o historiador inglês tenha registrado críticas violentas aos franceses, ainda assim sua obra seria uma fonte segura e exata da história do país, diferentemente da obra do conterrâneo Alphonse de Beauchamp, o qual teria deliberadamente alterado informações (FREYCINET, 1825: 41).

Dentre as obras citadas na narrativa, constam também os relatos de Jean de Léry, as *“Memórias”* de Duguay-Trouin e o periódico *“O Patriota”*. A recorrente referência ao periódico, publicado pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, também denota a adesão de Freycinet a uma determinada concepção de história e a uma determinada agenda política. O periódico se caracterizou pela defesa de valores da ordem monárquica europeia anterior à Revolução Francesa, criticando o governo napoleônico, tido como despótico (GUIMARÃES,

2007: 67-76)<sup>10</sup>. A história emulada no periódico era, portanto, “matéria para uma pedagogia política, para uma educação segundo os valores monárquicos” (GUIMARÃES, 2007: 84), sob a qual eventos recentes seriam registrados não como parte de um passado encerrado, mas sim como a chave de compreensão para a ação que moldaria o futuro<sup>11</sup>. Os relatos de Freycinet, ao comentarem as ações da Corte portuguesa frente ao governo napoleônico, podem se enquadrar na mesma concepção. Entretanto, no tocante à narrativa das ações da Corte portuguesa, Freycinet se afasta do teor geral do periódico, pois a registra como uma oportunidade que o governo português teve de reparar os seus próprios erros tirânicos anteriores. Sob a pena de Freycinet, no entanto, a oportunidade teria sido perdida. Nos conflitos de 1820 que ameaçavam retirar D. Pedro I do território brasileiro, os brasileiros são representados como um grupo “longe de querer se submeter; e esse povo, naturalmente doce e pacífico, amargurado pelo medo da tirania que o ameaçava, suplicou ao príncipe que aceitasse o título de seu defensor perpétuo” (FREYCINET, 1825:70-1). No periódico, contudo, a transferência da Corte havia sido descrita como uma possibilidade virtuosa para Portugal, a nação providencialmente capaz de proteger, na América, os valores tradicionais abalados por Napoleão, esse sim digno do rótulo de tirano (GUIMARÃES, 2007: 68)

Os indígenas também são estudados por Freycinet, mediante o reconhecimento da historicidade de sua presença no território brasileiro. Os nativos “originais” recebem um capítulo a parte no relatório de Freycinet, intitulado “*Dos povos selvagens do Rio de Janeiro à época da chegada dos Europeus*”. O estudo tem por finalidade estabelecer um ponto de comparação com o grau de progresso atingido pelos nativos rumo à civilização (FREYCINET, 1825: 145). Tal concepção de história dos povos nativos também orientou a elaboração dos relatos do viajante von Martius, contemporâneo de Freycinet (GUIMARÃES, 2000). Ao estudar os índios presentes no território no momento da viagem, Freycinet os diferencia entre si, reconhecendo a presença de “índios civilizados”, “índios semi-civilizados” e “índios ainda selvagens”. Os índios civilizados seriam basicamente aqueles há mais tempo convertidos ao cristianismo. Logo, há novamente o elogio à catequização, que teria tornado os

---

<sup>10</sup> Foi inclusive publicada no periódico, em maio de 1813, uma declaração do próprio Louis XVIII, ainda em exílio na Inglaterra, sobre o estado da França. É possível afirmar que, através da publicação, “procurava-se construir as condições políticas para uma eventual restauração do trono francês” (GUIMARÃES, 2007: 83).

<sup>11</sup> Tal concepção de história como “mestra da vida” evidencia o vínculo entre o periódico e a cultura iluminista (GUIMARÃES, 2007: 67). A ideia, presente em alguns textos, do comércio enquanto “entidade que civiliza ao promover a pacificação das relações e costumes, assim como ao viabilizar contatos e afirmar o poder do Estado” (GUIMARÃES, 2007: 95), também corrobora tal vínculo.



índios menos ferozes e neles introduzido o hábito do trabalho e das artes mecânicas. Entretanto estes índios ainda estariam em um nível forte de superstição e ignorância, desfigurando algumas práticas e crenças da religião a eles apresentada (FREYCINET, 1825: 324 - 327).

A rígida distinção entre o progresso alcançado pelos nativos e pelos colonos é evidenciada no convite à leitura do capítulo referente à colônia portuguesa:

Afastemos nossos olhos de tal desagradável espetáculo, triste fruto da degradação do homem, e repousemo-los sobre objetos mais satisfadores e mais doces. A colônia europeia que os Portugueses estabeleceram sobre essas bordas, se apresenta ornada de vantagens que deve a uma civilização já antiga: nós a seguiremos em seus desenvolvimentos sucessivos, considerando as relações do estudo do homem físico, os costumes, os usos a indústria e o regime político (...) (FREYCINET, 1825: 161).

Porém o fato de a colônia portuguesa ser concebida como superior aos nativos não exclui a possibilidade de críticas aos seus costumes, sobretudo em relação à natureza. A região permitiria o cultivo de produtos tanto do velho como do Novo Mundo, caso explorada por uma nação ativa e inteligente, nos termos de Freycinet (FREYCINET, 1825: 217-9). Há críticas à escravidão, concebendo os negros como seres infortunados (FREYCINET, 1825:242). Tal crítica é recorrente desde fins do XVIII, calcada na filantropia e em uma melhor eficácia administrativa das colônias (KURY, 2001: 25-6; DUCHET, 1995: 160-3). Os lamentos de Freycinet em relação às culturas brasileiras são típicos do campo da História natural e semelhantes ao posicionamento de Buffon, que via na cultura que destrói sem edificar uma evidência da degenerescência do homem (DUCHET, 1995: 248). Trata-se de um modelo de crítica francesa à ação colonial, na qual afirmava-se, em via alternativa, “o poder de Estado alimentado pelas idéias dos fisiocratas sobre o absurdo econômico que era a escravidão”, o qual se orientava “para uma colonização *moderna* e produtiva da qual a prática ibérica não era certamente o modelo” (MOUREAU, 1999: 169).

É recorrente a interpretação das viagens científicas como desdobramento de uma política imperialista burguesa, eurocêntrica e capitalista (PRATT, 1999). Tal visão contudo, pode ser problematizada. A relação estabelecida entre o movimento iluminista e grupos sociais burgueses deve ser tomada como um problema inicial de pesquisa e não como um dado histórico (VENTURI, 2003: 41). Nesse sentido, as viagens do início do século XIX podem ser vinculadas a diferentes formas de imperialismo (GUIMARÃES, 2000).

Se é possível reconhecer uma forma de imperialismo promovida pela Restauração Bourbon, este primava pela defesa do princípio monárquico. A defesa do cristianismo integrava tal princípio em uma estratégia política, tanto interna como externa, cara à conjuntura política francesa de então. Em função disso, as viagens científicas francesas do período da Restauração defendiam uma concepção específica da história das Américas, na qual a democracia e as revoluções de independência eram vistas com desconfiança. O princípio monárquico norteava a ideia que se fazia do futuro possível para as terras além da linha do equador. Nessa conjuntura, é possível afirmar que a representação do Rio de Janeiro no relatório de Freycinet revela não apenas as concepções projetadas sobre o Brasil mas sobre a América como um todo. A presença de uma narrativa política em um relatório científico de estudos naturais é evidência de como a concepção de história do relatório científico é tributária da cultura iluminista do século XVIII, na qual “pensar sobre a história não supõe, como o será a partir do historicismo oitocentista, desvinculá-la do pensamento geral em torno da natureza” (GUIMARÃES, 2007: 86). Para tanto, tem como base a ideia de civilização conforme cunhada no campo da História natural. É a categoria de civilização que orienta a compreensão da historicidade dos povos tradicionais americanos analisados por Freycinet e permite o elogio da ação dos jesuítas no Brasil. Finalmente, o relatório emula não só a ideia de um reconhecimento da historicidade progressiva do saber científico, como também a ideia de um reconhecimento da capacidade de intervenção e aperfeiçoamento da história humana mediante o uso tal saber, o que denota, por parte de Freycinet e dos homens envolvidos no empreendimento da viagem, uma experiência temporal específica, cara ao regime de historicidade da época (HARTOG, 2003), do qual o relato é evidência. O progresso e a civilização chegariam às Américas, portanto, não através da manutenção da cultura dos nativos ou dos valores republicanos, mas sim através de uma continuidade dos valores monárquicos e cristãos, respaldados pela prática científica.

### Referências Bibliográficas

BOURGUET, Marie-Nouëlle. O Explorador. In: VOVELLE, Michel (org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

COURCOU, Guy. Charles Gaudichaud, pharmacien de la Marine au temps des voyages de circumnavigation (1789-1854). In: *Revue d'histoire de la pharmacie*, 87e année, n° 321, p. 37-

48, 1999. Disponível em

<[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm\\_0035-](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm_0035-2349_1999_num_87_321_4930)

2349\_1999\_num\_87\_321\_4930> Acessos em: 18.jul.2012

D'ALBARÈDES, Pierre-Barthélemy. *Mémoires du Baron Portal*. Paris: Libraire d'Amyot, Éditeur 6, Rue de la Paix, 1846. Disponível em: <<http://books.google.com>> Acessos em: 19.jul.2012

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde, entrepris par Ordre du Roi, sous le Ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte de Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine, exécuté sur les corvettes de S.M. l'Uranie et la Physicienne pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Paris: Pilet-Ainé, Imprimeur-Librairie, 1825. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k99353d>> Acessos em: 19.jul.2012

FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde, entrepris par Ordre du Roi, exécuté sur les corvettes de S.M. l'Uranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Navigation e Hydrographie: Première Partie*. Paris: Pilet-Ainé, Imprimeur-Librairie, 1826. Disponível em: <<http://books.google.com>> Acessos em: 19.jul.2012

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 7, n.2., p. 389-410, jul.-out., 2000.

\_\_\_\_\_. As Luzes para o Império: história e progresso nas páginas de 'O Patriota'. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, São Paulo, n. 148, p. 09-34, 2003.

KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780 – 1830)*. Paris: L'Armattan, 2001.

MANSEL, Philip. *Louis XVIII*. Paris: Pygmalion/Gérard Watelet, 1982.

MEDEIROS, Bruno F. Leituras do passado e narrativas sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XIX: a contribuição francesa. In: *Historia da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 88-103, mar. 2010.

MOUREAU, François. O Brasil das luzes francesas. In: *Estudos avançados*, vol. 13, n. 36, São Paulo, p. 165-181, 1999.

POTELET, Jeanine. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français 1816 - 1840*. Paris: Editions L'Harmattan. 1993.

PRATT, Mary L. *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas, 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAUVIGNY, Guillaume de Bertier de. *La Restauration*. Paris: Flammarion, 1955.

SOCIÉTÉ DE GÉOGRAPHIE. *Bulletin de la Société de géographie. Tome quatrième. 1825*. Paris: Arthus Bertrand, Libraire de la Société de Géographie, rue Hautefeuille, no. 23, 1825. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k376018>> Acessos em: 19/jul/2012

TAILLEMITE, Étienne. *Dictionnaire de La Marine*. Paris: Éditions Seghers, 1962.

VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003.

## **SARMIENTO E SUAS VIAJES COMO PONTO DE INFLEXÃO NAS CONCEPÇÕES HISTORICISTAS DO AUTOR**

Bruno Passos Terlizzi\*

“Esa es la cuestión: ser o no ser salvaje”  
Sarmiento, Facundo. 1845

Dentro dos referenciais conceituais utilizados por Sarmiento em suas obras, a relação dialógica entre civilização e barbárie é muitas vezes o princípio mais comumente lembrado em relação à contribuição do autor para a história intelectual na América Latina. Entretanto, ao se analisar mais detidamente a relação explicativa que o livro *Facundo* (1845) apresenta sobre a realidade política da Confederação Argentina na primeira metade do séc. XIX, percebemos que o elán mobilizador do desenrolar histórico dá-se pelas ações políticas dos "bárbaros" e não por meio da civilização, tal qual o historicismo romântico interpretava o devir histórico (PALTI, 2009).

É na tentativa de resolução desse paradoxo conceitual que Sarmiento circunscreve seu itinerário intelectual como a manifestação possível da civilização na América Hispânica, cuja produção discursiva demonstraria o horizonte de expectativa articulado pelo autor em seus escritos e que tem seu auge na publicação do livro *Viajes por Europa, África y América* (1849). Em suma, o objetivo desta reflexão é demonstrar a operação intelectual que Sarmiento faz sobre os conceitos explicativos da realidade política no contexto do rosismo, de modo a evidenciar que o movimento da civilização estava preservado na figura do intelectual e sua ação por meio da literatura (ALTAMIRANO, 2008).

### **A questão da excepcionalidade argentina**

Essa talvez seja uma das grandes questões que rondavam o livro *Facundo* de Sarmiento em sua argumentação para explicar o fenômeno político argentino, do qual o autor era contemporâneo; além da tentativa de entender o que levou a Confederação Argentina a mergulhar em uma guerra civil que prolongava e impossibilitava o surgimento de uma sociedade coesa, sobre a qual dominasse um Estado-nação soberano.

Em outras palavras, a Argentina de Sarmiento apresentava uma excepcionalidade dentro da perspectiva e da dinâmica histórica posta pela concepção de civilização, herdada dos referenciais europeus. Dentro da lógica historicista do século XIX, civilização imiscuia-se

com a noção de progresso evidenciado em uma dinâmica histórica, chegando-se mesmo à idéia de que esta mesma história seria a manifestação da própria civilização.

Numa investida para tentar dar um sentido a essa excepcionalidade nos rumos da história argentina, Sarmiento desenvolve uma reflexão interessante e esboçadas nos capítulos “Guerra Social”, “Governo unitário” e “Presente e porvir” de seu *Facundo*, ainda que se demonstre paradoxal, pois, ao mesmo tempo que se mostrava inovadora, voltava a retomar certa perspectiva historicista e linear.

Isso se daria porque Rosas, governador de Buenos Aires entre 1835 e 1852, ao destruir todos os limites, nivelaria tanto campo como cidade – de modo a destruir tanto o cidadão civilizado, como o gaucho bárbaro – o que favoreceria o processo de reunião de toda a sociedade argentina. Entretanto, e aqui se encontra o paradoxo, ao “unificar” o país sob o peso da força e do terror, Rosas acaba por formar todo um movimento de oposição contra si, em que a união do povo contra a tirania acabaria por formar uma frente anti-rosista poderosa que findaria a barbárie do caudilho bonaerense. A concepção historicista volta a aparecer em um vaticínio que em 1852 não se mostraria tão errado, mas que também não foi tão linear e simples como imaginava o escritor argentino.

O que se quis constatar ao se propor essa breve análise da obra é perceber como Sarmiento rompe com alguns esquemas explicativos compartilhados por intelectuais de sua época e permanece aberto a outras interpretações para entender a figura de Rosas e o movimento paradoxal de unificação promovido pelo general portenho, já que seu esquema, desproporcional na explicação dos dois pólos em luta, não cumpre uma explicação satisfatória, que em princípio era explicar as razões da ascensão da barbárie no contexto argentino e os motivos que haviam levado a civilização a sucumbir.

O que se percebe é que o esquema civilização e barbárie não explica de todo o contexto e o modelo historicista que, segundo algumas percepções de Sarmiento, começa por se desestruturar uma vez que seria a barbárie quem faria a história da nação argentina. “La historia del proceso de reducción a la unidad que Sarmiento se proponía explicarnos se revela finalmente como la del curso por el que la historia se niega a si misma”. (PALTÍ, 2009: 62).

Em suma, o que se percebe nesse movimento interpretativo gerado por Sarmiento é uma tentativa de ampliação de um certo “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006) que fora contradito com os fatos políticos desencadeados por Rosas em 1835. Essa busca por uma

nova interpretação a essa excepcionalidade do fenômeno político argentino é o que fará com que o autor aviste uma saída fora dos esquemas então existentes.

### **Viajes como ponto de inflexão: a experiência e o deslocamento.**

Pode-se dizer que o roteiro empreendido por Sarmiento é também uma espécie de “viagem iniciática”, em que haveria pelo autor uma forma de abertura do olhar e da consciência que conferiria certos parâmetros críticos tanto para uma análise mais detida da realidade que é deixada para traz, como da nova realidade em direção a qual o viajante se destina (JITRIK, 2012). Se de maneira utópica ou não, a viagem em Sarmiento contribuirá com o autor na resolução de alguns problemas que, segundo Elias Palti, ainda estariam pendentes: a passagem da anarquia à ordem, e a maneira como isso se liga a um projeto de nação moderna; e a relação entre determinismo natural e ação racional.

Os relatos contidos em cada carta são profundamente instigadores e são uma fonte interessante para se entender as mediações culturais que esse intelectual “americano” fez a partir do contato com uma cultura tida como referência, mas nunca experimentada de maneira física ou ocular. Interação esta que se mostrou sem muitos entraves, durante sua estadia na Europa, por exemplo. Entretanto, as cartas referentes ao testemunho que o autor escreveu quando esteve nos EUA são aqui de maior apreso, pois são nelas que o autor demonstraria algumas das mudanças conceituais em relação à história e ampliaria seu “horizonte de expectativas” após sua decepção com a estrutura e política francesa – sua maior referencia até então (KATRA, 1985).

Apesar da dita familiaridade que Sarmiento expressa ao se encontrar emerso na cultura francesa, os fatos de ordem política que ele presencia durante sua visita à assembléia legislativa francesa e a maneira como o sistema político-eleitoral francês se encontra estruturado, tudo acaba por decepcioná-lo, o que o leva a criticar certas bases e princípios.

“La Francia ha caído en este horrible lazo, i en vano se ajita, lucha, protesta; ella no es el país legal, ni el país electoral. Cuando se echa en cara a M. Guizot esta corrupción del elector i del elegido, se dirige a la mayoría i la apostrofa en estos términos: ‘Os sentís corrompidos?’ No, grita la mayoría, con gran confusión de las pobres minorías que ven realmente que no hai corrupción, puesto que cuatrocientos ajiotistas lo repiten. Cuando se denuncia en la tribuna un delito evidente como la luz, una dilapidación escandalosa, probada, M. Guizot pide que la cámara decida si está o no satisfecha, i un movimiento en masa de la

turba de cómplices, absuelve de toda culpabilidad al rei i al ministerio. He ahí el país legal, he ahí los grandes hombres de la tierra!” (SARMIENTO, 1997: 98).

Essa decepção se torna ainda mais profunda ao se notar o nome de François Guizot – grande responsável pelo desenvolvimento de análises e teorias historicistas – nessa declaração de Sarmiento com respeito à política francesa, seu sistema eleitoral corrupto e a ignorância dessa classe política em relação aos problemas políticos existentes no Ríó de la Plata, nos quais a própria França estava envolvida. Isso porque o político e ministro de estado de Luis Felipe fora tido como grande referência política e intelectual durante a feitura da obra *Facundo*, em que a análise da invasão das cidades pela barbárie se assemelha muito com o modelo explicativo do surgimento do feudalismo (KATRA, 1997: 864). Em outras palavras, percebe-se nesse ponto o ambíguo sentimento de “desencantamento com o mundo” por parte do sanjuanino e a lacuna “ideológica” que isso provoca em algumas chaves explicativas da realidade histórica do autor. O processo de “re-encantamento” e reformulação de suas bases explicativas que desaguarão nos projetos e propostas apresentadas em Argirópolis ocorrerá no último trecho de sua viagem.

“Quiero decirle que salgo [de Europa] triste, pensativo, complacido I abismado; la mitad de mis ilusiones rotas o ajadas, miéntras que otras luchan con el raciocínio para decorar de nuevo aquel panorama imaginario en que encerramos siempre las ideas cuando se refiere a objetos que no hemos visto”.

Ao chegar aos Estados Unidos de meados do séc. XIX, Sarmiento encontraria, segundo suas perspectivas, uma sociedade burguesa que teria dado certo ou pelo menos estava mostrando frutos de um certo desenvolvimento equitativo, diferentemente de uma Europa que via se aprofundar cada vez mais o abismo entre os diferentes componentes do tecido social. O que se teria, então, é um esvaziamento dos referências do autor que serão “urgentemente” preenchidos com a experiência do olhar curioso, do olhar que busca ver o que quer e precisa, enfim, o olhar apressado de um intelectual idealista e interessado em buscar material e evidências para a construção de seu projeto de nação.

Os EUA passam a ser, então, o novo referencial de um modelo “utópico” ou idealizado de nação isso porque Sarmiento vê de certa forma realizada nessa sociedade uma espécie de fusão harmônica entre a questão moral (os valores presentes nessa sociedade) e sua



atuação frente a realidade imediata, muito na esteira do que Tocqueville havia pensado em sua Democracia na América<sup>1</sup>. Não se pode esquecer, ao se ler essa obra, o lado idealista-historicista presente em Sarmiento, em que sociedade ia se aperfeiçoando por meio das ideias presentes em uma dada sociedade que empurravam o desenvolvimento das instituições sociais e das forças produtivas. Daí sua crença, por exemplo, na força da educação como privilegiada promotora do desenvolvimento social, já que a consciência moral seria o elemento motor do desenvolvimento de uma dada nação.

“Los Estados-Unidos son una cosa sin modelo anterior, una especie de disparate que choca a la primera vista, i frustra la espectación pugando contra las ideas recibidas, i no obstante este disparate inconcebible es grande i noble, sublime a veces, regular siempre” (SARMIENTO, 1997: 290).

Entretanto, o que Sarmiento tira como conclusão dessa junção entre uma moral coletivamente compartilhada – muito devido à moral religiosa, segundo o relato do autor – e a construção de uma sociedade, de uma nação mais equânime em oportunidades e realizações é o fato da ação do indivíduo e sua capacidade de agência em relação à transformação de seu meio. O sujeito passa a ser o elemento central nesse mover da história, em que o que era pautado pelo determinismo do meio e das condições acaba por se evidenciar em uma atuação deliberada e própria do indivíduo. O trecho a seguir demonstra essa mudança na perspectiva do autor de uma concepção determinada da história e dos indivíduo, bem como sua capacidade de atuação.

“I como en las cosas morales la idea de la verdad viene ménos de su propia esencia, que de la predisposición de ánimo, i de la aptitude del que aprecia los hechos, que es el individuo, no es estraño que la descripción de las escenas de que fuí testigo se mezclase con harta frecuencia lo que no vi, porque existia en mí, mismo, por la manera de percibir trasluciendo mas bien las propias que las ajenas preocupaciones. I a ser bien desempeñada esta parte, ¿quien no dijera que ese es el mérito i el objeto de un viaje, en que el viajero es forzosamente el protagonista, por aquella solidaridad del narrador i la narración, de la vision i los objetos, de la materia de examen i la percepción, vínculos estrechos que ligan el alma a las cosas visibles, i hacen que vengan éstas a espiritualizarse, cambiandose en imájenes, i

---

<sup>1</sup> BEIRED, José Luís Bendicho. “Toqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre democracia nas Américas”: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=en&nrm=iso)

modificándose i adaptándose al tamaño i alcance del instrumento óptico que las refleja?”  
(SARMIENTO, 1997: 6).

Seguindo suas observações e seu relativo “encantamento” com a sociedade estadunidense, Sarmiento vai encontrar essa junção entre moral – compartilhada entre a coletividade dos indivíduos – e capacidade de agência desse sujeito em transformar seu meio na figura das cidades americanas. Estes espaços urbanos encontrados nas terras são descritos como pequenas vilas onde a produção material estaria em consonância com a dignidade moral prometida a cada indivíduo, em que a produção fabril, segundo as observações de Sarmiento, permitiria o desenvolvimento social e econômico desse mesmo indivíduo, de modo que tal trabalho não o embrutecesse, mas antes contribuísse para a sociedade como um todo; algo que Sarmiento não evidenciou em sua passagem pela Europa. Essa cidade é uma mescla de iniciativa de indústria e uma elevação moral do indivíduo, em que os operários estadunidenses, por exemplo, receberiam até mais que seus competidores ingleses sem necessariamente abandonar sua elevação moral.

“¿Cómo con las fábricas, i los salarios ínfimos pagados a un pueblo miserable i anrajoso? Dícese que las fábricas aumentan el capital, en razon de la miseria popular que producen. Lowell es un desmentido a esta teoría. (...) ¿Como han hecho este prodijio? Apurado todos los medios inteligentes de que el pais es tan rico. El obrero, el maquinista son hombres educados; su trabajo por tanto es perfecto, sus medios ingeniosos; i pudiendo calcular el tiempo i el producto, producen mayor cantidad de obra i mas perfecta. Las hilanderas i trabajadoras son niñas educadas, sensibles a los estímulos del deber i de la emulación”  
(SARMIENTO, 1997: 390).

Outro ponto apreciável que Sarmiento vê de certa forma desenvolvido nas cidades estadunidenses é a noção de sistemas políticos e a participação de seus indivíduos. Apesar de não ter prestado muito atenção com relação ao sistema e seus mecanismos, o que particularmente atrai Sarmiento nesse percurso pela “civilização” é a maneira como o modelo de municipalidade permite a participação dos integrantes da sociedade, sem que necessariamente haja um caos tal que leve ao surgimento de figuras tirânicas para a promoção da ordem – tal qual acontecia na Confederação Argentina.

Isso ocorreria porque uma grande parte da comunidade compartilharia e difundiria os mesmo valores ordenadores da sociedade, o que acarretaria em um processo de civilização

mais amplo e não somente restrito às classes aristocráticas, como acontecia na Europa, por exemplo. “La conformación de este sentido de identidad comunal es, en definitiva, lo que condensa la idea romántica de nación. Ésta no es, pues, para él [Sarmiento], una entidad natural sino una construcción humana, un producto del arte” (PALTI, 2009: 74). O sistema de eleições e municipalidades, influenciados por esse compromisso moral elevado, formariam a sociedade quase utópica observada por Sarmiento.

“Pues que no doy este nombre sino a la manifestación constante y seguida aspiración de un pueblo en prosecución de una idea nacional, que existe y se revela en cada hombre, por generaciones sucesivas” (SARMIENTO, 1997: 584).

O que é interessante nessas observações feitas por Sarmiento durante suas viagens é a maneira como ele muda algumas de suas concepções com relação à história e a atuação do sujeito em relação a esta, o que lhe permite avistar outros projetos possíveis de nação. Em outras palavras, a influência recebida após sua experiência em terras européias e estadunidenses fez o intelectual argentino perceber que os conflitos e resoluções presentes em um dada sociedade se liga ao papel atuante desse sujeito. Assim, um novo projeto de nação seria possível a partir desse sujeito – intelectual e moralmente estruturado pela educação, por exemplo –, a partir do momento em que “tal subjetivación del mundo operada en Viajes tendrá como contrapartida la objetivación del sujeto”.

A narrativa de viagem não é uma experiência nova para Sarmiento, uma vez que estas aparecem em seus escritos mais anteriores, principalmente durante sua atuação na imprensa chilena. Esse longo relato de viagens evidencia um cruzamento entre o âmbito público e o espaço privado formulado pelo autor no processo de composição da narrativa a partir das experiências vividas durante o trajeto de sua viagem. O uso da primeira pessoa na construção do relato e do discurso sarmientino confere ao autor uma capacidade de auto-entendimento e reflexão sobre a própria experiência de viagem e o inevitável e dinâmico processo de comparação entre o ponto de passagem e o ponto de origem, promovendo alterações significativas no “horizonte de expectativa” de Sarmiento.

Por ser um relato autobiográfico, sem qualquer vinculação com os compromissos institucionais aos quais Sarmiento havia se ligado, este permite ao autor desenvolver de forma mais fluida suas impressões e perspectivas. Em outras palavras, o espaço privado do relato aparece como um lugar onde o autor pode exhibir e promover suas prática de reflexão pessoal,

confrontando o imaginário com o real, opondo certezas e suspeitas a medida que a viagem procede.

### **Ponderações finais**

Sarmiento na construção de sua estrutura explicativa tende muitas vezes a elaborar um processo de inversão, de modo a colocar um fenômeno de ordem lateral ou periférica como o centro de um dado fenômeno que ele se proponha a explicar. Segundo alguns críticos, tal como Noël Salomon, Sarmiento faz isso em Facundo ao generalizar uma situação, que explicaria bem a realidade de sua província natal na região de Cuyo, como um modelo para entender a própria situação socio-política de Buenos Aires como província central na recente experiência histórica de organização da nação independente (SALOMON, 1980: 121). Sarmiento faz o mesmo quando reflete sobre o contexto de formação da sociedade e da economia estadunidense, ao pensar a realidade de um estado mais periférico como o de Cincinnati, como a realidade de toda uma região mais central (tal como a dos estados do nordeste americano) e inclusive todo o contexto dos EUA.

A linguagem de Sarmiento é caracteristicamente "conceitualizadora" porque estabelece generalizações de fatos, fenômenos e realidades como forma de aproximação e entendimento. Nesse sentido, Sarmiento ao escrever tem uma tendência a generalizações, de modo criar com essas mesmas generalizações sistemas explicativos de fatos históricos, políticos, econômicos e culturais. Talvez o exemplo mais gritante seja a categorização de realidade social e política da Argentina em civilização e barbárie, o que faz com que o autor deixe de lado toda uma "zona cinzenta" que lança os paradoxos de qualquer conceito. Em suma, repete-se nas cartas o mesmo fenômeno em toda a obra, em que o texto produzido não tem significação sem o contexto que o cerca e que o signifique. A escrita seria justificada justamente pelos diferentes acontecimentos encontrados por Sarmiento, sendo assim a razão para a própria explicação e a conceitualização mostradas em seus escritos.

### **Referências Bibliográficas**

ALTAMIRANO, Carlos. Para un programa de historia intelectual. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

BEIRED, José Luís Bendicho. “Toqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre democracia nas Américas”: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=en&nrm=iso)

BOTANA, Natalio R. La tradición republicana: Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Sudamerica, 1984.

GOLDMAN, N. Lenguaje y revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. Proyecto y construcción de una nación. Biblioteca del Pensamiento Argentino. Buenos Aires: Emece Ediciones, 2004.

JITRIK, Noé e AMANTE, Adriana. Historia Crítica de la Literatura Argentina. Tomo 4: Sarmiento. Buenos Aires: Emecé Editores, 2012.

KATRA, William H. Sarmiento: public writer (between 1839 and 1852. USA: Arizona State University, 1985)

KOSELLECK, R. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

PALTI, Elias. El tiempo de la política. Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 2004.

\_\_\_\_\_. El momento romántico: Nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Eudeba, 2008.

RAMOS, Julio. Desencuentros de la modernidad en América Latina. México: FCE, 1989.

SALOMON, Noël. "El Facundo de Domingos Faustino Sarmiento: manifiesto de la preburguesía argentina de las ciudades del interior", Cuadernos Americanos 39, nº5 (1980)

SARMIENTO, D.F. Facundo ou civilização e barbárie. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

\_\_\_\_\_. Viajes por Europa, África y América. Ed. crítica de Javier Fernández. Buenos Aires: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997.

SORENSEN, Diana. El Facundo y la construcción de la cultura argentina. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1998.

VIÑAS, David. Literatura argentina y realidad política. De Sarmiento a Cortázar. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

## CENAS CONTEMPORÂNEAS NO SÉCULO XIX? O POEMA MANIFESTO DE ALEJANDRO MAGARIÑOS Y CERVANTES 1846

Suellen Mayara Péres de Oliveira\*

As definições e os limites, que conformam a escrita da história referente aos eventos do presente, ainda hoje são motivos de debate para os historiadores. Quer seja porque a historiografia acadêmica universitária se vale do argumento da imparcialidade e imunidade política para legitimar seu discurso, quer seja porque os instrumentos de pesquisa para esse campo ainda não foram plenamente estabelecidos. Se atualmente muitos historiadores avaliam com desconfiança a prática desse novo campo, o público não acadêmico demonstra receber com satisfação os livros, as revistas e outros textos que refletem sobre os acontecimentos do presente. Com base na preferência dos leitores é cada vez mais relevante o papel que as revistas de história tem desempenhado no mercado de bens culturais. Por conseguinte, o historiador tem sido um profissional bastante requisitado para escrever, interpretar e participar publicamente das cenas do presente.

Não cabe nessas poucas linhas realizar um balanço historiográfico sobre os desafios e os avanços da história do tempo presente, nem sobre as fronteiras do papel do historiador e do jornalista, cabe sim lançar a questão mote de nossa apresentação nesse seminário. A qual tematiza, o surgimento de um projeto historiográfico para a região do Prata que esteve concentrado na proposta de escrever a história da região do Prata a partir dos episódios contemporâneos da Guerra Grande. São amplas todas as perguntas e conseqüências desse projeto político que foi organizado pelos opositores do sistema rosista que viviam em Montevideu. Logo, iremos investigar e apresentar os modelos e as reapropriações que estavam presentes nesse projeto a fim de mapear o debate sobre a escrita da história contemporânea no contexto da primeira metade do século XIX.

Os fragmentos desse projeto historiográfico institucionalizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGN) podem ser consultados na produção escrita editada por seus próprios membros. Nessa apresentação utilizaremos como objeto de leitura o livro *Montevideo: Episódios de Nuestra História Contemporanea poema de Alejandro Magariños y Cervantes*. Editado em 1846, depois de ter regressado da estadia de um ano no Brasil,

---

\* Mestre em História Social, doutoranda do PPGHIS/UF RJ. Bolsista CNPq.

Alejandro Magariños y Cervantes escreveu e publicou aquele livro a partir de uma versão do poema que ele escreveu em 1843 e declamou na comemoração da Independência promovida pelas festas maias e organizada pelo IHGN, cujo tema era a defesa do sítio de Montevideú.

A princípio esse foi o contexto em que o poema inicial surgiu. Seus versos expressavam no título a função que o poeta outorgava a si mesmo: cantar os episódios da história contemporânea de Montevideú. Naquele momento a cidade estava sitiada a oeste pelo bloqueio imposto por França e Inglaterra, cercada ao norte pelas tropas do governo de Cerrito, cujo líder político era Oribe, junto aos exércitos de Rosas acampados na embocadura da foz do Rio da Prata bloqueando seu curso. Esse mapa de Montevideú sitiada ilustra o quadro de alianças e conflitos das lideranças políticas na região do Prata em 1843.

Diante dessa imagem da Guerra Grande porque motivo os letrados orientais estavam preocupados em registrar esses episódios? Parece que a visão desse quadro fornece pistas para aclarar o papel dado a história pelos opositores a Rosas e Oribe. É, portanto, o sítio de Montevideú e as constantes guerras civis travadas entre Oribe do partido blanco e Rivera do partido colorado que motivava a escrita da história contemporânea.

Se por um lado os atores políticos utilizavam a história escrita para criar artifícios políticos no presente e para o presente, por outro a necessidade de escrita e o desejo de forjar uma nova memória esteve integrado à condição de exílio conseqüente a todos esses conflitos políticos. Uma vez que grande parte das lideranças políticas expulsas por Rosas viviam exilados em Montevideú. Para os argentinos a emigração foi um processo de exclusão política, para os orientais ela era uma conseqüência da guerra política civil entre as suas próprias lideranças. Ou seja, numa linguagem contemporânea eles seriam refugiados, pessoas que emigram por causa de guerras civis em suas pátrias, contudo os orientais somente decidiram sair da pátria porque não aceitavam o presente caótico imposto pela guerra. Os orientais faziam viagens, voltavam a Montevideú por vezes. Ao contrário dos estrangeiros políticos argentinos que não poderiam regressar a Buenos Aires.

Dentro dessa nova cartografia a experiência dos proscritos argentinos e orientais apresenta uma experiência diferente ao que tange na relação dos exilados com o passado e a pátria que deixaram para trás, no caso dos argentinos, ou que perderiam como no caso dos

orientais. Ambos os atores recusavam totalmente uma narração de um passado anterior a Revolução de Maio e uma necessidade de buscar no presente matéria para esquecer o passado. Observe o canto primeiro do poema:

Descended á mi frente majestuosas  
Imágenes terribles del pasado,  
Y no de verde palma ni de rosas,  
Sino de espinas coronadla en coro:  
D mi triste laúd desacordado,  
Las muelles cuerdas arrancadas de oro,  
Y dejad solamente una de acero  
Que vibre con mi cántico guerrero.  
(MAGARINOS Y CERVANTES, 1846:3)

Pelos versos acima o autor expressa um sentimento de conflito com o passado e suas imagens terríveis, mas que descende majestosamente. Essa é uma antinomia da relação com passado porque o autor sabe que por tradição ele deveria invocar um passado heróico e majestoso, mas essa não era sua interpretação sobre os acontecimentos pretéritos, por isso ele questiona a autoridade do passado para poder cantar a glória do presente. Esse conflito é uma pista que explica porque entrou no programa do IHGN, que tinha como membros os proscritos, a proposta inovadora para época de escrever episódios de história contemporânea, sem relacionar o passado como prelúdio do presente. Dentro desse esforço destaca-se o livro de Magariños, as poesias cantadas na festa maia de 1843 e uma série de artigos e livros que compunham a resistência rosista.

Em resumo, a experiência de proscricão de argentinos e orientais reforçou a interpretação dos letrados tributária dos discursos de Independência, na qual acreditava que a região do Prata vivia uma crise política causada pelas má administração colonial. Essa visão, que motivou os movimentos de contestação de 1810, foi endossada pela geração de proscritos que fundaram uma relação ora de conflito ora de recusa com esse passado, ou seja, com o tempo colonial e com o tempo da direção política rosista que ficou para trás. Sobre esse afastamento o trecho abaixo é esclarecedor:

Entorno de mi lánguida memoria  
Y alejad, alejad los mundanales  
Recuerdos que hay en ella, y nada, nada,  
Quede en mi mente yá, purificada!  
(MAGARINOS Y CERVANTES, 1846:4)



A memória aparece como uma recordação pequena para se lembrar dos eventos pretéritos. É como se fosse uma confissão acerca dos motivos pelos quais ele não vai tratar de episódios do passado. Pelo contrário ele se recorda, mas os eventos da memória para ele estavam muito distantes daquele presente. É interessante perceber essa relação com um tempo que se manifesta percebido por Magariños como muito distante.

Contudo, essa representação do tempo é característica da experiência que orientais e argentinos emigrados vivam em Montevideu sitiada. Caso a cidade sucumbisse aos exércitos rosistas que sitiavam a cidade, os argentinos poderiam viver uma segunda experiência de proscricção da cidade que habitavam. Portanto, durante o cerco de Montevideu 1839-1851, o sentimento de perda comum à experiência dos emigrados argentinos é também percebido pelos os orientais que viviam em Montevideu.

Voltando a filigrana do livro em análise, a introdução do autor tem relação com o projeto do IHGN e com o intento de todo grupo de emigrados em escrever a história contemporânea da região do Prata. Mas quais as possibilidades de concretização dessa escrita para aqueles que a propunham? Qual o estilo? Como fazê-la? Em suma, podemos parafrasear Michel de Certeau e perguntar o que fabricava Magariños y Cervantes quando escrevia a história contemporânea da região do Prata? Vamos observar o prólogo do poema Montevideo para buscar algumas repostas:

Dijimos que deseábamos trabajar algo nuestro, es decir, americano; y que, para conseguirlo, nada nos había parecido más adecuado, que echar una ojeada sobre nuestra historia contemporánea. (Grifos do autor. (MAGARINOS Y CERVANTES, 1846:2)

A primeira consideração a ser feita destaca a relação entre produzir uma escrita “americana” e relatar os eventos da história contemporânea do Prata. Por que o sentimento nativista só poderia ser expresso a partir de um quadro sobre o presente? Vemos, portanto que o historiador poeta recuperou a idéia de que a América independente deveria produzir uma nova sociedade diferente da herança colonial europeia. Sua proposta concatenava-se com uma nova narrativa histórica que destacasse essa diferença, porém, para ele só o presente dos acontecimentos poderia “*conseguirlo*”, ou seja, atingi-lo.

A possibilidade de realçar os acontecimentos daquele momento como objeto de uma escrita engajada em manifestar a “cor local” servia para realçar os elementos identitários

regionais de uma nova América. Para o autor existia um modo de assim operar quando ele diz “*que echar una ojeada*”. Uma tradução simples revela a importância de deixar uma olhada, a fim de que ficasse claro que o escritor era também um observador, aquele que olha, vê e relata o que vê. Mais que um relato, o autor quer deixar sua visão. Chegamos então a um princípio contumaz para aqueles homens letrados que se dedicavam a escrever história contemporânea no alvorecer do século XIX: ser testemunha dos tempos.

Mas o que queremos a partir da *ojeada* de Magariños é desenvolver uma arqueologia do seu olhar<sup>1</sup> sobre os eventos que ele irá poetizar. Diferentemente das propostas em voga no século XIX, o autor relê os gêneros antigos das primeiras epopéias e advoga seu direito de poetizar os eventos.

*y poetizando algunos de sus episodios mas notables, buscar las relaciones que los ligasen tomando por base y punto de partida la Defensa de Montevideo. (Grifos do autor. (MAGARINOS Y CERVANTES, 1846:2)*

Uma leitura a contrapelo desse trecho nos indica que o presente de Magariños era matéria de poesia de acordo com sua releitura e suas interpretações sobre a trajetória histórica dos acontecimentos do Prata. Em termos de proposta política do autor sabemos que os eventos de história do passado colonial marcados pela tutela da monarquia portuguesa e do Império do Brasil deveriam ser esquecidos. Então, para ele os eventos mais notáveis deveriam ter relação com a Defesa de Montevideú. Subjaz nessa escolha do autor a consideração de que os eventos a serem consideráveis notáveis e dignos de serem poetizados para representar Montevideú deveria ser aqueles em que os orientais tivessem sido vitoriosos sob algum julgo seja a ofensiva de Rosas, ou de outras lideranças.

O poema Montevideú de Alejandro Magariños encontra-se dentro de um conjunto de textos produzidos pelos exilados e pelos orientais que glorifica uma das poucas vitórias do exército anti-rosista. É, portanto, a manutenção da soberania do governo oriental sob a capital Montevideú convertida em signo representação de que Rosas e Oribe seriam derrotados. Um evento do presente que era cheio de futuro para aqueles que fugiam e sentiam-se ameaçados pela dupla ofensiva.

---

<sup>1</sup> François Hartog sugere que os estudos historiográficos deveriam fazer uma arqueologia do olhar do historiador (HARTOG, 2003).

Parece que a experiência dos proscritos proporcionou uma releitura dos topos clássicos entre o grupo emigrado e entre os letrados orientais. É curioso observar essa escolha, como pode ser lido no trecho: “*Esa magnífica epopeya, tal vez mas completa y digna que el Orlando, las Lusiadas, La Henriada, y otros tantos poemas a los que solo el génio de sus autores, pudo imprimir un sello de originalidad y grandeza*”. (MAGARIÑOS y CERVANTES, 1846:3).

Vejamos que dentre as epopéias citadas o olhar de Magariños elegeu uma hierarquia de modelos. A primeira epopéia citada pode ser *Orlando enamorado* ou *Orlando o furioso*, a segunda escrita por Ludovico Ariosto em 1516 mantém sim um diálogo com o primeiro texto produzido por Mateo Maria Boiardo. Os dois poemas épicos foram apresentados em óperas e constituíam uma referência para os leitores do gênero das epopéias produzidas no período renascentista ao lado da Divina Comédia. Provavelmente, Magariños referencia Orlando o furioso porque em seguida atrela os Lusíadas para quem esse também foi lido.

Magariños não canta a história de Montevideu com base nas vozes de seus heróis e personagens recriados no texto, ele também utiliza a cronologia histórica dos eventos, por isso a citação de Voltaire como exemplo no prólogo. *A Henriata* escrita por Voltarie em 1728 é um poema épico dos feitos de Henrique IV, curiosamente ele o escreveu quando estava exilado em Londres. Esse texto de Voltaire é sempre associado a sua defesa sobre a liberdade religiosa porque retrata as ações do Rei Henrique IV para acabar com as disputas religiosas e narra o contexto histórico do Edito de Nantes<sup>2</sup>. Antes de publicar esse poema épico Voltarie escreveu um *Ensaio sobre poesia épica*<sup>3</sup> publicado na Inglaterra em 1727. O autor comentou vários poemas épicos escrito por Homero, Virgílio, Camões, Lucan, Trissino, Torquato Tasso, Don Alonzo D’ Ereilla y Cuniga e John Milton. E sua tese era de que o gênero épico não deveria mais ser praticado usando elementos mitológicos, argüindo que a História deveria ser escrita a partir de fatos reais abolindo-se os elementos imaginários (WHITE, 1915). Por isso esse ensaio é paradigmático na discussão sobre história e ficção porque Voltaire propõe que a matéria dos textos épicos deveria ser fundada na cronologia e nos eventos históricos e não mais nas fábulas.

---

<sup>2</sup> O Edito de Nantes garantiu a liberdade religiosa na França foi promulgado em 1598 por Henrique IV.

<sup>3</sup> Traduzimos o título em inglês *An essay on epic poetry* (1727)

Provavelmente, Magariños teve contato com essa discussão promovida desde então por Voltaire, senão a partir do texto em inglês, poderia encontrar essa crítica nos prólogos da tradução de *La Henriada* para o espanhol<sup>4</sup>. E essa tese de Voltaire que anima e embasa o poema *Montevidéo*, dessa forma Magariños reapropria o estilo épico a partir da reinvenção do gênero lido pelos românticos. No seu prólogo ele esclarece essa possibilidade de poetizar os eventos “Tal es la historia franca y verídica del nacimiento y motivos, que nos han impulsado a publicar este canto” (MAGARINOS y CERVANTES, 1846:3). O trecho demonstra a preocupação do autor para informar o autor de que o poema está baseado em matéria de história e não de mitos, por isso a expressão verídica e franca.

Se por um lado, Magariños se coloca ao lado desse debate sobre os gêneros históricos e informa que seu poema é uma epopéia sobre a defesa de *Montevidéo*, por outro ele constrói uma distinção, ele está tratando de eventos do presente. Ao contrário de Voltaire que poetizou em 1728 eventos históricos de 1516. Havia um distanciamento temporal do autor com os eventos e uma tentativa de tornar o exemplo de Henrique IV uma história exemplar para o presente na qual as diferentes crenças religiosas ainda causavam conflitos.

Portanto, o autor oriental põe em movimento a possibilidade de escrever história em versos épicos, mas a sua matéria não é o passado como para grande parte dos textos românticos da época, sim os eventos do presente. Por isso que também são suas referências as epopéias antigas como os *Lusíadas* e *Orlando*, porque ambos os autores poetizavam os acontecimentos a que vivenciaram.

O ensaio de Voltaire também remete a experiência estética associada à compreensão moderna do conceito de História. Em seu texto seminal sobre o conceito de História, Koselleck descreve o debate ilustrado sobre a superação da máxima aristotélica que hierarquizou a poesia sobre a história. Em a *Póetica* Aristóteles definiu que a história era um gênero típico de descrição dos eventos passados, ao contrário da poesia que poderia narrar os eventos possíveis de acontecerem, visto desse ponto a poesia era um gênero que revelava a condição universal das experiências humanas.

---

<sup>4</sup> *La Henriada* poema épico francés traducido en verso español por el refugiado Pedro Balzan de Mendoza. Impreso en Alais, en la imprenta de Martin, impresor y librero, Año 1816.

Segundo Koselleck é a partir das revoluções do final do século XVIII que uma nova experiência do tempo conformou a idéia de que a história era um grande somatório das experiências humanas e que a partir de suas leis a narrativa histórica poderia revelar as essências universais do gênero humano. Uma das conclusões de sua tese sobre a *Geschichte*, como o conceito de história filosófica foi elaborado para expressar esse novo conteúdo, revela que o romance histórico burguês reconciliou a distinção aristotélica entre poesia e história. Assim a História passou a ser um gênero que podia expressar também o espírito do presente e do futuro, expressado pelo historiador alemão na sua tese quando aclara sobre o que constitui a experiência do passado-futuro (KOSELLECK, 2004).

Se por um lado a tese estética que hierarquizou, poesia *versus* história, por Aristóteles havia sido superada no debate dos letrados oitocentistas, a orientação de que o discurso histórico deveria balizar-se pelo *resfactae* ainda prevalecia como vemos apresentado tanto no ensaio de Voltaire quanto no prefácio de Magariños. Koselleck ainda nos informa que surgiram na Alemanha do século XVII e XVIII vários livros que traziam no título poema-história até que a palavra *Geschichte* fosse adotada para identificar a novela histórica (KOSELLECK, 2004; 52).

Esse debate resumido serve para explicar porque Magariños de Cervantes quer poetizar os eventos do presente, seu objetivo é extrair dos fatos o espírito e os aprendizados orientadores para consolidar o futuro que queriam: derrotar Rosas e Oribe. Esse é o significado de sua tentativa de poetizar os eventos, cantar o presente para narrar o passado é uma operação que objetivava extrair dos episódios da guerra contra Rosas e a defesa da cidade os aprendizados universais da experiência humana.

Para Zermeño Padilla, a emergência da história contemporânea para explicar e orientar o presente surgiu no mundo hispânico dentro dos movimentos de Independência iniciados em 1810. As histórias contemporâneas eram o tribunal em que se julgavam os eventos do passado para justificar as mudanças políticas reivindicadas no mundo hispânico, estava clara a noção de que os eventos dos últimos anos ensinavam mais para o presente (PADILLA, 2008; 62). Contudo, o autor não esclarece como esses novos sintagmas relacionados à nova experiência de modernidade se consolidaram ou foram temas dos debates entre os letrados e historiadores na América Independente.

Parece que o poema de Magariños é o primeiro livro em que esse novo conceito de história parece embasado dentro de um estilo e interpretação. Todavia temos que pontuar que o nome história contemporânea no livro de Magariños não voltava ao passado da região, ou seja, não criava uma interpretação teleológica e cadenciada entre eventos do passado, presente e futuro, de igual forma as *Geschichtes* alemãs estudadas por Koselleck. Vejamos no trecho abaixo:

Nos ha parecido que antes de narrar los sucesos de la presente guerra, debíamos remontarnos hasta su origen y examinar los que han traido. Al hacer un estudio especial de esa época, hemos encontrado en la empresa de Lavalle uno de los rasgos mas bellos y grandiosos que ofrece nuestra historia contemporánea (MAGARINOS y CERVANTES, 1846:9)

Quando ele informa que para entender o pé da guerra em 1846 era preciso rememorar as origens dos eventos, ele não menciona passado, mas as ações de defesa de Montevidéu lideradas pelos exércitos de Lavalle. Portanto, a poética se refere a uma origem no evento do presente recente, os eventos do passado não aparece como origem? Ou o estabelecimento do exército libertador em 1839 era considerado um passado? Bem ao que parece a genealogia para o autor é a empresa de Lavalle, ou seja, a guerra (empreendida pelo exército libertador da comissão argentina).

Magariños revela também que escrever a história contemporânea do Rio da Prata era estar sujeito aos eventos que ocorriam dentro de um tempo imprevisível. Magariños expressou essa sua reflexão sobre os tempos dos eventos no prólogo do livro: “*Acaso nos engañemos; acaso se precipiten los sucesos, y antes que se acabe de imprimir este libro, la atención general se Halle tan preocupada, que sea indiferente á cuanto la rodee.*” (MAGARINOS y CERVANTES, 1846:9). Em suma, qualquer interpretação sobre os eventos do presente era móvel e passível de ser transformada. Ele compara esse movimento histórico como uma velocidade de um raio. “*parecer com la velocidad del rayo, y en un momento despues, reaparecer em su álveo quebrantada em mil pedazos.*” (MAGARINOS y CERVANTES, 1846: VIII)

Por essa explanação pode ser afirmado que a proposta de escrita da história americana cantada em verso pelos acontecimentos contemporâneos é uma consequência da experiência do sítio de Montevidéu. Porque a cidade sitiada, o último refúgio para os emigrados

argentinos se tornou o signo do isolamento e para os orientais constituía uma ameaça de perder a pátria. Portanto, a escolha de heroicizar aqueles que lutavam na guerra com Rosas tem a ver com essa interpretação de que a soberania da República oriental estava ameaçada por Rosas e esse evento constituía a liga para unir e escrever a história contemporânea.

Como é sabido Alejandro Magariños y Cervantes ocupa o lugar de pai da literatura nacional uruguaia. Os críticos literários destacam como livros fundadores a novela *Caramurú* (escrita entre 1848 a 1850), pois esse romance histórico descreve a dominação portuguesa e brasileira sobre a região da Cisplatina entre 1817-1828, a fim de celebrar o nascimento da República Oriental do Uruguai como a luta heróica contra a dominação estrangeira. O segundo ensaio citado é *Estudios Históricos, políticos y sociales sobre el Rio de la plata* publicado no jornal em Madri *El Orden* em 1852. *Caramurú* é a primeira novela uruguaia escrita dentro dos cânones do romance histórico, por isso serviu de referência para toda a geração de letrados a posteriori como Acevedo Dias e Rodó (SAN ROMA, 2003).

Portanto, a contrapelo vemos como Magariños mesmo no exílio na Europa modificou suas referências e seu estilo de escrita, portanto sua a experiência vivida em Montevideú durante o cerco da cidade e a ligação com os círculos letrados o IHGN foi o contexto de Magariños, pois em 1846 ele produziu uma escrita orientada por genealogia que começava com a guerra empreendida por Lavalle em 1839. A sinopse criada por Magariños e sua proposta de escrita da história contemporânea cumpriu uma missão política e não se reproduziu como um modelo para a escrita da história da região do Prata.

#### BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *RIHGB*, 156(388), 1995.

HARTOG, François. “Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história”. *Os antigos, o passado e o presente*. Organização José Otávio Guimarães; tradução Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 206 p.p.11-35.

MAGARIÑOS Y CERVANTES, Alejandro. *Montevideo: Episódios de Nuestra História Contemporanea poema de Alejandro Magariños y Cervantes*.Montevideo: Imprenta Nacional 1846.

SAN ROMA, Gustavo. “ Eduardo Acevedo Díaz, Alejandro Magariños Cervantes y los orígenes de la novela histórica en el Uruguay”. *Bulletin of Spanish Studies*, 80:3, 323-345 . 2003.

WHITE, Florence Donnell. *Voltaire's Essay on Epic Poetry: a study and an edition*. Dissertation. Albany: NY,1915.Disponível em : <http://archive.org/details/voltairesessayon00vultuoft>. Acesso em Abril 2012/

KOSELLECK, Reinhart. *história / História*. Madrid: Editorial Trotta, 2004. p.27-153.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica. Almanack braziliense (revista eletrônica), n.7, maio de 2008.



## O GIRO LINGUÍSTICO E A IBERO-AMÉRICA: RICHARD MORSE, LACAPRA E GUMBRECHT

Beatriz Helena Domingues\*

Os estudos brasilianistas ou latino-americanistas são, por natureza, comparativos: consciente ou inconscientemente os autores confrontam seu objeto de estudo com a cultura na qual nasceram e viveram (ou vivem). Mesmo nos casos em que eles se mudam para o país estudado, o *background* vai com eles. Os ensaios do historiador latino-americanista e brasilianista Richard Morse (1922-2001) são exemplares neste sentido. Além da grande afinidade com o objeto, a comparação e a interdisciplinaridade são partes intrínsecas de sua opção metodológica de estabelecer conexões entre textos de natureza diversa (manifestos, novelas, ensaios e tratados filosóficos) - de diferentes partes da América Latina e do Brasil - buscando traçar uma genealogia de cada uma das etapas da busca pela identidade no subcontinente.

Marc Bloch defendia a possibilidade de os historiadores do imaginário contrastarem universos imaginários com pesquisas historicamente conduzidas.<sup>1</sup> Em outras ciências, argumentava ele, o "comparatismo" sempre fora intrínseco. Este era o caso da linguística e da antropologia comparada, definíveis, segundo ele, como "estudos da diferença".<sup>2</sup> Já no caso da história, tratou-se de uma opção, embora comparar, no sentido amplo do termo, seja inevitável. Tanto a antropologia quanto a linguística eram disciplinas muito apreciadas por Morse, que se reconhecia como "discípulo" do antropólogo francês Louis Dumont por esse

---

\* Professora do Departamento de História da UFJF. Este ensaio é resultado parcial de pesquisa financiada pela FAPEMIG, e CAPES/CNP, aos quais agradeço pelo apoio.

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. O caráter sobrenatural do poder régio - França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Para um histórico da constituição da história comparada enquanto um campo disciplinar ver: BARROS, José D'Assunção. "História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar" In: *Revista História*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315/jul./dez. 2007.

<sup>2</sup> Em "Comparison", publicado no *Bulletin du Centre Interacional de Synthèse* em 1930, Bloch historia a chegada da comparação aos estudos históricos. Atribui à linguística a situação de primeira disciplina a elevar a comparação, originalmente instintiva, à altura de um método razoável.

ter-lhe aberto os olhos de historiador para as comparações entre culturas.<sup>3</sup> Dumont defendia a tese de que as sociedades hierárquicas, em oposição às ditas atomistas e plurais (Ocidente) têm uma enorme heterogeneidade e pluralidade em seu interior, não devendo ser estudadas pelo que lhes falta para serem como a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

Essa é a tese que sustenta *O espelho de Próspero* (1988) e que serve de parâmetro para *A volta de McLuhanaíma* (1990) e "The Multiverse of Latin American Identity since 1920" (1995).<sup>4</sup> A proximidade de Morse com a linguística fica particularmente evidenciada no ensaio "A linguagem nas Américas", incluído em *McLuhanaíma*.

A metodologia comparada pode certamente ser adotada em diferentes direções: da história econômica à história literária. No caso de Morse, ela foi abraçada desde o início da carreira quando elegeu a literatura, seguida pelo interesse pelos estudos de história urbana - uma temática que já nasceu interdisciplinar e comparativa, em grande parte apoiada em Max Weber -, ambos em diálogo com a história latino-americana. A partir da década de 1970 passou a acentuar as diferenças entre o mundo anglo e o ibero-americano na história, na literatura, na filosofia, nas artes ou simplesmente no comportamento.

Na década de 1980, quando foram publicadas as primeiras edições de *O espelho de Próspero* (1982, em espanhol, 1988, em português), estava em curso o movimento que ficou conhecido como "Giro Linguístico" por esboçar semelhanças com o giro antropológico que ocorrera nas artes com o advento do expressionismo e da pintura abstrata. Momentos de crise no sistema de representações (da arte, ou dos textos) parecem nos deixar sem orientações objetivas para avaliar uma obra ou texto. E logo vem o temor de uma queda no relativismo completo.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> DUMONT, Louis. *De Mandeville a Marx: a gênese e o triunfo da ideologia econômico*. São Paulo: Hucitec, 1993; DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

<sup>4</sup> RICHARD, Morse. *O espelho de Próspero: Cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; \_\_\_ *A volta de McLuhanaíma*. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; \_\_\_ *The multiverse of Latin American identity (1920-1970)*. In: BETHEL, Leslie. *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 3-129.

<sup>5</sup> Alguns nomes: James Clifford, Stanley Fish (literatura), Clifford Geertz, Eric D. Hirsch, Frederick Jameson, La Capra, Paul Rabinow (antropologia), Richard Rorty (filosofia). No sentido estreito, o giro remete a

No que se refere ao Giro Linguístico, contudo, concordo com José Elias Palti que tal crise – embora não descarte por completo a caída em um relativismo relativo ou absoluto – apresentou possibilidades de uma renovação saudável nas ciências humanas. A partir da corrosão do seu sistema de representações elas teriam se motivado a refletir sobre elas mesmas. Como o próprio nome indica, o Giro Linguístico foi uma virada interpretativa que passou necessariamente pela questão da linguagem e da interpretação (intrinsecamente relacionadas com a crítica literária e com a filosofia). Esses são precisamente os dois campos do saber muito presentes nas interpretações históricas de Richard Morse. Daí ter-me parecido adequado conjecturar, neste congresso dedicado ao Giro Linguístico, sobre as possíveis afinidades do irreverente brasileiro com a proposta do grupo o pensamento do grupo.

As formulações do historiador, também norte-americano, Dominick LaCapra (1933-) sobre a história intelectual me parecem em sintonia com a análise morsiana dos clássicos da literatura latino-americana, que os toma como fontes privilegiadas para compreender, e não apenas “explicar”, as singularidades da região.<sup>6</sup> Embora o autor não tenha feito referências explícitas à América Latina, incluiu vários textos da região entre os considerados textos complexos (clássicos) do pensamento ocidental.<sup>7</sup> Nesta comunicação restrinjo-me à hipótese de que algumas ponderações metodológicas de LaCapra sobre os textos complexos da tradição ocidental estavam sendo feitas por Morse nas obras referidas. O principal desafio da história intelectual - o diálogo entre história, literatura e filosofia – é plenamente preenchido por ele. Finalizo com uma especulação sobre um possível diálogo entre algumas proposições de Morse e Gumbrecht.

---

filosofias da linguagem (escola analítica). No sentido amplo, ao fato de o nosso conhecimento do mundo não ser factual, mas linguístico: não descreve o comportamento de objetos físicos ou sequer mentais. Expressa sim definições ou as consequências formais dessas definições.

<sup>6</sup> LaCAPRA, Dominik. “Repensar a História Intelectual e ler os Textos” In PALTI, José Elias. *Giro Lingüístico*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, s/d. Tradução de Horácio Pontes. O texto foi originalmente publicado como “Rethinking Intellectual History and Reading Texts”, em *History and Theory*, 19, 1980, e reimpresso em *Rethinking Intellectual History; Texts, Contexts, Language*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983, pp. 23-71.

<sup>7</sup> A proposta metodológica de LaCapra para o estudo dos grandes textos (clássicos) do pensamento ocidental é também de grande valia para meu projeto em andamento: uma biografia intelectual de Morse.

Embora afirme a proximidade entre a história intelectual e a história social, LaCapra reafirma a importância da história intelectual manter sua autonomia relativa. Em texto de 1980, o autor propõe-se a contribuir especialmente para a problemática tarefa de ler os textos complexos – os chamados “grandes” textos da tradição ocidental – dentre os quais se incluem e se destacam os literários.<sup>8</sup> Ele elenca quatro motivos que o levam a fazê-lo: porque a historiografia contemporânea não o vem fazendo; porque neles o uso da linguagem se explora de uma maneira especialmente enérgica e crítica, que nos compromete enquanto intérpretes de uma conversação com o passado; porque abordam temas triviais de forma excepcional; e finalmente, porque os grandes textos (complexos) – literários - vêm sendo excluídos do registro histórico pertinente, ou lidos de maneira reducionista, devido ao predomínio de um enfoque documentário na historiografia: documento *versus* ser-obra. O reducionismo viria assumindo a forma da análise sinóptica de conteúdos, amparada em um método mais narrativo e na identificação não problemática de objetos ou entidades de interesse histórico na história das ideias. Embora seja um método necessário, é limitado no que se refere ao estudo dos grandes textos.

Este norte-americano, um dos mais interessantes pensadores das últimas décadas, se dedica com cuidado e criatividade a refletir sobre a dita “história intelectual”, sua natureza e seus possíveis objetivos enquanto campo de estudo de importância significativa para todo historiador, seja qual for a área do conhecimento histórico à qual venha este a se dedicar. Para tal recorre com frequência a estudos de filósofos e críticos literários - Foucault, Derrida, Heidegger, Nietzsche, Escola de Frankfurt, dentre outros – para sustentar seus argumentos. Tanto nos textos clássicos interpretados, quanto naqueles que os interpretam, importa-lhe buscar a interseção entre o aspecto documental e o ‘ser-obra’.

Segundo ele, o predomínio do enfoque documental na historiografia vem sendo responsável seja pela exclusão dos “textos complexos” - especialmente os literários - do registro histórico considerado pertinente ou por se restringir a uma leitura muito reducionista deles (no mais das vezes limita-se a uma análise de conteúdo conhecida como

---

<sup>8</sup> É interessante assinalar a sincronia entre o texto de LaCapra e o *Espelho de Morse*, também finalizado em 1980, ainda que só publicado em 1982 e 1988, conforme explicado.

método sinóptico).<sup>9</sup> Isso quando, a seu ver, dos textos históricos deveriam ser destacados também os aspectos linguísticos e literários, e não meramente sua pretensa função documental; devemos neles buscar perceber, sobretudo, a *forma* como se expressam, porque também a linguagem empregada há de ter uma infinidade de informações importantes (quicá muito mais importantes) a nos oferecer.

LaCapra considera a história intelectual uma área específica por se dedicar ao estudo dos clássicos da literatura mundial (os “textos complexos”, para usar uma expressão do autor). Para isso, o historiador precisa estar atento a problemas relacionados ao campo da crítica literária e da filosofia, em especial para como, neles, o uso da linguagem se explora de uma maneira especialmente enérgica e crítica, e que nos compromete como intérpretes em uma conversa particularmente engajada com o passado.<sup>10</sup> Justamente por este motivo, LaCapra se volta para trabalhos desenvolvidos por críticos literários e filósofos. Percebe, então, duas formas de se olhar para eles: a concepção documentária e a concepção dialógica. A primeira, encarando o texto como registro do “real”, vai até ele com o intuito de garantir informações sobre a “realidade” que se crê envolvê-lo, justificá-lo e dar-lhe vida. A segunda, claramente preferida pelo autor, avalia o texto enquanto “obra”, levando em conta a capacidade de cada um de seus leitores apresentar uma interpretação própria, criar sobre ele, identificar-se, comprometer-se, inspirar-se, mobilizar-se... Sendo assim, pontua LaCapra:

El ser-obra es crítico y transformador, porque desconstruye y reconstruye lo dado, en un sentido repitiéndolo pero también trayendo ao mundo, en esa variación, modificación o transformación significativa, algo que no existía antes. (...) Un diálogo implica el intento del intérprete de pensar más en profundidad lo que está en discusión en un texto o una “realidad” pasada, y en el proceso el mismo cuestionador es cuestionado por el “otro”.<sup>11</sup>

Isso explica a opção do autor por conceber a realidade (inclusive a realidade histórica) enquanto *construção*, por meio da linguagem, e afirma a premência do historiador dar-se

---

<sup>9</sup> Ou seja, que faz a sinopse das ideias de um autor. Idem, p. 250.

<sup>10</sup> Idem, p.242.

<sup>11</sup> Idem, p. 246-247.

conta, de uma vez por todas, de que tal fato não constitui motivo de alarme, mas condição a ser trabalhada em todos os aspectos e possibilidades que oferece. É por isso que, ao invés de nos dedicarmos a demarcar as diferenças entre história e literatura, deveríamos procurar aproximá-las.

Esses aspectos são perceptíveis, a meu ver, na forma como Morse interpreta com os clássicos, que são suas fontes favoritas. Ele compartilha a preocupação de LaCapra de estabelecer um diálogo entre o ser-obra e o ser-documental. O registro documental, por si mesmo, diz pouco para ele. Muitas vezes simplesmente repete o óbvio, já dito por todos ou, pior ainda, tomado como “realidade”. Talvez não seja mera coincidência a afinidade de Morse com os mesmos filósofos e críticos literários admirados por LaCapra. Seu *Espelho* começa com uma epígrafe de Nietzsche e termina com uma adaptação singular do pensamento de Adorno e Horkheimer para uma análise crítica das mazelas da sociedade norte-americana na década de 1970.

Avaliando a sensação de crise no interior do campo historiográfico a partir da década de 1970, LaCapra não percebe o momento como “problemático”, e sim como marcado por uma renovação nos paradigmas, o que lhe soa muito bem. Morse parece menos otimista a esse respeito ao analisar o cenário acadêmico de seu próprio país, no qual vê se concretizarem os piores diagnósticos da Escola de Frankfurt. Ao mesmo tempo, demonstrava incontido entusiasmo com a possibilidade de que a crise de paradigmas do “centro” não só o fizesse repensar seus próprios valores – daí a sugestão de que Próspero se olhe no espelho - , como abrir perspectivas para que a “periferia”, mais uma vez, tivesse chances de vir à tona com proposições originais para si mesma e para os demais, inclusive o “centro”. Digo mais uma vez porque, no entender de Morse, algo semelhante ocorrera nas primeiras décadas do século XX com o Modernismo, especialmente no Brasil, Argentina e México.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> A análise de Morse sobre o modernismo enquanto um ponto de partida da busca de identidade na América Latina está em *The Multiverse of Latin American Identity (1920-1970)*. In: BETHEL, Leslie. *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 3-129.

Em suma, um ponto importante que aproxima os dois historiadores é o diálogo efetivo entre história, literatura e filosofia. A interdisciplinaridade proposta por LaCapra é um ingrediente presente em praticamente toda a obra de Morse. *O espelho de Próspero* é um ensaio que mescla história, filosofia e literatura de forma erudita e instigante, conforme devem ser, segundo LaCapra, as obras de história intelectual. Morse busca as “origens” (genealogias) do chamado “Grande Desígnio Ocidental” no filósofo Pedro Abelardo e os desenvolvimentos (ou desdobramentos) do “Velho Ocidente” (América Latina) em oposição ao “Novo Ocidente” (EUA) no *boom* do Realismo Maravilhoso latino-americano da década de 1960. Nessa ocasião, segundo ele, os ibero-americanos conseguiram mostrar para si mesmos e para o mundo algumas vantagens de se viver em um mundo não totalmente desencantado, no sentido weberiano.<sup>13</sup>

Esta tese foi retomada em ensaios do autor que compuseram a *A volta de McLuhanaíma* (1990) ou em “The Multiverse”, de 1995. O primeiro foi uma coletânea de artigos do autor sobre assuntos diversos: uma comparação entre modernistas brasileiros e norte-americanos, um estudo sobre as linguagens do Novo Mundo, considerações sobre a delicada profissão dos latino-americanistas (como ele mesmo) e, como capítulo final, uma versão brasilianista de *Macunaíma*, “McLuhanaíma” (Macunaíma na era de Marshall McLuhan). Muitíssimo impressionado com a erudição e interdisciplinaridade da antologia de textos reunidos em *New World Soundings* (título original) o crítico literário britânico Gerald Martin (1948-) iniciou sua resenha sobre a obra recém-publicada de forma provocativa:

Desta vez o clichê se justifica: este é um livro que cada latino-americanista vai querer ter em sua estante; ou, talvez, um livro que todo latino-americanista deveria querer em sua estante, ou não, porque para muitos de nós ele será um constante aviso do quão pouco nós sabemos sobre nosso amplo campo de interesse comparado com a abrangência e profundidade da erudição e brilho intelectual de Richard Morse em suas problematizações, que ele denomina “soundings”.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Essa proposta historiográfica eclética, que começa com uma referência filosófica e que se demonstra em grande parte através de textos literários gerou uma enorme polêmica por ocasião da publicação do livro.

<sup>14</sup> MARTIN, G. Op. cit., p. 624.

Segundo Martin, embora os ensaios agrupados nesta coletânea já fossem conhecidos, “o efeito do conjunto é maravilhoso”. Precisamente devido aos aspectos nostálgicos aí presentes sugere que a obra seja lida como uma autobiografia intelectual de Morse.<sup>15</sup> Considera irônico o fato de Morse demonstrar tanto ceticismo em relação às abordagens que, na época, vinham sendo denominadas como “estudos interdisciplinares”, pois, em seu julgamento, o livro é uma demonstração do que de melhor se pode fazer com esta abordagem metodológica. O último ensaio, “A volta de McLuhanaíma”, é particularmente uma demonstração da tese de que “não há história sem cultura; ou cultura sem história”.<sup>16</sup>

No segundo, “The Multiverse”, ao trabalhar sobre a identidade nacional na América Latina a partir da literatura da região, Morse distingue o que entende por identidade de “caráter nacional”, tal qual diagnosticado pela psicologia social. Pois identidade, diferentemente de realidade, pressupõe uma consciência coletiva de uma vocação histórica. A realidade começaria pelo ambiente e a identidade com tático auto-reconhecimento. Morse assume que, enquanto um valor humano universal, a identidade assumiu características especiais com a ascensão das nações modernas. Sua tese é que os modernistas desempenharam um papel fundamental modelando a sensibilidade dos anos vinte, que tomou contornos mais definidos com os ensaístas e novelistas dos anos 1930. Em fins da década de 1940 e início da de 1950, destacaram-se os filósofos, particularmente aqueles ligados à fenomenologia e ao existencialismo, na reabilitação da imagem intelectual do continente (ainda que fossem desconhecidos de significativa parte do público). Eles teriam antecipado os cientistas sociais por duas décadas na profissionalização de suas disciplinas com um vocabulário que aprofundou alguns *insights* dos modernistas, bem como os dos novelistas e dos ensaístas, elevando-os a altos planos de generalização. Os anos 1950 e 1960 se caracterizaram pela emergência e predomínio das ciências sociais

---

<sup>15</sup> É o que venho tentando fazer em minha pesquisa.

<sup>16</sup> MORSE, Richard M. *A volta de McLuhanaíma*. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. O título original da obra de Morse é *New World Soundings: Culture and Ideology in the Americas*, 1989. A mudança foi plenamente aprovada e, talvez, sugerida por Morse. Ela diz muito sobre as culturas e/ou públicos alvos.



no cenário acadêmico, com a contrapartida do *boom* literário do Realismo Maravilhoso nos anos 1960 e 70.

O diálogo entre história, literatura e filosofia percorre as 130 páginas deste ensaio que demorou 20 anos para ser escrito<sup>17</sup>, nas quais ele analisa pensadores representantes das três etapas e de diversos países da América Latina e do Brasil.<sup>18</sup> O período coberto praticamente coincide com sua biografia: ele nasceu na etapa do Modernismo dos anos 1920, o período de elaboração de sua tese de doutorado com o predomínio da filosofia e sua inserção no campo dos estudos urbanos na América Latina com a ascensão das ciências sociais, seguida do *boom* literário do Realismo Maravilhoso nos anos 1960 e 70 (quando residiu no Rio de Janeiro na condição de presidente da Fundação Ford).

### **Conclusão: A produção de Presença e a Ibéria (Morse e Gumbrecht)**

O des-cobrimento da “linguisticidade” pelo Giro Linguístico não trouxe à tona qualquer verdade revelada. O objetivo deste giro vem sendo exatamente problematizar os

---

<sup>17</sup> Para uma excelente análise do processo de composição desse texto, ver BETHELL, Leslie. “Richard Morse e a *Cambridge History of Latin America*” In: DOMINGUES, Beatriz H & BLASENHEIM, Peter L (org.). *O código Morse. Ensaio sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp. 47-68.

<sup>18</sup> Dentre os modernistas brasileiros, Morse escolheu “os Andrade”: Oswald (1890-1954) e Mário (1893-1945); dentre os modernistas argentinos, Jorge Luís Borges (1899-1986) e Roberto Arlt (1900-1942); e dentre os mexicanos - considerados um caso único em função da Revolução Mexicana -, Martín Luís Guzmán (1887-1976) e Alfonso Reyes (1889-1950). Os ensaios e novelas da década de 1930 são discutidos por Morse tendo em vista a singularidade do naturalismo e, conseqüentemente, do neonaturalismo na América Latina.<sup>18</sup> Destaca entre os romancistas brasileiros Jorge Amado, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos e José Américo de Almeida (também ensaísta). Quanto à Hispano América, os ensaios de autores como José Carlos Mariátegui (Peru, 1894-1930), Jean Price-Mars (Haiti, 1876-1969) e Paulo Prado (Brasil, 1869-1943) são analisados lado a lado a romancistas como Alejo Carpentier (Suíça/Cuba 1904-1980), Rômulo Galego (Venezuela, 1884-1969) ou Ciro Alegria (Peru, 1909-1967). Este seria um primeiro grupo. O segundo, sobre o qual Morse se debruça com mais vagar, é o que, segundo ele, tentava “equilibrar mito e evidência”, sendo composto de dois subgrupos: o dos hispano-americanos e o dos brasileiros. No primeiro destaca Ezequiel Martínez Estrada (Argentina, 1895-1964), Octavio Paz (México, 1914- 1988), Fernando Ortiz (Cuba, 1881-1969), Ángel Rama (Uruguai, 1926-1983) e José Luís González (República Dominicana/Porto Rico, 1926-1997). Dentre os brasileiros, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Salienta também a importância do ensaísmo de Luís Lezama Lima (Cuba, 1910-1976), de quem era confesso admirador. No que se refere à identidade latino-americana buscada na filosofia, especialmente a partir da década de 1940 e durante a de 50, considera importante, dentre outros, os trabalhos de Francisco Miró Quesada (Peru, 1918), José Vasconcelos (México, 1882-1959), Pablo Neruda (Chile, 1904-1973) e Leopoldo Zea (México, 1912-2004).<sup>18</sup> Na última parte do ensaio Morse analisa a hegemonia das ciências sociais nos anos 1960 e 1970, lado a lado ao *boom* literário do “Realismo maravilhoso”, também citando representantes brasileiros e hispano-americanos.

fundamentos epistêmico-institucionais que sustentam a crítica como prática e de pensar a crítica como instituição. E a reflexão da crítica sobre si mesma derruba a ideia de progresso e pressupõe certo direcionamento ao pensamento que prescindia de um princípio originário ou de um fim último.

O crítico literário alemão Hans Ulrich Gumbrecht (1948-) prossegue nessa linha, talvez de forma mais radical. Em suas formulações, como nas de LaCapra, encontrei importantes sintonias com o pensamento de Richard Morse. Uma vez que Gumbrecht não teve contato com o trabalho de Morse, sou eu, de uma perspectiva da segunda década do século XXI, quem está acentuando possíveis interações entre eles. Dentre delas duas me parecem especialmente estimulantes:

1. A valorização da tradição aristotélica lado a lado ao reconhecimento da cultura medieval, seguida do contraste entre a cultura medieval e a moderna, culminando na crítica ao modo de modernidade dominante.<sup>19</sup> Segundo Gumbrecht, a Idade Média foi de tal maneira aristotélica que o próprio nome “Aristóteles” tornou-se sinônimo de “filósofo”.<sup>20</sup> Diferentemente das ideias platônicas, o Ser para Gumbrecht, baseado em Aristóteles, não precisa ser uma coisa meta-histórica “por sob” ou “atrás” de um mundo de superfícies. Além de buscar as origens do Grande Desígnio Ocidental na Idade Média, Morse confronta este período com a Idade Moderna chamando atenção para o fato de que a parte da Europa posteriormente estigmatizada como pré-moderna, a Ibéria, foi exatamente a que seguiu e desenvolveu os preceitos do aristotelismo medieval. Daí denominá-la “Velho Ocidente” em oposição ao que rompeu com esta tradição, o “Novo Ocidente”, que se assumiu como a modernidade por antonomásia. Talvez em função de uma leitura similar da Idade Média, mas não só, ambos entendem modernidade no plural.

---

<sup>19</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença*. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2010.

<sup>20</sup> Idem, pp. 52 e 90.

2. O desencanto com o desencantamento do mundo. Gumbrecht associa-o ao predomínio da Produção de Sentido sobre a Produção de Presença e Morse com a hegemonia do Novo Ocidente sobre o Velho Ocidente.

Gumbrecht afirma que o projeto metafísico do pleno conhecimento (racional) atingiu seu ápice no século XVIII com o projeto iluminista das enciclopédias. Por outro lado, foi nesse mesmo século que surgiram as primeiras frestas no edifício. Um dos causadores foi o marquês de Sade, que enfatizou o que havia de mais sombrio e de brutal e carnal na sexualidade humana. Em *120 dias de Sodoma* a repetição de cenas de torturas é tal que o autor chega ao ponto de numerá-las, ao invés de descrevê-las.

Morse também se refere ao marquês de Sade como “um dos grandes profetas do século XVIII”, ao lado de William Blake, um herético no mundo anglo-saxão.<sup>21</sup> Segundo Morse, Sade virou o argumento científico de cabeça para baixo no que se refere ao comportamento humano e Hegel, cuja mensagem de que nada era o que parecia, batia de frente com os crentes da ciência que achavam que tudo era o que parecia ser. Eles teriam ajudado a preservar valores que se perderam cada vez mais em sociedades hiper-racionalizadas, como os EUA.

Na visão de Morse, o que Gumbrecht chama de Produção de Presença talvez ainda não se encontre tão dissolvido pela Produção de Sentido (predomínio da metafísica e do racionalismo intelectualista) na América ibérica quanto o foi no mundo anglo-saxão. Talvez uma das razões para isso esteja na atualização da filosofia aristotélica, mais próxima da Produção de Presença, uma vez que o conceito aristotélico de signo não comporta a dicotomia entre material e imaterial. Na tradição católica medieval, modernizada pelos ibéricos, o povo era a “forma” que tornava perceptível a “presença substancial” do corpo de Cristo.<sup>22</sup> A teologia protestante, por seu turno, contestou a presença do corpo e do sangue de Cristo como substâncias: redefini-o como a evocação do corpo e do sangue de Cristo “sentidos” pelo indivíduo, que é quem atribui sentido. A modernidade (metafísica,

---

<sup>21</sup> Sobre o marquês de Sade ver: OLIVEIRA, Jefferson Donizeti. Um sussurro nas trevas. Uma revisão da recepção crítica e literária de *Noite na taverna* de Álvares de Azevedo. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.

<sup>22</sup> GUMBRECHT, H. U. Op. Cit., p. 52.

racional), segundo Gumbrecht, separa signo de substância. A atualização da herança antiga e medieval pelos ibéricos, diria eu, ancorada em Morse, manteve as duas categorias integradas na neoescolástica, que foi fortemente desafiada apenas no século XVIII, na Era do Despotismo esclarecido, precisamente quando a Ibéria mais tentou se aproximar da Modernidade ocidental.

Eu gosto de chamar a Península Ibérica de Ocidente e a França, Inglaterra, Alemanha e os outros de “o resto do Ocidente” (the rest of the West) porque a Ibéria estava mais perto de nossas raízes medievais e das raízes clássicas do que os outros lugares, e ela não aceitou todas as implicações das duas grandes revoluções dos tempos modernos: a Reforma Protestante e a Revolução Científica. Ela agiu assim porque era mais moderna que o resto do Ocidente.<sup>23</sup>

A Ibéria seria mais moderna que o resto do Ocidente nos séculos XV e XVI porque já havia resolvido problemas como da formação de um Estado nacional, e “pela exigência de conciliar uma racionalidade para um Estado Moderno com as reivindicações de uma ordem ecumênica mundial, ou de adaptar os requisitos da vida cristã à tarefa de ‘incorporar’ povos não cristãos à civilização europeia”.<sup>24</sup> Naquela ocasião, questões deste tipo ainda não estavam colocadas para a Inglaterra ou França.

Mas a situação praticamente se inverte nos séculos seguintes. Na parte 2 do *Espelho*, e depois mais detalhadamente no “Multiverse”, Morse discute os dilemas da Ibéria buscando se modernizar pelos critérios desse “resto do Ocidente” nos séculos XVIII e XIX. De forma que, na segunda metade do século XIX a identidade era um problema para os ibéricos, e particularmente para os ibero-americanos e para países periféricos da Europa (Europa subdesenvolvida) como Alemanha e Rússia, mas não mais para França e Inglaterra.<sup>25</sup>

Isso é uma excelente ilustração da concepção de história aventureira e não evolucionista de Morse. Ele negava-se a ver o percurso da história ocidental como o

---

<sup>23</sup> Entrevista de Morse com Carlos Eduardo Lins e Silva (Matthew Shirts participou da entrevista). FSP 05/03/1988. Interessante notar que ele não utilizou a expressão “resto do Ocidente” no *Espelho* ou sequer na entrevista a Helena Bomeny concedida no mesmo ano.

<sup>24</sup> MORSE, R. *Espelho de Próspero*. P. 60.

<sup>25</sup> Este aspecto foi aprofundado pelo autor em “The Multiverse”.

crescimento de ovo que já contém em si todas as possibilidades de desenvolvimento. Os povos, culturas e atores fazem escolhas, ainda que delimitadas por contingências temporais e espaciais.

Morse sempre foi arredio a dicotomias absolutas. Ao invés de opor desenvolvidos a atrasados preferia falar em “diferentes orquestrações de alguns temas ocidentais”. “Você pode usar a mesma escala, a mesma pauta e dependendo da maneira como você a orchestra, uma música pode ser uma marcha ou uma canção de ninar”.<sup>26</sup> Além das semelhanças já assinaladas, o uso dessa metáfora musical por Morse remete diretamente à distinção feita por Gumbrecht entre a Produção de Sentido e a Produção de Presença.

Gumbrecht parte do pressuposto de que qualquer contato humano com as coisas do mundo contém um componente de sentido e um de presença. “A experiência estética é específica porque nos permite viver esses dois componentes em sua tensão”. Mas longe de pretender sugerir que o peso desses dois componentes seja sempre igual, Gumbrecht reconhece que a dimensão do sentido é sempre predominante quando lemos um livro, por exemplo. Já quando ouvimos uma música predominará a dimensão da presença. “Mas penso que a experiência estética – pelo menos em nossa cultura – sempre nos confrontará com a tensão, ou oscilação, entre presença e sentido”.<sup>27</sup> Morse compara sociedades e culturas nas quais prevalecem os valores mais racionalizados e individualistas (EUA) com aquelas mais hierárquicas e orgânicas (América Latina). Embora nenhum dos dois esconda sua preferência por um dos dois polos, ambos estão em busca do equilíbrio, seja entre a metafísica e o corpo, ou entre o desenvolvimento material e a convivência humana.

Nenhum dos dois preconiza a eliminação do primeiro polo para que o segundo possa emergir, mas que exista um equilíbrio e respeito entre eles. O desencanto de Morse com esse “resto do Ocidente”<sup>28</sup> ou o incômodo de Gumbrecht frente à hegemonia do sentido sobre a presença são, a meu ver, excelentes exemplos de olhares retroativos que

---

<sup>26</sup> FSP 05/03/1988

<sup>27</sup> GUMBRECHT, H. U. Op. Cit., p.15.

<sup>28</sup> FSP 05/03/1988. Interessante notar que ele não utilizou a expressão “resto do Ocidente” no *Espelho* ou sequer na entrevista a Helena Bomeny concedida no mesmo ano.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

ajudam a iluminar o futuro, em sintonia com o diálogo com o passado proposto por LaCapra .

## **AMERICA HISPANA (1931): WALDO FRANK E A EPOPEIA AMERICANA**

Sonia Cristina Lino\*  
Vinícius Lara da Costa\*\*

A primeira edição de *America Hispana* é de 1931 e o livro, o desdobramento da descoberta da cultura ibérica iniciada pelo autor na década anterior quando pela primeira vez, viajou à Espanha.<sup>1</sup> Esta viagem lhe rendeu não só sua “auto-descoberta,”<sup>2</sup> como também a publicação em 1926 de *Virgin Spain. Scenes from the spiritual drama of a great people*.

A edição de *America Hispana* utilizada neste texto é de 1937, tendo sido publicada no Chile pela *Ediciones Ercilla*,<sup>3</sup> e contém um novo prólogo, no qual o próprio autor se encarrega de esclarecer o leitor acerca do processo de realização do livro desde sua primeira edição norte-americana em 1931<sup>4</sup> estabelecendo a ligação deste com seus trabalhos anteriores.

Un día como hoy, hace seis años, escribí yo el prólogo a la primera edición norteamericana de la ‘América Hispana’(. . .). Cuanto ha cambiado en estos seis años el mundo en que vivimos? ¿Cómo han alterado tales cambios la posición objetiva de mi libro? Para contestar, permitidme que retroceda otros seis años más (. . .) o sea, a doce años a partir de hoy. Entonce yo me encontraba en España, escribía ‘España Virgen’, obra que concebí como el drama espiritual de un gran pueblo. Ella retrataba el equilibrio de las fuerzas culturales y psicológicas producido por los siglos (erroneamente tildados de decadentes) a partir de Isabel

---

\* Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.(UFJF)

\*\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação de História da UFJF.

1 FRANK, Waldo. “Self-discovery in Spain”.In: TRACHTENBERG, Alan. *Memoirs of Waldo Frank*. (1973). Massachusets Press. 127-135.

2 Op.cit

3 FRANK, Waldo. *America Hispana. Um retrato y una perspectiva*. Com um nuevo prólogo y algunas correcciones. Traduzido do inglês por Leon Felipe.(1937). Ed. Ercilla, Santiago, Chile. 347p.

4 .As citações serão mantidas na língua original da edição utilizada para a análise, respeitando a escolha do tradutor do inglês para o espanhol.

y la conquista americana (...) América Hispana fué la consecuencia inevitable de la visión de todos mis primeros trabajos. **Más que ningún outro de mis livros, este volumen, ahora em las manos del lector, es una espécie de creación social, un acto de colaboración entre el autor y el sujeto.** <sup>5</sup>

Na citação acima o autor sinaliza o estilo que percorrerá toda sua obra e que tem como eixos centrais, a subjetividade no relato e a busca por uma narrativa que integre a diversidade cultural do mundo moderno. Este olhar é transposto para a América, vista como uma unidade geográfica e histórica que abriga uma ampla diversidade cultural.

## 1. O autor.

Waldo Frank (1889-1967) é um autor esquecido em seu próprio país e desconhecido no Brasil, embora tenha visitado o país por duas vezes e conhecesse bem sua história cultural e intelectual. Suas obras nunca foram publicadas em português e as raras referências feitas a ela se restringem ao relato da viagem que fez pela América do Sul em 1942, *South American Journey*.<sup>6</sup> Waldo Frank, no entanto, circulou por vários gêneros; do romance ao ensaio historiográfico e filosófico, passando por inúmeros artigos em periódicos sobre temas variados, marcadamente a política e as artes<sup>7</sup>. Escreveu catorze romances, dezoito volumes de ensaios de história social e mais de cem artigos sobre literatura e política.<sup>8</sup> No campo político, teve atuação não só como escritor como também como ativista, apoiando o partido comunista norte-americano nos anos de 1930, e presidindo a *League of American Writers* (Liga de Escritores Americanos), associação que no período anterior a Segunda Guerra, lutava pela promoção da liberdade intelectual

---

5 FRANK, Waldo. *América Hispana*. op.cit. p.IX

6 TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*. 2000. São Paulo, Cia. Das Letras.

7 Seven Arts, Smart Set, New Yorker, New Republic, New Masses,

8 <http://www.lib.udel.edu/ud/spec/findaids/frank.htm>



e política ao redor do mundo, participando ativamente em favor da esquerda espanhola durante a Guerra Civil e em movimentos pelos direitos civis e pela paz.<sup>9</sup>

Nascido de uma família judia da alta classe média de Nova Jersey, Frank teve uma educação erudita que, associada à sua inquietação com os padrões sociais vigentes nos Estados Unidos das primeiras décadas do século XX; fez de Waldo Frank uma das “figuras literárias mais vitais” da sua geração.<sup>10</sup> Ironicamente, o mesmo despojamento intelectual que o fez respeitado pelos seus pares, o teria levado ao esquecimento nas duas décadas que antecederam sua morte. Nas palavras de Alan Trachtenberg que editou suas memórias,

In spite of his abiding sense of failure and of being ‘outside’ the main currents of his times – a feeling abetted in the last two decades of his life by the outrageous neglect he suffered, in no small portion for political reasons, such as his association with the Communist Party in the 1930’s and his support of Cuba in the 1960’s – Frank enjoyed a remarkable career(...) No other of his group<sup>11</sup> equaled his range of association and friendship, extending to the intellectual capitals of America, England, France, Spain and America Hispana. By virtue of his mobility, his ease with several cultural traditions and his access to a remarkable variety of experience, Frank’s perspective upon his times was unique.<sup>12</sup>

Sua “descoberta” da cultura ibérica teve início na década de 1920 quando visitou a Espanha pela primeira vez:

I had never loved the twentieth-century Western civilization. . . And I knew I was in love with Spain. That must mean Spain offered some quality of living the Western world did

---

9 FOLSOM, Franklin. *Days of anger, days of hope. A memoir of the League of American Writers. 1937-1942.* 1994, University Press of Colorado. 376p.

10 MUMFORD, Lewis. “Introduction”. In: TACHTENBERG, Alan. (ed.) *Memoirs of Waldo Frank.* (1973). Massachusetts Press. p.XV.

11 *Figures as Sheerwood Anderson, Hart Crane, Alfred Stieglitz, Van Wick Brooks, Randolph Bourne, Jean Toomer, Paul Rosenfeld and Lewis Mumford.* TACHTENBERG, op.cit.p. viii.

12 TACHTENBERG, Alan. (ed.) *Memoirs of Waldo Frank.* (1973). Massachusetts Press. p.viii

not give me. I did not want to imitate the Spaniard. I knew Spain's bad record of civil wars, of political incompetence and inquisitorial oppression. Not for a moment did I romantically forget. But Spain had remained outside the Western culture of capitalism. (...) The western Europe had a completeness...articulate...that left something out; something I have felt live, in however obsolete form, in the Spaniard; and something I needed in order to live and that America needed. The Hispano-Americans I had met also did not have it, and it's lack, like mine, was their positive completion.<sup>13</sup>

A busca de unidade e completude é a questão que perpassa toda a obra de Waldo Frank, num movimento que é ao mesmo tempo intelectual e pessoal, o autor adapta conceitos e definições como “self revolution” e “Cosmos” de forma a embasar intelectual e teoricamente sua imaginação e seu desejo de completude do homem. Para a América, Waldo Frank constrói uma imagem de unidade na diversidade tecendo ligações entre as culturas ibérica e anglo-saxônica; as indígenas, africanas e europeias; entre norte e sul, entre ciência e mito, entre história e ficção; entre as partes e o todo, em busca de demonstrar a grande questão que percorre toda a sua obra. Este “método” que ele só sistematizará no ensaio filosófico *Rediscovery of man* de 1958, está presente em todos os seus livros não ficcionais, inclusive em *América Hispana*.

A repercussão de suas ideias e de seu entusiasmo com o papel da América no cenário mundial e dos países ibéricos no continente lhe redeu não apenas muitos amigos na América Ibérica, como o título de “profeta da regeneração hispânica”<sup>14</sup>

## 2. O livro

---

13 Idem. p.128.

14 OGORZALY, Michael A. *Waldo Frank*. (1994). London/Toronto, Associated University Press.

Dedicado a José Carlos Mariátegui, intelectual peruano morto em 1930, *America Hispana* se divide em prólogo, prelúdio e livros I e II. O primeiro livro intitulado “Retrato” e o segundo, “Perspectiva”.

No prólogo, Waldo Frank define seu livro como uma “obra de arte” como seus livros anteriores publicados sob a denominação de “História”. Define-o como um trabalho com função estética, cujo objetivo principal era apresentar ao leitor a imagem de “um organismo vivo ao redor do qual se relatam os fatos,” que possibilitarão ao leitor uma “impressão da verdade que este ser coletivo e vivo (América) representa,”<sup>15</sup> ou seja, apresenta sua perspectiva da História a partir de uma aproximação com a estética nietscheana. Este estilo marca seus trabalhos não só em *America Hispana* como também nos outros três volumes que agrupou sobre o título de “O Novo Mundo” [*Our America*(1919), *Virgin Spain* (1926), *The rediscovery of America* (1928) ].

Outro aspecto a ser ressaltado no prólogo é a explicação do autor para a inclusão do Brasil em uma obra intitulada *America Hispana*. Segundo o autor, “Hispania” era a denominação dada a toda a Península Ibérica, incluindo-se aí a cultura de Portugal, apesar dos portugueses não fazerem parte do sistema político da Espanha. Desta forma, entende que a América Hispana se estende do México a Terra do Fogo. Esta inclusão do Brasil em sua análise da América Hispânica renderá uma polêmica com o ministro Oswaldo Aranha que provocou constrangimento quando Waldo Frank visitou o Brasil em 1942<sup>16</sup>.

No “Prelúdio”, Frank inicia sua narrativa da história da América pelo Panamá. De acordo com a perspectiva nietscheana anunciada anteriormente, busca a “verdade do ser coletivo e vivo” da América no mito em torno dos continentes perdidos da Atlântida e da Lemuria. Sugere que o Panamá seria o lugar no qual os dois continentes lendários se

---

15 FRANK, Waldo. *America Hispana*. p.XVIII

16 FRANK, Waldo. *South American Journey*. (1942) New York, Duell,Sloan and Pearce.

encontrariam, e associa sua interpretação mítica da história aos fatos documentados, desde as viagens de Colombo e Cortés em busca de um caminho marítimo para o Oriente, até a história do Canal do Panamá.

Pode-se argumentar que esta abordagem mítica e associativa da história é, sem dúvida, conveniente para os propósitos de Waldo Frank de tentar comprovar a unidade estrutural da América. No entanto, por outro lado, esta abordagem que mescla mística, imaginação, fatos históricos e geográficos, coloca questões importantes para os historiadores como as do tempo não linear e da subjetividade na história e na historiografia. A busca por perceber traços do passado no presente e interpretá-los como indícios de uma estrutura comum não cronológica mesclando fatos históricos com geografia física e cultura como faz Waldo Frank, levanta a questão da compreensão das transformações e rupturas históricas vistas como meramente conjunturais e não estruturais como enfatizada pela historiografia da primeira metade do século XX. Por outro lado, recoloca explicitamente o historiador/escritor como sujeito da história que conta.

O Primeiro Livro, intitulado “Retrato,” é composto de cinco capítulos que dividem a América Hispânica em cinco regiões geográficas: os Andes, o Pampa, o Pacífico, a Selva e o Mar Central. Esta divisão que respeita a geografia física e não política é mesclada com a mitologia na descrição da característica dos povos que nelas habitam. Território e mito se integram na configuração das populações das cinco regiões que compõem os cinco capítulos do primeiro livro.

No Segundo Livro, intitulado “Perspectiva,” Waldo Frank discorre sobre seu ideal de unidade entre as Américas a partir do que chama de “mundo Atlântico”, cobrindo desde o extremo sul Argentino ao extremo norte do continente.

Buscando caracterizar os mundos do norte e do sul, Frank elabora uma análise de suas respectivas tradições ao evocar, para descrevê-las, o ouro e a máquina. Ao sul, sob a

colonização ibérica, viveriam os povos organizados política e mentalmente de acordo com as sociedades do ouro, enquanto as treze colônias, de origem protestante, seriam animadas pelo espírito da máquina. Os primeiros eram caracterizados como o metal, de um valor egrégio, que através de formas democráticas qualquer um poderia ganhá-lo. Com ele pode-se dominar o mundo, mas este não possui vida própria, senão a que lhe derem ou a dos que queiram possuí-lo. Foi por muito tempo o símbolo da coroa espanhola na América, sinônimo da graça de um mundo católico e coletivo. Os segundos se caracterizavam pelo genio da máquina, individual e física, em oposição ao pensamento e à sensibilidade. Não a máquina como mão para acariciar e descobrir a terra ou como mão do sentimento, mas como coração do poder.

Comparando ouro e máquina Waldo Frank discorre sobre as personalidades dos povos atlânticos. Ao sul dos Estados Unidos, a espiritualidade, o rubor do sangue passional, o calor. Embalado em uma visão católica do mundo, a salvação viria por uma compreensão orgânica do mundo e pela interação dos indivíduos. Em relação à terra, conheciam-na seus povos e lidavam com ela de modo particular. Seriam embalados por um espírito conquistador e austero, mas sua organização se mostrava débil, daí suas dificuldades administrativas.

Já os filhos das máquinas viriam da colonização protestante, individualista e acumuladora. Para salvarem-se não havia caminhos, senão o da graça pela salvação – já escolhida pelo Criador – sem que coubesse ao fiel qualquer esforço senão o de obter sucesso para mostrar-se como eleito. A eles não havia possibilidade de se misturar à terra, esta deveria apenas servi-los. Não era preciso o rubor passional dos que argumentam com Deus, mas apenas uma organização rígida capaz de oferecer aos homens meios de esperarem sua salvação, e por isso a presença da máquina como filha do coração, mas não do amor. Ambos os grupos ocupariam seus lugares no mundo sem, no entanto, explorarem as potencialidades mentais uns dos outros. Enquanto organicamente separados e federados, seriam incompletos, ao passo em que se recuperando o velho

sonho de Bolívar de uma grande América Hispana, agora englobando também o mundo anglo-americano, todo o continente seria fortalecido e resgatado das crises sofridas enquanto células. Esta a tese de Frank: a união consciente, política e economicamente, mas também entre seus povos, de todos os estados Atlânticos.

Ao tratar da *integração* o autor dialoga com o imperialismo de seu tempo sob o nome de homens práticos, sempre tão fragmentários, alegando a natural fragmentação das sociedades como nas próprias colônias espanholas na América, que nos cem anos a partir de 1826 fragmentaram-se, cada vez mais instáveis em suas administrações. A eles Frank relembra o caso brasileiro enquanto território de grandes proporções dirigido por um poder central e articulado. Além disso, não seria necessário aguardar a estabilidade política dos estados do norte ou sul para iniciar os esforços por sua união. As novas gerações deveriam crescer sob uma orientação diferente das anteriormente recebidas, capazes então de uma reabilitação geral do continente.

A América Hispana de Waldo Frank – criticada por vários como utopia – deveria sintetizar corpo e espírito, capaz de regenerar pessoas e ideais nacionais. Mais do que a criação de um bloco político-econômico o que ele propõe é uma comunhão de “espíritos” – palavra frequentemente empregada no texto – em que os homens comprometidos com a união agiriam para tal partindo dos mais diversos lugares sociais desde as famílias, passando pelas fábricas, fazendas, cidades, até atingir as escalas nacionais. Tomando o que de melhor tanto do ouro como da máquina o autor visualiza uma nova América, orgânica e mais coerente. Em suas próprias palavras :

Y esta es la gran fortuna de la America Hispana: que su política, si se há de ser practica, tiene que tener una religion, y su religion, si há de ser convincente, tiene que representar una tarea inmediata y urgente en el campo político.<sup>17</sup>

---

17 FRANK, Waldo. *América Hispana*.p.311

O autor, logicamente, compreende as dificuldades na execução de sua proposta. De certo modo, mais do que a execução concreta de um grande continente materialmente congregado, o que Frank propõe é a revisão dos valores presentes nas sociedades americanas em vista à insatisfação intelectual de sua geração com os Estados Unidos e com o que Weber apresenta como desencanto do mundo, embora não cite conceitualmente o termo no texto em análise. Ao reencontrar-se em suas viagens à Espanha e à Ibero América – conforme suas próprias palavras – o ideal hispânico de síntese e conciliação de aspectos emocionais e práticos o encanta.

Demonstrando compreender os desafios do que pretende e fugindo do lugar-comum de alguns pensadores entusiastas de uma salvação global pela América Latina, Waldo Frank encerra a obra demonstrando sua complexa leitura dos conflitos norte-sul, sob a forma de sua escrita característica.

Porque la gran promesa de la America Hispana, en esencia, no es la promesa de razas inmensamente potenciales, ni la promesa de tradiciones profundas, ni siquiera la necesidad que tienen los pueblos atlánticos de una redención espiritual como la America Hispana, a juzgar por su gênio, parece ofrecer: esta promesa es el reto sencillo hecho a los hombres nuevos y a los pueblos jóvenes para que simbolicen con sus vidas el escidriño de la verdad.<sup>18</sup>

Certamente Waldo Frank não pode ser encarado como simplesmente mais um dos que previram equivocadamente – como centenas de outros – os futuros mundiais para o século XX. Sua escrita merece hoje atenção por apresentar uma América distinta de tantas outras escritas até então. Sem compromissos ortodoxos com a historiografia de seu tempo ou qualquer das outras ciências acadêmicas vigentes ele termina por elaborar seus textos de forma simultaneamente fácil e profunda, coerente e encantadora, racional e

---

18 FRANK, Waldo. *America Hispana*. p.312

sutil. Como alguns o chamavam, terminou só por fazer-se “profeta da latinidade”, e nos círculos intelectuais contemporâneos em sua quase totalidade, permanece um ilustre e envolvente desconhecido historiador das Américas.

### 3. Considerações finais

Frederick Pike se refere a Frank como um pensador utópico, herdeiro das idéias contestadoras dos *splendid drunken years*, a década de 1920. Comunidades de intelectuais que se aproximaram da América excluída, negra, indígena e latina, para tentar compreender o que acreditavam, os Estados Unidos haviam perdido no caminho das certezas do desenvolvimento puritano. A volta às origens e à espiritualidade guiava o pensamento destes jovens que viveram as incertezas do entre - guerras e da crise econômica de 1929<sup>19</sup> e se tornaram símbolos de liberdade de pensamento e ação, inspirando as gerações de escritores que os sucedeu.

*America Hispana* é produto do sonho de Waldo Frank para a América: as duas metades do hemisfério integradas em um só povo, numa nova síntese espiritual através da qual o homem alcançará sua completude. E que foi sintetizada por Michael Ogorzaly: “To simplify Frank’s argument, North America has the means, which South America needs; South America has the ends, which North America needs.”<sup>20</sup>

---

19 PIKE, F.B. *The United States and Latin America. Myths and stereotypes of civilization and nature*. Austin, University of Texas Press, p.227-259

20 OGORZALY, Michael A. *Waldo Frank*. (1994). London/Toronto, Associated University Press.p.105.



## INTELECTUAIS BRASILEIROS NO EXÍLIO PLATINO: CASO DE LÍDIA BESOUCHET E NEWTON FREITAS (1938-1948)

Lívia de Azevedo Silveira Rangel\*

O ano de 1938, no quadro dos eventos políticos que marcaram a instauração de um regime autoritário no Brasil, constituiu o grande marco de mudança não só na militância de esquerda praticada por Lídia Besouchet (1908-1997) e Newton Freitas (1909-1996) como também no direcionamento dado à formação intelectual dessas personagens. O evento deflagrador de tais mudanças esteve diretamente relacionado à experiência de exílio vivida pelos escritores. O exílio, desfecho praticamente inevitável de todo um histórico de perseguições, ameaças e represálias promovido pelo aparato repressor do governo de Vargas – especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), mas em gradual recrudescimento desde 1935 –, impôs a Lídia e seu marido Newton Freitas uma etapa de privações e, ao mesmo tempo, de descobertas e oportunidades. A ida para a Argentina, com breve passagem pelo Uruguai, encarna, como se pretende mostrar, o período de maior criatividade e fôlego intelectual dos brasileiros que, daí por diante, cuidaram de aprimorar a sua arte e a sua visão erudita e politizada do mundo.

O convívio com a intelectualidade hispano-americana, que puderam partilhar com maior intensidade durante os dez anos em que residiram na cidade de Buenos Aires, foi certamente crucial para a forma um tanto particular, de certo modo transbordante, com que Lídia e Newton se comprometeram a produzir e a difundir a chamada *cultura brasileira*. Foi lá, na capital portenha, que encontraram oportunidade de publicar seus primeiros trabalhos literários e históricos. Contudo, essa conquista de espaço no mercado editorial passou antes, e seguiu em paralelo, por uma ampla colaboração em periódicos argentinos.<sup>1</sup>

O presente artigo pretende lançar luz sobre a trajetória desses dois intelectuais de modo a sublinhar o exílio como uma experiência enriquecedora, ainda que traumática,

---

\* Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Dra. Maria Ligia Coelho Prado.

<sup>1</sup> Lídia Besouchet e Newton Freitas colaboraram em revistas e jornais que circularam pelas principais cidades da Argentina, dentre os quais *Correo Literario* (1943-1945), que era o principal veículo de publicação dos exilados no país; a revista *Saber Vivir* (1940-1956), dirigida por José Eyzaguirre e Carmen Valdés. Além dos periódicos *La Prensa*, *La Capital*, *Nosotros* e *Argentina Libre*.

discutindo, principalmente, a participação de ambos no campo da cultura e da política no cenário latino-americano de fins da década de 1930 e 1940. Um dos propósitos é colocar em debate a importância da presença de Lídia Besouchet e de Newton Freitas para a intensificação do trânsito, do intercâmbio, do diálogo entre as produções artísticas e intelectuais brasileiras e argentinas, considerando as redes de filiações e os laços de amizade que fizeram parte de suas vivências no exílio platino.

### **Antecedentes políticos: dos porões ao exílio**

A perda, a distância, o isolamento, a ausência, o infortúnio, as restrições são, conforme depreende-se de toda uma reflexão teórica acerca do tema do exílio, dimensões concretas da experiência vivida pelo exilado. O exílio seria, assim, um tipo específico de fluxo migratório que traz em si uma carga de ordem política, determinando as razões do deslocamento. Essa definição, ou melhor, essa condição é o que distingue o termo exilado de outras expressões como refugiado, expatriado e emigrado. De acordo com Said, a palavra exílio tem origem na velha prática do banimento, entendida como uma punição política de “regimes dados a oprimir e expulsar os dissidentes” (2003: 46). Para o autor, o exilado jamais abandona o seu país voluntariamente, ao contrário do expatriado, que opta, por motivos pessoais ou sociais, pela vida no estrangeiro.

Já uma reflexão mais ampla procura expandir o seu alcance de modo a garantir que o fenômeno do exílio seja entendido também como uma forma de opção, na verdade, como uma opção política. Desse modo, o exilado seria não só o indivíduo que foi expulso formalmente de seu país, como também aquele que, informalmente, foi “empurrado para fora”, devido às perseguições e ameaças. Rollemberg (1999) explica, contudo, que a condição comum a ambas as formas de exílio foi e continua sendo o aspecto político, que se configura como a principal motivação para o abandono da pátria.

Assim definido, o conceito de exílio torna-se central para compreender as forças políticas que *empurraram* Lídia Besouchet e Newton Freitas para fora do País, a começar pelas consequências advindas da participação nos movimentos da esquerda brasileira, na década de 1930. Embora não haja precisão quanto à data em que Lídia e Newton se filiaram ao Partido Comunista, sabe-se que no episódio do levante armado promovido pela Aliança

Nacional Libertadora (ANL) em Natal, Rio de Janeiro e Recife, no ano de 1935, os escritores já se encontravam em plena atividade como membros do PCB.

Após a fracassada aventura, Lúdia e Newton sofreram duras represálias. Lúdia foi expulsa do Partido e Newton amargou 16 meses na prisão. Assim como muitos outros militantes, Lúdia dirigiu duras críticas à insurreição, considerada precipitada, irresponsável e desorganizada, como medida radical, passou a conviver com uma dupla perseguição: a do governo – que além de continuar sua prática de vigilância, controle e repressão aos comunistas, instaurou ainda um Tribunal de Segurança Nacional, cuja criação esteve intimamente ligada à coerção dos implicados nos acontecimentos do levante de 35 –; e a dos “camaradas” – que entenderam sua insubordinação como um sintoma de sua iminente aproximação com a corrente trotskista.

De fato, após a sequência de decepções, Lúdia Besouchet aderiu à Liga Comunista Internacionalista, conduzida por um grupo de militantes contrários às diretrizes assumidas pelo PCB e alinhados, portanto, às propostas de Léon Trotsky (BATTIBUGLI, 2004). Essa decisão, ainda que satisfizesse momentaneamente a sua crise ideológica, complicou de forma considerável sua situação no ambiente de intolerância que marcava a política brasileira daquele período. Executando constantes manobras para despistar os agentes da polícia repressiva, como o uso de identidades falsas e mudanças frequentes de esconderijo, Lúdia foi acumulando tensões até decidir, juntamente com Newton Freitas, pela sorte em outro país. A princípio, viajaram para Montevidéu, onde foram recebidos pela família de Buenaventura Caviglia, um dos empresários mais importantes do Uruguai, que os hospedaram numa estância localizada na cidade de Mercedes. Semanas depois, em fevereiro de 1938, Newton seguiu para a Argentina, enquanto Lúdia permaneceu no país.<sup>2</sup>

Na documentação consultada é possível encontrar indicativos sobre os motivos do prolongamento da estadia de Lúdia na propriedade dos Caviglia, bem como da partida de Newton para Buenos Aires. Antes, contudo, de enveredar pelas vicissitudes da travessia e pelos anos difíceis e efervescentes do exílio é preciso dar notoriedade às consequências que advieram da temporada que Newton viveu no cárcere, compartilhando a condição de preso político com intelectuais que se ainda não haviam adquirido importância naquele período desfrutariam de certa fama nos anos seguintes. Segundo os dois relatos que escreveu para

---

<sup>2</sup> Os documentos que compõem o acervo de Lúdia Besouchet encontram-se arquivados no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).

publicação em série em periódicos no Brasil e no Uruguai, *Colônia* e *La Bodega*, sua prisão deu-se poucos meses depois de sufocada a Intentona Comunista de novembro de 1935. Como prisioneiro desde os primeiros dias de 1936, na Casa de Detenção, Newton narrou experiências de tortura, de insalubridade, de constrangimento moral e físico, de descaso e autoritarismo, de violência e mortes não anunciadas. Embora suas narrativas detenham-se apenas nas primeiras semanas, tanto a bordo do navio que transportava detentos, quanto na Colônia Correccional de Dois Rios, em Ilha Grande, é possível dimensionar o quão determinante foi a experiência de preso político para a vida de Newton Freitas e, certamente, para a de Lídia como sua companheira. Conforme um de seus mais ilustres vizinhos de cárcere, já na Casa de Detenção da Rua Frei Caneca, em artigo publicado em julho de 1937:

Não há exagero nenhum na história que Newton nos conta. Ele até foi muito parcimonioso... e isto dá livros, livros que poderão ser escritos por ele... e outros que lá viveram. Não sei como essas pessoas foram mandadas para semelhante lugar... Seria bom que Newton Freitas fosse analfabeto... Mas não sendo, erraram mostrando-lhe certas inconveniências. Mostraram sem nenhuma cerimônia: o tratamento que dispensam aos malandros e aos vagabundos foi apresentado sem disfarce aos intelectuais, que durante um ano se confundiram com vagabundos e malandros, numa promiscuidade nunca vista por estas bandas (RAMOS, 1989: 94-95).

Graciliano Ramos escreveu a crítica sobre as anotações de Newton dos dias como preso político quando tal relato ainda poderia ser lido como denúncia. Em maio de 1937, já em liberdade,<sup>3</sup> Newton dedicou-se, juntamente com Lídia Besouchet, a preparar a viagem para o exílio. Segundo suas próprias palavras, a travessia arriscada para a Argentina havia sido motivada exclusivamente pela necessidade de se “tentar a vida na grande metrópole portenha”. Nesse caso, todos os esforços se concentravam na tentativa de colaborar na imprensa argentina, abarrotada de artigos que iam gotejando aqui e ali assinados, em grande medida, por escritores e jornalistas exilados. Incluído no bolo, Newton encontrou certa dificuldade para se destacar, mas a chance se deu assim que travou contato com alguns intelectuais argentinos de relevo, como é possível atestar no trecho a seguir:

Numa das minhas visitas a redações de revistas e jornais oferecendo colaboração de qualquer gênero, tive a sorte de encontrar, num jornal recém fundado, com os irmãos

---

<sup>3</sup> A pesquisa ainda não pôde apurar a existência de um processo, de um julgamento que esclarecesse as reais acusações que pesavam sobre Newton. Sabe-se apenas que, assim como muitos, foi provavelmente preso sem qualquer acusação formal e que tenha sido posto em liberdade também sem adquirir maiores explicações sobre o seu caso.

Bernarbó. Carybé é o irmão mais moço da família Bernarbó. O mais velho chamava-se Arnaldo; o segundo, Roberto – o “Rengo”, pois puxava de uma perna. Todos eles, artistas plásticos de valor. E outra etapa de minha vida começou.<sup>4</sup>

Razões um pouco mais curiosas assinalaram a permanência de Lúcia Besouchet no Uruguai. Para entender, é preciso antes informar que a estância “Santa Blanca”, na qual esteve hospedada, tinha pertencido ao Barão de Mauá. As terras foram adquiridas pelos Caviglia, juntamente com o casarão e todos os objetos que dele faziam parte, inclusive os documentos coligidos ao longo dos anos, no início da década de 1910. Não se sabe se a descoberta foi casual ou se Lúcia já tinha conhecimento desse material antes mesmo de chegar a Montevideu. O mais provável é que a escritora tenha sondado a existência desse arquivo e tenha aproveitado, portanto, o ensejo do exílio para realizar a sua pesquisa, projeto que possivelmente já vinha cultivando há alguns anos. Logo, o motivo sobressalente de sua permanência na cidade de Mercedes não foi outro senão o da necessidade de ampliar o tempo disponível para a consulta aos documentos, cuja análise resultaria na publicação de seu primeiro trabalho histórico, intitulado *Mauá y su época*, lançado, em 1940, pela Ediciones América Económica, de Buenos Aires.

Cogita-se que, terminada a missão no Uruguai, Lúcia não tenha adiado muito mais a partida para a Argentina. Sua chegada a Buenos Aires deu-se aproximadamente em agosto de 1938. Na ocasião, praticamente nada havia se alterado quanto à situação financeira delicada do casal. Os recursos de que dispunham eram quase que integralmente advindos de trabalhos eventuais, ou como jornalistas, ou como tradutores. As circunstâncias foram lentamente se alterando e, em 1939, Lúcia e Newton conseguiram seu primeiro contrato com uma editora portenha, a M. Gleizer, para a publicação do livro de ensaios *Diez escritores del Brasil*. Neste mesmo ano, as relações de amizade com intelectuais espanhóis exilados da Guerra Civil começaram a se estreitar e o casal experimentou a fase de maior prosperidade e efervescência artística e cultural daquela época “inquieta e irrepetível”.

### **Exílio ilustrado: o mundo político e cultural portenho**

Um rápido exame sobre a situação política vivida pela Argentina, no período em que Lúcia Besouchet e Newton Freitas residiram naquele país, pode ser esclarecedor ao menos

---

<sup>4</sup> Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros USP – Fundo Newton Freitas, NF (3) 1-18.

para desvendar as chances de existirem ali, e principalmente na cidade de Buenos Aires, condições favoráveis para a permanência de exilados advindos de países dominados pelo autoritarismo, como era o caso do Brasil estadonovista e da Espanha franquista.

É notável a produção de trabalhos que apontam o México, dentro do conjunto de países da América Latina, como o principal centro de refúgio de exilados vindos de várias partes do mundo e, ao que parece, não paira qualquer dúvida sobre a sólida tradição de asilo político daquele território.<sup>5</sup> O desafio está, portanto, em entender porque militantes de esquerda e intelectuais, como os espanhóis Lorenzo Varela, Otero Espasandín, Rafael Dieste, Alberti, Guillermo de Torre (SÁNCHEZ-ÉLEZ, 2010) e os brasileiros Jorge Amado, Newton Freitas e, obviamente, Lídia Besouchet escolheram a região platina como lugar de exílio. Maria de Fátima Piazza, ao estudar os laços de afinidade de Portinari com o mundo cultural ibero-americano, nos sete meses (de novembro de 1947 a junho de 1948) em que o pintor viveu exilado no Uruguai, reforça a questão ao declarar que Buenos Aires foi, durante finais dos anos 1930 e início da década de 1940, “um pólo de concentração de exilados de várias partes das Américas e da Europa”. Inclusive chega a citar o trecho de um artigo de Newton Freitas, no qual o intelectual afirma que “Buenos Aires estava cheia de escritores, ensaístas, pintores, músicos, vindos, quer da Espanha, quer da França... [que se misturavam] com exilados de todas as partes” (PIAZZA, 2006: 229).

Qual era, então, frente a essas constatações, o cenário cultural e político da Argentina em finais dos anos 1930 e início dos 1940? O que havia de tão atrativo naquele país para que os exilados o preferissem em detrimento de outros destinos mais “óbvios”? Será que o contexto político da Argentina realmente propiciava “condições de liberdade”, considerando que a maioria dos refugiados ali provinha de países nos quais imperava uma temível situação de opressão, tortura e perseguição?

Em resumo, seria equivocado afirmar que a Argentina, nos respectivos anos, oferecia um ambiente de estabilidade política e condições plenas de liberdade. Ainda que o ano de 1937 tenha sido, ao contrário do que ocorreu no Brasil, marcado pela tentativa de renovação do sistema democrático, com a eleição do presidente Roberto Ortiz, os esquemas de fraude e a

---

<sup>5</sup> Os trabalhos mais significativos sobre a experiência do exílio, principalmente de espanhóis, no México podem ser consultados em *El Exilio Español en México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982; HANFFSTENGEL, Renata Von; TERCERO, Cecilia (coord.). *México, el exilio bien temperado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995; YANKELEVICH, Pablo (org.). *México, País Refugio. La experiencia de los exilios en el siglo XX*. México: Inah/Plaza y Valdés, 2002.

crise política desencadeada pela reação dos setores dirigentes às intenções democratizantes do novo governo não esconderam os conflitos que dali em diante se desdobrariam. Segundo Boris Fausto, a agenda ideológica argentina também se tornou mais complexa nesse período. De um lado, estavam os nacionalistas e parte dos conservadores, adeptos de uma solução política autoritária; do outro, boa parte dos radicais e socialistas, majoritariamente democratas; e ainda havia um terceiro grupo, com a maioria dos conservadores, defensores de uma postura liberal, não obstante antidemocrata no plano interno (FAUSTO, 2004: 270-271). Ao que tudo indica o cenário político argentino não tinha nada de estável; muito pelo contrário, o que se percebe é uma atmosfera de crescente tensão.

O golpe articulado em junho de 1943 por um grupo de oficiais ligados ao Exército, centrados numa proposta política nacionalista, embora tenha sido festejado por alguns como uma solução viável para a crise que abatia o país, não foi recebido sem resistências. Não demorou a irromperem exigências em prol das eleições livres e da instauração de uma democracia sem fraudes. Sem muitas opções, o governo militar nacionalista e reacionário teve de arquitetar uma transição respaldada por medidas democráticas para evitar que os “homens comprometidos com o regime fossem banidos pela oposição” (FAUSTO, 2004: 271). O grande articulador dessa saída democrática foi Juan Domingo Péron que, após uma série de desentendimentos, lutas e protestos – incluindo a manifestação popular na Plaza de Mayo em que se gritava pela libertação de Péron, preso após ser destituído de todos os cargos que possuía no governo – foi considerado o único nome em potencial para concorrer como candidato à presidência da república (PRADO, 1986).

Em 1946, Péron ascendeu ao poder por vias estritamente legais e consolidou um governo marcado pela ruptura com o passado liberal e pela continuidade com o regime militar. Novamente, a oposição não aceitou de forma passiva a nova situação, que caminhava para um crescente autoritarismo por parte do Executivo. Várias arbitrariedades foram cometidas e sobre os opositores do regime recaíram duras medidas repressivas, caracterizadas pela política do terror e do silêncio (PRADO, 1986: 53). A imprensa antiperonista ficou sujeita a todo tipo de interferência do governo que, “por meio de práticas de sabotagem, corrupção, desrespeito às leis, restrições de papel, corte de subsídios, suspensão de direitos” (CAPELATO, 2009: 91) se tornou refém do amplo controle exercido pelo regime de Péron sobre os meios de comunicação. O processo de centralização do poder na Argentina,

fomentado pela vigência do peronismo, tornou a situação no país cada vez mais hostil, chegando a ser praticamente insustentável para os exilados, que antes usufruíam, sem grandes empecilhos, da “efervescência cultural na mítica capital portenha” (PIAZZA, 2006: 229).

Foi sob o peso dessa conjuntura política que Lídia Besouchet e Newton Freitas deixaram Buenos Aires, após dez anos. A próxima jornada também foi longa e teve como destinos Bélgica, Inglaterra, França, México, Argélia, Espanha e, finalmente, na década de 1980, o Brasil. Embora o casal não tenha deixado de visitar seu país de origem durante toda a permanência no exterior, foi somente em idade avançada, ela com 73 anos e ele com 72, que os escritores retornaram, passando a viver no Rio de Janeiro. Em 1997, Lídia Besouchet morreu vítima de um câncer, apenas um ano depois da morte de Newton.

O fato é que, na Argentina, Lídia Besouchet e Newton puderam dar continuidade ao ofício de escritores, realizando pesquisas e construindo uma sólida trajetória como literatos. Além disso, deve ser ressaltada a atuação de ambos como agentes culturais, preocupados em incentivar uma dinâmica de cooperação e integração entre as manifestações culturais do Brasil e da região platina. Nesse sentido, alguns autores concordam que Lídia foi, juntamente com Newton, a maior divulgadora da literatura e das artes brasileiras na capital portenha, possibilitando a realização de intercâmbios entre artistas e intelectuais dos dois países.<sup>6</sup> Tanto que sua casa em Buenos Aires é mencionada como tendo sido um dos pontos de encontro mais frequentados pelos intelectuais exilados na Argentina.

Assim, aproveitando o fervilhar de trocas intelectuais realizadas por interlocutores de várias partes do mundo, Lídia e Newton participaram ativamente da vida cultural que movimentou o cenário da cidade de Buenos Aires nos anos 1930 até meados de 1940. Nesse contexto, tem-se notícia da colaboração dos dois em revistas e jornais que circularam pelas principais cidades da Argentina, dentre os quais destacam-se o *Correo Literario* (1943-1945), que era o principal veículo de publicação dos exilados no país, e a revista *Saber Vivir* (1940-1956), dirigida por José Eyzaguirre e Carmen Valdés.<sup>7</sup>

Por fim, como figuras de alteridade, Lídia e Newton souberam manipular com inteligência a sua condição “real” e a sua condição “metafórica” de intelectuais exilados. No contato com o real, eles tiveram de lidar com todo um processo de assimilação,

---

<sup>6</sup> Cf. SÁNCHEZ-ÉLEZ, 2010; SOUZA NETTO, 2008; PIAZZA, 2006; SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

<sup>7</sup> Lídia Besouchet também foi colaboradora dos periódicos argentinos *La Prensa*, *La Capital*, *Nosotros* e *Argentina Libre*, de acordo com levantamento feito por Souza Netto (2008).



transformação, apropriação e trânsito de culturas, e, sobretudo, de noção do espaço produtivo e interativo criado pelo distanciamento crítico. Do lado oposto, embora interno a vivência concreta, o encontro tentador com a situação ideal, metafórica, retórica, expressa na figura do pensador “sem amarras”, ou seja, sem filiação política e partidária, sem pensamento corporativo, sem sentimento de superioridade, sem nacionalismo patriótico (RODRIGUES; KOHLER, 2008: 36). Talvez para equilibrar as perdas, os projetos, a lucidez e a liberdade Lídia Besouchet e Newton Freitas tenham se debruçado na construção de um conhecimento histórico e folclórico nacional, às vezes comparativo com a América Latina. Talvez por esse mesmo motivo os espanhóis galegos tenham feito prevalecer o regionalismo nas suas obras, nos seus inventos, nas suas existências expatriadas. Mas é fato que, independente das permanências identitárias, o exilado vive em estado de fusão, é catalisador e difusor de cultura. Por isso, é muito comum que esses intelectuais atuem como mediadores, tradutores, intermediários culturais, as ideias por eles circulam, se expandem e logo uma rede de colaboradores, interlocutores se forma aproximando literária e artisticamente dois mundos, no caso de Lídia Besouchet e Newton Freitas, o Brasil e a Argentina.

### Referências bibliográficas

ARES, Berta; GRUZINSKI, Serge (org.). “Entre dos mundos”. In. *Fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: CSIC, 1997.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado). Departamento de História, FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora USP, 2004.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve História da Argentina*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *Historia del Trotskismo argentino (1929-1960)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

FAUSTO, Boris; DEVOTOS, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FREITAS, Newton. “Correspondência de Mário de Andrade a Newton Freitas”. In. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB/USP, n. 17, p. 91-120, 1975.

HANFFSTENGEL, Renata Von; TERCERO, Cecilia (coord.). *México, el exilio bien temperado*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

KAREPOVS, Dainis. “O ‘caso Besouchet’ ou o lado brasileiro dos ‘Processos de Moscou’ pelo mundo”. In. *O olho da história*, ano 12, n. 9, dezembro de 2006.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. Tradução Vera Pereira. São Paulo: Editora da USP, 1997.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. “Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano”. In. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 12, jan.-jun. 2006.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. 5 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas. Vitória/ES (1924 a 1934)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 94-6.

RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane (orgs.). *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria Navas. “Relaciones entre escritores gallegos y brasileños en el exilio español: el testimonio de Lorenzo Varela y Newton Freitas”. In. *Revista de Lenguas y Literaturas Catalana, Gallega e Vasca*, v. 15, p. 103-125, 2010.

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

## O PORFIRIATO E A ESCRITA DA HISTÓRIA MEXICANA NA OBRA DE JUSTO SIERRA

Valdir Donizete dos Santos Junior\*

Caracterizado pela historiografia mexicana como um regime marcado por tentativas de modernização econômica, pela manutenção de uma relativa estabilidade política e por uma significativa exclusão social, o Porfiriato se estendeu no México, segundo periodizações convencionais, entre 1876 e 1910 e teve na figura do presidente Porfírio Díaz seu grande protagonista (GONZALEZ, 1994; GUERRA, 1988; KATZ, 2002; TENÓRIO TRILLO & GOMEZ GALVARRIATO, 2006). Para se compreender a longevidade desse regime e a centralidade de seu líder na história mexicana, é necessário que se apreenda antes a difícil formação do Estado nacional no México, marcada não apenas pela derrota na guerra contra os Estados Unidos (1846-1848), na qual o país perdeu metade de seu território, mas também por uma intensa disputa política que resultou em inúmeras guerras civis entre os grupos liberais e conservadores (PRADO, 1987: 23-29).

Os enfrentamentos políticos do século XIX tiveram seu ápice com a intervenção francesa, iniciada em 1861<sup>1</sup>, e com a coroação do príncipe austríaco Maximiliano de Habsburgo como imperador do México em 1864. Nesse período, os liberais capitaneados por Benito Juárez, enfrentaram não apenas os invasores franceses, mas também os grupos conservadores, que apoiaram as investidas de Napoleão III sobre o território mexicano e foram os pilares que sustentaram politicamente a monarquia. A guerra civil entre esses grupos se prolongou até 1867, quando os liberais vitoriosos expulsaram as tropas francesas e executaram o imperador austríaco, pondo fim ao Segundo Império Mexicano (PANI, 2004).<sup>2</sup>

Restaurada a República, as elites liberais tomaram para si a tarefa de reorganizar um Estado que se encontrava profundamente abalado pelos anos de guerra civil. Manter a unidade nacional, pacificar a política, consolidar a ordem interna e desenvolver a economia eram os objetivos primordiais desse grupo. É nesse ambiente de ideias que surgiu na cena política

\* Mestrando em História Social pela FFLCH-USP e bolsista FAPESP.

<sup>1</sup> Em um primeiro momento, não foram apenas tropas francesas que ocuparam o território mexicano, mas também inglesas e espanholas. Essa intervenção foi justificada pelos governos europeus pela suspensão por dois anos, decretada pelo presidente Benito Juárez, dos pagamentos dos juros da dívida que o México tinha com esses países. Entretanto, enquanto os governos da Espanha e da Inglaterra, após um acordo firmado com Juárez, retiraram suas tropas do México em 9 de abril de 1862, os franceses ali permaneceram até 1867.

<sup>2</sup> O Primeiro Império Mexicano durou apenas oito meses: entre julho de 1822 e março de 1823. Nesse período, o México foi governado pelo general Agustín de Iturbide, autointitulado Agustín I.

mexicana Porfírio Díaz, um jovem general que ganhou notoriedade durante a guerra contra os franceses. Antes de ascender ao poder, Díaz disputou duas eleições presidenciais, em 1867 e 1871, sendo derrotado em ambas por Benito Juárez. Nesta última, após contestar o resultado do sufrágio, liderou a chamada Revolução de la Noría, um levante militar contra o presidente reeleito, debelado pelas forças federais no início de 1872.

Em julho do mesmo ano, com o falecimento de Juárez, seu aliado Sebastián Lerdo de Tejada, então chefe da Suprema Corte, assumiu a presidência da República, inicialmente de maneira interina e, posteriormente, como presidente constitucional. Em dezembro de 1875, após Lerdo manifestar seu desejo de concorrer à reeleição no ano seguinte, Porfírio Díaz que já havia se declarado novamente candidato, liderou uma nova sublevação, dessa vez contra as pretensões do presidente. No início do novo ano, apoiado por parte dos militares e por setores da Igreja Católica, opositora de Lerdo, Díaz lançou o chamado Plan de Tuxtepec, manifesto em que condenava a reeleição presidencial e que convocava a população a pegar em armas contra o governo. Esse plano marcou o início da chamada Revolução de Tuxtepec que, vitoriosa, resultou na renúncia de Lerdo e deu início ao período que ficaria conhecido na história mexicana como Porfiriato (GONZÁLEZ, 1994: 925-934).

Desde a restauração da República em 1867, e passados os governos de Juárez e Lerdo, diversas vozes políticas e intelectuais começaram a se manifestar a favor de um regime de “pacificação” nacional (FERNANDES & BARBOSA, 2011: 134-156). Destaca-se, nesse contexto, o surgimento, em 1878, do periódico *La Libertad*, que, por defender a necessidade de um Executivo forte que pudesse por fim à “anarquia” política, “pacificar” o país e alcançar o desenvolvimento econômico, foi considerado por alguns estudiosos como o veículo que lançou as bases e justificou historicamente a constituição e a consolidação do regime porfirista. Seus primeiros redatores foram Eduardo Garay, Telésforo García, Francisco G. Cosmes e os irmãos Santiago e Justo Sierra. Juntaram-se a eles posteriormente, Francisco Bulnes, Porfírio Parra, Manuel Gutierrez Nájera, Manuel Flores e Jorge Hammeken y Mejía, alguns dos quais se tornaram, nos anos seguintes, nomes importantes da intelectualidade apoiadora do regime de Porfírio Díaz (SAEZ, 1986: 217-236).

Já em seus primeiros números, *La Libertad* explicitava suas diretrizes políticas e seus projetos para a nação. Começou a se destacar como figura proeminente desse periódico o jovem intelectual e literato Justo Sierra Méndez (1848-1912), seu diretor entre maio de 1878 e abril de 1880. Nascido em 1848, em Campeche, na Península de Yucatán, cursou o ensino

secundário no Colégio de San Idefonso, instituição que se tornaria posteriormente a afamada Escuela Nacional Preparatoria, onde também lecionou História. Por volta desses anos, Sierra era assíduo nos salões literários da Cidade do México, se relacionando com importantes nomes da cena intelectual do país como o liberal Ignacio Manuel Altamirano e o positivista Gabino Barreda. Sierra é considerado um dos principais, senão o principal ideólogo do Porfiriato, exercendo cargos públicos e assumindo, em 1901, o comando da Secretaria de Instrução Pública e Belas Artes, cargo com que pode levar adiante seu principal projeto à frente da educação nacional: a fundação da Universidad Nacional de México em 1910. Em suas obras, Justo Sierra formulou uma justificação histórica para o regime de Porfirio Diaz alicerçada em duas ideias centrais: a ordem política e a mestiçagem. A primeira delas, em especial, obteve forte destaque nas páginas de *La Libertad*.

Justo Sierra defendia que tal impresso fosse um periódico “liberal-conservador”, lema sintetizado com essas palavras pelo então jovem intelectual: “Declaramos, en consecuencia, no comprender la libertad, si no es realizada dentro del orden, y somos por eso conservadores; ni el orden si no es el impulso normal hacia el progreso, y somos, por tanto, liberales” (SIERRA, 1979b: 185).

Como redator de *La Libertad*, Sierra se caracterizou por ser um ferrenho crítico da Constituição de 1857. Considerava a carta nacional uma “generosa utopia liberal”, concebida, por meio de certo lirismo político, a partir da imitação inocente de instituições estrangeiras. Os velhos liberais acreditavam, segundo Sierra, na existência de um povo “prático” e pensavam, ao mesmo tempo, que, a partir da autonomia individual e da concessão de direitos para os cidadãos, os costumes da nação se transformariam. No entanto, apesar de considerar as boas intenções e as bonitas ideias presentes na lei máxima da nação, o intelectual afirmava que o México daquele momento era “una nación a dos o três siglos de distancia del ideal constitucional” (SIERRA, 1979b, 182-3).

Os textos escritos por Sierra em *La Libertad*, entre 1878 e 1879, deixavam transparecer sua insatisfação com o modo com que os liberais mais tradicionais pensavam a política nacional e, nesse sentido, propunham uma nova forma de organização pautada em uma concepção spenceriana de sociedade. A nação, espelhada na biologia, era entendida por esse intelectual como um organismo social e seu desenvolvimento se assemelhava ao dos seres vivos. Justo Sierra defendia a conservação de um centro de poder político que fosse capaz de manter a “ordem” social contra qualquer espécie de revolução.

Em *México social y político*, ensaio escrito anos depois, em 1889, Sierra voltou a defender um Poder Executivo forte, ainda que com uma certa limitação do Legislativo para que não se transformasse em “tirania”. Em suas palavras,

En pueblos de tan incoherente estado social, de tan peligrosa situación geográfica, de tan dividida organización constitucional como el nuestro, el poder administrativo, es decir, el órgano esencialmente activo del Estado, necesita a trueque de convertirse en puramente pasivo e invertir su función y perecer, de una suma de facultades superiores a las que la Constitución le otorga: de aquí proviene que la necesidad de vivir lo condena a disponer de los parlamentos y a procurarse delegaciones constantes de facultades legislativas. Es necesario, si queremos que el gobierno parlamentario sea un hecho, aumentar las atribuciones legales del Ejecutivo en la Constitución, para que no las busque en la práctica, aun fuera de la Constitución. Pero es preciso pensar en que este gobierno legalmente fuerte no se cambie en tiranía, y en que encuentre límites infranqueables. (SIERRA, 1979a: 327)

A ideia de um Executivo capaz de conter a “anarquia” nacional voltou à pauta dos intelectuais mexicanos em um documento central para se compreender a história do México durante o Porfiriato, o “Manifiesto de la Convención Nacional Liberal a favor de la Relección” (IGLESIAS GONZÁLEZ, 1998) ou simplesmente “Manifiesto da União Liberal”, lançado em 23 de abril de 1892. Assinado por eminentes intelectuais do período, esse manifesto tem sua autoria atribuída a Justo Sierra (LOMNITZ, 2008: 448).<sup>3</sup> Nesse documento, que colocava a ciência em posição de destaque e pregava a terceira reeleição consecutiva do presidente Porfírio Díaz, apresentava-se um plano para o país cuja meta era alcançar o “ideal supremo de la libertad en la permanente conjugación del progreso y del orden” (IGLESIAS GONZÁLEZ, 1998: 495). Identificavam-se ali os problemas da história nacional a partir de uma visão que caracterizava o passado mexicano como o local da guerra civil permanente e da paz acidental. O objetivo proposto pelos signatários do manifesto era inverter essa lógica. Apenas com a pacificação nacional, o país poderia lograr, segundo eles, seu desenvolvimento comercial, a ampliação das linhas férreas e dos meios de comunicação. Nesse sentido, para a realização efetiva dessas propostas, seria necessário não apenas a manutenção de Díaz na presidência, como também o fortalecimento de seu poder político. O pressuposto do qual partia esse grupo, que por conta desse documento seria apelidado de “científico” (ZEA, 1968; GONZÁLEZ NAVARRO, 1988; LOMNITZ, 2008) por seus rivais

---

<sup>3</sup> Além de Sierra, assinaram o documento Manuel M. de Zamacona, Sóstenes Rocha, Rosendo Pineda, Carlos Rivas, Pedro Diez Gutierrez, Pablo Macedo, José Ives Limantour, Francisco Bulnes, Vidal Castañeda y Nájera e Emílio Alvarez.

políticos, era o mesmo das críticas construídas por Sierra em seus combativos textos em *La Libertad*: a clivagem existente entre a vida social e a legislação política no México.

O terceiro mandato de Diaz, embora fosse apresentado por esse grupo como não sendo o ideal para o país, era entendido como estritamente necessário “para naciones de la condición política de la nuestra”. Ao mesmo tempo, tais autores afirmavam que o apoio a Diaz não seria um prêmio por seus mandatos anteriores, mas a outorga de um “dever transcendente” a esse homem: pacificar o México e conduzi-lo nos trilhos da civilização e do progresso.

No cenário intelectual mexicano de sua época, Justo Sierra não se destacou apenas como polemista político e ensaísta. A escrita da história ocupou um lugar de destaque no conjunto de sua obra. Os ensaios “História Pátria” e “La Era Actual”, escritos para a coletânea de três volumes *México: Su Evolución Social*, que Sierra organizou entre 1900 e 1902, e publicados em conjunto na década de 1940 como *La Evolución Política del Pueblo Mexicano*, são considerados em geral seus textos mais relevantes. Além desses ensaios, apontados como clássicos não apenas da historiografia mexicana, mas do pensamento político latino-americano de uma maneira geral, esse intelectual escreveu vários outros textos importantes de interpretação histórica, como *Juarez, su obra y su tiempo* (1905), biografia do ex-presidente Benito Juárez, além de diversos manuais escolares. Em suas obras historiográficas, esse autor afirmava a necessidade de “paz social” após anos de guerra civil. Nesses textos, o presidente Porfírio Diaz era representado como a personificação desse ideal.

Nas páginas de “História Política” e “La Era Actual”, Sierra defendia a existência de regimes fortemente centralizados como forma de conter a anarquia política e instaurar a paz social. Segundo ele, “en países enfermos de anarquía crónica [um regime militar] es a veces éste un remedio, con tal de que a paz impuesta por el miedo suceda la paz consentida por el bienestar social, la paz económica que llamaremos” (SIERRA, 1979a: 144). Sem citar nominalmente Porfírio Diaz, Sierra afirmava em seu texto os benefícios das “boas ditaduras”:

Las dictaduras de hombres progresistas, que sean al mismo tiempo administradores inteligentes y honrados de los fondos públicos, suelen ser eminentemente benéficas en los países que se forman, porque aseguran la paz y garantizan el trabajo, permitiendo almacenar fuerzas a los pueblos. Pueden ser detestables en teoría, pero las teorías pertenecen a la historia del pensamiento político, no a la historia política, que solo puede generalizar científicamente sobre hechos (SIERRA, 1979a: 161).

Porfírio Diaz figura nos ensaios de Justo Sierra como um “hombre hecho para ordenar,



administrar y dirigir, tanto como para escoger lo más prudente y seguro y ejecutar con osadía extraordinária un plan maduramente concebido” (SIERRA, 1979a: 225-6), que se torna uma das figuras centrais da guerra contra os franceses a partir de 1865 e comandante de algumas das principais batalhas que colocaram fim a esse período da história mexicana dois anos depois. Alçado à categoria de celebridade política após esse momento histórico, Porfírio Diaz tornou-se o principal quadro militar do país e incômodo constante para os governos civis de Benito Juárez e Sebastián Lerdo de Tejada. Na narrativa histórica construída por Justo Sierra, ao mesmo tempo em que Juárez se consagrava como líder de uma guerra vitoriosa e o general Diaz se constituía como opção de poder no México, um ideal de “paz” começava a fazer parte do pensamento mexicano em contraposição à “anarquia” até então vigente.

A raíz de la elección de Juárez, que fue, como hemos dicho, un gran acto de honra nacional, las manifestaciones esporádicas de la anarquía latente comenzaron, pero a todas se sobreponía un gran esfuerzo del país para vivir en paz y un gran esfuerzo del gobierno para mantenerla. Desde entonces entro en lo más hondo del cerebro nacional, fue una obsesión: la paz en nuestra condición primaria de vida; sin la paz marchamos al estancamiento definitivo de nuestro desenvolvimiento interior y a una irremediable catástrofe internacional (SIERRA, 1979a: 270).

Com a ascensão de Porfírio Diaz à presidência após a Revolução de Tuxtepec, a paz tornou-se, segundo Justo Sierra, imprescindível para o desenvolvimento do organismo nacional e uma demanda quase unânime de toda a pátria, “el anhelo infinito del pueblo mexicano” (SIERRA, 1979a: 281).

Nadie quería la continuación de la guerra, con excepción de los que solo podían vivir del desorden, de los incalificables en cualquier situación normal. Todo se sacrificaba a la paz: la Constitución, las ambiciones políticas, todo, la paz sobre todo. Pocas veces se habrá visto en la historia de un pueblo una aspiración más premiosa, mas unánime, mas resuelta.

Sobre ese sentimiento bien percibido, bien analizado por el jefe de la revolución triunfante, fundó este su autoridad; ese sentimiento coincidía con un propósito tan hondo y tan firme como la aspiración nacional: hacer imposible otra revuelta general. Con la construcción de este propósito, que consideraba, ya lo dijimos antes, como un servicio y un deber a un tiempo, pensaba rescatar ante la historia la terrible responsabilidad contraída en dos tremendas luchas fratricidas: la sangre de sus hermanos le sería perdonada si en ella y della hacía brotar el árbol de la paz definitiva.

Complicar en esa obra, que parecía irrealizable ensueño, todos los intereses superiores e inferiores, era el camino para lograrla; el caudillo creía que para eso era preciso que se tuviera fe en él y que se le temiera. La fe y el temor, dos sentimientos que, por ser profundamente humanos, han sido el fundamento de todas las religiones, tenían que ser los resortes de la política nueva. Sin desperdiciar un día ni descuidar

una oportunidad, hacía allá ha marchado durante veinticinco años el presidente Díaz; ha fundado la religión política de la paz (SIERRA, 1979a: 282).

Paradoxalmente, o general Diaz que derrubara seu antecessor por meio das armas, tornou-se, na narrativa de Justo Sierra, o criador da “religião política da paz”. O líder máximo do Porfiriato se caracterizava por encarnar os ideais de “paz”, demandados por uma nação cansada da “anarquia”. A pacificação nacional era vista como condição necessária para que se alcançasse a “ordem”. Esta seria capaz de gerar o “progresso” e a “civilização”, que resultariam, ao final, na “liberdade” para a nação mexicana. Embora Diaz personalize esse determinado período da história nacional e seja necessário para a manutenção de uma época de “paz” e “ordem” na política nacional, esse personagem não representava nos textos de Sierra o ponto de chegada do desenvolvimento da pátria. A figura de Porfírio Diaz se constituía, entretanto, como um ponto essencial na constituição de uma linha evolutiva da história mexicana.

Justo Sierra concebia que os fatos históricos narrados ao longo de suas obras, “acusaban, aunque en bien distintos grados, un movimiento creciente que resultaba do impulso interior conjugado con otros exteriores, ese movimiento es la evolución mexicana” (SIERRA, 1979a: 264). Os princípios evolucionistas de Sierra dialogavam não só com o organicismo social de Herbert Spencer, mas também com determinadas concepções de Augusto Comte. Para o criador do positivismo, a evolução das sociedades ocorreria respectivamente pela superação das etapas teológica e metafísica, para que, por fim, se alcançasse o nível final da evolução humana, chamado de etapa positiva. Em sentido também evolutivo e etapista, Herbert Spencer afirmava que as sociedades chegariam ao “período industrial” após terem passado pelo “período militar” (RIBEIRO JUNIOR, 1982).

Para Justo Sierra, a “liberdade” seria o ponto de chegada da evolução histórica nacional. Para que fosse alcançada, seria necessária antes a manutenção da “ordem” como antídoto para o estado de “anarquia” vivido nas primeiras décadas da história política mexicana. A “anarquia”, embora vista de modo negativo por Sierra, era representada em seus textos, como a primeira etapa do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a sequência de etapas “anarquia – ordem - liberdade” pode ser apontada como o eixo estruturante da narrativa historiográfica de Justo Sierra. A Independência e a Reforma se constituiriam de acordo com essa lógica como os marcos centrais da história nacional até então. Nas palavras de Sierra,

México no ha tenido más que dos revoluciones, es decir, dos aceleraciones violentas de evolución, de ese movimiento interno originado por el medio, la raza y la historia, que impele a un grupo humano a realizar perennemente un ideal, un estado superior a aquel en que se encuentra; movimiento que por el choque de causas externas, casi siempre se precipita, a riesgo de determinar formidables reacciones; entonces, lo repetimos, es una revolución. La primera fue la independencia, la emancipación de la metrópoli, nacida de la convicción, a que el grupo criollo había llegado, de la impotencia de España para gobernarlo y de su capacidad para gobernarse; esta primera revolución fue determinada por tentativa de conquista napoleónica en la Península. La segunda revolución fue la Reforma, fue la necesidad profunda de hacer establecer una constitución política, es decir, un régimen de libertad, basándolo sobre una transformación social, sobre la supresión de las clases privilegiadas, sobre la distribución equitativa de la riqueza pública, en su mayor parte inmovilizada, sobre la regeneración del trabajo, sobre la creación plena de la conciencia nacional por medio de la educación popular; esta segunda revolución fue determinada pela invasión americana, que demostró la impotencia de las clases privilegiadas para salvar a la patria y la inconsistencia de un organismo que apenas si podía llamarse nación. En el fondo de la historia ambas las revoluciones no son sino manifestaciones de un mismo trabajo social: emanciparse de España fue lo primero; fue lo segundo emanciparse de régimen colonial; dos etapas de una misma obra de creación en una persona nacional dueña de si misma. (SIERRA, 1979a: 181)

A Independência e a Reforma, nesse sentido, eram consideradas as duas revoluções que, acompanhadas por eventos externos que interferiram no país, a invasão napoleônica na Península Ibérica, primeiro, e o trauma causado pela derrota para os Estados Unidos, depois, marcaram o nascimento de uma personalidade nacional e se constituíram como a superação de etapas necessárias para a conformação de “una persona nacional dueña de si misma”. Ambos os processos constituíram o que Justo Sierra chamou em determinado ponto de sua obra de “gran período de la revolución mexicana”, iniciado em 1810, com o Grito de Dolores, renovado em 1857, com a Constituição, e encerrado em 1867, com a vitória sobre os franceses, os conservadores e a monarquia. Esse grande período de mais de meio século foi concebido por Justo Sierra como o momento em que o México adquiriu sua alma e sua personalidade nacional.

São importantes nesse processo as figuras do padre Miguel Hidalgo, o “pai da pátria”, e de Benito Juárez, respectivamente, o iniciador e o concludente de um período de formação. Esses personagens que, segundo Sierra, transformaram a “revolução” em “evolução”, “son las más grandes columnas militares de nuestra historia; sus tumbas son altares de la patria” (SIERRA, 1979a: 271). O governo de Porfírio Diaz que ascendera à presidência, em meio ao que Justo Sierra definiu como a unanimidade pela “paz”, sinônimo de “ordem” em seus

textos, seria, nos textos desse autor, o responsável por um novo período da história nacional. Segundo Sierra, uma das consequências positivas do estado de “paz” alcançado durante o governo Diaz foi entrada no país de capitais estrangeiros, algo representativo, para esse autor, do novo momento que o país vivia.

Esta situación nueva era una transformación: era el advenimiento normal del capital extranjero a la explotación de las riquezas amortizadas del país; y era ésta, no huelga decirlo aquí, la última de las tres grandes desamortizaciones de nuestra historia: la de Independencia, que dio vida a nuestra personalidad nacional; la de la Reforma, que dio vida a nuestra personalidad social, y la de la Paz, que dio vida a nuestra personalidad internacional; son ellas las tres etapas de nuestra evolución total. (SIERRA, 1979: 289).

A importância de Hidalgo, Juárez e Diaz foi retomada no último capítulo da biografia de Benito Juárez, *Juárez, su obra y su tiempo*, intitulado “Los tres grandes hombres de nuestra historia”. Nas palavras de Sierra,

Tres hombres han acertado, en nuestra historia de pueblo libre, a encarnar la patria en los tres momentos supremos de su evolución. Y los hombres serán discutidos; servicio, el inmenso servicio, es indiscutible: un iniciador, un reformador, un pacificador. Estos tres hombres no han caído del cielo como estrellas, como seres de un mundo superhumano, venidos de improviso y sin antecedentes necesarios a ejecutar un designio divino; son culminaciones, mas provienen de un levantamiento gigantesco de aspiraciones, de instintos oscuros, de exigencias conscientes de vida y libertad, de preparaciones lentas y premiosas, obra de otros hombres, de otros dolores, de otros heroísmos, de otras voluntades; en esos levantamientos sociales ellos son los vértices, las cimas, los puntos de convergencia, las insuperables alturas; todo en lo futuro los demuestra; ellos son la resultante de un gran labor de la historia; la historia posterior que de ellos recibe forma es una gran labor suya, no solo suya, pero capitalmente suya.

¡Un iniciador, un reformador, un pacificador! (SIERRA, 2004: 529)

Na definição das etapas da evolução mexicana, a narrativa histórica de Justo Sierra apontava para a existência de personagens capazes de personificar determinadas experiências históricas. Os três momentos cruciais da história mexicana eram, nesse sentido, a Independência, a Reforma e a Pacificação, que sintetizavam, de certa maneira, uma “linha evolutiva” da história nacional. A “anarquia” após 1810 se caracterizava, na narrativa desse autor, como a necessária preparação para um período de “ordem”, representado nesses textos pelo governo de Porfírio Diaz. Partindo desse pressuposto, o Porfiriato, assim como o personagem histórico que lhe deu esse nome, se configuravam como elementos necessários e essenciais para a evolução mexicana. Apenas por meio do regime de “pacificação” imposto

por Porfírio Díaz, seria possível vislumbrar um futuro baseado na “liberdade”, sem a qual a “evolução” mexicana não estaria completa. Afirmava Sierra: “toda la evolución social mexicana habrá sido abortiva y frustranea si no llegar a ese fin total: la libertad” (SIERRA, 1979a: 292).

A produção intelectual de Justo Sierra consiste em documento valiosíssimo para se compreender a formulação de uma ideologia política durante o Porfiriato. Autor de obras essenciais para a história latino-americana e com atuação politicamente marcante, especialmente na área educacional, Sierra pode ser considerado, ao lado do engenheiro e polemista Francisco Bulnes, o mais profícuo intelectual desse período da história mexicana. Apoiador da permanência de Díaz na presidência da nação, justificou historicamente a longevidade do regime porfirista. No início de sua carreira em *La Libertad*, defendeu a “ordem política” e a existência de um Executivo forte como solução para a “anarquia” que, conforme entendiam setores das elites nacionais da época, dominara a vida política mexicana até então. Na defesa desse projeto, articulou com alguns dos principais intelectuais desse período uma justificativa para a permanência de Porfírio Díaz na presidência da República alicerçada em um discurso cientificista muito reproduzido à época, o que lhes valeu a alcunha pejorativa de “científicos”.

Em sua interpretação da história nacional, Justo Sierra representou Porfírio Díaz como um homem providencial, cuja missão histórica seria redimir a nação por meio da “paz”, entendida por esse autor como sinônimo de “ordem política”. O Porfiriato, embora não fosse visto por Justo Sierra como o ponto de chegada da história mexicana, era entendido como etapa essencial para que se pusesse um fim à “anarquia” dominante e para que se constituíssem na nação homens que fossem capazes de desfrutar a “liberdade”.

### **Bibliografia**

FERNANDES, Luís Estevam de Oliveira e BARBOSA, Fernanda Bastos. “Pacificar a história: passado, presente e futuro nas formas de pensar a política mexicana na transição do século XIX para o século XX”. *História da Historiografia*, Ouro Preto-MG, n. 7, nov./dez. 2011, pp. 134-156.

GONZALEZ, Luis. “El liberalismo triunfante”. In: COSIO VILLEGAS, Daniel (coord.). *História general de México*. 4. ed. México: El Colégio de México, 1994.

- GONZÁLEZ NAVARRO, Moisés. “Las ideas raciales de los científicos, 1890-1910”. *Historia Mexicana*, vol. 37, n. 4 (abr. – jun., 1988).
- GUERRA, François-Xavier. *México: Del Antiguo Regimén a la Revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988, 2 vols.
- KATZ, Frederich. “O México: a República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910”. In: BETTHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.
- LOMNITZ, Claudio. “Los intelectuales y el poder político: la representación de los *científicos* en México del Porfiriato a la Revolución”. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (org.). *História de los intelectuales em América Latina: I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008.
- “MANIFIESTO de la Convención Nacional Liberal a favor de la Relección (23 de abril de 1892)”. In: IGLESIAS GONZÁLEZ, Román (org.). *Planes políticos, proclamas, manifiestos y otros documentos: De la Independencia al México moderno (1812-1940)*. México: UNAM, 1998. Disponível em: <http://www.bibliojuridica.org/libros/1/121/21.pdf>.
- PANI, Erika. *El Segundo Império: pasado de usos múltiples*. México: CIDE/FCE, 2004.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- SAEZ, Carmen. “La Libertad”, periódico de la dictadura porfirista”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 48, No. 1 (Jan. - Mar., 1986), pp. 217-236.
- SIERRA, Justo. “México social y político [1889]”; “Historia Política [1900]” e “La Era Actual [1901]”. In: SIERRA, Justo. *La evolución política del pueblo mexicano*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979a.
- \_\_\_\_\_. “Liberales-conservadores”. *La Libertad*, México, 10 de maio de 1878; “Reservas sobre la Constitución”. *La Libertad*. México, 23 de fevereiro de 1878; e “Nuestro programa de combate”. *La Libertad*. México, 16 de março de 1879. In: ZEA, Leopoldo (org.). *El pensamiento positivista latinoamericano*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979b, vol. 2.
- \_\_\_\_\_. *Juarez, Su Obra y Su Tiempo*. 7. ed. México: Editorial Porrúa, 2004.
- TENORIO TRILLO, Maurício e GOMÉZ GALVARRIATO, Aurora. *El Porfiriato*. México: FCE, CIDE, 2006.
- ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

---

## ENTRE REVISÕES E TRADUÇÕES: HISTÓRIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NO BRASIL E NA ARGENTINA (1930-1940)

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva\*

Este trabalho é parte de uma tese de doutorado<sup>1</sup> defendida em março de 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Nela analisamos os diálogos intelectuais desenvolvidos entre Brasil e Argentina acerca da escrita da história que, além de colocarem questões centrais para os historiadores num período de profissionalização do campo, envolveram a retomada do contato com as antigas metrópoles Portugal e Espanha. Em meio a estas trocas intelectuais encontramos uma acalorada discussão acerca da escrita da história desenvolvida por estes países. Discussão cujo eixo é a resignificação da história, em especial diante da miscigenação e do passado colonial. A partir das questões que estes fatores colocam aos intelectuais, mais especificamente aos historiadores brasileiros e argentinos no período de passagem à modernidade, consideramos ainda as implicações que a busca de reconhecimento e legitimidade traz aos diálogos intelectuais. Era preciso responder às demandas trazidas pelo passado marcado por características que comprometem, no presente, as tentativas de obtenção de reconhecimento e legitimidade diante do Outro. Tzvetan Todorov<sup>2</sup> lembra que a conquista de alteridade encontra-se diretamente relacionada ao pertencimento a um grupo que nos confere legitimidade. Afinal, a legitimidade do Nós existe a partir da relação com os Outros. Processo que identificamos no início do século XX através da atuação de intelectuais e instituições.

---

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>1</sup> A tese em questão intitula-se *Diálogos sobre a escrita da história: Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)*. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2007 e 2010 sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gizlene Neder com financiamento da CAPES. Dela resultou o livro publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão: BARCELOS, Ana Paula. *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: FUNAG, 2011.

<sup>2</sup> TODOROV, T. *Nous et les autres: La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.



Para esta análise, partimos dos diálogos entre historiadores brasileiros, argentinos, portugueses e espanhóis, representantes de renomadas instituições históricas em seus países: Max Fleiuss, Ricardo Levene, Fidelino de Figueiredo e Rafael Altamira. Importantes interlocutores no campo historiográfico, através deles pudemos captar os diálogos desenvolvidos entre estes indivíduos e deles com alguns pares intelectuais que atuaram nos projetos de intercâmbio entre Brasil e Argentina e destes países com suas ex-metrópoles. Para o desenvolvimento da pesquisa trabalhamos com materiais das missões diplomáticas do Brasil no exterior; atas e correspondências de congressos e conferências internacionais relacionados ao ensino e à escrita da história; acordos internacionais; periódicos e correspondências. Estas fontes foram consultadas no Arquivo Histórico e na Biblioteca do Itamaraty, no IHGB e na Biblioteca Nacional; além dos arquivos da Academia Nacional de História Argentina, do Instituto de História do Direito, da Biblioteca Nacional da República Argentina e da Biblioteca, Museu e Arquivo Dr. Ricardo Levene em Buenos Aires.

Neste artigo procuramos analisar como no início do século XX a escrita, o estudo e o ensino da história se tornaram pautas fundamentais nos debates intelectuais que envolviam a imagem de país a ser construída. Neste período a história foi vista como capaz de colaborar para a construção do futuro; daí repensá-la, estudá-la e, principalmente, pesquisá-la, o que lhe conferiria validade e credibilidade. Empreendimentos como o *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, assinado entre Brasil e Argentina, e a formação das *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português* são exemplos que ilustram esta preocupação. São pretextos que demonstram o papel da história na compreensão do presente e na elaboração de prognósticos de futuro. Focalizada por estes empreendimentos, a história exerceria um importante papel na integração ibero-americana e na construção de uma alternativa pacífica diante dos contextos da Primeira e da Segunda Guerras na Europa. Com esta finalidade, as tentativas de promoção de diálogos intelectuais e trocas culturais entre Brasil e Argentina foram aplicadas com intensidade e efetividade sem precedentes, sobretudo nos anos 1930 e 1940.

A partir destes diálogos é possível perceber uma reflexão acerca dos rumos que a escrita da história, nacional e da América (ainda em fase de construção), deveria seguir no início do século XX. Juntos os historiadores de ambos os países se empenharam em analisar os princípios e métodos que norteariam seu trabalho. Como principal base ideológica deveria funcionar o diálogo pacífico, cordial e solidário entre os países ibero-americanos;

metodologicamente prevaleceria o uso de fontes documentais que confeririam caráter de verdade ao que seria dito. Pensando a história dialogicamente e partindo de questões do presente, estes indivíduos interpretavam o passado e realizavam prognósticos de futuro, como aponta Reinhart Koselleck<sup>3</sup>. Assim, conjugando diferentes tempos, os historiadores olhavam para o passado de modo a construir um presente e um futuro de trocas culturais e econômicas, pautadas na cordialidade, entre o Brasil, a Argentina e o restante da América. Os historiadores argentinos pertencentes à Junta de História e Numismática Americana/Academia Nacional de História Argentina<sup>4</sup> chegaram a apontar a história como “senhora da vida”<sup>5</sup>, o que sugere, na América Ibérica, seu papel ainda de mestra da vida, orientadora das ações presentes e futuras, mesmo com a transformações apontadas por Koselleck após o Iluminismo e a Revolução Francesa<sup>6</sup>. Partindo deste princípio, voltaram-se para a pesquisa em arquivos, o trabalho com fontes documentais e a reedição de trabalhos por eles considerados de alto valor histórico. Preocuparam-se, ao mesmo tempo, em conhecer melhor a história e a formação social dos países vizinhos, em especial do Brasil. Foi em meio a esta perspectiva que surgiram a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português*.

Este olhar sobre a história da América como um todo auxiliaria na ruptura com a distância e o isolamento que atingiam (e ainda atingem) a América Ibérica. Seria um meio de, na prática, romper com a distância, o desconhecimento e a desqualificação que atingem os países ibero-americanos. Em conjunto e relendo a própria história, com o olhar voltado para a

<sup>3</sup> KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

<sup>4</sup> Fundada em 1893 por Bartolomé Mitre e transformada na atual Academia Nacional de Historia Argentina em 1938, a Junta reunia intelectuais argentinos ligados ao estudo da história e apresentava importante atuação na aproximação entre a intelectualidade ibero-americana. Diversos intelectuais europeus também participavam como membros correspondentes. Os quatro historiadores que enfatizamos na tese relacionavam-se direta ou indiretamente com a instituição. Ricardo Levene foi um dos seus principais membros desde 1915 até sua morte em 1959. Além disto, a presidiu no período entre 1927 a 1931 e 1934 a 1938.

<sup>5</sup> Ver: ANZOÁTEGUI, V. T.; URQUIJO, J. M. M. e MAEDER, E. J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Vol. 1. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 239.

<sup>6</sup> Para Koselleck, a partir do século XVIII, com o Iluminismo e a Revolução, a visão de uma história mestra da vida perdeu lugar para a ênfase em sua capacidade de construção e progressão para o futuro. A história não deveria mais esperar conselhos deste passado, mas sim de um futuro a ser construído. Na tese defendemos a ideia de que há, nesta releitura da história desenvolvida no Brasil e na Argentina, uma tensão entre a história pós-iluminista, voltada para a construção do progresso, para a qual ser moderno significava transformar e não aprender com o passado, e outra ainda marcada pelo aprendizado que poderia trazer para o presente e o futuro. Ou seja, no contexto ibero-americano, ao menos nos países em questão, muitos historiadores ainda viviam a história mestra da vida, a qual Koselleck afirma ter sido enfraquecida pelo Iluminismo. Porém, ela mesma era utilizada como forma de produzir inovações políticas, ou apenas acomodações e adaptações, diante do contexto de passagem à modernidade.

---

construção do futuro, seus historiadores poderiam encontrar caminhos para vencer a desqualificação da origem em países miscigenados e de passado colonial, de modo a se legitimarem em vista de projeção no cenário internacional. Assim, conjugadas, a integração ibero-americana e a releitura da história ofereceriam alternativas futuras à distância e ao isolamento. Os empreendimentos aqui analisados concretizariam as perspectivas integracionistas dos historiadores brasileiros e argentinos no início do século XX.

Em artigo do jornal *A Nação* de 1933 os patriotismos são apontados como geradores do desconhecimento entre os países ibero-americanos. Isto apenas contribuiria para a inimizade e o distanciamento entre eles. Seria necessário trabalhar a formação das futuras gerações a fim de que fosse construído um “espírito fraternal” e, assim, um porvir de paz na região. Este seria o mais importante objetivo do *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*: “(...) queremos que se formem gerações com mentalidade nova, com espírito fraternal, não só no Brasil como em todos os países da América”<sup>7</sup> (A NAÇÃO, 1933). Com significado bastante abrangente, o convênio contribuiria para a construção de diálogos intelectuais que favorecessem o conhecimento mútuo da história e evitassem a guerra. Neste sentido, consideramos haver uma intrínseca relação entre guerras, mais especificamente a Primeira e a Segunda Guerras, e a releitura da história. Fazia-se necessário aprender com as experiências apresentadas pela história para evitar que os mesmos erros, causadores de guerras e conflitos diplomáticos, fossem repetidos no futuro. Vejamos alguns argumentos utilizados na justificativa do convênio:

*A revisão dos textos de ensino de historia e geographia é indispensável. (...) A paz deve existir na consciencia de todos os cidadãos fronteiriços. E esse espirito só pode ser formado pela educação.*

*Ensinando a nossos filhos que o limite das nossas fronteiras não está dentro do territorio alheio, não fomentaremos o irredentismo que perturbou e perturbará a vida da Europa. (...)*

*Ensinando a nossos filhos a verdadeira historia da America do Sul, que em poucos annos formou Nações de povos livres, deveremos visar principalmente a obra de construcção de nossos homens e não as de demolição.*

*(...)*

*Nossos filhos, na América, devem aprender a se estimarem e não se desprezarem mutuamente.(...)*

*(...)*

*Os povos da America desejam paz.*

---

<sup>7</sup> Callen personas cuando hablen pueblos. Artigo do jornal *A Nação*, 11 de outubro de 1933. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

---

*Que essas palavras sejam ouvidas em todo o Continente. E que a paz se torne duradoura, firmada na educação das futuras gerações.*<sup>8</sup> (A NAÇÃO, 1933)

Neste trecho, a história é apresentada como aquela que ensina e constrói, responsável pela formação das novas gerações e por nelas desenvolver o respeito pelo território alheio. O patriotismo não poderia interferir na maneira como se percebe os demais países ao redor. Isto não deveria apenas estar presente em acordos diplomáticos, mas na história que é ensinada e, assim, participa da formação dos “nossos filhos”. Cabe ressaltar que a utilização recorrente desta expressão indica uma preocupação notável com o futuro, com aquilo que a história é capaz de construir para as futuras gerações. Deste modo, ela adquire uma importante função prática para além do simples aprendizado: assume caráter de utilidade para a ação sobre o presente e o futuro. Ensinar e aprender história se tornam exercícios de reflexão sobre o presente com o olhar voltado para o futuro. Claramente, a expressão “nossos filhos”, assim como outras referentes à educação e à construção das futuras gerações, relaciona passado, presente e prognósticos de futuro. Direciona para o porvir os objetivos do estudo da história. Afinal, ela seria a mestra da vida.

Lembremos que, para Koselleck, há diferentes e conflitantes expectativas de futuro num mesmo período. Afinal, cada grupo o projeta de acordo com o lugar social que ocupa e os interesses presentes que o envolvem. A *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* é parte de um projeto que reunia historiadores, intelectuais e políticos das classes dominantes, ligados à diplomacia, e seus projetos de futuro. Diante disto, a exploração do colonialismo, os conflitos e a brutalidade da escravidão tendiam a ser apagados. Seria um futuro conciliado e pacífico que deveria vir à tona. Assinado no dia 10 de outubro de 1933, durante os governos de Getúlio Vargas no Brasil e Augustín Justo na Argentina, o convênio teve seu texto oficial publicado pela Imprensa Nacional apenas em 1936. Nele consta a defesa do conhecimento da história do país vizinho para que as futuras gerações pudessem construir relações de amizade e trocas culturais<sup>9</sup>. Portanto, era fundamental que se apagasse dos textos de ensino de história e geografia itens que propiciassem o conflito entre os países americanos. Todos os demais países americanos poderiam pleitear participação no empreendimento de *Revisão*, desde que as comissões brasileira e argentina aprovassem os novos membros. Em 1945, a *Revisão* já incluía intercâmbios culturais e intelectuais com a Bolívia, o Chile, o Peru,

---

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> Ver: *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia*. Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

---

a Colômbia, o Paraguai, o Uruguai e a República Dominicana. Para a revisão dos textos foram definidas algumas normas: generalidade, cordialidade, solidariedade, idealismo, americanidade e veracidade.

Cabe ressaltar que a revisão dos textos caminhou de acordo com uma tendência frequente na Europa após a Primeira Guerra quando se objetivava evitar ou amenizar as rivalidades entre as nações. Victor Anzoátegui<sup>10</sup> afirma que Ricardo Levene, historiador argentino trabalhado na tese, membro da Junta e muito atuante na assinatura do convênio com o Brasil, tomou conhecimento nos anos de 1920 das revisões que então se desenvolviam na Europa a fim de evitar incitações de violência que teriam contribuído para a Primeira Guerra. Acreditamos que em períodos de guerras cresce o interesse pelo conhecimento da história com a função de pacificação do presente e do futuro. Foi nos escombros da Segunda Guerra que Lucien Febvre<sup>11</sup> se propôs a pensar o que é a Europa e seu processo de construção política e ideológica. Febvre olhou para o passado a fim de explicar a guerra, o trágico presente que ele e seus contemporâneos experimentavam. Portanto, a história adquire papel de explicação do presente e esclarecimento de possibilidades para a construção do futuro. A história ensina e constrói alternativas aos conflitos do presente. Lembramos que em 1933, Levene falava da necessidade de retirar do ensino da história ideias que prejudicassem a construção da consciência americanista. Em entrevista sobre a *Revisão dos Textos*, defendeu a educação das “jóvenes generaciones en el culto de la propia pátria y en el sentimiento de amor y armonía de los pueblos de América entre sí”<sup>12</sup> (LEVENE, 1933).

Foi em meio ao desenvolvimento dos trabalhos de revisão dos textos que Ricardo Levene, então presidente da Junta, visitou o Brasil em 1936. Aqui negociou outro importante empreendimento que favorecia os diálogos intelectuais entre o Brasil e a Argentina acerca da escrita da história: a *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castellano*. Iniciada em 1937, suas bases foram definidas a partir da estadia de Levene no Brasil em 1936. Nesta ocasião, Affonso Taunay, em nome do Itamaraty, anunciou que também seria incentivada no país a criação de uma *Biblioteca de Autores Argentinos traduzidos ao Português*. Ficou

---

<sup>10</sup> ANZOÁTEGUI, V. T. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana*. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994. p. 705-719.

<sup>11</sup> FEBVRE, L. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004.

<sup>12</sup> Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria. s/n, 06 de dezembro de 1933. Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene (Biblioteca Nacional de Maestros), Buenos Aires.

---

decidido que as primeiras obras traduzidas seriam *Historia de la Civilización Argentina*<sup>13</sup> de autoria do próprio Levene e a *História da Civilização Brasileira*<sup>14</sup> de Pedro Calmon. Dariam continuidade às traduções obras de Bartolomé Mitre, Ruy Barbosa, Ramón Cárcano, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, classificadas como de caráter literário, histórico e sociológico. O objetivo da iniciativa argentina que inspirou os intelectuais brasileiros era traduzir obras com fins pacifistas nas áreas de História, Ciências, Geografia e Letras para serem distribuídas entre as Bibliotecas Públicas e os professores argentinos dos ensinos primário, secundário e universitário.

As obras traduzidas pelas *Bibliotecas* tratavam de temas relacionados a várias esferas da vida social, de modo a tornar a história muito mais próxima e acessível ao grande público do que a descrição de eventos políticos e militares. Trata-se agora de aspectos da formação da sociedade que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Assim, constrói-se uma relação entre o livro de história e as experiências do presente. Como já dissemos, estes empreendimentos ilustram uma atuação conjunta dos intelectuais no início do século XX no Brasil e na Argentina em torno da escrita e do ensino da história, o que se relaciona à busca de reconhecimento e legitimidade diante da esfera internacional. Como intelectuais como estes brasileiros e argentinos poderiam nela se inserir? Não esqueçamos que eram oriundos de países de passado colonial e marcados pela miscigenação. Era preciso responder às problemáticas que o passado e o presente lhes impunham. Era preciso qualificar-se, a si mesmo e a sua própria história, maquiando os conflitos e as rivalidades e valorizando o que haveria de supostamente bom. O papel dos países colonizadores, inclusive, é bastante valorizado neste processo de reinterpretação histórica. A cultura e a formação social ganham destaque. As fontes documentais que confeririam caráter de veracidade à história se tornam essenciais ao trabalho do historiador.

Enfim, é construída uma leitura apropriada de país, legitimada por meio de fontes documentais, do trabalho de pesquisa, da revisão dos textos de ensino e do intercâmbio de traduções. Processo necessário na ruptura com o isolamento interno que afetava a América Ibérica que na tentativa de se aproximar dos europeus, ou de ser como eles, esquecia de si mesma. Era preciso vencer os próprios obstáculos subjetivos para a formação de uma

---

<sup>13</sup> LEVENE, R. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938. Tradução resultante deste empreendimento que se encontra depositada na Biblioteca do Itamaraty.

<sup>14</sup> CALMON, P. *História da Civilização Brasileira*. RJ: Editora Nacional, 1937.

---

identidade ibero-americana. Destacamos o que afirma Robert Darnton<sup>15</sup> acerca das relações entre os textos lidos e a compreensão das experiências vividas de acordo com determinados contextos históricos e sociais. As traduções e revisões aqui trabalhadas podem ser assim compreendidas, na medida em que as percebemos como parte de um projeto de construção da “americanidade”, da cordialidade, do pacifismo e de autoqualificação através da história.

#### **FONTES:**

*Callen personas cuando hablen pueblos.* Jornal *A Nação*, 11 de outubro de 1933.

*Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia.* Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936.

Inicia América una política espiritual eficaz y necesaria. s/n, 06 de dezembro de 1933.

CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira.* RJ: Editora Nacional, 1937.

LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina.* RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano. *Academia Portuguesa de História. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana.* V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994.

ANZOÁTEGUI, Victor Tau; URQUIJO, José M. Mariluz e MAEDER, Ernesto J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938).* Vol. 1. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995.

CHARTIER, Roger. (org). *Práticas de Leitura.* SP: Estação Liberdade, 1996.

FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização.* SP: EDUSC, 2004.

---

<sup>15</sup> DARNTON, R. A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII. In: CHARTIER, Roger. (org). *Práticas de Leitura.* SP: Estação Liberdade, 1996. p. 143-175.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)*

---

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.



## AS TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS BRASILEIRAS E OS SABERES HISTÓRICOS NOS LIVROS DIDÁTICOS

Júlia Silveira Matos\*  
Adriana Kivanski de Senna\*

*“Fica evidente, portanto, que a cidade participa das coisas da natureza, que o homem é um animal político, por natureza, que deve viver em sociedade (...)”.*

Aristóteles

A política brasileira e sua forte característica personalista foi e, é, tema central de inúmeras discussões histórico-analíticas de nossa sociedade. Os debates críticos sobre os problemas político-sociais se intensificaram a partir da segunda metade do século XIX e formaram-se três tendências historiográficas: a primeira responsabilizou a cultura, o clima e a miscigenação racial, apesar de considerar nesses aspectos alguma riqueza, como fatores da fraqueza e atraso brasileiro; a segunda via na fragmentação cultural os problemas do Estado e propôs a exaltação nacional como meio de unificação dos espíritos; enquanto a terceira atribuiu, tais questões, a ineficiência das estruturas administrativas e falência da política brasileira. Dentre inúmeros trabalhos, podemos citar como pertencentes a primeira tendência historiográfica, as obras: *História da literatura brasileira* (1888) de Silvio Romero e *A Educação nacional* de José Veríssimo. Sob a ótica ufanista da segunda tendência, como exemplo, referenciamos: *Por que me ufano de meu país* do Conde Afonso Celso e *Festas e tradições populares do Brasil* de Alexandre José Mello Moraes Filho. Por fim, como integrantes dessa suposta terceira tendência, conforme divisão que aqui propomos, elencamos as obras: *A Organização nacional* de Alberto Torres, *Terra desumana* de Assis Chateaubriand e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Nessa perspectiva, no presente artigo discutiremos como o saber historiográfico-acadêmico chega até as salas de aula através dos livros didáticos de história que por mais que se apresentem em outras estruturas de

---

\* Doutora em História pela PUCRS e professora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, [jul\\_matos@hotmail.com](mailto:jul_matos@hotmail.com)

\* Doutora em História pela PUCRS e professora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, [adrianasenna@vetorial.net](mailto:adrianasenna@vetorial.net)

linguagem guardam em si os olhares teórico-metodológicos construídos na historiografia acadêmica.

Essas três tendências foram marcadas por teorias que se propunham explicar a formação brasileira e essa perpassaria de forma contundente suas estruturas políticas. A primeira tendência demarcada pelos escritos de Sílvio Romero, a luz do determinismo geográfico, defendia que o clima era o responsável pela apatia, desânimo, desequilíbrio, falta de espírito científico, entre outras negativas características do homem brasileiro. Além disso, para ele, contra o desenvolvimento brasileiro, pesava a miscigenação. “Observou Sílvio Romero que o problema do mestiço, homem brasileiro por excelência, era a presença de elementos de raças “inferiores em seu sangue” (CF. Lopes, 1995: 70). Em direção semelhante ainda, José Veríssimo chegou a polemizar em certos aspectos com Sílvio Romero e aproximou-se muito dele em sua discussão. No entanto, centrou-se mais no determinismo biológico e afirmou que a mistura com os elementos indígenas e negros levou o branco português a um rápido “declínio” e “perversão moral”, que somados as facilidades geradas pela terra fértil brasileira, o “imbecilizaram”. Entretanto, Afonso Celso inaugurou a segunda vertente historiográfica que muito influenciou a produção de novos materiais didáticos, na qual “... iniciou sua obra declarando que seu principal ensinamento seria o patriotismo e apresentaria vários motivos para a superioridade brasileira, divididos entre natureza, povo e história. O autor discutiu essa superioridade do país, desde seu vasto território, suas riquezas minerais, belezas naturais, até seu povo, uma mistura de três raças que unidas formaram uma nova nação” ( Matos, 2005:136). Nessa perspectiva devemos observar que Celso “produziu uma obra de retrato das diversas culturas populares brasileiras (...) crítico das concepções científicas preconceituosas em relação ao africano, negro ou mestiço, Moraes Filho reelaborou o mito das três raças, a partir da concepção de Brasil formado pela união do branco e do negro e do resultado dessa mistura, o mulato” (Matos, 2005:139). Essa obra marcou o ensino de história brasileiro exatamente porque foi leitura obrigatória nas primeiras séries do antigo primário ou ensino fundamental e publicada até final dos anos de 1940. Dessa forma, podemos perceber que todo o imaginário de uma terra receptiva e de um povo dócil construído sobre o Brasil e ensinado nas escolas está intrinsecamente ligado as teorias ufanistas do final do século XIX e início do XX. Assim como, o imaginário de que o povo brasileiro seria preguiçoso e incapaz de se auto governar também é efeito das propostas interpretativas deterministas de Nina Rodrigues e Sílvio Romero, entre outros. Afinal qual

nunca ouviu que se tivéssemos sido colonizados por holandeses o Brasil seria uma país forte e desenvolvido? Idéias correntes como essas ainda marcar a construção da nacionalidade brasileira a própria produção de livros didáticos de história.

A terceira vertente em contrapartida oferece outras explicações para o não desenvolvimento brasileiro e seus problemas político-administrativos, que busca interligar questões do campo da cultura com a política. Alberto Torres por nós aqui eleito como o primeiro representantes dessa nova tendência, teve sua biografia marcada pelos seguintes fatos que influíram em sua obra e pensamento: foi constituinte estadual, deputado federal e ministro da Justiça e Negócios Interiores, nomeado pelo presidente Prudente de Moraes; 9. Após a renúncia pelo autoritarismo do Vice-presidente Manuel Vitorino, elegeu-se presidente do Estado do Rio de Janeiro; 10. em 1901 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal aos 35 anos e aposentou-se em 1909, estafado e doente, morreu em 1917 aos 52 anos. Após sua aposentadoria intensificou suas publicações e artigos jornalísticos: 1. 1909 publicou “Vers la paix”; 2. 1913 publicou “Le problème mondial” no qual previa os deajustes internacionais que levaram a 1ª Guerra Mundial – uma publicação em favor da paz; 3. 1914 publicou os livros “O problema nacional” e a “Organização nacional” em 1915. Nesses escritos Torres se sustenta como eixo central da discussão a crítica à fragilidade da política nacional, que segundo ele teria sempre se amparado em cópias de um ou outro país e a partir dessa constatação propõe em linhas muito frouxas um outro modelo político, que não vigorou durante sua participação no governo, mas influenciou as propostas posteriores. Conforme Rolf Kuntz (2000:261), a problemática estabelecida na obra de Torres pode ser definida em três pontos: 1. as soluções políticas não podem ser inventadas, a identificação dos interesses gerais e permanentes do país só ocorre a partir da observação da terra e das gentes brasileiras; 2. as propostas políticas não podem ser copiadas, como por exemplo o federalismo proposto na Constituição de 1891, pois alienadas são fadadas ao fracasso, afinal não podemos transplantar histórias, costumes, crenças e condições naturais de outros países; 3. para o Brasil a proposta que mais se adequa ancora-se sobre A) “o fortalecimento do governo central”, B) a re-conversão dos estados em províncias, C) “a criação de um sistema coordenador e a inclusão, entre os senadores, de um grupo eleito de sindicatos, associações profissionais, igrejas e outras entidades de representação civil” (Kuntz, 2000:261). O ponto o qual elegemos como a na proposição de Kuntz, ou seja a proposta centralizadora de Torres lhe rendeu a fama de pensador político autoritário na historiografia brasileira. Após a morte de Alberto Torres

em 1917 seu nome acabou por ser associado à “onda autoritária” (Kuntz, 2000:261). Ao redor da Sociedade Amigos de Alberto Torres, fundada em 1932, reuniram-se nomes como de Plínio Salgado, além dele outros adeptos do pensamento político-autoritário como: Sabóia Lima, Alcides Gentil, Cândido Mota filho, Oliveira Vianna, Juarez Távora e Ari Parreiras.

Seguindo ainda dentro dessa terceira vertente a obra “Terra Desumana” de Assis Chateaubriand foi publicada em 1926, logo após a posse do presidente Washington Luiz, para evitar qualquer retaliação ou censura do governo e nela apresentou elaborada crítica à figura de Arthur Bernardes e suas atitudes como governante. Nessa obra, Assis Chateaubriand personificou no ex-presidente da República os problemas políticos e institucionais brasileiros.

Segundo Júlia Silveira Matos, Sérgio Buarque esquadrinhou em *Raízes do Brasil* um conjunto de caracteres definidores do Estado brasileiro. Dentre esses, elegeu quatro pilares fundamentais no processo de compreensão do tipo de República implantada no Brasil e da construção de uma nova proposta política ideal, os quais são: Liberdade, Democracia, Crítica ao despotismo e a tirania e aos Personalismos, cordialidades e vícios. Para o autor de *Raízes*, a liberdade de escolha e de opinião era fator primordial para a fundação de uma democracia de fato, e nesse ponto encontramos a interseção entre os dois primeiros pilares eleitos por ele. Ao mesmo tempo, para ele, a plena implantação da democracia dependia do extermínio dos caracteres despóticos, tirânicos, personalistas, cordiais, que podem ser definidos como vícios, e aqui encontramos outro ponto de ligação entre os dois últimos pilares. No entanto, para Sérgio Buarque, esse conjunto de caracteres que compõe o “vício específico dos sul-americanos”, fundamenta-se no traço “mais distinto do caráter brasileiro”, a falta de rigorismo.

Essas três vertentes aqui apresentadas brevemente nos conduzem a uma análise de como as mesmas apesar de construídas em tempos distintos e voltadas para contextos políticos específicos ainda se perpetuam nas produções dos livros didáticos de História. O maior problema das pesquisas atuais sobre o papel dos livros didáticos para o ensino de história e vê-los enquanto produtos distintos da historiografia acadêmica, pois o manual escolar nada mais é do que uma produção de historiográfica e, portanto, deve ser analisada e estudada enquanto. Nessa direção podemos perceber o que o Guia do Livro Didático afirma sobre o mesmo,

O livro didático de História se organiza em partes distintas, que nem sempre se integram de modo equilibrado na obra. Isso acontece porque a produção de um livro com finalidades mercantis é complexa e, cada vez mais, sujeita à fragmentação de

atividades e sujeitos à Autoria. Nem sempre um autor de livro didático é, ele próprio, o único responsável e mentor central da coleção. Muitas vezes, textos, atividades, leituras complementares e imagens são resultantes do trabalho de pessoas diferentes. Essa distinção, em graus diferentes, se manifesta na obra de modo bem demarcado”(GUIA, 2011: 14).

As partes distintas que compõe o livro didático de história são não apenas seu conteúdo e diretrizes das políticas educacionais, mas principalmente, a relação autor X historiografia. O livro didático é sempre resultado de pesquisa bibliográfica e, portanto, uma seleção de saberes historiograficamente construídos dentro dos muros das acadêmicas. Seguindo para uma análise de nossa principal fonte que é próprio Guia do Livro Didático que é publicado pelo Ministério da Educação para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e veiculado elo site do ministério com vistas a auxiliar os docentes no processo de escolha de seus livros didáticos, discutiremos algumas proposições do guia.

Os livros didáticos de História, de acordo com o guia tem sua

...elaboração (...) feita de modo a, por um lado, garantir ao professor uma reflexão acerca dos usos e critérios de elaboração da obra e, por outro, fornecer elementos que permitem ao professor um avanço em termos de formação continuada. Traz sugestões de trabalhos complementares, indicações de textos, orientações claras acerca dos suportes disponíveis no livro do aluno e, muitas vezes, informações adicionais acerca dos usos de tais suportes, **em uma relação direta com a reflexão contemporânea que se faz no âmbito da historiografia.** Portanto, oferece ao professor um arsenal ampliado em torno do qual o docente poderá fazer escolhas a partir de um suporte teórico mais denso (GUIA, 2011: 15-16 – Grifo nosso).

Essa relação apontada com uma reflexão contemporânea da historiografia é exatamente o que nos reporta as categorizações realizadas no início desse trabalho, pois cada autor em seu conjunto de leituras acaba por receber diversas influências historiográficas que por mais contemporâneas que sejam carregam em si heranças das tradições de pensamento. Entretanto, não apenas as influências historiográficas conservadores e interpretativas da história do Brasil ainda se fazem presentes nos livros didáticos de história, como também podemos notar que, segundo o guia, a metodologia e a teoria que direcionam a apresentação e encadeamento dos fatos históricos na narrativa dos livros didáticos, são um foco pensado e observado.

No tocante à Metodologia da História tentamos diferenciar dois aspectos importantes na forma de organização das coleções. Por um lado, a perspectiva curricular dominante e, por outro, a forma de tratamento conferido à temática temporal. Seria difícil, para efeito de comparação, estabelecer critérios

generalizáveis para distinguir as coleções sob o ponto de vista da historiografia e do tratamento dos conceitos históricos centrais, razão pela qual se sugere que, a partir do olhar sobre os dois quesitos aqui selecionados, o professor possa recorrer às resenhas de cada coleção, que trarão informações mais precisas acerca de tais temas”(GUIA, 2011:16).

Por mais que o professor recorra a resenhas como sugere o guia, ainda assim, o conjunto de escolhas das vertentes historiográficas, marcos teóricos e metodológicos ainda serão contundentes influenciadores nos resultados finais de apresentação dos conteúdos. De acordo com o guia, “todos nós sabemos que a eficácia de um livro didático – ainda que sustentada naquilo que possa existir de efetivamente inovador ou distintivo em uma coleção – reside, sobretudo, nos usos, apropriações, invenções e reinvenções feitas pelo professor, cotidianamente, no interior da sala de aula”(GUIA, 2011:14). Mas, que inovação é essa? Como um livro didático pode ser inovador se ainda apresentar em sua constituição influências de vertentes historiográficas conservadoras como as aqui apresentadas de forma breve e direta. Por mais que o próprio guia reconheça que não existe um livro didático totalmente bom ou totalmente ruim, pois o livro não é sujeito do ensino e aprendizagem, mas sim os próprios docentes e discentes, mesmo assim devemos nós professores repensarmos nossas práticas de escolha dos livros didáticos para nossas salas de aula. Ainda de acordo com o guia:

Quando pensamos, contudo, no universo de obras aprovadas, é possível dizer que existem livros distintos e que serão escolhidos pelos professores de acordo com suas realidades escolares. Acima de qualquer coisa, é possível dizer que as obras não são todas iguais nem se situam todas no mesmo plano, ainda que, sobretudo do ponto de vista editorial, algumas sejam muito parecidas. Por essa razão, optamos por, neste Guia, não trabalhar com nenhuma categorização que se pautasse pelo princípio da diferenciação das obras a partir de uma escala progressiva de valores e que agrupasse as coleções entre melhores e piores. Ao contrário disso, preferimos trabalhar com a constituição de uma análise que nos permitisse apresentar um perfil global das coleções segundo aquilo que se considera como princípios válidos que regem as discussões contemporâneas acerca tanto do campo do ensino de História, quanto da produção de conhecimento na historiografia. Com isso, acreditamos que as escolas e os professores, ao consultarem este Guia, poderão, com base nos perfis apontados no quadro de síntese da coleção (página 25), fazer escolhas menos valorativas e mais pertinentes àquilo que se constitui como características fundantes de cada realidade escolar. Contudo, cabe ainda, antes de apresentar esses perfis, esclarecer porque não foi possível trabalhar com perfis que fossem capazes de enquadrar a coleção como um todo”(GUIA, 2011: 14).

Conforme apresentado pelo Guia as obras seriam apresentadas em suas resenhas de forma a dar uma certa liberdade ao docentes de escolha dos materiais que irá utilizar em sala

de aula, no entanto, devemos aqui levar em conta, que isso é ilusório, pois ele está a margem do processo de constituição da obra produzida, de suas escolhas historiográficas, teóricas e metodológicas, alheio aos inúmeros interdiscursos presentes na obra.

Sendo assim, em busca da desmitificação dos eventos sociais e das construções errôneas da historiografia passada, desenvolvemos a presente pesquisa que tem buscado categorizar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que dirigem a narrativa didático-pedagógica do conhecimento historiográfico nos livros didáticos de história, com o intuito de perceber como elas oferecem olhares diferentes sobre os fenômenos históricos.

A partir da percepção de que a prática docente está intrinsecamente ligada a seleção do material didático, feita pelo docente, nos voltamos à analisar a produção historiográfica dos livros didáticos de história utilizados nas escolas de ensino fundamental e médio da cidade do Rio Grande. Elaboramos categorias de conteúdo a partir de quatro vertentes teóricas: a marxista, a positivista, a cultural e a social, com o intuito de perceber como essas abordagens dirigiram a produção desses livros didáticos e como isso influencia o ensino de história nas escolas hoje. Esse trabalho busca, ainda em sua análise, uma relação entre ensino e pesquisa a partir da noção de que o conhecimento ensinado nas escolas é fruto de pesquisa e ao mesmo na produção de um novo conhecimento sobre os processos de elaboração da narrativa histórica nos livros didáticos. No entanto, também se volta para a extensão a partir do momento de aproxima a escola da universidade através de entrevistas com 10 professores da rede de educação básica (que ainda estão em fase de elaboração), das escolas Estadual de Ensino fundamental e médio Augusto Duprat, Escola Municipal de Ensino fundamental Maria Angélica, Escola de Ensino fundamental Caic, Escola Estadual de Ensino fundamental e médio Lilian Neves e Escola Estadual de Ensino fundamental e médio Juvenal Müller.

A metodologia empregada para entrevista com os professores da rede de educação Básica do município de Rio Grande foi a história oral. Nesse trabalho entendemos que a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos. Vale mostrar aqui a evolução de uma prática importante que compõe parte da historiografia contemporânea. De acordo com Alberti,

...a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p. 4).

Ao selecionarmos nesse primeiro momento 3 títulos de livros didáticos de história utilizados na rede de educação básica do município de Rio Grande, dos quais não citaremos a referência para preservar os autores, percebemos que apresentavam abordagens teóricas diferentes. O primeiro livro buscava uma abordagem mais cultural com caixas explicativas entre os textos, referindo curiosidades e ao final de cada unidade apresentava pequenas monografias sobre determinados assuntos, com vistas a oferecer aprofundamento naquele conhecimento específico, o segundo com uma abordagem mais economicista dava mais relevância as revoluções, com gráficos e mapas históricos, e aos modos de produção em diversos momentos históricos, sendo que o último com uma abordagem mais social enfatizava a vida cotidiana, os hábitos dos povos, como sua alimentação, práticas religiosas e suas estruturas familiares.

No ano de 2010, tivemos a campanha do PNDL, ou seja, foi o ano em que os professores de todo o Brasil entram na plataforma do MEC (precisamos considerar que sempre é escolhido um representante na escola para receber a senha de acesso e inserir as escolhas dos colegas na plataforma) para escolher os títulos dos livros didáticos que serão recebidos por sua escola e por consequência utilizados nas salas de aula. Ao observarmos esse processo de escolha por parte dos professores e tendo inclusive eu já participado desse evento, que ocorre de quatro em quatro anos, notamos que os docentes têm por prática ou escolher o título que já trabalham há mais tempo ou optam por seguir as indicações disponibilizadas pelo próprio Ministério da Educação. Os professores se preocupam em analisar a distribuição dos conteúdos no livro didático, as atividades propostas, se essas são realizáveis em sua realidade escolar, mas, em sua maioria, não param para analisar qual a abordagem teórica ou metodológica que dirige a narrativa dos eventos apresentados no livro didático que está em sua escolha. Esse cenário se dá pelo simples desconhecimento do papel desses dois fatores de subjetividade na elaboração da narrativa historiográfica. Portanto, nessa pesquisa estamos analisando como esses fatores influem nos resultados e conclusões sobre os fenômenos históricos, de forma a poder no futuro construir um manual que venha a colaborar e orientar os professores em suas futuras escolhas. É importante que o docente esteja consciente de sua seleção e dos resultados que ela pode gerar em sala de aula, afinal o conhecimento histórico deve contribuir para a formação crítica do sujeito.

Ao observarmos o processo de seleção dos livros didáticos, ao mesmo tempo em que analisamos dentre três títulos suas abordagens teóricas, percebemos que não tem ocorrido uma



relação entre conteúdo, objetivos, métodos e abordagem teórico-metodológica, no momento de escolha dos materiais empregados no processo de ensino-aprendizagem. Apenas os três primeiros itens são observamos com atenção, enquanto que o último acaba desconsiderado. Dessa forma, no desenvolvimento desse trabalho almejamos produzir um material, ou seja, um manual sobre as teorias de interpretação histórica e uma listagem das teorias em que se vinculam os principais títulos didáticos de História utilizados na rede de Educação Básica, que oriente e aprofunde o conhecimento docente sobre as diferentes abordagens teórico-metodológicas empregadas nos livros didáticos de História.

#### Fontes:

Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História, 2011.

#### Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. **História oral** : a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BAIRRO, Catiane Colaço de. **Livro didático: um olhar nas entrelinhas da sua história**. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../Cj5GgE6L.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../Cj5GgE6L.doc)

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de História. In: Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: O saber histórico na sala de aula. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BLOCH, March Leopold Benjamin. Apologia da História, u, O ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BOOTH, Wayne et al. A arte da pesquisa. São Paulo. Martin Fontes, 2000.

BURKE, Peter. (org.). A escrita da história da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

CERTEAU, Michel de. *Fazer história*. In:--- **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.**

Disponível em: [http://www.scielo.com.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000300012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.com.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000300012&script=sci_arttext)

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1998.

ELIBIO JR, Antônio Manoel. O “sentimento brasileiro que lhes brotara na alma”: a construção da nação e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). Porto Alegre: Cadernos de Pesquisa do CDHIS — n. 38 — ano 21 — p. 45-57 — 1º sem. 2008.

FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro. CAMPUS, 1997.

FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (org.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERRO, Marc. A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História. 11 ed. Campinas/SP: Papirus editora, 2003.

FONTES, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro. CAMPUS, 1997.

GLÉNISSON, Jean. Introdução aos estudos históricos. 3 ed. São Paulo – Rio de Janeiro. DIFEL, 1979.

LE GOFF, Jacques (org). A história nova. 4ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 2.ed.Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A história na escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 151-172.

MAGALHÃES, Justino. **O manual escolar no quadro da história cultural: para a historiografia do manual escolar em Portugal** disponível em: <http://hum.unne.edu.ar/investigacion/educa/alfa/UniversidaddeLisboa.pdf>

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís & MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A história na escola: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 151-172.

PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do Ensino de História e Geografia. 3 ed. São Paulo: CORTEZ, 2010.

SCHAFF, Adam. História e Verdade. 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marilene. Avaliação em História. In: Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004, pp. 147-157.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. Ensinar História. 2 ed, São Paulo: Scipione, 2009.

SCHREINER, Davi Felix. Imaginários sociais e produção do conhecimento histórico. In: LOPES, Marcos A. (org). **O ensino e a pesquisa em história na Uniãoeste: realizações e tendências**. Cascavel. EDUNIOESTE, 1998.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

**Artigo de revista e/ou periódico:**

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. jan/fev/marc. Nº19, 2002.

**Sites:**

MACHADO, Arthur Versiani. Métodos e meios de ensino: categorias básicas da tecnologia educacional. Disponível em <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev16/machado.htm> – acessado em 05/02/2010 as 15:10

## A ESCOLA DISFARÇADA EM BRINCADEIRAS: A HISTÓRIA DO BRASIL CONTADA NAS PÁGINAS DE O TICO-TICO.

Roberta Ferreira Gonçalves\*

A revista *O Tico-Tico*, primeira revista infantil ilustrada a circular no Brasil, foi lançada em 11 de outubro de 1905. Era uma quarta-feira, a primeira de muitas em que as crianças aguardariam ansiosas mais um exemplar da colorida e divertida publicação. Criada pela *Sociedade O Malho*, que editava diversas revistas além da popular de mesmo nome, *O Tico-Tico* nasceu de um projeto de segmentação de impressos levado a cabo pela empresa naquele mesmo ano.

Luiz Bartolomeu de Souza e Silva, proprietário da *Sociedade O Malho*, decidiu em seu projeto de segmentação e certo da popularidade das publicações infantis que apareciam em *O Malho* desde 1903, encontra em outros intelectuais o apoio necessário para o desenvolvimento de um projeto de uma revista totalmente destinada às crianças. O caricaturista Renato de Castro, o poeta Cardoso Júnior e o médico e pensador social Manoel Bomfim, ao lado do jornalista que colocaria em prática o empreendimento, formularam o projeto de uma revista que ao mesmo tempo que lúdica, fosse capaz de educar seu público através de jogos, brincadeiras e histórias. Mais do que um projeto jornalístico, *O Tico-Tico* nascia como um projeto cívico-pedagógico, capaz de concentrar as expectativas de um grupo de intelectuais que acreditavam na educação como saída para os males da nação.

A revista *O Tico-Tico* foi criado como um semanário. Sua tiragem era de 25.000 exemplares, passando a 27.000 no mês seguinte, um número bastante razoável para os padrões da época, ainda mais se levarmos em conta sua segmentação. Ela deu o pontapé inicial para uma série de publicações destinadas ao público infantil e, em pouco tempo, se tornou a revista infantil de maior popularidade no país e uma das mais longevas. Ficou em circulação por mais de 50 anos.

Os dados da tiragem nos ajudam a traçar uma ideia do sucesso da revista, porém, são insuficientes para determinar o número preciso de leitores. As formas de aquisição do semanário e seu consumo pelo público eram diversos. A troca de revistas entre as crianças era bastante comum e um único exemplar podia circular pela família inteira conforme relatos

---

\* Mestre em história política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

publicados na própria revista. Além disso, *O Tico-Tico* era utilizado como suporte educativo nas escolas, o que aumentava ainda mais o alcance da revista por crianças e jovens em idade escolar.

Através da análise das correspondências publicadas na revista e dos concursos realizados com frequência pela publicação, é possível traçar um perfil de seu leitor. Eram crianças em idade escolar, em média entre 8 e 12 anos de idade, pertencentes às classes médias urbanas. Apesar de intensamente ilustrada, inclusive com a presença de histórias em quadrinhos, grande parte das atividades publicadas nas diversas seções da revistinha exigiam um conhecimento mínimo das primeiras letras e das operações matemáticas mais simples.

A preocupação com a causa da instrução e com o mundo escolar infantil é evidenciado logo no primeiro número: “Contos, poesias, problemas, concursos, contribuirão, nas páginas do Tico-Tico, para, ao mesmo tempo, instruir e deliciar as crianças”<sup>1</sup>. Os editores fizeram questão de enfatizar que *O Tico-Tico* não se destinava apenas ao deleite das crianças, mas também ao seu engrandecimento como estudantes e futuros cidadãos. *Ensinar divertindo* aparecia como uma estratégia dos editores para conquistar não apenas as crianças, mas também o mundo adulto e escolar.

Eliane de Freitas Dutra (2005) identifica este tipo de orientação nos almanaques, bastante populares na época. Em seu trabalho sobre o Almanaque Garnier, a autora fala da construção de uma *pedagogia da nacionalidade*. Ela observa que nesse tipo de publicação assuntos pedagógicos e temas como o civismo tendiam a aparecer de maneira leve e lúdica. A presença destes temas, em meio a jogos, concursos e brincadeiras era uma maneira de manter a filiação do público leitor ao recém-restaurado regime republicano. Era também uma forma de comprometimento das crianças com o futuro da nação, imaginado como próspero e identificado com a ideia de progresso.

Os almanaques, ainda que prioritariamente destinado às crianças, eram consumidos também por adultos, o que faz deles uma publicação destinada a toda a família. Essa pedagogia da nacionalidade, compartilhada também pelo público adulto, reforça ainda mais a ideia de filiação e comprometimento com uma nova noção de identidade nacional, ajustada aos valores modernos e republicanos.

---

<sup>1</sup> O Tico-Tico. Ano I. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1905.

Essa característica, identificada pela autora no seu objeto de pesquisa, aparece também de maneiras diferenciadas nas páginas de *O Tico-Tico*. Apesar de publicar almanaques anuais, vendidos como peças comemorativas de fim de ano, no semanário infantil a temática do civismo e visões ufanistas do país apareciam cotidianamente em boa parte das seções da revista. Uma das mais expressivas tinha nome bastante sugestivo: era chamada de *A arte de formar brasileiros*.

Escrita e ilustrada por Angelo Agostini, a seção estava dedicada a divulgar posturas e comportamentos considerados adequados à formação do jovem cidadão. O país era apresentado como o espaço ideal para a construção de uma nação civilizada nos moldes europeus. Fonte de inesgotáveis riquezas e infindáveis possibilidades produtivas, bastava ao bom cidadão trabalhar com afinco e dedicação para a edificação de uma nação moderna.

Por esse motivo, um dos valores fundamentais defendidos por Agostini era o trabalho, que juntamente com a escola eram vistos como os pilares principais da nação. Para Agostini, a escolha profissional era uma grande responsabilidade do jovem brasileiro. Ela não deveria estar guiada apenas por interesses individuais e familiares, mas deveria ser produto de um comprometimento maior com os valores nacionais. Sendo assim, aconselha Agostini, seria melhor para o pequeno cidadão a escolha de uma carreira técnica, diretamente voltada ao crescimento produtivo do país. Em sua visão pragmática, as crianças não deveriam alimentar sonhos de grandeza escolhendo profissões socialmente valorizadas, como a medicina ou o direito. O país já contava com suficientes bacharéis, mas ainda faltariam braços para o comércio e, principalmente, nas indústrias.

Para Agostini, a situação de descaso e atraso do país frente às nações civilizadas seria fruto da falta de conhecimento do povo brasileiro sobre seu próprio país. Ele creditava a superação do atraso às crianças, que como futuros cidadãos, nascidos na já instituída república, seriam capazes de deixar para trás o passado colonial e escravocrata. É importante lembrar que Angelo Agostini, editor e ilustrador da *Revista Ilustrada*, foi um grande defensor da libertação dos escravos e um dos principais críticos do *status quo* monárquico.

Em *A arte de formar brasileiros*, o Brasil é apresentado como um país que só se realizaria no futuro. Em suas próprias palavras: “Pode-se dizer que temos um paiz em que tudo está ainda por fazer. Essa tarefa cabe a vós, meninos de hoje que amanhã sereis

homens”<sup>2</sup>. O cidadão que se formaria nas expectativas d’*O Tico-Tico* seria aquele que dominaria as riquezas nacionais. Essas riquezas, porém, não estavam concentradas apenas nas cidades, mas principalmente no interior do Brasil.

A interiorização do Brasil é mais uma faceta do civismo que aparece em diversas publicações cívico-pedagógicas, durante a Primeira República. Proliferaram-se nesse momento narrativas infantis em que o interior aparecia como uma grande descoberta, uma verdadeira revelação do país. O livro mais expressivo sobre essa temática foi *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, em que dois irmãos empreendem uma viagem pelo país à procura da família. A viagem é, na verdade, uma metáfora da busca pelo próprio país, daquilo que estava escondido mas que era revelado à medida que se adentrava pelo Brasil.

Também em *O Tico-Tico* defendia-se a exploração do interior do país, identificado como o verdadeiro Brasil. Agostini criticava o hábito característico do brasileiro de se concentrar apenas no litoral e valorizar demasiadamente o espaço urbano, relegando ao segundo plano aquilo que o campo apresentaria de valor. A concentração da maior parcela da população no litoral, inchando as cidades, era visto como um grande responsável pela falta de organização do espaço público e pelas péssimas condições de higiene e habitação nas cidades. Este seria um dos entraves a ser superado para garantir a prosperidade nacional.

Há uma certa ambiguidade neste discurso que, ao mesmo tempo em que busca valorizar a aceleração da vida urbana, as descobertas científicas recentes, o progresso material através do trabalho industrial e ressalta a tranquilidade da vida no interior, com suas belezas e riquezas escondidas. Essa tendência ambígua é uma característica da modernidade vivenciada no contexto da Primeira República, e traz também uma visão estereotipada do homem do interior como o ignorante e incivilizado (HANSEN, 2007: 107).

Coadunar a criança ao futuro da nação parecia um dos principais objetivos desse tipo de seção na revista *O Tico-Tico*. Construir uma nação civilizada, identificada com valores modernos passava também pela edificação de uma memória nacional. Em *História do Brasil em figuras*, os editores recriavam em quadrinhos alguns dos momentos mais importantes da história nacional. Nestes episódios, procuravam enfatizar o quanto o Brasil teria superado alguns estigmas relacionados com o atraso, como a colonização, a formação do território, as disputas com índios e escravos. A intenção na publicação da seção não era apenas divulgar a

---

<sup>2</sup> “A arte de formar brasileiros”. *O Tico-Tico*. Ano II. Rio de Janeiro: 18 de julho de 1906. Nº 41.

história nacional, mas também oferecer uma interpretação dessa história, através de uma seleção de temas e acontecimentos, que estivessem em conformidade com os interesses da revista.

A construção e afirmação de uma memória comum é um mecanismo fundamental para reforçar os laços de comunhão entre o povo e essa comunidade imaginada que é a nação. Para Benedict Anderson a nação já possui em si uma legitimidade profunda, que parece estar acima dos interesses daqueles que dela fazem parte, mas assim mesmo parece “uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008: 34). Pertencer à nação e incorporar o seu futuro aos destinos dela, reforça a sensação de pertencimento a algo que, ao mesmo tempo em que é maior que o indivíduo, é capaz de incorporar interesses e ideologias diversas. As representações do que seria a nação e a pátria apareciam em *O Tico-Tico* no sentido de reforçar os laços da criança com sua história, seu povo, sua memória.

Um tema bastante explorado na seção que está diretamente relacionado à memória e à identidade nacional era a oposição selvagem/civilizado. Ele aparecia de diversas formas, marcando diversas narrativas de acontecimentos da história do Brasil. O selvagem, associado ao índio e ao escravo, ganhava caracteres animais no traço de Leônidas. O homem branco de origem europeia era o representante da civilização, responsável pela domesticação dos selvagens.

Em alguns quadrinhos o português colonizador é exaltado como o responsável por trazer a luz da civilização europeia a uma terra marcada pela barbárie da população nativa. O índio é sempre ressaltado como o selvagem, idiotizado e animalizado através do humor. Porém, em outros momentos, o papel se inverte e o português é ridicularizado, sendo identificado como algo velho, ultrapassado. O tom de censura, quando identificado ao português, seria uma forma de marcar a superação de uma dominação histórica.

No quadrinho sobre a chegada dos jesuítas ao Brasil, a identificação do colonizador com o civilizador e do indígena como o selvagem violento fica evidente no trecho selecionado: “E como os selvagens gostavam muito da musica, os padres, quando iam catechisal-os, levavam á sua frente alguns dos pequenos índios com crucifixos nas mãos e cantando ladainhas. Ouvindo estas os mais ferozes ficavam mansos”<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “História do Brasil em figuras”. *O Tico-Tico*. Ano I. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1905. Nº7.



Neste quadrinho, a presença do colonizador é exaltada. José de Anchieta aparece como principal figura no trabalho de evangelização, sendo retratado como um santo. A evangelização aparece como o momento de mudança, de superação do passado selvagem. A aceitação da religião cristã pelos indígenas é a pedra fundamental para a construção de uma nova sociedade.

Já ao tratar da destruição do quilombo dos Palmares, o português assume papel secundário. Leônidas apresentava os escravos fugidos como homens espertos, bravos e destemidos, principalmente o líder escravo Zumbi, retratado como um herói, homem de grande valor. Ele também ressalta os maus tratos a que os escravos estavam submetidos, como estratégia para reforçar ainda mais a posição heroica dos protagonistas. Já os brancos aparecem de maneira pejorativa, como medrosos e bonachões, submissos aos interesses das autoridades coloniais e dos fazendeiros.

Ao final do quadrinho, o ilustrador retrata com troça a população de Olinda, que comemorava o desmantelamento do quilombo e atiravam-se ao chão a catar as moedas jogadas pelo governador. O humor utilizado na construção da HQ não esconde, porém, o preconceito arraigado na linguagem, observado em construções do tipo “negrada boa” ou “os palmares vendo a coisa preta”.

O tema da escravidão aparece pouco em outras seções da revista. Quando citado é interpretado como um momento triste e cruel, porém superado da história nacional. Ainda no primeiro ano de edição, Angelo Agostini publica a *História de Pai João* em quadrinhos. No início da história, ele apresenta uma breve síntese de como seu deu a escravidão no Brasil. Seu intuito era esclarecer aos leitores, boa parte nascidos após a assinatura da Lei Áurea, como funcionava a instituição da escravidão.

Agostini apresenta a história como “um pequeno panno de amostra dessa triste época”<sup>4</sup>, porém, a escolha do folclore do Pai João como uma narrativa representativa da época mostra certa ambiguidade, pois foge às representações mais comuns – o negro herói, como Zumbi, ou o negro submisso. Nesse caso, o negro é um antagonista, responsável pela escravidão do seu próprio povo. O feitor branco, por outro lado, é o amigo dos escravos.

---

<sup>4</sup> “História de Pai João (scenas do tempo da escravidão)”. *O Tico-Tico*. Ano I. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1905. Nº5.

Agostini não faz qualquer ponderação sobre a posição dos personagens no folclore do Pai João, e também não esclarece sobre sua escolha em publicá-la. Ele ressalta, porém, os castigos físicos como símbolos da escravidão, mas no caso da História de Pai João, o feitor que geralmente é identificado a este tipo de atitude, é querido pelos escravos por organizar o serviço e aumentar a produção da fazenda. O escravo Pai João, ao contrário, é visto pelos demais escravos como feiticeiro e traidor. Ao fim da história, ele é levado ao tronco e castigado pelos próprios escravos.

Para Martha Abreu (2004), o folclore do Pai João é um registro simbólico que expressa, de um lado, o racismo dos brancos, e do outro, uma espécie de “vingança do negro”. Pai João, nesse sentido, é uma figura conflituosa que mostra a negociação de papéis, a não resignação, a subversão e a rebeldia. Na construção de Agostini evidencia-se o lado da produção, da organização do trabalho, tão importante para ele em *A Arte de formar brasileiros*.

Outro tema que merece destaque é a Inconfidência Mineira. Leônidas conta a história dos conjurados mineiros em dois números consecutivos: no primeiro, a formação de suas ideias e do clima revolucionário; no segundo, a condenação de Tiradentes. No quadrinho, a presença precoce das ideias republicanas e a participação de Tiradentes são ressaltadas.

Os conspiradores são logo retratados como indivíduos de grande cultura, o que já os diferencia de seus perseguidores. Tiradentes aparece como a figura mais importante da história, destacado como maior entusiasta das ideias libertadoras. O protagonismo de Tiradentes é reforçado por Leônidas que o desenha sempre no centro do quadro. As qualidades heroicas do personagem são ainda mais ressaltadas na legenda: “Todos os acusados procuravam desculpar se, mas Tiradentes com coragem heroica, declarou que assumia toda a responsabilidade da conspiração pedindo que só processassem a ele”. E mais a frente: “Os infelizes com os pé e mãos amarradas ouviram aquela leitura, que durou duas horas, com horror; apenas Tiradentes manteve sangue frio inalterável”<sup>5</sup>.

José Murilo de Carvalho (1990) analisa a construção do mito de Tiradentes durante a Primeira República em livro que se tornou clássico. O autor chama atenção para a importância da figura do herói na construção de um novo regime. O herói encarna ideias, aspirações e é

---

<sup>5</sup> “História do Brasil em Figuras. Condenação e execução de Tiradentes”. *O Tico-Tico*. Ano II. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1906. Nº 34.

capaz de criar identificação entre a coletividade e o Estado. São, segundo ele, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos, reforçando a ligação cívica entre eles (CARVALHO, 1990: 55). A figura de Tiradentes enfatiza os ideais cívicos caros aos editores da revista – bravura, coragem, dignidade –, valores que se pretendia propagar à infância brasileira. Nesse contexto, Tiradentes era a figura ideal: mais que um herói republicano, foi identificado como um “*herói cívico religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro*” (CARVALHO, 1990: 71).

Para Fonseca (2009), a construção do mito de Tiradentes como herói e mártir, mais do que uma visão construída pelos republicanos interessados em garantir adesão ao seu projeto nacional, demonstra a intrincada relação existente entre política, cultura e educação. A exaltação das características da personalidade de Tiradentes, como homem honesto, honrado, leal e abnegado, é uma maneira de enfatizar comportamentos modelares identificados com a identidade nacional que se busca recriar. Dessa forma, Tiradentes se transforma em símbolo do serviço prestado à nação e do sacrifício pela Pátria.

A filiação da revista a este projeto de construção de uma sociedade modelar, moderna e direcionada ao progresso material e político, realçava a importância das seções destinadas a pensar a história. Se de um lado era necessário afirmar que a construção da nação dependia de sucessivas gerações de brasileiros que, bem instruídos e moralmente educados, ajudassem a superar os entraves ao desenvolvimento do país, era fundamental, de outro, garantir a adesão desses indivíduos a um passado comum.

A construção dessas mitologias e a eleição de heróis e vilões faz parte de uma visão da nação como uma obra elevada, fruto do comprometimento sacralizado com a história. Seja voltada para o futuro, na perspectiva da construção de um país que se só se realiza no futuro, ou na busca pela memória que desse sustento a essa projeção, o que estava em jogo era a reformulação da identidade nacional, também uma construção histórica dessa comunidade imaginada.

### **Referências bibliográficas:**

ABREU, Martha. “Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular”. *Afro-Ásia*, 31 (2004).

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. “Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional”. In: ROCHA, Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. P. 107-126.

HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. 2007, Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

GONÇALVES, Roberta Ferreira. *A escola disfarçada em brincadeiras: intelectuais e ideias na criação da revista O Tico-Tico*. 2011, Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ.

GONTIJO, Rebeca. “Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como patrimônio cultural”. In: ABREU, Martha & SOHIET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 55-79.

---

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: ENTRE A MEMÓRIA E AS PRÁTICAS

Elaine Lourenço\*

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989: 9).

A memória é um terreno de disputas entre os grupos sociais, como assinala Michael Pollak, autor que se dedicou a estudos de História Oral, notadamente em grupos nos quais havia situações muito dolorosas envolvidas nas lembranças, como as mulheres sobreviventes de campos de concentração durante a II Guerra Mundial e os homossexuais e a AIDS. O presente texto também se refere a um momento doloroso da memória nacional: a ditadura civil-militar de 1964 a 1985. Em torno deste tema, o debate é acalorado e há, salvo exceções, um lugar comum que afirma que a origem de todos os males de nossa sociedade contemporânea está naquele período. Na educação, não é diferente: há uma memória construída que estabelece o momento como pertencendo “às trevas”. O que tal discurso não considera é a própria historicidade do fenômeno, nem que seria preciso considerar que haveria um período “das luzes”, anterior ou posterior, para evidenciá-lo. O cenário não parece confirmar estas hipóteses: a despeito das mudanças curriculares operadas pelos governos militares, estas foram assimiladas nas escolas em função da cultura escolar existente, houve uma série de arranjos e rearranjos que modificaram, senão inviabilizaram, os propósitos iniciais das reformas.

A discussão aqui apresentada reflete e contrasta duas visões construídas sobre o período: aquela que provém dos manuais de história da educação e a obtida com entrevistas com professores de História da rede pública estadual paulista que lecionaram naquele momento. Pretende-se perceber as disputas em torno das memórias sobre o período da ditadura civil-militar e sua relação com os acontecimentos que se sucederam.

---

\* Doutora em História Social – Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Nove de Julho (Uninove) – SP.

## A construção da memória e da história sobre a ditadura civil-militar

O regime de exceção iniciado com o golpe militar de 1964 foi marcado pelo autoritarismo e pelo aprofundamento da desigualdade social no país. Os embates que levaram ao golpe se desdobravam havia décadas e estavam representados pela polarização à direita e à esquerda, cada uma tentando, a seu modo, fazer prevalecer suas ideias. O saldo do período, marcado por perseguições, torturas e mortes, é tão tenebroso que a sociedade brasileira procura se afastar desse fantasma, como se ninguém tivesse se envolvido no assunto, como se ninguém tivesse apoiado o regime. Como mostra Daniel Aarão Reis, isso se deve em grande parte à “transição pelo alto” iniciada no final dos anos 1970, a qual permitiu uma reinterpretação dos fatos, apagando os ideários reformistas e revolucionários da esquerda e eliminando o apoio de muitos aos militares. Todos se transformaram então em “democratas”, inclusive personagens que tiveram seus nomes profundamente ligados ao regime. Segundo Reis:

Criaram-se assim as condições para que, no interior da luta pela anistia, se operasse uma notável reconstrução: a luta armada ofensiva contra a ditadura militar, com o objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, ou seja, o projeto revolucionário transmudou-se em resistência democrática contra a ditadura. As organizações revolucionárias, *malgré elles-mêmes*, foram recriadas como alas extremadas da *resistência democrática*. Ora, e de acordo com as elaborações prevalecentes no apagar das luzes do regime ditatorial, como todos, ou quase todos, haviam *resistido*, aqueles bravos rapazes e moças de armas na mão ganhavam seu lugar, legítimo, como os *desesperados* de uma nobre causa, os equivocados de uma luta justa, agora, afinal, triunfante, a redemocratização (REIS, 2004: 48-49).

Os ecos dessas reinterpretações também se encontram na história da educação. A situação atual, de profundo desconforto vivido por todos aqueles que vivenciaram o momento, tende a se cristalizar em uma interpretação simplista, que pode ser exemplificada nas palavras de Paulo Ghiraldelli Jr.:

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, foi pautada em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela Ditadura Militar para o nosso país (GHIRALDELLI JR, 2006: 112).

A referida obra é um manual de História da Educação, publicado originalmente na “Coleção Magistério 2º Grau – Série Formação do Professor” na década de 1990. Desde as primeiras edições este parágrafo vem sendo repetido. Se tudo que o autor afirma pode ser confirmado, pela documentação do período, também é possível perceber que há outras possibilidades de leitura. Em relação aos “pobres”, por exemplo, eles não foram “excluídos” da educação, pois até então nunca puderam entrar, ou permanecer, no sistema escolar; além disso, é o regime militar que inicia a expansão do número de matrículas. Por outro lado, ainda hoje, 27 anos depois do fim da ditadura, é possível afirmar o mesmo, que os “pobres” ainda estão excluídos da escola, sobretudo da “educação elementar de boa qualidade”.

Na fala da professora Arlete percebem-se nuances desse esquematismo. Ela iniciou no magistério das classes primárias em fins dos anos 1960; na mesma época, começou o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e pode passar a lecionar História nas novas escolas recém-criadas. Ela, e um grupo de pessoas próximas, muitas delas militantes de movimentos que resistiam à ditadura, pautavam seu dia a dia por práticas inovadoras e grande proximidade com os alunos. Isto lhes permitia, inclusive, experiências diferentes:

E nós tivemos umas coisas assim interessantes, apesar de ser, foi muito dolorido na verdade, mas a gente teve oportunidade de trabalhar com Boal, porque ele tinha o teatro-jornal, ele desenvolveu o teatro do povo, teatro-jornal, que pegava uma notícia, escolhia na hora e montava. Isso pra apresentar na universidade. Era uma coisa fantástica, que apresentava rapidinho. [...] Foi muito interessante. Acho que foi, apesar de ser... E isso trouxe uma vivência muito grande. Acho que trouxe uma experiência e,

por outro lado, influenciou na vida, eu não estou falando da vida acadêmica, mas como isso refletiu na sala de aula, já que eu fazia as duas coisas ao mesmo tempo. Você queria trazer toda essa inquietude. Toda essa questão ideológica você trazia pra dentro da sala de aula. E num momento em que a ditadura comia solta, e que tinha o *Verdão*, e a gente questionava. Mas a gente sempre encontrou brechas pra você conseguir passar. [...] Na verdade, foi um período de resistência. A gente resistia àquilo que a ditadura impunha como educação. E aí junto com *Brasil Grande*, né, *Pra Frente Brasil*. Era difícil de você trabalhar com essas duas realidades, mas a gente acho que conseguiu. E tinha muita gente boa dando aula, muito, como tinha um grande número de estudantes dando aula, porque havia essa necessidade, era uma evolução, né? Tinha um pessoal lá, claro, tinha um pessoal já dando aula há mais tempo, um pessoal mais reacionário, tinha embate, mas não era tão complicado, acho que a gente conseguia. Educação Moral e Cívica a gente fazia miséria. Até fato de jornal a gente trazia pra dentro da sala de aula, pegando lá a experiência que a gente teve na universidade. E às vezes a gente carregava os alunos pra essas experiências na universidade, porque a gente era muito jovem e nossos alunos, principalmente no curso noturno, só um pouco mais novos que a gente. Então era muito doido, a gente fazia grupo de teatro, ensaiava no porão da casa da gente e eram umas coisas bastante improvisadas. O que era permitido fazer. Mas foi um período assim, apesar de difícil, muito rico, muito criativo. Você tinha que exercitar sua criatividade para poder burlar, essas barreiras todas. Foi uma experiência, assim, muito interessante.

Arlete não pode ser classificada como “condescendente” com o regime militar; ao contrário, ela foi presa e torturada no período em função de sua militância política. Ainda assim, seu relato repete seguidas vezes a palavra “interessante” para caracterizar aquele momento. Os próprios embates com os professores mais tradicionais não eram um obstáculo intransponível e havia certa “tolerância” às novas práticas, que acabariam por se incorporar ao cotidiano escolar.

Outro entrevistado, o professor Severiano, considera que “sua geração”, a que sucedeu os movimentos sociais das décadas de 1950 e 1960, teve de ser mais prudente, mas não deixou de ousar em nenhum momento. Mais do que isso, ela também foi a responsável pela redemocratização:



Era uma geração, a minha, que eu acho que ela é uma geração bastante interessante, não é? Porque é uma geração que foi em grande parte responsável, também, pela abertura do país. Éramos a geração que vínhamos depois da luta armada, para nós esta perspectiva não existia mais, essa era uma visão assim, era bastante comum na época, nas pessoas da minha geração. Nós partíamos do princípio que por ali não ia levar a lugar nenhum. Ou caminhávamos para uma visão mais alienada, ou procurávamos alguma outra alternativa. Eu acho que, enquanto geração, nós procuramos alternativa e mostramos uma alternativa, porque tivemos coragem de ir pra rua em massa, fazer coisas que não foram feitas, pela gloriosa geração anterior. Enfrentar, enfrentar a rua é mais complicado.

A estratégia encontrada para resistir à opressão do regime na sala de aula também era criativa e incentivava a participação dos alunos:

Minha geração é uma geração bastante contida, nós não dávamos a cara à tapa, nós entendíamos um montão de coisas, acho que não fomos nem um pouco covardes, que nós fomos pra cima, mas não fazíamos provocação. Por exemplo: no início, a primeira coisa, nós começamos a ler jornal e fazer jornal mural. Quando eu percebia que o jornal mural estava sendo uma coisa que ninguém lia, que o importante era fazer o jornal mural, eu comecei a fazer o jornal mural com o pessoal em papel manilha, assim cada grupo fazia um, a gente enchia de jornal mural na escola toda, tá? E a gente procurava colocar a situação do cotidiano que estava acontecendo, a situação política e tudo mais, né? [...]

Nós partimos dessa perspectiva, nós tínhamos toda uma estrutura montada de culto à Pátria, que era um calendário extremamente rígido de atividades, a existência de um coordenador de Moral e Cívica na escola, que as pessoas não se comprometiam com isso, também elas não faziam desobediência.

É possível destacar algumas aproximações entre a fala dos dois entrevistados: ambos classificam o período como “interessante”, ambos estudaram na Universidade de São Paulo na época da ditadura (Arlete, Ciências Sociais; Severiano, História), ambos trabalharam com estratégias de aula inovadoras em relação aos que os antecederam. O que os relatos deixam vislumbrar ainda é que, entre os muros da escola, acontecia muito mais do que esperavam os responsáveis pelo regime.

---

Em relação à repressão nas escolas durante a ditadura, é possível citar outro livro de história da educação dos anos 1990:

Os avanços populares também foram contidos na área da educação. Numerosas escolas foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos e exilados, e todas as escolas passaram a ser observadas por agentes dos órgãos de informações do governo, sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SNI) (PILETTI, 1995: 115).

A obra faz parte da coleção “Educação”, da editora Ática, e tem o título de *História da Educação no Brasil*; seu autor, Nelson Piletti, é apresentado como “professor livre docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo”, e o trecho citado é da quinta edição, de 1995, reflexo do seu sucesso de vendas. O primeiro aspecto que se destaca é a generalidade das afirmações: “numerosas”, “muitas” e, finalmente, “todas”! O leitor desavisado terá a convicção que os agentes da repressão estavam presentes em “todas” as escolas do Brasil, o que já constitui um exagero, afinal, por maior que fosse a repressão, ela não teria como abranger “todas” as unidades. Como na continuação do trecho citado o autor passa a enumerar exemplos, todos relativos ao ensino superior, seria mais prudente ter caracterizado a repressão no meio acadêmico ao invés de generalizá-la para todo o sistema escolar.

A pesquisa dos documentos oficiais da rede pública estadual paulista e as entrevistas realizadas não corroboram as afirmações de Piletti – ao contrário, aqueles que se referem à repressão a localizam na Universidade, notadamente os que estudaram na USP. A já mencionada prisão de Arlete se deu em função de sua participação em grupos clandestinos de militância: dias antes de sua detenção, ela e seu marido haviam abrigado um militante perseguido, Alexandre Vannucchi, depois capturado e morto pela repressão. O próprio episódio é significativo das contradições da época. Segundo Arlete, era um sábado e ela fora à escola ensaiar com seus alunos uma peça baseada no “Teatro do Oprimido”; na ocasião, ela era coordenadora do Centro Cívico, entidade criada justamente para disseminar a ideologia do regime mas que, no caso, era um espaço para fazer resistência e denúncia da ditadura.

Um relato bastante original é o da professora Yara, que atuou como professora primária desde fins dos anos 1960 até fins da década de 1970, quando começou a atuar como docente de História, após concluir a licenciatura em uma instituição privada de São Paulo. Durante a conversa, perguntei-lhe se os *Guias curriculares propostos para as matérias do*

---

*núcleo comum do ensino de 1º grau*, currículo oficial da Secretaria da Educação de São Paulo, ganharam o apelido de “Verdão” como referência crítica à ideologia patriótica da época, simbolizada pela exaltação das cores nacionais. Sua resposta foi incisiva:

Na época, eu não vi nenhuma referência a essa questão da ideologia, não. Mesmo porque as pessoas não estavam tão atentas a isso. A maior parte das pessoas, Elaine, não vivenciou nenhuma repressão. A maior parte das pessoas, não. Foram alguns “eleitos”, mesmo. Então, não tinha essa... Imagina, professor primário ia fazer alguma referência ideológica? Mas de jeito nenhum! De jeito nenhum!

Segundo Yara, a repressão atingia pessoas de forma seletiva, o que de certa forma se confirma à medida que nem ela, nem nenhum entrevistado relatam qualquer caso de prisão em função da atuação dos professores em sala de aula. Alguns ressaltam, conforme mencionado por Severiano, que os próprios professores evitavam provocar diretamente o regime, numa espécie de autocensura talvez mais eficaz que a repressão direta. Isso não impediu, como mostram os exemplos, que os professores exercessem seu ofício “a despeito de”, ou seja, com ou sem ditadura, os docentes atuaram segundo suas convicções, segundo os saberes construídos em sua formação inicial e ao longo de sua carreira.

Outro manual bastante difundido nas escolas que formavam professores na década de 1990 é *História da Educação*, de Maria Lúcia de Arruda Aranha, publicado pela editora Moderna. A edição aqui analisada é a segunda, de 1996, revista e atualizada, e o trecho citado a seguir continua a aparecer na terceira edição, também atualizada, de 2006. Ao refletir sobre as inovações trazidas pela Lei 5692/71, que reformou o ensino básico criando o 1º e o 2º graus, a autora tece diversas críticas, para concluir:

Sem desconsiderar as críticas precedentes, todas graves, o fundamental se acha no caráter tecnocrático da reforma, segundo o qual os valores da eficiência e da produtividade se sobrepõem aos pedagógicos. Além disso, a alegada neutralidade técnica, que asseguraria a administração e o planejamento despolitizados, na verdade camufla e fortalece estruturas de poder, substituindo a participação democrática – fundamental em qualquer projeto humano, sobretudo pedagógico – pela decisão de poucos. Portanto essa reforma, aparentemente apolítica, foi, de fato, política (ARANHA, 1996: 216).

---

Mais uma vez, percebe-se um tom de exagero, subentendendo que havia uma educação democrática e participativa, substituída pelos tecnocratas do regime. Em se tratando da educação formal, em São Paulo não é possível afirmar que houvesse alguma participação democrática junto à formulação das políticas públicas oficiais; havia, por certo, experiências inovadoras, como os Colégios Experimentais e os Ginásios Vocacionais, que abrangiam uma pequena parcela da rede. É aí, inclusive, que se conhece um episódio documentado de perseguição política: a responsável pelo setor, professora Maria Nilde Mascelani, foi presa e processada após a edição do Ato Institucional número 5, em 1968. Da mesma forma, afirmar que os ideais tecnocráticos e burocráticos prevaleceram sobre os pedagógicos é desconsiderar toda a tradição da burocracia no Brasil, que aqui aportou com os portugueses e desde então deixa suas marcas em todas as instituições.

Nas memórias do professor Severiano, há um episódio envolvendo o currículo oficial, o “Verdão”, que revela como alguns professores se apropriaram das tarefas prescritas. A narrativa começa com uma reflexão sobre o papel do coordenador pedagógico e o papel da burocracia escolar. Segue o nosso diálogo:

S – Então, era mais ou menos assim, o corpo docente daquela época, nós tínhamos algumas instruções gerais de como trabalhar, mas, nós não tínhamos quadros técnicos. [...] Só uma escola que eu trabalhei que tinha coordenador pedagógico, que pegava no pé de todo mundo. Ninguém gostava da coordenadora, então tinha uma perspectiva muito burocrática também, né? [...] Como ela queria ter um controle de fora, que eu acho que essa questão do controle é crucial, né? Então, ela nos fazia montar os planejamentos, depois ela acompanhava no diário, mas ficava um trabalho muito isolado porque a maioria das escolas não tinham coordenadores naquela época. Então, nós tínhamos que montar o planejamento, depois nós copiávamos.

E – Do anterior?

S – Do Verdão.

E – Ah, vocês copiavam do Verdão?

S – Tinha até as palavras certas, o Verdão.[...]

E – Então vocês usaram o Verdão como cópia?

S – Sim, usamos, eu usei. Nós tiramos coisas dele. Agora, quando você começa a copiar, você começa a ler, né? Tinham coisas que eram interessantes, que eu não tinha atinado, determinadas coisas. Então, a gente começa a ver alguma coisa pra ser aproveitada, né?

A fala de Severiano mostra diversos aspectos da questão: a primeira, que a maioria das escolas sequer tinha como “vigiar” o cumprimento dos programas oficiais; depois, que alguns docentes “resistiam” ao currículo, simplesmente fazendo cópias de seus termos. Em contrapartida, como as cópias implicavam leitura, os docentes podiam refletir sobre o documento e aplicar o que fosse desejável em suas rotinas escolares. O que se evidencia, portanto, é que as reformas educacionais estão sujeitas ao cotidiano escolar, à própria “cultura escolar”.

O exame das memórias do período nos permite perceber que são grandes os embates e que a historiografia da educação consagrada ao longo das duas últimas décadas precisa ser revista para dar lugar à voz de outros agentes sociais, notadamente os professores, os personagens mais permanentes e ativos do processo educacional. Ao longo dos anos da ditadura, diversas gerações de alunos passaram pelos bancos escolares, diversos professores desenvolveram sua carreira. Ouvir a voz destes sujeitos é ampliar a percepção de como as reformas educacionais, e as intencionalidades pretendidas, chegaram à base do sistema escolar, como foram interpretadas, reinterpretadas e até mesmo vividas. Tal exercício não terá como objetivo legitimar as intenções nefastas do regime também no que se refere à educação, mas nos permitirá ampliar a compreensão sobre os processos educacionais, nos permitirá refletir melhor sobre como alcançar a inclusão das classes mais desfavorecidas a um ensino de boa qualidade.

### **Referências bibliográficas**

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. 1996. *História da educação*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Moderna.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. 2006. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Moderna.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. 1990. *História da educação*. São Paulo: Cortez.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. 2001. *História da educação*. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. 2006. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- PILETTI, Nelson. 1995. *História da educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ática.

POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2 (3), 3-15.

POLLAK, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 5 (10), 200-212.

REIS, Daniel Aarão. 2004. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc.

## ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA CÍVICA E COMEMORAÇÕES NO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1972)

Francisco Egberto de Melo \*

O trabalho analisa como, nos anos de 1970, durante os governos autoritários do regime militar brasileiro (1964-1985), as forças conservadoras mobilizaram diversos instrumentos de elaboração e divulgação de uma cultura cívica escolar atrelada a uma perspectiva de História e seu ensino. Esta cultura cívica objetivava fortalecer a unidade/identidade nacional extrapolando o ambiente das escolas com o intuito de fortalecer um Estado fundamentado nos princípios da Segurança Nacional e do Desenvolvimentismo.

No Estado do Ceará, por exemplo, o currículo de 1º. Grau de 1973, elaborado durante o governo do coronel do exército César Cals, tinha como base a legislação nacional de educação de 1971. O currículo tinha como referências o projeto de desenvolvimento econômico, na Ideologia da Segurança Nacional e as comemorações dos 150 anos da Independência, amplamente divulgadas por meio de campanhas escolares e publicitárias com apelo ao civismo, ao patriotismo e ao nacionalismo, que se expressavam por intermédio das disciplinas de Estudos Sociais, que substituía a História e a Geografia, de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), e das diversas práticas escolares cotidianas de então.

Pode-se dizer que estes projetos não se concretizavam em sua totalidade e que estes objetivos não eram plenamente alcançados, pois a escola não é apenas um lugar de recepção, mas também de elaboração de saberes a partir de uma dinâmica própria, de uma cultura escolar aqui entendida como “a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos, a materialidade e os métodos escolares” (FARIA FILHO, 2003, p. 85)

---

\* Mestre em História Social (UFC) e Doutor em Educação Brasileira (FACED/UFC). Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri (URCA-CE).

Ou seja, a cultura escolar se edifica no dia-a-dia, inserida numa dinâmica própria, não de forma isolada, e sim a partir de um conjunto de valores e tradições que a cercam. Daí a necessidade de se analisar a educação desse período dentro e fora dos muros escolares, a partir de uma História da Educação relacionada à Nova História Política (Rémond, 2010). Ou seja, a educação pensada como uma problemática e não como um reflexo da História. Neste sentido a escola é identificada como espaço de tensões, e não de obediência. Quanto mais tenso se torna o social mais agudas se tornam as tensões nas escolas, não como uma determinação, mas por esta inserir-se naquele, pois a “organização escolar não é consequência de uma forma política instituída, mas é produtora/componente dessa forma que se instituiu”(VEIGA, 2003, p. 37).

Neste sentido, chama atenção o fato de, em 1972, a Prefeitura de Fortaleza liberar cinco mil cruzeiros, o que correspondia a 18,6 salários mínimos<sup>1</sup>, para que o Colégio Municipal Filgueiras Lima organizasse sua participação no desfile de comemoração do Sesquicentenário da Independência. Sob a égide do autoritarismo da Ditadura Militar, evidenciava-se um dos papéis esperados das escolas brasileiras naquele momento: contribuir para a elaboração de uma cultura cívica e nacionalista capaz de referendar os projetos de sociedade e de Estado que interessavam aos grupos que detinham o poder político institucional do país. Aos ideólogos da ditadura ambiciona “fazer da escola um instrumento de conformação das novas gerações ao projeto de sociedade” (ROCHA, 2002, p. 35) por eles pensado e que se evidenciaria com a elaboração da Lei Educacional 5692/71.

Na prática, Lei 5692 fazia parte de um conjunto de normas, leis, currículos, portarias, pareceres e decretos editados como forma de adaptar a educação escolar à lógica e às necessidades do autoritarismo militar pós-1964, por exemplo, ao instituir o ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSP) e Educação Moral e Cívica (EMC), como disciplinas e práticas escolares, e dos Estudos Sociais, como parte de uma campanha nacionalista, patriótica e ufanista que visava a anular as contradições internas da sociedade em nome de um projeto de nação militarizada para combater os “inimigos

---

<sup>1</sup> Pelo Decreto de 70.465 de 24 de abril de 1972, o salário mínimo era de Cr\$ 268,80.



da pátria” e em defesa do capitalismo nacional associado ao capital estrangeiro contra o espectro do comunismo.

No entanto, ressalte-se que os legisladores educacionais não criam as leis a partir de um vazio cultural, pois não estão dissociados de seu lugar social envolto em seu passado e suas tradições. O ensino de EMC, OSPB e Estudos Sociais e todas as suas implicações devem ser observados a partir de sua inserção numa cultura escolar que antecedia ao próprio regime militar. Desde o advento da República, a Educação Moral e Cívica se fez presente dentro e fora das escolas, com vistas à manipulação do imaginário popular “para tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população” (CARVALHO, 1990, p. 129). Segundo Valnir Chagas, no início da República, já se forjava uma educação escolar cívica e nacionalista, objetivada numa “instrução fundamental (...) para o bom desempenho do cidadão na vida social (Plano de 1890) e do indivíduo para as lutas da vida (Plano de 1911)” (CHAGAS, 1978, p. 28).

Um segundo aspecto a considerar é que, por mais que o Estado tente elaborar a dinâmica escolar, as escolas possuem uma cultura própria relativamente autônoma, efetivada por meio dos conteúdos, valores, práticas e metodologias cotidianas, que ora se aproximam ora se distanciam do estabelecido, permitindo a formação de vazios que possibilitam espaços de resistência ao instituído. Por exemplo, muitos professores utilizavam o espaço da Educação Moral e Cívica para fazerem exatamente o inverso do instituído, questionar os valores do nacionalismo, do patriotismo que deveriam ser reforçados. Como afirma Rocha, “em mãos de professores comprometidos com a resistência ao regime, essas ‘novas’ matérias transformar-se-iam em ferramentas que ajudariam a solapar a ditadura” (ROCHA, op. cit. p. 35).

Assim, a escola, embora fosse o espaço de reprodução e acomodação do estabelecido, era também de negação, num constante conflito e complementaridade entre a cultura escolar e os diversos fatores de origem externa que reproduzem as relações sociais, o que coaduna com Giroux, para quem na

relação entre cultura escolar e experiências de vida contraditórias que professores e alunos registram as impressões e a textura da dominação e da resistência. Em particular, é nessa relação que a cultura é dividida em formas dominantes e

repressivas, em categorias que ‘silenciosamente’ distinguem o essencial do não essencial, o legítimo do ilegítimo (GIROUX, 1986, p. 91).

Portanto, a partir dos interstícios dessas relações de poder, dominação, resistência, acomodação, tensão, conformação e legitimação do ilegítimo, do instituído e do não instituído, que se identificam como as práticas educativas, dentro e fora das escolas, eram utilizadas na produção da Cultura Cívica Nacional, durante o Regime Militar. Os rituais e práticas desenvolvidos dentro e fora dos muros escolares de então possibilitam identificar as festas de comemoração do sesquicentenário da Independência de 1972, um dos momentos de maior manifestação patriótica do Brasil e de elaboração de uma memória nacional envolta de significados cívicos e patrióticos que buscavam preservar a unidade e a harmonia social.

Não raro encontrar nos arquivos escolares e nos jornais da época imagens de alunos do ensino secundário vivenciando a elaboração da cultura cívica escolar no início dos anos de 1970. Um tempo de vida que coincidia com os desfiles de alunos usando o conga ou kichute para agradar os governantes nos palanques e que durante a semana usavam cadernos avante que traziam na capa fotografias da Transamazônica ou da ponte Rio-Niterói, símbolos de um Brasil Grande que se sonhava construir. No verso da capa dos cadernos, o Hino Nacional, e na contracapa, a imagem da Bandeira Nacional, e no verso desta, a da Independência com o Grito do Ipiranga. Ficava fácil cantar o hino na hora do hasteamento da bandeira.

Outras imagens mostram alunos que iam tocar nas clarinetas e tambores, dobrados e hinos de “berço esplêndido”, intercalados por marchinhas de “eu te amo meu Brasil”, nos desfiles das grandes, e pequenas cidades do país afora. Em Fortaleza, estas crianças desfilavam na Avenida Aguanhambi, aguardando ansiosas a distribuição de leite Cila (Companhia Industrial de Laticínios – a primeira do Ceará) com medo que o desmaio viesse antes do término do cortejo. Ao mesmo tempo, engomados e famintos, sonhavam com os pontos prometidos na média bimestral. desde que permanecessem bem comportados, pelo menos na presença dos professores-instrutores, ficariam livres dos zeros ameaçadores e punitivos. Eram meninos com olhos esbugalhados com o país grande e admirados com o monumental, que acreditavam ajudar a construir.

No entanto, isso não se fez de imediato, mesmo antes do Golpe de 1964 houve diversos movimentos que antecederam essa cultura cívica escolar. No Ceará, por exemplo, o Jornal Tribuna do Ceará, de 8 de julho de 1963, depois de classificar a brincadeira, o riso, a dança, o carnaval, o futebol, boates, praias e outros folguedos dos brasileiros como “uma inclinação para assuntos nem sempre sérios e profundos”<sup>2</sup>, saiu em defesa de uma educação local que formasse “uma juventude estudiosa e ordeira, disciplinada, sadia, patriótica, olhos voltados para o amor à Pátria amada e colossal, ‘Gigante pela própria natureza’<sup>3</sup>, e lançou uma campanha, com a emissora de rádio ‘Assunção’, que, por mais de um mês, mobilizou toda a comunidade educacional da cidade de Fortaleza, para escolher os Três Mais da Educação – o aluno mais aplicado, o professor mais dedicado e o diretor mais operoso, numa atitude claramente conservadora, “em defesa da família e na grandeza da Pátria comum”<sup>4</sup>.

Tais atitudes iriam em direção ao autoritarismo militar nas escolas no qual se estruturou o sistema educacional no Ceará, que, em consonância com as determinações nacionais, instituiu “o ensino como elemento de auto-realização e qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania”<sup>5</sup>. A proposta educacional aprovada em 1973 foi elaborada, portanto, a partir das determinações da Lei 5692/71 e das necessidades da Ideologia da Segurança Nacional e embalada pela campanha alienante, nacionalista, patriótica e ufanista que se montou desde o início do regime militar culminando com as festividades de comemorações do Sesquicentenário da Independência.

Toda legislação educacional de então estabeleceu o autoritarismo de Estado que utilizou todos os instrumentos possíveis para elaborar a cultura cívica ufanista e patriótica dos anos setenta que o legitimasse. Porém, as escolas não eram o único instrumento a ser usado com esse objetivo, e sim mais um somado aos demais, em especial aos meios de comunicação de massa, que utilizavam amplas campanhas para

---

<sup>2</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 08 de julho de 1963, p. 3.

<sup>3</sup> Idem, idem.

<sup>4</sup> Idem, idem

<sup>5</sup> Artigo 1o da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, citado pelo Coronel Murilo Walderk Menezes de Serpa, no texto de abertura do Currículo do 1o grau elaborado pela Secretaria de Educação do Estado dom Ceará, abril de 1973.

elaboração de uma história que interessava aos grupos majoritários do poder autoritário. Uma história caracterizada pelo ufanismo, o culto aos heróis e aos mitos, com uma conotação patriótica em busca de um passado conectado com o presente capaz de oferecer às pessoas um futuro identitário em torno da nação.

O nacionalismo deveria suplantar as dissidências internas do período que antecederam ao golpe. A História contada era elaborada a partir de um passado único, com valores e culturas comuns, para garantir uma unidade de consciência com vistas a um só destino, o que exigia a lealdade à Nação no presente. Essas campanhas se intensificaram especialmente a partir do ano de 1970, quando se formou um consórcio cívico envolvendo o Governo Federal, por meio da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas<sup>6</sup>), do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e da CNMC (Comissão Nacional de Moral e Civismo<sup>7</sup>) subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Cultura, boa parcela do empresariado e os meios de comunicação de massa.

No Ceará, o currículo de 1973 referendava a campanha cívica ufanista de então e a imposição da Lei de Reforma da Educação de 1971, bem como todos os Decretos-Leis pós-golpe que a antecederam. Essa nova Política Educacional se sustentava no tripé ideológico da “Segurança Nacional, Teoria do Capital Humano e no pensamento cristão conservador” (GERMANO, 1984, p. 183).

Foi esse tripé que definiu a campanha de comemoração do Sesquicentenário da Independência, em 1972. Ensinava-se uma História do Brasil que extrapolava os muros escolares e que nem sempre partia de dentro deles. Naquele ano, as diversas escolas de brasileiras se envolveram nos desfiles de comemoração ao Sete de Setembro. Era a festa do Sesquicentenário da Independência, sob a égide do autoritarismo da Ditadura Militar, acompanhada de diversas campanhas patrocinadas pelas três esferas de poder – Federal,

---

<sup>6</sup> A AERP foi fundada em 1968 para ser o único centro de propaganda do governo e contava com a participação de jornalistas, psicólogos e sociólogos. “que decidia sobre os temas e o enfoque da campanha e depois contratava as agências de propaganda. São frases típicas da filosofia da AERP: “Você constrói o Brasil!”, “Ninguém Segura Este País!”, “Brasil, Conte Comigo!”” (SKIDMORE. 1988, p. 221).

<sup>7</sup> A CNMC foi criada em 12 de setembro de 1969, pelo Decreto-Lei No. 869. Era uma de suas funções: “influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das instituições e dos órgãos formadores de opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, editoras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação; das entidades de classes e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade”. (ART. 5º. & 2º. Alínea d) (Brasil, 1979, p. 97).

Estadual e Municipal – com o apoio de entidades patronais e de trabalhadores, como a Federação dos Trabalhadores das Indústrias no Ceará.

As comemorações se constituíam de atividades esportivas, desfiles militares e estudantis, pronunciamentos, solenidades, hinos, bandeiras, demonstrações armamentistas, festas em vias públicas e em clubes privados, conferências, palestras, mensagens, tiros, canhões. As ruas das cidades eram verdadeiras apoteoses para os desfiles que coroavam o projeto que vinha consubstanciando-se desde o primeiro ano em que o governo militar assumira o poder em 1964.

A ideia era envolver toda a sociedade nas comemorações pelos 150 anos consagrados à Independência do Brasil. A escola era o importante instrumento de elaboração do mito do país independente que deveria continuar no seu caminho de crescimento, de progresso e desenvolvimento. As práticas dos rituais elaborados dentro e fora das escolas, com vistas à formação de mitos históricos que justificassem o Regime Militar, como resultado de um *continuum* histórico com origem na independência e que, embora ameaçado, fora salvo pelas Forças Armadas e, agora, preparava-se para o futuro do ‘Brasil Grande’. As palavras do General Presidente Médici dão a dimensão dessa memória histórica que se elaborava:

“O País estava lentamente sofrendo uma cisão interna, dividindo-se entre uma minoria comuno-subversiva (...) e a grande maioria (...) obrigando as Forças Armadas a intervir para interromper o processo de subversão e evitar a desagregação e o caos. Essa trágica situação, cujo flagrante foi lavrado em 31 de março de 1964, vem sendo resolvida com a firmeza de um trabalho persistente no duplo sentido de corrigir e recuperar os prejuízos do passado e de projetar e realizar o irresistível futuro da grande nação brasileira.”<sup>8</sup>

A concepção de História divulgada pelo Regime Militar referendava as festas, os rituais, as solenidades, comemorações, discursos e símbolos utilizados na preparação do sesquicentenário na “invenção das tradições” (Hobsbawm e Ranger, 1997) brasileiras. Além das escolas diversos outros instrumentos foram utilizados na elaboração e divulgação de uma história fora dos muros escolares, da academia e dos institutos. Para

---

<sup>8</sup> 231 Discurso do Presidente-General Médici proferido na Vila Militar, por ocasião do aniversário da tomada de Monte Castelo, 2ª. Guerra Mundial, em 21-2-1979 (MÉDICI, Presidente. s/d, p. 28-29).

tanto, empresas públicas e privadas não mediram esforços na idealização do passado de uma nação e da trajetória de um povo, que, embora muito se aproximasse do que se ensinava nas escolas do ensino de História de 1º. e 2º. Graus.

Os jornais não mediram esforços em elaborar uma história baseada nos heróis da Independência capazes de despertar o sentimento patriótico. Veja-se, por exemplo, uma coluna que era divulgada, todos os dias, no Jornal Tribuna do Ceará, por um certo Dom Camilo<sup>9</sup>. No dia 24 de abril de 1972, Dom Camilo inicia a coluna falando da feliz decisão em iniciar as comemorações do sesquicentenário a partir do 180º aniversário do martírio de Tiradentes, uma vez que este fora o precursor do “movimento cívico de D. Pedro”. Observe-se a tentativa de fundir a Inconfidência Mineira com a Independência, quando sabemos que Tiradentes fora banido da História do Brasil pela Rainha Dona Maria I, avó de D. Pedro, e que este, em nenhum momento, o reabilitou. Segundo Dom Camilo, Tiradentes havia se empolgado com as ideias trazidas da Europa pelos estudantes mineiros e

“logo reuniu adeptos e desfraldou a bandeira da Liberdade (Libertas Qua Será Tamen) – Liberdade Ainda Que Tardia – e fez de Vila Rica seu quartel general. E tinha objetivos patrióticos o movimento cívico encabeçado por TIRADENTES conquistar a independência, livrando o Brasil do jugo da Corte Portuguesa.”<sup>10</sup>

A História na qual Dom Camilo exalta a imagem de Tiradentes fazia crer que ele era o líder do movimento, ao mesmo tempo em que procurava identificá-lo com o povo brasileiro. Nem mesmo o movimento chegou a acontecer, não passando de uma conspiração, de onde fica difícil imaginar Vila Rica como um ‘quartel general’, como afirma Dom Camilo. Dom Camilo chega a afirmar que Tiradentes planejava “construir

---

<sup>9</sup> “Dom Camilo” era colunista do Jornal Tribuna do Ceará e do Jornal O Povo, dois jornais de grande circulação local. Suas críticas de direita demonstram a inspiração na obra do italiano Giovannino Guareschi, e bastante conhecida na França, “O Pequeno Mundo de Dom Camilo” adaptada para a televisão pela TV Tupi, em 1954. A exemplo da obra de Guareschi, o seriado de humor da Tupi reproduzia uma sátira ao comunismo, na qual um padre católico via seus fiéis serem combatidos por um prefeito ateu e comunista. A Rede Globo também adaptou a obra na novela “Padre Tião” , 1965, e a mesma Tupi na série “Dom Camilo e os Cabeludos” (1970).

<sup>10</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 24 de abril de 1972, p. 3.

escolas para o povo e libertar os escravos”<sup>11</sup>. Por fim, Dom Camilo sacraliza, eterniza Tiradentes, como herói e mártir que, segundo ele, “adubou a semente da liberdade com o próprio sangue” e “morreu na forca para viver no coração dos brasileiros como PATRONO CÍVICO do povo brasileiro”<sup>12</sup> em alusão à decisão tomada pelo governo militar, que retomava o mito do final do século XIX em torno de Tiradentes na formação do imaginário republicano.

O discurso do General Médici, então presidente da República, foi mais distante, ainda, no passado histórico. Na busca de um referencial para a elaboração de uma história nacional de heróis identificados com os brasileiros, pronunciou-se sobre a Independência, na abertura das comemorações de 21 de abril de 1972, ressaltando as “manifestações nativistas que ensinaram às sucessivas gerações”. Segundo o General, os olhares deveriam voltar-se para os “que começaram a se afirmar como brasileiros na expulsão do estrangeiro invasor, para os Guararapes, para Negreiros, Camarão e Henrique Dias”<sup>13</sup>.

Ou seja, Médici remete a um patriotismo completamente anacrônico, exalta a existência de um sentimento de brasilidade na expulsão dos holandeses de Pernambuco, ressaltando ainda uma visão tradicional que supunha a união dos representantes das três raças que deram origem ao povo brasileiro, tradição elaborada no Segundo Reinado, em especial, nas “Lições de História do Brasil” de Joaquim Manoel de Macedo, publicadas entre 1861 e 1863 e editadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, sob influência da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, “História Geral do Brasil”.

Naquele momento, esse discurso seria de sumária importância, pois reforçava o ideário da democracia racial amplamente difundida nos livros de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política e Estudos Sociais e EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros), tendo normalmente, como referência, os livros elaborados pelo próprio Médici<sup>14</sup>, ao mesmo tempo em que reforçava a ideia de que a Pátria não pode perdoar os

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem. Destaque do autor.

<sup>13</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 22 de abril de 1972, p. 06.

<sup>14</sup> MÉDICI, Emílio Garrastazu (D.D. Presidente da República do Brasil) – **A Verdadeira Paz; Tarefa de Todos; Nova Consciência do Brasil. O Povo não está Só; O Jogo da Verdade**; Todos publicados pelo

traidores como Calabar identificado com os ‘comunistas’. O discurso do Presidente observava, ainda, que a festa do sesquicentenário deveria ser um momento de encontro do brasileiro com a “consciência patriótica e a vocação para a fraternidade e a paz” (CARVALHO, 1990, p. 71), ao mesmo tempo em que reforçava o patriotismo como um encontro de compromisso visceral entre o homem e a nação”<sup>15</sup>. Portanto, fortificava a ideia do povo pacífico, enquanto comandava um regime caracterizado pela violência contra os seus opositores políticos na escuridão da Ditadura.

A História elaborada por intermédio dos meios de comunicação, das escolas e de diversas instituições públicas e privadas partia de uma linha evolutiva de datas, fatos e heróis que culminava com o regime civil-militar e, apesar de resgatar valores típicos do início da República, buscava se afirmar a partir da comemoração do Sete de Setembro. Os desfiles cívicos, típicos do início da República, que ocorriam em comemoração ao 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes e declarada feriado desde 1890, realizados com semelhança aos enterros de sexta-feira da paixão, deram lugar aos desfiles militares e estudantis realizados no Sete de Setembro, desvinculados do aspecto religioso, exceto em algumas propagandas do governo local. Era preciso que eles assumissem um caráter exclusivamente cívico e vitorioso, mais do que a morte do herói, festejava-se o nascimento e a vida da nação.

Em 1965, o governo militar declarou Tiradentes “patrono cívico da nação brasileira e mandou colocar retratos seus em todas as repartições públicas”<sup>16</sup>. dentro dos muros das escolas, as festas de Tiradentes foram realizadas por meio de encenações, cartazes em folhas de cartolina e trabalhos sobre sua biografia que os alunos copiavam em folhas de papel almaço de enciclopédias ou de coleções distribuídas pelo governo federal às escolas.

Em 1972, o início das comemorações do sesquicentenário se deu com desfiles por todo o País em homenagem a Tiradentes. Porém, Tiradentes era um herói, mas um

---

Departamento de Imprensa Nacional, s/d. Apud: *Bibliografia de Estudos Sociais, Currículo do Ceará*, Secretaria de educação do Estado do Ceará, abril de 1973.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> 247 CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.71.



herói menor, o herói maior deveria D. Pedro I. Nos rituais da Ditadura Militar, o 21 de Abril passou a ser usado apenas como marco para o início das comemorações do Sete de Setembro. Era como se o martírio de Tiradentes fosse o início da luta que se concluiu com a vitória da Independência e da “Revolução de 1964”.

Os militares pós-64, ao resgatarem todo esse teatro, justificavam o poder como sendo eles aqueles que deram continuidade às lutas do passado de D. Pedro que tornou a nação livre. Agora era hora de manter a ordem e o progresso, marca republicana, presente nos discursos do sesquicentenário.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. **Do ensino de 1º. Grau – Legislação e Pareceres**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1o. e 2º. Graus – antes, agora e depois?**. São Paulo: Saraiva, 1978.

FARIA Filho, Luciano Mendes. “O processo de escolarização em Minas Gerais”. IN: GERMANO, José Willington. **O Estado Militar e a educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo, Cortez, 1994.

GIROUX, Henry. **Teoria Crítica e Resistência em Educação – para além das teorias de reprodução**. Petrópolis, Vozes 1986.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MÉDICI, Presidente. **Nova Consciência do Brasil**. Imprensa Nacional, s/local, s/d, 2. ed.

ROCHA Ubiratan. **História currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas.** Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thaís Nívia Lima. **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte:Autêntica, 2003.

---

**MANUAIS DE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA  
ACERCA DO FUTURO DO QUE ERA A “CIÊNCIA DO PASSADO”**

João Ernani F. Filho

Como se discutiram, nos manuais do tipo “Introdução ao Estudo da História”, as perspectivas para essa área do conhecimento e para tal ofício? Que medos e esperanças podem ser rastreados a partir desses (esc)ritos iniciatórios? Como foram expressos os projetos dos diversos mo(vi)mentos postos nas querelas ilustradas e nos debates historiográficos? A tentativa de compreensão dessas questões toma como fontes três livros franceses do final do século XIX.

O pensador francês Ernest Renan desejou estreitar nos círculos literários com *L’Avenir de la science*, dedicado ao seu antigo mestre no Colégio de França, Eugène Burnouf. Esse livro, cujos manuscritos datam de 1848 e 1849, era confessadamente inspirado pelas reviravoltas políticas do período e pelas reflexões sobre o que o autor designava como o “problema do socialismo”. Certos excertos foram aproveitados em *Réflexions sur l’état des esprits* e umas idéias circularam através da *Revue des Deux Mondes* e do *Journal des Débats*. Esse filho de Treguier, nascido em 1823, rogava indulgência com seus pensamentos de moço, em relação aos quais, n’outra idade, afirmava poder vir a tornar-se crítico. Em 1890, *O Futuro da Ciência* saiu em brochura editada pela Calmann-Lévy, bastante difundida e influente. Renan, que julgava ter sua vida se prolongado bem mais do que ele sempre imaginara, pôs-se na situação de tentar dar um balanço entre o que restara de suas quimeras e o que sucedera no meio século vivido entre a escrita e a publicação, para arrematar que experimentara um sentimento de alegria moral, ao constatar que os progressos haviam se realizado dentro das linhas que ele supusera.

*O Futuro da Ciência* se desenvolve como afã de decifrar como seria a ciência no futuro. Nessa perspectiva, ganha relevo o juízo de que caberia ao amanhã o cuidado de tudo conciliar, bem como a idéia de que, de ordinário, uma geração faz pouco caso daquilo pelo que seus precedentes tanto se empenharam. Com o primeiro raciocínio, Renan almejava esclarecer a impressão de que a ciência, até ali, só teria operado destruições, fossem dos encantos e mistérios da natureza, fossem das crenças consoladoras das coisas morais, das ilusões e das miragens poéticas. O mundo estaria fadado à razão e, nas palavras do autor, “a ciência só terá destruído os sonhos do passado para substituí-los por uma realidade mil vezes

superior” (RENAN: 1950, p. 109). Se o século XIX podia parecer um tempo de cétricos e amorais, isso se comprovaria útil, pela crítica dos dogmas, para o bem ulterior da Humanidade. O outro argumento – dos esforços dos contemporâneos que não são seguidos pelos sucessores – contrasta com outras passagens da obra desse pensador; como na apropriação da máxima religiosa de que “não trabalhamos para nós”. Sendo entendida como um libelo em favor do saber desinteressado, prevenido contra a vaidade e isento da caracterização como negócio, a fórmula é eficaz. Tomada, entretanto, nas analogias com os tempos de plantio e colheita (Renan repetiu, amiúde, que a primeira condição do método científico seria “resolver-se a ignorar para que o futuro saiba”) são incontornáveis as sugestões de percalços; principalmente, pelo conjeturado desdém da posteridade e pelo choque das gerações.

Nas páginas de *O Futuro da Ciência*, os estudos históricos são assimilados aos âmbitos da erudição, da filologia e da filosofia. Se as fronteiras entre tais saberes não estavam, ainda, discernidas; havia, em contrapartida, a intenção de firmar a diferença entre as Ciências da natureza e as ditas Ciências da humanidade. Em relação à História, Renan calculava que: “Dentro de um século a humanidade saberá quasi tudo o que pode saber sobre seu passado, e, então, será tempo de parar, porque é próprio de tais estudos começarem a se desmantelar logo que atingem a sua relativa perfeição” (RENAN: 1950, p. 12). Para a consecução dessas projeções, esse ex-seminarista predicava a elaboração de monografias bem especializadas, estudos de primeira mão e catálogos de fontes. Achava que as ambições de completude descambavam em superficialidade. Mas, a crença de Renan, de que a ciência acumularia conhecimentos proporcionalmente ao correr dos dias, esse otimismo era refreado pela percepção das dificuldades de interpretar os materiais coligidos. Nos termos do autor: “Em resumo, se o conhecimento dos fatos aumentou singularmente pelo trabalho incessante do século XIX, o Destino humano tornou-se mais obscuro que nunca” (RENAN: 1950, p. 14).

Para falar sobre o futuro, Renan criava seus marcos e suas tradições. Aludia a uma “revolução” que, entre os franceses, desde 1820, mudara completamente a feição dos estudos históricos. Corrigia-se e dizia que essa “revolução” – referia-se à Restauração da Monarquia Bourbon e procurava através do simultâneo firmar o sincrônico – na verdade, fundava a história; para concluir, afirmando ser esse um fato tão importante quanto o aparecimento de qualquer sistema novo. O recorte escolhido como axial para a vitalidade dos estudos históricos remete, do ponto de vista biográfico, à década em que nasceu Renan e, no que

concerne ao panorama institucional, ao estabelecimento da Escola de Chartes, situada no *Marais*, com severo processo de seleção (20 vagas anuais), rígido sistema de exames, cursos no formato de seminários de crítica documental e bibliográfica e exigências de elaboração de trabalho de tese. Renan era egresso e posteriormente lecionaria no mais prestigioso centro científico e literário, o *College de France*, de onde terminaria desligado após a publicação do seu *Vida de Jesus*. Caso destacasse a Escola de Chartes como modelar, isso se devia à impressão de acordo e coincidência com suas próprias idéias.

Uma apreciação outra acerca dos horizontes do conhecimento histórico pode ser buscada na obra de Pierre [Paul] Lacombe, *De l'histoire considérée comme science*, editada em 1894. O autor, diplomado pela Escola de Chartes, esboçou escalonar ocupações que eram percebidas, amiúde e geralmente, de maneira indistinta: o erudito, aquele a quem cumpriria estabelecer os fatos, a chamada “realidade histórica”; o historiador, que tentaria realizar “generalizações empíricas”, a organização dos fatos em grupos aparentados; o artista, que procuraria expressar a carga sentimental da parte mais concreta das instituições e do lado mais íntimo dos indivíduos; o filósofo da história e o sociólogo. Aí, a dessemelhança, segundo Lacombe, seria apenas superficial; uma vez que o objetivo seria o de apreender as ditas “verdades históricas”; ou seja, a explicação dos fatos a partir de causas. Não há intenção de afirmar especificidades das “ciências humanas” ou “ciências do espírito” frente ao parâmetro mais acreditado, que era o da mecânica. Os que cuidavam de estudar a História deveriam perseverar na observação de constâncias e semelhanças, visando à descoberta de causas e ao estabelecimento de leis. Tanto que o capítulo de encerramento do livro (que, de forma elucidativa, o próprio autor inscrevia na linhagem de Comte, Spencer e Mill) tratava do tema das “Previsões” em História, entendida aí, não como disciplina, mas, como “tudo que foi feito pelos nossos antepassados”.

Pontualmente, sobre os estudos históricos ou acerca do estabelecimento dos fatos da “realidade histórica”, Lacombe compartia a sensação de que os progressos do conhecimento não se acumulavam na mesma proporção que o avanço das eras. A cada dia aumentava o passado, que era, então, visto como matéria da história. Afora isso, nada se perderia da Antiguidade e sempre se poderia descobrir algo novo. Entretanto, sobre cada mínimo assunto pareciam engrossar somente as polêmicas e os desacertos. Insinua-se, também, a angústia relativa à finitude do indivíduo face ao que se afigurava como o fluxo perene da Humanidade. A equação que o autor apresentava era a seguinte: à medida que a massa da chamada

“realidade histórica” (os fatos e os acidentes) aumentava, cada um dos eruditos poderia assimilar apenas um pequeno fragmento, uma ínfima parcela do todo. Quem desejasse “explorar completamente” a menor região deveria saber da necessidade de consagrar, desde então, toda sua existência a essa tarefa. E, nesse ponto, Lacombe interrogava: “Como será daqui a um século? E a dois? E depois?” (LACOMBE: 1948, p. 10). Para contornar esse paradoxo, Lacombe aludia a uma suposta hierarquia das ordens de fatos históricos e apelava para a idéia de “urgência”, recorrente em seus escritos. Ora, mas quem definia essa urgência? Que critérios serviam para qualificar uma investigação como vã, secundária ou inútil?

Um dos mais influentes (motivo, também, para ter sido dos mais criticados) manuais de “Introdução aos Estudos Históricos” foi aquele redigido pelos professores da Sorbonne, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, publicado pela *Librairie Hachette* em 1898. Os autores já faziam referência a um público leitor que não se reduzia aos ingressantes nos Liceus e Institutos. Aliás, a esse respeito, Langlois e Seignobos ponderavam que a maioria dos estudantes que haviam optado pelo curso de História não teria uma razão definida para justificar tal escolha. Os pretextos seriam fúteis: boas notas na matéria durante o ensino secundário; atração romântica pelo passado, espécie de nostalgia de um tempo que não se viveu ou mesmo a suposição de que a História seria uma disciplina fácil. Curioso é que apologistas do método, não prescindiram tais autores da recorrência à imagem do “pendor”, quando inferiam que, no geral, os estudantes ignoravam se tinham ou não aptidões ou requisitos para essa disciplina.

O ritornelo da crítica ao pensamento de Langlois e Seignobos é tachá-lo de “positivista”, como se o termo valesse por uma condenação. Caso, porém, se entenda o “positivismo” como doutrina preocupada em estudar os fenômenos em ordens de sucessão e semelhança com o objetivo de extrair leis e no qual, como pregava o próprio Comte, a ordem cronológica não seria correspondente à ordem filosófica, pois, com efeito, dever-se-ia conceber o futuro pelo passado; então, ao menos essa imprecisão parece errar o alvo. Primeiramente, na “Advertência” que abre o *Introduction aux Études Historiques*, os autores afirmavam ter caído em descrédito a Filosofia da História; ou seja, a procura de “similitudes” e “leis” e desancavam o fato de, freqüentemente, esses exercícios terem sido realizados por pensadores que não seriam “historiadores de profissão”. Em seguida, consideravam que o conhecimento histórico se processaria de um modo diferente do das demais disciplinas, sendo até sugerida certa fragilidade do método indireto quando cotejado com os métodos diretos das

ciências de observação. Outro ponto em que, ao menos no discurso, Langlois e Seignobos se distanciavam da doutrina comtiana é ao dizer como uma “ilusão superada” a crença de que a História poderia ministrar ensinamentos práticos; embora, não negassem que poderia ter utilidades indiretas. A desconfiança acerca da eficácia do lema da “História, mestra da vida” tinha seu fundamento na percepção de que o futuro não estaria condenado a repetir o passado. Sublinhavam, ademais, que o interesse da História deveria estar no exame das diferenças (mais que no das semelhanças) entre esses tempos.

E sobre o devir da ciência histórica, o que afirmaram Langlois e Seignobos? O correr das horas e a sucessão das eras não se afiguravam ameaçadores pelo que representavam de acréscimo na matéria a ser tratada, mas, pelo risco à conservação das fontes de pesquisa. De acordo com os autores, apesar de todas as precauções tomadas para a preservação de certos documentos, o tempo só faria diminuir e limitar sua quantidade. Para alguns períodos da Antiguidade, pela raridade mesma dos registros, os autores se permitiam prever que, “dentro de uma ou duas gerações, nada mais haverá a fazer” (LANGLOIS e SEIGNOBOS: 1946, p. 221). Alguns contemporâneos encararam a passagem do tempo como uma agregadora de conteúdos, Langlois e Seignobos destacaram aí a erosão de vestígios e o esfacelamento de informações. Como cada dia mais próximo ao futuro implicava um dia mais distante do passado, tomava-se como improvável o desvendamento dos mistérios das origens. Reforçando o teor da fórmula segundo a qual, “sem documentos, não há história”, aduzia-se que, por falta de fontes (destruídas pelo tempo) aspectos dos primórdios da Humanidade permaneceriam obscuros.

O lenitivo para a convivência com esse estado de coisas foi buscado (e isso é bastante significativo) na sistematização do trabalho fabril. Langlois e Seignobos sentenciavam, nesse sentido, que “Nos estudos históricos, como na indústria, os efeitos da divisão do trabalho são os mesmos e muito favoráveis: produção mais abundante, melhor, mais equilibrada”. (LANGLOIS e SEIGNOBOS: 1946, p. 84). A defesa da especialização no trabalho acadêmico era comprazida com o elogio de uma engrenagem produtiva por outrem denunciada como opressora e alienante. A apartação aí atine aos domínios do erudito e do historiador e aos traquejos na aferição da autenticidade ou fraudulência de um registro, ao exame sobre se as informações expressas seriam mentirosas, verdadeiras ou verossimilhantes e aos procedimentos de restauro, arquivamento e edição de textos e documentos. Ao discutirem a distinção entre os trabalhos do erudito – quase naturalmente dotado de paciência, ansioso por

coleccionar, disposto a resolver enigmas – e os do historiador, que deveria ser o realizador das operações de análise e síntese ou, por estranho que pareça, um especialista apto a trabalhos de carácter geral, acabava por se criar um escalonamento de autoridades. Para o ideal funcionamento dessa divisão entre os esforços dos que repertoriavam os documentos e de quem poderia interpretá-los um fator decisivo seria a cooperação. Os autores, todavia, no que a isso concerne somente puderam apontar dificuldades de desenvolver-se essa cooperação em um esquema hierarquizado, ao fim e ao cabo, pelo molde da divisão dos ofícios entre materiais e intelectuais.

Langlois e Seignobos estimavam a defasagem de um catálogo de fontes logo no dia seguinte à sua publicação. Isso não os impediu de imaginar que: “Dia virá, possivelmente, em que, graças à organização do trabalho, todos os documentos terão sido descobertos, e em que já se terão estabelecido todos os fatos, cujos traços não se tenham apagado” (LANGLOIS e SEIGNOBOS: 1946, p. 222). Essas alvíssaras ao futuro como instante de culminância da quantidade de informações eram dadas ao preço da naturalização do “documento”, prevalecendo a idéia do “dado” ao invés daquela de “constructo”. Falar-se na “descoberta” de documentos é silenciar sobre toda uma política de escolhas (que é o mesmo que uma política de renúncias), que define o que é patrimônio, o que é monumental, o que deve ser (co)memorado, o que é exemplar, etc. Preconizava-se aos estudantes que estes soubessem analisar um documento; mas, não se estimulava o inquérito acerca das relações que permitiram que certos registros (tidos, talvez, como registros certos) fossem classificados como documentos, ao passo que outras séries de indícios eram condenadas ao descrédito, ao descaso, ao silêncio ou à censura.

Alguns brevíários de “Iniciação aos Estudos Históricos” incorporavam discussões da Teoria ou da Filosofia da História; ou seja, dedicavam-se à meditação sobre o carácter, sentido e finalidade da História entendida como o conjunto das ações humanas, como um empuxo, como reino da justiça ou teatro do mundo; bem mais que na feição de uma disciplina acadêmica e escolar ou como uma área do conhecimento. Nesse sentido, um dos principais problemas se referia ao debate determinismo X liberdade, ramificado na tensão entre indivíduo X coletivo. Até que ponto o futuro poderia ser decidido e planificado? Qual o limite da liberdade da ação humana? Quais os raios de ação (e de sujeição) de indivíduos e grupos? Tais questões puderam ser respondidas de modo mobilizador ou evasivo.



A difusão de compêndios de metodologia da História não bastou para refrear a justificativa do estudo dessa disciplina assentada no clichê de que a partir do estudo do passado se entende o presente e se prepara o futuro. Essa fórmula parece querer domesticar o futuro, restringindo-o ao campo da experiência. Ora, tudo o que nos escapa é experimentar o devir. Mas, os jargões que preconizam a exemplaridade da História encobrem essa incapacidade. Ademais, reduzem o campo das possibilidades àquelas que já foram vivenciadas, maldizendo transformações e novos usos.

Outro perigo em relação ao futuro é supô-lo como desenvolvimento conseqüente de um sentido; como se inexistissem alternativas e contradições. Um desdobramento daí é o risco de pressupor que o futuro seria, necessariamente, melhor que o presente. Por mais cético que o Oitocentos na França possa ser descrito e por mais que testemunhos da época afiançassem que aquele era um tempo de “crise”, não se percebe nos supracitados manuais de introdução à História (por maiores que sejam as disparidades entre eles) a imagem do futuro como tempo sombrio ou de queda. De mais a mais, quando as sondagens e os prognósticos se misturam com os desejos e com as expectativas de quem os enuncia, maiores são as chances de erro. Assim também, no que toca ao alargamento dos prazos: quanto mais longos os intervalos, maiores as dificuldades. (KOSELLECK: 2003, p. 90 e seg.).

Gabriel Monod, historiador, professor na Escola Normal Superior, colaborador na *Revue Critique*, editor da *Revue Historique*, glosava o dito corrente de que a História nos ajudaria a entender nosso tempo, aduzindo ser, talvez, mais verdadeiro dizer-se que nosso tempo ajuda a entender a História. Mas, veja-se que, mesmo entre coetâneos (Renan nasceu em 1823, Lacombe em 1834) as maneiras de conhecer o passado e de especular sobre o futuro eram várias e diferentes. Langlois e Seignobos se referiram ao futuro de maneira indefinida (dia virá), Lacombe colocou-se uma moldura de um ou dois séculos, Renan alargou essa mirada para outra escala, interrogando-se como estariam as coisas dali a cem mil anos. E nós, como pensamos e construímos o futuro que queremos?

## BIBLIOGRAFIA

- FREDERICQ, Paul. *The study of history in Germany and France*. Baltimore: John Hopkins University, 1890.
- KOSELLECK, Reinhart. *Aceleración, Prognosis y Secularización*. Valencia: Pre-Textos, 2003.
- LACOMBE, Pierre. [Paul]. *La Historia considerada como Ciencia*. [1894]. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1948.
- LANGLOIS, Charles & SEIGNOBOS, Charles V. *Introdução aos Estudos Históricos*. [1898]. São Paulo: Nova Jurisprudência, 1946.
- RENAN, Ernest. *O Futuro da Ciência*. [1890]. Salvador: Livraria Progresso, 1950.

## LEITURAS E ESCRITAS DA HISTÓRIA: DIÁLOGOS DE MONTEIRO LOBATO COM A HISTORIOGRAFIA

Davidson de O. Rodrigues\*

As discussões conceituais que envolvem a categoria de cultura história têm ampliado o arsenal de instrumentos teóricos para os historiadores realizarem a chamada operação historiográfica (CERTEAU, 1982). As formas de produzir e consumir o conhecimento histórico estão inseridas em um conjunto de representações sobre passado, presente e futuro. As novas problematizações da ciência histórica que se constituíram com o *Linguistic Turn* ampliaram o interesse dos historiadores nas análises das narrativas, das escritas e da meta-história, distanciando ainda mais das noções de uma história-absoluta e sem lacunas (GUIMARÃES, 2010, p. 23-41).

A cultura história está ligada às estratégias de preservação de um passado através da elaboração de memórias em diferentes suportes materiais ou imateriais, historiográficos ou literários, pretensamente científicos ou emotivos. Em suma, trata-se da relação estabelecida entre uma comunidade, grupo ou nação com as procedimentos para evocar e salvaguardar suas o registro de suas trajetórias. Por isso, seria interessante observar como Monteiro Lobato, em diálogo com a produção de história do período tomou o processo histórico e suas formas de representação seguindo os moldes do trabalho literário.

Ao trabalhar com a literatura, este escritor aproximou o discurso literário da narrativa histórica, traduzindo seus interesses acerca das relações entre arte e ciência, o que refletia a leitura de autores como Taine, Nietzsche, Gustave Le Bon, Zola, Hebert Spencer e Augusto Conte. Monteiro Lobato nunca exerceu o ofício de historiador, mas teve contato com os livros então considerados leituras necessárias para a formação básica de um intelectual, formação esta que valorizava o conhecimento histórico, privilegiando uma vertente francesa e liberal.

O próprio ensino de história do período, finais do século XIX e começos do XX, oferece alguns indícios para recuperarmos as impressões adquiridas por Lobato sobre o gênero histórico. A preocupação da *intelligentsia* a respeito do ensino pode ser sentida no debate sobre os livros didáticos e o que se percebe é que as elites intelectuais e políticas acreditavam na importância da educação como um dos meios para a construção dos cidadãos.

---

\* Mestre em História. Professor do Instituto Federal Sul de Minas Gerais, Campus Machado.

Desde a independência do país que a produção de pesquisas e livros de história tendia a enfatizar os aspectos políticos e administrativos. O próprio curso de História, como disciplina componente da grade curricular escolar, surge nas décadas de 1820 e 1830. A intenção era que, através do ensino, se formassem súditos-cidadãos que contribuíssem com a construção da nação (FONSECA, 2004, p.47). Predominavam a exposição dos fatos políticos inseridos em uma linearidade evolucionista. Ideologicamente transmitia-se um otimismo com o futuro do Brasil, não obstante as angústias advindas de uma perspectiva racista e eurocêntrica que tomava a miscigenação brasileira como um estigma. A proclamação da República não representou mudanças definitivas quanto à concepção de história vigente, mas suscitou novas reflexões sobre a importância dos livros didáticos para a formação moral dos brasileiros. Justamente nas primeiras décadas do século XX, houve a edição de livros de história que se tornaram referência para o ensino de história no Brasil.

Um autor de didáticos que se afastou da preferência em escrever sobre a “vida do Estado” foi João Ribeiro (1860-1934), professor de história no Colégio Pedro II. Autor de um livro chamado *História do Brasil* (1900), cujo texto, além dos aspectos políticos, contemplava tradições e costumes internos, dentro de um viés mais etnográfico. A intenção era evidenciar a essência da nação brasileira através de sua cultura. Para isso outras variantes deveriam ser computadas na análise, como a influência do meio no homem através do estudo da geografia. Ao criticar uma história que considerava demasiadamente política, João Ribeiro fez uma distinção entre história externa – ações dos governos e administrações – e história interna – ações das populações mamelucas, índias e negras. O professor do colégio Pedro II, ao contemplar as migrações das populações mestiças, se convenceu de que elas não só dilataram as fronteiras do país, como também construíram uma forma específica de viver (HANSEN, 1998 p.56-57).

No decorrer da Primeira República várias formas de se redigir didáticos começam a ser ensaiadas. Rocha Pombo, por exemplo, era, desde a década de 1920, um importante escritor de didáticos. Em um tom nacionalista similar ao de João Ribeiro, sua intenção era mostrar as belezas naturais e históricas do país, como também apresentar a constante defesa do solo cujo início remontava ao período colonial (FONSECA, 2004, p. 51). Outra referência importante para o pensamento sobre a história no período seriam os escritos de Capistrano de Abreu, conhecido pelo seu rigor na pesquisa documental. Não é possível desconsiderar a influência

que seu livro, *Capítulos da História Colonial* (1907), no ensino de história. Em linhas gerais, esse trabalho pretendeu mostrar como se deu a formação dos limites nacionais. O mestiço povo Brasileiro tem um destaque importante nessa narrativa, assim como João Ribeiro, Capistrano considera a influência do meio nessa população miscigenada que adentra o sertão. A imensidão de terras para além do litoral convidava a penetração, mas impedia a fixação, já que as populações se dissolviam no território (PESAVENTO, 1999, p.67-85)

Desse apanhado inicial, destacam-se aspectos da cultura histórica do período, os historiadores elencavam como importante tópico no ensino de história os processos de colonização do interior do Brasil positivando as dimensões continentais do país e a integridade nacional. As referências às dimensões espaciais assinalam a influência de determinadas leituras, como, por exemplo, Taine e as suas teorias da influência do meio sobre os grupos sociais. Já as alusões à miscigenação revelam uma ambiguidade bem característica, pois se reconhecia a importância do sertanejo e mesmo do escravo, sem deixar, no entanto, de lamentar a presença do elemento não branco e não europeu. O pensamento desses historiadores revela um elitismo muito característico da intelectualidade do período. Considerava-se positiva a dispersão da população pelo território na medida em que foram dilatadas as fronteiras nacionais. Mas em contrapartida era severamente questionada a capacidade dos mestiços em participar em uma vida política institucionalizada. O Jeca Tatu de Monteiro Lobato estava prenunciado nesses relatos sobre o passado do Brasil, tristes mestiços que se perderam da civilização ao se isolarem nas vastidões verdes.

Modernista, assim Monteiro Lobato o foi em muitas áreas. Quase um antropófago, compôs pastiches provocadores. Em sua literatura para crianças, por exemplo, combinou cenários do ambiente rural brasileiro com mitologia grega, literatura inglesa e personagens da nascente indústria cultural. Mais surpreendentes foram as devoções intelectuais de Lobato: díspares, antagônicas e incongruentes. Escreveu opúsculos com elogios a Henry Ford e Carlos Prestes; chamou o trabalhador rural de algoz da nação e vítima do Brasil. Seu entendimento de arte era baseado tanto nos critérios de Taine e Zola, quanto de Nietzsche. Sua visão sobre o capitalismo oscilou entre a afirmação de seu potencial civilizatório e denúncia ao indisfarçável imperialismo. Mas, ao quando contextualizamos as ideias de Monteiro Lobato no ambiente intelectual de sua época, percebe-se não uma incoerência, mas um intenso diálogo com as principais inquietações da *intelligentsia* brasileira.

Propor um estudo acerca das abordagens que o autor propôs para o conhecimento histórico implica em uma verticalizada de seus escritos, pinçando fragmentos referentes, direta ou indiretamente à temática. Com o agrupamento desses apontamentos se espera ter alcançado um sentido para o pensamento lobatiano e seu diálogo com o contexto intelectual. Coerência total é impossível de ser atribuída ao conjunto dos textos, muito embora tendências gerais possam ser delineadas. Talvez o ponto mais importante de toda a obra de Monteiro Lobato seja sua discussão acerca do estatuto filosófico da verdade. Oscilando entre uma compreensão iluminista ou uma postura cética em relação ao absoluto, definiu e redefiniu de diferentes maneiras o estatuto da história como ciência do passado ou construção literária.

Uma das primeiras impressões identificadas em seus escritos aborda a relação de oposição entre a verdade e o belo em diálogo com o naturalismo francês através da leitura de Emile Zola. Lobato se posiciona afirmando ser o objetivo primeiro descrever a verdade e não ornamentá-la ou desfigurá-la com estetizações. Não se trataria de uma fria exposição científica e explanatória, já que a subjetividade também comportaria a descrição do real. A arte se harmonizaria com a ciência, porém de forma subordinada.

Ciência e arte nasceram para viver juntas, porque Arte é harmonia e Ciência verdade. Quando se divorciam, a verdade fica desarmônica e a harmonia falsa. Se este senhor sábio trouxesse pela mão direita a Ciência e pela esquerda a Arte, pra fundi-las no momento de falar, que coisa esplendida não faria de tal tema! (LOBATO, 1950a, p. 96-97)

Uma crença iluminista nas verdades científicas possibilitou a composição de um quadro no qual a história-processo seria um fenômeno linear e cumulativo. Lobato se apropria das concepções positivistas preponderantes no meio intelectual brasileiro. Civilização e progresso aparecem como categorias indispensáveis na sua fala sobre a história:

A partir daí o astuto bípede começa a dominar o mundo, a arrostar as leis naturais, a tirar dum ponto o que a Natureza pusera noutra, a rir-se de animações enormes como o elefante e a governar a terra como propriedade sua. Deu-se de “civilizar-se”, isto é, de sobrepor às leis naturais uma lei nova saída da sua cabeça, e quanto mais aperfeiçoava a maquina, mais aumentava de eficiência e pois mais se “civilizava”. Mas o seu “progresso” (que é como ela chama a velocidade do seu civilizamento), via-se embaraçada pela pobreza da força de que dispunha para mover a máquina. (LOBATO, 1950b, p.25)

Essas ideias puderam ser extrapoladas em sua ficção especulativa, o romance *O presidente Negro* (1926) com a ideia de que racionalismo e iluminismo permitiram a antecipar os desdobramentos futuros da história. Monteiro Lobato visita um tema recorrente na ficção científica, a máquina do tempo (CAUSO, 2003).

... e desde então o fenômeno vida, que também podemos denominar universo, desenvolve-se por si, automaticamente, por *determinismo*. As coisas vão se *determinando*...

...uma determina a outra. Daí vem falarem os velhos filósofos em lei da casualidade...

...o futuro é a pré-determinação...

Nessa imagem está toda a minha filosofia; 2+2 significa o presente; 4 significa o futuro. Mas, assim que escrevemos o presente 2+2, o futuro 4 já está *predeterminado antes que a mão transforme em presente* lançando-o no papel. Aqui, porém são tão simples os elementos que o cérebro humano, por si mesmo, ao escrever o 2+2, vê imediatamente o futuro 4. Já tudo muda num caso mais complexo, onde em vez de 2+2 tenhamos, por exemplo, a Bastilha, Luiz 16, Danton, Robespierre, Marat, o ódio da Inglaterra além Mancha, a herança gaulesa cominada com a herança romana, o bilhão de fatores, em suma, que faziam a França de 89. Embora tudo isso predeterminasse o 4 *Napoleão*, esse futuro não poderia ser previsto em virtude da fraqueza do cérebro humano. Pois bem: eu descobri o meio de predeterminar esse futuro e vê-lo! (LOBATO, 1950c, p.153-156. Destaques do autor)

Esse trecho que põe plena confiança na possibilidade do futuro ser capturado pela técnica é bem diferente de uma outra passagem do mesmo livro:

- A História é o mais belo romance anedótico que o homem vem compondo desde que aprendeu a escrever. Mas que tem com o passado a História? Toma dele fatos personagens e os vai estilizando ao sabor da imaginação artística dos historiadores. Só isso.

- E os documentos de época? Insisti.

- Estilização parcial feita pelos interessados, apenas. Do presente, meu caro, e do passado, só podemos ter vagas sensações. Há uma obra de Stendhal, *La Chartreuse de Parme*, cujo primeiro capítulo é deveras interessante. Trata da batalha de Waterloo, vista por um soldado que nela tomo parte. O pobre homem andou pelos campos aos trambolhões, sem ver o que fazia, nem compreender coisa nenhuma, arrastado às

cegas pelo instinto de conservação. Só mais tarde veio a saber que tomara parte na batalha que recebeu o nome de Waterloo e que os historiógrafos pintam de maneira tão sugestiva. Os pobres seres que inconscientemente nela funcionaram como atores, confinados a um campo visual muito restrito, nada viram, em nada podiam prever da tela heróica que os cenógrafos de historia iriam compor sobre o tem. (LOBATO, 1950c, p.166-167. Destaques do autor)

Composição curiosa, de um lado se nega a possibilidade de conhecer o passado e até mesmo o presente. Em contrapartida se assegura o aprendizado sobre o futuro por meio de uma máquina. A história como escrita é um romance dos historiadores, mas há um processo histórico real, já predeterminado que poderia ser capturado pela técnica. Não obstante as licenças imaginativas própria de um livro de ficção científica, não há como descartar a sua suspeita do escritor em relação ao estatuto da história-escrita, acusando-a de ser uma narrativa construída com os recursos de um romance. Lobato suspeitava dos historiadores, grupo que ele considerava muito afeito em legitimar os ganhos dos poderosos com livros tendenciosas e insinceros. A narrativa histórica se limitaria a um exercício academicista, uma expressão romântica interessada em narrar feitos heroicos e alheios ao real. Cauteloso perante as elites, Monteiro Lobato indaga se o compromisso do historiador seria revelar a verdade ou enaltecer os poderosos. Por não distinguir plenamente a história da literatura, ao autor acabou por ficcionalizar a história e historicizar a ficção. A função da literatura seria registrar os sentimentos e as apreensões dos vencidos e marginalizados, suprimindo assim as deficiências das representações oficiais do passado.

As influências do historiador francês Taine estão registrados em diversas passagens da obra lobatiana, como em sua coletânea de cartas, *A Barca de Gleyre*. Monteiro Lobato registrava sua concordância à proposição da associação entre ambiente e cultura. As nações com exiguidades materiais seriam mais inventivas, justamente para garantir a sobrevivência – a Inglaterra (uma ilha que teve desenvolvimento cultural e econômico) seria o caso paradigmático. O Brasil, por sua vez, devido à abundância de recursos poderia estar condenado à indolência e ao atraso. Os textos mais famosos desse escritor são aqueles nos quais o caipira paulista aparece como um preguiço, um improdutivo subjugado pelo ambiente e incapacitado de acompanhar o processo evolutivo. Por esse ângulo, vê-se uma proximidade



entre Monteiro Lobato, João Ribeiro e Capistrano de Abreu em suas avaliações da influência do meio no indivíduo e já citada ambiguidade destinada ao mestiço.

Monteiro Lobato traz as marcas de um pensamento moderno, mas sua ruptura com o ideário positivista do século XIX não foi total. Sua visão de história oscilou entre uma desconfiança da escrita (narrativa) e uma expectativa quanto a um desenvolvimento linear (evolucionismo). Essa menção ao caráter inventivo da história provavelmente se associa a outra faceta do pensamento desse escritor, já que ele foi um leitor entusiasta de Nietzsche.

Nietzsche rompeu com o conceito iluminista de verdade, tomando-a como uma convenção destituída de qualquer valor absoluto (NIETZSCHE, 2003; REIS, 2005). Por esse raciocínio, a história do homem seria a mentira institucionalizada, apresentada na forma de uma sucessão de guerras. É identificável a influência do filósofo alemão em escritos de Lobato.

Homens e coisas passam, mas a guerra fica.

É a guerra uma permanente. O homem tem a vocação do morticínio. A arte apoteosa a carnicão. Os poetas só ascendem ao épico se o bafio de sangue lhes fumega a inspiração. A beleza suprema é Aquiles fendendo crânios do frontal a nuca e a história da humanidade não passa dum sistema potamográfico de enxurros vermelhos, musicado pelos gemidos de dor dos vencidos. (LOBATO, 950a, p. 160)

Os mais sérios questionamentos feitos à noção de verdade e absoluto surgem na fala da personagem Emília, do Sítio do Pica Pau Amarelo. O paralelo entre Emília e o super-homem nietzscheano inclusive já foi apontado por Nelly Noaves Coelho que considera a boneca de pano como a mais completa realização do individualismo (COELHO, 1981, p.366-367). Emília pronuncia máximas nietzscheanas com frequência, em *Memórias de Emilia* sua afirmação é paradigmática: “Verdade é uma espécie de mentira bem pregada, das que ninguém desconfia. Só isso.” (LOBATO, s.d, p. 440.)

A proximidade entre o ficcional e o histórico é uma marca constante em Lobato, seja quando questiona ou re-afirma as verdades absolutas. Dentro dessa orientação nietzscheana, a crença em um tempo cumulativo acaba por se relativar já que todo o desenvolvimento técnico voltaria-se para as guerras. A verdade, por sua vez, se mostra, como aponta a fala de Emília, somente um logro bem sucedido. Ao viver, o homem se torna injusto, inevitavelmente mente e guerreia, Emília, um alter-ego de Lobato, não perdoa essa belicosidade humana, estando

disposta a ir às últimas consequências para terminar esse sangrento romance, mesmo que isso implique em destituir o homem de sua condição de civilizado (LOBATO, s.d/1942).

No livro *História do Mundo para as Crianças*, Dona Benta narra para seus netos a história da humanidade. A primeira edição dessa obra data de 1933, mas recebeu incorporações e em sua edição final contempla eventos da Segunda Guerra Mundial. Diferente de outros livros didáticos ou paradidáticos do período, a narrativa se revela agnóstico, não adota um tom patriótico explícito e aborda a colonização das Américas de forma bastante crítica. Neste livro percebem-se duas perspectivas, a otimista, exultante com as conquistas científicas da humanidade, e a negativa, reveladora de um pessimismo perante o constante guerrear dos homens. Pedrinho, Narizinho e principalmente Emília vão desvendando o fio da história apresentado por Dona Benta, fazem constantes intervenções, seja para concordar ou critica os feitos dos homens. Côrtez, por exemplo, é apresentado como um saqueador, que covardemente assassinou Montezuma e pilhou o México, recebendo a conclusão irônica de Dona Benta conclui: “*Era assim que aqueles grandes homens espalhavam a religião de Cristo*” (LOBATO, 1957, p. 205). Quando questionada por que os espanhóis passaram a ser considerados heróis se o que fizeram foi pura e simples pirataria, a resposta de Dona Benta é incisiva:

- A diferença única é que a História é escrita pelos ocidentais e por isso torcida a nosso favor. Vem daí considerar-mos como feras aos tártaros de Gêngis Khan e como heróis com monumento sem toda parte, aos célebres conquistadores brancos. A verdade, porém, manda dizer que tanto uns como outros nunca passaram de monstros feitos da mesmíssima massa, da mesmíssima forma. (LOBATO, 1957, p.206)

*História do Mundo para as Crianças* caracteriza-se não só pelo enfoque pessimista da humanidade, há alusões a possibilidade de uma futura união dos povos e o desenvolvimento da ciência, o capítulo final sobre Hiroshima registra os aspectos positivos e negativos da Era Atômica. Monteiro Lobato foi um leitor de Nietzsche que não foi capaz de recusar totalmente as seduções do projeto iluminista, mesmo admirando a força, o poético e o instintivo, não desvencilhou plenamente da racionalidade do mundo moderno.

Fazendo uso da terminologia nietzscheana, poderíamos atribuir essa ambiguidade do pensamento de Lobato ao fato de que, apesar da afirmação enfática do arrebatamento dionisíaco, apesar do quão instintivas, naturais e espontâneas se mostrem as suas

forças, ele é incapaz de recusar as qualidades apolíneas de equilíbrio, sobriedade, temperança, disciplina, vidas, seja da natureza, seja da civilização, que agem em proveito da força. (FELGUEIRAS, 2001, p.146)

Seria um exagero considerar Monteiro Lobato um pensador da história, mas ele absorveu uma discussão iniciada na Europa e que se estendeu até o Brasil. A relação centro-periferia (campo-cidade) encontrado nos textos lobatianos está vinculada a sua concepção do devir histórico. A desconfiança para com a história oficial fez que Lobato optasse pela literatura como um meio de combate. Monteiro Lobato não rompeu definitivamente com a cultura histórica do seu meio, mas dialogou com diferentes tradições intelectuais na tentativa de compreender o ritmo da sociedade brasileira.

### Referências bibliográficas

- CAUSO, Roberto de Souza. *Ficção Científica, Fantasia e Horror no Brasil. 1875 a 1950*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil*. História – Teoria – Análise (Das origens orientais ao Brasil de hoje). São Paulo, Brasília: Edições Quíron, 1981.
- FELGUEIRAS, Carmem Lucia Tavares. Os Arquitetos do Futuro. Os Estados Unidos segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 141-165, 2001.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima. *História & Ensino de História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória”. In: ABREU, M; SOHIET, R; GONTIJO, R. *Cultura Política: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- HANSEN, Patrícia Santos. *João Ribeiro e o ensino da História do Brasil*. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *História de ensino da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.
- LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca de Gleyre*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1950. T.1. (1ª edição em 1944).
- \_\_\_\_\_. *Cidades Mortas*. LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1950a (1ª edição de 1919).

\_\_\_\_\_. *A Chave do Tamanho*. (Sem informação da Edição). São Paulo: Brasiliense s.d. (1ª edição de 1942).

\_\_\_\_\_. *O Escândalo do Petróleo e Ferro*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1950b. (1ª edição do *Escândalo do Petróleo* é de 1936 e de *Ferro* 1931).

\_\_\_\_\_. *História do Mundo para Crianças*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense 1957. (1ª edição em 1933).

\_\_\_\_\_. *Memórias de Emília*. (Sem informação da Edição). São Paulo: Brasiliense s.d. (1ª edição em 1936).

\_\_\_\_\_. *A Onda Verde e O Presidente Negro*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense 1950c. (1ª edição em 1926).

\_\_\_\_\_. *Urupês*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1950d. (1ª edição em 1918).

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da Ficção: diálogos da história com a literatura. *Estudos de História*, Franca, v.6, n.1, p.67-85, 1999.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

## **O RACISMO, O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA**

**Antonio Carlos Lopes Petean\***

A era industrial gerou uma nova luta por áreas econômicas vitais para as potências europeias. Uma nova expansão colonial teve início no século XIX e, com ela, as incursões no continente africano aprofundaram-se de forma significativa. Inglaterra, França, Itália, Bélgica e Alemanha deram início a uma corrida por espaços e áreas de influência que fossem fornecedoras de matéria prima e pudessem absorver excedentes de capitais. A partir destes objetivos teve início a conquista e partilha do continente africano. A justificativa ideológica para tal empreendimento era levar o progresso a um continente atrasado e primitivo. Este atraso e “primitivismo”, na compreensão da Europa, teria um fator: a natureza. As condições ambientais e os “acidentes geográficos” havia isolado o continente africano, condenando-o ao atraso.

Desde o século XVI o continente africano foi considerado isolado, voltado para si e, este isolamento seria determinado pela natureza. Esta visão determinista da natureza transformou-se na causa fundamental para explicar as diferenças culturais entre europeus e africanos. Diferenças vistas como uma inferioridade determinada pela natureza circundante. Segundo o olhar europeu, este isolamento não teria permitido o desenvolvimento do continente e um processo civilizatório. Processo este, que teria início com a colonização da era industrial. No discurso das potências industriais europeias, o processo civilizatório, a colonização e o desenvolvimento caminhariam juntos, obedecendo a um modelo pré-determinado. Modelo este, imposto de fora e estabelecido pelas concepções culturais europeias.

Segundo esta lógica o continente africano e seus habitantes estavam tiranizados pela natureza e pelo clima, o que explicava, segundo o olhar europeu, o relativo atraso cultural e técnico do continente. Atraso que agora seria superado com a colonização européia. Mas, segundo Waldman e Serrano (2007) um suposto isolamento da África devido as barreiras naturais foi recentemente questionado. Pesquisas apontam que esta

---

\* Professor Adjunto da UFU, doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara, licenciado em História pela UFOP.

---

tese foi outra fantasia criada sobre o continente africano. Uma fantasia para justificar a colonização e o domínio imperialista europeu a partir do século XIX.

O contato mantido no Índico entre a África e a Ásia muçulmana permitiu o surgimento da civilização swahili, que floresceu na costa oriental africana. Resultou do intercruzamento de dez séculos de influências árabes (principalmente do Yemem e Oman), persas (da cidade de Xiraz), indianas e europeias com as da África tradicional. Organizadas em cidades e fortalezas erguidas ao longo do litoral, essa civilização deixou marcas profundas, a começar pelo Kiswahili, a língua africana mais difundida no continente (SERRANO e WALDMAN, 2007: 92)

Estas pesquisas concentram-se nas rotas comerciais, nos estratos linguísticos e nos fluxos populacionais para fora do continente, que permitiram intensas trocas culturais, linguísticas e comerciais. Podemos perceber estes contatos na presença do Árabe em vários dialetos africanos.

Povos não-muçulmanos, como os malgaches, por exemplo, também utilizaram o alfabeto árabe. Por sua vez, línguas francas ou veiculares, como o Kiswahili, haussá e wolof, foram vertidas para o alfabeto árabe ou adaptações do mesmo. Entre os abecedários inspirados no Árabe, contam-se o ajami (ou ajam), difundido entre os haussá e os fula, e o wolofal, entre os wolof (SERRANO e WALDMAM, 2007: 95).

Mas esta perspectiva determinista atravessou séculos, não se ocupou com a diversidade de povos e culturas e, aprofundou-se no século XIX, influenciando profundamente a forma de se olhar para a África e os povos que nela habitam. Povos com grande diversidade étnica, cultural e linguística. E, muito destes povos escravizados e vendidos durante séculos para aplacar a sede do processo colonizador na América.

O contato dos diversos grupos étnicos, escravizados e enviados para a América colonial, com outros povos e culturas gerou uma pluralidade cultural e religiosa própria

do continente americano, principalmente no território colonial português. Esta pluralidade cultural gestada em terras tupiniquins esta presente em todo território nacional, formando o panteão religioso e cultural de matriz africana. Devemos lembrar que, em boa parte, não é apenas de matriz africana. Embora seja extremamente plural as manifestações religiosas e culturais de matriz africana, elas partilharam do mesmo sofrimento imposto pelo preconceito e pela segregação a que foram submetidas por séculos.

Por isso, falar sobre África, cultura afro-brasileira e manifestações religiosas de matriz africana no universo escolar é, no mínimo, um grande desafio. Um desafio que a sociedade brasileira deve enfrentar para combater o preconceito e o racismo que atinge o imenso legado cultural africano e a comunidade afrodescendente.

Durante a vigência da escravidão as práticas religiosas africanas foram cerceadas pelo catolicismo o que dificultou suas práticas, a difusão do seu imaginário e até sua produção artística, segundo CONDURU (2007). O resgate desta cultura, sua valorização e respeito faz parte dos objetivos democráticos da sociedade brasileira e, o sistema educacional deve contribuir para este resgate e esta valorização cultural.

Com este objetivo o ensino de História da África e da cultura Afro-Brasileira e Africana esta presente nos parâmetros curriculares nacionais a partir da lei 10.639/03. Esta lei permite abordar as comunidades quilombolas, as religiões de matriz africana, a Capoeira, o Samba, o tambor de crioula e outras manifestações culturais de raízes africanas de uma forma lúdica e livre de preconceitos. Sendo assim, abordar a delicada temática cultural de matriz africana favorece a reflexão e a formação da cidadania. Cidadania que ainda é uma utopia para boa parcela da população brasileira, principalmente para os afrodescendentes.

Afrodescendentes de grupos étnicos escravizados nos séculos XV e XVI para atenderem a demanda de mão-de-obra das lavouras de açúcar dos impérios coloniais de Portugal, Inglaterra, França e Holanda. Os grupos étnicos escravizados foram trazidos de Moçambique, Congo, Nigéria, Benin e Daomé. Estes nomes, também, são referências e estão presentes na lei 10.639/03, pois esta lei tem como objeto de ensino, estudar as lutas pela independência dos países africanos e, principalmente, as lutas pela independência dos países de língua portuguesa (PALOP). Portanto, ela nos permite

---

discutir as lutas de independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Além destes temas, esta lei abre possibilidades para uma discussão sobre o culto aos orixás que chegou até nós através dos povos escravizados que, em contato com a cultura cristã portuguesa e com a cultura indígena geraram as diversas religiosidades de matriz africana. Geraram o Candomblé, a Umbanda, o Tambor de Mina, o Batuque de Umbigada e o Tambor de Crioula. Manifestações culturais consideradas marginais pelo código penal brasileiro que as enquadrava na categoria de vadiagem.

Mas o preconceito que pesa sobre os africanos, os afrodescendentes e suas respectivas manifestações culturais é secular. Encontramos representações preconceituosas e racistas sobre a África e os povos que nela habitam desde a antiguidade. Representações que ganharam fôlego no período medieval, como nos descreve Serrano e Waldman:

No período medieval, diversas imagens subalternizantes a respeito dos africanos foram articuladas no seio do imaginário europeu. Uma dessas peças imaginárias foi a infame teoria camita, interpretação que estigmatizava os negros enquanto descendentes do personagem bíblico Cam como indignos, posteriormente conotada pelo pressuposto de que os africanos estariam fadados a escravidão. (SERRANO e WALDMAN, 2007:24)

A teoria camita afirma de forma categórica que o filho de Noé, Cam, teria zombado do pai e, devido a esta postura recaiu sobre ele e seus herdeiros a praga da escravidão. Os herdeiros de Cam na Bíblia habitariam a orla africana do mar vermelho. A teoria camita foi agregada a cartografia de Cláudio Ptolomeu e a cosmologia cristã e, a partir daí justificou o lugar social e territorial dos povos africanos (SERRANO e WALDMAN, 2007).

Na cosmologia cristã a África foi simbolizada como um lugar quente, demoníaco por excelência, habitado por seres monstruosos. Um território desprovido de vida civilizada, de razão e cultura. Estas representações fizeram parte da história intelectual europeia, pois segundo SERRANO e WALDMAN (2007) os iluministas Voltaire, Kant e Jefferson negaram aos africanos a posse de capacidades literárias.



---

Estes pensadores relacionavam História com registros escritos e, assim, consideraram a África e os povos africanos destituídos de História e fora da História da humanidade. Mas, os povos africanos sempre se valeram da transmissão oral e da memória como forma de registrar suas histórias. Eles têm na transmissão oral o seu meio de perpetuação cultural e construção de laços sociais. Estudos de História oral reconhecem na transmissão oral de histórias, valores e crenças um mecanismo intimamente ligado a perpetuação da memória social e de construção de sentidos.

Além de imagens baseadas na teoria camita e, posteriormente aos iluministas, encontramos representações preconceituosas que encontram suas justificativas no ambiente cultural e na natureza. Estas representações não podem ser classificadas de “racismo científico”, pois o conceito de raça proveniente das ciências naturais ainda não se faz presente nas ciências e observações empíricas dos séculos XVII e início do XVIII. Segundo Wieviorka:

As ideologias racistas evoluíram consideravelmente no decorrer da era moderna. Em um primeiro tempo, durante os séculos XVII e XVIII, dominam, não sem uma grande diversidade suficiente, representações do outro que se podem denominar de proto-racistas. Algumas, notadamente explicam as diferenças físicas dos africanos ou dos Índios da América, elas mesmas percebidas como causa ou marca de uma inferioridade, pelo meio ambiente em que eles vivem: o clima, a natureza, mas também a cultura, a civilização na qual eles são socializados. Desse ponto de vista, o negro africano é um selvagem, mas que pode ser civilizado e mesmo ver sua aparência física transformada pela colonização. (WIEVIORKA, 2007:19)

Esta representação sobre a inferioridade de determinados povos tinha como objetivo fornecer uma justificativa para a escravização de diversos grupos étnicos africanos e indígenas. Segundo SERRANO e WALDMAN (2007) o imaginário europeu estabeleceu para a África e seus habitantes, várias representações desqualificantes e inferiorizantes. E, estas representações contribuíram de forma pejorativa para a imagem sobre o continente africano e sobre os grupos étnicos que foram escravizados e trazidos para a América colonial portuguesa. Até o termo África subsaariana é pejorativo quando se sabe que ao sul do Saara existe uma população predominante negra. O termo “sub”

---

deve ser visto como inferiorizante e vinculado aos interesses coloniais da Europa imperialista. Mas as representações estereotipadas sobre o continente africano e sua população são bem mais antigas.

Evidentemente, tal regime de estereotípias, não constituindo uma elaboração exclusiva da Europa contemporânea, apresentou alterações ao longo do tempo. Na verdade, os mecanismos simbólicos da exclusão do outro remontam há muitos séculos, estando profundamente enraizado no legado cultural europeu. As fabulações europeias a respeito da África são antigas, podendo ser localizadas em um variado conjunto de elaborações socioculturais. É a partir desse passado remoto que se estratificaram os preconceitos cultivados contra o outro, personificado em diferentes momentos pelos bárbaros, tártaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, assim como pelos negros africanos. (SERRANO e WALDMAN, 2007:24)

A partir daí podemos compreender os estereótipos que recaíram sobre a população negra escravizada e suas manifestações culturais e religiosas. Ainda que a imagem da África tenha variado ao longo de séculos, é indiscutível que o continente e seus grupos étnicos foram os que mais sofreram com as imagens excludentes e inferiorizantes construídas pelos europeus, segundo SERRANO e WALDMAN (2007). Imagens que inferiorizaram negros escravizados e ainda estão presentes em terras Américas e particularmente no Brasil, impedindo uma igualdade de tratamento e direitos entre afro-brasileiros e outros grupos étnicos que participaram da formação da sociedade brasileira.

Portanto, a discussão sobre cidadania, no Brasil, deve passar pela temática cultural de matriz africana e por uma reflexão sobre o preconceito cultural e racial que vitimou a África, os povos que nela habitam e as manifestações culturais africanas e Afro-Brasileiras.

O termo racismo, embora seja relativamente recente no vocabulário político ocidental, ele sempre nos remete a práticas e atitudes que conduzem nossa memória a pensar no holocausto nazista. Mas, se a escravidão significou, historicamente, um holocausto para a população africana, o racismo e o preconceito que a acompanharam são responsáveis por um etnocídio que ainda precisa ser combatido.

Desde 2003, a lei de Diretrizes e Bases estabelece que as escolas brasileiras devem abordar a cultura africana e afro-brasileira, com o objetivo de debater o preconceito, o racismo e a visibilidade deste universo cultural que muito contribuiu para a formação da identidade nacional. A lei 10.639/03 cita explicitamente as disciplinas de História, educação artística e literatura como responsáveis pelos conteúdos a serem trabalhados.

Mas hoje, outras disciplinas já possuem conhecimentos e instrumentos para abordarem a temática da História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana. Além desses temas proporcionarem um resgate de parte da nossa História, ele permite que diferentes disciplinas dialoguem para combaterem o preconceito e o racismo que atingem a população afro-brasileira e as manifestações culturais de matriz africana.

A luta contra a escravidão, o racismo e o preconceito tem um símbolo: Zumbi dos Palmares. Se os corpos dos africanos foram escravizados, as suas mentes e corações não foram. As lutas contra a escravidão e contra o preconceito fizeram parte da vida de ilustres homens da nossa História. É esta luta e este símbolo (Zumbi) que devem servir de parâmetros para a construção de uma sociedade igualitária e baseada na tolerância étnico-racial e religiosa.

Vale lembrar aqui que o Samba, a Capoeira, o Candomblé, o Tambor de Mina, os batuques, as Congadas e outras manifestações culturais afro-brasileiras, criadas e recriadas pelas populações escravizadas, sempre sofreram e, ainda sofrem com o preconceito de vozes ignoras que não param de gritar sua intolerância, buscando sempre, censurar a dor e o resgate de parte de nossa História. Sendo assim, o dia da consciência negra deve fazer parte do nosso calendário como uma referência para combatermos o preconceito e o desrespeito em relação à luta dos afro-brasileiros pela valorização e reconhecimento de suas manifestações e tradições culturais. Vale lembrar que uma nação não é composta de uma única tradição, de um único povo, de um único grupo étnico.

Portanto, não podemos censurar mais uma vez as vozes negras e os corações Afro-brasileiros, negando o direito a visibilidade para as tradições culturais de matriz africana.

Não devemos ressuscitar a saga selvagem, violenta e cruel do bandeirante Domingos Jorge Velho que no ano de 1694 destruiu o Quilombo dos Palmares, matando

crianças, velhos e toda a população ali residente. Não devemos apagar da memória a luta contra a escravidão.

Abordar esta temática nos bancos escolares contribuirá para uma sociedade mais democrática, pluralista e tolerante. Para isso, são fundamentais as reflexões e pesquisas sobre o legado africano que afloram nas mais variadas ciências. Estas pesquisas são mais significativas para as ciências sociais, pois permitem desconstruir representações, sobre o negro e sobre o mestiço, que seus precursores construíram. Segundo ORTIZ (2006), os precursores das ciências sociais no Brasil, Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, trataram da questão racial com um contorno claramente racista. Para Ortiz estes pesquisadores introduziram no estudo da realidade nacional, modelos de representação racista e determinista. Daí a importância das políticas afirmativas para os afro-brasileiros e para as ciências sociais.

### **Referência bibliográfica**

- CONDURU, Roberto. Arte Afro-Brasileira. Belo Horizonte: editora Arte, 2009.
- HUGON, Philippe. Geopolítica da África. Rio de Janeiro: FGV editora, 2009.
- JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. São Paulo: editora Brasiliense, 1979.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: editora Brasiliense, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. Lilia Moritz. Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. Memória D'África: A Temática Africana em Sala de Aula. São Paulo: editora Cortez, 2007.

## RAUL SEIXAS, UM FILÓSOFO TRÁGICO BAIANO<sup>1</sup>

Gabriel Giannattasio\*

O presente ensaio parte da formulação de duas questões fundamentais para a historiografia pós virada linguística: a primeira diz respeito a da autoridade da metaficção historiográfica<sup>2</sup>, que deve ser tratada nas mesmas condições de autoridade

---

<sup>1</sup> Este ensaio nasceu do processo de produção do programa radiofônico “Estação Raul” veiculado pela rádio UEL-FM, desde outubro de 2010.

\* Professor associado do departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

<sup>2</sup> ‘Durante os anos 60, teria surgido um novo interesse da literatura pela história. Uma nova forma de narrativa, de dar sentido ao passado, foi identificada pela crítica literária canadense Linda Hutcheon, pelo nome de metaficção historiográfica. Ela fala detalhadamente sobre o assunto em seu livro: Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção.

Ela explica que devemos iniciar pela compreensão do pós-modernismo como “uma atividade cultural que pode ser detectada na maioria das formas de arte e em muitas correntes de pensamento atuais”. E o que ela chama de pós-moderno é um fenômeno fundamentalmente contraditório, deliberadamente histórico e inevitavelmente político. Por isso essa cultura tem um relacionamento contraditório com aquilo que costumamos classificar como cultura dominante, ou, cultura tradicional, e é por isso que ela contesta a separação tradicional da história e da literatura.

O gênero romance, especificamente aquilo que Hutcheon chama de metaficção historiográfica é enfatizado em seu estudo, e define:

Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente auto-reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos [...] sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser a base para seu repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado. (HUTCHEON, 1991, p.21-22)

A metafictionalidade dos romances coloca em debate o problema do conhecimento do passado, de como é possível conhecê-lo, a forma como se escreve a respeito da “realidade” do passado, sobre os fatos conhecidos. No romance pós-moderno, como também pode ser chamado a metaficção historiográfica, a literatura e a história fundem-se, rompem suas fronteiras simultaneamente, tornam-se fluídas, mostrando-se gêneros indefinidos e permeáveis.

Devido a uma antiga e complexa relação entre história e literatura, surge a dificuldade em delinear, de maneira precisa, o limite de cada uma dessas disciplinas.

Na metaficção historiográfica, história e literatura se juntam e se conciliam para problematizar a história tradicional e revelar ao público, versões inéditas de interpretações, trazendo uma reelaboração crítica, com análises que inquietam o homem e mostram as incertezas contidas em um mundo instável de provisoriedade e indeterminação.

Linda Hutcheon considera que a ficção e a história são construções linguísticas, convencionadas em suas formas narrativas, “que se distinguem por suas estruturas, estruturas que a metaficção historiográfica começa por estabelecer e depois contraria”. Portanto, essa nova modalidade de romance que trata da história, sem, no entanto, pretender ser história, revela uma leitura alternativa do passado como uma crítica à história oficial, e esta negação da verdade absoluta se deve ao caráter contraditório do pós-modernismo.

Enquanto no romance histórico, do século XVIII, as preocupações se davam em relação às mentiras, e à falsidade, a pós-modernidade procura mostrar que só existem verdades no plural, e de que não existe nenhuma verdade eterna, pois a metaficção historiográfica adota uma ideologia de pluralidade e reconhecimento da diferença. O autor desta modalidade de romance faz o ato de repensar o fato histórico, buscando um novo sentido à história anteriormente conhecida, revelando novas vozes e novas versões da realidade.

que os outros gêneros narrativos, ou seja, os gêneros que se creem não ficcionais, e a segunda que trata da análise das categorias acadêmicas modernas, colocando-as sob suspeição, tais como: o conhecimento visto não mais como um tratado e sim como gênero ensaístico, a crítica ao eu autoral como garantia da unidade da obra e, por fim, a dimensão do vivido como aquilo que escapa à linguagem. Dito isto, podemos anunciar do que trata nosso tema em questão.

Raul Santos Seixas deixou uma expressiva obra musical, reunindo nela suas influências literárias e filosóficas. Sabe-se que o músico baiano, nascido em 28 de junho de 1945, teve no ambiente contracultural<sup>3</sup> a sementeira de seu trabalho, mas não se confundiu com os movimentos estético-musicais à ele contemporâneos, tais como, a bossa nova, a música de protesto, a jovem guarda e os tropicalistas. E, ainda que a contracultura tenha sido seu ambiente gestacional, realizou seu próprio balanço dela, a seu modo dizia: ‘não há propósito de existir se não for pra deixar a sua marca’. E ele deixou a dele e esta, só a ele pertence.

Anunciou, através de seu trabalho, três ideias que, de certa forma, o acompanhariam durante sua vida musical, a saber: a metafísica, Raul alimentava a ideia de escrever uma obra metafísica e já havia dado um nome a ela, se chamaria ‘verbalóide’ [isto porque reconhecia no verbo a origem do que chamamos de homem e humanidade, o homem só era homem por ser um animal dotado de linguagem]; a ópera como obra de arte total e no seu caso uma ópera bufa [este foi um outro projeto que Raul alimentou, o de produzir uma ópera-rock que também já tinha um nome, se

---

Georg Lukács elaborou as características do romance histórico, sendo esta a mais influente e específica, e embasada nesse estudo, Hutcheon (1991) descreve os perfis do romance histórico e do metaficcional historiográfico. De acordo com ela, na concepção de Lukács, o romance histórico encena o processo histórico por meio da apresentação de um microcosmo que generaliza e concentra, onde o protagonista deveria ser um tipo, sendo ele uma síntese do geral e do particular. A partir desta definição, na concepção de Hutcheon, os protagonistas da metaficção historiográfica são os marginalizados, os excêntricos, as figuras periféricas da história ficcional. Com o reconhecimento das diferenças, não existe a noção de universalidade cultural, o tipo perde a função, sendo atacado com ironia quando aparece.

‘Ainda sobre as diferenças entre o romance histórico e o metaficcional historiográfico, Lukács considera que a utilização do detalhe é insignificante, sendo apenas um meio de obter veracidade histórica. Já o romance pós-moderno, segundo Hutcheon (1991), contesta essa característica, pois os detalhes tornam-se importantes, então se aproveita das verdades e das mentiras do registro histórico’. (Yubunaka, Isabella Mie:2012, impresso).

<sup>3</sup> O importância do tema da contracultura pode ser avaliado, pelo leitor, pelo recém lançado filme do diretor Walter Carvalho, ‘Raul Seixas, o início, o fim e o meio’.

chamaria ‘opus 666’]; e, por fim, o rock’n’roll como atitude, para além de um gênero musical, o que significa dizer que foi esta atitude que ele levou para os mais variados gêneros musicais, a atitude rock’n’roll contaminou o brega, o bolero, a valsa, o baião, o country, o samba, a moda de viola [a atitude rock’n’roll é a atitude desafiadora, é o pensar e produzir crítica e livremente ou aquilo que numa linguagem nietzscheana chamaríamos de um *pensamento extemporâneo*, o que poderia, numa expressão mais coloquial e atual, ser nomeado de *politicamente incorreto*].

Para perseguir tais argumentos, selecionei os ‘momentos filosóficos’, por excelência, da metafísica verbalóide do filósofo baiano, a saber: *Metamorfose Ambulante*, como argumento para a dissolução do eu autoral colocando em cena o conceito de máscara, *Sim*, enquanto atitude afirmadora da existência, *Minha viola*, que situa a obra musical raulseixiana no espírito da filosofia trágica dos gregos arcaicos, *Caminhos*, que oferece a compreensão propriamente filosófica à ideia do conhecimento e da vida como processo, como experimentação.

Aqui é importante que se diga que a ópera, enquanto obra de arte total, seria capaz de dissolver na cena operística a existência musical do artista mascarado Raul Seixas. Ou seja, Raul fez da sua vida o cenário por onde seus personagens desfilariam (2011). Mas, para além disso, pensou no melhor formato para a representação de sua ópera e, encontrou no gênero bufo a forma adequada de entrar em cena. A alegria e a irreverência, de que é portador o protagonista da ópera-bufa o *bobo da corte*, faz de Raul um candidato seríssimo ao papel. Dois outros elementos caracterizam a ópera bufa e o trabalho de Raul, seus apelos populares e suas vocações cômicas, seu escárnio e maldizer. Isto faria da alegria o antídoto contra a vida sisuda e séria, oferecendo leveza ao mais pesado dos pesos. Daí que falar da obra raulzeana exige que falemos dela musicalmente, ou como gostava de dizer o alemão de ‘testa larga e bigodes fartos’ um pensamento trágico é aquele capaz de por as dores do mundo pra dançar. Por isto, também, nosso personagem baiano, se apresenta no palco da vida encenando uma ópera bufa.

### **A contracultura trágica raulzeana**

Raul Santos Seixas foi contemporâneo das mais importantes vanguardas musicais brasileiras, tais como, a Jovem Guarda, a Bossa Nova, os Tropicalistas e Os Novos Baianos, tendo ele mesmo, em parceria com Miriam Batucada, Edy Star e Sergio Sampaio, lançado seu próprio manifesto: ‘A sociedade da Gran-ordem Kavernista’ em 1971.<sup>4</sup>

O manifesto estético-cultural do grupo anunciava, ao mesmo tempo, seu pertencimento ao momento epocal e sua originalidade em relação ‘à linha evolutiva da música popular brasileira’. Ali na ‘Sociedade da Gran ordem kavernista’ já anunciava a estética bufa como gênero de sua ópera. Sim, Raul era contracultural à sua maneira e se foi influenciado pela época, não se deixou capturar pelo ‘espírito de seu tempo’. Há uma contracultura tipicamente raulzeana! Tomemos o tema, dentre outros, da sexualidade e vejamos o quanto Raul era um espírito em luta com o seu tempo e com o nosso. A música ‘rock das aranha’, e é assim mesmo que se escreve caro leitor ‘rock das aranha’ sem ‘s’, foi proibida de ser difundida nas rádios na época de seu lançamento, em 1980, muito possivelmente, em função do conservadorismo sexual do momento. E hoje ela continua sendo uma forte candidata a ser perseguida por várias ordens de feministas, gays e lésbicas.

Um dos gurus da contracultura, Herbert Marcuse<sup>5</sup> dizia que a sociedade ocidental ensinava a vermos as coisas numa única dimensão. Ou seja, o homem ocidental via o mundo a partir das proibições de sua cultura, via o mundo como um cavalo usando um tapa-olhos imaginário.

O mundo da sexualidade, visto pela perspectiva desta cultura do tapa-olhos imaginário, tinha um nome e se chamava heterossexualidade. O que fizeram os herdeiros da contracultura? As feministas, os gays, as lésbicas? Realizaram um trabalho de inversão da identidade sexual, a nova cultura ocidental não é mais hetero, mas, homossexual.

---

<sup>4</sup> Consultar: <http://www.youtube.com/watch?v=x-6Z91lqG3g>

<sup>5</sup> ‘A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional’ de Herbert Marcuse, escrita em 1964.



Continuamos como éramos, animais de uma só dimensão. O que fizemos? Simplesmente, invertemos, perigosamente, os valores. Raul percebia, já em seu tempo, estas tendências o triunfo de uma sociedade profundamente narcísica fundada num ódio contra tudo aquilo que crê não ser, a sociedade de uma intolerância invertida, negadora da vida. É esta visão niilista de mundo que triunfa ao fazer da homossexualidade a santa sagrada do mundo contemporâneo.

A bicha! Essa Santa Sagrada do mundo contemporâneo!

A diferença da contracultura trágica de Raul desta, que dizem ser, a contracultura dos anos 60 está em reconhecer que ‘essa estrada não tem saída..baby’, porque nenhuma estrada tem saída. Não se trata, então, de fazer uma mera inversão dos valores, como se dissessem, se há uma cultura, agora é preciso uma contracultura. A contracultura trágica raulzeana indica isto, o mundo não unidimensional, nem bidimensional, mas multidimensional e sem soluções finalistas.

### **Uma filosofia raulzeana: o método experimental**

A filosofia raulzeana é aquela que valoriza o meio em detrimento do início e do fim. O que significa dizer que o meio é um caminho presente e perene do começo ao fim. Ele expressou isto de diversas maneiras, cantou ‘o hoje é apenas um furo no futuro por onde o passado começa a jorrar’ e, neste caso, identificando o caminho, o processo, como manifestação do eterno presente, mas também na música ‘caminhos’ e ‘caminhos I’, em ambas uma espécie de apologia ao experimentalismo da vida: ‘e até a gaivota que voa já tem seu caminho no ar’. Esta valorização do meio, do processual, faz de Raul um crítico das ideologias finalistas dos utopistas contraculturais, tal como ele expressa na música cachorro-urubu:

“Baby, essa estrada  
é comprida  
Ela não tem saída  
É hora de acordar  
Pra ver o galo cantar

Pro mundo inteiro escutar

Baby a estória é a mesma

Aprendi na quaresma

Depois do carnaval

A carne é algo mortal

Com muita de avançar sinal”

(Seixas:Cachorro-urubu, 1973)

Já na tradição filosófica moderna, o método ou caminho, é um argumento apriorístico e todos devem estar de acordo sobre seus procedimentos. Afinal, se o caminho nos leva a deus ou a verdade, e se deus é um e a verdade é uma só, o caminho só pode ser universalmente válido para todos nós. Para os que procuram deus ou a verdade, o mundo é unidimensional. Não há a hipótese de que cada um inaugure seu próprio caminho, legitimamente reconhecido, o caminho da verdade é a mentira, diria Raul, assim como ‘o caminho do reto é o torto’.

Contudo Raul diagnóstica uma das patologias modernas, o niilismo, afinal o que fazer ‘se há tantos caminhos na vida e pouca esperança no ar e se até a gaiivota que voa já tem seu caminho no ar’? Uma das manifestações do niilismo é o da paralisia diante das tantas possibilidades. O que fazer se agora não há quem me diga, vá por aqui ou por ali? Raul diz, na infinidade de possibilidades que se apresentam não fique paralisado pela dúvida.<sup>6</sup> O caminho se faz caminhando<sup>7</sup>.

### **Afirmção jubilosa da vida: o ‘amor fati’ raulzeano**

O ano de 1882 apenas começava, este ‘santo janeiro’, como a ele se refere o filósofo alemão. Agora, como se desfrutasse de uma outra saúde, Nietzsche revela aquele que deveria ser, seu amor a vida, seu amor ao instante:

“Hoje, cada um se permite expressar o seu mais caro desejo e pensamento: também eu, então, quero dizer o que desejo para mim mesmo e que pensamento,

<sup>6</sup> Consultar: <http://www.youtube.com/watch?v=xxJ63xVi218>

<sup>7</sup> Jean François Lyotard, diagnóstica, no livro ‘O pós-moderno explicado às crianças’, um movimento de crítica ao experimentalismo, assim se refere o autor:

“Mas há nos convites multiformes para suspender a experimentação artística uma mesma chamada à ordem, um desejo de unidade, de identidade, de segurança, de popularidade.” (Lyotard:1993, p. 16)

este ano, me veio primeiramente ao coração – que pensamento deverá ser para mim razão, garantia e doçura de toda a vida que me resta! Quero cada vez mais aprender a ver como belo aquilo que é necessário nas coisas: - assim me tornarei um daqueles que fazem belas as coisas. Amor fati [amor ao destino]: seja este, doravante, o meu amor! Não quero fazer guerra ao que é feio. Não quero acusar, não quero nem mesmo acusar os acusadores. Que minha única negação seja desviar o olhar! E tudo somado e em suma: quero ser, algum dia, apenas alguém que diz Sim!” (Nietzsche:2001, p. 188)

Se a metafísica raulzeana constitui uma metanarrativa ela não é e nem pretende ser transcendente, nem modelar. Cada um é uma estrela que carrega seu amor e sua dor. Festejar a existência, a cada instante, porque é o que a vida tem pra dar. A música *Sim* é uma declaração de amor incondicional à vida! Ainda que as águas sejam turvas e anunciem este canto que não presta, que tanta gente então detesta, *O homem Raul* afirma: ‘quero estar vivo para ver o sol nascer’. Com a leveza de quem carrega o mundo e sobe, pelo elevador dos fundos, sem sequer sentir. Afirmar incondicionalmente a vida significa *querer ser o homem que se é*.<sup>8</sup>

### **As máscaras raulzeanas ou ‘metamorfose ambulante’**

Ideia central na vida e na obra do artista baiano, a máscara atravessa toda a sua produção. Isto permitiu que Raul tomasse para si os mais diferentes papéis, o que também lhe franqueou o acesso aos mais diferentes universos, ora transando com deus, ora com o lobisomem. Raul, como personagem, é um peregrino, um passante, um viajante, o outro é aquele que tem RG e CPF. Um responde cível e criminalmente pelo que faz, pela sua conduta, o outro, o dos personagens, é livre. O intelecto, esse mestre do disfarce, está livre e dispensado de seu serviço de escravo, e a palavra se liberta do desejo de servir ao real e de ser submetido a uma tirania da representação: por que o azul é o azul, o lilás é lilás, porque distinguir o sim de sul, porque confundir não e mais, porque igualar desiguais? A ideia de máscara põe em suspeição os conceitos de autor e de obra, pois ambas, exigem o fundamento da identidade. Qual destas máscaras representa a verdadeira identidade do filósofo baiano? Qual delas é ele? Este é um

---

<sup>8</sup> Consultar: <http://www.youtube.com/watch?v=3dyRDm-Tw5A>

mistério da existência humana, ‘jamais me revelarei’, anunciou Raul na música *Nuit* que compõe seu último disco.<sup>9</sup>

### ‘Minha viola’: o sertanejo Raul Seixas

Em *O nascimento da tragédia no espírito da música*, obra de 1872, Nietzsche (1998) desafiava a tradição dos estudos clássicos, não só ao valorizar a chamada Grécia arcaica, em detrimento da Grécia clássica, mas ao questionar a concepção tradicional acerca dos gregos, vistos como um povo sereno e apolíneo:

“Para poderem viver, tiveram os gregos, levados pela mais profunda necessidade, de criar tais deuses, cujo advento devemos assim de fato nos representar, de modo que, da primitiva teogonia titânica dos terrores, se desenvolvesse, em morosas transições, a teogonia olímpica do júbilo, por meio do impulso apolíneo da beleza – como rosas a desabrochar da moita espinhosa.” (Nietzsche, NT:1998, p. 37)

Nesta obra Nietzsche nos oferece uma interpretação singular da cultura grega, nela o filósofo alemão indica a importância da arte, e em particular da música, como uma espécie de antídoto ao pessimismo aniquilador dionisíaco. A arte e a música contribuiriam na constituição e adensamento desta ‘tênue membrana de alegria e vida sobre o imenso escuro horror’.<sup>10</sup>

Aquele povo pequeno, pequeno e lá de longe. Um sertanejo da pedra pelada, lascada e reluzente, um povo que não se vê mais por aí. Um povo que sabia a cada alegria, logo, logo, o que viria, um povo que sabia a cada alegria a dor que ali se escondia. Ainda assim, um povo, um povo que ri!! ‘Cultivadores de rosas na moita espinhosa. ‘Canta canta a minha alegria, canta para eu não chorar, entrarei no céu contigo, quando minha hora chegar’, assim entoava sua trágica alegria, o sertanejo Raul Seixas. Poderíamos invocar o grego arcaico como uma espécie de sertanejo nietzscheano, do mesmo modo que poderíamos falar do sertanejo de Guimarães Rosa, ou ainda, o de Manoel de Barros. Mas aqui queremos falar de um sertanejo baiano que canta poeticamente sua passagem pelo mundo, afinal, assim ele se apresenta em ‘minha viola’:

---

<sup>9</sup> Consultar: <http://www.youtube.com/watch?v=vZMmRamyzdc>

<sup>10</sup> Consultar: <http://www.youtube.com/watch?v=6EBSQUVp9Tc>

“quando sai do sertão não tinha nada de meu

a não ser essa viola

que foi meu pai quem me deu”

(Seixas:Minha viola)

A viola e a música são indissociáveis da experiência raulzeana no mundo. Pelo mundo ele vai andando, subindo morro, descendo serra, a sua viola ele vai levando, relembrando a sua terra. O caipira Raul elege, aqui, a viola como seu mais íntimo parceiro e testemunho. É com ela que ele escreverá o breviário de sua vida. É com ela que ele enfrentará a solidão e os horrores do seu sertão, a aridez de seu solo, o desespero e o niilismo. É na companhia inseparável de sua viola que ele espera a sua hora chegar e é acompanhado dela que ele retornará à natureza, fazendo da música o balsamo da existência.<sup>11</sup>

“Canta canta minha alegria

Canta para eu não chorar

Entrarei no céu contigo

Quando minha hora chegar”

(Seixas:Minha viola)

## **Bibliografia**

GIANNATTASIO, Gabriel & outros. ‘Poéticas sonoras: Estação Raul’ in: **Cartografias da voz: poesia oral e sonora, tradição e vanguarda** (Org. Felipe Grüne Ewald & outros). São Paulo:Letra e Voz, 2011.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo, história, teoria e ficção**. São Paulo:Imago, 1991.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Trad. Glasone Rebuá. Rio de Janeiro:Zahar, 1979.

---

<sup>11</sup> Consultar: <http://www.youtube.com/watch?v=Q6FMrvXVN1k>

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo:Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Gaia Ciência**. Trad. Paulo Cesar Souza. São Paulo:Companhia das Letras, 2001.

LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno explicado às crianças**. 2ª edição, Lisboa:1993.

### **Filmografia**

CARVALHO, Walter. **Raul Seixas, o início, o fim e o meio**, 2012.

### **Internet**

[www.estacaoraul.blogspot.com](http://www.estacaoraul.blogspot.com)

### **Discografia**

Raul Seixas. **Discografia completa**.

## TRADUÇÃO E TRANSPOSIÇÃO: LINGUAGEM E CRÍTICA NA HISTORIOGRAFIA DE WALTER BENJAMIN

Josias Freire \*

Nas linhas que se seguem apresentaremos algumas considerações sobre a relação entre a teoria da tradução e a filosofia da história de Walter Benjamin mediante a análise de um de seus mais conhecidos textos. O ensaio *A Tarefa-Renúncia do Tradutor (Die Aufgabe Des Übersetzters)* (BENJAMIN, 2011; BENJAMIN, 2001) foi escrito em 1921 e publicado em 1923, como prefácio da tradução da obra *Tableaux parisiens* de Charles Baudelaire, tradução realizada por Benjamin nesse período (BENJAMIN, 2000, p. 263). Nossos comentários acerca deste texto terão como centro a filosofia da linguagem que serve de apoio à apresentação dos temas centrais do ensaio de Benjamin: a tarefa do tradutor e o problema da tradução. Aqui a luz deste texto só poderá ser captada pelas frestas do inteligível – talvez traindo o próprio tema do texto: o apego à materialidade literal é a nossa única alternativa frente a este texto imensamente rico e difícil.

A tradução para Walter Benjamin não se destina ao leitor (BENJAMIN, 2001, p. 191), pois seu objetivo não é comunicar algum conteúdo, nem mesmo comunicar algo do original (BENJAMIN, 2001, p. 189). Contra a concepção de tradução como comunicação de conteúdos presentes no original Walter Benjamin apresenta um conceito de tradução que, para ser compreendido em sua complexidade, se deve voltar ao original, que possui tão somente a “lei formal” da tradução (DERRIDA, 2006), este retorno ao original se legitima em um índice pertencente a ele, que Benjamin chama de “traduzibilidade”. Nas palavras do crítico alemão: “A tradução é uma forma. Para compreendê-la como tal, é preciso retornar ao original. Pois nele reside a lei dessa forma, enquanto encerrada em sua traduzibilidade” (BENJAMIN, 2001, p. 191).

A tradução enquanto forma reside no original, então é o original que deve ser visado se quisermos apresentar uma ideia autêntica – em oposição à “má tradução” (BENJAMIN, 2001, p. 191). O que determina a possibilidade da tradução – a lei de sua forma – encerra-se na traduzibilidade da obra. Para Benjamin a traduzibilidade, índice essencial no original, determina a tradução e a permite relacionar-se com o original – uma relação íntima, mas que

---

\*Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás.

não determina o original, senão naquilo que lhe sobrevive (posto residente em seu caráter essencial): para Benjamin a tradução visa o original essencialmente – mesmo a tradução não sendo essencial ao original – na continuação de sua vida: “Pois a tradução é posterior ao original e assinala, no caso de obras importantes, que jamais encontram à época de sua criação seu tradutor de eleição, o estágio de continuação de sua vida” (BENJAMIN, 2001, p. 193). A tradução revela no original a continuação de sua vida, caso esse original, a tradução se relaciona ao original a partir da continuação de sua vida: reside sobre algo posterior à época do original, algo que na época do original, ainda não era acessível: por isso se relacionam, são possíveis e desdobram a partir da continuação da vida, da sobrevivência, da sobrevida, e não da vida do original, lá de sua época.

Desta forma fica evidente que para Walter Benjamin a tradução se relaciona com o original a partir da possibilidade de ultrapassar a vida desse: nas traduções “[...] a vida do original alcança, de maneira constantemente renovada, seu mais tardio e vasto desdobramento” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Na tradução algo para além da vida – que é caracterizado por sua constante renovação – do original se realiza, tardiamente – em momento posterior a sua vida, posterior a sua época, momento de sua sobrevida – e, vastamente: maior que o original, mais extenso, mas, mais importante, mais intenso – trata-se da vastidão mutável, tardia, daquela vida. A ideia de vida das obras não é uma metáfora, não se refere à vida meramente orgânica e muito menos a qualquer tipo de vida psicológica – não “trata-se de estender o império da vida sob o débil cetro da alma [...]” (BENJAMIN, 2001, p. 193). O “domínio da vida” só pode ser determinado *a partir* da história (BENJAMIN, 2001, p. 193): trata-se aqui – na relação *vital* entre a língua do original e a língua da tradução – não “tanto da sua vida quanto de sua sobrevivência” (BENJAMIN, 2001, p. 193). Na “vida mais vasta”, a história, a tradução se relaciona com a vida do original, naquilo que esta vida tem de sobre- e de continuação da vida [*Über-* e *Fortleben*]. A imagem da vida aparece neste momento para assinalar que é onde a vida encontra a história – na morte, no inumano, no inefável, ou, como preferimos, naquilo que ela tem de transitório, de passadidade e de esquivo – é onde o original continua, ou melhor, se *apresenta* – se torna, transforma presente – na tradução. A sobrevivência das obras é assim a pós-vida de seu original na tradução:

“A insistência com que Benjamin fala da sobrevivência (*Überleben*), da continuidade da *vida* (*Fortleben*) e do renascer da obra (*Aufleben*) nas potenciais traduções é, na verdade, índice invertido da presença da morte em toda dimensão vital, uma vez que



se trata não tanto da vida (*Leben*) em si, mas de algo que a faz ultrapassar (*Über*), avançar (*Fort*) ou elevar (*Auf*) para além de um certo limite” (LAGES, 2002, p. 221).

Aquilo que W. Benjamin mostra na vida, melhor, na continuação da vida, do original é algo que pertence à “esfera” da vida, mas é diferente dela, pois pertence a uma “esfera mais elevada” da vida; aquilo que mudando – como vida que é – lhe permanece: “Todas as manifestações finalistas da vida, bem como sua finalidade em geral, não são conformes, em última instância, às finalidades da vida, mas à expressão de sua essência, à exposição de seu significado” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Qual a essência da sobrevida do original que a tradução *tende* a expressar? “[...] O mais íntimo relacionamento das línguas entre si” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Esta apresentação essencial – “mediante a tentativa” é, de acordo com Benjamin “intensiva”, uma “atualização germinal” que “dificilmente pode ser encontrada no âmbito da vida não-lingüística [*Sprachlicher Leben*]” que “constitui uma convergência muito particular [...]. Consiste no fato de que as línguas não são estranhas umas às outras, sendo *a priori* – e abstraindo de todas as ligações históricas – afins naquilo que querem dizer” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Há algo de essencial nas línguas, que as apresenta como não totalmente estranhas entre si: a parte os desdobramentos, está é a única constatação acerca do essencial, que não se comunica, nem é apreensível, apenas por aproximação, na operação da tradução.

A tradução de acordo com W. Benjamin não pode determinar o original, ao passo que apenas revela sua sobrevivência, sua sobre-, sua pós-vida enquanto continuação – que não é progresso, visto que está história é a história da vida da obra – do original. O caráter histórico dessa vida – que se apresenta pelo caráter vital da história – do original é a sua sobrevivência – “nas gerações posteriores” – e nela a continuação da sobrevida é eterna pois, de acordo com Benjamin, na tradução a atmosfera alcançada pelo original interdita a eternidade de sua vida para garantir outra vida, não tanto vida, mas história, em termos benjaminianos:

“Na tradução o original evolui, cresce, alçando-se a uma atmosfera por assim dizer mais elevada e mais pura da língua, onde, naturalmente, não poderá viver eternamente [*in welchem es freilich nich auf die Dauer zu leben vermag*], como está longe de alcançá-la em todas as partes de sua figura, mas à qual no mínimo alude de modo maravilhosamente penetrante, como o âmbito predestinado e interdito da reconciliação e da plenitude das línguas. Jamais o original o alcança até a raiz, integralmente: mas nele está tudo aquilo que numa tradução ultrapassa a mera comunicação” (BENJAMIN, 2001, p. 201)

O que a tradução tenta para além da vida do original renova essa vida pela apresentação daquilo que é essencial, já presente no original, ainda não revelado: “reconciliação” e “plenitude” [*Versöhnungs* e *Erfüllungsbereich*] das línguas, um âmbito “predestinado” e “interdito” [*vorbestimmten* e *versagten*]. Reconciliação predeterminada, plenitude interdita. A tradução no interior da sobrevida da língua do original se faz, se determina e se desdobra a partir destes termos.

A relação entre tradução e original é marcada pelo lugar reservado ao original. Sua importância não está em ser *gênese*, e sim em marcar a *passagem* (*origem-Ursprung*) – a possibilidade desta passagem, na verdade – entre dois momentos, entre línguas, entre épocas... É sobre esta *passagem* que o texto sobre a tarefa-renúncia do tradutor se desdobra. A traduzibilidade é o índice que determina – no sentido de medir a possibilidade – essa passagem. Nas esclarecedoras palavras de Susana Lages: o conceito de traduzibilidade :

“Pressupõe, por um lado, a aceitação de uma distância, de uma separação de um fundo textual reconhecido como anterior, por definição, inapreensível em sua anterioridade; por outro, implica a destruição voluntária desse texto anterior e sua reconstituição, em outro tempo, outra língua, outra cultura, enfim em uma situação de alteridade ou outridade radical” (LAGES, 2002, p. 204).

A traduzibilidade inerente à linguagem do original indica a possibilidade de sua destruição em favor de sua continuação; traduzibilidade aparecerá na filosofia da história como atualização, tem algo a ver com a destruição como pressuposto da criação e como possibilidade, inerente à vida linguística da obra – o que tem de vida na língua do original – de mudar para nascer, com outra configuração, em favor de algo que talvez seja uma verdade não-revelada na não problematidade da língua adequada ao sentido do original. Destruição que visa brechas entre a harmonia da língua do original para, talvez, entrever ali, algo já obscurecido pelo *status* da língua original. Ainda de acordo com S. Lages as reflexões de Benjamin apareceram em uma tradição específica, que “trazem aportes importantes para a moderna reflexão sobre a linguagem, preocupada em explorar a linguagem como via privilegiada e determinante para nosso conhecimento do mundo” (LAGES, 2002, p. 166).

Ao assumir o dever, a tarefa [*Aufgabe*] o tradutor renuncia [*aufgeben*] à vida do original em favor da continuação dessa vida em outra língua, nem na língua do original, nem na língua do tradutor. A tradução “significa uma língua mais elevada do que ela própria [...] permanecendo com isso inadequada a seu próprio conteúdo [...] grandiosa e estranha”

(BEJAMIN, 2001, p. 201). A reconciliação predeterminada, a não estranheza das línguas entre si aparecem no estranhamento da linguagem da tradução, estranhamento em relação ao outro e estranhamento em relação ao próprio. Plenitude só pode significar algo de grandioso oferecido ao mundo *pós-babélico*; grandiosidade interdita, apesar da sua busca, encaminhada por tentativas, ser renúncia, ao mesmo tempo é dever [*Aufgaben*]. A tradução visa à língua que a ultrapassa e a faz precária: a tarefa do tradutor faz a língua da tradução ser tão estranha quanto a estrangeira (histórica, linguística e culturalmente estrangeira a língua do original), para que possa visar, sempre como *tentativa*, o que há de afim entre as línguas.

Dessa forma a tradução pode revelar a afinidade oculta entre as línguas estranhas, afinidade que se apresenta pela ideia de reconciliação dos *modos de designar* que se excluem, mas para além deles mesmos e nas relações entre si se complementam no que W. Benjamin chama de pura língua: “Essa língua, porém, em que frases, obras e juízos isolados jamais se entendem, razão pela qual, entretanto, as línguas permanecem dependentes da tradução é aquela na qual, entretanto, as línguas coincidem entre si, completas e reconciliadas no seu modo de designar” (BENJAMIN, 2001, p. 205). Percebemos que existe entre tradução e original uma relação *vital*, uma relação acerca da continuação e desdobramento da vida do original, a tradução estabelece relação com original para além da vida deste, garantido sobre seu caráter de passado a desestabilização que garante a passagem da língua do original da rigidez do cânone à dinâmica de uma nova vida, em outro tempo, em outra língua, numa *outra* vida. Percebemos também que a sobrevivência do original na tradução se relaciona a algo de essencial, mas interdito que existe entre as línguas. Algo na continuidade do original revela uma essência para além da individualidade da língua do original e da tradução, uma força – uma *frágil força*, tal qual um *heliotropismo* – que indica que as línguas não são totalmente estranhas entre si, afinidade revelada pela estranheza entre língua do original e da tradução. Seguindo o prefácio sobre a tarefa-renúncia do tradutor, Walter Benjamin apresenta mais detalhes sobre esta ideia.

A sobrevivência do original, a sobrevivência de sua língua na outra vida que é o choque com a língua da tradução, deve ser encarada como uma desestabilização do original – De Man fala em “descanonização”. Esta “desestabilização” do original, ao contrário do que possa parecer, não interdita a um fim a-histórico, messiânico, a produtividade do traduzir, e isto precisa ser mais uma vez enfatizado. Ao contrário do que também uma razoável parcela de certa bibliografia tende a apresentar, a destruição do original – bem como a destruição da

estabilidade da língua do tradutor, lembremos do Sófocles de Hölderlin – já pressupõe a produtividade, visando sempre o momento da construção.

Acompanhamos até agora que a tradução não se dirige ao leitor – bem como o original também não se dirige – que a autêntica tradução se relaciona exclusivamente àquilo que no original permanece, na transformação e na descontinuidade, na *maturação*, na sobrevida da sua linguagem. Pudemos também acompanhar que nem por visar à originalidade – à gênese – do original a tradução pode ser lhe semelhante; ao contrário, é na exclusão da semelhança, na apresentação da essência mutável de ambas as línguas, na descontinuidade dos modos de designar que se pode visar à afinidade entre as línguas, que na língua da tradução recobre o conteúdo original como, nas palavras de W. Benjamin, como dobras de um “manto real” (BENJAMIN, 2001, 201). As dobras da linguagem da tradução elevam a vida do original, como comentamos, para apresentá-la naquilo que ultrapassa ambas as linguagens – tanto a língua do original quanto a língua do tradutor – na visada à pura língua. Por isso a tarefa do tradutor é “insolúvel” – sem deixar de ser tarefa é já renúncia [*Aufgabe / aufgeben*] – “insolúvel numa solução qualquer” (BENJAMIN, 2001, p. 205). Só a visada – enquanto tarefa – à língua pura – enquanto renúncia – pode ultrapassar a singularidade e o isolamento das línguas individuais.

A relação entre visada, o visado e modo de visar – a designação, o modo de designar e o designado, o simbolismo, o simbolizante e o simbolizado, figuram no ensaio benjaminiano como contra-exemplos, como a utilização das metáforas na evidenciação do caráter não metafórico, na interpretação demaniana, do lugar do sentido na filosofia da linguagem benjaminiana. O sentido, para Walter Benjamin, “não se esgota no designado”. A transmutação do sentido na relação original-tradução deve voltar-se para além do designado – que permanece isolado nos modos de designar tomados como autônomos. A crítica à tradição da representação explicita-se na separação entre significante e significado pela indicação da necessidade de ultrapasse daquele, em nome deste, extrapolação apresentada pelo reconhecimento da precariedade do modo de designar em relação ao objeto da designação, pela constatação do sentido para lá do designado.

Se a tradução deve visar o quê está além das singularidades das línguas em suas afinidades, não é possível entender a tradução como reprodução de semelhanças ou como transmissão de sentido – se o essencial está para além disso.

No interior da multiplicidade das línguas as coisas são designadas, mas os modos de designar são diferentes (a diferença, no original, entre *Gemeinte* e *Art des Meinens*) (BENJAMIN, 2001, p. 199). Esses modos de designar que, para Benjamin, “em última instância, almejam excluir-se mutuamente” (BENJAMIN, 2001, p. 199), pertencem também àquela vida lingüística em constante transformação – que na verdade têm na junção benjaminiana de vida e história, o emblema da transformação que (pode) apresentar o essencial, ao invés de se opor a ele, que em muitos momentos aparece como pura negatividade – e que por se transformar *pode* – deveria, talvez – se harmonizar com o designado, na pura língua. A reconstrução do modo de designar do original – que almeja aquela harmonia, a conversão da forma peculiar – e por isto múltipla nas várias linguagens – no próprio designado, na língua pura é comparada, em uma das mais belas imagens de Walter Benjamin, a reconstrução da ânfora, onde os fragmentos não voltarão à integridade anterior à quebra, mas devem *reconfigurar* “amorosamente” àquele todo perdido: “[...] a tradução deve ao invés de procurar assemelhar-se ao sentido do original, ir reconfigurando, amorosamente, chegando até aos mínimos detalhes, o modo de designar do original, fazendo assim com que ambos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior, como os cacos são fragmentos de um vaso” (BENJAMIN, 2001, p. 207). Original e tradução como fragmentos de uma língua maior, no movimento de reconciliação motivado pela tradução que “inflama na continuação da vida das obras o infinito reviver das línguas” (BENJAMIN, 2001, p. 199).

A tradução não pode dessa forma meramente reproduzir o sentido do original a relação entre tradução e original deve ser compreendida, para Walter Benjamin, como uma relação – na sobrevida deste – de afinidade entre as línguas em direção – apenas em direção – a língua pura. Nas palavras de W. Benjamin:

“Diante do sentido, sua língua tem o direito, aliás, o dever, de desprender-se, para fazer ecoar sua própria espécie de *intentio* enquanto harmonia, complemento da língua na qual se comunica, e não sua *intentio* enquanto produção de sentido” (BENJAMIN, 2001, p. 207-209).

A sobrevida do original marca o fim de sua própria vida: a tradução expõe no desdobramento da língua do original o caráter histórico – a marca da humanidade das linguagens á qualquer coisa de permanente, chamada por Benjamin de pura língua – da vida da língua do original, transportando-a, como já apresentamos, para outros ares, outra atmosfera, “mais elevada”,

menos propícia à vida, mas muito mais favorável àquilo que ultrapassa a marca do histórico – e da vida linguística do original – no todo da língua, o Benjamin chama de essencial. Essência como contrapeso do que se deve reter acerca da tradução: é do estranhamento, da colisão entre as línguas diferentes, que talvez possa ser revelado algo de verdadeiro, até então escondido pelas pretensões de comunicação de sentido ou de semelhança de conteúdo: as afinidades entre as línguas que, como resquícios de algo linguisticamente puro – interdito ao âmbito da vida não linguística – sinal das afinidades percebidas no que pode aparecer como maior – maior que ambas as línguas, do original e língua do tradutor – conjugação no fragmentário, como na imagem do vaso da mística luriana, im-posta como tarefa insolúvel enquanto acabamento, baseada no ritmo da tentativa. Não pode haver resquícios da pura língua senão na materialidade (no caráter profano, na obra posterior de Benjamin) da multiplicidade das línguas humanas, por isso a tradução visa às palavras, no que no interior de cada língua elas possuem de estranho entre si, para apresentar (incompletamente) a verdade fundamental de que a linguagem é mais do que o que se comunica através dela, é maior do que a junção de todas as palavras, maior que a união de todas as línguas; a verdade de que do interior da linguagem não há a supremacia do humano, um domínio intuído pela ideia de que o que existe além aparece fugazmente nos abalos inerentes à tarefa do tradutor.

A filosofia da linguagem de Walter Benjamin apresentada no prefácio acerca da tarefa-renúncia do tradutor torna mais complexa a ideia tradicional de representação indicar que sempre resta algo na equação da linguagem, resta algo para além, tanto da própria palavra, em sua materialidade, quanto daquilo que ao longo da história da língua – da sobrevida de nossa linguagem cotidiana – constitui o que entendemos por conhecimento, verdade e experiência. A semântica epistemológica reage – de maneira a evidenciar, como nos testes químicos entre substâncias – a riqueza tanto da polissemia histórica das palavras quanto da história da própria experiência constituída a partir da linguagem.

A referência ao simbólico aparece de forma elucidativa aqui. Tradicionalmente a ideia de símbolo remete a noção de reunião – talvez em algum momento também no ritmo da tentativa – de algo já separado. A reunião do simbolizante e do simbolizado evoca o “devir das línguas” que a partir das afinidades apresentadas pelo choque entre as línguas do original e da tradução visarão – como uma espécie de heliotropismo – a ideia da pura língua. Sem ultrapassar a materialidade e algo da vida linguística do original a visada da tradução faz referência nas línguas ao que Walter Benjamin chama de um sentido “grave” [*Schweren*] e

“estranho” [*fremdem*] – o sentido que em outra ocasião foi chamado de “monstruoso” que não é outro senão a certeza que a linguagem é tão pouco natural – inumana (De Man) – quanto maior que a espessura cotidianamente atribuída à função comunicativa. Benjamin continua: “Desvinculá-la” da ideia de mera comunicação “transformar o simbolizante no próprio simbolizado, recobrar a pura língua plasmada no movimento da linguagem – esse é o único e grandioso poder da tradução” (BENJAMIN, 2001, p. 209).

A relação entre as línguas do original e tradução evidencia assim este “movimento da linguagem”, a sua vida autônoma em relação a sua função comunicativa, a dignidade da linguagem que recobre a filosofia de história de Walter Benjamin com uma luz peculiar. Acompanhemos uma das passagens da teoria da tradução de W. Benjamin para seu conceito de história a partir de algumas ideias de Paul de Man em seu texto sobre o ensaio de Benjamin, o conhecido texto *Conclusões, ‘A Tarefa do Tradutor’ de Walter Benjamin* (DE MAN, 1989).

Paul De Man assinala com propriedade uma das configurações entre original e tradução presentes no ensaio de W. Benjamin. A distinção entre tradução e poesia apresentada por Benjamin (BENJAMIN, 2001, p. 203-205) enfatiza, de acordo com a leitura de De Man, o caráter “secundário” – em relação à linguagem do original – da tradução. O original precede a tradução no sentido desta agir sobre os desdobramentos posteriores a ele – mesmo que seja a partir de sua sobrevida, ou nas palavras de Benjamin, sobre a vida posterior ou continuação da vida do original. Assim como a passagem do original – de algo do original – para além dele mesmo – além, também, da própria linguagem do tradutor – efetuada pela tradução só se dá nos domínios da vida linguística, estamos de acordo neste aspecto com a leitura demaniana da relação entre tradução, crítica e história com seus originais:

“Todas [estas] atividades – a filosofia crítica, a teoria literária, a história – se assemelham no fato de não se assemelharem àquilo de que derivam. Mas todas elas são intralinguísticas: relacionam-se com aquilo que no original pertence à linguagem, e não com o sentido como correlativo extralinguístico suscetível de paráfrase e imitação. Desarticulam, desfazem o original, revelam que o original esteve sempre já desarticulado. Revelam que o seu malogro, que parece ser devido ao fato de serem secundárias em relação ao original, revela uma malogro essencial, uma desarticulação original que se encontrava já no original. Matam o original, ao descobrirem que o original já estava morto. Leem o original da perspectiva de uma língua pura (*reine Sprache*), uma língua que seria inteiramente liberta da ilusão do sentido – forma pura, se assim o quiserem; e, ao fazê-lo, trazem à luz um desmembramento, uma descanonização que já lá se encontrava no original desde o princípio.” (DE MAN, 1989, p. 113).

Dois aspectos enfatizados por Paul De Man possuem um papel central em nossas discussões. Primeiro a relação entre crítica, tradução e história, secundárias em relação aos seus originais, mas como possibilidade de desdobramento daquilo que é essencial aos originais, que se encontra na linguagem deles. No ensaio sobre a tarefa do tradutor Benjamin compara crítica e tradução, atribuindo a segunda especial importância na apresentação da continuação da vida das obras (BENJAMIN, 2001, p. 203). À história não é atribuído explicitamente esta capacidade de desdobrar a vida do original, sendo identificada com este próprio desdobrar, na peculiaridade da vida histórica. Mas, na obra posterior de Benjamin, a história recebe sim este poder de desdobrar a vida do passado, enquanto sobrevivida, ou morte, como nos diz De Man, desdobramento também a partir de um movimento de desestabilização, de descanonização, de destruição daquilo que no passado representa harmonia – transformar o inacabado em algo acabado, e o acabado em algo inacabado (BENJAMIN, 2006, p. 513) [N 8, 1] - para evidenciar aquilo que da morte pode representar vida, da interrupção, continuidade. Se a crítica literária, em relação à tradução, apresenta “um momento ainda que menor, na continuação da vida das obras” (BENJAMIN, 2001, p. 203), a história claramente ocupa um lugar proeminente entre elas, não em questão de hierarquia, mas de raio de alcance: a crítica sobre uma obra, a tradução sobre a linguagem, a história sobre o passado.

O segundo aspecto enfatizado por De Man tem grande importância em nossos desenvolvimentos. História e tradução se equivalem no procedimento de se relacionar com seus originais a partir da linguagem desses, buscando para além da “ilusão do sentido”, na historiografia a ilusão da representação do passado, da captura de uma verdade passiva, a ser descoberta na apreensão do que foi como ele era; nas ciências humanas o desejo de sempre colonizar o outro, transformar seu caos em saber. A *reine Sprache* é a perspectiva da recusa e da destruição desta ilusão, é o contrapeso que trava a balança, lançando ao chão os pratos nos quais se equilibram representação e objeto, subjetividade e objetividade, imanência, materialidade e história enquanto processo; *reine Sprache* que aparece como os motivos teológicos na teoria da linguagem, simplesmente interditando qualquer segurança acerca do conhecimento sobre a linguagem, desestabilizando qualquer tentativa de conhecer (com) a língua, pelo reconhecimento de que razão e verdade são irmãs, e não podem legislar uma sobre a outra; *reine Sprache* que na tradução se encontra na afinidade, na continuidade entre as línguas estranhas, e que na história aparecerá, na crítica às construções historiográficas



estáveis, harmônicas, totais: pela acentuação do que lá está morto algo de vida, talvez, possa continuar.

A teoria da tradução apresentada por Walter Benjamin se apresenta dessa forma como também teoria da transposição – onde o caráter histórico, a “distância” fundamental que separa original e tradução se afirma como historicidade particular da teoria do conhecimento histórico, que possui centralidade fundamental em toda obra de Walter Benjamin.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. *A Tarefa do Tradutor*. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos Sobre Mito e Linguagem*. Organização, apresentação e notas Jeanne Marie Gagnebin, tradução Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Passagens*. Edição alemã de R. Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na edição brasileira de Olgária C. F. Matos; tradução do alemão de Irene Aron; tradução do francês de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Tarefa – Renúncia do Tradutor*. In: HEIDERMANN, Werner (org). *Clássicos da Teoria da Tradução. Antologia bilíngüe*. Tradução de Susana Kampff Lages. Volume I. Alemão-Português. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Selected Writings*. Volume 1 (1913-1926). Editado por Marcus Bullock and M. W. Jennings. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2000.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Ass. Cláudio Mello Sobrinho... [et. al.]. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.
- DE MAN, Paul. *Conclusões: 'A Tarefa do Tradutor' de Walter Benjamin*. In: DE MAN, Paul. *A Resistência À Teoria*. Lisboa, Edições 70, 1989.
- DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.
- LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: Tradução e Melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o Livro do Mundo: Walter Benjamin, Romantismo e Crítica Poética*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1999.

## HISTÓRIA ECONÔMICA NO BRASIL (1951-1972): UMA POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO

Otávio Erbereli Júnior\*

### Introdução

Neste pequeno texto iremos nos ocupar de três teses universitárias de História Econômica: a tese para o concurso de cátedra de Alice Piffer Canabrava, *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, apresentada em 1951 na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo (USP) para a cadeira de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil; a tese de doutoramento de José Roberto do Amaral Lapa, intitulada *A Bahia e a Carreira da Índia*, defendida em 1966 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Marília e a tese de doutoramento de José Jobson de Andrade Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial*, defendida em 1972 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Iremos privilegiar aqui a análise da tese de Alice Piffer Canabrava, posto que em nossa pesquisa de mestrado temos avançado nela. Quanto às outras duas teceremos algumas reflexões que nortearão nossa análise futura. Por fim, empreenderemos algumas considerações finais, ressaltando como o diálogo entre a História da Historiografia e a História Econômica pode ser profícuo, além das contribuições que a micro-história tem a trazer para a História Econômica.

### Pensando alguns aspectos de três teses universitárias de História Econômica

A tese de cátedra de Alice Piffer Canabrava, *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, foi apresentada na recém-criada FCEA da USP no ano de 1951. A professora Alice, como era conhecida entre seus alunos, assistentes de cátedra, orientandos e no meio acadêmico da USP, ingressou naquela instituição desde sua criação em 1946, uma vez que neste mesmo ano foi preterida para a cátedra de História da Civilização Americana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP. Este

---

\* Economista (Unesp), especialista em História (UEM) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da Unesp, *campus Assis-SP*.

“lugar”, a FFCL da USP, possui papel fundamental para compreendermos vários aspectos presentes não somente nesta sua tese de cátedra, mas em sua obra como um todo.

Um dos aspectos marcantes na historiografia construída acerca da obra de Alice Canabrava diz respeito a seu pioneirismo em estudos de História Econômica, bem como a uma suposta presença do “paradigma” dos *Annales*. É o que aponta o texto de Maria Alice Rosa Ribeiro acerca das primeiras pesquisadoras em História Econômica no Brasil: “Sem dúvida, a matriz teórica e metodológica, a forma de fazer história e a influência das preocupações com os aspectos econômicos vieram dos *Annales*”. (RIBEIRO, 1999: 15). Outro aspecto ressaltado por esta historiografia e ligado à suposta influência dos *Annales* em sua obra, é a presença da Geografia, como demarcam três de seus ex-orientandos, Flávio Azevedo Marques de Saes, Nelson Heidiki Nozoe e Zélia Maria Cardoso de Mello: “(...) elemento marcante no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica estudada”. (MELLO; NOZOE e SAES, 1985: 177). Contudo, há quem discorde destes aspectos, como o faz José Jobson de Andrade Arruda em artigo publicado juntamente com a reedição da tese de cátedra de Alice Canabrava. Para ele, “A Geografia surge aí mais como pano de fundo, conjunto de elementos a favorecer ou constringer as atividades econômicas, mas nunca como interação complexa homem/natureza”. (ARRUDA, 2011: 53). E ainda requer para o algodão na tese de Canabrava, o mesmo tratamento que Fernand Braudel conferiu ao mar Mediterrâneo em sua tese de doutoramento *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico na época de Felipe II*.

Quando do ingresso de Alice Canabrava na FFCL da USP em 1935, os cursos de História e Geografia estavam integrados e seriam separados somente em 1956. Não queremos aqui ser reducionistas a ponto de concluir que pelo simples fato de Alice Canabrava ter tido a disciplina de Geografia ao longo de toda sua formação, conseqüentemente ela privilegie seu uso/abordagem em sua tese. E mais: da maneira preconizada pelos *Annales* ou por Braudel. Apenas compreendemos que a presença da Geografia em sua tese de cátedra possivelmente possui relação com este seu período formativo. Neste aspecto, a missão francesa, quando da fundação da USP e da FFCL em 1933 possui aqui papel-chave.

No ano de 1935, exatamente o ano em que Alice Canabrava ingressa na segunda turma do curso de Geografia e História, chegam à FFCL dois professores franceses que posteriormente seriam ilustres figuras em suas respectivas áreas: Pierre Monbeig e Fernand

Braudel. O primeiro chegou para substituir o professor Pierre Defontaines, que permaneceu na FFCL somente no ano de 1934. Logo em sua chegada, Monbeig propunha o desmembramento da cadeira de Geografia em Geografia Humana e Geografia Física, o que exigia a contratação de um novo catedrático. Por conta disso, em 1937, último ano de curso de Canabrava, atendendo aos pedidos de Monbeig, Emmanuel de Martonne ministrou um curso de Geografia Física aos alunos, e no mesmo ano as cadeiras foram desdobradas. Portanto, Canabrava participou deste curso, uma vez que os alunos tinham Geografia nos três anos da graduação<sup>1</sup>.

Em artigo de 1994 dedicado à importância de Pierre Monbeig para a formação da Geografia no Brasil, o eminente geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáber afirma que a primeira aula do curso de Monbeig era em campo.

O itinerário escolhido envolvia a saída a partir das colinas de São Paulo e um transecto [sic] pelas serranias [sic] de Jundiá, até atingir setores da chamada depressão periférica paulista. De São Paulo a Jundiá e a Campinas, até Salto e Itu, com regresso pelo famoso *canyon* [sic] do Tietê, passando por Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus, Sant'Ana do Parnaíba e subúrbios ocidentais de São Paulo. (AB'SABER, 1994: 225).

Podemos perceber como o curso de Geografia exigia o conhecimento aprofundado da Geografia paulista. Vejamos da própria Alice Canabrava, a importância da Geografia e as leituras que os alunos faziam no curso. “As leituras tinham de passar, obrigatoriamente, na Geografia, pelas obras de De Martonne, Brunhes, Vidal De La Blache, Lucien Febvre (...)”. (CANABRAVA, 2005: 29). Curioso o fato de Alice Canabrava incluir Lucien Febvre no rol dos geógrafos. Mas isso se deve a Pierre Monbeig: “Introduziu-nos ao conhecimento dos grandes historiadores, dotados de boa formação geográfica como Lucien Febvre, Marc Block [sic] e André Sigfried”. (AB'SABER, 1994: 228).

Realmente a Geografia possuiu papel central na formação acadêmica de Alice Canabrava. Mas vejamos agora como ela aparece concretamente em sua tese sobre o algodão.

Para o quadro geográfico, principalmente em relação a aspectos vinculados à topografia da Província de São Paulo, Alice Canabrava parte de duas análises dos já citados

---

<sup>1</sup> Para tanto ver ROIZ, Diogo da Silva. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Franca, 2004. Dissertação (mestrado em História), UNESP/Franca, p. 81.

mestres franceses da Geografia: Pierre Defontaines<sup>2</sup> e Pierre Monbeig<sup>3</sup>. Além da descrição topográfica, percebemos também que Alice Canabrava descreve as características da vegetação da região, bem como faz considerações quanto ao estado do solo. Quanto a este último, Canabrava nos traz um quadro de suas formas de tratamento, quando dedica um capítulo de sua tese ao *O Cultivo do Algodoeiro*. Aspectos climáticos, tão caros aos geógrafos também são abordados por Alice Canabrava. Quanto a mais próspera região produtora de algodão, ou seja, Sorocaba, Canabrava menciona alguns de seus aspectos climáticos e pluviométricos. Alice Canabrava apresenta ainda, considerações sobre as pragas que atingiam o algodão, bem como as principais espécies cultivadas na Província.

Quanto à Geografia, portanto, destarte o fato de que seu objeto exigia de fato considerações de ordem geográfica, os conhecimentos hauridos no curso de Geografia, principalmente com o privilégio do Estado de São Paulo, devem ser considerados. Contudo, requerer de Alice Canabrava o mesmo tratamento que Braudel concedeu ao Mediterrâneo nos parece não colocar sua obra e esta sua tese de cátedra em perspectiva com a cultura historiográfica do período em que Canabrava escreve sua tese de cátedra (1946-1951). Além disso, como aponta Sérgio Buarque de Holanda em texto publicado no *Correio da Manhã* em 15/07/1951, Capistrano de Abreu já havia considerado os fatores geográficos, que ele denomina de “cósmicos”, nos estudos históricos: “(...) além de uma sensibilidade aguçada à importância de ação dos fatores cósmicos – da terra, do meio e do clima – sobre as instituições humanas”. (HOLANDA, 1951 *apud* PEREIRA e SANTOS, 2010: 67). Portanto, consideramos que a presença da Geografia na obra de Alice Piffer Canabrava, e especificamente em sua tese de cátedra, deve ser vista em perspectiva com a produção historiográfica brasileira que a antecede, bem como em relação à sua formação no curso de Geografia e História, sem “forçar a mão” em relação à buscar em sua obra o mesmo uso que os *Annales* fizeram da Geografia, até mesmo porque seus membros se utilizaram dela de diferentes maneiras.

Quanto à estrutura temporal da tese, esta compreende os anos entre 1861 e 1875. O primeiro marca o início das hostilidades da guerra civil nos EUA, pois Alice Canabrava

---

<sup>2</sup> DEFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. Primeiro esboço de divisão regional. *Geografia*, São Paulo, n. 2, p. 117-169, 1935.

<sup>3</sup> MONBEIG, Pierre. A divisão regional do Estado de São Paulo. *Anais da Associação dos Geógrafos brasileiros*, São Paulo, Serviço Geográfico IBGE, v. 1, p. 19-36, 1949.

compreende que a cultura do algodão na Província de São Paulo teve como principal motivador os problemas de fornecimento de algodão dos EUA para a Europa. O ano de 1875 é tomado pela autora como baliza final de seu estudo, uma vez que este é o ano em que a produção algodoeira dos EUA atinge níveis anteriores aos da guerra civil. Também este recorte temporal não está imune a críticas: “A recusa aos voos de longo curso explica a preferência por temporalidades médias (...) sem o indispensável engastalhamento na longa duração, como requeria o protocolo *Annales*”. (ARRUDA, 2011: 46). Jobson Arruda cobra de Alice Canabrava um alongamento temporal que deveria abarcar também a primeira fome do algodão. Neste mesmo diapasão, deveria então ter proposto um recorte temporal entre a primeira fome do algodão e a crise de 1930, na qual as exportações de algodão tiveram importante papel na manutenção dos níveis do Produto Brasileiro<sup>4</sup>. Ademais, não nos parece problemático o fato de a análise de Alice Canabrava focar-se na média duração, uma vez que os primeiros trabalhos de História Econômica que inspirariam aos *Annales* foram exatamente acerca dos ciclos e interciclos econômicos<sup>5</sup>. Ademais, estes apenas 14 anos de sua tese de cátedra são ampliados no último capítulo, o capítulo 9 intitulado *As Primeiras Fábricas de Tecidos*, se estendendo de 1813 até 1877, ou seja, 64 anos.

Em relação à temporalidade, Alice Canabrava parece partir de uma questão do presente em sua tese de cátedra, pois depreendemos que uma das motivações de seu estudo acerca da cultura do algodão na Província de São Paulo se relacione com o fato de que o tema candente durante a elaboração de sua tese no período de 1946 a 1951 era exatamente o desenvolvimento econômico e naquele momento, sinônimo de desenvolvimento era industrialização<sup>6</sup>. Por isso, cremos que sua motivação é compreender o surgimento das primeiras fábricas de algodão na Província de São Paulo, relacionado com o desenvolvimento da cultura do algodão.

Outro ponto que gostaríamos de ressaltar para reflexão e que nos chamou bastante atenção na leitura da tese, foi o uso da tradição oral, utilizada por Canabrava no último

---

<sup>4</sup> Para tanto, ver: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 e SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>5</sup> Conforme expõe Braudel em seu famoso texto sobre a longa duração: BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 7-39.

<sup>6</sup> Ver a introdução de MACEDO, Bernardo Gouthier. *Desenvolvimento econômico: a atualidade da economia política cevalina*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). UNICAMP/Campinas, 2007.

capítulo de sua tese. A autora vai até Sorocaba para tomar o relato da tradição oral transmitida para ela pelo Pe. Luiz Castanho de Almeida. Em um primeiro momento, este procedimento metodológico de Canabrava nos remete à postura do historiador antigo, que François Hartog em seu livro intitulado *Evidência da História: o que os historiadores veem*, denomina de autópsia, e afirma: “Mas, para ser válida, essa autópsia, seja ela direta (a do historiador) ou indireta (a de uma testemunha), deve ainda passar pelo filtro da crítica documental”. (HARTOG, 2011: 14). É exatamente o que faz Canabrava, quando afirma que “as informações procedentes do Conselho Municipal de Sorocaba confirmam plenamente a tradição [oral]”. (CANABRAVA, 2011: 298). Neste sentido, encontramos nesta postura de Alice Canabrava um uso moderno da autópsia, pois este ato de ir ver com os próprios olhos, lhe garante uma cientificidade como nas ciências naturais.

A tese de José Roberto do Amaral Lapa, intitulada *A Bahia e a Carreira da Índia*, foi defendida em 1966 na FFCL de Marília, sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda. Guarda a peculiaridade de ser a primeira tese de História Econômica produzida no interior do Estado de São Paulo. Sua tese inaugura uma nova temática dentro dos estudos de História Econômica. Até meados dos anos 60 do século passado, observávamos o predomínio da temática relacionada às relações metrópole-colônia, inaugurada principalmente com os trabalhos de Caio Prado Junior. Segundo José Jobson de Andrade Arruda,

El desarrollo de esta temática agudizó el interes por las relaciones comerciales dentro del império português, la cuantificación del lucro del monopólio, la diversidad de la economia colonial al final del siglo XVIII, la relación entre el aflujo de oro y la balanza comercial entre Portugal e Inglaterra, la itensificación del comercio inter-colonial, especialmente de la Carrera de las Indias. (ARRUDA, 1998: 374).

Dentre as obras que abordam estas temáticas, Jobson Arruda faz referência a algumas em especial, dentre elas a de Amaral Lapa, que inaugura este período da produção em História Econômica preocupada não somente com as relações entre a metrópole e a colônia, mas também com as relações inter coloniais. Com respeito à temática inovadora e ao método utilizado, Maria Alice Rosa Ribeiro, em artigo publicado em homenagem à Amaral Lapa por conta de sua morte no ano 2000, afirma

Para elaborar sua tese, fez pesquisas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Público Estadual da Bahia. Nela procurou identificar as relações entre o porto da Bahia e o comércio de Portugal com o Oriente, através da grande rota marítima



estabelecida pelos portugueses nos oceanos Atlântico e Índico, ligando Lisboa a Goa. Estas pesquisas tiveram prosseguimento em Portugal e na Espanha. (RIBEIRO, 2000: 161).

Podemos notar pela análise de Maria Alice Rosa Ribeiro, que a tese de Amaral Lapa não se contentou em buscar as relações entre o porto da Bahia e o porto de Lisboa, ou as relações econômicas do porto de Salvador com o porto de Portugal, mas sim, sua análise toma um caráter ultramarino ao relacionar o porto da Bahia com o comércio de Portugal no Oriente. Ademais, suas pesquisas se fundamentaram em importante coleta e análise de fontes primárias provenientes dos arquivos de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Assim como Alice Piffer Canabrava, Amaral Lapa também se formou em Geografia e História. Não na USP, mas sim na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas em 1952. Acreditamos que sua formação, bem como a orientação de Sérgio Buarque de Holanda tenham sido fundamentais para que sua tese não fosse estritamente de História Econômica, posto que Amaral Lapa não se prende apenas aos aspectos da produção, circulação e consumo nas relações entre o porto da Bahia e a chamada Carreira da Índia.

O recorte espacial de Amaral Lapa é mais amplo que o da tese de cátedra de Alice Canabrava, pois, apesar de seu foco ser as relações no porto de Salvador na Bahia, seu estudo está inserido na grande História do Atlântico, onde esta conformação geográfica, sim, podemos dizer, adquire o status de personagem histórico central, destarte o fato de Amaral Lapa não empreender uma grande descrição da topografia, do clima e de outros aspectos naturais. O recorte temporal de sua tese é extremamente amplo, perpassando pelos séculos XVI, XVII e XVIII, em uma perspectiva de longa duração.

A base documental utilizada por Amaral Lapa é extremamente vultosa. Claro que esta tese não possui a envergadura quanto ao tratamento do meio ambiente que vemos em Sérgio Buarque de Holanda ou Gilberto Freyre, por exemplo. Porém pela análise da ampla bibliografia utilizada por José Roberto do Amaral Lapa, vemos que seu estudo transcende as estreitas preocupações de uma História Econômica tradicional, pois temos a presença de diversos autores, principalmente Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Fernand Braudel com seu *Mediterrâneo*, Pierre Chaunu, Celso Furtado, Frédéric Mauro, Caio Prado Júnior, José Honório Rodrigues, Roberto Simonsen, a própria Alice Canabrava com seu

estudo sobre o comércio português no estuário do Rio da Prata etc. Ademais, diversas fontes como cartas náuticas, diários de bordo, o que exige o domínio da complexa linguagem das ciências náuticas.

Por fim, a tese de doutoramento de José Jobson de Andrade Arruda, intitulada *O Brasil no Comércio Colonial*, defendida em 1972 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Interessante pontuar que no ano de 1971 tivemos a implantação de nosso atual sistema de pós-graduação, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP já possuía novo nome: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Talvez estes eventos tenham influenciado na escrita da História Econômica de Jobson Arruda, uma vez que durante seu curso de graduação o curso de História já se encontrava separado do curso de Geografia. Sua tese poderia ser tomada ainda como fruto do furor causado pela História Quantitativa que chega a seu auge nos anos 70 do século passado, tendo por marco o *Colloque International du CNRS sur L'Histoire Quantitative du Brasil, 1800-1930* promovido pelo *Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine* entre 11 e 14 de Outubro de 1971.

As fontes privilegiadas por Jobson Arruda, ou seja, as balanças de comércio de Portugal e seus domínios, produzidas ininterruptamente desde 1796, explicitam muito das motivações do autor, desembocando no subtítulo de seu trabalho: “contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial”.

A especificidade do trabalho está na tentativa de mensuração da lucratividade comercial metropolitana em relação à colônia, inserção e posicionamento relativo e absoluto da colônia no quadro do comércio mundial, relacionamento entre expansão comercial e crescimento econômico global e regional. (ARRUDA, 1972: 33)

Os intentos de Jobson Arruda ficam bem claros: é produzir uma História dos Preços utilizando-se dos métodos da História Serial *a la* Ernest Labrousse e, assim como Amaral Lapa, sua inserção espacial não é regional, mas sim Atlântica – destarte o fato de que seu recorte temporal é bastante restrito, estendendo-se de 1796 a 1808, talvez pela natureza de sua série de fontes. Interessante notar que estas fontes geraram em Jobson Arruda certo “dilema” metodológico, exposto logo na introdução de sua tese, que, aliás, procura demonstrar explicitamente quais foram suas escolhas, entre História quantitativa e História serial.

Obviamente, tal tipo de documentação de certa forma poderia ter condicionado o método a ser adotado. Tinha que ser um método quantitativo. O problema era saber qual. A moda de Labrousse? Na linha de Hamilton? Como o faria Jean Marczewski?

Ou como o faria Pierre Chaunu? Eis o primeiro problema: definir-se, em termos de história “quantitativa” [sic] ou história “serial” [sic] (ARRUDA, 1972: I).

José Jobson de Andrade Arruda também menciona o fato de que a análise exigiu a aplicação de técnicas estatísticas, especificamente o método dos mínimos quadrados, e também o uso de computadores para dar maior precisão aos cálculos.

### **Algumas reflexões finais**

Ao longo deste texto procuramos demonstrar quão enriquecedora pode ser uma abordagem sobre a História Econômica que parta das principais contribuições da História da Historiografia.

Não queremos aqui renegar o diálogo da História Econômica com a Ciência Econômica. Queremos apenas mostrar que outros diálogos também são possíveis e podem trazer a História Econômica para mais perto dos historiadores. Acreditamos que é possível fazer-se uma História Econômica consistente e que consiga dialogar com outros aspectos do conhecimento, que não apenas o econômico. Ademais, o uso de certos instrumentais analíticos, como os avançados métodos econométricos utilizados pela Nova História Econômica estadunidense, apenas faz afastar ainda mais os praticantes desta modalidade de História de seus colegas historiadores. Será realmente que para se inferir a importância das ferrovias para o desenvolvimento econômico dos EUA, é mesmo necessário alçar vôos de tamanha abstração com modelagens apenas compreensíveis pelos mais especializados?<sup>7</sup>

A renovação da História Econômica não está em se isolar em um círculo de especialistas, mas sim em buscar contribuições em outras praxias. O brilhante estudo de Giovanni Lévi intitulado *A Herança Imaterial*, tem muito a dizer aos historiadores econômicos. Lévi, ao analisar os preços em Santena no século XVII, constatou que os mesmos não eram determinados pelos movimentos de oferta e demanda, mas sim pelas relações sociais entre compradores e vendedores fora do mercado, ou seja, um mesmo produto poderia ter um preço para um parente e outro para um vizinho, por exemplo. Os historiadores

---

<sup>7</sup> Referimo-nos aqui à Cliometria ou Economia retrospectiva que é uma vertente da Nova História Econômica. Na obra de Robert Fogel, por exemplo, intitulada *Railroads and Economic Growth* de 1964, o autor compara a economia dos EUA em 1890 a uma economia hipotética que teria prescindido da ferrovia, para inferir o papel desta no desenvolvimento econômico dos EUA.

têm muito a aprender com a micro-história italiana<sup>8</sup>. Por que então temer os avanços da História Cultural se esta pode contribuir para a renovação da História Econômica, trazendo novos elementos para a análise?!

Mesmo ainda em etapa preliminar, podemos derivar algumas conclusões de nossa pesquisa: em relação à tese de cátedra de Alice Canabrava, a Historiografia tem superestimado a influência dos *Annales* em sua obra. A tese de José Roberto do Amaral Lapa faz-se pioneira em dois sentidos: quanto à temática e pelo fato de que foi a primeira tese de doutorado em História defendida na FFCL de Marília, orientada por Sérgio Buarque de Holanda. Quanto a José Jobson de Andrade Arruda, o fato de que a História quantitativa estava em seu auge quando da escrita de sua tese, pode nos apontar algo de sua inserção metodológica e institucional.

O mais importante aqui é que para além de se empreender balanços acerca do estado das artes da História Econômica no Brasil, ou procurar novas formas de fazer História Econômica, estudos *sobre* a História Econômica brasileira a partir de noções como *operação historiográfica* e *regimes de historicidade*, podem trazer importantes reflexões ao campo, principalmente no que tange aos procedimentos de escrita desta História Econômica e da temporalidade presente em cada texto, elementos tão caros ao ofício de historiador.

### Referências Bibliográficas

- AB´SÁBER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 8, p. 221-232, 1994.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1972.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. La historia de la Historia en Brasil. *Investigaciones Históricas*. Valladolid, v. 18, p. 347-383, 1998.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2º edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011, p. 9-70.
- CANABRAVA, Alice Piffer. O Caminho Percorrido. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. 1º edição. São Paulo: Hucitec/Unesp/ABPHE, 2005, p. 23-34.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2º edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011.

---

<sup>8</sup> LÉVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. 1º edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria e SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista ieb*. São Paulo, n. 50, p. 66-78, 2010.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. 1º edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1968.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). *Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 15, n. especial, p. 169-179 1985.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *história econômica & história de empresas*. São Paulo, v. II, n. 2, p. 7-40, 1999.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000). *história econômica & história de empresas*. São Paulo, v. III, n. 1, p. 37-40, 2000.

---

## PAGÚ ANTROPÓFAGA: LITERATURA E HISTÓRIA EM DESLOCAMENTO

Lúcia Helena da Silva Joviano\*

“Não se trata de debater se a ‘literatura’ deve se relacionar com a ‘história’ ou não: trata-se de uma questão de se ler diferentemente a própria história.” (Terry Eagleton)

### Introdução:

Mulher plural. É assim que Geraldo Galvão Ferraz define sua mãe ao fazer apresentação de *Paixão Pagu* (2005). No texto, ele comenta sobre a imagem que a situa como irresponsável, “porra louca” e exibicionista, visão essa que, segundo ele acabou por efetivar-se como uma lenda preconceituosa e sensacionalista construída em torno do nome Pagú. Ainda, segundo Ferraz, o texto autobiográfico de sua mãe, altera essa visão e oferece muitas informações novas sobre a política e a cultura brasileira durante a Era Vargas, pois expõe, na relação Pagú/Oswald, passagens inéditas “Renovando e reescrevendo a história do Modernismo, através da ação de dois dos seus agentes mais (e, paradoxalmente, menos) conhecidos.” (FERRAZ, 2005 p. 12)

Depois da ausência e silêncio da oficial história política e cultural brasileira, o mito Pagu mulher livre e rebelde propagou-se, contudo a sua importância política ainda permanece nublada. É certo que foi importante, para sua visibilidade como militante de esquerda, a publicação do capítulo *A solidão de Pagu*, de Maria Lygia Q. de Moraes (2007) presente na coleção *As esquerdas no Brasil*. No entanto, o teor de sua vivência política apareceu muito diluída em meio à questões mais voltadas para sua vida pessoal. Aguarda-se a publicação argentina do *Diccionario de la Izquierda Latino americana*, (Editora Planeta) em que Pagú será descrita em um verbete, junto com outros militantes citados tradicionalmente.

Hoje com o avanço e as possibilidades das narrativas em meio digital, são incontáveis os *sites* e *blogs* que se dedicam a Pagú. A maioria, inscreve-se no biografismo, pois parece

---

\* Doutoranda em *Teorias da Literatura e Representações Culturais* UFJF; Professora da SEE/MG e da SEEDUC/RJ. Bolsista Monitoria/UFJF.

que todos querem fazer justiça a grande mulher que fora Pagú e para isso narram suas ‘peripécias’ no intento de legitimar sua importância. Poucos ainda são - já houve avanço - os estudos que se dedicam aos seus escritos, a maioria permanece nas inscrições biográficas, confundidas com históricas e ou críticas.

Pagú será, neste trabalho, a sinonímia de MULHER PLURAL, ou seja, aquela gestada pelo constante movimento de uma subjetivação antropofágica, (Rolnik, 2000) na qual as experiências mobilizam devires manifestos em sua escrita, pois neste estudo busca-se evidenciar que: “O mais interessante na vida e no trabalho é o que permite tornar-se algo de diferente do que se era ao início.” (FOUCAULT, 1994, p. 01)

### **1.1 – Romance Social e deslocamento**

Segundo Arnold Hauser (1995) o chamado romance social nasceu na Inglaterra e na França, por volta de 1830 e sua temática girava em torno da crítica às mazelas da sociedade burguesa. Na Inglaterra vitoriana apesar de nesse momento, os fenômenos sociais começarem a preocupar os romancistas, esses inicialmente, em função de seus leitores serem poucos “o romance continua essencialmente baseado nos interesses das camadas superior e média da burguesia e fornece uma saída para os conflitos morais em que estão envolvidos os vencedores da luta de classes” (p. 846). Contudo, tal situação se modifica com a democratização do acesso ao livro, provocada pela venda em fascículos mensais e pelas novelas folhetinescas. Um grande favorecido por essa transformação na publicação e distribuição do objeto literário foi Charles Dickens.

Dickens pouco sabia sobre o movimento operário, nunca fora socialista, nem revolucionário, porém preocupava-se com o empobrecimento da pequena burguesia frente à ampliação excessiva do capital industrial, era um filantropo e um anticonservador. Seus livros, apesar de vincularem-se ao propósito de discutir a temática social, serviam ao entretenimento, fazia parte de seu projeto literário tocar o coração de seus leitores.

Aqui no Brasil quando se fala em romance social, pensa-se não em século XIX, mas na década de 1930 do século XX. E, além desse romance ser identificado à essa época, recebeu um nome específico: romance regional ou romance nordestino. A respeito do romance de 1930, João Luiz Lafetá (1974) defende em *1930: a crítica e o modernismo* que

esse momento constitui-se em uma virada nas preocupações literárias modernistas, no sentido de preocuparem-se mais com o conteúdo do que com a forma de suas obras. De tal modo, tem como tese que o modernismo foi um projeto estético e um projeto ideológico e que essas distinções, contudo, adjetivavam o modernismo em fases diferentes e não contínuas. A fase baseada na premissa da estética correspondeu ao período iniciado com o movimento de 1922, cuja preocupação era fundamentalmente com a transformação da linguagem. Na chamada fase ideológica iniciada em 1930, a inquietação gira em torno do papel da literatura e do escritor e das relações entre arte e ideologias tanto as de esquerda, quanto as de direita e extrema direita.

Luís Bueno (2006) em sua *Uma História do Romance de 30*, traça um grande panorama dos livros escritos no citado período, destacando escritores até então pouco lidos ou desconhecidos, pois para ele o verdadeiro trabalho do historiador da literatura não é repetir o já dito, mas ao contrário disso, debruçar-se sobre arquivos e levantar coisas que não eram compreendidas, no momento em que foram publicadas. Em sua obra, destacou o trabalho de Pagú, *Parque Industrial* frisando que seu livro, naquela primeira e comercialmente malsucedida edição, trazia na capa o subtítulo ‘romance proletário’. Outra contribuição da citada obra foi destacar que não havia só romances com temáticas sociais no período, mas já se preconizava as referências psicológicas à moda futura de Clarice Lispector. (BUENO, 2006)

Entre Bueno e Lafetá, além da distância temporal que marca suas respectivas escritas, existem outras. Uma questão importante é o entendimento de que a produção literária posterior e a partir de 1930 é uma continuação, em outra fase, do movimento modernista começado em 1922. Bueno traz à tona a discussão empreendida pelo poeta Ivo Ledo e outros escritores nordestinos, de que essa abordagem é fruto da supremacia da USP, em termos de produção editorial e de significados. Denunciam, ainda, que a citada leitura fora consubstanciada por Lafetá, seguindo o caminho aberto por Antônio Cândido, na tentativa de dar mais importância histórica e cultural à Semana de Arte Moderna do que ela realmente possuiu. (BUENO, 2006)

Segundo Foucault (1996), há sempre no interior das sociedades os discursos permitidos e os discursos interditados e que há entre esses um complexo embate de forças, nas quais “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação,



mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (p. 10) Portanto, não somente houve, no período de 1930, um embate entre diferentes discursos modernistas, e outros de variadas nuances da esquerda e da direita, pela hegemonia explicativa e de produção de significados para a política, cultura e sociedade brasileira, como também há entre os relatos históricos e críticos posteriores, lutas entre os que concorrem pela elaboração de versões do passado, por meio de práticas de arquivamento. (FOUCAULT, 2009)

Pagú, assinando como Mara Lobo, publicou entre 1957 e 1961, centenas de artigos no suplemento que se chamava Literatura, do Jornal *A Tribuna*. Nos citados artigos dedica-se a uma de suas constantes lutas: a defesa de uma literatura em permanente movimento. E em função disso, evidencia em suas críticas uma posição avessa ao chamado romance nordestino, que em certa medida corrobora, em parte, com a tese de Lafetá. A respeito da diluição do projeto estético do modernismo, na década de 1930, em um de seus artigos destaca:

Não consideramos hoje o naturalismo como escola a voltar...Nem mesmo a volta ao naturalismo que se verificou quando ‘os do Norte’ chegaram ao Rio, pelas alturas de 1930, contrariando o caráter experimental do modernismo do sul, de mineiros e paulistas. [...] em discordância com os precursores emergentes da quadra de vinte, na estética, na poesia, no romance, na rapsódia brasileira. (Galvão, apud CAMPOS, 1982, p. 234)

No fragmento acima, ao mesmo tempo em que se evidencia uma cobrança para que se escreva uma literatura comprometida com a constante ruptura, marca de sua postura de escrita/vida vinculada ao modernismo antropofágico, há também uma desconexão do romance social nordestino como uma suposta fase do modernismo, ênfase de que uma escrita da história e da crítica da literatura que procedeu pela construção de continuidades era, de certa forma, não afiançada por Pagú.

A par das críticas de Pagú pode-se perceber que os neorrealistas brasileiros seguiram, em parte, o modelo de sucesso de Dickens e contentaram-se em narrar relatos com denúncias políticas e sociais, sem preocuparem-se com a inovação formal. Aqui, contudo, havia uma tentativa de mobilizar o público leitor para uma mudança que deveria promover uma conscientização do que era o “antigo Brasil” e assim promover sua modernização capitalista e, ou à sua e etapa histórica posterior, o socialismo.

É válido destacar em consonância com o narrado acima, que Pagú a despeito de acreditar e promover, em seus textos, uma escrita de conteúdos narrativos embasados na denúncia das mazelas do sistema capitalista e dos infortúnios próprios pelos quais passava a população brasileira fazia isso, importando-se também em manter-se ligada às pressuposições da estética modernista antropofágica. E nesse sentido, afastou-se das diretrizes do chamado realismo socialista que se configurou na década de 1930. Segundo esse, o universo e a temática sobre a qual deveria discorrer a obra ser a vida social, cuja ênfase era dada às denúncias da exploração dos homens sobre os homens e a luta do proletariado pela sua libertação. Cabia a literatura realista, então, um papel pedagógico e conscientizador promovendo a construção da sociedade sem classes. E, para isso não deveriam ser necessárias experimentações estéticas, o conteúdo bem escrito deveria ser o primordial.

## **1.2 - Pagú e seu romance proletário:**

Pagú conta em seu texto autobiográfico como foi o momento em que se decidiu escrever seu primeiro romance: “Pensei em escrever um livro revolucionário. Assim, nasceu a ideia de *Parque industrial*. Ninguém havia ainda feito literatura nesse gênero. Faria uma novela de propaganda que publicaria com pseudônimo, esperando que as coisas melhorassem.” (GALVÃO, 2005, p.112)

O livro foi escrito em decorrência do processo de depuração pelo qual passou os quadros pequenos burgueses e intelectuais do partido. Por meio dele, Pagú deveria provar sua dedicação à causa socialista, de forma independente, e para isso a utilização da assinatura Mara Lobo, no livro, ser uma exigência do partido. Porém, reutiliza essa assinatura justamente para fazer crítica ao romance nordestino, como destacado anteriormente.

O fragmento anteriormente citado deixa transparecer que Pagú tinha consciência que escreveria algo sem precedente e que a escrita do livro poderia colocá-la no lugar que desejara no partido comunista: a posição de intelectual. Nesse momento, entretanto o partido forçava todos a proletarizarem-se, por um entendimento peculiar do escrito por Marx, que somente o proletariado seria capaz de proceder à revolução socialista. (MARX, K e ENGELS, F. 1977)

Pagú já havia se proletarizado para trabalhar para o partido comunista e vivenciara com as companheiras e companheiros a dura realidade dos trabalhadores/as urbanos no

Brasil. Sabia também da dificuldade de lutar por direitos, assim restava-lhe escrever algo cujo papel seria denunciar a situação em que vivia a classe trabalhadora, pois tinha subsídios para isto. Contudo, a ideia da ‘novela propaganda’, passava pela igualmente questão de mobilizar mais filiados ao partido comunista, pois esse era visto como o legítimo representante da classe trabalhadora e o único que poderia levar o Brasil ao socialismo, como acontecera na Rússia, pois o partido comunista detinha “a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário.” ( MARX, K e ENGELS, F. 1977, p. 31)

O livro, escrito por Pagú, não se preocupou em apontar quais sejam os projetos para uma sociedade sem Estado e sem propriedade privada dos meios de produção, mas procurou mobilizar cenas nas quais as condições de exploração capitalista estão manifestas. E sua narrativa toma para si o caminho de revelar nas tramas da exploração capitalista, que arrasta a todos, a difícil situação da mulher ao enfrentar, também, os transtornos da dominação de gênero. Além disso, buscou revelar o uso dos miseráveis não só para extrair mais-valia, mas também como objeto para realização de diferentes desejos burgueses, que oficialmente seguiam os mandamentos dos ‘bons costumes’, mas secretamente envolviam-se em atos, até criminosos.

As preocupações com a construção de uma nova sociedade, cujas bases deveriam romper com as práticas sociais vigentes e estabelecidas, já estavam presentes no *Manifesto Antropófago* e assim foram descritas por Oswald de Andrade: “Contra a realidade social, vestida e opressora, castrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama.” (ANDRADE, 1997, p. 360) É uma negação afirmativa à permanência dos valores da sociedade patriarcal e dos dispositivos de poder-saber da sociedade capitalista. (FOUCAULT, 1990a)

As estratégias estéticas escolhidas por Pagú para a composição de seu romance proletário devem ser pensadas em um contexto em que não havia estruturado o modelo de realismo socialista, que fixou a cartilha da produção artística ‘verdadeiramente revolucionária’. Deste modo, Pagú buscou seu próprio caminho e deixou marcado na capa de sua primeira edição que elaborou um romance proletário, não social, não nordestino, não realista. Seu romance proletário foi resultado de experimentação de teorias e sensibilidades promovendo desvios e multiplicidades comumente apagadas da história totalizante que afasta o singular.

O que realizou, nesse sentido, foi a degustação antropofágica do romance burguês e dos recursos estilísticos e estéticos que tinha a sua disposição. E corroborando com a ideia de que classificações escondem mais que revelam, Terry Eagleton (2003), representante da crítica cultural marxista, relativiza o que é literatura e o que deva ser ou não um objeto válido ao estudo da teoria literária, e nesse sentido aponta que:

(...) seria mais útil ver a “literatura” como um nome que as pessoas dão, de tempos em tempos e por diferentes razões, a certos tipos de escrita, dentro de todo um campo daquilo que Michel Foucault chamou de “práticas discursivas”, e que se alguma coisa deva ser objeto de estudo, este deverá ser todo o campo de práticas, e não apenas as práticas por vezes rotuladas, de maneira um tanto obscura, de “literatura”. (EAGLETON, p. 281)

A postura estética, ética e política de Pagú envolta pela antropofagia cultural conferiram, ao seu romance proletário no momento de sua elaboração e circulação, diferenças tanto em relação ao realismo burguês já configurado, quanto ao realismo socialista e o romance nordestino brasileiro em vias de consolidação.

O romance, não possuía, na sociedade industrial, o monopólio da arte de contar histórias, pois o século XX viu a crescente expansão do cinema. Esse, porém, não concorreu com a literatura, mas forneceu-lhe novos procedimentos narrativos, como o corte, a montagem, gerando um novo estilo para a escrita.

Para construir seu romance proletário, Pagú recorreu também às técnicas cinematográficas. E dessa forma, além das imagens produzidas por uma escrita elaborada a partir de metonímias, que são constantes no texto, há ainda a utilização de cortes que acabam por dividir a narrativa impedindo a linearidade. Assim, há no interior dos capítulos cortes abruptos que constituem as marcações das cenas. Essas cenas como partes constitutivas do livro, se articulam não sequencialmente, mas por conexões e dessa forma, o texto pode ser desmontado e montado novamente de outra forma.

A par disso, pode-se conjecturar que o romance proletário de Pagú fora projetado em forma de mosaico, pois sua elaboração deu-se por meio de recortes que produzem uma imagem não realista do narrado, possibilitando construções imagéticas singulares aos leitores. Além disso, Cunha (2010) em seu dicionário etimológico indica a derivação de mosaico a partir do latim *musaicos*, de *Musa* “que indicava as grutas dedicadas às musas que adornavam os jardins romanos” (p. 438). Portanto, o romance mosaico de Pagú foi o palco montado para

a presença de Clio e Calíope. Isso denota que para Pagú, o ofício político, de denunciar as mazelas da sociedade capitalista burguesa não a impediam de produzir um texto, cuja linguagem traduzisse suas convicções estéticas ligadas à deglutição das vanguardas artísticas.

A postura pertinente à antropofagia cultural – “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.” (ANDRADE, 1997, p. 353) - constitui-se por meio de elaborações em que as disciplinas e ou saberes perdem sua suposta pureza, mesclando-se a partir das ressonâncias capturadas nas interconexões das zonas de vizinhanças. Assim, cinema, literatura, história deglutidos podem liberar devires não possíveis em outras formas narrativas. A apropriação da técnica cinematográfica, na narrativa, elaborada por meio de cenas permite ao leitor compor, a partir de seu repertório, as imagens constitutivas do mosaico de forma original, fazendo novas conexões, colocando o circuito em movimento e assim há a quebra do realismo, pois não permite a visualidade pronta, mas busca a coautoria, uma postura outra diante de uma obra, pois: “O cinema inteiro vale pelos circuitos cerebrais que ele instaura, justamente porque a imagem está em movimento. [...] Toda criação tem um valor e um teor políticos.” (DELEUZE, 1992, p. 78-79)

Consciente da tarefa original que tomou para si, Pagú traçou novos caminhos e produziu o novo a partir das práticas já existentes, promovendo um movimento, uma força que Foucault (1994) situou com a noção ‘atualidade’. Ou seja, seu romance proletário é um acontecimento, porque fruto da atividade criadora e não mais um livro que narra a partir de um esquema/modelo fixo.

O processo antropofágico de totemizar o tabu, ou seja, o caminho que compreende o percurso “do valor oposto ao valor favorável.” (ANDRADE, 1995, p. 101) implica em um movimento de busca do fronteiro e de ultrapassagem do limite. E nesse processo, o novo, que é fundamentalmente mescla, irrompe. Assim, cinema e romance, técnicas narrativas próprias do mundo burguês, colocam-se a serviço da luta proletária e de sua narrativa história.

### **1.3 - A narrativa histórica:**

Na busca por elaborar uma compreensão do apagamento e da obra de Pagú torna-se necessário acessar uma teoria fundada em uma nova filosofia e em outro sentido para a

história que não esteja comprometida em criar receitas de sujeito/saber/verdade, mas, ao contrário, aberta a novas possibilidades.

São muitos os debates em torno do que é a História e de para que ela sirva. Para Paul Veyne, (2008) a História, não é uma ciência, não possui um método de pesquisa e não consegue explicar nada. Segundo ele: “os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real”.(p.12) Nesse romance, alguns personagens são destacados em detrimento de outros, tais seleções estão inscritas nas práticas discursivas de uma época.

Porém, para ser escrito, esse romance, impõe ao historiador o uso de documentos que, não devem ser de forma nenhuma identificados com os eventos. Assim, a narrativa histórica constitui-se de uma tentativa de reprodução, pela da linguagem, de eventos possíveis de serem resgatados e ou selecionados por meio dos documentos disponíveis. Veyne considera que por essas questões, a história pode ser considerada *diegesis* e não *mimesis*.

Paralelo ao pensamento da mobilidade do poder proposto por Foucault (1990), Roland Barthes (2004) observou que a linguagem e a língua são objetos onde o poder se inscreve, pois considera que qualquer discurso está investido pelo poder, sendo a linguagem e a língua legisladoras, classificadoras, porque marcam lugares. Entretanto, Barthes (2004) indica que há uma possibilidade de “trapacear”, de subverter a língua e a isso ele chama de Literatura, vista e compreendida como prática de escrever, escritura. Essa possibilidade é o Texto, pois esse é plural e constitui-se em um tecido.

A partir da noção de texto pode-se compreender literatura e história como práticas discursivas cujos fios foram entretecidos nas tramas de uma discursividade engendrada em uma determinada época. Para Barthes “cada vez que um historiador desloca o saber histórico, no sentido mais largo do termo e qualquer que seja seu objeto, nele encontramos simplesmente: uma escritura.”(p. 22) Evidencia-se, assim, “que a escritura se encontra em toda parte onde as palavras têm sabor”. (p.21). Em *Parque Industrial*, assim como em *A Famosa Revista*,(1959) seu segundo romance, Pagú aproximou-se do que Michel de Certeau (1982) considerou como operação historiográfica, pois experimentou mecanismos estéticos e discursivos que haviam à sua disposição de maneira a evidenciar singularidades e desvios promovendo uma genealogia, como supõe Foucault (2000) do que, na época, diferia e transgredia como objeto possível.

### Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Oswald, Manifesto Antropófago. In: TELES, G, M. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 353-360,1986.

CAMPOS, Augusto de. *Patrícia Galvão Pagu: vida-obra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: editora 34, 1992.

EAGLETON, Terry. Crítica Política. In: \_\_\_\_\_: *Teoria da literatura: uma introdução*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 267-297.

FERRAZ,G. e GALVÃO, P. A Famosa Revista. In: *Dois romances*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. *O que é o Iluminismo?* Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits. Paris: Gallimard, 1994, Vol. IV, pp. 679-688. Por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/foucault-o-que-e-o-iluminismo-pdf-d308024453> > Acesso em 28/06/2012

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola,1996.

FURLANI, Lucia M. T. *Pagu: Patrícia Galvão*. Santos: Unisanta, 1999.

GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

\_\_\_\_\_. *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v.III, 1977.

TRINGALI, Dante. Realismo socialista. In: \_\_\_\_\_. *Escolas literárias*. 1. ed. São Paulo: Musa Editora, 1994. p. 218-227.



## UM 'GIRO LINGUÍSTICO' EM TORNO DE CARLO GINZBURG, HAYDEN WHITE E ERIC AUERBACH

Beatriz de Moraes Vieira\*

“Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007:14). Tal destrinchamento é característico da preocupação de Carlo Ginzburg em distinguir perguntas legítimas, respostas plausíveis e possibilidades válidas, para avaliar os muitos modos como se emaranham a vida humana, o tempo histórico, os relatos e o conhecimento, e isso pode ser considerado o ponto central de sua relação com o assim chamado giro linguístico e o decorrente impacto na historiografia desde as últimas décadas do século XX.

Fazer inúmeras perguntas, recusar clichês e estereótipos, enfrentar problemas, dissecá-los a fundo e “buscar alhures”, dialogar intensamente com as questões teóricas, metodológicas e políticas que compõem os debates intelectuais de sua época, são marcas fundamentais da forma de trabalho desse autor, que acabou por criar uma historiografia muito própria. Para isso contribuíram, entre outros fatores, suas interdisciplinares leituras formadoras, que incluem Marc Bloch, Eric Auerbach, Antonio Gramsci, Sigmund Freud, Claude Lévi-Strauss, Roman Jakobson, Mikhail Bakhtin, Theodor Adorno e Walter Benjamin, bem como os grandes romancistas dos séculos XIX e XX de diversas nacionalidades, aos quais mais tarde se juntou o historiador Arnaldo Momigliano. Somam-se a esses autores os estudos dos historiadores da arte ligados à biblioteca de Aby Warburg, compondo um conjunto de referências que lhe permitiu discutir extensamente os problemas da representação do mundo sensível e a ambiguidade dos documentos, escritos ou figurativos, artísticos ou não, e ensejando-o a refletir não apenas sobre o uso de discursos orais, textos literários e imagens como testemunhos ou fontes históricas, mas também sobre as questões formais estruturantes das obras, para além do contexto em que surgiram. Em suas análises, busca compatibilizar o

---

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Profa. Adjunta na área de Teoria da História; doutora em História Social. Este trabalho vincula-se ao projeto “A dor da história I: estudos de história, historiografia e literatura”.

---

que há de especificamente estético e o que há de histórico nas representações artísticas, para superar a oposição entre a abordagem sócio-histórica e a abordagem formal ou estilística, e propõe, de modo geral e por mais difícil que seja, superar dicotomias e criar os recursos metodológicos e modelos cognitivos que possibilitem articular criteriosamente e adequadamente temporalidade e estrutura, acontecimento e representação, indivíduo e coletividade, conteúdo histórico e forma artística, verdade e ficção, micro e macro dimensões.

Em virtude dessa postura teórico-metodológica e política – que assimila ou debate com autores da historiografia social, da cultura e da arte, da história da historiografia e da filosofia, do marxismo, da psicanálise, da escola dos Annales e da escola de Frankfurt, do estruturalismo e do pós-estruturalismo – Ginzburg foi recebido nos EUA como historiador “pós-moderno” e envolveu-se nas polêmicas contemporâneas, buscando explicar as diferenças entre seu modo de pesquisar e narrar história, no qual se *cruzam* arte/literatura e realidade, e o relativismo ou ceticismo epistemológico que se disseminou nos meios acadêmicos e artísticos desde os anos 1970-80. Os principais problemas desde então debatidos configuram os pontos nodais do que chamamos de pensamento historiográfico ou uma teoria da história específica, e que tem ela própria uma longa história desde a antiguidade.

Na visão de Ginzburg, o fim do longo período de desenvolvimento econômico iniciado no pós-guerra, derivando na proliferação de concepções desconfiadas quanto ao progresso e aos ideais de modernidade iluministas, gerou uma mudança no clima intelectual nos anos 1970-80, com diferentes respostas da historiografia, ou melhor: em diferentes vertentes e autores, de Furet e Vovelle aos “pós-modernos” White ou Ankersmith, passando pela micro-história italiana, o novo contexto suscitou perguntas e mesmo diagnósticos semelhantes, mas as respostas eram distintas (2007:275ss). Reconhecendo a legitimidade das perguntas colocadas pelos pensadores estruturalistas e pós-estruturalistas, mas divergindo de suas propostas, o autor dedicou-se a enfrentar tudo que diga respeito ao método de pesquisa e à construção do conhecimento histórico, de modo que a discussão desses problemas veio a alicerçar toda sua obra. Já no prefácio a *O queijo e os vermes*, constatava que a incerteza metodológica derivada da “exasperada consciência da violência que pode estar oculta por trás da mais normal e, à primeira vista, inocente operação cognitiva”, unida ao medo ao positivismo ingênuo, propiciara nos meios intelectuais europeus um certo neopirronismo ou mesmo niilismo

---

cognitivo. Em debate com ideias de Foucault – e sua radicalização por Derrida ao afirmar a impossibilidade de se conhecer a loucura ou os excluídos numa linguagem historicamente participante da razão ocidental –, avaliava que estes em última instância fechariam qualquer via para interpretar a alteridade, correndo o risco de um irracionalismo estetizante ou do “êxtase do estranhamento absoluto” que torna o discurso dos indivíduos e grupos “diferentes” irreduzível à análise e à compreensão (1987:22-23)<sup>1</sup>.

Em *Relações de força* considera que a retomada sofisticada realizada por Nietzsche – revalidando os discursos gregos antigos em que o uso da força e as injunções do poder eram defendidos como lei natural; considerando a origem metafórica de todo conceito e o conhecimento humano como uma pretensão ilusória; bem como buscando na retórica um instrumento para refletir “sobre a verdade e a mentira em sentido extra-moral” – fazia sentido na luta para remover os preconceitos etnocêntricos de sua época, porém teve desdobramentos que, somados à tradição da filosofia idealista da linguagem, permitiram ao desconstrucionismo de autores como Paul De Man, Roland Barthes, Jacques Derrida etc., postular uma versão anti-referencial da retórica, ou seja, uma autonomia do significante/forma em relação ao mundo a que se refere. Ademais, a vinculação entre retórica e eficácia foi transferida para a historiografia, de modo que isso passou a pautar o valor do saber e da história, o que abriria caminho para justificar a superioridade das armas de fogo e da civilização dos conquistadores, inegavelmente eficazes. Em suma, algumas décadas de circulação de teses céticas generalizaram os pressupostos de que finalidade da historiografia é o convencimento, não a verdade; de que os textos historiográficos e os ficcionais são auto-referenciais por estarem articulados internamente por uma dimensão retórica; de que uma obra historiográfica constrói um modelo textual autônomo à maneira de um romance, sem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere, isto é, sem vínculo com evidências ou provas.

No entanto, diz ele, é possível sustentar que o conteúdo dos textos está ao mesmo tempo *dentro e fora* deles (“é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”) e que o nexos entre poder e conhecimento popularizado por Nietzsche e Foucault, remontando aos sofistas gregos, pode conduzir a conclusões distintas das que se tornaram habituais, pois as forças desejanças (ou

---

<sup>1</sup> Ainda que Ginzburg tenha considerado posteriormente que esse prefácio era um tanto agressivo, o cerne de suas concepções teóricas e decorrentes críticas se manteve.

vontade de poder) não excluem obrigatoriamente o princípio de realidade, o qual permite enxergar as relações de força vigentes numa sociedade que condicionam os próprios acontecimentos envolvidos na feitura e legado da documentação, logo, a imagem que uma sociedade deixa de si, bem como condicionam sua interpretação: “é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas”. (GINZBURG, 2002:43). Para isso, é preciso transferir para o âmago da pesquisa histórica as tensões entre narração e documentação e diminuir a grande distância vigente atualmente entre a reflexão filosófico-metodológica e a prática historiográfica baseada em demonstrações documentadas, ou seja, é preciso resgatar a noção aristotélica de prova como parte integrante da retórica<sup>2</sup>, e que essa evidência, malgrado esquecida, “implica uma concepção do modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que a que está hoje em voga” (2002:13).

Infere-se daí que os limites do relativismo, e sua tácita aceitação da interpretação não-referencial da retórica que conduz ao ceticismo epistemológico, são ao mesmo tempo cognitivos, políticos e éticos. Tais problemas foram tratados em “Unus testis - o extermínio dos judeus e o princípio de realidade”<sup>3</sup>, em que o autor discute a questão do testemunho e faz a crítica a Hayden White, cujo percurso exige que se entendam suas relações de juventude com o idealismo italiano, filiando-se diretamente a Croce na questão da tropologia e do subjetivismo, ideias estas que se fortaleceram posteriormente quando White encontra a obra de Foucault e Barthes. Entretanto, esses autores foram decodificados por White mediante as reflexões de Vico e, sobretudo, de Gentile e suas formulações teórico-políticas de respaldo ao uso da força pelo fascismo italiano. Diferentemente da leitura gramsciana, que debate com Gentile o futurismo e o tema marxiano da filosofia da práxis – o problema da relação entre

2 Segundo ele, uma leitura cuidadosa de Aristóteles mostra dois raciocínios fundamentais para a teoria da história: que ao tratar dos recursos de construção de discursos eficazes, a Retórica inclui demonstrações e provas, e que por isso a história vincula-se mais propriamente à Retórica do que à Poética, embora se tenha tornado clássica a citação desta última sobre a diferenciação e maior amplitude da poesia, que se refere ao que poderia ter sido e ao verossímil, em relação à história que concerne apenas aos fatos ocorridos.

3 Ginzburg anota que este texto deriva de um paper apresentado em congresso sobre o extermínio dos judeus e os limites da representação (Los Angeles/1990; publicado por S.Friendlander/1992), modificado posteriormente para publicação no livro *O fio e os rastros*. A primeira versão tem também tradução brasileira, no livro organizado por Malerba. Cabe notar que a crítica de Ginzburg a White deve muito a A. Momigliano, como aponta Lima (2007:104-05).

---

sujeito/objeto e entre pensamento/ação no conhecimento e na história –, White reitera o subjetivismo transcendental da visão gentiliana. Na virada dos anos 1960-70, avalia Ginzburg, esse subjetivismo tinha sabor de esquerda radical ao sobrepor o desejo à realidade e ao atacar simultaneamente as ortodoxias liberais e marxistas. Entretanto, quando White debate com Vidal-Naquet sobre a revisão histórica do Holocausto, apesar de considerá-la “moralmente ofensiva e intelectualmente desconcertante” e recusar a “desrealização” do evento, identifica verdade com eficácia e propõe que ceticismo e relativismo proporcionem as bases epistemológicas e morais da tolerância<sup>4</sup> – o que é insustentável tanto do prisma histórico (a tolerância foi teorizada por pensadores com fortes convicções intelectuais e morais), quanto do lógico (o ceticismo absoluto entra em contradição consigo mesmo, salvo se remeter a um princípio regulador externo, como a tolerância; ademais, se as divergências cognitivas e éticas não estão ligadas em última instância à verdade, nada há a tolerar). (2007:225-227).

Na concepção de Ginzburg, ainda que a convivência e o choque de culturas, intensificado no mundo moderno e contemporâneo, ponham em xeque o etnocentrismo e permitam a composição de muitas perspectivas num mesmo quadro, como se vê em Picasso, ou que um mesmo acontecimento seja narrado validamente de distintas maneiras, inclusive pela literatura, isso não significa que os costumes e valores de culturas diferentes devam ser aceitos incondicionalmente “sempre e de qualquer maneira”, diz ele, ou que a história possa ser reduzida à sua dimensão narrativa e retórica (2002:13ss). Com efeito, a “política da interpretação histórica” de Hayden White, partindo do ensaio “O discurso da história” em que Barthes desafiava a distinção entre discurso ficcional e histórico (“a falácia da referencialidade”), inclui a ideia de que a narrativa histórica, ao organizar os acontecimentos para além de uma lista cronológica, estabelece dois níveis de codificação e referência, um primeiro relativo a agentes, eventos e forças, e um segundo relativo às estruturas de enredo vigentes em uma dada cultura, ou seja, a produção de sentido depende da lógica da figuração ou tropologia e do gênero literário escolhido. Considerando que “qualquer conjunto de eventos reais pode ser encadeado de diversas maneiras”, afirma que “nenhum tipo de conjunto ou sequência de eventos reais é intrinsecamente trágico, cômico ou farsesco [...], é a escolha

4 “muitos teóricos consideram que o relativismo do qual sou geralmente acusado implica aquele gênero de niilismo que convida a um ativismo revolucionário de um tipo particularmente irresponsável. [...] o relativismo é o equivalente moral do ceticismo epistemológico; além disso, penso que o relativismo é a base da tolerância social, não a licença de fazer aquilo que se quer.” White, *apud* Ginzburg (2006:221).

---

da tipologia e de sua imposição aos eventos que os dota de sentido.” (WHITE, 2011:467). Ademais, é uma operação imaginativa de “repetição” (cf. Heidegger) que permite ligar passado e presente num fio de continuidade temporal, fisicamente inexistente, o que configura uma “metafísica da narratividade”. Não fosse o cientificismo impregnado na cultura ocidental moderna, e o teor literário-imaginativo da narrativa histórica não seria problema, pois a noção do que constitui um acontecimento real reside “não na distinção entre o falso e o verdadeiro (que é uma distinção que pertence à ordem dos discursos, não à ordem dos acontecimentos), mas antes na distinção entre o real e o imaginário (que pertence tanto à ordem dos acontecimentos como à dos discursos).” (*Ibidem*:482-83).

Como se vê na frase que abre este trabalho, para Ginzburg é basilar que as distinções sejam mais precisas e amplas. Além da incoerência presente no fato de se afirmar a relação intrínseca de forma e conteúdo dos enredos, ao mesmo tempo em que se afirma que os mesmos eventos podem ser narrados dentro de qualquer gênero – implicando a questão ética de usar o gênero cômico para tratar de catástrofes –, há que se discutir o lugar da mentira e da contra-verdade e, sobretudo, desfazer a identificação imediata estabelecida entre narrativa histórica e narrativa ficcional, que ao negar a possibilidade da prova, nega igualmente a possibilidade da verdade histórica. Não se trata de eliminar uma correspondência entre ficção e história; ao contrário, Ginzburg exalta desde sempre o potencial cognitivo da literatura, inclusive para a produção de conhecimento histórico, tanto no que concerne ao conteúdo semântico das obras quanto às formas literárias ou procedimentos estruturantes dos textos, como os tropos metafóricos, metonímicos, antitéticos, comparativos, ou as vozes narrativas singulares ou plurais, ou a organização dos discursos de modo direto ou indireto, ou ainda os brancos ou silêncios entremeados às palavras. No entanto, nada disso permite eliminar as distinções entre ficção e realidade, pois a diferenciação entre ambas é exatamente o que as constitui enquanto tal, *sine qua* se cai numa aporia epistemológica.

A proposta ginzburgiana reside em desnaturalizar e problematizar, ou seja, admitir *enquanto problema* e discutir o acesso à verdade, a narratividade da história e a validade de múltiplas perspectivas, sem contudo abrir mão da existência do real e da verdade possível, ainda que lacunar, segundo as provas permitidas pelos documentos. Sua leitura da micro-história refuta o que considera um lugar comum difuso que identifica tacitamente a narração do romance

---

naturalista do séc. XIX com toda narração histórica e recusa igualmente os expedientes historiográficos que, conforme acusara White, escondem seu caráter construtivo – e que vão para além dos recursos narrativos e retóricos, envolvendo também as escolhas temáticas e documentais, as interpretações teóricas e todas as demais fases da pesquisa –, postulando que as lacunas da documentação na historiografia sejam mantidas e exploradas suas implicações gnosiológicas, transformando-as num elemento narrativo, isto é, a busca da verdade é incorporada como parte da exposição, deixando-a incompleta (2007:271), assim como o narrador do romance do séc. XX incorpora incertezas, pois não é onisciente como o narrador oitocentista, conforme ensina Auerbach. Em outras palavras, demonstra-se, no próprio corpo da narrativa, os limites do trabalho em andamento e suas implicações para a produção de conhecimento histórico válido. Para este, é fundamental enfrentar a memória e as destruições da memória que ocorrem repetidamente na história e na historiografia (2007:230); assumir que a relação com o passado é precária mas possível; compreender que “tradutibilidade e relativismo não são sinônimos”, e estabelecer cuidadosamente a distinção “entre a verdade, como um princípio regulatório, e os critérios de verdade” (GINZBURG, 2011:358).

No artigo “Enredo e verdade na escrita da história”, creio que se pode perceber que Hayden White (2006) procura dialogar com as críticas recebidas de diversos intelectuais e, de certa forma, ameniza sua posição cética ao tratar do cerne das questões, qual seja, o problema epistemológico e ético das teses de (ir)representabilidade do Holocausto<sup>5</sup>. Considerando a argumentação de autores como S.Friendlander ou B.Lang, que denunciam a estetização sadomasoquista do horror e/ou buscam o tom certo da representação realista da catástrofe (mediante a “escrita intransitiva” ou a “voz média” propostas também por Barthes), White afasta-se da “falácia da referencialidade”, mas reafirma a determinação do enredo na construção do sentido, uma vez que a narrativa histórica não é um “*container* neutro”, como queria a historiografia do século XIX, cujo discurso era pautado pelo realismo. Sem negar a realidade e a experiência histórica do Holocausto, recusa tanto o realismo tradicional quanto o postulado de sua indizibilidade, bem como argumenta que, no que se refere às narrativas que competem pela interpretação do nazismo e aos modos inaceitáveis de narrá-lo, os enredos cômicos ou bucólicos estariam fora de questão, salvo se comportam um corte irônico como

---

5 Para muitos autores, neste texto White resume as ideias de seus principais livros; contudo, o longo debate com a questão da representação e realidade do Holocausto permite-nos outra leitura.

---

componente metacrítico, não sobre os fatos mas sobre as versões. Seria o caso de *Maus*, a amarga sátira em quadrinhos na qual Art Spiegelman traz uma visão irônica e aturdida sobre o Holocausto, uma obra-prima de estilização, figuração e alegorização em que não há, porém, estetização, pois a mistura absurda do “gênero baixo” típico das convenções cômicas com eventos da maior significância levanta questões cruciais sobre os limites da representação responsável e seus usos pela ficção ou poesia (2006:195-96).

A conclusão de White aponta que no mundo contemporâneo, a ordem da experiência está além ou anterior àquela que se exprime nas oposições ente fato/ficção, sujeito/objeto, figurativismo/literalismo, história/mito. Termos polares são úteis para representar algumas relações reais, mas não todas as experiências do mundo, cuja modernidade pede um modo novo e distinto de descrever, conceitualizar, imaginar. Embora aproxime essa ideia do que chama “projeto modernista de filosofia” de Derrida e seu conceito de *différance*, ele recorre a Auerbach para defender uma necessária mudança na historiografia, cuja concepção de realismo é inadequada para representar eventos modernos *per se*, como o Holocausto, e dessa inadequação derivam as anomalias, enigmas e impasses de sua representação. White enumera como características estilísticas distintivas do modernismo as mudanças narrativas do séc. XX apresentadas por Auerbach: desaparecimento do escritor como narrador de fatos objetivos; dissolução de qualquer ponto de vista fora do romance; tom de dúvida e interrogação na voz do narrador, mesmo quando a descrição é objetiva; recursos como o fluxo de consciência para propósitos estéticos que obscurecem a impressão de realidade objetiva; novas técnicas de representação da experiência de tempo e temporalidade (liberação de processos de consciência desde uma ocasião propícia, indistinção entre tempo interior e exterior, eventos representados como ocorrências do acaso, e não como episódios sucessivos de uma estória). Não se quer dizer que a história não seja representável realisticamente, nem que se deva abrir mão do esforço de fazê-lo em relação ao Holocausto, insiste ele, mas de ver que as concepções do realismo e da história têm mudado<sup>6</sup>. Em suma, a história que o modernismo confronta não é

---

6 Isso poderia levar a uma rejeição radical da história, da realidade como história e da própria consciência histórica, diz White, mas não é o caso de Auerbach, voltado a diferenciar o realismo e um modernismo “ainda preocupado em representar a realidade 'realisticamente' e em identificar realidade com história (*ibidem*:205-06). Tal raciocínio deixa entrever certa oscilação de White quanto à referencialidade, marcando seu texto de contradições. Gombrich e Auerbach são autores referenciais de White (e de Ginzburg) para reverter as perguntas sobre a relação entre história e arte e pensar os elementos estéticos da historiografia. (LIMA, 2007:104).



---

mais aquela tratada pelo realismo do séc. XIX, dadas as transformações radicais na ordem do mundo contemporâneo, de maneira que o modernismo significa menos uma rejeição do projeto realista e negação da história, do que antecipação de uma nova forma de realidade histórica<sup>7</sup>.

A ideia de que é preciso rever as formas de representação para adequá-las às experiências específicas do séc. XX, e a leitura de Auerbach para compreender essa dinâmica, coincidem parcialmente com o projeto ginzburgiano. Henrique Lima (2007:108) observa que Ginzburg sempre reconheceu a importância de Auerbach para sua formação, mas passa a enfatizá-la mais recentemente, em virtude de seus combates epistemológicos, frisando o potencial da indicação metodológica embutida na concepção de “mimesis”, que Auerbach não trata teoricamente, mas no seio mesmo de suas análises literárias. Em 1984, em “Prova e possibilidade”, Ginzburg propunha: “Auerbach indicou um caminho que não foi continuado. Valeria a pena fazê-lo...” (2007:319). O caminho consiste em compreender que a representação da realidade na literatura ocidental foi marcada pela transgressão da doutrina clássica da separação dos estilos operada pelo cristianismo, que a crônica de fatos extraordinários e os livros de viagens contribuíram para o nascimento do romance e, “através desse intermediário decisivo”, para a historiografia moderna. Foi negligenciado que em *Mimesis* alternam-se análises de romancistas, poetas e historiadores, de modo que sua proposta consistia em refletir sobre o teor mimético também da história, e não só da ficção: “Auerbach tinha um senso fortíssimo da realidade e, em primeiro lugar, da realidade social. Sua visão 'perspectivista', que se inspirava em Vico [...] se baseava na ideia de que o desenvolvimento histórico tende a gerar enfoques múltiplos da realidade.” (2007:171). Ele era um “mestre do perspectivismo”, mas não em absoluto um relativista. Por meio dos relatos inventados, “procurava alcançar uma verdade histórica mais profunda”, atitude esta compartilhada com romancistas do séc. XIX, mas sobretudo e de forma menos óbvia com os do XX, como Virgínia Woolf e Marcel Proust, que “também inspiraram os princípios formais com base nos quais o próprio livro foi construído, pois dele Auerbach retirou a ideia então inusitada de que “que através de um acontecimento acidental, uma vida qualquer, um trecho

7 Esta inclui “entre seus supostamente [...] impensáveis e inexprimíveis aspectos, o fenômeno do hitlerismo, a solução final, a guerra total, a contaminação nuclear, a fome em massa e o suicídio ecológico”, bem como uma profunda desconfiança na capacidade das ciências *explicarem* e controlarem tais fatos e na capacidade dos modos tradicionais de representação até para descrevê-los adequadamente. (WHITE, 2006:206).

---

tomado ao acaso, se possa chegar a uma compreensão mais profunda do todo” (2007:173)<sup>8</sup>.

Aprende-se do autor de *Mimesis* que o mergulho nas profundezas de uma individualidade permite penetrar nos grandes fenômenos da sociedade e do pensamento; que perspectivismo e relativismo são relações distintas com o conhecimento e o mundo<sup>9</sup>; que a representação literária e o fragmento possuem força heurística e cognitiva para ler o tempo histórico; que a *mimese como modus operandi da história não é questão meramente retórica*, mas de *poiesis* no sentido mais amplo de fazer estético e social, que inclui práxis no sentido originário dos termos: ação/reflexão que lidam com a potência e limites da forma e da liberdade. A coletânea de ensaios de *O fio e os rastros* volta-se eminentemente a essas discussões, recuando no tempo para mostrá-las em outros contextos e defender a crítica interna que constitui conhecimento desde dentro do erro dos documentos e dos vestígios rotos do passado invisível, de modo que a partir dos fragmentos erodidos pelo tempo, do erro, da imperfeição e da ficção, se pode construir a contrapelo “a história verdadeira a partir da falsa” (2007:93). Esta, que pode ser almejada sem se incorrer em historicismo, depende dos historiadores enfrentarem o desafio de uma “áspera verdade”: que formas artísticas e ficcionais oferecem algumas verdades históricas que apenas se deixam desvelar mediante procedimentos formais, que podem ser conhecidos e dominados por meio de diálogos interdisciplinares.

O debate Ginzburg e White, que talvez indique uma disputa de em torno de Auerbach e soa por vezes como um diálogo de surdos, tem seu ponto de ancoragem, como já dito, no problema a (ir)realidade e (ir)representabilidade das experiências históricas de violência extrema. O cuidado de Ginzburg com as situações-limite e a relação entre sofrimento e história permite formular a hipótese de que experiência histórica dolorosa é um ponto fundante de suas concepções de história e historiografia e, como tal, um critério norteador e diferenciador de sua obra. Sua atenção à dor mostra-se em numerosas ocasiões, ao opinar como leitor de Borges, p.e.x., que este “não explorou seu talento completamente [...] não se

---

8 Ele diz que sua aproximação da micro-história é devedora de eruditos como Auerbach, “que desenvolveram interpretações de artefatos literários e pictóricos baseados em pistas que outros consideraram insignificantes” (GINZBURG, 2007b:97).

9 Em “Distância e perspectiva: duas metáforas”, Ginzburg analisa em um processo de longa duração a argumentação que vincula a perspectiva “como uma metáfora cognitiva poderosa” à verdade, observando a formação de três tradições perspectivistas ou modelos cognitivos diferentes – respectivamente sob o signo da *adaptação* (derivado de Sto. Agostinho); do *conflito* (desde Da Vinci e Maquiavel); e da *multiplicidade* (desde Leibniz) – cujas marcas estão nas concepções de história de Hegel, Marx e Nietzsche e que, combinadas em doses variadas, compõem as principais formas historiográficas atuais. (2001:194-98).

---

comprometeu com a representação e com a experiência da dor” (2011:s/p); ou ao constatar que os céticos tanto buscam um alívio subjetivo do excessivo peso da história, como queria Nietzsche, quanto uma fuga a um passado sentido como doloroso, o que denuncia certa auto-indulgência e mesmo irresponsabilidade contida no que seria uma “retórica da inocência”, pois diferentemente do que faz Conrad em *O coração das trevas* – no qual *apesar e mediante* a multiplicidade dos pontos de vista narrativos se transmite um juízo cognitivo e moral sobre o caso narrado, condensado na exclamação final que qualifica o colonialismo como “horror!” –, o modelo relativista não contribui para compreender o processo histórico em curso, em que se intrincam homogeneidade e diversidade cultural, subordinação e resistência em escala global (2002:passim). Tais concepções derivam certamente de sua experiência pessoal – ante as condições de morte de seu pai sob o nazismo –, bem como de sua relação com a psicanálise, a qual sustenta em boa parte suas elaborações sobre si mesmo e sobre a história em geral, por ter-lhe dado a compreender, com os casos analisados por Freud, os processos inconscientes que fazem parte dos comportamentos, crenças e palavras dos indivíduos, e sobretudo, a importância de enfrentar as verdades, ainda que dolorosas, e a tensão entre razão e desrazão, isto é, a possibilidade de “desvendar a racionalidade do irracional” (2000:283-87, 295-301).

Assim, para Ginzburg, a relação entre documento, sofrimento e realidade, presente nos embates de esquecimento e memória ao longo da história, entendida como experiência e como historiografia, exige um tratamento crescentemente mais complexo. “A vida é feita de muitas conexões, mas a pergunta é: 'quais conexões?'”, diz ele (2000: 277). A experiência de dor inegavelmente faz parte dos fios enovelados das boas respostas.

### Referências Bibliográficas

- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. Latitudes, escravos e a bíblia: um experimento em micro-história. *ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n.15, jul-dez, p. 85-98, 2007 b.
- \_\_\_\_\_. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade . In: MALERBA, Jurandir (org). *A História escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p.

211-232.

\_\_\_\_\_. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. [Entrevista]. *Extra Classe*. Porto Alegre, ano 16, n.15, mar 2011. In: <http://www.sinprors.org.br/extraclasse/mar11/entrevista.asp>. Acessado em 21/11/2011.

\_\_\_\_\_. [Entrevista]. In: PALLARES-BURKE, Maria Lucia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 269-306.

LIMA, Henrique Espada. Narrar, pensar o detalhe: notas à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. *ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n.15, jul.-dez. 2007, p. 99-112.

WHITE, Hayden. “A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea”. In: NOVAIS, Fernando e SILVA, Rogerio Forastieri (org). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.438-517.

\_\_\_\_\_. “Enredo e verdade na escrita da história”. In: MALERBA, Jurandir: *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p.191-210.

---

## HISTÓRIA POLÍTICA E BIOGRAFIA: AS PROPOSTAS DE AÇÃO POLÍTICA DE JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES COMO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA (1834-1836)

Lívia Beatriz da Conceição\*

*Sabemos que não há possibilidade de afirmação da subjetividade sem intersubjetividade; conseqüentemente, toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade.*

Leonor Arfuch (2010:100)

Joaquim José Rodrigues Torres assumiu a presidência da província do Rio de Janeiro em outubro de 1834, dois meses após a promulgação do Ato Adicional de 12 de agosto do mesmo ano<sup>1</sup>, ficando nessa função até abril de 1836. Um tempo considerado por ele de “funestas paixões”<sup>2</sup>. Momento como se configurou de intensas disputas e de incertezas, de experimentações exacerbadas, e de rearticulação das forças políticas com a emergência do regressismo como movimento político na defesa de algumas reformas e ações mais centralizadoras no objetivo de com isso, como entendiam, consolidar a ordem e afastar o perigo da fragmentação territorial do Império, devido aos constantes conflitos político-sociais do período (MATTOS, 1994).

Neste artigo, temos por objetivo fazer uma reflexão sobre os diálogos que possivelmente foram sendo estabelecidos por esse personagem - nesse momento ímpar em que ele esteve à frente da província fluminense - com alguns dos professores dessa província na construção de seus projetos políticos de ação para a instrução pública primária a partir da criação de uma escola normal para a certa habilitação/disciplinarização de todos os professores das escolas de primeiras letras para meninos da província.

---

\* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista FAPERJ-Nota 10. E-mail de contato: liviabeatrizd@ig.com.br.

<sup>1</sup> Com o Ato Adicional de 1834, a cidade do Rio de Janeiro, como Município Neutro e capital do Império, e o restante da província foram separados. A província do Rio de Janeiro, com capital em Niterói, teve, assim, em Joaquim José Rodrigues Torres o primeiro de seus presidentes. Ato Adicional de 1834. In: ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. **História Constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 593-600.

<sup>2</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. “Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835”. Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850, p. 34 (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

Esta perspectiva dialógica é uma constante nos estudos que se dedicam à escrita biográfica como aposta historiográfica na atualidade<sup>3</sup>; ao defenderem que, para se entender as ações, ainda que atravessadas pela incerteza, dos sujeitos históricos em sociedade, se faz de suma importância que nos preocupemos em perceber e analisar as redes de sociabilidade nas quais um personagem se acha inscrito.

Em *A sociedade dos indivíduos*, Norbert Elias (1994) afirma que nem indivíduo nem sociedade existem um sem o outro. Haveria uma inter-relação dinâmica, uma contínua interação entre o indivíduo e a sociedade, pois esta seria formada por indivíduos, e estes seriam constituintes da sociedade, não sendo possível considerar essas categorias separadamente. Por isso a concepção de uma “sociedade de indivíduos”, termos inexoravelmente imbricados.<sup>4</sup>

Investigar as relações sociais tecidas por um personagem em seu mundo é de extrema importância em um trabalho que se quer biográfico. Defendemos a ideia de que essa perspectiva analítica nos possibilita “apresentar de modo menos esquemático os mecanismos pelos quais se constituem as redes de relações, estratos e grupos sociais” (LEVI, 2006: 173), isto é, as experiências sociais.

Colocaríamos em cheque, com isso, uma ilusória autorreferencialidade do sujeito. Não a sua morte, como preconizou Roland Barthes (2004), mas um redimensionamento de sua possibilidade de ação individual; naquilo que Leonor Arfuch (2010), em alusão a Mikhail Bakhtin, chama de razão dialógica, numa crítica à ideia de que o sujeito se faz por ele mesmo. Haveria, nesse sentido, uma relação de interdependência, de complementaridade entre o indivíduo e o grupo social, e qualquer abordagem sobre o eu precisaria estar atenta, segundo a autora, a este “dialogismo”.

Tomar o gênero biográfico como questão, utilizando-o como possibilidade teórico-metodológica de análise, de acordo com uma “nova” história política<sup>5</sup>, é perceber, assim, o

---

<sup>3</sup> A título de exemplo, ver, SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; REIS, João José. **Domingos Sodré: um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, assim como os diferentes artigos em GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>4</sup> Um exemplo de um trabalho biográfico de Norbert Elias em que ele reflete sobre a interdependência entre um indivíduo e a sociedade é *Mozart*. Ver em: ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

<sup>5</sup> Para Philippe Levillain, é nesse contexto de retorno e constituição de um novo tipo de história política, que procura dar voz ao indivíduo na história através de uma valorização da ação e dos atores, que podemos entender o florescimento contemporâneo da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico. LEVILLAIN,

indivíduo na história apenas por meio de sua rede de relações. É trabalhar com a perspectiva de sua função mediadora e com o fato de que há uma margem de liberdade de ação, mesmo que restrita e incerta, desse ator social dentro do incoerente e conflituoso sistema de normas (LEVI, 2006).<sup>6</sup>

Narrar uma vida, assim, é estar atento ao jogo relacional no qual o sujeito biografado esteve envolvido. A viabilidade de realização ou não de seus projetos vai depender de outros tantos projetos individuais e/ou coletivos, dentro de um contexto percebido como campo de possíveis (VELHO, 1994). Nesse sentido, o valor das experiências de Joaquim José Rodrigues Torres, percebido desta forma como um indivíduo-mediador, serão tomadas aqui como um campo de possíveis de configurações de suas ações, escolhas e, certamente, de suas limitações (GONÇALVES, 2009); uma vez que escrever sua história de vida é estar sempre atento aos projetos e desejos que ele e outros tantos diferentes atores que com ele estabeleceram relações/dialogaram construíram e desconstruíram com o passar do tempo (GOMES, 2009).

Lançaremos mão, assim, do personagem em questão para pensarmos sobre o fio de uma trama que constantemente se redefinia;<sup>7</sup> buscando investigar e problematizar o que houve de singular em suas ações, ainda que estas tenham sido atravessadas por tensões, pela

---

Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, pp. 141-184. Um gênero biográfico, porém, diferente, reformado, que tem por objetivo, como defende Sabina Loriga, analisar o homem comum em sua multiplicidade, incoerente e conflituoso, como forma de escaparmos de uma concepção cerceadora das vontades individuais. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

<sup>6</sup> Ao discutir a proliferação dos escritos biográficos entre historiadores e jornalistas, Benito Schmidt nos chama a atenção para o fato de que “uma das tarefas fundamentais do gênero biográfico na atualidade é [exatamente o de] recuperar a *tensão*, e não a oposição, entre o individual e o social”. SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 19, 1997, p.12. Diálogo estreito e profícuo entre liberdade de escolha individual e contexto social, numa reflexão acerca das possibilidades e dos limites das ações individuais dos agentes históricos frente às estruturas normativas. Compartilhamos, desta forma, da concepção de que essas estruturas normativas não existem para além da experiência vivida, mas são produzidas e negociadas nas relações estabelecidas entre os sujeitos, que são, por sua vez, mutáveis e instáveis.

<sup>7</sup> Trabalhamos aqui com a perspectiva de Carlo Ginzburg e Carlo Poni do método onomástico, no qual o nome seria o fio condutor para encontrarmos um mesmo indivíduo - ou um grupo de indivíduos - em diferentes contextos sociais, “compondo uma espécie de teia de malha fina” e dando ao observador “a imagem gráfica do tecido social em que” ele “está inserido”. GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.175. Nesse sentido, “a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último” ao permitir “destacar, ao longo de um destino específico (...) a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve”. REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. Prefácio In: LEVI, Giovanni. **A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.17. Uma biografia, nesse sentido, pode ser vista como um recurso possível para um “jogo de escalas”. Ver a respeito em REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

incerteza e pelos acasos que, certamente, constituem qualquer experiência de vida (SCHMIDT, 2004).

### **Diálogos estabelecidos em tempos de “funestas paixões”: a criação da escola normal fluminense.**

Em 4 de abril de 1835, conforme sugestões de seu primeiro presidente de província, foi criada por lei provincial a escola normal fluminense<sup>8</sup>. Seus trabalhos, com vias a “em poucos anos (...) formar crescido número de Cidadãos habilitados convenientemente para dar à instrução primária o impulso e consideração que deve ela merecer de um povo civilizado”<sup>9</sup>, iniciaram-se em outubro do mesmo ano.

Pelo artigo 12 da referida legislação, os professores das escolas de primeiras letras para meninos da província que se recusassem a freqüentar a escola normal seriam aposentados com ordenados correspondentes ao seu tempo de serviço<sup>10</sup>. Decisão esta perpetrada contra os professores de primeiras letras Antônio José Rodrigues Picanço, Matheus Gomes de Andrade e Sebastião Ferreira do Rozario.

Antônio Picanço e Matheus de Andrade, assim como os outros professores provinciais, em 1837 foram informados de que o então vice-presidente da província, José Ignácio Vaz Vieira, havia enviado às câmaras municipais uma circular determinando que todos os professores de primeiras letras deveriam ser intimados a apresentarem seus títulos na secretaria do governo de modo que se verificasse quais deles não estavam isentos de freqüentar a escola normal.<sup>11</sup>

Com o cerco se formando, os dois, que já atuavam há cerca de vinte anos como professores elementares nas vilas de Campos e Parati, respectivamente, não haviam passado

---

<sup>8</sup> Lei de 04 de abril de 1835. *Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835*. Niterói, Typografia Niterói, 1839. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). A escola normal fluminense foi a primeira a ser criada no Império do Brasil. Em nosso período de estudo, que corresponde ao final dos anos trinta, houve somente mais três: em Minas Gerais, em 1835, mas com funcionamento efetivo a partir de 1840, na Bahia, em 1836, e no Pará, em 1839. Ver a respeito em, por exemplo, GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. A escola normal da província fluminense funcionou, numa primeira fase, até o ano de 1847, quando foi absorvida pelo liceu provincial de Niterói.

<sup>9</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. “s/título, 1836”, p. 3 (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>10</sup> Artigo 12 da Lei de 04 de abril de 1835. *Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835*. Niterói, Typografia Niterói, 1839. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>11</sup> Relatório do vice-presidente de província do Rio de Janeiro. VAZ VIEIRA, José Ignácio. “s/título, 1837”, p. 5. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).



pela escola normal e nem tinham a prerrogativa do artigo 1º da lei de 4 de abril de 1835 de estarem isentos de freqüentá-la<sup>12</sup>, jubilaram-se “com todo o ordenado” correspondente a seus tempos de serviço.<sup>13</sup>

O mesmo fora praticado contra Sebastião Ferreira do Rozario. O que diferencia a sua ação das de Antônio Picanço e Matheus de Andrade foi que Rozario conseguiu astutamente permanecer no cargo até o ano de 1840, mesmo sendo um daqueles procurados por Vaz Vieira por não estar isento de freqüentar a escola normal, e que ainda assim continuaria resistindo a não cursá-la.<sup>14</sup>

Talvez Rozario tenha se valido do decreto provincial de 17 de abril de 1839 que dizia, pelo seu artigo terceiro, que todos os professores que continuassem a se recusar a freqüentar a escola normal poderiam permanecer regendo suas cadeias com “metade do ordenado que” competia “aos que se” tinham “habilitado” nela e “enquanto por falta de quem os” substituísse “não fossem jubilados, ou se não” habilitassem.<sup>15</sup>

Mas o fato é que Rozario fora jubilado, também pelo artigo 12 da lei de 4 de abril de 1835, mesmo sem ter sido substituído, o que contradizia a legislação; conseguindo, além disso, a artimanha de permanecer por cerca de dois anos como professor de primeiras letras da freguesia de São Sebastião de Campos antes que este decreto fosse promulgado.

Alguns indícios documentais nos levam a afirmar que, assim como Antônio Picanço, Matheus de Andrade e Sebastião do Rozario, dois outros professores foram obrigados a deixar de atuar nas escolas de primeiras letras para meninos da província fluminense por terem se recusado a cursar a escola normal: Joaquim Maria Martins da Camara, da cidade de Magé, e João Antônio dos Santos. Ambos seriam os únicos professores da província, até março de

---

<sup>12</sup> Mais adiante falaremos mais detidamente sobre o artigo 1º da lei de 4 de abril de 1835.

<sup>13</sup> Exatos 150\$000 réis. Antônio José Rodrigues Picanço foi aposentado por deliberação do governo provincial em 19 de agosto de 1837 e Matheus Gomes de Andrade em 8 de abril de 1837. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa 7.(disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>14</sup> Sebastião Ferreira do Rozario aparece no relatório provincial de 1º de março de 1839 ainda como professor da freguesia de São Sebastião de Campos. *Idem, Ibidem*. Somente no relatório de 1º de março de 1840 é que ele apareceria como jubilado tendo por base o artigo 12 da lei de 4 de abril de 1835 e com o ordenado de 200 mil réis. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, p. 15 e mapa SN. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>15</sup> Artigo 3º do decreto de nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 18, p. 204-205, set. 2005.

1840, não isentos de frequentar a escola normal, mas que ainda assim permaneciam furtando-se a cursá-la.<sup>16</sup>

Muito curioso o fato de que somente Joaquim Camara e João dos Santos permaneceriam como não isentos de cursar a escola normal no relatório do presidente de província na ocasião, Paulino José Soares de Souza, encaminhado em 1º de março de 1840 à assembléia provincial, dos outros 5 professores que assim ainda apareciam no relatório do ano anterior - mesmo depois da circular enviada por Vaz Vieira às câmaras municipais. Desses outros 3 professores, um deles era o nosso já conhecido Rozario, que fora jubilado nesse mesmo ano. Os outros 2 não isentos, Manoel Barboza Ribeiro e Alexandre Bussard, passaram a ser alunos da escola normal<sup>17</sup>. O cerco estava cada vez mais se fechando!

Manoel Ribeiro e Alexandre Bussard já eram professores de escolas de primeiras letras para meninos da província. O primeiro atuava no Lugar da Passagem, em Cabo Frio, e o outro no Arraial de Santa Rita, em Cantagalo, e recebiam por isso, de acordo com o relatório de 1839 elaborado por Soares de Souza e como exigia a legislação, cerca de metade do ordenado que competia aos demais professores que haviam sido formados pela escola normal.<sup>18</sup>

Nesse sentido, havia para eles duas opções: tornarem-se “suficientemente instruídos”<sup>19</sup> nessa disciplinadora instituição de ensino (FOUCAULT, 2010) ou serem jubilados<sup>20</sup>. Ainda durante cerca de cinco anos eles conseguiram astutamente continuar no exercício de suas

---

<sup>16</sup> Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa SN. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)). Nos relatórios apresentados à Assembléia Legislativa Provincial pelos presidentes de província a partir do ano de 1842, Joaquim Maria Martins da Camara simplesmente não foi mais citado. Já João Antônio dos Santos apareceria ainda como professor da cidade de Cabo Frio nos relatórios dos anos de 1842 e 1843, desaparecendo no do ano de 1846, voltando a aparecer no do ano de 1847 como professor da mesma vila, e tornando a desaparecer nos relatórios dos anos de 1848 e 1849. Ele só reapareceria em definitivo como jubilado no relatório do ano de 1850, com o ordenado de 300 mil réis, ou seja, pagamento este referente, como decretava o artigo 3 do decreto de 17 de abril de 1839 citado acima, a metade do valor daqueles que haviam se habilitado na escola normal.

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>18</sup> Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa 7.(disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>19</sup> Artigo 9º da Legislação Provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850 seguida de um repertório da mesma legislação organizado por Luiz Honório Vieira Souto: oficial chefe da secretaria da Assembléia Legislativa Provincial. Parte II – Regulamentos e deliberações. Niterói. Typografia Fluminense, 1851. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>20</sup> Percebemos, assim, a escola como uma “instituição disciplinar” em formação nesse momento de constituição do Estado nacional no Brasil monárquico, com os dois processos interrelacionando-se.

funções sem passarem por essa habilitação - já que a escola normal começou a funcionar em outubro de 1835. Mas, possivelmente, o receio de serem, assim como alguns de seus pares, jubilados, tendo por base o artigo 12 da lei de 1835, fez com que optassem por nela se matricularem em 1840; e após cerca de dois anos de curso, como previa a legislação, eles tiveram seus ordenados ajustados para 600 mil réis.<sup>21</sup>

Diálogos, negociações, certamente precisaram ser estabelecidos por Joaquim José Rodrigues Torres com esses professores na construção de seu projeto de experimentação política para a instrução pública primária provincial<sup>22</sup>. Propostas estas constituídas numa troca com essas maneiras astutas de agir nesse cotidiano escolar; com esses outros tantos projetos de ação em que professores eram prontamente jubilados por terem se recusado a freqüentar a escola normal, outros conseguiriam estrategicamente permanecer fora dela por um período de tempo maior e tantos outros passariam a cursá-la por receio de serem obrigados a se aposentar.<sup>23</sup>

Gostaríamos de chamar atenção aqui para o fato de que todos os professores em exercício nas escolas de primeiras letras para meninos da província foram, gradativamente, obrigados a passar pela formação/habilitação na escola normal fluminense. Aqueles que por ela não passaram, como os casos de Antônio Picanço, Matheus de Andrade, Sebastião Rozario, João Antônio dos Santos e, possivelmente, Joaquim Maria da Câmara, foram jubilados.

Mesmo no caso de raras exceções, como a decretada pelo artigo 1º da lei provincial de 4 de abril de 1835, que dizia os professores que tivessem “adquirido a necessária instrução

---

<sup>21</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. LEÃO, Carneiro Honório Hermeto. s/título 1842. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>22</sup> Assim como com os próprios deputados da Assembléia Legislativa Provincial, sendo Rodrigues Torres, inclusive, um deles. Esta análise, porém, foge aos objetivos do artigo em questão. Para uma discussão a respeito do papel desempenhado por esses deputados provinciais no âmbito das discussões relativas à administração provincial, ver GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>23</sup> Estamos aqui tentando pensar sobre “que *estratégias* e *táticas* – que *astúcias* – desenvolveram no seu cotidiano [esses professores] ao produzirem suas próprias práticas?”. VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX: o método monitoral/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 174. Sobre os conceitos de estratégias e táticas ver CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

nas Escolas de Ensino mútuo”<sup>24</sup> não precisariam passar pela escola normal, no cotidiano escolar, não era bem isso o que se processava.<sup>25</sup>

De acordo com o artigo 2º da lei provincial de 17 de abril de 1839, estes professores ficariam com o ordenado de 400 mil réis, só podendo ser reajustado para o valor de 600 mil, como os dos demais professores habilitados na escola normal, “se por meio de competente exame se” mostrassem “habilitados para ensinarem todas as matérias determinadas”.<sup>26</sup>

Francisco José Lopes, professor de primeiras letras da freguesia de São João Batista, em Niterói, e formado na escola de ensino mútuo, em 1839 passaria a freqüentar a escola normal para habilitar-se em geografia; o mesmo ocorrendo com Constantino Rodrigues d’Assunção e Manoel Jorge de Faria, professores, respectivamente, da vila de Valença e da freguesia de São Gonçalo<sup>27</sup>. Já o professor de instrução primária da freguesia de São Salvador, em Campos, Theodorico José Ferreira de Moraes, que também seria um daqueles que estariam isentos pela lei de 1835 de freqüentá-la, iria também nela “habilitar-se em geografia”, só que ainda em 1838.<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> Artigo 1º da Lei de 04 de abril de 1835. *Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835*. Niterói, Typografia Niterói, 1839. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>25</sup> De acordo com Leonor Tanuri, antes da criação das escolas normais em algumas das províncias do Império, os professores eram habilitados nas escolas de ensino mútuo. TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Anped maio/jun./jul./ago., 2000, n.14. Segundo Heloísa Villela, “tanto em Portugal (a partir de 1815) como aqui no Brasil (a partir de 1820), após algumas primeiras experiências particulares esparsas, o Estado implantaria oficialmente o método [do ensino mútuo] a cargo da Repartição dos Negócios da Guerra, a qual se encarregaria da Escola de Ensino Mútuo da cidade do Rio de Janeiro. Outras decisões da Secretaria dos Negócios da Guerra seguem nesse sentido: em 1822, criou-se uma escola de primeiras letras para operários pelo método do ensino mútuo dentro do Arsenal do Exército; em 1823, criou-se uma escola de primeiras letras pelo método do ensino mútuo para instrução das corporações militares, mas aberta a todos os ‘súditos’. Quanto ao recrutamento dos docentes para essas escolas de ensino mútuo, os militares foram considerados os mais adequados para provê-las, chegando uma ordem ministerial a exigir que cada província enviasse um soldado que, seguindo as lições da escola do Rio de Janeiro, pudesse aprender a propagar o método em sua província de origem”. “Todos esses movimentos culminaram nas discussões que antecederam à votação da Lei de Instrução Primária do Império de 1827”. VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *Op.Cit.*, p. 161 e 150, respectivamente.

<sup>26</sup> Artigo 2º do decreto de nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 204-205, set. 2005.

<sup>27</sup> Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa SN. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>28</sup> Theodorico de Moraes passou após pelo obrigatório exame do decreto de abril de 1839, e, por isso, teve seu ordenado reajustado para 600\$000 réis. Ele recebia, de acordo com o relatório de 1º de março de 1839, 400 mil réis, e passou a receber, de acordo com o relatório de 1 de março de 1840, 600 mil réis. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa 7.(disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)); e Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura

Fim diverso teve o padre e professor Antônio Marcos de Abreu, da vila do Paraíba do Sul, que também era isento de freqüentar a escola pelo mesmo motivo dos acima mencionados<sup>29</sup>, mas que em 1839 seria jubilado com o ordenado proporcional ao seu tempo de serviço<sup>30</sup>, conforme decretado pelo artigo 15 da lei de 2 de janeiro de 1837<sup>31</sup>.

Gostaríamos de chamar a atenção nesse momento para o fato de que dos 5 professores em exercício nas escolas de primeiras letras para meninos da província nesse período que, baseados na legislação de 4 de abril de 1835, teriam o direito de não freqüentar a escola normal 4 deles acabaram por freqüentá-la e 1 fora aposentado<sup>32</sup>.

O decreto de 17 de abril de 1839, que colocava a condição deles terem que passar por um exame para que tivessem seus ordenados reajustados para 600\$000 réis, como os demais professores habilitados na escola normal, possivelmente influenciou suas ações, ainda que atravessadas pela incerteza, de nela matricularem-se, a exceção de Theodorico de Moraes, que já a cursava para habilitar-se em geografia desde 1838.

Alguns anos antes, José Ignácio Vaz Vieira, na sessão da assembléia legislativa de outubro de 1837, solicitaria uma “interpretação autêntica” dos deputados provinciais acerca do pedido de alguns antigos professores de primeiras letras da província que se julgavam

---

da 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa SN. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)). Caso idêntico ao professor da vila de Mangaratiba, Francisco Antônio da Costa Barreto, que nos relatórios de 1º de março de 1839 e 1º de março de 1840 aparece com o ordenado de 600 mil réis. Francisco Barreto antes recebia pelos seus serviços 250 mil réis. Arquivo Nacional (AN). Fundo Ministério do Império. Assunto Professores. Códice 196 (1833). No relatório de 1º de março de 1840, tanto Theodorico quanto Francisco são citados pelo então presidente de província Paulino José Soares de Souza como tendo o direito de não freqüentar a escola normal, mas que nela haviam se habilitado em geografia. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, p. 15. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>29</sup> Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa 7. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>30</sup> Cerca de 400\$000 réis. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa SN. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>31</sup> Artigo 15 da Lei n.1, de 1837, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 18, p. 199-204, set. 2005.

<sup>32</sup> Ainda não nos foi possível rastrear indícios certos acerca da situação, entre 1835 e 1837, dos professores que, pela legislação, estavam isentos de freqüentar a escola normal. Apesar do alcance limitado dessas conclusões, os vestígios aqui problematizados nos levam a firmar que, aos poucos, todos os professores de primeiras letras em exercício nas escolas de meninos na província fluminense foram obrigados a passar pela habilitação na escola normal.

“com o direito ao ordenado de seiscentos mil réis, ora marcado pelo artigo 9ª da Lei de 2 de janeiro”<sup>33</sup> de 1837.

Entre esses professores estariam, possivelmente, Francisco José Lopes, Theodorico de Moraes, Constantino d’Assunção, Antônio Marcos de Abreu e Manoel Jorge de Faria. Era astutamente exigido por eles que fosse pago “instantaneamente o excesso correspondente ao que até agora” vinham recebendo, devido ao fato de serem todos eles já formados na escola de ensino mútuo<sup>34</sup>. Vale mencionar que o referido artigo da lei de janeiro de 1837 não dizia que esses “antigos professores” teriam que fazer o tal “competente exame”, decretado somente em abril de 1839, para terem seus ordenados ajustados para 600\$000 réis.

Já sabemos o final dessa empreitada. Quatro deles acabaram por se matricular na escola normal para habilitarem-se em geografia e um deles fora jubilado. Não podemos afirmar que as restrições impostas pelo decreto de 1839 tiveram correlação direta com astutas ações cotidianas como essas realizadas pelos professores de primeiras letras da província. Mas, esses indícios nos levam a refletir sobre o quanto os projetos de ação política para instrução pública primária dos deputados provinciais, e mesmo dos presidentes de província, como era o caso de Joaquim José Rodrigues Torres, tiveram que dialogar com essas e muitas outras tantas estratégias de ação empreendidas por esses professores de primeiras letras da província fluminense, estes também sujeitos de sua própria história.

Em tempos de construir a “nação”<sup>35</sup> e de formar os “Cidadãos”<sup>36</sup> - momento este igualmente de intensas disputas e, certamente, de incertezas - a província do Rio de Janeiro ia se constituindo em um local estratégico de experimentação política das propostas de ação disciplinarizadoras e centralizadoras de Joaquim José Rodrigues Torres para a instrução

---

<sup>33</sup> Relatório do vice-presidente de província do Rio de Janeiro. VAZ VIEIRA, José Ignácio. “s/título, 1837”, p. 6. (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>34</sup> *Idem, Ibidem*, p. 6. Esses professores recebiam entre 200 e 400 mil réis. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, mapa 7.(disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

<sup>35</sup> Fala do fiscal de instrução primária Custódio Cardoso Pontes. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Fundo: Câmara Municipal. Série: Instrução Pública. Notação: 10.4.2. Instrução Pública – Ensino Público, escolas, 1832 – 1872. 30 de abril de 1833. Sobre as mudanças semânticas no conceito de nação, entre 1870 e 1850, ver PAMPLONA, Marco A. Nação. In: FERES JÚNIOR, João. FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

<sup>36</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. “Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835”. Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850, p. 23 (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)). Sobre o conceito, ver SANTOS, Beatriz Catão Cruz e FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: FERES JÚNIOR, João. *Op.Cit.*

pública elementar a partir da criação de uma escola normal para a certa capacitação de todos os professores das escolas elementares para meninos da província.<sup>37</sup>

Nesse sentido, a escola normal fluminense configurava-se como um estratégico espaço social em formação para a circulação de valores de um projeto regressista então em constituição que defendia reformas e ações mais centralizadoras como estas. As ações para a criação de uma escola normal empreendidas por Rodrigues Torres nesse espaço de experimentação que foi a província do Rio de Janeiro<sup>38</sup> inserem-se nesse contexto de revisão, de construção de novas medidas, digamos assim, mais disciplinadoras/regressistas. Era preciso afinal, nas palavras já célebres de Bernardo Pereira de Vasconcelos, “parar o carro da revolução”!<sup>39</sup>

Rastreamos, assim, as propostas de ação de Rodrigues Torres no que diz respeito a esta questão da instrução pública primária provincial pode nos fornecer, em escala micro, alguns vestígios sobre as leituras construídas por esse personagem histórico individual para e num momento particular de formação do Estado nacional no Brasil monárquico – com o espaço escolar forjando-se conjuntamente com esse processo; sendo ele tomado como o fio de uma trama que constantemente se redefinia.

Projetos estes seus, dentre tantos vários outros, de ação política em que o ensino público primário era percebido como um “remédio poderoso”<sup>40</sup>, ou seja, como a cura para

---

<sup>37</sup> Para José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler, “a construção do Brasil e dos brasileiros (...) foi objeto de lutas e confrontos entre projetos políticos distintos e de tensões entre sonhos, caminhos possíveis e formas plurais da *nação* e da educação brasileiras”. GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Op.Cit.*, p. 39. Dentre esses tantos projetos de ação para o ensino público primário nesse momento particular estavam certamente os de Rodrigues Torres e os da facção regressista em constituição. De acordo com Ilmar Mattos, a instrução pública era “uma das maneiras, por vezes a mais significativa, de construir a relação entre o Estado e a Casa e de forjar a unidade do Império” MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 245. Nesse sentido, a província fluminense teria sido um “laboratório saquarema” para esse fim, a partir do cargo do presidente de província. Joaquim José Rodrigues Torres ficou nessa função por um significativo período de dezenove meses, entre 14 de outubro de 1834 e 30 de abril de 1836. Logo após, foi seu concunhado e correligionário Paulino José Soares de Sousa quem o assumiu, ficando de abril de 1836 a agosto de 1840, com breves interrupções. Lembrando que Soares de Souza foi também seu vice-presidente.

<sup>38</sup> Trabalhamos aqui com a perspectiva de Ilmar Mattos de que a província fluminense teria sido um laboratório saquarema, desde 1834, onde foram experimentados projetos, algumas medidas, que mais tarde seriam aplicados ao “governo do Estado”. Por isso a idéia dela ter sido um espaço de experimentação política levada a cabo por Joaquim José Rodrigues Torres quando na direção política dessa província. Ver em MATTOS, Ilmar. *Op.Cit.*

<sup>39</sup> Cf. FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1987. Para alguns dos atores dessa nova arena política, a revolução teria sido o 7 de abril, e deveria ser encerrada!

<sup>40</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. “Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835”. Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850, p. 3 (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).

uma doença<sup>41</sup>. E que mal seria esse a ser remediado? A do povo incivilizado, não fiscalizado/ordenado, não capacitado/habilitado, não conhecedor e, por isso, não cumpridor de “todos os deveres de cidadão”.<sup>42</sup>

Foi objetivo deste artigo trazer ao debate uma crítica a idéia de que um indivíduo se faz, constrói as suas propostas, os seus projetos políticos de ação, por si só. Escrever uma história de vida é estar sempre atento ao jogo relacional no qual o sujeito biografado esteve envolvido. É prestar atenção aos diálogos e às relações de disputas cotidianas que vão sendo estabelecidas em qualquer experiência de vida, em qualquer relação de poder (CERTEAU, 2011).

Assim, a viabilidade de realização ou não dos projetos, ainda que incertos, do personagem em questão dependeu, certamente, de outros tantos projetos individuais e/ou coletivos, como o exemplo aqui problematizado dos professores das escolas de primeiras letras para meninos da província, ainda que tenham sido mínimas estas maneiras astutas de agir. Chamamos com isso atenção, por fim, para o redimensionamento na possibilidade de atuação de um dado sujeito histórico, conforme problematizado na epígrafe que deu início a este artigo.

### Referências Bibliográficas

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumo da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. **Mozart**, sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

---

<sup>41</sup> “Remédio. s. m. Medicamento para curar a doença”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. (1832). (disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/remedio>).

<sup>42</sup> Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. “Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835”. Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850, p. 4 (disponível em [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil)).



- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. In: GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira. In: GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Squarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- REIS, João José. **Domingos Sodré: um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
- \_\_\_\_\_. A História ao rés-do-chão. Prefácio In: LEVI, Giovanni. **A Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 19, 1997.
- \_\_\_\_\_. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, Vol.8, nº 10, jul/dez, 2004.
- SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Anped maio/jun./jul./ago., 2000.
- VELHO, Gilberto Velho. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX: o método monitoral/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

## **A APLICABILIDADE DO CONCEITO DE “PARTILHA DO SENSÍVEL” DE JACQUES RANCIÈRE NAS CULTURAS POLÍTICAS**

Geovano Moreira Chaves \*

De acordo com suas escolhas e recortes temáticos, os historiadores, atualmente, têm explorado formas sociais de expressão dos imaginários, por meio de seus vários modos de comunicação, seja ela verbal, escrita, gestual, iconográfica e/ou simbólica, fazendo também uso de suas diferentes linguagens, tais como a política, religiosa, filosófica, arquitetônica e artística, como sugerem Maria Helena Rolim Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra. (CARDOSO, MALERBA, 1999: p. 258) Os historiadores têm também refletido sobre “práticas de representação acionadas em diferentes sociedades e em variadas circunstâncias históricas”, assim como têm explorado, “por meio de documentos de distintas naturezas, um rico estoque de representações, que nos mostram as fortes conexões existentes entre estética, política e cultura”. (CARDOSO, MALERBA, 1999: p. 258).

Partindo deste pressuposto, para nosso propósito neste trabalho, consideramos a atividade cinematográfica como um espaço de importantes conexões entre a estética e a política, uma vez que esta buscou, no decorrer de seu desenvolvimento e da construção de suas variadas linguagens, também construir um discurso sobre o homem e sua relação com o espaço e tempo na história. Deste modo, o cinema pode evidenciar e suscitar reflexões sobre as sociedades e políticas em geral, além de servir também como importante meio pelo qual podemos nos fazer representar.

Os historiadores que pretendem dialogar com o cinema devem estar atentos para o fato de que os “conceitos-imagens” (CABRERA, 2006), produzidos pelo conjunto da obra fílmica, representam a experiência de uma linguagem que pretende produzir um impacto emocional e que ao mesmo tempo diz algo sobre o mundo e a condição humana. Ainda que estes conceitos não se voltem exclusivamente para o passado, o cinema é sempre uma leitura de sua época, uma releitura de algum momento do passado

---

\* Doutorando em História e Culturas Políticas pela UFMG, bolsista capes.

ou mesmo uma representação imagética de um futuro presumido do ponto de vista dos construtores da obra fílmica.

O cinema também já não mais interessa ao historiador por ser, em muitos casos, unicamente representações monumentalizadas do passado: os aspectos extra fílmicos também fazem parte do universo de possibilidades que o historiador tem diante de si para moldar suas análises e reflexões sobre o filme em si, levando em conta suas temporalidades e descartando também possibilidades de fidedignidade ao passado. Os conceitos cinematográficos expressam valores, linguagens, diálogos iconográficos e posturas políticas/ideológicas que compõe um determinado contexto sócio-cultural.

Também a atividade cinematográfica como um todo, além do específico fílmico, é hoje considerada objeto de estudo importante no interior da historiografia que lida com o cinema como objeto de estudo.

No que se refere à relação entre a atividade cinematográfica e a política, é sabido que grupos e instituições políticas das mais variadas fizeram usos diversos do cinema, no intuito de atribuir-lhe um sentido, visando a dar modos e usá-lo como meio de difusão de posturas e ideologias políticas diversas.

Neste sentido, o cerne da pesquisa que atualmente desenvolvemos diz respeito às relações entre a Igreja Católica e o cinema, tendo como recorte temporal a primeira metade do século XX, e como recorte espacial o Brasil, porém, associado totalmente a um projeto político da Igreja Católica para o cinema de caráter transnacional.

No entanto, os conceitos que pretendemos utilizar para dar sustentação ao eixo temático da pesquisa, devem se referir e contemplar os posicionamentos políticos da Igreja Católica da primeira metade do século XX em relação ao cinema, estes, no nosso entendimento, pautados e formulados por uma determinada visão específica de moral, ou seja, a princípio, a Igreja define o que seria um comportamento moral adequado a população em geral, para, a partir daí, associar este padrão de moralidade ao cinema, visando assim, de acordo com o que temos pesquisado até então, e como conclusão ainda prévia, modelar e determinar suas concepções políticas, neste caso específico conservadoras, para a atividade cinematográfica em geral.

Partindo deste pressuposto, os elementos teórico-conceituais que até então nos deparamos, e que pretendemos com eles sustentar nossa argumentação, dizem respeito ao conceito de “culturas políticas”. Acreditamos que naquele momento específico da Instituição, e no que se referem aos seus posicionamentos para o cinema, a Igreja Católica fez uso de um conservadorismo político bem explícito, o que nos fornece elementos em termos de fontes documentais e bibliográficas para refletirmos, no âmbito da pesquisa, sobre a cultura política conservadora de forma mais geral.

Assim sendo, reside aí uma problemática pela qual atualmente nos deparamos, ou seja, de que forma o cinema foi usado, política e moralmente pela Igreja Católica, e como este uso pode ser relacionado a uma cultura política, no caso, conservadora? Também é nossa intenção compreender de que forma, no interior de uma cultura política, as partes específicas se apropriam do todo, ou seja, a nossa questão é saber, a partir das definições clássicas da historiografia sobre o conceito de culturas políticas, e no caso específico de nossa pesquisa, como que, no interior de uma cultura política, uma instituição procura direcionar aos seus seguidores uma determinada concepção de cinema, procurando orientá-los e educá-los, no intuito de construir uma visão política comum, moralizante e conservadora a partir do direcionamento do olhar, de forma mais geral, ficando para nossa análise, a partir desta premissa, procurar compreender como este público a ser educado e orientado tomou parte no todo do projeto amplo da Igreja Católica?

Como o cinema, entendido como um dos objetos escolhidos pela Igreja Católica para difundir uma visão comum de moral e política para um todo, foi compreendido e apropriado por partes específicas deste todo? A noção de cultura política conservadora pode servir de generalização para este todo que era alvo da Igreja?

Acreditamos que sim, porém de forma problemática. No entanto, postulamos que, no caso específico desta pesquisa, o conceito de cultura política conservadora, se associado a outro conceito, a saber, o de “partilha do sensível”, de Jacques Rancière, pode nos ajudar na resolução deste problema, e assim sendo, procuraremos então discorrer melhor sobre esta tentativa teórica.

Para tanto, acreditamos ser necessário frisar algumas definições clássicas do conceito de cultura política, para em seguida tentarmos associá-lo ao conceito de partilha do sensível.

Segundo Rachel Soihet, Maria Fernanda Baptista e Maria de Fátima Silva Gouvêa, a noção de cultura política relaciona-se à cultura global de uma sociedade, uma vez que “as culturas políticas constituem fator de agregação social, contribuindo de modo decisivo na constituição de uma visão comum de mundo, de uma leitura compartilhada do passado e do futuro”. Por formarem um conjunto de vocábulos, símbolos e gestos que exprimem valores, idéias e desejos políticos num dado conjunto social, o estudo das culturas políticas pode levar-nos a compreender as motivações que levam um indivíduo, um grupo ou uma sociedade a adotar um determinado comportamento político. (SOIHET, BICALHO, 2005: p. 13).

Na análise de Serge Berstein, a cultura política “não é uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. (RIOUX, SIRINELLI, 1998: p. 350). O autor destaca a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, o que a torna outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições, além de poder demonstrar o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. (RIOUX, SIRINELLI, 1998: P. 350) Como a própria cultura, a cultura política, para Serge Berstein, “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”. (RIOUX, SIRINELLI, 1998: p. 350).

Esta representação, no nosso entendimento, também se faz bastante peculiar no cinema, assim como em espaços destinados a discutir e propor orientações para a atividade cinematográfica como um todo.

Para Serge Berstein, conhecer uma cultura política permitiria compreender as motivações e razões que levam um grupo de pessoas a se sentirem mais atraídos por um pensamento ou situação política do que outros, tendo, devido a isto, quase de forma espontânea, leituras semelhantes diante de eventos tanto do passado quanto do presente

e, ainda, aspirações semelhantes, posto que uma cultura política busca o ideal. (RIOUX, SIRINELLI, 1998.).

Rodrigo Patto Sá Motta, por sua vez, considera a cultura política

“um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2009: 21).

A variedade de situações, contextos e locais nos quais ocorrem encontros culturais, torna necessário o uso de um vocabulário apropriado para sua análise, “fazendo distinções entre encontros de iguais e desiguais, entre tradições de apropriação e resistência e entre locais de encontro”. (BURKE, 2003, p. 65). O conceito de “cultura política”, na concepção do autor, trata-se de uma expressão da necessidade de aproximar os dois domínios, “focalizando as atitudes ou noções políticas de diferentes grupos e as maneiras pelas quais estas atitudes são instiladas”. (BURKE, 2003).

Com base nestas definições clássicas do conceito de “cultura política”, notamos que existe uma idéia comum que permeia as definições destes historiadores. Trata-se da idéia de “partilha do comum”, de algo que é comum e compartilhado por um grupo, um partido ou uma instituição específica, entre outros, apresentando também uma leitura comum de passado, do presente e do futuro, no interior de uma determinada cultura política.

No caso da pesquisa que estamos desenvolvendo, temos procurado compreender como os mais diversos agrupamentos em torno da Igreja Católica que se voltaram para a atividade cinematográfica, constituídos por militantes radicais do catolicismo e de sua visão específica de moral, de teóricos e críticos de cinema católicos e ligados a Igreja sob orientação da encíclica papal *Vigilant Cura* de 1936, totalmente direcionada ao cinema, do público católico militante ou não, dos produtores, atores e atrizes e distribuidores de produtos relacionados ao cinema, que vão desde revistas e jornais a filmes, críticas, cineclubes, cine-fóruns, cursos de educadores cinematográficos, cotações morais, censura a filmes a até a criação do primeiro curso de cinema de nível acadêmico no Brasil, entre outros e tantos, enfim, como grupos tão variados, mas no

caso, partilhando uma visão em comum de mundo e de moral com base nas orientações da Igreja, tomaram parte no sensível, que neste caso consideramos a atividade cinematográfica, e como que estas partes, ao partilharem um sensível comum, podem ser consideradas integrantes de uma cultura política como um todo, ou seja, como associar as partes em um todo em torno de uma noção de cultura política conservadora?

Reside justamente neste aspecto a nossa expectativa de que o conceito formulado por Jacques Rancière pode nos fornecer uma perspectiva de análise interessante no sentido de contribuir para que o conceito de cultura política conservadora possa ter uma maior sustentação com base nos argumentos que pretendemos desenvolver na pesquisa. Vejamos.

Vera Pallamim refletiu sobre o que Jacques Rancière analisa a respeito da participação de partes específicas em uma comunidade política. Nos dizeres da autora,

“esta advém à medida que as partilhas nela efetivadas em relação ao que é comum são realizadas concomitantemente ao modo da igualdade e da desigualdade, promovendo o dano a uma de suas partes: quem não tem parcela – os pobres da Antiguidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno - não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo”. (PALLAMIN, 2010: p. 12).

Mas é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a autora considera, segundo sua análise da obra de Jacques Rancière, “que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus direitos”. (PALLAMIN, 2010: p. 12).

A contagem política das partes da comunidade – quem pode o que? – é considerada polêmica pela autora, uma vez que Jacques Rancière alerta para os que não são contados, que não tomam parte e aqueles que são tidos como detentores das virtudes, dos títulos, da capacidade de serem ouvidos e ocuparem os melhores lugares, de definirem objetos de discussão e deliberarem sobre estes, perfazendo um quadro marcado pela assimetria de posições. (PALLAMIN, 2010: p.12)

Ou seja, para nosso propósito, entendemos que Bispos, Padres, e por que não, o próprio Papa, no caso Pio XI, podem ser considerados, no que se refere ao projeto

político da Igreja Católica para o cinema, os homens da virtude, da capacidade de serem ouvidos, de possuidores e detentores da moral, definindo a orientação do público para o cinema. No entanto, existiram aqueles que não tomaram parte, assim como também os que se deixaram levar pelos posicionamentos, mesmo que não de maneira unívoca, enfim, o público formado e educado pelos dirigentes católicos para o cinema realmente se comportou da forma como os dirigentes se empenharam em educá-lo, inclusive política e moralmente? E neste caso específico, os dirigentes e o público a ser educado podem ser considerados integrantes de um mesmo sentimento político conservador em comum, uma vez que, de certa forma, todos eles eram parte de um mesmo projeto?

Neste sentido, entendemos que as formulações de Jacques Rancière a respeito das relações entre política e estética, sobretudo a partir do conceito de “partilha do sensível”, podem nos auxiliar na compreensão de como as partes específicas tomam parte no todo do comum compartilhado no interior de uma cultura política. Para formular este conceito, o filósofo francês, a princípio, define a parte de uma definição própria de estética, no caso, sempre associada à política.

No que diz respeito à afinidade entre estes dois termos, Jacques Rancière argumenta que “as relações entre estética e política se dão no nível do recorte sensível do comum da comunidade, das formas de sua visibilidade e de sua disposição”. (RANCIÈRE, 2005: p. 13).

A noção de estética de Jacques Rancière não designa a ciência ou a disciplina que se ocupa da arte. Estética, na concepção do autor, designa um modo de pensamento que se desenvolve sobre as coisas da arte, e que procura dizer em que elas consistem enquanto coisas do pensamento. De modo mais fundamental, “trata-se de um regime histórico específico de pensamento da arte, de uma idéia do pensamento segundo a qual as coisas da arte são coisas do pensamento”. (RANCIÈRE, 2009: 11-12).

Pelo termo “estético”, o filósofo considera não a teoria da arte em geral ou uma teoria da arte que remeteria a seus efeitos sobre a sensibilidade, mas um regime específico de identificação e pensamento das artes: “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de



pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada idéia da efetividade do pensamento”. (RANCIÈRE, 2005: p. 13).

A preocupação do autor reside em definir as articulações desse regime estético das artes, os possíveis que elas determinam e seus modos de transformação, uma vez que ele considera que é no terreno estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas de emancipação e nas ilusões e desilusões da história. (RANCIÈRE, 2005: p. 12).

Partindo então desta concepção do termo estética, Jacques Rancière procura compreender onde se dá a junção necessária entre práticas estéticas e práticas políticas, e para tal, formula o conceito de “partilha do sensível”.

O termo partilha, no entendimento de Jacques Rancière, significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em partes. A partilha do sensível para o autor é o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum compartilhado e a divisão de partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2005).

Nos dizeres de Jacques Rancière, partilha do sensível significa

“o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Esta repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha”. (RANCIÈRE, 2005: p. 15).

De acordo com Arthur Freitas, Jacques Rancière nota que é necessário ter em conta que há já na base da política uma estética primeira, um modo de dividir e compartilhar a experiência sensível do comum. Arthur Freitas considera que na opinião do filósofo, esta estética primeira, denominada “partilha do sensível”,

“é uma espécie de forma *a priori* da subjetividade política, uma distribuição conturbada de lugares e ocupações, um modo negociado de visibilidade que faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce”. (FREITAS, 2006: p. 215-220).

Assim sendo, no desenvolvimento da pesquisa, nos deparamos com estas possibilidades conceituais. Diante destas perspectivas de análise, corroboramos com a idéia de Reinhart Koselleck, quando afirma que o conceito ligado a uma palavra é sempre mais que esta palavra. Segundo o historiador, “uma palavra torna-se um conceito quando a plenitude de um contexto político-social de significados e experiência no e para o qual uma palavra é usada pode ser nela condensado”. (KOSELLECK, 2006: p. 97-118). Os conceitos sociais e políticos, “contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo passo que são sempre polissêmicos”. (KOSELLECK, 2006: p. 97-118).

A identidade de um grupo, ainda de acordo com Reinhart Koselleck, pode ser articulada e produzida exclusivamente do ponto de vista linguístico, por meio do uso enfático da palavra “nós”. Conceitualmente, o autor entende que “esse procedimento pode ser apreendido apenas quando a palavra “nós” for usada em associação com os coletivos “nação”, “classe”, “amizade”, “igreja”, etc.” (KOSELLECK, 2006: p. 108). A generalização do uso de “nós” é concretizada segundo Reinhart Koselleck “pelas expressões citadas, mas no nível de uma generalização conceitual”. (KOSELLECK, 2006: p. 108).

Assim sendo, acreditamos que o conceito de partilha do sensível, da forma como foi formulado por Jacques Rancière, pode nos servir de suporte para uma possível compreensão das práticas da Igreja Católica para o cinema no interior de uma cultura política conservadora, pois assim podemos analisar as partes específicas que compunham o corpo da Igreja Católica, como os fiéis em suas atividades voltadas para o cinema bem variadas, assim como portadores de uma visão de mundo cristã comum, que fornece um elo para se pensar o “comum” que caracteriza uma cultura política, mas que tomaram parte de maneiras diversas em torno de um projeto que era geral, amplo, e mesmo transnacional a respeito do cinema.

Postulamos que, embora todos os envolvidos no projeto político, com base em uma determinada visão específica de moral, por parte da Igreja Católica, possam ser considerados como pessoas que vivenciaram uma mesma cultura política conservadora de forma mais geral (eles eram, do ponto de vista de Koselleck, o “nós”, a Igreja, os

católicos, em oposição a outros) o direcionamento do olhar e a proposta de se educar o público por parte da Igreja Católica tomou caminhos variados, porém, partilhados pelo sensível cinematográfico, atividade estética como categoria de pensamento, sensível em um conjunto comum compartilhado e dividido por partes exclusivas, no interior de uma dada circunstância que reivindicou um conservadorismo político mais amplo.

Deste modo, acreditamos, mesmo que preliminarmente, que o conceito de “partilha do sensível”, tal como formulado por Jacques Rancière, pode nos ser muito útil se associado ao de “cultura política conservadora” no interior da pesquisa proposta, uma vez que, no nosso entendimento, o conceito do filósofo francês pode nos elucidar melhor as divisões entre as partes que formam o todo relacionado aos comportamentos que subjazem a uma noção de cultura política.

#### BIBLIOGRAFIA

BERSTEIN, Serge. IN: RIUOX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Trad. de Leila Souza Mendes. São Leopoldo – RS: Ed. Unisinos, 2003.

CABRERA, Júlio. *O Cinema Pensa: uma introdução à filosofia através do cinema*. Trad. De Ryta Vinagre. Rio de Janeiro, Rocco, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir. (orgs.) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Papyrus, 19xx.

FREITAS, ARTHUR. O sensível partilhado: estética e política em Jacques Rancière. In: *História: Questões & Debates*, n. 44, Curitiba: Editora UFPR, p. 215-220, 2006.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdeci Lopes de Araujo (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. De Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira, revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

PALLAMIN, Vera. Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. In: *RISCO, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), São Carlos, n. 12, 2010 . Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-45062010000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-45062010000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 jul. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

## **A ESCRITA EM PROL DA ORDEM: JUSTIÇA PERFEITA E SOSSEGO PÚBLICO SEGUNDO OS PARÂMETROS DO GOVERNO CIVIL E ECLESIAÍSTICO DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII**

Patrícia Ferreira dos Santos\*

### **1. Introdução**

A desordem inicial que caracterizou o povoamento da região de Minas Gerais, desde 1696, foi sucedida por ações de controle social e imposição da arrecadação fiscal. Aos poucos, a coroa criava uma legislação específica para regular o direito mineral, e enviava governadores e agentes para atuar em prol do sossego dos povos das Minas. Esta organização burocrático-administrativa lusitana implicou em comunicação oral e escrita constante, de juízes e agentes, seculares e eclesiásticos, que informavam a coroa da situação da capitania, e recebiam as instruções para o seu governo (HOLLANDA: 1960, p. 283).

Por meio de seus órgãos e justiças, os governos civis e eclesiásticos dispunham de mecanismos de procura de infratores, recursos de coerção, e comunicação com a população. Para a transmissão de normas e avisos, por exemplo, publicavam-se editos e bandos, ao som de caixas, pelas ruas das vilas nascentes. Realizava-se a leitura pública diante dos pelourinhos, erguidos juntamente com a criação das Câmaras Municipais. As Estações que antecediam as missas conventuais, conforme o rito romano, davam-se avisos aos aplicados das igrejas e das menores capelas. Com estes usos no âmbito do governo dos povos, a escrita oficial demarca um gênero histórico e narrativo, que veiculava múltiplas representações da justiça colonial (LAJE: 1995).

### **2. Justiça real, justiça perfeita**

O pensamento e as práticas dos governadores, ouvidores, bispos e vigários gerais em exercício na capitania de Minas Gerais no século XVIII fundamentavam-se nas doutrinas em voga nas universidades de Portugal. Grande parte dos titulares de cargos

---

\* Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo a esta pesquisa.

em Minas Gerais no século XVIII era egressa da Universidade de Coimbra, onde se formavam juristas, filósofos, médicos e teólogos àquela época. Outrossim, magistrados ligados aos tribunais régios, e às Relações, do Porto e de Lisboa, publicaram uma profusão de tratados sobre a justiça. Em meados do século XVII, nota-se um incremento na publicação de obras de caráter regalista, que promoviam uma afirmação dos direitos exclusivos do soberano, como a defesa dos vassalos e a coerção física (CASTRO: 1738).

Desde Cícero, muitos tratados políticos identificaram uma circularidade entre o príncipe e o modelo de virtude que ele reflete. A Vulgata de São Jerônimo e a primeira associação entre a Igreja e o Estado, ocorrida sob o império de Constantino, consagraram a idéia de um imperador sagrado, bem-amado de Deus. O século IV ensinava a primeira formulação de uma teologia política cristã. No século XVIII, as artes de governar assumiam a forma de espelhos; o próprio rei era um espelho para os súditos. De modo que, como indagou Michel Sennellart, “de qual discurso necessita o Estado para afirmar sua transcendência em relação ao corpo social?” (SENELLART: 2006, p. 49)

Gomes Freire de Andrade, por exemplo, pertenceu aos quadros do governo nas conquistas. Nomeado capitão-general do Rio de Janeiro em 1733 e de Minas Gerais, a partir de 1735, manteve o cargo até seu falecimento, em 1763, com ausências, para comandar campanhas militares, como a chefia da comissão demarcatória do Tratado de Madri; liderou a repressão do Levante dos Sete Povos das Missões entre 1752-1759, que culminou com a expulsão dos jesuítas de Portugal e domínios. (TAU GOLIN: 1998)

Prestando tais serviços aos reis lusitanos, naturalmente, o seu discurso pautava-se nas máximas doutrinárias de seu tempo, acerca das reais virtudes. Em meados do século XVIII, o governador de Minas Gerais tomou parte em acalorados debates sobre a justiça local. Registravam-se muitas reclamações dos povos sobre os mecanismos de inspeção como as devassas, as eclesiásticas e as civis. As câmaras municipais apontavam desmandos dos ouvidores e visitantes eclesiásticos, nestas ocasiões: prisões injustas e extorsões gerariam o que qualificou como “confusão de latrocínios.” (AHU: 1749, Cx. 53, doc. 41).

Escandalizava o governador de Minas Gerais que exercício da justiça fosse deturpado, com abusos, extorsões e corrupções cometidas pelos ouvidores e juizes de fora, que agrediam a lei e regimento de 1721. Ofendiam a justiça, denunciava, “sem respeito a Deus e sem temor a Vossa Majestade que também os ditos reis fazem a própria imagem de Deus”. Assim, argumentava, os reverentes vassalos, “carentes de justiça”, recorriam à proteção de Vossa Real Majestade. Experimentavam uma contínua *guerra de desassossego* nas Minas e “sem justiça lá se vai uma República”. Lembrava ao rei a máxima: “Manda Deus aos homens que lhe peçam, e que receberão. *Petite e accipiitis*, pois Vossa Real Majestade faz do mesmo Deus, a figura na terra.” Assim, reiterava “os seus reverentes vassalos esperam da alta grandeza de Vossa Real Majestade como Pai, como Senhor e como Legislador Supremo, que pondo neles seus olhos, os livre das penas.” (AHU: 1749, Cx. 53, doc. 41)

A justiça é virtude imortal; tornava os homens gloriosos; nas Minas, contudo, relatava, “estão atualmente padecendo pela falta de justiça.” Para que se vejam gloriosos, os reverentes vassalos pediam e queriam receber justiça perfeita, acudindo Vossa Real Majestade com o remédio conveniente a tanta insolência, e roubo.” Se pela justiça é que se florescem os reinos e se estabelecem os tronos, *sem justiça ou pela injustiça lá se vai um Reino e também o trono*. (AHU: 1749, Cx. 53, doc. 41). Nota-se que, para Gomes Freire, uma boa administração da Justiça era fundamental à instauração do sossego público. Mas não só. São significativos deste modo, os escritos do Conde de Assumar, cujas idéias possuem aspectos comuns às de Gomes Freire de Andrade, e que foram, décadas depois, retomadas por outros governadores e capitães-generais na década de 1780.

### **3. O bom governo e o sossego dos povos**

As ações dos capitães-generais lusitanos em prol da quietação pública na capitania de Minas Gerais ganharam destaque em jornais de Lisboa desde as primeiras décadas do século XVIII. Quando o Conde de Assumar entrou em Vila Rica em dezembro de 1717, o veículo anunciou que “todos logram grande tranquilidade, e de todos está bem aceito”. Em 20 de agosto de 1719, divulgou-se que nas Minas tudo se acha em sossego,

“*pella muita justiça e boa direção do Conde de Assumar*, seu governador.” Por exercer tal “governo de boa direção”, foi anunciada em setembro de 1719 a permanência do Conde nas Minas. (ALMEIDA: 1961, pp. 10-12; 21; 37)

O sucesso no controle da conquista, o aumento da arrecadação e a manutenção do sossego dos povos eram parâmetros de avaliação de um bom governo. O governador era o chefe das armas e monopolizava o uso da força. Mas a característica marcante da sua ação seria combinar, à força, a benevolência e o zelo pela justiça. (BOSCHI: 1986, p. 97; SILVEIRA: 2001, p. 140; SOUZA: 2006, p. 188)

Não por acaso, nota-se a preocupação do Conde em transmitir uma imagem justa à Câmara de Vila Rica, quando solicitou: “me é preciso dizer a Vossas Mercês que me mandem ter casas prontas para eu haver de acomodar nelas e no caso que lhe seja necessário algum conforto ou limpeza”. Instruía que o fizessem os “negros que se acham presos na cadeia ou por pessoas a que eu haja de pagar em chegando porque por nenhum caso quero que se façam vexação nenhuma ao povo.” (BORREGO, 1999, pp. 159-60)

As notícias da Gazeta de Lisboa realçavam um modelo que aliava a *justiça*, o *sosego dos povos* e o *aumento da arrecadação* como parâmetros de bom governo. Mas silenciavam sobre as contestações, como a de 1720, e o castigo espetacular aplicado a Filipe dos Santos. Naquele sistema, castigar também representava poder e autoridade. O suplício e o castigo exemplar integravam a vida cotidiana. (SOUZA: 2006, p. 188)

Mesmo assim, os escritos dos governadores sugerem que seu trabalho não se restringiu ao emprego da força. Ao contrário, idéias e queixas sobre a administração da justiça na capitania ocupam lugar de importância em sua epistolografia. Para Assumar, a justiça em Minas era morosa, em tudo se reportando às Relações; muitas injustiças eram cometidas; e havia grande demora nas comunicações dos ouvidores com o governador. Insinuavam, desta forma, a que, centrados em Vila Rica ou Vila do Carmo, os governadores deveriam deliberar no campo judiciário. (SOUZA: 2006) Na década de 1780, Dom Rodrigo José de Menezes mostra-se preocupado com a iníqua administração da justiça na capitania. Tendo em vista a desordem e os abusos, informa o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar que empreenderia uma jornada para inspecionar as áreas de sua jurisdição, sem demoras para escrever à coroa, comunicando o que constataria.



Como as notícias não eram boas, o governador chegou a pleitear maior autonomia à coroa. (AHU: 1781, Cx. 117, doc. 82)

Gomes Freire de Andrade corroborou para a consolidação deste modelo de administração. Outrossim, chamando a atenção do rei para a condenável atuação dos ministros da justiça, os governadores, registraram, em diversas ocasiões, o quanto o equilíbrio das forças nas localidades lhe parecia difícil. Gomes Freire de Andrade prevenira ao irmão que o substituíria no governo sobre a primazia das pessoas eclesiásticas: o “senhor bispo é a principal dignidade destas minas”. Outrossim, alertava-o sobre a atmosfera contenciosa que envolvia o governo da diocese e conflitos de jurisdição, aconselhava: “pouco tem os governadores, em que se mesclar com a jurisdição eclesiástica, quando el-rei, e as concordatas não determinado o que se deve seguir nos agravos da coroa”. Aconselhava a maior cautela com relação aos eclesiásticos que “como não são vossos súditos, contemporalizai-os, pois tomam liberdade em murmurar, e às vezes sem temor de faltarem à verdade e à religião”. (ANDRADE: 1752)

Ao rei, como soberano, cabia garantir a correspondência entre os tribunais seculares locais e os eclesiásticos. Dentro da estrutura de organização do Estado Moderno, um direito exclusivo do soberano, exercer a violência, quando fosse de seu arbítrio e justiça, para o bem comum e a defesa dos seus vassalos. Com este escopo, a lei de fevereiro de 1496 subtraía aos tribunais eclesiásticos a aplicação por seus próprios meios envolvendo força física. Se necessário, os juízes eclesiásticos deveriam requerer a ajuda do braço secular, por meio de um pedido dirigido ao juiz territorialmente competente. As Ordenações determinavam que os ouvidores ou corregedores, “achando que os ditos processos foram ordenadamente processados, conceda ajuda de braço secular”. (ORDENAÇÕES Filipinas, Liv. I, Tít. 58 e 59)

Em sua elaboração acerca da pessoa real, um tratadista havia escrito que o rei é a imagem de Deus; o bispo, a imagem de Cristo. (SENELLART: 2006, pp. 49-51) Defendiam os regalistas que, devido ao estatuto de soberania do rei, somente a ele pertencia a defesa dos seus vassalos. Isto significava que quando os leigos comparecessem perante as Justiças Eclesiásticas, somente deveriam fazê-lo *ad*

*correctionem* (CASTRO: 1780). Porém, os debates doutrinários e a legislação, civil e eclesiástica portuguesa, expõem controvérsias e impasses no exercício da justiça. A aplicação da justiça era também prerrogativa episcopal – uma virtude apostólica facultada a todos os bispos.

A criação dos bispados atenuava o problema da indisciplina do clero. Comungando das preocupações oficiais com a manutenção da ordem, os bispos realçaram a necessidade do castigo dos perturbadores do sossego público. Há muitos processos eclesiásticos movidos contra sacerdotes, denunciados como revoltosos e perturbadores do sossego público. Era de jurisdição exclusivamente eclesiástica o conhecimento das causas que envolvessem bens e crimes dos sacerdotes (HESPANHA, 1993, pp. 288-89).

Por outro lado, as tensões presentes nos discursos dos agentes régios e eclesiásticos evidenciam os ideais distintos de aplicação de suas justiças. Além da jurisdição privativa em razão de pessoa eclesiástica, e em razão de matéria espiritual, o ordinário diocesano dispunha de margem significativa de atuação contra as pessoas leigas ou da jurisdição real. Contra elas podiam proceder quando havia infâmia durante as visitas pastorais, e a Devassa Geral da Visita. Mediante esta mesma condição, o tribunal eclesiástico açambarcaria os chamados casos de foro misto, cujo conhecimento pertencia tanto ao conhecimento do Estado como da Igreja (CARVALHO: 1990, p. 151).

#### **4. O governo eclesiástico: caridade e correção fraterna**

O tribunal eclesiástico do bispado de Mariana exerceu grande influência sobre a vida social em todas as freguesias e capelanias do bispado de Minas Gerais. Do emaranhado de cinco mil processos tramitados entre 1706 e 1920, contabilizam-se 1398 ações tramitadas na centúria, entre causas cíveis e criminais. Entre estas, encontram-se as ações pertencentes aos dois foros sob a alçada da Mitra diocesana: o gracioso e o contencioso. O primeiro atendia concessões de licenças e autorizações para as edificações religiosas; tratava, entre outras, de questões relativas a seus patrimônios e

padroados particulares. O último tratava das demandas cíveis e criminais, levadas a livramento pelas partes, e pela própria Justiça, Autora da profusão de denúncias em fluxo, no século XVIII (SANTOS: 2012, pp. 198 et seq.).

Demarcando características específicas, a administração da justiça eclesiástica encontra-se enlaçada ao discurso religioso. À luz do ensinamento bíblico da correção fraterna, os bispos estimularam as denúncias, sob a justificativa do envolvimento de todos os fiéis na missão da salvação. Esta cooperação manifestava-se, nomeadamente com o oferecimento das denúncias sobre os desvios de conduta e de fé dos vizinhos (CONSTITUIÇÕES de Lisboa: 1656, Decreto III, Princípio I).

No bispado de Mariana, as denúncias eram muito úteis nas Queixas sobre coisas furtadas e perdidas, que as pessoas impetravam junto aos vigários. Para conclamar os depoimentos e notícias sobre o ocorrido, o vigário geral expedia uma carta de excomunhão geral, anatemizando e amaldiçoando o autor do delito, sobre o qual não se conhecia autor. Estas cartas, escritas e seladas pela chancelaria episcopal, eram afixadas às portas das igrejas e capelas. As denúncias eram, ainda, amplamente empregadas nos processos de sponsais, para esclarecer sobre impedimentos e casos de duplos contratos matrimoniais (AEAM: Juízo Eclesiástico, Livros 1029, 1030 e 1031).

De sorte que os sermões apregoavam o dever do fiel cristão de denunciar. Este costume produzia, por outro lado, um efeito de, muitas vezes, se denunciar por vinganças, e inimizades. Não raro, o vigário geral constatava delatações fraudulentas. Nestes casos, esclarecia ao Réu injustamente acusado que lhe pertencia o direito de pedir seu prejuízo, perdas e danos morais, a quem julgasse de direito (AEAM: Juízo Eclesiástico, Livro 1029 e 1030).

A justificativa desta ação da justiça eclesiástica anunciava um ideal de caridade, que orientava os procedimentos levados a efeito no tribunal diocesano: as sentenças de amigável composição, por exemplo, eram bastante comuns nas causas e demandas cíveis de execução e penhora; os casos de querela (que envolviam violências, derramamento de sangue e crime contra a honra) cujo quereloso, ou acusador, não dispusesse de recursos para assumir as custas processuais, a Justiça, representada pelo Promotor, deveria assumi-las, procedendo às próprias expensas às diligências e

inquirições, e levar a acusação a livramento judicial. Por norma eclesiástica, o tribunal eclesiástico não podia deixar de proceder a uma ação na qual a pessoa fosse pobre. (CONSTITUIÇÕES primeiras, Liv. 5, tít. 36, n. 1042).

De igual forma, o vigário geral concederia, quando julgasse justo, perdões e reduções a penas pecuniárias. À gestão do primeiro bispo, dom frei Manuel da Cruz, eram comuns os chamados Alvarás de Perdão, mediante súplicas da parte dos réus condenados pelo Vigário geral. Eram públicas as absolvições dos que foram declarados excomungados. Conforme o Ritual Romano, quando, arrependidos e contritos, os réus pediam perdão, deveriam ser absolvidos diante da assembléia da igreja lotada em um domingo ou dia santo (AEAM: Juízo Eclesiástico, Livro 1029).

Estes indícios revelam especificidades da justiça eclesiástica. A procura dos pecadores públicos integrava-se a uma concepção tridentina de ação pastoral, que não se desvinculava da administração das penalidades, especialmente as correções e penitências públicas. Com o ocaso do século XVIII, estas práticas vão declinando, mediante restrições cada vez maiores da legislação. Estas circunstâncias tornam evidentes as cisuras do padroado régio ultramarino e o recrudescimento do regalismo. O enfraquecimento da justiça eclesiástica expressa, de forma mais nítida, as novas tendências, que entram em vigor, nas nomeações dos bispos de Minas Gerais da segunda metade do século XVIII e da administração da justiça.

## 5. Fontes e bibliografia

AEAM. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Juízo Eclesiástico, Livros 1020 a 1031.

AHU/MG/Cx. 53, doc.51, p. 498, Parecer de Gomes Freyre de Andrade sobre as queixas apresentadas pelos moradores contra o Ouvidor e o Juiz de Fora.

AHU/MG/31-12-1781. cx. 117 doc. 82 cd 34. Carta de D. Rodrigo José de Menezes, governador de Minas informando a Martinho de Melo e Castro, entre outros assuntos, a violência com que as populações têm sido tratadas por parte de alguns ministros; idem. Carta de D. Rodrigo José de Menezes dando conta a Martinho de Melo e Castro da necessidade que há em se ampliarem as competências dos governadores na América.

ANDRADE, Gomes Freire de. *Instrução e norma que deu o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Conde de Bobadela a seu irmão o preclaríssimo senhor José Antônio Freire de Andrade*

*para o governo de Minas, a quem veio suceder pela ausência de seu irmão, quando passou ao sul, 2/02/1752. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano IV, fascículos I e II, jan-jun de 1899, p. 729 et seq.*

CASTRO, Gabriel Pereira de. *Monomachia sobre as concórdias que fizeram os reis com os prelados de Portugal nas dúvidas da jurisdição eclesiástica e temporal. E breves de que foram tiradas algumas Ordenações com as Confirmações Apostólicas, que sobre as ditas Concórdias interpuseram os Sumos Pontífices*. Composta por Gabriel Pereira de castro, Desembargador da Casa da Suplicação, dedicada a Jeronymo Leite de Vasconcellos Pacheco Malheiro, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, e Cavalleiro Professo na Ordem de Cristo. Lisboa Ocidental: por José Francisco Mendes, Livreiro, que dá à luz a dita Obra. Ano de 1738.

CONSTITUIÇÕES sinodais do Arcebispado de Lisboa novamente feitas no sínodo diocesano, que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa o Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha, Arcebispo da mesma cidade, do Conselho de Estado de Sua Majestade em os 30 dias de maio de 1640. Concordadas com o Sagrado Concílio Tridentino, e com o Direito Canônico, e com as Constituições Antigas, e Extravagantes primeiras, e segundas deste Arcebispado. Ano: 1656. Acabadas de imprimir e publicadas por mandado dos muito Revdos. Srs. Deão, & Cabido da Santa Sé de Lisboa, Sede Vacante, no ano de 1656. Em Lisboa: com todas as licenças necessárias. Na oficina de Paulo Craesbeeck. Taxado em oitocentos réis em papel.

ORDENAÇÕES Filipinas, Livro I, Título 58 e 59. Dos Corregedores das Comarcas (Conc.), Dos Ouvidores que por El-Rei são postos em alguns lugares, respectivamente. Livro II, Título VIII: Da ajuda do braço secular. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/11p112.htm> Consultado em 12/05/2009.

BORREGO, M. A. M. *Códigos e Práticas: o processo de construção urbana de Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo, 1999. (Dissertação de Mestrado) - FFLCH-USP.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Trad. Nair Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 190;

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, pp. 96-97. (Brasiliana, 334).

\_\_\_\_\_. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional, 1963. (Brasiliana, 317)

CARVALHO, Joaquim Ramos de. “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXIV. Coimbra: IHES/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

COELHO, Maria Filomena. “Justiça e representação: discursos e práticas da tradição portuguesa na América.” *Múltipla*, 21, vol. 15, dez/2006. Brasília: UPIS Faculdades Integradas, Ano XI.

HESPAÑA, Antônio Manuel. A Igreja. In: José Mattoso. (Org.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In: Idem. (Dir.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t. 2, vol.2, 1960.

LAJE, Efigênia. Introdução. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/ Fundação João Pinheiro, 1995. Edição crítica, de Maria Efigênia Lage de Resende, pp. 1- 67.

LARA, S. H. (Org.) “Introdução”. *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

TAU GOLIN, Luiz Carlos. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul: 1750-1761*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1998.

SANTOS, P. F. As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 11. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 195-221, 2012.

\_\_\_\_\_. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2010, 329 p. (Estudos Históricos, 83)

SEHELLART, Michel. *As artes de governar: do regímen medieval ao conceito de governo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

SILVEIRA, M. A. “Guerra de usurpação, guerra de guerrilha: conquista e soberania nas Minas setecentistas”. In: *Vária história*. Belo Horizonte: Fafich-Ufmg, n. 25. jul. de 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. “Dom Pedro de Almeida Portugal e a revolta de 1720 em Vila Rica.” In: SILVA, M. B. N. da. (coord.) *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995.

## JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS E DIAMANTINA: REFLEXÕES ACERCA DO ELEMENTO REGIONAL. (1860-1868)

Eder Liz Novaes\*

### Introdução

Joaquim Felício dos Santos (1828-1895) é conhecido pela historiografia principalmente por sua obra clássica *Memórias do districto diamantino* publicada em volume único pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1868. Neste famoso texto o autor narra a história de Diamantina desde o começo da povoação do então arraial do Tejuco no século XVIII, terminando com conclusões a respeito da mineração em Diamantina na década de 1850. Trata-se de um recorte amplo e de uma narrativa rica, o autor é bastante respeitado por ser o primeiro a produzir uma narrativa de tamanha magnitude a cerca da região dos diamantes.

De formação ampla Joaquim Felício dos Santos após se tornar bacharel pela Escola de Direito de São Paulo retornou para Diamantina na década de 1850 onde passou a atuar como advogado, professor no Ateneu São Vicente de Paula e jornalista, trajetória bastante comum entre as elites letradas, os denominados polígrafos exerciam importante papel social e político.

Como apontado, Joaquim Felício dos Santos fazia parte da elite da Comarca do Serro do Frio, seu pai, Antonio José dos Santos, foi funcionário da Real Fundação de Ouro e seu irmão Antônio Felício dos Santos se tornou o primeiro bispo de Diamantina. De formação política liberal, influenciado principalmente pelo Senador serrano Teófilo Ottoni (1807-1869), Joaquim Felício passou a fazer parte definitivamente da vida pública no ano de 1860 quando funda em conjunto com Giraldo Pacheco de Mello o jornal *O Jequitinhonha*, no qual passa a publicar textos dos mais variados temas políticos, históricos e literários.

É nesta plataforma, com o nome de *Districto Diamantino* que são publicados entre os anos de 1861 e 1862 os textos que vieram a compor o clássico volume das *Memórias do districto diamantino* apontado acima.

A proposta para este trabalho é tentar construir uma reflexão acerca do elemento regional para a escrita histórica de Joaquim Felício dos Santos. Trata-se de pensar como o

---

\*Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsita do programa de pós-graduação na modalidade REUNI.

autor utiliza a região diamantina em sua metodologia e retórica na construção de certa coerência para estes escritos. Para tal, buscaremos duas perspectivas de análise: a primeira da denominada história das ideias, que busca isolar o conceito em questão no contexto textual e assim descrever seus possíveis significados já a segunda a da chamada história das linguagens políticas que em partes crítica esta primeira perspectiva e visa acrescentar a compreensão a partir da reconstrução do contexto linguístico nas relações entre sujeitos, textos e contextos.

Para atingir o objetivo proposto transitaremos nos textos da fase jovem da carreira de Joaquim Felício dos Santos (1860-1868), principalmente pelo jornal *O Jequitinhonha* nos volumes que antecedem a coluna *Districto Diamantino* e o primeiro volume das *Memórias do districto diamantino* de 1868.

### **História das Ideias**

Era minha intenção fazer algumas supressões e publicá-los depois em separado, como aconselhou-me o ilustrado redactor do Diario do Rio de Janeiro, que os transcreveu em suas columnas. Mas alguns amigos, a quem manifestei esta idéa, talvez levados mais do espírito de bairrismo, pedirão-me que nada suprimisse. Quem mais ou menos não é bairrista? Não nego em mim esse sentimento. Embora, pois, se me censure alguma minuciosidade n'estas Memorias, vão publicadas, só com pequenas alterações, como sahirão pela primeira vez no Jequitinhonha. (SANTOS, 1868: 5)

A citação acima retirada do prefácio à primeira edição das *Memórias do distrito diamantino* de Joaquim Felício dos Santos oferece algumas questões que vão ser centrais para o argumento desta pequena comunicação. No referido trecho o autor deixa evidente seus laços afetivos com Diamantina. Até que ponto este “espírito de bairrista” influencia a forma do autor compreender, sistematizar, dotar suas narrativas de coerência, ou seja, tem participação nos objetivos pretendidos pelo autor em seus textos?

Outra questão interessante é a própria forma de organização do texto das *Memórias*. O protagonista da história é sempre a região, os acontecimentos que se sucedem ao longo da narrativa são percebidos a partir da influência na localidade. Diamantina é o centro, não o Rio de Janeiro, não a história universal, total empregada pelo IHGB.

O modelo de história que Joaquim Felício dos Santos escolhe também segue as tendências da historiografia do século XIX. O tipo de apresentação escolhido por ele no prefácio, denominada de “escrita afetiva” por Rodrigo Turin, era uma prática corrente:



Geralmente nos prefácios, o vínculo pessoal/nacional vinha inscrito sempre no intuito de justificar a obra que se apresentava. Ressaltando a sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento, o autor procurava capitalizar a inserção de sua obra no espaço letrado. Seja adiantando-se a possíveis críticas, explicitando seu procedimento, resgatando sua trajetória ou ressaltando os possíveis usos futuros de seu trabalho, procurava-se qualificar a missão que constituía o ato da escrita. Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral. (TURIN, 2009: 14)

Neste tipo de escrita afetiva é necessário que o autor se situe perante o leitor, ou seja, que ele assuma o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende, em suma, era necessário que ele tomasse uma posição. No caso das Memórias do distrito diamantino, Joaquim Felício dos Santos deixa bem evidente no prefácio, as pretensões “bairristas” de sua obra.

Podemos então a partir desta constatação definir a obra de Joaquim Felício dos Santos como “regionalista”, neste caso usando a conceituação utilizada por Manoel Luís Salgado Guimarães, em oposição à história regional como era praticada pelo IHGB e ocupava grande espaço nas páginas da Revista.

De acordo com Guimarães a fundamental diferença entre os conceitos é que na história regional, como a praticada no Instituto, “é privilegiada a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades, [...] mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional.” (GUIMARÃES, 1988: 22) A história que chamaremos de “regionalista”, no caso de Joaquim Felício dos Santos, podemos dizer a título de hipótese deste trabalho, tinha uma finalidade própria, diferente da praticada pelo IHGB. Ela não pretendia se inserir no âmbito das narrativas gerais de caráter centralista com a finalidade de acrescentar na confecção de uma história geral, que serviria para traçar e reconstruir os princípios da nacionalidade brasileira. História Geral esta que auxiliaria na governabilidade do presente, oferecendo uma interpretação do passado que fornece legitimidade e soberania ao jovem Estado/Nação monárquico e definiria uma identidade nacional.

O IHGB visava uma produção historiográfica no qual a questão nacional aparece como personagem principal. Há, embutido nesta concepção um projeto de construção de uma identidade da nação brasileira onde a história é de suma importância para a edificação da gênese da nação, por isso a importância de se criar uma imagem única do Brasil.

Vale ressaltar que o modelo inspirador do IHGB é o dos institutos franceses, então está idéia de universalismo advindo do iluminismo passa a ser predominante na pretensão de

modelo historiográfico do instituto brasileiro. De acordo com esta perspectiva, é possível constatar que não há rompimento entre metrópole e colônia, o processo histórico é visto como continuidade, por isso o modo universalista de escrever a história é visto como prioridade.

Podemos pensar que para Joaquim Felício dos Santos a história escrita pelo IHGB é conservadora, no sentido de manter a ordem estabelecida determinada pela elite imperial.

### **Linguagens políticas**

A perspectiva descrita até então se refere à forma tradicional de fazer a denominada história das ideias, onde o elemento textual e o isolamento dos conceitos, oferecem os elementos para pensarmos alguns aspectos dos autores estudados, neste caso o conceito de região. Porém na crítica a esta tradicional história intelectual existe a perspectiva das linguagens políticas propostas por Quentin Skinner, J. G. Pocock na denominada escola de Cambridge, e em um exemplo mais próximo de nossa realidade a abordagem do argentino Elías J. Palti. É através da perspectiva das linguagens políticas que a partir de agora oferecemos um contraponto para pensarmos o problema do presente texto.

J.G.Pocock e Quentin Skinner oferecem alguns pressupostos metodológicos que podem ser interessantes para aprofundarmos na questão do regionalismo pelo viés político. Os autores da Escola de Cambridge, como são comumente classificados, apontam para a importância de buscar o que os sujeitos estavam fazendo no período estudado. Trata-se de um trabalho de supercontextualização que pode ser muito útil para se evitar anacronismos e romper com os lugares comuns de análises consagradas.

Há, portanto a necessidade de recuperar o ambiente linguístico destes personagens, Pocock e Skinner apontam para o imperativo de conhecer amplamente a literatura e com quem os sujeitos estavam dialogando, além disso, o mapeamento da comunidade linguística aparece como elemento fundamental. Ampliar as leituras do autor/objeto é elemento primordial, o texto que é definido como clássico é muito importante, mas as obras menores, demais escritos, aparecem como contraponto a este clássico, pois este geralmente é resignificado a partir de diversas leituras e a sua interpretação se canoniza, perpetuando assim memórias pré-definidas, os textos clássicos não representam a totalidade da argumentação do autor. (POCOCK, 2003. SKINNER, 2002:).

Já Elías Palti apurando as análises dos historiadores da Escola de Cambridge e criticando a perspectiva da tradicional história das ideais também destaca a importância da contextualização para fugir do que ele chama de argumentação em círculos, onde texto e contexto se apresentam como elementos opostos, esvazia-se a interação entre estes, prejudicando assim a efetiva reconstrução do ponto a ser destacado do ideário do autor:

Em síntese, para fazer uma história das linguagens políticas, não basta superar a superfície textual dos discursos e atingir o aparato argumentativo que sustenta cada forma de discursividade política; para fazê-lo, devemos reconstruir os *contextos em discussão*. O que importa aqui não é observar como as ideias mudaram, mas como o sistema de suas posições relativas foi reconfigurado, como se deram os deslocamentos nas coordenadas que determinam os modos de sua articulação pública.” (PALTI, 2007:72-73)

Levando em conta estas questões voltemos ao caso Joaquim Felício dos Santos. Como foi dito, em 1860, Santos fundou o Jornal *O Jequitinhonha* na cidade de Diamantina. A própria escolha do nome já é interessante, pois remete ao tão cultuado rio que passa por uma grande extensão do norte de Minas e termina por desaguar no litoral baiano, o qual foi responsável direto pelo florescimento da região como potência mineradora de ouro e diamantes.

Santos desde o primeiro número do jornal se mostrou opositor a maneira de fazer política do sistema monárquico, vigente então no Brasil, uma das principais demandas dos liberais radicais do período era a questão do sistema representativo, que na visão destes era altamente centralizador por parte do Império, impedindo assim o desenvolvimento das potencialidades locais no tocante as atividades econômicas e também políticas, pois restringia o acesso destas elites locais aos cargos públicos. (DOLHNIKOFF, 2005). Por este viés torna-se bem interessante pensar a escolha da região como protagonista da argumentação de Santos, pois a escolha do espaço não é inocente, ela perpassa uma série de questões que seleciona fontes, relatos e delimita as fronteiras espaciais de seu objeto como bem observa Graça Filho:

Dessa forma, uma região, no sentido de parte de um todo, precisará ser definida por uma especificidade que a torna distinta do espaço contíguo. Os elementos que tornam uma região exclusiva podem estar abrigados em conjuntos diversos, conforme a temática a ser estudada. (GRAÇA FILHO, 2009: 11)

O texto de abertura do primeiro número d’*O Jequitinhonha* datado de 20 de dezembro de 1860 é uma espécie de editorial que traça um panorama da situação do país pelo viés político do autor. Nele há uma longa discussão que elenca as demandas do partido liberal local e define bem o posicionamento de Santos. Há críticas contundentes sobre o modelo de agricultura e indústria adotados, ao sistema de representação centralizador causado principalmente pelo abuso do Poder Moderado, as oligarquias, a divisão de poderes entre outros.

Tendo em vista este “editorial” podemos reconstruir, de acordo com a metodologia de Pocock, o que o autor estava fazendo no período, o que nos fornece elementos para ir além da análise do texto e de suas camadas. Levando em consideração a biografia de Santos e o posicionamento político adotado nesta fase inicial, podemos apontar a premissa que seus textos vão ser produzidos a partir de sua perspectiva política, portanto a própria visão de história do autor vai ser determinada pela política. Por mais que Santos esteja inserido em uma comunidade linguística, na formação de um campo historiográfico no Brasil, Santos, ancorado em outros elementos da tradição historiográfica portuguesa, como a das memórias ilustradas, tem a possibilidade de fundar uma forma própria de compreender o passado.

Em uma espécie de prefácio para a coluna *Districto Diamantino* no terceiro número do *Jequitinhonha* é nítido para compreendermos esta questão:

Mas não é só aos mineiros que nos dirigimos. A história dos tempos coloniaes do desgraçado povo que habitava este terreno diamantino, sujeito a autoridade com poder absoluto, e regido por leis peculiares, formando, por assim dizer uma colônia particular isolada no imenso território do Brasil, não deixará de ser interessante a todo brasileiro. Foi esta população, por isso mesmo que existia em solo rico, a que mais suportava os vexames e exxações do governo da metrópole da ambição insaciável, que só procurou tirar todo proveito de nosso país pouco lhe importando sua prosperidade senão era para enriquecer o erário régio. (O JEQUITINHONHA, 20 de Janeiro de 1861)

A leitura que Santos empreende do passado diamantino é marcada pela tese da “colônia dentro da colônia” onde o povo da região, devido ao regime de exceção empreendido pela colônia portuguesa, experimentou o modo de vida mais despótico de toda a colônia devido à sede, a ambição da Coroa pelas riquezas da localidade.

Contrapondo este texto de caráter histórico com o primeiro que trata de política atual, podemos perceber que a leitura histórica de Santos é realizada para afirmar sua tese do

presente, assim como no passado colonial o Estado representa a supressão das liberdades locais, empecilho para o desenvolvimento efetivo das indústrias da região:

O systema de centralização adoptado, absorvente os recursos das províncias, e tolhendo-lhes a liberdade de ação, tira-lhes toda a possibilidade de progresso. [...] As camaras municipaes dentro dos estreitos limites de suas atribuições não podem atingir o fim de sua instituição. (SANTOS, 1860: 20 de dezembro).

Para o período aqui abordado podemos pensar que a história para Joaquim Felício dos Santos, a partir desta leitura regional é elemento de ação política no presente, a finalidade principal é a ação, não uma construção excessivamente ideológica. Para esta questão José Murilo de Carvalho oferece uma constatação interessante para pensarmos a diferença do debate político da década de 1860 para o período de radicalização republicana da década de 1870:

Nos grandes debates da década de 1860 citavam-se sobretudo, liberais e liberais conservadores não marcados pelas teorias evolucionistas da história: Jeremy Bentham, Benjamin Constant, Tocqueville, François Guizot, Stuart Mill, W. Blackstone, Edouard Laboulaye, entre outros. Desses sobreviveram poucos após os anos 1870, sobretudo no campo republicano. [...] A retórica anterior valorizava história e a ação política sob o grande guarda chuva filosófico do individualismo. O estilo pós-1870 trazia a marca do cientificismo e das grandes filosofias da história que se diziam científicas. (CARVALHO, 2011: 141-157).

Esta separação entre a forma de pensar a história e a política também é apontada por Angela Alonso. Para a autora a década de 1870, principalmente a partir da radicalização do projeto republicano, traz grande diferença na forma dos sujeitos envolvidos pensarem o debate e reproduzirem em suas ações. A propaganda direta passa a ser uma forma corrente de se posicionar no debate político, as ideias passam a ser adaptadas e transformadas por estes sujeitos de acordo com suas demandas específicas, no que a autora chama de “idéias em movimento.” (ALONSO, 2002: 21-45).

Esta adoção da forma de propaganda vai ser utilizada também por Joaquim Felício dos Santos, mas somente no final da década de 1860, com a radicalização de seu projeto político em prol de um republicanismo explícito, principalmente nas páginas d’*O Jequitinhonha*.

Como apontado nesta segunda fase do jornal Santos se assume republicano e defende a mudança radical do sistema político brasileiro. Em um destes textos de combate, o autor cria um texto ficcional denominado *Páginas da história do Brasil escriptas no anno 2000*, onde

D. Pedro II é invocado nos anos 2000 pelo poder extraordinário de um médium e convidado a conhecer o Brasil na forma de república federativa com uma constituição baseada na dos Estados Unidos. Apesar de se mostrar bastante interessante este texto para pensarmos como a argumentação regional muda para um projeto político a nível nacional, os limites desta comunicação não permite estender a análise, ficando a proposta em aberto para um futuro trabalho.

### **Conclusão**

Joaquim Felício dos Santos é reconhecido pela historiografia por ser o primeiro a escrever uma história tão ampla a respeito da região dos diamantes. Mais do que somente compreender a obra em suas próprias especificidades textuais é possível ir além ao empreender uma análise que expanda o contexto linguístico e político em que a mesma se encontra inscrita.

Mais do que simplesmente buscar enquadrá-la em um modelo de história ou tentar “forçar” o debate, distanciamentos e aproximações com outras obras do período, a análise se torna bastante interessante ao visarmos sua contextualização. Para este ponto refletir sobre a questão regional se mostra bem enriquecedor não somente para compreender a obra, mas também para elevar os estudos acerca do movimento liberal/republicano não só em Minas Gerais, mas na relação com os demais espaços do Brasil.

Santos empreende de maneira única a região dos diamantes em sua argumentação política, histórica e literária, é impossível imaginar o autor depreendido de sua Diamantina. Mesmo em momentos de maior relevância dentro do Partido Republicano mineiro nas décadas de 1870-80 ele não deixou Diamantina para trás, continuou advogando, fundou uma indústria têxtil no distrito de Biribiri em conjunto com seu irmão Antonio Felício dos Santos, mesmo lugar aonde veio a falecer no ano de 1895. Sem dúvida alguma é impossível falar da região dos diamantes de Minas sem se remeter ao nome de Joaquim Felício dos Santos.

### **Referências bibliográficas**

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional- Brasil: Divisão de Periódicos: “O Jequitinhonha” PR-SOR 05920;

- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo. Brasil, 1870-1891*. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, n.45: p.141-157, jan/jun 2011.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região & Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o projeto de uma história nacional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- PALTI, Elías J. *Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos*. In: (Org.) JÚNIOR, João Feres. JASMIN, Marcelo. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro do Frio (Provincia de Minas Gerais)*. 1ª edição: Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1868.
- SKINNER, Quentin. *Visões da Política: sobre os métodos históricos*. Lisboa: Difel, 2002.
- TURIN, Rodrigo. *Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador*. In: História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2009, número 2, março 2009.

## VISÕES DA PARAÍBA OITOCENTISTA: AUTORES PARAIBANOS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL

Serioja R. C. Mariano\*

O historiador é também um ‘pássaro de minerva’: passa a noite reexaminando o dia. Por outro lado, não tem certeza de que pode conhecer o passado-dia, pois a noite-presente em que ele está é o lugar do sonho. Ao terminar o dia, ele conhece ou o imagina? Sempre estará dominado por esta dúvida (REIS, 2002:8).

O historiador, como “um pássaro de minerva”, reexamina e analisa o passado, para compreender como um tema foi tratado, tendo em vista que esta produção, por ter sido escrita em um determinado momento e lugar, os quais marcam o trabalho do historiador, também envelhece e exige uma revisão, uma reelaboração, porque o conhecimento histórico está sempre em mudança (REIS, 2002). Acredito que ao escrever um trabalho de história, se faz necessário conhecer o que já foi escrito antes, lançar novas interrogações, observar as articulações entre o *saber* e o *lugar* de produção da escrita (CERTEAU, 2011: 46).

Partindo do princípio de um melhor entendimento de como determinados temas foram tratados, ao longo do tempo, e como “o conhecimento histórico se comporta diante das experiências do passado (...)” (BARROSO JR. 2003:17-18), este trabalho tem por objetivo analisar a produção de autores, considerados clássicos da historiografia paraibana, e a construção dos discursos sobre a história da Paraíba no século XIX. Escritores como Irineu Joffily e suas “Notas Sobre a Parahyba” (1892); Irineu Pinto em “Datas e Notas Para a História da Paraíba” (1908/1916) e Celso Mariz em “Apanhados Históricos da Paraíba” (1922), partiram à procura de fundamentos, características e especificidades para reforçar a ideia do *ser* paraibano, da legitimação de uma identidade.

---

\* Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.



A escolha dos autores foi feita de maneira arbitrária, ou seja, escolhi algumas obras que considero relevantes e são referências na história local. De início, entraremos no “mundo” discursivo de Irineo Joffily e o seu livro “Notas Sobre a Parahyba”. Publicado 1892, o livro está dividido em capítulos que abordam uma diversidade de temas como: sociedade, economia, limites territoriais, passando pela fauna, flora, divisão judiciária, administrativa e eclesiástica, costumes, etc.

Nascido Irineo Ceciliano Pereira da Costa (1843-1902),<sup>1</sup> saiu da província da Paraíba e foi morar no Recife, onde cursou a Faculdade de Direito. Após a formatura, em 1866, voltou à Paraíba e assumiu o cargo de Promotor Público, em São João do Cariri e depois Juiz municipal de Campina Grande. Nesse ínterim foi deputado provincial pelo Partido Liberal e depois, em 1889, deputado geral. A partir de 1870 passou a escrever no jornal *O Despertador*, órgão do partido liberal, e em 1888 fundou a *Gazeta do Sertão*. Já em 1889 continuava escrevendo e criticando o governo de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (o Barão de Abiaí), com uma oposição ferrenha sofreu perseguições a ponto de se exilar no Rio de Janeiro, de onde passou a escrever no *Jornal do Commercio*.

Como sócio correspondente do IHGB e do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, defendeu a criação de um Instituto na Paraíba pelos “grandes resultados práticos e de utilidade incontestável”, a exemplo dos que já existiam na Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Alagoas, pois o instituto seria o “lugar ideal” do saber. Essa instituição seria a “salvadora” da memória paraibana, pois um Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, com sua revista, iria preservar e divulgar o que estava se “perdendo” nos arquivos, seria como um “santuário” para os documentos.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Em 1864, no Recife, publicou uma nota no jornal *O Diário de Pernambuco* justificando a mudança do seu nome em homenagem ao seu pai José Luiz, “com o seguinte arranjo: de *Josephus fillii* (filho de José) chegou a Joffily. (...)” (1892/1977:17).

<sup>2</sup> Joffily morreu em 1902, três anos de ver seu sonho realizado, o IHGP só criado em 1905 e teve a sua primeira revista circulando em 1909.

Nas pesquisas, chama a atenção para a importância dos arquivos públicos “um tesouro que nunca foi explorado, tendo eu apenas iniciado algumas investigações que por força maior [exílio] deixei de continuar”. E reforça que “o estudo de um fato histórico vale por si só muito mais do que todas as efêmeras produções literárias (...)” (1892/1977). Para Joffily o pesquisador é visto como um investigador que, nessa função, tem o papel importante, pois a “divulgação de um fato histórico, ainda desconhecido, a retificação de outro que a tradição nos legou adulterado, desperta sempre interesse, causando grande prazer ao investigador” (JOFFILY, 1892/1977: 447-48). E cabe a esse investigador, comprovar os “fatos verídicos” através da documentação, sem esquecer, no caso dos aspectos geográficos, da observação direta, *in loco*, como fora feito nas suas andanças pelo interior da Paraíba.

Como já mantinha correspondências com Capistrano de Abreu, pediu que o mesmo fizesse o prefácio do seu livro. Solicitação que prontamente foi aceita. Na apresentação de “Notas Sobre a Parahyba” (1892), Capistrano teceu muitos elogios, inclusive a parte de geografia, pois vem preencher o vazio que existia na história e geografia da Paraíba. Mostra como na narrativa sobre os aspectos geográficos Joffily se contrapõe, a então configuração do mapa da Paraíba, que consta no Atlas do Brasil, feito por Cândido Mendes e o Barão Homem de Melo. Para comprovar os “equivocos” nas configurações territoriais, Joffily fez longas viagens, passando por montanhas, rios etc, para reconfigurar o mapa, redefinindo os limites geográficos. O seu texto recebeu críticas de Maximiano Lopes Machado, que considerava um trabalho de amador, de um turista e não de uma autoridade no assunto (1892/1977). Vale lembrar que esse estudo foi pioneiro, por investigar os aspectos geográficos, serviu para reconfigurar, de uma maneira mais objetiva, os principais acidentes geográficos no mapa da Paraíba. Bem como, um trabalho de história que influenciou toda uma geração de pesquisadores.

Influências que podem ser observadas na obra de Irineu Ferreira Pinto. Em “Datas e Notas para a História da Paraíba”, volumes I e II (1908/1912), o autor mostra como a escrita de Joffily foi importante para a sua versão da história. Nascido em 07 de abril de 1881, na capital da província, ficou órfão de pai logo cedo, aos oito anos de idade. Em seguida foi

morar com as tias, tendo em vista o segundo matrimônio da sua mãe. Fez seus estudos no Lyceu Paraibano, mas como era de origem humilde não pôde cursar o ensino superior em Recife. Estudioso, desde cedo interessado pelos assuntos relacionados às áreas de humanas, fundou um núcleo literário, o Clube Benjamin Constant e o grêmio estudantil “Plana Boemia”, ainda no Liceu Paraibano. Considerado como um bom escritor de crônicas, mas um “mau poeta”, o jovem “corado, louro, rotundo, mediano de estatura”, começou a escrever suas crônicas nos principais jornais da cidade da Paraíba *A União, O Norte e O Comércio da Paraíba* (VEIGA JÚNIOR, 1953).

Com uma vida pessoal atribulada<sup>3</sup>, Pinto teve que trabalhar muito cedo no serviço público, inicialmente na Secretaria do Estado e, três anos depois, assumia o cargo de amanuense nos Correios. No ano de 1905 foi um dos sócios fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.<sup>4</sup> Preocupado em “preservar a memória da Paraíba” foi responsável pela edição dos quatro primeiros números da Revista, nos quais publicou vários artigos, sobre os assuntos mais diversos como: o cólera, a instrução pública, a abdicação, só para citar alguns dos temas tratados pelo autor. Membro engajado e estudioso contumaz foi indicado em 1913, no governo de Castro Pinto, para pesquisar nos arquivos portugueses, em Lisboa.<sup>5</sup> Nos cinco meses da pesquisa, fez um levantamento da documentação que havia sobre a Paraíba.

Morreu jovem, em 1918, mas deixou dois volumes sobre “Datas e Notas para a História da Paraíba”. Publicado em 1908, o tomo I aborda a história colonial, desde o início do século XVI, até o ano 1817, esse último ano o autor se deteve com mais afinco, elegendo a “Revolução de 1817”, como um dos marcos da história local, que merece ser lembrado. Já no tomo II, continuo com suas datas e notas, com uma cronologia linear, iniciando o texto no ano

---

<sup>3</sup> VEIGA JR. J. “O Viver atribulado de Irineu Pinto” In; *Revista do IHGP*, Vol. 12, 1953: 141-146.

<sup>4</sup> Na introdução ao Volume 2, de Datas e Notas, segunda edição em 1977, o historiador José Pedro Nicodemos apresenta alguns aspectos da vida e obra de Irineu Ferreira Pinto, 1977:7-16.

<sup>5</sup> Durante o período em que esteve em Portugal tornou-se membro de algumas academias: a Sociedade de Geografia de Lisboa, da Societé Académique d’Histoire Internationale de Paris, da Academia Royale d’Archéologie de Belgique à Anvers. Como chama a atenção José Pedro Nicodemos, a coroação de Pinto, na década de 1910, dentro do que era importante para o estudioso, recebeu a medalha de ouro da Societé d’ Histoire de Paris, e a de cobre, da Exposição de Turim. Também foi sócio correspondente dos Institutos Históricos de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte (1977:10).

1821, com a atuação das Juntas Governativas, até 1862, o livro se encerra com um anexo que apresenta uma lista completa dos governantes da Paraíba, desde 1821.

Nesse artigo o nosso olhar estará voltado para o volume dois, que aborda o período imperial, fruto das nossas análises. As questões políticas dão o tom da narrativa, numa sequência factual o autor apresenta sua versão de história em que os documentos oficiais falam por si só, pois trazem a *verdade*, por exemplo, sobre os deputados da Paraíba que foram às Cortes portuguesas defender a pátria local; também ganham destaque: a Constituinte de 1823; os fatos que antecederam a Confederação do Equador (1824); a Praieira (1848/49), entre outros. Mas, além dos considerados grandes temas, também nos apresenta um quadro sobre a população, os costumes, as doenças, economia, a educação, religião, só para citar alguns.

Financiado pelo Estado, o livro foi avaliado por uma comissão da imprensa oficial que, no dia 15 de março, aprovou a publicação, emitindo o seguinte parecer: “Com abundância de apontamentos e informações, colhidas com grande esforço, o nosso ativo consócio pode *reconstruir factos*, por assim dizer, já pagados da memória. Outros, cuja ocorrência despertava dúvida, são agora discutidos e *elucidados*”. A ideia que se pensava na época era essa mesma, *reconstruir, elucidar*, os fatos e como diria Pinto, na sua apresentação: “*salvar da voragem das traças estas preciosidades histórica, que talvez dez anos depois não existissem*”. Como o herói que salva a história da Paraíba do esquecimento, o autor se coloca como o conhecedor da *verdade* histórica, uma veracidade que é validada, graças ao *grande* trabalho nos arquivos do Estado, embasado em uma documentação que o autor, com a sua dedicação, conseguiu salvar (PINTO, 1908/1977).<sup>6</sup>

Como sugere o próprio título do livro, o autor vai construindo a sua narrativa apontando, as datas e notas, sobre determinados acontecimentos e personagens considerados mais importantes. Nos seu texto os documentos são riquíssimos, mas infelizmente pouco se

---

<sup>6</sup> Faziam parte da comissão: Francisco Seraphico da Nóbrega, Francisco Xavier Júnior, padre Alvaro Cezar e Manoel Tavares Cavalcanti (relator). Grifos meus.

sabe sobre a origem das fontes. Cita algumas fontes, por exemplo, o *Almanak do Estado*, Relatórios dos Presidentes de Província, alguns jornais da Paraíba e de Pernambuco, correspondências oficiais, relatos de viajantes, etc. Algumas vezes usa notas de rodapé para questionar qual fonte seria mais *verdadeira*, em se tratando da divulgação de determinadas datas, e as confronta com as informações trazidas por autores que o influenciaram e que são autoridades no assunto, a exemplo de Francisco A. Varnhagem; Robert Southey, bem como do “distinto Capistrano de Abreu”; Tollenare, Pereira da Costa; Theodoro Sampaio; Muniz Tavares e Maximiano Lopes Machado (1908/1977: 37).

Logo no início da narrativa do volume II, são eleitos alguns “mártires”, “heróis” e figuras “briosas”, que lutaram bravamente na defesa da pátria, de uma Paraíba forte, independente, mas que defendia, acima de tudo, a “ordem”. Uma história feita por homens dignos de serem lembrados em datas comemorativas, nos manuais escolares, no nome das ruas e praças da Paraíba. Esse patriotismo, heroísmo, pode ser visto como uma das marcas da cultura historiográfica, como sendo um dos fundamentos da construção e legitimação do *ser* paraibano, de uma *paraibanidade*. Essas características também podem ser observadas na construção da narrativa de Celso Mariz, em “Apanhados Históricos” (1922/1982).

Nascido no interior da Paraíba, Celso Mariz, ao longo da sua vida (1885-1982), publicou mais de dez livros sobre a Paraíba, sem contar os artigos em jornais e revistas. Suas publicações tem início em 1910, com “Através do Sertão”, escrito no momento em que atuava como inspetor regional do ensino e viajava pelo interior observando os aspectos da vida do sertanejo. Mas o seu trabalho que mais se destaca, quando o tema é o século XIX, sem sombra de dúvidas é “Apanhados Históricos da Paraíba” (1922), publicado no centenário da Independência. Como era de costume no *metier* dos escritores daquele período, o livro apresenta uma grande síntese que vai desde o momento da fundação da cidade (1585), até a década de 1920. Mas, na narrativa, é o Império que ganha destaque, principalmente o processo de independência. Vale lembrar que desde 1915 Mariz exercia o cargo de Diretor da Secretaria da Assembleia Legislativa, quando começou a tomar gosto pela política, sendo

eleito deputado estadual em 1924, essa experiência na política moldou em forma decisiva o seu trabalho como historiador.

Em “Apanhados Históricos da Paraíba” (1922/1994), Celso Mariz, que se intitula um “compilador afetuoso, mas insulto” (/1922/1994:12) defende que é dever do Estado divulgar a História da Paraíba, por isso elogia as publicações na imprensa oficial, financiadas pelo poder público. Fala da relevância da produção de alguns autores que o influenciaram e funcionaram como referência: na sua lista o primeiro colocado é Irineu Pinto (1892), um apaixonado colecionador, que “divulga e zela pela nossa história”; Irineu Joffily, o primeiro a tratar dos aspectos geográficos e históricos da Paraíba, reconhecido por figuras importantes como Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, o que legitima o seu discurso (1922: 13).

Os aspectos políticos ganham uma maior dimensão nos seus escritos, e o século XIX é destaque em “Apanhados Históricos”. Mariz já inicia o Oitocentos com o título do capítulo “o foco nacionalista de Pernambuco”, mas apresentando as especificidades da Paraíba nesse contexto, fala do Seminário de Olinda, a Conspiração dos Suassuna (1801), um tema ainda pouco estudado, segundo Mariz (1922). Dedicava várias páginas a “Revolução de 1817”, assim como Irineu Pinto. Em seguida passa a discutir sobre “O Constitucionalismo Português”, com seus desdobramentos na Paraíba; a Independência; Os representantes da Paraíba na Constituinte de 1823; a Confederação do Equador (1824); Fala sobre os primeiros senadores, adentrando no período regencial em 1831. Outra preocupação de Mariz é com os partidos políticos (Conservador e Liberal)<sup>7</sup>, os seus programas e representantes, bem como a funcionalidade do processo eleitoral. Descreve a Guerra do Paraguai, destacando a posição da província. Ao final, encerra a discussão sobre o Império com o capítulo “os últimos dias do regime”.

Vale lembrar que Celso Mariz não fez um curso superior, atuando nos quadros do funcionalismo público e como político. Foi membro do IHGP, desde 1910, e sua preocupação

---

<sup>7</sup> Na vasta produção de Mariz, destaca-se também o livro “Memória da Assembleia legislativa” (1946), nesse livro o autor apresenta o cenário político da Paraíba desde o funcionamento do Conselho Geral das Províncias, passando pela criação da Assembleia provincial, dos partidos e atuação dos seus representantes.

era divulgar a história local e “lançar as bases da historiografia paraibana”, reforçando a importância do regime republicano, principalmente nas primeiras décadas do século XX, momento de publicação da obra (NASCIMENTO FILHO, 2003: 163). Mas os fundamentos dessa história estão no século XIX.

Ao analisar o conjunto dessas obras, não podemos esquecer que os autores apresentam uma produção marcada pelo *lugar social*, na construção de um *saber*, as grandes sínteses históricas, que vão se estabelecendo e ganhando espaço na memória coletiva. Percebe-se que são publicações, geralmente, financiadas pelo poder público, com ênfase na criação de mitos e heróis, na solidificação de datas apresentadas como os pilares da história da Paraíba. Alguns autores escrevem de maneira clara e fluente, como é o caso de Celso Mariz, em “Apanhados Históricos da Paraíba” (1922/1994). Outros, no entanto, seguindo o modelo positivista de deixar o documento falar constroem as suas narrativas, é o caso do livro de Irineu Pinto em “Datas e Notas” (1912/1977). Assim, a historiografia paraibana toma estas versões como sendo o olhar da “verdade”. Uma “verdade” que foi definida pela época da produção historiográfica, a partir de uma linguagem que dá sentido e significado às coisas, isto é, aos lugares de produção de verdades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000).

São homens que faziam parte dos Institutos Históricos, notadamente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Criado logo após a proclamação da República, em 1905, o IHGP tinha como modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e, tal como a instituição que lhe serviu de inspiração, cumpria o papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1995:99). Na Paraíba o Instituto transformou-se no foco de produção da história local e, por conseguinte, de um saber que, gradativamente, adquiria o poder de escrever sobre a história paraibana com o propósito de indicar os caminhos e os sentidos da sua identidade, isto é, da *paraibanidade* (DIAS, 1996: 63).

Isto nos leva à necessidade de destacar o conceito de identidade, como um processo constante de elaboração e definição, vinculada ao contexto de produção da obra. Os intelectuais paraibanos partiram à procura de fundamentos, características e especificidades

para reforçar a ideia de *paraibanidade*. Acredito que a produção desses autores constitui uma fonte privilegiada para acompanhar a trajetória da construção de uma identidade paraibana, de uma *paraibanidade*. Uma história que tinha por objetivo “salvar e divulgar a verdade”, tendo o olhar voltado para as especificidades da Paraíba. Era uma história produzida com a tarefa de delinear um perfil, reforçando a construção de uma identidade local, que é formada, nessa perspectiva, a partir dos feitos dos grandes homens, bravos e heróis paraibanos, e para o século XIX, os movimentos de contestação política, notadamente a insurreição de 1817 (MARIANO, 2005).

Como mostrou Francisco Moraes Paz, em *Na Poética da História* (1996), o Instituto é tomado como monumento da glória nacional. Com uma história oficial que garantia a preservação das especificidades regionais, e nas falas dos seus membros, geralmente pertencentes aos grupos sociais e econômicos mais influentes, buscavam-se exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao (à) Brasil/Paraíba.

Mas diferentemente dos discursos historiográficos do Instituto, penso a identidade como uma construção histórica, como algo que pode ser modificado e não como um componente definidor eterno, uma essência ou um lugar imóvel, uma vez que os espaços se modificam, assim como a compreensão que se tem deles. Penso a identidade como algo dinâmico, que é construído e reconstruído dentro dos contextos sociais, e não como algo fechado e estático (MARIANO, 2003).

São autores que não possuíam formação acadêmica de historiadores, eram basicamente membros da elite que, geralmente, ocupavam cargos no serviço público e exerciam funções de bacharéis, jornalistas, literatos e historiadores autodidatas. Ao analisar os discursos percebe-se uma produção marcada pelo *lugar social* no qual estavam inseridos: não se podia esquecer quem falava e de onde falava. São intelectuais vinculados ao poder, homens que durante muito tempo “brilharam” sozinhos na produção do saber histórico (CALLARI, 2000: 60). É uma historiografia preocupada em relatar os fatos considerados heroicos do passado, no sentido de uma história linear na qual o bem vence o mal, com uma descrição de datas e nomes e a criação de mitos em uma sequência factual dos acontecimentos, elaborando assim o chamado discurso *fundador*. Desta maneira, a escrita da história é produzida a partir do



presente e das relações de poder que permeiam o discurso, produzindo falas que são práticas sociais que se materializam, ou seja, que dotam de sentidos a história do Brasil/Paraíba. Mas, vale ressaltar, a importância dessas obras que mesmo datadas, são fontes riquíssimas para os pesquisadores que se interessam pela história da Paraíba.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Um Leque que Respira: a Questão do Objeto em História”. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000: 117-137.

BARROSO JR. Raimundo Cordeiro. “História da História ou da Historiografia como História Social” In SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja. (orgs.). **Histórias da Paraíba**: autores e análises sobre o século XIX. João Pessoa: UFPB, 2003: 16-36.

CALLARI, Cláudia Regina. “Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. *RBH/ANPUH*, vol. 21, nº 40, 2000, p.59-84.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Vol I, Brasília: Thesaurus, 1977 (1892).

MARIANO, Serioja “A *Paraibanidade* como Culto: a construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP”. In SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja. (orgs.). **Histórias da Paraíba**: autores e análises sobre o século XIX. João Pessoa: UFPB, 2003: 87-100.

\_\_\_\_\_. “*Gente Opulenta e de Boa Linhagem*: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)”, Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005.

MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994 (1922).

NASCIMENTO FILHO, Carmelo R. do. “O historiador burocrata: uma análise historiográfica da obra de Celso Mariz” In: SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja. (orgs.). **Histórias da Paraíba**: autores e análises sobre o século XIX. João Pessoa: UFPB, 2003: 148-170.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PAZ, Francisco Moraes. **Na Poética da História**: A Realização da Utopia Nacional Oitocentista. Curitiba: UFPR. 1996.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. v. I e II, 2 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. (1908/1912).

RODRIGUES, Ocione do Nascimento. “Entre a Geografia e a História: um olha sobre a obra de Irineo Joffily” In: SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja. (orgs.). **Histórias da Paraíba: autores e análises sobre o século XIX**. João Pessoa: UFPB, 2003:139-147.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VEIGA JR. J. “O Viver atribulado de Irineu Pinto” In; *Revista do IHGP*, Vol. 12, 1953: 141-146.

---

## O LUGAR DO MEMORIALISMO NA HISTÓRIA: FORMAS E USOS DO PASSADO E DO PRESENTE NO SEIO DA NARRATIVA HISTÓRICA SOBRE BELO HORIZONTE (1895-1897)

Fabio Luiz Rigueira Simão\*

O projeto de Belo Horizonte, i.e., a sua planta inicial, forjou-se no traço dos engenheiros da comissão construtora, mas a cidade enquanto espaço urbano, onde transitam pessoas e idéias, práticas e relações de poder e propriedade, fez-se dos *projetos* de seus habitantes. É importante observar que não houve coincidência de posições diante do futuro da nova capital entre os grupos que para lá rumaram desde a supostamente feliz ocasião de sua inauguração. Textos da época apontam para essa *diversidade* de perspectivas. Os jornais, de cunho notadamente associativista, aparecem como fontes fundamentais para uma análise dessa situação de divergências e convergências, mas antes de *descontinuidades*, observada no interior dos grupos que iam compondo a cidade.<sup>1</sup>

A forma como a nova cidade foi recebida pode ser buscada em textos da época registrados, mormente, em jornais, e em documentos oficiais como a Revista dos Trabalhos da Comissão Construtora ou os discursos proferidos por autoridades da época.

Estudamos aqui um conjunto de crônicas publicado em folhetins no jornal *Bello Horizonte*, periódico semanário de propriedade do Pe. Francisco Martins Dias.

Dias era vigário da paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem, mas atuava também como escritor e jornalista. Em 1895, quando têm início as obras no Curral d'El Rei, Dias funda o jornal com o fim de informar à população local sobre os trabalhos da comissão.

As suas crônicas foram compendiadas e publicadas em livro, em 1897, no contexto de inauguração da nova capital, com o seguinte título: *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. O autor está preocupado, como ele próprio salienta no preâmbulo de sua obra, em dar *uma* história à cidade, fazendo-o sob a perspectiva (por vezes forçada) da continuidade. A

---

\* Escola de Estudos Superiores de Viçosa, ESUV. Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>1</sup> Referimo-nos aos operários, brasileiros e estrangeiros, que rumaram para o arraial desde o início das obras, a elite ouro-pretana muitas vezes resistente à mudança, as novas elites republicanas, e homens e mulheres desapropriados, metidos em cafuas e barracões, agora errantes aí no lugar onde nasceram e foram criados.

proposta deste estudo é analisar a referida obra, tomando-a como testemunho histórico inserido em uma época de profundas transformações. A nossa hipótese central é de que o livro forjou-se a partir de um objetivo claro: dar uma “identidade harmônica” à cidade de Belo Horizonte, unindo passado e presente, tradição e modernidade, em um só *continuum* histórico.

### **I: A República e a nova capital: novos *tempos áureos*, a recuperação de Curral**

Em sua apresentação, “Ao Leitor”, Dias fala de seu objetivo principal para com a obra: “(...) deixarmos lançada a primeira pedrinha para o alicerce do edifício da historia do lugar escolhido para a nova capital do Estado, *desde sua primitiva origem*, e dado o primeiro passo para os *annaes da fundação da nova cidade mineira*” (DIAS, 1897, p. II).

Esse trecho já nos avisa sobre as verdadeiras concepções do autor: ele acredita na relevância e na importância forçosa de se escrever a história de Curral, fazendo-o em estreita correlação com os primeiros passos da nova cidade. Neste sentido, a obra se pretende um liame entre o passado da velha Curral e os novos tempos anunciados pela construção de Belo Horizonte.

O pensamento de Dias segue uma cadência fundamental na obra: Curral d’El Rei, lugar afável e de ares suaves, tem origem opulenta e promissora, caminha na prosperidade e chega à decadência nos anos finais da monarquia, justamente quando aparecem dois novos atores históricos: A República e a nova capital. Assim escreve no capítulo IV, “Fundação”:

Constituindo em freguezia em 1750, o Curral d’El-Rei, (...) chegou a dominar em 1815 a uma area de quasi 18 mil habitantes (...) De então para cá tem decrescido sensivelmente sua população, em virtude dos desmembramentos (...) Contudo podia ainda este lugar crescer e prosperar, com tantos e tão bellos elementos naturaes de vitalidade (...); mas não cresceu e nem prosperou; porque? (DIAS, *op. cit.* p. 12-13, grifos nossos).

No capítulo seguinte, “Causas da Decadencia”, Dias observa os principais entraves ao *progresso* de Curral. A citação acima esclarece que não se trata da natureza do lugar. Segundo o autor são quatro os grandes responsáveis pelo atraso: *a*) a presença de homens de má índole, “(...) cujo único fito era impor sua vontade ao povo”; *b*) a desunião da população e os desencontros de suas idéias; *c*) o império de uma politicagem desmedida e exaltada; e, por último, *d*) “o mal dos

males, o mais terrível escolho ao desenvolvimento physico, intelectual e moral dos filhos deste logar”: o casamento entre parentes!

Com se vê, Dias responsabiliza os homens e não a natureza pelo atraso de Curral. Assim, em um lugar de natureza exuberante e relevo equilibrado, a desunião entre as pessoas e a má índole de alguns, somados ao escolho do incesto, abre frestas para uma crise econômica e de valores sem precedentes. Diante desse quadro impõe-se à República a tarefa de trazer grandes e boas transformações.

Apagar *tudo o que a trono cheirasse e a rei se referisse* não significava, portanto, apagar a velha Curral. Dias é um desafeto da monarquia, e do jugo colonial – ele ataca veementemente os “ferrenhos vínculos, que nos pendiam aos pés do throno de Portugal (...) [e o] systema de exclusivismo e centralização do regime passado, porque eram esses males communs” (DIAS, *op. cit.* p. 17). Mas disso inferir que Curral fosse um lugar condenado aos males terríveis de tempos obscuros, sendo então bem-vinda a sua extinção, há uma distância abissal. Com efeito o nosso autor demonstrará profunda preocupação com o arraial, tratando-se a chegada de Belo Horizonte de verdadeiro ato de salvação para um lugar de futuro já prometido, mas perdido em sua caminhada em direção ao progresso.

## **II: Dias, clérigo: os problemas com os referenciais católicos, o caso da Matriz da Boa Viagem**

Não podemos deixar de observar que Dias é um clérigo – e o seu ardor pela cultura católica fica patente em sua narrativa –, o que o impele à tarefa de dar relevo àquilo que mais lhe contenta na tradição do arraial: a cultura religiosa. Daí considerarmos serem o catolicismo e as práticas e comportamentos ligados a ele o cerne da preocupação do nosso autor em salvaguardar traços da cultura local. Mas essa cultura, como dito, aparece coadunada com os referenciais da modernidade. A visão saudosista da população curralense haveria de misturar-se às novas perspectivas trazidas pela inteligência construtora e pela elite burocrática formando uma única vontade de ver amadurecer feliz e saudável o fruto de desejos comuns. Num momento em que já se observam tendências claras à secularização da vida urbana, Pe. Francisco Dias dá-se à tarefa

de *adaptar* a tradicional cultura cristã católica à moderna cultura urbana que queria ganhar espaço. Eis aí mais a face central do esforço por dar aspecto harmônico às austeras transformações.

Ao perseguirmos evidências que reforcem essa posição de Dias por ele mesmo, é interessante observar o avesso de posições entre o autor, que tanto louva os trabalhos de Aarão Reis, e a comissão construtora acerca da matriz da Boa Viagem. Para a comissão a matriz tratava-se de prédio “sem elegancia nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architectura, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das linhas (...) monumento de mau gosto”.<sup>2</sup> Ao que Dias responderia assim: “possui a freguezia uma sólida Matriz, que admira a todos os visitantes (...) podendo o mesmo competir com qualquer Matriz de muitas cidades populosas e adeantadas” (DIAS, *op. cit.* p. 40). Adiante Dias ainda observa:

Espíritos fracos, restos da idade media, dirá alguém; mas, espiritos fracos, respondemos nós, que gozavam de mais paz e felicidade do que os orgulhosos chamados espiritos fortes da idade moderna e da contemporanea, que, sem paz, sem crenças, sem rumo e sem guia, vivem no trovelinho das perplexidades e das incertezas, como leve palha levada pelo tufão (DIAS, *op. cit.* p. 34).

No entanto, ao mesmo tempo em que acusa a imponderação de críticos austeros do antigo em favor do novo, Dias louva o progresso trazido pelos novos tempos. Em tom teleológico, ele fala de uma propensão do homem ao progresso, mas intercede em favor da manutenção de traços fundamentais do passado tradicional. É assim que todo um processo de transformações obedece a uma dialética peculiar, cuja síntese é a nova cidade moderna e civilizada que une os povos em torno da religião e da honestidade, devolvendo-lhes o acalanto dos tempos áureos, e eliminando a doença, na fonte inesgotável de natureza benevolente e agradável. Dessa maneira, o novo é bem vindo, porque:

(...) há sempre de acompanhar aos antigos habitantes do Curral d’El Rei, ou Bello Horizonte, eterna e saudosa lembrança de seu simples e modesto, mas pictoresco e poetico arraial, tão rapidamente methamorphoseado em primeira cidade do Estado (DIAS, *op. cit.* p. 40).

---

<sup>2</sup> *Comissão Constructora da Nova Capita – Revista Geral dos Trabalhos*, 1895, vol I. pp. 11-15.

Aliás a noção de metamorfose é ponto nevrálgico do raciocínio de síntese harmônica que identificamos em Dias. Aquilo que metamorfoseia pressupõe permanência em alguma instância: há um processo latente de transformação, mas o essencial permanece. Assim, a nova capital não se faz à revelia do velho arraial, tampouco em detrimento dele, mas nele e a partir dele. A natureza e a tradicional cultura local somam-se perfeitamente aos elementos da modernidade, concorrendo todos para o casamento perfeito entre presente e passado.

### **III: Cerimônias: O lançamento das pedras fundamentais e os animados dias de inauguração da cidade**

A cidade, personagem central da trama, encarnaria, pois, esse perfil do equilíbrio e da conciliação, e a magia que provém de arrumações da natureza reproduzira-se entre os homens. Os habitantes da cidade passam a ser todos movidos pelo mesmo intento e pela mesma satisfação. Ao transcorrerem-se as cerimônias de sagração das pedras fundamentais, Dias narra o seguinte:

(...) ao som do hymno nacional, (...) um exemplar da constituição federal, idem da estadual, jornaes do dia, moedas e outros objectos que alguns circundantes offereceram (...) foram collocados em linda caixa de veludo azul celeste pelo exm. Presidente do Estado, e nella fechados pelo exm. chefe da comissão. Metida essa caixa em outra de madeira tosca, foi tudo assim lançado na cavidade quadrangular da pedra [fundamental] para esse fim preparada e disposta. Rodada sobre esta, outra, que devia servir de tampo, foram ambas cosidas á argamassa e depois selladas em cruz com água benta por nós, como parochos da freguezia. (DIAS, *op. cit.* p. 102).

Essa passagem repleta de simbolismos sugere que os sonhos e os objetivos de arquitetos, engenheiros e autoridades públicas misturavam-se sem o menor disparate aos de homens e mulheres dali e d'alhures. A cidade na letra de Dias tornara-se fruto de um projeto único, abençoado pela cruz, decorrência do desejo daqueles que a projetaram, mas também, e na mesma medida, daqueles que foram expulsos do centro do arraial e que serviram para levantar os prédios e abrir as avenidas.

Nesse mesmo clima de harmonia, chegamos aos animados dias de fundação da cidade. Há um esforço incondicional por tornar os acontecimentos verdadeiros eventos-dádivas, em que

concorreram fatores naturais e humanos para que tudo se desse na mais ordeira paz. Ao narrar o dia 7 de setembro de 1895, quando das cerimônias oficiais de fundação da cidade, Dias atribui um ar de contentamento geral à população local e à própria natureza:

Esplendidas, brilhantes e apparatusas foram ellas [as festas]. E era de mister que assim o fossem , para attrahir-se a attenção dos extranhos e tornarem-se mais conhecidas as bellezas deste logar e sua propriedade para ser a metropole de Minas (...) Por um capricho da natureza, após clara e serena aurora que despontou graciosa no horizonte, seguiram-se alguns momentos de tempo dúbio e nebuloso, que assaltaram com desalento os corações festeiros. Mas, dentro em pouco, essas nuvens se dissiparam e appareceu o céu azul, sereno e límpido, evitando-se os inconvenientes do pó, que desapareceu, e da lama que já não existia, dos raios do sol que não atravessavam ardentes as camadas ethereas, e da chuva que não veiu mais (DIAS, *op. cit.* p. 95).

Como se vê, o autor parece evocar forças ocultas para dar a tudo um tom de harmonia incomum. Isso sempre em consonância com a alegria das pessoas (todas, indistintamente!), cujos corações mantinham vivas as ligações com a velha Curral. As pessoas e as coisas (tanto humanas quanto naturais) ganham na obra status de pares perfeitos em um processo que, embora intrinsecamente repleto de descontinuidades e, por isso mesmo, conflituoso, deixa-se parecer harmônico e de rara coerência. Um ponto da narrativa que à primeira vista poderia parecer desprezível ganha então importância central: trata-se da descrição sobre a situação do solo no dia das festividades de fundação: na letra do autor, como pudemos observar acima, não há mais pó e nem lama. Existe aí uma referência algo sublime e de um simbolismo intrigante: o pó, que se faz do *excesso* de secura, cessa ante a chuva que, por sua vez, não persiste e logo se dispersa em favor de um céu azul que traz o sol que seca a lama, fruto do *excesso* de água. Mas o próprio sol não é forte o bastante para gerar mais poeira, os seus raios “não atravessam ardentes as camadas etéreas”. Tudo fica na mais perfeita harmonia, nada de excessos, apenas equilíbrio.

Neste mesmo sentido Dias encerra a sua obra afanando a já referida “metamorfose material” que foi o processo de construção da nova capital, fazendo votos para que a mesma se desse no âmbito social e moral:

Belo Horizonte é hoje [1897] um contraste de velharias e novidades (...). não diria mal quem [a] comparasse com o firmamento semeado de muitas estrelas, que vão se apagando e desaparecendo ante o brilho das de maior grandeza (...) nada é mais belo, mais poético e



mais recreativo do que a observação atenciosa desta sublime metamorfose material. Praza aos céus que sublime, poética e bela seja também a metamorfose social e moral! (...) Quem pensaria (...) que o velho, pobre, humilde e decadente Curral d’El Rei havia de, em tao rápido voo, elevar-se à altura em que hoje o vemos (...) tendo diante de si um futuro tao risonho e brilhante (DIAS, *op. cit.*, p. 105-107).

Essa passagem do capítulo XXX, “Conclusão”, é ilustrativa de tudo que falamos até aqui. Dias se mostra preocupado com o futuro cultural da cidade e a entende como um desdobramento da história de Curral, que sai triunfante da decadência, lançando-se na direção de novos tempos áureos.

#### **IV: Conclusão**

Entendemos que as crônicas jornalísticas materializam maneiras de se conceber a realidade e informam muitas vezes os comportamentos e as práticas dos diferentes grupos. Com efeito, os jornais aparecem não como meros veículos de informação, livre de ideologias, mas como verdadeiros difusores de idéias, práticas e condutas que moldam e representam o espaço urbano, figurando-se assim como verdadeiros produtores do espaço; do espaço e do imaginário da cidade.<sup>3</sup>

Uma grande preocupação de Chartier ao tratar da história cultural é com a estreita relação existente entre prática e representação. Citando Mauss, Chartier salienta: “mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos” (CHARTIER, 1990, p. 17). Daí indagarmos centralmente sobre o lugar histórico de um discurso como o de Padre Francisco Martins Dias na constituição do espaço urbano e das relações de trabalho e poder.

Em seu estudo sobre a cultura das ruas do Rio de Janeiro, Mônica Velloso trabalha com cronistas e caricaturistas, tomando-os como olhares sensíveis e ao mesmo tempo participantes de seu tempo e de sua cidade. Como escreve a autora, “as representações [difundidas, senão muitas

---

<sup>3</sup> Os jornais são diversos: políticos, publicitários, humorísticos e literários, associativos e operários; representantes de grupos estrangeiros, como italianos, árabes e alemães; periódicos manifestamente católicos ou protestantes, folhas espíritas, estudantis e universitárias; reclames publicitários e até folhas carnavalescas como o anuário *Matakins* (LINHARES, Joaquim Nabuco (1995). *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro).

vezes até moldadas e construídas mesmo pelo trabalho dos cronistas e caricaturistas] não refiguram apenas o mundo social, mas o constituem enquanto tal [por isso] (...) a crônica constitui-se em fonte indispensável para a reflexão historiográfica” (VELLOSO, 2004, p. 17). Dias pode ser aproximado da imagem do cronista de Velloso na exata medida em que se constitui em sujeito histórico do processo de construção da cidade de Belo Horizonte, preocupado com a construção de traços identitários que dessem uma história e um sentido para a nova cidade e para o seu povo. Como os cronistas fluminenses, Dias criou representações reveladoras de um período complexo e contraditório, mas cuidou, como insistimos mais de uma vez, para que as ambivalências se tornassem amálgamas leves do equilíbrio e da harmonia.

## **Bibliografia**

- CHARTIER, Roger (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel.
- DIAS, Francisco Martins (1897). *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte.
- DUTRA, Eliana de Freitas (1996). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte.
- JULIÃO, Leticia (1996). “Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna”. In: DUTRA, *op.cit.*
- LEPETIT, Bernard (2001). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida (1989). *Belo Horizonte, um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de (1996). “A noiva do trabalho – uma capital para a República”. In: DUTRA, *op.cit.*
- TOPALOV, Christian. “Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (1996). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VELLOSO, Mônica Pimenta (2004). *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.

## **O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO E A PRODUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL**

Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos\*

A história é uma ressurreição – exclama o inimitável Michelet (CAVALCANTI, 1909: 39).

O trecho acima dá início a Conferência realizada por Manuel Tavares Cavalcanti, realizada no dia 15 de Novembro de 1905, no Instituto Histórico e Geográfico Parahybano. Através da epígrafe acima podemos perceber alguns elementos importantes a respeito do que veio a ser o discurso produzido pelo IHGP. Michelet foi um exímio representante da corrente francesa, suas obras não seguiam o modelo da história erudita dos historiadores profissionais do final do século XIX. Em vez de um trabalho de erudição sua obra baseava-se em crônicas e compilações (PROST, 2008). A obra produzida por Michelet serviu de modelo e inspiração para a produção historiográfica do IHGP. Considerando as formações discursivas como componentes das Formações Ideológicas, percebemos o discurso do IHGP ser interpelado pela influência da obra de Michelet e a defesa da história oficial do Governo do Estado (BARBOSA, 2004).

Diante das mudanças provocadas pelo Giro-linguístico nas últimas décadas do século XX, percebemos as transformações que ocorreram no próprio discurso histórico. A história antes vista como o próprio passado passou a ser considerada uma versão dele. E o discurso produzido pelo IHGP é um modelo exemplar dessa historiográfica, pois ao escrever a história da Paraíba os sócios e colaboradores do IHGP conseguiram construir um “efeito de verdade”, transformando os artigos publicados através das revistas em documentos/monumentos.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano tem sua origem vinculada à experiência bem sucedida do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criado desde 1838, esta instituição estimulou a criação de diversos Institutos, com o mesmo formato, por todo o país, estes se difundiram por diversos estados da federação. A função dos Institutos locais era “percorrer o caminho de volta (ao IHGB) e contribuir para formulação da história geral do

---

\* Mestranda na linha de História Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista pelo REUNI (Reconstrução e Expansão das Universidades Federais), sob a orientação da Profª. Drª. Serioja Rodrigues C. Mariano. Pesquisa o período regencial na Parahyba do Norte (1831-1840).

Brasil” (DIAS, 1996: 33). Esses institutos só podiam ser fundados nas instâncias locais, a partir do momento em que as diferenças regionais contribuíssem para a construção de uma unidade nacional. Diante deste esclarecimento, compreendemos porque a criação do Instituto Histórico paraibano só ocorreu, em 1905, quando a República se consolidava como o sistema político brasileiro, pois, os principais membros e colaboradores ao resgatar a história paraibana, buscavam demonstrar que a Paraíba sempre lutou pela implantação da República e que os movimentos insurrecionais ocorridos ao longo do período monárquico, buscaram esse fim, estando, portanto, a Paraíba na vanguarda dos embates políticos do país. Nesse sentido, podemos observar a íntima ligação entre o Estado e o IHGP, pois o Estado é o principal benfeitor dessa instituição, e por isso, o Instituto Histórico da Paraíba não poderia deixar de legitimar e enaltecer o poder do Estado na construção do imaginário político paraibano.

Os sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano possuíam grandes semelhanças com os fundadores do IHGB. Ou seja, ocupavam cargos públicos e/ou burocráticos, exerciam cargos políticos importantes na instância local; e “tiveram atuação importante na imprensa local. [...] Neles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a história da Paraíba” (DIAS, 1996: 36).

Entre os objetivos a serem conquistados através do discurso produzido pelo IHGP estava a busca pela *paraibanidade*, na expectativa de desligar a história da Paraíba da história do estado vizinho, Pernambuco. Buscando, sobretudo, as especificidades da história local e, “através dela, demonstrar a grandeza desse Estado” (DIAS, 1996: 33).

Quando amanhã, na plena exuberância de uma vitalidade inexaurível, o Instituto Histórico, revestido das galas de repelidos triunfos, compular as crônicas apoucadas que ora lhe legamos, conhecerá bem a extensão do seu merecimento perenne da grandeza parahibana<sup>1</sup> (RIHGP apud DIAS, 1980: 90).

Os membros do IHGP se propuseram a escrever a história oficial da Paraíba, e por muito tempo, foi a única instituição paraibana disposta a realizar este ofício<sup>2</sup>. Nesse sentido, o Instituto Histórico conseguiu cumprir a tarefa a que se propôs: escrever a história da Paraíba, e lançar as bases da historiografia paraibana (DIAS, 1996: 42).

---

<sup>1</sup> A grafia original do texto foi mantida por opção metodológica.

<sup>2</sup> A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, com a criação do NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – a UFPB passou a contrapor-se a história oficial produzida pelo IHGP.

Como afirma Certeau (1975[2010]), o historiador ao realizar a sua pesquisa é influenciado por uma série de elementos, entre eles, o seu contexto social, o período em que está inserido e, sem dúvida também está sujeito a influência da corrente historiográfica contemporânea ao seu tempo. Tendo isso em mente, observamos que a historiografia produzida pelos Institutos Históricos foi em grande parte influenciada pela historiografia produzida pelos positivistas, pois a escola positivista predominou durante o século final XIX e início do século XX, até a criação da Revista *École des Annales*, em 1929. Para os positivistas a único sujeito historiográfico é o Estado, principalmente através da sua representação política. E por tanto, coube ao Estado-nação o lugar de sujeito para a produção historiográfica de influência positivista (REIS, 2006).

Os Institutos Históricos a partir dos pressupostos da escola positivista serviram claramente aos anseios do Poder Central, pois este desejava legitimar o seu poder através de uma história oficial. E o IHGB, em especial, cumpriu com o seu ofício ao colocar o Estado como o sujeito da historiografia nacional, construindo uma identidade nacional, e transformando a imperador em uma figura essencial para a unidade nacional.

Os Institutos Históricos dominaram a produção da história oficial brasileira até a década de 1930, após esse período novos centros de estudos históricos nacionais foram criados. Mas as principais críticas que se formaram contra os Institutos Históricos, decorreram após a desvalorização global da História política<sup>3</sup>, por volta da década de 1930, através das críticas formuladas por diversas correntes teórico-metodológicas<sup>4</sup>, principalmente a escola dos *Annales*.

Ciente que a análise documental parte de um contexto social e temporal diferente do momento em que foram produzidos. Temos por objetivo analisar os discursos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) sobre o período imperial. Tendo em vista que os artigos publicados pela revista buscavam produzir um “efeito de verdade”, na intencionalidade de construir e consolidar uma identidade local.

Através da análise dos periódicos do IHGP, observamos o esforço dos membros e colaboradores do Instituto em produzir a história da Paraíba, que fosse independente estado vizinho Pernambuco. Apesar de o Instituto Histórico Paraibano ter sido fundado em 1905, a

---

<sup>3</sup>A história política produzida pela escola positivista ficou conhecida com história política tradicional, e recebeu fortes críticas, sobretudo, do Movimento dos *Annales*

<sup>4</sup>Entre estas correntes teórico-metodológicas está o Movimento dos *Annales*, o Marxismo, o Estruturalismo, o Quantitativismo, etc (FALCON, 1997).

primeira revista só foi publicada em 1909, nela encontram-se as primeiras conferências realizadas na instituição. No primeiro número da revista são lançadas as bases sobre as quais o IHGP apoiou-se para produzir a “História Paraíba”. O primeiro artigo publicado nesta revista é a conferência proferida por João Pereira de Castro Pinto, e, visa lançar as balizas sobre a história da Paraíba a partir da criação de um marco fundador, “a colonização da Capitânia”, exaltando a bravura dos primeiros colonizadores e a importância da aliança destes com os índios Tabajaras, que levou a vitória sobre a aliança entre Potiguaras e franceses, este artigo aborda desde o século XVI até 1817. A segunda conferência proferida por Manuel Tavares Cavalcanti aborda deste a insurreição de 1817 até os primeiros anos da República, é neste artigo que Tavares Cavalcanti lança as bases do discurso produzido pelo IHGP sobre o regime monárquico, construindo uma versão oficial da história local.

Na conferência, Manuel Tavares Cavalcanti (1909) afirma que a história da vida social da Paraíba se confunde com a de Pernambuco<sup>5</sup>, no esforço de produzir uma história independente da história de Pernambuco os colaboradores produziram o que Cláudio Santa Cruz chamou de *paraibanidade*. Este termo foi utilizado pela primeira vez por Santa Cruz, em seu discurso de posse em 1964, e reflete as pretensões as quais o IHGP lançou mão quando se propôs a produzir a “história oficial” da Paraíba. Serioja Mariano (2003), através do artigo “A *Paraibanidade* como Culto: a Construção dos Discursos Históricos sobre 1817 no IHGP”, analisa que a *paraibanidade* faz parte do projeto de construção da identidade nacional, e em especial para a construção da identidade local; sendo o movimento de 1817, eleito pelo Instituto Histórico paraibano como o movimento crucial para a construção da identidade paraibana,

Era uma história produzida com a tarefa de delinear o perfil da “nação” brasileira, reforçando paralelamente a construção de uma identidade local, que é formada, nessa perspectiva, a partir do movimento de 1817 eleito pela historiografia e reforçada nos discursos como um dos marcos fundadores da identidade paraibana (MARIANO, 2003: 89).

Ao analisarmos os periódicos observamos que a identidade paraibana construída a partir do Instituto Histórico buscava reforçar e legitimar a identidade local a partir de determinados movimentos considerados relevantes, a exemplo da insurreição de 1817. Os

---

<sup>5</sup> “O nosso passado desaparece na vida social de Pernambuco, cuja trajetória acompanha como satélite, inseparável” (CAVALCANTI, 1909: 44).

<sup>5</sup> Cláudio Santa Cruz utilizou o termo *paraibanidade* pela primeira vez em seu discurso de posse, em 1964.

colaboradores<sup>6</sup> ao escreverem nos periódicos deixavam transparecer a influência do seu *lugar social*, produzindo um discurso oficial sobre a importância da participação da Paraíba no movimento de 1817, transformando os membros das grandes famílias que participaram do movimento em “heróis patriotas”. Essa busca pela *paraibanidade* é comprovada pela quantidade de artigos referentes a esse tema, em detrimento de outros movimentos de contestação política que ocorreram na Paraíba, como a Confederação do Equador, em 1824, e o Quebra-quilos, em 1874.

A partir d’este viés refletimos sobre os momentos históricos cujas datas estão situadas entre 1817 e 1824. A insurreição de 1817 aconteceu enquanto o Brasil ainda estava sob o jugo da Coroa portuguesa, e ao ser abordado pelo IHGP é visto como um momento de bravura e heroísmo. O mesmo não acontece com a Confederação do Equador, que ocorreu em 1824, pois desde 1822 o Brasil havia se tornado independente, por este motivo a insurreição de 1824 é vista como um movimento que pôs em risco a integridade da unidade nacional. Sobre 1824, Cavalcanti (1909) reflete,

[...] o alvorecer de 2 de Julho de 1824 vê proclamar-se a confederação do Equador. O grito da republica é, de novo, trazido pelo afluir dos ventos que sopram do vizinho Estado do Sul. Com quanto o governo da Parahyba não tivesse adherido ao movimento, nem por isso permaneceu sopitado o velho espirito democrático desta terra, e esquecido o norte que sorrira aos martyres de 1817. (RIHGP, 1909: 41).

Cavalcanti (1909) analisa que após a Confederação do Equador (1824) a Parahyba sofreu um retraído silêncio, não participando dos movimentos contestatórios que marcaram o império durante o primeiro reinado e as regências. Só em 1848, a Paraíba voltou a envolver-se em agitações políticas e sociais como a Revolução Praieira, encabeçado pelo partido Liberal Pernambucano. O discurso produzido pelo IHGP nós leva a compreender “o por que?” do silêncio historiográfico sobre o período regencial (1831-1840), pois o discurso produzido pela instituição tinha por objetivo enaltecer apenas os momentos históricos os quais os integrantes das “famílias opulentas” da região tivessem participado, exaltando sempre a participação dos homens de boa linhagem no movimento. Esta seleção factual se torna evidente ao relatar o movimento de Quebra-quilos ocorrido em 1874-75, sobre este movimento Cavalcanti afirma,

---

<sup>6</sup> Membros da elite local, em geral, vinculados ao serviço público; alguns exerciam funções de bacharéis, médicos, militares, jornalistas, entre outras funções.

Movimento anônimo, como soem ser os populares, sem obter a um ideal, tendo apenas como motivo aparente a falsa crença de que o governo pretendia escravizar o povo, ele não tem outra significação histórica que a demonstração de quanto se achava obliterado o princípio da autoridade (RIHGP, 1909: 49).

Apesar do IHGP não adotar um posicionamento teórico claro e definitivo, no entanto como afirmamos anteriormente os Institutos Históricos criados por todo o Brasil se identificavam com a escola positivista e como tal o Instituto Histórico Paraibano deixa transparecer esta vertente. Desde as primeiras edições da revista o discurso produzido busca contar a história da Paraíba através de grandes fatos e grandes personagens, e escolhe lugares de memória, como o liceu Paraibano, que segundo Cavalcanti (1909) teria sido o lugar onde se passou a ensinar a alta cultura intelectual aos estudantes paraibanos. Com relação ao Lyceu, Cavalcanti afirma, “Segundo as tradições desse tempo, o Lyceo Parahybano constituía uma instituição respeitável pela alta cultura intelectual e grande dedicação ao ensino de seus lentes” (CAVALCANTI, 1909: 47).

Segundo o discurso produzido pelo IHGP só entre as décadas de 1850 a 1870 uma nova geração emergiu. A nova geração a qual a instituição exalta são os “grandes homens da política paraibana”.

Uma geração nova e forte começa a figurar na arena partidária. Dela deviam sair vultos destinados a ocupar brilhantes posições no país. É o tempo em que apareceu Diogo Velho, João Florentino Henriques, Padre Lindolfo, Aragão e Melo e outros ainda destinados a gosar de reputações nacionais pelos seus trabalhos no parlamento e nos Conselhos de Ministro. Em nosso entender, porém, o nome que sintetiza essa geração é, incontestavelmente, Felizardo Toscano de Brito (CAVALCANTI, 1909: 47).

Podemos pensar o discurso produzido pelo IHGP como um lugar de produção social da memória e do esquecimento. Lugar da memória, porque “ao conservar e reproduzir artefatos simbólicos e materiais de geração em geração, torna-se depositária de toda essa massa de informação social” (FERREIRA, 2011: 61). Lugar do esquecimento, pois, “demarca as exclusões, os apagamentos, que os sujeitos produzem, inconscientemente, nos modos de ser, representar e estar em sociedade” (FERREIRA, 2011: 61). Nesse processo contínuo de memória/esquecimento, o IHGP foi tecendo a identidade paraibana e afirmando seu pertencimento a uma rede de relações.



Durante o regime monárquico destacamos o Período Regencial como o lugar do esquecimento, haja vista que esse tema poucas vezes foi abordado nos artigos publicados pela revista do Instituto. Essa notória falta de interesse não se justifica pela ausência de acontecimentos instigantes, considerando que o Período Regencial foi um momento de grande agitação social, escolhido por alguns pesquisadores como um momento de agitação social inigualável para a história do século XIX no Brasil; em escala regional podemos destacar: a criação da Assembleia Legislativa (1835), a implantação da Guarda Nacional (1832), criação dos partidos (Conservador e Liberal); e também não podemos deixar de mencionar a vasta documentação referente a esse período, presente no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, e no acervo do próprio IHGP.

A justificativa encontrada pelos membros da instituição para esse silêncio historiográfico está relacionada ao movimento de 1817. Como dito anteriormente, a intenção dos membros e colaboradores do IHGP ao abordar frequentemente esta insurreição é separar a história da Paraíba, da história de Pernambuco, buscando mostrar a sua autonomia política, econômica e administrativa através da sua participação no movimento, e ao dar pouca visibilidade aos acontecimentos que decorrem durante o Império inclinam-se para a República, buscando enaltecer ainda mais o homem paraibano. Em síntese, a explicação dada pelo IHGP pelo seu retraído silêncio durante todo o Império é que este era um solo fadado para a República (DIAS, 1996: 57-58). Através de Margarida Maria Dias (1996), podemos perceber o discurso criado pelo IHGP,

Mas uma vez, mantendo a sua integridade moral, a Paraíba não comungou com os mandos e desmandos do Império. A independência e o tipo de Estado Nacional que essa representava “foi coisa do Sul” não teve a participação paraibana, tampouco a Paraíba usufruiu de suas benesses (DIAS, 1996: 58).

Para o IHGP, a proclamação da República é o retrato do caminho traçado pela Paraíba, desde o início do século XIX, através dos movimentos de contestação. Como dissemos inicialmente a função dos Institutos locais era percorrer o caminho inverso (de volta ao IHGP), para tanto as histórias locais deveriam contribuir para construção de uma “história nacional”, e nesse contexto podemos compreender porque o Instituto Histórico paraibano foi criado após a proclamação da República, pois,

A necessidade de defesa da República ainda em 1905, quando da fundação do IHGP é bastante clara, para isso valem todos os recursos possíveis no sentido de reconstituir os heróis que vinham desde André Vital de Negreiro, passavam por Peregrino de Carvalho, Maciel Pinheiro, Aristides Lobo e pelos fatos dos quais foram personagens, formando esse longo caminho histórico, para o qual, segundo o IHGP, a Paraíba sempre caminhou sozinha (DIAS, 1996:60-61).

Na década de 1970, o IHGP perdeu a exclusividade na produção da história local, pois em 1976 foi criado o Núcleo de Documentação e Informação História Regional (NDIHR) vinculado a Universidade Federal da Paraíba. Com a criação do NDIHR o IHGP perdeu a exclusividade, porém permaneceu com a hegemonia da produção historiográfica local, o discurso produzido por esta instituição alcançou o objetivo a que se propôs e lançou as bases para a história da Paraíba.

A década de 1970, também foi o marco da Virada-linguística, pois foi nesta década que foram lançadas as obras de Paul Veyne (1971), Hayden White (1973) e Michel de Certeau (1975). Roger Chartier (2009), na obra “A história ou a leitura do tempo” buscou sintetizar o debate traçado por estes autores. Segundo Chartier, Veyne analisa que a história “é antes de tudo, um relato e o que se denomina explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível” (2009: 11). Por sua vez, White identifica as formas estruturais profundas da imaginação histórica com as quatro figuras de retórica e da poesia clássica, ou seja, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. E em resposta as afirmações de Paul Veyne, Certeau afirmou que, o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro, mas sob a forma de narração, obrigando os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi à explicação histórica que o sustenta (CHARTIER, 2009).

A análise feita por estes historiadores pós em xeque os paradigmas existentes até então. A partir destas reflexões a narrativa passou a ser entendido como o lugar onde se revela o sentido dos próprios fatos, esse entendimento significou um empecilho importante para o conhecimento verdadeiro. Com as devidas ressalvas, estas reflexões fizeram ruir a produção historiográfica construída pelo IHGP, pois o questionamento sobre a existência de uma brecha entre o passado e a sua representação (entre o que foi e o que não é mais) e o surgimento de uma narratividade que se propõe a ocupar o lugar do passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história e deram um novo folego as pesquisas historiográficas, cujas

produções do IHGP estavam vinculadas, uma vez que estas se propunham a ser uma representação do próprio passado (CHARTIER, 2009: 12).

## REFERÊNCIA

### Periódicos

CAVALCANTI, Manuel Tavares. Conferência do Dr. Manoel Tavares Cavalcanti realizada no Instituto Histórico e Geográfico da Parahyba no dia 15 de novembro de 1090. João Pessoa: *RIHGP*, 1909, vol. 01, p. 39-54.

CRUZ, Claudio Santa. Ingressa no IHGP o Dr. Cláudio Santa Cruz Costa. João Pessoa: *RIHGP*, 1964, vol. 15, p. 125-130.

PINTO, João Pereira de Castro. Resumo da 1º Conferência do Instituto Histórico e Geográfico da Parahybano, pelo orador oficial Dr. João Pereira de Castro Pinto, a 12 de outubro de 1905. João Pessoa, *RIHGP*, 1909, vol. 01, p. 21-38.

### Bibliografias

BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história. In: SARGENTINI, Vanice; BARBOSA, Pedro Navarro (org.). *Foucault e os domínios da linguagem*: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DIAS, Margarida Maria Santo. *Intrépida AB Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local*. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

FALCON, Francisco. História e Poder. In Flamarion, Ciro C. e Vainfas, Ronaldo (org.). *Domínios da História*: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editoria Campos, 1997.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In. INDURSKY, Freda, MITTMANN, Solange e FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2000.

MARIANO, Serioja. A Paraibanidade como Culto: A Construção dos Discursos Históricos sobre 1817 no IHGP. In Sá, Ariane de Menezes e Mariano, Serioja (Org.), *Histórias da Paraíba*: Autores e Análises sobre o Século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

PROST, Antoine. *DOZE LIÇÕES SOBRE A HISTÓRIA*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

## JOSÉ DE ALCÂNTARA MACHADO E SEUS LEITORES

Franco Della Valle\*

José de Alcântara Machado d'Oliveira, doravante Alcântara Machado, foi um político, advogado, escritor, membro da Academia Paulista e Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, professor e diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Na esfera política, iniciou sua carreira em 1911, como vereador; em 1915 torna-se deputado estadual e em 1924 é eleito senador estadual; foi deputado na assembléia constituinte de 1934 e senador federal até 1937, sempre em e por São Paulo. Além de professor, político e pai do escritor Antônio de Alcântara Machado, escrevia livros jurídicos, de discursos, artigos de jornal e participou da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933. Afinando-se com o Estado Novo, aceitou redigir um projeto de Código Penal em 1937, o qual, após diversas emendas por parte de comissões revisoras, tornou-se o Código Penal Brasileiro de 1940. Quando publicou, em 1929, seu livro *Vida e morte do bandeirante*, já era conhecido nas esferas política e cultural de São Paulo. Por isso e por ter apenas publicado uma única obra de história, era um “historiador de final de semana” (SOUZA, 2002: 1191). Para escrever sobre o passado colonial de São Paulo e seus habitantes, escolheu analisar as pessoas ditas comuns e seu cotidiano, afastando-se, portanto, da narrativa sobre as grandes bandeiras ou grandes bandeirantes, ou mesmo as grandes figuras da administração da capitania de São Vicente. A fim de alcançar esse objetivo, utilizou-se da publicação dos testamentos e inventários antigos de São Paulo, feita no governo de Washington Luiz, como o declara expressamente no início do livro. Alcântara Machado concebe por pessoas comuns aquelas que deixaram testamentos e de cujo patrimônio se fez inventário.

*Vida e morte do bandeirante* foi publicado em 1929 pela editora Revista dos Tribunais. Teve segunda edição em 1930, pela mesma editora, e reapareceu somente em 1943 em edição pela editora Livraria Martins. Depois disso teve diversas reedições por outras editoras e foi objeto de análises críticas desde sua publicação. Algumas destacam *Vida e*

---

\* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

*morte do bandeirante* como uma inovação para época do seu lançamento, por afastar-se da narrativa épica das bandeiras, de fatos políticos e militares, e aproximar sua análise dos homens comuns, sobre sua devoção, vestuário, sua casa, baixela e suas atitudes perante a morte. Outros estudos aproximam a sua narrativa à propaganda política da elite paulista que, ao enaltecer o bandeirante e o passado da capitania, tinha como objetivo manter e conquistar maior participação política para São Paulo na federação, bem como assegurar “cientificamente” e “historicamente” a manutenção da oligarquia paulista no poder estadual. Para efeitos deste estudo, consideramos os leitores de Alcântara Machado de uma forma ampla, ou seja, aqueles que, por diversos suportes (jornais, estudos, discursos etc) tenham elaborado uma análise crítica da sua obra. Todavia, escolhemos para compor este roteiro leituras cujas conclusões (críticas negativas ou positivas) pudessem ser relacionadas em sua forma de análise e resultado.

A primeira leitura que logrei encontrar sobre *Vida e morte do bandeirante* foi a de Afonso Taunay, naquele momento já um renomado historiador das bandeiras paulistas. A análise de Taunay é feita numa resposta de carta em 1928 e é elogiosa (*apud* ARAÚJO, 2006: 61). Após fazer elogios à temática e à obra, desce às minúcias: faz reparos quanto ao nome correto da sogra de Pedro Taques e do sobrenome de um ouvidor, além de mencionar ser difícil afirmar que Antônio Pedroso de Barros tenha sido assassinado por seus índios. Elogia o título do livro e estimula Alcântara Machado a não alterá-lo para “*O Bandeirante na intimidade*”. Logo após o lançamento, o livro recebeu crítica favorável e laudatória de Silveira Bueno no jornal Folha da Manhã. Para o crítico, a narrativa de Alcântara Machado era pioneira, pois havia estudado a vida do bandeirante paulista em sua casa, seus móveis e “até sua psicologia”, sem se incomodar com as suas origens étnicas. Destaca o fato de o livro corrigir falsas ideias anteriormente espalhadas (BUENO, 1929: 8). Neste ponto, sem nominar, Silveira Bueno refere-se a Oliveira Vianna, que em *Populações meridionais do Brasil (1920)* havia caracterizado os bandeirantes paulistas como homens ricos, de finos modos, que viviam no fausto, além de estudar e louvar sua origem étnica. Ao mencionar que até então não havia sido publicado nada mais interessante e completo sobre os sertanistas, o crítico possivelmente fazia comparações com Alfredo Ellis, que já tinha publicado *O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano (1924)* e *Raça de gigantes (1926)*, e com Afonso Taunay, que em 1924 havia iniciado a publicação da monumental *História geral das bandeiras paulistas*, cujo 11º

volume seria publicado em 1950. Em 20 de maio de 1933, Afrânio Peixoto profere discurso de recepção a Alcântara Machado na Academia Brasileira de Letras. A data deste discurso é significativa, pois se dá no contexto da derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932 e na mesma época da realização das eleições para a Constituinte de 1934. Alcântara Machado era o candidato líder da Chapa Única por São Paulo à Constituinte e, na mesma ocasião de sua recepção na ABL, proferiu em discurso uma frase que se tornaria famosa: “Paulista sou há 400 anos.” Neste contexto, o discurso de Afrânio Peixoto é cheio de elogios a Alcântara Machado, filho digno de um estado recém-derrotado politicamente no plano nacional. Para ele, somente um paulista com amor à sua terra poderia ter escrito o melhor sobre história colonial do Brasil. O discurso resgata o pioneirismo já observado por Silveira Bueno, ou seja, o esforço por analisar os homens comuns, sua vida tumultuosa e obscura, ignorada por outros estudos coevos, bem como relaciona o que seria depois uma constante nas análises sobre a obra: a relação entre o tema e resultado da análise e o pertencimento do autor à elite intelectual de São Paulo. Para Afrânio Peixoto, isso seria uma qualidade que influenciou o livro. Para críticos futuros, essa relação denunciaria a defesa de um regionalismo que serviria à política e à elite. Observa, por fim, ter sido Alcântara Machado eleito para a ABL por causa do livro (PEIXOTO, 1933).

Em 1943, quando da terceira edição de *Vida e morte do bandeirante*, aparece na Folha da Manhã uma resenha não assinada elogiosa, registrando o anônimo analista não ter sido a obra reeditada por grande período. Ressalta o rigor e simplicidade da linguagem utilizada por Alcântara Machado, o que permite a leitura por todo tipo de leitores, seu trabalho de pesquisa junto aos testamentos e inventários paulistas antigos e a exata visão da vida dos bandeirantes, “desbravadores do sertão do Brasil.” A resenha destaca as ilustrações de J. Wasth Rodrigues (as ilustrações da primeira edição haviam sido feitas por Yan de Almeida Prado) e o prefácio de Sergio Milliet (não havia prefácio na primeira edição). Para Milliet, que fez o prefácio da edição de 1943 (MILLIET, 1943), *Vida e morte do bandeirante* era um livro que havia passado longe da descrição épica do bandeirantismo, da epopeia bandeirante. Segundo sua leitura, Alcântara Machado, com base em rigorosa pesquisa, havia dado uma visão dos costumes dos bandeirantes e tratado do assunto de forma pioneira, vez que não havia se resignado ao estudo cronológico dos fatos, de datas ou de nomes de grandes figuras. Novamente, resgata-se a opinião de Silveira Bueno em relação ao pioneirismo do livro e o

afastamento da narrativa no que se refere ao suposto erro de considerar os bandeirantes como ricos, levando vida de luxo, bem como à descrição dos grandes acontecimentos. Milliet, todavia, não segue a análise de Silveira Bueno no que diz respeito ao fato de Alcântara Machado não ter estudado a origem étnica e racial dos bandeirantes em sua obra.

No ano em que a cidade de São Paulo comemorava seu quarto centenário (1954), contexto de diversas manifestações sobre a cidade, resgate de sua história e apologias diversas, Vianna Moog publicou o ensaio *Bandeirantes e pioneiros, paralelo entre duas culturas*, que seria reeditado diversas vezes. Com base em Pierre Monbeig, o autor explicita a existência de uma mitologia bandeirante, um personagem a quem se atribuíram “diversos atributos orgânicos” que não possui, a fim de relacioná-lo com o estado de São Paulo. Noutras palavras, creditava-se o fato de São Paulo ser rico, importante e industrializado à obra do espírito bandeirante de seu povo, a demonstrar pioneirismo, o que para Vianna Moog não era exato, pois “de bandeirante propriamente no progresso de São Paulo... só haverá mesmo as fazendas abandonadas” (MOOG, 1966: 196). E indica os glorificadores dos bandeirantes, dentre eles Alcântara Machado. A crítica, como se verifica, é negativa, e ocorre sem menção aos trechos de *Vida e morte do bandeirante* que considerasse via de apologia ou de atribuição de falsas qualidades aos bandeirantes. A importância de se destacar este aspecto da análise de Vianna Moog se dá porque ela aparecerá posteriormente, mais bem construída e sistematizada, nas análises historiográficas feitas sobre obras cujo objetivo fosse o bandeirantismo, principalmente nas análises sobre as obras de Alcântara Machado, Alfredo Ellis Junior e Afonso Taunay. Dante Moreira Leite, em sua tese de doutorado na USP e posterior livro *O caráter nacional brasileiro*, faz crítica severa a Oliveira Vianna (*Populações meridionais do Brasil*) no que se refere aos estudos raciais existentes em tal obra. Para contestar Oliveira Vianna no que se refere à suposta riqueza e vida de luxo dos bandeirantes paulistas, recorre a Alcântara Machado, a quem denomina historiador. Não há críticas ao *Vida e morte do bandeirante*. Pelo contrário: as descrições de Alcântara Machado são utilizadas para corrigir Oliveira Vianna (LEITE, 1976: 223). Relembremos, porém, que a utilização do estudo de Alcântara Machado como contraponto a *Populações meridionais do Brasil* vem desde a resenha de Silveira Bueno, feita em 1929.

Em 1985 Kátia Maria Abud escreveu tese de doutorado que se tornou referência para os estudos posteriores sobre as expressões do regionalismo paulista: *O sangue intemorato*



*e as nobilíssimas tradições; a construção de um símbolo paulista: o bandeirante.* Nesta obra a autora estuda a cristalização da imagem do bandeirante e a manipulação do conhecimento histórico. A análise de *Vida e morte do bandeirante* se dá em conjunto com as obras de Afonso Taunay e Alfredo Ellis Junior. Resgatando as imagens positivas sobre os bandeirantes deixadas por Frei Gaspar e Pedro Taques, as obras de Taunay, Alcântara Machado e Ellis Junior, embora diferentes do ponto de vista da análise, “podem ser consideradas matrizes do conhecimento sobre as bandeiras e o bandeirismo produzido no século XX” (ABUD, 1985: 133). Kátia Abud destaca também o pioneirismo de Alcântara Machado ao deter sua análise ao homem comum, ao cotidiano, dando o aspecto social do bandeirante que, junto ao aspecto racial (Ellis Junior) iria compor sua imagem “enquanto um indivíduo de características muito especiais, e que por isso teria realizado feitos muito especiais, também” (ABUD, 1985: 163). Embora a autora deixe a análise da utilização política do discurso histórico e, conseqüentemente, do mito do bandeirante, para o capítulo final de sua obra, no contexto da Revolução Constitucionalista de 1932, o orgulho de ser paulista ostentado por Alcântara Machado, principalmente na dedicatória de seu livro (que é anterior), é ressaltado: “pertencentes a elite política paulista, ao afirmarem sua descendência [Taunay, Ellis Junior e Alcântara Machado], estabeleciam um vínculo ininterrupto entre os heróis bandeiristas e aquela elite que se mantinha no poder.” (ABUD, 1985: 140). Ou seja, a forma de escrever sobre os bandeirantes destes escritores estava impregnada pela sua posição política e, ao mesmo tempo, justificaria a manutenção da elite paulista no poder. Para firmar sua análise e ao contrário de Vianna Moog, Katia Abud transcreve trechos da obra de Alcântara Machado, mas sempre trechos que possam ser relacionados à intenção de bem dizer sobre os bandeirantes paulistas. Destacamos a importância da obra de Katia Abud porque será sempre referida nos estudos posteriores e por ter sistematizado a análise sobre as manifestações em obras de história do regionalismo paulista produzidas no início do século XX. Além disso, a forma de análise de tais obras, com a comparação de seus trechos que pudessem ser relacionados com o orgulho paulista, a manutenção de sua elite no poder e a exaltação de São Paulo a fim de reivindicar maior poder político e cultural na federação, será recorrente nas obras posteriores sobre o mesmo tema.

As leituras posteriores sobre *Vida e morte do bandeirante* podem ser divididas, grosso modo, entre as que a consideram como mera apologista do bandeirante e, com isso

destacam seu interesse em exaltar São Paulo a fim de distingui-lo na federação (a fim de reivindicar maior atenção ou favores ao estado na esfera nacional); as que, mesmo reconhecendo o pioneirismo de sua análise, ressaltam o seu não afastamento das demais obras de apologia ao bandeirante e as que a consideram como pioneira e afastada das demais obras de exaltação do regionalismo paulista. Na primeira categoria podemos citar Antônio Celso Ferreira (*A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*), para quem Alcântara Machado teria apenas “atualizado a epopeia bandeirante” e a reescrito como “epopeia burguesa” e para quem essa epopeia se tornaria “simulacro” após 1940 (FERREIRA, 2001: 327 e 355). Na segunda categoria, podemos citar a dissertação de mestrado de Rodrigo da Silva (*Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo: 1772-1953*), para quem a narrativa de Alcântara Machado afastava-se das demais pelo seu pioneirismo ao analisar a vida material e o cotidiano dos bandeirantes. Todavia, Rodrigo da Silva identifica um claro equilíbrio entre a rusticidade dos bandeirantes narradas em *Vida e morte do bandeirante* com uma nobreza de caráter e demonstrações de honra, e tais fatos seriam posteriormente apropriados com diversas intenções (SILVA, 2009: 228). Já na terceira categoria podemos inscrever a análise de Laura de Mello e Souza feita em sua introdução ao *Vida e morte do bandeirante* editado pela Nova Aguilar em 2002, da qual ressaltamos: “o intuito não é louvar as elites, às quais pertence, mas compreender a história de São Paulo para melhor compreender o Brasil” (SOUZA, 2002: 1193).

Ao fazer este breve roteiro das leituras de *Vida e morte do bandeirante* pretendemos ressaltar os métodos pelos quais é constituída a história da história de um regionalismo expressado em livros tidos como de história. A intenção, a partir de um caso, é mapear as referências, diálogos, rupturas, continuidades e vicissitudes que compõem uma análise historiográfica, não a fim de julgar sua validade, mas como forma de entender os recursos e temas que são considerados para sua construção. No caso de *Vida e morte do bandeirante*, as críticas positivas, em sua maioria, não divergem sobre reconhecer um pioneirismo da análise de Alcântara Machado no que se refere a estudar o cotidiano, reinscrevendo-se na linha analítica existente desde a resenha publicada quando do lançamento do livro. Já as críticas negativas utilizam a questão da apologia da figura do bandeirante e sua relação com a posição política do autor (e da elite intelectual de São Paulo no início do século XX) como contraponto. Neste passo, há uma alteração de sentido, porque o “amor” do autor

por São Paulo e as suas ligações políticas com o estado, que antes funcionavam como fundamento de crítica positiva da obra (por exemplo no discurso de Afrânio Peixoto), passaram a denunciar um comprometimento apto a influenciar, de forma interessada, o discurso histórico produzido em *Vida e morte do bandeirante*. A obra de história passa a ser entendida como uma forma de propaganda para a manutenção da elite paulista no poder. Assim, em relação à figura do bandeirante, pode-se perceber que a obra foi vista com ressalvas quando seu leitor a identificar como apologista a um símbolo que serviria a uma utilização política no contexto do regionalismo paulista do início do século XX. Além disso, por tratar de análises que ressaltam utilização política da história, o julgamento do que é história e o que é propaganda política está sempre presente, o que deve despertar a atenção e as cautelas do historiador.

#### Referências bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese (Doutorado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 1985.
- ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso Taunay (1911 1939)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2006, p. 61.
- BLAJ, Ilana. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”, in *Revista de História*, São Paulo, n° 142, 143, p. 239, 259, 2000.
- BUENO, Francisco da Silveira. 1929. Livros novos, Vida e morte do bandeirante, Alcântara Machado, *Folha da Manhã*, p. 8, 17.10.1929.
- DULLES, John W. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti Vargas (1938 1945)*, São Paulo: EDUSP e Nova Fronteira, 1984, p. 71.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 327 e 355.

GUASTINI, Mário. *Alcântara Machado*, São Paulo: sem indicação de editora, 1941, p. 57.

GOMES, Angela Maria de Castro; LOBO, Lucia Lahmeyer e MARQUES, Rodrigo Bellingrodt. “Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização”. In Angela de Castro Gomes (org.). *Regionalismo e centralização política, partidos e constituinte nos anos 30*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*, 3ª edição, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p. 223.

MILLIET, Sergio. *Prefácio de Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, p. 9 a 17.

MOOG, Clodomir Vianna. *Bandeirantes e pioneiros, paralelo entre duas culturas*, 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 196.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. V, (suplemento), p. 195-215, 1998.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Populações meridionais do Brasil. História, Organização, Psicologia, primeiro volume, populações rurais do centro sul*, 3ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

PEIXOTO, Afrânio. *Discurso de recepção ao Acadêmico Alcântara Machado*, disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8469&sid=127>, consultado em 18.05.2012.

SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 – 1953)*. Dissertação (Mestrado em História), FLCH/USP, São Paulo, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *Posfácio*, in *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda, 7ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_ Texto introdutório de Vida e morte do bandeirante. In *Intérpretes do Brasil*, volume I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

\_\_\_\_\_ “Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial”. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 6ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo: Editora Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_ “Alcântara Machado, Vida e morte do bandeirante”. In MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Um banquete no trópico*, vol. 2, 3ª edição, São Paulo: Editora SENAC, 2011.

\_\_\_\_\_ Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea, in *Revista de História*, São Paulo, n° 142 e 143, p. 261 e 276, 2000.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos, in *História Social*, Campinas, n. 13, p. 151 a 171, 2007.

#### Periódicos

*Folha da Manhã*, 17.10.1929, página 8.

*Folha da Manhã*, 26.12.1943, página 22.

## A AMAZÔNIA DE EUCLIDES DA CUNHA: DE TOCANTINS A FOOT HARDMAN

Alexandre Pacheco\*

Euclides da Cunha possui posição vitalícia enquanto referência intelectual que foi capaz de construir certas matrizes imagéticas a partir de seus escritos sobre a Amazônia e que se convencionaram também como lugar da negação da civilização. Matrizes imagéticas que se não chegaram a engendrar transformações decisivas no território amazônico com a ajuda do avanço técnico e científico do mundo ocidental antes dos anos de 1960, por outro lado, também moldaram o sentido de como outros intelectuais trataram a construção cultural de sua natureza, bem como a relação e a condição de seus viventes com os rios e a floresta hostil.

Analisemos dois autores que mais recentemente realizaram importantes estudos sobre a Amazônia a partir da obra de Euclides da Cunha. A leitura das obras *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, de Leandro Tocantins (1992), e de *A vingança da Hiléia*, de Francisco Foot Hardman (2009), nos convida a pensar como ambos - a partir de suas disposições em relação ao campo literário dos escritos sobre a Amazônia - teriam constituído representações decisivas respectivamente sobre dois momentos da região: a década de 1960 e o final do século XX ao início do século XXI.

Se na primeira obra temos a representação de um contexto em que a região se oferecia como um mundo ainda não totalmente conhecido e ao mesmo tempo repleto de potencialidades a serem exploradas, mundo, enfim, revelado, sobretudo por Heróis-escritores como Euclides da Cunha, na segunda obra temos um movimento de representação quase antagônico em relação à primeira.

Em *A Vingança da Hiléia*, Foot Hardman expõe uma Amazônia, a partir de uma análise comparativa entre *Os Sertões* e os escritos amazônicos de Euclides, em que a herança das faltas, das incompletudes já percebidas pelo escritor fluminense sobre a *Hiléia* se aprofunda diante da racionalidade capitalista que nos últimos cinquenta anos tem assolado e promovido a destruição da região.

Leandro Tocantins toma como referencial a obra *Um Paraíso Perdido*, para constituir

---

\* Professor Adjunto III do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Sociologia pela UNESP. Texto oriundo do projeto de pesquisa intitulado A Amazônia de Euclides da Cunha: de Tocantins a Foot Hardman. Projeto desenvolvido junto ao Centro do Imaginário Social da Universidade Federal de Rondônia.

uma nova interpretação da Amazônia a partir de Euclides, ao mesmo tempo em que expressa certa pretensão da elite intelectual da região em revelar as potencialidades da *Hiléia* ao restante do país.

No capítulo “Adivinho, Intérprete e Artista”, por exemplo, Tocantins nos dá algumas pistas sobre o Euclides profético, ao destacar que ele havia realizado uma profunda reflexão sobre o cerne de um dos problemas que continuava a desafiar a inteligência brasileira:

[...] A Amazônia é, ainda hoje, sob o aspecto físico, aquela Esfinge referida por Euclides da Cunha. Um único fato, bastante atual, pode testemunhar o acerto da tese de Euclides da Cunha: há doze anos atrás, quando técnicos brasileiros se reuniram em Belém para elaborar o primeiro Plano Quinquenal da Valorização Econômica da Amazônia, chegaram a conclusão de que a região era pobre de subsolo. Só restavam a floresta, a terra firme para as culturas permanentes, e a várzea para as de pequeno ciclo, e, por fim, as águas, com a sua numerosa fauna. A industrialização amazônica devia partir dessa realística. Dez anos depois, explorava-se o manganês, a cassiterita, descobria-se o ferro, o carvão, o sal-gema. O petróleo jorrou em alguns pontos do território. Hoje, o subsolo amazônico é considerado uma das grandes reservas do mundo. (TOCANTINS, 1992: 131)

Mas como Leandro Tocantins ao enaltecer a percepção de Euclides sobre as riquezas desconhecidas que a Amazônia mais cedo ou mais tarde poderia revelar ao Brasil recepcionou a representação do homem amazônico que o escritor de *Os Sertões* construiu para esse cenário repleto de mistérios e que foi revelado para o restante do país através de obras como *À Margem da História?*

Em primeiro lugar, percebe que o homem amazônico de Euclides foi representado a partir do “tempo de sua vida” geograficamente vivida distante do processo civilizatório do centro do país. Concepção inteligível e verossímil para a apresentação histórica do seringueiro em meio à natureza brutal da floresta amazônica; em segundo lugar, ao demonstrar como o talento literário e científico do autor fluminense esteve a serviço da denúncia contundente das péssimas condições de vida do seringueiro em uma sociedade que se desenvolveu nos seringais de forma anômala; e em terceiro, demonstrando-nos como a denúncia de Euclides projetou a representação do seringueiro como um tipo humano isolado em meio a uma região que sempre impôs condições desfavoráveis para o desenvolvimento de um processo civilizatório (TOCANTINS, 1992: 129-163).

Neste sentido, Tocantins (1992: 129-163) exorta o Euclides-Herói a partir da trajetória assumida em seus escritos amazônicos, já que a força de seu estilo literário sempre esteve a serviço da construção de um método revolucionário, estando ambos - estilo e método –

eficientemente voltados à denúncia das condições dramáticas que envolveram o seringueiro em sua solidão.

Tocantins (1992: 138-139) também exorta a percepção de Euclides sobre o papel social que o Estado poderia assumir na Amazônia, através da criação de condições que atenuassem “os quadros sociais tão anômalos” vividos pelos migrantes nordestinos que foram transplantados para os seringais:

[...] Não fica adstrito ao exame diagnóstico psicológico do seringueiro e de suas lamentáveis condições de vida. Vai à crítica aos poderes públicos que ignoravam completamente a sorte daquelas populações tangidas pelas secas nordestinas, “uma população adventícia de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas” que procurava salvar-se, na ilusória esperança da terra da promessa: a Amazônia.

À crítica em relação à falta de responsabilidade dos poderes públicos, Tocantins destaca o Euclides engenheiro social. Imbuído de senso político aguçado, entendeu a necessidade do Estado criar condições para que os migrantes na Amazônia pudessem viver em harmonia com o meio.

De acordo com Tocantins (1992: 139-140), Euclides – a partir de sua sensibilidade analítica – percebeu que os problemas que envolviam a necessidade de harmonização entre homem e natureza deveriam ser considerados para o estabelecimento de diretrizes que visassem integrar o homem em áreas em que ele não havia conseguido estabelecer equilíbrio biótico.

Como notamos então, Tocantins reitera em sua recepção, na década de 1960, o Euclides que fez uso do espaço geográfico como forma de determinar o tempo vivido por seu homem amazônico.

Para Tocantins, Euclides através da mobilização de sua “História Social” foi capaz de representar seu seringueiro como herdeiro da memória de outros seringueiros, que só poderiam ter suas vidas reconstruídas através da análise de suas experiências na própria contemporaneidade do mundo geográfico isolado dos seringais em que viveram no início do século XX, sobretudo na Amazônia acreana. Tal é a história deles marcada pela “falta de origem”, por não possuírem uma “pátria”, por estarem destituídos de descendência ou mesmo alguma tradição.

Ao contrário da imagem do Euclides-Herói, em *A vingança da Hiléia* presencia-se a tessitura de uma amadurecida crítica sobre a representação que o autor de *Os Sertões* realizou



da Amazônia. Foot Hardman, de acordo com Jaime Ginzburg (2010: 415), procurou analisar não só os aspectos internos da complexa e diversificada produção de Euclides, mas também perceber suas linhas de continuidade.

Para Hardman, o entendimento do significado da Amazônia a partir da reflexão que realizou sobre os recursos literários presentes na obra de Euclides, revelaria, em verdade, as imagens representativas de um estranhamento deste em relação à região:

Quando Hardman descreve o estranhamento que Euclides vivencia em sua experiência no espaço amazônico [...], sinaliza, em fragmento, um estranhamento que impregna a relação da Amazônia com o Brasil, a ambiguidade de sua inserção, sua enormidade impactante, suas precariedades, sua constituição com tensões. (GINZBURG, 2010: 415)

Foot Hardman retoma assim uma crítica sobre a obra de Euclides que procura libertá-la de classificações convencionais ao perseguir as relações do autor de *Os Sertões* com o contexto histórico, sobretudo amazônico. Isto se manifesta, sobretudo no que Ginzburg (2010: 416) se refere como sendo uma poética das ruínas, a representação que Hardman realizou principalmente em referência à obra euclidiana amazônica: [...] “Essa poética das ruínas se coloca contra a totalização estética. Nesse sentido, um problema fundamental enfrentado, para uma crítica estética e política de imagens do Brasil, é a análise de imagens unificadoras, mitos de unidade nacional.”

Dessa forma, semelhante a Canudos que se constituiria a partir de componentes aterradores, a Amazônia também se constituiria a partir dos excessos, daquilo que se manifestaria como desmedido, de forma que Foot Hardman, de acordo com Ginzburg (2010: 416), sustentaria essas imagens a partir da percepção de um Euclides aterrorizado ao se confrontar com a magnitude dos rios, da grande floresta e do regime de trabalho de exploração brutal do seringueiro. Um Euclides bem diferente daquele pintado por Tocantins.

Diante da grandiosidade apocalíptica da região em que a percepção do analista necessita de uma nova modulação frente à natureza hiperbólica e o massacre imposto por ela sobre os homens, a linguagem convencional não parece conseguir captar de forma justa, a manifestação de fenômenos ligados ao homem e à natureza que ali vivem.

Diante de tudo isso, a Amazônia não se constituiria mais do que um fantasma na memória de Euclides, assim como também não se constituiria mais que do um fantasma na história do Brasil que passou a civilizar-se, sobretudo a partir do final do século XIX.

Neste sentido e de acordo com Ginzburg: Creio haver em *A vingança da Hileia* um movimento similar ao que Hardman atribui a Rodrigues Ferreira, uma vez que categorias negativas - apocalipse, tragédia, violência, deslocamento, ruína - estabelecem fios condutores da reflexão (GINZBURG, 2010: 415).

Por tudo o que foi dito então, podemos perceber que se na obra de Leandro Tocantins, *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, Euclides é o Herói que foi capaz de revelar um novo Brasil amazônico dentro de uma narrativa épica, por outro lado, o Euclides de Foot Hardman, em *A Vingança de Hiléia*, constituir-se-ia enquanto um personagem tocado por estranhamento e assombro diante da tarefa de ter de descortinar tamanha região representada pela Amazônia. Região que teria na incompletude de sua natureza e da própria relação do elemento humano com esta, a sua característica histórica fundamental.

Ao terminar nossa análise sobre as representações literárias e historiográficas que foram tecidas sobre o sertão e a Amazônia, vimos como a produção intelectual baseada nestas duas regiões foi decisiva não só para engendrar em menor ou maior grau modificações nos seus respectivos territórios - com a ajuda do avanço técnico e científico do mundo ocidental -, mas também influenciar e moldar o sentido da construção cultural tanto da natureza como do elemento humano presente nestes dois espaços.

### Referências Bibliográficas

CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1974.

GINZBURG, Jaime. Euclides da Cunha, a Amazônia e a barbárie. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n.69, 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

---

## A POLÊMICA REVISITADA: A REVISTA DE HISTÓRIA E ARTES E A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

Camila Kézia Ribeiro Ferreira\*

“porquanto, só há uma noite eterna que é a da morte, o Brasil é imortal.”

(REVISTA, n. Prospecto, 1963, p. 4)

A interpretação do passado brasileiro como patrimônio delineou polêmicas sobre as políticas de preservação das obras arquitetônicas e artísticas do país. A posição do SPHAN como órgão estatal foi diversas vezes posta em xeque por intelectuais inseridos nessa seara. Este trabalho tem por objetivo discutir as proposta da *Revista de História e Arte*, periódico publicado em Belo Horizonte entre os anos de 1963 e 1966, que critica e propõe diretrizes para o patrimônio nacional.

A discussão sobre a preservação do passado nacional em meados da década de 1930 nos remete a uma série de medidas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas. Entre as ações mais importantes realça-se a fundação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) (1930), como também a criação da Inspetoria Nacional dos Monumentos em 1930, a qual acabou sendo substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>1</sup> em 1937, no início do Estado Novo. (OLIVEIRA, 1982)

A história do SPHAN começa em 1936 quando Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, pede a Mário de Andrade que elabore um projeto para criação de um serviço que teria como principal objetivo proteger o patrimônio histórico e artístico do país. Ainda nesse ano o Serviço começa a funcionar de maneira experimental sob a direção do jornalista e escritor Rodrigo de Melo Franco de Andrade, convidado por Gustavo Capanema.

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista do programa REUNI/UFOP 2012.

<sup>1</sup> Entre 1937 e 1946 chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; em 1946, passou a denominar-se Diretoria (DPHAN); em 1970, transforma-se em Instituto (IPHAN); em 1979, foi criada a Fundação Pró-Memória, para executar a política do IPHAN; ao longo de década de 1980, muda várias vezes de nome, e hoje é Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em razão das sucessivas mudanças de denominações optou-se por usar em todo o texto a sigla PHAN – matriz de todas as demais. Ver em (JULIANO, 2008).

Desse modo, pode-se notar um investimento maciço na formação de um universo simbólico rico em mitos, heróis e ícones que formassem um sentimento de nação.<sup>2</sup>

A *política de memória*<sup>3</sup> consolidada pelo SPHAN durante o Estado Novo procurou realçar os fios da nacionalidade através da investigação dos rastros no passado, divulgando uma identidade norteada por valores como ordem, trabalho, pátria e cidadão. O grupo de intelectuais que trabalhou nesse Serviço, liderados por Rodrigo Melo e Franco de Andrade, discutiam sobre o desenvolvimento nacional e sobre as potencialidades e os problemas da cultura brasileira.

Vários estudos<sup>4</sup> debruçam-se na análise das atividades do SPHAN, procurando compreender como se deram essas novas ações estatais no âmbito de uma construção identitária balizada pela formação discursiva sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. As categorias de nação, identidade, memória, civilização e cultura foram pensadas, nessa conjuntura, pelo crivo da valorização do passado, implicando diretamente na trama discursiva sobre o presente e o futuro. Desse modo, podemos citar a pesquisa realizada por Mariza Veloso Motta Santos que deu título à sua tese de doutorado *O tecido do tempo: a constituição da ideia de patrimônio cultural no Brasil entre 1920 e 1970* (SANTOS, 1992). Nesse trabalho, Santos empenhou-se em compreender o funcionamento do SPHAN enquanto uma *academia*, ou seja, a institucionalização como um lugar de fala sobre o patrimônio nacional, permitindo a *emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização dos significados das categorias de histórico* (SANTOS, 1996: 77).

---

<sup>2</sup> Esses intelectuais ligados ao movimento modernista mineiro da década de 1920 se reuniram, a partir de 1934, em torno do Ministro Gustavo Capanema, formando o que Helena Bomeny chamou de a constelação Capanema. Seriam responsáveis por implantar e conduzir políticas pioneiras nas áreas de educação e cultura, como é o caso do SPHAN (BOMENY, 2001).

<sup>3</sup> As “políticas de memória” seriam as diligências para o resgate do passado. Tal aspecto é característico de culturas políticas que a marca do presente se faria evidente através da relação das sociedades com o tempo, bem como do horizonte de expectativas que caracteriza a esperança de um futuro. Segundo Dutra, “é na embocadura do tempo, no cruzamento do presente com o passado e o futuro que se constroem as políticas de memória. Estas, marcadas pela experiência e espera, podem nos falar da produção de traços como testemunhos do presente, como parte da experiência de memória viva e de uma história ainda quente, os quais podem sugerir que a memória pode se fazer também enquanto uma economia do presente em direção ao futuro” (DUTRA, 2008: 40).

<sup>4</sup> Outros trabalhos que se ocupam na pesquisa sobre este contexto histórico pode ser citado, como: MOTA (1987), RUBINO (1991), OLIVEIRA (2008), CHUVA (2009), GONÇALVES (1996), FONSECA (1999), SANTOS (1992), entre outros.

Destarte, os anos de 1930 no Brasil foi um período de redescoberta, cujo objetivo das políticas patrimoniais estariam fundamentados na busca pela nacionalidade através da pesquisa e preservação do passado que guiaria o país num caminho civilizacional.

A partir da década de 1950, o debate político brasileiro se apoiaria cada vez mais na polaridade entre desenvolvimento e estagnação econômica. Marcus da Silveira nos aponta que “o governo do presidente ‘bossa-nova’, Juscelino Kubitschek (1956-1961), disseminaria uma onda de otimismo sem precedentes na história republicana do país, acenando com a possibilidade de o Brasil entrar, finalmente no grupo dos países ‘industrializados’.” (SILVEIRA, 2011, 20). Nesse sentido, a discussão estaria ancorada nas interpretações sobre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e para que o Brasil saísse do ‘estado de alienação’ o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>5</sup> foi criado no ano de 1955 a fim de propor uma reflexão sobre o desenvolvimento nacional. Através de cursos, palestras, seminários os intelectuais envolvidos no Instituto, apesar de haver sérias divergências ideológicas entre eles, concordavam que a “passagem da nação de ‘objeto a sujeito’ da história exigiria primeiramente o término da alienação econômica – leia-se, dependência.” (SILVEIRA, 2011, 22).

Essa sumária reflexão das políticas de preservação e desenvolvimento nacional entre os anos 1930 a 1960 nos permite visualizar o panorama em que a Revista de História e Artes estava inserida.

### **Revista de História e Artes**

A Revista de História e Artes teve seu número prospecto publicado em janeiro de 1963 na capital mineira. Periódico que apresentava a bela gravura ‘A História’ de Bartolozzi como capa, reúne uma plêiade preocupada com a preservação patrimonial. Como diretor administrativo da Revista estava Victor Figueira de Freitas, que além desse cargo contribuiu com 26 artigos, dentre eles muitos criticando a posição do trabalho feito pelo DPHAN. No cargo de coordenação estava o polêmico Augusto de Lima Júnior, que também assina a autoria de 33 artigos. Nelson de Figueiredo ocupava o função de assistente, e para o cargo de

---

<sup>5</sup> Órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura.

revisor crítico foi convidado o já experiente historiador Salomão de Vasconcelos<sup>6</sup>, que também contribui com 8 artigos. Podemos visualizar, assim, a construção de um discurso que, através de uma rede de sociabilidade rica em nomes da elite intelectual mineira, se pretende homogêneo e legítimo. Segundo Angélica Madeira e Mariza Veloso, nos anos de 1950 e 1960 houve uma *busca de maior apuro formal* marcando a produção das políticas culturais da época (VELOSO, 1999:179). É essa concepção que notamos nessa revista: uma reunião de intelectuais visando retomar e rediscutir temas que perseguem a construção cultural e política do Brasil.

O editorial *Palavras preliminares*, que abre a revista, demonstra o intuito polêmico que o periódico assume ao lutar por uma “ressureição espiritual” que voltaria a “reedificar a estrutura moral e intelectual de nosso povo.” (REVISTA, n. Prospecto, 1963, p. 3). Era necessária essa ressurreição, pois segundo esse editorial “tudo foi tomado de assalto por uma mediocracia demolidora e velhaca, que procura desfrutar títulos por amor aos proventos deles, sem resultado e sim graves prejuízos para o bem coletivo.” (REVISTA, n. Prospecto, 1963, p. 3). Nesse sentido, o ideal da Revista era trabalhar “sem desfalecimento e sem desânimo”. Esse editorial é finalizado de maneira muito interessante para a discussão do desenvolvimento nacional:

“O progresso material nasce, necessariamente, do progresso moral e intelectual. Um e outro resultam de uma sólida consciência histórica. Formar essa consciência histórica, com probidade e desinteresse material, expungindo-a do lenocínio em que está vivendo, é a nossa tarefa. A Verdade! A Verdade sobre toda e qualquer conveniência.” (REVISTA, n. Prospecto, 1963, p. 4).

Esse posicionamento vai de encontro ao que o ISEB estava buscando disseminar nas reflexões sobre o desenvolvimento nacional, visto que ao propor a inversão da ordem de prioridades para o crescimento do país, a Revista busca em primeiro lugar a formação da “consciência histórica” para um “progresso moral e intelectual” que *a posteriori* resultaria em um “progresso material”. Tal discussão é interessante visto que a chave interpretativa para essas duas maneiras de conceber o desenvolvimento do país pode ser de forma simplória denominada de Modernismo.

---

<sup>6</sup> Salomão de Vasconcelos ocupou o cargo de revisor crítico, tendo uma secção especial no número prospecto intitulada *A Palavra do Mestre*.

A relação entre arquitetura modernista e projetos desenvolvimentistas, segundo Silveira, é uma maneira de interpretarmos a força de uma imaginária social, “qual seja, o desejo de controle das ações e seus efeitos, bem como da transformação da sociedade por meio da aplicação ‘racional’ da técnica.” (SILVEIRA, 2011, 23) Nesse sentido, cabe notarmos que a busca por países ditos subdesenvolvidos ou atrasados em investir altas cifras em arquitetura modernista demonstra a incompatibilidade fundamental com a sua configuração social. A procura por inovação nas formas dos prédios e monumentos estava em voga no panorama reflexivo da arquitetura nacional, principalmente quando o apelo modernizador ligou-se a fruição dos templos católicos. Tais inovações nos edifícios seriam como centros irradiadores de progresso, em que a proposta principal era promover a queima de etapas rumo ao desenvolvimento, principalmente aquelas consideradas indesejáveis nas experiências industrializadoras dos países considerados mais ‘adiantados’.

Contudo, essa nova arquitetura viria a causar grandes debates ao propor uma reformulação ou mesmo a demolição dos prédios históricos. Nesse sentido, a Revista de História e Artes apresenta diversos artigos polemizando a construção desses prédios e a destruição do patrimônio.

Uma das edificações mais discutida foi o conjunto arquitetônico da Pampulha, e com maior destaque a Igreja de São Francisco de Assis, idealizada por Oscar Niemeyer na primeira metade da década de 1940, a qual teve grande repercussão graças à ousadia da composição das suas formas. Nomes como Dom Antônio dos Santos Cabral criticaram ferozmente a construção, dizendo que a igreja não passava de um “edifício de tão aberrante concepção arquitetônica e decoração exótica” (CAPELA..., Rev. Arquitetura e Engenharia, jul./agos. 1946, p. 44). Posteriormente, em 1963, Augusto de Lima Júnior publica na Revista de número 1 e 2 o artigo *São Francisco da Pampulha*, criticando JK pela construção do conjunto:

“O Prefeito Kubitschek executou o plano de Otacílio e completou-o com alguns adendos. Às margens do belo lago que ficou se chamando ‘Pampulha’, fêz projetar três construções bizarras: um Cassino de Jôgo, uma Casa de Baile e... uma igreja de São Francisco.” (Revista de História e Artes, n. 1 e 2, 1963 p. 99)

Nota-se que ao escrever igreja o autor utiliza a inicial minúscula, visto que perante o escritor, mesmo depois da Igreja ser consagrada em 1959, ele não a vê como um templo

católico<sup>7</sup>. Na verdade ele a vê como um “cartuxo escancarado, colado em sua parte baixa numa caixa de sapatos. Não tem forma nem de igreja nem de coisa nenhuma.” Ao escrever esse polêmico texto, Lima Júnior critica Niemeyer alegando a impossibilidade de este construir alguma igreja, pois era, além de comunista, ateu. Dessa forma, segundo Lima Júnior “a deformidade [igreja da Pampulha] serviria para achincalhar a ideia religiosa e metê-la a ridículo.” Ele ainda acusa:

“ enquanto os comunistas desenvolviam uma entusiástica propaganda dessa bobagem arquitetônica, para atingirem seus fins de destruírem o sentimento cristão do povo humilde, os tolos, com medo de serem descobertos como bestas, fingem ainda, que entendem daquela moxifinada que não entendem.” (Revista de História e Artes, n. 1 e 2, 1963 p. 99)

Cabe notar aqui o motivo de pensarmos o modernismo como uma chave interpretativa das diferentes formas de desenvolvimento para o Brasil. Uma vez que através da construção de edifícios com o material mais recente e da busca pela inovação nas suas formas, o país assumiria uma postura vanguardista que o inseria nas discussões artísticas do mundo inteiro. Nessa perspectiva, a etapa da industrialização seria antecipada pela construção de novos espaços de sociabilidade que iriam de certa maneira alavancar o processo de desenvolvimento do país. Para isso a discussão sobre o que preservar ou o que demolir é o cerne das polêmicas que envolve a Revista de História e Artes. De acordo com o editorial da Revista e o artigo sobre a Igreja de São Francisco da Pampulha, podemos inferir a concepção do periódico sobre a preservação do patrimônio nacional. Segundo Lima Júnior nesse mesmo artigo, “a arte cristã não pode sofrer arbítrios nem distorções a bel-prazer dos grandes ou dos idiotas do dia. O Cristianismo é um fato histórico. Suas figuras são humanas, não são aleijadas nem monstruosas. Elas não são ficção.” (Revista de História e Artes, n. 1 e 2, 1963 p. 100)

A construção ou a demolição das igrejas católicas nesse período alcançaram incrível repercussão na Revista, nesse sentido vale ressaltar que a maioria dos escritores do periódico, senão todos, pertenciam a dita ala tradicional dos leigos da Igreja Católica em Minas Gerais. Contudo, o que nos chama atenção são as afirmações “O Cristianismo é um fato histórico” e “não é ficção”, as quais associam assim esse caráter histórico a uma concepção de verdade absoluta, verificada na ritualista, ou melhor na liturgia, legitimando, dessa forma, a

---

<sup>7</sup> “A terceira construção chama-se mas não é, ou não era e é agora, a ‘Igreja de São Francisco da Pampulha.’” p.99



preservação da tradição e com isso da memória. Nesse caso, não se pode, segundo Lima Júnior, construir um edifício sem a preocupação com a história dessa religião e, por conseguinte, não se pode conceber uma história do Brasil sem a história da Igreja.

Cabe agora retomarmos algumas palavras já proferidas na transcrição de parte do editorial da Revista. Como está explícito, o objetivo do periódico é contribuir para a construção de uma ‘consciência histórica’. Tal consciência não circunda apenas a preservação das igrejas, ou a restauração de fontes ou pontes do período colonial, mas propõe uma visão mais universalista e menos materialista da preservação e da pesquisa histórica no intuito de formar uma nação dentro de princípios morais que valorizam a tradição e a memória.

Interessante notar que esse artigo sobre a Pampulha, publicado em 1963, foi republicado como capítulo no livro *A Arte Religiosa*, em 1966, por Augusto de Lima Júnior. Essa obra tem como prefácio um trecho da obra de Dante Alighieri, *A divina comédia*, especificamente do capítulo dois do Inferno, que aqui o cito:

“Tu vais aprender em poucas palavras. Estes espíritos não tem a esperança da morte e seu destino obscuro é tão aviltado, que, eles são desejosos, mesmo, de uma sorte mais terrível. O mundo não guardou nenhuma lembrança de suas existências. A Misericórdia e a Justiça os desdenham. Não falemos mais deles, mas olha e passa...”  
(Lima Júnior, 1966, p.8)

Ao citar Dante, Lima Júnior nos dá margem para refletir a importância da memória e do esquecimento na constituição das identidades. Ao observar os sofrendores do lago, o autor italiano questiona as lamentações e os prantos desses, como resposta o mestre diz que a falta de memória sobre essas almas os faz perecer. Nesse sentido, o esquecimento se perfaz nos sofrimentos aviltantes das pessoas que não foram “nem fiéis nem rebeldes a Deus” (Lima Júnior, 1966, p.8), demonstrando uma equivalência entre a existência e a memória, e a morte e o esquecimento. Paralelamente a essa interpretação, podemos inferir que a busca pela “consciência histórica” seria uma forma terapêutica e diagnosticadora, na qual, ao conhecer o passado, a nação se percebe como corpo social ao passo em que se constituem de maneira a perpetuar sua existência, livrando assim os seus filhos dos sofrimentos do olvido. Dessa forma, a Revista de História e Artes busca se posicionar diferente das almas que negligenciaram a sua possibilidade de intervir no processo histórico afirmando:

“Sabemos bem, essa tarefa de reação, contra os destruidores da cultura em nossa pátria, será dura, mas a ela nos dedicaremos sem desfalecimentos, porque temos a certeza de que outros nos secundarão e nos sucederão nos trabalhos nobres pela cultura espiritual do Brasil.” (REVISTA, n. Prospecto, 1963, p. 4)

O trabalho empreendido pela Revista de História e Artes deve ser ainda pesquisado com mais afinco e maior rigor. Este texto de caráter meramente introdutório propôs de forma sumária apresentar uma possível interpretação sobre a concepção de patrimônio nacional que nortearia esse periódico. Dessa forma, infere-se que as diretrizes e posicionamentos da Revista buscam de forma universalista proteger o passado nacional “sem desfalecimento e sem desânimo”, pois, segundo Dante, o esquecimento é uma morte mais cruel que a própria morte, no entanto “só há uma noite eterna que é a da morte, e o Brasil é imortal” (REVISTA, n. Prospecto, 1963, p. 4).

### **Fonte**

Revista de História e Arte. Minas Gerais; Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1963, n.1-5.

Revista de História e Arte. Minas Gerais; Instituto História, Letras e Arte, 1964. N.6

Revista de História e Arte. Minas Gerais; Instituto História, Letras e Arte, 1966. N.7

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Arte Religiosa. Ed. Do Instituto de História, Letras e Artes. Belo Horizonte, 1966.

### **Referencia Bibliográfica**

BOMENY, Helena. Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

BRAGA, Vanuza Moreira. Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto. CPDOC, Rio de Janeiro, 2010. Dissertação.

CHUVA, Márcia (org.) A invenção do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. Os Arquitetos da Memória. A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – 1930-1940. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. "Inconfidência Mineira: memória e contra-memória".

In *Varia História*. Belo Horizonte: Departamento de História-FAFICH/UFMG, n.12, 1993;

GONÇALVES, José Reginaldo. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura - IPHAN, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. "Essa gente do Rio... Os Intelectuais cariocas e o modernismo". In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993, 62-77.

\_\_\_\_\_. *Historia e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 41

MOTTA, Lia. "O SPHAN em Ouro Preto: Uma história de Conceitos e Critérios". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN, n.22, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica, GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)*. São Paulo, Editora Ática, 6 edição, 1990.

SANTOS, Marisa Veloso. *O Tecido do Tempo: A ideia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 1992.

\_\_\_\_\_. *Nasce a academia SPHAN*. *Revista do Patrimônio*, n. 24, 1996

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da. *Templos Modernos, Templos ao chão. A trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil*. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2011.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

---

## **HOMMES DE LETTRES NA “CORTE DO SERTÃO”: JOÃO GUMES E A ESCRITA SOCIAL**

Maria de Fátima Novaes Pires\*

[...] No dizer de Musset, 'Para escrever a história da própria vida é preciso, em primeiro lugar, que se tenha vivido' e, segundo o pensamento do notável bellettrista francez, eu não vivi. A expansividade do espírito ultrapassa as possibilidades humanas e 'ter vivido' é ter realizado as aspirações, por mais modestas que sejam. (GUMES, 1923, p. 1 apud REIS, 2010, p. 67)

Este texto, escrito por João Gumes sete anos antes da sua morte, sinaliza o seu estado de espírito diante da não realização de uma de suas maiores aspirações: o alcance efetivo dos fins pragmáticos anunciados no seu jornal *A Penna*. Dentre as provas dessa constatação, estava a limitada aplicação na educação pública e a inexistência de estrada de ferro que ligasse o sertão a outras partes da Bahia, tema recorrente em suas matérias autógrafas: “A perspectiva do futuro, entre nós tem, como nota dominante [...] o facto da construção da estrada de ferro.”<sup>1</sup>

Essa decepção pessoal, tão intimamente ligada aos seus anseios políticos, foi registrada em passagem dessa natureza:

Quando fundamos A PENNA em 1897, dissemos que consideravamos a imprensa um dos mais importantes factores de progresso social [...] Avançamos afoitamente essa proposição [...] Mais tarde, porem, a rude experiência, o cansaço, o arrefecimento do primeiro entusiasmo, fizeram-nos compreender que a imprensa só poderá medrar e concorrer para o progresso, só poderá produzir fructo abundante, quando concorram com ella, quando collaborarem com a sua ação, outros elementos de uma ponderabilidade incontestável que a princípio não podíamos perceber. Cahimos na lucta que travou-se entre a nossa frágil vontade e os mil obstaculos que se oppuzeram à vida e desenvolvimento da A Penna [...].<sup>2</sup>

Início este texto com os momentos finais da vida de Gumes, coincidindo com uma famosa estratégia de escrita do “bruxo do Cosme velho”<sup>3</sup>... Aqui serve tão somente para evidenciar que a sua indissociável trajetória intelectual e política foi também marcada pelo desencanto.

---

\* Professora Adjunta II do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo-USP.

1 GUMES, João. A Ferrovia. **A Penna**, Caetité, Anno I, n. 11, p. 1, 24 mai. 1912. Cf. ortografia de época.

2 GUMES, João. Programa. **A Penna**, Caetité, Anno I, n. 1, p. 1, 19 dez. 1911.

3 Referência ao escritor oitocentista Machado de Assis, associada ao seu endereço na capital carioca. O destacado escritor tem sido sucessivamente objeto de estudo de grandes pesquisadores brasileiros, a exemplo do historiador S. Chalhoub (2003).

A diversificada trajetória intelectual de Gumes<sup>4</sup>, exercitada nos mais variados gêneros, tem motivado recentes e diversificados trabalhos acadêmicos.<sup>5</sup> Neste artigo, o objetivo é empreender uma leitura de dois aspectos articulados: um “escritor-cidadão”<sup>6</sup> e um apologista da modernidade<sup>7</sup>.

*Toilette, ménage, enfant gâté, malsain, chaussée...* são palavras que integram o rico vocabulário da obra de João Antônio dos Santos Gumes (1858-1930), ou simplesmente João Gumes, como rubricava o editor do primeiro jornal (periódico) dos sertões da Bahia, *A Penna* (1897-1942/com intervalos). Trazia consigo a herança intelectual de sua família paterna e materna, “uma instância formadora e socializadora relevante no processo de participação de Gumes na cultura escrita” (REIS, 2010, p.42). O seu pai, João Antônio dos Santos Gumes, foi professor e proprietário da “Escola Particular de Primeiras Letras”<sup>8</sup>, responsável pela alfabetização de jovens caetiteenses, durante a segunda metade do século dezenove. Essa Escola teve o mérito de encaminhar os primeiros passos de uma tradição continuada na antiga cidade de Caetité, situada no alto sertão baiano.

Uma “corte do sertão” com “boa e culta sociedade”, ostentando hábitos de “urbanidade e delicadeza”, é assim que se refere o engenheiro baiano, Teodoro Sampaio, quando de sua passagem pela cidade, no ano de 1879. “A fama de lugar onde sempre vigorou o culto à boa instrução e à cultura humanística faz parte da mitologia local de Caetité. Consta, por exemplo, que os naturalistas bávaros Spix e Martius já teriam registrado a existência de uma Aula Régia de Latim, na região, em 1810” (AMBROSINI, 2011, p. 17).

---

4 A maior parte das fontes desse artigo compõe o acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité, responsável pela digitalização do jornal *A Penna*. Lamentavelmente a obra de Gumes está comprometida devido às desigualdades de políticas de preservação documental no Brasil. Devo acrescentar que os trabalhos mencionados na nota 6 forneceram referências às quais não tive acesso direto, e foram indispensáveis às minhas interpretações. Um bom exame das condições físicas da obra de Gumes pode ser acompanhado em Reis (2004, p. 40-50).

5 Reis (2004), Reis (2010), Estrela (2003), Nogueira (2010), Aguiar (2011), Torres, (2012).

6 A maior inspiração para a escrita deste artigo vem do historiador N. Sevcenko, especialmente do seu livro, **Literatura como missão** (2003). É dele a expressão “escritor-cidadão”, que tão adequadamente serve à interpretação da trajetória de João Gumes.

7 Hans Gumbrecht afirma que aquele “[...] que se propõe a operar com problemas e conceitos como os de modernidade e modernização acaba se confrontando com uma sobreposição desordenada de uma série de conceitos diferentes” (apud, SOBRAL, 2012, p. 2). Em Stuart Hall (2006, p. 14-15) lê-se: “As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades 'tradicionais' e as 'modernas'.”

8 Acervo do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Livro de Matrícula da Escola Particular de Primeiras Letras (1853-1866).

Essa fama foi alentada por seu pioneirismo na educação regional. Por ali, construíram a primeira Escola Normal do interior baiano (1896); uma Escola Americana, vinculada à missão presbiteriana (Central Brazil Mission/organizada em Caetité pelo pastor presbiteriano e missionário inglês Henry John McCall, em 1910) e um Colégio Jesuíta São Luiz Gonzaga. Essas circunstâncias chamaram a atenção de viajantes nacionais e estrangeiros, pois não era comum, ao interior do Brasil oitocentista, uma aplicação mais dedicada à educação formal: “Era, sem dúvida, uma situação excepcional, em meio à rudeza de modos que em geral grassava no alto sertão do [Brasil]” (AMBROSINI, 2011, p. 18).<sup>9</sup>

Caetité pertencia à região de entroncamento do interior baiano, situação que a ligava internamente à província e à região Sul do Brasil, desde pelo menos o Setecentos. As tropas foram as grandes responsáveis por esses intercâmbios até inícios do século XX. A sua economia, essencialmente agro-pastoril, possibilitou acúmulo de grandes fortunas, sobretudo no século XIX quando figurava como “celeiro do sertão”, abastecendo regiões em seu entorno, a exemplo da Chapada Diamantina<sup>10</sup>. Essa riqueza, advinda de sua privilegiada situação, possibilitou-lhe uma precoce aparelhagem urbana: Correios (1832), Telégrafo (1896), Luz elétrica (1925), Typographia (1897) e água encanada. No ano de 1897, Gumes externou o seu contentamento com a abertura de um hotel, um luxo raro naqueles territórios, onde somente pousos ou casas de parentes serviam à hospedagem: “Felizmente já dispomos aqui de um estabelecimento d'esse gênero. Modesto como nosso meio, porem capaz de trazer-nos grandes vantagens”.<sup>11</sup>

Foi, portanto, naquela cidade do alto sertão, de singular aspecto, que Gumes inaugurou seu percurso intelectual e a sua militância progressista, liberal e modernista. Da sua Typographia<sup>12</sup> saíram testemunhos vivos dos impactos causados pela conjuntura abolicionista e emergência da República, assim como pelos sopros da modernidade. Tais contextos moldaram as suas diversas formas de expressão literária e artística, elaboradas em território distante dos principais centros urbanos do país e do exterior, porém, a eles sintonizados.

---

9 Deve-se considerar que na capital da província baiana o teatro nasceu também no Oitocentos: “Os documentos conservados no Arquivo Público do Estado, onde existe o maior número, referem-se, todos, somente ao Teatro São João, e, mesmo assim, nada se encontra anterior ao ano de 1837, havendo sido inaugurado, entretanto, esse teatro em 1812.” (BOCANNERA JUNIOR, 2008, p. 85).

10 Ver Pires (2003, 2009), Santos (2012).

11 A Penna, Anno I, n. 11, fl. 1, 05 ago. 1897 apud REIS, 2010, p. 164.

12 Ver, sobre a Typographia Gumes, Reis (2010, p. 60-62)

Sempre esteve muito próximo às bibliotecas, a começar por aquela que lhe era mais próxima, a do seu pai. A sua biblioteca e outras mais, de seus amigos letrados, possibilitaram-no o acesso a clássicos nacionais e estrangeiros, tais como Machado de Assis, José de Alencar, chegando a Camões, Victor Hugo, Émile Zola, Saint-Hilaire etc.

Consoante com intelectuais de sua época, apresentava uma formação privilegiada e rígida. Dedicou-se a estudos gerais da ciências e das línguas, como autodidata, em sua maior extensão. Os seus poucos recursos impediram-no de cursar as famosas Faculdades de Direito, do Recife, ou a Faculdade de Medicina, da Bahia, como aconteceu aos seus afortunados contemporâneos,<sup>13</sup> que mais tarde foram fundamentais à veiculação de sua obra. Para garantir o sustento familiar, assumiu cargos de escrivão da Coletoria Geral, tesoureiro e secretário da Intendência, mas refinara o seu talento literato noutras paragens. Numa época em que o exercício de certas especialidades não exigia uma formação mais protocolar, atuara como dramaturgo, tradutor, professor, músico, tipógrafo, advogado provisionado, jornalista e desenhista (REIS, 2004, p. 19). Em todas elas manteve uma característica muito própria da intelectualidade de sua época: crítica acirrada e polêmica.

Na passagem que se vê mais adiante, Gumes evidencia críticas à escravidão, instituição por ele considerada perversa e incivilizada. Sobre este tema dedicou alguns trabalhos. A comédia-drama intitulada “A Abolição”, escrita em 1889, objetivava denunciar a permanência de relações escravistas no alto sertão baiano<sup>14</sup>. Um outro manuscrito “Uma insurreição de negros: pequeno esboço da escravidão no Brazil”, de 1874, narra uma insurreição de escravos, segundo contam. Muitos desses escritos sobre a escravidão vinculam-se às suas observações sobre relações sociais entre senhores e escravos nas fazendas de ricos fazendeiros de Palmas de Monte Alto, região contígua à Caetité, onde atuou como mestre-escola (REIS, 2010, p. 67).

Desde os tempos coloniaes duas classes muito distinctas entre si educam-se pessimamente para legar-nos este actual estado de cousas. Uma – a do senhor – habituou-se a mandar e a colher resultados óptimos do trabalho da outra, - a do escravo, - a mais numerosa e que constituia a verdadeira força, o capital productor.<sup>15</sup>

---

13 Lembro aqui de João Antônio Gomes Neto (Barão de Caetité), formado em Direito(1846)/Faculdade de Direito do Recife, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, formado em medicina (1862-69)/Faculdade de Medicina da Bahia e primeiro governador da Bahia.

14 Ver Reis (2004, p. 56) e Reis (2010, p. 26).

15 GUMES, João. Programa. **A Penna**, Caetité, Anno II, n. 29, p. 1, 19 fev. 1913.

Apesar de expressiva produção no campo da literatura<sup>16</sup>, Gumes dizia não se considerar um literato. Afirmava que o seu trabalho servia como meio de propaganda da riqueza de sua terra para garantir-lhe melhor aproveitamento. Na passagem do século XIX para o XX, contraiu para si a tarefa de propagar e buscar progresso e civilidade para o sertão. Consciente dos limites da instrução pública regional, empenhou-se para atenuar essa situação. Escreveu romances, a exemplo de **Os Analphabetos** (1928), com a finalidade de propagar a alfabetização, convencido de ser esse um dos principais meios para promover a prosperidade de sua terra:

Não se pense que este livro tenha merito litterario e que possa figurar entre tantos que ilustram e enriquecem a litteratura brasileira, que põem em evidencia o crescente progresso das letras no nosso paiz, **quanto têm ellas se aprimorado e enriquecido n'estes ultimos tempos.** [...] Continuando o meu propósito de tornar conhecida esta região em tudo quanto concerne ao seu interesse e aproveitamento dos seus opulentos recursos, considereei que o melhor meio era escrever narrativas verossímeis acompanhadas das descrições do nosso território e costumes do povo sertanejo. É o que fiz na “Vida Campestre”, no “O Sampauleiro”, no “Pelo Sertão” e n'este livro [Os Analphabetos]. Convenço-me, e ninguém poderá contestar-se, que o romance, a novella, ou qualquer trabalho d'este gênero, é o que melhor propaganda faz (GUMES, 1928, p. 8 apud REIS, 2004, p. 21).

Tendo em vista o percurso intelectual de Lima Barreto e Euclides da Cunha, Sevcenko (2003, p. 283) nos diz que naquele momento as circunstâncias históricas se interseccionaram ao processo de criação artística, “de modo a vir a constituir um elemento fundamental da própria estrutura interna da obra do autor”. Observa sintonia entre os textos desses autores e os fenômenos sociais contemporâneos, cuja aproximação com as expectativas de Gumes é notória. O seu romance *Seraphina*, guardava pretensões filosóficas (REIS, 2004, p. 49). Considerava-se um idealista: “Há idealistas de todos os feitios e gradações, e eu sou considerado um delles [...]” (REIS, 2010, p. 67).

Certamente a passagem do século XIX para o XX assinalou “mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura” (SEVCENKO, 2003, p. 286). A escrita ganhou um aguçado sentido pragmático naquela conjuntura, tendo a obra de Gumes constituído um bom exemplar deste aspecto.

A sua escrita atendia aos sentidos pragmáticos da vida social, sobretudo da sua região,

---

16 Obras: *O Sampauleiro: Romance de Costumes Sertanejos* (I – 1917/1922 e II - 1929/1932); *Os Analphabetos* (1928), *Pelo Sertão* (1913-14) e *Vida Campestre: narrativas dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia* (1926). *Seraphina* (188?), *Abolição*, *Sorte Grande* e *Mourama* não foram localizadas as datas.



anunciando os seus potenciais desconhecidos e negligenciados. Para Gumes, a escrita extrapolava sentidos restritos aos de guardiã de uma memória de um tempo e de um lugar, mesmo que se preste a tais propósitos. A importância documental dos seus escritos está, sobretudo, no diálogo contínuo que manteve com os homens de seu tempo e com as urgências da vida social dos sertões baianos.

Um sertão não apartado do Brasil e/ou do mundo, mas a ele articulado. Não foi aleatória a sua esmerada tradução do livro *Le Brésil*, do viajante e escritor francês, “especialista em história do Brasil”, Jean-Ferdinand Denis (1798-1890):

A atividade de *tradutor* foi outra das instâncias profissionais que João Gumes desempenhou ainda no período em que trabalhou como mestre-escola, ao traduzir o livro de Ferdinand Denis, *Le Brésil*. O manuscrito é resultado de um trabalho manual bem acabado. No entanto, por conta do tempo e do manuseio, encontra-se em processo de desgaste. É um livro de capa dura com 544 páginas e numeração centralizada na parte superior da folha. No manuscrito, existem algumas ilustrações referentes ao tema abordado na página, num total de 72. São reproduções de pinturas famosas de Rugendas e Debret, retratando cenas cotidianas e lugares variados do Brasil.<sup>17</sup>

O esforço de Gumes em entrelaçar a história de sua região às novas redes de civilidade não se restringiram à sua obra escrita. Buscou cultivar o gosto por espaços públicos que ensejassem um convívio urbano, civilizado e culto. Uma das mostras desse seu interesse está, dentre outras expressões, no desenho arquitetônico do Mercado Público Municipal de Caetité (1897) e do Theatro Centenário (1922-1970). Um teatro bastante ativo, que promovia lazer noturno, mobilizava jovens para a encenação de peças teatrais, e atraía curiosos olhares para o momento mágico da exibição de filmes.<sup>18</sup> Confirmava enfaticamente: “o papel decisivo que cabem à imaginação artística e às energias intelectuais em momentos críticos de mudança histórica” (Sevcenko, 2003, p. 22).

O Theatro e o Mercado apresentam desenho arquitetônico de fisionomia e traços coloniais. Revelam, assim, o arcabouço em que o atuante e criativo intelectual dispunha, sendo essa uma aparente ambiguidade de sua obra: um *hommes de lettres*<sup>19</sup> de cor moderna.

---

17 Trata-se do escritor francês Jean-Ferdinand Denis (1798-1890). Passagem extraída dos estudos de Reis (2010, p. 51-52)

18 Antes da construção do Theatro Centenário, funcionava o Theatro Dois de Julho, e um outro mais antigo o Theatro União, denominado popularmente como Theatro São Caetano. Não se pode precisar a data de sua construção, mas, consta na produção memorialística referência de uma peça encenada no ano de 1870. Tratava-se de um drama de autoria de Marcelino Neves, tio de João Gumes, professor da Escola Normal e destacado intelectual dos sertões.

19 Sobre o conceito de *hommens de lettres* apresento passagem de artigo Taíse Silva (2006, p. 117): “*La*

Caem-lhe como uma luva as noções de Voltaire, ao cindir a noção de homens das letras à de homem das ciências: “Chega-se ao regime que defenderia [ao “homem das letras”] a prioridade da 'utilidade' para o desenvolvimento dos saberes. O literato, em seu comprometimento político, justificaria, por sua vez, a própria escrita, inserindo-se entre os novos sábios do Iluminismo” (SILVA, 2006, p. 117).

No elegante Theatro Centenário, foram encenadas suas peças, principalmente nas apresentações cívicas e festivas (REIS, 2004, p. 57). O próprio Theatro foi planejado para comemoração do centenário do 2 de Julho, data histórica da independência da Bahia, aproximando a cidade de Caeté a uma imagem heroica da história brasileira. A propagação de tal patriotismo deve ser “[...] concebido não apenas como referência a um lugar de nascimento, mas, sobretudo, como sentimento de pertencimento a uma comunidade, que se expressaria territorial, política e culturalmente” (GUIMARÃES, 2007, p. 105).

As cidades brasileiras, em franco processo de urbanização, causavam admiração aos moradores daquele sertão. Mesmo a sua elite, que parecia querer distar-se das representações caricatas de tabaréus, não escapava a essas ambivalências da modernidade emergente.<sup>20</sup> Aquela elite, proprietária de fazendas, gado e comércio, mantinha filhos estudando nas principais faculdades do Brasil, além de financiar-lhes viagens ao exterior, a exemplo de Oscar Teixeira, filho de Deocleciano Pires Teixeira, político liberal e um dos maiores parceiros de Gumes<sup>21</sup>. Ao enviar cartas para membros de sua família, Oscar legou impressões de sua viagem a New York na década de 1920. Daquele acervo colheu-se esse rico relato:

Aqui estão dias quasi um mez o Chico e Evangelina – q cheios de espanto começam a ser surprehendidos pela civilização material desta grande cidade [RJ/onde Oscar Teixeira cursava Engenharia]. A principio não gostaram, acharam tudo exterior ao seu modo de pensar e sentir – hoji porem elles ja sentem com o Rio e já o admiram. – O Chico ja fallou-me em vender tudo q possui e vir morar aqui. Bem sei q isto é

---

*définition de l'homme de lettres donné dans l'Encyclopédie est donc celle d'un encyclopédiste: il n'est pas un érudit qui a acquis un savoir approfondi dans matière particulière, mais un homme d'étude qui a des connaissances dans tous les champs du savoir'.[...] Para Voltaire a concepção de homens de letras estaria atrelada à de homem das ciências, sendo contemplada por sua definição, como no dicionário Furetière de 1690, uma concepção que se aliaría a literatura às chamadas ciências sólidas, filosofia, geometria. A cisão operada pelo artigo de Voltaire seria aquela em que se separariam as belas letras ou literatura das ciências propriamente ditas [...].”*

20 Essa elite, muito preocupada em preservar valores da tradição, mas buscando distinção social através dos consumos da modernidade, nos faz lembrar muito amplamente o romance **Os Maias**, do literato português Eça de Queiroz, que identificava na Portugal oitocentista uma sociedade “altiva, beata e conservadora”. Ver Oliveira (2010).

21 Sobre este aspecto, ver Aguiar (2011, p. 104-120).

fantasia, mas demonstra a vida de desconforto que si vive no Sertão – desconhecido do Brasil e desconhecendo o Brasil. (GUIMARÃES, 2011, p. 4).<sup>22</sup>

Gumes estava bem distante dos modos de vida boêmio ou socializado dos principais centros literatos do seu tempo. Recolhido naquela pequena cidade, longe das grandes “igrejinhas ou panelinhas literárias”, buscou ao seu modo “literalizar o trato cotidiano da existência”.

Gumes acreditava que o modo efetivo de ingresso no cenário republicano viria da educação e das estradas. Mantinha, no entanto, uma noção perspectiva sobre aquele século inaugurado aos seus olhos. Um sentido do impacto positivo dos novos tempos que lhe pareciam alvissareiros.

A *belle époque* não serviu unicamente aos discursos liberais, que tomaram feições próprias nos partidos da emergente república brasileira. Os seus modelos de civilidade inspiraram e protagonizaram modos de vida que se estenderam para além do eixo mais moderno e civilizado do Brasil. Consoante com os novos sentimentos de brasilidade, o jornal *A Penna* buscava servir como fator de progresso social. Essa noção de progresso social chegava a Caetité sobretudo através da grande imprensa. Além das gazetas da “cidade da Bahia”, *O Paiz* foi bastante lido pela elite caetiteense.

Entretanto, ainda que distante do efeito sinérgico provocado por renovação de hábitos e práticas sociais de lugares mais desenvolvidos do país, a sua obra oferece uma boa prova da pertinência das palavras de Octávio Paz (1990, p 50): “Há tantas modernidades quanto sociedades”. A lógica que orientava as ações de Gumes, entrevista nesses materiais, também permite notar a relação dialética entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006), sentido orientador da cultura ocidental moderna.

Gumes aderiu às bandeiras liberais usando a sua escrita para fins bastante determinados: “Poucas vezes a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história *tout court*. Era em grande parte uma literatura encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social” (SEVCENKO, 2003, p. 287). Metamorfoseando-se em “escritor-cidadão”, Gumes nos lembra repetidas vezes as passagens que o historiador Sevcenko dedica à tonalidade literária de Lima Barreto e Euclides da Cunha, para os quais os

---

22 Essa carta foi remetida por Oscar para o seu pai, Deocleciano Pires Teixeira, e trata da passagem de sua irmã e cunhado pelo Rio de Janeiro, onde cursava Engenharia, na década de 1920.

textos serviam ao “anseio de correção e condução das reformas necessárias”. Veja-se essa passagem:

Temos urgente necessidade de admittir aperfeiçoados methodos agricolas, de instruir o povo, de adoptar instrumentos agrarios modernos, de melhorar as nossas condições-ethnicas e fazer respeitar a lei. Tudo isso depende de faceis meios de transporte e locomoção e de serem conhecidas as nossas condições locais.<sup>23</sup>

Como para Gumes esses anseios não estavam circunscritos ao discurso, buscou aproximar-se da elite política liberal, que na sua cidade atendia pelos sobrenomes de Pires Teixeira e Rodrigues Lima. Esses vínculos políticos se estreitaram ao longo de sua vida. O primeiro jornal dos sertões baianos, publicado por Gumes intitulava-se *O Caetiteense*, cujo único número, lançado em 1896, destinou homenagem ao primeiro governador eleito da Bahia, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, após conclusão do seu mandato (1892-1896).

A trajetória de Gumes é indissociável à de Deocleciano Pires Teixeira (1844-1930), deputado da Assembleia Provincial (1888-1889), Intendente de Caetité (1892-1893) e Senador do Estado (1893-1903). Ao lado desses mandatos políticos, administrava suas fazendas e ativo comércio.

A amizade e parceria de Gumes com Teixeira, possibilitou-lhe arregimentar condições financeiras para a compra do seu primeiro prelo. Deveria partilhar o desejo de manter um jornal como meio de expressão de suas crônicas, romances e divulgação dos “interesse do sertão”. Noutra ponta, o Teixeira vira ali uma boa forma de propaganda política de si e de seus correligionários.

No ano seguinte à publicação de *O Caetiteense*, precisamente a cinco de março de 1897, Gumes publicou o primeiro número do seu jornal mais duradouro e importante o *A Penna* “Orgam dos interesses commerciaes, agrícolas e civilizadores do Alto Sertão”.

O seu jornal serviu em variados momentos como tribuna política. A Typografia Gumes fazia chegar a várias partes do Brasil<sup>24</sup> assuntos da política regional, estadual e nacional: “Os antigos partidos monarchicos não têm razão de ser actualmente. [...] Seja qual for o candidato à presidencia, - segundo as noticias que nos chegam, a victoria é do civilismo. A victoria é de

---

23 GUMES, João. As Estradas. *A Penna*, Caetité, Anno III, n. 63, p. 1, 25 de jun. 1914.

24 No “livro de Registros dos Assignates do A Penna” consta uma relação de 442 assinantes, entre 1924-1927, com identificação das cidades de residência. Ver (REIS, 2004, p. 54).

uma ideia, de um princípio, não de um indivíduo, de uma classe.”<sup>25</sup>

O *A Penna* estava vinculado a uma soma maior de interesses, mais amplos que o âmbito da política. Servia para veiculação de textos de outros intelectuais da região; aos anúncios públicos e particulares; às propagandas de casas comerciais, abastecendo de notícias pessoas da cidade e outras tantas que dali saíram naquele momento de intensa emigração.<sup>26</sup> Nessa medida, o texto jornalístico é visto “como produto [que] envolve a existência de grupos que o produzem, permeados de interesses pessoais e coletivos, movendo-se dentro de um conjunto de valores que vai além do próprio grupo, remetendo à sociedade que recebe o jornal” (TORRES, 2012, p. 3).

Gumes estava ciente da importância do seu jornal diante do emaranhado jogo político das elites locais e estaduais. Mas a sua militância por melhorias sociais e econômicas extrapolava o âmbito da arena meramente partidária. Parece ter notado, mais para frente, que “a crônica jornalística, aparentemente se trata de um gênero literário de menor importância, fadado a sucumbir, geralmente, após leituras matutinas despreziosas e cujo material de impressão – os jornais – acabava era servindo mesmo, no fim das contas, como papel de embrulho para mercadorias ordinárias.” (SOUSA, 2010, p. 12 apud AZEVEDO SOBRINHO NETO, 2010, p. 12).

Assim como outros intelectuais do seu tempo, Gumes articulou uma linguagem portadora de ideais de civilização, que no seu caso encontrou terreno nos sertões baianos e foram de muitos modos partilhadas por uma elite letrada e/ou “bem nascida”. A noção da linguagem como fenômeno social, político, cultural e econômico encontrou no devotado escritor-cidadão um porta-voz privilegiado.

A trajetória de Gumes foi aqui relacionada à noção de escritor-cidadão: um intelectual engajado, afinado com ideais liberais e modernizadores, para os quais dedicou toda a sua vida. As suas expressões literárias ressaltam, sobretudo, esse esforço em promover interações regionais às propaladas noções de civilidade e de progresso. Compete a estudo mais elaborado aprofundar as condições de sua produção, o cenário em que foi produzido e as suas intenções. Um impulso nessa direção poderia conduzir a possível recuperação de sua vasta obra, hoje dispersa e desgastada. Além disso, serviria para testemunhar, ainda mais gravemente, a nossa

---

25 GUMES, João. A victoria do civilismo. *A Penna*, Caetité, Anno II, n. 38, p. 1, 20 jun. 1913.

26 Ver Estrela (2003) e Pires (2009).

incapacidade de reverter atrasos endógenos relacionados ao descaso histórico da educação pública e das suas diferenças abismais neste imenso território.

## Referências

AGUIAR, Lielva Azevedo. “**Agora um pouco da política sertaneja**”: a trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité: 1885-1924). 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus-BA, 2011.

AZEVEDO SOBRINHO NETO, Joachin de Melo. **Uma outra face da Belle Époque Carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

AMBROSINI, Diego Rafael. **Contextos de Nestor Duarte: política, sociologia e direito**. 2011. 155 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOCANNERA JUNIOR, Sílio. **O Teatro na Bahia**. Da Colônia à República (1800-1923). Salvador: Eduneb/Edufba, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DENIS, Pierre. É acima de tudo uma grande cidade de negócio. In: BRUNO, Ernani Silva (Org.). **Depoimentos de Moradores e visitantes**. 1553-1958. São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Patrimônio Histórico, 1981.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros: cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP; Fapesp; Educ, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. Experiências sertanejas do tempo: notas sobre o interior da Bahia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156593\\_ARQUIVO\\_1.TextoAnpuh2011EudesGuimaraes.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156593_ARQUIVO_1.TextoAnpuh2011EudesGuimaraes.pdf)>. Acesso em; 22 jul. 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes** (Alto Sertão baiano – 1897 a 1930). 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Virgílio Coelho. Entre o nacionalismo e o pensamento e o pensamento ilustrado: cultura

política, história e ficção nas representações ambivalentes de Eça de Queiróz em Os Maias. In: Simpósio Nacional de História Cultural, 5, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2010. Disponível em: <[www.soac.bce.unb.br/index.php/SIHC/paper/view/396](http://www.soac.bce.unb.br/index.php/SIHC/paper/view/396)>. Acesso em: 22 jul. 2012.

PAZ, Octavio. **La Quête du Présent**. Paris: Gallimard, 1990.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida**: tráfico interprovincial e alforrias nos *Sertoins de Sima* – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

\_\_\_\_\_. **O crime na cor**: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia – 1830-1888. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

REIS, Joseni Pereira Meira. **Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito**: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928). 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

REIS, Maria da Conceição Souza. **O Sampauleiro**: romance de João Gumes. 2004. 513 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Léguas tiranas**: sociedade e economia no alto sertão baiano. Caetité, 1890-1920. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, em curso.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Taíse T. Q. da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas letras à história nacional. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. (Org.) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 114-137.

SOBRAL, Julieta. **O caldeirão moderno**. Disponível em <<http://www.users.rdc.pucrio.br/imagos/site/narrativa/ensaios/julieta.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

TORRES, Roney Robson Baliza. **A cidade de luz**: imprensa, civilidade, modernização. Caetité, 1897-1930. 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus-BA, em curso.

## A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE POTIGUAR A PARTIR DO RIO DE JANEIRO (1934 A 1952) <sup>1</sup>

Raimundo Nonato Araújo da Rocha\*

Este trabalho tem por objetivo analisar a construção histórica e o funcionamento do Centro Norte-Rio-Grandense, com sede no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1934 a 1952. Almejamos entender os elementos que possibilitaram que fosse criada e ampliada, nesse período, uma entidade, na Capital da República, dedicada a abrigar norte-riograndenses e a divulgar o Rio Grande do Norte para todo o Brasil.

Realizar a investigação de um objeto histórico ainda não consolidado na produção historiográfica, por vezes nos obriga a construir uma narrativa, um tanto quanto exaustiva, para que o leitor se situe na proposta que está sendo apresentada. No nosso caso estudaremos uma entidade ligada ao Rio Grande do Norte, sediada no Rio de Janeiro.

No dia 13 de outubro de 1900, os norte-riograndenses residentes no Rio de Janeiro fundaram um clube destinado a defender os interesses do Rio Grande do Norte e a propugnar os melhoramentos desse estado. Com essa informação o jornal *A República*<sup>2</sup> noticiou a criação do *Centro Norte Rio-Grandense*<sup>3</sup>, três dias após o acontecimento. O jornal ainda transmitia quatro importantes informações sobre esse ato: a primeira se referia ao fato de que o evento contou com a participação de toda a *colônia* (sic) riograndense, incluindo-se os representantes do estado na Câmara e no Senado Federal; a segunda se referia à diretoria provisória da entidade, composta pelo deputado Augusto Severo de Albuquerque Maranhão<sup>4</sup> (presidente) e pelos doutores Eloy de Souza e Alfredo Barbalho (secretários); a terceira dizia respeito à ausência de um caráter político na entidade; finalmente, a quarta informação

---

\*Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a construção da identidade norte-riograndense.

<sup>2</sup> O jornal *A República* foi criado pelo médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, em Natal, no dia 13 de julho de 1889, quatro meses antes da Proclamação. Pedro Velho foi o primeiro governador do Rio Grande do Norte, após a instalação da República.

<sup>3</sup> Em 1900, quando foi criada, a denominação da entidade era Centro Norte Rio-Grandense. Em razão das mudanças na língua portuguesa, posteriormente, passará a se chamar “Centro Norte-Rio-Grandense”. Optamos por conservar a grafia original de cada período.

<sup>4</sup> Irmão de Pedro Velho. Augusto Severo é exaltado no Rio Grande do Norte pelo seu pioneirismo na aviação. Nesse sentido, parte da historiografia local lamenta enfaticamente sua morte, em 1902, em Paris, num acidente com um balão – o “Pax” – por ele projetado.



indicava o dia 21 de outubro como a data da próxima reunião, quando seriam aprovados os estatutos da associação.

A segunda reunião da entidade contou com a presença de políticos, comerciantes, estudantes, artistas, militares e empregados públicos. Pedro Velho, então governador do Rio Grande do Norte, e outros políticos que não compareceram, mandaram pedidos de desculpas, mas enfatizaram total apoio à entidade. Na reunião, o deputado Augusto Severo, na condição de presidente da entidade, expressou os fins patrióticos do Centro, a preocupação com o futuro do Rio Grande do Norte e o desinteresse da entidade pelas questões partidárias. Além disso, ele apresentou os temas que deveriam ser centrais no seio da entidade: a seca; a necessidade de divulgar entre os sertanejos os estudos recentes sobre a cultura e conservação dos cereais; e, finalmente, as formas de extração de água do subsolo do sertão. Ao encerrar a reunião ficou decidido que toda a imprensa do Rio Grande do Norte, sem distinção partidária, seria comunicada das decisões ali tomadas.

Muitas das notícias sobre o Centro foram divulgadas no jornal *A República* do ano de 1900, algumas matérias transcritas do jornal carioca *Gazeta de Notícias* e outras oriundas de telegramas dirigidos à redação de *A República*. As notícias, em geral, faziam referências a reivindicações feitas, pela entidade, junto ao Governo Federal para minimizar os problemas das secas e das lavouras.

Todavia, parte da imprensa natalense não acreditava na imparcialidade das notícias divulgadas sobre o Centro. O jornal *Diário de Natal*<sup>5</sup>, por exemplo, denunciava as interferências de Pedro Velho na organização da entidade, contrapondo-se a versão, apresentada pelo jornal *A República*, de que o Centro era uma entidade sem partidatismo e que tinha como eixo maior os interesses do Rio Grande do Norte.

Com a morte de Augusto Severo em 1902, as atividades do Centro foram minimizadas e ao longo da Primeira República poucas notícias sobre ele aparecem nos jornais. Ao que tudo indica, a falta de uma liderança que conduzisse os rumos da entidade favoreceu para que ela ficasse esquecida.

---

<sup>5</sup> O Diário de Natal era uma folha diária, que tinha como diretor Elias Antônio Ferreira Souto, adversário político de Pedro Velho. Elias Souto durante a Monarquia pertencia ao Partido Conservador, embora fosse abolicionista. Foi bastante perseguido por Pedro Velho após a implantação da República. A referência ao Diário de Natal tem como meta mostrar vozes discordantes sobre o projeto unificador do Centro.

Em 22 de abril de 1934, também no Rio de Janeiro, surgiu uma nova entidade de norte-rio-grandenses: a *Associação da Mocidade Potiguar* (AMP). A primeira reunião dessa Associação reuniu apenas doze norte-rio-grandenses, que se reuniram na sala de uma pensão onde residia um dos participantes<sup>6</sup>. O grupo era composto por jovens estudantes. Edilson Cid Varela<sup>7</sup>, por exemplo, estudante de Direito no Rio de Janeiro, escolhido nessa reunião como presidente da entidade, na época tinha apenas 21 anos.

As palavras do presidente, durante a primeira Assembleia, mostram bem o espírito da entidade. Naquela ocasião, segundo consta na Ata, “o presidente solicitou dos presentes para com a Associação apenas o apoio moral, a boa vontade e a sinceridade, que bem traduz as características e o espírito nortista”. Ainda nessa Assembleia foi explicitada a necessidade da criação de um “Fundo de Reserva” que atendesse as primeiras necessidades de manutenção da entidade, ficando estabelecida uma mensalidade de cinco mil contos de Réis para cada sócio.

Além dessas medidas foram instituídas três comissões: a de elaboração dos estatutos da Associação; a de divulgação da fundação da instituição nos jornais de Natal e do Rio de Janeiro; e, finalmente, a *Comissão Mensal* com o objetivo de facilitar o ingresso, como sócio, de qualquer conterrâneo que se mostrasse desejoso em ser admitido em uma instituição de ensino superior e de fazer a propaganda da Associação nessas instituições. O objetivo da *Comissão Mensal* seria “receber a bordo norte-rio-grandenses, especialmente moços que façam parte da Associação Potiguar de Estudantes (APE)” e trazê-los, qualquer dia, a AMP, onde será o recém-chegado atendido no que for preciso.

Entre 1934 e o início de 1936, a AMP mudou de sede diversas vezes e realizou poucas atividades. Uma das razões apontadas pelos sócios para a escassez dessas atividades era a fragilidade financeira da entidade, que não recebia nenhuma subvenção oficial. Segundo os sócios, esse tratamento era diferenciado, por exemplo, para o Centro Norte-Rio-Grandense de Recife, que recebia regularmente verbas do Governo do Rio Grande do Norte.

---

<sup>6</sup> Memórias sobre origens da Associação da Mocidade Potiguar podem ser encontradas na *Revista Potyguar*, de junho de 1936. Nessa revista há um depoimento de Edilson Cid Varela – primeiro presidente da entidade. É o próprio Cid Varela quem afirma que as reuniões aconteciam inicialmente num primeiro andar da Rua Hadock Lobo.

<sup>7</sup> Edilson Cid varela trilhou forte carreira no jornalismo. Tendo se destacado, entre outras funções, por ter sido vice-presidente dos *Diários Associados*.

Em 11 de março de 1936 foram alterados os estatutos no que se referia ao nome da entidade: deixaria de se chamar *Associação da Mocidade Potiguar*, passando a denominar-se *Associação Potiguar* (AP). Segundo os sócios que discursaram naquela Assembleia, o nome *mocidade* descaracterizaria a grandeza que a Associação poderia ter no futuro. Alguns acharam que o nome da entidade deveria ser “Casa do Rio Grande do Norte”, mas na votação terminou prevalecendo o nome *Associação Potiguar*.

Em 6 maio de 1936, Hemetério Fernandes de Queiroz assumiu a Presidência da AP. Nessa gestão a AP teve um ritmo completamente novo, no que concerne a sua atuação, criando, entre maio e junho de 1936, 7 (sete) departamentos – social; esportivo; cultural; feminino; propaganda e informação; artístico e musical – e editada a *Revista Potyguar*. A partir daí passaram a ser comuns as promoções da entidade: grandes bailes em clubes luxuosos do Rio de Janeiro, piqueniques, competições esportivas, concursos, conferências, lançamentos de livros, atividades cívicas, homenagens a autoridades do estado, além de outras atividades.

Embora a entidade tenha realizado esse conjunto de atividades, a *Revista Potyguar*, lançada em junho de 1936, foi a obra de maior impacto intelectual da instituição. A *Revista*, dirigida pelo próprio presidente da AP, o norte-rio-grandense Hemetério Fernandes Queiroz, em seu número inaugural, apresentou um editorial que descortinava uma apreciação sobre a situação vivida pelo Brasil, como um todo, e pelos estados, em particular. Nesse sentido, o editorial explicitava que a maioria dos brasileiros – mesmo os pertencentes à elite – ignorava as condições de vida existentes no Brasil e os principais problemas vivenciados pela população. Tal ignorância, segundo o editorial, por um lado, tinha origem nas dificuldades oriundas da vastidão do território brasileiro, no alto índice de analfabetismo existente e na instalação do regime federativo, adotado logo após a Proclamação da República e, por outro, inviabilizava a formulação de um pensamento crítico sobre a solução para os problemas nacionais e estaduais.

A partir desse diagnóstico o editorial apontava a necessidade de organizar na Capital da República, centro natural de unificação e irradiação, as chamadas “colônias” de cada estado da federação. Segundo os editores da *Revista*, essas “colônias” teriam a missão precípua de ser um ponto de encontro para os conterrâneos que moravam na Capital e de divulgar dados dos estados para todo o Brasil. Nesse sentido, o editorial informava que um

grupo de moços norte-rio-grandenses, residentes no Rio de Janeiro, tomou para si a missão de entender a gleba em que nasceram. Assim, foi explicada que a Associação Potiguar surgiu para mostrar ao país as peculiaridades do Rio Grande do Norte. Finalmente o editorial concluiu que a *Revista Potyguar* deveria ser o coroamento da obra da AP e se auto-incumbia de ser voz dos norte-rio-grandenses na Capital da República.

A *Revista* publicou vários exemplares durante quatro anos consecutivos, de 1936 a 1939, mas a partir de 1940 ela não foi mais editada. Em 1936 foram publicados três números; em 1937 foram oito números; em 1938 foram cinco<sup>8</sup>; em 1939 foram dois números. O periódico era composto de artigos, notícias sobre o Rio Grande do Norte ou sobre pessoas do estado que moravam na Capital Federal ou sobre eventos promovidos pela AP<sup>9</sup>, notícias sobre a AP<sup>10</sup>, propagandas de patrocinadores que financiavam a publicação, notícias de colação de grau de norte-rio-grandenses. Os artigos que compunham a edição eram sempre destinados a discutir temas ligados aos “grandes homens” do Rio Grande do Norte ou a “lugares importantes” do estado. Os autores desses artigos eram todos nascidos no Rio Grande do Norte e moravam no Rio de Janeiro ou em Natal.

Ao que tudo indica, a *Revista* foi um importante instrumento de intervenção intelectual escrita e teve um papel precípua na irradiação de mensagens voltadas a garantir uma unidade federativa, considerando as particularidades estaduais. Parece que este era o papel “estadual” da associação. Todavia, podemos indagar: se a função da AP e, conseqüentemente da *Revista*, era defender os interesses dos estados, o que faziam os partidos? Eles não eram um canal eficiente? Os partidos não tinham força? Havia uma divisão, uma dissidência, dentro do estado, que levava alguns a buscarem outra voz? Essas são questões que, certamente, iremos refletir com propriedade no decorrer da pesquisa.

A análise do conteúdo e da forma da *Revista Potyguar* se constitui uma etapa importante deste trabalho, pois ela pode desvendar muitas relações entre as publicações do CNR e o poder estabelecido. Os estudos de Tânia de Luca já trilharam esse caminho. Nessa

---

<sup>8</sup> Até o número catorze a *Revista* expressava sua numeração em algarismos romanos. Do número quinze ao número vinte a numeração foi feita em algarismo arábico.

<sup>9</sup> A *Revista Potyguar* anunciava, por exemplo, casamento dos filhos dos sócios, as festas ocorridas, as solenidades cívicas.

<sup>10</sup> As subvenções recebidas, os balanços financeiros e as doações de livros para a biblioteca, por exemplo, eram anunciadas na *Revista*.

perspectiva as investigações dessa autora sobre a *Revista do Brasil* mostrou como uma revista pode ser um instrumento de barganha para promover políticos.

A riqueza das informações contidas na *Revista Potyguar* chegou ao fim, em 1940, quando cessaram as suas publicações. Esse fato, ao que tudo indica, possibilitou uma nova fase na vida da entidade, marcada, por um lado, pelas conferências e palestras, notadamente históricas, e, por outro, pelas ações de ajuda aos necessitados. Nesse período, praticamente desapareceram as festas, possivelmente em razão dos constantes problemas com a seca no Nordeste e da entrada do Brasil na Segunda Guerra, em agosto de 1942.

Em linhas gerais é possível estabelecer até agora quatro recortes temporais na história da AP. O primeiro recorte está limitado ao período compreendido entre 1934 e 1936, quando a associação tinha um pequeno corpo de sócios, composto apenas por jovens estudantes. Nesse período as atividades se resumiam basicamente às assembleias. O segundo recorte se refere ao período, entre 1936 e 1938, em que a AP se caracterizou por agregar ao seu quadro de sócios norte-rio-grandenses (políticos, comerciantes, militares) consolidados profissionalmente. Nessa época, assumiu a entidade outra geração, que tinha outras metas, que atuava com mais objetividade e mais pragmatismo. É o período do apogeu da entidade, pois nele aconteceram: a promoção das grandes festas dançantes, das grandes atividades esportivas e dos piqueniques, bem como a publicação da *Revista Potyguar*. O terceiro recorte compreende os anos de 1939 a 1940. Nesse período, a Revista foi diminuindo suas atividades até chegar ao seu desaparecimento; as atividades sociais, recreativas e esportivas foram praticamente abandonadas. Alguns sócios passaram a defender que a entidade se voltasse para auxiliar as vítimas da seca no Rio Grande do Norte. Finalmente, o quarto período diz respeito aos anos de 1941 a 1944, quando as atividades se resumiam praticamente a conferências e palestras.

A evolução do número de sócios na entidade evidencia o seu crescimento. Para concretizar melhor o nosso argumento, podemos mostrar que a AP no final de 1934 tinha apenas 28 (vinte e oito) sócios, passando esse número para 226 (duzentos e vinte e seis) no final de 1936, atingindo 407 (quatrocentos e sete) sócios em 1940.

O crescimento da entidade, ao que tudo indica, esteve relacionado aos vínculos estabelecidos com o governador/interventor do Rio Grande do Norte Rafael Fernandes

Gurjão<sup>11</sup> (29 de outubro de 1935 a 3 de julho de 1943) e posteriormente com o interventor/general Antônio Fernandes Dantas (3 julho de 1943 a 15 de agosto de 1945), nomeado por Vargas para substituir Rafael Fernandes na interventoria do Rio Grande do Norte. As ajudas financeiras à entidade começaram em 1936, mas a partir de 1938 até 1945 o governo do estado subvencionou a AP com um valor anual de Cinco Mil Cruzeiros.

Em 1944 a AP lançou o Boletim Comemorativo do Décimo Aniversário da Associação Potiguar. Esse boletim apresentava uma retrospectiva dos 10 anos da entidade; uma matéria elogiando a ação do interventor/general Antônio Fernandes Dantas à frente do Governo do Rio Grande do Norte, sobretudo no trabalho realizado com as finanças públicas, a educação e a saúde; um artigo de Tavares de Lyra criticando a imprensa da época, considerada por ele venal, e elogiando a ética da imprensa na transição do Império para a República; reportagens sobre o crescimento urbano de Natal.

Após esse Boletim, as fontes silenciam sobre o período entre 1945 e 1948. Aparentemente as atividades da AP ficaram praticamente paralisadas, ainda que a sede da Avenida Rio Branco continuasse existindo e alguns sócios garantissem a sua manutenção, pois os recursos públicos deixaram de chegar à entidade.

O reaparecimento das atividades só acontece em 1948. Nesse ano a primeira referência encontrada é uma Assembleia Geral, realizada em 24 de agosto, para aprovação dos novos Estatutos do Centro Norte-Rio-Grandense (CNR), que reafirma os mesmos princípios que haviam norteado a instituição desde sua origem.

Nesse mesmo período, a entidade passou a ser reconhecida como de utilidade pública para o Governo do Rio Grande do Norte – por meio da Lei Estadual Nº 258, de 14/12/49 – e para o Governo Federal, por meio da Lei 1355/51 de 13 de abril de 1951. O projeto que deu o status de utilidade pública na esfera Federal foi proposto pelo deputado federal Gil Soares, do PSD do Rio Grande do Norte.

Após o Ato de reconhecimento de *Utilidade Pública*, mais uma vez as atividades da entidade ficam restritas a alguns sócios que a mantêm. As fontes só indicam o renascimento de uma atuação pública da associação com a publicação do *Boletim do Centro*

---

<sup>11</sup> Rafael Fernandes Gurjão havia sido eleito em 1934, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, com o apoio de José Augusto Bezerra de Medeiros, contra Mário Câmara, o candidato de Vargas. Com o advento do Estado Novo foi mantido no cargo na condição de interventor nomeado pelo próprio Vargas.

*Norte-Riograndense*, Nº 1, de dezembro de 1966. Nessa publicação, há mensagem e foto, na primeira página, do Governador Walfredo Gurgel. Na mensagem ele exalta a entidade e diz ser obrigação de todos os norte-rio-grandenses apoiarem a diretoria para que ela possa continuar a promover o Rio Grande do Norte e levar aos conterrâneos desse estado uma mensagem de esperança sobre os destinos da terra.

Em março de 1967 foi publicado o Boletim Nº 2 do *Centro Norte-Riograndense*. Esse Boletim trouxe, na capa, três destaques: o primeiro destaque é uma homenagem a José Augusto Bezerra de Medeiros, deputado estadual e federal, ex-governador do estado (1924-1927) e senador. No texto é exaltado o republicanismo e a tradição democrática de José Augusto. O segundo destaque são algumas informações sobre a festa natalina, que contou com a presença do então governador Walfredo Gurgel, ocorrida em dezembro de 1966, que era a primeira depois de 20 anos. Finalmente, o terceiro destaque, se referia ao ingresso do professor Raimundo Nonato da Silva na Associação Brasileira de Educação (ABE). Nas reportagens permanece o tom ufanista sobre as notícias do Rio Grande do Norte, como é o caso da reportagem sobre o Hotel Internacional dos Reis Magos, apresentado como o melhor hotel do Norte-Nordeste do Brasil e o maior parque aquático da América Latina. Em junho de 1967 foi lançado o Boletim Nº 3, com características muito semelhantes aos dois anteriores.

Após 1967, o Centro não publicou mais revistas ou boletins. Nesse período, tem desenvolvido apenas atividades esporádicas. Todavia, ele permanece até hoje na região central do Rio de Janeiro, nas salas 810 e 811, do número 257 da Avenida Rio Branco. São salas amplas e possui uma grande mesa, um arquivo de madeira, um púlpito, 40 poltronas almofadadas e arrumadas em formato de auditório. No fundo de uma das salas há um espaço cercado com paredes de vidro, que abriga uma biblioteca com mais de 7.000 (sete mil) livros. Apesar de não ter funcionários, vez por outra algum sócio está no prédio.

#### **REFERÊNCIAS:**

*A República*. Natal/RN.

*Diário de Natal*. Natal/RN.

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

*Revista Potyguar*. Rio de Janeiro.



---

## CEARÁ COLONIAL, MEMÓRIA E O INSTITUTO HISTÓRICO

Marilda Santana da Silva\*

### **O Instituto Histórico e a Escrita Pioneira sobre o Ceará Colonial**

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, criado em 1887, teve como sócio fundador e presidente o doutor em medicina Guilherme Chambly Studart. Nascido em Fortaleza no ano de 1856, filho primogênito do primeiro 1º Vice-Cônsul Britânico do Ceará, John William Studart e de uma cearense Leonísia de Castro Studart, Guilherme Studart estudou os primeiros anos, em Fortaleza, sua terra natal e formou-se em medicina, na Bahia, aos 21 anos. Guilherme Studart foi um arquivista laborioso e sistemático, adotando um método histórico muito peculiar, desenvolvido numa época em que a pesquisa histórica era realizada por médicos, profissionais liberais e autodidatas. Guilherme Studart redigiu incansavelmente cerca de 150 trabalhos sobre História e Geografia voltados para o Ceará. “Em 1890, o Papa Leão XIII deu-lhe o título de barão. (Cf. ALCÂNTARA, 2004: 11-14).

Influenciado pelo pensamento e idéias francesas e alemãs fundamentadas em Comte, Taine, Buckle e Agassiz, e pelo pensamento social particulares de entidades que congregavam a elite intelectual do país, como por exemplo, o IHGB, criado em 1838, a pesquisa histórica empreendida no Ceará por Guilherme Studart primou-se pela busca incansável do método positivista da verificação documental. Um certo “fetiche” pela fonte e/ou documento e a “prova documental” o levou a ser um ávido colecionador de documentos políticos, administrativos, cartográficos, fotográficos e geográficos do Ceará colonial. (ALCÂNTARA, 2004: 12)

O veio de investigador e o hábito de colecionar levaram Studart a procurar documentos sobre o Ceará colonial em arquivos públicos e particulares, em cartórios e bibliotecas, no Brasil e no exterior. A historiadora Valdelice Girão, sócia efetiva do Instituto Histórico do Ceará declarou que Guilherme Studart, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, “foi um pesquisador incansável e coletou numerosa documentação do Brasil colônia na Torre do Tombo em Lisboa, remexeu arquivos na Espanha, e na Biblioteca de Santa Genoveva em Paris”. (Cf. GIRÃO, 2010: 29).

---

\* Universidade Federal do Ceará. Profa. Dra/Departamento de História da UFC.

---

Sabe-se que a “operação histórica”, isto é, as escolhas metodológicas e as influências teóricas, por vezes, são realizadas a partir do lugar social, político e cultural que o autor está circunscrito. Nesta perspectiva, o barão de Studart conseguiu fazer do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará um exemplo relevante do trabalho pioneiro de pesquisa sobre o Ceará colonial. Com o seu exemplo e dedicação conseguiu, por quase 40 anos, reunir vastíssimos documentos, fontes e mapas do Ceará colonial, e congregou ao seu redor, inúmeros pesquisadores e estudiosos ansiosos pela “reconstrução” do passado histórico cearense e a valorização da memória.

Vários documentos transcritos e adquiridos pelo Barão, ao longo de sua vida adulta, perfazem um dos mais valiosos arquivos particulares do Ceará. Muitos documentos foram publicados integralmente em algumas das suas obras escritas, outros na revistas do Instituto Histórico do Ceará e na Academia Cearense de Letras. Após a sua morte, em 25 de setembro de 1938, seu arquivo particular e sua biblioteca foram doados, por familiares, para o Instituto do Ceará<sup>1</sup>. (Cf. BEZERRA, 2010: 7).

Guilherme Studart manteve durante a vida adulta uma interrupta troca de correspondências com reconhecidos intelectuais contemporâneos a ele como, por exemplo, Capistrano de Abreu, Affonso de Taunay, Carlos Teschauer, Rocha Pombo, Alfredo de Carvalho, Tristão de Alencar Araripe, Orville Derby e John Casper Branner (geólogos americanos), dentre vários outros renomados historiadores, cartógrafos, geógrafos e engenheiros. (Cf. COSTA, 2010: 75).

É vasto o legado arquivístico, geográfico, geológico, antropológico e histórico deixado por Stuart. Autor de *Notas Para a História do Ceará*, publicada em 1892, com cópia de mais de 2000 documentos sobre o Ceará colonial, especialmente da segunda metade do século XVIII, *Datas e Fatos para a História do Ceará*, publicado em 1896, *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*, publicado em três volumes, 1910, 1913 e 1915, *Climatologia, Epidemias e Endemias no Ceará*, publicado em 1909, *Geografia do Ceará*, publicado em 1924, entre várias outras obras.

---

<sup>1</sup>Recentemente, mais precisamente no ano de 2010, o acervo documental e a correspondência do Barão de Studart, que compreende mais de 12.000 mil documentos foram digitalizados e estão disponibilizados no formato de CD para ser adquirido no Instituto Histórico do Ceará. Este trabalho de grande vulto foi realizado pelo Instituto Histórico do Ceará com o patrocínio do Ministério da Cultura e do Grupo M. Dias Branco, que patrocinou a criação do Museu Barão de Studart e o resgate do Acervo Histórico de Studart. Cf. José Augusto de Bezerra. Coordenador Geral da obra *Arquivos do Barão de Studart*. Instituto do Ceará. Fortaleza, 2010, p.7.

Foi assíduo correspondente e interlocutor do seu conterrâneo Capistrano de Abreu, radicado no Rio de Janeiro, sendo reconhecido por Capistrano, segundo Valdelice Girão, “como um dos maiores colecionadores e pesquisadores de documentos dos mais antigos sobre a colonização do Ceará”. (Cf. GIRÃO, 2010: 31).

O barão de Studart colaborou com a imprensa cearense em vários periódicos fundou a Academia Cearense de Letras, o Centro Literário, o Centro Médico Cearense, a Sociedade São Vicente de Paulo e o Instituto Pasteur. (Cf. AZEVEDO, 2010: 23). Segundo a geógrafa cearense Maria Clélia Lustosa Costa,

Studart era membro titular do Clube de Geografia de Genebra (cartão de 1908). Foi eleito sócio ordinário da Sociedade de Geografia de Lisboa (1893), sócio correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1886), em 1908, foi eleito membro titular do Clube de Geografia de Genebra, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1902), sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (1912). Participou desde o 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909), promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Contribuiu ainda para o II Congresso Científico Pan Americano, em Washignton (1915), para o XX Congresso de Americanistas (...). (Cf. COSTA, 2010: 94).

Studart, além de ter fundado e dirigido por vários anos o Instituto Histórico do Ceará, também foi responsável pela edição da Revista do Instituto Histórico, que alcançou renome nacional. O historiador José Honório Rodrigues, na década de cinquenta do século XX já anunciava que, “A Revista do Instituto Histórico do Ceará, é, então, depois da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira, o mais rico depositório histórico e geográfico brasileiro, particularmente precioso para a história antiga e moderna do Ceará”. (Cf. RODRIGUES, 1959: 29).

Vê-se, portanto, após os relatos descritos anteriormente por historiadores, geógrafos, antropólogos, cientistas sociais e políticos cearenses que Guilherme Studart foi um dos mais ativos intelectuais do Ceará no alvorecer do século XX. A sua biografia além de ser muito rica, devido ao fato do mesmo ter atuado em vários campos dos saberes e de formas distintas, sua obra é um legado valioso. Studart foi bem integrado a múltiplas redes de sociabilidade, sendo escritor

---

de obras diversas dirigidas a públicos distintos. Estas suas particularidades são muito relevantes, sobretudo porque no período histórico em que viveu as fronteiras entre a história, a geografia, as outras ciências naturais e o campo político eram muito fluidos, conferindo ao barão de Studart ser reconhecido pelos seus próprios pares contemporâneos a ele como um intelectual bem sucedido.

Guilherme Studart fez parte de uma geração de intelectuais cearenses atuantes entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX construtores de uma memória edificante sobre a colonização do território cearense e sobre os seus colonizadores. Atento às concepções históricas do seu tempo preocupava-se com a integridade e autenticidade das fontes históricas e tratou-se de transcrever fidedignamente íntegras de inúmeros manuscritos históricos sobre o Ceará colonial.

Imerso no pensamento social de fins do século XIX esquivava-se em emitir conceitos, interpretações e juízo próprios no trato com as fontes. Compactuava-se com os alicerces teóricos e metodológicos da historiografia produzida pelos membros do Instituto Histórico do Ceará, na sua primeira fase, que primava por escrever a História colonial do Ceará, ressaltando e enaltecendo a atuação dos “grandes homens” e sobre os principais fatos e datas sobre a colonização do território.

Com esta concepção epistemológica da história Studart publicou em fins do século XIX, mais especificamente em 1896, sua segunda obra histórica de grande envergadura intitulada *Datas e Factos Para a História do Ceará*. Esta obra é um exemplo do preciosismo do barão. Imbuído na tarefa árdua de pesquisar, catalogar e organizar documentos dos mais remotos tempos da colonização do território do Ceará, Stuart deixou para a futura geração de historiadores cearenses, especialmente àqueles voltados para o período colonial, esta volumosa obra de História factual.

O primeiro manuscrito publicado na obra, data do início do século XVII, mais especificamente do ano de 1603. O documento relata a conquista da Serra da Ibiapaba pelo açoriano Pero Coelho de Souza, homem nobre, morador na Parayba do Estado do Brasil, que pediu licença para o governador geral Diogo Botelho para efetuar tal empreitada.

No embalo desta concepção historiográfica Antônio Bezerra publicou no ano de 1906, pela Typografia Minerva a obra *O Ceará e os Cearenses*. Eis aqui a sua visão do “ser cearense”:

(...) O que estuda atentamente o homem cearense em relação ao seu território, a sua educação, sua inteligência, sua coragem, vida aventureira, tendência para as letras, meios de que se serve para se impor onde quer que se ache, selvageria das suas paixões, actos de abnegação e de grandeza de alma na realização de nobres commetimentos, inexcedível resignação ante os rigores de seu clima e estragos das secas, entranhando amor a terra do berço, da qual jamais se esquece, conclui que é elle uma excepção no pais, isto é, que tem características diferentes entre os demais filhos do norte e do sul da União. Victor Tissot disse que a Hungria era uma excepção na Europa, e nós pensamos se pode dizer a respeito do Ceará. A inexorabilidade das secas longe que seja um mal, traz, no entanto, para o cearense a sua distinção, a sua superioridade, a sua glória, pois que, não tendo que confiar nos recursos da natureza, vai procurar melhores condições de vida por toda a parte do universo. (...). (Cf. BEZERRA, 1906: 1-2).

A escrita histórica do Instituto do Ceará, especialmente aquela produzida pelo barão de Studart e seus contemporâneos, nesta fase pioneira, buscava, assim, um passado glorioso e ontológico para o Ceará, acreditando poder trazê-lo à tona em sua totalidade. A interpretação e o tempo histórico compartilhada por ele e outros membros do Instituto ao analisar as fontes acabavam por considerá-las além de verossímeis, intocáveis, como se pudesse analisar a realidade do objeto de maneira integral. Nesta perspectiva, a historiografia referente ao período colonial produzida no âmbito do Instituto, seguia as mesmas orientações do IHGB e no caso específico do Ceará, também era realizada com uma interface entre o campo do intelectual, da história, da geografia, da medicina e da política. Isto pode ser visto pela própria posição ocupada pelo médico, intelectual e historiador Guilherme Chambly Studart, não apenas como criador do Instituto Histórico, mas como o responsável por grande parte da escrita da historiografia cearense colonial nas três primeiras décadas do século XX.

Seguia, assim, as linhas mestras da historiografia produzida no âmbito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, criado em 1838, que segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, tinha o objetivo de “recolher, preservar, pesquisar e divulgar a História Nacional, recém saída de situação colonial, e na busca de construir o passado, escreveu a História como digna de Cânones”. (SALGADO, 2008:5). E afinal, qual seria o campo de atuação do historiador neste período histórico? Ângela de Castro Gomes ressalta que:

(...) o perfil do historiador estava em aberto, sendo objeto de debates e disputas, tanto no que dizia respeito ao tipo de produção cultural que caracterizaria seu *métier* (em sua diversidade e hierarquia) quanto ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a ele desenvolver para ser reconhecido como tal (...). (Cf. GOMES, 2009: 26).

Seguindo esta perspectiva vê-se que Guilherme Studart ocupava com primazia à produção intelectual e historiográfica cearense no alvorecer do século XX. Ele e os seus colegas de ofício, membros e escritores do Instituto Histórico do Ceará, foram responsáveis por criar uma memória histórica que privilegiava a escrita dos eventos políticos e a implantação do sistema administrativo lusitano na capitania, que dava ênfase aos mais remotos tempos da colonização do território.

Na pesquisa arquivística efetuada em Lisboa, por exemplo, Studart transcreveu um ofício emitido pela Coroa portuguesa, datado de 04 de janeiro de 1621 sobre o ordenado a ser pago para o cargo do primeiro capitão-mor da capitania do Ceará, Martim Soares Moreno. Este documento foi considerado por um atual membro do Instituto Histórico do Ceará como um dos marcos iniciais da presença portuguesa no território cearense. (Cf. JUCÁ, 2010: 35 - 36). Sendo assim, o mesmo merece ser brevemente transcrito. Segue a transcrição de um fragmento da fonte:

Em carta de 23 de Setembro do anno passado No 620, que veio da consulta deste Conselho que lhe fez sobre o ordenado que Martim Soares Moreno pede se lhe nomeie com a Capitania de Seara de que Vossa Mags<sup>de</sup> e tem provido e porque convinha desta materia se pedisse informação a Gaspar de Souza que foi Governador do Brasil e que a desse se visse de novo neste Conselho e se tornasse a consulta a Masg.<sup>de</sup> a que parecesse tendo consideração as mais mercês que fez ao dito a Martim Soares quando foi dispensado. Cópia da Informação que se tomou a dispor de Souza Dias que foi o primeiro que deu princípio a fortaleza de Seara por ser de muita importância ter aquele porto e gentio seguro para a conquista do Maranhão a qual Capitania he de pouco proveito athe para a fazenda de V. Mages<sup>de</sup> por ser criada ainda de novo e nao aver ainda tempo para ser cultivada e que deita nella o mar alguas vezes Âmbar que o gentio colhe de que o Capitam tem algum proveito comprandolho posto que não he quantidade de consideração e nessa

---

conformidade lhe poderá V.Mags<sup>de</sup> mandar sinalizar de ordenado quantia de trezentos athe quatrocentos e dos que convem declarar por quanto há de hir em folha e que elle a principiou com cem milreis. de ordenado athe vinde o prover (...)<sup>2</sup>. (Fonte/ Cf. JUCÁ, 2010: 37 - 39).

Neste fragmento do manuscrito sobre o ordenado a ser pago a Martim Soares Moreno por ter ocupado o cargo de capitão-mor do Ceará é notório que a preocupação maior da Coroa portuguesa, ainda nas primeiras décadas do século XVII, era assegurar o processo da conquista do Maranhão. O Ceará oferecia aos olhos da metrópole apenas um “bom porto” e “gentio seguro”. A conquista do Maranhão só se efetivou entre os anos de 1615 e 1616. Martim Soares Moreno após a conquista de São Luís, no ano de 1615, atendeu o objetivo estratégico da metrópole portuguesa de tomar posse do litoral Leste-Oeste da América portuguesa e afugentar desta parte do litoral os invasores neerlandeses e franceses.

A nomeação de Martim Soares Moreno para capitão-mor da fortaleza do Ceará por um período de dez anos foi promulgada no ano de 1619 e ocorreu no mesmo ano da criação do Estado do Grão Pará e do Maranhão, atendendo assim aos interesses iniciais da Coroa portuguesa de colonizar a Costa Leste-Oeste da América portuguesa. (STUDART, 1905: 81-82).

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por Martim Soares Moreno no seu governo para administrar o território do Ceará foi à própria dependência administrativa e política do Estado do Maranhão. Isto pode ser corroborado ao analisar um ofício enviado por Martim Soares Moreno à Coroa portuguesa, datado de 9 de julho de 1659, que o mesmo alegava ter tido dificuldades para administrar o Ceará prestando obediência ao Maranhão, devido ao fato da difícil navegação marítima entre a costa do Ceará e a costa do Maranhão.

Mesmo com a nomeação de Martim Soares Moreno como capitão-mor do território do Ceará e as dificuldades de navegação relatadas em várias correspondências enviadas insistentemente por ele, e posteriormente por outros capitães-mores do Ceará, para Coroa portuguesa, a capitania do Ceará permaneceu por longos anos, isto é, de 1621 e 1656, subalterna ao Estado do Maranhão e Grão Pará. Quando a Coroa portuguesa resolveu atender aos clamores e

---

<sup>2</sup>Fizemos a opção de manter a grafia original das palavras do ofício de Martim Soares Moreno pedindo aumento de salário à Coroa portuguesa, isto é, a equiparação do seu ordenado ao dos capitães do Rio Grande e Parayba reproduzido e impresso no texto de Gisafran Nazareno Jucá (2010: 37-39).

---

pedidos das autoridades estabelecidas na capitania do Ceará, a mesma passou a ser subalterna à capitania de Pernambuco (1656), só conquistando sua emancipação política e autonomia administrativa em fins do século XVIII, mais precisamente em 1799.

### **O segundo Período da Escrita Sobre o Ceará Colonial: arquivo e memória**

A produção historiográfica sobre o Ceará colonial, desde os estudos históricos e antropológicos pioneiros sobre a variedade étnica dos aborígenes que ocupavam o território, as pesquisas sobre o Ceará holandês e mesmo os estudos sobre o Ceará da “época do Couro”, tão bem documentados por Capistrano de Abreu, não se restringem apenas às contribuições históricas do fundador e sócio do Instituto Histórico do Ceará, Guilherme Studart e seus contemporâneos, membros do Instituto e interlocutores. Após o período áureo de recolhimento e catalogação histórica empreendida pelo barão de Studart em vários arquivos e bibliotecas no Brasil e no exterior, o seu próprio filho Carlos Studart, no período compreendido entre 1928 e 1942, realizou estudos sistemáticos sobre o Ceará nos séculos XVII e XVIII.

Studart Filho retomou aspectos controversos sobre o Ceará holandês e argumentou que não houve uma participação efetiva do mesmo na formação étnica cearense. Redigiu um ensaio sobre o perfil do português Martim Soares Moreno e sua atuação na expulsão do invasor batavo, escreveu uma síntese sobre a ocupação do Ceará pelos luso-brasileiros, com uma exposição das principais etnias indígenas, suas localizações geográficas, e relatou com pormenores aspectos do povoamento do Ceará. Por fim, investigou a atuação da Missão Jesuítica na Serra da Ibiapaba. Inaugurou, assim, uma nova fase da escrita histórica cearense do período colonial. (MONTENEGRO, 2003: 65-80).

Carlos Studart seguiu os passos do seu pai, preocupando-se em catalogar uma numerosa documentação em arquivos e bibliotecas, na Europa e no Brasil e apresentou uma fonte para cada afirmação e “síntese histórica” que redigiu. Com o espírito de resguardar a integridade dos fatos e uma pretensa postura de neutralidade científica, discípulo de Ranke, buscou redimir qualquer dúvida acerca do objeto de sua pesquisa e escrita, evitando refletir analiticamente sobre os acontecimentos históricos.



Na busca de valorizar o passado histórico colonial cearense sua pesquisa recuava até a pré-história e o universo indígena, buscando sempre valorizar o passado cearense para edificar o presente. Traçou com organicidade os fatos históricos e estabeleceu uma relação de causa e efeito e integração objetiva dos eventos históricos. Este foi o método histórico adotado pelo historiador, o qual foi considerado, por alguns membros do Instituto Histórico do Ceará, como muito erudito e primoroso. (MONTENEGRO, 2003: 67).

Vês-se, assim, que no Ceará os estudos históricos sobre o período colonial iniciaram-se em 1887 com a criação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico, sendo este o locus privilegiado do trabalho de pesquisa no Estado e continuaram, na sua segunda fase, com o domínio da escrita de sínteses factuais históricas. A escrita da história voltava-se para construções de narrativas rigorosamente vinculadas às fontes, sendo praticamente um espelhamento das mesmas. Predominava-se a escrita da história descritiva e factual, evitando um esforço interpretativo de mais fôlego. Sabemos, entretanto, que a produção historiográfica e intelectual sobre o período colonial produzida no Ceará pelos membros do Instituto Histórico, no período da Primeira República ou República Velha, tem quem ser historicizada. Ou seja, não é um projeto isolado. Os “homens das letras” cearenses, construtores de inúmeras obras factuais tinham projetos políticos a ser almejados, isto é, procuravam ideologicamente explorar a sua região e os regionalismos atrelando-os ao conceito e/ou a idéia de Nação.

Na constituição dos projetos regionais havia um sentimento maior de pertencimento social e cultural, explorava-se o particular e os particularismos, mas sempre buscando conectá-los ao universo cultural brasileiro para assim legitimá-los. No momento em que tais escritos foram publicados traziam em seu cerne uma noção de propagadores da idéia de civilização com um processo e uma idéia de modernidade. Afinal, não foi à segunda metade do século XIX, “o grande século do progresso científico e técnico, da melhoria do conforto, do bem estar, da segurança, do liberalismo, da instrução e da democracia,” como bem ressaltou Jacques Le Goff. (Cf. GOFF, 2003, 257). Este noção de modernidade foi rapidamente assimilada pelos membros do Instituto Histórico do Ceará. Assim, a escrita de ensaios e trabalhos monográficos regionais realizados por alguns membros do Instituto Histórico do Ceará nas primeiras décadas do século XX movia-se em campos intelectuais e interdisciplinares fluídos, não sendo este um sinal de

atraso. Pelo contrário, seguia os mesmo contornos da escrita de histórias regionais de outros estados brasileiros e àquelas desenvolvidas no interior do IHGB.

### Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA, Lúcio. “A História do Ceará nas Páginas do Barão”. Prefácio da Obra de Guilherme Studart. *Notas para a História do Ceará*. pp. 11-14. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Historia da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.
- AZEVEDO NIREZ, M. A. “A Herança do Barão”. In: *Arquivos do Barão de Studart*. pp. 23-25. Fortaleza: Instituto do Ceará/ Ministério da Cultura, 2010.
- BEZERRA, Antônio. *O Ceará e os Cearenses*. Fac-símile da 1ª ed. de 1906. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- BEZERRA, José Augusto de Bezerra. Coordenador Geral da Obra *Arquivos do Barão de Studart*. pp. 7-8. Fortaleza: Instituto do Ceará/ Ministério da Cultura, 2010.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. “A Geografia nos Arquivos do Barão”. In: *Arquivos do Barão de Studart*. pp. 71-121. Fortaleza: Instituto do Ceará/Ministério da Cultura, 2010.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. “Barão de Studart: o colecionador”. In: *Arquivos do Barão de Studart*. pp. 27-31. Fortaleza: Instituto do Ceará/ Ministério da Cultura, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: pp. 21-72. ARGUMENTVM, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, No 1, pp. 5-27. Rio de Janeiro, 1988.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. “A História nos arquivos do Barão”. In: *Arquivos do Barão de Studart*. pp. 35-67. Fortaleza: Instituto do Ceará/Ministério da Cultura, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão *et all*. 5ª Ed. Campinas: Ed da Unicamp. 2003.
- MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora da UFC, 2003.

RODRIGUES, José Honório. “A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará”.  
Prefácio. In: *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária  
do Ceará, 1959.

STUDART, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Tomo I: “Ceará Colônia”.  
Fac-símile da 1ª ed. de 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

\_\_\_\_\_. *Notas Para a História do Ceará*. Brasília: Edições do Senado  
Federal, Conselho Editorial, 2004.

## PRÁTICAS AMOROSAS E ESTRATÉGIAS NORMATIZADORAS DAS RELAÇÕES AFETIVAS NA PARAÍBA DOS ANOS 1920

Alzira de Cássia da Silva Rodrigues \*

### Introdução

Nada mais envolvente que trabalhar com temas que distendem do cotidiano das pessoas, sem se restringir a condições sociais, raciais ou de sexo, de uma forma ou de outra, alguns temas tocam a todos mesmo que com particularidades a cada grupo. É isso que torna instigante e convidativo questionar, pesquisar sobre o amor, seja pelo seu caráter atual, seja pela contemporaneidade da discussão, já que após a década de 1970 temas outrora pouco explorado ganham maior visibilidade, promovendo novos debates e um novo arsenal teórico.

É nessa perspectiva que vemos emergir o campo das sensibilidades. Este campo nos permite pensar as experiências humanas através das percepções do sensível, que ficou registrado, mesmo que fragmentado, nas esferas da memória, nas fontes literárias e iconográficas. “Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído” (PESAVENTO, 2005, p.58) ou ainda, como nos diz Frédérique Langue (2006), trabalhar com as sensibilidades é lidar com ecos, a primeira vista encobertos, presentes nos documentos da época, nos manuscritos ou na imprensa.

Amar é uma boa opção? Como amar? A quem? A resposta a essas questões são regidas por valores culturais, que se distinguem no espaço-tempo e que diz respeito ao sistema de representações<sup>1</sup>, que cada sociedade constrói de si. Tendo por guia essas reflexões, procuramos aqui olhar para as representações do amor que tornaram-se visíveis na Paraíba do início do século XX. Isto, particularmente, através das imagens tecidas a respeito em textos de diversos gêneros, como crônicas, contos, artigos, publicados na revista *Era Nova*, periódico de caráter literário e noticioso, ilustrado, que foi editado de 1921 a 1926, circulando no estado

\*Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>1</sup> A representação é um conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma copia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (PESAVENTO, 2005, p.40)

e em regiões vizinhas. A revista, decerto, faz um cruzamento de ideias bem plurais sobre os costumes e as práticas culturais da época, sendo possível perceber uma ênfase dada às questões de ordem do comportamento e das sensibilidades que circulavam naquele momento que ainda era de transição entre as dinâmicas dos séculos XIX para o XX.

A revista *Era Nova*, se auto define como precursora das efervescências culturais e sociais, pelas quais passava as cidades da Parahyba do Norte, ainda que mantendo o paradoxo do ser moderno, mas com publicações que mantinha laço com o antigo, coexistindo no mesmo espaço e tempo. Se diz, então, atenta para os almejos e discussões da época. “O nome do jornal empresta seu olho ao leitor para ver o mundo” diz Maurice Mouillaud (2002:97). Ao se colocar como nova insinua discretamente que sua concorrência está obsoleta. O que acaba funcionando como estratégia de projeção, para responder ao desejo das classes mais abastarda parahybana, que buscava se desvincular de tudo que remetesse ou lembrasse atraso.

### **Deslocamentos das relações sócio-afetivas**

A representação amorosa ao longo dos séculos sofre diversas e constantes transformações, em especial no que se refere a sua expressão social<sup>2</sup>. Analisaremos então neste espaço apenas o deslocamento do Amor a partir do século XIX até o período que, de fato, corresponde especificamente ao nosso objeto de estudo, o início do século XX.

Os oitocentos no Ocidente foi marcado por diversas mudanças sociais, políticas e culturais, decorrentes de processos que tiveram seus primeiros lampejos no século anterior, como fora o caso da Revolução Industrial, que contribuiu para um remanejamento da divisão do trabalho, e a Revolução Francesa, que se instalava contra o Antigo Regime, a favor de um panorama voltado mais para os segmentos não-nobres, lutando por direitos individuais e igualitários. Emergem, assim, uma nova atuação cultural, que passava a primar pela espontaneidade, simplicidade e, em especial, à exaltação dos sentimentos, e com ele a cultura do “eu”, sendo a satisfação pessoal um dos fatores a se ter em conta.

Nesse contexto, o amor romântico se dissemina e é facilitado pelas mudanças nos cenários europeus, que ao modificar as relações pessoais e de trabalho, acabam por beneficiar

---

<sup>2</sup> Ver SIMONNET, Dominique. A mais bela História de Amor: Do primeiro casamento na Pré-história à Revolução Sexual no século XXI. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

as novas relações amorosas<sup>3</sup>. A burguesia difunde a visão do amor como um sentimento apaixonado de um homem solteiro por uma moça solteira, onde o vértice seria atingido através e apenas por meio do casamento. O amor romântico estaria, dessa forma, revestido das idéias monogâmicas, de exclusividade, ciúmes, fidelidade, paixão duradoura, atração intensa e idealização do outro.

Anthony Giddens (1993) considera a difusão destas ideias do amor romântico um fator que tendeu a libertar o vínculo conjugal dos laços econômicos e de parentescos, que até então viam no amor um acontecimento externo ao casamento. Corroborando com tal visão Norbert Elias nos diz que:

O imaginário amoroso rompia os laços com o amor cortesão, exclusivamente voltado para a perpetuação do equilíbrio político das casas e linhagens nobres para conservar o prestígio dos senhores aristocráticos, e contribui para a difusão da crença do amor como ‘virtude privada’, sem compromissos com ideais públicos. (ELIAS apud COSTA, 1998)

O casamento, até pouco tempo antes, servia a interesses distintos dos ideais românticos, pois sua prerrogativa era alicerçar as fortunas familiares, alianças políticas e sociais, deixando evidente que o maior interesse a prevalecer eram os mercantis e de propriedade, ou seja, a preservação da herança e o fortalecimento de grupos de parentescos.

Quanto à sexualidade do casal, muitas obras nos informam da presença de discursos em tratados do século XIX com recomendações e cuidados para fundar a luxúria. Tais prédicas propunham que a união carnal deveria ser só para fins de procriação, fazê-la por desejos era considerado como sucumbir às garras e desvios do demônio. Fora isso, se fazia muito mal para a saúde, haja vista que na mulher poderia levar à histeria enquanto que no homem, sendo o sêmen tido como vital, logo teria que ser preservado, pra que a vida masculina não se exaurisse pela ejaculação. O Brasil não escapa a esse paradigma, vejamos o que diz um dos seus mais renomados médicos, o Dr. A. J. de Mello Moraes:

A libertinagem produz também as neuroses de todo o gênero: indisposições sempre renascentes, espasmos, tremuras, convulsões, epilepsias, desarranjos de cabeça, histerismos, aberrações do ouvido, da vista, amauroses, paralisia particulares ou

---

<sup>3</sup> “A relação entre o surgimento da sociedade industrial moderna e a ideologia do amor romântico baseado na liberdade recíproca de escolha dos cônjuges e na condensa estrita das relações extra-conjugais foi estabelecida [...] como uma consequência de revoluções demográficas, industriais e capitalistas.” (CARNEIRO, 2000:22)

gerais, contrações dos membros [...] (MELLO MORAES, 1872:368 apud CARNEIRO)

O início do século XX nos traz casais mais sexualizados, com um manual de namoro adaptado, muito embora ainda o casamento se apresentasse como o desejo derradeiro. Os meios midiáticos tornam-se um grande aliado à emancipação do amor. Isso porque os periódicos, jornais, folhetins femininos, os clubes e filmes americanos transmitiam imagens, modelos, aspirações comportamentais, fixando formas de conduta e o ideal do amor e do prazer. Para Roland Barthes (2003), nenhum amor é original, sendo que o desejo amoroso é descoberto por indução, em especial, da cultura de massa que nos diz o que, e como desejar, tal contágio parte sempre do outro, do exemplo ou do imaginário.

De fato, as aspirações amorosas são a coluna mestra das publicações que geralmente lhe implicam um tom conservador, voltado para a exaltação do lar. No entanto, já é possível observar indícios de esgotamento do ideal amoroso através de casais que não correspondiam ao padrão determinado como o bom modelo, como também se eleva o tom das vozes femininas que inalam e expiram o desejo de desviar-se do matrimônio, focando já neste momento outros objetivos para suas vidas, entre eles a realização profissional e mesmo a intelectual.

As mudanças sociais e tecnológicas que vêm ocorrendo por todo século XIX e continuam no século XX, disseminada pela Revolução Científico-Tecnológica, que intensifica, sobretudo, os “complexos industriais”, transformam significativamente as relações interpessoais, os hábitos, convicções do cotidiano principalmente ao que se refere à nova dinâmica e relação de trabalho,

As mulheres cada vez mais estavam sendo chamadas ao “espaço público” e começam por se inserir significativamente nas fábricas e no comércio, logo, não foram poucas as campanhas para sua volta a esfera privada. O Estado e a Igreja viam nestas ações o desvirtuamento das famílias e da instituição matrimonial, pois permitia as mulheres adiarem ou mesmo recusarem o casamento, porque tinha agora meios para se proverem, o que permitiu repensarem seu papel na sociedade. “Num período em que o casamento aparecia como uma das únicas opções de vida possíveis para as mulheres, elas foram as principais responsáveis por pedidos de anulação do matrimônio ou de divórcio.” (RAGO, 1985, p. 74)

Tais campanhas fomentaram discursos onde a mulher pública aparecia em oposição à mulher honesta, fiel, casada e boa mãe.

Os discursos amorosos ainda tratavam de difundir uma imagem sobre as merecedoras do amor, comumente retratadas como seres de candura, virginais e resguardadas dos olhares do mundo, como ocorria no século XIX, onde era muito fixa e demarcada à divisão entre público (masculino) e privado (feminino).

Nesse contexto, a janela era então o mais comum e conveniente meio de se paquerar, “a janela era mediadora de olhares, de recados murmurados, de rápidas declarações de amor, do som das serenatas. Ela era o meio de comunicação entre a casa e a rua” (DEL PRIORE, 2006, p.122). Com raras exceções de bailes e piqueniques, eram poucas as oportunidades que os casais tinham para observar os afetos e gestos amorosos. Fora disso, outros lugares de paquera eram os entrudos de carnaval que permitiam essa saída à rua e contatos físicos entre os enamorados, e as missas onde possibilitava um desfile de moda, o que exigia um cuidado especial com a aparência, pela exposição da indumentária. Para além do visual, promovia encontros e o tête-à-tête entre os jovens, que ficavam protegidos da maledicência por estarem na casa de Deus.

Tais paqueras podiam ou não evoluir para um namoro, se assim fosse o rapaz ao perceber a aceitação da moça a sua atenção, tratava de incumbir sua família de pedir permissão à família da escolhida para o namoro.

Quando o namoro se tornava oficial, [...] daí para o noivado era um passo. A vigilância de alguém da família ou de domésticas de confiança, representantes da sociedade, servia para incutir nas meninas o cuidado com situações comprometedoras e equivocadas. Garantia-se assim a respeitabilidade do lar e o casamento futuro. (ESTEVES, 1989, p.145-146)

A modernização das cidades passou a oferecer novas estratégias de namoro, que são beneficiadas pelos ícones do moderno<sup>4</sup>, como os bondes, os telégrafos, a iluminação pública que favorece o circular por mais tempo na rua. Na Parahyba Segundo Waldeci F. Chagas (2010) os encontros públicos nas ruas de comércio, como o Varadouro, nos logradouros, ou nos clubes, faziam parte do cotidiano dos jovens paraibanos, onde trocavam as últimas

---

<sup>4</sup> "A ideia de modernidade, no espaço regional em apreço, se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética [...] e mais por uma ou outra novidade do estrangeiro, [...] que passam ao imaginário como signos modernos por excelência." (ARANHA, 2005, p.87)



informações incluindo as que diziam respeito ao que era digno, ou não, de um jovem moderno usar.

Muito embora o amor pese na escolha do cônjuge, percebe-se ainda a interferência do pai, tanto para impedir casamentos inadequados, quanto para influenciar os adequados. Segundo Rosa M. B. Araújo (1993), o período de 1890 e 1920 foi marcado pela transição entre padrões de comportamento, tradicional e moderno, sendo os últimos somente solidificados a partir dos anos vinte. Os compromissos com os laços de sangue ou com a comunidade são substituídos por interesses individuais. Parafraseando Maria Helena Bueno Trigo (1989) inicia-se, assim, um período em que a escolha matrimonial deixa de ser, fundamentalmente, assunto familiar para tornar-se ‘teoricamente’ livre.

A instituição familiar permanece com um papel de destaque na estrutura sócio-política, por isso, o Estado e a Igreja difundiam prédicas que não deixassem ferir importante instituição, visando, sobretudo, civilizar o amor, ao mesmo tempo que atribuía uma visão negativa ao amor-paixão, que era o responsável por uma geração de relacionamentos consensuais, que produzia filhos ilegítimos, desordem, insalubridade social, desbotando o rigor e a moral conservadora.

Não é por menos que a imagem da felicidade vai ser constantemente associada à ideia de casamento, o amor sem estar no seu lugar por excelência não poderia ser sadio ou prazerosamente vivido. Não há felicidade senão no casamento. Diante das incertezas do moderno, a vida conjugal higiênica era percebida como a fonte maior da manutenção da moral sagrada, seguindo como a antítese da corrupção dos costumes e da moral, contra a escravidão cega das paixões.

Decididos a institucionalizar o amor com vistas a sustentar uma determinada ordem social, as elites transformaram em ameaça os relacionamentos ajustados por padrões mais flexíveis e simétricos, classificando de imorais as uniões cujo epílogo não coincidiam com o casamento. [...] Amor degenerado, espectro de amor, imitação de amor: esses eram os termos do discurso que pretendia regular as uniões consensuais. (MALUF; MOTT, 1998, p. 387)

Assim, a supremacia da família e dos filhos da pátria, era pregada também na sociedade parahybana e com ela o ideal da mulher virtuosa, antítese da moça moderna. A “esposa virtuosa” deveria prever e satisfazer os desejos do seu marido, ser econômica,

paciente, delicada, justa, honesta, discreta, possuidora de tantas outras qualidades. Sobre elas, a imprensa carregou de tintas ao justificar e definir sua razão, vejamos:

Mulher adorável [é o tipo] da mãe de família compenetrada, que escrava ou senhora, sabe resistir as tempestades da vida a sorrir bondosamente, tornando-se um admirável exemplo de virtudes christans. [...] É a mulher votada ao sacrificio, que se não importa de morrer um pouco cada dia para resuscitar gloriosa na pessoa dos filhos que lhe serão a coroa immortal na perpetuidade da espécie e dos costumes. (*Era Nova*, Parahyba, 15 de Abril de 1922, nº24)

A imprensa também descrevia o oposto, aquela que não se devia imitar, a “moça moderna” ou como era descrita constantemente na *Era Nova*, a “melindrosa”, cheia de liberdades, primava sempre por roupas curtas e decotes longos, exageradas na maquiagem e nos gestos:

Esta creatura merecedora do ridículo da gente seria se assemelha ás bonecas que servem para distrahir creanças. É uma escrava da moda, do luxo. Sacrifica a saúde, a graça natural, a honra da família e a sua própria com insensatez reprochável, só visando effeito; quer, custe o que custar, ser o ponto de convergência na sociedade em que priva. (*Era Nova*, Parahyba, 15 de Abril de 1922, nº24)

Tal personagem acarreta um olhar desconfiando dos rapazes ao casamento, que temiam o futuro da sua linhagem aos cuidados de uma cabecinha fútil e estouvada. O recomendado era procurar uma esposa que pudesse vir a cumprir o papel de boa mãe. A fidedigna esposa deveria se sacrificar não pelo efêmero, mas pelos futuros cidadãos.

Por isso os mais conservadores defendiam a razão e não o amor como prisma na escolha dos cônjuges. Nesse sentido, o jornalista Adhemar Vidal não exercera favor aos casamentos por interesses pessoais, mas defendia aqueles que preservavam valores e a durabilidade e indissolubilidade do casamento, com seus requisitos como o pudor, a virgindade e afins.

O matrimonio não é um acto reflexo, não é resposta imediata a uma excitação, é um acto social de grande alcance que se determina por outras considerações que não são apenas os appetites carnaes. Certamente não convém que o amor falte na alliança de dois jovens qui projectam associar suas vidas, porem: ao amor se juntam elementos que são subministrados não pelo instincto e sim pela razão, e esta não se rende tão facilmente aos processos empregados agora pelas jovens que buscam maridos. (Caçadoras de marido – *Era Nova*, Parahyba, 15 de fevereiro de 1922, nº21)

As moças e os rapazes não deveriam se entregar ao sentimentalismo, nem as “demoníacas” fascinações modernas da sedução. De uma relação de contrato não poderia sair bons e saudáveis filhos da pátria. Deveriam, sobretudo, evitar relações instantâneas, intempestivas, geradas pelos arroubos românticos, que devido à sua parcialidade, poderiam levar a conflitos, resultando em situações como adultérios, ou mesmo divórcios.

As práticas de adultério e de divórcio nos dizem que para uma parcela da população, a identificação “amor = casamento” não era um fator homogêneo. Fato era que um razoável número de publicações fazia alusão aos dois. No caso do adultério, só era considerado o adultério feminino, sendo este uma violação imperdoável da lei da propriedade e da decência, tendo a rigor várias ações punitivas, enquanto que o adultério masculino era encarado apenas como uma fraqueza, um lapso, lamentável, mas compreensivo. As mulheres, contudo, não se privaram desses amores ilícitos, se livrando das descobertas ou suspeitas com truques e estratégias.

Já o divórcio, há quem o defendesse em favor da felicidade, mas com algumas condições, como Américo Falcão, no poema “*Divórcio*”:

Se duas almas não se compreendem  
Se vivem do mais rígido suplicio  
Quebrem-se os elos plácidos que as prendem  
Dê-se ao divórcio verdadeiro inicio,  
Que os corações puríssimos se rendem,  
Promptos para o mais bello dos sacrificios!  
(Era Nova, Parahyba, 19 de agosto de 1921, nº10)

Segundo Araújo (1993) o termo divórcio foi substituído por desquite no Código Civil de 1916, designando a separação judicial de pessoas e bens, sem dissolver o vínculo matrimonial. Os desquitados contavam com a separação de corpos e de bens, mas não podiam contrair novas núpcias. O matrimônio não era desfeito.

Ao ver de muitos defensores da família, os vínculos matrimoniais de interesse ou precipitados pelos arroubos da paixão eram os responsáveis pela enfermidade social, pela qual passava a sociedade brasileira, incluindo a Parahyba do Norte, no início do século XX.

Não é então de se surpreender o grande números, nos periódicos, de sessões que advogavam a favor da esfera privada, como que para lembrar as suas leitoras do seu lugar social determinado, dando a conhecer sua função formativa ao sugerir nos conteúdos dos seus textos a tríade de papéis que as mulheres deveriam dispor o de mãe, esposa e rainha do lar.

O periódico traz conselhos domésticos, práticos, de como ser uma boa dona de casa, a esposa exemplar, dicas que eram distribuídas nos contos, poemas, piadas, sem contar na veiculação de receitas, anúncios de cosméticos, de estilistas, sugestões de leitura, dicas sobre filhos, marido e casa, tudo voltado para o lar, que regulava o comportamento, alimentando a composição do “corpo dócil”, versando um processo civilizador que desse conta, dos hábitos, crenças e emoções. Não estamos com isso querendo dizer que esse esquema era minuciosamente premeditado, mas que acabavam servindo como agente destas incorporações.

### **Considerações finais**

Em uma sociedade, várias representações entrarão em disputa para se colocarem enquanto verdades, conservando-se a que obter maior legitimidade. “As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 2002, p. 17) Dessa forma, o que guarda as representações são sempre os interesses do grupo que a forja. Pensar nas formas e motivos dessas representações é compreender a posição e apontamentos de quem os fabricam. É em função disto que a revista *Era Nova*, registra e representa as imagens do amor de acordo com interesses e em função de idéias românticas peculiares.

Por fim, o amor romântico fortaleceu a ideia de “liberdade” pela qual o sujeito amoroso tendia a desconsiderar as condições sociais, hereditárias, e religiosas, levando em conta apenas seu estado afetivo em sua relação com o outro. Entretanto, a *Era Nova* deixa entrever um quadro mais complexo, onde se buscava usar o amor como outra forma de controle de uma ordem social, que, ainda, associava o feminino ao privado e o masculino ao público. Por outro lado, se colocava em questão a expressão amorosa corporeamente mais livre, haja vista os discursos que davam conta do amor como um sentimento que devia ser experienciado numa relação legitimada pelo casamento, que só ocorreria sob a guarda e o respeito, ao que era pensado à época, da moral e dos bons costumes, pelos cavalheiros e senhoritas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (et alli). **A Paraíba no Império e na república**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2005, p. 79-131.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. **A vocação do prazer**: A cidade e a família no Rio Republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CARNEIRO, Henrique. **A Igreja, a Medicina e o Amor**: Prédicas Moralistas da Época Moderna em Portugal e no Brasil. São Paulo: Xamã, 2000
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. Urbanidade, Modernidade e Cotidiano na Parahyba do início do século XX. In: ABRANTES, Alômia; NETO, Martinho Guedes dos Santos. **Outras Histórias**. Cultura e Poder na Paraíba [1889 – 1930]. João Pessoa: Editora Universitária as UFPB, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002. P. 14 – 28
- COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor**: Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- LANGUE, Frédérique. O sussurro do tempo: Ensaio sobre uma história cruzada das sensibilidades Brasil-França. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes. (et all) **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do Mundo Feminino. In: Sevcenko, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**: República da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In. PORTO, Sergio Dayrell. **O Jornal: Da forma ao sentido**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2002. 2 ed.85-98

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 2 ed.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar- Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SIMONNET, Dominique [et all]. **A Mais Bela História de Amor: Do primeiro casamento na pré – História à Revolução Sexual no século XXI**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In. D'INCÃO, Maria Angela. **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

## A POESIA DE PAUL CELAN: UM EVENTO EM TRÊS TEMPOS

Laise H. B. Araujo Sales Pinheiro\*

“(...) ervas, escrita dispersa. As pedras, brancas, com as sombras das folhas: Não leias mais – olha! Não olhes mais – vai!”  
Stretto, Paul Celan.

A figura da pedra é um motivo assíduo nos poemas de Paul Celan. Este objeto mudo assinala para o leitor a (quase) impossibilidade de comunicação que experimenta durante a leitura e *apresenta* muito daquilo que a poesia celaniana *cala*. Essa combinação pouco lógica entre poesia e silêncio não pode, obviamente, ser entendida literalmente, tampouco se deve pensar nela como uma metáfora. Nesta poesia, é a combinação o que mais importa: é a alquimia entre o imiscível o que está em jogo.

A rejeição da palavra que se dá no interior da obra de Celan é perceptível sob diversos ângulos: através de recursos de fragmentação, no paulatino abandono da rima e da musicalidade, no escasseamento de referências explícitas e no fechamento das vias usuais de comunicação. Se o próprio Celan adverte para os limites de uma fácil solução – “tendência em direção ao silêncio, isso também não pode ser dito assim. Não devemos criar novos fetiches. Até o antifetichismo pode tornar-se fetiche” – é inegável que sua palavra fica cada vez mais refratária à compreensão.

Como se aproximar daquilo que escapa ao(s) sentido(s)? Uma das gentilezas que se pode fazer para preservar a voz do poeta é deixá-lo falar, antes que se impregne de conceitos o que se quis *coisa*. Celan (1996a: 46) deu a pista em carta para um amigo na década de 1960: “a poesia vai na frente e diz, com seu silêncio eloquente, o que o poeta (pouco) sabia de si”. É, então, de se buscar ter a “oração natural da alma” – atenção típica do poema, para utilizar a expressão de Malebranche que Celan (1996a: 57) retoma:

A atenção que o poema procura dedicar a tudo aquilo com que se encontra, o seu sentido apuradíssimo do pormenor, do perfil, da estrutura, da cor, mas também das “comoções” e das “alusões” – tudo isso ao que penso, não é nenhuma conquista do olho que diariamente concorre com aparelhagens cada vez mais perfeitas (ou com elas corre), é antes uma forma de concentração que tem presentes todos os nossos dados.

\* Doutoranda da PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bolsista do CNPq.

Por qual porta adentrar esse universo de luz e sombra? Foi no posfácio de *A morte é uma flor*, reunião de poemas póstumos, que João Barrento abriu a brecha que procurarei alargar neste texto. A policromia taciturna dessa poesia foi iluminada francamente por Barrento (1996: 133-134) quando afirmou que *a memória tem, na poesia de Paul Celan, três tempos distintos, e que se confundem: o tempo do mundo (o cósmico, místico ou messiânico), o tempo da História e o tempo do Eu.*

Durante a pesquisa que vinha realizando, de vários modos essas temporalidades saltavam-me aos olhos, mas eu insistia em decantá-las, sem que elas subsistissem separadas do processo que as constitui. Ainda de forma bastante estanque nos *insights* teóricos que tentarei delinear, alguns poemas apresentam de forma vertiginosa a memória polifacetada que fala na escritura *de Celan* – os dois termos interpenetram-se alquimicamente: Celan escreve e é escrito.

Em uma aproximação inicial de cada uma dessas temporalidades (dentro dos limites deste trabalho), é conveniente analisar como Celan as mistura *poieticamente*. Optei por apresentar a leitura feita por Costa Lima (2012), em obra inédita, de dois poemas do escritor em uma leitura que dialoga com Peter Szondi resignificando o estatuto da *mimesis*. Costa Lima auxiliará a visualizar, com o auxílio de referências e alusões, o entrelaçamento das temporalidades distintas, ora pela superposição de camadas factuais, ora pela apresentação de multitemporalidades na própria língua. Em um primeiro poema, a decifração será viabilizada com o auxílio do inacabado ensaio “Eden”, de Szondi:

DU LIEGST em großen Gelausche,  
Umbuscht, umflockt.

Geh du zur Spree, geh zur Havel  
geh zu den Fleischerhaken,  
zu den rotten Äppelstaken  
aus Schweden –

Es kommt der Tisch mit den Gaben,  
er biegt um ein Eden –  
der Mann Ward zum Sieb, die Frau  
mußte schwimmen, die Sau,  
für sich, für jenen, für jeden –

Der Landwehrkanal wird nicht rauschen.

ESTÁS ESTENDIDO, muito atento  
cercado de arbustos e de flocos de neve.

Vás ao Spree, vás ao Havel,  
vás ao gancho do açougueiro,  
às maçãs vermelhas em estacas  
vindas da Suécia –

Vem a mesa com as oferendas,  
ele dá a volta por um Éden –  
O homem feito uma peneira, a mulher  
teve de nadar, a porca,  
por si, por ninguém, por cada –

O canal de Landwehr não vai murmurar.



nichts

stockt.

nada

pára.

No referido ensaio, Szondi relatara o passeio que fizera com Celan e amigos pela cidade de Berlim, iniciado na *Akademie der Künste*, onde o poeta estava alojado. Seu aposento pertencia a um edifício moderno do *Hansaviertel*, onde as paredes envidraçadas voltavam-se para o Jardim Zoológico. Sem a caminhada com os amigos, diz o autor, o poema não seria pensável. Costa Lima (2012: 362) explica a que o excerto de Szondi se refere:

o trajeto referia-se à pensão – então convertida em um *apartment house* –, que mantivera seu nome, *Eden*, em que Rosa Luxemburgo e Karl Lieknecht haviam sido torturados, ele picotado à bala e ela jogada no Canal, em janeiro de 1919; os caminhantes então passaram ao Plötzensee, em que haviam sido executados os conspiradores do complô fracassado contra Hitler, em 20 de julho de 1947 e, por fim, pela feira de Natal, com sua festivas árvores natalina.

Pelo esclarecimento de Szondi, prossegue Costa Lima, três tempos se fundem. No que antes trazia a imagem (ainda assim embaçada) de um mero passeio turístico em torno de um *Eden*, pode-se identificar a tortura de um casal Rosa Luxemburgo e Karl Lieknecht em 1917, o assassinato dos conspiradores que falharam em 1947 e o colorido da decoração natalina atual. Além de vivificar a experiência apresentada *no/com* o poema, as referências acentuam que não só as águas do canal não deixam de fluir, mas como que “o tempo tem a propriedade de passar e não passar. Nada, afinal, passa. Produz-se um instantâneo que engana a quem pensa numa foto” (2012: 363).

Se “a caminhada em volta do Éden e adjacências produz o desconforto de um tempo que antes permanece do que passa”, esse desconforto é criado pela constante quebra da cena na forma com que os elementos são colocados (a análise seguinte é de minha inteira responsabilidade).

Há, na abertura do poema, dois versos preambulares: DU LIEGST em großen Gelausche/ Umbuscht, umflockt. Descreve-se uma cena em que, literalmente, o “tu” está deitado, muito atento, envolto por arbustos e flocos de neve. Pontua-se a cena anterior e o “tu” recebe, então, uma “ordem”, *Geh – vá!* – que rompe a posição inicial, a inércia, traz movimento à cena. Continua-se, porém, no âmbito do descritivo, com referência a pontos geográficos [Spree, Havel] e imagens [Fleischerhaken (o gancho do açougueiro) e rotten Äppelstaken (maças vermelhas em estacas)]. Surge, então, um traço “–” que intercala a cena com a oração - Es kommt der Tisch mit den Gaben, / er biegt um ein Eden. *Vem, surge,*

*aparece* a mesa com os *presentes*, ele gira em torno, circunda, um *Eden*. Outro traço fecha a intercalação.

Até aqui se insinua uma imagem de um *tempo frio* em que o *descanso* de alguém é interrompido por um apelo, uma orientação de que *se ponha em movimento*, de que ande por lugares específicos, onde verá ganchos de açougueiro e maçãs vermelhas em pedaços de pau. À neve e às maçãs soma-se a mesa que *chega* com os presentes – a cena natalina foi composta. O aparecimento da mesa, porém, se dá com o uso da expressão de temporalidade impessoal “es kommt”, *chega* e ao mesmo tempo *er biegt/ele* [der Tisch?] gira em torno de um *Éden*.

A mesa gira em torno do *Éden* – o paraíso perdido, o pomar perfeito das oferendas de Deus para os homens – e a caracterização da cena é rompida. Após o verso, uma imagem absolutamente incoerente é colocada: um homem e uma mulher, ele *feito* peneira e ela que *teve de nadar*. O tempo, aqui, é o passado. E se pouco se compreende a que, de fato, o poema se refere, sabe-se que se trata de um assassinato cruel: ela – a porca; ele – peneira. A cena natalina que comemora o nascimento do Messias da tradição cristã é substituída por outra, de morte.

Interessante notar a presença da rima, que gradativamente desaparecerá da poesia de Celan. Ao aproximar foneticamente palavras como *Fleischerhaken*, *Äppelstaken*, *Gaben* e *raushen*, cria um campo de aproximação entre as oferendas (ou os presentes), as maçãs em estacas e o gancho do açougueiro, onde se insinua a comunhão de elementos aparentemente distantes pelo signo do vermelho, do sangue, da carne. Mais explícito é o diálogo *Frau/Sal* (mulher/porca). E, por fim, *stockt* e *flockt*, em que o frio dos flocos de neve, motivo recorrente na obra de Celan, é paralelo àquilo que permanece.

O que se procurou fazer com esse breve exercício interpretativo foi tatear o núcleo do poema, sem precisar recorrer cegamente à sua explicação causal. Mesmo porque se sabe que a base empírica é nada senão um *locus* de onde surge, mas que não assimila o evento do poema. Assim, a noção de *mimesis de produção* de Costa Lima pode ser bastante útil, nesse momento, para que se processe a relação facticidade/poesia. Como diz o autor com relação à apropriação da explicação de Szondi na compreensão de *du liegst*:

Sem que a ausência de dados factuais deixe de continuar a prejudicar o poema, vemos que a apreensão dos que sejam básicos são suficientes para que se rompa a pobre afirmação – ser o poema autônomo significa que dispensa dados contingentes; - substituída pela necessidade de repensar-se a relação entre e arte (verbal e pictórica) e

a realidade; que, neste questionamento, reponta uma forma de mimesis que não se funda na descrição de um estado senão que na apresentação de uma processualidade. Isto é, que não se contenta em dizer o dizível, senão que ressalta o processo de produção do que ali se faz (COSTA LIMA, 2012: 364).

Analisando as modulações dessa escrita, B. Alleman percebe “uma peculiaridade temática da poesia de Celan, que, no curso do tempo, se torna mais significativa e forma um motivo fundamental é o *extremo entrelaçamento e a penetração recíproca entre palavra e coisa*”. Ainda em Costa Lima, interessante reconstruir o argumento em que mostra como um possível “absurdo” no mundo poético de Celan não perde em nenhum momento o seu elo com a realidade (essa sim absurda). É partido da afirmação de B. Alleman que desenvolve o raciocínio que desembocará na atribuição de uma mimesis de produção à escrita do poeta.

A relação que a poesia celaniana estabelece com o mundo advém de uma “ruptura com o arame”, com o exercício de uma contra-palavra como um ato de liberdade. “Não há liberdade se a palavra não rompe com espartilhos, ou seja, com as convenções correntes”, explica Costa Lima, e acrescenta que, para o poeta, ser o mundo absurdo implicava não ser uma máquina governada por leis infalíveis e/ou não possuir um Ser que cuidasse dele.

Em outras palavras, poder-se-ia pensar que o absurdo celaniano era uma manifestação “desencantada” de materialismo extremo e, assim, hostil às ordens arbitrárias, “impostas como justas e permanentes”. Costa Lima (2012: 351) destaca na poética de Celan uma *direção* em que:

O emudecimento da poesia (...) não se dava por um distanciamento conformista ou por acomodação do poeta, senão como busca de um diálogo que fosse ágil, elíptico, sem os contornos polidos da poesia retoricamente alongada. [Sua] poética propõe uma poesia que pense o agora, com vistas a provocar uma “mudança de respiração”.

Que modo, então, teria a linguagem poética de se relacionar com um mundo hostil sem se distanciar comodamente? Costa Lima não duvida que “a dieta metafórica que Celan veio a se impor, que induz à singularidade de sua poemática, se originou da sobrecarga que a barbárie nazi lhe impôs” e que deve ser considerada dentro da história, conquanto curta, em que se insere. Por outro lado, não se resume à denúncia política, histórica e social que, por fim, perverteria a sua arte.

A singularidade da poemática de Paul Celan reside justamente na ambiguidade de seu procedimento de nomeação, ou seja, na ordem em que se apoiava para dizer das coisas por um ângulo diverso do literal, privilégio do discurso metafórico, o qual, por sua vez, o

próprio poeta nega lançar mão – “Comprometer-se não significa, em primeiro lugar, responder? Ademais, eu jamais soube inventar – efetivamente, vivi o que escrevi e vice-versa. Não gosto de metáfora”, afirmou, em carta [25 de abril de 1962], à poetisa Nina Cassian e o reitera a outro amigo, na já citada carta de 1968: “Meu último livro é considerado cifrado. Acredite-me, cada palavra foi escrita com referência direta à realidade”.

A experiência que não se pode duvidar não aparece absolutamente translúcida ao leitor, antes evoca um estranhamento de difícil compartilhamento. Costa Lima evoca Franz Kafka, cuja prosa produz efeito desestabilizador semelhante àquele da poesia celaniana, para falar da dolorosa experiência de escrever em um universo linguístico hostil, diz o escritor tcheco:

As metáforas são uma das muitas coisas que me fazem desesperar de escrever. A falta de independência da escrita, (su)a dependência do serviço da criada que acende o fogo, do gato que se aquece junto ao forno, mesmo dos pobres velhos que se esquentam. Tudo isso são funções autônomas, que obedecem a leis próprias, só a literatura é desvalida, não reside em si mesma, é diversão e desespero (*Apud* COSTA LIMA, 2008: 354).

Aproximando os escritores, Costa Lima logo os afasta: “como o mítico herói diante da esfinge, Kafka procura decifrá-la. E não consegue. Celan, ao contrário, a decepa; embora saiba que usa metáforas, nega que a sua seja uma linguagem metafórica”. A negação da metáfora torna o passo de Celan mais arrasador que o de Kafka, pois submete a língua a um processo de contração e a um jogo elíptico tão forte que compromete ao limite a sua compreensão. Se não rompe com a sua viabilidade, coloca-a à beira do precipício.

Costa Lima lembra que Modesto Carone reconhece em Celan essa consciência, absolutamente excepcional, da necessidade de o poema restringir o uso do metafórico (no que o compara a João Cabral de Mello Neto) e também Dietlind Meinecke nota que aí “raramente se comprova o sentido transposto das palavras, pois aquilo que se chamaria *sua metafórica* poucas vezes é compreensível de coisas fora do poema e da obra. O conceito de metafórico se torna problemático”. O intérprete brasileiro se esforça em demonstrar como, no poeta, as metáforas estão submetidas a um regime não metafórico (figurativo) partindo da inevitável questão – *como seria possível escrever sem metáforas?*

Encontra, assim, como ponto de partida dois extremos que balizam a escrita de Celan: a experiência do Holocausto e a de ser poeta em uma língua que também fora a dos assassinos de seu povo e de sua mãe, aquela que lhe dera a *Mordersprache* [língua assassina].

Duas experiências que se entrecruzam, entrelaçando a realidade histórica àquela da subjetividade de modo inextricável. Duas temporalidades inerentes à memória do poema, como aduziu João Barrento, na tese que se desenvolve neste trabalho. A memória do poema, porém, não pode ser compreendida como meramente biográfica, pois, como mostra o tradutor português:

o poema não se esgota como projeção de uma vivência [*Erlebnis*]. Este é o lado paradoxal, mas mais próprio, desta poesia que não abdica de uma dimensão de memória que amplia o “acontecimento” (no poema também encontro) até ao nível de sentido histórico mais amplo e ao mesmo tempo o faz convergir no instante, no que “em ti próprio há de mais estreito” (BARRENTO, 1996a: 59).

É no seu projeto de reformulação da *mimesis* que Costa Lima encontra a chave de leitura para compreender a singularidade do modo celaniano de relacionar o mundo (“um modelo”) e a poesia (“os produtos a fazer”). Rompendo com a acepção tradicional que a supunha de maneira emulativa ou imitativa, pensa a *mimesis*, presente em toda conduta socializada, a partir da combinação entre dois vetores contrários, a semelhança e a diferença. Assim, a arte seria antes mais uma maneira de se relacionar com o mundo “uma conduta socializada” caracterizada por um gesto marcador da diferença. Sem negar o mundo, transforma-o:

A especificidade da *mimesis* na arte restringir-se-ia a que “nela, o vetor *diferença* dá toda a medida da obra, funcionando a *semelhança* como o que culturalmente se toma por equivalente ao objeto do poema ou quadro, na condição de pano de fundo orientador do receptor. [E, como modalidades de *mimesis* na arte, tem-se que] na *mimesis da representação*, os procedimentos de *diferença* são o quanto possível dissimulados para que o receptor tenha a sensação que está perante uma cena do real. Para que a ilusão funcione será preciso que seus procedimentos obedeam ao código cultural que formula como seria tal coisa. (...) Na *mimesis de produção*, ao contrário, enfatizam-se os traços de *diferença* (...). Por essa razão, a *mimesis de produção* se caracteriza não por descrever um estado senão operar um processo (COSTA LIMA, 2012: 357-358).

A tese de Costa Lima, no que tange a poesia de Celan, é a de que a ruptura do elo convencional entre palavra e coisa significa o abandono do código cultural que estabelecia como essa aliança haveria de ser entendida e empregada. E isso justificaria a sua recusa em identificar sua poética como metafórica, pois “em vez de vê-las como figuras de uma travessia realizada pelo sentido literal da palavra, Celan as considerava termos solicitados pelo nome porque mais próximos do que nomeava”.

Embora reconheça que o lapso criado pela ausência de dados extra-textuais decisivos não resolva a compreensão dos poemas de Paul Celan, Costa Lima considera que a *mimesis de produção* ajuda significativamente na análise mais larga de muitos deles. “Em princípio, *mimesis de produção* é de ajuda em textos cuja plenitude significativa não se capta pelo emprego da modalidade mais frequente de *mimesis*”.

Ao lado da experiência pessoal e histórica, João Barrento (e não Costa Lima) percebe uma terceira temporalidade da memória que surge entrelaçada às demais: é o tempo do *mundo* (o cósmico, místico ou messiânico). No poema já analisado, essa instância aparece muito virtualmente, com a prevalência da localização histórica e espacial, com o enredamento de fatos ou de cenas. No poema que se lê a seguir, os diversos tempos da memória poética de Paul Celan se entrecruzam no meio da própria língua. E, embora Costa Lima não admita relevância à mística em Celan (pelo menos tal qual vem sendo interpretada pelos estudiosos), é em seu livro *Ficção e Poema* [no prelo] que se encontra a análise que guia a apresentação dessa hipótese.

DU SEI WIE DU, IMMER.

*Stant up /jherosalem inde:*

*Erheyff dich*

Auch wer das Band zerschnitt zu dir hin,

*Inde wirt erluchtet*

Knüpfte es neu, in der Gehugnis,

Shlammbrocken schluckt ich, im Turm,

Sprache, Finster-Lisene,

*kumi*

*ori*

QUE SEJAS COMO TU, SEMPRE.

*Levanta-te, Jerusalém:*

*desperta*

Também quem cortou o laço contigo,

*Alça-te resplandesce*

Prendeu-o outra vez na lembrança,

Engoli porções de lama, na torre,

Língua, pilastra de trevas,

*Levanta-te*

*desperta*

É a Jean Bollack que o professor recorre para esclarecer o poema. Composto de duas frases, o chamado do estatuto da linguagem figura como preâmbulo. A sequência, desse modo, será inteligível à luz desse preâmbulo e se organiza por uma citação bilíngue (ou trilíngue) e uma reflexão pessoal que se engasta entre as linhas [versos 2-3 e 5-6] da versão alemã e se desenvolve até levar à versão hebraica.

Os versos em itálico, que surgem intercalados, reproduzem o começo do capítulo 60 do livro de Isaías em dois tempos, nos versos 2-3 e 5-6 (“Levanta-te, Jerusalém/desperta”, depois “Alça-te/resplandece”): o *surge illuminare* de São Jerônimo, em uma versão de Mestre Eckart. Essas citações, que “são antes estados situados na língua”, diz Bollack, serão

retomadas como uma transcrição do texto em hebraico no fim do poema, nos versos 10-11. Depois da base da introdução – “que sejas como tu, sempre” –, desenvolve-se uma única frase “Também quem cortou o laço contigo” (verso 4), “prende-o outra vez, na lembrança”. Essa frase surge como uma unidade *entre essas citações* e numa relação precisa com elas.

Para Costa Lima, os esclarecimentos de Bollack são fundamentais ao indicar que o poema compõe uma travessia da identidade do sujeito, visto como eu, enquanto escreve, e enquanto tu, como sujeito histórico: “A identidade é a do indivíduo, que se constitui ao escrever a língua [e o *du* (tu) aparece] como o homólogo perfeito do sujeito histórico fora da língua”.

Mas quem é tal sujeito? De acordo com a passagem de Isaías, passada para o alemão de e por Mestre Eckhart (donde ser possível encontrar três tempos, e não somente dois), é Jerusalém a interpelada. E quem cortou o elo a que o verso 4 se refere? “Um duplo corte é feito: o laço de Jerusalém com seu povo se perdera pela destruição do templo, o do sujeito lírico com sua comunidade pela ação dos dizimadores”, explica.

Em ambos os casos, a identidade aspirada pelo preâmbulo é ameaçada por eventos históricos. Costa Lima concorda com Bollack que, no poema, a identidade é formada pela superposição dos dois “tu” interpelados. E acrescenta que, o que mais importa, o eu lírico perde sua identidade pessoal e, “como se atraído por um magneto, confunde-se com as vicissitudes históricas sofridas pelo grupo humano a que pertence”. Identificando essa dissolução nos versos “engoli porções de lama na torre/língua, pilastra de trevas”.

A viagem histórica, afirma, conduz *dois corpos*, mas o verbalmente ativo, aquele que a traça [*ich/eu*], diz de si mesmo apenas “em escala menor”. A travessia é feita em três fases ou momentos: (1) o momento em hebraico, formulado nos dois versos finais e, por sua vez, projetados no alemão antigo de Meister Eckhart, que então constitui o momento antigo da comunidade germânica (2), que conduz ao começo do terceiro momento – “também quem cortou o laço contigo” e se estende pelos versos da miséria presente do poeta – “engoli porções de lama”. Em síntese, “o poema processa uma viagem quem se cumpre através de seu relato; melhor ainda, através das línguas, o hebraico, o *Mitteldeutsch*, o alemão contemporâneo”.

O esclarecimento leva Costa Lima a verificar como se opera a *mimesis de produção*, ou o processo do que se formula, em que a proximidade com o real nada tem a ver com a

reduplicação de fatos ou eventos. Nesse sentido, a ausência de transposição metafórica aponta para a face contrária do *como se*, base da ficcionalidade:

[...] em certa manifestação poemática, como a de Celan, a ficcionalidade é passível de assumir sua face inversa. Se o tratamento habitual da ficção tem por raiz a cláusula “como se”, ela então supõe a possibilidade de algo efetivamente sucedido, que, entretanto, não sucedeu. Por isso, ela é ainda o oposto do relato histórico, cujas entradas pelo fictício não deixam de ser graves escorregões (COSTA LIMA, 2012: 361).

A contraface do *como se* é definida por Costa Lima como um “nem isso/nem aquilo”, pois se não declara algo que houve (e, portanto, não se prende ao fato), tampouco diz de algo que poderia ter havido (como na matriz ficcional, a face visível do *como se*). Na contraface do *como se* há, de fato, um limite da linguagem, pois o oposto do *como se* é o *evento*. O evento, por sua vez, não se confunde com o fato histórico, pois não é um *dado*, mas já acontece acompanhada de uma interpretação. E defende – “não será esse um motivo para dar razão ao protesto de Celan quanto a denominar sua linguagem de metafórica?”.

Não pretendo assumir a tese de Costa Lima como minha, mas é dela que parto para definir, ainda que provisoriamente, o *objeto* de estudo da pesquisa que se seguirá nos próximos anos. Não é dos poemas em si de que se tratará, nem da biografia do poeta, mas da poemática de Paul Celan enquanto evento, acontecer poemático que *se escreveu* em quinze anos e dez livros.

### Referências Bibliográficas

BARRENTO, João. *Posfácio*. In: CELAN, Paul. *A morte é uma flor*. Lisboa: Edições Cotovia, 1996.

CELAN, Paul. *Arte Poética: o meridiano e outros textos*. Lisboa: Edições Cotovia, 1996a.

\_\_\_\_\_. *A morte é uma flor*. Lisboa: Edições Cotovia, 1996b.

\_\_\_\_\_. *Sete rosas mais tarde*. Lisboa: Edições Cotovia, 1996c.

COSTA LIMA, Luiz. *A Ficção e o Poema*. No prelo (a ser editado em 2012).



\_\_\_\_\_. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMILO DE OLIVEIRA, Mariana. “*A dor dorme com as palavras*”. A poesia de Paul Celan nos territórios do indizível e da catástrofe. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: 2008.

## **DIMENSÕES PÚBLICAS DA HISTÓRIA: OS DESAFIOS DE PENSAR O PASSADO NA ERA GOOGLE**

Sônia Meneses\*

No ano de 2011, o jornal El País, trouxe uma matéria bastante interessante para pensarmos a interferência da internet nos processos de lembrança e esquecimento na contemporaneidade. Intitulado "*Un nuevo desafío: el derecho al olvido*"<sup>1</sup> a matéria tratava do caso da ginasta Marta Bobo, hoje com 45, professora da *Facultad de Ciencias del Deporte de la Universidad de a Coruña*.

Ex-atleta olímpica, Bobo em 1984 foi notícia exatamente no El País por, possivelmente, sofrer de anorexia, fato que estaria atrapalhando sua carreira naquele momento. Como uma matéria curta vinculada 26 anos atrás poderia influenciar ou prejudicar uma acadêmica reconhecida em seu meio? Dificilmente essa notícia se tornaria relevante depois de sua primeira divulgação, a não ser pela curiosidade de alguém ou pelo acaso estimulado por alguma investigação sobre práticas esportivas, olimpíadas, etc..., realizada em qualquer das hemerotecas espanholas ou, quem sabe, de outro país que armazenasse o periódico em seus arquivos. Era provável que isso ocorresse a não ser por um detalhe: a hemeroteca na qual a notícia em questão está armazenada, não se situa mais em um lugar físico, ou pelo menos, não somente nele.

Fundado em 1976, o jornal El País, a exemplo de outros jornais, caso da Folha de São Paulo no Brasil, disponibiliza todo o seu conteúdo na rede. Através dela, e de buscadores como o Google, o maior de todos, a matéria sobre Marta Bobo, de 1984 pode ser facilmente localizada, bastando para isso que seu nome seja colocado como tema de busca. A ex-atleta argumenta o inconveniente de hoje, na sua atual condição de acadêmica que discute e trabalha exatamente a temática esportiva, ter continuamente seu nome associado a um assunto tão delicado para o meio que é a questão da

---

\* Docente da Universidade Regional do Cariri-URCA, doutora em história pela Universidade Federal Fluminense-UFF, estuda as relações entre história e mídia, tempo presente, políticas públicas da memória, teoria da história. Contato: [sonia.meneses@gmail.com](mailto:sonia.meneses@gmail.com)

<sup>1</sup> A matéria pode ser acessada no seguinte endereço:  
[http://elpais.com/diario/2011/05/15/opinion/1305410404\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2011/05/15/opinion/1305410404_850215.html)

anorexia. "Una vez leí una referencia a mi supuesta anorexia en Vogue. Pensé que se iría olvidando, pero ahora resulta que la noticia tiene de nuevo repercusión".<sup>2</sup>

A produção de eventos realizada pelos meios de comunicação não é algo novo se considerarmos o papel da imprensa principalmente a partir do século XIX. Todavia, o exemplo nos coloca diante de um problema muito próprio do nosso tempo: a atualização permanente da notícia, seu eterno vagar no presente através da rede, o que simplesmente impede seu esquecimento, ou seja, que ela se torne passado.

Talvez até possamos pensar em um novo desafio para o próprio campo da comunicação e a reboque, para a história também, ou seja: o de lidarmos com o passado que não passa. A novidade, sempre renovada, por mais estranho que essa assertiva possa parecer. Exposta para todo leitor que tem acesso a rede, aquela notícia mesmo antiga se torna para ele, que nunca a havia lido, nova.

Na ocasião o jornal se defendeu afirmando que não podia simplesmente apagar de seus arquivos as notícias dadas, dessa forma, estaria infringindo o direito fundamental da informação e da transparência, seu argumento então é de que o problema não está na notícia vinculada em 1984, mas sim, no fato de agora, ela está acessível a qualquer pessoa em 2011 através da internet.

"Nosotros no podemos modificar el contenido de la hemeroteca, porque sería falsear la historia", sostiene Gerardo Viada, responsable de los servicios jurídicos del diario. "El problema se ha creado con la aparición de buscadores. Son ellos los que dan acceso a unas informaciones que en nuestro caso solo son accesibles de forma directa para los suscriptores". Por eso, en los casos que afectan a los diarios, lo que se plantea no es suprimir la información publicada, sino impedir que sea visible a través de los buscadores de Internet. Y eso, técnicamente, pueden hacerlo tanto el medio como el buscador. Pero cada uno de ellos considera que es el otro quien debe resolver este problema.<sup>3</sup>

Quais os efeitos desse presente contínuo para as gerações futuras? Como ensinar sobre o passado no tempo de uma hipertrofia do presente? O que a ex-atleta,

---

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> [http://elpais.com/diario/2011/05/15/opinion/1305410404\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2011/05/15/opinion/1305410404_850215.html)

hoje professora, reclama é elementar para qualquer indivíduo: o direito ao esquecimento, sobretudo, quando o passado representa, de alguma maneira, situação traumática e pessoalmente conflituosa. O esquecer que ajuda a selecionar e compreender o que é importante ser lembrado e que aprofunda nossa existência numa dimensão temporal da duração, tornando assim, o passado, não uma eterna presença, mas uma experiência reflexiva do viver. Se tudo está permanentemente disponível num eterno presente, corremos o risco de caminharmos para uma espécie neurose coletiva que vê na internet seu desejo de eternidade ilusoriamente realizado.

Um passado que parece rivalizar com o presente, antes lugar das projeções e prognósticos – o que não deixou de ser totalmente – manifesta-se agora também como o tempo da reparação da restituição e da celebração dos mortos. É relevante considerar, ainda, que na contemporaneidade, os acontecimentos emblemáticos são costurados em um mundo de comunidades diaspóricas, intercambiáveis, ou para mencionar o conceito de Stuart Hall, híbridas (HALL, 2006). Comunidades que são obrigadas a operar traduções culturais em seus lugares de saída e chegada, num processo que nunca se completa totalmente e no qual “as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas” (IDEM, 72)

Lugares que criam memórias e narrativas de si e do outro a partir de experiências que nem sempre se desenrolam em seus ambientes de origem. Espaços de significação que comportam, por sua vez, vários tempos talvez, uma temporalidade intervalar que conjura a dispersão de vários signos e sensibilidades.

Nesse caso, a Internet atuou não só na elaboração, mas na significação de sentidos históricos na contemporaneidade. A profusão documental, a dispersão de vozes a falarem sobre o passado, o aumento da atuação da testemunha e, principalmente, a interferência dos meios de comunicação na produção de eventos, colocaram desafios bastante eloquentes à prática historiadora. A engenharia complexa e difusa desse circuito cultural pressiona o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas, pois, cada vez mais, tecnologias são jogadas no mercado, articulando uma rede de interdependência entre informação, educação e consumo.

Essa profusão de registros e narrativas com as quais os acontecimentos contemporâneos são apresentados nos alerta que a história, entendida como campo do conhecimento, apresenta-se como um espaço em travessias, lacerada por demandas inumeráveis. Propaga-se a qualificação de “histórico” aos quatro ventos como se o passado fosse a chave de justificativa para as mais variadas ações no dia-a-dia. Como afirmou Walter Benjamin, ainda no começo do desenvolvimento desse processo, “fazer as coisas ‘ficarem mais próximas’ é uma das preocupações tão apaixonadas das massas modernas como a tendência de superar o caráter único de todos os fatos através da sua reprodutibilidade” (BENJAMIN, 1996, 170).

Há ainda duas importantes observações feitas pelo autor, sobre a obra de arte, que vale a pena pensar para os eventos contemporâneos, a intensa divulgação de informações sobre o passado modificou o valor de culto atribuído aos acontecimentos históricos, assim como transformou o valor de exposição e audiência atribuídas a eles.

Há que se perguntar, conseqüentemente, se atualmente só se torna histórico, aquilo que é divulgado e exposto através dos meios de comunicação? Em parte, a resposta é sim, sobretudo, se os eventos que estamos falando tiverem como espaço de elaboração a cena midiática. Entretanto, devemos considerar alguns aspectos relevantes: mesmo um intenso processo de divulgação não assegura que o evento transporá a temporalidade de sua realização, ou seja, não há segurança que sua escritura na cena pública o tornará ocorrência emblemática para uma dada sociedade.

Somente quando ele consegue transpor a efemeridade de seu próprio tempo é que, possivelmente, alcançara tal estatuto, nesse caso, é preciso que haja um processo de inscrição desses eventos na duração, um processo de retorno, reescrita, reconfiguração que o tornará algo mais do que aquele aqui e agora. Sendo assim, para que esse evento se realize enquanto ocorrência exemplar e histórica, ele precisa passar por um processo de feitura bastante complexo que se desenvolve principalmente no espaço público onde os meios de comunicação têm uma influência inquestionável.

Contudo, isso não significa dizer que outras ocorrências não consigam atingir reconhecimento de representação história fora desse circuito, o que coloca ainda

outras duas questões: qual o papel dos historiadores nessa configuração e como identificar e lidar com ocorrências que se situam fora desse circuito histórico-midiático?

Nos anos de 2010 e 2011 o canal Globo News produziu dois anúncios institucionais para comemorar as efemérides de 14 e 15 anos de sua atuação. As peças publicitárias foram realizadas para promover elementos, tidos pelo canal, como qualidades fundamentais no meio em que atuam: rapidez, agilidade, conexão ininterrupta em tempo real em todas as plataformas existentes.

No primeiro anúncio, dos 14 anos<sup>4</sup> do canal, o tema central é o trabalho do jornalista apresentado como o criador e construtor dessa nova e frenética história. Um ritmo acelerado e ininterrupto cujo mote é: nunca desligar. No segundo, para os 15 anos, os eventos são o centro da abordagem. Em sessenta segundos a peça apresenta uma reunião de grandes eventos superexpostos em matérias ao longo dos 15 anos do canal. Intercalam-se entre as imagens os segundos que passam na duração do comercial: o tempo não para.

Essa hipertrofia de informações, imagens e sons parece insinuar que ali, sobre o colo do telespectador a realidade seria depositada em pormenores, o real finalmente capturado com um clic! Para isso basta que ele, o feliz consumidor do tempo, sentado em seu sofá, também aceite o desafio: nunca descansar, nunca desligar.

Tomando como metáfora o famoso conto de Jorge Luis Borges, poderíamos também nomear a campanha como o “pesadelo de Funes”, uma vez que, sua proposta é na verdade uma condenação: temos que ver, olhar, ouvir, saber sem trégua. Como que errantes em um ciclo sem fim de eventos e notícias, autômatos de um conhecimento que aprisiona, fadiga e banaliza o vivido. Como se cada um de nós fôssemos “o solitário e lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intoleravelmente preciso” (1999). Mundo no qual parecemos ter encontrado a fórmula mais sofisticada e complexa de opressão e dependência: a produção ilimitada e irrefletida de informação, o fim da privacidade, tudo pertence a todos e ao mesmo tempo nada me diz respeito.

---

<sup>4</sup> Capturado no end. <http://www.youtube.com/watch?v=OBsELReFIN8>, em 10 de abril de 2012.

Mas se nunca desligamos, se nunca descansamos, como nossas sociedades realizarão a tradução de sentidos de suas experiências de maneira a tornarem-nas elementos validos para o futuro? Mais ainda, se o canal de televisão, assim como a infinidades de outros meios capazes de reprodução ilimitada de informações estão aí para nos dizer tudo que o precisamos conhecer, que opções essas sociedades terão para escolher aquilo que não precisarão saber ou o que necessitarão lembrar?

Em recente entrevista o sociólogo Zygmunt Bauman, reflete sobre alguns temas capitais para pensarmos nossos dias. Sua primeira e mais contundente afirmação é a de que o século XX representou um marco considerável para a humanidade: a passagem de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo pleno, na qual os próprios indivíduos se tornam peças nesse mercado de troca afetivas e culturais.

Bauman cunhou o conceito de “sociedade líquida” (2005) para se referir à instabilidade na qual mergulhamos na primeira década do século XXI, para muitos de seus críticos, o autor exagera em suas afirmações, posto que, as sociedades das quais fala, seriam prioritariamente as ocidentais, aquelas que segundo Norbert Elias, haviam passado pelo que o autor denominou de processo civilizador (1994). Contudo, não há como negar um elemento bastante peculiar nesse nosso tempo: o processo de globalização tornou-se um aspecto indelével em nosso dia-a-dia. A circulação de conteúdos, culturas e pessoas pelo globo aprofundou um processo de trocas simbólicas jamais assistido pela humanidade.

Como resultado disso estabeleceu-se um acelerado processo de fragmentação social que tem nos levado a novas formas de construção de identidades marcadas pelo imediatismo das relações, o desapego aos tradicionais laços sociais, assim como, a atual inexistência de projetos coletivos que se apresentem como alternativas de transformação social. Assistimos a um momento de transição profundo em vários campos da vida humana e a dissolução da própria noção de privacidade, um dos elementos mais caros na constituição das sociedades modernas, demonstra-nos que caminhamos para outras maneiras ainda mais sofisticadas e complexas de controle e disciplinarização.

Ao que parece a humanidade continua presa no mesmo dilema apontado por Freud no começo do século XX, o paradoxo entre a segurança e a liberdade. Mas se para o eminente fundador da psicanálise o mal estar da civilização ocorria exatamente pelo excesso de segurança sobre a liberdade, elemento causador de boa parte das neuroses contemporâneas ocidentais, hoje, o dilema parece ser justamente o oposto: os modelos de segurança que predominavam até metade do século XX entraram em crise assim como os modelos de democracias modernas, exemplo disso é a turbilhão ocorrido em pleno continente Europeu.

Se o Processo Civilizador descrito pelo sociólogo Norbert Elias, foi um movimento que disciplinou as sociedades ocidentais a lidarem com a falta, a controlarem suas pulsões em nome do espaço do indivíduo e das coletividades. Na atualidade somos desafiados a administrar o excesso que tem tornado quase tudo fugazmente relevante. Sabemos como produzir, mas não estamos nos preparando para selecionar, refletir, preservar para o futuro.

Conceito compreendido aqui de maneira ampla, seja a preservação de nossa própria existência física no mundo, ameaçada pelo consumo irrefletido de bens, seja, preservação de nosso passado, saberes e práticas que se constituem elementos fundamentais que ajudam a construir para cada geração noções de identidade, pertencimento e diferenças. Como lidar com a assustadora explosão documental que coloca em risco a perpetuação do passado pela incapacidade de escolher o que deve permanecer?

Meus questionamentos pretendem investir sobre aspectos que considero relevantes para nossa profissão: a história e sua função enquanto conhecimento válido para a reflexão das mais variedades temporalidades, sobretudo, quando diversas áreas e profissionais circulam e produzem obras históricas reproduzidas em diversos lugares, mas interrogava também sobre a atuação política e social do historiador.

Assim, pergunto-me especialmente sobre o papel da história em nossos dias, melhor dizendo, a força inegável que assumiu os usos sobre o passado quando a memória e o esquecimento são postos como referências fundamentais de constituição de nossas sociedades. Um fluxo que está além da constatação vulgar do passado como



fornecedor de efemérides. Estou falando de um momento que apesar de toda aceleração, e talvez exatamente por isso, reivindica o passado alçado ao primeiro plano de expectativas que antes se direcionavam ao futuro.

Atitudes que são capazes de influenciar de maneira categórica a sistematização de políticas públicas de memória; grandes projetos cujo mote é o ressarcimento do passado. Espaços de significação que comportam por sua vez várias temporalidade e personagens.

Tempo que embora seja rápido, não é homogêneo, marcado por sofisticadas tecnologias, mas que não chegam a todos. Eis ai também, outro grande problema: compreender o imprevisível, o esquecido, a história fora da história.

Se sempre nos preocupamos em fazer compreender/explicar como as sociedades se organizam temporalmente, suas formas de representação, costumes e pensamentos, mais do que nunca, devemos interrogar com franqueza, esse saber que interdita e permite e encarar os problemas de suas explicações e de seu discurso, como nos alertou Certeau, há certo tempo, (2002: 76), “antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela”.

Tais elementos me remetem a lembrança de um velho historiador, morto em plena segunda guerra, cujos últimos pensamentos foram destinados à história. Para que serve a história? Lembrando o filho, foi a pergunta da qual Marc Bloch partiu para escrever seu último livro. Talvez tenha sido também a mesma que se fez, quando, muito tempo antes, revolucionara o fazer histórico com a Escola dos Annales.

Na cela fria, como prisioneiro de guerra, devia fazê-la novamente a si, não mais numa projeção acadêmica. Ali, o historiador é o sujeito no limite, imerso no caudaloso rio no qual, de fato, navegamos todos nós historiadores: o paradoxo de quem vive seu próprio tempo, mas que simultaneamente tenta refletir os tempos de outros – o sujeito entre a história e a história.

É redundante dizer que nós historiadores de ofício acostumamo-nos a falar para nós mesmos, como que para por a prova a eficácia de nossas proposições teóricas e metodológicas e boa parte se contentou em fazer valer a força do campo, conceito

formulado por Bourdieu, para o qual nos acostumamos a dizer: “que assim seja, amem! Elemento que parece ter nos conformado a uma condição de copiladores críticos do passado, dessa forma, parafraseando Certeau, para muitos, “o discurso histórico assumiu a cor de parede ‘neutra’. Transformou-se numa maneira de defender *lugares* ao invés de ser o enunciado de ‘*causas*’ capazes de articular um desejo. (CERTEAU; 2002:76)

Os problemas do mundo contemporâneo esperam por novas respostas e atitudes frente à compreensão do passado. Inquestionavelmente, devemos enfrentar a necessidade de reflexão sobre a memória e a história que, cotidianamente, assumem dimensões bastante distintas daquelas com as quais nos acostumamos em regimes de historicidade anteriores. A profusão de registros e as narrativas com as quais os acontecimentos contemporâneos nos são apresentados, alertam-nos que a história, entendida como campo do conhecimento, atualmente também se manifesta como um espaço em travessias, lacerada por demandas inumeráveis.

É desnecessário repetirmos a comprovação de que cada tempo constrói sua própria historiografia, contudo, essa confortável constatação não nos deve eximir de enfrentarmos, assim como Bloch, as vitórias, derrotas, frustrações e problemas de nosso próprio tempo, mesmo se o que tentamos entender é um tempo que não existe mais.

Finalizo com a velha pergunta feita por muitas gerações de historiadores: Qual a função da história? Seria grande ousadia minha, apresentar aqui, nesse breve ensaio uma resposta, principalmente, quando lembramos que respondê-la é considerar a história como um campo de muitas possibilidades. Durante muitos séculos, ela serviu para ensinar às gerações futuras com os erros do passado. História mãe, mestra da vida a qual todos recorriam para explicar o presente.

Com as grandes revoluções da modernidade a história saiu do ciclo dos acontecimentos que se repetiam, pois traziam lições, para cair no rio do processo histórico. História como grande teatro do mundo, chama-nos atenção Agnes Helles (1993). Era para ela que os revolucionários derrubaram a Bastilha.

Todavia, o século XX trouxe a para a história a melancolia e a desesperança. Com as grandes guerras e massacres do “breve século”, a história parecia nada poder

dizer, posto que, a constatação mais otimista era a de que nada fora aprendido e se vivíamos um processo de aperfeiçoamento no teatro da vida, ele havia chegado ao fim com a crise das grandes utopias.

Tantas foram as respostas, quanto foram as mudanças da história. Hoje, muitos podem cair na armadilha de pensarem-na como uma colcha de retalho sem sentido algum. História em migalhas bradava Dosse em fins do século XX contra a Escola dos Anales. Todavia, ao olharmos atentamente essas mudanças, silêncios e ausências veremos que é exatamente aí que talvez resida o caminho para sua compreensão: os sentidos da história mudam porque sua função talvez seja exatamente construir sentidos para cada tempo. É o que cada geração tenta emprestar ao futuro, associado aquilo que toma do passado misturado com anseios, necessidades e desejos postos em cada presente.

A história inventa o homem e é por ele inventada, muda, ensina, dimensiona ou nada diz, porque cada tempo produz os sentidos sobre o tempo que vivencia. Assim, vendo-a como lugar de reflexão e construção de sentidos, talvez possamos compreender que mesmo num tempo aparentemente sem história é pela possibilidade de reflexão sobre nosso passado que nossas experiências poderão servir ao futuro e, se a nossa velha roupa não nos veste mais, somos chamados à construção de uma nova tessitura para nosso tempo. Um tempo nosso, e como tal, ainda é possível acordar do sonho de Funes, para isso é preciso lembrar que a memória e a história nos povoam e são necessárias principalmente porque a partir delas significamos a vida.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 170.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. VIII, no. 1, 2002.pp. 40-53.

\_\_\_\_\_. *Diferente, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Leitores, Espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma historia dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1994.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MENESES, Sônia. **A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. Niteroi-Rj. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense. 2011.

## LÚCIA MIGUEL PEREIRA E A RENOVAÇÃO DA ESCRITA BIOGRÁFICA NO BRASIL (1930-1950)

Andréa Camila de Faria\*

A idéia que fazemos dos grandes vultos é, quase sempre, tão diversa da sua personalidade real quanto as estátuas dos homens de carne e osso que foram um dia. Como a estátua, a celebridade fixa o indivíduo em atitudes que podem ter sido culminantes, ou características, mas não foram as únicas, nem as habituais. Uma e outra tiram-lhe o movimento, o desalinho, o calor da vida.

Com essas palavras, Lúcia Miguel Pereira iniciou sua biografia de Machado de Assis, publicada originalmente em 1936<sup>1</sup>. Nelas a autora expressa qual a sua concepção de biografia ideal, que seria aquela capaz de fazer reviver o biografado através da recuperação – não só de suas obras e momentos de sua vida, mas acima de tudo, de sua sensibilidade, de seus pensamentos – enfim de tudo aquilo que pudesse humanizar a figura notável.

Estratégia difícil de ser seguida, essa busca pelo que chama de “calor da vida” não era só o caminho trilhado por ela em seus textos biográficos, mas também o método que admirava nos textos que examinava enquanto crítica literária. Exemplo disso é que em 1933, ao publicar em volume do *Boletim Ariel* uma crítica à biografia de Dostoievski escrita por sua esposa, ela atribui-lhe valor justamente por que nela era possível se identificar o autor russo como “Um homem, indelevelmente marcado pela vida, trabalhado pelos sofrimentos, lavrado pelas fraquezas, mas por isso mesmo ainda mais humano” (PEREIRA, 1992: 170)<sup>2</sup>.

Na busca por seguir esse mesmo caminho, Lúcia Miguel Pereira vai empreender então, a partir da publicação de *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico*, uma escrita biográfica onde sua preocupação maior será “fazer viver” o biografado, a partir de um modelo de análise crítica da obra e do homem permeada por reflexões psicologizantes e que serão, anos mais tarde, retomadas por ela na escrita de *A vida de Gonçalves Dias*, publicada em

---

\*Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Em 1936 surge a primeira edição de *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, publicada pela Companhia Editora Nacional como parte da Coleção Brasileira. No presente texto, no entanto, estaremos trabalhando com a edição publicada pelo Circulo Literário do Brasil em data não identificada.

<sup>2</sup> Este e outros artigos da autora foram recuperados por nós através do volume organizado por Luciana Viegas e intitulado *Lúcia Miguel Pereira. A leitora e seus personagens*, publicado em 1992 pela Graphia Editorial.

1943. Para ela, a publicação da biografia de Gonçalves Dias era uma continuação quase natural do estudo sobre Machado de Assis, pois simbolizava a reunião de dois “mestiços admiráveis” (PEREIRA, 1943: 05).

Nossa preocupação aqui é entender, assim, que características Lucia Miguel Pereira expressa nessas biografias a ponto de estas serem reconhecidas como exemplos da chamada biografia moderna e por que caminhos narrativos ela traçará as semelhanças entre esses dois mestiços que foram reconhecidos ainda em vida como os maiores representantes da nossa literatura, na poesia e no romance.

Marcia de Almeida Gonçalves, ao recuperar as ponderações de Daniel Madelenat sobre a biografia moderna, aponta que o surgimento deste “modelo” de escrita biográfica, estava associado à crise dos valores do humanismo greco-latino, da religião cristã e do racionalismo e ao desenvolvimento e a difusão das filosofias do inconsciente, das teorias freudianas, das revisões do cientificismo positivista e dos variados modernismos, em especial nas artes. Ainda segundo a autora, é neste momento – início do século XX – que começa a se delimitar a noção da biografia como gênero híbrido, que não é nem história, nem romance, mas que reúne em si as características destes dois e que por isso mesmo é capaz de sensibilizar o leitor (GONÇALVES, 2011).

A própria Lucia Miguel Pereira, ao comentar em volume *Boletim Ariel* de julho de 1937 a publicação de *Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo*, de Octávio Tarquínio de Sousa, vai apontar que o autor realizou “uma grande obra, onde se equivalem a verdade histórica e o valor literário – equilíbrio pouco comum no gênero, e único capaz de fazer com que os brasileiros se interessem pelas grandes figuras de sua terra” (PEREIRA, 1992: 191).

André Maurois também considerava a biografia moderna como fruto do período de revolução intelectual que foi o início do século XX, atribuindo especial destaque à interferência da psicologia e da ética nos processos de aprendizagem e investigação. Para ele, o biógrafo moderno

seria aquele que entenderia o biografado como uma verdade a ser construída a partir de um método de investigação pautado no abandono de qualquer idéias pré-concebidas e no levantamento e na análise de toda a documentação disponível. (MAUROIS apud GONÇALVES, 2011: 129)

Ainda segundo Marcia Gonçalves, outro autor a apontar as propriedades da biografia moderna vai ser Harold Nicolson que considerava que esta deveria “combinar o máximo de cientificidade com a perfeição da forma literária”, numa junção que por si só favorecia o uso de algumas premissas da psicologia (NICOLSON apud GONÇALVES, 2011: 127).

No caso de Lúcia Miguel Pereira, essas características da biografia moderna transparecem a cada página das obras em homenagem a Machado de Assis e Gonçalves Dias. Em ambas a autora estabelece chaves de análise para compreender suas vidas que são permeadas pelas teorias psicológicas tão em voga durante a primeira metade do século passado. No caso de Machado, Lúcia Miguel Pereira vai procurar demonstrar que sua condição de mestiço e epilético teve peso decisivo em sua construção psicológica e social, ora o levando a se fechar em sua timidez, ora o impulsionando em sua ambição. No caso de Dias, a chave desenvolvida será a do “homem de meia cor e meia classe” que também será impulsionado pela ambição, mas que será, segundo ela, marcado, sobretudo, pelas influências românticas de seu tempo.

Nesse sentido vale citar duas passagens, uma de cada biografia, que nos dão o tom das reflexões de que a autora se vale ao longo de suas obras:

Tendo de lutar contra a inferioridade da educação, de sopitar impulsos de nevropata, de desmentir o proverbial espevitamento do mestiço, querendo impor-se aos brancos, aos bem nascidos, Machado de Assis, num movimento instintivo de defesa, tratou de se esconder dentro de um tipo, não era bem o seu, mas que lhe representava o ideal: o do homem frio, indiferente, impassível. Meteu-se na pele dessa personagem, crendo sem dúvida que se elevava, na realidade amesquinhando-se, esquecido de que seus livros o traíam – ou o salvavam. (PEREIRA, sd: 15)

\*\*\*

Outro [motivo de descontentamento], talvez fruto de tudo isso – dos preconceitos românticos, da insatisfação do mestiço, da instabilidade social, da saúde precária –, foi a incapacidade de se fixar em amor, contrastando com a necessidade de afeto, com a constância na amizade, com o horror à solidão. Muito sensível à sedução feminina, Gonçalves Dias correu a vida toda atrás de uma mulher ideal, só tendo sido fiel ao amor que não se realizou – talvez justamente porque o não tenha realizado. (PEREIRA, 1943: 110)

Nelas, Lúcia Miguel Pereira deixa patente a interpretação que faz de cada um destes mestiços. Machado de Assis é identificado pelo que, segundo ela, deixou transparecer em suas obras e nesse sentido aparece ao leitor da biografia como um homem que é quase o oposto da

sua imagem pública. Se se apresentou em vida como o “burocrata perfeito”, o “marido ideal” e/ou o “absenteísta”<sup>3</sup>, passa a ser identificado por ela como um homem que construiu cuidadosamente cada uma dessas imagens, quebradas apenas pelo “homem real” que deixou transparecer em suas obras: sensual, irônico e descrente da vida e dos homens. Gonçalves Dias, por sua vez, é apresentado como o ícone de um romantismo que não é apenas literário, é antes um estado d’alma, que se aflora pelo somatório de descontentamentos que vai acumulando pela vida, desde sua instabilidade social até suas desventuras amorosas.

Para tentar compreendê-los, a biógrafa se vale do uso de questionamentos como recurso narrativo. Escreve suas “interpretações” lançando questões que são voltadas ao mesmo tempo ao biografado e ao leitor, numa maneira de tentar compreender aquele através de respostas supostas e de aproximar a este da narrativa. Temos como exemplo disso as seguintes passagens, ambas buscando representar os últimos momentos de vida de cada um dos biografados:

Que pensamentos o ocupariam nesses últimos momentos? Que imagens, que recordações lhe acudiriam à memória? Era o seu supremo colóquio com a vida que tanto interrogara – e que, afinal, muito lhe dera. Deve ter pensado nisso, deve ter sentido a diferença entre o pardinho que nascera havia quase setenta anos na casinha humilde do Livramento, e o escritor que morria cercado da consideração de todos; deve ter evocado Carolina, a quem se ia unir na morte, deve ter sentido que cumprira a sua missão de escritor, que não vivera em vão; e José Veríssimo ouve dele essas palavras de saudade e submissão:

– A vida é boa!... (PEREIRA, sd: 210)

\*\*\*

Teria o espírito intrépido conservado a lucidez? Teria Gonçalves Dias morrido como desejava, como tantas vezes pedira, com o nome de Teófilo e da Amada nos lábios? Não lhes pôde legar o último sorriso, e sua última lágrima, como desejara – mas, se estava em si, legou-lhes certamente o seu último pensamento. Teófilo e Ana Amélia, a amizade e o amor, eram o que de melhor lhe dera a vida. Amando e sofrendo cumprira o seu destino de homem e de poeta. (PEREIRA, 1943: 381)

Se, por um lado, ao leitor atual suas questões e, principalmente, suas interpretações, às vezes parecem carecer de fundamento e legitimidade, por outro, elas representam o uso das técnicas do romance para cobrir os espaços deixados pelo silêncio do passado e/ou pela falta

---

<sup>3</sup> Adjetivos utilizados por Lúcia Miguel Pereira para caracterizar as imagens que Machado de Assis teria criado de si mesmo. (PEREIRA, sd: 12)



do recurso documental. Elas representam assim, um recurso narrativo para “dar vida” ao biografado, estabelecendo suas obras nos moldes previstos pela biografia moderna, mas, sobretudo, transformando-as em uma forma de criação já que, segundo a autora, a pesquisa não bastava,

sem sensibilidade para poder se pôr no lugar dos homens do passado, para compreender-lhes a situação, sem espírito de crítica e de síntese para apreender o sentido dos acontecimentos, o ensaio histórico não passará de relatório. Afinal, escrever história, e sobretudo escrevê-la em forma de biografia, pondo em primeiro plano um homem, é uma forma de criação. (...) Se o biógrafo não sofrer, no espírito de quem o estuda, essa verdadeira gestação espiritual, não viverá no livro. As suas ações serão anotadas, mas ele estará ausente. A biografia, ainda quando não tiver nada de romaneada, tem muitos pontos de contatos com o romance. (PEREIRA, 1992: 189)

Aqui temos um ponto fundamental. As biografias eram segundo ela – e de acordo com as premissas dos que advogavam em favor da biografia moderna – mais do que um texto literário, eram um modelo de escrita da história, talvez até, o modelo ideal. Assim, lançar questões era seduzir o leitor, convidá-lo a participar da narrativa e, sobretudo, fazer com que ele se interessasse pela história, espiando-a através dos olhos de nomes representativos para o país. Era permitir-se certo nível de criação para tornar mais fácil a restauração do tempo passado, mas uma criação mediada pelo conhecimento histórico. Era, principalmente, utilizar-se de um recurso estilístico para buscar sensibilizar o leitor.

Interligando esses dois homens pela narrativa biográfica, Lúcia Miguel Pereira os unia em semelhanças que iam desde a condição racial e social à saúde frágil desde a infância. Em Machado de Assis ela analisava seus “impulsos de nevropata”, onde a epilepsia, pelas crises que provocava e pelo sofrimento moral que causava, já que era entendida por ele como estigma, ajudaram a delimitar-lhe a personalidade. Em Gonçalves Dias pensava em sua melancolia, na qual pesava as muitas crises de reumatismo, comuns ainda na infância, e as doenças que foram acometendo ao longo da vida, em especial a tuberculose, também estigmatizada socialmente.

Para essas análises “médicas e psicológicas” parece ter contribuído o conhecimento científico que Lúcia Miguel Pereira adquiriu na biblioteca do pai. A segunda dos seis filhos do médico Miguel da Silva Pereira e de Maria Clara Tolentino Pereira, ela parece ter se beneficiado do conhecimento que adquiriu com o pai para traçar os comentários

interpretativos sobre os males que acometeram seus biografados. Maria Helena Werneck é quem vai apontar para isso, identificando ainda que a biógrafa deve ter se inspirado nos trabalhos de Arthur Ramos e em traduções francesas de trabalhos científicos alemães, além dos artigos que apareciam em *Brasil Médico*, revista publicada por 50 anos, desde 1887, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição que seu pai chegou a presidir (WERNECK, 2008: 127).

Essas considerações são importantes porque Lúcia Miguel Pereira não estava preocupada apenas em narrar a vida de seus biografados. Seu objetivo era empreender uma análise destes homens através de suas obras. Em suas próprias palavras, ao justificar a biografia de Machado de Assis, sua biografia seria, sobretudo, uma interpretação, uma vez que “só vemos os fatos de sua vida nas sombras projetadas por eles sobre a obra. Conhecemos a reação melhor do que a ação. Reação sem dúvida exagerada por um temperamento doentio, por uma sensibilidade de artista” (PEREIRA, sd: 15). Marcia Gonçalves, ao analisar *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico* aponta que mais do que narrar a trajetória de vida de seu biografado, Lúcia realizou

uma particular análise sobre as relações entre as escolhas, motivações e condicionamentos do sujeito autoral e a criação literária e artística, investigando e interpretando as conexões e interdependência entre ambos. Desenhou, em papel e letras, um retrato de Machado de Assis impregnado pelas impressões da leitora/narradora, em tudo permeadas pelo intuito de “fazer viver” o biografado, sob o crivo das dúvidas e impasses do tempo de vida da biógrafa. (GONÇALVES, 2009c: 192)

Essas considerações de Marcia Gonçalves sobre a biografia de Machado de Assis também são válidas para a biografia de Gonçalves Dias. Elas nos chamam atenção para a interferência da vivência da narradora em seus textos e nos lembram que foi a conjuntura mundial de crise de paradigmas que “provocou” o surgimento da biografia moderna e o chamado *boom* biográfico. No caso específico do Brasil e dos trabalhos de Lúcia Miguel Pereira temos, além das inquietações sociais e políticas causadas pelas duas Grandes Guerras, conjunturas próprias de reformulação política e social que põem em destaque na primeira metade do século XX, e em especial entre as décadas de 1930 e 1950, preocupações com a escrita da história nacional e de novos debates sobre a constituição do povo brasileiro.

Nesse sentido é importante lembrar que *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico* surge apenas dois anos após a publicação de *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freire<sup>4</sup> e que a própria Lúcia, ao escrever uma crítica à obra, publicada na coluna “Livros” da *Gazeta de Notícias* de 7 de outubro de 1934, afirmou:

O brasileiro culto é um novo-rico que se envergonha de suas origens e procura ocultar os parentes pobres. Gilberto Freyre nos vem convencer de que as nossas deficiências provêm menos das raças formadoras da nossa gente do que dos fatos culturais, do clima, dos vícios de alimentação e higiene, das condições econômicas. Causas todas possíveis de serem removidas ou atenuadas. (PEREIRA, 1992: 209)

Também é sintomático que ao escrever *A vida de Gonçalves Dias* a autora tenha se valido diretamente do discurso do sociólogo pernambucano para justificar seu entendimento de que a condição de mestiço do poeta maranhense havia marcado decisivamente sua personalidade. Em suas palavras,

Gonçalves Dias não poderia deixar de ter sido profundamente marcado pela mestiçagem – portuguesa ou negra, que da indígena só se orgulharia, como bom romântico – pela dolorosa instabilidade dos “homens de meia raça, sentindo como os de meio sexo, a distância social, e talvez psicológica, entre eles e a raça definitivamente branca ou sexo definitivamente masculino e dominador” (FREYRE apud PEREIRA). (PEREIRA, 1943: 110).

Nesse sentido, nos parece que ao escolher esses dois mestiços para biografar, Lúcia Miguel Pereira procurava traçar e exaltar a característica mais marcante do povo brasileiro, a mestiçagem, identificando-a não como fator a ser superado, mas antes como fator condicionante de crescimento do país, ainda que muitos fossem os desafios a serem superados.

Mas as questões raciais tão importantes nessas narrativas eram, no entanto, apenas um dos aspectos que tornavam atual a sua escrita. Em tempos de escalada do autoritarismo tanto na Europa quanto em terras brasileiras<sup>5</sup>, os debates sobre o papel dos sujeitos individuais na história tornavam-se latente. Era uma busca por humanizar a história e as biografias acabavam despontando como o recurso quase perfeito para isso; recuperava-se o indivíduo para identificá-lo à história nacional que se queria forjar.

---

<sup>4</sup> Publicado originalmente em 1934.

<sup>5</sup> Estamos pensando na ascensão dos regimes fascistas, com destaque para os casos da Espanha e da Alemanha.

No caso brasileiro, destacam-se, nesse sentido, não só os esforços de Lúcia Miguel Pereira, mas também de Octávio Tarquínio de Sousa, seu marido desde 1940<sup>6</sup>. Ambos foram responsáveis pela escrita das biografias mais célebres no período e que buscavam ser não apenas uma narração da vida de alguns brasileiros ilustres, mas que eram, principalmente, um “instrumento mediador, a via de acesso a outra época sob a perspectiva de reconstruir o passado pelos olhos de quem o encenou”, como nos aponta Marcia Gonçalves (GONÇALVES, 2011a: 297).

Não era exatamente uma busca pela história mestra da vida, mas era sim uma procura pelo olhar do passado para tentar, se não transformar, ao menos compreender o presente turbulento<sup>7</sup>. Nas palavras de Lúcia,

As épocas de transição, como a nossa, são também, fatalmente, épocas de revisão, de julgamento. Quando tudo ameaça ruir, o exame das bases se impõe; e a quem competirá, senão à inteligência? Chamada assim a verificar, a escolher, a decidir, ela não pode ficar alheia às preocupações sociais; nos momentos de tranquilidade, consegue o espírito encerrar-se nas construções abstratas inteiramente desinteressadas; nas outras é invencivelmente atraído para fora, para a fricção áspera e vivificante da realidade. Graças a estas não se desumaniza, não perde contato com a vida.

De par com as misérias de que tanto nos queixamos, trouxe-nos o nosso tempo alguns bens, de que nunca falamos; e o maior é sem dúvida este de nos obrigar a refletir, a viver conscientemente; a reconhecer a estreita interdependência dos valores; a sentir a gravidade e a solidariedade das idéias; a ver que não existem divisões entre a vida especulativa e a vida prática, que a coisa literária e a coisa pública se encontram e se confundem no seu grande plano comum: a coisa humana. (PEREIRA, 1992: 65)

Nesse sentido, as biografias de Machado de Assis e Gonçalves Dias despontavam como um olhar ao passado que buscava conhecer dois homens que superaram diversas adversidades em busca de se tornarem nomes de destaque de nossa literatura. Era a exaltação de dois mestiços que souberam passar por cima dos preconceitos de raça. Era a valorização de dois homens que com o elo comum de provirem de origem humilde souberam alcançar o sucesso que almejavam e se tornaram reconhecidos dentro e fora do Brasil. Por isso retratar-

---

<sup>6</sup> Octávio Tarquínio de Sousa foi autor das biografias reunidas na coleção *História dos fundadores do Império do Brasil*. Para maiores informações sobre sua vida e sua obra ver: GONÇALVES, 2009a, 2011a e 2011b.

<sup>7</sup> Não é nosso objetivo aqui pormenorizar a história política do Brasil no período, basta ao nosso interesse apenas lembrar que a década de 1930 marcou no país um momento de reviravolta política que pôs fim a chamada República do café-com-leite e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, assim como a elaboração de uma nova constituição e o acirramento de disputas políticas, inclusive com dura perseguição aos opositores.

lhes em suas incompletudes e dilemas não era diminuí-los, mas antes, exaltá-los, como ela mesma afirma ao analisar os sentimentos de Machado de Assis:

Certo de ter, ao lado de indiscutíveis superioridades, taras de que se vexava, e quisera esconder, Machado penetrou na celebridade como num salão cheio de gente pronta a criticar-lhe o traje modesto.

Era ali o seu lugar, ali devia ficar – mas convinha não se mexer muito, para não ostentar o terno coçado, os sapatos cambaios – e para não se mostrar deslumbrado de estar ali.

E ficou num canto, teso, arredio, julgando descobrir em cada olhar o brilho tão temido da zombaria.

(...) Para compreendê-lo, é preciso não esquecer precisamente daquilo que procurou ocultar: da origem obscura, da mulatice, da feiúra, da doença – do seu drama enfim.

Não há impiedade nessa atitude. Ao contrário. Porque essas misérias, que venceu, que sobrepujou, só podem elevar o homem, torná-lo tão grande quanto o artista. (PEREIRA, sd: 16)

Nas palavras de Marcia Gonçalves, Lúcia Miguel Pereira, como escritora e crítica “sublinhava as interfaces da biografia com a literatura e dessa, por sua vez, com o imaginário nacional” (GONÇALVES, 2009a: 128). Ação esta que, sem dúvida, estava de acordo com o movimento da chamada biografia moderna, que, uma vez “humanizando” seus personagens, serviria de estratégia para a renovação da escrita da história nacional (IDEM). Nesse sentido, seu recurso de retratar dois mestiços admiráveis significava dar aos brasileiros de seu tempo dois exemplos em que se espelhar. Era um olhar para o passado que visava estimular os homens do presente (e também do futuro) a superarem suas adversidades. Era o uso da narrativa biográfica como forma de escrita da história, mas era, sobretudo, uma forma de criação.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: *Dimensões*, vol. 24, p. 157-172, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan.-jun. 2011.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Otávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009a.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. GRINBERG, Keila ; SALLES, Ricardo (Org). In: \_\_\_\_\_. *O Brasil imperial 1831-1889*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Mestiço, pobre, nevroptata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). *Memória e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009c.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Em tempos de epidemia biográfica: Octávio Tarquínio de Sousa e sua busca por homens históricos. In: *Estudos de Historiografia Brasileira / Organizadora Lucia Maria Bastos Pereira das Neves et al.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011a.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Aprender com outro? Lições do mundo histórico nas biografias de Octávio Tarquínio de Sousa. In: *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão / Organizadores: Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo, Valdei Lopes de Araújo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011b.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 119-135, jan.-jun. 2011c.

MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico*. S.l.: Círculo Literário Brasileiro, s.d.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943), e em livros / Lúcia Miguel Pereira; prefácio, Bernardo de Mendonça; pesquisa bibliográfica, seleção e notas, Luciana Viegas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. Lúcia Miguel Pereira e a tradição da biografia no Brasil. *Revista SemeaR* 9. Disponível em: <[http://www.lettas.puc-rio.br/catedra/revista/9Sem\\_08.html](http://www.lettas.puc-rio.br/catedra/revista/9Sem_08.html)> Acesso em: 22 jul. de 2010.

---

## FUNERAIS DE CONSAGRAÇÃO CÍVICA E ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL (1870-1930)

Douglas Attila Marcelino\*

Conjunturas históricas de mudanças intensas são sempre acompanhadas da recomposição de expectativas, da conformação de novos valores e concepções de mundo, da produção de uma agenda simbólica e explicativa visando dar coerência às experiências vividas. O século XVIII, marcado pela filosofia da Luzes, é certamente um momento exemplar nesse sentido, que permitiu o estabelecimento de um ideário republicano com intenso potencial de repercussão em várias partes do mundo ocidental. Junto com os ideais da Ilustração, uma nova economia da glória, centrada na exaltação dos “grandes homens”, tenderia a redefinir os velhos modelos de consagração heroica então existentes, que mais se afinavam com os valores do Antigo Regime.<sup>1</sup> Crescentemente desprovido de um ideal de sacralidade ou de mecanismos que o distinguiam pelo nascimento e origem social, o grande homem das Luzes seria celebrado pelo mérito e supostas virtudes cívicas, deslocando a representação do herói guerreiro e a clássica imagem do varão ilustre plutarquiano.<sup>2</sup> Assim, os mecanismos consagratórios utilizados tornar-se-iam cada vez mais pródigos na exaltação desse tipo de personagem, aproximado agora do “homem comum” que, movido por ideais humanitários, não proviria apenas dos estreitos quadros do mundo nobiliárquico, figurando por suas próprias qualidades cívicas numa verdadeira “república de talentos” (OZOUF, 1984).

Tais mudanças, sem dúvida, são fundamentais para explicar a relevância que os funerais de Estado ganharam dentro da tradição republicana francesa (BEN-AMOS, 2000). Como nenhum outro, o regime republicano tornaria aquele um importante ritual de exaltação dos “grandes homens” e suas virtudes cívicas, não obstante, é claro, a organização de grandiosos “funerais consagratórios” pelo Estado seja um fenômeno recorrente em muitas sociedades (ver LORAUX, 1994). Considerando apenas o caso francês, poderíamos dizer que os funerais reais de

---

\* Doutor em história pelo PPGHIS/UFRJ. A pesquisa aqui apresentada está sendo desenvolvida na forma de pós-doutorado (bolsa CAPES/PNPD) no PPGH/UFRRJ desde fevereiro de 2012.

<sup>1</sup> Nos baseamos aqui, principalmente, nas ideias de Jean-Claude Bonnet, que associou esse processo de mudança dos modelos de glorificação ao descrédito dos necrológicos e aos usos dos elogios acadêmicos na França da segunda metade do século XVIII (BONNET, 1986).

<sup>2</sup> Indicamos aqui de modo simplificado alterações características de um processo complexo e de longa duração, que, inclusive, não foi tão assegurado ou unilinear: as consagrações cívicas de importantes lideranças da Revolução Francesa seriam permeadas por traços dos antigos modelos de heroicidade e, em 1840, Thomas Carlyle faria sua famosa conferência na qual o “homem de letras” seria representado com dotes proféticos e como verdadeira manifestação da Providência na história (CARLYLE, 1963). Uma visão da complexidade desse processo, inclusive da retomada e da perda de credibilidade do antigo modelo de heroicidade de Plutarco entre os séculos XVI e XVIII, foi esboçada por François Dosse (DOSSE, 2009).

toda tradição litúrgica monárquica serviriam para exemplificá-lo. Como apontou Avner Ben-Amos, por outro lado, na história da monarquia francesa os funerais nunca rivalizaram em importância com outros tipos de cerimônias, como o ritual de coroação (BEN-AMOS, 2000: 17-18). No regime republicano, os funerais de Estado teriam assumido um estatuto simbólico singular, transformando a Terceira República francesa no primeiro regime a celebrar regularmente as exéquias de figuras não propriamente políticas, como cientistas de reconhecida notoriedade (apesar da mais tênue distinção entre esses campos no período) (BEN-AMOS, 2000: 12). Tais alterações, certamente, devem ser compreendidas dentro do quadro mais amplo de redefinições dos modelos de heroicidade e virtudes cívicas ensejado pela difusão das tradições republicanas.

No Brasil, o estabelecimento de uma economia da glória de moldes iluministas, centrada no enaltecimento dos grandes homens, permearia a produção histórica dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX. Criado em 1838, o instituto teve reconhecida relevância na formação de um corpo de profissionais empenhados em prover os meios para a construção da história nacional. Sem retomar assunto por demais conhecido (GUIMARÃES, 1988; GUIMARÃES, 2006), cabe destacar que o ideal iluminista dos grandes homens marcaria a própria revista da instituição, que possuía uma seção dedicada aos “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc.” (ENDERS, 2000; OLIVEIRA, 2009). Além desta seção, artigos biográficos e minuciosos necrológios sempre constaram das páginas da publicação. Na verdade, a relação entre este tipo de produção letrada e a historiografia é tema complexo, pois se, por um lado, é sabido que o gênero biográfico, desde a Antiguidade, nunca se confundiu com a escrita da história (MOMIGLIANO, 1986) (e, em contextos como o francês, por exemplo, sofreria relativo descrédito no século XIX), há importantes evidências da sua relevância para os historiadores do IHGB, como se pode notar pelo lugar ocupado nos próprios “textos fundadores” da instituição (CEZAR, 2003 e 2011). De qualquer modo, as biografias e os necrológios elaborados no período são representativos dos padrões de idealização dos grandes homens que o permearam, permitindo compreender melhor as investidas na composição de uma “coletividade de notáveis cidadãos”, cujas vidas teriam contribuído para o “engrandecimento da pátria”.

Os vínculos entre a escrita biográfica e a produção histórica oitocentista já foram analisados por outros autores, que apontaram principalmente a perspectiva de construção da nacionalidade como vetor de ligação entre as duas formas de lidar com o passado. Assim, para Maria da Glória de Oliveira, os feitos grandiosos dos “homens ilustres” das narrativas biográficas só poderiam adquirir “conotação propriamente histórica” se “inscritos no processo de gênese



nacional” (OLIVEIRA, 2010: 288). O real estabelecimento do ideal iluminista do grande homem em substituição ao antigo padrão de heroicidade plutarquiano, entretanto, é tema controverso, pois tangencia o problema mais amplo da elaboração de uma moderna concepção de história no Brasil oitocentista, assim como a questão correlata da persistência de formas antigas de lidar com o passado e de seu efetivo papel na produção historiográfica.<sup>3</sup> Não pretendemos retomar esse debate, mas parece certo que o estabelecimento de um padrão narrativo biográfico acompanhou a complexidade da historiografia no período, dificilmente compreensível pela adoção de modelos de análise lineares ou monolíticos.

Para além das diversas tensões que atravessaram a produção historiográfica no Oitocentos, importa ressaltar certas especificidades do IHGB enquanto instituição, pela qual passaram membros de uma elite imperial cujos laços de sociabilidade possuíam traços típicos de uma sociedade de corte. Diferentemente do caso europeu, em que a escrita da história já havia ocupado o espaço das universidades, no Brasil, o instituto funcionava nos moldes das academias ilustradas dos séculos XVII e XVIII, com uma elite que, ligada ao Estado imperial, escrevia para um público restrito, visando homogeneizar dentro dos quadros aristocráticos uma visão da nação:

Marcada pelos critérios que presidem e organizam um tipo de sociabilização própria de uma sociedade de corte, esta produção historiográfica escapa, assim, às regras e injunções específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento básico apóia-se no domínio de um certo saber específico. (...) Como traços marcantes desta história nacional em construção, teremos o papel do Estado Nacional como o eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial (GUIMARÃES, 1988: 9).

O importante a assinalar é não apenas os traços aristocráticos que presidiam as formas de sociabilidade do instituto, mas os limites dessa produção dentro do universo social existente, que visaria o “esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade - que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro” (GUIMARÃES, 1988: 6). Tratava-se, portanto, de uma produção direcionada a um público de escolhidos, nos mesmos moldes de boa parte das cerimônias e rituais da monarquia. Tais características, nesse sentido, indicam as condições peculiares ao estabelecimento do ideal dos grandes homens no caso brasileiro, seja no plano da

---

<sup>3</sup> Vários autores têm apontado as tensões da historiografia brasileira do século XIX, inclusive no que diz respeito à mescla de diferentes “regimes de historicidade”, conforme a expressão utilizada por François Hartog. A frequente remissão aos clássicos em “textos fundadores” tem sido bastante apontada, embora historiadores como Valdei Lopes tendam a perceber, em muitas dessas referências, uma espécie de “metaforização”, ou seja, menções que não representariam de fato um tipo de vivência histórica equivalente ao modelo antigo (que pressupunha uma constância da natureza humana, conforme expressa na célebre fórmula ciceroniana da história como “mestra da vida”). O debate continua em aberto (para duas concepções distintas, consultar ARAUJO, 2008 e CEZAR, 2011).

escrita biográfica, seja no da elaboração de rituais cívicos destinados à criação de um panteão de ilustres representantes da nacionalidade. Armelle Enders, que também destacou a presença dos valores iluministas do mérito e da virtude cívica como fundamentos da consagração heroica feita pelo IHGB, parece ter sido sensível ao problema (ENDERS, 2000). Analisando preferencialmente as biografias, mas fazendo considerações sobre o regime de rituais e as formas de monumentalização do Oitocentos, a autora indicou como a nova pedagogia dos grandes homens esbarraria nos limites que o próprio regime monárquico-constitucional acabava impingindo à celebração dos mais “ilustres representantes da nacionalidade”.

Vários exemplos podem ser destacados nesse sentido, a começar pelas peculiaridades da própria liturgia do poder da realeza. As singularidades dos cerimoniais políticos, praticamente todos voltados para o monarca, acabariam por obscurecer investimentos rituais na pedagogia dos grandes homens. Assim, até por volta de 1870, os “vultos nacionais” viveriam à sombra dos monarcas, recolhendo apenas “as migalhas do culto dinástico”: “o pai, fundador do Império, é um herói; o filho, pacificador e amigo dos sábios, enverga, sobretudo depois de 1870, as vestes comuns do grande homem” (ENDERS, 2000: 59). Teria sido a partir dos momentos finais do Império, quando D. Pedro II foi cada vez mais apresentado como o “monarca cidadão” (SCHWARCZ, 1998: 124), perfazendo aparições menos pomposas e orquestradas, que teriam surgido mudanças importantes nos cerimoniais públicos, as quais se acentuariam bastante nas primeiras décadas republicanas. A iconografia do período é extremamente rica na indicação das alterações sofridas pelas formas de representação do poder: várias imagens de D. Pedro II sugerem a crescente simplicidade de suas vestimentas e a perda de importância simbólica dos ícones e símbolos da liturgia imperial (SCHWARCZ, 1998; MAUAD, 1997). Por outro lado, toda uma “retratística” surgida com o uso da fotografia demonstra que o mecanismo simbólico de legitimação social, durante o Segundo Reinado, era ainda fortemente baseado num critério nobiliárquico, de distinção advinda da proximidade com o imperador, tendo em vista a preocupação da elite da época de construir uma auto-representação semelhante àquela do monarca.<sup>4</sup> No Primeiro Reinado, por outro lado, as liturgias do poder também remetiam quase que exclusivamente para a figura de D. Pedro I, que não apenas reforçou a relação de continuidade com as tradições monárquicas portuguesas, como procurou se colocar como único fundador do Império. O calendário cívico, fixado por lei em 1826, “ordenava-se em torno da

---

<sup>4</sup> Segundo Iara Lis Souza, é possível perceber a constituição de um padrão fotográfico, “um trânsito de imagens, de retratos dos homens de Estado, do estadista, sugerindo uma natureza comum entre eles, que os bem distinguia de todas as outras gentes da sociedade brasileira” (SOUZA, 2009: 34-35).

comemoração de eventos nos quais dom Pedro I aparece como o único ou pelo menos o principal personagem” (ENDERS, 2010: 62).<sup>5</sup>

A inauguração de monumentos, parte importante da pedagogia dos grandes homens, parece ter sido igualmente muito restrita durante o Império, discrepando do caso da Terceira República francesa, para o qual Maurice Agulhon cunharia o termo “estatuomania” (AGULHON, 1979). Segundo Armelle Enders, “no Brasil imperial, não se poderia ver uma ‘estatuomania’ antes dos últimos anos do regime, e mesmo então o termo parece bastante excessivo” (ENDERS, 2000: 55). A centralidade da figura imperial tem novamente um papel importante nesse sentido, como se poderia notar na inauguração da estátua equestre de D. Pedro I, em 1862, representativa de um tempo em que apenas os soberanos eram representados nas praças públicas:

A história da estátua do primeiro imperador do Brasil mostra o quanto a ética monárquica e tradicional ainda é mais forte que a nova pedagogia dos grandes homens no Brasil da década de 60. Lembra o tempo em que os soberanos eram os únicos a serem representados nas praças públicas. A estátua equestre é o monumento real por excelência. (ENDERS, 2000: 56)

Além da centralidade da figura imperial, as próprias especificidades do IHGB, enquanto instituição permeada por práticas e formas de sociabilidades de teor aristocrático, também não favoreciam uma mais ampla difusão da pedagogia dos grandes homens.<sup>6</sup> Analisando as cerimônias para homenagens biográficas elaboradas pela instituição, Enders indicou que elas “mais evoca[vam] as civilidades aristocráticas do século XVIII do que as multidões do fim do século XIX”, remetendo antes a “um tipo de festividade acadêmica, a uma república ideal, elitista e fechada” (ENDERS, 2000: 55). Aquelas, portanto, não pareciam festividades “massivas” e os elogios feitos pelos homens do IHGB referiam-se mais a “uma galeria de espelhos” do que a uma “galeria nacional” (ENDERS, 2000: 59). Os próprios padrões cerimoniais de exaltação biográfica do instituto, portanto, indicam o caráter restrito dos mecanismos de difusão da pedagogia dos grandes homens, sugerindo, inclusive, as especificidades que acercavam o uso da palavra nação como fundamento da glória dos personagens consagrados (até que ponto aqueles homens não celebravam-se uns aos outros para impedir o esquecimento, vendo-se mais como espelhos de um

---

<sup>5</sup> Os ritos litúrgicos da monarquia foram marcados por peculiaridades importantes, como ocorreu no cerimonial de coroação do primeiro imperador, que, já tendo passado pelo ritual da aclamação, recebeu também a sagração, remetendo a toda a tradição teológico-política medieval do poder concedido pela graça divina (OLIVEIRA, 2009). A importância dos rituais oficiais do Primeiro Reinado e a tensão entre o estabelecimento dos valores liberais e as tradições do Antigo Regime português no período foram analisadas por Iara Lis Souza (SOUZA, 1999).

<sup>6</sup> Mesmo durante a República, o IHGB tenderia a manter práticas que faziam lembrar heranças típicas do Antigo Regime, conforme indicou Lucia Maria Paschoal Guimarães. Além da cadeira do imperador D. Pedro II, que foi mantida vazia, a instituição desconsiderou o decreto que abolia as designações, foros de nobreza e ordens honoríficas estabelecidas pela monarquia (GUIMARÃES, 2006: 23-24).

círculo estreito de aristocratas do que como símbolos da nação?). O próprio significado semântico da categoria nação poderia ser objeto de maiores interrogações nesse caso, a partir de uma comparação do sentido por ela adquirido a partir de fins do Império e início do regime republicano.<sup>7</sup>

Os mecanismos de exaltação de uma pedagogia cívica dos grandes homens, no período imperial, portanto, estavam largamente baseados na produção escrita de uma elite letrada, com circulação restrita. Seu potencial de difusão era menor do que aquele que começaria a se fortalecer a partir dos momentos finais do regime monárquico e início da República, quando um conjunto de mudanças nas formas de escrita sobre o passado nacional e no regime de rituais cívicos ganhou mais espaço na sociedade brasileira. Considerando o plano específico da escrita, vários estudos têm apontado como a conformação de uma nova geração de intelectuais, a partir de 1870,<sup>8</sup> foi marcada por uma maior preocupação com a ampliação da circulação da produção letrada, aspecto constante dos anseios de reformas sociais que, na ótica da época, proviriam especialmente da ação pedagógica em favor da educação do “povo brasileiro” (BOTELHO, 2002; HANSEN, 2007).

Algumas obras de caráter “cívico-pedagógico” de autores como Manoel Bomfim, Olavo Bilac, Coelho Neto e Sílvio Romero, por exemplo, parecem representativas desse tipo de ideal, que acompanhava as transformações sociais do início da República, ensejando uma maior preocupação com a instrução popular - é o caso de livros como *Através do Brasil*, de Manoel Bomfim e Olavo Bilac (1910), *Contos pátrios*, de Olavo Bilac e Coelho Neto (1894) e *A história do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis*, de Sílvio Romero (1890), embora vários outros títulos pudessem ser aqui indicados.<sup>9</sup> Este tipo de produção literária guarda diferenças importantes de outras obras que se tornariam clássicas, como os livros mais conhecidos de Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e do próprio Sílvio Romero - *Os sertões* (1902), *Capítulos de história*

---

<sup>7</sup> Apesar da centralidade do tema da nação na produção histórica sobre o século XIX, não são muitos os estudos voltados especificamente para as mudanças semânticas da categoria no período. Valdei Lopes, repercutindo as teses de Koselleck sobre a formação do moderno conceito de história, analisou a crescente temporalização da categoria nação no Brasil das décadas de 1830 e 1840, cada vez mais compreendida como uma totalidade que se movimentaria numa temporalidade progressiva, constituída por sua singularidade dentro do movimento geral da história universal (ARAUJO, 2008). Seria interessante complementar esse tipo de análise apontando também as mudanças de significado da categoria no sentido da ampliação daquilo que se compreende como o “povo brasileiro”, aspecto provavelmente relacionado ao crescimento urbano-industrial e às alterações propiciadas pela constituição de uma sociedade cada vez mais próxima do que se tem chamado de “sociedade de massas”.

<sup>8</sup> São muitas as obras sobre a chamada “geração de 1870”, o que tornaria impossível citar todas (para duas importantes referências, com abordagens bastante distintas, ver VENTURA, 1991 e ALONSO, 2002).

<sup>9</sup> Um levantamento mais detalhado desse tipo de publicação pode ser obtido nas obras de André Botelho e Patrícia Hansen (BOTELHO, 2002; HANSEN, 2007)

*colonial* (1907) e *História da literatura brasileira* (1888), respectivamente.<sup>10</sup> Ainda assim, é possível perceber aspectos comuns, como a preocupação com o próprio “povo brasileiro”: alçado a elemento fundamental da elaboração letrada, ele devia não apenas ser “formado” para a participação no novo regime político, mas acabou também figurando, nas obras desses autores, como ícone-fundador da identidade nacional (nas figuras do homem do interior, o sertanejo, e do mestiço).

Atenta às mudanças da produção historiográfica na passagem do Império à Primeira República, Angela de Castro Gomes tratou o problema da seguinte forma:

(...) como ocorreu em inúmeros casos de formação de Estados nacionais “modernos”, o destinatário dos discursos científicos [do período da Primeira República] era outro, o que ganhava especial força no caso da história do Brasil, por seu sabido e acreditado valor pedagógico. Sem descuidar da educação das elites governamentais, que tinham muito o que aprender com os “heróis” e os grandes eventos da história pátria, o interlocutor privilegiado da narrativa era o próprio “povo brasileiro”, a ser criado em um movimento simultâneo ao da construção de uma história, em que ele era também um protagonista, além de destinatário (GOMES, 2009: 13).<sup>11</sup>

De fato, os momentos finais do Império e o início do período republicano demarcam mudanças importantes tanto no regime de rituais do poder, com o deslocamento da centralidade da figura monárquica, quanto nas formas de escrita sobre o passado nacional.<sup>12</sup> Essas mudanças são fundamentais para a compreensão da importância adquirida pelos funerais de Estado no regime republicano e seu papel na solidificação de uma economia da glória centrada na pedagogia dos grandes homens no caso brasileiro. O período da Proclamação da República até 1930 é extremamente rico de exemplos nesse sentido: Floriano Peixoto, Afonso Pena, Rodrigues Alves, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac e Rui Barbosa são alguns personagens cujas cerimônias fúnebres ilustram valores fundamentais prezados pelo novo regime de consagração cívica. Seus funerais foram encenações para um público mais amplo, perpassados

---

<sup>10</sup> Vários pesquisadores já analisaram as obras desses autores, indicando essa centralidade do povo brasileiro, sendo impossível citar todos aqui (para pesquisas mais recentes de cada um deles, ver, por exemplo, OLIVEIRA, 2008; REIS, 1998; TURIN, 2005).

<sup>11</sup> Sobre o assunto, ver também a tese de doutorado de Rodrigo Turin (TURIN, 2009).

<sup>12</sup> Entendemos aqui essas várias formas de lidar com o passado como “narrativas históricas”, de modo aproximado ao sentido dado por Jörn Rüsen à expressão, pelo qual elas ultrapassam o campo estrito da produção historiográfica (e, mesmo, da escrita). Ou seja, os rituais cívicos e a produção escrita sobre o passado nacional podem ser compreendidos como formas específicas de constituição histórica de sentido por meio da narrativa, que fazem parte de uma consciência ou memória histórica (as narrativas históricas, diferentemente da simples presença inconsciente do passado no presente, como na tradição, apontam para a tridimensionalidade do tempo, diferenciando passado, presente e futuro como parte de um contínuo e permitindo que o passado possa ser visto realmente como passado). Com a crescente sofisticação dos mecanismos de regulação metódica da história enquanto prática científica, é claro, ela tenderia a se diferenciar cada vez mais dos rituais cívicos, ao ponto de hoje termos uma maior tensão entre a história de natureza acadêmica e o regime de rituais e comemorações cívicas (não obstante características comuns à história e aos ritos de recordação jamais possam deixar de existir, como têm apontado autores como Fernando Catroga, por exemplo) (ver RÜSEN, 2001, 2007, 2007; CATROGA, 2009)

por um ideal pedagógico e moralizante que se fortaleceu no regime republicano, devendo ser compreendidos conjuntamente com a elaboração de outros mecanismos destinados à difusão dos valores cívicos e patrióticos que cada um dos personagens exaltados consagraria (ver GONÇALVES, 2000).<sup>13</sup>

Por certo, as mudanças no regime de rituais cívicos apontadas podem ser relacionadas com as alterações nas formas de escrita sobre o passado nacional, demarcando um campo de análise semelhante ao que, para outros contextos historiográficos, já foi explorado por importantes historiadores.<sup>14</sup> Vários dos aspectos aqui mencionados podem ser enfocados, sendo importante ressaltar três deles: o fortalecimento de um ideal pedagógico que, embora já existente, ganharia mais espaço com o regime republicano, inclusive no que concerne à preocupação com uma difusão mais ampla dos valores cívicos por meio da escrita didática sobre o passado e dos rituais de panteonização dos “vultos nacionais”; a consolidação do ideal cívico dos grandes homens como parte da redefinição dos antigos modelos de heroicidade, já que, durante o Império, se poderia perceber uma constante tensão com padrões mais próximos das formas de consagração dos varões plutarquianos; a ressignificação do ideal de uma história nacional, expressão que tende a ganhar um significado ampliado, tornando-se mais fortemente sinônimo de “povo brasileiro”, em muitas obras elevado a verdadeiro referencial da nacionalidade.<sup>15</sup>

Alguns analistas já se dedicaram ao estudo de funerais cívicos de importantes personalidades feitos na Primeira República. Os enterros de Floriano Peixoto, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e as homenagens fúnebres que se seguiram à transladação dos restos mortais de D. Pedro II, de Lisboa para a capital federal, foram abordados nas pesquisas de Luiz Antônio Simas, João Felipe Gonçalves, Luigi Bonafé e Lucia Paschoal Guimarães, respectivamente (SIMAS, 1994; GONÇALVES, 2000; BONAFÉ, 2008; GUIMARÃES, 2009). Ainda em fase inicial, nossa proposta de pesquisa é a de fazer uma análise mais global dos funerais cívicos do período para pensar possíveis relações com as mudanças que permearam as formas de escrita sobre o passado nacional. Este tipo de interrogação, é claro, não poderá desconsiderar as

---

<sup>13</sup> Vários autores têm analisado as tentativas de construção de um imaginário republicano por meio da utilização de símbolos, monumentos e festas cívicas, sendo particularmente importantes os trabalhos de José Murilo de Carvalho e Lúcia Lippi Oliveira (CARVALHO, 1990; OLIVEIRA, 1989).

<sup>14</sup> A relação entre a prática historiográfica e os rituais cívicos, principalmente os funerais dos grandes homens, é discutida por Fernando Catroga em vários trabalhos (ver, especialmente, CATROGA, 1998; sintetizei algumas ideias do autor em MARCELINO, 2011).

<sup>15</sup> Não sugerimos aqui uma suposta aceitação de toda a simbologia patriótica e republicana por parte da população, mas apenas uma provável ressignificação da categoria nação dentro do campo letrado. Angela de Castro Gomes defendeu que, no Brasil, só se poderia falar de um nacionalismo de massas nos anos 1930 e 1940, assim com vários estudos indicam uma relação distanciada da população brasileira com os símbolos republicanos na Primeira República (GOMES, 1996; CARVALHO, 1990).

diferenças entre as formas de narrativa histórica antes indicadas, inclusive no que diz respeito à crescente “especialização” da historiografia enquanto forma peculiar de lidar com o passado (esse é, sem dúvida, um ponto para aprofundamento em momento oportuno). Numa outra dimensão, por sua vez, o tema tangencia o complexo problema teórico-filosófico do fundo ritual do trabalho do historiador, ao qual pretendemos voltar futuramente.<sup>16</sup>

É importante ressaltar que todos os personagens cujos funerais foram objetos dos estudos destacados, além da atuação em outros planos, tiveram atividade política de grande visibilidade, o que certamente concorreu para sua exaltação cívica no momento de sua morte. É sabido, por outro lado, que a atuação política, no período em pauta, geralmente acontecia *pari passu* com a produção científica e literária, conformando um conjunto de atividades comuns a um corpo de polígrafos geralmente identificados pela expressão “homens de letras” (tendo em vista a incipiência da especialização desses diferentes campos). Nesse sentido, a valorização de certo ideal dos grandes homens como atuantes nos âmbitos científico e literário, no caso brasileiro, talvez possa também ser aprofundada no tipo de pesquisa que propomos (sobre o assunto, ver GONTIJO, 2006). Analisando o “comemoracionismo” português dos séculos XIX e XX, Fernando Catroga apontou o papel singular assumido pelos autores de relevantes obras literárias, sem dúvida compreendidas como menos perenes e mais tendentes à imortalização do que ações políticas mais momentâneas (CATROGA, 1998). O caso francês da Terceira República não foi muito diferente. Na análise de Avner Ben-Amos, o “grande escritor” parecia assumir conotações próximas àquelas indicadas por Thomas Carlyle, sendo tomado como uma espécie de profeta, com força moral excepcional e grande capacidade de previsão do futuro (BEN-AMOS, 2000: 241). Segundo o autor, foi depois de 1870, inclusive, que se fortaleceu o ideal dos grandes escritores de fama internacional, representativos da genialidade nacional. Juntamente com o estudo da história, o da literatura tornava-se parte importante da educação cívica nas escolas republicanas, fornecendo modelos de ação patriótica para imitação e ensinando sobre a diversidade regional e linguística da França (ver também BEN-AMOS, 1984). A escrita da história e a prática literária, nesse sentido, assumiam traços característicos comuns, que são fundamentais, inclusive, para pensar as próprias formas de consagração cívica então existentes.

De fato, o estabelecimento de um ideal dos grandes homens, no caso brasileiro, foi marcado pelas tensões e singularidades da realidade local, refletidas nos padrões de uma produção escrita sobre o passado nacional complexa pela mescla de diferentes modelos narrativos e por um

---

<sup>16</sup> Sobre o assunto, consultar os trabalhos já citados de Fernando Catroga e de Michel de Certeau (CERTEAU, 1992)

peculiar regime de rituais cívicos, que sofreu alterações significativas com a passagem do Império para a República. As relações entre funerais cívicos e escrita da história, estudadas a partir das mudanças que caracterizaram esses campos em fins do século XIX e início do XX, constituem o objeto da pesquisa que estamos iniciando, que compreende ambos os fenômenos como expressões de uma determinada cultura histórica. Os limites deste texto impossibilitam discutir esta categoria em pormenores, mas vale destacar que ela remete para as formas de lidar com o passado disponíveis numa cultura de modo geral, ultrapassando o campo da historiografia. Enfim, analisando alguns funerais cívicos e relacionando-os com as mudanças na produção histórica, nossa ideia é propor um caminho específico de reflexão que, ao longo de seu desenvolvimento, poderá ser expandido e aprofundado.

#### Bibliografia

- AGULHON, Maurice. *Marianne au combat. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*. Paris: Flammarion, 1979.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BEN-AMOS, Avner. Les funérailles de Victor Hugo: apothéose de l'événement spectacle. In: NORA, Pierre (ed.). *Les lieux de mémoire: la République*, Paris: Gallimard, 1984, p. 473-522.
- \_\_\_\_\_. *Funerals, politics, and memory in modern France, 1789-1996*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2000.
- BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- BONNET, Jean-Claude. Les morts illustres: oraison fúnebre, éloge académique, nécrologie. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les lieux de mémoire*. La Nation. Paris: Gallimard, 1986, p. 217-241 (v. 3).
- BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: UNICAMP, 2002.
- CARLYLE, Thomas. O herói como homem de letras. Johnson, Rousseau, Burns. In: \_\_\_\_\_. *Os heróis*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.
- \_\_\_\_\_. Ritualizações da história. In: \_\_\_\_; TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX): da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas & Debates, 1998, p. 221-361.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.
- CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria B. P. das; GONÇALVES, Marcia de A.; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia M. P. (Org.). *Estudos de Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 93-124.
- \_\_\_\_\_. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis* (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, 2003.
- ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro”: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.
- \_\_\_\_\_. Como se poderia escrever a história do Brasil. Variações acerca do romance nacional do Império à República. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 59-80.
- GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- \_\_\_\_\_. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-61, 2000.
- GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2006.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Pachol. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 69-82.
- \_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-27, 1988.



- HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2007.
- LORAUX, Nicole. *A invenção de Atenas: a oração fúnebre na cidade clássica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- MARCELINO, Douglas Atila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, São Paulo, 2011.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v. 2)
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Génesis y desarrollo de la biografía en Grecia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822)*. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 133-159, 2009.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 4, v. 2, p. 172-189, 1989.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 283-298, jan./jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011;
- OLIVEIRA, Ricardo de. *Sertão e nação: Euclides da Cunha e a construção da brasilidade sertaneja*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- OZOUF, Mona. Le Panthéon, l'École Normale des morts. In: NORA, Pierre (ed.). *Les lieux de mémoire*. La République. Paris, Gallimard, 1984, p. 139-166.
- REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um *povo novo*: o povo brasileiro. *Revista de História (USP)*, n. 138, 63-82, 1998.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. (Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica). Brasília: UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Reconstrução do passado*. (Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica). Brasília: UnB, 2007.
- \_\_\_\_\_. *História Viva*. (Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico). Brasília: UnB, 2007.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. O olho do rei. As construções iconográficas e simbólicas em torno de um monarca tropical: o Imperador D. Pedro II. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (Orgs.). *Desafios de imagens: fotografias, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. São Paulo: Papyrus, 1998.
- SIMAS, Luiz Antônio. *Floriano Peixoto e o mito de Salvador da República brasileira*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- SOUZA, Iara Lis S. C. Entre trajetórias e impérios: apontamentos de cultura política e historiografia. *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 23-35, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780/1831)*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- TURIN, Rodrigo. Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história tropical e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

## SERÁ FOUCAULT UM HISTORIADOR? REFLEXÕES SOBRE ALGUNS MOMENTOS DE CONTROVÉRSIA

Igor Guedes Ramos \*

Desde a publicação do livro *As palavras e as coisas* em 1966, muitos intelectuais acusaram Michel Foucault de utilizar um método a-histórico. Ele, por sua vez, afirmou que nunca procedeu como um "historiador de ofício", mas que sempre fez história, ou melhor, um exercício crítico fundado na história. "Um exercício filosófico: sua articulação foi a de saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente" (FOUCAULT, 2010a: 16). Por exemplo, consiste em demonstrar que a loucura foi ao longo da história algo completamente diferente do que se tornou no final do século XVIII, isto lhe permite semear a dúvida: É a loucura o que acreditamos ser? Seria possível pensá-la diferente?

No texto *O que são as luzes?*, publicado em 1984, Foucault denominou seu empreendimento de *ontologia histórica de nós mesmos*. Em uma breve reflexão sobre um texto de Emmanuel Kant e outros de Charles Baudelaire, o autor recusa os elementos doutrinários da *Aufklärung* (Iluminismo) e destaca o que ele denominou de seu *êthos* (a atitude dos sujeitos, seu modo de ser) que corresponderia a uma "atitude crítica permanente de nosso ser histórico", associada à "constituição de nós mesmos como sujeitos autônomos". Este *êthos moderno* não parte dos limites universais do homem, como a crítica transcendental de Kant ou a fenomenologia de Edmund Husserl, mas sim de seus limites concretos e históricos para propor a "forma de ultrapassagem possível". Daí a necessidade de uma pesquisa histórica de caráter arque-genealógico, para evitar a busca de universais e deduzir "da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos" (FOUCAULT, 2005: 348).

Esta forma de estudo (científico) é guiada por alguns princípios: Primeiro, uma *aposta* de desvincular finalmente o aumento da capacidade técnica e a intensificação das relações de poder. Segundo, um domínio *homogêneo* de estudo que é o das *práticas*, ou seja, o domínio são as "maneiras de fazer" (aspecto tecnológico) de cada época e as possibilidades de

---

\* Doutorando em História pela UNESP/Assis-SP, orientando do prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior, pesquisa financiada pela FAPESP, contatos: igor.guedes.ramos@gmail.com – herebell@hotmail.com.

liberdade (aspecto estratégico) oferecidas por essas "maneiras de fazer". Terceiro, uma *sistematização* que corresponde à análise dos três eixos, isto é, a constituição dos sujeitos em relação ao campo do saber, do poder e da ética. Quarto e último princípio, ainda que esse empreendimento recuse projetos globais e radicais, evoca certa *generalidade*. É particular já que sempre se refere a uma época e a um conjunto específico de práticas, bem como recusa qualquer continuidade meta-histórica (aperfeiçoamento progressivo ou variações de um núcleo essencial). Não obstante, as práticas de punição, psiquiátricas, etc. são recorrentes, estão amplamente distribuídas no espaço e presentes em nossa sociedade, enfim, estão generalizadas. O que não se pode esperar da perspectiva foucaultiana, é uma história total que explique todos os aspectos da vida humana por meio de um sentido profundo ou mais essencial, como as "relações de produção" para os marxistas.

Essa *ontologia histórica de nós mesmos*, que fornece uma coerência sistêmica para todos os estudos de Foucault, pouco se parece com o empreendimento da história-disciplina. Porém, antes de uma conclusão é interessante pensar os momentos de diálogo entre os historiadores e Foucault, neste texto destacamos dois deles: as críticas de Carlo Ginzburg e as de Victor Leonard, estas últimas resultaram em um grande debate entre Foucault e diversos historiadores.

As críticas de Ginzburg são direcionadas, sobretudo ao livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX*, publicado pela primeira em 1973 e resultado de um trabalho em grupo liderado por Foucault. Neste momento, o objetivo mais geral do filósofo era descrever os dispositivos de saber-poder que constituíram os sujeitos ao longo da história, sobretudo os sistemas judiciário/penitenciário e psiquiátrico; bem como deixar falar os *saberes dominados*.

O livro "conta a história" de um caso de parricídio, datado de 3 de junho de 1835 e que teve como autor Pierre Rivière; foi um caso relativamente comum entre muitos outros da época. O que chamou atenção do grupo de Foucault foi a profusão e o embate de discursos que cercaram Rivière, já que esta profusão discursiva seria ideal para "estudar a história das relações entre psiquiatria e justiça penal". Na época do parricídio foram produzidos três relatórios médicos com análise e conclusões contraditórias, proferidos pelo médico da província, pelo médico de um importante asilo na cidade e o último pelos maiores nomes da psiquiatria da época (Esquirol, Orfila, etc.). Ainda, foram produzidas diversas peças judiciárias e, o mais importante, um fragmento de um memorial produzido pelo próprio

Rivière. O livro é composto basicamente destes textos e de algumas notas sobre o saber psiquiátrico, os aspectos jurídicos, os testemunhos, etc. Deste modo, este livro não é exatamente o resultado de uma extensa aplicação dos procedimentos foucaultianos de análise arque-genealógica, é muito mais um instrumento político condizente com as concepções teórico-metodológicas de Foucault:

Creio que, se decidimos publicar esses documentos, todos esses documentos, é para fazer de algum modo o plano dessas lutas diversas, restituir esses confrontos e essas batalhas, reencontrar o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber. (FOUCAULT, 1977: XII)

Essas lutas são os enfrentamentos entre os médicos, entre eles e os juristas, as testemunhas e o próprio Rivière, para dizer a Verdade sobre o crime e seu autor.

Alguns anos depois da publicação de *Eu, Pierre Rivière...*, mais especificamente em 1976, é publicado pela primeira vez o livro *O queijo e os vermes*. Neste livro, Ginzburg analisa, entre outros documentos, os dois processos inquisitoriais abertos contra Domenico Scandella, vulgo Menocchio, um moleiro que viveu em uma aldeia na região do Friuli na Itália, durante o século XVI. A partir dos documentos sobre esse "microcosmo", foi possível a Ginzburg "reconstruir um fragmento do que se costuma denominar 'cultura das classes subalternas' ou ainda 'cultura popular'" (GINZBURG, 2006: 11).

Pois bem, no prefácio do livro o autor analisa brevemente as obras de Foucault e afirma que aquilo que realmente interessa ao filósofo "são os gestos e os critérios de exclusão; os excluídos, um pouco menos" (GINZBURG, 2006: 16). Especificamente em relação ao livro *Eu, Pierre Rivière...* afirma que Foucault e seus colaboradores excluem a possibilidade de interpretar os textos sobre parricida e dele próprio, "porque equivaleria a alterá-lo, reduzindo-o a uma 'razão' estranha a ele". Para Ginzburg, essa postura é um "neopirronismo", uma "involução", só produz "estupor" e "silêncio", é um "irracionalismo estetizante", um "populismo às avessas" ou "negro", etc. (GINZBURG, 2006: 16-18).

Ora, até aqui não há qualquer desentendimento, Ginzburg parece entender perfeitamente o que Foucault pretendeu e fez, porém não concorda com seu aporte e abusa da retórica para desqualificá-lo. Além da diferença de interesses, um pela cultura popular e o outro pelos dispositivos de saber-poder; existe também uma distinção metodológica. O *método indiciário* do historiador italiano opera em oposição aos princípios enunciativos da *raridade*, da *exterioridade* e do *acúmulo* do filósofo francês (2004: 134-142). Para este não

existe um sentido profundo e mais fundamental por trás dos fenômenos superficiais, conseqüentemente, não é preciso interpretar os signos ou indícios para reconstruir outro discurso que seria, na verdade, primeiro. Ao contrário, Ginzburg retoma toda uma tradição *indiciária* – entre alguns representantes desta estariam o personagem de Arthur Conan Doyle, o detetive Sherlock Holmes; Freud e Marx – em que "entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo" (GINZBURG, 1990: 151). Daí se define um "paradigma científico do individual" – nomeadamente em oposição à história quantitativa ou "galileana" – capaz de decifrar a realidade através de sinais, indícios, pistas, etc. uma vez que estes elementos individuais podem ser reveladores de fenômenos mais gerais. Ora esse paradigma se fundamenta epistemologicamente na ideia de base hermenêutica, que esses indícios são sintomas de um fenômeno mais profundo e fundamental, porém inacessível à comprovação empírica direta:

[...] a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 1990: 177)

Portanto, podemos dizer que Ginzburg e Foucault representam respectivamente dois métodos distintos e antagonistas, que se pode recorrer para conduzir investigações sobre o passado: Por um lado, a "hermenêutica", definida de forma genérica como técnica de interpretação capaz de reconstituir o significado geral ou sentido profundo a partir dos documentos; sobretudo quando se pretende reconstituir a cultura, as práticas, os comportamentos, a mentalidade, etc. das classes subalternas, pois a escassez de testemunhos obriga o investigador a interpretar os indícios diretos (como o pequeno testemunho de Menocchio) ou indiretos (os textos produzidos pelas classes dominantes) (GINZBURG, 2006: 11-16, 19-23). E, por outro lado, a arque-genealogia, como técnica capaz de descrever a partir dos documentos, as práticas "dominantes" que constituem os objetos e os sujeitos historicamente<sup>1</sup>. Porém, nem tudo é diferença, Menocchio e Rivière são dois combatentes do *status quo*, tanto o historiador quanto o filósofo destacam a resistência dos dominados e

---

<sup>1</sup> Sobre essa distinção, retomamos as reflexões de: CARDOSO Jr., H. R. Problemas da Nova História Cultural e as filosofias de Ricoeur e Foucault. Apresentação na mesa-redonda Filosofia e Cultura Histórica. **Semana de História da UNESP/Assis-SP**, 2011.

concebem a história como luta. A explicação histórica de Ginzburg e Foucault contrariam os modelos abstratos de explicação, interessados nas leis que governam a história; muito populares nas décadas de 1960 e 1970, como o *estruturalismo* de Louis Althusser.

Vejamos agora o segundo momento de embate que destacamos. Em 1977, Jacques Léonard publica um "elogio condenatório" de *Vigiar e punir* denominado *O historiador e a filosofia*. Em resposta, Foucault redigiu um texto denominado *A poeira e a nuvem*, que pode ser definido como uma crítica à prática historiográfica "oficial", acompanhada de sugestões para reformá-la (O'BRIEN, 2001: 39-40); e participou de uma mesa-redonda em 20 de maio de 1978, com os seguintes historiadores: Maurice Agulhon, Nicole Castan, Catherine Duprat, François Ewald, Arlette Farge, Alexandre Fontana, Carlo Ginzburg, Remi Gossez, Jacques Léonard, Pascal Pasquino, Michelle Perrot e Jacques Revel. Podemos sintetizar os textos e todo o debate nas seguintes questões: Para Foucault, qual a diferença entre a análise de um problema e o estudo de um período? Qual é o estatuto do real? Qual é seu método de "provação"? Não existe a Razão para Foucault?

Primeira questão, o livro *Vigiar e punir* foi criticado por não exaurir a documentação do período abordado, por não fazer uma repartição e um exame equitativo dos períodos, por não analisar todos os pensadores que trataram o tema em cada período e por não considerar devidamente a Revolução Francesa. Para Foucault, nenhuma de suas obras foi um estudo de um período, o que para ele é um "trabalho muito legítimo" e obrigaria a considerar todas essas questões. Porém, seus livros foram estudos de problemas, no caso de *Vigiar e punir*, da *gênese* da "prática de aprisionamento", o que o obrigou a seguir outras regras, a saber: "escolha do material em função dos dados do problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução. E, portanto, indiferença para com a obrigação de tudo dizer, mesmo para satisfazer o jure dos especialistas convocados" (FOUCAULT, 2006: 326).

Em suma, para Foucault não se deve explicar esses procedimentos a partir do estereótipo do historiador (atento aos fatos, ao concreto, à poeira) e do filósofo (atento às ideias, às abstrações, às nuvens), como fez Leonard; mas como maneiras distintas de empreender uma pesquisa: "Uma que consiste em se dar um objeto e em tentar resolver os problemas que ele pode causar. A outra que consiste em tratar um problema e determinar, a partir daí, o domínio de objeto que é preciso percorrer para resolvê-lo" (FOUCAULT, 2006: 327). A questão não é descrever exatamente tudo o que aconteceu, a totalidade do passado;

mas descrever o "regime de práticas" que constituíram historicamente um determinado objeto ou fenômeno (FOUCAULT, 2006: 335-338).

Segunda questão, se objetou que muitos dos "programas" descritos por Foucault em *Vigiar e Punir* – como o *Panóptico* de Bentham – nunca funcionaram realmente, não são descrições precisas da "vida real nas prisões do século XIX". Em resposta, Foucault afirma que sempre deixou isso muito claro no livro e que seu objetivo na pesquisa não era descrever a "vida nas prisões", mas sim o conjunto de esforços racionais e coordenados, as técnicas, os instrumentos, os programas, etc. que procuraram constituir uma determinada sociedade e, em parte, constituíram: "Quando falo de sociedade 'disciplinar', não se deve entender 'sociedade disciplinada'. [...] Na análise dos procedimentos ajustados para normalizar, não há 'a tese de uma normalização maciça'. Como se, justamente, todos esses desenvolvimentos não fossem a medida de um insucesso perpétuo" (FOUCAULT, 2006: 330).

Para Foucault, essas objeções aos seus procedimentos se explicam da seguinte forma: com frequência se admite que a produção historiográfica deva restituir "o real"; como se houvesse "'o' real do qual se iria ao encontro sob a condição de falar de tudo ou de certas coisas mais 'reais' que outras, e que falharíamos, em benefício de abstrações inconscientes, se nos restringíssemos a fazer aparecer outros elementos e outras relações" (FOUCAULT, 2006: 329). Este "real" é frequentemente associado ao social, por exemplo, "a vida nas prisões"; conseqüentemente, falar do social seria falar de tudo que importa. Ao contrário, Foucault considera que isso "seria fazer-se do real uma ideia bem pobre" (FOUCAULT, 2006: 345). Os discursos, os programas, os projetos, as técnicas, etc. descritos em *Vigiar e punir* foram reais, aconteceram, entraram em uma luta para se imporem e produziram efeitos sobre a sociedade. "Captar esses efeitos em sua forma de acontecimentos históricos – com o que isso implica para a questão da verdade (que é a própria questão da filosofia) – é, mais ou menos, meu tema. Vocês veem que isso nada tem a ver com o projeto (muito belo, aliás) de captar uma "sociedade" no "todo" de sua "realidade vivente" (FOUCAULT, 2006: 346).

Terceira questão, admitindo a ideia "ampla de realidade" de Foucault, seria preciso questionar como ele pode provar essa "realidade"? Qual seria a credibilidade de suas pesquisas? Ora, da mesma forma e com a mesma credibilidade que todo o historiador, por exemplo, *Vigiar e punir* é sobrecarregado por referências bibliográficas – inclusive a Marx –, dados econômicos e demográficos – alguns recuperados de outros historiadores, como Pierre

Chaunu –, relatórios, normas, imagens, projetos arquitetônicos, etc. Portanto, Foucault utiliza os mesmos "métodos de provação" que os historiadores:

[...] utilizo os métodos mais clássicos: a demonstração ou, em todo caso, a prova em matéria histórica, o envio aos textos, às referências, às autoridades, e a colocação relacionada às ideias e aos fatos, uma proposição de esquemas de inteligibilidade, de tipos de explicações. Não há lá nada de original. Desse ponto de vista, o que digo nos meus livros pode ser verificado ou invalidado por não importa que outro livro de história. (FOUCAULT, 2010: 292)

Entretanto, admite que sua *operação historiográfica* é historicamente determinada, ou seja, da mesma forma que todas as ciências, sua *ontologia histórica de nós mesmos* não produz um conhecimento acumulativo rumo a uma Verdade definitiva. Isso não significa que produza ilusões, quimeras, fantasias, etc.; até porque também é regida e produz efeitos sobre o *lugar* que a organiza, ou seja, sua sociedade.

Isto nos leva a quarta e última questão, durante a mesa-redonda surgiu o "problema" da inexistência da Razão no pensamento de Foucault, um dos temas mais polêmicos entre o filósofo e os historiadores. Para Foucault não existe a Razão, que seria uma forma de racionalidade definitiva que resolveria todos os problemas da humanidade e perfeitamente adequada à "realidade" e a Verdade e, conseqüentemente, caso não adotássemos essa Razão cairíamos no irracionalismo. Pelo contrário, para Foucault existem formas de racionalidade diversas que se inscrevem em práticas ou, em suas palavras: "Digamos que não se trata de aferir práticas com a medida de uma racionalidade que as faria apreciar como formas mais ou menos perfeitas de racionalidade; mas, antes, de ver como formas de racionalizações se inscrevem em práticas, ou sistemas de práticas, e que papel elas desempenham ali" (FOUCAULT, 2006: 342). Nesse sentido, uma ciência como a história poderia servir para descrever as formas de racionalidade e abrir a possibilidade de pensarmos outras, para tomarmos decisões, que não seriam de exclusividade dos "donos" da Razão (FOUCAULT, 2010: 303-304, 323-326 & 2005: 317-318).

Assim, a partir das respostas a essas quatro questões, podemos reencontrar aquele projeto de uma *ontologia histórica de nós mesmos* em oposição ao projeto que predomina entre os historiadores. Pois, em síntese, por um lado, Foucault aplica um método arqueogenalógico, discute problemas (não um período) em um feixe de práticas discursivas e não discursivas reais, por meio de uma pesquisa histórico-crítica "provada", recusa a relação exclusiva entre o real e a sociedade e descreve racionalidades com a pretensão de fazer pensar



diferente. Por outro lado, uma parte considerável dos "historiadores de ofício" tende a utilizar um método "hermenêutico", reconstituir um período do passado, descrever a rede de causalidade ou o sentido profundo que permeia as práticas, associar o real à sociedade e descobrir a verdadeira forma de racionalidade. Estas diferenças fazem muitos historiadores repudiarem Foucault, outros considerarem-no como contribuinte esporádico e alguns poucos aderirem ao seu empreendimento de pesquisa histórica.

Podemos retornar agora a questão que intitula esse breve texto. Se adotarmos uma perspectiva que entende a história-disciplina como constituída historicamente, como afirmou Paul Veyne (1998: 281, *passim*); a definição da relação de Foucault com Clio dependerá sempre – ou pelo menos até quando alguém se interessar por eles – do combate em torno do que é a história-disciplina. A *prática historiográfica* de Veyne é provavelmente a mais próxima do projeto de Foucault, a de Ginzburg talvez seja a mais distante; entre os historiadores brasileiros essas polaridades começaram a ganhar forma nos anos 80, seus representantes mais incisivos são respectivamente Durval Muniz de Albuquerque Junior e Ciro Flamarion Cardoso<sup>2</sup>.

Em 1975, Patricia O'Brien afirmou: "o futuro da história foucaultiana está sendo decidido em seminários de pós-graduação dos três países" (O'BRIEN, 2001: 60): Estados Unidos, Inglaterra e França; podemos e devemos acrescentar o Brasil. Dependendo do resultado desses embates, Foucault poderá ser considerado um grande historiador ou apenas "uma nota de rodapé a Nietzsche" (GINZBURG, 2008).

### Referências bibliográficas:

FOUCAULT, Michel (ed.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

---

<sup>2</sup> Sobre esse embate, ver: ALBUQUERQUE Jr, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.; Idem. **O Historiador Naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão**. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda\\_remissa/o\\_historiador\\_naif.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/o_historiador_naif.pdf) Acesso em 05 de abril de 2012.; CARDOSO, C. F. **Ensaios racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. 2. ed., v. 2, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. 2. ed., v. 4, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. v. 6, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II**. 3. ed., Rio de Janeiro: Edição Graal, 2010a.

GINZBURG, Carlo. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. In **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143-179.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras (Companhia de Bolso), 2006.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Carlo Ginzburg. Disponível em: [http://teoriahistoria.blogspot.com.br/2008/09/entrevista-com-carlo-ginzburg\\_852.html](http://teoriahistoria.blogspot.com.br/2008/09/entrevista-com-carlo-ginzburg_852.html) Acesso em: 01 de março de 2012.

O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história & Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

## **A REPRESENTAÇÃO DE NAPOLEÃO POR STENDHAL: A PRESENÇA DO IMPERADOR EM ALGUMAS OBRAS (1800-1814)**

Daniel Eveling da Silva\*

A utilização de obras literárias por parte dos historiadores tem aumentado consideravelmente nos últimos anos e pode ser vista, em minha opinião, como uma das grandes possibilidades de fontes historiográficas. Claro que há diferenças entre a produção realizada por literatos e dos historiadores, mas em ambos a linguagem está presente e transmite determinadas concepções sobre o seu tempo.

A linguagem, ou discurso<sup>1</sup> (FOUCAULT, 2007), produzido por Stendhal, memorial e romanesca, apresenta formas de pensamento e percepção da realidade que o cercava em inícios do período oitocentista. Se seguirmos a teoria de Norbert Elias cuja a perspectiva de abordagem do indivíduo unido ao seu contexto podemos problematizar as obras de Stendhal com uma das possíveis fontes para abordagem do período napoleônico (ELIAS, 1994).

Stendhal produziu a maior parte de suas obras a partir dos anos de 1820. Todavia, recuperou fundamentalmente o período anterior como anos de formação de seus personagens principais e de si mesmo. A mim interessa, fundamentalmente, a sua percepção sobre Napoleão Bonaparte, expressa nos romances “O vermelho e o negro” (1830) e “A Cartuxa de Parma” (1837) e o memorialístico “Napoleão”<sup>2</sup> (escrito em dois momentos: 1817-1818 e 1836-1837). Devo destacar o recorte temporal, escolhido por mim: o ano de 1800 corresponde a entrada de Stendhal no exército napoleônico e 1814 o ano de início da Restauração Francesa.

A escrita das obras, de Stendhal, abordada nesse trabalho correspondem ao período de 1814 a 1837, portanto posterior ao período do Império Napoleônico. Porém, esses anos são fundamentais para a formação do autor como para os enredos dos

---

\* Doutorando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História pela mesma instituição. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Email: [develings@gmail.com](mailto:develings@gmail.com)

1 Entendo por discurso o conhecimento produzido por determinado sujeito.

2 Uso o termo memória para abordar essa obra.

romances. Devo destacar que ainda retrocederei alguns anos, até 1796, para discutir as Campanhas da Itália basilares para o imaginário de Napoleão, por Stendhal e realizadas antes do general aplicar o Golpe do 18 do Brumário e que eram preponderantes para a forma como o imperador seria representado nos anos seguintes.

Em “Napoleão” a preocupação compartilha, preponderantemente, os princípios da chamada “Lenda Dourada”, em que o governante francês era visto como propagador das grandes influências da igualdade e fraternidade, sendo a figura mais significativa para Stendhal mais a percepção “de libertador do que conquistador” (RIBEIRO, 2006: 8)

Caso siga a percepção de Stendhal sobre o governante francês logo na primeira página de “Napoleão”, há uma citação de que teria experimentado

uma espécie de sentimento religioso ao escrever a primeira fase da história de Napoleão. Trata-se com efeito, do maior homem que surgiu no mundo depois de César. E, mesmo que o leitor tenha se dado ao trabalho de estudar a vida de César em Suetônio, Cícero, Plutarco e os *Comentários*, arrisco-me a dizer que nós vamos percorrer juntos a vida do homem mais surpreendente depois de Alexandre, a respeito do qual não temos detalhes suficientes para avaliar com justiça a dificuldade de suas empreitadas.

Eu esperava que um dos homens que conviveram com Napoleão se encarregasse de contar sua vida. Esperei mais de vinte anos. Mas, enfim, percebendo que esse grande homem permanece cada vez mais desconhecido, não quis morrer sem revelar a opinião que tinham dele alguns de seus companheiros de armas. (STENDHAL, 2006: .25)

Nessa citação desejo destacar a questão de Bonaparte ter propiciado uma “experimentação religiosa”, como libertador, livrando, das dominações e revelava que ao buscar tal figura haveria “detalhes”, ou seja, informações suficientes para recuperá-lo e abordá-lo, tanto por documentos como por parte da memória de quem havia convivido com o general. O próprio Stendhal, provavelmente, teve contatos com o líder, afinal seu primo o Conde Pierre Daru era Ministro de Guerra e havia arrumado a colocação de tenente para o autor nas fileiras do exército, a partir de 1800.

Coaduno com a opinião de Renato Janine Ribeiro, que coloca as Batalhas da Campanha da Itália com fundamentais para a formação política e ideológica de Stendhal. Isso fica claro em todas as suas obras: a Itália foi ponto fundamental para a

constituição do líder político militar que surgia. Quero destacar algumas passagens de suas obras que exemplificam essa característica:

Esse cirurgião [que instruíra Julien Sorel em latim] que as vezes pagava ao velho Sorel a jornada de trabalho do filho e ensinava-lhe o latim e a história, isto é, o que ele sabia de história, a campanha de 1796 na Itália. (STENDHAL, 2004: 26)

Desde que vira ,na primeira infância, alguns dragões do 6º regimento, com longas túnicas brancas e capacetes de crinas negras, regressarem da Itália e atrelarem os cavalos a janela gradeada da casa de seu pai, Julien apaixonara-se pela vida militar. Mais tarde escutava, enlevado, os relatos das batalhas da Ponte de Lodi, de Arcole, de Rivoli que o velho cirurgião-mor lhe fazia (STENDHAL, 2004: 30-31)

A 15 de maio de 1796, o general Bonaparte fez sua entrada em Milão, à frente daquele jovem exército que acabava de atravessar a ponte de Lodi, e de anunciar ao mundo que, após tantos séculos, César e Alexandre tinham um sucessor (STENDHAL, 2008: 17).

Essas três citações são retiradas de “O vermelho e o negro” (as duas primeiras) e a “A cartuxa de Parma”. E remetem diretamente as batalhas travadas por Bonaparte na península itálica. Segundo Edward Said “tão forte é o clima napoleônico em 'Le Rouge et le noir' que nos temos uma surpresa instrutiva ao notar que o romance não faz nenhuma menção direta a carreira de Bonaparte” (SAID, 2005: 141). Penso que a ausência a carreira de Bonaparte, de maneira mais incisiva no interior do livro citado, por Said, deveu-se ao fato de na França de 1830, época de publicação da obra, a figura do ex-governante ser incômoda, deveriam ser realizadas menções mais indiretas, sobretudo por um escritor que era funcionário do Estado.

Já na terceira citação, vemos uma menção direta a figura de Bonaparte e sua entrada em Milão, sendo retirada de “A Cartuxa de Parma”, escrita em 1837, período posterior a queda do Bourbon e instalação da nova dinastia: os Orleans, com Luís Felipe (Cf. EVELING, 2010). Dessa maneira, apesar de estar ainda em um estado monárquico, creio ser possível aferir que uma certa liberação para a figura de Bonaparte foi permitida em tal período. Há ainda em “A Cartuxa de Parma” a seguinte passagem:

[...]Tinha ele oito anos [o primogênito dos del Dongo], e Fabrício, dois, quando repentinamente aquele general Bonaparte, que toda a gente de elevado nascimento julgava ter sido enforcado fazia muito, desceu do monte São

Bernardo. Entrou em Milão. Foi um momento até agora único na história: imaginem um povo inteiro loucamente apaixonado. Poucos dias depois, Napoleão venceu a Batalha de Marengo (STENDHAL, 2008: p. 26).

Essa citação deixa entrever uma possibilidade de ser um relato dos participantes da Batalha de Marengo, pois, como é de conhecimento Stendhal atuou como tenente do exército francês nesse confronto. Acredito ser perfeitamente possível entender essa colocação de Stendhal tendo em mente e sabendo de seu envolvimento. Isso foi fundamental não somente para a formação do autor, mas reforçava o ideal de Bonaparte como grande líder político e militar.

A Batalha de Marengo, realizada após as primeiras Campanhas da Itália, reforçavam os sucessos militares que repercutiram na França, pelos boletins enviados pelo Quartel General de Napoleão. Sabemos que essas batalhas foram uma sucessão de “encontros e desencontros” do exército francês sendo a própria questão da Ponte do Arcole o ataque a um regimento militar austríaco fragilizado. Mas, o imaginário do general se jogando a frente de suas tropas incitando ao avanço produziu um benefício aos seus intentos militares e, juntamente com Mântua, garantia posições favoráveis ao general, tanto militar quanto politicamente (Cf.: RICHET, 1989).

Na tarde de Lodi a aguiazinha [Bonaparte] sentiu que lhe cresciam asas. “Naquela tarde eu me vi pela primeira vez não mais como um simples general, mas como um homem chamado a influir sobre o destino de um povo. Eu me vi na História”. [...]. Encontrou na Itália Central a chave de seu destino político: a aliança com pessoas influentes que se subordinariam ao seu poder [...]. Quando subiu no Instituto [...] foi possível a Bonaparte apresentar um balanço, feliz para ele, de sua campanha italiana (RICHET, 1989, p. 16).

Essa colocação de Richet nos faz pensar na possibilidade que Bonaparte tinha a sua frente. Sabendo de sua “popularidade”, propalada nos territórios franceses, o general começou a pensar em possibilidades para sua atuação. O saldo “feliz” da Campanha da Itália possibilitou suas ideias de expansão do poder. Para Stendhal nesse período

O prestígio e a força do governo aumentavam ou diminuía conforme as notícias recebidas dos exércitos. A última vitória, do Arcole, impressionara a imaginação dos franceses pelo romanesco de seu relato, pela incrível firmeza de espírito do general e pelo perigo extremo que correu ao cair no pântano, perto

da Ponte do Arcole.

[...]Os malevolentes diziam que o exército da Itália estava esgotado; seu general, esgotado pelos trabalhos de uma campanha sem igual e consumido por uma doença extraordinária, não podia mais manter-se a cavalo. (STENDHAL, 2006: 162)

A citação de Stendhal coaduna com o colocado por Denis Richet, ao analisar as Campanhas da Itália e permite-me notar algumas das mesmas características, como a atenção as campanhas, para a sustentabilidade, do governo, e projeção de Bonaparte. Mas, surge caracterizados como “malevolentes” os opositores e críticos ao general.

Apesar de as referências no texto a opositores de Bonaparte serem menores elas existem e permitem que veja o outro lado do general: a chamada “Lenda Negra”. Isso se deve, em meu entender, ao escritor ser um admirador do ex-governante. Mas, como sabemos as fontes literárias, transmitem posicionamentos pessoais e contextuais de seus autores, podendo ser problematizado inclusive esses “silêncios” ou “pequenas menções” no interior do texto, característica cara também aos outros tipos de fonte e cabe a nós recuperar (Cf.: RUSEN, Jörn, 2009). A análise hermenêutica da obra deve ser realizada, mas não podemos perder de vista as características contextuais (Cf.:LACAPRA, 1998).

Essas relações de verossimilhança do imaginário<sup>3</sup>, podem ser notadas presentes nas obras de Stendhal devido ao uso do estilo direto livre (GINZBURG, 2007). Essa forma de escrita tem como característica ser marcada por uma voz pessoal e íntima em que o narrador/autor compartilha segredos ou opiniões disfarçadas com os leitores através de uma voz quase inaudível. Tal procedimento se dá através da forma como a pontuação é colocada e auxilia-nos para que possamos ler a “realidade” através da ótica dos personagens e conseguir entender a que se refere (Cf.: WOOD, 2008).

Para além das características de admiração, da chamada “Lenda Dourada”, Stendhal permite notar os grupos opositores a essa idealização. Geralmente os contrários a visão de Bonaparte como um “salvador/defensor das ideias da Revolução” foram retratados nas classes mais abastadas dos livros, seja a aristocracia ou burguesia, claro que há personagens como Fabrício Del Dongo, personagem principal de “A Cartuxa de Parma”, e a sua tia Gina oriundos de uma das mais tradicionais famílias da

---

3 Uso o conceito na acepção de James Wood.

região de Parma defensores e admiradores do general e imperador. Porém, são filhos segundos, afastados de possíveis heranças e inconformados com suas situações, em algumas situações.

Esses grupos de aversão pela figura de Bonaparte podem ser enquadrados como compartilhando pressupostos da chamada “Lenda Negra” (Cf.: NEVES, 2008). Posso dar como exemplo o Marquês de La Mole e o Marquês del Dongo, ferrenhos opositores ao imperador. Mas, não somente eles a sr<sup>a</sup> de Rênal (esposa do prefeito de Vèrrières, rico industrial, e herdeira de uma fortuna, além de primeiro envolvimento amoroso de Julien, protagonista do livro) teve expressa da seguinte forma, no enredo, a sua percepção sobre o ex-imperador, ao protagonista falar com admiração pelo ex-general:

- Ah! Exclamou, como Napoleão era de fato o homem enviado por Deus para os jovens franceses! quem o substituirá? que farão sem ele os infelizes, mesmo mais ricos que eu que tem os escudos necessários para prover-se uma boa educação, mas não obstante para comprar um homem aos vinte anos e progredir em uma carreira? [...]

No mesmo instante, viu a sr<sup>a</sup> de Rênal franzir as sobrancelhas e tomar um ar frio e desdenhoso; essa maneira de pensar parecia-lhe convir a um criado. Educada na ideia de que era muito rica, parecia supor que Julien o fosse também. Ela o amava mil vezes mais que a vida e não dava a mínima importância ao dinheiro.

Julien estava longe de adivinhar tais ideias. Aquele franzir de sobrancelha trouxe-o de volta à terra. Teve suficiente presença de espírito para compor uma frase dando a entender a nobre dama, sentada perto dele no jardim, que as palavras que acabava de repetir, ele as ouvira durante a viagem a casa de seu amigo madeireiro. Era o raciocínio dos ímpios. (STENDHAL, 2004: 99).

A questão da escrita cheias de pontos e vírgulas, parecendo confusa, tem a função de demonstrar uma rapidez de pensamento e mudanças de paradigmas que poderão acontecer a qualquer momento (Cf.: EVELING, 2010). Entretanto, o que desejo destacar é a mudança de postura da sr<sup>a</sup> de Rênal, ao ouvir a menção de Napoleão e a sua frase, assim como a questão de ser “raciocínio dos ímpios” admirar o ex-general. Stendhal não se prolonga muito nessas questões, mas como indícios podem nos fornecer a visão do grupo que tinham medo e era ferrenho opositor de Bonaparte. O conceito de “ímpio” carrega, no dias atuais, uma caracterização religiosa, sendo visto como uma espécie de pecador, não seguindo os princípios sagrados. Mas, no XIX, a utilização seria a mesma? Ao consultar os dicionários da “Academia Francesa” as definições par ímpio



eram as seguintes:

Edição de 1798: adj. Des. 2. g. Qui n'a point de religion, qui a du mépris pour las choses de la religion.

Il se dit aussi De tout ce qui est contraire au respect qu'on doit avoir pour les choses de la Religion.

Edição de 1835: adj. des deux genres Qui n'a point de religion, qui a du mépris pour les choses de la religion. On le dit aussi, dans le style poétique ou soutenu, De ce qui appartient aux personnes impies.

Il se dit également De tout ce qui est contraire à la religion.

A característica da irreligiosidade, para os partidários de Bonaparte, nessa colocação da sr<sup>a</sup> de Rênal caracterizados como “os ímpios” deixa entrever a possibilidade de recuperar as oposições a Bonaparte. Como sabemos os relatos da “Lenda Negra” davam conta de que o exército napoleônico profanava corpos dos combatentes inimigos e cometia sacrilégios como a destruição de símbolos e templos religiosos. Tais comportamentos eram considerados como pecados pela Igreja e e denotavam a falta de respeito para aspectos sagrados (NEVES, 2008).

No grupo de “adversários” do ex-imperador ainda há, em “A Cartuxa de Parma”, o Marquês del Dongo. Este quando da ocupação de Milão, pelos exércitos franceses, retira-se para sua propriedade campal e

durante os treze anos de 1800 e 1831, acreditou constante e firmemente que Napoleão seria derrubado antes de seis meses [...] Enfim, após catorze anos de espera, teve a alegria inexprimível de ver as tropas austríacas voltarem a Milão. (STENDHAL, 2008: 34).

O personagem do Marquês tem tanta aversão por Napoleão quanto pelas “Luzes”, que segundo ele haviam mergulhado a Itália em momentos de perdição, para Renato Janine Ribeiro a influencia do líder para Stendhal se deveu, em grande parte, a ter terminado com o domínio do arbítrio, levando a vários territórios o Código Civil, julgando pelos princípios revolucionários, de igualdade, os homens e não apenas por sua posição.

Há que ser destacado na citação o retorno das tropas da Áustria a cidade de Milão, durante o período do Império Napoleônico a dinastia dos Habsburgo foi afastada dos rumos decisórios da política dos reinos da península itálica. Convém destacar a

noção de Restauração Européia (REMOND, 2002), para além de somente Francesa, uma vez que a partir de 1814 e o Congresso de Viena outras casas reais foram restauradas em seus tronos como: A Espanha e os reinos que, posteriormente, uniram-se na Itália.

Em “Napoleão” não foram feitas menções sobre a “Lenda Negra”, pelo fato de ser uma tentativa de escrever alguns momentos da vida do ex-imperador e se constituir em uma obra inacabada, fato destacado pelo editor da publicação brasileira “pensada em seis volumes, as *Mémoires* acabaram por ter apenas três concluídos” (STENDHAL, 2008: 13).

Em Napoleão ainda são apontadas as características de um chefe militar habilidoso. Mas, Stendhal preocupou-se em deixar registrado as causas responsáveis, para ele, da queda do líder, segundo ele:

o imperador pereceu por duas causas:  
1º) o amor que passou a ter pelos medíocres, depois da sua coroação;  
2º) a união do ofício de imperador ao de general-em-chefe. (STENDHAL, 2006: 187)

Por “medíocres” Stendhal entendia, creio eu, as pessoas que usavam apenas os títulos, sem possuírem capacidades militares e intelectuais, vivendo apenas as custas do outro. Não digo que essa lógica fosse completamente execrada pelo autor, pois ele também teve que se valer de redes de sociabilidade<sup>4</sup> para exercer suas funções de cônsul, mas para ele a pessoa deveria ter suas próprias ideias. Aliás, a situação de conviver com pessoas interessadas apenas em seus próprios interesses não era novidade para Bonaparte, pois, ainda nas Campanhas da Itália havia transformado o “Castelo de Mombello perto de Milão, numa verdadeira corte [...] onde se viam lado a lado verdadeiros parasitas [...] e os mais notáveis representantes das Ciências” (RICHET, 1989: 13). Porém, para Stendhal ao iniciar uma aproximação muito densa e baseada em grande medida nessas características o ex-general foi arrastado para uma situação de “desprestígio”, perante aqueles que viam a principal virtude bonapartista sendo a defensora do mérito, antes do título. Nesse aspecto, ressalta as críticas feita ao general

---

4 Uso o conceito de sociabilidade no sentido interacionista.

de ser apenas “sedento pelo poder” e não defensor de princípios revolucionários, que era pregado por alguns partidários da “Lenda Negra”.

A segunda causa da queda seria a junção das funções de general e imperador, a atenção do líder era dividida e assim não poderia executar, com a devida atenção tais funções acarretou com isso um enfraquecimento decisório, o imperador-general começava a fraquejar na política e nos campos de batalha, óbvio que a colisão opositora a Bonaparte adquiriu forças, porém, para Stendhal ele não conseguia mais perceber os movimentos militares de seu inimigo.

Stendhal vivendo em inícios do século XIX era partidário do bonapartismo e deixou em suas obras algumas caracterizações sobre o líder, sua política e ação militar, sendo mais marcantes os aspectos da chamada “Lenda Dourada”, mas caso sigamos os “sinais”<sup>5</sup> da teoria de Carlo Ginzburg, posso perceber a chamada “Lenda Negra”, nos livros.

## **FONTES**

STENDHAL. **A Cartuxa de Parma**. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Napoleão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **O vermelho e o negro: Crônica do Século XIX**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

## **BIBLIOGRAFIA.**

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DICTIONNAIRE DE L'ACADEMIE, 1798. Disponível em: <http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>. Consultado em 19 de julho de 2012, às 16: 19.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

---

5 Uso “sinais” como utilizado por Ítalo Calvino, segundo ele a realidade em Stendhal era “descontínua, instável, uma poeira de fenômenos não homogêneos, isolados uns dos outros, subdivisíveis por sua vez em fenômenos ainda menores”. Acrescenta que isso deve ser feito a partir do método do paradigma indiciário que “um jovem historiador italiano, recentemente tentou identificar nas ciências humanas do século XIX” (CALVINO, 2008: 126-132)

EVELING, Daniel. “**O vermelho e o negro**”, **crônica e romance**: Uma leitura dos aspectos grotescos em Stendhal. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

FOUCAULT, Michel. A palavra e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GINZBURG, Carlo. A áspera verdade: um desafio de Stendhal aos historiadores. In.: \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**: o verdadeiro, o falso e o fictício. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos In: PALTÍ, Elías José. **Giro Lingüístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

NEVES, Lucia M. Bastos. **Napoleão Bonaparte**: Imaginário e política em Portugal (c.1808-1810). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

RÉMOND, René. **O século XIX 1815-1914**: Introdução à história do nosso tempo. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. Uma paixão difícil. In: STENDHAL. **Napoleão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

RICHET, Denis. A Campanha da Itália. In: FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Nova Fronteira, 1989.

RUSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **Revista de História da Historiografia**. Mariana, nº 2, 2009.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

## O SEGREDO DE JUSTINE DE SADE, OU OS PRAZERES NO INFORTÚNIO

Juliana A. Lima Arruda\*

Em apenas quinze dias do ano de 1787, o Marquês de Sade escreveu seu livro mais lido, “Os Infortúnios da Virtude”, nele, a personagem Justine narra sua desdita história, a de uma desventurada moça que leva sua crença em Deus até as últimas consequências, a de uma virtuosa que incessantemente procura pela bondade dos homens, e que apesar de ser continuamente humilhada, ultrajada e violentada, continuou virtuosa, com uma fé inabalável e sempre surpreendida pela maldade humana. Mas, como todos que contam uma história, Justine é também uma ficcionista, ela tinha seu segredo, gozava ao ser ultrajada.

A literatura esteve presente na psicanálise desde o nascimento, Freud acreditava que na literatura os “conteúdos latentes dos sonhos mais sintomáticos podem desenvolver-se nela fora de toda censura. [sendo a literatura portanto um] testemunho da vida subconsciente do homem” (JOSEF, 2006: 51). O pai da psicanálise via a literatura como um lugar de manifestação do inconsciente, via no texto, “[...] o eco de uma verdade a descobrir [já que] O sujeito estrutura-se nas fantasias, isto é, numa configuração de representação de seus desejos inconscientes” (JOSEF, 2006: 52). Sabemos que o inconsciente tem seus rastros em nossas atitudes, nossas escolhas, fala e escrita, isso é inegável, mas, não é trazendo o inconsciente à tona, que se pode preencher as lacunas de uma história. Cavar mais fundo não significa descobrir mais verdades. Juntar consciente e inconsciente não dá unidade ao homem, o inconsciente é uma porta, é a escavação para a estrutura caótica humana, pois o homem é um buraco sem fundo, sua essencialidade é justamente composta de devir. Então, como encontrar a verdade mais pura, a essência mais primária de algo que se transforma a cada segundo? O que fazemos é apenas atribuir sentidos, seja ao escrever uma história, ou ao contá-la em uma sessão de análise. Além do mais, esse movimento de escavação só é possível por meio de um veículo, a linguagem. E tanto o mapa da mina, quantos as ferramentas utilizadas, e o próprio ouro que se pretende encontrar, são “irreais”, pois “Toda realidade é um discurso porque é percebida através da estrutura verbal. A linguagem estrutura a realidade da obra” (JOSEF, 2006: 60). Dessa forma, o homem configura a linguagem e é por ela configurado. E ao abrir as portas para a psicanálise, quer-se levar o inconsciente em consideração, mas não se pretende encontrar a verdade através dele, melhor é ter em vista que “A literatura mais verdadeira é a que se sabe linguagem, isto é, comédia, simulacro do mundo.” (JOSEF, 2006: 60).

Chamamos a psicanálise para ajudar a responder a questão: Seria então Justine uma masoquista? Em busca de uma resposta torna-se necessário entender o que é o sadismo e o que é o masoquismo. E nesse processo de distinção é que se encontra o debate do filósofo Gilles Deleuze, que ao contrário de Freud, compreende as questões acerca do sadismo e masoquismo de maneira mais filosófica do que clínica. Para tanto, Deleuze mergulha neste universo que parecia até pouco tempo ser composto de unidade para separá-los, com Deleuze

---

\* Universidade Estadual de Londrina, Mestranda em Historia Social, CAPES.

o casal sadomasoquista se divorcia, ou melhor, destroem-se as possibilidades do relacionamento entre eles. Em *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*, o filósofo finda a unidade sadomasoquista a fim de resgatar a obra injustiçada do escritor Masoch, que é conhecido, na maioria das vezes, apenas como o reviramento do sadismo. Mas ao contrário do que se pode imaginar, sadismo e masoquismo pertencem a mundos completamente diferentes, não são necessariamente opostos, mas também não são complementares.

A literatura esteve presente na psicanálise desde o nascimento, Freud acreditava que na literatura os “conteúdos latentes dos sonhos mais sintomáticos podem desenvolver-se nela fora de toda censura. [sendo a literatura portanto um] testemunho da vida subconsciente do homem” (JOSEF, 2006: 51). O pai da psicanálise via a literatura como um lugar de manifestação do inconsciente, via no texto, “[...] o eco de uma verdade a descobrir [já que] O sujeito estrutura-se nas fantasias, isto é, numa configuração de representação de seus desejos inconscientes” (JOSEF, 2006: 52). Sabemos que o inconsciente tem seus rastros em nossas atitudes, nossas escolhas, gestos, fala e escrita, isso é inegável, mas, não é trazendo o inconsciente à tona, que se pode preencher as lacunas de uma história. Cavar mais fundo não significa descobrir mais verdades. Juntar consciente e inconsciente não dá unidade ao homem, o inconsciente é uma porta, é a escavação para a estrutura caótica humana, pois o homem é um buraco sem fundo, sua essencialidade é justamente composta de devir. Então, como encontrar a verdade mais pura, a essência mais primária de algo que se transforma a cada segundo? O que fazemos é apenas atribuir sentidos, seja ao escrever uma história, ou ao contá-la em uma sessão de análise. Além do mais, esse movimento de escavação só é possível por meio de um veículo, a linguagem. E tanto o mapa da mina, quantos as ferramentas utilizadas, e o próprio ouro que se pretende encontrar, são “irreais”, pois “Toda realidade é um discurso porque é percebida através da estrutura verbal. A linguagem estrutura a realidade da obra” (JOSEF, 2006: 60). Dessa forma, o homem configura a linguagem e é por ela configurado. E ao abrir as portas para a psicanálise, quer-se levar o inconsciente em consideração, mas não se pretende encontrar a verdade através dele, melhor é ter em vista que “A literatura mais verdadeira é a que se sabe linguagem, isto é, comédia, simulacro do mundo.” (JOSEF, 2006: 60).

Chamamos a psicanálise para ajudar a responder a questão: Seria então Justine uma masoquista? Em busca de uma resposta torna-se necessário entender o que é o sadismo e o que é o masoquismo. E nesse processo de distinção é que se encontra o debate do filósofo francês Gilles Deleuze, que ao contrário de Freud, compreende as questões acerca do sadismo e masoquismo de maneira mais filosófica do que clínica, partindo da obra literária de cada autor, já que foi “[...] preciso recomeçar tudo, e recomeçar pelas leituras de Sade e de Masoch. Sendo o julgamento clínico cheio de preconceitos, devemos recomeçar tudo, e de um ponto de vista situado fora da clínica, o ponto literário [...]” (DELEUZE, 2009: 14). Para tanto, Deleuze mergulha neste universo que parecia até pouco tempo ser composto de unidade para separá-los, com Deleuze o casal sadomasoquista se divorcia, ou melhor, destroem-se as possibilidades do relacionamento entre eles, em *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*, o filósofo finda a unidade sadomasoquista, mostrando que sadismo e masoquismo pertencem a mundos

completamente diferentes, não sendo necessariamente opostos, mas também não sendo complementares. Em ambos universos, a linguagem desempenha papel fundamental, sendo a sensualidade de cada um construída através dela, e a narrativa a responsável por fazer de um toque um ato de erotismo, de uma imagem aparentemente simples, algo deleitável, da voz, um ato de violência.

Em Sade, a linguagem serve como **demonstração**, por meio dela, o libertino demonstra a vítima seus princípios, seus argumentos, descreve a ela todos os fundamentos de seus pensamentos. Entre um ato e outro de sexo,

Ouve-se um libertino ler um rigoroso panfleto, desenvolver teorias inesgotáveis, elaborar uma Constituição. Ou então ele se põe a conversar, discutir com a vítima. Momentos assim são frequentes, sobretudo em Justine: cada um dos algozes toma-a como ouvinte e confidente (DELEUZE, 2009: 20-21).

Justine ao sair do convento tem imediatamente provas da crueldade da Providência, ao pedir emprego, pedir abrigo, as portas lhe são duramente fechadas. A cada homem ou mulher que encontra em seu caminho, descreve sua infortuna com a intenção de despertar-lhes no coração alguma compaixão. Contudo, como resposta lhe é entregue apenas argumentos muito bem estruturados de almas gélidas formadas pela corrupção e libertinagem. Como é próprio da literatura sadeana, todos os algozes de Justine lhe demonstram seus preciosos raciocínios.

Já em Masoch, a linguagem não tem a função de demonstração, nele, ela é uma força **dialética**, ou seja, é essencial ao masoquismo o diálogo entre a vítima e seu carrasco. “Não estamos mais diante de um carrasco que se apodera da vítima e goza à custa dela, com um prazer inversamente proporcional ao seu consentimento e ao quanto ela é persuadida” (DELEUZE, 2009: 23). No universo masoquista procura-se uma mulher para educá-la, para formar uma déspota. É preciso antes de tudo, persuadir a mulher a assinar um dos elementos mais importantes do masoquismo, o **contrato**. “Estamos diante de uma vítima em busca de um carrasco e que precisa formá-lo, persuadi-lo e a ele se aliar para a mais estranha empreitada” (DELEUZE, 2009: 23). O contrato é uma condição necessária para o estabelecimento da relação masoquista, ele que estabelece as leis, de forma que

Mesmo a escravidão apoia-se num pacto. Só nas aparências o masoquista está preso por correntes e amarras; é sua palavra que o prende. O contrato masoquista não exprime apenas a necessidade do consentimento da vítima, mas o dom da persuasão, o esforço pedagógico e jurídico com que a vítima adentra o carrasco (DELEUZE, 2009: 76).

Já Sade tem a lei como inimiga, sendo contra os contratos, contra os pactos, entendendo que elas servem para moralizar a vida. Para Sade, melhor seriam as instituições de moto-contínuo, com o mínimo possível de leis, anárquicas, em constante conflito, num vir-a-ser. E se “A possessão é a loucura própria do sadismo; o pacto, [é] a do masoquismo” (DELEUZE, 2009: 23). É preciso, portanto, persuadir a mulher no masoquismo a assinar o

contrato, e daí educá-la. Mas, essa mulher não pode ser realmente sádica, ela tem de torna-se uma carrasca. Em Masoch, é a vítima quem escolhe e quem fala através de seus carrascos. Aliás, o faz com muito pudor. Não que a obscenidade não possa estar presente na dialética masoquista, mas ela não lhe é uma característica essencial.

Em Justine a obscenidade está presente, pois é um elemento romanesco essencial a Sade, porém aparece parafraseada pela voz de uma vítima, pela voz de uma cândida moça. Já aos seus carrascos, os personagens sádicos, a intenção é outra, o que está em jogo é a realidade, é negar o real. Na base do pensamento sadeano está a ideia de **negação**. Segundo Deleuze (2009: 28), é preciso separar o “**negativo** como processo parcial e **negação** pura como Ideia totalizante”. Em Sade, essas instâncias estão ligadas a naturezas diferentes, o negativo (que só pode ser parcial) está ligado à **segunda natureza**, relativa às nossas experiências, ao vivido, onde a natureza expressa suas leis e ordens em todos os lugares - como o nascimento e a morte, que fazem parte da vida. De certa maneira, a segunda natureza é onde o homem está aprisionado. Já a **primeira natureza**, é a “portadora da negação pura, acima dos reinos e das leis, [...] sem fundo além de qualquer fundo, delírio original, caos primordial feito unicamente de moléculas furiosas e dilacerantes” (DELEUZE, 2009: 28). Essa primeira natureza pertence ao mundo das ideias, apenas nela que se pode conceber a ideia de destruição total, de uma negação totalizante, pois “o poder de destruir não é concedido ao homem; ele tem quando muito o de variar-lhe as formas, mas não o de destruí-la” (SADE, 2008: 64). Portanto, o crime perfeito (para os personagens sádicos) deve acontecer impessoalmente na primeira natureza, pois ao contrário dos pequenos crimes cometidos na segunda natureza, esse ecoaria eternamente. Essas duas naturezas aos quais pertencem as descrições sadeanas, estão relacionadas ao elemento pessoal e ao impessoal. O negativo está relacionado à segunda natureza, que através do elemento pessoal, é onde o homem vive suas experiências, já a primeira natureza representa o elemento impessoal, em uma “ideia delirante de negação” não de alguém ou algo em particular, mas as pessoas e coisas em geral, em um sentido impessoal. É nela, que o sádico nega a natureza segunda, e para Deleuze, nega a ele próprio.

Parece-me que na busca de tentar cometer seus crimes na primeira natureza, é que os personagens sádicos fazem uso da repetição. Paira sobre os textos sadeano uma monotonia, isto é, cenas muito parecidas repetem-se diversas e diversas vezes. Há um fator quantitativo em sua obra, mas, a multiplicação de vítimas não é à toa, essa repetição é como uma roda, que não deve parar de girar, e movimentando-se incessantemente amontoa vítimas, acelerando crimes, sofrimentos, prazeres, buscando alcançar a totalização, a negação pura, a primeira natureza. E para girar essa roda é preciso sangue-frio, ou seja, o pensamento demonstrativo sadeano deve ser conduzido com apatia, e com impessoalidade.

Se a negação é um dos conceitos chaves para entendimento do sadismo, no masoquismo falamos sobre **denegação**. A denegação não contesta nem tenta destruir o real, ela o suspende, cria uma forma de escapar da realidade, criando outra, fantasia. Essas duas instâncias são reações diferentes para a insuficiência do real, no caso da denegação, neutraliza-se o real para viver o ideal.



E se, por um lado, a monotonia sádica é essencial para a negação, para a denegação o fundamental é o **suspense**. Ao contrário dos romances de Sade que possuem um incessante movimento, em Masoch tudo é estático, como uma obra de arte, como uma fotografia. A imaginação masoquista é formada de imagens de mulheres em poses quase como estátuas, gélidas, cruéis. Masoch não explicita a obscenidade em suas cenas, ele apenas as sugere.

Poderíamos citar então a apatia sádica para a frieza masoquista. E enquanto a apatia nega o sentimento<sup>2</sup>, a frieza denega a sensualidade.

Esta imagem sólida da mulher-carrasco remonta ao fato de que parte do prazer masoquista está na espera, naquilo que pode acontecer, em um quadro de imagens fixas, tais como “Aquele chicote ou aquela espada que não se abatem, esse casaco de peles que não se abre, esse salto do sapato que não completa a pisada [...]”(DELEUZE, 2009: 71). Aliás, no geral entende-se masoquismo através do complexo dor-prazer, ou no máximo acrescenta-se a ele, a punição e a humilhação como as características de sua fantasia. Contudo, o masoquista assim como qualquer outra pessoa sente prazer no prazer e dor na dor. O elemento fundamental para essa relação entre dor e prazer acontecer é a forma temporal pelo qual ele se realiza; a espera. Deleuze afirma que esta relação de espera é dividida em duas partes, em “[...] dois fluxos simultâneos, um que representa *o que se espera* e que, essencialmente tarda, sempre atrasado e sempre adiado, e outro que representa algo *que pode acontecer*, sendo também o que precipitaria a vinda do esperado” (DELEUZE, 2009: 72). Na fantasia masoquista, o prazer é *o que se espera*, e a dor é o que *pode acontecer*. O prazer está sempre atrasado, é sempre adiado, em um suspense profundo, e o que acelera a chegada deste prazer, que o precipita, que o torna possível é a dor. Com isso, conseguimos reunir algumas das principais características do masoquismo, posto que “A denegação, o suspense, a espera, o fetichismo e a fantasia formam a constelação propriamente masoquista” (DELEUZE, 2009, p.73). Para elucidar essa relação temporal de espera entre o que se espera e o que pode acontecer, Deleuze mostra o fetiche como o objeto da fantasia, criando a seguinte imagem,

Imaginemos uma fantasia masoquista: uma mulher de short está numa bicicleta fixa, pedalando vigorosamente; o sujeito está deitado sob a bicicleta, sendo quase atingido pelos pedais vertiginosos, com as palmas das mãos colocadas às panturrilhas da mulher. Todas as determinações estão aí reunidas, desde o fetichismo da panturrilha até a dupla espera representada pelo movimento dos pedais e a imobilidade da bicicleta (DELEUZE, 2009: 73).

A força da fantasia masoquista está em “sua lentidão de espera, sua força de suspensão ou congelamento [...]” (DELEUZE, 2009: 74-75). Opostamente, a sensualidade sádica é movimento, não há espaços para os sonhos, toda devassidão deve ser vivida, e não denegada e suspendida. Em Sade, o movimento é tão intenso, tão violento, é tão urgente a necessidade de sentir, que a arte não dá conta.

---

<sup>2</sup> No sadismo nega-se o sentimento em uma função de demonstração impessoal, “Trata-se de tirar prazeres de tudo o que alarma seu coração...’ [pois] Todos os entusiasmos, inclusive e principalmente o do mal, estão condenados por nos ligar à natureza segunda [...]” (DELEUZE, 2009, p.53).

Porém, ainda não se pode explicar como alguém pode ter prazer no sofrimento, como uma moça pode gozar ao ser ultrajada. Para chegar a tal questão, é necessário retomar a ideia freudiana de que não há exceções, apenas um *Além do princípio de prazer*<sup>3</sup>. Segundo Deleuze, Freud aponta que “Naturalmente há na vida psíquica prazeres e dores, mas num ou noutro lugar, em estado livre, esparso, flutuante, ‘não ligado’” (DELEUZE, 2009: 111), ou seja, prazer e dor não estão relacionados “naturalmente”.<sup>4</sup> Para que isso aconteça é preciso que haja uma ligação. De maneira simplória, poderíamos dizer que é como se em um primeiro momento – como na infância -, alguém passou por uma situação de violência, de humilhação, de castigo e viu-se de alguma forma excitada, e/ou sentiu prazer. Nesta configuração criou-se uma ligação entre a violência e o prazer, entre Eros e Tânetos. Não que a pessoa tivesse deixado de sentir dor na violência, ao contrário, doía da mesma forma que doe em qualquer outra pessoa, contudo, esta dor fez uma ligação com algo que estava porvir, o prazer. A partir disso, podemos dizer que a ligação é a repetição de uma experiência traumática. Dessa forma, o masoquista quando faz essa ligação, quando executa a repetição, ou seja, repete determinada situação de dor<sup>5</sup>, de sofrimento, etc., ele ainda está em busca do prazer<sup>6</sup>, a dor está ainda subordinada ao Princípio de prazer. Isso pode inicialmente trazer um caráter de ponte à dor, em uma fórmula simples onde o prazer seria o objetivo e a dor o veículo para se alcança-la, simplesmente. Contudo, faz-se necessário trazer a noção de tempo posta por Deleuze a esse argumento criado por Freud,

Deve-se compreender que a repetição, tal como Freud a concebe nesses textos geniais, é em si mesma síntese do tempo, síntese ‘transcendental’ do tempo. Ela é simultaneamente repetição do antes, do durante e do depois. Constitui no tempo o passado, o presente e até mesmo o futuro. Ao mesmo tempo, o presente, o passado, e o futuro se constituem no tempo, apesar de haver entre eles uma diferença qualitativa de natureza, com o passado sucedendo ao presente e o presente, ao futuro (DELEUZE, 2009: 113).

Depois de feita a ligação, a relação entre dor e prazer perdeu-se na noção do tempo. É como se a dor presente e o prazer futuro se unissem em uma só instância, através da

---

<sup>3</sup> Para Freud, o princípio do prazer é um dos princípios que regem o funcionamento mental, ele é um princípio econômico, ou seja, se refere à hipótese de que os processos psíquicos estejam ligados à quantificação, suscetível de aumento, diminuição e equivalências. No princípio de prazer, sua economia funciona primeiramente no sentido de evitar o desprazer e procurar o prazer. Quando alguém inverte esse roteiro, buscando o “desprazer” ao invés do prazer<sup>3</sup>, ou seja, criando um desvio, Freud perturba-se, entendendo aí, primeiramente, um defeito de ordem mental. Contudo, o próprio Freud conseguia ver nesta configuração apenas o sadismo, mas não encontrava espaço para o masoquismo. A partir disso, ele percebeu que o “problema do masoquismo” não era apenas econômico, passando a entender a relação entre prazer e desprazer não mais referentes apenas a quantidade, mas também, a relação entre as pulsões de vida e de morte. Como resultado criou um *Além do princípio do prazer*.

<sup>4</sup> Contudo, pensemos na fome, na sede. Em nenhum outro momento nos é tão prazeroso tomar um copo de água, como quando dolorosamente pede-nos a secura nossa garganta, ou mesmo no choro do bebê, que grita de fome e depois se deleita no seio materno.

<sup>5</sup> *O que pode acontecer.*

<sup>6</sup> *O que se espera.*

repetição. Eros e Tânatos seguem misturados. A questão no masoquismo, é que se chega ao momento onde a repetição torna-se independente, que ao ser feita, ela traz consigo essa união do tempo. Muda-se a relação “repetição-prazer”, e a repetição liquefaz a ligação em um único tempo, de modo que

Em vez de viver a repetição como uma conduta a se ter como um prazer obtido ou a se obter, em vez de a repetição ser comandada pela ideia de se encontrar ou obter um prazer, a repetição se desencadeia, independente de qualquer prazer prévio. Ela é que se tornou ideia, ideal. E é o prazer e a repetição então inverteram os seus papéis [...] (DELEUZE, 2009: 118).

O prazer deixa de ser a motivação, sendo renunciado, denegado, voltando como “recompensa ou resultado”. A denegação cria uma nova realidade onde o prazer torna-se parte imanente da repetição. Mas, para que a repetição torne-se um ideal ela deve ter passado por um processo de **dessexualização**, para depois voltar ressexualizada. Para conduzir uma cena de sadismo ou masoquismo, onde se ativa a ligação através da repetição, causando a dor, é preciso frieza, (seja ela a apatia sádica teorizada, ou o ideal masoquista fantasiado) para criar uma estrutura onde haja espaço para **ressexualização** e seus prazeres.

Justine foi criada em um convento onde sofrimento, redenção e prazer mantêm laços estreitos. Entre os instintos de uma doce menina, e a crueldade das punições das freiras, desenvolveu-se a sexualidade de Justine. Entre um suplício e outro, a imagem do Cristo sofredor, entre castigos e sacrifícios ia se formando o desejo e a força que lhe conduzia a todos os infortúnios.

—Oh, meu Deus – eu exclamava. – Vós o haveis querido, era Vossa vontade que o inocente se tornasse uma vez mais a presa do culpado. Disponde de mim, Senhor, eu estou ainda muito longe dos sofrimentos que haveis sofrido por nós. Possam os que eu sofro em Vos adorando me tornar digna um dia das recompensas que prometeis ao fraco quando ele Vos tem sempre por objeto em suas tribulações e que ele Vos glorifique em suas penas! (SADE, 2008: 79-81)

Foi provavelmente no convento, com ajuda das irmãs e das outras pequenas virgens, que Justine fez sua **ligação**. A repetição foi criando em Justine continuamente dessexualização e ressexualização. Podemos perceber que os sofrimentos que nossa pobre heroína sofre ao longo do romance em grande parte não são sexuais, aliás, Justine só é violentada sexualmente após muito ter caminhado no infortúnio. Mas isso não faz com que a menina deixe de sentir prazer em cada ato perverso da Providência, ao ponto de afirmar que “[...] quaisquer que possam ser os espinhos da virtude, eu os preferirei sempre aos falsos vislumbres de prosperidade, perigosos favores que acompanham um instante de crime” (SADE, 2008: 45). É a ligação - que tem como um de seus elementos o processo de dessexualização e ressexualização - que fazem dos caminhos tortos de Justine algo irresistível, de forma a confessar que “Por mais que tentasse me defender desses sentimentos de comiseração, por mais cruelmente que viesse a ser punida por eles, não pude resistir a me entregar de novo a eles” (SADE, 2008: 139).

Agora, nos é possível esclarecer melhor a relação entre dor e prazer,

Não há vínculos misteriosos entre dor e prazer. O mistério está em outro lugar. Está no processo de dessexualização que junta a repetição ao oposto do prazer, e, em seguida, no processo de ressexualização que age como se o prazer da repetição procedesse da dor. No sadismo, como no masoquismo, a relação com a dor é um efeito (DELEUZE, 2009: 119).

Além de estabelecerem relações (de diferentes formas) entre prazer e dor, sadismo e o masoquismo mantêm uma relação de complementariedade, porém muito distante do que a primeira vista se possa imaginar. Dentro da fantasia masoquista há a mulher-carrasco, que prazerosamente faz o outro sofrer, porém, não como uma sádica. A mulher-carrasco pertence inteiramente ao universo masoquista, sendo, portanto um elemento sádico do masoquismo. Ela possui um “sadismo que nunca se encontra no sádico, e que funciona como o duplo ou o reflexo do masoquismo” (DELEUZE, 2009: 42). Da mesma forma, há no sadismo um elemento masoquisante, isto é, as vítimas do sádico-sujeito, são as masoquistas-elementos, algo inteiramente dentro do sadismo.

São, portanto, universos diferentes que não se cruzam, pois “Cada sujeito de determinada perversão precisa do ‘elemento’ da mesma perversão, e não de um sujeito de outra perversão” (DELEUZE, 2009: 43). Há, portanto os sujeitos e os elementos; sendo que o masoquista-elemento está para o sujeito-sádico da mesma forma que o sádico-elemento está para o masoquista-sujeito, ambos configurados e pertencentes a seus universos.

É apenas a partir desses elementos postos que podemos responder à pergunta que guia este artigo: Justine é uma masoquista?

Antes de qualquer coisa, Justine não pode ser masoquista, sendo ela uma criação de Sade, ela pertence unicamente ao universo sadeano, e principalmente, ela pertence ao sadismo. Não podendo ser de outra forma, os elementos romanescos pelo qual Justine conta sua história são os elementos que compõem o romance sadeano, e apesar dela ser um elemento masoquisante, não há ligação direta com Masoch. Sua história está cheia de demonstração, de negação, de repetição, de movimento, como bem mostra seus muitos e sequenciais infortúnios, mas ela carrega uma carga própria, além da estrutura tipicamente sádica, porém dentro dela.

Durante o processo de percepção de Justine como um elemento masoquisante do universo sadeano, fizeram-se perceptíveis algumas características da estrutura do sadismo em sua história, posto que ela seja um personagem que compõe este universo e é composta por ele, da mesma forma, ser uma masoquista-elemento trouxe algumas das configurações do universo do masoquismo para a compreensão da formação desse personagem, sendo a relação entre dor, prazer e tempo, a ligação e a repetição, bem como a dessexualização e ressexualização, essenciais em Justine. Mas, outra questão perpassou esse texto sem ser respondida – não sem intenção –, é ela a dúvida se em Justine o papel das descrições é o de negação ou de denegação. Tendo mudado de opinião algumas vezes ao longo do processo, por ora, a resposta é que em Justine o papel das descrições é o de transgressão.

A culpa está baseada na ideia das leis que carrega consigo um paradoxo moral, posto que se trata com mais severidade e desconfiança o sujeito virtuoso, de forma que proporcionalmente ao decoro e à obediência das leis, aumenta a desconfiança e a culpabilidade de um possível delito. A este paradoxo da consciência moral, Freud acrescentou que

[...] não é a renúncia às pulsões que deriva da consciência moral, pelo contrário, é a consciência moral que se origina da renúncia. Portanto, quanto mais forte e rigorosa for a renúncia, mais a consciência moral, herdeira das pulsões, é forte e se exerce com rigor (DELEUZE, 2009: 84-85).

Diferentemente do sujeito sádico, a linguagem de Justine não é a da demonstração, a linguagem de Justine é a linguagem da comoção. Isto é, Justine quer convencer de sua moral, da rigidez de seu pensamento, de sua fortíssima obediência às leis divinas. Se em Freud, poderíamos dizer que o supereu (ou superego) de Justine briga contra seu eu (ou Ego) proporcionalmente à sua renúncia, Lacan poderia acrescentar que esta renúncia de Justine está ligada às suas leis, e a lei, nada mais é que o desejo recalcado. Ou seja, Justine é moralmente rigorosa, posto que, se sua moral for proporcional à sua renúncia, e a renúncia proporcional às suas pulsões recalçadas, maior será sua transgressão. Visto que o gozo de Justine se faz nos interditos.

Após ser expulsa da casa do médico Rodin, Justine pensa naquilo que é a “ideia mais doce de sua vida”; a religião. E norteadada pela ideia de “[...] peregrinar até esse convento e ali reparar com o máximo de atos piedosos que pudesse todas as negligências de que era culpada” (SADE, 2008: 93), Justine sofreu sua pior mácula, e foi ali, em um convento santo, em meio a quatro padres que a pobre que ali chegou intacta, dali saiu despedaçada. Justine fora deflorada dentro de um convento por quatro padres. Eis os caminhos tortos que a moça engendra suas fantasias. Se este é um ambiente sagrado, se estas são as principais leis as quais Justine deve submissão e fervor, eis o melhor altar para transgredir seus interditos, afinal “*Sem repressão não há tesão. O pecado é um afrodisíaco*” (PONDÉ, 15/06/2012). Ali, Justine foi religiosamente estuprada.

Sade e Masoch representam duas formas diferentes de contestação da lei, são elas a **ironia** sadeana e o **humor** masoquista. Como ironia pode-se entender a intenção de subverter a lei, ultrapassá-la em busca de um princípio mais elevado, que em Sade, deixa de ser o Bem, para ser a Ideia de um Mal absoluto. Já em Masoch o movimento é de humor, onde se pretende infringir a lei por “[...] excesso de zelo, por uma escrupulosa aplicação pretende-se mostrar seu absurdo e alcançar, precisamente, a desordem que ela deveria proibir e coibir” (DELEUZE, 2009: 88). Por isso, que Justine “rezava ao céu e esperava [sua] sentença. (SADE, 2008: 133). No masoquismo a lei não será mais subvertida (talvez pudéssemos dizer negada), e sim infringida humoristicamente, de forma que “[...] a mais estrita aplicação da lei tem o efeito oposto ao que normalmente se espera (por exemplo, as chicotadas, em vez de punir ou de prevenir uma ereção, provocam-na, asseguram-na)” (DELEUZE, 2009: 88-89).

A relação que Justine estabelece com as leis é a de ser sempre culpada, mesmo quando inocente. Aliás, é quando ela é mais culpada. No romance *Os infortúnios da virtude*, a

lei é manifestada de outra forma, ela está subvertida, digna de um universo anárquico sadeano. A “lei” pela qual Justine é sempre culpada e punida é guiada por uma Ideia de um Mal absoluto dos personagens sádicos, guiados pela libertinagem. Ela está inserida num universo sádico subvertido, em um mundo “ao contrário”, negado. Nele se castiga a inocência. Nesse conto de fada às avessas, Justine passa de virtuosa à criminoso.

Mas, Justine é o elemento masoquiste dessa história, portanto nossa *bela aventureira* tem lá seus traços de masoquismo. Justine traz ao mundo sádico subvertido ironicamente, seu humor masoquista, sem contestar, ela o infringe. De forma que, ao ser punida, castigada, enquanto seus algozes estavam ávidos por lhe tirarem os piores gritos, e gozarem à custa de seu pior sofrimento, Justine silenciosamente deleitava-se.

Mas, é colocando Justine a partir de uma dimensão trágica da vida, é que a vejo mais enquanto uma transgressora. Justine cria a partir da dor, a partir dos espinhos, ela acontece no vir-a-ser, permitindo-se viver de uma forma que poucos conseguem fazê-lo. Justine existiu na corda-bamba, tragicamente emitiu sua voz, a partir da ideia de que “[...] já estava escrito na página de meu destino que cada movimento honesto a que me conduziria meu caráter, devia ser pago com uma desgraça, era-me preciso, portanto, sofrer minha sorte sem que pudesse escapar” (SADE, 2008:42).

Justine fez dos interditos sua força. Isso não quer dizer que ela não acreditasse realmente na Providência, que não se via como vítima de sua inocência. A questão é que Justine colheu bons frutos de seus infortúnios, soube dançar com Eros e Tânatos, de forma a explorar as “regiões limítrofes, onde vida e morte não se distinguem, onde dor e prazer se perdem na vitalidade do momento vivido” (SADE, in GIANNATTASIO, 2012: 16). De Justine, ninguém quer identifica-la como inocente ou culpada, se nem a Providência conseguiu lhe provar nada, como a própria Justine diz, “[...] funesta lição que nada me corrigiu [...]” (SADE, 2008: 134). Quem sabe, por Justine Sade não quis nos demonstrar mais uma de suas lições, como aquela posta à sua amada, a senhorita F ao fim de uma de suas correspondências: “Posso, finalmente, te dizer o que nos resta? Resta-nos, meu pequeno astro luminoso, gozar!! Sim...gozar e transformar em gozo as mais espinhosas situações que a vida nos impõe!” (SADE, in GIANNATTASIO: 16).

Uma bela lição através daquela ingênua menina que gozava silenciosamente nos infortúnios, e chamava seus piores algozes de....

“Meus carrascos”.

## Referências Bibliográficas

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Tradução: Antonio Carlos Viana – Porto Alegre : L&PM, 1987.

BECKEL, Gilcia Gil. *Literatura e psicanálise: qual a ligação?* Disponível em: <<http://www.elba-br.org/elb-publicacoes/pdf/literatura-psicanalise.pdf>> Acessado em: 17.05.2012.

DELEUZE, Gilles. *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. Tradução: Jorge Bastos – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2009.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer*. In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud Livro XVIII. Disponível em:

<<http://lacan.orgfree.com/freud/textosf/alemoprincipiodeprazer.pdf>> Acessado em: 11/05/2012.

\_\_\_\_\_. *O problema econômico do masoquismo*. In: Obras completas Vol. 19 - O ego e o ID e outros trabalhos, 1924. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/55318931/10/O-PROBLEMA-ECONOMICO-DO-MASOQUISMO-1924#page=91>> Acessado em: 23/04/2012.

GIANNATTASIO, Gabriel. *O corpo em Sade e Nietzsche : Ou, quem sou eu, agora?* [ensaios]. Londrina : EDUEL, 2012.

JOSEF, Bella. *A máscara e o enigma*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Pondé em entrevista à MÍDIA@MAIS*. 15/06/2012. Disponível em:

<<http://luizfelipeponde.wordpress.com/2012/06/29/ponde-em-entrevista-a-midiamais/>> Acessado em: 17.06.2012.

\_\_\_\_\_. *Vadi@ ou vadia?* Folha de SP – 11/06/2012. Disponível em:

<<http://rkxs.wordpress.com/2012/06/11/vadi-ou-vadia/#more-2856>> Acessado em: 17.06.2012

SADE, Marquês de. *Os infortúnios da virtude*. Tradução Celso Mauro Paciornik – São Paulo : Iluminuras, 2008.

## A PERDA DA HISTORICIDADE NA CULTURA PÓS-MODERNA: REFLEXÕES SOBRE O TEMPO HISTÓRICO JAMESONIANO

Cristiane Paula Arantes\*

A representação dos contornos assumidos no presente revela uma tentativa dissimulada de transformar aquilo que se entende por contemporaneidade em um singular tempo histórico, do ponto de vista intelectual e artístico. Sendo o historiador, um produtor de sentidos e experiências no tempo, almejamos pincelar alguns significados à temporalidade oferecidos pelo crítico literário Fredric Jameson e a sua veiculação desta com uma dada leitura do universo cultural que (re)inventa a chamada historicidade.

Jameson, ao adentrar no debate sobre o pós-modernismo realiza um esforço de mapeamento do presente<sup>1</sup>, a partir de suas idiossincrasias, representações distorcidas, contraditórias e fugazes. Para tanto, opta por uma análise do pós-moderno a partir de uma metodologia dialética que traz à sua narrativa marcas de sua formação intelectual<sup>2</sup>,

---

\* Mestranda no Programa de Pós-graduação em História/UFU. Bolsista FAPEMIG.

<sup>1</sup> É amplo o número de os autores que contribuem para esse debate, dentre eles podem citar: <sup>1</sup> Destaco algumas obras que contribuem no debate sobre o pós-modernismo: BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Ed.: Jorge Zahar, 2001; CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003; HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed.: Loyola, 1994; HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. História, Teoria, Ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991; JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Ática, 2ª Edição. 2007; LIPOTEVSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007; LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. WHITE, Hayden, 1992. *Metahistória: a imaginação histórica da Europa do século XIX*. São Paulo, Edusp. \_\_\_\_\_ . *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura* (Tradução de Alípio Correia de França Neto). 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001. Parte das fontes disponíveis para discutir especificamente os trabalhos de Jameson: AULADELL, Felip V. Fredric Jameson, o La singularidad dialéctica de La teoria. In: *Revista de Filosofia*. nº 40, 2007, 173-180. BAIOCCHI, Ana Beatriz Carvalho. *Filosofia da história em Fredric Jameson: uma crítica às aporias do pós-modernismo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010. CEVASCO, Maria E. Producing Criticism as Utopia. In: *Andrew Milner, Matthew Ryan, Robert Savage*. (Org.). *Imagining the Future: Utopia and Dystopia*. 1 ed. Melbourne: Arena Publications Association, 2006, v. 1, p. 52-62. CEVASCO, Maria E. The Scandal of Theory - Jameson on Modernity. *Foreign Literature*, China, v. 3, p. 40-47, 2005. CEVASCO, Maria E. Archaeologies of the Future: Western Marxism Revisits Utopia. *Situations*, v. II, p. 120-127, 2007. CEVASCO, Maria E. Translating American Literary Criticism: The Case For Fredric Jameson. *CROP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-60, 1994. KELLNER, D.; HOMER, Sean. *Fredric Jameson: a critical reader*. London: Palgrave Macmillan. 2004. OLIVEIRA, Maurício M. dos S. *A persistência do mesmo na inquietude turbulenta do mundo: Fredric Jameson e o ocaso da História na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. P. 16.

<sup>2</sup> Já apontei sua biografia intelectual no seguinte texto, disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/view/622/379>



ao comparar o moderno com o pós-moderno. O primeiro é apresentado como a busca pelo novo e a transformação dos signos conservadores e arcaicos, o segundo a procura compulsiva por uma ruptura e um diagnóstico que teoriza o tempo, no universo intelectual e artístico. A cultura assume um lugar central na imaginação histórica jamesoniana, pois:

O pós-moderno é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza [o ser] se foi para sempre. É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a “cultura” se tornou uma verdadeira “segunda natureza”. (JAMESON, F. 2007: 13).

O “essencialismo” oferecido pela centralidade da cultura na teoria do autor, dá-se pela inspirações da Escola Frankfurtiana, em que a estetização da realidade, pensada por Benjamin é ampliada na medida em que a cultura tornou-se um produto a partir do processo de reificação<sup>3</sup>. Assim, a relação da teoria pós-moderna com seu próprio tempo, o presente, é identificada por Jameson minuciosamente, o qual discute o afã modernista pela novidade e a teorização discursiva de si mesma pela ideia de ruptura.

A percepção de um *radical break* emerge nos desenhos traçados pelo autor após seu contato com debate da arquitetura contemporânea, quando esta veio de encontro ao chamado “alto modernismo”, criticando sua rigidez elitista. De acordo com Jameson, o pós-modernismo arquitetural funcionaria como um populismo estético que não mais cita artefatos do *kitsch* e da indústria hollywoodiana, mas os incorpora substancialmente (re)elaborando noções urbanísticas e estéticas. Uma vez que a principal característica do *ethos* pós-moderno é a dissolução da fronteira entre a alta cultura e a assim chamada cultura de massas<sup>4</sup>.

Elencar esta dicotomia a partir dos exemplos jamesonianos acerca da paródia e do pastiche nos ilustram com profundidade sobre a visão do espectro cultural deste

---

<sup>3</sup> O conceito de reificação é esmiuçado por Jameson no texto: JAMESON, F. Reificação e utopia na cultura de massa. *Crítica Marxista*, São Paulo, nr. 1, 1994. Em linhas gerais, podemos retratá-lo como sendo particular às sociedades com divisão social do trabalho, em que uma de suas características é pautada na eficiência etapista para elaboração do produto. Isto influi na concepção de experiência estética moderna, imaginada como atividade sem um fim prático. Após a instrumentalização, tudo se torna mercadoria, em outras palavras, objeto de consumo. O valor qualitativo é substituído pelo quantitativo.

<sup>4</sup> As reflexões sobre a dicotomia cultura erudita e cultura de massas, assumem contornos diversos na fortuna crítica que se ocupa do tema, no dado estudo, Fredric Jameson e sua inspiração frankfurtiana e formação na crítica literária, busca elencar este debate no intuito de edificar uma análise que revele a importância do então populismo estético e, ao mesmo tempo, os usos ideológicos e reificantes da arte pós-moderna.

autor e o processo inexorável a que o universo da cultura, entendida a partir de sua dilatação, relaciona-se com o pós-modernismo. A paródia, ao imitar um singular estilo na literatura, filosofia ou arquitetura, incorpora seus elementos e os celebra e ao mesmo tempo em que os ironiza, provocando assim, o riso. Afirma Jameson que “subjaz à paródia o sentimento de que existe uma norma lingüística, por oposição à qual os estilos dos grandes modernistas podem ser arremedados.” (JAMESON, F. 2: 1982).

A circulação de inúmeros estilos que atendam às variadas normas linguísticas e culturais que correspondam à fragmentação do cotidiano e da esfera cultural alargada no pós Segunda Guerra Mundial – momento que produziu as condições para a ruptura esboçada por Jameson – unidos à revolta contra a canonização, transformam a paródia em pastiche. O mimetismo no pastiche é neutro, afinal a regra linguística apreendida não possui mais o efeito provocado pela singularidade extremada ou “pura”, afinal foi incorporado aquilo que não participava da norma e situava-se no universo degradado do *kitsch* e do brega. A imitação, portanto, perde a função risível. Enfim, elementos da cultura erudita unem-se à cultura de massa produzindo produtos culturais “não-subversivos” tampouco pautados em alguma novidade.

O traço fundamental do moderno [a novidade] então se perde e se esvai a “distância inexorável” entre o espaço de experiência – composto pelo passado imaginado e vivido – e o horizonte de expectativa, no qual “toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento [...]” (KOSSELECK, 2006: 317).

Nesse sentido, a perda da noção de um signo individual que acaba sendo mesclado às singularidades desconexas, reafirmam o esforço do autor em traçar uma historicidade, a qual teria perdido seu significado diante da desmistificação da cultura erudita em sua dominante lingüística. No entendimento do crítico literário, a historicidade:

de fato, nem é uma representação do passado, nem uma representação do futuro (ainda que suas várias formas utilizem tais representações): ela pode ser definida, antes de mais nada, como uma percepção do presente como história, isto é, como uma relação com o presente que o desfamiliariza e nos permite aquela distância da imediaticidade que pode ser caracterizada finalmente como uma perspectiva histórica. É correto, então, em outras palavras, insistir também na historicidade da própria operação, que é a nossa maneira de conceber a historicidade nessa sociedade específica e nesse modo de produção. (JAMESON, F. 290: 2007).

Sendo assim, apreendemos que, embora as pesquisas de Jameson dialoguem com trabalhos que celebrem o cenário pós-moderno, o foco na historicidade concomitante à presença de uma série de características oriundas às outras temporalidades forjadas (para não dizer humanizadas) inviabiliza uma periodização fechada da pós-modernidade e coloca um entrave no método utilizado pelo autor, pois o mesmo almeja retratar as dimensões do passado dialeticamente ao pensar a cultura do presente.

Fredric Jameson, opta, portanto, em apreender o cenário pós-moderno como uma tentativa (às vezes fracassada) de pensar historicamente o presente, já que a teoria pós-moderna o desconecta de sua historicidade e desconstrói o *télos* assim como a possibilidade das narrativas mestras, como dito por Lyotard<sup>5</sup>. Isto é refutado pelo primeiro teórico na medida em que aborda o retorno da narrativa a partir da evidência de seu fim, desta forma mostra que a teoria fatalista, ou mesmo, “finalista” é parasitária dos signos daquela que pretende descartar [modernismo]. Além disso, a ênfase em um presente como distinto dos anteriores abriga “uma patologia distintamente auto-referencial, como se nosso completo esquecimento do passado se exaurisse na contemplação vazia, mas hipnótica, de um presente esquizofrênico, incomparável por definição.” (JAMESON, F. 16: 2007). Os diálogos com as perspectivas arquiteturais e literárias, decisivos na ótica do pensador, unidos aos variados posicionamentos sobre o pós-modernismo, em vinculações sociológicas e ideológicas, mostrariam a missão do marxismo, segundo Jameson.

O ímpeto marxista nas formulações do pensador atrela-se aos trabalhos do economista Ernest Mandel<sup>6</sup> na esteira do capitalismo tardio, a qual configura um estágio mais puro e complexo do capitalismo, contrariando as posições de Daniel Bell sobre o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial<sup>7</sup>. Nesse viés, o pós-modernismo como ruptura relaciona-se com a modificação sistêmica do capitalismo que transforma a experiência do tempo circunscrita à uma revolução cultural em que o consumo é o processo, já que a produção estética integra-se diretamente à produção de mercadorias em ritmo de ‘*turn over*’ gradativo. Assim, o pós-moderno é, nos textos jamesonianos,

---

<sup>5</sup> LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

<sup>6</sup> MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>7</sup> BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.

mais que um neologismo, mas uma ruptura cultural atrelada ao contexto econômico.

A ênfase jamesoniana na historicidade é explicada pela atenção dada às contradições históricas, entendidas dialeticamente, que redirecionam a cultura em sentido amplo, em um movimento de determinismo ou primazia da primeira sobre a segunda. Uma condição fundamental é a rejeição da expectativa – traço do classicismo moderno na arte, teoria e filosofia. O projeto liberalizante na música, a exemplo, apresenta um “resultado distorcido de uma tentativa de imaginar a totalidade numa época em que não se tem nenhuma experiência dela, em circunstâncias que condenam a tentativa ao fracasso já de início”. (JAMESON, F. 36: 1971).

Todavia, a perspectiva da ausência de temporalidade é aprofundada na medida em que Jameson evidencia a presença da utopia quando esta se esvai em meio à fragmentação ocasionada pelo afunilamento da modernidade a partir de uma experiência temporal acelerada. O tempo, por sua vez, torna-se uma abstração sem conteúdo devido à fragmentação sem precedentes. Estas características, de acordo com os traços desenhados pelo autor, nutrem uma inclinação da cultura pós-moderna em aprofundar a indistinção espaço-tempo e o sentido representativo da arte, em consequência, uma ausência da temporalidade orientadora.

O transitar do moderno para o pós-moderno carrega uma sensação de perda ocasionada pela marcha do capitalismo tardio que envolve Ocidente e Oriente em formas culturais dominadas pelo primeiro, apesar da permanência de particularidades residuais e que resistem no segundo. Emerge nos dizeres de Jameson as antinomias do capitalismo no tempo pós-moderno, isento de significação diante de um presente perpétuo que inviabiliza projeções futuras.

### **Referências bibliográficas:**

JAMESON, F. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, NC: Duke University Press. 1991.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1971.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

OLIVEIRA, Maurício M. dos S. *A persistência do mesmo na inquietude turbulenta do mundo: Fredric Jameson e o ocaso da História na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

---

## UM BALANÇO DA REVOLUÇÃO FOUCAULTIANA NA ESCRITA DA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Priscila Céspedes Cupello\*

Os trabalhos pioneiros sobre história da medicina, em sua maioria, foram escrito por profissionais da área da saúde (Edler, 1998). Esses trabalhos tinham como enredo narrativo, a cadeia sequencial de acontecimentos em uma escala evolutiva. Com isso, os médicos intentavam demonstrar o progresso da ciência, exaltando suas conquistas, destacando cientistas renomados e suas pesquisas em diferentes épocas. Conforme afirmou o historiador Flávio Edler, esses trabalhos tinham a “perspectiva de estabelecer uma certa memória que conduzia inexoravelmente à celebração da medicina vigente” (Edler, 1998, p.170).

Todavia, na década de 1970, essa primeira escola historiográfica foi duramente criticada pelos trabalhos do filósofo Michel Foucault. Para o filósofo, a melhor maneira de se produzir um trabalho historiográfico seria levando em conta, os pressupostos da “história problema”. Nesse sentido, o que estaria em voga na análise seriam as maneiras pelas quais “determinados temas foram problematizados em diferentes épocas” (Rago, 1993, p. 22), sem ser anacrônico, ou colocar os cientistas “à frente de seu tempo”. Com isso, Foucault destacou a noção de *descontinuidade*, fazendo emergir para o campo de análise historiográfica, o *acontecimento*, como por exemplo, os momentos nos quais as prisões e os hospícios surgiram nas sociedades modernas. De acordo com o pensamento de Michel Foucault, a historiadora Margareth Rago salienta que ele não se propunha:

a desvendar um suposto encadeamento natural que ligaria os acontecimentos entre si numa linha de continuidade, não mais acreditar poder chegar à verdade objetiva ou à essência originária, não mais a busca da totalidade, mas trabalhar as descontinuidades, perceber a historicidade dos instintos, sentimentos, gestos, práticas sociais e culturais, das formações discursivas: captar a singularidade e a positividade dos acontecimentos (Rago, 1993, p. 30).

Entretanto, o historiador Paul Veyne argumenta que:

a intenção inicial de Foucault não é a estrutura, nem o corte, nem o discurso: é a raridade, no sentido latino dessa palavra; os fatos humanos são raros, não estão

---

\*Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz. Fundação financiadora de pesquisa: CAPES.

instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imaginava (Veyne, 1982, p. 239).

Segundo Paul Veyne (1982), Foucault defende que os “fatos humanos” não são óbvios, mas arbitrários. Nesse sentido, para Foucault não existiria nada de natural nas condutas humanas. Portanto, “não há objetos naturais, não há coisas. As coisas, os objetos não são senão os correlatos das práticas” (Veyne, 1982, p. 256). Nesse sentido, por “práticas” também podemos conceber os “discursos”. Ou seja, “a palavra *discurso* ocorre tão naturalmente para designar o que é dito, quanto o termo prática para designar o que é praticado” (Veyne, 1982, p. 252). O que Foucault chama atenção através da noção de *análise do discurso* é que podemos perceber as diversas formas de subjetivação que serviram para formar os sujeitos. Dessa forma, “a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes” (Veyne, 1982, p. 252). Com esses pressupostos em mente, Foucault pretendeu investigar as práticas por meio dos discursos.

Enquanto, os primeiros trabalhos de história da ciência foram marcados pelo discurso da exaltação das conquistas científicas, Foucault distanciava-se de “uma visão ‘evolucionista’ do saber médico, das instituições e biografias da história da medicina e da enfermidade” (Cassília, 2011, p. 17). Nesse sentido, Foucault se opunha a pensar a história da ciência, no viés da narrativa evolutiva das “descobertas” científicas. O que o autor chamou atenção foi para as brigas, entraves e disputas de interesses, que determinados atores sociais tiveram que engendrar para fazer valer as suas hipóteses de pesquisa, no lugar das verdades já existentes e compartilhadas no meio científico. O campo científico seria portanto, o lugar das disputas e negociações.

Outro ponto importante nas teorias foucaultianas é o descarte da “hipótese repressiva”, isto é, Foucault questionou a noção de poder como sinônimo de repressão, conceito tão caro ao marxismo. E, nesse debate Foucault chegou à conclusão que o poder não está localizado nas esferas políticas administrativas, mas está perpassando toda a sociedade. O poder não é algo que alguém ou um grupo possa deter, mas algo que se exerce dentro de uma imensa rede de relações. Segundo Foucault, “o poder é um feixe de relações mais ou menos coordenado” (2004, p. 248). Portanto, não se pode analisar o poder, mas sim as relações de poder. O poder para Foucault não é apenas negativo, mas também positivo. Conforme afirma Margareth Rago:

se pensarmos o poder apenas negativamente, isto é, como força repressiva, que cala, silencia e abafa, ficamos com uma dimensão reduzida de suas múltiplas manifestações. Trata-se pois, de percebê-lo em sua dimensão relacional e em suas inúmeras formas de manifestações estratégicas, nos vários momentos da vida (Rago, 1993, p. 23).

Foucault também voltou suas críticas para os trabalhos marxistas, questionando a viabilidade do uso de categorias, como a de “classe social” para analisar processos históricos. Ele afirma que:

o que mais me espanta, nas análises marxistas, é que sempre se fala em “luta de classes”, mas a palavra a qual se presta menos atenção é ‘luta’. Mais uma vez é preciso nuançar. Os maiores marxistas (a começar por Marx) insistiram muito nos problemas ‘militares’ (exército como aparelho de Estado, levante armado, guerra revolucionária). Mas, quando falam de ‘luta de classes’ como força motriz da história, eles se preocupam principalmente em saber o que é a classe, onde ela se situa, quem ela engloba e jamais o que concretamente é a luta (Foucault, 2004, p. 242).

Contudo, o filósofo nunca negou a “existência da dominação classista, Foucault alertava para uma forma de percepção segundo a qual, o exercício do poder aparecia como muito mais profundo, sutil, permanente, produtivo e microscópio” (Rago, 1993, p. 24). A historiadora Margareth Rago (1995), ao analisar o efeito que os trabalhos de Foucault provocaram na historiografia, classificou-os como uma verdadeira revolução no sistema de pensamento, até então organizado pelos preceitos marxistas. Foucault colocou em questionamento as bases em que se constituíam o fazer historiográfico, inquirindo-se acerca do estatuto do conhecimento histórico e chamando a atenção para a historicidade de conceitos, significados das palavras, dentre outras questões. A história produzida sob a ótica foucaultiana, “denunciava o caráter de instrumento técnico científico da medicina, utilizado pelo Estado, para a disciplinarização da população e explicitava estratégias, através das quais, a classe médica se estabelecia como um novo tipo de saber/poder” (Lima e Holanda, 2010, p. 573).

Nos anos 70, o mundo assistia a crise do marxismo e do estruturalismo. Esse momento ficou conhecido na história como *linguistic turn*. Além de Foucault, outros filósofos renderam suas críticas aos “macromodelos explicativos”, como: Bertrand Russel, Martin Heidegger, Ludwig Wittgenstein e Hans-Georg Gadamer (1). O filósofo francês Jean-François Lyotard (1986) defende que os “macromodelos explicativos” seriam “metanarrativas”, ou seja,



modelos usados para descrever a realidade, mas que não conseguiriam dar conta da pluralidade discursiva da mesma.

Lyotard valendo-se do conceito de “jogos de linguagem” de Wittgenstein, afirmou que “as ciências sociais não são capazes de apreender a realidade de forma objetiva”. Lyotard defende que: “o pós-moderno, enquanto condição da cultura nessa Era [pós-industrial] caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes” (Lyotard, 1986, p. 8).

Os filósofos do século XX caracterizaram-se, em geral, por enfatizarem a historicidade de todo conhecimento produzido, além de ressaltarem a importância do fenômeno da linguagem como de fundamental importância na constituição das relações sociais. Como salientou o filósofo Josué da Silva:

as coisas, por si só, não têm sentido, pois elas ganham significado quando relacionadas com outras coisas. Da mesma forma como não conseguimos pensar em algo fora do espaço e do tempo, ‘também não podemos pensar em nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros’ (Wittgenstein *apud* Silva, 2012, s/p)

Não é por acaso que essas discussões tiveram lugar no campo historiográfico da psiquiatria no Brasil, onde as primeiras produções foram fortemente influenciadas pelas perspectivas foucaultianas, exemplarmente demonstrado já nos primeiros trabalhos de Roberto Machado (1978) e Jurandir Freire Costa (1979) ambos delimitados cronologicamente no século XIX e início do XX, que analisavam o momento de emergência do discurso da medicina psiquiátrica na sociedade brasileira (Lima e Holanda, 2010, p. 574). “Esses trabalhos provocaram nos historiadores um sentimento misto de estranhamento pela enorme novidade teórica da análise e de perplexidade, pois afinal haviam sido produzidos fora da comunidade de historiadores” (Rago, 1995, p. 69).

Segundo Edler, esses dois trabalhos inauguraram:

uma nova tradição analítica, não apenas por romperem com autoimagem que a medicina forjava de si mesma, mas, principalmente, por introduzirem nova trama conceitual com a pretensão de evidenciar os nexos sociológicos, políticos, epistemológicos e econômicos que articularam historicamente o saber médico com o exercício de variadas formas de poder e dominação social” (Edler, 1998, p. 174).

Apesar da inovação provocada por esses primeiros trabalhos historiográficos, eles também sofreram duras críticas, principalmente pelo modo com as abundantes fontes

primárias foram utilizadas para ratificar a tese dos autores acerca do intenso processo de medicalização da sociedade brasileira, ainda em meados do século XIX (Lima e Holanda, 2010). Esses primeiros trabalhos tenderam a enfatizar o caráter repressivo da medicina mental no Brasil. Nesse olhar, a medicina mental, assim como a higiene, teria conseguido gerir a vida dos indivíduos nos seus pormenores, “num projeto de normalização e controle do corpo social” (Nunes, 1991, p.49), bem sucedido e de amplo espectro.

Contudo, estudos demonstraram como tal controle não chegou a se efetivar de maneira tão contundente, como os autores o propõem, levados que foram pelo discurso presente, nas fontes primárias que delineavam muitas vezes um ideal, mais do que uma realidade. Além disso, apesar de não negarmos a face repressora desse processo, queremos salientar que o saber médico ao mesmo tempo em que coagou comportamentos, também criou formas de resistências e negociações frente a ele. Isso implica dizer que esses saberes criaram diversas formas de ações.

Além, das pesquisas inspiradas nos trabalhos de Michel Foucault, também se destacaram no campo historiográfico da psiquiatria no Brasil, alguns trabalhos guiados pelos preceitos marxistas, que abordavam a questão da medicina, loucura e sociedade enfatizando os “interesses entre as classes sociais dominantes na sociedade brasileira”. Segundo Edler, por meio do uso da “categoria de *intelectual orgânico*”, alguns trabalhos vincularam “projetos de política sanitária realizados pelos médicos higienistas e os interesses [das classes] sociais dominantes” (1998, p. 173).

Todavia, segundo análise recente (Lima e Holanda, 2010), os trabalhos subsequentes à primeira escola historiográfica da saúde mental no Brasil, não abandonaram totalmente as pesquisas de Foucault, mas se caracterizaram por se aprofundarem em algumas questões específicas dos trabalhos do filósofo, adotando frequentemente outras perspectivas teórico-metodológicas na busca de novos objetos e abordagens. Os trabalhos de Maria Clementina Pereira Cunha (1986), sobre o Asilo de Juquery, em São Paulo; de Magali Engel (2001), acerca da Santa Casa de Misericórdia e do Hospício Nacional de Alienados no Rio de Janeiro e de Yonissa Wadi (2002), sobre o Hospital São Pedro, em Porto Alegre são exemplos dessa historiografia. Esses trabalhos centraram-se na análise das Instituições, em que os doentes mentais permaneciam internados, além de, analisarem seu cotidiano dentro dos hospícios. As historiadoras traçaram os perfis dos doentes mentais que adentram os hospícios, através da

análise dos prontuários médicos de internação, trazendo para o debate sujeitos até então, desconhecidos do cenário histórico.

Os trabalhos contemporâneos sob a inspiração foucaultiana têm questionado a ênfase dada pela primeira escola historiográfica acerca do caráter repressivo, excludente e coercitivo da história da psiquiatria. As pesquisas contemporâneas não negam o caráter repressor das práticas médicas mentais e não analisam o discurso médico apenas pelo viés da repressão. Mas sim, analisam as formas pelas quais o *saber* (2) sobre a doença mental atravessou a sociedade brasileira, sendo apropriada e negociada por diferentes grupos sociais, tendo por base seus interesses específicos, como os médicos empenhados no processo curativo das doenças e em busca de legitimidade social. Os familiares desejavam um lugar para o tratamento do seu familiar doente e do próprio louco, que se identificava como doente e demandava um lugar para seu próprio tratamento.

Portanto, os trabalhos contemporâneos sobre história mental no Brasil inspirados nas obras do filósofo Michel Foucault têm sido realizados de modo que possam demonstrar como os discursos sobre a doença mental e suas formas de tratamento foram perpassando os diversos estratos sociais e criando novas formas de relações. A argumentação tão cara aos trabalhos de Foucault é que o poder não é só repressor, mas também criador de novas relações (Vide Facchinetti & Cupello, 2011).

#### Notas:

- (1) Hans-Georg Gadamer (2002), relativizou a produção do conhecimento histórico, defendendo o conhecimento hermenêutico. A hermenêutica, segundo o filósofo consistia no diálogo entre o presente (tradição historiográfica) e o passado (as fontes), produzindo uma verdade, legitimada pela tradição e marcada pela sua própria historicidade.
- (2) Foucault conceitua o “saber” como o conhecimento produzido por uma determinada disciplina em um referido momento histórico. Nesse sentido, “os objetos são forjados numa trama de relações chamadas ‘formações discursivas’; eles ocupam um lugar na ordem das coisas e têm um uso diferente em cada configuração histórica do saber”(Araújo, 2012, p.12).

#### Bibliografia:

- ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias. **Revista Ítaca**. pp. 11-29. In: <http://www.revistaitaca.org/versoes/vers14-09/11-29.pdf>. Consultado em 13/03/2012.
- CASSÍLIA, Janis Alessandra Pereira. **Doença mental e Estado Novo: a loucura de um tempo**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**. Juquery, a história de um asilo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- EDLER, Flávio Coelho. A medicina Brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. **Asclépio**, Vol 1, 1988, pp. 169-186.
- ENGEL, Magali. **Delírios da Razão: Médicos, Loucos e Hospícios**. Rio de Janeiro, 1830-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- FACCHINETTI, Cristiana e CUPELLO, Priscila. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, V. 11, nº2, 2011, pp. 697-718. In: <http://www.revispsi.uerj.br/v11n2/artigos/pdf/v11n2a21.pdf>
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, 19ª edição, Graal, 2004.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, vol 2, 2002.
- LIMA, Andrea de Alvarenga e HOLANDA, Adriano Furtado. História da psiquiatria no Brasil: uma revisão da produção historiográfica (2004-2009). **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, Ano 10, número 2, 2010, pp. 572-595
- LYOTARD, Jean-François: **O pós-moderno**. RJ. Olympio Editora. 1986.
- MACHADO, Roberto. [et al.]. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. RJ: Edições Graal, 1978.
- NUNES, Silva Alexim. A medicina social e a questão feminina. **PHISYS- Revista de saúde coletiva**. V.1, n.1, pp. 49-75. 1991.
- RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, nº5, 1993, pp. 22-32.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7 (1-2), 1995, pp. 67-82.
- SILVA, Josué Cândido da. Wittgenstein e a figuração do mundo. **Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação**. In: <http://educacao.uol.com.br/filosofia/filosofia-da-linguagem-3-wittgenstein-e-a-figuracao-do-mundo.jhtm>. Consultado em 01/05/2012.
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. **Como se escreve a história**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- WADI, Yonissa. **Palácio para guardar doidos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

## PSICANÁLISE E REESCRITA DA HISTÓRIA PESSOAL

Fábio Roberto Rodrigues Belo\*

### 1. História como ficção

Hayden White, no texto “Freud’s Tropology of Dreaming”, deixa claro que a interpretação dos sonhos proposta por Freud está baseada numa lógica linguística, em usos de certos *tropos*, isto é, um desvio do discurso literal ou do significado usual das palavras. Uma das conclusões de White nos parece importante: “Se Freud está certo na sua análise geral da natureza e da função dos sonhos, então todos os sonhos são irônicos – dizer uma coisa mas significar outra, no sentido em que alegorias poéticas são irônicas” (WHITE, 1999a: 107). Ainda nesse texto, White afirma que o sonhar e o poetizar podem ser vistos como fenômenos correlatos – essa aproximação é feita pelo próprio Freud ao longo de sua obra. A diferença entre os dois processos é que no poetizar estamos interessados em comunicar algo e no sonhar em esconder algo.

Acredito que a interpretação que White faz do método freudiano da análise dos sonhos pode ser estendida para a análise como um todo. Em resumo, significa dizer que o processo analítico de alguém deve sempre passar por escolhas de enredo, pelas formas (*tropos*) que o sujeito escolhe – consciente e inconscientemente – narrar sua estória. Não há estória intrinsecamente trágica, diz White (1999b), nem histórias reais. Uma “estória verdadeira” é uma contradição em termos. “Todas as estórias são ficções” (WHITE, 1999b: 9).

Há pelo menos duas formas de se acolher essa teoria. A primeira é valorizá-la no sentido de mostrar que a análise é a construção de discursos novos sobre nós mesmos, novas formas de nos descrever. Essas novas descrições valem-se disso que White chama de *tropos*, isto é, formas de organizar as narrativas, de usar metáforas ou ironias, metonímias ou sinédoques. Por outro lado, tal teoria pode ser criticada pois parece deixar de lado algo importante, isto é, que há um núcleo *real* na estória de cada um, que nem tudo é narrativa,

---

\*Professor Adjunto de Psicanálise, da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Estudos Literários.

nem tudo é linguagem. Essa crítica pode ser encontrada ao longo da obra de Jean Laplanche, como mostro adiante. Por enquanto, gostaria de explicitar melhor essa teoria de que uma análise pode ser vista como um longo experimento narrativo, no qual o próprio eu é visto como um conjunto amplo de narrativas.

## 2. Psicanálise como narrativa

Roy Schafer, ao longo de sua obra, defende a ideia de que a teoria freudiana possui uma concepção de história realista. Os casos clínicos de Freud dão a impressão, segundo o autor, de uma história contínua com um começo determinado – o trauma – e seu desenvolvimento linear a partir daí. Essa concepção baseia-se no desejo de tornar empírico o empreendimento analítico: determinar os fatos, e não as versões dos fatos, daria legitimidade científica para a análise. Para Schafer (1983), essa visão é problemática e deve ser contrabalançada pela atenção que devemos voltar ao diálogo entre analista e analisando. É a partir desse diálogo que a história do sujeito é “encontrada”: é por isso que não faz sentido sustentar o mito de uma escuta empírica. O autor prefere defender a ideia de que o diálogo analítico regula as possibilidades narrativas que descrevem a história do analisando.

Schafer (1976) sugere ainda que a psicanálise possui pelo menos quatro visões de mundo que organizam as narrativas que se originam a partir delas: cômica, romântica, trágica e irônica. Cada uma dessas visões permite construir narrativas bem diferentes sobre um mesmo “fato”. Pensemos num sintoma: a compulsão alimentar. De um ponto de vista cômico, é possível pensar numa dietética, regular essa prática, torná-la mais aceitável para si e para os outros. Cômico tem o sentido aqui de tornar as coisas menos sérias, menos determinadas para sempre. A perspectiva romântica é regressiva e infantil: pensaríamos na época de ouro em que podíamos nos alimentar sem nos preocuparmos e na esperança de uma relação plena com a comida. Já de um ponto de vista trágico, o problema seria visto como um grande dilema: comer ou não comer? A morte e a vida entrariam na conversa, os famintos, as anoréxicas. As cores fortes das histórias possíveis sobre comida. Finalmente, na perspectiva irônica, procuraríamos nossas contradições internas, para além do trágico: nada é tão sério para ser

levado a sério. Aprenderíamos a relativizar nossas cobranças internas e poderíamos entender que nossa relação amorosa com a comida pode ser refeita. A estória dessa relação amorosa não é uma ilusão, mas tampouco é uma verdade imutável.

É possível pensar nessas visões de mundo como *roteiros* organizadores de estórias de vida. Noutro texto, Schafer (1992) sugere que roteiros estabelecem guias, contenções, para se narrar uma estória que a convenção certifica como tendo certo tipo de conteúdo. Assim como “pode se tornar pouco claro quando um analista está forçando um roteiro a um material extremamente variado” (SCHAFER, 1992: 31), pode ser interessante imaginar uma das funções da interpretação analítica como sendo a proposição ao analisando de novos roteiros para estórias narradas de forma muito fixa. A questão clínica que se coloca ao que o analisando diz é:

De qual estória é agora uma parte ou uma versão e para quais outras estórias isso serviu ou está servindo como roteiro? Do ponto de vista do *self* especificamente, as questões seriam essas: quais estórias estão sendo agora sugeridas ou reveladas ou estão agora em processo de serem construídas ou revisadas e com quais propósitos? (SCHAFER, 1992: 35)

### 3. Em defesa do realismo

Há uma passagem radical de White que gostaria de citar para apresentar a teoria dos que defendem algum realismo do ponto de vista psíquico: “(...) estórias não são vividas; não há tal coisa como uma estória real. Estórias são contadas ou escritas, não encontradas. E por isso a noção de uma estória verdadeira, é uma contradição em termos” (WHITE, 1999b: 9).

Tal concepção parece retirar a força de uma parte da teoria freudiana que é também um de seus fundamentos: a teoria do trauma. Em linhas gerais, essa teoria nos informa que um *fato* aconteceu e que ele tem apenas uma versão. A partir dessa perspectiva, nossas narrativas serão sempre incompletas e marcadas pela incapacidade de traduzir totalmente os eventos determinantes da fundação de nossa subjetividade. Esses eventos mais importantes que aconteceram antes mesmo que o sujeito tivesse acesso à linguagem.

Penso em duas grandes formas de defesa dessa teoria. A primeira é lamentar a perda desse resto “real” e para sempre “inefável” e dar a ele um lugar especial na teoria. Acredito

que a noção de Real, na teoria lacaniana; ou de um *self* verdadeiro para sempre silencioso, na teoria de Winnicott; ou ainda a noção de representação-coisa, em Freud e Laplanche, são tributários desse lamento. Todas essas teorias, de modos bem diversos, lamentam não poder acessar isso que escapa a qualquer simbolização, mas sempre insistem na sua permanência, em algum dizer enigmático disso. A segunda forma de defesa seria, na verdade, um tipo de esquecimento: se não podemos falar disso, por que continuar tentando nomear o que *a priori* é inominável?

Gostaria de citar, a título de rápido exemplo, a teoria de Jean Laplanche. Para ele, a situação originária do bebê diante do adulto deixará necessariamente restos não simbolizados, pois advêm de uma época em que o sujeito não estava lá: o bebê vive o processo de sedução, mas não está lá como sujeito. Esses restos são chamados de “significantes dessignificados” (LAPLANCHE, 1992: 160). A impressão que se tem, ao ler a obra de Laplanche e as críticas que ele faz *en passant* a Schafer, é que ele deseja manter um núcleo duro, aquém de qualquer descrição, como referência para se compreender o inconsciente.

Moore (1999) também analisa a obra de Schafer e coloca questões importantes. A primeira é ainda questionar sobre a linguagem não-verbal ou pré-verbal. Segundo o autor, deve haver uma diferença entre o saber baseado no corpo e aquele baseado na linguagem. O que Schafer faz é sempre reduzir o que seria a positividade desse saber corporal às traduções do saber linguageiro. A sensação do crítico é que parece haver uma desconsideração pelo que é, de fato, inconsciente: algo não narrativo, que se opõe à narrativa.

Outra crítica de Moore é chamar atenção para uma certa ingenuidade de Schafer ao acreditar que uma simples modificação na linguagem produzirá efeitos pessoais significativos. De forma tradicional, a psicanálise atribui a mudança pessoal à *perlaboração* de conteúdos inconscientes. Fica-se com a impressão de que a mudança é um processo consciente de troca de narrativas sobre si mesmo.

#### 4. Resposta às críticas realistas



White (1999b: 9) elenca alguns argumentos contra a tese realista. O primeiro é lembrar que eventos ocorrem, mas devem ser ordenados através da linguagem. Os “elementos” podem ser dados, mas as funções deles como elementos de uma estória são impostas tropologicamente, ou seja, através de construções de linguagem específicas.

Segundo, “a transformação de uma crônica de eventos numa estória (ou conjunto de estórias) requer uma escolha entre muitos tipos de estruturas de roteiro oferecidas pela tradição cultural do historiador” (WHITE, 1999b: 9). Não há necessidade lógica ou natural que governe a escolha do roteiro de nossas estórias. Pode ser vista como uma operação clínica relevante mostrar que uma determinada estória narrada primeiramente como trágica admite outras perspectivas.

Finalmente, o terceiro argumento é lembrar que a tropologia não nega a existência de entidades extradiscursivas. White não está sugerindo que tudo é linguagem ou representação. A distinção que ele quer sugerir é que eventos acontecem, mas fatos são constituídos por descrições linguísticas. E isso é importante: “Descrições figurativas de eventos reais não são menos factuais que descrições literalistas” (WHITE, 1999b: 18).

A sugestão de White é mudar a pergunta de “o que são os fatos?” para “Como os fatos devem ser descritos a fim de sancionarem um modo de explicá-los em vez de outro?” (WHITE, 2001a: 150). Manter a preocupação empírica de observar os fatos “em si mesmos” é apenas recalcar que tudo o que temos são as narrativas *apesar* dos fatos. Além disso, esquece-se o realista de que as narrativas são performativas também, também são fáticas à sua maneira.

Gostaria de lembrar uma famosa passagem de Freud, o último parágrafo de “Lembranças Encobridoras”, um artigo ainda dos primórdios da psicanálise, mas cuja ideia central imagino permanecer ao longo de toda a obra de Freud:

O reconhecimento desse fato deve reduzir a distinção que traçamos entre as lembranças encobridoras e outras lembranças derivadas de nossa infância. Com efeito, pode-se questionar se temos mesmo alguma lembrança *proveniente* de nossa infância: as lembranças *relativas* à infância talvez sejam tudo o que possuímos. Nossas lembranças infantis nos mostram nossos primeiros anos não como eles foram, mas tal como apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas. Nesses períodos de despertar, as lembranças infantis não *emergiram*, como as pessoas

costumam dizer; elas foram *formadas* nessa época. E inúmeros motivos, sem qualquer preocupação com a precisão histórica, participaram de sua formação, assim como da seleção das próprias lembranças. (FREUD, 1969 [1899]: 304)

Esse Freud pode ser contraposto a outro, igualmente presente e forte: o que acredita em núcleos históricos duros, às vezes biologicamente arquivados. Pensem no mito de *Totem e Tabu* ou nos primeiros escritos sobre histeria. Ali encontraremos um Freud em clara contradição com a passagem acima. Com qual Freud ficar? Ao invés de uma escolha simples, preferimos, seguindo a metodologia de Jean Laplanche, entender que essa contradição faz sentido e deve ser examinada psicanaliticamente.

Quando Laplanche sugere que a psicanálise está “entre o determinismo e a hermenêutica” acredito que é nesse sentido que ele está pensando: sim, é trocando uma narrativa por outra que mudamos, mas isso só pode ser feito se houver uma reabertura da situação originária, se houver transferência. Ao falar de reabertura da situação originária, Laplanche está apontando para aquelas vivências não-verbais ou enigmáticas que ganham nova oportunidade de tradução. Vejam como, mesmo ao fazer essa advertência, ainda temos que nomear essas experiências. Atribuir-lhes um caráter enigmático ou “dessignificado” não lhes retira a significação.

## Conclusão

A historiografia de Hayden White nos ajuda a compreender que narrativas históricas valem-se de construções linguísticas de vários tipos que determinam o sentido da estória que queremos contar. Tal concepção de história se articula perfeitamente à concepção de narrativas sobre si mesmo que podemos fazer a partir da psicanálise, tal como proposta por Roy Schafer. As críticas que se podem fazer a esses autores são, de forma geral, empiristas ou positivistas, no sentido de desejar encontrar uma realidade última que possa ser imune à pluralidade de descrições que podemos fazer do mundo e de nós mesmos. Por mais que haja, na obra freudiana, elementos para sustentar as duas visões, desejo mostrar que a perspectiva hermenêutica de Schafer e White podem ser articuladas com teorias que acolhem mais o

caráter não-verbal do inconsciente. A teoria de Jean Laplanche parece aberta a esse diálogo e acredito ser possível continuá-lo.

#### Referências Bibliográficas

- Freud, Sigmund. Lembranças encobridoras. In \_\_\_\_\_. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 3.ed. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969 [1899], pp. 284-304. (Vol. III).
- Laplanche, Jean. *Novos fundamentos para a psicanálise*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Moore, Richard. *The creation of reality in psychoanalysis: a view of the contributions of Donald Spence, Roy Schafer, Robert Stolorow, Irwin Z. Hoffman, and Beyond*. Hillsdale: The Analytic Press, 1999.
- Schafer, Roy. Narration in the psychoanalytic dialogue. In \_\_\_\_\_. *The analytic attitude*. New York: Basic Books, 1983, pp. 212-39.
- \_\_\_\_\_. Narratives of the self. In \_\_\_\_\_. *Retelling a life: narration and dialogue in Psychoanalysis*. New York: Basic Books, 1992, pp. 21-35.
- \_\_\_\_\_. Psychoanalytic vision of reality. In \_\_\_\_\_. *A new language for psychoanalysis*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.
- White, Hayden. As ficções da representação factual. In \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2001a, pp. 137-152.
- \_\_\_\_\_. Freud's Tropology of dreaming. In \_\_\_\_\_. *Figural realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999a, pp. 101-125.
- \_\_\_\_\_. Literary theory and historical writing. In \_\_\_\_\_. *Figural realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999b, pp. 1-26.
- \_\_\_\_\_. O texto histórico como artefato literário. In \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2001b, pp. 97-116.

## HERBERT DANIEL E SUAS AUTOBIOGRAFIAS: MANEIRAS DE CUIDAR SI E NÃO DE CONHECER-SE

Rômulo Medeiros Pereira (UFPB)

Hoje é quase um consenso em diversos matizes disciplinares afirmar que vivemos em uma sociedade de registro. Onde os indivíduos no decorrer de sua trajetória de vida atravessam variadas formas de catalogação, mecanismos de arquivamento de vidas. Desde espacialidades como a escola, a prisão, o hospital até práticas de cunho privado que se caracterizam por práticas minúsculas que cumprem a função de arrumação, desarrumação e reclassificação de suas vidas, mas que de forma alguma é separada do público. Essas práticas se configuram por um diversificado conjunto de ações de produção do “eu”, que no saber histórico se convencionou chamar de escrita de si – diários, agendas, cartas, autobiografias, passagens de avião, tíquetes de metrô, lista de afazeres e até blogs.

Entretanto é de suma importância distinguir os modos pelos quais essas práticas são constituídas e os objetivos a que atendem para não continuarmos esquecendo que essas fontes muitas vezes são práticas que se configuram como técnicas de existência, ou seja, formas de luta política de intensa crítica cultural desenvolvida quase marginalmente no cotidiano, operando transformações nos padrões culturais e desafiando o regime de verdade instituído, criando brechas para os deslocamentos subjetivos e coletivos. Por esse motivo é importante dar ênfase à escuta desses saberes singulares, testemunhadores de experiências de cunho ético-moral que alguns sujeitos acabam empreendendo sobre suas próprias vidas a partir da escrita.

A escrita cumpre papel essencial nesse exercício de elaboração de si. Foucault ressalta a importância da escrita para o “cuidado de si” no seguinte trecho:

(...) a escrita constitui uma etapa essencial no processo para o qual tende a *askêsis*: ou seja, a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação. Como elemento de treinamento de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função *etopoiética*: ela é a operadora da transformação da verdade em *êthos*. (FOUCAULT, 2006, p. 147)

Analisar essas práticas nesta perspectiva não significa dizer que é a única e a melhor maneira, nem que sua importância esteja no fato delas resultarem num sujeito<sup>1</sup> soberano e fundador de sua existência. Pois, segundo Foucault:

(...) o sujeito se constitui através de práticas de sujeição, (...) práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, (...) de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.” (FOUCAULT, 2006. p. 291)

A presente comunicação inicia-se a partir de escritas literárias, mais precisamente de duas obras, intituladas: *Passagem para o próximo sonho* e *Meu corpo daria um romance*. Obras que se configuram como escritas de si, mas nos permitem constatar a emergência de novos valores éticos, novas práticas políticas e subjetivas; pois narram uma trajetória de transformação, ou melhor, mudanças das formas de se relacionar com os jogos de verdade<sup>2</sup>, culminando num cuidado com a sexualidade, com o corpo, resultando conseqüentemente na liberdade<sup>3</sup>. Desta maneira é fundamental iniciarmos a pesquisa tendo em mente que essas obras se configuram como autobiografias constituídas por memórias, que participam da articulação das narrativas, relatando desde as árduas experiências vivenciadas por um indivíduo durante a ditadura civil-militar, instaurada a partir do golpe de 1964 no Brasil, até as experiências em exílio como garçom de vestuário de sauna gay em Paris.

A essa altura o leitor deve estar se perguntando “Quem é o autor dessas obras?”. O mesmo se descreve da seguinte maneira:

Herbert, nome de pia e registro; Daniel, nome de guerra que pegou. Estudante de Medicina na UFMG; 1,64m; crítico de cinema no rádio, Belô; dispensado do exército (regular) por insuficiência física (miopia? pé-chato?), autor de teatro estudantil; cabelos muito enrolados, olhos castanhos e semicerrados, chato nariz; vice-presidente do DCE da UFMG; gordinho, militante sucessivamente da Polop, Colina, Var-Palmares e VPR; clandestino durante seis anos, sem nunca ter sido preso; homossexual, já não mais clandestino; assaltante de banco, puxador de carro, planejador de sabotagem,

---

<sup>1</sup>(...) Era certamente necessário que recusasse uma certa teoria a priori do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder etc. (...) Não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. (...) Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade. (FOUCAULT, 2006, p. 275)

<sup>2</sup> (...) os jogos de verdade podem se situar e estar ligados a relações de poder. (FOUCAULT, 2006.p.281)

<sup>3</sup> A liberdade é, portanto, em si mesma política. Além disso, ela também tem um modo político, uma vez que ser livre significa não ser escravo de si mesmo nem dos seus apetites, o que implica estabelecer consigo mesmo uma certa relação de domínio, de controle, chamada de *arché* – poder, comando. (FOUCAULT, 2006, p.270)

guerrilheiro em Ribeira, sequestrador de embaixador – em número de dois - , remanescente; leitor, sempre, sempre; escritor de panfletos, aprendiz de ginasta; tímido não dançarino; jornalista em Portugal, em revista feminina; em Lisboa, estudante de Medicina reincidente; caixa, leão-de-chácara, gerente, porteiro de saunas de pegação de viados, em Paris, capitale de France, voilà; discurseiro, falador trilingue inveterado, pensante tanto quanto, com sotaque – não se nasce em Minas impunemente. Descoberta de saber fazer quase nada de quase tudo: ocupação de vagabundo. Penúltimo exilado em Paris: escapou da “anistia”. Sem indulto (escapou por insulto), foi prescrito: reparou em vida alheia. Escritor. (DANIEL, 1982)

A citação acima nos apresenta um sujeito transformável e modificável, um sujeito que no percurso de sua existência se constrói através dos exercícios, das práticas e das técnicas. E para entendermos como ocorrem as transformações empreendidas por Herbert Daniel, situaremos o mesmo e suas obras no horizonte de uma historicização para melhor compreender o contexto espacial e temporal que elas nos trazem. Suas obras foram publicadas em pleno calor das experiências vivenciadas no período de redemocratização do Brasil. Mas tem em comum o fato de serem atravessadas por temporalidades e espacialidades distintas, ou seja, algumas vivenciadas como militante da esquerda armada e outras vividas como exilado em países da Europa. Como diria Ricoeur “(...) são mediadoras de um ponto de partida e um ponto de chegada, entre uma determinada configuração do mundo e outra. Dessa mediação as narrativas produzem um conhecimento do mundo,” (RICOEUR, 2010, p XVIII/XIV).

As reminiscências tecem as obras de Daniel, pois as suas memórias são coagidas pelo que se configura diante dos seus sentidos no presente; despertando em sua consciência sensações ou imagens já vivenciadas, mas causando fissuras em suas lembranças. E por essas fissuras surgem indivíduos indecisos e escorregadios, imagens fugidas, aparições irrepetíveis que trazem para Daniel o passado não como simples semelhança entre passado e presente, mas uma fusão de sensações vividas em tempos de militância e outras vividas em tempos de exílio. O passado renova-se a partir do presente e emerge com pujança viva e violenta. Sendo evocado nas obras a partir das novas práticas sociais com as quais o mesmo se envolveu no exílio. Por isso as memórias contidas nas obras de Daniel não são unidades e totalidades homogêneas, mas multiplicidades, sujeitas a constantes deslocamentos. Cada obra traz em si um ponto de vista sobre a memória coletiva, o ponto de vista sobre as experiências enquanto

guerrilheiro transformam-se conforme os lugares que ele ocupa em exílio, ou seja, muda segundo as relações mantidas com outros grupos.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vivemos. Isto acontece porque jamais estamos sós. (...) não posso dizer que estivesse sozinho, que estivesse refletindo sozinho, pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo, o que eu compunha com o arquiteto e com as pessoas a quem ele servia de intérprete junto a mim (...) Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mas do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento sua influência e encontro em mim muitas das idéias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 2010. p. 30)

Sabe-se que muitos militantes da esquerda armada ao chegarem ao exílio, tiveram um enorme choque cultural, com Herbert Daniel não poderia ser diferente. Ao chegar ao exílio se deparou com um choque cultural inevitável, choque que o desprendia da língua como também das referências atribuidoras de sentido à luta armada. Dizia Herbert Daniel sobre o exílio:

(...) Exílio. O medo de perder a língua, confundir-se na palavra, confundir as nascentes do próprio tempo. Desterro da alma para mim se marcou como um afastamento da língua, como uma perda real do falar. (DANIEL, 1982, p. 145).

E as experiências vividas por Herbert Daniel em exílio influenciariam tanto na sua perspectiva sobre o passado quanto de si. Perspectiva que imprimira mudanças em suas narrativas e em si, a partir da posição assumida por Daniel nesse novo tempo e espaço. Por esse motivo essas narrativas literárias trazem marcas de um estranhamento. Estranhamento promovido pela diluição de um projeto político e da descoberta da possibilidade de vivenciar outros mundos no exílio, acarretando em uma nova subjetividade, que se configura como uma redefinição política. Seus textos dizem respeito a um novo projeto político e conseqüentemente a uma nova prática política.

A segunda fase do exílio abriu a possibilidade de vivências múltiplas e variadas que tiveram grande peso na redefinição da identidade dos exilados. A Europa, na conjuntura dos anos 1970, colocava-os em contato com universos e referências que ampliavam enormemente as perspectivas políticas e a visão de mundo. Temáticas até então desvalorizadas pela esquerda brasileira – e mesmo ausente nela – vieram para o centro da discussão. (ROLLEMBERG, 1999, p. 58)

É no exílio que sua subjetividade instituída em tempos de guerrilha é reavaliada, novas questões se impõem e passam a ser pensadas no interior da esquerda, a partir da reconstrução de alicerces que legitimasse a nova “identidade” dos exilados. Mas as questões como o feminismo, a democracia e principalmente a homossexualidade, no exílio não entraria na agenda de discussões da esquerda sem conflitos, pois ainda incomodavam os militantes mais radicais da esquerda. Herbert Daniel em *Passagem para o próximo sonho* nos relata um episódio ocorrido no final do exílio que demonstra como o tema homossexualismo ainda causava incômodo em boa parte da esquerda.

No quadro dos desdobramentos das lutas políticas, as questões postuladas pela sexualidade (em geral, inclusive pelas formas ditas “marginais”) provocam uma necessária reflexão que, para além das considerações tático-estratégicas envolvidas, busca esclarecer as articulações próprias dos movimentos de “minorias” no panorama geral das transformações sociais. Ao abrir o debate sobre o homossexualismo pensamos ser necessário não somente discorrer “sobre” o problema ou explicá-lo, mas veicular o próprio discurso homossexual como sua sintaxe própria. (...) Deste discurso fragmentário e ingênuo ao discurso homossexual articulado à luz do dia, politizado e político – um debate. Se você É (interessado em política, por exemplo) vem que tem.” Assim chamava a conchamação para um debate sobre “Homossexualidade e Política”, que a Comissão de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia encaminhou em 1979, em Paris. (...) Os argumentos, para a censura, desenterraram até preciosidades como: “o homossexualismo é uma doença” ou “é resultado da decadência do capitalismo”. (...) O silêncio é a impossibilidade de um discurso. O silêncio é a forma do discurso numa certa parcela da esquerda sobre a homossexualidade. É uma forma de exilar os homossexuais. (DANIEL, 1982, p. 212 a 217)

Entretanto, ao mesmo tempo em que o exílio imprimia a Herbert Daniel o sentimento de exclusão transforma sua relação com o passado e o instiga a resistir ao esquecimento por meio da rememoração e combater o silêncio imposto pelo afastamento da língua. A escrita seria o instrumento pelo qual ele manifestaria toda sua indignação não só contra o silêncio imposto pelas atrocidades do regime ditatorial militar, mas contra todo tipo de silêncio que tentara impor-se durante sua trajetória de vida.

(...)Sé há razão para lembrar é que o silêncio e o esquecimento são as constantes da repressão dos últimos anos. É preciso furar o segredo e o pavor, fazer de recordações dispersas a reflexão comum na consciência coletiva. Não se escreve um epitáfio, organiza-se um plano. Ninguém pode contar tudo o que aconteceu. Simplesmente porque não aconteceu tudo, ainda. Estamos aí, acontecendo. Escrever é acontecer.



Nossa geração, a da barca de 68, ainda fabrica matéria para memórias. (DANIEL, 1982, p. 32)

Por isso que suas obras não encerram as experiências vividas no período do golpe civil militar, ao contrário, dizem como essas experiências em exílio transformaram-se em outras lutas. As suas palavras não encerram suas vivências, dizem outras, como diria Deleuze.

(...) escrever não é impor uma forma (de expressão) a uma matéria, a do vivido. A literatura tem que ver, com o informe, com o inacabado, (...) Escrever é uma questão de devir, sempre inacabado, sempre a fazer-se, que extravasa toda matéria vivível e o vivido. (...) Escrever não é narrar as recordações, as viagens, os amores e o luto, os sonhos e os fantasmas. É o mesmo pecar por excesso de realidade ou de imaginação. (...) literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta. (DELEUZE, 2010)

A escrita de Daniel emana do esforço que ele empreende para construir sua subjetividade, desfazendo as memórias simplificadas sobre o golpe civil-militar, que muitas vezes coloca de um lado os militares e suas truculências e do outro a esquerda armada e sua resistência. Impedindo que se enxergue no interior do universo sócio-cultural do golpe civil- militar, o desenrolar de um processo político revolucionário que como um todo acarretou em novas definições de uma política do corpo. Como nos alerta Foucault “É no desenrolar de um processo político – não sei se revolucionário – que aparece, cada vez com maior insistência, o problema do corpo.” (FOUCAULT, 2006, p.147).

O golpe civil-militar é atravessado por inúmeras invenções, novos métodos de tortura e vários atos institucionais que ceifavam os direitos democráticos dos indivíduos. Mas pouco se fala de uma nova anatomia política, oriunda das relações estabelecidas entre os indivíduos e os jogos de verdade. O que predomina é a sensação.

A observação, ou melhor, a vigilância que cada militante da esquerda empreendia ao seu companheiro, instituía não só uma moral revolucionária, como criava um novo sujeito. Criava-se um corpo clandestino, um sujeito apartado de si mesmo, dividido e cortado por um conhecimento, um saber poder. “(...) A manipulação da utopia é uma maneira de formar uma espécie de corpo clandestino, com gozo consignado num tratado de orgasmo com o futuro ideal.” (DANIEL, 1985)

O militante guerrilheiro seria aquele sujeito que optara a partir de condições históricas, conduzir suas ações pela via do racional, em função de princípios verdadeiros e revolucionários, renunciar uma parte de si. O próprio Daniel ao ingressar na luta armada separar-se-ia do seu corpo, excluía-se de desejos e prazeres que não condiziam com o novo sujeito que se tornara. Tendo que conviver com a abstinência sexual por todo o período de guerrilheiro.

Daniel nos relata um episódio de crise na VPR que foi só contornada quando ele convenceu os demais de que se trata de questões referentes às relações pessoais, e que de forma alguma deveria colocar em xeque a estrutura da organização. Exigindo do companheiro de militância que provocara a crise o mesmo que se exigia dele, ou seja, não deixe os desejos referentes aos prazeres e as emoções corporais sobrepor-se aos desejos oriundos da razão revolucionária, pois são menores.

Certa vez enfrentamos uma crise. (...) Uma parte do pessoal resolvera, depois de levantar críticas imprecisas, escrever um documento no qual “rachava” com a VPR. Fizemos uma reunião onde o documento foi lido. Finda a leitura, os ânimos exaltaram-se. De repente, rompendo o silêncio que guardara até ali, falei. (...) Com um tom de concórdia e pacificação, comecei a desmontar os argumentos políticos do documento. Dizia que as críticas não eram reais, que me parecia esconder problemas não revelados. (...) fui demonstrando que aquelas divergências não refletiam senão mal-entendidos? Diplomáticamente cheguei a falar que o problema envolvia “relações pessoais” e que eram elas que tínhamos que discutir. (...) depois da minha intervenção as conversas mudaram de rumo. Que, de fato, discutimos muito as questões do relacionamento pessoal na guerrilha e que afinal todos concordam que as críticas levantadas eram sem fundamento. E me deram razão. O companheiro, autor do documento, vamos chamá-lo Gláucio, quis conversar comigo à parte, final a reunião. O que ele tinha a me dizer era simples. Custou a falar, tomou fôlego, engoliu em seco. Disse primeiro que eu entendera o “os problemas de fundo”. (...) Afinal ele disse: – Meu problema é outro. Não aqueço ficar aqui. E depois: – Sabe, eu na suporto viver sem mulher. E escondeu o rosto nas mãos e chorou. Conversamos depois longamente, eu e ele, sobre sua sexualidade. Eu não falava da mim. Falava da sexualidade dele. Sei que ajudou. Porque depois disso parece que o problema dele ficou menor. Deve ter encontrado soluções – nem tão difíceis assim. (DANIEL, 1982)

Assim como Daniel e muitos outros, mesmo fazendo parte de uma instituição política clandestina, ao agirem contra o regime ditatorial, através de ações de sequestros e assaltos a bancos e a lojas de armas, na esperança da revolução e crenças na liberdade da sociedade brasileira; estariam colocando seus corpos em consonância com a dimensão produtiva do poder que fabricaria suas subjetividades através dos efeitos positivos de desejos e de saber. O poder exercido por um saber revolucionário sobre o

corpo de Daniel e de outros militantes era eficaz porque potencializava a sensação de liberdade nos mesmos.

Pois se o poder (...) é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um poder sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. (FOUCAULT, 2006. p. 148)

Desta maneira, a esquerda armada engendra no indivíduo militante a consciência de seu próprio corpo. Consciência adquirida pelo efeito de investimento do poder sobre o corpo, através de exercícios de guerrilha voltados para executar ações de sequestros e assaltos, realizados em áreas de treinamentos como fazendas, sítios, Vale da Ribeira e Araguaia. Resultando em um maior controle dos desejos, dos corpos, um policiamento de si e, ao mesmo tempo, um policiamento dos outros, na tentativa de evitar desvios a partir de atos menos revolucionários, desde acender um cigarro de haxixe até práticas homossexuais. Atos compreendidos pelos militantes da esquerda armada como práticas apolítica, hedonista e modo de vida *hippie*.

As obras de Daniel não são simplesmente denúncias das lutas, das perseguições, das perdas, do medo, da solidão, da tortura e do exílio, ou seja, do sistema de dominação e exclusão a que ele e muitos outros foram submetidos durante a ditadura, mas apresentam aquilo pelo qual ele queria lutar. Como nos lembra Foucault “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2006, p. 10). E Daniel demonstrava a vontade de apoderar-se do direito de instituir a si, a seu corpo uma subjetividade. Pois ele percebera em sua trajetória de vida que seu corpo seria o que se exigia dele, o que ele teria que ser, seja através do medo, da solidão ou da culpa.

Nossos corpos são o que exigem de nós, sede de recepções, rampa de projeções, espaços do alheio de mim. Estar nesse corpo produzido pelo confronto de medos é como estar no degredo; e estar nesse exílio equivale a um abandono, uma crise pessoal de afastamento. (DANIEL, 1984, p. 180)

Perceberia mais, perceberia a partir de suas experiências como “homossexual” em terras de exílio que os guetos, assim como a esquerda armada poderiam ser

instâncias reacionárias, podendo imprimir a seu corpo subjetivações. O gueto se configurará para ele como espaço de segregação e hierarquização que garantiria as relações de dominação e efeitos de hegemonias.

O dragão que ronda o gueto – como tantos submundos – tem três cabeças: a pobreza, a velhice e a feiúra. (...) Velho, porém rico, por exemplo. Ou: pobre mas belo. E assim por diante. Daí nascem todas as pequeninas invenções que servem de moeda corrente nos teatrinhos do sexo e da sedução. Não é preciso ir muito longe para descobrir de onde decorre a ideologia profundamente conservadora que caracteriza o gueto. Porque o gueto homossexual, na sua ostensiva marginalidade, é moralista e tradicionalista. Mesmo reacionário, nos momentos de crise social. (DANIEL, 1982, p. 162 a163)

Daniel não só denunciou em entrevistas e com suas obras formas de proibições, como mostrou que as proibições concernentes ao plano sexual estão sempre ligadas a obrigações de dizer a verdade sobre si. E ele lutou contra todo tipo de ideia que o levasse ao encontro de um eu bem definido, plenamente constituído, oculto no passado, no fundo de sua psique ou alma; e também contra uma corporeidade instituída e legitimada por qualquer tipo de saber. Suas autobiografias assumem a forma de uma tecnologia homoerótica de si que tem como objetivo a elaboração do próprio eu, da sua própria sexualidade, resistindo aos dispositivos biopolíticos de produção das individualidades, recusando as normatividades impostas que exigia do seu corpo fixação a uma natureza, a uma identidade ou a um modelo de desejo. Afirma ele:

Educado, saberá o corpo natural e o nome natural das coisas do corpo. (...) Educado, seguirá finalmente a prática do saber para produzir seu objeto, (...) O prazer, nunca transmitido como saber, virá desestruturando a realidade aprendida e correta. Pouco a pouco, o menino ia acrescentando-se de pecados e transtornos. O prazer, como vier, romperá a natureza, inutilizará a nomeação (DANIEL, 1985)

As múltiplas experiências vividas por Daniel permitiram seu deslocamento de um tipo de subjetividade para outro. Fazendo com que ele não se reconhecesse nem como “(...) crioulo limpinho nem homossexual com alma hétero. Não sou. Aconteço.” (DANIEL, 1984, p. 270). Tornando-se um sujeito que não é, mas que acontece no momento em que atribui à própria vida um sentido descontínuo. Descontinuidade que

surge no momento em que ele atua sobre o mundo atribuindo significado ao mundo, no instante em que ele impõe uma subjetividade<sup>4</sup> para si.

Diz Daniel:

(...) Todo objeto é, mais que sua presença, uma ausência de alguém, do humano que lidou com ele. Uma cadeira é um negativo de quem se assentou nela. Nos trechos que acompanham a gente vamos imprimindo nossa marca, que fica como ausência na coisa. Aí a gente vê, nessa ausência, a gente mesmo como era. Por isso vamos carregando aparentes inutilidades vida a fora: memória viva. Ao termos de abandonar drasticamente nossos pequenos cacos perdemos contato conosco mesmo, a vida passa a ser descontínua. Cacos. (DANIEL, 1982, p. 36)

O movimento empreendido por Daniel para narrar sua própria vida, não diz respeito a uma atitude narcisista, como se poderia supor, ao contrário, implica um entrelaçamento de experiências sociais e de vivências cotidianas em que figuram diversos personagens, até o leitor como pode ser observado no seguinte trecho:

(...) eu preciso contar. Como uma praga, preciso contar. Uma coisa assim forte como uma tara, escrever. Mas – isto é preciso – não passo informação, me cuido. Difícil tarefa de se contar, preservando; exposição máxima, nudez e fantasia como queria o Eça: conto, romance. Por isso é assim: acerto de contos. Quimeras. Pessoal e intransferível. Destinação recomendada: agora que está enviado já não é mais meu. (Daí a conseqüente inquietação. Que caia em boas mãos, pelo menos.) (DANIEL, 1982, p. 147)

As obras de Daniel nos mostram os meios, as maneiras que ele encontrou para interrogar-se sobre sua relação com o saber, com os outros e consigo mesmo. Apresentou-nos uma estética da existência<sup>5</sup>, meio pelo qual ele definiu para si, regras de

---

<sup>4</sup> O sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um “*être-là*”, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho, ao contrário, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquina, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida. As máquinas de produção da subjetividade variam. Em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional. (GUATTARI, 1986, p. 25)

<sup>5</sup> Quanto a essa elaboração de sua própria vida como uma obra de arte pessoal, (...) embora obedecesse a cânones coletivos, estava no centro da experiência moral, da vontade de moral na Antiguidade, (...) no cristianismo, (...) a ideia de uma vontade de Deus, o princípio de uma obediência, a moral assumia muito mais a forma de um código de regras (apenas algumas práticas ascéticas eram mais ligadas ao exercício de uma liberdade pessoal). Da antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras. Se me interessei pela Antiguidade foi porque, por toda uma série de razões, a ideia de uma moral como obediência a um código de regras está desaparecendo, já desapareceu. E a esta ausência de moral corresponde, deve corresponder uma busca que é aquela de uma estética da existência. (FOUCAULT, 2006, p. 290)

condutas que o transformaram e deram a sua vida valores estéticos correspondentes a critérios de estilos de grupo ou para grupos.

### **Bibliografia**

DANIEL, Herbert & MÍCCOLIS, Leila. Jacarés & Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Edição Achiamé Ltda, 1983.

DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro, Rocco: 1984.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. São Paulo: Autêntica, 2006.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. Disponível em: [http://www.dossie\\_deleuze.blogspot.com.br/](http://www.dossie_deleuze.blogspot.com.br/) Acesso em: 22 dez. 2011.

FILHO, Sousa. O cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: JÚNIOR, Albuquerque; NETO, Veiga & FILHO, Souza. (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 13.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 22. ed. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e uma política da identidade*. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/espaco>> Acesso em: 12 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GOMES, Angela de Castro. A título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes Ltda, 1986.

MAURICE, Halbwachs. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

ORTEGA, Francisco. O imperativo ascético. In: ORTEGA, Francisco. (org.) *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008. p.20.

PORTOCARRERO, Vera. Os limites da vida: Da biopolítica aos cuidados de si. In: JÚNIOR, Albuquerque; NETO, Veiga & FILHO, Souza. (orgs.) *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 419.

REIS, Daniel. *A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo. Editora brasiliense, 1989.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. *Uma vida, duas autobiografias*. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Uma\\_vida\\_duas\\_autobiografias.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Uma_vida_duas_autobiografias.pdf)> Acessado em: 01 out. 2011

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: FILHO, Martins. *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos, SP. EDUFSCAR, 2006. p. 8.

SOARES, Carmen. *Corpo e História*. 3. ed. Campinas SP: Autores Associados, 2006.

---

## HISTÓRIA COMPLETA E VERÍDICA DO FAMOSO BANDIDO PAULISTA DIOGO DA ROCHA FIGUEIRA, MAIS CONHECIDO PELO COGNOME DE DIOGUINHO

José Osvaldo Henrique Corrêa\*

Um homem cavalga tranquilamente em seu cavalo negro, a poeira da estrada agarrava-se ao suor do rocinante. Dia quente. Desce da sela *western* e apeia o cavalo. Fazem barulho suas esporas. A arma de grande calibre fica sobre o animal. Em seu coldre duas armas de menor calibre. Artigo comum. Postura elegante, entra no bar, dirige-se à uma das extremidades do balcão, de modo que não tenha ninguém à sua retaguarda. Põe seu chapéu sobre a madeira e com o lenço vermelho que tira do pescoço enxuga a testa e molda o bigode. *Cachaça, por favor.* A primeira dose traga rápido, mas a segunda, degusta devagar, de modo a poder escutar o que se diz no estabelecimento. Um grupo sentado à mesa discute a melhor pontaria. O de barba rala argumentou que seu avô havia entortado uma moeda jogada para o alto, com uma única bala em seu *colt*. O mais velho, com bolsas debaixo dos olhos, explicou metódicamente o processo por meio do qual tombou seis garrafas de modo que as balas que saíram de sua arma entravam pela boca, atravessavam o gargalo e estouravam o fundo. Um feito de quando ainda era jovem. O terceiro, satisfeito desistiu de inventar a sua história. Um último gole na cachaça. *Quero ver se alguém neste lugar consegue tal façanha!* Passos firmes e largos até seu cavalo. Com um golpe alcançou a arma da sela. Silêncio e olhares. O primeiro barulho fez ao engatilhar, o segundo ao puxar o gatilho. Um estampido e uma queda. Um infeliz a cerca de cento e cinquenta metros recebe na cabeça um tiro de carabina. Assim. O motivo? *Não há mira melhor que a de Dioguinho.*

Não seria difícil para nossos avós, pais, ou mesmo você e eu imaginarmos grandes espetáculos de horror, onde o protagonista transite em uma tênue fronteira entre aquilo o que identificamos como herói e aquele comportamento que tachamos de vilania. Nós, antes mesmo de sabermos o final da trama, procurarmos — como quando assistimos a um filme ou uma novela em que o vilão é apresentado a partir de suas práticas, e os motivos que o levaram a cometê-las são revelados somente no desfecho da história —, procuramos descortinar seus motivos e marcá-lo com uma espécie de máscara tipológica.

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Estadual de Londrina.



Realizamos este exercício sem dificuldade, pois somos, há muito, acostumados com outro tipo de violência e com a crueldade forjada pela racionalidade. Diria ainda que suas primeiras manifestações se fazem por meio da linguagem e por meio do conhecimento, que nos foram impostos desde o momento em que fomos paridos. Valores que nos forçam a pensar a realidade e vive-la em eterno sofrimento quando percebemos que ela não se manifesta em sua crueza como um duplo idealizado.

O conceito de violência enquanto prática de coação, constrangimento e submissão de algo ou alguém contra sua vontade, cometida por um grande número de indivíduos tratados como “bandidos”, os quais, muitos são por nós cultuados, tais como Lampião, Jesse James, Bonnie, Clyde, Robin Hood, Unabomber, Al Capone, é um conceito marcadamente histórico, e que, com certeza, acarretou em menores danos à humanidade quando se comparada à violência decorrente do pensamento lógico-racional-socrático-platônico. O imperativo decorrente desse tipo de pensamento de ordem ascética — ou seja, um pensamento que propõe práticas que visam o aperfeiçoamento espiritual por meio da disciplina da vida — representou o abandono de uma perspectiva trágica de mundo, onde não havia separações evidentemente marcadas de uma dicotômica dos valores.

Com o advento da modernidade, abandonamos a estreita relação que tínhamos com o mundo natural, em benefício de um pensamento racional-científico. Nesse sentido adotou-se e elegeu-se o conhecimento como ferramenta que nos levaria à uma existência que julgamos melhor, livre das dores que o mundo natural nos oferece. Este movimento, contudo, realizou-se com golpes ingênuos — quer dizer, ingênuos não, ingênuo seria dizer isto —, o que nos ocorre é que o fato de que, por aprisionar e petrificar a vida, o próprio conhecimento é um crime contra a natureza, não foi levado em conta.

E de todas a vida e ações de Dioguinho que ele outrora ostentou com moderna elegância, de arma em punho ou por coação, de toda respiração, de todos os golpes, de todo o sangue, de todos os impulsos, dores, prazeres e crimes, o que nos restou foram apenas as palavras. Palavras que não dão conta de explicar a realidade e a totalidade da vida do homem em cena.

Desse modo, vamos caminhar no terreno das interpretações, o que nos permitirá atribuir sentidos a partir das leituras que queremos promover. Vamos interpretar fontes produzidas durante o século XX, que se debruçam sobre passagens da vida do personagem.

Interpelar esses discursos procurando interpretar o seu modo de ser, a metodologia utilizada pelos autores para caracterizá-lo, bem como as características mais próprias dos diversos tipos de narrativa acerca de Diogo da Rocha Figueira: literária, jornalística, jurídica, cinematográfica, e também em discursos médico-psicológico.

Observando todo esse trato das fontes utilizadas — que discursam também, acerca da conjuntura de sua época, período do chamado “ciclo de ouro do café”, da produção cafeeira no interior paulista, contexto social e temporal no qual Diogo da Rocha Figueira estava inserido — e as implicações e usos delas para a discussão de algumas categorias como verdade, imaginário social, representação e poder, pretendemos responder de que maneira o personagem Diogo da Rocha Figueira aparece na ordem dos discursos, que papéis ocupa nos textos, observando as funções variáveis e complexas dos discursos e como o personagem pode ser visto enquanto “objeto” de análise em um trabalho de História.

Diogunho nasceu no ano de 1863 como consta em um documento datado de 20 de julho do mesmo ano, pertencente ao arquivo da Cúria Diocesana da cidade de Botucatu, cidade em que nasceu aquele que mais tarde seria considerado o maior matador paulista de todos os tempos e como se conta, aterrorizou as cidades do interior da então província de São Paulo<sup>1</sup>, fazendo uma carreira de crimes notórios na região.

Em meio a coronéis, jagunços e matadores de aluguel, Diogunho diferenciava-se por seu jeito aseado. Vestia-se na medida do possível com muita elegância, usando vez ou outra, terno de linho branco ou “sempre bem trajado, tendo preferência por ternos de casimira preta. Só usava gravata borboleta, escura”<sup>2</sup>, camisas com as mangas em babados, bengala nova, barba feia. “Quando viaja, usa botas de couro marron, sempre brilhantes, e esporas de prata, muito trabalhadas”<sup>3</sup>, pala, lenços vermelhos no pescoço e guaiaca.

Diogunho era

[...] um homem de metro e setenta e cinco de altura [...] magro, espaúdo, cabelos pretos repartidos do lado, bigodes escuros, sempre bem tratados, nariz fino, comprido e um tanto torto para um lado, olhos castanhos [...].

Seu traço mais característico [...] é uma cicatriz no queixo, que dá a impressão de ter o mento separado em duas metades. Uns dizem ser proveniente de um tiro disparado acidentalmente por um amigo que examinava certa arma; outros, no entanto, a

---

<sup>1</sup> O termo estado só passou a ser usado a partir da Proclamação da República, em 1889.

<sup>2</sup> NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Diogunho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 99.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

atribuem a um antigo acidente, quando Dioguinho costumava mergulhar na lagôa dos Guedes, em Tatuí. Era ainda menino e um belo dia, ao atirar-se nágua, bateu com o queixo numa tora de pau que estava no fundo.<sup>4</sup>

Destacado, Dioguinho estabeleceu contato com os homens poderosos da região do Vale do Paraíba. Fator relevante, pois, entre eles encontrou abrigo e proteção. Sua relação com pessoas de prestígio, autoridades policiais e judiciárias fazia com que estes confiassem e abafassem seus crimes. Logo ele se tornou, de acordo com diversas narrativas, uma figura que causava pavor, quer em quem o acobertava, quer em quem o rivalizava.

Esse contexto foi marcado pelo coronelismo<sup>5</sup>, que viria a vigorar durante praticamente todo o período conhecido por República Velha. As condições caracterizavam-se pela excessiva concentração de autoridade nas mãos de indivíduos, geralmente os fazendeiros mais prósperos, grandes latifundiários que agiam por meio de jagunços, que eram a extensão de seus braços, sua milícia particular:

Nesse ambiente em que predominava a politicagem, a polícia e até mesmo a magistratura viviam sob o peso de injunções nefastas, da parte de chefetes e facções. Não existia a polícia de carreira. Exerciam a função de autoridade policial indivíduos que nem sempre sabiam assinar o próprio nome, arrebanhados entre os apaniguados dos “coronéis” governistas. Por isso, sofriam a influência perniciosa de seus protetores que, em última instância, eram os verdadeiros mentores da polícia local.<sup>6</sup>

Pela acusação de seu primeiro crime Dioguinho foi processado, porém, a sentença “reconheceu a seu favor a justificativa de legítima defesa”<sup>7</sup>. Além disso, “[...] quase todos os seus crimes, por esta ou por aquela razão, nunca puderam ser convenientemente apurados. Sem contar, naturalmente, os que nunca chegaram ao conhecimento das autoridades.”<sup>8</sup>

Somente com a mudança de regime é que se iniciou um combate das forças do Estado para sua captura. O interesse republicano era substituir a violência privada dos coronéis pela força pública policiadora do Estado. O Código Penal elaborado no regime republicano possuía uma especificidade muito mais voltada ao sistema de repressão, que não surgiu por acaso, eram dirigidas e deveriam se fazer valer para que fosse notório que a as

---

<sup>4</sup> *Ibidem.*

<sup>5</sup> Entraremos com mais profundidade neste assunto no capítulo 3.

<sup>6</sup> NETTO, João Amoroso. *História Completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 13.

<sup>7</sup> *Idem.* p. 17.

<sup>8</sup> *Idem.* p. 100.

normas republicanas eram eficazes. Assim, “os dispositivos de controle social, implementados pelo governo republicano, através das fontes legais, estabeleceram as práticas de manutenção da ordem [...]”<sup>9</sup>

“[...] Entendiam os republicanos ser necessário o policiamento da sociedade, para a sua adequação ao progresso e à modernidade.”<sup>10</sup> A República ia, portanto, modelando seus discursos de verdade aos comportamentos sociais, através da lei, que classificava determinado os comportamentos como certos ou errados, bons ou maus, por meio do “Código Penal de 1890 e [da] Constituição de 1891 – primeiras medidas republicanas que vieram definir o modo de governar e gerenciar o poder do novo Estado.”<sup>11</sup>

Organizar o poder significava instituir estratégias que pudessem efetivar os meios de controle e de ordem sobre toda a sociedade. [...]

A Constituição e o Código Penal marcaram nitidamente o modo de pensar e de fazer a política republicana. Os comportamentos dos grupos sociais que se opunham à ordem da República eram enquadrados nos dispositivos disciplinares da lei penal e da Constituição. [...]<sup>12</sup>

O Código Penal teve importância vital na organização, tanto com relação ao Estado quanto à sociedade. A preocupação dos dirigentes republicanos era, em primeiro lugar, com a ordem, por isso a necessidade de se apressar em instituir o Código Penal, sem mesmo ter a Constituição republicana [...].<sup>13</sup>

Em pleno século XXI, algumas histórias sobre aquele que teria sido um dos maiores assassinos brasileiros ainda são ouvidas. Conta-se que em fins do século XIX um homem manchava com sangue rubro o chão das vermelhas terras do interior da Província de São Paulo. A poeira deixada pelo rastro do cavalgar de seu negro cavalo espanhol anunciava que mais um fato terrível estava para acontecer. Qual será desta vez o ritual aterrorizante por meio do qual ceifará mais uma vida?

Indagações como esta se perpetuaram durante muitos anos, mesmo após a suposta morte de Dioguinho. Para além das fontes narrativas que se ocuparam em tratar deste que foi

---

<sup>9</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 15.

tido como o maior matador paulista que já existiu, também no imaginário social ele se tornou um vulto a semear medo. Ele inflamou o imaginário social, e também por isso, se tornou figura tão fascinante.

Até os dias atuais, histórias que envolvem Dioguinho são contadas nas conversas entre compadres animados ao narrar os “causos” que ouviram de seus ancestrais ou que transmitem os acontecimentos ocorridos com pessoas que lhes são conhecidas. A diferença entre esses causos e meu trabalho é que este último trata-se de uma pesquisa para avaliação de especialistas de uma determinada instituição e é resultado de uma metodologia produzida a partir da análise de uma série de fontes documentais.

Este costume de narrar histórias, tão comum entre a população que habita, sobretudo, a região interiorana do atual estado de São Paulo, regiões sul de Minas Gerais e norte do Paraná, foi responsável por conduzir memórias que, ao serem recontadas, aglutinam novos elementos, contribuindo para a permanência do imaginário social a respeito de um determinado personagem, no nosso caso, Dioguinho.

Ele foi um indivíduo que seduziu e ainda seduz quem se aventura a investigar ou produzir materiais acerca de sua vida polêmica, dando margem a vários tipos de narrativas. Como prova disso, ao longo dos anos, tornou-se personagem central nos mais diferentes tipos de fontes: literária, jornalística, jurídica, cinematográfica, musical, entre outros.

Personagem que poetas puseram em verso e prosa, que músicos já puseram em melodia, ritmo e harmonia e que o cinema já pôs em imagem, movimento e trilha sonora. Trazendo-o para o campo da História, procuraremos perceber como se deram essas várias produções a seu respeito, e buscaremos identificar a partir delas, como personagem Dioguinho passou a ser imbuído de diversas facetas e a ser representado polimorficamente, com diferentes “máscaras”.

Pistola e faca eram seus instrumentos de trabalho e a fama de seus crimes fez com que surgissem numerosas pessoas dispostas a narrá-los.

Nesta etapa do meu trabalho historiográfico debruçar-me-ei sobre uma produção literária, uma espécie de romance híbrido com o qual tive contato no primeiro semestre de 2008. Seu aspecto físico é de páginas de fotocópias reencadernadas com uma capa dura em vermelho vivo, cor de sangue. Em seu frontispício há somente a inscrição *DIOGUINHO* em letras maiúsculas, todas na cor dourada, símbolo de opulência e poder. Como consta na folha

de rosto, a obra intitula-se *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*, e foi escrita por João Amoroso Netto, tendo sido publicada no inverno de 1949 pela extinta Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo, situada no tradicional bairro da Mooca, cidade de São Paulo.

É comum que, ao trabalharmos com uma fonte literária a apresentemos, procurando situá-la dentro de um tipo narrativo, e buscando a partir deste estilo as características mais gerais que possam contribuir para visualizá-lo dentro de um gênero correspondente, enquanto categoria literária.

Ao ler a obra, é possível observar elementos fundamentais por meio dos quais o texto se estrutura. Esses elementos nos permitem caracterizar a obra como um tipo de narrativa de prosa, possuidora de personagens em seu enredo, que atuam em uma determinada temporalidade e em uma esfera espacial tal. E, além disso, todos esses dados são expostos por aquele que conta, o narrador, outro componente categórico para a configuração do texto de Amoroso Netto como um gênero narrativo específico, o romance.

Segundo Massaud Moisés<sup>14</sup>, uma das apropriações da palavra romance denota uma composição em prosa narrativa feita em terceira pessoa, e tomando a palavra de Henry James, acrescenta que o romance, do ponto de vista da narrativa, é “[...] a mais independente, a mais elástica, a mais prodigiosa de todas [...]”<sup>15</sup> as formas literárias. Como veremos adiante, Amoroso Netto se vale muito bem dessa elasticidade.

Procurando perceber como cada um dos elementos que compõem estruturalmente um romance são apresentados na obra de Amoroso Netto, vamos proceder a uma análise mais atenta do enredo, dos personagens, da temporalidade e da espacialidade circunscrita no texto, bem como daquele que narra as histórias sobre Dioguinho.

O enredo é o resultado da ação dos personagens e só toma forma a partir do discurso narrativo, que passa a organizar os acontecimentos a serem contados. É aquilo que dá sustentação ao discurso em um plano holístico.

---

<sup>14</sup> Apesar de ter sua primeira edição sido escrita na década de 1970, *Dicionários de termos literários*, escrito pelo ex-professor da Universidade de São Paulo, Massaud Moisés foi reeditado algumas vezes, tornando-se uma obra abrangente no campo lexical e que envolve termos da crítica e da historiografia literária além de termos oriundos de áreas vizinhas. A obra apresenta gêneros e espécies literárias como a prosa, poesia, conto, romance, lírica, teatro etc., formas literárias como balada e, soneto, etc., termos de retórica e poética como discurso, metonímia, sinédoque, etc., movimentos literários, artísticos e filosóficos como romantismo, modernismo, surrealismo, existencialismo etc.

<sup>15</sup> MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 452.

[...] Vale dizer: o enredo pressupõe um nexos de causalidade entre os acontecimentos (o leitor não pergunta: *e depois?*, como faz quando perante a história, mas: *por quê?*), e por isso depende de uma série de recursos narrativos, como o mistério, o suspense, o *flashback*, os intervalos, etc.<sup>16</sup>

Podemos, portanto, entender o enredo da obra como a composição dos atos e acontecimentos que cercaram a vida narrada de Dioguinho e que foram organizadas por Amoroso Netto de modo a haver conexões entre esses atos e acontecimentos de maneira cronológica, possuidora de uma ordem temporal dentro do discurso que propõe começo, meio e fim.

Não podemos obstante, confundir o enredo, que só é perceptível na medida em que se avança na leitura do romance, com o assunto tratado no livro. Pois, enquanto o enredo é aquilo que “[...] denota a totalidade das causas e efeitos que se organizam no curso da narrativa [...]”<sup>17</sup>, o assunto seria a síntese da história, a redução, ao essencial, dessa totalidade da trama.

Estruturalmente, o romance caracteriza-se pela pluralidade da ação, ou seja, pela coexistência de várias células dramáticas, conflitos ou dramas. Em princípio, não há limite para o número de células dramáticas que concorrem para a organização do romance. Entretanto, o [...] [autor] elege apenas algumas, as que podem harmonizar-se dentro de um conjunto. [...] O romance termina completamente na última cena. [...]<sup>18</sup>

Desse modo, o assunto da obra *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*, é a série de crimes cometidos por Dioguinho, que formam várias células dramáticas, e o cerco policial que pretendia sua captura, a última cena do romance.

[...] Tudo se passa, no romance, como uma pedra que, jogada na água, formasse uma série de anéis concêntricos que se fossem esbatendo à proporção que se afastassem do foco gerador: o romancista escolhe para o núcleo um drama, julgado o mais importante, e inspeciona os que lhe estão aglutinados. Monta-se desse modo, uma

---

<sup>16</sup> Idem, p. 174.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> *Idem*. p. 452.

genuína simbiose entre o conflito central e os secundários: ao mesmo tempo que aquele jorra luz sobre estes, deles recebe auxílio esclarecedor.<sup>19</sup>

Podemos dizer que, no romance de Amoroso Netto, o ponto central atingido pela “pedra”, do qual emanaram círculos concêntricos, seria o primeiro ato delitivo cometido por Dioguinho, pois, “[...] ao que dizem, teria sido esse o ponto de partida de sua vida criminosa. [...]”<sup>20</sup> O próprio Dioguinho, no entanto, em uma carta enviada a um amigo seu, no inverno de 1896, avaliou a menos de um ano antes da data que foi dado como morto, que seus atos foram motivados pela vingança, e não se tratavam de crimes, mas de uma reação natural de um homem possuidor “[...] de brio, e vergonha [...]”<sup>21</sup>.

No romance, podemos identificar diversos temas além do delito, como violência, fidelidade, banditismo, vingança, entre outros, levados à cena por *motivos* variados, os quais mostraremos adiante, e que entre eles estão a legítima defesa. Segundo Angélica Soares, o que oferece unidade aos elementos do enredo “[...] é o *tema*, entendido como ideia comum, que constrói um sentido pela união de elementos mínimos da obra, chamados *motivos*. [...]”<sup>22</sup>

Ao ler a obra, deparei-me, porém, com uma grande dificuldade, a de definir em qual categoria romanesca a obra de Amoroso Netto se enquadra. Ora, apesar de ter sido produzido em uma época ainda marcada pelo alcance das produções modernistas, parece-me a obra ter recebido influências tardias do que se convencional chamar de romance regionalista. Digo isto em função da prioridade dada à temática rural, à procura da verossimilhança, a tentativa de retratar os elementos históricos e sociais, bem como de tipos sociais, entre outros elementos bem resumidos desde a apresentação da obra pelo autor:

Já o dissemos mais de uma vez e não será de mais repeti-lo: a história de Dioguinho, baseada toda ela, nos seus fatos essenciais, em documentos, processos, noticiário da imprensa da época, depoimentos de testemunhas idôneas, etc., não teve em vista outro fim senão o de descrever a vida do maior bandido paulista de todos os tempos, situando-o na época em que viveu, no ambiente em que agiu, sem sensacionalismo nem escândalo.  
[...] Não foi a forma nem o estilo o que nos preocupou, mas sim a intenção de escrever para o grande público uma história verídica e o mais possível completa, sobre a vida de um homem que, depois de haver aterrorizado o interior deste Estado [São Paulo],

---

<sup>19</sup> *Idem.* p. 453.

<sup>20</sup> NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 17.

<sup>21</sup> *Idem.* p. 149.

<sup>22</sup> SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1993. p. 43.



por mais de um lustro, ainda hoje é lembrado e discutido, principalmente entre a população rural.<sup>23</sup>

Apesar de o próprio autor ter escrito não preocupar-se nem com “a forma nem o estilo”<sup>24</sup>, parece-me que o historiador ou qualquer outro profissional que venha a ocupar-se dessa obra sente a necessidade de identificar o lugar do romance. Porém, neste caso, a obra escrita por Amoroso Netto, assemelhasse a um romance histórico de tipo singular, um tipo de romance híbrido, que encontra como diferencial o modo como o seu texto foi composto, mesclando os diálogos a relatos orais, e formando por vezes um texto tipicamente policialesco, omitindo ou preservando a identidade daqueles que prestaram depoimentos ou concederam informações.

Isso mostra como conteúdos normalmente abrigados dentro do campo da História podem servir como objeto para a área da ficção.

Nesse sentido, a leitura do romance histórico clássico, ou do romance histórico moderno e pós-moderno, fornece pistas instigantes de como o conteúdo da história pode servir de matéria ficcional, intercruzando as narrativas literária e histórica; ou de como se pode comparar diferentes processos de construção de significados para os eventos.<sup>25</sup>

O personagem Dioguinho não esteve envolvido na chamada “crise do personagem”, a qual novas tendências, como o *nouveau roman* anunciaram ao dizer que o “[...] romance de personagens pertence realmente ao passado [e] caracteriza uma época: a que assinalou o apogeu do indivíduo”<sup>26</sup>. Não se trata de um personagem “[...] sem contornos, indefinível, inacessível e invisível, um eu anônimo que é tudo e que não é nada e que quase sempre não é mais que um reflexo do próprio autor [...]”<sup>27</sup>, pelo contrário, Dioguinho ocupa papéis fundamentais em diversas formas narrativas. Ele é, quase sempre, o protagonista. É em torno de sua figura e de suas ações que se organizam a maioria das tramas narrativas nas quais ele transita.

---

<sup>23</sup> NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 8-9.

<sup>24</sup> *Idem*.

<sup>25</sup> FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. In: *Pós-História – Revista de pós-graduação em História*. vol. 4. Assis: Unesp, 1996. p. 36.

<sup>26</sup> REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988. p. 216.

<sup>27</sup> *Idem*. p. 216.

Algumas categorias próprias da teoria da narrativa podem nos auxiliar na problematização da figura de Dioguinho dentro da obra de Amoroso Netto. Ele se afasta da forma assumida pelos chamados *personagens planos*, que são construídos

[...] Ao redor de uma única ideia ou qualidade [e] [...] apresentam [apenas] duas dimensões (altura e largura), ou seja, carecem de profundidade: definidas em poucas palavras, a sua personalidade não revela surpresa, e a ação que praticam apenas confirma a impressão de *personagens estáticas* [...].<sup>28</sup>

Mesmo atuando em um romance que tem por característica temporal linear e não a psicológica, o personagem Dioguinho aproxima-se daquilo que se convencionou denominar *personagem redondo*.

Baseando-se nas contribuições de Edward Morgan Foster, em *Aspects of the novel*<sup>29</sup>, Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, definem o personagem redondo como aquele que

[...] Se reveste da complexidade suficiente para construir uma personalidade bem vinculada. Trata-se, neste caso, de uma entidade que quase sempre se beneficia do relevo que a sua peculiaridade justifica: sendo normalmente uma figura de destaque no universo diagético, a *personagem redonda* é, ao mesmo tempo, submetida a uma caracterização relativamente elaborada e não-definitiva. A condição de imprevisibilidade própria da *personagem redonda*, a revelação gradual de seus traumas, vacilações e obsessões constituem os principais fatores determinantes da sua configuração [...].<sup>30</sup>

Trata-se, portanto, de uma complexidade empregada ao personagem pelo autor, que o enquadra no interior da narrativa, moldando-o a partir da vida e das ações perpetradas por Diogo da Rocha Figueira, fazendo-o mover-se em um espaço específico, um espaço arquitetado pelo escritor, mas que se confunde com que poderia ter sido a realidade vivida por Dioguinho.

Porquanto, preferimos nos referir a Dioguinho no decorrer deste trabalho utilizando a categoria *personagem*, entendendo a impossibilidade de atingir as relações e os acontecimentos levados a cabo na sua crueza real, por este que é tido como o mais célebre criminoso paulista. E assim não pretendemos, a partir dos elementos que temos, reconstruir o

---

<sup>28</sup> MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 398.

<sup>29</sup> FOSTER, E. M. *Aspects of the novel*. London: Edward Arnold, 1937.

<sup>30</sup> REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988. p. 219.

real tal como teria acontecido, mesmo entendendo que alguns o intentam sob o argumento de que os textos que produzem são historicamente datados e cruzados por uma dose de subjetividade.

Procurando percorrer caminho inverso, vemos que não podemos tomar esses elementos como indícios de um real que está à espera de ser revelado, ou de um real que se encontraria nas “entrelinhas” do texto, pronto para ser reconstruído pelo historiador mais atento, mas, cientes de que o texto enquanto fonte histórica é uma construção histórica e discursiva, e “[...] embora se remeta a um acontecimento; ela própria é um acontecimento que deve ser explicado.”<sup>31</sup>

As relações entre história e literatura têm se tornado tema corrente na historiografia, nos estudos literários e em outras áreas das ciências humanas, acompanhando uma “[...] propensão contemporânea de se interrogar as fronteiras de conhecimento que a tradição institucional construiu [...]”<sup>32</sup>, colocando em questão os limites da representação da experiência histórica e do imaginário social, que se traduzem nos debates a respeito do que é real e do que é ficcional, assim como do que é estético e científico, e quais as implicações desses fatores.

Os conflitos e arranjos decorrentes dessas representações colocam em evidência as condições epistemológicas do saber histórico, que já há algum tempo tem debatido as múltiplas convergências e divergências entre a arte e a razão científica, “[...] lançando indagações de enorme amplitude, que, aliás, estão longe de conduzir a respostas conclusivas abrangentes [...]”<sup>33</sup>.

Os tratados a respeito das relações entre História e Literatura constituíram-se ao longo do tempo em um grande acervo, congregando vários escritos em torno de uma grande área, a chamada História Cultural, uma área teórica onde o ponto de partida para uma pesquisa deve ser a cultura, isto é, uma teoria interpretativa da cultura.

---

<sup>31</sup> JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. In: *Revista Resgate*, n. 2, 1991. p. 49.

<sup>32</sup> FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. In: *Pós-História – Revista de pós-graduação em História*. vol. 4. Assis: Unesp, 1996. p. 23.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 23.

Apesar das críticas veementes de alguns historiadores, como as do francês Roger Chartier<sup>34</sup>, uma das propostas mais desafiadoras sobre as relações e as fronteiras construídas entre História e Literatura é a do crítico literário estadunidense Hayden White.

Os resultados das reflexões de White acerca dessa problemática ganharam corpo durante as três décadas que esse crítico literário tem se dedicado ao tema, criando um lastro e influenciado cada vez mais historiadores. Contudo, o seu ponto de vista já foi tido por muitos historiadores como radical, a ponto de ter caído no desgosto de um considerável setor da academia, junto com outros sérios pesquisadores que assumiram uma postura de desconfiança em relação ao estatuto científico da história, tais como o britânico Keith Jenkins e o holandês Franklin Rudolf Ankersmit<sup>35</sup>.

Em seu artigo esclarecedor, Antonio Celso Ferreira utiliza-se de um texto de autoria de Peter Burke, em que este comenta — sem subterfúgios —, o prestígio de White entre seus pares em meados da década de 1990.

Para muitos intelectuais, ele é um guru, um crítico cultural, um intérprete superior da pós-modernidade. Para outros, sobretudo historiadores, sua reputação lembra a dos ateus do século 17 ante os olhos do clero da época. Para certos historiadores [...], White é o exemplo horrível de um colega [ou seria melhor dizer ex-colega?] que cometeu traição, quebrou um tabu e violou a fronteira sagrada entre história e ficção.<sup>36</sup>

O trecho de texto supracitado pode ser visto como um termômetro da intensidade que as concepções de White atingiram o mundo de produção acadêmica de conhecimento. Para ele, a história possui maior correspondência com a literatura do que com a ciência, já que ela

---

<sup>34</sup> O historiador Roger Chartier tem se posicionado como um crítico da historiografia norte-americana, e alguns de seus expoentes, afirmando um suposto rompimento com outras ciências sociais em função da chamada *virada linguística* e da ficcionalização da narrativa histórica. Contudo, as críticas de Roger Chartier se pautam, segundo Antonio Celso Ferreira, em convenções disciplinares, e

[...] ao invés de oferecer contra-argumentos convincentes fincados seja na filosofia, na teoria literária ou nas ciências [...] [ele] prefere [...] [atacar] refugiando-se num lugar institucional seguro. Invocando mestres da historiografia francesa (Braudel, de Certeau, entre outros) em defesa de suas formulações, traduz noções que já foram ultrapassadas na disciplina [...].

Evidenciando essa indisposição contra Hayden White, por exemplo, Chartier oferece argumentos de uma corrente que vem perdendo hegemonia, e a expõe a críticas quando defende de maneira veemente um estatuto de *verdade* frente à *ficcionalização* da narrativa histórica.

<sup>35</sup> Os textos de Ankermit que tomei contato são *Historiografia e pós-modernismo* e *Resposta a Zagorin*, ambos publicados na revista Topoi, Rio de Janeiro, no mês de março de 2001.

<sup>36</sup> BURKE, Peter. *Enredos da História*. In: *Jornal de Resenhas*. Suplemento especial. São Paulo: Folha de São Paulo/Diálogo Editorial-USP, 3/07/1995. *Apud*. Ferreira, Antonio Celso Ferreira, p. 32.

se apresenta como uma produção ficcional, formulada em prosa e que é permeada por estruturas de enredo, como romance, tragédia, comédia e sátira, e por tropos retóricos, como metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Atualmente, raríssimos historiadores têm assumido que os frutos oriundos de seu ofício têm muito mais a ver com a literatura do que com a ciência. A grande maioria ainda procura esquivar-se do debate e dos problemas decorrentes da linguagem na construção da história, abrigando-se sob um muro que a cada dia recebe doses extras de reboco para disfarçar os buracos e esconder suas rachaduras. Parece haver por parte desses historiadores um esforço militante no sentido de garantir a permanência de uma cientificidade no campo da história, como se isso conferisse um estatuto mais elevado àquilo que produzem.

Admitir que o discurso histórico seja dotado de ficcionalidade não é destituí-lo de valor, pelo contrário, este ato implica no reconhecimento da arte como uma força impulsionadora da experiência humana, o que contribuiria para superar a fama da qual o historiador tem gozado, e não sem razão, de ser o *protótipo extremo da sensibilidade reprimida*<sup>37</sup>.

Orientando-se por uma perspectiva nietzschiana, White nos convida ao desafio de buscar na arte uma alternativa ao fazer histórico:

[...] Somente libertando a inteligência humana do senso histórico é que os homens estarão aptos a enfrentar os problemas do presente. As implicações de tudo isso para qualquer historiador que valoriza a visão artística como algo mais que mero divertimento são óbvias: ele tem de perguntar a si próprio de que modo pode participar dessa atividade libertadora, e se a sua participação acarreta forçosamente a destruição da própria história.<sup>38</sup>

Os debates a respeito das relações entre história e literatura, como vemos, tem se tornado corrente na historiografia, nos estudos literários e em outras áreas das Ciências Humanas, colocando em questão os limites da representação historiográfica. Este problema se traduz na ruptura das fronteiras do que é real e ficcional, assim como do que é estético e científico. Os conflitos e arranjos decorrentes dessas representações colocam em evidência as

---

<sup>37</sup> FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. In: *Pós-História – Revista de pós-graduação em História*. vol. 4. Assis: Unesp, 1996. p. 31.

<sup>38</sup> WHITE, Hyden. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 52.

condições epistemológicas do saber histórico, que hoje debate as múltiplas convergências e divergências entre a arte e a razão científica.

Ainda esclarecendo seu ponto de vista a respeito das fronteiras entre literatura e história, fato e ficção, Hayden White propõe em seu artigo *Teoria Literária e a escrita da história*, de 1994, que os historiadores percebam cada vez mais que a história trata-se de uma construção linguística:

[...] Se não existem fatos brutos, mas apenas eventos sob diferentes descrições, a factualidade torna-se questão de protocolos descritivos para transformar eventos em fatos [...]. Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para constituir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais; pode ser relativamente livre [...].<sup>39</sup>

Porquanto, a partir desse breve panorama de abordagens, pode-se perceber no âmbito da História Cultural que se encontram em debate duas abordagens distintas no que diz respeito ao direcionamento das relações entre história e literatura: “[...] de um lado, a que tenta garantir sobrevivência aos cânones fundamentais da disciplina; e de outro a que advoga a mobilidade das fronteiras de conhecimento, das formas de expressão e representação.”<sup>40</sup>

A fim de escrever um de seus sazonais artigos para a revista *Investigações*, Amoroso Netto considerou pertinente tratar de algum assunto ligado ao banditismo caipira e violência rural<sup>41</sup>. Para isso, ele procurou fontes que tratassem da temática referida, tomando contato com o romance *Dente de Ouro* (1937) e o artigo *Banditismo Caipira* (1949), escritos por

---

<sup>39</sup> FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. In: *Pós-História – Revista de pós-graduação em História*. vol. 4. Assis: Unesp, 1996. p. 33.

<sup>40</sup> *Idem*. p. 42.

<sup>41</sup> Os estudos das temáticas do banditismo e da violência rural no campo da chamada História Social obtiveram grande contribuição do historiador egípcio Eric Hobsbawm. Duas de suas obras — *Rebeldes primitivos – Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*. Zahar: Rio de Janeiro, 1970, e *Bandidos*. Crítica: Barcelona, 2001 —, passaram a ser frequentemente analisadas por estudiosos e interessados pelo tema.

[...] Em toda sociedade rural há ‘bandidos fazendeiros’ assim como ‘bandidos camponeses’, para não mencionar os bandidos do Estado [...]. Porque a característica mais impressionante do banditismo social é uma notável uniformidade de standardização. [...] Essa uniformidade se aplica tanto aos mitos — isto é, à parte do bandido que é moldada pelo povo — como ao seu comportamento real. O padrão fundamental de banditismo [...], é quase sempre, universalmente, encontrado dentro de certas condições. Ele é rural e não urbano. [...] (HOBSBAWM, 1970).

Menotti Del Picchia<sup>42</sup>. Encontrou ainda, algumas referências de Diogo da Rocha Figueira na coleção do jornal *O Estado de S. Paulo* reminescente ao ano de 1897, além do livro *O Dioguinho* (1903), de autoria de Antônio de Godói, sob o pseudônimo de Silvestre da Matta<sup>43</sup>.

Neles Amoroso Netto encontrou referências a respeito de vários indivíduos descritos como assassinos, ladrões e bandidos, dentre os quais “o mais famoso de todos, Dioguinho”<sup>44</sup>. Os textos sobre este indivíduo lhe causaram grande fascínio e curiosidade.

Com essa motivação, Amoroso Netto empenhou-se em uma tarefa um tanto complexa e executou de acordo com sua laboriosa empreitada de pesquisa e análise das fontes a qual os historiadores tanto se dedicam. Na apresentação feita pelos *Diários Associados*, em 1949, quando da publicação do livro, nota-se o reconhecimento ao autor:

[...] Acostumado ao trato com assuntos históricos, especialmente de São Paulo, ninguém melhor do que ele para se encarregar de rememorar a vida acidentada e quase lendária do afamado bandido paulista, cujos episódios se perdem na tradição oral e nuns poucos documentos esparsos e de difícil pesquisa. Assim, a dificuldade maior consistiria, para o historiador das aventuras de Diogo da Rocha Figueira, na busca, transladação, especulação, confronto e seleção de papéis, depoimentos, documentos e demais subsídios. Por isso os “Diários Associados” convidaram, para essa tarefa, o elemento que lhes pareceu mais indicado — um escritor que, a tal qualidade, associa o traquejo do historiador e o trato com os assuntos criminais. [...]<sup>45</sup>

A partir daí ele redigiu um artigo intitulado *O Dioguinho*, publicado no mês de abril de 1949, na revista *Investigações* nº 4.

Posteriormente, por ocasião da publicação deste artigo, Amoroso Netto foi convidado por Hermínio Saccheta<sup>46</sup> para escrever a história de Dioguinho “*em capítulos diários, numa linguagem acessível ao grande público*”<sup>47</sup> para o jornal *Diário da Noite*, posto que nessa ocasião Amoroso Netto contava com novos materiais para análise, materiais estes

---

<sup>42</sup> Menotti Del Picchia nasceu em São Paulo, em 1892 e faleceu na mesma cidade em 1988. Foi poeta, escritor e pintor modernista brasileiro. Filho dos imigrantes italianos, Del Picchia foi também advogado, político, entre outras funções assumidas durante sua vida. Grande entusiasta de novas tendências estéticas em sua época, Del Picchia foi eleito para a cadeira 28 da Academia Brasileira de Letras, em 1943.

<sup>43</sup> Poeta, jornalista e também delegado.

<sup>44</sup> NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 7.

<sup>45</sup> *Idem*. p. 11.

<sup>46</sup> Hermínio Sacchetta (1909-1982), jornalista paulistano.

<sup>47</sup> NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 8.

colhidos nos jornais *Correio Paulistano* e no *Diário Popular*<sup>48</sup>. Além disso, teve acesso a documentos e certidões de processos instaurados contra Dioguinho em comarcas do interior do estado de São Paulo.

Foi a compilação e reedição desta série de artigos diários, publicados no jornal *Diário da Noite* entre os dias 18 de junho e 10 de setembro de 1949, que deram origem a obra *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*.

A venda avulsa do jornal, dentro em pouco, foi aumentada de mais de dez mil exemplares, na Capital e no interior do Estado, e assim se manteve até o fim. Diante do interesse que a história despertou, mais pelo nome do personagem principal e de suas aventuras, do que pelo seu valor literário, e, levando em conta as sugestões de vários livreiros amigos, que me aconselharam a reunir os capítulos em volume, visto que já procuravam “esse livro” nas livrarias, resolvi fazê-lo.<sup>49</sup>

Vale ressaltar que houve um processo de mudança de suporte midiático, do jornalístico para o literário. Isso demonstra certa elasticidade do texto produzido por Amoroso Netto. Além disso, é certo que essa mudança material, em que o texto deixou de ser apresentado nos jornais — então mais acessíveis a um número maior de leitores, em artigos diários que contavam pouco a pouco uma história sobre Dioguinho —, para ser reeditado e compilado em livro, acarretou uma consequente alteração nos modos de recepção e apropriação da obra entre os leitores<sup>50</sup>.

É preciso ter claro que todo escritor traz para o texto que produz suas experiências e expectativas e, por isso, deve ser analisado em seu contexto. Conscientemente, ou não, Amoroso Netto comunga dos mesmos pressupostos apresentados pela concepção moderna de história, utilizando-se do argumento de verdade do discurso sobre o passado acerca da vida de Dioguinho. Logo no início da obra o autor expõe sua intenção:

[...] A história de Dioguinho, baseada toda ela, nos seus fatos essenciais, em documentos, processos, noticiário da imprensa da época, depoimentos de testemunhas idôneas, etc., não teve em vista outro fim senão o de descrever a vida do maior

---

<sup>48</sup> Periódicos filiados aos Diários Associados.

<sup>49</sup> NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 8-9.

<sup>50</sup> Entendemos que não é pertinente discorrer sobre as relações entre leitura, recepção e apropriação nesse momento.



bandido paulista de todos os tempos, situando-o na época em que viveu, no ambiente em que agiu, sem sensacionalismo nem escândalo [...].<sup>51</sup>

Algumas concepções historiográficas modernas entendem que mesmo por meio de um conhecimento produzido a partir da linguagem<sup>52</sup>, é possível conhecer, se não todo, pelo menos parte do passado. A historiografia moderna tem privilegiado as formas de representação de uma determinada realidade para a formação de um discurso de verdade, assim como Amoroso Netto salienta:

[...] Não foi a forma nem o estilo o que nos preocupou, mas sim a intenção de escrever para o grande público uma história verdadeira e o mais possível completa, sobre a vida de um homem que, depois de haver aterrorizado o interior deste Estado, por mais de um lustro, ainda hoje é lembrado e discutido, principalmente entre a população rural.<sup>53</sup>

Amoroso Netto parece tomar parte da visão, um tanto moderna, de que o passado seria cognoscível da maneira tal como ele aconteceu, e que haveria a possibilidade de transfigurar um fato que já se esvaiu. A ideia de verdade posta por Amoroso Netto foi corroborada pelos *Diários Associados*:

[...] É preciso acentuar que o autor da história da vida de Dioguinho procurará apresentar os acontecimentos, que tão famoso tornaram, nos anais do crime, o nome desse bandoleiro, exatamente como decorreram, na sua mais real e crua simplicidade [...]. O que deve ficar assentado, no entanto, é que todos os episódios que serão relatados aqui têm como base um fato real [...]. Finalmente, nesta reconstituição das façanhas de Dioguinho, em nenhum caso ele será feito mais feroz nem mais brutal do que realmente se revelou, segundo as longas e afanosas pesquisas procedidas.<sup>54</sup>

O conhecimento moderno crê na possibilidade de poder representar os fatos tais como se deram, por meio do mecanismo da linguagem. Contudo, temos que reconhecer a dificuldade de se falar de *verdade* em história, pois tudo aquilo que é não precisa da

---

<sup>51</sup> Op. Cit.

<sup>52</sup> Estamos tratando da linguagem como representação, em seu sentido mais amplo, como qualquer e todo sistema de signos que serve de meio de comunicação de ideias ou sentimentos. Os elementos constitutivos da linguagem são, pois, gestos, sinais, sons, símbolos ou palavras, usados para representar conceitos de comunicação, ideias, significados e pensamentos.

<sup>53</sup> NETTO, João Amoroso. *História Completa e verdadeira do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949. p. 9.

<sup>54</sup> *Idem*. p. 11-2.

linguagem, pois se a verdade já se apresentou, não há mais o que dizer a respeito do fenômeno. A verdade é totalitária.

É evidente que um determinado discurso que queira tratar sobre o passado é perfeitamente capaz de passar por uma manipulação<sup>55</sup>, pois está ao nosso alcance dar outros significados ao passado, já que:

[...] A “história” que é o tema de todo esse aprendizado só é acessível por meio da linguagem; que nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; que esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como “história”; e que essa experiência, por conseguinte, pode ser tão varia quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita.<sup>56</sup>

Em sua reflexão sobre a história e suas particularidades, Keith Jenkins nos apresenta o passado e a história como duas categorias diferentes. É sabido que não existe história se não existe passado, porém, a natureza de passado é distinta da natureza do conhecimento histórico. Sendo assim, o passado existe, e ao existir possibilita a existência da história. Todavia, existe a impossibilidade de se alcançar a experiência vivida, ela não é cognoscível tal como se deu outrora.

O pedacinho de mundo que é o objeto (pretendido) de investigação da história é o passado. A história como discurso está, portanto, numa categoria diferente daquela sobre a qual discursa. Ou seja, passado e história são coisas diferentes. Ademais, o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma, e apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muitos distantes entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas, ao mesmo tempo que, em cada uma dessas práticas, há diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço.<sup>57</sup>

A história produzida pelos que exercem o ofício de historiadores seria, portanto, uma construção linguística, uma espécie de análise de discurso e metalinguagem. Desse ponto de vista, a história é interpretação, e ainda assim uma interpretação parcial e subjetiva, já que não podemos perder de vista o fato de que todo historiador carrega em sua pena uma carga pesada de experiências, de valores e de expectativas. E imaginemos que este historiador, ciente de

---

<sup>55</sup> Ma.ni.pu.la.ção (*manipular+ção*): dar forma, preparar manualmente.

<sup>56</sup> WHITE, Hayden. *Teoria Literária e escrita da história*. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/132.pdf>>. Acesso em: 14/12/2008. p. 1.

<sup>57</sup> JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 23-4.

todas as promessas e de todos os projetos fracassados, já deve ter percebido que a luz da razão não ilumina e não revela a natureza obscura das coisas e que a ideias de progresso e verdade, molas-mestras de toda uma engrenagem moderna, são de fato um rolo compressor do múltiplo. E, por outro lado, compreende que a posse de mais de uma interpretação acerca de um determinado objeto não se caracteriza como maior conhecimento a seu respeito, significa somente outra interpretação, uma diferente avaliação acerca do objeto.

O historiador tem como opção, não buscar em seu ofício a ascese como prática e disciplina que teria por objetivo a busca da verdade. Tanto uma cultura histórica que não está a serviço da vida, como a verdade e seus valores, são impostos à nossa sociedade em um ato violento, desde o momento em que nascemos.

A cultura histórica é, com efeito, uma maneira de nascer com os cabelos grisalhos, e os que apresentam este sinal desde a infância chegam necessariamente à crença na velhice da humanidade. Mas à velhice convém uma ocupação de velhos: olhar para trás, totalizar, concluir, procurar uma consolação no passado através da recordação; é a cultura histórica.<sup>58</sup>

Não sem sentido, o ato do conhecimento, da escrita, o movimento de regurgitar palavras, foi metaforicamente associado ao ato de crueldade. Uma crueldade que se aproxima da violência e que se difere de outro tipo de crueldade, a crueldade da vida vivida, do real que não se furta à contradição. Pensamentos, signos e palavras transbordam como o sangue do corpo de um moribundo. E é com esse sangue (*crucior*), que o pensamento moderno tem se assentado. Como definiu Nietzsche, a crueldade do conhecimento que nos afasta da natureza é “um dos mais antigos e indelévels substratos da cultura.”<sup>59</sup> Tem-se por desejo conhecer justamente para dominar o objeto pretendido, para livrar o ser humano de suas maiores dores, de seus maiores sofrimentos. Quer-se conhecer aquilo que é incognoscível. A verdadeira natureza das coisas, porém, não se dá a conhecer, tal como o pensador originário Heráclito já havia principiado, “a verdadeira natureza das coisas gosta de ocultar-se”<sup>60</sup>. Este seria o primeiro ato criminoso do ser humano, o conhecimento.

---

<sup>58</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (História e Tragicidade, p. 150).

<sup>59</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Apud*. BARRENECHEA, Miguel Angel; CASANOVA, Marco Antonio; DIAS, Rosa; FEITOSA, Charles. (Orgs.). *Assim falou Nietzsche III*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 47.

<sup>60</sup> BORNHEIM, Gerd A. (Org.) *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 43.

Gostaria de citar uma famosa passagem, a qual foi composta pelo pensador alemão em forma de fábula:

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da “história universal”: mas também foi só um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer.<sup>61</sup>

A passagem acima trata da empreitada intelectual humana e sobre o conhecimento, que parece funcionar como uma espécie de cordão sanitário que pretende nos proteger da natureza cruel. E nosso personagem, o que tem com isso? Dioguinho escreveu sua história com sangue. E até hoje muitas coisas foram ditas a seu respeito, muitos julgamentos recaíram-lhe sobre os ombros, tirando-lhe o descanso que lhe era de direito, após ter pagado com a vida o défict dos crimes que lhe foi imputado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Paulo. *A verdade da repressão - Práticas penais e outras estratégias na Ordem Republicana (1890 – 1921)*. São Paulo, Arte & Ciência/UNIP. 1997.
- BORNHEIM, Gerd A. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix. 1977.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- BURKE, Peter. *O que é a história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- HOBBSAWM, ERIC. *Rebeldes primitivos – Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*. Zahar: Rio de Janeiro, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Bandidos*. Barcelona: Crítica, 2003.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 6º ed.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.

---

<sup>61</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral (1873)*. IN: Col. *Os pensadores – Friedrich Nietzsche: Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 53.

\_\_\_\_\_. *O trabalho nas fazendas de café*. São Paulo: Atual, 1994.

NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo, 1949.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva – Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PRIORE, Mari Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SCHNEIDER, Marília. *Além da justiça: O homicida Dioguinho e seus cúmplices*. Justiça & história, v. 2, n. 3, p. 131-159. Porto Alegre, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSSET, Clément. *O princípio da crueldade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

WHITE, Hayden. *Meta-História*. São Paulo: Edusp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Teoria literária e escrita da História*. Estudos Históricos, v. 7, n. 13, p. 21-48. Rio de Janeiro, 1991.

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS HISTÓRIAS LITERÁRIAS: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA**

Igor Fernandes Viana de Oliveira\*

### **Introdução**

Gênero que se constituiu no momento em que se afirmava uma nova concepção do tempo histórico, as Histórias Literárias têm sofrido uma série contínua de remodelações – que podem ser observadas desde formação da noção romântica de história literária nacional, até as recentes reavaliações realizadas pela estética da recepção em relação ao gênero. Contudo, pode-se afirmar que desde pelo menos o chamado Giro Linguístico, esta modalidade de escrita da história tem sido amplamente questionada.

Levando em consideração esses elementos, o presente trabalho tem como objetivo discutir alguns desafios e dilemas que se apresentam às histórias literárias na atualidade. Destacaremos dois momentos em especial: o momento de constituição do gênero e as décadas que se seguiram ao chamado Giro Linguístico. Pretende-se argumentar que, embora não se possa reivindicar qualquer relação unilateral entre linguagem e experiência, a perspectiva histórica ainda é bastante produtiva para nos relacionarmos com o horizonte específico aberto pela literatura.

### **História e Literatura**

Um primeiro aspecto que gostaríamos de chamar à atenção refere-se à seguinte questão: a formação da noção moderna de História Literária ocorreu no mesmo momento em que emergia uma nova modalidade de experiência da subjetividade. Conforme destacou o filósofo Jean Starobinski – num artigo em que se propôs a refletir

---

\* Mestrando em História pela PUC-Rio. Bolsista do CNPq.

diretamente sobre o tema – as modernas Histórias Literárias somente tornaram-se possíveis quando se começou a avaliar a literatura através de determinada noção de originalidade, isto é, no momento em que se perguntou pelo grau de excepcionalidade das obras e, em extensão, pelo o que estas concentrariam de estritamente particular (STAROBINSKI, 1975: 84).

Embora não tenhamos a pretensão de traçar um amplo panorama da conjuntura, devemos registrar que a nova ênfase concedida às noções de ‘originalidade’ e ‘criatividade’ tem de ser relacionada a todo um conjunto de transformações que atingia a cultura ocidental desde meados do século XVIII. Nesse sentido, pensamos que a abordagem de Michel Foucault evidencia uma ruptura histórica importante, sobretudo no que diz respeito às novas modalidades de relacionamento com a linguagem que emergiam naquele contexto: se até então a língua fora concebida como uma fórmula capaz de revelar a similitude mágica entre as coisas, ou, ainda, como um sistema auto-referente capaz de desdobrar componentes de significado a partir de si mesmo (FOUCAULT, 2007: 297-303), ao longo das últimas décadas do século XVIII e das primeiras do XIX, a linguagem será cada vez mais experimentada como produto de uma *perspectiva* transitiva em relação ao mundo – tornando-se, por isso mesmo, capaz de reivindicar regiões impensáveis para os padrões tradicionais das poéticas e retóricas clássicas.

No que se refere aos objetivos de nosso trabalho, devemos lembrar ainda que é igualmente nesse período que emerge uma nova concepção do tempo histórico. Conforme argumenta o historiador alemão Reinhart Koselleck, a partir de meados do século XVIII se consolidou um sentido de tempo como *processo*, cujas dimensões centrais contribuíram para que fosse configurada uma nova maneira de apreender a História: não mais a partir da reunião de figuras exemplares no tempo, mas por uma noção de transitoriedade que exigia a *aceleração* progressiva dos eventos em direção a um futuro ainda não experimentado (KOSELLECK, 2006: 314).

Fazendo uma leitura livre dos autores citados, gostaríamos de sugerir que é justamente no espaço situado entre a *perspectivização da linguagem* e a afirmação da *História como processo* que se constituirá a noção moderna de História Literária. Por

um lado, a afirmação de uma nova experiência da subjetividade possibilitou que noções como ‘gênio’, ‘obra’ e ‘estilo’ fossem percebidas como expressões de uma transitividade particular diante do mundo; por outro, a nova modalidade de apreensão do tempo tendia a fazer com que cada uma das perspectivas justapostas no interior das épocas históricas fossem confrontadas e finalmente ordenadas num processo único de auto-desenvolvimento.

Não que a convivência entre História e Literatura tenha sido em algum momento pacífica ao longo da modernidade que se iniciava. É conhecida a recusa de Novalis e de alguns dos primeiros românticos em relacionar ‘Literatura’ a qualquer ideia de auto-desenvolvimento no tempo: antes de se ligar a um processo histórico irreversível, as obras deveriam explorar as perspectivas e os estados possibilitados pela linguagem como fins em si mesmos (DUARTE, 2011: 144-147). Por outro lado, deve-se recordar o quanto a resposta oferecida por Hegel a esse conjunto de questões contribuiu para a afirmação da noção moderna de história da arte e da literatura: embora rejeitasse a experiência estética em si mesma,<sup>1</sup> o filósofo alemão acabou por sugerir que os desenvolvimentos possibilitados pelos textos literários poderiam oferecer – quando devidamente confrontados e ordenados no interior de um processo único de auto-desenvolvimento – uma apreensão superior da totalidade histórica (CHAGAS, 2011: 49-52).

Estes apontamentos sugerem que a noção moderna de História Literária – tal como foi constituída entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX – tem de ser entendida como uma maneira bastante específica de narrar o passado: uma narrativa que não apenas se ocupava de obras literárias singulares no tempo, senão que as considerava em uma dupla perspectiva: por um lado, procurava delimitar o contexto de produção de ‘obras’, ‘autores’ e ‘escolas literárias’; por outro, avaliava ou reavaliava a relação que estes elementos exerceram sobre a constituição de coletivos singulares no tempo.

---

<sup>1</sup> Sabe-se que, em suas lições de estética, Hegel associa o período áureo da arte grega e cristã à emergência da subjetividade ocidental, negando, todavia, a capacidade da mesma em lidar de forma eficaz com os fenômenos históricos de sua própria época (HEGEL, 1999).



Levando em consideração os argumentos que pretendemos explorar na segunda parte do trabalho, gostaríamos de destacar, ainda, um ponto em especial: pela primeira vez, tornou-se possível escrever uma história literária que não consistisse na reunião dos gêneros específicos de uma determinada época, mas que se afirmasse como um lugar particular de onde se poderia observar a constituição de individualidades coletivas e singulares. Assim, enquanto as antigas retóricas e poéticas haviam procurado produzir e classificar os textos de acordo com as regras linguísticas dos gêneros, as modernas Histórias Literárias tenderam a ler ‘Literatura’ perguntando-se pela relação que as obras estabeleciam com um grande *contexto em movimento* – e isso pôde ser feito tanto privilegiando uma ideia de desenvolvimento do ‘Espírito Universal’, quanto uma noção mais específica de desenvolvimento do ‘Espírito Nacional’.

Não pretendemos empreender uma discussão mais extensa acerca dos métodos construídos para satisfazer as novas exigências historiográficas.<sup>2</sup> Observamos, apenas, que as antigas formas de lidar com os textos literários (análises de tema, estilo e gênero) foram, ao longo do século XIX, cada vez mais atravessadas por uma abordagem tipicamente histórica; isto é, um tipo de investigação preocupada em constituir um ponto de vista da onde se pudesse observar a constituição de individualidades coletivas e singulares no tempo. Destacamos, ainda, que a nova concepção de História Literária desenvolveu técnicas bastante apuradas de *perspectivização*: através de uma modalidade específica de narrativa, representavam-se as diversas perspectivas possíveis no interior de uma sucessão diacrônica (GUMBRECHT, 2008: 521-523). Nestes termos, não é difícil compreender o porquê de os Estados Nacionais em ascensão no século XIX terem patrocinado a constituição de suas respectivas Histórias Literárias: sendo a moderna história da literatura uma maneira de produzir “realidades estáveis” atravessando o tempo (IDEM: 523-524), nada mais natural do que fomentar a institucionalização desta prática no interior dos sistemas de ensino em expansão.

### **Uma certa revitalização do gênero**

---

<sup>2</sup> Um trabalho interessante nesse sentido foi realizado por Cássio da Silva Fernandes (FERNANDES, 2005).

Antes de discutirmos a crise das histórias literárias apontada nas últimas décadas, gostaríamos de destacar certa revitalização por que passou ao longo do século XX. Nesse sentido, seguimos os apontamentos feitos por Hans Ulrich Gumbrecht, em um estudo dedicado ao tema: de acordo com o teórico alemão, a chamada Alta Modernidade deve ser entendida como um período marcado pelo cruzamento de duas tendências aparentemente antagônicas: por um lado, observou-se um ceticismo crescente em relação aos procedimentos oitocentistas usuais de perspectivização e historicização; por outro, tiveram lugar novas formas de vivenciar e expressar o tempo histórico (IDEM: 524-526).

Conforme ressalta o estudo de Gumbrecht, ao longo das primeiras décadas do século XX pôde-se assistir a multiplicação de abordagens que reconheceram as obras literárias como ‘universos complexos’ e relativamente independentes dos seus respectivos contextos históricos; favorecendo, assim, o surgimento do que posteriormente se convencionou chamar de Teoria Literária. Por outro lado, no campo específico da produção artística, a Alta Modernidade deu lugar a uma variedade interessante de experimentos com a linguagem – o que, naturalmente, contribuiu para enfraquecer o prestígio possuído pelas formas usuais de narração diacrônica (IDEM: 524-528).

No entanto, apesar do desgaste sofrido pelas formas tradicionais de historicização e perspectivização, o que se viu ao longo de praticamente todo o século XX foram tentativas variadas de revitalizar a noção de História Literária. Assim, antes de relegar o gênero a um ostracismo sem saída, os novos experimentos com a linguagem e a consolidação da Teoria Literária motivaram escritores e acadêmicos a buscar um aprimoramento nos métodos e técnicas característicos do gênero – estabelecendo, ao longo deste percurso, novas modalidades de relacionamento entre ‘Literatura’ e ‘História’.

Para além de uma discussão mais abrangente envolvendo a revitalização do gênero – que, como é natural, se estende até hoje – gostaríamos de destacar um ponto comum às diferentes Histórias Literárias construídas ao longo do século XX: apesar de

não descurarem da relação entre obra e contexto histórico, os novos historiadores da literatura deixaram de considerá-la num sentido unívoco ou auto-evidente. É como se as perspectivas singulares possibilitadas pela ‘Literatura’ não fossem mais imediatamente absorvidas num grande *contexto em movimento* – como ocorria, entre outros procedimentos, na modalidade oitocentista do gênero – mas, em outro sentido, possibilitassem a formação de concentrações semânticas capazes de resistir a uma transformação histórica imediata.

Talvez uma das tentativas mais ambiciosas de escrever uma História da Literatura mobilizando algumas das técnicas e tendências analíticas mais influentes da conjuntura tenha sido realizada pela obra mais importante de Erich Auerbach; escrita, vale recordar, em condições muito difíceis ao longo da década de 1940. Embora não explicita em nenhum momento a intenção de escrever uma História Literária, é evidente que *Mimesis* constitui um experimento heróico no sentido de avaliar em que medida uma análise abrangente da Literatura Ocidental possibilitaria um entendimento mais seguro sobre as transformações do mundo moderno (AUERBACH, 2011). No que diz respeito à questão que estamos examinando, é interessante observar a forma como o autor mobilizou as mais diversificadas técnicas de pesquisa – a sociologia da recepção, o exame filológico dos textos, a contextualização diacrônica, a análise literária formal, etc. – no intuito de se aproximar dos significados históricos subjacentes a um determinado conjunto de obras. Ao longo de seu percurso, Auerbach deixa claro que sua análise não tem como objetivo delimitar os movimentos de um grande contexto em ascensão, senão demonstrar como um conjunto particular de textos poderia, de forma repentina e inesperada, iluminar os destinos coletivos do mundo Ocidental (IDEM: 493-494).

Um outro movimento no sentido da reabilitação da noção de História Literária pode ser observado no final dos anos 1960, quando Hans Robert Jauss começou a divulgar a sua conhecida Estética da Recepção. Para além das discussões envolvendo a particularidade de seu método, o teórico alemão argumentou que a dimensão diacrônica dos textos literários só seria corretamente considerada quando os pesquisadores prestassem mais atenção às interações sincrônicas produzidas pelos “atos de leitura”

(JAUSS, 1994: 20-32). Deste ponto de vista, um texto não estaria nunca imediatamente referido a um contexto capaz de gerar, por si só, a sua significação histórica, mas diante de leitores que, em cada momento específico, atualizariam os seus significados fundamentais.

Embora não tenhamos a pretensão de apresentar qualquer quadro mais sistemático dando conta das diferentes modalidades de História Literária que emergiram ao longo do século XX, o exame dos empreendimentos de Erich Auerbach e Hans Robert Hauss evidencia que a ligação com um contexto histórico totalizante se tornou, para dizer o mínimo, problemática, exigindo que os pesquisadores colocassem em cena uma série de mediações capazes de apresentar a Literatura em sua dimensão especificamente histórica (análise formal, sociologia da recepção, investigação dos horizontes de expectativa mobilizados, etc.).<sup>3</sup>

Por outro lado, não devemos deixar de lembrar que, mesmo realizando essas mediações metodológicas, os autores não deixavam de atualizar uma interrogação secular dirigida ao *sentido* das transformações históricas na modernidade: ainda que conservasse muitas incertezas quanto aos rumos de sua época, Erich Auerbach nunca escondeu que parte de seu trabalho com os textos literários era motivado pelo desejo de empreender uma reavaliação abrangente da História Ocidental; Hans Robert Jauss, por sua vez, sempre conservou a esperança de que as diversas histórias particulares da recepção resultassem numa *narrativa sintética* capaz de exprimir as sucessivas transformações sofridas pela nossa experiência [Erfahrung] em contato com a ‘Literatura’.

### **Um gênero em crise?**

Considerando o percurso que acabamos de realizar, iremos sugerir que a crise da noção moderna de História Literária decorre principalmente devido a dois conjuntos de fatores heterogêneos. Em primeiro lugar – e num sentido mais imediato – ela

---

<sup>3</sup> No âmbito da historiografia literária brasileira, não há dúvida que a obra de Antonio Candido representa o esforço mais significativo no sentido de constituir uma História Literária nacional que integrasse as perspectivas sincrônicas e diacrônicas (CANDIDO, 2000).

possivelmente é o resultado do enfraquecimento sofrido pelos sentidos usuais de História e Literatura nas últimas décadas. Quando, a partir dos anos 1960, se passou a questionar de maneira mais incisiva a forma pela qual as sociedades ocidentais construía a sua auto-imagem no tempo, o passado deixou de ser visto unicamente como o lugar de sucessivas superações em ascensão – o que favoreceu, como é natural, a emergência de novas modalidades de relacionamento com os acontecimentos pregressos. Por outro lado, parece igualmente que deixamos de depender de um conceito de Literatura que perseguia experiências significativas em si mesmas (estritamente linguísticas ou não) e se definia como um contraponto heróico ao cotidiano mediano de nossas sociedades.<sup>4</sup>

Caso estas considerações sejam válidas, deveríamos levar a sério a constatação de que algumas das funções historicamente supridas pelas ‘Histórias Literárias’ – entre as quais duas certamente merecem algum destaque: a produção de auto-consciência no interior de um tempo vivenciado como irreversível; a imersão em formas de expressão que conservassem um *status* especial diante da transitoriedade do mundo moderno – parecem ter sido diretamente afrontadas, ou, ao menos, diminuídas em suas pretensões universalizantes.

Um segundo conjunto de fatores a enfraquecer a noção usual de História Literária decorre dos questionamentos epistemológicos que acompanharam a emergência do chamado Giro Linguístico. Com alguma frequência, tem-se definido o Giro Linguístico como a emergência de uma preocupação genuína com a linguagem e com os condicionamentos linguísticos no âmbito das ciências humanas. Ainda que não queiramos discordar do teor geral dessa afirmação, gostaríamos de destacar o quanto alguns teóricos do movimento se empenharam em determinar uma distinção absoluta entre os dados da realidade e as configurações discursivas.

Esse ponto é particularmente perceptível nas análises de Hayden White. De acordo com a perspectiva adotada pelo historiador norte-americano, a História não pode ser definida como uma ciência que lida com acontecimentos passados, senão como um

---

<sup>4</sup> Esse parágrafo foi especialmente motivado pelas análises de KOSELLECK, 2006, GUMBRECHT, 2008 e CHAGAS, 2011.

tipo específico de discurso que mobiliza o material histórico disponível (documentos, registros, imagens, etc.) no interior de modalidades tropológicas de representação (WHITE, 1992: 21-30).

Como podemos presumir, uma conclusão como essa poderia inutilizar completamente a noção moderna de História Literária, já que, ao considerar os textos literários como suportes vulneráveis a modalidades tropológicas de representação, os historiadores estariam comprometendo a própria noção de linguagem como intermediário histórico.

Ao longo deste texto destacamos dois modos principais construídos pelas Histórias Literárias para lidar com a dimensão especificamente *histórica* da linguagem. Num primeiro movimento, o gênero definiu-se como uma narrativa que integrava as diversas perspectivas particulares subjacentes aos textos literários no interior de um processo único de desenvolvimento. Já no século XX, deixou-se de ver essa relação de maneira auto-evidente, procurando-se, no entanto, discriminar um conjunto de obras capaz de conservar o sentido fundamental das transformações históricas.

Ainda que não possamos mais conservar os sentidos unívocos que História e Literatura assumiram nos últimos séculos, acreditamos que não deveríamos descurar da dimensão histórica que acompanha o uso da linguagem. Com isso, queremos destacar que, se já não podemos mobilizar a Literatura com o objetivo de produzir auto-consciência histórica num tempo vivenciado como irreversível, ou, ainda, vê-la como um elemento capaz de conservar certa estabilidade diante da transitoriedade do mundo moderno, não deveríamos deixar de considerá-la como um meio de auto-referência especificamente histórico, isto é, como um meio capaz de abrigar transformações, condensações de sentido, ambiguidades semânticas, modelações de experiências e horizontes de expectativas particulares.<sup>5</sup>

Assim, queremos insistir no final deste trabalho que, apesar do aparente desgaste sofrido pela noção moderna de História Literária nas últimas décadas, a perspectiva

---

<sup>5</sup> Não é outra a perspectiva adotada por Reinhart Koselleck, que considera a linguagem não um mero instrumento da realidade – nem, ao contrário, um veículo completamente independente dos movimentos realizados no mundo – mas um componente que acompanha necessariamente a configuração das experiências históricas (KOSELLECK, 2006).

histórica é bastante produtiva para nos relacionarmos com o horizonte específico aberto pela ‘Literatura’. Considerando os deslocamentos que tem lugar no mundo contemporâneo, uma ressalva, no entanto, tem de ser registrada: ao invés tentar completar os ‘vazios’ subjacentes aos textos literários situando-os em relação a uma narrativa diacrônica ou, ainda, procurar atenuá-los relacionando-os à rede de significados interna aos textos, temos de encarar essa disposição específica como um ‘desajuste’ inerente à mobilização histórica da linguagem.

Se não temos mais um ponto de vista superior de onde poderíamos observar o sentido dos processos em que estamos envolvidos, temos finalmente de considerar que qualquer interrogação direcionada aos textos literários parte, necessariamente, de perguntas específicas que formulamos diante de nossa situação no mundo. Podemos admitir, então, que é diante das tensões e descontinuidades de nossa própria época que nos relacionamos com as ambiguidades, horizontes de referência e concentrações semânticas subjacentes às obras literárias.

Nesse sentido, ao contrário do que sustentam determinadas perspectivas teóricas, acreditamos que os métodos e técnicas mais importantes construídos nos últimos séculos – especialmente aqueles que procuraram integrar a dimensão sincrônica e diacrônica dos textos literários – podem continuar a servir de referência às pesquisas em História; ainda que não possamos mais mobilizá-los como etapas analíticas que assegurariam o sentido inequívoco das obras. Caso estas considerações sejam válidas, poderíamos finalmente deixar de ler ‘Literatura’ procurando identificar centros narrativos estáveis ou criando estratégias unilaterais para integrar as obras em contextos diacrônicos, e passar a interrogar – sempre em vista de uma questão específica – as ambiguidades e horizontes de referência que necessariamente acompanham o uso histórico da linguagem.

### **Referências bibliográficas**

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CHAGAS, Pedro Dolabela. “Juízo de valor estético e ética da distinção: história comum”. In: *Floema*, Ano VII, n. 8, jan/jun, 2011, p. 39-64.
- DUARTE, Pedro. *Estio do Tempo: Romantismo e estética moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FERNANDES, Cassio da Silva. “As contribuições de Jacob Burckhardt ao Manual de História da Arte de Franz Kugler (1848)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 2, n. 49, p. 99- 124, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A Palavra e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Shall we continue to write Histories of Literature?” In: *New Literary History*, vol. 39, n. 3, The Johns Hopkins University Press, Summer 2008, p. 519-532.
- HEGEL, Georg W. F. *Cursos de Estética*. São Paulo: Edusp, 1999.
- JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.
- STAROBINSKI, Jean. “The meaning of Literary History”. In: *New Literary History*, vol. 7, n. 1, The Johns Hopkins University Press, Autumn 1975, p. 83-88.
- WHITE, Hayden. “Teoria Literária e escrita da História”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.



## COMENTÁRIOS SOBRE A NOÇÃO DE LEGITIMIDADE NA FRANÇA DAS RESTAURAÇÕES: 1820-1840

Carlos Mauro de Oliveira Júnior\*

### Introdução

É comum o estudo dos conceitos de legitimidade referentes à França no período entre 1812 (data da campanha fracassada de Napoleão na Rússia) e 1815 (“Segunda” Restauração Bourbon que se seguiu à batalha de Waterloo e ao fim do “Governo dos 100 dias”). Há uma considerável bibliografia sobre o tema e, mais especificamente, alguns artigos que tratam da legitimidade como um componente do vocabulário político do período e através de metodologias atentas às questões da linguagem política (Richter, 1982; Holmes, 1982 & 1982a).

O nosso objetivo nesta comunicação é tratar de um desenvolvimento deste debate. A partir da coroação de Carlos X – irmão de Luis XVIII – em 1824, a monarquia restaurada francesa volta a enfrentar forte oposição: liberais, republicanos, entre outros. Por outro lado, há um conjunto de autores – chamados legitimistas – que iniciam um conjunto de publicações em defesa da tradição monárquica.

Os debates se estenderão até a Revolução de 1830 e a ascensão da Monarquia de Julho (1830-1848) sob o rei Luis Felipe d’Orléans e a direção ministerial dos liberais doutrinários, especialmente François Guizot (Ponteil, 1949; Rosanvallon, 1985).

Gostaríamos de nos concentrar em três panfletos publicados neste período (1824-32). A nossa hipótese é que alguns demonstram uma curiosa mistura de idiomas e ideologias. Alguns realizam modificações interessantes nos significados dos conceitos, citam exemplos caros às ideologias de seus adversários e, é claro, redefinem leituras e interpretações.

O curioso é que se consultarmos algumas obras de referência sobre o pensamento político clássico ou a filosofia do Direito, encontraremos duas definições do conceito de legitimidade. Sendo a primeira mais tradicional (e religiosa), ligada à Soberania de Deus; e uma segunda, de tipo laico ou civil, ligado à conformidade às leis, costumes e ao

---

\* Professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

consentimento dos povos<sup>1</sup>. O que estas obras não tratam – e nem é seu objetivo – é o processo histórico em que se deu a mudança no conceito tradicional de legitimidade, presente, por exemplo, no arsenal contrarrevolucionário de Edmund Burke.

O argumento de Burke, em *Reflections on the Revolution in France (1790)*, distingue a legitimidade – inscrita na tradição histórica – e a revolução. Sendo que a primeira garante a paz e a estabilidade graças à ação de uma obediência passiva (e útil), enquanto a segunda é marcada por tensões e conflitos de facções que só podem ser resolvidos pela tirania (Richter, 1982). Os monarquistas franceses herdarão muitos argumentos de Burke. No entanto, é um traço francês do período uma resistência em aceitar o argumento da utilidade. Este argumento aparecerá (ocasionalmente) em autores como Benjamin Constant, René de Chateaubriand e Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (Holmes, 1982a).

Não tendo uma tradição histórica análoga à inglesa de conciliação entre a tradição senhorial – melhor representada pela *gentry* – e a novidade do desenvolvimento comercial e industrial; e não tendo desenvolvido uma matriz filosófica utilitarista (que pode remontar a Thomas Hobbes), a França posterior à revolução apresenta dificuldades – expressas por vários homens de seu tempo – em conciliar a poder monárquico com a modernidade, o capitalismo e o governo representativo. Muitas ideias francesas de monarquia mantinham elementos de um Antigo Regime clerical e absolutista.

O surgimento de adaptações no vocabulário político, ocorridas desde o fim do Império Napoleônico, altera um pouco a relação dos franceses com o caráter útil dos valores. Para isto foi preciso considerar que o útil não era necessariamente um ataque à moral e à religião. Veremos mais adiante este argumento.

Para encerrar esta introdução e iniciar uma leitura dos panfletos, seria conveniente esclarecer que realizamos uma separação dos textos a partir de três proto-ideologias que identificamos no período (1824-1832): 1) Legitimismo tradicional francês; 2) Legitimismo de conciliação; e, finalmente, 3) O “*quasi-légitimisme*” dos liberais doutrinários.

## Três ideias de legitimidade

### 1) Legitimismo tradicional.

---

<sup>1</sup> Exemplos: Dolf Sternberger: “Legitimacy” in: Sills, David L. *International Encyclopedia of the Social Sciences*. NYC, The Macmillan Co. e The Free Press; London, Collier-Macmillan, 1968: 244-248; Norberto Bobbio: “Sur le principe de légitimité” in: Bastid, Paul. *L’Idée de la Légitimité*. Paris, PUF, 1967.

Em junho de 1824, é publicado em Paris o panfleto *Considérations sur le principe et les avantages de la légitimité*, por J. N. Monchoux (membro da *L'Université*). O texto desenha a história francesa a partir do cristianismo católico e funda o poder real na soberania divina. A Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte são definidos a partir da ação da cólera divina devido a um conjunto de ações funestas levadas a cabo pelos protestantes, philosophes e ateístas.

Ataca às pretensões dos filósofos ao tentar regenerar o mundo e veicula os direitos naturais (liberdade, igualdade) com as paixões materiais dos homens de possuir coisas, dinheiro, cargos e poder. Registramos aqui um tema comum ao vocabulário francês do XIX, presente dos legitimistas de 1815 aos liberais de 1870, como Hypollite Taine e igualmente presente em Alexis de Tocqueville em seus *Souvenirs*, que trata da Revolução de 1848<sup>2</sup>.

O abandono à obediência legítima a Deus e aos seus agentes – o rei legítimo e o clero – levou a seguidas convulsões provocadas pelas facções, sendo estas motivadas por interesses individuais. O autor parece mobilizar uma oposição tradicional no pensamento ocidental, que trata do par interesse individual e bem comum. Todavia, ele não a articula com os debates ingleses que modernizaram o tema da *Virtù* republicana a fim de aceitar o comércio, em um processo que conferiu cidadania à ideia de utilidade<sup>3</sup>.

Talvez o exemplo da Inglaterra protestante não o interessasse. Ou considerasse o “idioma” res publicano perigoso, pelas simpatias de Rousseau e dos jacobinos com este.

O fato é que o “legitimismo tradicional” trabalha com uma visão congelada da história e dos costumes do povo. Ele não deseja lidar com as mudanças nas visões de mundo, rejeitando as especulações filosóficas ligadas à investigação do mundo, ao progresso das sociedades, etc. E, diferente do exemplo inglês, o conservadorismo político na França, de 1815 a 1830, vem acompanhado de uma grande resistência a inovações econômicas, como a industrialização por exemplo. Como dissemos acima, o resgate de Burke feito pelos conservadores franceses não preservou a sua aceitação da modernidade econômica.

## 2) Legitimismo de conciliação.

---

<sup>2</sup> Sendo que Taine retém o argumento das paixões materiais, mas nega a defesa clerical do ensino religioso.

<sup>3</sup> Algumas referências em nosso artigo: “O Humanismo Comercial e a Querela das Liberdades” in: *Escritas*, 2011, vol. 3: 24-42.

As ideias de legitimidade que podem ser encontradas neste “modelo” tentam realizar a conciliação entre a tradição monárquica e a aceitação de parte do legado revolucionário. O recurso à Revolução Gloriosa inglesa permite a utilização de um fato histórico que demonstre a viabilidade da aceitação de certos traços modernos aliados à presença de elementos de estabilidade. Diferente da legitimidade tradicional calcada em um mundo aristocrático, católico e hostil às Luzes, a noção de legitimidade “de conciliação” apresenta algumas modificações em relação às origens do poder e sua relação com a tradição.

O uso do termo tradição ainda se refere à História do reino, mas é um termo que pressupõe transformação em alguma medida. Além de Burke, o pensamento realista aqui presente dialoga com ideias de progresso social através da História, tema já presente nos liberais do Diretório, como Benjamin Constant. O argumento de Constant, em *De l'esprit de conquête et de l'usurpation dans leurs rapports avec la civilisation européenne* (reeditado em 1815), defende a necessária adaptação dos conceitos políticos ao desenvolvimento histórico, compreendido através de uma ideia de modernidade. E a tese vem acompanhada de uma explicação histórica para os fracassos jacobino e napoleônico: a manutenção de princípios ultrapassados da *virtù* cívica e do espírito guerreiro. Para Constant, a modernidade é representada por um governo livre e por uma sociedade comercial e o sistema inglês é o exemplo a ser adaptado.

Vejamos o segundo panfleto.

Encontra-se nas edições eletrônicas da *Bibliothèque Nationale Française*, um texto publicado em 1830, que era um capítulo inédito proibido pela censura real a um livro lançado por Dominique Frédéric Dufour de Pradt em 1815. O que teria levado o autor a ter publicado a parte censurada em 1830? Qual o motivo da censura, uma vez que de Pradt fora aceito por Luis XVIII, chegando a ser chanceler e depois arcebispo em Molines?

Antes da Restauração, de Pradt tornara-se homem de Napoleão, por intermédio de seu primo, o general Duroc. Será Talleyrand que intercederá por ele junto aos Bourbons. Isto pode explicar o fato do autor precisar ter certos cuidados com seus escritos.

Retornemos ao panfleto de 1830: *Un Chapitre (inédite) sur la légitimité*. De Pradt inicia dizendo que o excessivo tratamento à questão da legitimidade (em 1815) provocou o efeito contrário do que se desejava: confundiu todo mundo. Trata de, simplesmente, definir a origem do poder dos príncipes.

O comentário a seguir seria surpreendente se não soubéssemos de sua proximidade com Talleyrand: de Pradt divide o conceito em dois reconhecimentos – externo e interno. O reconhecimento externo foi um argumento usado por Talleyrand a fim de convencer a Santa Aliança a aceitar Luis XVIII. Era um ponto puramente instrumental, mas que dera o resultado esperado. Neste, com a restauração dos Bourbons, a França abandonaria suas pretensões revolucionárias, imperiais e de conquista.

O reconhecimento interno tinha sido usado por Chateaubriand em *De la Monarchie selon la Charte* (1816). A legitimidade real garantia a paz e a tranquilidade francesas, ainda que para isto fosse necessário aceitar a Carta e o regime representativo - com um regime ministerial responsável perante a Câmara (Chateaubriand, 1816).

O curioso da argumentação do autor é que se o rei Bourbon é legítimo, resta a dúvida a respeito do papel da nação. Mesmo porque afirma que as nações são beneficiárias dos princípios e que o seu consentimento é fundamental para que ocorra o reconhecimento interno. Se o reconhecimento da nação é condição da legitimidade real, podemos nos questionar se não é o caso de uma “soberania do povo”. Teria sido este o motivo da censura?

Não nos pareceu o caso. Como vimos acima, a ideia era semelhante a de Chateaubriand e o texto deste não foi censurado.

O que nos parece ter motivado a censura é um surpreendente comentário sobre Joachim Murat, general de Napoleão nomeado rei de Nápoles pelo Imperador. De Pradt afirma, na página 16 do panfleto, que devido aos mesmos critérios que faziam de Luis XVIII rei dos franceses, Murat deveria ser visto como legítimo. Os napolitanos o reconheciam.

Neste momento, o autor parece ter exagerado (aos olhos da censura). Uma coisa era dizer que a monarquia era legítima por sua história, e isto fazia com que os costumes franceses a reconhecessem, ainda que “pedissem” a ela a “concessão” de um governo representativo. Neste caso há uma sociedade satisfeita com seu rei legítimo que aceita, gentilmente, abrir mão de uma parte de sua soberania em benefício da modernidade, Uma sociedade satisfeita garante a França em suas fronteiras e, conseqüentemente, a paz europeia. Outra coisa é usar o argumento da aceitação popular para reconhecer um general de Napoleão imposto a Nápoles pela guerra. Em uma frase: de Pradt vai mais longe que Chateaubriand e Talleyrand.

Resta uma questão sobre o panfleto. Se nossa hipótese sobre o motivo do capítulo ter sido censurado em 1815 estiver correta, precisamos nos perguntar o porquê de sua

reapresentação. Seria a aceitação tardia de um tipo de legitimismo Bourbon (e não Orléans) que se valia de critérios mais “modernos”? Seria isto uma estratégia para a aceitação do sucessor de Carlos X (mantendo a dinastia)?

Se estas hipóteses não podem ser verificadas neste momento, podemos imaginar a importância deste legitimismo conciliado para o surgimento da argumentação dos doutrinários, chamada na época de “*quasi-légitimité*”.

### 3) “*Quasi-légitimité*”.

“Enfin, la mission du gouvernement quasi-légitime consiste uniquement à protéger les intérêts moraux et matériels de ses partisans” [De Bray, 1832, p. 52].

Em 1832, Eugénie de Bray publica *Des Trois Systèmes de Gouvernement: de la souveraineté du peuple, de la quasi-légitimité et de la légitimité*. Partidário da dinastia Bourbon, de Bray concebe o texto como um ataque a François Guizot e aos liberais doutrinários que assumiram o governo da Monarquia de Julho. A estratégia é elegante. Apresenta os três modelos referidos no título, descrevendo os princípios políticos envolvidos, sua aplicação e desenvolvimentos históricos, tendo em vista a História francesa desde Napoleão.

O objetivo evidente é anular a aliança entre os republicanos (e bonapartistas) com os doutrinários, concebida pelos segundos em torno de uma pretensa “soberania do povo” sugerida pela Carta (constitucional) e jurada pelo rei Luis Felipe d’Orléans. Aos republicanos, de Bray lembra que em um sistema de “soberania do povo”, o povo precisa participar de todo o processo decisório (votar em todos os cargos) e a delegação do povo ao rei, afirmada pelos doutrinários, é uma fraude. A representação censitária – as capacidades de Guizot – é uma impostura uma vez afirmada a soberania do povo.

Aos cidadãos proprietários – burguesia – chama a atenção que a conciliação dos doutrinários é prejudicial à França. A soberania popular é inaplicável – daí a estratégia de conciliação – e as seguidas concessões aos republicanos têm diminuído a liberdade religiosa (católica), restringido importantes homens da política por não terem feito o juramento à

Revolução de 1830 (legitimistas tradicionais), e o mais grave, alimentado a paixão francesa por cargos e pensões que sangram a administração<sup>4</sup>.

No plano externo, afirma que a França tem feito concessões territoriais a outros reinos a fim de evitar conflitos. Isto ocorre pelo fato destes reinos não acreditarem nas promessas de paz de uma monarquia governada pelo mesmo princípio que sustentou a Revolução Francesa e Napoleão.

O resultado, diz de Bray, é um completo prejuízo aos franceses: na administração do reino e em sua honra. O problema ainda tem solução e convida os doutrinários a uma aliança entre proprietários temerosos da “soberania do povo”. Cabe a estes, no entanto, abrir mão da dinastia Orléans, restaurando Henrique V Bourbon.

O texto de de Bray é instigante. Rejeita as estratégias de poder dos doutrinários, mas, ao mesmo tempo, está atento ao verdadeiro inimigo, os republicanos. A “soberania do povo” é uma quimera perigosa: instável e insaciável. A “*quasi-légitimité*” dos doutrinários, por sua vez, é uma tentativa fraudulenta de conciliação entre a legitimidade real e a soberania popular. Se ataca o grupo de Guizot, percebe a importância de uma “aliança por cima”.

A utilização retórica que o autor faz dos exemplos da Inglaterra (da Revolução Gloriosa) e das repúblicas de Roma e Esparta demonstra uma dedicada atenção aos argumentos de seus adversários.

Por outro lado, repete argumentos religiosos dos legitimistas tradicionais. Acusa a lógica dos direitos de materialismo grosseiro, ao mesmo tempo que defende, sem notar a contradição, a liberdade religiosa atacada pelo governo, especialmente na questão do ensino religioso (vista como uma das concessões aos republicanos).

Apesar disto, incorpora a ideia de estabilidade interna (e externa), como no convite aos proprietários no sentido de buscar o regime político que garantirá a estabilidade e a felicidade dos franceses. A religião é defendida moralmente, como uma educação dos costumes e freio às paixões. No entanto, o argumento político insiste na tranquilidade e na grandeza da França.

Quando define a legitimidade, de Bray busca uma fusão de argumentos dos legitimistas tradicionais e dos “de conciliação”. O colocamos neste artigo no item referido aos doutrinários para estabelecer um diálogo com outros legitimistas.

---

<sup>4</sup> Temos aqui um desenvolvimento do ponto acima descrito que será retomado pelos críticos das Revoluções Francesas, de Alexis de Tocqueville e Hypollite Taine.

O modelo doutrinário já foi muito estudado e por autores importantes<sup>5</sup>. Apresentaremos apenas alguns comentários sobre a ideia de legitimidade em François Guizot e a importância de uma História da Civilização na Europa para a formulação do conceito. Historiador de ofício, Guizot ganha importância como professor de História europeia antes de iniciar sua carreira política. A ideia de um processo civilizatório europeu – tomada da tradição iluminista – é semelhante a de Benjamin Constant. Aqui também cabe adaptar historicamente os princípios, fugindo dos anacronismos.

É um anacronismo, segundo Guizot, imaginar que a França do século XIX aceitará o retorno do Antigo Regime. A “soberania do povo”, extraída do vocabulário do Direito Natural é uma conquista da sociedade. Ela deve ser matizada, todavia, pela razão disseminada na sociedade. Cabe ao governo representativo resgatar esta razão dispersa, estimulando o aparecimento e a ascensão das “*capacités*”, uma nova nobreza de notáveis. A legitimidade é um argumento favorável à estabilidade, enquanto se realiza este processo de formação de notáveis. Ela é um entrave ao exagero das paixões e à ascensão dos pobres (Rosanvallon, 1985). Como afirmou de Bray, Guizot usa a “soberania do povo” apenas para legitimar pequenas concessões do governo às pressões “de baixo”.

O que para de Bray é estratégia para permanecer no poder com resultados danosos para a França; em Guizot é uma forma de atendimento às necessidades do povo. A noção de legitimidade deve caminhar ao lado da sociedade a fim de não deixar de atender às suas demandas. A consequência é evidente: é a sociedade quem julga. O julgamento se dá no tempo, a partir do progresso da civilização. O critério de Guizot é totalmente laico, apesar de seu conservadorismo político.

Se o compararmos a uma definição contemporânea de um governo adequado ao consentimento do povo, encontraremos uma grande diferença na concepção de como se registra este consentimento ou a quem fala pelo povo. Como princípio, entretanto, a definição é a mesma: relacionado aos povos em sua evolução histórica. Nossas convicções de igualdade cívica poderiam ser inscritas no movimento da civilização ocidental quando comparadas a 1830-1840.

---

<sup>5</sup> Citamos alguns na bibliografia.



## CONCLUSÃO

Marcel Gauchet, em um recente comentário sobre a democracia contemporânea, disse que uma das primeiras crises da modernidade política foi provocada pelo processo de “Saída de Religião”. Sendo esta um processo de secularização que transferiu a fonte do Direito de Deus para a natureza (Gauchet, 2007).

Acreditamos que o argumento de Gauchet pode ser verificado historicamente no caso estudado neste artigo. Parece aceitável o argumento que relaciona as transformações políticas e intelectuais dos séculos revolucionários à perda de um conjunto de referenciais religiosos da tradição, especialmente no que se refere à condução do Estado.

Não é casual que alguns autores que comentamos – no início do século XIX – manifestam a preocupação de adaptar seus prognósticos e diagnósticos à sociedade em que vivem. Mesmo que alguns deles mantenham uma fé religiosa, ela não aparece mais como fonte de legitimação suficiente. Alguns critérios laicos, como a utilidade ou as condições existentes aparecem em suas formulações.

Os debates em torno da legitimidade do poder na França pós-revolucionária ajudam-nos a perceber uma fusão confusa, mas atraente, de ideias e vocabulários distintos. Alguns “lances de sorte” fazem com que determinados conceitos tenham seus significados alterados em uma dada época, levando ao desaparecimento do sentido anterior. Depois, é sugerido que este desaparecimento seja visto como uma adaptação necessária: um “*update*” para a linguagem de hoje. Cabe ao historiador falar destas modificações e colocar em questão o seu caráter imperioso.

Gostaríamos de encerrar com um exercício histórico de questionamento – alguns diriam uma provocação. As críticas de de Bray a Guizot se somam a muitas outras coisas ditas sobre o autor que desabonam suas escolhas políticas, pelo menos com relação aos séculos democráticos. É famosa sua resposta, enquanto ministro da Monarquia de Julho, às reivindicações de restrição do censo eleitoral. Algo como “se querem votar, que enriqueçam”.

Não se pode rejeitar, porém, a lucidez da descrição da França da Restauração feita por Guizot, em 1820. Nesta, encontramos um conjunto de argumentos que serão repetidos pelo autor nos anos seguintes:

“Il y a un grande malheur pour la génération qui va paraître. Elle n’hérite des temps qui l’ont précédée que des besoins et des intérêts. Elle n’est pas simplement appelée à continuer la société; il faut qu’elle la reconstruise; elle assiste maintenant aux premiers travaux. Nuls

principes fixes, nulles nécessités reconnues, nulles habitudes réglées ne lui ont transmises.”  
François Guizot: *Du gouvernement de la France depuis la Restauration et du ministère actuel*.

## BIBLIOGRAFIA

- DE BRAY, Eugène (Bon). *Des Trois Systèmes de Gouvernement: de la souveraineté du peuple, de la quase-légitimité et de la légitimité*. Paris, Chez A. Pihan Delaforest, 1832. Edição eletrônica disponível no site da Biblioteca Nacional francesa.
- DE CHATEAUBRIAND, René. “De la Monarchie selon la Charte (1816)” in: *Oeuvres Complètes de Chateaubriand. Tome VII*. Paris, Garnier, 1861. Edição eletrônica disponível no site da Biblioteca Nacional francesa.
- DE PRADT, M. *Un chapitre (inédit) sur la légitimité*. Paris, Librairie Rue de Vaugirard, 1830. Edição eletrônica disponível no site da Biblioteca Nacional francesa.
- DE ROUX, M. *La Restauration*. Paris, Fayard, 1930.
- GAUCHET, Marcel. *La Démocratie d’une crise à l’autre*. Nantes, Éditions Default, 2007.
- GUIZOT, François. *Histoire de la civilisation en Europe (suivie de) Philosophie politique de la souveraineté*. Paris, Hachette, 1985.
- HOLMES, Stephen. “Liberal Uses of Bourbon legitimism” in: *Journal of History of the Ideas*, 1982, 47(2): 229-248.
- \_\_\_\_\_ “Two concepts of legitimacy: France after the Restoration” in: *Political Theory*, 1982[a], 10 (2): 165-183.
- LEFORT, Claude. “Guizot: le libéralisme polemique” in: *Écrire à l’épreuve du politique*. Paris, Calman-Lévy, 1992: 113-139.
- MONCHOUX, M. J.-N. *Considérations sur le principe et les avantages de la légitimité*. Paris, Ad. Égron / N. Pichard, juin 1824. Edição eletrônica disponível no site da Biblioteca Nacional francesa.
- PONTEIL, Félix. *La Monarchie Parlementaire: 1815-1848*. Paris, Armand Colin, 1949.
- RICHTER, Melvin. “Toward a concept of political illegitimacy: Bonapartist dictatorship and democratic legitimacy” in: *Political Theory*, 1982, 10(2): 185-214.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris, Gallimard, 1985.

## **JUSTIÇA DE *ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL*: CONSIDERAÇÕES PROPEDÊUTICAS SOBRE O ATO PÚBLICO DE PEDIDO DE DESCULPAS**

Johnny Roberto Rosa\*

### **Introdução**

Objetivando processos de legitimação constitucional, de identificação nacional, com objetivos políticos humanistas, de valores contrários à eliminação do outro, as políticas de Justiça de Transição têm sido adotadas por diversas nações que procuram apurar os crimes ocorridos em suas ditaduras. Nestes processos figuram iniciativas de investigação e informação, bem como programas de reparação material e moral dos abusos cometidos no passado recente. Concomitantemente, estes processos buscam por reformas que visem transformar instituições de repressão em ferramentas de serviço público e integridade, intervindo com programas educativos voltados desde e para os direitos humanos e com programas institucionais que implementem memoriais e espaços que aspirem a resignação da história e a consciência moral sobre os abusos do passado, com a finalidade de invocar o ideário da não repetição (GENRO; ABRÃO, 2010: 22-23).

Neste esforço de pacificação político-social, as políticas de reparação contribuem para a construção de um senso comum democrático, substituindo o arcabouço de valores introduzidos por regimes opressivos e fomentando o estabelecimento de reconciliações que possam contribuir para a democracia e para a paz. A extensão destas políticas não somente compreende a compensação material individual (econômica) ou a provisão de serviços, mas também atos simbólicos (coletivos), como o reconhecimento das injustiças que foram cometidas, os pedidos de perdão e a criação de memoriais e dias comemorativos. Estas ações têm um propósito preventivo, orientado para um futuro compartilhado, que considera que o aprendizado das lições de eventos históricos traumáticos pode ajudar a prevenir a reincidência das estruturas e padrões de comportamento que permitiram que a violência fosse cometida. Tais atos facilitam o processo de reconciliação em direção da restauração dos relacionamentos sociais na base de valores fundamentais como os de dignidade humana, respeito e dignidade física e psicológica.

Neste artigo, do amplo campo de políticas de reparação que compreendem

---

\* Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília – UnB.

preocupações com a construção de uma narrativa satisfatória mútua, almeja-se considerar algumas questões sobre os atos simbólicos que levam em conta o reconhecimento das injustiças que foram cometidas por meio de declarações públicas de pedidos de perdão.<sup>2</sup> Este contexto ressalta as reparações num espectro restaurativo que desempenha um papel instrumental e simbólico ao considerar gestos como pedido de desculpas, demonstrações de pesar, vergonha, culpa ou anseio de abrandar a dor e o remorso das vítimas, com preocupações orientadas à qualidade das relações entre os que perpetraram a violação e os que a sofreram, ou de seus descendentes (BASTOS, 2009: 243). Esta perspectiva se assenta em alguns aspectos simbólicos e comemorativos das políticas de reparação compreendidos de projetos de serviços que dizem respeito à revelação pública da verdade, à afirmação do reconhecimento, junto de uma declaração pública de pedido de desculpas, de que violações dos direitos humanos foram cometidas (*satisfação*) e à educação com relação a promoção da observância de normas éticas internacionais e de mecanismos que ajudem na prevenção, monitoramento e resolução de conflitos sociais (*garantia de não repetição*).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Alguns exemplos de ações políticas que envolveram atos públicos de pedidos de perdão, objetivando o reconhecimento das vítimas e a promoção de possibilidades de reconciliação e consolidação democrática, foram feitas em setembro de 2003 pelos presidentes da Croácia e da Sérvia e Montenegro pelas injustiças cometidas por seus países. Do mesmo modo, o Exército Irlandês se desculpou em julho de 2002 pelas mortes e danos perpetradas contra civis durante os trinta anos de violência sectária. Na Califórnia, o Governador Gray Davis pediu perdão pela esterilização involuntária perpetrada pelo Estado em um programa de eugenia realizado até o ano de 1964 em mais de 20.000 pessoas. No Canadá, o governo da província Colúmbia Britânica pediu desculpas pelas vítimas que viviam em casas de caridade para pessoas com necessidades especiais que sofreram graves abusos emocionais e sexuais. No Japão, uma carta nunca publicada, escrita pelo Imperador Hirohito em 1948, demonstra “profunda vergonha” e pede por perdão pelas agressões perpetradas pelo Estado japonês durante a Segunda Guerra Mundial. Também no Japão, em setembro de 2002, uma declaração feita por líderes de um dos principais templos Zen do Japão (Myoshin-ji) se desculpou por terem fornecido verba usada pelo governo imperial japonês para a aquisição de artefatos militares usados no regime militar que arruinou a vida de vinte milhões de pessoas (BARKAN; KARN: 2006, 06-07). Outros exemplos assinalados por Elazar Barkan e Alexander Karn (2006, p.07-08) incluem o reconhecimento do Papa João Paulo II, quando este se desculpou pelo papel desempenhado pela Igreja Católica durante a Segunda Guerra; a determinação de australianos em cumprirem um “Dia Nacional do Pedido de Desculpa” em solenidade aos aborígenes e aos insulares do Estreito de Torres que sofreram injustiças no passado; o pedido de perdão do Presidente Bill Clinton aos sobreviventes do Estudo da Sífilis Não-Tratada de Tuskegee (ensaio clínico do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos no Alabama, que levou sífilíticos a serem usados como cobaias para observação da progressão da sífilis); a consideração pública do Presidente francês Jacques Chirac sobre a responsabilidade coletiva da França de Vichy e sobre a deportação de judeus para os campos de concentração nazista; e o pedido público de perdão por Kevin Gover em nome do *Bureau of Indian Affairs* (Escritório para Assuntos Indígenas), em setembro de 2000, pelos trabalhos de destruição das culturas indígenas e por um padrão de negligência que resultou em uma pobreza generalizada, doenças e privações dos direitos civis entre muitas tribos americanas nativas.

<sup>3</sup> As vítimas de violações dos direitos humanos devem obter uma reparação plena e efetiva de cinco formas de políticas reparatórias comumente aceitas por Estados que enfrentam seus legados de injustiça. São elas: I) a *restituição*, II) a *compensação* III), a *reabilitação*, IV) a *satisfação* e (V) as *garantias de não repetição* dos abusos dos direitos humanos incorridos no passado. Tais políticas – que têm sido um complemento fundamental na concretização de noções de direitos humanos e que tiveram início no período do pós-guerra, sendo intensificadas nas últimas duas décadas –, foram reconhecidas em 1985 pela Declaração dos Princípios Básicos

As ações políticas que envolvem cerimônias públicas de pedidos de perdão – como, por exemplo, quando a Rainha Elizabeth se desculpou pela exploração britânica dos Maoris, o governo japonês por sujeitar as mulheres coreanas à prostituição durante a Segunda Guerra Mundial, e alguns governos sul-africanos por seus comportamentos durante o apartheid – refletem uma nova interdependência de reponsabilidade compartilhada por injustiças perpetradas no passado. Configuradas por essas ações públicas, as políticas de memória dão sinal de uma nova compreensão de responsabilidade política, representando a noção de que alguma coisa precisa ser feita com a finalidade de aliviar a privação e o sofrimento; por um pertencimento que fora confiscado, detido ou roubado, pela crescente atenção dada aos direitos humanos, à moralidade pública, à retificação de injustiça históricas e a coesão coletiva. Estas questões conjecturam a possibilidade de acordo com relação a acontecimentos específicos que de fato compreenderam perdas, de exteriorização como condição à utilização de padrões narrativos que dão sentido à experiência traumática, como uma estratégia de elaboração e superação decorrente das experiências de violações dos direitos humanos.

### **A retórica do perdão**

Os críticos sustentam que as manifestações públicas de remorso são geralmente demandadas da boca pra fora, uma retórica vazia, uma forma barata e fácil dos perpetradores, e seus descendentes, assumirem a culpa – uma *negligência da culpa* que, nos termos de Vladimir Jankélévitch (1996: 567), sensibiliza e transforma o perdão em uma ação adequada. Para Sandrine Lefranc e Mariana Stein (2005: 164), a busca por reparação simbólica através destas cerimônias públicas tem sido considerada um fracasso pelo fato das minorias mobilizadas (associação de vítimas e representantes do antigo regime) não se considerarem interlocutores válidos, e esse desacordo pode se propagar impulsionando a tomada de decisão por uma maioria que, geralmente, é indiferente a causa.

Vistas por Lefranc e Stein (*ibidem*, p.169) como tentativas *a priori* inúteis, os pedidos de perdão devem ser considerados como um exame para disfarçar concessões ditadas pela situação. A retórica de políticas reconciliatórias seria improfícua, insincera, estratégica, dissimulando de maneira imoral (política) a impotência e a opção de não se fazer justiça,

---

de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder e, em 2005, pela Comissão de Direito Internacional e pelos Princípios e Diretrizes Básicas das Nações Unidas (ONU) sobre o Direito a Recurso e à Reparação para Vítimas de Graves Violações das Normas Internacionais de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário.

deturpando palavras cuja significação moral tem como condição a sinceridade. As autoras acreditam que esta *futilidade* é acentuada pela transposição da figura do perdão do religioso, ou do moral, para a domínio político.

Refletindo sobre o posicionamento de Jankélévitch, Lefranc e Stein argumentam (*idem*) que para definir o perdão são necessárias três condições. A primeira declara que o único “perdão puro” aceitável se situa no instante. O tempo não perdoa e é preciso recordar para perdoar. A segunda condição diz respeito ao fato de que o perdão não pertence a nenhuma consciência coletiva – apesar de ser estabelecido em uma relação não fundamentalmente individual e privada (ARENDDT, 2000: 253), por possibilitar que toda uma geração seja integrada ao processo de construção democrática, que se compromete com os novos valores que dão sustentação ao Estado Nacional – a nenhuma instituição, mas desponta no marco de uma relação interpessoal. “Nem o Estado, nem um povo nem a História podem pretender perdoar”, declaram Lefranc e Stein (*idem*). A última condição necessária para definição do que vem a ser o perdão, descrita pelas autoras, afirma que este não extrai o seu valor de um conjunto de razões, condições e considerações, mas o seu valor está em si mesmo, sendo o seu próprio fim, desprovido de causa, da justiça e do direito, tendo o seu caráter conformado em sua totalidade, extrajudicialidade e irracionalidade (*idem*).

Assim discutido, um pedido de perdão não autoriza o reconhecimento de uma culpa em prol da reconciliação e superação das violências que foram perpetradas no passado. “Nem o esquecimento, nem o perdão!”, dizem as mulheres que se reúnem na Praça de Maio, em Buenos Aires, para implorarem por notícias sobre os seus filhos desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina, resistindo as tentativas que consideram o reconhecimento de uma injustiça. Logo, se nada pode ser feito, que se proteste contra as injustiças para se evitar o desespero, sugere Jankélévitch (*ibidem*, p.570). Este argumento se sustenta na crença de que os governos se apropriaram da retórica do perdão para maquiagem uma política de impunidade, privando as vítimas de exigirem punição (LEFRANC; STEIN, *op cit*, p.174).

O reconhecimento das vítimas de uma injustiça histórica – perpetrada geralmente contra pessoas pertencentes a um determinado grupo constituído por afinidades políticas, culturais, religiosas ou raciais – tem se traduzido em uma concepção que tende a individualizar as vítimas, privatizando suas demandas em um nível de representação do sofrimento marcado pelo padecimento provocado pela injustiça (*ibidem*, p.181-182). Para Lefranc e Stein (*ibidem*, p.184), a palavra “sofrimento”, em detrimento de “injustiça” ou

“crime”, revela a tendência de privatização e despolitização da reivindicação por reparações por injustiças históricas. Esta *privatização do sofrimento*, afirma a autora, autoriza a desvalorização de uma opção judicial e desqualifica uma análise das causas defendidas pelos grupos envolvidos no período em que as injustiças foram perpetradas.

Concomitante a este problema, está a irreversibilidade das injustiças incorridas. Todavia, a única solução possível à isenção das consequências da injustiça perpetrada pressupõe “a faculdade de perdoar” (ARENDR, *op cit*, p.248). Por ser oposto a vingança – reação espontânea à transgressão que, dada a irreversibilidade da ação, pode ser prognosticada – o perdão é a solução possível à irreversibilidade de uma injustiça. Para Hannah Arendt, contudo, as pessoas são incapazes de perdoar o que não podem punir, nem podem punir o imperdoável. E é justamente o imperdoável dos crimes cometidos contra humanidade que demanda o perdão, que deve ser político, fundamentado pelo compartilhamento voluntário de rompimento com um passado traumático que, apesar disso, não pode ser perdoado por destruir a pluralidade e a política (*ibidem*, 252-253).

Tais pontos de vista são problemáticos para os teóricos e ativistas de políticas de reconciliação e reparação, bem como o é o ponto de vista de Jean Améry e Vladimir Jankélévitch. No entendimento de Daniel Levy e Natan Sznajder (2006: 88-89), estes autores se recusam a aceitar o perdão político pelo fato de se dever negar à passagem do tempo o poder moral e legal imprescritível de absolvição. Améry e Jankélévitch almejam a retribuição, não o perdão. Além disso, ambos corroboram que os pedidos de desculpas dizem respeito aos sentimentos de ressentimento e memória das vítimas, não tendo, diferentemente do entendimento de Hannah Arendt, relação com a política, devido ao fato de que nenhuma punição seria suficientemente possível às atrocidades cometidas.

Apesar destas críticas, os atos públicos de pedido de desculpas podem ser concedidos (independente da forma que se avalie sua sinceridade e efetividade), em nome do que Lefranc e Stein (*ibidem*, p.178) denominam de um *fatalismo* legitimado em uma justiça que beneficia os que carecem do poder político. Uma retórica de reconciliação fundamentada no reconhecimento do outro, a partir de uma verdade compartilhada, construída pelo perdão reivindicado e oferecido, não pode ser um balanço, nem uma fusão, de memórias divergentes. O mal entendido pode ser aceito desde que a ofensa não seja obscurecida ou negligenciada. A linguagem do perdão não pode, portanto, consistir em um processo de “normalização”, ou igualização, mas precisa enfatizar a singularidade irreduzível do ponto de vista do ofendido e

do ofensor.

A reparação sustentada por esta retórica adquire o alcance de uma forma alternativa de justiça denominada pelas autoras (*ibidem*, p.180) como uma justiça de *estigmatização social* do responsável e de reconhecimento e reabilitação da vítima. O reconhecimento público das injustiças cometidas no passado e de suas vítimas, do que é e do que não é admissível, proporciona uma evidência que ambas salientam ser moral – em função das normas de regulamentação e da busca por igualdade que definem uma democracia – e pragmática – devido à mobilização das vítimas no espaço público (*ibidem*: 181). Deste modo, somente faz-se possível conceder reparações simbólicas quando se dissocia de sua condição um veredito de culpabilidade e se associa ao seu dispositivo o estabelecimento de uma verdade tolerável.

Jacques Derrida, quando discute os pedidos de perdão, segundo Levy e Sznajder (*ibidem*, p.89), argumenta que somente é possível perdoar o imperdoável sem alterar o status do culpado para inocente – como aparentemente corroboram Sandrine Lefranc e Mariana Stein (*ibidem*, p.178), quando advertem que a retórica do perdão precisa enfatizar a irreduzibilidade do ponto de vista da vítima e do perpetrador de uma injustiça histórica. Derrida discorda do posicionamento de Jankélévitch, de que o perdão foi exterminado nos campos de concentração, buscando, como esclarecem Levy e Sznajder, restituir o que Arendt chama de “mal radical” à dimensão possível de ser perdoado, à “(im)possibilidade” de se reconciliar o universal e o particular e o público e o privado. Logo, a deleção entre os pedidos públicos de perdão subtrai a demarcação entre o particular e o universal – “a humanidade e grupos particulares estão sendo prostrados em um mesmo plano conceitual” (*idem*).

Nessa perspectiva, Derrida assente que os atos públicos de pedidos de perdão procuram reconhecer o compartilhamento de um senso de humanidade comum. Levy e Sznajder notam que é justamente entre os princípios deste senso de humanidade comum e o de que os indivíduos são únicos e insubstituíveis que a reconciliação inicia. Através de uma “ética de responsabilidade”, tais princípios não se contradizem, nem se excluem, mas se conectam (*ibidem*, p.89-90). Os limites desta perspectiva, que transpõe as discussões sobre os pedidos de desculpa de um nível metafísico para um nível prático mundano (político), são fundamentados pelo modo como as circunstâncias históricas traumáticas são coletivamente lembradas. Este trabalho de memória ajuda a esclarecer e orientar o presente, articulando uma nova cultura de direitos com força normativa. Ele é um produto de negociação com o



*respectivo outro*, implicando na coexistência de padrões de jurisdição local e global.<sup>4</sup> Os debates sobre os atos públicos de pedidos de desculpa conjeturam um reconhecimento mútuo que alicerça a reconciliação e o estabelecimento de uma experiência compartilhada, almejando uma concepção de justiça que incorpora uma cultura de direitos humanos globalizada em negociações locais (*ibidem*, p.94-99).

A luta política pela memória em curso tem criado condições para a discussão acerca do reconhecimento das violações de regimes autoritários, possibilitando iniciativas em defesa de políticas de memória, reparação, justiça e verdade. Nesse cenário, está-se de acordo que uma estrutura de reparação simbólica pode ser formulada por políticas de memória que intentem reconhecer um *status* especial ao ofendido, uma condição que lhe restitua a dignidade lesada pela ofensa, prevenindo a sociedade da repetição de tais violações. Esta dimensão reparatória baseia os seus critérios no direito à resistência, à memória e à verdade; e na violação da dignidade, que nega às vítimas o direito ao compartilhamento de opiniões. Esta perspectiva é fundamentada na experiência das injustiças compartilhadas, pelo modo como estas são coletivamente lembradas, colaborando para a edificação da identidade e da memória coletiva, oferecendo acesso a uma multiplicidade de experiências, de variedades da ação, do sofrimento, da conservação e da transformação da vida social e política. Deste modo, os atos públicos de pedidos de desculpa contribuem para uma formação política de consciência histórica, conduzindo a um certo tipo de experimento retrospectivo com desdobramentos que visam uma democratização que possibilite o acesso à efetivação de uma justiça restaurativa, à mobilização social no que diz respeito à necessidade de uma justiça de transição e à promoção dos direitos humanos (ABRÃO; TORELLY, 2010: 56).

Segundo Elazar Barkan (2000: XVI-XVIII), a relação entre perpetradores e vítimas tem sido uma nova forma de negociação política que reabilita a reescrita da história e da identidade de forma que ambos nesta relação compartilhem o passado. Pela institucionalização da memória das injustiças tem-se defendido uma determinada forma de recordação como um valor que precisaria ser protegido. Consequentemente, o reconhecimento oficial de certos traumas e a institucionalização política de suas memórias se tornaram formas

---

<sup>4</sup> Daniel Levy e Natan Sznaider (2006: 97) sugerem que as cerimônias públicas de pedidos de desculpa estão associadas com uma emergente *interdependência político-moral*, com uma cultura de *memória cosmopolita*, que se refere a um processo de *globalização interna* pela qual as questões globais se tornam parte das experiências locais. Os autores argumentam que as raízes históricas desta transformação se encontram na forma com que o Holocausto tem sido lembrado em diferentes países, por detrás de um imperativo de memória legitimada pelo trabalho dos direitos humanos.

moral e pública de se lidar com o passado (LIAKOS, 2010: 01-02). A suposta neutralidade e objetividade foram substituídas pelo respeito às vítimas, e a pesquisa passa a reivindicar atenção aos sentimentos e à crescente ênfase na compreensão psicológica do trauma social.

Assim sendo, tem-se a impressão de que somente um empreendimento deliberado de recordação (história), consolidado pelo reconhecimento público de uma injustiça, ligado ao sentido determinado de que há uma diferença entre o que aconteceu e o que gostaríamos de pensar que aconteceu, pode sustentar a realidade cultural e moral do indivíduo e da comunidade. Nesta circunstância, uma política de reparação simbólica, via demonstração pública de arrependimento, pode simbolizar um compromisso da sociedade em não esquecer ou negar que uma injustiça particular ocorreu, e em respeitar e ajudar a apoiar um sentido digno de identidade-memória-história para as pessoas afligidas (*ibidem*, p.02-06). Parece que assim entendidas, as consequências do passado vedam a possibilidade de escolha entre o esquecimento e a lembrança: o caráter de suas presenças é tal que uma decisão para promover uma política de esquecimento – produzida pela supressão das forças que dão sustentação e *transmitem as memórias e as crenças compartilhadas* (BODEI, 2004: 46) – significaria somente a promoção da recusa para se confrontar a realidade.

### **Considerações finais**

Um pedido de desculpa como um ato simbólico não resolveria, por exemplo, os problemas raciais, mas indicaria que se está começando a ser um pouco mais realista e que se está longe de se negar sua existência. Deste modo, o primeiro passo em direção à reconciliação é eliminar a negação. Assim, os pedidos de desculpas oferecem um veículo através do qual as sociedades podem refletir sobre a relevância do passado, particularmente sobre os eventos que permanecem controversos. As lembranças que objetivam o reconhecimento das vítimas e a promoção de possibilidades de reparação e consolidação democrática, em seu ato de exercitar a memória, servem para reintegrar as vítimas em sua comunidade e para restaurar esta comunidade após a ruptura induzida por uma injustiça; enquanto que a memória serve para reintegrar a perda em direção de uma unidade narrativa, da memória coletiva de uma comunidade (BOOTH, 2001: 787-789).

Esta nova moralidade de interação entre as vítimas e os perpetradores, ou entre os seus descendentes, entre os direitos individuais e os de grupos e entre os valores universais e os locais, tem se configurado como uma forma de negociação política que possibilita a reescrita

da memória e de identidades históricas de modo que ambos possam compartilhá-las (BARKAN, 2000: XVIII). Um ponto decisivo desta perspectiva está, porém, em impedir que se estabeleça a exploração da memória e do esquecimento, onde os instrumentos críticos elaborados servem como antídoto às interpretações ratificadas pelos detentores oficiais do poder político (BODEI, *op cit*, p.51).

Fundadas em projetos comemorativos e humanísticos que chamam a atenção para a barbaridade ou a humilhação associadas a maus tratos de membros de um determinado grupo, as demandas por reparação, em suas dimensões simbólicas, associadas ao reconhecimento público de uma injustiça incorrida no passado, procuram reconhecer os destinatários de vitimizações, consolidando noções internacionais de direitos humanos como uma demanda que poderia se voltar contra os abusos do poder do Estado. Deste modo, os esforços para se corrigir as injustiças podem fundir histórias antagônicas polarizadas em direção a um cerne de histórias compartilhadas, como uma condição de reparação e reconciliação que evidencia a ação em direção a uma nova orientação com relação ao passado.

Nesta circunstância, os atos públicos de pedidos de desculpas podem simbolizar um compromisso da sociedade de não esquecer ou de reconhecer a ocorrência de uma determinada injustiça, e de respeitar e ajudar a apoiar um sentido digno de identidade-memória para as pessoas afligidas. Destarte, mesmo não tendo como mudar a própria ação do passado, a busca por reparo simbólico constituído de projetos que buscam o reconhecimento de uma injustiça, junto de comemorações e homenagens associadas à possibilidade de declaração pública da verdade e à educação com relação aos direitos humanos, poderia interferir no curso dos desdobramentos, ou melhor, poderia possibilitar o compartilhamento de um futuro orientado pelo julgamento justo e *comunicativo* das ações que constituem o presente. Mesmo não tendo como mudar a própria ação do passado, talvez se possa interferir no curso normal de suas consequências.

### **Referências bibliográficas**

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. In. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. p.24-59. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

BARKAN, Elazar. *The guilt of nations: restitution and negotiating historical injustices*. W.W. Norton and Company. New York, London. 2000.

BASTOS, Lucia H. A. F. As reparações por violações de direitos humanos em regimes de transição. In. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. n.1. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BODEI, Remo. *Livro da memória e da esperança*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOOTH, James W. The unforgotten: memories of justice. *The American Political Science Review*, vol.95, n.4, p.777-791. American Political Science Association, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Resolução 217A (III), 1948). Portal do Ministério da Justiça. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 10. mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Convenção contra a Tortura e Outros Tratamento ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* (Decreto n.40, 1991). Portal do Ministério da Justiça. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/conv\\_contra\\_tortura.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_contra_tortura.htm). Acesso em: 10. mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Pacto Internacional Sobre Direitos Cívicos e Políticos* (Resolução 2200A (XXI), 1992). Portal do Ministério da Justiça. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_politicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_politicos.htm). Acesso em: 10 out. 2011.

GENRO, Tarso; ABRÃO, Paulo. Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia sem fim. In. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p.16-24.

JANKÉLEVITCH, Vladimir. Should We Pardon Them? *Critical Inquiry*, vol.22, n.3, p.552-572, 1996.

LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, Loss. *Critical Inquiry*, vol.25, n.4, p.696-727. The University of Chicago Press, 1999.

LEFRANC, Sandrine; STEIN, Mariana. Las politicas del perdon y de la reconciliacion. Los gobiernos democraticos y el ajuste de cuentas con el legado del autoritarismo. *Desarrollo Económico*, vol.45, n.178, pp.163-186. Instituto de Desarrollo Económico y Social, 2005.

LEVY, Daniel; SZNAIDER, Natan. Forgive and Not Forget: Reconciliation Between forgiveness and Resentment. p.83-100. In. BARKAN, Elazar; KARN, Alexander (Orgs.). *Taking wrongs seriously: apologies and reconciliation*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. *Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious*

*Violations of International Humanitarian Law* (Resolução 60/147, 2005). Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/remedy.htm> Acesso em: 10 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts* (Resolução 56/82, 2001). Disponível em: [http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/9\\_6\\_2001.pdf](http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/9_6_2001.pdf). Acesso em: 10 mar. 2012.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, n.02, p.163-209, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para um Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. *Contexto Internacional*, vol.23, n.1. Rio de Janeiro, 2001.

TEITEL, Ruti. The Transitional Apology. In. BARKAN, Elazar. KARN, Alexander (orgs). *Taking wrongs seriously*. p.101-113. Stanford: Stanford University Press, 2006

## OS PASSOS INICIAIS DE UM POLEMISTA POLÍTICO: UMA BREVE ANÁLISE DOS PRIMEIROS ESCRITOS DE EDUARDO PRADO (1879-1881)

Rodrigo Perez Oliveira\*

### Introdução

Neste país, em que pode-se contar facilmente as pessoas que sabem ler e escrever, Eduardo Prado não foi apenas um moço rico e muito viajado, mas, e principalmente, um monarquista de antes quebrar que torcer”. (Olavo Bilac, Jornal “A Notícia”. 31 de agosto de 1901)

Ainda no calor do prematuro e inesperado desaparecimento de Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), que aconteceu em 30 de agosto de 1901, o jornal “A Notícia” publicou um emocionante obituário assinado por Olavo Bilac, amigo do finado escritor paulista. O poeta carioca destacou aquela que até hoje é considerada a grande característica da vida de Eduardo: o conservadorismo político, que teria sido o motor da oposição que o autor de “A ilusão americana” mobilizou contra os primeiros governos da República brasileira. Tal fato seria o suficiente, de acordo com os principais estudos já produzidos sobre a biografia de Eduardo e sobre o cenário intelectual brasileiro na virada do século XIX para o século XX, para definir o mais novo dos irmãos Prado como uma espécie de ícone do conservadorismo católico e monarquista brasileiro<sup>1</sup>.

Não é minha intenção negar a militância política anti-republicana de Eduardo Prado; realmente, o escritor paulista foi responsável pelos principais ataques movidos na imprensa europeia contra a nascente República brasileira (JANOTI, 1986). O que pretendo fazer nesse trabalho é um estudo do vocabulário e da prática política que marcaram um período da vida de Eduardo pouco contemplado pela bibliografia especializada: os primeiros passos do nosso personagem como escritor e polemista

---

\* Mestre e Doutorando em História Social (PPGHIS/UFRJ)/ Professor de Teoria da História e Historiografia Brasileira da Universidade Estácio de Sá.

<sup>1</sup> É possível citar como exemplos de estudos que abordaram dessa forma a trajetória intelectual de Eduardo Prado os seguintes títulos: Wilson Martins. *A História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: ed. Taq, 1996; Maria de Lourdes Mônaco Janoti. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986; Suely Robles Reis de Queiroz. *Os radicais da República*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986; Gilberto Freyre. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1974.

político, exatamente os anos compreendidos entre 1879 e 1881, quando o jovem estudante da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco publicou suas “Crônica da Assembleia” no jornal conservador “Correio Paulistano”. Meu objetivo é compreender a forma através da qual o nosso autor se apropriou do vocabulário conceitual europeu em uma cultura política caracterizada pela apologia retórica à democracia e pelo primado da ordem sobre a liberdade (ALONSO, 2002).

Nesse sentido, o que proponho aqui é uma leitura cuidadosa dos primeiros escritos de Eduardo Prado, atentando para o fato de que a biografia desse personagem não pode ser tomada como uma trajetória linear, como se desde o início o nosso autor já carregasse em si o *germen* do antirepublicanismo. Por outro lado, somente o cuidado com a “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006) não é o bastante para que sejamos capazes de compreender o lugar ocupado pelos primeiros escritos de Eduardo em uma conjuntura política marcada pelo “ocaso saquarema” (SALLES, 2009). É necessária também uma análise que priorize a relação entre vida e obra intelectual, a circularidade entre ambas, e que seja igualmente atenta à dinâmica de apropriação, uso e circulação do vocabulário político europeu pelos atores políticos brasileiros. Por isso, a forma como analiso a extensa documentação pesquisada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nos arquivos da Faculdade de Direito de São Paulo é precedida por um olhar teórico inspirado pelas formulações da história do discurso político (POCOCK, 2003; SKINNER, 2003) e pela sociologia dos textos (MCKENZIE, 1991).

Essa abordagem possibilita, simultaneamente, ler horizontalmente o material examinado, visando situar o autor e a obra dentro de um conjunto maior de convenções paradigmáticas, e operar com uma concepção des-essencializada de pensamento; ou seja, não pressuponho uma relação mimética entre o pensamento, entendido como o conjunto das formulações subjetivo-psicológicas de Eduardo, e a documentação que compõe o *corpus* analisado nesse artigo. Entre a psicologia do escritor e a documentação existe a lógica intrínseca aos materiais, e como estou trabalhando com textos publicados em um jornal, torna-se fundamental uma abordagem que contemple a história da imprensa paulista durante o último terço do século XIX.

É possível perceber uma característica formal nos primeiros escritos de Eduardo: o recurso à pilhéria, ao humor. Não se tratou apenas de uma questão de estilo; Eduardo vazou suas crônicas em uma forma irônica na qual o humor fez às vezes de arma retórica contra os seus adversários. Essa arma retórica mobilizou um vocabulário conceitual pertencente à tradição do humanismo cívico, o principal fundamento do liberalismo moderno (SKINNER, 2003), o que, por si só, nos leva a desconfiar das definições rápidas aplicadas usualmente à história política imperial. O que significava ser “conservador” ou “liberal” em um regime no qual as convicções ideológicas variavam de acordo com as conjunturas? Os dois grandes partidos monárquicos possuíam repertórios políticos específicos? Como a ala paulista do Partido Conservador, após anos de hegemonia, atuou na oposição ao governo liberal pós-1878? Como Eduardo Prado, filho caçula de uma família caracterizada pela filiação ao Partido Conservador, se comportou diante dos novos rumos da política nacional?

#### As crônicas políticas do jovem Eduardo Prado: a combinação entre o repertório liberal e o partidarismo conservador

Não era a mesma a política monárquica quando Eduardo iniciou sua trajetória intelectual. O nosso jovem escritor foi um dos principais opositores aos governos provinciais presididos pelo Partido Liberal entre 1878 e 1881. Essa situação de oposição, de marginalização política, seria impensada nos tempos áureos do Partido Conservador, entre as décadas de 1840 e 1870, quando homens como os Viscondes de Itaboraí e Uruguai davam as cartas na política nacional. O tabuleiro do jogo virou em 1878; o imperador, sob os protestos das lideranças conservadoras, demitiu o gabinete ministerial presidido por Caxias e convocou o liberal João Lins Vieira Cansação de Sinimbu para organizar o novo ministério. Essa mudança não foi bem recebida pela ala paulista do Partido Conservador, que, como já vimos, estava no controle do “Correio Paulistano”. Portanto, não tardou para que as páginas do periódico editado por Antônio Prado se tornassem a origem dos principais ataques dirigidos aos governos provinciais de João Batista Pereira, Joaquim Egydio de Souza Aranha e Laurindo Abelardo de Brito, que, respectivamente, governaram a província paulista nos anos em que Eduardo publicou suas crônicas.



Foi exatamente nesse momento que o jovem Eduardo Prado deu seus primeiros passos como escritor; tratou-se, como já vimos, da coluna “Crônica da Assembleia”, publicada com periodicidade irregular no jornal “Correio Paulistano” entre 1879 e 1881, quando o mais novo dos irmãos Prado estudava na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco<sup>2</sup>.

Eduardo Prado amadureceu como cronista e polemista político ao longo dos três anos em que escreveu as crônicas sobre os trabalhos da Assembleia Legislativa Paulista. Apesar das sensíveis mudanças de estilo, o conteúdo dos textos permaneceu basicamente inalterado: o jovem escritor era um dos principais críticos dos governos liberais, a quem acusava de “salteadores da opinião pública” (Jornal “Correio Paulistano”, 23 de fevereiro de 1880). Poderia ser contraditório o fato de na pena de um escritor vinculado ao Partido Conservador ser possível encontrar o desenvolvimento de uma argumentação dessa natureza. Porém, o pragmatismo que caracterizava a elite política brasileira na época fazia com que os principais partidos não se filiassem definitivamente a grandes sistemas de pensamento; o repertório mudava de acordo com a conjuntura e como no período analisado o Partido Conservador fazia às vezes de oposição, o liberalismo fundado pela tradição do humanismo cívico parecia perfeito para aqueles que desejavam se auto-representar como defensores da moralidade pública e da democracia.

A principal característica das crônicas publicadas durante o primeiro ano de vida de Eduardo como escritor é a pouca intervenção direta do autor no texto. Eduardo atuou como um cronista que a partir da terceira pessoa narrou em prosa os debates políticos travados nas sessões legislativas. Eduardo intervinha no texto através de marcas de enunciação, que ele atribuía aos expectadores das sessões. Invariavelmente, Eduardo marcava o final da fala dos deputados com “risos”, “vivas”, “apartes”, “apoiados”,

---

<sup>2</sup> Eduardo bacharelou-se em 1881, quando, a exemplo do que tinha feito seu irmão Antônio algumas décadas antes, viajou pela América, indo em seguida à Europa. A partir dessas experiências, Eduardo escreveu um livro intitulado “Viagens”, que viria a ser publicado em 1894. Ver: Luís Correia de Melo. *Dicionário de Autores Paulistas*. IHGB: São Paulo, 1954.

“rejeitado”, que denotam a sua opinião em relação às discussões e o seu posicionamento político em relação ao parlamentar em questão.

Apesar de contar na época com dezenas de deputados, a Assembleia Legislativa representada na pena de Eduardo possuía apenas poucos parlamentares, que frequentemente assumiam o púlpito e protagonizavam grandes debates. Eram esses: Paulo Egídio, Valadão, Almeida Nogueira e João Batista de Moraes, membros da bancada conservadora, Leite de Moraes e Martim Jr, membros da bancada liberal, e Prudente de Moraes, Campos Salles e Martinho Prado Jr (irmão de Eduardo), membros da bancada republicana. É importante apontar que a totalidade das querelas parlamentares narradas por Eduardo tinha como desfecho a derrota, por vezes humilhante, dos deputados liberais. Leite de Moraes e Martim Jr eram sempre vencidos pelos eloquentes discursos dos conservadores e dos republicanos, que no texto de Eduardo eram aliados e compartilhavam os princípios fundamentais do liberalismo político moderno. Nesse sentido, quando de sua estreia no mundo das letras, Eduardo era um escritor que se declarava integrante do Partido Conservador, um vigoroso opositor do governo liberal, um moderado crítico do imperador D. Pedro II e um cronista que tratou as manifestações republicanas com ressalvadas simpatias. Uma imagem bastante diferente daquela apresentada pelos estudos anteriores.

Logo na primeira crônica, publicada em 14 de fevereiro de 1879, Eduardo deixou claro sua oposição à situação liberal e ao governo de Batista Pereira, que, como já disse anteriormente, presidiu a Província de São Paulo entre fevereiro e dezembro de 1878.

Esteve interessantíssima a sessão de ontem, como se vai ver. Lido o expediente, ocupou a tribuna o nosso amigo dr João Batista de Moraes, distinto membro do Partido Conservador, que em eloquentes frases derramou abundante luz sobre os desatinos da administração Batista Pereira. Mostrou que, iniciando sua administração com o sistema da difamação aos adversários, não conseguiu aquele tietere do sr José Bonifácio, em vez do efeito moral que tanto desejava, se não o efeito imoral e abalar o crédito da província. Depois disso, ocupou-se exclusivamente o sr Batista Pereira com a empreitada eleitoral, sacrificando todos os princípios, a tranquilidade pública e os mais vitais interesses da província de São Paulo. O orador enumera em termos severos e cheios de indignação a longa série de embustes, fraudes e violências praticadas na administração transata. Trata especialmente da decantada política financeira do ex-presidente, e demonstra que seu plano não passou de um estratagema inepto; pois limitou-se a não aplicar verbas votadas para serviços públicos e a ajuntar dinheiro no tesouro algum tempo antes de sua retirada, chegando para esse fim a receber avultadas

quantias a juro elevado, para ficarem paralisadas no tesouro e poder dizer-se que, ao passar a administração, deixou dinheiro nos cofres públicos. Foi um vergonhoso manejo que não iludiu senão os papalvos, causando, porém, dano muito real aos interesses da província. O nobre orador foi efusivamente aplaudido por todos os presentes. Ao terminar, o ilustre parlamente se disse que espera que o governo do sr Laurindo Abelardo de Brito seja menos desastroso do que o daquele que o antecedeu (a plateia gritou que não espera boas coisas dos liberais) (Jornal “Correio Paulistano”, 14 de fevereiro de 1879).

Ou as tribunas da Assembleia Legislativa Paulista eram diariamente ocupadas por expectadores simpatizantes do Partido Conservador ou Eduardo exagerou nas tintas para narrar, de acordo com as suas conveniências político/partidárias, a ação dos parlamentares. Após o desfecho do tão elogiado discurso de João Batista Mendes de Moraes, começou o debate. Teria dito o deputado Leite de Moraes, que nas crônicas de Eduardo Prado sempre levava a pior nas discussões:

Ao concluir seu enérgico e eloquente discurso, muitas vezes interrompido pelo sr Leite de Moraes, o orador é felicitado por todo o público presente. Toma a palavra para responder-lhe o sr Leite de Moraes, que, aos fatos referidos pelo orador precedente, opõe generalidades banais. Protesta contra as acusações feitas Batista Pereira, sendo por isso vaiado por todos aqueles que assistiam a sessão. Concluiu, à maneira do sr Sinimbu no senado, apoiando o requerimento de oposição apresentado pelo deputado conservador (Jornal “Correio Paulistano”, 14 de fevereiro de 1879).

Esgotado repentinamente o debate a respeito da avaliação do governo de Batista Pereira, Eduardo começou a narrar o discurso de Valladão, também membro da bancada conservadora, que exigia punição aos culpados pelas violências praticadas, no final de 1878, na cidade de Itu, por ocasião das eleições legislativas

O sr Valadão veio em seguida a tribuna propor uma emenda aditiva ao requerimento de informações: quer que também seja ouvido o governo sobre as cenas lutas da cidade de Itú. No desenvolvimento de sua ideia, o orador indaga quem seja o verdadeiro responsável por aquele e outros dramas de sangue que infelizmente se têm produzido na província e no império; e apesar de ser tão lúgubre o assunto, o orador achou meio, com seu chiste natural, de ser ouvido com deleite pela assembleia e numeroso auditório. Teve réplicas felizes (Jornal “Correio Paulistano”, 14 de fevereiro de 1879).

Após a fala do deputado Valladão, Eduardo narrou outra intervenção de Leite de Moraes.

O sr Leite de Moraes – e quem pensa ser o orador e seu partido para falar de violência?

O sr Valladão – homens virtuosos que prezam o sagrado direito da livre expressão individual (Vivas e mais Vivas!)

O sr Leite de Moraes – pois então até aí estamos na mais completa igualdade já que eu e meus correligionários do Partido Liberal também temos virtude. (Apartes gerais!)

O sr Valladão – A virtude de chegar ao poder por um impropério do velho imperador? (risos).

O sr Leide de Moraes – Velho Imperador que é o responsável pelo equilíbrio da nação (...)

Todos os presentes protestaram contra essa última fala do sr Leite de Moraes, que esqueceu-se de que a vontade coletiva que deve ser a maior soberana na política de um país. Quando isso não acontece, existe tirania. Não existe liberdade. (Jornal “Correio Paulistano”, 14 de fevereiro de 1879) (Grifos Meus)

Para Eduardo, a situação liberal não era legítima por ter sido implantada por uma determinação do Imperador D. Pedro II, que apesar de ser o “ilustre chefe da nação, merecendo por isso toda a nossa deferência”, não deveria ser o detentor absoluto da soberania, que de acordo com o repertório cívico humanista mobilizado por Eduardo, deveria residir na “vontade coletiva”.

A mobilização dessas tópicas ficou mais evidente ainda na crônica publicada no dia 16 de fevereiro. Eduardo inicia apresentando ao leitor o discurso do deputado conservador Paulo Egídio; “O importante discurso proferido pelo ilustre membro da maioria foi pela eloquência e pela lógica uma verdadeira peça oratória digna da assembleia e dos foros de orador” ((Jornal “Correio Paulistano”, 15 de fevereiro de 1879). Mais uma vez o tema em questão era a administração de Batista Pereira, que

reduziu a zero os pretensos serviços prestados por aquele violento e arbitrários administrador; mostrou que as apregoadas vantagens por ele alcançadas não passam de miseráveis expedientes para iludir o espírito público e difamar seus antecessores. N’uma apóstrofe cheia de sarcasmo e de eloquência, o orador indaga se é justo deprimir-se, difamar-se, aqueles que no período de dez anos elevaram a província a esse apogeu de grandeza que constitui o orgulhos dos paulistas, aqueles que lutaram, até mesmo contra seus correligionários da corte e contra o próprio Imperador sempre que a liberdade e a autonomia provincial estiveram em risco, ao passo que se trata de ornar com penas de pavão aqueles que alavanca demolidora vieram substituí-los perturbando a tranquilidade pública (aplausos e mais aplausos!)<sup>3</sup>. (Jornal “Correio Paulistano”, 15 de fevereiro de 1879).

Através da voz de Paulo Egídio, Eduardo dedicou à ação política dos conservadores a prosperidade paulista. Paulo Egídio teria dito, obtendo a concordância

---

<sup>3</sup> *Idem.*

de Eduardo, que os conservadores paulistas eram, antes de qualquer coisa, fiéis ao princípio da autonomia provincial.

### **Fontes Primárias:**

Jornal “Correio Paulistano”.  
Jornal “A Notícia”.  
Jornal “A Província de São Paulo”.  
Jornal “Tribuna Liberal”.

### **Referências bibliográficas:**

D’Ávila, Luiz Felipe. *Dona Veridiana: a trajetória de uma dinastia paulista*. São Paulo: A Girafa editora, 2004.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: Marieta de Moraes e Janaina Amado (ORG). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. pp. 56-87.

CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DOSSE, François. *Desafio Biográfico*: São Paulo: EdUSP. p. 89.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed, 1974.

GREENBALT, Stephen. *Shakespearean Negotiations: The Circulation of Social Energy in Renaissance England*. Oxford: Oxford University Press, 1990

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de história do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LEVI, Darrel. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

MARTINS, Wilson. *A História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: ed. Taq, 1996.

MELO, Luis Correia de. *Dicionário de Autores Paulistas*. IHGB: São Paulo, 1954.

MCKENZIE, D. F. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed USP, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1986.

SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial* (Vol. III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. *As águas do Niágua. 1871: a crise da escravidão e o ocaso saquarema*. In: \_\_\_\_\_. Keila Grinberg (ORG). *O Brasil Imperial. Volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 39-81. p. 46.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O Espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SKINNER, Quentin. *Os fundamentos do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: Retórica, Prudência e História em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Ed UNICAMP, 2011.

---

## A CONSPIRAÇÃO DOS TRUSTES AMEAÇA O DESENVOLVIMENTO: POLÍTICA E IMAGINÁRIO NAS PÁGINAS DO JORNAL *ÚLTIMA HORA* DURANTE O GOVERNO KUBITSCHKE (1955-1960)

Jefferson José Queler\*

A crescente internacionalização da economia brasileira, ao longo da década de 1950, provocou temores e incertezas entre diversos grupos sociais, receosos de serem prejudicados pelo capital estrangeiro. Por isso, evocaram não apenas argumentos políticos e econômicos, mas também medos coletivos e figuras do imaginário como forma de imprimir outras direções à história. Quais eram esses grupos? Algum projeto político expressava seus interesses? Tais são os principais problemas que pretendemos discutir com a análise da atuação política do jornal *Última Hora* (UH) durante o governo Kubitschek (1955-60).

### 1-Um projeto para o Brasil

O jornal UH é muito conhecido na história da imprensa brasileira por suas estreitas ligações com o governo de Getúlio Vargas desde o início da década de 1950. Ao ser eleito presidente da República naquelas circunstâncias, o experiente político gaúcho percebeu que tinha a oposição da maioria dos grandes órgãos de imprensa. Com o intuito de ampliar a cobertura de seus atos e discursos, decidiu apoiar a fundação de um novo jornal. Para a tarefa, encarregou o jornalista Samuel Wainer, o qual fizera a cobertura de sua recente campanha presidencial para os *Diários Associados*. Wainer conseguiu recursos de grandes empresários e de instituições públicas, como o Banco do Brasil, para dar início à empresa. Fundou um jornal que procurou conquistar leitores notadamente entre os trabalhadores, com ênfase em reportagens policiais e esportivas e entretenimento em geral, sem perder o viés político em prol de Vargas (GOLDENSTEIN, 1987: 179-181).

À medida que se tornou uma rede de jornais espalhada pelo país e conquistou significativo número de leitores, a UH passou a ser violentamente atacada por políticos e órgãos de imprensa contrários ao presidente, sendo Carlos Lacerda uma das principais lideranças envolvidas nessa campanha. Em meio a esse processo, foi investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sob a acusação de ter recebido empréstimos

---

\* Pós-doutor em História pela Unicamp e professor adjunto da UFOP. Pesquisa financiada pelo CNPq.

oficiais, episódio que contribuiu para acirrar a crise do governo, dramatizada pelo suicídio de Vargas, em 1954. Mesmo assim, a UH sobreviveu a esta e a outras numerosas polêmicas que abalaram sua condição de empresa, permanecendo ativa até meados de 1960, quando foi atingida pela ação dos militares no poder. Qual teria sido então o papel desempenhado pelo jornal no cenário político brasileiro após a morte do presidente que estivera tão visceralmente a ele ligado?

Mais do que a um homem, o jornal estava vinculado a um projeto político. É o que pode ser notado na coluna *Flash do Momento*, em 19 de abril de 1958, em comentários acerca das comemorações do aniversário do falecido presidente:

“De suas ações e intervenções surgiu a indústria pesada, surgiu o monopólio estatal do petróleo, surgiu a política trabalhista. [...] Quando os problemas do trabalho eram meras questões policiais, policialmente solucionadas, Getúlio Vargas ajudou a levantar toda uma legislação de amparo aos que constituem a base do progresso nacional. Quando o País emergia da mais séria crise, consequência do colapso da Bolsa de Nova York, iniciou os empreendimentos fundamentais da industrialização. [...] Getúlio Vargas fundou o Brasil de hoje.” (p.3)

No restante do texto, o leitor é chamado a defender essas orientações, supostamente ameaçadas pelo “entreguismo”, isto é, todos aqueles interessados em desregular a ação do governo e assim facilitar o domínio estrangeiro no país: entidade maléfica construída nas páginas da UH sob a chave do mito da conspiração.

O imaginário surge então como recurso para a mobilização de medos e interesses coletivos, em nome de uma determinada orientação política. Segundo Raoul Girardet, apesar de os mitos apresentarem chaves de leitura comuns ao longo do tempo, sua produção é histórica (GIRARDET, 1987: 9-21). É tarefa de quem pretende analisá-los relacionar o seu aparecimento com tal ou qual “fenômeno de ruptura ou de mutação, tal crise ou tal situação de ordem política, econômica ou social. Cabe-lhe igualmente pesquisar quais grupos ou quais meios foram seus focos privilegiados” (idem: 21).

As investigações de Maria Antonieta Leopoldi sobre as associações industriais naquele período ajudam-nos a projetar luzes sobre essa questão (LEOPOLDI, 2000: 135-136). Entre outros assuntos, ela analisa algumas propostas presentes em tais agremiações sobre os rumos da industrialização brasileira, desencadeados por ocasião dos debates sobre a abertura de mercados ocorridos no contexto internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Nas reuniões para discutir formas de ampliação do comércio global, efetuadas no âmbito do então surgido



GATT (General Agreement of Trade and Tariffs), o empresário da indústria Euvaldo Lodi e seu assessor Rômulo de Almeida apontaram dificuldades impostas ao Brasil pelos países mais desenvolvidos na questão do acesso a seus mercados. Lodi destacava as preferências imperiais, o protecionismo agrícola, as tarifas proibitivas para produtos primários beneficiados e a concorrência do produto sintético. A partir destas constatações, passou a defender a orientação da produção agrícola e industrial para o mercado interno. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, essas formulações surgiam paralelamente às teorias da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), defendendo o desenvolvimento *para dentro*.

A teoria cepalina foi então utilizada, entre outras coisas, como um instrumento pelo empresariado nacional para atuar na luta política. A Cepal foi palco de estudos econômicos que definiram um aparato conceitual usado sob a forma de argumentos antiliberais a favor da industrialização dos países subdesenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 1996: 13-29). Suas ideias, principalmente através da noção de centro-periferia, apresentavam o desenvolvimento econômico capitalista como um processo que tinha ocorrido de maneira diferenciada entre a América Latina e grande parte da Europa e da América do Norte, com o surgimento de países ricos e pobres. Nestes últimos, tinha-se formado uma economia de caráter dual, dividida entre o progresso e o atraso, o que significava, respectivamente, a presença de princípios de industrialização convivendo com a produção de gêneros agrícolas para a exportação. E a prática de comércio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos resultava em perda de divisas para estes últimos, dado que a menor especialização de seus produtos acarretava-lhes desvantagens nos termos de troca. Como solução, a teoria cepalina apontava para a realização de reformas estruturais como a industrialização planejada em alguns setores produtivos e a condução de uma reforma agrária.

A teoria do crescimento *para dentro* foi retomada pelo empresariado nacional durante o governo Kubitschek. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, os empresários industriais nacionais, que haviam recebido certa proteção sob o governo Vargas - através das políticas cambial e de crédito - , passaram a conviver com uma presença mais acentuada do capital estrangeiro. Isso foi possível em função da instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que facilitou a importação de equipamentos sem cobertura cambial pelas empresas estrangeiras, o que concedeu grandes vantagens a estas últimas (LEOPOLDI, 2000: 267).

Segundo Maria Antonieta Leopoldi, essa orientação fez com que muitos industriais se sentissem desprotegidos pelo Estado. Por isso, conduziram campanhas junto à imprensa e ao movimento estudantil como forma de divulgar seu “nacionalismo”, e chegaram a recorrer a uma aliança com o Partido Comunista, seu antigo inimigo (idem: 258). As posições políticas da UH revelam justamente um afinamento com as aspirações do empresariado nacional. Também não se deve desprezar os atrativos de seu projeto - em larga medida identificado com o programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - , para parcela das camadas médias e para os trabalhadores, ciosos de medidas redistributivistas e de proteção social sustentadas por essa diretriz política.

Tal projeto de desenvolvimento fica bem claro nas páginas do jornal, especialmente sua defesa do revigoramento do aparato protecionista da economia brasileira. As remessas de lucros ao exterior eram consideradas prejudiciais ao Brasil e por isso deveriam ser controladas. Tal é a opinião de Paulo Silveira, em 22 de julho de 1959, ao elogiar projeto de lei do deputado petebista Sérgio Magalhães destinado a disciplinar o fluxo de riquezas para fora do país (p. 3). Para o colunista, investimentos externos eram bem-vindos, desde que gerassem divisas por aqui. Em direção semelhante, na coluna *Flash do Momento* de 13 de maio de 1958, maior proteção era requerida para a indústria nacional, especialmente contra os efeitos da instrução 113 da SUMOC, combatida por não permitir que “setores tradicionais da indústria brasileira” usufríssem das mesmas vantagens dos investidores estrangeiros (p.3). É o que procura exemplificar com a “onda de repulsa” ligada ao caso da multinacional *American Can*, favorecida no mercado de vasilhames para derivados de petróleo através de garantias cambiais.

O programa de industrialização advogado para o Brasil conferia, portanto, ênfase ao crescimento econômico e a certa redistribuição de riquezas dentro das fronteiras nacionais. A *Coluna de Última Hora* de 22 de janeiro de 1959 permite essa leitura (p. 03). Nela, emergem comentários acerca de matérias publicadas nas páginas do jornal a respeito do município de São Gonçalo, nas quais teria sido destacada a presença de pessoas que trabalhavam apenas pela alimentação. Algo que contrastava com os centros urbanos mais desenvolvidos próximos dali, atestado da permanência de um “Brasil do século XIX” ou da coexistência do “atraso com progresso”. Diante disso, o jornal se posiciona: “Enquanto tais populações miseráveis não se converterem em mercado não poderemos dar os passos necessários à frente, permanecendo (...) limitados, onerados”.

O editorial publicado em 25 de maio de 1959 esclarece bem tal orientação, ao colocar que a tese do desenvolvimento industrial, ligada “à modernização da agricultura e ao enriquecimento do mercado interno, ganha forças (...) criando uma mentalidade, segundo a qual (...) patrões e empregados devem caminhar irmanados” (p. 5). É sob essa condição, a da harmonização entre capital e trabalho, que o jornal apoiava a realização de greves e a legislação trabalhista. Em editorial de 8 de fevereiro de 1958, enfim, tal projeto de desenvolvimento é bem sintetizado (capa):

“Trata-se de realizar o desenvolvimento que resulte em verdadeiro proveito para a maioria dos brasileiros, que corresponda a um aumento do poder de compra e dos níveis de lucro, que traga salários melhores e portanto, padrão de vida mais humano, quando o trabalhador poderá consumir algo mais do que o mínimo que lhe assegura subsistência. (...) as obras e as empresas mais avançadas, de técnica moderna e de amplitude apreciável, podem tornar-se fatores de retardo entre nós, se não montadas de acordo com as necessidades nacionais e deixando no mercado interno os frutos do esforço de que resultam”

Mas, segundo o jornal, quem formaria o grupo contrário a esse projeto? De que meios essas pessoas se serviriam para realizar seus planos?

## **2-A ameaça da conspiração**

É claro que havia matizes entre o grupo combatido pela UH. Ricardo Bielschowsky agrupa as tendências teóricas e políticas em confronto no período (BIELSCHOWSKY, 1996: 33-38). Em sua terminologia, a corrente neoliberal defendia a prioridade da livre movimentação das forças de mercado para estimular o crescimento da economia. Era formada, por um lado, por economistas como Octávio Gouveia de Bulhões, Denio Nogueira e Alexandre Kafka, que reconheciam o peso e a irreversibilidade da industrialização no país, mas concebiam a manutenção da estabilidade monetária como algo importante e criticavam as intervenções governamentais para estimular o crescimento da indústria; e, por outro lado, por economistas como Eugênio Gudín e Daniel de Carvalho, que endossavam o princípio clássico da divisão internacional do trabalho em que o Brasil figura como exportador de gêneros agrícolas.

Outro foco de oposição da UH podia ser notado no que Ricardo Bielschowsky denomina de corrente desenvolvimentista não-nacionalista do setor público (idem: 105). Esta, com grande influência sobre as diretrizes governamentais e o Plano de Metas, era composta

por figuras como Horácio Lafer, Valentin Bouças, Ary Torres, Glycon de Paiva, Lucas Lopes e Roberto Campos. Tal grupo convergia com os apoiadores de mais ampla penetração do capital estrangeiro na economia brasileira e da estabilidade monetária; mas divergia deles na questão da industrialização planejada, da qual eram entusiastas. Cabe ressaltar que posições como essas eram compartilhadas com parcela do empresariado durante a administração Kubitschek, com destaque para os membros da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a qual contrapunha seu “nacionalismo sadio” ao “nacionalismo exacerbado” tal qual expresso na UH (TREVISAN, 1986: 57).

A ação desses grupos, longe de constituir mera fantasia, foi bem real e se enraizou no aparelho estatal, na imprensa e em diversas outras esferas da sociedade brasileira, conforme demonstra pesquisa minuciosa de René Armand Dreyfuss (DREYFUSS, 1981: 72-73). Este destaca que as empresas transnacionais garantiram sua influência junto ao governo e à sociedade não apenas com pressões econômicas, como também com o apoio a pessoas vinculadas a seus interesses junto à administração pública. Para ele, esses grupos formaram, com outros diretores e proprietários de interesses multinacionais e associados, “um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista”. Ao conceber tal unidade de ação e interesses, contudo, Dreyfuss resvala no mito da conspiração ao incorporar a ideia de sua existência, algo tão presente nos debates políticos do período por ele estudado.

Segundo Girardet, a mitologia da conspiração ou do complô pode ser identificada em diferentes tempos e lugares - já aplicada a judeus, maçons e comunistas, para ficarmos apenas em alguns exemplos - , evidentemente com sentidos e objetivos diferentes em cada um dos casos (GIRARDET, 1987: 49). Suas chaves de leitura são bem conhecidas. Trata-se de uma organização que pretende expandir seu domínio em escala mundial. Em sua estrutura, sobrepõe-se uma liderança implacável e invisível a uma massa de cúmplices despidos de individualidade ou personalidade, simples engrenagens de uma máquina. Para atingir seus objetivos, atua em segredo e aplica todos os meios ao seu alcance tais como espionagem, suborno e delação. Infiltra-se assim no sistema educacional, na imprensa, nos mecanismos econômicos, para condicionar os espíritos da sociedade que pretende dominar. Em todas essas instâncias, os fios da manipulação encontram-se atados à organização, preparada para tomar posse das riquezas públicas (idem: 34-41).

Os integrantes da organização agiriam nas sombras, no subterrâneo, a partir de onde se espriam para a sociedade em geral tal qual uma infecção, um veneno, uma sujeira; tais quais animais repulsivos como uma serpente, um rato, um sanguessuga, um polvo. São representados por meio de uma boca monstruosa, pronta para se agarrar às fontes da vida e delas sugar sangue até não poder mais (idem: 41-46). Tais imagens delineiam o que seriam as forças maléficas em oposição ao que se imagina ser o verdadeiro, o justo, o santo. Segundo Girardet, o mito da conspiração tende a aflorar num ambiente social e psicológico de incerteza, temor e angústia. Esta narrativa, no final das contas, assume uma função explicativa: a de reduzir todos os fatos a uma mesma lógica, a uma todo-poderosa causalidade, com o que procura conferir uma aparência racional e coerente na ordenação das coisas (idem: 47-55).

Ao que tudo indica, a crescente penetração de conglomerados multinacionais no Brasil durante a década de 1950, era uma das grandes fontes de medo e incerteza para a configuração do mito do complô na UH. É o que transparece nas colocações de Adalgisa Nery em 31 de dezembro de 1959, ao denunciar a ação dos trustes nos países subdesenvolvidos (p. 03). Ela assevera que, na lógica dessas organizações, havia o propósito de conduzir uma “guerra de extermínio” junto aos produtores independentes que se recusassem a submeter-se a seus desígnios. Entre os métodos empregados pelos trustes, aponta a venda de seus produtos momentaneamente com prejuízo, com o fito de esmagar os rivais; o suborno dos diretores e empregados das empresas concorrentes; a corrupção dos funcionários das companhias de serviços públicos (em áreas de comunicação e transporte como ferrovias, correios, telégrafos), para obterem informações privilegiadas sobre a concorrência. E, conforme a análise anterior, podemos pensar que a perda de mercados e posição social para os conglomerados internacionais, independentemente dos meios utilizados por estes últimos, representasse uma ameaça concreta aos interesses de segmentos do empresariado, das camadas médias e dos trabalhadores. Nossa questão central é identificar, por outro lado, os momentos em que os temores suscitados por essa situação são transpostos para uma narrativa mítica, certamente para serem combatidos com mais eficácia por tais grupos na arena política.

A própria Adalgisa Nery nos fornece pistas desse processo, ao criticar argumentos da oposição sobre as causas dos problemas brasileiros. Em sua coluna de 10 de dezembro de 1959, ela rebate as acusações de que as ações do presidente ou as obras para a construção de Brasília eram os responsáveis pelo aumento da inflação e por desequilíbrios econômicos (p.

02 tablóide). Em sua opinião, as reclamações aos dirigentes eram lícitas desde que orientadas para “a fonte geradora dos gravíssimos problemas nacionais”, algo que sugere o enquadramento dos fatos numa mesma lógica, traço fundamental do mito da conspiração. E arremata sua exposição com a caracterização dos “monopólios” como agentes onipresentes e onipotentes no contexto mundial. Afinal, são eles que “inspiram, traçam e fomentam as tensões internacionais”, “plantam deliberadamente as sementes do ódio e da intriga entre nações entre nações e irmãos do mesmo solo”, “disseminam em todos os países a arte de uma política que consiste em espremer ao máximo o contribuinte sem provocar nele a indignação do eleitor”, e, por fim, elegem “o Presidente da República dos países de economia dominada”.

Segundo Adalgisa Néry, em 12 de fevereiro de 1960, desde que os brasileiros amanhecem e escovam os dentes, até a última lâmpada que apagam, na madrugada, “tudo, sem escapar um só produto, um só meio, um só objeto, pertence a empresas ianques” (p. 02 tablóide). Estamos não apenas no reino das hipérboles, como também na esfera do mito: “Todos os lucros vão para o estrangeiro, todas as nossas matérias-primas são avaliadas e tomam o preço que a economia ianque impõe. Toda a nossa indústria (...) é esmagada”. Em 8 de abril de 1960, ao comentar discurso de posse de Emílio Lang Jr. na Associação Comercial de São Paulo, no qual este teria declarado que capitalismo e liberdade eram indissociáveis, Adalgisa Nery evoca a imagem de uma marionete para representar o Brasil, tendo em vista o que seria a onipotência dos monopólios internacionais (p. 02 tablóide): “Dizer, no Brasil, país cada dia mais pressionado pela fome e a miséria dirigida pelos cordões do capitalismo estrangeiro, que o capitalismo e liberdade são inseparáveis” era, na verdade, tratar de coisas inteiramente opostas. Uma grande entidade maléfica vai tomando forma nas posições políticas do jornal, considerada fonte última de nossas mazelas e infortúnios.

E eis que a célebre imagem da organização é explicitada na *Coluna de Última Hora*, em 13 de dezembro de 1958, em ocasião em que o jornal procura traçar as forças políticas em confronto no Brasil:

“há mil e um indícios de que existe perfeita e operativa organização, cujo trabalho vem sendo desenvolvido com rigoroso método, destinada a ajudar o desespero a tornar-se mais desesperado (...) Todos os dias, aquela organização leva um grão de veneno ao povo, apontando os erros, a dissídia, a inoperância do Governo, o egoísmo e a versatilidade do Legislativo, os desmandos e as falhas da burocracia, os pequenos escândalos, os pequenos furtos, os pequenos males que nos atribulam. Prefere aquela organização conspirativa que tudo acabe pelo pior e que uma ditadurazinha traga aquilo por que tanto se bateu” (p. 03)

Qual organização procura transmitir seu “veneno” à sociedade como forma de minar suas instituições democráticas, se não o complô? Mas e seus vínculos com interesses estrangeiros? Eles são sugeridos por Paulo Silveira em 15 de julho de 1959, em alerta sobre a suposta penetração da conspiração no seio do Exército para a eliminação dos pontos de vista “nacionalistas” (p. 03), composição de elementos que, além da caserna, “Expandem-se pelas colunas pagas da imprensa ‘soi-disant’ conservadora, infiltram-se entre as entidades representativas das classes produtoras, procuram influenciar os moços das escolas e universidades”. Afinal, o objetivo do “entreguismo reacionário”, segundo a coluna *Flash do Momento* de 27 de setembro de 1958, era que o Brasil produzisse “o máximo de produtos primários, que nos industrializemos o mínimo, e que esse mínimo seja estrangeiro, porque ao estrangeiro é que ele está ligado” (p. 03).

Conspiração dos trustes e não dos comunistas, como queriam opositores das posições políticas do jornal. Adalgisa Néry, em 13 de outubro de 1959, disparou críticas contra o Coronel Humberto de Mello, secretário do Conselho de Segurança Nacional, em razão de este ter apontado a existência de uma “infiltração comunista” no Brasil (p. 02 tablóide). Como seria de se esperar, ela se prontificou a inverter a equação e sustentou que a invasão se dava, isto sim, através dos monopólios internacionais. Manifestando indignação com a fala do militar, coloca que “além de pouco torna-se até afrontoso ao povo, reduzir todos os dramas brasileiros agora corporificados na fome, a uma infiltração comunista”. Em 21 de agosto de 1959, Adalgisa Nery defende que a generalização da fome e da inquietação social estava relacionada à ação dos trustes, como se preparassem suas bocarras para se alojar no país (p. 02 tablóide): o “leitor não sabe que os trustes internacionais dominam a economia do País, destroem a indústria nacional, aniquilam a produção, rebaixam o poder aquisitivo do indivíduo, sugam todas as vitalidades da Nação (...)?”.

Na opinião de Adalgisa Néry, em coluna de 3 de fevereiro de 1959, a retórica contra o comunismo deixava os flancos da administração pública abertos para a penetração dos trustes (p. 02 tablóide): “O nosso governo fala em excesso no combate ao comunismo, e com mais excesso de ignorância, empenha-se em combater a ideologia soviética”; ao mesmo tempo em que “permite dentro do governo o livre trânsito dos entreguistas, distribuindo-os oficialmente nos mais altos postos”. Com isso, atacava diretamente figuras de proa do governo Kubitschek como o assessor de política exterior Augusto Frederico Schmidt, o Ministro da Fazenda Lucas

Lopes, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) Roberto Campos, em razão de eles defenderem um aumento da penetração de capitais estrangeiros no Brasil. A colunista, em 19 de fevereiro de 1959, ao comentar manifestações estudantis contrárias à atuação de Roberto Campos na administração pública traz à tona célebre imagem da mítica organização como a despersonalização daqueles que a integrariam, tidos como meras engrenagens de uma máquina (p. 02 tablóide):

“A máquina entreguista-negocista está maravilhosamente bem montada. Há também um grande estoque de peças para substituições imediatistas em caso de qualquer dificuldade no funcionamento da mesma. Roberto Campos é uma peça que pode ser substituída sem a menor interrupção da meta entreguista (...) O entreguismo encontra correspondência e garantia no aventureirismo, e desmontar essa poderosa máquina (...) torna-se quase impossível”

### **Considerações finais**

O afluxo de investimentos estrangeiros para o Brasil foi facilitado pelo golpe civil-militar de 1964. Repressão política, economia mais internacionalizada e modelo concentrador de renda foram características dos anos que se seguiram a esse fatídico episódio. Evidentemente, tal rumo não estava pré-determinado ao longo da década de 1950, tampouco era a mencionada ruptura institucional seu desfecho inevitável. Grupos sociais e projetos políticos colocaram-se contra a crescente internacionalização da economia brasileira ao longo daquele período. Uma fração da burguesia industrial, setores das camadas médias e dos trabalhadores preferiram um modelo de desenvolvimento mais voltado para a ampliação do mercado interno do país, calcado em certa redistribuição de renda. Em suma, apoiavam a constituição de um capitalismo menos plutocrático e mais protegido pelas fronteiras nacionais.

Em meio à luta política, que pudemos entrever através das páginas da UH, tais grupos empregaram os mais diversos argumentos de caráter político e econômico, sem esquecer que atuaram no Congresso, nos sindicatos e nos movimentos sociais, para defender seus pontos de vista. Além de apelos racionais, mobilizaram medos e figuras imaginárias, com destaque para o mito da conspiração. Ao longo do governo Kubitschek, quando se acelera a penetração de capitais estrangeiros ou das empresas multinacionais, suas aspirações e temores parecem ter contribuído para forjar a representação de uma organização todo-poderosa agindo ocultamente para drenar as riquezas do país. Com este recurso, empenharam-se em imprimir



um rumo alternativo à história do Brasil. E conquistas momentâneas foram obtidas. A vitória do trabalhismo com a ascensão de João Goulart à Presidência, em 1961, porém, logo seria ofuscada pelo triunfo das forças de oposição, amplamente escoradas na ideia de que um complô comunista se apossava do governo. Desta vez, o imaginário era instrumentalizado para liquidar o regime democrático; ao invés de revestir programas partidários de encanto e paixão, como chamarizes para a discussão de seus conteúdos: uma potencialidade das mitologias políticas.

#### **Bibliografia:**

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-64)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DREYFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P.. *Política e interesses na industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

---

## HISTORIA UNIVERSAL: ¿ES POSIBLE UNA REFLEXIÓN?

Bárbara Natalia Gómez\*

Me quedaría muy corto si dijese que la historia universal nunca ha sido un concepto claro. Si se toma literalmente la idea de la historia universal raya en el absurdo. ¿Quién puede contar todo lo que ha sucedido? ¿Y quién estaría dispuesto a escuchar si se lo contarán? (Momigliano, 1984)

El eje central de este trabajo es una reflexión sobre la construcción y posibilidad de existencia de la historia universal<sup>1</sup> (en adelante HU). Partimos de la perspectiva de que la HU en tanto elaboración del historiador y a diferencia de otras construcciones, no posee un referente empírico específico y determinado. Esta característica provoca una amplia variedad de reconstrucciones, conexiones y articulaciones, incluso a veces tantas como historiadores universales existen. Esto nos obliga a pensar sobre cuál es el aspecto en común que tienen todas las obras de HU, si es que existe. Pero por sobretodo nos lleva a afirmar con certeza que la HU es un concepto y no un hecho y la manera particular en que se la conciba y construya direccionará la construcción de los datos empíricos que se identifican en ella.

Nuestra reflexión inicial sobre la temática gira en torno a tres ejes, que por razones de espacio en este trabajo, solo esbozaremos algunos puntos del primero.

La ponencia está dividida en cuatro aspectos generales del primer eje: *Tradición historiográfica griega y judía, Historia universal católica-cristiana, La historia universal filosófica moderna, La historia global ¿una nueva historia universal?*

Primer eje, la *existencia inicial de la Historia Universal*. Diversas tradiciones historiográficas identifican la existencia de la HU en diferentes periodos históricos por causas variadas. La gran mayoría declara que comienza en la modernidad, otros afirman que es necesario revisar las tradiciones historiográficas griega y judía; con la clara salvedad de que la HU actual no es una continuación de esta producción. Otros sostienen que su origen es cristiano-católico y que

---

\* Doutoranda em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Bolsista, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES Programa PEC-PG.

<sup>1</sup> Cabe aclarar aquí que nuestro interés por la temática se enmarca en una investigación sobre la HU en L. von Ranke, en tanto su propuesta representa una articulación entre la HU filosófica y una “historia científica”.

la HU moderna es solo una versión laica de esta primera.

### **Tradicón historiográfica griega y judía**

Según el historiador Arnaldo Momigliano (1908-1987) el concepto de HU existía en la antigüedad y es identificable en las tradiciones historiográficas griega y judía interesadas, particularmente, en contar “todo” desde el principio hasta el fin. Por otro lado, para el filólogo español Alberto Díaz Tejera (1932-1999) las categorías mentales que permitieron elaborar la idea de HU en la antigüedad se basan en Aristóteles, específicamente en su *Poética*, a lo que suma el contexto socio-histórico del imperio de Alejandro Magno que propicia el surgimiento de este tipo de historia.

Para poder “contar todo” los griegos utilizaron diversos tipos de esquemas que permitían poner cierto orden a ese “todo” [la historia de la humanidad]. El origen de las pautas para organizar el tiempo fueron la imaginación mítica o filosófica de los griegos (y no la recopilación empírica e interpretación crítica de hechos pasados). A partir de estas pautas produjeron diferentes esquemas, entre los más conocidos y conservados hasta la actualidad, Momigliano identifica cuatro: la *sucesión de las razas*, el *biológico*, el del *progreso tecnológico* y el de las *cuatro monarquías o imperios*.

El historiador italiano explica que los únicos acontecimientos que componían las investigaciones de los historiadores griegos y romanos antes del cristianismo eran los acontecimientos políticos y militares

Para que la historia universal ocupase un lugar central en la investigación histórica, era preciso que tuviera un lugar en la historia política. Si bien todos coincidían en que el estudio de la historia política ayudaba a evitar equivocaciones pasadas y a mejorar la actuación futura, la historia cultural [a partir de la cual se escribía la HU], proporcionaba, en el mejor de los casos, la confirmación de alguna teoría filosófica. No era su misión contribuir al desarrollo futuro de la cultura y se quedó en el nivel de la curiosidad y la ejemplificación. (MOMIGLIANO, 1984: 273.)

Inferimos de estas líneas una característica que se va a repetir con cierta frecuencia: la HU es considerada como algo independiente de la historia como área de conocimiento. Así la HU era concebida como un área con características propias y por sobretodo diferente a las de la historia.

## Polibio, ¿el primer historiador universal?

Para encontrar la historia universal vestida de gala, debemos acudir a Polibio, el historiador de la política que pretendía ser un historiador universal, o citando sus propias palabras, *ta katholou graphein*, “escribir historia general” (5,33), es el primer autor existente en expresar esta pretensión, aunque, como él mismo sabía, no el primero en haberla expresado. (MOMIGLIANO, 1984: 274)

Momigliano presenta a Polibio (200 a.C. -118 a.C.) como el primer historiador de la política que tuvo pretensiones e hizo una HU, e incluso identifica a Posidonio como un imitador y sucesor del griego. En referencia a otros historiadores del periodo con pretensiones de hacer una HU, como por ejemplo Diodoro Sículo, explica Díaz Tejera que “lo que logran es una compilación sincrónica de historias particulares o una historia particular indefinida; no en cambio una concepción sintética de la realidad histórica en su amplitud.”(DÍAZ TEJERA, 1978: 34) Así según el filólogo español Polibio fue el primero en desarrollar la vertiente teórica y práctica de la HU.

Polibio se dedicó a la HU porque consideraba que estaba en medio de los sucesos políticos y militares más importante del periodo, que podían afectar al mundo entero, puesto que había unidad política en el mundo. Para el historiador griego los romanos crearon la HU porque conquistaron al mundo y lo que hacían podía afectar directa o indirectamente a todo lo conocido y al futuro del mundo. Esta percepción sobre la HU hacia que Polibio sostuviera la fecha de inicio de esta en la Segunda Guerra Púnica, en el año 220 a.C. aproximadamente-.

Según Díaz Tejera la HU para Polibio no consistía “en un simple alargamiento de historias parciales ni en compilación y unión extrínseca de las mismas. La historia universal es de otra naturaleza. Implica una *superestructura* que presiona sobre las historias particulares, (...).”(DÍAZ TEJERA, 1978: 36)

Conjuntamente a la tradición griega está la **tradición historiográfica judía** especialmente la del periodo helenístico, con la característica sustantiva de que extienden el concepto de HU griega que llegaba solo hasta el presente. Le dieron una amplitud hacia y hasta el futuro “deslizándose de la historia al Apocalipsis.” (MOMIGLIANO, 1984:265) La mezcla de lo histórico con lo mesiánico puede ser reconocida como una característica típica de la HU

realizada por historiadores eclesiásticos. En el caso de esta tradición historiográfica se incorpora el futuro, extendiendo de esta forma la línea del tiempo. El libro de Daniel, del Antiguo Testamento, es la obra exponencial de este aporte judaico.

### **El régimen de historicidad antiguo**

Es importante resaltar que la producción de esta HU debe ser enmarcada en una concepción más amplia, a tal efecto y como herramienta que nos permitirá comparar periodos diversos vamos a describir el régimen de historicidad antiguo según François Hartog.

Dicho régimen se corresponde con el modelo de producción histórica identificado por diversos autores como “historia como *magistra vitae*” caracterizado por los ejemplos a imitar y las lecciones provenientes de situaciones pasadas. El pasado en tanto portador de ejemplos no está realmente pasado y no es anticuado, por el contrario es la fuente de ejemplos, situaciones posibles y sabiduría. La edad de oro siempre es identificada en este tiempo, el pasado, nunca en el presente o en el futuro. La característica del tiempo en esta concepción es que éste no se desplaza, o mejor dicho, el paso del tiempo no implica modificación.

### ***Historia universal católica-cristiana***

Las características del cristianismo tanto como su historia y hegemonía europea occidental durante lo posicionan en un lugar privilegiado para disputar el origen de la HU. Así algunos autores como Wolfgang Mommsen señalan que la HU en tanto género tiene su origen en el cristianismo. Puesto que la historia del mundo es el plan divino de salvación que tiene carácter universal, porque deviene de un Dios uno y todopoderoso y que aunque muchos no lo reconozcan es el único. Con su advenimiento se tornó un fenómeno unitario e indicó el único plan de salvación.

O cristianismo, porém, trouxe consigo a interpretação da história do mundo como processo dinâmico de evolução linear que nunca se repete. A história do mundo tornou-se a *história da salvação*, não de um ou outro povo, como na doutrina de Moisés, mas de toda a humanidade, o que imediatamente de conferiu carácter universalista. (MOMMSEN; 1965:154-155)

El punto de partida del cuadro de la HU cristiana fue la creación del mundo, su contenido básico fue la expansión y el destino del cristianismo. Su sentido último alcanza y adquiere un

plan trascendente con la promesa del reino de Dios como consumación del plan divino.

### ***La historia universal filosófica moderna***

Explican especialistas que en la modernidad y sobre todo después de los grandes descubrimientos ultramarinos se forjaron nuevas formas de concebir la relación del hombre con el mundo, esto provocó una fuerte autorreflexión y explicaciones nuevas (en comparación con las antiguas y con las que aparecían en las sagradas escrituras) para comprender las dimensiones y las configuraciones del mundo.

Dentro del periodo del régimen de historicidad moderno caracterizado, explica Hartog, por un “tiempo feliz, seguro de sí mismo”, regido por el progreso, transitando un camino delimitado y específico hacia un futuro determinado. Es en este momento en que las diversas filosofías de la historia explican el funcionamiento de la HU, porque “identificaron” cómo y dónde se producía, se había producido y se producirá el progreso de la humanidad.

Esta lógica de pensamiento, esta cosmovisión, otorgó un sentido a la historia y específicamente a la HU que hasta ese momento no había tenido, en tanto consistía en una sumatoria de historias de los diversos pueblos en diversos periodos, en el que la identificación de un sentido o dirección no era ni siquiera un aspecto relevante a ser construido y/o elaborado.

### *Características generales de la historia filosófica moderna universal.*

A continuación enumeramos una serie de aspectos claves

- La propuesta hegeliana es identificada como el punto de referencia, a partir del cual otras propuestas son criticadas, seguidas y/o copiadas,
- la HU adquirió tal grado de hegemonía, naturalización y aceptación que se convirtió en la medida de toda historia de cualquier lugar del mundo,
- fue construida desde un punto de vista futurista. Esto significa que como en el futuro se concretarían determinadas aspiraciones de los hombres, el pasado y el presente eran interpretados como etapas y pasos hacia la concreción de ese futuro,
- era considerada más una tarea del filósofo que del historiador en tanto el trabajo del segundo era asociado a un enfoque más particular. En cuanto el filósofo disponía de la

capacidad de identificar y estudiar procesos más abarcativos y realizar generalizaciones sobre ellos,

- conceptos como “aceleración, retraso, adelanto y recuperación” pasan a ser utilizados para explicar el desarrollo de la HU.

### ***El régimen moderno de historicidad***

La temporalización de la historia que vivenció Europa durante el siglo XVIII, conjuntamente con la autonomía que sufrió la noción de progreso, el concepto de historia [en tanto narración de los hechos acaecidos en el pasado] pasó a ser concebida como un proceso a través del tiempo, la “auto-comprensión en el tiempo” explica Hartog.

“El tiempo, además de ser el marco donde suceden las cosas, éstas [pasan] a suceder por él y no en el tiempo” de la tensión entre la experiencia y la expectativa proviene propiamente el tiempo histórico” (HARTOG, 2009: 146). En este régimen la categoría que domina es el futuro, y es desde donde se “ilumina” y se tornan comprensibles tanto el presente como el pasado. De esta forma se conforma el régimen de historicidad futurista, que se iniciará simbólicamente en 1789 y durará hasta aproximadamente los inicios del siglo XX.

### ***La historia global ¿una nueva historia universal?***

Algunos autores sugieren que la HU moderna comenzó su declino a partir de la Primera Guerra Mundial, básicamente porque sufrió una pérdida de sentido y/o dirección. Pero este declino tuvo un fin en 1989 con la caída del muro de Berlín y sigue en vigencia hasta la actualidad. Consideramos que la “década” que va desde 1989 hasta el 2001, cuando caen la Torres Gemelas en Nueva York, es un momento particular que podría ser definido como un tiempo “seguro de sí” y con una sólida creencia sobre el lugar hacia donde se estaba yendo. Esta percepción del mundo y de la historia de él, produce una serie de obras que retoman las propuestas modernas, con claras variaciones.

Durante este periodo asistimos a un “renacimiento” de las filosofías de la historia que abordaban la historia universal, pero este renacer estaba protagonizado por los politólogos y no más por filósofos o historiadores. El estadounidense Francis Fukuyama (1992) en su conocida obra de 1992 *El fin de la historia y el último hombre* defiende la existencia de una HU y el deseo de querer volver a ella, de retornar y retomar su recorrido. Explica Hartog

El autor pretendía en efecto enlazar con reflexiones olvidadas o desacreditadas desde hacía tiempo e intenta retomar a su manera el punto de vista cosmopolita de Kant (en su opúsculo de 1784). Proceso simple y coherente, la historia, teniendo en cuenta la experiencia de todos los pueblos simultáneamente, termina por conducir a la mayor parte de la humanidad hacia la democracia liberal. La historia ciertamente no ha finalizado, no hace falta decirlo, pero se sabe a partir de ese momento que no hay alternativa a la democracia liberal, que constituye el telos. Se lleva a reconocer un proceso coherente en marcha en la Historia. Amén. (HARTOG, 2009: 151)

Cuatro años más tarde, en 1997, surge una nueva tesis que encuentra mayor apoyo, mayor eco y por sobretodo mayor aceptación a nivel general, fue la del también politólogo estadounidense Samuel Huntington (1927-2008) *El choque de las civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial*. Su propuesta estaba más cercana a las obra de Spengler y de Toynbee, Huntington trabajaba con un paradigma civilizacionista a partir del cual se puede leer y se puede comprender el globo. Las civilizaciones “serían las realidades más englobalizadoras y de larga duración” (HARTOG, 2009:152) Explicaba que las civilizaciones son únicas pero eso no las torna universales, por el contrario; además afirmaba que el enemigo de las civilizaciones es el multiculturalismo.

De estas nuevas lecturas van surgiendo diversas miradas y concepciones entre ellas, la idea de que en el mundo no existe una sola civilización y además no habría ninguna civilización con carácter universal. Hartog explica claramente que la diferencia entre un Fukuyama y Huntington, es que el segundo parte de la existencia de más de una civilización, lo que iría en detrimento de la universalidad e insta a “preservar, proteger y revigorizar la civilización occidental a partir de EUA” (HARTOG, 2009:152) y ya no de Europa. Propuesta que hace suponer a Hartog un cierto miedo al futuro y una estrategia de repliegue.

La existencia de civilizaciones (en plural) contradice las pretensiones universalistas, y no hay por consiguiente ni civilización universal (concepto falso y peligroso) ni historia universal. En su robusta simplicidad, la tesis puede convenir a muchos tanto en el Norte como en el Sur. (HARTOG; 2009: 153)

Después del 2001 empezaría un tiempo nuevo, donde el sentido y la dirección no estaban tan claros nuevamente, sumado a un fuerte desarrollo de las tecnologías de la información y la comunicación que provocaron una serie de modificaciones a escala planetaria. A este periodo



denominamos de “globalización”, en el que se producen obras desde la historia donde se intenta articular desde una concepción actual de la disciplina, la relación entre la globalización y una ¿posible? HU.

En los últimos 20 años la “globalización” y la “mundialización” ocuparon un espacio privilegiado en el escenario público y en el mundo académico. Lugar que en otros tiempos ocuparon la “modernización” o la “civilización” y a la igual que estos conceptos no existe una sola forma de concebirla. Conjuntamente a este término se desarrollan conceptos opuestos como lo “local”, que además en combinación ha producido lo “glocal” que se refiere a la influencia de lo global sobre lo local a su vez como este “glocal” influye nuevamente en lo global.

En este contexto<sup>2</sup> el artículo de 1998 *Comparing global History to World History*, de Bruce Mazlich (1944-), uno de los primeros representantes y defensores de la historia global explica que el adjetivo global no es casual y hacer referencia al globo, hacer este tipo de historia “es como observar la nave tierra desde un satélite y es la perspectiva más adecuada para el estudio de un cierto número de procesos.” (Hartog; 2009:154) Ante la duda de que si este tipo de historia no será una nueva versión de un sector determinado con aspiraciones de carácter mundial, el Mazlich afirma que “«la forma que tomará no puede ser predicha»: el historiador global sabe hacer sitio a la «contingencia y a la incertidumbre de los asuntos humanos».” (HARTOG, 2009:154) Se podría considerar que esta concepción es un *continuum* de la historia mundial, sin embargo sostiene Mazlich es necesario identificar claramente que cuando se entra a la historia de la globalización se está traspasando una frontera.

Otra propuesta conjunta desarrollada en Estados Unidos es la del inglés Antony G. Hopkins (1938-), *Globalization in World History*, en 2002, quien afirma explícitamente la existencia de un *continuum* y desde un enfoque de larga duración, identifica varias globalizaciones, ocurridas en diferentes periodos históricos una *arcaica*, una *protoglobalización* ocurrida entre 1600 y 1800, una *moderna* correspondiente al periodo de la formación de los estados y los procesos de industrialización y una *postcolonial* iniciada en 1950 con una nueva fase a partir de 1970, que coincidiría con el momento en que Mazlich sugiere la necesidad de un satélite para poder aprehender la historia de la globalización.

---

<sup>2</sup> Otras obras surgidas en este periodo fue la de George Iggers en conjunto con otros historiadores, también aborda esta temática en una obra de producción conjunta *A Global History of Modern Historiography*, en 2008.

En 2003, aparece la primer cartografía global propuesta por Patrick Manning (1941-), con su libro *Navigating World History. Historians create a global past*, subtítulo que deja explícito que quién construye la historia global es el historiador y no es algo que se deba “descubrir” cuando se introduce en el proceso histórico. Por otro lado hace suponer que puede haber más de una historia global.

Otra forma que surge son las **historias conectadas** que es una propuesta metodológica, como estrategia para salir de las historias nacionales y las coloniales. El espacio y el tiempo de las conexiones es realizado por el historiador a partir de sus propios intereses. También está la propuesta de Hartog para concebir una HU utilizando el recurso del régimen de historicidad, articulando el espacio y el tiempo y que además vaya más allá de lo teleológico y del régimen de historicidad futurocentrista.

Porque, si no existe un tiempo único, si han sido y son tan diversas, aquí y allá, ayer y hoy, las experiencias del tiempo, lo que encontramos por todas partes son modos equivalentes de fabricar tiempo humano o social en un mundo que no ha ignorado jamás, en mayor o menor escala, los intercambios e interacciones. (Hartog; 2009: 155)

De cierta manera hemos presentados cuatro momentos en que se concibió la posibilidad de hacer HU. Podríamos ¿identificar un *continuum* en todos ellos?, ¿es probable identificar relaciones de continuidad con mayor claridad entre unos y otros, o en realidad es imposible suponer que la historia global actual es una versión actualizada de la historia general de Polibio? ¿Qué tipo de implicancias representa hacer el cambio de denominación de historia universal o mundial a historia global?

Este último interrogante nos da paso para referirnos al segundo y al tercer eje que están articulados.

El segundo eje pretende responder ¿qué es la HU?, ¿cuántas pueden existir?, ¿existe la HU como área de conocimiento? Consideramos que en estas repuestas vamos a identificar aspectos similares que nos permitirán construir una caracterización de la HU, y sobre todo nos mostrará porque la HU continua tan vigente en la sociedad.

El tercer eje revisara los términos que fueron utilizados para denominar, lo que en el trabajo llamamos de HU. Haciendo especial hincapié en el adjetivo que acompaña a la historia: general, universal, mundial, global, conectada. ¿El paso de una denominación para otra [de

*Universalhistorie a Weltgeschichte*, de *historia universal a historia global*] representó una manera de redefinir y actualizar este área de conocimiento?

### **Comentarios finales**

Hay un dato real y es que la HU realizada en la antigüedad no tiene nada que ver con las concepciones modernas y actuales de hacer historia, incluso nosotros como historiadores no consideraríamos colegas de Polibio. Sin embargo dar un espacio a la producción antigua sobre la temática nos permite reflexionar ya no sobre la HU y si sobre la necesidad humana de encontrar y dar un orden y una organización a los sucesos que pasan a su alrededor. Este aspecto puede ser relevante para poder reflexionar con más argumentos sobre la construcción en general de la HU.

Entonces, nos preguntamos si podríamos comparar reconstrucciones realizadas en diferentes periodos históricos, sí alguna resulta más válida que otra e incluso sí deberíamos aceptar o no la existencia de la HU en si misma.

En otro orden, hay una idea subyacente en lo que trabajamos hasta ahora sobre la HU y es que ésta forma parte de la filosofía de la historia y no tanto de la historia. Afirmamos que esta idea se construye a partir de concepción moderna de HU; en la actualidad ¿esto sigue siendo así? Consideramos que Ranke, a fines del siglo XIX, escribe una HU desde la disciplina histórica, por esto su obra se torna relevante.

### **Bibliografía utilizada**

DÍAZ-TEJERA, Alberto. “Concordancias terminológicas con la “La Poética” en la historia universal: Aristóteles y Polibio. *Apud* Revista *Habbis*, Nº 9, año 1978, ISSN 0210-7694, Págs. 33-48.

HARTOG, François. “Tiempo(s) e historia(s): de la historia universal a la historia global”. *Apud* Revista *Anthropos*. Huellas del Conocimiento. Nº 223, año 2009, Págs. 144-155.

JASMIN, Marcelo. *As armadilhas da história universal*. 2011 (inérito)

MOMIGLIANO, Arnaldo. “Los orígenes de la historia universal”, *Apud* *La historiografía griega*. Barcelona, Critica, 1984. Págs. 265-293.

MOMMSEN, Wolfgang. “História Universal”. *Apud* BESSON, Waldemar (coord.) *História*. Lisboa, Meridiano, 1965. Págs. 153- 164.

## ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: UMA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO DO FRANCÊS GUIDO MARLIÈRE (1824-1829)

Leonardo Bassoli Angelo\*

Para o estudo da questão indígena no Brasil do início do século XIX, se faz necessário remeter a 1808, quando a Família Real portuguesa chegou à sua então colônia. Nesse ano, o príncipe regente d. João decretou a chamada “guerra justa” contra os índios *bravos*<sup>1</sup> do Brasil, conflito que durou vinte e três anos. As medidas que se seguiram compuseram um projeto da monarquia lusa que visava o desenvolvimento da ocupação territorial em diversas partes do Brasil, entre elas a região do rio Doce, em cuja parte que contemplava a capitania de Minas Gerais viviam índios coroados, coropós, puris e botocudos, o que colocava aos agentes da região a tarefa dupla de ocupar esse território de mata densa e conviver com índios, dentre os quais nem todos eram pacíficos. Entre o início de seu trabalho com os indígenas em 1813, no período colonial, e o fim em 1829, quando a cidadania do índio no recente Estado Imperial ainda estava indefinida, o militar francês Guido Tomás Marlière procurou trabalhar no sentido de levar esses habitantes da capitania, mais tarde província de Minas Gerais à *civilização*, quando uma cultura de *braveza* e *ferocidade* (para os índios que eram violentos), poligamia, paganismo, entre outros fatores, seria extirpada em nome da obediência às leis e à cristandade do “homem branco”.

No período 1824-1829, Guido Marlière atuou como chefe da Direção-Geral dos Índios de Minas Gerais, comandando também as Divisões Militares do Rio Doce, responsáveis pela execução da política indigenista provincial. No cotidiano administrativo da Direção-Geral, trabalhou com ministros do Império e com o imperador d. Pedro I, mostrando uma visão peculiar acerca daqueles indivíduos que deveria conduzir às luzes da religião e da razão e acreditando que eles eram naturalmente bons e passíveis de receber os “verdadeiros” valores, concepção que não era compartilhada por todas as pessoas envolvidas com a questão indígena tanto de Minas Gerais quanto de outras partes do Império.

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição e bolsista da Capes. Contato: leobangelo@gmail.com

<sup>1</sup> Os índios eram classificados, pelas autoridades, como *mansos* (os que aceitavam pacificamente o aldeamento) ou *bravos* (que resistiam com violência).

Em 1826, algumas províncias, por determinação do governo central, enviaram apontamentos e projetos sobre a *civilização* dos índios de seus respectivos territórios, e nesse documento prevaleceu uma imagem negativa do índio. Ainda que todas as autoridades que expressaram essa visão tenham salientado como grandes culpados pelo atraso da *civilização* a má administração, as opiniões consonantes nos fazem configurar um período em que muitas pessoas não confiavam o suficiente na capacidade do índio para que se viesse a trabalhar no sentido de fazer dele um *cidadão* atuante no Império do Brasil, questão discutida nessa época em função do projeto de construção de uma nação brasileira, que não teve a sua origem nesse período (DORNELLES, 2011: 3), e um momento em que se colocava, além da questão do índio como cidadão, a própria escravidão. A Constituição de 1824, a meu ver, legitimava a descrença com o índio ao omitir a sua condição, para prejuízo de seus direitos individuais. Seguindo o exemplo do padre José de Anchieta, que ameaçara a própria vida diante dos que queriam escravizar os índios, o Marlière afirmou no documento de 1826 que a Carta de 1824, enquanto conferia aos escravos libertos a condição de cidadãos, “Aos índios, senhores proprietários, e natos do país imenso que habitamos, não deu ainda este título!” (apud NAUD, 1971: 317), manifestando sua posição confiante quando muitos expressavam descrença com os denominados *selvagens*.

Eis algumas opiniões presentes nessa fonte. Inácio Acioli de Vasconcelos, presidente do Espírito Santo, disse que os índios eram ociosos por natureza e não gostavam de trabalhar. Alexandre Francisco de Seixas Machado, presidente da Paraíba do Norte, afirmou que nenhum índio criado nas vilas era capaz de exercer função pública, e qualquer cargo exercido por ele resultava em abuso e inabilidade, por causa de sua natural má índole, inconstância, fácil mudança de opinião, desconfiança, indolência e inimizade ao trabalho, propensão à embriaguez, à ociosidade e ao furto, opinião convergente à dos presidentes do Ceará, Antônio de Sales Nunes Barford, e de São Paulo, visconde de Congonhas do Campo, que também destacaram a má índole, ociosidade e necessidade de furtar (apud NAUD, 1971: 297-323). No entanto, Barford dizia que, apesar dos costumes grosseiros, havia boa inclinação deles para os trabalhos fortes no mar (pesca) (apud NAUD, 1971: 306). Marlière acreditava na disposição e capacidade dos índios para o trabalho, em roças, estradas ou na extração da poalha, e sugeria recompensa para os que se empenhassem para exemplo dos outros, e houve casos de índios

que ocuparam cargos militares, como Inocêncio Gonçalves de Abreu, em uma tentativa de levar à distinção entre os índios.<sup>2</sup>

As opiniões negativas desses agentes políticos, a meu ver, remetem a ideias que se destacaram na Europa a partir do fim do século XVIII, quando a Independência dos Estados Unidos da América despertou, principalmente na França, um grande interesse pelo Novo Mundo, onde viviam, segundo alguns, pessoas mais livres do que as *civilizadas*, detentoras de uma pureza e inocência que os europeus não tinham mais, e se tornaram temas de trabalhos nos quais se alimentava essa idealização, de acordo com a concepção rousseauiana do “bom selvagem”. A Revolução Francesa deu ensejo à noção de que os habitantes da América poderiam ser atores da história, capazes de promover uma mudança; o primitivismo das pessoas desse continente seria algo positivo, em contraposição à teoria do progresso, contemporânea a essa vertente e que não confiava na capacidade dos que viviam em terras distantes e dos pertencentes às camadas inferiores da sociedade (HOLLANDA, v. 3, 1985: 42-44), tese na qual acredito poder situar os políticos céticos em relação ao índio brasileiro de nosso recorte temporal. Marlière, como herdeiro das ideias da Revolução Francesa, acreditava que o índio tinha todas as potencialidades para se tornar um *cidadão civilizado* (palavras do indianista).

Em um documento enviado a José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, barão e posteriormente visconde de Caeté, presidente da Província de Minas Gerais, o francês mencionou os índios como *cidadãos*, denunciou violência e abusos em terras indígenas causadas por soldados e colonos do rio Doce e defendeu os índios daqueles que os acusavam de forma arbitrária, sem provas e coerência. Marlière afirmou que os botocudos (considerados extremamente violentos) eram fortes, robustos, valentes, de boa aparência e prontos para a agricultura e para o serviço nos rios, ao contrário do militar de Alagoas Miguel Veloso da Silveira Nóbrega, que caracterizava o índio como naturalmente preguiçoso, de acordo com o discurso oficial da província de Alagoas, de um índio ignorante, incapaz, ocioso. A única solução, para Miguel, seria transformá-lo em mão de obra e mercantilizar as suas terras (SILVA, A., 2011: 4). O presidente de Minas Gerais dizia confiar na “dexteridade e zelo” do indianista Marlière no trato com os botocudos, mas o vice-presidente Francisco Pereira de

---

<sup>2</sup> Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para o comandante da 2ª e da 4ª Divisões Militares do Rio Doce; Retiro, 20 de abril de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 155.

Santa Apolônia, por sua vez, tinha um discurso contraditório, pois ao mesmo tempo em que dizia que “(...) de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram, e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante” (AGUIAR, 2007: 2-3), afirmou, nesse documento de 1826 que, lendo as *Cartas* do padre António Vieira, relativas aos índios do Pará e do Maranhão, não cabia a ele decidir se o “gênio mau” ou as “inclinações bárbaras” eram mais “filhas” das atrocidades do que aqueles que se diziam “civilizados”, ou seja, o homem branco (apud NAUD, 1971: 320).<sup>3</sup>

Em certa ocasião, Marlière mencionou um relato do diretor dos índios coroados, Gonçalo Gomes Barreto, sobre espoliação de terras de índios feita pelo colono Rafael Gonçalves Chaves, e pedia providências. Em uma correspondência do presidente de Minas Gerais para o francês existe outro relato, do diretor dos índios de rio Pardo e Paraíba, também a respeito de invasões de terras de índios, quando o presidente determinou a expulsão dos invasores,<sup>4</sup> uma ação que é bastante significativa se levarmos em conta o Rio de Janeiro do mesmo período, momento em que a aldeia passava à condição de vila e os membros da Câmara quiseram incorporar as terras dos índios ao seu patrimônio, alegando que eles viviam muito tempo no mato. Em Itaguaí, uma interpretação da lei pelas autoridades locais levou os índios a perderem a posse sobre suas terras, por serem considerados cidadãos, privação que se deu diante da sua condição de guardas nacionais (ALMEIDA, 2008: 104; MOREIRA, 2010). No Rio Grande do Sul dessa segunda década do século XIX, as terras dos índios Kaingang estavam sendo doadas ou vendidas aos imigrantes que chegavam à província (DORNELLES, 2011: 1), uma atitude que denota a desconsideração com os habitantes nativos. No Ceará, em 1833, as autoridades confundiam os índios com a “massa civilizada” da população, e as suas terras passavam a ser administradas por juízes de órfãos, que interpretavam os territórios indígenas como lugares devolutos (SILVA, I., 2009: 12; XAVIER, 2009). Esses casos

---

<sup>3</sup> Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para o presidente da província de Minas Gerais; Retiro, 14 de dezembro de 1825. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 113-116; Documento do presidente da província de Minas Gerais ao diretor-geral dos índios de Minas Gerais; Ouro Preto, 29 de abril de 1825. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 53-54.

<sup>4</sup> Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais ao presidente do Conselho; Retiro, 27 de agosto de 1825. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 78-80; Correspondência do diretor dos índios coroados de Minas Gerais para o diretor-geral dos índios de Minas Gerais; [local?], 09 de agosto de 1825. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 80; Documento do presidente da província de Minas Gerais para o diretor-geral dos índios de Minas Gerais; Ouro Preto, 13 de março de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 108.

relativos a determinadas províncias do período, inseridos todos em um mesmo recorte temporal, são apenas exemplos de alguns poderes provinciais que deixavam de cumprir um importante dever, a garantia dos direitos individuais em um país que já era dotado de uma Constituição, e cujos atores políticos trabalhavam para construir uma nação e inculcar esse sentimento em seus habitantes.

A meu ver, Guido Marlière tinha um senso de responsabilidade no tocante aos direitos dos índios que, mesmo não citados diretamente no texto constitucional, tinham, para ele, as mesmas garantias do “homem branco”, mas sabia que a tarefa a que se propunha não era exclusiva dele. Cumpre salientar, no entanto, que as fontes sobre Minas Gerais indicam autoridades que procuravam defender também as porções dos colonos, fossem elas invadidas por índios ou por outros colonos. Não pretendo demonstrar que Minas Gerais esteve imune a esses problemas envolvendo terras e a própria defesa do índio, apesar de desconhecer, até o estágio atual da pesquisa, casos de incoerência dessas autoridades indigenistas provinciais com a lei. Citemos um exemplo. A Câmara de Minas Novas e os moradores da Cabeceira do Setúbal enviaram, em determinada ocasião, uma representação a fim de ocupar terras habitadas por botocudos, e quando havia esse tipo de proposta, o objetivo, em tese, era auxiliar na *civilização* dos indígenas, o que seria um serviço àquele Estado imperial ainda recente que tinha como trabalhosa tarefa construir a nação “civilizada”. No entanto, por vezes esse suposto auxílio resultava em efetivação da posse sobre as terras dos índios, que eram escravizados e que, não obstante reagissem à exploração, muitas vezes não tinham como se mobilizar e reivindicar devido ao isolamento geográfico, entre outros fatores. Digo isso porque esse pode ter sido um caso de apropriação de terras de índios em uma província cujas autoridades se esforçavam, como pretendo demonstrar, para garantir direitos iguais a todos os seus habitantes, mas não posso, contudo, afirmar ter sido esse o desfecho do caso de Minas Novas. Compartilho essa ideia de escravização com outros pesquisadores (PINTO, 2009: 126).<sup>5</sup> Levo em consideração que os casos citados se referem a diferentes grupos indígenas, com suas línguas, culturas e inserção em determinados contextos políticos, geográficos, econômicos, sociais, mas sempre estudo essas políticas sob a ótica do governo central, e a

---

<sup>5</sup> Documento do presidente da província de Minas Gerais para o diretor-geral dos índios de Minas Gerais; Ouro Preto, 21 de agosto de 1824. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 48; Correspondência do presidente da província de Minas Gerais para o governador das Armas da província de Minas Gerais; Ouro Preto, 22 de maio de 1824. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 38.



minha intenção é salientar que, apesar das diferenças, além da classificação como *mansos* ou *bravos*, eram todos índios para o Estado Imperial.

O discurso do indianista francês como um defensor do índio não deve, contudo, levar a uma idealização, pois o período era de guerra aos índios violentos, que reagiam às investidas sobre terras que, até meio século antes, eram muito pouco exploradas diante do receio da Coroa portuguesa de que o ouro fosse roubado. O militar se valia do recurso à violência e ao combate quando julgava necessário, e apesar de salientar a inocência dos indígenas com os quais convivia, disse ao comandante da 5ª Divisão que, se os botocudos atacassem os colonos, deveriam morrer, e o mesmo se estendia aos portugueses que ameaçassem índios. Entre 1814 e 1815, antes dos tempos da Direção-Geral, comandou duas bandeiras com a intenção de combater índios. Chegou a ser denunciado por colonos, que o acusaram de desvio de bens. Procurou se defender, e, segundo José Otávio Aguiar, nada ficou provado contra ele.<sup>6</sup> No entanto, o discurso do militar francês no documento de 1826 pode ser confirmado na documentação da Direção-Geral, período no qual trabalhou para incluir o índio no novo contexto político, econômico e social do Brasil.

## FONTES PRIMÁRIAS

NAUD, Leda Maria Cardoso (Org.). “*Documentos sobre o índio brasileiro*” (1500 a 1822). 2ª parte. *Revista de Informação Legislativa*, janeiro-março de 1971. Disponível em: <[http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/182582/1/000341538\\_2.pdf](http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/182582/1/000341538_2.pdf)>. Acesso em: 13/04/2012, 23h55min.

*Revista do Arquivo Público Mineiro*, volumes XI e XII, 1908.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José Otávio. *Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce* (Minas Gerais). *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4. Ano IV, nº 3, Julho/Agosto/Setembro de 2007. Disponível em:

---

<sup>6</sup> Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para o ministro dos Negócios do Império; [local?], 16 de novembro de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 182-183; Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para o comandante da 5ª Divisão Militar do Rio Doce; Ramalhete, 12 de agosto de 1828. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XII, 1908, p. 549-550; [autor?]; Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1827. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XII, 1908, p. 418-419.

<<http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/secaolivres.artigo.8-Jose.Otavio.Aguiar.pdf>>. Acesso em: 15/03/2012, 21h35min.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios no tempo da Corte – Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista*. Revista da USP, n. 79, São Paulo, set./nov./2008. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S010399892008000400010&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S010399892008000400010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23/03/2012, 09h25min.

DORNELLES, Soraia Sales. *Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”*: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoSoraiaSD.pdf>>. Acesso em: 25/06/2012, 14h35min.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Volume 3. *O Brasil Monárquico: O processo de emancipação*. 6. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836)*. Revista Topoi, v. 11, n. 21, julho-dezembro de 2010. p. 127-142. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi21/Topoi21\\_07Artigo7.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_07Artigo7.pdf)>. Acesso em: 21/02/2012, 08h34min.

PINTO, Francisco Eduardo. Terra de índio, terra de ninguém: conquista e civilização da banda oriental da Capitania de Minas – Termos de Mariana e Barbacena: Sertões dos Rios da Pomba e Peixe. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (Org.). *História agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, p. 119-134.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Trabalho Indígena na formação das Alagoas (Século XIX): os índios das matas nas falas e relatórios oficiais*. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoAmaroHLS.pdf>>. Acesso em: 20/05/2012, 12h55min.

SILVA, Izabelle Braz Peixoto da. *O Relatório Provincial de 1863*: um documento, muitas leituras. XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Isabelle.pdf>>. Acesso em: 24/06/2012, 13h45min.

XAVIER, Maico Oliveira. *A visibilidade indígena nas fontes paroquiais de Vila Viçosa Real (1840-1887)*. XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Maico.pdf>>. Acesso em: 25/05/2012, 15h26min.

## HELIOTROPISMO BENJAMINIANO: FILOSOFIA DA LINGUAGEM E DA HISTÓRIA NO CONCEITO DE CRÍTICA DE WALTER BENJAMIN (1892-1940)

Josias Freire\*

Nas linhas a seguir apresentaremos algumas considerações sobre as relações entre filosofia da linguagem e teoria da história na obra de Walter Benjamin a partir de seu conceito de crítica. Nossas reflexões circunscreverão alguns comentários sobre o texto de Walter Benjamin sobre o romance de Goethe. O ensaio sobre a obra *As afinidades eletivas* de Goethe foi escrito por Walter Benjamin entre 1919 e 1922 e publicado em 1924-25, na *Neue Deutsche Beiträge* (BENJAMIN, 2000, p. 356). O período entre 1919 e 1925 marcou intervalo entre a elaboração de sua tese de doutoramento, *O Conceito de crítica de arte no Romantismo alemão* (BENJAMIN, 1999) e a tese de livre-docência sobre o drama barroco alemão (BENJAMIN, 1991). Os primeiros anos da década de 1920 foram marcados pelo aparecimento de importantes textos no interior da obra do filósofo alemão, entre eles, *Crítica da Violência*, *Crítica do Poder* (1921), o célebre e polêmico texto sobre as origens míticas do direito; *A Tarefa-renúncia do tradutor* (1923); a obra *Rua de Mão Única* (1923-1926), obra que marcou a aproximação de Benjamin com o surrealismo e onde se elaborou o primeiro ensaio de seu método crítico-literário-historiográfico; além do anúncio da revista *Angelus Novus* (1922) (BOLLE, 2000, p. 421) embrião da obra *Passagens* (BENJAMIN, 2006).

Nossas reflexões serão apresentadas em torno de três pontos. Em primeiro lugar apresentaremos brevemente o tema do ensaio, isto é, os elementos arrolados como paisagem para o desenvolvimento das reflexões benjaminianas. Em seguida apresentaremos a problemática epistemológica e crítica do ensaio concluído em 1922 – problemática que Seligmann-Silva preferiu traduzir por “gnosiológica” (BENJAMIN, 1999, p. 129) – a partir de uma oposição central na obra de Benjamin: a relação entre mito e verdade. Por fim faremos algumas considerações sobre o conceito de crítica apresentado no ensaio.

O texto de Walter Benjamin sobre a obra *As afinidades eletivas* é reconhecido como um de seus mais importantes textos de crítica literária e se destaca também pela apresentação da peculiar teoria do conhecimento benjaminiana, que terá seu máximo desenvolvimento e

---

\*Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás.

sofisticação no prefácio epistêmico-crítico ao livro sobre o drama barroco alemão. Nossa análise da crítica benjaminiana ao texto de Goethe tem como pressuposto teórico fundamental a possibilidade de articular o conceito de crítica de Walter Benjamin, sua teoria crítica do conhecimento e sua filosofia da história através de sua filosofia da linguagem. Para desenvolvermos nosso pressuposto apresentaremos uma leitura do ensaio *As afinidades eletivas* guiada por um fio-condutor peculiar: nossa interpretação do texto benjaminiano.

O texto *As afinidades eletivas* de Goethe (BENAMIN, 2009) se configura em dois matizes, através de duas leituras, que se desdobram em algumas oposições, em certas justaposições, em cisões e reuniões teórico-conceituais. Uma dupla estrutura de leitura: a leitura do texto literário *As afinidades eletivas* e a leitura da estética e da epistemologia presente nele. Leituras criadoras que, pela interpretação peculiar do romance de Goethe, apresentam uma amostra do pensamento benjaminiano e o nos permite experimentar seu estilo.

Em nossa leitura colocaremos no centro do ensaio a problemática presente já no prefácio aos textos do poeta Charles Baudelaire, *A Tarefa-renúncia do tradutor*, de 1923, a saber, o tema da possibilidade de uma verdade imanente, de algo essencial, daquilo que permaneceria vivo sob o que passa. A tarefa da crítica, como Walter Benjamin a apresenta no ensaio *As Afinidades eletivas* de Goethe, visa algo que vive a partir daquilo que de morte a obra representa: “[...] O enigma daquilo que está vivo. Assim, o crítico levanta indagações quanto à verdade cuja chama viva continua a arder sobre as pesadas achas do que foi e sobre a leve cinza do vivenciado” (BENJAMIN, 2009, p. 14). Mas, qual motivo para a escolha do texto de Goethe? A filosofia da arte apresentada na obra de Goethe aparecerá como reagente ideal para o tema do conceito de crítica primeiro-romântico (BENJAMIN, 1999).

De acordo com a leitura benjaminiana o tema da obra *Afinidades eletivas* é o poder mítico que emana do declínio do casamento dos personagens envolvidos. O casamento em declínio envolve os personagens do romance na trama de destruição a partir da submissão da decisão das personagens frente aos poderes da natureza, os poderes míticos; na oposição entre afinidades e eleição. Nas palavras de Imaculada Kangussu: “Os personagens, quando abandonam a forma legal da existência, entregam-se às forças naturais, ao ‘destino’, e portanto, à ruína” (KANGUSSU, 2007, p. 156). Apesar destas forças aparecerem tendo como pano de fundo a desintegração do casamento, o romance de Goethe não tem como objeto o matrimônio. Nas palavras de Benjamin:

“O Objeto das Afinidades eletivas não é o casamento. Em nenhum lugar do romance as instâncias éticas do casamento poderiam ser encontradas. Desde o início elas estão em processo de desaparecimento, assim como a praia sob as águas durante a maré enchente.” (BENJAMIN, 2009, p. 21).

Tais poderes míticos são representados pelo tema do destino, do qual os personagens não podem escapar por sua omissão, ao escolherem a não escolha se enredam na trama da obra, onde os poderes míticos só poderiam triunfar:

“Neste círculo, as forças que surgem com o desmoronamento do casamento têm necessariamente de triunfar. Pois são justamente aquelas do destino. O casamento parece uma sina mais poderosa do que a escolha à qual os amantes se apegam” (BENJAMIN, 2009, p. 33).

Tal poder mítico é o “fundamento” do romance, de acordo com W. Benjamin. A partir desta constatação, a leitura crítica benjaminiana do ensaio será determinada, a partir da defesa de que o mítico estabelece uma barreira frente ao conhecimento da obra, mas a proposta de crítica apresentada por Benjamin poderia superar esta barreira. Enlaçados pelos poderes míticos do destino as personagens do romance de Goethe, na leitura benjaminiana, têm suas existências e os modos de agir determinados, por estas forças. Seguindo as palavras de Benjamin: “Essa espécie fatídica do existir, que engloba em si naturezas vivas num único contexto de culpa e expiação, o autor desdobrou ao longo da obra toda” (BENJAMIN, 2009, p. 31). A culpa determina nesta obra de Goethe a existência das personagens. Existência culpada, a qual o destino, sob o império dos poderes míticos.

Mas qual significado destes poderes míticos, o quê dá autoridade à tais forças para arrastarem as personagens aos seus destinos fatídicos? O conceito de destino – e, por conseguinte, os poderes míticos que o determinam – devem ser compreendidos a partir da ideia de culpa, de acordo com Walter Benjamin, o destino “[...] se desdobra de maneira irresistível na vida culpada. Destino é a correlação de culpa do vivente” (BENJAMIN, 2009, p. 31).

Passagem fundamental para compreensão da leitura benjaminiana da obra *As afinidades eletivas* e para elaboração de seu conceito de crítica. Os poderes míticos do destino assolam a existência das personagens culpadas. Mas a culpa não é mera culpa moral, que poderia ter sido causada pelo não respeito às normas do casamento. É o que Benjamin chama de “culpa natural” e está ligada à relação que aquelas personagens estabeleceram com suas

próprias ações: as personagens foram omissas frente à vida sobrenatural. O afastamento desta vida sobrenatural aparece como o desrespeito “daquilo que é humano”, como a violação da tradição (BENJAMIN, 2009, p. 23), a não consideração dos presságios e de seu simbolismo (BENJAMIN, 2009, p. 29), mas especialmente o não reconhecimento da gravidade da situação, a omissão perante a decisão. Nas palavras da comentadora: “Afinidade não é escolha, é natural: a decisão é necessária justamente para se transcender a natureza” (KANGUSSU, 2007, p. 159). Decisão que não foi tomada pelas personagens frente ao desmoronamento do casamento. A natureza que aqui representa os poderes míticos do destino aparece em oposição à vida sobrenatural, a decisão frente os poderes da natureza, o caráter humano da decisão, de manifestar através de sua linguagem juízo acerca da situação, a capacidade de mostrar o poder da palavra humana frente à natureza muda. As personagens cegamente seguiram seus destinos:

“Não se trata aqui de julgamento de sua ação, mas julgamento de sua linguagem. Pois eles seguem seu caminho sentido, porém surdos; enxergando, porém mudos. Surdos perante Deus e mudos diante do mundo. Ao prestarem contas fracassam, não pelo seu agir, mas sim pelo seu existir. Eles emudecem” (BENJAMIN, 2009, p. 26).

A referência à filosofia da linguagem benjaminiana nestas passagens é quase explícita, e fundamentam as bases da crítica ao romance de Goethe. As personagens das *Afinidades eletivas* incorreram no erro da omissão; falta em relação à linguagem que é o reflexo do verbo criador, traduzido na linguagem humana. O domínio da natureza se consolida quando se subtrai da palavra humana a sua capacidade de chamar as coisas pelo nome. O desvanecimento da vida sobrenatural é a recusa, por parte das personagens, em compartilhar da capacidade humana de dar nomes às coisas e de julgar suas ações: não houve juízo errado ou distorcido – nas palavras de Benjamin, não é “culpa moral” – mas sim uma ausência de juízo que distanciou a criatura do criador, ao negar a tarefa atribuída por esse a ela. Surdos em relação à vida sobrenatural – o imperativo atribuído pela palavra criadora àqueles que deveriam denominar – isto é, a capacidade de ir além da mera vida, e cegos frente aos sinais, ao simbolismo que adiantava às consequências de sua decisão de não decidir, de suas omissões perante a lei. A epígrafe de Benjamin ao seu trabalho, retirada de um poema de Klopstock (BENJAMIN, 2009, p. 11) é reveladora: “A quem elege às cegas, fumaça do sacrifício golpeia lhe / Nos olhos”.

Os presságios, o “simbolismo da morte” que “entretece” (BENJAMIN, 2009, p. 28) o enredo da obra goethiana não foram levados em consideração pelas personagens que seguem silenciosos, isto é na omissão, o caminho de seus destinos, como dissemos. A mudez das personagens representa o pacto unilateral com o destino, com as forças míticas da natureza desumana, a qual foi negada o chamamento humano, o nome, a tarefa atribuída ao homem. A lei que rege o destino das personagens é “sem nome” (BENJAMIN, 2009, p. 26-27), e essa ausência da nomeação figura como o domínio das forças míticas do destino, do destino natural que escapa à vida humana, a *sobrenaturalidade* do nomear, de chamar as coisas pelo nome, de desencantá-las. As personagens escolheram não escolher: “Menos hesitação teria trazido liberdade, menos silêncio teria trazido clareza, menos complacência, a decisão. [...] Também em outros aspectos o romance demonstra isso com clareza” (BENJAMIN, 2009, p. 22). O poder mítico da natureza, que emana para a existência das personagens pelo declínio do casamento, não se relaciona com o caráter imoral desse, mas sim com uma em recusa em re-conhecer – em nomear – os sinais apresentados ao longo do enredo. Seguindo Imaculada Kangussu: “A clareza da conduta só é verdadeira quando se exprime, caso contrário, é ilusória, pensa o filósofo”, e ainda: “Uma resolução moral só ganha vida quando é expressa e rigorosamente transformada em objeto comunicável” (KANGUSSU, 2007, p. 157). As personagens “emudeceram” no momento da decisão. O silêncio das personagens assim representa a postura desses perante a natureza inumana: “Com esse silêncio a aparência instalou-se consumindo o coração mais nobre” (BENJAMIN, 2009, p. 86), e ainda: “Não se expressando em palavras, toda clareza de uma conduta é aparente e, na verdade, a vida interior daqueles que dessa maneira se preservam não é menos obscura para eles do que para os demais” (BENJAMIN, 2009, p. 87).

Os poderes míticos se instalaram na vida das personagens como uma “lei sem nome”, sinal de um “obscuro delito”; arrastando a vida deles ao âmbito da “mera vida, a qual se manifesta no ser humano enquanto mera culpa” (BENJAMIN, 2009, p. 32), existência culpada que passa exigir a devida expiação.

A peculiaridade da interpretação benjaminiana está em apresentar, em um movimento fundamental de seu estilo filosófico, a maneira através da qual o conteúdo da obra deve ser considerado pelo crítico o material básico, o primeiro nível, de sua tarefa. A crítica visa à verdade, mas exatamente por isso seu universo é a própria obra e nada mais além dela. Este é o tema principal de nossa leitura: a vida que permanece na obra sob as cinzas do vivenciado e



sobre as pesadas achas do passado, deve ser buscada na obra, em sua linguagem, em primeiro lugar na sua materialidade enquanto obra. Aqui tanto as ideias de conteúdo (*Gehalt*) e de linguagem da obra só podem ser entendidas em uma perspectiva ampla. Mas as características da obra de Goethe exigiram da análise benjaminiana alguns elementos que tornaram sua análise peculiar e de grande relevância no interior de seu projeto filosófico.

A obra *Afinidades eletivas* figura, de acordo como a análise benjaminiana, como um desafio à crítica: o conteúdo material, o “teor factual” do romance é o poder mítico, que não só estabelece uma relação de exclusão com a verdade, mas também se transforma em uma barreira à crítica que visa a verdade da obra de arte, um obstáculo à passagem da materialidade da obra até sua verdade, pela busca, entre as cinzas, da chama que ainda pode arder. O romance *Afinidades Eletivas*, na interpretação da crítica benjaminiana, possui uma sobreposição entre o tema e o teor, sobreposição que na verdade existe em toda obra de arte (sob o nome de conteúdo, muitas vezes relacionado ao tema) – como veremos na problematização entre os conceitos de beleza e aparência –, mas que naquele romance, pelo caráter desta sobreposição, obscurece sua verdade. O conteúdo da obra, no sentido de sua materialidade e de sua trama, do estilo e dos fios de seu texto, é o poder do mito que arrasta as personagens em direção aos seus respectivos e inescapáveis destinos. O problema fundamental é formulado assim como a possibilidade de apresentar a verdade de uma obra de arte que tem, na aparência, uma configuração, ou melhor, que tem na configuração de sua aparência, o elemento que, por sua essência, exclui a verdade.

Antes de entrarmos nas considerações acerca da teoria crítica do conhecimento da arte e de sua epistemologia – gnosiologia – esboçada no ensaio sobre o romance de Goethe, indicaremos a forma através da qual, de acordo com Walter Benjamin, o mítico enquanto teor factual da obra, enquanto seu conteúdo, seu tema e materialidade, se torna uma barreira – e a condição de possibilidade – enquanto universo da obra – de sua crítica.

Como indicamos de passagem, a verdade que deve se apresentar na obra *Afinidades eletivas* enquanto obra de arte autêntica, só pode ser apresentada pelo trabalho da crítica eficaz, que deve ter por base, fundamento, primeiro nível, o comentário da obra, deve ter por pressuposto a materialidade da obra e nada a mais. Nem uma aproximação empática, taxada de psicologismo por Benjamin, nem qualquer mera determinação exterior à obra podem servir à crítica mais do que seu própria materialidade. Assim Benjamin apresenta a ideia de que – ideia que tem no interior da história da filosofia Benjamin como um de seus precursores – o

juízo do autor sobre sua própria obra tem tanto valor quanto a opinião dos contemporâneos de seu aparecimento: muito pouco contribuem para a tarefa de sua crítica. Para Walter Benjamin “a história das obras prepara a sua crítica e, em consequência, a distância histórica aumenta o seu poder” (BENJAMIN, 2009, p. 13), isto deve significar que, primeiro, a história das obras torna “mais nítido aos olhos do observador” (BENJAMIN, 2009, p. 12) ao decantar os conteúdos de verdade ao longo do tempo, ao mesmo tempo a separação entre materialidade e verdade, teor factual e teor de verdade, é o sinal acerca da “imortalidade” da obra (BENJAMIN, 2009, p. 13); ideia que mais uma vez faz forte referência à filosofia da linguagem benjaminiana, especialmente no que se refere às considerações acerca da tarefa do tradutor e da relação da tradução com a vida e com a sobrevivência da obra.

Outra definição fundamental, no interior da filosofia benjaminiana, é do tema do mito, que acompanhará doravante nossas discussões. Verdade e mito se excluem, a verdade é unívoca e objetiva, mas univocidade e objetividade peculiares. Não há verdade sobre o mito, apenas percepção, e é exatamente apenas esta percepção que possibilitaria a presença da verdade: “[...] A presença da verdade [...] só acontecerá sob a condição de percepção do mito, ou seja, da percepção de sua indiferença aniquiladora perante a verdade” (BENJAMIN, 2009, p. 66). A crítica benjaminiana da obra de Goethe, por visar à verdade, necessita evidenciar os elementos míticos que constituem o teor factual da obra, mas sempre com intuito de partir deles em direção à verdade. Nas palavras de Benjamin: “Esse conhecimento da natureza, com o qual o autor acreditava poder sempre comprovar sua obra, completou sua indiferença perante a crítica. ela não era necessária” (BENJAMIN, 2009, p. 46). Benjamin continua: “A natureza dos fenômenos primordiais era o parâmetro e, passível de apreensão, a relação de cada obra com ela. Mas por causa desse duplo sentido do conceito de natureza”, a saber, a não diferenciação entre a natureza portadora dos arquétipos da obra de arte e a verdadeira, “visível”; ainda seguindo Benjamin: “com demasiada frequência os fenômenos primordiais, enquanto arquétipos, converteram-se em natureza, enquanto modelo” (BENJAMIN, 2009, p. 46): a natureza visível, orgânica, passa a ser fonte dos modelos, do Ideal da arte – que deveriam pertencer ao âmbito da arte, e não da natureza. Benjamin finaliza:

“Essa visão nunca teria se tornado poderosa se Goethe – solucionando o equívoco elaborado pelo pensamento – tivesse descoberto que apenas no âmbito da arte os fenômenos primordiais – enquanto Ideais – apresentam-se de forma adequada à contemplação, ao passo que na ciência, representa-os a ideia que é capaz de iluminar o

objeto para a percepção, mas nunca de transforma-se mediante a contemplação. Os fenômenos primordiais não existem diante da arte, eles estão nela. Na realidade, não podem jamais servir de parâmetro. Se já nessa contaminação do âmbito puro e do empírico a natureza sensível parece exigir o mais alto posto, sua face mítica triunfa na manifestação plena de seu ser. Para Goethe é apenas o caos dos símbolos” (BENJAMIN, 2009, p. 46).

Ao tornar os fenômenos primordiais, presentes na arte, parâmetros estabelecidos pela natureza empírica, Goethe conferiu poderes a esta, que passou a reivindicá-los sob sua face mítica. A natureza tornou-se “caos dos símbolos” de onde o poeta, em sua velhice, especulou sobre os mais altos saberes, tornando-se apegado a diversas manias e superstições, submetendo a si mesmo e sua obra aos poderes ocultos que poderiam se manifestar a qualquer momento: o “demoníaco” (BENJAMIN, 2009, p. 48) a autoridade das “palavras órficas” como sinal do destino, a astrologia “como cânone do pensamento mítico” e o horóscopo (BENJAMIN, 2009, p. 49), o medo do poder do desconhecido (BENJAMIN, 2009, p. 50) seu “mutismo, ora doloroso, ora obstinado” (BENJAMIN, 2009, p. 52); são sinais da autoridade mítica concedida à natureza. A reflexão sobre As afinidades eletivas, para Benjamin, “lança luz sobre tais fundamentos de sua própria vida” (BENJAMIN, 2009, p. 55), transformada por sua postura frente ao mundo: “O homem petrifica-se no caos dos símbolos e perde a liberdade [...]. Ao agir, submete-se a sinais e oráculos. Eles não faltaram na vida de Goethe” (BENJAMIN, 2009, p. 54). A obra não determina a vida da mesma forma que a vida não pode determinar a obra. Trata-se, isso sim, das manifestações da experiência – indissociável da linguagem e do conhecimento, como vimos – do poeta em sua vida e nas suas obras.

Como vencer o “caos dos símbolos”, separar o intuível do sensível, o puro do empírico, para que a vida não submeta-se ao poder do mito? Benjamin, ao elaborar a crítica do romance de Goethe apresenta, a partir de sua materialidade seu conteúdo de verdade, a partir da aparência apresentar a verdade. Para tanto, esboça sua peculiar teoria do conhecimento, sobre a qual nos debruçaremos a seguir, a título de conclusão deste singelo artigo.

A filosofia da arte benjaminiana, bem como sua teoria crítica do conhecimento, estabelece, em primeiro nível uma diferenciação conceitual, que já utilizamos em nossos comentários, mas que neste momento, precisa de maior atenção. Trata-se da demarcação conceitual entre o que Benjamin chama de “teor factual” (*Sachgehalt*) e “teor de verdade” (*Wahrheitsgehalt*). De acordo com os editores do texto que aqui utilizamos *Gehalt*, além da

ideia de conteúdo, “conota também a visão de mundo ou os valores envolvidos na obra” (BENJAMIN, 2009, p. 12, nota 03). Logo de início tal diferenciação aparece no texto de Walter Benjamin: “A crítica busca o teor de verdade da obra de arte; o comentário, o seu teor factual” (BENJAMIN, 2009, p. 12). Estes teores não estão separados nas obras, eles são separados pelo procedimento crítico que visa o teor de verdade e que para isso, necessita romper a materialidade da obra, ir além da materialidade da obra, mas sempre partindo dela: “O conteúdo do fato não pode ser derivado nem da percepção de sua constituição, nem mediante a exploração de suas determinações, e nem mesmo a partir da intuição de seu conteúdo” (BENJAMIN, 2009, p. 17). A unidade dos teores se revela apenas na “experiência filosófica” da contemplação, por isso, sua diferenciação “não é ociosa na medida em que aspirar por acesso imediato não é em nenhuma outra parte mais confuso que aqui” (BENJAMIN, 2009, p. 17). O comentário deve preceder a crítica, pois a verdade, enquanto perfeição e totalidade que só podem ser reconhecidas no mundo material respeitando as limitações desse, através do re-conhecimento de sua condição de materialidade.

Vimos que na obra de Goethe analisada por Benjamin exatamente sua materialidade, de onde deveria partir o comentário em direção à crítica, impede o acesso desta pela configuração mítica desta materialidade. Mas se a barreira do mítico puder ser vencida então será possível apresentar na obra de arte goethiana, a partir do conteúdo que aparentemente exclui a verdade, a verdade desta aparência de exclusão. Para tanto faz-se necessário, de acordo com Benjamin, reconsiderar alguns aspectos da relação entre verdade e beleza.

Para Benjamin a crítica possibilita reconhecer o teor de verdade da obra de arte como “mais elevado problema filosófico” (BENJAMIN, 2009, p. 81). Enquanto “configurações”, as obras de arte autênticas podem servir de base para a formulação daquele problema filosófico superior, acerca da unidade da filosofia ao redor do tema da verdade das coisas. Mas se as obras de arte podem ser indagadas – como irmãs da filosofia, na metáfora benjaminiana – acerca do problema da verdade, se apresenta mais um problema – que ao fim das considerações benjaminianas será a resposta para o dilema da crítica da obra goethiana – que por natureza esquivada à crítica.

A obra de arte, para Walter Benjamin, é uma configuração de onde se é permitido formular a questão acerca da unidade da filosofia em torno do problema da verdade, como dissemos. A vida preservada pela obra de arte autêntica, isto é, o que lhe é essencial, se opõe ao caráter superficial, formal, da obra de arte: sua aparência. Assim como a crítica deve ser

precedida pelo comentário, como partir da aparência em direção ao essencial, se comumente verdade e aparência se excluem? É possível, algo na aparência, contribuir para a superação da própria aparência? Sigamos as palavras de Benjamin:

“A forma, todavia, como num encantamento, converte o caos em mundo por um instante. Por isso, nenhuma obra de arte, completamente livre desse encantamento, pode aparentar estar viva sem tornar-se mera aparência e deixar de ser obra de arte” (BENJAMIN, 2009. P. 91).

A vida – a verdade da obra de arte, o enigma sob o qual o crítico deve se debruçar – só é conferida à obra de arte enquanto aparência de vida. Como impedir que a vida seja abolida na aparência, sem negar a necessidade da aparência para esta vida? Seguindo Benjamin:

“A vida que se agita nela [na obra] deve aparecer paralisada e como que aprisionada por um instante num encantamento. O elemento nela existente é mera beleza, mera harmonia que inunda o caos – e na verdade, apenas o caos, e não o mundo –, mas que ao inundá-lo, só aparenta dar-lhe vida. O que põe termo a essa aparência, o que prescreve o movimento e obsta a harmonia é o sem-expressão (*Das Ausdruckslose*)” (BENJAMIN, 2009, p. 91-92).

A apresentação benjaminiana do “sem-expressão” o permite atribuir uma dignidade à aparência: em seu termo no sem-expressão, a mera aparência deixa de ser aparência – por um instante, o instante crítico – e pode afirmar o que nela há de verdadeiro – não aparente essencial: seu teor de verdade. Se a aparência se imobiliza então pode se revelar o que na sua beleza a relaciona com a verdade.

O sem-expressão benjaminiano apresenta a partir da aparência na obra de Goethe o tema da verdade e da beleza: tanto o tema quanto a trama da obra são resolvidas a partir de seu caráter mítico, sem tomá-lo como ponto final – tal como a crítica precedente fez – ao contrário, pela estabilização da aparência, pela cesura de seu caráter de aparência, revelar o que pode existir de verdadeiro.

O sem-expressão “consuma a obra que ele despedaça”, este é o poder crítico do conceito de crítica apresentado por Walter Benjamin em seu ensaio: pelo despedaçamento da obra – tal como a desestabilização da linguagem pela tradução – a obra é mortificada para, a partir dessa destruição apresentar seu conteúdo de verdade, sua vida sob as cinzas. O sem-expressão faz da obra “torso de um símbolo”, tal como em Goethe, a obra está no Ideal: “Seu

pensamento [de Goethe] direcionava-se não para as ideias em devir [como a filosofia da arte romântica, como vimos brevemente em nosso desvio acima], mas sim para os conteúdos a configurados, da maneira como a vida e a linguagem os preservam” (BENJAMIN, 2009, p. 15). Assim a verdade da aparência pode se apresentar sem perder o que lhe caracteriza: estar sob a aparência. A paralisação que o sem-expressão representa impede que a aparência se desfaça, preservando o caráter de velamento essencial à verdade: a falsa aparência é destruída, a falsa totalidade. Para Benjamin “o belo, ainda que ele mesmo não seja aparência, deixa de ser essencialmente belo quando a aparência desaparece dele” (BENJAMIN, 2009, p. 111), isto é, o belo perde sua relação com a verdade se a aparência for banida. Assim a tarefa crítica é definida na relação entre o belo e a verdade pela apresentação histórica dessa. História e crítica se entrelaçam na concepção benjaminiana de verdade e beleza, entrelaçamento cujo *médium* é a língua em seu secreto heliotropismo.

### Referências

BENJAMIN, Walter. *As afinidades Eletivas de Goethe*. In: BENJAMIN, Walter. *Ensaio Reunidos: Escritos Sobre Goethe*. Tradução de Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo; supervisão e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Edição alemã de R. Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na edição brasileira de Olgária C. F. Matos; tradução do alemão de Irene Aron; tradução do francês de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Selected Writings*. Volume 1 (1913-1926). Editado por Marcus Bullock and M. W. Jennings. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2000.

\_\_\_\_\_. *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão*. Tradução, introdução e notas de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Editoras Iluminuras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ursprung des deutschen Trauerspiels*. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*, I (parte 1). *Abhandlungen*. Publicação de Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser, participação de T. W. Adorno e Gershom Scholem. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag, 1991.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

KANGUSSU, Imaculada. *Walter Benjamin e Kant (I), Inexprimível: A herança do “Sublime” na Filosofia de Walter Benjamin*. In: SELIGMANN-SILVA (org.). *Leituras de Walter Benjamin*. 2ª Edição. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2007.

## **A EXPERIÊNCIA COMO “ORÁCULO VERDADEIRO E SUPERIOR”: A RELEITURA HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO AMERICANA PELOS INTELLECTUAIS FEDERALISTAS NA DÉCADA DE 1780**

Leonardo Grão Velloso Damato Oliveira\*

No curso de minha pesquisa acerca do federalismo brasileiro da década de 1830, a chamada Década Liberal, deparei-me com algumas questões inquisitivas sobre as origens contextuais daquele pensamento. Embora não fosse de minha pretensão promover um estudo no intuito de determinar as origens do pensamento político, alguns estudos na área de História da América, mais precisamente dos Estados Unidos, sedimentaram uma dúvida historiográfica das possibilidades de promover uma pesquisa que utilizasse das premissas do contextualismo linguístico e pudesse relacionar o pensamento americano durante a Independência com o federalismo brasileiro também no contexto de desligamento da metrópole colonial (CARVALHO, 1998).

Assim, essa pequena comunicação é fruto de um desvio inquisitorial da minha investigação sobre as bases do pensamento político federalista americano no período da Independência. A fim de relacionar minha pesquisa com as temáticas centrais deste Seminário de Teoria da História e Historiografia, busco discutir aqui neste pequeno trabalho a formação de uma tradição historiográfica no contexto da Independência Americana, a saber: a produção de um olhar negativo em relação aos primeiros anos após a Declaração da Independência e de ideias políticas específicas, geradas a partir desse contexto de releitura do passado, que se reforçaram e foram sedimentadas na forma da Constituição Americana de 1787.

Por ter percebido, a partir da leitura dos 85 ensaios de James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, intitulado *The Federalist* (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987), uma constante admoestação sobre o perigo do descontrole governamental e da participação popular generalizada, e na bibliografia (BAILYN, 1973; BAILYN, 2003; MORGAN, 1992; WOOD, 2003; WOOD, 1992; KRAMNICK, 1987; KETCHAM, 1986; WOOD, 1969; RAMSAY, 1965; BOORSTIN, 1965; MORGAN, 1965) a nomenclatura do período entre os anos de

---

\* Bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do Prof. Dr. Michael Alain Soubbotnik e co-orientação da Profa. Dra. Adriana Pereira Campos. Contato: leograovelloso@gmail.com.

1776-1787, pensei em relacionar essa discussão e discutir a fundação dessa historiografia federalista, que produziu olhares preocupados sobre esses anos e incentivou essa nomeação a partir dos textos de época.

Primeiramente, cumpre ressaltar de qual nomeação falamos para, em seguida, voltarmos aos textos de época e assim percebermos como a “experiência humana”, ou a história vivida, direcionava os três federalistas a constituírem o pensamento *centralizador* que está expresso entre os ensaios citados.

O período entre os anos de 1776 e 1787 é marcado pela historiografia como crítico, tanto para a formação da nação americana, pois teria sido ele o mentor principal da aprovação da Constituição Americana, quanto para a formação do *ethos* político desse povo. Isaac Kramnick (1987) ressalta o fato de quando a Independência tornou-se realidade para os norte-americanos, eles precisaram se constituir como povo, como nação e como Estado, simultaneamente, destacando a inexistência dessa separação teórica entre o que era ser inglês e o que era ser americano, no sentido político.

A percepção de Edmund S. Morgan (1992; 1965) não se diferencia da anterior. Para este, só muito tardiamente depois dos embates políticos contra o Parlamento inglês, de uma série de reclamações e oposições às taxas impostas pela coroa britânica à colônia, a partir dos anos de 1760, e da longa discussão acerca de representação, impostos, poder do rei e do Parlamento que os americanos teriam percebido que não haveria linha mediana entre a separação total entre as colônias e a coroa e uma possível convivência pacífica no sentido de recuperar o quase *autogoverno* experimentado nos anos precedentes aos de 1760.

Ao estudar as origens intelectuais da Revolução americana, Bernard Bailyn (2003) notou o quão inglesas eram as reivindicações americanas nos primeiros anos precedentes à Declaração de Independência, tendo as sedimentado em cima dos argumentos da literatura de oposição inglesa produzida na Crise de Exclusão do século XVII e nos primeiros anos do século XVIII, com os libertarianistas ingleses (SIDNEY, 1996; LOCKE, 2005; GORDON, TRENCHARD, 1737).

Em suma, a bibliografia destaca a propriedade tardia da Revolução Americana. Ela não teria sido aventada até quase dois anos antes da redação da Declaração de Independência, pois os



próprios colonos não se compreendiam de maneira distinta, mas como súditos da coroa inglesa. Embora os debates acerca da ideia de América no período colonial evidenciem ideias contrárias a essa que acabei de dizer, já que no âmbito cultural os puritanos de Massachussets, principalmente, produziram concepções as quais distinguiam radicalmente os ingleses do velho continente e os cuja residência se dava na América, ela não chegara a ultrapassar os limites dessa diferenciação religiosa, cultural e identitária a ponto de produzir algo próximo à ideia de nação distinta (HOLLINGER, CAPPER, 1997).

O título dessa comunicação evidencia o próprio problema a ser aqui discutido: a experiência traumática dos americanos, vivida entre os anos de 1776 e 1787, que viu o legislativo crescer enormemente, as disputas por cargos políticos nas Assembleias Estaduais gerarem facções e a falta de unidade e de poder do Congresso, instância que representava o governo central da Confederação americana, levou os federalistas ao apoio da Constituição de 1787, até mesmo ao ato de esboçá-la, na Convenção em Philadelphia, no mesmo ano.

A historiografia já citada colocou esses anos como o problema nacional em si. Para melhor expressar, ela defendeu, de maneira geral, que esses anos de sedimentação da liberdade, obtida quando da Independência, foram experimentados de maneira tão intensa cuja sequência foi o fortalecimento da ideia contrária a expansão da liberdade. O que seria necessário, a partir de então, era seu recrudescimento, um governo que assegurasse a liberdade já obtida, mas prevenisse seus perigos, tão alarmantes e tão evidentes ao longo da história humana. Na ótica federalista, essa era a crença. O tom geral do famoso ensaio de número 10, de Madison, expressa essa elaboração.

A instabilidade, injustiça e confusão introduzida nos conselhos públicos tem, de fato, sido as doenças mortais sob as quais os governos populares pereceram por todas as partes, bem como elas permanecem sendo o assunto favorito e frutífero dos quais os adversários da liberdade derivam suas mais capciosas declamações (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987: 122-123).

A preocupação com os perigos dos modelos populares de governo é clara no trecho citado. Madison não se coloca contrário à liberdade, bem como os federalistas de maneira geral. O louvor diante de valores como liberdade e autogoverno era algo generalizado e dividido entre os americanos da geração pós-revolucionária (BAILYN, 1973; MORGAN, 1992; KRAMNICK, 1987). Entretanto, os federalistas da década de 1780 acreditavam que essa liberdade já não corria mais perigo. Tendo sido bem consolidada com a Guerra de

Independência, era seu excesso que naquele momento colocava a América em situação perigosa, pois a desunião da Confederação era, para eles, uma ameaça constante, enquanto não fosse feito um governo central que pudesse garantir a força da União (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987).

Segundo Michael Kammen (1988), para os *Pais Fundadores*, em 1787, a tradição se consolidava na forma de experiência política acumulada, servindo como base do raciocínio utilizado para estabelecer certas instituições políticas e não outras. Portanto, o estabelecimento da Constituição e a ideia federalista que lhe era favorável seriam explicadas nessa máxima: não era a opção mais viável cuja tomada faziam os federalistas, ao apoiarem o movimento diante da centralização do Estado que se formava na época; era a única alternativa razoável – e quando digo razoável, o faço propositalmente – para assegurar o sucesso da empreitada nacional americana. Esse argumento não era tirado puramente da razão política, mas da experiência. A história não era a *mestra da vida*, neste caso. Era, sim, a experiência vivida pelos próprios americanos nos anos anteriores, não na forma de história, acessível por livros ou pelo estudo, mas a própria vivência como povo que lhes dava as alternativas a serem escolhidas como as mais apropriadas.

Talvez seja por isso que os ensaios têm essa retórica preocupada com a vivência americana e a palavra *experience* seja correntemente repetida como a justificativa para tais opções políticas apresentadas. Não raras são as expressões *experience has thought us*, ou referências à *american experience* (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987). A própria ideia de experiência americana carregava em si elemento aglutinador, de maneira a fortalecer a ideia de centralização que queriam os federalistas empreender. No trecho a seguir, Madison afirmava que “esta é a segurança [fronteiras constitucionais] que parece ter sido principalmente confiada pelos compiladores da maior parte das constituições Americanas. Mas a experiência nos garante que a eficácia da provisão tem sido imensamente supervalorizada; [...]”. Experiência aparece, portanto, como algo que unia a vivência política dos Estados sob um mesmo estigma generalizante. Não haveria *experiências* individuais dos Estados, mas uma só, partilhada por todos eles na forma de “experiência Americana”. A experiência, de maneira contrária à história, não somente ensinava. Ela garantia aos americanos qual seria o caminho a ser seguido, na ótica dos federalistas.

David Richards (1989) assevera as bases do constitucionalismo americano. Para o autor, eram elas três: federalismo, separação de poderes e revisão judicial. A grande característica deste empreendimento era sua fundação nas experiências vivenciadas. A Constituição Americana era encarada como experimento pelos próprios homens da época, mas isso não a dotava de desconfiança. Era experimento, fundado na experiência, ou seja, algo ainda a ser testado. Entretanto, ainda sim era o “melhor experimento possível”. O constitucionalismo era concebido a partir da união entre as fontes intelectuais dos americanos e a experiência. Em suma,

era concebido como direcionado às patologias do poder político sob a luz do requerimento lockeano de que o poder político só seria legítimo se, em termos de justiça igualitária, respeitasse as esferas do auto-governo razoável protegido por inalienáveis direitos humanos e avançasse o interesse público de todos (RICHARDS, 1989: 107).

Nenhum governo estaria isento dos males tão ressaltados nos escritores ingleses que influenciaram os americanos. Contudo, o constitucionalismo seria a saída para transformar a teoria e ciência política daquela época e justificar o curso inovador tomado por eles. Na ideia dos federalistas, os males intrínsecos que afligiam os governos populares foram intensos nesse período crítico, quando a América foi regida pelas Constituições Estaduais e a União enfraquecida com os Artigos da Confederação. Dizia Madison que

Reclamações são por todos os lados escutadas de nossos cidadãos mais considerados e virtuosos, igualmente amigos da fé pública e privada e da liberdade pessoal e pública, que nossos governos [o plural denota a referência aos vários governos estaduais] são muito instáveis, que o bem público é ignorado nos conflitos entre partidos rivais, e que as medidas são muito comumente decididas não de acordo com as regras da justiça e os direitos do partido menor, mas pela força superior de uma maioria interessada e autoritária (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987: 123).

Advertindo em relação ao perigo eufórico dos primeiros anos seguintes à Revolução, Madison também afirmava

as valiosas melhorias feitas pelas constituições Americanas nos modelos populares, tanto antigos quanto modernos, certamente não podem ser tão admiradas; mas seria uma parcialidade insustentável argumentar que elas têm evitado eficientemente o perigo neste lado, como foi desejado e esperado (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987: 123).

Para o americano, as Constituições estaduais teriam já empreendido sua contribuição em consolidar a liberdade. Houve sim valiosas melhorias a partir delas. Contudo, diferentemente

da expectativa colocada sobre suas promulgações, as Constituições não resolveram o que pareciam os problemas intrínsecos aos governos populares para Madison. Ao contrário, elas teriam contribuído para mantê-los, pois pelo zelo e amor que dispunham à liberdade elas acabavam colocando em cheque a unidade e a estabilidade do sistema político (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987). Cabia à Constituição e à União reforçada garantir essas duas últimas, na ótica federalista.

De acordo com Morton White (1987), a experiência fazia parte do horizonte filosófico dos revolucionários americanos, ficando este evidente nos 85 ensaios do *Federalist*. A diferença entre a história como experiência e os acontecimentos que ocorriam diante de seus próprios olhos fica clara na leitura de alguns dos ensaios. Enquanto a história, portanto a experiência passada, ensinava os princípios da ciência política em como constituir um Estado, sob um governo popular, sem que ele precisasse sofrer os males já experimentados ao longo da história, a experiência vivida comprovava suas ideias no campo do empirismo político. Para White, os federalistas – ou *Publius* – não retiravam seus argumentos do racionalismo filosófico, das conexões puras entre as ideias. Seus princípios políticos quase que fluíam com naturalidade da experiência histórica e da experiência vivida, embora fossem constituídos argumentativamente como verdades evidentes e razoáveis.

Essa ideia talvez explique a compreensão de que eles estavam fazendo quando sugeriram, por meio da Convenção Constitucional, a Constituição à América. Para os federalistas, a América era um paciente doente e eles eram os médicos que, a partir da observação desses problemas, sentidos pelo paciente, receitaram a Constituição e seus princípios políticos como cura para esses males. Dizia Madison

Um paciente que percebe sua complicação piorando a cada dia e que um remédio eficaz não pode ser mais adiado sem perigo extremo, após raciocinar friamente sobre sua situação e sobre as características de diferentes médicos, ele seleciona e chama entre os quais ele julga mais capazes de administrar sua cura e os mais bem intitulados de sua confiança. [...]

Tal paciente em tal situação é a América neste momento. Ela tem estado sensível à sua doença. Ela obteve dicas unânimes e regulares dos homens que ela mesmo escolheu deliberadamente. (MADISON, HAMILTON, JAY, 1987: 249-250).

Pela simples observação, ou seja, por um ato fundado no conhecimento empírico, e não teórico; na experiência vivida, e não na imaginação, os americanos (federalistas)

unanimemente sugeriram uma cura, a Constituição. A partir desse ato, as curas para as doenças da América estariam já em voga, não fossem os adversários dela que, sem propor melhor cura, objetassem aquela proposta pelos representantes escolhidos pela própria América. A força do argumento, portanto, não se baseava na razão pura, ou em elaborações que nada tinham com a história da América. Para ser aceita, elas deveriam ser fundadas na experiência americana, se revestirem da vivência e, mesmo reformulando ideias, não poderiam fugir daquele núcleo de ideias partilhada entre os federalistas e os antifederalistas. Ideias essas cuja base era a experiência e a história.

Essa retórica extremamente preocupada com a história contemporânea aos revolucionários influenciou a historiografia que lhe foi posterior. Embora Bailyn (1973) tenha chamado atenção para o fato de os federalistas, nessa fase de consolidação do Estado e de construção da nação americanas, não terem desviado muito do núcleo de preceitos inaugurados a partir da Revolução, ele assevera como os problemas práticos colocados pela realidade foram os guias das ideias mais aceitas nesse período. A ideia da liberdade já não era mais o centro. Ela precisava ser colocada lado a lado com alguma ordenação, para que, assim, pudesse ser garantida.

Vemos a aceitação dessa ótica federalista mesmo em obras *recentes*. O período, nomeado “*politics of liberty*” por Kramnick (1987), “*crisis period*” por Morgan (1992), “*critical period*” por Wood (1969), parece ter se consolidado com essa ótica não só por ter sido o período crucial na construção do Estado e da nação, mas também pela retórica de admoestação empreendida pelos federalistas.

### **Referências bibliográficas**

BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

BAILYN, Bernard. Central themes of the Revolution. In: KURTZ, Stephen G.; HUTSON, James H. **Essays on the American Revolution**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1973, p. 3-31.

BOORSTIN, Daniel J. From *The Genius of American Politics*. In: MORGAN, Edmond S. **The american revolution: two centuries of interpretation**. New Jersey: Prentice-Hall, 1965, p. 115-138.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 155-188.

HOLLINGER, David A.; CAPPER, Charles (org.). **The American Intellectual Tradition**: Volume I, 1630-1865. 3. ed. New York: Oxford University, 1997.

KAMMEN, Michael. **A Season of Youth**: The American Revolution and the historical imagination. 2. ed. Ithaca: Cornell University, 1998.

KETCHAM, Ralph. **The Anti-Federalist Papers and the Constitutional Convention Debates**. Londres: Penguin Books, 1986.

KRAMNICK, Isaac. Editor's introduction. In: MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **The Federalist Papers**. London: Penguin Books, 1987, p. 11-81.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John (ed. por Isaac Kramnick). **The Federalist Papers**. London: Penguin Books, 1987, p. 83-487.

MORGAN, Edmund S. **The Birth of the Republic**: 1763-89. 3. ed. Chicago: University of Chicago, 1992.

MORGAN, Edmund S. The American Revolution: Revisions in need of revising. In: MORGAN, Edmund S. **The american revolution**: two centuries of interpretation. New Jersey: Prentice-Hall, 1965, p. 166-179.

RAMSAY, David. From *History of the American Revolution*. In: MORGAN, Edmund S. **The american revolution**: two centuries of interpretation. New Jersey: Prentice-Hall, 1965, p. 5-19.

RICHARDS, David A. J. **Foundations of American Constitutionalism**. New York: Oxford University, 1989.

SIDNEY, Algernon. **Discourses concerning government**. Indianapolis: Liberty Fund, 1996.  
WOOD, Gordon S. **The Creation of the American Republic 1776-1787**. New York: W. W. Norton & Company, 1969.

TRENCHARD, John; GORDON, Thomas. **Cato's letters, or essays on liberty civil and religious, and other important subjects**. Londres: W. Wilkins, T. Woodward, J. Walthos, J. Peele, 1737, 4v.

WOOD, Gordon S. **The American Revolution**: A history. New York: Random House, 2003.

WOOD, Gordon S. **The Radicalism of the American Revolution**. New York: Alfred A. Knopf, 1992.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

WHITE, Morton. **Philosophy, The Federalist, and the Constitution.** New York: Oxford University, 1987.

---

## AS RAZÕES POLÍTICAS, FILOSÓFICAS E RELIGIOSAS A FAVOR DA PERMANÊNCIA DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL NAS "FALAS" DE RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS

Rafael Cupello Peixoto\*

O comércio transatlântico de escravos possui uma historiografia bastante vasta. A maioria dos trabalhos, que trataram dos debates acerca da abolição do comércio de escravos para o Brasil, acabou por focar em demasia a rivalidade entre o Legislativo - principalmente a Câmara dos Deputados - e o Executivo, dando muitas vezes margem para uma linha interpretativa na qual todos os deputados envolvidos nas discussões foram contrários a convenção anglo-brasileira, acusando-a de anticonstitucional, ou ainda, acabaram por examinar os debates sobre o encerramento do "infame comércio" de carne humana por uma abordagem que procurou vincular o posicionamento dos tribunos como simpatizantes ou críticos a escravidão/tráfico, tendo no discurso de Raimundo da Cunha Mattos a maior ferramenta analítica para corroborar esta vertente interpretativa.<sup>1</sup> Diferentemente destas leituras, verificamos que a postura dos deputados brasileiros era reflexo dos posicionamentos dos grupos políticos que disputavam a gerência do Estado, na concorrência pleiteada entre opositores e aderentes a D. Pedro I.

Analisando as linguagens políticas que estavam presentes nos discursos parlamentares brasileiros nas discussões sobre a abolição do tráfico negreiro, percebemos a utilização por parte de alguns deputados, em especial Raimundo José da Cunha Mattos e D. Romualdo Antônio de Seixas, de uma retórica política que abrangia justificativas religiosas e filosóficas para defender ou atacar a perpetuação do trato mercantil negreiro. Entretanto, todos os pronunciamentos parlamentares estavam vinculados as disputas políticas que existiam naquele

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>1</sup> Existem diferenças interpretativas entre os autores aqui mencionados, no que diz respeito a pressão inglesa nos acontecimentos que culminaram na abolição do tráfico de escravos para o Brasil, entretanto, no que pertence ao comportamento da Câmara dos Deputados as análises são muito próximas, ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. BETHEL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002; CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.



momento entre críticos e apoiantes à figura do primeiro imperante brasileiro. No entanto, Cunha Mattos se destaca nestas "falas", porque portava uma posição independente dos grupos políticos instalados na Câmara Imperial. Sendo assim, seus discursos são de grande valia, não só para avaliar o pensamento político acerca do papel do africano e da escravidão na sociedade brasileira ao refletir o pensamento de boa parte da elite política brasileira sobre a temática, bem como nos permitem analisar a intensidade das disputas políticas existentes naquela Casa e como elas influenciaram os discursos profanados por seus colegas de plenário. Analisaremos os pronunciamentos políticos de Cunha Mattos ocorridos no ano de 1827 na Câmara Imperial. Naquele ano, foi discutido o tratado assinado entre os governos britânico e brasileiro que procurou encerrar o comércio negreiro em três anos após a sua ratificação, ou seja, em 13 de março de 1830.

No parecer da Comissão de Diplomacia e Estatística referente à convenção da abolição do comércio da escravatura celebrado entre o Brasil e a Inglaterra em 23 de novembro de 1826, apresentado à Casa na sessão de 2 de julho de 1875, os votos de Raimundo José da Cunha Mattos (GO) e Luís Augusto May (MG) foram destoantes dos demais componentes da comissão. Luís Paulo de Araújo Bastos (BA), D. Marcos Antônio de Souza (BA) e D. Romualdo Antônio de Seixas (PA) aprovaram o acordo celebrado entre as partes contratantes. Enquanto Augusto May levou a questão para uma possível irregularidade constitucional do tratado, que feriu o §8º do art.124, Cunha Mattos asseverou a necessidade da permanência do trato de africanos para o Brasil, apresentando justificativas históricas, pragmáticas (no campo econômico) e religiosas (ACD<sup>2</sup>, 1875: 12-18). Tais posicionamentos eram parte das razões políticas que partilhava e que vinham à frente das razões religiosas e filosóficas. Cunha Mattos foi um discípulo das ideias defendidas pelo bispo J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho em sua obra *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África* (COUTINHO, 1966). Antes de qualquer análise, salvamos apresentar nosso ilustre deputado goiano.

Raimundo José da Cunha Mattos nasceu em 2 de novembro de 1776 na cidade de Faro, Algarves, em Portugal. Ainda jovem, assentou praça de soldado na Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia do Algarves, onde se formou no curso de matemáticas puras e aplicadas. Embarcou como furriel de artilharia de Marinha para as ilhas de São Tomé

---

<sup>2</sup> As siglas ACD foram utilizadas para abreviar o nome Anais da Câmara dos Deputados.

---

e Príncipe, na qual comandou a fortaleza de São Sebastião da Barra. Asseverando uma formação que visava atender aos interesses de Estado da Coroa portuguesa, com estudos práticos que alavancassem o desenvolvimento técnico do Império português (DIAS, 2005), Cunha Mattos desenvolveu ainda, por largos anos, árduos estudos de história e geografia dos locais que percorria na África. Depois de “residir por 19 anos nas Ilhas”(VIEIRA, 2010: 2), Cunha Mattos aportou no Brasil em 1817, “onde combateu Insurreição Pernambucana de 1817, sendo nomeado em 1818, comandante de artilharia em Pernambuco, onde permaneceu por dois anos” (VIEIRA, 2010: 2).

Face à separação política do Brasil de Portugal, e consoante com Martha Vieira, Cunha Mattos optou em ficar no Brasil, pois,

ao longo de 1822, com a gradativa aceitação pública da proposta da independência e a adesão das câmaras ao Príncipe Regente, Cunha Mattos viu-se compelido a romper os vínculos com Portugal e passou a servir ao Imperador e ao Império brasileiro. Tal posição política transpareceu não somente em suas ações, mas também nos seus textos, que começaram a se referir ao Brasil como “*pátria adotiva*” (VIEIRA, 2010: 4)

Em 1823, foi nomeado governador das armas da província de Goiás, “com a incumbência de resguardar as fronteiras do norte goiano e evitar a invasão das tropas portuguesas assentadas no Pará, Piauí e Maranhão”(VIEIRA, 2010: 5). Em 1826, foi eleito, por esta mesma província, para deputado da Assembleia Geral nas duas primeiras legislaturas (1826-29 e 1830-33) (SACRAMENTO BLAKE, 1902: 112-114).

Militar de carreira, Cunha Mattos também era um “homem da pena”, como destacou Martha Vieira, e com preferência pelas ciências pragmáticas a serviço do progresso material, afastando-se dos estudos filosóficos, como exemplo, destacamos a sua obra "*Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz*"<sup>3</sup> escrito entre 1823 e 1826.(VIEIRA, 2010: 6) Ele não questionava a estrutura social dos três mundos que herdara do Império português,<sup>4</sup> pelo contrário, a reafirmava, como bom representante do *paternalismo liberal*,<sup>5</sup> na qual a ascensão para o africano e a aquisição da cidadania para seus filhos se davam pela dinâmica da alforria (paternalismo) e eram garantidas pela Constituição

<sup>3</sup> Esta obra foi editada em 1836. MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goyaz*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836.

<sup>4</sup> Sobre o modelo dos três mundos, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, pp. 138-139.

<sup>5</sup> Conceito desenvolvido em PARRON, op. cit., p. 71.

de 1824 (liberal). Ascensão controlada e de preferência com melhoria da casta, no dizer de Cunha Mattos:

Na nossa marinha e nosso exército há muitos pretos e pardos dignos de todo o louvor. (...) Venham para cá pretos, logo teremos pardos, e finalmente brancos, todos descendentes do mesmo Adão, de um mesmo pai (ACD, 1875: 16).

Cunha Mattos pensava o africano como parte importante no processo civilizatório brasileiro. Era o espaço que este elemento ocupava nos três mundos de nosso Império, ou seja, no do trabalho, que garantia o progresso da nação e a permanência das prerrogativas dos grupos dirigentes e da ordem social, possibilitando ao cativo encontrar um pouco de civilidade ao escapar do bárbaro continente africano e, através de um processo progressivo, típico da filosofia ilustrada, melhorado por meio da miscigenação e das ações promovidas pelo *paternalismo liberal*. Para asseverar isso, Cunha Mattos se aproximava da tradição histórica do mundo luso-brasileiro no tratamento de gente de cor para reforçar a defesa pela continuidade do tráfico negreiro:

Nós sabemos, Sr. Presidente, que os pretos e os pardos em todos os tempos prestaram relevante serviços ao Brasil. Henrique Dias, era um preto; na nossa marinha e nosso exército há muitos pretos e pardos dignos de todo o louvor. Eu creio que nenhum de nós se acha animado no espírito de puritanismo para não cairmos no grande defeito de nossos maiores, que sempre querem ser fidalgos, ainda que nas raízes das suas árvores genealógicas estivesse um mouro, um negro, ou um judeu (ACD, 1875:16).

A razão política apresentada por Mattos associava-se aos interesses de parte dos grupos dirigentes do Estado imperial brasileiro, ou seja, a garantia da propriedade escrava e sua reposição incontinua, o tráfico. Prova disso foram suas justificativas para a permanência do trato de africanos. Dos sete pontos apresentados por Cunha Mattos, cinco deles se refletiam diretamente a efeitos práticos sobre a economia brasileira. Eram eles: prejuízo ao comércio nacional, arruinamento da agricultura, aniquilação da navegação, cruel golpe nas rendas do Estado e problema de mão-de-obra, pois não havia uma população forte que fizesse o Brasil recusar o imenso recrutamento de gente preta (ACD, 1875:11).

Tal percepção por parte de Cunha Mattos pode ser explicada pela compreensão que detinha sobre o direito natural. Sua defesa intransigente pela manutenção do trato de africanos era referendada ainda por perceber o direito natural como direito social, pois o indivíduo era antes de tudo um ser social, logo os direitos naturais eram deduzidos da necessidade de

existência de uma dada sociedade. Conceitos defendidos pelo bispo J. J. de Azeredo Coutinho, em sua obra de 1808 (COUTINHO, 1966), porém, enquanto o bispo concebia a figura do soberano - típica perspectiva de uma sociedade de Antigo Regime - a capacidade de melhor avaliar as necessidades sociais, o deputado goiano considerava esse direito emergente ao corpo legislativo brasileiro - clara acepção das ideias constitucionais no Brasil - e não ao poder Executivo na figura do monarca, e muito menos por uma nação estrangeira, ou ainda, por um humanitarismo universal, fruto das Luzes do Século:

Eu já disse, que não advogo a continuação indefinida deste comércio: acabe, acabe por uma lei que já se acha proposta desde a sessão passada; **acabe por um decreto do corpo legislativo brasileiro**, e não pela intervenção armada da Inglaterra (ACD, 1875: 16) (grifos meus).

Tráfico e a escravidão eram encarados por ele como uma questão pública e não como problema individual. A necessidade de existência, no caso a economia do país, falava mais alto. Por isso mesmo, se afastava das razões filosóficas das "Luzes do Século". O deputado assevera que as filantropias, economias políticas, teorias inglesas e francesas eram "**coisas boas para ler e muito más em prática** (...)"(ACD, 1875: 14) (grifos meus). As justificativas religiosas que abraçava, auxiliavam ainda mais sua percepção a favor do tráfico e o aproximavam também do bispo Azeredo Coutinho. Cunha Mattos se utilizava da Bíblia como prova irrefutável de fundamentação da escravidão enquanto consequência do pecado:

"Diz-se que a escravidão é oposta aos preceitos da religião católica! Que a escravidão seja coisa má, não duvido eu; mas que ela é oposta aos preceitos da religião católica, é coisa que nunca li. Oposta aos princípios do maometismo é com efeito, porque Maomé ordenou que todo o escravo que abraçasse a doutrina do Corão fosse logo libertado. Eis um preceito que não foi transmitido pelo nosso Divino Mestre, nem pelos apóstolos, concílios ou doutores da Igreja! O mais que eles fazem é aconselhar-nos a tratar bem os nossos escravos, e nisto param as recomendações! Maldito seja Canaã: ele seja escravo dos escravos a respeito de seus irmãos: Canaã seja escravo de Jafet! Tais são as palavras da bíblia. Nemrod foi um robusto caçador diante do Senhor. Abraão teve escravos, Isaac teve escravos, Jacob teve escravos, os pontífices, os arcebispos, os bispos, os prelados de todas as ordens tem escravos, e eu não tenho observado que os libertem, que deixem de se servir com semelhante gente e de se conformarem neste ponto com os princípios da religião católica. Também se diz que o tráfico é vergonhoso, e oposto ao cristianismo! Para que continuam os Srs. eclesiásticos a viver com essa gente procedida de um vergonho tráfico? Concedam-lhes liberdade, não se sirvam com cativos; deem-nos exemplos de moralidade conforme o espírito do cristianismo, **não fique esta moralidade em simples palavras, que são levadas pelo vento!**"(ACD, 1875: 31-32) (grifos meus).

Mais uma vez, percebemos sua crítica às razões filosóficas, ao exigir dos eclesiásticos que se desfizessem de seus cativos, como prova de uma ação prática, utilitária, concreta e não apenas que ficassem condenando a escravidão na palavra, nas ideias, de forma teórica. Somasse a isso, a convicção que o ilustre tribuno tinha a respeito do tráfico. Para ele, era um resgate do africano da selvageria da África, pois indagava seus colegas de plenário: "É melhor que os pretos escravos, sejam sacrificados na África, do que conduzidos para o Brasil, onde podem vir a ser muito menos desgraçados?" (ACD, 1875: 15). Era a mesma percepção que tinha o bispo J. J. de Azeredo Coutinho a respeito do trato negreiro. Por isso mesmo, no título de sua obra o eclesiástico utilizou o termo *resgate* e não o vocábulo *comércio* para se referir a essa atividade mercantil (COUTINHO: 1966).

Como fora apresentado acima, podemos assegurar que o conceito de *humanidade* que era partilhado por Cunha Mattos era preso à apreensão religiosa do mundo ibérico. Entretanto, por ter as razões políticas à frente de todas as outras causas, se preocupará em atacar a *humanidade* e *filantropia* do governo inglês, vendo nela uma questão política, de interesse do governo londrino em romper os laços brasileiros com o continente africano e consolidar as ações britânicas na África. O que o tempo provaria não ser de todo errado, no que dizia respeito às ações britânicas no continente africano.

Senhores, não acreditem nas pinturas, que nos apresentam os ingleses nos seus estudos escritos da associação africana, nem nos eloquentes discursos de seus oradores parlamentares, **a política tem maior parte** nesses pomposos discursos do que verdadeira filantropia a benefício dos pretos! (...) **conheço qual é o ponto a que o governo ou a política inglesa dirige a mira** (ACD, 1875: 15) (grifos meus).

No âmbito político interno, Cunha Mattos nos possibilita em seus discursos perceber qual era o tom que preocupava os tribunos da Câmara dos Deputados Imperial. Primeiramente, sabia o deputado goiano o quanto naquele momento não se podia apoiar a continuidade do comércio da escravatura *ad eternum* devido à opinião pública da época. Ele procurava reforçar em suas alocuções a preocupação em não transparecer ser um defensor perpétuo do tráfico e da escravidão, e como a palavra da moda era *humanidade*, e este termo, estava ligado a ser partidário das novas concepções das "Luzes do Século", sempre procurou reforçar sua adesão aos preceitos ilustrados:

(...) eu, por modo nenhum me proponho defender a justiça e a eterna conveniência do comércio de escravos para o Império do Brasil: eu não cairia no **indesculpável**

---

**absurdo de sustentar no dia de hoje e no meio dos sábios da primeira ordem da nação brasileira, uma doutrina que repugna às luzes do século, e que se acha em contradição com os princípios de filantropia geralmente abraçados:** o que me proponho é mostrar que ainda não chegou o momento de abandonarmos a importação dos escravos (...) (ACD: 1875: 12) (grifos meus).

Notamos o quanto as ideias antiescravistas estavam inseridas dentro do jogo político do Primeiro Reinado. Para argumentar a favor da manutenção da importação de escravos, Cunha Mattos se utilizou de recursos que os opositores à política do primeiro imperante brasileiro empregavam para atacar o monarca. O deputado por Goiás atacou a validade do tratado apresentando três alegações, a saber: a primeira, o governo foi extorquido por força, violência e ameaças, e que em tempos de paz cumpriu que os contratantes fossem livres e não oprimidos; segundo, porque diminuía as rendas nacionais, causando grave lesão à agricultura e comércio do Brasil, e por fim a última; o governo havia estabelecido leis de crimes e penas, sem o consentimento da Assembleia Legislativa, ao estabelecer o crime de pirataria, e por isso mesmo atacar a lei fundamental do império ao fazer com que cidadãos brasileiros fossem julgados em tribunais estrangeiros (ACD, 1875: 13).

Das alegações acima, a oposição a D. Pedro I se valeu muito do último ponto apresentado por Cunha Mattos. O governo, ao estabelecer a pena de pirataria aos que estivessem envolvidos no comércio de escravos, teria legislado, ou seja, estabelecido uma lei, o que não era permitido, segundo a percepção dos deputados, ao Poder Executivo e, por conseguinte, a figura do monarca. No entanto, mostrando ser da "bancada neutra", Cunha Mattos se preocupou muito mais em atacar a ação do governo londrino, a falsa *humanidade* e *filantropia* dos mesmos, e de apresentar justificativas que comprovassem o quanto era prematura a abolição do trato negreiro, do que em direcionar suas críticas ao governo. Para Cunha Mattos, "o governo do Brasil não pode anuir aos desejos, nem mesmo as ameaças da Inglaterra" (ACD, 1875: 16); e ratificou:

o governo cedeu á força maior: acomodemo-nos com a nossa desgraça; mas cumpre que a Inglaterra saiba, e que saiba o mundo todo, que os brasileiros conhecendo, como já mesmo conheceram os negociantes de escravos da Bahia (como mostro por este parágrafo do requerimento que eles fizeram a respeito das violências dos ingleses) (leu), que este tráfico é odioso, e que deve terminar no Brasil; os mesmos brasileiros clamam contra a intervenção armada dos ingleses nos nossos negócios domésticos; censuram a exorbitação do nosso ministro, estranham o terror pânico dos nossos negociadores, conhecem que a convenção ataca o comércio, a agricultura, a navegação, as rendas dos cofres nacionais, que é prematura, e finalmente é extemporânea (ACD, 1875: 18).

Portanto, muito mais que uma crítica ao governo imperial, seu ataque se direcionou aos ingleses. Podíamos dizer que Cunha Mattos tinha concordado com o discurso do ministro marquês de Queluz, quando este procurou responsabilizar o governo londrino e inocentar qualquer ação por parte de D. Pedro I. Todavia, como veremos a seguir, os opositores do monarca não incorreram neste erro, e muito menos aceitaram esta desculpa de Queluz. Mostrando que sabiam jogar o xadrez político existente entre Câmara e Imperador não criticariam a ação inglesa, pelo contrário a elogiariam, direcionando todos os seus julgamentos à ação do governo brasileiro.

Corroborando com a "neutralidade" de Cunha Mattos nesta disputa, percebemos o quanto de simulação tinha nas palavras dos seus colegas de bancada, pois, tanto opositores como governistas se prostraram do lado da *filantropia* e *humanidade* e não defenderam como ele, a continuação aberta do tráfico de escravos:

Que belas teorias, que sublime moral, que louvável filantropia tem no dia de hoje aparecido nesta casa! Queira Deus que tantas virtudes tenham a sua base nos corações dos honrados oradores! Eu assim o entendo e por isso tenho imensos motivos de dar parabéns à nossa pátria (ACD, 1875: 31).

Reafirmando o seu conhecimento do quanto às ideias antiescravistas estavam inseridas no jogo político do Primeiro Reinado, ao criticar o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, um dos líderes da oposição ao governo na Câmara, quando este defendia a pena de morte aos comerciantes de escravos, Cunha Mattos enfatizou:

Um nobre deputado inflamado de zelo pela felicidade pública, fulminou uma sentença de morte em termos gerais - Morra quem negociar em escravos! - Oh, Sr. presidente, até que ponto chega a verdadeira filantropia? Não seria preferível dizer - Libertemos os nossos escravos - e dar logo esse exemplo admirável! Quanto é fácil dizer - Morra - , mas quanto é dificultoso o libertar os pobres escravos! Nós seríamos os mais venturosos legisladores do universo, se agora mesmo víssemos que os nobres deputados eclesiásticos e seculares, que tantos belos discursos fizeram hoje para se pôr termo ao tráfico desumano dos escravos, libertassem neste instante todos aqueles que possuem e hoje mesmo principiassem a servir-se com gente livre, homens brancos, que não devem ter os maus costumes de escravos! (ACD, 1875: 34).

Como pudemos notar, Mattos sabia bem quais eram os reais sentimentos de seus nobres parceiros da Casa. Melhor do que ninguém, ele compreendeu que muitos de seus colegas não partilhavam de sentimentos antiescravistas; contudo, conhecia o que estava em jogo por traz

daqueles debates, e ainda, julgava que nenhum dos demais tribunos teve a ousadia de realizar, como ele fez uma defesa mais aberta pela permanência da importação de almas humanas para o Brasil. Todavia, Mattos se preocupou também em se afirmar como um partidário das "Luzes do Século" e dos sentimentos filantrópicos da época, não querendo ser classificado ou visto como um escravista, pois sabia quanto a opinião pública condenava uma advocacia efusiva do tráfico. Talvez, o que o incomodava era o fato de que a discussão do tratado, ao invés de caminhar para os pontos que ele levantara, tinha discorrido para uma disputa explícita entre Câmara e Imperador (ou partidários e opositores no plenário), e que, as opiniões a respeito do trato escravista e da própria escravidão tinham ficado em segundo plano. Terminamos as intervenções de Cunha Mattos a respeito dos debates contra a abolição do comércio de carne humana, com uma última citação, que não só corroborou com a sua percepção das disputas políticas existentes dentro da Casa, como mostrava o quanto o mesmo tinha ciência dos sentimentos filantrópicos e antiescravistas dos ilustres tribunos da Câmara Imperial: "Sr. presidente tudo são teorias, modas do tempo e que com o tempo hão de acabar!"(ACD, 1875: 32).

#### **Referências bibliográficas:**

- BETHEL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002
- CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Revista Topoi. Rio de Janeiro, nº1, Jan-Dez., 2000
- \_\_\_\_\_. *Escravidão e razão nacional*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp.35-64.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Aspectos da ilustração no Brasil*. In: Maria Odila Leite da Silva Dias. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 39-126.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.



NEVES, Guilherme Pereira das. *Guardar mais silêncio do que falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a escravidão*. In: NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

POCOCK, J. G. A. *O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática*. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

VIEIRA, Martha Victor. Cunha Mattos: entre a Pena e a Espada. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*. Jan-Abril de 2010, vol. 7, ano VII, nº 1,

#### **Obra de referência:**

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victoriano Alves. *Diccionario bibliografico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v.7.

#### **Fontes impressas:**

*Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados. Sessões de 1875*. Tomo 3, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goyaz*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1836.

---

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE QUADRINHOS NO BRASIL: NOTAS DE PESQUISA

Ivan Lima Gomes\*

### Introdução

A reflexão acadêmica brasileira comprometida com a construção de conhecimentos específicos a partir de pressupostos teórico-metodológicos bem delimitados dedica-se aos quadrinhos já há mais de quarenta anos. Iniciar uma tentativa de balanço historiográfico com uma afirmação dessa espécie pode parecer um pouco fora de propósito, mas justifica-se mediante a constante reclamação que se encontra presente em boa parte dos trabalhos de pesquisadores neófitos ao tema – ao passo que exigem para si mesmos o cumprimento de uma espécie quase ritualística de solicitação de permissão perante os cânones acadêmicos para iniciarem seus estudos sobre tão profana temática. Para além dessa uma espécie de “rito de passagem”, a análise sistemática do conjunto das obras dedicadas aos quadrinhos permite-nos aferir os limites e possibilidades desses estudos e mesmo a presença de uma “memória disciplinar” (SALGADO, 2003) a canonizar determinados temas e a negligenciar outros tantos – e as eventuais relações de tais escolhas com o contexto histórico onde foram gestadas.

Nesse sentido consideramos legítimo tomar tais trabalhos a partir de uma perspectiva historiográfica (CATROGA, 2010: 25), de forma a problematizar as aproximações e abordagens sobre os quadrinhos e buscar, assim, a construção do tema de nossa pesquisa sob um ponto de vista teórico-metodológico, ou seja, que atente para novos desdobramentos epistemológicos que qualquer novo objeto de pesquisa termina por introduzir ao conhecimento (GRESPLAN, 2010; PROST, 2008; KNAUSS, 2006). Ora, se a História é “a ciência dos homens no tempo”, no famoso dizer de Marc Bloch, por que não seria também a escrita sobre um determinado contexto ou processo historicamente condicionada?

---

\* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (bolsa Cnpq) e professor de Teoria e Metodologia da História pela Universidade Estadual de Goiás, onde desenvolve projeto de pesquisa intitulado “História e historiografia da produção bibliográfica sobre quadrinhos no Brasil”. Agradeço aqui a participação da bolsista de Iniciação Científica Karla Jacinto pelo levantamento de dados. É também doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, com bolsa do CNPq.

A partir destes apontamentos, pretendo aqui esboçar uma reflexão de âmbito historiográfico sobre o conjunto da produção acadêmica que se dedicou a estudar o fenômeno cultural das HQs na sociedade contemporânea. Reconhecer a presença de reflexões próprias e caras a contextos históricos precisos implica constatar que também nos inserimos de alguma forma nessa tradição acadêmica brasileira sobre quadrinhos, seja ao corroborá-la ou quando apontamos alguns de seus limites (CERTEAU, 2010).

### **Quadrinhos no Brasil: notas gerais para uma historiografia**

Uma das principais características da bibliografia em questão e que talvez possa servir de eventual justificativa para o relativo desprezo que recebe por parte de alguns estudiosos recentes, deve-se à sua dispersão em variadas áreas do conhecimento. Presente ainda hoje ao nos depararmos com trabalhos sobre HQs em áreas como Tecnologia e Planejamento Urbano e Regional (SILVA, 2006; BENTO, 2008), considero que, longe de revelar, em um primeiro momento, fragilidade teórico-metodológica ou indício de mero modismo temático, parece-me antes, se olharmos sob o ponto de vista historiográfico que tentarei desenvolver aqui, uma exigência que os quadrinhos terminam por impor àqueles que se aventurem a tentar compreendê-los.

Um primeiro esforço de síntese na tentativa de mapear o conjunto da produção acadêmica relacionada às HQs foi empreendido em artigo de Vergueiro e Santos (VERGUEIRO, SANTOS, 2006). Ambos estudiosos são ligados ao campo da Comunicação Social e preocupam-se sobremaneira em ressaltar o reconhecido pioneirismo acadêmico do país no estudo dos quadrinhos, sobretudo nos estudos de Comunicação Social para, em seguida, quantificar os principais temas que a literatura dedicada às HQs teria se debruçado. Como procedimento metodológico, analisa o conjunto de teses e dissertações produzidas na USP e, principalmente, na sua Escola de Comunicação e Artes (ECA). Identifica um expressivo crescimento por décadas e o predomínio de estudos sobre “conteúdo” – ou seja, que pretendem “identificar e discutir os possíveis significados presentes nas histórias em quadrinhos” naquilo que classificou como “categorias de análise” mais trabalhadas (VERGUEIRO, SANTOS, 2006: 6-7).

O artigo de Vergueiro e Santos nos permite vislumbrar algumas tendências gerais presentes nas obras que tratam das HQs no Brasil. O fato de elas serem trabalhadas a partir de

enfoques oriundos de variados campos de saber, conforme já indicamos aqui, não elimina o fato de que a maior parte da produção acadêmica concentra-se no campo da Comunicação Social já desde os seus primórdios no país – os trabalhos pesquisadores da área como Moacy Cirne, Álvaro de Moya e aqueles mais recentes<sup>1</sup>, ligados aos pesquisadores que integram o Observatório de Histórias em Quadrinhos da USP, comprovam essa afirmação. Longe de pretender esgotar o conjunto de trabalhos ligados ao universo dos quadrinhos, apresentaremos a seguir alguns dos mais representativos trabalhos por eles produzidos para, em seguida, apontarmos aproximações recentes observadas na pesquisa histórica, ressaltando a necessidade de um olhar que articule ambas perspectivas.

Os primeiros trabalhos que tomaram as HQs como objeto privilegiado de estudo logo priorizaram os quadrinhos brasileiros, considerados detentores de especificidades caras ao seu contexto de produção e que apresentam, assim, uma historicidade própria. Val destacar, conforme desenvolveremos nas páginas subsequentes, que os dois principais estudiosos do tema levavam a discussão sobre os quadrinhos e a cultura brasileira em alta conta, seja por meio de uma filiação às discussões acadêmicas das esquerdas dos anos 1960 e 1970, seja pela atuação junto ao mercado dos quadrinhos. É preciso também situar como marco de tais estudos o contexto dos anos 1960, quando os quadrinhos são assimilados como uma expressão da cultura *pop* e urbana<sup>2</sup>.

A preocupação artística com os quadrinhos também servirá de estímulo aos primeiros estudos produzidos no Brasil sobre o tema, iniciados por Moacy Cirne no final dos anos 1960. Integrante de movimento literário de vanguarda (CIRNE, 1970; CIRNE, 1975c), Cirne também atuou na Revista de Cultura Vozes, contribuindo para que esta se distanciasse das discussões estritamente religiosas que dominavam o perfil dos seus artigos até meados dos anos 1960 e passasse a publicar textos de perfil acadêmico, com ênfase nas discussões ligadas a temas como estruturalismo e semiótica. A leitura de Cirne sobre os quadrinhos também será fortemente marcada, pois, pelo interesse na experimentação artística por meio das discussões

---

<sup>1</sup> Atualmente o NPHQ é conhecido por “Observatório de Histórias em Quadrinhos”. Cf. <http://www.eca.usp.br/gibiusp/home.asp> (acesso em 18 jul. 2012).

<sup>2</sup> Se, no início dos anos 1960 cineastas como Fellini e Resnais já polemizavam ao declararem seu fascínio por personagens como Flash Gordon, Fantasma e Mandrake, na segunda metade da década a obras *pop art* de Roy Lichtenstein, a música tropicalista de Caetano Veloso (vide “Superbacana”, por exemplo) e o cinema marginal de Rogério Sganzerla (com o curta de 1969 intitulado “História em quadrinhos”, produzido junto com o pesquisador das HQs Álvaro de Moya, já citado aqui) dedicavam espaço para os quadrinhos serem incorporados como tema e linguagem em seus próprios trabalhos.

sobre linguagem promovidas pelos estudos de “semiologia”, como os realizados por Sausurre, Peirce e Barthes.

O terceiro elemento que caracteriza seus trabalhos será a inclinação marxista que assumem muitos de seus trabalhos quando dialoga, por vezes de forma bastante difusa, com a bibliografia de esquerda dos anos 1970 como Althusser e Balibar. Suas obras assumem um viés explicitamente militante, artística e politicamente comprometidas com os debates presentes na sociedade brasileira dos anos 1970 e 1980. Cirne preocupa-se sobremaneira em discutir o imperialismo nos quadrinhos, em reflexão próxima àquela estabelecida pelo conhecido trabalhos de Dorfman e Mattelart e Dorfman e Jofré, publicados no Brasil desde o início dos anos 1970 (DORFMAN, MATELLART, 1980; DORFMAN, JOFRÉ, 1978). Ao apontar que, a despeito da sua importância na “fixação de determinados valores gráfico-narrativos quadrinhísticos”, a invasão dos *comics* no Brasil a partir dos anos 1930 ocupou “um espaço editorial que deveria nos pertencer” e impôs “uma ideologia e uma estética alheias à nossa problemática cultural”, Cirne critica estudiosos que não teriam levado em conta a presença de experiências como as de Ângelo Agostini em fins do século XIX ou os quadrinhos publicados em *O Tico-Tico* (1905):

E o imperialismo cultural, na área dos quadrinhos, é tão acentuado que, ainda em 1970, alguns estudiosos de *comics* entre nós consideravam o 14 de março de 1934, dada (sic) de lançamento do referido *Suplemento* [*Suplemento Juvenil*, primeira publicação a veicular *comics* de forma sistemática no Brasil], como ‘o verdadeiro início da História em Quadrinho no Brasil’. E pretendem ser levados a sério, quando não passam de uns colonizados mentais! (CIRNE, 1983: 80-81).

Outro autor que inicia estudos pioneiros sobre os quadrinhos nos anos 1970 e é representativo para nos auxiliar a caracterizar a área de estudos sobre este tema é Álvaro de Moya. Jornalista, roteirista e desenhista de quadrinhos durante os anos 1940-50, um dos organizadores da “1ª Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos”, realizada em São Paulo em 1951, atualmente é professor aposentado da ECA-USP e conhecido por ter organizado importante trabalho sobre o tema, referência obrigatória a qualquer estudioso que inicie seus estudos em quadrinhos. Marcado pela pluralidade temática e de linhas de pensamento – e também por seu caráter pragmático e pouco afeito a teorizações –, conta com contribuições de artistas, jornalistas, psicanalistas e até mesmo com a curiosa participação de Jô Soares como autor de um dos artigos. Ainda que seu estilo enciclopédico e factual, enriquecido por sua experiência como desenhista de quadrinhos nos anos 1940 e 1950 e sua

linguagem jornalística, seja ainda hoje bastante influente e cumpra sua função informativa, pouco pode nos auxiliar teoricamente para compreender os quadrinhos enquanto fenômeno cultural (MOYA, 1970; MOYA, 1994; MOYA, 2003).

Passado o que podemos considerar como um “primeiro momento” da bibliografia sobre quadrinhos no Brasil, cuja datação iniciar-se-ia em fins dos anos 1960 e que alcançaria os primeiros anos da década de 1980 com o último trabalho de Cirne a tratar diretamente de quadrinhos (CIRNE, 1982), chegamos a um segundo período, mais curto, que se iniciaria em meados dos anos 1980 e duraria até o ano de 1990.

Como característica principal, observa-se aqui uma espécie de refluxo na produção bibliográfica dedicada aos quadrinhos. Talvez, com o fim de praticamente vinte anos de período ditatorial no país e o crescente interesse no estudo de novos temas pertinentes ao contexto e ao percurso acadêmico que então experimentavam as Ciências Sociais no país, tais como o operariado e os estudos de gênero, considerou-se que os quadrinhos pouco poderiam auxiliar academicamente à compreensão das transformações políticas vividas pelo país naquele momento. Obviamente, isso não significa que os trabalhos sobre o tema tenham sido de todo interrompidos, mesmo que aqueles lançados avancem pouco em propor novas questões em relação ao período anterior aqui apresentado. Em todo caso, nesse segundo momento autores que se consolidarão posteriormente lançam seus primeiros estudos: Sonia Bibe Luyten publica seus primeiros sobre o tema já em fins dos anos 1970 – ainda que seu primeiro livro sobre quadrinhos seja publicado apenas em 1984 (LUYTEN, 1984); e mesmo Waldomiro Vergueiro, que defende dissertação em 1985, mas ainda pouco publica sobre quadrinhos até então (VERGUEIRO, 1985).

Vergueiro será o principal expoente da pesquisa acadêmica sobre quadrinhos que caracterizará o que avaliamos como um terceiro período dentro da bibliografia sobre quadrinhos no Brasil, cujos marcos se localizam em 1990, com o surgimento de um “Núcleo de Pesquisa sobre Histórias em Quadrinhos” (NPHQ-USP), sob a sua liderança e com cadastro no CNPq; um primeiro artigo seu especificamente sobre o tema; e vale também mencionar o retorno de Moacyr Cirne em outro trabalho polêmico (VERGUEIRO, 1990; CIRNE, 1990). Avaliamos que, até o presente momento, tal período se estende até os dias atuais.

Reconhecidas socialmente como um meio de expressão legítimo, seja através do êxito mercadológico que obriga grandes editoras e livrarias a reservarem a elas um espaço próprio,

seja no reconhecimento literário de autores e obras em quadrinhos ou mesmo pelas lucrativas adaptações para o cinema, as histórias em quadrinhos seduzem inocentes – para tomar emprestado o título do polêmico livro de Fredric Wertham – e atraem atenção de estudiosos nem tão inocentes assim. O aumento no número de trabalhos acadêmicos reflete, por sua vez, o grande crescimento experimentado pelas pós-graduações brasileiras a partir dos anos 1990.

O conjunto de trabalhos produzidos pelo grupo ligado ao NPHQ reflete tal expansão. Sob o ponto de vista dos estudos em comunicação, os trabalhos por eles produzidos analisam os quadrinhos a partir da linguagem, das suas possibilidades de aplicação em sala de aula, sua trajetória histórica, além da análise de autores e personagens específicos, por exemplo<sup>3</sup>. Ainda que os trabalhos não prescindam de referenciais teóricos das ciências sociais, muitos deles carecem de um olhar que procure historicizar os quadrinhos como uma prática cultural que dialoga e propõe questões em variados graus com o seu tempo.

Realizada a análise historiográfica do conjunto da bibliografia sobre as histórias em quadrinhos no Brasil, algumas perguntas nos restam: de que maneira poderia a História utilizar-se dos quadrinhos? Como a História pode contribuir para a compreensão das histórias em quadrinhos – e, invertendo a questão, o que os quadrinhos apresentam de novo para a construção do saber histórico? Tentaremos tangenciar algumas respostas a essas questões através da análise de alguns trabalhos recentes de historiadores que lançaram mão das HQs em seus trabalhos como objeto.

O primeiro deles é um artigo póstumo de Sandra Pesavento sobre famoso assassinato ocorrido em Porto Alegre no século XIX e suas representações durante o século XX (PESAVENTO, 2011). Parte considerável do artigo debruça-se sobre a versão em quadrinhos publicada pela edição gaúcha do jornal *Última Hora*, em uma seção intitulada “Crimes que abalaram o Rio Grande do Sul”, com roteiros de Paul Koetz e desenhos de João Mottini – mais precisamente, um crime ocorrido em 1864 que se tornaria conhecido como “o açougue macabro da Rua do Arvoredo”. A autora estaria preocupada em perceber “onipresença da ficção na construção do fato, da força do imaginário e da representação da mulher na história”, além de destacar que a presença de uma seção dedicada aos crimes ocorridos no Rio Grande do Sul revelariam que “não só a memória social da cidade parecia ter conservado mistérios, terríveis no seu passado, como também sua população, nessas últimas décadas, tinha uma predileção pelos crimes célebres” (PESAVENTO, 2011: 153; 151).

---

<sup>3</sup> Alguns trabalhos recentes são divulgados em <http://observatoriodehistoriasemquadrinhos.blogspot.com.br/> (acesso em 18 jul. 2012).

O maior acesso a fontes ligadas aos quadrinhos, bem como o diálogo com a bibliografia especializada, teria permitido a autora, porém, acrescentar muitos outros dados à sua análise e, talvez, até mesmo reformulá-la em suas hipóteses gerais, como aquela que aponta o impacto que o tal crime teria sobre o imaginário social da população gaúcha a partir do fato de ter adaptada em quadrinhos quase cem anos depois. O que Pesavento talvez desconheça é que Mottini, ao lado de outros artistas e roteiristas gaúchos e paulistas, integrou uma pioneira iniciativa de produção e distribuição de histórias em quadrinhos para jornais de todo o país, a Cooperativa Editora de Trabalhos de Porto Alegre (CETPA). Com forte apoio de Leonel Brizola, teve início nos primeiros meses de seu mandato como governador do Rio Grande do Sul e foi idealizada pelo jornalista e desenhista carioca José Geraldo, que já escrevera nos anos 1950 uma série de crônicas, não por acaso, intitulada “Crimes que abalaram o Rio de Janeiro”. Além disso, poderia ter explorado, a partir de uma trajetória histórica dos quadrinhos no Brasil, interessantes *insights* presentes em seu trabalho, como a presença do gênero de horror e de personagem feminina caracterizada como uma *pin-up*.

Um segundo trabalho que merece menção é de Ethel Cuperschmid e encontra-se em coletânea resultado de comunicações em importante seminário de historiografia (CUPERSCHMID, 2011). Tomando como objeto de estudo a relação entre memória do holocausto e a linguagem das HQs presente na já referida obra *Maus*, de Art Spiegelman, Cuperschmid aponta para questões de ordem teórica que a estética dos quadrinhos introduz ao historiador que se interesse em debruçar-se sobre eles e que se apresenta como um campo de reflexão pouco explorado por estudiosos da área. Uma pena que a própria autora parece desconsiderar expressões e discussões caras aos estudiosos dos quadrinhos e que, tal como no artigo de Pesavento, poderiam levá-la a refinar os debates que propõe em seu trabalho. É a conclusão que chegamos ao vê-la tomar em pouca o fato de *Maus* ter sido concebida como uma *graphic novel*: a expressão não é apenas um capricho de teóricos, e sim um gênero próprio dentro dos quadrinhos – o que contribuiria para compreender seu grau de elaboração e o público a que ela se direcionou, por exemplo (CUPERSCHMID, 2011: 77-90).

### **Considerações finais**

O uso de imagens na pesquisa histórica pode contribuir para que uma compreensão diferenciada do mundo possa ser posta em prática, em contraposição àquilo que Boaventura



de Sousa Santos definiu como “paradigma dominante”, cujas bases epistemológicas sustentam-se a partir de noções como as de sujeito único, de progresso linear da experiência humana e de construção do conhecimento a partir da cultura escrita e do modelo científico newtoniano (Santos, 1995: 10-23; Knauss, 2006: 100). Atentar para as possibilidades que a análise de imagens pode introduzir na pesquisa histórica é, com isso, percebê-las como portadoras de sentidos múltiplos, que variam conforme as intenções de seus produtores que, para tal, devem estabelecer diálogo com o quadro geral da sociedade, de forma a consagrar maior ou menor sentido às suas produções visuais.

Longe de pretender esgotar o conjunto da bibliografia que se dedicou a analisar os quadrinhos, concluímos que enfocá-la sob um viés historiográfico pode contribuir para introduzir novos temas de pesquisa ou lançar novos olhares sobre fontes já trabalhadas. Além disso, deve servir como estímulo o diálogo que os quadrinhos parecem exigir entre campos de saber variados. E, nesse sentido, ressaltar a historicidade dos quadrinhos como prática cultural e as mediações presentes entre esta e a sociedade devem nortear a pesquisa histórica que venha a tomar os quadrinhos como objeto de pesquisa.

A partir dos trabalhos de duas pesquisadoras com reconhecidas trajetórias acadêmicas na área de História logo se constata que os quadrinhos introduzem questões para o historiador que não se encontram presentes em outras fontes e que cabe à História contribuir para compreender sua trajetória ao longo do tempo. Ressalto ser preciso, porém, respeitar e explorar sua linguagem e as reflexões sobre eles previamente realizadas, sem medos ou receios, mesmo se elas se apresentarem na sociedade “apenas como histórias infantis”, como afirma Cuperschmid – curiosamente, em defesa dos quadrinhos. Entendê-los como uma prática cultural que intervêm sobre a sociedade, elabora questões a ela e responde ativamente a demandas sociais historicamente localizadas é uma exigência que as HQs introduzem aos historiadores e que cabe ser debatida.

### **Referências bibliográficas**

BENTO, Alexandre Rosa. *Das propostas fantásticas do urbanismo até as cidades imaginárias desenhadas para revista de história em quadrinhos Heavy Metal*. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- CAGNIN, Antônio Luiz. *Os quadrinhos*. São Paulo: Ática, 1975.
- CATROGA, Fernando. O valor epistemológico da História da História. In: RIBEIRO, M. M. T.. *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa UC, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.
- CIRNE, Moacy. *Bum!*. A explosão criativa dos quadrinhos. Petrópolis: Vozes, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Vanguarda, um projeto semiológico*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Uma introdução política aos quadrinhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A biblioteca de Caicó*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *História e crítica dos quadrinhos brasileiros*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1990.
- CUPERSCHMID, Ethel Mizrahy. Narrativa do Holocausto em quadrinhos: desafios e conquistas. In: NICOLAZZI, F. (et alli). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 77-90.
- DORFMAN, Ariel, MATTELART, Armand. *Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, C. (org.). *Fontes históricas*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010. p. 291-300.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 9-24.
- KNAUSS, Paulo. 2006. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *Artcultura*, 8 (12): 97-115.
- LUYTEN, S. M. B.. *Histórias em quadrinhos: leitura crítica*. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.
- MOYA, Álvaro de. *História da história em quadrinhos*. 3ª edição. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- MOYA, Álvaro de. *Vapt vupt*. São Paulo: Clemente e Gramani, 2003.
- MOYA, Álvaro de (org.). *Shazam!*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 7ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SILVA, Luciano Henrique Ferreira. *Hibridismo cultural, ciência e tecnologia nas histórias em quadrinhos de próton e neuros: 1979-1981*/ Editora Grafipar. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Tecnologia), Universidade Tecnologia Federal do Paraná.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Histórias em quadrinhos: seu papel na indústria de comunicação de massa*. Mestrado em Comunicação – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. *Historias em quadrinhos e identidade nacional: o caso Pererê*. *Comunicações e artes*, São Paulo, v. 15, n. 24, p. 21-26, 1990.

VERGUEIRO, W.; SANTOS, R.. A pesquisa sobre histórias em quadrinhos na Universidade de São Paulo: análise da produção de 1972 a 2005. *UNIrevista*, v. 1, n. 3, jul. 2006, p. 1-12.

#### *Sites*

<http://www.eca.usp.br/gibiusp/home.asp> (acesso em 18 jul. 2012).

<http://observatoriodehistoriasemquadrinhos.blogspot.com.br/>

## DESAFIOS AO FAZER HISTORIOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO

George Fellipe Zeidan Vilela Araújo\*

### Introdução

A validade do conhecimento histórico havia sido questionada pelas Ciências Sociais nascentes durante a primeira metade do século XX. Com as contribuições de historiadores membros dos *Annales*, como Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel, foi possível a sobrevivência da História-disciplina através do diálogo com as Ciências Sociais e a adoção de metodologias e conceitos delas oriundos, além do desenvolvimento de uma nova concepção de História e de Tempo Histórico.

Contudo, durante a segunda metade do século XX, o pensamento ocidental viu abalado vários de seus paradigmas pelo chamado *giro linguístico*, que exerceria uma duradoura influência não apenas na História, mas em todo o conjunto das Ciências Humanas.

Mas o giro linguístico não foi o último desafio imposto à História e ao fazer historiográfico durante a segunda metade do século XX. Com o advento do *giro cultural*, e a mudança do *regime de historicidade* do mundo pós-1989, os historiadores são forçados, uma vez mais, a refletirem seriamente sobre a sua prática.

### O giro linguístico

A expressão *giro linguístico* foi bastante utilizada entre as décadas de 1970 e 1980 para se referir a um difuso e muito importante movimento intelectual que foi se articulando progressivamente ao longo do século XX, e que exerceu grande influência na Filosofia e em diversas Ciências Humanas e Sociais. Esse impacto está relacionado a preocupações com o papel exercido pela linguagem não apenas nos projetos dessas disciplinas, mas também nos fenômenos geralmente estudados por elas. Ao modificar a concepção existente sobre a natureza da linguagem (de “palavra sobre o mundo” para “ação sobre o mundo”), o *giro linguístico* apontou questões relativas à natureza do conhecimento, questionando o que

---

\* Mestrando em História pela UFMG.

usualmente se entende por “realidade”, e propiciou o surgimento de novos tipos de investigação e metodologias para sua análise. De acordo com Tomás Ibáñez Gracia, o *giro linguístico* rompe

[...] com uma tradição secular centrada no estudo do "mundo das ideias", mundo interior e privado, e orienta a obra filosófica para o estudo dos enunciados linguísticos. Isso significa uma profunda modificação em nossa concepção da linguagem, pois essa deixa de ser considerada como um simples meio para traduzir ou expressar, de melhor ou pior forma, nossas ideias, para ser, considerada um instrumento para exercitar nosso pensamento e constituir nossas ideias. A linguagem é a própria condição de nosso pensamento, ao mesmo tempo em que é um meio para representar a realidade. O "giro linguístico", portanto, substitui a relação "ideias/mundo" pela relação "linguagem/mundo" e afirma que para entender tanto a estrutura de nosso pensamento quanto o conhecimento que temos do mundo é preferível olhar para a estrutura lógica de nossos discursos em vez de esquadrihar as interioridades de nossa mente. [O] [...] "giro linguístico" possibilitou, no transcurso de seu próprio desenvolvimento, uma segunda modificação de nossa concepção da linguagem. Essa deixou de ser vista como um meio para representar a realidade e passou a ser considerada um instrumento "para fazer coisas". Junto com suas funções "descritivo/representacionais" a linguagem iria adquirir, portanto, um caráter "produtivo" e se apresentava como, um elemento "formativo de realidades" (IBÁÑEZ GRACIA, 2005: 46-47).

Na História, o *giro linguístico*, ao questionar não apenas as próprias construções conceituais utilizadas pelos historiadores, mas também seus discursos sobre “o passado” e seu próprio fazer historiográfico, teria desdobramentos muito importantes.

### **O giro linguístico e a História**

Enquanto na França vários historiadores importantes membros dos *Annales* como Georges Duby, Jacques Le Goff, Michel Vovelle e Roger Chartier discutiam sobre a pertinência ou não de se continuar usando o impreciso conceito de *mentalidades* na pesquisa e escrita histórica, as escolas historiográficas anglo-saxãs estavam processando as discussões que o *giro linguístico* havia suscitado nas Ciências Humanas.

Em 1973, o norte-americano Hayden White publicou seu célebre estudo sobre as diferentes maneiras com que foi a escrita a História no século XIX intitulado *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX*. No livro, White não seguiu a costumeira classificação de escolas histórias de acordo às filiações filosóficas ou ideológicas (já que isso seria entender

a linguagem como um mera referência do real), e sim elaborou uma tipologia de “estilos historiográficos” segundo as formas dos discursos históricos. Para o autor, a História seria uma parte da retórica, e, não sendo mais do que um discurso, “lo que realmente debería interesar no eran los hechos del pasado sino la forma en que se construían esos hechos en función de las preguntas que hacía el propio historiador, así como establecer los significados —los tropos— contenidos en el discurso” (RÍOS PALOMA, 2009: 107).

Ainda que muitas críticas – como a suposta inadequação ao estudo de aspectos políticos, econômicos e sociais – possam ser dirigidas a esse tipo de abordagem, o giro linguístico proporcionou aos historiadores pelo menos três contribuições inestimáveis:

[...] primero, una serie de marcos teóricos para analizar la historiografía en tanto discurso construido desde un lugar de producción [...]; segundo, unas herramientas teórico-metodológicas para estudiar las relaciones entre el texto y su contexto, y tercero, llamar la atención sobre la importancia de la narrativa dentro de la práctica histórica (RÍOS SALOMA, 2009: 117).

Aproximadamente na mesma época, apareceram vários trabalhos que buscavam resgatar o papel da cultura e dos valores na interpretação de determinada conjuntura histórica, fosse nos trabalhos de Georges Duby (que almejava superar a ambiguidade do conceito de *mentalidades*), fosse na *microhistoria* de Carlo Ginzburg (que reduzia a escala de observação ao nível da trajetória individual). Essas obras prenunciavam outra importante tendência historiográfica da segunda metade do século XX: o *giro cultural*.

### **O giro linguístico e o giro cultural**

Para alguns autores, como Georg Iggers, o *giro linguístico* compartilha com o brevemente posterior *giro cultural*, a rejeição à crença que havia sido comum a muitos historiadores profissionais: a de que era possível obter um conhecimento objetivo através da pesquisa sistemática. Se de acordo com a perspectiva assumida pelos defensores do *giro linguístico* a linguagem não refletia o mundo, mas o “criava”, então, no que dizia respeito ao conhecimento histórico, a linguagem não expressava o que havia sido o passado, e sim o criava. Ora, isso significava ser impossível que se atingisse um conhecimento objetivo do

passado, pois tudo se resumiria a “exercícios interpretativos” dos discursos proferidos sobre o passado, sem recorrer a nenhum referencial externo. As referências, exclusivamente internas, seriam fornecidas pelas próprias interpretações.

Além disso, a partir da década de 1970, diversos historiadores passaram a criticar uma historiografia que colocava excessiva ênfase na quantificação de fatores socioeconômicos e desconsiderava o papel da cultura e da linguagem nas construções conceituais da realidade em permanente mudança. Cultura e linguagem seriam, assim, indispensáveis para a representação (*Darstellung*) histórica (IGGERS, 2004: 108). Por outro lado, se a metodologia quantitativa era utilizada em análises macrossociais e despersonalizadas da sociedade, passou-se a privilegiar abordagens em escala reduzida (micro) da sociedade, e valer-se da narrativa para investigar as trajetórias individuais e a vida cotidiana de homens e mulheres comuns, especialmente os pertencentes às classes sociais mais baixas. A ideia subjacente era a de que as diversas formas de opressão (gênero, classe, étnica) não tinham apenas fundamentação econômica, mas também cultural. Aliás, o surgimento de novos objetos e o desenvolvimento de novos métodos e abordagens na historiografia do século XX não pode ser dissociada das transformações que ocorreram nas últimas décadas, como a ascensão do movimento feminista, a descolonização da África e da Ásia, o crescimento dos conflitos étnicos, a tensão entre a globalização e a afirmação das identidades locais etc.

De qualquer maneira, se essa atenção dado à cultura e à linguagem como necessidade para uma melhor compreensão dos fenômenos econômicos e políticos abriu novas sendas para a pesquisa histórica, também houve um questionamento da própria possibilidade de se chegar a qualquer tipo de veracidade na representação histórica do passado.

“[As] [...] formas radicais de culturalismo minaram de maneira significativa a própria possibilidade da pesquisa histórica: não somente através do desprezo do contexto político e social da cultura verificado em muitas investigações de orientação cultural, mas também em sua crítica às abordagens socioeconômicas, nas quais estas pesquisas viam, com Foucault, instrumentos de poder para a manutenção da hegemonia social. A rejeição às ciências sociais carregou em seu escopo a afirmação de que seria vã toda tentativa de reconstruir o passado, porquanto não há um passado verdadeiro. Toda representação histórica é, como Hayden White exprimiu, um produto da imaginação poética [...]. Com isto, não pode ser provada a verdade ou falsidade destas representações. Teóricos – como o filósofo holandês Frank Ankersmit – clamaram ainda nos anos 1990 por um retorno à retórica e um afastamento da pesquisa [...] (IGGERS, 2010: 109).

Contudo, esse culturalismo radical, mais popular entre críticos literários e antropólogos culturais do que entre os historiadores, logo seria questionado pelos últimos. O britânico Lawrence Stone, por exemplo, que em 1979 havia criticado a confiança cega nos métodos quantitativos e analíticos das Ciências Sociais e se manifestado favoravelmente à atenção dada aos fatores culturais no que chamou de “volta da narrativa” (STONE, 1979), criticaria em 1991, as “posições pós-modernas” de relativismo radical a que os historiadores defensores do *giro linguístico* e cultural haviam chegado (Cf. IGGERS, 2010: 110).

Mais recentemente, em 2005, a norte-americana Gabrielle Spiegel constatava que crescia um sentimento de insatisfação com relação à “exposição excessivamente sistemática do funcionamento da linguagem em todos os domínios da ação humana” (SPIEGEL: 2005, 3). Significativamente, no mesmo texto, ela afirmava que alguns historiadores da França, da Grã-Bretanha e dos EUA começavam a assinalar que, entre as Ciências Sociais, o *giro linguístico* estaria sendo sucedido por um “*giro histórico*”, ou seja, a preocupação dos cientistas sociais em considerar a historicidade de seus objetos de estudo. Ao mesmo tempo, a autora afirmava que a noção de “cultura” estaria sofrendo uma transformação que alguns chamam de “*giro material*”, isto é, o olhar do pesquisador estaria se dirigindo os elementos materiais da vida cotidiana que formam e transformam continuamente o que geralmente se entende por cultura (SPIEGEL: 2005, 10-21).

As implicações dos giros cultural e linguístico para o fazer historiográfico foram enormes. Contudo, a consciência histórica ocidental e a historiografia não ficaram incólumes às transformações ocorridas nas décadas finais do século XX. A queda do Muro de Berlim, o esfacelamento da União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria acarretaram uma nova dimensão – talvez mais profunda – aos desafios do fazer historiográfico contemporâneo. Estamos nos referindo ao que François Hartog denominou como uma mudança no *regime de historicidade* do mundo pós-1989.

### **O fazer historiográfico e a mudança no *regime de historicidade* do mundo pós-1989**

*Regimes de historicidade* dizem respeito aos “diferentes modos de articulação das



categorias de presente, passado e do futuro. Conforme a ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo, com efeito, não é a mesma” (HARTOG, 2007: 16).

Porém, os *regimes de historicidade* não devem ser entendidos como realidades acabadas, mas como “representações” que as sociedades constroem sobre sua presença no mundo.

A sociedade constrói “representações” da sua presença no mundo e as inculca nos indivíduos, tornando-se neles um *habitus*, estruturando a sua visão de si mesmos, dos outros e da história. Toda sociedade é governada por um “regime de historicidade”, por um discurso sobre o tempo que dá sentido e localização aos seus membros. Estas “ordens do tempo” são criações, narrativas de si de uma sociedade, mas, depois de criadas, tornam-se o próprio real, a verdade absoluta, e os indivíduos se sentem enjaulados nestas “grades temporais”. Um “regime de historicidade” se impõe imperiosamente aos indivíduos sem que eles se deem conta, dando forma, plasmando, esculpindo o seu corpo, o seu cotidiano, enfim, a sua vida (REIS, 2011: 8).

De acordo com Hartog, o presente domina totalmente a temporalidade contemporânea. Para ele, após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e do fim do comunismo enquanto projeto herdeiro da modernidade iluminista, teria havido uma ruptura com o regime moderno de historicidade que havia predominado a partir, *grosso modo*, de fins do século XVIII (HARTOG, 2003: 10-11). Naquele regime de historicidade, o futuro dominava a ordem do tempo e defendia-se a (auto)destruição do presente em nome de um “futuro perfeito”, onde seria realizada a “utopia da liberdade e da emancipação humana”.

“O futuro”, ou melhor, o projeto de um futuro emancipador entrou em crise, abalando a relação do Ocidente com o tempo e com a História. Isso teria acarretado uma desorientação da ordem do tempo e a História teria perdido seu sentido, seu *telos*. José Carlos Reis resume bem essa espécie de *impasse*.

Vivemos em uma ordem do tempo desorientada, entre dois abismos: de um lado, um passado que não foi abolido e esquecido, mas que não orienta mais o presente e nem permite imaginar o futuro; de outro, um futuro sem a menor imagem/figura antecipada. Vivemos em uma “brecha temporal”: o tempo histórico parece parado! Hartog insiste que, ao propor que vivemos este corte temporal, não quer ser mais um a celebrar o “fim da história”, mas estimular a reflexão, desfazer a evidência do presente, historicizar o presente. Neste presentismo pós-1989, vivemos já no absoluto, pois temos a velocidade onipresente. Para que olhar para trás? Veloz, o presente torna-se eterno (REIS, 2011: 17).

Como interpretar esse domínio do presente na temporalidade contemporânea?

A época atual é a da globalização acelerada, da expansão da sociedade de consumo, do progresso tecnológico e da lógica empresarial capitalista de busca incessante por maior produtividade e maximização dos lucros. Nesta ordem do tempo, o presente foi sendo expandido e o tempo (cada segundo de seu transcorrer) também foi convertido em mercadoria. Na mídia, o evento é instantâneo e o presente torna-se “passado” antes mesmo de haver passado.

O século XX foi o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome e, no final, foi também o que deu maior extensão ao presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte que ele mesmo, fabricando o passado e o futuro que tem necessidade (REIS, 2011: 19).

Entretanto, de maneira paradoxal, o presente dilatado, hipertrofiado, que se pretende autossuficiente e que gostaria de abolir o tempo, é obcecado tanto pelo passado como pelo futuro. A obsessão pelo passado, isto é, a museificação de praticamente tudo o que existe, a patrimonialização do espaço urbano e da natureza, a obsessão arquivística, a onda preservacionista de modos de vida, costumes, tradições, e a expansão da memória convive com a obsessão pelo futuro, ou seja, com a constante convocação de especialistas de diversas áreas para fazerem previsões, estimativas, projeções e o uso intensivo de pesquisas para detecção de “tendências”.

Como essa perturbação na ordem do tempo e a perda de um sentido para a História afetam o fazer historiográfico contemporâneo? Para Hartog, o desenvolvimento da História contemporânea e, principalmente, o surgimento de uma “História do Tempo Presente” – esse passado-presente – seria uma mostra de como os historiadores reagiram a essa perturbação na ordem do tempo.

Não apenas uma história do presente é possível, mas o presente, enquanto o ponto de que parte o historiador e para o qual ele volta, torna-se a categoria principal da reflexão histórica [...]. História do presente e seus praticantes tendem agora a se apresentarem como o componente líder – tanto numérica quanto intelectualmente – da profissão (HARTOG, 2003: 28).

Por outro lado, o presente cuja ânsia de memória está em constante expansão, é

fascinado por comemorações e pela busca das origens. Nessa busca, os historiadores são cada vez mais convocados a escrever sobre assuntos caros à identidade de determinado grupo, a revisar temas por ocasião de datas simbólicas etc (HARTOG, 2003: 29).

### **Considerações finais**

Atualmente, os historiadores enfrentam vários desafios na escrita da história. Um dos maiores, sem dúvida, envolve escrever sobre história no mundo pós-1989, que pôs fim ao *regime de historicidade* anterior. Porém, se todo fim é o começo de algo novo e diferente, talvez o presente *regime de historicidade* nos possa fazer refletir mais intensamente sobre a ordem do tempo e, conseqüentemente, sobre o fazer historiográfico.

No que respeita a nossas relações com o tempo, [...] devemos restaurar alguma forma de comunicação entre presente, passado e futuro, sem admitir a tirania de qualquer um deles. História escrita em nome do passado, do futuro ou do presente Precisamos estabelecer a ponte entre experiência e horizonte de expectativa, ou, para dizê-lo como o filósofo Paul Ricoeur, “tornar nossas expectativas mais determinadas e nossas experiências mais indeterminadas” (HARTOG: 2003, 31).

Contudo, também sabemos que a historiografia é uma forma de escape, de tentarmos nos livrar do “feitiço do tempo”.

A historiografia é também uma forma de evasão, de administração do sofrimento do terrorismo temporal. O historiador se lembra, reconstrói, reúne a documentação, reconhece os vestígios, faz o elogio dos grandes e é empático com os mais fracos, é fiel aos homens pulverizados pelo tempo [...] (REIS, 2011: 21).

Mas, por outro lado, não poderíamos também pensar que o fazer historiográfico é uma forma não de evitar, mas de encarar nosso desafio de existir, no tempo, e tendo consciência da própria finitude e historicidade?

### **Bibliografia**

HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: A Ordem do Tempo. In: *Revista*

*de História nº 148*, São Paulo. 2003, pp. 9-34.

\_\_\_\_\_. Tempos do Mundo, História, Escrita da História. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (Org.) *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

IBÁÑEZ GRACIA, Tomás. O “giro linguístico”. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (org.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. In: *História da Historiografia nº4*, Ouro Preto, 2010, pp. 105-124.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação cultural”. In: *Revista SOPHIE nº1*, Recife, 2011, pp. 8-29.

RIOS SALOMA, Martín F. De la historia de las mentalidades a la historia cultural: notas sobre el desarrollo de la historiografía en la segunda mitad del siglo XX. In: *Estudios de historia moderna y contemporánea de México nº 37*, 2009, pp. 97-137.

SPIEGEL, Gabrielle (org.) *Practicing History. New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn*. Nova York: Routledge, 2005.

STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflexions on a new old history. *Past and Present nº85*, 1979, pp. 3-24.

## A CONCEPÇÃO MODERNA DE HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO: UM ELO ENTRE WILHELM VON HUMBOLDT E GUSTAVO BARROSO

Luiz Mário Ferreira Costa\*

### 1 – Considerações iniciais:

O objetivo geral deste artigo é relacionar a escrita moderna da historiografia e a construção ideológica do Estado. Fenômeno este que pode ser observado no mundo germânico, em princípios do século XIX, com os *Escritos Políticos* de Wilhelm von Humboldt (1983), e na primeira metade do século XX, com a *História Secreta do Brasil* de Gustavo Barroso (1937). A concepção moderna da história, que tem como marco inaugurador a Revolução Francesa, substituiu a “verdade ética pela verdade dos fatos”, o que possibilitou que Humboldt e Gustavo Barroso, mesmo atuando em épocas distintas, estivessem fundamentados por uma autoridade “quase” inquestionável.

Neste sentido, o mais importante é observar que os autores, apesar de se distinguirem profundamente, seja pelo objeto analisado, pelas posturas ideológicas adotadas ou pelo espaço e tempo que os separam, compartilham de algumas noções norteadoras. Ou seja: tanto os ensaios reunidos em *Escritos Políticos* quanto a *História Secreta do Brasil*, são produções intelectuais que estão preocupadas com a construção prática e ideológica dos seus respectivos Estados.

A título de exemplo, vejamos o seguinte fragmento do texto de Humboldt:

Todos os príncipes alemanes se agrupan, mediante una federación defensiva, para formar um todo político. Esta federación constituye una agrupación plenamente libre e igual por parte de príncipes soberanos, sin que entre quienes la integran existan más diferencias de derechos sino los que ellos mismos establezcan voluntariamente en esta alianza. (HUMBOLDT, 1983: p. 184)

De forma parecida encontramos em Barroso um interesse explícito de fundamentação e legitimação de um novo modelo de estado, mais forte, centralizado e, principalmente, capaz de proteger seus cidadãos contra as ameaças externas.

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - Bolsista da CAPES.

Êsses inimigos dos brasileiros não eram mais do que judeus portugueses disfarçados, na grande maioria provenientes do Minho. Todos esses israelitas ou cristãos-novos se ocultavam sob a capa de católicos e usavam velhos nomes portugueses, como o gangster judeu Abraão Finckelstein se orna com o antigo nome russo de Máximo Litvinof. (BARROSO, 1937: p.118)

No entanto, antes de tentarmos traçar um fio condutor entre esses dois intelectuais, ressaltando a proeminência que a história política adquiriu em seus respectivos textos, proponho demarcar o surgimento do conceito moderno de “história”. Em outras palavras: o caminho que a “história” percorreu até se transformar num conceito capaz de concentrar a idéia e a reflexão sobre a realidade na qual esta idéia está inserida.

## **2 - Da História *magistra vitae* à História moderna**

Durante a idade clássica a história, ou melhor, o registro narrativo e episódico dos acontecimentos, recebeu o status de “orientadora da vida”, vindo a se transformar naquilo que Reinhart Koselleck (2006) chamou de “História pragmática”. Em Heródoto (484 a.C – 430 a.C) a história deveria se preocupar com tudo aquilo que diz respeito à vida do homem numa perspectiva quase etnográfica. Em contrapartida, Tucídides (460 a.C – 400 a.C) acreditava que a história era a própria lógica dos episódios políticos, a narrativa de fatos recentes. Existia, portanto, dentro daquela “história pragmática” uma primeira distinção de perspectivas, pois de um lado tínhamos Heródoto percussor da história da cultura e de outro Tucídides o progenitor da história política. Este último influenciou fortemente as próximas gerações, a ponto de transformar a história na própria narrativa dos fatos políticos. Assim, a expressão latina *Historia Magistra Vitae*, cunhada por Cícero veio eternizar àquela clássica concepção de história defendida por Tucídides. (KOSELLECK, 2006: p.31)

Muitos séculos depois, em meio ao Renascimento, a história foi minada por uma série de críticas, resultando na alteração profunda de seu sentido, palavras como, mito, maravilhoso e inverossímil, foram praticamente banidas do vocabulário da história. Desde então, o conhecimento histórico transformou-se num manancial de experiências pedagógicas, a história passou a ser entendida como a verdadeira “escola da vida”. Igualmente, até o século XVIII, o conhecimento histórico elevou-se ao nível dos principais fundamentos da vida humana, “... as histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”. (KOSELLECK, 2006: p.45).

Em outras palavras, com o advento do “século das Luzes” e de uma crença infundável na ciência, ocorreu nos historiadores uma maior preocupação com o ideal de verdade – exata e rigorosa capaz de ser confundida com o “fato”. Nesta perspectiva, o historiador deveria se distanciar das fantasias e da imaginação a partir da aplicação de métodos, análises críticas de causas e conseqüências, tempo e espaço. A concepção moderna ou a “História Científica” como ficou conhecida, se definiu a partir da mentalidade oriunda das idéias filosóficas que nortearam os eventos de 1789. Além disso, em fins do século XVIII o intercâmbio da história com a filologia era cada vez mais intenso, o que permitiu à história incorporar uma série de procedimentos críticos.

O surgimento do conceito moderno de história foi a maior de todas as inovações inauguradas pela modernidade, assim para Koselleck (2006: p.46), foi uma frase de Tocqueville a responsável por introduzir este suposto “novo tempo”: “Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, o espírito erra nas trevas”. Na visão do teórico alemão, o homem moderno sofreu uma profunda transformação em sua forma de entender o mundo. Destarte, um dos efeitos deste processo pode ser ilustrado quando se verifica a transformação conceitual, ocorrida no campo da semântica, e na evolução do conceito de história.

Do ponto de vista histórico-linguístico germânico as várias histórias (*Historie*), no plural, se transformaram em uma única história (*Geschichte*), no singular. Portanto, a utilização do conceito moderno de história (*Geschichte*), este “singular coletivo”, veio a se popularizar. Ao mesmo tempo, a reflexão da “história em si” possibilitava reunir todas as outras “histórias individuais” (*Historie*) numa única “história universal” (*Geschichte*). Além disso, conforme ressaltou Ricardo B. de Araújo (1988: p.52), o desenvolvimento do ofício de historiador permitiu a este intelectual falar de um “lugar invisível” e privilegiado, o que consequentemente promoveu o fortalecimento de sua autoridade, aumentando sua influência e o seu poder de persuasão.

A concepção moderna de história possibilitava um maior grau de abstração, por isso mesmo, Humboldt, quando escrevia, não só externava sua idéia histórica como também refletia sobre a realidade política que vivenciava:

Si seguimos históricamente los orígenes de la Confederación alemana, podemos afirmar en verdad que su existencia a Prusia. Desde la conferencia de los monarcas en Töplitz, Prusia laboro ininterrumpidamente en esse sentido, primero sola, luego ayudada por Hannóver y, ya mucho más tarde, por Áustria. (HUMBOLDT, 1983: p. 196)

Para Humboldt o “fazer história”, sobretudo em, “*Prusia Y Alemanha: de um dictame sobre la actitud de Prusia ante los asuntos de la dieta federal*”, estaria diretamente relacionado com a discussão a respeito da elaboração do Estado alemão. O autor propunha que as várias histórias individuais deveriam, naquele contexto específico, condensar-se em uma única e verdadeira história, a história nacional.

Nunca podrá impedirse que a Alemania quiera constituirse, del modo que sea, em um estado y una nación. La tendencia, si no a la unidad, por lo menos a un tipo cualquiera de agrupación, vive, sin que sea posible matarla, en todas las cabezas y em todos los espíritus... (HUMBOLDT, 1983: p. 197)

Mesmo antes de Humboldt, na época do romantismo de Herder, o “fazer história” já demonstrava afinidades com a idéia de “nação”. Entretanto, foi somente no século XIX – o século da história e também dos patriotismos – que ocorreu de fato uma ligação mais estreita entre a idéia de “nação” e a escrita histórica. Surgem então, os chamados “especialistas” em história, como Hegel, Humboldt, Ranke, dentre outros.

### **3 – Por uma análise comparativa: Humboldt e Barroso**

Aqui nosso objetivo será demonstrar que a ideia central da *História Secreta do Brasil*, editado na década de 1930, de alguma forma se assemelha ao objetivo central, dos *Escritos Políticos* de Humboldt, em pleno século XIX. Pois, guardadas às devidas proporções, ambos os autores se encontravam envolvidos na tarefa de elaboração ideológica de um novo modelo Estado. Para isso começaremos por analisar as trajetórias individuais dos nossos personagens:

Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand, Barão von Humboldt (1767 – 1835), foi funcionário do governo prussiano, diplomata, filósofo, fundador da Universidade de Berlim (hoje, Humboldt-Universität) e da cátedra de História em 1810. Faziam parte de seu círculo de amigos Goethe e especialmente Schiller, ganhou fama internacional, principalmente, como o “linguista alemão” que difundiu o conhecimento da língua basca aos intelectuais europeus.

Sobre os *Escritos Políticos*, podemos destacar que os textos da última década do século XVIII, de modo geral, discutiam a proposta de Estado defendida pelos teóricos da Revolução Francesa. O autor apontava os erros dessa concepção de Estado, pois não acreditava na possibilidade de criar-se um governo pautado única e exclusivamente na razão. Além disso,



---

critica a teoria hegeliana de “aplicabilidade das idéias”, ou seja, Humboldt acreditava que a idealização do estado e sua organização não poderiam estar descoladas do mundo “concreto da natureza dos fatos”. Estabeleceu assim uma perspectiva histórica muito mais ligada ao mundo real e interessada na concretude das individualidades históricas, do que na Idéia de “eticidade do estado”.

Pues bien; ningún régimen de estado establecido por la razón – suponiendo que ésta disponga de un poder ilimitado que le permita convertir sus proyectos em realidad – con arreglo a un plan em cierto modo predeterminado, puede prosperar. (HUMBOLDT, 1983: p. 78)

Gustavo Barroso (1888 – 1959) foi um destacado intelectual cearense, que atuou como advogado, professor, político, jornalista e escritor. Sua estréia na literatura deu-se muito cedo, aos 23 anos, quando publicou o livro *Terra de Sol*, sob o pseudônimo de João do Norte – ensaio político sobre a natureza e os costumes do sertão cearense. Com apenas 35 anos, Gustavo Barroso foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 19, onde desempenhou intensa e relevante atividade até o fim da vida. É dono de uma vasta produção literária, abrangendo a história folclórica, crítica, erudição, filologia, ensaios, contos, crônicas, novelas regionais, pensamentos, memórias, viagens políticas e até um dicionário. De forma genérica, Humboldt e Barroso, ambos intelectuais respeitados em suas épocas, “compartilharam” de experiências semelhantes à frente de importantes cargos públicos. Humboldt foi o fundador da Universidade de Berlim, em 1810, e o primeiro catedrático de história, Barroso fundou o Museu Histórico Nacional, em 1922, e dirigiu o primeiro curso de museologia do Brasil.

Entretanto, estas vagas semelhanças não seriam suficientes para se estabelecer uma comparação adequada, sendo assim, é preciso ir mais a fundo e procurar em suas práticas historiográficas o verdadeiro elo de ligação. De tal modo, é necessário buscar nos *Escritos Políticos* e na *História Secreta do Brasil* indícios concretos, capazes de demonstrar que estes homens, no uso de suas produções intelectuais, foram difusores das bases teóricas de um novo Estado. A começar por Humboldt, que desde o início de sua carreira acadêmica, defendia que o Estado era necessário para equilibrar a relação entre os indivíduos, mas era imprescindível refletir até onde o poder estatal deveria adentrar-se na esfera privada. No ano de 1808 passou a ter uma participação efetiva na educação pública prussiana, sendo o responsável pela idealização e organização do ensino. Era o defensor da liberdade individual e de uma

educação pública eficiente, uma “formação” (*bildumy*) de qualidade resultaria numa maior liberdade do homem.

Por eso, a nuestro juicio debiera implantarse en todas partes la educacioón más libre del hombre, desligada lo más posible de las condiciones da la sociedad. El hombre así formado se incorporaría luego al estado y la organización de este se contrastaría, en cierto modo, a luz de él (HUMBOLDT, 1983: p. 132)

Barroso, por sua vez, inicia sua carreira de intelectual mais dedicado aos contos literários e aos romances do que propriamente com a escrita da história, porém isso não significava que ele não tivesse pretensões quanto à “formação” histórica dos cidadãos. A própria criação do Museu Histórico Nacional é um importante exemplo disso, construído numa época em que os museus alcançariam uma dimensão maior com o desenvolvimento de uma política ideológica nacionalista. As instituições museológicas passariam a ser encaradas como instrumentos de poder e ufanismo de um novo Estado que se “inventava” e se “forjava”. Em 1932, dirigiu o curso de Museus, imprimindo sua visão pessoal em relação à Museologia e ao Ensino público brasileiro.

Outros indícios interessantes da aproximação teórica são encontrados naquilo que chamarei de segunda fase nas vidas de Humboldt e Barroso. Em Humboldt, esta fase foi ilustrada pelo ensaio de *Escritos Políticos* intitulado de, “*Prusia Y Alemania: de un dictame sobre la actitud de Prusia ante los asuntos de la dieta federal*” (HUMBOLDT, 1983: p.195 – 227), época em que se tornaria um alto funcionário do governo prussiano. Em 1816, já um homem mais maduro, torna-se embaixador da Prússia, viajaria por Roma, Paris e Londres representando seu Estado. O seu último grande empreendimento foi a organização do museu de Berlim em 1820.

Já em Barroso, a nova fase inicia-se em 1933, quando se juntou à Ação Integralista Brasileira. No mesmo ano publicou o livro *O Integralismo em Marcha* e, no ano seguinte, finalizou o livro *Brasil, Colônia de Banqueiros*. Nessa obra, Gustavo Barroso defendeu a tese de que o Brasil não era um país independente, uma vez que o “brado retumbante de D. Pedro I” resultou num compromisso com a dívida externa que a Inglaterra herdara de Portugal. Seguindo por esta lógica, Barroso escreveu intensamente e publicou diversas obras como o *Integralismo e catolicismo; A maçonaria: seita judaica; Judaísmo, maçonaria e comunismo; A sinagoga paulista; História Secreta do Brasil, Corporativismo, cristianismo e comunismo*, dentre outras.

Mais uma vez, as aproximações entre Humboldt e Barroso parecem que estão repousadas no esforço teórico de construção de seus respectivos Estados. Pois, tanto o ambiente intelectual alemão quanto o brasileiro se mostravam propícios à circulação de idéias ufanistas, mitos fundadores e discursos unificadores. Nesta “segunda fase” suas produções intelectuais assumiram um colorido mais “patriótico”. No caso do historiador alemão, poderíamos verificar uma defesa aberta à situação da Prússia, em suas palavras este seria o único estado alemão com força militar e moral suficientes para conduzir a unificação germânica. O texto “*Prusia Y Alemanha: de um dictame “sobre la actitud de Prusia ante los asuntos de la dieta federal”*” é ilustrativo nesse sentido, tomado por um teor patriótico, legitima a unificação da Alemanha em torno do estado prussiano.

Todo el mundo se da perfecta cuenta de la protección que Prusia representaría si llegase el momento de afrontar nuevos peligros y comprende claramente que, incluso em los asuntos interiores de gobiernos, los principios más ilustrados y más justos, las medidas más vigorosas y consecuentes de Prusia (HUMBOLDT, 1983: p. 205).

Por sua vez, Barroso também defendia a importância do “patriotismo”, porém o fazia de forma muito mais radical do que Humboldt. Em posse de um discurso ultra-conservador católico, o autor se tornaria nas primeiras décadas do século XX, um dos intelectuais mais atuantes dentro da AIB.

Às forças ocultas e aos seus apaniguados não convem a revelação de seus tenebrosos segredos. O maior inimigo das trevas é a luz do sol. A mocidade da Pátria, porém, precisa ser convenientemente esclarecida sobre esses tórpes manejos, que jogam com a vida dos povos cristãos, para poder defender melhor o Espírito Imortal do Brasil. (BARROSO, 1937: p.364)

Portanto, como tentei demonstrar acima, o paralelo que se pode estabelecer entre Humboldt e Barroso não está apenas em seus esforços teóricos, mas também na concretude dos fatos políticos. Ou melhor, tanto Barroso na *História Secreta do Brasil* quanto Humboldt nos *Escritos Políticos*, ressaltam a importância de se escrever uma história política fundamentada por um discurso “apaixonado e unificador”. A história deixa de ser apenas um produto intelectual para si tornar também uma ação política eficaz, atitude esta que pode ser apreendida nos dois exemplos: Primeiro com Humboldt, que propunha a construção de um “estado forte”, merecedor do “espírito germânico”, legitimado na idéia de uma “Confederação geral alemã”.

Una confederación general alemana sería, por tanto, la única forma política que permitiría agrupar toda la masa heterogénea de grandes y pequeños estados que integran Alemania... La necesidad de asegurar a Alemania, y a través de ella a Europa fortaleciendo su poder, ha sido una de las razones fundamentales que han inspirado, incluso por parte de las potencias extranjeras, la fundación de la confederación alemana (HUMBOLDT, 1983: p. 199)

E, depois com Barroso, que escreveu uma espécie de tratado nacionalista antissemita, numa tentativa apaixonada de figurar o Brasil em meio as grandes nações modernas. Para concretizar este sonho era imprescindível antes denunciar e estancar as ações conspiratórias dos maçons, que contaminavam toda a humanidade.

“todo êsse plano, em todas as nações, foi cuidadosamente elaborado e lentamente executado pelo judaísmo, raramente descoberto e sempre embuçado nas sociedades secretas. Judaísmo e maçonarias criaram um meio social propício à guerra do que está em baixo contra o que se acha em cima, desmoralizando e materializando a humanidade pelo capitalismo mamônico, dividindo-a e enfraquecendo-a intimamente pela democracia, separando-a tornando-a agressiva pelo exagero dos nacionalismos, dissolvendo-a e descaracterizando-a pelo cosmopolitismo, encolerizando-a pelas crises econômicas e enlouquecendo-a com o comunismo. (BARROSOS, 1937: p.15)

#### **4 – Considerações finais:**

O “fazer” história para esses homens era na verdade o “fazer” de um Estado, a tentativa de se construir um novo modelo de governo, criar seus símbolos e seus mitos de fundação, pois desta forma estariam realmente escrevendo suas próprias histórias nacionais. A escrita moderna da história transformou o conhecimento histórico em algo mais do que o simples registro fiel dos acontecimentos passados. Pois forneceu ao historiador a possibilidade de falar de um local privilegiado e respeitado, isso tanto no século XIX alemão quanto no século XX brasileiro.

#### **Referências Bibliográficas:**

- ARAÚJO, Ricardo B. de. *Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº1. 1988.
- BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I*. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional. 1937.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONZALES, Horácio. *O que são intelectuais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Escritos Políticos*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1983

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

O INTELLECTUAL NA POLÍTICA. (Trad. Livio Dantas). Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1969.

ZUIN, João Carlos Soares. A primeira guerra mundial: Sigmund Freud e a missão dos intelectuais. In: *Lócus: revista de História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Departamento de História/Arquivo Histórico/ EDUFJF, 2001.v. 7, n.2. 188 p.

---

## NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA E AÇÃO POLÍTICA NO DOMÍNIO DOS ENREDOS DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO DURANTE A DÉCADA DE 1980

Eduardo Pires Nunes da Silva\*

### O riso como arma no carnaval

O carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro caracteriza-se como espaço privilegiado para observarmos diversas nuances de articulações político-sociais em distintas temporalidades. Originário do calendário cristão, o carnaval sedimenta-se como uma festa em que o *riso* ocupa lugar central. Rachel Soihet mostra que uso do “recurso do riso, como instrumento de crítica, revela uma prática muito antiga, que remontaria a um período da história da humanidade anterior à própria formação do Estado” (2008: 11), ou seja, a antiguidade. Mikhail Bakhtin mostra que o riso festivo durante os carnavais medievais dirigiam-se contra a hierarquização social (1987: 9). Soihet ainda nos lembra do pensamento de Aristóteles, de que “o homem é o único ser vivente que ri”, sendo o riso um dom divino unicamente concedido ao homem (2008: 13-14).

Apesar do discurso de inúmeros sambistas do carnaval carioca de supressão do riso na festividade em detrimento da modernização dos desfiles das escolas de samba, os anos de 1980 nos oferecem vista privilegiada para encontrarmos no discurso de enredo das agremiações carnavalescas um sentido político-social latente. A década em questão marca a redemocratização política brasileira, ocorrida de forma lenta, gradual e, na visão dos militares, “segura”. O Rio de Janeiro à época era um “centro tradicional de oposição ao regime” (SILVA, 2003: 272), irradiador de movimentos como a campanha das *Diretas Já!*, para o restabelecimento de eleições presidenciais. O carnaval das escolas de samba da cidade, primeiramente de maneira ainda velada e no fim da década de maneira explícita, faz eco às vozes políticas cariocas dissonantes ao regime, como veremos adiante neste trabalho.

Os estudos de Rachel Soihet sobre o carnaval carioca durante a primeira metade do século XX iluminam as vias teóricas que utilizarei. A historiadora trabalha com o conceito de

---

\*Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Agência financiadora CAPES.

“subversão pelo riso”, em que a arte sutil do humor e da ironia avança sobre as posições políticas que as classes populares negociam com o poder. É este “riso festivo” contra a hierarquia social e contra o poder consolidado que vemos inserido nas narrativas dos enredos apresentados nos anos de 1980<sup>1</sup>.

O desfile de escola de samba é aqui trazido numa perspectiva de *fato social total*<sup>2</sup>, em que são realizadas trocas simbólicas e materiais entre os grupos e instituições envolvidos no processo. Uma dessas principais negociações gira em torno do *enredo* que será apresentado pela escola de samba. “O enredo é o elemento básico de definição e negociação dessa realidade carnavalesca, e o vetor de uma vasta rede de reciprocidade” (Cavalcanti, 2008: 89). A hermenêutica da narrativa apresentada, muitas vezes com vistas à história, compõe uma determinada visão político-social fruto das negociações dos grupos que formam cada escola de samba.

O enredo, portanto torna-se uma arena de disputa, principalmente política, das forças que concebem o desfile. A ação política de grupos hegemônicos no interior de cada agremiação desenha a narrativa de enredo a ser apresentada no carnaval. Para entendermos a narrativa de enredo, é preciso compreender primeiramente os *elos* que interligam e sustentam a escola de samba e que vão emergir na narrativa enquanto ação política no domínio dos enredos durante a década de 1980.

### **Os *elos*: com os contraventores e com os comunistas**

Um primeiro *elo* que aqui analisarei é entre as escolas de samba e os contraventores do jogo do bicho<sup>3</sup>. Estes estavam presentes desde a formatação das primeiras escolas nos anos de 1920, porém foi somente com a proibição dos jogos de azar durante o governo de Dutra em 1946 que houve a entrada definitiva dos banqueiros nas escolas de samba. Este processo coincidiu para a vitória total da escola de samba em relação aos demais folguedos (QUEIROZ, 1992: 97). A partir daí banqueiros tornaram-se presidentes de escolas de samba<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Ressalto que mesmo sendo um conceito cunhado para dar conta dos carnavais da primeira metade do século XX é da mesma forma um conceito fértil para estudar os carnavais da segunda metade do mesmo século, com os devidos cuidados de análise temporal para evitar anacronismos.

<sup>2</sup> Segundo obra de Marcel Mauss.

<sup>3</sup> As narrativas de origem da Portela aludem todas às bênçãos de Natal, então o principal banqueiro do jogo do bicho da região (CAVALCANTI, 2009: 97).

<sup>4</sup> Muitas vezes atuam também na figura de presidentes de honra.

centralizando o poder administrativo em suas decisões. Com suas atividades agora ilegais os banqueiros buscaram nas agremiações uma via de interlocução com o Estado e também uma forma de limpar o dinheiro oriundo do jogo do bicho.

O poder público desde 1936 exercia uma política de subvenção para as escolas de samba como prática clientelística. Com a entrada de banqueiros do jogo do bicho na administração de escolas de samba, o governo passou a exercer seu poder de forma indireta, com a intermediação da contravenção (SANTOS, 2006: 135). O crescimento estético do desfile encarecia o carnaval, deixando as cifras da subvenção estatal cada vez mais obsoletas e cada vez mais dependentes da “patronagem” do jogo do bicho. O desfile das escolas de samba passou a ocupar localidades cada vez mais privilegiadas da cidade, atingindo diversas tessituras da malha social carioca.

A partir dos anos de 1960 é iniciada a fase de mercantilização do desfile das escolas de samba, que vai atingir seu ápice com a construção do sambódromo e a criação da LIESA<sup>5</sup> em 1984, tornando os banqueiros do jogo do bicho presidentes de uma entidade legal que promovia o principal desfile do carnaval. Nos anos de 1970 há a criação da Riotur e com ela a política de subvenções passa a ser justificada como investimento no turismo<sup>6</sup> (CHINELLI & SILVA, 2004: 216). Outro fator que impulsionou a mercantilização da festa foi a transmissão dos desfiles em cadeia televisiva, tornando progressivamente o desfile como espetáculo também para ser assistido através da TV.

Outro *elo* importante para pensar a ação política para a década de 1980 nas agremiações é a ligação das escolas de samba com grupos e indivíduos filiados à esquerda política. Na segunda metade dos anos de 1940, o PCB buscou nas escolas de samba uma aproximação para divulgar seus ideais políticos e, por conseguinte, obter sucesso eleitoral (GUIMARÃES, 2009).

Em trabalho recente, Tamara Cruz estudou “as escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar” (2010) mostrando a ação da polícia política do regime em relação

---

<sup>5</sup> Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que alocar o carnaval das escolas de samba em um órgão de governo ligado ao turismo e não à cultura revela a intenção governamental vigente desde os anos de 1970: a encarar o desfile como um evento que se encerra em si próprio e não em uma manifestação que permeia a vida anual da cidade e, por conseguinte, ligada à cultura carioca.



às agremiações. “Para a lógica do regime militar, as escolas de samba cariocas eram vistas como ‘campos’ ou ‘lugares’ de discussão e articulação política, de ‘infiltração’ e disseminação de ideias ‘subversivas’ de comunistas” (: 73-74). Nas fichas da polícia política eram investigados carnavalescos, como Arlindo Rodrigues e Fernando Pamplona, compositores, como Silas de Oliveira e Martinho da Vila, e até mesmo presidente de escolas, como Nelson de Andrade (: 67).

### **Os carnavais do *riso subversivo* – A década de 1980**

Entendo a década como *os carnavais do riso subversivo*, em referência ao já citado conceito de Rachel Soihet (2008). É nesta década que as escolas de samba valendo-se da atmosfera de abertura política trocam sua característica de apresentar enredos ufanistas<sup>7</sup> por enredos que problematizavam mais a história brasileira, bem como sua sociedade.

O período, que compreende os carnavais de 1980 a 1986, inicia-se com enredos que tinham um caráter velado de reivindicação política e ainda estavam bastante arraigados numa leitura ufanista da história brasileira. Com a dissolução do regime militar e consequente desmonte dos aparelhos censores em 1985, os carnavais seguintes traziam em seu bojo uma grande quantidade de enredos de via crítica e política.

Subdivido os desfiles dos anos de 1980 em dois momentos: até 1986 e após 1986. Sérgio Cabral lembra que 1986 é o primeiro desfile após o fim da censura, o que segundo ele dá um “clima de liberdade inédito” aos compositores e aos outros integrantes das escolas de samba (1996: 276). Concordo com Cabral que há uma certa licenciosidade nos sambas-enredo a partir daquele momento, produzindo um discurso irônico e caricata da sociedade.

#### **“Um sorriso sem fúria, entre o réu e o juiz” - A fase velada (1980 a 1986)**

O sorriso crítico ainda era sem “fúria”, pois sob censura do regime militar os enredos não podiam ser explicitamente críticos ao regime. Porém, é dessa falta de liberdade que emergiam soluções “nas entrelinhas” para se criticar o poder consolidado. No enredo “Sonho de um sonho” redigido com base em poema de Carlos Drummond de Andrade, a Vila Isabel

---

<sup>7</sup> Tal característica é estudada por Monique Augras nos sambas-enredo de 1948 até 1975 em *O Brasil do samba-enredo* (1998).

trazia no ano de 1980 uma crítica velada e poética ao regime. O samba-enredo cantava auspiciosamente:

“Sonhei/ Que estava sonhando um sonho sonhado/ O sonho de um sonho/ Magnetizado/ **As mentes abertas/ Sem bicos calados/ Juventude alerta/** Os seres alados/ Sonho meu/ Eu sonhava que sonhava/ Sonhei/ [...] / Na limpidez do espelho só vi coisas limpas/ Como uma lua redonda brilhando nas grimpas/ **Um sorriso sem fúria, entre o réu e o juiz/** A clemência e ternura por amor da clausura/ A prisão sem tortura, inocência feliz/ Ai meu Deus/ Falso sonho que eu sonhava/ Ai de mim/ Eu sonhei que não sonhava/ Mas sonhei” (*Martinho da Vila, Rodolpho e Tião Graúna, Samba-enredo da Vila Isabel 1980, grifo meu*)

No ano de 1981 a Unidos da Tijuca no enredo “O que dá pra rir dá pra chorar” propunha “a manutenção dos valores e riquezas culturais típicos brasileiros por meio da expulsão de matérias estrangeiras que começavam a contaminar as referências culturais do Brasil.” (SATURNINO, 2007). A composição de Celso Trindade, Nêga, Azeitona, Ronaldo, Ivar, Buquinha e Edmundo Araújo dos Santos dizia: “Tira daqui, leva pra lá/ O que hoje dá pra rir/ Amanhã dá pra chorar/ Maldito bicho/ Se me ouviu/ E não gostou do meu samba/ Vai pra longe do Brasil” Ao analisar o samba-enredo daquele ano da Unidos da Tijuca, Carlos Maia pergunta ao leitor se:

“Não haveria certo escárnio em relação à decadência sensível por que passava a ditadura e o apoio que esse regime teve de governos estadunidenses? Não seria o **riso manifesto** pela volta às urnas o que se estava tornando inevitável? [...] Não era o momento em que a maior parte da população brasileira estava mandando a censura, a tortura, os milicos e seus pelegos ‘para longe do Brasil?’” (2010: 113, grifo meu)

Para Saturnino (2007) “este talvez tenha sido o enredo que inaugura o projeto de busca de novas temáticas a serem cantadas pelas escolas de samba”. A perspectiva da história oficial e ufanista que dominava os enredos nos carnavais até então (AUGRAS, 1998) parece começar a se romper com o advento da crítica que seria dali por diante cada vez mais aguda.

Mais comum e mais aberta era a crítica que se fazia ao próprio modelo vigente de carnaval. O Império Serrano tornou-se campeão em 1982 com o enredo “Bumbum Paticumbum Prugurundum” ao contar a história dos desfiles das escolas de samba criticando a crescente espetacularização do carnaval. O famoso samba-enredo de Aluísio Machado e Beto Sem Braço profetizava o destino do gigantismo dos desfiles cantando “Super Escolas de Samba S.A./ Super alegorias/ Escondendo gente bamba/ Que covardia”.

“Eu sou o Rio e rio à toa/ **Só rio de quem me impede de sorrir/** [...] / Será que a política não vai me censurar?! Já sei, certos momentos não se pode criticar!” (*Bala e Celso Trindade, Samba-enredo do Salgueiro 1983, grifo meu*)

Com o samba-enredo citado acima, o Salgueiro trazia argumentação crítica ao seu enredo de 1983 através de seu desfile “Traços e troças”. Definido no atual site da escola<sup>8</sup> como um enredo em que “eram exaltados os traços e as troças de grandes cartunistas que faziam das páginas de jornais e revistas o *front* da guerra entre bom humor consciente e a prepotência reacionária dos milicos”. Além de ser uma exaltação à crítica dos cartunistas, o site da escola destaca: “tratava-se de um enredo carioquíssimo, debochado e acima de tudo corajoso e oportuno, face à abertura política que se desenhava após anos de ditadura”.

O carnaval de 1984 marcou inauguração do sambódromo e mais uma vez trouxe enredos inspirados na atmosfera crítica da época. O “fuzuê que ocorria no Brasil, com a volta do povo às urnas seria cantado pela Beija-Flor de Nilópolis” e a Caprichosos de Pilares “resgatava personagem [Salomé] do humorista Chico Anysio, especialmente homenageado do enredo, que fez grande sucesso no governo Figueiredo” (MAIA, 2010: 114). A mesma Caprichosos de Pilares em 1985 com o seu enredo “E por falar em saudade” cantava que “diretamente o povo escolhia o presidente” e se colocava sob alerta com a política econômica adotada pelo governo, que geraria dali por diante um assombroso processo inflacionário.

### **“Me dá o que é meu, foram vinte anos que alguém comeu”- A fase explícita (1986 a 1989)**

“Me dá, me dá/ **Me dá o que é meu/ Foram vinte anos que alguém comeu/** [...] / Cessou a tempestade, é tempo de bonança/ Dona Liberdade chegou junto com a esperança” (*Aluísio Machado, Luiz Carlos do Cavaco e Jorge Nóbrega, Samba-enredo do Império Serrano 1986, grifo meu*)

O ano de 1986 trazia uma quantidade jamais vista de enredos críticos e irreverentes, muito por ter sido o primeiro carnaval após o fim da censura. O Império Serrano fez um enredo crítico e contundente intitulado “Eu quero”, falando sobre os anseios da população brasileira à época e lembrando dos vinte anos anteriores de regime militar, vislumbrando um horizonte de expectativa de melhor esperança.

---

<sup>8</sup> www.salgueiro.com.br (acessado em 16/07/2012)

Em 1986 a política econômica da fase de redemocratização foi lembrada por outras escolas além do Império Serrano. Críticas ao FMI, por exemplo, foram feitas nas letras de samba-enredo da União da Ilha, da São Clemente, e até mesmo da Portela, escola com característica de enredos menos incisivos. A escola azul e branca de Madureira apresentou o enredo “Morfeu no Carnaval, a utopia brasileira” trazendo uma crítica à realidade nacional. Já a União da Ilha associou lendárias assombrações fruto da imaginação com problemas nacionais bastante reais, como a miséria. A Caprichosos de Pilares naquele ano apresentava o enredo “Brazil, com Z, não seremos jamais, ou seremos?” em defesa da soberania brasileira frente a americanização do país. Escolas de outros grupos também tinham suas linhas de enredo bastante contundentes, como a Independentes de Cordovil, que no samba-enredo de autoria de Mazinho e Nabor Veneno do desfile intitulado “Quem não discute tem que engolir” cantava em seu refrão: “Se pensam que a pátria-mãe é leiteira/ Peguem sua mamadeira/ Vão mamar noutro lugar”.

Naquele ano o clima de irreverência também foi o fio condutor para a Unidos do Cabuçu fazer uma leitura de fatos históricos de uma maneira bem peculiar em “Deu a louca na história! E agora, Stnaislaw, como é que fica?”. Exemplifico aqui com uma passagem do samba-enredo de Beto Pernada, Orlando, Ney, Celsinho e Fernando: “Vejam a zorra que se deu na Abolição/ A nega Clementina aboliu a escravidão/ Assinando a Lei Áurea em cima de um fogão”. O primeiro carnaval sem a censura também gerou uma licenciosidade revelando o enredo da Unidos da Tijuca “Cama, mesa e banho de gato” pouco politicamente correto e com um discurso machista.

A Mocidade Independente em 1987 apresentou o enredo “Tupinicópolis”, trazendo uma metrópole indígena

“mas não primitiva e com todos os aparatos de uma megalópole moderna: um aparente paradoxo. O que poderia ser lido como a conciliação dos opostos reverte-se na tensão desses elementos como fontes primordiais para a escrita de um novo (con)texto cultural brasileiro” (SATURNINO, 2007).

No mesmo ano a Caprichosos de Pilares trazia mais uma vez um enredo crítico e irreverente intitulado “Eu prometo”, numa citação aos discursos de políticos em época de eleição. O samba-enredo de Evandro Boia, Naldo do Cavaco e Toninho 70 cantava: “Espero da constituinte/ Em minha mesa muito pão/ [...] Seu deputado, eu votei/ E agora posso exigir/

Quero ver você cumprir/ Seu lero, lero, blá, blá, blá”. Para Maia “se no início dos anos 80, com a ditadura em estado de coma, a crítica social se fazia nos sambas de enredo de modo sutil, agora, no renascimento da democracia, ela se realizava sem meias palavras” (2010: 121).

O ano de 1988 além de enredos com característica de crítica política trazia enredos que comemoravam e problematizavam o centenário da Abolição. Os marajás, apelido dado a funcionários públicos que recebiam altos salários desproporcionais e tinham sido escândalo político à época, foram cantados no enredo “Templo do absurdo – Bar Brasil” da Unidos da Tijuca. Com o enredo “Beijim, beijim, bye bye Brasil” a Mocidade Independente cantava o samba de Ferreira, J. Muinhos e João das Rosas: “Tchau, cruzado, inflação/ Violência, marajás, corrupção/ Adeus à Dengue e a hiena-leão”.

Neste ano de 1988 a Vila Isabel e Mangueira – campeã e vice, respectivamente – se destacaram por trazer a temática do centenário da Abolição para seus enredos. Com o enredo “Kizomba - A festa da Raça” a escola azul e branca realizou um desfile que se desenvolveu como um manifesto negro, inclusive fazendo releituras de passagens da história e exaltando líderes negros, como Zumbi. Além disso a escola evidenciava uma discussão latente à época sobre o lugar do negro nessa nova sociedade que se abria. O samba-enredo cantava:

“Valeu Zumbi!/ O grito forte dos Palmares/ Que correu terras, céus e mares/  
Influenciando a Abolição/[...]/ Ôô, ôôô, Nega Mina/ Anastácia não se deixou  
escravizar/ [...]/ **Esta Kizomba é nossa constituição/ [...]/ De que o ‘aphartheid’ se  
destrua”.** (Rodolpho, Jonas e Luiz Carlos da Vila, *Samba-enredo da Vila Isabel 1988, grifo meu*)

A Mangueira também tratou da temática de maneira crítica e poética apresentando o enredo “Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão”. O samba-enredo de Hélio Turco, Juranir e Alvinho dizia: “Será... Que já raiou a liberdade/ Ou será se foi tudo ilusão/ [...]/ Pergunte ao Criador/ Quem pintou essa aquarela/ Livre do açoite da senzala/ Preso na miséria da favela”.

O ano de 1989 se tornou paradigmático pela vitória da Imperatriz Leopoldinense ao fazer um enredo de característica ufanista e relator da história oficial do centenário da proclamação da República, intitulado “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”. A perspectiva da Imperatriz parecia retomar a via ufanista de leitura da história e da sociedade

brasileira que reinou nas narrativas dos desfiles até a década anterior. O samba enredo da escola cantava:

“A música encanta, e o povo canta assim/ Pra **Isabel a heroína**, que assinou a lei divina/ Negro dançou, comemorou, o fim da sina/ Na noite quinze e reluzente/ Com a bravura, finalmente/ O Marechal que proclamou foi presidente/ Liberdade!, Liberdade!/ Abre as asas sobre nós/ E que a voz da igualdade/ Seja sempre a nossa voz” (*Niltinho Tristeza, Preto Jóia, Vicentinho e Jurandir, Samba-enredo da Imperatriz, 1989, grifo meu*)

Este desfile derrotaria outras escolas com enredos de teor mais crítico, cujo principal deles seria o enredo “Ratos e urubus, larguem minha fantasia” realizado por Joãozinho Trinta na Beija-Flor. Com um argumento de crítica social altamente complexo e artístico, a escola da Baixada transformou o luxo em lixo e o lixo em luxo exaltando a figura do mendigo – inclusive vestindo o Cristo Redentor de mendigo no abre-alas, escultura censurada a pedido da Igreja. A Beija-Flor acabou conquistando um vice-campeonato, um indício de que a década seguinte não iria trazer a tanta abundância de enredos com a característica de *riso subversivo* como havia acontecido nos anos de 1980.

### **O riso carnavalesco como fonte de estudo do político**

“A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata de história política: suas variações são resultados tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem” (Rémond, 2003: 22).

Este trabalho inscreve-se no quadro teórico de renovação da história política, em que recentes estudos aproximam as esferas de análise, desfazendo a hegemonia de campos independentes do conhecimento histórico. Há no contexto de formatação brasileiro uma opção à conciliação, evitando rupturas radicais como expõe Motta:

“A divisa ‘ordem e progresso’ é síntese perfeita do espírito conciliador, que entre nós se manifestou em arranjos políticos de perfil modernizante-conservador. De fato, encontramos a manifestação de tendências conciliatórias em vários momentos e episódios de nossa história, entre eles:/ [...] / ; a transição pós-autoritária, em que a anistia significou realmente esquecimento e perdão” (2009: 30).

Se até a década de 1970 as narrativas dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro afirmavam o caráter conservador da sociedade brasileira – apenas com raras exceções –, os anos de 1980 surgem como uma virada no espírito de escrita das narrativas de enredo. O evento festivo do carnaval revela as faces conservadoras e contestadoras da sociedade frente

ao poder consolidado. O solo carnavalesco de escrita da história desvela-se fértil para além de estudos estritamente culturais, abarcando o social e o político.

### **Referências bibliográficas**

AUGRAS, Monique. *O Brasil do Samba Enredo*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular da Idade Média e no renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

CABRAL, Sérgio. *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CAVALCANTI, Maria Laura. “Festa e contravenção: os bicheiros no carnaval do Rio de Janeiro”. In: CAVALCANTI, M. L, GONÇALVES, R. S (orgs.). *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

\_\_\_\_\_. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CHINELLI, Filipina e SILVA, Luiz Antônio Machado da. “O vazio da Ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho”. Rio de Janeiro, Revista Rio de Janeiro, n. 12, 2004: 42-52.

CRUZ, Tamara Paola dos Santos Cruz. *As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: memórias e esquecimentos*. Dissertação de mestrado em História Social. PPGH, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. “Soltando o verbo: ratos e urubus, diretamente o povo escolhia o presidente”. Rio de Janeiro, Textos escolhidos de cultura e arte populares. V.7, n.2, 2010: 109-125.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. *Culturas Políticas na História: Novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009: 13-37.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O carnaval brasileiro, o vivido e o mito*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Mangueira e Império: a carnavalização poder pelas escolas de samba*. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba. (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006: 115-144.

SATURININO, Rogério. *Carnavais e intelectuais*. <[http://www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/gandara\\_12.html](http://www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/gandara_12.html)>, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O Brasil republicano – vol. 4, o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 245- 282.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: Estudos sobre o carnaval carioca, da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Edufu, 2008.

#### **Sites consultados**

[www.academiadosamba.com.br](http://www.academiadosamba.com.br)

[www.apoteose.com](http://www.apoteose.com)

[www.galeriadosamba.com.br](http://www.galeriadosamba.com.br)

[www.salgueiro.com.br](http://www.salgueiro.com.br)



## MORTE DA MORTE DO AUTOR E POR UM CONCEITO DE CULTURA INTELLECTUAL MODERNA BRASILEIRA

Thiago Lenine Tito Tolentino\*

Nesta comunicação proponho um deslocamento que irá, primeiramente, apontar aspectos da chamada virada linguística para, posteriormente, desenvolver o conceito de “cultura intelectual moderna brasileira”, visto como um esforço reflexivo que visa, ao menos, redimensionar as abordagens historiográficas acerca das diversas manifestações intelectuais que compuseram o universo cultural brasileiro desde os fins do século XIX até hoje.

### MORTE DO AUTOR ESTUDOS LITERÁRIOS E TEORIA DA HISTÓRIA<sup>1</sup>

Há muito que os chamados *estudos literários* convivem e debatem acerca do “lugar do autor” (COMPAGNON, 2001: 47). As perspectivas acerca do autor nas obras de Roland Barthes (1988) e Michel Foucault (2011) sugerem pontos de contato entre as duas análises. No caso de Barthes, suas posições operaram fundamentalmente, mas não unicamente, no interior dos chamados estudos literários. Tratava-se de uma passagem da *explicação* literária, fundamentalmente ligada à descoberta da intenção do autor de um texto, à *interpretação* literária, preocupada com os significados possíveis de um texto, independentemente da intenção de seu autor. Assim,

Os procedimentos que insistem nessas qualidades especiais [a literariedade autônoma da obra] conferem um papel contingente ao autor, como os formalistas russos e os *New Critics* americanos, que eliminaram o autor para assegurar a independência dos estudos literários em relação à história e à psicologia. (COMPAGNON, 2001: 48)

O desenvolvimento de uma “virada linguística” no interior dos estudos literários conformaria a exclusão da história e da psicologia deste campo disciplinar. Uma disputa entre história literária e crítica literária torna-se patente. Com a morte do autor, a explicação desaparece, “pois que não há sentido único, original, no princípio, no fundo do texto” (COMPAGNON, 2001: 51).

---

\* Doutorando em História, UFMG, bolsista FAPEMIG.

<sup>1</sup> Toda esta discussão está desenvolvida em artigo que espero publicar em breve. Devido às restrições deste texto demonstrarei apenas conclusões.

Compagnon irá desenvolver sua argumentação no sentido de evitar este “confronto mágico e um pouco ilusório”. Tal perspectiva visaria combater tanto a abordagem de Barthes quanto a de Foucault que confeririam um caráter eminentemente moderno ao lugar da autoria. Afinal

Se é possível que o autor seja um personagem moderno, no sentido sociológico, o problema da intenção do autor não data do racionalismo, do empirismo e do capitalismo. Ele é muito antigo, sempre esteve presente, e não é facilmente solucionável. No *topos* da morte do autor, confunde-se o autor biográfico ou sociológico, significando um lugar no cânone histórico, com o autor, no sentido hermenêutico de sua intenção, ou intencionalidade, como critério da interpretação: a “função autor” de Foucault simboliza a perfeição dessa redução. (COMPAGNON, 2001: 52).

No interior dos estudos literários, Compagnon procura, portanto, sublinhar que a tese da morte do autor condicionara de modo errôneo o tema da intenção autoral no restrito campo das interpretações biográficas, típicas da tradição “homem e a obra”. Ao observar as técnicas utilizadas nos estudos literários, Compagnon verifica a presença da intenção do autor no interior das análises. Expedientes literários simples como a *ironia* e a *sátira* só operariam se referidos a uma intenção. As análises literárias tendem a comparar textos, esclarecer passagens e construir significados associando períodos de um mesmo autor, de uma mesma obra. Assim, ficaria claro que “ninguém trata até o fim a literatura como um texto aleatório, como *língua*, não como *palavra*, *discurso* e *atos de linguagem*” (COMPAGNON, 2011: 79).

Não se trata de uma oposição o texto ou o autor, “nenhum método exclusivo é suficiente”, mas, falar em morte do autor é algo radical e que, conforme o subtítulo da obra de Compagnon, o senso comum não deixa passar sem constrangimentos. É assim que posições dos antintencionistas seriam traídas pela própria linguagem cotidiana:

por mais determinados que eles sejam, sempre caem em contradição, como esses estudantes sofisticados que caem na armadilha de uma dativo a mais (“O autor nos expõe...”), ou como esses teóricos que não resistem à vontade de corrigir os contrasensos de seus adversários quanto às suas intenções, ao replicar-lhes, por exemplo, como Derrida a Searle: “Não foi isso que eu quis dizer” (COMPAGNON, 2011: 89-90)

Estas relações entre intenções autorais, recepções e interpretações dos enunciados revelam antes a dinâmica dos processos de compreensão linguística do que qualquer outra coisa. Assim,

os estudos literários comportam, nos tempos atuais, uma valorização da subjetividade. A crítica genética é exercida com base na pessoa do autor e em tudo que o circunda e lhe diz respeito: cartas, diários, fotografias, objetos, anotações marginais em livros, enfim, um minucioso “museu” para se “mapear” a origem da obra (BARBOSA JR, 2011: 10-11).

A concepção de longa duração que expõe as relações entre intencionalidade, autoria e interpretação; a verificação da manutenção, mesmo inconsciente, do critério autoral ou, ao menos, intencional, nos estudos estruturalistas que se utilizam do método das passagens paralelas; as possibilidades expostas através do círculo hermenêutico, capaz de, razoavelmente, garantir uma dinâmica compreensiva por meio da  *fusão de horizontes*; a emergência de uma perspectiva de estudos literários, a da crítica genética, que valorizará a figura do autor de uma maneira histórica e biográfica. Todos estes fatores apontam para uma morte da morte do autor como perspectiva norteadora dos estudos literários.

## DOS ESTUDOS LITERÁRIOS À HISTÓRIA

Em sua retrospectiva das perspectivas hermenêuticas, Compagnon deixa de lado aquela que nos parece mais importante aos historiadores neste debate sobre viradas da linguagem, intencionalidade e autoria. Trata-se da exposição de Reinhart Koselleck *História e Hermenêutica*<sup>2</sup> realizada em 1985 por ocasião do aniversário de oitenta anos de Hans-Georg Gadamer.

Koselleck irá propor um lugar específico de reflexão historiográfica. Seguindo a crítica de Gadamer, Koselleck considera que “como a teologia, a jurisprudência, a poesia e sua interpretação, também a história (*Geschichte*) se converte em um subcaso do compreender existencial” (KOSELLECK, 1997: 69). Isso significa que a “a história (*Historie*), como ciência da história (*Wissenschaft von der Geschichte*) e como arte de sua representação ou narração (*Darstellung oder Erzählung*), é parte do cosmos hermenêutico projetado por Gadamer” (KOSELLECK, 1997: 69). Fazer parte deste *cosmos hermenêutico* é condicionar o *compreender existencial* à linguagem, de modo que, “quem tem a necessidade da língua e dos textos, não pode subtrair-se à pretensão desta hermenêutica” (KOSELLECK, 1997: 69).

A crítica do *Dasein* feita por Koselleck, porém, provoca rupturas no interior da tradição hermenêutica. Assim, a “hermenêutica, como doutrina da compreensão, possui um

---

<sup>2</sup> Utilizo a versão em espanhol do texto (KOSELLECK, 1997), as citações são feitas em tradução livre pelo autor. Termos entre[ ] correspondem ao texto em espanhol e termos entre ( ) ao original em alemão.

status [rango] histórico-ontológico, e a linguagem [linguisticidad] constitui seu modo de execução nato [ínsito] que não se deixa objetivar metodicamente” (KOSELLECK, 1997: 86-87). À hermenêutica caberia a reação às variáveis condicionais transcendentais expostas pela Histórica (*Historik*). As categorias pré e extra-linguísticas, apesar de assumir conteúdos linguísticos, nunca seriam esgotadas. “Logo, a Histórica remete – formulado em termos sensíveis – a nexos de ações, a formações de finitude em um âmbito também extralinguístico; a hermenêutica remete à sua compreensão” (KOSELLECK, 1997: 87).

A dimensão reflexiva da história, a Histórica (*Historik*), acionaria “algo mais que uma ciência ligada filologicamente ao texto” (KOSELLECK, 1997: 93). As duas dimensões, portanto, manteriam suas respectivas especificidades acionando categorias pré e extralinguísticas: a Histórica (*Historik*) através das condições de possibilidades das histórias; e as histórias, na medida em que na conformação delas “nenhum texto de uma fonte contém aquela história que se constitui e expressa apenas com ajuda de fontes textuais” (KOSELLECK, 1997: 93).

## O CONCEITO DE PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, SUAS INSUFICIÊNCIAS E ESBOÇO PARA O CONCEITO DE CULTURA INTELLECTUAL MODERNA BRASILEIRA

Este percurso feito até aqui se refere a duas questões básicas que tornam-se fundamentais aquilo que chamamos de “por um conceito de cultura intelectual moderna brasileira”. Para tal, recompomos o deslocamento da tese da morte do autor assim como as limitações e ambiguidades da palestra de Foucault sobre o autor como função de unidades discursivas. Não se trata de restringir a perspectiva destes autores a nossa crítica. Apenas de mostrar as limitações - como apontam Compagnon e Koselleck - da radicalização das teses que privilegiam por demais o campo linguístico, da escritura, do discurso enquanto unidade estrutural da realidade humana, para a apreciação crítica das produções humanas no tempo. Conforme define Durval Muniz de Albuquerque,

O problema das abordagens estruturais é que elas dão conta muito bem de descrever os elementos que compõem um dado sistema, os aspectos objetivados, inconscientes, recorrentes de uma dada realidade social, mas são incapazes de tratar como estes elementos são, em cada situação, lidos, interpretados, subjetivados, compreendidos pelos agentes sociais (ALBUQUERQUE, 2008: 8)

Partindo, justamente, da perspectiva arqueológica foucaultiana, podemos abordar a emergência do conceito de “pensamento social brasileiro” como uma unidade discursiva disciplinar que condiciona a produção de saber no interior das ciências humanas. O material desta abordagem “é o *discurso* e os objetos que determinados discursos, em cada época, podem dispor ou apresentar, isto é, como um objeto se torna inteligível e como alguém pode apropriar-se de certos objetos para falar deles” (ARAÚJO, 2001: 55).

As fronteiras disciplinares que compõem o universo de saber acadêmico tenderam nos últimos 80 anos, desde a fundação das Faculdades de Ciências Humanas e Letras no país, a constituir segmentos de saberes cada vez mais auto-referenciados, com suas lógicas internas de composição de cânones, seguindo escopos teórico-metodológicos mais ou menos compartilhados e criando, assim, uma unidade disciplinar. Isso, aliás, era de se esperar. Uma das resultantes de maior fortuna crítica e validação acadêmica é sem dúvida, a ideia-conceito de pensamento social brasileiro. De fato, sob este conceito, as ciências humanas no Brasil, desde sua consolidação acadêmica na década de 1930 até hoje, estruturaram uma linhagem de autores e perspectivas que ocupariam um lugar de destaque na história da inteligência brasileira.

Mas o que é o pensamento social brasileiro? Apesar de sua reiterada utilização, não há uma definição sucinta ou um rigor na utilização de termos similares que, se tomados criticamente, mais corroboram para a confusão dos sentidos do que para o esclarecimento do significado. Porém, é perfeitamente possível o mapeamento da emergência do conceito, assim como de sua consolidação até os dias de hoje. A obra tomada retrospectivamente como inauguradora do campo de auto-reflexão sobre o tema é *A cultura brasileira – Introdução ao estudo da cultura no Brasil*, de Fernando de Azevedo, lançada em 1943. No entanto, como o próprio termo *retrospectivamente* sugere, é preciso localizar a construção destas origens e desdobramentos. Para isso, elegi três volumes que se debruçam especificamente sobre o tema: o *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro* de Santos (2002), que contém o importante texto sobre a ordem burguesa na imaginação social brasileira; a *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro* de Aguiar (200) e o livro organizado por Botelho e Schwarcz (2009), *Um enigma chamado Brasil – 29 intérpretes e um país*.

Os três livros possuem, ao menos, dois aspectos em comum: a utilização do conceito de pensamento social brasileiro como eixo central de organização dos volumes e o recurso em arrolar autores e obras como componentes desta linhagem da inteligência brasileira. O livro de Wanderley Guilherme dos Santos (2002) é o que se preza a uma maior reflexão teórica acerca deste tipo de empreendimento, o seguiremos mais de perto. A ideia de organização e identificação de um pensamento social brasileiro surge ligada diretamente a uma perspectiva de criação de uma história e tradição das ciências sociais no Brasil. O conceito começaria a emergir nas décadas de 1940 e 1950 através da maneira como os intelectuais ligados à Escola Livre de Sociologia e Política da USP, criada em 1933 e, no ano seguinte, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, irão articular a produção acadêmica incipiente com a tradição intelectual anterior existente no país (SANTOS, 2002: 24-25).

Esta relação com o passado, segundo Santos (2002), constituiu-se com três marcos: institucional, sociológica e ideológica. A matriz institucional tendeu a observar os traços organizacionais e de institucionalização do saber social no Brasil. Assim, haveria uma distinção meramente legal, ou seja, ligada à emergência do cientista social no país. A segunda matriz, especialmente delineada por Florestan Fernandes e Djacir Menezes, relaciona desenvolvimento epistemológico à institucionalização. Considera-se aí que “as técnicas modernas de investigação social – os estudos de campo por amostragem, o questionário, a entrevista” vão caracterizar a saída do horizonte pré-científico para o período científico da investigação social no Brasil (SANTOS, 2002: 30). É a partir dela que as hierarquizações no interior do campo “pensamento social brasileiro” vão tornando-se palpáveis e recorrentes. Esta concepção tendia mesmo a constatar que

qualquer que tenha sido a quantidade ou a qualidade da produção do primeiro período, ela é irrelevante para o progresso da ciência, torna-se desnecessário qualquer investigação sobre que autores pertencem ao passado cultural do país, ou sobre o modo pelo pensaram o social (SANTOS, 2002: 30)

A chamada matriz “ideológica” procurava estudar e apreender os autores da tradição do pensamento social brasileiro segundo o rigor conceitual interno aos próprios textos, ela “reivindica a diferenciação e análise conceitual como procedimentos legítimos e necessários na apropriação adequada dos determinantes estritamente conceituais do presente” (SANTOS, 2002: 36).

Caracterizada estas três maneiras de analisar o pensamento social brasileiro, ficamos ainda sem saber exatamente o que ele é. Já sabemos, porém, que, de uma forma ou de outra, os autores que devem compor esse cânone são intelectuais que de alguma forma pré-figuraram as ciências sociais no Brasil. Pré-cientistas, procuraram *explicar* o país. Os termos que passam a ser acionados como similares ao de pensamento social brasileiro começam a surgir. Caracterizam-se os textos como de reflexão social, de especulação social, de investigação social, análises complexas sobre a organização político social brasileira, análise social, imaginação política e social brasileira, enfim, uma miríade de vocábulos que revelam justamente o caráter precário da conceituação. O roteiro de Santos (2002) compreende as datas de 1870 a 1965, o autor, porém, não titubeia em afirmar que tal escopo poderia ir de José Bonifácio a Fernando Henrique Cardoso (SANTOS, 2002: 15).

A Pequena Bibliografia, de Ronaldo Conde Aguiar (2000), recua ainda mais no tempo, acionando o quinhentista Frei Vicente do Salvador até o contemporâneo Fernando Henrique Cardoso. O livro organizado por Botelho e Schwarcz (2009) arrola nomes que vão do Visconde de Uruguai até Roberto Shwarcz e também Fernando Henrique Cardoso. O que se pode perceber nos três volumes é a consolidação deste cânone do chamado pensamento social brasileiro. Os autores se desculparam pela ausência de um ou outro nome que poderia constar nas obras e que por qualquer seja razão não pudera comparecer. De fato, tal falta é bastante compreensível. Mas se, ainda assim, pela variedade de autores arrolados, por vezes, em um período de cinco séculos, temos dificuldade em afirmar o que é o pensamento social brasileiro, por outro lado podemos dizer o que ele não é.

O livro mais recente, por nós analisado, é o *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. Esta obra aponta tanto uma transformação quanto uma permanência em termos de história intelectual brasileira. A permanência é a manutenção de toda a tradição consolidada a partir da sociologia paulistana, conforme os próprios autores nos informam, em torno dos 28 anos de trabalho Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro da Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciências Sociais] (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009: 15). A transformação é a introdução da ideia de *intérpretes* do Brasil. A ideia de retomar o conteúdo do pensamento social brasileiro, criado com a hierarquização que definia uma pré e uma “real” ciência social, sob o fresco e contemporâneo termo “*intérpretes*

*do Brasil*” contribui para a reiteração de uma tradição que tem obscurecido e ditado as diretrizes da história intelectual brasileira.

Ora, falar em pensamento social brasileiro como viés dominante de entrada para a história das *interpretações* sobre Brasil é simplesmente considerar toda a produção literária, jornalística, ficcional, artística, institucional, etc. brasileiras como incapazes de produzir tais sínteses. O que o pensamento social brasileiro não é, é justamente isso: ele é incapaz de abordar a literatura, a arte em geral, os teóricos da cidade, os poetas, os contistas, cronistas, críticos literários, chargistas, caricaturistas, enfim, uma gama vasta de intelectuais que simplesmente não se enquadram no mal determinado conceito de pensamento social brasileiro. A trajetória desta tradição traz consigo, ainda, um recorrente afunilamento que enxerga uma tradição mais ou menos pluri-regional da produção intelectual anterior ao século XX e que se consolida quase que totalmente na produção intelectual ligada à sociologia das universidades do sudeste e, especificamente, de São Paulo.

O que se percebe é que a tradição do pensamento social consolidada seria menos uma história intelectual do que uma história de determinados tipos de discurso que “originariam” as visadas mais ou menos “objetivas” constituídas a partir da sociologia uspiana. Daí nomes como Frei Vincente do Salvador constituírem essa tradição e Machado de Assis não. Note-se que o problema não é a seleção de nomes. Mas sim, de uma hierarquização que privilegia determinados tipos de produção intelectual em detrimento de outros. Isso seria, ademais, bastante aceitável se o conceito de pensamento social brasileiro não vigorasse com tamanha força no interior das análises acerca da produção e história intelectual brasileira, especificamente, no interior da historiografia.

No fundo, na raiz daquela concepção de pensamento social brasileiro, residia e reside, a “seriedade” explicativa do modelo sociológico. O pensamento social brasileiro é tido como aquele que *explicou* o Brasil mais coerentemente, mais cientificamente, mais verdadeiramente, segundo os preceitos científicos da sociologia uspiana. É importante frisar que a expressão *intérprete*, com a qual o pensamento social brasileiro procura se vestir, consolida certa falência das explicações. Apesar de guardar em seu sentido etimológico o termo explicar, mas também traduzir e esclarecer, não há dúvida que a emergência e reprodução do termo intérpretes explicita a guinada crítica e reflexiva experimentada pelas



ciências humanas no fim do século XX. Esta irá por em xeque justamente as certezas estruturais da sociologia uspiana. À interpretação, pertinente, mas não unívoca, se contrapõe a explicação totalizante e necessária. A interpretação permite uma abertura, uma fissura entre o objeto e o intérprete que jamais esgotaria a peça musical, que estaria sempre ali para novas interpretações. Uma interpretação é uma leitura, uma possibilidade de entendimento. Assim, a realidade brasileira tornar-se-ia essa peça musical passível de diferentes interpretações, podendo mesmo tornar-se, em alguns casos, irreconhecível. Interpretar o Brasil não é nem nunca foi privilégio de nenhum segmento. Os intérpretes do Brasil vão muito além do cânone do pensamento social brasileiro.

Assim, a reflexão sobre a constituição do conceito de pensamento social brasileiro é elucidadora justamente por seu vigor no interior da reflexão sobre a história intelectual no Brasil. Uma história que em determinados momentos encontra barreiras mais disciplinares do que históricas, mais acadêmicas do que do mundo da vida. Como a barreira entre os *intérpretes* do Brasil do pensamento social brasileiro e os literatos, entre os teóricos do modernismo no Brasil e a emergência do pensamento social de Alberto Torres e Oliveira Viana, entre os humoristas e cartunistas, como Ângelo Agostini, e intelectuais como Joaquim Nabuco e André Rebouças, entre os ensaístas da identidade nacional e os jornais anarquistas.

Acreditamos que tais divisões não correspondem mais às necessidades investigativas e reflexivas do atual historiador da cultura. Se, de fato, as diversas áreas e ofícios intelectuais guardam suas especificidades insuperáveis, não obstante, é possível e necessário reconhecer a probabilidade e, mesmo, a construção desses campos a partir de diálogos e conflitos entre as diversas disciplinas. De fato, quando observamos e tentamos caracterizar essa “cultura intelectual moderna brasileira”, notamos como uma série de temas, conceitos, noções, práticas, pensamentos, expectativas e amarguras, ultrapassa as divisões disciplinares e, com a pertinente aclimação de cada área, torna a criação de zonas de contato como algo inescapável à compreensão histórica. É assim que os trabalhos em história intelectual fragilizam as autonomias estruturais de noções como morte do autor e unidades discursivas estruturantes da vivência história. Poderíamos citar uma série de trabalhos que põem em xeque tais radicalismos metodológicos.

O trabalho de Alonso (2002) é sintomático neste sentido, uma vez que revela a indeterminação entre autores e leitores que, munidos de um repertório discursivo complexo,

interpretaram a sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Sevckenko (1992) analisa o processo cultural acionando um complexo sistema intelectual que opera segundo artistas, professores, engenheiros, políticos, literatos, militantes, ativistas, urbanistas e outros. Neste sentido, é imprescindível falar de autores, sujeitos, biografias, vidas e trajetórias. O “sistema linguístico” universal e atemporal é incompatível com a temporalidade histórica que, como afirma Koselleck, apresenta-se como condição de possibilidade à emergência das configurações históricas. A história procura, ainda, a partir do escrito, escrever sobre o que não foi escrito, dizer o que não poderia ser dito. Perceber os riscos da sobrevivência, as oposições entre secreto e público, as condicionantes geracionais, as relações de dominação e a criação de identidades bélicas ou pacíficas (KOSELLECK, 1997: 92-93).

O conceito de cultura intelectual moderna brasileira procura preencher uma necessidade de investigação e compreensão historiográfica em torno da produção intelectual brasileira como um todo. A ideia de se pensar trânsitos e diálogos entre diferentes segmentos surge da própria operação historiográfica, justamente no cotejamento de diferentes pesquisas no interior do conhecimento histórico, que apenas se mantêm distantes e não intercambiáveis por um excesso de rigor disciplinar. O conceito se faz necessário, mesmo que seja como mero provocador. Espera que se possa fazer com que as disciplinas se encontrem e que sejam assim mais fiéis à vivência histórica onde há bloqueios, mas também passagens. Embates e disputas, coligações e organizações, como na cidade *Belle Époque* em que o automóvel do político arrivista passa na poça e enlameia o literato anarquista.

### **Referencia Bibliográfica:**

AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. São Paulo: Paralelo 15, 2000.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Receitas Regionais: a noção como um ingrediente na historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. *Anais XIII Encontro de História Anpu-Rio*, Faperj, 2008. Disponível em <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/durval.pdf>

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento – A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: UFPR, 2001

BARBOSA JR, Adilson A. O autor entrevistado. In: QUEIROZ, Sônia (ORG). *O que é um autor?, de Michel Foucault duas traduções para o português*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011.

BARTHES, Roland. A morte do autor. *Rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOTELHO, André; SCHWACZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia das Letras, 2009

COMPAGNON, Antoine. O autor. *O Demônio da teoria*. Literatura e senso comum. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: QUEIROZ, Sônia (ORG). *O que é um autor?, de Michel Foucault duas traduções para o português*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011.

KOSELLECK, Rheinardt. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997.

ORY, Pascal ; SIRINELLI, Jean François. La fin d'un siècle? 1968. *Les intellectuels en France – De l'affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Armand Colina, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro 1870-1965*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

## **DISCURSO RELIGIOSO MORAL DA ASSEMBLEIA DE DEUS: A PRODUÇÃO ESCRITA POR ESTEVAM ÂNGELO DE SOUZA NO MARANHÃO**

Elba Fernanda Marques Mota\*

### **1. Introdução**

Pretende-se apresentar um esboço biográfico da trajetória de vida de Estevam Ângelo de Souza. Buscamos entender a sua formação enquanto pastor, escritor e, posteriormente, figura carismática. Pensamos ser necessária esta apresentação, a fim de entender o contexto histórico vivenciado por este e que contribuiu para a sua legitimação enquanto liderança da Assembleia de Deus no Maranhão. Interessa-nos, principalmente, o discurso religioso e moral formulado por este através de sua produção de escrita religiosa<sup>1</sup>.

Esperamos alcançar este intuito, fazendo uso dos teóricos que trabalham os instrumentais teóricos e metodológicos da biografia em História, pretendendo assim contextualizar socialmente nosso sujeito de pesquisa.

### **2 “Nos rastros de um servo”: os relatos biográficos e autobiográficos sobre o pastor Estevam Ângelo de Souza**

“Nos rastros de um servo”. Tal foi o nome dado por Estevam Ângelo de Souza à sua autobiografia, que não foi concluída nem publicada em razão de seu falecimento, em 1996. Era assim que Estevam desejava ser conhecido, “como um servo a serviço do Senhor”, mas quem foi o maior líder religioso maranhense do século XX? Muito se falou e fala-se de Estevam Ângelo de Souza, a despeito de sua fama já

---

\* Mestranda em História Social – UERJ  
Bolsista - FAPERJ  
elbamota22@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Como exemplo temos *Liberdade para os jovens e velhos* (1977); *Relação entre jovens e velhos* (1979); *O padrão divino para uma família feliz* (1996).

recorrente. Entretanto, ao contrário dos demais grandes líderes assembleianos do Maranhão, como Nels Nelson e Alcebíades Pereira de Vasconcelos<sup>2</sup>, ainda não há um relato biográfico sobre o líder maranhense e assembleiano<sup>3</sup>.

Produzidos no interior da Assembleia de Deus, os únicos relatos circulantes sobre Estevam Ângelo de Souza foram produzidos pelo pastor Rayfran Batista da Silva, em suas duas obras: *A História da Assembleia de Deus no Maranhão* (2001) e *Síntese histórica da Assembleia de Deus em São Luís* (2007), ambas as edições comemorativas dos 80 e 85 anos, respectivamente, do estabelecimento desta igreja no estado do Maranhão.

Estas obras apologéticas resumem a vida e obra do pastor Estevam Ângelo de Souza, com destaque especial ao papel de evangelizador ao longo de seus 42 anos de atuação no Maranhão. O autor, Rayfran da Silva, foi enfático em assinalar Estevam como grande líder e responsável pela expansão assembleiana.

Já no espaço acadêmico, o pastor Estevam Ângelo de Souza é citado em monografias de conclusão do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, em estudos que elegeram a Assembleia de Deus como objeto principal de análise, não priorizando a figura de Estevam. Assim, *As primeiras décadas do pentecostalismo assembleiano em São Luis (1921 a 1957)*, produzida por Pekelman Silva Halo (2005), discute as escritas dessa história e apresenta alguns personagens considerados protagonistas do período. Silva elaborou um significativo volume de entrevistas feitas a partir de depoimentos anexados ao trabalho.

Em nosso trabalho monográfico, *Poder, subjetividade e condição feminina no pentecostalismo maranhense: o caso da Igreja Assembléia de Deus (1940-1990)*, interpretamos a história religiosa pentecostal a partir das mulheres, seus lugares e papéis na dinâmica eclesial, e destacamos a liderança carismática de Estevam (MOTA, 2009:33-36). A dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Ferreira Soares *Usos e costumes: da identidade ao conflito na Assembléia de Deus em São Luis*, analisou as mudanças experimentadas por esta Igreja que têm alterado sua identidade. Para

---

<sup>2</sup> Ambos são os pastores que sucederam Estevam na presidência da igreja no estado do Maranhão. Alcebíades Pereira de Vasconcelos foi o pastor responsável pelo convite que possibilitou a ida do mesmo a São Luís, inicialmente como pastor auxiliar da Assembleia de Deus.

<sup>3</sup> Os filhos de Estevam Ângelo de Souza possuem um material para tal produção, no entanto até o momento, eles não fizeram a Biografia e nem publicaram a sua autobiografia.

(SOARES,2008:28-30), Estevam “continua presente na memória dos fiéis”, uma imagem construída em torno do pastor, do administrador, do construtor e de sua simplicidade.

Em 2003, o artigo de Lyndon de Araújo Santos, *Protestantismo e Pentecostalismo no Maranhão: séculos XIX-XX*, abordou algumas perspectivas teóricas e metodológicas para o estudo do campo evangélico maranhense, enfatizando a biografia de Estevam, juntamente com outros personagens, como gênero a ser explorado, tendo em vista que o pentecostalismo no Maranhão apresentou:

Peculiaridades que devem ser postas em realce e que têm relevância histórica e social. A começar pela liderança carismática e centralizadora do pastor Estevam Ângelo de Souza que, em 39 anos (de 1957 a 1996), presidiu de maneira bem personalista a Convenção das Assembléias de Deus no estado, sobrevivendo às mudanças profundas por que passou a sociedade brasileira neste período... Estudar a biografia de Estevam é resgatar a história de uma personagem que influenciou profundamente o pentecostalismo no estado, uma espécie de “negociador” entre as esferas do popular e do erudito, do oficial e do não-oficial, do poder e da população, da sociedade política e da sociedade civil, da ortodoxia e da heterodoxia(SANTOS, 2003:145).

Aspecto a ser ressaltado, quando se fala deste pastor, pois o mesmo soube transitar nos espaços de poder, sendo um negociador em espaços distintos de atuação. O historiador Lyndon Santos é responsável por ter sido o primeiro a atentar para a necessidade de um estudo, sobre este sujeito histórico maranhense. Em virtude de, em 2006, a tese publicada pelo mesmo afirmar que a liderança do pastor Estevam Ângelo de Souza (1957-1996) abriu um novo período para as Assembleias de Deus no estado (SANTOS, 2006:63).

No mesmo sentido, Halo publicou artigo em 2009, intitulado *Stefanos dos Anjos, do Piauí ao Maranhão, da pobreza ao reino ditoso*, em que o mesmo faz um pequeno relato biográfico sobre Estevam Ângelo de Souza. Seu interesse foi pontuar a construção do mito que cerca o pastor no estado do Maranhão, concluindo que “Estudar Estevam é compreender um pouco da alma nordestina e as conformações do sagrado dessa época” (SILVA, 2005:2).

Os nove filhos do pastor também escreveram, logo após o seu falecimento, um posfácio na obra “*O padrão divino para uma família feliz*”, em que todos pontuam o que foi ter Estevam Ângelo de Souza como pai:

O Estevam que conhecemos tão bem não era ‘de mais’ nem de menos’. Como todo homem, possuía defeitos e virtudes. (...) Ele era apenas o que era. Viveu uma vida equilibrada. Alguns de nós o apelidamos carinhosamente de “*forever*” porque parecia que ele jamais morreria, de forte que era e de tão profundo que vivia. Muitas vezes nos reuníamos com ele para aconselhá-lo, como filhos, para que ele diminuísse o ritmo ou parasse um pouco para descansar. Ele nunca nos ouviu quanto a isso. Papai era assim. Teríamos muito mais o que dizer sobre o nosso pai. Mas a História, a seu tempo, o fará.(SOUZA,1995: 228).

Os autores descrevem ainda, neste livro, a tripla definição que Estevam esboçara sobre si mesmo: “Sei que nada sou – sou o que sou pela graça de Deus – tudo o que sou devo a Deus” (SOUZA, 1995:233).

E por fim, o deputado Costa Ferreira fez um pronunciamento na Câmara Federal, transcorridos quatro meses de seu falecimento e, posteriormente, publicou um opúsculo com um resumo da vida e obra do pastor, no qual citou o seguinte:

Os relatos biográficos costumam ser algo platônico, costumam ser românticos. Não foi assim com o pastor Estevam. Ele trilhou praticamente dois terços de sua história enfrentando árduos desafios. As frentes opositoras surgiam principalmente dos que tinham a Assembléia de Deus como mera concorrente e seita herética. Havia algo de inquisitório. Mas onde quer que fosse aberta uma nova frente de batalha, lá também se encontrava o pastor Estevam (FERREIRA, 1996:26).

Fica claro que o discurso do deputado possui um tom apologético e doutrinário. Ao longo do opúsculo publicado por este, há intervenções dos deputados Benedito Domingos PPB-DF e do deputado Philemon Rodrigues PTB-MG. Cabe

ressaltar que ambos eram evangélicos, compondo assim, a chamada bancada evangélica da Câmara, da qual Costa Ferreira fazia parte<sup>4</sup>.

Entendemos que Estevam Ângelo de Souza é uma figura singular da história religiosa do Maranhão, sendo assim relevante a produção de um estudo historiográfico de focaliza e problematiza sua trajetória de vida. Nota-se nas falas de seus filhos, assertivas tais como “a História a seu tempo fará”, referindo-se a aspectos a serem ditos sobre o seu pai. No mesmo sentido, o próprio deputado Costa Ferreira, na assertiva “Os relatos biográficos costumam ser algo platônico, costumam ser românticos”, postula um anseio por parte destas pessoas próximas de um registro histórico da vida do pastor.

Hipótese que se mostra verdadeira, com a produção por parte do pastor Estevam de sua autobiografia. Ao nos depararmos com esta, perguntamos qual o objetivo de quem a escreve? Se tornar conhecido? Deixar suas ações como modelo para quem ler o texto? Antes de analisarmos a autobiografia em sua estrutura, é interessante ressaltar que em nosso estudo a entendemos de acordo com a formulação de Philippe Lejeune: “Denominamos ‘autobiografia’ a narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando focaliza especialmente sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008:71).

Essa definição apresenta os aspectos constitutivos centrais de uma “escrita de si”, como a narrativa, o discurso, o texto, a individualidade. Aspectos que permitem a distinção quanto à biografia, atrelada “ao terreno indeciso entre o testemunho, o romance e o relato histórico, o ajuste a uma cronologia e a invenção do tempo narrativo, a interpretação minuciosa de documentos” (ARFUCH, 2010:138).

Neste sentido, segundo Buarque<sup>5</sup>, Lejeune redefiniu a autobiografia como um pacto de escrita ou um efeito contratual firmado com o leitor. Por tal acordo, a identificação entre autor, narrador e personagem, processa-se através da remissão a um elemento textual comum: o nome próprio, que é registrado na capa do livro, na folha de

---

<sup>4</sup> Cabe destacar que este deputado, representante da Assembleia de Deus, possui uma série de reeleições. Costa Ferreira exerceu uma sequência de mandatos até 2006 e integra o secretariado do atual Governo do Estado, de Roseana Sarney. Atuou junto ao governo Collor para a liberação dos recursos retidos das contas bancárias da Igreja, mas sem sucesso, como veremos a frente.

<sup>5</sup> A historiadora Virginia Buarque pretende reconstituir as especificidades históricas e textuais da autobiografia eclesiástica católica, mediante sua contraposição a gêneros afins, como a hagiografia e a autobiografia laica.



rosto, etc. Inscrito, a um som tempo, no texto e no extratexto, o nome próprio, reporta-se assim, a uma pessoa real, e ao produtor de um discurso (BUARQUE, 2011:8).

Este vem desdobrado em aspectos significativos tais como, a inscrição do nome próprio, neste pacto com o leitor, a intenção do autor é deixar claro que no texto consta o relato de sua vida. Nesta relação contratual, cabe ao leitor a recepção da confissão a respeito de uma vida, não estando esta destituída de todas as estratégias possíveis de tal ação, tais como:

A constituição identitária do sujeito ocidental por assumir, na tradição cristã, o formato de um relato de conversão. Com isso, ela apresenta-se como uma produção textual capaz de articular o pertencimento a um marco religioso existencial (uma vocação) e sua derivação em expressões múltiplas quicá desconhecidas pelo próprio indivíduo (uma missão) (BUARQUE, 2011:9).

É importante ressaltar que Virginia Buarque refere-se a autobiografias católicas. Pode, contudo, servir de referência para nosso caso específico de um pastor assembleiano. Estevam Ângelo de Souza foi um homem religioso, e, principalmente, em sua autobiografia, se utilizou de aspectos confessionais para a elaboração da mesma.

Especialmente no que diz respeito á autobiografia, a obra considerada fundadora desse gênero discursivo é *Confissões* de Santo Agostinho, que, por si só, apresenta a riqueza formal da autobiografia enquanto gênero de análise, estando a sua temporalidade assim apresentada:

O dilatado arco temporal, que vai das *Confissões* de Santo Agostinho - que, longe da concepção moderna de “sujeito”, deixará, no entanto, um selo retórico, teórico e narrativo indelével no que diz respeito ao relato de uma vida – ao momento instituidor do Romantismo (...), assinala do mesmo modo o trânsito da *conversão* – o torna-se aceitável para o olhar divino- à *autoafirmação* como aceitabilidade do próprio na trama comunal dos *outros* e como abertura à liberdade de criação individual. (Grifo do autor) (ARFUCH,2010:134).

Notamos assim, a despeito das variações temporais em seus usos e conformações, como uma das características principais da autobiografia, o seu caráter confessional. Este se apresenta na junção principal das autobiografias eclesiásticas, com um forte teor tradicional e questionador. A partir do século XVIII, com o advento do Renascimento, as autobiografias passam a adquirir tendência laica, partindo

principalmente da convivência do sujeito com a sociedade, em especial, estando presentes aspectos familiares, culturais e políticos. (BAKHTIN, 2003).

Desta forma, a autobiografia de Estevam Ângelo de Souza intitulada “*Nos Rastros de um servo*” possui a junção destas características, pois percebemos um tom confessional forte, ao longo das oitenta e duas páginas escritas<sup>6</sup>. No mesmo sentido, notamos a influência da sociedade onde o mesmo viveu marcada pela transformação da cidade ao longo da segunda metade do século XX. Destaca-se também a presença significativa dos aspectos familiares entremeados com sua vivência como pastor.

A estrutura de *Nos Rastros de um Servo* divide-se, no primeiro capítulo, em sua vivência enquanto criança, jovem e católico, e, no segundo, na sua atuação como pastor presidente. Nos capítulos subsequentes, o autor apresenta textos de sua autoria, a maior parte de teor doutrinário e três que pontuam atividades da Assembleia de Deus nos Estados do Maranhão e do Piauí.

Qual o interesse do pastor Estevam ao escrever sua autobiografia? O mesmo faz questão de fazer algumas ressalvas no início do texto: “Pelo título deste livro, você pode notar que não é o mesmo a nossa biografia. O nosso currículo não contém os títulos que enobrecem as biografias dos homens notáveis da história da humanidade. A minha verdadeira biografia se encontra em outro volume nos versos” (SOUZA, 1995:4).

Ao longo do texto ele fará diversas referências bíblicas, pois acreditava que nos versículos estava a resposta para todas as dídivas que alcançou ao longo da vida. Outra presença forte é o tom confessional, inclusive com o relato do que ele denominou de seu getsêmani<sup>7</sup>. Neste relato, ele faz questão de se diferenciar de Cristo, mas comparou a situação por acreditar que iria morrer, e por ter sido um período de intensa reflexão, passou três meses em uma rede, vítima de tuberculose. Nesse momento ele começou a ter visões que totalizaram cinco. Ao longo da autobiografia ele explica o significado posterior que cada uma obteve em sua vida, sendo todas realizadas.

Na primeira ele se via, sobre uma ponte, que consistia de um único toro de madeira de cerca de um metro de diâmetro, com aproximadamente cem metros de

---

<sup>6</sup> Ressaltando que a mesma foi um texto inacabado, mas que nos permite traçar um perfil de nosso sujeito histórico, que terá suas obras analisadas nesta pesquisa.

<sup>7</sup> Jardim localizado em Israel acredita-se que seja o local onde Jesus Cristo se reuniu com os apóstolos e passou a noite em vigília á véspera de sua crucificação.

comprimento. As cascas eram pontas amoladas. Colocada sobre um abismo de cinquenta metros de profundidade. Teria que atravessar para o outro lado. Na segunda, misteriosamente encontrava-se em um lugar desconhecido, como estando a uma mesa para comer. Era uma “mesa” estranha numa clareira, no meio de uma caatinga. Muito distantes uns dos outros, diversos pratos que tinha que andar bastante para chegar a cada um deles. Qual era a comida? Pedações de ossos duros, dos quais, com grande esforço conseguia tirar pequeninos pedaços de carne.

Ele continua, relatando a terceira, na qual é convidado a comparecer a uma reunião de três pessoas: um juiz, outro homem respeitável e uma moça bonita, que estava sentada a uma mesa, ao lado de uma cadeira desocupada. Na quarta visão; um senhor e outro mais jovem, que era o seu irmão mais velho, vieram a ele para informá-lo que haviam feito o seu casamento com uma moça do Estado do Piauí, na direção de Teresina e, entregaram-lhe os documentos. Recebeu confiante, embora de nada entendesse.

Na quinta visão, ele recebia uma carta daquela moça do Piauí declarando que ficara muito satisfeita ao saber que lhe aceitara como esposa. Pedia que fosse o mais breve possível, pois estava ansiosa por receber-lhe (SOUZA, 1996:5-6). Posteriormente, isto se desenvolveu com seu casamento, com a visita do pastor Alcebíades Vasconcelos e de eventos por quais passou em suas viagens pelo interior do Estado do Maranhão e do Piauí.

Neste período da doença, nos momentos de sua maior intensidade, ele se perguntava o seguinte:

Na minha impressão me aproximava da morte. Estremeci. O que fazer? Comecei a pregar o evangelho de Cristo em plena juventude e tão cedo cheguei ao fim? Que poderia fazer nos poucos dias que me restariam na terra? Pensei: Vou escrever alguma coisa a respeito de Cristo e da Salvação e espalhar por todo o Brasil. Mas logo refleti: *Quem irá publicar o que eu escrever? Quem irá ler os meus escritos, se ninguém me conhece?* Concluí: Nada mais posso fazer!(grifo nosso) (SOUZA, 1995:10)

Este fragmento, em especial, nos demonstra a possível razão da escrita de seu texto autobiográfico. Ele queria que seus escritos viessem à público, tanto que ao cair doente, sendo ainda um simples presbítero, um de seus pensamentos mais aflitos,

era em não ter perpetuada sua memória por meio de sua escrita. A sua autobiografia foi escrita em fases distintas. Completados seus setenta anos, ele pediu que a secretária guardasse o que já havia produzido e só tornasse público após a sua morte.

Notamos assim, um cuidado de quem queria ser lembrado, fato perceptível pela publicação dos seus onze livros, mas, especialmente, pela elaboração de um texto autobiográfico. Com característica confessional, ressaltando a todo instante a sua simplicidade, composto, no entanto, em sua maioria por artigos, de cunho doutrinário e crítico, para com a postura esperada dos fiéis.

Por tais motivos, a autobiografia de Estevam Ângelo de Souza se apresenta como fonte privilegiada neste estudo, por nos possibilitar uma aproximação com o pensamento de nosso sujeito histórico. E, principalmente, nos possibilitar o exercício de trabalharmos em um mesmo estudo, com a biografia e autobiografia em História.

### **3. Considerações Finais:**

A autobiografia de Estevam Ângelo de Souza nos possibilita uma aproximação com o nosso sujeito histórico de análise. Entendemos esta como fonte de fundamental importância para a construção do nosso objeto de análise.

No mesmo sentido que entendemos que este texto foi produzido com objetivos específicos, tais como perpetuar uma imagem. Suspeitamos que a de líder ímpar, que passou por diversas privações, mas em nenhum momento caiu em tentações terrenas, demonstrando para os fiéis e leitores que a imagem de simplicidade, liderança e pastor infalível, deveria ser mantida por seu sucessor e demais membros da Igreja Assembleia de Deus no Estado do Maranhão.

Hipóteses que estão sendo desenvolvidas ao longo deste estudo, mas que nos permitem perceber o poder da escrita evangélica, assim como seu domínio doutrinador, pedagógico e dominador, não deixando, contudo, de possibilitar o acesso a leitura a milhões de fiéis assembleianos em todo o país.

### **REFERÊNCIAS**

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. (trad.) Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.p.138.

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- BUARQUE, Virginia. Autobiografias eclesiais: para além da representação de si. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 9, Jan. 2011, p.8.
- FERREIRA, Costa, *Estevam Ângelo de Souza: Uma Pedagogia de Cristo para sua Igreja*. Câmara dos Deputados, Brasília, 1996.p.26.
- LEJEUNE, Philippe. *O Pacto Autobiográfico*. De Rousseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.71.
- MOTA, Elba Fernanda Marques. *Poder, subjetividade e condição feminina no pentecostalismo maranhense: o caso da Igreja Assembléia de Deus (1940-1990)*. São Luis, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2009 – (Monografia de Conclusão de Curso; Graduação em História).
- MOTA, SANTOS, *O apóstolo da simplicidade evangélica: Estevam Ângelo de Souza e o pentecostalismo no Maranhão* In. *Maranhão: ensaios de biografia e história*. Yuri Costa e Marcelo Cherche Galvez (org.). São Luís: café e lápis; Eduema, 2011. p.283-284.
- SANTOS, Lyndon de Araújo Santos. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira*. São Luis: Edufma, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Protestantismo e pentecostalismo no Maranhão: séculos XIX e XX*. In. SIEPIERSKI, Paulo D.; GIL, Benedito M. (orgs.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- SILVA, Pekelman Halo Pereira. *As primeiras décadas do pentecostalismo assembleiano em São Luís (1921 a 1957)*. São Luis, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2006 – (Monografia de Conclusão de Curso; Graduação em História).
- SILVA, Rayfran Batista da. *A história da Assembléia de Deus no Maranhão: Assembléia de Deus em São Luís 80 anos de pentecostes e evangelização*. São Luís: Edgraf, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Síntese histórica da Assembléia de Deus em São Luís: 85 anos de evangelização, ação social e Pentecostes*. São Luís, Maranhão, 2009.
- SOARES, Carlos Eduardo Ferreira. *Usos e costumes: da identidade ao conflito na Assembléia de Deus em São Luis*. São Luis, MA: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2008 – (Dissertação de Mestrado).

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdeci Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

SOUZA, Estevam Ângelo de. *O padrão divino para uma família Feliz*. São Luís: SIOGE, 1995.

**UMA HISTÓRIA DE UM CIENTISTA RELIGIOSO:  
A OBRA DO PADRE LUIZ MONTE NA INTERPRETAÇÃO DE LUÍS DA CÂMARA  
CASCUDO (1920-1944)**

Bruna Rafaela de Lima\*

*Aspectos introdutórios*

Em 10 de dezembro de 2004 a Arquidiocese de Natal encaminhou à *Congregação para Causa dos Santos*, sediada em Roma, um pedido de autorização para abertura do processo de beatificação do Padre pernambucano – que se considerava potiguar – Luiz Gonzaga do Monte. O pedido, que estava legitimado por um relato das virtudes e da vida do referido padre, recebeu, em junho de 2005, o parecer favorável da Congregação.

Em 28 de fevereiro de 1969 o escritor norte-rio-grandense Nilo Pereira proferiu, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, um discurso sobre Padre Monte. Dividido em três partes – *o homem de ciência, o homem de letras, o homem de Deus* – o discurso de Nilo Pereira enfatizava a capacidade de Padre Monte para mostrar aos fiéis a visão escatológica e científica de Deus.

Em 4 de agosto de 1944, poucos meses depois da morte do Padre Monte, o *historiador católico*<sup>2</sup> Luís da Câmara Cascudo, contemporâneo de Monte, escreveu uma crônica – intitulada *bolsa de estudos eclesiásticos* –, na qual exaltava a inteligência, a humildade e a devoção daquele sacerdote. Segundo Cascudo, a sua inteligência estava explicitada nos seus estudos científicos que realizou, a sua humildade estava presente na vida simples que levava e a sua devoção podia ser identificada nas ações caridosas que realizava. Na interpretação cascudiana, Monte conseguia tanto articular a ciência com a religião, quanto difundia – de diferentes maneiras – essa articulação entre os fiéis.

O pedido da Arquidiocese, o discurso de Nilo Pereira e a crônica de Cascudo são algumas das manifestações de setores da sociedade norte-rio-grandense sobre Padre Monte. Diante dessas manifestações, indaga-se: como Padre Monte articulava ciência e religião? Que descobertas científicas foram desenvolvidas? Qual a sua concepção de fé e de ciência? A partir desse conjunto de questões, este trabalho tem por objetivo analisar como o historiador

---

\* Professora de História do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, Câmpus Apodi. Mestre em História pela UNISINOS.

<sup>2</sup> Essa ideia de Cascudo como “historiador católico” foi defendida por nós na Dissertação que defendemos em 2009 na UNISINOS. Intitulada: “*Da rede ao altar: vida, ofício e fé de um historiador potiguar*”.

católico Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) interpretou os escritos do “cientista” e Padre Luiz Gonzaga do Monte (1905-1944).

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que tem por meta entender as relações entre ciência e religião. O nosso intuito é entender como em um determinado momento histórico pensadores católicos conseguem articular os dogmas religiosos com os princípios científicos. Em outros termos, podemos afirmar que é nossa pretensão entender como é possível vivenciar uma contradição aparente: descobrir continuamente novas questões sobre o mundo e, ao mesmo tempo, permanecer vinculado a dogmas religiosos preestabelecidos.

Para este trabalho optamos por discutir, especificamente, o que Cascudo escreveu sobre Padre Monte. A opção por Cascudo está relacionada ao fato de que este autor consagrou-se na memória local, entre outras coisas, por mapear as produções por ele consideradas importantes para a humanidade. Foi nessa condição que Cascudo escreveu sobre diferentes faces de Padre Monte. A partir dessa lógica, identificaremos no discurso de Cascudo o cientista e o Padre existentes em Monte.

### *Aspectos biográficos*

Luiz Gonzaga do Monte nasceu na cidade pernambucana de Vitória de Santo Antão<sup>3</sup> no dia 3 de janeiro de 1905 e foi primogênito de uma família 5 filhos. Em 1907, em razão do pai se tornar trabalhador da estrada de ferro que ligava Pernambuco ao Rio Grande do Norte, a família mudou-se para Pesqueira (também em Pernambuco), João Pessoa (na Paraíba), Currais Novos e Natal (no Rio Grande do Norte), cidade que chegou em 1917. Nessa época Natal era uma pequena cidade com pouco mais de 20.000 habitantes,<sup>4</sup> que só tinha se transformado em Diocese em 1909.<sup>5</sup>

Monte ingressou no Seminário São Pedro<sup>6</sup>, em Natal, no ano de 1919, com apenas 14 anos de idade, mas desde 1918 já fazia parte da Congregação Mariana de Moços de Nossa

---

<sup>3</sup> A cidade só passou a se chamar Vitória de Santo Antão em 1943. Na época do nascimento de Monte se chamava Vitória.

<sup>4</sup> Sobre a população de Natal nas primeiras décadas da República consultar o artigo do professor George Dantas disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-96.htm>

<sup>5</sup> Natal foi transformada em Diocese, pelo papa Pio X, em 1909. Esteve vinculada sucessivamente à Arquidiocese de São Salvador da Bahia até 1910, à Arquidiocese de Olinda até 1914 e à Arquidiocese da Paraíba até 1952, quando foi criada a Arquidiocese de Natal. Sobre o assunto pode ser consultado na internet o sítio: <<http://www.arquidiocesedenatal.org.br/arquidiocese/historiaarq.htm>>

<sup>6</sup> O seminário São Pedro foi fundado em 15 de fevereiro de 1919.



Senhora da Apresentação e São Luís Gonzaga.<sup>7</sup> Por ser de família pobre, o seu ingresso no seminário exigiu que sua mãe, em troca dos estudos do filho, passasse a lavar e engomar as roupas dos seminaristas. Entre 1919 e 1922, Monte realizou os estudos preparatórios de Filosofia e Teologia. Em 1922 tornou-se efetivamente um seminarista e, em 18 de setembro de 1927, foi ordenado Padre na Catedral Metropolitana de Natal. Segundo Holanda, desde o seminário Monte

Considerava nocivo ao espírito o aprendizado das ciências sem um amadurecimento espiritual à mesma altura, pois o seminarista que muito se dedica à ilustração deve cuidar para ‘que não se torne vão e balofo, aparando as arestas da presunção, orientando a vida pelos estímulos da santa modéstia, afastando os perigos da vaidade tão labiosa quão solerte em tramas para iludir os incautos e pouco afeito às ascensões pelos aclives da montanha’. Só a formação científica ‘estimulada pela graça permanente e depurada pela dos defeitos’ seria saudável ao sacerdote. (HOLANDA, 2005: 61).

A preocupação com a ciência e a formação humana estiveram sempre presente nas preocupações de Monte. Nesse sentido, ainda como seminarista escrevia para o jornal *A Ordem*, onde expressava seus pensamentos sobre a questão social. Em artigo – intitulado *Aprensões* – publicado por esse jornal em 1924, Monte escreveu:

Prejuízos de todos os lados, decepções de todas as maneiras, fracasso de todos os cálculos deixam-nos tantas vezes um tal estado de desânimo, que somos levados a perguntar-nos se a nós mesmos – se é possível a manutenção das instituições sociais e até da existência individual em face das desgraças que pairam sobre a humanidade. [...] (HOLANDA, 2005: 63).

Depois de consagrado, Monte continuou morando e ensinado no Seminário São Pedro. Nos primeiros anos de Padre pode continuar livremente os seus estudos científicos e doutrinários desenvolvidos desde o seminário, pois o bispo de Natal Dom José Pereira Alves estimulava essa ação. Todavia, dois anos depois de ordenado, Dom José foi transferido para a Diocese de Niterói, sendo substituído pelo baiano Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, que ficou no cargo entre 1929 e 1962. Para Holanda, a ascensão de Dom Marcolino deve ter sido um entrave para a vida intelectual de Monte. (HOLLANDA, 2005:80). “A

---

<sup>7</sup> Essa Congregação foi fundada, em 1918, em Natal, pelo Bispo recém-empossado Antônio dos Santos Cabral. A Congregação foi uma tentativa do bispo de atrair jovens, que estavam se vinculando a instituições não religiosas, para a Igreja. A visibilidade dessa Congregação foi adquirida na década de 1930, quando serviu de abrigo a Ação Católica em Natal.

personalidade conservadora e centralizadora do novo bispo não deixava margem para estudos inovadores”. (FERRARI, 1999: 67). Nesse sentido, para inibir os estudos do Padre Monte, o bispo lhe atribuiu uma série de atividades: desenvolver o sacerdócio, ser o Secretário Geral da Diocese, ser o diretor espiritual da Juventude Feminina Católica (JFC), ensinar no Seminário São Pedro, no Colégio Santo Antônio e no Colégio Atheneu. Apesar de todas essas atividades, Monte ainda encontrava tempo para realizar alguns estudos científicos e doutrinários. Segundo Navarro,

Pena que no tempo de Padre Monte a Igreja tenha sido mais católica do que cristã, mais Pio XI que João XXIII, mais Roma que Belém, mais catedrais do que comunidades de fé, mais rebanho do que fermento, Mais Cristo Rei do que Cristo Operário, mais excomunhão do que perdão, mais demonstrações de força do que acenos de paz. (SILVA apud NAVARRO, 2004:481).

O trabalho estafante e a fragilidade física de Padre Monte favoreceram para que contraísse uma forte tuberculose que o levou à morte. Internado no *Sanatório de Natal* em 26 de janeiro de 1944, o sacerdote faleceu em 28 de fevereiro do mesmo ano. Seu sepultamento contou com a presença de muitos oradores, que exaltaram a morte de um sábio.<sup>8</sup>

#### *Padre Monte e a ciência*

Vários membros da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico local, tais como, Luís da Câmara Cascudo, Edgar Barbosa, Nilo Pereira, Jurandyr Navarro e Sanderson Negreiros, afirmam que Padre Monte foi capaz de estudar com profundidade toda ciência disponível em sua época.<sup>9</sup> Nesse sentido estudou: da Teoria da Relatividade de Einstein às lições profundas que a Medicina oferecia; do funcionamento dos organismos aos fundamentos biológicos da castidade; dos cálculos simples às equações matemáticas mais complexas; da riqueza sobre o solo às descobertas sobre a xelita e outros minerais no Rio Grande do Norte; das investigações sobre os astros às sutilezas próprias de um grande astrônomo.

Além dessas características científicas, Padre Monte também era um homem dedicado às letras, um estudioso da doutrina católica, um desenhista de excelente qualidade e

---

<sup>8</sup> Um dos oradores foi o Cônego Luiz Wanderley

<sup>9</sup> Essas afirmações foram produzidas individualmente por esses autores em diferentes épocas. O importante aqui é destacar que a ideia de Monte como um grande cientista foi constantemente ratificada entre escritores do Rio Grande do Norte.

um grande orador. Como *homem de letras*, falava e conhecia a estrutura de quase quinze idiomas – entre os quais latim, grego e hebraico – e escrevia versos com facilidade, inclusive em latim. Nessa condição de homem letrado foi um dos fundadores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e autor do seu lema – *ad lucem versus* (tudo para a luz), ainda que nunca tenha aceitado tornar-se membro da entidade. Segundo Holanda, citando Cônego Jorge O’Grady, “os estudos de Monte sobre o Código Canônico eram tão habituais que ele citava de memória a maioria dos 2.414 cânones”. (HOLANDA, 2005: 62).

Padre Monte escreveu três livros, inúmeros artigos<sup>10</sup> em vários jornais e revistas que expressam de forma mais contundente aspectos do seu pensamento científico. Os livros escritos foram os seguintes: *Fundamentos Biológicos da Castidade*, *o Livro das Revisões* e *o Compêndio de Biologia*. O livro *Fundamentos Biológicos da Castidade* foi escrito por sugestão de Câmara Cascudo, mas ao ser solicitada a autorização de Dom Marcolino para publicação, o bispo entendeu que o tema não poderia ser divulgado e ordenou que Padre Monte escrevesse um *Compêndio de Biologia* para os alunos do seminário São Pedro, que passariam a ter disciplina em sua grade curricular. O *Compêndio de Biologia* foi publicado durante a sua vida, mas o livro *Fundamentos Biológicos da Castidade* só foi publicado após a sua morte.

O *Livro das Revisões* – No qual revia as bases científicas do espiritismo-religião – nunca foi publicado. Tinha sido um estudo produzido para se contrapor as práticas espíritas em expansão no Brasil. Para escrever o texto, Padre Monte organizou uma das maiores bibliotecas sobre o tema. Todavia, esse livro nunca foi publicado e ao que tudo indica os originais já não mais existem.

Em importante estudo, escrito em dezembro de 1940, sobre a “Formação Moral e Cívica da Mocidade”, Monte explicita:

A ciência estuda os fenômenos, mas o curso, a aplicação, os fins, a razão de ser destes fenômenos já não é objeto da ciência. **A ciência ensina o enorme poder explosivo da nitroglicerina, da dinamite, mas ela não diz que uso se deve fazer dela;** se, para sacudir a mina e dela extrai minério, e do minério de ferro para fazer as turbinas e as turbinas para originar o movimento e a força para a grandeza industrial de um povo, ou se ela deve ser empregada no fabrico de bombas altamente explosivas para

---

<sup>10</sup> Padre Monte escreveu para jornais e revistas dos mais variados. Grande parte desses escritos estão hoje reunidos na “Antologia do Padre Monte”, organizada pelo escritor Jurandyr Navarro. Essa obra consta de 10 (dez) volumes. Cada volume tem em média 350 (trezentos e cinquenta) páginas de escritos do referido sacerdote e alguns escritos de outros autores sobre ele.

destruição de cidades abertas, para retalhar crianças inocentes e velhos indefesos. [...]. A ciência diz o que é, o fato, mas não diz a aplicação, o que deve ser: A razão por que a ciência não pode dar um ideal, um sentido à vida; jamais será normativa, jamais poderá impor uma obrigação, uma necessidade moral. (MONTE, 1940:10).

Por esse estudo Monte afirma que as ciências experimentais não podem se realizar autonomamente; A moral científica é uma impossibilidade em si mesma. Ela só se realizará se estiver vinculada à moral religiosa, pois sem essa moral indivíduos e sociedade não conseguem se organizar.

#### *Monte na interpretação de Cascudo*

Segundo Cascudo, em Padre Monte existia um cientista, homem de letras e, sobretudo, um sentimento incomum de humildade e bondade. Nesse sentido, declara Cascudo;

O cônego Luís Gonzaga do Monte aprendeu sozinho a ser sábio. Foi a cultura mais ampla que possuímos. Diga-se também que era mais aquisitiva que irradiante. Era um ‘poço de ciência’ com raros meios para trazê-la aos nossos lábios. Monte era modesto por um feitio psicológico, defesa natural de quem sabe diante das eloquências analfabéticas e dominadoras. Sua vida foi, como dizia Luís de Camões, ‘um solitário andar por entre as gentes...’. [...] (CASCUDO, 1944: 11).

Para Cascudo, Monte usou toda a sua inteligência para servir ao seu Deus com sinceridade e fé. A vida de Monte era um exemplo de dedicação ao sacerdócio. Suas descobertas científicas tinham o objetivo de fortalecer os valores cristãos. Não se tratava de descobertas que traziam proveitos apenas para os homens, eram descobertas que fortalecia o reino de Deus. (CASCUDO, 1944: 11).

Nesse sentido, Cascudo afirma que Monte era extremamente discreto nos seus estudos científicos. Era um homem profundamente recatado nas questões intelectuais e morais. Só depois da morte é que a produção de Padre Monte surgiu de forma destacada. Os trabalhos foram sendo descobertos lentamente.

#### *Considerações Finais*

Neste trabalho mostramos que Padre Monte conseguiu, durante sua breve existência de 39 anos, consolidar-se na sociedade local como o “sábio” e o “santo”. A nossa pesquisa – ainda em andamento – já demonstra muitos indícios da articulação feita por ele entre a moral e a ciência. Para este texto nos limitamos a discutir a visão de Cascudo sobre

esse assunto. Dessa forma, apresentamos alguns elementos que permitiram a Cascudo encontrar em Monte um “cientista religioso” que, sem nunca ter saído de Natal, no início do século XX, teve contato, por meio do seu autodidatismo, com a ciência, com as letras, com a cultura de seu tempo e com o futuro que vislumbrava nos escritos. Este ainda é um estudo inicial, pois é necessário adentrar com mais propriedade na produção científica e religiosa de Padre Monte.

### **Referências:**

- CASCUDO, Luís da Câmara. Bolsa de estudos eclesiásticos. (04.08.1944). In:\_\_\_\_\_. *O Livro das Velhas Figuras*. Natal/RN: IHGRN. v. 04, 1978.
- FERRARI, Alceu. *Igreja e Desenvolvimento: o movimento de Natal*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- HOLLANDA, Helenita Yolanda Monte. *Ad Lucem Versus: o luminoso destino de um homem – Uma biografia do Servo de Deus –*. Bahia: [S.E], 2005.
- MONTE, Luiz Gonzaga do. *Formação Moral e Cívica da Mocidade* (1940). Natal: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1978.
- NAVARRO, Jurandyr (Org.). *Antologia do Padre Monte*. Natal/RN: Fundação José Augusto. v.01, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Antologia do Padre Monte*. Natal/RN: [S.E]. v.09, 2004.
- PEREIRA, Nilo. O Padre Luiz Gonzaga do Monte, santo e sábio. *Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras*. Natal/RN, 1971. ano XX. nº.9. p.134-143.

## **A RELIGIOSIDADE DO MINEIRO SETECENTISTA: CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DOS IRMÃOS DE SÃO MIGUEL E ALMAS**

Manoela Vieira Alves de Araújo

### **Introdução**

No presente trabalho, privilegiando a análise através da irmandade de São Miguel e Almas da vila de São João del Rei, faremos uma crítica à historiografia da Minas Colonial a partir de seus seguintes “cânones”: o papel das irmandades leigas e das festas e o “exteriorismo” da religiosidade barroca na Minas do século XVIII, defendendo que as irmandades eram, antes de tudo, agrupamentos de caráter religioso (MATA, 1997: 49).

Na historiografia sobre a religiosidade colonial, especificamente a mineira, é comum encontrarmos trabalhos ressaltando que a participação nas irmandades religiosas – que se destacaram por seus aspectos de pompa e exuberância presentes nas festas, procissões e construções –, eram reveladores de uma religiosidade de “aparência”, esbanjando luxo, riquezas e ostentação, e que estava mais a serviço da distinção social do que para uma vivência verdadeira do sentimento religioso. Questionando essa historiografia, que se baseia em grande parte no relato de viajantes como, por exemplo, Saint Hilaire, entendemos que o ato de ser membro de uma irmandade implicava em um processo devocional construído no cotidiano, ou seja, significava participação ativa no dia-a-dia da congregação, envolvimento na promoção dos cultos e práticas religiosas, que muitas vezes gerava elevados custos financeiros para uma população majoritariamente carente.

Além disso, procuraremos demonstrar que não há como realizar uma análise histórica profunda do comportamento religioso do homem barroco mineiro e de sua sociedade apenas com o recurso a quantificação. Michel de Certeau (2007: 25-28) expõe as dificuldades próprias do recurso à análise quantitativa na história, especificamente no caso

da história de uma tradição religiosa cristã, pois não revela as ambiguidades, o que pode levar o historiador a cometer graves enganos. Segundo ele, o recurso ao quantitativo nos inclina a atribuir significações estáveis aos enunciados institucionais, ao repertório institucional dos ritos e celebrações, e o que é grave, sem ver claramente a distância que separa o discurso das autoridades eclesiais das efetivas práticas do baixo clero e de seus paroquianos anônimos.

Neste sentido, concordamos com Sérgio da Mata (2000: 28) quando este afirma que a superação do paradigma dominante até meados da década de 1980 – de uma história das estruturas sócio-econômicas, quantitativa ou de perfil marxista para uma história da cultura e das mentalidades – se faz muito mais a nível temático que teórico metodológico. Nas palavras do autor, o que encontramos nas pesquisas recentes é ainda uma “sacralização do levantamento documental e escassa preocupação a nível propriamente teórico (...) precisamos menos de ‘descrições densas’ que de *explicações densas*” (Idem: 32).

### **A Coroa e o Clero na capitania de Minas**

Na primeira década do século XVIII, a administração portuguesa, a fim de controlar a região, promulgou legislação limitando a circulação de eclesiásticos e proibindo o estabelecimento de ordens primeiras na região mineradora, fato este que ajudou a imprimir uma certa peculiaridade à vida das associações em Minas e nos permite entender o grande envolvimento dos leigos no nos assuntos religiosos e na promoção dos cultos. Além do intuito de controlar o contrabando, soma-se o fato dos eclesiásticos serem considerados desestabilizadores do sistema por seu envolvimento em rebeliões e os eclesiásticos regulares não se subordinarem à Coroa, mas à sua própria hierarquia, levaram a Coroa a decretar uma série de medidas, visando manter afastado de Minas o clero regular. Além disso, o clero secular também precisava de uma licença de permanência para celebrar os cultos do calendário litúrgico na capitania (BORGES, 2005: 57-58).

Isolada, portanto, das ordens regulares – como por exemplo a dos jesuítas,

carmelitas, franciscanos –, que realizaram todo o trabalho de catequese no litoral, a população mineira, através das associações religiosas de leigos, afirmou-se como a principal promotora dos cultos religiosos. Assim, foi o clero secular que marcou sua presença atuando com as confrarias na promoção dos cultos católicos (BORGES, 2005: 57-58).

Mesmo considerando estes impedimentos, a Coroa não procurou afastar totalmente de Minas o trabalho missionário. No Brasil Colonial a Igreja vai empenhar-se, ao longo de todo o século XVIII, por efetivar a reforma tridentina dentro do catolicismo investindo na disciplina do clero, no controle moral da população e na adoção dos sacramentos (LIMA, 1990: 107). As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, corporizadas por Sebastião Monteiro da Vide, em 1707, inauguram, por assim dizer, o programa reformador na Colônia (BORGES, 2005: 65).

Mas as reformas não foram pacíficas, fomentaram resistências. Lana Lage da Gama Lima (1990) diagnosticou a situação como complexa, pois os clérigos não estavam isentos de conflitos, vendo-se pressionados por novos padrões de comportamento, oriundos do catolicismo reformado, enquanto compartilhavam de comportamentos e moralidades que deviam agora combater (Idem: 169-175).

### **A religiosidade do mineiro setecentista**

O presente artigo faz parte de meu projeto de pesquisa para o mestrado, no qual me proponho a investigar os diferentes modos pelos quais os sodalícios da Irmandade de São Miguel e Almas vivenciaram a religiosidade dessa congregação, fundamentada no culto às Almas do Purgatório, fundada em 1716 na antiga vila de São João del Rei, como também busca compreender a relação entre a vida cotidiana dos irmãos e a vida na congregação, levando em consideração as atitudes diante da morte.

A irmandade de São Miguel e Almas sanjoanense era composta majoritariamente por portugueses do norte da metrópole. Ali assentavam-se homens brancos, de profissões



várias, entre os quais portadores de inúmeras patentes militares e grande parte ocupando cargos na Câmara da vila. A devoção a São Miguel – arcanjo tido como protetor das Almas do Purgatório – foi reavivada com o Concílio de Trento, e tinha por objetivo reiterar o dogma do Purgatório, o qual foi reforçado após a Reforma Católica (VOVELLE, 2010: 323).

Em *Os leigos e o poder*, Caio Boschi (1986) relaciona 35 irmandades sob a invocação de São Miguel e Almas existentes na Capitania de Minas, montante que as coloca em terceiro lugar, em termos de vocação institucionalizada, sobrepujada primeiramente pelas irmandades do Rosário dos Pretos e, em segundo, pelas do Santíssimo Sacramento (BOSCHI, 1986: 187). Essa relação atesta, no plano da religiosidade, a popularidade atingida por este culto.

Em nossa análise, recorreremos à concepção de crença formulada por Michel de Certeau como fundamento para compreendermos as formas de religiosidade na capitania de Minas. Segundo esse autor, a crença constitui “[...] não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma ‘modalidade’ da afirmação e não o seu conteúdo” (1998: 278).

Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de se estabelecer um questionamento sobre a abordagem historiográfica sobre o aparente sucesso da Igreja católica na sua empreitada de fazer os súditos cumprirem seus ensinamentos. Segundo vários trabalhos que enfocam o cotidiano da vida religiosa colonial, muitos dos preceitos eclesiásticos sobre o casamento, a confissão e demais rituais não eram seguidos de forma rígida pelos fiéis. Disso decorre nosso interesse investigativo com alguns aspectos da vivência religiosa. Nesse sentido, cabe aqui retomar uma das principais abordagens relacionadas ao meu tema de pesquisa.

Na historiografia sobre as irmandades mineiras, especificamente sobre a análise das confrarias de São Miguel e Almas, podemos destacar os estudos da historiadora Adalgisa Arantes Campos. Ainda em meados da década de 1980, Campos, sob forte influência da obra de Vovelle e as *mentalidades*, demonstra uma preocupação com as manifestações de

religiosidade católica na Colônia atadas ao universo barroco da Reforma católica e do absolutismo monárquico. Voltando sua atenção para temas como missas, exéquias, sufrágios, cerimoniais litúrgicos, a *boa morte*, o purgatório e as irmandades mineiras, sob um enfoque interdisciplinar, a autora transita entre a história da arte e a história social.

Em sua tese de doutorado (1994), trabalhando com a irmandade de São Miguel e Almas da antiga Vila Rica do Setecentos mineiro, Adalgisa Campos mostrou uma inclinação maior pelas manifestações artísticas promovidas pela dita irmandade. Observa-se em sua obra uma preocupação didática em inventariar os rituais alusivos à Irmandade das registrados nos documentos legados pela confraria, na catalogação iconográfica e estilística oriunda das manifestações religiosas em torno do culto às Almas do purgatório no período colonial, além de uma “verdadeira obsessão pelas origens do culto”, como ressalta ela mesma.

Adalgisa Campos insere-se em uma corrente historiográfica que interpreta o catolicismo implantado em Minas Gerais como de superfície. Essa historiografia considera falho o trabalho missionário na Colônia, sendo que nas Minas este seria principalmente de responsabilidade dos leigos, o que teria originado um catolicismo fundamentado nos aspectos “exterioristas” do culto, ou seja, uma experiência religiosa voltada mais para a extroversão e simplificação, ligada a uma questão de rotina, sem uma profunda compreensão do significado dogmático, oficial, que seria reforçado pelas orientações tridentinas (CAMPOS, 1994:32-33). Assim, segundo a historiadora, o devoto das Minas deseja a salvação, mas

dentro de uma perspectiva bastante aclimatada às exigências temporais, isto é, com leve mortificação da carne – jejum e continência sexual em dias de forte significação do calendário religioso -; participação irregular nos diversos sacramentos da Igreja – confissão, comunhão casamento; obras de misericórdia, via de regra, na doença e iminência da morte; e fundamentalmente com a recorrência tardia aos “méritos da Paixão de Cristo” (CAMPOS, 1994: 32)

Adalgisa Campos fala em uma especificidade da religiosidade na capitania de Minas, devido ao fato do catolicismo ter sido forjado sobretudo pelos leigos através das irmandades, tendendo a dotar de um sentido unificado e coerente – ao evocar sob o título de

“o homem barroco mineiro” – práticas e representações que são diversas, como se fossem uma espécie genérica que assumisse a essência daquela sociedade.

Campos (1994) procurou demonstrar como a comunhão diária era rara no século XVIII mineiro. De acordo com a historiadora, a confissão e a comunhão, estariam limitadas à Quaresma, entendendo, assim, que havia “uma grande indiferença” por parte dos colonos em relação à Eucaristia. (Idem: 261-263). Nesse sentido, ela entende que os roubos de hóstias e paramentos específicos da celebração eucarística praticados por negros para a confecção de “amuletos”, por exemplo, revelam o reconhecimento de um poder salvífico, mas que não é o registro almejado ou mesmo prescrito pelos dogmas (Idem: 257).

Assim, podemos perceber uma inclinação da historiadora em negligenciar as tensões que ocorrem entre o discurso religioso oficial e as apropriações deste feitas pelos fiéis em seus cultos e práticas rituais, chegando até mesmo a sugerir que ocorreria, por parte dos fiéis, uma participação passiva nas missas, pelo fato destas celebrações serem realizadas em latim (CAMPOS, 1994: 274).

Contra essas noções dicotômicas, recorremos aqui a Michel de Certeau (1998), que procurou encaminhar as reflexões sobre o tratamento teórico-metodológico da cultura popular por meio das noções de “estratégias” e “táticas”. As estratégias de imposição implicam lugares e instituições, um próprio que produz objeto, modelos e normas, enquanto as táticas de apropriação, sem um lugar próprio e institucional, são maneiras de fazer, de empregar o produzido, de produzir no ato de consumir (CERTEAU, 1998: 66).

Assim, resgatamos aqui a proposta para o fazer historiográfico empreendida por Michel de Certeau, trazendo seus questionamentos em relação à oposição entre criação e consumo, entre produção e recepção, que é uma das chaves que nos permite elucidar como a cultura da maioria pode, em qualquer época, instaurar uma coerência própria nos modelos que lhes são impostos, contra sua vontade ou não, pelos grupos ou poderes dominantes (CERTEAU, 1998: 13-14). Ele critica a visão do consumidor como uma *tábula rasa*, ou seja, a radical separação entre produção e consumo, que leva a postular que as idéias ou as formas têm um sentido intrínseco, totalmente independente de sua apropriação por um

sujeito ou por um grupo. Definido como uma outra produção, o consumo cultural, como por exemplo, ler um livro, olhar uma obra de arte ou escutar/assistir uma missa são, de fato, atitudes intelectuais que longe de submeter o consumidor à onipotência da mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o modela, autorizam na verdade reapropriação, desvio, desconfiança ou resistência (CERTEAU, 1998: 48-53).

Neste sentido, através da análise de cartas, petições, testamentos e documentos das irmandades percebemos que havia uma intensa participação dos irmãos nos assuntos religiosos. Eles vão se dedicar à organização e manutenção do templo e à preparação dos cultos. Dessa forma, contabilizar, por exemplo, o número de pessoas que tiveram acesso aos sacramentos, como fez Adalgisa Campos, não nos permite concluir por um maior ou menor “aprofundamento” religioso, pois como demonstrou Sérgio da Mata (1997: 41-57); a baixa frequência dos fiéis à comunhão podia não significar uma “subvalorização da eucaristia no Setecentos, mas antes a sua hipervalorização”. Não era por constituir a missa um valor salvífico em si para o fiel (CAMPOS, 1994: 262) que este se dispensava de frequentar a comunhão diária; ela era tão importante que exigia uma grande preparação. Dessa forma, se partirmos de uma base de dados apoiada exclusivamente na quantificação podemos ser levados a equívocos, pois os números escondem as ambiguidades (CERTEAU, 2007: 25-28).

Além disso, entendemos que essa classificação da religiosidade mineira como “de superfície”, vista como uma especificidade da capitania de Minas devido ao fato de que nela a implementação dos cultos católicos a cargo dos leigos, remete a uma outra discussão sobre as relações entre a vida dos colonos e a metrópole.

Esse enfoque tem por base uma interpretação historiográfica sobre a sociedade que se estruturou nas possessões portuguesas da América entre os séculos XVI e XVIII. Essa perspectiva entende a metrópole como o centro de decisões impositivas e a colônia um polo subordinado a tais imposições, e ressalta que o olhar que a coroa portuguesa tinha sobre suas conquistas americanas não se dava de forma total e sim fragmentada. Destacando, assim, a especificidade da capitania de Minas, na qual a principal preocupação era

constituir uma sociedade sob forte controle da metrópole, essa historiografia procurou demonstrar que o se viu emergir nas zonas auríferas foi a construção de uma sociedade improvisada, ressaltando as dificuldades e a desordem na administração (apud. CAETANO, 2009: 78).

Contrariamente a essas interpretações, os estudos a respeito do período colonial no Brasil vêm passando nos últimos anos por novas abordagens e interpretações, fruto, sobretudo, de uma maior aproximação entre historiadores portugueses e brasileiros. De um lado, e como pano de fundo mais geral, tais revisões estão relacionadas com o questionamento das análises estruturais que não dariam conta de incorporar a ação do sujeito como importante elemento de definição no rumo dos processos históricos. De outro, estas pesquisas revelam a necessidade de se repensar as relações estabelecidas entre a metrópole e suas respectivas colônias, estas últimas agora não mais entendidas como um apêndice da metrópole, mas como partes integrantes do vasto Império Português, ressaltando a experiência de circulação dos habitantes das colônias e a manutenção de suas ligações afetivas por distintas partes do Império, a constante convivência com outros homens que iam e vinham e a presença de seus filhos e netos no Reino (SILVA, 2005).

Muitos desses estudos têm procurado salientar que a fidelidade ao trono português e a percepção de serem súditos de um império transoceânico foram fundamentais para a manutenção e a expansão do poder real na América portuguesa. Dessa forma, entendemos que os indivíduos das Minas Setecentistas definiam suas ações sob uma lógica que era compartilhada por grande parte dos homens que viviam em outras partes do Império português (SILVA, 2005: 17-19).

Entendo que Adalgisa Campos revela, de certa forma, seu posicionamento neste debate ao estender essas análises à instituição eclesiástica, adotando um conceito de religiosidade que considera como “de superfície” – ou seja, uma religiosidade simplificada, sem um “real” entendimento dos dogmas católicos, que seria característica do barroco mineiro – deixando subentendido que esta se opõe a um modelo de religiosidade “profunda”, caracterizada pelas orientações tridentinas, como se esse modelo pudesse ser

encontrado de forma “pura” em outra localidade, dotado de regularidade e uniformidade. Ou seja, como se fosse possível implementar nas colônias um modelo de religiosidade portadora de um rigor que não se praticava nem mesmo no próprio Reino. Mesmo quando – o que acontece a partir das orientações tridentinas – na Europa e no Reino se propôs como ideal a prática de uma religiosidade mais dogmática, ascética, as dificuldades de sua realização, mesmo na metrópole, são imensas, pois se tratava de mudar, radicalmente, maneiras espontâneas de práticas e pensamentos, que vinham se moldando há séculos (HESPANHA, 2005: 16-18).

Essa caracterização da religião luso-brasileira e, particularmente, a mineira como “exteriorista” adotada por Campos é um equívoco que, no âmbito da historiografia brasileira, remonta a Sérgio Buarque de Holanda. Para ele, o brasileiro vive uma “religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade” (HOLANDA, 1984: 111). A esse respeito, Sérgio da Mata (2000: 84) ressalta que “ninguém parece ter se dado conta que a palavra ‘exteriorismo’ só aparece no discurso elaborado pelas elites (eclesiásticas, intelectuais) sobre a religião do povo, mas nunca na fala do próprio povo”.

Assim, na nossa pesquisa procuramos resgatar as ações dos sujeitos, entendendo que os “desvios”, ou seja, as diferentes formas de apropriação dos dogmas católicos não eram atitudes específicas dos religiosos das Minas, mas sim, que conferia a estas atitudes semelhantes àquelas que informavam as ações dos súditos residentes em outras partes da colônia e mesmo no centro do próprio Império, sem deixar de considerar, entretanto, a existência particularidades em cada região, não caindo, assim, no erro da generalização, compreendendo-as como portadoras de uma unidade que elas não possuem.

## **Conclusão**

Entendemos que no caso dos motivos que levaram à filiação e quanto ao papel

desempenhado pelas irmandades, o fenômeno religioso era uma questão central, apesar de não ser a única; durante vários anos os irmãos dedicaram-se à organização do templo e à preparação dos cultos. A filiação a uma ou mais irmandades significava participação, envolvimento.

Enfatizamos aqui a necessidade de se acabar com a idéia de um princípio unificador no interior de uma cultura, ou seja, renunciar a analisar as produções e representações culturais como expressões de um conjunto coerente para inscrevê-los em uma dimensão relacional, revelando apropriações e vivências diferenciadas de uma religiosidade.

## Referências

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CAETANO, Antônio Filipe Pereira. **O renascer de um debate**: administração, poder e política colonial. *Topoi*, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 77-79.

CAMPOS, Adalgisa A. **A terceira devoção do setecentos mineiro**: o culto a São Miguel e Almas. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. El Lugar del Otro. **Historia Religiosa Y Mística**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

HESPANHA, António Manuel. **A constituição do Império português**. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa?** ou O revisionismo nos trópicos. Actas do Congresso Internacional *Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e*

*sociedades*. Lisboa: FCSH/UNL, 2 a 5 de Novembro de 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

LIMA, Lana Lage da Gama. **A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990.

MATA, Sérgio. **Religionswissenschaft e Crítica da Historiografia da Minas Colonial**. *Revista de História*. FFLCH-USP, 136 (1997), 41-57.

\_\_\_\_\_. **Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil**. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wiss. Verl., 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório** ou o trabalho de luto. São Paulo: UNESP, 2010.



## SOBRE CONTEMPLAÇÃO. A MÍSTICA SEISCENTISTA E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS

Philippe Delfino Sartin\*

A palavra *mística* evoca o discurso equívoco, necessariamente equívoco, não apenas das ciências humanas, que ora se esforçam para traduzi-la em termos analíticos – isto é, pretensamente neutros, descomprometidos – mas também da chamada “linguagem comum”, uma vez que o seu *espaço de experiência* postula uma ultrapassagem das próprias possibilidades da linguagem em produzir significado: a experiência mística é um lance de dados no jogo liminar das diferenças.

Pois é a própria *diferença* que é posta em jogo. Em outras palavras, a sua *eficácia* em dotar de sentido a experiência e convertê-la em linguagem é abertamente desafiada, uma vez que, à força de inflexão, o discurso se vê compelido a tratar de si mesmo, tomar-se como seu próprio objeto, encerrando-se numa altiva intransitividade, deteriorando-se em código, e multiplicando proposições: tornando-se artifício.

Ora, a artificialidade não faz parte da própria experiência mística? Borrar os limites da significação e determinar por uma espécie de “composição negativa” o contraste de uma *alteridade*? Forjar a revelação pelo devaneio, errar de propósito, multiplicar os espaços abertos, disseminar o vazio? Não é isso o que escondem a fixação *apofática*, a impertinente renitência da afasia? O Outro não se alimenta da minha incompetência em transformá-lo num *eu mesmo*? Não cresce *pari passo* à diminuição da força do discurso aquilo que o próprio discurso confessa-se incapaz de enunciar? A mística não é uma técnica da alteridade, um estratagema da solidão? *Um efeito*?

E sim, a suprema tentação: criar para si próprio o invólucro vazio, produzir o próprio nada, induzir-se ao inexprimível.

Não é senão deixando-nos seduzir pela atmosfera noética destas notáveis pretensões que pretenderemos encerrar a variedade da experiência mística a um simples jogo de impossibilidades lingüísticas. Destarte, se a *contemplação* – talvez o tópico mais importante desta temática – é objeto de constantes paradoxos, de grandiosos equívocos, não se faz necessária, entretanto, uma forma equívoca de abordá-la. Esta é, de fato, a pretensão do

---

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás – Bolsista CAPES.

historiador: apresentar a vida mesma das doutrinas, experiências, experimentações, interpretações e paixões, seus percursos e entrecruzamentos, sua fidelidade e a sua infidelidade às instituições, e o seu lugar nas sociedades em que floresceram.

## 1. Uma leitura difícil

O *Boosco Deleytoso* é um desses locais equívocos. Esta obra, escrita provavelmente no século XV, mas cujos exemplares existentes atualmente datam de uma impressão realizada em 24 de maio de 1515, foi composta por um desconhecido, certamente um monge alcobacense, e é famosa por conter vários trechos e paráfrases de uma obra de Petrarca, o *De Vita Solitaria*. Grande parte dos estudos sobre o *Boosco* assinala a influência do italiano<sup>1</sup>, especialmente a partir do capítulo XVI, quando sua obra é utilizada para estabelecer a oposição entre a vida no bosque e a vida na cidade, valorizando a primeira e denegrindo a segunda. Ora, aqui está o ponto: por que não nos atermos àquilo que não diz respeito<sup>2</sup> a tal influência, nesta obra mística que é a mais antiga de que se tem notícia em língua portuguesa?

A dificuldade em realizar a leitura do *Boosco* é devida a oscilação, por parte de seu autor, entre dois interlocutores, ou virtuais leitores, distintos: o leigo e o monge. Essa oscilação é representada pela ambiguidade de passagens como essa: “ataa quando te esqueces de my ataa quãdo tornas de my ha tua façe tornate senhor pera my”, (1515: 11). Refere-se ao que vive apartado da religião, “em volto em os negocios do mundo”? Ou àquele que se converteu e sofre de uma privação? A ambiguidade do leitor hipotético do livro é mais uma vez colocada pelo testemunho de “Dom Bernardo”, no cap. XXXII, (1515: 16), quando fala de ‘cair da contemplação’. Supomos que esta segunda interpretação seja possível.

Inicia-se a obra com a queda do homem, o seu desterro, em um duplo aspecto: do *estado de graça*, “desterrado do parayso terreal” e do seu *estado de contemplação*, isto é, da “be aveturança do parayso espiritual que he casa da bõa conçiença” (1515: 1). O homem se encontra desterrado, distanciado da condição da graça pelas consequências do pecado original, aquele dos “primeyros padres”. Esse primeiro distanciamento é ontológico, se

---

<sup>1</sup> Ver, a título de exemplo, o texto de Aínda Fernanda Dias, “Boosco Deleitoso”, In. BELCHIOR, Maria de Lourdes; CARVALHO, José Adriano de; CRISTÓVÃO, Fernando. *Antologia de espirituais portuguesas*. 1ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, pp. 25-78.

<sup>2</sup> Segundo Zulmira Santos (1995: 106), o texto de Petrarca apenas cumpre o papel que o autor lhe designa, visto ser abandonado ao longo da obra.

podermos assim expressá-lo; refere-se naturalmente à condição paradisíaca primitiva que, perdida pela perversão da vontade, e mau uso do livre arbítrio, tornou-se, doravante, inacessível ao gênero humano. Mais que isso, encontra-se o homem distanciado da oração e da contemplação: “muyto mais era grande a minha tribulaçom e mezquindade: porq ha minha alma era desterrada do seu parayso espiritual q ham as almas santas enesta vida do qual se trespasam ao parayso celestial”, (1515: 1).

Diferentemente do primeiro, tal distanciamento não se faz sentir em todos os homens da mesma maneira; enquanto aquele os afeta ao nível do próprio ser, que se tornou corruptível, sujeito à morte, portanto ausente de si próprio, este envolve a memória da presença, e instaura a sua relação com a ausência, num jogo aberto à lamentação, ao *pathos* da perda. Como diz o autor, “este parayso espiritual da alma he a casa da boa conçeicia” (1515: 1); em outras palavras, o segundo distanciamento provoca uma crise de consciência, que deve ser entendida, conforme diz o próprio autor, como ausência daquele estado de “abondança de paz”, onde há “limpeza do coraçom” e a “fe pura folgua em na verdade” (1515: 1).

A descrição, dramática, diga-se de passagem, das condições espirituais de tal ausência, ou distanciamento – bem entendido, a ausência dos efeitos pacificadores das virtudes na alma – passa pela diversão do homem de si mesmo, de seus afazeres e das coisas de Deus: “nõ avia firmeza da mente em nenhuua cousa de boa andança nem de contraira em tal guisa era ho meu estado q me parecia q jazia já em ho ynferno” (1515: 1).

O prorromper de alegorias perpassa a obra desde os primeiros capítulos. O bosque espesso e escuro fica além do campo coberto com “froles de boo odor”, por onde se espaça o narrador. Um formoso mancebo, com as faces resplandecentes, vestes de fogo e cinta de ouro, trazendo numa mão um cetro de ouro e noutra uma *segur*, de ouro encastoadada, lhe diz que as aves, que lhe cantam quando clama dentro do bosque são na verdade os “santos doutores q ordenarom a ha santa escritura”, (1515: 1v). O mancebo repreende o narrador, instando-lhe que peça misericórdia por seus pecados, fiando-se no perdão que Deus quer conceder a todos os que se arrependem e na intercessão de sua benta mãe, a Virgem Maria. O mancebo é o anjo da guarda, que explica a sua indumentária: “E as vystiduras de fogo synificam ho ardor da carydade he da boa vontade; e som assy luzentes porq todos somos cobertos de lume em os intendimetos”, (1515: 2).

O anjo então começa a guiar o narrador, por um caminho espinhoso e estreito até um prado, onde encontra uma dona espantosa, a Justiça, aquela que “queima os maaos

corregendoos”, (1515: 2v); mais adiante, em outro prado, encontram uma “donzela muy fremosa e muy dilicada” (1515: 2v), a Temperança, que trazia consigo disciplinas, também delicadas; mais adiante, encontram a Fortaleza, “dona allaz fremosa e aposta e bem cõposta dos seus membros” (1515: 2v), no alto de uma torre. A Fortaleza possui um escudo com uma cruz vermelha, significando segundo o anjo, “quea forteleza empura de sy os dardos das tentações do inimigo”, (1515: 2v). Por fim, após outra caminhada, encontram dentro de uma tenda agitada pelo vento a Prudência, uma “dona muy cuydosa”, (1515: 3), sentada numa cadeira. O narrador pede ajuda a todas essas donas, mas todas lha recusam, dizendo-lhe lha haver prestado toda a vida e ele, endurecido pelo pecado, não lhes haver dado atenção.

Numa casa encontrada adiante, adornada com estrelas no telhado e mármore, estão as três virtudes teologais: a Fé possui uma coroa com esmeralda encastoadada, que “he a pedra mais verde bem assy a fe nunca he seca em os escolheyto”; a Esperança possui uma safira, de “color do çeeo he a esperãça he das cousas celystriães”; a Caridade, por fim, trazia à testa um rubi, “color de fogo”, pois “esta acaridade q arde he amor de ds como ho fogo”, (1515: 3). Também estas não lhe dão atenção, e negam-lhe ajuda.

Ao voltarmos assim para este texto, uma nova interpretação se nos deslinda: no capítulo CXXI, o narrador resolve finalmente se recolher no bosque, após as tentativas de diversas personagens em convencê-lo. Mas não nos parece que se esteja falando de conversão no sentido de entrar em um convento, ou abandonar a cidade, ou algo semelhante: não parece ser este tipo de apologia. Parece-nos, antes, que se trata de recuperar o paraíso espiritual perdido, ou seja, a contemplação. O que é este paraíso?

Este paraíso espiritual da alma é a casa da boa consciência, em que he tanta abundância de paz que a abstença obedece e serve a castidade e a devoçom se acosta a oraçom; e ali folga a humildade em no temor de deos e a pureza há folgança em no amor do senhor deos. Ali a limpeza do coração com a paz de jesu christo per alegria e fé pura folga em na verdade, ali a justiça despoe e ordena todas as cousas brandamente e a temperança as tempera cordadamente. Ali a sabedoria ensina e a fortaleza afirma e a abstinencia desseca toda çugidade do pecado e a esperança conforta e a humildade e a paciência reinam. Ca ali é o reino de deos e o paraíso u he o ajuntamento das virtudes; e por em a alma do homem virtuoso he em parayso espiritual enesta vida presente (1515: 1).

O encadeamento lógico é perfeito: se o paraíso espiritual é o ajuntamento das virtudes, o fato de as sete não corresponderem ao narrador fecha o argumento desta primeira parte: trata-se de uma alegoria da desolação, alegoria que segue com a mudança para o bosque e

termina com a ascensão da alma a Deus, do paraíso espiritual ao paraíso celestial. Estaria o autor do *Boosco* e João da Cruz descrevendo a mesma coisa? Seria necessária uma pesquisa que respondesse essa pergunta, mas fica aqui a sugestão.

No capítulo CXXI, como dissemos, o pecador decide-se por sair do mundo, antes do que parece uma purgação passiva *avant la lettre*, (1515: 61v). No que parece uma topologia iniciática, ou simplesmente um itinerário alegorizado, o pecador é levado pelo anjo através de caminhos difíceis, e por uma donzela é deixado no boosco nevooso, o “estado da peendenza”, (1515: 62v). Depois virá o campo glorioso, para aqueles que vão perseverando e algumas vezes têm consolações espirituais e, por fim, o monte da contemplação, ou o “estado da alta contepraçom”, “estado mays firme e mais perfeito”, onde se chega “per graça do senhor deos”, (1515: 62v).

A maneira como o autor concebe a divisão entre vida ativa e contemplativa, no capítulo CXXV pressupõe uma vivência espiritual:

Assy como aa vida da contemplativa perteeçe pensar meditar orar e cõttemplar e entender as cousas çelistríaães e devinaões be assy pteeçe aa vida autiva chorar e gemer e doerse e sosperar. Ca a vida autiva he afeiçom enflamada e açendida per espiraçom divinal a qual afeiçom do home compoe e hordena sy mesma per regra de justiça. Mas ha conteplativa he razom allomeada polla razom divinal aqual razom levãta sy meesma em conteplaçõ da sabedoria celistrial que nom pode seer entendida com ho coração que nom he limpo. E como quer que os guallardoões da vida aativa sejõ grãdes mayores som os da vida contemplativa ha vida autiva husa be as cousas do mundo mays ha conteplativa renucia ho mudo delleytase viver tam solamete ha ds. A vida autiva revolvesse nas obras da justiça e e no proveyto do proximo mas a cõttemplativa he vaga de todo neguoçio e he ficado em no amor soo de ds ha vida autiva trabalha e no uso das obras presentes. Mas a vida cõttemplativa guosta já afolguãça do parayso com sabor de dentro da alma (1515: 63).

Esta noção de que a contemplação (o paraíso espiritual?) precede a visão beatífica (o paraíso celestial?) é reforçada pelo desenlace da obra, como dissemos. O capítulo CXLIII dá início às descrições da contemplação, quando o autor fala do “taamo mays de dentro”, (1515: 69v), a câmara mais interior da alma, onde ele ficava só com o Amado. De êxtase em êxtase ele morre e é levado ao paraíso, a cidade celestial.

## 2. A purgação passiva

Molinos inicia o seu *Guia Espiritual*, livro marcado pela condenação de seu autor perante a Inquisição romana – livro, de resto, também condenado pela Bula *Coelestis Pastor* de 1687, sob a Santidade de Inocêncio XI – tratando “Das trevas, secura e tentações com que Deus purga a alma, e do recolhimento interior”. Alguns anos após a sua desdita – menos pelo que havia na obra, e mais pelo que se dissera de seu comportamento em Roma<sup>3</sup> – sai em Lisboa, enfiado por Manuel Bernardes em seu *Luz e Calor*, um “Tratado da Oração do Quietude”, no qual o oratoriano abordava e autorizava, com base em distinções tradicionais e num grosso reforço da necessidade dos sacramentos e de se sujeitar à Santa Madre, a quietação ou, segundo suas palavras, “oração de fé simples”, ou “presença de Deus”. O tema não era novo – como é costume em matéria de espiritualidade, em que as novidades se devem fundar em resgates – tendo sido popularizado pela obra de Santa Teresa, que falava da “quietude” desde o século XVI.

Importante notar que também Bernardes começa este seu breve tratado falando de trevas, de abandono, de secura. Em outras palavras – e isso é válido para ambos – de uma certa experiência, convertida em linguagem, por assim dizermos, e que é caracterizada como uma “ausência”. Aqui o que está em jogo é a dificuldade em contemplar a Deus, por oposição a uma anterior facilidade; retifiquemo-nos: a contemplação não é uma atividade que dependa apenas do homem, pois é um dom. No entanto, abandonar-se à inatividade para que o Espírito pouse sobre o homem e opere através dele – que, portanto, já não age, mas é constringido a agir, tornando-se inimputável, pensavam os inquisidores, temerosos – é o que ficou precisamente conhecido como o quietismo, ou, como se dizia em Portugal<sup>4</sup>, a “heresia molinista”. Esse entusiasmo, paulino, aliás, que vira e mexe irrompe no campo da espiritualidade e da mística, foi muito mal visto naquela época, em que se tentava empreender uma reforma no agora mundo católico, em que se discutia a participação de leigos na vida da Igreja, se desconfiava dos protagonismos místicos de inumeráveis beatas, se flagravam muitas fraudes e supunham-se outras tantas e, ao fim, em que se mandou muita gente para o Novo Mundo, pelo mal dos seus pecados.

O que fazer diante deste pequeno insólito que é, tendo o exercitante se aventurado pelos caminhos da vida mística, ver-se de repente privado da consolação divina? Sentindo-se

---

<sup>3</sup> Não há base, na obra de Molinos, para condenar sua doutrina; seu comportamento é que foi considerado suspeito, especialmente com mulheres, (PACHO, 2003: 757).

<sup>4</sup> Pedro Tavares endossa, para Portugal, as considerações de Eulógio Pacho, (TAVARES, 2002: 92).

como que, nas palavras daquele que é o grande sintetizador da questão no século XVI, João da Cruz, em uma “noite escura da alma”? Aqui não acontece a visita do amado, aqui não se incendeia o coração com o fogo do seu casto amor, não há raptos, êxtases, ou qualquer forma de fruição de Deus, como dizia Santo Tomás. Segundo o aquinatense, que foi a pedra de toque para, nos casos limite, a teologia ibérica se fazer ortodoxa, o que acontece nesta fruição é atuação dos dons do Espírito Santo de maneira sobre humana, produzindo uma experiência passiva de Deus na alma (MARIN, 1962: 239). Nesta noite escura – seja dos sentidos, seja do espírito – tal experiência inexistente, donde *a insuficiência de uma definição que equacione a vida mística à contemplação*.

O que fez o futuro *Doutor Místico* e, seguindo-o, Molinos e Bernardes – e muitos, antes dos dois – foi incorporar esse desvio – como dissemos, este pequeno insólito – na estrutura – se a palavra não é abusiva – do itinerário místico. O que, tradicionalmente – isto é, desde o cristianismo primitivo – comportava o *topos* das três vias, a *purgativa*, a *iluminativa* e a *unitiva*, ou, na Idade Média, segundo Santo Tomás, dividia os exercitantes em *iniciantes*, *proficientes* e *perfeitos*, passa a integrar, na modernidade, uma pequena correção: a *purgação passiva*. As trevas, a *secura*, a *desolação*, são características desta purgação – que não está nas mãos do exercitante, isto é, não depende de jejuns, meditação e disciplina, mas procede de Deus, que se retira, se esconde, ou dos dons do Espírito Santo, que ainda agem de maneira infusa ou sobre humana, mas já não produzem a experiência passiva de Deus.

### 3. A contemplação adquirida

Digna de nota, para voltarmos ao problema do quietismo, é a polêmica em torno da *contemplação adquirida*, em fins do século XVII. Poderia o homem adquirir, mediante o seu esforço ascético, calcado numa “vida espiritual”, em devoções particulares, na meditação sensível ou imaginária, aquela visão simples de Deus? Contra o quietismo, que considerava o concurso das faculdades humanas como dispensável, e mesmo como um obstáculo à ação do Espírito Santo<sup>5</sup>, alguns escritores, como Pier Matteo Petrucci, bispo de Iesi, autor de uma *Contemplazione Mistica Aquistata* (1682) e o sobredito Manuel Bernardes, na obra *Luz e Calor* (1696) farão uma grande ressalva: sim, isto é possível, pois conquanto os dons do

---

<sup>5</sup> Como dissemos, isso diz respeito menos a doutrinas que a práticas historicamente localizadas, ou à visão dos ortodoxos sobre o molinismo.

Espírito não atuem sobrenaturalmente na alma (pois como poderia o homem alcançar o que está sobre o homem?), persiste ainda o lume sobrenatural da Fé, guiando o exercitante na esteira da oração do quiete. Esta quietação não significa, contudo, inatividade: é uma atividade que se assemelha à passividade por produzir um ato simples, indistinto, “cortando todas as reflexões sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro” (BERNARDES, 1946: 186). Adentrou também esta questão o famosíssimo jesuíta Paolo Segneri, autor de inúmeras obras, inimigo número um de Molinos e responsável por uma *Concordia tra la fatica e la quiete nell’orazione* (1680). Deste fim de século, o saldo é o rumo dado por Giovanni Batista Scaramelli, que separaria, em princípios do século XVIII, a vida espiritual em *mística* e *ascética*, no que muito enxergam um desenlace nefasto, após tantas suspeitas e polêmicas, para a espiritualidade católica.

A distância que vai destas obras de fins do século XVII, e do *Boosco*, do século XV, onde há, como se viu, pouca preocupação conceitual, é aquela em que a problemática da constituição de condições próprias de enunciação – a interioridade de um sujeito, a autonomia de uma linguagem teórica, a postulação de um objeto – adentra o campo da literatura espiritual, acabando por transformá-la, deixando transparecer, além de seus contornos propriamente objetivos, uma *ciência dos santos*<sup>6</sup>.

Estas preocupações se tornam especialmente visíveis, se voltarmos o olhar para a proliferação de conceitos nos tratados espirituais: um bom exemplo é a *Pratica de la Theologia Mystica* de Miguel Godinez, escrita em 1681. Este sacerdote jesuíta, catedrático de teologia no Colegio de San Pedro y San Pablo, na Cidade do México, diferencia “em muchas cosas” a sua matéria daquela da Teologia Escolástica, iniciando o tratado com uma “Explicación de los términos de la Theologia Mystica”, “uma sapiencia practica, que trata de Dios en quanto es bueno, y amable”: assim ele fala de oração, meditação, oração de afeto, oração de união, contemplação, adições, distração, secura, desamparo, mortificação, cruz, espírito, inspiração, vocação, toque interior, raio, luz, revelação, visão, raptos, êxtase, suspensão, fundo da alma, santidade, graça, união de ilapso e atos anagógicos (GODINEZ, 1741, pp. 1-5).

A constituição deste espaço teórico (CERTEAU, 1993: 194), que se quer furtado às configurações sócio-políticas, acontece, entretanto, no interior de um campo religioso e,

---

<sup>6</sup> Neste sentido, ver toda a terceira parte de *A fábula Mística*, de Michel de Certeau, (CERTEAU, 1993: 189-241).



sobretudo, a partir de uma literatura, que na Península Ibérica, mas também em França e Itália, floresceu nos séculos XVI e XVII. Este fenômeno social se fez acompanhar da popularização de práticas leigas de devoção, de novas famílias religiosas (como os jesuítas e os oratorianos) e de uma modernização da espiritualidade, cujos conceitos e problemas que aqui discutimos não são mais que desdobramentos de uma realidade que aos poucos foi se firmando, lançando ao longo destes dois séculos as suas bases ideológicas e sociais, naquilo que, de acordo com José Adriano de Carvalho (2010: 39), podemos definir como “gente recolhida e devota, dada a oração e contemplação”, que consistia “mais em sentir de Deos dentro da alma por hum alumeado conhecimento doce, suave, e amoroso, que em sabela ensinar por palavras”, para seguirmos um autor da época, frei Sebastião Toscano, em sua obra *Mística Teologia*, de 1568.

### **Considerações finais**

Projetar pressupostos de significação é lícito sob duas condições: a) que se tenha consciência de que tais pressupostos devam ser pesquisados para a época estudada, que fornecera, ela mesma, modelos interpretativos (mesmo sabendo que sua relação com a práxis é que é o verdadeiro objeto de estudo e, portanto, devemos considerar as fraturas do processo ou, antes, enxergá-lo como resultado de uma reciprocidade não hierárquica de práticas e representações) e b) que estes pressupostos não são transparentes para os próprios agentes históricos em sua atualidade, que a consciência das inteligibilidades e dos poderes implícitos na vida prática só se tornam acessíveis historicamente, conforme os horizontes de expectativa e os espaços de experiência vão-se transformando e aquele “estado de coisas” possa desvendar a si próprio através da disjunção temporal, tornando-se desvendáveis apenas enquanto passado.

No domínio da prática historiográfica, concebida aqui como a produção do discurso legítimo da História como disciplina acadêmica, o jogo conceitual e a sua relação com aquilo que é comumente chamado “a documentação” deve ser sempre objeto de reflexão, em pelo menos três eixos distintos: a) a função lógica de determinadas palavras na economia da interpretação (toda “teoria da história” deve se respaldar num pragmatismo conceitual, naquele sentido em que Max Weber ensinava); b) o horizonte de interesses que tal uso descortina (as palavras não são gratuitas, elas apontam para um “projeto” no qual o

pesquisador se encontra enredado) e, por fim, c) a relação dos conceitos, ou categorias explicativas utilizadas pelo historiador, e aquelas mediante as quais “a documentação” foi produzida (os conceitos de determinada época, tradição ou temática estudadas). O que buscamos apresentar, ao longo desta breve exposição, é que, compreender a mística do século XVII como um *problema*, visível nestes termos inclusive para a própria época, é realizar uma tentativa de articulação destas três instâncias.

## Referências

### Fontes Documentais

BERNARDES, Manuel. *Luz e Calor*. São Paulo: Anchieta, 1946.

*Boosco deleytoso*. Lisboa: por Hermão de Campos, 1515.

CRUZ, São João da. *Noite Escura*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GODINEZ, Miguel. *Pratica de la Theologia Mystica*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1741.

MOLINOS, Miguel de. Guia Espiritual. In. TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos. Porto: CIUHE, 2002, t.2

### Bibliografia

CERTEAU, Michel de. *La fábula mística. Siglos XVI y XVII*. Universidad Iberoamericana, 1993.

CARVALHO, José Adriano de Freitas. “Traditions, life experiences and orientations in portuguese mysticism (1515-1630)”. In. KALLENDORF, Hillaire. *A New Companion to Hispanic Mysticism*. Leiden/Boston: Koninklijke Brill, 2010, pp. 39, 70.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

MARIN, Antonio Royo. *Teologia de la perfección cristiana*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1962.

PACHO, Eulógio. Miguel de Molinos. In. BORRIELLO, L; CARUANA, E. DEL GENIO, M. R.; SUFFI, N. *Dicionário de Mística*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp. 757-759.

TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos. Porto: CIUHE, 2002, 2 t.

SANTOS, Zulmira Coelho dos. A presença de Petrarca na literatura de espiritualidade no século XV: o *Boosco Deleitoso*. In: *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Universidade do Porto: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995. v. 5, p. 91-108.

## E AS DAMIANITAS FALAM DE CLARA

Miriam Lourdes Impellizieri Silva\*

Há oito séculos, na noite do Domingo de Ramos, Clara, jovem da nobreza assisense, fogia de casa, uma das mais ricas e poderosas da comuna de Assis, para ir ao encontro de um grupo de penitentes ou irmãos menores, liderados por um seu conterrâneo, Francisco, que a conduz até a Porciúncula, pequena igreja dedicada à Santa Maria dos Anjos, nas redondezas da cidade. Ali, Clara terá cortados seus cabelos, suas ricas e belas vestes trocadas por um hábito roto, com uma corda amarrada na cintura, e fará sua profissão religiosa de, a partir daquele momento seguir, sem titubear, o Cristo pobre e pequenino, a Senhora Pobreza e Francisco.

Instalada, posteriormente, em São Damião, também nas cercanias de Assis, ali viverá por 42 anos, atraindo para sua forma de vida um grande número de mulheres – muitas delas parentas e antigas companheiras no século –, em seu desejo de participar da via da pobreza evangélica e na defesa dos ideais menoríticos.

Ao morrer, Clara gozava da fama de santidade, que a acompanhou por toda a vida, não obstante a vida de clausura que lhe foi imposta, e da relação, nem sempre pacífica, com papas e outras autoridades eclesiásticas, da época. Seu prestígio pode ser medido pela presença de Inocêncio IV e de vários membros da Cúria romana em seus funerais, e pelo fato de, apenas dois meses depois do seu passamento, o papa dirigir-se ao bispo de Espoleto, Bartolomeu, através da Bula *Gloriosus Deus* (18 de outubro de 1253), ordenando-lhe que, “diligentemente et sollicitamente” (FONTI Francescane, 1996: 2305), procedesse à abertura do Processo com vias à canonização da abadessa de São Damião.

Obediente, o bispo Bartolomeu, a 24 de novembro, no claustro de São Damião, instala oficialmente a inquirição dos feitos e milagres de Clara, com a chamada nominal das testemunhas arroladas, que juram dizer a verdade, na presença de mais dois assessores, Leonardo, arcebispo de Espoleto e Tiago, arcepreste de Treve, dos frades menores Leão, Ângelo de Rieti e Marcos, e do notário Martinho.

---

\*Professora de História Antiga e Medieval (UERJ)

De 24 a 28 de novembro, são ouvidas 15 testemunhas, as irmãs damianitas. Neste último dia, o tribunal é transferido para a igreja de São Paulo, em Assis, onde são questionadas, por fim, as cinco testemunhas laicas (*Ibid.*: 2306-2307).

Temos ciência de todos estes fatos porque os documentos constituintes das Atas do Processo clariano (Bula pontifícia e relatos das testemunhas) chegaram até nós. Coisa rara, já que, na maioria dos casos, após a canonização do candidato em questão, as Atas eram destruídas, já que não seriam mais necessárias, ou então, arquivadas em cópia única, o que fazia delas presa fácil dos revezes do tempo e das circunstâncias.

Assim, dentre os documentos que compõem o *corpus clariano*, as Atas do Processo de Canonização podem ser consideradas como um dos mais importantes e significativos. Por muito tempo permaneceram perdidas, até que, em 1890, o códice que as continha foi citado em um catálogo da biblioteca de Horace Landau, como tendo pertencido ao bibliófilo Gustave Galletti, e proveniente do Mosteiro de Santa Chiara Novella, em Florença. Em 1920, ele foi encontrado, por Zeferino Lazzeri, como Codice Miscelaneo 1975/2040 de Landau, já em propriedade da sra. Finaly. Entre outras coisas, o códice trazia o texto das Atas, em dialeto umbro-medieval da segunda metade do século XV, traduzido do latim por obra da irmã Battista Alfani, abadessa de Santa Maria de Monteluca (Perusa), que as utiliza na redação de sua *Legenda dela Madre Santa Chiara*.

O mosteiro de Monteluca, às portas de Perusa, era um dos centros principais do movimento de reforma da Ordem das Clarissas, ocorrido naquele século, e que atingiu 19 mosteiros da região central da Itália. Devido às estreitas ligações entre os mosteiros reformistas (intercâmbio de monjas, de documentos, de notícias) o manuscrito das Atas do Processo foi enviado ao mosteiro florentino de Santa Chiara, tendo servido, igualmente, de base para frei Mariano da Firenze em várias obras, entre as quais, o *Libro dela degnità et excellentie del Ordine dela Seraphica Madre dele Povere Donne sancta Chiara da Asisi*, do início do século XVI (BOCCALI, 2003: 21-32).

Ao ser redescoberto, o documento teve sua autenticidade atestada pelo próprio Lazzeri que, no mesmo ano, estabeleceu seu texto, ao publicá-lo no *Archivum Franciscanum Historicum*, base, até hoje, de todas as edições, nas principais línguas modernas, que se lhe seguiram.

Inclusive, da mais atual, a cargo de Giovanni Boccali, com importante estudo introdutório, que diz apenas fazer uma releitura, com alguns melhoramentos, daquele original, (*Ibid.*: 19).

Apesar de traduzido – as testemunhas falavam em dialeto umbro, o notário ao escrever fez a versão para o latim, irmã Alfani traduz novamente para o umbro -, o texto do Processo tem sido considerado como fonte primária por todos os estudiosos franciscanos, sem exceção, já que se trata "de um material de primeira mão que, apesar de ter passado pelo filtro de uma dupla tradução [...] conserva, porém, o frescor da linguagem falada" (BARTOLI, 1994: 16-17).

Para além dos dados biográficos fornecidos – que serviram de base não apenas para a composição da *Legenda* e da *Bula de Canonização* (ZOPPETTI; BARTOLI, 1994: 248-292 e 233-242, respectivamente) – é-nos possível reconstituir o ambiente espiritual e quotidiano das irmãs do convento de São Damião, na primeira metade do século XIII, ambiente este de inspiração franciscana e fraterna, assim como perceber o ideal de santidade feminina que emerge do relato das testemunhas e nos ajudam a compreender melhor o papel que os santos desempenhavam na sociedade medieval e o que deles esperava a cúpula eclesiástica.

Quanto à Clara, não cabiam dúvidas, no ambiente que a cercava, da sua santidade, como também do interesse do papado no seu reconhecimento formal. Para as irmãs de São Damião seria a coroação de um modelo de vida escolhido por Clara, de inspiração franciscana e evangélica, modelo este que, até então, todas procuravam seguir, como também o prestígio de possuir uma santa como fundadora. Para a população de Assis, representaria um trunfo contra as cidades rivais, passando a contar com mais uma defensora celeste, dentro de um ambiente de hostilidades e de guerras freqüentes entre as comunas umbras durante o século XIII.

Para o papado, seria a oportunidade de não só confirmar a escolha feita por Hugolino (Gregório IX), que tomara as Damianitas, com Clara à frente, como ponto de referência para a reforma e o enquadramento do movimento religioso feminino ortodoxo da época – processo este de que a própria Clara, apesar dos choques, parece ter-se dado conta – como também, reafirmar a ligação do papado com o movimento franciscano, canonizando a iniciadora do ramo feminino.

Quanto a este último ponto, é sintomático que as principais críticas e oposições à canonização de Clara sejam procedentes de meios dominicanos. Para citar apenas um exemplo, em 1260, em uma bula, Alexandre IV escreve ao prior provincial da Alemanha condenando a atitude de um frade dominicano que, em um sermão, atacara a memória de Clara de Assis,

dizendo não ser ela uma verdadeira santa e que a Santa Sé errara ao promover a sua canonização (*Bullarium Franciscanum, II*, p. 398).

Ao mesmo tempo, nos próprios círculos eclesiásticos, não parecia, apesar de todas as evidências, ser tão fácil assim proceder àquela tarefa. Como bem lembrou Bartoli (*op. cit.*: 13-14), das quatro mulheres levadas ao altar no século XIII, três eram de procedência real (Elisabeth da Hungria, Margarida da Escócia, Edwiges da Silésia), o que confirmaria a manutenção, no que toca à santidade feminina, da mentalidade alto-medieval que ligava santidade à nobreza de sangue. Clara pertencia a uma família nobre, mas não real. Era filha de um cavaleiro, de um *potens*, mas de uma pequena cidade de província. O tempo transcorrido entre a morte e a tentativa de canonização era muito curto para os parâmetros que a Igreja começava a impor no caso, o que tornava este procedimento fora do costume – antes de Clara, somente dois santos foram canonizados tão rapidamente: Francisco de Assis e Antônio de Pádua, não por acaso, frades menores. E, por fim, o que fizera de tão excepcional, além de ter vivido sempre escondida?

Desta feita, as ações de Inocêncio IV e depois de Alexandre IV, em prol da causa clariana, não podem passar despercebidas. Quanto a Inocêncio, é inegável o prestígio que Clara usufruía junto a ele, apesar dos problemas ocorridos nas suas relações quando ela se recusou a aceitar a Regra de 1247. Ele não só chegou a aprovar a Forma de Vida que Clara compusera para si e suas companheiras, de forma inusual, dois dias antes da sua morte, sabendo-a bastante grave, como, durante os seus funerais, pediu aos frades que fosse celebrado em lugar do ofício dos defuntos, como era de praxe, o ofício das virgens, o que corresponderia a uma canonização de fato. A isto se opôs o cardeal Rainaldo – futuro Alexandre IV -, lembrando-o de que o segundo dos ofícios cabia apenas às santas já oficialmente estabelecidas (*Legenda*, 47).

Insistindo em vê-la reconhecida como santa, é o próprio Inocêncio quem toma a atitude de pedir a abertura do processo de canonização, não esperando pela solicitação do episcopado umbro, conforme fica evidente na bula citada, já que, em nenhum momento, informa o nome do requisitante ao contrário do que acontece em todos os seus outros documentos emanados. Antes, diz acreditar firmemente que Clara, no céu, já gozava das suas delícias (FONTI Francescane, 1996: 2306).

Inocêncio IV morreria antes de poder realizar seu desejo de canonizar Clara de Assis, tarefa que coube a seu sucessor Alexandre IV, logo no primeiro ano do seu pontificado, entre

agosto e outubro de 1255. Na Bula de Canonização (*Clara claris praeclara*) nota-se o tom de exaltação da figura de Clara através de uma série de jogos com o seu nome, coisa que surpreende, caso confrontarmos este documento com outros similares (*Ibid.*: 2457-2465). Para não deixar dúvidas sobre a nova santa, a bula afirma, em seu final, que a decisão papal de colocá-la na lista dos santos foi tomada segundo os trâmites oficiais existentes na época.

Contudo, a acreditarmos nas testemunhas do Processo, verificamos que tudo aquilo era apenas proforma. A 18ª testemunha, o laico Messer Rainério de Bernardo de Assis, chega mesmo a dizer que não duvidava da santidade de Clara e que achava ser ela uma santa no céu e que, se alguém duvidasse dela não deveria crer em nenhuma outra, antes pareceria-lhe que "a nossa fé não valesse nada" (*Ibid.*: 2379).

Quase todas as irmãs que testemunham no Processo declaram-se incapazes de poder descrever plenamente sua santidade, de tal forma ela era dotada de dons e de graças. É o caso de Beatriz, irmã carnal de Clara e também monja em São Damião. Para ela, apesar de terem vivido na mesma casa na infância e depois por 24 anos no convento, ela não seria capaz de contar tudo que havia dentro dela sobre a bondade de Clara (*Ibid.*: 2366).

Para estas testemunhas, Clara já seria santa? Beatriz, ao ser questionada, respondeu que a santidade da irmã consistia na virgindade, na humildade, na paciência e benignidade, na correção necessária, na doce admoestação das irmãs, na assiduidade da oração e da contemplação, na abstinência e nos jejuns, no desprezo de si mesma, no fervor do amor de Deus, no desejo de martírio e no amor extremado pelo Privilégio da Pobreza (*Ibid.*: 2366).

Benvinda de Dona Diambra de Assis (a 11ª testemunha) vai além, e não só diz não ter palavras para descrever toda a santidade de Clara, como não acreditava "que da Nossa Senhora Bem-aventurada Virgem Maria para cá tivesse havido jamais alguma mulher de maior santidade que dona Clara" (*Ibid.*: 2364).

Por estes dois exemplos, podemos perceber de que forma o comportamento de Clara parecia excepcional e exemplar para as irmãs. Interessante observar que a pobreza mesmo quando mencionada, não parece assumir papel de destaque nos relatos das irmãs, assim como a relação de Clara com Francisco e com os Frades Menores, pontos tão fundamentais nos escritos clarianos e condicionadores das suas ações e do seu pensamento.



Por que isto? Sabemos que, a partir de 1230, formulava-se um questionário, geralmente preparado pelos procuradores da causa do candidato a santo, à medida que se tornava mais rigoroso o exame dos milagres e a intervenção pontifícia no processo de canonização (VAUCHEZ, 1988: 39-120). No caso de Clara, o papa estava pessoalmente empenhado, a ponto de não esperar pelo pedido das autoridades eclesiásticas e civis de Assis e, a julgarmos pelo conteúdo da bula *Gloriosus Deus*, os méritos de Clara como santa estavam associados principalmente à escolha de Deus que ela não decepcionou, antes seguiu, e à sua virgindade – nas duas vezes em que a cita nominalmente, antes do nome põe o epíteto virgem, ela é a "virgem Clara". Assim, mesmo quando se refere à pobreza, que ela oferece ao divino esposo como dom, o acento é colocado na figura da virgem, que abandona o mundo para viver em Deus (FONTI Francescane, 1996: 2303-2306).

Desta forma, não devemos estranhar que os itens considerados como fundamentais para a própria Clara e até mesmo para suas companheiras não fossem percebidos como tais pelo papado, mais preocupado em criar um modelo de santidade que pudesse ser seguido pelas mulheres religiosas de seu tempo, a partir do enquadramento das damianitas.

É assim que Inocêncio atem-se ao esquema tradicional *vita-conversio-conversatio-miracula*. Dito em outras palavras, o que o papa quer saber é sobre a vida levada na casa paterna, a conversão ou opção pela vida religiosa, a conduta em São Damião e os milagres, sinais divinos que comprovariam a santidade de Clara, tendo como fundamento o modelo da santa virgem.

Uma leitura superficial dos depoimentos das irmãs poderia nos levar a crer que o modelo da santa virgem fosse ponto pacífico entre elas, já que, quase todas afirmam e confirmam a virgindade de Clara. Contudo, temos razões para afirmar que esta questão, só se destacava, porque era a primeira a ser feita às testemunhas, o que é válido para os sete primeiros depoimentos. A partir da oitava irmã, nota-se uma ligeira alteração na condução dos testemunhos. As irmãs são deixadas mais livres para poderem discorrer sobre pontos ou fatos não abordados pelas anteriores, e o sintomático transparece: a virgindade deixa de ser o primeiro ponto citado e ainda mais, desaparece totalmente em alguns relatos, como nos de Lucia de Roma (8ª testemunha), Francesca de Messer *Capitano de Col de Mezzo* (9ª), Inês de Messer Oportulo de Bernardo de Assis (10ª), entre outras. Para Lucia de Roma, a santidade da abadessa consistia na sua “grande humildade, benignidade, honestidade, paciência” (*Ibid.*: 2352), enquanto que

Francesca, espirituosa, diz que “mesmo se tivesse toda a sabedoria de Salomão e toda a eloquência de São Paulo, [...] não poderia expressar plenamente a bondade e a santidade que tinha visto em dona Clara” (*Ibid.*: 2335).

Das quinze irmãs depoentes, sete afirmam ou terem conhecido Clara da casa paterna ou terem ouvido falar do seu procedimento ali. São elas: Pacífica, Benvinda de Perugia, Filipa, Amata, Balbina, Beatriz, Cristiana. Entres estas, Pacífica, por ser provavelmente a mais velha e ter sido companheira de peregrinação da mãe de Clara, Hortolona, é a que fornece o maior número de detalhes. Mas todas são unânimes em afirmar que já, nesta época, Clara era conhecida por suas boas ações e considerada santa por todos. Irmã Amata, parente carnal de Clara, completa seu testemunho a este respeito, de forma eloquente, dizendo que "ouvia contar a seu respeito pela fama pública" (*Ibid.*: 2336). A fama pública em uma sociedade como a medieval era ponto fundamental para a fixação do culto de um santo. No caso de Clara, funcionou, também, como elemento que provavelmente contribuiu, ainda em vida, para atrair as companheiras do núcleo familiar e de amigadas para seu estilo de vida, ou melhor, para sua opção pela menoridade franciscana. Muitas confirmam ter entrado em São Damião graças as suas admoestações e conselhos – como Cecília, Amata e Filipa, entre outras.

Quanto à conversão, seis irmãs fazem-lhe referência, sendo que Beatriz é a que fornece o maior número de detalhes. É dela a informação que foi Francisco quem primeiro procurou Clara para lhe falar, devido à fama de santidade de que ela já gozava, e que também foi Francisco pessoalmente quem lhe cortou os cabelos na Porciúncula. (*Ibid.*: 2365).

Relativamente à vida em São Damião e aos milagres realizados, os testemunhos são concordantes e complementários. Aliás, do conjunto dos relatos emerge um perfil clariano bastante interessante. Ela é a mãe, a irmã, a senhora, a bem-aventurada. Apesar de tratar de forma rigorosa seu corpo não impunha às demais o mesmo tipo de comportamento, respeitando os limites individuais de cada uma e demonstrando compaixão para com o sofrimento alheio. Era dotada de grande equilíbrio, não só nas ações próprias do governo do convento que assumiu não por desejo seu, mas por ordem de Francisco, como nas ações individuais, na vida cotidiana e no trato com todos. Por diversas vezes, as irmãs falam da mansidão e da beleza luminosa do seu rosto, da alegria, da paciência com que dava mostras freqüentes. Em nenhum momento transparece a imagem de uma Clara infeliz, desanimada, triste.

Segundo Iriarte (1988: 268-69), os traços da personalidade de Clara que se sobressaem no Processo mostram uma pessoa que amadureceu muito cedo, muito equilibrada, consciente do que fazia, segura das suas convicções e forte de espírito. Aliado a isto demonstraria uma grande sensibilidade feminina, visíveis na ternura, na solicitude, na compaixão com que tratava suas companheiras.

Quanto aos milagres, a este último ponto do esquema interrogatório corresponde a maior parte dos relatos. Há tendência geral em ver e encontrar milagres até nas ações mais ínfimas e cotidianas. Os milagres ou ações sobrenaturais podem ser divididos nos seguintes grupos: 1- cura de doenças (das irmãs e de pessoas externas levadas a sua presença); 2- cura de demência e de possessões demoníacas; 3- milagres da abundância; 4- libertação da cidade; 5- visões e profecias.

Um grande número de irmãs damianitas beneficiou-se do dom curativo de Clara, de sua faceta taumaturgica, que se revelava ou através da oração ou por meio do sinal da cruz com imposição das mãos na área afetada. Frades menores, crianças e mulheres laicas, também.

Contudo, dois milagres conduzem Clara para além do círculo de santidade em que foi inserida. O primeiro é acerca da libertação da cidade de Assis, vítima do assédio das tropas de Vital de Aversa, em 1241. Clara ao saber que a cidade, que tanto queria e que tanto bem lhe fizera, estava para ser tomada orou, fez penitência (cobriu sua cabeça de cinza, assim como a das outras irmãs) e, segundo todas as irmãs que narram o fato (Filipa, Balbina, Francisca, Inês), verdadeiramente conseguiu a libertação da cidade. O fato é confirmado pelo laico Messer Rainério de Bernardo de Assis (a 18ª testemunha do Processo), que diz: "firmemente crêem todos os cidadãos que, pelas orações e méritos da predita senhora Clara, o mosteiro foi defendido e a cidade foi libertada de seus inimigos" (FONTI Francescane, 1996: 2380).

Clara é associada a um tipo de santidade novo, a santidade urbana, de cunho patronal e cívico. Apesar de mulher, ela exerce, aqui, a função do bispo protetor da cidade, cujo vínculo com a terra natal e com os conhecidos não se encerrava com a morte. Até hoje, no dia 22 de junho, Assis comemora a "*festa del voto*" que, instituída no século XVII, relembra a libertação da cidade graças a nossa santa.

No segundo, temos o milagre da "multiplicação" do pão, relatado pela 6ª testemunha, irmã Cecília, onde fica evidenciada a associação de Clara com Cristo. Um dia, havia no mosteiro apenas meio pão para alimentar as monjas. Clara manda que Cecília corte o pão em cinquenta

fatias, e que as levasse até a mesa, onde já se encontravam as irmãs, ao que a testemunha argumenta: “Para fazer 50 fatias disto, seria necessário aquele milagre do Senhor, dos cinco pães e dois peixes”. Clara insiste: “Vai e faze o que te disse”. E “o Senhor multiplicou aquele pão de tal modo que dele fez cinquenta fatias boas e grandes, como santa Clara havia mandado” (*Ibid.*: 2347-2348). A realização de um milagre deste tipo por uma mulher, para o período, é bastante interessante. Porém, não podemos esquecer que, no quadro do movimento franciscano, era comum a associação dos seus expoentes a figuras bíblicas, evangélicas e, até mesmo, a Cristo e a Maria. Em vários documentos franciscanos, Clara é denominada de "segunda Maria", assim como Francisco de "*alter Christus*". A ponto de, na morte, segundo a visão de algumas irmãs presentes, ter sido visitada por uma corte celeste resplandecente, onde se destacava a própria Maria, rainha do céu, que vinha dar as boas vindas à companheira. Angelúcia diz que foi uma morte maravilhosa e gloriosa (*Ibid.*: 2367), Benvinda de Dona Diambra afirma que, diante de tudo que presenciara, começou a refletir na grande e maravilhosa santidade de dona Clara (*Ibid.*: 2363).

Para além dos esquemas tradicionais que, à primeira vista, caracterizariam o documento em questão, podemos perceber que, de forma sutil, emerge uma figura de Clara diversa daquela que os círculos tradicionais tentavam fixar.

A mesma Benvinda de Dona Diambra dizia ser Clara “acesa no amor de Deus, contínua na oração, alegre na austeridade do alimento e do vestir, maravilhosa nos jejuns e vigílias” (*Ibid.*: 2364). Ora, à primeira vista, estaríamos diante de um percurso característico de ascese monástica! Mas, se atentarmos para os termos escolhidos para definir e qualificar a experiência religiosa de Clara, aos olhos da testemunha, descobriremos um quarteto de adjetivos muito interessante: acesa, contínua, alegre, maravilhosa. Não estamos diante de uma linguagem tradicional, de valores encerrados em si mesmos e estáticos, e sim, diante de uma linguagem que traduz vida, movimento, alegria.

Os testemunhos das damianitas não nos revelam um conjunto de mulheres enclausuradas, infelizes e amargas. Ao contrário, quase oito séculos depois, deparamo-nos com mulheres que souberam, que foram capazes, em seu pequeno círculo, em seu pequeno e pobre mosteiro, encontrar o caminho da verdadeira *fraternitas* franciscana, graças ao companheirismo e

dedicação de Clara que, mesmo depois de morta, segundo irmã Cristiana (*Ibid.*: 2368), continuava a interceder por elas no céu, junto a Deus.

O que mais se poderia esperar de um santo? Uma vida exemplar, milagres e uma boa morte. E Clara foi além, pois soube cumprir fielmente os desígnios que lhe foram traçados a partir de seu nome, tornando-se uma luz para a Igreja do seu século.

### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BARTOLI, Marco. La Bolla "*Clara Claris Praeclara*" come fonte sulla vita di Chiara d'Assisi. *Chiara d'Assisi. Donna Nuova*. Assisi: Porziuncola, 1994. p. 11-27.

\_\_\_\_\_. *Chiara. Uma donna tra silenzio e memoria*. Torino: San Paolo, 2001.

BENVENUTI, Anna. La civiltà urbana. In: --- et al. *Storia della santità nel cristianesimo occidentale*. Roma: Viella, 2005. p. 157-221.

BOCCALI, Giovanni. *Santa Chiara d'Assisi sotto processo*. Lettura storico-spirituale degli Atti di canonizzazione. Assisi: Porziuncola, 2003.

FONTI Francescane. A cura di Ernesto Caroli. Padova: Edizione Messaggero, 1996.

FRUGONI, Chiara. *Uma solitudine abitata. Chiara d'Assisi*. Roma-Bari: Laterza, 2006.

IRIARTE, Lazaro. Clara de Asis en la tipologia hagiografica femenina. In: COVI-RAURELL. *Metodi di lettura delle fonti francescane*. Roma: Collegio San Lorenzo, 1988. p. 245-290.

LAZZERI, Zeferino. Il Processo di Canonizzazione di S. Chiara d'Assisi. *Archivum Franciscanum Historicum*, Roma, n. XIII, p. 403-438, 1920.

PEDROSO, José Carlos C. *Fontes Clarianas*. 3ª ed. Petrópolis: CEFEPAL, 1994.

VAUCHEZ, André. *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age*. Roma: École Française de Rome, 1988.

ZOPPETTI, G. G.; BARTOLI, M. *Santa Chiara d'Assisi. Scritti e Documenti*. Assisi: Editrici Francescane, 1994.

## SANTOS E DEVOÇÕES DOMÉSTICAS: FEIÇÕES DA RELIGIOSIDADE CATÓLICA EM SÃO JOÃO DEL REI NO SÉCULO XVIII

Lidiane Almeida Niero\*

Este trabalho inscreve-se em uma grupo especial de experiência cultural que é a religiosidade popular, porém, com ênfase nas devoções particulares declaradas em cerca de 33 testamentos registrados no notariado da vila de São João Del Rei no período de 1730 à 1760. A data inicial justifica-se pelo fato de ser o ano inicial da série dos documentos que se encontram no arquivo do IPHAN, e a final, representa o período analisado até o momento, já que, a interpretação dos dados da documentação testamentária é parte de um projeto maior, que pretende traçar um quadro geral sobre a devoção particular, através de 253 inventários e testamentos, da década de 30 a 90, do século XVIII, recuperando ao longo da história da região momentos e eventos nos quais e através dos quais possamos cartografar a presença ativa e marcante da devoção aos santos que pode revelar-se útil para pensar as relações entre religião, cultura e sociedade. Contudo, se este trabalho inscreve-se no campo da história da religiosidade em Minas, diferencia-se por escapar do foco usual da historiografia, que são as irmandades, já que, por si só, o estudo dessas é mais trabalhoso, por ter um protocolo mais fechado, e requer uma dedicação especial, pois essas entidades leigas têm uma forma peculiar de expressão, manifestação e como agentes da religiosidade, elas não se reduzem ao inerente caráter devocional.

O espírito devocional foi desenvolvido, de forma notável, na Idade Média e elaborado como uma forma de resistência à imposição do catolicismo romano oficial. Mediante o culto aos santos, as pessoas podiam continuar expressando o sentimento religioso numa forma mais adequada à sua cultura e tradição (AZZI, 1987, p. 52). No Brasil, desde que chegou pela ação dos conquistadores portugueses, o catolicismo latino desenvolveu formas históricas específicas no entrecruzamento de crenças, doutrinas e práticas africanas, européias e indígenas no ambiente do novo mundo. Segundo Steil (2001) com as imagens dos santos, trazidas pelo

---

\*Bacharel em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF; lidianeniero@hotmail.com.

colonizador português, vieram as crenças e mitos que deram origem ao catolicismo tradicional popular brasileiro, que desenvolveu-se em meio ao culto aos santos, no espaço dos santuários, capelinhas e dos oratórios, praticados por romeiros, beatos, benzedeiros e irmandades, em ambiente leigo e social.

O culto aos santos está presente desde a constituição da hierarquia cristã e sua conseqüente necessidade em firmar valores morais usando modelos exemplares que traduziriam sua visão de mundo. O destaque a um determinado modelo de santidade<sup>1</sup> é histórico e revela uma série de manifestações, gestos e palavras, traduzindo representações coletivas integradas por crenças e práticas coletivas, conectando o indivíduo a um determinado grupo, o que nos fornece elementos para a compreensão dos modelos de santidade atuais (ANDRADE, 2010, p.133). Do ponto de vista da Igreja Católica e de seu modelo universalista, não há tempo nem espaço sem santos – cada dia tem seus santos, e cada lugar seu padroeiro. Os santos católicos marcam o tempo, conduzindo o próprio calendário católico, e o espaço, demarcando territórios sobre os quais se estendem sua proteção. Portanto, dessa ótica, cada ser humano já nasce multivinculado, isto é, está potencialmente ligado a uma série de santos, pelo simples fato de existir em determinado tempo ou espaço (MENEZES, 2004, p. 234).

Esse fenômeno revela uma presença social fundamental inserida nas práticas religiosas mineiras e, sem dúvida, estudá-lo é essencial para entender e compreender a cultura e a história da região. Enfim, a prática testamentária reflete a posição social, econômica e as vinculações profundas com as convicções religiosas do testador possibilitando intuir certos movimentos de excitação no próprio sentimento religioso.

## **1 Elementos do testamento**

A documentação das irmandades e os testamentos constituíram importantes fontes para a compreensão da religiosidade, ainda que muitas vezes tal prática fosse puramente formal, uma vez que era difícil a vida social fora dessas instituições e que a escritura dos

---

<sup>1</sup> Entendemos por santidade o conjunto de comportamentos, atitudes e qualidades que num determinado lugar e tempo são critérios para considerar um indivíduo como venerável, seja pelo reconhecimento oficial pela Igreja ou não. Ou seja, trata-se de um saber, uma construção histórica, que ganha nuanças e particulariza-se em diferentes culturas, espaços e períodos, assim como o gênero (SILVA, 2002).

testamentos fosse marcada por regras de estilo pré-estabelecidas (FURTADO, 2009). Ao fazer a leitura dos mencionados 33 testamentos registrados no notariado da vila de São João Del Rei no século XVIII, nota-se que os documentos seguem um padrão de estruturação ou um protocolo, fato importante a ser ressaltado, já que, o presente texto volta-se para a análise de devoção pessoal, e muitos dos elementos “obrigatórios” ou padrão, ligados a religiosidade podem ser confundidos com a posição pessoal do testador, o que também não significa que tais elementos não revelem uma devoção particular, uma vez que, categoricamente, em toda documentação testamentária os testadores apresentavam-se como católicos mostrando-se seguidores dos preceitos da Igreja Romana Reformada.

Observa-se que a maioria dos antigos testamentos divide-se em cinco partes características: apresentação ou prólogo, o preâmbulo, as disposições espirituais, a seguir vinham a distribuição do legado e, por último, as assinaturas das testemunhas (ARAÚJO, 2005). O prólogo inclui a saudação (sinal da cruz), a data e a identificação do testador seguido do preâmbulo religioso, onde revela o estado de saúde, encomendação da alma e a invocação aos santos mais venerados, como exemplificado abaixo.

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, filho e Espírito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento de testamento virem, que no ano do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e dois aos quatro dias do mês de fevereiro nesta vila de São João del Rei, eu João Lopes Loureiro sentindo-me enfermo de doença que o Senhor Deus foi servido -, estando doente de cama mas em meu perfeito juízo, temendo-me da morte, e por não saber o que o Senhor será servido levar-me para si, determinei fazer este meu testamento na forma seguinte. Primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade que a criou, e peço a meu senhor Jesus Cristo pela sua sagrada Matriz e paixão que a mim como - na - Santa Cruz me faça digno do prêmio de seus merecimentos para alcançar a bem aventurança que espero. Peço e rogo a gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora queira por mim interceder ... e o bem aventurado São João que é o santo de meu nome, ao anjo da minha guarda, e o bem aventurado São Francisco e a todos os santo e santas da corte do céu, peço sejam meus advogados diante da divina majestade para que de mim aja (?) misericórdia (...)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Testamento incluso no inventário post-mortem de João Lopes Loureiro, datado de 1754; Arquivo do IPHAN de São João Del Rei.



No trecho acima os testadores demonstram acreditar que em um plano superior, ou no céu, existe um tribunal onde os santos são chamados a interceder perante a Deus que assume um papel de juiz. Em seguida, determinavam-se as disposições espirituais ou bem da alma com a escolha da mortalha e do lugar da sepultura, indicação do acompanhamento ou constituição do cortejo fúnebre, número dos ofícios e missas com as respectivas intenções, custo de cada uma das cerimônias, legados de caridade e legados religiosos (ARAÚJO, 2005). Terminada a parte religiosa, iniciavam-se as disposições dos bens móveis e imóveis, alforrias, vendas de escravos, a enumeração dos herdeiros e legatários, atribuição da terça, repartição da herança, pagamento e cobrança de dívidas além das despesas com o funeral<sup>3</sup>, nomeação do testamenteiro, doações a instituições religiosas, aos pobres e aos doentes, como maneira de redimir-se dos pecados através da caridade. Por fim, após os dados mencionados acima, a última parte é formada pelas descrições gerais, assinatura ou sinal do testador, assinaturas do escrivão e do oficial responsável pelo registro.

Se compararmos a prática testamentária do século XVIII com o XX, comprovaremos de imediato, uma diminuição visível, no outorgamento de últimas vontades, de grandes declarações de fé e grandes revelações. Talvez isso se deva ao Iluminismo<sup>4</sup>, que desencantou muitas coisas, levando os testamentos a deixarem de ser um instrumento espiritual para ter uma função principalmente civil. Nos testamentos do século XVIII parece prevalecer uma finalidade religiosa sobre a laica. Talvez, por isso, o recurso testamentário, com o decorrer do tempo, tenha se declinado, passando a ser mais usado pelas classes altas da população, porque as populares, sem bens para deixar de herança, e com a perda da função religiosa, foram perdendo o interesse por tal prática.

## **2 Testamentos: uma análise devocional**

Estudos sobre a morte, a pompa fúnebre, as devoções mineiras e o gosto do macabro salientaram a devoção religiosa e a preferência pelo fausto que marcaram a prática cristã nas Minas Gerais, como de resto nas demais porções da América portuguesa. Os testamentos,

---

<sup>3</sup> No que tange as despesas do funeral, elas deviam ser pagas pelo montante dos bens das respectivas meações do morto. As despesas englobava enterro, missas, esmolas, ofícios feitos pela igreja ou determinados pelos mortos.

<sup>4</sup> O Iluminismo trouxe uma compreensão mais laica do mundo e maior autonomia em relação aos preitos da Igreja, ainda que não se pautassem pela uniformidade, exceto talvez na defesa de tolerância religiosa, compartilhada por muitos pensadores, de diferentes posições.

como importantes fontes para a compressão da religiosidade, serão analisados de um modo mais ativo do que uma mera abordagem quantitativa, operando a busca da sensibilidade religiosa.

Dos 33 testamentos analisados nesse período, constam 30 testadores declarados homens e apenas 3 mulheres. A mulher apresenta na sociologia religiosa um dos indicadores que apontam o desenvolvimento de uma maior sensibilidade devocional, no entanto, devido a sua baixa produção econômica e profissional, seu papel social é relegado a pouco mais do que a casa e a igreja. Segundo Henk Driessen (1989) o sexo, a condição social e a idade são parâmetros cruciais para estudar a experiência e a atuação religiosa. Independente do fator econômico, os homens consideram as mulheres naturalmente mais declinadas à religião por serem qualificadas como mais sensíveis, psicologicamente e espiritualmente, do que os homens.

Na maioria da documentação testamentária é possível fazer uma análise de caráter religioso e uma avaliação dos problemas e transformações no âmbito da sociedade tradicional, no sentimento familiar e de condutas religiosas. Observa-se que os fenômenos devocionais têm uma elasticidade suficiente para se fazer presente em momentos de provável angústia e nas oscilações das sensibilidades religiosas. Foram as missas para a salvação da alma e os sufrágios que se caracterizam, essencialmente, por encontra-se dirigidos a uma intenção ou devoções mais concretas, e que em princípio tenderia a ser um dos núcleos centrais da busca de uma maior sensibilidade religiosa.

Em linhas gerais, a intenção da maioria dos sufrágios responde a uma uniformização rígida precedente do formulário notarial – anjo da guarda, penitências mau cumpridas, santo de seu nome. A aplicação de sufrágios dedicados as imagens e devoções correspondem a uma opção presumivelmente particular do testador, e o caso mais notório é das missas de devoção dedicados a Jesus Cristo e, na mesma linha se encontra a tendência traçada pelos sufrágios dedicados a virgem e os santos.

A eternidade era uma das preocupações mais recorrentes, no entanto, as pessoas preferiam assegurar sua fama na terra em vez de preparar o caminho para a salvação desprendendo-se dos bens materiais. Acredita-se que, sempre havia tempo para alcançar o perdão divino, já que a igreja havia proporcionado aos fieis a possibilidade de redimir, subsequente, todos os pecados pagando os sufrágios acostutados. A mentalidade

popular e as normas de conduta haviam relegado as obras efetuadas em vida a um lugar secundário e havia reduzido a salvação, em ocasiões, a um mero trâmite mercantil, mantendo em uma ótima posição os que detinham um poder econômico (CRUZ, 1994, p. 368).

Em Minas Gerais no século XVIII, os testamentos não podem ser vistos como um filtro econômico que distinguia socialmente os que podia deixar um testamento dos que não tinha condições de deixar por escrito suas ultimas vontades. Entre aqueles analisados no protocolo notarial da vila de São João Del Rei foram encontrados testamentos de pessoas pobres, sem status econômico, o que confirma que, a pesar da pobreza que declaravam, faziam um esforço que às vezes podiam ir muito além de suas possibilidades, para requerer os serviços de um testamenteiro. Geralmente se tratavam de memórias testamentárias sucintas que passavam quase diretamente de dados pessoais às declarações de fé para a nomeação de testamenteiros e herdeiros para não mencionar a posse de bens e dinheiro. O testamento sendo um ato civil, parece contribuir para facilitar a salvação da alma, já que, tentavam assegurar o cumprimento dos sufrágios e tranquilizava a consciência pelos erros cometidos na vida, e evitava que outros pecassem por disputas e pleitos originais na partilha de heranças.

De certa forma, o que parece estabelecer a distinção entre uns setores e outros da estrutura social é a quantidade de sufrágios e o tipo de revestimento solene do enterro e o funeral, posto que, em essência, todos invocavam a mesma forma de perdão divino e a intercessão da virgem e dos santos do céu; desse modo, só distinguia seu comportamento do volume de capital que dispunha cada um deles. Sem dúvida, os integrantes da elite social sentiam uma comoção especial pelos pobres na hora de morrer, pois entendiam que fazer boas ações por eles na Terra lhes podia abrir o caminho para o céu, já que suas orações e sufrágios gozavam de um beneplácito divino. Nesse sentido as ações piedosas com o próximo, encontradas nos testamentos, ainda sendo voluntárias, foram forçadas pela eminência da morte. Quase a totalidade delas se realizavam como se tratasse de um sufrágio, mas que contribuía para obter a glória, pois se consideravam os ministérios como instrumentos privilegiados para conseguir o perdão de deus. Por outro lado, os testadores preferiam doar seus bens a instituições eclesíásticas ou irmandades antes das pessoas necessitadas. Tanto é assim que, na documentação analisada, as diferentes entidades da igreja, incluindo templos e irmandades, superavam os legados concedidos aos pobres.

A análise dos testamentos também adverte diferenças nas petições de sufrágios, na quantidade de missas pela salvação da alma. Desse modo as pessoas com mais poses solicitavam manifestar sua última vontade incrementando de forma ostensível com o maior número de missas do que as camadas mais desfavorecidas. Nesse contexto, a riqueza pode ser vista como via de acesso a salvação. Observa-se que os setores mais desfavorecidos, condicionados por seus recursos econômicos, se inclinavam, quase sempre, por pedir que se lhes oficiassem missas rezadas com o corpo presente durante o funeral. Além das missas, as pessoas se apegam a seus santos de devoção pedindo que intercedam e rogem por eles junto ao Senhor Jesus Cristo para que as livre do purgatório e coloquem sua alma no caminho da salvação. Os testamentos nos permite a expressão de uma dedicação específica a determinados santos, ainda que, as vezes, muito superficial, fornecendo a imagem devocional dos outorgantes.

O status econômico influía no tipo de enterro e funerais que solicitavam os testadores, e a pertença a um determinado grupo social pode ser vista como condicionante à salvação. Quanto mais imbuída de recursos fosse uma pessoa, mais chance teria de ser absorvida na hora do juízo final, pois o indivíduo legitima-se pelo sagrado e evidencia trocas sociais e simbólicas em que o fiel retribui uma vantagem conseguida ou pretendida. As pessoas que conseguiam uma ascensão social, sendo conscientes de sua recente introdução na vida econômica da vila, viam em seu próprio cerimonial fúnebre a oportunidade de manifestar publicamente à comunidade seu status com o objetivo de lograr o reconhecimento público, assim, deixavam encomendado antes de morrer, todo o cortejo fúnebre. Os clérigos seculares, por sua vez, não se sabe se por razões espirituais ou impulso pelo desejo de ostentação e de pompa mundana, advertem um desejo desmedido de investir seus capitais em favor de suas almas.

A experiência humana do sagrado é “vvida pelos devotos como algo que os ajuda não apenas a situar-se em meio a crises sociais e políticas, mas também a transcender os limites das soluções inseridas neste mundo”. Assim, o discurso dos devotos a respeito de suas devoções é de acordo com o contexto social, onde os atos e significados religiosos são parte integrante do todo que conhecemos como realidade (STEIL, 2001, p. 546).

### **Considerações finais**

O culto aos santos é um elemento central na fé dos brasileiros desde o início da implantação do catolicismo que, apesar das transformações sofridas, sempre manteve presente a devoção aos santos fundamentada em um conjunto de representações e práticas pelos devotos, por meio das quais um sentido religioso é dado ao mundo e à vida são resultados, de “um trabalho de produção e reprodução de significações religiosas que não se faz num vazio, guiado apenas pelo imaginário popular, mas dentro das condições sociológicas determinadas e determinantes” (OLIVEIRA, 1985, p. 123).

Segundo Durkheim (HERVIEU-LÉGER, 2009, p. 185), para compreender o fato religioso, é preciso reconhecer uma verdadeira consistência a fenômenos que contribuem para modelar a vida social e os costumes, que implicam profundamente os indivíduos e os grupos humanos e que lhes fornecem orientações para a ação. Todo grupo humano é levado a forjar, a partir das experiências concretas que ele atravessa e em função de seus recursos cognitivos próprios, hipóteses explicativas que permitem aos indivíduos dar um sentido às situações que vivem e partilhar entre eles essas significações (HERVIEU-LÉGER, 2009, p. 186).

Menezes (2005, p. 236) afirma que “é a partir do que o devoto é, ou do que ele gostaria de ser, ou do que o santo foi, ou do tipo de característica que até hoje lhe é atribuída que se restaura uma relação de devoção”. As razões para uma devoção passam por elementos variados como as virtudes da vida do santo, as resignações perante o sofrimento, sua caridade, os laços familiares do devoto e as graças alcançadas por intermédio do santo. A relação de devoção entre o devoto e o santo pode ter origens variadas, mas a fé do devoto, a atitude de confiança dele em relação ao sagrado está sempre presente, sendo sua fé, portanto, uma convivência, uma relação, e, assim, a fé surge tanto para se iniciar uma relação com o santo, como também o resultado da relação, do pedido alcançado.

Os testamentos oferecem inúmeras opções ao pesquisador que se debruça sobre o conhecimento do passado, já que revelam ao futuro, narrativas e silêncios sobre o universo cultural, principalmente, através das grandes declarações de fé, grandes revelações, depoimentos muito interessantes sobre as disposições de última vontade com relação à família e ao patrimônio, prescrição pós-morte, relações sociais, convivência familiar, etc. Desse modo, além de documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico, quando bem analisados, os

testamentos, assim como os inventários, são fontes históricas riquíssimas para o estudo de ordem social, econômica, cultural, educacional, religiosa, política e administrativa.

Percebe-se que os testadores do século XVIII acabavam por refletir uma grande preocupação em garantir uma boa passagem ao outro lado da vida. Dessa maneira os ritos de morte acabaram por criar ao seu redor um universo místico de fé, poder e comércio. Nota-se que as pessoas destinavam parte dos seus testamentos para pedir interferência de forças celestiais e organizar seus próprios funerais, tudo com vistas à por a alma no caminho da salvação. Nomeavam os santos como advogados do Tribunal Divino, segundo a quantidade e o tipo de missas que consideravam necessárias para livrar ou abreviar a passagem pelo purgatório; escolhiam o modelo da mortalha, o número de sacerdotes além do local de enterro, denotando também, o desejo de abandonar a vida com dignidade para alívio de sua consciência.

Contudo, conclui-se que a documentação testamentária analisada, além de constituir-se como verdadeiro "passaporte" para o reino da bem aventurança, produz uma hierarquia social da vida. Enfim, os testamentos são documentos que revelam tanto as mudanças do direito civil, quanto da religiosidade e da família. A análise dos dados neles explicitados - sobre a vida espiritual, material, os usos e costumes e a vida cotidiana - permitem recuperar momentos que ajudam a entender a presença ativa e marcante das devoções representadas nos testamentos e intuir certos movimentos de excitação no próprio sentimento religioso.

## BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ SANTALÓ, Carlos; BUXÓ, Maria Jesús; RODRÍGUEZ BECERRA, Salvador (coords.). **La Religiosidad Popular**. Vol. 1, 2 e 3. Barcelona: Editorial Anthropos, 1989.

ANDRADE, Solange Ramos de. **O culto aos Santos**: A Religiosidade Católica e seu Hibridismo. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPHU, Ano III, n. 7, maio 2010.

ARQUIVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. São João del Rei. Livros de testamentos, 1730-1799.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Reflexões sobre a pesquisa historiográfica dos testamentos**. 2005.

AZZI, Riolando. "Catolicismo Popular e autoridade eclesiástica na Evolução Histórica do Brasil". In: **Religião e sociedade** nº1, Rio de Janeiro, ISER, 1977.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

CRUZ, David González. Mentalidad religiosa y status sócio econômico em Andalucía occidental: lãs desigualdades ante La morte em la Huelva del siglo XVIII. In: MARTÍN, Eliseo Serrano. **Muerte, religiosidad y cultura popular, siglos XIII-XVIII**. Zaragoza, 1994.

DRIESSEN, Henrik. “Elite” Versus “Popular” Religion? The politics of Religion in Rural Andalusia, an Anthrohistorical Perspective. In: SANTAJO, C. Álvares et al. **La Religiosidade Popular**. Barcelona: Anthopos, 1989, p. 82-104.

HERVIEU-LÉGER, Daniele; WILLAIME, Jean-Paul. Émile Durkheim (1864-1920). In: **Sociologia e Religião**. Aparecida: Idéias e Letras, 2009, p. 163-211.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. História da Historiografia**, n. 02, março de 2009, pp. 116-162.

GARCIA, José Luís García. El contexto de la religiosidad popular. In: SANTALÓ, Carlos Álvarez; REY, M ária Jesús Buxó i; BECERRA, Salvador Rodríguez. **La Religiosidad popular**. 1989, vol. I.

MENEZES, Renata. **A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 2004.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. In: Cronos: **Revista de História**, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002. Acesso 22/10/2011 às 14:15h.

STEIL, Carlos Alberto. Catolicismo e cultura. In: VALLA, V.V. Org. **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

---

**SÍMBOLOS TRANSGREDIDOS, REPRESENTAÇÕES PRATICADAS:  
MÍSTICA E DESCAMINHOS NAS ATUAÇÕES DE MISSIONÁRIOS CARMELITAS  
DESCALÇOS NO ALDEAMENTO DE BOA VISTA – CAPITANIA DA PARAÍBA,  
SÉCULO XVIII**

Gláucia de Souza Freire\*

**Visitas a outros tempos e esferas: a título de introdução**

No aldeamento de Boa Vista, no litoral da capitania da Paraíba, os encantados da jurema<sup>1</sup> continuavam visitados por indígenas Kanindé e Xukuru, mesmo estes sob a catequese de missionários carmelitas descalços. Aqueles indígenas, que tinham sido levados do sertão para o litoral, mantiveram seu ritual tradicional, honrando suas tradições e desalinhando o tecido do projeto colonial, causando-lhe manchas, fissuras, nódoas. Diante de uma transgressão que apesar de não ser exclusividade desse aldeamento, as autoridades coloniais seculares e eclesiásticas se puseram preocupadas e iniciaram uma investigação, que teve seu início registrado em uma Junta das Missões, em 1739. A informação está presente em uma carta do governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire ao Conselho Ultramarino do rei D. João V, em que trata “*sobre o uso que fazem os índios de uma bebida chamada Jurema, informando a prisão de índios feiticeiros em nome do Santo Ofício, e a conveniência*

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG). A pesquisa é desenvolvida sob orientação da professora Dra. Juciene Ricarte Apolinário (UFCG).

<sup>1</sup> A jurema é uma acácia típica de regiões áridas e semiáridas, sendo muito encontrada no Nordeste brasileiro. Desde o período colonial, alguns grupos indígenas a utilizam como instrumento protagonista para o contato com certas divindades, caracterizando-a como planta enteógena, mediadora entre a esfera divina e a esfera humana. O transe mágico-religioso é atingido a partir da fermentação de uma beberagem (ajuá) produzida a partir das raízes da planta, somada ao fumo feito com as cascas da mesma. O ritual era permeado por cânticos (BASTIDE: 1971). Atualmente a jurema se encontra presente em cultos umbandistas, essencialmente sincretizada com elementos de religiosidade africana e católica, além de manter contato cada vez mais próximo com a doutrina espírita (LUZURIAGA, 2001).

É válido salientar o caráter polissêmico da jurema: é ciência, é planta e é cidade. Só os mestres detêm a primeira, consistindo no conhecimento de seus segredos, na confiança que lhes têm as divindades; a segunda revela o caráter sagrado da árvore, sendo o principal ícone desse ritual mágico-religioso; enquanto cidade, abriga os mestres, lhes dá alento até a oportunidade do contato entre as esferas do humano e do divino (Luzuriaga, 2001, p. 08-09). Há um conjunto de reinos espirituais, responsáveis pela unidade dos grupos adeptos, mantenedores dessa ligação entre os conhecedores dos mistérios que envolvem o rito. Esses reinos são considerados *encantados* (alguns deles: Vajucá, Canindé, Urubá, Juremal, Josafá e Fundo do Mar), colocando a tal conjunto de crenças uma perspectiva idealizada.



*de se criar uma Junta das Missões na Paraíba*”<sup>2</sup>. No ano seguinte, o capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, escreveria uma carta ao mesmo Conselho Ultramarino “*informando da necessidade de estabelecer na capitania uma nova Junta das Missões, independente do governo de Pernambuco*”<sup>3</sup>.

A preocupação de Pedro Monteiro estava envolta por interesses políticos, heranças de primevas disputas por poder entre as capitanias vizinhas. Mas diante de sua insatisfação e, como deixa transparecer em certos trechos da carta, irritabilidade e mágoa para com as autoridades pernambucanas, o capitão-mor da Paraíba retrata cenas do aldeamento de Boa Vista que, segundo seu parecer, necessitavam correção rápida e eficaz. Denuncia o ritual da jurema como de feitiçaria, mantida debaixo das vistas dos missionários. Contudo, o que o ofende com mais veemência é a participação no ritual, de padres, dos próprios religiosos que assumiram outrora o compromisso de extirpar os sentimentos heréticos que atingiam aqueles indígenas, já iniciados na catequese. Carmelitas descalços, que assumiram missão, transgressores, considerados feiticeiros, iniciados nas formas do êxtase enteógeno, distanciados das normas de sua religião. Era o místico um universo proibido, pois espaçava desvios do caminho indicado, abrindo margens para as discordâncias ou, antes disso, para o compartilhar do segredo e, conseqüentemente, do domínio, domínio que escapava às demais autoridades.

Para analisar esta experiência, estudamos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, de viés político-administrativo, bem como escritos de Santa Teresa d'Ávila<sup>4</sup>, reformadora da Ordem Carmelita, cujas experiências inspiraram esses missionários. Como

---

<sup>2</sup> Trecho do verbete AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 56, D. 4884, referente à documentação da capitania de Pernambuco.

<sup>3</sup> Trecho do verbete AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 11, D. 920, referente à documentação da capitania da Paraíba.

<sup>4</sup> Nascida aos 28 de março de 1515, na cidade de Ávila, Espanha, Teresa de Ahumada Sanchez e Cepeda, se tornaria uma bela e polêmica jovem. Descendente de judeus, seu pai comprou um título de nobreza que cuidava em não desonrar, ao que era desafiado cotidianamente pela filha. Devido a isso fora levada ao convento das agostinianas, consagrado a Nossa Senhora das Graças, onde se recusa a permanecer, diante das regras rígidas. Daí sairia para o Convento da Encarnação que mantinha certos traços mantenedores da hierarquia social entre as irmãs, além de não exigir a clausura. Até aqui, os sacrifícios de Teresa não eram tão severos. Apenas aos 39 anos ela converte sinceramente sua alma, entregando-se a Cristo. É também com esta idade que passa a ter experiências de êxtase cada vez mais intensas e a atuar dentro da Ordem do Carmelo também em disposições políticas, sugerindo reformar a Ordem, fazê-la voltar às regras primeiras, propondo aquilo que tinha reprovado entre as agostinianas: a rigidez, o sacrifício das próprias vontades para honra e louvor a Deus. Santa Teresa se entrega a Cristo e o sente em espírito de tal forma que estas experiências se transpõem ao corpo físico, material, mas que se faz morada, castelo interior de Jesus, a quem se consagra, nome que adota e ao qual se doa.

pensar as sensibilidades e estudar estas experiências de êxtase religioso através de documentos político-administrativos? Estas ressignificações simbólicas transgrediam os preceitos do projeto colonial e contrapunham o que estava previsto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Como a análise dos textos teresianos auxilia esta reflexão? Sentimentos transgressores estavam ligados, neste evento, a práticas de agenciamento e burla, onde um contato interétnico, também inserido em uma perspectiva mística, provocou códigos que revelam movimentos de transculturação.

### **I. Para tecer uma narrativa entre o que se vive e o que se representa: circularidade cultural e conceitual – uma história em Boa Vista**

*“Quando o Senhor atrai uma alma, vai pouco a pouco transmitindo-lhe grandes segredos. Então, nos êxtases, ela reconhece as verdadeiras revelações, as grandes graças e visões.”*

Teresa de Ávila. In: *Livro da Vida*.

*“(…) transportando-os do seu Sintido ficção como mortos, equando entrão emSi dabebedeira, Contão as vizoens que o diabo lhes Reprzenta, Senão he que emSpirito os Leva as partes deque dão noticia”*

Carta do capitão-mor Pedro Monteiro ao rei D. João V.

Como provar o sagrado? Ou antes, quem o torna assim? Como atingi-lo pela transcendência? Qual humano seria chamado a contemplar outra esfera, para além de si, de seus limites? Mas quem sacraliza, senão o homem? Como reflete Peter Berger em *O dossel sagrado*, no transcorrer do tempo histórico, o homem tem percorrido mundos sagrados, em uma necessidade de contemplar o que lhe foge, que não é compreensível de imediato, que não se pode dominar facilmente. O sagrado estaria acima das capacidades humanas, ao qual se poderia chegar através de experiências mágicas, extáticas, místicas (BERGER, 1985: 38-41). Tais experiências variam conforme o contexto que envolve cada prática e crença religiosa. Estudá-las, tecer uma narrativa historiográfica sobre elas, nos leva a entender a pluralidade das faces do campo religioso, visto suas facetas se tocarem em muitos pontos, em consonância, em cumplicidade. Carlo Ginzburg (1991), ao pesquisar acerca das experiências

extáticas no mundo, sem se preocupar com um recorte temporal – o que lhe rendeu críticas, como a que teria se desviado das principais regras do campo da História, os recortes espaços-temporais – percebeu as semelhanças entre os êxtases, os contatos entre esferas humanas e divinas entre explicações e concepções diversas acerca deste *outro*.

O contato com o místico, portanto, caracteriza tanto as experiências de Santa Teresa de Ávila, que é madrinha e inspiradora dos missionários em questão, quanto a prática ritualística conhecida e mantida pelos indígenas Kanindé e Xukuru. Ambos os grupos crentes que pelo transe místico era possível o contato com o divino. Como diz Santa Teresa, após uma de suas experiências, o êxtase não se pode definir, nem aquele que não o vivenciou, descrever (SANTA TERESA DE JESUS, 2008: 83). A proximidade com esta transcendência teria envolvido também os carmelitas em Boa Vista, a ponto de fazê-los associar a um ritual de feitiçaria, como era considerado pela própria Igreja a qual serviam e trabalhavam para edificar.

Ao aproximar os relatos de Santa Teresa e de Pedro Monteiro sobre o ritual, alguns questionamentos são possibilitados, ganham embasamentos: foi o envolvimento dos missionários carmelitas no ritual da Jurema uma necessidade de retorno às intensas experiências místicas que inspiravam a ordem, mesmo antes da reforma de Santa Teresa? A essa necessidade somava-se uma curiosidade pelas experiências do outro? Esta participação trouxe aflições quanto ao comprometimento de sua alma ao fogo da condenação, sendo considerada desvio de fé? Teriam os carmelitas se integrado de tal forma que chegaram a atingir o êxtase? Estas perguntas guiam a pesquisa e para serem respondidas necessitam do cruzamento das fontes já arroladas e o levantamento de outras.

Os documentos oficiais, contudo, registram o que lhes cabe, raramente colocando informações além daquelas exigidas pelas normas que estavam já estabelecidas, da obediência e dos informes constantes a El Rei. No caso dos documentos aos quais temos acesso, são de elaboração política e administrativa e falam, portanto, destacando estes aspectos, deixando em segundo plano por exemplo, os sentidos e as sensibilidades dos sujeitos, agentes, integrantes do ritual que conseguiam olhar para além de sua esfera, estar em outra dimensão. Por outro lado, os escritos de Teresa de Ávila reúnem estas sensações em palavras, referenciando suas próprias experiências, esperando atingir outrem com seu testemunho, testemunho de outro

tempo, antes ainda, de uma sensação que foge ao tempo, que não se explica por ele. Como então, tratar sobre estas experiências na historiografia? Faz-se necessário sentir também estes *outros* dos quais falamos, encontrá-los e dialogar com eles transforma-se em um exercício de autorrevisitação. É válido salientar, contudo, que este processo se pauta em método, encontrando o rigor do fazer historiográfico, de forma a atestar a plausibilidade da interpretação (LIMA, 2006: 353):

O conceito de prova parece ser a questão crucial neste contexto. Os historiadores das sociedades do passado não podem indicar as suas fontes como os antropólogos. (...) Será que os historiadores têm, para além dos estereótipos dos juízes, provas suficientes para reconstituir as crenças da feitiçaria na Idade Média ou na moderna Europa? Estamos obviamente perante um problema de qualidade e não meramente de quantidade (GINZBURG, 1991: 207).

Atravessamos indícios, rastros para que encontremos o fio da narrativa, da história que se inscreverá, se fixará em escrita (GINZBURG, 2007: 07). A Nova História Cultural contribuiu para o fortalecimento de um método investigativo que primaria por objetos, temporalidades e espacialidades recortadas de maneira a valorizar pequenos eventos, embora com pretensões analíticas amplas, como ocorre com a micro-história. As ideias, pois, estariam apegadas a contextos, não separadas dos convívios com outras esferas das vivências humanas, refletindo preocupações econômicas, políticas, religiosas, entendendo-se como reflexo de um cotidiano, não apenas no sentido de espelhá-lo, mas de atuar sobre ele: “*Todavia, as pessoas comuns, na vida cotidiana, têm de percorrer uma floresta de símbolos*” (GEERTZ, 1989). Assim como estes termos, os modos de escrever história se resignificaram, em parte também devido ao contato com certos conceitos e métodos da Antropologia, onde se destaca o de semiótica<sup>5</sup>. O simbólico varia ante aqueles indivíduos com os quais se depara, apresentando diferenças de significado, exemplificando a pluralidade de formas de ser e estar no mundo, de crer e de interpretar. Acontece, contudo, que a questão dos símbolos na historiografia traça múltiplos trajetos, em uma aproximação maior com a etnografia: trata-se, pois das traduções empreendidas entre as culturas que passaram a tecer contatos, a mesclar linguagens, a interpretar e entender signos. Para isso, as fontes buscadas devem ser consideradas a partir do

---

<sup>5</sup> A semiótica está ligada aos estudos antropológicos e valoriza os símbolos como peças fundamentais para o entendimento de outras culturas, estuda os sinais, os detalhes. Carlo Ginzburg salienta como esta área da pesquisa esteve presente nas humanidades desde o século XIX.

contexto no qual foram produzidas, sendo, então, sentidas e analisadas mais intensamente, desempenhando o papel de legitimar o discurso do historiador, apontando os limites da ficcionalidade da história.

Esses sentidos não apenas prestados, mas imanescentes ao campo do religioso, nos possibilitam entender a necessidade que sentiam os adeptos do ritual da jurema de mantê-lo, apesar de estender seu conhecimento e a intimidade de sua prática aos representantes católicos no aldeamento. Possivelmente enxergaram nessa alternativa o caminho para a sobrevivência de seus costumes: permitir que os carmelitas conhecessem parte de seus segredos rituais, enquanto os mesmos missionários adentravam a esses segredos, escapando aos princípios da catequese colonial, tornava estes dois grupos cúmplices. O contato com o sagrado, como reflete Peter Berger (1985), um contato próximo, no sentido em que era possível contemplar o divino, ao fugir do cotidiano. O cosmos religioso transcende e inclui o homem, faz-se realidade e atribui sentido à existência humana – como atribuía aos adeptos da jurema não apenas um acolhimento diante dos enfrentamentos militares, mas uma sensação de poder, porque conheciam aquele universo, diferente dos colonizadores.

Tratar de experiências místicas a partir de descrições por vezes intensamente marcadas pelos conceitos e pelos pertencimentos de quem escrevia, coloca ainda a necessidade de um maior deslocamento do próprio eu-pesquisador, em transcendência cada vez mais intensa com as fontes, em experiências que não raro também suscitam êxtases, ritos de passagem que exigem o abandono de certas concepções pessoais, como uma purificação concessora da tarefa de historiar, embora, como disse Michel de Certeau, não sejamos totalmente purificados de nossas próprias cargas, sustentáculos de *patuás*. Cargas que nos identificam e nos impulsionam a elaborar certas perguntas e partir em busca de respostas, sabendo que algumas delas não são mensuráveis conforme as referências humanas, mas as ultrapassam, transcendem. Vez ou outra, um dos sujeitos escolhidos, que vem a testemunhar ou protagonizar um evento, é capaz de aproximar suas experiências da possibilidade de explicação e nós, historiadores que também os escolhemos – ou eles a nós – colocamo-nos a buscar entender, mais que isso, sentir. Porque os registros também perpassam emoções, embora estas também elejam escolhidos. O sentido da escrita, da investigação historiográfica

está, inclusive, em se fazer digno da escolha, desde que observe as próprias regras do campo (CERTEAU, 1982).

### Considerações finais

*“Em vez de produzir a documentação, defrontamo-nos com ela, como com um dado. Somos obrigados a trabalhar sobre cadernos que registram as investigações de campo realizadas por etnógrafos mortos há séculos”.*

Carlo Ginzburg. In: *História noturna*.

Quando Pedro Monteiro de Macedo escreveu a D. João V, em meados do século XVIII, relatando os motivos de sua indignação para com o governador de Pernambuco, passou a listar uma série de motivos para tal. Um desses motivos corresponde à intromissão de Henrique Luís Pereira Freire nas investigações acerca do ritual da jurema sagrada e constitui um trecho de sua carta<sup>6</sup>, a qual tivemos acesso. De outras partes da documentação só puderam ser transcritos pequenos fragmentos, devido a agentes externos, como desgaste por insetos e acidez de tinta, que provocaram manchas e a não legibilidade de algumas páginas. Do transcrito, extraímos uma descrição do ritual, com o resultado final da prisão que se mandou fazer aos ditos índios feiticeiros. Tínhamos, pois, indícios de uma prática religiosa transgressora em Mamanguape.

Estávamos diante de uma documentação produzida há séculos, registrada a partir da visão dos colonizadores, daqueles que agiam em prol de condenar e perseguir um evento como aquele, destoante da ordem pretendida pelo projeto colonial. Decidimos seguir seus rastros e analisar o ritual em questão como exemplo de uma série de procedimentos, de

---

<sup>6</sup> A carta de Pedro Monteiro de Macedo ao rei está entre os documentos digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, ligado ao Ministério da Cultura brasileiro, que reúne pesquisadores brasileiros e portugueses na tarefa de preservar a documentação ascendente e descendente do período colonial (ascendentes são os documentos que iam da colônia à metrópole, fazendo assim, informes ou pedidos a El Rei, enquanto os descendentes faziam o caminho inverso, anunciando, geralmente, as decisões do rei de Portugal, seu *cumpra-se*). O projeto conseguiu microfilmar e digitalizar as referidas documentações de todas as antigas capitanias lusas, sendo que a dita carta, bem como o parecer do Conselho Ultramarino e parte das explicações do governador de Pernambuco estão catalogadas na documentação desta capitania.

práticas que ilustravam as discordâncias e as agências de povos indígenas diante da autoridade militar e política que os havia aldeado. Recortado o objeto, passamos ao aporte teórico da Nova História Cultural, já que o mesmo estava inserido em uma instância que se enquadrava nos estudos culturalistas, possibilitando um diálogo com a História Antropológica, com a Ethnohistória, com a semiótica. Os campos de pesquisa sobre cultura passam a considerar mais intensamente a pluralidade imanente ao conceito de símbolo, formulando e aprofundando o estudo de outros, como hibridismo e sincretismo, por exemplo.

As investigações apresentam os desafios em compreender estas subjetividades, com a pretensão de explicar aquilo a que talvez as palavras não alcancem. O fato de indígenas e missionários consumirem o vinho da jurema se aproxima do que Giovanni Levi aponta como *“estratégias e escolhas minuciosas e infinitas que operam nos interstícios de sistemas normativos contraditórios”* (LEVI, 1992: 155). Mas estas palavras intersticiais remetem a uma problemática já conhecida, aquela que relaciona a dificuldade do historiador em chegar à realidade dos eventos.

Esta dificuldade, historiográfica ou mística, não exclui os anseios em avistar uma destas faces que a envolvem, faces registradas pelas fontes, no caso da história, ou pelos relatos, no caso da mística – apesar dos registros serem pincelados com os tons de quem os elabora, como Pedro Monteiro ou Teresa de Ahumada. Aqui, nos deparamos com mais uma intersecção: a realidade para o campo historiográfico ou para o universo místico deve ilustrar ao menos uma crença individual em versões e experiências que de vez em quando são transmitidas à coletividade e perpassadas como heranças de um tempo, cronológico ou mítico, do qual um dia também se poderão olhar apenas fragmentos.

## **FONTES**

### **I. Manuscritas**

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V. 1735, fevereiro, 8, Lisboa. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 9, D. 769.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V. 1740, julho, 9, Lisboa; AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 11, D. 920.

CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei [D. João V]. 1741, julho, 1, Recife.; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 56, D. 4884.

## II. Impressas

REVISTA do Instituto Historico e Geographico e Ethnographico Brasileiro. *Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas*. Vol. XLVI. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert e C, 1883.

JESUS, Santa Teresa de. **Castelo Interior ou Moradas**. Tradução das Carmelitas Descalças do Convento Santa Teresa do Rio de Janeiro. 14. Ed. São Paulo: Paulus, 2008.

JESUS, Santa Teresa de. **Livro da Vida**. Tradução das Carmelitas Descalças do Convento Santa Teresa do Rio de Janeiro. 12. Ed. São Paulo: Paulus, 2011.

## BIBLIOGRAFIA

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII**. Trabalho Apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 13-17 de julho de 2009.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Vol. 2. Tradução de Maria Eloísa Capellato e Olívia Krähenbühl. São Paulo: EDUSP, 1971.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-32. (Obras escolhidas; v 1).

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 1985.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência – Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750**. São Paulo: Alameda; Phoebus, 2007.



- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara/ Koogan, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de Antonio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna – decifrando o sabá**. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Sujeitos da Jurema e o resgate da “ciência do índio”. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lúcia (orgs.). **O uso ritual das plantas de poder**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005. Pp. 239-277.
- GUAITA, Stanislas de. **O Templo de Satã II**. Tradução de Celina C. Salles. São Paulo: Ed. Três, 1973.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LUZURIAGA, José Martín Desmaras. **Jurema e Cura: ensaio etnográfico sobre uma forma de Jurema nas periferias de Recife**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2001. Impresso.
- PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba**. V. 01. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1977.
- POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSC, 2003.
- PUNTONI, Pedro. **Tupi ou não tupi? Uma contribuição ao estudo da Etnohistória dos povos indígenas no Brasil colônia**. In: Ethnos, Revista Brasileira de Etnohistória. Universidade Federal de Pernambuco – Núcleo de Estudos Indigenistas: Ano 2 Nº 2. Recife, UFPE, 1998. p. 05-19.
- RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: Demonologia e Colonização Séculos XVI – XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAVARES, Padre Eurivaldo Caldas. **Itinerário da Paraíba Católica: do Batismo do Cacique à chegada do 1º Bispo 1585-1894**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

TEIXEIRA, Faustino (org.). **No limiar do mistério: mística e religião**. São Paulo: Paulinas, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. v. 1. Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

## A FIGURA “JESUS CRISTO” NOS ESCRITOS DE D. LUCIANO MENDES DE ALMEIDA: UM DIÁLOGO ENTRE SEMIÓTICA E HISTÓRIA

Virgínia Buarque\*

### Introdução

D. Luciano Pedro Mendes de Almeida, falecido em 27 de agosto de 2006, logo tornou-se temática de várias biografias póstumas (ARROCHELLAS, 2006; ASSIS, 2010; MENDES, 2007; SIMÕES, 2009). Afinal, D. Luciano, jesuíta, bispo-auxiliar de São Paulo a partir de 1976, nomeado arcebispo de Mariana desde 1988, constituía-se em sujeito eclesial e político de grande destaque, conforme descrito pelo jurista Plínio de Arruda Sampaio:

[...] sua cultura e lucidez transcendiam suas preocupações de pastor diocesano. Ele descortinava o Brasil todo e toda a América Latina. Por 16 anos, D. Luciano foi secretário-geral e presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), onde pôde exercer marcante influência nos pareceres, decisões e providências desse colegiado de bispos, cuja salutar atuação na sociedade é conhecida de todos: nos conflitos de terra, nas agressões aos direitos humanos, na pobreza urbana, nos problemas carcerários, nos abusos aos direitos indígenas. No âmbito internacional, atuou decisivamente nas conferências episcopais latino-americanas de Puebla e de Santo Domingo, e foi delegado a vários sínodos de Roma (Apud: ARROCHELLAS, 2006:251).

Porém, num contraponto à grande divulgação obtida por sua imagem pública, inclusive no decorrer de sua vida, D. Luciano praticamente nada escreveu sobre si, ao longo dos seus 76 anos de existência. Paralelamente, uma leitura atenta dos poucos relatos por ele deixados sobre episódios de sua vida permite observar que duas figuras aí aparecem de forma recorrente: Deus e o pobre. Tal preferência tornou-se mais explícita sobretudo a partir de 1990, logo depois de D. Luciano ter sofrido um grave acidente automobilístico, conforme indicado por ele em entrevista à revista *Família Cristã*:

Foi uma revalorização dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, uma intensificação na valorização de tantos pontos que hoje marcam mais a minha vida. Por exemplo: o compromisso com os pobres, a vontade de vê-los atendidos numa sociedade digna; consciência de que pertence à missão da Igreja colaborar para isso. Depois, a

---

\* Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. Doutora em História Social pela UFRJ e pós-doutora pela Faculté de Théologie et Sciences Religieuses –Université Laval (Québec - Canadá).

experiência interior da oração na certeza de que Deus está sempre presente e não falha, de tudo tira o bem e que os sofrimentos, mesmo quando imprevistos e até mesmo muito fortes, têm um sentido redentor (ALMEIDA apud BOTASSO, 1990:8).

Em seguida, é possível perceber que as remissões a Deus bondoso e ao pobre sofredor geralmente convergem, nas páginas deixadas por D. Luciano, na figura de Jesus Cristo, como ocorre, inclusive, na mencionada entrevista:

No fundo, é uma valorização da própria cruz de Jesus Cristo, que parecia um pouco distante, um pouco pregada na parede, e que hoje é mais interiorizada. Creio que o grande saldo que revela como me sinto hoje é o de uma ligação maior com Jesus Cristo no seu aspecto salvador e redentor, vendo que ele quis participar de todas as situações humanas para se tornar mais ligado a nós e poder expressar melhor o seu amor. Uma experiência como a que fiz criou uma participação pequena, é claro, mas de certo modo parecida à de Jesus, que tem como fruto uma ligação mais intensa com ele, pela qual sou muito grato a Deus (Ibidem).

Assim, evidencia-se o primado claramente desfrutado pela figura de Jesus nos escritos de D. Luciano:

Se pudéssemos perceber que enquanto damos pão somos, sim, cristãos, enquanto nos empenhamos pela casa e saúde, estamos levando à frente o ideal do bom samaritano, mas quando dizemos, ‘meu irmão, minha irmã, você sabe o que me alimenta, o que me dá vida? É o Cristo morto e ressuscitado que nos amou e a você também e a todos nós’, então é o começo da vida nova que vai além desse mundo, que supera todas as limitações do nosso egoísmo. [...] O anúncio, a evangelização, é um grande ato de amor [...] A vida encontra sentido em Cristo. Esta alegria é que temos de levar àqueles que caminham conosco [...] (ALMEIDA, 1996:15).

Este artigo elenca, portanto, como seu primeiro objetivo, interpretar alguns dos significados atribuídos à figura “Jesus Cristo” nos textos escritos por D. Luciano. Através dessa leitura, visa-se, como segundo objetivo, identificar possíveis diálogos teóricos entre as reflexões da semiótica do discurso religioso<sup>1</sup> e da história religiosa.<sup>2</sup>

## 1. A semiótica do discurso religioso

---

<sup>1</sup> Para tanto, este artigo embasou-se na produção de dois pesquisadores, ambos teólogos, e, simultaneamente, especialistas em semiótica do discurso religioso: Anne Fortin (Université Laval, Québec – Canadá) e Louis Panier (Université Catholique de Lyon – França). Estes dois estudiosos integram o Centro de Análise do Discurso Religioso (CADIR), sediado na Universidade de Lyon.

<sup>2</sup> O referencial historiográfico adotado foi a obra de Michel de Certeau, ele também teólogo, historiador e pesquisador do uso semiótico da linguagem, em especial da enunciação mística.

Por semiótica, entende-se uma prática regrada ou científica de leitura, que almeja interpretar um dado enunciado ao elucidar o encadeamento de seus elementos textuais, numa dinâmica de contrastes e afinidades. A abordagem semiótica culmina então na reconstituição da “rede figurativa” subjacente a um texto (também denominada sistema, estrutura ou regime de inteligibilidade), a qual se apresenta, por sua vez, sempre movente, porque submetida a incessantes releituras (FORTIN, 2005:23; PANIER, 2009b:10).<sup>3</sup>

A semiótica vem sendo considerada um importante recurso para interpretação de discursos religiosos, pois essa vertente das teorias da linguagem não reduz o real à empiria do “mundo dos fatos e objetos”, sistematicamente ordenados em saberes, e cujo domínio tende à concentração de um poder (FORTIN, 2005:15). Para a semiótica, é imprescindível significar o texto a partir de sua composição discursiva, e não de um referencial externo, embora sempre associando tal prática de linguagem à experiência de interlocução que a viabiliza. O texto, nesse sentido, não é uma produção fechada sobre si mesma, mas, pelo contrário, exerce uma função relacional entre os seres humanos e o “mundo”, bem como dos seres humanos entre si:

Pela palavra, os objetos do mundo (como, por exemplo, o ‘pão’) saem de seu estado de objetos brutos, empregados no plano da sobrevivência e da mercantilização, para tornarem-se lugar de encontro. Os objetos do mundo escapam à concupiscência, à violência que culmina em uma não-existência, na morte, em função da palavra que os designa. A palavra é sempre um dom, é sempre uma relação (FORTIN, 2008:110. Tradução minha).

Ora, no discurso religioso, o ato de palavra vem justamente alargar a compreensão do que seja a realidade (do “efeito da real”), pois a vincula a um ato de crer. Assim, segundo o historiador e teólogo jesuíta Michel de Certeau, o que caracteriza a enunciação religiosa é a inscrição da experiência vivida numa linguagem, mas de forma a suscitar uma interpelação sobre a Alteridade de sentido, demandando do sujeito crente um posicionar-se e um agir: “[...] entendo por ‘crença’ não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o *ato* de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros

---

<sup>3</sup> Para Louis Panier, “Trata-se de visar a coerência de um conjunto significante, de uma totalidade articulada; a perspectiva é global e estrutural – o global rege o local, segundo a expressão de F. Rastier, e é a partir do todo que são consideradas as partes. O discurso é concebido como um todo de significação, cuja coerência é de natureza estrutural (2005:5. Grifos do autor. Tradução minha). Destaca-se ainda que, em um mesmo texto, coexistem várias possibilidades de produção de sentido e de racionalidades que lhe correspondem, operacionalizadas pelas práticas de leitura (FORTIN, 2010:82).

termos, uma ‘modalidade’ da afirmação e não seu conteúdo” (CERTEAU, 1994:278. Grifo do autor).

Portanto, apenas por acreditar (ou, ao menos, desejar fazê-lo) é que o sujeito torna-se leitor e enunciador de um discurso: “Este ponto de partida é a fé ou mais precisamente a confissão de fé como ato de linguagem, como convocação do sujeito crente à acolhida do relato (testemunho), à sua recepção” (PANIER, 1985:292. Grifos do autor. Tradução minha). De forma simular, para Anne Fortin,

[...] o ato de fé não é apenas o inverso epistêmico de um saber [este entendido como certeza inquestionável, cabível de ser possuído e transmitido]; é uma outra posição do sujeito, na instituição de sua própria relação com o mundo. Com que palavras? Para além das palavras, do que é dito, há um *dizer*, um ato de palavra indissociável de um fazer, e cuja verdade situa-se na transformação dos sujeitos no mundo, suscitando a transformação mesma do mundo [...] (FORTIN, 2005:18. Grifo da autora. Tradução minha).

## 2. A noção de figuratividade

Denomina-se “figura” ou “grandeza figurativa” uma tríade de elementos (atores, tempos, espaços) que possua correspondentes fora do registro linguístico em que são especificamente proferidos/interpretados, seja numa realidade referencial (existente ou fictícia), seja ainda em outros suportes textuais (PANIER, 2009:4). O conceito semiótico de figuratividade, englobante de expressões verbais e não verbais, designa assim a propriedade da linguagem de formular significações em analogia às experiências perceptivas: “[...] [ela] traz assim o cuidado de mostrar e de esconder ao mesmo tempo, de dizer e de calar, de manifestar e de velar. [...] A figura encontra lá seu lugar: [...] suficientemente similar (figurativamente) para passar despercebida, suficientemente estrangeira (figurativamente) por fazer sombra em um ponto e chamar um outro a um sistema de correlações” (CALLOUD apud PANIER, 2008:4-5. Tradução minha). Assim, para o linguista Denis Bertrand, a figuratividade<sup>4</sup> insere no discurso “esse efeito particular de sentido, que consiste em tornar significativa a realidade sensível” (BERTRAND apud PANIER, 2009:4. Tradução minha).

---

<sup>4</sup> “Figuratividade” é uma categoria emprestada da teoria estética, a qual opõe “arte figurativa” e “não figurativa”. Ela sugere a semelhança ou a representação (imitação) do mundo pela disposição das formas sobre uma superfície. Mas em semiótica, como descrito acima, o termo adquire outros sentidos (PANIER, 2008:9).

Outrossim, é possível tecer aproximações entre a noção de figuratividade e outras concepções linguísticas de cunho analógico, como a hermenêutica bíblica da prefiguração, a teoria agostiniana do signo,<sup>5</sup> a concepção escolástico-teológica de “sacramento” (CERTEAU, 1982:107-155). Em todas essas perspectivas, juntamente à associação de um significante (isto é, de um registro linguístico, seja escrito, sonoro...) a um significado pela via de uma “semelhança dessemelhante”,<sup>6</sup> o processo de significação mostra-se indissociável do ato de interpretar. Mas uma efetiva atribuição de significados também consiste num processo de interlocução, pela qual o sujeito se predispõe a deixar-se afetar, e até mesmo transformar, pela potência performativa da palavra (FORTIN, 2007:27).

Ainda para a semiótica, ainda que as figuras portem certa relação referencial com dados do “mundo natural” ou textual, elas adquirem uma conotação particular no momento de sua inserção num discurso, ou seja, em função da maneira como são encadeadas em um percurso no texto (FORTIN, 2010:83). Uma vez introduzidas no enunciado, as grandezas figurativas dissociam-se do perfil de representação do mundo natural e, exprimindo uma singularidade de sentido, adquirem um estatuto propriamente “figural”. Dessa forma, não é possível interpretar o significado de uma figura considerando-se apenas um extrato isolado do discurso, sendo necessária uma apreciação da globalidade do texto no qual ela se insere.

Com isso, por exemplo, a figura de Jesus, nos relatos evangélicos, é significada na articulação dos episódios narrados, que inclusive precedem a seu nascimento, como filho de Maria (“no princípio era o Verbo”, cf. Jo 1, 1), e ultrapassam sua morte na cruz (“eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos”, cf. Mt 28, 20):

O Cristo é figura no relato evangélico, e esta figura inscreve-se no conjunto narrativo do evangelho. O que é narrado pode nos dar uma *representação* do mundo da Palestina no 1º século, e da história de Jesus no meio de seus discípulos. Mas a *significação* de Jesus nos evangelhos se constitui pelo jogo de todas as figuras do

---

<sup>5</sup> Desde santo Agostinho, a concepção de signo, no cristianismo, articula uma experiência, traduzida por uma imagem, gesto ou texto, com a interpretação que lhe é conferida: “É signo o que [...] além da impressão que produz em nossos sentidos, faz com que nos venha ao pensamento outra ideia distinta.” (cf. AGOSTINHO, 2002:85). O signo, portanto, possibilita a atualização do sentido da fé pelo sujeito intérprete (cf. FORTIN, 2007:25).

<sup>6</sup> Segundo a teologia católica, a linguagem analógica estabelece relações de similitude entre o divino e os entes criados (coisas, sujeitos e eventos), uma vez que Deus fizera o mundo “à sua imagem e semelhança”, conforme relatado no Gênesis. Todavia, o delinear dessa associação (pautada em critérios de proporção e de participação, e jamais de completa identidade), conduz, de forma paradoxal, ao reconhecimento de uma diferença irreduzível entre a realidade natural ou histórica e a Trindade.

relato, pela articulação de todos os elementos narrativos e discursivos, dos atores, dos tempos, dos lugares, dos discursos proferidos, dos episódios encadeados (PANIER, 1985:298. Tradução minha).

### 3. A figura “Jesus Cristo” em linguagem ternária

Com base nas reflexões teóricas desenvolvidas pela semiótica do discurso religioso, em especial a noção de “figuratividade”, retoma-se então a pergunta apresentada na introdução deste artigo: Quais os significados da figura “Jesus Cristo” para D. Luciano Mendes de Almeida? Sugere-se que para proceder a tal interpretação, D. Luciano partia de uma reflexão filosófico-antropológica que paulatinamente formulava desde o período de seu doutorado em filosofia, defendido em 1965 na Universidade Gregoriana:

Aprofundei isso na tese de doutorado, *A imperfeição da inteligência humana segundo Santo Tomás*, ressaltando que o amor tem uma influência muito grande no processo cognitivo, como aparece na maneira da mãe conhecer o filho, isto é, a dimensão afetiva do ato cognitivo. É ainda toda a abertura para a mística no conhecimento, que não se faz apenas por um ato intelectual, mas pela presença interna de Deus, que se comunica à pessoa humana (ALMEIDA apud DONEGANA e DIAS, 2001:22-23).

Assim, para o arcebispo de Mariana,

O homem só se realiza no amor. Só se integra como pessoa pelo dom livre e desinteressado de si mesmo no amor. [...] É pelo amor, nas suas mais variadas formas, que o homem integra sua vida íntima e vence a própria solidão existencial. É pelo amor desinteressado à pessoa amada que superamos a tirania do egoísmo, a instabilidade das reações superficiais, adquirimos constância nas dificuldades e nos tornamos capazes de paz e alegria interior (ALMEIDA, 1996:12-13).

Em decorrência, para D. Luciano, a interpretação que melhor traduzia o percurso seguido pela figura “Jesus Cristo” nas narrativas bíblicas era justamente a que nele vislumbrava uma permanente, radical e gratuita condição amorosa: “[...] Jesus Cristo, enquanto ele é a Palavra que revela o AMOR. Toda a vida de Cristo, no âmbito de sua revelação, foi uma grande dicção do AMOR de Deus. Sua vida foi dizer aos homens que havia uma Aliança, que era mais a mosaica, mas uma Aliança Nova e eterna entre Deus e os homens” (ALMEIDA, [s.d.], folhas avulsas. Grifos do autor).

Sob um viés linguístico, pode compreender-se a dinâmica amorosa como um “[...] movimento ternário entre o destinador, o destinatário e o dom, [...] conforme a definição dada por santo Agostinho, na qual o termo ‘amor’ é ao mesmo tempo aquilo que é dado e o próprio



movimento entre quem ama e aquele que é amado” (FORTIN, 2005:219, nota. Tradução minha). Dessa maneira, em vários de seus textos, D. Luciano ressalta que a vida de Jesus constituiu-se em uma permanente entrega de si ao Pai e aos seres humanos, simultânea à acolhida do Pai/dos sujeitos em si, numa densa experiência de encontro:

Era pelo Pai que Jesus se deixava possuir nas horas silenciosas da noite ou antes do amanhecer (Mc 1, 35; Lc 6,12). Era no Pai que encontrava alento coragem e a razão de ser de sua vida (Jo 4,34; 5,30; 6,38). Do imenso amor ao Pai nascia a compreensão pelos pecadores, a alegria pela revelação feita aos pequeninos e pela beleza dos lírios do campo. Seu amor encontrava tempo para entreter-se com as crianças (Mt 19,13), preocupava-se com a pobre mulher encurvada (Lc 13,12), compadecia-se do leproso e do cego, ia procurar os homens perdidos e as mulheres em pecado [...] Este amor, realização afetiva tão plena, levou-o à morte, ao dom consciente de si, como prova de amor ao Pai e aos homens (Jo 14,3; 15, 13) (ALMEIDA, 1996:13-14, livro).

A maneira ternária de empregar a linguagem, tão recorrente, quer no enunciado amoroso, quer no discurso cristão (ela já se encontrava presente nos textos de Padres da Igreja e na metafísica tomista), viu-se questionada, a partir do século XVII, pela ótica cartesiana, que dicotomizou a realidade em partições binárias: corpo/alma, razão/emoção etc., esvaziando a dimensão performativa do signo (PICLIN, 1980). Apenas recentemente a linguagem ternária vem sendo retomada por algumas das teorias da linguagem, que destacam seu caráter mediador – logo, de passagem, de trânsito, e não de capitalização ou unicidade. Dessa maneira, para o filósofo Dany-Robert Dufour,<sup>7</sup> a propriedade trina da linguagem, que nada possui em comum com a famosa tríade hegeliana de identidade, distinção e síntese (1990:16-17) implica na relação de um “eu” com um “tu”, mas intermediado por um “alguém” (que não se limita, portanto, ao “objeto” ou “mensagem” do discurso). Esses três elementos da linguagem ternária não podem, por isso, serem decompostos em laços diádicos, a exemplo do “eu-tu”, pois isso os reduziria à lógica binária do sujeito-objeto (Ibidem).

Nos textos de D. Luciano, a figura “Jesus Cristo” emerge então como um “terceiro elemento”, amor expresso em palavras e gestos encarnados na história. Por seu intermédio, a relação do humano com o divino é reatada, mas sem que tal laço culmine em fusão, ou seja,

---

<sup>7</sup>Este autor, que não mantém qualquer vínculo com a fé cristã, considera que a força espiritual do cristianismo, das origens aos dias atuais, encontra-se no processo de configuração do ser humano pela linguagem, praticado na forma trinitária. Por isso, ele interpreta as produções de Agostinho, Tomás de Aquino e Hegel, considerando que tais textos exprimem, em termos cristãos, atitudes fundamentais (embora contraditórias) do ser humano, oriundas de sua condição de ser falante (DUFOR, 1990:18).

sem abolição do reconhecimento das respectivas alteridades. De forma concomitante, assevera D. Luciano, face a essa mesma mediação, num desdobramento da dinâmica ternária, são suscitadas relações mais humanizantes entre as pessoas:

Jesus Cristo revela o amor do Pai a cada pessoa humana. [...] E só teremos vida se acreditarmos no amor que ele nos tem; e é por isso que ele passou pela paixão e pela morte, para que dando-nos a vida, de um modo inequívoco – ‘Amor maior não há do que o daquele que dá a vida por seu irmão’ (Jo 15,13) – nós acreditássemos, enfim, no amor. [...] Nós somos chamados a descobrir que somos amados, a confiar em quem nos ama, em readquirir a segurança na vida, a perceber o sentido da existência e a colaborar para um mundo de confiança recíproca e de fraternidade” (ALMEIDA, 1987:9).

#### 4. A figura “Jesus Cristo”, “falta” antropológica significada na história

Em uma leitura semiótica, esse “terceiro elemento” da linguagem triádica, o “alguém” mencionado por Dufour, não consiste em uma identidade instaurada ou endossada pelo discurso, ainda que de cunho figural. Pelo contrário, ele implica no registro de uma ausência – falta não apenas linguística, mas que abarca a condição antropológica de incompletude, de impotência e, em decorrência, de sofrimento da condição humana. Tal lacuna, tão bem descrita pelos textos bíblicos, ganhou destaque na interpretação da figura “Jesus Cristo” elaborada por D. Luciano:

Uma vez, o meu irmão Luis me telefonou, de noite – não sei se você se lembra – e disse: ‘Luciano, como é isso? Estou lendo o Evangelho. Jesus Cristo, até trinta anos, fez o quê? Não fez nada?’ – você lembra? – ‘Não fez nada até trinta anos?’ Eu dizia: ‘Não, Luís, ele fez muita coisa. Ele se escondeu no anonimato, ele se identificou com a maior parte da humanidade que, às vezes, não tem não só carteira de identidade, mas não tem nem nome, não tem nem, digamos assim, traço na história’. Então, compreender o que nós chamados aniquilamento, a *kénosis* de Jesus Cristo, que é uma luz para que Jesus Cristo se torne a chave de leitura da história. Isto é muito forte, creio, para todos nós, para mim de um modo muito forte, mais do que eu pensaria. Porque nós, às vezes, pensamos num plano divino de salvação que não é exatamente o que nós lemos no cotidiano. O que nós vemos é que Jesus se identifica com o pobre, o humilhado, o perseguido, o esquecido, o incompreendido, o maltratado, o crucificado. E aí está a chave da leitura da história, quer dizer, da misericórdia divina. Deus, na sua infinita bondade, respeitou a fragilidade da pessoa humana, respeitou as nossas falhas, respeitou, o que nós dizemos *hamartía* [pecado], *adikía* [injustiça], o nosso pecado, e aí foi salvando a humanidade, sem milagres grandiosos, mas se identificando com as situações mais adversas da vida humana. Esse é Jesus Cristo!(ALMEIDA In: PAUL, 2007:51-52).

Mas, novamente segundo a semiótica, a grandeza figurativa, quando empregada numa linguagem ternária, não se detém na falta: além de mediar a interlocução (logo, de viabilizar a relação), ela também propicia a transformação dos sujeitos em diálogo. Assim, por exemplo, como indicado por Michel de Certeau, se o essencial visível do cristianismo é perpassado por perdas (do corpo de Jesus, crucificado e ressuscitado; do “corpo” de Israel, destruído pelos romanos), este desaparecimento tem caráter fundador: tal morte possibilitou o surgimento de um corpo eclesial (a Igreja) e de um *corpus* de textos canônicos (a Escritura Sagrada) (CERTEAU, 1987:267-306; GREFFÉ, 1991:171). É nesse sentido, afirma Anne Fortin, exatamente por incorporar a perda ao invés de escamoteá-la, que o cristianismo constitui-se em uma religião de transposição da ausência dolorosa em palavra criadora (2007b:359).

Tal deslocamento, de cunho tão propositivo, pode então ser entendido como uma “atualização” da Tradição cristã, ou seja, como projeto, em abertura às temporalidades presentes e futuras: trata-se de “[...] reconhecer o que anima esta Tradição e o que continuamente ela *deixa de dizer*” (FORTIN, 2007b:361. Grifos da autora. Tradução minha). E foi sob esta ótica que, para D. Luciano, a figura “Jesus Cristo” também poderia ser percebida: “não [entre os] grandes aos olhos do mundo, mas [entre os] pequenos, os sofredores, os doentes, as crianças, as pessoas de fé e confiança que, como Jesus, passam a vida fazendo o bem, sem ser vistos, sem ser conhecidos, sem receber agradecimentos, sem fazer parte dos livros de história, mas cujo nome está escrito com amor no coração de Deus” (ALMEIDA apud OLIVERO, 2002:128).

As implicações político-eclesiais da atualização da figura “Jesus Cristo” nos escritos de D. Luciano mostram-se evidentes: “Os pobres tornam-se, então, mediação necessária para desvelar a figura do Cristo e a vontade amorosa de Deus. Neste sentido, entende-se porque os bispos em Santo Domingo dizem que é com o potencial evangelizador dos pobres (DP 1.1.47) que a Igreja pobre quer impulsionar a evangelização das nossas comunidades (DSD 178b)” (ALMEIDA, 1996:87-88). Tornava-se crucial, portanto, declarava D. Luciano, que “a Igreja enunci[e] a presença de Jesus em múltiplas experiências sociais e interpessoais, as quais apresentam-se como sinais do Reino de Deus todas as vezes que assumem contornos justos e fraternos. Isto comporta a repartição e a participação na produção, na cultura, no lazer, em todas as fórmulas de expressão do cidadão, incluindo a política (Ibidem:53).

Nesse sentido, a vivência religiosa de D. Luciano, desde os tempos da sua formação eclesial, mas sob maior realce a partir de sua sagração episcopal, apresentou-se indissociável de um comprometimento pessoal e eclesial com as populações empobrecidas. À frente da Arquidiocese de São Paulo (1976-1988), esse engajamento foi caracterizado, conforme descreve o historiador Riolando Azzi, pela criação de

[...] mais de cem centros [comunitários] nos diversos cortiços e favelas de São Paulo, expressão de um compromisso social com os menores carentes. Foram fundadas nos bairros diversas Casas do Menor, a fim de receber meninos e meninas egressos da FUNABEM [Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor], mas sem ter famílias que os amparassem. Esta mesma disposição de se colocar a serviço dos mais necessitados D. Luciano levou para Brasília, quando exerceu o cargo de presidente da CNBB [1988-1995] (apud ARROCHELLAS, 2007:255).

Ainda no decorrer de seu período em São Paulo, além de implementar a Pastoral da Criança e a Pastoral do Menor, D. Luciano foi também responsável por várias iniciativas, como a fundação do Arsenal da Esperança, da Casa São Marinho, da Casa Vida, do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, do pastoreio em Vila Prudente e do Movimento de Defesa do Favelado – MDF (ASSIS, 2010:180; 221). Outras tantas foram as instituições criadas ou reorganizadas durante o episcopado de D. Luciano na Arquidiocese de Mariana (1988-2006), entre as quais podem ser citadas o Centro Promocional Padre Ângelo e o Centro Pastoral do Menor; o Grupo de Integração Social (GIS); a reabertura da Santa Casa de Misericórdia, com subsequente instituição de um CTI; a Casa da Figueira, dedicada a pessoas portadoras de necessidades especiais; a Comunidade Educativa Popular Agrícola – CEPA; o apoio às Obras Sociais de Auxílio à Infância e à Maternidade Monsenhor Horta; o apoio ao Núcleo de Apoio ao Toxicômano (NATA), à Casa Nossa Senhora do Silêncio e à Comunidade Terapêutica Bom Pastor, três espaços destinados à recuperação de dependentes químicos; o Centro Profissionalizante São José; o Centro de Valorização da Vida – CEVAVI.. (ASSIS, 2010).

Pela mediação da figura “Jesus Cristo”, D. Luciano via então em todos esses “pobres” o alçar da condição humana (tantas vezes desfigurada) à dignidade da filiação divina:

Nós pensamos, às vezes, em Cristo de um modo muito difuso, um pouco até difícil de perceber. Mas hoje é tão fácil perceber a presença de Jesus Cristo em cada pessoa. Não sei se se lembram de D. Hélder [Câmara, arcebispo de Olinda e Recife], que de noite, naquela sua pequena sacristia onde ele morava, batem, batem, batem de

madrugada. É um bêbado! E ele olha para ele e diz assim: ‘Você não me engana, não! Eu sei que você é Jesus Cristo!’ É um olhar de fé. Eu creio que nós todos temos isso, olhar de fé. Cada pessoa humana reflete a presença de Jesus Cristo. Ele dizia isto: ‘Tudo o que você fizer a ele, a mim você faz’. É essa presença de Cristo não só entre nós, mas em cada pessoa, na situação existencial de cada pessoa (ALMEIDA In: Paul, 2007:51).

Pode o historiador interpretar, sob o viés da temporalidade e das memórias, esse “olhar de fé”? Sem dúvida, mas, para tanto, faz-se mister não reduzir o religioso a um jogo de ideologias concorrenciais, a processos de enfrentamento e negociação por fortalecimento institucional e promoção individual. Obviamente tais fatores não devem ser negligenciados, e sim reconstituídos na historicidade das escolhas e trajetórias adotadas. Todavia, é fundamental que o historiador considere, em sua análise, o elemento específico da ação religiosa – o ato de crer. Nesse sentido, Michel de Certeau aponta um crucial elemento de convergência entre os discursos religioso e historiográfico: ambos remetem a uma origem ausente, à condição de perda de um vivido, jamais recuperável. A significação (apropriação criativa) dessa perda, por sua vez, é viabilizada através da linguagem, inclusive com o recurso à racionalidade “figural”.

Nesse sentido, uma alternativa capaz de auxiliar o historiador a melhor dimensionar os posicionamentos e atitudes político-eclesiais de D. Luciano – seu envolvimento com a transformação socioeconômica em perspectivas mais inclusivas, seu empenho ético por uma efetiva promoção do bem público – consiste na associação de tais práticas às variadas atualizações por ele promovidas acerca da figura “Jesus Cristo”, no cruzamento da Escritura com as realidades do tempo presente. Afinal, num momento de balanço de sua trajetória de vida, meses antes de seu falecimento, em maio de 2006, D. Luciano afirmara:

Mais que ideias, que marcas teológicas Deus colocou mais fortemente dentro de mim? [...] A primeira é a alegria da descoberta de Jesus Cristo. Foi isso que sempre me atraiu, tanto que noviciado, naquela formação austera que nós tínhamos, o Pe. Cardoso dizia assim: ‘Você não deve querer ser padre. Você deve querer fazer o que Deus pede de você. Mas uma coisa você deve querer: servir Jesus Cristo’. E eu me lembro que conscientemente eu disse: ‘Olha, coloco nas mãos de Deus minha vocação. Eu quero seguir Jesus Cristo em qualquer modo que seja, porque o sacerdócio é um chamado especial, mas a entrega pessoal, essa a gente pode fazer’. De modo que Jesus Cristo, que até hoje marca a nossa vida, foi se tornando muito visível (ALMEIDA In: Paul, 2007:50).

## **BIBLIOGRAFIA:**

**Textos de D. Luciano**

ALMEIDA, Luciano Mendes de. *Curso de Interiorização, Oração e Fraternidade*. [s.d.] Folhas avulsas.

\_\_\_\_\_. *O Direito de Viver*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

\_\_\_\_\_. *Jesus Cristo: luz da vida consagrada*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Palavras de agradecimento de Dom Luciano. In: PAUL, Cláudio (org.). *Doctor Amoris Causa: homenagem a Dom Luciano Mendes de Almeida*. São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Servir por Amor: trinta dias de exercícios espirituais*. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. A vida renasce. *Família Cristã*, São Paulo, junho de 1990. Entrevista concedida a Rosalina Botasso.

**Textos sobre D. Luciano:**

ARROCHELLAS, Maria Helena. *Deus é Bom: homenagem a D. Luciano*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2006.

ASSIS, Margarida Drumond de. *D. Luciano, Especial Dom de Deus*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2010.

DONEGANA, Costanzo e DIAS, Paulo da Rocha. Apaixonado por Cristo e pelos pobres. *Mundo e Missão*, set. 2001.

MENDES, Cândido. *Dom Luciano, o Irmão do Ouro*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2007.

OLIVERO, Ernesto. *Unidos em Favor da Paz: diálogos com D. Luciano Mendes de Almeida*. São Paulo: Loyola, 1991.

SIMÕES, Neusa Quirino. “Em nome de Jesus” *Passou Fazendo o Bem...* Lembranças de D. Luciano Mendes de Almeida. São Paulo: Loyola, 2009.

**Obras do campo teórico, historiográfico e linguístico:**

AGOSTINHO, Santo. *A doutrina cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.

\_\_\_\_\_. *Confissões*. Lisboa: LusoSofia, 2001. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/agostinho\\_de\\_hipona\\_confessiones\\_livros\\_vii\\_x\\_xi.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf)>

CERTEAU, Michel de. *La Fable Mystique*, 1. Paris: Gallimard, 1982.

\_\_\_\_\_. *La Faiblesse de Croire*. Paris: Seuil, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FORTIN, Anne. *L'Annonce de la Bonne Nouvelle aux Pauvres: une théologie de la grâce et du Verbe fait chair*. Montreal: Médiaspaul, 2005.

\_\_\_\_\_. Des profondeurs de la faim. *Sémiotique et Bible*. n.126, 19-33, juin 2007.

\_\_\_\_\_. L'Impossible Saisie de la Mémoire. In: MEUNIER, Martin et THÉRIAULT, Joseph. *Les Impasses de la Mémoire: histoire, filiation, nation et religion*. Québec: Fides, 2007b.

\_\_\_\_\_. Le Pauvre: lieu de communion ecclésiale. *Cahiers de Spiritualité Ignatienne*. N.21, 103-114, 2008.

\_\_\_\_\_. L'intrigue, une Question Semiotique? In: PASQUIER, Anne; MARGUERAT, Daniel; WÉNIN, André (org). *L'Intrigue dans le Récit Biblique*. Leuven-Paris-Walpole: Uitgeverij Peeters, 2010.

\_\_\_\_\_. *L'Eucharistie pour Reconnaître et Annoncer l'Amour de Dieu*. Qu'avons-nous à Annoncerà partir de l'Eucharistie? [s.d.]. Mimeo.

GEFFRÉ, Claude. Le Non-Lieu de la Théologie Chez Michel de Certeau. In: *Michel de Certeau ou la Différence Chrétienne*. Paris: Du Cerf, 1991.

PANIER, Louis. Sémiotique du Discours Biblique et Questions Christologiques. *Laval Théologique et Philosophique*, v.41, n.3, p.289-303, oct. 1985.

\_\_\_\_\_. *Discours, Cohérence, Énonciation*. 2005. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *Figurativité – Discours – Énonciation*. 2008. Mimeo.

\_\_\_\_\_. *La Sémiotique Discursive: une analyse de la signification et de ses fonctionnements. Une pratique de la lecture des textes.* Université Lumière Lyon, 2. déc. 2009. Disponível em: <<http://bible-semiotique.com/documents/panier%20intro%20semiotique.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Récit. Discours de l'explication des causes à l'enchaînement des figures. Lectures de Actes 2-4. *Sémiotique et Bible*, n. 134, jun. 2009b.

PICLIN, Michel. *Les Philosophies de la Triade ou l'Histoire de la Structure Ternaire.* Paris: Vrin, 1980.

---

## DOS MÚLTIPLOS *HORIZONTES* DA COMPREENSÃO

Eugenia Gay\*

A hermenêutica gadameriana não é um método, nem um quadro teórico nem uma ferramenta. E isso porque o seu objeto de estudo é o ato mesmo da compreensão como atributo fundamental do homem, isto é, como Ser do homem. Como Gadamer identifica o Ser com o compreender, se interessa particularmente nas humanidades, que são as disciplinas através das quais o homem se compreende, que é o mesmo que dizer que ao realizar essas atividades o homem é. Por isso, mais do que oferecer instrumentos *para* a compreensão, o filósofo procura pôr à vista o fenômeno mesmo, articulando uma série de metáforas (ou conceitos) capazes de torná-lo inteligível.

Ao aprofundar na proposta hermenêutica começamos a perceber que cada uma dessas metáforas conduz a outras definições, em um esforço infundável de descrever o acontecimento da compreensão. Cada nova descrição incorpora, por sua vez, novas constelações de sentido relacionadas a diversas correntes filosóficas, de maneira que o espectro de significados se alarga na medida em que se integram na trama de uma tradição em permanente construção.

O *horizonte* é uma dessas metáforas (assim como a  *festa* e o  *jogo*) e, a pesar de ser à primeira vista uma imagem *ou* espacial *ou* temporal, neste caso serve para descrever uma unidade de tempo e espaço que não pode ser representado nem mediante um eixo cartesiano nem pelo calendário. O horizonte hermenêutico é composto de todas as referências culturais e pessoais e compreende avaliações sobre o passado, tradições, rebeldias, esperanças sobre o futuro, desejos, mitos, medos, linguagem e prejulgamentos. É o único lugar possível para compreender ou comunicar qualquer coisa. Aquilo que está “fora” do horizonte, simplesmente não está, de maneira que a rigor, não existe nada fora do horizonte. Mas se o horizonte é *tudo*, qual poderia ser a sua utilidade heurística? A minha hipótese é que através da metáfora do  *horizonte*, Gadamer consegue reformular os conceitos de temporalidade, verdade e representação que definem a prática histórica, superando com isso o paradigma metodológico da constatação de

---

\* Doutoranda PUC-Rio. Bolsista PICT – Argentina.



dados.

Friedrich Nietzsche, igualmente preocupado com uma história que não fazia mais do que acumular e classificar informação, compreendeu o *horizonte* em relação com o conceito de *vida* (*Lebenshorizont*). Nietzsche acreditava que a definição de uma linha divisória entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido para que exista um espaço vital era uma tarefa do homem:

E isto é uma lei universal; cada vivente só pode tornar-se saudável, forte e frutífero no interior de um horizonte; se ele é incapaz de traçar um horizonte em torno de si, e, em contrapartida, se ele pensa demasiado em si mesmo para incluir no interior do próprio olhar um olhar estranho, então define e decai lenta ou precipitadamente em seu ocaso oportuno. A serenidade, a boa consciência, a ação feliz, a confiança no que está por vir- tudo isto depende, tanto nos indivíduos como no povo, de que haja uma linha separando o que é claro, alcançável com o olhar, do obscuro e impossível de ser esclarecido; que se saiba mesmo tão bem esquecer no tempo certo quanto lembrar no tempo certo; que se pressinta com um poderoso instinto quando é necessário sentir de modo histórico, quando de modo ahistórico. Esta é justamente a sentença que o leitor está convidado a considerar: *o histórico e o ahistórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo, um povo e uma cultura* (NIETZSCHE, 2003, p.11)

O horizonte nesse sentido operava uma espécie de suspensão da continuidade do tempo que permitia ao homem atuar livremente. Por isso um homem com um horizonte estreito é sempre mais feliz, já que menos problemático, do que aquele cujo horizonte se desloca sempre de novo, realizando infindáveis comparações e avaliações que acabam por paralisá-lo. Envolvido na névoa da ahistoricidade que é o horizonte o homem seria capaz de sair da sua passividade e passar à ação. Nietzsche identificava a passividade acomodatória que a sua época vivenciava com a “febre histórica” que a caracterizava, e nesse sentido o horizonte devia servir como um limite relativamente estável à reflexão. Nietzsche pensava que o *historicismo*, ou seja a consciência da relatividade de qualquer horizonte era ao mesmo tempo grandioso e destrutivo, pois possuía a capacidade de inibir nossa possibilidade de crer absolutamente em qualquer coisa. Dessa forma nada podia ser considerado um sentido em si mesmo, o que operava uma libertação de regras arbitrárias e autoimpostas. Contudo, essa libertação da tirania das regras, havia significado também a destruição da vitalidade cultural (NIETZSCHE, 1910. V12. §188).

O significado da sua crítica ao historicismo é bastante claro: a história somente serve na medida em que estimula a ação, de outra forma, é simplesmente um vício pernicioso. Nietzsche

não propunha abandonar o passado, mas antes se revoltava contra um conhecimento do fenômeno histórico que o desconhecia como questão vital. Acredito que perante a escolha entre viver no passado ou viver no presente, Nietzsche, como bom filólogo clássico, haveria apelado à noção aristotélica de *prudência* (*phronesis*). Parece-me que, a contramão de todas as interpretações que costumam levar Nietzsche aos extremos, neste caso ele faz uma condena da *hamartia* presente em julgar o presente pelo passado, ou o passado pelo presente e, na minha opinião, esse é o maior ponto de confluência entre ele e a hermenêutica de Gadamer.

De fato, muito tem se discutido até que ponto a hermenêutica filosófica é tributária da crítica nietzschiana do historicismo e da ciência pensada a partir do sujeito, e Gadamer tem reconhecido o direito nietzschiano de fundação “da carreira triunfal” da interpretação (GADAMER, 2006, p. 327). Em particular, o conceito hermenêutico de *horizonte* recupera o *Lebenshorizont*, na medida em que determina o espectro dentro do qual se dá a compreensão. Contudo, na versão gadameriana este espectro não é linear nem direcional, no sentido de que houvesse um presente que olha em direção ao passado e o considera em maior o menor medida nas suas deliberações. O horizonte para Gadamer define uma *situação hermenêutica* que de fato engloba em si mesma tanto a transitoriedade do sujeito que interpreta como a do interpretado, assumindo um constante devir para ambas as partes que substitui ao “ser metafísico” como substância. O encontro com o outro do passado, seja intencional ou não, põe em evidência a finitude do próprio horizonte, mas no mesmo ato o alarga, em um contínuo projetar-se. É verdade que, como havia dito Nietzsche, isso leva a questionar a incondicionalidade dos valores e das verdades de uma época revelando sua relatividade, mas isso é tão perigoso quanto é inevitável, e não leva necessariamente a inação. E assim como a consciência da consciência histórica não resolvia o problema da objetividade da interpretação, o descobrimento do absurdo da existência não impede que se continue buscando alguma ordem, e tampouco que essa ordem colapse de tempos em tempos, exigindo uma nova construção. Este é, para Gadamer, o verdadeiro horizonte da vida (*Lebenshorizonten*): o problema da finitude, assim como o da consciência histórica não está aí para resolver-se, se não que é a forma de ser do ser homem.

Dizer, então, que Nietzsche produziu os conceitos básicos da filosofia gadameriana não é exato, embora tampouco seja ao todo equivocado. O problema é que a filosofia de Nietzsche

produziu também muitas outras reflexões, algumas das quais teriam lhe causado não menos que espanto. A tentativa de Nietzsche de liberar-se da metafísica o conduziu, segundo Heidegger, a “conformar-se com o extremo de sua auto-dissolução” (GADAMER, 2006, p. 323). Pode dizer-se que dessa afirmação parte o projeto gadameriano, que não é o de destruir a ideia de ciência metodológica, mas o de descobrir sua unilateralidade.

Com a postulação do problema desta história carente de vida começou toda uma nova fase na crítica do conhecimento histórico e da tarefa da filosofia em geral, que acabou em uma bifurcação teórica na maneira de conceber o mundo. Se até então o conceito de vida havia sido relacionado à verdade científica, como no pensamento de Wilhelm Dilthey, o *horizonte da vida* nietzschiano assumia agora uma posição oposta, de crítica da onipotência da ciência em favor de uma verdade anterior ao esforço científico. Como o expressara Jean Grondin, “Nietzsche havia posto em marcha uma universalização revolucionária do enfoque perspectivístico e interpretativo, cuja consequência pode se observar legitimamente na hermenêutica do século XX” (GRONDIN, 2000. p. 29). Naturalismo e historicismo, duas formas do mesmo positivismo, como dirá também Husserl (DELACAMPAGNE, 1997, p.33) eram, na virada do século, os dois grandes inimigos da filosofia, do conhecimento e da cultura que Nietzsche tinha desmascarado: “Acontece que a tese dogmática de que tudo é relativo só pode fazer sentido perante o horizonte de uma verdade não relativa, absoluta, supratemporal, metafísica. Somente pelo parâmetro de uma verdade absoluta, considerada possível, pode uma opinião valer como meramente relativa. (GRONDIN, 1999, p. 39).

A filosofia de Edmund Husserl é criatura do mesmo desconforto com os caminhos que a ciência havia tomado, e representa uma das mudanças mais importantes da filosofia ocidental. Mas se bem no começo a fenomenologia apareceu como uma alternativa à ciência, na medida em que se desenvolvia foi se manifestando com mais clareza como uma tentativa de salvar a possibilidade da ciência, o que foi uma decepção para muitos dos seus seguidores. Aqueles que acompanharam o desenvolvimento da fenomenologia reconheciam na crítica ao pensamento de Kant e na rejeição do psicologismo uma superação do paradigma científico que seria substituído por uma fenomenologia transcendental baseada em experiências intencionais.

Mas se Husserl não desdenhava da ciência, tentava sim resolver o paradoxo de um

conhecimento que se pretende objetivo ao passo que se fundamenta em uma percepção subjetiva. Para isso, e através da teoria dos *atos intencionais*, rejeitava a divisão kantiana entre fenômeno e noumeno, considerando a *intencionalidade* como a forma humana de estar aberto ao mundo. Isso significa que quando pensamos em coisas do mundo na vida diária, estamos lidando com as coisas mesmas, e não com intermediários mentais das coisas. Essa *imediação* do nosso trato com o mundo cotidiano não é diferente quando construímos esquemas explicativos abstratos para explicar o seu funcionamento. Em todo empreendimento científico, o mundo da experiência se encontra necessariamente pressuposto e constitui a primeira referência do estudioso:

a ciência é uma realização humana que pressupõe em seu ponto de partida, tanto historicamente e para cada estudante, o mundo da vida intuitivo circundante, pré-dado como existente para todos em comum. Mais ainda, se trata de uma realização que, ao ser praticada e levada adiante, continua pressupondo esse mundo circundante da forma em que se da particularmente ao científico (HUSSERL, 1970, p. 121).

Por tanto, ao pensar em termos fenomenológicos, a questão da concordância entre o que pensamos e dizemos e os objetos da realidade não se apresentava como um problema, como havia sido para Descartes e para Kant, senão como um dado fundamental e constante. Se o que pensamos em nossa consciência interna é o objeto mesmo que existe no mundo, qualquer mediação entre estas aparentes duas instâncias se tornaria *ipso facto* desnecessária, ou pelo menos artificial.

Husserl na verdade atribuía o erro de separar a percepção fenomênica do mundo da sua compreensão, ou seja, da ciência, ao abandono da geometria euclidiana em épocas de Galileu (HUSSERL, 1970, p. 49). Ao contrário, a análise fenomenológica revelaria que existe um nível de consciência nas ações humanas que, ao contrario do que promove a ciência autônoma, não pode ser reduzida a processos quantificáveis nem explicado como produto de sequencias causais (MORAN, 2008. p. 24). Em outras palavras, o êxito da autonomização da ciência em alguns campos, como a matemática, não justificava a extensão da abstração a todos os campos do conhecimento. A tarefa da filosofia seria por isso justamente a de retomar a confiança na racionalidade das nossas impressões do mundo, às quais os métodos científicos estão sempre relacionados. A isso se refere Husserl com a sua famosa frase: “*zu den Sachen selbst*” (às coisas

mesmas). Essa concepção significou uma reformulação importante da teoria da representação então em vigência, dado que o próprio termo “representação” passava a descrever a intencionalidade da consciência a respeito de um objeto (seja este real o fictício) e não a imagem de um objeto trasladado a um plano abstrato. Assim, no momento da *redução transcendental*, na qual os objetos pensados são ao mesmo tempo um elemento da realidade existente e um elemento da consciência, a consciência descobre em si mesma o “mundo vivido” (*Lebenswelt*), que é composto de horizontes de sentido, e necessariamente intersubjetivo (DELACAMPAGNE, 1997, p. 31).

A *redução* exhibe aliás o caráter circular da compreensão, e reconhece a impossibilidade de alcançar conhecimentos verdadeiros e definitivos não como um fator negativo, mas antes como uma característica própria da compreensão humana (MORAN, 2008, p. 25) que só pode encontrar uma verdade dentro do horizonte em que se apresenta. Com isso, Husserl retomava o conceito de *horizonte* que havia sido originalmente levantado por Nietzsche.

Mas na fenomenologia de Husserl, ao contrário do que acontecia com Nietzsche, o horizonte não é um conceito por assim dizer “estático”, que corresponda à vida de cada indivíduo ou geração. Ele se movimenta a cada vez que devemos ignorar algo para focar outra coisa diferente, ou seja, a cada vez que realizamos uma *redução*. Mas se a *redução* exclui tudo que não tem a ver com o objeto, ela também incorpora todas as suas formas temporais. E isso implica uma redefinição temporal que permite pensar a historicidade de uma forma completamente diferente. Nos §§81 e 82 da *Ideia da fenomenologia* (HUSSERL, 1983. §§81-82) Husserl se refere à tridimensionalidade do tempo fenomenológico como uma experiência do tempo que se diferencia do tempo *cósmico* ou *objetivo*, e que não pode ser medido em termos do calendário, pois é a reconstrução na consciência dos diferentes modos de ser temporais de uma mesma experiência. Aquilo que é posto entre parêntesis na redução fenomenológica, é justamente o tempo cósmico, de maneira que possa aparecer perante nós o tempo imanente da experiência.

As três dimensões desse tempo da experiência se dividem no “que passou”, “o que vem” (ou o que veio depois), e a “simultaneidade”, que transforma as duas anteriores em um sempre novo “agora”, que se modifica a cada vez que pensamos qualquer outra das duas categorias. Esse “agora” é ao mesmo tempo retenção do passado e projeção do futuro, ambos ausentes

imediatamente, porém presentes como parte do *agora* (DOSTAL, In: GUIGNON, 1993. p. 147). O horizonte fenomenológico de Husserl se refere por isso ao “mundo próprio” no duplo sentido do que está aí realmente e do que está presente para o sujeito, e assim o *horizonte* de cada experiência compreende as possibilidades que vão se reformulando na medida em que a experiência transcorre. Helmut Kuhn (KUHN, 1940. *apud* FERRATER MORA, p. 872) define três significados básicos para o *horizonte* husserliano: 1) o horizonte como a circunferência ou esfera última dentro da qual aparecem inscritas todas as coisas reais ou imaginárias; 2) o horizonte como limite da totalidade das coisas dadas, e ao mesmo tempo como aquilo que as constitui em quanto todo e; 3) o horizonte como algo “aberto por natureza”. Que horizonte e temporalidade devem ser compreendidos como um só conceito fica já bastante claro.

O *horizonte* de Husserl se compõe da experiência coletiva de uma comunidade (HUSSERL, 1970, p. 164), configurando processos possivelmente realizáveis, ou seja, expectativas sobre o “como” da experiência, e se modifica com cada nova experiência. Por isso o não implica necessariamente uma ideia de progresso, como é sugerido pela utilização mais moderna de horizonte como fronteira que se afasta na medida em que nos aproximamos dela. Horizonte aqui significa uma certa *disposição* espaço-temporal da experiência que configura o *agora*, e que se bem implica a projeção ao futuro, só o faz na medida em que configura uma temporalidade. O horizonte não é o inalcançável mas, ao contrário, aquilo que está “à mão”.

Este é o sentido que Gadamer utilizará quando se referir à “expansão” ou “fusão” de horizontes, na medida em que se refere a uma expansão do que está à mão, embora se manifeste como não-presente, ou seja como passado ou como futuro.

Para Gadamer, o horizonte tampouco é estático, e assim como homem algum existe sem os outros, horizonte histórico algum pode estar isolado ou encerrado. Os horizontes, incluído o horizonte que envolve o passado e que chamamos *tradição*, estão sempre em movimento e possuem uma temporalidade específica que se aproxima bastante àquela que se encontra no último Husserl. Dessa maneira, Gadamer pode dizer que o encontro com a tradição nunca é uma aceitação sem mais do transmitido, senão que a conservação do passado só faz sentido no plano do *agora*, como parte do presente do intérprete.

Mas apesar de ter reformulado a temporalidade do horizonte da compreensão, Husserl

continuava analisando o conhecimento em termos de objetividade, ou pelo menos, esperava atingir algum tipo de conhecimento objetivo. Essa possibilidade será rejeitada pelo seu discípulo e crítico, Martin Heidegger, como um caminho equivocado que “oculta” o verdadeiro problema: o de recuperar a pergunta pelo Ser.

A terminologia utilizada por Heidegger pode facilmente tornar-se um quebra-cabeças, e sempre se corre o risco de errar ao tentar simplificá-la o “traduzi-la”. Isso porque o objetivo da inovação terminológica e das infinitas tautologias utilizadas pelo pensador não é puramente estilístico, mas tem por objetivo radicalizar aquilo que Husserl havia caracterizado como “agora”, mas que ainda se encontrava dentro da perspectiva analítica. Heidegger queria com essa linguagem retornar ao nível primeiro desse tempo denso no qual não se conectam o passado com o futuro cronológicos (HEIDEGGER, 1999. §5), mas antes a experiência presente do tempo que contém a experiência do que foi e do que está por vir (DOSTAL, In: GUIGNON, 1993, p. 156). As expressões “passado”, “presente” e “futuro”, como tantas outras que Heidegger se resistiu a utilizar, possuem uma carga semântica da qual achava necessário separar-se para alcançar a dimensão ontológica mais elementar possível, longe das objetivações da metafísica e do pensamento científico. Essa inovação a respeito do pensamento sobre a temporalidade, que caracterizou ao “primeiro” Heidegger (o que termina em *Ser e tempo*), consistiu no desenvolvimento de uma hermenêutica da *facticidade*.

No seu trabalho, e de forma similar a Husserl, Martin Heidegger se refere ao tempo como *horizonte* possível de qualquer compreensão do ser. Mais ainda, o *Dasein* é definido em termos de tempo (HEIDEGGER, 1951. §5.) e não de substância ou, em outras palavras, a existência humana é pensada como aquilo que acontece entre o nascimento e a morte. A temporalidade é vista como um existencial (o existenciário), isto é, uma categoria do Ser (HEIDEGGER, 1999. p. 26).

O *Dasein* considerado como tempo não se relaciona naturalmente com os objetos ao seu redor realizando uma análise do que eles sejam. Os objetos aparecem na medida em que nossas ações diárias os demandam, antes de qualquer teorização voluntária. Esse é o modo de ser mais fundamental, mais básico, do *Dasein* que Heidegger chama *Ser-no-mundo* (*In-der-Welt-sein*), e se caracteriza pela invisibilidade dos objetos em tanto objetos em si. Estão à mão, disponíveis

para o seu uso, e em quanto isso aconteça de maneira natural, ninguém se detém a pensar na sua funcionalidade ou falta de utilidade. A possibilidade da teorização só aparece na medida em que alguma coisa no mundo deixa de cumprir a sua função para nosso projeto, para aquilo em que estamos ocupados, e com isso deixa aparecer a complexa rede da qual se compõe o nosso mundo e que havia, até então, permanecido invisível. No exemplo clássico de Heidegger, o martelo que o artesão utiliza em sua oficina não aparece inicialmente como o objeto “martelo”, que possui certas características, e está feito de tal o qual material, mas como a ação do martelar, quando precisamos, por exemplo, pregar duas tábuas (HEIDEGGER, 1951, §15). Estamos em um mundo que se encontra simplesmente disponível, pois se apresenta em uma ordem que não exige ser questionada a cada ação. Nesse sentido o *horizonte* pode ser pensado como o “mundo” no qual o Ser “cai”, que é recebido e assumido como previamente dado.

“O ‘aonde’ do ‘arrebato’ inerente ao êxtase temporal é chamado por Heidegger ‘esquema horizontal’” (FERRATER MORA, p. 873), e existem para ele três esquemas horizontais: o do *dever*, o do *ter sido* e o do *presente* (HEIDEGGER, 1999. §69). Simplificando grosseiramente podemos dizer que o *Dasein* possui uma estrutura temporal constituída de três instancias: em primeiro lugar, o *ser lançado*, *compreensão* ou *existir*, nomes que se referem à forma do *dever*; em segundo lugar, a *facticidade* ou *disposição*, que, como estrutura preexistente correspondem ao *ter sido*, e finalmente a *queda*, que corresponde ao *presente*, ao ser com outros seres-no-mundo. A unidade do horizonte desse *Dasein* temporal se sustenta no *cuidado* (*Sorge*), cuja temporalidade constitui uma unidade *extática*, denominação derivada da palavra *êxtase*, em sua acepção de “aquilo que sobressai”. Esse *presente* é qualificado como *transcendente* no sentido de que, como também entendia Husserl, contém tanto o *ter sido*, ou seja a facticidade, quanto o *dever*, ou seja, a compreensão.

De maneira que a ideia de *horizonte* formulada como a unidade de três instancias temporais significa uma reformulação existencial – ou seja pensada em termos do *Dasein*. Para lograr essa reformulação, Heidegger se valeu, entre outras coisas, da noção de círculo hermenêutico. Se bem se trata de uma noção que atravessa toda a história da hermenêutica teológica, filológica e jurídica, o círculo adquire aqui um significado completamente novo. Já não se pergunta se o círculo é vicioso ou não, como o fizeram Schleiermacher e Dilthey, pois o



que importa é em que momento e como o Ser entra nele, já que esse momento é o do acesso à verdade compreendida como fato da existência. Em outras palavras, *vir a existir* é sinônimo de *acesso à verdade*, e esse tornar-se existência, é sempre um evento histórico, um acontecimento que se dá no tempo. Gadamer o expressa da seguinte forma: “A expressão ‘círculo hermenêutico’ sugere na realidade a estrutura do Ser-no-mundo, ou seja, a superação da fissura entre sujeito e objeto na analítica transcendental do ser-aí levada adiante por Heidegger” (GADAMER, 1993, p. 331).

É aqui que o *horizonte* começa assumir uma forma hermenêutica. Tanto para Gadamer quanto para Heidegger, a compreensão corresponde ao modo de ser do homem, entendido este como acontecer temporal horizontal. Compreender não é, devido à sua originalidade em tanto característica do Ser-no-mundo, um simples movimento voluntário da subjetividade, ou um método de conhecimento, mas a forma primeira em que ele se relaciona com o mundo. Gadamer concorda plenamente com Heidegger a respeito da imediação da pré-estrutura da compreensão como uma característica do *Dasein*. Mas para ele, ao referir-se ao conhecimento da tradição, que lida justamente com a distância temporal, o círculo deve ser compreendido como o movimento pneumático entre intérprete e texto, no qual a pré-estrutura consiste nos prejulgamentos e antecipações a respeito daquilo que é interpretado. A compreensão é entendida como fusão de horizontes, horizontes que contém a triple temporalidade que caracteriza ao Ser do homem, tanto do lado do intérprete quanto daquele que é interpelado. O círculo hermenêutico, que para a hermenêutica romântica significava o procedimento e a premissa metodológica da união do todo e as partes, deixa de ser um atributo do ato subjetivo de compreender, para tornar-se uma característica existencial (o um existenciário), e por isso é efetivo, constante e, as mais das vezes, imperceptível.

Até aqui o horizonte ajudou a compreender que a perspectiva científica pode ser considerada um momento *posterior* da compreensão, na medida em que o tempo não se percebe “naturalmente” como uma linha que vai do passado em direção ao futuro, mas antes como um constante e fluido *agora*. Mas, como dizia no início, a hermenêutica é uma estrutura de conceitos que se entrelaçam, e essa concepção da *temporalidade horizontal* revela uma proposta para o conhecimento histórico extremamente interessante. A *atualidade* do tempo histórico pensado

como *horizonte* reformula as noções básicas da história pensada como um conhecimento que se pretende *verdadeiro* e que se ocupa com a *representação* da *temporalidade*.

No seu *A origem da obra de arte* (1936) Heidegger havia descrito a obra de arte como um “pôr a verdade a trabalhar”, e é baseado nessa descrição que Gadamer sustenta que, embora possa ajudar em sua explicação, a filosofia nunca pode esgotar a pretensão de verdade da arte, que constitui um “excesso de sentido” que resiste qualquer conceitualização. De maneira que o pensamento sobre a arte providencia o lugar mais apropriado para investigar de que maneira a verdade se dá. Para Heidegger a pergunta sobre o *que* é a verdade não pode ser desvinculada da pergunta sobre *como* ela é (ou seja sobre o seu modo de ser). Isso significa que a verdade não pode ser definida em um conceito ou em uma proposição: não se pode perguntar simplesmente o que é, pois ela se constitui no jogo dialético entre mundo (ou abertura) e terra (auto-fechamento), que Heidegger chamou *aletheia*, e que descreve esse “trabalho”, esse “como” da verdade. De maneira que quando vemos uma obra de arte, pouco importa identificar o *que* ela representa, o que temos em frente é um *como*. Heidegger descreve uma obra de Vincent Van Gogh em que estão representados um par de sapatos de camponês. Respeito a esse quadro diz Gadamer: “Todo o mundo da vida camponesa está nesses sapatos. Essa é a realização da arte que faz aparecer aqui a verdade do ente. O aparecer da verdade tal e como acontece na obra só pode pensar-se partindo desta [realização] e em nenhum caso a partir da coisa em quanto infraestrutura” (GADAMER, 2002). Não importa que o representado na tela seja um sapato, interessa o mundo que ela descobre. A obra de arte só se torna um *objeto* quando é privada do seu mundo, ou seja do mundo que está nela presente, quando é retirada da continuidade do tempo para formar parte da consciência estética como um quadro.

Se o que se abre na obra de arte é um mundo, o conceito de terra se lhe opõe ao designar o seu caráter de *encerrar em sim*. O quadro de van Gogh não é uma referência ou uma alegoria do mundo camponês que existe fora dele, mas contém um mundo. Pouco importa o nível de correspondência que possa ter com outras formas de perceber o mundo camponês. A tensão entre o que é aberto e o inescrutável do que está encerrado, constitui a verdade da obra de arte, e a isso se referia Heidegger com a denominação *aletheia*, pois é ao mesmo tempo um ocultar e desocultar, ou um abrir e encerrar, ou também uma possibilidade e uma resistência. Trata-se de

um mundo que tem encontrado na obra a sua existência terrena, material, e esse mundo é um acontecimento original, uma novidade no que efetivamente existe: a obra se sustenta em si mesma. Com efeito, a obra é melhor definida como uma *conformação* (*Gebilde*), a detenção da corrente fugidia das palavras, das cores, formas, sons ou movimentos, que se encontra porém aí, em sua impossibilidade, erguida em sua unidade própria, nova inclusive para o seu produtor (GADAMER, 2005a, p. 88). Sua presença como conformação, o fato de que se encontre aí é o que impede que lhe atribuamos um sentido subjetivo, ela se impõe.

Pensar a verdade como *altheia* implica, em primeiro lugar, a reformulação do conceito de *representação*, que já não se opõe a uma pretensa realidade objetiva que lhe sirva de referência (Cf. CASIRER, 1998, pp. 26-60):

Com o conceito de ‘representar’ deve pensar-se o conceito de representação próprio do direito canônico e público. Neles, representação não quer dizer que algo esteja aí por outra coisa, de um modo impróprio e indireto, como se de um substituto ou de um sucedâneo se tratasse. Antes, o representado está ele mesmo aí, tal e como pode estar aí em absoluto (GADAMER, 2005, p. 90).

A obra de arte não poderia existir (*ser*, *Dasein*) a não ser pelo acontecimento da representação. Uma peça de teatro não atuada, uma peça de música não tocada, uma poesia não lida, uma coreografia não dançada, assim como uma história não contada, simplesmente não alcançam o cumprimento da sua totalidade de sentido. Para que a obra de arte cumpra com sua determinação essencial ela deve estar aí completamente, como se não pudesse ser de outra forma. Da mesma maneira, reconhecer as letras do alfabeto que compõem um poema não significa compreendê-lo. Saber ler significa deixar de perceber as letras em quanto tais para que apareça somente o sentido do que está escrito (GADAMER, 1999. p. 115). Essa unidade da identidade da obra com sua representação particular é o possibilita sua compreensão: “sempre é verdade que há que pensar alguma coisa naquilo que se vê, inclusive só para ver algo” (GADAMER, 2005. p. 79). Em outras palavras, a verdade da obra de arte não pode ser pensada como algo diferente do seu suporte material, daquilo que percebemos sensorialmente, como se fosse algo acidental. Cada vez que uma obra de arte é interpretada, sua verdade, seu estar em obra, *aparece* perante nós, se descobre subitamente como algo de não familiar: é sempre um novo evento histórico que aliás carrega com uma história.

Com isso podemos considerar o tipo de temporalidade presente na obra de arte, e que possui dois sentidos, o do seu “retornar” e o do “deter-se”. Representar uma obra significa interpreta-la, e por mais inovadora que essa interpretação possa ser, ela sempre persegue a correção da interpretação. Uma companhia de teatro que interpreta uma peça de Shakespeare pode ter a intenção de subverter o sentido da obra, de critica-la, o de ajusta-la ao público contemporâneo, mas para fazer qualquer uma delas coisas, precisa também mostrar o seu sentido, de maneira que seja reconhecido. Ou seja, a obra deve *estar* aí. O que se mostra nesse caso não é nem uma suposta intencionalidade original do autor e nem sequer dos atores que a representam nessa ocasião particular, mas a obra mesma como uma conformação distintiva:

...a obra de arte é jogo, ou seja que o seu verdadeiro ser não pode separar-se da sua representação e que é nela que emerge a unidade e identidade (*Selbigkeit*) de uma construção. Pertence à sua essência o encontrar-se referida a sua própria representação. Isso significa que por muitas transformações e deslocamentos que experimente em si, ela permanece, porém, ela mesma. Nisso estriba precisamente a vinculatividade de toda representação; em que ela contém em si a referência à construção e se submete desse modo ao critério de correção que dela se pode extrair. Inclusive o caso extremo privativo de uma representação absolutamente deformadora o confirma. Ela se faz consciente em tanto deformação, pois a representação se pensa e se julga como representação da construção mesma. (GADAMER, 1999. p. 127)

A capacidade de variação e de retorno a sentidos anteriores da obra é o que constitui o seu próprio tempo e também o que nos obriga a deter-nos para construir sua multiplicidade de sentido. Como *simultaneidade* de presente e passado nesse sempre ser diferente, a obra de arte aparece como uma tarefa, como um trabalho para o espectador que participa do jogo estético. Citando novamente Gadamer: “A essência da experiência temporal da arte consiste em apreender a demorar-se. E tal vez seja essa a correspondência adequada a nossa finitude para aquilo que se chama eternidade” (GADAMER, 2005 p. 111).

Gadamer compara o encontro com a obra de arte com a temporalidade própria da *feira*, que também reúne atualidade e historicidade em um único fenômeno. Gadamer pensa que a temporalidade que se descobre na *feira* e na arte é o modo de ser mesmo da compreensão (GADAMER, 1999. p. 127), também definida como *expansão de horizonte*.

Uma festa periódica é sempre a mesma, no sentido de que o que se comemora a cada ano é natal, ou páscoa, ou o aniversário da Independência. Essa *identidade* (*Selbigkeit*) da festa em

todas suas edições cria também suas próprias referências temporais: dizemos por exemplo ‘depois de natal’, ‘para o dia dos pais’ ou ‘antes de carnaval’, para fazer referência a um período determinado de tempo que em muitos casos, como acontece com o carnaval por exemplo, nem sequer é o mesmo dia do calendário a cada ano. Agora, apesar de ser sempre a mesma, a festa é também sempre diferente, pois as formas de comemorar mudam, e o que antes se fazia muitas vezes deixa de ser feito, ao mesmo tempo que surgem novas tradições, sem que isso signifique que a celebração perda sua identidade. A festa só é em tanto que é celebrada e se bem cada edição é única, a sua identidade é também de certa forma constituída pela sua história.

O tempo em que acontece a festa também não pode ser calculado de forma estritamente sequencial, como uma série de momentos individuais, mas se experimenta como totalidade separada do resto do tempo regular. A festa evolui e tem momentos e ritmos diferentes, mas é sempre a festa, um momento pleno de detenção no fluxo do tempo cotidiano. Como a arte, a festa convida a deter-se, a demorar-se, pois possui uma certa unidade. Experimentamos o tempo do cotidiano não como o tempo de *algo*, mas como o tempo de que dispomos – ou não dispomos – para preencher (para trabalhar, descansar, etc.), que pode ser calculado porque está vazio. A festa corresponde a uma experiência diferente do tempo, que Gadamer expressa em termos de tempo *cheio*, ou tempo *próprio*.

O fluxo da vida é o exemplo mais extremo deste tempo *próprio* fundamental, que “medimos” em termos de acontecimentos como infância, juventude, e velhice. A mudança e a descontinuidade do tempo da vida é evidente, como quando dizemos que “fulano envelheceu”, ou de alguém que “já não é novo”. Nesses casos o que percebemos no outro ou em nós mesmos não é outra coisa que o passo do tempo, embora esse passar não possa ser calculado com exatidão. Não sabemos quando aconteceu ou acontecerá, também não podemos reconstruí-lo passo a passo, e por isso não o experimentamos como tempo disponível, por isso não está vazio. O que está em jogo ao falar desse tipo de temporalidade que é simultaneamente um retornar e um devir, é o problema da continuidade e descontinuidade da própria história. Para falar de essa classe de descontinuidade, Heidegger se apropriou do término *Kairos* (HEIDEGGER, 1999, p.78) que significava, para a teologia medieval, o tempo contabilizado não linealmente, mas antes segundo acontecimentos significativos. O termo provém originalmente da Grécia, em que

havia duas palavras para falar sobre o tempo: *chronos* que, como bem mostra a relação com o término atual, equivale ao tempo cronológico e computável, e *kairos*, que significava “o momento apropriado”, ou “o momento oportuno” e se refere ao momento em que algo de especial acontece, e que ao acontecer marca um tempo.

Uma vez que estabelecemos o tipo de representação e de temporalidade que definem a obra de arte, se torna evidente que a subjetividade do criador ou do espectador tem passado a um segundo plano. Isso não significa que os sujeitos desapareçam, significa que agora eles não se opõem aos objetos, pois fazem parte do mesmo movimento temporal. Gadamer acredita que o impulso de manter o fugidio intervindo no mundo seja como criador, como espectador ou investigador é o propriamente humano, assim como a permanência do fugaz é o que o jogo do arte representa. No fundo se trata sempre do movimento contínuo de transformar aquilo que é estranho em familiar, que se realiza antes de poder estabelecer qualquer determinação ou distinção consciente (ou seja a pesar de nosso querer e fazer). O surgimento de uma atitude subjetiva a respeito de algo ou alguém implica que a compreensão do que *está aí* já se deu em algum sentido particular. Não existem espectadores desinteressados de uma obra de arte porque o olhar ou perceber nunca é a simples contemplação daquilo que está “dado”, mas antes se parece mais ao ver “algo como...”: não existem espectadores desinteressados do *mundo*. O olhar sempre “põe” aquilo que não está presente no dado, e o contrário, o olhar puramente estético, é uma abstração artificial do fenômeno que ignora que a percepção sempre envolve significação. Não somos lançados pela experiência da arte em um mundo alheio por via de um feitiço que suspende a realidade. Também não somos transportados a um suposto horizonte histórico abandonando o próprio.

É nesse ponto que se compreende a relação entre a experiência estética e a experiência da história. O conceito da obra de arte reflete a forma como a história se renova através de acontecimentos que não podem ser previstos nem resolvidos conceitualmente em última instância, e cuja verdade (cujo estar em obra) se revela de repente. Também ilustra como o homem se dirige ao futuro com um tempo carregado, ocupado não por dias ou horas vazias ou cheias. O horizonte do homem compreende acontecimentos que não se relacionam causalmente, mas antes *significativamente*, e que por isso não podem ser deduzidos do desenvolvimento dos

acontecimentos organizados processualmente. A experiência estética e a temporalidade da festa remetem à impossibilidade de pensar em horizontes *fechados* (GADAMER, 2005, p.374) entre os quais seria possível deslocar-se. O que acontece é que ao entrar em contato com particularidades alheias a nós, o círculo de nossa visão se alarga, como se estivéssemos no centro de um clarão da floresta, que se ilumina na medida em que avança a alvorada:

Este deslocar-se não é nem empatia de uma individualidade na outra, nem submissão do outro sob os próprios padrões; ao contrário, significa sempre uma elevação em direção a uma generalidade superior, que ultrapassa tanto a particularidade própria quanto a do outro. O conceito de horizonte se faz aqui interessante porque expressa essa panorâmica mais ampla que deve alcançar quem compreende. Ganhar um horizonte quer dizer sempre apreender a ver além do próximo e do muito próximo, não desatende-lo, mas precisamente vê-lo melhor integrando-o em um todo maior e em padrões mais corretos (GADAMER, 2005, p. 375).

A essa alienação do horizonte próprio que supunha o deslocamento a um suposto horizonte histórico se referia Nietzsche com a sua crítica à moderna ciência histórica. Gadamer utiliza a mesma imagem para criticar a suposta existência de um horizonte estético autônomo, como o kantiano, e que pressupõe a noção de sujeito oposto a um objeto alheio ao seu mundo. Mais ainda, essa noção reformula o conceito de tempo sucessivo que Kant havia proposto na estética transcendental. O horizonte é desta forma o lugar em que acontece a compreensão, e se constitui e alarga mediante o ato de compreender. Se é verdade que o horizonte é limitado como condição para a compreensão, como havia estabelecido Nietzsche, a função do compreender é a da sua extensão.

### **Referências bibliográficas**

CASIRER, Ernst. **Filosofía de las formas simbólicas**. México: FCE, 1998.

DELACAMPAGNE, Christian. **História da filosofia no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERRATER MORA, José **Diccionario de filosofía**. 5 ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

GADAMER, Hans-Georg. **Gesammelte Werke. Band 1**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. **Gesammelte Werke. Band 2**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1993.

GADAMER, Hans-Georg. **Los caminos de Heidegger**. Barcelona: Herder, 2002.

GADAMER, Hans-Georg. **La actualidad de lo bello. El arte como sujeto, símbolo y fiesta.** Buenos Aires: Paidós, 2005a.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método.** Salamanca: Sígueme, 2005.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método II.** Barcelona: Sígueme, 2006.

GUIGNON, Charles. **The Cambridge companion to Heidegger.** USA: Cambridge University press, 1993. p. 147

GRONDIN, Jean. **Hans-Georg Gadamer: una biografía.** Barcelona: Herder, 2000

GRONDIN, Jean, **Introdução à hermenêutica filosófica.** São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Ontology. The hermeneutics of facticity.** Indiana: Indiana University Press, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **El ser y el tiempo.** Buenos Aires: FCE, 1951.

HEIDEGGER, Martin. "The origin of the work of art". In: **Poetry, language, thought.** USA: Harper & Row, 1975.

HUSSERL, Edmund. **The crisis of European sciences and transcendental phenomenology. An introduction to phenomenological philosophy.** Evanston: Northwestern University press, 1970.

HUSSERL, Edmund. **Ideas pertaining to a pure phenomenology and to a phenomenological philosophy I.** Boston: Martinus Nijhoff publishers, 1983.

MORAN, Dermot. **Routledge companion to XX century philosophy.** New York: Routledge, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **The complete works** Edinburgh: The Edinburgh Press, 1910



## SOBRE A RAZÃO MODERNA EM WALTER BENJAMIN

Augusto Leite\*

*A sentença deve ser declarada: vivemos somente através de ilusões,  
sendo que nossa consciência dedilha a superfície.  
Há muita coisa que se esconde diante de nosso olhar.*  
(NIETZSCHE, 2009: 55)

*Poesie ist die Muttersprache des menschlichen Geschlechts.  
[A poesia é a língua materna da humanidade.]*  
(HAMANN, 1762: Kapitel 1)

Dentro da variedade de temas que Walter Benjamin trabalha em sua fragmentada obra, sua crítica à modernidade é o objeto do seguinte esforço. A Razão moderna, sua busca pela verdade – enquanto meta final do homem –, é motivo central de alguns textos de Benjamin. Visto isso, propõe-se aqui a tarefa de fazer emergir da complexa teia urdida pelo pensador alemão, o lugar da Razão em seu pensamento, sua crítica à Razão moderna contida em sua teoria do conhecimento e da linguagem, a partir de dois textos específicos: o “prefácio epistemo-crítico”<sup>1</sup> da obra sobre o drama trágico alemão, e o ensaio “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem”<sup>2</sup>.

O autor judeo-alemão, no “Prefácio epistemo-crítico” da obra sobre o drama trágico alemão, desenvolve uma variedade de conceitos num vocabulário diverso. A primeira questão que é colocada por Benjamin nesse “Prefácio” diz sobre o método utilizado na obra em questão, a *Origem do Drama Trágico Alemão*, qual seja, o da *apresentação – Darstellung*<sup>3</sup>. *Apresentar é*

---

\*Mestrando vinculado ao PPGHistória – UFMG. Bolsista CAPES.

1 “Erkenntniskritische Vorrede” ao livro *Ursprung des deutschen Trauerspiels*. Ver BENJAMIN, Walter; TIEDEMANN, Rolf; SCHWEPENHAUSER, Hermann. *Gesammelte Schriften*. Band I, 1. pp 203-237. A tradução escolhida foi a do português João Barrento: BENJAMIN, Walter; BARRENTO, João. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

2 “Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen” Ver BENJAMIN, Walter; TIEDEMANN, Rolf; SCHWEPENHAUSER, Hermann. *Gesammelte Schriften*. Band II, 1. pp 140-157. Tradução em: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem: (1915-1921)*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2011.

3 A estudiosa da obra de Benjamin Jeanne-Marie Gagnebin chama a atenção para as nuances da tradução do termo “*Darstellung*” para o português. Tanto Sérgio Paulo Rouanet quanto João Barrento, em suas traduções da obra *Ursprung des deutschen Trauerspiels*, reformulam “*Darstellung*” enquanto “representação”. Em artigo de nome “Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou Verdade e Beleza” Gagnebin traz uma lúcida explicação sobre a pertinência em retraduzir “*Darstellung*”: “Mesmo que essa tradução [referência à Rouanet] possa ser legítima em outro contexto, ela induz, no texto em questão, a contra-senso, porque poderia levar à

o alvo desse método que visa o conhecimento autêntico: a apresentação da verdade, não sua antecipação em forma de sistema. E a verdade, que se mostra e emerge do particular em uma relação dialética com sua natureza universal, só seria apresentável de forma fragmentada, indiciária. Aqui, precisamente, Benjamin inicia sua *apresentação* da nova teoria do conhecimento, que se revela propriamente benjaminiana. Ela se faz presente em toda sua obra, na qual ciência e filosofia são semelhantes por pretenderem apresentar a verdade, a totalidade – realizáveis enquanto arte. A teoria benjaminiana do conhecimento sintetizaria a expressão concreta do universal no particular. Esse universal é a verdade que tanto a ciência quanto a filosofia buscam apresentar. E é na arte, na realização e apresentação de uma imagem qualquer, que Benjamin encontra o absoluto. O absoluto, para o autor, é a relação de complementaridade entre o detalhe e o todo, “pois é justamente na arte que se realiza exemplarmente a síntese entre o saber externo e a reflexão interna, bem como entre sujeito e objeto” (MACHADO, 2004: 47). Dessa forma, o universal, o absoluto e a verdade perdem seu caráter de mera abstração e se tornam apreensíveis, objetos concretos, quando o singular é expressão mesma daquele.

A singularidade, no entanto, é plural, diversa e idiossincrática, diferentemente da verdade universal que se entende única e totalizante. A fim de solucionar esse paradoxo, Benjamin introduz a *monadologia* leibnezeana e o *mosaico*, enquanto categorias para se pensar a verdade como fragmento.

A relação entre a elaboração micrológica e a escala do todo, de um ponto de vista plástico e mental, demonstra que o conteúdo de verdade (*Wahrheitsgehalt*) se deixa apreender apenas através da mais exata descida ao nível dos pormenores de um conteúdo material (*Sachgehalt*). (BENJAMIN, 2011: 17)

Para Benjamin, certo conteúdo material – *Sachgehalt* – informa um conteúdo de verdade – *Wahrheitsgehalt* –, na medida em que o primeiro se comporta como *mônada* e o último é o fragmento da verdade. A verdade seria a ideia. E ela, a ideia, por sua vez, delinear-se-ia como um mosaico de conteúdos de verdade. Como visto, à *mônada* leibnizeana pertence uma verdade. Porém, essa verdade, diferentemente da verdade única racional-cartesiana, seria uma

---

conclusão de que Benjamin se inscreve na linha da filosofia da representação – quando é exatamente desta, da filosofia da representação, no sentido clássico de representação mental de objetos exteriores ao sujeito, que Benjamin toma distância. Proponho, então, que se traduza *Darstellung* por ‘apresentação’ ou ‘exposição’ e *darstellen* por ‘apresentar’ ou ‘expor’, ressaltando a proximidade no campo semântico com as palavras *Ausstellung* (exposição de arte) ou também *Darstellung*, no contexto teatral (apresentação).” p.184. Ver GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion* [online]. 2005, vol.46, n.112, pp. 183-190.

verdade dinâmica, averiguável em seus indícios, em seus fragmentos, que, bem montados, dariam os contornos de um mosaico: uma imagem de uma verdade. Essa verdade, em Benjamin, torna-se um objeto estético, portanto. A “verdade é declarada bela” (BENJAMIN, 2011: 19), mas, sempre, vale lembrar, para aquele que a busca. Sobre essa verdade estética, uma discussão mais demorada se realizará adiante.

Segundo Benjamin, a beleza da verdade não desvela o mistério, antes, lhe faz justiça. Ela é o alvo das grandes filosofias representantes do mundo das ideias, tais como as de Leibniz e sua monadologia, bem como a dialética de Hegel. A filosofia tem a tarefa de absorver o mundo empírico em sua *apresentação* do mundo das ideias, da verdade, sendo uma mediadora entre o cientista e o artista. O artista produz uma imagem limitada do mundo das ideias, enquanto o cientista organiza-o de forma a dispersar e engessar em conceitos os conteúdos de verdade, castrando sua natureza monadológica, dinâmica, propiciadora da imobilização de um fragmento para a montagem do mosaico, finalidade da apresentação filosófica. O que liga o filósofo ao cientista, então, “é o interesse na extinção da mera empiria, enquanto que o artista se liga àquele pela tarefa da apresentação [estética]” (BENJAMIN, 2011: 20).

O que Benjamin pretenderia, talvez, seria uma crítica ao racional-empirismo, tal como Leibniz. O racional-empirismo desenvolveu-se segundo os ideais de boa ciência sedimentados por Isaac Newton e sua mecânica universal; primava pelo empírico-material e suas Leis, em detrimento da metafísica das ideias, assunto que se entendia da mera filosofia especulativa. A querela entre Leibniz e Newton se trava nesses termos e, como se sabe, o sistema newtoniano é o grande vencedor do debate. Benjamin reanima o debate com sua proposta epistemológica contida no “Prefácio epistemo-crítico”. Proposta de conciliar o empírico e o metafísico em uma *apresentação*.

Se a história consagrada da filosofia, tomando em particular Koyré, via na geometrização e matematização da *physis* – na mecanização da natureza – o advento do moderno; se a visão hegeliana apontava a grande revolução do séc. XVII na descoberta da consciência de si reflexiva, Benjamin surpreenderá: “o elemento barroco do racionalismo cartesiano” é a intransponível cisão corpo e alma, de tal forma que é apenas no instante da morte que “finalmente o corpo se liberta dessa alma”, estando o orgânico mais próximo ao inorgânico e ao inumano. (MATOS, 1993: 21)

Tanto a forma matemática-dedutiva quanto a filosofia sistemática e suas Leis universais se distanciam da proposta de “apresentação” filosófica de Benjamin. Essas seriam insuficientes e errariam em definir um *telos* à verdade. A forma lógico-matemática, que é o racional-

empirismo, “exclui a verdade, pois esta caracteriza-se por ter um lado esotérico, escuro, que não pode ser devidamente exposto pela linearidade ininterrupta da forma de pensamento matemático-dedutiva” (MACHADO, 2004: 48). Por outro lado, a forma do sistema filosófico – clássica forma de trato da verdade dentro da filosofia e, especialmente, das ciências naturais racional-empiristas –, também desencontraria a verdade por tentar trazê-la de fora para dentro de seu sistema, pois a própria realidade seria encarada como sistema, fechada. O sistema filosófico, tal qual a forma lógico-matemática, privaria a verdade de seu teor esotérico, inapreensível, pois ele torna sua natureza finita, apreensível em forma e conteúdo. Essa natureza finita pertence ao fragmento monadológico, ao conteúdo de verdade – *Wahrheitsgehalt* – de cada objeto; não à verdade, à ideia, ao mosaico, que é a meta final da *apresentação* filosófica.

A natureza primeva do fragmento monadológico, tanto em Leibniz quanto em Benjamin, seria a sua capacidade relacional. Cada fragmento monadológico e seu conteúdo de verdade informam um ao outro alguma complementaridade identitária, mesmo quando são imediatamente dicotômicos. Essa natureza anui à dinâmica da dialética hegeliana, porém ela o faz *ad infinitum*, não se limita a um par – Ser e não-Ser –, mas a uma variedade sem fim de conteúdos possíveis. A partir disso, delimitar o que Benjamin entende enquanto ideia e fenômeno torna-se uma tarefa menos obscura.

Uma imagem criada por Benjamin é bastante esclarecedora acerca de seu entendimento sobre a ideia e a verdade. É ela a imagem das *constelações*. Segundo o ensaísta-filósofo, “as ideias se relacionam com [*verhalten sich zu*] as coisas [*den Dingen*] como as constelações com as estrelas” (BENJAMIN, 2011: 22) (BENJAMIN, 1991, I, 1: 214). Esse comportamento – *verhalten* – das ideias em relação às coisas, à materialidade, seria semelhante ao comportamento das constelações em relação às estrelas. Ora, uma constelação se dá pela formação de certa imagem oriunda do traçado de linhas que caminham por diversas estrelas. O conhecimento de uma constelação não permite o conhecimento de uma estrela e, por conseguinte, o conhecimento de uma estrela não permite o conhecimento de uma constelação. A relação entre estrela e constelação se dá por meio da construção de uma imagem. Nesse sentido, a substituição de “estrela” por “fenômeno” e “constelação” por “ideia” seria uma chave de entendimento para a noção de *apresentação* filosófica. O universal e a verdade seriam ambos, imagem da ideia; e ela, uma constelação de fenômenos.

A ideia não é conceito, não é fenômeno, nem mesmo a lei das coisas. “As ideias – na formulação de Goethe: os ideais – são as mães fáusticas. Permanecem obscuras se os fenômenos não se reconhecerem nelas e não se juntarem a sua volta” (BENJAMIN, 2011: 23). Quem reuni os fenômenos em volta da ideia, promovendo sua relação, são os conceitos. Eles, os conceitos, agrupam os fenômenos, salvando-os, e realizam a *apresentação* das ideias.<sup>4</sup> As ideias seriam inapresentáveis caso os fenômenos não fossem agrupados e dotados de inteligibilidade pelo trabalho dos conceitos; assim como as constelações não seriam visíveis sem as estrelas e o traçado da imagem a partir delas. Por isso, os fragmentos se tornam apreensíveis pela imagem do mosaico realizada pela *apresentação*.

Para Benjamin, então, a verdade reside na *mônada*, fragmentária e indiciária. Diferentemente das verdades dos grandes sistemas, a verdade benjaminiana é marcada por sua relação com o tempo. Ela é histórica, não atemporal. Sua relação com o tempo é marcada por uma dependência. E, para se apreender essa verdade, a forma é a da *apresentação*. A verdade benjaminiana aqui se assemelharia à verdade corrente heideggeriana, aquela que coaduna experiência real e ideia. Em “Sobre a essência da Verdade”, Martin Heidegger diz que uma proposição verdadeira seria aquela que concordaria, que está de acordo. A verdade “de um lado, [realiza] a concordância entre uma coisa e o que dela previamente se presume, e, de outro lado, [existe] a conformidade entre o que é significado pela enunciação e a coisa” (HEIDEGGER, 1984: 133). Portanto a verdade, nesses termos, possuiria um teor temporal, histórico, dependente da experiência. E a proposta que Benjamin realizaria no “Prefácio epistemo-crítico” seria a de uma teoria do conhecimento que entenda os limites de uma representação da verdade, na qual o tom é dado pela dependência da experiência histórica e, por outro lado, o desenho final é fragmentário, tal qual um ladrilho de um mosaico. No ladrilho não se enxerga o desenho, mas se anuncia. Esse seria, então, o caráter da verdade benjaminiana.

Quando Benjamin desenvolve essa digressão crítica acerca das teorias do conhecimento comuns a sua época, questões sobre linguagem incomodavam seu espírito. Isso está indicado

---

4 “Die Einsammlung der Phänomene ist die Sache der Begriffe und die Zerteilung, die sich kraft des unterscheidenden Verstandes in ihnen vollzieht, ist um so bedeutungsvoller, als in einem und demselben Vollzuge sie ein Doppeltes vollendet: die Rettung der Phänomene und die Darstellung der Ideen.” (BENJAMIN, 1991, I, 1: 215)

em uma carta escrita ao seu amigo Gershom Scholem, datada de 19 de fevereiro de 1925<sup>5</sup>, quando da finalização do trabalho sobre a *Origem do Drama Trágico Alemão*.

As afinidades entre sua teoria do conhecimento e a teoria da linguagem desenvolvida no ensaio “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem”, lembradas por Benjamin na carta citada, também são perceptíveis aos leitores atentos de sua obra. Motivos centrais expostos e, em certa medida, mais bem elaborados teoricamente em suas obras anteriores<sup>6</sup> ao “Prefácio epistemo-crítico”, podem ser apreciados.

Nesse ensaio de 1916, Benjamin determina na origem da linguagem, correspondências com sua *atualidade*. Por um estudo da linguagem adamítica – de Adão –, pela análise exegética dos primeiros capítulos do livro que abre a *Torah*, o “Gênese”, o jovem pensador alemão fala sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. Sem pretensões proselitistas e preocupado com o leitor desatento a sua proposta, Benjamin diz: “não se pretende realizar uma interpretação da Bíblia, nem colocar aqui a Bíblia, objetivamente, enquanto verdade revelada”. (BENJAMIN, 2011a: 60)

A partir do livro bíblico da “Gênese”, no qual são enumerados os passos do processo criativo de concepção do mundo humano – uma teogonia, hebraica no caso –, Benjamin desenvolve sua teoria da origem da linguagem. Cita-se:

E disse Deus: Façamos o homem à nossa *imagem*<sup>7</sup>, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra.<sup>8</sup>

E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou-lhe nas narinas o fôlego da vida; e o homem tornou-se alma vivente. Então plantou o Senhor Deus um jardim, da banda do oriente, no Éden; e pôs ali o homem que tinha formado. E o Senhor Deus fez brotar da terra toda qualidade de árvores agradáveis à vista e boas para comida, bem como a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem e do mal. (...) Da terra formou, pois, o Senhor Deus todos os animais o campo e todas as

---

5 Diz Benjamin: “This introduction is unmitigated *chutzpah* [audácia em Yiddish] – that is to say, neither more nor less than the prolegomena to epistemology, a kind of second stage of my early work on language (I do not know whether it is any better), with which you are familiar, dressed up as a theory of ideas. To this end, I also plan to read through my work on language once more. Be that as it may, I am glad I wrote this introduction.” (BENJAMIN, 1994: 261)

6 Menção especial aos dois textos sobre linguagem: “A tarefa do Tradutor” – *Die Aufgabe des Übersetzer* – e “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana”.

7 O termo original em hebraico, *tzelém*, significaria algo além do que o vocábulo *imagem* significa para as línguas ocidentais. *Tzelém* não diz necessariamente de uma *forma* corporal, mas de um *conteúdo* próprio à divindade. Esse *conteúdo* seria, talvez, a atribuição de criador. A *imagem*, nesse sentido, diz da *semelhança* entre Deus e homem enquanto seres potencialmente criativos.

8 Gêneses 1: 29. Referência à primeira criação, que contém a criação do homem segundo a *imagem* de Deus .

aves do céu, e os trouxe ao homem, para ver como Ihes chamaria; e tudo o que o homem chamou a todo ser vivente, isso foi o seu nome.<sup>9</sup>

Segundo o autor, no início, Deus criou o homem pela ação da palavra dita, *davar*<sup>10</sup>; ao homem, por sua vez, foi atribuída a qualidade divina de nomear – ou criar pela palavra. Deus descansou após depositar no homem seu poder criador. Depois disso, o homem converteu sua capacidade nomeadora-genética em conhecimento, *sobrenomeando* as coisas, dissimulando seus nomes em signos. Eis aí, segundo Benjamin, a origem da queda do homem, que se confunde com a queda da *linguagem nomeadora* para o estágio da *linguagem sobrenomeadora*.

Nesse ensaio, a *origem* da linguagem, em seu sentido benjaminiano, é delimitada. Entenda-se aqui, como linguagem – *Sprache* – “toda manifestação da vida espiritual humana” (BENJAMIN, 2011a: 49), ou seja, a linguagem não é mero instrumento ou *meio* – *Mittel* –, mas, além disso, a linguagem é criativa. A origem da linguagem se encontra no *nome*. E o “nome é aquilo *através* do qual nada mais se comunica, e *em* que a própria língua se comunica a si mesma, e de modo absoluto” (BENJAMIN, 2011a: 56). O *nome* comporta a especificidade e a potencialidade da atualidade divina-criativa do homem. O homem comunica sua própria essência ou sua natureza espiritual – *geistige Wesen des Menschen* (BENJAMIN, 1991, II: 144) –, que se confunde com sua essência ou sua natureza linguística – *sprachliche Wesen des Menschen* (BENJAMIN, 1991, II: 143) –, ao nomear as coisas. Essa proposta vai de encontro ao que Benjamin chama de concepção burguesa da linguagem.

Essa visão [burguesa] afirma que o meio [*Mittel*] da comunicação é a palavra; seu objeto, a coisa; seu destinatário, um ser humano. Já a outra concepção não conhece nem meio, nem objeto, nem destinatário da comunicação. Ela afirma que *no nome a essência espiritual do homem se comunica a Deus*. (BENJAMIN, 2011a: 55)

A essência do homem seria plenamente comunicável, justamente, devido à potencialidade criativa do *nome*. No *nome*, precisamente nele, a atualidade divino-criativa do homem é

---

9 Gêneses 2: 7 – 9, 19. Referência à segunda criação, a que de fato interessa a Benjamin. Ambas as traduções são retiradas do *Tanakh* traduzido da versão hebraica do Mekhon Mamre. Tradução: João Ferreira de Almeida da União Sefardita Hispano-Portuguesa (Israel) com notas do Rabino J. de Oliveira. Ver: <http://www.judaismo-iberico.org/interlinear/tanakh/0102PT.HTM>

10 O significado do vocábulo hebraico *davar*, em detrimento do logos *grego*, sintetiza melhor a palavra criativa que Benjamin busca *apresentar*. Por *davar* entende-se tanto *coisa*, *objeto*, quanto *palavra*, *discurso*. O que é *coisa*, também é *palavra* e *discurso*, segundo essa acepção mística-judaica. Para melhor desenvolvimento da questão, ver o ensaio sobre a teoria da linguagem de Isaac o Cego e sua leitura do Sefer Ietzirá de Gershom Scholem em: SCHOLEM, Gershom. O Nome de Deus, a teoria da linguagem e outros estudos de cabala e mística: Judaica II. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1999. Pp31-36.

averiguável e se realiza. O *nome* contém a *origem* e a *aura* dos objetos. A revelação – *Offenbarung* – que o nome propicia, revelação da essência do homem, é tanto possível como necessária à comunicação dos conteúdos de verdade dos objetos.

A *revelação* dar-se-ia pela comunicabilidade dos objetos em direção ao homem. E seria o homem aquele quem nomearia os objetos. Nesse sentido, segundo Benjamin, tanto a teoria burguesa, que acredita na casualidade dos nomes, quanto a teoria mística, que imputa à palavra a essência imediata de um objeto, estariam, ambas, equivocadas. Ao nomear um objeto, atualizando sua criatividade linguística, o homem traçaria o caminho para conhecimento. E, para se chegar ao conhecimento ou à revelação dos nomes originais das coisas, Benjamin indica a tradução enquanto fonte privilegiada para alcançá-la: “A linguagem das coisas pode adentrar aquela linguagem do conhecimento e do nome somente na tradução (...)” (BENJAMIN, 2011a: 66), afirma. A tradução, essa série de metamorfoses entre línguas diversas, não só dar-se-ia entre meios linguísticos de diferentes densidades, como entre meios materiais, portanto. A *língua pura* que a tradução anuncia no limiar de sua atividade, seria a língua de Adão, a linguagem adamítica, a língua da verdade, a língua do nome.

Benjamin chama a atenção, contudo, para o fato de que a linguagem adamítica, originária, é a antítese da *linguagem do homem*, a *linguagem atual*. Se antes os nomes das coisas eram reconhecidos; criados pelo homem, agora já não o são. Por isso, a importância da tarefa da ciência filosófica: apresentar esses nomes pela rememoração da *língua pura* que, deve (e só pode ser) ser apreendida na tradução. Para salvar as coisas, os objetos, e a própria essência do homem, seria preciso revelar seus nomes; tarefa do cientista filosófico, que se desenvolve enquanto proposta nos textos até aqui analisados, a saber, a rememoração<sup>11</sup>. Torna-se aqui, novamente, a discussão do “Prefácio epistemo-crítico” da obra sobre o drama trágico alemão. “É ele [o nome] que determina o modo como são dadas as ideias. E estas dão-se, não tanto numa língua primordial, mas antes numa percepção primordial em que as palavras ainda não perderam a aura da sua capacidade de nomear em favor de um significado cognitivo. (BENJAMIN, 2011: 24)

O mero signo, ou *meio* para o conhecimento, não informa o *nome*, mas, sim, o *sobrenome*. Os objetos do mundo pós-queda da linguagem são sobrenomeados, segundo Benjamin. O homem perde o *nome* das coisas em detrimento de sua *sobrenomeação* – *Überbenennung*. E ele o faz

---

11 “Como a filosofia não pode pretender falar em tom de revelação, isso só pode acontecer por meio de uma rememoração que recupere antes de mais nada a percepção primordial [do nome].” (BENJAMIN, 2011: 25)



na procura pelo *nome original*. Ainda assim, na tradução, as línguas diversas e os sobrenomes das coisas comportariam os *nomes originais* enquanto *mônadas*.

Irving Wohlfarth, estudioso da obra de Walter Benjamin, em ensaio valioso chamado “On Some Jewish Motifs in Benjamin”, associa a teoria da linguagem criativa apresentada no ensaio de 1916 ao texto sobre a obra de arte da época de sua reprodutibilidade técnica, sobre o chamado mundo pós-aurático. Ali, tal como Benjamin relaciona a queda do homem bíblico do “Gênese” à queda da *linguagem nomeadora*, ou linguagem adamítica; Wohlfarth complementa o raciocínio, associando a queda da linguagem à queda da aura. Em sua análise, Wohlfarth recuar a queda da aura até a Gênese<sup>12</sup>, pois, “the fall of man is thus synonymous with genesis of the subject. It is also the origin of all improper knowledge (*Wissen*), all alienation, all epistemological dualism. An abyss now yawns between man and nature (...)” (WOHLFARTH, 1989: 161).

O homem e a natureza, distanciando-se um do outro, perdem-se cada um em seu desenvolvimento próprio: o homem e suas *línguas sobrenomeadas*; a natureza e sua língua muda. A aura se perde justamente na falência da comunicabilidade, de modo que quando o homem não mais apreende a *traduzibilidade* e a comunicabilidade contida em cada objeto, ele é incapaz de nomeá-lo. Dessa forma, é tarefa da ciência filosófica criar os meios de apreensão da *traduzibilidade* e comunicabilidade dos objetos, de uma língua inferior, *sobrenomeadora*, a uma superior, *nomeadora* – de um sobrenome a um nome, de uma língua profana à sagrada, do mistério à revelação. E, por isso, a tradução deve ser entendida como a natureza da linguagem em si; não enquanto um mecanismo de conversão de uma língua para outra língua (LEVY, 2006: 37). Essa natureza da linguagem, acompanhada da *rememoração*, ou recordação, seriam, portanto, os meios pelos quais alcançar-se-ia o *nome*, a *origem*. A potencialidade criativa contida no *nome* é, portanto, a expressão da transcrição do texto, que *pervive*<sup>13</sup>, pois, ele só *pervive* devido à potencialidade criativa do nome em *nomear* aquilo que a transcrição pretende.

## Bibliografia

---

12 “In which case, the ‘loss of aura’ that Benjamin will later associate with the advent of mechanical reproduction would date back as far as the Fall.” (WOHLFARTH, 1989: 160)

13 “Pervivência” é um neologismo criado por Haroldo de Campos para traduzir o termo *Fortleben* (“o continuar a viver”).

- BENJAMIN, Walter; TIEDEMANN, Rolf; SCHWEPPENHAUSER, Hermann. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- BENJAMIN, Walter; BARRENTO, João. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem: (1915-1921)*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2011a.
- BENJAMIN, Walter. *The correspondence of Walter Benjamin, 1910-1940*. Chicago: University of Chicago Press, c1994.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Do conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou verdade e beleza*. *Kriterion* [online]. 2005, vol.46, n.112, pp. 183-190.
- HAMANN, J. Georg. *Aesthetica in Nuce. Eine Rhapsodie in Kabbalistischer Prose. 1762*. In: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1624/1>.
- HEIDEGGER, Martin. *Conferencias e escritos filosoficos*. 2a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- LEVY, Gabriel. *Prophecy, Written Language, and the Mimetic Faculty: Benjamin's Linguistic Mysticism as Cure of the "Language Myth"*. *Epoché: The University of California Journal for the Study of Religion*, volume 24, 2006. pp 19~48.
- MACHADO, Francisco de Ambrosio Pinheiro. *Imanência e história: a crítica do conhecimento em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MATOS, Olgaria C. F. *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MOSÈS, Stéphane. *L'Ange de l'Histoire*. Paris: Éditions Gallimard, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Sobre verdade e mentira: no sentido extra moral*. São Paulo: Hedra, 2009.
- SCHOLEM, Gershom. *O Nome de Deus, a teoria da linguagem e outros estudos de cabala e mística: Judaica II*. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1999. Pp31-36.
- WITTE, Bernd e CAMPOS, Haroldo de. "O que é mais importante: a escrita ou o escrito? Teoria da linguagem em Walter Benjamin". In: *Walter Benjamin*. Trad. de Bernd Witte por Georg Bernard Sperper. São Paulo: Revista da USP, nº 15, 1992.
- WOHLFARTH, Irvign. 'On Some Jewish Motifs in Benjamin', in A. Benjamin (ed.) *The Problems of Modernity: Adorno and Benjamin*, pp. 157-215. London: Routledge, 1989.

---

## NARRATIVA E OS USOS DA MEMÓRIA NA LITERATURA E NA HISTÓRIA

Carina de Aquino Calheiros\*

A aproximação da História com a Literatura não objetiva esvaziar cada uma de suas epistemologias, de seus métodos, tampouco igualar os discursos. O argumento de que nenhuma das disciplinas é prioritária sobre a outra já ganhou o terreno das discussões nos espaços acadêmicos. Luiz Costa Lima, que discorre sobre a aporia da verdade na história e a sua proximidade com a literatura de ficção, apresenta esta questão com uma citação de Louis Mink:

A História evidentemente se distingue da ficção enquanto está obrigada a se apoiar na evidência do acontecimento, no espaço e no tempo reais do que descreve e enquanto deve se desenvolver a partir do exame crítico dos materiais recebidos da história, incluindo as análises e interpretações de outros historiadores (LIMA, 2006: 155).

Sandra Jatahy Pesavento também discorre sobre as dinâmicas e contribuições da literatura para a história e vice-versa. Organizadora de várias obras e autora de tantas outras, na publicação intitulada *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura* ela esclarece que tanto a ficção como a história possuem capacidade para partilhar e cruzar formas de percepção e conhecimento sobre o mundo, mesmo que tenham métodos e exigências diferentes. Por que, no entanto, relacionar a observação do discurso historiográfico com o literário no que se refere, principalmente, aos usos da memória? A resposta parece simples: para que se possa melhor entender a engenhosidade dos métodos narrativos nas suas várias acepções. A obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi publicada em 1881 e considerada por intelectuais como John Gledson e Enylton José de Sá Rego a principal produção do escritor:

[...] as Memórias Póstumas de Brás Cubas são geralmente consideradas pela crítica como o divisor de águas entre as duas ‘fases’ da produção romanesca de Machado. Segundo essa visão, a primeira ‘fase’, ‘romântica’ ou ‘imatura’, incluiria os romances

---

\* Bacharela e Licenciada em História pela Universidade de Brasília – UnB. Mestranda da linha de História Cultural do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação em História da mesma universidade. Bolsista da Capes.

---

Ressurreição (1872), A Mão e a Luva (1874), Helena (1876) e Iaiá Garcia (1878); a segunda fase, característica da sua produção ‘madura’ e tipicamente inovadora, incluiria não só *Memórias Póstumas* (...) como também *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1900), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908) (REGO, 1986: 4-5).

*Memórias Póstumas* é uma obra instigante, na qual o narrador é um personagem já falecido, que decide contar suas memórias pelo tempo invertido: da morte ao nascimento. Ao criar um personagem que rememora após a morte, Machado explora no texto uma sentença não aplicável à escrita da história: autor e narrador diferenciados. Esta possibilidade literária permite o exame da inverossimilhança na obra machadiana, da sua relação com o ato de recordação e da sua aproximação com a memória através desse potencial de ficcionalização. Para a historiografia, autor e narrador são os mesmos e a aproximação dela com a memória pretende ser mediada por um estatuto de verdade histórica, mas ambas as narrativas – literária e historiografia – pretendem alcançar uma objetividade.

O narrador machadiano tem duas temporalidades: a de quando está morto, com uma ideia total das escolhas que fez, não tendo mais nada a perder, e a de quando está vivo, sujeito à indeterminação do futuro. Entretanto, para que se possa ater mais à singularidade literária do autor diferenciado do narrador, tem-se o Dicionário de Teoria da Narrativa, que afirma:

[...] o autor literário corresponde à entidade a que R. Barthes chamou *écrivain*, distinguindo assim o escritor do escrevente. [...] Autor é a entidade materialmente responsável pelo texto narrativo, sujeito de uma atividade literária a partir da qual se configura um universo diegético com as suas personagens, ações, coordenadas temporais, etc. Se o autor corresponde a uma entidade real e empírica, o narrador será entendido fundamentalmente como autor textual, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso (LOPES e REIS, 1988: 14 e 61).

Na literatura de Machado de Assis essa invenção pode representar ironia e, muito próxima a ela, certa desconfiança, certa lucidez com o ato de rememoração, com a retrospectiva. Embora a obra *Memórias Póstumas* mencione algumas experiências históricas, sua inflexão está justamente não nos fatos lá mencionados, mas na forma como vêm sendo relatados há tantos anos. O personagem trata a narrativa histórica de maneira singular, justamente por considerar – desde as primeiras páginas das suas memórias – que quem lembra o faz através de uma percepção íntima.

Ao afirmar o narrador Brás Cubas que pretende ser fiel aos acontecimentos, como um compromisso que pretende manter com o leitor, ele abrange o aspecto prático da subjetividade

---

da narrativa, uma vez que essa fidelidade é interrompida pela escolha arbitrária que faz dos fatos rememorados. Para a história, a atenção ao aspecto subjetivo do relato não é atual, desde as primeiras décadas do século XX as análises passaram a abranger não só o cotidiano da vivência humana, mas a subjetividade da escolha do narrado. No entanto, apresentar possibilidades de verdades históricas faz parte do seu legado.

O objetivo aqui é fazer dialogar história e literatura e entender Machado de Assis como um teórico do uso da memória no discurso, aproximando-o do ofício dos estudiosos da historiografia. Não é intenção, com essa aproximação, estudar Machado como um historiador, nem dar prioridade ao que cita sobre a experiência histórica do Rio de Janeiro – como sugeriu Sidney Chalhoub ao publicar o livro *Machado de Assis: historiador*, no qual analisa a narrativa de *Esau e Jacó*. Pretende-se compreender que a historicidade trabalhada por Machado é a da percepção singular do sujeito, a do uso igualmente singular que esse sujeito faz de suas memórias.

Quem narra ou tenta compreender o passado o faz por intermédio da memória de quem ou do que se pretende estudar. O modo como isso se dá na historiografia é um dos campos do estudo da história. Quando se fala de memória, antes de tudo se fala da sua complexidade e das suas múltiplas possibilidades de análise. A história, a antropologia, a psicologia, a medicina, a hermenêutica, a sociologia, a ciência jurídica a estudaram a fim de desvendarem um pouco da sua nebulosidade. Há muito tempo e de várias formas, a memória teve seu papel íntimo com a história, chegando a se confundir com ela várias vezes - talvez hoje ainda aconteça. A dificuldade em distingui-las tornou sua relação tão profunda que passou a empregar-se a metodologia histórica para a análise das memórias e estas passaram a servi-la. “A história e o esquecimento aqui também só existem sob os olhares da história, investindo-se na reconstrução de novas identidades, a partir de um critério utilitário-político” (SEIXAS, 2001: 42). Uma visão menos atenta pode ter levado a crer que tudo se passava como se a memória só existisse mesmo sob as luzes da história. Enquanto a historiografia, a partir do século XX e atrelada a uma possibilidade de verdade, empreendeu métodos para atestar a subjetividade dos relatos de memória no tempo, o método utilizado por Machado foi o ficcional, para afirmar, através da ação de seus personagens, que tanto o processo de rememoração quanto o uso que se faz dela são únicos e pertencem à capacidade criadora do indivíduo.

O ato de recordar pretende subordinar-se ao princípio da realidade, o que exige que as evocações, apesar de se conjugarem no tempo passado, mobilizem argumentos de verificação, tendo em vista garantir a fidelidade do narrado – mesmo que a sua única fiança seja o juramento do próprio evocador (CATROGA, 2001: 22).

Brás Cubas vê a vida sem mais participar dela. Por isso, ele pode contar suas memórias com algum distanciamento. A teoria de Machado sobre o distanciamento da fala foi o súbito advento da morte do personagem-narrador. Brás Cubas consegue ver além, com maior nitidez do que na época em que estava vivo. O personagem assiste sua vida, como quem vai a um espetáculo, e se encanta ou desencanta com ela. Hannah Arendt compara o historiador justamente ao espectador, quando diz que “seu lugar está no mundo e a sua nobreza está somente em não participar do que está ocorrendo, em observá-lo como a um mero espetáculo” (ARENDR, 2000: 62). Se o preço a ser pago pelo historiador para que se chegue a uma verdade histórica e tenha seu discurso legitimado é a sua retirada do espetáculo, Brás Cubas vem admitir que o olhar desse espectador está cheio de tendências particulares e que o ato de rememorar aquilo que viu ou viveu – ou leu, ou ouviu – envolve muitos esquecimentos, de maneira mesmo voluntária.

A distância, na tentativa de desfazer as ilusões, passa a ser mais uma delas, porque mesmo o espectador não está isento de fazer escolhas. Ressuscitar o passado, ou reconstituí-lo tal como ele tenha acontecido, com o máximo de distanciamento possível, chegou a ser considerada uma tarefa da história. Hoje, uma relação crítica entre o presente e o passado, em idas e vindas sucessivas, muda essa tomada de consciência. Na literatura, principalmente sobre *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, José Paulo Paes esclarece:

Onde melhor ilustração de semelhante tomada de consciência do que na narrativa feita por uma alma por assim dizer em estado puro, liberta para sempre do corpo, e que se compraz em reviver-lhe postumamente as alegrias e admirações, dores e sensações – a sua biografia, em suma, para proceder ao terrível balanço e achar, como único saldo, não ter ele transmitido a nenhuma outra criatura o legado da nossa miséria? (PAES, 1985: 38)

Nesse sentido, Paes chama a atenção para uma tomada de consciência de si mesmo, de Brás Cubas, e não do outro, como feito comumente na história. O que fazer das próprias memórias? Essa pergunta está na entrelinha da trama machadiana e será que nas entrelinhas da historiografia também? São os estudos dessas metodologias, também encontradas em obras

---

que não têm a pretensão nem o compromisso de serem históricas, como a literatura de Machado de Assis, que contribuem para que se escreva e observe uma história mais rica e que se admita o historiador como um ser autêntico - definitivamente vivo - e antagônico à antiga máxima de que “o cientista, em outros termos, é obrigado a se ofuscar [morrer] diante dos fatos” (BLOCH, 2002: 125).

Machado utilizou-se do memorial para que Brás Cubas pudesse contar sua própria história. Esse gênero narrativo tornou-se uma das principais características de suas obras após 1880. O tempo invertido do relato das memórias de Cubas, da morte ao nascimento – do fim para o início -, demonstra o provável objetivo do autor de submeter o passado do personagem ao presente em que vivia. É o tempo do agora – no caso de Brás Cubas, o tempo da morte - que determina, para Machado, a escolha do que “merece” ser contado. Para a historiografia não é diferente. Desde a afirmação de Marc Bloch de que a história não é uma ciência do passado, mas o estudo do homem no tempo, dos grupos organizados, verificou-se uma grande aproximação dos aspectos sociais com a história e desta com o presente. Ao citar frase de Benedetto Croce: “por mais afastados do tempo que pareçam os acontecimentos de que trata, na realidade, a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância.”, Le Goff vai além da ideia de um eterno presente, como acreditava aquele filósofo e historiador, para considerar a história uma reinterpretação constante (LE GOFF, 1990: 24-25). Santo Agostinho expressou o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas que este presente tem várias dimensões: “o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras” (AGOSTINHO apud LE GOFF, 1990: 205). As dúvidas, as inquietações, as escritas surgem sempre no agora, no tempo em que se vive – ou que se morre, no caso de Brás Cubas.

O discurso do historiador recorre às memórias, seja de um sujeito social - inclusive dele mesmo, por que não? - ou coletivo, a fim de transmitir possibilidades. Mas quando a história volta-se para a memória é – ou deveria ser - para de alguma forma construir um pensamento crítico sobre ela. Segundo Ricoeur, “a memória continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado” (RICOEUR, 2007: 100). Em *Memórias Póstumas*, a crítica ao passado pode estar no tratamento irônico que o personagem dá aos acontecimentos. De toda forma, a narração do Além-Túmulo pode dar ao leitor a impressão de isenção e de neutralidade, o que caracteriza o seu instrumento retórico. Relativamente a isto, mas referindo-se à historiografia, Fernando Catroga afirma:

Com efeito, quando uma recordação tem um propósito mais cognitivo e pretende ser testemunho [...], assiste-se a uma espécie de cesura interior, a um autodistanciamento, no qual o sujeito se comporta, mesmo em relação aos eventos que lhe dizem diretamente respeito, como se fosse um outro que os tivesse presenciado, isto é, como tivesse sido uma terceira pessoa a vivê-los (CATROGA, 2001: 47).

Os cronistas do final do século XIX contavam com a literatura realista para fortalecer o sentimento de pertença a uma nação e Machado de Assis rompeu essa parceria, o que suscitou críticas severas, mas com as quais ele pouco se importou. No ano em que foi lançada a obra que surgiu da compilação dos folhetins escritos para a Revista Brasileira entre março e dezembro de 1880, um enigma se fez para os esquemas interpretativos da época. Machado fora questionado por Capistrano de Abreu com a pergunta que fez em resenha de sua autoria publicada na Gazeta de Notícias: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* serão um romance? A resposta de Machado a Capistrano foi clara e está no prólogo da 3ª edição do livro: “respondia já o defunto Brás Cubas que sim e que não, que era romance para uns e não o era para outros” (ASSIS, 1962: 7). No livro, quem conta está num tempo considerado vencido: está no tempo da morte, na presença do fim. Brás Cubas morreu por uma ideia fixa: a da criação de um emplasto anti-hipocondríaco, “destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade”.

O livro narra a trajetória do pensamento que o perturbou com a invenção de um medicamento considerado por ele mesmo sublime. Mas como um golpe ilusório de vitória sobre o esquecimento, a transmissão de suas memórias foram as heranças deixadas ao presente, sem nostalgia, para que ele, Brás Cubas, se mantivesse vivo. As controvérsias que surgiram sobre a obra, bem como a sua grandeza, se deram justamente porque Machado fez das memórias do personagem uma realidade intangível. Mas o autor da história, o historiador, faz das memórias com as quais trabalha algo tangível? As memórias podem ser produtoras de ficcionalidade a partir do momento em que associam lembrança, imagem e imaginação. Dessa forma, elas não conseguem fugir ao engano dos sentidos: qual o limite entre uma possível realidade e a ficção? Como fazer essa distinção ao trabalhar com as memórias? Brás Cubas também se compraz dessas dúvidas quando já não sabe se o que rememora dos seus tempos apaixonados por Marcela está muito mais romantizado ou dramatizado do que a realidade admitia. O personagem transmite ao leitor a lembrança que tem de ter lembrado, no seu leito de morte, dos tempos idos com Virgília. Memórias sobrepostas, lembrar de ter lembrado. Para



---

ele, a realidade está bastante longe da recordação, embora tanto aquela quanto esta se processem no presente – na verdade, talvez exatamente por isso elas estejam distantes, porque é passado e presente juntos, quase como uma coisa só, ao mesmo tempo em que próximas, diferentes entre si; para Brás Cubas, o paradoxo da recordação.

No início deste artigo, falou-se sobre a historicidade presente na obra de Machado, não vinculada necessariamente ao conceito de periodização, mas a sua construção teórica sobre os usos das memórias. Considerando-se isso, outro fator o aproxima dos recentes estudos da historiografia: seu combate à história dos grandes heróis, dos “grandes homens” e seus feitos institucionalizados. Disso, têm-se exemplos em alguns capítulos, mas aqui citaremos suas considerações propostas no que se intitula *ideia fixa*: “Quem não sabe que ao pé de cada bandeira grande, pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente particulares, que se hasteiam e flutuam à sombra daquela, e não poucas vezes lhe sobrevivem?” (ASSIS, 1962: 21). A jornada da micro-história começou, em meados do século XX, pelo reconhecimento dos feitos humanos, mas não apenas dos que detinham o poder – inclusive o poder de memória -, também daqueles considerados “sem nome” (GAGNEBIN, 2006: 97), tidos antes como espúrios pela história. A história passou a admitir as múltiplas vozes que ecoavam em testemunhos antes negligenciados. Machado também apresenta no romance uma historicidade distinta da crença no progresso, no capítulo intitulado *o delírio*. Sobre isso, Daniel Faria discorre com clareza e afirma:

No delírio de Brás Cubas o tempo é linear e, mesmo numa operação que pode nos iludir quanto a um suposto progresso, tende a se acelerar. Mas, se observarmos com atenção, nada se transforma. A passagem do tempo é a repetição da mesma condição miserável, as gerações não estão umas sobre os ombros das antecessoras, apenas se sucedem. (FARIA, 2008: 70)

O estudo dos usos da memória na história e na literatura está também vinculado a como ela vem sendo utilizada nos dois tipos de narrativa. Isso auxilia a *práxis* historiográfica, uma vez que a evocação do passado como pesquisa parte do historiador, que precisa reconhecer suas próprias memórias, seus limites, para posteriormente poder distingui-las do que pretende transmitir como saber histórico. Esse diálogo entre a literatura e a historiografia ultrapassa o campo de visão centralizado na teoria da história no que diz respeito aos usos das memórias e à subjetividade da narrativa historiográfica. Machado de Assis mostra, através

dessa obra e de outras que a sucederam, como esses elementos de análise do relato memorialístico estão contidos na ficção e como essa relação crítica quanto ao uso da memória está também fora do discurso historiográfico, ampliando o campo do estudo comparativo e o diálogo interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Atividades espirituais em um mundo de aparências*. In: \_\_\_\_\_ **A vida do espírito**. Tradução de Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 55-98.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson INC., 3ª Ed., 1962, 425p.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 1ª Ed., 2001, 72p.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

FACIOLI, Valentim. **Um defunto estrambótico: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: EDUSP, 1ª Ed., 2008, 184p.

FARIA, Daniel. Memórias póstumas de Camões: ou o anacronismo em três tempos. *Articultura*, Uberlândia, V. 10, n. 17, p. 57-72, jul.-dez. 2008.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006, 224p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et. al]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura**. Companhia das Letras, 2006, 434p.

LOPES, Ana Cristina M., REIS, Carlos. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

MINK, Louis. Narrative form as a Cognitive Instrument In: CANARY, R. & KOZICKI, H. (org.). **The Writing of History**. The University of Wisconsin Press, 1978, p. 129-149.

PAES, José Paulo. *Um aprendiz de morto (1976) e A armadilha de Narciso (1983)*. In: \_\_\_\_\_ **Gregos e Baianos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 13-36 e 37-48.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Leituras cruzadas:** Diálogos da História com a Literatura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 287p.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras da ficção:** diálogos da história com a literatura. Franca: Estudos de História, v.6, n.1, 1999.

REGO, Enylton José de Sá. **Machado de Assis:** a Sátira Menipeia e a tradição Luciânica. Brasília: UnB-BCE, 1986.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008, 536p.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memória em terras de história:* problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 37-58.

## PANORAMA DO DEBATE BRASILEIRO SOBRE TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA: 1990-2012

Fábio Tadeu Vighy Hanna\*

Teoria e Metodologia da História<sup>1</sup> é um ramo do conhecimento histórico indispensável ao historiador/professor. Em outras palavras, todo historiador formado pelas universidades ou faculdades que ofereçam o curso de Graduação em História – Bacharelado e/ou Licenciatura – têm em sua grade curricular ao menos uma disciplina que focalize a realização do conhecimento histórico. Trata-se, em última análise, do resultado do processo de cientificização do conhecimento histórico iniciado na Europa do XIX – em especial na Alemanha e na França.

Desde então, a História - enquanto conhecimento – procedeu no sentido de afastar-se não só da literatura, dos diletantes, dos filósofos – e das filosofias da História<sup>2</sup> - mas ainda das ciências da natureza. É da busca da identidade epistemológica para a História que surge a necessidade de se debruçar sobre o conhecimento histórico.

É verdade, no entanto, que há pelo menos 40 anos a História – enquanto conhecimento científico – vem sendo alvo de contestação, isto é, a produção historiográfica passa a ser encarada não como o resultado de um processo teórico e metodológico específico mas como um “ramo” da literatura.

Em texto clássico, “História e Paradigmas Rivals”, Ciro Flamarion Cardoso (1997) denomina os defensores da História como disciplina científica autônoma de Iluministas e os partidários da História como um gênero literário, avessos às metanarrativas, de pós-modernos.

---

\* Professor Adjunto do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí.

<sup>1</sup> Nem sempre Teoria e Metodologia da História, enquanto disciplina acadêmica, recebe essa nomenclatura. Ocorre variação de uma universidade para outra. Não é raro ver em ementários “Introdução aos Estudos Históricos”, “Epistemologia da História” e inclusive “Filosofia da História”. Entretanto, de maneira geral, todas tratam do mesmo assunto.

<sup>2</sup> Aqui Filosofia (especulativa) da História é entendida como explicações sobre o sentido da História – enquanto experiência humana -, ou melhor, se a história tem um sentido ou não. Dentre as filosofias da História que mais influenciaram o pensamento ocidental moderno estão o iluminismo, o positivismo e o marxismo. Ver mais em REIS (2004) e BODEI (2001).

Desta forma, compreender os caminhos em que o debate teórico-metodológico está sendo conduzido no país nos últimos vinte anos resulta de uma percepção bastante individual de que embora haja um nítido movimento de aproximação – e de quase hegemonia – dos chamados pós-modernos existe, contudo, uma resistência a essa corrente que é visível na retomada do debate teórico-metodológico através do resgate dos autores europeus mais importantes do século XIX e XX, responsáveis que foram para a cientificização da História.

Assim, as fontes deste trabalho são bastante precisas: textos (livros, artigos, teses, dissertações, dossiês) escritos por acadêmicos brasileiros de instituições de ensino superior público, ligados à história, e que debatam necessariamente teoria e metodologia da história. Como complemento deste trabalho foram levantados, ainda, os Grupos de Pesquisa sobre o tema em questão, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), laboratórios, programas de Pós-Graduação (stricto sensu e acadêmico) das universidades públicas brasileiras e as revistas especializadas.

Quanto ao objetivo geral este concentra-se em realizar um diagnóstico da referida produção acadêmica para que se possa contribuir para a identificação dos principais historiadores brasileiros dedicados ao estudo de teoria e metodologia da história, as universidades em que esses autores atuam e publicam e, evidentemente, quais teorias e metodologias são as mais debatidas.

Com efeito, temos como problemática central visualizar as principais tendências do debate teórico nacional que vem ocorrendo nas universidades públicas brasileiras. Tal debate, como se sabe, reflete diretamente no que é estudado nos cursos de graduação, o que é produzido nos programas de pós-graduação, bem como, e isto é fundamental, determina em grande medida o que se publica pelas editoras comerciais e universitárias e o que é estudado na Educação Básica.

Para concretizar este objetivo geral está sendo necessário percorrer as seguintes etapas: levantamento das fontes;<sup>3</sup> seleção das fontes levantadas;<sup>4</sup> análise das fontes selecionadas; e a produção de um texto final com as conclusões parciais.

---

<sup>3</sup> Foi realizado na integralidade o levantamento de livros, grupos de pesquisa, teses e dissertações, dossiês e revistas especializadas. A única pendência é integralizar o levantamento dos artigos publicados em revistas

Desta maneira, os resultados parciais obtidos até o momento são decorrentes do levantamento das fontes. O procedimento utilizado foi todo ele realizado pela Internet, acessando os sítios das universidades, do CNPq, das revistas, laboratórios e outros.

Temos, portanto, como resultados desta fase de trabalho os seguintes números<sup>5</sup>: livros levantados, 46; teses e dissertações, 54 (42 dissertações e 12 teses)<sup>6</sup>; grupos de pesquisa, 12; periódicos específicos, 3; dossiês, 3; e artigos, 83<sup>7</sup>.

### Referências Bibliográficas

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru, SP: Edusc, 2001.

CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In.: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REIS, José Carlos. **A História**, entre a Filosofia e a Ciência. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

---

acadêmicas. O procedimento para esta tarefa está sendo analisar, com maior ênfase, os integrantes dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq

<sup>4</sup> Esta etapa tem início previsto para setembro, quando finalizaremos o levantamento.

<sup>5</sup> Não procedemos, até o momento, na análise mais aprofundada dos dados obtidos do levantamento, isto é, iniciamos a confecção do panorama do debate sobre teoria e metodologia da História no Brasil sem, contudo, diagnosticar, por exemplo, qual historiador tem mais artigo e/ou livro publicados ou em qual universidade se tem maior produção sobre o tema.

<sup>6</sup> Percorremos todos os programas de Pós-Graduação em História (stricto sensu e acadêmico) das universidades/faculdades públicas brasileiras. Entretanto, nem todas têm disponibilizado em suas páginas todas as defesas ocorridas no período de abrangência desta pesquisa, qual seja mesmo, de 1990 a 2012. Assim, os resultados apresentados são baseados no que há de disponível nas páginas dos respectivos programas.

<sup>7</sup> Vale lembrar que esses números são parciais, em razão da continuidade do levantamento até o final de agosto.

## PRODUÇÃO DE PRESENÇA E PATRIMÔNIO NO BRASIL: A PREOCUPAÇÃO ARQUITETÔNICA DE LUCIO COSTA

Luara G. França\*

*“[...] quaisquer posições filosóficas e teóricas que criticassem a rejeição cartesiana do corpo humano como res extensa e, com isso, criticassem a eliminação do espaço poderiam tornar-se fontes potenciais de desenvolvimento da reflexão sobre a presença”*

*Hans Ulrich Gumbrecht*

Quando se pensa na criação de um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937 tem-se logo a impressão de uma produção de história em seu sentido mais moderno. Uma escrita orientada para o futuro, que não esquece o passado, mas vê nele aquilo que já passou (Cf. GUMBRECHT, 1998). Todavia, o que percebemos ao analisar o escopo documental teórico da criação do SPHAN é que esse caráter “moderno” não se apresenta de forma única no patrimônio. Explicando melhor, pode-se dizer que o ímpeto moderno na escrita da história no Brasil, seja através da pena ou da preservação da pedra e cal, foi conjugado a uma materialidade singular.

Uma das singularidades da modernidade brasileira pode ser entendida na junção de tradição e modernidade. O espírito moderno não pôde abandonar o passado no Brasil, a constante rememoração colonial, a importância das cidades históricas mineiras, a preservação de um patrimônio por aquilo que ele traz de passado; todas essas nuances foram conjugadas a um ideal de modernização.

A criação do SPHAN em 1937 está inserida em dois contextos fundamentais da história brasileira: o advento do Estado Novo e o modernismo. Sendo assim, a questão da identidade nacional permeava o momento de edificação do Serviço. Ambos os contextos citados baseiam-se em uma crítica à Primeira República, embora de maneiras notadamente heterogêneas. Nesse contexto de criação já é possível identificar uma especificidade do caso brasileiro no que diz respeito à preservação do patrimônio nacional. Diferentemente do que

---

\* Mestre pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com bolsa de pesquisa do programa REUNI.

ocorreu na Europa os nomes ligados ao patrimônio no Brasil não eram conhecidos por seu conservadorismo, seu amor ao passado ou seu apego à tradição. Como diz Maria Cecília Fonseca:

[...] se em outros países os agentes da preservação costumavam ser recrutados entre intelectuais identificados com uma concepção passadista e conservadora de cultura, no Brasil os intelectuais que se engajaram no projeto do patrimônio eram exatamente aqueles que, como Mário de Andrade e Lucio Costa, assumiam em suas respectivas áreas profissionais posturas claramente inovadoras. (FONSECA, 2009: 97).

Assim, a preservação do patrimônio nacional brasileiro não esteve primariamente ligada a uma visão conservadora ou passadista da história. Pode parecer contraditório, mas o patrimônio nacional brasileiro foi posto em questão por intelectuais modernos, intelectuais que se preocupavam com a modernização do país também se preocupavam com seu passado.

Por meio de sua formação em arquitetura Lucio Costa tornou-se importante consultor do SPHAN logo em sua fundação e permaneceu no órgão até sua aposentadoria em 1972. Lucio Costa procurou, através de sua arquitetura e de seus estudos, aliar a tradição colonial brasileira às produções arquitetônicas de sua época. A simplicidade da arquitetura colonial ficou marcada no trabalho do arquiteto, e sua emoção advinda do tema foi registrada em artigo escrito por Lucio Costa a pedido de Manuel Bandeira em 1929: “Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá, dentro de nós” (COSTA, 2004: 9). É justamente esta lembrança daquilo que nunca soubemos mas que está em nós que pode caracterizar a presença do passado através do patrimônio nacional. O tombamento, a classificação de monumentos, o estudo detalhado de cada tipo de talha existente em um retábulo, podem ser todos entendidos como fenômenos de uma cultura de sentido, todavia, essa lembrança do que nunca soubemos não pode ser desassociada do patrimônio nacional brasileiro, do patrimônio que se instaura ao mesmo tempo em que um ideal de nacionalidade, uma nacionalidade moderna e tradicional. Essa lembrança é que traz junto de si o caráter de uma cultura de presença.

O relatório de 1937 sobre as ruínas da Igreja de São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul pode ser útil para entendermos um pouco a lógica da preservação. Para Lucio Costa não é somente o caráter documental da construção que chama atenção:



Os jesuítas revelaram-se, nestas Missões, urbanistas notáveis, e a obra deles, tanto pelo espírito de organização como pela força e pelo fôlego, faz lembrar a dos romanos nos confins do império. Apesar do atual desmantelo, ainda se adivinha, nos menores fragmentos, uma seiva, um vigor, um “impulso”, digamos assim, que os torna estejam onde estiverem, inconfundíveis. (COSTA, 2004: 35).

Desta forma, existe algo a ser preservado nessas ruínas, algo ligado ao passado e que pode ser observado na *construção* das Missões, no resquício restante de materialidade. Tal materialidade mostra-se tão importante que o próprio Lucio Costa planeja um museu no local, o qual não visaria uma reconstrução total e fiel das ruínas mas a integração das peças ainda existentes e das ruínas, para que fosse possível “um simples abrigo para as peças que, todas de regular tamanho, muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios” (COSTA, 2004: 39). Contudo, essa integração deveria ser guiada:

[...] para que os visitantes, geralmente poucos ou mal informados “compreendam” melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas e, se possível, também “vejam”, como o Sr. Augusto Meyer, “aquela porção de índios se juntando de manhãzinha na igreja”, parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além da planta de S. Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida, porém clara e precisa, a história em verdade extraordinária das Missões. (COSTA, 2004: 39-40).

Desta forma, a presença do passado em um lugar como o Museu das Missões é possível desde que exista um conhecimento prévio sobre a história do local. Este tipo de entendimento do passado difere da presença de Gumbrecht, uma vez que na segunda não existe nenhuma forma de controle, de previsão para o acontecimento de um momento de intensidade. É preciso somente estar *disponível*, já a presença do passado das Missões precisa de um conhecimento, precisa da História.

A presença através da arquitetura colonial também pode ser percebida no artigo “A arquitetura dos jesuítas no Brasil” publicado originalmente na Revista do SPHAN número 05 de 1941. Ao tratar da importância da arquitetura jesuítica para a evolução da arquitetura brasileira temos o seguinte trecho:

[...] o espírito jesuítico, vem sempre à tona – é a marca, o *cachet* que identifica todas elas e as diferencia, à primeira vista, das demais. E é precisamente essa constante, que persiste sem embargo das acomodações impostas pela experiência e pela moda – ora perdida no conjunto da composição, ora escondida numa ou noutra particularidade

dela essa presença irredutível e acima de todas as modalidades de estilo porventura adotadas, é que constitui, no fundo, o verdadeiro “estilo” dos padres da Companhia. (COSTA, 1997: 105).

O “estilo dos padres da Companhia” persistiria em sua arquitetura, seria a presença possível no Museu das Missões que traria, juntamente com o “ensinamento” da história do local, o passado colonial à tona. A importância do passado colonial para o Serviço do Patrimônio já foi relatada diversas vezes. Mas como a arquitetura colonial se encaixaria nessa nacionalidade? Através da plasticidade. A mesma plasticidade presente no homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda (Cf. BENZAQUEN, 2004), aquela que liberta – já que o brasileiro “é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de ideias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades” (HOLANDA, 1995: 151) – pode ser encontrada na arquitetura, a qual se esvazia dos “sentidos” de apoio, sustentação, proteção e parte para formas autônomas e plásticas. Segundo Lucio Costa:

Com efeito, desde que os vários elementos de que se compõe cada uma das ordens gregas – as colunas, o entablamento, os frontões – perderam as suas características funcionais primitivas, isto é, deixaram de constituir a própria estrutura do edifício<sup>1</sup>, passando a representar, para os romanos, simplesmente elementos construtivos complementares e, para os artistas do Renascimento, apenas elementos de modenatura<sup>2</sup>, independentes das necessidades construtivas reais, nenhuma razão mais justifica o apego intransigente às fórmulas convencionais e vazias de sentido então em vigor. O frontão já não era mais tão-somente uma empena, a coluna um apoio, a arquitrave uma viga, mas simples formas plásticas de que os arquitetos se serviam para dar expressão e caráter às construções – por que não encarar de frente a questão e tratar cada um desses elementos como formas plásticas autônomas, criando-se com elas relações espaciais diferentes e garantindo-se assim novo alento de vida ao velho receituário greco-romano *à bout de forces*? (COSTA, 1997: 106).

Para Lucio Costa, a arquitetura colonial possui essa liberdade plástica. Mas vale ressaltar que tal liberdade plástica não significa necessariamente uma avalanche de formas,

---

<sup>1</sup> A perda de características funcionais dos elementos arquitetônicos pode ser caracterizada como uma revolução técnica na construção datada do Renascimento.

<sup>2</sup> Modenatura é o traçar perfis, conjuntos de molduras em disposição harmoniosa arquitetonicamente. Preocupa-se principalmente com os efeitos estéticos que tais “molduras” conferem ao ambiente. Relação entre vazios e cheios, sombra e luz, e demais elementos arquitetônicos são levadas em consideração.

ela pode, por exemplo, ser sóbria como a arquitetura jesuítica<sup>3</sup>. No caso da igreja de São Miguel das Missões fica clara tal liberdade ao constatar que as paredes dos pórticos<sup>4</sup> estão somente encostadas no corpo principal, sem amarrações. Mesmo possuindo conhecimentos arquitetônicos os desenhistas “permitiram” a utilização desse pórtico sem amarras, que deveria cobrir as bases e parte dos fustes da ordem superior de pilastras. Ao próprio Lucio Costa causa estranhamento a utilização “solta” desse pórtico, mas não diminui seu caráter de importância arquitetônica. A preservação dessas ruínas é importante, pois “só mesmo quando se percorrem um a um, esses povos, [...] quando se estuda a história dramática das primeiras ‘reduções’ [...] é que se pode ajuizar e reconstituir mentalmente o que foram esses povos na época do seu florescimento” (COSTA, 1997: 165-166). Esta preservação permitiu uma “reconstrução mental” do passado, algo que também difere da presença de Gumbrecht a qual pressupõe um não fechar-se do passado, uma disponibilidade imediata. Contudo, mesmo afastando-se da presença definida por Gumbrecht, o ideal de Lucio Costa apresenta elementos de um tipo-ideal de presentificação (a materialidade, a importância do espaço em detrimento do tempo, a tradição), ao mesmo tempo em que revela elementos de uma cultura de sentido (a catalogação, uma estrutura evolutiva do processo artístico, a nacionalidade, a modernidade). Uma vez mais se observa a dualidade do caso brasileiro. Tradição e modernidade, sentido e presença, podem juntar-se no caráter plástico e adaptativo do tipo-ideal brasileiro.

Nos estudos de tombamento de Lucio Costa percebe-se uma preocupação corrente com a preservação do entorno do monumento a fim de conservar a “harmonia”. Caso emblemático é o do outeiro da Glória no Rio de Janeiro. O projeto do prefeito, Henrique Dodsworth, previa a construção de prédios residenciais na faixa entre o Largo da Glória e a ladeira de acesso à igreja. Tais construções prejudicariam drasticamente a vista da igreja, como pode ser visto nos desenhos do próprio Lucio Costa:

---

<sup>3</sup> “Sobriedade que se impõe, apesar do gongorismo da obra de talha de um determinado período, como nos púlpitos esplêndidos de Santo Alexandre. Sobriedade que ainda souberam manter no mais pretensioso de seus templos, a atual Sé da Bahia” (COSTA, 1997: 128).

<sup>4</sup> Pórticos são locais cobertos a entrada de um edifício enquanto fustes são as partes da coluna entre a base e o capitel.

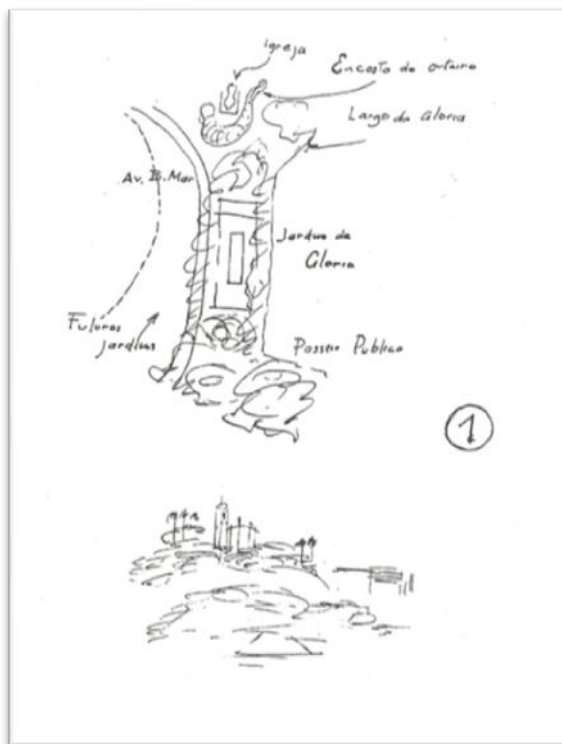


Figura 1: Desenho de Lucio Costa (Disponível em: PESSÔA, 2004: 48).

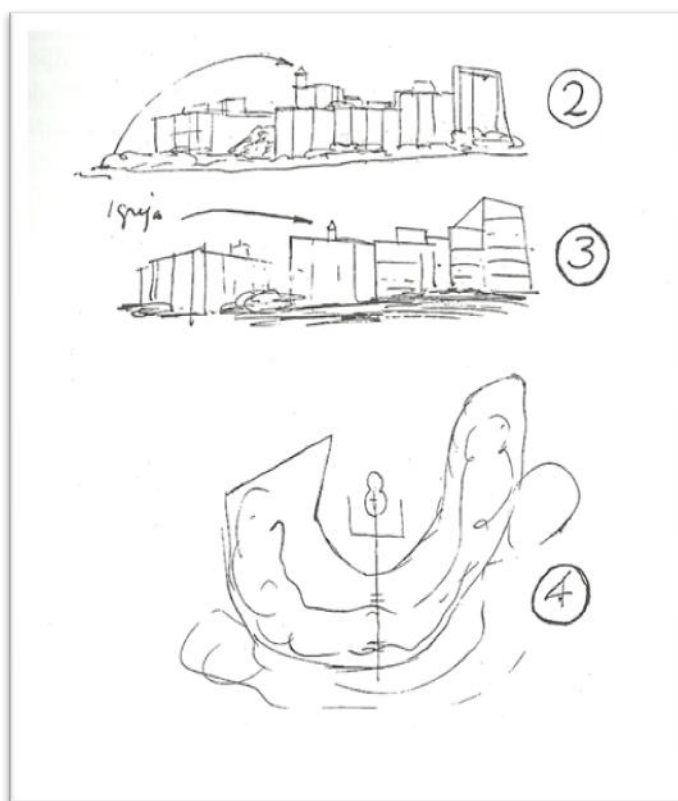


Figura 2: Desenhos de Lucio Costa (Disponível em: PESSÔA, 2004: 49).

O projeto do prefeito foi desaconselhado por Lucio Costa, assim como qualquer alteração mais “monumental”, como pode ser visto no seguinte trecho: “Quanto ao tratamento da encosta e das rampas e escadas de acesso ao outeiro na parte a ser inicialmente aberta, deve-se evitar qualquer propósito de monumentalidade, não só porque um tal tratamento destoaria das proporções e singeleza aldeã da capela, como porque equivaleria à introdução de um elemento novo” (COSTA, 2004: 51).

O entorno de um monumento também foi tema do relatório sobre a igreja matriz de São Pedro no Rio Grande do Sul, quando a construção de um novo edifício dos Correios dentro da praça foi desaconselhada pelo arquiteto, pois “compromete a escala e a harmonia do logradouro em detrimento da monumentalidade da matriz” (COSTA, 2004: 69). Em outro caso, a área vizinha ao Forte da Barra Grande no Guarujá/São Paulo foi abarcada pelo tombamento “a fim de garantir boa visibilidade e a necessária ambientação” (COSTA, 2004: 96).

Outro caso emblemático foi o do conjunto arquitetônico da Rua do Catete, também no Rio de Janeiro. A intenção de preservar todo um conjunto de construções que ladearia o Palácio do Catete pode ser entendida no trecho:

Com essa integração de conjunto urbano, conseguir-se-á não apenas manter a atmosfera peculiar local, graças à permanência das casas da época ali contidas cujo tratamento arquitetônico seja digno de preservação, como ainda apurá-lo com a reposição das demais de sua feição, aproveitando-se para tanto elementos de fachadas de casas que venham a ser demolidas noutros logradouros, inclusive, eventualmente, a transferência integral de frontarias que de adaptem ao lugar [...] criando-se assim, com o tempo, uma espécie de “museu de arquitetura urbana carioca” de meados e da segunda metade do século XIX. (COSTA, 2004: 184)

A preservação de todo um espaço ainda utilizado, habitado e incluso na rotina da cidade é significativa do desejo de manter o passado disponível. Contudo pode-se também perceber a constante negociação entre modernidade e tradição. Seja no outeiro da Glória, no Arco do Teles ou na Rua do Catete é preciso criar meios para aliar a modernização urbanística à tradição. A solução encontrada por Lucio Costa é preservar um espaço específico, neste caso a Rua do Catete, e trazer os demais elementos ameaçados pela modernização de outros

loais. O espaço criado seria, então, um “museu arquitetônico” integrado à vida urbana, um passado disponível.

Outro exemplo pode ser encontrado do artigo “Documentação Necessária” publicado na Revista do SPHAN, ao tratar da arquitetura civil o arquiteto depara-se com a casa mínima, a casa do colono.

[...] a casa *mínima* como dizemos agora, a do colono e – detalhe importante este – de todas elas a única que ainda continua *viva* em todo o país, apesar do seu aspecto tão frágil. É sair da cidade e logo surgem à beira da estrada, como se vê pouco além de Petrópolis, mesmo ao lado de vivendas de verão de aspecto cinematográfico. Feitas de *pau* do mato próximo e de terra do chão, como casas de bicho, servem de abrigo para toda a família [...] tudo se mistura e com aquele ar doente e parado, esperando... (o capitalista vizinho – esportivo, *aerodinâmico* e bom católico – só tem uma preocupação: que dirão os *turistas*?) e ninguém liga de tão habituado que está, pois *aquilo* faz mesmo parte da terra como formigueiro, figueira-brava e pé de milho – é o chão que continua... Mas, justamente por isso, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna; enquanto que o “pseudomissões, normando ou colonial”, ao lado, não passa de um arremedo sem compostura. (COSTA, 1993: 200).

Não é só a imponência da construção, ou sua técnica avançada, que importa ao patrimônio, é também o “fazer parte da terra”, é pensar o habitual, o corriqueiro como a presença de um passado nacional. A sensação que pode ser compartilhada pela arquitetura tem importância para o tombamento. Ao tratar do telhado português presente nas construções brasileiras Lucio Costa o caracteriza pela “impressão de sonolência que eles dão” (COSTA, 1993: 201).

Em seus escritos, Lucio Costa apresenta características de um pensamento voltado para o progresso e que visa uma classificação das obras, todavia isso não invalida o que foi dito anteriormente sobre a possibilidade da presença do passado em Lucio Costa. É possível identificar elementos que se enquadrariam em tipos-ideais de uma cultura de presença e elementos para uma cultura de sentido. Contudo, é importante frisar que a hipótese principal para a utilização desses critérios nessa análise é que eles se misturam e interagem ao compor uma cultura real. Quando Gumbrecht descreve mais detidamente os conceitos de “cultura de presença” e “cultura de sentido” ele faz questão de utilizá-los como tipos-ideais weberianos, uma vez que “todas as culturas podem ser analisadas como configurações complexas, cujos

níveis de autorreferência congregam componentes de cultura de sentido e de cultura de presença” (GUMBRECHT, 2010: 105-106).

Assim, também o trabalho de Lucio Costa pode ser entendido como uma congregação desses componentes. A importância da materialidade, a necessidade de preservar, a preocupação com o conjunto arquitetônico e, principalmente, com as sensações que a arquitetura pode provocar são elementos válidos de um pensamento voltado para a presença do passado. Entretanto, não podemos esquecer que uma veia moderna esteve galgando espaço no Serviço do Patrimônio, a adequação a normas burocráticas, as classificações e o caráter evolutivo da arte aparecem como elementos muito ligados ao sentido do passado. Desta forma, o trabalho de Lucio Costa mostra-se como uma complexa rede que confere elementos para pensar-se a possibilidade de presentificação do passado através da arquitetura.

## **Bibliografia**

- BENZAQUEN, Ricardo. “Lucio Costa”. In: NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Masao; LEONÍDIO, Otavio; CONDURU, Roberto (orgs.). *Lucio Costa: um modo de ser moderno*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COSTA Lucio. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. No. 18, 1978.
- \_\_\_\_\_. “Documentação Necessária.” In: CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Paço Imperial; Tempo Brasileiro, 1993.
- \_\_\_\_\_. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. No. 26, 1997.
- \_\_\_\_\_. In: PESSÔA, José (org.) *Lucio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1996.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.

Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.



## **SOBRE A NOÇÃO DE SENTIDO E DISCURSO HISTÓRICO: RICOEUR E LÉVI-STRAUSS**

Daniele Maia Tiago\*

Nossa pretensão é estudar o debate exposto em 1963 na *Revue Esprit*, que almejava responder alguns problemas, de caráter epistemológico, acerca do sentido e da noção de discurso histórico. O *Groupe philosophique* da *Revue Esprit* dedicou várias de suas reuniões à leitura e discussões de *O pensamento selvagem*, obra basilar do antropólogo Claude Lévi-Strauss. O próprio autor compartilhou de alguns desses debates e o resultado fora expresso no mesmo ano por meio da publicação do artigo: *Autour de la Pensée sauvage. Réponses à quelques questions* (1963). O interesse em publicar esse artigo só foi possível graças às importantes produções anteriores, mais particularmente aquelas da metade do século XX, que tangenciavam duas importantes tradições filosóficas: as teorias da interpretação de Paul Ricoeur e o estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss. Nesse sentido, a análise desenvolvida nesta dissertação sobre o debate nomeado permitirá ampliar as reflexões sobre vários outros problemas epistemológicos presentes na história. É de nosso interesse investigar, mais detidamente, os temas relacionados ao discurso e ao sentido das obras históricas.

Expor os liames de um debate filosófico só se faz possível na medida em que se estabeleça um recorte preciso e se conheça os argumentos a serem tratados, de ambos os lados. O diálogo entre dois grandes pensadores do século XX pode nos colocar em armadilhas. Nessas circunstâncias, há que se assumir o risco e se precaver (mesmo que seja inevitável a colisão) de alguns possíveis problemas, tais como: cair em contradições e/ou assumir uma posição, privilegiando um lado. Realizar uma pesquisa de cunho teórico exige pensar sobre as contradições e as semelhanças presentes no diálogo entre os autores (Ricoeur e Lévi-Strauss); descobrir, aos poucos, os temas que não foram abordados sobre o diálogo estabelecido; e, por fim, estar atento ao que antecede o diálogo que se pretende expor. A particularidade deste trabalho reside no fato de que o diálogo entre Ricoeur e Lévi-Strauss não foi abordado em seus antecedentes, sendo mais comum que se chegue à publicação de 1963, sem que o histórico sobre o debate seja devidamente considerado. Assim, o interesse que

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Goiás.

motiva nosso estudo baseia-se no esforço hermenêutico de, no interior de duas correntes de pensamento (estruturalismo antropológico e a teoria da interpretação), fulcrais para a história, clarear os argumentos sobre o *discurso* e o *sentido histórico*.

Desde o século XIX, a preocupação epistemológica com “categorias históricas”<sup>1</sup> vem concedendo à história uma dimensão mais especializada (RÜSEN, 2002). No início do século XX, essa dimensão se expressou no embate entre correntes, pensamentos e, quiçá, tradições filosóficas: o estruturalismo, a hermenêutica filosófica e a linguística foram algumas áreas de onde surgiram divergências acerca do *significado*. Essas divergências, por sua vez, atingiram o *sentido histórico*, permitindo o aparecimento de produções intelectuais, cuja intenção foi a de questionar a história como campo de saber. Nesse contexto, é que tomamos o debate entre Claude Lévi-Strauss e Paul Ricoeur, considerando-o como uma das discussões mais expressivas do século XX. Ressaltamos, ainda, que o debate que elegemos associa-se a outros, como por exemplo, o que se deu entre Sartre e Lévi-Strauss sobre a *historicidade do discurso*<sup>2</sup>.

A história, e principalmente a disciplina Teoria da História, sempre se interessou por conceitos e assuntos que margeassem o campo da linguagem e do significado, no âmbito da representação dessas categorias (BUSTAMANTE, 2006). Esse interesse no *significado* representa, antes de tudo, um interesse na constituição do sentido dos discursos, fundados na e sobre a história. Logo, empregar sentido a um discurso histórico é, fundamentalmente, uma atividade hermenêutica inerente à história. No entanto, essa tarefa possui obstáculos que devem ser dimensionados segundo sua importância. Por esse motivo, não podemos ignorar o contexto intelectual em que estavam inseridos Ricoeur e Lévi-Strauss, pois ele é relevante para a compreensão da produção desses indivíduos, que operam em um espaço de conhecimento determinado, também, pelos acontecimentos da segunda metade do século XX. Nessa circunstância, um bom exemplo da interação entre produção intelectual e contexto vem da linguística de Saussure, que reverbera em outros pensadores e torna-se fundamento para áreas como a fonologia, a hermenêutica, o estruturalismo e a semiologia.

---

<sup>1</sup> Adotamos a nomenclatura do historiador alemão Jörn Rüsen (2002), *categorias históricas*, para referirmo-nos às estruturas básicas de constituição da historiografia, tais como interpretação, compreensão, sentido, significado, etc.

<sup>2</sup> Cf.: LEVI-STRAUSS, C. *Pensamento Selvagem*. São Paulo: Papirus, 1985.

Como as correntes de pensamento filosófico mencionadas coexistiram, e coexistem, elas também interferiram e divergiram umas das outras, acarretando debates profícuos e extensos sobre questões como: sentido, narrativa, discurso, símbolo, mito, escrita, linguagem, entre tantos outros. É importante reforçar o recorte deste trabalho: sentido, narrativa, discurso, símbolo, mito, escrita e linguagem; são as categorias das quais nos ocuparemos para resolver o problema proposto. Antes de detalharmos as direções que perseguiremos, é necessário expor o motivo de seguirmos nessa empreitada.

Objetivamos demonstrar a ingerência do estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss no trabalho hermenêutico de Ricoeur (e vice-versa), na tentativa de discorrer sobre a busca da historicidade do sentido no discurso histórico, pretendida e imprescindível para Ricoeur. Entretanto, com o aprofundamento do objetivo inicial, chegamos a algumas questões voltadas para um campo teórico de investigação. Ao almejarmos averiguar como se dá a presença do estruturalismo no percurso da investigação da historicidade do sentido realizado por Ricoeur, e se esse movimento, filosofia ou *inteligência* (RICOEUR, 1963) estruturalista, se faz fundamental no processo de constituição do discurso histórico, nos deparamos com a importância de estabelecer uma pragmática do estudo sobre o sentido na teoria interpretativa de Paul Ricoeur. Pragmática entendida como um estudo dos significados linguísticos, determinados não exclusivamente pela semântica proposicional ou frásica, mas por aqueles que se deduzem a partir de um contexto extralinguístico, no caso discursivo, bem como na busca de um sentido *dinâmico* desse discurso, que seria a principal tarefa tomada por Ricoeur.

Interrogamos-nos, constantemente ao longo desse trabalho, como se estabeleceria uma relação, ao mesmo tempo dialética e inversa, da hermenêutica com o estruturalismo, visto que tais filosofias estruturalistas se colocam contrárias à subjetividade e ao sujeito, conquanto, se fazem necessárias umas às outras invariavelmente. Esses problemas que parecem já ter sido demasiadamente discutidos ao longo de toda a segunda metade do século XX, ainda estão em constante debate por um único motivo: versam sobre uma carência de sentido fixada no discurso histórico e delimitam novas proposições a partir dessa questão. Há que se agregar que essa busca por sentidos e significados em qualquer dimensão humana é a principal preocupação e motor das ciências humanas e, no caso da História, tal busca influencia diretamente no exercício e caracterização do ofício do historiador.

Um primeiro ponto para avaliar esses pressupostos é a questão das vertentes que são tomadas por cada filósofo, ou seja, Lévi-Strauss ao se deparar com os desdobramentos de Ricoeur em torno do sentido acusa-o de um comportamento subjetivo, sendo assim caracterizada a atividade desenvolvida por Ricoeur como uma busca de um sentido do sentido (Lévi-Strauss, 1963). O que o antropólogo francês estabelece então é que o “sentido nunca é um fenômeno primeiro, mas sempre redutível” (Lévi-Strauss, 1963). Se pensarmos sentido como construção histórica daremos razão a Lévi-Strauss, primando pela idéia de que ele é sempre retirado de uma aporia anterior mediante um processo interpretativo.

Com essa abertura chegamos, por um caminho mais tortuoso, ao que Ricoeur propõe: “não é possível uma inteligência hermenêutica sem uma inteligência estrutural, visto que uma se elabora num plano filosófico e outra no científico, respectivamente” (Ricoeur, 1963:4). Ricoeur demonstra isso claramente em seu artigo *estrutura e hermenêutica*<sup>3</sup>, e, no mesmo intento, irá diferenciar hermenêutica e estruturalismo através dos mesmos termos que se utiliza para fundamentar seus argumentos sobre compreensão.

Ao iniciar tal diferenciação, começará por entender antropologia estrutural como uma ciência, devido a sua face objetiva, ou seja, para Ricoeur:

A antropologia estrutural é ciência num nível objetivo, pois para a mesma compreender não significaria retomar o sentido, pois a mesma não considera a existência do *circulo hermenêutico*, nem da historicidade da relação de compreensão (Ricoeur, 1969).

A partir desse argumento, o que se faz claro para Ricoeur é que para a antropologia estrutural essa relação de compreensão é objetiva, independente do observador, e por isso ela é caracterizada como ciência nos padrões mais positivistas possíveis. Não se faz correto, no entanto, presumir a crítica de Ricoeur como positivista, mas sim redutora, na medida em que, por não aceitar que o sentido não é uma construção primeira, como afirma Lévi-Strauss, a antropologia estrutural tencionaria seus argumentos objetivamente e dessa forma se colocaria no hall de ciência objetiva.

---

<sup>3</sup> RICOEUR, Paul. Leituras 2: a região dos filósofos. São Paulo: Loyola.

Um segundo ponto pelo qual Ricoeur pode ter desenvolvido esse tipo de pensamento também seria devido sua colocação de que o estruturalismo possuiria um inconsciente mais voltado para um sistema categorial kantiano<sup>4</sup>, definindo o estruturalismo como: anti-reflexivo, anti-idealista e anti-fenomenológico (Ricoeur, 1969). E apesar de tecer todas essas críticas ao estruturalismo, o filósofo francês, ainda assim, exalta a posição estrutural que é indissociável da inteligência hermenêutica:

Não há análise estrutural, dizíamos, sem inteligência hermenêutica da transferência de sentido (sem metáfora, sem *translatio*), sem esta doação indireta de sentido que institui o campo semântico, a partir do qual podem ser discernidas homologias estruturais. (Ricoeur, p.52, 1969) (grifo do autor)

Dessa forma, a relação entre as duas se faz na medida em que a hermenêutica decifra um *código* e, no momento em que se relaciona com a inteligência estrutural, que é objetiva<sup>5</sup>, ela se decodifica. Suscito aqui a idéia de *código*, pois para o estruturalismo, essa palavra é entendida no sentido de uma correspondência formal entre estruturas especificadas, ou seja, busca-se da fonologia essa noção, que é a raiz no qual Lévi-Strauss se pautou para elaborar sua antropologia estrutural, principalmente a partir de Jakobson.

Está claro aqui que Ricoeur nunca se colocou contrário ou reduziu a importância estrutural, ao contrário, sua intenção é agir de forma dialética<sup>6</sup> com ele. O único propósito contrário que aqui ressaltamos, dessas duas linhas de pensamento, é no que tange a questão do sentido, do discurso e da temporalidade desse sentido. Para Ricoeur, “o método estrutural não esgota seu sentido, porque seu sentido é uma reserva de sentido pronta para a reutilização em outras estruturas” (Ricoeur, 1969). Já para Lévi-Strauss, compreender não é retomar um sentido, não há círculo hermenêutico, não há historicidade da relação de compreensão, o sentido não é um fenômeno primeiro. (Lévi-Strauss, 1958).

Destarte, além da oposição de aporias da hermenêutica entre as duas filosofias, elas se imbricam quando se constitui o discurso histórico, ou mitológico. Pois nessa tarefa, tanto

---

<sup>4</sup> Não pretendemos desenvolver aqui os princípios do sistema Kantiano que leva Ricoeur a estabelecer essa crítica, o que ressaltado de mais importante são as condições as quais Ricoeur aloca o pensamento estruturalista, que são: anti-reflexivo, anti-idealista e anti-fenomenológico.

<sup>5</sup> Entendemos objetiva no sentido de desvinculação do sujeito, de um processo racionalizado, direto.

<sup>6</sup> Dialética para Ricoeur não está conceituada nos princípios hegelianos ou marxista, mas no âmbito de relação de conteúdos ou aporias contrária a noção de oposição.

Lévi-Strauss quanto Ricoeur, por exemplo, concordam em um ponto: mesmo que um trate discurso no modelo de diacronia e sincronia, e o outro em acontecimento e interpretação, não há, nesses modelos, oposições e sim relações dialéticas. Apesar de os críticos de Lévi-Strauss entender que o mesmo opõe diacronia e sincronia, Ricoeur não vê oposição e sim subordinação, na medida em que entende sincronia como ciência dos estados em seu aspecto sistemático e diacronia como ciência das evoluções aplicadas ao sistema (Ricoeur, 1969:30). A história aqui entraria como secundária e atuaria como alteração do sistema<sup>7</sup>.

A pretensão de Ricoeur é clara ao debruçar-se sobre esse problema, é simplesmente saber até onde vai esse modelo diacrônico-sincrônico na compreensão da historicidade, que é própria dos símbolos (Ricoeur, 1969). Portanto, Ricoeur não reduz ou menospreza o método estrutural, ele somente busca desenhar seus limites enquanto método, e ao questionar Lévi-Strauss, afirma que: o que é entendido como sentido para o estruturalismo nunca se esgota, pois ele possui uma reserva que está sempre pronta para a reutilização em outras estruturas (Ricoeur, 1969:42).

Voltemos após esses desdobramentos essências para o entendimento de nosso raciocínio, as premissas iniciais do debate. Os pontos que são desenvolvidos no artigo publicados na *Esprit* ajudam, sobremaneira, na investigação de nossos questionamentos. Ajudam na medida em que, para Paul Ricoeur, suas principais polêmicas, que são perceptíveis no debate, com o estruturalismo, tangenciam o destino do sujeito, a dimensão intersubjetiva da interlocução e a ambição referencial da linguagem. Portanto, o discurso constitui a o ponto de encontro desses três conflitos.

Porém, Ricoeur concebe o estruturalismo como um modelo universal de explicações de análises estruturais legítimas e frutíferas, tal como eram aplicadas a um campo de experiência determinado (Ricoeur, 1995, 75). Nessa abordagem, segundo o que filósofo

---

Aqui pode se resolver um problema que há tempos é discutido e mal interpretado, qual seja: de que Lévi-Strauss rejeita a história ou a condena de alguma forma. Se se lê atentamente *pensamento selvagem* e depois se busque a fonte do método de Lévi-Strauss (Franz Boas), esse problema é resolvido facilmente. Lévi-Strauss, nunca excluiu a história ou mesmo a reduziu, ele somente crítica a posição de elevação que os historiadores a coloca e, por consequência, esquecem das outras ciências. A afirmação de Lévi-Strauss está em Franz Boas, em sua antropologia cultural, quando ele mesmo afirma que esse seria o problema da antropologia moderna, que exagera na importância da reconstrução histórica enquanto, a antiga antropologia antiga não possuía a noção do que era reconstrução histórica (Boas, 1963:63). Ou seja, a história é importante e necessária para ambos, o que propõe Lévi-Strauss e Boas é saber medir essa importância.

francês propõe, o estruturalismo perpassará pelos maiores campos em efervescência na década de 1950 e 1960, tais como o marxismo, a linguística e a psicanálise. Para tanto o questionamento da noção de sujeito do estruturalismo não é pautada segundo a hermenêutica da suspeita<sup>8</sup> que Ricoeur desenvolve, mas sim, como uma abstração objetiva, ou seja, através da qual uma linguagem era reduzida ao funcionamento de signos sem qualquer sustentação num sujeito.

É perceptível, então, que há uma oposição de perspectivas. Ou seja, de uma teoria geral da interpretação que tem seu motor no resgate do sentido dinâmico do discurso que é produzido pelos homens, a uma teoria geral das relações que tem nas estruturas e mitos o fomento para a filosofia e para a história sendo mais relevante que os conteúdos. Mesmo havendo essa resistência, para Paul Ricoeur não se concebe a idéia de se fazer hermenêutica sem perpassar pelo estruturalismo, pois, apesar da contrariedade de tais argumentos, este se faz presente em grande parte das asserções ricoeurianas em sua tarefa de constituição de uma historicidade do sentido.

O que vemos em Ricoeur é que essa ausência do sujeito é impraticável. Primeiro, porque ao estabelecer sua noção de discurso, fundamentada nos desdobramentos de Benveniste, o próprio discurso seria algo que fala de alguma coisa ou alguém, dessa forma, Ricoeur, como ele mesmo afirma, “introduz a noção de sujeito do discurso como reflexo do ato de síntese predicativa” (Ricoeur, 1995, 84), ou seja, qualificando ou determinando o sujeito desse discurso, que é fundamental em qualquer interpretação, na medida em que esse discurso é textualizado. Textualização, que para Ricoeur, é a forma em se consolida a compreensão, explicação e solicitação, que Gadamer chamou de *subtilitas*<sup>9</sup>. A partir de sua matriz para conceitualização de discurso – Benveniste– Ricoeur afirma:

---

<sup>8</sup> Segundo Ricoeur, um dos principais méritos da hermenêutica da suspeita é: fazer-nos tomar consciência que não existe uma hermenêutica universal; que não existe um cânone universal para a interpretação, apenas linhas divergentes e até opostas (Ricoeur, 1969:35). E que esta tensão é a própria condição da interpretação, a expressão mais verídica da nossa Modernidade. Oscilamos hoje entre a vontade de escuta e a vontade de suspeita, entre o voto de rigor e o voto de obediência. Mas como também nos diz o autor “talvez o iconoclasismo mais extremo pertença à restauração do sentido” (Ricoeur, 1969:36). A Hermenêutica da suspeita rasga assim todo um novo horizonte para o próprio problema hermenêutico da confiança: o de uma confiança já não ingênua, mas fundamentalmente pós-crítica.

<sup>9</sup> Na interpretação una os três processos observados na hermenêutica resumem se a *applicatio*. Na hermenêutica clássica é conhecida como interpretação por partes: *subtilitas intelligendi, subtilitas explicandi esubtilitas applicandi*.

Mas a minha crítica ao estruturalismo não constitui uma menor ligação à viragem linguística do que o próprio estruturalismo. Acabei de fazer referência a algo a acerca da minha luta pelo *discurso* no sentido de Benveniste e acerca da oposição entre a semântica e a semiótica que adotei na sua esteira. (RICOEUR, 1995)

Essa crítica à oposição de categorias ou conceitos é ponto inegável de Ricoeur desde seus primeiros escritos, que nunca se pautou pela oposição, mas, pela dialética, ou no máximo subordinação, como foi o caso da diacronia e da sincronia. Porém aqui, o destino do sujeito não foi o único tema de polêmica com o estruturalismo. Outra controvérsia com Lévi-Strauss, no artigo da *Revue Esprit*, foi sem dúvida o caráter da compreensão e seus desenvolvimentos, que, tomando em consideração, nos faz questionar como se articula hermenêutica e estruturalismo.

Por conseguinte, ao suscitarmos que a primeira definição de hermenêutica de Ricoeur era concebida como uma decifração de símbolos, entendidos como expressões, contendo sempre duplo sentido e significado, Ricoeur entenderia a escolha de um sentido como o pressuposto geral de toda hermenêutica (Ricoeur, 1995, 106).

Mas e para Lévi-Strauss, dentro de seu trabalho etnológico e antropológico, como pensar que uma compreensão do outro ou de símbolos encara sempre a escolha de um sentido? Se dentro das leituras de pensamento selvagem surgem tais divergências quais seriam, em certa medida, a conceitualização correta do sentido histórico. Seria novamente a pertença a um mundo histórico concebido como tradição no qual se repassa o significado ou agora a atribuição de significado?

Deixamos claro aqui que estamos ponderando as análises de Lévi-Strauss mediante problemas levantados por Ricoeur, ou seja, possuímos um olhar direcionado, que para qualquer historiador é fundamental, para que não nos percamos na infinidade do debate entre esses dois pensadores. Todavia, ao se debruçar sobre as duas obras clássicas de Lévi-Strauss (*Antropologia Estrutural 1958* e *O pensamento selvagem 1962*), temos a clareza de quão diferentes são os questionamentos dos dois pensadores, se tomamos a diferenciação no âmbito de seus ofícios, um etnólogo e um filósofo, porém, vemos também, harmonia em um aspecto: não há hermenêutica sem uma premissa estrutural ou vice-versa.



Em sua antropologia estrutural, a concepção de discurso de Lévi-Strauss está além da linguagem, está relacionada com a palavra, no entanto, o mito, para o antropólogo, se caracterizaria como um modo de discurso. Assim, para Lévi-Strauss, a substância de um discurso está na história que o próprio discurso propõe desenrolar, como por exemplo, a substância do mito se encontraria na história contada pelo mesmo. Continuamente, é a partir da sua mitologia que Lévi-Strauss irá desenvolver os conceitos que estão contrários aos de Paul Ricoeur. O sentido, para Lévi-Strauss, por exemplo, advém dos elementos componentes do mito que, por sua vez, pertence à linguagem; entretanto, para Lévi-Strauss, essa linguagem utilizada no mito precisa de propriedades específicas (Lévi-Strauss, 1963:226). Essas propriedades lingüísticas estão acima de um nível habitual e nesse caso estão associadas ao método que Lévi-Strauss utiliza, a lingüística estrutural, que teve influência clara da fonologia de Jakobson. Destarte, tanto na mitologia quanto na lingüística usada pelo antropólogo francês, é a análise formal que introduzirá a questão do sentido.

Por certo, outro grande ponto da obra de Lévi-Strauss – que é necessário esclarecer para que possamos entender o rumo de seu debate na *Revue Esprit* – é seu conceito de estrutura, delimitado a partir das *estruturas elementares de parentesco*, tendo como expoente o antropólogo e sociólogo Radcliffe-Brown. Lévi-Strauss desenvolveu um estudo de casos perante a importância do parentesco do Tio, visto como um expoente nas famílias indígenas, e para tal estudo, o conceito de *avunculado* do teórico supracitado: “recobre dois sistemas de atitudes antitéticas” (Lévi-Strauss, 1963: 54). Todo esse estudo desenvolvido por Lévi-Strauss, em um de seus artigos na *Antropologia estrutural*, quer mais que só mostrar a relação da antropologia com a sociologia, quer traduzir seu conceito de estrutura *sincro-diacrônica*, na qual permite ordenar elementos em sequências diacrônicas que devem ser lidas sincronicamente (Lévi-Strauss, 1963: 247).

Outro ponto a ser tratado no debate publicado na Revista francesa, e que nos levará a pensar no desdobramento do conceito de sentido no discurso histórico trabalhado pelos dois pensadores, é sobre as intransigências do método estruturalista, que para Ricoeur está ligado ao totemismo. Para o filósofo francês, ao indagar Lévi-Strauss, essa seria a explicação mais fácil para o triunfo do estruturalismo, um triunfo sem resíduo (*Revue Esprit*, 1963:169). A partir dessas inquirições sobre método, Ricoeur realiza mais três questões de suma importância, ambas sobre a possibilidade da unidade do pensamento mítico, sobre as relações

do estruturalismo com outros modelos e por fim a respeito da historicidade travada com Sartre e reproduzida no último capítulo de *O pensamento Selvagem*.

Essa *perlocução*, no viés do discurso histórico, oferecida por Ricoeur, nada mais seria do que uma retomada de outra retórica esquecida pelos estruturalistas e que advém de uma tradição grega, principalmente da noção de diálogo grego, e que nos faz pensar em um novo conceito de dialética, não mais como relação, mas uma retomada desde Platão para então constituir seu conceito de discurso. Dessa forma, a teoria da interpretação de Ricoeur é base para qualquer estudo na área de compreensão. Seus diversos embates com a antropologia estruturalista, por sua vez, foi o principal motor para que Ricoeur fundamentasse seu projeto de um resgate do sentido dinâmico, cifrado no discurso histórico através da constituição de uma hermenêutica do discurso histórico.

Torna-se muito mais complexo desenvolver um estudo sobre um debate, quando se trabalha com autores como Paul Ricoeur, ainda extremamente atual e com produção bibliográfica tão extensa quanto à de Lévi-Strauss. Porém, delimitar uma trajetória e um recorte é extremamente necessário para que tal exercício não se perca na imensidão de outros problemas que orbitam as tradições aqui expostas. Além de tudo, esse trabalho se conjectura como um diálogo entre esses dois pensadores e seus respectivos debates entre as áreas de confluência. Não se pretendeu, por sua vez, esgotar os desdobramentos sobre o diálogo desses pensadores, haja vista, que esse já se estende por décadas e com abordagens diversas.

Assim, o diálogo entre essas duas tradições proporcionaram mudanças que ajudaram a explicar, do ponto de vista da teoria da história, um conjunto de práticas que são constantes pontos de reflexão no que diz respeito à epistemologia da história, mas que são sempre abordados de forma inatingíveis, como, por exemplo, questões do sentido no discurso histórico dentro desses dois paradigmas – estruturalista e/ou hermenêutico – ou até mesmo o posicionamento desses dois importantes pensadores do século XX, que aqui se caracteriza como um trabalho dentro de um ambiente da história intelectual ainda muito em voga e em constante efervescência.

## REFERÊNCIAS

LEVI-STRAUSS, C. *Pensamento Selvagem*. São Paulo: Papyrus, 1985.

LIMA, Luiz Costa. O Estruturalismo de Lévi-Strauss. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

RICOEUR, P. Interpretação e ideologias. 2ª ed. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

RICOEUR, P. O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, P. Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação. Tradução Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 1976.

## A NOÇÃO DE EXPERIÊNCIA HISTÓRICA E SOCIAL EM EDWARD THOMPSON: PERCURSOS INICIAIS

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior\*

Edward Palmer Thompson, historiador, militante, poeta, ativista político, entre outras facetas, foi um dos mais importantes e influentes intelectuais do século XX. Sua produção acadêmica tinha como tema central os movimentos políticos, sociais e culturais de trabalhadores ingleses dos séculos XVIII e XIX. No entanto, restringir a atuação de Thompson somente à produção acadêmica seria errôneo, uma vez que ele transitava com facilidade entre a universidade e a prática política cotidiana. E tanto uma atividade quanto a outra, são como dedos na mesma mão. Isto é, são partes integrantes da mesma função<sup>1</sup>.

Pois bem, a extensão da influência de Thompson é para além dos muros da academia, ecoando na militância civil organizada. Edward Thompson, foi talvez, uma das vozes mais ouvidas e respeitadas da luta anti-nuclear<sup>2</sup>, tornando-se referência obrigatória para os militantes da área.

O texto aqui apresentado pretende trabalhar o conceito de experiência histórica e social organizado pelo historiador britânico em seus trabalhos e pesquisas acadêmicas. Como referência básica será utilizada o livro “Whigs e Hunters” de 1975 e traduzido com o título “Senhores e Caçadores”.

Publicado no Brasil em 1997, o livro pode ser encarado, como já salientou Thompson no prefácio, um experimento historiográfico devido ao tema que buscava entender as origens da Lei Negra, e seu autor pouco sabia a respeito dela. O livro surgiu de uma proposta inicial de um grupo de docentes da Universidade de Warwick que organizava, catalogava e preparava materiais e documentos pertinentes para a feitura um futuro livro sobre a história social do crime na Inglaterra do século XVIII.

---

\*Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor efetivo Adjunto II da Universidade Federal de Viçosa campus de Rio Paranaíba (UFV-CRP).

<sup>1</sup> É imprescindível esclarecer, que Thompson não desassociava o “fazer história” da cotidianidade. Sua militância política, pacifista e ecológica estava completa e inelutavelmente associada a sua práxis histórica.

<sup>2</sup> Para maiores detalhes ver: THOMPSON, Edward Palmer. Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo: Brasiliense, 1987. THOMPSON, Edward Palmer. Zero Option. Manchester Road: British Library, 1982

Edward Thompson fazia parte do projeto. Sua incumbência seria trazer contribuições sobre as origens da Lei Negra; lei histórica e jurídica inglesa do século XVIII. As expectativas criadas pelo autor sobre o novo tema de estudo, fez com ele, mesmo com certo receio, se debruçasse sobre a pesquisa. É com certo desapontamento, que Thompson relatou as dificuldades encontradas no campo de pesquisa:

A suposição era equivocada e as dificuldades se mostraram sérias. A principal documentação jurídica sobre os julgamentos dos Negros tinha se perdido. Apenas um planfeto contemporâneo oferecia algum relato deles. A imprensa apresentava somente notícias minguadas – e algumas logo se mostravam enganadoras. Mesmo a preparação de um mero relato dos acontecimentos provou-se muito difícil. (Ainda não estou muito certo se consegui). [...] (Thompson, 1997: p. 15).

Todavia, as dificuldades documentais não foram empecilhos ou obstáculos, pelo contrário, serviram como estimulantes para o prosseguimento e adiantamento da pesquisa que dava os primeiros passos. Não obstante, Thompson relata no prefácio do livro que a maior dificuldade foi proceder uma análise historiográfica abalizada, uma vez que a escassez documental e a perda do conhecimento histórico foram entraves, contornados pela pesquisa na imprensa e por alguns documentos esparsos, mas disponíveis. Comentando sobre tais dificuldades escreve Thompson:

[...] Oferecer uma análise ponderada seria ainda mais difícil, porque não só os acontecimentos mas o seu contexto se perderam para o conhecimento histórico. Assim, a imprensa e indicações dispersas e documentos oficiais mostravam que alguns distúrbios se concentravam na Floresta de Windsor [...] (Thompson, 1997: p. 15).

Foram por esses documentos oficiais e jornais de época, que o autor pode perceber que na Floresta de Windsor alguns incidentes indicavam a presença de habitantes da floresta opondo-se frontalmente contra a legislação florestal da época. Nos documentos, Thompson apreendeu que os “Negros de Waltham” (Thompson, 1997) posicionavam-se contrariamente aos bispos de Winchester. A oposição acontecia em função da discordância sobre a administração e as finanças da Igreja em começo do século XVIII. Os documentos revelaram uma dificuldade adicional:

O que se tornou esse exercício mais arriscado foi que eu nunca lera ou pesquisara muito sobre qualquer aspecto da história social antes de 1750. Os

historiadores, em sua maioria, não se aventuram a esse tipo de situação, e são sensatos [...] (Thompson, 1997: p. 16).

Mesmo se sentido como um “pára-quadista que aterrissa em território desconhecido” (Thompson, 1997), trabalha os documentos de modo diferente, o que ele intitula como sendo “experimento historiográfico”. O ponto de partida foram às diversas experiências vividas pelos moradores mais humildes da Floresta de Windsor.

É justamente por se sentir parcialmente deslocado, e um pouco desconfortável dentro dessa vertente histórica que Thompson recorre a metodologias pouco exploradas pelos historiadores sociais especialistas na sociedade de começo do século XVIII. Ele argumenta que para a realização do trabalho recorreu constantemente ao seu “autodidatismo<sup>3</sup>”, como se percebe: “Não duvido muito que os especialistas na sociedade dos inícios do século 18 me chamarão à ordem, muito devidamente, por meu inconveniente autodidatismo em alguns pontos da minha desleal visão do Whiguismo [...]” (Thompson, 1997: p.17).

Como adverte o próprio autor, a leitura empreendida intencionava gerar percepções intensas de determinadas nuances referentes ao governo Walpole. Todavia algumas perguntas essenciais para o andamento da pesquisa não foram respondidas, suscitando ainda mais dúvidas. Thompson levanta uma hipótese, não confirmada, de que os beneficiados dos anos 1722-1724 foram àquelas pessoas e grupos que circulavam próximos ao governo Walpole ou são seus frutos. Com as possibilidades analíticas e mão o historiador britânico reconhece que mesmo tendo lido todos os documentos pertinentes, essa questão ainda ficou em suspenso e sem resposta adequada. É desta forma quase auto-confecional que Thompson concebe o livro *Senhores e Caçadores*, intercalando suas próprias experiências com a de homens e mulheres comuns habitantes das florestas.

O princípio ontológico fundante na teoria thompsoniana assentava-se na razão do processo histórico, em outros termos, baseava-se na história real e concreta que é

---

<sup>3</sup> É necessário colocar, que o autodidatismo de Thompson na pesquisa, nada atrapalhou o resultado, ao contrário. É em função de seu autodidatismo nesse nessa temática, que ele conseguiu perceber as nuances históricas de pequenos agricultores e reideiros e consuetudinários das florestas em 1723.

dinâmica, fluídica e impermanente. Isto significa que as metodologias históricas calcadas em modelos analíticos estáticos pouco ou nada contribuiriam para o avanço da pesquisa historiográfica.

A dinamicidade histórica é sem dúvida, para Edward Thompson o palco da ação social. Através dela, são construídas as experiências formadoras das lutas de classes empreendidas pelas categorias sociais envolvidas. Para ele, a história humana independe de quaisquer pretensões teóricas ou metodológicas<sup>4</sup>.

A obra de suporte do presente texto é o exemplo mais notório da percepção de Thompson sobre a importância da atividade histórica em detrimento de análises oriundas do materialismo histórico. A dinâmica humana prevalece sobre a formação de conceitos históricos fechados no tempo. Em *Senhores e Caçadores*, a fluidez dinâmica das ações humanas em um contexto social de miséria e escassez dos negros e trabalhadores pobres é a tônica central do livro. Em verdade, Thompson procurou esclarecer que as ações coletivas se constroem no cotidiano da luta, independentemente de análises exteriores. Caberia as teorias históricas captar analiticamente tal fluidez.

Esse “experimento historiográfico” tornou-se uma bem sucedida experiência onde o autor conseguiu, e com qualidade, conjugar conceitos teóricos com a solidez de um campo empírico bem construído. Entre muitos relatos documentais, talvez um que se destaque é a exposição de caçadores na floresta de Hampshire, que receberam a pena de enforcamento pela caça ilegal de cervos reais, o motivo causador é surpreendente:

Num dos extremos, dinheiro; no outro, amor. Edward Elliott, com apenas dezessete anos, foi para o patíbulo por ter se perdido dos companheiros (durante o ataque a Alice Holt), tentando apanhar viva uma corcinha como presente para sua namorada (Thompson, 1997: p. 206).

---

<sup>4</sup> Regina Linhares em um interessante trabalho apresentado no congresso da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) assevera que em Thompson a história real é independente de ações teóricas exteriores. De acordo com Linhares: *Isto significa dizer, que para ele, a história real existe independente de qualquer esforço cognitivo do sujeito e que quaisquer categorias ou conceitos empregados pelo materialismo histórico só podem ser compreendidos como categorias históricas, isto é, categorias ou conceitos próprios para investigação de processo, de uma realidade que não é passível de representação conceitual estática, mas que deve ser interrogada na sua irregularidade e contradição* (2010: p.3).

A análise de Thompson é ainda mais interessante:

[...] O que moças bonitas, mas inflexíveis, admiram, logo surgirão rapazes que o realizem. Sem dúvida, o puro risco, a clássica excitação da caça clandestina de cervos e o abrandamento da inflexibilidade que traziam essas aventuras devem ser incluídos entre os verdadeiros motivos [...] (Thompson, 1997: p. 206).

A citação revela a principal vertente do pensamento thompsoniano. Em outros termos, as classes sociais não podem ser enquadradas em categorias ou estruturas fechadas em si mesmas. Elas possuem dinamicidade histórica, ao contrário das estruturas e categorias, que não permitem aberturas maiores em virtude de sua gênese analítica formadora estática.

O autor britânico assevera que o termo classe social foi à categoria histórica que sofreu desarranjos constantes por parte das doutrinas estruturais que ao associarem-na com as estruturas sociais, retiram seu vigor e sua vivacidade. De acordo com Thompson as classes sociais não são estéreis teorias, se assim o fossem, seriam insuficientes e ineficientes na condução da luta de classes. A citação parece corroborar com este entendimento:

Para ele, nenhuma categoria histórica foi mais des-historicizada e congelada do que a categoria ‘classe social’. Devido ao seu emprego indiscriminado no universo intelectual mais abrangente – que lhe impõe sua lógica própria – a ‘classe social’ foi, de certo modo, reduzida a uma categoria estática. Considera que a noção de classe é construída por homens e mulheres a partir de sua própria existência de luta, e não numa estação experimental e nem tão pouco se reduz a um efeito de ‘estrutura ulterior’ (1981, p.57) dos quais os homens não são sujeitos, mas apenas seus vetores. (LINHARES, 2010. p.4).

A passagem de Regina Linhares vem ao encontro das propostas apresentadas por Edward Palmer Thompson em suas pesquisas historiográficas. As ações de homens e mulheres reais são os retratos mais fieis das experiências sociais e históricas organizadas. Em outros termos, a formação das classes sociais enquanto fenômenos da experiência social e histórica. Os verdadeiros artífices da história são as experiências e memórias praticadas por pessoas comuns, ou pela “classe vista de baixo”.

A construção das experiências históricas e sociais perpassam todos os segmentos da existência humana, elas se organizam em função das formações religiosas, das



atitudes e também das atividades profissionais exercidas. Thompson procurou em “Senhores e caçadores” mapear a constituição das experiências reais e concretas. Em certa passagem, relata que a carência de mão de obra especializada em determinados distritos ingleses do século XVIII. Em Hambleton, uma aldeia perto da floresta de Bere, havia expressiva diversidade de ofícios, fato comprovado, na documentação pesquisada por Thompson:

[...] Os documentos, que de forma alguma constituem um recenseamento completo, mostram a existência das seguintes profissões: cordovaneiros (cinco), pedreiros (quatro), carpinteiros (quatro), ferreiros, taoneiros, merceiros, negociantes de tecidos e fazendas, alfaiates (dois de cada) e um açougueiro, um fabricante de colarinhos, um vidraceiro, um pintor, um peruqueiro, um seleiro, um serrador, um cirurgião, um fabricante de velas de sebo e um curtidor, além de vários pequenos agricultores. Isso, dificilmente sugere (nos anos 1720) uma situação de preguiça, ociosidade e miséria (Thompson, 1997. p.151).

Estão aí citados os exemplos da construção de experiências históricas e sociais através do trabalho. A ocupação profissional torna-se um dos elementos intensificadores da conscientização dos trabalhadores, uma vez que através dela, são construídas as experiências históricas e sociais que podem servir de estimulantes para a formulação da consciência de classe<sup>5</sup>.

A ação humana se conecta com aspectos sociais, culturais e institucionais. Todas em conjunto, condicionam as ações de homens e mulheres, na concretude de suas experiências históricas. Ele argumenta que as ações humanas condicionam-se em função das estruturas existentes<sup>6</sup>, e é nelas que ações históricas se articulam. O livro Senhores e Caçadores traz notáveis exemplos das experiências históricas e sociais no interior das estruturas sociais.

A obra que serve de suporte para o presente texto, revela o conflito em função da presença episcopal na floresta de Hampshire. Thompson alerta os seus leitores, que os bispos daquela localidade causavam na população local sentimentos litigiosos e

---

<sup>5</sup> É interessante recuperar, que para Thompson, os proletários só conquistam a consciência de classe é pela luta de classes, que é um processo histórico e contínuo. Para ele as classes sociais não podem existir como entidades separadas que olham apenas para si mesmas.

<sup>6</sup> Cumpre esclarecer que Edward Thompson não afirma que toda ação humana é determinada em última instância pelas estruturas sociais. O que ele assevera é que os processos de construção das experiências históricas e sociais só podem se organizar através das estruturas sociais.

ambíguos devido a determinadas atitudes contrárias aos interesses dos habitantes locais. O que estava no centro do campo de jogo, era a exploração exacerbada dos recursos naturais da floresta. Neste caso em especial, os costumes nobres de arrendatários e bispos. Têm-se aí disputas políticas e jurídicas, tendo como função experiências e ações históricas articuladoras. Para Thompson:

[...] Para se defenderem, os arrendatários tinham de reivindicar seus costumes nos tribunais senhoriais, e tende a se aliar à burocracia da intendência da sede; como vários funcionários do bispo ocupavam seus lugares por direito vitalício, não eram necessariamente subservientes à vontade do bispo. No centro da agricultura episcopal, havia interesses opostos; a situação era sempre complexa e muitas vezes tensa. (Thompson, 1997: 152).

Logo em seguida, continua:

[...] Qualquer que tenha sido o elemento precipitador da atividade Negra, a oposição entre o bispo e os arrendatários consuetudinários remontava a décadas. O Bispo Peter Mews morreu no final de 1706, com 89 anos de idade; em seus últimos anos, talvez não tenha se mostrado um senhor de terras muito firme [...] (Thompson, 1997: 152).

As duas passagens explicitam o autoformar das classes populares que habitavam a floresta de Hampshire. Edward P. Thompson revela que tais personagens utilizavam em muitos casos ações públicas como formas de garantir seus interesses privados frente à influência do bispado sobre as terras e extensões da floresta. De outro ponto, buscavam-se também outras formas e modelos de ação coletiva, que muitas vezes passava ao largo das ações públicas. Destacavam-se, neste caso, ações populares que visavam desestabilizar as relações entre a igreja e os arrendatários das terras, em muitas delas, a violência contra os representantes eclesiais e os arrendatários consuetudinários da diocese era a tônica das ações coletivas: “Trelwny não teve a oportunidade de cortar a garganta do Pretendente. Contudo, teve a oportunidade, durante quinze anos, de perturbar as relações da Igreja com os arrendatários consuetudinários em sua diocese [...]” (Thompson, 1997: 155).

Contudo, no epicentro destacam-se os processos de autoconhecimento de homens e mulheres que buscavam através de diferentes formas de ação coletiva colocarem-se diante da situação sem máscaras que ofuscavam a visão da realidade social a qual se inseriam. De outra perspectiva, a busca pelo autoconhecimento contrariava a escolas marxistas que trabalhavam a partir da ideia de alienação. Ao contrário, Thompson argumentava que a utilização associada de elementos da cultura popular com a experiência concreta de homens e mulheres retirava de cena a perspectiva da alienação<sup>7</sup>.

Assim, tendo como foco de estudo a floresta de Hampshire, o historiador britânico desnuda os processos de experiência de homens e mulheres reais, que perceberam empiricamente a possibilidade de sobrevivência material longe da influência do bispado e dos bispos. A mesma sensação foi também reconhecida nos funcionários do bispado de Hampshire. A ausência física de um bispo permitia que os servidores desviassem recursos, propussem suborno em troca da não fiscalização de certos delitos, entre outras infrações.

[...] Os funcionários do bispado (principalmente advogados rurais e seus escrivãos além de um ou pequenos fidalgos e cléricos) também encontraram formas de se ajeitar, tomando para si um tanto suficiente de honorários, permitindo que as prerrogativas costumeiras se ampliassem (tanto para si como para os arrendatários e fechando os olhos a certos delitos (Thompson, 1997: 155).

Obtém-se, portanto, com os casos pesquisados por Edward Thompson quadros reveladores da construção de experiências históricas e sociais através de ações populares organizadas ou atos individuais isolados. Tanto um quanto outro revelam, para o historiador inglês, contingências concretas de entendimento sobre o cotidiano da população pobre campesina da Inglaterra do século XVIII, como os costumes populares daqueles grupos sociais.

---

<sup>7</sup> E. P. Thompson buscou empiricamente revelar que os homens e mulheres são de fato os sujeitos de sua história, descartando com isso, leituras marxistas que inseriam tais atores em estruturas sociais, tornando-os alienados de si e do mundo que os rodeia. De acordo com ele: “Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] (Thompson, ano 182). A citação remete de imediato a noção de experiência para Thompson.

É em torno das experiências sociais e históricas que Thompson buscou através de suas pesquisas tematizar sobre a fragilidade teórica do conceito de alienação. Argumenta ele, que as experiências são os exemplos concretos e reais da inserção política e histórica de homens e mulheres comuns e reais em sociedade.

Estas rápidas palavras não pretendem esgotar as enormes possibilidades analíticas ofertadas pelos trabalhos sobre experiência histórica e social de Edward Thompson. Aqui, como é alertado no próprio título, são tão somente, os percursos iniciais, de uma pesquisa que se pretende mais ampla. Não obstante, cumpre colocar que o trajeto foi iniciado e ao longo do caminho muitas possibilidades se farão presentes.

### **Bibliografia consultada**

ANDERSON, Perry. Origins of the present crises. *New Left Review*, London, nº23, jan/fec. 1964.

FORTES, Alexandre, NEGRO Antonio Luigi e FONTES, Paulo. Peculiaridades de E.P. Thompson. In: THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

KAYE, H, *The British Marxist Historians: an inductory analysis*. Cambridge: Polity Press, 1984.

LINHARES, Regina Célia. *O pesquisador e a lógica histórica: contribuições do historiador E.P. Thompson para a pesquisa em educação*. In: Congresso Anped: anais, 2010.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses sobre o “conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÖWY, Michael. A corrente romântica nas ciências Sociais da Inglaterra: Edward P.Thompson e Raymond Willians. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, nº 8 p.43-68, junho de 1999.

MONSMA. Introdução. In: TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol 2. nº 2, setembro de 1997.

- PALMER, Bryan. *Edward Thompson objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PALMER, Brian. *The Making of E.P. Thompson: Marxism, Humanism and History*. Toronto: New Houghtown Press, 1981.
- THOMPSON, Edward. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Edward. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- THOMPSON, Edward. *Zero Option*. Manchester Road: British Library, 1982.
- THOMPSON, Edward. *Making History. Writings on History and Culture*. New York: New York Press, 1995.
- THOMPSON, Edward. *The Essential E.P. Thompson*. New York: New York Press, 2001.
- THOMPSON, Edward. *Temps, discipline du travail et capitalisme industriel*. Paris: La Fabrique Éditions, 2004.
- THOMPSON, Edward. Socialist Humanism. *The New Reasoner*, London, nº1, p. 105-143, Summer, 1957.
- THOMPSON, Edward. *Witness Against the Beast: Willian Blacke and the Moral Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

---

## TEORIA DA HISTÓRIA E FILOSOFIA ARISTOTÉLICA: NOTAS DE PESQUISA SOBRE A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DE FRANK ANKERSMIT E O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA ARISTOTÉLICO

Renata Sammer\*

Desvinculada de uma teoria específica ou de uma exaustiva sistematização da disciplina, a idéia de Frank Ankersmit de que a experiência histórica, inspirada na “experiência” aristotélica, constitui o terceiro nível de construção de sentido (*Sinnbildung*) histórico merece especial atenção (Cf. Ankersmit, F.: 2007). Embora a idéia de “experiência histórica sublime” tenha sido amplamente debatida por Ankersmit (*Sublime historical experience*, 2005), a idéia de que tal experiência tenha suas origens em Aristóteles surge na obra de 2005 apenas em uma breve citação do *De anima* a partir da qual o autor aponta para a primazia dada ao tato entre os demais sentidos pelo filósofo de Estagira (Ankersmit, F., 2005: 248). A experiência histórica foi novamente associada à experiência aristotélica em um artigo de 2007 sobre o qual concentraremos nossa investigação. Vale notar que pretendemos aprofundar aqui a discussão ao redor da “experiência aristotélica” despojando a “experiência histórica” tal qual apresentada por Ankersmit de seu aparente misticismo. Ainda, a investigação ao redor do conceito aristotélico nos permitirá compreender como tal proposta pode vir a superar a pós-moderna crise da representação.

Em “Os três níveis de ‘Sinnbildung’ na escrita da história” (*The three levels of ‘Sinnbildung’ in historical writing*, 2007), Ankersmit identifica três níveis de construção de sentido (*Sinnbildung*) histórico. O primeiro, configurado sob a densa filosofia kantiana, é identificado como “moderno”. É nesse momento que o “conhecimento a duas mãos”, como o próprio Kant não deixaria de notar em sua *Primeira Crítica* (1787) teria feito sua aparição. Se “em uma mão” guardamos os princípios da razão, na outra guardamos a experiência concebida. Como sabemos, “o resultado da experiência não é o conhecimento da coisa em si”. Logo, há uma conseqüente separação entre o representado (a nossos sentidos jamais alcançável) e a representação que a partir dele constituímos. Enquanto o primeiro nível de construção de sentido histórico é coordenado pela figura aglutinadora de Kant, o segundo – que Ankersmit reconhece em relação ao primeiro como “pós-moderno” – engloba uma imensa variedade de filósofos, teóricos da linguagem e da história. São pós-modernos: White

---

\* Renata Sammer é doutoranda do programa de pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio e bolsista do CNPq.

e Mink, Gadamer, Derrida e Rorty entre outros. Apesar da variedade de filosofias e de interesses, todos os acima citados teriam privilegiado a representação em detrimento do representado, sem contudo livrar-se da estrutura dualista que lhe deu origem. O pós-modernismo linguístico pressupõe, como Ankersmit não deixa de notar com razão, a distinção kantiana, embora a ênfase seja agora dada à representação. Este é, *grosso modo*, o ponto de Ankersmit. O terceiro nível de construção de sentido histórico, o “pós-pós-moderno” ou “pré-moderno”, não busca anular a dualidade moderna e pós-moderna, mas busca fazer dela bom uso apaziguando-a. Afinal, como não deixa de notar o autor, os três níveis de construção de sentido histórico não devem ser compreendidos separadamente, pois mantêm uma relação de complementariedade. Se, como não deixa de notar Ankersmit, a questão sobre a relação entre representação e representado “nunca foi de fato posta” (Ankersmit, F., 2007: 109), uma investigação sobre a experiência aristotélica pode nos auxiliar a formular corretamente a questão.

***Ética ou/estética: a trajetória de Hayden White.*** Ao início, me parece importante traçar um breve histórico das discussões ao redor da crise da representação, particularmente entre os teóricos da história, para que possamos melhor direcionar a questão. Nos concentraremos sobre Hayden White não apenas por ser este um teórico da história (“filósofo da história”, diria Ankersmit), mas por representar alguns dos conflitos internos ao momento histórico que Ankersmit identifica como pós-moderno. Um breve acompanhamento da trajetória intelectual de White pode nos ajudar a identificar de onde surge a crise da representação historiográfica.

Claude Lévi-Strauss, na introdução ao seu *O cru e o cozido* cita com aprovação a definição de sua antropologia estruturalista expressa por Paul Ricoeur: “Trata-se de um kantismo sem sujeito transcendental” (Ricoeur, P. *apud* Lévi-Strauss, C.: 1964, 19). De fato, tanto Lévi-Strauss quanto Kant foram associados ao grandioso projeto de White publicado sob o título de *Meta-história* (1973). White parte da distinção kantiana a fim de nos mostrar como o conhecimento histórico é possível (uma “ficção”, como gostava de dizer White provocativamente, porém com razão), examinando caso a caso obras filosóficas e historiográficas do realismo oitocentista sem contudo dirigir-se ao passado em si. Neste sentido a crítica de Ankersmit está correta: o pós-modernismo é um kantismo de uma perna só (ou “mão”, segundo a metáfora kantiana).

Embora o objetivo de White tenha sido o de mapear a particular racionalidade do conhecimento histórico, a noção de que o conhecimento do passado dá-se no presente de maneira fictícia abriu as portas para um importante debate. Quais são os limites da narrativa histórica constituída, como não poderia deixar de ser, no presente apenas? Como narrar um evento inenarrável, fonte de traumas diversos e numerosos como o Holocausto? Surge daí a crítica ao relativismo da tropologia whiteana e ao narrativismo histórico. Sob acusações lançadas por mãos diversas, White, em claro descontentamento com os demais “pós-modernos” que pecariam, ao seu ver, pela ênfase excessiva dada à representação, dá início a sua fase modernista. Face a absoluta novidade do evento modernista e de seu consequente trauma, White adota de R. Barthes o conceito de “escrita intransitiva”, identificada pelo teórico da literatura na obra de, por exemplo, Virginia Woolf, a “escrita intransitiva” apaga as distinções entre forma e conteúdo, sujeito e objeto, passado e presente, constituindo assim a forma mais adequada para o tratamento de eventos modernos como o Holocausto. Assim surge a idéia whiteana de “voz média” que Ankersmit relacionaria a “O outono da Idade Média” de Huizinga. Trata-se de uma voz única que pertence tanto ao sujeito quanto ao seu objeto (Ib.: 134; Ankersmit, F.: 2007b). Contudo, a “voz média” seria reservada por White aos sobreviventes e às testemunhas dos traumáticos eventos modernos e não aos historiadores (Paul, H., 2011: 137). Neste caso, o encontro entre sujeito e objeto denota a ausência de sentido sendo daí inviável a construção de sentido histórico. Por isso White reservaria a “voz média” aos escritores, aos poetas e aos artistas e não aos historiadores. Aqui, as relações de White e Ankersmit divergem em parte. Se Ankersmit relaciona a voz média whiteana à experiência histórica de Huizinga, associando para tanto o historiador a um importante movimento literário holandês (*Tachtigers*), White, notando com veemência que a “voz média” não visa “somar” significados postos pela “realidade” (ou pelo representado) a significados postos pela representação, sendo seu principal objetivo abolir tal distinção, recorrerá ao conceito de Erich Auerbach, *figura* a fim de conciliar a sua “voz média” à construção de sentido histórico (Id., Ib.: 138).

Posto porta à fora o *plot* realista, White apresentar-nos-ia um modelo de interpretação histórica fundado nas idéias de *figura* e *realização* (*fulfillment*)<sup>1</sup>. Enquanto em *Mimesis figura* refere-se à prática interpretativa de teólogos cristãos que consiste em associar eventos

---

<sup>1</sup> A tradução é duvidosa, pois a idéia de *fulfillment* não se relaciona com o real ou com a realidade. Trata-se antes da “satisfação” ou da “consumação” de uma idéia.



passados a eventos futuros - assim, o rei David, enquanto *figura* encontra sua realização em Jesus Cristo (*figura christi*) -, em White, o conceito de *figura* será empregado ao lado de *fulfillment* e direcionado à historiografia (Ib.: 140). Assim, a Renascença foi a *realização* da Antiguidade clássica a medida que escolheu essa como sua *figura*. Com o conceito de *figura*, White pode dar ênfase à idéia de *escolha* que o acompanhava desde seus primeiros estudos em realismo histórico. Como Paul não deixa de notar, este é afinal um velho tema whiteano. Há contudo uma novidade a ser notada no emprego que faria White do par *figura/fulfillment*. De fato, o emprego deste par, isenta White da já conhecida acusação de relativismo, pois o passado é concebido em termos de figuras identificáveis meio ao caos (ao sublime) graças as suas *realizações* no presente (Paul, H., 2011: 141). Isto é, o presente escolhe o passado como a Renascença escolheu a Antiguidade clássica. A apropriação que faz White do conceito de *figura* leva-o à formulação de um novo conceito, o conceito de “passado prático” (*practical past*).

Note-se que o kantismo identificado em *Meta-história* (ainda que, como em Lévi-Strauss, “sem sujeito transcendental”), não busca indicar a inconsistência do discurso histórico, mas, ao contrário, vindicar a particularidade do discurso historiográfico. Compreendida desta maneira, é possível identificar certa continuidade na trajetória intelectual de White. Se a *tropologia* whiteana tal qual exposta em *Metahistória* já apresentava a possibilidade de escolha, a “voz média” lhe permitira isentar-se das acusações de relativismo e aliar-se ao modernismo literário, o par *figura/fulfillment* estabeleceria o campo onde se dá a escolha. Logo, a possibilidade de uma vida “moralmente responsável” e de uma historiografia após Auschwitz e Hiroshima requereria “não um passado histórico, mas um passado prático” (Id., Ib.: 145). A diferença entre o passado histórico e o passado prático está na maneira pela qual os indivíduos deles se aproximam questionando-os. Nas palavras de White, o “passado prático”, “serve como ‘um armazém de memória, ideais, exemplos, eventos dignos de lembrança ou repetição’” (Ib.: 145). Semelhante à razão prática kantiana, o passado prático deve ser indagado sobre como devemos agir (Ib.: 146). Orientada por uma ética própria, a historiografia se reconciliaria ao narrativismo e ao modernismo sem contudo tombar no relativismo.

Antes de alcançarmos o pós-pós-modernismo (ou pré-modernismo), i.e. o terceiro nível de construção de sentido histórico segundo Ankersmit, é importante estabelecer algumas distinções entre as idéias de “voz média”, “*figura/fulfillment*” e de “passado prático” tendo em

vista o conceito de experiência histórica de Ankersmit. Vimos que em um outro artigo, Ankersmit associa a “voz média” whiteana à historiografia de Huizinga sem preocupar-se com os conceitos de *figura* ou de passado prático, estes sim, segundo a teoria da história de White, produtores de sentido. Não se trata aqui de apontar para uma divergência de fato inexistente, mas apenas compreender a especificidade de cada uma dessas reflexões e suas respectivas propostas. Enquanto White caminha para uma filosofia da história fundada na ética, Ankersmit preocupa-se com os seus fundamentos estéticos. Ambos confrontam a crise da representação e buscam, cada um ao seu modo, preservar a escrita da história atentando para a sua particularidade.

Em meus estudos sobre a ética droyseana, busquei demonstrar como o conceito de ética apresentado na *Historik* não é, sob forma alguma, normativo. Ao contrário, profundamente inspirado pela filosofia ética aristotélica, Droysen apresenta a ética como “verdadeira filosofia da história” justamente por compreendê-la como mediadora possível entre a representação e o representado, sendo o representado aqui não mais o passado em si, mas a realidade a partir da qual fala o historiador. Por ser esta realidade movente, também o é a ética. Já para Ankersmit, a ética é uma ciência petrificada, transformando ainda tudo o que toca em pedra. Este é o argumento defendido em seu “Política estética” (*Aesthetics politics*) de 1996 onde busca apontar para a superioridade da política em relação à ética. A idéia de uma “política estética”, busca justamente dar conta da relação livre, não conclusiva e sem objetivo algum que se estabelece entre a experiência e sua temporária conceitualização. Ponto semelhante já havia sido feito por Aristóteles ao retirar de sua sabedoria filosófica o aspecto normativo que lhe emprestara a Teoria das Formas de seu mestre.

Neste sentido, tanto a ética quanto a experiência estética não se relacionam a normas perenes embora a ética (como no caso droyseano) busque sempre estabelecer uma norma ainda que esta esteja condenada ao desuso. Ao contrário, a experiência estética independeria de toda e qualquer norma. Sendo sua característica atentar para a densidade própria à experiência negando o seu fundamento metafísico. Se para Droysen fora a ética a lacuna identificada no prisma do conhecimento moderno e para White o “passado prático” permitiria manter ativa a relação entre sujeito e objeto sem cair no objetivismo ou no relativismo, para Ankersmit a “solução” para o problema, a chave para um novo modelo de racionalidade, pós-pós-moderno ou pré-moderno, reside na experiência estética aristotélica. Este seria o terceiro nível de construção de sentido histórico e por isso não deve ser compreendido distante dos

dois primeiros (moderno e pós-moderno) como já nos advertiu o autor. Contudo, ele é fundamental nesta construção e por isso merece que lhe dediquemos agora alguma atenção.

**Experiência aristotélica.** Feitas estas considerações iniciais a propósito da escrita da história buscaremos aqui clarificar o caminho apontado por Ankersmit. Aristóteles não fala de “experiência estética”, este não é seu interesse. O seu célebre tratado *De anima, Perì Psychis*, é antes uma investigação sobre o que hoje reconheceríamos como o “aparato psíquico humano” (Costa Lima, L., 2009: 112). O *De anima* é um texto voltado aos seus colegas filósofos e não aos seus alunos como foi, por exemplo, a *Ética a Nicômaco*, o que explica em parte a dificuldade encontrada em sua leitura. O antigo debate no qual se insere pode contudo ser útil para sua compreensão.

É possível identificar ao menos duas tradições filosóficas às quais Aristóteles dirige seu tratado. Por um lado, uma tradição “cientificista” e “materialista” privilegia a explicação fisiológica da ação em detrimento da explicação psicológica. Por outro, uma tradição crítica ao reducionismo cientificista, a tradição platônica, busca restaurar as motivações psicológicas da ação e a idéia de que as criaturas agem segundo razões específicas [Cf. Nussbaum, M., (1986) 2009: 269]. À tradição cientificista Aristóteles diz: “Em geral parece que não é desta maneira que a alma move o corpo, mas por alguma forma de escolha e reflexão” (DA 406b 24-5). Do contrário, o “cientificismo antigo” transformaria a educação moral para a ação em um mero condicionamento (Id. Ib.: 271). Contudo, a crítica platônica a esta tradição termina por separar os seres-humanos dos demais animais, além de separar, entre os homens, as ações movidas pelo intelecto das ações puramente biológicas. É por isso que Aristóteles não a isenta de crítica. Logo a questão que dá origem ao *De anima* é relativa ao posicionamento do intelecto em relação à percepção sensível, se está junto à ela ou separado (Costa Lima, L., 2009: 117). Assim devemos compreender a introdução do termo *phantasia* na abertura do *De Anima*, III. A *phantasia*, por nós traduzida como imaginação, oscila entre a percepção e a cognição, sem fundir-se com elas. Não poderia haver forma melhor de adentrar o debate de forma simultaneamente crítica e construtiva: “A imaginação é algo diverso tanto de percepção sensível como do raciocínio”, nos diz Aristóteles (DA 427b 14-15). Como atua, entre cognição e percepção, a *phantasia* (imaginação)? “Para a alma capaz de pensar” fala Aristóteles, “as imagens subsistem como sensações percebidas. E quando, se afirma algo bom ou nega-se algo ruim, evita-o ou persegue-o. Por isso, a alma jamais pensa sem imagem” (DA

431 a 14-16). Assim nos aproximamos do que poderia vir a ser identificado como o conceito de experiência em Aristóteles: “[...] Se nada é percebido, nada se aprende nem se compreende, e, quando se contempla, há necessidade de se contemplar ao mesmo tempo alguma imagem, pois as imagens são como que sensações percebidas, embora desprovidas de matéria (DA 432a 7-10). Logo a sensação é a “experiência primordial” e a imagem a partir dela formada “sensação percebida *sem matéria*” (Costa Lima, L., 2009: 124, grifo do autor). Já o entendimento associará a sensação-imagem à matéria. As operações cognitivas permanecem assim subordinadas ao intelecto (*noûs*).

Será preciso aguardar a *Terceira Crítica* kantiana (1790) para que a imaginação (*Einbildungskraft*) não mais se encontre subordinada ao intelecto. “Produtiva mas não a serviço da verdade, ela apresenta um objeto que dá mais a pensar do que se submete a seu entendimento” (Costa Lima, L., 2009: 125). Aqui as categorias não mais reconhecem e sintetizam a experiência. Tal qual exposta na *Primeira Crítica*, a imaginação (*Einbildungskraft*) pode ser descrita como “[a] faculdade que nos permite reduzir a variedade de nossa percepção do mundo ao conceito apropriado. (...). Posto em uma frase, pode-se dizer que a imaginação medeia, ou negocia, entre a percepção e a conceitualização” (Ankersmit, F., 2009: 40). Ao percebermos uma maçã, extrairemos o que há de específico a esta maçã, adicionaremos a tridimensionalidade que lhe é própria, seu sabor e seu odor a fim de reconhecê-la como uma maçã (Id., Ib.: 41). Na *Terceira Crítica* contudo, a imaginação não será mais guiada por um conceito. A experiência sensível não mais subsume-se à conceitualização (Ib.: 41). Neste caso, não há conclusão no processo desencadeado pela percepção sensível. Não há conceito definitivo capaz de ser alcançado. Ankersmit argumentaria, nesse artigo de 2009 que nós historiadores poderíamos nos inspirar na *Terceira Crítica* deixando de lado as já visitadas *Críticas* anteriores. A atividade historiográfica seria segundo o autor uma constante *tentativa de conceitualização da experiência não-conceitualizável*. “E”, nota ainda Ankersmit, “em história o objetivo jamais é alcançado porque toda a história move-se no espaço lógico anterior à conceitualização final (*sucessful*)” (Ib.: 43). E Ankersmit insistiria sobre o ponto: “Esta variante de esteticismo, não é uma invasão do irracional no pensamento histórico, antes, somará a extensão das exigências de razão a domínios que até então acreditava-se estar além do alcance da razão” (Ankersmit, F.: 2009, 44).

Se Aristóteles inaugura um novo campo de investigação posteriormente aprimorado pela *Terceira Crítica* kantiana porque a ele Ankersmit retorna? Como já posto nas entrelinhas da passagem acima citada, trata-se de estender a razão, cito novamente, “a domínios que até então acreditava-se estar além do alcance da razão”. Ora, tal projeto é parte do projeto aristotélico tal qual exposto no *De anima*, i.e., conciliar o físico e o psíquico, o emocional e o racional, o sensível e o inteligível. Assim seria possível abolir o *tertia* estoico recuperando assim um conceito de experiência “imediate”, i.e., não-mediada.

Se a *phantasia* é necessária ao pensamento - “não há suposição sem ela” (427b 5) - ela é também um conjunto de “imagens que persistem” após a percepção sensorial. A equação resolve-se da seguinte maneira: se “o intelecto é separado” (DA 429b 5), é o desejo (*orexis*) que o colocará em movimento. Enquanto “a ativação da percepção depende da existência, em seu raio de atuação, de um corpo independente”, o intelecto, por ser separado e fechado em si mesmo, deve estabelecer um “circuito com o desejo (*orexis*)” (Costa Lima, L., 2009: 128). A *phantasia* encontra-se assim relacionada ao desejo. É ela que o incita e ele quem, retirando o intelecto de si, dá início à ação, “[p]ois o objeto desejável move e por isso o raciocínio também move: porque o desejável é o seu princípio. E a imaginação, quando move, não move sem desejo. Há algo único, de fato, que faz mover: o desejável” (DA 433a 18-23). É possível notar aqui como o tratado aristotélico soluciona a relação entre corpo e mente, entre desejo e pensamento, liberando tanto o pensamento de uma atitude contemplativa, quanto o desejo do condicionamento biológico.

*Orexis* é muito provavelmente uma palavra inventada por Aristóteles. “Desejo” parece ser ainda a sua melhor tradução. Mas ao contrário da palavra inventada de Aristóteles, “desejo” possui entre nós já uma longa tradição de uso. Sem entrar aqui nos detalhes da teoria que sustenta esta tese [Cf. Nussbaum, M., (1986) 2009: 273-74], vale lembrar que a palavra denota direcionamento a um determinado objeto e, em sua forma verbal, é ativa e não passiva, “ou antes indica como o querer, que pode ser tomado simplesmente como uma forma de passividade, é ao mesmo tempo ativo: ao invés de puro passivo ser-afetado, temos uma complexa receptividade que recebe do mundo e em retorno foca-se em direção ao mundo” (Id., Ib.: 274). Esta exteriorização voltada a um objeto é tão humana quanto animal. Assim, no *De anima* III.9, Aristóteles insistirá que todo o movimento envolve alguma forma de *orexis*, “mesmo”, nota ainda voltando desta maneira seu argumento à tradição platônica, “o movimento originado de forma racional” (Ib.: 275). Em outras palavras, a estratégia

aristotélica desmistifica pelo desejo a “pureza” da ação racional. Se o desejo move a ação, e para Aristóteles é esta a explicação dada ao movimento animal, o desejo não é algo bruto, não cultivado. Ao contrário envolve a percepção de objetos e a elaboração de respostas a estes objetos. Não há objeto produtor de desejo, antes sua imagem ou aparência (*phantasia*) o produz. “A escolha”, nos diz Aristóteles em sua ética, “pode ser qualificada ou como o pensamento relacionado ao desejo ou o desejo relacionado ao pensamento, e o ser humano, como gerador da ação, é uma união de desejo e intelecto” (EN 1139b 4-7). Mas é preciso dar ainda um passo, além do reconhecimento da relação entre cognição e desejo na filosofia aristotélica, para alcançarmos um possível (novo) modelo de racionalidade histórica.

**Memória e evocação.** A percepção pode ainda relacionar-se ao passado por intermédio da memória. As percepções fazem-se imagens prolongando-se ou transformando-se. “*Isso significaria que os objetos da imaginação na epistemologia de Aristóteles têm a função de oferecer um objeto ao conhecimento quando não há percepção direta*” (Frede, D., 1992: 291 *apud* Costa Lima, L., 2009: 129, grifo meu). As imagens, resultados recentes ou progressos da percepção sensível são parte da imaginação (*phantasia*), do mundo tal qual à criatura – Homem ou animal - se apresenta. Contudo, “[a] atividade da percepção concerne a particulares, ao passo que o conhecimento concerne a universais” (DA 717 b 22-3). Para que seja alcançada a universalidade é preciso que “os *phantasmata* sejam flexíveis e possam ser enriquecidos pelas observações repetidas, enquanto as percepções sensoriais não o podem” (Frede, D., 1992: 291 *apud* Costa Lima, L., 2009: 128-29). Isto é, as imagens não se esgotam no momento da percepção, elas podem ser prolongadas.

*De memoria et reminiscencia (Peri mnemes kai anamnesis)* é um complemento ao *De anima*. Se o pensamento “[s]em uma imagem, ... é impossível” (DA 449b 31) também a memória é imagética. Contudo, percepção, memória e pensamento permanecem inconfundíveis. De maneira semelhante a *phantasia* no *De anima*, a memória permanece independente como um reservatório de imagens. “[...] Se somos indagados a que parte da alma a memória pertence”, nos explica Aristóteles, “respondemos: manifestamente, àquela parte a que também pertence a imaginação” (DM 450 a 22-23). Memória e *phantasia* ocupam posições semelhantes, sendo a memória a conservação das imagens que compõem a *phantasia* (Costa Lima, L., 2009: 131).

“Uma pintura sobre um suporte é, a um só tempo, uma figura (*phantasma*) e uma semelhança (*eikon*): ou seja, enquanto a mesma coisa é tanto isso como aquilo, embora ser isso e aquilo não seja o mesmo, e se possa contemplá-la tanto como uma figura quanto como uma semelhança. Do mesmo modo havemos de conceber a imagem dentro de nós em si mesma ou como relativa a algo mais. Enquanto encarada em si mesma, é apenas uma figura ou uma imagem; mas, quando considerada como relativa a algo mais, isto é, como sua semelhança, é também uma lembrança” (*DM* 450b 20ss.).

Será interessante distinguir aqui, nas pegadas de Aristóteles, a memória da evocação (*anamnesis*). Ambas referem-se ao passado, embora não seja “[a] evocação... nem a recuperação nem a aquisição da memória”, nos explica, ao seu modo, Aristóteles, “[p]ois uma pessoa lembra-se agora do que viu ou experimentou antes. Não se lembra do que experimentou agora” (451a 19-20). O mérito de Aristóteles e o que faz de sua filosofia algo particularmente útil para nossa moderna (pós-moderna ou pós-pós-moderna) concepção de experiência histórica, é a relação que estabelece entre imaginação (*phantasia*), memória (*mnemes*) e evocação (*anamnesis*). Como vimos, a *phantasia* (imaginação) dá forma ao desejo que leva à ação. A memória mantém e cultiva imagens na alma (psique). Já a evocação busca recuperar o acontecido a partir do que possuímos. Por isso a importância em estabelecer “um ponto de partida. Esse é o motivo por que se pensa que as pessoas algumas vezes evocam partindo de lugares (...)” (*DM* 452 a 12-6)”. Desta maneira, a evocação estabelece relações de semelhança. Logo, se a memória relaciona-se às percepções passadas, a evocação, como exposto na citação acima, busca no arsenal de imagens que habita a imaginação, a semelhança com o que percebe no presente. Embora relacione-se ao passado o seu ponto de partida é o presente. Podemos ainda dizer que a evocação tem sua origem na percepção, e por ser movimento cognitivo, pressupõe uma forma de desejo pela imagem criada no presente. Este desejo estaria à origem do movimento associativo que aí se desencadeia.

Desta maneira podemos aproximar a escrita da história do processo judicial, pois ambos buscam interpretar a memória a partir do que resta. Ao contrário do juiz, o historiador não dispõe de normas pré-codificadas, mas deve prefigurá-las. Como não deixa de notar Costa Lima, “[n]a escrita da história a memória é secundária” (Costa Lima, L., 2009: 141). Pois a memória em si enquanto um conjunto disperso de imagens não faz história, mas a capacidade de estabelecer entre elas relações de semelhança a partir de um ponto fixo, i.e., a evocação (*anamnesis*), constitui a atividade do historiador. Este ponto fixo pode ser ainda compreendido como o ponto que desencadeia a experiência (estética) histórica, em termos

ankersmitianos, o ponto de “contato direto com o passado” capaz de desencadear a evocação. Trata-se portanto de uma atividade que exige imaginação (*phantasia*), memória, desejo e evocação.

Logo a cognição que hoje associamos à atividade historiográfica, não pode estar dissociada da percepção sensível e das imagens assim geradas. É contudo o desejo que a imaginação inspira que retirará o pensamento de sua clausura levando-o à ação. É interessante lembrar aqui a maneira como Ankersmit relacionará a experiência histórica às obras de arte e aos objetos antigos (2007: 115). Tais objetos de percepção tem a capacidade de desencadear a evocação, uma livre associação de imagens a partir de si. Neste sentido, Ankesmit distancia-se de White, pois se o par whiteano *figura/fullfilment* pressupõe uma atividade semelhante à evocação aristotélica, ela é desencadeada por uma escolha ética racional, como não deixa de notar o autor ao formular a idéia de um “passado prático”. Já a experiência histórica proposta por Ankersmit pode vir a ser desencadeada pela percepção de um objeto trivial, ela libera pelo desejo o pensamento que se lança à livre associação de imagens. Daí a liberdade da experiência histórica em relação ao discurso histórico disciplinar: “Experiência histórica pode confirmar, modificar ou condenar um discurso histórico existente sem jamais sujeitar-se à confirmação, desafio ou rejeição” (Ankersmit, F., 2007: 121). A reflexão exposta no *De anima* parece ser um bom caminho para que sejam “des-transcendentalizados” ambos, o modernismo e o pós-modernismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES, *De Anima*, São Paulo, Editora 34, 2006.

ANKERSMIT, F., *Sublime Historical Experience*, Stanford: University Press, 2005.

\_\_\_\_\_, “White’s ‘New Neo-Kantianism’ in *Re-figuring Hayden White*, Stanford: University Press, 2009, 34-54.

\_\_\_\_\_, *Aesthetic Politics. Political philosophy beyond fact and value*, Stanford: University Press, 1996.

\_\_\_\_\_, “The three levels of ‘Sinnbildung’ in historical writing” in *Meaning and representation in history*, NY / Oxford, Berghan Books, 2007, 108-122.



\_\_\_\_\_, “Language and historical experience” in *Meaning and representation in history*, NY / Oxford, Berghan Books, 2007b, pp.

COSTA LIMA, L., *O controle do imaginário e a afirmação do romance*, São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C., *Le cru et le cuit*, Paris, Plon: 1964.

NUSSBAUM, M., *The fragility of Goodness*, Cambridge: University Press, (1986) 2009.

\_\_\_\_\_, *Love’s knowledge*, Oxford, University Press, 1990.

PAUL, H. *Hayden White*, Cambridge, Polity Press, 2011.

## DO GIRO-LINGÜÍSTICO À HERMENÊUTICA: ANTI-REALISMO E REALISMO CRÍTICO NA NARRATIVA HISTÓRICA

Breno Mendes\*

### Introdução

Uma das questões mais polêmicas do debate epistemológico na historiografia contemporânea diz respeito à função que a narrativa exerce no conhecimento histórico, e quais são seus alcances e limites na representação do passado. Acreditamos que esse debate se tornará mais inteligível e profícuo a partir de uma investigação do conceito de linguagem que subjaz ao de narração. Começaremos nosso percurso apresentando as principais características do chamado giro-linguístico, enfatizado como ele questiona os modos da linguagem se referir à realidade. Em seguida, abordaremos a hermenêutica que também toma o conceito de linguagem como algo fundamental, porém acredita que ela é um meio de compreensão da experiência. Examinaremos as implicações desta discussão na historiografia tomando como base a questão da narrativa nas obras de Hayden White e Paul Ricoeur.

### Giro-Linguístico e anti-realismo na narrativa histórica

A tarefa de pesquisar a gênese, ou nascimento de um movimento intelectual nem sempre é uma missão fácil de empreender, ainda mais quando esse movimento é múltiplo, heterogêneo e suas idéias estão espalhadas em autores das mais distintas orientações e tradições teóricas. Essas palavras aplicam-se perfeitamente àquilo que ficou conhecido como giro linguístico no contexto contemporâneo.

A guinada linguística possui múltiplos começos. Um episódio marcante foi a publicação, em 1967, da coletânea de 28 artigos organizada por Richard Rorty que fornece um bom indicador do estado da discussão no terreno da filosofia analítica: *The linguistic turn. Recent essays in Philosophical Method*. Na introdução ao volume Rorty apresenta seu objetivo como sendo oferecer material para uma reflexão sobre a mais recente revolução filosófica, a empreendida pela filosofia linguística. O autor diz

---

\* Mestrando em História pela UFMG.

que por “filosofia lingüística” entende “o ponto de vista segundo o qual os problemas filosóficos podem ser resolvidos (ou dissolvidos) reformando a linguagem ou compreendendo melhor a que usamos atualmente”. (RORTY, 1990: 50). Em suma, os “filósofos lingüísticos” argumentam contra qualquer método “não lingüístico” de se resolver problemas filosóficos, o que interditaria a proposição de teses filosóficas cujos pressupostos estivessem para além da linguagem.

O filósofo brasileiro Manfredo Oliveira em sua obra *reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*, apontou algumas características importantes deste movimento. Segundo ele, o primeiro sentido que a guinada lingüística tem é bem lato e consiste no fato da linguagem ter se tornado no século XX a questão central da filosofia. Nessa compreensão o giro lingüístico inclui um deslocamento epistemológico. A linguagem deixa de ser um objeto para estar na “esfera dos fundamentos” do conhecimento. Esse movimento elevou a filosofia da linguagem à condição de filosofia primeira<sup>1</sup>. Isto quer dizer que a pergunta que guiava a filosofia moderna sobre as condições de possibilidade do conhecimento girou rumo à linguagem e se transformou em uma questão sobre as condições da linguagem produzir sentenças intersubjetivamente válidas sobre o mundo. A pergunta pelo sentido lingüístico de uma proposição precede a indagação sobre a verdade e a validade dos juízos sobre o mundo. “Numa palavra, não existe mundo totalmente independente da linguagem, ou seja, não existe mundo que não seja exprimível na linguagem. A linguagem é o espaço de expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade” (OLIVEIRA, 2006: 13).

Outro traço importante do giro lingüístico é sua crítica a uma concepção lingüística vigente em uma corrente chamada por Oliveira de *semântica tradicional*. Essa vertente acredita que as palavras apresentam a essência das coisas, mostrando-as adequadamente. Essa tese leva a *semântica tradicional* a adotar um *realismo convencional*. Oliveira indica que tal realismo é uma *teoria da reprodução* (cópia). Essa perspectiva considera que o objeto de conhecimento é pré-dado e exterior ao pensamento do sujeito. No campo da linguagem o realismo afirma que as expressões

---

<sup>1</sup> Segundo K.O. Apel, esse posto de filosofia primeira outrora foi ocupado pela pesquisa sobre a natureza ou essência das coisas ou dos entes (ontologia), pela reflexão sobre as representações ou conceitos da consciência ou da razão (teoria do conhecimento).

lingüísticas possuem uma *função semântica* de designação dos objetos, ou de suas relações, qualidades e atributos. Em outras palavras, a linguagem corresponde a um objeto ou a um estado de coisas. Um enunciado é verdadeiro quando designa um fato de forma adequada. (OLIVEIRA, 2006)

O fechamento da linguagem sobre si mesma é a última tese que gostaríamos de destacar em nosso breve delineamento do giro linguístico. Esse argumento está mais evidente na lingüística estrutural desenvolvida por Ferdinand de Saussure. Em seu *Curso de Lingüística geral* ele estabeleceu a célebre distinção entre *langue* (língua) e *parole* (fala) numa busca de distanciamento da lingüística praticada no século XIX que consistia na análise da evolução dos significados ao longo da história. A *língua*<sup>2</sup> é algo externo ao indivíduo que por si só não pode criá-la nem tampouco modificá-la. Ela é uma instituição a qual o sujeito apreende e é por ela submetido. A *língua* é um produto social, um sistema de valores que é constituído por diferenças puras (jogo entre significante e significado) e não por conteúdos de vivências. Por outro lado, a *fala* é um ato ligado à vontade individual, ela é a atualização da *língua*, ou seja, é o uso que o indivíduo faz do repertório da *língua* para exprimir seu pensamento pessoal. Este uso está submetido às normas e códigos da *língua* (SAUSSURE, 1977; DOSSE, 1993; COSTA LIMA, 1970).

Segundo Saussure, em uma concepção tradicional o signo linguístico une a palavra às coisas, a linguagem remete a uma realidade extra-lingüística pré-existente que é chamada de referente. Todavia, para o lingüista de Genebra o signo envolve apenas uma relação entre significado (conceito; sentido) e significante (imagem acústica; palavra), sem que haja referência a algo externo à *língua*. (DOSSE, 1993) Nessa teoria, o laço que une o significado ao significante é arbitrário, é uma convenção que não depende da consciência ou livre-escolha do sujeito falante<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> É no campo da linguagem que ocorre a bifurcação entre *língua* e *fala*. A linguagem é uma faculdade comum a todos, ao passo que a *língua* é “ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1977:17).

<sup>3</sup> Prova disso, para Saussure, é que não há nada no significante *m-a-r* que remeta necessariamente ao significado que a ele associamos: uma larga extensão de água salgada. Essa relação é arbitrária, o significante *m-a-r* poderia ser substituído por qualquer outro. Acresce que nenhum indivíduo é consultado para que ela se estabeleça. “Queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 1977:83).

Essas importantes discussões sobre a linguagem tiveram um forte impacto na historiografia contemporânea, sobretudo a partir da década de 1960, e, em geral, vieram acompanhadas do debate sobre a função da narrativa no conhecimento histórico. Nesse sentido, destacamos inicialmente uma idéia proposta por Roland Barthes em seu texto *O discurso da história* [1967]. Vimos que uma das bases do giro linguístico é seu questionamento àquelas teorias que viam a linguagem como um espelho da realidade, um veículo que produziria uma cópia dos fatos. De forma análoga, Barthes irá criticar o “discurso histórico dito ‘objetivo’” no qual o enunciador (historiador) parece estar ausente de seu discurso. Nesses casos “a história parece contar-se sozinha”. O resultado desse processo, segundo o autor é uma “ilusão referencial” na qual o historiador pretende deixar o referente (o passado histórico) falar por si só. Essa ilusão longe de ser exclusividade da historiografia objetiva também seria compartilhada pelos romancistas do período do realismo e do naturalismo. (BARTHES, 2004)

Ao prosseguir com sua reflexão sobre o discurso histórico Barthes passa a falar em tom mais polêmico. Segundo ele a historiografia é marcada por um paradoxo: “o fato nunca tem mais do que uma existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a ‘cópia’ pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o ‘real’” (BARTHES, 2004: 177). Em suma, o discurso histórico visa um referente exterior ao discurso, porém só consegue atingí-lo pela via discursiva.

Barthes critica de forma severa a pretensão realista da narrativa histórica. O problema, segundo ele, é que no discurso histórico o referente parece entrar em uma relação direta com o significante. Dessa forma, o discurso dá a impressão de apenas descrever e exprimir o real sem a utilização do imaginário, do significado. Esse efeito de real causado pela historiografia seria uma máscara que encobre operação imaginativa na qual o historiador atribui sentido e significado ao passado.

Na década de 1970, Hayden White prosseguiu com as críticas ao realismo em historiografia. Em seu clássico e polêmico *Meta-História* [1973] ele empreende uma substancial análise da historiografia oitocentista européia. A partir de um método formalista o autor sustenta que antes de interpretar o passado o historiador opera uma

pré-figuração do campo histórico. Esse ato é essencialmente poético e se dá no âmbito da linguagem. Para explicar esse ato de pré-figuração linguística White recorre a tradição – que remonta a Aristóteles e a Vico – dos tropos da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Esses tropos constituiriam a estrutura profunda da consciência histórica. É a partir deles que podem ser empregadas estratégias de explicação do campo histórico - que fora pré-figurado linguisticamente. (WHITE, 2008)

Nas conclusões de *Meta-História*, White afirma que não existem premissas teóricas que permitam dizer que uma análise histórica é mais realista do que a outra. Por isso, os critérios para a análise de um texto histórico devem ser mais estéticos e morais do que epistemológicos. Em nossa leitura, essa crítica que tanto Barthes, quanto White fazem ao realismo em historiografia tem como base a proposição do giro linguístico que questiona o poder de referência da linguagem, sobretudo, quando a pretensão realista redundava em uma busca de cópia da realidade. O corolário desta postura é uma concepção anti-realista da narrativa histórica. Por anti-realismo entendemos aquela perspectiva que vê uma descontinuidade entre a narrativa e a realidade (CARDOSO, 2005). Assim, a estrutura formal da narrativa que contém início, meio e fim; enredo; narrador e personagens não teria nenhuma correspondência com a maneira como as experiências são vividas.

White explicitou essa postura anti-realista em seu polêmico ensaio *O texto histórico como artefato literário* [1978] e na coletânea de ensaios *O conteúdo da forma* [1987]. O estadunidense sublinha que os acontecimentos estão dispersos e não constituem uma estória já pronta e finalizada. Por isso, “não vivemos estórias, mesmo que confirmamos sentido à nossa vida moldando-a retrospectivamente na forma de estórias. E o mesmo ocorre com nações ou culturas inteiras.” (WHITE, 1994: 106) No artigo que abre *O conteúdo da forma*, White estabelece uma distinção entre duas vertentes do discurso histórico: 1) Uma forma que embora busque narrar a realidade, não impõe a ela a forma do relato - início, meio e fim – ao processo histórico. 2) Uma forma que *narrativiza* a realidade. É “um discurso que adota abertamente a perspectiva que olha o mundo e o relata em um discurso que finge fazer falar o próprio mundo e falar como um relato” (WHITE, 1992: 18) Essa forma discursiva

encontra dificuldades, pois os acontecimentos reais não se apresentam na forma de relatos.

A narrativa – prossegue H. White – busca preencher as lacunas entre os acontecimentos, criando artificialmente uma imagem de continuidade, coerência e sentido. Com esse sentido produzido ela anseia conter o potencial corrosivo do tempo. O equívoco seria pensar que esta coerência formal reside nos acontecimentos e não é resultado de técnicas narrativas utilizadas pelo historiador.

Ao chegar ao meio do nosso caminho lançamos um olhar retrospectivo que nos suscita algumas questões sobre os riscos dos argumentos expostos acima: 1) É possível assumir em historiografia uma concepção de linguagem que seja fechada em si mesma e cuja produção de sentido escapa inteiramente à consciência do sujeito? 2) A partir das críticas feitas ao ‘efeito de real’ a historiografia deve renunciar sua visada realista ou seria melhor fazer uma reformulação crítica deste visar? 3) A relação entre narrativa e as experiências vividas é de pura descontinuidade? A busca por respostas guiará nossos passos até o final de nosso breve, mas perigoso percurso.

### **Hermenêutica e realismo crítico na narrativa histórica**

A hermenêutica, desde sua definição clássica como a arte de ler e interpretar textos, está intimamente ligada à linguagem. Mesmo quando ainda era compreendida como uma técnica auxiliar, a hermenêutica tinha como um de seus propósitos a compreensão do sentido de um texto por meio de uma mediação operada pela linguagem. Um dos pontos de partida para que haja um problema hermenêutico é a polissemia das palavras quando estas são consideradas fora de seu uso em um determinado contexto. (RICOEUR, 2008)

Friederich Schleiermacher (1768-1834) – autor que é apontado como protagonista de uma revolução copernicana no campo hermenêutico<sup>4</sup> – fazia da polissemia o mote da interpretação. Segundo ele, para que haja hermenêutica é necessário que haja uma ambigüidade no sentido das palavras. Essa multiplicidade de

---

<sup>4</sup> Esta revolução consiste no fato de Schleiermacher ter deslocado o eixo da interpretação do objeto para o sujeito. Assim, a hermenêutica deixa de ser determinada pela natureza heterogênea de seu objeto (fossem eles textos da antiguidade clássica, textos teológicos ou jurídicos) para ser marcada pela estrutura do sujeito ou espírito em sua unidade. Daí se seguiu uma tentativa de apontar regras de interpretação que fossem aplicáveis aos distintos *corpora* textuais.

significados gera o ‘mal entendido’, a ‘não compreensão’<sup>5</sup> que a interpretação visa superar ao “compreender um autor tão bem, ou melhor, do que ele do compreendeu a si mesmo” (SCHLEIERMACHER *apud* RICOEUR, 2008: 27). Para este autor o ofício interpretativo se dava em duas vias: 1ª) *Interpretação gramatical*: nesta via “o homem, com sua atividade, desaparece e surge apenas como órgão da língua”. (SCHELEIERMACHER, 2001:93). Ela busca compreender uma expressão ou uma obra como parte do contexto lingüístico de uma época que é comum ao autor e ao leitor primitivo. 2ª) *Interpretação técnica ou psicológica*: nesta via “a língua, com seu poder determinante, desaparece e surge apenas como órgão do homem” (SCHELEIERMACHER, 2001:93). Ela busca compreender a individualidade da obra e a particularidade estilística do autor remontando ao espírito que anima e dá feição ao texto (DOMINGUES, 2004). Nesta etapa visa-se a compreensão do espírito que é trazido à tona e expresso pela linguagem.

Essas duas vias do trabalho de interpretação apontadas por Schleiermacher mostram que a hermenêutica visa compreender o sentido de um discurso como a expressão de algo que foi pensado *através* da linguagem. A compreensão não tem outro objeto senão a linguagem e “tudo o que deve ser pressuposto na hermenêutica é apenas a linguagem”. (SCHLEIERMACHER, *apud* GRONDIN, 1999: 125). Com efeito, o esboço do método interpretativo desenhado acima remete a uma dupla concepção de linguagem. Na *interpretação gramatical* a linguagem é tomada em sua acepção supra-individual, ou seja, ela é vista como uma totalidade que envolve tanto o autor como ao seu público original. Nesse momento o sentido da obra será compreendido como uma expressão deste contexto lingüístico compartilhado e não como uma manifestação da alma do autor. Todavia, para a hermenêutica de Schleiermacher, o sentido expresso na linguagem não apresenta somente esta dimensão supra-individual e anônima. A linguagem é também testemunho de uma alma individual. Na *interpretação técnica ou psicológica* a visão sintática e formal da linguagem é ultrapassada em direção à compreensão do espírito individual do autor que se expressa por meio da linguagem.

---

<sup>5</sup> Segundo Grondin, antes de Schleiermacher a hermenêutica buscava interpretar principalmente as passagens *obscuras* dos textos. Este autor, porém, universaliza o mal-entendido, dizendo que ele está presente em cada ponto do texto. A consequência é que nenhuma interpretação é definitiva, nenhuma dissolve este fundo de não-compreensão. (GRONDIN, 1999)



(GRONDIN, 1999). Esta alma individual é que confere a especificidade do estilo que cada autor imprime em sua obra.

Um segundo ponto de inflexão na história da hermenêutica se deu no século XX com as obras de M. Heidegger e H.G. Gadamer. Na leitura de Ricoeur estes alemães empreenderam uma segunda revolução copernicana no campo hermenêutico ao deslocar o eixo da compreensão – que outrora estava no terreno da epistemologia<sup>6</sup> e metodologia – para o solo ontológico. (RICOEUR, 2008) Esse movimento teve importantes implicações no campo da linguagem.

Para Heidegger, sobretudo na segunda fase de sua filosofia, a linguagem deve ser situada onde o ser se desvela, isto é, no homem. Isso equivale a localizar a linguagem no fundamento da estrutura de compreensão do ser-aí (*Dasein*). Em suma, a linguagem não é um objeto que está diante de nós, mas todo nosso pensar já está articulado linguisticamente. Nessa perspectiva a linguagem não é fechada em si mesma. Ela é uma abertura para a compreensão de nossa experiência com o mundo e com as coisas. Nosso ser-no-mundo é mediado linguisticamente. “O originário não é que falamos uma linguagem e dela nos utilizamos para poder manipular o real, mas, antes, que a linguagem nos marca, nos determina, e nela se dá a revelação dos entes a nós, o que só é possível porque (...) a linguagem é o evento de desvelamento do ser” (OLIVEIRA, 2006: 206)

Se as discussões do giro-linguístico ressoaram nos posicionamentos de R. Barthes e H. White no debate sobre a narrativa histórica, a hermenêutica está no cerne da intervenção de Paul Ricoeur a respeito desse tema. Tornando explícito seu pertencimento à tradição hermenêutica o filósofo francês concebe a linguagem como uma abertura, uma mediação para a compreensão da experiência humana. Isto implica em uma dimensão ontológica da linguagem: ela emerge e retorna a uma experiência. Ademais, é colocado um acento reflexivo e existencial na linguagem, pois ela é o meio privilegiado pelo qual o sujeito compreende a si mesmo. (RICOEUR, 1978)

A compreensão hermenêutica da linguagem oferece uma resposta à primeira indagação que fizemos na metade de nosso percurso. Embora tome a linguagem como

---

<sup>6</sup> Isto é bastante claro na distinção entre *explicação* e *compreensão* assumida por W. Dilthey em seu esforço de fundamentação das Ciências do Espírito.

um de seus fundamentos, a hermenêutica não a entende como um sistema ensimesmado, mas como uma *mediação* fundamental para a compreensão da existência humana. Ela é uma mediação entre o ser humano e o mundo, o ser humano e outro ser humano, o ser humano e si mesmo. (RICOEUR, 2010). Dissemos acima que o giro-linguístico repercutiu na historiografia através de uma visão anti-realista da narrativa. De forma semelhante, concluiremos nossa discussão indicando que a hermenêutica ressoa em uma percepção realista da narrativa histórica.

Em *Tempo e narrativa* [1983-85, 3v.] Ricoeur expõe seu círculo hermenêutico a partir dos três momentos da *mimesis*. Segundo ele, a operação de narrar uma história está enraizada em uma pré-compreensão prática do mundo da ação. A noção aristotélica segundo a qual a intriga é uma *imitação da ação* é tomada como guia. A tese é que a ação possui uma estrutura pré-narrativa que possibilita sua configuração em um texto. A ação se distingue do movimento físico, pois é mediada por linguagem e produzida por sujeitos que possuem projetos, objetivos, circunstâncias que, por sua vez, levam a interação e cooperação, ou a competição e luta. Segundo a *Poética*, a intriga *imita* – de maneira criativa e não reprodutiva – esta estrutura do agir e sofrer humanos. A mesma inteligência que utilizamos para compreender a ação é empregada para seguir uma história. (RICOEUR, 1991 e 2010).

Uma segunda ancoragem que a narrativa encontra no campo prático são os recursos simbólicos imanentes à ação. Esta mediação simbólica também permite que a ação seja narrada. Tal simbolismo, como sublinhou C. Geertz, não é uma operação psicológica, mas constitui uma convenção social em função da qual é possível interpretar uma ação particular. O gesto de levantar o braço pode ser compreendido como uma forma de cumprimento, de votar ou de chamar um táxi. O simbolismo confere uma primeira legibilidade à ação.

Um terceiro traço pré-narrativo do campo prático concerne aos seus caracteres temporais. Segundo Ricoeur, nossa práxis cotidiana é implicitamente temporal. Em nossa ação diária não nos ocupamos apenas do presente, também fazemos projetos, nos

preocupamos com o futuro e nos lembramos de experiências passadas. O agir humano busca coordenar a expectativa, a memória e a atenção ao presente.<sup>7</sup>

A nosso ver, esses argumentos conduzem Ricoeur a um realismo, ou seja, para o filósofo francês há uma semelhança entre a estrutura da ação e a forma da narrativa. Na contramão de White, Ricoeur diz que a vida não é apenas vivida, ela é também narrada. Com efeito, esta compreensão pode ser chamada de realismo crítico uma vez que a linguagem não é um mero objeto ou veículo que espelha a realidade, como no chamado *realismo convencional*. Embora se apóie nos traços pré-narrativos da ação a narrativa não se limita a reproduzi-los numa circularidade viciosa. Segundo Ricoeur, o arco hermenêutico que liga a narrativa à vida prática é circular, entretanto, não é vicioso, mas virtuoso. Isto porque a narração produz novos sentidos distintos dos que haviam no vivido pré-narrativo. O relato torna a experiência mais compreensível. Acrescente-se a isso a possibilidade de se poder narrar de diversas formas a mesma experiência.

O principal efeito do realismo crítico ricoeuriano é de cunho existencial. O homem é visto como um ser emaranhando em histórias. Não é por acaso que damos o nome de ‘história de vida’ ao intervalo entre o nascimento (início) e morte (fim) de uma pessoa. Segundo Ricoeur, a narrativa histórica – e também a ficcional – é uma dimensão irreduzível da compreensão de si. Outra tese sustentada pelo filósofo diz que a composição de uma narrativa não se finaliza no texto, mas no leitor que tem sua vida reconfigurada. O conceito de *identidade narrativa* pretende mostrar como a subjetividade não é fruto de uma mera seqüência de acontecimentos, mas também não é uma substancialidade imutável. Por ser temporal a identidade narrativa pode incluir a mutabilidade na coesão de uma vida.

Ao arraigar a narrativa histórica no mundo da ação, talvez o realismo crítico de Ricoeur tenha fornecido o fio a ser utilizado na tessitura de uma trama que enlace, novamente, a historiografia à práxis cotidiana dos homens que fazem e são feitos de histórias.

---

<sup>7</sup> Para Ricoeur os elementos temporais da ação também induzem à narrativa, já que a tese central da obra é que “O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que desenha os traços da experiência temporal.” (RICOEUR, 1991, *Tome I*, p. 17).

## **Bibliografia**

- BARTHES, Roland. O discurso da história. In *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: Edusc, 2005.
- COSTA LIMA, Luiz. Introdução. In: COSTA LIMA, Luiz (org). *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das Ciências Humanas. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. Durkheim e Weber*. São Paulo: Edições Loyola: 2004.
- DOSSE, François. *A história do estruturalismo. Volume 1: O campo do signo*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Editora. Unisinos, 1999.
- OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- RICOEUR, Paul. A vida: uma narrativa em busca de narrador. In. *Escritos e conferências I em torno da psicanálise*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- RICOEUR, Paul. Existência e Hermenêutica. *O conflito das interpretações. Ensaio de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit : l'intrigue et le récit historique*. Paris: Éditions du Seuil, Tome I, 1991. [Collection Points Essais]
- RORTY, Richard. *El giro lingüístico*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 12ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- SCHELEIERMACHER, Friederich. *Hermenêutica*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- WHITE, Hayden. *El contenido de la forma*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

## HENRI BERGSON: CAUSALIDADE EM CIÊNCIAS DA CULTURA\*

Rodrigo Tavares Godoi\*\*

*Quando esse historiador considerar o presente que é nosso, nele procurará sobretudo a explicação do presente que é dele e, mais particularmente, daquilo que seu presente contiver em termos de novidade. Dessa novidade, não podemos ter a menor idéia, se é que se trata de uma novidade.*

Bergson.

O conhecimento científico da realidade é válido quando sua demonstração de apreensão evidencia o singular de uma ação. Na realidade aquilo que pertence ao eu é o que, de fato, possibilita interpretação como causa substancial (HUDE, 2009:156). Bergson não pode ser confundido como um psicologista ou racionalista puro de um lado e irracionalista de outro. Sua investida foi motivada porque não havia estudos suficientemente metodológicos para a vivência interior (WEBER, 2001:70). Neste ponto é possível estabelecer cruzamentos, mesmo que equivocados, entre Bergson e Weber. Até o presente momento, o desenrolar do texto foi uma demonstração de princípios arraigados e Bergson que os posicionou na tentativa de uma ciência especial que se colocaria ao lado das ciências espacializantes ou representativas<sup>1</sup>. A ciência do espírito se colocaria ao lado destas e haveria outras no intervalo que lidariam com moral, social e orgânica da vida e, todas, buscariam se fundamentar em meio ao senso da precisão (BERGSON, 2006:89). Para Bergson, tempo e espaço se coincidem de modo a produzir endomose. Em Weber, a acentuação é no como este eu interior se apresenta em sentido para interpretação adequada.

Para uma busca aproximada do que se pode mencionar como princípio de uma filosofia do conhecimento histórico é indispensável a problemática de causa e efeito. Enquanto a ciência representativa se debruça sobre aquilo que esta impregnado por uma ilusão<sup>2</sup>,

---

\* Texto escrito como parte da pesquisa em desenvolvimento como tese. Seu cruzamento com a obra de Max Weber é em decorrência de dois motivos centrais: indicação do orientador, profº Dr. Carlos Oiti Berbet Júnior, e da leitura realizada na disciplina do primeiro semestre *Tópicos especiais da operação historiográfica: metódica e sistemática* profº Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais.

\*\* Docente na UEG UnU Jussara, doutorando em História na UFG-Goiânia, turma 2012 e bolsista pela FAPEG. Email: htrtgodoi@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Essa parte não consta neste artigo devido ao fato de ultrapassar o limite de sua normativa.

<sup>2</sup> Toda a tese de Bergson é estabelecida no princípio de que o tempo não pode ser medido por conceitos e nem se encontra difuso na sociedade por um sistema do que Chäi Perelman chamou de *adesão*. Conhecer o tempo não se

decorrente da linguagem, o historiador precisa reconhecer que ele mesmo faz parte de sua pesquisa. Apresentar uma compreensão histórica mediante causalidade evidencia uma questão de movimento. Enquanto indivíduo ele, historiador, se observa e percebe a si mesmo no mundo e consegue identificar suas sensações e estabelece para si sua verdade porque produz uma ação no mundo. Mas, o historiador não pesquisa a si mesmo enquanto indivíduo, ele lida com fontes ou material histórico, como, então, proceder? De antemão é necessário estabelecer pontos de contatos que, trata-se de acessar a experiência subjetiva, possível de compreensão (WEBER, 2001:49; LACAN, 1998:105; BERGSON, 1988:105). A tentativa de Bergson foi a de racionalizar o movimento, os estados da consciência, na sua individuação<sup>3</sup> e subjetividade, pode ser sim compreendidos e dados como demonstráveis. O historiador necessita elaborar estudos de caráter marcadamente significados pelo termo passado. Então, o conhecimento histórico é possível unicamente se estiver para o passado. O presente é o lugar da tensão e distensão do tempo e o futuro é tão aberto que nem mesmo a intencionalidade<sup>4</sup> pode ser capaz de apreendê-lo (BERGSON, 1988:16; 2006:13). Se a ideia fundamental de Bergson, ao se referir para a consciência, é a de duração, isto significa que se trata de uma continuidade que se renova indefinidamente. Identificada em *Dados Imediatos* como força, a consciência, confusa em memória, possui a condição de preencher-se no mundo para o qual é *devota* sem esgotar-se ou completar-se.

O passado é a carga da experiência subjetiva que insiste em projetar-se no presente. A consciência e a intuição, como método da duração, estão para aquilo que já passou, então, há uma situação delicada neste ponto. Sendo passado, não se trata mais de movimento, mas de trajeto. Assim, toda discussão do método da intuição de Bergson não é aplicável para uma filosofia do conhecimento histórico. Inicialmente não seria, mas é *plenamente*. Para Bergson, todo pesquisador deve tornar-se intérprete porque visa ultrapassar as simbologias conceituais. No espírito de potência negadora se apresenta como imagem mediadora (VIELLARD-BARON, 2007:72; BERGSON, 2006:94). A partir deste momento, o que foi dito como imagem mediadora será considerada hermenêutica. Então, a intuição proposta por Bergson para a metafísica deve ser vertida como hermenêutica para a elaboração do conhecimento

---

limita para a busca de consenso social porque neste se encontra movimento e por meio da intuição se procede a invenção, o não repetível, porque é versado em ação ou ato uma única vez.

<sup>3</sup> A consciência e o élan vital não possibilitam a ideia que duramos sozinhos.

<sup>4</sup> “Illusion encore de se représenter l’acte futur comme prévisible, car la prévision suppose la régularité d’une production des mêmes effets par les mêmes causes” (HUDE, 2009:158).

histórico como meio intuitivo. Assim, o intérprete é tomado por uma situação direta de exposição do novo, caso o seja, e é responsabilizado diretamente pelo demonstrável. Há uma confusão do objeto e do sujeito<sup>5</sup>. O juízo aparece como evidência.

Escrever um texto é uma ação individual preenchida de experiência subjetiva possível de compreensão. Então, há aqui uma confusão entre ambas, uma vez que, não se trata de permanecer no mundo da linguagem usual inspirada e moldada por conceitos socialmente aceitos. Bergson reconheceu que escapar a palavra<sup>6</sup> é inevitável, mas o problema se concentra na imposição da carga conceitual preexistente a relação causal a ser demonstrada. A realidade em demonstração se faz mediante o espírito criador que se fez comunicável. Esse espírito se releva na medida em que, o intérprete, estabelece sua vivência interna utilizando-se de elementos constituídos de si como singular, decorrente de uma experiência subjetiva. Todo ato-ação criador se demonstra na matéria especializada, o que é dado para percepção. Por isso, é possível afirmar ser no espaço que se inicia o princípio interpretativo e, nele que se encerra. Interpretar é estabelecer ação. Bergson não se opõe ao espaço, somente não reconhece que seja nele a presença do espírito em movimento<sup>7</sup>. Para que o espírito seja demonstrável pelo intérprete é necessário reconhecer que a coisa materialmente especializada (no mundo exterior) não é dotada de essência imediatamente na aparição ou na percepção.

Então, é possível afirmar que, até este momento, a exposição do pensamento de Bergson esta carregado de interlocuções capazes de elucidar princípios orientadores. Como uma compreensão elementar é demonstrada aqui uma relevância de ordem a evidenciar que, na sua metafísica, Bergson precisou esboçar fundamentos de ordem para uma filosofia da história. Para esse filósofo, no movimento da relação causa-efeito, se processa singularmente ao ponto de não poder ser capaz, o hermeneuta, de demonstrar o próprio movimento. Enquanto trajeto, sua demonstração é dada mediante a ação subjetiva. Aquele que escreve uma obra se envolve diretamente com ela e que, pela interpretação, este se torna claro como criador ou espírito livre pelo fato de que, aquele que interpreta, o expõe porque é em simplicidade. Para Bergson,

---

<sup>5</sup> “Somente um sujeito pode compreender um sentido; inversamente, todo fenômeno em sentido implica um sujeito” (LACAN, 1998:105).

<sup>6</sup> Esta precisa estar apartada do condicionamento da linguagem, caso contrário, não consegue dar conta do espírito (LACAN, 1998:162).

<sup>7</sup> Em seu texto Hilton Japiassu *Nascimento e morte das ciências humanas* há a argumentação de que para haver a ciência moderna, foi preciso substituir experiência por necessidade. A noção de causa foi mecanizada de modo a que para cada efeito é prescindível de uma causa específica. Uma nítida independência entre sujeito e objeto. Na concepção da explica internalista ou externalista, o sujeito do conhecimento não se demonstrava devido ao movimento independer de sua volição. Em decorrência desse espírito científico, as ciências humanas foram induzidas a pensar consciência, tempo, movimento e mudança sob a égide da racionalidade instrumental.

como imagem mediadora, o hermeneuta, é a matéria de apreensão daquilo que não foi dito no ato da criação. Isto porque se trata de uma ação subjetiva que seu conhecimento enquanto objeto de estudo é demonstrável precisamente por aquele se apresenta como demonstração dessa imagem. Para Bergson, a condição da demonstração se dá inerente àquilo que se revela. O material produzido pelo intérprete é orientado a partir dos elementos constituintes, dados e apresentados no próprio interior da obra. Como atestou Paul Ricoeur no *Teoria da Interpretação* devido a presença autoral ser por significação há, então, um esforço mental de apreender o que o autor não disse porque sua simplicidade é tamanha que ele mesmo não o pode dizer. É um não dito que se apresenta unicamente através da intuição. Por ela se resgata a originalidade. Não é provável que um autor torne-se seu próprio intérprete. Ele não se compreende melhor que o seu intérprete. Trata de princípio, do movimento. No concentrar em uma simbologia, representação, dotar de sentido, não se ocupou do ato em si mesmo. O esforço mental daquele que produz ato-ação é em movimento, por isso ele não é percebido, somente depois de realizado que este se coloca como perceptível, há comunicação. Tanto quem escreve quanto quem interpreta esta na mesma condição, lida com o trajeto. Pela intuição ambos possuem a mesma possibilidade. É provável que aquele que escreve diga ser capaz de voltar a si mesmo e descrever o que estava pensando quando escreveu aquilo que se apresenta, mas é pura ilusão. Dado o trajeto não se pode recuperar o movimento, já não existe mais, é único. É na intuição que se processa o que Dilthey chamou de compreensão superior. O lugar do estabelecer da demonstração é possível somente e unicamente em matéria e/ou espaço. O que se realiza na demonstração é especificamente aquilo que é próprio da hermenêutica bergsoniana, o singular e o subjetivo. A conexão objetiva é aquilo que não se pode mais reduzir, ou seja, dado um acontecimento como fato psicológico, por intenção que visa fins objetivos, não se pode fazer conexões objetivas entre um e outro porque esta é uma construção cognitiva, da inteligência por essência. Essa forma conectiva é apropriada para aquilo que visa ser útil, logo por uma determinação necessária. Conhecer causalmente um objeto ou fato a partir de um estado psicológico não possibilita dizer que é possível fundamentar uma forma nomológica para história.

Há mais um problema a ser resolvido, fatos psicológicos não estão diretamente associados a história, estes independem entre si. Sob o ponto de vista de Bergson esta é uma afirmação dosada de equívoco. Primeiro, memória não é matéria-prima da história; segundo, história é, enquanto narrativa, a manifestação do trajeto, é dotada da capacidade de realização



na memória; terceiro, o real da história é, na realidade, uma parte dele. Memória não é matéria-prima da história porque seu lugar é o da ação e da orientação em duração. O mundo que se apresenta como objetivo é uma construção cognitiva do que é em contingência. A contingência é manifesta porque o espírito não é em matéria, mesmo se demonstrando nela. Esta não pode ser uma determinação necessária. A sociedade, a partir de seus hábitos, usos, juízos e valores, não pode ser o princípio do entendimento. As construções narrativas desenvolvem por meio de lugares específicos que se, se apresentar uma indução ou dedução que apresente uma anulação da capacidade criativa e eliminação do subjetivo e a sociologização da memória como instrumento puramente cognitivo ou cerebral, material, perde-se a possibilidade de compreensão da realidade. O esforço intelectual deve orientar-se ou pautar-se pela intuição, de observar no trajeto as individualidades que se lançaram em busca de orientação para o seu agir de modo contingencial e único. Não se repete, mas pode ser demonstrável e ser socialmente apreendido. Quando um indivíduo age unicamente por conceitos e usos sociais como forma reprodutiva, não consegue se reconhecer no mundo. A história é produzida pelo historiador como uma demonstração completamente objetiva. A realidade não pode ser apreendida em sua totalidade, mas a manifestação do espírito sim, segundo Bergson. A objetividade demonstrada pelo intérprete da realidade é a demonstração da subjetividade. Ela é subjetiva porque parte ora da escolha ora da liberdade. A consciência é em movimento porque esta dotada de conteúdo, memória. O que para Bergson não estava resolvido era o processo da seleção das imagens em coincidência com a coisa percebida.

A concepção causal de Bergson se orienta na impossibilidade de que esta mantenha em si a previsibilidade. Os cientistas da natureza se iludem por acreditar que o problema da verdade se encontra indissociado do presente, “estes imaginam que o provir está dado no presente, que o porvir é teoricamente legível no presente, e que, portanto, nada lhe acrescentará de novo” (BERGSON, 2006:12). A previsibilidade da ação é infundada porque o amanhã e o seu fazer estão condicionados por uma determinação de futuro a realizar. O presente é carregado de imaginação e não de realidade. Enquanto amanhã, que por isso o hoje já é em trajeto ou passado, que a alma possui o vivido para a execução. A contingência, a escolha e a liberdade anulam o grau de certeza ou previsibilidade do que se poderá ocorrer. Compreender uma causa em conexão com um efeito não significa que o intérprete poderá colocar-se como lugar de evocação ou demonstração do vir-a-ser. Esta hipótese somente poderia ser manifesta se Bergson defendesse o tempo como uma categoria extrínseca ao

Espírito independente das funções subjetivas ou dos indivíduos. Por estes termos, uma ambiguidade se apresente entre tempos: passado, presente e futuro. Anteriormente essa noção foi apresentada, mas é preciso apresentar mais elementos fundamentais. A somatória dos acontecimentos, ou a apreensão de suas realidades, mantendo ou preservando uma regularidade, não significa que o historiador se legitime como senhor do tempo. O movimento é diferente do trajeto. O historiador poderia se fosse possível afirmar uma determinação necessária para o movimento. Assim, se fosse, não se pode estabelecer discussão ligada a contingência, liberdade, utopia e escolha. Há, aqui, uma defesa explícita de relações distintas. A determinação necessária da ação não pode ser nem para a consciência ou memória e nem para a matéria e/ou espaço. A possibilidade criadora da ação ou da experiência subjetiva retira do tempo (experiência-consciência, memória) e do espaço esta condição de possibilidade ou de previsibilidade<sup>8</sup>. Não é afirmado aqui que Bergson é um irracionalista. Termos como objetividade, totalidade, racionalidade, apreensão do real e demonstração deste são defendidos por ele.

Bergson define consciência como imediata e alargada. A primeira não se distingue do objeto visto, se coincide mutuamente como uma lógica irrefutável, é dada por natural. A segunda recusa um inconsciente que se dá e resiste, nesta há reflexão e inteligência, ela é relacional (BERGSON, 2006:29). A causalidade em Bergson não está para uma ordem, como se ela estivesse além dos acontecimentos. Sua filosofia da história desconsidera a ideia de sentido preexistente ou ordenável. Não há uma ordem que se define por uma natureza e que condiciona os indivíduos em cultura. Bergson não separou experiência de história. O binarismo entre antes e depois e a priori é ilusório<sup>9</sup>. “‘Desordem’ e ‘nada’ designam portanto realmente uma presença- a presença de uma coisa ou de uma ordem que não nos interessa, que desaponta nosso esforço ou nossa atenção” (BERGSON, 2006:70). Compreender uma relação causal se estabelece a primeira regra, a da interpretação. Os fatos psicológicos são encontrados na duração por isso se apresentam pela atenção, emoção, percepção dentre outros processos que se confundem em matéria, na biologia (HUDE, 2009:116, 122).

O indivíduo que fala Bergson parece ser aquele fora da sociedade, como se este possuísse como determinação a si mesmo independente das articulações e obrigações sociais.

---

<sup>8</sup> “Illusion encore de se représenter l’acte futur comme prévisible, car la prévision suppose la régularité d’une proction des mêmes effets par les mêmes causes” (HUDE, 2009:158).

<sup>9</sup> “Le temps ne peut plus passer pour un a priori que nous impaserions aux impressions du sense interne” (HUDE, 2009:123).

Esta é uma falsa impressão. Ele esclarece que os indivíduos são em sociedade e que se realizam nela. Possuem intenção própria de relacionar e comunicar-se a outros em atos e ações. Tanto que em Bergson nenhuma ação é dotada de irracionalidade, todas elas visam fins objetivos e peculiares, por isso que, este se articulou numa metafísica da contingência (HUDE, 2009:130). Para este filósofo da metafísica todo ato é voluntário que se desdobra em quatro etapas: concepção de motivos, deliberação, escolha e execução. O primeiro se evidencia no estado da alma atual, se movimenta por um fundo de lembranças e emoções. O segundo situa-se num progresso da consciência que age na singularidade causa-efeito, uma modificação de cada indivíduo em si mesmo. O terceiro é a preparação dos motivos e dos móveis de meios em meios para finalidade que é a ação. O quarto é a síntese dos outros três que se fez em movimento. Para este é que detém a atenção do intérprete que visa demonstrar os três anteriores. Todo ato voluntário consiste na composição de ações possíveis, umas com as outras (HUDE, 2009:136). O ato sendo voluntário por liberdade, cabe ao intérprete revelar a unicidade do indivíduo e sua ação, ele é causa de si mesmo. Caso haja uma determinação social, como lidar com esta questão? Falar que um indivíduo é livre nas suas ações subjetivas, não significa que ele localiza-se fora da sociedade<sup>10</sup>, pelo contrário, só se pode ser chamado livre quando se estabelece a distinção entre matéria e espírito. Sendo considerada livre, é porque o intérprete desvinculou a ação de qualquer determinação necessária que, por sua vez, se faz presente mediante as relações sociais (WEBER, 2001:164). Na posição de intérprete da ação, por estabelecer a relação coincidente entre causa e efeito, os preconceitos estão próximos mais que a demonstração da própria ação em si. Assim, é presente sentidos de ordem, regularidade e juízos de valores. O intérprete antes de ser tocado pelo espírito do movimento que se apresenta como trajeto, se organiza a partir de categorias e conceitos, esta localizado no mundo da linguagem. Para Bergson é aí que começa a metodologia da metafísica que deve ser uma filosofia da negação, ou seja, uma recusa definitiva de ideias comuns, ideias aceitas e teses admitidas sem exames aprofundados (VIELLARD-BARON, 2007:72; BERGSON, 2006:94). Quem visa interpretar precisa conseguir inventar verdade, porque é por meio dela que se consegue fazer uso da realidade. Toda verdade precisa de realidades, mas estas são apenas o terreno onde aquela cresceu (BERGSON, 2006:253,254).

O problema da temporalidade é colocado por Bergson de maneira peculiar porque para ele a consciência observa-a de modo a coincidir passado e presente. O sujeito da ação (seja ela

---

<sup>10</sup> Para Henri Hude o ato livre, na deliberação, já se faz em sociedade porque é, para ele, uma questão de moral.

intelectual, utilitarista, livre, escolha) visa partir daquilo que se sabe, daquilo que se permite, daquilo que é justo, daquilo que é eficaz, daquilo que é inteligível como possibilidade de ação. Demonstrar o espírito de uma obra é reconhecer que há, por natureza, um élan que liga o espírito em trajeto e o espírito em demonstração, como imagem mediadora, ele é vital. A Vida é para Bergson o que liga os indivíduos em sociedade, somente na demonstração dos espíritos individuais que os indivíduos em sociedade se inspiram para orientarem-se no mundo ou para a vida. Assim, neste mundo em sentido possível e constituindo-se permanentemente que resultam de potencialidades de agir. O mundo da linguagem centraliza o indivíduo em sua experiência subjetiva para observação daquilo que lhe apresenta em sentido provisório, a realidade da matéria. A consciência ocupa-se do presente somente na suscetibilidade de tornar-se passado, ele é em espírito porque se duplica pelo próprio passado (VIELLARD-BARON, 2007:77). A consciência subjetiva não esta a parte da consciência histórica. Numa dada consciência histórica que os indivíduos de orientam coincidindo suas subjetividades para aquilo que lhe é dito como objetivo. O passado se acumula no presente não sob uma perspectiva múltipla de mensurabilidade orientada por uma regularidade, mas numa evolução singular que se evidencia por atos-ações que independem das causas e efeitos dos atos-ações anteriores. Toda causa e efeito se estabelece uma única vez. Ela não se revive, não é acessada na sensação do movimento. A função causal no espírito interpretativo demonstra um trajeto orientado por um espírito subjetivo a partir de momentos próprios e inerentes a ação porque é objetiva em si mesma. Um acontecimento manifesto em ação subjetiva, é objetivo porque é totalmente apresentado nele mesmo. Assim, a função reflexiva do intérprete não é colocar a realidade do espírito subjetivo em categorias explicativas abstratamente seja por nomologia, axiologia, analítica ou descrição. O modo próprio da interpretação é demonstração devido a presença da imagem que apreende uma regularidade em movimento realizado. O espírito interpretativo não se ocupa pela descrição do trajeto, mas da vontade presente nele que aquele que a estabeleceu não pode controlar sob o ponto de vista da previsibilidade. A singularidade da ação estabeleceu uma relação causa e efeito como verdade inventada por aquele que se dispôs a interpretar. Bergson concebe o conceito de verossimilhança no séc. XIX, ou seja, a impossibilidade daquele que da realidade se ocupa estabelecer sua cópia acessada e transferida como uma mimética. Interpretar é inventar, é uma questão de criação e não de reprodução. A coincidência evita a ideia de revivência ou de vivência do outro como a si mesmo (WEBER, 2001:201).

Em princípio de exemplaridade aquele que interpreta localiza ação subjetiva que, por sua vez, localiza aquele que a estabeleceu por finalidade. As conexões históricas dos fatos se fazem por personalidade; essa personalidade se apresenta em manifestação de vida, seu meio de vivência; esta em meios próprios do círculo, conexões externas; demonstrar certas regularidades em condições culturais (WEBER, 2001:175,176). Bergson traçou caminho um tanto não sistemático, sob o ponto de vista da ciência representativa, porque ele acreditava que o foco de sua atenção deveria estar voltado para a constituição de uma ciência espiritual. Então, estabelecer compreensão por análise e padrões de regularidade não fez parte de sua reflexão. Propriamente dito Bergson não se ocupou do método histórico, mas considerou a história como uma ciência da moral e do social. Não se ocupou estritamente da interpretação do sentido lingüístico e da interpretação do conteúdo espiritual<sup>11</sup>. Bergson esteve ligado ao problema de como esse conteúdo se constitui em movimento. Tanto em Bergson quanto em Weber o juízo de valor não representa cientificidade e nem determinação necessária. Assim, é possível dizer que nem aquele que interpreta é em juízo de valor e nem aquele que executa a ação possui consciência dele, este se evidencia unicamente após realizada a ação e não para sua realização como determinante. A interpretação espiritual quando ela esta no campo da qualidade, o sentido que visa ser apreendido. Em si ele não faz parte da visão conceitual da época do séc. XIX, mas que, pela capacidade de demonstração se pode fazer como singular do fato.

A ação subjetiva, sendo ela puramente desconexa do real – dado a percepção- ausente de causalidade, então, deve-se abordá-la por possibilidade causal (WEBER, 2001:49). A ação interpretativa não consegue demonstrar o ser na sua totalidade porque muda continuamente, mas o eu, da avaliação interpretativa, que age, através de juízos de valor é possível. O juízo de valor pode ser vertido por verdade constituída em decorrência de ser uma condição de interpretação. Assim, justifica Bergson ter dito que o presente em si não pode ser objeto de estudo para seus contemporâneos em decorrência da ausência de fatos. Estes são presentes unicamente na insistência do passado no presente. Todo fato é se for passado e a interpretação se faz em decorrência da apresentação do trajeto de demonstração do movimento realizado pela experiência subjetiva. A vivência é diferente do seu conhecimento (WEBER, 2001:53). Bergson distingue reconhecimento de conhecimento porque o segundo é dotado de intelectualidade. Os estados de consciência e seus fatos podem ser estudados porque se

---

<sup>11</sup> Ocupação presente e nítida em Max Weber.

apresentam em matéria devido a perspectiva de finalidade. Mesmo assim, não pode dizer que há lógica entre psíquico e ação (WEBER, 2001:59).

Os pontos de contatos que podem ser apresentados, sob o ponto de vista da interpretação, é o fato de que Bergson afirmou ser na duração que é capaz de compreender as ações individuais sem recorrer a lógica representativa. Devido imposição que ele colocou a si mesmo como imagem mediadora, esforçou-se de maneira árdua para tentar demonstrar parte da realidade que a linguagem convencional não suporta, seja ela conceitual e categorial. Isso não significa dizer que Bergson é ausente de conceito e de categoria, mas que, estes se fazem por uma demonstração inversa ao que estava sendo proposta até os seus dias. Bergson não concebeu a explicação da realidade por questões vinculadas ao modelo representativo. Destarte, enquanto historiador, intérprete das ações subjetivas, oscila entre uma metafísica e uma nomotética. O status da comunicação e da relação entre as consciências obriga a permanecer ordinariamente num constante contato entre tempo e espaço dados para o conhecimento pelo espírito que observa o movimento pelo trajeto sem se justaporem, mas sendo passíveis de confusão.

#### **Referências bibliográficas:**

BERGSON, H. A memória ou os graus coexistentes da duração In: **Memória e Vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Introdução (primeira e segunda parte) e Sobre o pragmatismo de Willian James- verdade e realidade In: **O Pensamento e Movente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Da intensidade dos estados psicológicos e Organização dos estados de consciência: a liberdade In: **Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1988.

HUDE, H. Relire l'essai sur les donnés immédiates In: **Bergson**. Tome premier. França: Archives Karéline, 2009.

LACAN, J. A agressividade em psicanálise e Formulações sobre a causalidade psíquica In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WEBER, M. Roscher e Knies e os problemas lógicos de economia política histórica e Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura In: **Metodologia das Ciências Sociais I**. 4ªed., São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

VIELLARD-BARON, J.-L. **Compreender Bergson**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

## FRYE E AUERBACH NA TEORIA DA HISTÓRIA DE HAYDEN WHITE (1957-1973)

Marcus Telles\*

### Introdução

Na sua introdução a *The Fiction of Narrative*, coletânea de ensaios de Hayden White publicada em 2010, o organizador Robert Doran afirma que “a grande síntese que define a obra de White [é] aquela entre o *formalismo* arquetípico de Northrop Frye e o *historicismo* figural de Erich Auerbach” (WHITE, 2010: xxxii). “Esta síntese,” afirma Doran em uma nota, “está presente virtualmente desde os primórdios e percorre toda a trajetória de sua carreira” (idem: 345, nota 29)<sup>1</sup>.

A partir de suas primeiras publicações, em 1957, White manteve um conjunto constante de preocupações intelectual, o qual culminaria com a publicação de *Meta-História*, em 1973. No que diz respeito a este intervalo, parece-nos sustentável a proposta de uma tese alternativa à de Doran: a de que, estabelecido o projeto de *Meta-História*, White retorna repetidamente a Frye e a Auerbach para *retrabalhar* questões das quais *já se ocupava*. Dentre estas questões, uma nos interessará especificamente: a das relações das sociedades humanas com seu passado, as quais White considera operativas por meio de *escolhas* de ancestrais, escolhas estas que funcionam como referência para o funcionamento presente e os projetos de futuro destas sociedades.

Frye e Auerbach, nos textos mais “maduros” de White, são sem dúvida as principais referências dessa abordagem – especialmente as noções de *figura* e *preenchimento* que, como veremos, White adapta de Auerbach. Mas, conforme Herman Paul, em resenha a *The Fiction of Narrative*, “a fórmula ‘Frye + Auerbach = White’” obscurece a relevância das dimensões morais e políticas da obra de White, dando ênfase exagerada aos motivos estéticos por trás da apropriação que White realiza de ambos. Até a recente publicação de *Hayden White: The Historical Imagination*, do próprio Paul, ainda não havia sido destacado de maneira convincente a importância da dimensão ética na obra de White. Mas, ainda assim, de diferentes maneiras, pode-se argumentar

---

\* Mestrando em História Social (UFRJ). Bolsista da CAPES.

<sup>1</sup> Doran não é o primeiro a apontar a importância de Frye e de Auerbach para a obra de White. A importância deste último, por exemplo, é reconhecida e enfatizada também por comentadores como Hans Kellner e Frank Ankersmit.

que autores como Hans Kellner, David Harlan, Dirk Moses e até mesmo Carlo Ginzburg já haviam, de diferentes maneiras, apontado em tal direção. Não é coincidência que, de todos os comentadores da obra de White, estes agora referidos estejam dentre os poucos que se dedicaram à análise de textos anteriores a *Meta-História*, e mesmo a *O Fardo da História*<sup>2</sup>. Na leitura de seus primeiros textos, é difícil não perceber a presença implícita da questão ética kantiana “o que eu deveria fazer?”, manifestada – neles e nos textos posteriores – pelo “privilegio da ética sobre a política” por parte deste pensador “novo neo-kantiano”, como Ankersmit o chamou recentemente (2009: 34-53).

A análise das apropriações de Auerbach e Frye realizadas por White à luz de suas preocupações éticas precisa ser informada por um outro fator: sua concepção de como funciona a historicidade das sociedades humanas, a saber, por meio de suas escolhas de ancestrais no passado, constituintes de sua identidade presente e de sua utopia futura. Um trecho de um texto de 1995 sobre Frye, que se permite ler como uma tentativa de esclarecer para si mesmo um *insight* que adotava desde muito jovem, White acaba por adotar um modelo que remete a ambos os pensadores:

Aqui nós chegamos ao ponto fulcral da teoria da mudança histórica de Frye, ou, o que equivale à mesma coisa, sua teoria da mudança literária/cultural. Repetição – “não a simples repetição de uma experiência, mas a recriação da mesma que a redime ou a desperta para a vida” – nomeia o processo produtivo do relacionamento do tipo/anti-tipo [*type/antitype*] pelo qual um evento, texto, período, cultura, pensamento ou ação posteriores podem ser ditos como tendo ‘preenchido’ um anterior – da mesma maneira que se pode dizer que uma figura de linguagem como a metalepse ou a ironia ‘preencheu’ outra figura – como a prolepse ou a metonímia – que pode tê-la precedido em uma sequência verbal (2010: 270).

### **Auerbach e Frye: leituras e releituras**

No bastante conhecido *O Fardo da História*, de 1966, White afirmava que os artistas e cientistas contemporâneos hostilizavam os historiadores devido à concepção ultrapassada de arte e de ciência por estes adotadas: a de ciência social do fim do século XIX e de arte de meados do século XIX. Os historiadores de sua geração, para ele, tinham a obrigação de se colocar “em harmonia com os objetivos e propósitos da

---

<sup>2</sup> O primeiro a fazê-lo é, certamente, Hans Kellner (1980).



comunidade intelectual como um todo”, promovendo a assimilação da história a um “tipo superior de investigação intelectual”, fundada numa percepção mais das semelhanças entre a arte e a ciência que das suas diferenças. Para fazê-lo, os historiadores deveriam lançar mão das modernas técnicas artísticas disponíveis. Desta forma, argumentava White, uma explicação poderia “ser julgada unicamente em termos da riqueza das metáforas que governam sua sequência de articulação. Assim vista, a metáfora governante de um relato histórico poderia ser tratada como *uma regra heurística que auto-conscientemente elimina certos tipos de dados de serem considerados como evidência*”. White recorre à noção de “sistema de notação” desenvolvido por Gombrich em *Arte e Ilusão*, que, em sua opinião, era capaz de resultar no “reconhecimento de que o estilo escolhido pelo artista para representar tanto uma experiência interna quanto uma externa carrega consigo, por um lado, critérios específicos para determinar quando uma dada representação é consistente internamente e, por outro, provém um sistema de tradução que permite ao observador ligar a imagem com a coisa representada em níveis específicos de objetificação”. Adotando as metáforas como este “protocolo provisório”, os historiadores seriam levados a reconhecer que “não há algo como uma *única* visão correta de qualquer objeto sob estudo mas que ha *muitas* visões corretas, cada uma requerendo seu próprio estilo de representação”.

Escrita um ano antes, em 1965, a resenha de White a *The Later Philosophy of R. G. Collingwood*, de Alan Donagan, é sintomática de importantes aspectos que emergiam em seu pensamento. Os tardios Collingwood e Wittgenstein, destacava White, compreendiam a vida humana como um processo no qual as respostas privadas à confusão dos dados sensórios “são traduzidas por atos linguísticos em materiais a partir dos quais um mundo público ou comum é construído” (1965: 249-251). White se ocupou por repetidas vezes deste caráter público, coletivo, social da produção de sentido humana, por meio da linguagem. Sua primeira manifestação se deu por meio de Auerbach, na abertura de *The Abiding Relevance of Croce’s Idea of History*: “Em um de seus muitos momentos agudos, Erich Auerbach observou: ‘Escrever história é tão difícil que a maioria dos historiadores é forçada a fazer concessões à técnica da lenda’”. White, em seguida, afirmava que a generalização poderia ser estendida à teoria social e à crítica também: “o teórico social que não percebe que modos legendários de pensamento vão

intrometer-se em suas narrações é ou ingênuo epistemologicamente ou está preocupado apenas com questões triviais. A queda na lenda é o preço que a ciência paga ao mito pelo uso da linguagem”. Em *O Fardo da História*, a questão passou a ser abordada em termos também presentes no ensaio sobre Croce, o de *metáforas*, capazes de organizar e interrelacionar os elementos da obra historiográfica, e compartilhando com o leitor o código necessário para a leitura de tais narrativas. Até *Meta-História*, a questão acabará se bifurcando em duas partes, mais relacionadas uma com a outra do que era possível perceber em 1973: de um lado, por meio do *enredo* compartilhado socialmente, e que produz o sentido das *estórias*; do outro, por meio dos *tropos*, que White julga constituintes de qualquer objeto a que se busque representar.

Desde o princípio da redação de *Meta-História* White já usava noções de tragédia, comédia, etc. Mas ainda não as tratava como fornecedoras de um “enredo” para os textos historiográficos – ou melhor, ainda não havia articulado a função de um elemento como o enredo na estrutura deste tipo de textos. Mas, se é verdade que esta questão da *estrutura mítica* da historiografia só ganha contornos mais claros ao longo da década de 1960 e só é abordada mais explicitamente em 1971, outra questão seguia firme: a da atividade tipicamente humana de *escolher o próprio passado*.

Em 1967, White apresentou *What is a Historical System?* em uma “conferência de biólogos, historiadores e filósofos”. O texto tratava das diferenças entre os sistemas biológicos e os sistemas históricos. Elas residiam, em sua opinião, nos “conceitos de escolha, propósito ou intenção”. Se, por um lado, tais conceitos não davam conta de “descrever as respostas que organismos biológicos ou espécies inteiras dão aos estímulos oriundos de seus ambientes”, por outro, os historiadores “não podiam passar sem tais termos”. A escolha em prol de um ou outro elemento de um sistema sociocultural explicaria, por exemplo, porque às vezes eles escolhem por *não* sobreviver. Em certos momentos, os termos voluntaristas chegam a ser surpreendentes. Usando como exemplo a tradição greco-romana (sobre a qual publicaria um livro nos anos vindouros), White afirma:

O que aconteceu entre os séculos III e VIII é que os homens *deixaram de considerar a si mesmos como descendentes de seus ancestrais romanos e começaram a se tratar como descendentes de seus predecessores judaico-cristãos*. E foi a constituição desta ancestralidade cultural *ficcional* que assinalou o abandono do sistema sociocultural romano.

Qualquer um que já tenha lido o texto *Auerbach's Literary History: Figural Causation and Modernist Historicism*, publicado pela primeira vez em 1996, poderá perceber neste último os ecos do texto de 1967. Porém, no texto mais antigo, o elemento de *escolha retrospectiva* tem como base as reflexões de Nietzsche, não de Auerbach (sem mencionarmos o pano de fundo collingwoodiano-existencialista) (WHITE, 2010: 5).

Em 1973, pouco após a publicação de *Meta-História*, White publicou o manual *The Greco-Roman Tradition*. Muitos dos desenvolvimentos do período 1967-1973 já são perceptíveis neste texto. Sua definição de “tradição” remete à maneira pela qual, em *O Fardo da História*, mobilizara a noção de “criptograma relacional”, de Gombrich: “uma tradição é um complexo de ideias que servem como uma matriz na qual diferentes conteúdos podem ser inseridos e à qual diferentes experiências podem ser assimiladas. Ela fornece uma espécie de uma disposição mental que nos diz não tanto o que pensar mas sim *como* pensar...” (ix-x). Já sua definição de “clássico” remete a Thomas Kuhn, referindo-se à “época ou ideais que uma dada civilização toma como o paradigma das tradições que a informam”. Uma tradição, prosseguia ele, podia ser definida pelo “conjunto de textos tomados, em algum sentido, como ‘sagrados’, como contendo modelos de expressão artística e intelectual e como provendo os ideais diante dos quais tanto o pensamento quanto a ação podem ser julgados”. Assim, “os clássicos de uma tradição provêm a base para a sua articulação” (x-xi). Duas características do texto de 1967 eram, por fim, retomadas em termos bastante parecidos: primeiramente, a afirmação de que “o que aconteceu no quarto século d.C. é que as pessoas ao longo do mundo mediterrâneo perderam confiança, em uma grande escala, dos principais elementos da visão de mundo greco-romana”, recorrendo ao Cristianismo. Em segundo lugar, White insistia nas diferenças entre sistemas naturais e humanos, bem como entre a ancestralidade genética e a retroativa.

Ao mesmo tempo, um elemento ausente, embora potencial, do texto de 1967 era inserido. Embora White ainda não falasse em *figura e preenchimento*, seu modelo já era, na prática, análogo às tais noções. White dizia que “a tradição greco-romana, por si só, não morreu. Ela meramente foi consignada à história, a aguardar ressurgimento [*revival*] e restauração como um modelo de comportamento civilizado quando as

tradições cristãs e bárbaras começassem a mostrar suas debilidades em épocas posteriores”. Dessa forma, dizia White, “a história da Idade Média Ocidental pode ser vista legitimamente como uma série de renascimentos [“*renascences, or rebirths*”] culturais em que a tradição greco-romana desempenhou um papel progressivamente mais central como modelo e guia para o comportamento civilizado” (xvii). Este elemento auerbachiano, mais forte em 1973 que em 1967, pode ser notado logo no primeiro parágrafo do texto, que pode ser lido como análogo (embora com diferentes conteúdos) à compreensão da literatura ocidental, por parte de Auerbach, como o desenvolvimento das possibilidades contidas nas matrizes homérica e do Antigo Testamento: “A civilização Ocidental moderna”, afirmava White, “pode ser concebida como um amálgama de três tipos de tradições culturais: bárbara (germano-céltica), oriental (judaico-cristã) e clássica (greco-romana)” (ix).

Assim, o texto de 1973 não apresenta mudanças drásticas em relação ao de 1967, mas caminha mais solidamente, em sua terminologia e em seus exemplos, à adoção do modelo figura-preenchimento. Uma resenha publicada em 1970 já indicava novas reflexões nesta direção. Discutindo o livro *Idealism, Politics and History: Sources of Hegelian Thought*– que julgava ser “mais do que bom, é brilhante” (345) – White apontava que o autor George Armstrong Kelly levava à tona uma “importante questão metodológica para historiadores intelectuais”, refletida no próprio subtítulo do livro. Esta questão era “a natureza da afiliação entre membros de diferentes gerações dentro de uma única convenção de discurso político-filosófico”. É relevante que White chamasse tal abordagem de “existencialista, no sentido que Kelly varre para o lado o lixo das ‘influências’ e vê corretamente que, quando é uma questão das melhores mentes, uma geração é relacionada a outra por escolha retrospectiva em vez de por descendência genética. Kelly compreende que os intelectuais são influenciados apenas pelo que eles escolhem ser influenciados” (345). White dizia que Kelly, embora começasse “com a introdução do pensamento de Rousseau na Alemanha, [...] não considerava este evento como análogo a um pedregulho sendo jogado na piscina, mas sim como o estabelecimento de *uma potência para ser ou não desenvolvida*, de acordo com as sensibilidades daqueles pensadores alemães que agem sobre ela e a afinidade do pensamento nela contido com os ambientes social e político na qual ela foi projetada” (345; grifo nosso). Podemos observar, de qualquer forma, que neste texto White

apresenta uma oscilação em relação ao seu texto de 1967: White já não fala de sociedades humanas inteiras, mas sim de um grupo circunscrito, o dos intelectuais; e deixa claro que não está generalizando para todo o resto.

Auerbach aparece também de outras maneiras nas questões metodológicas que perturbavam White. O ensaio *Romanticism, Historicism, and Realism: Toward a Period Concept for Early Nineteenth-Century Intellectual History*, lido pela primeira vez em dezembro de 1965, é um exemplo. No ensaio, podemos ler um White em busca de soluções metodológicas para abordar a relação entre os três movimentos da história intelectual europeia referidos no título. Lukács e Auerbach eram apontados por White como “os defensores mais importantes” da abordagem “formal ou comparativa” ao estudo das relações entre eles. Os dois, segundo White, concebiam o realismo como “o produto da combinação da teoria romântica da personalidade com a teoria historicista da irreducibilidade social”. White apontava uma série de problemas em tal abordagem: a riqueza do historicismo ficava obscurecida; não se fazia justiça ao realismo do início do século XIX, concebido, juntamente com o historicismo, como “diferentes fases de um drama intelectual mais amplo que alcança sua culminação apenas no século XX”; o estudioso da história intelectual do início do século XIX é levado não para *dentro*, mas sim *afastado* do historicismo e do realismo: mais especificamente, “*fora* para o ambiente social e político e *avante* para o realismo ‘verdadeiro’ moderno...”; e diferenças fundamentais dos três movimentos ficavam obscurecidas.

White considerava necessário encontrar “um modelo analítico, ou sistema de notação [e aqui aparece sua primeira menção a este conceito de Gombrich], diferente” dos já empregados para tratar das relações entre movimentos culturais aproximados no tempo e no espaço. Como ocorrera outras vezes em 1965, White recorre às *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein para tal. Para Wittgenstein, os “jogos de linguagem” ocorrem entre fenômenos *relacionados* uns aos outros em muitas maneiras diferentes, por meio de “uma complicada rede de similaridades e intercruzamentos”. Wittgenstein caracterizara estas similaridades por meio da metáfora de “semelhanças de família”. White recorre a ela para concluir:

Romantismo, historicismo e realismo diferem em suas expectativas sobre a resolução de qualquer conflito entre o indivíduo e o mundo social em que ele vive. Mas eles compartilham uma importante atitude em relação a fenômenos especificamente sociais, o que nos permite declará-los membros individuais de uma única família de jogos

7

culturais. Todos eles consideram as forças sociais como fatores relativamente autônomos no drama histórico.

O trecho acima, como todo o resto do texto, mostra que muitos dos elementos de obra de Frye já estavam incorporados aos textos de White. As relações entre indivíduo, ambiente e público, por exemplo, aparecem na *Anatomia* – na esteira de Aristóteles – como elementos definidores dos enredos: se o herói é superior em condição ao ambiente, ele é um ser divino, e a estória sobre ele será um mito; se é superior em grau aos outros homens e seu meio, temos uma estória romanesca, e assim sucessivamente<sup>3</sup>. Da mesma forma, noções como “tragédia”, “comédia”, “sátira” e “romance” já eram frequentemente mobilizados por White. Mas, como ele escreveria anos depois em *Meta-História*, “a fim [...] de identificar as características de família dos diversos tipos de reflexão histórica produzidos pelo século XIX, é necessário em primeiro lugar esclarecer em que *poderia* consistir a estrutura típico-ideal da “obra histórica”. Muito do que White desenvolveu no corpo deste livro pode ser visto ganhando corpo, lentamente, em fins da década de 1960. Mas, se nada de mais relevante nos escapou, até 1971 White não havia adicionado novos elementos significativos na elaboração de tal estrutura. Nesse mesmo ano, uma versão anterior de *Meta-História* já estava praticamente pronta: segundo Paul, a primeira tentativa de White de publicar o livro data deste ano; a Cornell University Press, porém, recusou o manuscrito. Como Domanska e Paul já ressaltaram, a introdução do livro (na qual o texto *A Poética da História* desenvolve a “estrutura típico-ideal” da historiografia de que falava White) foi o último item a ser escrito, e pelo menos até novembro de 1971 podemos afirmar que muitas de suas reflexões ainda estavam sendo esboçadas.

Mas White seguia procurando. As menções a Gombrich nos anos anteriores indicavam uma inquietação: já que o “estilo [...] funciona como o que Gombrich chama de ‘sistema de notação’, um protocolo provisório ou uma etiqueta” (1966), White percebeu que “precisava de uma maneira de caracterizar diferentes estilos de representação. É por isso”, prosseguia ele, em entrevista de 1992, “que eu comecei a estudar teoria literária. Pessoas como Northrop Frye, mas não só Frye – Kenneth Burke e outros”. Em 16 de abril de 1971, Gombrich deu uma palestra na Cornell, e White foi

---

<sup>3</sup> FRYE, Northrop. *Anatomia da Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

um dos envolvidos no debate que a seguiu<sup>4</sup> A questão que mais o preocupava – bem como suas implicações para o tema que discutimos neste trabalho – fica clara no trecho que segue: “Meus estudantes me perguntam o quanto, embora você obviamente não seja um hegeliano, você não possa ter uma concepção dialética do interrelacionamento entre estes diferentes sistemas de notação que podem ser comparados aos tipos de relacionamentos entre os estilos alto, médio e baixo que o tardio Erich Auerbach atribuiu à evolução do realismo na literatura ocidental”. Vejamos a resposta de Gombrich:

Sim, se você retirar da palavra “dialético” seu significado metafísico, hegeliano, e também seu significado lógico - que os termos de uma contradição podem ambos ser verdadeiros - o que eu não defendo; então eu penso que você pode descrever minha ideia sobre arte como dialética. Se você não tem nenhuma outra palavra, eu estou pronto para aceitar esta, pela qual eu signifique, como disse várias vezes, que há, você poderia dizer, um elemento sinfônico na arte. Cada tema que aparece tem uma relação com o que acontece antes e é às vezes até mesmo visto como tendo uma relação com o que vem depois; e o tema adquire seu significado parcialmente a partir desta relação dentro da história da arte. Ao menos isto é verdadeiro quanto à arte ocidental, embora não de todas as outras artes.

A transcrição longa deste trecho permite-nos, dentre outras coisas, destacar um elemento que posteriormente White identifica em Northrop Frye: a historicidade de seu sistema, fornecido pela “teoria dos modos”, cuja análise – tal como avançada por White, ao menos – se dá em termos parecidos com a analogia em relação à noção de “modalidade” em música (2010: 247-254).

Ainda em 1971, já nos últimos meses do ano, o diálogo com o filósofo Louis Mink forneceu a White a possibilidade de reorganizar seus pensamentos, dando passos largos rumo à elaboração de uma estrutura típica da obra historiográfica. Mink afirmava existirem diferentes “modos de compreensão”, sendo “compreensão” entendida como o ato de “ver junto” aquilo que só pode ser apreendido pela mente em série. Estes modos são, para Mink, relativamente próximos (embora não identificáveis) ao que se produz nas ciências naturais, na filosofia e nas narrativas históricas e ficcionais. A historiografia, neste sentido, é, como a ficção, fornecedora de uma “compreensão configuracional”, que enxerga os elementos das estórias como “um rio visto de cima”.

---

<sup>4</sup> GOMBRICH, Ernst; WHITE, Hayden *et al.* Interview: Ernst Gombrich. *Diacritics*, Vol. 1, No. 2 (Winter, 1971), pp. 47-51.

Os modos de compreensão, para Mink, eram irredutíveis uns aos outros: aquilo que se compreende por meio de uma compreensão categorial não pode ser compreendido de modo configuracional, por exemplo.

A partir de *The Structure of Historical Narrative* (2010: 112-125), White inovou a proposta de Mink, buscando “distinguir *dentro* da narrativa histórica três diferentes níveis de compreensão”: no nível da estória propriamente dito, uma compreensão “configuracional” de um conjunto de eventos; no nível do argumento, uma compreensão “teórica”; e no nível do enredo, uma compreensão “categorial”, “embora não dos eventos na estória tanto quanto da própria estória”. A distinção entre *estória* e *enredo*, adaptada de Frye, atendia a algo ao redor do qual White circulava por algum tempo (em diálogos com Auerbach, desde 1961, e com Collingwood e Wittgenstein): a percepção de que as estórias adquirem sentido quando comunicadas por meio da linguagem, que é necessariamente social. Agora, White completava sua explicação acerca dos criptogramas relacionais: “Esse processo de exclusão, realce e subordinação é levado a cabo no interesse de constituir uma *estória de tipo particular*” (21-2, n5). Essa identificação – “categorial”, nos termos de Mink – é fornecida pelo enredo.

Em *The Structure*, White concluiu suas reflexões acerca do debate sobre a “explicação histórica” ainda vigente (embora já em declínio) na “filosofia crítica da história” anglo-saxônica adicionando outro elemento relevante em seu esquema – que ainda ficaria carecendo do nível referente às “implicações ideológicas”, só incluído em *Meta-História*. Embora concordasse com os positivistas que os argumentos do historiador devem ser confirmados pelos testes de adequação aplicáveis a qualquer argumento científico, e também concordasse com os narrativistas que o ato de contar uma estória provê um tipo de explicação que é diferente de, embora não necessariamente oposto a, os tipos de explicações nomológicas; White, ainda assim, afirmava que os dois lados haviam despercebido o tipo de compreensão referente aos “modos de contar estórias tradicionalmente fornecidos, [que] funcionam para nos informar das maneiras pelas quais nossa própria cultura pode prover um conjunto de diferentes significados para um mesmo conjunto de eventos”. Neste nível, já não se tratava do processo de contar estórias, nem no argumento, mas da *interpretação*.

Em *Meta-História*, o ato interpretativo é referido como ocorrendo por meio de uma *prefiguração* do “campo histórico”, que, por meio de um protocolo linguístico, é



“povoado por figuras discerníveis”. Assim, aquilo que inicialmente foi compreendido como social passa a ser *também* referido como presente na estrutura profunda de consciência dos intérpretes. Em uma nota, White explica o que entende por prefiguração: “A distinção entre *esquemas* e *figuras* em retórica convencional assenta nisto: um *esquema* [...] é uma ordem de representações que não envolve saltos ou substituições “irracionais”; já uma *figura* envolve precisamente tal substituição irracional (ou pelo menos inesperada)”. Assim, os tropos operam por meio dos “desvios do discurso”, *de* um sentido *para* outro (WHITE, 1994).

Os tropos, por meio de seu ato prefigurativo do campo histórico, são os responsáveis pela articulação dos níveis que, em conjunto, foram o *estilo* de uma obra historiográfica: o *modo de urdidura de enredo*, que identifica a *estória* derivada da *crônica* como uma *estória* de um tipo de particular; o *modo de argumentação*, no qual são invocados os princípios que operam como as leis produtoras de um “efeito de explicação”; e o *modo de implicação ideológica*.

Se, para Mink, a narrativa história seria típica do modo de compreensão configuracional, para White todos os três tipos de compreensão encontram-se presentes nestas narrativas. Esta ligeira mudança na argumentação de Mink permite a White (como aponta Frank Ankersmit) desenvolver outro *insight* fornecido pela obra de Auerbach: o da importância da mistura de estilos. Em White, os modos de explicação não podem ser combinados indiscriminadamente. Uma ideologia radical, por exemplo, não é compatível com um enredo satírico, cujas tendências são conservadoras. Há afinidades eletivas entre os modos. Mas nada implica que essas combinações sejam necessárias. De fato, para White, a característica de todo historiador “magistral” é a criação de uma tensão dialética com a combinação de modos incompatíveis, o que cria um estilo próprio. Daí que, segundo Ankersmit, “tanto Auerbach quanto White propõem seus protocolos linguísticos e estilísticos apenas para demonstrar como a realidade histórica pode ser feita visível não por uma submissão dócil, mas uma evasão sutil e poética destes protocolos”.

### Consideração final

Falamos, nas páginas imediatamente anteriores, de “enredo”, “figura”, “mistura de estilos”. Mas se, no começo do texto, mencionamos que Frye e Auerbach se

tornaram, após *Meta-História*, os principais interlocutores para White na sua argumentação quanto à importância, para a ação presente, da relação de uma sociedade com o seu passado (teorizada por meio do modelo figura-preenchimento), onde foi parar este *insight* em *Meta-História*? Pois, se no começo do texto, nomes como Collingwood e Nietzsche serviam a este fim, a menção a Frye e Auerbach pode parecer ao leitor ter desviado o foco da questão, e não a explicado.

Isto, de fato, ocorre parcialmente: na década de 1970, White entra em uma fase “estruturalista”, deixando de lado (sem nunca abandonar) as reflexões mais incisivas sobre a questão de que ora tratamos. Mas a questão está lá: mais especificamente, na escolha do próprio objeto ao qual White atribui seu enredo “irônico”. Nesta escolha, White buscou mobilizar uma “história para a vida” (para falarmos em termos nietzscheanos), um conjunto de figuras a serem preenchidas pelos historiadores que o lessem, os ancestrais que White os sugeria escolher: pois o livro trata daqueles historiadores que, antes da queda da história na condição irônica da “crise do historicismo”, a concebiam “como forma de atividade intelectual que é ao mesmo tempo poética, científica e filosófica em suas preocupações durante a idade de ouro da história no século XIX” (1994: 14-5); estes historiadores que praticaram aquilo que White defendia em *O Fardo da História*, uma história pronta para dialogar com as principais correntes intelectuais de seu tempo. Assim, como argumentou Herman Paul em vários de seus textos (ver especialmente PAUL, 2009: 54-73), White aborda os quatro historiadores e os quatro filósofos da história que estuda em *Meta-História* nos moldes da “história monumental”, tal como proposta por Nietzsche.

Assumir a responsabilidade pela escolha do próprio passado, agora, significava assumir a responsabilidade pelo *enredo* a ser *imposto* sobre um passado por si só sem sentido.

## Referências

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Literatura Ocidental*. São Paulo: Editora 34, 2007.

ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ANKERSMIT, Frank, DOMANSKA, Ewa & KELLNER, Hans (Orgs.). *Re-Figuring Hayden White*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

ANKERSMIT, Frank. White's "New Neo-Kantianism", p. 34-53.

KELLNER, Hans. *A Distinctively Human Life*, p. 1-9.

PAUL, Herman. *Hayden White and the Crisis of Historicism*, p. 54-73.

PAUL, Herman. *An Ironic Battle Against Irony*. In: KORHONEN, Kuisma (Org.). *Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*. Amsterdam – New York, NY: Rodopi, 2006.

FRYE, Northrop. *Anatomia da Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GINZBURG, Carlo. *Unus testis - O extermínio dos judeus e o princípio da realidade*. In: *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMBRICH, Ernst; WHITE, Hayden et al. Interview: Ernst Gombrich. *Diacritics*, Vol. 1, No. 2 (Winter, 1971), pp. 47-51.

MINK, Louis O. *Historical Understanding*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

WHITE, Hayden. *Figural Realism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Meta-História*. São Paulo: EdUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. *The Content of the Form*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *The Fiction of Narrative*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. *The Greco-Roman Tradition*. New York: Harper & Row, Publishers, 1973.

\_\_\_\_\_. Translator's Introduction. In: ANTONI, Carlo. *From History to Sociology*. Detroit: Wayne State University Press, 1959, pp. ix-xxviii.

\_\_\_\_\_. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EdUSP, 1995. [Consultada também a edição em inglês: *Tropics of Discourse*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978]

\_\_\_\_\_. Resenha de *Foundations of Historical Knowledge*, de Morton White. *The Journal of Modern History*, Vol. 38, No. 4 (Dec., 1966), pp. 422-423.

\_\_\_\_\_. Resenha de Idealism, Politics and History: Sources of Hegelian Thought, de George Armstrong Kelly. *History and Theory*, v. 9, n. 3, 1970, pp. 343-363.

\_\_\_\_\_. Resenha de The Later Philosophy of R. G. Collingwood, de Alan Donagan. *History and Theory*, v. 4, n. 2, 1965, pp. 244-252.

---

## LIVROS SEM AUTORES: A EDIÇÕES SEGREDO SOB O OLHAR DAS NOVAS TEORIAS DA HISTÓRIA LITERÁRIA (1950)

Gabriel Costa Labanca\*

Em meados do século XX, diversas teorias buscaram apresentar novas maneiras de dar conta do objeto literária. A que mais se distanciava das teorias passadas e que se perpetuou por mais tempo foi a “Estética da Recepção”, introduzida por Hans Robert Jauss em sua aula inaugural na Universidade de Constança, em 1967. Mais de uma década depois, inspirado pela “Sociologia dos Textos” de Donald Mackenzie, Roger Chartier propõe a expansão do objeto de análise da “Teoria da Recepção”, incluindo novos agentes na produção de sentido dos textos impressos, fossem literários ou não. Através das teorias propostas e divulgadas, principalmente, por Jauss e Chartier, vamos tentar construir a história da coleção *Edições Segredo*, publicada no início da década de 1950 pela editora *Tecnoprint* (atual *Ediouro*).

Coleções de livros de bolso baratos, vendidos geralmente em banca de revistas, sem conteúdo político ou primordialmente literário, não costumam ser objetos de pesquisa disputados no meio acadêmico. O estudo da *Edições Segredo*, no entanto, pode nos revelar aspectos obscurecidos da História Cultural brasileira, já que surgem em um período de efervescência cultural, social e econômica no Rio de Janeiro. Grandes contingentes de nordestinos, dentre outros, migraram para o sudeste e as pequenas brochuras da Tecnoprint, por seu valor reduzido, fácil acesso, utilidade e temáticas, eram uma opção viável. Não por acaso, foi através da coleção que a editora começou sua fortuna. Em 1953, já havia ultrapassado a marca de 300 títulos publicados, ou seja, mais de 100 títulos por ano.<sup>1</sup> Portanto, a análise da coleção pode nos auxiliar a “ponderar mais justamente, ao nível das difusões, as dominantes culturais” (CHARTIER; ROCHE, 1976: 99).

Ao proferir sua aula inaugural sob o título “O que é e com que fim se estuda a história da literatura?”, Jauss causou grande impacto no meio acadêmico, principalmente depois da publicação da palestra em livro. No Brasil, a sua tradução chegou apenas em 1994, com o título: “A literatura como provocação à teoria literária.” No entanto, alguns textos da chamada

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, professor da Universidade Estácio de Sá.

<sup>1</sup> Para mais informações, ver: LABANCA, 1999.

Escola de Constança já tinham sido divulgados por Luiz Costa Lima num livro organizado em 1979. A fala de Jauss teve forte repercussão no mundo das letras, principalmente pelo tom incisivo adotado pelo autor, que afirmava que a história da literatura estava, merecidamente, mal afamada, trilhando o caminho da decadência constante e vivia uma existência nada mais que miserável (JAUSS, 1994: 6). Entretanto, “sem o mesmo impacto de público, teses assemelhadas em afirmadas, de modo mais consistente, no texto inaugural do outro promotor do movimento, Wolfgang Iser” (LIMA, 2011: 10).

De forma sucinta, o que os autores da Escola de Constança pretendiam com a nova teoria literária era reerguer a História da Literatura, que naquele momento se limitava a agrupar e ordenar autores, gêneros e movimentos em ordem cronológica (JAUSS, 1994: 6). Nesse contexto, “os autores menores ficam aí a ver navios (são inseridos nos intervalos entre os grandes), e o próprio desenvolvimento dos gêneros vê-se, assim, inevitavelmente fracionado” (JAUSS, 1994: 7). As *Edições Segrêdo*, portanto, ficariam de fora de uma análise tradicional, já que são compostas, na maioria das vezes, por livros de autores pouco conhecidos.

A História da Literatura proposta por Jauss busca se distanciar da história positivista, que toma emprestado os métodos das ciências exatas e aplica o princípio de uma explicação puramente causal; e da história do espírito, com sua “estética da criação irracional” (JAUSS, 1994: 12-13). As escolas marxista e formalista, que vão influenciar a “Estética da Recepção”, abandonam o empirismo cego do positivismo e a metafísica estética da história do espírito. No entanto, enquanto a “teoria literária marxista entendeu ser sua tarefa demonstrar o nexo da literatura em seu espelhamento da realidade social” (JAUSS, 1994: 15), o método formalista “desvinculou a obra literária de todas as condicionantes históricas e, à maneira da nova linguística estrutural, definiu em termos puramente funcionais a sua realização específica, como a soma de todos os procedimentos artísticos nela empregados.” (JAUSS, 1994: 18). Ambas pecam por se fecharem na estética da produção e da representação, desconsiderando a recepção.

Com isso, ambas privam a literatura de uma dimensão que é componente imprescindível tanto de seu caráter estético quanto de sua função social: a dimensão de sua recepção e de seu efeito. Leitores, ouvintes, espectadores – o fator público, em suma, desempenha naquelas duas teorias literárias um papel extremamente limitado (JAUSS, 1994: 22).

O objetivo principal da “Teoria da Recepção” é incluir o leitor na História da Literatura, já que a relação entre a literatura e seu leitor possui implicações estéticas e históricas.

A implicação estética reside no fato de já a recepção primária de uma obra pelo leitor encerrar uma avaliação de seu valor estético, pela comparação com outras obras já lidas. A implicação histórica manifesta-se na possibilidade de, numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo, assim, o próprio significado histórico de uma obra (JAUSS, 1994: 23).

Através da Escola de Constança, nos aproximamos de uma História Literária que permite levar em conta as “pequenas obras”, já que concebe a experiência do leitor como ponto fundamental da análise. Esse “horizonte de expectativa” é o conhecimento prévio que o receptor tem dos elementos estéticos que formam uma obra e que são automaticamente relacionados a outras obras ou à sua própria vida. Reconstruir, portanto, o “horizonte de expectativa” de certo período contribui para a compreensão da literatura no e do passado, especialmente “quando não se conhece o autor de uma obra, quando sua intenção não se encontra atestada e sua relação com suas fontes e modelos só pode ser investigada indiretamente” (JAUSS, 1994: 35).

Nesse contexto, Roger Chartier separa o procedimento de produção de textos do de produção de livros, inspirado na obra de Mackenzie (1999). O livro, nessa nova abordagem interdisciplinar, existe como objeto que não é criado por escritores, mas por diversos agentes com interesses múltiplos, inclusive comerciais. “Seja lá o que for que façam, os autores não escrevem livros. Os livros não são absolutamente escritos. São manufaturados por copistas e outros artesãos, por técnicos e outros engenheiros, por máquinas impressoras e outros tipos de máquinas” (STODDART, 1987 apud CHARTIER, 2001: 119-120). Se os textos não podem existir fora dos suportes materiais que os dão à compreensão do público, “é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados” (CHARTIER, 2002: 61-62). Entendemos, portanto, que a forma dada ao texto, quando impresso, que nunca é aquela mesma pensada por seu autor, sofre interferências múltiplas, sejam tipográficas ou comerciais, que podem influenciar nos modos de sua interpretação e em seu status cultural.

Com isso, Chartier inclui um novo elemento problematizador à História da Literatura, expandindo seu campo de análise para todos os produtos da cultura impressa, área de estudo

conhecida como “História do Livro e da Leitura”. Mais do que isso, recorre aos dispositivos tipográficos para compreender a “leitura implícita” de certa obra, ou seja, os protocolos de leitura empreendidos pelo seu editor (CHARTIER, 2001). Sendo assim, a partir das ideias aqui expostas, vamos empreender uma análise da coleção de livros de bolso *Edições Segrêdo* desde o horizonte de expectativa do seu suposto público até os elementos tipográficos das obras publicadas.

A maneira tradicional de se caracterizar uma coleção de livros e dar unidade aos seus títulos esteve sempre ligada à construção de uma relação entre formatos, preços, gêneros e apresentação gráfica das obras (ilustrações, tipografia, cores e outros recursos gráficos). Assim foram editadas no Brasil as coleções *Terramarear*, *Amarela*, *Tucano*, dentre outras, todas elas lançando mão de estratégias de vinculação entre suas obras, criando uma espécie de moldura comercial e gráfica que enquadrava histórias e autores diversos numa mesma série.

A *Edições Segrêdo* também adotava esses recursos, tais como as barras horizontais coloridas no topo e na base de suas capas. No entanto, ao contrário da maneira tradicional de se formatar séries específicas para cada gênero literário – novelas policiais, romances clássicos, terror, histórias de aventuras, manuais técnicos, etc. –, a *Tecnoprint* agrupava, sob a marca *Edições Segrêdo*, tipos muito diferentes de gêneros. Eram as características materiais dos livros e os temas propostos pelos editores que assumiam a responsabilidade de criar vínculos entre as obras. Não se pode, portanto, classificá-la com base em gêneros, épocas, movimentos, funções e autores, já que José de Alencar e Madame Zenaira, “Poesias de Gonçalves Dias” e o “Guia íntimo da sexualidade”, ocupavam espaços idênticos em seu catálogo.

Contudo, o trabalho de edição executado pela *Tecnoprint* não é feito de maneira aleatória. Existia uma linha estratégica seguida por seus editores desvendada somente a partir de uma análise sobre a materialidade das edições. Podemos perceber nítidas intenções de ampliar o seu público, levando livros a camadas mais populares da sociedade, onde editoras concorrentes ainda não haviam pisado. Além de ser um dos menores livros da categoria, eram geralmente menos volumosos que os das outras coleções. A resistência do papel e da cola não era boa, assim como a qualidade das impressões. Com frequência, as páginas do miolo possuíam caracteres em demasia para que o conteúdo coubesse num certo número de folhas, dificultando a leitura dos textos.



As ilustrações são outra importante característica que diferencia a coleção das concorrentes, geralmente mais zelosas na apresentação gráfica de seus livros. Quando não eram feitas de montagens toscas com fotografias, as capas possuíam quase sempre desenhos com traços amadores beirando ao infantil, sem nunca constar menção aos autores das imagens. Na verdade, para além de um juízo de valor estético sobre o que é digno de ilustrar a capa de um livro, importa destacar que as ilustrações utilizadas nas capas da *Edições Segrêdo* afastavam-se completamente do estilo seguido pelas capas das coleções da *Globo*, *José Olympio*, *Saraiva* ou da *Cia. Editora Nacional*, muitas vezes feitas por nomes de destaque no meio artístico brasileiro.

Se existia ou não um objetivo consciente de popularizar aqueles livros distanciando-os de qualquer referência à estética das editoras tradicionais, é certo que nesse trabalho de edição havia também uma estratégia puramente econômica. Ao publicar suas obras com materiais de baixa qualidade e não investir no serviço de bons profissionais da área gráfica, os diretores Jorge e Antônio Gertum Carneiro e Fritz Mannheimer podiam reduzir seu preço final. Nesse quesito, a *Tecnoprint* deve ter causado grande preocupação às editoras que já tinham como garantida aquela fatia do mercado de reedições em brochuras baratas. Quando a *Edições Segrêdo* não era a mais barata, tinha pelo menos o mesmo preço das coleções mais acessíveis.<sup>2</sup> Com poucas exceções, a primeira leva de títulos publicados variava de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 20,00.

A apresentação gráfica pouco convencional da *Edições Segrêdo* poderia dar novos e importantes significados a títulos que haviam sido escritos em outras épocas e para públicos diferentes daqueles visados naquele momento. Uma prática recorrente empreendida às capas desses livros poderia ser conceituada como “atualização”. Com ela, histórias escritas em séculos passados ganhavam nova roupagem que as vinculava diretamente a um filme contemporâneo à sua reedição. Outras editoras já tinham feito o mesmo, fora e dentro do Brasil, como a *José Olympio*, que lançou a tradução de “Orgulho e preconceito”, de Jane Austen, juntamente com o filme de Greer Garson e Lawrence Olivier, em 1940. O mesmo

---

<sup>2</sup> Em 1953, uma edição de “A escrava Isaura” editada pela Tecnoprint custava Cr\$ 10,00, ao passo que pela Coleção Ficção Nacional, da Melhoramentos, o valor subia para Cr\$ 35,00. A Coleção Rosa (Saraiva), custava Cr\$ 20,00; Biblioteca das Moças e Terramarear (Cia. Editora Nacional), Cr\$ 18,00 e Cr\$ 20,00; Menina e Moça e Fogos Cruzados (José Olympio), Cr\$ 25,00 e Cr\$ 18,00; Far-West e Os Mais Célebres Romances Policiais (Vecchi), Cr\$ 30,00.

José Olympio chegou, em 1943, à quinta edição de “O morro dos ventos uivantes”, de Emily Brontë, “sem dúvida, com a ajuda do filme de Lawrence Olivier e Merle Oberon” (HALLEWELL, 2005: 460-461). Nessa linha, a inovação da *Tecnoprint* foi não apenas reeditar um título em domínio público ao mesmo tempo do lançamento de sua adaptação para o cinema, mas utilizar a própria representação fílmica nas capas de seus livros, como se o filme viesse antes do texto. Assim, o clássico “Manon Lescaut” do Abade Prévost, tinha na capa a fotografia da atriz Cécile Aubry, estrela da película francesa “Manon”, de 1949. “A dama das camélias” de Alexandre Dumas Filho foi impressa com uma ilustração de capa idêntica ao cartaz do filme homônimo do diretor Raymond Bernard, veiculado em 1953.

Outra estratégia utilizada era a “seleção”, tanto de temas quanto de conteúdo. Apesar da variedade de títulos lançados, é possível identificar alguns grupos temáticos implícitos na coleção: sexualidade, morte, esoterismo e entretenimento, por exemplo. Se o livro unisse todos esses elementos, melhor ainda. Eram, possivelmente, os temas mais requisitados pelo maior número de pessoas, de acordo com a concepção que os editores tinham dos interesses do público visado. Nesse caso, o trabalho de “seleção” não consistia na escolha de obras com maior probabilidade de sucesso dentro de certo gênero literário ao qual se vincula a coleção. Os títulos eram selecionados por seus editores mais em função de seus temas, independente de gêneros, movimentos, estilos, autores ou períodos.

A questão sexual era uma das temáticas de maior destaque na coleção. Dentre as obras relacionadas ao assunto temos livros de referência, como “O nu através da arte” e “Guia íntimo da sexualidade”; vulgarização científica, como “Técnica e prática sexual”; curiosidades, como “Costumes sexuais estranhos”; manuais práticos, como “Sugestões para cartas de amor”; além de obras literárias, tais como os quatro volumes de “Sensualidade: antologia sensual”. Contudo, a *Tecnoprint* parecia não querer que sua abordagem da questão sexual fosse confundida com uma forma de apelação, apesar de a simples menção a esse tema despertar o interesse do público. Portanto, nada mais conveniente que levar ao catálogo da *Edições Segrêdo* obras supostamente científicas que misturassem sexologia e psicanálise, temas em voga no mercado editorial desde a década de 1930, numa espécie de autoajuda *avant la lettre*, de enorme sucesso nos Estados Unidos. De fato, antes mesmo da *Tecnoprint*, prestigiosas editoras haviam investido nesse ramo nas décadas anteriores. A circulação daquelas obras, contudo, era limitada aos setores mais altos da sociedade brasileira. O acesso

a essa temática, seja em relação ao preço ou ao conteúdo, seria facilitado apenas com os livros de bolso da *Edições Segrêdo*.

No caso da *Tecnoprint*, todo o esforço empreendido anteriormente por autores e editores na legitimação científica daquele tema foi certamente desvirtuado, já que obras aparentemente sérias estavam ao lado de obras de mero entretenimento sob a mesma chancela da *Edições Segrêdo*. Assim, para tentar assegurar a decência de suas edições perante a opinião pública, ou mesmo para tranquilizar a consciência do curioso leitor, a *Tecnoprint* se servia de prefácios e advertências. No segundo volume de “Sensualidade”, antologia de excertos sensuais de romances consagrados, um prefácio dos editores advertia que a única intenção de sua publicação era “mostrar como grandes escritores interpretam o ato mais natural a todo ser vivo: o ato amoroso”. Se para alguns é preferível o silêncio sobre esse assunto, continua o prefácio, “assim não pensaram, entretanto, os maiores gênios humanos desde Salomão a Anatole France”. A intenção de diferenciar o conteúdo “artístico” do livro da mera pornografia era clara, e isso é feito pelo enaltecimento dos autores escolhidos, “consagrados tanto pelo tempo, quanto pela beleza de sua arte literária”. Se tais argumentos não surtiram efeito, recorria-se à vaidade intelectual do público. Nesse sentido, lembram os editores da *Tecnoprint*, a obra em questão só poderia ser apreciada por aqueles dotados de “espírito crítico e uma boa dose de senso estético, estando pois aptos a encarar a arte como arte e não como manifestação de sentimentos inferiores”

A ênfase dada aos temas na coleção da *Tecnoprint* é tamanha que os títulos dos livros chegam a se sobrepor aos seus autores. Fossem meros desconhecidos, especialistas de uma área técnica qualquer ou grandes nomes da literatura mundial, os nomes dos escritores raramente apareciam na propaganda dos livros. Os títulos eram muitas vezes modificados no intuito de simplificá-los ou dar maior ênfase à sua possível função. O livro “Conquiste amigos aumentando a sua simpatia pessoal” aparecia numa propaganda com o título “Como fazer amigos”; “É fácil ganhar dinheiro” virou “Aprenda a ganhar dinheiro”; “Homeopatia para todos” foi mudado para “Cura-te pela homeopatia”; e “Regras de etiqueta social” para “Aprenda as boas maneiras”.

O que de fato importava era divulgar títulos relacionados aos temas de maior interesse do público leitor – ou que, pelo menos, aparentassem estar vinculados a tais temas. Estratégia

que possivelmente frustrou diversos horizontes de expectativa, já que muitos títulos eram escolhidos através das propagandas e adquiridos através de reembolso postal e, por isso, poderiam ser mal interpretados por um público sem prévio conhecimento literário. Era, portanto, a intenção de corresponder às expectativas de um público mais amplo e popular através da junção de certos temas que criava sua unidade: vinculavam-se obras que muitas vezes não tinham qualquer outra semelhança ente si além de uma palavra-chave em seus títulos – é o caso, por exemplo, da palavra sexual e suas variações.

A publicação de antologias sobre temas específicos também era uma prática recorrente naquela coleção. Entretanto, ao invés de textos completos, eram selecionados apenas pequenos trechos ou frases geralmente retiradas de obras famosas. Parecia ser mais importante ir direto ao assunto, sem perder tempo com narrativas que não tratassem especificamente dos temas de interesse do leitor. O “Dicionário de citações de frases célebres”, de Luiz A. P. Victória, que teve quatro diferentes volumes, nada mais era que uma compilação de frases de personalidades do universo político e literário. Já os quatro volumes de “Sensualidade”, organizados por Lúcio Victor, traziam, segundo constava em suas capas, as “páginas sensuais mais bem escritas dos melhores autores e livros”. Ali estavam trechos picantes de célebres obras de autores como Júlio Ribeiro, Bocaccio, Casimiro de Abreu, Rousseau, dentre outros. Títulos como “Costumes sexuais estranhos”, “Mortes curiosas e estranhas”, “Pensamentos sobre o amor”, “Anormalidades sexuais” e “Curiosidades e extravagâncias deste e do outro mundo” pareciam seguir essa mesma linha. Tratava-se de obras feitas para saciar a curiosidade do público de forma rápida, através de uma leitura leve e fragmentada que pudesse ser compreendida sem a exigência de referências literárias mais aprofundadas.

Alguns cânones da literatura brasileira e estrangeira também compunham o diversificado catálogo da *Edições Segrêdo*. No entanto, como algumas dessas obras eram muito volumosas para caber num livro de bolso, muitas delas vinham com uma pequena, porém determinante, informação em seu frontispício: “Condensado”. Livros como “Crime e castigo”, de Dostoievski; “A besta humana”, de Zola; “Madame Bovary”, de Flaubert; e “Senhora”, de José de Alencar, foram impressos em versões reduzidas para serem vendidos por preços também reduzidos de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 15,00. Sem a sinalização desse detalhe nas capas, muitos leitores podem ter se surpreendido ao descobrir que tinham adquirido uma versão

incompleta de certa obra. Contudo, para aqueles que se aventuraram em sua leitura, cientes ou não de sua condensação, a interferência do editor certamente dotava as obras de outros sentidos, possivelmente diferentes daqueles pretendidos por seus autores quando as escreveram. No caso de “Manon Lescaut”, por exemplo, o prefácio, no qual o autor apresenta as personagens e faz uma breve explicação sobre a obra à luz de seu tempo, é suprimido por completo. É dali extraído, portanto, a maneira como Abade Prevóst gostaria que seus leitores entendessem sua obra. Dessa forma, através de uma análise do próprio objeto impresso que não o considere apenas como um suporte neutro e vazio de significados é possível captar os “vestígios da leitura que seu editor supõe existir nele e os limites de sua possível recepção” (CHARTIER, 1996: 96).

É provável que para o tipo de leitor visado esse detalhe não fosse de tanta importância, já que o preço dos livros, mais do que sua fidelidade ao original, deveria ser o fator decisivo de compra. Mais do que isso. Segundo Chartier, a “leitura implícita” nos livrinhos da *Bibliothèque Bleue* demonstrava que “esse tipo de leitura só era confortável no caso de sequências breves, independentes e, em geral, desconexas, e aparentemente satisfazia-se com um grau mínimo de coerência”. Forma que não era “a mesma das elites cultas, familiarizadas com os livros e experientes na interpretação e no domínio dos textos integrais”. O público mais popular dos livrinhos azuis lia “de um jeito aparentemente descontínuo e fragmentário, que se acomodava às lacunas e incoerências” e também se sentia à vontade com histórias já conhecidas (CHARTIER, 2006: 225). Apesar dos séculos de distância entre a coleção francesa e a *Edições Segrêdo*, podemos utilizar seu exemplo para levantar algumas suposições sobre o tipo de leitura, requisitada pelos leitores ou exigida pelos editores, nos livros da *Tecnoprint*.

Por um lado, é evidente que grande parte dos livros da *Edições Segrêdo* estava voltada à demanda de conhecimentos úteis para a resolução rápida e prática de tarefas básicas do cotidiano urbano (redigir cartas comerciais, aprender etiquetas sociais ou consertar automóveis). De outro lado, notamos que não havia grande exigência quanto à qualidade de edição dos livros mais literários, especialmente em relação à totalidade dos conteúdos ou sua fidelidade aos textos originais. A leitura exigida aqui parece estar mais próxima do divertimento descompromissado, lido em parcelas, nas filas, nos intervalos ou no longo trajeto entre o lar e o trabalho. Estava, portanto, afastada dos “protocolos de leitura”

geralmente apregoados pelas instituições e autoridades literárias. A função do livro, nesse contexto, era menos alimentar a alma por toda a eternidade do que auxiliar nas atividades mais práticas ou proporcionar um passatempo fugaz à rotina dos leitores – e que, por isso, não necessitava de um aprofundamento sobre o tema e nem mesmo a completude da história, muitas vezes já assistida no cinema. O livro de bolso da *Edições Segrêdo* poderia ser, como na opinião do jornalista Mário Cordeiro, algo como uma “gilete literária”: “promete beneficiar o seu bolso, dando-lhe por poucos cruzeiros, leitura leve e amena para a monotonia das ‘filas’” (CORDEIRO, 1944: 2).

Apesar de antologias e reedições de obras literárias, condensadas ou completas, ocuparem um espaço relevante no catálogo da *Tecnoprint*, eram os manuais práticos e livros de autoajuda os gêneros de maior destaque de sua coleção. Essas obras seguiam uma tendência do mercado editorial daqueles anos de proporcionar saberes úteis de toda espécie à crescente população das cidades. São muitas as coleções desse tipo que circulavam nessa época.<sup>3</sup> Entretanto, não existiam obras tão baratas e simplificadas quanto às da *Edições Segrêdo*. Sob o sinete da esfinge, sua logomarca, a coleção desvendava o mistério mais banal que afligisse os leitores brasileiros, de forma rápida, simples e barata.

Assim, dentre muitos outros, foram lançados livros de bolso de ciências ocultas ( “Como ler as mãos”, “O verdadeiro livro de São Cipriano”), cartilhas de redação e gramática ( “Modelos de cartas para todos os fins”, “Aprenda a redigir corretamente”), regras de jogos ( “Regras oficiais do futebol”, “Jiu-jitsu sem mestre”), vulgarização científica ( “Hipnotismo prático”, “Métodos para limitar os filhos”), entretenimento ( “Cock-tail de palavras-cruzadas”, “Contos do vigário, pulo dos nove e outras tapeações”) e desenvolvimento pessoal ( “Aprenda a viver”, “Elimine o seu complexo de inferioridade”), para listar apenas alguns volumes. Ao que tudo indica, os títulos da *Edições Segrêdo* podem ser uma valiosa fonte de compreensão dos interesses e dilemas de grupos excluídos dos espaços de construção dos protocolos dominantes de convivência social. Com lições demasiadamente óbvias para uma elite educada, é possível que os livrinhos alcançassem um patamar mais elevado de importância e utilidade quando sob a posse de leitores de classes mais populares das cidades ou do interior, privados do acesso às novidades da cultura urbana brasileira.

---

<sup>3</sup> Biblioteca da Cultura Técnica, Manuais Técnicos LEP, Biblioteca Técnica Comercial, Biblioteca do Homem Prático, Biblioteca de Divulgação Científica, dentre outras.

Se os livros da *Tecnoprint* eram selecionados por seus editores de acordo com as preferências que atribuíam ao grande público, persiste uma questão relevante: Quem eram os autores desses livros? Com exceção dos clássicos da literatura estrangeira e nacional, a ausência dos nomes de autores nas propagandas era uma prática habitual não apenas pela ênfase que se pretendia dar aos temas da coleção. De fato, poucos dos escritores publicados tinham um nome conhecido. A linha seguida pela empresa era a de conseguir títulos práticos, sobre o maior número possível de assuntos, a custo mínimo. Assim, se os romances publicados eram quase sempre reedições em domínio público, os títulos de conhecimentos práticos eram negociados a preço único, sem a participação do autor nas vendas.

Mais do que abrir novos caminhos para se alcançar uma suposta “verdadeira” história literária, as novas teorias e métodos de análise conseguiram deixar o campo livre para o surgimento de novas propostas de se entender a literatura em seu passado. As novas teorias nos conscientizam sobre a grandiosidade do objeto literário ao longo de sua história e, com isso, permitem que novos métodos entrem em cena para atingir detalhes esclarecedores dela.

### **Referências Bibliográficas**

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 99-115.

CHARTIER, Roger (org.) Práticas da leitura. São Paulo, Estação. Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CORDEIRO, Mário. Como fazer amigos... Diário Carioca. Rio de Janeiro, 3 ago. 1944. p. 2.

HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil: sua história. São Paulo: EdUSP, 2005.

JAUSS, Hans Robert. A história da literatura como provocação à teoria literária. São Paulo: Ática, 1994.

LABANCA, Gabriel Costa. Dos anos dourados às Edições de Ouro: a Tecnoprint e o livro de bolso no Brasil (1930-1970). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGH/Uerj, 2009.

LIMA, Luiz Costa (Org.). A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MCKENZIE, Donald F. Bibliography and the sociology of texts. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

## O FICTÍCIO COMO TRANSGRESSOR DO REAL

Isabel Cristina Fernandes Auler\*

De acordo com o estudioso alemão Karlheinz Stierle, para compreendermos o conceito ficção na contemporaneidade torna-se necessário fazer uma retrospectiva concernente à sua história e a análise de suas derivações. Apesar de meu objetivo não consistir no estudo das atualizações do  *fingere* no Ocidente, iniciaremos este capítulo com uma pequena apresentação das transformações que sofrera no decorrer do tempo.

A palavra *fictio* é de origem latina, portanto, para analisar o conceito ficção na Grécia Antiga, devemos nos remeter a outras duas palavras, as quais, justapostas, englobam o seu significado: *poiesis* e *mimesis*. Em sua obra **Ficção**, Stierle nos esclarece o significado de tais conceitos gregos; *Poiesis* significaria a produção de um criador - produção originária como a de Deus ou segundo arquétipos - enquanto *mimesis* designaria uma imitação – “mas a própria imitação, do ponto de vista do que se imita, é algo completamente original (STIERLE, 2004: 11).” Para Aristóteles a *poiesis* apenas se realiza esteticamente ao colocar-se a serviço da *mimesis*, “o poeta é apenas poeta enquanto se põe sob a lei estética da produção que imita (STIERLE, 2004:12)”, o que significa dizer que o amplo campo da criação poética acaba por estreitar-se pela faculdade mimética. Para nosso autor o que se mantivera separado, como *poiesis* e *mimesis*, na Grécia de Aristóteles reúne-se mais tarde no conceito latino *fictio*. No entanto, ele nos adverte que *fictio* não consiste em uma mera síntese das duas palavras gregas, pois é antes uma designação que pode, em um sentido mais amplo, referir-se a *poiesis*, ou, em um sentido mais estreito, corresponder a *mimesis*. Por conseguinte, podemos considerá-lo como uma superposição de ambos, na qual, a cada momento, percebemos a atualização de um sentido, no horizonte do outro.

Para a história do conceito de *fingere* e suas derivações, Stierle identifica a obra de Ovídio, **Metamorfoses**, como o *locus* clássico, uma vez que “não só se encontram as expressões *fingere*, *fictio*, *fictus*, *figura* em vários sentidos, mas onde também sua polivalência

---

\* Isabel C. F. Auler é Mestre em História e doutoranda em Teoria da História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Agência de fomento: CAPES.



se reflete em equivalentes ficcionais (STIERLE, 2004: 12)”. Stierle analisa algumas destas expressões em determinadas passagens do livro no intuito de apresentar essa multiplicidade de significados para o ato de  *fingere*, presente na obra de Ovídio. Ele a identifica como ato formativo, afastada da *mimesis* e convertendo-se por completo em *poiesis*; apresenta um segundo grau de ficção ao aproximar-se da ideia de simulacro, uma duplicação a serviço do engano; por fim identifica a ficção autotélica, a máxima intensificação do imaginário, a qual não ocorre em *Metamorfoses*, apesar de rara exceção. Apesar de não se referir a sua obra como ficção, o maciço uso de *fingere* e suas derivações acaba por tornar **Metamorfoses** um rico campo de estudo sobre o conceito na Antiguidade.

Ovídio é o primeiro que permite que suas ficções se esclareçam a partir de si próprias. Porque nas metamorfoses descritas sempre se mostra a tensão entre *fingere* como forma e *fingere* como um prelúdio enganador, sendo esta tensão propriamente constitutiva das *Metamorfoses*. Seu recontar de mitos lhes dá a máxima plasticidade no sentido de destreza intelectual, assim como no de maximização do imaginário. (...) A metamorfose, a mudança de forma em forma é propriamente a forma intuitiva ficcional de Ovídio.(STIERLE, 2004:16)

A dupla natureza de *fingere* identificada por Stierle na obra de Ovídio – criação de uma obra e por meio da qual o imaginário é liberado – também se faz presente na obra de Horácio. “Na *Ars poética*, o protótipo da produção artística é a pedra-de-toque, sobre a qual a ânfora atinge sua configuração. Redonda e em si fechada como o cântaro deve ser a obra de arte (STIERLE, 2004:18).” Uma obra para ser fechada e una deve, para Horácio, possuir consistência no que se refere ao personagem e em seu discurso. A proximidade com a realidade da experiência era essencial para o prazer estético. Percebemos, assim, como o autor latino se aproxima da defesa de Aristóteles quanto à restrição da *poiesis* pela *mimesis*. No entanto, de acordo com Karlheinz Stierle essa preocupação com a verossimilhança não apaga a capacidade de ativar a imaginação do leitor e de transferi-lo para outros mundos.

Eis aqui o poeta, o artista mágico, que graças às suas ficções sabe acionar o registro anímico de seu leitor, ouvinte ou espectador e, mediante sua arte, se distancia de seu próprio mundo. Engano e formatividade entram em uma síntese indissolúvel em que a ficção, como estrutura de realização estética, sob as condições de um meio, intensifica a matéria ficcional, como imaginário livre e ligado (STIERLE, 2004:18).

Diferente de Ovídio e de Horácio, Virgílio mantém-se cético quanto ao valor do fictício. Para ele o imaginário deve manter-se subordinado à realização do cometimento épico da fundação de Roma. Cícero, por sua vez, é identificado por Stierle como o primeiro a

conjugar intimamente *pictor* e *fictor*, o que acaba por restringir o campo do imaginário, uma vez que o campo semântico de  *fingere*  passa a ser articulado à representação de um ser consciente que planeja e constrói. “Nisso, diferencia-se essencialmente do campo semântico da fantasia, relacionado, sobretudo à faculdade subjetiva do criador de imagens (STIERLE, 2004: 22).”

Em Quintiliano, *fictio* converte-se em uma figura central de sua retórica, pois o discurso jurídico deve possuir apenas um objetivo: alcançar a persuasão. “Na fronteira entre verdade e mentira, para a intensificação do efeito, se dispõe, para ser introduzidas, de circunstâncias ou pessoas fictícias.” Nesse momento a escrita da história também passa a utilizar-se da licença poética no intuito de alcançar a persuasão do leitor perante suas exposições. Há, portanto, um adestramento retórico no espaço público que possibilita um estreitamento entre os mundos da poesia e do direito, assim como a valorização de uma concepção de *fictio* que subordina o imaginário ao âmbito da verossimilhança.

Com o surgimento do cristianismo o estabelecimento de uma verdade rigorosa presente nos Evangelhos acabou por relegar ao ficcional o papel negativo de mero opositor – “a ficção perde sua inocência e é posta no banco dos réus (STIERLE, 2004:)”. Apenas na historiografia a ficção mantém-se como instrumento retórico, no mais ela é substituída pela alegoria, na qual a ficção transforma-se em momento da verdade. Em decorrência dessa rígida oposição entre verdade e ficção, vemos o surgimento do conceito hermenêutico de figura, “estrutura temporal do ocultamento e desvendamento, tornando-se um instrumento particular na consonância entre o Velho e o Novo Testamento (STIERLE, 2004:25)”.

Na tentativa de reabilitar a poesia pagã colocando-a em consonância com o pensamento cristão, Lactâncio procura provar que as ficções dos poetas consistem em ornar a verdade, “a tarefa do poeta é traduzir, com ornamentos próprios, o que realmente sucedeu, por meio de formas figurais (STIERLE, 2004:25)”. Stierle nos aponta a obra **Confissões** de Agostinho como um impressionante testemunho da crítica cristã da ficção. Ele a identifica como uma antificção, a qual, apesar de tentar desvincular-se de todos os ornamentos retóricos, serve-se deles com o objetivo de recrutar o leitor. “A partir de agora e por séculos, a ficção estará a serviço da verdade (STIERLE, 2004:25)”. Nosso autor apresenta a expressão de Jauss referente a este período, “o cativo da mitologia na Idade Média (JAUSS apud STIERLE,

2004:30)” e faz um adendo: “com maior razão se poderia chamar o cativo da ficção (STIERLE, 2004: 30)”. Apenas como alegoria e alegorese, figuras da verdade, o ficcional manteve-se presente, detentor de algum direito próprio.

A partir deste espírito da alegoria, inaugurar-se-ia, durante o Renascimento, outro modo de configuração ficcional, o romance. Para Karlheinz Stierle o verdadeiro descobridor do romance consistiu em Chrétien de Troyes, pois sua história do rei Arthur não se subordina ao mundo exterior, não corporifica interesses coletivos, pelo contrário, concebe um mundo imaginário, no qual os personagens possuem um papel central.

(...) os cavaleiros de Chrétien são muitas vezes aturdidos pela singularidade que os restituiu a seu próprio destino, que os provoca a precisas aventuras, em um mundo sujeito a prodígios e ao imprevisível. Os romances de Chrétien, que se processam na interioridade, parecem dar a entender que se sobrepõem ao interdito da ficção, que levantara a teologia cristã da Antiguidade tardia e da Idade Média (STIERLE, 2004: 31).

Não foi apenas a vivacidade de seu texto que diferenciou Chrétien dos demais escritores do século XII. O destaque de sua obra consiste na conversão da leitura em uma forma estética específica de recepção, distinta de todas as outras leituras alegóricas de uma ficção. “O leitor isolado se liga à consciência isolada dos heróis e o prazer estético daquele tem novas perspectivas internas. Mas ao mesmo tempo o leitor estará obrigado a ter presente, pela ironia da ficção, o fictício da ficção (STIERLE, 2004:33)”. Este se tornará o traço marcante da grande forma do romance em relação às formas de narrativas simples, a tendência à pluralização multidimensional do mundo narrativo. Ao ultrapassar a ligação com a *histoire* isolada, os romances seguintes tornam-se novas explorações da construção narrativa.

Este novo gênero torna-se aberto a novas potências estruturais e desprendido da economia de Chrétien o romance passa a ser um espaço dinâmico e plural. Neste momento, passagem da Idade Média para o Renascimento, a história da significação da ficção passa a estar estreitamente conectada à história do romance e suas principais características consistem em uma nova exigência ficcional da verdade, além de sua construção em prosa.

Os romances em prosa depois de Chretien, *o Lancelot*, *o Tristan* em prosa e, acima de tudo, o ciclo em prosa de Artur são compilações vigorosas de autores anônimos que,

por assim dizer, procuram ir imaginariamente além do mundo de Artur, aberto por Chretien (STIERLE, 2004:41).

Estes diferentes espaços narrativos são impulsionados um pelo outro deslocando, portanto, o leitor de um mundo do relato para outro em um movimento narrativo com potenciais intermináveis. O procedimento empregado para alcançar este fio narrativo é chamado de *entrelacement*, o qual “fazia o leitor experimentar uma graduação imprevisível de mundos, de heróis e seus destinos (STIERLE, 2004:41).” Somada a esta pluralização da arte do ficcional vemos uma nova demanda referente à identidade isolada do herói e de seu próprio destino: “o mundo épico (...) abre-se para o maravilhoso e fantástico, ao mesmo tempo em que a terra de ninguém do romance abre-se para o horizonte do mundo real (STIERLE, 2004:42).”

A desterritorialização do romance desenvolve-se progressivamente durante os séculos XIII e XIV, principalmente na França, mas seu ápice encontra-se na Itália do século XV, onde foi possível identificar uma nova forma de romance a qual expressou a própria perspectiva italiana do gênero. Para Stierle o grande representante do *romanzo* italiano consistiu em Ariosto com sua obra **Orlando furioso** de 1516. Vemos neste romance a mistura da temática arturiana somada a um toque irônico de um narrador que tem como tarefa comentar e relacionar situações cômicas, desilusões do leitor e, sobretudo, as questões amorosas presente na obra. O mundo fictício de Ariosto, o qual se abre em uma profundidade infundável, pode ser considerado como um mundo do  *fingere*:

O Mundo de Orlando furioso é um mundo de ficções, do engano da bela aparência, do que parece, da ilusão, do feitiço e do contrafeitiço, em que a oposição entre verdadeiro e o falso se dissolve em ambigüidades inextrincáveis e sibilinas. Fingere é, em Ariosto, um obstinado tema recorrente. O mundo não é mais como aparece para os heróis e para o leitor, mas, sob a aparência, abre-se o abismo de máximas incertezas.(STIERLE, 2004:43).

A descoberta desta ironia do ficcional é um procedimento novo, que simboliza a liberdade e a imprevisibilidade do narrador através de seu imaginário. No entanto, a (re)descoberta de Aristóteles no século XVI acaba por domesticar esta nova pluralidade do ficcional, uma vez que a discussão referente à sujeição da *poiesis* à *mimesis* retorna à mesa de debate.

Nos *Discorsi dell'arte poetica* (1587) se dedica à questão de que margem de liberdade dispõe a ficção e que limites lhe são impostos pela verossimilhança e pela história. Por um lado, as ações inferiores da comédia são objeto da ficção, por outro, o são todo o novo que ainda não encontrou uma forma fixa. A história não permite nenhuma ficção à medida que trata de fatos recentes; quanto mais, entretanto, ela recua, tanto mais oferece ao poeta matéria para sua ficção, pois os conhecimentos transmitidos são tão vagos que o poeta pode ativá-los (STIERLE, 2004: 45).

O conceito de ficção ganha nova relevância - apesar de negativa, uma vez que fora remetida ao vazio da mentira - no contexto do discurso filosófico do século XVII. Com a valorização do método de conhecimento descartiano- o ceticismo metodológico – somada à crença no sujeito solar, capaz de se autoconhecer inteiramente e através da razão e do método científico conhecer as leis que organizam o mundo natural e social, a ficção como questão analítica e objeto de estudo teórico acabou em segundo plano, enquanto a História positivista começou a ganhar espaço nos centros acadêmicos europeus.

As “fictions de mon esprit” não são, para Descartes, realizações produtivas da consciência humana, que vão além do dado, mas sim fantasmas vazios da consciência humana, que vão além do dado, mas sim fantasmas vazios da razão ociosa, cujas emanções não podem requerer algum direito próprio (STIERLE, 2004:53).

A ficção acaba por tornar-se uma oposição maniqueísta da verdade devido a negação da ação criadora do imaginário e o pressuposto de uma sobriedade epistemológica.

O retorno da ficção como objeto da reflexão poética, de acordo com Stierle, regressa com a teoria da literatura e poesia elitista de Mallarmé: “antagônica à fábrica literária de seu tempo, o conceito de ficção assume um novo significado, que se lança para o futuro, para a vanguarda literária do século XX”(STIERLE, 2004:75). Para Mallarmé a ficção de sua época caracterizada por sua sujeição à técnica e ao consumo de massa rivaliza com um novo conceito de ficção cujo foco se afasta da referencialidade ao mundo para remeter a si mesmo. O livro converte-se no lugar em que a *notion pure* ocorre, mas o livro é, ao mesmo tempo, em todas as suas dimensões, a ficção que remete a si mesma, o fictício-real absoluto, em que, simultaneamente, a concretude da fala, em sua sonoridade, é uma dimensão própria do poético. Nela a poesia encontra a sua meta ao se manter em si mesma e resistir à ilusão referencial do *universel reportage*(STIERLE, 2004:75).

Esta defesa de Mallarmé quanto à ficção como negação da ilusão referencial tornaram-se um poderoso instrumento de reflexão para o romance do século XX, o qual passou a

conceber o gênero como “antidiscursos” que não mais se conecta a referências. A radicalização destas tendências autoreferenciais insuflou o *nouveau roman* dos anos 1960 à atualizar o conceito de ficção:

Se antes o romance resultou da reabilitação da ficção, agora o romance, que assume a consciência de sua natureza verbal, se concebe como ficção. Com a *linguistic turn* dos anos sessenta, que, na França, produzia uma nova literatura estrutural, a seguir gerativa e, por fim desconstrutiva, o romance se transforma em virtualidade de suas estruturas verbais, textualmente originadas e se descobre como ficção (STIERLE, 2004:75).

Ao repensar a *mimesis* e, com isso, o próprio conceito de *poiesis* a análise de Luiz Costa Lima nos possibilita conceber a ficção de uma maneira nova que se afasta do desconstrucionismo autoreferencial proveniente da *linguistic turn* dos anos sessenta. Em **Mimesis: Desafio ao Pensamento**, nosso autor afirma ser a leitura crítica um apanhe de sinais, os quais ao invés de recuperar o real, apenas o indicia (LIMA, 2000: 398). Dessa maneira o autor distancia-se da pretensão de uma objetividade extrema que alega a transparência da linguagem e a possibilidade de encarar a representação como imitação da realidade. Ao enfatizar o processo através do qual a representação é constituída, processo esse que bebe do real, mas ao mesmo tempo altera o modo como o real historicamente aparece para autor e leitor, Costa Lima rompe com a idéia de um texto encerrado em si mesmo. A recepção da obra não é controlada pelo autor assim como sua intenção não pode ser extraída integralmente pelo leitor, uma vez que sua interpretação crítica também pressupõe uma representação. A representação-efeito é, portanto o desdobramento da leitura e implica considerar as fraturas do sujeito leitor, além da sociedade na qual esse se insere, como elementos indissociáveis à sua constituição.

Costa Lima distancia-se não apenas de uma concepção solar de sujeito como também se afasta de sua alegada morte. Ao fazer uma panorâmica concernente ao processo de constituição do sujeito moderno e a posterior recusa do mesmo, ele localiza na obra cartesiana de Descartes a composição de um “eu solar”, detentor dos indícios de sua própria fratura - mesmo que seu autor recusasse-se a concebê-los. Minha proposta não consiste em explicitar os pormenores desta panorâmica apenas apresentar o questionamento sobre a centralidade do sujeito e a objetividade de sua representação do mundo. A radicalidade desta renúncia encontrará seu ápice nos pensadores desconstrucionistas contemporâneos, cuja alegação

básica consiste na “morte do sujeito”. Ou seja, ao invés de apenas rejeitar a solaridade que lhe foi concedida e o caráter “cristalino” de suas representações, tomadas como espelho do existente, o desconstrucionismo defende o aniquilamento da idéia de sujeito e com isso a defesa da suspensão do sentido, a indecidibilidade das representações, uma vez que não remetem a nada exterior a elas mesmas. Esta “lógica da destruição” invalida qualquer tentativa autobiográfica ou trabalho memorialístico assim como põe em xeque a própria noção de história como campo de conhecimento distinto ao âmbito ficcional. Ao afastar-se da bandeira da “morte do sujeito” e da defesa da indecidibilidade do representacional, Costa Lima passa a acolher a noção de interminabilidade. “A interminabilidade sem permitir a figura do mestre – “eis a interpretação certa” – admite o sentido, é certo que sempre provisório, e não só sua desconstrução”(LIMA, 2000: 399).

O significado de uma representação não decorre apenas dos meios através dos quais ela fora construída, a entender meio como veículo de produção e intenção subjacente. Não podemos resumi-la, portanto, a mera expressão do que fora antecipadamente projetado. Ao repensar a mimesis como um processo de apresentação e representação ao invés de mera imitação do real – “um todo homólogo à organização do mundo” (LIMA, 2000: 322) - Luiz Costa Lima nos ajuda a compreender que sua origem não está na busca de assemelhar-se a algo ou a uma forma de conduta, mas sim a uma pulsão que se pretende constituinte de uma identidade subjetiva. O idêntico não pode ser expresso pela linguagem, uma vez que a última não corresponde às coisas que nomeia. Ainda que a mola propulsora da mimesis (LIMA, 2000: 323) seja esta busca de uma identidade subjetiva, a inserção do agente mimético no mundo contamina esse desejo “puro”, pois internaliza representações preexistentes que o coagem à adaptação de seu mímema.

A intenção do autor ante a produção de uma representação não encerra seu significado, muito menos ratifica a idéia do sujeito como mestre absoluto de sua representação. Por não ser um espelho da intenção do autor, a narrativa passa por uma nova transformação mimética, já que sua inserção no mundo remete às influências de diversas representações nele contidas. No momento da elaboração da proposta em narrativa, vemos uma deformação que a autonomiza devido à distância entre significado e significante. Soma-se a isso o efeito nos leitores de sua obra, que fraturados e também inseridos no mundo, possuem diferentes recepções da mesma. Mas significado e significante não se encontram em pólos antagônicos

sem nenhuma relação um com o outro, pois estaríamos adentrando o perigoso discurso desconstrucionista que concede uma abertura infundável à ordem do significante. “A indagação da linguagem é insuficiente se não considera seu laço umbilical com a realidade” (LIMA, 2000: 399).

Deste modo, qualquer criação pode ser entendida como mimética, uma vez que o objeto em si não possui um significado subjacente, pois depende da recepção de seu observador. No entanto, também possui indícios que nos remetem ao sujeito criador, os quais se entrelaçam com tal recepção formando um sentido autônomo, individual, porém plural, na medida em que cada receptor poderá interagir com tais indícios de maneira diversa. A partir desta nova concepção de *mimesis*, o conceito *poiesis* também se altera, uma vez que criação e representação passam a se entrelaçar. Com isso, ficção que, anteriormente, aproximava-se da *mimesis* – quando concebida como criação submetida à verossimilhança - ou afastava-se se aproximando da *poiesis* – quando concebida como autoreferencial - passa agora a ser entendida como cooptação de ambos os sentidos.

Diferente da historiografia cuja aporia consiste na busca da “verdade”, uma motivação pré-verbal indemonstrável, que, no entanto, orienta seu discurso e subjuga a imaginação, a ficção, livre destas amarras aporéticas, vagueia por caminhos imaginários deslocados da referencialidade – apesar de tê-la como ponto de partida para que haja sua transgressão - e das fronteiras impostas por tal quimera. Destarte, o discurso ficcional não postula uma verdade, ao invés disso, coloca-a em suspensão. Ao invés de ser tomado como contrário ao real o fictício, portanto, torna-se agora um transgressor da realidade<sup>1</sup>.

### **Bibliografia:**

LIMA, Luiz Costa. LIMA, Luiz Costa. **Mimesis: Desafio ao Pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STIERLE, Karlheinz. **A Ficção**. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.

---

<sup>1</sup> Através da releitura de *mimesis* e do diálogo com Iser Wolfgang e sua análise do campo ficcional em **The Fictive and The Imaginary**, Luiz Costa Lima nos traz a sua análise sobre o conceito ficção em **História. Ficção. Literatura**.



## NORBERT ELIAS FRENTE AOS DESAFIOS DE SUPERAÇÃO DA APORIA ENTRE TEMPO FÍSICO E TEMPO SOCIAL

Eugênio Rezende de Carvalho\*

Diante da divisão do saber, ao longo da história, em diferentes áreas ou territórios disciplinares, a impressão é que coube basicamente à filosofia - dos pré-socráticos aos pensadores do século XX - a prerrogativa da reflexão sobre o tempo, não obstante a importância dada ao tema pelas ciências físico-naturais, sobretudo a partir do estabelecimento dos perfis paradigmáticos da ciência moderna.

Assim, ao longo de mais de dois milênios, inúmeros filósofos se lançaram, a partir das mais diversas perspectivas, à interminável reflexão sobre a problemática da definição, natureza, objetividade, unicidade, classificação, divisibilidade, homogeneidade, evolução, direção, origem, representação e significado do tempo. Em tal esforço, foi inevitável o enfrentamento de dificuldades, dilemas e dicotomias de toda ordem, muitas vezes insuperáveis, inerentes à abordagem desse “objeto”, o qual J. T. Fraser qualificou de “estranho familiar”.

Contudo, uma rápida leitura de algumas obras representativas - enquanto sínteses ou balanços - das abordagens filosóficas do tempo nos permite facilmente identificar a existência de uma aporia capital, que se converte praticamente num divisor de águas que tende a separar, em dois grupos distintos, duas grandes correntes ou perspectivas conflitantes, aparentemente inconciliáveis: trata-se da dicotomia entre as abordagens objetivista e subjetivista do tempo. A primeira evoca um “tempo objetivo”, que se vincula ao tempo da natureza ou do mundo, ao tempo cosmológico ou físico, em suma, ao tempo das ciências; enquanto a segunda, por sua vez, defende um “tempo subjetivo”, que se associa ao tempo da consciência ou do espírito (ou da alma), ao tempo psicológico ou fenomenológico, em resumo, ao tempo vivido.

---

\* Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília (UnB), vinculado à Faculdade de História e ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisa apoiada com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A origem dessa famosa aporia entre os tempos objetivo e subjetivo é tradicionalmente situada nas comparações estabelecidas entre as posições de Aristóteles - para quem o tempo encontrava-se associado ao movimento, enquanto “o número do movimento, segundo o antes e o depois” (*Física*, IV, 10-14) - e de Santo Agostinho (*Confissões*, XI, 14-28) - que situou o tempo na esfera da alma, como uma distensão da alma (*distentio animi*), a partir da ideia de um presente dilatado que englobaria o passado e o futuro, respectivamente, na forma de memória e expectativa<sup>1</sup>. Nesse sentido, costuma-se qualificar como física ou cosmológica a análise filosófica do tempo empreendida por Aristóteles e como psicológica a agostiniana, fazendo com que o “debate” Aristóteles *versus* Santo Agostinho tenha passado a representar simbolicamente a própria aporia em questão<sup>2</sup>. Ou seja, os “movimentos dos corpos celestes” e a “alma” passaram a ser, respectivamente, segundo tais análises, os elementos privilegiados de identificação do tempo. Assim,

Quienquiera que piense que el tiempo se percibe, que se ofrece a la intuición sensorial, no puede sino creerlo, so pena de contradicción, si no idéntico, al menos indisolublemente unido a los movimientos visibles, en cuyo caso, el mejor candidato al papel de tiempo es el movimiento de la esfera celeste. Quienquiera que, por el contrario, piense que el tiempo no se deja aprehender sino mediante la intuición intelectual, se ve obligado, so pena de contradicción, a identificarlo con la actividad del alma. (POMIAN, 1990: 284)

A perspectiva objetivista, após as formulações pioneiras de Platão e Aristóteles, alcançou seu ápice com a publicação, em 1687, dos *Philosophiæ Naturalis Principia Mathematica*, de Isaac Newton, que se converteu em seu principal paradigma. O físico inglês, embora numa abordagem contraditoriamente de viés metafísico, definiu um “tempo absoluto, verdadeiro e matemático, por si mesmo e da sua própria natureza, sem relação com qualquer coisa externa, que flui uniformemente...” (NEWTON, 1983: 8). Uma reorientação importante no âmbito de tal corrente ocorreria a partir de 1905, com a publicação da primeira parte da

---

<sup>1</sup> Na verdade, a associação aristotélica do tempo com o movimento (sem, entretanto, uma identificação plena), já havia sido exposta no *Timeu* de Platão, para quem o tempo era “a imagem móvel da eternidade”, posição que certamente Aristóteles herdou de seu mestre. Mas, em ambos, o tempo era, ao contrário do que pensava Santo Agostinho, algo exterior à alma. Ressalte-se que, no caso das reflexões sobre o tempo encontradas na *Física* de Aristóteles, há indícios também de uma via psicológica (embora bastante secundária), na medida em que a associação do tempo com um “número”, enquanto “medida”, deve pressupor um sujeito que o “meça”.

<sup>2</sup> Não é por acaso que muitos daqueles que se lançaram à tarefa de se questionar ou de se ultrapassar os termos da aporia entre tempo objetivo e tempo subjetivo, se viram forçados a retomar criticamente esse debate entre Aristóteles e Santo Agostinho, como é o caso, por exemplo, do clássico estudo do filósofo Paul RICOEUR (1996: 643-661).

Teoria da Relatividade (Especial ou Restrita) de Albert Einstein, que colocaria por terra a ideia newtoniana de um tempo absoluto (assim como as de espaço, simultaneidade ou movimento absolutos), em favor de um tempo relativo, dependente do sistema de referência adotado; tese que, entretanto, não contradiz a essência da perspectiva objetivista. Conquanto os avanços verificados nas últimas décadas no âmbito da Física Quântica têm colocado paulatinamente em questão uma série de pressupostos desse tempo objetivo, a partir do reconhecimento dos diferentes comportamentos da matéria quando se considera as dimensões microfísica ou macrofísica.

Já a corrente subjetivista tem talvez nas formulações originais de Santo Agostinho - do final do século IV - a sua principal referência paradigmática, que viria a influenciar inúmeros filósofos até a época contemporânea. As teses em favor da existência de um tempo como unicamente vivido, ou de um tempo psicológico, que se desenvolveram nos séculos seguintes, revelaram, em vários aspectos, importantes heranças agostinianas, com a substituição progressiva dos conceitos de alma e de espírito pelo de consciência. Assim, a partir das últimas décadas do século XX, ressurgiram algumas das principais expressões filosóficas dessa corrente subjetivista, que procuraram, por diferentes caminhos, distinguir claramente um tempo das vivências - ou um tempo como experiência vivida - de um tempo físico ou cosmológico. Seus principais nomes seriam, entre outros, os dos filósofos Edmund Husserl, Henri Bergson, Gaston Bachelard e Martin Heidegger.

Mas essa aporia entre os tempos objetivo e subjetivo se desdobraria ainda em outras, como, por exemplo, a oposição entre tempo quantitativo e tempo qualitativo, na medida em que se nota certa tendência geral a se identificar, nas diversas análises físico-filosóficas, o aspecto quantitativo com o tempo próprio da ciência (no âmbito da perspectiva objetivista) e, por outro lado, o qualitativo com o tempo da consciência (na esfera das abordagens subjetivistas). Além disso, essa aporia é reforçada ainda pela forma diferenciada com que objetivistas e subjetivistas consideram o grau de realidade que seria outorgado a cada um desses tempos, retomando a tradicional divisão filosófica entre “realistas” e “idealistas”. Desta sorte,

Desde la perspectiva realista se asume que el tiempo subjetivo no es un tiempo “real”, sino una mera elaboración de la conciencia, que en ella se expresa como la unidad de pasado, presente y futuro, en tanto que el tiempo objetivo se considera centrado siempre en el ahora. (COMTE-SPONVILLE, 2001: 35-36)

Assim, em termos agostinianos, o enfoque idealista ou fenomenológico considera que, ao não haver consciência instantânea ou puramente atual, sem memória ou antecipação, seu presente se apresenta sempre prolongado ou distendido em direção ao passado e ao futuro, de modo que

el tiempo, con sus partes inherentes, no existiría como algo “en el mundo”, sino únicamente como algo “en la consciencia” o, como diría San Agustín, “en el alma”. Así, desde el punto de vista de la fenomenología, lo que el realismo entiende por tiempo del mundo no sería más que una objetivación abusiva del tiempo de la conciencia que refleja la cualidad proyectiva de la misma. (TOBOSO MARTÍN, 2009: 18-19)

Daí se deduz que, em contrapartida, de acordo com o enfoque realista, tal projeção e dilatação da consciência em direção ao passado e ao futuro, por meio da memória e da expectativa, seriam estranhas ao mundo objetivo, não passando de ilusões colocadas pela consciência. Com isso,

... se planteaba un problema aparentemente insalvable: la existencia de dos tiempos incommensurables entre sí, de tal modo que quien, desde una perspectiva reduccionista, afirmase que el único tiempo real era el de la física, debía tratar el tiempo fenomenológico bien como una ilusión, o bien estaba obligado a mostrar cómo éste procedía de aquél y conservaba de sus orígenes esa especie de realidad imperfecta que nos resignamos a conferirle a fin de no encontrarnos en desacuerdo flagrante con la experiencia común. Igualmente, quien rechazase la realidad del tiempo de la física, había de restituírsela de una forma u otra, reintroduciendo subrepticamente la pluralidad de tiempos. (CASTRO RODRÍGUEZ, 2002: 15-16)

Segundo se outorgue prevalência à análise realista ou à fenomenológica, a consciência surgirá como depositária de um tempo subjetivo ilusório, no primeiro caso, ou como geradora ativa do tempo, no segundo. O ponto de controvérsia entre ambos os enfoques se refere à possibilidade de que, para além dos caracteres do tempo psicológico, que parece abarcar todos os aspectos no conceito habitual de tempo, se possa assinalar a existência de um tempo objetivo do mundo, independente do sujeito, em cuja consciência se forjaria o tempo subjetivo. (TOBOSO MARTÍN, 2009: 19)

A aporia entre tempo objetivo e tempo subjetivo passou, assim, a ser expressa de múltiplas maneiras, por intermédio de diferentes pares dicotômicos, como tempo quantitativo e tempo qualitativo, tempo real e tempo imaginário, tempo da ciência e tempo da consciência, tempo natural e tempo cultural, tempo cósmico e tempo vivido, tempo físico e tempo social

(ou histórico), ou ainda entre *chronos* e *kairos* (dois termos gregos, de origem mitológica, para designar a ideia de tempo e que, de certa forma, ilustram, respectivamente, os aspectos quantitativo e qualitativo). Assim, paulatinamente, reforçada por oposição após oposição, a dicotomia entre as perspectivas objetivista e subjetivista foi se radicalizando, fazendo com que tais abordagens fossem cada vez mais se repelindo e se excluindo mutuamente. Os debates intermináveis que acabaram opondo seus respectivos partidários acabaram tornando-se artificiais e estéreis, como ocorre com toda aporia.

Não obstante, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, vieram à luz - a partir da própria Filosofia, mas notavelmente das Ciências Sociais e Naturais, embora em menor medida da História - alguns questionamentos contundentes e inovadores sobre o caráter reducionista dessa aporia, que acaba por circunscrever a reflexão sobre o tempo aos seus domínios. Pode-se encontrar uma série de estudos recentes sobre o tempo que, situados em distintas áreas do saber e apoiados em diferentes perspectivas teóricas, buscaram oferecer alguma alternativa de superação - ou de compatibilização - dessa aporia filosófica<sup>3</sup>.

É nesse contexto em que se insere a reflexão do sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990)<sup>4</sup> sobre o tempo, veiculada por meio de uma série de 46 breves ensaios, publicados em forma de livro em 1984, sob o título *Über die zeit (Sobre o tempo* - edição brasileira de 1998)<sup>5</sup>. Logo na introdução desse livro, Elias esclarece o propósito da obra, que seria, segundo ele, nada mais que oferecer

---

<sup>3</sup> Nessa linha, apenas para citar alguns exemplos, há alguns estudos relativamente recentes como o dos filósofos espanhóis Mario TOBOSO MARTÍN (2004) e Sixto J. CASTRO RODRIGUEZ (2002), da socióloga mexicana Guadalupe VALENCIA GARCÍA (2007), do psicanalista canadense Elliott JAQUES (1984), do filósofo francês André COMTE-SPONVILLE (2001 e 2006), além do historiador brasileiro José Carlos Reis (1994 e 2008). E, por fim, um dos estudos mais conhecidos nessa perspectiva, e que seguramente influenciou muitos outros na mesma linha, integra o terceiro volume da trilogia *Tempo e Narrativa*, do filósofo francês Paul RICOEUR (1996), publicado originalmente na década de 1980, no qual ele propõe o tempo histórico como um terceiro tempo (mediador e de articulação) entre o tempo cósmico e o tempo vivido.

<sup>4</sup> Embora Norbert Elias praticamente dispense apresentações, sobretudo no meio acadêmico das ciências sociais e humanas de uma forma geral, registro que ele nasceu em Breslau em 1897 e morreu em Amsterdam em 1990. Sociólogo alemão, estudou medicina, filosofia e psicologia nas universidades de Breslau e Heidelberg. Mais tarde, trabalhou com Karl Mannheim em Frankfurt. Abandonou a Alemanha nazista em 1933, indo primeiro para a França e depois para a Inglaterra, onde foi professor de sociologia na Universidade de Leicester (1945-62) e mais tarde na Universidade de Gana (1962-4) e no Zentrum für Interdisziplinäre Forschung in Bielefeld. Desenvolveu uma abordagem que chamou “sociologia figuracional” que examina o surgimento das configurações sociais, como consequências inesperadas da interação social. Seu trabalho mais conhecido é *O Processo Civilizador* (2 vols.), analisando os efeitos da formação do Estado na Europa sobre os costumes e a moral dos indivíduos.

<sup>5</sup> A primeira parte desses ensaios foi redigida em inglês e publicada em holandês na revista *De Gids*, entre 1974 e 1975. Dez anos mais tarde, juntou-se a tradução desses primeiros ensaios a outros novos, bem como a uma

... elementos de interpretação dos símbolos sociais necessários para permitir que nossa interpretação do tempo abra caminho entre as alternativas filosóficas tradicionais do subjetivismo e do objetivismo, do nominalismo e do realismo. Assim, deverá ser possível fornecer, aos indivíduos submetidos a uma disciplina relativa à dimensão do tempo, uma compreensão melhor deles mesmos e da condição humana em geral. (ELIAS: 1998: 27)

Assim, abraçando o pressuposto da natureza simbólica do tempo, sua meta mais geral foi a de contribuir com a tarefa de “elucidar a natureza particular dos símbolos humanos” ou ainda de saber “com que objetivo os homens necessitam determinar o tempo” (ELIAS: 1998: 13, 27). Foi imbuído de tais motivações que Elias manifestou explicitamente seu afã de oferecer, com esse estudo, alternativas para a superação da aporia filosófica tradicional entre objetivismo e subjetivismo, ou ainda, conforme seus termos, entre tempo físico e tempo social.

Ao explorar as relações entre a história, os homens e o tempo, o historiador francês Marc Bloch (1886-1944) refutou a definição de história como “ciência do passado” e propôs, em seu lugar, uma “ciência dos homens, *no tempo*”<sup>6</sup>. Retomo essa conhecida passagem de Bloch para ilustrar certa tendência dos historiadores a evocar com toda naturalidade o conceito ou a ideia de *tempo* em seus esforços por definir a *história*, independentemente das disparidades entre as definições particulares comumente outorgadas a cada um desses termos.

Segundo KOSELLECK (1993: 14), “decir que la historia y la ciencia de la historia tienen que ver con el tiempo es una trivialidad”. Tornou-se um lugar comum tal assertiva de que o tempo, assim como o espaço, é uma variável constitutiva fundamental da história, qualquer que seja a designação dada a esta última palavra, diante da sua reconhecida polissemia. Cumpre observar, no entanto, a ocorrência de um descompasso ou contraste entre, de um lado, a expressiva relevância atribuída ao tempo nas inúmeras definições ou abordagens da história e, de outro, a escassa reflexão teórica dos historiadores sobre o

---

introdução, que foram especialmente redigidos em alemão, visando à publicação de todo o conjunto em forma de livro, em 1984.

<sup>6</sup> Apesar de Bloch tê-lo afirmado com o propósito de destacar a importância que tem para os historiadores a categoria da “duração”, estabelecendo um contraponto entre o tempo da história e o tempo de muitas outras ciências. Para ele, enquanto o tempo dessas ciências representaria apenas uma medida, o tempo vivo da história, ao contrário, seria “o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade”. (BLOCH, 2001: 52-55) De certa forma, tem-se aqui ainda presente os ecos da dicotomia que ora pretendo problematizar com a presente pesquisa.

conceito de tempo<sup>7</sup>. Em muitos casos, a prática historiográfica tende a operar apoiada na premissa - embora quase sempre negada - de que a noção de tempo é em si autoevidente, algo dado com um sentido captável direta e imediatamente - como se isso fosse possível. É como se a pergunta pelo tempo entre alguns historiadores representasse, no mínimo, uma questão meramente secundária. Em grande parte, tal atitude é justificada pelas tremendas dificuldades teóricas encontradas ao se buscar uma definição para um conceito tão abstrato, arduo e enigmático como o de tempo<sup>8</sup>.

Assim, há que se ressaltar aqui a carência de dois grupos de estudos. O primeiro é sobre a temática do tempo e da temporalidade, desde a perspectiva da história, numa perspectiva que vá além da dicotomia entre tempo objetivo e tempo subjetivo e que possa lançar luzes e oferecer elementos para uma reflexão teórica acerca das relações entre tempo e história, a partir do pressuposto de que aquele constitui uma variável fundamental desta. O segundo, mais específico, diz respeito aos estudos das teses de Norbert Elias a respeito do tempo<sup>9</sup>. Tal carência, entretanto, contrasta com uma expressiva quantidade de trabalhos que exploram as suas principais teorias e obras, bem como a respeito do impacto de suas ideias nas áreas da sociologia, antropologia, política, filosofia e da educação (embora quase nada da história).

Analisando preliminarmente as obras dos principais representantes das abordagens objetivista e subjetivista acerca do tempo, bem como os estudos mais recentes que procuram

---

<sup>7</sup> Embora reconheça forçosamente o mérito de alguns estudos teóricos, por parte de historiadores de ofício, que tomaram a questão do tempo como objeto central de sua análise - como, por exemplo, os trabalhos de KOSELLECK (1993: 2001) sobre o tempo histórico -, me pergunto, apenas como uma hipótese, se a maioria dessas abordagens ainda não se encontraria limitada às premissas e parâmetros estabelecidos pela aporia entre tempo objetivo e tempo subjetivo, ao salientarem em demasia a especificidade do tempo histórico (ou dos tempos históricos) a partir, quase que exclusivamente, da sua oposição a um tempo cosmológico, ou seja, a partir da crença de “que a natureza externa ao homem e a realidade humana constituem dois universos separados, independentes e, em certo sentido, antagônicos e incompatíveis.” (ELIAS, 1998: 70)

<sup>8</sup> A propósito, é bastante ilustrativo, pela sua força de atualidade, o clássico e profundo questionamento formulado há cerca de dezesseis séculos por Santo Agostinho, em suas *Confissões*: “Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falamos. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei”. (AGOSTINHO, 1984: 217-218)

<sup>9</sup> Fenômeno que, ao que tudo indica, não se restringe apenas ao âmbito brasileiro. Conquanto o amplo e árduo trabalho prévio já realizado, de levantamento de fontes e bibliografia sobre o assunto, todavia não encontrei qualquer referência acerca de alguma pesquisa de fôlego sobre o conceito de tempo de Norbert Elias, à exceção de alguns pouquíssimos artigos, como: VICENTE NAVARRO (2005); GUERRA MANZO (s/d) e CHAZARRETA (2009).

discutir ou apresentar uma alternativa a tais perspectivas dicotômicas e, sobretudo, a parte da obra de Norbert Elias que trata dessa temática, exponho a seguir, de forma bastante concisa e direta, algumas questões que se colocam como desafios e inquietações para reflexão.

Em primeiro lugar, lanço algumas questões de caráter preliminar relacionadas com o debate - não apenas filosófico - em torno da aporia entre as interpretações objetivista e subjetivista do tempo. Diante dessas distintas direções dos discursos filosóficos sobre o tempo, restaria espaço ainda, nesse debate, para alguma alternativa possível de conexão e de articulação entre os tempos da natureza e da consciência, entre os tempos físico e social, que fosse além de uma relação de imposição hierárquica ou de superposição entre ambos<sup>10</sup>? Colocado de modo mais amplo, seriam consciência humana e natureza dois mundos paralelos, irremediavelmente? Ou, ao contrário de se refutarem reciprocamente, poderiam tais interpretações do tempo se justapor, conforme pensou Paul RICOEUR (1995)?<sup>11</sup> Ou ainda, reproduzindo a questão levantada por REIS (1994, p. 61),

Se a ideia de tempo se revela em descrições contraditórias no interior dessas perspectivas, se o tempo pode ser pensado como permanência e mudança, ser e não ser, presença e ausência, continuidade e descontinuidade, reversibilidade e irreversibilidade, eternidade e finitude, por que ele não poderia ser pensado como exterior e interior, natureza e consciência?

Evidentemente que não intenciono aqui oferecer respostas a esse tipo de questões, em razão das quais já se consumiu mares de tinta e papel. Formulo-as aqui unicamente como uma problematização prévia, um ponto de partida norteador dessa investigação sobre a concepção do tempo em Norbert Elias.

---

<sup>10</sup> José Carlos Reis sustenta a tese de que os tempos cosmológico, biológico, psicológico e coletivo parecem emergir uns dos outros, nessa ordem, numa superposição, sem meramente se justaporem. Segundo ele, “As condições cosmológicas possibilitam a emergência da vida biológica, que possibilita a emergência da vida humana psicológica e coletiva. O tempo coletivo é, portanto, impensável sem a condição anterior do tempo psicológico individual, que é impensável sem a condição anterior do tempo biológico, que é impensável sem as condições cosmológicas. Baseando-se nesse raciocínio, o tempo cosmológico impor-se-ia aos outros tempos e ao tempo da consciência, em particular.” Em seguida, afirma que “se essa articulação entre os níveis parece razoável, ela não resolve, entretanto, o problema da articulação entre o tempo da natureza e o tempo da consciência. Há um momento, que é desconhecido, em que há uma ruptura...” (REIS, 1994: 71)

<sup>11</sup> Apesar de Ricoeur, por outro lado, desconsiderar a possibilidade de uma explicação teórica para o tempo, ou seja, segundo ele, ou se analisa o tempo na perspectiva objetivista, excluindo a subjetivista, ou vice-versa. Em outras palavras, o dualismo do tempo, continuaria sendo, assim, para o filósofo francês, algo insuperável. (Cf. REIS, 1994: 59)



Em segundo lugar, exponho aquelas que seriam as problemáticas centrais de nossa investigação, vinculadas à concepção de tempo de Norbert Elias. Na verdade, as questões lançadas anteriormente visam a perscrutar o que esse autor nos disse a respeito delas. Afinal, como se colocaria esse autor diante da polêmica filosófica entre os que sustentam que o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado (Newton) e aqueles que defendem que o tempo é como uma forma inata de experiência, um dado não modificado da natureza humana, que precede qualquer experiência, uma síntese *a priori* (Kant)? Quais seriam a análise e a posição de Elias acerca da polarização das opiniões relativas à natureza do tempo, no âmbito das ciências da natureza e das ciências sociais, que levou à divisão do tempo entre tempo físico e tempo social? Como ficaria, para esse autor, a questão do “estatuto de realidade” do tempo em ambos os domínios? Furtar-se-ia o “tempo em si” a entrar no esquema conceitual desse dualismo, a uma classificação como natural ou social, objetivo ou subjetivo? Constituiriam, para Elias, a natureza externa ao homem e a realidade humana dois universos separados, independentes, antagônicos ou incompatíveis? Ou então qual seria a proposta desse autor para a superação de tal aporia? Como poderiam se articular esses termos? Enfim, como um desdobramento de tal reflexão principal, quais os elementos de convergência e de distanciamento entre essas teses de Elias e a de outros autores que, segundo abordagens diversas, buscaram propor modelos ou caminhos alternativos à aporia entre tempo cosmológico e tempo vivido? - como RICOEUR (1995; 1996; 2007; 2008), JAUQUES (1984) e COMTE-SPONVILLE (2001; 2006), entre outros.

Continuando meu questionário, seria o tempo, para Elias, um objeto natural, um aspecto dos processos naturais ou um objeto cultural? Ou seria em virtude de o designarmos comumente por um substantivo que nos iludimos com seu caráter de objeto? Como Elias teria considerado a questão dos tempos biológico e psicológico? Quais os elementos que compõem a crítica desse autor a respeito da fetichização de símbolos sociais mais abstratos como o tempo? Existiria o tempo independentemente de qualquer sequência de referência socialmente padronizada? O que significaria dizer, como defende Elias, que o conhecimento do tempo é resultado de um longo processo social de aprendizagem? Qual seria o significado da sua caracterização do tempo como uma representação simbólica? O que poderia significar a sua afirmação de que o tempo seria um símbolo social de altíssimo nível de síntese ou ainda que funcionaria como instrumento de orientação, regulação e coerção da conduta e da sensibilidade humanas? Quais os fundamentos e o significado da proposta de Elias de uma

“quinta dimensão” da experiência vivida ou da consciência (representada pelos conceitos de passado, presente e futuro), que viria a se somar às quatro dimensões do espaço e do tempo? E, por fim, de que modo, segundo Elias, o papel de símbolo desempenhado pelo tempo seria conciliável com seu caráter de dimensão do universo físico?

Em terceiro e último lugar, guio-me por outro conjunto de questões, de caráter complementar, relacionadas às possíveis implicações das teses de Norbert Elias no campo da ciência histórica e da prática do historiador, com destaque para a questão do tempo histórico. Mesmo que Elias não tenha se referido explicitamente a um “tempo histórico”, seria possível extrair de sua análise sobre o tempo certos elementos que apontam para uma definição de tempo histórico? Caso positivo, seria esse tempo histórico ainda um tempo subjetivo totalmente limitado aos termos da aporia em questão? Como Elias define e articula os conceitos de passado, presente e futuro? Quais os afastamentos ou as aproximações possíveis entre suas teses e as de RICOEUR (1995; 1996; 2007; 2008) e de KOSELLECK (1993; 2001) acerca do tempo histórico? Por fim, admitindo o pressuposto de que o tempo é uma variável essencial da história, em que medida as teses de Elias sobre o tempo, ao se proporem à superação da aporia entre tempo físico e social (ou histórico), poderiam se apresentar como uma contribuição original à análise e compreensão do tempo histórico, bem como à reflexão teórica acerca das relações entre tempo e história?

Diante desse conjunto amplo de questões, minha hipótese é que os conceitos, pressupostos e argumentos fundamentais que sustentaram tanto o diagnóstico crítico de Norbert Elias acerca da aporia filosófica entre tempo físico e tempo social, quanto a sua proposta alternativa de superação dessa dicotomia, além de contribuírem para a reflexão teórica dos historiadores sobre o tempo, podem lançar uma luz inovadora aos esforços de compreensão do tempo histórico. É inegável a importância da originalidade com que Elias explorou a questão da aporia entre tempo objetivo e subjetivo, ou entre tempo físico e social. Para ele, um dos fatores fundamentais da persistência do aparente mistério do tempo foi a manutenção dessa divisão conceitual, razão pela qual a sua superação constituiria uma tarefa fundamental à melhor compreensão da condição humana. Assim, considero que a sua crítica contundente à reificação do tempo e à atenção desigual que lhe é dedicada pelos especialistas das ciências da natureza e das ciências sociais; a sua defesa da função social do tempo como meio de orientação e de regulação social; a perspectiva do tempo como representação simbólica, integrante de uma quinta dimensão da experiência vivida ou da consciência (que

não exclui o espaço-tempo quadridimensional do universo físico); são, enfim, contribuições teóricas de grande relevância para a compreensão dos limites da aporia entre tempo objetivo e subjetivo, e, conseqüentemente, para a teoria e a prática da história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução: J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina, S. J. (Coleção Os Pensadores) 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- ARISTÓTELES. *Física*. Livro IV (10-14). Tradução: William de Siqueira Piauí. Disponível em: <http://producaom.wikidot.com/anexo-3-13-fisica-de-aristoteles-livro-iv>
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 51-68.
- CASTRO RODRÍGUEZ, Sixto José. *La trama del tiempo*. Salamanca: San Esteban, 2002.
- CHAZARRETA, Adriana. El estatus teórico-metodológico de la noción de tiempo en la propuesta de Norbert Elias. Prácticas de oficio. *Investigación y reflexión en Ciencias Sociales*, n. 4, agosto de 2009. Publicación del Posgrado en Ciencias Sociales UNGS-IDES.
- COMTE-SPONVILLE, André. *¿Qué es el tiempo?* Barcelona: Andrés Bello, 2001.
- COMTE-SPONVILLE, André. *O ser-tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.
- ELIAS, Nobert. *Sobre o tempo*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- GUERRA MANZO, Enrique. Norbert Elias y Fernand Braudel: dos miradas sobre el tiempo. *Revista Argumentos. Estudios críticos de la sociedad*. México, Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco, No. especial 48-49, pp. 123-148.
- JAQUES, Elliott. *La forma del tiempo*. Buenos Aires: Paidós, 1984.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Traducción: Norberto Smilg. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre historia*. Barcelona: Paidós / ICE / UAB, 2001.
- NEWTON, Sir Isaac. Principios Matemáticos de Filosofía Natural. Trechos seleccionados. In: \_\_\_\_\_. *Newton/Leibniz*. (Coleção Os Pensadores). 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 1-22.
- POMIAN, K. *El orden del tiempo*. Madrid: Júcar Universidad, 1990.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e o tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. 2ª. ed. São Paulo: Anablume, 2008.
- REIS, José Carlos. *Tempo, História e evasão*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración I. Configuración del tiempo en el relato histórico*. Traducción: Agustín Neira. México, DF: Siglo XXI Editores, 1995.
- RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración II. Configuración del tiempo en el relato de ficción*. 5ª. Ed. Traducción: Agustín Neira. México, DF: Siglo XXI Editores, 2008.
- RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración III. El tiempo narrado*. Traducción: Agustín Neira. México, DF: Siglo XXI Editores, 1996.
- TOBOSO MARTÍN, Mario. El tiempo en la filosofía. In: VALENCIA GARCÍA, Guadalupe. (coord.) *El tiempo en las Ciencias Sociales y las Humanidades*. México, DF: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, Coordinación de Humanidades, 2009. p. 15-34.
- TOBOSO MARTÍN, Mario. *Tiempo y sujeto*. [Tese de doutorado do autor publicada on line em 10 partes em *A Parte Rei. Revista de Filosofía*, nos. 27-41, 2003-2004]. Disponível em: <http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/toboso.pdf>
- VALENCIA GARCÍA, Guadalupe. *Entre cronos y kairós: las formas del tiempo sociohistórico*. Barcelona: Anthropos Editorial; México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2007.
- VICENTE NAVARRO, Eduardo. La sociología del tiempo de Norbert Elias. *A parte rei*, n. 42, noviembre de 2005.

---

## DIÁLOGOS ENTRE AS HISTORIOGRAFIAS DAS CIÊNCIAS E AS HISTORIOGRAFIAS AMBIENTAIS: THOMAS KUHN, BRUNO LATOUR E DONALD WORSTER

Ricardo Moreira Figueiredo Filho\*

Este trabalho propõe a criação de interfaces entre algumas das obras de Thomas Kuhn, Bruno Latour e Donald Worster. Embora esteja claro que cada autor esteja inserido em seus próprios contextos históricos<sup>1</sup>, pretende-se demonstrar como esses contribuem, divergem e ou convergem para a formação das chamadas histórias das ciências e das histórias ambientais<sup>2</sup>.

Uma vez que as obras desses acadêmicos possuem amplo alcance, suscitam polêmicas e debates, como por exemplo, os questionamentos de Popper, Walkins e Stump em relação aos conceitos kuhnianos de *incomensurabilidade*, *paradigma* e *revolução científica*. Ou as críticas elaboradas por diversos autores em relação às ideias latourianas de *humanos* e *não-humanos*, *fatos* e *artefatos*, *noise*, *phenomenotechnique* e a *noção de tradução* ou *rede*. Discussões que não serão suscitadas neste artigo.

Por sua vez, para se constituir as tessituras dos diálogos propostos, como *elementos balizadores* serão considerados os livros *The structure of scientific revolutions*, de Kuhn; *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*, de Latour e *Nature's economy: history of ecological ideas*, de Worster. O que não impedirá o uso de outros livros e artigos dos mesmos ou sobre suas obras.

### 1- Introdução:

Em “Jamais fomos modernos”, Latour (2009) narra sua leitura matutina de um jornal cujas páginas estão repletas de informações, como o buraco na camada de ozônio, embriões congelados, novidades sobre o vírus da AIDS, chips inventadas pelos japoneses, uma floresta

---

\* Doutorando em Ciência e Cultura na História (UFMG) - Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> Evitando o risco de anacronismos e análises “forçadas”.

<sup>2</sup> Além das relações entre ambas, pretende-se levar em consideração a importância de análises holísticas perante a complexidade das problemáticas socioambientais contemporâneas, as ordenações dessas com o “desenvolvimento” científico e suas conexões dialéticas com seus contextos históricos. Embora muito suscintamente uma vez que não teremos espaço para tal.

em chamas, etc. As notícias se fundem, confundem-nos, sobrepõem-se e apesar da enorme quantidade de dados não nos permitem reflexões mais profundas, conectadas. Imerso nesse mundo caleidoscópico e caótico, finalmente, o autor “respira aliviado” quando começam os suplementos, cujos romances citados, paradoxalmente, narram aventuras apaixonantes *do eu profundo*. “O navio está sem rumo: à esquerda o conhecimento das coisas, à direita o interesse, o poder e a política dos homens”. (LATOURE, 2009: 8)

A partir desses cenários ornamentados de contradições, mesclas e diversos *traços*, torna-se difícil transformar o enorme número e ou quantidade de informações em conhecimentos, sendo que para isso seria necessário tempo, reflexão, digestão... Nesse sentido, para Carvalho (2003: 49):

Com Newton, as leis mecânicas necessárias à concretização do “mundo máquina” foram equacionadas e a racionalidade cartesiana teve sua consagração. Conclui-se, portanto, o período de substituição da antiga imagem de um mundo qualitativo, orgânico, limitado e religioso, herdado dos gregos e canonizado pelos teólogos da Igreja, por outro, quantitativo, mecânico, infinitamente extenso, ilimitado e dessacralizado.

Contudo, apesar da efemeridade das divulgações midiáticas, da irresponsabilidade atual perante os limites biogeográficos, o tema referente à *natureza humana*, desde a Antiguidade Clássica (século V a.C.), não deixa de causar interrogações e angústias.

De Socrate à Montaigne et Pascal, mais c’était pour y découvrir l’inconnu, l’incertitude, la contradiction, l’erreur. Il nourrissait non pas une connaissance, mais le doute sur la connaissance. Lorsque enfin, avec Jean-Jacques, la nature humaine émergea comme plénitude, vertu, vérité, bonté, ce fut aussitôt pour nous en reconnaître exilés et la déplorer comme un paradis irrémédiablement perdu. Et il fallut peu, par la suite, pour découvrir que ce paradis était aussi imaginaire que l’autre. (MORIN, 1979:19)

Será a partir desses esquadros irregulares, disformes, diante as “revoluções científicas” e suas relações com os variados contextos socioambientais que pretendemos inserir nossos autores, discorrer sobre algumas de suas ideias, mas principalmente tentar apontar possibilidades de diálogos entre esses, mesmo que arrebatados por desavenças<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> As quais não são novidades nos *métiers* acadêmicos.

## 2- Thomas Kuhn: a revolução das ciências como instrumentos sócios revolucionários

Thomas Kuhn não apenas ampliou a visão Koyreniana sobre a vertente historiográfica que versa sobre a história das revoluções científicas<sup>4</sup>, como também possibilitou, a partir de suas análises, conceitos e sofisticações, a formação de muitos seguidores e críticos. Os conceitos de Kuhn representaram um momento de expansão dos estudos sobre as revoluções científicas<sup>5</sup>.

Entretanto, Kuhn se manteve vinculado ao conceito de revoluções como rupturas, ou seja, “manteve-se fiel à tradição fundada por Koyré em contraste às antigas narrativas *whigs* do século XIX que viam o desenvolvimento científico como sendo acumulação dos saberes científicos”. (SILVA, 2010: 84) Por sua vez,

A concepção de revolução científica defendida por Thomas Kuhn está diretamente relacionada ao novo posicionamento desse autor com relação ao termo incomensurabilidade, que passa a ser entendido como uma questão relacionada à linguagem, de diferenciação entre tradução e interpretação<sup>6</sup>. [...] Isto é, **incomensurabilidade** torna-se a impossibilidade de tradução entre diferentes paradigmas<sup>7</sup> científicos, entre diferentes linguagens científicas, e não impossibilidade de interpretação e aprendizado dos distintos paradigmas. [...] Kuhn interpela a existência de uma incomensurabilidade como sendo relacionada à tradução, isto é, incomensurabilidade tornar-se-ia uma questão linguística. Assim, pela interpretação ou Gestalt, Kuhn permitiria a seus leitores entenderem as revoluções científicas como rupturas na estrutura do conhecimento, nos paradigmas, ao longo do desenvolvimento científico. (SILVA, 2010: 84-85, grifo do autor).

Em nossa interpretação, Kuhn era um defensor do “progresso científico”, não em uma perspectiva puramente linear, mas o via como ferramenta(s) de adequação à apreensão de novas complexidades científico-sociais, ressaltando que o célebre físico e “historiador” norte-americano não era um “evolucionista” e, como foi frisado, não entendia as ciências como processos cumulativos de conhecimentos.

---

<sup>4</sup> Utilizando esse “conceito” no plural. Entendido pelo mesmo como formas de interpretações ou experiências de *Gestalt*.

<sup>5</sup> Kuhn enfatizou não somente os fatores internos dos experimentos científicos, mas também os fatores externos.

<sup>6</sup> Sendo que essa não é aqui analisada como algo caótica ou hermética.

<sup>7</sup> Embora seja difícil definir paradigma, uma vez que esse termo passou por processos de polissemia ao longo da *Estrutura das Revoluções*, didaticamente, diríamos que é aquilo que uma comunidade partilha.

Para Kuhn (1996: 73), “a scientific theory is declared invalid only if an alternate candidate is available to take its place”. Assim, pode-se dizer que a *ciência normal*<sup>8</sup> pode avançar sem regras (explícitas) somente enquanto a comunidade científica aceitar sem obstruções as soluções de problemas específicos já obtidos. Embora estímulos e sensações sejam *filtrados* de formas diferentes por pessoas e culturas diversas o que dizer, por exemplo, sobre as crises ecossistêmicas vivenciadas na atualidade?

As ciências normais serão capazes de resolver esses problemas? Essas crises ecossistêmicas serão postas de lado para serem resolvidas pelas próximas gerações? Será necessária, juntamente com mudanças estruturais (econômicas e sociais), a aplicação de novos métodos e a criação de novas teorias? Ademais, no final do *Postscript* de seu *The structure of scientific revolutions*, Kuhn sugere que:

Scientific knowledge, like language, is intrinsically the common property of a group or else nothing at all. To understand it we shall need to know the special characteristics of the groups that create and use it. (1996:145)

### 3- Bruno Latour: *la fin de la nature?*

Segundo a mitologia grega, Pandora foi a primeira mulher criada por Zeus cujo intuito era punir o titã Prometeu por ter revelado o segredo do fogo à humanidade. Essa recebeu uma ânfora que continha todos os males do mundo (doenças, loucura, miséria, crimes, etc.) e ao abrir o recipiente, as chagas se espalharam pelos rincões da Terra. Entretanto, no fundo do jarro se manteve um item remanescente, a esperança.

Metaforicamente, fica subentendido que às vezes é melhor que determinado tema ou objeto não seja revelado (ou estudado), pois pode se transformar em algo terrível, fora do controle da humanidade. Contudo, referindo-se às ciências e sobre as reflexões que versam sobre as mesmas, Latour disserta que “sabíamos que deveríamos abrir a caixa de Pandora. Não havia como evita-lo.” (LATOURE, 1999:23, tradução do autor)

Nesse sentido, não seria apenas “abrir” ou dissecar as ciências tecnicamente, mas refletir sobre suas constituições, os interesses políticos e econômicos que estão relacionados a investimentos em determinadas áreas científicas, questionar como países, empresas ou grupos

---

<sup>8</sup> Que ainda não foi combatida ou colocada em xeque.



sociais têm utilizado determinados saberes tecnológicos, etc. Para que dessa forma, “rompendo a caixa de Pandora” e revelando seus perigos, riscos e fragilidades, tenhamos condições de construir relações sócio-científicas mais “sustentáveis” ambientalmente e éticas. Para o autor:

The notion of a Science isolated from the rest of the society will become as meaningless as the idea of a system of arteries disconnected from de system of veins. Even the notion of a conceptual “heart” of science will take on a completely different to meaning once we begin to examine the rich vascularization that makes the scientific discipline alive. (LATOURE, 1999: 80)

Em *Politiques de la nature*, Latour intitula um subcapítulo de *La fin de la nature*. No qual não somente propõe debater questões ecológicas, mas analisar movimentos ambientalistas e sua importância na contemporaneidade.

Les politiques avaient enfin pris conscience qu’il fallait inclure la question de ressources naturelles dans la liste de leurs préoccupations usuelles. Jamais, depuis les premières discussions des Grecs sur l’excellence de la vie publique, on n’a parlé de politique sans parler de nature. (LATOURE, 2004, p. 45)

Para o intelectual borgonhês, a importância da expressão **NATUREZA** não precede um caráter particular dos seres que a mesma agrupa e coloca à parte em cantões das realidades sociais. E toda sua força adviria de seu uso no **singular**: *a natureza*. Segundo o autor, com a “natureza” fazemos de uma “*pierre deux coups*” : qualificamos um ser por um certo domínio de realidade (grupo) e os dispomos em uma hierarquia unificada que vai do maior ao menor dos seres. (LATOURE, 2004: 46).

Em outras palavras, não é o fim da natureza ou dos biomas em si que o autor proclama, mas o encerramento de análises que consideram as naturezas desvinculadas dos grupos político-sociais.

Entretanto, embora defendamos análises holísticas, não deixamos de acordar com as observações do Professor Maia. Esse advoga que, se por um lado Latour defende a aproximação (simetria) generalizada entre sociedades e meios biogeográficos, esse acaba por irreleva as especificidades dos humanos como seres historicamente constituídos. O que fratura a clássica trilogia *significante-significado-referente*, a qual amparava a certeza das

palavras falarem sobre o “real<sup>9</sup>” ou designarem com segurança algo do mundo. (MAIA, 2011:53, tradução do autor)

#### 4- Donald Worster: quando os historiadores vão para os campos

Donald Worster é considerado um dos pais fundadores da chamada História Ambiental, que se propõe transdisciplinar e a identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, surgida nos Estados Unidos na década de 1970. Em seu livro *Nature's Economy* o autor se propõe compreender melhor a ecologia a partir da história das ciências e se aprofundar na reflexão de como essa tem contribuído para o aprofundamento dos conhecimentos sobre os meios biogeográficos. Levando em consideração que embora o termo ecologia não tenha surgido antes de 1866, “sua história moderna começou no início do século XVIII quando essa emergiu como uma forma de compreensão e percepção da Terra como uma fábrica de vidas”. (WORSTER, 2008: X, tradução do autor)

De acordo com Worster, como Kuhn também defende, diferentes culturas produzem dialeticamente diferentes tradições científicas. O que pode ser percebido na citação abaixo:

Thus, unlike many traditional historians of science who are convinced of the onward and upward march of “truth” and like to keep this chronicle neatly separate from the rest of cultural history, I have blurred the edges a great deal. In fact, my subject is not simply the growth of a narrowly defined field of science but of the larger penumbra of “ecological thought”, which is meant to include the literary, economy, and philosophical connection ecology has made.” (WORSTER, 2008: X-XI)

Como estrutura metodológica Worster divide seu livro em seis partes, sendo que a primeira possui como ponto de partida os Setecentos e se foca nas análises das obras de Gilbert White e Carolus Linnaeus, passando em seguida por Henry Thoreau, Charles Darwin<sup>10</sup> até chegar ao século XX e analisar as obras de Frederic Clements, Aldo Leopoldo e a criação de movimentos político-ecológicos diversos e sofisticados. Ou seja:

---

<sup>9</sup> Nesse caso a palavra real não possui a conotação de realidade no singular, mas como situações palpáveis, verificáveis. Que vão além do chamado *linguistic turn* idealista de Hayden White.

<sup>10</sup> Considerado por ele como “the single most important figure in the history of ecology over the past two or three centuries is Charles Darwin (1806-1882)”. (WORSTER, 2008: 114)

[...] the present corpus of ecological thought is a conglomeration of all its pasts, like a man who has lived many lives and forgotten none them [...] we can arrive at a much fuller understanding of how ecology has become what it is, how each of these formative episodes has added to the content – as well as to the ambiguities and contradictions – we find in this science today. Here, then, is what I hope will be the chief contribution of this work: a deeper awareness of the roots of our contemporary perception of nature.” (WORSTER, 2008: XII-XIII)

Não obstante, Worster chama atenção para a moral ambivalente que tem afetado profundamente os movimentos ecológicos, a qual perpassa o excesso de “especialização” técnica dos métiers das Ciências Biológicas. O que dificulta a compreensão dos mesmos pelo “grande público”, embora esse esteja intrinsecamente conectado e integrado às questões ecológicas, direta ou indiretamente.

Ecology in the late twentieth century is inevitably the product of its long and complex intellectual tradition regardless of how strong it believes in its own novelty or validity. Failing to accept that indebtedness to the past, or to realize how diverse and contradictory that past has been, we will not make much headway toward a deep understanding of our current ideas about nature.” (WORSTER, 2008: 420-21)

O autor ainda advoga que a História está relacionada a mudanças socioambientais constantes, embora essas mudanças não possuam a mesma intensidade, percepção ou arcabouço.

All change is not the same, nor are all changes equal. Some changes are cyclical, some are not. Some changes are linear, others are not. Some changes take an afternoon to accomplish, some a millennium. We can no more take any particular kind of change as absolutely normative than we can take any particular state of equilibrium as normative [...] We cannot always know – which changes are vital and which are deadly (WORSTER, 2008: 432-33)

### **Conclusão: alguns enredos emaranhados**

Depois destas breves explanações sobre Thomas Kuhn, Bruno Latour e Donald Worster, podemos considerar que a história das ciências e a história ambiental estão estreitamente interligadas, senão fundidas (em intensidades variadas).

Enquanto Kuhn e Worster versam que as histórias das ciências são marcadas por mudanças abruptas e revolucionárias, Latour defende a ideia de *Ator-rede*, o qual aponta para o caráter acumulativo (ou circulatórios) dos conhecimentos científicos.

Por outro lado, Kuhn, Latour e Worster se aproximam, cada um de sua maneira, ao defenderem as relações dialéticas entre as sociedades, as ciências e os espaços biogeográficos. O que contribuiu para as reflexões sobre os movimentos e as problemáticas ambientais na contemporaneidade. Embora Latour acabe por se encruzelhar entre as fendas de sua *simetria generalizada*.

Para concluirmos este trabalho, que na verdade apenas abaliza na direção da possibilidade de um estudo mais contundente e “complexo”, notamos que os três autores percebem as ciências como construções heterogêneas e não monolíticas.

## 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

MAIA, Carlos Alvarez. **Estudios de historia, ciencias y lenguaje: los saberes como producción discursiva. Si “todo es texto”. ¿dónde queda la ciencia?** Editorial Académica Española, 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pandora’s hope: essay on the reality of science studies**. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

\_\_\_\_\_, WOOLGAR, Steve. **A vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1997.

\_\_\_\_\_. **Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie**. Paris: La Découverte, 2004.

MORIN, 1979

WORSTER, Donald. **Nature's economy**: a history of ecological ideas. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

---

**OBJETIVOS EM COMUM, CAMINHOS DISTINTOS: CONTRIBUIÇÕES DE BRUNO LATOUR E LUDWIK FLECK PARA A ANÁLISE DO PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO DA MEDICINA SANITARISTA E MEDICINA DO TRABALHO EM MINAS GERAIS (1941 – 1968)**

Gabriel Verdin de Magalhães\*

A determinação dos marcos teóricos metodológicos é uma árdua tarefa para aqueles que ingressam em programas de pós-graduação em ciências humanas. Isso se torna ainda mais difícil quando o objeto de análise da dissertação é a ciência. A própria definição de ciência apresenta-se como um terreno movediço. Porém, a meu ver, o papel principal dos historiadores das ciências é penetrar o ambiente de discussão teórica e metodológica a fim de construir os mecanismos necessários à realização da pesquisa, seja ela na área das ciências da saúde ou das denominadas *hard sciences*.

A proposta desse trabalho é exatamente essa: discutir aspectos teóricos metodológicos com o objetivo não de comparar e hierarquizar teorias e autores, definindo quais são ou não ideias revolucionárias, mas, por outro lado, promover a discussão sobre as possibilidades de aproximação entre teóricos da ciência.

Diante da historiografia da ciência que trata a atividade científica como produto das relações sociais, construídas historicamente, das quais são representantes autores como Thomas S. Kuhn, David Bloor, Steven Shapin e Peter Galison, destacamos para a realização desse trabalho alguns aspectos da teoria do médico-filósofo, Ludwik Fleck e do filósofo, apesar da recusa do autor à essa denominação, Bruno Latour. A escolha dos autores justifica-se não por atribuir a eles maior importância ou relevância na teorização dos estudos da ciência e sobre a mesma, mas, por outro lado, pela crença na possibilidade de análise de um tema específico à luz de suas teorias, o que torna a insistência da aproximação entre os autores pertinente apesar de outros esforços semelhantes<sup>1</sup>. O tema em questão é o processo de

---

\* Mestrando em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG na linha Ciência e Cultura na História. Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> Ver CHAVES, Bráulio Silva. Enfrentamentos teóricos na história das instituições médico-científicas: uma aliança entre Ludwik Fleck e Bruno Latour. Artigo apresentado no XV Encontro Regional de História. São João Del Rei, MG: ANPUH, 2006.

autonomização da medicina sanitaria e medicina do trabalho em Minas Gerais (1941 – 1968).

O próprio tema carrega consigo uma problemática já vinculada à teoria latouriana, a da autonomização, porém, esse aspecto será tratado adiante.

Antes de tudo é necessária uma apresentação dos autores e de conceitos que fazem parte de minhas intenções, mesmo que essa deixe diversos aspectos considerados importantes fora da discussão<sup>2</sup>.

### **Ludwik Fleck e a análise da ciência**

A principal obra, ou pelo menos a mais conhecida, de Ludwik Fleck é, sem dúvida, “*A Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*” (2010). Apesar de uma obra publicada originalmente no ano de 1935, a obra de Fleck ganhou notoriedade pela menção feita ao autor pelo consagrado historiador das ciências Thomas S. Kuhn, em seu livro “*A Estrutura das Revoluções Científicas*” em 1962 (CONDÉ, 2005; LÖWY, 2012). As explicações para o hiato existente entre a escrita de Fleck e seu reconhecimento são várias.

Carlos Maia (2012) considera que o silêncio de Ludwik Fleck esteve contido em um hiato historiográfico maior, que vai desde Mannheim e sua obra *Ideology and utopia* de 1929 à Thomas S. Kuhn, e “*A Estrutura das Revoluções Científicas*” de 1962. Para Maia, esses 33 anos foram marcados pelo “reinado sereno” de Merton, analisando a ciência como instituição e “Popper, respondendo pela epistemologia” (2012: 65).

Para Johannes Fehr, a conturbada vida do microbiologista e, auto-denominado, filósofo da ciência foram determinantes para o longo silêncio. O judeu-polonês Fleck produziu textos sobre filosofia da ciência durante um período relativamente curto, entre o final da década de 1920 e o ano de 1939, isso, conjugado a suas atividades de pesquisa como microbiologista. Fleck passou por campos de concentração nazistas e trocou de nacionalidade

---

<sup>2</sup> Mesmo a obra de Fleck e Latour apresentem diversos aspectos importantes para avaliação, foram eleitos aspectos pontuais que permearam a construção da metodologia de trabalho do projeto que desenvolvo no mestrado do programa de pós-graduação da UFMG, de título provisório “*A saúde entre o dilema do trabalho e da universalidade: discursos, práticas e conflitos na atuação do Mesp e do MTIC em Minas Gerais (1941 – 1968)*”

durante o período de guerra. Todos esses fatores, somados ao fato de sua obra estar escrita em idioma alemão, “com um estilo altamente idiossincrático<sup>3</sup>” e repleto de neologismos (FEHR, 2012:40) contribuíram para o silêncio, rompido por Thomas Kuhn.

Como afirma Fehr, “a obra escrita de Fleck no campo da ciência é pequena. Além da monografia de 1935, há apenas poucos artigos” (FEHR, 2012). Porém é em “A gênese e desenvolvimento de um fato científico” que Fleck sistematiza grande parte de suas ideias, tomando como ponto de partida as concepções sobre a construção do conceito de sífilis. Fleck realiza uma análise diacrônica e percebe que muitas das construções místicas sobre essa doença ainda permeavam o contexto no qual se deu a Reação de Wasserman.

Dentre os conceitos sistematizados por Fleck, iniciarei com aqueles que considero fundamentais em sua obra, *estilo de pensamento (Denkstil)* e *coletivo de pensamento (Denkkollektiv)*. Esses conceitos, eleitos em grande maioria dos estudos e análises sobre a obra de Fleck como centrais em sua obra<sup>4</sup>, são responsáveis por demonstrar as formas pelas quais o conhecimento é modificado historicamente. Parreiras (2006) diz ser o conceito de *estilo de pensamento* essencial para o entendimento da obra de Fleck, por ser o ponto de conexão de suas análises e porque

implícito a ele, há duas características fundamentais do pensamento do autor: 1- rejeição à visão empirista tradicional de fato científico como algo “dado” e de uma verdade universal; 2- a formulação de uma epistemologia constituída não só pela experiência sensível, mas baseada também na psicologia, na sociologia e na história. Ao mesmo tempo, vinculado a esse último caráter, também se encontra inerente a este conceito a noção fleckiana de um desenvolvimento científico que ocorre via evolução das idéias, na medida em que, por exemplo, se vincula a expressões metafóricas do tipo “mutação dos estilos de pensamento”. (PARREIRAS, 2006: 39)

Por *estilo de pensamento*, grosso modo, entende-se uma visão orientada, uma forma condicionada historicamente de perceber um determinado conteúdo científico. Esse olhar direcionado é legitimado por um determinado grupo, composto por sujeitos responsáveis por sustentar e legitimar essa visão (FLECK, 2010). Nas palavras do próprio autor, “o “*estilo*”

---

<sup>3</sup> Ainda de acordo com Johannes Fehr, o estilo de alemão, repleto de neologismos, na escrita de Fleck, foi um dos responsáveis pela retirada do subtítulo da obra original, “Introdução à teoria (ou Doutrina) do estilo de pensamento e coletivo de pensamento (Einführung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv)” (FEHR, 2012:40)

<sup>4</sup> Dentre outros, MAIA (2008; 2012); CONDÉ (2005; 2012); FEHR (2012) e CHAVES (2006).



*pode ser definido como um perceber direcionado que corresponde a uma elaboração objetiva daquilo que é assim percebido” (FLECK, 2010 grifo dele).*

A manutenção desse estilo é dada na interação não só dos próprios cientistas, grupo denominado por Fleck como “círculo esotérico”, mas pela interação multidirecional entre este e aqueles que não pertencem ao grupo, denominados pelo autor de “círculo exotérico”. Encontramos aqui outros aspectos da teoria desse autor aos quais serão dedicados mais parágrafos no decorrer desse trabalho: a relação entre o círculo esotérico e exotérico. Essa dualidade, que a primeira vista pode parecer simplificadora, pode ser tomada como uma poderosa ferramenta de análise a respeito de como se dá a comunicação entre cientistas e sociedade e, em última instância, entre os *estilos de pensamento*.

Para muitos autores, estudiosos dos teóricos da ciência, muitos já apontados, e principalmente para Maia (2008), Fleck é responsável por elaborar a teoria que mais perto chegou de solucionar o problema da objetividade e da subjetividade dos fatos, isso, ao acrescentar a linguagem como um agenciador dessa relação. (MAIA, 2008: 69). Nas palavras do próprio autor

[Dessa forma] os três componentes do ato de cognição estão inseparavelmente conectados. Entre o sujeito e o objeto existe uma terceira coisa, a comunidade. Ela é criativa como o sujeito, insubmissa como o objeto, e perigosa como um poder elementar (FLECK, 1979 *apud* FEHR, 2012: 41 *grifo dele*)

Torna-se claro, tanto nas palavras de Fleck, quanto nas devidas explicações de Maia (2008), que a ideia de agenciamento entre sujeito e objeto pela linguagem, ou comunidade, apresenta-se como uma excelente alternativa para as análises sobre a ciência e sobre a cognição<sup>5</sup>. Considero ainda, que os conceitos de *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento* demonstram maior flexibilidade e comunicabilidade entre diversos grupos, sejam eles pertencentes à comunidade científica (círculo esotérico) ou aqueles que não pertencem a esta (círculo exotérico). O uso desses conceitos como instrumento de análise são, acredito, mais adequados à pesquisa que proponho, em substituição ao termo *paradigma* de Thomas S.

---

<sup>5</sup> Mauro Condé aborda as questões relacionadas à linguagem em Fleck partindo de uma aproximação entre Fleck e o “segundo Wittgenstein”. Ver CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ciência e Linguagem: Fleck e Wittgenstein**. In: \_\_\_\_\_. **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Kuhn, usado com maior frequência nos trabalhos que se propõem a analisar atividades científicas<sup>6</sup>.

Os conceitos de *paradigma* e estilo de pensamento são semelhantes, porém enquanto Kuhn vê a revolução científica na quebra de paradigma, Fleck vê, de outra forma, a transformação do estilo de pensamento. O *estilo de pensamento* é transformado a partir do surgimento de anomalias, que tornam o *estilo de pensamento* diferente até que suas características principais se modifiquem. Não em uma revolução, mas em uma evolução.

O que percebemos é que, assim como Kuhn, Fleck vê a ciência em suas interações sociais. Porém, Fleck vai além de Kuhn e dá à ciência uma maior flexibilidade. Isso, ao rejeitar a idéia de “fato revolucionário” e perceber o fato científico como uma construção gradativa e evolucionista.

Várias são as qualidades da teoria de Fleck! Porém, é necessário neste trabalho estar restrito às já apontadas, pois são ferramentas que auxiliam na interpretação do objeto de análise aqui proposto.

### **Bruno Latour: a Teoria do ator-rede e as translações**

Nascido na França em 1947, Bruno Latour viveu sua formação inicial na cidade de Dijon, formou-se em filosofia e seguiu para a Costa do Marfim, onde prestou o serviço militar como encarregado de pesquisa. É durante esse período, de 1973 a 1975, que Latour se interessa pelas ciências sociais, e mais especificamente, pela antropologia.

Um ano após sua volta, é lançado o livro que desperta grande inquietação em Latour: *Knowledge and Social imagery* de David Bloor, publicado em 1976. Em parceria com S. B. Barnes, Bloor inaugura o que é chamado por ele de “Programa Forte” dos estudos sobre a ciência. De acordo com Maia (2008)

Este programa “forte”, caracterizado por seu “princípio de simetria”, expõe a necessidade de tanto o conhecimento considerado verdadeiro quanto o falso serem

---

<sup>6</sup> O próprio Thomas S. Kuhn, ao longo de sua vida, revisou o conceito de paradigma e chegou a considerar a substituição do mesmo por léxico e matriz disciplinar. Ver (CONDÉ, 2005) e KUHN, Thomas S. *O caminho desde a estrutura*. São Paulo: UNESP, 2006.

construções sociais e esse princípio torna-se o alicerce da nova sociologia do conhecimento científico – *sociology of scientific knowledge*, SSK, base dos *social studies of science*, SSS. “A verdade é uma produção social”. Assim se implode o lugar de confinamento em que a sociologia da ciência estava aprisionada até esse instante, somente autorizada a tratar dos desvios da verdade e da objetividade científicas – desvios motivados por interferências do social, a posição madrasta da “sociologia do erro”. (MAIA, 2008)

Essa visão da construção do real, na qual os fatos são meras convenções humanas, fez emanar um relativismo que considera a ação do sujeito como superior à “natureza”. Ao considerar erros e acertos nos mesmos moldes, o homem tudo pode! Os aspectos materiais que determinam a sociedade estão sujeitos aos acordos, permissões e sanções humanas.

É assim que Latour inicia seus estudos considerados relevantes para essa discussão.

Em 1979, é lançado *A Vida de Laboratório*, inaugurando o embrião do que o próprio Latour denominou “antropologia simétrica”. Em parceria com Steve Wooglar, Bruno Latour se propõe a, em suas palavras, “fugir da ciência idealizada” (LATOUR; WOGLAR, 1997: 18). Para isso, seria necessário presenciar como a ciência era feita, nas práticas cotidianas no laboratório. A proposta era ampliar simetria de Bloor. Para Latour, seus estudos de “etnografia da ciência” seriam duas vezes simétrico, pois, além de considerar nos mesmos termos erros e acertos, romperia com a divisão antológica e, segundo ele equivocada, entre natureza e sociedade. O novo método, que considere nos mesmos termos humanos e não-humanos, foi chamado de *simetria generalizada*. A proposta dos autores é que a construção da ciência se dá a partir da interação entre os sujeitos humanos e não-humanos, pois, os segundos têm importância igual no processo de construção do conhecimento, visto que estes são responsáveis por tornar a atividade científica coletiva e, por isso, válida.

Em *Ciência em Ação* (2000), Latour compara a construção dos fatos a um jogo de Rugby. Para o autor os fatos são passados de mão em mão, assim como a bola de rugby, porém, transformando-se a medida em que cada um dos atores participantes interferem em seu formato. Segundo ele,

“todos os atores estão fazendo alguma coisa com a caixa-preta (...) eles não a transmitem pura e simplesmente, mas acrescentam elementos seus ao modificarem o argumento, fortalecê-lo e incorporá-lo em novos contextos” (Latour, 2000: 171).

Aqui, se identifica um conceito fundamental na teoria latouriana, ao qual esse trabalho deseja dedicar atenção especial. Tudo isso, sobretudo as trocas e modificações no formato do conteúdo científico, é inútil se esse conhecimento for simplesmente passado. É necessário que

os atores se distanciem o máximo possível da construção dos fatos, a fim de atribuírem a ele legitimidade. Essa tarefa é possível a partir do que Latour chama *Translações*.

Por translações (ou traduções), entende-se o momento no qual objetivos de um grupo influenciam, ao mesmo tempo que são influenciados, os objetivos externos ao grupo. Para Freire (2006), transladar ou traduzir

significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados. As cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. Mas a operação de tradução implica uma solução aparentemente contraditória do cientista, pois ao mesmo tempo em que procura engajar outras pessoas para que elas acreditem na caixa-preta, comprem-na e disseminem-na no tempo e no espaço, tenta controlá-las para que aquilo que elas adotam e disseminam permaneça mais ou menos inalterado. (FREIRE, 2006:52)

Os atores destacados acima não se tratam somente de humanos. Na chamada “Actor-Network Theory” – ANT, ou simplesmente “Teoria do Ator-Rede” - TAR, o ator, não é o mesmo “ator social”, usado em sociologia. Trata-se de tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc.

Tal perspectiva é sistematizada no terceiro capítulo de “*A esperança de Pandora: Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*” de 1999 (2001), denominado “*O fluxo sanguíneo da ciência*”, no qual Latour apresenta um sistema que nos orienta a partir da noção de **circulação**. Essa noção procura modificar a “compreensão das conexões entre uma disciplina científica e o restante do mundo” (LATOURE, 2001:97).

No esquema apresentado Latour são enumeradas as ações que necessariamente precisam ser levadas em consideração para se estudar a circulação dos fatos científicos e os sistematiza em cinco circuitos, a saber: 1- Mobilização do mundo; 2- Autonomização; 3- Alianças; 4- Representação pública; 5- Vínculos e nós.

No primeiro, humanos e não-humanos são mobilizados e progressivamente inseridos no discurso científico. O segundo é o circuito de autonomização. Esse circuito se refere “ao modo pelo qual uma disciplina, uma profissão, uma facção ou uma ‘congregação invisível’ se torna independente e engendra seus próprios critérios de relevância” (LATOURE, 2001:120). O

terceiro, das alianças, diz respeito ao recrutamento de grupos que não se relacionavam ao tema, ou como denomina Latour, “recrutar para as controvérsias dos cientistas grupos que antes não se relacionavam” (LATOURE, 2001:122). O quarto diz respeito à socialização dos temas e à aceitabilidade que é garantida junto à sociedade. Ao final, o quinto, denominado vínculos e nós, que relaciona-se a forma pela qual todos os outros se articulam.

Esse esquema apresentado por Latour, não hierarquiza as atividades, tornando todas partes integrantes de importância equivalente na construção da ciência.

### **Sanitaristas e médicos do trabalho: possibilidades teórico-metodológicas**

Nenhum conceito ou teoria é útil sem um objeto de estudo ao qual a luz dessas teorias possam ser lançadas. O objeto que motiva a aproximação – ou distanciamento- entre Latour e Fleck é a revisão de uma análise que considero equivocada sobre diversos aspectos.

Ao tratar a saúde no Brasil a partir da década de 1930, a historiografia das ciências, da saúde ou das doenças tem proposto uma divisão entre as ações, discursos e objetivos de médicos sanitários, vinculados ao Ministério da Educação e Saúde Pública – MESP e médicos do trabalho, vinculados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC que me parece didática, mas equivocada por ignorar aspectos relevantes.

A afirmação de uma visão que distancia os grupos médicos apresentados acaba por privilegiar ações isoladas e não considera as relações entre eles.

Dentre os que afirmam essa divisão rígida encontra-se o estudo de Hochman e Fonseca (1999) e de Fonseca (2007). Para Fonseca (2007)

de um lado se consolidaria a assistência médica individual previdenciária implementada no MTIC, a qual, com o passar dos anos, tornou-se uma das principais referências para a prestação de serviços públicos de saúde voltados para os indivíduos reconhecidos como cidadãos, ou seja, aqueles inseridos no mercado de trabalho. De outro lado, no Mesp, atrelada à educação, seria estruturada a saúde pública, ou melhor, tudo que dissesse respeito à saúde da população e que não se encontrava na área de abrangência da medicina previdenciária (FONSECA, 2007:41)

A afirmação de Cristina Fonseca baseia-se em uma visão na qual existe uma divisão rígida e inabalável entre os espaços de ação dos médicos dos ministérios, pautando-se somente no discurso legal. Em trabalho anterior, em parceria com Hochman, os autores

afirmam que “o desenvolvimento das políticas de previdência e de saúde pública a partir dos anos 20 se deu de forma paralela, sem pontos de contato” (HOCHMAN e FONSECA, 1999:80).

É necessário evitar o reducionismo que vê nos médicos vinculados ao MTIC uma atuação somente dirigida à assistência previdenciária. Da mesma forma é simplificador, afirmar a atuação dos sanitaristas somente no sertão. O trabalho e o crescimento econômico eram objetivos de ambos os grupos<sup>7</sup>. As fontes consultadas apontam para diversos interlocutores entre sanitaristas e médicos do trabalho, destacando Geraldo Portes, médico mineiro que pronunciava palestras na Rádio Inconfidência, transcritas posteriormente no Jornal Minas Gerais.

Tais interlocuções fazem surgir a possibilidade de considerar sanitaristas e médicos do trabalho, à luz da teoria fleckiana, como *coletivos de pensamento*, portadores de *estilos de pensamento* diferentes, evitando, a meu ver, tais reducionismos, o que proporciona uma análise mais apurada das fontes. A possibilidade de trânsito entre *coletivos de pensamento* e o surgimento de novos *estilos de pensamento* presentes na teoria de Fleck, possibilita a flexibilização dos discursos e práticas dos grupos médicos estudados, assim como seus conflitos.

A flexibilização dessa visão torna-se ainda mais confortável quando pensamos a produção dos critérios de saúde e doença dos trabalhadores, assim como as formas de prevenção, como uma atividade relacionada à comunicação e influência multidirecional entre “círculo esotérico” e “círculo exotérico”, ou seja, cientistas especializados e a sociedade trabalham de forma conjunta na construção da ciência. A determinação dos parâmetros de

---

<sup>7</sup> Ver MACHADO, Edite Novais da Mata. **Formação de Sanitaristas e políticas de saúde pública em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1990. (Dissertação de Mestrado); GOMES, Ângela de Castro. **A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro**. In: Oliveira, Lúcia Lippi; Velloso, Mônica Pimenta; Gomes, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p.151-166. 1982 e GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Nesses textos, a questão do trabalho é apresentada como ponto central dos objetivos estatais, sejam eles vinculados ao Mesp ou ao MTIC.

doença e de saúde, tal qual suas formas de prevenção, não é exclusividade dos médicos, mas para além disso, da interação desses com a sociedade.

Podemos perceber no livro de Fleck a recusa à visão de comunidade científica única, pois diversos grupos de cientistas possuem uma linguagem própria que media as suas relações com o objeto. A mediação entre sujeito e objeto pela linguagem, ou comunidade, apresenta-se mais útil, acredito, para a análise que me proponho que a teoria de Latour, de participação de humanos e não-humanos, concordando, em partes, com o texto de Carlos Alvaréz Maia (2008).

Nesse sentido, além de uma possibilidade de comunicação entre “círculo esotérico” e “círculo exotérico”, há possibilidade de comunicação entre “círculos esotéricos”. O chamado “tráfego intraesotérico” é tratado por Fleck de forma sublime!

Bernardo Jefferson de Oliveira (2012) afirma que em “*A gênese e desenvolvimento de um fato científico*”,

Cada um dos diferentes coletivos mantém funções e comportamentos distintos, e desenvolvem formas específicas de comunicação. As trocas, apropriações, reajustes, divergências, disputas, estratégias de legitimação e de compatibilização são elementos constitutivos do processo cognitivo e são indispensáveis para o seu desenvolvimento. No caso do tráfego intraesotérico, vemos que a sistematização e o consenso alcançados nas ciências dos manuais são frutos da discussão entre os especialistas, mediante entendimentos e desentendimentos, “concessões mútuas e pressões recíprocas” (OLIVEIRA, 2012:128)

Nesse sentido podemos pensar que sanitaristas e médicos do trabalho atuam em instâncias distantes (afirmação que minha hipótese visa descartar), se é que realmente existe essa distância rígida, não por um fato *sui generis*, mas como resultado de um conflito permeado de divergências que levaram à separação legal. As leis tornam inquestionáveis, porém, com possibilidade de aproximações nas ações e discursos.

Se em Fleck encontro ricos instrumentos de análise para o tráfego intraesotérico, para o tráfego entre os círculos eso e exotérico, encontro limites.

Ainda que Ludwik Fleck afirme, como base de suas análises, a participação do social como componente indispensável para a prática científica, o autor de “*A Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*” hierarquiza as instâncias de produção do saber, centralizando o círculo esotérico e colocando com papel menor, o círculo exotérico. O uso dos termos “retroalimentação” ou “fonte” para tratar do conhecimento popular para o círculo

exotérico demonstra essa hierarquização. É importante ressaltar que Fleck afirma a importância desse tipo de ciência na construção dos fatos, porém, como forma de legitimação ou suporte.

Concordo com Bernardo Jefferson de Oliveira (2012) quando este afirma que a própria noção de ciência popular utilizada por Fleck aproxima-se de um grupo de pessoas que freqüentaram instituições escolares, ou ainda, que possuem “nível superior”. Isso, ao afirmar que mesmo reconhecendo a ciência popular no estilo de pensamento, a produção do conhecimento centra-se, em Fleck, na valorização de um conhecimento teórico acadêmico, construindo o que Oliveira chama de “eixo centro-periferia”. Outro limite encontrado em Fleck é o fato de que “não há referências a interesses comerciais e atuação de lobbies” (OLIVEIRA, 2012:129).

Acredito que tais limites possam ser vencidos com a ajuda de Latour. A substituição da noção de “eixo centro-periferia” pela de circulação, esquematizada no “fluxo sanguíneo da ciência” torna a análise das diversas relações entre sanitaristas e médicos do trabalho entre si, com estado e a sociedade, seja essa relação a partir do consenso ou do dissenso entre os grupos.

O primeiro circuito, denominado mobilização do mundo, no caso aqui apontado, é o qual médicos do MTIC e do Mesp se utilizariam de discursos legitimadores, determinando suas áreas de atuação por meio de pronunciamentos e publicações a partir de informações reunidas. O segundo é o circuito de autonomização, que dá título ao projeto. Esse circuito se refere “ao modo pelo qual uma disciplina, uma profissão, uma facção ou uma ‘congregação invisível’ se torna independente e engendra seus próprios critérios de relevância” (LATOURE, 2001:120). Para que existisse uma diferenciação entre os objetivos dos médicos do trabalho e dos sanitaristas era necessária a formação de grupos que viam a ciência da mesma forma e quais as áreas de maior relevância para a sua aplicação. É nesse circuito que são formadas as categorias que estabelecem seu estatutos, regulamentos e códigos de ética. Nesse sentido, “um especialista isolado é um paradoxo” (LATOURE, 2001. p. 121). A partir de seus discursos busca-se apontar e analisar as estratégias de autonomização dos campos médicos aqui tratados. O terceiro circuito, das alianças, refere-se à estreita relação dos campos médicos com os ministérios e aponta a forma como foi necessária a aproximação dos médicos do trabalho e dos sanitaristas; desses campos específicos com o Estado, com empresários e das elites locais.



O quarto circuito, da representação pública, diz respeito à capacidade que os médicos do Mesp e do MTIC tiveram para se fazer importantes na sociedade. Como a população conseguiu identificá-los, reconhecê-los. Como cada um tornou-se uma autoridade e como a sociedade foi capaz de dar credibilidade a eles, isso por meio da difusão e disseminação científica. Por último, os vínculos e nós, que diz respeito à prática científica, que operacionaliza os quatro outros circuitos, a partir das teorias e conceitos, dinamizando o fluxo.

### **Considerações**

Busquei discutir as possibilidades de aplicação de alguns conceitos de dois teóricos dos estudos sobre a ciência, Ludwik Fleck e Bruno Latour.

Os conceitos *estilo de pensamento* e *coletivo de pensamento*, assim como “*círculo esotérico*” e “*exotérico*”, abrem possibilidades de análise que rompem as barreiras antes colocadas na historiografia das ciências que enxergava na atividade científica algo isolado da sociedade. O agenciamento entre sujeito e objeto pela linguagem, resolvem de maneira satisfatória os problemas colocados entre objetividade e subjetividade. Fleck é extremamente eficiente para campos médicos em conflitos.

Porém, apesar de suas qualidades, uma abordagem a partir do uso exclusivo de Fleck encontra limites, que acredito serem em parte solucionados em Bruno Latour, apesar de esse também possuir limites reconhecidos. Os conceitos de *Translações*, a denominada Teoria do Ator-Rede e a idéia de circulação, sistematizada no fluxo sanguíneo das ciências, abrem espaço para uma análise da influência dos interesses mercantis, estatais e sociais extra-científicos, a partir de uma abordagem que considera pessoas, objetos, instituições e substâncias como atores no processo de construção dos fatos científicos.

A meu ver, um autor não exclui a possibilidade de orientação teórico metodológica pelo outro. A escolha dos argumentos e das ponderações necessárias pode auxiliar na utilização dessas abordagens como complementares, ao invés de excludentes.

### **REFERÊNCIAS**

CHAVES, Bráulio Silva. **Enfrentamentos teóricos na história das instituições médico-científicas: uma aliança entre Ludwik Fleck e Bruno Latour.** Artigo apresentado no XV Encontro Regional de História. São João Del Rei, MG: ANPUH, 2006.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. “**Paradigma versus estilo de pensamento na história da ciência**”. In: CONDÉ, M. L. L. & FIGUEIREDO, B.G. (Org.). **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p.123-146.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ciência e Linguagem: Fleck e Wittgenstein**. In: \_\_\_\_\_. **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012 p.77-108.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

FEHR, Johannes. **Fleck, sua vida, sua obra**. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012 p.35-50.

FLECK, Ludwik. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010. [1935].

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

FREIRE, Letícia de Luna. **Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica**. Comum - Rio de Janeiro - v.11 - nº 26 - p. 46 a 65 - janeiro / junho 2006.

HOCHMAN, Gilberto & FONSECA, Cristina M. O. **O que há de novo? Políticas de saúde e previdência, 1937-1945**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV. 1999

LATOUR, Bruno, WOOLGAR, Steve. **A vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LÖWY, Llana. **Fleck no seu tempo, Fleck no nosso tempo: Gênese e desenvolvimento de um pensamento**. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012 p.11-34

MAIA, Carlos Alvarez. **Mannheim, Fleck e a compreensão humana do mundo**. CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012 p.51-76.

MAIA, Carlos Alvarez. **Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?** Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. **Os circuitos de Fleck e a questão da popularização da ciência.** In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ludwick Fleck: estilos de pensamento na ciência.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012 p.121-144.

PARREIRAS, Márcia Maria Martins. **Ludwik Fleck e a Historiografia da Ciência: diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida.** Belo Horizonte: UFMG. 2006 (Dissertação de Mestrado).

---

## FICÇÃO CIENTÍFICA E HISTÓRIA DA CIÊNCIA: OS CONTOS DE BERILO NEVES E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DA CIÊNCIA (1929-1936)

Aline de Castro Lemos\*

Este trabalho apresenta reflexões iniciais da pesquisa em andamento desenvolvida pela autora no mestrado em História e Culturas Políticas no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Cabe aqui mencionar um pouco da trajetória desta pesquisa, pois seu problema inicial não estava voltado para um objeto tradicional da historiografia das ciências, ou sequer partia de uma abordagem própria deste campo investigativo. Partia, ao invés disso, do interesse por um tipo de literatura marginalizado em relação ao cânone literário brasileiro, a ficção científica, e por suas possíveis conotações políticas em determinados contextos. No entanto, o modo através do qual este gênero mobiliza discursos científicos tornou inevitável a aproximação com uma história das ciências. É principalmente sobre esta aproximação que trata o texto a seguir, constituindo uma experiência inicial de diálogo entre a história da literatura e a história das ciências, sem abandonar um viés político.

Que a ciência seja um elemento chave na literatura de ficção científica (FC) parece óbvio, algo percebido pelo senso comum tanto no nome quanto nos ícones que o mesmo evoca: robôs, computadores, viagens no tempo, tecnologias interplanetárias, entre outros. Mas, mais do que isso, poderia este fator ser algo além de uma preferência temática? O que isso poderia dizer sobre textos tão diferentes quanto *A guerra dos mundos* (WELLS, 1898), e *O guia do mochileiro das galáxias* (ADAMS, 1979)? Qual seria, afinal, o interesse de tal reflexão para uma história da ciência?

Para responder a essas perguntas, é preciso recorrer aos críticos e historiadores que já se ocuparam de inquirir sobre o que caracteriza, em primeiro lugar, o conjunto destes textos, bem como o modo específico através do qual lidam com a ciência. Assim, a definição do gênero adotada por Ciro Flamarion Cardoso evidencia que

A ficção científica é uma forma de literatura fantástica que tenta retratar, em termos racionais e realistas, tempos futuros e ambientes que diferem dos nossos. No entanto, mostra estar consciente das preocupações dos tempos em que é escrita e provê um comentário implícito sobre a sociedade contemporânea, explorando os efeitos,

---

\* Mestranda pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

materiais e psicológicos, que qualquer tecnologia nova pode ter sobre ela. (MANN Apud CARDOSO, 2006: 18)

O que diferenciaria a FC de outros tipos de literatura fantástica seria, em primeiro lugar, a construção de argumentos considerados racionais ou realistas, com uma narrativa ancorada em princípios lógicos. A maioria das definições, como esta, baseia-se em um tipo de dualidade. Enquanto literatura fantástica, trata do diferente e incomum, mas esta descontinuidade com relação à experiência cotidiana do leitor deve ser tornada plausível no texto através de uma racionalização reconhecida como material, e não sobrenatural ou arbitrária.

Darko Suvin, um dos estudiosos mais influentes na crítica anglófona, cunhou o termo literatura de *estranhamento cognitivo* para incorporar essa dualidade. O primeiro termo refere-se ao conceito de Brecht, de alienação do cotidiano, enquanto o segundo aponta para as implicações racionais e lógicas da escrita. Embora se possa pensar que muitas dessas definições são de certa forma tautológicas, pois traduzem algum entendimento dos termos *ficção* e *científica*, tem a força de uma caracterização do gênero não pelo conteúdo ou tema, mas pela elaboração de um exercício literário e pelos efeitos que o mesmo provoca em seus leitores.

É para esse aspecto que atenta a definição utilizada por Cardoso quando menciona que a FC explora os efeitos das tecnologias – embora um conceito mais abrangente tomaria aqui quaisquer práticas científicas – sobre as sociedades. As representações do futuro e de ambientes insólitos são frequentemente aspectos para colocar ideias em prova e explorar o presente social de modo especulativo. Segundo Adam Roberts, essa ênfase na transformação e o trabalho sistemático sobre as consequências da mesma é a principal potencialidade do gênero. (ROBERTS, 2006: 7) Dessa forma, pode-se pensar que a literatura de ficção científica está menos voltada para as previsões e invenções do que está a serviço de seu presente, tornando-se uma porta de entrada para uma investigação a respeito das concepções, valores e expectativas da sociedade em que foi produzida.

O que importa neste experimento com ideias (*thought-experiment*), para utilizar a expressão da escritora Ursula Le Guin, não é o apego ao que é considerado “verdade científica”, mas ter plausibilidade científica, ou seja, ancorar-se em princípios lógicos e racionais, através do manejo de uma linguagem científica. A FC não se propõe, necessariamente, a reproduzir ou inserir-se em determinado discurso científico. De fato,

diversos autores apontam a descontinuidade com relação ao mesmo como elemento motor da narrativa de ficção científica (ROBERTS, 2006: 7-16), enquanto Cardoso a localiza no campo do pseudocientífico (CARDOSO, 2006: 21).

Entretanto, enquanto não é ciência, constrói um discurso de *possibilidade científica* e nisso se fundamenta seu diálogo com a ciência de sua contemporaneidade. Nesse sentido, a consolidação da ciência como horizonte de plausibilidade e legitimadora de uma visão de mundo, tendo seu auge no século XIX e na primeira metade do século XX, consiste em um elemento fundamental na constituição desta literatura. Mais do que isso, a FC está relacionada à concepção da ciência como responsável ou – embora nem sempre – legitimadora da mudança. Aqui, o relevante é observar que ao mobilizar uma linguagem e saberes científicos, ela pode denotar tanto uma concepção acerca do que é a ciência, quanto a respeito de suas possibilidades e efeitos sobre a sociedade.

Sendo assim, a presente investigação se aproxima mais de um estudo sobre o imaginário científico do que sobre o “fato científico”, ou puramente sobre práticas científicas em si. Empresto a expressão de Bernardo Jefferson de Oliveira em seu estudo sobre o cinema enquanto meio de expressão e veículo formador de um imaginário social sobre a ciência (OLIVEIRA, 2006). O pesquisador, preocupado com o modo através do qual a ciência e a técnica são percebidos pela sociedade, entende que

o ‘imaginário científico’ é algo mais amplo, que envolve várias formas de representação sobre a ciência. Acredito que o modelo de rede, proposto entre outros por Bruno Latour (2001), ajuda a compreender a ligação dessas representações com outras dimensões da ciência. Nesse modelo, deixa de fazer sentido a idéia de um centro de produção de conhecimento, a partir do qual o conhecimento seria aplicado, difundido ou consumido. É o conjunto de ligações que dá sustentação e força aos fios interligados na rede. A produção da ciência não é mais concebida como algo restrito à comunidade científica, e sim como o resultado da interação com outros fatores, como o da representação pública da ciência. (OLIVEIRA, 2006: 138-139)

Aqui, faz-se pertinente atentar para as potencialidades estratégicas e eficácia legitimadora das representações, que reforçam seu caráter político. Esta também é a preocupação de estudiosos da divulgação científica como Moema Vergara, que faz notar que as imagens da ciência e da tecnologia veiculadas em diversos meios frequentemente estão integrados aos debates da agenda política de seu tempo (VERGARA, 2009). Pode-se pensar,

da mesma forma, que por suas especificidades de gênero, a FC forneça uma abordagem privilegiada sobre este fenômeno.

Para pôr à prova e aprofundar a reflexão aqui esboçada, propõe-se realizar um estudo de caso a partir de um recorte das fontes utilizadas pela autora no mestrado. A hipótese que se coloca aqui, sem pretensão de a ela dar uma conclusão, é a de que os contos de Berilo Neves (1901-1974), ao mobilizarem diretamente representações sobre a ciência e, principalmente, sobre o lugar da mesma em um processo de transformação social, permitem observar as relações entre a FC e o debate sobre a modernização do país em curso naquele contexto. Porém, mais do que isso, pretende-se observar a possível contribuição do estudo da ficção científica para a compreensão destas representações construídas sobre a ciência e sobre seu lugar na sociedade.

Em 1929, a Tipografia do Jornal do Comércio carioca publicou *A Costela de Adão*, uma coletânea de contos fantásticos e humorísticos escritos pelo parnaibano Berilo Neves (1901-1974). Foi a primeira de ao menos sete reedições até 1936, período durante o qual o autor publicou ainda vários outros livros, entre eles *Seculo XXI* e *Cimento Armado*, além de escrever regularmente contos do mesmo caráter para a revista *Careta* e o próprio *Jornal do Comércio*. Neves lidou com temas presentes nos debates dos meios científicos de sua época, como a determinação biológica do comportamento e a vida higiênica, sendo reconhecido não apenas por sua capacidade de criação e entretenimento, mas como um autor “dotado de patrimônio científico de profissional”, cuja obra tem a vantagem da “profusão de conhecimentos científicos” (NEVES, 1932: 9). Um de seus contos constitui o interesse principal do presente trabalho, por congrega diversos dos temas abordados em outros escritos pelo autor: trata-se de “O amor no século XXI”, conto publicado em *A Costela de Adão*.

Como em diversas de suas outras histórias, esta principia com o relato em primeira pessoa do cotidiano de um habitante de um Rio de Janeiro futurístico – no caso, em 2065, mais de 100 anos além da época do autor. Esta narrativa é extremamente reveladora na medida em que, rica em detalhes, traça um futuro em que a ciência se imbrica no cotidiano dos homens de modo quase onipresente, guiando desde políticas públicas até as práticas mais íntimas dos indivíduos. O seguinte trecho permite explorar de modo detalhado estas questões:

comecei a vestir-me com uma dessas tunicas á prova de microbios que constituem a maior conquista sanitaria deste seculo. Meti-me num banho de vapor humido,

destinado a eliminar os germes da pele e a acelerar a circulação sanguínea. E, terminadas as abluções higienicas, com a sensação de bem-estar que caracteriza a vida limpa e rythmada dos homens modernos (inimigos da bebida, do amor, da ociosidade e de outros vícios contra a saude), tomei um taxi aereo (...) (NEVES, 1932: 93-94)

Mais do que a simples presença da ciência no cotidiano daquele futuro imaginado, faz-se pertinente notar que a própria concepção de *ciência* ali representada está intimamente ligada às práticas científicas do tempo de Berilo Neves, bem como aos projetos de inserção da mesma na sociedade que se encontravam em debate. Pode-se pensar que a ficção científica produzida por Neves, ao mobilizar e reelaborar tais representações, dialogava com um discurso legitimador da ciência como solucionadora de problemas sociais, em um contexto de busca pela modernização e progresso nacional.

A vida moderna, tomada como valor, é caracterizada sobretudo por um estado de saúde, alcançada principalmente pelo combate à contaminação e aos vícios que promove a ciência. Que ciência é essa, por sua vez, não é difícil identificar. Os termos “sanitário” e “higiene” estavam ligados, no começo do século XX, a práticas científicas específicas.

Tânia de Luca fala da crescente predominância, na década de 1910, de uma medicina voltada não tanto para a cura quanto para a prevenção, baseada no paradigma microbiano e bacteriológico de Koch e Pasteur (DE LUCA, 1999: 204). O fundamento dessa nova prática médica seria a área do conhecimento biológico denominada Higiene, que marcaria forte presença nas interpretações sobre os dilemas e alternativas colocadas para a construção da nação nas três primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, a higiene individual e coletiva passaria a ser vista como um imperativo de ordem social. Através dela, seria possível recuperar um povo doente e abandonado, transformando-o em saudável, trabalhador e instruído, fator indispensável à construção da nação.

Segue-se a criação de um aparato legal para regular o serviço sanitário na virada do século XIX – os Institutos Manguinhos, Butantã, Vacinogênico e Bacteriológico – que passaria a ditar os rumos da saúde pública. Nos anos 1920, essa estrutura seria ampliada e reorganizada com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. As práticas científicas difundidas por tais instituições adentrariam a partir de então no cotidiano dos indivíduos, “inspecionando, vigiando e controlando por meio de um conjunto de normas, cuidados, prescrições e recomendações” (DE LUCA, 1999: 206).



O movimento eugenista, que passava por um momento de consolidação institucional nesta mesma década, também pode ter influenciado a criação do Rio de Janeiro futurístico de Neves. No Brasil, predominou o ideário eugenista de caráter reformista, com ênfase na conquista dos fatores ambientais disgênicos – através do próprio saneamento e higiene – e da preocupação com a reprodução (STEPAN, 2004). A reprodução artificial é uma preocupação constante de Neves: em algumas de suas histórias é controlada pelo Estado, enquanto em outras tem explicitamente a finalidade da criação de um ser perfeito. A característica especulação sobre as consequências de uma tal inovação científica sobre a sociedade – no caso, a transformação da relação reprodutiva entre homem e mulher – não está ausente nos textos de Neves, como se verá a seguir.

Na lista de vícios contra a saúde que faz o narrador-personagem, está elencado um curioso elemento que menos comumente fazia parte das preocupações dos higienistas e sanitaristas do século XX: o amor. O desenrolar do enredo de “O amor no século XX” esclarece esse ponto. O protagonista toma seu taxi aéreo para fazer uma visita a seu amigo Raphael Verdurier, um biólogo de renome internacional. Lá, recebe a triste notícia de que Helena, a filha de seu amigo, não estava passando bem, ao que reage com estranheza, pois vivia em um tempo em que as enfermidades físicas e as infecções eram apenas reminiscências de “tempos incultos em que havia doenças no mundo”. A doença da jovem, porém, não era causada por germes, como explica o biólogo:

Eduquei-a, como sabe, de acordo com as ideias avançadas deste século. Habituei-a a considerar os homens como simples irmãos, cujo valor na perpetuação das espécies se reduziu muito com a descoberta da reprodução artificial da vida. Dei-lhe os livros da história natural que ensinam a rir de muitos sentimentos que eram resultantes, ou de velhos preconceitos, ou de enfermidades orgânicas que a medicina dos séculos passados não sabia curar. (...) Nada de romantismos ancestrais nem de poetizações dos actos vulgares da biologia. Queria que fosse forte e indiferente como as mulheres deste século, que são valores morais em tudo idênticos aos homens. Acontece, porém, que um facto lamentável veio despertar, na alma de minha filha, células românticas que pertenceram, de certo, à sua bisavó ou trisavó. (NEVES, 1932: 95)

O amor aparece como uma alteração orgânica mistificada pelo romantismo, prejudicial à saúde e à moral – dois aspectos intimamente ligados na modernidade almejada por Neves. A ciência teria possibilitado a sua superação, através do esclarecimento e da reprodução artificial. Este tema é constante em toda a sua obra e está diretamente ligado a sua concepção

do feminino, relacionado ao superficial e sentimental de modo geral, em constante conflito com a modernidade racional, científica e masculina.

Neste conto, as mulheres foram capazes de igualarem-se aos “valores morais idênticos aos homens” e integrarem-se à modernidade, a ponto de existir uma ministra da justiça. Em outros contos, porém, elas têm outros destinos: masculinizam-se, trazendo a voz grossa e perdendo traços como proeminência dos seios; arruinam o projeto modernizador ao destruir o que seria considerado uma conquista científica; ou são até mesmo extintas, pois perdem sua função reprodutiva, que seria a principal. Sua relação com o “feminino” e a mulher no espaço público de modo geral indicam um posicionamento diretamente ligado às disputas por poder vivenciadas pelos homens e mulheres de sua época, entrelaçando de modo curioso ciência e misoginia.

O amor transmissível pelo cromossomo não foi aceito como “verdade científica” mesmo na época em que Neves o escreveu, nem ele o pretendia como tal. Como elaborado anteriormente, o que está em jogo na FC não é a adequação da narrativa ao que se considera como fatos, mas o manejo de uma linguagem científica com fins de especulação. Dessa forma, através de sua ficção, o autor foi capaz de realizar sua sátira da sociedade que lhe era contemporânea, ao mesmo tempo em que expressava um entendimento sobre as possibilidades e consequências das práticas científicas de sua época.

Não se trata, aqui, de pensar em sua obra como ilustração ou reflexo dos conflitos de seu tempo, mas compreendê-la como participante dos mesmos. Inicialmente, a partir das análises realizadas, é possível pensar que os escritos de Neves assumem caráter político ao criar e dialogar com representações que reforçam determinados projetos políticos – como os guiados pela razão científica – e contradizem outros – como o feminismo. A reflexão aqui apresentada, porém, não se propõe a estabelecer conclusões, dado o estado inicial das investigações que pretendeu explicitar. Seria interessante, por exemplo, enveredar pelas redes de sociabilidade que Neves integrava – a sua formação como farmacêutico pode ser uma pista, mas ainda é necessária uma análise mais aprofundada e minuciosa das fontes.

Outros de seus contos trazem uma abordagem científica para elementos ainda mais curiosos, que o leitor atual dificilmente associaria ao domínio da ciência – como um telefone capaz de estabelecer comunicação com espíritos ou um foguete que permite viajar não até planetas, mas até o inferno. Essa sensação de estranhamento traz também uma oportunidade de reflexão sobre o que cada contexto histórico considera como limite de suas práticas

científicas, as suas possibilidades, promessas e funções. Lembra, dessa forma, da importância de não partir de um conceito de ciência preestabelecido e de voltar-se, ao invés disso, para uma compreensão “do que se apresentava com estatuto científico no próprio contexto” (ALVES, 2001: 186) – neste caso, o que se apresentava como o científico imaginado e imaginável.

## Referências bibliográficas

- ALVES, José Gerônimo de Alencar. As Ciências na Academia e as Expectativas de Progresso e Modernização: Brasil – 1916-1929. In: DANTES, Maria Amélia (org). **Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Ficção científica, percepção e ontologia: e se o mundo não passasse de algo simulado? In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13 (suplemento), p. 17-37, outubro 2006.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2):313-332, 2000.
- NEVES, Berilo. **A costela de adão**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.
- OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Cinema e imaginário científico. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13 (suplemento), p. 133-50, outubro 2006.
- ROBERTS, Adam. **Science fiction**. New York: Routledge, 2006.
- STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: ARMUS, Diego (org). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- VERGARA, Moema de Rezende. Modernidade e imagens de objetos de ciência e tecnologia em jornais ilustrados do final do século XIX. In: **Revista Museologia e Patromônio**, v. 2, p. 1-13, 2009.

---

## CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS: NOTAS PARA UM DIÁLOGO

Allister Andrew Teixeira Dias \*

### Introdução

Esta apresentação tenciona elucidar alguns pontos nos quais as contribuições do contextualismo linguístico de corte coolingwoodiano, nas suas elaborações em Skinner e Pocock, podem ser profícuas para estudos históricos que possuem como temática os saberes e práticas científicas. Primeiramente, abordaremos a pertinência teórico-metodológica do contextualismo linguístico, descrevendo as premissas básicas desta vertente. Em seguida, faço um apanhado bem geral da historiografia das ciências, com acento nas contribuições de Thomas Kuhn e nos pressupostos teórico-metodológicos enraizados em estudos mais recentes. Por último, analiso os elementos de potencial diálogo entre as duas áreas de produção de conhecimento histórico. Um dos exemplos de pertinência trabalhados será a possibilidade de articulá-los ao estudo de periódicos científicos.

### *A pertinência do contextualismo linguístico*

A perspectiva teórico-metodológica identificada sob a rubrica de contextualismo linguístico de corte coolingwoodiano, sobretudo aquela consolidada com os trabalhos de Quentin Skinner e John Pocock, considera que os discursos dos agentes históricos possuem valor analítico, no sentido da compreensão de dinâmicas históricas particulares; é a partir destes discursos que as ideias são articuladas na prática, expressando a construção de sentido e conhecimento de determinada intelectualidade acerca de uma dada realidade. Como chama atenção Elias Palti (2007: 300)<sup>1</sup>, as ideias são ideias por serem usadas/ articuladas em contextos específicos, com certos intuítos: nesse sentido, cada noção política, social e, porque não, científica, articuladas num determinado contexto, “são formações conceituais plenamente históricas, contingentes e singulares” (idem).

Desta forma, como salienta Skinner (1969), cada discurso, enunciado na forma de texto, deve ter seus significados apreendidos de acordo com os seus contextos linguísticos,

---

\* Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/FIOCRUZ. Doutorando, bolsista CAPES.

<sup>1</sup> Todas as traduções de passagens de textos em língua estrangeira neste trabalho são de minha autoria e responsabilidade.

intelectuais e de debate originais, ou seja, na “trama das relações linguísticas em que o autor se insere” (PALTI, 2007: 299). Tal contexto, como chama atenção Ricardo Silva (SILVA, 2010: 309) e Fernando Castro (2012), é um espaço de debate de certos problemas, questões de tempo e lugar circunscritos, referidos diretamente a experiência social compartilhada. Portanto, todo “ato de fala”, é resposta a questões do seu tempo. É este contexto argumentativo, percebido por um exame intertextual, que dá sentido aos atos de fala específicos. Como apontam os historiadores Francisco Falcon (1997) e Tuck (1992: 275), é importante ver de que atividade intelectual se trata, e daí perceber as intenções de quem fala. Skinner ao responder o questionamento do historiador espanhol Javier Fernández Sebastián acerca da sua acepção de “contexto”, deixa claro que este se refere a um espaço específico: nada mais que os problemas “de mais relevo” num recorte particular do debate público de uma época, cuja compreensão o historiador pretente (SEBÁSTIAN, s/d: 240). No interior deste contexto e o comundo, os textos estão sempre em “processos de legitimação”, “defendem ou questionam, elogiam ou condenam, determinadas ações, instituições ou estado de coisas” (idem). Este contexto é composto por “recursos intelectuais herdados”, tradições normatizadoras que devem ser trazidas a tona pelo historiador, já que o que pode ser dito e feito sempre está referido a está base comum (idem: 241). Contudo, estes “recursos intelectuais herdados” (a linguagem) disponibilizam também elementos para a sua transformação (idem: 242).

Pocock, num momento inicial de suas pesquisas, procurou forçar o argumento de Skinner de reconstruir “o que um autor estava fazendo” e o “que de fato fez” ao escrever um texto, ou de como a “intenção do autor é modelada e modela o contexto linguístico no qual ele se expressa”, aprofundando a questão da recepção, de como a performance do autor foi entendida por seus pares leitores, como aquele foi respondido, etc (POCOCK, 2008:XIV; POCOCK, 2003). Inscrevendo os atos de fala, performances e lances em contexto linguístico-intelectual, de debate político, levando em conta a questão das interlocuções e das “consequencias não previstas” dos primeiros, Pocock trouxe outras possibilidades e agendas de investigação.

Cada texto é uma ação, uma “elocução atuante”, com determinadas “performances”, nas palavras de Pocock (idem: 25). É esse agir que dá historicidade ao discurso, que é, conceitualmente, um artefato público. Em cada contexto linguístico, ou langue, poderíamos chamar também de contexto intelectual, ou contexto de questões do debate público - que tem

caráter de jogo, com regras próprias -, há coerções discursivas que regulam o que pode ser falado, um “modo de discurso institucionalizado” (POCOCK, 2003: 64).

Como discorre Jacques Guilhaumou (2004: 51-53), uma nova postura requer antes que um “giro linguístico”, um “giro interpretativo”, na medida em que este tipo de história deve transcender a busca por “estratégias discursivas que evidenciam um ‘sentido oculto’ no uso diversificado de formas linguísticas”, elucidando, ao contrário, a “capacidade de observabilidade prática dos atores-autores (...) através dos argumentos que lhe são próprios, mediante uma investigação arquivística o mais ampla possível”. O historiador da linguagem se interessa pelos homens como sujeitos históricos que representam por meio da linguagem o “estado de coisas já realizadas e, sobretudo, por realizar” (idem); por conseguinte, o contexto está presente em cada texto, nos seus argumentos e, além disso, a linguagem, embora não unicamente, é uma fonte importante da expressão das crenças humanas, significando e ressignificando-as (idem, p.58).

### **Considerações sobre a História das Ciências**

A história das ciências ganhou novos contornos com trabalhos que passaram a enfatizar a ciência enquanto um produto sócio-cultural validado pela sociedade que o circunscreve; trabalhos que procuraram esclarecer a importância de uma investigação mais aprofundada da teoria e do fazer científico, do ponto de vista de sua lógica interna cognitiva e de suas relações com os diversos planos sócio-culturais circundantes.

Ludwick Fleck (2010) com suas concepções de “coletivo de pensamento” – que foca o aspecto social dos grupos científicos - e “estilo de pensamento” – cuja ideia é demonstrar elementos cognitivos compartilhados por grupos de cientistas, sejam valores ou princípios - foi fundamental para as reflexões de Thomas Kuhn. O ensaio teórico pioneiro de Kuhn (2000) “A estrutura das revoluções científicas” é uma tentativa de elaborar uma teoria do desenvolvimento científico, esclarecendo uma nova perspectiva para se entender a ciência. “Ciência normal” é o conceito central chave do ensaio: constitui a prática científica que se estabelece por meio de um consenso acerca de problemas e perguntas que são elegidos para serem resolvidas, edificando (e consolidando) uma tradição de pensamento e de produção e reprodução de conhecimentos. Isto posto, suas características definidoras daí em diante são o

respeito a um conjunto de normas, crenças, conceitos, valores e procedimentos inerentes a tal tradição. Nas palavras do autor:

“Ciência normal significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (KUHN, 2000: 29).

O conceito de paradigma, relacionado intrinsecamente ao de ciência normal diz respeito à dimensão dos conceitos e das técnicas que orientam e determinam a prática científica, nos seus aspectos sócio-cognitivos de organização institucional e de conjunto de crenças e valores partilhados, os quais também orientam e determinam a ciência a ser feita. A prática da ciência normal só se funda e se perpetua historicamente em cima do compartilhamento sistemático, por uma comunidade científica, de normas, crenças, princípios padrões de prática científica, corpo de idéia, procedimentos, e instrumentos que, no conjunto, definem o paradigma.

Como chamam atenção Kropf e Lima (1999), tal conceito de ciência normal, centro da teoria kuhniana, reflete a importância dada pelo autor à dimensão da adesão de valores como “fundamental para a compreensão da ciência e de sua natureza social” (KROPF e LIMA, 1999: 2). A ciência normal, contudo, não escapa da tensão provocada por elementos que pressionam na direção do rompimento, da ruptura, da descontinuidade. Em outras palavras, este conceito de ciência encerra em si o potencial para explicar o estabelecimento e a consolidação do consenso que a funda, mas também os elementos que o rompe. Nas palavras de Kuhn: “(...) quanto maiores forem a pressão e o alcance de um paradigma, tanto mais sensível este será como indicador de anomalias e, conseqüentemente, de uma ocasião para a mudança de paradigma” (KUHN, 2000: 92). E a transição é radical: a passagem de um paradigma em crise para um novo, que pode fundar uma nova tradição de ciência normal, não “é um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma”, mas sim uma “reconstrução da área de estudo a partir de novos princípios, de reconstrução que altera algumas generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muito de seus métodos e aplicações” (idem: 116). A tal transição Kuhn chama de “revolução científica”.

Fatores de ordem subjetiva e social concernentes à posição ocupada pelos indivíduos na estrutura da comunidade não devem ser excluídos da análise do historiador das ciências.



Ao que tudo indica, o funcionamento da ciência, sua historicidade, para Kuhn, só pode ser compreendida nessa chave – este é o seu trajeto no tecido do tempo e do processo histórico. O consenso definidor da ciência normal se estabelece e se rompe. Aqui podemos relembrar o que Kuhn diz em “Tensão Essencial” (1989), quando já tem mais consolidado a concepção de tradição científica, afirmando que a ciência é por excelência um campo criativo, com um estatuto diferenciado socialmente, um empreendimento peculiar.

O trabalho de Kuhn e de muitos outros ajudaram a consolidar a noções de que a ciência é uma atividade humana que cria artefatos que mudam a realidade: idéias, conceitos, símbolos, valores, etc. Como Gavroglu sinaliza (2007: 21), a ciência é um “fenômeno social e cultural”, com funções sociais, em que as “particularidades locais, temporais e culturais desempenham um papel importantíssimo”. Nesse sentido, a esfera das concepções científicas não se autonomiza por completo da esfera das concepções sócio-culturais mais amplas. Como chama atenção Dominique Pestre (1995), os *Social Studies of Sciences* são muito responsáveis por estas transformações na percepção da ciência e do seu passado como história. A partir deles, sobretudo do Programa Forte da Sociologia do Conhecimento Científico (de D. Bloor e B. Barnes) e, por outro lado, os trabalhos de Steven Shapin, Latour e outros, a divisão “internalismo” X “externalismo” não faz mais muito sentido. O social, o cultural e o político, o que se pode-chamar de “contexto” de produção de um saber e de uma prática científica, tem tanto importância quanto os (e se revelam nos) artefatos mais “cognitivos” da ciência. As práticas e os processos de validação destes saberes também compõem o quadro do estudo histórico das ciências atualmente. É óbvia mas fundamental a noções de que todo sujeito do conhecimento científico é um ser sócio-cultural (PESTRE, 1995: 16).

### **Um diálogo possível: idioma, comunidade argumentativa e periódicos científicos**

Pocock (2008) comentou na introdução de seu recente livro de reunião de ensaios metodológicos – *Political Thought and History: Essays on Theory and Method* – as relações do seu trabalho com o de Kuhn. Segundo o pensador, o seu texto intitulado *Politics languages and Time* de 1971 foi composto por uma parte intitulada *The transformation of study of political thought* e outra intitulada *On the non-revolutionary character of paradigms* nas quais o conceito de paradigma de Kuhn era tematizado. Assim afirmou:

“Eu estava nesse momento bastante intrigado com o *The Structure of Scientific Revolution* de T. Kuhn, e em particular com o seu conceito de paradigma: um constructo mental e linguístico capaz de ser recorrente e normativo, que não apenas fornece as respostas às questões, mas determina quais questões e tipos de questões devem ser feitas – com a exclusão e inclusão de outras” (POCOCK, 2008: XI-XII)<sup>2</sup>

O historiador inglês pensou na aplicabilidade do conceito kuhniano nas suas investigações acerca das linguagens políticas e o usou de início, procurando salientar como uma nova linguagem gera novos conceitos e questões para o debate político, norteando as premissas de uma comunidade política, o que o ajudou a pensar nas transformações por que passou o pensamento político inglês de fins do século XVII e por todo o século XVIII. Porém, pouco depois, ele começou a se questionar desta pertinência, com relação a qual o próprio Kuhn era cético, na medida em que as comunidades científicas, com suas próprias lógicas políticas e formas de interação com a Política de uma forma geral, são diferentes das comunidades políticas, com estruturas de linguagem diferentes, com propósitos diversos. A política, ao contrário da ciência, na ótica de Pocock, engendra o tempo todo “paradigmas, questões e maneiras de tratá-los”, muitas vezes coexistindo, competindo ou não na definição das comunidades e suas questões (POCOCK, 2008: XII-XIV).

Dois comentários são importantes. Primeiramente, cabe mencionar que Pocock, no seu entendimento do conceito de Kuhn, não atentou para o que abordamos acima, ou seja, as dinâmicas, tensões e flexibilidades inerentes ao conhecimento científico, e suas comunidades de produtores, como entendidos por Kuhn. Em segundo lugar, o diálogo que propomos possui um sentido inverso: aqui, os pressupostos do contextualismo linguístico e da história dos discursos e linguagens política são valiosos no estudo da história de certas ciências que, como a medicina, possuem forte inserção em debates públicos mais amplos, com significativos propósitos políticos. Como o próprio Pocock (2008: XI) chamou atenção, o argumento político, ou o pensamento político de um período, é efetivado numa “pluralidade de linguagens, consistindo em uma pluralidade de atos linguísticos”. Por que a ciência não poderia ser considerada uma destas linguagens, ou idiomas?

As proposições de Pocock acerca da necessidade de mapear as várias linguagens de um debate público ou, mais nos seus termos (POCOCK, 2003:31), do debate político de uma época, são absolutamente pertinentes para o estudo que foca linguagens (ou idiomas) particulares, como a ciência (a medicina, para ser mais preciso), e a sua inserção no debate

---

<sup>2</sup> Vale lembrar que a 1ª edição do ensaio de Kuhn é de 1962.

público de temas de grande de interesse social, sobretudo a partir do século XIX. Vale lembrar que o próprio Pocock (POCOCK, 1962: 200), menciona que não são só as linguagens estritamente políticas que são absolutamente relevantes, mas todas aquelas associadas a atividade política. Mapeadas estas linguagens, se consegue delinear elementos importantes para compreender os temas principais de discussão numa dada intelectualidade, bem como perceber a ascensão de certo tipo de intelectualidade profissional, no seu ganho de autoridade nos debates. Ou seja, os modos de argumentação, e determinados temas, passam a ser dominados, ou ter a preeminência de certos intelectuais (POCOCK, 2003: 31).

Intelectuais ligados a especialidades científicas e jurídicas emitem “lances” ao trazer para público e fundar seus periódicos, por exemplo <sup>3</sup>. Aqui, o historiador deve perceber como “lances” deste tipo, composto por várias performances veiculadas ao longo dos anos de publicação destas revistas, introduzem inovações no contexto de debate intelectual da época. Como este “lances” foram recebidos no debate público é uma das questões que devem ser respondidas e analisadas.

Pode-se pensar, a partir desta orientação, certos ramos científicos como idiomas específicos não homogêneos. Na definição de Pocock os idiomas são tipos de argumentos de natureza e origem sócio-cultural peculiar, restritos “a uma atividade específica”, com retóricas próprias e vocabulário especializado, “empregados por comunidades específicas”. O idioma liga, necessariamente, discurso profissional e atividades e práticas institucionais (POCOCK, 2003: 65-68) num conjunto coerente de sentido, sempre se remetendo a algum tipo de autoridade socialmente reconhecida.

Como chama atenção o historiador Marcelo Jasmin (2005: 29-30), o cerne da análise pocockiana do discurso é a relação entre as diversas gramáticas (ou idiomas) que compõem o debate público de um tempo e as performances efetivadas no interior destes idiomas. Adaptando ao nosso objeto, aqui pensa-se a inserção de um idioma específico, um ramo da ciência, articulado numa publicação que expõe uma série de performances, num debate mais amplo sobre temas de relevância cultural em dado período e lugar. Nos atos de fala desta publicação, seus os autores/atores entram em polêmicas o tempo todo, procurando “definir a

---

<sup>3</sup> Os periódicos desta natureza são a materilização de uma sociabilidade intelectual-científica (SIRINELLI, 1996), como um “microcosmos intelectual” com movimento de idéias (ALTAMIRANO, 2004). É um forum de divulgação científica, lugar de uma “prática social de produção de sentido” (CASTRO, 2012, p.16-17).

superioridade de determinadas concepções, produzindo alianças e adversários, e buscando a realização prática de suas ideias” (JASMIN, 2005: 28).

Uma publicação científica pode revelar a formação de uma comunidade argumentativa, ou discursiva. Nas palavras de Pocock, estas comunidades são:

“Estrutura complexa que abrange um vocabulário, uma gramática, uma retórica e um conjunto de usos, pressupostos e implicações, que existem juntos no tempo e são empregáveis por uma comunidade semi-específica de usuários de linguagem para propósitos políticos, que permite, e por vezes se prolonga até, a articulação de... uma ideologia” (POCOCK, texto no livro de Jasmin).

Para Pocock, uma comunidade argumentativa, ou discursiva, é sempre única, “embora múltipla”. Nela há opiniões divergentes e ao mesmo tempo um “sentido geral” (CASTRO, 2012: 16-17). Sua atividade é linguística e pode ser atravessada por vários “idiomas”, bem como pode gerar “idiomas no interior da atividade de seu próprio discurso” (POCOCK, 2003: 69-70). Nesse sentido, ela pode ser atravessada por vários projetos intelectuais no tratamento de certos temas, ou estruturando projetos na esteira de variados embates, levando a construção de identidades, e de memória.

Pelo exposto, fica claro o quanto a história das ciências, principalmente no seu caráter atual, é também uma história das linguagens e dos discursos. A linguagem textual é, além de outros, é um espaço que possibilita ao historiador interpretar as relações sociais e as ações humanas – ela necessariamente se refere ao social. As mudanças no modo de dizer remetem a mudanças nos modos de ver o mundo. As formações discursivas que emolduram uma dada realidade social são construídas, como atenta Koselleck (2008: 308), pelas “experiências vivas e as expectativas dos homens que atuam e sofrem”. A prática e a teorização científicas, nesse sentido, são lugares de atuação humana, de construção e confronto de sentidos para a realidade e para o próprio homem. A teorização é parte inerente às ações sociais, políticas e culturais; elas agem, mas para serem compreendidas na sua historicidade, devem ser conhecidas as questões que norteiam o debate intelectual e social, buscando as intenções de quem teoriza e intervém no mundo (SEBASTIÁN, s/d: 238).

Com efeito, é importante entender como cientistas, enquanto atores históricos, interpretavam a realidade a partir de seus argumentos de chaves conceituais, revelando crenças, forjando e implementando seus projetos. Seus discursos trazem elementos dos debates público-políticos mais amplos de um período: respondem a questões de seu tempo,

são atravessados por disputas de autoridade, com todas as suas devidas particularidades de atividade prática intelectual relativamente autonomizada, as quais devem ser evidenciadas pelo historiador. É parte da dinâmica científica o que Skinner chama, para os seus textos de política e filosofia moral, de “processos de legitimação”, bem como a solidificação de “recursos intelectuais herdados”. Assim como o historiador do discurso político, o historiador das ciências deve cotejar os textos, mapear e explicitar as polêmicas, as “performances” e os “lances”.

## BIBLIOGRAFIA

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción General. In ALTAMIRANO, Carlos. (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires, Katz Editores, 2008, pp. 9-27.

CASTRO, Fernando V. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012.

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GAVROGLU, Kostas. *O passado das ciências como História*. Porto: Porto Editora. 2007.

JASMIN, Marcelo G. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências particulares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, nº57 fevereiro, 2005, pp.27-38.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KROPF, Simone e LIMA, Nísa T. Os valores e a prática institucional da ciência: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, V(3): 565-81, nov. 1998 – fev.1999.

KUNH, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989.

PALTI, Elias. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. In *Revista de História Unisinos*. São Paulo, Vol. 11, nº 3, p.292-303, 2007.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Lingüístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, nº2, 2010, pp.299-335.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In RÉMOND, R. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

PESTRE, Dominique. Pour une histoire sociale et culturelle des sciences, nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. *Annales HSS*, mai-juin, nº3, p.487-522, 1995.

POCOCK, John. the History of Political Thought: A Methodological Enquiry. In LASLETT, P. and Runciman, W.G. (eds). *Philosophy, Politics and Society* (second series). Oxford, Blackwell, pp.183-202. 1962.

\_\_\_\_\_. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

SEBASTIÁN, Javier F. Historia intelectual y acción política: retórica, libertad y republicanismo. Una entrevista com Quentin Skinner. *Historia y Política*. Núm. 16, pp.237-258, s/d.

SKINNER, Quentin. Meaning and Undertanding in the History of Ideas. *History and Theory*, Vol.8, No.1, 1969, pp.3-53.

TUCK, R. História do Pensamento Político. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.

## O PASSADO EM VESTÍGIOS: OS SAMBAQUIS E AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O PASSADO NACIONAL.

Felipe Daniel do Lago Godoi\*

### 1. A consolidação do discurso histórico no século XIX.

“Pensar a história é uma das características do século XIX” (GUIMARÃES, 1988:5); assim, Manoel Luis Salgado Guimarães definiu o que seria alguma das características do pensamento intelectual oitocentista, período em que “o discurso histórico ganha foros de cientificidade” (ibdem) e detém para si a primazia do discurso sobre o passado. (TURIM, 2009).

Foram diversos os elementos que ao longo do tempo contribuíram para esta “cientificização” do discurso histórico, dentre eles a mudança no próprio conceito de história<sup>1</sup>. Esta mudança indicou não apenas a existência de um novo repertório conceitual, mas também uma nova experiência de tempo. Assim, segundo Koselleck, o passado enquanto “espaço de experiência” passou cada vez mais a se distanciar do futuro enquanto “horizonte de expectativas” (Koselleck, 2006). Com isso, tem-se uma diluição do *topos* da História como Mestra da Vida, e os acontecimentos pretéritos passam a perder seu caráter enquanto os únicos orientadores das ações no presente. Seria por meio deste estranhamento do presente com relação ao passado que se poderia pensar o tempo de maneira “temporalizada” tornando-o histórico, e possibilitando o surgimento do conceito moderno de história.

Contudo, segundo Rodrigo Turin, este processo de “cientificização” e “disciplinarização” não foi exclusivo da história enquanto campo de investigação voltado para o passado. Outras áreas do conhecimento como filologia e a Arqueologia também sofreram alterações se posicionando enquanto “ciências auxiliares” da História. Sobre a arqueologia, Turin afirma

---

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

<sup>1</sup> Analisando esta mudança conceitual na Alemanha, Reinhart Koselleck afirma que teria sido a partir da segunda metade do século XVIII que se gestaria o conceito moderno de História. Assim, ao menos na Alemanha, havia os termos *Historie*, que designava a narração dos acontecimentos, e *Geschichte* que designava os acontecimentos em si. Este último sobrepujou o primeiro e *Geschichte* passou então a designar tanto os acontecimentos quanto a sua narrativa. (Koselleck, 2006)

que, de acordo com Alain Schnapp, esta disciplina deixou de “estar vinculada a um estudo erudito voltado à Antiguidade clássica, para tornar-se um estudo científico sobre os restos materiais deixados por um passado longínquo da humanidade” (TURIN, 2009:13).

Estes foram alguns dos elementos que contribuíram para que se consolidasse o papel central da História enquanto formadora de um discurso sobre o passado, capaz de conferir historicidade a este e tornando-o inteligível aos homens do presente.

## 2. Os vestígios materiais: outros meios para investigação do passado.

Se as bases para a investigação historiográfica no século XIX eram os relatos escritos, como se poderia acessar o passado dos povos antigos que aparentemente não possuíam uma cultura escrita? Este era uma dos desafios colocados àqueles que se dedicavam à tarefa de escrever a história do Brasil nos oitocentos. Em solo de um país recém independente, pensar o passado nacional era também pensar nos tempos remotos e na possível historicidade dos seus primitivos habitantes. Dessa forma, procurava-se dotar de maior espessura histórica o passado da nação, fornecendo as bases para a construção de sua história tanto no tempo quanto no espaço.

Assim, questões como a origem dos povos americanos e sua historicidade eram frequentemente presentes nas discussões sobre o passado brasileiro e desafiavam os letrados daquele período, pois,

Sem marcas visíveis de historicidade, segundo os parâmetros da cultura histórica oitocentista, essa população parecia se encontrar em um eterno presente, impossibilitando que o investigador pudesse, através de métodos propriamente históricos (...) esclarecer seu passado. (TURIM, 2006:87)

No Brasil, os estudos sobre o passado remoto da nação valiam-se principalmente da utilização de relatos escritos por viajantes e cronistas durante o período colonial. Contudo, outras fontes ganhavam importância, como as línguas indígenas. Através dos relatos dos próprios indígenas, estas poderiam fornecer outra forma de contato com o passado nacional.

Havia ainda mais uma maneira de se acessar o passado remoto: os estudos dos fósseis e demais vestígios materiais encontrados no território brasileiro. No Brasil estes estudos se



deram principalmente a partir das investigações do dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), que entre 1835 e 1844 investigou as marcas deste passado nas cavernas da região de Lagoa Santa em Minas Gerais.<sup>2</sup>

Contudo, seria a partir da segunda metade do século XIX, que os estudos dos fósseis e dos vestígios encontrados no território nacional ganhariam força. No Brasil, estas investigações foram impulsionadas pela consolidação de campos do conhecimento relacionados às ciências naturais e a criação e o fortalecimento de instituições que tratavam dessas áreas.<sup>3</sup> Tais instituições, em suas especificidades, também produziram um discurso sobre o passado nacional.

Assim, saberes como a História, Etnografia e Arqueologia, aliado às investigações realizadas por homens voltados às ciências naturais, cruzaram homens de ciências e letras durante a segunda metade do século XIX, na busca por esclarecer este passado profundo e obscuro da nação, tornando-o inteligível ao presente.

Nestas investigações, os Sambaquis, depósitos de conchas e artefatos indígenas encontrados ao longo do litoral brasileiro, foram um dos alvos preferidos da análise daqueles homens interessados em perscrutar este tempo remoto.

A seguir apresentaremos algumas das análises sobre estes vestígios feitas por naturalistas que os investigaram na segunda metade do século XIX, e as observações feitas sobre o passado nacional a partir dessas investigações.

### 3. Os Sambaquis

De acordo com o naturalista Guilherme de Schüch de Capanema, a palavra sambaqui seria oriunda do vocabulário indígena,

---

<sup>2</sup> Para uma análise dos trabalhos de Lund ver: LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund: O Auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. (Tese). São Paulo: FFLCH – USP, 2007.

<sup>3</sup> Dentre estas cito a reformulação pela qual passou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, e a criação de outras instituições congêneres, como o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Sambaqui, significa litteralmente *montão de conchas*; de *Tamba* concha, e *ky* collinas conicas como peitos de mulher. Nos substantivos guaranis a mudança do *t* em *h* aspirado ou em *gu* forma a passagem do valor absoluto ao relativo e recíproco; como os portuguezes na sua língua não têm aspiração davam-na por *ç* pou *s*. Além disso em palavras compostas, o genitivo occupa o primeiro lugar, dahi resulta *hambaky*, collina de conchas. Póde tambem ser estropiamento de *hamba-kyab*, refugio ou varredura de concha (CAPANEMA: 1876:82)<sup>4</sup>

Outra tradução foi dada por João Mendes de Almeida na qual a palavra sambaqui seria na língua dos indígenas “itã-mb-ati” o que significaria “montão de cascas de ostras” (ALMEIDA, *apud* LÖFGREN, 1893:54)

De qualquer forma, vemos que os sambaquis podem ser entendidos como depósitos de conchas e cascas de ostras que, misturados a ossos e artefatos indígenas, foram alvo da curiosidade de diversos pesquisadores interessados em compreender o passado da nação. Os sambaquis indicavam a presença material de uma antiguidade ainda “obscura” aos olhos dos homens do século XIX. Para Carlos Wiener, naturalista viajante do Museu Nacional, para compreender a humanidade é preciso “conhecê-la desde as suas primeiras manifestações, sem o que nunca se poderá bem compreendê-la” (WIENER, 1876:20), dessa forma, “o humilde sambaqui tem para a sciencia universal a mesma importancia que a magestosa pyramide do Egypto ou do Mexico (...) o craneo de um cacique é tão interessante como o de um Pharaó” (Ibdem).

Assim, o estudo dos sambaquis, sua origem, antiguidade e os costumes dos povos que os construíram era uma forma de responder as questões postas e auxiliar na compreensão do passado da nação.

### 3.1. A Origem dos Sambaquis.

As opiniões acerca da origem dos sambaquis podem ser separadas em dois grupos: as que atribuem a estes uma origem natural, formados pela ação da natureza; e aqueles que consideram possuir os sambaquis uma origem artificial formada pela ação dos homens, seja esta intencional ou não. Vale lembrar que estas hipóteses não são necessariamente mutuamente excludentes, sendo em alguns casos ambas partilhadas pelo mesmo autor.

---

<sup>4</sup> As citações de documentos seguirão a grafia conforme consta nos originais.

Para os naturalistas Carlos Wiener e Karl Rath haviam sambaquis formados pela ação de fenômenos da natureza. Segundo Wiener, a força das marés e a retração das águas do oceano seriam os fenômenos responsáveis pela formação dos sambaquis; opinião semelhante possui Rath, que considera serem os sambaquis formados “pela força d’agua. As camadas das conchas são horizontaes e acompanham o declive do terreno. As conchas formam uma mistura de ciscos, arêas e terra; são depósitos diluviaes em camadas regulares.” (RATH, 1871:288).

Porém, estes autores também consideravam a existência de sambaquis construídos pela mão do homem. Esses poderiam ser divididos em dois grupos, de acordo Wiener: “productos da indolencia humana que não removia para longe o resto das refeições; é a estes que denominamos: sambaquis de origem simultaneamente artificial e fortouita” (WIENER, op. cit.:15); ou como “obra da paciencia do homem, que, durante largo espaço de tempo, tinha em vista um fim definido, isto é, sambaquis artificiaes, verdadeiros monumentos arqueológicos”. (ibdem)

Contudo, ainda que construídos artificialmente, os investigadores dos sambaquis afirmavam que estes sofriam influências dos movimentos da natureza. Nas palavras de Capanema: “A existencia, pois de *sambaquis* em lugares, onde se dão condições contrarias ás que presidiam a sua construcção, revela o alteamento do littoral.” (CAPANEMA 1876: 87). Essa mesma opinião possui Carl Von Koseritz, em que a distancia verificada entre os sambaquis e a praia “prova quanto tem crescido a terra n’quelas regiões” (KOSERITZ, 1884:180).

Porém, o botânico Alberto Löfgren é mais cauteloso a respeito desse fenômeno, postulando que “o que positivamente se conhece deste phenomeno é que sua acção não é igual em toda a parte da costa e que, portanto, não basta isto para explicar cabal e satisfctoriamente a posição actual e relativa de grande numero de sambaquis” (LÖFGREN,op. cit.:70). Outra explicação seria a ocorrência em alguma época da retração das águas do mar.

### 3.2. A Antiguidade dos Sambaquis

As hipóteses sobre a origem dos sambaquis suscitavam outras inferências como a antiguidade destes elementos. As opiniões a este respeito são divergentes, algumas propondo uma origem recente aos sambaquis e outras informando um passado profundo, ligado à cronologia bíblica.

Carlos Wiener afirmaria que os sambaquis possuem entre dois ou três séculos de antiguidade (WIENER, op.cit.).

Para os naturalistas Carl Von Koseritz e Karl Rath, os sambaquis remontam a uma época anterior ao Dilúvio Universal. Segundo Koseritz, a existência de fósseis de espécies extintas nos sambaquis “demonstra, que pertencem á época ante-diluvial” (KOSERITZ, op.cit.:180); para Rath “(...) com estas provas póde-se garantir sem medo de errar, que o gênero humano existia por todo o mundo e mórmente no Brasil, onde numeroso povo habitou antes do grande diluvio chamado na geologia a *Myocene ou geral inundação*” (RATH, op. cit.:291)

Já Alberto Löfgren contestando estas opiniões estende mais ainda a possibilidade de antiguidade dos sambaquis. Segundo o autor, os sambaquis já existiam quando os portugueses chegaram ao Brasil e se apresentavam da mesma forma, cobertos por vegetação. Considerando o tempo necessário para que o sambaqui atingisse tal estado e somando a diferença temporal entre o presente de Löfgren e os anos do descobrimento do Brasil, o autor postula que “a antiguidade dos sambaquis paulistas não póde, portanto, ser muito inferior talvez a um millennio; e nada absolutamente favorável a opinião de serem elle mais modernos” (LÖFGREN, op. cit.:83).

### 3.3. Os Usos e Costumes dos Construtores dos Sambaquis

Da análise dos sambaquis os naturalistas partiam para inferências sobre os costumes de seus construtores. Com base na forma como eram construídos e nos objetos encontrados junto às conchas e ostras, era possível aos investigadores aferir qual o grau de desenvolvimento e civilização dos homens dos sambaquis segundo os padrões da época.

Apesar de haver certo consenso entre aqueles que postulavam a origem artificial dos sambaquis quanto a esses serem um amontoado de ostras e conchas, a forma como se dava

este acúmulo de materiais levava a posições divergentes. Como já afirmado, para Guilherme de Capanema os sambaquis eram frutos da varredura de restos de alimentos que se amontoavam. Posição essa similar às de Alberto Löfgren e Carlos Wiener. Para ambos os sambaquis eram lixo deixado pelos indígenas que acumulavam esses detritos nos locais onde residiam. Com isto, os autores postulavam que estes homens viveriam em certo estado de barbárie. A este respeito, Carlos Wiener comenta que a presença de grande quantidade de fragmentos de ossos humanos em meios aos restos de alimentos indica que “a carne humana era provavelmente mais apreciada do que qualquer outro alimento” (WIENER, op. cit.: 17), uma vez que havia mais ossos do que qualquer outro tipo de material.

Outra conclusão que os estudiosos dos sambaquis chegavam era quanto à sua utilização enquanto locais onde os indígenas enterravam seus mortos. Essa era a opinião de Rath, Wiener e Löfgren. Para Wiener, este costume era também um sinal de barbárie, pois indicava que os indígenas enterravam seus mortos junto aos restos e lixos, o que atestaria a ausência de leis sociais uma vez que, para este autor a existência de cemitérios com túmulos “é índice do grande passo dado pelo bípede carnívoro (antropófago) para tornar-se homem” (Ibdem).

Alberto Löfgren, após investigar os sambaquis no litoral paulista, também viria afirmar que,

A posição destes ossos humanos é tal que induz a crer que nenhuma ordem ou disposição ou cerimônia precedia á inumação; ao contrario acham-se elles na maior confusão possível: assim é que em um caso encontrou-se um craneo no qual estavam mettidos um femur e as phalanges de uma mão, sem todavia, se encontrar vestigio algum dos demais ossos do esqueleto. E’ isso importante para encontrar a objeção de que os indios enterrassem os seus mortos em posição acocorada, pela qual fosse possível que uma mão e um femur podessem estar ao pé, ou ao mesmo dentro do craneo. (LÖFGREN, op. cit.: 26)

Opinião diferente quanto ao mesmo fenômeno é a de Domingos Soares Ferreira Penna. Segundo este autor, como fora testemunhado por “pessoas de conceito” foram encontrados entre os sambaquis esqueletos humanos inteiros, sendo que um desses estaria encerrado em uma urna. Para Penna, este seria o indício da prática de rituais fúnebres entre os indígenas, e ainda que estes rituais se dessem em meio a outros detritos, esta seria “uma demonstração de veneração e amizade ao falecido de quem os parentes não se queriam separar.” (PENNA, 1876:96). Com isso, podemos observar que, se aos olhos de Wiener o enterro dos mortos junto aos restos de alimentos seria um atestado de selvageria e barbárie, Ferreira Penna

entende esta prática como uma demonstração de sentimentos e desenvolvimento nos indígenas, ainda que primitivo.

Porém nem todos acordavam quanto ao fato dos sambaquis terem sido utilizados como cemitérios. A este respeito, a opinião de Capanema, que também fala dos sambaquis de Santos, é bastante incisiva:

Há quem sustente que as ostreiras eram aproveitadas para enterrar os mortos; não é isso muito verossímil, porque então seriam mais frequentes as ossadas; parece antes que também esses ossos, de algum velho, ou doente que fosse abandonado, constituíam lixo como o mais e eram atirado sobre o monte. (...) Reduzimos assim á sua singela expressão natural o *sambaqui*, que teve de servir para tanta produção fantástica, ora sendo diques, ora trincheiras, outras vezes mausoléus, e até construções para o culto. (CAPANEMA, op. cit.: 85-86)

De qualquer forma, os construtores dos sambaquis deixaram sinais de seus costumes junto desses vestígios. A partir destas marcas os naturalistas poderiam inferir como se comportavam estes homens do passado.

\*\*\*

### **Considerações Finais**

A consolidação do discurso histórico no século XIX tornou-o detentor do monopólio sobre a narração acerca dos fatos do passado. Contudo, a presença do elemento indígena e de vestígios materiais no território brasileiro informavam a existência de um outro tempo, um passado mais profundo que também deveria ser investigado. Como aponta Helena Mollo,

os materiais da natureza brasileira, os minerais, as rochas, os vegetais informam um mundo novo aos homens de ciência, e também novas experiências do tempo, visto que o passado torna-se cada vez mais profundo, indicando outras marcas para sua classificação (MOLLO, 2008:170).

Assim, para perscrutar este passado profundo, os investigadores se valiam não somente de métodos propriamente históricos, mas também de recursos advindos de outros campos de conhecimento.

Além disto, a experiência histórica moderna também teve como outra característica, uma experiência de aceleração e secularização do tempo, e uma concepção linear da história

baseada na ideia de progresso. Desta forma, os países poderiam se colocar em perspectiva, um com relação ao outro, e aferir o grau de desenvolvimento atingido por cada um.

Através da investigação histórica, dos estudos filológicos, arqueológicos e também com o auxílio das ciências naturais era possível aos homens de ciências e letras do século XIX acessar este tempo remoto, buscando estabelecer um fio condutor do seu desenvolvimento, e assim, traçar no presente as ações necessárias para que o país atingisse o progresso e a civilização, conforme esta era entendida pela elite política e intelectual no século XIX.

## REFERÊNCIAS

CAPANEMA, Guilherme Schüch de. “Os Sambaquis”. In *Ensaio de Sciencia: por diversos amadores*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1876.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricas*, n. 1, Rio de Janeiro. 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc. Rio, 2006.

KOSERITZ, Carl Von: “Os Sambaquis da Conceição do Arroio”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Laemmert, v.47, p.179-182, 1884.

LÖFGREN, Alberto. “Os Sambaquis de São Paulo”. *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*. São Paulo: Vanorden & Comp., 1893, p. 31-42.

LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund: O Auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. (Tese). São Paulo: FFLCH – USP, 2007.

MOLLO, Helena Miranda. “A ciência e o passado: construções da modernidade nos oitocentos”. In: ARAUJO, Valdei L. [et. al.] (org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. “Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa industrial, v.1, p.85-101, 1876.

RATH, Karl. “Notícia etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do Dilúvio Universal.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Garnier, v. 34, p.287-292, 1871.

TURIM, Rodrigo. “A ‘obscura história’ indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)” In: GUIMARÃES, M. L. S. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. (Tese). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

WIENER, Carlos. “Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa industrial, v.1, p.1-21, 1876.



## A “VULGARIZAÇÃO DA CIÊNCIA” EM *O DOUTOR BENIGNUS*: O ROMANCE E SUAS ESPECIFICIDADES ENQUANTO GÊNERO LITERÁRIO

Lucas de Melo Andrade\*

### Introdução

*O Doutor Benignus*, obra literária de Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), foi publicada em folhetim pelo periódico *Globo* em 1875, fato que não a impediu de ganhar, ainda no mesmo ano, uma versão em livro composta por dois volumes.<sup>1</sup> Tal ficção – ao narrar uma viagem científica que objetivava encontrar vestígios no interior brasileiro atestadores de uma suposta existência de vida no sol – se autocolocava na função de “vulgarizar os resultados da ciência” sob a moderna justificativa de que semelhante empreendimento era importante para o “progresso” do Brasil. As inquietações centrais que permeiam a nossa problemática de pesquisa convergem, justamente, na compreensão dos elementos inerentes à modernidade que possibilitam a uma obra de literatura este tipo particular de registro: um texto ficcional que, situado no gênero romanesco, se diz capaz de veicular a um público leigo um código específico de experiência. O objetivo da comunicação que aqui apresentamos, portanto, centra-se na tentativa de encontrar nos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin subsídios que nos levem ao menos a uma elucidação parcial dos desdobramentos estreitamente relacionados ao lugar que o romance, enquanto gênero literário historicamente condicionado ocupa no mundo moderno. Convém sublinharmos que para um entendimento da modernidade e das implicações que a mesma engendrou nas práticas de leitura e escrita, manejaremos, em especial, o pensamento de Reinhart Koselleck e Roger Chartier.

### O romance sob a marca do tempo presente: uma leitura bakhtiniana

Para Mikhail Bakhtin (2006), os “gêneros” são tipos de enunciados temáticos, estilísticos e composicionais que estabilizam suas normas em situações de comunicação social específicas. Por serem, portanto, expressões particulares da linguagem que se desenham na

---

\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O presente texto é desdobramento da nossa pesquisa de mestrado fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: [lucas\\_melo\\_andrade@hotmail.com](mailto:lucas_melo_andrade@hotmail.com)

<sup>1</sup> Ambas as publicações estão disponíveis na Biblioteca Nacional. Até o presente momento utilizamos a edição de 1994 publicada pela Editora UFRJ.

sociedade, Bakhtin permite-se de outro modo dizer que os gêneros são constituídos historicamente ao passo que diferentes formas de interação verbal da vida social vão se consolidando. O romance, como um dentre os gêneros presentes na interação social permeada pela linguagem, apresenta especificidades, e são nelas, ainda sob perspectiva bakhtiniana, que procuramos nos deter ao longo do texto que se segue.

Segundo Bakhtin (1998), o romance, embora possua elementos que o reportem a gêneros populares antigos de escopo cômico, nasce e alimenta-se, efetivamente, com a modernidade, tornado-se a melhor expressão das “tendências evolutivas do novo mundo”. Diferentemente dos outros gêneros – que se apresentam estruturalmente formados, com uma “ossatura dura e calcificada” historicamente –, o gênero romanesco é o único ainda inacabado dentre eles, ainda sujeito a transformações que lhe não possibilitam calcificar-se feito os outros (BAKHTIN, 1998: 397). Sem referentes fixos de estabilização, o romance é permeado por uma postura literária desagregadora, sempre direcionada à luta pela supremacia em relação aos outros gêneros presentes. Quando consegue ser o enunciado dominante, ele, no lugar de possibilitar uma integração harmônica que respeite os limites estruturais dos outros discursos, “[...] parodia os outros gêneros (justamente como gêneros), revela o convencionalismo de suas formas e linguagens, elimina alguns gêneros, reinterpretando-os e dando-lhes outro tom” (BAKHTIN, 1998: 399). Assim, pode-se dizer que o romance, além de ser “crítico” da literatura como um todo, insere-se nela autocriticamente já que sempre se volta à necessidade de repensar o lugar dele dentro de uma polifonia de gêneros da qual ele mesmo é a expressão moderna resultante (BAKHTIN, 1998: 400).

Se o presente fundamentalmente inacabado é o referente máximo do romance, Bakhtin propõe pensar tal gênero no contraponto com a já ossificada epopeia. A epopeia, diz o russo, possui como objeto de representação um “passado absoluto”. Esse passado se adjectiva e se substancia como sendo o “[...] passado heroico nacional, [...] o mundo das 'origens' e dos 'fastígios' da história nacional, o mundo dos pais e ancestrais, o mundo dos 'primeiros' e dos 'melhores', [o mundo da lenda nacional]” (BAKHTIN, 1998: 405). O autor epopeico (o aedo) fala aos seus ouvintes, portanto, sempre na posição de alguém que tem como conteúdo de discurso um passado inacessível, que por ser perfeito, distancia-se do presente então inferiorizado. Desse modo, aedo e público, de um lado, e os personagens da epopeia, de outro, situam-se em níveis e tempos completamente diferenciados.

Quando retomadas as características dos gêneros populares antigos – que pertencentes

à atmosfera literária da “rica criação cômica popular”, podem ser considerados “raízes folclóricas do romance” (BAKHTIN, 1998: 412) – , o contraponto de análise proposto por Bakhtin pode ser viabilizado. O gênero literário “cômico popular<sup>2</sup>” realiza, em relação à epopeia, uma ruptura fundamental: volta-se para a representação da atualidade das pessoas inseridas no discurso (autor e público), bem como para a

[...] parodização e a travestização de todos os gêneros elevados e das grandes figuras da mitologia nacional. O “passado absoluto” dos deuses, dos semideuses e dos heróis – nas paródias e nos travestimentos – “atualiza-se”: rebaixa-se, é representado em nível de atualidade, no ambiente dos costumes da época, na linguagem vulgar daquele tempo (BAKHTIN, 1998: 412).

Encontra-se no cômico popular antigo, desse modo, a passagem da linguagem epopeica para a romanesca. No romance, diferentemente da epopeia, o objeto e as pessoas do discurso estão em um mesmo plano temporal (o presente) e axiológico. Mesmo quando o mito e o passado aparecem como objeto do discurso romanesco, o presente é quem “[...] fornece o ponto de partida para a compreensão, a avaliação e a formulação” (BAKHTIN: 1998: 413). Se o objeto do romance é/está na atualidade, tal gênero partilha da “experiência humana” que ainda vive, e que a ele pode interpelar mudanças, releituras, dúvidas e diferentes pontos de vista. Na epopeia, como se viu, essa postura não é possível, pois o objeto não pode ser tocado, nem manejado pela “atividade humana”, uma vez que ele se constitui como um passado distante, absoluto, autossuficiente, isolado e superior (BAKHTIN, 1998: 409). No romance, a autoridade da narrativa, por recair na ideia de um presente sempre inconcluso manifestado através de um devir que se estende, engendra outro elemento importante de análise: a concepção de autoria. Como o autor faz parte dessa atualidade que se coloca como referente suprema do romance, é legítimo que a autoria apareça em todo o escopo representativo que a obra engendra; o autor, nesse sentido, “[...] pode representar [no romance] os momentos reais de sua vida ou fazer uma alusão, pode se intrometer na conversa das personagens, pode polemizar abertamente com seus inimigos literários” (BAKHTIN, 1998: 417). Tem-se no gênero romanesco, portanto, a autorização para que o autor e suas personagens, ao estabelecerem relações dialógicas e híbridas entre si, coabitem em um único plano de

---

2 Do “riso popular”, surgiu, no solo literário clássico, aquilo que os antigos denominavam como o “[...] domínio do 'sério cômico'. A esta literatura pertencem os mimos de pequeno enredo de Sofrônio, toda a poesia bucólica, a fábula, a primeira literatura de memórias ([...] de Íon de Quios, [e] a [...] de Crítias) e os panfletos. A ela pertencem também os antigos 'diálogos socráticos' (enquanto gênero) e, ainda mais, a sátira romana (Lucílio, Horácio, Pérsio, Juvenal), a vasta literatura dos *Simpósios* e, finalmente, a sátira menipeia (como gênero) e os diálogos à maneira de Luciano” (BAKHTIN, 1998: 412).

representação discursiva.

### **Sobre a modernidade e suas novas experiências de leitura**

Se o romance é um tipo de enunciação especificamente delineado por uma interação verbal estabelecida pela modernidade, entendemos que é necessário esclarecer quais os desdobramentos que o mundo moderno traz à experiência; ao falarmos de um gênero literário marcado pela medida de um presente – presente este que se coloca como principal referência para um autor, uma obra e um público – torna-se indispensável definirmos os elementos históricos que compõem esse movimento.

Segundo Reinhart Koselleck (2006), a história é condicionada pela articulação intrincada que os grupos humanos, em um tempo presente, fazem entre o passado, entendido como “espaço de experiência”, e o futuro, então “horizonte de expectativa”. Assim, essas duas categorias koselleckianas “[...] indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada” (KOSELLECK, 2006: 308).

Baseando-se nessas categorias, R. Koselleck formula um dos principais aspectos de sua tese, para a qual (1) a revolução copernicana, (2) o lento desenvolvimento da técnica, (3) o “descobrimento” do globo terrestre e de suas populações vivendo supostamente em diferentes fases de desenvolvimento e (4) a dissolução do mundo feudal pela indústria e o capital são elementos que contribuem para a estruturação do que se denomina “modernidade”, “[...] o tempo novo [...] em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”(KOSELLECK, 2006: 314).

A partir desse pensador, podemos dizer que o conceito de “progresso”, criado apenas no final do século XVIII, radicaliza esse distanciamento fundante da modernidade ao romper com a perspectiva da doutrina cristã; nesse rompimento, a história passa a ser concebida como um processo único de contínuo e crescente aperfeiçoamento planejado e posto em prática pelos homens, e não, como colocaria a doutrina cristã, fadada a uma expectativa de futuro fechado e atrelado à inexorabilidade apocalíptica do fim do mundo. A modernidade traz, portanto, a possibilidade de o homem atingir a perfeição a partir da ação dele no mundo terreno, diferentemente do que se verificava na concepção cristã, que restringia certa possibilidade de perfeição ao plano espiritual; por ser entendida como um processo único – o “singular coletivo”, diz o pensador –, a nova (ou moderna) concepção de história abre espaço

aos diferentes grupos, classes sociais e países situarem-se uns em relação aos outros na linha do progresso, uma vez que passa a ser objetivo primeiro conquistar ou se manter no lugar destinado aos reconhecidamente colocados (civilizados) na linha ascendente da evolução. A ciência e a técnica, viabilizando a transformação do mundo terreno pelo homem, colocam-se, portanto, como instrumentos orgânicos desse progresso palpavelmente realizável. Em suma,

[...] a partir do final do século XVIII, o progresso técnico-industrial afetou todos ao mesmo tempo, se bem que de diferentes maneiras. Passou a ser uma tese universal da experiência das invenções científicas e de sua aplicação industrial que elas permitem esperar novos progressos, que não podem ser previstos de antemão. O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um novo mundo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa (KOSELLECK, 2006: 321).

Realizadas essas considerações, apostamos na compreensão de *O Doutor Benignus* a partir dos imperativos de modernidade estudados por Koselleck. Nesse sentido, podemos inferir que a viagem de Zaluar pretende ser veículo de ciência, ao passo que procura vulgarizar essa forma específica de atribuir sentido ao mundo se autocolocando como sua legítima difusora.<sup>3</sup> Mas essa pretensa vulgarização só se torna possível porque se insere, de forma coextensiva, em outro aspecto, qual seja: as transformações trazidas ao século XIX pela “revolução da leitura” ocorrida no século XVIII (CHARTIER, 2009). Segundo Roger Chartier (2009), essa “revolução” fez com que o ato de ler ganhasse dimensões universalizadoras, resultantes do aumento do número do público leitor e das diferentes práticas de leitura advindos, principalmente, do forte crescimento da atuação da imprensa; nesse novo quadro, a leitura deixa de ser “intensiva” – então marcada pela presença de um *corpus* de textos limitado e fechado que deveria ser sempre lido, relido e memorizado – e passa a ser “extensiva” – onde o leitor tem acesso a uma maior quantidade e variedade de textos, que, por sua vez, tornam-se mais efêmeros (CHARTIER, 2009: 95-96).

É no XIX que ocorre, dentro dessas novas premissas de leitura fomentadas pelo XVIII, a expansão do periodismo (SALES, 2007), lugar que abre espaço à publicação de vários

---

<sup>3</sup> De acordo com Moema Vergara (2008: 137), “no século XIX, o termo 'vulgarização científica' designava especificamente a ação de falar de ciência para os leigos”. Assim, vulgarizar reportava-se a um discurso/código específico que, para ser apreendido por um “público” não especializado, precisava passar por um processo de reestruturação semântica, aspecto que abria espaço para a experiência do novo em uma linguagem que se transformava em outra (“linguagem comum”) quando “traduzida” (VERGARA, 2008: 143).

romances, dentre eles o próprio *O Doutor Benignus*<sup>4</sup>. Na amplitude de leitura em que a imprensa periódica se insere nos deparamos, assim, com outro elemento fundamental responsável por imprimir a *O Doutor Benignus* mais uma marca do mundo moderno: além de “portar” ciência, as aventuras dessa viagem científica ficcional veiculam-se através da técnica, já que é a imprensa a grande viabilizadora da publicação mais expandida de periódicos. Mobilizando ciência e se propagando pela técnica a serviço do progresso, *O Doutor Benignus* pode ser entendido, assim, como uma expressão clara do mundo moderno.

### Conclusão

Diz Zaluar, em texto de apresentação d'*O Doutor Benignus* ao público leitor do jornal *Globo*:

O espírito humano, enriquecido com a grande soma de conhecimentos com que as ciências têm opulentado o seu patrimônio intelectual, não pode contentar-se unicamente com as leituras frívolas ou livros de exageradas e às vezes perigosas seduções.

Compreendem-no assim as sociedades mais adiantadas.

Na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos são raras as obras de pura imaginação e essas mesmas passam pela maior parte despercebidas.

Assim deve ser. Para que os trabalhos de um escritor tenham significação aceitável, é preciso primeiro que tudo que eles sejam o transunto das ideias de seu tempo (ZALUAR, 1994: 28).

Nesse excerto, as particularidades do romance como gênero se evidenciam: a atualidade em que se inserem Zaluar (autor) e seu público é o ponto de partida da narrativa, ou seja, a experiência de tempo partilhada pelo autor e seus leitores consiste na razão de ser de um romance que se coloca crítica e autocriticamente frente a outras “leituras” tomadas como “frívolas”; a intenção do autor Zaluar insere-se, desse modo, no mesmo plano discursivo/representativo da obra *O Doutor Benignus*, que, por sua vez, procura se afirmar como sendo “o transunto das ideias de seu tempo”. Ideias estas, destacamos, consubstanciadas pela “soma de conhecimento” científico que deve ser veiculada dentro de um país (Brasil) que quer inserir-se, como as “sociedades mais adiantadas”, na linearidade ascendente do mundo moderno (progresso). A partir dessa perspectiva, a hipótese central de nossa pesquisa é

---

4 Os romances-folhetins dividiam o espaço dos “pés de página” de cada periódico com charadas, piadas e receitas de cozinha. Tinham seus capítulos dispostos diariamente, sob a fórmula do “continua amanhã”. Muitos autores “menores”, no século XIX, viam nos romances-folhetins um modo de obter notoriedade literária (SALES, 2007).

viabilizada, levando-nos a seguinte conclusão.

Sugerimos que o romance, por se tratar de um gênero que procura incorporar outros gêneros, possibilita que o discurso científico a ele também se integre; se *O Doutor Benignus* promove um hibridismo de representações enquanto romance, ele também se autoafirma como discurso válido, uma vez que se porta como um *locus* privilegiado a partir do qual as possibilidades de representação estão abertas. E ainda: o caráter folhetinesco de sua publicação lança esse romance em um escopo de alcance social mais amplo, uma vez que os folhetins possuíam maiores recursos de grande circulação no século XIX.

### Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 397-428.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHARTIER, R. Uma revolução da leitura no século XVIII? In: NEVES, L. M. B. P. (Org.). **Livros e impressos**. Retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

SALES, G. M. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. **Entrelaces**, vol.1, n.1, p.44-56, 2007.

VERGARA, M. de R. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, 2008. Disponível em: <[http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas\\_anteriores/2008/2/artigos\\_2.pdf](http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2008/2/artigos_2.pdf)>. Acessado em: 09/08/2011.

ZALUAR, A. E. **O Doutor Benignus**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 376p.

### *Narrativa, Memória e Tradição na Escrita da Farroupilha*

Nayara Emerick Lamb\*

Declarado em 25 de setembro de 1835, a partir do *Manifesto* do General da Fronteira de Jaguarão, Bento Gonçalves da Silva, no qual afirmava ser a revolta, brasileira e sem fins separatistas, o movimento político-militar Farroupilha (1835-1845) só teria fim em 25 de fevereiro de 1845, a partir dos esforços pacificadores do então, barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva, caracterizando-se como o mais longo conflito militar ocorrido em solo nacional.

Nos seus quase dez anos de conflito, a “*revolta beligerante*”, como foi nomeada a Farroupilha pelo presidente deposto Antônio Rodrigues Fernandes Braga, teve seus desígnios e ideais convertidos. De uma revolta personalista, empreendida contra as forças e pessoas estabelecidas no poder da província por indicação da Corte, a Farroupilha passou-se a um movimento de caráter republicano e separatista/federalista, o que o distingue dos demais movimentos contestatórios ocorridos em solo nacional.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel da historiografia na construção de um espaço valoroso na cultura histórica regional riograndense para a experiência histórica da Farroupilha. Buscando estabelecer o papel desta historiografia na construção de um determinado *projeto-tradição de “culto da liberdade”* que acreditamos compor esta mesma cultura histórica, nos debruçaremos sobre a narrativa escrita por Fernando Luis Osorio sobre seu pai, o marquês do Herval, Manoel Luis Osorio, publicada em 1894 na biografia *História do General Osório* (OSORIO, 1894), – mais precisamente, na reedição dos capítulos que correspondem à narrativa do movimento Farroupilha, publicada em 1935 sob o título *Guerra Civil dos Farrapos*.

Lançada pela Editora O Globo de Porto Alegre dentro da “Coleção Globo” criada em 1933 pelos editores Henrique Bertaso e Érico Veríssimo, que era dedicada à publicação de autores estrangeiros e nacionais em formato de bolso (TORRESINI, 1999), a obra *Guerra Civil dos Farrapos* foi publicada marcadamente para as

---

\* Mestre em História Política pelo do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ (PPGH) em 2012. Orientanda da prof.<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Marcia de Almeida Gonçalves.



---

comemorações dos festejos do centenário Farroupilha em 1935. Reedição de 7 dos 28 capítulos escritos por Fernando Luis Osorio no primeiro volume de sua biografia, *História do General Osório*, a obra publicava especificadamente a narrativa da vida do General Osorio nos quase 10 anos do movimento Farroupilha, nos indicando, pela associação ao centenário, a referencia de um valor para a narrativa no processo de construção da história do movimento.

Pensar esta narrativa biográfica enquanto representação do passado é pensá-la como *re-memoração* deste mesmo passado, e, nesse sentido, capaz de propagar ideias e consubstanciar visões desse passado no presente para o futuro. Compreendemos que entender o valor e o lugar desta obra na historiografia sobre o tema não é somente pensar sua contribuição no debate histórico, mas também compreender o valor da narrativa ali contida na construção da memória do evento que viria a ser objeto da cultura histórica daquela sociedade. Fernando Catroga argumenta que a função da narrativa é manter viva a memória de um passado que serve ao presente como uma herança de um tempo já findo, e que dessa forma constrói a identidade.

Ao analisar a narrativa presente na obra podemos observar que Fernando Luis busca caracterizar seu pai junto à história nacional usando-o como eixo principal da história que pretende escrever. Da mesma forma, a trajetória de vida que constrói para seu pai configura-se como representação não só do indivíduo personificado, mas também do tempo histórico no qual estava inserido, permitindo que a *re-presentação* do passado possibilite lembrar o tempo da ação, inserindo-a no contexto do presente e servindo à coletividade. Ou seja, nesta narrativa “poderíamos dizer que o passado se faz presente” (SARLO, 2007: 10), nos possibilitando visualizar esse passado da forma como era concebido nos primeiros anos da República Brasileira.

É preciso, portanto, repensar o uso desta biografia como narrativa histórica na medida em que nela está representado mais que o personagem Manoel Luis Osorio, está representado também o passado por ele vivido. Servindo assim ao presente por ser a *re-presentificação* do contexto histórico vivido pelo personagem *re-presentado* no passado. No caso específico da Farroupilha e do Rio Grande do Sul, a *re-presentificação* do passado e suas *co-memorações* interferem e conformam as possibilidades de significar essa experiência de forma a sensibilizar as opiniões coletivas. Sua consequência mais imediata é justamente a influência que veio a exercer

sobre aquela população, principalmente no modo de pensar em relação a si e ao restante do país (CATROGA, 2001: 24-31).

Dessa forma, acreditamos que pensar o papel desta narrativa na construção de uma memória que confere àquela experiência histórica um *status* de experiência valorosa leva-nos a pensar esta memória como uma representação do conflito estruturada nas narrativas históricas produzidas acerca do mesmo e difundidas na população local, de forma a fixar um imaginário simbólico e construir uma *tradição* que teria como chave uma cultura histórica baseada no que Joseph Love nomeou de “*culto da liberdade*” (LOVE, 1979). Uma cultura histórica que toma por base a figura do *riograndense* como o bastião de defesa da liberdade. Uma liberdade vaga e ampla, que poderia ser aplicada a situações políticas, militares, econômicas e/ou sociais.

Jeanne Marie Gagnebin nos alerta para a “[...] possibilidade de uma tradição compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra” (GAGNEBIN, 2006: 50). Para Maria Eunice Maciel, no caso específico do Rio Grande do Sul, essa tradição se apresenta sob a forma do *tradicionalismo* a que define como “[...] um movimento forte, construído num processo que envolve construções (ou reafirmações) de identidades locais e regionais, bem como suas relações com a nação e a formação da nacionalidade” (MACIEL, 2004: 237). O *tradicionalismo* é um movimento que procura recriar a vida do passado para que ela não se perca no presente, reconstruindo um determinado tempo-espaço valoroso em que a identidade local do *Gaúcho* (ou *riograndense*) pode ser construída a partir dessa tradição honrosa de defesa da liberdade idealizada no imaginário, em parte, pelas narrativas historiográficas. Para a autora “Como o passado é legitimador, são as tradições as evocadas para estabelecer um elo entre os homens do passado e os do presente.” (Ibid.: 246), nos permitindo pensar sobre o papel que a História assume, enquanto figuração do passado, nessa tradição. Levando-nos a acreditar que, como aponta Fernando Catroga, “[...] a historiografia também funciona como fonte produtora (legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação” (CATROGA, 2001: 50).

Para Sandra Jatahy Pesavento as narrativas históricas permitem o estabelecimento de relações entre tradição e passado ao construírem as galerias de heróis que socializam didaticamente o tipo regional. Nas palavras da autora:

[as narrativas] Dão veracidade à designação celebrada pela adjetivação – monarcas, centauros, libertários – e pelo oferecimento de uma galeria de heróis e sequencia de fatos exemplares. Mas, mais do que isso, socializam a imagem pela organização didática e exemplar da narrativa histórica. Realizam a extensão do tipo regional a todos os rio-grandenses, independentemente do tempo, etnia e posição social (PESAVENTO, 2004: 226).

A autora argumenta que para a população do Rio Grande do Sul essa tradição de luta pela liberdade permite o processo de construção de significados e sentimentos sobre si mesmo e sobre o resto da nação. Pesavento aponta que o sentimento “ufanista” local se divide e multiplica simultaneamente junto ao desenvolvimento de sua cultura histórica, que funda no passado uma memória identitária de defesa da pátria e da escolha fundamental quanto ao *pertencimento*:

O meio natural, de campo aberto e de fronteira, garante o destino manifesto para defesa da pátria e da liberdade.

Nesse ponto, o sentimento ufanista se hipertrofia, pois ser gaúcho é ser brasileiro por deliberada vontade. [...] a avaliação identitária postula que ninguém é mais brasileiro que os rio-grandenses. Não só defenderam a pátria de todos os ataques estrangeiros, como até desistiram de unir-se aos castelhanos do Prata, para permanecerem ligados ao Brasil, na celebrada Paz de Ponche Verde, em 1845. Ou seja, se quisesse, o Rio Grande poderia ter ficado independente, mas decidiu ser brasileiro. Em última análise, ser gaúcho é ser um pouco mais, ou é ser mais brasileiro que os demais (Ibid.: 227 - 228).

Delimitando, naquela população, um espaço para o movimento Farroupilha dentro dessa tradição “ufanista” de culto da liberdade. Tal espaço ganhará destaque dentro da cultura histórica regional, sob o foco de organização do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)<sup>1</sup>, a partir da institucionalização da *Semana Farroupilha* na segunda metade do século XX<sup>2</sup>. Contudo, o valor das narrativas historiográficas na construção desse espaço ganharia destaque anos antes quando da celebração do centenário do movimento Farroupilha em 1935.

<sup>1</sup> Para Maria Eunice Maciel este aspecto é o catalisador principal do tradicionalismo gaúcho, principalmente pela sua institucionalização e dispersão como representante da cultura riogandense pelo país a fora. Cf.: MACIEL, Maria Eunice. Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004. P. 237-264.

<sup>2</sup> Surgida no ano de 1947, a partir da criação do departamento tradicionalista organizado por estudantes da famosa escola pública estadual Júlio de Castilhos em Porto Alegre, a *Semana Farroupilha*, a partir de 1995 o dia 20 de setembro, data que marca o início do movimento político-militar Farroupilha, passou a ser feriado estadual.

A década de 1930 marcaria o retorno do Rio Grande do Sul aos quadros diretos da política nacional com o movimento político militar de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmiento afirmam que a chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira por representar um movimento plural diferente do visto até então nas primeiras décadas de regime republicano no Brasil (FERREIRA & SARMENTO, 2002). A ascensão de Vargas representaria uma convergência de influências de grupos que até então estavam à margem do cenário político nacional.

Entretanto, Pesavento afirma ainda que, para a população do Rio Grande do Sul, a década de 1930 marcaria também a desilusão com o governo de Vargas e com o destino manifesto que se esperava do Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 2004: 228), uma vez que, segundo Joseph Love,

[...] a partir de 1930, as mudanças econômicas – e em particular, a industrialização – introduziram novas tensões políticas no Brasil, levando ao enfraquecimento das tradicionais lealdades prestadas aos Estados [...]. As rivalidades regionais abriram caminho para outras divisões, especialmente entre a moderna civilização industrial e urbana [...] e o modo de vida agrário, rural e tradicional (LOVE, 1975: 263).

Essas transformações marcariam o fim da participação ativa do grupo dirigente sulista nos processos políticos do governo varguista. Love afirma ainda que até o ano de 1934 Vargas havia encaminhado sua política a partir de suas bases de apoio regional sulista, mas que as tensões decorrentes desse ano<sup>3</sup> o levaram a buscar uma espécie de equilíbrio entre as demais forças nacionais, especialmente as forças militares-tenetistas e as forças civis que o haviam apoiado no golpe (LOVE, 1975). Isso significou a desvinculação direta do grupo dirigente local com o cenário político nacional, representando também o início da desarticulação do poder do Partido Republicano Riograndense (PRR) sobre o cenário regional, com o apoio de Vargas ao grupo oposicionista da Frente Única na intenção de por fim à ameaça vinda de antigos colegas, como Flores da Cunha e Assis Brasil, lançados no papel de defensores da causa federalista<sup>4</sup>. Para Pesavento “Antes de 30, pode-se dizer, de certa forma, que o

---

<sup>3</sup> As questões envolvidas na promulgação da constituição de 1934.

<sup>4</sup> Segundo Joseph Love e Pesavento, os antigos companheiros de Vargas, ao verem seus interesses regionais afastados do jogo político nacional, passaram a fazer uso do passado valoroso de luta pela liberdade como arma combativa à política homogeneizadora de Vargas. Os ideais da Farrroupilha farão

sentimento ufanista prevalecia na composição do padrão identitário regional, guiando a percepção do passado, explicando o presente e orientando as expectativas em relação ao futuro.” (PESAVENTO, 2004: 229), enquanto desse momento em diante

Entra em cena, então, o ressentimento, postura sensível que se agudiza quando em confronto com o ufanismo. Referimo-nos à sensação generalizada, presente no Sul, de que “algo não deu certo”. Espécie de “amargura provinciana”, este sentimento coabita e se confronta com a aludida auto-imagem positiva, expressa-se com um vago mal-estar e uma sensação de perda, que percorre diferentes momentos. Poder-se-ia dizer, talvez, simplificando, que “tudo começou com Vargas”, pois é depois deste período que o ressentimento se agrava, com a incômoda sensação de que o Rio Grande “ficará para trás”.

Parecia que, com um gaúcho no poder central – o celebrado Getúlio Vargas, herdeiro local na condução do republicanismo rio-grandense -, finalmente se cumpriria o destino glorioso da terra... Mas a reversão de expectativas não se fez esperar. Vargas passara a realizar uma política “nacional” e não “regional”, cercando-se de “outros” [...] (Ibid.: 228).

No Rio Grande do Sul, já em 1934 os festejos do centenário Farroupilha começavam a ser anunciados e uma série de eventos envolvendo a memória do movimento passavam a pulular junto à população riograndense. Mas mais notáveis para nós são os esforços envolvendo a produção historiográfica.

Em 1934 é anunciado o concurso de monografias *História da Revolução RioGrandense de 1835 a 1845* que tinha a intenção de premiar uma obra inédita que conseguisse sintetizar os feitos do movimento Farroupilha. Única obra a ser apresentada para o concurso em 1935, *A Revolução Farroupilha*, escrita por Walter Spalding ainda em 1934, não foi premiada por não ser considerada “[...] um bom resumo da história dos dez anos da Guerra dos Farrapos”, tendo o autor preferido “[...] a forma, menos sugestiva, de efemérides, de modo a produzir uma obra fragmentária, que não corresponde, exatamente, apesar de seus méritos, ao que estatuem a cláusula *a* e o artigo VI do concurso.” (SPALDING, 1938: XI), não tendo, ao fim do concurso um vencedor. No entanto, o interesse pela obra de Spalding fez logo vulto entre o círculo letrado regional, levando-o a ser aceito como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e à publicação de sua obra pela Companhia Editora Nacional no ano de 1939. Contudo, importa levantar o valor de um concurso público devotado a premiar, em nome do centenário do movimento, um trabalho historiográfico inédito que resumisse e sistematizasse a temática do conflito, indicando o valor dado à história do

---

parte desse arsenal combativo, que buscará defender o que o próprio Vargas teria nomeado anos antes de *destino histórico do Rio Grande Sul*.

movimento. É interessante também notar o título dado ao concurso: “História da Revolução RioGrandense”, onde a ênfase que pode ser colocada no “DA” nos leva a cogitar que a Farroupilha, dentre uma série de incontáveis conflitos locais, era vista como “A revolução” do Rio Grande do Sul, ponto, ao menos, sugestivo.

De mesmo valor para nós é o pequeno curso de conferências, transmitidas pela Rádio Sociedade Gaúcha, oferecidas pelo historiador Dante de Laytano em fins de 1934, sob o título *História da República Rio-Grandense*, com o intuito de rememorar para população riograndense os feitos do movimento Farroupilha antes das comemorações do centenário. Tal curso, segundo o próprio autor, teve “[...] um acolhimento tão gentil, que nos ocorreu, de imediato, reunir tais palestras num volume” (LAYTANO, 1983: 11). Este volume seria lançado em 1936, sob o mesmo título do curso: *História da República Rio-Grandense*. Para Laytano sua obra deveria servir como “manual de divulgação” (Ibid.: 11) do movimento Farroupilha, que, já a altura de seu centenário, não possuía ainda uma grande obra de sistematização, mas que, principalmente, serviria como uma “Mensagem do escritor novo, que não se corroe pelo esnobismo dos sem-pátria, que ainda crê no ideal e que ama as *tradições* eternas e heroicas dos povos” [grifo nosso] (Ibid.: 12), indicando-nos que, para Laytano, a Farroupilha se encaixava na tradição eterna daquela população.

Por último e talvez o mais importante aqui, seja a publicação da obra *Guerra Civil dos Farrapos*. Como parte desse esforço em relembrar historiograficamente o movimento Farroupilha, a Livraria Globo de Porto Alegre a publicaria em 1935, para as comemorações do centenário do movimento Farroupilha. Tal obra é um volume de 224 páginas contendo os capítulos da biografia *História do General Osorio*, publicada em 1894, correspondentes à narrativa do movimento político-militar Farroupilha: uma nota biográfica sobre o autor, Fernando Luis Osorio, e uma pequena compilação de juízos críticos feitos à obra por personalidades como o General Tasso Fragoso, o historiador Rocha Pombo e Joaquim Francisco de Assis Brasil.

A reviravolta política de 1930 instalou uma nova fase. Fase esta marcada pela busca de centralização política, intervencionismo estatal na economia e na sociedade e pelo enfraquecimento dos demais grupos dirigentes regionais. No entanto, não podemos nos esquecer de que esta reviravolta não solucionou instantaneamente os problemas mundialmente enfrentados e que caracterizavam, desde a década de 20, um forte

---

pessimismo social fruto dos desdobramentos da primeira guerra mundial somados à crise de 1929. No campo historiográfico esse pessimismo se expressaria por uma revisão do passado caracterizada pela incerteza do futuro (FREITAS, 1998). E, nesse sentido, acreditamos que a publicação da obra *Guerra Civil dos Farrapos* no ano de 1935 se insere no contexto por buscar na representação de um passado glorioso (para ambos os lados) uma forma de caracterizar criticamente o presente, frente à situação política. Como parte do esforço historiográfico de rememorar o movimento Farroupilha em prol das comemorações do centenário, a reedição da obra também se inscreve na construção da memória valorosa do movimento e na construção da tradição de *Culto da Liberdade*.

Pensar a produção e divulgação de narrativas historiográficas – a partir de características datadas em determinadas circunstâncias espaços-temporais – nos permite pensar nos usos e apropriações que o passado tem para o presente, assim como, a análise desta produção historiográfica nos permite compreender “[...] a concepção que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado momento” (JANOTTI, 2010: 119). Nesse sentido, a revalorização da Farroupilha e das trajetórias individuais, expressas na obra publicada pela Livraria do Globo, nesse cenário político específico de centralização política e exclusão das características individuais/locais frente à uma imposição do nacional, tinha como função a busca por uma identificação com padrões do passado em que se expressam elementos almejados no presente. O que confirma a ideia de Maria Eunice Maciel sobre o tradicionalismo do Rio Grande do Sul se traduzir justamente a partir de uma evocação desse passado valoroso pelos homens do presente e à serviço do presente. A par desses argumentos, a associação da Farroupilha à essa tradição de honra e luta pela liberdade indica que a cultura histórica regional riograndense busca, também nela, o passado que formará a identidade daquela população.

Como vínculo entre a tradição e o grupo humano que representa, a memória possibilita a articulação dessa mesma tradição sob a forma de um *projeto* comum assumido pela coletividade. Para Gilberto Velho, um projeto se sustenta na “[...] noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*.” [grifos do autor] (VELHO, 1994: 40), sendo um

[...] instrumento básico de *negociação da realidade*, com outros atores, individuais ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar e articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações *para o mundo*. [grifos do autor] (VELHO, 1994: 103).

Para o autor, a memória se liga a esses projetos coletivos, principalmente por que “[...] fornece os indicadores básicos de um passado que produziu a circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*.” [grifo do autor] (VELHO, 1994: 101). Velho também argumenta que os vínculos entre a memória e os projetos são característicos, se não fundamentais, da construção identitária, e que permitem a noção de continuidade que já vimos ser característica da tradição. Para Velho

A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de *projetos* que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações. (Ibid.: 103)

Nesse sentido, as narrativas historiográficas, ao participarem do processo de construção da memória, participam também da construção dessa tradição de culto da liberdade, na qual se insere a Farroupilha, em que se sustenta o projeto coletivo específico partilhado pela população do Rio Grande do Sul. Tal *projeto-tradição* lhes confere uma unidade cultural enquanto sociedade organizada sob a chave de leitura do uso co-memorativo do passado, e dessa forma insere sua cultura histórica regional na base de sua cultura política, uma vez que Serge Berstein afirma que “Que a cultura prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência” (BERSTEIN, 1998: 357).

Acreditamos que a narrativa de Fernando Luis Osorio dá ao evento Farroupilha um caráter político que fixa-o como experiência histórica valorosa, ainda que, em comparação com às primeiras obras publicadas sobre a Farroupilha, ainda no final do XIX, insira o movimento em um espaço menos combativo politicamente, resguardando e valorizando as particularidades da região sem perder de foco a questão da integridade nacional, o que ainda seria valioso no início do período republicano. Essa busca por neutralidade poderia ter relegado à narrativa a um espaço afastado dos interesses políticos quanto à construção da nação, no entanto, acreditamos que a reedição de 1935 do volume *Guerra Civil dos Farrapos*, assegura a essa narrativa um espaço de destaque no cenário político dos debates pela nação. Da mesma forma como demarca uma



intenção de fixar a Farroupilha como experiência histórica valorosa ao estabelecer um protocolo de leitura para a narrativa (associação direta ao movimento pela função comemorativa do centenário), que no outro formato (inserida no restante da vida do General Osório) poderia perder-se, indicando também um uso político para a história do movimento.

A participação dessa narrativa nos debates de construção da nação e o uso político do movimento são vitais para a afirmação de que sua narrativa participa do projeto-tradição que compõe a cultura histórica regional. Se partirmos do pressuposto de que não só a produção de narrativas historiográficas tem a capacidade de representar o passado histórico, podemos compreender que a publicação, divulgação e circulação de textos e narrativas historiográficas também representam uma sociedade ao nos permitir identificar o que lhe é considerado caro, especialmente em momentos de crise. Ironita P. Machado argumenta que toda região cuja existência é ameaçada política e economicamente traz à tona a questão de sua identidade na busca por um lugar de origem em que a *História* figura como espaço maior de reconhecimento, proporcionando, entre outras coisas, o “[...] aumento de publicações de livros de história [...] como poder de impor uma visão de mundo social [...] o livro de história torna-se, pois, *símbolo* identitário.” [grifo da autora] (MACHADO, 2001: 18). Desse modo, acreditamos que também a reedição em 1935 da narrativa produzida por Fernando Luis Osório em 1894, permite a inserção desta narrativa no processo de construção de uma memória honrosa da Farroupilha que será aproveitada pelo projeto-tradição regional riograndense na organização da cultura histórica regional.

#### REFERÊNCIAS

- CATROGA, Fernando. *Memória, história e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- FREITAS, Marcos Cezar de. (ORG.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GOMES, Angela de Castro. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em Terreno Movição: biografia e história de Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009 A.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Dialogo Convergente: Políticos e historiadores no início da república. “In”: FREITAS, Marcos Cezar de. (ORG.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010. P. 119-143.

- LAYTANO, Dante de. *Historia da Republica Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MACHADO, Ironita Policarpo. *Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de analise*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.
- MACIEL, Maria Eunice. Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. "In": BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004. P. 237-264.
- OSORIO, Fernando Luis. *A Guerra Civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. 219p.
- OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osorio*. Rio de Janeiro: Typ de G. Leuzinger & Filhos, 1984. 1º vol, 714p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e Ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. "In": BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004. P. 221-236.
- RÜSEN, J. (2009). *¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia?*. Cultura histórica. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, P. 03-26]. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). (acesso em 25/06/2010).
- SPALDING, Valter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- TORRESINI, Elisabeth Wenhausen Rochadel. *Editora Globo: Uma Aventura Editorial nos Anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

---

## A RETOMADA DO CATOLICISMO LATINO-AMERICANO EM PROL DE UM DISCURSO TEOLÓGICO-PASTORAL

**Luiz Fernando Mangea da Silva\***

O presente texto tem como objetivo apresentar uma breve discussão sobre o “processo de romanização”<sup>1</sup> da Igreja Católica no Continente Latino-Americano, antes, durante e depois do Concílio Vaticano II e contextualizar a Igreja como uma instituição composta por indivíduos que não agem de forma única e padronizada em toda parte do mundo, uma vez que existem conflitos e aproximações com setores da sociedade secularizada, bem como, atritos no interior da própria instituição e atores que buscam diferentes canais para seu projeto Teológico-Social. Assim, por trás dessa anedota uma minoria do clero latino-americano, compungida por uma renovação pastoral, idealiza uma nova missão para Igreja, para o clero e para o leigo.

Especificamente na América Latina e no Brasil, a Igreja percebeu o impacto dessa mudança conjuntural, passando a adotar um discurso voltado para os aspectos sociais do Continente Latino-Americano. Em outras palavras é uma tentativa de fornecer uma discussão analítica possível para pensar sobre o desenvolvimento da ação pastoral da Igreja Católica, no campo político-religioso na América Latina. O cenário latino-americano propicia o surgimento de movimento religioso como o cristianismo “progressista” ou “esquerdista” que ancorava seu discurso na emancipação social daqueles que viviam oprimidos tanto nos aspectos econômico, quanto nos aspectos político e religioso.

Esse movimento religioso tem sua gênese em dois momentos históricos diferentes, o primeiro com a criação da Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, pelo arcebispo do Rio de Janeiro, d. Sebastião Leme e o segundo, a partir da década de 1950, já que esse pode ser considerado um importante período para a Igreja Católica brasileira, já que vinha se desenvolvendo um papel relevante, tanto dentro quanto fora do país, por ocasião da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 14 de outubro de 1952, com o objetivo de aproximar a Igreja do Estado, e assim, poderem, juntos, construir uma política social voltada à população rural, principalmente, a do nordeste do país. Isso leva, por meio da exigência da

---

<sup>1</sup>\* Mestrando em História Social pela Universidade Severino Sombra (Vassouras/RJ), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatyana de Amaral Maia.

A firme orientação doutrinária e sobretudo disciplinar que Roma passou a exercer através dos jesuítas e lazaristas nos seminários brasileiros, os prolongados estágios de formação da elite do clero brasileiro no exterior, as manifestações ostensivas de lealdade e ortodoxia por parte episcopado nacional, a implantação maciça de obras pias sob severo controle diocesano liquidando como regime até então vigente das irmandades, (...) (MICELI, 2009: 32).

---

CNBB, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 15 de dezembro de 1959, pois havia a concepção de que a região não estava se desenvolvendo na mesma proporção de que o Centro-Sul do Brasil.

(...) com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, antes de mais nada, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira. (OLIVEIRA, 2011)

Outra questão relevante, com a criação da CNBB, é a decisão do episcopado brasileiro de criar o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), o objetivo principal dos bispos com a criação desse órgão é fundar uma instituição que pudesse unir as forças da Igreja Católica Brasileira com a da América Latina e do Caribe, além disso, pudesse fortalecer as ações e a posição da Igreja nessa região, dessa maneira, atuaria em questões políticas, sociais e religiosas.

Nessa conferência, já ficou decidido que o bispo d. Manuel Larraín, do Chile, e d. Helder Pessoa Câmara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, assumiriam a presidência da instituição, caso o papa aprovasse o pedido, pois a gestão do órgão deveria ficar sob a administração de autoridades eclesiais do próprio continente e não autoridades européias.

Então o pedido foi encaminhado ao papa Pio XII (1939-1958) após esse primeiro encontro da CNBB e das Conferências dos Bispos dos Estados Unidos e do Canadá, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Episcopal São Joaquim, na Rua da Glória, número 446, no período de 24 de julho a 4 de agosto de 1955.

O papa aprovou o pedido, e em 2 de novembro de 1955, o CELAM foi fundado, tendo como sede a cidade de Bogotá, na Colômbia.

Com a atuação relevante dos bispos da América Latina e do Caribe no CELAM, possibilitou-os para que tivessem maior representatividade no episcopado europeu, pois, até então, nunca haviam tido papel de destaque, tornando maior a participação perante as comissões de trabalho no Concílio do Vaticano II.

Sem o CELAM, teria sido impossível qualquer articulação entre os vinte episcopados latino-americanos, naquelas horas iniciais do Vaticano II, em que a I Congregação Geral fora suspensa, concedendo-se quatro dias aos padres conciliares para que se

---

articularsem, em vista da votação para as comissões conciliares. (BEOZZO, 2005:180)

O Concílio Vaticano II (1962-1965), iniciado pelo papa João XXIII e concluído pelo papa Paulo VI, é o 21º Concílio Ecumênico, um acontecimento eclesial importante, porque define a diretriz da Igreja Católica na sociedade contemporânea, passando a funcionar como “um divisor de águas, o fim de uma época e o início de uma outra, pois encerrou, de certo modo, a longa fase inaugurada com o Concílio de Trento.” (Beozzo, 2005:49).

O Concílio Vaticano II, por um lado, criou um ambiente em que os episcopados pudessem debater, revisar e aprofundar as questões internas da Igreja Católica. Além disso, buscaram uma aproximação com as demais Igrejas, uma inserção das comunidades cristãs e religiosas e um diálogo com outras religiões cristãs e com a sociedade moderna, principalmente, com a ciência.

Por outro lado, o Vaticano II remodelou as estruturas internas da Igreja passando pela liturgia, por meio das celebrações das missas, das assembleias de cristãos e do estudo da palavra. A formação, tanto do clero quanto de leigo, passou por modificações.

O CELAM prestou relevante trabalho pastoral ao Vaticano II, por meio das comissões<sup>2</sup> em que os bispos participaram, e sem contar com a experiência adquirida, anteriormente, pela atuação na CNBB e, posteriormente, expandida ao Continente Latino-Americano.

A visão pastoral de parte desses bispos vai influenciar nos trabalhos da II conferência do CELAM, na Colômbia, em 1968, e nas dioceses brasileiras. No entanto, ação pastoral não foi idêntica entre os países da América Latina, no caso do Brasil o papel do leigo teve destaque fundamental nas pastorais.

O Brasil é, dos países do continente, aquele no qual o papel dos leigos e de suas organizações como a Ação Católica, JUC etc. – era o mais importante, e os movimentos leigos são os primeiros a se interessar pelo marxismo e a buscar novas formas de ação social. (LÖWY, 2007:415)

---

<sup>2</sup> De acordo com o Padre e historiador José Oscar Beozzo, a contribuição dois bispos brasileiros deu início com a II Congregação Geral, em 22 de outubro de 1962, pois, sete bispos participaram de comissões como: D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, (Comissão Teológica), D. Manuel da Silveira, D. Elboux, arcebispo de Curitiba, no Paraná, (Comissão das Igrejas Orientação), D. Antônio Maria Alves de Siqueira, Arcebispo de São Paulo, (Comissão da Disciplina dos Sacramentos), D. Agnelo Rossi, arcebispo de Ribeirão Preto, São Paulo, (Comissão da Disciplina do Clero e do Povo Cristão), D. Alfonso Ungerelli, prelado de Pinheiro, Maranhão, (Comissão das Missões), D. Vicente Marchetti Zioni, bispo auxiliar de São Paulo, (Comissão dos Seminários e das Universidades), D. Eugênio de Araújo Sales, (Comissão do Apostolado dos Leigos), administrador do apostólico de Natal, no Rio Grande do Norte.

---

Apesar da ação pastoral não ser idêntica em todos os países da América Latina, mas o corpo de textos que a fundamenta vem de teólogos e intelectuais latino-americanos como: Gustavo Gutierrez, Enrique Dussel, Jon Sobrino, Jorge Pixley, Ignacio Ellacuría e Pablo Richards.

No Brasil, o surgimento do catolicismo progressista, ocorrido no final da década de 1970 e início da década de 1980, foi desenvolvido por autores, como Leonardo e Clodovis Boff, Hugo Assumann, Carlos Mesrters, Carlos Aberto Libânio Christo, Jung Mo Sung e outros.

Esse movimento inclui setores significativos mentos do clero – padres, freiras, ordens religiosas, bispos -, dos movimentos religiosos leigos, como a Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), das comissões pastorais, como a Justiça e Paz, a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária, e das comunidades eclesiais de base (CEB's). (LÖWY, 2007:411)

Quando a Igreja latina passa a ser prestigiada por esses movimentos religiosos, que não são, simplesmente, uma nova corrente teológica, mas uma discussão aberta sobre as questões dos tempos modernos. Logo o Vaticano desencadeia uma atitude defensiva a fim de recuperar a nostalgia da cristandade medieval. As conservadoras da Igreja no Brasil passaram a hostilizar o uso de elementos marxistas no que se refere ao compromisso do cristão nos aspectos político, econômico e religioso.

Com efeito, a grande maioria dos militantes cristãos que se encontravam na “base da Igreja”, obviamente, não conheciam as obras e os textos marxistas, mas podia-se perceber, diluídos em sua cultura político-religiosa, certos conceitos do marxismo.

A Igreja pautou-se em um discurso moral diante daquilo que considerava erros da modernidade como laicismo, ceticismo, indiferença religiosa e ameaças esquerdistas, fundamentadas por um sagaz materialista marxista. “Surge daí um ideal neocruzadista que visava a retomar espaço no corpo social, em que avançavam ideias hostis à religião cristã em geral e ao catolicismo em particular. Tal plano restaurador ficou conhecido como de neocristandade ou romanizador.” (COSTA, 2007:437).

Quando se discuti o processo de “neocristandade” ou o processo “romanizador” devemos recuar um pouco no tempo. Embora privilegiando o período que se inicia com os anos de 1950, por causa da criação da CNBB em 1952, considerando o papel de destaque que essa instituição vai desempenhar junto ao processo romanizador, como já foi dito anteriormente. O ano de 1922, simbolicamente, representa, do ponto de vista sociocultural, a retomada do catolicismo “restaurador”, por ocasião da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB),

---

em 25 desse mesmo ano. O PCB, com esforço de criar no país uma cultura socialista e um modo proletário de fazer política, criou também no clero um receio de abalar as crenças do leigo, bem como, os valores cristãos.

Do ponto de vista católico, a data é expressiva pelo início do movimento restaurador, com a celebração do Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, um evento de dimensão nacional, graças a atuação de Dom Sebastião Leme, transferido para lá como arcebispo-coadjutor. Os intelectuais católicos também se organizam, nesse ano, com a fundação do Centro Dom Vital e a publicação da revista *A Ordem*. (AZZI, 2008:7).

Quando levamos em consideração o discurso teológico-pastoral da Igreja em busca de uma demarcação do seu espaço junto à sociedade brasileira, antes de tudo, estamos pensando no esforço que a hierarquia eclesiástica utilizou para reafirmar os princípios católicos nos diversos setores da organização social. Na busca de se aproximar do Estado, os clérigos passam a colocar em prática seu projeto de ressacralização<sup>3</sup> da sociedade, principalmente, por meio da prestação de serviços em diversas áreas assistenciais (educação, saúde, familiar, operária e carcerária) pelas pastorais.

Não obstante, a preocupação com os problemas sociais passava, paulatinamente, pela defesa da fé e da moral cristã. Mas a instituição eclesiástica não só atua no meio social, como também, ela era marcada e limitada por ele. Isso significa que a representação do mundo social, em forma de espaço construído pelo universo social, forma uma base de princípios de diferenciação ou de distribuição das propriedades elementares de cada religião.

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes (...) (BOURDIU, 2010:135).

Seguindo as pistas deixadas por Bourdieu, observamos que os princípios que separa duas modalidades de experiências advindas do sagrado e do profano são construções do espaço social com o espaço sagrado. Em outras palavras, as diversas experiências religiosas estão intrinsecamente relacionadas com o homem religioso, com a natureza e com o mundo dos utensílios que os cercam.

Nesse sentido a retomada do espaço social, por parte da Igreja, ocorre por causa da dessacralização do homem moderno que passou a assumir uma experiência profana na

---

<sup>3</sup> Segundo Azzi (2008:11): (...) a ideia de ressacralizar a sociedade brasileira está subjacente ao projeto pastoral da hierarquia, conhecido sob o nome de restauração católica.

---

sociedade moderna. “(...) a dessacralização caracteriza a experiência total do homem não-religioso das sociedades modernas, o qual, por essa razão, sente uma dificuldade cada vez maior em reencontrar as dimensões existências do homem religioso das sociedades arcaicas.” (ELIADE, 2010:19).

Essa idiossincrasia entre o sagrado e o profano possibilita compreender a ação dos prelados com a organização do Estado laico, a partir da Primeira República (1889-1930), em que a instituição eclesiástica fora suas atividades sociais limitadas pelo regime republicano. Por essa razão a Igreja passa a realizar um esforço a fim de reconquistar uma posição de privilégio para a crença católica com um discurso de que se tratava de uma tradição cultural do país. Não obstante, para realizar seu projeto, os bispos do Brasil contavam com a colaboração e orientação da Cúria Romana. Assim, o discurso de sacralização da sociedade brasileira tem duas significações. O Primeiro, fica claro o esforço de romanização e o segundo, uma imposição dos princípios centralizadores da Igreja Romana sobre a Igreja do Brasil e, posteriormente, se estendendo a toda a América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja Católica no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964.** Petrópolis: Vozes 2008.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965.** São Paulo: Paulinas, 2005.

BOURDIEU, Pierre, **O Poder Simbólico.** 14ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Marcelo Timotheo da. “Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Org.). **As Esquerdas no Brasil Nacionalismo e Reformismo Radical (1945 – 1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 433 -450.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil.** v. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.



Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdeí Lopes de Araujo (orgs).  
Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O  
giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.  
(ISBN: 978-85-288-0286-3)

---

MICELI, Sergio, **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A criação da Sudene**. Em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em: 04 março 2011.

RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984. Londrina: UEL, 2001.

## A TORRE DO RELÓGIO DOS ARRANHA-CÉUS COMO IMAGEM DO PODER NO RIO DE JANEIRO NA ERA VARGAS

GIANNE MARIA MONTEDÔNIO CHAGASTELLES\*

E finalmente, bem no último episódio, a Torre de Babel aparece de repente e alguns homens robustos conseguem terminá-la ao som de uma canção de novas esperanças, e, quando concluem o topo, o Governante (do Olimpo, provavelmente) sai correndo feito louco, enquanto a Humanidade, de súbito entendendo tudo, finalmente ocupa seu lugar de direito e logo inicia sua nova vida com novas percepções de tudo.

*Fiódor Dostoiévski (DOSTOIÉVSKI, 2008)*

Esse texto aponta para o estudo das apropriações da imagem torre do relógio na Era Vargas, na cidade do Rio de Janeiro. O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um *locus* privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos indivíduos, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais. É pela materialidade das formas urbanas que encontramos a representação icônica preferencial da cidade, seja pela verticalidade das edificações, seja pelo perfil ou silhueta das torres do espaço construído. Neste estudo, a construção da história a partir da análise das imagens da torre do relógio da época inclui como corpus do trabalho as fontes visuais, especialmente, a fotografia e a charge.

O relógio torna visível o passar do tempo em instantes homogêneos e fragmentados. Ele, em destaque na torre, faz com que o público inteiro tenha a noção de compartilhar o mesmo tempo, ele se torna um símbolo das visões de uma determinada época. A torre do relógio remete às grandes Igrejas coloniais do Rio de Janeiro que nos séculos XIX e XX receberam esta nova máquina, como por exemplo, as Igrejas das Ordens, Primeira e Terceira, de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Praça XV, a Igreja da Nossa Senhora da Candelária, na Praça Pio X e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, no Largo

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ. Bolsista do CNPq.

do São Francisco. No início do século XX, o relógio aparece também na Torre da Ilha Fiscal, na fachada do Edifício do Jornal O Paiz, edifícios ecléticos, assim como, nas Torres da Central e da Mesbla, edifícios *art déco*. Todos esses templos monumentais onde o relógio se localiza são ícones, emblemas da suas épocas. Os das Igrejas representam o controle do tempo das almas, do tempo sacro; localizam-se em torres com formas arquitetônicas verticais que querem chegar aos céus, a Deus. O da Ilha Fiscal a fiscalização alfandegária dos navios que entravam no porto do Rio de Janeiro e o do Jornal O Paiz, está no topo do prédio, indicando o controle dos corpos dos trabalhadores da informação.

No período entre o final do século XIX e o início do século XX, a torre acumulou múltiplos sentidos: catalisadora da consciência, símbolo do progresso tecnológico, demarcadora de zonas de prazer, detonadora subversiva da convenção e, finalmente, *universo contido em si mesmo* (KOOLHAAS, 2008: 117). As torres indicam rupturas agudas no padrão homogêneo da vida cotidiana, marcando os postos avançados e disseminados de uma nova cultura. Os arranha-céus, derivados dos pináculos do neogótico, da arquitetura eclética, se diferenciam dos outros edifícios devido à torre escalonada colocada em cima deles em direção ao céu. Ou seja, o que caracteriza um edifício ser um arranha-céu, além da altura e do aspecto monumental, é o coroamento escalonado como uma torre em perspectiva com o ponto de fuga lá no infinito do céu, no zênite.

O arranha-céu é projetado sobre todas as pessoas que o habitam, dando-lhe uma aparência de prestígio e distinção. É possível perceber a chegada do arranha-céu ao Rio de Janeiro como uma aparição, um fato urbano capaz de modificar a rotina das pessoas. O arranha-céu, lugar em que diferentes famílias e indivíduos vivem e/ou trabalham divididos em apartamentos, assim como a Torre de Babel de Dostoiévski, citada na epígrafe deste texto, representa as novas esperanças e as novas percepções do mundo. A metrópole moderna pontilhada de arranha-céus e fervilhante de vida e de atividade é fruto necessário de um mundo transformado pela mecanização. Nesse sentido, não só o arranha-céu é sinônimo de cidade moderna, industrializando-se, como, nas avenidas, o trânsito, os aeroportos, as salas de espetáculos, o ir e vir dos transeuntes também representam a chegada da modernidade. O novo espaço urbano, que faria parte do cotidiano da população, assumiria o caráter de passaporte para a modernidade. O arranha-céu, a torre moderna, transformado no logotipo rapidamente de muitas metrópoles, é entendido como uma metáfora do poder, um símbolo que representa a sua época.

O conceito de representação (CHARTIER, 1990: 19) que estudo nesse texto é aquele em que é identificado como símbolos e considerado como simbólicos todos os signos, atos e objetos, todas as figuras ou representações coletivas graças às quais os grupos fornecem uma organização social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada. Ernst Cassirer (CASSIRER, 2001) e depois Erwin Panofsky (PANOFSKY, 2004) definem a função simbólica, ou seja, função de simbolização ou função de representação, como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real. Estes autores designam assim por forma simbólica todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação. Uma relação compreensível é postulada entre o signo visível e o referente por ele significado, porém isso não quer dizer que seja necessariamente estável e unívoca. A imagem adquire sentido quando se percebem as múltiplas teias que a enlaçam ao contexto histórico e à vida social em que se insere e, ao mesmo tempo documenta. Assim, na análise visual, os significados não são tomados como dados, mas como construção cultural. Isso abre um campo para o estudo dos diversos textos e práticas culturais, admitindo que a sociedade se organize, também, a partir do confronto de discursos e leituras de textos de qualquer natureza — verbal, escrito, oral ou visual.

Em relação à arquitetura da cidade, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam. Ligada a esse processo, a própria natureza das fontes se amplia, em leque, oferecendo ao historiador possibilidades cada vez maiores de abordagem. As cidades nos chegam, enquanto representação, sobretudo, pelas imagens visuais. Destaca-se assim o poder icônico de referência das imagens para a identificação de uma cidade ou do fenômeno urbano em geral; os saberes se cruzam ao tomar a cidade como objeto de preocupação, de elaboração de conceitos e execução de práticas. Dentro deste contexto, as disputas simbólicas são estabelecidas como disputas sociais, dentro de uma determinada época. Esta problemática revela a importância do estudo da produção artística como representações da vida em sociedade. Dessa forma, este estudo vai ao encontro da história cultural, pois tem como principal objetivo identificar o modo como em um determinado lugar e momento uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

Entretanto, Roger Chartier (CHARTIER, 1990: 17) lembra que as construções das representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam, sendo necessário compreender o relacionamento dos discursos proferidos com a

posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor umas no lugar de outras. Os desafios destas lutas de representações se afirmam em termos de poder e de dominação em que um determinado grupo impõe a sua concepção do mundo social, os seus valores e o seu domínio. A história cultural trabalha sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, incidindo a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações, e que atribuem a cada grupo ou meio um ser-apreendido constitutivo de sua identidade; dessa forma, segundo Chartier (CHARTIER, 1990: 23), a história cultural pode regressar utilmente ao social.

Assim, a noção de representação é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações culturais que lhes permitem perceber o mundo. A percepção do mundo como representação, formado através das séries de discursos que o constituem leva a uma reflexão sobre o modo como essa configuração pode ser apropriada pelos fruidores das imagens que dão a ver e a pensar o real. Neste sentido, opera-se o interesse de estudar as práticas de fruição, ou seja, o processo por intermédio do qual é produzido historicamente um sentido e construída diferenciadamente uma significação. No ponto de articulação entre o mundo das imagens e o mundo do sujeito fruidor assenta-se uma teoria da leitura das imagens capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o fruidor e o conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo. As modalidades do agir e do pensar, devem ser remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas do poder. Chartier afirma que é necessário compreender as práticas de apropriações das imagens na sua historicidade. Esta constatação permite traçar um espaço de trabalho que situa a produção do sentido, a aplicação das imagens aos fruidores como uma relação móvel, diferenciada, dependente das variações, simultâneas ou separadas, da própria imagem e da modalidade da sua leitura.

A noção de apropriação das imagens pode ser, desde logo, reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas. Tal reformulação, que põe em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras das imagens tem como objetivo uma história social das interpretações, remetida para as suas determinações fundamentais (que são sociais,

institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura das imagens) é reconhecer que as ideias não são desencarnadas, e que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. Assim, busco um espaço de trabalho entre as ilustrações e as leituras das imagens, no intuito de compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação.

A partir da década de 1970, uma retomada da história da arte como história da imagem permitiu interrogar imagens de propaganda, charge, anúncio, fotografia, filmes, iconografia política e, assim que a arte digital apareceu, ela foi incluída nos temas de estudo. Paulo Knauss (KNAUSS, 2008) sublinha que nessa tradição de uma cultura visual a história da arte engloba todo o universo de imagens, tomando todas as suas formas seriamente como objeto de estudo. Neste sentido, numa perspectiva da cultura visual, o estudo da imagem se desenvolve a partir de três dimensões que se cruzam, a dimensão técnica, a dimensão política e a dimensão do gosto. Porém, nem sempre elas andam juntas, não há um determinismo, ou seja, uma não predomina sobre a outra, assim um gosto não condiciona uma técnica, uma política não condiciona o gosto. Logo, a criação da imagem depende da técnica, mas não é determinada pela técnica.

Dentro desta abordagem de uma visão mais ampla da história da arte relacionada à perspectiva da cultura visual, em que se operam diferentes tipos de imagens, é que desenvolvo o estudo das representações da torre do relógio na arquitetura. Dentro desse processo de preenchimento da cidade, alguns edifícios se destacaram, principalmente, através da imagem da sua torre, seja ela nos edifícios escalonados ou naqueles que têm a torre no seu coroamento, como a do Edifício Mesbla e a da Estação Dom Pedro II (Central do Brasil). Assim, a principal questão que costura as análises das imagens a seguir diz respeito à ideia de se pensar a torre do relógio como um automonumento que expressa o poder na Era Vargas no Rio de Janeiro.



**Fig. 1.** Fotografia da construção do Edifício da Estação D. Pedro II (Central do Brasil), no Centro do Rio de Janeiro. (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 1940: 187).

**Fig.2.** Fotografia do Edifício Mesbla, no Centro do Rio de Janeiro. (REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO, 1936: 12).

A fotografia da **figura 1** mostra o Edifício da Estação D. Pedro II, conhecido como Central do Brasil, situado na Avenida Presidente Vargas. Erguido junto à Praça Cristiano Ottoni, este prédio foi projetado por Roberto Magno de Carvalho e pelo escritório Roberto R. Prentice, em 1937. No edifício o que mais chama a atenção em sua construção é a torre de 135 metros de altura que, no topo, exhibe o famoso relógio cujos ponteiros – o maior deles com 7,5 metros – são ponto de referência na cidade. Nessa fotografia, a composição arquitetônica do corpo central em estilo aerodinâmico é realçada pela torre que contém coroamento escalonado e a verticalidade realçada por descer até o solo. O ponto de vista expresso na charge de baixo para cima enfatiza a ascensão do edifício em direção ao céu, tornando a arquitetura mais monumental e importante. O edifício em forma de torre expressa um valor simbólico da monumentalidade, da prepotência, do poder, tendo como único limite o céu. Fica evidente o valor dado à arquitetura pública monumental na época do Estado Novo de Getúlio Vargas, ou seja, a arquitetura como símbolo do poder do Estado. No edifício, predomina a perspectiva axial em que há simetria em torno do eixo cilíndrico. As linhas desenham a cidade ao fundo: o *skyline*.

O relógio marca as horas da produção, e ao mesmo tempo a sincronização da cidade inteira: ele aponta o ritmo da marcha da cidade. Na rua, percebem-se os automóveis e a multidão como símbolos da modernidade. O relógio é como o trem, a grande máquina futurista, que leva e traz os operários para a fábrica. A obra representa a chegada da modernidade que se impõe sobre a cidade. Assim, o relógio da torre da Central é uma síntese formal do tempo religioso e espiritual das Igrejas com o tempo da produção capitalista.

O Edifício da Mesbla se destaca na fotografia da **figura 2**. O prédio, situado na Rua do Passeio 42 em frente ao Passeio Público, foi projetado por Henri Paul Pierre Sajous & Auguste Rendu, construído por Christiani & Nielsen Engenheiros e Construtores Ltda., em 1934. O proprietário original era a Sociedade Anônima Brasileira Estabelecimentos Mestre Blagé, do francês Luiz La Saigne. Em 1939, a empresa passou a denominar-se Mesbla S.A. A nova denominação era uma combinação das primeiras sílabas do nome original. Dois anos após sua inauguração, a Mesbla já tinha lojas instaladas nas principais capitais do país. O prédio, na época da inauguração, era multifuncional: residencial e comercial. O edifício em composição típica de um grande número de arranha-céus dessa época tem corpo baixo, marcado por dominantes horizontais, varandas semi-embutidas, fortemente confrontando com o plano vertical da torre, onde é o acesso principal. A torre do relógio, nessa época, tinha, aproximadamente, o dobro da altura do prédio e é o componente que mais se destaca no edifício, dominando a paisagem do entorno.

Os arranha-céus são as agulhas das catedrais dos tempos modernos, o símbolo das possibilidades infinitas, a exaltação da altura e o orgulho do poder. A agulha e a base representam os dois extremos do vocabulário formal da metrópole e descrevem os limites externos das suas escolhas arquitetônicas. Para Rem Koolhaas (KOOLHAAS, 2008: 44), a agulha é a estrutura mais fina e menos volumosa a marcar um ponto dentro da quadra, combinando o máximo de impacto físico, de atração da atenção, com um consumo insignificante do solo. O arranha-céu multiplica várias vezes o terreno diretamente para o alto: a Terra reproduzindo a si mesma. Como imagem, o arranha-céu é uma prova da qualidade revolucionária da arquitetura como multiplicação territorial.

Seguindo o cânone americano do manhattanismo, os edifícios da Central e da Mesbla parecem se inspirar no Edifício Singer (**figura 3**) construído entre 1889 e 1908 por Ernest Flagg e no edifício da Metropolitan Life (**figura 4**) concebido entre 1893 e 1909 por



Napoleon Lebrun & Sons, em Nova Iorque. Suas torres converteram estes edifícios nos mais famosos dos Estados Unidos na época.



**Fig. 3.** Fotografia do “Singer Building”, New York. (SINGER, 1908)



**Fig. 4.** Fotografia do “Metropolitan Life Insurance”, New York. (METROPOLITAN, s/d)

A torre converteu estes edifícios nos mais famosos dos Estados Unidos na época. No Brasil, o edifício da Central atraía pessoas de vários lugares que vinham especialmente ao Rio de Janeiro, para ver essa moderna Torre de Babel. Se no interior do edifício predomina o movimento dos trens, dos operários, do corre-corre, no seu exterior prevalece a espiritualidade. A catedral capitalista emanava de sua presença física uma áurea, que operava mudanças no dia-a-dia das pessoas na metrópole; uma grande massa construída, que é ao mesmo tempo desencarnada, sem peso. A densidade do material bruto é lançada ao céu, concorrendo com a sua beleza. Assim, mesmo que as atividades exercidas no seu interior não estabeleçam o caráter de monumento ao edifício, ele se torna um pelo seu tamanho.

Para Koolhaas (KOOLHAAS, 2008: 125), o arranha-céu é um *automonumento*. O arquiteto holandês escreve que esta estrutura arquitetônica se torna um monumento, ou pelo menos cria essa expectativa simplesmente pelo seu tamanho, mesmo que a soma ou a natureza das atividades individuais por ele abrigadas, ou seja, no seu interior, não mereça expressão monumental. Estes novos monumentos apresentam uma ruptura com as convenções do simbolismo no qual o exterior remete ao interior; a manifestação física do arranha-céu não representa um ideal abstrato, simplesmente é ele mesmo e, porém devido ao puro volume, não pode deixar de ser um símbolo. Assim sendo, em relação a esse *automonumento* do século XX, para que o edifício se tornasse habitável as pessoas desenvolveram uma série de táticas de apropriação para atender ao paradoxo conflitante a que ele estava frequentemente submetido: “a de ser um monumento – uma condição que sugere permanência, solidez e

serenidade – e, ao mesmo tempo, a de abrigar com a máxima eficiência a ‘mudança que é a vida’, a qual é, por definição, antimonumental” (KOOLHAAS, 2008: 126).

Este aspecto da monumentalidade não está separado da ideologia política da época, neste caso do Governo Vargas e a revolução industrial brasileira. Durante esse governo promoveu-se um processo de reformas sociais, políticas, econômicas e culturais alinhadas as dos países que viviam sob um regime autoritário particularmente a Itália do Duce. Assim, foram convidados arquitetos italianos como Marcello Piacentini e Vittorio Morpurgo para fazerem projetos urbanísticos, como o da Universidade do Brasil. A arquitetura fascista de Piacentini procurava uma forma que representasse no desenho da cidade o poder político. Isto era expresso nos espaços públicos e nos edifícios governamentais. Deste modo, parafraseando Pietro Maria Bardi (BARDI, 1931), a arquitetura é a arte do Estado.

### Referências bibliográficas

- BARDI, Pietro Maria. *Rapporto sull'architettura per Mussolini*. Roma, Ed. Crítica fascista, 1931.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas I: a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001,
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os Demônios*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- KNAUSS, Paulo. “Aproximações disciplinares: história, arte e imagem”. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.
- KOOLHAAS, Rem. *Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- PANOFSKY, Erwin. *Significados nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- REVISTA Arquitetura e Urbanismo Rio de Janeiro: IAB, Ano I, n. 3, set./out., 1936.
- REVISTA Arquitetura e Urbanismo Rio de Janeiro: IAB, Ano5º, n. 1, jan./fev., 1940.

### Sites

SINGER Building , New York, 1908. Disponível em:

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=34300&page=76> Acesso em 6/8/2011.

**Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdei Lopes de Araujo (orgs). Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)**

---

METROPOLITAN Life Insurance, New York, s/d. Disponível em:

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=79822800> Acesso em 6/8/2011.

## **GÊNERO E REVOLUÇÃO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA E A QUESTÃO DO DISCURSO SOBRE AS MULHERES INDÍGENAS DO EXERCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (EZLN).**

André Fabrício Silva\*

A partir da década de 1980 as discussões sobre gênero configuram-se em novas perspectivas diante dos processos de transformações teóricas/metodológicas, na tentativa de compreender os caminhos e processos que caracterizam as relações de gênero guiada em sua totalidade por formas patriarcais de relação, tanto no âmbito político quanto no cultural e social. O que se configura aos olhos desses novos estudos é uma sociedade que ainda encontra barreiras para estabelecer relações de igualdade entre o gênero com uma participação ativa e cedida a todas as pessoas independentemente do sexo.

O conceito de patriarcado na década de 1970 era caracterizado como dominação do poder masculino sobre a mulher. Os estudos demonstram que os homens criam uma base material e estabelecem uma relação de interdependência entre eles que lhes permite dominar a mulher. Como aponta Kate Millet, o sexo ganha uma característica política de dominação da mulher em que a dominação é mais rigorosa que as estruturas das classes sociais (MILLET-1995). A mulher e o homem constituíam bases sociais com base em seu sexo (FIRESTONE-1976).

O patriarcado era considerado universal, mas não ahistórico, já que feministas socialistas concebiam o patriarcado como fruto do capitalismo. Nota-se, nesses autores usados neste estudo, uma certa tendência a considerar o patriarcalismo como universal, comum a todas as culturas, e sinônimo de dominação masculina que não sofre transformações ou diferenças ao longo do tempo. Mais adiante, este estudo pretende mostrar os riscos de generalizar as relações de gênero e submeter todos os processos socioculturais a um conceito de patriarcalismo.

Voltando aos debates sobre o gênero, é importante ressaltar que, durante os anos de 1980, levou-se a cabo um interessante debate, sendo que este surgiu como instrumento de análise das ciências sociais e como ferramenta mobilizadora na política.

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Das diversas definições entre sexo/gênero, Rubín faz uma interessante observação ao apontar esses dois elementos como um conjunto de disposições pelo qual uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e no qual se satisfazem dessa atividade humana transformada (Rubín-1986). Vemos nesse aspecto, a divisão sexual como socialmente imposta. Podemos ainda destacar a diferença entre sexo e gênero em que o primeiro é concebido como uma diferença biológica e o segundo como identidade determinada por condições sociais e na relação homem-mulher. Nota-se nos estudos de Rubín que a autora visa destruir a ideia de naturalização e inevitabilidade da dominação masculina baseada nas diferenças de sexo dentro de uma ordem de interpretação biológica, anatômica e fisiológica. Cabe apontar que a força dos costumes e das tradições, na importância dos modelos culturais, crenças, costumes e valores, também configura os estereótipos e a função do gênero. Tais configurações e estereótipos podem ser percebidos nas análises das relações de gênero dentro das comunidades indígenas abarcadas pelo EZLN que serão discutidos posteriormente.

Os estudos sobre gênero e a sua inserção como ferramenta de análise contribuiu com uma nova maneira de apresentar velhos problemas: permite tirar do terreno biológico o que determina a diferença entre os sexos e colocá-los no plano simbólico (LAMAS – 1986).

O sexo, em termos biológicos, constitui de ferramenta simbólica na separação do gênero cuja condição de poder que direciona as relações entre os sexos está condicionada e determinada pelo gênero masculino em detrimento do feminino em termos de participações na vida pública de forma mais abrangente e participativa. Joan Scott se atenta à importância do poder na constituição das relações de gênero e o define como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem o sexo. Gênero é uma forma primária de relações significantes de poder(SCOTT-1995). A autora considera importante o estudo de vários elementos constitutivos que aparecem inter-relacionados na realidade para se ter uma compreensão mais ampla das relações de gênero. O simbolismo, os mitos culturais que representam relações múltiplas, as interpretações dos significados dos símbolos, as instituições e organizações sociais, os sistemas de parentesco e a identidade subjetiva devem ser analisadas para se entender uma determinada situação de relação de gênero.

A ideia de construção social do sexo torna-se elemento de crítica as estruturas dominantes e ferramenta de apoio para as feministas que em seus diferentes segmentos buscavam formas de se oporem às formas políticas e sociais em que o acesso à vida política e à vida pública era determinantemente dominada pelo masculino, nesse universo em que o masculino encontra-se relacionado à cultura, e é sinônimo de objetivo, racional e público, enquanto o universo feminino é enquadrado à natureza “reveladora” de sua suposta propensão ao emocional ao subjetivo e ao privado.

Teresita de Barbieri, assim como Rubín, ao procurar definir o gênero, também acredita que o sexo é socialmente construído e coincide com a própria ideia de Scott. Para a autora, o sistema de gênero é um conjunto de símbolos, representações, normas e valores que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual e que dá sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução humana e à relação entre as pessoas (BARBIERI-1991).

De uma forma geral, como pode ser percebido nos estudos das autoras apresentadas, na década de 1980 os estudos sobre gênero foram realizados de forma mais aprofundada criando teses e hipóteses que procurassem discutir a questão. Temáticas relacionadas ao trabalho doméstico, à divisão do trabalho, à produção e reprodução, aos movimentos sociais, aos movimentos feministas, às participações políticas, ao desenvolvimento psicológico e sexual, foram abordadas de formas mais concisas. O gênero tornou-se categoria fundamental da realidade social, cultural e histórica e da percepção dos estudos de ditas realidades. Como categoria analítica, os estudos procuram transcender as questões meramente biológicas de sexo, homem e mulher, que são socialmente construídas.

Os estudos sobre o gênero proporcionaram uma reestruturação na forma de pensar e articular dos movimentos feministas de diversos países. Como este estudo pretende estudar a complexa relação entre o que comumente é chamado de “Feminismo Indígena”<sup>1</sup> e as feministas “Hegemônicas”<sup>2</sup> no México, vamos nos atentar somente as ações dos movimentos feministas no México a partir da década de 1980, relacionar as críticas dessas feministas a estrutura do Movimento Zapatista e estabelecer uma reflexão entre essas duas concepções de

---

<sup>1</sup> Ligado a estrutura do EZLN, que ao dar voz as mulheres indígenas proporcionou um profundo debate no que tange às relações de gênero dentro das comunidades indígenas e foi da mesma forma alvo de críticas de algumas feministas que viam na estrutura do EZLN uma relação patriarcal.

<sup>2</sup> Termo usado pela linguista Sarri Vuorissalo para definir as feministas ocidentais.

luta feminista visando um diálogo cujo propósito é compreender em que aspectos as críticas das feministas “Hegemônicas” a estrutura do EZLN e as lutas das mulheres indígenas podem ser incoerentes, visto que as demandas feministas indígenas possuem um caráter específico que se afasta do conceito de luta feminista universal.

No desenrolar da década de 1980 amadureceu no México diversas lutas pelo direito da mulher definido como “Feminismo Popular” que caracterizou-se fundamentalmente pelo estreitamento dos vínculos entre feministas pertencentes à classe média, aos partidos políticos, à igreja católica e também das trabalhadoras ligadas aos setores tanto urbano quanto rural(ELI BARTRA- 2011).

Selados pelo assistencialismo, esses grupos levaram a cabo tarefas de ajuda social em relação a mulheres que necessitavam de apoio médico ou psicológico. O movimento ganha força e se desenvolve o processo de institucionalização.

Diante das diversas possibilidades de estudo da questão da mulher, possibilitadas pelos novos estudos de gênero, em que percebe-se um aumento dos Encontros Feministas Nacionais, junto aos Latinoamericanos e Caribenhos, criou-se um debate em que percebeu-se um problema em relação as mulheres que justifica em certo ponto a crítica que este estudo pretende fazer em relação à análise exposta anteriormente.

Baseado nas novas experiências teóricas sobre o gênero, e diante de um país caracterizado pela sua diversidade étnica, as feministas começaram a destacar mais as diferenças entre as mulheres e não a semelhança, que era o que buscavam os movimentos feministas inicialmente (ELI BARTRA- 2011). As novas teorias do gênero, como as discutidas anteriormente, no momento que apresentavam o problema como socialmente construído, elaborados pela cultura a partir da diferenciação sexual, fez com que essas mulheres percebessem uma outra realidade.

“Com base nas distintas experiências de vida, na classe social a que se pertence, na raça, a etnia, o idioma ou a preferência sexual, em função do país, da região ou do bairro em que se nasce, todas as mulheres se viam diferentes entre si;

aparece a noção de feminismos, em plural.”( ELI BARTRA- 2011)

As peculiaridades dos “feminismos” estavam muito mais ligadas a problemas locais específicos, demandados por questões culturais e sociais que criavam um bloqueio para uma luta universal no ponto de vista da luta feminina. Nesse sentido, quando se tenta universalizar e criar uma luta comum, o que se percebe são críticas e divergências muitas vezes fundamentadas em teorias ocidentais, que no México ganha outro caráter visto que as mulheres indígenas não se encaixam nesse contexto ocidental de reivindicação, mesmo que em certo ponto seja possível perceber nos seus discursos resquícios de uma reivindicação ocidental que propõe, de certo modo, uma questão que é entender de que forma e por quem esses discursos são construídos.

Diante dessas questões, ao nos atentarmos às mulheres caracterizadas como “Feministas Indígenas”, podemos afirmar que elas possuem suas próprias características de opressão, demandas muito concretas e uma *cosmovisão* cultural que a todo o momento permeiam a sua forma de participar dentro das comunidades indígenas.

Dentro da luta indígena, as reivindicações estão muito mais voltadas para a questão da terra, da família, da pobreza e da etnia. Como é certo que em todas as sociedades o gênero é a raiz generativa de sentido, não é no mesmo sentido para as construções sociais. Entendida como cultura, sua natureza é recíproca à sociedade. O gênero se constrói de maneira diferenciada e específica através da sua produção no processo de desenvolvimento social e cultural. Nesse sentido, buscar nos discursos feministas indígenas um problema feminista universal é cair num processo teoricamente infundado de sentido, Já que muitas vezes podem ser percebidas em tais discursos que essas mulheres não veem nas lutas do movimento zapatista uma proposta feminista de luta tal qual suas reivindicações ocidentais. O grande problema é que em países como México, que são pluriculturais e multiétnicos, a busca de diálogos entre as mulheres de diferentes etnias tem se tornado um grande desafio tanto para as construções teóricas quanto para as construções práticas.

Os discursos das feministas consideradas hegemônicas procuraram criticar a estrutura do movimento zapatista, afirmando que sua estrutura hierárquica estava ligada a lógica patriarcal da guerra e que as mulheres são encaixadas nessa estrutura através de um discurso



de igualdade que ao fundo somente representam uma forma de manipulação para a legitimação do movimento. Jules Falquet, da mesma forma, demonstra que o movimento zapatista, assim como outros movimentos sociais, fracassam quando se trata da opressão sexista, pois não ultrapassam as simples declarações de princípios, que se limitam a dizer que a participação das mulheres constitui motivo de satisfação. Nunca é abordado de forma profunda as lógicas em termos de relações sociais de sexo (FALQUET-2006).

Ao criticar as demandas da Lei Revolucionária de Mulheres<sup>3</sup>, Bedregal afirma que, diante dos problemas de gênero, tal lei não oferece uma reflexão aprofundada tendo em vista o problema do gênero, apontando que tais demandas exigem somente pequenas reivindicações para as mulheres, mas não apresentam uma proposta de comunidade desde a vivência do feminismo crítico e consciente sobre a questão do gênero (BEDREGAL-1999). Na mesma perspectiva, para Rosa Rojas, a Lei Revolucionária de Mulheres não é mais que um grito de papel de vítima que reflete o desejo de castigar e proibir (ROJAS-1999).

As críticas apresentadas ao Movimento Zapatista e às mulheres indígenas, que paralelamente agregam os problemas vividos pelas mulheres dentro das comunidades indígenas as demandas zapatistas, que podem ser encontradas na lei, estão fundamentadas, segundo as observações, na falta de uma discussão teórica em torno da questão do gênero e muitas vezes por essas demandas não apresentarem estruturas e problemas comuns às discussões das feministas hegemônicas.

Ao nos atentarmos ao cotidiano indígena é possível perceber que, diante da realidade das mulheres indígenas, há problemas mais específicos a serem discutidos, e que só podem ser percebidos quando olhamos as demandas feministas indígenas aos olhos dessas mulheres e

---

<sup>3</sup> Enquanto o movimento zapatista começa a se formar na selva, paralelamente as mulheres indígenas também se organizavam, tomando consistência e consciência dos seus direitos. Essa organização aumentou a partir da década de 1980 a partir do momento em que começaram a incorporar-se as lutas agrárias e camponesas, somando a lutas das organizações artesãs e das mulheres católicas. Através desses movimentos aumentou-se a responsabilidade social dessas indígenas, que por meio de cooperativas, como promotoras de saúde, negociando muitas vezes diretamente com as autoridades locais, modificavam suas posições no âmbito comunitário e em muitas comunidades. Em 1994, quando a EZLN lançou o grito de “Ya Basta!”, as mulheres já haviam antecedido esse grito anos antes no interior de suas comunidades, que acarretou na criação da *Ley Revolucionaria de Mujeres*, em 1993. Lei esta que foi incorporada a luta revolucionária do EZLN e que possui demandas específicas sobre os direitos das mulheres indígenas.

não somente através de uma perspectiva ocidental do problema da mulher. Ao nos depararmos com a questão do problema de gênero nas comunidades indígenas, podemos perceber que as lutas femininas indígenas estão guiadas dentro de um contexto em que tradição e modernidade se confluem gerando um discurso que, ao mesmo tempo em que propõe algo novo, prega pela manutenção da tradição. Isso justifica a peculiaridade das reivindicações feministas indígenas.

Nas cartas e comunicados que podem ser encontrados no site oficial do EZLN há uma série de discursos proferidos por mulheres ligadas à estrutura do Movimento Zapatista que, quando analisados, oferecem informações que permitem perceber que as demandas feministas indígenas são muito específicas e comumente chamadas de “*triple marginación*”. “*Triple marginación*” porque advertem que o grande problema encontrado pelas mulheres está no fato de serem mulheres – neste ponto pode ser percebida a questão do gênero – mas também no fato de serem pobres – apontando os problemas de classe – e por serem indígenas – demonstrando que boa parte da submissão das mulheres indígenas está ligada à tradição indígena, que por serem responsáveis pela transmissão da cultura são julgadas como analfabetas por não saberem falar o espanhol e por usarem a vestimenta características de sua cultura.

São diversos os comunicados em que podem ser encontrados trechos que apontem as especificidades das demandas das mulheres indígenas, mas usaremos um trecho da entrevista com a Comandanta Ramona e com a Major Ana Maria<sup>4</sup> com o intuito de elucidar de uma forma geral as questões que mais interessam a este estudo.

Quando questionada da razão de seu ingresso no EZLN a Comandanta Ramona responde:

*"Conozco la situación campesina; la injusticia y la pobreza en que vive la mujer indígena en nuestro país. Por eso ingresé a la lucha armada. Las demandas son las mismas de siempre: justicia, tierras, trabajo, educación e igualdad para las mujeres"*(RAMONA-1995).

---

<sup>4</sup> Ligadas ao EZLN e membros do Comitê Revolucionário Indígena (CCRI) , representam a participação feminina na luta revolucionária do EZLN e ajudaram a tomar algumas cidades no estado de Chiapas no levante de janeiro de 1994.

A Major Ana Maria, juntamente com a Comandanta Ramona, ao fazerem um chamado convocando as mulheres a ingressarem na luta feminina indígena fazem uma importante observação:

*"Pero no necesariamente a través de las armas; que tengan conciencia política y con ella actúen. Necesitamos apoyo de las mujeres porque somos las que sufrimos más. Es muy doloroso ver a los niños morir, morirse de desnutrición, de hambre, de enfermedades curables. La mujer sufre mucho. Y por eso luchamos"*(ANA MARIA/RAMONA-1995).

Nas duas passagens é possível perceber que as demandas femininas indígena vem clamar por justiça, terra, trabalho, educação e igualdade para as mulheres. Nesse sentido é possível perceber que essas demandas se diferenciam em muitos sentidos em relação às das feministas tradicionais, ou hegemônicas, justamente porque, além de exigirem a igualdade entre o gênero, o que as coloca no mesmo patamar de discussões dos movimentos feministas tradicionais, há também um interesse maior que é a questão da exclusão do indígena, que se encontra diretamente ligada ao problema da pobreza e da terra.

A própria Lei Revolucionária de Mulheres, tanto em sua primeira versão quanto na segunda, em seus parágrafos, detalham bem quais são os interesses das mulheres indígenas ligadas ao Movimento Zapatista e demonstram um grande paradoxo.

Devemos lembrar que um elemento que sustenta as comunidades e povos indígenas é a identidade cultural. As pessoas aprendem a cosmogonia, esse sistema de crença que explica e dá coerência a seu modo de vida e através do qual elas irão interagir com o mundo ao longo de sua existência, assim como apreender a sua cultura através do processo de aculturação, adquirir sua própria linguagem, conhecida por seus parentes e distinguir o seu povo. Neste processo, o papel das mulheres é crucial, uma vez que herdam os padrões básicos culturais e, portanto, são as únicas com maior capacidade de mudanças sociais. As culturas indígenas são depositárias de uma concepção de mundo e de vida que prega a complementaridade entre homens e mulheres, outorgando uma maior hierarquia ao masculino circunscrevendo o âmbito de ação feminino a uma dimensão mítico-ritual de reprodução da vida e do espaço doméstico. Essa hierarquia se traduz a uma posição privilegiada por parte dos homens, em que estes

podem decidir os rumos de suas vidas cabendo às mulheres estarem junto de seus homens, cuidarem da família e apoiarem nas necessidades básicas da comunidade.

A conjuntura estabelecida provoca o paradoxo das demandas listadas na *Lei Revolucionária de Mulheres*, pois ao mesmo tempo que são responsáveis pela manutenção da cultura, exigem na lei revolucionária que algumas tradições que visem a submissão das mulheres sejam transformadas. Chegam a exigir o direito a punir os homens que ajam de forma contrária estabelecida na lei. Voltando à análise, é através da cosmovisão que a luta das mulheres indígenas ligadas ao movimento zapatista se guia. Pelo direito a terra, de serem reconhecidos como indígenas e pela luta contra a pobreza que assola essas comunidades e é geradora de preconceitos, que essas mulheres buscam através de suas reivindicações serem ouvidas.

Diante das análises das cartas, comunicados e da própria *Lei Revolucionária de Mulheres*, é possível afirmar que acima de pensar quaisquer discussões teóricas em torno do gênero, a questão maior a ser reivindicada e superada é a questão da pobreza, da exploração e da desigualdade experimentada nas comunidades indígenas.

Há uma divergência entre o discurso das mulheres do movimento zapatista e das feminista hegemônicas mexicanas. Essas divergências propõem, em certo sentido, uma discussão para a definição do conceito de feminismo e seus paradigmas forjados nos limites das teorias feministas consideradas ocidentais. As mulheres indígenas zapatistas ao colocarem diante dos problemas femininos a questão da etnia acrescentam às demandas femininas outro ponto que até então não eram ponto cruciais por se diferenciarem dos problemas universais.

É possível que tanto as feministas hegemônicas como as zapatistas compartilhem das mesmas ideias, mas o desencontro apontado nesse texto se produz como consequência da diferença de linguagem e das experiências culturais. As críticas apresentadas no texto pelas estudiosas que não viam no Movimento Zapatista uma luta feminista justamente por esta não se atentarem aos problemas centrais dos tradicionais pontos de questionamento feminista parecem infundadas em alguns aspectos por não levarem em conta as peculiaridades dos problemas enfrentados pelos indígenas e a própria forma de experimentar e agir sobre o meio.

As indígenas zapatistas fazem a luta a sua maneira, em seu ritmo diante do seu próprio modo de sentir. É respeitável que as feministas hegemônicas percebam esse novo espaço formado pelas mulheres indígenas e que reconheçam que, diante dos problemas femininos, na particularidade desse espaço das indígenas, cabem somente a elas introduzir em suas demandas se são feministas ou não.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBIERI, Teresita de. Los ámbitos de acción de las mujeres. Revista Mexicana de Sociología, num. 1, México, 1991.

BATRA, Eli. Feminismo no México: diversidade de vozes. Revista Estudos Feminista- Janeiro/Junho 2011.

BEDREGAL, Ximena, “Reflexiones desde nuestro feminismo”, en: Rosa Rojas (compiladora), Chiapas ¿y las mujeres qué?, Ediciones la correa feminista / Centro de investigación y Capacitación de la Mujer, México, pp. 37-46, 1999.

\_\_\_\_\_ “Memoria y utopía en el movimiento feminista. Un diálogo con Mercedes Olivera”, en Chiapas ¿y las mujeres qué?, CICAM, México, pags. 185-189d, 1995.

BELAUSEGUIGOITIA, Marisa, “Descarados y deslenguadas: el cuerpo y la lengua en los umbrales de la nación”, Debate Feminista Vol. N. 24, octubre, Págs. 230-252, 2001.

\_\_\_\_\_ “Máscaras y posdatas: estrategias femeninas en la rebelión indígena en Chiapas, Debate Feminista, Vol 12, octubre, Págs. 299-317, 1995.

BUTLER, Judith. El Género en Disputa. El feminismo y la subversión de la identidad México D.F.: Paidós/PUEG-UNAM, México, 2001.

FALQUET, Jules. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. In Revista lutas & resistência, n 1. Londrina: Ed Modigraf, 2006.

FIRESTONE, Sulamith. La dialéctica del sexo. Barcelo, Kaorós, 1976.

LAMAS, Marta. La antropología feminista y la categoría género. Nueva Antropología, núm.30. México,1986.

LAS DEMANDAS - Comandanta Ramona y Mayor Ana María. Disponível em: [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994\\_03\\_07\\_b.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_03_07_b.htm)

LEY REVOLUCIONARIA DE MUJERES. Disponível em: [http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993\\_12\\_g.htm](http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993_12_g.htm)

MILLET, R. Política Sexual.Madrid:Cátedra, 1995.

ROJAS, Rosa (compiladora), Chiapas ¿y las mujeres qué? México: Ediciones la correa feminista/ Centro de investigación y Capacitación de la Mujer, 1999.

ROVIRA, Guiomar. 1997. Mujeres de maíz. Ed. ERA, México

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. Nueva Antropología , num.30.México, 1986.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre,v.20, n.2, p.71-99,1995.

VUORISALO-TIITINEN, Sarri.. El 'abrir' los ojos. los derechos de las mujeres en el discurso zapatista. En Mujeres latinoamericanas en movimiento. Latin American Women as a Moving Force, Vol. 5, ed. Hólmfrídur Gardarsdóttir, 101-124. Reykjavik: Red HAINA/Instituto Iberoamericano y Instituto Vigdís Finnbogadóttir de Lenguas Extranjeras, Universidad de Islandia, 2006.